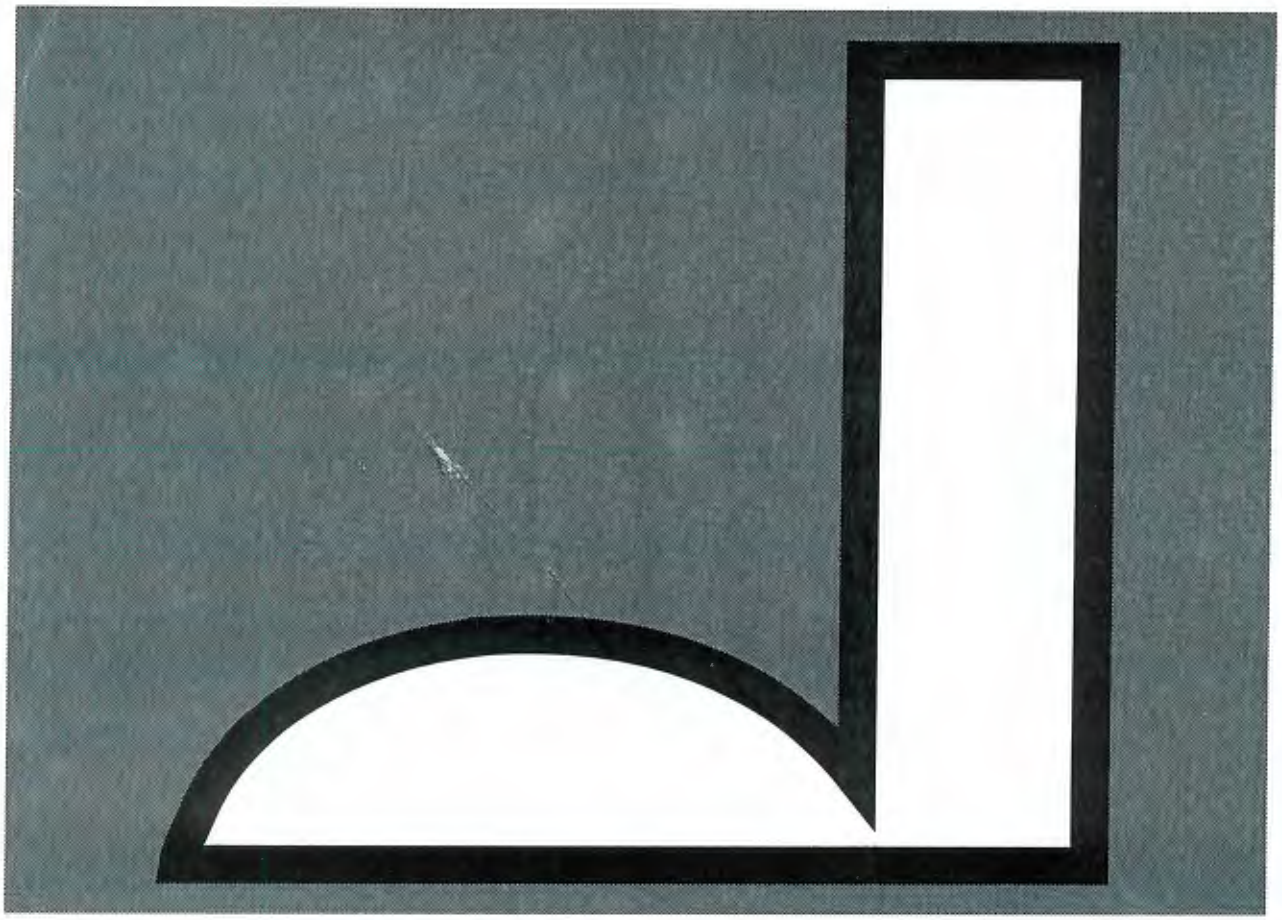
EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Secretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)**
**(período de 1º a 30 de junho de 2009)**
**e**
**Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões**

**VOLUME III/III**

**ANO LXIV – SUP. AO Nº 99 – QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF**

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**
José Sarney - (PMDB-AP)
**1º VICE-PRESIDENTE**
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
**2º VICE-PRESIDENTE**
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
**1º SECRETÁRIO**
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
**2º SECRETÁRIO**
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
**3º SECRETÁRIO**
Mão Santa- (PMDB-PI)
**4º SECRETÁRIO**
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

**Suplentes de Secretário**
**1º** - César Borges - (PR-BA)
**2º** - Adelmir Santana - (DEM-DF)
**3º** - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
**4º** - Gerson Camata - (PMDB-ES)

# LIDERANÇAS

| Maioria (PMDB/PP) - 20 | Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21 | Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 |
|---|---|---|
| **Líder**<br>**Renan Calheiros - PMDB**<br>Vice-Líderes<br>Valdir Raupp<br>Paulo Duque<br>Lobão Filho<br>Francisco Dornelles<br>Gilvam Borges<br>Gerson Camata<br>Geraldo Mesquita Júnior<br>.....<br>**Líder do PMDB - 19**<br>**Renan Calheiros**<br>Vice-Líderes do PMDB<br>Wellington Salgado de Oliveira<br>Almeida Lima<br>Valter Pereira<br>Gilvam Borges<br>Leomar Quintanilha<br>Neuto De Conto<br>**Líder do PP - 1**<br>**Francisco Dornelles** | **Líder**<br>**Aloizio Mercadante - PT**<br>Vice-Líderes<br>João Ribeiro<br>Renato Casagrande<br>Inácio Arruda<br>Marcelo Crivella<br>.....<br>**Líder do PT - 12**<br>**Aloizio Mercadante**<br>Vice-Líderes do PT<br>Eduardo Suplicy<br>Fátima Cleide<br>Flávio Arns<br>**Líder do PR - 4**<br>**João Ribeiro**<br>Vice-Líder do PR<br>Expedito Júnior<br>**Líder do PSB - 2**<br>**Antonio Carlos Valadares**<br>**Líder do PRB - 2**<br>**Marcelo Crivella**<br>**Líder do PC DO B - 1**<br>**Inácio Arruda** | **Líder**<br>**Raimundo Colombo - DEM**[1]<br>Vice-Líderes<br>Alvaro Dias<br>Kátia Abreu<br>Flexa Ribeiro<br>Gilberto Goellner<br>João Tenório<br>Rosalba Ciarlini<br>Lúcia Vânia<br>Adelmir Santana<br>.....<br>**Líder do DEM - 14**<br>**José Agripino**<br>Vice-Líderes do DEM<br>Jayme Campos<br>Antonio Carlos Júnior<br>Rosalba Ciarlini<br>Efraim Morais<br>**Líder do PSDB - 13**<br>**Arthur Virgílio**<br>Vice-Líderes do PSDB<br>Alvaro Dias<br>Lúcia Vânia<br>Cícero Lucena<br>Papaléo Paes |
| **PTB - 7**<br>**Líder**<br>**Gim Argello - PTB**<br>Vice-Líderes<br>Sérgio Zambiasi<br>Romeu Tuma<br>**PDT - 5**<br>**Líder**<br>**Osmar Dias - PDT**<br>Vice-Líder<br>Patrícia Saboya | **PSOL - 1**<br>**Líder**<br>**José Nery - PSOL** | **Governo**<br>**Líder**<br>**Romero Jucá - PMDB**<br>Vice-Líderes<br>Delcídio Amaral<br>Antonio Carlos Valadares<br>João Pedro<br>Gim Argello<br>Romeu Tuma |

[1] Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.


**EXPEDIENTE**

| | |
|---|---|
| **Haroldo Feitosa Tajra**<br>Diretor-Geral do Senado Federal<br>**Florian Augusto Coutinho Madruga**<br>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações<br>**José Farias Maranhão**<br>Diretor da Subsecretaria Industrial | **Cláudia Lyra Nascimento**<br>Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal<br>**Maria Amália Figueiredo da Luz**<br>Diretora da Secretaria de Ata<br>**Denise Ortega de Baere**<br>Diretora da Secretaria de Taquigrafia |

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO


**VOLUME I**

**1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1.1 – Resenha Mensal (período de 1° a 30 de junho de 2009)**

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal ..... 9

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional ..... 69

– Secretaria de Comissões ..... 78

**1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES (SENADO FEDERAL)**

**1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos**

Ata da 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009, às 10 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 264

Ata da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 27 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 296

Ata da 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 28 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 323

Ata da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009, às 9h30min., na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ... 354

Ata da 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009, às 10 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 392

Ata da 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009, às 10 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ... 410

Ata da 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2009, às 10 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ... 439

**1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da 18ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 26 de maio de 2009, terça-feira, às 9 horas..... 470

Ata 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 27 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..... 496

Ata da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 10ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto, em 28 de maio de 2009, às 10 horas, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ..... 523

Ata da 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e 15ª Reunião daComissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009. 554

Ata da 22ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 3 de junho de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 583

Ata da 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 9 de junho de 2009, terça-feira, às 9 horas. ..... 598

Ata da 24ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 16 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas..... 621

Ata da 25ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 17 de junho de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 626

Ata da 26ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de junho de 2009, quarta-feira, às 11 horas..... 648

**1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde**

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde conjunta com a 18ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 26 de maio de 2009, terça-feira, às 9 horas..... 658

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, conjunta com a 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura realizada no dia 9 de junho de 2009, terça-feira, às 9 horas..... 684

**1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Ata da 1ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 707

Ata da 2ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 719

Ata da 3ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 755

Ata da 4ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 797

Ata da 5ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 1º de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas; 2 de abril de 2009, quinta-feira, às 10 horas; e 7 de abril de 2009, terça-feira, às 11 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa..... 828

**VOLUME II**

Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 8 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 15 de abril de 2009, quarta-feira, às 9h30min., na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 918

Ata da 7ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 15 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, e 16 de abril de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 962

Ata da 8ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 22 de abril de 2009, quarta-feira, às 10 horas, 23 de abril de 2009, quinta-feira, às 10 horas e 28 de abril de 2009, terça-feira, às 10 horas na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II. ..... 1033

Ata da 9ª Reunião Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2009, quarta-feira, às 9 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1139

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 29 de abril de 2009, quarta-feira, às 12 horas, 30 de abril de 2009, quinta-feira às 10 horas e 5 de maio de 2009, terça-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1188

Ata da 11ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 6 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1251

Ata da 12ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 14 de maio de 2009, quinta-feira às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1313

Ata da 13ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas

e 21 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1367

Ata da 14ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009, quarta-feira, às 10 horas e 28 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1418

Ata da 15ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 3 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, 4 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas, e 9 de junho de 2009, terça-feira, às 10 horas, na sala de reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa. ..... 1478

**1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de maio de 2009..... 1574

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de maio de 2009..... 1595

Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009..... 1608

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009..... 1620

Ata da 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009..... 1657

Ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009..... 1674

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009..... 1685

Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009..... 1706

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009..... 1718

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009..... 1726

Ata da 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2009..... 1741

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009..... 1756

**VOLUME III**

**1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**

Ata da 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinária, conjunta com a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, Extraordinária, e, 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Extraordinária, de Audiência Pública Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 18h30min., no Plenário do Senado Federal. .... 1782

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de maio de 2009, às 11h30min.. ..... 1845

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2009, às 9h30min.. ..... 1858

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009, às 10 horas. ..... 1879

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de junho de 2009, às 12 horas. ..... 1913

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de junho de 2009, às 11h30min.. ..... 1927

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de junho de 2009, às 11h30min.. ..... 1938

**1.2.5.1 – Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial da Água**

Ata da 1ª Reunião, da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades

do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 5 de maio de 2009, às 10h30min..... 1944

Ata da 2ª Reunião, da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de maio de 2009, às 10h30min..... 1951

**1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 14 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 1953

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 1969

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de maio de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 1989

Ata da 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião daComissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009.. 2008

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de junho de 2009, quinta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2037

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de junho de 2009, terça-feira, às 9h30min., na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2045

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009, quarta-feira, às 10 horas, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2095

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 17 de junho de 2009, às 10 horas.. 2112

**1.2.6.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 9h30min., na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2140

**1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 26 de maio de 2009..... 2144

Ata da 15ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 27 de maio de 2009..... 2162

Ata da 16ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião daComissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 2 de junho de 2009..... 2189

Ata da 17ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 9 de junho de 2009..... 2218

Ata da 18ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 16 de junho de 2009..... 2244

Ata da 19ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 23 de junho de 2009..... 2269

**1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de maio de 2009... 2291

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009 2308

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente da

Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de junho de 2009, às 8h30min., na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7..... 2336

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de junho de 2009..... 2371

Ata da 17ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009.. 2387

Ata da 18ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de junho de 2009.. 2414

Ata da 19ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de junho de 2009.. 2417

**1.3 – Atas de Comissões Mistas Permanentes (Congresso Nacional)**

**1.3.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**

Ata da 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Extraordinária, 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Extraordinária e, 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Extraordinária, de Audiência Pública Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de maio de 2009, quarta-feira, às 18h30min., no Plenário do Senado Federal. .... 2432

Ata da 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de maio de 2009, terça-feira, às 14h30min., na sala de Reuniões Nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 2495

Ata da 10ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de maio de 2009, às 14h30min., no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal. ..... 2518

Ata da 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de junho de 2009, às 14h30min., no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal. ..... 2524

Ata da 12ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 9 de junho de 2009, terça-feira, às 14h30min., na sala de Reuniões Nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 2547

Ata da 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 16 de junho de 2009, terça-feira, às 14h30min., na sala de Reuniões Nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 2577

Ata da 14ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 23 de junho de 2009, terça-feira, às 14h30min., no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal. ..... 2594

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EXTRAORDINÁRIA, CONJUNTA COM A 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, EXTRAORDINÁRIA, E, 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, EXTRAORDINÁRIA, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.**

Às dezenove horas e dezoito minutos do dia treze de maio do ano de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **Ideli Salvatti**, reúnem-se as Comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes parlamentares: **Renato Casagrande, Marina Silva, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Jefferson Praia, José Nery, Cícero Lucena, Fátima Cleide, Iriny Lopes, Colbert Martins, Antonio Carlos Mendes Thame, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Sarney Filho, Flávio Arns, Gilvam Borges, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, João Pedro, Serys Slhessarenko, Wellington Salgado, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Cesar Borges, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande** e **Gim Argello.** A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em conjunto com as Comissões do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 27-CMA e 20-CDH, ambos de 2009, de autoria dos Senhores Senadores Renato Casagrande e Cristovam Buarque, respectivamente, com a finalidade de debater sobre a "preservação da Amazônia" e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença de diversas autoridades e demais convidados. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 23/2009-CMMC, firmado pela Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Ofício nº 29/2009-CMA, firmado pelo Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ambos enviados ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, os quais passam a integrar a presente ata: "Ofício nº 0023/2009-CMMC - Brasília, 05 de maio de 2009. Excelentíssimo Senhor Presidente, Na qualidade de Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e, ao cumprimentá-lo cordialmente, reporto-me à Audiência que Vossa Excelência concedeu aos membros desta Comissão, na tarde do dia de hoje, no gabinete da Presidência do Senado Federal. Conforme entendimentos mantidos com Vossa Excelência, solicito a disponibilização do Plenário do Senado Federal, na próxima quarta-feira, dia 13 de maio do ano em curso, após a Ordem do Dia, para realização de atividade desta Comissão em defesa da Amazônia. Solicito, portanto, a gentileza de Vossa Excelência no sentido de, junto aos setores competentes desta Casa, viabilizar a realização de tão importante evento. Respeitosamente, Senadora Ideli Salvatti - Presidenta da Comissão". "Ofício nº 0029/2009-CMA - Brasília, 06 de maio de 2009. Excelentíssimo Senhor Presidente, Na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao cumprimentá-lo cordialmente, e, conforme entendimentos mantidos com a Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, solicito a disponibilização do Plenário do Senado Federal, na próxima quarta-feira, dia 13 de maio do ano em curso, após a Ordem do Dia, para realização de atividade em conjunto das comissões temáticas em defesa da Amazônia. Solicito, portanto, a gentileza de Vossa Excelência no sentido de, junto aos setores competentes desta Casa, viabilizar a realização de tão importante evento. Respeitosamente, Senador Renato Casagrande – Presidente da Comissão." Iniciando os trabalhos, a senhora Presidenta convida, para tomar assento à Mesa, os senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Deputado Michel Temer e Senador José Sarney, respectivamente, bem como os senhores Carlos Minc - Ministro do Meio Ambiente, Roberto Mangabeira Unger - Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Senador Renato Casagrande - Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Senador José Nery - Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, Deputado Sarney Filho - Presidente da Frente Ambientalista na Câmara dos Deputados, Deputado Roberto Rocha - Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Depu-

tados, Deputado Colbert Martins - Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Atriz Cristiane Torloni e Ator Victor Fasano. A atriz Cristiane Torloni e o ator Victor Fasano fizeram a entrega oficial do documento "Defesa da Amazônia", do Movimento Amazônia para sempre, com um milhão e cem mil assinaturas. A presidência convida a Senadora Marina Silva, para fazer a entrega simbólica aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dos projetos prioritários e importantes relativos à defesa da Amazônia, para que eles tramitem com maior celeridade nas duas Casas do Congresso. A presidência registra a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Senhor Herman Benjamim. A Presidência convida a Pagé Zeneida Lima de Araújo para brindar e abrilhantar o evento com um cântico intitulado "Funeral da Natureza". Em seguida, usaram da palavra para fazerem suas saudações os senhores Deputado Michel Temer, Senador José Sarney, Ministro Carlos Minc, Senador Renato Casagrande, Senador José Nery, Deputado Sarney Filho, Ator Victor Fasano, Atriz Cristiane Torloni, que apresentou o Vídeo do Movimento Amazônia para sempre. Foi feito o convite à jovem Mirla Cristina Peixoto Brilhante, de 13 anos, Representante da Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente, para apresentar sua saudação. Ao término da solenidade de abertura dos trabalhos, os Senhores Senador José Sarney e Deputado Michel Temer, bem como outras autoridades, apuseram suas assinaturas ao documento "Amazônia para sempre". Iniciando a programação, passou-se aos primeiro e segundo painéis, intitulado "Ameaças sobre a Amazônia", tendo discorrido sobre o tema os seguintes painelistas: Sérgio Leitão – Representante do Greenpeace, Paulo Moutinho – do Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM, Padre Nelito Dornellas – da Comissão Pastoral da Terra/Aliança Camponesa Ambientalista, Sônia Guajajara, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Muriel Saragoussi – do Grupo de Trabalho Amazônia e Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, Roberto Smeraldi – Amigos da Terra, Rogério Hohn – do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Adalmir José da Silva – da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas, Júlio Barbosa – do Conselho Nacional dos Seringueiros. Na sequência, passou-se ao terceiro painel, intitulado "Importância estratégica da conservação da Amazônia", tendo discorrido sobre o tema os seguintes painelistas: Carlos Nobre – do INPE, Milton Kanashiro - da Embrapa, Paulo Barreto – do IMAZON, Adriana Ramos – do Instituto Socioambiental. No quarto painel, intitulado "Avanços na governança pública e iniciativas sustentáveis", discorreram sobre o tema os seguintes painelistas: Oded Grajew – do Instituto Ethos, Eufran Amaral, Andresa Dias e Nadia Cristina Ferreira. Nos intervalos de cada painel, os artistas Cristiane Torloni e Victor Fasano fizeram leituras de depoimentos de vários artistas e personalidades que apóiam o Manifesto. Ao contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Renato Casagrande. Usaram da palavra os senhores Parlamentares Eduardo Suplicy, José Sarney, José Nery, Renato Casagrande, João Pedro, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide, Marina Silva, Arthur Virgílio, Jefferson Praia, Valdir Raupp, Janete Capiberibe e Paulo Teixeira. Extrapauta, foi aprovado o **Requerimento nº 15, de 2009-CMMC,** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande e Senador Cristovam Buarque, requerendo a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realizar-se no Plenário do Senado Federal, destinada a debater sobre a "Preservação da Amazônia" e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados. Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal, Deputado Michel Temer – Presidente da Câmara dos Deputados; Ministro Carlos Minc – Ministro de Estado do Meio Ambiente; Ministro Roberto Mangabeira Unger - Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; Deputado Sarney Filho – Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista; Deputado Silas Câmara – Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados; Deputado Roberto Rocha – Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; Representantes do Movimento Amazônia para sempre: Fábio Luis Soares da Silva – Acompanhante de Mirla Cristina Peixoto, Delegada da Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente; Augusto Praxedes – Presidente do Grupo de Produtores Florestais Certificados; Cleísa Cartaxo – Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre; Valmir Ortega – Secretário do Meio Ambiente do Pará; Luis Daldegan – Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso; Nádia Cristina d'Ávila Ferreira – Secretária de Meio Ambiente do Amazonas; José Ricardo Rezek – Produtor Rural (participante da campanha y Ikatu Xingu); Milton Kanashiro – Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa/CPATU; Paulo Barreto – Pesquisador do IMAZON; Carlos Nobre – Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE; Adriana Ramos – Instituto Socioambiental;

Sérgio Leitão – Greempeace; Roberto Smeraldi – Amigos da Terra; Muriel Saragoussi – Grupo de Trabalho Amazônico; Padre Nelito Saragoussi – Comissão Pastoral da Terra/Aliança Camponesa Ambientalista; Paulo Moutinho – IPAM; Valéria Ipaiê – COIAB; Julio Barbosa – Conselho Nacional dos Seringueiros;

Adalmir José da Silva – Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas; Rogério Hohn – Movimento de Atingidos por Barragens; Marcos Mariani – Presidente da Associação Preserve Amazônia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as duas horas e doze minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e nove, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes das Comissões e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti** Senador **Renato Casagrande** Senador **Cristovam Buarque,** Presidenta da CMMC – Presidente da CMA – Presidente da CDH.

## REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 13/5/2009

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, também a 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que, em Audiência Pública Conjunta, destas três Comissões, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, já se encontram à Mesa, para nossa honra, agradecendo sobremaneira a presença, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador José Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer.

Convido, para compor a Mesa, o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc. Convido também, para compor a Mesa, o Ministro Roberto Mangabeira Hunger, Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Convido o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Convido o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Cristovam Buarque. Se ele não estiver presente, o Senador José Nery, que é o Vice Presidente da Comissão. Havia um compromisso do Senador Cristovam, portanto, se ele não tiver ainda chegado, o Senador José Nery, Vice Presidente da Comissão, está convidado.

Comunico que o Deputado Silas Câmara, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, se encontra enfermo e, portanto, não estará compondo esta Mesa. Convido o Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados. Convido o Deputado Roberto Rocha, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Convido a atriz Christiane Torloni e o ator Victor Fasano, representantes do Movimento Amazônia para sempre. Convido o Deputado Colbert Martins, que é o Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Senado, do Congresso Nacional.

Nós temos ainda Ministros que estão dando entrevistas, então, nós vamos compondo a Mesa, tão logo eles terminem.

A presente Reunião destina-se à Audiência Pública em conjunto com as Comissões do Meio Ambiente, Defesa do consumidor, Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e esta Audiência Pública, em conjunto, inclusive com a participação das Comissões da Câmara, tem como objetiva defesa da Amazônia e também promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para Sempre", com a presença de diversas autoridades e demais convidados.

Quero, na abertura dos nossos trabalhos, esclarecer aos presentes que esta Audiência Pública adotará alguns procedimentos, visando a uma melhor adequação dos nossos trabalhos. Esta presidência passará adotar o tempo de cinco minutos, podendo ser prorrogável por mais cinco minutos, para os painelistas; nós vamos ter quatro painéis, dois sobre ameaça sobre Amazônia, um sobre a importância estratégica da conservação da Amazônia, e o quarto, Avanços na Governança Pública e Iniciativas Sustentáveis, portanto, os painelistas terão cinco minutos por, no máximo, prorrogação de mais cinco. Também cinco minutos para o uso da palavra dos Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, para os artistas e demais convidados. As inscrições para o uso da palavra dos Exmos. Srs. Parlamentares serão feitas por cada um dos temas, para cada um dos painéis, e os servidores da Comissão... Deixa eu ver se eu consigo localizar, a Dulcídia... Onde é que ela se encontra? A Dulcídia e o Habib, tão logo nós iniciemos os trabalhos, estarão com as listas de inscrição para cada um dos painéis, percorrendo o Plenário, para que os Parlamentares possam fazer as suas inscrições.

Encontram-se também, na entrada do Salão Nobre deste Plenário, mesas com servidores das relações públicas do Senado Federal, que estão credenciando os senhores convidados e painelistas para receberem o holograma de acesso ao Plenário.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores. Os Srs. e as Sras. Parlamentares que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Suplicy, eu pediria que V.Exa. me permita terminar os procedimentos, tá? Passo, de imediato, à leitura do seguinte Requerimento: "Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões Mista Permanente de Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Defesa do consumidor, Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada debater sobre a preservação da Amazônia e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados. Todos os componentes da Mesa já são nossos convidados, já estão aqui participando da abertura, e estão convidados também representantes de diversas instituições e movimentos: Movimento "Amazônia para sempre", Fábio Luiz Soares da Silva, Miriam Cristina Peixoto, Augusto Praxedes, Cleísa Cartaxo, Valmir Ortega, Luiz Daldegan, Nádia Cristina D'ávila Ferreira, José Ricardo Resek, Milton Kanashiro, Paulo Barreto, Carlos Nobre, Adriana Ramos, Sérgio Leitão, Roberto Smeraldi, Muriel Saragoussi, Padre Nelito Dornelas, Paulo Moutinho, Valéria Ipaiê, Júlio Barbosa, Adalmir José da Silva, Rogério Hohn e Marcos Mariani.

O Requerimento, assinado pelos Presidentes das três Comissões: por mim, pelo Senador Renato Casagrande e pelo Senador Cristovam Buarque. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Eduardo Suplicy, questão de ordem.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sra. Presidente, seguindo a sua orientação, quero informar que, lá no Auditório Petrônio Portela, estão mais de 200 estudantes do Centro de Ensino Médio I, de São Sebastião, acompanhados da Diretora Ineide Santinni Cunha, já que aqui as dependências estão lotadas. Apenas isso que queria saudá-los e dar boas-vindas a eles, e cumprimentar V.Exa. pela iniciativa, e a todos que estão neste evento. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador Eduardo Suplicy. E, dando início aos nossos trabalhos, eu queria iniciá-los com uma frase muito importante, de uma figura que tem tudo a ver com que nós faremos ao longo desta noite. E, com certeza, seja lá onde ele estiver, ele estará olhando por nós, que é o nosso querido, inesquecível, Chico Mendes: "No começo, pensei que estivesse lutando para salvar Seringueiras. Depois, pensei que estava lutando para salvar a floresta amazônica. Agora percebi que estava lutando para salvar a humanidade". Que Chico Mendes nos oriente e nos guie nesta noite.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu queria, para a abertura dos nossos trabalhos, convidar a pajé Zenaide Lima de Araújo... Zeneide Lima de Araújo, que é da Cultura Caruana, da Ilha de Marajó, do Município de Soure do Pará... Vão me corrigindo aí no que eu falar errado, Soure do Pará, os amazônidas todos aqui presentes na Mesa... E a pajé Zeneide Lima, ela vai nos brindar com uma música de sua autoriza, que é "O funeral da mata". Então, Zeneide, por favor, se dirigindo ao microfone, para nós termos abertura com as suas bênçãos.

[palmas].

**SRA. ZENEIDE LIMA:** Essa música é da minha autoria, letra e música, e eu a ofereço a todos os presentes. É "O funeral da natureza", o título. Posso cantar?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Só um minutinho, que nós estamos com o som muito baixo.

**SRA. ZENEIDE LIMA:** Essa música, letra e música minha, da minha autoria, e eu ofereço a todos os presentes, "O funeral da natureza".

*Estão tocando fogo*
*Cuidado com a mata*
*Os rios estão secando*
*Passarinho não se vê mais*
*Tristeza me dá*
*Ver o funeral da natureza*
*Seus rios agonizantes*
*Vão morrendo devagar*
*O mar está revoltado*
*E as ondas estão batendo*
*Pedindo socorro*
*Que a natureza está morrendo*
*O mar está revoltado*
*E as ondas estão batendo*
*Pedindo socorro*
*Que a natureza está morrendo*

Obrigada, senhores.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Pajé Zeneide Lima de Araújo, por nos brindar com esta música que, com certeza, vai orientar os nossos trabalhos e trazer toda energia positiva que nós precisamos nesta noite.

Eu concedo, de imediato, a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, Deputado Michel Temer, para sua saudação nesta abertura desta Audiência Conjunta de Câmara e Senado.

**DEPUTADO MICHEL TEMER (PMDB-SP):** Sra. Senadora Ideli Salvatti, que preside a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, eminente Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, Senadores, Deputados, senhoras e senhores, artistas aqui presentes e ambientalistas em geral. Eu quero, em nome da [interrupção do áudio], eu quero saudar este instante e esta solenidade.

Ainda há pouco, ouvíamos a Sra. Pajé cantar uma música do funeral da natureza e, se ligarmos isso à frase do Chico Mendes, o funeral da natureza poderá ser o funeral da humanidade. Portanto, quando esta Reunião se processa aqui no Senado Federal, com toda essa simbologia de guarda da natureza, é... Este me parece que é o traço marcante desta Reunião, nós estamos, na verdade, pensando na sobrevivência de todos os seres viventes, não apenas da mata, mas daqueles que usufruem dos benefícios, que a mata, que o meio ambiente, fornecem à humanidade.

Portanto, em rápidas e singelíssimas palavras, em nome da Câmara dos Deputados, eu quero mais uma vez, saudar esse movimento e saudar a todos aqueles, até, se me permitem um parêntese, veja como é importante o Poder Legislativo, seja o Senado Federal, seja Câmara dos Deputados, porque é aqui que se concentram os grandes temas nacionais, quantas e quantas vezes ouvimos e reouvimos críticas ao Poder Legislativo e, entretanto, nos esquecemos que o centro fundamental das aspirações populares, das grandes concentrações populares, dos grandes movimentos populares, entre os quais sobreleva e se ressalta este de defesa do meio ambiente, se dá precisamente no Poder Legislativo. De modo que esse instante sobre ser um instante de preservação do meio ambiente é um instante de revelação da importância do Poder Legislativo no Brasil. Muito sucesso ao trabalho de todos senhores e senhoras.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Presidente Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e passo não só a palavra, mas também o microfone para o Presidente do Senado, Senador José Sarney.

**SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP):** Senadora Ideli Salvatti, que é Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que foi agora instalada aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal, desde o Sr. Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, demais componentes da Mesa, artistas, ambientalistas e lutadores pela causa ecológica.

Desde o momento em que a Senadora Ideli Salvatti pediu a nossa ajuda e a nossa colaboração, aqui na Casa, para prestigiarmos este evento, não tivemos nenhuma vacilação, sobretudo pelo grande tema que é o motivo desta nossa Reunião nesta casa, que é aquele que está escrito para a Reunião, "Amazônia para Sempre", é realmente uma causa nobre, extraordinariamente idealista, sobretudo de grande necessidade para o nosso país. Que tenhamos sempre a consciência do que a Amazônia representa para nós e do que ela representa também para humanidade. Amazônia... Este encontro tem o nome de vigília, e ele diz tudo, porque já os evangelhos nos recomendam que a gente deve vigiar... "Vigiai", é aquela palavra, então, nós estamos aqui para essa vigilância, vigilância que deve ser permanente, total, absoluta, em relação ao que representa Amazônia para o Brasil. E nós não estamos fazendo mais nada do que seguindo os passos dos nossos antepassados, que foram capazes de preservar a Amazônia para que hoje ela ainda estivesse de pé e o mundo pudesse admirá-la e pedir a nós que a conservássemos, como estamos fazendo.

Certa vez, e eu contei isto à Comissão que foi falar comigo para esse evento, eu estava com o Presidente Bush, quando ele foi, de certo modo, agressivo em relação à posição do Brasil sobre a Amazônia, e eu respondi: "Sr. Presidente, o senhor só se preocupa com a Amazônia hoje porque nós, brasileiros, preservamos a Amazônia até hoje, quando, no Século passado, as firmas colonizadoras se organizaram para destruir as matas da humanidade, constituíram uma que chamava-se Amazônia River Corporation, e essa empresa era uma das empresas colonizadoras, e ela veio para entrar no Rio Amazonas, e a população de Belém do Pará não deixou que os navios entrassem para iniciar a destruição da Amazônia".

Então, é o exemplo brasileiro, nós sabemos o que é a Amazônia e o que ela representa, e, portanto, nós a preservamos e, hoje, estamos aqui vigilantes, mais uma geração, além daquelas que, no passado, vigiaram a Amazônia, estamos aqui presentes para mostrar, que não, jamais admitiremos, de qualquer maneira, que a Amazônia possa deixar de ser o que ela é, porque, ao mesmo tempo, ela, além de tudo, ela é um patrimônio da natureza que o Brasil tem.

A Amazônia despertou a fascinação aos descobridores, quando Pinzon chegou, pela primeira vez, às margens daquele rio, ainda antes de Cabral chegar, e provou aquela água que adentrava pelo oceano, e ele, ao prová-la, deu o nome de Santa Maria de la Mar Dulce para dizer que ali estava um mar doce, que eram as águas que saíam. Hoje isto nós já sabemos que significa 12% da água doce da humanidade. Não existirá sobrevivência da terra se não existir... Se não existir a sobrevivência da Amazônia. Portanto, nós so-

mos detentores de recursos naturais essenciais, não somente a qualquer outra atividade humana, mas à vida, através da água que ali está armazenada.

Segundo lugar, há necessidade de preservarmos a Amazônia, e eu tive a oportunidade de, quando exerci a Presidente da República, visitar 19 vezes aquela região, e tive a oportunidade de dizer: "Quem tem Amazônia não tem medo do futuro". Se nós soubermos e tivermos consciência disso, e se todas as gerações de hoje e de amanhã mantiverem a mesma vigilância que esta noite, deste simbolismo, ela representa, não tenho dúvida nenhuma de que nós, brasileiros, daremos, como temos dado, um exemplo à humanidade, preservando aquilo que nós temos de mais importante na nossa vida, que é a própria natureza. Sem a natureza, destruindo a natureza, nós estamos destruindo a vida. Destruindo a vida, nós estamos destruindo o próprio homem, na sua aventura que... Na face da terra.

Assim, eu quero congratular-me com todos que participaram desse evento e dizer que eu quero me alistar entre os soldados daqueles que defendem a Amazônia para Sempre. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Tem um pouco de economia aqui de microfone, mas eu queria, inclusive, em nome de toda Comissão Mista de mudanças Climáticas, e tenho certeza, da Comissão de Meio Ambiente, que o Senador Casagrande preside, e também da Comissão de Direitos Humanos, que o Senador Cristovam e o José Nery conduzem, agradecer, Senador José Sarney, por todo o apoio... Este evento, com esta magnitude, com esta representatividade não estaria acontecendo esta noite, se não tivesse, da parte da Presidência, de forma muito especial, de V.Exa., o compromisso e todo o apoio, em todos os momentos, em tudo que a gente precisou resolver, porque este evento, esta Sessão de hoje, esta vigília, foi organizada em, nada mais, nada menos, do que uma semana, numa demonstração clara de quanto este tema, Amazônia, preservação da Amazônia, move as pessoas, entusiasma as pessoas e faz com que todos se comprometam, desde o Presidente do Congresso, até cada um dos funcionários, que foram prestimosos em providenciar tudo que fosse necessário.

E eu passo, de imediato, à palavra ao nosso Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, para sua ação a este ato cívico de preservação da Amazônia.

**SR. MINISTRO CARLOS MINC:** Boa noite a todas e a todos. Queria saudar a Senadora Ideli Salvatti, os Presidentes do Senado e da Câmara, Senador José Sarney, Deputado Michel Temer. Aos artistas, militantes e conscientes, Victor Fasano e Christiane Torloni, os companheiros também, que compõem a Mesa, o Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Ambientalista, o Senador José Nery, em suma, Senador Casagrande, todos os componentes e sobretudo os ambientalistas, os Parlamentares, aqueles representantes das comunidades indígenas, dos seringueiros, dos movimentos de proteção à Amazônia.

Bem, eu acho que, em boa hora, Senadora Ideli, em boa hora, se organizou essa vigília, era necessário. Eu acho que a gente está atravessando um período muito difícil, um período que é uma ofensiva conservadora muito grande em relação ao Meio Ambiente, em relação à Amazônia. Eu acho, inclusive, Deputado Sarney filho, inacreditável que você olha o Brasil, no Norte, as pessoas sofrendo com as inundações, no sul, as pessoas sofrendo com a seca, no mundo inteiro, nos painéis internacionais, nos fóruns internacionais, o mundo só se preocupa com o clima, as geleiras derretendo, o nível do mar caindo, e aqui e nós, no Brasil, inclusive, nós vemos uma ofensiva muito grande para diminuir as proteções ambientais, como se a proteção que existe fosse um engessamento do Brasil, como se o grande mal do Brasil fosse haver proteção a mais.

Eu quero dizer para vocês, como Ministro do Meio Ambiente, que nós temos proteção a menos e não proteção a mais. Em três anos, o número de espécies ameaçadas de extinção, triplicou no Brasil; passou de 240 para 620. Mesmo em outros biomas, como cerrado e a caatinga, nós temos no máximo 8% de área protegida, contando áreas estaduais e federais, sendo que só 2% de proteção integral.

Então, Senadores, Deputados, ambientalistas, eu realmente estou muito preocupado. Nesse período, nós intensificamos as ações de fiscalização e vigilância; atualmente, nesse momento, estão havendo 240 ações de fiscalização na Amazônia, nesse momento que nós estamos falando, algumas delas muito grandes, com participação do Exército Brasileiro e do IBAMA, da Polícia Federal, como é o caso de Rondônia, Pará, Maranhão e outros Estados. Nesse período, nesse último ano, nós conseguimos diminuir 45% do desmatamento da Amazônia, em relação ao mesmo período do ano anterior. E isso, por uma série de medidas combinadas; uma delas foi o corte do crédito dos desmatadores, uma medida que foi idealizada ainda no período da minha companheira Ministra Marina Silva, Senadora a quem peço uma grande salva de palmas--

[palmas].

--E que nós brigamos muito para que ela fosse mantida, que houve uma pressão brutal para que ela fosse derrubada e ela surtiu realmente efeito; crédito é para quem vai fazer a coisa dentro da lei. Para quem

for fazer fora da lei, não podemos dar crédito subsidiada. Uma outra medida importante foi o decreto de crimes ambientais, que permite você leiloar o boi pirata, a madeira pirata, impedir que o criminoso ambiental se enriqueça com produto do seu crime. Nós fizemos dezenas e dezenas de leilões de madeira pirata, de boi pirata, e o resultado da venda desse material criminoso foi aplicado em empregar pessoas que trabalhavam nas carvoarias e serrarias ilegais, e que iam ficar sem emprego e foram contratadas para fazer pontes, habitação popular e escolas municipais.

Um outro ponto importante, aqui vários representantes de ONGs que participaram, são os acordos com os setores produtivos; a moratória da soja, que já havia, o Ministério do Meio Ambiente se somou e acrescentou novos pontos, o pacto da madeira legal, até porque, Senador Sarney, uma das melhores maneiras de combater a madeira ilegal é aumentar a oferta da madeira legalizada, do plano de manejo, carimbado, certificado. Inclusive, recentemente, nós, junto com entidades que estão aqui presentes, como o *Greenpeace*, o Amigos da Terra, o WWF, nós fizemos o primeiro balanço da moratória da soja, e podemos dizer que, na Amazônia, hoje, a soja está sob controle; não podemos dizer o mesmo da pecuária. A pecuária não assinou o acordo, nós temos a preocupação, hoje em dia é uma das atividades mais agressivas em relação ao desmatamento. Nós, recentemente, tivemos um bom entendimento com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o Conselho Monetário Nacional aprovou uma ajuda aos frigoríficos; o BNDES é um dos bancos que assinou o Protocolo Verde. E, pela nossa lei, você é co-responsável, um frigorífico é co-responsável pelo crime ambiental cometido pelos seus fornecedores. Então, isso vai ser controlado e vigiado, que a gente não pode dar dinheiro para quem compra carne ilegal, que está sendo responsável pelo desmatamento da Amazônia, isso é muito importante.

Queria também dizer que, nesse momento, está sendo votada, aqui na Câmara dos Deputados, uma lei importante, onde eu passei ontem a manhã aqui, com as lideranças de todos os partidos, para garantir que, na regularização fundiária, tivesse uma forte restrição ambiental. Não é possível o governo dar, e corretamente, terra para 300 mil pessoas, patrimônio federal, e não exigir em troca o compromisso do cumprimento das leis ambientais. Havia uma forte pressão, e há ainda, está sendo votado nesse momento... Eu estive lá, inclusive, antes, houve até um pedido para que eu fosse afastado do Plenário; o Presidente Michel Temer garantiu a minha presença no Plenário da Câmara, durante essa votação. E eu quero dizer que isso é muito importante porque, imagina, há um número grande de Parlamentares querendo retirar da Medida Provisória da regularização, qualquer menção à questão ambiental, como se desse uma título da terra com uma mão e a motosserra na outra, isso é absolutamente inaceitável, isso contraria o Plano Clima, o Fundo da Amazônia... Não é possível avançarmos—

[palmas].

--Não é possível avançarmos, como temos avançado, agora temos um plano de mudanças climáticas; esse plano tem compromissos com a redução, de até 70%, do desmatamento da Amazônia até 2017.

Então, nós temos planos, nós temos metas, nós temos o Fundo Amazônia e, se nós andarmos na contramão, nós vamos desmoralizar o Plano, as metas e mesmo os doadores do Fundo Amazônia, obviamente, vão se retrair. Apenas a Noruega se comprometeu com um bilhão de dólares para o Fundo Amazônia, dos quais 150 milhões foram depositados. É bom que se diga, Presidente Sarney, que esse fundo é soberano. Foi uma exigência do Presidente Lula; os doadores não tem assento, e quem comanda são, inclusive, entidades, Governos Estaduais e Ministérios.

Para concluir, eu quero dizer que nós estamos aqui no Congresso Nacional, aonde muitas batalhas importantes estão se dando, uma, nesse momento, e outras vão se dar ainda. Nós temos que ver que qualquer modernização da legislação, por exemplo, do Código Florestal, tem que partir do princípio do desmatamento zero; tem que partir do princípio que a floresta não é obstáculo, é um grande ativo para a gente. Tem que partir do princípio da nossa responsabilidade com o Brasil, com os rios e com o clima do planeta. Eu acho que a gente pode, sim, avançar, mas não destruir as proteções legais para o bioma Amazônia e para os outros biomas brasileiros.

[palmas].

--Senadora Ideli, bom momento o momento da vigília; temos que juntar forças, energia, a energia das nossas lideranças indígenas, a energia das nossas ONGs, a energia dos nossos Deputados e Senadores, que estão votando bons Projetos, impedindo que aqueles negativos avancem e, sobretudo, a energia do povo brasileiro, que não quer que seja suprimido o verde da nossa bandeira, que quer que nós leguemos para os nossos filhos e netos, um país com qualidade de vida, um país democrático, que respeite todas as suas tribos, todas as suas nações, todas as suas etnias, todas as suas culturas, toda a sua fauna, toda sua flora. O que está em jogo nessa vigília é a defesa da Amazônia, mas é também a defesa da vida, é a defesa do Brasil e a defesa do planeta. Parabéns pela vigília, saudações ecológicas e libertárias para todos vocês.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Ministro Carlos Minc, e passo, de imediato, a palavra ao Senador Renato Casagrande, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senadora Ideli, que preside esta Sessão, Senador Sarney, Presidente do Senado, Senador Michel Temer, Presidente da Câmara. A importância dessa presença dos presidentes das Casas nesse momento. Ministro Carlos Minc, Ministro Mangabeira Hunger. Cumprimento atriz Christiane Torloni, Victor Fasano, cumprimento o Zé Nery, o Colbert Martins, Senadores e Deputado Sarney Filho, da Frente Parlamentar, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, entidades aqui presentes.

A importância dessa vigília, neste momento, Senadora Marina Silva, que também quero cumprimentar e fazer destaque pelo trabalho dela. A importância da vigília, neste momento, aqui um tema já foi colocado pelo Ministro Carlos Minc, que eu acho que é fundamental nós destacarmos: A vigília cumpre um papel em defesa da Amazônia, mas também cumpre um papel em defesa de todos os biomas. Porque há uma certa agressividade, bem articulada, de movimentos que querem continuar com o velho modelo de desenvolvimento. Então, a vigília cumpre um papel reação... Christiane Torloni, que foi uma das articuladoras desse momento que nós estamos vivendo aqui agora... Cumpre o papel de reação para que a sociedade brasileira possa dizer qual o caminho quer seguir no rumo do seu desenvolvimento. Acho que isso é importante, Câmara, Senado, sociedade, governo, todos juntos, dizendo qual o caminho quer seguir.

Outros países, outras regiões do Brasil adotaram esse velho modelo de desenvolvimento, que é um modelo quase nômade, você vai, ocupa uma região; a região está degradada, você ocupa região, e assim por diante. Parece que só a floresta derrubada é que tem efetivamente um valor. E essa vigília vem dizer que nós queremos implantar, neste momento de crise que nós estamos vivendo também, este novo modelo de desenvolvimento, porque o modelo que está aí já fracassou na área social, porque a quantidade de excluído que a gente tem, no mundo e no Brasil, nós podemos observar, verificar a cada dia; já fracassou na área econômica, estamos vivendo uma crise econômica e financeira, decorrente deste modelo, que concentra renda e que provoca exclusão social e que provoca uma concentração de renda muito grande; fracassou efetivamente na área ambiental... As grandes mudanças ambientais globais são decorrentes da exploração irracional das nossas florestas, do uso inadequado e irracional de fontes não renováveis de energia; de um consumo exagerado, que parece que só quem consome muito é que pode alcançar a felicidade. A felicidade está relacionada à quantidade que a pessoa consome por dia ou bem ou serviço que ela está consumindo, aí tem que chamar a responsabilidade do meio de comunicação também, que incentiva muito esse tipo de padrão de vida, e que nós temos que questionar também, que o planeta não suporta esse tipo de consumo, não suporta esse nível de consumo.

Então, nós estamos num momento que é apropriado para esta reflexão, pela importância da Amazônia, importância da preservação da sua biodiversidade, importância da questão do regime de chuvas em diversas regiões da América do Sul, importância na questão do equilíbrio da temperatura, importância econômica, saber que lá tem gente, tem que viver, tem que sobreviver, e que nós temos que ter modelos específicos de desenvolvimento, e já tivemos uma orientação divina, de que nós temos que orar e vigiar.

Então, a vigília não é só discurso; uma vigília é muito mais do que discurso, porque a vigília significa ação, a vigília significa atividade articulada dos movimentos, e é por isso que nós estamos aqui, neste momento, e acho que as Comissões da casa, que estão organizando no Senado, e as Comissões da Câmara precisam ativamente acompanhar os problemas públicos do Governo Estadual, Municipal, Federal, que buscam reduzir e zerar o desmatamento. O Congresso tem um papel fundamental; é uma agenda positiva, que pode ajudar a tirar o Congresso da crise que nós estamos vivenciando neste momento. Parabéns e muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Renato Casagrande e passo a palavra ao Senador José Nery, Vice Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para saudação.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle; Deputado Sarney Filho. Saudamos a representação da ONG Amazônia para Sempre nas pessoas da atriz Christiane Torloni e Vitor Fasano; Sr. Colbert Martins, Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente; saudamos a presença de todos os ambientalistas, professores, Srs. Senadores, Deputados, Vereadores, todos que se dedicam à causa e à defesa da Amazônia.

Primeiro, não é possível pensar o desenvolvimento no Brasil sem pensar a Amazônia. E a riqueza da Amazônia é composta por sua sociobiodiversidade, seu povo, suas terras, florestas, água, enfim, tudo que compõe essa imensa região do nosso país.

Queremos alertar que não é possível preservar a Amazônia sem proteger e respeitar a população amazônida, de 25 milhões de brasileiros e brasileiras. Não é possível pensar o desenvolvimento da Amazônia a ter continuidade o modelo de desenvolvimento econômico até hoje presente na Amazônia, predatório, violento, que coloca milhões e milhões de ribeirinhos, índios, quilombolas, trabalhadores rurais, em condições de absoluta indignidade. O chamado progresso a qualquer custo tem sido responsável pela devastação, pela violência contra... E a espoliação das populações pais pobres.

Portanto, preservar e defender a Amazônia significa, em primeiro lugar, rever um modelo de desenvolvimento até aqui vivenciado, para, no lugar dele, pensarmos políticas sociais e econômicas, que incluam a maioria dos deserdados da Amazônia. Por isso essa vigília, a terceira da história do Senado da República, Senadora Ideli; atos dessa natureza só ocorreram dois, o ano passado, quando aqui fizemos duas vigílias em defesa dos direitos dos aposentados, a noite inteira. Esta é uma vigília em defesa da Amazônia, não só brasileira, da Amazônia Internacional, a Amazônia de todos, que está na Bolívia, Embaixador Rocampo(F), que está na Venezuela, na Colômbia e nos países vizinhos.

Portanto, o desenvolvimento que queremos não é esse dos grandes, dos megaprojetos, financiados, muitas vezes, com recurso público, para desmatar, retirar índios e camponeses de suas terras. O desenvolvimento que queremos é aquele que garanta a terra para todos, o direito dos índios, dos ribeirinhos, dos quilombolas, das populações urbanas das grandes cidades, das médias cidades, que sobrevivem na miséria e no abandono.

Portanto, essa vigília em defesa da Amazônia, o terceiro ato dessa natureza realizado aqui no Plenário do Senado Federal, é carregado de um simbolismo ímpar porque reúne os brasileiros e brasileiras que, nesse momento, estão associados a todos que, em todas as partes do país, na Amazônia, no Nordeste, no Sul e no Sudeste, em todo o canto, acompanham, com vivo interesse, esse ato e essa vigília, mas não querem, como nós não queremos, que seja apenas o ato da vigília. Significa afirmação do compromisso com o desenvolvimento sustentado, igualitário e inclusivo. Por isso, nós, que denunciamos os assassinatos de trabalhadores, de índios, de lideranças sindicais, dos movimentos populares, dos que morrem na luta pela terra, nós queremos o desenvolvimento que seja para todos e para todas. Por isso, o simbolismo deste ato deve significar, primeiro, Sra. Presidente, aqui, a conclamação a todos os Srs. Parlamentares, as diversas Comissões que organizam essa Sessão, proponho, é preciso escutar mais de perto o povo da Amazônia. Por isso proponho uma caravana na Amazônia, promovida por todos nós, para ouvir mais de perto aqueles que não são ouvidos e, assim, fortalecer cada vez mais o compromisso com o futuro dos 25 milhões de amazônidas.

Proponho, Sra. Presidente, Srs. parlamentares, senhores e senadoras das organizações ambientalistas, aqui no Congresso Nacional, à ameaça de retrocedermos na legislação ambiental, proponho que cada cidadão acompanhe o voto de cada Parlamentar que aqui venha votar para destruir, desmatar a Amazônia, inclusive denunciando, mostrando, em cada Estado, apontamos os nomes daqueles e daquelas que foram eleitos para defender os interesses do povo brasileiro, e defendem os interesses do lucro e do capital, denunciar o nome de todos aqueles que, de alguma forma, na Câmara e no Senado, votem para retroceder nas conquistas da legislação ambiental, pela reforma agrária, pelo fim da grilagem, para que os bancos públicos não continuem financiando o agronegócio, que devasta, que mata, que se envolve com o trabalho escravo, com grilagem e assassina trabalhadores.

Em nome da vida, em nome dessa rica região e desse povo tão querido e tão amado, o compromisso de todos nós, é fazer desse ato a reafirmação do nosso compromisso de todos os dias, de todas as horas, para que todos, na Amazônia e no Brasil, tenham pão, terra, dignidade, liberdade e justiça social. Esse é o grito que ecoa dessa Sessão. E, com certeza, será um marco fundamental no avanço das... Contra as forças conservadoras, que querem o retrocesso da legislação, humilhando o que nós já conquistamos. Por isso: Viva a Amazônia, viva a luta de todos, viva o povo brasileiro.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador José Nery e passo, de imediato, a palavra ao Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, para sua saudação.

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Sra. Presidente da Comissão Parlamentar Mista, Senadora Ideli, Srs. Presidentes da Câmara e do Senado, Deputado Michel Temer, Senador Sarney, Srs. Membros da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes, eu serei breve, cumprirei o Regimento. O que se impõe hoje

aqui, basicamente, é o que se deseja para Amazônia, a questão básica é o que nós queremos a Amazônia? Queremos a Amazônia como uma fronteira agrícola a ser vencida, o processo histórico, que dilapidou o nosso patrimônio na Mata Atlântica, no serrado, ou queremos a Amazônia como um bioma que presta serviços à humanidade? Essa é a grande questão. Precisamos desmatar a Amazônia para crescer ou precisamos da Amazônia para que este crescimento seja consolidado? E assim a maioria dos que aqui estão entendem que a Amazônia é um bioma que deve continuar prestando serviços à Humanidade. A Amazônia não é somente um estoque de gases do efeito estufa; a Amazônia não é somente uma possibilidade imensa, incomensurável de curas, através da nossa biodiversidade, através do conhecimento da biodiversidade da Amazônia que, muitas das vezes, nós estamos destruindo, antes mesmo de saber do seu potencial. A Amazônia não é somente uma produtora de águas. A Amazônia não é somente um bioma que interfere nos regimes de chuvas, das regiões sul, Sudeste do nosso país. A Amazônia é um bioma que presta serviços à humanidade, a Amazônia ganha a importância, porque o mundo vive uma crise ambiental, porque o mundo vive uma crise climática, ou você acha que o que está acontecendo no Brasil e no mundo é coisa somente da natureza?

Hoje, já está comprovado que a ação do homem no Planeta Terra desencadeou um desarranjo ambiental, o clima está sendo aquecido artificialmente, e, nesse momento, a Amazônia ganha importância, porque ela significa um ar condicionando dentro do mundo aquecido. A Amazônia tem essa importância. Então, nós, que estamos aqui no Congresso, as lideranças de todos os partidos, temos que ter a responsabilidade de saber que os serviços ambientais que a Amazônia presta, presta à humanidade, presta à vida no Planeta Terra, e esses serviços têm que ser preservados.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, entrar na linguagem fácil daqueles que querem o desenvolvimento a qualquer custo, não é isso o que as pesquisas dizem que os brasileiros desejam. Na semana passada, foi feito uma pesquisa pelo Instituto Datafolha, 95% da população brasileira não quer o desmatamento; 90% da população brasileira prefere que haja menos produção e que as matas fiquem em pé. Então, essa é a realidade do povo brasileiro, o povo brasileiro já decidiu que quer a Amazônia preservada.

Agora, nós, políticos, deputados e senadores, que estamos verificando, vivendo o momento aqui em que se tenta, em todas as Medidas Provisórias, colocarem armadilhas para que haja retrocesso ambiental, na legislação ambiental, nós não podemos ceder a essa visão fácil, ceder a esse argumento falacioso, de que é preciso derrubar a floresta para que o país continue crescendo. A nova economia que se apresenta para o mundo é a economia ecológica, é a economia do baixo consumo dos gases do efeito estufa. E a Amazônia, nesse caso, é um diferencial a favor do Brasil. A Amazônia, como já disse aqui o Senador Sarney, como já disse o Ministro, a Amazônia que nós preservamos, ela é um diferencial nesse mundo, hoje, que está passando sérias dificuldades ambientais. Nós estamos vendo o Nordeste debaixo d'água, nós estamos vendo cheias que não se tem notícias de que elas já tenham existido nessas proporções, nós estamos vendo secas também. Será que, com tudo isso, ainda há pessoas que pensam que desmatar a Amazônia é a solução para o nosso desenvolvimento?

Então, Sra. Presidente, então, senhoras e senhores, vamos fazer a nossa vigília, mas que essa vigília se transforme em resultados concretos, que, daqui, se saíam decisões de todos os partidos, para que não se cometa retrocesso. Agora mesmo, na Câmara, está querendo fazer um destaque em que se tira todas as condicionantes ambientais, na legalização das posses e dos grilos que essa medida 458 está fazendo. Portanto, vamos respeitar o futuro do Brasil, e quero concluir, dizendo uma frase que eu ouvi. Segundo me disseram, é de um ditado africano: "Cuidem bem das florestas, porque elas não nos pertencem. Elas pertencem aos nossos filhos e aos nossos netos".

[palmas]

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Deputado Sarney Filho e passo, de imediato, a palavra ao ator Victor Fasano, um dos coordenadores e incentivadores deste Movimento Amazônia para Sempre.

**SR. VICTOR FASANO:** Bom, boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente, José Sarney, Senadora Ideli Salvatti, todos aqui presentes, todas as autoridades. Boa noite brasileiros, boa noite aqui aos nossos um milhão e 100 mil brasileiros que estão nesses papéis—

[palmas]

Esta, senhores, é uma noite muito especial, pois estão aqui presentes, neste Senado, especialistas em assuntos amazônicos e meio ambiente, cientistas, pesquisadores incansáveis das mudanças climáticas, autoridades, representantes dos povos da floresta, Chico Mendes, representado aqui pelo Comitê Chico Mendes, enfim, o conhecimento amazônico, conseguido com muito esforço, pesquisa e dedicação.

Eu espero que a aula que teremos aqui hoje nos faça refletir e nos dê material bastante para que os Srs. Senadores tenham conhecimento para que, com muita cautela, repudiem veementemente ações contrárias à manutenção da floresta em pé e que somente ações

auto-sustentáveis sejam bem sucedidas. Cabe a mim apenas um depoimento pessoal, que parece que as experiências vividas, de tempos em tempos, reaparecem nas nossas vidas, frente, assim, que o tempo vem passando.

Nasci num país gigante e promissor, de recursos naturais abundantes e quase infinitos, de imensas florestas, sendo úmidas ou secas, altas ou baixas, manguezais, enfim, os diversos tipos de clima e ecologia. Desde que criança, me lembro, aprendi na escola sobre o que a árvore representava para vida: ela traz sombra, frutos e abrigo. Me ensinaram também, com muita veemência, que Brasil era o nome de uma árvore, a árvore que deu o nome a essa terra era o pau-brasil.

Eu me lembro que, há mais de uma década, quando eu estive em Angola, a convite de um amigo sul-africano, envolvido com um zoológico de Pretória e uma instituição americana, para tentar, junto ao povo angolano e às autoridades, demonstrar a importância de salvar as únicas palancas negras, um mamífero majestoso e imponente, que habitava aquele país... Bom, quando fui lá chamado, encontrei esse mamífero estampado por todas as partes: nas moedas, nas frentes das estatais, na cauda do avião das companhias aéreas do país, em todos os cantos, como símbolo de orgulho do povo angolano, pois é ou era um animal valente, que defendia as suas fêmeas e filhotes de leões famintos.

Depois de falar com jornalistas, políticos, cientistas, ouvi do Ministro do Meio Ambiente a seguinte frase: "Se esta espécie tiver que se extinguir, que aqui se extinga. Afinal, o animal é nosso, temos o direito sobre ele, inclusive o direito sobre a sua extinção", e negou qualquer ajuda. Hoje o símbolo desse animal continua estampado em todos os locais, mas ele não é mais visto há muito tempo. Lembro também de um incrível relato sobre uma ave, que abundava na costa leste norte-americana, diziam esses relatos, à época que, em suas migrações, o número de indivíduos era tão impressionante, que chegava escurecer o céu quando passavam; uns diziam que, quando passavam, demoravam até cinco horas para fazê-lo, outros, mais calorosos, diziam que essa jornada demorava até três dias. Com um tiro, se obtinham 80 carcaças e a ave era vendida a dois centavos de dólar, para adubar lavouras, alimentar porcos e outros animais, além das pessoas. Todo tipo de barbárie aconteceu com essa espécie, mas ela era um sucesso evolutivo. A sua população era em torno de dois bilhões de indivíduos, e a sua sobrevivência, em grande parte, dependia da manutenção desses grandes bandos.

O fracasso como espécie aconteceu justamente quando o número de indivíduos declinou até perto de milhões, num período, mais ou menos, de 10 anos; a população passou de extremamente abundante para apenas numerosa. Senhores, milhões é um número ainda muito expressivo nos idas de hoje; poucas populações de espécies detêm esse número de sobreviventes. Para viver, nidificar, se alimentar, enfim, viver como espécie, a sua ecologia exigia bilhões de indivíduos presentes; milhões já não eram suficientes.

O último pássaro vivo dessa espécie, que carinhosamente recebeu o nome de Marta, morreu no zoológico de Cincinatti, em 1914, e para se redimir das responsabilidades, as pessoas da época, justificavam que os bandos selvagens haviam migrado para o sul, para algum lugar perto da Bolívia ou Peru, ou que deveriam ter se afogado no Golfo do México, ou, na tentativa de migrar para África, não conseguindo ultrapassar o Oceano, sucumbiram aos milhões e foram lavados, em praias mundo afora, tão distantes quanto as costas da Rússia.

Quanto exatamente de floresta amazônica tem que efetivamente existir para que os serviços ambientais que ela presta continuem acontecendo? Qual a dinâmica do equilíbrio dessas populações de cumarus, maçarandubas e mognos, sem falar na relação entre essas espécies e outros vegetais, insetos, aves e animais? Qual a população mínima que deve existir, de cada uma dessas árvores? Qual é a fórmula física e química que existe entre a biodiversidade toda, capaz de manter esses serviços ambientais? Será, senhores, que aquele Cumaru, que está sendo cortado agora, será o responsável pelo desequilíbrio de toda essa harmonia biológica, e a floresta, como dizem, imensa, que escurece o chão quando vista do céu, repleta de árvores boas para o corte e donas de tanta terra que salvará o planeta da fome, sendo utilizada para agricultura e pecuária? O que acontece com as terras que já passaram por esse processo, desde que fomos descobertos, há mais de 500 anos, e nos demonstram que estão abandonadas, sem nada plantado, sem nenhum animal doméstico sendo criado, e repleta de brasileiros, que não tem acesso à saúde, à educação, e, pasme, escravizados. Meu Deus do céu, nossa floresta, gigantesca, pode estar entrando em colapso nesse instante, apesar de ainda impressionantemente gigantesca, nós não sabemos.

Lá atrás, quando vários biomas e outras espécies foram exterminados, talvez a humanidade pudesse ser perdoada, que não havia conhecimento científico que pudesse recriminá-la. Hoje temos muito mais conhecimento, não o suficiente, claro, pois o conhecimento é infinito, mas o suficiente para sermos culpados, negligentes, sim, responsabilizados sim, pelas futuras gerações. Estamos exaurindo nossos recursos naturais,

com orgulho, afinal somos soberanos, donos dessa gigantesca floresta e, pelo visto, iremos, com o peito empinado, bradar que ela se extinguirá aqui, que ela é nossa e nos pertence, como aconteceu com o comentário feito pelo Ministro do Meio Ambiente de Angola, há anos atrás. Será que, daqui alguns anos, uma árvore chamada, digamos, de Maria, que seja a última árvore existente nesse imenso território, outrora habitado inimaginavelmente por numerosas populações, de variedades arbóreas, teríamos que explicar à humanidade que ela teria partido, e que, provavelmente, teria sido vista correndo, fugindo para algum lugar longe, entre o Peru e a Bolívia, ou que, na tentativa de fugir da perseguição implacável, se jogou ao mar, com o intuito de atravessar o Atlântico, se afogando e seus destroços varridos nas praias do mundo afora, foram encontrados em locais distantes, como o litoral da Rússia. Será que deixaremos desaparecer todos esses recursos ambientais porque não sabemos quanto dele é necessário existir para existência da humanidade? Se eu estiver vivo até lá, voltarei a este Plenário para propor que o nome deste país seja mudado para outro qualquer, já que tenho certeza que simplesmente ouvir a palavra Brasil nos cortaria o peito, nos sangria a alma e nos traria mágoa, causaria tanto desconforto, que seria melhor jamais ouvi-la ou jamais pronunciá-la.

Este um milhão de brasileiros aqui presentes repudiam qualquer tentativa de mudança do Código Florestal Brasileiro, no sentido de empobrecer nossos biomas e dar autoridade a Estados e Municípios para fazê-lo, repudiam também o Projeto de Lei 6424, que visa diminuir de 80 para 50% a área protegida da Amazônia legal; repudiam também qualquer Projeto que venha a anistiar os transgressores, pecuaristas, madeireiros e grileiros dos crimes ambientais praticados há anos; repudiam qualquer Projeto que vise construir rodovias, sem o estudo de impacto ambiental, e que o modal ferroviário seja alternativa. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao ator Victor Fasano, e passo, de imediato, a palavra à atriz Christiane Torloni. E enquanto a Christiane se dirige ao microfone, tem um trecho do poeta Manoel de Andrade sobre a Amazônia, que diz o seguinte: *"Amazônia, Amazônia, com que verde vestiremos o nosso mapa? Quantos ainda cairão para que sobrevivas? Como conter o seu holocausto, p holocausto dos frutos e aromas, remédios e resinas, colares e adereços, canto o desencanto das orquídeas e cipós, de garras, patas e plumagens, de ninhos mortos da maternidade destroçada".*

[palmas].

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu dei um título à minha fala, que, por incrível que pareça, eu aprendi no Acre, há dois anos atrás, chama-se "O disputar da florestania". Como disse o meu querido companheiro de lutas, hoje é um dia muito especial, é o dia de Nossa Senhora de Fátima e também quando se comemoram 120 anos da libertação dos escravos do Brasil. Eu convido os presentes a uma oração silenciosa, particular e ecumênica da sua própria Ave Maria, pedindo a que Nossa Senhora nos inspire nessa noite, nos ilumine para essa vigília que agora começa, e "o que é do céu ao céu, e o que é da terra, a terra", se bem que, segundo Shakespeare, existem mais coisas entre o céu e a terra do que supõe a nossa vã filosofia. Há 50 anos atrás, um grande homem, Martin Luther King, lutou até seu último suspiro pela liberdade de um povo e pelo reconhecimento dos direitos democráticos de uma nação. Ao começar os discursos, ele dizia uma frase que virou o seu lema e seu símbolo: *"I have a dream"*. Eu tenho um sonho.

Há exatos 25 anos, nessa mesma Casa, eu, uma menina de 25 anos, e toda a nação, vimos o nosso sonho de avanço democrático ser pulverizado diante dos nossos olhos, espantados, quando uma minoria de Senadores biônicos votou contra a vontade de milhões de brasileiros que sonhavam pelas Diretas Já. Hoje, não existem mais Senadores biônicos e nem categorias biônicas Parlamentares, no entanto, como dizem as más línguas, ou as línguas más, para eles, a opinião pública é lixo, pois, apesar das liberdades democráticas e da força da comunicação, com a convicção da sua imunidade e da sua impunidade, eles continuarão a ser reeleitos.

Estamos novamente em um ano pré-eleitoral, portanto, eu convido as línguas do bem, aqueles que entendem que a política é uma ciência maior, a se juntar a esses um milhão de vozes que estão aqui, aos 45 milhões que protestaram no site do Globo Amazônia, e aos 95% de brasileiros, que realmente se manifestaram contra a devastação, na enquete da DATAFOLHA, a defender não só com palavras, mas com gestos precisos e inequívocos, essa que é a única floresta tropical do planeta.

[palmas].

Essa mesma opinião pública, que vem sendo ignorada, desconstituída e ridicularizada, está aqui, dizendo claramente que não agüenta mais ver a coisa pública usada como moeda de troca para anseios que só aumentam poder, contas irregulares, mansões e castelos faraônicos.

[palmas].

Hoje muitos de seus Estados estão sendo castigados por enchentes, desabamentos ou estiagem nunca

antes registrada, mais do que qualquer outro argumento sobre o aquecimento global ou das mudanças climáticas, a própria natureza está gritando e bem alto que, infelizmente, já passou dos seus limites.

Esta noite, esta noite, os que insistem em usar a nossa floresta como moeda de troca em seus negócios devem ser identificados e banidos nas próximas eleições.

[palmas].

A questão da Amazônia exige uma política de Estado e não de nenhum governo, e se é mesmo verdade que aqui ainda resistem políticos que pertencem as mais arcaicas ideologias, é chegado o momento de, como diz o nosso querido Shakespeare, de transformar a velhice em sabedoria e reafirmar um processo de florestania com a nação e com o Século XXI, no qual entramos, inexoravelmente. A prova disso é que, nesta noite de histórico encontro democrático, a tecnologia está nos conectando, não só com o Brasil, mas também com o mundo; nós não estamos sós. Ultrapassando as paredes desse Plenário, estamos sendo observados e também julgados. Não nos enganemos, a Amazônia é hoje a menina dos olhos de muitas nações, que insistem em afirmar que ela é um patrimônio da humanidade. Não podemos nos esquecer que, ainda no final da era Bush, assistimos a 4ª Frota espreitando os mares da Cone Sul, portanto, afirmar uma política severa de preservação é também um atestado inquestionável de soberania.

Hoje, 120 anos depois da assinatura da Lei Áurea, vamos também assinar a libertação dos escravos da ganância e da corrupção e garantir que o sonho de toda uma nação que nos acompanha hoje, não seja demolido novamente, como há 25 anos atrás. A democracia venceu o golpe da ditadura, e hoje, talvez, ela não agüente golpes da própria democracia. Vamos, juntos, reafirmar o nosso amor pela floresta amazônica. Selva!

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao brilhante pronunciamento da atriz Christiane Torloni, emocionado, como devemos estar todos nós, pelo desafio que nós temos com a preservação deste patrimônio da humanidade, que é a Amazônia, e, na seqüência, nós assistir ao vídeo do Movimento Amazônia para Sempre, até para que todos entendam como foi a coleta, o movimento que originou estes mais de um milhão e 100 mil brasileiros e brasileiras que participaram, colocando o seu nome, com título de eleitor, todos os documentos, para não ter qualquer dúvida do apoio deles à preservação da Amazônia. Então, eu peço à--

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Senadora, só um instantinho, eu gostaria de introduzir o nosso manifesto para que as pessoas saibam como ele chegou a ser feito como ele é hoje. É só uma introdução curtíssima, por favor. Enfim, é com muita honra que, na presença dos digníssimos e queridíssimos representantes dessa Casa, que nós vamos entregar essas um milhão de assinaturas do abaixo assinado do Movimento Amazônia para Sempre. Esse documento nasce, durante as gravações da minissérie da Rede Globo, intitulada "Amazônia – de Galvez a Chico Mendes", onde assistimos Juca de Oliveira, Victor Fasano e eu, horrorizados, os sintomas de uma Amazônia agonizante.

Esse movimento não se constitui numa ONG, não tem nenhuma coligação político-partidária e não visa fins lucrativos; é simplesmente uma iniciativa dos nossos corações despedaçados. Nesse momento, nós vamos passar o vídeo do manifesto, com as fotografias de Araquém Alcântara, e as Bachianas de Villa Lobos, cedidas gentilmente por seus representantes, pode começar, por favor.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agora os contrarregras.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Contrarregras.

[risos].

Se pudesse baixar a luz, seria bom, não sei se temos essa possibilidade, mas...

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Enquanto os contrarregras acertam, é importante fazer o registro da presença do Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Herman Benjamin, e também que essa vigília está sendo acompanhada, on-line, pela Assembléia Legislativa do Amazonas, do Espírito Santo, do Acre, de Rondônia, do Ceará e de Santa Catarina.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** O senhor pode aumentar o som, por favor?

[exibição do vídeo]

***NARRADOR:*** *Acabamos de comemorar o menor desmatamento da floresta amazônica dos últimos três anos, 17 mil quilômetros quadrados, é quase a metade da Holanda. Da área total, já amos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e 13 Estados de São Paulo, não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do planeta. Depois de tombada na sua pujança, es-*

*tuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateiam fogo às suas vestes de esmeralda, abrindo passagem aos forasteiros que a humilham, ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.*

***NARRADORA:*** *Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação, como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem-natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta pelo direito de manter a floresta em pé, porque delas dependemos para viver, mesmo depois de inúmeras sagas, cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.*

***NARRADOR:*** *Quando, no passado, enxergamos a floresta como obstáculo ao progresso, como uma área a ser vencida e conquistada, um imenso de estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos, ou uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são símbolos da nossa incapacidade de entender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratar.*

*Um país que tem 165 mil quilômetros quadrados de área desflorestada, abandonadas ou semi-abandonadas, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais, portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, onde se lê:*

***NARRADOR:*** *"A floresta amazônica é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais". Assim, deve-se implementar, em níveis federal, estadual e municipal, a interrupção imediata do desmatamento da floresta amazônica já!*

***NARRADORA:*** *É hora de enxergarmos as nossas árvores como monumento da nossa cultura e história. Somos um povo da floresta.*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos à Christiane, ao Victor, ao Juca de Oliveira, que foram os três artistas brasileiros que deram início a este movimento, que resultou neste mais de um milhão e 100 mil assinaturas que estão aqui depositados. E para que a resposta para esses um milhão de brasileiros não fique sem ser dada,no dia de hoje, eu convido a Senadora Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente, para que possa, em nome dos Parlamentares dessa Casa, entregar ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, os Projetos que estão tramitando nesta Casa, e que seriam prioritários a sua aprovação para que nós pudéssemos, com a aprovação destes Projetos, responder dignamente ao anseio de preservação da Amazônia, que não só na forma do abaixo assinado, na pesquisa realizada há poucos dias atrás, se manifestou de forma tão contundente.

Portanto, a Senadora Marina Silva estará entregando, neste momento, o nosso pedido para o Presidente das duas Casas, para que a tramitação destes Projetos se dê de forma ágil, rápida, eficiente.

[palmas].

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Exmo. Sr. Presidente José Sarney, Presidente Michel Temer, a nossa Senadora Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Ideli Salvatti, é com alegria e tristeza, ao mesmo tempo, que eu faço a **entrega dos Projetos prioritários para os Presidentes das duas Casas;** alegria porque estamos aqui reunidos, juntamente com todo Brasil, em uma vigília, numa demonstração de estado permanente de alerta em relação ao que pode acontecer e o que já sinaliza acontecer em relação a retrocessos na legislação ambiental brasileira. Alegria... A tristeza é porque os Projetos para destruição tramitam muito rapidamente, como aquele que agora está sendo votado, com poucos cuidados em relação à regularização fundiária—

[palmas].

--E os **Projetos para proteger a Amazônia**, às vezes, ficam dormitando nas duas Casas, e eu não estou aqui criticando aqueles que são os seus Presidentes, que é uma decisão das Casas, e esse é um trabalho colegiado; 15 anos ficou a lei da Mata Atlântica; 24 anos está a Lei de resíduos sólidos; quase 16 anos a Lei de acessos aos recursos da biodiversidade; O **FPE Verde está na Mesa da Câmara dos Deputados há quase quatro anos, e é fundamental para a proteção da Amazônia**, só para citar alguns. Então, a tristeza é pela demora naqueles que deviam andar, Ministro Carlos Minc, e não andam, e alegria é porque esse ato poderá fazer com que paremos da gesticulação e possamos partir para o gesto de fazer com que essas medidas se transformem em prioridade nas duas Casas.

Então, eu passo à mão dos senhores, agradecida pelo espaço, pelo acolhimento da sociedade brasileira, nas duas Casas aqui simbolizadas nas vossas presenças, das autoridades que somos nós, os Senadores,

o Ministro, e todos que aqui se fazem presentes. Eu entrego às mãos do Presidente Sarney, não pelo pretexto da idade, mas que ainda vai chegar a segunda cópia, eu estou entregando, então, para o senhor e, em seguida, para o nosso Presidente Michel Temer.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Presidente Michel Temer, a sua cópia já está chegando. E, para terminar esta solenidade de abertura, eu convido a Mirla Cristina Peixoto Brilhante, que é representante da Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente. Nada melhor do que terminar abertura dessa nossa vigília com a palavra do futuro, que são as nossas crianças.

[palmas].

**MIRLA CRISTINA PEIXOTO BRILHANTE:** Boa noite.

**PLATÉIA:** Boa noite.

**MIRLA CRISTINA PEIXOTO BRILHANTE:** Meu nome é Mirla, eu tenho 13 anos e moro na cidade do Rio Branco, no Estado do Acre. Sou uma das 640 Delegadas, que participaram da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. A Conferência mobilizou cerca de quatro milhões de pessoas, em 11.700 escolas e comunidades em todo país. Lá no meu Estado, foram 104 escolas participantes, inclusive a minha escola, que se chama Henrique Lima, localizada no Bairro Calafate.

A partir da Conferência, nós, alunos, elaboramos projetos voltados para a problemática dos recursos hídricos, em especial o nosso Rio Igarapé Batista. O nosso igarapé, além de ser uma indispensável fonte de vida, tem um enorme valor cultural; as primeiras pessoas a morarem na beira do igarapé eram a família Batista, e por isso um lugar muito bonito e agradável logo se tornou um conhecido ponto de encontro. Era geralmente usada a seguinte expressão: "Vamos nos encontrar no Batista? É, vamos". Podemos concluir, então, que havia uma relação intima entre o igarapé e as pessoas, tanto que o rio foi adotado como membro da família, que recebeu até o sobrenome Batista. Infelizmente, hoje o Batista não é mais um ponto de encontro, e é até difícil reconhecê-lo; a cidade cresceu rápido e de forma desordenada, com ela, veio a poluição das águas e a destruição de suas matas ciliares, essa é só a parte do problema que mora perto da minha casa. Mas eu sei que ele vai longe.

Eu sei que a solução também está bem perto de cada um de nós, e que ela pode ir bem longe. Se olharmos para maioria dos rios que passam pelas nossas cidades, vocês, os mais velhos, nos deixaram esgoto como herança. Eu quero deixar para os meus filhos um rio limpo e um ponto de encontro. Eu venho da terra de Chico Mendes, sou parte do grupo que vocês se referem como próximas gerações, pois venho aqui, esta noite, pedir aos senhores que não deixem que a Amazônia vire uma grande pastagem, uma grande plantação de soja. Nós, crianças da Amazônia, com a esperança, queremos ver que os senhores que aprovam os planos do governo, nos garantam que a Amazônia continue a Amazônia, com os seus rios limpos, suas florestas limpas e exuberantes, seus bichos preservados, sua gente respeitada.

Já perdemos quase 20% da Amazônia, milhões de animais, bilhões de árvores, bilhões de litros de água. As crianças da Amazônia são também as crianças do cerrado, que, por sua vez, são também a criança da caatinga, que também são as crianças do pantanal, dos mangues, das restingas. Nós, as crianças do mundo, queremos um mundo com a Amazônia e com todos os biomas protegidos e recuperados. Por favor, não nos neguem esse direito. Muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigado à Mirla Cristina Peixoto Brilhante, nesse brilhante pronunciamento, que nos alerta e nos obriga a termos responsabilidade. A Christiane Torloni e o Victor Fasano querem que todos os que estão aqui nesta Mesa se comprometam efetivamente com o Movimento Amazônia para Sempre, então, nós vamos depositar a nossa assinatura e o manifesto, com a assinatura dos membros dessa Mesa, será colocado encabeçando aquele um milhão e 100 mil assinaturas que estão no Plenário.

Então, eu peço que a Christiane colhas assinaturas para gente poder, em seguida, encerrar a abertura da Sessão, com uma sugestão que chegou aqui à Mesa, do Leonardo Távora Dias, ele não sabia da dinâmica, e ele disse que uma Sessão como esta, teríamos que cantar o Hino Nacional, e nós o faremos em seguida. Portanto, Christiane, colha as assinaturas, para nós encerrarmos com o Hino Nacional.

O Ministro Minc vai assinar pela segunda vez... Ah, nós vamos deixar a lista para todos os Parlamentares também assinarem na sequência. Então, eu convido a todos os presentes para que, de pé, enquanto a Christiane Torloni e o Victor Fasano levam o abaixo assinado das autoridades da Mesa para que também, depois, possam ser feitas as assinaturas do Plenário ao... Para que possam ser acrescidas ao abaixo assinado de um milhão e 100 mil brasileiros e brasileiras... Pronto? Christiane e o Victor vão levar e nós vamos, então, em posição de respeito, neste dia, nesta noite, aliás, tão importante para o nosso Brasil e para a humanidade, cantar o Hino da nossa Pátria:

[Execução do Hino Nacional Brasileiro].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Amazônia para sempre! Agradeço a participação, a presença tão honrosa do Presidente José Sarney, do Presidente Michel Temer, do Ministro Carlos Minc, os presidentes das Comissões, o Senador Casagrande e Senador José Nery, o nosso Relator Colbert Martins. E nós agora vamos desfazer a Mesa da abertura para dar início ao primeiro painel, que é "Ameaças sobre a Amazônia". Alguns instantezinhos, apenas para os cumprimentos.

Nós vamos dar início ao painel de número 01, "Ameaças sobre a Amazônia", neste painel, nós vamos ter, ao final das exposições, a entrada da Assembléia Legislativa do Amazonas. Então, eu já peço para os contrarregras aqui do nosso... Da nossa atividade, que fiquem atentos, para que nós possamos ter a entrada, efetivamente, da Assembléia Legislativa do Amazonas, e sempre relembrando que estão diretamente conectados com esta vigília, além da Assembléia Legislativa do Amazonas, do Espírito Santo, do Acre, de Rondônia, do Ceará e de Santa Catarina.

Então, eu convido para se dirigir à Mesa, para compor a Mesa do primeiro painel, "Ameaças sobre a Amazônia", o Sr. Sérgio Leitão, do Greenpeace, para apresentar as iniciativas legislativas em tramitação, falar sobre as iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Da mesma forma, convido Sr. Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa da Amazônia, do IPAM, para análise das políticas públicas para a região. Convido o Padre Nelito Dornelas, da Comissão Pastoral da Terra, Aliança Camponesa Ambientalista. Convido a Sra. Sônia Guajajara, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; o Sr. Muriel Saragoussi, do Grupo de Trabalho Amazônia e Fórum de Trabalho Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. E convido o Sr. Oded Grajew, do Instituto Ethos, que estava designado um outro painel, e devido à sua viagem, o seu horário, vamos trazer a palavra do Sr. Oded Grajew, em nome do Instituto Ethos, também para este primeiro painel.

Então, Sr. Sérgio Leitão se encontra, o Paulo Moutinho também. O Padre Nelito... Ah, Muriel também já está aqui... Ah, não pôde esperar. Já fazendo registro que Sr. Oded Grajew não teve condições de esperar devido ao voo.

Então, lembrando que nós temos uma exposição de cinco minutos, prorrogáveis por no máximo mais cinco, para cada um dos compositores e, em seguida, eu tenho uma longa lista de Parlamentares inscritos para poderem também fazer o seu pronunciamento. E teremos também manifestos e depoimentos de artistas, que depois a Christiane e o Victor Fasano vão intercalar aqui nas intervenções.

Então, eu passo, de imediato, a palavra para o senhor Sérgio Leitão, representando o Greenpeace.

**SR. SÉRGIO LEITÃO:** Exma. Senadora Ideli Salvatti, Exmo. Senador Romeu Tuma, Exmos. Senadores presentes a essa Audiência Pública, Exmos. Srs. Deputados presentes a essa audiência, povo do Brasil, povo da Amazonas, o tema que me foi pedido abordar são as ameaças à Amazônia, infelizmente essas ameaças hoje se materializam na forma de Projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, trazendo o que há de pior, em termos de retrocesso na nossa legislação ambiental. O Brasil é um país que, nos últimos 20 anos, marcados pela edição da nossa Constituição Federal de 88, conseguiu fazer um pacto de paz com a sociedade e demonstrar ao mundo que nós temos um compromisso com a preservação ambiental. Mas hoje, concretamente há Projetos que tramitam na contra-mão desse compromisso histórico assumido com a defesa ambiental, e essa é a questão que precisamos discutir, após a Sessão de abertura dessa vigília. Ou seja, concretamente, para respondermos aos desafios colocados pelo Senador, Presidente desta Casa, Sarney, José Sarney, o que é que nós estamos aqui a vigiar? O que nós estamos aqui a orar e o que nós estamos aqui a proteger? E qual o papel do Congresso Nacional e qual o papel do Governo Federal nessa questão?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que nós estamos, nesse momento, votando, na Câmara dos Deputados, uma Medida Provisória que vai justamente aumentar o processo de invasão das terras públicas na Amazônia, que vai aumentar o processo de destruição da floresta amazônica, onde todas as salvaguardas pensadas para proteger o meio ambiente estão sendo justamente aqui do lado, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, sendo destruídas, retiradas, porque existe um setor da vida nacional que não consegue conviver com qualquer sistema de garantia ao meio ambiente. Se nós deixarmos o meio ambiente na mão desses setores, nem o verde da bandeira sobrará, não sobrará nada. É preciso que peçamos e cobremos do Congresso Nacional se o compromisso hoje aqui assumido é um compromisso para as câmeras de televisão ou é compromisso verdadeiro com o povo brasileiro, se essas assinaturas que estão sendo apostas nesse documento vão durar o instante dos *flashes* das câmeras fotográficas, o instante da transmissão ao vivo do Jornal Nacional, o instante da transmissão da TV Senado, ou será um compromisso que a sociedade poderá confiar quando, às seis horas da manhã, for embora para sua casa trabalhar. Essa é a questão que a gente precisa ter claro.

Nós temos uma outra Medida Provisória, Senador João Pedro, que nos assiste aqui agora, que é a Medida Provisória feita de encomenda para liberar a construção da estrada Manaus-Porto Velho, é a Medida Provisória feita para acabar com a legislação ambiental no Brasil, é a Medida Provisória feita para instituir um regime da ditadura, que criou o decurso de prazo para aprovar processo, licenciamento, criando o sistema de corrupção, porque basta que o funcionário público não faça nada para que um projeto ambiental seja aprovado. Então, isso é gravíssimo, e a única razão da Medida Provisória que libera, sem qualquer cuidado ambiental, a construção da BR-319, é pavimentar a candidatura do Senador Alfredo Nascimento ao governo do Amazonas, não tem outro objetivo senão esse, pavimentar a candidatura do Senador Alfredo Nascimento ao governo do Amazonas, e quem vai pagar a conta da eleição Senador Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes, é o povo brasileiro, quem vai pagar a conta é a Amazônia, vai perder o último bastião de floresta que nunca foi destruído, vai se acabar com o conceito de bioma amazônico. Nós vamos ter, no lugar dele, uma floresta destruída e, no lugar dessa floresta, o Senador Alfredo Nascimento, eleito. Vale este preço ao povo brasileiro? Essa é a pergunta que precisamos fazer ao Senado e à Câmara dos Deputados e ao Presidente Lula que, infelizmente, deu as mãos para que esse Projeto, pessoal e eleitoreiro, fosse viabilizado pela nação brasileira.

Nós temos uma terceira ameaça, que é o Projeto de Lei, oriundo também do Senado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que nós, do Greenpeace, chamamos de "floresta zero"; "floresta zero" porque congela a destruição na Mata Atlântica, congela destruição no cerrado e permite que se destrua Amazônia. É "floresta zero" porque impede a possibilidade de regeneração das florestas brasileiras, consolidando aquilo que são imensos desertos, que o processo histórico de destruição no Brasil nos legou. E a pergunta que nós fazemos ao Senado Federal, isso foi aprovado aqui, hoje está na Câmara dos Deputados: O compromisso é com a floresta ou o compromisso é com aquilo que não consegue enxergar, os benefícios que o meio ambiente gerou ao Brasil?

Por último, nós temos, Senadora Ideli Salvatti, o que talvez seja a maior ameaça, não ao meio ambiente, mas à própria existência de um país que se pretende e que se pretendeu sempre uma federação, que nasceu sob a égide do pacto federativo, cujo papel do Senado Federal foi consolidar. Ali está Ruy Barbosa; é ele o responsável por dar a este Senado a consolidação de uma união que foi feita primeiro em termos territoriais, mas cuja base política se deu pela ação do Senado Federal. O que é que quer a bancada ruralista hoje, na Câmara e no Senado? Quer simplesmente criar a possibilidade de que os Estados possam, de maneira completamente antagônica, instituir um concurso de maldades, para saber qual é o Estado que mais permite se desmatar. É isso que vai acontecer se o Código Ambiental de Santa Catarina for sancionado pelo Supremo Tribunal Federal, é isso que vai acontecer se o Senado der a permissão para que outros Estados o façam.

A federação não se pode constituir num concurso de maldades, num pacto negativo, onde o meio ambiente vai entrar como moeda de troca para que o agronegócio, no Brasil, não consiga reconhecer que seria importante para o Brasil; o Brasil é mais importante para o agronegócio. É essa escala de prioridades que não se consegue entender.

Eu quero aqui deixar claro que nós temos toda boa vontade de reconhecer que 1/3 do PIB brasileiro é feito pelo agronegócio; eu tenho toda boa vontade de reconhecer que mais da metade do saldo da nossa balança comercial hoje é feita graças ao agronegócio. Agora, eu também queria que o agronegócio reconhecesse que isso custou, isso custou cinco milhões de escravos que foram trazidos para esse país, é 1/3 de todo o tráfico internacional; custou dois milhões de indígenas sacrificados, custou uma Mata Atlântica inteira, custou a metade do cerrado e vai custar a Amazônia inteira, se a gente não se mobilizar.

Então, eu saber se o agronegócio quer fazer um pacto de paz com o Brasil, porque nós queremos fazer um pacto de paz com o agronegócio, não queremos ser subjugados, não queremos ser acovardados, não queremos o Supremo Tribunal Federal colocados de joelho para trafegar os interesses de quem não quer saber de uma mínima relação de dignidade com o povo brasileiro.

Então, a pergunta que se faz, hoje, diante dessa agenda do mal, dessa agenda negativa, dessa agenda destrutiva, dessa agenda que não consegue estabelecer uma relação de diálogo com a sociedade brasileira, é se esse compromisso que foi aposto aqui pelos Senadores, pelos Deputados, é um compromisso para valer. Essa é a pergunta que fica feita. E, em nome dessa pergunta, eu queria deixar claro que me entendo aqui investido da soberania popular, porque hoje essa Casa se abriu para o povo, e queria propor um Projeto de Lei.

Capitâneo(F) de Abreu, no final do Século XIX, fez um Projeto muito simples de Constituição Brasileira: Art. 1º: É proibido roubar. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário". Em nome do povo brasileiro, queria propor um Projeto, atualizando: Art. 1º: É proi-

bido desmatar. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Sr. Sérgio Leitão, representante do Greenpeace, e passo, de imediato, a palavra para o Sr. Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, IPAM.

**SR. PAULO MOUTINHO:** Senadora, obrigada pela oportunidade. Eu tenho uma pequena apresentação, se o Luiz pudesse colocar para mim, seria ótimo. Obrigado.

Bom, Senadora, eu acho que, enquanto não entram alguns slides que eu acho que são contundentes por mostrar o futuro que nós estamos pretendendo para Amazônia, é extremamente importante o que alguns dos Senadores e Deputados que estavam, e o Ministro Minc, que estava na Mesa, quando disse que nós precisamos escolher o nosso futuro e escolher o futuro da Amazônia. E é exatamente isso que está em jogo, Senadora... Luiz, acho que não está lá ainda.

Eu queria mostrar, Senadora Ideli, na tela, o que nós podemos, talvez, estar escolhendo para o futuro da Amazônia, caso tenhamos o ataque às conquistas ambientais, na legislação que nós temos, estamos assistindo hoje em dia. Por favor, Luiz.

Este mapa mostra o futuro da Amazônia até o ano de 2050; o que está em amarelo é desmatamento, caso nós fizermos uma repetição dos erros do passado. Essa é uma escolha necessária, que o povo brasileiro precisa fazer agora, se nós vamos extinguir, de uma vez por todas, o desmatamento na Amazônia, aproveitar, de forma mais sustentável, as áreas abertas e os recursos naturais da Amazônia brasileira, ou se nós vamos escolher esse cenário, aonde, em 2050, pelos modelos científicos publicados nas melhores revistas do mundo, estão dizendo que 55 a 60% da Amazônia brasileira estará desmatada, caso continuemos no mesmo ritmo dos últimos 20 anos. Próximo, por favor.

Essa é a situação em 2050; o que está em vermelho é desmatamento. Precisamos nos perguntar, como sociedade, como legisladores, como povos da floresta, ou como setor privado, se nós queremos esse futuro para Amazônia, com mais da metade desmatada, porque é isso que, certamente vai acontecer, especialmente se perdermos o nosso avanço, em termos de legislação ambiental. Próximo. Próximo.

O que nós temos, em termos, um pouco de política pública, em termos gerais, é isto: Uma operação Amazônia, em 65 e 69, que desencadeou uma série de programas, até o atual PAC. Eu queria, Senadora, propor aqui também, para se juntar ao Plano de Aceleração do Crescimento, um PAC indígena, um PAC de comunidades tradicionais, um PAC ambiental, exatamente a inclusão desse tipo de PAC, dentro do atual PAC, que é necessário, porque o que está posto, em termos de políticas públicas gerais, não contempla o desejo da população brasileira, como já foi imensamente expressado nas outras falas. Próximo. Próximo.

Depois de todos esses planos de políticas públicas que veem o vazio da Amazônia ser ocupado a todo o custo, o que é que nós temos para sociedade? Se tivéssemos algum lucro, ainda vá lá, poderíamos até analisar que o que fizemos tem algum benefício, mas 70% da Amazônia foi convertida à pastagem de baixa produtividade, baixos empregos, portanto, com uma lucratividade bastante reduzida. A qualidade de vida e a distribuição de renda da população é a pior possível; 43% da população da Amazônia, são dados do IBGE, estão abaixo da linha da pobreza; 10% da riqueza regional está em 1% da população, e 50% dos mais pobres ficam apenas com 15% dessa riqueza. Os próximos 20 anos serão iguais os 20 anos passados, é exatamente isso a escolha que está na nossa frente. Próximo.

O que nós precisamos, de novo, Luiz, por favor... O que nós precisamos é, talvez, políticas que encarem o novo desafio da mudança do clima, onde a floresta é sinônimo de crescimento econômico, não de barreira econômica, aonde a recuperação florestal das áreas já abertas e a intensificação da agricultura podem ser a resposta para ampliação de produção de alimentos. Próximo.

O governo brasileiro fez, especialmente durante a gestão da Ministra Marina Silva, um esforço de conservação bastante grande que, nesse contexto de mudança climática, tem uma relevância muito grande, por exemplo, de 2004 e 2005, 24 milhões de hectares de unidades de conservação, Resex, foram demarcadas na região. Isso equivale a 600 milhões de toneladas de carbono que deixaram de ir para atmosfera por essa ação, inclusive, nesse contexto econômico para mudança de clima, pode ser alavanca de divisas enormes para o país; não estamos falando em empobrecer a Amazônia mantendo a floresta em pé, ao contrário, enriquecê-la. Próximo.

O grande ponto, nesse Projeto todo, de uma nova política, de novas políticas públicas para Amazônia, num sentido mais sustentável, são os povos indígenas, populações tradicionais, que tem os seus territórios naquela região. Para se ter uma ideia, Senadora Ideli, as terras indígenas e Resex, abrigam 15 bilhões de toneladas de carbono, dentro dos seus limites, isso significa quase oito Kyotos, que é o esforço mundial de redução de emissões. Isso está na mão dos guardiões

da floresta, e que precisam ser reconhecidos como tais, e quiçá compensados por isso.

Se nós tivéssemos as metas de desmatamento impostas pelo governo ou sugeridas pelo governo, dentro de um sistema qualquer de compensações, nós poderíamos gerar, de imediato, 20 bilhões de toneladas, 20 bilhões de dólares, apenas cumprindo essas metas que foram colocadas pelo governo brasileiro, que poderiam ser muito mais audaciosas. E, obviamente, é um grande passo, de qualquer forma. Próximo. A história de que não existe mais área disponível para ampliação da agricultura ou da pecuária, isto é totalmente errado. A pseudociência criada para gerar esses números não condiz com uma análise simples, quando, se usando o que está no Código Florestal, pode-se aproveitar, em produção, uma grande proporção da área já desmatada, sem uma única alteração no Código Florestal. Por que, então, o ataque ao Código, que está sendo promovido nessa Casa, no Congresso Nacional? Próximo.

Há uma série de políticas, especialmente aquela de valorização da floresta em pé. Esse é um patrimônio que gera crescimento econômico, nessa nova ordem climática, próximo. E, certamente, educação, como já foi colocado, é fundamental; essas crianças terão 50 anos, 59 anos, em 2100 e, portanto, elas são as pessoas que vão tratar ou decidir por um futuro da humanidade. Se deixarmos essas crianças de hoje e adultos de amanhã sem opções, é o que está acontecendo agora, certamente não terá uma terra minimamente habitável nos próximos séculos. Obrigado, Senadora. Obrigado, Senador Casagrande, pela oportunidade.

[palmas].

[troca de presidência]

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, do IPAM, e agradeço a sua contribuição e passo imediatamente a palavra ao padre Nelito Dornelas, da Comissão Pastoral da Terra, que também tem o tempo de até 10 minutos.

**SR. NELITO DORNELAS:** Meus cumprimentos aqui ao Senador Casagrande, à Mesa, a todos aqui presentes e ao povo brasileiro, que nos assiste. Eu inicio aqui a minha fala me lembrando de um pastor luterano, Dietrich Bonhoeffer, mártir da Segunda Guerra Mundial, que dizia o seguinte: "Não se pode cantar o canto gregoriano ao saber que um judeu estava sendo morto no campo de concentração". Eu diria que também hoje, nós não podemos cantar o "Aleluia Pascal", sabendo que a nossa Amazônia está sendo rifada com a Medida Provisória 458.

[palmas].

É triste saber que essa Medida Provisória, que é tão necessária, que ela trata da regularização fundiária da Amazônia, das terras da Amazônia, no entanto, a Medida Provisória 458, que dispõe sobre essa regularização fundiária das terras da União na Amazônia legal, ela é, na verdade, um grande perigo. Ela é uma grande ameaça para nossa soberania nacional. Se aprovada, ela pode fazer com que a lei, que deveria melhorar a vida dos pequenos posseiros, que vivem há anos naquela região, vire mecanismo de estímulo à grilagem e à concentração fundiária.

O objetivo da Medida Provisória é disciplinar a regularização fundiária de propriedades da União na Amazônia legal, permitindo a transferência de terras públicas com até 1500 hectares em nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

A regularização fundiária é uma demanda antiga de pequenos posseiros, que ocupam essas áreas há muito tempo, pois sem ela não tem como conseguir financiamento nem linhas de crédito para investir, tendo em vista que esses posseiros não são proprietários daquela terra. No entanto, a Medida Provisória 458 deveria marcar o início da solução de problemas de violência no campo, concentração fundiária e avanço do desmatamento ilegal, entretanto, o texto original simplifica excessivamente os procedimentos de verificação da legitimidade da posse, o que pode resultar na entrega gratuita de terras públicas a pessoas que não são as verdadeiras ocupantes ou que não necessitam dela para sua sobrevivência. Aliada à ausência de qualquer vinculação desse processo, a uma política oficial de ordenamento fundiário, como zoneamento ecológico econômico, a Medida Provisória pode induzir a um verdadeiro saldão de terras públicas que, ao invés de beneficiar os pequenos posseiros de boa-fé, beneficiará os grandes grileiros e a concentração fundiária.

O Projeto de Lei de conversão de Medida Provisória que alterou a proposta do governo piora ainda mais a situação. As modificações apresentadas no relatório do Deputado Asdrúbal Bentes, do PMDB do Estado do Pará, a ser votado, que já começou a ser votada na Câmara, inclui áreas devolutas, localizadas na faixa de fronteira, e outras áreas sobre o domínio da União, como passíveis de regularização nos termos dessa lei. Retira as exigências de o ocupante não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional. E permite que pessoas jurídicas e empresas privadas, possam adquirir terras públicas por meio dessa via facilitada, podendo vendê-las apenas três anos depois, por exemplo: Regularizar a posse dos caboclos e agricultores familiares é uma coisa; colo-

car terras públicas nas mãos de empresas e grandes fazendeiros é outra questão.

Infelizmente, se uma série de garantias não forem introduzidas nesse Projeto, como a necessidade de vistoria prévia, existência de um comitê orientador dos trabalhos, quem vai mesmo ser beneficiado por essas novas regras serão, na verdade, os grileiros, os latifundiários, que tomarão posse das nossas terras públicas. Eu diria que são quatro os grandes riscos que a Medida Provisória 458 impõe sobre a soberania amazônica: Risco à segurança nacional; a possibilidade de alienar terras devolutas na faixa de fronteira, aliada à possibilidade de legalizar áreas ocupadas por pessoas jurídicas, que poderão vender a propriedade sem restrição, pode resultar numa ampla privatização dessas terras, dificultando as ações do exército nessa região. Segunda ameaça: Regularização de terras griladas. Ao permitir alienação de terras a ocupantes indiretos e que não sejam proprietários de outros imóveis, a medida pode beneficiar a grandes fazendeiros, que não dependem daquela área para sua sobrevivência, e que as utilizam apenas para especulação.

Terceira ameaça: Concentração de terras. Mediante processo licitatório, com direito de preferência, a medida autoriza que pessoas jurídicas recebam o título da terra pública de até 1.500 hectares, podendo revendê-las sem restrição, em até três anos, o que criará um mercado de terras recém privatizadas que seguramente implicará no aumento da concentração fundiária naquela região e no conflito pela posse da terra.

Quarta e última ameaça: Declaração de posse sem comprovação. A dispensa de consultoria para imóveis até quatro módulos pode resultar na alienação de terras desocupadas ou para particulares que não são os verdadeiros posseiros. Lamento saber que nós estamos assistindo a esse episódio na Casa vizinha, essa Casa do povo, essa Casa que democraticamente deve cuidar e zelar pela nossa soberania, pelo nosso patrimônio, pelo bem de todos.

Nós estamos vivendo de fato numa grande encruzilhada: Ou nós nos unimos para salvar a Amazônia e, consequentemente, salvar a vida do planeta e no planeta, ou nós pereceremos juntos. A decisão está em nossas mãos. Queira Deus que os nossos Parlamentares, Deputados e Senadores, possam escutar o sábio conselho de um santo antigo, São Thomaz de Aquino, que dizia assim: "Se tu és santo, ore por nós; se tu és prudente, julgue-nos. E se tu és sábio, governe-nos". Que essas duas Casas possam, de fato, ser compostas por pessoas que vivam a prudência e a santidade e a sabedoria para, na hora da decisão final, votem a favor da nossa soberania, a favor dos povos, dos nossos pobres, a favor dos amazônidas e fator da humanidade. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Padre Nelito Dornelas, da Comissão Pastoral da Terra, pela sua contribuição. E eu vou passar a palavra, também por 10 minutos à representação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Sônia Guajajara.

**SRA. SÔNIA GUAJAJARA:** Boa noite a todos, a todas e um boa noite especial a meus parentes que estão aqui também dando um apoio a esta causa. Para iniciar a minha fala, gostaria de convidar a minha colega, Sheila Juruna, apenas para fazer uma saudação inicial.

**SRA. SHEILA JURUNA:** [pronunciamento em outro idioma]. Em nome dos povos indígenas do Estado do Pará, eu, Iacarepi Juruna, e em nome dos povos da Amazônia brasileira, quero dizer a todos, Srs. Parlamentares, autoridades aqui presentes, vamos juntos, salvar a Amazônia, vamos unir nossas forças, chega de ficar pensando que estamos deitados eternamente em berço esplêndido, porque é capaz que a gente acorde sufocados com essa fumaça de destruição das nossas florestas.

Em nome disso, eu quero cantar um canto do nosso povo Juruna, pedindo que salve as nossas florestas, nossos frutos, porque a Amazônia para nós, povos indígenas, ela não é só o pulmão do mundo, ela é o coração do mundo, ela é a nossa vida e a nossa alma.

[música indígena].

Obrigada.

[palmas].

**SRA. SÔNIA GUAJAJARA:** Obrigada, Sheila. Porque nós sempre fazemos o nosso ritual, como forma de agradecer a um ser superior pela nossa existência, e também agradecer pela oportunidade de estarmos aqui, ajudando a defender essa natureza, que tanto prezamos.

E eu gostaria de iniciar, perguntando por aquele povo que estava aqui nessa Mesa, agora há pouco. Eles vem, assinam o papel, assinam o documento, e se vão. E como que fica essa vigília? Como nós podemos dar continuidade a esse compromisso, se nós não podemos falar para que eles ouçam aquilo que de fato nós trazemos, qual que é a nossa mensagem? Eles assinam, falam para televisão e se vão. E nós continuamos aqui, falando para nós mesmos.

Nós já discutimos, nós já sabemos o que queremos, como fazer para salvar a Amazônia. Mas, os Congressistas, os Deputados e Senadores, precisam aprender muito mais conosco.

[palmas].

Nós somos povos indígenas, de norte a sul, de leste a oeste desse país. E, por sermos povos indígenas, não quer dizer que somos apenas um povo, pois nós somos de uma diversidade cultural muito grande. Somos hoje, no Brasil, mais de 220 povos, com 165 línguas faladas. E isso quer dizer que realmente somos diferentes e precisamos ser tratados com essa... Respeitando essas diferenças.

Aproveitamos aqui a oportunidade para reiterar o ponto de vista de nossos povos e organizações a respeito das questões ambientais, especialmente em relação à preservação da Amazônia, que é o objeto presente desta vigília. Achamos inadmissível, e até impressionante, a forma como as pessoas... A forma como a maioria dos Parlamentares, de Senadores e Deputados, tratam da questão ambiental. Parece que não compreendem que as suas atitudes, as suas ações, as suas assinaturas podem salvar ou dizimar o planeta, e acabam jogando a culpa para os pequenos. Nós, que estamos lá preservando, que estamos lá protegendo, é que sempre somos acusados de invasores ou de devastadores. E aqueles que facilitam a liberação, o licenciamento para exploração, para o desmatamento, nunca acabam sendo punidos por isso.

Então, nós estamos aqui para repudiar essa flexibilização de licenciamento ambiental. Só quem não quer não reconhece que os povos indígenas são os principais responsáveis por mantermos ainda o maior bloco contínuo de floresta em pé desse país. Nós somos os verdadeiros guardiões da floresta porque nós entendemos essa importância, entendemos a importância de se ter uma Amazônia viva, porque, na Amazônia, além das florestas, tem também pessoas, e por querermos salvar também a humanidade, nós permanecemos lá, preservando e contribuindo para a diminuição, para a mitigação do aquecimento global, e contribuindo, assim, para diminuição também dessas mudanças climáticas, que tanto hoje são discutidas. E nós estamos lá, preservando e prestando um grande serviço a toda humanidade. Porque, se acabarem com a Amazônia, não são os povos indígenas que irão juntos, todos os povos do Brasil e do mundo também irão junto com ela.

Na semana passada, nós estivemos reunidos com mais de 1300 lideranças indígenas num movimento que nós chamamos de acampamento Terra Livre, que era denominado por nós Abril Indígena. Esse ano aconteceu no mês de maio, de 04 a 08 de maio, na Esplanada dos Ministérios, aonde nós reivindicamos ao Governo Lula que não ceda às pressões e à voracidade de setores e representantes do coronelismo do agronegócio, e remanescentes da ditadura. Que, em nome do desenvolvimento e até da democracia, e também do povo brasileiro, declaram publicamente, de forma aberta, ou às vezes camuflada, que somos uma ameaça para o país, que somos uma ameaça para o seu desenvolvimento ou para o que eles chamam de desenvolvimento. Que somos uma ameaça a essa sua unidade política e territorial, visando, no entanto, a usurpação e destruição de nossos territórios e dos recursos naturais hídricos e da biodiversidade que existe dentro dela. Porque, para nós, a terra significa muito mais do que um pedaço de chão. A terra, para nós, é um lugar sagrado, é um lugar espiritual, aonde tem um espaço de continuarmos com a preservação e com a manifestação de nossas culturas e nossas tradições.

As nossas principais... As principais ameaças que nós trazemos aqui hoje são dois Projetos de lei que tramitam nessas duas Casas, que tratam de trazer para a aprovação neste Congresso a demarcação de terras indígenas, que nós, povos indígenas, somos contrários à demarcação de terras indígenas, bem como à revisão dessas áreas já demarcadas. Hoje tramita neste Congresso, e nós estamos aqui para dizer que somos contrários a essas iniciativas, bem como somos contrários também à iniciativa da bancada ruralista, à retirada dos Estados do Mato Grosso, do Pará e de Tocantins do bioma da Amazônia, porque esses Estados, estando no bioma da Amazônia, eles estão contemplados, considerados como patrimônio do povo brasileiro. Então, com essa... E assim, estando nesse bioma, eles tem garantia a um maior índice de preservação. Não contente com isso, querem tirar os três Estados da Amazônia para que, assim, se legalize o desmatamento—

Então, essas são as nossas preocupações, que os povos indígenas da Amazônia e do Brasil trazem para esta vigília, porque queremos que o mundo saiba que nós somos contrários à devastação, somos contrários ao desmatamento, e que nós, povos indígenas, precisamos ser compensados pelo grande trabalho que viemos prestando à humanidade, que milenarmente nós somos os verdadeiros guardiões da floresta. Muito obrigado.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, eu quero fazer um agradecimento à Sônia Guajajara, que aqui representa Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. E passo a palavra à Muriel Saragoussi, que é do Grupo de Trabalho Amazônico e Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais.

**SRA. MURIEL SARAGOUSSI:** Boa noite a todos e a todas. A Rede GTA, o Grupo de Trabalho Amazônico, ele reúne mais de 600 organizações de peque-

nos agricultores, de extrativistas, de pescadores, de seringueiros, de indígenas, de quebradeiras de coco babaçu, de quilombolas, ribeirinhos, de entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de Direitos Humanos. E todo este povo está aqui esta noite conosco.

A Amazônia é uma das últimas fronteiras do planeta. Não é só uma fronteira física, de terras ou de recursos naturais, mas também uma fronteira de conhecimento. Os novos conhecimentos sobre a biodiversidade, as línguas, as civilizações pouco conhecidas, uma fronteira espiritual, uma fronteira estética. E a conjuntura da Amazônia hoje é uma conjuntura extremamente delicada. O Brasil lança sobre a Amazônia um olhar de conquista, um olhar que busca se apropriar do que a região tem, em nome da nação e do desenvolvimento a qualquer custo, sem cuidado, de uma forma imediatista.

A Amazônia é a fronteira na qual se chocam modelos de desenvolvimento que são muito diferentes. E, para nós, da Amazônia, parece que a gente está eternamente preso num ciclo, um ciclo que muda de aparência, mas não muda de conteúdo. Eu não combinei nada com o Paulo Moutinho, e ele colocou os ciclos aí, porque é exatamente o que nós sentimos. Esses ciclos, eles são contínuos, eles são grandes Projetos, mas grandes Projetos que beneficiam pouquíssimas pessoas, destruindo seres humanos e a natureza, num processo que está se acelerando a cada volta. Cada vez mais rápido, os ciclos vem e nos atropelam.

Hoje nós temos o ciclo do PAC; para nós, um conjunto de obras não é um modelo de desenvolvimento. As obras, em si, não trazem desenvolvimento e não trazem, atrás delas, nenhum projeto de sociedade. Tomaram o Plano Amazônia Sustentável, que deveria ser esse projeto de sociedade, e torceram ele, deturparam o Plano Amazônia Sustentável para que ele se torne um sustentáculo do PAC, para que ele dê a justificativa a essas obras do PAC, permitindo que rasguem e alaguem a floresta, que justifique a distribuição das nossas terras, a regularização da grilagem e do latifúndio, sem cuidados, sem anteparos para garantir o direito daqueles que são pequenos e dos povos da floresta.

Com a MP 458, estão regularizando as terras das empresas, as terras privadas, mas não regularizam as reservas extrativistas, não regularizam as terras que são de uso coletivo. Além de dar a terra ao capital privado, querem também legalizar a destruição da floresta em larga escala, modificando o Código Florestal e destruindo a base que torna possível uma outra forma de desenvolvimento, essa forma de desenvolvimento mais justa, que nós queremos.

Continuando esse passo, quando terminar esse ciclo do PAC, terão acabado conosco, terão acabado com a base da nossa vida, da nossa cultura, terão acabado com a nossa esperança de um presente e de um futuro melhor. Terão acabado com a esperança do respeito às diferenças, do respeito aos nossos anseios, de justiça, e igualdade.

Nós tínhamos uma esperança, mas ainda temos uma proposta de sociedade. Nós temos a oportunidade de uma sociedade mais justa, mais horizontal, de convivência com a natureza e de compartilhamento de riquezas. Temos, mais do que nunca, a necessidade de alianças; alianças cada vez mais sólidas, em defesa do nosso lar e do nosso futuro: A Amazônia.

Por isso, pela defesa do meio ambiente, da nossa cultura, de uma verdadeira reforma agrária, nós queremos amazonizar o mundo. Nós queremos que essa Casa, o Senado, diminua a distância entre intenção e gesto, saia do discurso sobre a Amazônia para uma prática para a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Obrigada.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Muriel, pela sua contribuição e, com a sua participação, nós encerramos este painel, o primeiro painel dessa vigília, e agradecemos as presenças de vocês neste momento aqui à Mesa... As contribuições.

E agora vamos ouvir alguns Parlamentares. O terceiro momento é para que também possamos ouvir alguns Parlamentares. O primeiro Parlamentar inscrito é o Colbert Martins. Eu acho que vocês podem ficar à vontade, tomar assento, podem tomar assento também nas cadeiras ali no Plenário. Fiquem à vontade, tá bom? Muito obrigado. Colbert Martins não está presente, e eu passo, então, a palavra ao Senador Jefferson Praia, que tem cinco minutos para fazer a sua manifestação.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Boa noite a todos, Senador Renato Casagrande, a todos que fazem deste momento um dos grandes momentos deste Parlamento e do nosso país.

Na verdade, hoje nós estamos aqui, representando 25 milhões de seres humanos, 25 milhões de amazônidas. Nós estamos aqui representando a nossa belíssima floresta, os nossos rios, os nossos animais.

E percebo, em todos os que estão presentes, não só os que estão aqui, mas aqueles que estiveram aqui conosco, logo no início, a Christiane Torloni, o Victor Fasano e todos os demais, que assinaram este documento "Amazônia para sempre", um milhão e 100 mil assinaturas, que nós temos algo em comum, que é a

alma amazônica, alma de amazônidas, ou seja, daqueles que querem o melhor para aquela região.

Eu vou aproveitar, Sr. Presidente, ser muito objetivo, que eu acredito que esta é uma noite de reflexão. Não é uma noite apenas para lamentações, mas uma noite de buscarmos caminhos, de buscarmos as soluções, de vermos o que estamos fazendo e o que temos que fazer, e eu refleti, há pouco, sobre alguns pontos que coloquei aqui, e gostaria de, rapidamente, destacá-los.

Vejo com grande... Com uma grande importância este momento, porque, na minha avaliação, nós temos que tornar a Amazônia uma prioridade nacional. Infelizmente, a nossa região ainda não é uma prioridade nacional. A partir do momento que for uma prioridade nacional, o tratamento será diferente.

Não concordo com afirmação de que as atenções estão ainda sendo todas para Amazônia porque as atenções por parte dos Governos, e aí eu coloco todos os Governos Municipais, Estaduais e Governo Federal, por parte do Congresso, ainda precisam ser muito maiores. Devemos tornar a Amazônia uma prioridade nacional. Nós temos que envolver mais a sociedade. Envolver as crianças, os adolescentes, os jovens, como vimos aqui uma representante lá do Acre, do Movimento de Adolescentes e Jovens, destacando a sua opinião dentro desse contexto.

Percebo também que não dá para termos uma Amazônia preservada e conservada sem intensificarmos a participação do Estado naquela região. É importante a participação do Estado na fiscalização, na orientação e, principalmente, deveremos trabalhar para estruturarmos os órgãos que fazem esse trabalho. Sem a participação intensa do Estado, não teremos uma Amazônia preservada e conservada.

O zoneamento econômico ecológico... Precisamos saber quais são as áreas da Amazônia para podermos utilizá-las na produção de alimentos, na produção dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável. Portanto, o atraso no desenvolvimento, ou melhor, no zoneamento econômico ecológico, é uma ação contra a Amazônia preservada que queremos.

O investimento massivo em ciência e tecnologia. Nós não conhecemos nada da biodiversidade Amazônica. Como é que nós vamos querer uma região preservada e conservada, sem fazermos os investimentos em ciência e tecnologia? E aí eu destaco a lentidão nas ações, quando temos, por exemplo, no meu Estado, um Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA, que precisa ser definido o modo de gestão, a forma como vai ser organizada a gestão daquele órgão tão importante para o desenvolvimento da Amazônia.

Para concluir, Sr. Presidente, entendo a importância do ordenamento territorial e também o investimento em infra-estrutura econômica e social. Para nós termos uma idéia, além da floresta derrubada, nós temos hoje rios e igarapés poluídos. É inadmissível termos cidades amazônicas com rios e igarapés sendo poluídos.

Hoje nós temos muitas cidades, e em parcelas significativas, que não temos água para as pessoas, em plena Amazônia, a terra das águas, e não termos investimento na área da rede de esgotos.

Portanto, continuamos com cidades sendo [interrupção no áudio]. Não se preocupe, Sra. Presidente, eu não vou aproveitar os 10 minutos.

**[troca de presidência].**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu lhe dei 10, mas você por favor ocupe só um--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu vou concluir, Sra. Presidente. Temos que ser hoje objetivos. Portanto, o desenvolvimento em infraestrutura econômica e social é importante, como também em saneamento. Esses eram alguns pontos para reflexão, nesta noite, que fazemos aqui, que é um dos.. Uma noite importantíssima, pela presença de todas as instituições, pela presença da Christiane Torloni, do Victor Fasano, de todos que estão aqui lutando em prol de uma região fantástica e que terá, sim, um grande futuro, não um futuro, como alguns pensam, que é um futuro de desmatamento e de rios e igarapés poluídos; um futuro contrário a isso. Um futuro com a Amazônia preservada e conservada. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador Jefferson Praia, e já solicito o Senador João Pedro, que é o próximo inscrito. Depois, o Senador Arthur Virgílio, ou seja, o Estado do Amazonas fechado, a bancada inteira.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** 100% na vigília.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** 100% na vigília.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sra. Presidente, Sras. Senadoras, o movimento social presente aqui, companheiros, companheiras; além de mim, tem dois filhos fazendo a vigília, e o Yuri, que é um garoto de 13 anos, ele fez questão e vou utilizar aqui, dentro do meu tempo, sem ultrapassar os 10 minutos, mas eu vou conceder um aparte, Senadora Ideli Salvatti, ao Yuri, que preparou um pequeno texto para externar a sua opinião sobre a Amazônia. Pode ser, Yuri?

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Senador João Pedro está preparando as próximas gerações, Senador Arthur Virgílio. Então, vamos lá, Yuri.

**YURI:** Boa noite. Obrigada pelo aparte concedido.

[risos].

**YURI:** Boa noite. Estou aqui, em nome da Amazônia. A Amazônia, que é o meu lar e o lar de milhões de crianças, de indígenas, ribeirinhos e de todos nós. O homem não está sabendo cuidar do maior bem que o mundo possui; nós temos que saber preservar, cuidar da nossa floresta, que é responsável pela chuva. Todos nós somos dependentes da Amazônia, principalmente os ribeirinhos e os indígenas que moram lá. O homem invadiu a floresta, desmatando, queimando o nosso lar ilegalmente, sem nenhuma consciência. No entanto, sabendo que ali moram pessoas, sabendo que o nosso planeta é totalmente dependente da Amazônia, e não são somente os seres humanos que estão perdendo o seu lar, e os animais estão morrendo, entrando em extinção. Então, nós devemos repensar nossas atitudes. Amazônia para sempre. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito lindo, Yuri, muito lindo. Agora o pai arremata.

[palmas].

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu quero fazer uma saudação, registrar aqui, com muita alegria, um homem da Amazônia, que, lá no início dos anos 80, ele estava conosco nas ruas de Manaus, e... Participando de alguns fóruns internacionais, que é o Álvaro Tucano, do alto Rio Negro, que está aqui.

[palmas].

**SR. SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Uma pessoa que merece todo o nosso... O nosso carinho.

Gostaria de registrar a presença de Dom Juliano, que é o arcebispo de Parintins, que está aqui conosco, Prefeito de Parintins, várias lideranças do Município, a Secretária de Desenvolvimento Sustentável, a SDS do Amazonas. O Nélito, que está aqui, um engenheiro agrônomo. E me passa um filme rápido, porque a minha primeira manifestação política, a minha militância começou em defesa da Amazônia, começou em defesa da Amazônia. Nós estávamos, em dezembro de 1979, começando a Agronomia, e ali fomos para a Praça da Catedral de Manaus para protestar contra o Projeto JARI, aqueles modelos que iriam resolver a situação da Amazônia. Que não deu em nada, foi mais um grande projeto que não deu em nada.

E nós estávamos ali e foi a minha primeira corrida da Polícia, em defesa da Amazônia. Pois esse ato público terminou com uma pancadaria, porque ali, em dezembro de 79, nós estávamos cantando, dos poetas amazonenses, "Porto de lenha". E essa manifestação em defesa da Amazônia, ela terminou com todo mundo... Com algumas pessoas detidas, e acabou, mas nós continuamos.

E aqui eu queria fazer uma reflexão, quem sabe nós fazermos, Senadora Ideli Salvatti, Presidente das Comissões, Senadores que estão aqui, Deputados, nós fazermos esse mesmo gesto, esse mesmo ato, em todas as capitais do Brasil. Vamos sair, todos os meses, uma vez no mês, a gente vai para uma capital, discutindo a Amazônia, abrindo, fazendo as Audiências Públicas, porque, desde quando cheguei aqui na Amazônia... Então, essa é a proposta, sair do Senado e ganhar o Brasil, fazer Audiências Públicas nas capitais, cidades importantes, porque o Brasil precisa conhecer a Amazônia. O Brasil precisam amar a Amazônia. O Brasil precisa ter orgulho [interrupção no áudio] Sra. Presidente, Srs. Senadores, tem sido no sentido de quebrar as incompreensões com a Amazônia.

Agora mesmo, nós estamos discutindo o MERCOSUL. Venezuela... Parte da Venezuela é Amazônia. Nós não temos uma relação profunda com os países que compõem a Amazônia. E precisamos, inclusive, mudar a nossa lógica. Não basta defender a Amazônia brasileira; nós precisamos fazer a defesa da Pan-Amazônia.

Estava aqui o Embaixador da Bolívia. Na Bolívia, na Amazônia boliviana, tem 150 mil índios. Dezenas de etnias. 150 mil índios para a Bolívia, é muita coisa, é muito expressivo. E nós precisamos, então, compreender isso [interrupção no áudio]. Fazer a defesa da Pan-Amazônia. Só assim nós vamos estar contribuindo com os nossos povos, mas contribuindo com o planeta Terra.

Eu quero dizer que isso aqui é um gesto da busca da unidade em defesa da Amazônia, das populações tradicionais, da fauna, da flora, da água, dos ribeirinhos. Queria dialogar com o meu companheiro, que fez uma defesa contra a recuperação da BR-319. Eu não sou candidato ao Governo, mas eu penso que a nossa sociedade, o Estado Brasileiro, é possível, sim, recuperar a BR-319, que foi construída na década de 70, dentro de uma lógica diferente de hoje, podemos recuperá-la dentro de padrões democráticos modernos e comprometidos com a vida na Amazônia.

Eu espero que nós possamos [interrupção no áudio] toda, cumprir todas as exigências, porque, na BR-319, vivem crianças, milhares de crianças, professores, trabalhadores rurais. É possível, sim, compatibilizar a recuperação dessa BR em defesa da vida da Amazônia. É possível, sim, nós começarmos, nesta noite aqui, nesta vigília, mobilizando o Brasil, no sentido da defesa

da Amazônia e no sentido da Amazônia ser, não só a solução para os povos da Amazônia, para o mundo, com solidariedade, a gente pode compreender, sim, sem abrir mão da nossa soberania, mas fazer gestos que a humanidade precisa e necessita desse pedaço tão particular do Brasil e da Pan-Amazônia, que é essa floresta bonita, viva, que nos orgulha e nos faz ficar, à noite, aqui no Senado da República. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador João Pedro, e completando 100% da bancada do Estado do Amazonas, chamo o Senador Arthur Virgílio e, em nome de toda a bancada, quero mandar a nossa saudação ao Senador Evandro das Neves Carreira, que tem 81 anos, e que, na década de 70, aqui neste Senado, foi uma das primeiras pessoas a defender, aqui no Senado, a região contra o desmatamento e a criação de gado no Estado do Amazonas. Então, Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

**SENADOR ARTHUR VIRGíLIO (PSDB-AM):** Sra. Presidenta, Senadora Ideli Salvatti, Senadora Serys Slhessarenko, Senadores e Senadoras, Parlamentares de um modo geral, e convidados que estão aqui nesta vigília por uma causa que é mais do que nobre, é nobilíssima, a causa de se discutir a Amazônia, até para se poder conhecê-la e, conhecendo-a, se poder defendê-la.

Uma das reclamações que mais faço dessa tribuna é uma profunda alienação que sinto do Brasil em relação à nossa região. Que pessoas amam a Amazônia, mas não se debruçam nos estudos para compreendê-la melhor. Eu entendo que a própria soberania nacional sobre a região, ela está fincada em três pés. É um tripé. O primeiro é, sem dúvida alguma, a presença militar, necessária, e eu já faço aqui uma reclamação muito clara: Há inexplicavelmente mais soldados no leste do que no Comando Militar da Amazônia. E o leste não faz fronteira com país nenhum, e a Amazônia faz fronteira com países até complicados. Milhares de fronteiras, de quilômetros de fronteiras.

Nós temos uma outra ponta desse tripé, que é o conhecimento. Eu fico espantado quando o INPA e o Museu Goeldi recebem uma ninharia anual deste e de outros governos; não estamos aqui para discutir governos. O Senador João Pedro foi muito feliz ao procurar o que nos aproxima e não o que nos separa, porque buscar divergência é a coisa mais fácil do mundo; agora, buscar convergência significa boa fé, inteligência e lucidez para se buscar objetivos e, nesse caso, não tem nada mais nobre, eu repito, do que defender a própria Região Amazônica.

Muito bem, o conhecimento... Milhões para o INPA, milhões para o museu Goeldi; eu gostaria de estar falando de bilhões, bilhões de reais, para que se pudesse fazer a investigação necessária, justa, que vai abrir a chave da exploração econômica, da biodiversidade Amazônica, na parceria mais preciosa que o Brasil pode montar para ele próprio.

A terceira parte desse tripé é, sem dúvida alguma, a presença civil nas fronteiras, garantida pela presença militar e com toda a perspectiva de desenvolvimento, escola, com educação, com saneamento, Senadora Marina, com tudo aquilo que se possa supor que constitua um atrativo para a vida nessa localidade. Eu fico muito feliz, porque essa iniciativa, não importa o quanto eu concorde do que eu ouvi, Senadora Ideli, e o quanto eu discorde de quem ainda possa vir a ouvir. Mas essa iniciativa, ela tem um valor histórico, porque o tema Amazônia começa, de fato, a ser nacionalizado. Estupidamente, é um tema internacionalizado; estupidamente, eu repito, é um tema não nacional. Ainda há quem interprete alguém vir na Tribuna do Senado ou da Câmara para falar sobre a Amazônia como se fosse algo paroquial, como se estivesse falando da ponte que liga a casa da D. Maroca à casa do Sr. Pedrinho, quando estamos falando de algo que o mundo sabe a importância.

Outro dia, eu perguntei para um plenário repleto de senadores, eu perguntei a eles e nenhum respondeu, até porque, com certeza, não deveria ter o que dizer. Eu perguntei se alguém conhece alguma universidade nesse país que pague alguma bolsa de estudos para alguém fazer um mestrado ou doutoramento em Amazônia... Eu não sei se faltaram os que sabiam, mas os presentes não souberam dizer uma só universidade do Brasil que pague doutorado ou mestrado para alguém estudar a Amazônia. Japão, França, Estados Unidos, China, sem dúvida alguma... Não vamos nem precisar ficar citando muitos países para nós percebemos a pouca importância que nós damos a uma região tão fundamental, sem a qual o Brasil é um país viável, mas um país medíocre, e, com a exploração correta, sustentável dessa mesma região, o Brasil possa vir a ser, haverá de ser a potência econômica, pacífica, cordial, fraterna, com o que nós todos sonhamos.

Eu diria mais, eu fico espantado quando eu percebo que tem mais doutores PHD, só na USP, em São Paulo, do que em toda a Região Amazônica Legal. E nós precisamos de mais doutores PHD no INPA, no Museu Goeldi, pesquisando na nossa região. Eu fico muito espantado com tudo isso. [soa a campainha]

Peço um pouquinho de tempo para concluir, Senadora Ideli, para dizer alguma coisinha a mais. Dizer que nós... Me dá uma certa dor. Se alguém quiser pes-

quisar as propriedades da água da nossa região, da minha região, é só abrir o porão de um navio alemão, recolhe a água e leva para um laboratório de primeiríssima linha, para analisar aquela água. Eu lamento é nós não termos aqui dinheiro para os laboratórios de primeira linha funcionarem na nossa própria região. Eu lamento que alguém possa estudar os fungos da nossa floresta, depois de passar no hotel de selva, três, quatro ou dez dias, e nós não termos aqui os laboratórios de primeiríssima linha que possa fazer o estudo desses fungos em nosso benefício. Nada contra quem quiser estudar a nossa água, que estude à vontade, mas tudo contra nós não termos sabido, até hoje, neste país, Senador Nery, privilegiar e priorizar a região como a parte mais estratégica do país, como a última fronteira de desenvolvimento possível [interrupção no áudio], desenvolvimento sério, justo, com toda a preocupação com o equilíbrio ecológico.

Eu gostaria, ao encerrar, Senadora Ideli Salvatti, quando parabenizo V.Exa. e todos os que tiveram a brilhante ideia de realizar essa sessão tão proveitosa, citando a presença do Dom Juliano, do Prefeito [ininteligível], de Parintins, do meu querido Néliton, da Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, citando o Álvaro Tucano, que o João Pedro também já citou, do nosso ilustre futuro Senador, que é o Yuri, filho do João Pedro, é só falta de idade, que completou a idade está aqui. E dizer a vocês uma coisa muito simples, muito singela: eu acho que a gente deve resgatar as pessoas.

Estava me lembrando, ainda há pouco, de um querido amigo, falecido já, o Lutzenberger, mas eu queria dizer que tem uma pessoa, minha querida Muriel, que, como Parlamentar e com o seu jeito muito peculiar, Marina, de ser, um Senador do meu estado, eleito em 1974, ele que não tem vocação para essa coisa da disputa do voto, se elegeu porque a oposição fez quase todos os Senadores, naquela eleição, e aí a ditadura inventou os Senadores biônicos. Mas esse Senador chegou aqui dizendo que ia dar um recado amazônico. Eu já vi cientistas dizerem: "Não é tão correto o que ele diz, nem tudo o que ele diz é tão cientificamente comprovado". Mas, ele teve, e isso é algo que é histórico e deve ser registrado, Senador Evandro Carreira, ele foi o primeiro a dizer que não era possível se separar economia de ecologia. Foi o primeiro a dizer que não era possível se ter, se ter a idéia de que a Amazônia não pudesse ser olhada como uma região estratégica que é, e teria que ser olhada delicada, como ela, com os cuidados científicos que ela requer.

Eu gostaria de dizer ainda que está na hora de nós fazermos algo muito sério, e aqui o nosso Senador Yuri, tocou muito bem. Nós estamos vivendo um momento dramático na nossa região. Eu gostaria muito que daqui saísse também a idéia de se fazer um SOS Amazônia, um SOS Nordeste, para convocarmos as pessoas que estão, com certeza, ligadas nesta festa tão bonita, neste evento tão importante--

[soa a campainha].

--Para perceberem que nós temos no Amazonas, Senador João Pedro, Senador Jefferson Praia, 300 mil pessoas desabrigadas, ou em vias de. Que temos algo parecido, nos demais Estados da região, e algo muito grave acontecendo também nos outros Estados. Ou seja, eu vejo a nossa luta, a luta que tem que ser de todos, a luta por nós termos a compreensão de que preservar a Amazônia é sobretudo nós garantirmos também uma vida decente e justa com emprego, conveniente para todos, para que a Amazônia possa servir, com os seus 25 milhões de habitantes, à grandeza deste país, de modo justo, de modo equânime, de modo cristão, de modo fraterno.

Portanto, em homenagem aos moradores mais humildes da minha região, que eu digo, de corpo e alma, adiro, com todas as divergências que possa ter, de quem quer que seja, e não concordo com tudo o que se disse aqui. Mas, concordo com muito do que se disse, sobretudo concordo com a idéia base, eu concordo com o fato de que não tem nada mais importante neste momento do que fazer o que estamos fazendo, chamarmos atenção do país para o país acordar, e perceber que não tem nada mais grave do que alienação dos brasileiros em relação à Amazônia. Ou o Brasil compreende a importância dessa região ou o Brasil se desqualifica, do ponto de vista da ambição justa que ele tem direito a ter sobre o seu futuro. Muito obrigado, Sra. Presidenta, era o que tinha dizer.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e a proposta e o chamamento do Senador Arthur Virgílio, e eu quero aqui, como testemunha viva do que foi a solidariedade do povo brasileiro para com a catástrofe ocorrida em Santa Catarina, novembro do ano passado, de que nós temos que aproveitar, sim, esta Sessão, esta vigília, para reforçarmos a necessidade do apoio, da solidariedade, das doações para socorrer. Porque nós já temos hoje, entre os Estados da região Norte e da região Nordeste, atingidos pelas enchentes, mais de um milhão de brasileiros e brasileiras desabrigados.

Portanto, neste momento, é de fundamental importância que a solidariedade do povo brasileiro, que é sempre presente, se faça, mais uma vez, atuante, e o Congresso e o Senado e todos nós que estamos aqui estamos engajados em incentivar e fazer com que a

solidariedade chegue o mais rapidamente, da forma mais correta cada um dos brasileiros e brasileiras, desses mais de um milhão de brasileiros e brasileiras, que estão sofrendo neste momento.

Eu chamo, para utilizar a palavra, o Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Sra. Presidente, me dá logo 10 minutos, para não ficar pedindo de um em um.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Já está dado.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Sra. Presidenta, Senhoras e Srs. Senadores, senhores convidados, palestrantes, senhoras e senhores, m tesouro de valor inestimável, isso é o que representa Amazônia para nós, brasileiros, e para muitas entidades criadas, com as mais diferentes finalidades em todo o mundo.

Assim como defendemos o nosso patrimônio particular da sanha de amigos do alheio ou da deterioração natural, é nosso dever zelar pela preservação da Amazônia como patrimônio público de todos os cidadãos brasileiros. Por isso, aproveitando a ocasião desta vigília pela Amazônia, proposta por líderes da sociedade e da política, quero destacar a importância de dois Projetos por mim apresentados nesta Casa, mas que, infelizmente, não tem a desejada rapidez na tramitação. O primeiro é o Projeto de Lei do Senado PLS 264/2005, cujo objeto é autorizar a criação do Ministério da Amazônia.

É importante lembrar que a Amazônia legal é composta pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e parte dos Estados de Mato Grosso e Maranhão. A Amazônia legal, apesar da baixa densidade populacional, representa mais de 60% do território nacional e desperta a cobiça de entidades internacionais, razão pela qual, seria conveniente e oportuna a criação de um Ministério para tratar dos assuntos relacionados a tão extensa região e seus incontáveis recursos naturais.

Como consta da justificação desse Projeto, quero frisar que não sou um ambientalista radical, mas, entendo que a Amazônia precisa ser preservada. Se não adotarmos medidas sérias de preservação, legaremos para nossos descendentes uma Amazônia totalmente devastada, como resultado do desequilíbrio ecológico... Já está ocorrendo em todo o país.

Não podemos permitir que aconteça uma catástrofe como essa e devemos ter em mente que é possível preservar a região, gerando o desenvolvimento. Por isso, a criação de um Ministério para cuidar de tão vasta e complexa área seria uma medida que considero necessária e que não tardará a mostrar os melhores resultados.

Também considero, Sra. Presidente, importante mencionar, nesta ocasião, o PLS 342/2008, de minha autoria, que dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia legal, institui o conceito de ativo econômico e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região. Esse Projeto se encontra na CCJ, desde o dia 10 de setembro de 2008. E acredito que nem Relator ele tem hoje, porque era... Era o Senador Daniel Nery e que... Não está mais na CCJ.

Com a instituição do Desmatamento Zero, acredito, por 10 anos, se criaria uma consciência ambiental na Amazônia. Além do mais, o Projeto cria a figura do ativo econômico, no caso de manutenção da floresta primária em condições de conservar a biodiversidade, os valores culturais e históricos. O conceito de ativo econômico é resguardado quando se aplica o manejo florestal de rendimento sustentável, compatibilizando os sistemas agropecuários e florestais, dando-lhes o direito à certificação dos produtos.

É evidente que não temos como reverter, a curto prazo, as áreas que já se encontram em avançado estado de degradação, mas ainda temos hoje, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, 83% das florestas amazônicas ou da Amazônia legal intacta; apenas 17... Eu vi aqui num filme que são 16%, então, os meus dados ainda estão um pouco superestimados. Me falaram aí que só 16% foram desmatados.

Com relação às fontes legais de matéria-prima florestal, já temos o reconhecimento oficial da própria Secretaria de Biodiversidade de Floresta do Ministério do Meio Ambiente de que mais de 50% da madeira comercializada na Amazônia é de origem ilegal. Essa situação comprova a incapacidade atual do órgão de acompanhar, vistoriar e confrontar a produção com a documentação expedida. Torna-se necessário, portanto, proceder ao fortalecimento institucional dos órgãos de controle ambiental para minorar os efeitos da incapacidade de controle.

Eu acho que muito dos crimes que acontecem na Amazônia são culpa dos próprios órgãos de defesa ambiental, que foram coniventes no passado, e até hoje, pela falta de estrutura, ainda muita coisa acontece é... Sob a conivência dos órgãos ambientais. Madeireiros sérios, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tem que continuar trabalhando, com a devida autorização. Mas, aqueles que trabalham ilegais, esses não. Esses tem que ser banidos da Amazônia.

Sras. e Srs. Senadores, o segundo Projeto a que me referi é mais minucioso e diretamente relacionado à situação da grande Floresta Amazônica. Porém, como não pretendo alongar-me, lembro apenas a urgência de discutirmos essas propostas de conservação da

biodiversidade amazônica, não necessariamente paralisar a possibilidade de desenvolvimento da região, mas, regulamentando os usos... A produção florestal.

Assim, a Amazônia, mesmo resguardando as suas peculiaridades, poderá crescer de forma sustentável, beneficiando aqueles que nela produzem para própria sobrevivência, de forma digna, bem como dos seus dependentes.

Sra. Presidente, eu não queria que o mundo e o restante do país, fora da Amazônia, nos condenasse pelo passado. Nós não merecemos, nós, amazônidas, Senador Arthur Virgílio, Senador Jefferson Praia, João Pedro, Senadora Marina da Silva, Fátima Cleide, José Nery e demais Senadores da Amazônia, Senadora Serys, que também compõe a Mesa, não nos condenem pelo passado, porque tem aquele provérbio, que diz: "Deus perdoa os ignorantes, eles não sabem o que fazem". Aqueles que foram para lá há 30, 40 anos, ou mesmo aqueles que nasceram lá, não sabiam o que estavam fazendo. Como não sabiam o que estavam fazendo os paulistas, os capixabas, os mineiros, os gaúchos, os paranaenses, os catarinenses e todos aqueles que desbravaram o Sul, o Sudeste, o Nordeste, que não deixaram praticamente nada. Eles também não podem ser condenados. Nos condenem pelo que vai acontecer daqui para frente. Porque, se formos condenados pelo passado, vamos condenar os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a maioria dos países mundo afora. Então, nos condenem por aquilo que vai acontecer daqui para frente.

É por isso que nós... Essa Sessão é importante para se formar uma consciência ambiental, não só naqueles que já desbravaram, mas naqueles que ainda poderão desbravar áreas importantes do bioma amazônico. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Valdir Raupp, que pediu o tempo integral e nem utilizou-o na íntegra, e já chamo a Senadora Serys Slhessarenko, que também não se anime para usar mais do que o tempo não. Vamos cumprir a regra.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Sra. Senadora Ideli Salvatti, que preside esta audiência pública, senhores e senhoras aqui presentes, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, amigos da Amazônia, amigos do Movimento de Preservação da nossa Floresta Amazônica, Parlamentares, de um modo geral, Deputados, trabalhadores, movimentos sociais, empresários conscientes, Christiane Torloni, Victor Fasano, enfim, todos que fazem parte do Movimento Amazônia para Sempre. Não importa, senhores e senhoras a origem, a área de atuação ou prestígio individual, o importante é a participação de cada um e de todos na construção de um futuro com um meio ambiente protegido.

Como Senadora do Estado do Mato Grosso, aplaudo a iniciativa da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pela minha querida companheira, a nossa Senadora Ideli Salvatti, que, com sua competência e seu compromisso político, não político-partidário, mas político com a causa do meio ambiente, com a causa das mudanças climáticas... Nossa Senadora Ideli, que vem coordenando este ato tão singelo, Senadora, mas, ao mesmo tempo, revestido de imensa importância mobilizadora. Trata-se de uma vigília cívica, política e social que, partindo aqui do nosso Congresso Nacional, vai ter grande repercussão pública, alcançando todos os recantos do nosso imenso Brasil.

Como já manifestei em diversas ocasiões, ativista que sou pela defesa intransigente do meio ambiente, não podemos ficar de braços cruzados. Precisamos mobilizar nossas atenções, esforços e recursos para proteger este imenso e colossal patrimônio nosso, que abrigamos tão orgulhosamente em território nacional.

Precisamos, senhores e senhoras, agir imediatamente, sem descanso, atuando em todas as frentes, para preservar, proteger, recuperar, defender, divulgar e arregimentar esforços para que a Amazônia seja mantida longe do alcance da cobiça e do apetite irracional daqueles países ditos industrializados, que já destruíram ou consumiram todos os seus recursos naturais e voltam seus olhos famintos por lucros paras nossas tremendas, imensas riquezas naturais.

Não podem ser os interesses internacionais gananciosos e tendenciosos que vão definir as políticas para a Amazônia. Temos, sim, nós mesmos, que assumir a responsabilidade e definir as estratégias de longo prazo para viabilizar a fixação da população amazônica num ambiente de atividade econômica sustentável, e auxiliando, de forma local e direta, os esforços de preservação do ecossistema.

Daí a importância do engajamento de todos, especialmente governantes, de todas as instâncias, municipais, estaduais e nacional. É importante, senhores e senhoras, frisar que exploração sustentável é garantir a floresta em pé, utilizando o seu potencial de recuperação e de produção de matérias-primas para a produção de riqueza e renda, sem, com isso, colocar em risco sua própria existência.

Já bastam os efeitos do aquecimento global e os riscos que já pairam sobre nossas cabeças, tais como as mudanças climáticas, a eventual mudança dos regimes de chuvas e alteração de toda hidrologia que pode resultar da atuação humana predatória--

[soa a campainha].

--Os países mais ricos vem nos acusando de colocar a Amazônia em risco para plantar grãos, cana-de-açúcar ou qualquer outro produto. Vejam os absurdos. O Brasil dispõe de imensas áreas cultiváveis, que não colocam em risco os ecossistemas, seja Amazônia, o Pantanal ou o Cerrado, como no meu Estado de Mato Grosso, ou a Mata Atlântica. Aqueles que poluem e destroem nos acusam de ameaçar a Amazônia, e isso não é verdade. Tem algo muito errado nisso tudo. Não precisamos derrubar um pé de árvore, como se diz na Amazônia, para produzir alimentos. Temos terras em exploração suficiente para aumentar e muito nossa produção. Basta que realmente nós nos coloquemos em postura politicamente correta para trabalhar as nossas terras.

Infelizmente, o meu tempo urge e eu--

[soa a campainha].

--Vou dar um salto aqui na minha fala, mas vou pedir à Senadora Ideli que reproduza a minha fala como um todo.

Mas, já encaminhando para o final, eu gostaria de dizer que precisamos ampliar a utilização da energia solar. Nós... É exatamente através da correta utilização da energia solar, que nós vamos contribuir grandemente para alcançar o nosso desenvolvimento com sustentabilidade.

O clima tem relevância fundamental para o nosso futuro. A mudança das temperaturas afetaria o regime de chuvas. As áreas cultiváveis, a ocorrência de fenômenos climáticos, até então nunca experimentados por nós brasileiros. As secas prolongadas no Sul, os ciclones extratropicais e as chuvas em Santa Catarina, por exemplo, enfim, secas e enchentes nos alertam.

Devemos agir rápido, no Brasil e no exterior. Medidas urgentes tem que ser implementadas globalmente. Devemos estar atentos porque todos os países... De todos os países, talvez seja o nosso Brasil um dos que tem e poderá ter mais o que perder. A Amazônia não tem preço. A sua sobrevivência está ligada à nossa sobrevivência e das gerações futuras. O desmatamento da Amazônia aumentaria em muito os efeitos das mudanças climáticas já esperadas. Lutemos, seja pela proteção dos ciclos de evaporação e de chuvas, gerando as fontes de energia hidrelétricas, seja pela energia eólica, seja pela energia solar, que alimenta os campos cultivados e viabiliza produção de todos os alimentos de origem vegetal e animal, além do etanol, biodiesel, biomassa e outros, seja pelo fator amazônico estratégico para os interesses nacionais. Todas as boas bandeiras de preservação são válidas. Vamos nos unir. Aplaudo hoje e sempre as iniciativas nessa direção. Vamos proteger a Amazônia, sua imensa e maravilhosa floresta, sua bacia hidrográfica, assim como as bacias do São Francisco, do Prata, de todos os nossos imensos rios. Vamos transformá-los e preservá-los como fonte de vida e geração de riquezas sustentáveis. Nosso país é único. Nossa Amazônia é única. Nossa gente é única. Vamos proteger o que é nosso. Amazônia é nossa. Cabe a nós cuidar dela. Muito obrigada todos e a todas pela atenção.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko e convido, para utilizar da tribuna, a Senadora e ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

[palmas].

Pela ordem, o Senador José Nery.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, cumprindo orientação de V. Exa, que me encarregou de convidar personalidades também para se fazer presentes a essa nossa vigília, fiz, cumpri a tarefa, porém, na impossibilidade de aqui comparecerem os ilustres convidados, enviaram breves mensagens, que eu queria repassar e solicitar que fosse acolhido, como parte dos registros desse importante ato, dessa vigília cívica em defesa da Amazônia, primeiro, uma nota da Comissão... Do Regional Norte II da CNBB, Pará e Amapá, uma nota de apoio ao Senado e às Comissões Permanentes sobre Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Direitos Humanos pela realização e dos artistas ativos na causa da Amazônia, que realizam, nesta quarta-feira, essa vigília pela preservação da Amazônia. É um texto, que eu passo às mãos de V. Exa.

O... O médico e ambientalista Camilo Viana, Presidente da primeira e mais importante Associação de Preservação da Amazônia, em Belém do Pará, que envia uma mensagem de agradecimento e de voto de êxito para esse evento.

Trago também, Senadora Ideli, uma manifestação de Dom Erwim Kreutler, Bispo de Altamira, na região do Xingu, na Transamazônica paraense, que convidado e impossibilitado, está na Áustria, e mandou uma mensagem, dizendo o quanto gostaria de estar aqui presente e agradecendo e, mesmo à distância, fico torcendo pelo bom êxito da vigília. E peço que transmita esse sentimento a todos Srs. Senadores da República. Já encerro, só mais 30 segundos.

Uma mensagem da Comissão Pastoral da Terra, de Santarém, que também convidados, enviam uma carta que dirigem ao Presidente Lula, solicitando a homologação da Reserva Extrativista Renascer, no município de Prainha. E, por último, uma manifestação, um artigo, na verdade, de saudação e de... Tratando dessa questão de toda história de ocupação desor-

denada da Amazônia e dos crimes praticados, do jornalista, editor do Jornal Pessoal, em Belém, jornalista Lúcio Flávio Pinto, que envia uma mensagem para que também possa constar nos registros desse importante ato em defesa da Amazônia. E, por último, sugerir à Sra. Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e de Direitos Humanos a publicação das imagens, dos pronunciamentos de tudo o que foi aqui dito, que seja, então, depois enviado a todos os Srs. Parlamentares e entidades que se dedicam a essa causa em todo o Brasil. Muito obrigado a V.Exa.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador José Nery, e passo, de imediato, a palavra à Senadora Marina Silva, pedindo ao Senador Nery o encaminhamento dos documentos.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Sras. e Srs. Senadores, todos aqueles que participam dessa vigília, Christiane, Vitor, amigos e amigas e todos aqueles que contribuíram para que tivéssemos aqui, além da nossa presença, a presença simbólica de mais de um milhão de pessoas em defesa da Amazônia, em defesa do Brasil e do desenvolvimento sustentável.

Parabéns pelo trabalho que vocês fizeram, pela dedicação e, sobretudo, pela persistência. E tem um provérbio que diz que Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez se tivesse sido entregue no tempo certo, não tivéssemos esse ato. E agora nós vamos ter dois atos, e as coisas certas são boas porque elas se multiplicam. Nesse belo ato aqui, das Comissões de Direitos Humanos, Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, e na entrega que vocês vão fazer ao Presidente da República. Então, nós estamos aqui para reivindicar duas vezes. Porque a Amazônia é duas vezes maior do que cada um de nós individualmente.

Eu quero fazer--

[palmas].

--Aqui, Sra. Presidente, o registro de também dos agradecimentos ao vosso trabalho, ao trabalho dos demais colegas, Presidentes das demais Comissões, dos nossos assessores, que trabalharam incansavelmente, e quero aqui cumprimentar a todos, na pessoa da Dulcídia e do Basileu, juntamente com o Carlos Vicente, com o Pedro Ivo, a Áurea, enfim, um monte de gente, que nós não temos como citar, que estão por trás desse esforço, para que tivéssemos esse belo ato.

Quero agradecer também a presença do Senador José Sarney e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, por terem participado da Sessão de abertura, terem recebido simbolicamente um milhão de assinaturas e por terem recebido os Projetos prioritários, que estão tramitando nas duas Casas, alguns deles há décadas, como é o caso da Lei de Resíduos Sólidos, que está tramitando há 24 anos, e não é aprovado. Senador Cristovam, V. Exa., como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que imediatamente acolheu a idéia dessa audiência pública, juntamente com a Christiane, quando conversaram, e secundados pela nossa Senadora, Presidente Ideli Salvatti.

Segundo o dicionário, o termo *vigília* é um estado ordinário de consciência, complementar ao estado de sono, ocorrente no ser humano e nos outros animais superiores, em que há a máxima ou plena manifestação da atividade perceptiva sensorial e motora voluntária. Portanto, é um estado de alerta, de atenção.

E eu quero, Sra. Presidente, começar dizendo que essa vigília não deve encerrar-se aqui. Ela deve colocar todos os brasileiros em estado de alerta, em permanente vigília, em atenção; atenção para com a Amazônia, atenção para com o Brasil, atenção para com o planeta, atenção para com o futuro da vida na terra.

Temos hoje no Senado a presença de índios, populações tradicionais, cientistas, pesquisadores, empresários, ambientalistas, gestores públicos, estudantes, trabalhadores; juntos conosco também pela TV Senado e pelo rádio, acompanham milhões e milhões de brasileiros.

Nosso evento hoje é simbólico e faz coro com a verdadeira vigília que vem sendo feita pela sociedade brasileira há décadas. Foi assim que conseguimos construir o arcabouço legal de proteção do meio ambiente em nosso país, em que algumas autoridades insistem em desrespeitar. Podemos dizer que começou nos anos 70, quando diversas entidades manifestavam contrariedade à política do governo militar, representada na frase: "Integrar para não entregar". Continuou, quando esse congresso aprovou a Lei nº. 6.938, em 81, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente. Avançou enormemente com a sabedoria e a firmeza de Chico Mendes, que convenceu o mundo que não poderíamos reproduzir na Amazônia o mesmo modelo de desenvolvimento que havia esgotado os recursos naturais em outros biomas brasileiros, em outras partes do mundo. Fez com que, pela primeira vez na história, o direito ao meio ambiente equilibrado fosse assegurado na Constituição Federal, a nossa Constituição Cidadã de 88, que inscreveu o art. 225, estabelecendo que cada cidadão brasileiro tem direito a um ambiente saudável.

Impulsionou o Instituto Nacional de Pesquisas Nacionais, o INPE, a criar o melhor sistema de monitoramento de desmatamento de florestas tropicais,

reconhecido internacionalmente e que, durante a minha gestão, tivemos a oportunidade de transformá-lo em um sistema de monitoramento de desmatamento em tempo real.

O estado de vigília da sociedade brasileira sobre os problemas que afetam o meio ambiente, e particularmente a Amazônia, chegou a um nível extremo, quando, em 99, todos os Deputados, Senadores e o Palácio do Planalto receberam, em apenas um final de semana, centenas de milhares de mensagens eletrônicas, demonstrando seu repúdio à tentativa de votação da Medida Provisória 2.166, que altera o Código Florestal para diminuir os 80% de reserva legal na Amazônia, o que levou o Poder Executivo a retirar a MP da Pauta de votação.

Aquele foi um efeito histórico, Sra. Presidente, aonde a sociedade brasileira se manifestou, dando claramente o termo de referência para o Congresso Nacional e sustentabilidade política para que o Presidente Fernando Henrique mantivesse a Medida Provisória.

A exemplo do que fez há um ano atrás, há exatamente um ano atrás, quando, no dia 13 de maio de 2008, ao sair do Ministério do Meio Ambiente, hoje faz um ano, Sra. Presidente, ao sair do Ministério do Meio Ambiente, sob forte pressão de setores atrasados, que continuam se articulando dentro do Congresso Nacional para promover o retrocesso e manter o mesmo diapasão de uma economia que não se sustenta mais no planeta e, particularmente, não tem como se sustentar no país que tem a maior diversidade, a maior biodiversidade do mundo... Esses setores, quando identificamos pelos dados do sistema de detecção de desmatamento em tempo real que o desmatamento poderia aumentar para até entre 30 a 40%, medidas fortes foram tomadas, como a que estabeleceu a Resolução do Conselho Monetário Nacional, que vedou crédito para todos os ilegais.

A medida... Aliás, o Decreto do Presidente Lula que estabeleceu, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, os 36 Municípios que ficaram em moratória, por serem aqueles que mais desmatam. Além da criminalização de toda cadeia produtiva ilegal, tanto para quem produz quanto para quem desmata quanto para quem compra, quem transporta e quem vende. Essas medidas estavam sob forte pressão para serem revogadas e as pressões vinham fundamentalmente do Estado de Rondônia, do estado de Mato Grosso--

[soa a campainha]

Eu peço um pouco de *venia*, Sra. Presidente, para poder dar continuidade a essa fala porque ela é muito importante para mim. --Que não compreenderam que não se poderia abrir mão das conquistas que já tínhamos alcançado, reduzindo o desmatamento em 57%. Eu, naquele momento, disse a seguinte frase: "É melhor ter o filho vivo no colo de outra pessoa do que vê-lo jazendo em seu próprio colo". As medidas corajosas que foram assinadas--

[palmas].

--Pelo Presidente Lula, corriam risco de ser revogadas, e aí porque eu disse que é semelhante àquele período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a minha saída, a sociedade brasileira não aplaudiu aqueles que queriam a revogação das medidas. Pelo contrário, a sociedade brasileira deu sustentabilidade política, deu sustentabilidade moral e ética para que as medidas fossem mantidas. E o resultado dessa manutenção é que o desmatamento que poderia ir para 30 ou 40% teve um aumento de 3%.

Se tivesse sido revogada, teria sido um desastre para o Brasil, um desastre para Amazônia e um desastre para o governo. E ainda deu a oportunidade de escolher um Ministro que é também um ambientalista. Quando eu saí do Ministério do Meio Ambiente, disse que haviam trocado seis por uma dúzia, porque o Ministro Minc ficaria no Ministério e eu viria para cá.

Eu tenho trabalhado muito para que a meia dúzia que eu represento faça o dever de casa aqui no Congresso Nacional. Tenho contado com ajuda, inclusive de V. Exa, da maioria da minha bancada e de vários Srs. Senadores, independentemente de partidos, para que essa meia dúzia se transforme no Congresso Nacional, nos homens e mulheres de bem que não aceitam mais o velho discurso de que nós temos que destruir--

[soa a campainha].

--Para poder desenvolver o nosso país.

Agora, eu espero, torço e rezo para que o Ministro Carlos Minc consiga, lá no Ministério do Meio Ambiente, multiplicar a meia dúzia que ficou lá, que ele simbolicamente, assim como eu me comparei com meia dúzia, para que continue as políticas ambientais transversais e não transformar o Ministério do Meio Ambiente na ONG do governo--

[palmas].

--Porque é muito bom e é muito cômodo quando o setor ambiental sai fazendo a crítica sobre o leite derramado; difícil é suportar aqueles que colocam o debate no planejamento das ações, na hora de fazer as hidrelétricas, na hora da construção das estradas, na hora da licitação dos blocos de petróleo, na hora da criação das unidades de conservação. Esses incomodam e incomodam muito. Mas, não existe outra forma de fazer política ambiental séria e com responsabilidade à altura do desafio que nós estamos—[interrupção do áudio].

[soa a campainha].

--É por isso, Sra. Presidente, que eu celebrei, com alegria, vinda do Ministro Minc aqui hoje. Ele veio, como representante do setor ambiental dentro do governo, porque ele é, antes de ser Ministro, é um ambientalista. E ele veio aqui. O que me assusta são aqueles que propõem internamente ao governo, como faz o Ministro Mangabeira Unger, propõem internamente ao governo, como propôs a Medida Provisória que acaba de ser aprovada no Congresso, expõem um conjunto de pessoas que eu sei que tem biografias a zelar, e quando é convidado para debater no Congresso Nacional, diz que não vem porque não concorda com a forma como está sendo feita--

[palmas].

--Eu gostaria que ele tivesse comparecido na audiência pública que foi feita na Comissão de Meio Ambiente para discutir regularização fundiária, para discutir a questão do licenciamento para rodovias. Gostaria que ele tivesse aceito o convite também—

[soa a campainha].

--Para estar nessa audiência pública. E, infelizmente, ele ainda não veio. Mas, eu sou uma mulher de fé e eu não perco a fé em Deus e na democracia. Porque os democratas sempre virão para o debate, mesmo que divergindo; os democratas sempre virão para o debate, mesmo que se achando superiores àqueles que ainda não foram capazes de alcançar a sua sabedoria.

Nós estamos aqui abertos ao debate. Mas, que seja um debate fraterno, envolvendo os diferentes olhares para que possamos estabelecer diferentes escutas porque o Brasil é maior do que nós. Nós temos que parar de olhar o Brasil de cima para baixo. Talvez seja melhor olhar o Brasil de baixo para cima e nos colocarmos no nosso devido lugar. Olhar o Brasil de baixo para cima, não existe ponto melhor do que a Amazônia.

Na Amazônia, gente se sente bem pequenininho. Se sente zero vírgula alguma coisa, mas essa Amazônia tão grande-- [interrupção do áudio].

--Essa Amazônia [soa a campainha] tão forte, essa Amazônia tão brava, é tão frágil quanto forte e é tão encantadora o quanto suscita, às vezes, uma sanha de ambição e de atitudes completamente contraditórias com tudo isso que nós estamos dizendo aqui.

Eu vou avançar um pouco mais, dizendo que a legislação ambiental brasileira, minha querida Senadora Ideli Salvatti, ela é fruto do trabalho de pessoas do mundo da Academia, dos movimentos ambientalistas, dos movimentos sociais, de Parlamentares comprometidos e das ações de governo, que eu tive a oportunidade de participar e sei que muito ainda se está fazendo, de diferentes governos.

Presidente Sarney criou o IBAMA. Presidente Fernando Henrique fez a Medida Provisória dos 80% para reserva legal. O Presidente Lula fez o Plano de Combate ao Desmatamento, está com a responsabilidade de metas de redução de desmatamento--

[soa a campainha].

--E isso tudo são conquistas da sociedade brasileira, que nós não podemos perder. Mas, não podemos perder de vista que estamos em um momento paradoxal, 96% da população, segundo o DATAFOLHA, é contra o desmatamento; 45 milhões de protestos foram registrados na Globo Amazônia, em oito meses. E um milhão de pessoas assinou o manifesto dos artistas Amazônia para Sempre. Diante dessa quase unanimidade, no Congresso Nacional e de setores do governo vem propostas altamente nefastas à Amazônia e o meio ambiente. A Medida Provisória da regularização fundiária, necessária, estratégica para Amazônia, que, se não forem feitos os devidos reparos, Senador Praia, meu amigo, Senador João Pedro, Cristovam, Arthur Virgílio, que me ajudou aprovar a lei de gestão de florestas, pode se tornar no maior programa--

[soa a campainha].

--De regularização da grilagem. Porque são 67 milhões de hectares de terra pública, terra do povo brasileiro, que pode ser titulada, não para posse mansa e pacífica daqueles que foram por políticas públicas, daqueles que foram incentivados, esses não estão em questão... Daqueles que fazem grilagem, que usam laranja, que usam de violência, temos que separar o joio do trigo.

A Câmara dos Deputados teve a oportunidade, não aproveitou a oportunidade. Esse Senado terá a oportunidade de fazer o reparo do que não foi reparado lá. E se, porventura, não tivermos a coragem, o compromisso de transformar em atitude aquilo que dissemos aqui hoje em palavras para fazer essa correção e evitar o saque das terras públicas na Amazônia, caberá ao Presidente Lula fazer o veto daquilo que não convém a Amazônia e à sociedade brasileira--

[palmas].

--Eu espero que nós, da base de sustentação do governo, e espero que aqueles que--

[soa a campainha].

--Pensam o Brasil acima de governo e de conjuntura façam esse reparo porque esse reparo, Senador Flexa, eu sei que V. Exa tem algumas divergências comigo, mas, eu sei que também V. Exa tem a responsabilidade com o seu Estado do Pará. Nós temos que fazer esse reparo, em nome da sustentabilidade do Brasil e do planeta.

Eu quero concluir, não vou falar de todas as medidas que são retrocesso, como a que tira o licencia-

mento prévio para feitura de estradas na Amazônia, e não só na Amazônia, dizendo uma frase que eu li, de um pensador cristão, chamado Chersteton. Ele diz o seguinte, a frase é dele: "Um homem que ama a França por suas atividades militares desculpara o exército de 1870. Mas, um homem que ama França por ela ser a França vai melhorar o -- [interrupção do áudio]--

[soa a campainha].

--Mas um homem que ama França por ser a França vai melhorar o exército de 1870, pois, para ele, quanto mais transcendente for o patriotismo, tanto mais práticas serão as políticas". Parafraseando Chersteton, eu diria: Uma pessoa que ama Amazônia apenas por sua capacidade de lhe dar a área para desmatar, com o fim de tirar madeira, criar gado e plantar grãos, perdoará o modelo predatório de seu desenvolvimento, mas, aqueles que amam a Amazônia por ela ser a Amazônia, com suas riquezas, fragilidades e belezas, pelo que ela significa para a sustentabilidade do Brasil e do planeta, vai lutar para melhorar o modelo predatório de seu desenvolvimento.

[palmas].

--Nós não podemos, não temos o direito de fazer outra escolha - [interrupção do áudio] de uma esquina civilizatória, de uma esquina ética. Podemos parar e fazer de conta que nada está acontecendo e justificar a nossa omissão, negando a humanidade. Mas, nós podemos também alterar o teste, ao invés de passar nele. E, quando a gente altera o teste, a gente tenta adequar a realidade gritante às nossas conveniências, à nossa ética de conveniência. Nós podemos fazer diferente, nós podemos dobrar a esquina no rumo de passar no teste, de enfrentar o desafio da sustentabilidade para a agricultura, para a exploração florestal, para o turismo, para o uso sustentável da biodiversidade e, sobretudo, para sustentabilidade ética e política do nosso país, que já está nos dizendo como devemos fazer, como devemos fazer para que a Amazônia continue sendo a Amazônia. Muito obrigada a V. Exa por essa audiência pública. Peço desculpas por ter me alongado--

[soa a campainha].

--Um pouco mais, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, mas, eu não poderia deixar de dizer isso. Quero concluir, dizendo que, para mim, ainda que isso não tenha sido nada pensado, o Senador Cristovam teve a idéia com a Senadora Ideli Salvatti, e eu só vime ater que hoje faz um ano que saí do Ministério do Meio Ambiente hoje, mas eu fico muito feliz de, nesse um ano, a sociedade brasileira estar tão alerta como esteve naquele dia. E mais do que naquele dia, se coloca em estado permanente de vigília contra todo e qualquer retrocesso, contra todo e qualquer dito que não se transforme em ato. Muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço--

[palmas].

Agradeço à Senadora Marina Silva--

[palmas].

--Que tem o reconhecimento de todo o povo brasileiro e de todos aqueles que, no planeta, entendem o papel da preservação do meio ambiente.

Convido para usar a palavra o Senador Cristovam Buarque. E eu queria sugerir, nós estamos já com fala de muitos Parlamentares. Eu queria ter uma indicação se nós poderíamos fazer o segundo painel, até porque é algo desrespeitoso para com os nossos convidados. O próximo painel nós temos cinco convidados.

Então, se houver concordância, após a palavra do Senador Cristovam, nós teríamos uma música de um artista da Amazônia, Sérgio Souto, para dar uma quebra aqui no... Na empolgação das falas. E poderíamos abrir o segundo painel. E, depois, daríamos continuidade nas falas dos Parlamentares. Mas, eu aguardo manifestações dos inscritos. Senador Cristovam.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, depois do discurso da Senadora Marina, Senadora Ideli, eu acho que a gente devia ter só música e não mais nenhum discurso aqui. Entretanto, nós temos obrigação de aproveitar esse momento para falar. E eu quero começar, Senadora Ideli, dizendo que o Brasil se transformou em um imenso crematório. Nosso país é um imenso crematório. A cada minuto, nós queimamos seis estádios de futebol de florestas. E a cada minuto, nós queimamos 60 cérebros de crianças, que nós jogamos para fora da escola.

Que futuro tem um país que se transforma em um crematório de árvores e crianças? De florestas e de cérebros? Nenhum futuro. Não tem nenhum futuro porque são as florestas, é o meio ambiente, é a ecologia que asseguram a permanência entre gerações. São os cérebros que asseguram a dinâmica que permite a cada geração ser melhor do que a geração anterior. Sobretudo, em um século como o nosso, em que a economia se baseia no conhecimento e não mais na mecânica, não mais nos materiais.

Nosso país é um imenso crematório de árvores e cérebros. Nós não temos futuro se continuarmos assim. Felizmente, há momentos como esse que nós estamos vivendo. Momento em que algumas pessoas se manifestam, trazem aqui a sua indignação e dizem: "Nós vamos parar de manter o nosso país como um imenso crematório". Nós vamos proteger as árvores e as crianças. Nós vamos proteger as florestas e garantir escola para os nossos meninos e meninas.

Pode ser simples coincidência ou pode ser aquilo que alguns místicos chamam de sincronicidade, mas nós estamos em um 13 de maio e foi num dia como esse que uma geração, há 121 anos, disse: "Basta de queimarmos seres humanos no trabalho forçado, na escravidão". Esperamos 350 anos, de brasileiros, até que uma geração tomou a decisão. Nós não vamos poder esperar 350 anos para salvar as nossas crianças nem para salvar as nossas florestas. Não temos nem mesmo 350 meses para fazer isso. Nós precisamos dizer um alto e sonoro: Basta de crianças jogadas fora da escola e árvores derrubadas nas florestas--

[palmas].

--Esse basta está sendo dito hoje, mas, ele não ecoará se terminar hoje. É preciso, e a Senadora Marina disse isso, que essa vigília se transforme em um movimento permanente, em um alerta constante de que, nesse país, nós não somos apenas queimadores de florestas como estamos passando.

Eu lembro, Srs. e Sras. Senadoras, uma vez que perguntei a um russo qual o personagem da história deles que eles, os russos, se lembravam com pior lembrança. Ele me disse um nome que eu nunca escutei falar, nenhum daqueles que a gente já ouviu Pedro, o Grande, ou quem seja, ele disse um nome que eu não ouvi falar, e eu perguntei quem era aquele? Ele disse: "Foi o Primeiro Ministro, quando o Alasca foi vendido aos Estados Unidos". E eu pensei, não só naquele Primeiro Ministro, mas naquela geração que permitiu um pedaço de um país ser passado para outro. E eu me lembrei que a nossa geração vai ficar para história como aquela que queimou a Amazônia--

[palmas].

--Vai ficar para história como aquela que, talvez, tenha entregue a Amazônia. Nós não temos o direito de entregá-la nem de destruí-la; nós temos a obrigação de zelar pela soberania e pela conservação, duas palavras chaves do futuro da Amazônia entre nós: a conservação e a soberania.

A soberania para destruir, ela é anti-humana, e a conservação, entregando, é antinacional. Nós temos que defender a Amazônia como nossa, mas, como um patrimônio de toda humanidade. Com a sensação clara de que o planeta hoje é um imenso condomínio, onde cada um é dono do que tem dentro do seu território, mas não pode fazer o que quiser pelas repercussões que isso tem junto aos vizinhos do resto do planeta.

A Amazônia é nossa, por isso temos que protegê-la. E é isso que estamos manifestando hoje. Esse é um gesto de defesa da soberania e da conservação. Esse é um gesto de respeito à nossa propriedade da Amazônia, como parte do território, e é o respeito às suas florestas, como parte--

[soa a campainha].

--De toda humanidade da qual nós fazemos parte.

Eu quero parabenizar cada um daqueles que tiveram a iniciativa dessa noite. Eu quero parabenizar a cada um dos que aqui ficaram. Mas, eu quero, sobretudo, cobrar de cada um de nós que não deixemos esse momento se esgotar nessa noite.

Essa é uma vigília permanente ou a Amazônia não será permanente. Por isso, vamos continuar alertas. Vamos continuar presentes. Vamos continuar aumentando essas listas daqueles que dizem: "Nós não ficaremos na história como a geração que destruiu a Amazônia. E não queremos ficar na história como a geração que destruiu os cérebros".

Por isso, Senadora, eu quero concluir essa bela noite, propondo mais uma vigília, como eu propus essa--

[soa a campainha].

--Durante uma vigília sobre os aposentados, eu quero propor, no mesmo momento em que fazemos uma vigília pela Amazônia, façamos aqui, dentro de algumas semanas, uma vigília pelas crianças brasileiras--

[palmas].

--Florestas e crianças, esse é o binômio do futuro. E vamos lutar de uma forma permanente, com uma vigília com a mesma duração das nossas florestas na Amazônia. Parabéns a cada um de vocês. Parabéns a cada um de nós. O Brasil inteiro está vendo, e eu espero que o Brasil inteiro esteja, se for preciso, chorando e gritando: "A Amazônia é nossa e por isso temos que protegê-la".

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigada, Senador Cristovam Buarque. E, antes de passar o microfone para o nosso artista, Sérgio Souto, que vai nos brindar com uma música para gente acordar aí para vigília, para continuidade do nosso trabalho, eu não poderia deixar de registrar e agradecer a presença da nossa querida Tizuka Yamazaki, que está, inclusive, fazendo a filmagem; eu já tive a oportunidade de ver um pedacinho, a gente já experimentou um pedacinho do próximo filme desta nossa querida cineasta, que trata exatamente da parte da vida da Pajé Zeneide Lima, da Ilha do Marajó, que abriu os nossos trabalhos, e o nome do filme é: "Amazônia Caruana", que está em fase de finalização. Então, em breve, nos cinemas, "Amazônia Caruana", da nossa Tizuka Yamazaki.

[palmas].

E aí, passo, então... Parabéns. ...Passo, então, já o microfone para o Sérgio Souto nos brindar aí com uma música.

**SR. SÉRGIO SOUTO:** Obrigado. "O arco e a flecha" é uma canção que eu musiquei, em cima de uma poesia da minha querida Marina Silva, grande poeta.

*Do arco que empunha a flecha*
*Quero a força que a dispara*
*Da flecha que penetra o alvo*
*Quero a mira que o acerta*
*Do alvo mirado*
*Quero o que faz desejar*
*Do desejo que busca o alvo*
*Quero amor por razão*
*Sendo assim, não terei arma*
*Só assim não farei guerra*
*E assim fará sentido meu passar por esta terra*
*Sou o arco, sou a flecha*
*Sou o todo em metades*
*Sou as partes que se mesclam*
*Nos propósitos e nas vontades*
*Sou o arco por primeiro*
*Sou a flecha por segundo*
*Sou a flecha por primeiro*
*Sou o arco por segundo*
*Buscai o melhor de mim*
*E terás o melhor de mim*
*Darei o melhor de mim*
*Onde precisar o mundo*
*Buscai o melhor de mim*
*E terás o melhor de mim*
*Darei o melhor de mim*
*Onde precisar o mundo*

[palmas].

**SR. SÉRGIO SOUTO:** Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Sérgio, se você não for embora, nós vamos colocá-lo outras vezes para animar aí a nossa atividade, né? Vamos intercalando com um pouquinho de música.

Como não houve manifestação, eu vou chamar, então, os painelistas do segundo painel sobre ameaças sobre a Amazônia, o Sr. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra, sobre as dinâmicas econômicas insustentáveis na Amazônia; o Sr. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens; Sr. Adalmir José da Silva, da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas, e o Sr. Júlio Barbosa, do Conselho Nacional dos Seringueiros.

E enquanto nós aguardamos o deslocamento dos nossos próximos painelistas, eu pediria à nossa... À querida atriz, Christiane Torloni, que pudesse fazer a leitura de algumas mensagens de artistas que estão também compartilhando conosco este momento.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu gostaria de ler o depoimento da imortal, nossa querida escritora Nélida Piñon: *"Querida Christiane, admiro a sua arte e a sua têmpera, ambas a serviço das causas brasileiras, Como agora em que se empenha em preservar a integridade física da nossa Floresta Amazônica, sem dúvida, expressão simbólica da cidadania brasileira. Sei de seu projeto Amazônia para Sempre e julgo admirável, uma ação que merece se alastrar pelo país, infiltrando-se pela consciência nacional. E não é assim que se defende a soberania da Pátria? O sentido da honra nacional? A inviolabilidade territorial? O futuro dos nossos sucessores? Esse projeto, que ora defende, merece minha total solidariedade. Peço-lhe, pois, que encaminhe, em nosso nome, defenda quem somos, proteja os sortilégios dessa floresta que espelha face brasileira. Meus parabéns! O abraço afetuoso e da admiração de Nélida Piñon".*

[palmas].

Esse é da cantora Simone: *"Não posso deixar de manifestar meu apoio à atriz Christiane Torloni pela vigília em defesa da Amazônia. É imperioso defender a Amazônia da cobiça desmedida, da destruição desenfreada que, além de tudo, emprega ainda trabalho escravo, em pleno Século XXI. Os ataques permanentes tem que acabar para que possamos pelo menos respirar. Essa vigília tem que receber toda solidariedade dos brasileiros. A quantidade de assinaturas colhidas prova que não podemos ficar indiferentes aos crimes que estão sendo cometidos em nosso território, diante da indiferença das autoridades".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então, vamos dar início, então, ao nosso segundo painel "Ameaças sobre a Amazônia". com a palavra, o Sr. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra.

**SR. ROBERTO SMERALDI:** Senadora, ameaças, conforme já ouvimos de outros colegas e de vários Senadores, não faltam. Eu, com certeza, gostaria de destacar aquela que está chegando hoje à noite do Plenário ao lado. simbolicamente, no mesmo momento em que nós estamos aqui ao vivo, com o país acompanhando, nessa vigília da Amazônia, o Plenário da Câmara acaba de enviar para cá, e vocês terão que lidar com isso nos próximos dias, nas próximas semanas, uma medida que foi apelidada de "MP da Grilagem".

O que eu gostaria de observar, em termos de ameaça, é que a verdadeira ameaça não está nem sequer naquilo que está lá contido, mas, no fato, principalmente, que uma medida de regularização fundiária acontece sem sequer levar em consideração o resto da regularização das terras públicas, ou seja, nós es-

tamos regularizando, privatizando, portanto, injetando no mercado terras da União e esquecemos que o resto das terras da União, que estão lá devolutas, não são incorporadas no patrimônio da União.

Então, esse dever de casa que, desde 1854, com o Código de Terra, deveríamos ter feito, não, é esquecido. Enquanto isso, vai se regularizando aos pedacinhos a ocupação. Se o Senado conseguisse, pelo menos associar essas medidas de regularização à realização desse dever de casa, finalmente histórico, essa grande tarefa nacional de garantir a posse e a incorporação das terras da União no patrimônio nacional, já seria um avanço, uma redução dessa ameaça. Mas, as ameaças são de ordem econômica.

Eu gostaria, nesse momento, de lembrar daquelas populações ribeirinhas, que nesses dias estão sofrendo por... Pelas razões que conhecemos e pelas quais tantas pessoas no seu estado tem passado em situação semelhante, ao longo dos últimos meses. E ausência do Estado na Amazônia, é talvez a diferença em relação às pessoas no seu Estado de Santa Catarina, senhora, ou seja, em Santa Catarina, nós tivemos uma mobilização, nós tivemos serviços, tivemos reação, enquanto para essas populações da Amazônia nós não temos essa mesma reação, esses mesmos serviços, essa mesma mobilização. E isso acontece porque nós não temos, na realidade, e essa, para mim é uma ameaça para Amazônia porque uma ameaça para as pessoas da Amazônia. Não são só as ameaças do desmatamento; são as ameaças dos ribeirinhos, para os caboclos, para os indígenas, para os seringueiros, que também nós temos que levar em consideração.

E a maior ameaça é aquela de não contemplá-los. Nós temos um PAC, se falava antes aqui. Bom, o PAC só cuida de obras que interessam ao resto do país, não cuida de obras que interessam ao amazônida. Então, nós não temos investimentos em infraestrutura de interesse local, não temos investimentos para levar energia. Cadê isso no PAC? No PAC, só pensamos em levar energia para fora da Amazônia, inclusive nem sequer permitindo que alguém na Amazônia possa utilizar essa energia. Se faz "linhão" de corrente contínua, não alternada.

Bem, então, a ameaça, para mim, do abandono, a ameaça da falta de investimento é uma ameaça muito importante porque ela ameaça o desenvolvimento e, na falta do desenvolvimento, na falta--

[soa a campainha].

--De chance de desenvolvimento, é onde prospera o desmatamento, é onde prospera insustentabilidade. E aí eu gostaria, Senadora, de lembrar que recentemente nós analisamos o crédito. O crédito subsidiado, aquele que é pago do meu bolso, do seu bolso, porque eu sei que a senhora e eu pagamos impostos. E que, portanto, deveria responder a interesse público.

Então, analisando o crédito para a atividade rural, seja ela pecuária e também agrícola, os cinco bilhões de Fundo Constitucional do Norte, de outros fundos que nós colocamos, em 2008, para investimentos na área. Se colocasse, imagine, Senadora, se colocássemos cinco bilhões para o desenvolvimento sustentável e a economia florestal, o manejo, o investimento em tecnologia de ponta para o diferencial--

[soa a campainha].

--De floresta que nós temos na Amazônia, que milagre que isso seria no país, um investimento desse tipo para estimular. Mas, nós não colocamos. Só colocamos para agropecuária.

Bem, agora, me interessa a qualidade desse crédito que nós pagamos do nosso bolso, desse subsídio. Ele não vai, Senadora, não vai para a produtividade. Se a senhora analisa 95% do crédito que vai, por exemplo, para pecuária, ele vai simplesmente para compra de rebanho ou custeio de rebanho. Ele não vai para melhorar a pastagem, para produtividade, para fazer aquilo que a própria EMBRAPA, não é só Amigos da Terra que diz isso, a EMBRAPA diz que poderíamos triplicar a produtividade da... Da pecuária na Amazônia.

Ou seja, dos 70 milhões de rebanho que nós temos hoje, que ocupam 70 milhões de-- [interrupção do áudio].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mais um minuto.

**SR. ROBERTO SMERALDI:** --Poderiam caber, Senadora, em 30 milhões de hectares.

Então, poderia se recuperar o resto, eliminando os passivos ambientais e os passivos legais, que oneram no resto das áreas.

Bem, mas, o crédito público não vai para isso. Então, ameaça maior, para mim, é aquela do dinheiro público que estimula conversão, estimula a expansão da fronteira, seja pela MP que vai chegar aqui à atenção de vocês, que estimula ocupação de novas terras e a expansão da fronteira, seja pelo crédito do BNDES, do FNO etc. etc., subsidiado, que não se preocupa com a produtividade, com a intensificação da atividade, mas, se preocupa simplesmente com a ampliação.

Todo mundo diz, o Ministro da Agricultura [interrupção do áudio] não precisa desmatar mais para garantir a atividade agropecuária. É verdade, só que desmatamos porque nós não investimos no dever de casa, de tornar essas atividades mais intensivas e mais produtivas. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigado, Sr. Roberto Smeraldi, do Amigos da Terra. Já passo, em seguida, a palavra para o Sr. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens, MAB.

**SR. ROGÉRIO HOHN:** Boa noite a todos e a todas, a Senadora... Eu sou Rogério, sou do Movimento dos Atingidos por Barragens e hoje também falo em nome da Via Campesina Brasil.

Em primeiro lugar, eu queria trazer aqui a indignação, acho que é importante ressaltar essa questão, de centenas e centenas de trabalhadores e trabalhadoras, que não só no território amazônico, mas em todo o território brasileiro, perderam suas vidas, em função do questionamento a tantos problemas que a gente vem apontando até hoje.

Então, essa iniciativa, parabenizar a equipe que começou esse trabalho. Ela é importante, porém, nós teremos... Temos que lembrar a história de conflitos, a história dos trabalhadores e trabalhadoras que, durante anos e anos, vem fazendo a resistência no seu território. Trazer a memória de todos eles.

É com muita indignação também que a gente aponta, no nosso debate, que os grandes projetos hoje, na Amazônia, são as principais ameaças hoje, que afrontam a vida das populações tradicionais. E eu digo, a gente sempre caracteriza as populações tradicionais como sendo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, campesinos, todas as populações tradicionais que ocupam historicamente esse espaço. Então, esse modelo de desenvolvimento, que é um dos mais atrasados de todas as nações, pautado principalmente em cinco frentes hoje, que atuam no território amazônico: A frente do desmatamento, muitas vezes citado aqui; a frente da Pecuarização. Se a gente passar pela Belém/Brasília, entrando no Tocantins, a gente viaja meio-dia, um dia inteiro, praticamente dentro de meia dúzia de propriedades. Isso é um atraso, para um país tão rico quanto o nosso, ainda ter latifúndios extensos, sem produzir nada.

A outra frente, consideramos um atraso para Amazônia e para o Brasil, é a frente do agronegócio, que tem se expandido cada vez mais em territórios amazônicos, através das grandes monoculturas, principalmente de soja, cana e eucalipto. A frente da expansão da mineração é outra frente que vem saqueando praticamente a Amazônia, dia após dia, noite após noite, sem pagar seus devidos impostos ao Brasil. E uma última frente, que a gente considera atrasada, é a questão energética, hoje, basicamente implantando, implantada através de barragens. São mais de 400 barragens previstas pelo Governo para ser instaladas em território amazônico. Mais de 400 barragens, que vão expulsar os ribeirinhos, vão contaminar os rios e vão gerar energia elétrica, justamente para esses setores mais atrasados que estão situados no território amazônico.

Então, para nós, essa é a grande ameaça hoje, que afronta população da Amazônia, e não só a população da Amazônia, mas o Brasil como um todo. Muitas vezes aqui já foi falado, precisamos construir um novo modelo de desenvolvimento. Para gente poder construir um novo modelo de desenvolvimento, esses setores têm que deixar de existir.

Um outro elemento importante, que eu acho que é interessante destacar aqui, é de que a responsabilidade de serem os guardiões da Amazônia, no caso aqui sendo debatido, é da população que vive na Amazônia. Porém, nós não podemos deixar aqui a responsabilidade de quem está matando, quem está destruindo a Amazônia são esses povos. Nós temos que criminalizar, sim, esses setores mais atrasados, que hoje tem feito a derrubada da floresta, utilização de todos os recursos naturais para exportação... São esses setores, que a gente poderia citar os nomes, que hoje estão acabando com a Amazônia. E não é a população tradicional que, como se coloca, que são os verdadeiros culpados pela situação como está.

Então, deixar muito bem registrado isso, que é uma responsabilidade nossa, de sermos guardiões, de defendermos a nossa terra, nossa água, nossa biodiversidade. Agora, também precisamos responsabilizar aqueles que de fato estão destruindo a Amazônia.

Repudiamos também, deixar bem clara aqui a nossa posição, a Medida 458, que trabalha a regularização fundiária; nós avaliamos uma afronta a questão fundiária na Amazônia, pelo fato de legalizar as terras griladas. Semana passada, o Ministério Público Federal do Estado do Pará lançou os dados da grilagem de terra no Estado do Pará. Só em documentos, só em documentos, existem 4.2 Estados do Pará a mais do que de fato existe. Então, são dados que nos assustam. Pará hoje tem em torno de 124 milhões de terra e, pela documentação apresentada, existem mais de 500 milhões de hectares.

Então, é uma afronta--

[soa a campainha].

--À questão fundiária. E é uma afronta também à questão da legislação ambiental, que está sendo modificada, de redução de 80% para 50% das áreas florestais. Isso justamente vai beneficiar grandes setores ligados à mineração, principalmente, e ao agronegócio. E todos esses conflitos, desses grandes projetos na Amazônia, eles tem causado conflitos sociais sobre a população local, como assassinatos de várias lideranças e, recentemente, não podemos deixar de

dizer aqui, a criminalização dos movimentos sociais, principalmente os movimentos sociais hoje, que fazem um questionamento a esse atraso desses projetos. Movimentos sociais que tem lutado, tem organizado as famílias para justamente reivindicar seus direitos, são os movimentos hoje que são criminalizados. Ao invés de banqueiros [ininteligível].

[soa a campainha].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mais um minuto.

**SR. ROGÉRIO HOHN:** --Ao invés de grandes banqueiros, ao invés desses grandes empresários estarem nas prisões, colocam na prisão 18 trabalhadores que, no último dia 26, foram brutalmente despejados de uma área onde faziam a reivindicação dos seus direitos e se encontram até o dia de hoje, depois de sete dias, num presídio em Belém... Fruto das negociações mal feitas pela Eletronorte.

E, por fim, dizer o seguinte, nós sabemos o nosso papel, muito bem claro, dos movimentos sociais, e nós vamos continuar, com esses elementos que são apontados aqui, na luta pela resistência no nosso território e pela reivindicação dos nossos territórios, que esses grandes projetos já tiraram. E esse é um grande papel que nós temos. E espero que essa Casa e demais possamos fazer conjuntamente um abaixo assinado contra construção de usinas [interrupção do áudio]. Contra [soa a campainha] o latifúndio atrasado, contra a privatização da vida amazônica e contra o saqueio de minerais da biodiversidade amazônica. E vou terminar, dizendo o seguinte: Contra o imperialismo, soberania popular na Amazônia. Muito obrigado!

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigado ao Sr. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB. E passo, em seguida, palavra ao Adalmir José da Silva, da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas.

**SR. ADALMIR JOSÉ DA SILVA:** Boa noite, senhores. Boa noite, senhoras. Eu sou Adaumir, sou do Estado de Pernambuco, estou aqui representando a CONAC, que é a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas, onde hoje é um dia que, para gente, assim, ele é símbolo de conquista, mas também é símbolo de demonstrar também a insatisfação da gente com relação também à inoperância do Governo com relação às políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Eu quero iniciar... Assim, parabenizando as pessoas que tiveram essa iniciativa por esse momento tão importante para a Amazônia, tendo em vista que as comunidades quilombolas também são fundamentais para o desenvolvimento da Amazônia, para a biodiversidade da Amazônia.

Sabemos nós que as comunidades quilombolas, que passam por um processo de invisibilidade muito grande porque, apesar de já há muito tempo, desde 1888, que foi proclamada a Lei Áurea, a gente sabe que as comunidades passam por um processo ainda de marginalização muito grande. E... E, infelizmente, também um processo de abandono, onde as comunidades quilombolas, é... Muitas até hoje ainda sofrem muito com grande índice de analfabetismo, com um grande índice de... De desnutrição e de mortalidade infantil nesse país.

E aí, na Amazônia, também não é diferente, quando se trata da... Das comunidades quilombolas, e muitas pessoas nem sabem se na Amazônia tem comunidades quilombolas, né? Porque o sistema que a gente vive hoje, ele é um sistema que tenta, a todo o custo, invisibilizar os movimentos sociais, né? E, quando se trata de movimento social que discute sobre a questão territorial, isso é mais complicado ainda. Porque, hoje, se tratar da questão territorial e principalmente quando ela vem para camada mais pobre a perseguição, ela passa a ser maior ainda, tendo em vista que hoje o movimento quilombola tem como um dos maiores inimigos os grandes latifundiários, que vem tentando, a todo o custo, inclusive, mesmo sabendo de toda dívida que o país tem com relação ao povo negro... Com relação ao povo negro, às comunidades quilombolas, tentam, a todo o custo destruir, hoje os documentos, o que a gente hoje... O que o movimento conquistou, a exemplo do Decreto 4.887, que faz menção ao art. 68 da ADCT. E que, infelizmente, a bancada ruralista vem tentando, a todo o custo, já entrou inclusive com um processo de... Com a ADIN contra o Decreto 4.887, que é quem regulariza os territórios quilombolas, né?

E, assim, a gente não vai... A gente não vai ficar quieto diante dessas ações, porque, se a gente... Se a gente se acomodar com relação a isso, a gente vai viver mais uma outra escravidão no país, porque as comunidades quilombolas estarem sem seu território é viver o mesmo processo que também foi feito a Lei Áurea, que são pessoas viver sem terras, são pessoas que vão continuar aumentando o inchaço nas grandes cidades, das periferias das grandes cidades.

E aí, a gente... A gente, do Movimento Quilombola, quer estar sempre externando isso, né? Que é até para fazer com que as pessoas saibam da... Das grandes injustiças que são feitas com relação ao nosso povo. Porque como é que pode o governo querer regularizar, geralmente 20 mil hectares de terra para uma pessoa, enquanto muitas comunidades quilombolas, que tem mais de três mil pessoas, o governo não faz a

regularização desses territórios, como Conceição das Crioulas, que é a comunidade onde eu moro, que tem mais de três mil pessoas, e até hoje o território não foi regularizado, e apenas 70%, apenas 30% do território é onde vivem essas três mil pessoas, e 70% está retido na mão de três ou quatro fazendeiros.

Então, e aí na Amazônia também, a situação é mais complicada ainda porque, mesmo tendo um instituto que regularizas terras, mas, se a gente for observar o próprio INCRA, que é responsável para fazer isso, não vem... Não vem cumprindo com a sua função, que é de regularizar as terras quilombolas--

[soa a campainha].

Então, e aí assim, a gente... O movimento vem aproveitar esse espaço aqui, até porque também, se a gente observar, a maioria dos costumes das comunidades quilombolas, elas vão diretamente na questão da preservação da natureza, aí, no caso, do que se trata aqui, da Amazônia. Porque, quando a nossa população quer se tratar de alguma doença, vai recorrer às plantas medicinais, que são essenciais para nossa vida. Quando se trata das religiões também, elas também... Elas vão diretamente com relação, a questão da natureza e não da... Da degradação do solo como vem... Como vem acontecendo através do-- [interrupção do áudio].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Um minuto para concluir, Adaumir.

**SR. ADALMIR JOSÉ DA SILVA:** --Como acontece com os grandes latifundiários, que degradam o solo para plantar capim e, inclusive, aplicando bastante agrotóxico, envenenando a nossa terra, envenenando os nossos rios, os nossos açudes, nossos riachos.

Então, a gente, que faz o Movimento Quilombola, quer deixar a nossa indignação aqui com relação às ações do governo, das multinacionais e também dos grandes latifundiários.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos a palavra do Sr. Adalmir José da Silva, não esquecendo que hoje, pelo menos ainda hoje, 13 de maio, é o Dia da Abolição da Escravatura no nosso país, e aí é que a gente percebe o quanto que nós temos débito ainda para com esta população que, durante mais de três séculos, escravizada, construiu, contribuiu com a construção do nosso país.

E passo, de imediato, a palavra para o Sr. Júlio Barbosa, do Conselho Nacional dos Seringueiros, que o Senador João Pedro estava aqui me relatando que ele era o Vice Presidente do Chico Mendes e foi o sucessor, com o assassinato do Chico Mendes, ele é que tocou o Sindicato que o Chico presidia. Então, com a palavra, o Sr. Júlio Barbosa.

**SR. JÚLIO BARBOSA:** Senadora Ideli, eu quero agradecer o convite que a senhora me fez, para participar dessa audiência e dessa vigília e, ao mesmo tempo, convidando para que eu também pudesse usar dessa tribuna para trazer a mensagem de milhares de famílias de extrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco, coletores de açaí da Amazônia brasileira.

A Senadora Marina Silva, a nossa Senadora do Estado do Acre e do Brasil, que, em nome dela, eu quero aqui agradecer, ainda, quase meia-noite, a presença de todos os Senadores e Senadoras na nossa vigília. E a todos e a todas aqui, que vieram de outros Estados, que são de Brasília, que ainda estão aqui, porque esse momento é muito importante para nós.

Nós estamos diante de um milhão e 100 mil assinaturas em papel, de pessoas que colocaram a sua identidade, seu título de eleitor, o seu endereço. São pessoas que assinaram esse manifesto porque são pessoas que são preocupadas, como nós, com as questões da Amazônia. E hoje, para nós, é muito importante porque, há poucos meses atrás, numa audiência aqui nesse Senado, aqui nessa tribuna, nós, e eu fiz parte, Senador João Pedro, de uma Sessão em homenagem ao grande líder Chico Mendes, quando nós estávamos homenageando os 20 anos do seu assassinato.

Vinte anos depois, nós estamos aqui, num momento que, para nós, é de muita tristeza porque, exatamente há 20 anos atrás, o Chico escreveu num papelzinho, com a mão dele, com a caneta, e deixou pendurado no gancho de recado de telefone, uma mensagem aos jovens do futuro. E a mensagem dele dizia o seguinte: "Jovem do futuro, o ano de 2.120 é o aniversário, ou o centenário, da Revolução Socialista Mundial, que pôs fim todos os inimigos de uma nova sociedade". Naquela época, quando Chico escreveu esse recadinho que transformou-se num símbolo do seu pensamento sobre uma nova sociedade, muitos jovens daquela época, ou todos os jovens daquela época, não são mais muito jovens. E hoje os jovens que, naquela época eram crianças, estão mais uma vez se manifestando diante da preocupação sobre a preservação da nossa Amazônia.

Nós, que somos de comunidades tradicionais, nós não estamos aqui para dizer que somos contra o desenvolvimento, pelo contrário, a Amazônia precisa se desenvolver, sim, mas precisa se desenvolver do seu jeito, respeitando os seus recursos naturais, respeitando a sua biodiversidade e, mais do que isso, respeitando a tradição e a cultura do povo que lá vive. Por isso que nós--

[soa a campainha].

--De comunidades tradicionais, nós defendemos, sim, o desenvolvimento; nós defendemos, sim, a melho-

ria do escoamento, do deslocamento, da comunicação. Nós defendemos, sim, a melhoria e uma ampliação do sistema de energia. Mas, que nós possamos participar do processo de dizer como deve ser feito.

É por essa razão, Senadora, que nós estamos aqui, e Senadores, que nós estamos aqui e, rogando que essa vigília, nesse momento, possa tocar no coração do Presidente Lula. E que ele não referende, não homologue nada que possa ser prejudicial para manutenção do equilíbrio do nosso ecossistema amazônico.

E, ao mesmo tempo, aqui eu estou falando em nome de milhares de famílias da Amazônia--

[soa a campainha].

--E nós gostaríamos que essa vigília pudesse iluminar o coração de todos aqueles Parlamentares que, muitas vezes, votam, e que aqui eles estão com o nosso voto, mas, muitas vezes, eles votam em Projetos, em leis que trazem prejuízo, morte, desgraça para o nosso povo.

É por essa razão que eu gostaria de trazer o recado das populações tradicionais da Amazônia de que qualquer Projeto de desenvolvimento para Amazônia só é... Só tem sentido se trouxer melhor qualidade de vida à nossa população. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigada, ao Sr. Júlio Barbosa, Vice Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. E fazendo também o registro que o Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, o Sr. Manoel Cunha, também se encontra presente aqui no Plenário.

[palmas].

E é do Amazonas. Então, eu agradeço os nossos painelistas, a contribuição que deram aqui para a nossa atividade, a nossa vigília. E vou passar a palavra já, de imediato, para os Parlamentares inscritos. E a primeira inscrita é a Senadora Fátima Cleide, do Estado de Rondônia.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO):** Senadora Ideli Salvatti, nossa Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, eu quero aqui saudar a todos os que resistem nesta vigília, em estado de alerta, pela defesa da Amazônia e dos amazônidas.

Quero, e quis Deus que eu falasse aqui ainda no dia 13 de maio, Senadora Ideli, são 23h42, 13 de maio, como bem registrou aqui a nossa companheira Christiane Torloni, companheira de luta em defesa da Amazônia, Dia de Nossa Senhora de Fátima, e também, no dia em que a gente comemora os 121 anos da abolição da escravatura neste país.

E eu quero, neste momento, saudar uma pessoa muito querida, que está lá no Estado de Rondônia, eu tenho certeza, ligada na TV Senado, que é Dom Moacir Grech, uma pessoa que tem grande importância na formação política, inclusive da minha companheira Marina Silva--

[palmas].

--Júlio Barbosa e tantos outros pela Amazônia; Júlia, que aqui está também. E gostaria de saudar a todos os nossos amazônidas, em nome das mulheres que se encontram no meio da floresta, lá nas comunidades quilombolas.

Mas, Sra. Presidente, Srs. Senadores, ambientalistas, imprensa, todos que nos assistem neste momento, como bem ressaltou aqui a companheira Marina, vigília é estar em estado de alerta. E eu faço aqui coro a todas as falas que me antecederam.

E quero dizer que, neste momento, meu Estado de Rondônia está em estado de alerta. O Estado de Rondônia é um dos estados que tem sofrido o maior processo de degradação ambiental, em função de vários governos que se sucedem, sem que haja um planejamento, sem que se respeite, aliás, o planejamento feito através dos estudos realizados, ainda na década de 80, que resultaram no primeiro zoneamento ecológico do Brasil... Zoneamento econômico, ecológico, florestal do Brasil, foi feito na década de 80, no Estado de Rondônia, já foi realizada segunda aproximação desse zoneamento e, no entanto, ele até hoje não foi respeitado, como deveria ser, como um instrumento de planejamento para o estado.

E todos os dias nós convivemos com ameaças e ameaças que não ficam apenas como ameaças, mas que se concretizam. E, neste momento, nós estamos vivenciando o caso da Flona Bom Futuro.

A Flona Bom Futuro foi criado em junho de 1988, hoje, 25% dela já foi desmatado e há no local cerca de 35 mil cabeças de gado, três mil moradores. Os Ministérios Públicos Federal e Estadual de Rondônia determinaram, através de ação civil pública, em maio de 2004, que o índice de desmatamento fosse reduzido a zero. A Justiça Federal dispôs, em decisão de abril de 2004, que todo e qualquer proprietário de gado, no interior da Flona, fosse notificado a retirar o seu gado no prazo de 180 dias.

O fato é, Senadora Ideli, Senador João Pedro, que o Governo Federal tem feito um esforço muito grande para, na operação de retirada do gado, veja bem, é a primeira vez, e eu quero aqui parabenizar a sensibilidade do governo Lula--

[soa a campainha].

--Do Ministro Carlos Minc, pela primeira vez, há uma determinação de que a floresta nacional deva

ser desocupada, mas de uma forma diferente. Nós temos hoje a consciência, Senadora Marina Silva, de que perdemos a Flona Bom Futuro há 20 anos atrás. E, conforme as palavras do Ministro Carlos Minc, que eu concordo, nós precisamos fazer um trabalho para que a gente possa recuperar a Flona Bom Futura, pelo menos daqui a 20 anos. E o acordo feito, o termo de ajuste de conduta feito, através do Ministério Público com o Ministério do Meio Ambiente, contando com a participação do IBAMA, da Prefeitura de Porto Velho, da população local, foi no sentido de que nenhuma madeira pode sair mais da Flona Bom Futuro e que o gado deve ser retirado. Mas, a população, isso é o inédito, pode ficar lá sem ter a posse da terra, desde que esteja produzindo de uma forma sustentável.

E aqui eu cobro, mais uma vez, do Ministro Carlos Minc, o recurso do fundo da Amazônia deve servir para apoiar projetos nesse sentido. As pessoas que lá estão realmente não tem para onde ir; boa parte delas tem, porque é grande produtor de gado, não tem que ficar lá. Agora, aquela população que não tem para onde ir, que já está de acordo com essa proposta do termo de ajuste de conduta, ela deve ser preservada. Isso já estava tudo entendido entre a população, entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, e a operação pronta para ser realizada. Infelizmente, boa parte da classe política do Estado de Rondônia, inclusive o Governador do Estado--

[soa a campainha].

--Senador, Deputados Federais, vão todos os dias para a reserva para incitar a população contra a operação que deve ser realizada, de retirada do gado da Floresta Nacional do Bom Futuro.

Eu quero dizer aqui, neste momento em que nós estamos em estado de alerta, que há pessoas na Amazônia que trabalham contra, todos os dias, mesmo que haja um esforço do governo de compreender e de fazer acordos que nunca foram feitos neste país.

E quero dizer também, Senadora Ideli, que este momento é um momento muito oportuno, e a gente não pode deixar de ressaltar as coisas boas que tem sido feitas. No Estado de Rondônia nós temos, sim, hoje dois empreendimentos que vão colaborar para que o Brasil não pare o seu crescimento, que são as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e essas usinas, hoje, elas nascem de forma diferente. E eu quero ressaltar aqui o importante papel que teve a Ministra Marina Silva, à frente do Ministério do Meio Ambiente, para garantir que esses projetos que vão, sim, proporcionar desenvolvimento social para o Estado de Rondônia, porque, desta feita, estão feitos de forma diferente; quando na frente do Ministério, a Ministra provocou a discussão e a usina, aquele empreendimento previsto para serem duas usinas que forneceriam 11 mil MegaWatts de energia, foram rebaixadas para seis mil MegaWatts para que fosse diminuído o tamanho do lago, mesmo sendo espelho d'água.E, além disso, 29 condicionantes foram colocadas na licença prévia dos empreendimentos... 29 condicionantes, que garantem que o peixe não vai desaparecer do Rio Madeira, que a cadeia produtiva do peixe vai continuar acontecer.

Portanto, eu quero dizer que nós estamos aqui vigilantes. Defendemos o desenvolvimento. A população da Amazônia, de 25 milhões de habitantes, precisa ter o que comer e precisa ter também como se sustentar economicamente. Agora, esse desenvolvimento não pode ser de qualquer forma, e é desta forma, como está sendo feito, as hidrelétricas do Rio Madeira, vigilante como foi a Ministra Marina Silva e como somos nós, todos os dias, buscando fazer com que aquilo que foi previsto na licença ambiental, as 29 condicionantes realmente aconteçam da forma como foram previstas.

É dessa forma que eu acredito que a gente deve permanecer, Senador João Pedro, vigiando todos os dias. O desenvolvimento [interrupção do áudio] [soa a campainha].

--O desenvolvimento econômico é necessário, mas, é preciso também que a gente garanta que esse desenvolvimento econômico não venha significar mais degradação ambiental e muito menos degradação social. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada, Senadora Ideli.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senadora Fátima Cleide.

[palmas].

--E a Deputada Vanessa Grazziotin, que é Vice Presidente da Comissão, acho que não retornou ao Plenário. E o Deputado Carlos Mendes Tami também não. Pelo menos eu não consigo vislumbrar.

A próxima inscrita é a Deputada Janete Capiberibe. E, depois, nós teremos a palavra Deputado Paulo Teixeira. E depois, mais uma música, para acordar quem já está com sono.

**DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP):** Sra. Presidenta, Senadora Ideli Salvatti, membros da Mesa, minha saudação, nessa virada de jornada, já vai ser meia-noite, de passagem do dia 13 para o 14 de maio. Ao conjunto dessa Plenária... Eu parabenizo os Senadores Renato Casagrande, Cristovam Buarque, Senadores... Senadora Ideli Salvatti, autores do Requerimento que originou esta Reunião em defesa da Amazônia.

Vou ser breve para, brevemente, apresentar o Projeto de Lei 5.202/2009, que dei entrada no dia 12

de maio, na Mesa da Câmara Federal, e ele tramita lá, portanto. E esse Projeto propõe diretrizes na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Norte, o FNO, que tornarão mais concreto o desenvolvimento da região, com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os recursos do FNO, mais de um bilhão de reais em 2008, deverão, 50%, financiar a modernização tecnológica e gerencial das atividades já financiadas pelo Fundo, desde a sua criação preferencialmente. Os outros 50% deverão financiar a cadeia produtiva da biodiversidade amazônica, os sistemas agroflorestais, a recuperação das áreas degradadas, os serviços ambientais e turísticos, a indústria da reciclagem com enfoque no desenvolvimento humano, local e sustentável, ambiental e economicamente.

Essas diretrizes vão contribuir para que os recursos públicos sejam melhor aplicados, incentivando o desenvolvimento de longo prazo, o aperfeiçoamento tecnológico e reduzindo a presidido ação ambiental.

Eu tenho, finalizando, um pedido a fazer à Christiane Torloni, a Vitor Fasano, à companheira que representa o Instituto Socioambiental e comporá a próxima Mesa, ao companheiro que representa o IMAZON também, que representará a próxima... A próxima Mesa, e a todos que se encontram nessa plenária, nessa virada de dia, eu quero entregar esse Projeto para que ele seja abraçado por cada um, por cada uma que eu nominei aqui e por todos que estão aqui presentes, para que transformemos... Transformemos o Projeto de Lei 5.202/2009, que destina enfaticamente a utilização dos recursos do Fundo Constitucional da Região Norte, o FNO, um instrumento... Num instrumento do desenvolvimento econômico, da preservação ambiental e desenvolvimento humano e social do povo da região amazônica.

[soa a campainha].

Meu muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Deputada Janete Capiberibe. E passo a palavra ao nosso querido Deputado Paulinho Teixeira. É o último Parlamentar inscrito deste painel.

Em seguida, a atriz Christiane Torloni... O Victor Fasano tem algumas leituras. E depois nós vamos ter uma música... Lançamento do CD do Padre Nelito. Nós vamos fazer o lançamento aqui do CD. Paulinho Teixeira, Deputado, por favor.

**DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP):** Boa noite a todos, boa noite a todas, eu quero, inicialmente, cumprimentar a nossa querida Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, cumprimentando também todos os Senadores aqui presentes, que promoveram esse evento, Senador Renato Casagrande, Senador Cristovam Buarque. Cumprimentar essa grande liderança mundial, que hoje assume... A minha querida Senadora Marina Silva, em defesa da Amazônia e do Meio Ambiente. Cumprimentar também os demais Senadores aqui presentes, Eduardo Suplicy, Senador Arthur Virgílio, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Jefferson Praia, Tião Viana, João Pedro, meu querido João Pedro também. Os atores Christiane Torloni, Victor Fasano, todos os presentes aqui nessa... Nesta vigília.

Essa vigília, ela tem uma enorme importância para o Brasil. Eu sou Deputado por São Paulo, não é? E o que faz aqui um Deputado por São Paulo? Com que cuidados um Deputado de São Paulo deve vir aqui a essa tribuna? Em primeiro lugar, nós queremos ressaltar a importância da Amazônia. Eu acho que todos aqui que nessa noite falaram, falaram da importância da Amazônia para o clima do Brasil, para o clima do mundo. A importância da Amazônia, como também... Como solução para uma série de problemas da humanidade. E, portanto, nós precisamos dela e nós precisamos dela de maneira sustentável.

Agora, também para quem está... De São Paulo, nós temos que pensar, e acho que foi um pensamento que permeou essa noite, nas pessoas que ali residem. Como é que nós pensamos nos moradores da Amazônia. E essa vigília aqui, ela, em primeiro lugar, ela tem uma enorme importância porque há um perigo. Há um perigo, e esse perigo nós temos que, rapidamente, brecá-lo, e essa vigília, a meu ver, tem o condão de ajudar a brecar esse perigo.

Quem, primeiramente, conhece esse perigo é Santa Catarina. Senadora Ideli pode testemunhar o quão nocivo para o estado de Santa Catarina é o Código Florestal de Santa Catarina, recém aprovado pelo seu Governador, com o apoio da sua bancada. Isto é, em nome do crescimento, você submete a sustentabilidade e submete a preservação ambiental.

Isso já aconteceu, já foi aprovado o novo Código de Santa Catarina, ele será discutido no Supremo Tribunal Federal, mas é uma realidade que traduz essa maneira de ver as coisas. E aqui, no Congresso Nacional, tramita uma proposta de mudança do Código Florestal, que unifica realidades distintas do país numa mesma idéia, uma idéia até maior, que é a idéia do valor da terra contra direitos.

Hoje aqui nós ouvimos a questão dos remanescentes de quilombos, os índios estiveram presentes aqui, as comunidades indígenas presentes aqui. E o valor da terra para uma idéia de produção e uma idéia de crescimento.

Portanto, essa é a idéia maior que permeia essa visão e, em segundo lugar, a idéia de que nós devemos crescer a qualquer custo--

[soa a campainha].

--Portanto, essa vigília, ela tem o condão de botar um breque nesta... Nesse movimento que está em curso.

Eu sou autor lá na Comissão de Meio Ambiente, na Câmara, de um voto em separado contra mudança do Código Florestal. Mas, nós sabemos que, da mesma maneira que o Ministro Minc veio nessa noite aqui, se pronunciou, da mesma maneira que tem várias entidades aqui, forças políticas atuam fortemente, na sociedade e no governo, para a mudança do Código Florestal.

Então, esse, essa vigília aqui tem o condão de brecar esse movimento em curso, que é de ampliar o desmatamento no Brasil. Desmatamento, inclusive, que é responsável não só, o desmatamento da Amazônia, mas, o desmatamento do cerrado e o desmatamento de outros biomas do Brasil, que são responsáveis pela--

[soa a campainha].

--Contribuição que o Brasil dá para o aquecimento global.

O segundo aspecto que eu queria falar é que, além de pensar de como paralisar o perigo, nós temos que pensar num novo modelo de desenvolvimento, foi muito discutido aqui. Novo modelo de desenvolvimento que, em parte, diz respeito ao desenvolvimento sustentável, mas diz respeito também ao direito ao desenvolvimento daquelas populações que ali vivem.

Portanto, nós, e aí eu me coloco como de fora da Amazônia, eu não posso ver a Amazônia apenas como uma área intocada. Eu tenho que ver a Amazônia sob a ótica de uma preservação, mas, também do direito ao desenvolvimento daquela população.

E aí eu queria dizer um aspecto importante aqui. Ao analisar as cadeias produtivas da Amazônia, você percebe que as cadeias produtivas que avançam--

[soa a campainha].

--Por cima da floresta, são cadeias produtivas cuja produtividade é baixa. Por exemplo, a do gado. Ela, ali, é baixa; não que teria que ser assim, mas, na Amazônia, tem uma baixa produtividade. Ela poderia ser alta produtividade... Da soja, baixa produtividade. E também a indústria da madeira. Portanto, o Brasil tem uma dívida com a Amazônia. Qual é a dívida que o Brasil tem com a Amazônia?

Como você faz investimentos naquela região capaz de mudar a contribuição econômica para aquela região? Evidentemente, de um lado, qualificando o que é bom, apoiando o que é bom no extrativismo, na indústria, no comércio, e tem muita coisa boa, e é... Nós precisamos ouvir esses segmentos da Amazônia [interrupção do áudio] --nós temos que ouvi-los-- [soa a campainha]

--Mas, por outro lado, nós temos que fazer na Amazônia o que o Brasil fez, na década de 50, quando criou a Petrobras. Na década de 60, quando criou a EMBRAPA. Quando, na década de 50, criou o BNDES. Nós temos uma... Temos que ter a capacidade de criar algo, naquela região, que coloque a questão da biotecnologia para se pensar uma exploração sustentável e a descoberta da riqueza biotecnológica, da engenharia, da mecatrônica, para se pensar a questão de uma exploração sustentável.

Aqui foi dito, é importante dizer, eu... Todo o momento na Câmara, Senadora Marina, quando se fala que o meio ambiente é que travou o desenvolvimento energético, o que o meio ambiente fez, na Amazônia, foi desenvolver o aspecto energético. Obrigou a uma nova tecnologia de exploração hidráulica ali [interrupção do áudio]. Portanto [soa a campainha] eu termino aqui, dizendo que eu acho que o Brasil tem uma dívida com a Amazônia e, na minha opinião, a dívida que o Brasil tem com a Amazônia é ouvir e potencializar ali, e jogar dinheiro na Amazônia, no sentido de garantir a exploração sustentável e, por outro lado, garantir o direito ao desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que ali residem.

Portanto, eu queria concluir, dizendo que nós, de São Paulo, temos que entrar sempre com muito cuidado. Um dia, falando da Amazônia, a Senadora Marina disse: "E o Rio Tietê, em São Paulo?" É um problema para nós, porque a gente fala da Amazônia, mas não resolve os problemas do trânsito em São Paulo, da emissão de dióxido de carbono no diesel, não resolvemos os problemas do Rio Tietê. Por isso que a gente tem que entrar com muito cuidado.

Mas, eu acho também que nós temos que entrar com uma visão de sustentabilidade e uma visão do direito [interrupção do áudio] [soa a campainha]. Então, muito obrigado pela oportunidade e parabéns a todos. E, certamente, pensar aqueles que organizaram esse ato, de como desdobra, como dar conseqüência para que isso possa dar um salto na política brasileira para a Amazônia que, a meu ver, é uma questão nacional. Boa noite a todos e parabéns por essa vigília da Amazônia.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço--

[palmas].

Agradeço ao Deputado Paulo Teixeira, do Estado de São Paulo. Senador Arthur Virgílio, os paulistas

também estão preocupado, senão todos, a gente espera que a grande maioria.

Passo a palavra, então, para o Victor Fasano, que vai fazer a leitura de mais alguns manifestos de apoio ao nosso trabalho, na noite de hoje. Que já viramos a noite, né? Já viramos, né?

**SR. VICTOR FASANO:** Nós estamos aqui para ficar acordados até às sete da manhã. Bom, eu vou ler o depoimento da nossa queridíssima atriz Fernanda Montenegro: *"Neste momento, em que a humanidade vê, estarrecida, a transformação do meio ambiente, com catastróficas consequências no clima mundial e que o Brasil detém em seu território a última grande floresta da Terra, prestando infindáveis serviços ambientais, é imprescindível que brasileiros comuns, como nós, repudiem quaisquer ações que venham comprometer o futuro do planeta, exaurindo seus recursos naturais, e inevitavelmente empobrecendo o povo amazônico, que depende da floresta, para a sobrevivência. É responsabilidade de nós, brasileiros, zelar pela nossa pátria".* Muito obrigado, caríssima, Fernandona, é assim como nós, carinhosamente, a chamamos.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Grande Fernanda, nós vamos fazer um jogral, então, vai ser uma o Victor e uma manifestação a Christiane. A Christiane, por favor.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu queria ler o depoimento do artista plástico Franz Crashberg(F), na verdade, inspirou a sua obra, enfim, na devastação... Na devastação de várias matas, inclusive da própria Amazônia. Para quem não conhece, o Crashberg(F) nasceu na Polônia, em 1921, ele é pintor, escultor, gravador e fotógrafo, e hoje é naturalizado brasileiro. Como bom polonês, tem um depoimento aqui, que se eu disser algumas palavras estranhas, conjugações estranhas, a gente não quis mudar nada [risos], enfim... *"Querida... Caríssima Christiane Torloni, fiquei muito contente em receber essa notícia que haverá uma discussão no Senado sobre a Amazônia. Na última viagem que fiz, fiquei muito preocupado e muito revoltado com a destruição total da Amazônia. Todas as leis que estão inventando são todas na direção para destruir, mais rápido possível, e constatei que estão praticando um crime contra o planeta. Em Porto Velho, os habitantes, os índios são cassados na terra deles, onde habitaram, e ficam abandonados na rua com seus filhos, pedindo esmolas. É para chorar... Nós estamos vendo e acompanhando o avanço da destruição, as queimadas são assustadoras e não se fala nisso. Nós vamos ver, em breve, a Amazônia sem floresta e os crimes praticados sem crimes odiosos. A Transamazônica, que foi muito criticada e alvo de protestos do mundo inteiro, foi abandonada desde o tempo da ditadura. Nós estamos vendo fortuna sendo gastas para asfaltar a Transamazônica de novo, para se ter meios de destruir essa região mais rápido. Brasil, acorda para ver a realidade da saúde do planeta. Estamos fazendo tudo para piorar a saúde dele. Nunca se viu tantos desastres ecológicos ultimamente no mundo e também no Brasil. No Norte, onde tinha muita seca, estamos vendo inundações que nunca aconteciam e, no Sul, muitas secas. Ninguém pergunta por que estão acontecendo essas mudanças. E pode piorar se a gente não acordar, tudo pode piorar, me pergunto se não está na hora de pagar com esta barbárie. A Mata Atlântica foi praticamente toda queimada e os habitantes que nela habitavam foram massacrados, com muitos fugindo cada vez para mais longe, e sendo obrigados a fugir para muito mais longe ainda. Todas as serrarias que acompanhavam essa destruição abandonaram o Sul da Bahia, o Espírito Santo,e um pedaço de Minas e se instalaram na Amazônia. A plantação da soja transgênica na Amazônia é vendida para a China para engordar porcos e ter melhor mercado, enquanto vemos a miséria do povo do Nordeste. É tão revoltante ver a passividade e o abandono desse povo. Mais uma vez, acorda Brasil, não deixem destruir a Amazônia e agravar ainda mais a saúde do planeta".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agora o Victor.

**SR. VICTOR FASANO:** Agora, eu vou ler o depoimento do Sr. Carlos Caetano Bledorn Verri, o Dunga, treinador da Seleção, Presidente do Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão, e que, em 1994, nos Estados Unidos, foi o capitão do tetracampeonato mundial de futebol. Ele disse o seguinte: *"Não há dúvidas de que à preservação da Amazônia é necessário milhões de reais, inclusive de países estrangeiros. No entanto, penso que, além de investir na conservação da floresta amazônica como um todo, cada vez mais, devemos conscientizar-nos que é fundamental que cada um de nós, do campo e das cidades, faça sua parte e, nesse sentido, exija que sejam priorizados os investimentos na educação e em iniciativas sustentáveis que possibilitem eliminar as agressões ao meio ambiente, notadamente a fauna, a flora e demais recursos naturais, oportunizando, desse modo, alternativas de geração de emprego e renda à população do Norte do país. A Amazônia é um legado ao povo brasileiro. Por essa razão, a nossa geração deverá, de todas as maneiras, lutar por sua preservação, bem como pela conscientização das futuras gerações da importância da sua conservação. Assim como o futebol é o orgulho nacional, tenho certeza de que também poderemos*

*obter destaque mundial sendo referência no que diz respeito ao meio ambiente".* Obrigado, Dunga.

[palmas].

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Senadora, eu queria aproveitar, só para fechar esse bloco, o depoimento do Governador Aécio Neves. É possível?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** "*Um dos desafios mais urgentes e inadiáveis da realidade brasileira atual, diz respeito à Amazônia...*". Eu queria explicar porque eu estou lendo esse depoimento especialmente, porque o Governador assinou o manifesto na mesma noite em que assinou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-Presidente Itamar Franco, então... "*Um dos desafios mais urgentes e inadiáveis da realidade brasileira atual diz respeito à Amazônia. Referimo-nos a um espaço geográfico que corresponde a mais da metade do território do nosso país, no qual está localizada a maior floresta tropical, o rio mais extenso e caudaloso e a biodiversidade mais rica do planeta, além de riquezas minerais abundantes. Lá, estão populações tradicionais, que guardam rica cultura ancestral e mais de 20 milhões de compatriotas. Este é um tesouro que qualquer nação gostaria de guardar, proteger e usar com sabedoria para o seu e desenvolvimento, em bases sustentáveis e para o bem estar do seu povo. Infelizmente, não tem sido essa nossa escolha. A degradação da região desafia sucessivos governos, com maior ou menor intensidade. O desmatamento avança e as queimadas completam o quadro da devastação. É chegada a hora de agir. Os problemas da Amazônia, assim como os problemas das demais regiões, são um problema do Brasil. Cabe, portanto, ao governo e à sociedade brasileira reconhecerem que as nossas políticas para região fracassaram, e fracassaram duplamente, induziram a degradação ambiental e não promoveram a inclusão social, criando apenas algumas poucas ilhas de prosperidade. O momento exige coragem e ousadia; coragem para mudar e ousadia para conceber novas políticas, que gerem renda e emprego para o povo da Amazônia, utilizando sustentavelmente seus recursos naturais, porque desenvolver não é sinônimo de destruir. Comparativamente com as demais regiões do nosso país, o Estado Federal brasileiro é o grande ausente da Amazônia. Acanhado, diante da imensidão do território, frágil perante as demandas da população, ineficiente para segurar a proteção do meio ambiente, oculto na falta de planejamento territorial, tendo como referência espacial a maior bacia hidrográfica do mundo. Esse extraordinário desafio exige a iniciativa política proporcional ao seu tamanho. Considero absolutamente necessário estabelecer um grande pacto entre a União, os Estados e Municípios da Amazônia, com ampla participação das lideranças empresariais e da sociedade civil, visando à formulação de novas políticas para o desenvolvimento regional sustentável, sem os velhos e erráticos paradigmas do passado. Essa não é uma tarefa para o Ministério, mas para o governo, em todos os níveis e para toda a sociedade. Pela sua magnitude, essa é uma agenda que deve ser liderada pela própria Presidente da República, na medida em que não pode haver, na gestão do Estado brasileiro, nada mais importante do que proteger a Amazônia e assegurar o seu desenvolvimento sustentável. Uno-me a todos a vocês nessa manifestação porque, como sempre, cidadão brasileiro, quero Amazônia para Sempre. Aécio Neves".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI:** Agradecemos ao Victor e à Christiane pela leitura de todos estes manifestos, que chegaram para enriquecer o nosso trabalho, e gostaria, então, de dar o seguinte encaminhamento: Nós teríamos dois painéis. Nós vamos unificar num único painel, tratando da importância estratégica da conservação da Amazônia e "Avanços na Governança Pública e Iniciativas Sustentáveis". Portanto, eu chamo, de imediato, para compor a Mesa, o Dr. Carlos Nobre, que é do INPE. O Sr. Milton Kanashiro, que está aqui representando a EMBRAPA; Sr. Paulo Barreto, do IMAZON; a Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental. O Dr. Carlos Nobre, Milton Kanashiro, o Paulo Barreto e a Adriana Ramos vão falar a importância estratégica da Amazônia. Aproveito para chamar aqui para Mesa também o Sr. Eufran Amaral, que vai apresentar as iniciativas promissoras do governo do Acre; a Sra. Andressa Dias, da Associação de Produtores Florestais Certificados, e Sra. Nádia Cristina Ferreira, "Iniciativas Promissoras do Governo do Amazonas". Vamos esperar segundinhos para ter os nossos prismas aqui, com os nomes.

Eu quero aproveitar, enquanto nós terminamos de organizar a Mesa, de cumprir mais uma providência da burocracia da nossa Comissão, fazendo o registro do ofício que, em nome da Comissão, encaminhei ao Presidente do Senado, para que nós pudéssemos estar realizando, na noite de hoje, no dia 13, agora já dia 14, após a Ordem do Dia, esta Atividade em defesa da Amazônia. E, da mesma forma, o Senador Renato Casagrande encaminhou ofício ao Presidente José Sarney, em nome da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, e esses ofícios irão à publicação na íntegra na Ata da Reunião, desta Reunião que nós estamos realizando nesta noite.

Então, posso passar, de imediato, já, então, a palavra ao Dr. Carlos Nobre, que é Chefe do Centro

de Ciência do Sistema Terrestre, do INPE, dizendo ao Dr. Carlos Nobre que ele está convidado para vir na Comissão de Mudanças Climáticas, num dia, aonde nós queremos aproveitar, e muito, porque sabemos do estudo profundo que o senhor possui e tem e nós, na Comissão, já deliberamos, já foi aprovado o Requerimento. A sua vinda hoje aqui é militância, depois, o trabalho lá na Comissão vai ficar para um outro dia. Então, eu passo, de imediato, a palavra ao Dr. Carlos Nobre.

**SR. CARLOS NOBRE:** Boa noite a todos e a todas, Senadora, a todos que estão acompanhando pela internet essa importante e histórica Sessão. Eu vou cobrir só, nos breves 10 minutos, dois pontos, e da minha... De formação profissional, eles são pontos de ciência, que é o que eu acho importante complementar em relação a muito que já se falou aqui.

Em primeiro lugar, eu quero, destacar a importância da Amazônia para o planeta, já foi muito falado, quero reiterar essa importância. A estabilidade do clima na América do Sul, do planeta, ela depende muito da estabilidade do clima da Amazônia. Essa biodiversidade máxima que nós temos nas florestas tropicais e na floresta Amazônica, ela se deve também a essa estabilidade. Milhões e milhões de anos de um clima estável permitiram a diversidade máxima da vida no planeta.

Porém, nos últimos 200 anos, nós estamos perturbando esse equilíbrio do planeta como um todo, na Amazônia também, de uma forma que não há precedentes, nem na nossa história de civilização, de *homo sapiens* ou da civilização e, talvez, por muitos milhões de anos, na história do planeta Terra. Tanto é que hoje nós chamamos os últimos 200 anos, do *antropoceno*, a "era geológica", onde a nossa ação se tornou gigantesca. Nenhuma outra espécie viva conseguiu, em 3,6 bilhões de anos no planeta, fazer o que nós estamos fazendo em 100 anos.

Essa velocidade de transformação, ela apresenta uma séria ameaça aos sistemas que dão suporte à vida, à vida toda e à nossa vida também. Na Amazônia, essas perturbações estão ocorrendo numa velocidade sem precedentes; os dados foram muito citados, a velocidade com que nós estamos alterando os ecossistemas, através do desmatamento, das queimadas, da fragmentação florestal, da penetração no fogo, num ecossistema não acostumado, não desenvolvido, que não evoluiu com o fogo, todas essas perturbações estão ocorrendo de forma acentuada e numa velocidade que a evolução biológica dos ecossistemas da Amazônia não permite.

As conseqüências dessas mudanças globais e regionais, elas já se fazem sentir. A ciência avança lentamente, mas hoje já é possível inferir que muitos desses extremos ou da exacerbação dos extremos climáticos, nós estamos vendo exatamente agora as... Inundação recorde na Amazônia, no Nordeste, secas pronunciadas em partes do Sul, por uma década, isso é reflexo que o clima está ficando mais variável; popularmente, a gente podia dizer está ficando mais louco, o clima está variando muito. Isso é sim reflexo do planeta, que está sendo aquecido por ações, pela nossa ação, de despejar uma quantidade muito grande de gases do efeito estufa, pelos desmatamentos e uma série de outras transformações.

Para a Amazônia em particular, a ciência hoje já consegue dar alguns dados, e eu acho vou dar para vocês porque eu acho muito relevante para esse debate. Nós temos cientistas preocupados em responder a seguinte questão: Existe um limite para Amazônia? Existe um ponto crítico que o ecossistema não resiste mais? Ele quebra? E nós estamos começando... Esses números começam aparecer na literatura científica, e eu vou dizer para vocês dois números importantes, que ainda são motivo de debate, mas eles já são apresentáveis, porque nós podemos defendê-los cientificamente. Qual é o limite máximo que a Amazônia suporta? Nem quero dizer que nós temos que chegar a esse limite. Mas, se passarmos desse limite, provavelmente não tem mais volta. O ecossistema se desfigura, se modifica e o que vai substituir a floresta é outro tipo de ecossistema, muito pobre. Esse limite, nos estudos atuais, é de 40% de desmatamento. Não significa que queremos ou devemos chegar a 40%. Mas esse é o número que hoje já é defensável cientificamente. Não... Em hipótese nenhuma, podemos ultrapassar 40% Senão, o clima muda na Amazônia, a vegetação muda junto e não volta mais.

Eu quero destacar que isso é mudança permanente, não é algo que a gente pode desmatar e depois, se parar o desmatamento, a floresta volta; a floresta não volta mais por milhares de anos. E o outro limite é o aquecimento global. Quanto pode aquecer o planeta sem ameaçar a Amazônia? 3,5 graus é o número que nós estamos chegando hoje. Já chegamos a perto um grau na Amazônia? 0,8, 0,9 graus de aquecimento.

Esses são números importantes para que tenhamos em mente que a Amazônia tem limites dessa escala; se ultrapassados, a floresta nunca mais voltará ser a mesma por milhares de anos. Os 40% é responsabilidade dos países amazônicos, nós, e esse evento é muito importante nesse sentido. Os 3,5 graus é uma responsabilidade do planeta, em que nós temos pequena contribuição e, talvez, devamos dar o exemplo.

Me pediram para tratar um pouquinho, e essa é a segunda parte da minha manifestação, dos impactos,

das implicações dessa estabilidade ambiental climática que a Amazônia representa, implicações socioeconômicas. Eu só dou um número, esse número já foi mencionado aqui, hoje no valor econômico razoável do chamado mercado de carbono, que precisamos reduzir as emissões globais para não tirarmos o planeta de uma trajetória sustentável, se reduzirmos os desmatamentos, isso vale ou valerá algum dia, em breve, bilhões de dólares. Então, isso é um número importante a lembrar; bilhões de dólares é o valor hoje, o valor econômico, de manter o carbono na floresta. Não é tudo, isso não conta tudo, nós não sabemos ainda contabilizar, monetariamente, o valor da biodiversidade. Eu estimo e cientistas estimam, que ele é muito maior que o valor do carbono, mas, pelo menos nós temos um número, o do carbono.

E, para falar de implicações econômicas e sociais, eu quero adicionar uma outra dimensão a esse debate, que é o que nós precisamos, realmente, pensar, criar, inventar um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia. Vários de vocês, Senadora Marina Silva, vem defendendo isso há décadas. Mas esse modelo quer trazer valor econômico ao âmago da floresta, nas belas palavras da geógrafa Bertha Becker, ele tem uma implicação de nós nos vermos, brasileiros, amazônidas, de todos os países, de uma maneira diferente, que nós não temos nos visto até agora...

Eu gostei muito das palavras da Christiane Torloni, quando ela disse que nós somos um povo da floresta. Na verdade, nós não somos ainda um povo da floresta. Nós não nos enxergamos como povo tropical, tropicalizado, a nossa essência de país tropical, com recursos naturais tropicais, portanto, floresta, portanto, água, portanto, biodiversidade, nós ainda nos vemos, de fato, como europeus, e, de fato, nós vemos como europeus que desembarcaram aqui, no Século XVI, há 470 anos, e trouxeram os primeiros bois, não é? O modelo da Amazônia é o modelo que alguém, infelizmente, disse, nos anos 70, seguirá a pata do boi.

Então, é essa quebra desse paradigma que precisamos implementar. Eu, como sou de ciência, acredito muito no papel de conhecimento, acho que nós temos que inventar um novo paradigma, que também passa por uma invenção de novos usos dos recursos da floresta. E por que é que nós temos que inventar? Quase tudo se copia no mundo; o desenvolvimento de muitos países é baseado na boa cópia; do Brasil também, a substituição das importações... Mas não existe o que copiar, não existe país tropical desenvolvido, não existe país tropical que seguiu trajetória de sustentabilidade, não existe.

Isso nos dá a oportunidade histórica de inventar. Os países que inventam são países desenvolvidos, então, esse é um grande desafio, é um desafio para a comunidade científica, é um desafio que a comunidade científica brasileira, a Academia Brasileira de Ciências tem levado muito a sério, tem feito propostas concretas, só que essa invenção não pode ser, como é a invenção normalmente em ciência, uma invenção incremental, evolutiva, lenta. Não há tempo mais para essa invenção, que é a tradição da ciência e da tecnologia. A Amazônia precisa de uma revolução, que nós temos chamado revolução científica e tecnológica.

Então, eu, para finalizar, para não estourar muito o meu tempo, eu quero dizer que esse modelo alternativo, que tem que ser inventado, ele exige um enorme trabalho, um enorme foco do país, um enorme foco das políticas públicas de incentivo à geração do conhecimento. Isso não existe ainda, não está colocado, essa Casa é muito importante em discutir e avançar com essas políticas, essa revolução científica e tecnológica que a Amazônia precisa... E, se atingirmos esse ponto, seremos um exemplo de países desenvolvido, um exemplo para todas as regiões tropicais do planeta. O Brasil é o país que mais próximo está de querer esse modelo; os outros países tropicais têm menos possibilidades.

Então, finalizo, dizendo, se somos um povo da floresta, precisamos de uma ciência da floresta, uma ciência nova e que abras as portas do Século XXI à Amazônia, que é o Século, não da dilapidação irresponsável do patrimônio natural que nos foi legado, mas é o Século, é a Era do conhecimento. O conhecimento e a preservação da Amazônia, sem o conhecimento e a preservação da Amazônia jamais, realmente, poderemos nos considerar país desenvolvido. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos sobremaneira a contribuição do Dr. Carlos Nobre e o compromisso de voltar, com todo o tempo, para o debate na Comissão de Mudanças Climáticas. Passo de imediato a palavra ao Dr. Milton Kanashiro, da EMBRAPA.

**SR. MILTON KANASHIRO:** Boa noite a todos. Agradeço pelo convite à EMBRAPA e, para uma discussão aonde a conservação é uma tônica forte da Amazônia, o setor produtivo tem um papel muito importante, mas, com muita freqüência, talvez, respeite a questão ambiental, ela entra como um segundo fator, e eu acho que, nesse momento, mais do que nunca, a questão ambiental, ela precisa entrar nessa equação para que os sistemas de produção possam ser sustentáveis, para que os mercados possam ser abertos aos produtos brasileiros, e a... O ambiente e o capital natural da Amazônia seja preservado.

Eu acho que o capital natural é muito mais além do que apenas recursos naturais, eu acho que tem toda uma cultura, tem toda uma população envolvida no processo, e a evolução de milhões e milhões de anos não pode ser destruída, dentro do conceito de "é importante produzir, produzir, produzir". Eu acho que é importante produzir, mas é importante que talvez, nós, o Brasil tem a possibilidade de vivenciar o processo de desenvolvimento diferente, se nós conseguirmos preservar a Amazônia nas suas estruturas funcionais.

O que eu quero passar aqui é que a EMBRAPA, na Amazônia, a EMBRAPA tem 41 centros de pesquisa, em vários Estados brasileiros, e, na Amazônia, tem um centro, correspondendo a cada Estado. E... A Amazônia... O próximo. Então, o que nós estamos tentando fazer na EMBRAPA é que todos esses centros na Amazônia possam... Que todos os centros na Amazônia possam trabalhar de forma integrada, mas não apenas os centros da Amazônia, os centros que estão fora da Amazônia também, em situações específicas, possam ajudar a trabalhar questões específicas na questão da produção. E isso não é, assim, uma tarefa tão fácil, porque a própria distância que separa as instituições é uma questão bastante... Bastante forte e difícil, vamos dizer assim.

Bom... Volta um pouquinho, volta, está indo para o fim, está avançando... E a questão, que eu acho que é bastante... Foi colocada essa foto por ser bastante emblemática, com toda a questão da soja, mas eu acho que a própria agricultura sustentável na Amazônia, ela tem uma concepção, hoje, diferente; a paisagem rural, ela precisa levar em consideração a questão do manejo da floresta; ela precisa levar em consideração a questão do plantio, dos sistemas e a própria criação, os animais. Então, todos esses elementos tem um papel muito importante na geração de renda, ao mesmo tempo em que o capital natural deva ser preservado.

As diretrizes adotadas para a Amazônia são baseadas em três eixos, um de ordenamento, monitoramento e monitoramento territorial; o outro, segundo de manejo, valoração e valorização da floresta, e terceiro sistemas sustentáveis para áreas abertas ou desmatadas, áreas em vários graus de nível antrópico já estabelecido. Próximo.

Então, apenas para colocar a questão do ordenamento, gestão e monitoramento territorial, a EMBRAPA tem envolvido em... Participado da elaboração da zoneamentos voltados para áreas da Amazônia e, por exemplo, na questão da BR-163, teve uma ação bastante importante. Um outro trabalho que a EMBRAPA está fazendo, inclusive, ele pode... Ele é controvertido, é a relação, por exemplo, do zoneamento do dendê, o dendê, como cultura, ele é... Automaticamente, quando se fala em dendê, pensa numa coisa prejudicial, mas, diante da questão da agroenergia, a própria agricultura familiar necessita e quer participar desse agronegócio e que, na verdade, é uma questão do agronegócio, da forma que nós usamos, geração de renda, não necessariamente grandes produtores de destruição. E, no caso do dendê, vai ser muito importante que o zoneamento do dendê, inclusive por causa de uma doença chamada amadurecimento fatal, que é um problema muito sério, esse zoneamento vai se determinar aonde se plantar dendê, e os pequenos agricultores querem participar desse processo, e eu acho que é muito importante o suporte nesse sentido. O próximo.

A outra questão é o manejo valorização e valoração dos recursos naturais, florestais e hídricos, aonde todo o esforço tem sido no sentido de entender biologicamente a floresta para que a gente possa, na verdade, utilizar técnicas e desenvolver técnicas para que o manejo florestal não seja danoso, para que os processos biológicos continuem acontecendo e que as espécies continuem se reproduzindo. Então, para isso, nós temos torres de 30 a 40 metros, que a gente chega ao topo das árvores e possa fazer estudos de biologia reprodutiva, estudo de polinizadores para tentar entender, do ponto de vista de retirada, o quanto que se pode retirar e qual a possibilidade desses materiais voltarem a se reproduzir. E a questão da botânica é uma questão, assim, muito importante, a biodiversidade da Amazônia, ela é desconhecida, vamos dizer assim, falando nos vegetais; os animais, aparentemente, é um pouco mais... Eu não diria que é mais fácil, mas a quantidade de espécies, dentro de um mesmo gênero, falar em Angelim; tem 30 espécies de Angelim; falar curupixá, tem 30 espécies de curupixá e, quando se faz trabalho de mercado, tudo isso sai como curupixá. Só que os aspectos de produção dessas populações são completamente desconhecidos, vamos dizer assim, daqui a 40 anos, nós estamos ter muita dificuldade, então... Ontem ainda, numa palestra da inauguração do Instituto de Biodiversidade no Museu Goeldi, uma questão levantada pela Diretora, a Dra. Ema Vieira, é que a botânica está totalmente esquecida no Brasil, e, para Amazônia, é uma questão muito séria. A sustentabilidade da Amazônia, em termos de sistemas, de utilização, depende muito desse conhecimento básico, que é conhecer as espécies. Próximo.

Então, aqui nós temos várias tecnologias para o manejo das florestas, tanto a nível empresarial, como em nível comunitário; a questão dos produtos não madeireiros é muito importante: açaí, andiroba, aqui apenas representado por alguns produtos, inajá, copaíba, cipó-titica, por exemplo, Tucumã. Tucumã é uma espécie que ninguém se falava, mas hoje é uma

espécie que, diante da agroenergia, é uma coisa muito importante. Não por acaso que, na EMBRAPA, temos um banco de hemoplasma de Tucumã, coisa que não existe em nenhum canto, e várias populações de Tucumã já destruídas. Então, apenas coletar e plantar em outro lugar, que é uma atividade cara, e o que justifica fazer um trabalho tão duro, por tanto tempo? Nesse momento, em que Tucumã entra no cenário como um potencial, nós temos o material genético, e nós estamos registrando esse material com possibilidade de distribuição de sementes. Próximo.

Aqui, ainda falando a questão do avanço da tecnologia, no caso do manejo florestal, que a tecnologia da informação, associada a toda revolução tecnológica, ela deve, ela tem que entrar, de alguma forma, na composição de tecnologias para que a gente possa aproveitar os nossos recursos de forma mais racional possível e... E, nesse sentido, a tecnologia tem que trabalhar a nosso favor. Então, o que professor Carlos Nobre estava comentando, acho que essa revolução que precisa acontecer na Amazônia, ela passa por revolução tecnológica também, e nós precisamos estar atentos de como várias tecnologias, ou como a informação, a tecnologia possam avançar em nossa direção.

Bom, aqui, apenas mostrando que, com essa tecnologia, existe o modelo do impacto reduzido, que era de e 22%, considerado pela FAU e, razoavelmente bom, com essa tecnologia, nós conseguimos abaixar a 14%, eu acho que isso é um grande avanço para o uso da floresta. Próximo.

As cadeias de produção... É uma outra coisa que nós não podemos esquecer. Em geral, tanto para a cadeia de madeira... Aqui nós temos, por exemplo, um secador solar, aonde nós estamos quantificando exatamente, levantando os índices técnicos, porque eles, esse secador, ele tem uma utilidade para vários produtos e faz com que o valor agregado desses produtos, inclusive não madeireiros, possa ter um valor muito maior, né? Próximo.

Falando um pouco da questão das tecnologias para as áreas de consolidação, então, nós temos aqui todos esses sistemas de produção, o tempo está acabando, mas... O próximo.

A parte de sistemas florestais, agroflorestais, e uma questão que eu quero frisar bastante é a questão do sistema integração do sistema lavoura, pecuária e floresta, inclusive o colega Smeraldi comentou da questão da intensificação da pecuária, a importância de se utilizar a tecnologia, porque nós não podemos continuar com o ponto um cabeça de gado, e precisamos realmente passar para três cabeças de gado por hectare. Quando a gente conseguir chegar a esse nível, nós podemos dizer que nós temos pecuária sustentável, então, essa é uma questão, assim, bastante importante.

Bom, através dessas tecnologias, nós estamos dando suporte aos programas federais [interrupção no áudio], controle e prevenção, principalmente ligado ao Arco Verde, territórios das cidadanias, mais alimentos e também programas de Estado.

O que eu gostaria apenas de dizer é que, fechando, que eu acho que tem muita coisa para ser feita, mas tem uma coisa, que foi lembrada pelo Senador Arthur Virgílio, com relação à questão dos orçamentos. Eu acho que a ciência e tecnologia precisam de orçamentos, vamos dizer assim, justos, para que ela possa gerar o que necessita para dar suporte ao desenvolvimento.

E uma última coisa que eu gostaria de dizer é que é um privilégio enorme estar aqui hoje porque, em maio, maio de 79, eu chegava recém formado na Amazônia, hoje, 30 anos depois, estar brigando pela Amazônia eu acho que é ainda uma... É um motivo de jubilo para mim, no caso e eu [interrupção no áudio]. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos ao Dr. Milton Kanashiro, Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA. Passamos a palavra, já em seguida, para o Dr. Paulo Barreto, do IMAZON.

**SR. PAULO BARRETO:** Passa de meia noite, então, bom dia todos. Obrigado pela oportunidade. Eu sou pesquisador do IMAZON, Instituto que fica em Belém, instituto de pesquisa focado no desenvolvimento sustentável da Amazônia. O que eu queria deixar aqui hoje é o seguinte: A gente tem aqui à nossa frente, várias páginas de papel, mostrando as assinaturas de mais de um milhão de pessoas, foi citado também que, no o sistema que a Globo montou, tem mais de 40 milhões de protestos contra o desmatamento, isso revela um interesse grande pela conservação da Amazônia, uma energia social bastante expressiva, por outro lado, essa vigília foi montada porque tem vários Projetos que vão contra essa conservação. Então, nitidamente, tem um conflito de interesses, de visão do que é que a gente espera da Amazônia, o que é que Brasil espera da Amazônia. O desafio é como é que a gente vai aproveitar a energia que está colocada positiva para encaminhar uma espécie de conciliação dessas visões? Como é que a gente pode transformar isso de forma positiva aqui nos próximos anos.

E acho que, para a gente fazer isso, a gente tem que ir mais fundo no entendimento por que é que o desmatamento continua na Amazônia. Um dos pontos centrais, o Smeraldi, que falou antes de mim, tratou

um pouco disso, e eu queria aprofundar, ainda existe bastante subsídio perverso que favorece o desmatamento. Esse subsídio perverso tem a ver com políticas públicas equivocadas para região, erros acumulados ao longo do tempo; um dos principais tem a ver com uso gratuito de terras públicas; as pessoas se apossam de terra pública e não pagam pelo uso dessa terra. Em 2003, o próprio INCRA registrava 43 milhões de hectares de posse, isso é uma extensa. O grande efeito disso é que fica mais barato desmatar novas áreas do que melhorar o uso das áreas que já são desmatadas; às vezes, quando tem legislação ambiental, muita gente diz que não pode engessar a Amazônia porque tem que ampliar área para plantio, mas a gente já tem, na Amazônia, desmatados, 700 mil quilômetros desmatados. Isso é mais que o tamanho da França, tudo.

Então, é uma área bastante expressiva. Foi colocado hoje que na Amazônia tem 25 milhões de pessoas, na França, tem mais de 70 milhões. Então, a gente tem a situação de um uso bastante extensivo, bastante subaproveitamento dessas áreas que já estão desmatadas. Então, o ponto central, o que é que a gente faz para melhorar o uso dessas áreas? O Kanashiro acabou de falar da possibilidade de aumentar muito o uso, a produtividade dessas áreas, e a pecuária ocupa mais de 70% dessas áreas desmatadas; ele falou de até triplicar; se e a gente só duplica produtividade, a gente poderia ter o dobro do rebanho que tem lá, gerando muito mais emprego com essa área que já está desmatada.

Então, a questão central é por que as pessoas não aproveitam melhor essas áreas? Volta ao ponto do subsídio. Se as pessoas têm acesso a terras mais baratas, novas florestas, gratuitamente, você vai ter muito pouco incentivo para melhorar o uso dessas áreas. E aí tem uma ligação muito forte, já foi colocado aqui, tem uma Medida Provisória que foi votada, pelo que eu vi hoje, já foi votada na Câmara e vem para cá, para o Senado, vai ser muito importante avaliar a Medida Provisória, considerando quais são os itens lá que incluem subsídios e novas aberturas para que continuem ocupando a Amazônia sem pagar ou pagar abaixo do preço do mercado. Se isso continuar, a gente vai continuar falando dessa contradição. Tem gente querendo a conservação, mas os incentivos que a política pública coloca acabam levando ao desmatamento.

O outro subsídio, que é muito forte, teve alguma correção no último ano, mas ainda continua, que é o crédito público subsidiado, o crédito agrícola, que acaba estimulando o desmatamento. Entre 2002 e 2008, só o programa FNO, que é o Fundo Constitucional do Norte, teve um investimento de cerca de 1,8 bilhões de reais para a pecuária, embora esse crédito não seja diretamente para desmatamento, tem vários estudos que mostram que acaba tendo um vazamento, ele estimula indiretamente o desmatamento. Isso é uma distorção muito forte, a gente ainda estar patrocinando indiretamente o desmatamento na Amazônia.

Então, qual é o guia, como é que a gente, daqui para frente, resolve essas contradições, aproveita energia positiva que está colocada aqui para corrigir essas distorções que a gente tem nas políticas públicas, que permitam conservar e melhorar as condições de vida da população lá, porque já existe em área desmatada grande, que pode ser usada para melhorar muito a produtividade agrícola, qual é o guia que a gente precisa? Eu acho que o primeiro ponto, então, é tratar justamente desses subsídios que eu acabei de falar.

O uso gratuito dessas terras tem que ser eliminado e um ponto central para isso é ter uma regularização fundiária que cobra imediatamente o uso dessas terras, seja via... Uma... A venda dessas áreas, como está colocada em parte da Medida Provisória, ou um arrendamento; as pessoas tem que pagar pelo uso da terra, senão vai ter sempre o incentivo de ocupar cada vez mais as áreas.

O outro ponto tem a ver com o crédito, realmente, não precisa crédito subsidiado para a agropecuária; tem que redirecionar todo o crédito que é disponível, subsidiado, paras atividades que tem a ver com conservação e produção na área florestal, eu vou falar um pouco mais sobre isso. Primeiro ponto, eliminar todos esses subsídios que ainda existem, tanto na área do crédito, quanto em relação ao uso da terra.

O outro ponto é realmente facilitar o uso mais produtivo das áreas já abertas. Tem a ver com a regularização fundiária, o investimento em pesquisa, que foi colocado aqui, é essencial para isso. Tem outro ponto ligado aí, que é a infraestrutura adequada; foi citado hoje aqui o exemplo do asfaltamento de uma rodovia, que está aberta há muito tempo, mas acabou a floresta retomando, significa que não fazia sentido nem ter sido aberta e não faz sentido voltar e repavimentar ou, de fato, pavimentar pela primeira vez. O que vai ser importante aí? Construir a infraestrutura, onde já tenha uma população, você tem uma estrada principal e tem população que fica a 15, 20 quilômetros dessa rodovia, mas as estradas vicinais muito ruins, então, o dinheiro que está sendo programado para investir e expandir em infraestrutura, em torno de florestas ainda virgens, esse dinheiro deve ser colocado na infraestrutura que... Próxima de onde já tem população que dependa de transporte e não tem hoje. Ou seja, usar uma infraestrutura adequada, em vez de usar dinheiro público para abrir novas áreas, que vão estimular

novas ocupações irregulares e acabar tendo mais desmatamento.

Finalmente, é preciso apoiar o desenvolvimento florestal da região, tem um potencial enorme, tanto das florestas nativas quanto da área de reflorestamento. Isso a gente pode ter a capacidade de gerar muito emprego, tanto na área de plantio, do manejo da floresta, quanto na indústria associada isso, e, há duas semanas atrás, eu assisti, no final, deprimido, a palestra de uma engenheira florestal, que estava trabalhando numa empresa internacional, que queria investir em reflorestamento na Amazônia; ela tentou, teve a pesquisa de como é que isso poderia ser feito. No final de três anos, a empresa desistiu de fazer isso, e foi investir na Indonésia e na China, não conseguiu investir no reflorestamento da Amazônia.

Então, a gente está falando aqui do desejo de ter conservação, tem uma empresa querendo investir e não conseguiu, por quê? Vários problemas ligados à tecnologia, mas muito ligados também a esse problema de desordem fundiária; quem vai investir para cortar árvores daqui a 50 anos ou para manter carbono? As pessoas não vão fazer isso se você não tem um clima favorável em relação a esses investimentos. Então, esse é um exemplo simples de oportunidades que a gente está perdendo. A gente precisa corrigir esses problemas com os investimentos corretos no apoio ao manejo florestal e também ao reflorestamento.

Dessa forma, gente poderia conciliar essas visões que parecem contraditórias hoje, o desejo de melhorar a qualidade de vida. Por outro lado, muito bem colocado hoje aqui, o desejo também de ter conservação. Isso é possível, melhorando a produtividade dessas áreas que já estão abertas e apoiando fortemente reflorestamento e manejo das florestas nativas. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos ao Dr. Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto IMAZON, e passamos a palavra, de imediato, à Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental.

**SRA. ADRIANA RAMOS:** Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Obrigada a todos que conosco aqui resistem. A mim foi dada uma tarefa prazerosa, porém trabalhosa, de falar um pouco sobre as iniciativas legislativas que protegem a Amazônia. Trabalhosa porque a gente sabe que os problemas estão nos detalhes,; há consensos muito fáceis sobre a Amazônia, em relação a não se desmatar mais, em relação a se aproveitar melhor a floresta... É exatamente na diferença... Nos detalhes, que os Projetos de lei vão diferindo.

Então, eu tive o trabalho de ler Projetos que, pela ementa, me pareciam muito positivos e promissores, mas que, muitas vezes, no final, traziam alguns dispositivos que faziam com que sua boa vontade fosse um pouco inócua.

Então, eu gostaria de destacar, dessa leitura, dessa análise, alguns Projetos que de fato são muito relevantes e que poderiam mudar agenda do Congresso Nacional em relação à Amazônia, numa ação, realmente, positiva, para que a gente pudesse garantir uma perspectiva de futuro sustentável, na linha do que muito bem apontou aqui o Dr. Carlos Nobre. Acho que as propostas que vão ajudar a proteger a Amazônia são aquelas que vão ajudar a promover um desenvolvimento que tenha a floresta como fundamento, como base; desenvolver uma economia baseada na floresta e não desenvolver uma economia baseada na necessidade de retirada da floresta, como tem sido feito historicamente.

Alguns Projetos que tratam de questões tributárias, que já tramitam aqui, para começar pelo Projeto do FPE Verde, apresentado pela Senadora Marina Silva, poderiam contribuir para isso; projetos que poderiam ajudar a fazer um balanço de recursos, mas favorável à manutenção da floresta, à conservação, ao uso sustentável.

Além do FPE Verde, nós temos... Que, a exemplo do ICMS Ecológico que já existe em alguns Estados, poderia dar essa contribuição; nós temos a proposta do Imposto de Renda Ecológico, que iguala o sistema que hoje é feito de isenção para investimentos em cultura, em esporte, projetos ambientais; o Imposto de Renda Ecológico poderia beneficiar tanto fundos públicos quanto projetos da sociedade civil. A proposta apresentada pela Deputada Janete Capiberibe, de estabelecer condicionantes nos investimentos do FNO; projetos que poderiam pegar os recursos públicos que já estão aí, fazer uma verdadeira reforma tributária ecológica, privilegiar essa perspectiva da floresta.

Uma outra proposta muito importante é a proposta que traz para a lei com de licitações critérios ambientais paras compras públicas, para que a gente possa estabelecer prioridade para aqueles produtos de origem florestal, que são produzidos de forma sustentável, que garantam a inclusão social, que poderia também promover uma grande mudança na economia da região.

Além disso, os projetos que tratam de pagamento por serviços ambientais. Muito tem se falado sobre a questão do carbono e de outros serviços ambientais da Amazônia; há vários projetos de lei, inclusive aqui no Senado, um apresentado pelo Senador Renato Casagrande, que tratam, definem o que são os serviços ambientais e estabelecem possibilidades de implementação de serviços ambientais. Isso poderia fazer uma

diferença em todas as escalas da Amazônia, tanto do nível local, para comunidades locais, quanto do ponto de vista de políticas estaduais, para sistemas de unidades de conservação; na Câmara dos Deputados também tramitam vários projetos, hoje todos estão sendo tratados pela relatoria do Deputado Jorge Cury.

Alguns projetos parecem simples, como projetos que estabelecem regras para o manejo florestal sustentável. Há tantos anos que a gente faça do manejo florestal sustentável como uma saída para Amazônia, entretanto, muitas das regras para facilitar esse manejo, estimular esse manejo ainda precisam ser revistas; há projetos nesse sentido, inclusive um do Deputado Sarney filho.

E alguns projetos que são mais inovadores do ponto de vista da perspectiva que hoje se tem da Amazônia. A Deputada Vanessa Grazziotin e apresentou projeto, estabelecendo a indicação geográfica de origem para projetos de biocosméticos da região amazônica. Isso dá uma ideia daquilo que a gente poderia promover também de uma economia diferenciada. A exemplo do que existe em outros países e no próprio Brasil já, com alguns produtos reconhecidos, de regiões específicas; a Amazônia é muito rica nesses produtos, não só consumidos no mercado interno, mas muitos consumidos no mercado externo, e poderia associar à origem desses produtos um real valor cultural, que pudesse também fazer um diferencial na remuneração dos extrativistas.

E o Projeto de Lei da Comissão de Mudanças Climáticas, que estabelece critérios relacionados às mudanças climáticas no processo de licenciamento ambiental para obras com horizonte acima de 20 anos de funcionamento. Veja, esse é um projeto que poderia ser revolucionário, hoje nós temos um problema enorme, quando a gente fala de licenciamento ambiental de obras na Amazônia porque o licenciamento ambiental, que é um instrumento tão somente administrativo, para dizer como devem ser feitas aquelas obras que, do ponto de vista político, foram decididas e que, portanto, não deveria ser o espaço de disputa e de discussão política da necessidade ou não de tais obras, ele hoje é onerado exatamente pelo fato de que não há uma perspectiva de planejamento de longo prazo em relação a essas obras, que preveja os riscos e o que vai acontecer na região, ao você instituir uma obra de infraestrutura. E essa iniciativa é uma iniciativa que poderia contribuir para essa visão mais longa, vamos instituir uma nova obra, como é o caso da estrada da BR-319, na Amazônia, que vai pavimentar uma área remota da Amazônia, o que vai acontecer com essa região, daqui a 25 anos e o que vai agravar o quadro dessa região à situação das mudanças climáticas globais?

Nesse sentido, a discussão de outros instrumentos de planejamento, como é o caso das avaliações ambientais estratégicas, também poderia se desenvolver de uma forma mais efetiva na Casa, há um Projeto de Lei do Deputado Fernando Gabeira tramitando sobre isso, que também poderia trazer uma grande diferença. Como a gente vê, esses são apenas alguns exemplos, mas são exemplos que, se somados, poderiam ser uma agenda extremamente positiva do Congresso Nacional em relação à Amazônia.

E acho que, para nós, é extremamente importante poder levantar isso aqui, especialmente porque as organizações não governamentais são aquelas que estão sempre apontando os problemas, os equívocos, fazendo as campanhas de denúncia, mas nós também temos muitas propostas, nós temos nos engajado muito em processos para buscar soluções.

E eu queria aproveitar, já que o Oded Grajew teve que sair e não vai poder falar pelo Fórum Amazônia Sustentável, falar, nesse momento, sobre o fórum, que é uma dessas iniciativas. O Fórum Amazônia Sustentável é uma articulação de instituições, empresas, é um espaço de diálogos, não muito mais do que isso, mas um espaço de diálogo que consegue reunir organizações não governamentais, movimentos sociais, empresa de grande parte, como é o caso da Valle, da ALCOA, e uma que, há alguns anos atrás, nos parecia muito impensável, que nós pudéssemos identificar, entre esse grupo tão distinto de atores, alguns objetivos comuns em relação à Amazônia, que nos permitissem desenvolver uma agenda comum de debate para que a gente possa, aos poucos, ir entendendo melhor um pouco as motivações um dos outros e ajudando a formatar formas alternativas de intervir na região.

O Fórum tem focado em alguns temas, como o tema da infraestrutura, o tema das mudanças climáticas, especialmente na questão dos mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação, e tem se constituído num espaço muito rico, porque demonstra que, a partir desses consensos macro que nós temos, e das nossas diferenças, é possível avançar, discutir, dialogar, numa perspectiva comum de que a Amazônia precisa se desenvolver a partir dela mesmo, para ela mesmo, reconhecendo as suas populações, reconhecendo o direito dessas populações, como uma questão inexorável da sua sustentabilidade.

Eu acho que essa noite, aqui, pode ser a inspiradora para que a gente venha trabalhar, daqui a para frente, mais na Agenda positiva do que reativa, porque, se a gente solucionar os problemas a partir de uma agenda positiva como essa, os o outros, que são os nossos conflitos, vão ficar muito menores. Obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos à Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental, e passamos, de imediato, na linha do propositivo e do positivo, ao Eufran Amaral, que vai apresentar as iniciativas promissoras do governo do Acre.

**SR. EUFRAN FERREIRA DO AMARAL:** Boa noite, Sra. Presidente, Ideli Salvatti, em nome de quem eu cumprimento toda Mesa. Boa noite, Senadora Marina Silva, em nome de quem eu cumprimento todos os presentes.

Sra. Presidente, aqui eu tenho um grande desafio, de, em 10 minutos, falar das iniciativas promissoras do Acre. Na Mesa de abertura, foi dito para nós escolhermos o nosso futuro. O Acre escolheu o seu futuro há 100 anos atrás, quando lutou para fazer parte desse país, e durante esses 100 anos e pouco de história, muitos ficaram no caminho. E muitos continuam lutando, e é uma história que se constrói a cada dia, e aqui a gente vai mostrar alguns... A gente vai mostrar alguma parte muito pequena dessa história. Próximo.

Nós ocupamos 2% do território nacional e 4% da Amazônia brasileira, e assim como todos Estados da Amazônia, o desafio é consolidar as áreas desmatadas e garantir o uso sustentável da floresta; garantir que tenhamos um uso eficiente, cada vez mais intensivo e produtivo da área desmatada, mas, cada vez mais, consigamos valorizar a floresta, mantendo ali homens e mulheres que ali vivem. Próximo.

Mas, para isso, a gente precisa entender que nós temos uma região diversificada; a solução que se aplica para a comunidade indígena não é a mesma na comunidade ribeirinha; para o extrativista, não é a mesma para o pequeno produtor. Nós temos uma floresta que é densamente povoada, então, precisávamos entender como que estavam, quem eram, onde estavam, e quais seriam as alternativas para cada um. Hoje nós somos 655 mil habitantes, desses, 70% está concentrado na área urbana, 30% na área rural; na área rural, 50% está nos assentamentos gerenciados pelo INCRA, e aí nós temos: 6% de índios, 16% de extrativistas, 10% de ribeirinhos e 20% de pequenos, médios e grandes produtores rurais. Próximo.

E a gente aprendeu a seguir grandes exemplos. E o grande exemplo que nós temos, do líder seringueiro Chico Mendes, a gente começa replicar, mostrando que o sonho continua vivo a cada dia. Alguns exemplos desse legado: as reservas extrativistas na luta do Chico Mendes e seus companheiros, hoje somam dois milhões e 600 mil hectares no estado do Acre, 16% do território acreano; o Acre hoje é o maior produtor de castanha do Brasil, que responde por 33% da produção nacional.

A lei Chico Mendes, lá de 99, que é um pagamento por serviço ambiental, nós temos a possibilidade do incremento da produção da borracha, e ali se iniciou, disse: É possível valorar a produção na floresta em prol dos povos da floresta. A fábrica de preservativo NATEX é a única no mundo a utilizar látex seringal nativo, consolidando, de um lado, a cadeia produtiva, o homem e a mulher, a família que vive na floresta e, de outro lado, a alta tecnologia. Próximo.

Mas, para isso, fizemos a opção de conhecer bem para usar melhor, fizemos a opção de ter um zoneamento ecológico e econômico, que não foi imposto, mas construído na forma de grande pacto por todos: índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos, médios e grandes produtores rurais. E fizemos além, além de ter um eixo de recursos naturais e um eixo de socioeconomia, dissemos vamos ter outro eixo, vamos ter aqui um eixo cultural político, vamos ver qual é o sonho da dona-de-casa, qual é o sonho do pequeno produtor, qual é o sonho do grande produtor, qual é o sonho do índio e vamos incorporar, com mesmo peso, de recursos naturais e de socioeconomia.

O zoneamento do Estado do Acre é referência, por essa sua mudança e principalmente com relação à participação. Hoje nós temos, como parte da implementação do zoneamento, que nós chamamos de zonas especiais do desenvolvimento, ali se consolida a infraestrutura, como o exemplo que eu falei, da fábrica de preservativo; infraestrutura de acesso, infraestrutura de produção.

Também temos áreas específicas, onde ali precisa uma ação mais cuidadosa, ali precisa um esforço maior, que é o que nós chamamos de zona de atendimento prioritário, que aí incluem as unidades de conservação, terras indígenas, áreas frágeis de projeto de assentamentos tradicionais e os projetos de assentamentos diferenciados. Próximo.

Aqui alguns indicadores dos nossos compromissos, ao mesmo tempo que conseguimos reduzir, ano a ano, a taxa anual do desmatamento, nós aumentamos a produção de rebanho bovino, aumentamos a produção de maneira, aumentamos a produção de borracha, a produção de castanha e aumentamos o crédito, num integrar ações, não pensar de forma dissociada, mas integrar ações. O território com áreas protegidas no Estado do Acre, nos últimos oito anos, dobrou, e hoje nós temos 50% do estado protegido. Hoje só se cria no Estado assentamentos diferenciados, muitos deles iniciaram ali no Estado; 90% da madeira que sai do Estado, é oriunda de plano de manejo. A taxa de desmatamento vem caindo ano a ano; o ano passado foi a menor taxa dos últimos nove anos.

Quando se fez a opção de pavimentar a BR-364, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul, se fez a opção de fazer o contrário, de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, para evitar a ocupação desordenada e garantir o ordenamento territorial na faixa da BR. Próximo.

Hoje, na gestão do Governador Binho Marques, se fez uma opção para ir além, chegar em cada comunidade, em cada lugar, com três eixos, dizendo: Olha, a nossa visão de futuro, Presidente, como a gente falou no início, é que o Acre vai ser o melhor lugar para se ver na Amazônia, mas, para isso, precisa ter um foco, e qual é o foco? A comunidade, cada comunidade, cada aldeia, cada colônia, cada produtor rural, em três eixos: Primeiro, que nós possamos garantir serviços públicos básicos de qualidade para todos; fortalecer o setor privado com base numa economia justa e competitiva, mas com foco florestal, valorizar a floresta e garantir o uso sustentável da área desmatada e, para envolver todos, promover o empoderamento comunitário. Que nós possamos ter aqui as comunidades trabalhando efetivamente na construção desse processo de desenvolvimento, próximo.

Ou seja, é trabalhar a moedinha. A moedinha da sustentabilidade, de um lado pobreza e de outro, meio ambiente. Próximo.

E qual é o desafio? Integrar essa agenda; a agenda de meio ambiente com agenda de redução de pobreza, melhoria de qualidade de vida, com qualidade ambiental e aí, o desenvolvimento econômico; integrar as políticas sociais e ambientais; ter a pobreza como uma questão socioambiental. Próximo.

Ou seja, trabalhando o meio ambiente, tendo comunidades organizadas e seguras, cidades e comunidades sustentáveis; do lado da pobreza, trabalhar a distribuição de renda, a equidade de pessoas e regiões e ter pessoas educadas, saudáveis e nutridas, para fim, ter uma economia limpa, justa e competitiva, com forte base florestal para, aí, caminharmos, ter um caminho, um varadouro para o desenvolvimento sustentável. Próximo.

Para isso, o ano passado o Governador Binho Marques lançou a política de valorização do ativo ambiental florestal; ali, estavam presentes e hoje estão presentes mais de 10 secretarias estaduais, Prefeituras, sociedade civil organizada, juntas, num grande objetivo, num grande consenso, que é de consolidar as ações de sustentabilidade nesse Estado. Próximo. E as diretrizes são: inclusão social com geração de renda, conservação da sociobiodiversidade, conservar a floresta e o homem, conservação das águas e garantir mitigação e adaptação às mudanças climáticas, recuperando paisagens e mantendo a floresta. Próximo.

Ou seja, é trabalhar uma árvore de um lado, consolidando o que já está desmatado, podendo recuperar áreas, podendo aqui inserir um programa de florestas plantadas e, de outro lado, recuperando o que a história fez. Muitas das vezes, você tem uma ocupação desordenada, recuperando e regularizando o passivo e criando um programa de certificação, com base na educação. Vamos fazer, vamos fazer juntos um processo de planejar agora cada propriedade. Próximo.

Ou seja, saímos lá do zoneamento, conhecendo o Estado como um todo, passando pelos zoneamentos municipais, chegando nas ZEDIs(F), nas ZAPs(F), e chegando em cada comunidade. Próximo.

Mais ou menos nessa estratégia, chegando na comunidade mais distante e integrando a uma zona onde eu tenha estrutura, de forma que eu tenha processo de integração... Estou encerrando, Sra. Presidente. Próximo.

Ou seja, qual essa engenharia que o sistema todo deve ser otimizado? A engenharia da florestania, como foi colocado aqui. Nós, cidadãos da floresta, pensamos que tem que otimizar todo o sistema, floresta e área desmatada, todos os benefícios devem estar senso mensuráveis, e tem que dar os passos certos no tempo certo e na seqüência certa, tendo o conhecimento territorial como base desse trabalho. Próximo.

Ou seja, é um desenvolvimento, primeiro, participativo e pactuado com todos, para que todos tenham o acesso ao desenvolvimento e ao mesmo tempo, includente e sustentável.

Presidente, só lembrando da frase que a senhora falou no início, eu não tinha planejado fazer essa... Mas relembrando aqui a frase, quando o Chico Mendes falou que: "No início, pensei que estivesse lutando para salvar as seringueiras; depois, pensei que estivesse lutando para salvar a floresta amazônica, agora, percebo que estou lutando para salvar a humanidade", na verdade, ao manter a floresta em pé, nós estamos lutando por cada um de nós, pela sobrevivência nossa. Próximo.

Ou seja, o que nós falamos lá no Acre, é que nós temos três opções de viver bem, ou nós vamos viver na floresta, como índio, da floresta, como extrativista, ou em harmonia com a floresta, nós, aqui na cidade ou pequeno e médio produtor, tendo a área de reserva legal e área de preservação permanente. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigada ao Eufran Amaral. Passo, de imediato, à Andressa Dias, da Associação de Produtores Florestais Certificados. Outro...

**SRA. ANDRESSA DIAS:** Boa noite a todos. Agora, eu vou mostrar um pouquinho do outro lado da

moeda. A gente teve bastante número de desmatamento, de números chocantes, né, do que é que está acontecendo do problema, agora, gente vai mostrar uma iniciativa diferente. E eu faço parte do Grupo de Produtores Certificados, que é um grupo que está localizado na Amazônia. Próximo.

Como já foi falado por alguns colegas sobre o problema, a gente tem maior floresta tropical do mundo, maior diversidade, 17 mil rios, 60% do território da Amazônia legal está na região Norte, e 20 milhões de habitantes, a gente tem um peso enorme, o índices de desmatamento cada vez aumentando. Próximo. Problema: uma grande área desmatada. Quais são os vetores do desmatamento? Próximo... Exploração ilegal de madeira, a pecuária, a soja, carvão e mineração. Vou falar um pouco da exploração, que é mais a minha praia, né? Então, a gente tem alguns modelos de exploração, que é a exploração com o manejo florestal, que a gente pode observar na primeira imagem de satélite; uma exploração planejada... A gente tem a exploração convencional, abaixo, a gente pode ver o tipo de exploração predatória, com vários pontinhos amarelos que significam grandes aberturas em áreas de floresta. Próximo.

A gente tem uma opção diferente, que é a que eu vim apresentar hoje para vocês, que é a exploração manejada, com certificação FSC, e o que significa essa exploração manejada com certificação? Significa que o empreendedor florestal, não aquele madeireiro, aquele bandido, que a gente está acostumado a ouvir falar, é o empreendedor florestal, que decidiu chamar um corpo de auditoria independente, baseada em princípios e critérios adotados, reconhecidos internacionalmente, através de um conselho brasileiro... Um conselho de manejo florestal, e essa auditagem foi capaz de dizer que ele faz tudo certo, que ele se preocupa, tem a responsabilidade social, ambiental e econômica na área de exploração. Próximo.

O que diferencia esse manejo certificado de um manejo normal, sem a certificação? Primeiro, são os critérios rigorosos a que são submetidas as áreas certificadas, bem maiores do que somente aquele legal, no papel, na maioria das vezes. E essas áreas, elas são auditadas freqüentemente, então, não por governamentais, por auditorias independentes. Desde o planejamento, a cadeia produtiva, ela surte efeito, visando o lado social, primeiro, a geração de emprego é dada desde a hora do planejamento, do inventário, onde os técnicos vão a campo fazer levantamento das espécies. Depois, a gente tem o planejamento florestal, o corte direcionado, a preocupação com pequenas aberturas dentro da floresta e o aproveitamento do máximo possível daquela madeira na área.

Então, é um grande planejamento, as pessoas têm uma ideia errônea de que a certificação, hoje, ainda é pouco divulgada, e que o custo é muito alto para se fazer uma certificação. Mas, acontece que o investimento hoje que uma empresa certificada faz é alto. A empresa paga todos os impostos, todos os encargos sociais, um dos primeiros requisitos para você ter uma empresa certificada é obedecer à legislação, obedecer às comunidades, priorizar as comunidades tradicionais, as aldeias indígenas, que viviam no entorno ou vivem no entorno dessas áreas certificadas.

O que diferencia hoje uma área certificada, com manejo certificado do FSC, de uma área somente de manejo certificado, é dizer que nós temos a responsabilidade socioambiental na área de manejo. Nós nos preocupamos em colaborar com as comunidades, troca de experiências, treinamento, capacitação, investimentos nessas áreas, além de proporcionar todo o benefício para os funcionários, adesão dessa mão-de-obra dessa comunidade na área, no trabalho da área certificada. Próximo. As áreas certificadas não permitem caça e pesca predatória. Próximo.

Aí, vocês vêem uma foto que é bem interessante, o que é que uma pessoa do setor produtivo, empresarial, está fazendo aí falando de um tipo de exploração de floresta diferenciado? Hoje o grupo que eu estou representando tem cinco empresas certificadas e cinco comunidades. Essas cinco comunidades hoje estão no Acre, que fazem parte da COOPERFLORESTA, que é uma cooperativa mista de produtores lá do Acre, e qual é o trabalho? A gente busca parcerias com essas comunidades para desenvolver a área deles de manejo, estimular a pesquisa, estimular o planejamento produtivo deles para que eles possam explorar, não só os produtos madeireiros, mas também os produtos não madeireiros.

Nós temos hoje uma comunidade, que é a aldeia indígena Tibau, ela representa hoje 1,5 milhão de áreas certificadas na Amazônia. Eles trabalham com óleo de castanha. Então, vocês podem observar nessa foto que há uma grande preocupação, porque há uma exigência do FSC que tenha esse trabalho com as comunidades do entorno. Então, pesa muito o lado social; o que nos difere bastante é a preocupação com o lado social, além do monitoramento ambiental que deve ser feito.

O Grupo de Produtores Florestais Certificados representa hoje 92% das florestas nativas certificadas na Amazônia. Nós atendemos o mercado interno e externo. Nós temos... É muito interessante falar sobre a preocupação de estimular o mercado interno porque, quando você pensa em certificação, você pensa em preço, alto preço, e que o mercado externo está

disposto a pagar. Com a crise, mudou bastante esse tipo de mercado, hoje, o nosso... Um dos principais mercados é o mercado interno. Com isso, nós fomos procurados pela Prefeitura de São Paulo, no ano passado, a Senadora até falou que existem alguns paulistas que estão preocupados, sim, com essa exploração madeireira, então, nós fomos procurados por eles e, depois de várias conversas, nós, junto com outras entidades, como WWF e Sindicato da Construção Civil, e como o mercado de São Paulo hoje... Já estou terminando... Como o mercado de São Paulo hoje é um dos principais consumidores de madeira da Amazônia, nós assinamos um programa chamado Madeira Legal, onde, lá na construção civil, nas compras públicas de São Paulo, eles vão exigir a comprovação da origem da madeira. Próximo.

Essa foto é muito interessante porque foi de uma apresentação, eu resolvi colocar, porque eu acho que ela tem um impacto legal que o planeta não aguenta mais. Próximo. Nós estamos com o poder decisório na mão. A gente quer comprar madeira dessa área, desse tipo de exploração ou madeira que tem comprovação de origem, que mostra que está preocupada com o meio ambiente e com a sociedade que vive no entorno? E o grupo de produtores está hoje aqui para mostrar que é possível, sim, para o grande, para o pequeno fazer da forma correta. Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigada à Andressa Dias, e a nossa última fala neste painel de encerramento, a Sra. Nádia Cristina Ferreira, da Iniciativas Promissoras do Governo do Amazonas.

**SRA. NÁDIA CRISTINA FERREIRA:** Bom dia, Sra. Presidenta dessa Comissão organizadora, uma satisfação estar aqui, e eu tenho um grande desafio, por ser a última falar, é manter a atenção de todos nesse momento, e espero ser disciplinada, inclusive com os 10 minutos que temos nos destinado a apresentar as experiências de sucesso que o Governo do Estado do Amazonas tem implementado na sua política ambiental de desenvolvimento sustentável.

Bem, este é o exemplo do Amazonas, que estaremos aqui compartilhando com os senhores neste momento. Partimos do princípio da valorização econômica das florestas, mas, acima de tudo, da valorização das populações tradicionais. Próximo.

Certamente, o perfil do Estado do Amazonas, ele se diferença muito dos outros Estados da Amazônia e dos problemas e os grandes desafios que foram apresentados aqui. Certamente, isso se dá muito em função dos processos de ocupação desses outros Estados, o que diferenciou do modelo de desenvolvimento e de ocupação do Estado do Amazonas, que, por conta do pólo industrial de Manaus, que hoje é a base da nossa economia, favoreceu que hoje tivéssemos esse perfil, que representa, dos nossos um milhão e meio de quilômetros quadrados, cerca de 3,3 milhões de habitantes, temos e mantemos 98% da nossa cobertura florestal intacta. Além de ter, no nosso território, 54% do nosso território protegido, sendo que 12% são de unidades de conservação do Governo Federal; 12% do Governo do Estado e 29% de terras indígenas.

Temos, ainda também no nosso Estado, um perfil que nos credencia a comercializar e a entrar no mercado voluntário de carbono, já que 50% de todo o estoque de carbono está concentrado no Estado do Amazonas e detemos 16% de toda reserva de água doce do planeta, e convivemos com a maior diversidade étnica do Brasil, que são as populações indígenas, e nós temos 66% de etnias no nosso Estado. Próximo.

Certamente, esse conceito e as políticas se sustentaram nesse tripé: que a floresta vale mais em pé do que derrubada; que as populações locais indígenas, ribeirinhos, extrativistas são, sim, os verdadeiros guardiões da floresta e que os maiores vetores do desmatamento são a pobreza e a ineficiência da educação.

O governo, então, cria uma estrutura para incentivar o desenvolvimento sustentável, a começar de propiciar às empresas que querem levar produtos madeireiros e não madeireiros ao interior do Estado, oportunizando os mesmos incentivos fiscais que as empresas da Zona Franca de Manaus tem; esse é um Decreto de 2005, assinado pelo Governador Eduardo Braga.

Ainda dentro dessa linha, há todo um estímulo de uma agência que foi criada para estimular o microcrédito em atividades sustentáveis, assistência técnica, garantir preço mínimo aos produtos da floresta ao extrativismo, como a borracha, a malva e a juta, além de garantir a compra e acesso aos novos mercados.

Uma outra estratégia que tem sido muito eficiente no nosso Estado é ampliar as áreas de unidades de conservação. O Governo do Estado do Amazonas, nos seis últimos anos, incrementou em 160% as nossas áreas protegidas, o que significa dizer que saímos de sete milhões de hectares para 19 milhões de áreas protegidas só do Governo do Estado do Amazonas. Esse é hoje 52% do todo o território protegido. Próximo.

Aí está o nosso mapa e mais claro são as terras indígenas. Além de tudo isso, o governo procura implementar políticas não de um governo, mas políticas que se sustentem, políticas públicas, políticas de Estado e, para isso, criamos um arcabouço legal para dar sustentação a todas essas políticas, a começar na primeira Lei de Mudanças Climáticas no Brasil, instituída pelo Governo do Estado do Amazonas, em 2007;

a começar da lei estadual que nos dá autonomia para fazer a gestão das nossas áreas protegidas.

Além disso, criamos, por conta da Lei de Mudanças Climáticas, que já sinalizava que o Estado deveria criar dois centros estratégicos, o Centro Estadual de Unidade de Conservação e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas, todos os dois no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Além disso, criamos e instituímos uma fundação que capta recursos para dar continuidade e tirar as unidades de conservação do papel e implementá-las de fato, que é a Fundação Amazônia Sustentável, criada a partir do compartilhamento da iniciativa privada com o Banco Bradesco e a Coca-Cola e o Governo do Estado do Amazonas. Próximo.

O governo cria também o primeiro projeto, no Brasil, que demonstra o pagamento de serviços ambientais às populações tradicionais; é um programa de compensação aos povos da floresta pelos serviços e a proteção que eles prestam. Próximo.

Esse é um programa que está estruturado em quatro componentes, onde a família é beneficiada, a associação das comunidades são beneficiadas, há o apoio à geração de renda e o apoio social. Esse programa, hoje, ele encontra-se nas unidades de conservação e é um programa que hoje beneficia 5.250, mas a nossa meta é, até 2010, alcançar oito mil famílias no Estado do Amazonas.

Além disso, o Governo do Estado do Amazonas também inova, ao criar o primeiro programa no Brasil de Projeto de Hande, que, numa reserva também, em Novo Aripuanã, é um projeto que gera crédito voluntário à rede Marriott de hotéis, que financia cerca de dois milhões de reais, que estarão sendo investimentos nessa reserva de desenvolvimento sustentável, beneficiando 300 famílias que ali residem. Próximo.

E aqui, esse é um slide emblemático, porque aqui o Estado demonstra que é possível quebrar paradigmas. Estamos vendo aqui, em verde, o desenvolvimento e o faturamento do pólo industrial de Manaus e, em vermelho, a redução de desmatamento. O Governo do Estado do Amazonas estimula o desenvolvimento, cresce com a sua economia e apresenta hoje uma redução de 70% do desmatamento. Sabemos que todo esse esforço não é fruto de uma única Secretaria de Meio Ambiente, mas é fruto de políticas na área de Educação, de Infraestrutura, investimento em ciência e tecnologia e, certamente, esse é o exemplo do Amazonas, não só para o Brasil, mas para o mundo.

E aqui eu agradeço a oportunidade. Espero ter sido disciplinada no tempo e dizer que esse sorriso dessas crianças é a responsabilidade de todos nós que estamos aqui. Muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Sra. Nádia Cristina Ferreira, inclusive sobraram alguns minutinhos, agradeço muito, e eu agradeço, com muito carinho, a todos os nossos painelistas, com estas contribuições fantásticas, na linha propositiva, na linha de apontar saídas, alternativas, porque a preservação da Amazônia tem sustentabilidade e estão aqui alguns exemplos e as preocupações, e aquilo que nós precisamos fazer. Então, eu agradeço aos painelistas; nós vamos desmontar esta Mesa. O Senador Arthur Virgílio já se encontra a postos e nós temos, antes de dar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, o Senador Eduardo Suplicy, que é o único Parlamentar que se inscreveu para este painel.

Então, o Senador Arthur Virgílio... Pela ordem, Senador? Já, em seguida, depois, o Eduardo Suplicy poderá usar da palavra. Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Eu até não sabia que haveria um painel com o Senador Suplicy--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não haverá um painel com o Senador Eduardo Suplicy. Ele terá cinco minutos.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Mas eu gostaria de dizer que, de fato, este é um grande momento que vive a Casa, e eu gostaria muito, em nome do PSDB, de agradecer a presença da atriz Christiane Torloni, do... Eu estou cansado, para não lembrar do seu nome... Do Victor Fasano, enfim, e eu tenho certeza absoluta que eles representam o pensamento de muita gente mais da intelectualidade brasileira.

Uma das lutas que se tem que travar é para nacionalizar este tema. Este tema tem que ser nacionalizado, acabar com a alienação tradicional e até enervante, porque só nos atrasa, quando percebemos que o Brasil vai tomando, muito aos poucos, conhecimento do que se faz, do que se tem que fazer na Amazônia. Portanto, eu sinto que foi um dia muito relevante para o Senado, um dia... Um dia e uma noite e um dia. Devemos repetir isso mais vezes.

V.Exa. está de parabéns, o Senador Cristovam Buarque, o Senador que tomou a iniciativa, o Senador Renato Casagrande. E, por outro lado, gostaria de deixar aqui uma equação econômica muito simples. O Brasil é o quarto poluidor do mundo, com as queimadas, e é a décima economia do mundo, que não é pouco; na verdade, o Brasil está produzindo menos riqueza do que poluindo; está poluindo mais do que produzindo riqueza. Se o Brasil resolvesse a questão das queimadas e se mantivesse na posição de décima economia do mundo, o Brasil estaria poluindo menos do que gerando riquezas.

Eu tenho a impressão que essa é a equação que ligaria definitivamente o sentimento de preservação ambiental, de compromisso com o meio ambiente, à ideia da economia que tem que avançar, até para gerar riqueza, gerar bem estar para uma população de 190 milhões de habitante. Mas, parabéns a V.Exa., parabéns a todos que estão aqui até esta hora, creio eu que cansados, mas, com muita alegria no coração. Obrigado, Presidenta.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço o Senador Arthur Virgílio, passo, então, a palavra, de imediato ao Senador Eduardo Suplicy, por favor.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Antes, o Marcos Mariani, que já estava inscrito.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Atendendo ao Senador Suplicy, o Marcos Mariani, da Associação Preserve a Amazônia, por cinco minutos.

**SR. MARCOS MARIANI:** Boa noite a todos. Faço um agradecimento especial ao Senador Suplicy, que permitiu a entrada dos estudantes do segundo grau para acompanharem o início da Audiência Pública; uma referência especial também à Senadora Ideli Salvatti, e eu não vou me estender, o tempo já está longo demais dessa audiência, então, eu vou falar rapidamente sobre prevenção do desmatamento em larga escala na Amazônia. Acreditamos que a prevenção, o princípio da precaução deve ser observado na questão do desmatamento. Próximo slide, por favor.

A gente tem que estabelecer prioridades. Está claro que o maior problema ambiental do Brasil, do mundo, provavelmente, trata-se do desmatamento na Amazônia. Aproximadamente 70% das emissões nacionais são provenientes do desmatamento e de queimadas na Amazônia. A gente tem que saber diferenciar os impactos locais ou regionais, questões que tem esses tipos de impacto e questões que tem impactos globais, são as questões prioritárias. Por favor, o próximo slide.

Nesse sentido, a gente cita como exemplo de questões pontuais, Raposa Serra do Sol, Usinas do Madeira foram muito debatidos nos últimos tempos. No próximo slide, a gente pode ver o impacto das rodovias do PAC; a malha de rodovia que está prevista no PAC, que está em planejamento. O próximo slide mostra área de influência, podemos observar que é muito maior o impacto dessas rodovias sobre a floresta.

Está claro que o acesso, a facilidade de acesso é uma das principais, um dos principais fatores que induzem o desmatamento, mas hoje tivemos problema para entrar com estudantes aqui dentro, todo lugar que a gente vai tem que se identificar; na Amazônia, a mesma coisa, se tem o acesso livre, indiscriminado, fica muito trabalhar; é difícil conter o desmatamento... Só de falar que vai asfaltar a rodovia, as pessoas vão antes, acho que a Ministra Marina Silva e todos que estão aqui sabem bem desse problema.

Acho que um dos maiores problemas que a gente tem, de risco, é a questão da legislação ambiental, que está ameaçada. Agora nós fomos designados pela Associação Mineira de Defesa Ambiental para entregar essa carta aqui aos Senadores. Essa carta foi subscrita por 70 instituições da sociedade civil. Vou encaminhar à Mesa isso aqui também.

Em relação à questão da legislação ambiental, infelizmente, a gente tem que observar e alertar os Srs. Senadores que a legislação ambiental vigente no país não está sendo cumprida, em função disso, inclusive, entramos com uma ação civil pública no ano passado.

Temos aqui também um documento, que foi um documento oficial, do final aqui da gestão da Ministra Marina, Conferência Nacional do Meio Ambiente, onde foram aprovadas importâncias deliberações, entre as quais falando sobre a necessidade da realização dos estudos e alternativas de modais de transporte na Amazônia. Esses estudos não estão sendo feitos, a gente já está pressionando aí para que sejam feitos; tem também aqui uma série de documentos que comprovam essas irregularidades, Ministra, Senadora, por favor, aqui tem documentos que vão ser entregues, peço o encaminhamento aqui dentro dessa Casa.

Acreditamos que existam possibilidades mais interessantes do que o modal rodoviário, até porque a floresta vale muito mais do que simples obra; o valor da floresta é 10 vezes o valor da obra rodoviária e provavelmente cinco vezes o de uma ferrovia, ou seja lá o que for. Então, reiteramos a necessidade de que sejam feitos esses estudos, e estamos, agora, pressionando o IBAMA para que realize uma Audiência Pública sobre a 319 aqui, já existe uma solicitação nossa, estamos aguardando uma decisão do Presidente do IBAMA. Gostaríamos da intervenção dos senhores para que fosse realizada realmente, para que seja realizada essa audiência aqui.

E, por último, eu gostaria de parabenizar aqui o Victor e a Christiane e entregar as últimas 700 assinaturas coletadas pela Preserve a Amazônia, que participou ativamente desse processo democrático e legítimo da sociedade brasileira; estaremos aqui defendendo os interesses da população e encaminhando sugestões para que a gente possa encontrar uma melhor maneira de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Obrigado a todos. Boa noite.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Sr. Mariano, e passo, então, de imediato, a palavra, por cinco minutos, viu, Senador Eduardo Suplicy? Já são uma hora e 43 minutos--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Querida Presidente dessa Sessão, da Comissão de Meio Ambiente, Ideli Salvatti, meus parabéns e muito obrigado porque nós... V.Exa., de Santa Catarina, eu de São Paulo e tantos que ficamos aqui até uma e 44 da manhã, tendo essa Sessão, Senadora Serys, concluiu a Sessão do Plenário às 18h28 para que essa não se atrasasse. Então, estamos aqui há praticamente sete horas e 45, salvo engano, então... E, sobretudo, quero agradecer a todos os que apresentaram lições tão importantes para nós, que não somos do Amazonas, da região amazônica, mas quero muito, Christiane Torloni, Victor Fasano, e agradecer também o empenho de vocês, o Juca de Oliveira, que não pode estar aqui, mas trazer a forma com que são queridos por todo o Brasil, essa atenção para que nós, que... Eu já estive em todos os Estados do Amazonas e quero sempre aprender mais, mas hoje eu estive aqui todo esse tempo exatamente para aprender. E, dentre as coisas que eu aprendi, além de tudo aquilo que foi falado, foi a respeito desse tão bonito livro que a Zezé Veis(F) me deu de presente, "Vozes da Floresta", que é uma coisa tão linda, tão linda.

Acontece, Senadora Ideli Salvatti, que esse livro foi lançado na biblioteca do Estado do Acre, em Rio Branco, dia 17 de dezembro, e ali foram tantas pessoas queridas à causa porque é um livro de homenagem a Chico Mendes, e eis que, naquele dia Thiago de Mello, havia preparado um poema muito especial, de homenagem a Chico Mendes, e eis que, entretanto, ele teve um AVC, precisou ser hospitalizado. Então, eu imaginei que a melhor forma de agradecer a todos vocês seria eu ler o poema, se me permite só o tempo para ler as palavras de Thiago de Mello. "O sonho que cresce no chão da floresta":

Não frequentas mais,
De corpo comovido,
Os espaços do mundo
A medida do tempo não te alcança.
Já ganhaste a dimensão do sonho,
és luzeiro da esperança.

Vinte anos são só um sinal
que a memória nos serve
para dizer que te amamos,
irmão dos mananciais.

Chegado foste ao mundo,
de coração já acreano
- a fonte estrelada,
o peito caudaloso -,
para que te cumprisses,
na construção do triunfo
do que no homem é grandeza,
é o orvalho indignado e lúcida bondade.

Atendias e atendes altivos chamados:
a floresta e os seus povos
e, deixa que eu te diga,
o povo geral do mundo,
precisava e precisam
constantes de esperança
com que semeavas e semeias
o poder da descoberta
de que o amor é possível.

Os inimigos da vida,
com o medo da aurora,
ceifaram ferozes
o teu caminho escrito
por indeléveis letras.
Só porque tiveste
o dom de sonhar,
como convém e é bom,
com os pés fincados
na verde verdade
do chão de cada dia.

Doidos por te dar sumiço
cuidavam que podiam
amordaçar a fé
no reinado da justiça
e converter em moeda
o esplendor da primavera.
Nem pressentir podiam
que és da estirpe de seres
destinados a durar
no caminho dos homens.
Agora e inabalável,
prescindes do corpo
para prosseguir plantando
e repartindo sementes.

Perduras e é conosco.
Nos levas, te levamos.
Eis que a vida do homem
é o que ele faz e fala,
escreve e canta, Vives:
dás fundamento ao porvir.

A tua própria morte
nos alcança a fundura
mais azul do peito

com um brado companheiro,
que nos chama, nos clama,
é chama que nos chama
para amassar o barro,
preparar a pizarra,
aparelhar os esteios
de maçaranduba,
itaúba, pau d'arco
e, pacientes, construir
as esplêndidas cidades.
Com a mão da sagrada ira
Escreves os algarismos sinistros
dos hectares de esmeraldas
devorados pela hedionda lâmina
de gás, fogo e ingratidão.
E logo nos atravessas
a espessura das cinzas,
desviando os apelos
das veredas injustas.

Por isso te canto, irmão.
Tu nos fases capazes
(o ferrão da fera dói)
de cuidar do chão e do céu
deste reino da claridão
nosso berço e morada,
que nela e dela vivemos.

Avançamos pelas sendas
que ajudaste a abrir
e para que não nos percamos,
cuidadosos dos atalhos,
deixaste os candeeiros
da perseverança acesos
nos troncos das seringueiras,
nas sacopemas das sumaumeiras,
nas palmas das inajazeiras,
nas folhas da embaúbas
que guardam o segredo do sol
e até nas favas morenas
de acapurana menina
tua companheira de embate.

É preciso dizer que às vezes
nos morde a sombra do desânimo
e nos estremece a fúria
dos terçados da opulência
que não dorme e é
cheia de olhos.

É quando os pássaros da floresta
nos acodem confiantes
(as corujas prolongam
as suas despedidas das estrelas)
cantando as sílabas alegres
do teu nome de menino.

Vem no meu canto o rumor
dos remos dos pecadores
a alegria da palmeira
abraçada pelo vento;
o papagaio banda-de-asa
dos meninos da várzea,
barrigudinhos, magrelos,
mas que já estão na escola
às vezes dormem com fome,
viva o chibé de erva-cidreira)

Trago o grito enlouquecido
dos pássaros de asas queimadas
pelas brasas dos desumanos;
o suor contente das quebradeiras de coco,
das fazedoras de farinha d'água,
das amassadoras de açaí.

E termino este aceno de mão agradecida
com o abraço das crianças amazônicas
que ainda vão nascer, abençoadas
pelo majestoso arco-íris do amor,
que se ergue úmido de seiva
das terras firmes do alto Xapuri
com as cores de todas as raças humanas.

De Thiago de Mello, "O sonho que cresce no chão da floresta", sobre Chico Mendes, Barreirinha, Amazonas, Primavera de 2008. Muito obrigado, um beijo e um abraço para vocês. Parabéns e obrigado, Ideli, de ter nos proporcionado essa noite tão bela.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigado, Senador Eduardo Suplicy por ter nos... Por ter nos trazido esse maravilhoso poema do nosso querido Thiago de Mello.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Merece um beijo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** E, para concluir os nossos trabalhos, nada melhor do que terminá-lo com os artistas brasileiros. Então, o poema do Thiago de Mello, em homenagem ao Chico Mendes, nós temos ainda mensagens que vão ser lidas pelos nossos dois artistas, que estão desde a primeira hora aqui, o Victor Fasano e a Christiane Torloni, e, após a leitura de algumas mensagens ainda que o Victor e a Christiane vão fazer ao Plenário, nós vamos ter dois artistas que vão concluir a nossa atividade com música, que é o Renato Matos e a Keila Diniz. O Renato Matos e a Keila Diniz, eu já

peço encarecidamente, um está apostos, que está de violão em punho.

Então, nós vamos passar, de imediato, a palavra tanto ao Victor, em seguida, à Christiane, mas para que depois não tenhamos mais falação, depois da fala dos nossos artistas, eu quero aqui agradecer, de coração, ao Presidente José Sarney, a toda equipe de funcionários desta Casa, do Senado, que muito prontamente atendeu, organizaram um evento desta magnitude, deste significado, em uma semana... Foi matar a um leão por hora; se virar nos 30 foi pouco, mas com a participação de todos, toda a equipe, dos nossos... Dos funcionários dos nossos gabinetes, né, Marina? E do meu, que se dedicaram sobremaneira, dos funcionários, e aqui mais uma vez, realçar a Dulcídia e o Habib, que foram muitos prontos, e toda equipe aqui da Casa.

Quero agradecer também a todos os nossos convidados, painelistas, entidades, aos Parlamentares que, ao longo de toda esta atividade, passaram por aqui, se pronunciaram; quem não teve oportunidade de fazer pronunciamento, mas teve presente, quero, inclusive, fazer o registro dos resistentes, dos que estão até agora: o Suplicy, o Arthur Virgílio, Jefferson Praia, a Serys, a Marina e, obviamente eu, que estou aqui falando... A Fátima está ali, desculpa, que eu não tinha visto. Aos resistentes, e aos nossos artistas, a Christiane, o Victor, o Sérgio Souto, a Tizuka Yamasaki, o pessoal aí do cafezinho, que nos manteve muito atento, o lanche para nós resistirmos, o Renato Matos e a Keila Diniz. Então, com a palavra, vamos começar pelo Victor? Então, Victor--

**SR. VICTOR FASANO:** Senadora, não esqueça das um milhão e 100 mil pessoas, que elas estão aqui, acordadas—

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** E um milhão e 100 mil pessoas que estão aqui, na minha frente, no abaixo assinado.

**SR. VICTOR FASANO:** Exatamente. Eu vou ler o depoimento da Gisele Bündchen. Quem leria o depoimento é o próprio dela, seria o próprio pai dela, mas parece que, no Sul, os aeroportos estavam fechados e ele não conseguiu embarcar. Gisele diz o seguinte: "*Não pude estar presente aqui hoje, mas tenho certeza que quem lerá esta carta me representa com o mesmo entusiasmo e vontade de mudança. A Amazônia é símbolo do nosso país, mas, acima de tudo, é o símbolo da vida. Muitas vezes, podemos achar que o que acontece na Amazônia não nos afeta, afinal parece tão longe para nós, mas, com certeza, o que acontece lá tem reflexos não só para nós brasileiros, mas também para o resto do mundo.*

*A Mata Atlântica já foi quase totalmente devastada e não queremos que o mesmo aconteça com a Amazônia. Para isso, é preciso que todos estejam conscientes e que abracem a causa, assinem o manifesto contra devastação. Avisem os amigos, façam barulho pela causa, venham até o Congresso, exijam a posição dos políticos. A luta hoje é pela Amazônia, mas não é só por ela, é principalmente pelo meio ambiente e pelo nosso futuro. Unidos, poderemos fazer diferença. Contamos com a participação de toda a sociedade brasileira, afinal, esse é o nosso mundo. Um abraço confiante, Gisele".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Christiane.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu queria ler a mensagem do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, Sr. Paulo Skaf. O Paulo, ele foi procurado por nós, há um ano e meio, batemos lá na FIESP, porque nós entendemos, Senadora, que os segmentos produtivos, eles tem que realmente ser sensibilizados e encontramos na FIESP, no próprio Paulo, um grande espaço, de, enfim, de convencimento.

[risos].

Porque eu entendo, e ele também, que a FIESP é uma pequena radiografia, enfim, desse Plenário, da Assembléia, do Brasil. É a biodiversidade que tem que ser respeitada, estamos na democracia, então, foi muito importante e, quando nós estávamos para começar a papelização das nossas um milhão de assinaturas, eles nos ofereceu, a FIESP nos ofereceu, e nós achamos por bem aceitar; foi a única doação que o movimento aceitou, nesses dois anos, porque acho também que é a maneira de a FIESP se comprometer com tudo que foi falado essa noite aqui. A mensagem do Paulo é a seguinte: "*A Amazônia é um patrimônio do Brasil, santuário ecológico do planeta, uma região que merece o nosso respeito e que, de uma maneira responsável, deve receber investimentos que lhe permitam ser autosustentável. Entretanto, sempre com o devido cuidado quanto à proteção dos seus recursos naturais. Assim vejo, com muito bons olhos, a entrega ao Congresso Nacional, nesta histórica vigília, do manifesto Amazônia para Sempre, avalizado por um milhão e 100 mil brasileiros, é, sem dúvida, uma ampla e democrática manifestação de que preservar a Amazônia é interesse de todos e dever das autoridades, Paulo Skaf*".

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Victor.

**SR. VICTOR FASANO:** Vou ler agora dois rápidos, um é do Renato Aragão, que faz um trabalho há muito

tempo já, junto à UNICEF: *"Preservar a Amazônia é preservar a nossa vida. Se amamos a nossa família, se queremos que nossos filhos e os filhos de nossos filhos tenham uma vida saudável, é necessário que lutemos pela nossa floresta. Precisamos unir nossas vozes para que ecoe bem alto o nosso brado"*. Obrigado, Renato. Agora, Erasmo Carlos: *"Para o nosso bem, a Amazônia é para ser guardada no cofre invisível da preservação. Vamos ser esse cofre, obrigado, Erasmo"*.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Senadora, meu não, do Tony Ramos... E o último do último: *"Queridos amigos, queridos brasileiros, aí hoje, em Brasília, acontece mais um grande movimento de reflexão e diálogo, com todos os nossos patrícios, a importância de refletirmos todos sobre a grande Amazônia. Estão vocês nessa Casa brasileira para, com diálogo, encontrarem os grandes caminhos que a Amazônia quer e necessita. Felicidades a todos, esperançoso de produtivas soluções, deixo o meu abraço e um viva Amazônia"*.

[palmas].

Obrigada, Senadora, obrigada, obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu vou pedir vou pedir que o Victor e a Christiane venham aqui para Mesa, para gente fazer o encerramento. Fala, Victor.

**SR. VICTOR FASANO:** Eu queria dizer que esse evento todo está sendo neutralizado com o plantio de árvores aqui mesmo em Brasília, árvores nativas, pela Preserve Amazônia. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Maravilha, maravilha. Senadora Marina.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Muito rapidamente, Sra. Presidente, eu quero agradecer, além de todos que estão aqui ainda, quero agradecer os que estão nos acompanhando em casa, e as pessoas que estão mandando os e-mails, que estão dizendo, que estão apoiando a iniciativa--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Os torpedos.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Os torpedinhos estão chegando, de todos os cantos do Brasil, dizendo que estão do lado dessa iniciativa e que continuarão atentos, permanecerão em estado de alerta e o sinal, eu acho que está dado, é o sinal do tempo. Nós chegamos, de fato, à Era dos limites. E o homem, tentando se proteger, enfim, das suas limitações, se deparou com o limite da própria natureza. E, ao se deparar com o limite da natureza, se sentiu outra vez desamparado. Só que não haverá mais nenhuma forma de amparo que separe o homem da natureza, o homem dos outros homens, e o homem das outras formas de existência.

Que esses um milhão que estão aqui, e os outros 190 milhões possam se unir a este ato, pelo gesto Supremo de preservação da Amazônia. Muito obrigada, parabéns a todos nós que estamos aqui, e a todos vocês que estão aí.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigado, Senadora Marina. E agora, então, o Renato Matos e a Keila Diniz.

**SR. RENATO MATOS:** Boa noite. Eu não sou político, quer dizer, não sou... Eu sou político porque sou ser humano, é claro, e brasileiro, então, eu quero dar uma opinião. Eu acho que enquanto houver economia, não vai rolar ecologia, porque a história de tudo se baseia no formato econômico, como é que pode, antes do Brasil ser descoberto, não rolava esse papo de economia. É uma contradição para mim ainda, talvez Marina me ajude muito.

Não existia esse papo de economia, que vem de fora isso, que está atrapalhando a coisa. E um amigo meu Catalão fala: "O meio ambiente está no meio da gente". Acho isso muito lindo e eu fiz uma que diz assim: "Não confunda meio ambiente com meu ambiente", porque o ambiente é de todos. É isso aí. Eu vou tocar uma música aqui, chamada "Semente". Parceria com a Áurea Lú e Paulo Tovar.

*Toda semente contém uma floresta*
*Cada homem a sua humanidade*
*Em cada micro, seu macro, o seu mico, o seu e macaco*
*E essa ideia de ser dono da verdade*
*Todo olho d'água tem sua aura pura*
*A água pura, iá iá*
*A água pura*
*Todo olho d'água tem aura pura*
*A água pura, iá iá*
*A aura apura*
*Tocar o mundo e sentir que o invisível*
*É o que nos constitui e o que nos torna possível*
*Ouvir o tambor tocar, a chuva chorar*
*E Shiva dançar o cheiro de Deus*
*Ouvir o tambor tocar, a chuva chorar*
*E Shiva dançar o cheiro de Deus*
*Todo olho d'água tem sua aura pura*
*Água pura, iá iá a água pura*
*Todo olho d'água tem sua aura pura*
*A água pura, iá iá. A água pura.*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito lindo.

**SR. RENATO MATOS:** Será que daria tocar mais uma, que fiz com o Reinaldo Jardim?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Com certeza, ninguém vai reclamar aqui, vai?

**SR. RENATO MATOS:** Não deixa de ser ecológica também.

*Para que serve o vento*
*Se não assobia?*
*Para que serve a boca*
*Se não anuncia?*
*Para que serve o tempo*
*Se passa e não vinga?*
*Se não inebria,*
*Para que serve a pinga?*
*Para que serve amor,*
*Se de amor se morre?*
*Para que serve a dor,*
*se depois é porre?*
*Para quem vai servir*
*Se já nunca serve?*
*Para que só ferver*
*Se perdeu a veve(F)?*
*Para que se morrer*
*Se a alma vive?*
*Para que se viver*
*Se não sobrevive?*
*Para que serve a espera*
*Que logo se alcança?*
*Para que serve o som*
*Que já não se dança?*
*Para que serve a espera*
*Se logo se cansa?*
*Para que o som*
*Que já não se dança?*
*Não se dança*
*Não se dança*
*Não se dança, não*
*Não se dança*
*Eu vou mostrar para vocês*
[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigado, Renato, grande prazer.

**SR. RENATO MATOS:** Obrigado também.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Maravilhosa sua arte.

**SR. RENATO MATOS:** Valeu, estou na guerrilha, se precisar de mim, é só ligar. Queria agradecer a presença desse grande homem que, na idade que está, também está aqui em pé com a gente, claro, entendeu? O Ministro do Meio Ambiente veio, não falou nada, que seria uma pessoa importante para falar, né? Mas, tudo bem, quem sabe uma hora ele tome coragem para falar? Valeu.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A Keila. Aonde está a Keila?

**SR. RENATO MATOS:** Keila, acreana também. Eu sou baiano, ela é acreana, mas somos todos brasileiros. Ela tem uma expressão amazônica muito bonita. Cadê a Keila?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A Keila está aí do lado. E vamos ouvir agora Keila Diniz. Disseram que ela vai fazer capela, é isto? Então, vamos lá.

**SRA. KEILA DINIZ:** A música que ele pediu.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Está contigo.

**SRA. KEILA DINIZ:** Na verdade, eu agradeço, me sinto muito honrada ser chamada de acreana, mas eu não sou acreana de nascimento, mas sou acreana de coração e, hoje, aqui, com tantas lembranças, eu me lembrei também que, há 30 anos atrás, não quero ser de idade assim, mas há 30 anos atrás, exatamente aqui no Congresso Nacional, eu participei de um movimento de apoio à Amazônia e tinha acabado de voltar da Aldeia Caxinauá, onde tinha feito um trabalho, e estávamos nesse momento todo de criação de comissões pró-índio e Comissão de apoio à Amazônia, e fizemos uma manifestação aqui e depois no Rio, também num grande movimento, nessa mesma época, que se chamou MAIRA, Movimento de Apoio ao Índio e Respeito e à Amazônia, há 30 anos atrás, e eu participei no Rio também desse grande evento.

O ano passado... Eu trabalho, sou funcionária do Ministério da Cultura, e o ano passado eu participei de uma comitiva, junto com o Ministro Gilberto Gil, na aldeia Achaninca e, nessa viagem, subindo o Rio Amônia, se não me engano, o Rio Amônia, no barco, me veio essa canção, essa melodia, que eu vou recitar, cantar ou, de alguma maneira, me manifestar aqui nesse momento. Se alguém quiser cantar comigo, o refrão também é ótimo.

*É verde, meu reino é verde.*
*É verde a minha rainha.*
*É verde, meu reino é verde.*
*É verde a minha rainha.*
*Não corte, não queime, não mate*
*Esta floresta que é minha*
*Não corte, não queime não mate*
*Esta floresta que é minha*
*O brilho da luz sagrada*
*É força divina do amor*
*Energia que nasce na mata*
*E a mão do homem transformou*
*Energia que brota da mata*
*Que a mão do homem transformou*
*É verde, meu reino é verde*

*É verde a minha rainha*
*Não corte, não queime e não mat.*
*Esta floresta que é minha*
*Não corte, não queime não mate*
*Esta floresta que minha*
Esse povo que canta e dança
Tocando seus maracás
São filhos do sol e da lua
Que a mãe natureza criou
São filhos do sol e da lua
Que a mãe natureza criou
É verde, meu reino é verde
É verde a minha rainha
Não corte não queime não mate
essa floresta que é minha
Não corte, não queime não mate
Esta floresta que é minha
No balanço da Auyasca, nas cantigas do cipó
O velho juramidã, guiado pela rainha
Repartiu com a humanidade sabedoria ancestral
Unindo o velho e o novo
O de ontem e o de hoje
Lá no reino do astral
Unindo o velho e o novo
O de ontem e de hoje
lá no reino do astral
É verde, meu reino é verde
É verde a minha rainha
Não corte, não queime, não mate
Esta floresta que é minha
Não corte, não queime, não mate
esta floresta que é minha
E assim louvamos a vida
Dando viva natureza
Viva todos que vieram
E os que estão por chegar
Viva todo povo brasileiro
*Daqui e de todo lugar*
*Viva o povo brasileiro*
*Daqui e de todo lugar*
*É verde, meu reino é verde*
*É verde, meu reino é verde*
[palmas].

**SRA. KEILA DINIZ:** Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não corte, não queime, não mate esta floresta que é minha. Amazônia para Sempre! Parabéns para todos nós.

**SR. RENATO MATOS:** Queria aqui convidar o Senador Suplicy, que ele vai dar uma canja com uma música para gente encerrar geral. Uma música do Bob Dylan, por favor, Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não, não, não, não. Está encerrada a presente Sessão.

*Sessão encerrada às 02h13.*

**ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.**

Às doze horas e dezessete minutos do dia dezenove de maio de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, FLEXA RIBEIRO** e **CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e encaminha a deliberação da pauta. O Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** requer, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo **Item 11) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008 (nº 371, de 1999, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990". Autoria: Deputado **ENIO BACCI.** Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Aprovado o parecer favorável ao Projeto.** A seguir, a Presidência encaminha a deliberação do **Item 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009 (nº 6.171, de 2005, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos". Autoria: Deputado **CELSO RUSSOMANNO.** Relatoria "ad hoc": Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Aprovado o parecer favorável ao Projeto.** O Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA** assume temporariamente a presidência dos trabalhos para que o Senhor Presidente Senador **RENATO CASAGRANDE** possa relatar o **Item 05) AVISO Nº 140, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria

realizada na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (TC - 014.356/99-6)". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o parecer.** O Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** retoma a direção da reunião e encaminha a deliberação dos itens restantes da pauta a partir do **Item 02) AVISO Nº 14, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre do exercício de 2008". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria "ad hoc": Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o parecer. Item 03) AVISO Nº 8, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.011, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal (TC 012.600/2000-6)". Autoria: Senador **VALTER PEREIRA.** Relatoria "ad hoc": Senador **LEOMAR QUINTANILHA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União. **Resultado: Aprovado o parecer. Item 06) AVISO Nº 66, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.731, de 2008-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à fiscalização e avaliação do relacionamento das instituições federais de ensino com suas fundações de apoio (TC - 017.177/2008-2). Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria "ad hoc": Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o parecer. Item 07) AVISO Nº 4, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 28/2009, proferido nos autos do processo nº TC 028.935/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 442 e 443, de 2008, em especial por meio do acompanhamento junto ao Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, acerca da implementação dessas medidas e de outras que vierem a ser adotadas". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria "ad hoc": Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o parecer. Item 08) AVISO Nº 19, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 463/2009, proferido nos autos do processo nº TC 020.132/2005-8, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, referente a consulta do Tribunal Superior do Trabalho sobre a aplicabilidade do art. 37, XI, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda nº 41/2003, em face dos termos do art. 3º da Lei nº 10.887, de 2004". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria "ad hoc": Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Pelo arquivamento da matéria após o encaminhamento de cópia à Mesa Diretora do Senado Federal. **Resultado: Aprovado o parecer. Item 09) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério de Minas e Energia - MME a importância de prorrogar prazos para recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA.** Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2008 (nº 6.608, de 2006, na origem) - NÃO TERMINATIVO,** que "cria a Comenda do Mérito Ambiental". Autoria: Deputado **BERNARDO ARISTON.** Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: **Adiado. Item 13) EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO,** que "inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço". Autoria: **CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Relatoria "ad hoc": Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Favorável às Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados. **Resultado: Aprovado o parecer favorável às Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto.** A Presidência adia a apreciação dos demais itens da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: 1) Quais estudos foram realizados para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados. 2) Qual a justificativa técnica para a definição

dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional? 3) O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho. 4) O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 04) AVISO Nº 69, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas Atividades, referente ao 3º trimestre de 2008". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria, realização de audiências públicas sobre as conclusões do TCU, convidando, em especial, os parlamentares da CAE, da CPMI das ONGs e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e posterior remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Contrário à matéria. Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES**, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador **MARCO MACIEL** na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Contrário à matéria. **Resultado: Adiado. Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Parecer: Favorável à matéria. **Resultado: Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **FLEXA RIBEIRO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 19/5/2009**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada a leitura, a Ata da Reunião anterior.

Vamos começar com os projetos não terminativos.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pois não. Pela ordem, Senador Leomar.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Eu gostaria de propor a V. Exa. a inversão de pauta para que nós pudéssemos já apreciar o item 11, página 55, do qual eu sou relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Certo. Em apreciação o requerimento de inversão de pauta do Senador Leomar Quintanilha. Em votação, quem acorda permaneça como se encontra. Aprovado.

Com a palavra o senhor Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Está sob apreciação nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara de nº 182, de 2008, que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Tal projeto é de autoria do eminente Deputado Enio Bacci, que tem por finalidade reformular o art. 49 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor e que dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor.

*"O art. 1º propõe nova redação ao art. 49 do Código de Defesa do Consumidor. O direito de arrependimento previsto no 'caput' do art. 49, no caso de contratação à distância, passa a poder ser exercido no prazo de quinze dias, ao invés de sete dias, conforme a regra atual. O parágrafo único fica transformado em §1º, sem alteração significativa na sua redação. São acrescentados dois parágrafos. O § 2º prevê que, no caso de contratação de serviços, o direito de arrependimento só poderá ser exercido até o início da execução ou fornecimento do serviço contratado. O §3º estabelece que os prazos terão seu vencimento prorrogado para o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento cair em qualquer dia em que o fornecedor não esteja funcionando, independentemente do motivo da inatividade do fornecedor.*

*O art. 2º prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entra em vigor na data da sua publicação.*

*Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor e pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.*

*Apreciado em caráter terminativo pelas Comissões, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

*Não foram apresentadas, ao projeto, quaisquer emendas."*

Assim, por obedecer a constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, representar a aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 182 de 2008, Sr. Presidente.

Até porque se trata de uma questão muito simples, é apenas prorrogar o prazo de arrependimento nas compras feitas a distância, que estão hoje em prática, que se multiplicam, as pessoas compram em casa pela Internet. Quando o produto chega e o produto diverge, no entendimento do comprador, da propaganda que foi feita, da informação que o comprador eventualmente teve. E o comprador não quer mais aquele produto.

Hoje a lei permite que o prazo de arrependimento seja só de sete dias. Sete dias. Então nós estamos propondo... O deputado Bacci está propondo que esse prazo seja elastecido de sete para quinze dias de arrependimento.

Ou seja, compra-se hoje pela Internet; ao receber o produto, a partir da data do recebimento do produto, o comprador tem o direito de, em não gostando do produto ou entendendo que o produto tem defeito, poder dele desistir, desistir da compra, em quinze dias. No caso de serviço--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Hoje são sete.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Hoje são sete dias. No caso de serviço, o arrependimento tem que ser feito a partir do instante do início do serviço.

Então, é muito simples o projeto, e o voto é pela sua aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão. Em votação. Quem for favorável ao relatório do Senador Leomar Quintanilha, permaneça como se encontra. Aprovado.

O item nº 12, o Senador Arthur Virgílio é o relator, mas está autorizando o Senador Flexa Ribeiro a fazer o relatório, ser o relator *ad hoc,* e, portanto, eu concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente Senador Renato Casagrande, Senador Leomar Quintanilha. É com tal honra em que eu farei a leitura do parecer do Senador Arthur Virgílio, como relator *ad hoc.*

*"O Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009, de autoria do eminente Deputado Celso Russomanno, visa acrescentar três parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para assegurar ao consumidor o direito de examinar os produtos adquiridos."*

É mais ou menos, pelo início da leitura, na linha do anterior, relatado pelo Senador Leomar Quintanilha, em que ele ampliava o prazo de sete para quinze dias, para que pudesse haver devolução do bem adquirido.

*"Em sua justificação, o autor afirma que o consumidor tem sido vítima de várias práticas abusivas. Entre elas, o fornecimento de produtos sem que seja dada ao consumidor a oportunidade de testá-los antes de levá-los para casa. Muitas vezes, o fornecedor imediato alega que o produto foi lacrado pela fábrica, e, por conseguinte, ao consumidor somente é permitido o exame do produto disponível para demonstração.*

*Em alguns casos, age-se de má-fé, com o objetivo de passar o produto viciado adiante."*

Esse caso, Senador Renato Casagrande, faz parte do consumidor de exigir ao adquirir o bem que seja testado aquele que ele vai levar para sua casa, não o que está em exposição, tem que ser testado o

que ele está adquirindo. A alegação de que foi lacrado pela fábrica não tem fundamento.

As alterações propostas pelo eminente Deputado Celso Russomanno diz respeito ao art. 1º, "*informa sobre o assunto objeto do projeto – garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos, nas condições que especifica.*

*O art. 2º acrescenta três parágrafos ao art. 31 do Código de Defesa do Consumidor. O primeiro prevê que o consumidor poderá examinar o produto no ato da compra* - como eu me referi anteriormente - *sem prejuízo dos prazos decadenciais referentes a vícios aparentes e ocultos. O segundo prevê que a constatação de vício do produto no seu exame ensejará a sua substituição imediata, o abatimento do preço ou a restituição da quantia paga. O terceiro diz que o direito de exame não se aplica aos produtos que devam ser ofertados em embalagem lacrada, por força de lei ou por determinação de autoridade competente, aos alimentos pré-embalados e aos produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor. O art. 3º prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entra em vigor na data da sua publicação.*

*Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Defesa do Consumidor. Após, seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que aprovou uma emenda, com o objetivo de aprimorar sua redação.*

*Apreciado em caráter terminativo pelas comissões, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Não foram apresentadas emendas.*"

É evidente que esta verificação que o deputado propõe não diz respeito, como diz aqui, às embalagens de alimentos, quer dizer, que estão lacradas, que essas não poderão ser abertas para serem testadas; se houver alguma divergência naquilo que for comprado deve ter os prazos como permite o Código de Defesa Consumidor, para serem registrados e solicitada a devolução dos recursos ou a troca do produto.

O voto do Senador Arthur Virgílio diz: "*Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009.*" Este é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador Flexa. Em discussão. Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sr. Presidente, me parece que a preocupação do autor é exatamente aprimorar as relações que já existem hoje entre o vendedor e o consumidor. Porque nós já temos um prazo estabelecido que garante ao comprador, ao observar, ao levar o produto para casa e observar o vício de origem, de poder ter esse direito de reclamar.

Agora, o projeto prevê a possibilidade da averiguação no ato da compra, o teste feito pela funcionalidade do produto no ato da compra. Ocorre que isso pode ser feito, mas se houver um outro vício que não se revelar nesse momento, ainda preserva o direito, dentro do prazo de trinta dias, do consumidor poder vir a reclamar o seu direito.

Eu acho que o projeto aperfeiçoa a legislação existente e me manifesto favoravelmente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em votação a matéria. Senadores que forem favoráveis à matéria, de acordo com o relatório do Senador Arthur Virgílio, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu convido o Senador Leomar Quintanilha para assumir temporariamente a presidência da Comissão, para que eu possa relatar o item nº 5.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Obrigado, Sr. Presidente, passamos à apreciação do item nº 05, Aviso nº 140, de 2000, de caráter não terminativo. "*Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 597, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.*" É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como relator o eminente Senador Renato Casagrande, que emite parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo.

Foi concedido o pedido de vista na reunião de 12 de maio de 2009. Tem V. Exa. a palavra.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Foi pedido vista pela Senadora Marisa Serrano, na reunião passada, mas ela não apresentou nenhuma proposta. Eu já fiz a apresentação do relatório, Sr. Presidente, dizendo das medidas tomadas pelo Tribunal de Contas da União e pela própria FINEP, de acordo com a irregularidades num processo que, na verdade, é de 99, 1999. Então, um processo antigo que tramita aqui na Casa.

Portanto, o relatório já foi apresentado. E o relatório apresentado na semana passada foi... Inclusive, multas já foram aplicadas, todos os procedimentos administrativos do órgão de controle já foi tomado. Então, minha sugestão é que nós deliberemos pelo encaminhamento desse processo ao arquivo, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Em discussão o parecer.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Para discutir Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Tem V. Exa. a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu acompanho o parecer do nobre Senador Renato Casagrande. E só quero fazer o registro, Presidente, é que nós estamos sempre legislando, aprovando, arquivando, ou rejeitando projetos que demandam, como nesse caso aqui, quase que uma década.

Quer dizer, você tem um relatório aqui que, como bem disse o Senador Casagrande, é de 99, começou em 99. Então, o próprio Relator no seu parecer, ele já diz que as penas já foram todas cumpridas, aplicadas, quer dizer, cabe a Comissão exatamente o que disse no voto o relator Senador Renato Casagrande, tomar conhecimento e encaminhar para arquivo.

Deveremos encontrar um meio de agilizar, para que nós possamos, ainda a tempo de tomar deliberação que resultem na melhoraria da fiscalização e do uso correto dos recursos públicas.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** V. Exa. tem razão. Nós temos recebido um volume muito grande de Avisos do Tribunal de Contas e matérias que já estão praticamente equacionadas. Essas matérias ficam a disposição dos eminentes senadores, via de seus avisos, para que, querendo ou não, aprofundar o exame de estudo. Ainda bem que matérias como essa, que já estão praticamente solucionadas, vêm basicamente para que o Senado Federal tome dela conhecimento, da decisão do Tribunal de Contas, e remata ao arquivo.

**SR. PRESIDENTE RENATO LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Em discussão, continua a discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Não havendo mais nenhum projeto de relatoria do eminente Senador Casagrande, há uma de caráter terminativo, devolvo a presidência a S. Exa.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado seu Presidente, Leomar Quintanilha. E eu quero só pedir ao Senador Flexa Ribeiro para relatar *ad hoc* o Aviso, o item nº 02, que é apenas um relatório do Tribunal de Contas da União.

E eu tomei uma decisão aqui agora, os Avisos que chegam, nós vamos... Nós não vamos passar mais a designar relator não, nós vamos só dar conhecimento aqui da Secretaria da Mesa aos senadores, quem tiver algum interesse recorrerá à Secretaria para poder buscar essas informações.

Mas o Senador Heráclito Fortes é relator de um Relatório do TCU, para que nós possamos também tirá-lo de pauta, eu peço a V. Exa. que, como aliado do Democratas, possa fazer este relatório.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Obrigado, Senador Renato Casagrande. Eu sou aliado do Brasil, Presidente Casagrande.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mas também [ininteligível], Senador Heráclito Fortes.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** E de V. Exa. também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Tenho maior respeito por V. Exa., pela sua atuação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Presidente.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Que "orgulhesse" o Estado do Espírito Santo. Mas, repito a V. Exa. que sou aliado do Brasil.

O relatório do Senador Heráclito Fortes que tenho a honra de fazer a leitura como relator *ad hoc*, diz que:

"*Vem ao exame desta Comissão o Aviso nº 14, de 2009, nº194, de 2009, na origem, pelo qual o Presidente do Tribunal de Contas da União, TCU, remete ao Senado Federal o Relatório de Atividades daquela Corte, referente ao 4º trimestre do exercício de 2008.*

*Informa o Relatório que, no período, o Tribunal realizou a apreciação conclusiva de 2.106 processos de controle externo e de 27.110 atos referentes à admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões, dos quais 138 tiveram registro negado em razão de ilegalidades verificadas.*

*A Corte expediu 30 medidas cautelares determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, envolvendo a aplicação de recursos públicos da ordem de 416 milhões de reais e julgou, de forma definitiva, as contas de 9.270 responsáveis.*

*Em 271 processos, houve julgamento pela irregularidade das contas, levando à condenação de 479 responsáveis ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa, em montante superior a 400 milhões de reais.*

*O Tribunal concluiu, no período, 153 fiscalizações, envolvendo um esforço de 11.795 pessoas-dia de fiscalização.*

*No tocante ao Ministério Público junto ao TCU, no 4º trimestre de 2008, foram autuados 555 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de 284 milhões de reais. No mesmo período, aquele 'Parquet' especializado emitiu parecer em 3.302 processos.*

*Além de detalhamento de diversas outras atividades realizadas, o Tribunal destaca que o benefício financeiro das ações de controle, no 4º trimestre de 2008, atingiu o montante de 15 bilhões 796 milhões 292 mil 498 reais e 36 centavos, valor 34,91 vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (452 milhões 457 mil 727 reais e 88 centavos).*"

É, Sr. Presidente, o relatório que faz o Presidente do Tribunal de Contas da União, referente aos trabalhos do 4º trimestre do exercício de 2008.

O Tribunal de Contas da União, como órgão assessor do Congresso Nacional, que presta relevantes serviços a essa Casa legislativa.

À vista do exposto, propomos que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome ciência do documento e encaminhe o processado ao arquivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores que aprovam a matéria, permaneçam como se encontram. Está aprovada a matéria.

Vamos pedir também ao Senador Leomar Quintanilha, que o item nº 3, do Senador Walter Pereira, também não terminativo, que "*Encaminha a Decisão nº 1011, de 2000, bem como respectivos Relatório e Voto que a fundamentaram, referente a inspeção realizada na Coordenadoria Especial do Metrô do DF.*" Pelo tal, com parecer pelo conhecimento da matéria e solicitação de informações ao Tribunal de Contas de união.

Se V. Exa. puder relatar *ad hoc*.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Com muito prazer, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Agradeço a V. Exa..

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*O Tribunal de Contas da União encaminhou à Presidência do Senado Federal, por meio do Aviso nº 1.206-Seses-TCU, de 15 de agosto de 2007, cópia do Acórdão 1.599 de 2007, do Plenário, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, relativos a Auditoria realizada na obra do Metrô do Distrito Federal em relação à verificação dos quantitativos das medições dos serviços realizados e a determinação do custo real da parte do empreendimento já.*

*A documentação em análise foi juntada no Congresso Nacional aos autos do processado relativo ao Aviso 08 de 2001. Foi designado relator o Senador Valter Pereira, dos novos elementos no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

*Devo historiar, preliminarmente, a longa tramitação prévia aos elementos que ora se examinam. O Aviso original ao qual o presente foi juntado versava sobre Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no distante ano de 2000, nas obras do Metrô do Distrito Federal.*

*Esta fiscalização ensejou determinações diversas pela Corte de Contas, sem indicação de indícios de irregularidades graves; examinando-a, a então Comissão de Fiscalização e Controle conheceu da matéria e arquivou-a, encarecendo ao Tribunal a continuidade das inspeções periódicas, em 17 de outubro de 2001.*

*Em seguida, a mesma Comissão aprovou o Requerimento 48 de 2001, em 08 de novembro de 2001, solicitando ao Tribunal de Contas que verificasse a regularidade dos quantitativos das medições de serviço realizados na obra do Metrô do Distrito Federal e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada.*

*Em resposta, o Tribunal de Contas encaminha o Aviso 2378-SGS, de 14 de agosto de 2002, encaminhando a Decisão 1030 de 2002 – Plenário, pela qual requisita serviços técnicos especializados de várias universidades federais para a realização da fiscalização que lhe fôra encaminhada;*

*Por fim, o Tribunal de Contas envia o Aviso 1001-SGSTCU, de 20 de julho de 2005, encaminhando o Acórdão 1.001, de 2005 – Plenário. Esta deliberação contém o resultado final da auditoria procedida na execução do projeto e seu conteúdo será examinado na seção seguinte deste relatório.*

*O mencionado Acórdão 1.001, de 2005, por sua vez, foi objeto de sucessivos recursos: o Acórdão 1.020, de 2006 (trazido aos autos pelo Aviso 1.077), e o Acórdão 2.099 (trazido aos autos pelo Aviso 2.019) contêm o julgamento de embargos de declaração interpostos contra a decisão original, enquanto o Acórdão 1.599 delibera sobre o pedido de reexame oposto à mesma. Todos os Acórdãos foram proferidos pelo Plenário do Tribunal e terão seu conteúdo examinado adiante.*

*É este último Acórdão, portanto, que motiva a presente intervenção da Comissão. No entanto, toda a sequência acima descrita tem conteúdo material referente à regularidade da obra do Metrô do Distrito Federal, de forma que serão analisadas em conjunto as deliberações enviadas pelo TCU.*

*Síntese da deliberação do Tribunal de Contas da União. O Acórdão original conclui por:*

*I) identificar a medição maior de quantitativos de serviços nas obras do Metrô do Distrito Federal, totalizando R$ 2.363.161,69 (a preços de julho de 1994, o que significa que o valor nominal, atualizado, é bastante maior);*

*II) identificar outras irregularidades nas medições adotadas;*

*III) determinar à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô- DF - o estorno do valor mencionado, bem como daquele resultante da correção das irregularidades não quantificadas na auditoria, nas medições do contrato respectivo;*

*IV) determinar à mesma Companhia um conjunto de medidas aperfeiçoamento do controle da medição das obras;*

*V) informar à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal que:*

***a**) as irregularidades relacionadas na auditoria não comprometem de maneira definitiva o sistema de medições dos serviços do Metrô-DF e não permitem que se conclua pela vulnerabilidade do mesmo sistema ante desvios ou fraudes;*

***b***) os controles internos de verificação das medições são razoavelmente eficientes e mostram-se auditáveis;

***c**) o Tribunal vem acompanhando periodicamente as obras, coibindo a ocorrência de desvios de custos;*

***d**) o Metrô apresenta baixa relação custo-benefício, tendo em vista a enorme soma de recursos nele aplicada, além da existência de uma estação superficial e seis estações subterrâneas total ou parcialmente construídas, mas completamente fora de operação;*

***e**) o Metrô dependia, para cumprir as finalidades com que foi construído, da conclusão do trecho Taguatinga-Ceilândia e da conclusão da integração ônibus-metrô, indispensáveis ao aproveitamento da capacidade desse modal de transporte, cuja função precípua é ligar diretamente o Plano Piloto com os destinos finais nas cidades, transportando grande volume de passageiros.*

*Em seguida, no primeiro embargo de declarações... De declaração, o Tribunal reformula parcialmente as medições, reconhecendo que alguns dos itens indicados na decisão recorrida como tendo sido medidos a maior o foram indevidamente, e portanto dela devem ser excluídos.*

*O segundo embargo de declaração foi considerado, no mérito, improcedente, sem alteração na deliberação original.*

*A última peça trazida ao conhecimento desta Comissão contém pedido de exame, contendo rigorosamente o mesmo pleito formulado no segundo embargo de declaração acima referido. Pelos mesmos motivos, foi considerado, no mérito, improcedente, sem alteração na deliberação original.*

*A um primeiro exame, a matéria a apreciar restringir-se-ia ao último dos Avisos, que apenas confirma decisão anterior, razão pela qual caberia o mero arquivamento.*

*No entanto, em razão da missão institucional desta Comissão, é preciso transcender o mero processualismo e perquirir, no mérito das sucessivas remessas de informações do Tribunal de Contas, se os recursos aplicados no Metrô do Distrito Federal o foram de maneira adequada e econômica, até porque ainda existem, neste momento, frentes de obras para a expansão do mesmo sistema de transporte.*

*Quanto a isto, vislumbro algumas questões já resolvidas: o Tribunal de Contas corrobora o sistema de medições dos serviços do Metrô-DF e os seus controles internos.*

*Restam, porém, questões pontuais, relacionadas à eventual recuperação dos fundos já investidos e que, de terem sido irregularmente aplicados, devem retornar ao orçamento federal. Neste sentido:*

*1) existe notícia nos autos de pagamentos feitos a maior, sem referência ao eventual ressarcimento, alguns* quantitativos *pelo TCU e outros ainda não especificados, de recursos federais no Metrô do Distrito Federal, examinadas no Acórdão 1.001, de 2005;*

***b**) foram realizadas pela Companhia do Metrô do Distrito Federal as compensações de medição e de pagamento, preconizadas no item 9.1.1 do mencionado Acórdão, relativamente aos itens de serviço, quantificados em seus subitens 9.1.1.1 a 9.1.1.11;*

***b**) foram realizados por aquela Companhia os recálculos e revisões de preços determinados pelos subitens 9.1.1.12 e 9.1.1.13 do mencionado Acórdão? Em caso positivo, foram realizadas as compensações de medição e de pagamento correspondentes?*

**b.3***) em relação à utilização do sistema de transporte metropolitano do Distrito Federal, abordada no item 9.4.3 do Acórdão citado, qual o estado atual da integração ônibus-metrô e seus reflexos na relação custo-benefício do empreendimento da construção do Metrô?*

Este relatório, Sr. Presidente, deixa, então, as questões que aqui foram formuladas, que, no nosso entendimento, deveriam ser ainda encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.

É esse o parecer do relatório do Eminente Senador Valter Pereira sobre o Aviso 1206 Seses-TCU de 2007.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É... Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, um relatório que não tem uma conclusão muito objetiva.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** É, ele propõe que retornem perguntas ao TCU.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Acórdão, Tribunal, ao TCU.

Então, em discussão. Senadores, que forem favoráveis ao relatório do Senador Valter Pereira, relatado *ad hoc* pelo Senador Leomar Quintanilha, permaneçam como se encontram. Aprovado. Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Item nº 06. Vou solicitar ao Senador César Borges que seja o Relator *ad hoc*. Relatoria do Senador Wellington Salgado. "*Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.731, de 2008, do TCU, bem como relatório e voto que o fundamentaram, referente à fiscalização e avaliação do relacionamento das instituições federais de ensino com suas fundações de apoio.*" Com a palavra o Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*Vem a esta Comissão o aviso em epígrafe, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2731 de 2008-Plenário, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas-0017.177 de 2008-2, acompanhado dos respectivos relatório e voto que o fundamentam. Foi relator do processo o Ministro Aroldo Cedraz.*

*O processo refere-se à Fiscalização de Orientação Centralizada cujo objetivo foi avaliar, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio.*

*A execução descentralizada das fiscalizações ficou a cargo das Secretarias de Controle Externo (SECEX) nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Roraima, Amazonas, Acre e Minas Gerais, acumulando essa última a função de coordenação e planejamento dos trabalhos, com o apoio da 6ª SECEX, que tem sede no Distrito Federal, e da SECEX-Rio Grande do Sul.*

*O objetivo da auditoria foi o conjunto de convênios, contratos e demais termos de parceria que materializaram o relacionamento entre o IFES, que é o Instituto de Federações*(F) *de Ensino Superior, e suas fundações de apoio. A auditoria foi de grande complexidade, conforme comunicação do Ministro-Relator ao Plenário do TCU, na sessão de 16 de abril de 2008.*

*Segundo os técnicos, devido à falta de normas, as fundações executaram convênios repletos de irregularidades, realizaram compras sem licitação e até financiaram gastos estranhos às suas finalidades.*

*Um exemplo emblemático aconteceu em Brasília, quando a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), vinculada à Universidade de Brasília, a UnB, foi denunciada por gastar 470 mil reais com a decoração do apartamento do então reitor dessa instituição, Timothy Mulholland.*"

Esse caso, eu acho, Sr. Presidente, foi até um caso muito noticiado na imprensa nacional, causou, realmente, estranheza a todo o país.

"*Foi apontado que o TCU vem detectando recorrentes irregularidades em fiscalizações atinentes às IFES e suas fundações de apoio.*"

Aí vem uma relação de irregularidades:

"*As despesas a serem financiadas pelos recursos repassados são para a realização de atividades meramente administrativas, próprias da rotina da universidade;*

*A utilização imprópria da dispensa de licitação, fundada no inciso XIII, do art. 24, da Lei 8.666, assim como da contratação indevida da fundação de apoio com fulcro no art. 1º da Lei 8.958;*

*Utilização das fundações de apoio como forma de viabilizar o emprego de recursos repassados às IFES no final do exercício, os quais são transferidos às Fundações de Apoio juntamente com as atribuições próprias das universidades;*

*Contratação das fundações de apoio para executar atividades inerentes ao Plano de Cargos e Salários da universidade e para outras atividades passíveis de terceirização;*

*Utilização das fundações de apoio para simplesmente intermediar a contratação de serviços, aquisição de bens e execução de atividades administrativas;*

*Formalização de convênios com órgãos da Administração, como mecanismo de intermediação da contratação das fundações de apoio, inclusive para a execução de serviços contínuos de atendimento ao público;*

*Utilização de recursos públicos para a formação ou incremento de patrimônio das Fundações de Apoio;*

*Desvirtuamento das finalidades das Fundações de Apoio, passando a desenvolver ações de caráter empresarial.*

*O TCU encaminhou essa documentação ao Senado Federal para que tomasse conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de Contas de enviar cópia de suas decisões a esta Casa.*

*As irregularidades arroladas constam do Acórdão proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 0009.538/2001. Trata-se de ampla fiscalização realizada com o objetivo de avaliar, em nível nacional, o relacionamento das IFES com suas fundações de apoio.*

*O Acórdão reflete o posicionamento dos Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário. Entre as inúmeras determinações nele constantes, cabe destacar:*

*1) firmar o entendimento de que a expressão 'recursos públicos' a que se refere o art. 3º, 'caput', da Lei 8.958, de 1994, abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados com fundamento na citada lei, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das IFES, sendo obrigatório o recolhimento de tais receitas à conta única do Tesouro Nacional;*

*2) determinar ao Ministério da Educação que, no prazo de 180 dias, a contar da ciência desta deliberação, institua ato normativo, regulamentando o relacionamento das IFES com suas fundações de apoio;*

*3) determinar ao Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão que definam rotinas e sistemáticas que possibilitem maior agilidade na edição de decretos de suplementações orçamentárias para as IFES, autorizadas pelas leis orçamentárias anuais, e orientem todas as IFES para que façam as devidas previsões orçamentárias relativas às fontes de receita por recursos próprios arrecadados.*

*Impende observar que o Acórdão emanado da Egrégia Corte de Contas traz amplo conjunto de determinações às IFES, ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a outros órgãos governamentais. Apenas em relação ao Ministério da Educação são nada menos do que 44 determinações. Portanto, o TCU criou uma verdadeira regulamentação atinente ao relacionamento entre as IFES e suas fundações de apoio.*

*Pode-se questionar a iniciativa do TCU de suprir essa deficiência de normas, pois estaria indevidamente atuando como órgão regulamentador e mesmo legislador. Entretanto, parece-nos que as recomendações em comento se afiguram conducentes a boas práticas de gestão e aplicação de recursos públicos.*

*No mais, o Senado Federal encontra-se a par do assunto e atento às possibilidades de aprimoramento da legislação que o rege, com vistas a elidir as impropriedades e irregularidades apontadas.*

*A propósito, no último dia 25 de março, foi aprovado, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o Requerimento nº 3, de 2008, desse colegiado, mediante o qual se convoca Audiência Pública para tratar exclusivamente do problema da relação entre fundações de apoio e IFES.*

*Tendo em conta o exposto, opino que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.*"

Esse é o voto do relator, nobre Senador Wellington Salgado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador César Borges. Em discussão. Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Renato Casagrande, senhor relator, Senador César Borges.

Esse parecer sobre o acórdão do TCU, ele deu origem a duas Audiências Públicas na Comissão de Ciência e Tecnologia, a respeito exatamente das orientações que o TCU deu para o funcionamento das fundações de apoio às universidades.

A área de ciência e tecnolologia, Senador César Borges, ficou muito preocupada com relação ao que eles atendiam como um engessamento por parte do TCU, às atividades das fundações de apoio. E essas audiências vieram dirimir essas dúvidas.

Na realidade, o que o TCU fez foi apenas, como ele próprio, o próprio Senador Wellington Salgado, diz no seu relatório, ele fez uma regulamentação, de tal forma que evitasse os desvios de objetivo que estavam correndo em algumas dessas fundações de apoio.

E o caso mais noticiado foi o da Fundação de Apoio da Universidade de Brasília. Mas que, como bem disse o nobre Conselheiro Aroldo Cedraz, em seu relatório, ele encontrou várias irregularidades em todas essas fundações de apoio que foram feita a fiscalização.

Mas, na realidade, o que ele buscava, e isso ficou bastante esclarecido, porque, além das duas reuniões, das duas Audiências Públicas na CCT, foi feita uma reunião com os reitores das universidades brasileiras no TCU e com os Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, também na presidência do TCU.

Então, na realidade, ao invés de duas Audiências Públicas, tivemos quatro reuniões, sendo duas Audiências Públicas, e que eu espero, eu espero que tenha esclarecido, porque os reitores saíram satisfeitos dos encontros. E, através do acórdão do Conselheiro Aroldo Cedraz, vai ser possível que as fundações de apoio continuem fazendo o trabalho importante que fazem, que é o de apoio à pesquisa e inovação das universidades brasileiras.

Agora, os desvios que foram aqui elencados pelo relator César Borges é que tem que ser evitados.

Então, eu quero aqui dizer que é da maior importância este acórdão e que espero que nós possamos

fortalecer as fundações de apoio, e, com isso, fortalecer a questão da inovação e das pesquisas nas universidades brasileiras.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E de fato, assim, as fundações têm um papel fundamental. Agora, não podem ser usado para nenhum desvio da administração pública. E a gente sabe que, por diversas denúncias, isso estava, e certamente está, em algum caso, acontecendo.

Mas preservar o trabalho de fundação é fundamental, eu parabenizo o comentário de V. Exa.. O relatório do Senador César Borges e o Senador Wellington Salgado que fez um belo e importante relatório com relação a essa matéria.

Em votação. Os Senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Item nº 07. Eu peço ao Senador Flexa Ribeiro que também faça o relato, ou seja, relator *ad hoc*. O relator original, Senador Gim Argello: "*Sr. Presidente, Srs. Senadores, a cópia do Acórdão 28/2009, proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 028.935, de 2008-4, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 442 e 443, de 2008, em especial por meio do acompanhamento junto ao Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, acerca da implementação dessas medidas e de outras que vierem a ser tomadas.*"

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro, que já tem aqui o parecer da matéria pelo conhecimento da matéria e pela remessa do processado ao arquivo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente Senador Renato Casagrande, Srs. Senadores.

"*Vem a esta Comissão o aviso em epígrafe, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 28/2009, proferido nos autos do processo TC-028.935/2008-4, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam. Foi relator do processo o Ministro Raimundo Carreiro.*

*Trata-se de expediente encaminhado àquela Corte pelo Deputado Federal Paulo Renato Souza, solicitando providências ao controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias nº 442 e 443, de 2008, em especial por meio do acompanhamento junto ao Banco Central do Brasil, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, acerca da implementação dessas medidas e de outras que vierem a ser adotadas.*

*Os Ministros do TCU, reunidos em Sessão Plenária, acordaram: 1. conhecer da Representação; 2. converter os autos em processo de acompanhamento; 3. determinar que a 2ª SECEX realize, nos termos do art. 241 do Regimento Interno do TCU, o acompanhamento dos atos praticados com base nas referidas Medidas Provisórias; 4. autorizar a unidade técnica competente a realizar as diligências e audiências que se fizerem necessárias ao saneamento dos autos; 5. dar ciência desta deliberação ao próprio representante, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Caixa... Da CAE, melhor dizendo, a Comissão de Assuntos Econômicos, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.*

*A matéria foi, portanto, remetida ao Senado Federal, seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de Contas, de enviar cópia de suas decisões a esta Casa para reconhecimento, por força do próprio Acórdão, por entenderem os Ministros do TCU caber comunicação formal, vez que de acordo com a previsão da Emenda nº 5 ao Projeto de Lei de Conversão resultante da Medida Provisória 442, de 6 de outubro de 2008, aprovado pelo Senado e restituído à Câmara dos Deputados, consta que caberá ao Legislativo convalidar as aquisições feitas com fundamento na lei resultante do referido projeto.*

*Análise. As medidas provisórias em questão foram editadas no bojo das providências adotadas pelo Governo Federal, para fazer frente à crise financeira internacional. Em síntese, esses normativos dão maior liberdade de ação ao Banco Central na condução da política monetária, inclusive para a realização de empréstimos em moeda estrangeira, e concedem ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal a possibilidade de participação em processos de fusão e aquisição de outras instituições financeiras, inclusive securitárias, previdenciárias e de capitalização.*

*De acordo com o Relatório do TCU, a análise da matéria é de competência do Tribunal, bem como tem o Deputado Paulo Renato Souza legitimidade para representar. Além disso, por se tratarem de procedimentos que envolvem riscos para o patrimônio das instituições públicas envolvidas, é pertinente o acompanhamento por parte daquela Corte, conforme o seguinte roteiro: Dessa forma, em uma primeira etapa, deverá ser acompanhada a consolidação das discussões sobre as Medidas Provisórias 442/2008 e 443/2008, assim como sua regulamentação. Ultrapassada essa fase, o próximo passo seria avaliar a adequação da estrutura das instituições envolvidas para fazer frente às novas demandas e, em seguida, efetuar a análise da operacionalização das medidas quanto aos aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, em que estaria inserida a avaliação da gestão dos riscos.*

*O Acórdão reflete o posicionamento dos Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário e se coaduna com os princípios e boas práticas de gestão e aplicação de recursos públicos. Ao Senado Federal cabe permanecer a par do assunto e atento às possibilidades de aprimoramento da legislação que porventura se apresentem.*"

Sr. Presidente, Senador César Borges, essas Medidas Provisórias, elas foram Medidas Provisórias polêmicas. Tiveram uma tramitação no Plenário do Senado que ensejou uma discussão bastante acirrada daqueles que se mostravam favoráveis e os que se mostravam contrários, ao que seria dado um cheque em branco aos bancos públicos para poderem fazer fusão ou aquisição de outras instituições financeiras, inclusive securitárias, previdenciárias e de capitalização.

A emergência, dita pelo Governo, se devia à crise econômica internacional e precisava dar a esses bancos públicos as possibilidades de eles, sem os trâmites necessários e legais, poderem fazer, através dessas Medidas Provisórias, essas aquisições e fusões.

Mas o Tribunal de Contas da União, ele faz uma ressalva que eu reputo, Senador Casagrande, da maior importância, dizendo que, após essas aquisições, o próprio Tribunal de Contas fará análise da operacionalização das medidas, ou seja, das fusões, das aquisições, quanto aos aspectos de legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, em que estaria inserida a avaliação da gestão de risco.

E propõe também, Senador César Borges, isso eu reputo da maior importância, no relatório do Senador Gim Argello, que o Senado Federal tem que acompanhar o assunto e ficar atento ao aprimoramento, às possibilidades, melhor dizendo, de aprimoramento da legalização que porventura se apresente.

Ou seja, tanto o Tribunal de Contas quanto essa Casa, os dois precisam ficar atentos para avaliar aquelas ações que foram feitas com cobertura das Medidas Provisórias propostas.

Então, eu... O voto... Tendo em conta o exposto, opino que essa Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo seu encaminhamento ao arquivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão. Em votação. Os Senadores que forem favoráveis a matéria permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pela sua colaboração e contribuição.

O item nº 8, eu vou pedir ao Senador César Borges que faça um relato. A Senadora... A relatora original, Senadora Kátia Abreu. E relatório e voto que fundamentaram referente a consulta do Tribunal Superior do Trabalho sobre a aplicabilidade do art. 37, XI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda nº 41/2003, com face nos termos do art. 3º da Lei nº 10.887, de 2004." Parecer da senadora pelo arquivamento da matéria, após encaminhamento de cópia à Mesa Diretora Do Senado Federal.

Com a Palavra, Senador Flexa... Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA):** Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Exa. já leu a epígrafe. Então, diz o citado dispositivo, que é o art. 3º: "*Para os fins do disposto no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal, a União, os estados, o distrito federal e os municípios instituirão sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos respectivos servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas, na forma do regulamento.*

*O inciso XI, do art. 37, da Constituição, ao tratar do teto remuneratório pago aos agentes públicos, determina que ele não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, de Ministro do Supremo Tribunal Federal. A consulta, portanto, é sobre a aplicabilidade do teto remuneratório definido na Constituição.*

*O Tribunal de Contas decide conhecer da Consulta e responder ao consulente no sentido de que, aspas "O teto de remunerações e subsídios previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, é auto-aplicável, não carecendo de regulamentação em face da previsão de instituição de sistema integrado de dados a que se refere o art. 3º da Lei nº 10.887/2004".*

*Por fim, o TCU determina o encaminhamento de cópia do Acórdão, bem como da relatoria e do voto que o fundamentam, ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Justiça e dos demais Tribunais Superiores.*

*O Relatório contém a descrição da consulta e da instrução de fls. 17/19, elaborada pela analista da Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIP, cujos termos são adotados pelo Relator, com ajustes da forma.*

*No mérito, afirma que o Congresso Nacional, ao definir o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, define também o teto remuneratório da Administração Pública. Recorda a edição da Lei 11.143, 26 de julho de 2005, que dispõe a esse respeito. O Ministério Público opinou no mesmo sentido.*

*O documento encaminhado pelo Tribunal de Contas da União ao Senado Federal contempla de modo tecnicamente apropriado e politicamente adequado um assunto de grande relevância para a sociedade e o Estado brasileiros, a aplicação do teto remuneratório da Administração Pública.*

*Aquela Corte de Contas, em resposta dotada de caráter normativo a esta importante consulta, formulada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, reconhece e declara a auto-aplicabilidade das disposições constitucionais pertinentes a esse limite para a remuneração de servidores públicos.*

*Esse entendimento veio a ser partilhado pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Administração Pública, com claros benefícios para a economicidade, a moralidade e a transparência da política remuneratória do Estado brasileiro.*

*Em face do exposto, o voto é pelo arquivamento do Aviso nº 19, de 2009, do Tribunal de Contas da União, após o encaminhamento de cópia à Mesa Diretora do Senado Federal."*

Esse é o relato e esse é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador César Borges, a quem eu agradeço pela sua contribuição mais uma vez.

Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir. Em votação, os senadores que forem Favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos deixar o item 9, porque é pela prejudicialidade e o item 10 que a Fátima pediu para ser retirado.

E vamos então ao item 13, como último item da pauta, também não terminativo, que... Relatoria do Senador Geraldo Mesquita, que é favorável as Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados, numa matéria que "*Inclui dispositivo no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.*"

Com o palavra o Senador Flexa Ribeiro, para ser relator *ad hoc*.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Sr. Senador.

"*Vem ao exame dessa Comissão duas emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2006, referentes ao Projeto de Lei do Senado de mesma numeração, que incluiu dispositivo no Código de Defesa do Consumidor para determinar que conste nos documentos de cobrança de dívidas encaminhadas ao consumidor o nome e o endereço do fornecedor do produto ou serviço.*

*O PLS nº 314, de 2006, foi aprovado em maio de 2007, em decisão terminativa desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA.*

*Submetida à revisão da Câmara dos Deputados, a referida proposição recebeu parecer favorável, das Comissões de Defesa de Consumidor e da Comissão de Justiça e de Cidadania.*

*Foram aprovadas, no entanto, duas emendas de autoria da relatora da Comissão de Defesa do Consumidor, deputada Ana Arraes, com o objetivo de exigir também o número do Cadastro de Pessoa Física, CPF, ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ, do fornecedor nas cobranças feita a consumidores; emenda nº 1.*

*A Emenda nº 2 simplesmente adapta a Ementa do Projeto à alteração promovida pela Emenda nº 1.*

*Análise. As emendas sob exame aumentam a proteção aos consumidores garantindo-lhes acesso a informações que podem ser úteis não defesa do seus direitos.*

*O acréscimo da informação sobre o número do CPF ou CNPJ dos fornecedores, não lhes constituem ônus excessivo, e privilegia as transparência nas relações de consumo e, especificamente, no que tange das cobranças de dívidas em linha com os demais princípios do direito do consumidor.*

*Como o objetivo da proposta de alteração legislativa em discussão, é eliminar óbices ao exercício dos direitos dos consumidores, parte reconhecidamente vulnerável da relação jurídica.*

*Acreditamos que as alterações, promovidas pela Câmara dos Deputados, constituem aperfeiçoamento ao texto do Senado, devendo ser aprovadas também por essa Casa legislativa.*

O voto do nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, diz: "Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação das emendas nº 1 e nº 2 da Câmara dos Deputados ao PLS nº 314, de 2006".

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Queria, antes de encerrar, convidar os parlamentares para que possam participar, na Comissão de Meio Ambiente, de uma Audiência Pública com a presença do Senador Orlando Borges, Presidente do Instituto de Águas de Portugal e Sr. José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas, a ANA, quinta-feira às dez horas da manhã, quinta-feira nove e trinta da manhã, aqui nesse Plenário, estão todos convidados a participarem conosco desta Audiência Pública, aproveitando a presença do Sr. Orlando Borges, Presidente do Instituto de Águas de Portugal.

Também na terça-feira, na próxima terça-feira, daqui a uma semana, oito dias, nós teremos, às dez horas da manhã votação de dois diretores da ANA, a apreciação de dois diretores da ANA, sabatina com

apreciação dos dois diretores, e onze e trinta uma audiência com o Ministro Carlos Minc, para que a gente possa discutir qual o plano do governo se atingir a meta de desmatamento zero até 2015, 2017.

Carlos Minc, na terça-feira, às onze e trinta.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO**: [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Dez horas da manhã, na próxima terça-feira, a sabatina dos dois diretores da ANA, e, 11h30, audiência com o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Carlos Minc.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Desde já, registro a minha presença.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar da presente sessão, convoco a próxima para a próxima quinta-feira, às 9h30 da manhã, que é Audiência Pública com Orlando Borges, Presidente do Instituto de Águas de Portugal, terra de V. Exa., conterrâneo de V. Exa., e José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas.

Está encerrada a presente sessão.

*Sessão encerrada às 13h16.*

**ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2009, ÀS 09:30 HORAS.**

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e nove, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, DELCÍDIO AMARAL** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO** não pertencente à Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 29/2009-CMA, de sua autoria, com a finalidade "apresentar o processo de discussão, de implementação e dos resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Européia, que entrou em vigor em dezembro de 2000, e que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água". A Presidência registra a presença dos Senhores José Rocha Afonso - Vice-Presidente do Instituto da Água de Portugal – INAG; Alexandra Ferreira de Carvalho – Diretora de Gabinete do INAG; Jonas Dantas - Presidente do Conselho Regional de Engenharia da Bahia e membro do Grupo de Trabalho do Meio Ambiente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; José Chacon de Assis - Movimento de Cidadania pela Água; Pedro Takayama - Grupo de Trabalho do Meio Ambiente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Cláudia - Assessora de Comunicação da Agência Nacional de Águas - ANA; Luíza Fragozi - Embaixada de Portugal; Ricardo Medeiros de Andrade - ANA; Horácio Figueiredo - Chefe de Gabinete da ANA; João Bosco - Ministério do Meio Ambiente - MMA; Bruno Eustáquio - MMA; Mary - ANA; João Pedro Avilez - INAG; Paulo Lopes - Diretor da ANA; Antônio Felix Domingues – ANA; Dalvino Troccoli Franca - indicado à recondução ao cargo de Diretor da ANA; Odair Santos - Grupo de Trabalho do Meio Ambiente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Comparecem os seguintes convidados: José Machado – Presidente da ANA e Orlando Borges – Presidente do INAG. A Presidência concede também a palavra aos Senhores Pedro Takayama, Jonas Dantas, João Bosco Senra, José Machado e José Rocha Afonso. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA** e **GILBERTO GOELLNER.** No transcorrer dos trabalhos assume temporariamente a Presidência o Senhor Senador **GILBERTO GOELLNER.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 21/5/2009**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Havendo número regimental, declara aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem

de acordo com a dispensa da leitura da Ata anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

Senhoras e senhores, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 29, de 2009, de minha autoria, aprovado em 12/05/2009, com a finalidade de apresentar o processo de discussão, de implementação e dos resultados da iniciativa sobre a Diretiva Quadro da Água da União Europeia, que entrou em vigor em dezembro de 2000, e que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política de água.

Para que nós possamos ter como convidados aqui à Mesa e apresentar esse trabalho, eu quero, primeiramente, convidar o Sr. José Machado, Presidente da ANA, para ficar aqui ao meu lado, e com muita honra, desejando boas-vindas, o Orlando Borges, que é o Presidente da INAG de Portugal. Seja bem-vindo.

Também temos aqui diversas presenças honrosas, também do Instituto de Portugal, que estão presentes. Daqui a pouquinho eu faço o registro, assim que o Secretário me passar os nomes e a relação dessas pessoas.

Então nós vamos dar início a esta Sessão, a essa Audiência Pública, que é uma Sessão Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Nós estivemos participando do Fórum Mundial da Água em Istambul, na Turquia, onde tivemos a oportunidade também de termos um contato rápido com o Sr. Orlando Borges, que estava naquela reunião dos países de língua portuguesa, e com a vinda da equipe do instituto português ao Brasil, o Senado está tendo a oportunidade de recebê-los e de conhecer um pouco do trabalho que é desenvolvido em Portugal e na União Europeia. Então é uma alegria tê-los aqui. Nós vamos aqui ouvir os dois Presidentes, mas acho que poderíamos começar com o Presidente da casa, com quem está aqui recepcionando, que é o anfitrião desta comitiva. Então vou primeiramente passar a palavra ao nosso Presidente da Agência Nacional de Águas, o Sr. José Machado.

**SR. JOSÉ MACHADO:** Muito obrigado Senador Renato Casagrande, eu queria cumprimentar ao Sr. Senador da República que aqui nos prestigia, as demais autoridades portuguesas e brasileiras aqui presentes, colegas da Agência Nacional de Águas, meu prezado Dr. Orlando Borges, Presidente do Instituto Nacional de Águas de Portugal.

O INAG é a congênere portuguesa da ANA. Nós temos um relacionamento institucional já firmado há algum tempo, há alguns anos, estamos construindo essa parceria visando um estreitamento de relações técnicas, institucionais e com a perspectiva de juntos colaborarmos para fortalecer também os países irmãos africanos que têm conosco também a identidade da língua, da língua portuguesa, uma identidade cultural muito forte. O Brasil tem tido um foco importante na CPLP, como uma prioridade da nossa política externa, coincidentemente Portugal também tem essa prioridade e nós, como somos dois países que estamos experimentando experiências bastante avançadas de gestão de recursos hídricos, nós estamos procurando compartilhar essas nossas experiências com os países irmãos africanos de língua portuguesa.

A presença do Dr. Orlando Borges no Brasil com a sua comitiva, com os seus colegas de INAG e de Ministério de Meio Ambiente de Portugal, é uma presença muito auspiciosas, porque, como eu disse, nós temos um acordo de cooperação e hoje teremos uma reunião à tarde na Agência Nacional de Águas onde examinaremos, faremos uma avaliação desse nosso intercâmbio procurando rever as nossas metas de trabalho, rever a nossa metodologia, definindo novas metas e novos compromissos. Amanhã estaremos no Ministério de Relações Exteriores, na Agência Brasileira de Cooperação para relatarmos à ABC brasileira sobre todo esse trabalho junto à CPLP e também teremos a oportunidade de ouvirmos o Dr. Orlando Borges na ANA, onde ele fará uma apresentação também para as liderança da ANA. Além da diretoria, nós temos um corpo de dirigentes da ANA que se reúne mensalmente, e amanhã teremos, então, a oportunidade de recepcionar a delegação portuguesa num contexto mais amplo da Agência Nacional de Águas.

Mas, prezado Senador Casagrande, eu tenho tido a oportunidade de conversar com V. Exa. sobre os desafios da experiência brasileira de gestão de recursos hídricos. O senhor esteve em Istambul prestigiando a delegação brasileira, compondo a delegação de parlamentares brasileiros naquele conclave e V. Exa. pode presenciar, assim, uma presença importante do Brasil naquele acontecimento e pode verificar, intercambiando com outros países, com outros interlocutores, os desafios que nós afetam, que afetam o Brasil.

O Brasil tem uma Lei de Águas muito nova, como todos sabemos é uma Lei que tem doze anos de vigência, de aplicação prática no nosso País, uma Lei muito boa, uma Lei que é fruto de um longo debate no Brasil e que também contou com as experiências de outros países, e as dificuldades que estamos tendo, as dificuldades naturais, não são dificuldades que possam nos preocupar de maneira, assim, dramática, mas são dificuldades típicas de um País como o Brasil, que é uma Federação e, portanto, esse contexto federativo, são muitos atores que atuam dentro do contexto do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, o

que exige uma insistência, uma recorrente ação das lideranças, no caso a ANA é uma dessas lideranças, não é a única, mas é uma das lideranças nesse processo para fazer essa concertação, quer dizer, como é que nós podemos enraizar a política de recursos hídricos num País tão diverso como o Brasil, realidades tão diversas e com percepções, Senador, tão diversas da relevância de uma política de águas. Nós temos Estados da Federação que se aperceberam muito rapidamente da importância de enraizar a política de recursos hídricos no estado, porque uma política de águas robusta traz expectativas e traz elementos muito importantes para a consolidação de uma política de desenvolvimento para o estado. Nós podemos, por exemplo, hoje, nos dar conta do significado da política de recursos hídricos quando nós estamos diante de eventos críticos severos na Amazônia e eventos críticos severos no nordeste brasileiro. E temos um evento crítico severo no sul do País, aí totalmente diverso, por causa da falta de chuvas no sul. Então, quer dizer, são situações extremas em regiões do País que estão a exigir da área de recursos hídricos um constante aperfeiçoamento e uma interação cada vez mais forte entre os órgãos gestores da União e os órgãos gestores estaduais, com rebatimento também nos Municípios.

A Europa é uma Federação também, quer dizer, hoje nós temos a União Europeia que, coincidentemente, esse número eu não sei se já variou, mas até pouco tempo atrás, a União Europeia é composta por vinte e sete países, eu não sei se isso se alterou, depois o Dr. Orlando Borges pode dizer, porque há outros países ali se habilitando para compor a União Europeia, mas até pouco tempo atrás havia uma grande coincidência: vinte e sete países compondo a União Europeia com vinte e sete estados federados brasileiros. Então essa é uma mera coincidência, mas de todo modo dá uma dimensão assim muito interessante de qual é o esforço que a União Europeia está fazendo para que em todo o território europeu se dissemine uma nova cultura, uma nova política de recursos hídricos, que lá se chama Diretiva Quadro Europeia da Água. E no nosso acordo de cooperação, o acordo de cooperação ANA/INAG, nós sinalizamos com uma das prioridades, é exatamente conhecer, quer dizer, proporcionar aos gestores brasileiros qual tem sido a experiência europeia na implementação da Diretiva Quadro Europeia da Água, que é uma experiência muito forte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Alguém coordena esse trabalho?

**SR. JOSÉ MACHADO:** Pois é, em cada País—

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu digo na União Europeia.

**SR. JOSÉ MACHADO:** Na União Europeia o Dr. Orlando poderá dar mais detalhes sobre qual é o formato dessa Diretiva Quadro. É uma Lei, é uma Lei europeia, é uma Lei do Parlamento europeu que estabelece uma série de metas, de compromissos e obrigações que os países têm que cumprir durante um período de médio e longo prazo. E nós estamos cogitando de propor esse debate no Brasil porque a Lei brasileira das águas é uma Lei, como eu disse, uma Lei muito interessante, é uma Lei muito bem elaborada, respondeu e vem respondendo às nossas necessidades, mas quanto mais nós avançamos na implementação dos recursos hídricos e quanto mais nós nos deparamos com alguns nós críticos nesse processo, quanto mais a gente se depara com novos desafios na implementação da nossa Lei, e tendo em vista o quadro federativo brasileiro e as assimetrias que nós temos na nossa Federação, nós nos perguntamos até que ponto valeria a pena nós também caminharmos para uma Diretiva brasileira da água, ou seja, tentando... Isso é um debate, Senador, é um debate que temos que fazer, quer dizer, a gente vai--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Nós já não temos uma política?

**SR. JOSÉ MACHADO:** Pois é, temos. A questão que nós estamos querendo propor é: vale a pena colocar mais um degrau na nossa Lei? Por exemplo, a nossa Lei não propõe metas, nós não temos metas no Brasil. Nós temos um mundo pela frente, nós temos cem anos, duzentos anos pela frente. Agora nos próximos vinte anos qual é a meta admissível para um País como o nosso? Porque se nós deixarmos cada um seguir o seu ritmo, a sua vontade, sabemos lá quantas décadas nós vamos levar para avançarmos, quer dizer, termos todos os instrumentos de gestão implantados nos Estados, metas de qualidade de água, metas de entrega de água numa fronteira estadual para outra, quando a gente considera um rio nacional que atravessa várias fronteiras, quer dizer, nós não temos hoje metas de entrega de água, de qualidade de água. Nós não temos metas de qualidade de água no Brasil. A União Europeia tem uma meta de qualidade de água. Essa é uma pergunta: nós podemos nos impor esse desafio ou é prematuro?

Bem, eu acho que a exposição do Dr. Orlando Borges vai, provavelmente, suscitar a nossa curiosidade, vai suscitar que a gente avalie a pertinência de se colocar esse tema, digamos, nos debates que a gente faz em todo o País, porque há muitos eventos na área de recursos hídricos acontecendo no País. O Senador Casagrande propôs que a Comissão de Meio Ambiente do Senado, eu não sei se eu estou antecipando essa

notícia, eu peço desculpas se estou dando uma notícia em primeira mão, mas o Senador Casagrande propôs, e eu acho que é uma coisa muito alvissareira, de que a Comissão de Meio Ambiente realize, eu não sei se isso será, assim, episodicamente ou se vai ser uma prática sistemática da Comissão, mas que se realizem Audiências Públicas nos Estados para debater com os estados essas questões, como que cada estado está vendo a política de recursos hídricos e quais compromissos está assumindo para enraizar essa política nos estados, porque nós não vamos fazer política de recursos no Brasil sem os estados, isso para nós está claro. A União está muito bem estruturada, mas se os estados não estiverem bem, nós não podemos fazer política de recursos hídricos, porque as bacias hidrográficas, elas estão nos Estados, estão nos territórios dos estados. Então os estados têm que assumir compromissos porque os rios estaduais entregam a água nos rios federais. Então como é que nós vamos receber essas águas estaduais? Como é que é esse pacto entre a União e os Estados? Então eu acho que é muito pertinente essa proposta e já está pautada uma primeira Audiência Pública no Ceará, nós vamos nos preparar fortemente para ter uma atuação incisiva, porque o Ceará, a nosso juízo, com todo o respeito aos demais Estados da Federação, é um dos Estados de vanguarda hoje na implementação da política de recursos hídricos no Brasil. E lá está sendo realizado um evento sobre os auspícios da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, um programa chamado Pacto das Águas. A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará instituiu um Conselho de Altos Estudos Estratégicos do Estado, uma coisa muito auspiciosa, muito interessante, e eles colocaram como primeiro item dessa pauta estratégica a questão da água, que eles chamam Pacto das Águas. Então na Assembléia Legislativa eles estão coordenando uma série de encontros técnicos, encontros com instituições, com o apoio do governo do Estado no sentido de definir compromissos institucionais com a política de águas. Eu acho que o Ceará está nessa senda, ela é muito promissora e Oxalá outros Estados façam a mesma coisa. E, quem sabe, a Comissão de Meio Ambiente do Senado possa ser um fator de indução desse processo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Presidente, só antes de o senhor encerrar, qual é a diferença entre a nossa política e a Diretiva Quadro da União Europeia?

**SR. JOSÉ MACHADO:** Bem, as diferenças, são diferenças em função do fato de cada País europeu ter uma história, uma tradição muito grande, alguns com políticas mais avançadas, outros menos avançadas. A Diretiva Quadro é uma Diretiva de metas, nós--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Têm metas?

**SR. JOSÉ MACHADO:** Têm metas, metas de qualidade de água.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É um plano de ação?

**SR. JOSÉ MACHADO:** É um plano de ação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** A Diretiva Quadro é um plano de ação?

**SR. JOSÉ MACHADO:** É um plano de ação, um plano de ação aprovado pelo Parlamento europeu que tem a aceitação de todos os países e cada País tem que cumprir lá, tem que estabelecer no seu território as diretrizes que emanam da Diretiva Quadro. Então lá existe um Fundo europeu, nós não temos um Fundo Nacional de Recursos Hídricos no Brasil, nós não temos um Fundo Nacional de Recursos Hídricos. A União Europeia tem um Fundo europeu que apoia as ações de cada País que compõem a União Europeia.

Eu temo estar entrando numa seara que eu também estou aprendendo, Senador Casagrande, eu não conheço tudo e nós queremos aprender com a experiência portuguesa, então--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Por isso que o Orlando está aqui.

**SR. JOSÉ MACHADO:** --eu fico por aqui, quem sabe eu possa cometer alguma impropriedade. Muito obrigado.

[palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado ao Presidente José Machado. Dizer que de fato nós não precisamos inventar a roda se a roda já está inventada. Se nós pudermos buscar experiência em Portugal e na União Europeia e Portugal puder buscar experiência aqui, eu acho que está excelente. O Brasil é uma União Europeia, o tamanho do Brasil, com as suas vinte e sete unidades federativas, vinte e seis Estados, mais o Distrito Federal. Nós temos o tamanho, os problemas e as dificuldades, mas nós temos uma potencialidade, nós estamos num ponto do processo de uso de recursos naturais muito aquém daquele que está a União Europeia. Então nós temos ainda condições de corrigirmos os equívocos cometidos pela União Europeia e, com isso, nós estabelecermos um nível de preservação e um custo menor até da implementação dos programas. Então eu acho que é fundamental que a gente possa olhar de fato o que a União Europeia está fazendo porque também boa parte da nossa política ou uma parte da nossa política, nós também nos orientamos

e nos miramos em alguns trabalhos de alguns países da União Europeia.

Mas eu quero, antes de passar a palavra para o Presidente Orlando Borges, do Instituto de Água de Portugal, também registrar aqui a presença de José Rocha Afonso, que é Vice-Presidente do Instituto de Águas de Portugal; seja muito bem-vindo ao nosso País. Alexandra Ferreira de Carvalho, que é a Diretora de Gabinete do Instituto de Águas de Portugal. Nós temos também diretores da Agência Nacional de Água aqui presente. Nós temos também aqui o Jonas Dantas, que é Presidente do Conselho Regional de Engenharia. Temos o Senador Augusto absorção, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Jefferson Praia, aqui presentes. Temos o Presidente do CREA da Bahia e membro do Grupo de Trabalho do Meio Ambiente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. José Chacon de Assis, que é do Movimento de Cidadania pela Água, já conhecido nosso, militante aí na área de recursos hídricos. Pedro Katayama, todo mundo sabe quem é, não tem nenhum outro Katayama aqui nessa Sessão, que é Conselheiro Federal também do Grupo de Trabalho do Meio Ambiente. Temos, também, a Cláudia, que é a Assessora de Comunicação da Agência Nacional de Águas. Luíza Fragozi(F), da Embaixada de Portugal, seja muito bem-vinda. Ricardo Medeiros de Andrade, da ANA, bem-vindo. Horácio Figueiredo, Chefe de Gabinete da ANA. João Bosco, do Ministério do Meio Ambiente. Bruno Eustáquio, que é do Ministério do Meio Ambiente. Mary(F), que esteve conosco em Montevidéu e em Istambul também, da Agência Nacional de Águas. João Pedro Avilez, que é do Instituto de Águas de Portugal, seja muito bem-vindo. Paulo Lopes, Diretor da ANA, aqui presente. Antônio Felix Domingues, que é da ANA. Dalvino, que está aí, é o indicado para ocupar uma das diretorias na recondução da Agência. Odair Santos, que também é do Grupo de Trabalho do Conselho Federal. Se tiver mais algum, a gente registra daqui a pouco. Então eu agradeço a presença de todos e, com muita honra e alegria, passo a palavra ao Sr. Orlando Borges.

**SR. ORLANDO BORGES:** Bom dia, Sr. Presidente Senador Renato Casagrande, Srs. Senadores, caros colegas, amigos, velhos amigos. É para mim uma honra e para os colegas que me acompanham estar nesta Casa, no Senado, e ter o privilégio não só de rever alguns amigos, João Senra, e de partilhar com o José Machado um processo que temos vindo a construir no sentido de troca de experiências relativamente à gestão e à participação e ao profundamente técnico e científico na área dos recursos hídricos. Então por isso é um gosto, uma honra e um privilégio estar aqui com vocês. Eu vou tentar fazer uma intervenção muito simples, tentando dar um retrato do que é o Diretivo Quadro da Água da União Europeia.

Como já foi dito, uma Diretiva é uma Lei, é uma Lei que vigora para os Estados da União Europeia. Esta Lei chama-se Quadro, porque esta Lei é uma Lei enquadradora de todo um conjunto de outros diplomas e normativos em relação aos recursos hídricos.

A primeira nota que eu gostaria de transmitir é que efetivamente exista alguma similitude, não só do ponto de vista da dimensão, não só por coincidência do número de estados entre o Brasil e a União Europeia. A União Europeia não é um estado federado, é muito menos uma organização não consolidada, cada um dos Estados-membros da União Europeia mantém a sua autonomia, mas sobre um conjunto de política, e em particular essas políticas na área do ambiente, os Estados-membros são obrigados a se assegurar(F) na sua plenitude e, como dizia o José Machado, a cumprir os objetivos que estão traçados nestas Diretivas e, no caso concreto, da Diretiva da Água que é enquadrador de toda a política de gestão dos recursos hídricos.

De uma forma muito rápida, julgo que conhecem, mas essa estrutura do ponto de vista da decisão da União Europeia baseia-se em três pilares: uma que é o Parlamento europeu. O Parlamento europeu tem os parlamentares que são eleitos por cada um dos países em proporção da população de cada um dos países, dos vinte e sete Países; ao Conselho da União Europeia que é presidido por Chefe de Estado e de Governo e esse Conselho europeu tem um quadro político que representa esses Estados-membros é rotativo, de seis em seis meses o Conselho europeu é assumido por cada um dos países, numa troica(F) com o País que esteve antes, com o País que está e com o País que vai estar; e a Comissão Europeia, que é um órgão político e técnico e que é eleito, que é estruturado com um Presidente, com um conjunto de comissários(F) em diversas áreas da governação(F). Eu pediria que passasse, por favor.

Há, depois, um conjunto e um manancial de outras estruturas que estão agregadas a esta estrutura de decisão da União Europeia. Há o Banco Central Europeu, que é o responsável pela política monetária, há autoridades para a proteção dos dados, há uma escola europeia, há um comitê de regiões onde os prefeitos e as autoridades originais(F) estão representados, há um comitê econômico e social que agrega representantes da sociedade civil, empregadores e trabalhadores, e estes comitês ajudam na admissão de um conjunto de políticas na União Europeia. Mas há dois órgãos extremamente importantes na União Europeia e em particular para aquilo que vou buscar dar a nota da Diretiva Quadro da Água, da Lei da Água

Europeia, se assim quiserem chamar. Um chama-se Tribunal de Contas Europeu e o outro chama-se Tribunal de Justiça. É verdade que os estados mantêm a sua total autonomia, mas o controle, a exigência do ponto de vista, sobretudo os financiamentos comunitários, são extremamente exigentes e este Tribunal de Contas Europeu tem uma ação de fiscalização muito próxima, muito atenta e muito rigorosa sobre esses mesmos financiamentos. E depois temos um Tribunal de Justiça que é um Tribunal de Justiça não preparado para julgar situações de crime comum ou de outras matérias do ponto de vista judicial que ocorram, porque aí os Estados-membros são figurantes. Este Tribunal de Justiça serve para penalizar os países, nesse caso os Estados-membros da União, que não cumpram os normativos previstos nas Diretivas que são aprovadas. Portugal já teve várias infrações, todos os Estados-membros têm infrações. É aprovada uma Diretiva, uma Lei, e essa Lei diz que em determinada altura é preciso fazer isto. É dado um prazo. Se essa situação não for cumprida, a Comissão Europeia abre um processo de infração, pede ao Estado-membro para dar nota do porquê é que não cumpriu aquela determinação prevista em Lei. Se tiver razões fundamentadas e suficientes pode ser arquivado. Quando essa razão não é verdadeiramente fundamentada o processo vai para o Tribunal de Justiça e dali decorre duas situações: pode haver a suspensão de Fundos de Financiamento Comunitário para esses mesmos países. José Machado dizia que não é possível ter acesso a esses mesmos Fundos, ou seja, do ponto de vista de investimentos podem estar em causa(F); ao mesmo tempo que em alguns casos, estando suspensos os Fundos, há decisões no sentido de penalizar, como uma contornação e com uma multa, que às vezes é diária, pelo não cumprimento dessa determinação, dessa Diretiva, ou seja, aqui está uma grande diferença àquilo que é política estruturada para além dos outros temas o José Machado já falou, ou seja, há penalizações e há uma fiscalização por um Tribunal para o cumprimento da execução dessas mesmas Leis.

Como é que isso tem evoluído genericamente em termos de política de ambiente da União Europeia? Ali está apenas desde 1987, que é quando é formado o ato único. Até esta data a União Europeia apenas se preocupava com questões de natureza financeira e econômica. A partir de 1986, em particular quando Jacques Delors assume a responsabilidade da condução dos destinos da Comissão Europeia, e nessa altura estávamos com muito poucos países que foram completamente se associando, se organizando e hoje são vinte e sete países na União, pela primeira vez começa a se falar no meio ambiente. E desde então, ou seja, desde 1986 até hoje a questão do ambiente tem sido determinante, se não mesmo hoje sobrepõe-se a todas as outras políticas estruturantes da União. Eu quero aqui recordarmos que a União Europeia e a Comissão Europeia, sobre certas matérias, não têm competência absolutamente alguma. Por exemplo, em termos de organização territorial, em termos de desenvolvimento do território, sobre essa matéria a União Europeia não faz Diretivas, não determina, é uma [ininteligível] dos Estados-membros, mas naquelas que têm competências, eu até diria que na área do ambiente hoje mais de 80% da legislação de cada um dos países decorre diretamente de Diretivas comunitárias que temos que aplicar.

Qual foi as fases em que esta situação evoluiu? Já vimos que até 1986 nem sequer se falava nos tratados da União Europeia em ambiente. Depois que começaram a falar em ambiente, havia outros componentes daí associados. Água ou recursos hídricos são as primeiras abordagens que são feitas na política de ambiente. Nos anos 70 e 80 o normativo e a legislação da União Europeia aplicada à água tinha apenas um objetivo, era um objetivo de saúde pública, ou seja, vamos proteger as nossas águas superficiais, vamos proteger as nossas águas subterrâneas, de forma que quando nós formos lá consumir essa água, ela esteja em boa condição para não termos problema de saúde pública. Numa segunda fase a Comissão e a União tendem a ver que esta política de proteger o recurso não era suficiente e aí desencadeiam todo um conjunto de normativos tendo em vista também outras decisões: não basta proteger o recurso, é importante também condicionar as descargas e a pressão sobre esse mesmo recurso. E, então, fazem um conjunto de Diretivas, duas delas muito famosas, que são as chamadas Diretivas das Águas Residuais Urbanas e a Diretiva dos Nitratos, que diz qualquer coisa como: tornar tipo(F) de aglomerações, cidades, vilas, em função de um trabalho estruturado. Estas aldeias, estas cidades, estas vilas têm que ter estrategicamente com esse nível primário, secundário e tá, tá, tá, esse tratamento tem que estar concluído até a data "X", e a rejeição dos efluentes(F) têm que ser tratada desta maneira.

Numa outra Diretiva, como a pressão sobre os recursos hídricos também se coloca ao nível da agricultura, e meus caros agricultores, vocês que também sobre poluição difusa também façam pressão o meio, leia-se poluem os lençóis d'água subterrâneos e superficiais, quando os valores de nitratos foram superiores a "X", vocês têm que apresentar um plano da ação para diminuir e tá, tá, tá, ou seja, uma ação fortíssima sobre a pressão sobre os recursos hídricos. E quem não cumprir, honestamente Portugal está sobre

um contencioso europeu porque não cumpriu adequadamente uma dessas componentes das Diretivas das Águas Residuais Urbanas, ou seja, há aglomerações em Portugal que não têm estações de tratamento de água residuais; é fazer o tratamento conveniente conforme a Diretiva, com isso é aberto um contencioso e pode haver penalizações, pode ser pecuniária, até o problema estar resolvido. Não é Portugal. Segunda fase da Política Europeia da água.

Terceira fase, Diretiva Quadro. Então aqui é o suprassumo daquilo que se pode pensar em termos de recursos hídricos. Já não basta produzir o meio, já não basta condicionar as pessoas. O que a União Europeia nos impõe, para todos os Estados-membros, é que nós desencadeemos ações no sentido de melhorar e atingir o bom estado ecológico das linhas d'água para além daquilo que lá estão, ou seja, o que nos obrigam nessa Diretiva é proteger o recurso, condicionar a pressão, mas desencadear, para além disso, um conjunto de medidas tendo em vista recuperar, em particular do ponto de vista biológico, os cursos d'água, com investimentos substanciais e com situações do ponto de vista técnico, extremamente complicada.

Qual é outra vertente que é introduzida nesta Diretiva Quadro? É a participação pública. Esta é de fato a nota mais importante da Diretiva Quadro, é um esforço enorme para desencadear um conjunto de ações e medidas, ao mesmo tempo que esse processo é todo meu bastante participado.

Esses processos não são fáceis, são processos muito discutidos, são processos sobre o qual está em causa em alguns casos o desenvolvimento do território. Veja-se aqui, por exemplo, só para o processo de decisão da Diretiva Quadro foi um processo que começou a ser discutido em 1997, foi ao Parlamento, veio do Parlamento, vai ao Conselho, sai do Conselho, volta através ao Parlamento, vai do Parlamento e etc., ou seja, de 1997 a 2000 esta Diretiva acabou por ser aprovada na presidência portuguesa, foi um processo chamado Codecisão para se aprovar esta Lei da Água da União Europeia, assim chamada.

Está aqui uma síntese que eu não vou detalhar, mas desde 1975 até 2008 reflete [ininteligível] um pouco daquilo que eu estava a dizer. Até nos primeiros anos Diretivas e legislação tendo em vista a proteção do recurso, numa segunda fase sobre a pressão do meio hídrico, numa terceira a Diretiva Quadro, que está ali em vermelho, que foi aprovada no ano de 2000, e já depois disso saiu um conjunto de legislação que visa também aprofundar, em alguns casos em concreto, situações específicas que darei exemplos, sobre as secas, sobre as inundações, por exemplo, assim como gestão específica para aumentar o nível de participação pública, assim como legislação específica no sentido de fazer a avaliação ambiental estratégica de alguns projetos, como barragens e outros.

Quais são os objetivos da Diretiva Quadro? São, como já dei nota, de uma forma muito simples, atingir o bom estado ecológico. As intervenções previstas nos recursos hídricos têm que ter [ininteligível] de Quadros, ou seja, esta Diretiva e esta Lei vêm dizer que a água tem um preço e tem um valor e por isso quem a utiliza tem que internalizar esses mesmos custos, desse mesmo preço da água e de execução dessas infraestruturas na decorrência dos lucros ou dos resultados que possa ter. Este é um assunto extremamente polêmico na União Europeia porque, como podem perceber, e também à semelhança do que existe no Brasil, se aqui existem Estados diferentes do ponto de vista físico, do ponto de vista das condições que têm dos recursos hídricos, na União Europeia a situação é a mesma: temos os países do Sul como Portugal, Espanha, Grécia e França que têm situações de escassez enorme, temos países onde a água abunda, temos países que são extremamente ricos, temos países que são pobres e por isso a realidade é diversificada. Esse é que é de fato do grande desafio para a Diretiva Quadro e esta Diretiva, com [ininteligível] objetivos, tem obrigatoriamente que ter em consideração algumas destas realidades. Todos os países, neste caso Portugal, transpôs essas Diretivas para o seu direito interno.

Aqui está apenas meia dúzia de exemplos do que é que essa Diretiva diz. Esta Diretiva diz que até uma determinada data os países têm que transpor para a legislação interna. Depois numa segunda fase era preciso caracterizar o problema. Todas as regiões hidrográficas, aonde é que estão, quem é que manda, quem é que decide e quais são os principais problemas. A seguir, que é na fase em que estamos agora, é preciso desencadear planos de ação em vidas para a resolução ou para minimização desses problemas. E, depois, todo um conjunto objetivo, como o Machado falava, que tem que ser impreterivelmente atingidos até 2027. Em 2008 tem que estar para a apresentação pública, em 2009 a publicação, em 2010 e tá, tá, tá, ou seja, estão completamente objetivadas e programadas todas as tarefas em todas as áreas.

Qual é a grande novidade desta Diretiva? Se o objetivo é melhorar cada vez mais os recursos hídricos, isto é um processo sem fim. Nós, em 2004, tínhamos que fazer a caracterização, identificar o problema, tentar resolvê-lo, fazer os planos e a Diretiva que prevê etapas até 2027 vai voltar ao mesmo ciclo em 2011, ou seja, em 2011 vamos fazer rigorosamente o que tivemos que fazer em 2004, 2005 e 2006, só que

subindo em patamares para aumentar o nível dos objetivos ecológicos definidos.

Agora isto é o que está no papel e o papel, aliás, é uma expressão brasileira, aceita tudo. Como é que nós vamos implementar isto na realidade? A União Europeia definiu o seguinte: isto é complexo, em alguns casos há dificuldade técnico-científica para a implementação de uma Diretiva dessas porque tem do ponto de vista técnico exigências fortíssimas, definiu que iria estabelecer uma estratégia comum para a implementação, quando alguma coisa é para levar a sério a criar as condições para implementar. Então criou-se uma estrutura que tem um conjunto de Estados-membros e a primeira coisa que essa estrutura fez, uma estrutura técnica, foi fazer guias. A Diretiva diz que é preciso fazer planos e, então, estas estruturas técnicas fizeram guia. Como é que se faz um plano, enfim, com as linhas mestras? A Diretiva diz que é preciso atingir o bom estado ecológico. O que é isso, atingir bom estado ecológico? Então existem guias técnicas. E é essa estrutura de implementação da Diretiva Quadro que é base da organização e da performance do cumprimento dessa Diretiva. Em termos muito genéricos, a estratégia está ali em roxo, é uma estratégia de coordenação para a implementação da Diretiva, têm vários grupos de trabalho que vão mudando em função das áreas que são importantes ir aprofundando. Em alguns casos, como está ali em verde, é preciso fazer a ligação dessas áreas dos recursos hídricos com outros objetivos do ponto de vista do desenvolvimento [ininteligível] agricultura, outras com alterações climáticas, ou seja, afora os técnicos de articulação entre os objetivos específicos dos recursos hídricos com outras áreas e estas situações são reportadas aos Diretores-Gerais da Água de toda a União Europeia. Como de seis em seis meses a União Europeia muda de Conselho, muda de Presidente, durante esses seis meses os Ministros do Ambiente assumem de cada País também a presidência do Conselho do Ministro do Meio Ambiente, tomam decisões, e ao nível mais baixo da decisão política, neste caso ao nível do Diretor-Geral, os Diretores-Gerais também se reúnem em cada um desses países e também tomam as decisões técnicas para aprovar, para alterar, ou seja, a implementação Diretiva Quadro é feita ao nível técnico com vários grupos de trabalho que são criados no âmbito da Comissão Europeia e, depois, são sancionados pelos Diretores-Gerais dos Recursos Hídricos, neste caso os presidentes da ANA de cada um dos países, são colocados e levados ao Conselho de Ministros em que cada um desses semestres. É mais ou menos esta a estrutura que funciona.

Grande parte desse trabalho é feito num Sistema de Informação da Água da Europa (WISE). Grande parte deste trabalho não tem papel. A Comissão Europeia, qual vigorava, vai vendo a toda hora e em tempo real o que cada País está a fazer sobre essa matéria. Por quê? Porque uma das componentes da Diretiva é obrigar a inutilizar(F), etc., etc. Esta informação é carregada em tempo real nesse sistema, Portugal, Espanha e Grécia, todos os países são obrigados a carregar nesse sistema toda a informação do trabalho e em tempo real a Comissão consegue ver o que é que cada um dos países está a fazer, ou seja, hoje se forem a um sistema desse, alguma informação que apenas é condicionada no seu acesso, mas saem cartas sobre todo o trabalho que cada um dos países já fez ou está a implementar no âmbito da Diretivo Quadro e das obrigações que têm.

Há um artigo nesta Diretiva que é extremamente importante, que é o artigo que nós podemos chamar das seções(F) e da flexibilidade, porque é um artigo que permite aos países, porque estamos a falar em vinte e sete Estados, como acontece também aqui no Brasil. Vamos imaginar que tenha uma situação de cheia, que tenha uma situação de seca. Aquilo que estava planeado fazer e melhorar do ponto de vista dos recursos hídricos é altamente condicionado por via dessas situações extremas ocasionais ou não previstas. A Diretiva tem mecanismos legais para que os países possam fundamentar que naquela circunstância não podem atingir os objetivos que tinham proposto por esta razão e tem com isto que fazer relatórios técnicos. Ou, então, o País por maiores dificuldades que possa ter do ponto de vista econômico ou técnico justifica junto à Comissão Europeia que pretende a prorrogação de um prazo para atingir esses objetivos, mas não é o desleixo, ou seja, há legislação específica e há artigos específicos que dizem que circunstâncias é que a Comissão Europeia está disponível para aceitar que alguns objetivos não se cumpram. Isso é obrigo(F) deste art. 4º.

Sistematicamente a União Europeia faz relatórios, todos os países ficam a ver o que os outros fazem. Este é um primeiro relatório, por coincidência foi o primeiro na implementação da Diretiva Quadro. São feitos relatórios de desenvolvimento. Depois há situações específicas, ou seja, a política de recursos hídricos também não é chapa três(F), quer dizer, há situações que vão variando em função de várias irregularidades(F), em particular aquelas que nós estamos vivendo e o Brasil, em particular, está a viver uma dessas situações na parte Norte do País, secas e cheias. Então os países, neste caso Portugal e Espanha, estão altamente empenhados em que se crie uma Diretiva ou um normativo

legislativo para a questão, por exemplo, da escassez e da seca. E quando Portugal assumiu a presidência da União Europeia, isto em 2007, começou a preparar as bases para que esse normativo pudesse sair, ou seja, mesmo que a Diretiva Quadro tenha aqui etapas até 2027, isto não prejudica que em situações pontuais, haja(F) [ininteligível] da legislação do ponto de vista dos recursos hídricos. Este é um exemplo que estão neste momento a preparar e que ainda não deu numa Diretiva.

Por exemplo, há decisões políticas e a decisão política, tendo em vista preparar uma Diretiva, no caso de secas, foi dar nota que existe um fundo de solidariedade que nas situações, por exemplo, de secas não poderia ser utilizada porque obrigava exigências formais e burocráticas, mas foi tomada a decisão de flexibilizar a utilização desse Fundo. Foi tomada a decisão do ponto de vista político de criar um observatório para a questão das secas. Foi considerado que era necessário fazer um *follow up* em relação ao relatório que estava do ponto de vista técnico já elaborado e que esta questão poderia ser revista em 2012. Há de fato um processo e um percurso que tem que ser feito até serem concretizadas as Diretivas. Este é um exemplo, ou seja, a União e vários Estados, em particular a Alemanha, foi fustigada durante vários seguintes com problemas de cheias, situação que até então não tinha ocorrido, e os países, em particular os pais do Norte, empenharam-se em criar as condições técnicas para que saísse um normativo, ou seja, uma Diretiva em razão a essas cheias. Esta Diretiva saiu, define concretamente etapas, ligadamente(F) todos os países até 2011 têm que ter uma avaliação preliminar do risco de cheias que possam ocorrer em cada um dos seus países, até 2013 tem que estar rigorosamente cartografadas as zonas inundáveis e as zonas com risco de inundação e até 2015 tem que estar preparados, planos de ação para a questão(F) de riscos de inundação, sendo que grande parte desses planos tem que, sobretudo, basear-se em mecanismos de prevenção e proteção das populações. Este é apenas um exemplo de uma coisa que não está na Diretiva, mas que é um caso concreto de cheias.

E depois, enfim, vou tentar ser rápido para terminar, há uma outra realidade, que também existe em qualquer parte do mundo, que tem a ver com a partilha direta de linhas d'água ou de bacias hidrográficas com alguns dos países. O que está ali em cor-de-rosa são as bacias hidrográficas na União Europeia que são partilhadas por mais de um Estado-membro. No caso de Portugal, nós temos mais de 60% do nosso território de bacias que são compartilhadas com a Espanha e daí é necessário também ver mecanismos de articulação bilateral, que não passar por uma política da União, mas por uma política de concertação entre os países, para estabelecer as regras de cooperação entre as partes. Portugal com a Espanha assinou um protocolo e uma convenção, fazemos gestão desse recurso hídrico dessas bacias compartilhadas. Há dois níveis de decisão, uma conferência das partes que reuni os dois Ministros do Ambiente [ininteligível], para tomar decisões que sejam mais problemáticas ou matérias de decisão política, e existe uma Comissão, chamada CADC, de aplicação e desenvolvimento desta convenção, que é de natureza técnica e que é, sobretudo, baseada - pode passar, por favor - num conjunto de grupo de trabalho que estão instituídos para a qualidade da água, para a infraestrutura, para a segurança, para a permuta de informação, etc.

E, para terminar, o que eu gostava da nota é de que é política da União Europeia ou, se quiserem antes, é política de qualquer Estado-membro, efeito, primeiro para aquilo que é o exercício de soberania e da sua autonomia e, por isso, num contexto político das matérias que têm a ver com as realidades em cada estado, o mais alto nível é feito sobre aquilo são os cumprimentos dos tratados internacionais, sejam os de Nova York ou outros, são tratados e têm que ser cumpridos. E, depois, duas situações intermediárias: o cumprimento de uma política europeia, que foi o caso que vimos aqui da Diretiva Quadro da Água e, na circunstância, como quase todos os países, eu diria como quase todos os Estados, como têm que compartilhar essas bacias com outros Estados vizinhos, tem que haver aqui uma articulação bilateral nesta matéria.

Julgo, com isto, ter dado mais ou menos uma ideia de como funciona a política europeia da água. Eu agradeço a vossa atenção. Obrigado.

[palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado Presidente Orlando Borges pela explanação. Agora passaremos à participação dos Senadores. O primeiro Senador inscrito é o Senador Jefferson Praia e para ele passo a palavra.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou rapidamente aqui fazer algumas observações e colocar alguma coisa para o Dr. Machado, depois para ao Dr. Orlando também as minhas dúvidas.

Eu vou me reportar principalmente com relação à minha região, com relação à Amazônia. Percebo que por mais que nós tenhamos hoje uma realidade que se volta muito para a questão dos desmatamentos, acredito que nós temos que avançar dentro do contexto de cuidarmos mais das águas da Amazônia. Por quê? Se nós formos perceber hoje os Municípios dos Estados

amazônicos, praticamente todos, que é um problema do nosso País, a política de saneamento básico deixa a desejar. Eu chamo a atenção para esse ponto porque você não tem hoje na Amazônia, por mais que a Amazônia seja a terra das águas, você tem pessoas nas áreas urbanas sem água. Por exemplo, a minha cidade, Manaus, capital do Estado do Amazonas, um percentual expressivo de manauaras não têm água nas suas casas, que, na minha avaliação, é um absurdo não termos água ainda na casa das pessoas. Esse é um problema.

A outra questão que eu vejo é quanto à questão da rede de esgoto. Para você ter uma ideia, Senador Renato Casagrande, nós temos hoje muitos Municípios que não têm onde colocar os seus lixos. Fui agora recentemente a Anamã, primeiro Município mais afetado das enchentes na Amazônia, se o Prefeito não tivesse sido competente no contexto de retirar o lixo que estava num determinado local, um Município pequeno, eles depositam o lixo todo numa determinada área, jogam o limpo da cidade todo ali. Quando ele viu que as águas vinham, estavam chegando, ele retirou aquele lixo, botou em uma área distante e o Município, portanto, não ficou ali com águas e lixo, vivendo aquela realidade triste de você ver um verdadeiro rio totalmente poluído. Então esse é um ponto que eu chamo a atenção, sei que o Dr. José Machado tem a sua preocupação também nesse sentido e todos nós para vermos como nós temos que avançar dentro desse contexto.

Nós temos aqui no Brasil e eu gostaria de saber do Dr. Orlando Borges, com a excelente explanação que o senhor fez, mas nós temos aqui um problema seriíssimo, que o investimento na área de saneamento não acontece porque os governantes, por exemplo, os Prefeitos não realizam os investimentos porque o investimento que ocorrer nessa área não se traduz em retorno eleitoral, não se traduz em voto. Então são obras que vão ficar embaixo das terras, vamos colocar assim, e o investimento não acontece. Eu quero chamar a atenção para isso porque por mais que nós estejamos lutando para reduzirmos o desmatamento na Amazônia, chegou o momento de avançarmos também em relação a cuidarmos melhor das nossas águas ali. Eu sei que o problema é nacional, o problema, na verdade, é mundial, é um problema seriíssimo, mas nós temos, já que estamos com os olhos muito voltados para a Amazônia, nós temos que cuidar ali porque não dá para, por exemplo, continuarmos tendo Municípios poluindo os seus igarapés, Senador Renato Casagrande. Nós temos exemplos e mais exemplos aí, centenas, talvez milhares de exemplos de igarapés poluídos no nosso País e as coisas continuam acontecendo.

Muito bem. O que temos que fazer? Dr. José Machado, qual a nossa agenda? Uma agenda de curto, médio e longo prazo, o que podemos ir fazendo agora? Eu estou, por exemplo, se eu estou preocupado com isso, eu não sou um especialista nessa área, apenas estudo um pouquinho mais para ver como é que nós podemos atuar aqui no Senado para podermos avançar. Se V. Sa. pudesse nos dar um caminho, "Olha, Jefferson, eu acredito que você deveria começar fazendo tal ação". O Dr. José Machado colocou no contexto a experiência de Portugal e da União Europeia. Como é que acontece lá para que se cumpram os objetivos? Existe alguma cobrança em relação ao governante, ao Prefeito, ao Governador, se ele não atender ao que foi estabelecido, com os objetivos que vocês conseguiram muito bem fazer de toda a União Europeia? Como é que é feita essa cobrança ao governante? Porque eu entendo que se nós não cobrarmos os governantes, eu vejo isso como um caminho para começarmos a trilhar aqui no nosso País no curto e médio prazo, não dá para ficar esperando a conscientização da população para depois vermos como é que vai ser cobrado e a população perceber que é mais importante fazer investimento em saneamento básico do que se fazer investimento em outras áreas. E aí também, Dr. José Machado, eu acredito que nós vamos ter que avançar dentro de um contexto para termos uma conversa com os demais países que fazem parte da Amazônia internacional, porque a água que passa pela Amazônia brasileira, ela vem de outros países também.

Então essa conversa entre países amazônicos é muito importante e precisaríamos avançar dentro desse contexto para que pudéssemos, já que estamos com os olhos voltados para preservarmos e conservarmos aquela fantástica região e aproveitarmos bem a sua biodiversidade, nós não podemos continuar como estamos hoje: poluindo igarapés, poluindo rios, os Prefeitos não têm recursos, muitas vezes podem ter vontade de fazerem os seus investimentos nessa área, mas não têm recursos para viabilizar os projetos. Em Anamã, por exemplo, eles estão com uma iniciativa que eu achei interessante, pelo menos a curto prazo, que viabilizaram o incinerador, por que o que fazer com o lixo? Veja bem, nós estamos falando de uma cidade que está lá no meio da Amazônia. O que fazer com aquele lixo? Uma parte você pode reciclar, mas como fazer essa reciclagem? Incinerar é o caminho, é melhor do que deixá-lo ali para que ele possa poluir cada vez mais os rios. Um outro exemplo clássico para mim é em Amundá, um Município perto de Parintins, a nossa cidade dos Bois Caprichoso e Garantido, que V. Sa. conhece. Lá nós temos a mesma coisa, Dr. Orlando. O lixo é depositado num determinado local do Município,

é uma pequena ilha, o Município é uma pequena ilha e todo o lixo da cidade é depositado ali. Sabe como é que esse lixo é retirado? Quando vem uma enchente e leva o lixo embora. Aí limpa tudo para o próximo ano, após a vazante, colocarmos lixo lá de novo, quer dizer, não dá para continuarmos assim. Agora o Prefeito está preocupado com essa questão, o atual Prefeito, eu já me coloquei à disposição dele para estudarmos como fazer, temos que trabalhar nisso aí. Eu vejo o Governo do Estado do Amazonas também preocupado com isso, trabalhando, buscando um caminho.

Mas eu queria saber de V. Sa. essa questão: Como é que o senhor vê os avanços que temos que ter no nosso País? E ao Dr. Orlando, como fazer com que o governante cumpra o que for estabelecido? Vocês tiveram todo um processo, a própria constituição da União Europeia foi um processo todo, não é mesmo? Nós não vamos poder esperar aqui uma união da América Latina, uma coisa dessa natureza para tratarmos bem as nossas águas, porque até lá quantos rios não estarão poluídos? Mas aproveitar a experiência de vocês é fundamental porque eu vejo, por exemplo, que nós temos que fazer com que a coisa aconteça. Será que teríamos, por exemplo, eu vou falar aqui, pode ser um absurdo, mas será que teríamos que nos orçamentos impor um percentual para saneamento básico? Como acontece para a educação, não tem um percentual que o Governo Federal tem que estabelecer, o Governo Estadual e o Municipal? Será que teremos que fazer isso, o Governo Federal tem que aplicar tanto do orçamento, o Estadual tem que aplicar tanto do orçamento, os Municipais tanto do orçamento para a área de saneamento? Se não aplicar, terem que responder pela não aplicação? Será que teríamos que trabalhar dentro desse campo? Então é uma agenda de curto, médio e longo prazo com o objetivo de cuidarmos melhor das nossas águas, especialmente das águas da Amazônia. Muito obrigado, era essa a colaboração.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador Jefferson Praia. Presente também o Senador Gilberto Goellner. Muito obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra para os dois expositores, primeiro eu quero dizer que a apresentação do Sr. Orlando Borges estará disponível no site do Senado: www.senado.gov.br, no ícone da Comissão de Meio Ambiente. E, também, depois dessa Audiência a comitiva de Portugal está convidada a conhecer as dependências do Senado. A nossa equipe de relações exteriores está convidando vocês para conhecerem o Plenário do Senado e as dependências do Senado. Vamos abrir também para algumas participações de pessoas que estão nos visitando, alguma entidade como o CREA, como o Conselho Federal aqui presente, algumas poucas participações, porque eu já estou quebrando o Regimento. Então para quebrar o Regimento, para quebrar bem quebrado tem que ser meio camuflado, entendeu?

Mas eu quero, antes de passar a palavra para os dois expositores, também fazer uma colocação. Primeiro da importância do debate dessa relação. O Brasil tem uma relação com os países de língua portuguesa que eu acho fundamental que nós possamos nos integrar e trocarmos essas experiências. Mas o Brasil tem uma dimensão tão grande que nós temos muito que fazer aqui no nosso País. Todo mundo tem muito o que fazer, naturalmente, mas nós aqui, pela nossa dimensão, pelo nosso potencial e pelos nossos problemas temos muito que fazer. O Senador Jefferson praia relatou parte dessas dificuldades com relação a saneamento. Nós temos uma Política Nacional de Recursos Hídricos, uma boa política nacional. Todos os Estados têm a sua política estadual praticamente, não tem nenhum que não tenha. Os Estados têm a sua política estadual. Agora ter política não significa ter ação. Ter política é uma Lei bem elaborada, nós estamos no caminho certo no Brasil, mas nós precisamos de uma ação mais intensa que envolva os Estados brasileiros. Não sei, Presidente José Machado, se nós temos um Comitê que reúne a ANA, Ministério do Meio Ambiente e mais os gestores de recursos hídricos dos Estados. Nós temos um Comitê que funciona?

**SR. JOSÉ MACHADO:** É o Conselho Nacional.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É o Conselho Nacional. Todos os Estados participam?

**SR. JOSÉ MACHADO:** Estão representados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu acho que esse Conselho deveria nos apresentar um Plano Nacional de Recursos Hídricos, eu acho que é fundamental que nós tenhamos um plano. Se em algumas das ações nós vamos ter metas estabelecidas, como têm a União Europeia na sua Diretiva Quadro, é uma questão a ser avaliada. Agora quando se estabelecem metas é fundamental que de tempo em tempo essas metas sejam de fato avaliadas, mas acho que ter um plano de recursos hídricos para o Brasil, que envolva aí as Unidades Federativas, é fundamental para nós.

O Brasil lançou agora o seu Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Sofreu críticas, mas eu acho que só de ter um plano já é melhor do que não ter. É melhor ter um plano, mesmo que não seja o ideal, mas ter um plano é melhor do que não ter. Então eu acho que nós tínhamos que caminhar para a construção, para a elaboração de um Plano Nacional de Recursos Hídricos,

estabelecendo as ações prioritárias do envolvimento dos Estados, envolver os Estados na execução e na elaboração desse plano.

A outra questão, nós vimos assim a Convenção, a Conferência das partes que envolvem alguns países junto com Portugal, especialmente Portugal e Espanha. Nós temos algumas bacias, como é que vocês chamam, transnacionais?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Transfronteiriças.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Não, são os rios que são transfronteiriços, são as águas que são transfronteiriças. As bacias são transfronteiriças também, dão esse nome?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Sim. Caso do Amazonas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Então temos bacias que envolvem aí alguns países. Eu acho que a experiência da União Europeia pode servir para o trabalho nosso aqui no MERCOSUL, naquilo que a gente deve fazer. É possível estabelecer uma conferência das partes que envolva a questão de água e floresta, por exemplo, aqui do MERCOSUL? É possível nós termos uma ação coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores para o MERCOSUL que trate de água e floresta? Uma coisa está totalmente relacionada à outra e é fundamental que nós possamos ter esse tipo de ação. Então eu coloco essas duas questões para que vocês possam avaliar.

Para o Orlando Borges eu pergunto: Qual é a reflexão que vocês têm, quais são os resultados que vocês têm dentro da Diretiva Quatro da União Europeia da influência já das mudanças climáticas sobre a disponibilidade de água para a União Europeia com relação à qualidade, com relação às áreas inundadas? Qual é a relação que vocês já têm? Se já tem algum estudo efetivo com resultado com relação a este tema. Então primeiro o José Machado, segundo o Orlando Borges, depois a gente vai ouvir alguns dos companheiros e companheiras aqui presentes.

**SR. JOSÉ MACHADO:** Em primeiro lugar eu gostaria também de cumprimentar, dar bom dia ao Senador Gilberto Goellner.

Senador Jefferson Praia, o senhor trata de uma questão que é realmente crucial, preocupante e que afeta em muito a política de recursos hídricos, que é o tema do saneamento. A Agência Nacional de Águas, ela não regula saneamento, mas a situação do setor de saneamento é uma das preocupações da área de recursos hídricos porque há uma forte interface entre a política e recursos hídricos e a política de saneamento. Felizmente hoje no Brasil nós temos instituídas as duas políticas. A meu juízo, tardiamente, ambas. A Lei de Recursos Hídricos tem doze anos e a Lei de Saneamento tem pouco mais de um ano. Então ambas as políticas são tardias no Brasil. Portanto, nós temos ainda... Hoje nós temos, estamos armados, estamos instrumentalizados para agir, mas são políticas muito recentes e a sua implementação está numa fase, no caso de recursos hídricos, já bem avançada, mas no caso de saneamento nós estamos dando os primeiros passos, somos um bebê. Essa política de saneamento, definida pela Lei Nacional de Saneamento, ela está em fase de regulamentação e já foi deflagrado o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento, que está em curso. E nós, da Agência Nacional de Águas, fomos convidados a participar desse processo, como um dos componentes desse processo, mas a coordenação desse processo é do Ministério das Cidades.

O senhor toca na questão do saneamento na Amazônia e, sem dúvida, essa é uma questão importante, mas evidentemente que não é uma questão exclusivamente da Amazônia, é uma questão nacional, porque nós, na área de saneamento, estamos muito atrasados em todo o País, seja do ponto de vista da coleta dos esgotos domésticos, seja do ponto de vista do seu tratamento, do seu conveniente tratamento. Então o Plano Nacional de Saneamento terá que responder adequadamente por essas duas questões: a questão da coleta e a questão do tratamento. E, claro, a questão dos resíduos sólidos que compõem a política de saneamento; a questão do lixo é uma questão também importantíssima dentro desse contexto. Agora claro que embora a ANA não esteja responsabilizada diretamente pela questão de saneamento, como a política de recursos hídricos tem uma forte interface, a ANA também atua, ela também tem uma reflexão e se preocupa em buscar uma interação com o setor de saneamento e busca impulsionar o setor de saneamento.

No que respeita ao acesso à água na Amazônia, o que pode parecer um verdadeiro paradoxo se nós considerarmos que a Amazônia detém 70% da disponibilidade de água do País, País esse que detém a maior disponibilidade de água do Planeta, que é o Brasil, quer dizer, você dizer que o cidadão amazônida em muitas situações não tem acesso à água é uma coisa impensável, é um paradoxo assim incrível, porque o cidadão amazônida, ele chega e bota os pés no maior rio do planeta. Nós estamos fazendo medições no Amazonas agora lá em Óbidos, fizemos agora recentemente em Óbidos medições de vazão, é a maior vazão de todos os tempos em Óbidos. Nós não conseguimos medir, talvez, a maior vazão em Óbidos por conta do represamento do Amazonas, porque o

Rio Amazonas é represado, por incrível que pareça. É um rio de planície e alguns dos seus afluentes, que também estão com volumes estratosféricos, quando eles entram na calha do Amazonas, eles represam o Amazonas. Então por conta disso você não consegue bater o recorde, você não pode medir o recorde, mas nós podemos dizer que está próximo a 300.000 m³ por segundo em Óbidos, quer dizer, 300.000 m³ por segundo, quer dizer, é uma coisa que é um mar de água sendo medido no Rio Amazonas. O Rio Negro, em Manaus, havia um prognóstico de que haveria um recorde. O recorde é de 1953, o maior nível do Rio Negro em Manaus é de 1953. Foi anunciado pela CPRM, a CPRM fez algumas projeções, e nós acompanhamos isso, de que este ano o Rio Negro bateria provavelmente o recorde em Manaus. Nós estamos verificando que talvez não seja batido esse recorde de 1953 porque a curva está inflexionando e, provavelmente, ela está par e passo com o recorde de 1953, mas ela já está sofrendo uma inflexão e, possivelmente, prevaleça ainda o maior volume de água, a maior medição, a de 1953; a deste ano não será a maior ao que tudo indica, mas não deixa de ser uma situação severa em Manaus, causando aí muitos transtornos para as populações ribeirinhas, sobretudo.

Nós estamos, Senador, a ANA está preocupada com essa questão de acesso à água, tem buscado uma cooperação com os Estados, sobretudo com o Estado do Amazonas nesse item, e a diretoria da ANA aprovou na última reunião, da última segunda-feira, a contratação de um estudo que está sendo feito em outras regiões do País, Nordeste, Sul, regiões metropolitanas e, agora, vai estender para todas as regiões brasileiras, um Atlas de oferta de água e a situação dos esgotos domésticos de todos os Municípios brasileiros, todos. Todos os Municípios serão estudados, que é para nós identificarmos qual é o problema de acesso à água. Vamos pegar, por exemplo, o semiárido nordestino. Nós estamos estudando as condições de acesso à água de cada Município do Nordeste, identificando se o problema é de manancial, se o problema é de infraestrutura hídrica ou qual é o problema. E apontando a solução. No caso do Amazonas nós vamos também identificar. Não é problema de manancial, convenhamos, porque as águas ali são super abundantes, mas muitas vezes é o problema da qualidade da água, porque embora os rios amazônicos sejam rios de excelente qualidade sobre vários aspectos, às vezes, em função de razões naturais, não por problema de poluição, mas em função das condições do rio, naturais do rio, aquela água não é potável; por excesso de componentes químicos essa água não é potável. Ela é uma água saudável, mas ela não é potável para o uso humano. Às vezes o ribeirinho está ali no igarapé, tem uma água de boa qualidade, mas não para o uso humano. Então muitas vezes você precisa identificar essa situação. Agora no caso de algumas cidades, especificamente no caso de Manaus, nós sabemos que existem comunidades que têm dificuldades de acesso à água porque não tem. A água está ali, evidentemente, mas ele tem que pegar essa água em condições inadequadas. Então é preciso ter uma infraestrutura de saneamento que leve essa água até a residência da pessoa, água de boa qualidade. Então o sistema de tratamento de água de Manaus tem que responder por isso. E aí, como o senhor próprio disse, nem sempre os investimentos em infraestrutura para levar a água ao cidadão, nem sempre são investimentos que são vistos como prioritários pelos governantes locais, porque a responsabilidade pela distribuição de água potável é do Município, constitucionalmente é do Município, então é ele que tem que responder, mas evidentemente que as autoridades nos vários níveis, no caso a ANA, ela está estudando essa situação para oferecer a essas autoridades estaduais e municipais um cardápio de diagnósticos e de soluções tendo em vista a responsabilidade nacional que a ANA tem de garantir o acesso à água. Essa é uma responsabilidade da União, a União é que é a responsável pela política nacional. Ainda que a responsabilidade de levar a água ao cidadão seja do Município, mas olhando de um ponto de vista macro, nós temos que identificar o que é que está acontecendo naquele manancial ou naquela situação de oferta de água para poder oferecer respostas e apoiar os Estados e Municípios para o acesso à água, porque o cidadão tem o direito à água, ele tem o direito a ter acesso à água. Não só o cidadão. Os usuários de água, de um modo geral, têm que ter água disponível para as atividades produtivas e assim por diante. Então essa questão está sendo nesse momento contratada pela Agência Nacional de Águas para poder responder a essa demanda.

Nós, por exemplo, quando estudamos agora, concluímos e vamos apresentar agora nesta Casa, no dia 28, na Comissão de Desenvolvimento Regional, eu gostaria muito do prestígio dos Senadores, nós vamos fazer uma apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins. Nós estamos, Senador, e o senhor com certeza está convidado também a interagir conosco para nós podermos lhe dar informações que o senhor desejar como representante da Amazônia, nós estamos estudando também o Plano Estratégico dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, por outras razões, não por razões necessariamente de saneamento, embora o saneamento está dentro do escopo, mas muito mais

por quê? Porque os rios amazônicos têm um enorme potencial para a geração de energia elétrica e o setor elétrico está fazendo estudos para identificar potenciais hidráulicos para a geração de energia nessa região e é responsabilidade da Agência Nacional de Águas dar a outorga. Para dar a outorga nós precisamos conhecer bem esses potenciais de forma independente do setor elétrico. Então nós estamos estudando e estamos estudando as condições de navegação também desses rios que têm um enorme potencial de escoamento da produção de grãos no nosso País pelos rios amazônicos. A gente tem que estudar e discutir com as demais autoridades as soluções. Então nós faremos, em breve, uma apresentação também do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita nesta Casa, espero que ainda este ano, porque esse trabalho estará pronto por volta de setembro ou outubro. No caso do Araguaia-Tocantins, esse plano já foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nós queremos fazer uma apresentação no Senado no dia 28 deste mês. Quando fizemos esse trabalho do Araguaia-Tocantins, nós identificamos na Bacia do Araguaia-Tocantins índices de saneamento muito abaixo da média nacional e, sobretudo, estamos focalizando a cidade de Belém, que é uma cidade onde o saneamento é uma questão dramática, que tem que ser uma prioridade não só da cidade de Belém, não só do Estado do Pará, mas uma prioridade nacional, porque Belém, evidentemente, é uma capital, é uma região metropolitana e a questão de saneamento é dramática na cidade de Belém.

O senhor falou sobre os países fronteiriços ao Brasil na bacia amazônica, nós compartilhamos da bacia amazônica com outros países, Peru, Bolívia, Colômbia e assim por diante, Equador, e nós estamos, sim, desenvolvendo um trabalho conjunto com esses países em vários níveis. Em alguns níveis as nossas articulações estão avançando mais e em outros níveis estão avançando menos, mas nós estamos numa forte articulação, sobretudo com o Peru, por exemplo, para citar um exemplo, do ponto de vista de uma parceria no monitoramento das águas que vêm do Peru para o Brasil. É preciso que esses países irmãos, que estão a montante do Brasil, desenvolvam também as suas políticas de recursos hídricos, se nivelando à política brasileira para que aí nós possamos fazer uma gestão conjunta dessa bacia, que é uma bacia estratégica para a nossa região. É fundamental que oportunamente a gente possa termos juntos um diálogo mais articulado com o Itamaraty, porque evidentemente águas transfronteiriças extrapolam muitas vezes o órgão gestor nacional brasileiro, porque é uma situação internacional e aí prevalecem os Tratados. E aí o Tratado que prevalece nesse caso é o Tratado da Amazônia, o Tratado de Cooperação da Amazônia. Então esse Tratado, a meu juízo, precisa ser robustecido. Essa é uma avaliação nossa, da Agência Nacional de Águas, de que esse Tratado, ele existe, ele está em andamento, mas eu diria que seria uma prioridade nós podermos fortalecer esse Tratado; eu acho que ele está relativamente fragilizado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Com os países da região amazônica?

**SR. JOSÉ MACHADO:** É o TCA, o Tratado da Cooperação Amazônica. Eu acho que isso poderia ser uma pauta para esta Comissão. Evidente que é uma sugestão, por favor, não tome isso como uma sugestão indevida, eu não gostaria de extrapolar das minhas funções.

Então, caminhando, eu tenho que responder ao senhor. O Senador Renato Casagrande pergunta do envolvimento dos Estados. Senador, o Brasil pode se orgulhar de ter um Plano Nacional de Recursos Hídricos, nós já temos um Plano Nacional de Recursos Hídricos elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Recursos Hídricos com o apoio decisivo da ANA. Aqui está presente o João Bosco Senra, que na época foi o coordenador da elaboração desse plano, então eu quero aqui prestar a minha homenagem ao seu trabalho, e esse plano está em processo de implementação. Agora o grande desafio do Plano Nacional de Recursos Hídricos é que ele não tem essa configuração, ainda não tem. O João poderia até me corrigir se eu estiver errado, mas não tem essa configuração de um plano com metas de longo prazo. As metas nós estamos elaborando, agora serão metas indicativas. Até que ponto serão metas obrigatórias? Essa é a pergunta que paira aqui no nosso debate. Nós fizemos um plano, acho que temos um bom Plano Nacional de Recursos Hídricos, estamos nos esforçando para definir metas. O Conselho, seguramente, está dando amparo a esse trabalho, todo amparo, mas até que ponto essas metas são metas com prazos fixados e vinculantes? Essa é a pergunta que não quer calar, que eu deixo aqui no ar para o nosso debate.

O senhor falou muito bem sobre essa questão do MERCOSUL, do Parlamento da América Latina, enfim, são questões que estão amadurecendo no Congresso Nacional, tem todo um desenvolvimento institucional e eu acho muito pertinente essa questão de se colocar como um tema estratégico para a nossa região a questão de água e floresta; sem dúvida alguma é um tema estratégico da nossa região, da região da América do Sul, o tema da água, que não ainda está sendo tratado com a proeminência desejada.

Eu gostaria, por último, para dizer que no caso do Brasil, por exemplo, um acordo bilateral federativo sob os auspícios da Agência Nacional de Águas é na Bacia do Piranhas-Açu, que compreende os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, onde nós, em função de um conflito pelo uso da água nessa bacia e de comum acordo com todas as partes envolvidas, os órgãos gestores dos dois estados, os usuários de água e a sociedade organizada, nós estabelecemos um marco regulatório para a Bacia do Piranhas-Açu, ou seja, nós fizemos um pacto nessa bacia de quanto de água pode ser tirado, que tipo de qualidade de água, que infraestrutura hídrica tem que ser feita ali para que nesta bacia seja respeitado um grande pacto, quer dizer, então nós temos também na nossa Federação pactos bilaterais envolvendo dois Estados da Federação. Então isso são progressos, são experiências da nossa política de recursos hídricos. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Com a palavra o Sr. Orlando Borges.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pois não, Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria também de aproveitar, cumprimentar os palestrantes e dizer que nessa quinta-feira tivemos várias Comissões em andamento, motivo pelo qual não estive aqui presente anteriormente, como também muitos senadores não puderam vir para cá, dada a importância desse tema.

Mas eu gostaria de aproveitar e fazer uma pergunta específica ao Dr. Orlando Borges, no sentido de perguntar como o País Portugal resolve o problema de ocupação territorial, do território, que não é definida na Diretiva de Água, porque ela é definida em Lei e ela altera a qualidade da água no espaço territorial. Então a pergunta seria para o cumprimento legal, como conciliar essa ocupação territorial com a Diretiva de Água?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Com a palavra o Sr. Orlando Borges.

**SR. ORLANDO BORGES:** Obrigado, Senador Renato Casagrande. Cinco notas muito breves para as questões que foram colocadas.

A primeira é para vos dizer que a resolução dos problemas está muito pendente da dimensão que os próprios podem ter. Se quiserem um exemplo para ver a diferença do que é que estamos a falar em termos de realidades, basta ver os valores que o José Machado deu em relação à vazão, que corresponde rigorosamente a cem, duzentas vezes mais do que aquilo que num País da União Europeia pode ocorrer. Estamos a falando de 300.000 m³ por segundo, estamos a falar em valores na ordem de 3, 4, no máximo 10.000 m³ por segundo, que são situações já excepcionais. Estamos aqui a falar em duas realidades diferentes. Estamos a falar aqui de fato de um continente com problemas e com uma dimensão, cuja capacidade para se resolver e os ultrapassar são proporcionais a essa mesma dimensão.

A segunda nota, e também julgo que o José Machado já referiu, o Brasil tem uma experiência e uma capacidade no planeamento de gestão de recursos hídricos notável. O meu Ministro, o Ministro do Ambiente, professor Nunes Corrêa, professor universitário na área de recursos hídricos e de certa forma mentor de uma parte de todo o trabalho que em termos legais foi feito em Portugal e com contributos para a União Europeia, bebeu muito da sua experiência e dos trabalhos que desenvolveu aqui no Brasil e nós temos uma enorme, temos neste momento uma enorme experiência acumulada com base nos trabalhos que foram feitos em variadíssimas áreas, em particular na área do planeamento. [ininteligível] Brasil em algumas dessas áreas é precursor do ponto de vista do planeamento, aliás, como foi dito aí no item planos de bacia. O Brasil é precursor em matérias que me parecem fundamentais, para a questão que estamos aqui a discutir, sobre o saneamento básico na participação pública, nos Comitês de Bacia. O Brasil é precursor na capacidade de gerir situações do ponto de vista conflituoso e do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos extremamente complexos como, por exemplo, a questão do Aquífero do Guarani com outros países, uma situação que não tem dimensão no mundo, estamos a falar de situações do ponto de vista da complexidade, mas tem essa capacidade, tem essa capacidade, tem a experiência nas bacias compartilhadas e tem muitas outras capacidades que põe a serviço não só da população, não só do seu País, mas que temos ao longo dos anos, vindo a partilhar e a recolher essas experiências, e Portugal tem sido um beneficiário líquido e a própria União Europeia tem sido um beneficiário líquido dessa experiência. Por isso eu não gostaria de dar aqui nota de que aquilo que eu apresentei em termos de Diretiva Quadro, seja na sua forma ou na sua totalidade, alguma coisa que os técnicos e o Brasil possam ter que seguir. Nós temos muito que seguir naquilo que se faz no Brasil e muito que fizemos, também, aprendemos com vocês. Esta era a segunda nota.

A terceira, e um pouco para responder a questão muito oportuna que o Senador Jefferson colocou, há efetivamente um problema que tem uma dimensão

política que escapa a qualquer um de nós que tem responsabilidades de natureza técnica. Assim nessa da ANA, também o Instituto da Água em Portugal não tem responsabilidade direta no saneamento básico, [ininteligível] competência das autarquias, das Prefeituras. Efetivamente há várias formas de poder. Nós temos situações em Portugal e na União Europeia onde os responsáveis autárquicos fazem uma aposta forte no saneamento básico, problemas de primeira geração, saúde pública, ter água em condições, ter esgoto tratado e ter o lixo em condições de poder também o próprio ser reciclado. Isso são problemas de primeira geração em termos ambientais, mas nós mas nós temos autarquias em Portugal como temos na França, na Itália e na Alemanha que fazem apostas nesse sentido e há outros que não fazem apostas nesse sentido. A semelhança do que acontece no Brasil, fazem mais rapidamente uma piscina, fazem mais rapidamente uma [ininteligível], põem mais rapidamente uns semáforos, uns pavilhões, mas deixam o essencial da saúde pública por fazer. Esta realidade é rigorosamente igual àquela que ocorre em toda a Europa. Como é que nós, se é que essa altura, alguma fórmula para minimizar ou para ajudar a ultrapassar esse problema? Algumas o próprio Senador Jefferson deu o exemplo. Há possibilidade do ponto de vista político de haver decisões do ponto de vista de percentagem dos mais afetos, obrigatoriamente, a transferências financeiras para esse fim e para o qual não podem ser alocados. Há experiências em Portugal nesse sentido e que resultaram na consequência de que essas verbas eram utilizadas para esse fim. Eu diria mais até. Há experiências onde outras verbas não eram alocadas a esses Municípios, nas transferências orçamentárias, se alguns desses problemas básicos não pudessem ser resolvidos. Mas há um outro, o Brasil aqui tem uma experiência notável, que é na força da participação pública. Há situações que basta a publicação de um ranking das Câmaras Municipais das regiões do Estado e etc. que tenha performance ou que tenha má performance do ponto de vista da resolução dos problemas básicos das populações para isso ser algum sinal político para algumas delas poderem ser resolvidas. Mas eu quero dar nota. Aquilo que acontece no Brasil acontece em qualquer País da União Europeia. É um problema comum. E é um problema comum porque essa responsabilidade está, à semelhança do que acontece aqui, alocada às populações. Nós só temos uma pequena vantagem e é a questão que está no ar. A vantagem que nós temos é que no exercício do ponto de vista jurídico que temos no âmbito da Comissão Europeia, na tal Diretivo Quadro, nós temos metas obrigatórias para seguir e nessas metas obrigatórios para seguir, em alguns casos está a pendência de fundos comunitários para executar essas ou outras infraestruturas. E há uma diretiva que tem a ver, como eu me referi, Diretiva das Águas Residuais Urbanas, onde a Comissão Europeia diz que "X" habitantes equivalentes têm que ter um tratamento deste até o ano tal. Se não tiver, não faz alocação de verbas para Portugal, Portugal não faz alocações de verbas nem para estradas, nem para Municípios, nem de forma alguma. Esta é uma forma de pressão. A segunda tem a ver com uma outra norma, indo de frente à forma como os Municípios resolvem o problema: as populações em casa têm que ter água para abastecimento público ou esta qualidade e isto é uma obrigação também que a certa altura nos é imposta por via da Comissão Europeia; é uma Diretiva chamada de Diretiva da Água para Consumo Humano e que obriga e penaliza o Estado português, e já penalizou, aliás, como outros Estados, que se não entregar água em condições e qualidade no determinado local, lá tem tal penalização, lá tem o tal corte de fundos. E por isso aqui é a história do pau e da cenoura, ou seja, uma cenoura que é levada do ponto de vista direcionar e a política do pau que se não for assim. Essa parece-me que é a única matéria sobre o qual, pela realidade que estou agora percebendo, que não existe ou que não há condições de ter aqui tão direta como nós temos.

Duas últimas notas para as duas questões colocadas pelo senador sobre esses pontos. Sobre alterações climáticas, sobre isso também em situação de igualdade, os estudos que temos do painel técnico apenas dão nota da frequência e do aumento dos fenômenos extremos, em particular das secas e das cheias. Em que nós temos que atuar é um plano de adaptação para ver justamente do ponto de vista da prevenção algumas dessas matérias. Relativamente à questão que o Senador colocou sobre o ordenamento territorial, efetivamente nos termos da política comunitária a União Europeia não tem competência e nem está instituído nos Tratados que há qualquer matéria que tenha a ver com o desenvolvimento regional na lógica do ordenamento territorial. Isto é uma competência dos Estados. Mas o que aconteceu em Portugal, porque as regras do ponto de vista urbanístico eram tão caóticas, como ainda são, temos de fato situações bem estruturadas do ponto de vista do planeamento urbanístico, mas temos outras coisas que de fato não são tão bem estruturadas, e o governo português, sendo matéria própria da sua competência, tomou a seguinte decisão: não vai transferir a partir do ano "X" - e este ano já ocorreu há mais de dez anos esta parte - nem mais um Euro a fundos comunitários, nem subvenções para este e para aqueles projetos, e reti-

rou daqui projetos do ponto de vista da educação, etc. e etc., ou seja, situações complementares, enquanto esses Municípios não tiverem um Plano de Urbanismo Municipal onde também nesse plano sejam identificadas as instituições do ponto de vista do saneamento. E a verdade é que mesmo assim houve algum ou outro que ultrapassou essa barreira. A verdade é que foi a única forma de obrigar os Prefeitos, as Autarquias e os Presidentes de Câmara a terem esse plano, plano esse que era aprovado por Lei e que era obrigatoriamente cumprido. E por isso aqui há vários mecanismos que no fim vão dar sempre a mesma situação. Aquela lógica e um ditado que enquanto o pau vai e vem folgam as costas. A verdade é esta: se não haver mecanismos indutores de uma forma muito próxima e com consequências, em particular, naquelas que são mais evidentes e muito importantes para os municípios do ponto de vista financeiro, há sempre a tendência, estou a falar pela realidade que eu conheço em Portugal, para relaxar execução de infraestruturas, como dizia o Senador Jefferson, são quase sempre muitos escondidas e com uma agravante: quando se fazem, são mais penalizantes para as eleições, porque criam enorme ruído no abrir de buracos e na construção das estações e das condutas e isso de fato é sempre um problema. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado ao Presidente Orlando Borges. Vou abrir, então, uma participação. Quem é que vai falar aí pelos engenheiros? Uma fala pelos engenheiros. Alguém vai falar pelos engenheiros?

**SR. PEDRO KATAYAMA:** Inicialmente eu gostaria de cumprimentar, agradecer ao convite do Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o nosso amigo José Machado, um batalhador pelas águas e pelo meio ambiente, ex-Prefeito de Piracicaba, o Presidente Dr. Orlando Borges, os Senadores Jefferson Praia e Gilberto Goellner.

Dizer o seguinte: que essa questão da água e meio ambiente, ela é da sociedade como um todo. Mas o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Presidente Marcos Túlio, que pediu para transmitir um abraço a todos, ele criou um Grupo de Trabalho GT/Meio Ambiente e que é integrado por especialista da área ambiental, que é o nosso amigo Chacon, do Rio de Janeiro, o Odair, de Minas Gerais, e o Presidente Jonas Dantas, Presidente do CREA da Bahia.

Preocupados também com essa questão ambiental, nós levamos o evento que ocorre anualmente da Engenharia Nacional, que é a Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Esse evento irá ocorrer de 2 a 5 de dezembro em Manaus, Senador Jefferson Praia, de 2 a 5 de dezembro, onde provavelmente estaremos levando mais ou menos quatro mil profissionais da engenharia, arquitetura e agronomia para o seu Estado, Senador. E na semana retrasada, eu integrado essa Comissão Organizadora da Semana, nós estivemos com o Governador Eduardo Braga, do vosso Estado, em que essa questão ambiental, ela permeia e é uma das prioridades do evento. Então gostaríamos de contar com o apoio de V. Sa., do nosso Presidente da ANA, do Senador Renato Casagrande, e que o GT/Meio Ambiente, com os nossos integrantes aqui também, estaremos convidando, com o esforço de V. Sas., os países limítrofes, como foi colocado pelo nosso amigo José Machado, da bacia que integra a Bacia Amazônica. E estender o convite ao Dr. Orlando também, se possível na agenda, que estaremos programando um evento específico da área ambiental com esses engenheiros. Então é de 2 a 5 de dezembro, teremos temas da questão ambiental relacionado com a questão da água durante esse evento, José Machado, e seria importante num debate, numa exposição, nesse período, e poder brindar no nosso evento lá em Manaus, de 2 a 5 de dezembro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Quem acabou de se pronunciar foi o Pedro Katayama e quem vai falar agora é o Jonas Dantas, que é Presidente do CREA da Bahia, que é o Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura da Bahia. Depois falará o João Bosco Senra, que é Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e assim acho que está bom.

**SR. JONAS DANTAS:** Eu vou tentar ser rápido. Em primeiro lugar, bom dia a todas e a todos. Queríamos fazer uma saudação especial ao Senador Renato Casagrande, até, Senador, pelo nível de proximidade que o Conselho tem tido especificamente com o senhor tanto na questão relacionada à Comissão Mista de Mudanças Climáticas, da qual o senhor tem uma participação muito importante, que essas duas Casas conseguiram se reunir e fazer com que a gente começasse a discutir essa questão fundamental para o País e para o universo de uma maneira geral.

Num segundo momento nós queríamos observar duas coisas. Uma seria, naturalmente, parabenizar tanto ao José Machado, que a gente já conhece, e, principalmente, sabe do compromisso que ele tem, não só como Presidente da Agência Nacional das Águas, mas como uma pessoa que tem um compromisso com esse processo já de muito tempo. O Orlando Borges, ele não lembra, mas eu tive a oportunidade de conhecê-lo quando da assinatura do Protocolo de Intenção lá em Istambul, e a Alexandra que está aqui junto com a gen-

te. E ali duas coisas me impressionaram com relação ao que Portugal vem fazendo. A primeira questão é o seguinte, até foi mencionado lá. Portugal e Espanha, das cinco maiores bacias da Península Ibérica, quatro estão circulando nesses dois países, principalmente considerando de que o Tejo, o Douro e mais outros dois rios de Portugal, [ininteligível], recebe quase que 50% das águas que vem da Espanha. A gente sabe que uma Convenção internacional estabelece mecanismos de como conviver com essa realidade, que o senhor citou aqui e eu gostaria até que o senhor aprofundasse um pouco mais porque são questões fundamentais, porque o Brasil vive isso conforme o José Machado muito bem colocou e que para a gente é uma experiência muito exitosa e importante.

José, o tema é o seguinte: lá na Bahia nós acabarmos de firmar agora um convênio com o INGA, com o Instituto Nacional de Gestão da Água, para duas ou três questões fundamentais. A primeira é a seguinte: a Lei 9.433, que inclusive criou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, é extraordinária, mas ainda a gente sabe que infelizmente no Brasil muitas dessas Leis são demonstrativas e não é criada a escala necessária para a gente promover, Senador Jefferson Praia, a operacionalidade, a efetividade que ela é necessária, porque a gente precisa de instrumentos fundamentais. O que é que ocorre fundamentalmente? Nesse convênio que nós estabelecemos, nós estamos fazendo um trabalho de capacitação em legislação hídrica para uma série de instância, atores profissionais que estão envolvidos nessa questão para eles se qualificarem e poderem atuar de maneira a justamente fazer com que a Lei atenda aos seus objetivos mais diretos. A segunda questão, você me permita chamá-lo de você, Zé, e de Zé, naturalmente, é a questão do Fundo. O Fundo é algo para a gente fundamental. O Fundo é fundamental, desculpem a redundância. Por quê? Nós tivemos o Conselho Estadual de Recursos Hídricos na Bahia, que o CREA da Bahia tem assento, como tem no CEPRAM, no nosso Conselho Estadual de Proteção Ambiental, participou de uma oficina sobre a discussão do FERH, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e uma questão para mim continua ainda nebulosa, que é quem terá o controle social do Fundo, como será feita essa questão. No âmbito, inclusive, dizer o seguinte: como ficam os Comitês de Bacia no âmbito de avaliação dos projetos, naturalmente, desse controle social que a gente falou, que é fundamental, porque a gente sabe que não há, e, principalmente, quando há envolvimento no caso, Dr. Orlando Borges, no Brasil, de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, nesse aspecto. Como é que a ANA, qual é o pensamento, para não me alongar, que a ANA tem a respeito disso, já que o Zé muito bem citou a questão do Fundo, você não tem o Fundo Nacional, mas tem um Fundo Estadual. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Com a palavra o João Bosco.

**SR. JOÃO BOSCO SENRA:** Primeiramente eu queria cumprimentar ao Senador Renato Casagrande, à Comissão de Meio Ambiente pela iniciativa desse debate, cumprimentar o meu amigo Orlando Borges e o meu amigo José Machado pelas apresentações.

Eu concordo que a diferença nossa em relação à Diretiva europeia é que a Diretiva europeia é vinculante, obrigatória, e tem um outro mecanismo que é a questão da compensação financeira, quer dizer, quem não cumprir não tem acesso aos recursos e você tem também um processo jurídico que penaliza. Então isso, efetivamente, o instrumento, esse instrumento que o Plano Nacional não permite que seja dessa maneira as suas implementações. Ele estabelece metas, as metas estão sendo cumpridas, elas estão sendo trabalhadas e implementadas, mas não tem esse caráter, que eu acho que essa discussão que o Presidente da ANA, o José Machado, traz, que é importante que uma Casa como essa, do Senado, pode contribuir nessa perspectiva de como é que podemos vincular a execução de metas pelos Estados na implementação das suas políticas a recursos da União, a recursos que possam trazer e fazer com que o saneamento efetivamente seja uma prioridade, que questões importantes que afetam diretamente a água possam ser incluídas nessas políticas a nível dos Estados e dos Municípios, de forma que a gente tenha um melhor resultado.

Eu queria fazer duas perguntas ao meu amigo Orlando. A Diretiva europeia fala do bom estado ecológico das águas, que é um termo, um conceito que vai variar de acordo com ecossistema. Você tem vários ecossistemas aquáticos diferenciados, na Europa como no Brasil você tem isso. Eu queria saber, se estabelece o prazo de 2015, até 2015 todos os rios têm que estar num bom estado ecológico, quer dizer, deve dar condições de nadar, de entrar no rio e etc. Essa definição, essa discussão, nós estamos desenvolvendo aqui no Brasil, em função do próprio Plano Nacional, implementando uma das ações, que é a discussão do que nós chamamos de vazão ambiental, vazão ecológica, que vai no sentido de conhecer a parte dos ecossistemas aquáticos e definir essa vazão, compreender um pouco de acordo com essa diferenciação regional. Eu queria saber um pouco da discussão conceitual, como é que Portugal está trabalhando isso. Eu já tenho acompanhado um pouco a Espanha, a França. Eu queria saber do ponto de vista de definir o que é bom o estado ecológico das águas, a que nível, conceitu-

almente o que significa isso em termos de quantidade e qualidade dessas águas.

A outra questão é, também, com relação à integração de planejamento. Você tem uma meta do milênio que estabelece que os países tenham os seus Planos Nacionais de Recursos Hídricos, estabelece lá que os países da Europa tenham os seus Planos Nacionais e a integração disso com os Planos de Bacia, como é que isso está sendo trabalhado do ponto de vista da Diretiva dessa integração. Os Planos estão sendo revistos a partir da Diretiva europeia e quais são essas metas e como é que você vê o resultado disso, efetivamente, que vai refletir no local a partir dos Planos de Bacia. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, João Bosco. Passo a palavra ao José Machado.

**SR. JOSÉ MACHADO:** Bom, primeiro ao Pedro Katayama, dizer que agradeço ao convite e gostaria de dizer que é muito alvissareira, muito bem-vindo o CREA para nos ajudar na implementação da política de recursos hídricos. O CREA é uma instituição enraizada nas institucionalidades do nosso País, é uma instituição de grande respeitabilidade, credibilidade e responsabilidade pública, com certeza é um parceiro inestimável que nós vamos ter daqui para frente e, portanto, esse evento de Manaus, eu estou encerrando o meu mandato em dezembro, eu não sei se estarei apto a comparecer, de todo modo farei o possível, mas a instituição ANA, o Dr. Paulo Varella, diretor da ANA, está aqui, em pleno gozo do seu mandato eu acredito que ele poderá estar presente, trabalhando para que a instituição ANA não se furte a comparecer a esse importante evento.

Com relação à pergunta do Jonas, primeiro dizer que a capacitação, o CREA realmente agrega valor a esse processo e esse convênio, esse acordo de cooperação com o INGA na Bahia, nós temos todo o interesse em apoiar e prestigiar para que seja uma parceria virtuosa.

Em relação ao Fundo de Recursos Hídricos, o Fundo Baiano de Recursos Hídricos, que você se refere como que o controle social pode ser exercitado para que esse Fundo não fuja às suas finalidades, eu gostaria de dizer, primeiro, que eu imagino que o Fundo esteja vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é quem deve gerir o Fundo e o Conselho Estadual, os Comitês, têm que estar representados no Fundo, no Conselho Estadual. A Bahia tem um Plano Estadual de Recursos Hídricos e está instituindo os Comitês, já instituiu vários e está instituindo outros Comitês. Se eu não me engano nos próximos dias ou nos próximos meses praticamente nenhuma bacia hidrográfica ficará sem Comitê. Claro que quando esses Comitês todos tiverem os seus Planos e todos articulados pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, é da maior relevância que o Fundo seja o instrumento do Plano. Então é preciso que o Conselho Estadual garanta que a implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos seja efetivado se valendo do Fundo Estadual. Então essa articulação é muito importante. Então o controle social será exercitado pela sociedade, pelos usuários de água que, de uma forma ou de outra, estão representados no Conselho Estadual. O que nós precisamos garantir é que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos tenha a representatividade necessária e tenha transparência nas suas ações. Na medida em que isso ocorra eu não tenho dúvida de que o Fundo será bem aplicado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Orlando Borges.

**SR. ORLANDO BORGES:** Muito obrigado, Senador. Duas questões fundamentalmente, respondendo aqui ao colega, ele dava nota que gostaria que se pudesse aprofundar um pouco mais a questão da Convenção Luso-Espanhola que temos assinada. Era capaz de sugerir o seguinte: eu próprio deixava aqui um cartão com o site onde nós temos grande parte desta informação e que poderia ter acesso. De qualquer das formas não deixaria de dar nota do seguinte: esta Convenção, que foi assinada em 98, parte de três ou quatro situações que me parecem fundamentais para um bom acordo entre dois países que partilham a mesma bacia hidrográfica.

O primeiro é fundamental uma relação de confiança. Durante anos sobre essa matéria, os assuntos de recursos hídricos que faziam da agenda política dos dois governos e todos os anos há uma cimeira(F) e nessa cimeira(F) a questão dos recursos hídricos colocava-se e colocava-se sempre na base de uma fase inicial, na base da desconfiança e na base... Enquanto não foi do ponto de vista técnico considerada e agarrada essa base de confiança, grande parte dos trabalhos eram muito mais morosos, porque se apresentava uma proposta a espera de uma contraproposta. Essa vasta confiança foi tão importante, tão importante que hoje nós instituímos com a Espanha um secretariado técnico onde os técnicos portugueses vão trabalhar para a Espanha em permanência e técnicos da Espanha vão trabalhar, isso de dois em dois anos, no Instituto da Água, como se entretanto tivéssemos a falar com colegas do outro Ministério ao lado dentro do próprio Ministério. Eu próprio dou nota que tenho relações institucionais com os colegas dos recursos hídricos da Espanha tão ou mais frequentes, privando e tendo

já uma relação do ponto de vista técnico, melhor que tenho com colegas portugueses. Por isso é fundamental essa confiança técnica. Agora confiança na relação não quer dizer que estejamos sempre de acordo, temos enormes problemas para resolver e para ultrapassar, mas agora é fundamental essa mesma confiança.

As outras componentes parece-me que são as seguintes: temos facilidade de ter partilha com o país; isso facilita todas as coisas. Bastava haver um terceiro para complicar tudo. Complicar porque se são dois é um acerto que se faz facilmente, já um acerto a três pressupõe logo uma estrutura e é um problema, que no caso do Brasil, tanto para as águas subterrâneas como algumas bacias, essa compartilha se faz com mais que dois. Isso é uma vantagem que nós temos.

A terceira - e por isso que eu dava a nota de que estamos disponíveis inclusive até para troca de informação por via e-mail -, parece-me que a Convenção e o Tratado que fizemos com a Espanha deveu-se de fato do ponto de vista daquilo que é o direito internacional em situações que me apareceram muitas adequadas. Tem sido adotado e nós próprios temos partilhado do Tratado que assinamos com Espanha, com outros países, em particular da CPOP, no caso de Moçambique, que partilha também recursos hídricos com vários países da região e que foram fundamentais porque no essencial introduziu garantias do ponto de vista da sustentabilidade do recurso que até então não estavam em cima da mesa. Portugal, só para ter um exemplo, está obrigado a deixar passar em alguns rios mais água para o mar do que aquela que a Espanha está obrigada a fazer, a passar para a entrada da fronteira. Isto é uma lógica de frente, é uma lógica de ver o rio do ponto de vista de sustentabilidade. Mas terei gosto até no final de trocarmos e aprofundarmos um pouco mais essa experiência.

Relativamente à questão que o João Bosco colocou, eu pediria ao engenheiro Rocha Afonso, até por respeito que o João Bosco tem do ponto de vista técnico, que é de fato uma pessoa que profunda muito as discussões, e o Rocha Afonso, que na Comissão Europeia tem sido o responsável no INAG por acompanhar essas matérias, que nos desse nota da questão da definição do bom estado ecológico, gostaria que ele pudesse dar a nota disso.

Entretanto, João Bosco fez uma outra questão que tem a ver com a diretiva, aliás, tem a haver com os objetivos do milênio, e perdoem-me terminar essa minha intervenção com uma perspectiva muito negativa, mas não acredito, e não sou eu, quem sou eu para não acreditar, todos os relatórios técnicos apontam para que os objetivos do milênio não sejam conseguidos, nem sequer atingidos. Efetivamente para os objetivos do milênio, havia a obrigação do ponto de vista de uma determinada data a ver [ininteligível] países, mas mais do que isso pretendia-se de fato que a redução da pobreza, ou melhor, que a redução dos países com acesso à água, pudesse passar pela metade, numa determinada meta. Estamos longe disso. Valia a pena haver uma reflexão profunda por que razões e por que causa é que de fato esses objetivos, que foram instituídos ao mais alto nível da política com os Chefes de Estado a terem esse compromisso pessoal, não se consegue fazer. E relatórios também de organizações independentes começam já a desenhar algumas das razões e das causas para que esse objetivo do milênio não se possa concretizar: causas de natureza ambiental com certeza, mas de natureza econômica, que tem que ser pensadas e preparadas. Eu aqui, por exemplo, tenho um bom exemplo da experiência que colhi com o Brasil, é muito fácil em algumas circunstâncias, na Europa e em determinadas regiões falar no preço da água e no pagamento de taxas. Bom, mas há realidades onde essa situação não é aplicável, pelo menos dessa forma tão direta. E de fato relatórios independentes sobre a questão dos objetivos do milênio e o cumprimento desse objetivo, põem uma particular tônica sobre esta matéria, as duas últimas com questões que têm a ver com o papel que cabe aos cidadãos e cabe ao estado e cabe às empresas. Efetivamente uma incapacidade de concretizar infraestruturas, faz ou esteja muito dependente de... Primeiro, não são executadas de uma forma planeada, e aqui o Brasil tem bons exemplos, os planos podem não servir para nada, mas são fundamentais e eu acho que o Brasil fez uma fortíssima aposta no planeamento e vai ter vantagens mais tarde ou mais cedo disso, por isso é fundamental ter o planeamento. Segundo, é determinante dentro desse relatórios técnicos que esse planeamento, seja uma planeamento participado e o Brasil fez isto com uma experiência notável com os Comitês de Bacia para tomada de decisões, é fundamental as pessoas perceberem que as opções que tomaram são as opções possível e que participaram delas. Terceiro, e esta é a última fase que falta neste projeto, que os projetos a serem concretizados possam ter alguma sustentabilidade. Às vezes é mais fácil arranjar investimentos para concretizar um projeto do que conseguir manter ao longo dos anos do ponto de vista da manutenção e da gestão. Esse que é o grande problema. Então tem que ser sustentáveis e, para serem sustentáveis, não há nenhum outro critério que não seja também que para além da subvenção do Estado, em alguns casos possa haver a participação também dos utilizadores, dentro do possível, e fundamentalmente algumas en-

tidades privadas, se assim pudermos chamar ou até do ponto de vista financeiro.

Julgo que estão aqui, e não estou a relatar nada de que não esteja escrito por técnicos e por relatórios e organizações independentes, que não esteja em causa aquilo que nós não conseguiremos cumprir os objetivos do milênio, em particular a redução do número de pessoas com acesso ao tratamento e ao abastecimento d'água. Se me permitissem, eu pediria então a Rocha Afonso que, para com um caráter técnico, pudesse dar nota da questão que o João Bosco colocou na primeira pergunta.

**SR. JOSÉ ROCHA AFONSO:** Obrigado. Eu vou tentar responder, eu não sei se consigo rapidamente. Para nós tem sido, como sabem, fizemos também um Plano Nacional da Água e Plano de Bacia em 2000, 2001, e agora pela Diretiva temos que apresentar em 2009 o primeiro ciclo do Plano de Região, chamado de Região Hidrográfica por Bacias, e os Planos que nós anunciamos do fato de efeitos(F) anteriores, mas realmente a diferença é esta mitologia europeia de ter objetivos ambientais, entendidos esses objetivos ambientais como classificações das massas d'água, que no caso das massas d'água superficiais são além do mais o estado ecológico, introduz uma coisa que nós não tínhamos para além da parte física ou química, para além da parte hidromorfológica da alteração dos cursos d'água, introduz uma parte biológica(F) de caracterização dos cursos d'água. Por exemplo, para Portugal é difícil, porque implicou e implica que nós temos estado envolvidos nos últimos anos numa monitorização que não tínhamos, que é monitorização biológica, que é cara e difícil. Temos estados envolvidos com países da Comissão europeia numa coisa chamada intercalibração(F), porque um dos problemas da Diretiva que aqui foi mostrada entre os países da União Europeia é que há comparabilidade, isto é, os países não querem que uns façam de uma maneira e outros de outra, porque senão não há comparabilidade entre os esforços e os esforços financeiros das medidas que se têm que tomar.

Portanto, o que nós temos a criar ou criamos para estes planos, e os planos tem quer o primeiro ciclo em 2009, nós já sabemos que esse primeiro ciclo vai ter dificuldades, pois o segundo ciclo em 2015 será melhor, como ali foi mostrado. Criou-se um sistema de classificação para um estado ecológico que inclui elementos biológicos, inclui tipificação de massas d'água diferentes e depois nós tínhamos que condicionar(F) as medidas com os objetivos que teríamos que obter nas massas d'água através de [ininteligível], tentar perceber como que é que determinadas medidas no meio hídrico, na agricultura ou em setores e vão levar a obter valores numéricos em massas d'água, numéricos quanto a, sei lá, macroinvertebrados(F), algas(F), além dos elementos físicos ou químicos e elementos como de hidromorfologia(F). É um esforço que temos estado a fazer, que agora se está elaborando os planos, que têm lacunas, nós temos lacunas de mitrização(F), mitrização(F) e esses plano e este ciclo de planos é muito baseada em [ininteligível], aplicar medidas, tornar a monitorizar, ver se estão cumprida, não estando a cumprir, analisar e fazer. Portanto, é uma mitologia que faz só os anteriores planos, mas [ininteligível] nos obrigam a um grande esforço de monitorizar e estamos a tentar fazer. Se calhar não respondi(F), mas é o que estamos a fazer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado. Eu quero, então, passar à conclusão da nossa reunião, agradecendo aqui o José Machado, nosso Presidente, o Orlando Borges, especialmente ao Orlando Borges e à sua equipe do INAG que está aqui presente. Muito obrigado pela sua presença, pela sua contribuição. De fato os países irmãos, nós temos interesse total de estreitarmos esse relacionamento, não só entre o Instituto e a Agência, mas, também, entre os parlamentos, que eu acho que isso é fundamental para a política que nós temos que desenvolver em conjunto e o aproveitamento que a gente pode fazer desse trabalho em conjunto. Então eu quero agradecer, em seu nome, toda a delegação de Portugal que está aqui presente, aos amigos da ANA, aos diretores e assessores da ANA que estão aqui presentes, do Meio Ambiente e do Conselho Federal e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão. Antes, porém, convido para a próxima, que será na terça-feira, às dez horas da manhã, numa Audiência com o Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que vai tratar de quais são as ações necessárias para se atingir o Plano de Desmatamento Zero, constante do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Dez horas da manhã. E ao meio-dia, aproximadamente meio-dia, nós iremos ouvir, vamos apreciar, vamos votar os indicados para que possam compor a diretoria da ANA, o Sr. Dalvino Troccoli Franca e o Sr. Bruno Pagnoccheschi. Esses dois diretores foram indicados pelo governo e serão avaliados agora na próxima terça-feira. Então eu convido todos os parlamentares a estarem presentes na próxima terça-feira, a partir das dez horas da manhã. Muito obrigado e bom dia a todos.

*Sessão encerrada às 11h50.*

**ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:00 HORAS.**

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, na Sala nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, VALTER PEREIRA, ARTHUR VIRGÍLIO, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS, ALVARO DIAS,** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Senador **RENATO CASAGRANDE** informa que a reunião é dividida em duas partes e destina-se, na primeira parte, à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 11/2009-CMA, de sua autoria, e convida "Ministro do Meio Ambiente **Carlos Minc** para falar sobre as políticas e instrumentos que objetivem reduzir a zero, até o ano de 2015, o desmatamento no país". Após a explanação de Sua Excelência o Ministro **Carlos Minc**, apresentam suas considerações os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, JEFFERSON PRAIA, VALDIR RAUPP, JOÃO PEDRO, MARINA SILVA, GILVAM BORGES, GILBERTO GOELLNER** e **VALTER PEREIRA.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Senador **RENATO CASAGRANDE** declara encerrada a Audiência Pública às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, e encaminha a segunda parte da reunião que consta de **Item 1) MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Dalvino Troccoli Franca para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA." Autoria: **Presidência da República.** Relatoria "ad hoc": Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Senhor Dalvino Troccoli Franca ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA". Resultado: **Aprovada a indicação com 11 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 2) MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Bruno Pagnoccheschi para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA." Autoria: **Presidência da República.** Relatoria: Senador **GILVAM BORGES.** Parecer: a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a recondução do Senhor Bruno Pagnoccheschi ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. Resultado: **Aprovada a indicação com 11 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.** Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **JOÃO PEDRO** e a Senhora Senadora **MARINA SILVA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 26/5/2009**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Havendo número regimental declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

A presente Reunião, em sua primeira parte, destina-se à realização de Audiência Pública em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 11/2009, daqui da Comissão, de minha autoria, aprovado em 12/05/2009, convidando o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para falar sobre as políticas instrumentos que objetivem reduzir a zero até o ano de 2017 o desmatamento no país, e na segunda parte a indicação dos Diretores para a Agência Nacional de Águas.

Então, nós vamos dar início à primeira parte, o Ministro Carlos Minc já está presente. Então vamos dar início no horário, mais ou menos, ajustado, vou pedir ao Senador Valdir Raupp que possa trazer o Ministro para que ele venha aqui à Mesa e a gente começar a nossa Audiência Pública.

Bem, Srs. Senadores, Valdir Raupp, Jefferson Praia, Gilvam Borges, senhoras e senhores, Sr. Ministro, nós na verdade queremos nesta Audiência Pública, queremos que... Possamos debater um pouco

a política na área de florestas, especialmente com relação ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas, dentro do Plano Nacional de Mudanças Climáticas o item que trata da redução do desmatamento, da meta de desmatamento zero, ou da política, de fato, de redução efetiva de desmatamento no Brasil e especialmente na Amazônia.

Eu, inclusive, apresentei um Projeto de Lei nessa Casa pedindo para que o Ministro do Meio Ambiente pudesse vir a esta Comissão de seis em seis meses pelo menos para poder fazer uma apresentação do desempenho das políticas adotadas na área de meio ambiente. Como veio o Presidente do Banco Central de três em três meses fazer uma apresentação da política monetária, a área ambiental cada vez coloca com mais importância, seja no aspecto da proteção dos recursos naturais, seja no aspecto econômico. Então acho que essa Comissão tem que fazer um acompanhamento permanente de algumas das ações apresentadas e propostas pelo Poder Executivo. Então, neste caso específico naturalmente não vamos poder discutir a questão da floresta sem discutir um pouco todo esse momento que estamos vivendo que trata da questão da reformulação de Código Florestal Brasileiro, que trata das Medidas Provisórias que estão tramitando na Casa... Não dá para nós fazermos uma discussão sobre aquilo que a gente quer alcançar em 2017, 2020, sem a gente saber o que nós estamos fazendo neste momento ou o que nós vamos fazer nesse momento.

Então, o tema é vasto, é amplo, eu passo a palavra para V. Exa., que tem no primeiro momento 20 minutos, se precisar de mais prazo também não tem aqui uma rigidez como temos lá no Ministério do Meio Ambiente, não. Aqui é mais flexível.

Então, com a palavra o Ministro Carlos Minc.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Bom-dia a todas e a todos. Queria cumprimentar o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, queria cumprimentar todos os Senadores presentes, os assessores, a imprensa, amigos nossos da direção da Ana também, da Agência Nacional de Águas, nossa Assessoria Parlamentar.

Bem, Senador Casagrande, eu vou tentar fazer um resumo dos pontos principais da política para dar margens para os Senadores se colocarem, que a graça da audiência é você poder realmente trocar e ver como o Senado está vendo isso e quais são as sugestões. Eu quero também dizer a V. Exa. e aos nossos Senadores que sou parlamentar há muitos anos, presidi muitos anos a Comissão de Meio Ambiente lá no Rio de Janeiro e também organizei muitas audiências, convidei as autoridades, então tudo isso para mim é a coisa mais natural e eu quero dizer que essa é a 22ª vez, eu não completei um ano ainda, completo amanhã um ano no Ministério, e é a 23ª vez que venho no Parlamento, sempre com muita alegria, no Senado, na Câmara, nas comissões, e como parlamentar vejo isso com a maior naturalidade. Prezo e quero dizer inclusive que sempre que precisei de V. Exa., dos Senadores recentemente para uma discussão com a agricultura familiar, tentando fazer uma ponte para não afastar as teses dos ambientalistas, da tese da agricultura familiar que representa 80% da força de trabalho empregado na agricultura, V. Exa. não só participou como contribuiu, convocou, então queria publicamente também agradecer o seu empenho. Foi na semana passada. E foi uma reunião muito expressiva, com todos os dirigentes das áreas da agricultura familiar, a CONTAG, FETRAF, o Movimento de Pequenos Agricultores e foram discutidas questões como o Código Florestal, o pagamento por serviços ambientais, a importância de no caso da pequena produção você computar tanto a APP quanto a reserva legal para cálculo das obrigações... Em suma, simplificar a vida para a agricultura em geral e, sobretudo para a agricultura familiar que tem menos meios, terra menor e junta 80% das pessoas.

Bom, eu queria dizer a V. Exas. que até um ano atrás o Brasil não tinha um plano de mudanças climáticas. Não tinha metas e não tinha o Fundo Amazônia. E nós vivíamos apanhando nos fóruns internacionais, às vezes com razão, muitas vezes sem razão, por esse fato de não termos uma política mais propositiva, com mais iniciativa. Quero dizer que eu trouxe para... Se a secretária nacional de clima, a Professora Suzana Kahn, pesquisadora da COP, que é também do IPCC, do painel intergovernamental de mudanças climáticas, portanto ganhou o Prêmio Nobel da paz junto com o Al Gore. Então nós temos como secretária de clima uma pesquisadora que ganhou o Prêmio Nobel, acho que é uma honra para nós do Ministério e todos nós brasileiros, termos uma mulher tão competente.

Nós fechamos um Plano de Mudanças Climáticas básico, em setembro. Esse plano era fraco, foi aberto a consulta pública, recebeu muitas críticas da sociedade, dos ambientalistas da Academia e nós, Senador, ao invés de rechaçarmos as críticas, que é o primeiro do momento de um governante, achar que a crítica é contra ele, absorvemos as críticas e usamos para mudar a posição do próprio Governo, e incorporamos metas e melhorou o plano. Então o Presidente Lula assinou no dia 1º de dezembro o plano com metas. E também o Fundo Amazônia, no primeiro momento o Governo não queria o Fundo Amazônia, achava que poderia atetar a questão da soberania que era uma preocupação válida. E nós fizemos uma mudança de tal maneira que os doadores não têm assento no Fundo Amazônia. O

Fundo Amazônia é 100% brasileiro. Soberano. Então, quem tem assento no Fundo Amazônia? Seis Ministérios, os nove Governos da Amazônia e a Sociedade Civil. Empresários, SBPC, seringueiros...

Em suma. E a pergunta vem: Então, qual é a garantia que os doadores vão ter com a tradição não muito brilhante que o Brasil tem de usar recursos públicos e que aquele dinheiro vai mesmo para combater o desmatamento? Então, nós fizemos uma... Um mecanismo que nós só podemos sacar recursos do Fundo Amazônia se no ano anterior o desmatamento cair significativamente em relação à média de dez anos. Ou seja, o dever de casa tem que ser feito por antecipação, previamente. E aí conseguimos e o Presidente Lula assinou o Fundo Amazônia. Apenas a Noruega se comprometeu com um bilhões de dólares dos quais 150 milhões já estão em caixa, e agora no dia 28 ou 29, no Rio de Janeiro, no BNDES já vai ser a terceira reunião para começar a aprovar projetos a fundo perdidos para as organizações sociais, governamentais, científicas da Amazônia.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Qualquer um pode procurar?

**MINISTRO CARLOS MINC:** Qualquer um pode... Tem um formulário que está no site do BNDES. Porque é um fundo privado dentro do BNDES. O que nós fizemos com o Fundo Privado? Meu amigo Paulo Bernardo, no afã, quando tem pouco dinheiro em caixa pode querer contingenciar. Mas sendo fundo privado, ele não pode contingenciar. Outra coisa, é um fundo livre de imposto. A Noruega não ia dar 100 milhões para 30 milhões virar imposto. Então, é 100% para o fundo não contingenciável. Tem comitê científico de cientistas que não são do Governo, que controla o desmatamento.

Bem, então temos plano, temos metas, temos Fundo Amazônia e ao invés de levarmos pancada nos fóruns internacionais, num dos mais recentes que eu fui, não foi o último, em dezembro, em Poznan na Polônia, tanto o Ban Ki-Moon que é o Secretário-Geral da ONU como o Al Gore, pela primeira vez elogiaram o Brasil, dizendo que o Brasil estava tendo uma posição protagonista em relação à questão climática, mesmo considerando que quem tem a maior responsabilidade são os países ricos que emitem há mais tempo e emitem mais, tem mais recursos e tem obrigação, não só de reduzir mais, mas de bancar aqueles países pobres, em desenvolvimento, de terem tecnologias mais limpas, menos intensivas em carbono.

Bem, eu vou falar essa parte final da minha abertura no tema que V. Exa. colocou que é o combate ao desmatamento na Amazônia que realmente é um dos pontos centrais, porque como a maior contribuição do Brasil para o aquecimento global são exatamente as emissões originadas de queimadas, desmatamento e uso da terra, pelo inventário, que diga-se de passagem já está defasado, que é um inventário de 2012 com base em 94, a gente está brigando para ter agora, em setembro, outubro, o segundo inventário brasileiro, que já vai ter uma base 2004, o primeiro foi base 94, mas o inventário que existe, que é o único, diz que 75% das nossas emissões tem que vir com desmatamento. E o nosso plano, que está aqui, ele trouxe aqui, já conhece, mas ele trouxe oficialmente para dar em mãos para a fotografia, e aqui a versão mais ampla. Esse é o sumário Executivo com CD e esse aqui é a versão mais ampla.

Há um objetivo de reduzir em 70% o desmatamento até 2017. Veja, vários setores do Governo não eram favoráveis a metas. Isso é coisa de país rico, porque ter meta... Mas nós conseguimos convencer que era bom ter metas. Era bom ter metas porque a gente começa a mobilizar. E não é só o Governo que vai resolver isso. Vários Estados estão fazendo planos de clima, Rio, São Paulo, Minas, outros Estados, Espírito Santo está fazendo também, seu Estado... E a iniciativa privada tem que participar. Nós temos conversado com o setor da siderurgia, por exemplo, hoje mais da metade da madeira usada para fazer carvão não é plantada. É de mata nativa. E isso tem dois problemas. Um que detona as emissões. E o outro que detona a biodiversidade. Quer dizer, são florestas nativas convertidas em carvão... Acho que o Senado Brasileiro deve ir duro em cima disso, nós também estamos indo, porque é um plano, é uma questão que envolve toda a sociedade, inclusive o cidadão comum.

Bem, vamos então tentar nessa metade final responder a seguinte pergunta. O que o Brasil tem feito para diminuir o desmatamento na Amazônia?

Bem, eu vou listar, basicamente, dez medidas, não vou aprofundá-las todas, vou apenas mencioná-las, e naturalmente aquelas que os Senadores acharem que devem ser especificadas, detalhadas ou até ouvir sugestões para aperfeiçoá-las, então na fase do nosso debate vamos entrar em algumas delas.

Em 11 meses, Senador Casagrande, nós reduzimos 45% do desmatamento na Amazônia. Isso foi um fato que eu considero muito importante, porque depois de três anos de queda o desmatamento voltou a crescer. O desmatamento voltou a crescer. O desmatamento caiu três anos e no ano anterior à minha chegada o desmatamento passou... Os dados do PRODES, de 11.500 para 11.900. Foi um pequeno aumento, mas como estava uma linha de queda, mesmo um pequeno aumento é preocupante. É preocupante.

Então, quais foram as medidas que nós tomamos para reverter esse quadro e retomar a trajetória

na Amazônia, a trajetória de queda? Primeira medida. A medida do Conselho Monetário Nacional de cortar o crédito para os desmatadores. Quem estiver ilegal do ponto de vista fundiário ou do ponto de vista ambiental, a partir do dia 1° de julho de 2008 deixou de poder receber crédito. Vários Governadores da Amazônia se insurgiram contra essa medida, dizendo que ela podia ser negativa, que podia discriminar os agricultores, que podia provocar uma carestia alimentar... Foi feito um ou outro ajuste, mas a medida foi mantida e se revelou correta. Até porque o objetivo não era punir os agricultores, era obrigá-los a se ajustar às normas ambientais. Tanto é que em vários Estados depois dessa medida, houve uma corrida de agricultores e proprietários para os órgãos ambientais para se regularizar que era exatamente o que se pretendia. Quer dizer, o objetivo da medida não era penalizar ninguém, era obrigar as pessoas a se ajustarem. E isso, entendo eu, que em grande medida foi conseguida. Então essa eu considero uma medida basilar.

Saúdo a presença da minha companheira, Ministra e Senadora Marina Silva, quem eu tive a honra de tentar continuar o seu brilhante mandato sofrido e combativo, agora estou vendo que aqui é bom para tosse, sentado aqui no lugar que V. Exa. esteve cinco anos e cinco meses, resistindo com dignidade, e dado uma parte da vossa saúde e da vossa existência para enfrentar as tempestades e trovoadas.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** [pronunciamento fora do microfone].

**MINISTRO CARLOS MINC:** [risos]. Bom, mas então, Ministra Marina, antes de V. Exa. chegar eu estava apenas falando um pouco do plano, como ele foi feito, que a gente passou a ter então plano, metas e Fundo Amazônia e comecei a falar das medidas de combate ao desmatamento, comecei com uma que foi gerada ainda na vossa gestão, mas que foi implantada na nossa e que houve uma resistência brutal para que ela não acontecesse que foi o famoso corte de crédito para os desmatadores que entrou em vigor no dia 1° de julho e não faltaram todas as pressões possíveis e imaginárias para que essa medida fosse revogada. V. Exa. resistiu o quanto pôde a essas medidas, eu também resisti, ela foi mantida e teve bons resultados. Até explicava eu, Senadora Marina, que o objetivo dessa medida não era punir ninguém, era obrigar as pessoas a se ajustarem e houve uma corrida grande de agricultores aos órgãos ambientais para se regularizarem que era exatamente o que se pretendia com essa medida.

Uma segunda medida importante foi a questão do Decreto de combate às infrações administrativas que deu novos poderes para a fiscalização, sobretudo no sentido de impedir a impunidade ambiental. O que acontecia? As pessoas entravam na terra, não pagavam a terra, não assinavam carteira de trabalho, recebiam multa, também não pagavam multa, e mais ou menos o crime compensava. Então, ao invés de recuperar terras degradadas, terem apoio para isso, intensificar produção já naquelas áreas degradadas, era mais simples e mais barato entrando onde não se devia, porque inclusive 95% das multas não eram pagas.

Então, com esse Decreto assinado pelo Presidente Lula em julho, que é muito amplo, nós passamos a ter o poder de, dentro do processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, de poder fazer a apreensão e o leilão da madeira ilegal e do gado ilegal fazendo com que as pessoas não se enriquecem com o produto do crime ambiental. No início isso deu uma grande polêmica, foi batizado de leilão do boi pirata, se era ou não era, mas o fato objetivo é que nós fizemos dezenas e dezenas de leilões de madeira pirata, inclusive usando, Senador Casagrande, o produto da venda desses materiais para através de governos estaduais ou do MDS empregar aquelas pessoas que estavam trabalhando nas serrarias ilegais e perdiam seus empregos, eram precários, ilegais, mas eram seus empregos, e fazendo, por exemplo, pontes, casas populares, escolas municipais com o produto da venda dessas... Desses materiais que eram originados de crime.

Uma terceira medida que nós tomamos foi intensificar as ações de fiscalização. Nós criamos junto com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e o Ministério da Justiça uma entidade chamada CICA, que é Coordenação Interministerial de Combate aos Crimes Ambientais. E começamos a fazer planejamentos mensais, inclusive barreiras em algumas rodovias, alguns entroncamentos rodoviários para o controle de caminhões com madeira ilegal, carvão ilegal, que está sendo muito efetivo isso. Duplicamos as operações de fiscalização; não só houve já esse ano um concurso para Ibama e Chico Mendes, as pessoas já entraram, 400, 225 para o Ibama e 175 para o Chico Mendes, como garantimos mais mil pessoas esse ano ainda para a Amazônia; 550 para o Ibama e 450 para o Chico Mendes. Isso foi uma grande negociação com o Presidente Lula, com o Ministro Paulo Bernardo e nós vamos ter esse reforço importante de fiscalização.

Uma outra linha importante que nós atuamos foi no pactos com setores produtivos, que é uma linha relativamente nova. Então, nós firmamos vários pactos. Um deles foi a moratória da soja, com os exportadores da soja. Já existia uma iniciativa semelhante, mas só da iniciativa das ONGs. O Governo não participava. Nós entramos também no pacto da moratória da soja,

assumimos compromissos de acelerar o zoneamento econômico ecológico, a regularização fundiária, em contrapartida a ABIOVE que representa os grandes exportadores de soja se comprometeu a não comprar soja de áreas desmatadas a partir de 2006. Isso foi monitorado pelo Governo, pela ABIOVE e por várias ONGs, como o Greenpeace, o WWF e Amigos da Terra.

Eu quero dizer, Senadores, que há um mês atrás nós fizemos o primeiro balanço da moratória da soja e o balanço foi bem sucedido. Ou seja, ele foi cumprido em 96%. Ou seja, a soja está sob controle na Amazônia. Não se pode dizer a mesma coisa da madeira e muito menos do gado. Na madeira nós fizemos um acordo também. Celebramos esse acordo em Belém. E a base do acordo era o seguinte: os exportadores de madeira [soa a campainha] comprariam, basicamente, madeira de origem legal, de origem de planos de manejo licenciados, e nós Governo dobraríamos a oferta da madeira legal, dentro da filosofia que a melhor maneira de combater a madeira ilegal é aumentar a oferta da madeira legalizada. Senão a gente fica enxugando gelo. Bem, esse acordo está avançando, vamos fazer agora o primeiro balanço dele, como fizemos da moratória da soja, eu diria que ele deve estar sendo cumprido em 60, 70%. Mas isso terá que ser verificado.

O terceiro setor que a gente fez um acordo público foi com o setor do minério, e o quarto foi com os bancos públicos, e o quinto com os bancos privados e o sexto com a FIESP. Fizemos um também especial com a Caixa Econômica Federal muito interessante que a Caixa só usa madeira em construção de origem-- [interrupção no áudio] muito importante porque a caixa financia milhares de construções no Brasil inteiro e é importante ela ter esse controle.

Bom, a questão da pecuária. O que nos preocupa a questão da pecuária? Hoje, o avanço da pecuária nós identificamos como um dos piores vetores do desmatamento na Amazônia. A ABIEC estava pronta, que são a Associação dos Exportadores de Carne, estava pronta para assinar conosco um acordo público nos termos do da soja que foi bem sucedido, da madeira que está em vias, e dos bancos públicos e privados. Na última hora a ABIEC não assinou porque começou um problema no setor, quebradeira de frigoríficos, quebrou o independência... O que eu achei um erro deles.

Então, como é que nós estamos pensando agora controlar a questão da expansão da pecuária? O Conselho Monetário aprovou um pacote bilionário de apoio aos frigoríficos, o que é normal, e nós... Isso vai ser executado pelo BNDES, o BNDES é um dos bancos que assinou conosco o protocolo verde, de não financiar empreendimentos não sustentáveis, então nós conversamos com o Presidente Luciano Coutinho. Nós temos a lista dos fornecedores desses frigoríficos, viu Senador, e nós estamos em campo fiscalizando cada um deles e vamos informar, Senadora Marina, para o BNDES quais frigoríficos que estão comprando carne de pecuaristas que estão desmatando a Amazônia. E pelo acordo do protocolo verde que nós temos com o BNDES, o BNDES fica impedido de financiar frigoríficos cujos fornecedores estão desmatando. Porque os nossos decretos dizem que um frigorífico é corresponsável pelos crimes ambientais cometidos pelos seus fornecedores. Que você tem que ter o controle da cadeia produtiva como um todo. Não vai você aqui dizer: "Eu sou bonzinho", e comprar carne de quem está destruindo. Então isso tem que controlar o conjunto da cadeia produtiva. Então, nesse momento nós estamos nesse ponto.

Ampliamos o monitoramento de várias áreas do bioma, não só usando os satélites do INPE, mas usando também o Alos, um satélite japonês que atravessa as nuvens, e estamos incrementando as atividades também do Arco Verde. Nesse período, além da ação repressiva, que foi muito implementada, duplicada a ação da Polícia Federal, do Ibama, dos entroncamentos de mais pessoas tomando conta, o corte do crédito, o leilão do boi pirata, o leilão do gado pirata... Eu próprio, pessoalmente, participei de 18 operações na Amazônia. Eu acho importante o Ministro participar dessas operações porque ele vai diretamente lá, Senador Casagrande, e vê o que está acontecendo. Os carros do Ibama crivados de balas, falta diária, falta repelente, não funciona o comunicador... É muito fácil você ficar aqui no ar-condicionado dizendo para o pessoal que está lá na ponta: "Vai que é mole. Vai que é mole". E criticar quando não tem resultado. Então, faço questão de participar pessoalmente. Fui em 18 operações na semana passada, estive em Rondônia numa operação com o Exército, na Flona Bom Futuro que mobilizou mais de 400 pessoas.

Quero dizer, Senador, que para mim foi muito importante participar dessas operações. Primeiro, dá moral para o pessoal que está na linha de ponta da visibilidade nacional por que a gente está fazendo, constranger os criminosos ambientais que estão destruindo a Amazônia, e também eu me dar conta da complexidade dessa situação. Uma das operações que eu participei, uma das 18, foi em Paragominas, dois dias depois que houve uma insurreição provocada pelos madeireiros que mobilizou 800 pessoas num domingo, foi filmado isso tudo, foi distribuído galões de gasolina, meteram fogo, Senadora Marina, no prédio do Ibama, nos carros do Ibama e no hotel com Coquetel Molotov que estavam hospedadas as pessoas. Uma selvageria. Nós fomos lá dois dias depois, interditamos, fechamos as serra-

rias, houve prisões, fizemos um acordo com o Prefeito de Paragominas, que é uma pessoa interessada e por esse acordo nós, ao invés de fazermos um cerco total que caberia até como uma medida de resposta, não fizemos isso, para não punir a população pelo criminoso. Fizemos um acordo com o Prefeito, demos para ele o dinheiro da madeira apreendida para ele fazer uma série de coisas e ele se comprometeu a cassar o alvará de todas as serrarias ilegais e assinou na hora cassando alvará de seis serrarias cujos donos foram filmados distribuindo galão de gasolina--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Foram presos?

**MINISTRO CARLOS MINC:** Foram presos. Não sei se ainda estão presos. Foram presos. Foram presos. Bem, então, com todas essas ações... Mas isso é um lado. Eu sempre digo, Senadores, que a gente fecha uma serraria ilegal em uma hora, mas não cria 50 empregos sustentáveis em uma hora. O sujeitinho vai desmatar cinco quilômetros além. E daí a importância do Programa Amazônia Sustentável, que no meu modo de ver não está indo com a amplitude que deveria. Senadora Marina participou diretamente disso com outros Ministérios, é um programa que tem pelo menos 20 prioridades, uma delas está sendo tocada pelo Governo, com críticas ou sem críticas, que é a questão da regularização fundiária, o ponto que eu quero tocar muito agora é a recuperação das áreas degradadas, acho que isso é um ponto essencial que é uma forma de defender as áreas virgens do bioma. Mas só Ibama e Polícia Federal não resolve a parada. Você tem que ter alternativa sustentável, que é mais difícil. Por isso, o Fundo Amazônia, e eu já disse que é uma guerra fazer o fundo, conseguir o recurso, e agora fim do mês a gente vai começar a aprovar os primeiros projetos.

Zoneamento econômico e ecológico. Estamos correndo, e o nosso compromisso, Senador Casagrande, é terminar todo o zoneamento econômico ecológico da Amazônia até o final do ano. Que é um esforço considerável. Os Estados estão trabalhando, nós estamos apoiando, existe o Consórcio ZEE Brasil, já existia na gestão anterior da Ministra Marina, nós estamos incrementando, é formado pelo IBGE, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e recursos minerais, CPRM. E nós estamos botando mais recursos, mais gente, temos uma secretaria cuidando disso, alguns estão indo a voto já no CONAMA para fechar, vários Estados fecharam, outros estão fechando e a nossa expectativa é concluir isso tudo até o final do ano.

Por que é importante o ZEE, por que é importante a regularização fundiária na Amazônia independente exatamente dos moldes e das características que essa... Isso está no Senado, vocês Senadores haverão de aperfeiçoar onde couber e com as forças que tiverem para aperfeiçoar isso. Eu estou falando da regularização fundiária em tese. Por que é bom a regularização fundiária? A regularização fundiária é essencial pelo seguinte, se cada terra tem cinco donos, como é que você vai saber quem que você vai multar e quem que você vai apoiar? Cada terra tem cinco donos. Cada cartório tem cinco andares, cada um conseguiu um papel sabe-se lá como. Então, a regularização fundiária, enquanto instituição, é essencial para o combate ao desmatamento. Sem regularização fundiária não há política ambiental na Amazônia. Agora, ela tem que ser feita com critério. Nós, inclusive, colocamos na mensagem que veio do Governo, alguns pontos na questão ambiental. Rigoroso. Nós colocamos questões ambientais importantes que foi que quem recebesse a terra, o título, não poderia desmatar APP e reserva legal senão perdia o título. Colocamos cinco pontos, esse o mais relevante. Quando estava na Câmara, houve uma grande mobilização de Deputados para retirar o art. 5 e todas essas cláusulas resolutivas. Nós estivemos lá discutindo com os Deputados, com o relator da matéria, que era o Deputado Asdrúbal Bentes, do Pará, se não me engano do PMDB do Pará, e também com o líder do Governo na Câmara que é o Deputado Henrique Fontana. E eles mantiveram. Mas quando foi para o Plenário houve cinco destaques para tirar entre outras coisas, houve cinco destaques para tirar esses pontos, dizendo que a questão ambiental prejudicaria a regularização fundiária. E esses cinco destaques foram, felizmente, derrotados por 190 a 90. Ou seja, o que veio da Câmara para o Senado, independente de outros pontos que alguns Senadores vão tentar aperfeiçoar, entre eles a Senadora Marina, sobre a questão da pessoa ter que residir ou não, empresa poder ou não, limite... Vários aspectos, mas eu estou me fixando nesse que foi um que eu batalhei especialmente para colocar--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Mas qual é a sua posição sobre esses aspectos que a gente vai aperfeiçoar aqui? Por exemplo, de três anos pode reconcentrar a terra de novo? Certo? Enfim, outros aspectos... É só para que--

**MINISTRO CARLOS MINC:** Eu vou, Senadora Marina, me pronunciar sobre todos os pontos que os Senadores levantarem. Eu vou concluir primeiro, eu já estou quase concluindo a minha primeira exposição--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Só uma questão, Minc, que é importante, você tem dialogado comigo e estou achando que você está me fazendo um convite, já que tem me citado várias vezes.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Exatamente. Que, aliás, são frequentes os convites parte a parte.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Então. Porque para que nós é muito bom ter aqui a posição do Ministro e do Ministério do Meio Ambiente sobre as questões que ainda não estão resolvidas. Porque senão a gente transfere para o Senado algo que eu imagino e pelo que você está dizendo, há um interesse do Ministério que também seja aperfeiçoado. É só nesse sentido.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Exatamente. Eu vou terminar a minha fala e abrir para os Senadores colocarem todas as questões e nesse término da minha fala, aonde for cabível e possível, também contemplarei as questões levantadas pela minha amiga e atenta observadora do que acontece na área ambiental, Marina Silva.

Bem, então o que eu dizia para vocês, vou chegar nesse ponto, é o tema central que o Senador Casagrande me convidou, que era falar da questão do clima e falar da questão do desmatamento da Amazônia. Do clima eu dei pinceladas gerais, mas falta muito. Porque a questão do clima não é só reduzir o desmatamento da Amazônia. Nós temos que aumentar o percentual do álcool e do biodiesel, aumentar o percentual de energia renovável, que são as hidrelétricas, a solar e a eólica, lancei uma medida agora que obriga as térmicas a óleo e a carvão mitigarem as suas emissões, que não havia antes, nunca houve isso, emitem muito, pioram a matriz energética, poluem mais e nunca foi exigida às térmicas a óleo e a carvão que mitigassem as suas emissões. E agora elas estão sendo obrigadas a mitigar. Foi uma norma do Ministério e do Ibama e também agora vai ser discutido e votado no CONAMA. É razoável. Veja bem, eu não estou criando um custo novo para as térmicas, estou apenas dizendo que elas assumam aquilo que hoje elas transferem para as costas da sociedade e do planeta. Vão ter que plantar milhões de árvores para mitigar as suas emissões de carbono.

Então, o Plano Clima ele tem vários aspectos. Por exemplo, placas solares nas casas do PAC. Foi uma vitória nossa. Discutimos com a Ministra Marina, com o Ministro das cidades, o Programa Minha Casa, Minha Vida de um milhão de casas vai ter placas solar. Só isso vai diminuir 800 mil toneladas/ano de emissões de carbono, e, além disso, vai gerar, Senador, uma economia para a família que mora lá de 400 reais/ano por não pagar conta de luz para o caso de aquecimento da água.

Então é importante que a questão do clima entre nos outros Ministérios. Que o transporte melhore o combustível, uma outra resolução que a gente vai votar no CONAMA, brevemente agora em julho, vai ser obrigar a vistoria veicular das emissões veiculares, atualmente só um Estado faz isso, o Rio de Janeiro, por conta de uma lei minha de dez anos atrás. E a COP constatou que isso reduziu em 40% as emissões no Rio de Janeiro. E agora essa resolução do CONAMA vai obrigar a todos os Estados fazerem o controle das emissões veiculares, que é comprovadamente, não é a única, é uma das formas de diminuir as emissões de poluição e as emissões de carbono.

Então, isso é para dizer que Plano Clima não é só a Amazônia. É Amazônia, é energia, é habitação, é troca de geladeira, é placa solar nas casas, é controle da vistoria dos imóveis, etc. É facilidades para a energia eólica, cortar imposto, fazer leilão todo ano, a gente vai lançar agora a carta dos ventos junto com os Estados, inclusive o Espírito Santo está com ideia de fazer eólica *offshore* em áreas marinhas, nós vamos apoiar essa iniciativa do vosso Estado.

Agora, tirando novamente do clima e voltando para a Amazônia, essa redução importante que se conseguiu, de 45% em 11 meses, comparado aos mesmos 11 meses do ano anterior, no meu modo de ver, tem que vir com essas questões. Aumento das operações, aumento do monitoramento, entroncamentos, CICA, corte de crédito, leilão do boi pirata, leilão da madeira pirata. Mas como eu disse tudo isso é insuficiente se você não tem alternativa. Então, de onde vem a alternativa? Arco Verde, Fundo Amazônia, zoneamento econômico ecológico e regularização fundiária. Por que a regularização fundiária e o zoneamento econômico ecológico são fundamentais? É a linha da legalidade ambiental da Amazônia. O que pode e o que não pode ser feito. Eu quero crer, Senadores, que 90%, não sei se eu estou sendo otimista ou pessimista, vocês são da região, vários de vocês, saberão melhor se eu estou sendo otimista ou pessimista. Quero crer que 90% de empresários, agricultores, proprietários, querem seguir uma regra certa. Tendo uma regra perfeitamente definida, tendo incentivo para fazer a coisa direita, por que o cara vai virar um fora da lei, poder ser embargado, multado, etc.? Então, nós temos que estabelecer a regra clara. O zoneamento econômico ecológico, a gente está jogando tudo nisso. Gente, dinheiro, convênio, vamos terminar até o fim do ano esse zoneamento. Regularização fundiária com os aperfeiçoamentos é fundamental. Se você não sabe quem é o dono da terra, você não sabe quem que você vai multar, quem que você vai embargar. Você não sabe quem que você vai dar crédito para ajudar. E você diminui a violência no campo. A regularização fundiária diminui a violência no campo.

Então, eu falava de um aspecto e que eu insisto nesse, e também vou fazer referência a alguns dos aspectos levantados pela minha mestre amiga e companheira Marina Silva, sempre com o seu xale, seu olhar atento e vigilante como uma coruja que fica vigiando com sua inteligência a floresta, cuidando dela como cuida dos filhos. Porque tem aquela expressão, Senadora Marina, que eu descobri o que era a expressão da mãe coruja. Uma vez eu fui ver duas corujinhas que estavam no quintal de um amigo meu e veio uma mãe coruja em cima de mim e eu descobri de onde vem a expressão mãe coruja. Cuida muito dos seus filhotes. V. Exa. tem que cuidar muito da Amazônia como a coruja cuida dos seus filhotes. Mas então eu vejo que PAS, Programa Amazônia Sustentável, bom, o implemento dele está sendo insuficiente. Avançou um ponto, que é a regularização fundiária, o próximo agora é a questão da recuperação das terras degradadas, o que eu tenho batido muito é o extrativismo, conseguimos o preço mínimo para os dez produtos extrativistas, apoio à cadeia de produtos do extrativismo, Fundo Amazônia, um dos sete pontos é apoio ao extrativismo e o pagamento por serviços ambientais.

Quero dizer, Senadores e Senadora, agora no dia 05 de junho, se tudo correr bem, porque o mundo também é feito de sobressaltos, se tudo correr bem o Presidente Lula vai assinar algumas novas reservas extrativistas, a de Cassurubá na Bahia, a Prainha do Canto Verde no Ceará, vai mandar aqui para o Congresso o pagamento por serviços ambientais, para se somar a outros projetos que existem, mas esse vem com recursos, porque os do Congresso não podem gerar despesas, foi feito de comum acordo com Deputados e Senadores que têm projetos semelhantes, e vai assinar o Decreto do manejo comunitário florestal que também é uma demanda dos nossos extrativistas há muitos e muitos anos.

Então, o apoio ao extrativismo, o Fundo Amazônia e o Arco Verde. Nós vamos ter agora, a partir do dia 19, grandes operações do Arco Verde em todas as cidades dos 43 Municípios [soa a campainha]. Vão seis Ministros, Presidente Lula, Ministra Dilma, Ministro Cassel, vai ter entrega dos títulos, vai ter crédito do Banco do Brasil, a Embrapa mostrando piscicultura, agricultura, como fazer produção boa sem desgastar, sem degradar, porque isso que é importante, alternativa tecnológica para as pessoas viverem com dignidade. Não basta você cobrar e ameaçar com polícia, você tem que dar a mão. Tem que dar o crédito, tem que dar tecnologia, senão uma coisa completamente desigual, Senador João [ininteligível] sempre fala nisso. Tem que ter alternativa.

E para concluir e falando da regularização fundiária, eu digo o seguinte: nós lutamos muito no Congresso para não ser retiradas as questões ambientais. Nós dizíamos que se você desse a terra com uma mão e nenhuma restrição, tirasse as restrições da mensagem que o Presidente Lula mandou, é como se fosse, Senador Casagrande, você dar o título numa mão e a motosserra na outra. E isso, felizmente, foi mantido. Nesse ponto nós fomos vitoriosos. Alguns tentaram tirar a questão ambiental e isso foi derrotado por 190 a 90. Então, em relação a esse ponto eu faço um apelo aos nossos Senadores que não permitam um retrocesso nesse ponto que se tentou tirar na Câmara e nós conseguimos impedir que fosse tirado. Mas há outros pontos que foram mantidos e vários Senadores, entre os quais a combativa Senadora Marina Silva, que querem aperfeiçoar. E por outro lado eu também estou sabendo que também tem outros Senadores que querem piorar. Então, vai ter um embate interessante, da matéria que vem; alguns vão querer transformar a coisa em algo mais ambiental e equilibrado, e outros vão querer transformar uma coisa talvez quase que numa... Num mercado livre, uma xepa da terra disponível.

Então, respondendo a questão sempre muito franca e muito direta da companheira Marina, que é seu hábito que felizmente mantém, eu vou dizer o seguinte: a minha posição em relação a isso, embora vários desses assuntos sejam mais afetos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Cassel, que está conduzindo o Programa Terra Legal, eu também acompanhei, também tenho posições. Eu acho que deveria... Como é uma terra pública Federal, um patrimônio Federal que não existe usucapião em terra pública, quer dizer, é um ato voluntário do Governo dar a terra a quem está lá há muitos anos, até para fazer justiça, mas está entregando um patrimônio que é um patrimônio Federal, eu acho que deveria estar garantido que essas pessoas realmente morassem na região para garantir que não é uma pessoa que estivesse em São Paulo com não sei quantos 'testas de ferro' que pudesse pegar em nome de um, de outro, de outro. Então eu acho razoável que tivesse a ideia daquele posseiro que vive lá. Eu não digo nem viver na propriedade, podia viver numa cidadezinha próxima, porque muitas vezes a pessoa não consegue, tendo filhos, estudando, morar na sua terrinha, mas que pelo menos, Ministra Marina, morasse na área, na região, no Município, na cidade; ficasse claro que a vida dessa pessoa era lá, era ligada àquela terra, ligada à propriedade.

Uma outra questão que eu acho importante é restringir isso à questão das pessoas físicas, e não às pessoas jurídicas. Porque pessoas jurídicas geral-

mente são empresas. Empresas que podem comprar terras, ou de particulares ou de leilões, etc. Eu acho que como é uma medida que até de zero a quatro é gratuito, de quatro a 15 é um preço simbólico, eu acho que nesses casos, sobretudo, deveria estar restrito a pessoas físicas e não empresas.

Uma outra questão é em relação a pessoa já ter outras propriedades. Eu acho que quem já tem outra propriedade poderia até participar na parte de leilão, na parte de leilão. Porque um leilão, acima de... Quantos módulos que é um leilão? 15? 15. Agora, de zero a quatro e do de quatro a 15, eu acho que esse mecanismo, já que é uma doação do Poder Público, um doação direta o outro uma doação simbólica, deveria ser das pessoas que não tivessem outras propriedades para garantir que fosse mesmo uma questão ligada a alguém que necessita muito, que está lá há muitos anos produzindo, trabalhando, e que realmente para melhorar sua condição de produção, para diminuir a violência e até para aumentar o controle sobre o desmatamento deveria ser assim.

Quero dizer que essas últimas respostas eu dei como posição individual que eu tenho, porque na verdade o motivo central que me trouxe aqui foi falar sobre as questões do Ministério do Meio Ambiente e nos nossos avanços nesse período, que foi a questão do clima e a questão do desmatamento da Amazônia. Quero dizer que falta muito, nós estamos debaixo de ofensiva, várias leis nossas estão sendo ameaçadas, vou ter esses dias um encontro com o Presidente Lula para discutir várias dessas questões, espero que no dia 05, no anúncio dessas medidas e dessas novas a gente possa mostrar uma certa contraofensiva, a área do meio ambiente ela está desconfortável, a medida das estradas foi feita à nossa revelia, essa ideia de licenciamento por decurso de prazo nós consideramos indecente, vamos pedir para o Presidente caso isso seja aprovado que vete essa medida, porque nem no tempo da ditadura militar existia licenciamento por decurso de prazo, a tentativa de tirar as questões ambientais da regularização fundiária nós também não podemos aceitar e também teve uma novidade que eu nem sei se todos aqui estão atentos, mesmo a Ministra Marina não sei se acompanhou esse ponto, na discussão da... Do PL 12, que trata do art. 23 da Constituição, o que nós estamos acompanhando porque é uma coisa que interessa aos Estados, Municípios e a União definir para cada ente da federação as suas responsabilidades no licenciamento, eu e a Secretária Executiva Isabela nos empenhamos, porque os Prefeitos e Governadores querem isso, isso é importante, o Ibama quer, e o Ibama não quer licenciar posto de gasolina, isso tem que ficar para o Município. O Ibama quer licenciar hidrelétrica, quer licenciar ferrovia... Então, tudo isso ajuda os Municípios e Estados e ajuda nós também. Agora introduziram, Ministra Marina, na discussão da regulamentação do art. 23 um pequeno bacalhau que simplesmente vai acabar com a fiscalização do Ministério na Amazônia. Introduziram um ponto, Senador Casagrande, que diz o seguinte: Que cada ente só pode fiscalizar, multar ou embargar aquilo que licencia. Aparentemente, é uma frase ingênua, porque fiscaliza aquilo que licencia [soa a campainha]. Agora, veja qual é a consequência disso: como principal instrumento de defesa da Amazônia que o Ibama tem são os embargos das áreas que estão sendo desmatadas e como o Ibama não é ele que licencia as fazendas, as propriedades, a agropecuária na Amazônia, se você diz que uma entidade só pode fiscalizar e embargar aquilo que licencia, como o Ibama, que é o grande defensor da Amazônia, que a gente conseguiu derrubar 45% em 11 meses, graças a esse trabalho vigilante, de força, presença do Ministro, leilão do boi pirata, se você diz que não pode mais fiscalizar nada do que você não licencia, como a gente não licencia nenhuma fazenda na Amazônia, o Ibama não vai poder fiscalizar, multar, embargar nenhuma fazenda da Amazônia. Isso significa que acabou a fiscalização da Amazônia e eu diria mesmo que acabou a principal função do Ministério do Meio Ambiente.

Então, eu faço essa [interrupção no áudio] faço esse alerta e apelo aos Senadores da Comissão de Meio Ambiente, começando pelo Senador Casagrande, nosso amigo, aliado e Presidente dessa Comissão, que faça gestões para que esse contrabando que entrou dentro da discussão do art. 23 não prospere porque isso significa deixar na prática o Ministério de mãos e braços atados e nós não vamos conseguir cumprir as metas do clima e vamos simplesmente arruinar o Fundo Amazônia, quem é que vai doar dinheiro para o Fundo Amazônia se o desmatamento voltar a crescer e o Ibama e o Ministério não poderem mais fiscalizar, embargar quem está destruindo de forma criminosa o que restou do bioma Amazônia.

Muito obrigado, Presidente, estou aberto a perguntas, considerações e críticas suaves e construtivas que, seguramente, os nossos Senadores apresentarão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Ministro Carlos Minc, pela sua fala, acho que abordando todos os temas, e eu sou autor do Requerimento, vou fazer um questionamento rápido, depois o Jefferson Praia, Valdir Raupp e Marina Silva. São os quatro que estão inscritos, João Pedro também e se o João Ribeiro também quiser se inscrever está aberto--

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Eu tenho que ir numa audiência com o Ministro da Educação, porque eu sou relator dessa área dele, mas vou lá, é meia hora só e volto para cá. Eu votarei porque quero cumprimentar o Ministro e concordo com muito do que ele disse. Sou do Amazonas, sou do Tocantins, e acho que a gente tem que titular as terras, sim, porque sem titular nós não vamos saber quem é dono.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E o senhor tem que retornar porque nós vamos votar os indicados da ANA daqui a pouco--

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sim, eu estou sabendo. A gente sabe que é outra coisa muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** --então o senhor tem que retornar.

Bem, Ministro, primeiro agradecer sua vinda e dizer que nós estamos fechando o ano na verificação do desmatamento 2008/2009, não é isso? Fecha em junho? Fechamos em junho.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Fecha em julho, mas o resultado acaba saindo normalmente em novembro. Quer dizer, os PRODs... O PROD sai uma vez por ano, geralmente em novembro. O DETER é que sai mês a mês. Agora mesmo no dia 02 ou 03 de junho vai sair um novo DETER correspondente a três meses. Enquanto está muito encoberto, não fazem mês a mês, fazem a cada três. Vai sair o DETER de fevereiro, março e abril. Três meses. E posso dizer que vai haver uma queda também. E vai ficar faltando os últimos três que são os mais difíceis, são os mais "brabos", os que historicamente tem maior desmatamento que é maio, junho e julho. Aí que vai ser a guerra principal, maio, junho e julho para ver se realmente a gente consegue pela primeira vez abaixar abaixo de dez mil quilômetros e chegarmos perto de nove mil, será um sonho.

Agora, então, o DETER fecha em julho, de agosto a julho, mas normalmente a divulgação é apenas em novembro. O que a gente vai divulgar agora são... O PRODs fecha em julho e divulga em novembro. O que a gente vai divulgar agora início de junho é o DETER de três meses que vão apresentar redução.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Ok. Então... Vou fazer alguns questionamentos, gostaria que o senhor anotasse, se tiver... Porque todos os parlamentares vão fazer questionamento, para que o senhor possa responder ao final. Então aqui tem a caneta... E eu questiono mais algumas questões, primeiro, assim, o Programa Amazônia Sustentável é um programa coordenado não pelo Ministério do Meio Ambiente, coordenado pelo Ministro Mangabeira Unger. A avaliação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministro, é que o programa precisa avançar mais em outros temas. Acho que primeiro essa Comissão poderia convidar aqui o Mangabeira Unger para fazer uma avaliação do Programa Amazônia Sustentável porque só ações--

**MINISTRO CARLOS MINC:** [ininteligível] está devagar, muito mais devagar do que deveria

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** --só ações de comando e controle tem um limite de... Para se coibir o desmatamento nós temos que buscar caminhos alternativos para as pessoas poderem viver lá na região.

Com relação ao zoneamento ecológico econômico, eu acho que é importante fazer o zoneamento ecológico econômico, naturalmente, o Código prevê isso também, possibilita a utilização econômica de algumas áreas, mas tem alguns Estados que fizeram e só fazer o zoneamento também não tem nenhuma garantia de que você vai ter o controle. Se não tiver lá no Estado e na União a condição de fiscalizar a implementação e a execução do zoneamento, a execução, a elaboração... Rondônia fez o zoneamento ecológico econômico. Mas as minhas informações preliminares é que o controle sobre os recursos naturais e florestais especialmente em Rondônia é muito precário. Então, acho que... Acho que a garantia de que feito o zoneamento os Estados também tem uma estrutura e um sistema de controle dos recursos naturais para que nós possamos fazer com que o zoneamento tenha alguma função, senão, ficar só na parte teórica, na parte prática, nós não avançamos.

As outras questões que eu gostaria de perguntar são três questões relacionadas ao que nós estamos vivendo aqui no dia a dia. Parte já foi respondida, mas, por exemplo, hoje votaremos a MP que facilita licenciamento de rodovias.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Hoje?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Hoje. Já começamos a votar na semana passada, mas fizemos um movimento no Plenário junto com a Ministra Marina Silva e outros parlamentares e nós conseguimos fazer com que se votasse hoje. Não temos entendimento entre DNIT e Ibama. Do jeito que está lá, tem o decurso de prazo passou para 90 dias e temos ausência de licença prévia para a implantação de rodovias. São dois pontos que o Ministério do Meio Ambiente não aceita e que não houve entendimento. Minha avaliação, faltou do Governo interesse no entendimento. Acho que tinha que ter o entendimento nesses dois pontos especialmente desses dois pontos porque são pontos que impedem que nós possamos votar favorável a Medida Provisó-

ria, PLV que está tramitando. Se puderem chegar a um acordo até o final, seria importante para nós porque a gente daria uma certa tranquilidade, uma certa garantia de que a MP poderia até desburocratizar em alguns pontos o licenciamento, que eu acho que tem caminho e tem campos para gente trabalhar isso, mas sem a gente avançar em pontos que nós possamos perder o controle.

A outra questão que é a Medida Provisória da regularização, eu também achei que o que a Câmara aprovou avançou. A Câmara garantiu importantes avanços que a gente tem que tentar corrigir aqui, sabendo que quem vai relatar a matéria é uma Senadora com uma visão totalmente distinta daquela da preocupação ambiental. A Senadora Kátia Abreu, que é relatora da matéria, ela vai relatar a matéria, acho que nós vamos ter que ter um bom entendimento para que a gente não retroceda e não recue com relação a essa matéria. E acho que essa é uma preocupação que a gente tem aqui nos próximos dias. E a terceira questão--

**MINISTRO CARLOS MINC:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Vamos votar agora semana que vem. Semana que vem temos que votar a Medida Provisória, porque se mudar vai de novo à Câmara. Então, até semana que vem a gente tem que votar essa Medida Provisória também da regularização fundiária.

Então, eu sugiro ao Ministro que possa estabelecer internamente no Governo um ambiente para que o Governo busque uma posição única com relação a esses temas para facilitar a nossa vida e a gente não ter... A gente não ter retrocesso com relação a aquilo que possa se aprovar no Congresso Nacional.

E por fim nós também estamos vivendo um grande debate sobre a questão do Decreto do Presidente Lula que tem vigência até o dia 11, tem vigência para ser executado 11 de dezembro. Quais são as medidas para que esse Decreto seja... Decreto da reserva legal, das APPs... Já que está relacionado... Que está relacionado à questão do código florestal... Tem uma demanda para que haja uma flexibilidade na aplicação desse Decreto para a agricultura familiar? Como está isso dentro do Governo em termos de implementação, da cobrança, da execução e quais são as perspectivas de mudança com relação a esse Decreto para que nós possamos também fazer o debate aqui na Comissão?

Era esse o meu questionamento, passo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Obrigado, Presidente. Ministro Minc, é um prazer tê-lo aqui conosco. Vou procurar ser breve e colocar algumas preocupações minhas. Primeiro é importante eu dizer que a floresta, entendo que ela é o homem e o homem sem ela não dá para existir. Muito bem. Percebo o esforço de V. Exa. no Ministério. E ministrar hoje a questão ambiental no Brasil ela requer bom senso. E aí vejo que tem que ser rígido com os criminosos, temos que ser rígidos, nós temos que ter também sensibilidade com a produção sustentável e temos que ter condições para realizar o trabalho.

Primeiro questionamento que eu lhe faço é questão... Não é muito delicada, mas é importante, nós saibamos isso. V. Exa. tem os recursos necessários para aprimorar todas as... Na verdade as instituições que estão sob o comando do Ministério do Meio Ambiente para realizarmos um bom trabalho dentro do contexto que queremos que não dá para trabalharmos fora do que queremos, que é de realmente o Brasil dar prioridade para a questão ambiental, o quanto temos que avançar em relação aos recursos para que possamos nos posicionar diante do próximo orçamento que teremos pela frente. Porque senão nós ficamos falando muito, não tem dinheiro para agir, ficamos nos deparando com os problemas e as soluções não avançam.

Muito bem, eu entendo também que nós temos políticas públicas de curto prazo, de médio prazo e de longo prazo. De curto prazo, o que tem que ser feito nesse momento? Fiscalizar, orientar, compensar financeiramente, por exemplo, comunidades paupérrimas. No momento que você chega lá e diz: "Olha, vocês não podem explorar o carvão da forma vegetal como vocês estão explorando". Estão derrubando a floresta, fazendo carvão... Nós temos lá na minha cidade de Manaus num ramal chamado ramal de Pau Rosa até hoje nós temos pessoas vivendo, produzindo carvão que esse carvão é vendido em Manaus. Agora, nós trabalhamos, digo isso porque fui secretário do trabalho lá, procurei levar informações, procuramos... Estamos lidando com o problema. Vendo como é que nós poderíamos fazer para mudar aquela realidade, fazer com que eles tenham uma outra opção. E essa, com certeza, é a realidade de muitas comunidades na Amazônia.

Portanto, como fazer isso no curto prazo, porque sem você compensar financeiramente as pessoas, elas não vão parar de utilizar de forma incorreta os recursos naturais.

Também vejo como um outro ponto importante. Se temos empresários que querem fazer investimento para aproveitar a madeira de forma sustentável, como agilizar isso? Eu tenho visitado diversos Municípios do meu Estado, também em outros Estados, e tenho visto muita reclamação: "Não, nós queremos fazer a coisa correta", mas há um trabalho lento dentro desse contexto. Com certeza deve ser pelas faltas de condições que temos em muitas instituições. E aí eu que-

ria saber também de V. Exa., V. Exa. coloca o acordo com a questão mineral. Que acordo foi esse? Como é que está essa relação que abrange aí duas políticas, a política ambiental e a política de aproveitamento dos minérios no nosso país. O que emperra? O que temos que avançar? São os empresários desse setor que ainda não estão percebendo a importância de ter um cuidado maior com o meio ambiente ou nós... Porque tem empresários que só querem a flexibilização. "Não, nós não agimos corretamente porque a Legislação é muito rígida". Mas a Legislação tem que ser rígida mesmo. Agora, nós também não podemos impedir que haja um aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável. Aí eu gostaria de saber as suas considerações sobre esse ponto.

Eu entendo também, Ministro, por exemplo, Plano Amazônia Sustentável. Ministro Minc faz um grande trabalho. Um programa... É um programa que nós ainda estamos engatinhando. O Brasil ainda está engatinhando, muito embora esteja dentro do contexto do nosso planeta dando bons exemplos. Eu fiquei orgulhoso quando V. Exa. estava lá em Poznan, na Polônia, V. Exa. estabeleceu as metas. Eu lhe digo, fiquei orgulhoso com aquilo. Eu digo: "Está aí".

Essa é a mensagem que eu gostaria que déssemos aqui, estabelecermos as metas de reduzir até 2017, 70% do desmatamento. Essa é a nossa meta. E aí temos que trabalhar. Mas eu entendo também que por mais que a questão ambiental ela já esteja entranhada em muitos de nós, por exemplo, a Ministra Marina, o senhor, o Casagrande, eu e outros companheiros aqui, o Valdir Raupp que tem o seu Programa Desmatamento Zero, por mais que nós já estejamos com isso, mas falta ainda na minha avaliação, nós pressionarmos um pouco mais aqueles que dirigem o nosso país. Até que ponto, por exemplo, aí vem uma eleição ano que vem para Presidente. Até que ponto nós teremos a continuidade dessa política que vai fazer com que nós tenhamos o bom cuidado com relação à questão ambiental? Aí nós falamos de floresta, mas não devemos esquecer o seguinte, eu trago rapidamente, Sr. Presidente, estou concluindo, uma outra preocupação gravíssima que temos na nossa Amazônia são os rios da nossa região. V. Exa. sabe que igarapés e rios estão sendo poluídos como fazíamos no passado e continuamos fazendo a mesma coisa porque Prefeitos e Governadores não tratam a questão do saneamento como deveria ser tratado. Esse é um grande problema.

Muito bem, para concluir, a Amazônia que queremos é uma Amazônia para daqui 20 anos, na minha avaliação. Por quê? Porque a Amazônia que queremos não tem alternativa, Senador Casagrande, para compensar financeiramente a curto prazo a maioria das pessoas. Nós não temos pesquisa sobre biodiversidade. Não conhecemos nada de Amazônia, rapaz. O que nós conhecemos de Amazônia? Lá nós temos, Senadora Marina, o centro de biotecnologia da Amazônia, está lá em Manaus engatinhando até hoje os recursos contingenciados, sem aplicá-los da forma correta. Nós não temos pesquisadores que deveríamos ter lá em uma quantidade considerável, nós não temos uma ciência e tecnologia sendo feita para a Amazônia de forma que deveríamos ter lá. Hoje nós temos mais recursos para investir em Ciência e Tecnologia em outras regiões do que na Amazônia. Como é que nós vamos fazer com a Amazônia, rapaz? Como é que nós vamos avançar na Amazônia que queremos? Para você viabilizar um fitoterápico e um fitofármaco são 10, 15 anos. Vejam bem a gravidade do problema que estamos nos deparando. Mas eu fico feliz quando vejo, por exemplo, o avanço que estamos tendo. Veja bem, eu não sou um descrente, não. Eu apenas coloco essa minha apreensão, essa coisa de você perceber a coisa como está porque acredito que nós temos que avanço avançar para... Viu, Senadora Marina Silva? Para que nós tenhamos a política ambiental em nosso país como uma das principais de políticas de Governo a nível Federal. Porque ela ainda não é uma prioridade. Muito embora V. Exa., Ministro Carlos Minc, V. Exa. faz um esforço muito grande. Percebo uma sensibilidade, negocie, temos que fazer isso. Não dá para chegar também só ser rígido: Olha, para com tudo aí, não fazemos mais nada... Não, não é assim porque lá as pessoas ainda estão com aquela cultura e com aquele pensamento muitos da nossa geração, as pessoas da minha geração balava passarinho. Hoje você não tem uma criança balando passarinho quando ele é adolescente. Não é mesmo, Ministra Marina Silva? Portanto, a mudança no pensamento em relação à questão ambiental ela está se dando e temos urgência em relação a ela.

Eram essas as colocações que eu gostaria que V. Exa. fizesse considerações. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Senador Valdir Raupp com a palavra.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Sr. Presidente, Sr. Ministro Minc, Sras. e Srs. Senadores. O Brasil nos últimos tempos tem tido sorte com seus Ministros de Meio Ambiente. Zequinha Sarney, Marina Silva, Minc... Mas Rondônia também tem tido problema com os Ministros. Quase todos acabam virando inimigo de Rondônia, ou Rondônia inimigo deles. Mas é pelo passado, e eu falava há poucos dias ali naquela Sessão Especial sobre meio ambiente, com a presença da Christiane Torloni e tantos outros artistas e auto-

ridades, que nós não devemos ser condenados pelo passado. Podemos até ser condenados pelo futuro, o que pode acontecer daqui pra frente, agora, nos condenar aproximar um passado de 30, 40 anos, acho que não é justo. Nem Amazônia, nem o meu Estado de Rondônia.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Mas aí o Ibama não esteve presente. Eu cito aqui o exemplo da reserva Bom Futuro. Quem será o culpado? Será que é o povo que está lá dentro? Não. Foi o Ibama e o INCRA. O INCRA que não assentou em terras devolutas da União e o Ibama que não fiscalizou. E deixou. Tanto deixou esse povo que está na reserva bom futuro entrar como deixou também desmatar aqueles que receberam a terra do INCRA, uma parcela de 50 hectares--

**MINISTRO CARLOS MINC:** Mas nós agora vamos correr atrás desse passado de omissões e marcar uma presença forte lá. É difícil.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** É difícil recuperar o tempo perdido, é difícil tirar o prejuízo do que aconteceu no passado. E tem que se encontrar uma saída. Acho que talvez não da forma como o Governador está querendo, de barganha, de... Mas de uma forma civilizada encontrar um caminho. Eu sei que o senhor já conversou, já conversou com o senhor, a bancada já conversou, todos nós já conversamos sobre esse assunto e tem que se encontrar uma saída. Uma saída menos traumática. Inclusive para quem está lá dentro. São três mil famílias que estão lá dentro de uma reserva Federal, Parque Nacional, não é? Floresta, uma floresta nacional, ocupando lá mais de... Sei lá, 80, 100 mil hectares de... A reserva toda. A reserva toda. Só uma parte está invadida, não está 100% invadida. É em torno de 80 mil hectares invadidos. Então, tem que se encontrar uma saída. Ou o pequeno fica e o grande sai ou se compensa com outra área de floresta ou... Ou se assenta esse pessoal numa outra área destinada pelo INCRA... Tem que se encontrar uma saída para a reserva Bom Futuro.

E eu falo agora do que a Amazônia está preservando, Sr. Ministro. Quando eu falo que nós não podemos ser condenados pelo passado, a Amazônia que pese ter mais de 50%, 60% do território nacional, ainda preserva 83% das florestas. Enquanto o restante do país... A Mata Atlântica só tem 7%. Entre a Amazônia e a Mata Atlântica, não sei nem quanto tem. Talvez menos de 2%. E aí? Para esse povo que se desenvolveu para o Espírito Santo, para São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e todos outros Estados que estão entre a Amazônia e o mar, e a Mata Atlântica, esse já derrubaram quase tudo, se desenvolveram como outros países. Hoje vem país da Europa, Estados Unidos, impor regra aqui dentro do Brasil e dizer que o Brasil é o vilão do aquecimento global, porque o Brasil está queimando. E eles o que fizeram no passado? Nós ainda estamos preservando 83% da Amazônia. Apenas 17% da Amazônia legal foi derrubada. E aí? Nós somos os culpados, nós devemos ser condenados por isso?

E outra coisa que eu queria falar, Sr. Ministro, enquanto se demora três, quatro anos ou mais ou nunca se consegue uma licença para construir um gasoduto, estão dando licença para construir uma termoelétrica a carvão para importar carvão da Nigéria ou da Colômbia, não sei da onde. Isso não pode acontecer no Brasil. E me parece que está acontecendo isso. Ainda não estamos hoje tão necessitados de geração de energia elétrica para se licenciar uma usina a carvão no... Para trazer carvão de fora do Brasil. Eu não sei se isso é verdadeiro, se isso está acontecendo. Pois não.

O meu projeto, eu entrei com um projeto corajosamente e falo isso com muita sinceridade se fosse a dez, 15 anos atrás eu não teria essa coragem, porque politicamente eu estaria liquidado no meu Estado de entrar com Projeto de Desmatamento Zero. Eu defendo, advogo, defendo, entrei com projeto, estou um pouco preocupado porque a relatora é a Senadora Marina Silva.

[risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Fique animado! Desmatamento é zero. Fique animado!

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Não pelo desmatamento zero, que acho que nós devemos caminhar para isso, mas são algumas compensações que estão dentro do projeto, porque acho que se nós queremos desmatamento zero, tem que haver compensações. Sabe qual foi o melhor projeto ambiental do mundo, eu falo do mundo, está no Brasil, está na Amazônia, foi a Zona Franca de Manaus. Por quê? É o maior Estado brasileiro, é maior do que muitos países do mundo e só desmataram 2%. Por quê? E tem uma população de mais de três milhões de habitantes só na capital. Se não fosse a Zona Franca de Manaus, se não fosse a compensação, os incentivos para gerar mais de 500 mil empregos, com certeza essa demanda estaria se alastrando para dentro da floresta. Então o pólo da Zona Franca de Manaus foi um projeto certo. Muito justo, muito certo, que devíamos criar outros. Por isso entrei com projeto também para criar as ZPEs. Não é bem uma Zona Franca, mas são Zonas de Processamento de Exportação, em Porto Velho, Guajará-Mirim... Guajará-Mirim, Sr. Ministro, preserva mais de 90% da

sua área. O Município de Guajará-Mirim em Rondônia, que eu quando Governador criei o ICMS verde, eu acho que devia se estender não só o ICMS verde, mas o FPE verde, o FPM verde para os Estados e Municípios para aqueles que preservam, inclusive as autoridades, os Prefeitos e Governadores, Deputados, Vereadores, ajudar a preservar se tivesse uma compensação. Tivesse um FPE verde, um FPM verde.

E para encerrar--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Já começou a estabelecer uma aliança com a Ministra Marina Silva, porque ela tem um projeto--

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Mas eu vou conversar com ela, eu falei que eu aceito excluir do meu projeto a isenção das multas. Porque de 2004 para trás o meu projeto isenta. Não de 2004 para frente, mas de 2004 para trás o projeto isenta as multas. Eu aceito a isenção das multas, mas precisamos de uma compensação para usar um pouco mais das áreas desmatadas. Por quê? Porque se nós vamos preservar tudo, 100% daqui pra frente, tem que haver uma compensação das áreas já desmatadas. Reflorestando as encostas, as margens de Igarapé, as nascentes... Mas tem que haver uma compensação.

E para encerrar, eu sei que isso já consta no Projeto Amazônia Sustentável, mas Sr. Ministro, eu acho que nós temos que transformar o mais rápido possível as nossas florestas em ativo econômico. Enquanto isso não acontecer e isso consta no meu projeto também, enquanto isso não ocorrer, os produtores vão continuar colocando floresta no chão. Então tem que transformar a floresta em ativo econômico, tem que ter alguma renda para a pessoa poder preservar.

E por último dizer da minha alegria que o meu projeto está sendo hoje premiado por três institutos, pelo Interlegis, o LB, o ILB e o INDEL instituto de desenvolvimento estatístico Legislativo. Então, três institutos escolheram 150 projetos no Brasil de todas as Câmaras de Vereadores, são mais de cinco mil Câmaras de Vereadores das 27 Assembleias Legislativas, da Câmara Federal e do Senado Federal e o meu projeto foi selecionado entre os 150 melhores projetos do ano de 2008.

Então eu fico muito feliz por isso e espero poder sentar logo logo com a Senadora Marina para gente traçar aqui a estratégia de relatoria e de aprovação desse projeto tão importante para o país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Parabéns Senador Valdir Raupp. Nós temos aqui inscritos a Senadora Marina que permutou com o João Pedro, Senador João Pedro, Senadora Marina, Senador Gilvam. Nós estamos marcados meio-dia para fazermos a oitiva, a audiência dos indicados da ANA. Então, gostaria de ver se até meio-dia a gente pudesse concluir essa audiência com o Ministro Carlos Minc para gente poder entrar na outra audiência, na segunda parte da audiência. Então, com a palavra Senador João Pedro. Estou falando isso não é pra apressar ninguém, não. É para que todo mundo possa falar de forma mais sucinta aquilo que deseja falar.

Senador João Pedro com a palavra, para gente ganhar tempo.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Entrando aí no mérito dessas proposituras que estão aqui das Medidas Provisórias já no Senado. Nós precisamos a representação das... Dos Ministérios aqui. Porque fica muito complicado, principalmente na base do Governo nós não termos um foco, um entendimento. Acho que é possível buscarmos o entendimento sobre a 458 que nós temos alguns dias, e eu espero sinceramente que a Senadora Kátia Abreu ela se divorcie da sua entidade nacional e seja a Senadora Republicana, para tratar a Amazônia de forma especial. Isso não é simples. Na realidade, o Brasil acordou para o dilema. Nós estamos num dilema. É um dilema que não é nosso, é do planeta. Ou tratamos de forma diferenciada a Amazônia ou a gente arrebenta com tudo. Então, não é simples esse... A quebra de paradigmas. Não é simples isso. Principalmente setores da economia brasileira insistem. Agora mesmo no final de semana, eu vi uma operação de serrarias fechadas, caminhões apreendidos, parece que é Mato Grosso... Correspondia a seis mil árvores derrubadas a apreensão de toras de madeira. Meu Deus, não é possível! Ou seja, então, nós temos que construir também... Não é a proposta da Senadora Marina, do Ministro Minc, do Governo. Nós precisamos construir um patamar de políticas públicas que reflitam o compromisso do Estado Brasileiro. Nós precisamos trabalhar não para defender interesse A, B ou C. Mas uma política de Estado. Não tem que ter jeitinho. Não pode ter meio... Não pode ser assim. Então, meu esforço aqui, inclusive, é nesse sentido, de nós compreendermos essa... Como o Estado Brasileiro deve tratar a Amazônia. O banco da Amazônia é um instrumento, Ministro Minc, importante nessa mudança de conceito, de ações da Amazônia. São os financiamentos. Tem que ter financiamento para a várzea, para manejo florestal... Não tem isso. Nós não temos ainda isso. Como é que você incentiva o manejo florestal, preservar se a própria pesquisa ainda tem algumas dúvidas? Então, correr com a pesquisa. V. Exa. tem que ir no Amazonas e visitar o INPA, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia na área de silvicultura, tem trabalhos importantes aí. Pesca... Enfim. E o trabalho

com os outros Ministérios? Acho que isso é uma ação importante do Governo. O Governo tem que juntar os Ministérios, apoiar o Ibama com concurso público, com seus técnicos, em condições de... É outra estratégia. O INCRA, Instituto Chico Mendes, IBAMA são instituições da maior importância. Não basta um técnico, tem que ter barco, GPS, carros... Enfim, uma estrutura. Nós precisamos ter essa consciência. Pois bem, o que eu quero dizer? Primeiro isso, a assessoria dos Ministérios precisam vir para cá para a gente discutir essas Medidas Provisórias. Para nós fecharmos. Nós temos um tempo bem curto. Um.

Dois: O Plano da Amazônia Sustentável tem que ser retomado. O Governo precisa fazer uma reunião, trabalhar os Ministérios. Minha posição sobre terras públicas, a minha posição, quero dizer aqui, terra pública não pode ser privada. Você pode utilizar a terra pública, ir lá, ter crédito, ter acesso, trabalhar dentro de regras rigorosas... Acabar com isso. Virar proprietário de terra pública? Eu sou contra isso. Proprietário de terra pública. Como é que vira dono daquilo que levou milhões e milhões... Da noite para o dia vai virar dono. Então, tem que ter muito rigor nisso. O INCRA, veja só, os que pensaram a regularização fundiária em meados da década de 60, fizeram uma cláusula resolutiva que dez anos depois que você pode negociar a terra. Dez anos. Eu acho que não tem que ter negociação de terra pública. Você pode ter... Fica com a terra lá, mas nunca vender, nunca virar proprietário. Essa é a minha posição. Agora parece que veio da Câmara para três anos. Você negociar em três anos, não é isso? Parece que foi essa... Isso é brincadeira. Como é que em três anos você vai negociar uma propriedade? Vira proprietário de floresta, de terras, de água. Não pode. Ministro Minc, nós não podemos, por exemplo, eu passei pelo INCRA como titular. Nós começamos a criar projetos de uso coletivo. E acho que a saída para a Amazônia é isso, manter uso coletivo. E nada de vender terra. Por que o cidadão vira dono de uma cachoeira? Daqui a pouco ele está cobrando para entrar na queda d'água na Amazônia. Vamos acabar com isso. O Estado Brasileiro tem que ser rigoroso em administrar as terras públicas. Eu vou dialogar com a Senadora Kátia Abreu, mas o patrimônio, esse patrimônio do povo brasileiro, do Estado Brasileiro ele não pode ser negociado.

E então são ponto a ponto é longo isso, mas nós precisamos ter linha de crédito para manejo florestal. E termos a regra para administrarmos. Penso que o banco da Amazônia é muito importante no sentido... Ao invés de fazer crédito para a pecuária, crédito para manter a floresta em pé e trabalharmos o manejo florestal para energia, para certificação de madeira, enfim, essa é a minha opinião.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Ok. Obrigado Senador João Pedro, está presente conosco o Presidente da ANA, José machado e outros diretores da ANA e assessores. Daqui a pouco nós vamos entrar no assunto ANA. Senadora Marina Silva com a palavra.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Sr. Presidente, companheiro Ministro Carlos Minc, é importante ter aqui a sua explanação e as atividades que estão sendo feitas pelo Ministério do Meio Ambiente no sentido de atingir os compromissos que o Brasil assumiu em relação à diminuição do desmatamento. E eu gostaria de fazer uma menção a essa agenda de redução de emissões por diminuição do desmatamento, porque no meu entendimento esse foi um dos processos talvez mais difíceis de se alcançar no Brasil. E historicamente o Brasil tinha uma posição contrária ao Brasil ter reduções. No âmbito do protocolo sempre nos escudamos numa ferramenta importante que foi criada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, mas que no meu entendimento ainda insuficiente que foi o mecanismo de desenvolvimento limpo. E desde que chegamos em 2003 no Governo, uma das coisas que dizíamos é que o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, não indicam que responsabilidade diferenciada é falta de responsabilidade. E que deveríamos ter responsabilidades. E conhecedores de que um dos maiores vetores de emissão do Brasil era exatamente o desmatamento, trabalhou-se estruturalmente para que se pudesse de fato ter mecanismos de redução de desmatamento, um desmatamento que crescia significativamente 2001, 2002, e foi crescendo até 2004, chegando a 27 mil quilômetros quadrados de área desmatada, perdendo só para o desmatamento de 29 mil quilômetros quadrados em 94, 95. Para mim, um das pilastras principais para que o Brasil pudesse transitar sua posição de não querer assumir compromissos para a posição de compromisso foi exatamente ter dado conta de ter um plano de combate a desmatamento. Agora, para fazer justiça só foi possível também ter um plano de combate a desmatamento porque nós tínhamos já um programa de monitoramento por satélite de mais de 20 anos e que tínhamos uma série histórica que publicou transitar do modelo ano a ano para um sistema de detecção do desmatamento em tempo real e favorecendo políticas públicas de comando e controle integrada no âmbito do próprio plano com os resultados que aqui já foram mencionados várias vezes em outras oportunidades quando Ministra tive a oportunidade de vir à Comissão.

Então, diante desse esforço e dessa estrutura montada em que se conseguiu até 2007 reduzir um bilhão de toneladas de CO2, reduzindo desmatamento

em 57% numa economia que crescia a 4%, é que foi possível assumir metas. Assumir esses compromissos. Esse esforço começou, Presidente Casagrande, na COP 11 quando em Montreal o Brasil conseguiu inserir o termo no âmbito da convenção e aí teve início o processo negociador para que a questão do desmatamento, a redução de emissão por desmatamento fosse considerada no âmbito da Comissão. Depois, em 2006, fizemos uma reunião técnica em Roma e ali o Brasil apresentou formalmente a proposta para a COP de Nairóbi, de que deveríamos considerar o desmatamento desde que se assumisse compromisso em sua redução.

Em 2007 o Brasil apresentou formalmente e fui para lá juntamente com o Ministro Celso Amorim, porque era uma negociação difícil, uma negociação complexa, os Estados Unidos tinham uma posição muito ruim, o G77 uma posição muito ruim em relação à posição brasileira e foi ali que se construiu todo esse processo negocial de que o Brasil deveria transitar da sua posição e eu aqui devo dizer que o Ministro Celso Amorim foi muito importante porque historicamente a posição das bases, do próprio Ministério das Relações Exteriores, do Ministério de Ciência e Tecnologia era muito refratária ao Brasil assumir esse tipo de compromisso. E o que foi feito ali? Ali foi estabelecido que nós deveríamos ter a dimensão de metas, que fossem inicialmente voluntárias, mas que fossem mensuráveis, verificáveis, reportáveis para que pudesse ter credibilidade. Tive a oportunidade de juntamente com o Governo da Noruega negociar pessoalmente os recursos para o Fundo Amazônia e que lançamos a ideia do fundo ainda na COP de Bali. De sorte que o meu colega Carlos Minc com muita razão ostenta a vitória de ter conseguido que o Brasil assumisse essas metas, mas eu digo, Minc, que esse processo ele não foi fácil. E só foi possível porque em alguns momentos contou com o entendimento com o Ministro Resende, com o Ministro Celso Amorim para que pudéssemos transitar daquela posição o fórum de mudanças climáticas, o Pinguelli ajudou muito nisso, as organizações da sociedade civil, a comunidade científica, a COP, instituições de pesquisa que deram suporte e eu posso citar aqui vários pesquisadores que deram suporte para que pudéssemos fazer essa transição. De sorte que eu quero aqui emerge a todos eles porque não foi um caminho fácil chegarmos até aqui. Depois se conseguiu a Política Nacional de mudanças climáticas, que foi enviada ao Congresso em 2008. E ainda o Plano Nacional de Mudanças climáticas, que foi enviado já na gestão do Ministro Carlos Minc, mas que teve o início e a Dra. Thelma Krug que foi a primeira secretária de mudanças climáticas trabalhou exaustivamente com vários setores da sociedade no plano e foi uma posição do Brasil, acho que o Brasil foi dos países da América Latina um dos primeiros a propor, depois veio o México e outros países de que se deveria ter um plano de mudanças climáticas. E hoje nós chegamos aqui com o compromisso de redução de desmatamento inclusive quantificando o que queremos até 2017, e isso é louvável quando eu saí do Ministério do Meio Ambiente estava num processo de aumento do desmatamento de 2007 para 2008, foi naquele contexto que o Presidente Lula corajosamente assinou as medidas que foram, digamos assim, contraditadas com muita veemência por Estados como Rondônia e Mato Grosso. Naquele contexto percebendo que já não havia mais condições para manter as medidas como a resolução do Conselho Monetário que poderia ter sido revogada, a moratória nos 36 Municípios bem como a criminalização da cadeia produtiva, pedi para o Presidente que tinha cumprido com a minha função e eu acho que a sociedade brasileira bravamente deu sustentabilidade política ao Presidente da mesma forma que deu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na época em que queriam que revogasse a reserva legal de 80% deu também ao Presidente Lula para que ele mantivesse suas medidas e mais ainda, colocasse um Ministro ambientalista historicamente ambientalista. E eu disse e tenho reiterado, Ministro Minc, que naquela época eu disse: Foi uma troca de seis por uma dúzia. Porque o Ministro Minc vai ficar no Ministério e eu virei para o Congresso Nacional.

Devo dizer a V. Exa., fica estranho nosso tratamento aqui de V. Exa. para lá, V. Exa. para cá, mas um dia desses eu fui contraditada por um colega que não o chamei de V. Exa. e agora já aprendi a lição. Mas naquela oportunidade eu disse que era seis por meia dúzia e aqui... Aliás, de meia dúzia por doze, nessa Casa eu tenho feito um esforço muito grande para honrar a meia dúzia que sou. E espero que... Não, não é isso. Que você também consiga multiplicar a meia dúzia que você é. Porque eu sinto que está cada vez mais difícil. Está mais difícil em relação às iniciativas aqui dentro do Congresso, são 32 Decretos Legislativos tentando revogar para o retrocesso a ação do Governo Federal no que concerne a questão ambiental e a questão indígena. E várias Medidas Provisórias que, no meu entendimento, também se caracterizam como retrocesso. A Medida Provisória 452 é um grande retrocesso porque além de dispensar a licença prévia para as estradas já existentes, ela também estabelece a licença por decurso de prazo num desrespeito total às conquistas da Legislação ambiental brasileira e às conquistas do próprio Governo que vem fazendo um processo virtuoso de licenciamento, saindo de uma média de 145

licenças para mais de 300 licenças, com baixíssima judicialização e agora indo pelos atalhos.

Eu tenho certeza que o Ministério Público não vai abdicar da sua competência e das suas atribuições de fazer valer o art. 225 da Constituição e isso será um prejuízo para o processo virtuoso que V. Exa. tem dado tão bravamente continuidade no que concerne a buscar as alternativas para que o país cresça e ao mesmo tempo preserve.

A Medida Provisória 458, no meu entendimento, ela já veio com vários problemas de origem. E publicamente tenho dito isso o tempo todo, que V. Exa. juntamente com o Ministro Guilherme Cássio tentaram colocar algumas cláusulas impeditivas, como as que já citou aqui. No entanto, alguns artigos no meu entendimento, ela já na lei originária desconstitui o esforço dos dois Ministérios, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente. Quando estabelece que o processo é autodeclaratório e que há dispensa da vistoria. Ainda que diga: "Não, mas a gente pode fazer vistoria quando tivermos uma denúncia". Eu indago: Quem é o cidadão comum que vai fazer denúncia num processo como esse em que as pessoas estão com a expectativa de regularizar sua situação e que em situações mais difusas em que não havia essa expectativa as pessoas são ameaçadas ou até mesmo mortas. Eu tenho vários exemplos aqui para citar. O Chico Mendes foi denunciar, deu no que deu. O Ivair Higino foi denunciar, deu no que deu. O calado foi denunciar, deu no que deu. O Wilson Ribeiro foi denunciar, deu no que deu. O Elias foi denunciar, deu no que deu. Só no Estado do Acre. E não me perguntem o que deu porque eles morreram. A irmã Dorothy foi denunciar, deu no que deu. Então, não dá para o Estado se esconder atrás de pessoas fragilizadas, sem nenhuma proteção na expectativa de que essas pessoas façam a denúncia para que o Estado possa agir. O Estado tem que agir de modo próprio, tem que ter mecanismos para que ele vá lá e faça a vistoria e proteja o cidadão. Aí você tem inteira razão, Minc, desculpe, V. Exa. tem toda razão quando diz que os nossos fiscais do Ibama eles levam tiro, tem os hotéis incendiados, cercados. Agora, imagine você como Ministro, os nossos funcionários do Ibama que tem toda estrutura do Estado, a Polícia Federal às vezes é sitiada, quanto mais o cidadão comum. Nós já tivemos situação em Rondônia que a Polícia Federal e o Ibama juntos tiveram que sair de campo porque o Governador simplesmente tirou a proteção da PM e o nosso pessoal se viu cercado à beira de ser linchado, porque o Governador disse: "Não, para a PM vocês não deem cobertura para eles". Quando a operação estava em curso. Vocês sabem disso. Então, no meu entendimento essa fragilidade já vinha na origem.

Agora, ainda e acho que algumas foram agravadas, como por exemplo, você poder titular e aí... Senador Casagrande eu já estou concluindo que sei que V. Exa. estamos aqui com o pessoal da ANA também, não é? Propriedades de pessoas que são empresários, que já tem outras atividades econômicas e que ocuparam terra na Amazônia. Depois daqueles que ocupam indiretamente, Ministro Minc disse que é contrário a essa posição. Ou seja, a pessoa está lá em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, no Paraná e tem um preposto lá cuidando de uma terra que é do povo brasileiro, que ele ocupou, mas ele não vive ali, não se pode dizer que alguém que foi lá colocado por políticas do Governo. Não. Ele ocupou terra pública. E mais ainda, em três anos essas áreas poderão ser reconcentradas. Ou seja, são 67 milhões de hectares que serão repassadas para particulares e que poderão ser reconcentradas novamente e a sociedade brasileira, no meu entendimento, está sendo subtraída porque essa terra é do povo brasileiro. Quando é que a União pode fazer repasse de terra pública atendendo ao preceito constitucional de altíssima relevância social? E aí sim é justificável. Ou seja, ou então quando está cumprindo com a função social da terra, quando é grilagem dos dois preceitos constitucionais estão sendo cumpridos. No meu entendimento isso está indo para uma linha de fato consumado. O que está lá, está, vamos regularizar. Eu sei que não é essa a sua intenção, eu sei que não é essa a intenção do Guilherme, mas, na prática, é isso que nós precisamos reparar aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado. Agora, para fazer esse reparo, vai ter que ter um empenho muito grande do Governo, sob pena de esse reparo ser transferido para o Presidente Lula e ter que vetar todas essas coisas. Porque é inadmissível que em plena mudança climática, em plena crise ambiental a gente abra mais uma fronteira predatória na Amazônia.

Concordo inteiramente que a regularização fundiária é importante, inclusive para combater desmatamento dentro de uma estratégia de ordenamento territorial, dentro do zoneamento ecológico econômico dentro de compromissos que sejam assumidos para que a gente alcance desmatamento zero, Senador Raupp, e que a gente também faça um esforço aproxima implementar o Programa Amazônia Sustentável. Porque não é só uma questão de comando e controle. É por isso que desde o início foi feito o Programa Amazônia Sustentável exatamente para que se tenha a pecuária sustentável, agricultura sustentável, o manejo florestal, o turismo. Todas essas ações que V. Exa. disse que caminha ainda muito lentamente.

Nós estamos vivenciando uma situação paradoxal. Temos compromissos de meta de redução e ao

mesmo tempo uma avalanche de iniciativas que vão na contramão das metas que queremos alcançar. E a pergunta que eu faço é como e qual vai ser a estratégia do Ministério do Meio Ambiente, já que, enfim, nem sei se posso dizer do Governo, mas do Governo para corrigirmos esses processos que eu considero inadequado, e tenho certeza que todos aqueles que se preocupam com a Amazônia e com os avanços já alcançados também tem no sentido de que eles sejam reparados aqui dentro do Senado, com a base de sustentação do Governo. Porque não adianta transferir para mim, o Casagrande e meia dúzia de algumas pessoas a responsabilidade de fazer esse reposicionamento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado Ministra Marina. E passo a palavra ao Senador Gilvam, e ainda temos o Senador Gilberto Goellner e Valter Pereira. Eu vou pedir encarecidamente que nós possamos reduzir o máximo que a gente puder reduzir o tempo dos questionamentos.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Eu proponho, Excelência, que seja dois minutos para cada um e a partir de agora possa marcar meu tempo.

Eu quero primeiro parabenizar o Ministro Carlos Minc pelas elucubrações pertinentes, bem abalizadas, e é muita difícil, Excelência, ter o perfil que V. Exa. tem do embasamento técnico, teórico, com a capacidade política e operacional. V. Exa. tocou em um dos pontos decisivos para toda a política do meio ambiente, que é a questão fundiária. Eu acho que trazer para a luz da lei é fundamental essa... Essa estratégia.

Então, portanto eu quero parabenizar V. Exa. e fazer um apelo a V. Exa. para que possa incluir na formação de grandes brigadas, que seja muito mais forte do que o Ibama, do que os órgãos de poder de fiscalização. Acredito que as populações ribeirinhas, principalmente, [soa a campainha] elas possam estar bem acessadas com o apoio de uma política em que elas possam ser calçadas para ter o acesso à educação e com elas V. Exa. poder contar definitivamente como os guardiões da floresta. E é justamente dentro das bolsas de apoio ecológico que é fundamental. Então, parabenizar V. Exa. pela palestra e seria isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, pela sua disciplina. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Ministro Carlos Minc, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Da mesma forma, eu vejo que o país passa por um momento, nos últimos anos, iniciado pela Ministra Marina Silva, e, agora, complementado pelo Sr. Ministro Minc, de que, realmente, se faça um processo de preservação efetivo da Amazônia. E dentro desse rumo, aonde todos nós... Eu acho que é consciência no Senado Federal é por evitar o desmatamento. Mas nós temos uma Legislação que permite, assegura o uso de 20% do imóvel, no bioma floresta, no bioma amazônico. A minha pergunta é: como conciliar... O que o senhor propõe em relação à preservação dessa legalidade que existe, em relação a serviços ambientais, a compensação por serviços ambientais prestados, que isso aí pegaria muito bem. E, além disso, Sr. Ministro, eu gostaria que o senhor colocasse uma linha efetiva de aproximação com o setor produtivo, com o setor rural, porque é essa linha de cooperação que nós precisamos para incluí-lo no processo. Porque eu vejo que, simplesmente, colocar a multa, penalidade, nós não vamos conseguir o intento, que isso aí já foi muito tentado e pouco utilizado. Precisamos incluir educação, assistência técnica e colocar o elemento que está lá, que, agora, também vai ter a regularização fundiária como elemento de apoio para... Concluindo, Sr. Presidente. Esse processo de evitar o desmatamento.

Eu diria que, nesse processo, Sr. Ministro, a descentralização de todos os serviços, colocando que o município, o município, que os comitês de meio ambiente de cada município brasileiro pudessem, realmente, efetivar um apoio real de preservação tanto de queimadas quanto de ocupações ilegais, quanto de preservação da madeira ilegal, das reservas, de todas as áreas que estão ilegalmente sendo exploradas, efetivando também o apoio efetivo... um apoio à efetiva utilização da madeira, da certificada, que é um processo legal, prioritário para desenvolvimento dessa indústria.

Então, a descentralização, Sr. Ministro, vejo importante nós avançarmos nisso aí, dando responsabilidade aos municípios e aos comitês de meio ambiente. E a aproximação com o homem que lá vive, colocando efetivamente como um colaborador na preservação do meio ambiente para se conseguir esse nível de desmatamento zero. E a pergunta é: como efetivar esse fundo garantidor dos serviços ambientais, por evitar o desmatamento das áreas, legalmente, hoje, possíveis de serem desmatadas, que é de 20% da Amazônia legal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Último inscrito, Senador Valter Pereira, com a palavra por dois minutos.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Dirijo-me à V. Exa., nesta manhã, para pedir socorro, socorro ao Pantanal. Neste ano, a estiagem chegou mais cedo. E o que está acontecendo? As lagoas estão se esvaziando, a seca está provocando incêndios

e o grande problema que enfrentamos lá é a falta de brigadas contra incêndios florestais. Estive, neste fim de semana, em Corumbá e Ladário, duas cidades que estão localizadas no coração do pantanal. E para que V. Exa. tenha uma ideia da gravidade da situação, o vôo em que eu me encontrava teve até uma certa turbulência ao chegar a Corumbá, dada a fumaça que estava tomando conta de todo o ar.

Então, o ar, hoje, está prejudicando a saúde das pessoas. Há uma seca realmente perversa, que precisa de socorro. E o grande problema é que nós não temos brigadas contra incêndios florestais na região. O Estado do Mato Grosso do Sul possui apenas um helicóptero, que não tem aptidão para esse tipo de serviço. E quando ocorre um foco de grande dimensão, é requisitado uma aeronave que procede de outros estados, geralmente é Brasília ou Goiânia que está socorrendo o nosso Pantanal. E eu gostaria de, ao fazer esse pedido, dar também uma sugestão. Lá no município de Ladário, vizinho de Corumbá, que V. Exa. deve conhecer, que fica no coração do Pantanal, há uma unidade da Marinha de Guerra. E, lá, tem mais de uma dezena desse tipo de aeronaves. Obviamente, não estão sendo utilizadas até por falta de equipamentos necessários a esse tipo de serviço. Mas eu acredito que, se V. Exa. entrar em contato com o Ministério da Defesa ou a própria Força, eu acho que V. Exa. pode propiciar um convênio que dê ao Pantanal uma brigada, uma brigada para atender a essas demandas locais. Porque, quando você tem que esperar o socorro que vem de outra unidade da federação, quando chega o socorro, a fauna e a flora já pagaram um preço muito alto. Então, o sentido da minha intervenção é esse pedido de socorro à V. Exa., e tenho certeza que V. Exa. o acolherá bem, dado o compromisso que V. Exa. tem com a questão ambiental.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito bem. Obrigado, Senador Valter. Com a palavra o Ministro Carlos Minc, que acho que, em dez minutos, terá condições de fazer um grande resumo, síntese de todas as explanações. Com a palavra, Ministro.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Bem, Presidente Casagrande, eu queria agradecer a todos e, sobretudo, aos oito senadores e senadora que colocaram sugestões, questões, críticas, em suma, todas da maior relevância, e eu anotei todas. Eu queria pedir desculpas antecipadamente porque eu ouvi V. Exas. por cerca de uma hora e vinte, anotei todas as questões dos oito, e, agora, o nosso Presidente Casagrande, democraticamente, me dá dez minutos para responder as vossas 312 perguntas, questões, sugestões e considerações, todas da maior relevância. Ai de mim querer dizer que algumas delas não têm importância, relevância ou não merecem uma sugestão. Mas, então, infelizmente, eu vou ter que escolher algumas delas... A escolha de Sofia. Escolher algumas delas para me pronunciar, prometendo, em outro momento, voltar a elas. E, também, naturalmente... Bom, então, vou seguir a ordem das intervenções, que foi a ordem das anotações que eu fiz.

Senador Casagrande voltou ao tema do PAS, que já foi tratado. Eu proponho, inclusive, que essa Comissão de Meio Ambiente do Senado faça uma escolha... Se há 20 temas centrais do PAS, e dois ou três estão sendo tocados, acho que o Senado, a Comissão do Senado tem prerrogativa para ouvidos, além de mim, outros Ministros, propor ao Governo... Eu não vou dizer que priorize as 20 de uma vez só, que, talvez, seja impossível, mas que comece com umas cinco ou seis dessas 20, dando prioridade para complementar as medidas de cunho mais de fiscalização, repressão e controle, porque eu acho que é um consenso, Senador Casagrande, de todos nós, que essas medidas, sem o desenvolvimento sustentável, financiamento de atividades, empreendimentos alternativos, elas carecem. Então, quero dizer que concordo e aproveito para fazer uma proposta concreta à Comissão tão bem presidida por V. Exa.

Em relação ao zoneamento econômico e ecológico, é uma prioridade desse ministério, a gente está levando a sério, vamos concluir isso. V. Exa. levantou um ponto essencial, que é entre fazer o zoneamento e aplicar o zoneamento. Bom, essa é uma questão que me aflige há muito tempo. Desde que eu era Deputado no Rio de Janeiro, depois de fazer muitas leis, eu verifiquei que elas não eram cumpridas e eu fiz a campanha do "Cumpra-se", que era... Todo ano, eu listava leis que estão sendo cumpridas, parcialmente cumpridas e não cumpridas, fazia um resumo, dava o número, distribuía para a população, com o telefone das comissões da Câmara, da Assembléia, do Ministério Público, para um cidadão comum, com o que ele pode fazer para que a lei não vire alimento de cupim, na gaveta dos burocratas e poderosos de plantão.

Então, eu acho que esse Senado, o Ministério também, não me furto, deve atuar nesse sentido. O zoneamento, ele é uma coisa seriíssima, tem mapas do IBGE, da Embrapa, eles têm assembleias, isso passa pelo CONAMA... Quer dizer, não é alguém que faz um papel assim e fica valendo. E deve haver um acompanhamento, em primeiro lugar, das próprias Assembléias Legislativas, depois das comissões da Câmara e do Congresso, e, depois, do próprio Ministério do Meio Ambiente e demais Ministérios. Agora, o fato de você ter uma regra clara, com legitimidade,

é um instrumento de conduta. Porque, antes, você não sabe nem o que você vai controlar. Agora, você já sabe. "Olha, a regra é essa". "Vamos ver". E, depois, para a fiscalização, é muito mais fácil você fiscalizar, sabendo o que pode e o que não pode. Eu acho que, de qualquer maneira, o ZEE é um grande avanço. Mas V. Exa. pôs o dedo na ferida, quando falou do cumpra-se do ZEE, e, agora, nós vamos ter oportunidade de fazer esse cumpra-se do ZEE.

V. Exa. também falou da questão da regularização fundiária, da relatoria da Senadora Kátia Abreu. Eu quero dizer que eu estou preocupadíssimo com isso, quando alguns Ministros, V. Exa., Ministro João Paulo, Ministra Marina, eu quero dizer que, embora eu seja do Poder Executivo e preze a autonomia e a independência do Poder Legislativo, tem que ser, eu tenho vindo, eu tenho vindo às reuniões do Senado, tenho vindo às reuniões da Câmara, tenho conversado com os relatores, tenho conversado com os líderes, não me tenho omitido. É claro que o Congresso tem o seu papel. Também não é admissível dizer o seguinte: "O Governo manda uma mensagem, ela é desfigurada na Câmara ou no Congresso, e a culpa é do Governo". Isso não é admissível, porque seria imaginar que a Câmara ou o Congresso sejam uma simples extensão que não é e nunca será e não aceitaremos que seja. Agora, é claro que o Governo, tendo bancadas, não pode abrir mão de suas responsabilidades. Isso não significa manipular, isso não significa submeter, que eu acho que é incompatível com a democracia um poder querer submeter o outro. Mas outra coisa é dialogar.

Eu quero dizer, por exemplo, no caso da medida, das estradas, da regularização, licenciamento das estradas, isso não veio do Poder Executivo. Quero deixar bem claro que isso não veio do Poder Executivo. Isso foi introduzido dentro da Câmara, a pedido, sim, de um órgão do Poder Executivo, que foi o DNIT, que falou com deputados, que introduziram essa medida, sem que a pasta do meio ambiente tivesse sido consultada. Eu tive com os deputados e falei: "Meus amigos, nós, há seis meses atrás, mandamos para o Ministério dos Transportes uma lista, Senador Casagrande, Senadora Marina, de dez sugestões para simplificar o licenciamento das estradas, sem produzir esse Frankenstein que foi sugerido pelo DNIT aos deputados". Claro, você tem uma estrada licenciada, você vai tapar buraco, fazer um acostamento, não precisa fazer outro EIA/RIMA, não precisa fazer outro levantamento de fauna. Ninguém propõe isso. Isso não tem pé nem cabeça. Nós propusemos dez medidas práticas e objetivas, há seis meses atrás, para o Ministério dos Esportes, que simplificavam na nossa linha de simplificar, mantendo rigor, agilizar sem afrouxar o conteúdo ambiental, é possível...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Estão em vigência.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Não, nós mandamos essas dez medidas, o Ministério dos Transportes não se pronunciou sobre elas, em seis meses. E, no entanto, o DNIT chega na Câmara, atropelando o Ministério do Meio Ambiente, sobre uma área que era da nossa competência, que é o licenciamento, para nosso espanto, introduzindo figuras que ferem a Legislação e a Constituição Brasileira. Nós arguimos isso para os deputados, e eles disseram assim: "Já está aqui na linha, não tem como, está no dia da votação, mas, se o Senado modificar, para o bem, nós, deputados, nos comprometemos a manter na Câmara a modificação benéfica". E nós viemos, Deputada Marina, discutir com o relator da matéria, aqui no Senado, que é o Senador Eliseu Resende. Nós conversamos com a Ministra Dilma, conversamos com o Ministro dos Transportes, Nascimento, a Isabela Teixeira, que é a minha Secretária Executiva, uma pessoa altamente competente, boa negociadora, teve várias reuniões com o Senador Resende, mostrou que poderia simplificar e agilizar, sem estuprar a Legislação Ambiental. Num primeiro momento, o Senador Resende concordou, houve um entendimento, houve um texto de acordo, e, num momento seguinte, houve uma nova intervenção, isso voltou tudo para trás e todos aqueles pontos negativos, que foram introduzidos na Câmara, permaneceram. E eu já falei com o Presidente - a Ministra Marina estava falando no telefone, não sei se ouviu a minha última frase - que o entendimento chegou a ficar num bom momento, com o Senador Resende, corrigindo os principais pontos, e, depois, não se sabe exatamente por que, voltou tudo para trás outra vez e se desfez o entendimento. Portanto, o que está para ser votado, praticamente a mesma coisa da Câmara, é inaceitável para nós, e, se isso for aprovado, eu, como titular da área que licencia, vou pedir o veto ao Presidente Lula, o que é um retrocesso. Isso não significa que a gente não queira simplificar. Eu quero dizer que a gente fez o Destrava Ibama 1, vamos fazer o Destrava Ibama 2, simplificamos para metade o tempo do licenciamento, estão no licenciamento mais coisas, com mais rigor, mas existe uma diferença entre você agilizar e você simplesmente abrir-- [interrupção no áudio] de controle. Porque o que é o licenciamento? É um sistema de defesa da sociedade e dos ecossistemas. É isso que é. Muito bem. Em relação, então, ao Senador Jefferson Praia, do Amazonas, ele--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Então, nós vamos conceder mais dez minutos. Já gastamos os dez.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Pô, só no seu... Mas é porque o senhor é Presidente, então tinha...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mais dez.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Então, eu vou passar batido. Senador pergunta: "Temos os recursos?". Em parte. Em partes. Nossos recursos não eram muitos, foram cortados, a gente está fazendo das tripas coração para não parar a fiscalização, não parar o licenciamento, várias questões que implicam planos de manejo, estrutura de unidade... Tem unidade de conservação de um milhão de hectares, com uma pessoa tomando conta. Nós queremos ampliar o conhecimento da biodiversidade, os corredores florestais, nós temos uma linha de resíduos sólidos que está desse tamanhinho, nós temos uma linha de saneamento que está muito pequena, e, realmente, não está à altura.

Empresários de madeira sustentável. Acordo mineral. Bem, o acordo que a gente fez com os empresários da madeira sustentável está andando lentamente, nós já fizemos a primeira licitação em Rondônia, vamos fazer a segunda, agora, entre o Pará e o Amazonas. Os estados têm dificuldade, chegam milhares de plano de manejo, metade são planos de manejo piratas. Pará, por exemplo, tem pouquíssimas pessoas para fiscalizar milhares de planos de manejo, as pessoas conseguem o plano para um lugar, corta de outro... Em suma, acaba tendo um direito para transportar tantos metros cúbicos, e você não tem como saber se está tirando a quantidade daquele que foi aprovado no plano de manejo estadual. É um problema. Nós já falamos com o INPE, para monitorar os planos de manejo, fazer uma chegada mais forte, e com a Polícia Federal também.

Acordo mineral. Bem, o acordo mineral foi feito com a Vale, de ela não vender minério para as guserias ilegais, para as carvoarias ilegais. Então, para fazer o ferro gusa, precisa do carvão e do minério. O minério é mais fácil controlar. São menos. Carvoarias são centenas e centenas; metade legal e metade ilegal. Então, essa é uma forma. Mas não é suficiente. Um outro acordo com o setor siderúrgico é que eles - até está no nosso Plano Clima - progressivamente plantem toda a madeira que eles precisam para o carvão vegetal. Porque, atualmente, eles plantam menos da metade da madeira, e isso afeta clima e afeta biodiversidade. Rios poluídos. Então, nós vamos brevemente lançar com o Ministério das Cidades um plano decenal de saneamento, que prevê dobrar recursos e dobrar a quantidade de esgoto coletado e tratado. Isso vai ser anunciado em breve, acho que vai ser um grande avanço, o meio ambiente tem que chegar mais na linha do saneamento, não é admissível que, com a pior razão da contaminação de rios, lagoas e baías, o meio ambiente não tenha uma voz forte aí nesse momento. Qual é a Amazônia que queremos daqui a 20 anos? Pesquisa, tecnologia... Isso que é necessário. Sem investimento massivo em pesquisa, tecnologia aplicada, a gente vai ficar no mesmo, não vamos dar o salto.

Senador Valdir Raupp falou da Flona Bom Futuro, licença de gasoduto, projeto Desmatamento Zero, transformar floresta em ativo econômico. Quero dizer que, em relação à Flona Bom Futuro, havia omissão de muitos e muitos e muitos anos. Nós tivemos uma dificuldade, porque, desses 270 mil hectares, 80 mil viraram área consolidada. Tem cidades, Rio Pardo, tem 12 igrejas, 14 escolas... Quem é que, em sã consciência, vai achar que vai derrubar 12 igrejas e 14 escolas? Então, qual foi a tática? Nós ficamos cinco meses organizando essa operação. Cinco meses. Discutimos com o Governador, com o Prefeito, com o bispo, fizemos audiências lá, somos réus em ação de dez anos do Ministério Público, da justiça, o Estado, o INCRA, o Governo do Amazonas... Nós montamos a seguinte operação. Montamos três bases do Exército, levamos centenas de pessoas do Ibama e do Chico Mendes... Então, o objetivo da operação é o seguinte: não sai mais nenhum caminhão de madeira. Saíam 20 caminhões de madeira por dia. Por dia, 20 caminhões de madeira. Não entra mais uma cabeça de gado, não entra mais uma família. Então, a nossa ideia é transformar aquela área de baixo, que tem cerca de um quarto da Flona numa APA de uso sustentável, e a área de cima em reserva de proteção integral. Demos seis meses, por Ordem Judicial, de retirada do gado, e essa operação, ela foi feita com muito cuidado, para evitar revolta da população, para evitar injustiça e para parar. Desmatamento zero na Flona. Acabou desmatamento na Flona Bom Futuro. Não sai um caminhão de madeira. Saía 20 caminhões por dia, não sai um caminhão. Eu tive lá pessoalmente, terça-feira, o dia inteiro, com o Exército, posso lhe dizer que não sai um caminhão de madeira. Não entra uma cabeça de gado e não entra uma família. E, agora, vamos tratar disso de forma diferenciada, humana, sem truculência, mas preservando tudo o que sobrou. Como vai sair o gado, vamos pagar para a população reconstituir as áreas degradadas e vamos compensar essa área que a Flona perdeu numa outra área que será, também, transformada em área de preservação permanente.

Além disso, a licença, gasoduto e carvão. Eu quero dizer que uma das coisas que avançou o carvão e o óleo no Brasil, que encarecem e sujam a matriz

energética brasileira, foi também pela dificuldade de avançar com solar e eólico e a ter dificuldades no setor hidrelétrico. Então, nós, agora, vamos criar novos mecanismos para agilizar o setor hidrelétrico por bacias. A primeira delas, a Bacia do Araguaia-Tocantins, levamos a voto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, algumas hidrelétricas não serão licenciadas, sobretudo no Araguaia, outras serão licenciadas mais rápido, não porque não haverá licenciamento, mas porque já terá o respaldo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, boas hidrelétricas que inundam pouca área, gerando muita energia, ou seja, tem uma boa relação energia gerada por área alagada, isso vai retomar a produção da hidroeletricidade que garante a nossa matriz ser renovável e ser limpa.

Então, o Senador João Pedro levantou várias questões, a questão da base do Governo, se preocupou com a questão da relatoria da Senadora Kátia Abreu, acho que deve ser uma política de Estado e não do CNA, falou da questão do Basa, do financiamento das várzeas, concurso do Ibama, vamos ter mais um concurso esse ano, além do de 400 para mil; 450, Chico Mendes, 550, Ibama, terra pública não pode ser privatizada, etc.

Quero dizer para o Senador João Pedro que eu concordo com ele, a base do Governo tem que estar mais unida, não é razoável que uma combinação seja feita com o Ministério, e, depois, uma área do Governo vem tratar diretamente com deputado e senador, contrário do que foi combinado dentro do Governo. Eu vou ter uma conversa com o Presidente Lula, na quinta-feira, sobre isso, porque isso, realmente, mina os acordos que se fazem entre os ministérios. Qual é a sinalização que os senadores e deputados vão ter, se vem um acordo aqui dentro do Governo e algum órgão do Governo trata diretamente com algum senador, em contraponto àquilo que foi acordado com o conjunto dos Ministros e do Presidente. Quer dizer, isso aí não pode sinalizar para as casas legislativas uma coerência de ação governamental. Está coberto de razão o Senador João Pedro, eu tenho protestado contra isso, até porque as nossas políticas têm sido vítimas dessas articulações que, de alguma maneira, traem os acordos feitos por essa base.

Então, a quinta, a Senadora Marina Silva, que fez um longo arrazoado sobre as políticas de combate ao desmatamento e de metas de clima, levantando as preocupações dela, atuais, com as medidas que vão na contramão daquilo que se conseguiu há tantos anos. Eu quero dizer para a minha amiga e companheira Marina Silva, que eu conheço há muito tempo, do tempo que ainda era uma menina, uma vereadora lá, fazendo os empates junto com o Chico Mendes...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**MINISTRO CARLOS MINC:** É, é uma menina agora, com a maturidade de quem está enfrentando problemas cada vez mais complicados.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**MINISTRO CARLOS MINC:** Então, uma menina, com responsabilidades maduras.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** [pronunciamento fora do microfone]

**MINISTRO CARLOS MINC:** [risos]. Mas, então, a Senadora Marina, ela tem razão. Na verdade, as políticas, elas têm uma continuidade. Na verdade, eu acho que o bom senso que um governante qualquer tem é dar sequência e aprofundar o que vem de antes e tentar resolver os gargalos que aconteceram em determinado momento. Na verdade, o Fundo Amazônia estava discutindo muito tempo atrás, mas o fato objetivo é que havia um gargalo que ele não avançava. O nosso mérito não foi ter inventado a ideia. O nosso mérito foi ter desfeito--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Qual era mesmo a natureza do gargalo?

**MINISTRO CARLOS MINC:** Algumas das naturezas do gargalo que haviam, por exemplo, das discussões que a gente teve com o Presidente Lula, o Presidente Lula, ele tinha problemas em relação à questão do Fundo Amazônia, ligados à questão da soberania, por exemplo. Então, houve uma grande quantidade de discussões com o BNDES, com o Presidente Lula, com a área econômica, para que algo, que vinha sendo conversado há mais de dois anos e que já tinha uma base, pudesse, então, acontecer. Também a mesma coisa em relação à questão das metas. A Ministra Marina fala, e com razão, que essa era uma demanda da área ambiental... Eu quero dizer que, quando nós chegamos no Governo, continuava havendo uma grande resistência ao estabelecimento de metas no Plano Clima. Eu posso dizer, mesmo, que a maioria dos Ministros de Estado, Senadora Marina, não era favorável a isso. Não era favorável a isso. E que houve uma necessidade de um trabalho muito grande de discussão, de convencimento, com o Presidente, com a Ministra Dilma, com o Itamaraty, etc., etc., até que nós chegássemos a esse ponto e que ainda é insuficiente. Por isso, nós já determinamos, Senador Casagrande, para maio do ano que vem, a primeira revisão do Plano Clima, para que nós possamos, com base em novos acúmulos do fórum, dos planos estaduais, da sociedade civil, das áreas econômicas, do novo inventário de emissões, avançar mais ainda em relação ao avanço que foi conseguido nesse momento.

E, por fim, as questões que preocupam a Senadora Marina em relação aos projetos que estão andando aqui, vários, e que representam um retrocesso. Eu quero dizer que eu não só estou consciente disso, como tenho travado uma briga dentro do Governo, dentro do Parlamento e na mídia. Tenho falado claramente que a questão das estradas, questões do código, questões da regularização fundiária, de querer tirar as restrições ambientais da regularização fundiária, e essa nova que ninguém fala, fui o único que falei dessa até agora, parece que não se sabia que essa que eu disse da questão do art. 23, que quer se tirar... Está ainda na--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Agora, Minc, só para que eu possa entender. Essa questão do art. 23 é uma emenda ou isso estava no projeto original?

**MINISTRO CARLOS MINC:** Não, uma emenda que entrou.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Uma emenda. De quem é?

**MINISTRO CARLOS MINC:** Foi assim... Vou explicar. Estava com o relator Pudim. Deputado Pudim. Relator Pudim. E como isso interessava muito a nós, da área do meio ambiente, eu e a Isabela fomos conversar com o relator, que disse que, se o Governo se entendesse, ele faria um substitutivo contemplando. E nós fomos para cada Ministério tentar dirimir. O Ministério da Agricultura tinha problemas com o CONAMA, o outro tinha aqui. Então, nós ficamos meses, Ministra Marina, meses, tentando acertar, dentro do Governo, uma base para levar, então, ao relator Pudim, para ele fazer um relatório que contemplasse, e a gente pudesse avançar com a responsabilidade do licenciamento de municípios, estados e União. Chegamos a um entendimento. Qual não foi nossa surpresa, como aconteceu aqui na questão do Senado, das estradas, com o Senador Eliseu Resende. Qual não foi nossa surpresa que, depois de acertado algo que seria razoável para todos os Ministérios e também para a ABEMA e para a NAMA, que tem interesse direto e secretários estaduais e municipais, eis que chega uma sutil emenda que o relator incorporou no seu, que é uma pequena frase que acaba com o Ministério do Meio Ambiente, que diz que você só pode fiscalizar, multar e autuar aquilo que se licencia. Como o Ministério não licencia as fazendas da Amazônia, acabou o embargo, acabou a fiscalização. Nós, rapidamente, alertamos a área governamental e outras áreas que, aprovado dessa maneira, a gente teria que entregar a chave do Ministério para quem aprovasse essa medida, porque teria acabado todo o principal instrumento de combate ao desmatamento. Ou seja, depois de tudo acordado, entrou um pequeno contrabando que acaba com a capacidade do Ministério combater o desmatamento na Amazônia. E isso aí é de uma gravidade... V. Exa. sabe que é uma coisa, assim, talvez, mais grave até... Nem sei dizer, nessa altura do campeonato, qual é a mais grave. Mas eu diria que sim, que é mais grave até do que as outras, sem tirar a gravidade das demais.

Por fim, quero dizer até que eu tenho sido injustiçado, mas não dou muita bola para isso. Porque, muitas vezes, você vai lá no Governo e briga, vai no Senado e briga, vai na imprensa e briga. Mas, como há uma maré conservadora, alguns, até do meu próprio partido, alguns ambientalistas, em vez de mirar a pontaria da crítica àqueles que estão querendo enfraquecer a Legislação ambiental, enfraquecer a defesa das nossas florestas, no momento que o mundo inteiro amplia a defesa dos biomas, até por causa da questão do clima, amplia a defesa dos mananciais, amplia a defesa das florestas, o movimento, Senador Casagrande, que a gente está verificando aqui está na contramão de tudo que acontece. É para diminuir, para afrouxar, para possibilitar derrubar e não conservar.

Então, como eu sou um daqueles que não paro quieto, venho para o Parlamento, consigo vitórias e derrotas, mas brigo sempre. Vou para a imprensa e também consigo vitórias e derrota, vou para o Governo, discuto, brigo com meus amigos, converso, e quão não é a minha surpresa quando alguns colegas, naturalmente inconformados com que está acontecendo, apontam a sua bateria para o foco errado. Ao invés de colocar a bateria naqueles que estão querendo desfigurar e desqualificar a legislação brasileira, muitas vezes cometem uma grande justiça de apontar a bateria para quem está resistindo, discutindo, tentando modificar, com vitórias e com derrotas. Mas é uma pequena injustiça que, de antemão, a gente perdoa e até chamamos esse companheiros para se somarem mais, porque muitos desses que criticam não estão participando, na linha de frente, da defesa das questões ambientais, nem tentando estabelecer, como nós estamos, alianças que permitam uma resistência maior, como a que o Senador Casagrande participou conosco recentemente. Não adianta reclamar dos ruralistas e entregar para eles uma base grande, que é a agricultura familiar.

Então, o nosso grande esforço está sendo bem sucedido, mas tem que ser levado mais adiante, é uma aliança histórica dos ambientalistas com a agricultura familiar, V. Exa. viu o quão promissora será essa aliança, tratar diferentemente a agricultura familiar, permitir que essa grande base de 80% daqueles que trabalham no campo assumam cada vez mais a questão ambiental, e nós possamos dar para eles, e aí já vai também as

respostas para os últimos três senadores que levantaram, Senador Gilvam, Senador Gilberto Goellner e Senador Valter Pereira, a questão do pagamento por serviços ambientais, estímulo a essas práticas. Quero dizer que nós praticamos isso.

Tive, há duas semanas atrás, com o Governador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, pagando cheques aos pequenos agricultores do Rio Guandu, que estão reflorestando as margens do Rio Guandu, do Rio Claro, as suas matas ciliares, pagando para eles. E, agora, no dia 5 de junho, o Presidente Lula vai assinar o pagamento por serviços ambientais, para dar para esses agricultores condições de recuperar áreas degradadas, APPs, reservas legais e matas ciliares. E que o Fundo Amazônia, nós fizemos questão que, no Decreto que o Presidente Lula assinou em agosto, constou que uma das sete possibilidades de uso do Fundo Amazônia é exatamente o pagamento por serviços ambientais, o apoio ao extrativismo, a estruturação de corredores florestais da biodiversidade e apoio à recuperação de solos e áreas degradadas. A questão das brigadas, guardiões da floresta, bolsas de apoio, quero dizer que estou completamente favorável a isso, Senador Gilvam, temos que estimular, temos que apoiar. Senador Gilberto Goellner, evitar o desmatamento, o que a população, serviços ambientais, compensação, como aproximar do setor produtivo. Estamos [interrupção no áudio] do setor produtivo, não havia essa prática de fazer acordos públicos com o setor da soja, da madeira, dos bancos privados, da Caixa Econômica. A gente tem marcado a nossa gestão por acordos públicos verificáveis e comprováveis com o setor produtivo. O da soja foi verificado, está sendo cumprido. Os outros nós estamos correndo atrás de compromissos. Brevemente, vamos fazer com os bancos públicos e privados o quanto eles estão, ou não, cumprindo do protocolo verde dos bancos, ou seja, de não financiar empreendimentos que não tenham sustentabilidade ambiental e social.

E, por último, também, a questão ainda do Senador Goellner e, depois, do Senador Valter Pereira. Já estourei meu tempo amplamente. É a questão da regularização fundiária. Eu quero dizer para o Senador Goellner o seguinte: nós estamos apoiando [interrupção no áudio] na regularização fundiária. Por exemplo, MT Legal, em Mato Grosso. Nós brigamos com o Governador Maggi. Brigamos. Ele era contra a restrição do crédito, era contra a Operação Arco de Fogo. Quando ele viu que isso não ia resultar, que a gente não ia andar atrás, ele fez o MT Legal. Chocava com a Legislação Federal. Ele veio três vezes a Brasília ajustar a Legislação de Mato Grosso e a Legislação Federal, veio com seus procuradores e junto com o ZEE. Ajustou, fez. Nós fomos para Cuiabá e assinamos com o Governador um convênio para apoiar o licenciamento ambiental das atividades rurais, o cadastramento ambiental dessas atividades e fizemos isso, até porque a gente não acha que uma guerra é pra guerrear. A guerra é pra chegar numa paz sustentável. E, quando se chegou a esse entendimento, a gente não teve problema nenhum de assinar os termos de cooperação técnica para o MT Legal. Uma vez ajustado à Lei Federal, uma vez ajustado ao zoneamento econômico, que a gente pudesse ajudar com recursos e com tecnologia o cadastramento e licenciamento ambiental das propriedades. O Senador Valter levantou a questão da estiagem, dos lagos, das brigadas de Corumbá. Eu quero dizer o seguinte: para nós, isso é estratégico. Vamos, nos próximos quatro meses, lançar o primeiro Plano Nacional de Combate às queimadas e incêndios florestais, envolvendo não só o meio ambiente, mas a agricultura, estradas, portanto transporte... Muitas vezes, para limpar uma estrada, se mete fogo, o vento leva na estiagem e queima uma floresta. Ou a agricultura permite o uso do fogo como prática agrícola, na estiagem, que é um absurdo, que o fogo leve e também pode queimar vários parques. Vamos ampliar os brigadistas, inclusive junto com o Ministro Geddel, da integração nacional, porque isso é a parte da Defesa Civil Nacional, vamos ampliar para, também, Bahia e Maranhão, e também para a área de Goiás. E vamos ampliar isso com mais meios e também com mais combinação com os estados, trabalho conjunto. Nós assinamos, inclusive, junto com o Ministro Tarso Genro, estamos dando qualificação pelo PRONASCI Ambiental para PMs e bombeiros florestais, que vão ganhar uma bolsa por isso, para ajudar a fiscalizar e cuidar das unidades de conservação.

Haveria muito mais coisa a falar, eu anotei tudo o que os senadores falaram durante uma hora e 20 minutos e, durante 25 minutos, aqui, pelo menos, respondi algumas das questões mais relevantes. A hora não me permite avançar mais para tréplicas e quadréplicas. Teremos logo, aqui, uma sessão importante, que me interessa muito, que é a renovação de dois mandatos da ANA, dois companheiros que estão fazendo um trabalho muito importante, agradando também ao Presidente da ANA, José Machado, eu conversei bastante com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma. Naturalmente, o Senado vai sabatiná-los. A Ana, nós queremos que tenha o protagonismo cada vez maior, nós queremos empoderar a Ana, tem estado em todas as reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a última que eu tive foi ontem. Na anterior, aprovamos, pela primeira vez, na ANA, um plano de bacia Araguaia-Tocantins, foi a primeira vez que um

plano de bacia foi votado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, virou regra. E isso se deve também a esses diretores da ANA, que, brevemente, serão sabatinados por V. Exas. Agradeço todas as perguntas, toda a atenção, saudação ecológica e libertária para vocês e até a minha próxima visita nessa importante Comissão de Meio Ambiente do nosso Senado Nacional. Boa tarde a todos.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Senador Casagrande, só uma Questão de Ordem, também, em seguida. Três palavrinhas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Primeiro, Senador Valter Pereira, por idade.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Por idade, não. Por idade, sim, senhor. Por idade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Com a palavra rapidamente, Senador.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Diante da nossa menina, Ministra... Ela, para nós, aqui, é uma menina mesmo. Mas eu só gostaria de ratificar a sugestão para que haja uma tentativa de utilização das aeronaves da Marinha, porque eu acho que, se houvesse o movimento, pode haver uma--

**MINISTRO CARLOS MINC:** Isso vai entrar nesse Plano Nacional. Identificar, fazer convênios, custo... Está dentro da linha. Pode estar certo que a nossa prioridade é essa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Marina Silva.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Bem, eu fico muito honrada de que meus colegas, às vezes, erram, em vez de chamar Marina, chamam Senadora "Menina" Silva. Mas, talvez, isso seja por um espírito de criança que, graças a Deus, conservo, que é fazer tudo de novo, novo. As crianças vivem dizendo: "Faz de novo". E eu aprendi com elas que não é fazer de novo da mesma forma, mas é fazer de novo, novo. Então, talvez seja por isso. E eu gostaria só de dizer o quanto é importante esses momentos de esclarecimento, tive a oportunidade de fazer vários, não em situação assim de confraternização com alguns Srs. Senadores, mas de muito tensionamento, porque era o início de tudo. E concordo com o Ministro Minc, quando ele diz que não podemos errar o foco. Eu, pessoalmente, discordei publicamente de V. Exa., quando fez o Destrava Ibama 1 e diz que está fazendo o 2. O DNIT resolveu fazer o Destrava Ibama 3. E por que que eu discordo? Porque o processo vinha acontecendo de uma forma correta, fazendo os reposicionamentos de forma correta, e não significa que já fossem perfeitas. E eu concordo que precisam de aperfeiçoamentos. Mas o discurso de que estava tudo travado era o discurso daqueles setores conservadores, que não eram capazes de compreender de que nós precisamos de processos republicanos que não atrapalham e nem facilitam, fazem aquilo que é o correto, que sei que é o desejo de V. Exa. Era só para concordar com V. Exa., no sentido de que não se faça os ataques no lugar inadequado, e, da minha parte, pode ter certeza... Inclusive, essa aliança camponesa com os pequenos agricultores familiares começou em um seminário, organizado pelo meu gabinete, no início de fevereiro, e que, agora, está rendendo frutos. Por quê? Naquele momento, eu fiquei muito incomodada, quando começaram a dizer que o principal responsável pelo desmatamento eram os pequenos agricultores. Eles são também responsáveis, não podem ser eximidos, têm que ser igualmente fiscalizados e sempre o foram. São responsáveis por 20% do desmatamento. Existe 80% que não pode ser ouvidado.

Fico muito feliz e celebro que V. Exa. esteja fazendo essa aliança, até para que não fique essa impressão de que os 80% ficam em berço esplêndido e os 20%, que também cometem erros, são vilanizados(F).

**MINISTRO CARLOS MINC:** Bom, eu vou ter, naturalmente, que responder essa questão que foi levantada--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mais um minuto.

**MINISTRO CARLOS MINC:** Vou ter que responder pelo seguinte... Eu quero dizer sobre as duas observações da Ministra Marina o seguinte: quando eu era secretário estadual do ambiente, no Rio de Janeiro, eu cheguei lá e vi uma pilha de 10 mil licenças. Demoravam três anos. Antes de chegar na mão do primeiro analista ambiental, passavam por 23 pessoas. E aonde há uma pilha, há corrupção. Aonde há uma pilha, o meio ambiente fica sendo como um empata geral do desenvolvimento. Então, nós fizemos um grande trabalho dentro da FEEMA, no caso do Rio de Janeiro, simplificando procedimentos, eliminando etapas inúteis, tratando em linha, até para poder concentrar naquilo que realmente interessava, que era o impacto no rio, no pulmão das pessoas, e não se tinha não sei quantos processos burocráticos ou licenças, ou alvarás, ou coisas, que demoravam anos e passavam de mãos em mãos. E nós fomos bem sucedidos e conseguimos, Senador Casagrande, dar grandes licenciamentos, em curto prazo, com rigor muito maior do que o nacional. O COMPERJ, por exemplo, que foi licenciado em pouco tempo, vai ter poluição zero na Baía de Guanabara, o nível de emissão duas vezes mais rigoroso do que o padrão de emissão do CONAMA e as compensações muito grandes.

Então, chegando aqui, no Ministério, vendo todos os avanços que já haviam sido feitos, nós vimos que era necessário avançar mais. Avançar mais... Como sempre, é necessário avançar mais, não no sentido de afrouxar, mas de dar uma linha mais operacional, mais executiva, que permitisse você aumentar o rigor, aumentar as compensações e diminuir entravamento que havia em relação a grandes projetos importantes para o país, sobretudo na área de geração de energia, mas não só a geração de energia. Então, nós vamos continuar com esse processo, os passos seguintes deles vão ser um tratamento diferente para a questão do petróleo e gás, tratar por bacia e não poço a poço, e, mesmo no caso das hidrelétricas, o tratamento por bacia me parece mais adequado. Então, cada gestão tem a sua visão, dentro da linha de permitir o desenvolvimento e defender o meio ambiente. O mundo vai avançando, as necessidades vão avançando, e a gente vai avançando também, até porque não é razoável que o meio ambiente fique com ônus do não desenvolvimento e, por outro lado, ele tenha que, cada vez mais, criar mecanismos mais rigorosos, e não menos rigorosos, de emissão atmosférica, de efluentes na água e de controle de desmatamento.

Por fim, em relação à questão da aliança com os pequenos agricultores. Historicamente, sempre a esquerda, os ambientalistas tiveram os agricultores como aliados. Mas o que é que estava acontecendo [interrupção no áudio], exatamente por uma certa incapacidade política nossa, toda, dos ambientalistas, o setor que representa mais o agronegócio e a grande produção estava em grandes assembleias de três, quatro mil agricultores no sul, em São Paulo, em Uberaba, em várias áreas, estavam praticamente aterrorizando os pequenos produtores e dizendo para esses produtores que, mantidas as normas de proteção, que eles iam ser presos, que eles iam ser criminalizados, que eles iam perder a terra. E, naturalmente, alguns setores, como a CNA e outros, ganharam força política, por uma certa inação de uma relação mais orgânica da área ambiental, com os segmentos mais importantes da agricultura familiar, incluindo a CONTAG, a FETRAF e o MEPA . Não é que, no passado, não tivessem sido feitos contatos, há 10 anos, há cinco anos, seis anos atrás, o que acontece é que eles foram insuficientes, face ao rolo compressor e ao terror que estava sendo colocado. Então, na verdade, a nossa iniciativa não foi a primeira e não será a última, mas foi uma muito importante, porque, agora que vai ter um encontro, que vai ter o grito, que vai ter... Nós, em relação à discussão do código e de outros pontos, conseguimos chegar numa reunião importante, histórica, com mais de 20 parlamentares e das quais V. Exa. participou, um momento muito importante, que não foi o primeiro e não será o último, mas caracterizou um momento de encontro de resistência, face a essa certa histeria, que coloca o pequeno como massa de manobra para interesses que, muitas vezes, não são deles. Então, esses eram os esclarecimentos suplementares e agradeço à V. Exa. o convite e a todos os senadores e senadoras, que tão gentilmente colocaram as suas questões, que eu espero, pelo menos, em parte, ter respondido à altura. Muito obrigado e boa tarde.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Ministro Carlos Minc, pela sua participação aqui conosco. E voltará, naturalmente, outras vezes, para que a gente possa continuar este debate muito produtivo. Eu quero, sem interrupção, já engrenar com a segunda, passarmos para a segunda fase da audiência, que é a avaliação dos indicados pelo Governo para a Agência Nacional de Águas. Convido à Mesa, então, o Sr. Dalvino Troccoli Franca, que é indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, e também convido o Sr. Bruno Pagnoccheschi, que também é outro indicado para a agência. Que os dois possam vir até a Mesa tomarem assento e passo o indicado... O item nº. 01, o relator é o Senador Leomar Quintanilha, que está acamado, e nós pedimos ao Senador Jefferson Praia que faça o relatório *ad hoc*, seja relator *ad hoc*, faça o relatório de forma muito rápida, sem perder qualidade, e, posteriormente, Senador Gilvam Borges, e aí começaremos o processo de votação e assim vamos ouvir... Vamos começar os questionamentos com relação aos indicados.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pois não.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Sr. Presidente, só para sugerir à V. Exa. colocar simultaneamente a votação. Porque, na maior parte dos casos, já há um conhecimento prévio do relatório. Então, poderia, para economia processual, já deflagrar o processo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Se o senhor me permitir, nós podemos abrir o processo de votação. Mas, se a gente puder, em dois minutos, ouvir o relatório do Jefferson Praia e dois minutos o relatório do Senador Gilvam Borges, aí a gente vota. Rapidamente. Senador Jefferson Praia com a palavra e já atenderemos ao Senador Valter Pereira.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Muito bem, Sr. Presidente, vou ser breve. "A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a mensagem nº. 789/09, mensagem

nº. 304, de 4 de maio de 2009, na origem, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Dalvino Troccoli Franca, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, ANA. Sr. Presidente, em síntese, o histórico profissional do indicado registra intensa ligação com o setor de recursos hídricos, particularmente com relação às políticas públicas, focadas na mitigação dos efeitos da seca. Dentre os estudos e ações desenvolvidas nessa área, destacam-se os trabalhos de implementação do programa de formação e mobilização social para convivência com o semi-árido. Um milhão de cisternas rurais que vêm sendo implantado desde 2001, numa parceria da ANA, do Ministério do Meio Ambiente e o programa de abastecimento da população rural difusa do semi-árido brasileiro. Diante do currículo apresentado, que demonstra capacitação técnica e experiência profissional do indicado, esta Comissão poderá deliberar sobre a recondução do Sr. Dalvino Troccoli Franca ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, em cumprimento às disposições constitucionais contidas no art. 52, inciso III, letra F, combinado com o art. 9º, da Lei 9984, de 17 de julho de 2000, e art. 3°, anexo 1, do Decreto 3962, de 19 de dezembro de 2000. Esse é o relato, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Com a palavra o Senador Gilvam Borges, que fará o relato do Bruno Pagnoccheschi.

**SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o meu relatório é bem sucinto. O Sr. Pagnoccheschi, ele é intelectualmente credenciado a ser reconduzido ao cargo, pela larga experiência já exercida e pelo seu amplo conhecimento. É um especialista em hidrologia. Portanto, a sua capacidade técnica é perfeita e a condição moral é ilibada, o seu equilíbrio emocional também, e isso lhes dá as condições de ser reconduzido ao cargo. Porque nem sempre o embasamento intelectual dá condição do equilíbrio emocional. Por esse motivo... Muito embasamento, às vezes, dá uma descompensação. Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Sr. Bruno está qualificado, e, dentro do regimento, o Senado Federal, sem dúvida nenhuma, avaliza, eu, na condição de relator, para que o mesmo seja reconduzido, com aprovação do nosso relatório e, por conseguinte, deste Plenário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pela primeira vez, um laudo psicológico incluído no relatório da ANA. Parabéns, Senador Gilvam Borges. É pela ordem, Senadora?

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Antes de começarmos a votação, Sr. Presidente, eu acho que deveríamos registrar aqui não só o relatório do Senador Gilvam, como do Senador Jefferson Praia, algo que normalmente nós fazemos nessa Casa, que é votar autoridades, votar embaixadores, as agências todas, mas eu queria aqui que deixasse registrado, Sr. Presidente, que, talvez, a ANA seja uma das agências mais próximas dessa Casa, que tem procurado interfacear muito com os senadores. Acho que uma votação, como essa de hoje, mesmo sendo para reconduzir dois eminentes diretores, para nós, é uma satisfação. E aqui eu falo, sou partido de oposição ao Governo Lula. Mas dizer que a Agência Nacional de Águas tem sido uma grande parceira e temos trabalhado muito bem juntos, e eu queria deixar esse registro porque é um prazer fazer a votação de hoje.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano, e vamos dar início... Já está, então, aberto o processo de votação, e, enquanto votamos, nós vamos ouvir os indicados e os sabatinados. Com a palavra o Dr. Dalvino Troccoli Franca, que tem até dez minutos, não tendo como referência o Ministro Carlos Minc, até dez minutos para que possa fazer sua exposição.

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** Presidente, Senador Renato Casagrande, eu pedi a licença aos presentes, porque, regimentalmente, eu tinha sido informado de que eu teria 20 minutos, mas eu fiz uma síntese--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É a crise.

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** É isso aí. Mas eu vou deixar--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Nós estamos brincando aqui, mas se o senhor precisar de mais tempo...

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** Não, eu fiz uma síntese e gostaria de que, apresentando isso, eu poderia dispor de mais tempo para responder às perguntas dos Srs. Senadores. Excelentíssimo Sr. Presidente Senador Renato Casagrande, excelentíssimas Sras. Senadoras, excelentíssimos Srs. Senadores, senhoras e senhores. Ao Exmo. Senador Leomar Quintanilha, relator desta matéria, quero manifestar minha gratidão pela generosidade do parecer de V. Exa. Gostaria de externar meu agradecimento especial ao Exmo. Sr. Ministro Carlos Minc, pela indicação do meu nome à recondução à direção da Agência Nacional de Águas. Espero continuar sendo digno da confiança em mim depositada e da honra em mim conferida, pelo excelentíssimo Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem agradeço sincera e respeitosamente.

Assim como o Presidente Lula, sou pernambucano, e, neste momento, agradeço o apoio e o incentivo que recebi do Governador do meu estado, Eduardo Campos, e dos que fazem o Governo. Estendo o meu especial apreço ao Presidente da ANA, Dr. José Machado, pelo incentivo à minha recondução e a todo o seu gabinete. Por fim, aos companheiros de trabalho dos diversos setores, que não mediram esforços para que a minha gestão fosse profícua e a recondução concretizada. Agradeço, também, aos movimentos sociais, especialmente aqueles que atuam no semi-árido do nordeste do Brasil. Eu tinha feito uma listagem de algumas ações de destaque do que foram esses quatro anos, mas apenas vou ler os títulos e passar para uma apresentação das propostas, que, em muitos casos, são uma continuidade de algumas dessas ações.

Durante o primeiro mandato, conduzi as áreas de regulação, outorga, fiscalização, cobranças e usos [ininteligível] e de informação, sendo que esta última conclui o mandato. A área de informação é composta pela gestão da rede hidrometeorológica do país e pelo sistema nacional de informação em recursos hídricos, instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Considero a área de informação a de maior relevância para a atuação da ANA e também um dos seus maiores desafios, pois fornece suporte a todas atividades finalísticas da agência, bem como aos órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, e as entidades privadas que atuam na gestão de recursos hídricos ambiental, Defesa Civil, dentre outros. E, por si só, é responsável pela execução de mais de 50% do orçamento da agência.

Nesse sentido, destaco como realizações a modernização e ampliação de cerca de 20% da rede básica hidrometeorológica. Queria destacar que, nesse período, o acréscimo das estações sedimentométricas foi de 24% e, da qualidade de água, de 67%. Crescimento este sem precedentes na história do país. Segundo a consolidação e a disponibilização do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH -, e, terceiro, a elaboração do mapa temático de domínio dos cursos d'água. Aqui, faço algumas referências à posição do sistema, do SNIRH, e da rede hidrometeorológica, que vou pular, e também com relação ao mapa de domínio dos cursos d'água. Na área de regulação, já fiz referência com relação à atuação na área de fiscalização, com campanhas prioritárias nos Rios Paraíba do Sul e São Francisco. Foi também em parceria com o Inmetro o Programa Nacional de Acreditação de Laboratórios em Análise de Qualidade de Água, PROLAB, com o objetivo de estruturar uma rede de laboratórios de referência em análise da qualidade da água. A área de outorga e cobrança, no tocante às ações desenvolvidas nessa área, merece destaque a emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica, DRDH, para os aproveitamentos hidrelétricos do Rio Madeira, Girau e Santo Antônio. Regulamentação do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco nas Bacias do Nordeste Setentrional, PISF, e os avanços na implementação da cobrança pelo uso das águas nas bacias do PCJ e do Paraíba do sul. Ao longo de 2006, a cobrança foi aprovada pelos comitês dos rios de domínio estadual no Estado de São Paulo, nas bacias do Paraíba do Sul e do PCJ, tendo como base os mesmos mecanismos e valores definidos para os rios de domínio da União. Este fato representa um marco para a Política Nacional de Recursos Hídricos do país, por se tratar do primeiro exemplo de harmonização na implementação de instrumentos de gestão dos recursos hídricos, tendo como unidade territorial a bacia hidrográfica.

Iniciamos a implementação da sala de situação em 2006, com o foco no acompanhamento das bacias prioritárias. Ainda durante a nossa gestão, compartilhada da diretoria, houve o lançamento, em 2006, do Atlas Nordeste, abastecimento urbano de água. Trabalho que, partindo do diagnóstico do abastecimento de água em mais de 1300 sedes municipais de nove estados do nordeste e do norte de Minas Gerais, propõe orientar as demandas atuais e futuras da água na região. O Atlas Nordeste foi tão bem recepcionado que deu origem ao Atlas Sul, Atlas das Regiões Metropolitanas de Obras Prioritárias para o Abastecimento Urbano de Água, os quais, por sua vez, deram origem ao Atlas de Abastecimento de Água Complementar para o Brasil. Em articulação com o Ministério da Cultura e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Unesco, deu início ao movimento água e cultura na agência. O Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, teve como tema água e cultura. Em reconhecimento à importância do assunto, a ANA abriu espaços e oportunidades para sua discussão e valorização, criando um Grupo de Trabalho para a implementação de ações sobre o tema. O Portal Água e Cultura, sediado(F) na página da ANA, foi uma das iniciativas concretizadas sobre a temática, contemplando manifestações culturais nas áreas de artes, tradições religiosas, urbanismo, arquitetura, literatura, poesia, música, folclores, lendas, costumes e no conhecimento científico. O projeto cultural e editorial, a história do uso da água no Brasil, do descobrimento ao século 20, tem por objetivo resgatar relatos históricos de equipamentos de infraestrutura, expressões artistas, além de reconhecer fatos sobre a gestão, a produção, o transporte e os múltiplos usos e abusos da água, ao longo da história do nosso país.

O projeto editorial de pesquisa e do plano de divulgação, com exposições em 12 capitais, já foi concluído. Eu gostaria de fazer alguns destaques com relação às proposições.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** Dentre as propostas, destaco os seguintes desafios para assegurar o contínuo e permanente fortalecimento institucional da agência. Rede hidrometeorológica nacional, em particular no âmbito das bacias amazônicas e dos Rios Araguaia- Tocantins. A ANA já elaborou o plano de modernização da rede, possibilitando, inclusive, monitoramento de mudanças climáticas. A rede hidrometeorológica tem importância estratégica na implementação das ações do PAC, posto que os dados fornecidos subsidiam os estudos de investimentos em obras hídricas.

Do ponto de vista orçamentário, continuarei com os demais dirigentes da ANA à busca à obtenção do valor total do percentual de arrecadação, da compensação financeira, pela utilização dos recursos hídricos da União, que deverá ser utilizado para operação e manutenção da rede hidrometeorológica nacional. No âmbito da bacia amazônica, darei procedimento à elaboração dos estudos preventivos para a definição de áreas sujeitas às inundações. Continuaremos com os programas de capacitação e a implementação das parcerias, para o monitoramento dos rios, juntamente com o CENSIPAM e o IRD, Instituto de Cooperação Francesa. Darei destaque à gestão integrada das águas fronteiriças e transfronteiriças do Brasil, compartilhada com os países da América do Sul. A bacia amazônica, por exemplo, situa-se, no Brasil, 63% das águas; no Peru, 17; na Bolívia, 11; na Colômbia, 5,8; no Equador, 2; Venezuela, 0,7. Outro desafio consiste em implementar o plano estratégico de recursos hídricos da bacia amazônica, afluentes da margem direita, e dar continuidade ao monitoramento da rede hidrometeorológica, que permitirá o acompanhamento e a evolução da disponibilidade hídrica, no que tange a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia, que se caracteriza pelo dinamismo do desenvolvimento econômico, o qual deverá se intensificar nas próximas décadas, e os dados, fornecidos pela rede, garantirão que os projetos dos setores elétricos de navegação, turismo e irrigação sejam desenvolvidos, atendendo aos princípios de racionalidade, economicidade dos recursos naturais e financeiros.

Implementação do plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, que foi desenvolvido pela ANA, durante o período de 2005 a 2008, em colaboração com os estados e, recentemente, aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Destaco a necessidade de considerar o transporte hidroviário no Rio Tocantins, por meio da implantação de eclusas integradas às infraestruturas hidrelétricas. É de extrema necessidade a modernização e a ampliação da rede hidrometereológica nacional, também a integração do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a sua integração com os sistemas estaduais.

Uma outra ação: água e cultura. Esta ação cooperada... Apoiaremos a construção do Museu Internacional da Água, MINA, e da Universidade da Água, iniciativas do Governo do GDF. O projeto cultural de editoração do livro "Uso da Água no Brasil, do descobrimento ao século 20". Empenharemos também na valorização permanente da carreira dos servidores da agência, realização de concursos públicos para os cargos de especialistas em recursos hídricos, geoprocessamento e analista administrativo. Lutaremos também pela ampliação das vagas e realização de concurso para o cargo de técnicos administrativos, previstos na Lei 11292. O fomento à criação de centros educacionais públicos e a ampliação de ofertas de cursos para a formação de hidrotécnicos e hidrometristas. O fomento e a criação de incubadoras de tecnologia para o saneamento, qualidade e reuso da água, nas áreas de microbiologia, ciência dos materiais e nanotecnologia. Toda ação só poderá ser concretizada com a integração do corpo técnico de excelência e permanente capacitação. Outros, no entanto, aqui fala de uma série de outras matérias, como o projeto editorial "Uso da Água no... Alguns desses projetos que desenvolvi, durante os quatro anos, como diretor da ANA, possui uma característica que demanda gestão continuada e ininterrupta, como são os casos do SNIRF e da rede hidrometereológica. Outros, como o projeto editorial, a história do uso da água e a construção do Museu Internacional da Água e da Universidade da Água, exigem a finalização, o que pretendo levar a cabo na minha próxima gestão, caso meu nome seja aprovado. Essas foram em linhas gerais, e o conteúdo-- [interrupção no áudio]

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu agradeço ao Dalvino pela sua exposição, apesar da pressa e do tempo curto, muito consistente, parabéns e obrigado pela sua exposição. O Bruno Pagnoccheschi. Bruno, se você... A princípio, dez minutos, se for preciso, prorrogáveis.

**BRUNO PAGNOCCHESCHI:** Senador, se o senhor me permite, eu disponibilizaria para a Mesa o texto por escrito e aí eu conseguiria ser até mais breve do que isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Fique à vontade.

**BRUNO PAGNOCCHESCHI:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Renato Casagrande, meus agradecimentos iniciais vão para o relato do Senador Gilvam Borges, e o que eu gostaria, em síntese, de colocar aos senhores, em primeiro lugar, é a grande honra que foi participar da direção da agência nesses últimos quatro anos, uma agência que ainda está em estruturação, o início das atividades foram em 2001. Portanto, a tarefa que nos cabe, de implementação de um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, é uma tarefa de gerações, acho que nós estamos apenas começando. A nossa Legislação, embora ela seja uma Legislação bastante abrangente e detalhista, ela é uma Legislação tardia. Nós, pelo patrimônio hídrico que nós temos e administramos, nós devíamos ter começado décadas atrás com essa Legislação. No entanto, nesses 12 anos de existência da Lei 9433, os avanços foram muitos. Nós podemos nos orgulhar de um conjunto enorme de acertos e num conjunto enorme de iniciativas, no sentido de não só promover a questão dos recurso hídricos, mas, sobretudo, fazer uma articulação com todas as unidades da federação, no sentido de que o país avance, de uma maneira coerente, de uma maneira conjunta, naquilo que são as conquistas que nós almejamos nessa linha. Implementar um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos em um país como o Brasil é uma tarefa longa. Nós temos uma variabilidade geográfica, geomorfológica, hidrológica, social e cultural que não permite que essa tarefa seja simplesmente burocrática e que seja simplesmente feita a partir dos instrumentos que nós temos avançado. Temos avançado em muitos dos instrumentos dessa gestão, implementamos já em algumas bacias brasileiras o conjunto completo desses instrumentos de gestão, que vão desde a outorga, cadastro de usuários, outorga pelo uso de recursos hídricos, cobrança dos recursos hídricos, fiscalização dos processos de utilização de recursos hídricos, mas, apesar de tudo que temos feito nesses anos, a tarefa ainda é muito grande e as ações ainda são insuficientes.

Eu diria que o que nos cabe é dar mais celeridade a essa implementação, dar mais condição ao pessoal técnico da agência de fazer avançar esses processos, e, nesse particular, eu me permito observar que nós temos, hoje, um corpo técnico de elevada qualidade, um corpo técnico do qual nos orgulhamos, eu acho que o país todo deve se orgulhar. E, graças a esse corpo técnico, é que nós temos conseguido os avanços que foram possíveis até agora. No sentido dos próximos anos... Quer dizer, o que nos cabe fazer daqui pra frente é não só dar celeridade a esse processo, mas trilhar por um caminho que, mais recentemente, nós temos avançado, que é a questão da integração das políticas públicas. Quer dizer, nos parece fundamental que, para que tenhamos o acervo de recursos hídricos do país bem estruturado, bem conduzido, é fundamental que as políticas públicas se enxerguem umas às outras e que se integre na consecução de um benefício comum. E a ANA, nesses últimos anos, tem se esforçado muito nisso; seja através dos planos, que o colega Dalvino se referiu, planos estratégicos e bacias, mas, principalmente, na ação cotidiana de fazer com que cada setor produtivo, que depende da água para seu desenvolvimento, converse com o outro e tenha uma fase de planejamento que possa ser acoplada, que possa ser considerada em conjunto, para que nós possamos ter um pouco de pró-atividade nesse processo e facilitar, então, o nosso caminho no sentido da gestão. Eu acho que é nesse sentido que os esforços devem ser redobrados nesses próximos anos, fazer com que energia elétrica enxergue as necessidades da navegação, fazer com que as necessidades do abastecimento de água e da irrigação sejam contempladas numa visão de bacia hidrográfica, numa visão que se constitua como uma alavanca para desenvolvimento de muitas das nossas regiões. Eu acho que esse deve ser o nosso compromisso, esse é o nosso esforço. O Dr. Machado tem nos conduzido nessa trilha da articulação e com grandes vitórias, com grandes conquistas, e eu tenho a impressão que isso é um sinal, enfim, é uma lanterna na nossa proa, para que a gente possa fazer avançar esses processos.

Eu finalizaria, Presidente, agradecendo, primeiro, a oportunidade que eu tive e agradecendo à Senadora Marina Silva, que, quando Ministra do Meio Ambiente, ofereceu a oportunidade de eu participar do quadro diretivo da Agência Nacional de Águas, agradecendo ao Ministro Minc e a sua equipe, que também foram incentivadores desse processo de recondução que ora está sendo examinado pelos Srs. Senadores, e agradecendo, em especial, no âmbito da agência, ao Dr. José Machado, que tem conduzido de forma muito adequada, de forma muito pertinente, todo o nosso esforço e todo o esforço técnico da agência, aos colegas Benedito Braga, Dalvino, Paulo Varela, Oscar Cordeiro... Enfim, e agradecer o corpo técnico da agência o privilégio de ter compartilhado com tantos momentos importantes ao longo dos últimos quatro anos. Nesse sentido, eu me coloco aqui à disposição dos senhores, na perspectiva de poder ainda contribuir mais. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Bruno, e vamos abrir para que os parlamentares possam fazer seus

questionamentos. Alguém se inscreve? Senadora Marina e Senador João Pedro.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Muito brevemente, Sr. Presidente, eu tive a felicidade de trabalhar com o Dr. Dalvino, durante o período da minha gestão, e confesso que, entre os muitos problemas que tinha que manejar durante aqueles cinco anos e meio que fiquei no Ministério do Meio Ambiente, eu sempre dizia e brincava, inicialmente com o Kelman e, depois, com o José Machado, que, no caso da ANA e do Jardim Botânico, eles me poupavam muito do cotidiano tencionado que a gente pode observar na agenda do Ministério do Meio Ambiente. Não que os demais setores não sejam igualmente importantes e capacitados, mas que é da natureza das outras agendas criar um certo tensionamento. Mas é muito bom saber que existiu uma zona de conforto dentro do Ministério. E a Agência Nacional sempre foi, para mim, uma zona de conforto, tanto do ponto de vista da capacidade técnica do seu corpo técnico quanto do ponto de vista da gestão, tanto a feita pelo Dr. Kelman quanto a feita pelo meu companheiro José Machado, que veio em meu socorro, para assumir, naquele momento, a Presidência da agência, tenho uma gratidão muito grande por essa Casa, que foi capaz de aprovar todos os nomes que sugeri durante a minha gestão e o Presidente Lula que acolheu essas sugestões.

Então, Dr. Dalvino, receba aqui, digamos assim, igualmente, agora, como Senadora, o meu acolhimento, e, depois, eu vou fazer uma pergunta compartilhada aos dois.

O Bruno, eu tenho uma relação de respeito e de muita amizade. Ele me ajudou duplamente, foi meu chefe de gabinete durante um período, eu pude contar com o seu suporte, a sua capacidade de mediação, sei que ele é um grande mediador, né? As pessoas da agência o conhecem por essa característica muito positiva dentro da gestão pública, a sua competência técnica e, para os dois, com certeza, o compromisso ético com a agenda que não é fácil. [interrupção no áudio] é a agenda desse século, como lidarmos com a abundância, quando o cenário é de escassez. E o Brasil tem uma situação de abundância, mas que convive com realidades que já nos colocam na situação de escassez, como é o caso do semi-árido brasileiro, que o Dr. Dalvino representa aqui também. Sei que o desafio da agência é no sentido de ser uma agência de novo tipo, que combina, e acho que a ANA talvez seja uma das poucas que conseguiu fazer isso, combina todo o suporte técnico, a eficiência, a capacidade de resposta, sem perder a dimensão do diálogo e do entrelaçamento com a sociedade. Isso o Dr. José Machado o fez muito bem, e tive a oportunidade de ter esse suporte durante momentos muito difíceis da gestão, que foi no processo de licenciamento do Rio São Francisco. Ainda que as pessoas falem esse chavão de que era preciso destravar o Ibama, mas fizemos licenciamentos muito complexos, talvez um dos mais difíceis, que foi licenciar o projeto de transposição do Rio São Francisco. E devo dizer que a agência foi fundamental naquele arranjo proposto ao Presidente Lula, que reposicionou o projeto de uma retirada de água de 146 metros cúbicos por segundo para 26 metros cúbicos por segundo.

Então, eu sei o quanto é importante o trabalho da agência para a gestão compartilhada, a implementação da lei das águas, do Plano Nacional de Recurso Hídricos, que fizemos juntamente com o Conselho, a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, de sorte que, para a minha recondução, de vocês não suscita muitas perguntas, suscita muito mais o compromisso de que estaremos juntos no novo desafio que os senhores têm pela frente e a minha gratidão ao trabalho do Zé Machado, falo como cidadã e como senadora, e dos senhores, como diretores, bem como dos demais que estão aqui, o Braga, o Varela, o Oscar, que passou também por esse processo, todos os senhores diretores. E a pergunta que faço para os dois é como a agência pensa manejar as questões ligadas aos processos de adaptação, numa crise claramente de mudanças do clima, em que nós poderemos ter o nosso país igualmente afetados. Estudos técnicos já demonstram que está havendo uma migração de determinados cultivos para outras regiões que estão... Regiões que eram frias e estão se tornando quentes, e regiões que tinham muita chuva e, agora, têm momentos longos de escassez, como está acontecendo no Rio Grande do Sul, como a agência está pensando, a sua contribuição numa das agendas mais fragilizadas em todo o mundo, mas, particularmente, no Brasil, no que concerne aos aspectos de adaptação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente Renato Casagrande, senhores interrogados, questionados dessa agência ANA, sabatinados... Mas é bom registrar aqui a presença do Presidente da ANA, que está entre o Rio Acre e Rio Amazonas. [risos]

Eu gostaria que o Dalvino... Que ele passou muito rapidamente quando citou aquilo instituto da França, o instituto francês. Qual é mesmo a relação da ANA com o instituto? Abordar esse aspecto. E dizer como... Há pouco, nós estávamos aqui, e V. Sas. assistiram o Ministro Minc, e nós estávamos falando do estado de construção de políticas públicas, do Estado Brasileiro, e nós já temos algum acúmulo. E mesmo assim... Com a

biomassa, com a discussão da biomassa, a pesquisa, o conhecimento na biomassa. E, mesmo assim, a gente chega e diz assim: "Precisamos muito ainda de muita pesquisa e tal". Aí vem um tema "Água". Vem o tema "Água". E a própria ex-Ministra diz assim: "Ó, o tema vocês cuidavam, que não dava para cuidar no mesmo patamar". E esse é um Brasil das águas. Esse país... E não só o nosso. Isso que eu quero chamar atenção, que eu queria que vocês rapidamente refletissem sobre as bacias que atendem populações históricas do Brasil, mas que têm uma relação com países também históricos que compõe a América Latina. Como é que se dá... Se, aqui, nós já estamos atrasados... Mas como é que se dá isso compartilhando preocupações, construindo entendimentos da gestão de rios, tão importantes do ponto de vista cultural [interrupção no áudio], do ponto de vista econômico, rios como o Rio Madeira e o Rio Negro, na minha região... Como é que está se dando do ponto de vista da ANA? O que a ANA tem feito nesse sentido de buscar entendimentos acerca desses rios binacionais, transnacionais e tão importante para a história do Brasil e para a economia do Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador João Pedro. Eu vou, então, passar a palavra para que os dois possam rapidamente fazerem suas respostas, mas, antes, só dou uma informação e passo uma observação. A informação é que nós, num café da manhã, numa atividade com a ANA, na semana passada, nós combinamos que a Comissão de Meio Ambiente do Senado, junto com a ANA, nós faríamos... Com o apoio da ANA, algumas audiências públicas... Algumas, não, cinco audiências públicas, uma em cada região do Brasil, pra que a gente possa discutir gestão de recursos hídricos pelos estados. Por exemplo, vamos ao Ceará, que é um estado que tem uma boa gestão de recursos hídricos, pra que a gente possa chamar os gestores e os envolvidos na área de gestão de água do nordeste, pra que a gente apresente um bom caso e também discuta a situação de cada estado. Então, queria informar e semana que vem apresentarei... Não é meu nome, mas... Eu apresentarei como Presidente, mas é uma atividade da Comissão, tirada naquele café que nós tomamos junto com a ANA, na semana passada.

Outra observação que eu faço é que nós discutimos muito a questão da Amazônia, que tem que ser discutida mesmo, tanto na área de água como de floresta. Discutimos a questão do São Francisco, discutimos muito alguns rios de São Paulo... Eu gostaria muito que o Dalvino e o Bruno pudessem falar um pouco sobre a bacia do Rio Paraguai, porque boa parte do Pantanal está na bacia do Rio Paraguai. Confere? E como o Pantanal é a maior área alagada do mundo, alagada e alagável do mundo, seria importante a gente saber, assim, rapidamente, se tem alguma iniciativa objetiva com relação à bacia do Rio Paraguai. Com a palavra o Dalvino, para que ele possa fazer as observações dos questionamentos feitos a ele, por até cinco minutos.

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** Obrigado, Exmo. Senador Presidente Casagrande. Com relação à colocação que a nossa Ministra Marina Silva fez, com relação às mudanças climáticas, nós, na agência, temos feito um trabalho, como é da sua competência, é de implementar e ampliar a rede hidrometeorológica nacional, implantamos uma sala de situação e estamos disponibilizando um trabalho conjunto da sala de situação com os dados da rede hidrometeorológica.

Nós temos trabalhado na coleta desses dados, na ampliação das redes, particularmente na região amazônica, implantando uma série de instrumentos e uma série de equipamentos, juntamente com a Marinha, juntamente com o CENSIPAM e juntamente com os países transfronteiriços, uma vez que a bacia amazônica recebe um volume significativo de águas dos países como Peru, Colômbia, Venezuela. Esses dados permitirão aos executores dos planos de mudanças climáticas terem elementos fortes, que possibilitem simular o que está acontecendo na região amazônica, como também em outras regiões. Esses dados possibilitam, sistematicamente, esse avanço, em termos do conhecimento e da modelagem desse tema.

Com relação à pergunta do Senador João Pedro, eu gostaria de informar que a ANA tem feito um trabalho grande na região amazônica. Nós temos, há alguns anos, executado um programa de capacitação e de monitoramento de rios de grandes vazões, um curso de uma semana, com 40 participantes, onde temos especialistas, aproximadamente 30 especialistas do país e também dos países fronteiriços, que são convidados e participam desse curso, e temos ações, já há alguns anos, num acordo que esse ano passado foi renovado com o Institut de Recherche pour le Développement, IRD. É um instituto de pesquisa, e, nesse foco, atualmente, estamos trabalhando da instalação de PCDs, instrumentos de medição para transmissão automática de dados de nível e de chuva, em estações selecionadas e de pluviômetros digitais para o registro de dados de chuva, evaporimetria e climatologia, entre outros. A participação da cooperação francesa, que tem, no âmbito interno, trabalhando conosco na ANA, seis especialistas, e, na área da UnB, tem também cinco especialistas. Estamos trabalhando no imageamento por trabalho de radar, e a ANA trabalha com o levantamento dos dados de campo para confirmar ou para referendar essas informações transmitidas e co-

letadas pelos radares, que faz parte do monitoramento espacial da região amazônica e dos reservatórios do nordeste, em particular.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O SIPAM, o sistema de vigilância, participa desse processo?

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** Sim. Nós temos também um acordo de cooperação que, recentemente, o Dr. Machado assinou, renovando um acordo de cooperação, porque, até o ano passado, a rede era operada... A rede da Amazônia era operada pela agência, mas a propriedade patrimonial dos equipamentos ainda era do CENSIPAM, da Presidência da República. E isso foi transferido formalmente e, atualmente, está incorporado ao patrimônio da ANA. Nós temos dois acordos de cooperação grande, e, inclusive, na área do CENSIPAM, atualmente, estamos fazendo por iniciativa [interrupção no áudio], da direção da agência, um acordo no monitoramento dessa grande cheia que está ocorrendo ao longo do Rio Amazonas, fizemos uma missão de medição de vazão em diversos pontos, como Manacapuru, como Óbidos, no Pará, Manacapuru no Amazônia, e, num acordo com o comando da Aeronáutica e o CENSIPAM, estamos fazendo um mapeamento, uma cobertura, com imagem de radar, por causa dos problemas de interferência de nuvens, e o radar não permite que as nuvens interfiram nessas imagens, mapeando toda a região onde a água está chegando nesse momento. Por exemplo, tive... Eu tive, dos colegas nossos, uma informação, agora, que o nível, hoje, no Rio Amazonas, nessa região, está em 29.11. A maior cheia foi [interrupção no áudio] 29.70. Com isso, a gente tem o volume de área espalhada e a possibilidade de delimitar essa influência de uma enchente dessa magnitude em toda a calha do Rio Amazonas, Solimões, chegando até o estuário. E este trabalho é feito em conjunto com o CENSIPAM e com a Marinha, que tem fornecido, tem cooperado conosco com a cessão não só dos equipamentos, de alguns equipamentos, que os outros equipamentos de medição nós temos na ANA, mas as corvetas da Marinha permitem a gente ter essas medições bem sistematizadas. E procedemos, de novo, agora, novas medições na área de Óbidos, que deu uma das maiores vazões da história naquele ponto e nesse momento atual.

Com isso, a gente poderá, e deveremos desenvolver, ao longo dos próximos anos, o mapeamento, dizendo em Manaus, em Belém e Tabatinga, na área urbana, em que limite, em que rua a enchente, chegando a essas proporções, ela chegará. Então, isso tudo está sendo delimitado, como nós fizemos junto com a [ininteligível], na área do Juazeiro, Petrolina.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Dalvino. Bruno, acho que você pode gastar menos tempo...

**SR. DALVINO TROCCOLI FRANCA:** Desculpe. Eu não [ininteligível].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Então, só um minutinho, Bruno, o Dalvino vai fazer... Ele pode responder? Então, ele não respondeu meu questionamento, está transferindo a você para que faça a resposta.

**SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI:** Bom, concordando com a maior parte das colocações do colega Dalvino, eu diria que a nossa maior preocupação com mudanças climáticas, ela deve se concentrar no aprimoramento e no fortalecimento de nossos sistemas de monitoramento. Na verdade, a variabilidade hidrológica que se observa no país, tanto na Amazônia como no nordeste, etc., ela é muito grande, e as nossas séries de observação, elas nem sempre são extensas o suficiente para que nos faça, nos permita conhecer realmente a hidrologia dos rios.

Portanto, nós podemos, nesse momento, estar confundindo sinais. Nós podemos estar interpretando que as cheias amazônicas que estão ocorrendo esse ano são decorrentes de mudanças climáticas ou não. Sem entrar no mérito se são ou não, o que nos cabe é aperfeiçoar o processo de medição e fazer com que, cada vez mais, a gente tenha uma noção de quais são esses extremos e em que recorrência eles são esperados aí, ao longo do tempo. Então, acho que isso é fundamental, é fundamental para a nossa ação junto aos outros setores. Nós temos a obrigação de oferecer esses dados para sinalizações de navegação, nós temos obrigação de oferecer esses dados para a produção de água das cidades, para captação, e assim por diante. O que nós temos ficado cada vez mais alertas é quanto ao risco eminente de que, num cenário de mudança climática, os extremos são aqueles que mais, digamos, são afetados. Nós vamos ter, então, provavelmente, secas mais severas e enchentes mais severas, ao longo do tempo, e, para isso, quanto melhor preparado nós estivermos, do ponto de vista do conhecimento do histórico das vazões desses rios, mais prestativos nós vamos poder ser, junto aos serviços de... Enfim, de...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. BRUNO PAGNOCCHESCHI:** Sim, exato. Hoje, nós temos cerca de seis mil postos, como o Dalvino ressaltou, mas, na verdade, o nosso sistema de informações de vazão e de precipitação, ele alcança 18 mil postos, porque ele reúne informações medidas por outras instituições. Então, eu diria que essa ques-

tão das mudanças climáticas nos preocupam, na medida em que oferecem esse desafio. Temos que correr contra o tempo e fazer essas medições mais precisas e mais frequentes, para apoiar os processos decisórios aí, necessários.

Com relação ao questionamento do Senador João Pedro, eu diria que o Brasil é uma liderança técnica inconteste na América do Sul, principalmente junto aos nossos vizinhos. Nós temos uma enorme expectativa dos serviços de hidrologia dos países vizinhos, com relação aos processos que a gente aqui desenvolve. E nós temos facultado, de forma recorrente, a participação de técnicos desses países nos cursos que nós oferecemos. Temos cursos de medição de grandes rios, que, talvez, o Brasil seja o único país a oferecer curso de medição de grandes rios, onde se usam diferentes técnicas para essas medições, e isso suscita uma enorme curiosidade. O que ocorre é que, muitas vezes, esses países não têm sequer a estrutura necessária para mandar técnicos aprender conosco. Isso até motivou, há algum tempo atrás, uma provocação nossa à Agência Brasileira de Cooperação, no sentido de criar um projeto que facilitasse a vinda de técnicos de outras instituições de países vizinhos e que eles pudessem ser treinados, então, com as nossas equipes. Esse assunto, embora tenha sido considerado de relevância, ele ainda não foi concretizado, não foi aprovado, mas a nossa expectativa é que, nos nossos programas de capacitação, a gente venha cada vez mais contar com os colegas dos países vizinhos, que isso favorece muito o intercâmbio. Imagino que esse é um problema também compartilhado com outras instituições, estou vendo aqui o Dr. Divino Moura, do INMET, que também deve ter as mesmas preocupações... Ou seja, qualquer previsão que a gente venha fazer depende de informações que venham dos países vizinhos e que, muitas vezes, são países que não contam com as redes adequadas para essa medição.

Com relação aos questionamentos do Presidente Casagrande, a bacia do Alto Paraguai, ela, já de alguns anos, é uma preocupação nossa. Quer dizer, não só no que se refere à proteção que cabe ao Pantanal, mas também às interações com os países vizinhos, também nesse aspecto. E nós tivemos a oportunidade de, alguns anos atrás, desenvolver um trabalho em parceria com a OEA, com recursos provenientes do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, o GEF, e que esse trabalho é, hoje, uma referência no Alto Paraguai e que tem servido, inclusive, para as discussões mais recentes que se dão sobre plantio, plantio de cana na região do Pantanal, se é possível ou não, etc., isso tem nos permitido inclusive subsidiar o Ministério em muitas das decisões que são feitas. Esse trabalho, embora ele tenha hoje, aqui, uns três ou quatro anos da sua conclusão, ele é um trabalho atual e é um trabalho que está disponível no site da ANA, e eu acho que é uma preocupação da maior pertinência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado. Eu agradeço ao Bruno e quero convidar o João Pedro e o Jefferson Praia, para que façam aqui as apurações dos votos. Enquanto isso, eu registro, mais uma vez, a presença do Presidente José Machado, registro a presença... Também esteve conosco, aqui, o Benedito Braga, acho que já teve que se ausentar, está conosco o Paulo Varella, está conosco o Félix e outros assessores da ANA, que eu agradeço que, agora, com essa apreciação de hoje, depois, em Plenário, a gente recomplementa a Diretoria da Agência Nacional de Águas, que, de fato, tem sido muito importante no trabalho de gestão de recursos hídricos para nosso país. Vamos trabalhar muito juntos esse ano, com a Comissão de Meio Ambiente do Senado mais a ANA, e esse é um trabalho que a gente precisa envolver cada vez mais outros parceiros, já estão envolvendo muitos estados, municípios, mas é um trabalho importante para nós, no Brasil todo. E até para o processo de desenvolvimento, se quisermos um novo desenvolvimento, tem que ter a preservação de recursos hídricos. Pois não, Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Primeiro, mostrar a urna.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Primeiro, mostrar a urna, já com os votos contabilizados.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** 11 votantes e 11 votos "sim" para cada representante da ANA, Diretor da ANA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** 11 votantes e 11 votos "sim" para cada indicado. Dalvino com 11 votos e Bruno, com 11 votos. Então, meus parabéns e uma salva de palmas para eles. Estão aprovados na Comissão.

[palmas]

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, peço à V. Exa. urgência, para que possamos apreciar a matéria no plenário do Senado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O Requerimento de pedido de urgência em apreciação. Parlamentares, que forem favoráveis ao regime de urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado o regime de urgência. E os dois processos vão ao Plenário, agora, o mais rápido possível, e parabéns a todos vocês e que vocês continuem dando a contribuição na área de gestão de recursos hídricos. Nada mais havendo a tratar, convi-

do a todos para que, amanhã, participem também de uma reunião da Comissão de Meio Ambiente, com o Presidente Henrique Meirelles, uma Comissão, uma reunião conjunta da Comissão da Câmara e do Senado, onde o Presidente do Banco Central vai estar falando sobre temas relacionados à nossa Comissão. Comissão do Senado Federal: Assuntos Econômicos, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor. Da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização e Controle, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque nós temos aqui, também, a Comissão de Fiscalização e Controle. Então, temos que estar presentes lá amanhã, quarta-feira, às 14h30. Nada mais havendo a tratar, encerro esta presente sessão, convidando para amanhã, às 14h30, na Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

*Sessão encerrada às 13h54.*

**ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2009, ÀS 12:00 HORAS.**

Às doze horas e doze minutos do dia quatro de junho de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELNNER, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, GERALDO MESQUITA, ÁLVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e adia a primeira parte da reunião destinada à discussão e aprovação das emendas da Comissão ao **PROJETO DE LEI Nº 07, DE 2009**, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2010. Após, o Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE**, informa que recebeu da Presidente do Senado em exercício, Senadora **SERYS SLHESSARENKO**, o Ofício nº 747/2009 que encaminha à CMA as notas taquigráficas do discurso proferido pelo Senador **ROMEU TUMA** sobre a extração e o comércio ilegais de torianita – minério radioativo que contém urânio. Comunica ainda que se encontram à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria da CMA, por 15 dias, após o que serão encaminhados ao arquivo, as seguintes matérias: 1) Aviso nº 148/2000, oriundo do TCU, que encaminha cópia da Decisão sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens - DNER, nas obras do Contorno Sudoeste de Goiânia, Rodovia BR 060/GO; 2) Aviso nº 83/2001, oriundo do TCU, que encaminha cópia de decisão sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, na área de franquias de agências e serviços; 3) Aviso nº 192/2001, oriundo do TCU, que encaminha cópia de decisão sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de avaliar a sistemática de arrecadação, rateio, contabilização e recolhimento de recursos distribuídos a órgãos e entidades, decorrentes de concursos das loterias federais; 4)Aviso nº 24/2009, oriundo do TCU, que encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas Atividades referente ao exercício de 2008; 5) Aviso nº 25/2009, oriundo do TCU, que encaminha ao Senado Federal o Protocolo de Intenções celebrado entre o TCU e diversas instituições públicas para a articulação de apoio a ações de fiscalização e para formação de rede de controle da gestão pública; 6) Aviso nº 29/2009, oriundo do TCU, que encaminha cópia de decisão sobre o relatório do segundo monitoramento das deliberações contidas no Acórdão nº 725, de 2005, sobre ações relativas ao tema - Mecanismo de Acesso à Justiça Gratuita; 7) Aviso nº 31/2009, oriundo do TCU, que encaminha cópia de decisão sobre embargos de declaração opostos pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel ao Acórdão nº 544, de 2008, para ajustar a disciplina de repasse de recursos para financiar ações de pesquisa e desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD; 8) Aviso nº 35/2009, oriundo do TCU, que encaminha cópia de decisão sobre os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2008, encaminhados pelos Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal; 9) Ofício nº 41/2009, do Ministério de Estado do Controle e da Transparência, que informa que estão disponibilizados, em endereço na internet, os relatórios de fiscalização da 27ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; 10) Ofício nº 43/2009, da ANEEL, que encaminha cópia magnética do Relatório de Prestação de Contas Anual 2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A seguir, passa-se à segunda parte da pauta destinada à apreciação de matérias. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as

seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: 1) Quais estudos foram realizados para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados. 2) Qual a justificativa técnica para a definição dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional? 3) O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho. 4) O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam promovidas, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, diligências nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste com o objetivo de diminuir as assimetrias e avançar na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 03) REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do art. 90, II, V e IX do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovido, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ciclo de audiências públicas para a realização de debates sobre o tema proteção do meio ambiente e modelos de desenvolvimento". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado** com aditamento do Senador **GILBERTO GOELLNER** para discussão do tema "Plano Amazônia Sustentável", com os seguintes convidados: Ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos; Dr. Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. O Senhor Senador **GILBERTO GOELLENER** comunica que será realizado intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos, entre os dias 26 de junho e 1º de julho no País e entre 2 e 7 de julho nos EUA, organizado pelo Fundo de Defesa Ambiental, com a finalidade de visitar locais onde existam programas de desenvolvimento de redução e emissão para degradação, desmatamento e captação de carbono. **Item 04) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente da Água, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil". Autoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Resultado: **Adiado.** EXTRA-PAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que 'acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pelas empresas prestadoras daqueles serviços', com os seguintes convidados: Dra. Emilia Maria Silva Ribeiro Curi - Conselheira da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Dr. Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL Dr. Alexandre Annenberg - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão Por Assinatura – ABTA; Dr. Juliano Castilho Dall'antonia - Diretor de Inclusão e TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD; Representante do Ministério Público Federal a ser indicado pelo Procurador Geral da República e Presidente do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor". Autoria: Senador **CÍCERO LUCENA.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA de mesa redonda promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, para debaterem sobre as práticas comerciais relativas à cobrança de tarifas bancárias praticadas pelos integrantes do sistema financeiro, com os seguintes convidados: Dr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, Diretor Executivo da Fundação PROCON de São Pau-

lo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado com aditamento do Senador CÍCERO LUCENA convidando, também, o Presidente da FEBRABAN. REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009-CMA -NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA de mesa redonda promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, com o objetivo de prestar esclarecimentos a respeito do diagnóstico da indústria de cartões no Brasil, com os seguintes convidados: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Dr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito; Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado.** A Presidência encaminha a deliberação dos itens restantes da pauta a partir do **Item 05) AVISO Nº 69, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal o Relatório de suas Atividades, referente ao 3º trimestre de 2008". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria, realização de audiências públicas sobre as conclusões do TCU, convidando, em especial, os parlamentares da CAE, da CPMI das ONGs e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e posterior remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o parecer com voto contrário do Senador JOÃO PEDRO. Item 06) AVISO Nº 06, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.296/2008-2, acerca de auditoria operacional no MTE que deu origem ao monitoramento da ação governamental 'Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra' do Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria "ad hoc": Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 07) AVISO Nº 10, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2007". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 08) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério de Minas e Energia - MME a importância de prorrogar prazos para recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA.** Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Adiado.** A Presidência adia a apreciação dos demais itens da pauta. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências' para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira". Autoria: Senador **GERSON CAMATA.** Relatoria: Senadora **MARINA SILVA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Contrário à matéria. Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES**, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador **MARCO MACIEL** na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer:

Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Contrário à matéria. **Resultado: Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Parecer: Favorável à matéria. **Resultado: Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 - TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, GILBERTO GOELLENER** e **JOÃO PEDRO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 04/06/2009**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Havendo número regimental, declaro aberta a Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Alguns comunicados da presidência. O primeiro comunicado é que nós passamos, agora, a uma nova dinâmica com relação aos avisos que chegam aqui a esta Casa. Então, a decisão tomada é que... Esses avisos nós vamos apenas comunicá-los que eles estão aqui na Mesa e na Comissão, ficam aqui por quinze dias; se ninguém tiver interesse, eles vão para o arquivo. São avisos, são comunicados só do Tribunal de Contas e outros. Por exemplo, esta presidência informa que recebemos do Presidente do Senado, em exercício, da Senadora Serys Slhessarenko, Ofício nº. 747/2009, que encaminha à CMA as notas taquigráficas de discurso proferido pelo Sr. Romeu Tuma sobre extração e comércio ilegais de torianita, minério radioativo que contém urânio. Informamos também que se encontram na Comissão os dez avisos seguintes e que estarão à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras, na secretaria da CMA, por quinze dias, após o que serão encaminhados ao arquivo. Tratam-se de oito avisos originários do Tribunal de Contas da União, um do Ministério do Estado do Controle e da Transparência e um da Aneel. O primeiro Aviso do TCU 141/2000, que encaminha cópia da decisão sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER, nas obras do contorno sudoeste de Goiânia, Rodovia 060 de Goiás. Segundo Aviso do TCU 83/2001, que encaminha cópia da decisão sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na área de franquias, de agências e serviços. O terceiro Aviso do TCU 192, que encaminha cópia da decisão sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de avaliar a sistemática de arrecadação, rateio, contabilização e recolhimento de recursos distribuídos a órgãos e entidades, decorrentes de concurso das loterias federais. O Aviso nº 4... O quarto aviso do TCU de 29/04/2009, que encaminha ao Senado Federal o relatório de suas atividades, referente ao exercício de 2008. E o 5º Aviso do TCU, nº 25/2009, que encaminha ao Senado Federal o protocolo de intenções celebradas entre TCU e diversas instituições públicas, para articulação de apoio às ações de fiscalização e para formação de rede de controle de gestão pública. O item 06, o Aviso do TCU 29, que encaminha cópia de decisão sobre o relatório do segundo monitoramento das deliberações contidas no acórdão 725/2005 sobre ações relativas ao tema mecanismo de acesso à justiça gratuita. E o item 07, Aviso do TCU 31/2009, que encaminha cópia de decisão sobre embargos de declaração, opostos pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das

Telecomunicações - Funtel, ao acórdão nº 544/2008, para ajustar a disciplina de repasse de recurso para financiar ações de pesquisa e desenvolvimento, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. E o item 08, Aviso do TCU 35/2009, que encaminha cópia de decisão sobre relatórios da gestão fiscal do terceiro quadrimestre de 2008, encaminhados pelos poderes e órgãos federais, relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal. E o item 09, Aviso do Ministério de Estado de Controle e de Transparência, que é a Controladoria, nº 41/2009, que informa que estão disponibilizados, em endereço na Internet, os relatórios de fiscalização da 27ª Etapa de Programas de Fiscalização a partir de sorteios públicos. E o item 10, Aviso da Aneel, 43/2009, que encaminha cópia magnética do relatório de prestação de contas anual de 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Então, o que nós estamos fazendo, vamos passar uma cópia desses avisos para cada um de vocês. Se alguém de vocês tiver interesse em algum aviso desse, específico, é só requerer, ou aqui na Comissão ou por escrito, que os documentos vão para cada um, para que a gente possa... A proposta é que a gente não tenha que fazer um relatório para cada aviso desse, porque acaba sendo um trabalho operacional, sem nenhum objetivo efetivo, a não ser que alguém tenha algum interesse em aprofundar alguma informação, e a gente requer ao Tribunal de Contas os pedidos necessários para complementar qualquer informação.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Presidente, só a título de sugestão, eu queria sugerir que esses avisos fossem encaminhados aos membros desta Comissão, de preferência, pela forma eletrônica, porque, aí, realmente, não só a gente... Ou vir aqui, quando estivermos presentes, mas, também, no gabinete, a gente, então, ter a definição de qual deles a gente teria interesse de verificar a sugestão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Está certo. Então será feito dessa forma, como sugestão de V. Exa. E nós... Assim, a gente economiza papel, que é função também desta Comissão.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Meio ambiente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Que é para economizar gasto de energia.

Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Segundo comunicado--

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pois não, Senador.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Eu queria pedir à V. Exa. e aos demais senadores para discutir a possibilidade, de extra-pauta, entrar um requerimento de minha autoria, já que eu sou relator de um projeto do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre os serviços de TV a cabo e que, no mérito, veda a cobrança dos pontos extras das empresas prestadoras daquele serviço. Como, vamos dizer assim, tenho ouvido várias opiniões e tenho feito um estudo sobre essa matéria e há divergência em determinados pontos, eu faço, então, através desse requerimento, uma proposta de audiência pública. Eu queria, se possível, com a sua concordância, de V. Exa. e dos demais colegas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Vamos colocar primeiro em voto. Eu tenho dois requerimentos também que vou pedir para inclusão extra-pauta e vamos colocar, então, os três requerimentos, inclusão dos requerimentos extra-pauta. Os Senadores, que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como estão. Aprovado. E votaremos o requerimento no momento adequado.

Antes disso, um comunicado, que é da Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização, nós estamos debatendo a LDO, e a Comissão de Meio Ambiente tem prazo para apresentação de emendas. O novo prazo para apresentação de emendas da LDO será de 9 a 18 de junho. Então, o nosso objetivo de marcarmos essa reunião é porque o prazo iria até o dia 12, foi prorrogado o prazo. Então, a minha sugestão é que a gente informe a vocês do prazo, e nós temos até o dia 18 para encaminhamento das emendas à LDO. Dia 18 é na próxima... Daqui a duas sextas-feiras. Então, nós temos um prazo ainda - além da semana que vem, na outra semana - para recebermos, dos membros da Comissão, sugestões para alteração ou incorporação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente. Isso aí se refere a todas as Comissões?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Isso se refere a todas as Comissões.

O prazo é dia 18, que é uma sexta-feira. Vamos até terça-feira, que é nossa sessão, da semana do dia 18, que seria, então, dia 15.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Só um esclarecimento, Sr. Presidente. Nós apresentaríamos essa emenda à Comissão, e a Comissão dirige à Comissão de Orçamento--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Dirige às--

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** --sem, necessariamente, passar por aprovação aqui?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Porque, como são emendas que não têm uma limitação, é emenda de redação, LDO, qualquer alteração que precise fazer a gente vai acolher as sugestões e vamos encaminhar em nome da Comissão.

Pauta de hoje. Item nº 1 da pauta. Um requerimento... De quem é esse requerimento? Do Heráclito Fortes. Não se encontra presente. Não tem como fazer a defesa. Vamos passar para o nº 2, que é da minha autoria. E eu requeiro a uma... Foi promovido por esta Comissão diligências na região Norte e Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com o objetivo de diminuir as assimetrias e avançar na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos. O que é que é isso? Isso, na verdade, não é uma sugestão minha, isso foi tirado num café da manhã que nós tivemos com a Agência Nacional de Águas. Do café da manhã, ficou encaminhado que a Comissão de Meio Ambiente, junto com a Agência Nacional de Águas, iria fazer cinco reuniões regionais, para que nós pudéssemos debater a gestão de recursos hídricos. A primeira reunião vai ser no dia 9, no Ceará, porque o Ceará é o estado da região Nordeste... Não estou provocando o Cícero Lucena, que é da Paraíba, que tem a melhor gestão de recursos hídricos do Nordeste, segundo a avaliação da ANA. Tem uma entidade estadual que patrocina, incentiva e constrói represas, açudes públicos; controla a distribuição da água. Então, nós teríamos, na parte da manhã, a presença do governador, o presidente da Assembléia, a nossa presença aqui, uma abertura política e, depois, uma palestra da Agência Nacional de Água, para dizer da radiografia dos recursos hídricos do Nordeste, depois, a apresentação do caso do Ceará, almoço, e, à tarde, apresentação de cada Estado, para que a gente pudesse debater e incentivar para que cada Estado tivesse uma infraestrutura na gestão de recursos hídricos. Então, esse é o objetivo.

O primeiro [ininteligível] a proposta no Ceará, naturalmente, a proposta pela sugestão que a ANA fez. Lá, a Secretaria de Recursos Hídricos está aberto a contribuir, o governador está aberto e o presidente da Assembléia está aberto. E, depois, faríamos uma na região Sudeste, na região Norte, que aí os senadores estão ainda discutindo onde será, uma na região Sudeste e outra, na região Sul. Então, 9 de julho é a primeira, julho, seria no Ceará. É uma quinta-feira. Nós estaremos na quinta-feira lá, de 9 horas da manhã até 5, 6 horas da tarde.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, me permita, apenas, me colocar à disposição de V. Exa., para que possamos, claro, após o entendimento, organizar uma em Manaus, para que possamos discutir toda essa questão das águas ali na Amazônia. Eu acho isso muito importante. V. Exa. sabe o quanto nós estamos deixando a desejar quanto ao cuidado em relação às águas da região amazônica, e vejo essa iniciativa como uma grande iniciativa. Portanto, já me coloco à disposição para ajudar na organização, nos contatos junto à Assembléia Legislativa, e tudo que temos que fazer para que possamos ter uma boa reflexão sobre o tema. Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu é que agradeço. A ideia é essa. Definido o Nordeste, a gente possa sair definindo. O Praia já está oferecendo o Estado do Amazonas para que a gente possa fazer lá. A segunda, certamente, será na região Sudeste, depois a gente discute com vocês o dia. No Sudeste, teria que ser, naturalmente, pela importância do Estado do Espírito Santo e pela beleza do Estado, o Espírito Santo, naturalmente, pela representação. Mas, na região Norte, tem o Estado do Amazonas que está se colocando à disposição. E a gente vai discutindo depois, num comum acordo dos parlamentares aqui que representam essas regiões, como a gente pode fazer. A ideia é incentivarmos para que cada Estado tenha uma estrutura que trate da questão de recursos hídricos, nesta referência que nós temos hoje.

Hoje, as mudanças globais estão alterando o regime de chuvas, as chuvas concentradas em pequeno período do ano, estiagens prolongadas, ou, ao contrário, e que nós precisamos adaptar os Estados a essa realidade, ou para que a gente possa diminuir as inundações, através da elevação de água, ou que a gente possa reservar água para atender períodos longos de estiagem. Então, nós temos que adaptar a gestão de recursos hídricos. Como nós temos, em diversos Estados, departamentos de implementação de estradas, de manutenção de estradas, os Estados terão que ter organismos que possam cuidar da construção de barragens, de açudes, tecnicamente controladas, distribuição dessa água. Então, a questão da água é uma questão essencial para o nosso desenvolvimento, para a nossa vida e para o nosso desenvolvimento. Então, eu acho que esta Comissão deve dar uma atenção especial, e a ANA está disponível a estar patrocinando esses eventos junto conosco, participando, dando subsídios técnicos e apoio logístico, e todos os Estados, também, não se opõem a dar apoio logístico necessário. Então, acho que a Comissão dará uma contribuição prática, efetiva a essa área de recursos hídricos.

Senador Cícero Lucena com a palavra, e, depois, o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Eu estava lendo aqui o item 04.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O item 04.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Que é um requerimento da Senadora Marisa Serrano que, no meu entender, ela pede encaminhamentos e soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes à gestão e distribuição de recursos hídricos no Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E ela pede a criação de uma subcomissão permanente.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Uma subcomissão permanente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Daqui da Comissão.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Na verdade, esse trabalho que o senhor está propondo, de forma muito oportuna e feliz, ela vai, vamos dizer assim, provocar essa discussão dessa subcomissão. Então, não sei se transferiríamos para essa subcomissão ou não, deixaria a nível daqui, da própria Comissão, se essa Comissão será aprovada, porque ela vai ter... Esse debate que o senhor está propondo, regionalizando inclusive, vai nos dar um diagnóstico que vai, vamos dizer assim, instrumentalizar possíveis alterações legislativas que serão propostas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu acho que uma coisa complementa a outra. A comissão estava tendo um trabalho de incentivo em todos os Estados brasileiros, de que os Estados tenham uma gestão adequada na área de recursos hídricos. E a Senadora Marisa Serrano propõe uma submissão para discutir permanentemente um tema específico de recursos hídricos, que eu acho que é adequado, como V. Exa. propôs aqui uma comissão--

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** De resíduos sólidos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** --de resíduos sólidos. Acho que, na hora que a Marisa Serrano estiver aqui conosco... Acho que uma ação complementa a outra, na minha avaliação.

Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria de saber a programação, em continuidade, após o Estado do Ceará, se já tem algo programado?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Não temos ainda os dias.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** E quais os Estados previstos?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** No sul, a sugestão da ANA é que a gente faça no Rio Grande do Sul. Porque, se nós vamos fazer no Ceará, que é o melhor Estado, na avaliação da ANA... Rio Grande do Sul, nós vamos fazer no Rio Grande do Sul, porque é o pior Estado do Sul. Então, é para provocar o debate no Rio Grande do Sul sobre a questão de recursos hídricos, envolvendo a Assembléia Legislativa, Governo do Estado, entidades.

Então, está definido o Nordeste e está encaminhado o Sul. E estou sugerindo o Espírito Santo para o Sudeste, para sairmos só desse circuito Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O Espírito Santo, como um Estado menor, também pode receber um evento desse. O Centro-Oeste e Norte estão dependentes de vocês. Acho que V. Exa. e a Senadora Marisa Serrano poderão, com certeza, tomar uma decisão com relação ao local e sugerir para nós. A ideia é fazermos uma por mês, para não ficar sobrecarregado, porque nós temos, todos nós, outras atividades, uma a cada 30 dias, 45 dias, a gente faria que pudesse permitir que os senadores pudessem ir, não ir só o membro do Estado, que os senadores pudessem ir a essa atividade. O senhor pode, depois, então, se possível, definir com a Senadora Marisa Serrano--

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Vou conversar com ela.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** --e definir o local para nós. E o Senador Jefferson Praia, junto com o Senador Flexa Ribeiro, que não é uma tarefa tão difícil, poderá, também, definir. Acho que Manaus é um bom local.

Então, em discussão. Já discutimos. Em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu tenho outros requerimentos, tem mais um requerimento que gostaria de receber sugestões de vocês, está em pauta e gostaria de receber sugestões de vocês. Esse segundo requerimento foi uma sugestão tirada da Comissão, junto com a ANA, é um requerimento da Comissão. Este terceiro requerimento aqui é uma sugestão que eu estou pegando, que é um requerimento que estou fazendo, que seria promovido por esta Comissão de Defesa do Consumidor ciclo de audiências públicas para realização de debate sobre o tema: "Proteção do meio ambiente e modelos de desenvolvimento".

Então, eu fiz, no ano passado, como membro desta Comissão de Defesa de Fiscalização e Controle, um ciclo de audiências públicas sobre o controle público, que deu muito resultado, deu muito certo, muito resultado, muitas sugestões, a Comissão conseguiu produzir muito. E nós estamos, agora, numa crise eco-

nômica financeira, ambiental, social, que exige que nós possamos debater qual o modelo de desenvolvimento que nós vamos ter daqui para frente. A gente está discutindo isso todo dia no plenário, na pequena Comissão.

Então, eu estou propondo um ciclo de audiências que começaria por um debate sobre o modelo de desenvolvimento. Aí tem sugestão de nomes: da Miriam Leitão, como debatedora, do palestrante José Eli da Veiga e do Luciano Coutinho, da USP e do BNDS. E, depois, a cada palestra... Isso seria num dia. Depois, a gente ia marcando os dias para debater código florestal, gestão florestal, combate ao desmatamento ilegal, remuneração pela prestação de serviços ambientais, licenciamento ambiental, gerenciamento de recursos hídricos, geração e consumo sustentável de energia, consumo responsável e consciente; relacionado a este novo modelo de desenvolvimento sustentável que a gente está desejando no Brasil. Então, seria um ciclo que duraria o ano todo, para a gente poder... Mas que teria um início, um meio e um fim, para chegar ao final, e a Comissão ter algumas propostas efetivas e concretas, para a gente sair só das audiências públicas, e, às vezes, elas são muito rápidas, e a gente acaba não aprofundando o tema como gostaria de aprofundar.

Então, gostaria de ouvir e também colocar em discussão para ouvir a opinião de V. Exas. Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Primeiro, eu quero lhe parabenizar pelo requerimento e pelo encaminhamento desses debates que serão realizados dentro desta Comissão, em relação ao tema "Proteção do meio ambiente e modelos de desenvolvimento". E eu tenho uma sugestão, porque, no dia de ontem, nós estivemos, na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, a presença de alguns debatedores, e eu vejo que, dada a singularidade do tema e a capacidade que essas pessoas e o conteúdo que foi apresentado, deveria ser trazido também aqui dentro desta Comissão. São pessoas, eu vou relatar, agora, os nomes. Um é o representante do Ministério de Ciência e Tecnologia; o Dr. Luiz Antônio--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Luiz ABC.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** --Barreto de Castro. É, Luiz ABC, que é muito, é um cancã dessa área de pesquisas nessa área de tecnologias. E, dentro de outras propostas, uma proposta de desenvolvimento da Amazônia, projeto para o bioma amazônico, é o que está faltando para o país.

Então, dentro desse contexto, eu perguntaria onde é que podemos incluir algo dentro desse tema, de definir realmente o projeto amazônico, e, para isso, também, teríamos, obrigatoriamente, de convidar o Dr. Adalberto Luis Val, que é diretor do INPA, porque o senhor cita aqui um outro diretor, que eu não conheço, mas também... Como eu gostei muito da apresentação do diretor, não sei se ele é diretor-presidente, o Dr. Adalberto Luis Val, do INPA. E eu vejo que também estaria integrado dentro desse mesmo tema, porque o que está faltando junto com a regularização fundiária que aprovamos ontem aqui, sobre um caloroso debate, e ainda ficou muitas dúvidas, deixou muitas dúvidas a desejar, o que eles apresentaram é que essa regularização fundiária é essencial, porém, ela deve vir acompanhada de alternativas econômicas de utilização correta no bioma amazônico, de forma sustentável, utilizando a biodiversidade, utilizando o potencial que existe naquela região, e que está faltando, então, esse grande projeto para o Brasil, e que, dentro das palavras do Dr. Luiz Barreto de Castro, é um projeto que, em valores, daria três vezes o que custou Brasília; um projeto caro, porém, de muito valor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** A sugestão que eu faço à V. Exa. é que formalize, a gente aprova, já, aqui, a inclusão de um outro debate, tem oito debates, teria um novo debate para a Amazônia--

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Específico para o projeto da Amazônia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** --que o senhor convidasse junto o Ministro... Eu sempre esqueço o nome dele, o Mangabeira Unger. O senhor convidasse junto o Ministro para esse debate, porque ele é o responsável pelo projeto Amazônia Sustentável.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Até quero ouvir as considerações do Senador Jefferson Praia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Então, o senhor poderia requerer que a gente aprovaria aqui e depois o senhor formularia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** O Ministro Mangabeira, senador, tem feito um trabalho muito bom, temos um plano já, Plano Amazônia Sustentável. E seria importante nós conhecermos um pouco mais esse plano. Agora, eu vejo a importância desses debates, porque, na verdade, o que é que nós temos? Que situação temos, hoje, no Brasil? Nós temos aqueles que já perceberam a importância da questão ambiental, nós temos aqueles que percebem também, mas fazem os investimentos e veem que a questão ambiental, de repente, inibe um pouco ou diminui as ações em relação aos investimentos e ficam... E temos,

hoje, os conflitos acontecendo. Eu acredito que esses debates, Senador Casagrande, devem ser conduzidos para uma agenda, para nós não ficarmos somente dentro do contexto teórico, porque o que fazer? Eu acho que o que fazer... Nós não estamos muito distantes do que fazer, nós estamos distantes de como fazer. Eu acho que a grande questão é essa: como fazer? Onde fazer? Porque o que fazer nós já sabemos, nós já temos uma ideia do que fazer. Como? Por exemplo, na questão das águas no Brasil, nós sabemos o que fazer, como cuidar, o que temos que fazer, os investimentos em saneamento básico. Agora, como fazer com que haja investimento em saneamento básico? Esse é o grande desafio. Se nós conseguirmos, nesta Comissão, trabalhar no como fazer, chamando as instituições, nos seus mais diversos campos de atuação, aí estaremos dando uma grande contribuição, porque, nesse momento, o Brasil precisa caminhar viabilizando as soluções. Eu acho que já estamos cheios de diagnósticos, nós temos, agora, que buscar as soluções e implementar as alternativas viáveis, para que possamos caminhar dentro de uma agenda positiva em relação à questão ambiental e à questão produtiva. Ou seja, dentro do contexto que nós chamamos de desenvolvimento sustentável. Então, eu vejo essa iniciativa que V. Exa. coloca com muita simpatia. Acredito que esse é o campo que temos que caminhar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E que tem uma estrutura, tem um esqueleto, que é a definição desse novo modelo de desenvolvimento. Eu acho que nós temos que trabalhar na Comissão... A Comissão de Meio Ambiente é uma Comissão que tem um papel econômico, grande, porque não tem como você ter nenhum modelo de desenvolvimento que não tenha a visão da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Então, nós temos que tirar daqui, de fato, esses encaminhamentos importantes e propostas legais, legislativas e propostas do Executivo que dê condição de implementação dessas políticas.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Senador Casagrande, me permita, mais uma vez. Esta comissão eu vejo como uma catalisadora. Veja bem, hoje, nós temos um momento difícil, vou pegar um exemplo bem simples, que está na nossa frente todos os dias. Você tem aqui a questão relacionada ao meio ambiente e a questão dos nossos empresários do agronegócio, que há um conflito direto, só que nós percebemos, hoje, que existem pessoas do agronegócio, e boa parte, que têm preocupação com a questão ambiental, e esse conflito... É aí que nós entramos. Então procurarmos um entendimento, que eu vejo que esse é o papel do Ministério do Meio Ambiente, não é de colocar mais fogo na fogueira, ou gasolina na fogueira, intensificar aqui o conflito, o papel de mediador, porque trabalharmos dentro de um contexto onde nós possamos continuar com os investimentos, e, é claro, cuidando da questão ambiental, porque, daqui para frente, no planeta, essa vai ser uma questão fundamental, não tem saída para gente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em votação, então. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado, com as inclusões, os adendos, feitos aqui pelo Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pois não, Senador.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Após aprovado esse ciclo de audiências, eu gostaria de fazer uma comunicação, que eu pediria que... Ela foi estendida a mim, pessoalmente, e que eu gostaria de solicitar aos organizadores desse evento que endereçassem também esse convite a esta Comissão e também à Comissão de Agricultura. Diz respeito a uma viagem, um intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos, organizado pelo Fundo de Defesa Ambiental, intercâmbio que vai ser realizado aqui no país, do dia 26 ao dia 1°, e, nos Estados Unidos, entre os dias 2 e 7, objetivando fazer com que se visitem locais aonde existem programas de desenvolvimento de redução e emissão para degradação, desmatamento e captação de carbono. E, dentro de novas políticas da administração dos Estados Unidos, do congresso dos Estados Unidos, e a determinação do Programa de Controle de Emissões dos Estados Unidos, eu vejo que o país, aqui, tem muito a contribuir para com os Estados Unidos, porque nós temos um modelo muito mais avançado em vários setores, e eu perguntaria se há interesse desta Comissão de se fazer presente em nome do Congresso brasileiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** A atividade no Brasil, senador, será feita aonde?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** A atividade, no Brasil, será feita no Estado de Mato Grosso, junto com uma ONG, a ONG Aliança da Terra, depois irá visitar também os índios do Xingu, para conhecer o projeto de carbono florestal, visita ao Centro de Pesquisa de Carbono Terrestre de outra ONG, WHRC, juntamente com o IPAM, e... Eu só citei alguns locais; isso no Mato Grosso. E depois, se tiver também... Eu acho que o IPAM está participando disso aí, não está marcado nada para o Estado do Amazonas. E, nos

Estados Unidos, vai ser feito em Iowa(F), Pensilvânia, Washington e excursão a campo também, em universidades, programas de gestores, visitação a captura de CO2, produção de algas, dentre outros.

Eu gostaria de perguntar a todos se há interesse dessa Comissão se fazer presente, com um representante ou vários--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** A sugestão que eu faço, Senador Gilberto Goellner, é que o senhor possa passar essa documentação para a secretaria da Mesa, que retransmitiria aos membros da Comissão, e cada um pudesse avaliar a condição de estar participando. Quem estiver interesse de participar, acho que esta Comissão poderia avalizar a presença dos membros da Comissão. Pode ser esse o encaminhamento?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Naturalmente. E, depois, eu acho que, se eles fizerem, também, diretamente, também a Comissão daria mais oficialidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sim, aí as pessoas que pudessem participar iriam representando a Comissão.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Ok. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O item nº 04 da Senadora Marisa Serrano. Ela não se encontra. Então, nós vamos sobrestá-lo. E temos um requerimento, aprovado pelo Senador Cícero Lucena, de inclusão, que já foi incluído extra-pauta, e eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Sr. Presidente, este requerimento, como eu disse, inicialmente, na defesa da inclusão, dispõe sobre o serviço de TV a cabo, um projeto do Senador Pedro Simon, que veda a cobrança do ponto extra das empresas prestadoras de serviço. Como há divergências de posicionamentos, começa pelo próprio projeto do Senador Pedro Simon, eu tenho interesse e gostaria de ter a concordância desta Comissão, para que nós fizéssemos uma audiência pública para ouvir a Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Cury, que é conselheira da Agência Nacional de Telecomunicação, inclusive foi relatora, inicialmente, desse processo que se encontra na Anatel; bem como o superintendente de serviço de comunicação de massa da Agência Nacional de Telecomunicação, o Dr. Ara Apkar Minassian; ainda o Dr. Alexandre Annenberg, presidente-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Dr. Juliano Castilho Dall'Antonia; diretor de inclusão de TV digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Telecomunicações, que é a pessoa técnica do CPQD; e um representante do Ministério Publico Federal a ser indicado pelo Procurador-Geral da República, bem como o presidente do IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Eu acho que, com esses convidados, nós estaríamos tendo uma visão empresarial, tendo uma visão técnica da Agência, o consumidor, ouvir o consumidor também, que é quem vai ter uma relação direta com esse processo.

Então, seria essa a nossa sugestão para que fosse agendada, o mais rápido possível, essa audiência pública.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão. Eu, pessoalmente, acho importantíssima a audiência pública, o tema que está aí sendo debatido pela sociedade brasileira, tudo a ver com a defesa do consumidor. Então, eu, particularmente, sou favorável. E coloco em votação. Os Senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Tem dois requerimentos que eu estou apresentando. Eu estive reunido com a Deputada Ana Arraes que é presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. E ela me fez uma solicitação que passo à apreciação de vocês. Ela nos solicitou que nós pudéssemos tratar de dois temas em conjunto: Comissão de Defesa do Consumidor do Senado e Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara. Um tema é o tema das tarifas bancárias, porque houve um avanço da padronização, mas ainda há um aumento acima da inflação, e há uma possibilidade de reajuste de seis em seis meses. Então, ela está fazendo audiência pública, na Câmara, sobre o tema, e nos pediu que nós pudéssemos, também, fazer uma aprovação de um requerimento aqui para que a gente faça uma audiência pública, em conjunto, para fortalecer mais. Então, o que eu estou encaminhando para apreciação é que a gente convide o Sr. Guido Mantega, o Sr. Henrique Meirelles, já conhecido de todos nós, o Sr. Ricardo Murishita que é do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, e o Diretor-Executivo da Fundação PROCON de São Paulo, Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, que tem debatido muito essa questão de tarifas bancárias. Então, coloco em discussão.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Presidente, para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E só uma sessão conjunta da Comissão da Câmara e da Comissão do Senado.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Para discutir, Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Presidente, eu acho, uma sugestão é que tivesse alguém do setor bancário da FENABRAN, a federação que me parece que não consta na relação, para que a gente pudesse ouvir também o lado do...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Qual é o tema?

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Tarifas bancárias.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Alguém da FEBRABAN.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** O Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O presidente da FEBRABAN. Então, está correto. Fazemos a inclusão, e a secretaria desta Comissão se comunica com a secretaria da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, para que haja, também, lá, a inclusão do presidente da FEBRABAN nesse debate, se assim for aprovado pelos membros desta Comissão.

Alguém mais quer discutir? Não havendo, coloco em apreciação, com a inclusão do presidente da FEBRABAN. Em votação. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovado.

O outro tema que a deputada também sugeriu que nós precisamos debater em conjunto, e na conversa isso ficou claro, é que nós temos, hoje, certo descontrole com relação a cartões de crédito, com relação à cobrança, à taxa, à multa, a juros; se o cidadão não tomar cuidado, se ele for pagando o mínimo de uma conta, em três meses, essa conta dele dobra. Então, se está certo ou se está errado, nós não sabemos, mas tem um nível de preocupação de todos nós com relação a isso.

Então, ela também, nessa reunião, colocou este assunto e também está promovendo um debate sobre o tema, e que também faríamos em conjunto, discutiríamos dois temas em conjunto: tarifas bancárias e tarifas de cartões de crédito. Para essa audiência pública, nós convidaríamos o Sr. Henrique Meirelles; a secretária de direito econômico do Ministério da Justiça, Mariana Tavares de Araújo; o secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda, Antônio Henrique Pinheiro Silveira; diretor do departamento de proteção e defesa do consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Murishita; e o presidente da Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito e o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviço a comparecer para este debate. Então, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado. E eu peço à secretaria que busque também um trabalho preliminar da consultoria da Casa para subsidiar os parlamentares para essas duas audiências públicas conjuntas.

Retornando à pauta. O item nº 05, o Senador Gilberto Goellner é o relator. É um aviso, um dos últimos que nós vamos estar relatando. E passo a palavra à V. Exa.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, após análise, efetuada pela nossa assessoria e pela assessoria legislativa, referente às contas de fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União, referente ao terceiro trimestre de 2008, conforme o relatório que se encontra em poder de todos os senadores aqui, eu faria a conclusão e o voto.

Considerando a ausência de quaisquer normativos emanados do Congresso Nacional sobre o conteúdo e a forma do relatório de atividades que o Tribunal de Contas da União deve apresentá-lo trimestral e anualmente, há que se concluir que o relatório apresentado atende as determinações constitucionais e legais vigentes. Inegavelmente, os dados, apresentados pelo Tribunal, permite que o Congresso Nacional tenha uma razoável visão sobre as atividades daquela instituição no trimestre. Não obstante para que o Congresso Nacional tenha condições de proceder uma melhor avaliação das ações daquela corte de contas, sugerimos que os futuros relatórios façam menção ao andamento dos processos de execução dos acórdãos do TCU, especialmente no que se refere à recuperação dos débitos e multas aplicadas. Voto. O presente relatório traz importantes assuntos dentre as decisões analisadas e os resultados apresentados, e, segundo a nossa opinião pelos dados constantes nesse relatório, o TCU, dentro dos meios a ele colocados à disposição, desempenhou, a contento, o seu papel constitucional. É importante destacar uma série de assuntos que têm sido muito caros ao Congresso e ao Senado, e que merece especial atenção. Auditoria sobre o financiamento de 26 ONGs e Oscips por meio de 167 convênios, o TCU abriu processos específicos para apurar as irregularidades e fez recomendações ao STN, SOF, Casa Civil, cujo relator foi o Ministro Benjamin Zingler, entre os três levantamentos. Primeiro: levantamento de auditoria em órgãos que tratam de lavagem de dinheiro, onde o TCU fez recomendações no sentido de se normatizar o sistema; b) Auditoria sobre o uso

de suprimento de fundos, por meio de cartões corporativos, cujo relator foi o Ministro Valmir Campelo; c) Representação encaminhada ao TCU sobre os processos relativos às concessões de reparação econômica e anistiados políticos, de autoria do Ministério Público junto ao TCU. Nesse sentido, acreditamos ser pertinente propor a realização de, pelo menos, dois dias de audiências públicas, para ouvirmos as conclusões do TCU sobre esse assunto, convidando, em especial, os parlamentares da CAE, da CPMI das ONGs e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Ante todo o exposto, propomos que esta Comissão tome ciência do feito, promova as audiências propostas e encaminhe o processado ao arquivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Só para esclarecimento. Já seria aprovado ou será aprovado após as audiências?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Aprova o relatório, que, dentro do relatório, está sugerindo as duas audiências.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Ok. Acompanho o relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar e informar aos Srs. Senadores que, após uma solicitação... Tem um encaminhamento de inidoneidade que o TCU está fazendo de uma empresa construtora do Anexo III do próprio TCU, onde essa empresa se sentiu prejudicada imensamente, porque, de uma hora para outra, a equipe técnica que acompanhava as obras da construção desse Anexo III do TCU, ela, simplesmente, com a mudança de diretoria técnica, não houve mais interesse de continuidade e foi alegado os motivos que a empresa não concordou. Quer dizer, do próprio TCU se vê que houve... Ao mesmo tempo, ele era requerente da obra pública e era julgador da conta, e ele exacerbou, eu diria assim, dos seus poderes e deixou, pelo que apresentou à empresa, em dificuldade, principalmente porque a empresa tem interesse de, então, não concluir a obra, porém, ela se sente extremamente ameaçada, porque não foi dado a ela poder, sequer, de diálogo e de continuidade do trabalho que foi iniciado.

E, então, dentro desse espírito, eu gostaria que houvesse um amplo debate com o TCU no sentido de se averiguar, principalmente, os decretos de inidoneidade dessas empresas, doze empresas aqui só em 2008 que participaram de licitações dentro da Administração Pública Federal. Então, esses outros eu vejo julgamento e apurações de fiscalização do TCU, seria importante, pela transparência e pelo poder que nos cabe, no Congresso, haver então essas duas audiências públicas preliminares para depois encaminharmos ao requerente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a presente matéria. Senador João Pedro, pela ordem.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado. Desculpe-me estar chegando agora na reunião. Mas são duas--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Duas audiências públicas.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Duas audiências públicas. Deixa-me fazer uma ponderação. Eu sou membro da CPI das ONGs, o Senador Jefferson Praia, também, não sei se está saindo, parece que já saiu. E essa é uma matéria que está lá na CPI, essa mesma, eu tenho até cópia aqui do ofício que a CPI está tratando, queria ver se lá tem todos os partidos, tem toda uma representatividade de apuração dessas instituições todas, dessas ONGs, essa mesma relação. O TCU, inclusive, já informou em julho de 2008 a relação dessas instituições todas, essas entidades todas, e nós estamos tratando isso na CPI. Queria só fazer essa ponderação se isso não satisfaz a questão do acompanhamento--

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** --Da investigação, do contraditório, da apuração pelo Senado dessas entidades todas.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu tenho aqui, inclusive, o ofício do Tribunal de Contas--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Informando à CPI.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Já entendemos.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** A CPI, inclusive a CPI das ONGs, faz parte disso para tratar, especificamente, da situação das ONGs. Agora, o que se trata essa audiência pública é um conteúdo de mais de 20 itens aqui, que são outros processos em julgamento de obras públicas, e não, especificamente, de ONGs. Então, é convidada a CAE, está convidada a CPMI das ONGs para tratar só sobre essa situação que o senhor se refere e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso.

Então, vejo que, como o conteúdo é bem maior dentro do que foi exposto aqui, não elimina uma coisa da outra, já que, dentro da CPI das ONGs, está sendo só analisados os recursos das Oscips e das ONGs que é uma das partes--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Continua em discussão.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** --do que foi fiscalizado pelo TCU.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Não havendo quem queira mais discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis ao relatório do Senador Gilberto Goellner, permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório. Contra o voto do Senador João Pedro.

O item nº 06 é outro aviso, o relator é o Senador Cristovam Buarque, mas, para nós não ficarmos adiando essas votações, vou pedir se, de forma bastante suscita, o Senador Jefferson Praia tem condições de fazer o relatório, ser o relatório ad hoc deste aviso.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 06/2009 do presidente do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia do acórdão nº 180/TCU plenário de 2009 que trata do monitoramento, do atendimento às recomendasse e a determinação contida no item 9.1 e 9.2 do acórdão 1.894/2006 - TCU plenário. Sr. Presidente, temos o relatório, no relatório eu gostaria de destacar. O referido processo trata do monitoramento, do atendimento, das recomendações e determinações contidas nos itens 9.1 e 9.2 do acórdão 1.894/2006 - TCU plenário. Com essa decisão, o Tribunal recomendou resumidamente a adoção das seguintes medidas: a) estabelecimento de metas realísticas, exequíveis e desafiadoras para os indicadores de captação de vagas, de aproveitamento de vagas e colocação de trabalhadores; b) a elaboração em conjunto com executores com baixo desempenho de plano de ação objetivando combater as causas do baixo desempenho; c) a implantação de programa de capacitação específica para o funcionamento que atua na capacitação de vagas; d) a implementação de centrais de capacitação de vagas em localidades atendidas por mais de um posto do Sistema Nacional de Emprego – Sine; e) alterações nos critérios de distribuição dos recursos Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT de modo a considerar o desempenho recente dos executores na colocação de trabalhadores no mercado de trabalho, e o sucesso na colocação dos grupos vulneráveis; f) a adoção de soluções tecnológicas para reduzir os custos de implementação e operação, sistema integrado de gestão das ações de emprego SIGAE; g) a realização de supervisão em cada um dos executores da ação durante a vigência dos convênios; h) a elaboração de um roteiro mínimo de supervisão a ser implementado pelos executores da ação.

Sr. Presidente, passo, portanto, direto ao voto. Pelo exposto, nos manifestamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 06/2009, e em seguida determine se o arquivamento nos termos do art. 133, inciso III do regimento interno do Senado Federal. Esse é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 07, Senador Cícero Lucena, relator de um Aviso nº 10/2008. Passo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Sr. Presidente, como o relatório já foi distribuído aos demais senadores, o meu parecer... Eu vou direto ao parecer, que é pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Como sempre, sempre nos surpreendendo com a sua subjetividade. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o item nº 07.

Nós temos o item nº 08, que é apenas uma indicação. Eu vou pedir ao relator e Senador Inácio Arruda, autoria da Senadora Marina Silva, pediria ao Senador João Pedro, que amparado pelo espírito suscito do Senador Cícero Lucena, possa fazer o relatório do item nº 08.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O relatório submete a esta Comissão, de autoria da Senadora Marina. Manifesta o Ministério de Minas e Energia a importância de prorrogar por 60 dias o prazo para recebimento de contribuição à proposta do plano decenal de expansão de energia 2008/2017, previsto na Portaria 450, de 23 de dezembro de 2008. É isso. O voto. O relator é o Senador Inácio, estou aqui ad hoc. E o voto... Ante o exposto, votamos pela prejudicialidade, em razão da mesma já haver sido atendida parcialmente, e o prazo não ser mais oportuno.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Que essa matéria acho que já foi atendida.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Parcialmente. Eu acho que ela fica prejudicada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Fica prejudicada.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Prejudicada. O item 08.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Alguma coisa a mais, Senador João Pedro?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Presidente, para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Embora, tenha dito parcialmente, eu tenho uma preocupação que a autora não se encontra presente. Se fosse pela aprovação eu não teria preocupação. Então, minha sugestão--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** De adiar a apreciação?

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Exatamente. A minha sugestão seria essa, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Adiaremos mais uma sessão, porque se a autora não tiver presente, também na outra, nós vamos votar, de qualquer maneira, porque temos que dar conta da pauta.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Eu acho que uma sessão é uma oportunidade, avisando a ela, que, obviamente, já deve ter sido avisada, mas só por uma questão de encargo de consciência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Está certo. Muito bem sugerido, Senador Cícero Lucena. Se o Senador João Pedro concordar nós vamos adiar a apreciação da matéria com o relatório apresentado.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** De acordo. Eu acho que é prudente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado.

Tem mais dois itens terminativos, mas a Senadora Marina Silva não se encontra, e nem o autor, o Senador Gerson Camata, e também o item 10 que é não terminativo, o Senador Expedito Júnior que é o autor, não se encontra, e nem a Senadora Marisa Serrano que é a relatora.

Nós estamos dando um prazo de uma ou duas sessões, agora mais do que isso nós estamos nomeando relator ad hoc e independente da presença ou não de autor e de relator nós estamos colocando o processo em apreciação, porque a Comissão vai ter muitas audiências públicas, essa Comissão aqui, além, de apreciar as matérias tem um debate muito intenso pelas três áreas que cuidam de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, então têm muitas audiências públicas, e nós temos também que, nós precisamos marcar essas audiências públicas, então acho que nós temos que dar agilidade à apreciação da matéria.

Então, os demais projetos são terminativos, não temos quorum para deliberar, são terminativos. Eu vou, se nenhum outro Senador quiser se pronunciar, sobre algum tema, ou sobre outro tema. Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, eu encaminhei um ofício no sentido de--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Já recebemos.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Vai ser colocado em pauta?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Já foi aprovado. O senhor formalizou o convite ao Ministro Mangabeira Unger, ao Dr. Adalberto Luís Val que é do INPA, e ao Luiz Antonio Barreto de Castro que é do Ministério de Ciência e Tecnologia para compor uma mesa, de no mínimo, nove que vai tratar sobre desenvolvimento sustentável da Amazônia, dentro do ciclo de debate sobre o modelo de desenvolvimento. Então, aprovado esse requerimento, já incluído no requerimento original.

Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Uma sugestão. Dentro desses novos encontros que vão ter, era que, se possível, nos fosse repassado com certa antecedência para que todos nós possamos nos programar para que--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E a ideia é fazermos às quintas-feiras, na parte da manhã, para que as reuniões ordinárias a gente possa deliberar sobre projeto em outras audiências públicas requerido, como a de V. Exa. hoje. Fazer um ciclo de debates sobre modelo de desenvolvimento, são nove debates que nós vamos fazer, tendo como coluna principal o modelo novo de desenvolvimento que nós precisamos implantar no nosso País, discutirmos temas relacionados ao novo modelo de desenvolvimento, que é um assunto que esta Comissão, de fato, tem que dar conta e sugerir proposta para o Brasil.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima na próxima terça-feira às 11h30.

*Sessão encerrada às 13h10.*

**ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.**

Às doze horas e quatro minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, GILBERTO GOELNNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, ÁLVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. EXTRA-PAUTA são apreciados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos dos art. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para, em audiência pública, discutirem, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a questão do saneamento no Brasil: Associação Brasileira de Municípios - AMB, na pessoa de seu Presidente José do Carmo Garcia; Confederação Nacional de Municípios – CNM, na pessoa do seu presidente, Paulo Ziulkoski e Ministério das Cidades, Ministro Márcio Fortes". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos dos art. 50, parágrafo 2º, da Constituição da República combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro Márcio Fortes, do Ministério das Cidades, sobre a questão do saneamento no Brasil". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Resultado: **Aprovado.** Após, inicia-se a primeira parte da reunião destinada à discussão e votação das emendas da Comissão ao **PROJETO DE LEI Nº 07, DE 2009-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2010) que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências". **Foram apresentadas 5 emendas ao texto e 17 ao anexo de metas do Projeto; destas foram aprovadas: I. as seguintes cinco emendas referentes ao anexo de metas: 1.** Ementa: Apoio a projetos de controle da poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental, **ação 20AO - Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental,** meta/quantidade adicionada: 50 projetos apoiados, proponente Senador Valter Pereira; **2.** Ementa: Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais, **ação 6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais,** meta/quantidade adicionada: 100.000 hectares de áreas regularizadas, proponente Senador Valter Pereira; **3.** Ementa: Revitalização de Bacias Hidrográficas, **ação 7H90 - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas,** meta/quantidade adicionada 10 projetos executados, proponente Senadora Marisa Serrano; **4.** Ementa: Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas, **ação 20AO - Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental,** meta/quantidade adicionada: 15 projetos apoiados, proponente: Senador Inácio Arruda; **5.** Ementa: Recuperação de Áreas Degradadas – Meio Ambiente, **ação 8288 - Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradadas,** meta/quantidade adicionada: 570 hectares de área recuperada, proponente: Senadora Fátima Cleide. **II. as seguintes cinco emendas ao texto: 6.** Adiciona alínea após o **art. 96, § 1º, IV, c** - Prestação de garantias como alternativa segura a paralisar obras – proponente: Senador Renato Casagrande; **7.** Adiciona inciso após o **art. 100, inciso XII** - Inclui sistema para acesso pelo controle externo – proponente: Senador Renato Casagrande; **8.** Altera o texto do **art. 110,** caput - Inclui sistema SICRO e fixa os sistemas como teto de preços – proponente: Senador Renato Casagrande; **9.** Suprime o **art. 110, § 1º** – Suprime o parágrafo – proponente: Senador Renato Casagrande; **10.** Adiciona parágrafo após o **art. 110, § 5º** – Acrescenta critério legal para vedação do jogo de planilhas – proponente: Senador Renato Casagrande; Funcionou como relator das emendas o Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE.** A seguir, passa-se à segunda parte da pauta destinada à apreciação de matérias. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: 1) Quais estudos foram realizados para a

elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados. 2) Qual a justificativa técnica para a definição dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional? 3) O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho. 4) O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 03) AVISO Nº 33, DE 2002 - NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 243, de 2001 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional do Petróleo - ANP, no período de 16 a 27/10/2000, com vistas a aferir quantitativa e qualitativamente as ações de fiscalização empreendidas pela Agência nas atividades de exploração e produção de petróleo, bem como nos segmentos de refino, transporte, comercialização e abastecimento de gás natural, petróleo e seus derivados (TC - 002.379/2001-4)". Autoria: **Tribunal de Contas da União.** Relatoria "ad hoc": Senador **JEFERSON PRAIA.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer.** A Presidência informa que irá pedir uma audiência com o Senhor Presidente do Senado, Senador **JOSÉ SARNEY,** para tratar da crise pela qual passa esta Casa, especialmente no que se refere aos atos administrativos eivados de vício de não publicização. EXTRA-PAUTA são apreciados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, seja discutido o Programa Amazônia Sustentável – PAS: Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Roberto Mangabeira Unger e Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc". Autoria: Senador **FLEXA RIBEIRO.** Resultado: **Aprovado. REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no art. 102-A, inciso I, alínea 'e' do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria nas duas obras com irregularidades constatadas pela fiscalização da CGU, em setembro de 2008, na Cidade de Santarém, no Estado do Pará". Autoria: Senador **FLEXA RIBEIRO.** Resultado: **Aprovado.** A Presidência encaminha a deliberação do **Item 02) REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Permanente da Água, composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil". Autoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Resultado: **Aprovado.** O Senhor Presidente, Senador **RENATO CASAGRANDE,** passa a Presidência dos trabalhos ao Senhor Senador **INÁCIO ARRUDA** que encaminha a deliberação do **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado o parecer.** O Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA** assume a presidência dos trabalhos para que o Senhor Presidente Eventual, Senador **INÁCIO ARRUDA,** possa relatar o **Item 04) INDICAÇÃO Nº 1, DE 2009 - NÃO TERMINATIVO,** que "sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, nos termos regimentais, manifeste ao Ministério de Minas e Energia - MME a importância de prorrogar prazos para recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Relatoria: Senador **INÁCIO ARRUDA.** Parecer: Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Aprovado o parecer.** A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências' para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira". Autoria: Senador **GERSON CAMATA.** Relatoria: Sena-

dora **MARINA SILVA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Contrário à matéria. Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES**, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador **MARCO MACIEL** na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Contrário à matéria. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Parecer: Favorável à matéria. **Resultado: Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE.** Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 - TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **JEFFERSON PRAIA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO PEDRO** e **MARISA SERRANO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 16/6/2009**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Pauta da reunião. Primeiro...

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, gostaria de solicitar à V. Exa. que pudesse incluir, dentro do contexto dos requerimentos para serem avaliados, dois requerimentos meus extrapauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pois não, Senador Jefferson Praia. O requerimento de V. Exa. é colocado em apreciação. Quem for favorável, permaneçam como se encontram. Aprovado. Gostaria que já V. Exa. pudesse ler e apresentar os requerimentos.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e IV, da Constituição da República, e art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para audiência pública, discutir, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a questão do saneamento no Brasil. Nós estamos convidando, Sr. Presidente, a Associação Brasileira dos Municípios, na pessoa do seu presidente, José do Carmo Garcia; da Confederação Nacional dos Municípios, na pessoa do seu Presidente Paulo Ziulkoski, e, também, o Ministério das Cidades, o Ministro Márcio Fortes. Além disso, Sr. Presidente, no outro requerimento, faço a

solicitação de informações do Ministério das Cidades sobre a questão do saneamento no Brasil.

Portanto, são esses dois requerimentos, para que nós possamos, Sr. Presidente, conhecer um pouco mais do que está sendo feito nessa área de saneamento e ouvirmos o Ministério das Cidades, através de um relatório a ser apresentado para esta Comissão e, também, para que possamos perceber o que...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** São dois requerimentos?

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** São dois requerimentos. Um solicita informações--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Umas informações, e outra, audiência pública.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Outra, audiência pública, estamos aí convidando a Associação Brasileira de Municípios e a Confederação Nacional dos Municípios. Nós precisamos saber, por parte dessas instituições, quais são os problemas que eles enfrentam em relação à viabilização de políticas públicas, na área de saneamento no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Acho que os requerimentos são importantes. Coloco em apreciação, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Estão aprovados os requerimentos.

Também está na pauta da sessão de hoje a deliberação sobre as emendas à LDO. O prazo nosso é até quinta-feira. Nós podemos aprovar emendas de textos, um número ilimitado e emendas de conteúdo. Não é esse o nome? De metas e prioridades, e nós temos até um número de cinco emendas.

Eu apresentei, através do assessoramento da nossa consultoria e da assessoria da Comissão, cinco emendas de texto, que já foram distribuídas para os membros da Comissão. O Senador Valter Pereira apresentou oito emendas de metas; a Senadora Fátima Cleide, duas emendas de metas; Senador Inácio Arruda, cinco emendas de metas; a Senadora Marisa Serrano, duas emendas de metas. Então, nós temos aqui 17 emendas, temos que tirar cinco. Os senadores que apresentaram as emendas não se encontram presentes, mas nós temos que decidir isso hoje, porque nós não teremos nenhuma outra sessão até a quinta-feira. Talvez pudéssemos decidir, primeiramente, que tentaríamos contemplar todos os senadores que apresentaram, foram quatro senadores que apresentaram emendas de metas, que pudesse ter, pelo menos, uma emenda. São todas importantes na área de conservação de fauna nacional, uma emenda de cada parlamentar. Como o Senador Valter Pereira apresentou mais emendas, podemos ter duas emendas do Valter Pereira, uma da Fátima Cleide, uma do Inácio Arruda e uma da Marisa Serrano. E queria propor, então, que pudéssemos fazer esse tipo de encaminhamento. Nós aprovaríamos as emendas que eu apresentei como emendas ao texto à LDO e aprovaríamos de acordo com o assunto, o tema, duas emendas do Valter Pereira e uma emenda de cada parlamentar.

É necessário que a gente faça a leitura das emendas? Só de texto?

Então, Senador Jefferson Praia, senadores, nós vamos fazer o seguinte: tem cinco emendas que foram apresentadas de texto. Então, a ementa está aqui. A primeira, o art. 96, § 1°, inciso IVC, prestação de garantias como alternativas seguras a paralisar obras. Nós temos, como V. Exa., o conteúdo desta emenda. A outra, de n° 2, inclui sistema para acesso pelo controle externo. Número 3 inclui sistema ciclo e fixa o sistema como teto de preço. A quatro é muito resumida aqui. A emenda n° 4 é uma supressão de dispositivo, cuja... Suprime-se o texto atual, que é o dispositivo cuja supressão se propõe abre permissivo para prática em obras públicas custeadas com recursos federais de preços unitários até 20% superiores ao da mediana do sistema SINAP. Ora, não existe qualquer justificativa aceitável para tal inovação em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, em vigor, sequer, na exposição de motivos que acompanha o projeto. Aqui, apenas menciona alteração, sem aduzir qualquer razão em sua defesa.

De fato, não se verificou, num largo período em que os preços do SINAP foram utilizados como teto máximo dos preços praticados nas obras públicas federais, qualquer inadequação ou motivo técnico que levasse a supor que este parâmetro prejudica ou inviabiliza sob qualquer forma ou pretexto à gestão das obras públicas custeadas com recursos federais. Então, este é para suprimir o que está proposto no projeto da LDO.

A emenda n° 5 acrescenta critério legal para redação de jogo de planilhas, que é um método utilizado para quem tem o objetivo de burlar e de ampliar custo de obras contratadas. Então, a emenda é para que a gente possa fazer, dificultar esse tipo... A gente vede esse tipo de jogo de planilha que é uma coisa até prevista, mas que usado de forma, muitas vezes, imoral ou algumas vezes imoral por parte de alguns setores aí da relação público-privado.

Então, são essas cinco emendas que eu coloco em apreciação. Os Senadores que forem favoráveis a essas emendas, permaneçam como se encontram. Aprovadas as emendas ao texto.

E temos que fazer a definição das emendas de metas.

Sugestão, Senador Jefferson Praia?

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** ...De duas, Sr. Presidente. A partir da 6?

Sr. Presidente, são emendas muito importantes. Percebo aqui diversas emendas do nosso ilustre Senador Valter Pereira. Eu destaco a de nº 6, Sr. Presidente, apoio a projetos de controle da poluição por resíduos em bacias hidrográficas com vulnerabilidade ambiental. A Senadora Fátima Cleide apresenta duas emendas, uma de desenvolvimento sustentável da pesca, também muito importante. Eu aqui, numa rápida olhada, Sr. Presidente, estou muito voltado à questão das águas, e também percebo da Senadora Fátima Cleide recuperação de áreas degradadas, que é uma questão importantíssima e que o Brasil precisa avançar.

Então, eu destacaria a nº 15. O Senador Inácio Arruda apresenta também emendas muito importantes. E a nº 17, controle da poluição por resíduos em bacias hidrográficas, como uma das importantes que ele apresenta. E a Senadora Marisa Serrano apresenta também duas emendas. E eu destaco a nº 22, revitalização de bacias hidrográficas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Então, V. Exa. deu sugestão de quatro: revitalização de bacias hidrográficas da Senadora Marisa Serrano, a de nº 17, nº 15. Eu vou propor, então, que nós possamos apresentar outra do Senador Valter Pereira, que é a regularização fundiária das unidades de conservação federais. Se V. Exa. concordar, nós definiremos essas cinco emendas.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Estou de acordo, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** De acordo? Então, em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovadas as emendas, com relação às metas.

Nós temos amanhã... Só um comunicado. Nós temos, amanhã, no plenário 8, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, às 14h30, uma mesa redonda, promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e para a nossa Comissão de Defesa do Consumidor, com a participação da nossa Comissão, debater a nova regulamentação sobre cartões de crédito, débito e demais instrumentos de pagamento. Estão convidados: Marcelo Ramos, Coordenador-Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; José Antônio Marciano, Chefe de Operações Bancárias do Sistema de Pagamento do Banco Central do Brasil; Aurélio Rios, Subprocurador-Geral da República; Aldemir Bendine, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e de Serviço; Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça; Maria Inês Dulce, Coordenadora Jurídica da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Então, amanhã às 14h30 no plenário 8 da Câmara dos Deputados no corredor das comissões. Estão todos convidados.

Pauta. Item nº 01 não terminativo, como é do Senador Heráclito Fortes, não se encontra presente. Não votaremos. Da Marisa Serrano também não está presente. Inácio Arruda... Os relatores não estão presentes.

Então vou pedir ao Senador Jefferson Praia que seja relator ad hoc de um aviso. Como nós estamos parando de votar aviso, vamos só comunicar e avisar, como o nome diz, nós vamos passar então à votação dos últimos avisos. E o Senador Inácio Arruda é o relator, mas vou pedir ao Senador Jefferson Praia que *ad hoc* possa relatar o item 03.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o aviso nº33/2002 de 02 de maio de 2002 do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão de plenário nº 243/2001, bem como, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam sobre a auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Relato, Sr. Presidente. Relatório. Encaminhados pelo Tribunal de Contas do Senado Federal, pelo aviso em epígrafe, vem ao exame desta Comissão cópia da decisão de plenário de nº 243/2001 e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referentes à auditoria realizada na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A referida auditoria, realizada entre os dias 16 e 27 de outubro de 2000, teve como objetivo avaliar as ações de fiscalização compreendidas pela Agência Nacional na Indústria do Petróleo e também verificar o desempenho de determinados setores. A matéria foi distribuída a esta Comissão, em maio de 2005, tendo sido designado relator o Senador Leomar Quintanilha. Em 16 de agosto de 2005, foi aprovado o parecer pelo conhecimento do assunto e pelo arquivamento da matéria, após a oitiva com o diretor geral da ANP para dar à Comissão um panorama das atividades de fiscalização da qualidade de combustíveis vendidos em todo o território nacional.

Na ocasião, a Comissão concluiu que a Agência, embora tivesse poucos anos de operação, já havia avançado em muitas áreas, carecia, contudo, de uma melhoria na fiscalização da qualidade dos combustíveis.

Em dezembro de 2006, o processo foi arquivado atendendo o disposto no art. 332 do regimento interno do Senado Federal, em seguida à proposição continuou a tramitar nos termos dos incisos do art. 332 e do Ato nº 97 de 2002 do presidente do Senado Federal.

Sr. Presidente, passo à analise. A citada auditoria concluiu que desde auditoria anterior realizada em 1999 a ANP havia implementado ações que resultaram numa melhoria do desempenho da agência em setores específicos. Destacou a automação do cálculo de participações governamentais, a operacionalização do núcleo de atendimento e do centro de relações do consumidor, a criação da Comissão de Defesa da concorrência e a divulgação do levantamento de preços e margens de comercialização da gasolina e do álcool etílico hidratado combustível. Manifestou, contudo, a preocupação com a estagnação da Agência em algumas questões críticas, como a fiscalização da indústria do petróleo e gás natural em toda a sua escala produtiva. Embora, a Comissão tenha, em 2005, concluído pelo convite ao Diretor Geral da ANP para discorrer sobre as deficiências apontadas pela auditoria, consideramos que tal convite perdeu a sua tempestividade. A Agência já aperfeiçoou muito dos seus procedimentos nos últimos anos e, além disso, o seu diretor geral já esteve no Senado Federal, em mais de uma ocasião para esclarecer questionamento dos Senadores.

Passo ao voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado.

As outras matérias são Projetos de Leis, que os senadores não se encontram. E vamos, então, deixar essa pauta para a próxima sessão.

Mas, antes de encerrar, gostaria de colocar um assunto referente à fiscalização e controle. Nós estamos acompanhando, nesses últimos meses, diversas denúncias que envolvem o Senado. Da semana passada para cá, nós estamos acompanhando outro episódio, que é o episódio dos atos de nomeação que não tiveram a publicidade necessária. É um ato, uma situação grave para uma instituição como o Senado. Isso mostra o uso da instituição com fins privativos de interesse de algumas pessoas, e que nós, Senadores, não temos como... Nós não podemos ficar à margem deste processo.

Senador Flexa Ribeiro, estou tratando de um assunto, nós estamos no final da reunião, tratando de um assunto que eu quero propor a esta Comissão. Então, nós estamos acompanhando os episódios que envolvem o Senado. Nós estamos vendo esse último episódio que trata dos atos não publicados. Minha avaliação e nomeação se dá com a publicidade do ato. Se o ato não teve publicidade, o ato não tem validade, considera-se nulo o ato, o ato que não tem publicidade não cumpriu o seu processo legal completamente.

Então, não dá para tratar o assunto mais como um assunto sem importância, porque a cada semana é um assunto que vai solapando a imagem do Senado, cada semana um tema vai solapando a imagem do Senado. Não dá mais para tratar o tema com medicamento homeopático. O Senado tem que tratar do tema com a gravidade que o tema merece e exige, mais do que merece, exige. Não dá para gente ficar tentando fazer política com essa imagem do Senado, nós temos que tentar resolver o problema. Esta Comissão aqui é a Comissão de Fiscalização e Controle. Então, eu estou propondo, queremos propor a esta Comissão que nós possamos pedir uma audiência ao Presidente Sarney, que a gente manifeste ao Presidente Sarney a nossa preocupação com o Senado da República, que esta comissão manifeste ao Presidente Sarney a necessidade de ações da Casa para responder de forma definitiva a essa situação. Não é possível mais que nós fiquemos votando projeto como votamos nos últimos meses, ou projetos que estão tramitando de transparência da gestão pública, e o Senado tendo todos os instrumentos tecnológicos à sua disposição. Não tomam medida para dar publicidade aos seus atos, não é publicidade aos atos de nomeação não, publicidade aos seus atos todos de gestão, de execução orçamentária, da despesa e da receita, de nomeação, de exoneração, que isso esteja disponível, semanalmente, para nós, para que a sociedade acompanhe o que é que o Senado está fazendo com o dinheiro e quem está nomeando, quem está exonerando.

Então, eu acho que nós devemos ir ao Presidente Sarney, com o [ininteligível] de quem quer resolver o problema. Se o Presidente Sarney estiver amarrado e não puder resolver o problema, a Comissão tem que tomar outras medidas, mas a minha avaliação é que a gente deve, primeiro, buscar uma posição institucional da Comissão com a presidência do Senado, para dizer ao Presidente Sarney que este assunto é um assunto que já está passando dos limites, e que nós temos que tomar medidas. Então, queria propor que a Comissão pudesse ir ao Presidente Sarney, que a gente pudesse marcar e irmos ao Presidente Sarney e manifestarmos ao Presidente Sarney essa posição.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia, e, depois, o Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, todos nós que estamos aqui, neste momento, inclusive o Senador Sarney, que assumiu a presidência, tem uma responsabilidade muito grande dentro do contexto da nossa instituição do Senado Federal. Vejo um momento de corrigirmos todas essas distorções que estão acontecendo, e temos que agir rápido, porque, a cada momento que se passa, o Senado fica com a sua imagem um pouco mais fragilizada. Então, V. Exa. está com a razão, esta Comissão tem que ir ao Presidente Sarney, colocar a sua preocupação, para que nós possamos tomar as decisões corretas, no sentido de verificar os erros cometidos, quais são as ações que teremos daqui para frente, para que nós não continuemos com falhas inadmissíveis. Todos nós percebemos as questões relacionadas às falhas, às mais diversas instituições. Uma ou outra falha sempre tem, mas falhas como estamos percebendo, que há anos, há dez anos, são atos que não foram publicados há dez anos, Sr. Presidente, isso é uma questão muito grave, na minha avaliação, e pressa ser verificada o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador Jefferson Praia. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Renato Casagrande, eu quero me associar à V. Exa. na sua preocupação, porque eu acredito que seja a preocupação de todos os Senadores.

É lamentável que o Senado Federal esteja de forma negativa na mídia, quase que permanente. O esforço de todos os Senadores, no sentido de que possamos ter um pauta propositiva, uma pauta de aprovação de projetos, sabemos das dificuldades em função da obstrução, em função das medidas provisórias, mas tudo isso pode ser entendimento da oposição com o bloco do Governo, no sentido de que a gente possa produzir, possa legislar. E muitos processos, como V. Exa. bem tem colocado aqui, nós temos aprovado e encaminhado à Câmara, no sentido de transparência na gestão pública. E aí temos que incluir, também, evidentemente, o Senado Federal.

Eu sou de inteiro acordo com V. Exa., acho que V. Exa., como Presidente desta Comissão, deve solicitar ao Presidente Sarney uma audiência para que possamos conversar. Com certeza, ele já deve ter tomado providências com relação a esses assuntos, mas é importante que se possa esclarecer à sociedade o que é que ocorreu, o que vai ser feito para que não ocorra mais e quais as providências que o Senado vai tomar para que, como V. Exa. coloca, a sociedade possa acompanhar par e passo as ações de todos os Senadores e de todo o quadro funcional, a parte administrativa também do Senado.

Acho que a proposta de V. Exa. será acolhida por todos nós, membros desta Comissão, e também do plenário do Senado Federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu acho que é a oportunidade que o Presidente Sarney está tendo de tomar medidas, porque ele tem todas as condições políticas para tomar as medidas. Se ele não tomar as medidas, eu acho que ele começa a se fragilizar na sua condição política. E esta Comissão é de fiscalização e controle, a gente tem que acompanhar isso. Se a gente acompanha a situação dos outros poderes, nós temos acompanhar a situação do Senado.

Então, que nós possamos ir, quem da Comissão quiser ir, mas é nossa função, nossa obrigação, nós não podemos ter uma posição omissa com relação a este caso, porque em nenhum outro caso... Então, esperamos um tempo, algumas medidas foram tomadas, mas na minha avaliação muito tímidas perto da situação do Senado, não responde àquilo que nós estamos vivenciando.

E, agora, essa questão dos atos eu acho que já passou dos limites, passou dos limites. Como é que alguém vai nomear alguém, sem ter um ato, só por um ofício, um de acordo? Então, passou dos limites. Nós não podemos mais esperar uma resposta, a resposta tem que ser provocada, tem que ser exigida, e acho que a gente tem que ir, para que a gente possa, de fato, fazer essa conversa e dizer ao Presidente Sarney da importância das suas medidas.

Senador João Pedro com a palavra.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente, três questões. Primeiro, eu não sei se já chegou o celular do Senador Flexa Ribeiro que ele deixou na Comissão de Agricultura. Já chegou o celular?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Já chegou aqui. Muito obrigado.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Fazer essa denúncia. Andou esquecendo o celular dele.

Segundo, Presidente, para concordar com V. Exa., quero dizer do meu apoiamento à propositura. Cheguei aqui, também estava em outra Comissão, estava na Comissão de Relações Exteriores, passei pela Comissão de Agricultura, e estou chegando aqui e o Senador Jefferson Praia me informou da propositura de V. Exa. E eu quero concordar por tudo que V. Exa. está colocando. E eu me associo a V. Exa. marcando a hora, ou V. Exa. externa no plenário ou eu me coloco à disposição.

E tem um livro que eu comecei a ler no sábado, estou concluindo: Água - Pacto Azul. Muito interessante porque a autora--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Você vai me emprestar? Está acabando de ler já?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Já. A autora é muito precisa e faz um diagnóstico da situação na água, inclusive, do Brasil. Muito interessante. Têm dados importantes e eu estou aqui só anunciando para os membros da Comissão de Meio Ambiente. Pacto azul.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Ok.

Obrigado, Senador João Pedro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Falta a Senadora Marisa Serrano se manifestar. Ela chegou agora. Mas seria bom ela se manifestar com relação à nossa proposta de irmos ao Presidente Sarney tratarmos da crise que estamos vivenciando no Senado, especialmente com relação a esses atos que nomearam pessoas, sem ter publicidade necessária.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Eu, inclusive, Sr. Presidente, devo fazer, hoje à tarde, um discurso no plenário e vou me referir a esta questão. Nós temos que tomar uma atitude. A sociedade brasileira espera isso. Todos nós, tenho certeza, andamos nesse final de semana no interior do nosso Estado discutindo com aqueles que votaram em nós, e eles querem uma resposta. Está muito ruim.

Eu disse, hoje ainda, a outros colegas nossos que eu espero que o Presidente Sarney, ele tome uma decisão drástica a respeito disso. Eu não vi o Senador Sarney tomar nenhuma decisão e não dar nenhuma linha para a atuação e a resolução desse problema. Nenhuma. Se o presidente não fizer isso, ele vai perder toda a autoridade que ele tenha sobre esta Casa. Isso é fundamental. E eu concordo inteiramente com V. Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Então, eu queria propor, acho que, pelas manifestações, eu já posso pedir, em nome da Comissão, a audiência. Acho que nós devíamos acompanhar. Eu, aqui, como presidente, acho que esta Comissão tem o direito de buscar informações para controle de gasto público, o uso do dinheiro público em qualquer órgão de qualquer poder. Mas nós temos que fazer com que esta instituição possa ter a condição de fazer isso. E, para que isso aconteça, nós temos que, primeiro, tomar as iniciativas.

Então, que a gente acompanhe mais de perto todo esse desenvolvimento de ações do Senado, daqui para frente, para que a Comissão seja um instrumento de sugestão, de cobrança e de acompanhamento. Então, está aprovado. Eu pedirei, em nome da Comissão, ao Presidente Sarney, esta audiência.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, eu solicitaria à V. Exa. ouvido o plenário. Eu tenho dois requerimentos. Um parece que está em pauta, só pediria, e é de autoria de V. Exa. Naquela audiência pública que nós fizemos, na Comissão de Meio Ambiente, sobre ciência e tecnologia na Amazônia, V. Exa. propôs que nós... E eu gostaria que V. Exa. também subscrevesse junto comigo, e os outros Senadores que assim quiserem fazê-lo, de que nós pudéssemos convidar o Ministro Mangueira Unger, para que, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e da Subcomissão Permanente da Amazônia, nós pudéssemos discutir o Programa Amazônia Sustentável. Eu apenas incluí também o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Carlos Minc, para que nós pudéssemos conversar com os dois a respeito desse programa tão importante para essa região tão cobiçada internacionalmente e tão esquecida pelos brasileiros.

Então, pediria que, se V. Exa. pudesse colocar em discussão o requerimento, para que nós pudéssemos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O senhor tem outro requerimento.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** E outro requerimento extrapauta que eu gostaria que fosse também incluído, para que a gente pudesse discutir, que é o encaminhamento ao TCU de uma fiscalização, feita pelo CGU, de obras do PAC, no meu Estado, que apresento irregularidades já constatadas pela Controladoria Geral da União.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em apreciação uma inclusão extrapauta dos dois requerimentos do Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O extrapauta... Eu gostaria que o Senador Flexa Ribeiro... Porque infraestrutura, tem a Comissão de Infraestrutura que poderia discutir isso, obras. Mas, em relação com a questão ambiental, com a questão da natureza da

nossa Comissão, que é meio ambiente, esse requerimento extrapauta?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Qual deles? São dois requerimentos?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** São dois.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Do CGU?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O primeiro tem acordo dos Ministros--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** CGU.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** --de discutirem... Tem acordo. Agora, esse outro eu não entendi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É fiscalização e controle.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Esse outro é muito mais tema da nossa Comissão, a Comissão é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. O que eu estou solicitando é que a Comissão encaminhe ao TCU, para que faça a fiscalização, pelo TCU, daquilo que já foi denunciado pela CGU de irregularidades, em obras do PAC, no Município de Santarém, no Estado do Pará.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Mas tem alguma obra, Senador, que o TCU não acompanha?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Tem. O TCU é um órgão assessor do Congresso. Então, é necessário que ele seja instado a tomar providências, quando houver denúncias de irregularidade. É isso que nós estamos fazendo, na Comissão, que tem como objeto... E o presidente acabou de fazer referência à importância que tem a Comissão na área de fiscalização e controle de todos os órgãos, de todas os verbas públicas, inclusive, como ele propôs no próprio Senado Federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Senadora Marisa Serrano, para discutir.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Para discutir esse problema. Eu li uma entrevista do Presidente do Tribunal de Contas da União, dizendo que mais de 38 mil prestações de contas não foram analisadas pelo TCU em 2008, e mais de 5 mil, se não me engano, prestações de contas, que deviam ter sido prestadas contas, não foram prestadas contas pelos órgãos e entidades que receberam o dinheiro. Quer dizer que é um número muito grande juntando aqueles que não prestaram contas, mas aqueles que o Tribunal de Contas não fez a avaliação, análise e a fiscalização, é um número imenso de prestações de contas, neste País, que, de qualquer forma, nós não sabemos o resultado se foram ou não implementadas.

Então, eu acho que é pertinente, na minha ótica, extremamente pertinente que a gente possa, aqui, indicar ao TCU aqueles que nós temos, o que nos chegaram às mãos como indício de irregularidades.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Qual é a obra mesmo, Senador Flexa Ribeiro, em Santarém?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu vou encaminhar à V. Exa. cópia da matéria, publicada no Jornal Liberal, edição de 24 de maio de 2009: "PAC tem superfaturamento em Santarém. Auditoria da CGU, no ano passado, constatou sobre preço de 7.3 milhões".

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Essa obra? Então, já tem uma fiscalização da CGU?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nós estamos querendo que o TCU faça a avaliação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir. Primeiro votação e inclusão extrapauta. Os Senadores que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão o requerimento para debatermos Programa Amazônia Sustentável. Os Senadores que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão o requerimento que propõe uma auditoria do Tribunal de Contas da União numa obra do PAC lá no Estado do Pará. Senadores que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos o item 02, da Senadora Marisa Serrano. Requer nos termos do art. 73 a criação de uma subcomissão permanente da água composta por sete membros titulares e igual número de suplentes no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para encaminhamento de soluções legislativas sobre o problema ainda existente na gestão e distribuição de recursos hídricos do Brasil.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Sr. Presidente, eu sei muito bem que todos nós, que estamos aqui, assoberbados com tanto trabalho em tantas Comissões... Mas há questões que são fundamentais. Nós fizemos todo um projeto aqui, discutindo a questão da água. Durante todo o ano passado, terminamos esse ano com o Seminário Mundial de Águas, Fórum Mundial de Águas em Istambul, e chegamos à seguinte conclusão: que o nosso trabalho não terminou ali, não há como terminar. A parte de o Brasil possuir a maior concentração de água doce do mundo, ainda a questão da água potável é uma questão ainda crítica para uma grande parcela da população brasileira. Além disso, a poluição avança enormemente nas questões

hídricas brasileiras, e isso é um problema que afeta a todos nós. Saber como barrar a poluição dos nossos rios e córregos. Além disso, as grandes análises que se fazem pelo mundo todo, prevêem que, até o final do Século XXI, a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos se tornarão um dos principais fatores a motivar os conflitos internacionais.

Nós precisamos aperfeiçoar a legislação brasileira, mesmo que seja uma boa legislação, mas há muito ainda a se discutir, principalmente, nós todos teremos que acompanhar par e passo todas as discussões que estão ocorrendo entre as nações do mundo todo sobre a gestão da água, e participar ativamente da formulação, das conclusões e dos resultados obtidos nesses Fóruns internacionais.

Portanto, Sr. Presidente, peço o apoio dos nobres pares a esse requerimento, porque eu acredito que a questão da água vai ser vital, daqui para frente, como todas as questões envolvendo meio ambiente, mas, principalmente, porque água é vida, e sem água nós não temos condições de sobreviver no mundo. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Parabéns, Senadora Marisa Serrano. Só informar à V. Exa. que, dia 09, nós estaremos no Ceará, num debate de gestão de recursos hídricos.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Estaremos lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** 09 de julho, uma quinta-feira. Já está na agenda. Alguém me informou que já está na agenda de V. Exa.

Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, eu quero apenas parabenizar a Senadora Marisa Serrano pela sua preocupação. Veja bem, nós todos, Senadores, estamos falando na Amazônia, muito com relação à questão dos desmatamentos que ocorrem lá, e no Brasil como um todo. Agora, o Brasil não está cuidando direito das suas águas. Infelizmente. Na Amazônia, V. Exa. percebe a questão como é que se dá nos municípios da Amazônia, pouquíssimos tem saneamento básico, pouquíssimos tem água para as pessoas beberem nas sua casas. E o que é pior: pouquíssimos tem rede de esgoto, tratamento em relação às águas que são utilizadas nas casas.

Eu vejo através do seu requerimento uma grande oportunidade para trabalharmos nesse sentido. Hoje eu estudo como fazer para que nós possamos exigir investimento na área de saneamento básico no Brasil. Eu entendo que não vai ser, Senadora Marisa Serrano, através do convencimento, através da educação, e nós não podemos esperar por isso. Os rios igarapés estão sendo poluídos no nosso País, portanto, cabe-nos pensar, Senadora Marisa Serrano, em outra solução. Eu confesso que penso hoje em alguma coisa impositiva, talvez alguma coisa como a lei de responsabilidade do saneamento no Brasil, alguma coisa como tivemos a lei da responsabilidade fiscal que, na verdade, estabelece as regras em relação a essa questão da responsabilidade fiscal, possamos ter alguma coisa impositiva com relação ao saneamento no Brasil. Porque, senão, daqui a algum tempo, nós estaremos gastando bilhões de reais na recuperação de igarapés e dos rios, numa região como a minha hoje, que é a região Amazônica, que o mundo inteiro está com os olhos voltados, e no Brasil como um todo, porque os igarapés... Os rios estão aí no Brasil, como um todo. Precisamos agir urgentemente, Sr. Presidente. Essa é uma questão muito importante.

Eu acho que esta Comissão pode, veja bem, não ficar somente nos diagnósticos. Eu leio muita coisa, tenho lido muita coisa sobre água, mas chegamos apenas num diagnóstico e nas ações que são ações de longo prazo, mas nós precisamos de alguma coisa para o curto prazo, o curto e médio prazo. Como fazer com que essa questão do saneamento básico do Brasil seja realmente uma ação para valer, Sr. Presidente, porque não é. O que temos estabelecido nas diversas leis que tratam desse assunto são ações que não pegaram, os municípios não têm como, muitas vezes, fazer os investimentos, os prefeitos por não terem recursos, acabam não fazendo os investimentos, o Governo do Estado ou os governos dos Estados deixam, por não terem essa responsabilidade, deixam também esse ponto de lado, o Governo Federal também, por sua vez, porque já, salvo engano, essa é uma responsabilidade muito dos municípios. E aí os prefeitos atuam de acordo com os olhos dos eleitores. Quem vai investir em saneamento quando o eleitor não percebe a importância do saneamento no nosso País? Até os nossos cidadãos brasileiros perceberem essa importância, sabe Deus, quantos igarapés e rios estarão poluídos no Brasil. Portanto, precisamos agir urgentemente. Vamos ver como podemos fazer alguma ação no sentido de diminuir essa poluição que hoje se dá nos rios e igarapés do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu vou... O Senador João Pedro quer a palavra. Mas eu, antes disso vou me desculpar, vou pedir o Inácio Arruda para poder assumir a presidência da Comissão. Estou convidado pelo Presidente Sarney para participar de uma reunião com o presidente do Senado da França, porque tem questões de meio ambiente para serem tratadas. Então, eu vou

pedir permissão, e o Senador Inácio Arruda, por ser o mais idoso de todos vocês presentes, vai dar sequência aqui à presidência.

Com a palavra o Senador João Pedro.

**[troca de presidência]**

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O azul é uma deferência à França.

Presidente, eu quero manifestar a minha concordância com o requerimento e com a propositura da Senadora Marisa. Ela justificou, lembrando o fórum, o V Fórum Mundial das Águas em Istambul, que teve uma participação expressiva do Congresso Nacional, não só dos Senadores, Deputados. E dizer da importância de nós termos um acúmulo aqui no Congresso, refletindo, evidentemente, que o sentimento e o interesse da sociedade civil nesse tema. A privatização da água avança, há esse debate, a água não pode ser olhada como um bem comercial, Senador Inácio, ela tem que servir ao ser humano, nós temos que trabalhar esse tema com o espírito público. Então, a propositura da subcomissão permanente, eu quero dizer da minha concordância, e dizer, Senadora Marisa, que estou, a cada dia, me organizando no sentido de participar desse debate no sentido de contribuir com políticas públicas, contribuir com entendimento democrático e da importância que a água tem para todos os brasileiros, para todos os sul-americanos, principalmente, mas é um tema internacional. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):** Em votação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os senhores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 06. Senadora Marisa Serrano, relatora. Projeto de Lei do Senado nº 366/2008, não terminativo. Altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

Com a palavra a relatora, Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada, Sr. Presidente.

A Lei 8666, de 93, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para as licitações e contratos da administração pública.

O art. 23 da Lei estatui que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional, da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Esse dispositivo também estabelece que a licitação seja processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. A Lei das Licitações estabelece ainda, no § 2º, do seu art. 3º, que igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurado preferência sucessivamente aos bens e serviços, primeiro, produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; 2: produzidos no país; 3: produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e 4: produzidos ou prestados, por exemplo, que invistam em pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia no país. Observa se, portanto, que o objetivo do PLS 366/2008 é, na verdade, acrescentar o inciso ao § 2º, do art. 3º, da Lei 8.666, de 93, e não ao § 3º, do art. 2º, da Lei. Assim, cabe enfatizar que a redação da ementa da proposição, bem como a do caput do seu art. 1º, apresenta incorreção textual que pode ser corrigida por meio das emendas de redação apresentadas abaixo.

Ao analisar a iniciativa devemos ressaltar que a competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratos para a administração pública é da União, conforme previsto no art. 22 e 27 da Constituição Federal. Todavia, o art. 48 caput da carta estabelece caber ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Nesse caso, a iniciativa de leis sobre a matéria, em questão, cabe a qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado, uma vez que não se trata de assunto com iniciativa reservada a outros agentes políticos como previsto no art. 61, § 1º da Constituição. Desse modo, entendemos não haver impedimento constitucional para que o PLS nº 366/2008 prossiga em sua tramitação no Senado, o mesmo pode ser dito quanto à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da iniciativa.

Quanto ao mérito da proposição, liminarmente, deve ser enfatizada por diversos países, que diversos países adotam normas que estabelecem critérios para aquisições pelo Poder Público de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Como regra geral, tais normas são adotadas pelo fato de um Estado ter a obrigação essencial de zelar pelo bem comum e pelo patrimônio da coletividade, incluindo meio ambiente, obrigação que no Brasil constitui mandamento constitucional. Além disso, o alcance do poder de compra do Estado é potencialmente responsável pelo estabelecimento de novos padrões de mercado ao ampliar a demanda de produtos ambientalmente corretos e tornar viável para as empresas a oferta de bens e serviços considerados compatíveis com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Devem-se levar em conta, também, os inúmeros casos em que a busca do menor preço de bens e serviços, especialmente, quando realizada sem levar em

conta potenciais efeitos ambientais a ele associados, pode revelar-se econômica e financeiramente condenável se consideradas as externalidades negativas e os custos da reparação de danos ambientais eventualmente provocados.

Com grande demanda por serviços e produtos, o Poder Público tem um importante papel indutor a desempenhar, uma significativa forma de indução pode ser almejada por meio da consolidação de experiências relativas à adoção da responsabilidade ambiental pelas empresas. Nesse sentido, ao incluir a certificação ambiental entre os critérios de desempate nos processos licitatórios de bens e serviços, constitui iniciativa louvável.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PLS 366/2008, com as seguintes emendas: a primeira altera o § 2º, do art. 3º, da Lei 8666, de 21 de junho de 93, para incluir a certificação de empresas por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate das licitações. E a outra emenda: dê-se ao art. 1º do PLS 366/2008 a redação seguinte: "O art. 1º, do § 2º, do art. 3º, da Lei 8666, de 21 de junho de 93, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V: 'Produzidos ou prestados por empresas certificadas pela adoção de práticas ambientais sustentáveis'".

Portanto, Sr. Presidente, eu quero, aqui, colocar a importância desse PLS, dizendo que é importante, principalmente, porque garante que o Poder Público, ao comprar, ao fazer uma compra, a faça, garantindo que ela é ambientalmente sustentável. É a mesma coisa se o Poder Público vai comprar móveis, seja o que for, que a procedência da madeira seja uma procedência legal. Assim, mesmo que o papel que nós utilizamos, todo o parque gráfico, por exemplo, do Senado, aqui, seja feito com um papel de floresta plantada, assim, por diante. Isso é uma forma, como eu coloquei aqui, de induzir o Poder Público como um indutor, para que toda a sociedade brasileira tenha esse cuidado, o cuidado de utilizar produtos ambientalmente confiáveis, facilitando, assim, a consciência que nós criamos, cada vez mais, ecológica do povo brasileiro. Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):** Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os senhores que concordaram, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Transfiro a presidência para o Senador Jefferson Praia, para que eu possa relatar o item 04.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Passamos ao item 04. Indicação nº 01/2009, não terminativa. Sugere que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos regimentais, manifesta o Ministério de Minas e Energia a importância de prorrogar prazos para o recebimento de contribuições à proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia. Autoria: Senadora Marina Silva. Relatoria: Senador Inácio Arruda. V. Exa. tem a palavra, Senador.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a iniciativa da Senadora Marisa Serrano, meritória, muito importante, mas perdeu a eficácia, em função que nós estávamos em 2008... Marina Silva, Marisa Serrano. Como disse o outro, não é a mesma coisa, mas tem muita relação, muita força. Duas grandes mulheres brasileiras. Então, a Senadora Marina Silva, então muito meritória, mas ela pede 60 dias. No final de 2008, já foi superado, perdeu a eficácia. Apenas registramos o significado de que o Plano Decenal de Energia do País para as novas iniciativas foi submetido a um debate público, e isso teve muita importância, apenas a Senadora queria mais tempo, e esse tempo já foi dado pelo Ministério, já foi oferecido. Então, não tem mais cabimento nós mantermos a tramitação desse projeto. O nosso voto é pela prejudicialidade da iniciativa da nobre... Da meritória iniciativa da nobre Senadora Marina Silva. Sr. Presidente, é o voto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Em discussão. Em votação. Quem concorda, permaneça como se encontra. Aprovado.

Como não há mais itens não terminativos, e o *quórum* exige, para os demais itens que são terminativos, um *quórum* adequado, nós encerramos esta sessão. Muito obrigado.

*Sessão encerrada às 13h02.*

**ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2009, ÀS 11:30 HORAS.**

Às doze horas e dez minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, GILBERTO GOELNNER, ELISEU RESENDE, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, ÁLVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os

trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. EXTRA-PAUTA, é apreciado o **REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 102-A, alínea 'e', do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, auditoria sobre contratos celebrados pelo Senado Federal atualmente em vigência". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado.** Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que requer "nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações para instruir a análise do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: 1) Quais estudos foram realizados para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos? Solicito cópia desses estudos, caso tenham sido realizados. 2) Qual a justificativa técnica para a definição dos limites da zona de amortecimento dessa unidade de conservação, que chega a ultrapassar 250 km de distância do parque nacional? 3) O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos possui Conselho Gestor? Quando foi instituído e quem participa dele? Solicito cópia dos atos legais que instituíram o Conselho. 4) O Conselho Gestor acompanhou a elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, conforme determina o art. 20, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000? Solicito cópia das atas das reuniões realizadas para essa finalidade". Autoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Resultado: **Adiado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao Ilustríssimo Senhor Rômulo Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública, prestar informações sobre a atuação do referido Instituto em seu primeiro ano de existência". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 03) REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 58, parágrafo 2º, incisos II e V da Constituição da República e arts 90, inciso II e V e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE para discutir critérios de proteção ambiental exigidos nas linhas de financiamento das instituições financeiras de financiamento, contando com a participação dos seguintes expositores: Representante do Banco do Brasil – BB; Representante da Caixa Econômica Federal – CAIXA; Representante do Banco da Amazônia - BASA; Representante do Banco do Nordeste – BNB; Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e Representante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul". Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA.** Resultado: **Aprovado.** A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 04) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – CRA; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: Flávio Vieira Meirelles, Doutor em Genética, professor da USP e membro da CTNbio; Rodolfo Rumpf, Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC". Autoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Resultado: **Adiado. Item 05) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 93, inciso, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do jornal Folha de São Paulo, do dia 10 de maio, de que o 'País perde controle dos transgênicos'. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: Valter Bianchini, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Ricardo Tatesuzi de Sousa – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos; e Representante do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Adiado. Item 06) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 28, aprovado em 12 de maio, que propõe audiência pública para debater 'os problemas e pers-

pectivas para disseminação do emprego da energia solar no Brasil e o incremento da participação dessa fonte na matriz enérgica nacional', de autoria do Senador Jefferson Praia, para que seja convidado para a audiência pública o senhor Ricardo Baitelo". Autoria: Senadora **MARINA SILVA.** Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências' para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira". Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relatoria: Senadora **MARINA SILVA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2008 - NÃO TERMINATIVO,** que "proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores". Autoria: Senador **MAGNO MALTA.** Relatoria: Senador **CÉSAR BORGES.** Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1, 2 e 3 aprovadas na CCT. Resultado: **Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Contrário à matéria. Obs.: Foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador **CÉSAR BORGES**, favorável ao projeto, na forma do relatório oferecido pelo Senador **MARCO MACIEL** na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Resultado: **Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO,** que "acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências', para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato". Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Contrário à matéria. **Resultado: Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **HERÁCLITO FORTES.** Parecer: Favorável à matéria. **Resultado: Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 - TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relatoria: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Contrário à matéria. Resultado: **Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014". Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA.** Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA.** Parecer: Favorável à matéria com Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores

**JOÃO PEDRO** e **JEFFERSON PRAIA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/6/2009**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária. Os Srs. Senadores, que forem favoráveis à Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada. Com a palavra o Senador João Pedro, para questionar com relação ao Seminário de Recursos Hídricos.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente, eu considero importante nós inaugurarmos, abrirmos esse ciclo de debates, nas Assembléias Legislativas, para discutir a gestão, o cuidado, a pesquisa, o tratamento de águas principalmente nos grandes centros urbanos. Eu considero importante a manutenção, eu estou querendo me organizar para participar deste debate. A minha pergunta é nesse sentido, se está confirmada esta data do dia 9 de julho, em Fortaleza. E gostaria de saber, acerca dos convidados que irão contribuir com este debate, se está confirmada a presença da ANA, da Agência Nacional de Águas. E eu considero também importante a presença dos senadores, eu acho que promover um debate em Fortaleza, na Assembléia Legislativa, e, se nós não garantirmos uma presença dos senadores, eu penso que isso acaba comprometendo o interesse da própria Comissão.

O debate é importante, é fundamental, mas nós temos que garantir um número de senadores nesse debate e interagir com a experiência de Fortaleza, no Estado do Ceará, e, também, vejo como importante a presença da Agência Nacional de Águas. Outra questão, Presidente, diz respeito a todo o debate sobre mudanças climáticas, é informar a esta Comissão, Senador Jefferson Praia é conhecedor da situação no nosso estado, no Estado do Amazonas. Quero dar conhecimento à V. Exa., a situação é dramática, os dois grandes rios continuam enchendo. Eu estive, nesse final de semana, no meu estado, no Amazonas, o Senador Jefferson também estava lá, nós participamos de uma discussão na sexta-feira, na Assembléia Legislativa, discutindo o polo naval. A nossa região continua sendo... Castigada é um tom... A gente fala, às vezes, que está castigada, mas não é bem isso. Nós estamos convivendo com essa natureza, e ela... As chuvas continuam intensas na região. E os dois grandes rios estão transbordando, o Rio Negro, onde Manaus fica na margem esquerda da cidade e o Rio Amazonas, a partir do encontro do Rio Solimões, e, a partir daí, vem o Rio Amazonas. As nossas cidades, na calha do Rio Amazonas, elas estão inundadas. A grande maioria das populações está vivendo dias dramáticos, dramáticos... A minha cidade, Parintins, eu estive em Parintins. No próximo final de semana, tem a festa, será realizada a festa, foi mantida a data, mas a população, ela está... Eu senti que a população está constrangida. Muita água. E parte da população está vivendo de forma muito dramática, não é, em abrigos.

Eu solicitei, inclusive, Senador Jefferson Praia, para que a Marinha acompanhe com mais, com mais... Redobre a vigilância, porque o fluxo de embarcações pequenas, médias e grandes embarcações vão se deslocar para Parintins. O porto principal está submerso, parte do porto, e, então, o cuidado com a segurança das pessoas, com o deslocamento nos barcos. Precisam de um acompanhamento mais cuidadoso da Marinha. Da mesma forma, a aviação. Fiz, também, para a INFRAERO, ontem, um ofício, porque a área, a pista de Parintins, ela fica... Ela não está inundada, mas diminuiu a área de terra, por conta da água, e há um cerco muito grande. Então, a nossa região, Presidente, está vivendo um momento muito difícil, por conta de uma enchente histórica. Faltam poucos centímetros para superar a maior enchente registrada na nossa região, que é a de 1953.

No final de semana, faltavam 13 centímetros para bater esse recorde registrado. Então, a nossa população está passando momentos dramáticos, por conta dessa grande enchente. Então, aproveito para dar esse informe à V. Exa., que faz um debate sobre águas, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e que isso nos remete à discussão sobre mudanças climáticas na Amazônia, na América do Sul, no modelo de desenvolvimento. Discutir mais a questão do desenvolvimento sustentável. Agora mesmo, eu estou saindo da Comissão de Agricultura, onde o debate é a questão da denúncia, do desmatamento, dos campos, da pecuária que se expandiu, derrubando floresta. E supermercados dizendo que não vão mais comprar carne. Isso gera um debate por si só, por conta de frigoríficos, por conta da produção, por conta do debate ambiental, enfim... Então, essa é a realidade da nossa região.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Só para informar, Senador João Pedro, a programação nossa, lá em Fortaleza, que vai juntar todos os estados, vão estar presentes, ou estamos convidando todos os estados do Nordeste... Estamos fazendo no Ceará, porque o Ceará é o estado com maior... Mais aperfeiçoado institucionalmente, na gestão de recursos hídricos. Mas nós estaríamos lá, em uma abertura, com a presença do governador, que já confirmou, o Presidente da Assembléia Legislativa, do vice-governador e de diversas autoridades locais e, depois, teríamos uma apresentação da experiência do Ceará.

Falaria na parte da manhã, de 10 às 12 horas, 12h30, pessoas que estão à frente da gestão de recursos hídricos no Ceará. A Secretaria de Recursos Hídricos, a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, alguém representando os comitês; são dez comitês. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS, Pacto das Águas, que é o Conselho de Altos Estudos da Assembléia Legislativa, a Comissão de Agropecuária, Recursos Hídricos e Minerais da Assembléia, e a Comissão de Meio Ambiente na Assembléia Legislativa. Então, essas instituições e entidades fariam a apresentação dos trabalhos deles no Ceará.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, eu gostaria, após V. Exa...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Depois... A parte da tarde, de 14 até as 16, cada estado do Nordeste, o Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia fariam a apresentação, de dez a 15 minutos, de como está a sua estrutura, na gestão de recursos hídricos. E, de 16 as 18,nós teríamos um documento que pudesse orientar todo esse debate que nós tivemos durante o dia. Então, essa é a estrutura... E A ANA falaria ou daria uma apresentação do trabalho da ANA, na questão de recursos hídricos no Nordeste, ou na parte da manhã ou na parte da tarde, estamos combinando e acertando com ela... É lógico que a ANA falará também na abertura, porque a ANA é copatrocinadora desse seminário, desse evento. Pois não, Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Senador Casagrande, a minha preocupação também é com relação à segunda reunião que vai ser na Região Norte. Nós já chegamos a definir qual vai ser na capital?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Não. Ainda não, Senador Jefferson.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu gostaria de sugerir Manaus como a capital que pudesse ter essa reunião, até porque, geograficamente, está bem localizado, estaríamos no Estado do Amazonas, que é um estado que tem aí... Nós temos grandes preocupações com relação à água. Isso não significa dizer que os demais não tenham também. E me proponho a ajudar na organização, caso seja no Amazonas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Acho que nós temos dois senadores do Amazonas. Quem sou eu para ir contra uma proposta dessas, nesse momento? Até porque o Senador Jefferson... É... Flexa Ribeiro não está aqui, então... Mas eu acho adequado o Amazonas... O problema do Norte, não é só do Amazonas, é a questão de logística, não é? Dos estados... Chegou Rondônia... Mas os problemas dos estados do norte é o problema da logística, o deslocamento de um estado para o outro, porque, às vezes, a pessoa tem que vir aqui, para o centro-oeste, para retornar pra um estado do norte. Então, de qualquer maneira, acho que Manaus é um bom local para a gente poder fazer o encontro, até pela situação que nós estamos vivendo lá no Estado do Amazonas. Se já desejar, Senador Jefferson Praia, Senador João Pedro, já podem começar a acertar aqui, com o nosso Secretário José Francisco, a organização do evento lá no Estado do Amazonas, está bom?

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Ok, Senador, nós, então, passaremos a trabalhar para que possamos ter um evento que, realmente, possa se traduzir em ações, visando cuidarmos bem da água, no nosso planeta, especialmente no nosso país.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Bem, eu quero começar, então, a entrar na Pauta e queria, primeiramente, pedir o apoio de V. Exa. para incluir um requerimento meu, extrapauta, que é um requerimento que solicita que seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, a auditoria relativa à economicidade e eficiência nos contratos celebrados pelo Senado Federal e, atualmente, em vigência, dotando-se na sua realização os seguintes parâmetros: a) seleção para exame dos contratos mais relevantes de cada tipo de serviço ou produto adquirido; b) exames das seguintes questões de auditoria: sempre diz a outra que o Tribunal de Contas entenda pertinente acrescer; b1) o custo unitário global dos produtos e serviços adquiridos se encontra compatível com os preços de mercado; b2) os termos da licitação e dos contratos especificam adequadamente as obrigações impostas ao contratante, ao procedimento de medição e pagamento; b3) os produtos e serviços adquiridos foram efetivamente

disponibilizados ao Senado Federal, nos termos especificados na licitação e no contrato.

Existe uma auditoria de um contrato interno, não dá conta de fazer auditoria interna e não suporta a quantidade de trabalho que tem que ser feito. Acho que o Tribunal de Contas da União, que é uma instituição vinculada ao Congresso Nacional, pode colaborar na avaliação e na apreciação e na realização dessas auditorias dos contratos que estão sendo, a todo momento, questionados. E, para que a gente possa tirar essa dúvida, eu acho mais adequado que a gente faça. Primeiro, estou pedindo apoio de V. Exa. para poder incluir esse requerimento extrapauta. Senadores, que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E vamos colocar em votação os requerimentos. Primeiro este requerimento, que é da minha autoria, que pede essa auditoria externa do Tribunal de Contas da União nos contratos em vigência aqui no Senado da República, em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Está aprovado o requerimento. O segundo requerimento, do Senador Heráclito Fortes, não se encontra presente, nós não iremos votá-lo. O terceiro requerimento, segundo da Pauta, é meu, convidando o Presidente do Instituto Chico Mendes, que não esteve nesta Comissão ainda, para apresentar o seu trabalho, a prestação de contas de um ano de funcionamento da instituição. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. O Item nº 3 é um requerimento do Senador Jefferson Praia, a quem passo a palavra para que ele possa explicar o requerimento.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, eu entendo que esta Comissão, ela precisa, a cada reunião, avançar dentro do contexto de fazermos proposições e acompanharmos tudo que está sendo feito, para que nós tenhamos o mínimo possível de danos ao meio ambiente. Portanto, faço esse requerimento para que nós possamos discutir, ouvir as instituições que fazem financiamento no nosso país e percebermos que cuidado essas instituições estão tendo, com relação à questão ambiental. Isso é fundamental. Nós não podemos ter financiamentos que vão de encontro ao que esta Comissão sempre trabalha e que tem o bom cuidado com relação ao meio ambiente.

Nós queremos que as instituições de financiamento no Brasil financiem projetos sustentáveis, projetos que, acima de tudo, possam ser viabilizados com o menor dano possível ao meio ambiente. Portanto, o requerimento é esse, Sr. Presidente, para ouvirmos o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. São instituições, são instituições públicas. Nós não estamos, nesse momento, Sr. Presidente, avançando dentro do contexto das instituições privadas. Poderemos, quem sabe, mais à frente, é uma sugestão que eu faço, também ouvirmos as instituições privadas, para sabermos o que elas estão fazendo com relação à questão ambiental.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Em discussão o requerimento do Senador Jefferson Praia. Não havendo que queira discutir, em votação. Senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Jefferson Praia. O Item de nº 4, do Senador Gilberto Goellner, que não se encontra. E nós temos outros requerimentos, mas, também, os senadores não se encontram presentes... Temos um projeto de lei, no Item nº 7, um Projeto de Lei, do Senador Gerson Camata, a Relatora é Senadora Marina Silva. O Senador Gerson Camata me ligou, pedindo para retirá-lo de Pauta, porque está conversando, dialogando com a Senadora Marina Silva; adiaram a sua votação.

O Senador César Borges também pediu para fazer a retirada do Item nº 8, porque ele é o relator. E as demais matérias são terminativas; portanto, nós não temos *quórum* para deliberar matéria terminativa, proponho que nós façamos, na semana que vem, uma dessas Audiências Públicas, aprovadas nessas datas anteriores, para que a gente possa também ir dando conta das Audiências Públicas. Dizer que nós fizemos a solicitação daquela audiência com o Presidente Sarney, da Comissão de Fiscalização e Controle, mas ainda não foi marcada. Gostaria que o Secretário da Comissão fizesse um contato formal com o Gabinete do Presidente, para tentar marcar a reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, com o Presidente Sarney, para tratarmos da situação que nós estamos vivenciando aqui no Senado. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente, isso é urgente, nós estamos aqui, num momento muito difícil, no Senado. A cada dia, percebemos mais um problema aparecendo. Esta Comissão precisa, urgentemente, se reunir com o Presidente, para externar a posição da Comissão. V. Exa. já externou sua posição, eu já externei a minha, Senador João Pedro, Flexa Ribeiro também, mas a Comissão precisa participar desse processo. Nos colocamos à disposição, também, do Presidente, no sentido de encontrarmos um caminho, ou os caminhos, para que possamos fazer

com que esta instituição, o Senado, possa resgatar a sua imagem perante a opinião pública, dando exemplo da melhor forma possível de gestão pública, que é a forma que nós precisamos encontrar de administração no Senado. É isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senador Jefferson Praia. Não havendo mais nada a tratar nesta sessão, encerro a presente, convidando para a próxima, que será na próxima terça-feira, às onze e trinta da manhã. Muito obrigado.

*Sessão encerrada às 12h36.*

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

## SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**ATA DA 1ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS.**

Às onze horas e dez minutos do dia cinco de maio de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora **MARINA SILVA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **MARISA SERRANO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Presentes também os Senhores Senadores **VALDIR RAUPP** e **JEFFERSON PRAIA,** não pertencentes à Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a reunião destina-se à leitura do **Item único) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO.** Resultado: Realizada a leitura do Relatório Final da Subcomissão, a votação é adiada para a próxima reunião da Subcomissão. Usam da palavra os Senhores Senadores **VALDIR RAUPP, JEFFERSON PRAIA** e **RENATO CASAGRANDE.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Marina Silva,** Presidente Eventual.

## REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 05/05/2009

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC.):** Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se estão. Aprovado.

A presente reunião destina-se à leitura do relatório final da Subcomissão das Águas, que será feito pela nossa relatora Senadora Marisa Serrano. Ela vai fazer uma apresentação mais sintética do seu relatório. O relatório já está disponibilizado para todos os Srs. Senadores e Senadoras, e, numa próxima reunião da Subcomissão, nós vamos aprová-lo, já em concordância com a Senadora Marisa Serrano, para que os Srs. Senadores, que não tiveram tempo, de ontem para hoje, de fazer a leitura, e quiserem, ainda no âmbito da Subcomissão, apresentar alguma sugestão, sobretudo, na parte dos encaminhamentos, a Senadora Marisa Serrano já apresentou uma série de contribuições, mas os Srs. Senadores poderão fazê-lo em aditamento, se assim compreenderem, para que possa ser votada na Subcomissão, e, numa próxima reunião, a gente aprova o relatório.

De antemão, quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano por todo esforço realizado, inclusive por sua presença marcante em Istambul, juntamente com a nossa delegação, e passar, sem mais delongas, a palavra à nossa relatora para que faça a sua apresentação.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada, Sra. Presidente. A equipe toda, toda a nossa... O grupo de Senadores que compõem a Subcomissão, todos trabalharam em cada fase do projeto para que nós tivéssemos o resultado final.

Na organização, eu quero agradecer aqui o trabalho do consultor João Carlos Batista, que auxiliou, discutiu conosco. Ontem à tarde, ainda discuti com eles algumas propostas, e a consultoria nossa, do

Senado, tem nos dado, em todas as áreas, mas nessa, principalmente, tem nos dado uma grande colaboração, e a gente fica muito feliz, João Carlos, com o seu trabalho.

Mas quero dizer que todo o relatório, que são muitas páginas, ele tem vários capítulos. O primeiro capítulo é Organização e Desenvolvimento dos Trabalhos. Entra aí uma apresentação e a composição. Depois, no capítulo segundo: O Diagnóstico da Situação, sistema jurídico vigente, toda a legislação vigente da área e os principais problemas, e o capítulo terceiro: Desenvolvimento dos Trabalhos na Comissão.

Então, aí entra especificamente na Comissão. Primeiro, o Fórum Sul-Americano preparatório para o V Fórum Mundial de Águas, que foi em Montevidéu, no Uruguai, estavam lá os Senadores Casagrande e o Senador Leomar Quintanilha, depois o Fórum das Águas das Américas que foi em Foz do Iguaçu, a Senadora Marina, eu, o Senador Leomar Quintanilha, a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Tóffano, vários deputados também estiveram presentes, e culminando com o V Fórum Mundial de Águas em Istambul. E é sobre o V Fórum Mundial de Águas em Istambul que eu vou fazer um resumo para facilitar o entendimento de todos, já que está disponível a quem quiser o relatório. E encerramos o relatório com os anexos. Colocamos todo o resultado da reunião especial para parlamentares no Fórum Sul-Americano na Mensagem de Foz do Iguaçu, no Parlamentares pela Água e o Consenso de Istambul e estão todos anexos aqui também que fazem parte integrante desse relatório.

Portanto, eu passo já, diretamente, ao V Fórum Mundial de Águas cujo tema principal foi: Superando os Divisores de Águas e foi concebido como um ponto de referência obrigatório para o manejo de água do mundo. Na sua programação foram debatidos seis temas principais, os temas principais foram divididos em fins e meios. Nos fins: mudanças globais e manejo de riscos; b) Persistir no desenvolvimento humano e nas metas de desenvolvimento do milênio; c) gerir e proteger os recursos hídricos e seus sistemas de oferta para cumprir com as necessidades humanas e ambientais. Nos meios: governança e gestão, financiamento, educação, cultura e desenvolvimento de capacidades. Então, essas foram as seis partes principais discutidas nesse Fórum Mundial.

O Fórum Mundial da Água estabeleceu o diálogo entre quatro grupos políticos. Eu achei tão interessante e aí eu pedi que a Elen ainda separasse mais, marcasse que foram justamente os quatro grupos: chefe de estado de governo, autoridades locais eleitas, legisladores e ministros. Para cada um saiu um documento específico. Esses quatro grupos reuniram-se juntos com os participantes do evento para discutir sobre estratégias de adaptação e gestão da água frente às mudanças globais, incluindo as mudanças de variação do clima.

A primeira: reunião do chefe de estado e de governo. Resultou na Declaração de Istambul que inclui os princípios gerais e valores do V Fórum. Então, aqueles que estiverem interessados, especificamente, nisso está na Declaração de Istambul na reunião de chefes de estado. A conferência ministerial relativo aos ministros foi um evento aberto a todos os Ministros de Estado e interessados no tema e gerou a Declaração Ministerial que inclui, entre outros, os seguintes compromissos. Eu quero colocar os compromissos dessa reunião ministerial, porque a ela está mais afeto o Senado Brasileiro, porque é nos ministros que nós vamos, através do trabalho dos ministros que nós vamos acompanhar aquilo que o Brasil está colocando de política macro para o Brasil, para o país.

Primeiro item: intensificar esforços para alcançar as metas do milênio, implementar a gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas, melhorar a gestão da demanda por água, preservar os recursos ambientais, restaurando os ecossistemas e aumentando a resiliência desses, prevenir e responder aos desastres relacionados à água, priorizar o fornecimento de água e o saneamento no planejamento do desenvolvimento, promover a cooperação sobre o uso sustentável e proteção dos recursos hídricos que atrevessem fronteiras, e respeitar a lei internacional que protege os recursos hídricos durante os conflitos.

Só para fazer, antes de passar para os legisladores, eu só quero fazer um adendo aí. Foi extremamente discutida a questão das águas transacionais, transfronteiriças, muito também por causa do conflito no Oriente Médio. Nós ouvimos uma discussão, e foi extremamente aplaudida dos palestinos falando sobre a questão da faixa de gaza, e de como segurando a água, segura também, interfere também no conflito armado.

Então, essas são as questões que estão colocadas no documento ministerial.

O outro. Dos legisladores. Pela primeira vez esse V Fórum das Águas fez um documento específico, uma reunião específica para legisladores. Foi a primeira vez que nós estivemos lá, que nós podemos nos reunir com legisladores de outros países, especificamente, para discutir a questão da água e a legislação dos nossos países.

Então os legisladores discutiram e prepararam suas recomendações para uma melhor implementação de leis e tratados sobre a água. O resultado desse debate denominado Parlamentos para a Água será

utilizado como insumo para os futuros diálogos entre governos nacionais e locais. E eu quero me dedicar também um pouquinho a essa questão. Estavam lá parlamentares de todas as Américas, estava todo mundo, mas a nossa América, principalmente, da América Latina. Estivemos juntos, tiramos fotos juntos só a América Latina para um congraçamento maior e uma abertura de discussão dos nossos problemas. Isso foi tão importante que estavam lá três parlamentares do Mercosul que não são do nosso País. E a última reunião agora, segunda e terça da semana passada lá em Assunção esses parlamentares discutiram a questão dos rios, especificamente, do rio Paraguai que é um rio transfronteiriço e é um rio que passa nos quatro países do Mercosul, o rio Paraguai passa pelo Brasil e faz a divisa com o Paraguai, e depois lá embaixo Uruguai e Argentina. Quer dizer, é um rio transfronteiriço que interessa muitíssimo ao Mercosul, e eles discutiram lá que esse é um rio que vai ter que ser discutido, porque, afinal de contas, ninguém sabe qual é a potência econômica do rio Paraguai, o que é que ele transporta, qual é o valor econômico que o rio tem para os quatro países. Não se discute se o rio está assoreado, não está assoreado, se tem matas ciliares, ou não têm, cada governo, se no nós estamos cuidando do rio Paraguai, se o Paraguai está cuidando do rio, se o Uruguai e Argentina também estão cuidando do rio Paraguai. E isso saiu justamente dessa questão da legislação discutida no Fórum, e, principalmente, na harmonização que nós podemos ter da legislação sobre água no Mercosul.

O outro. A reunião das autoridades locais produziu outro documento chamado: Consenso de Istambul para a Água no Meio Urbano. Um documento não vinculante de princípios, desenhado com o objetivo de atrair a atenção dos órgãos de governo, legisladores e a comunidade internacional para os problemas que são enfrentados pelos prefeitos. A discussão foi local, a questão discutida em âmbito local. Então, foi um grande fórum mundial que não se descuidou das questões locais. Então, esses quatro grandes documentos também estão incluídos e estão à disposição.

Pontos de destaque para o Brasil e para a ação parlamentar. A descentralização da gestão da água é importante e deve ser implementada no nível das bacias hidrográficas e a legislação brasileira segue esse princípio. Então isso nós ouvimos muito lá. Falaram sempre em bacias hidrográficas, o que já é política no nosso País. Deve-se promover o compartilhamento da gestão de águas que atravessem fronteiras entre os países, sejam elas superficiais ou subterrâneas enfatizando o uso sustentável e a proteção desses recursos. Discutiu-se muito a questão dos aquíferos, porque no mundo todo tem aquífero, discutiram. Nós temos o Aquífero Guarani, além, de outros que é importantíssimo que a gente conheça mais, acompanhe e discuta. Além disso, falaram das águas transfronteiriças que atravessam fronteiras e dividem fronteiras de países e as transnacionais. Então, deu um exemplo do rio Paraguai que é um rio transfronteiriço. Nós podíamos dar um exemplo de rio transnacionais, como eles colocaram, que são rios que nascem num país e deságuam noutro, é o caso do rio Amazonas, por exemplo. Então, não adianta só o Brasil cuidar do rio Amazonas, é importante que os outros países, desde aonde ele nasce também tenham a mesma legislação, também tenham o mesmo marco jurídico, tenham a mesma preocupação. Então, isso foi algo que nós ouvimos muito lá em Istambul.

Outro item. Os países desenvolvidos devem reduzir as emissões de carbono para mitigar as mudanças climáticas, o que provocará um aumento do uso de energias renováveis e de hidroeletricidade. Também é necessária a transferência de tecnologia entre países. Isso também foi dito muito lá em Istambul que quem tem mais tecnologia, quem conhece mais ter condições de repassar também a outros países.

Alguns países se preocupam com a possível escassez de recursos hídricos que pode advir da irrigação exagerada. Esses mesmos países criticam a produção brasileira de biocombustíveis. Também ouvimos críticas, não foi só apoios. E essa é uma crítica que nós temos que discutir. Também foi discutido muito a palavra de compartilhamento e de fraternidade.

Eu ouvi um parlamentar árabe dizer que como tinha nos romanos o aqueduto, nós tínhamos que ter agora o aguaduto, que seria um duto levando água. E ele disse que para a questão da Arábia Saudita, que é a terra dele, o importante não é o petróleo, o importante é a água, que sem água eles não vivem. Então, que o duto levando água é mais importante do que o duto levando petróleo. Foi o que eu ouvi de um parlamentar da Arábia Saudita.

O saneamento. A questão do saneamento deve ser direito universal e as metas do milênio devem ser cumpridas. Foi sugerida a criação de um Fundo Internacional financiado por 1% do orçamento dos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento cumpram as metas do milênio. O aumento da temperatura mundial antecipado pelo IPCC deverá aumentar a demanda de água. Ao mesmo tempo, espera-se o aumento de catástrofes climáticas. Os formuladores de políticas públicas devem estar atentos para o problema. Esse foi um alerta que foi feito.

Deve haver uma atenção especial por parte dos economistas e dos agentes governamentais, os grandes

projetos de construção, em especial, os relativos aos recursos hídricos com foco nas suas externalidades, tanto positivas, quanto negativas. Quer dizer, a questão que foi levantada, também um alerta para todos os agentes governamentais desses grandes projetos de construção que usam os nossos recursos hídricos.

Deve ser observada a questão do gênero. Achei interessantíssima essa discussão, porque, normalmente, são as mulheres das comunidades pobres as pessoas encarregadas de transportar água para as casas. E necessário dar um papel mais relevante às mulheres no compartilhamento das decisões sobre a gestão dos recursos hídricos. E eu achei interessantíssimo porque isso foi falado pelo Ministro turco de águas. E ele colocou com muita ênfase a questão que as mulheres têm que participar, que elas têm que ajudar a decidir, que elas têm que estar junto na discussão da gestão.

O aumento da população mundial e o aumento da população urbana apresenta problemas crescentes para a gestão dos recursos hídricos nas megas cidades em face da maior demanda por água. Isso nós sabemos, só quem acompanha a vida de São Paulo, sabe da angustia, do investimento e da percepção que o governo tem que ter, quem trabalha com as megas cidades, a questão da água.

Foi sugerida a criação de um parlamento mundial da água, bem como, maior participação das Nações Unidas no processo de educar e preparar as comunidades e os indivíduos para a gestão da água. Isso é uma questão que o Brasil também discutiu tanto nós termos um parlamento mundial de águas que se reúna de dois em dois anos, ou de ano em ano, mas que discuta como os parlamentos mundiais, já que nós estamos começando, veem essa questão dos recursos hídricos. E a questão da educação também foi muito acentuada. E isso já tinha sido, não é Marina? Discutido lá em Foz do Iguaçu, porque sem educar e preparar as comunidades, Senador Raupp, é muito difícil a gente querer ajudar a preservar a água se todos não forem e tiverem imbuídos da necessidade disso e o sentimento de que a água é vital, que a água é vida. Eu digo sempre que quando os cosmonautas vão para outras galáxias e a NASA está estudando e outro países estudando: qual que é a primeira coisa? Se vão discutir se o país teve vida ou não, desculpem, se o asteróide, o planeta teve vida ou não. Eles dizem: "houve água? Há vestígios de água?" Se há vestígio de água é porque teve vida. Então, meu Deus do céu, água é vida. E tem que ter essa ideia que a comunidade toda tem que ter.

O desenvolvimento sustentável só será possível se houver controle da poluição e a proteção ao meio ambiente.

Bom, esse é o resumo sintético do relatório que o João Francisco nos ajudou a preparar. Mas eu queria ainda colocar aqui que não está no power point, mas que vai estar junto no nosso relatório, algumas proposições que eu queria deixar aqui do pouco daquilo que eu acompanhei nesses três fóruns. Primeiro: o interlegis, o interlegis precisa ser mais usado pelos Senadores, Marina. É uma grande estrutura. Então, eu acho que o interlegis podia disponibilizar toda a legislação federal, estadual e municipal de maneira a formar um banco de dados que possa ser compartilhado por todos. O parlamento europeu decidiu em reunião realizada em Estrasburgo em março deste ano, criar um help desk para ajudar aos que não têm ainda legislação adequada quanto aos recursos hídricos. O nosso "help desk" funcionaria como um banco de melhores práticas que possam ser aproveitadas por todos. Eu acho que todos os municípios, todas as comunidades podiam ter através do interlegis um banco de boas experiências feitas em todo o País. Eu acho que era a forma do Congresso, do Senador auxiliar também os mais de 5 mil municípios brasileiros e todos aqueles que têm interesse. Segundo: promover um ciclo de debates sobre as deficiências da legislação brasileira sobre a gestão dos recursos hídricos e que terá como resultado Projetos de Leis e recomendações ao Executivo que tornem nossa legislação, que é bem atual, ainda mais adequada. Promover um ciclo de debate no parlamento do Mercosul, e isso aqui nós poderíamos levar a nossa comissão brasileira, para discutir as questões das águas transfronteiriças superficiais e subterrâneas. Quatro: harmonização da legislação das águas transacionais através do parlamento do Mercosul. Quinto: enviar este relatório, depois de aprovado, da Subcomissão aos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e aos parlamentos estaduais e municipais.

Eu acho que nós tínhamos que socializar para todos aqueles que não tiveram condições de acompanhar os três fóruns, que possam saber da existência, saber dos documentos e poder acompanhá-los. E enviar um relatório ao parlamento do Mercosul. Oficialmente, eu acho que tínhamos que enviar ao parlamento do Mercosul. E sétimo: encaminhar o relatório. E quando eu falo encaminhar o relatório ao parlamento do Mercosul, porque è o parlamento que nós fazemos parte, mas isso não quer dizer que não possamos mandar o parlamento andino, aos outros Parlamentos todos. Encaminhar o relatório à Agência Nacional de Águas, a ANA sugerindo o seu envio a entidades que compõem

o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a partir da socialização desse conhecimento promover o ciclo de debates referidos. A ideia é que a gente pudesse socializar esse documento e discutir mais a questão da água, que não parasse por aí, que a gente continuasse discutindo essa questão.

E aí eu encerro, então o meu relatório, as proposições colocadas, agradecendo aqui a participação de todos os parlamentares, todos os Senadores nos três fóruns que participamos e que deu formato a esse relatório. Era isso, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Pela leitura que faz aqui do seu relatório consolidando os debates que tivemos durante os trabalhos realizados pela Subcomissão, e, ao mesmo tempo, o Fórum das Águas de Istambul, devo dizer que as iniciativas apresentadas pela Senadora Marisa Serrano, com certeza, são nossas iniciativas em termos de sugestão, o que não impede que os Srs. Senadores possam agregar a esta até a aprovação do relatório final na Submissão, até porque esse esforço já conta, no caso brasileiro, com uma legislação, que como a Senadora disse, é muito adequada, com um Sistema Nacional de Águas que tem uma gestão compartilhada dividida entre a União, os Estados e a sociedade, no que concerne à sociedade a participação dos comitês de bacia, e o Congresso Nacional tem um papel fundamental à medida em que pode aperfeiçoar o marco regulatório ao tempo em que pode viabilizar o provimento de recursos para o atendimento de uma política efetiva de recursos hídricos no que concerne ao acesso, à recuperação de ecossistemas que, em função da degradação ambiental, tem prejudicado o meio ambiente e esforços que se somem à ação de outros países, como os aqui mencionados para que possamos ter uma gestão transfronteiriça de recursos hídricos. Como disse nossa relatora, a gestão das águas está muito ligada à crise ambiental global que estamos vivenciando, em algumas regiões, por excesso, porque teremos elevação do nível dos mares, inclusive, quando isso acontece a água doce disponível em condições de uso ela também é prejudicada, e em outras regiões do mundo a ausência material de água, como é o caso da África.

No caso do Brasil, na região semiárida, nós já temos estudos de que dão conta de que poderá transformar-se em deserto, de sorte que o nosso desafio no que concerne a uma agenda de implementação dos acordos internacionais, no que concerne à meta do milênio é muito importante e até a próxima reunião da Subcomissão que eu tenho a felicidade de estar presidindo, em substituição ao Senador Sibá Machado, que presidia anteriormente esta Comissão, todos os Srs. Senadores podem aportar alguma contribuição. O relatório já está consolidado com as sugestões da nossa relatora, a quem, mais uma vez, agradeço, a toda equipe que deu suporte e apoio ao trabalho da Comissao, e, sobretudo, aos Srs. Senadores que dedicaram parte do seu tempo e do seu trabalho já tão, enfim, intenso nas Comissões regulares, nesta Subcomissão.

Ao encerrarmos, na próxima reunião, espero... O nosso trabalho, ele será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente que aprovará o relatório final que, segundo o rito, ele será aprovado, em primeiro lugar, na Subcomissão e depois na Comissão de Meio Ambiente.

Essas eram as minhas palavras. E eu passo agora então a palavra aos Srs. Senadores que queiram já iniciar o debate do relatório, ainda que nós não tivemos tempo, porque ele foi disponibilizado ontem, e por isso a decisão da nossa Senadora em fazer a apresentação e fazer a votação numa próxima reunião. Mas nada impede que os Srs. Senadores já possam se colocar no sentido de ir antecipando o debate da próxima reunião da Subcomissão.

O Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Eu queria apenas parabenizar o excelente relatório da Senadora Marisa Serrano, e realmente, nós devemos nos preocupar mais com o meio ambiente, com o clima aqui no Brasil. Eu sei que essa preocupação é mundial, mas o clima está ficando doido no Brasil também. Nós estamos vendo, hoje, seca no Sul, no Rio Grande do Sul. No Paraná, ontem, passou uma matéria deprimente, as Cataratas do Iguaçu secas, secas, totalmente secas, não tem mais água.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Em compensação, o Piauí.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Isso que eu ia falar. E enchentes, chuvas e enchentes no Nordeste, se, pelo menos, continuasse umas duas vezes por ano chovendo do Nordeste, mas devia se distribuir mais. Então, o que está acontecendo é que o clima está mudando, está mudando, não está chovendo mais em alguns Estados, está chovendo em Estados que não chovia antes, então de forma que o clima está ficando realmente complicado.

Eu fui prefeito de um município na Amazonas, no Estado de Rondônia, que, no passado, tinham 12 rios, pequenos rios, córregos, rios. Hoje, só têm seis, 50% dos rios já morreram. Então, isso é uma prova de que o desmatamento indiscriminado acaba prejudicando os rios, o meio ambiente. E a Amazônia que parecia que não ia ter seca, já teve períodos, já teve ano que os rios secaram também, que tivemos problemas de comunidades ribeirinhas que tiveram problema por

falta de água. Então, nós devemos, realmente, nos preocupar.

Eu parabenizo a Senadora Marisa Serrano por este excelente relatório.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Obrigada, Senador Valdir Raupp. V. Exa. traz aqui uma questão fundamental para este Senado, que está discutindo, inclusive, medidas de flexibilização da legislação ambiental, no que concerne à proteção de florestas, e V. Exa. traz um depoimento fantástico no sentido de dar sustentação às preocupações daqueles que entendem que reserva legal, área de preservação permanente, o código florestal deve ser no sentido de proteger as florestas que são, digamos assim, uma das principais razões para a proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Mas eu passo a palavra a outro Sr. Senador, o Senador Jefferson Praia--

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Senadora Marina.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** --está inscrito e a Senadora Marisa Serrano quer fazer uma intervenção antes do Senador Praia.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Senadora Marina, antes do Senador Jefferson Praia. Eu entrei com um Projeto de Lei no Senado na Comissão de Constituição e Justiça que trata do desmatamento zero, uma moratória por dez anos na Amazônia para não se derrubar mais corte raso, nenhum zero, até se criar uma consciência ambiental. Eu tive a coragem. Há dez anos, eu não teria essa coragem de entrar com um projeto nesse sentido. Hoje, eu acho que a consciência tem que ser formada que nós não podemos mais desmatar, não só na Amazônia, no Brasil.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Eu queria só fazer uma intervenção, Senador Raupp. Essa falta de consciência tem que vir de todos, começando pelos nossos mais de 5 mil prefeitos, 5.500 prefeitos que nós temos no País. E é uma consciência que é difícil. Eu quero dar um exemplo. O prefeito de Campo Grande que é do seu partido, o PMDB Nelsinho Trad, nós temos 34 córregos em Campo Grande e revolvemos, quando eu era vice-prefeita no começo de mandato dele, trabalhar esses córregos. Mas como é que nós fizemos? Cada escola que está próxima do córrego, então foi todo mapeado, são 34 no município, as escolas rurais e urbanas, as escolas ter que trabalhar os córregos, discutir a questão, ajudar a manter, os comerciantes da região, foi feito reunião com todos, quer dizer, todo mundo ajudando, quer dizer, a cidade toda participando, que tem 34 córregos e que precisa manter os córregos vivos. Então, era chamado Córregos Vivos mesmo, Córregos Vivos, o projeto. Mas isso é uma consciência que a população tem que ter. Não adianta você fazer uma lei aqui dizendo: a partir de agora vai ser assim. Vai ser uma lei morta. Vai valer muitíssimo se nós começarmos a difundir, a trabalhar para que as pessoas, realmente, tenham essa consciência.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Senador Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano, embora tenha chegado atrasado a essa apresentação e, folheando aqui, me chamou a atenção a questão do saneamento. E a Senadora Marina que é da Amazônia, da nossa querida Amazônia. Nós sempre quando tratamos a Amazônia, nós falamos muito das florestas, muito embora, dentro de contexto floresta, estão as águas também. E se nós formos perceber, isso não é só problema da Amazônia, mas eu vou destacar lá para ver como podemos avançar nessa questão do saneamento nas cidades. Para você ter uma idéia, por exemplo, pelo menos, no meu Estado onde eu conheço um pouco mais, pouquíssimas são as cidades que tratam bem as suas águas.

Então, você tem cidades, em plena Amazônia, que as pessoas não têm água nas suas casas. Por exemplo, a capital do meu Estado é um exemplo, Manaus é uma cidade que um percentual expressivo das pessoas não tem acesso à água. Esse é um problema. E um dos outros também, e um dos problemas maiores é a água utilizada ir direto para os rios e para os igarapés. Então, a minha preocupação é no sentido de como fazer, o que é que nós temos que fazer para que as pessoas tratem... Veja bem, e aí é a sociedade como um todo, os governantes tratem melhor a água, porque as poluições continuam acontecendo. Então, você tem municípios hoje que continuam poluindo igarapés. Depois de nós percebermos grandes cidades e cidades de porte médio e cidades pequenas com seus igarapés poluídos, o que me chama muita atenção nessa questão é que não está havendo uma paralisação nesse processo de poluição.

O que é que eu quero dizer? O que está errado continua sendo errado. Então, alguma coisa está faltando fazermos. Eu não sei, eu estou refletindo sobre esse assunto, estou aqui dividindo com vocês essa questão, porque por parte dos prefeitos, por exemplo, prefeito, dificilmente, quer fazer investimento no tratamento da água, dos resíduos que temos, porque isso vai ser uma obra que a população não percebe como relevante, consequentemente, acaba fazendo investimento em outras áreas. Por exemplo, para muitos prefeitos é melhor o asfalto do que você tratar a

água antes que ela chegue ao igarapé. O que é que eu quero dizer com isso então? Nós temos que pensar em alguma coisa porque isso é muito preocupante, e para recuperar um Igarapé desse o investimento é elevadíssimo, e esse processo está se dando sem uma interrupção, Senadora Marina.

Então, eu não vejo, por exemplo, eu não sei como está no Estado de V. Exa., mas no meu continuamos nesse processo. Por exemplo, para você ver idéias têm municípios, tem um município que eu tenho como exemplo, eu vou aqui dizer o nome do município, porque não é segredo nenhum, já falei com o prefeito, me coloquei à disposição, não como uma pessoa que vai está criticando apenas àquela situação, mas como uma pessoa que quer ajudar aquele município. Por exemplo, nós temos um município chamado Nhamundá. Sabe o que é que acontece em Nhamundá? É um município pequeno, a parte urbana dele é muito pequena. Então, é alguma coisa como 2, 3km2 da área urbana e tem uma grande área rural. Sabe o que é que acontece ali? Olha que problema, e essa é a realidade, talvez de diversos, de centenas de municípios, pelo menos, na Amazônia. Eles depositam o lixo numa área da cidade quando o rio desce na vazante o lixo fica depositado ali, quando vem a enchente você sabe quem é que faz a limpeza? É o próprio rio que leva todo o lixo embora.

Então, nós hoje temos na Amazônia cidades assim. O que é que nós temos que fazer? Buscarmos uma maneira de resolver isso. Por exemplo, eu estou trabalhando com esse prefeito para ver como fazer com que ele não continue com esse projeto, porque esse lixo está indo para algum lugar.

Então, essa é a realidade de muitas cidades na Amazônia, certamente, no Brasil. Aí temos que trabalhar a cabeça dos prefeitos, temos que trabalhar a população, temos que ver, por exemplo, do ponto de vista da legislação se podemos fazer alguma coisa. Será que aí, por exemplo, uma questão que eu faço para V. Exas. que já estudam esse assunto há muito tempo. Será que você impor um percentual de investimento em saneamento básico que envolve tudo isso tem que se investido tanto do orçamento, será que esse não seria um caminho? Porque se nós formos esperar consciência da população e consciência de prefeitos nesse País, nós teremos feito um estrago que vai causar aí... Vai demandar uma quantidade elevadíssima de dinheiro para recuperar.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer para que nós possamos refletir e buscarmos as soluções. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Senador Casagrande V. Exa. deseja manifestar-se?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Só fazer um registro, Presidente, Senadora Marina de elogio ao trabalho da Senadora Marisa Serrano. Não tive a oportunidade de ver a sua apresentação, estou aqui agora olhando, porque eu estava numa outra audiência pública, que eu fui o requerente na Comissão de Constituição e Justiça no Código de Processo Penal e não acompanhei a sua apresentação. Mas estive presente em alguns dos eventos e estivemos juntos em Istambul na Turquia, no final desse encontro, e podemos ver a importância desse debate da água dos recursos hídricos para o mundo, não só para nós no Brasil, mas para o mundo. Nós temos uma situação, de certa forma, privilegiada em algumas regiões do Brasil, mas temos problemas em outras regiões do Brasil, e o mundo tem muitas dificuldades em muitas regiões. Então adotar, de fato, políticas que possam fazer com que aquilo que já foi decidido no Congresso Nacional seja implementado é fundamental. Nós temos uma boa política de recursos hídricos, mas nós temos uma implementação dessa política numa velocidade muito pequena, é fundamental que a gente possa aumentar a velocidade da implementação da política, porque o que já foi dito e reafirmado aqui nesse debate, que nós não temos muito tempo, o planeta não vai ficar esperando que nós possamos ficar aqui na burocracia tentando implementar as medidas. O tema mudança climática é um tema que este ano no Fórum Mundial foi discutido mudanças climáticas e recursos hídricos. O tema mudanças climáticas é um tema que exemplifica bem. Nós estamos num debate muito grande, muito debate e muito discurso, mas, efetivamente, o mundo tem feito pouco, tem feito pouco, e nós estamos vendo, a cada dia, os efeitos das mudanças ambientais globais. Água é a mesma coisa. A gente está vendo o problema, a gente tem muito discurso. Tem boas iniciativas. É bom que a gente reconheça. Tem iniciativas que trabalham na questão do produtor de água, tem iniciativas importantes em diversos municípios em estados brasileiros e no mundo, mas ainda nós temos só necessidade de mais recurso e mais apoio.

Então, fazer o registro. Acho que nós temos um tempo, até a semana que vem para qualquer sugestão, pelo que eu fiquei aqui informado, mas fazer o registro pelo seu trabalho até o presente momento.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Obrigada, Senador Casagrande.

Não havendo mais quem queira debater, gostaria apenas de dizer que, de fato, há uma necessidade muito grande de pormos um freio aos processos de degradação do meio ambiente, de destruição dos nossos ativos ambientais, e há necessidade da recuperação, porque toda e qualquer iniciativa que possa se

dirigir ao futuro não significa a absolvição dos danos causados no passado. Eu concordo com a proposta do Senador Raupp no que concerne ao futuro: desmatamento zero para frente, mas discordo da proposta de absolvição daqueles que desmataram ilegalmente áreas que não poderiam ser desmatadas, como se eles pudessem agora ser premiados. Acho que as duas coisas podem ser feitas e se juntarmos as duas coisas, com certeza, teremos uma grande iniciativa até porque Estados como Acre, Rondônia e Mato Grosso, já estão, e Pará em processo muito adiantado em relação ao zoneamento ecológico e econômico, e com isso nós poderemos então dar essa contribuição, e o planeta agradece.

Mais uma vez, obrigada, Senadora Marisa Serrano. Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a presente sessão, e já temos, em seguida, a reunião da Comissão de Meio Ambiente que será presidida pelo nosso Senador Casagrande.

*Sessão encerrada às 11h51.*

**ATA DA 2ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009, ÀS 10:30 HORAS.**

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia doze de maio de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora **MARINA SILVA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, MARISA SERRANO, GILBERTO GOELLNER** e **FÁTIMA CLIEDE.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente informa que a reunião destina-se à deliberação do **Item único) VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO**. Resultado: Aprovado o Relatório Final da Subcomissão com adendo apresentado pela Senadora **MARINA SILVA**. Usa da palavra a Senhora Senadora **MARISA SERRANO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Marina Silva,** Presidente Eventual.

**REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 12/05/2009**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião de Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Nós permanecemos como nos encontramos. Aprovada.

Tem a palavra então, a senadora Marisa Serrano, que na sessão anterior já fez a leitura do seu voto e do seu relatório e agora nós vamos para à aprovação do Relatório Final da Subcomissão das Águas.

Todos os Srs. Senadores reconheceram o trabalho importante feito pela Senadora Marisa Serrano juntamente com os senhores senadores, as contribuições que foram apontadas por outros segmentos da sociedade. Sobretudo, agradecemos aqui o apoio da Agência Nacional de Águas.

E passo então a palavra à Senadora Marisa Serrano, para que possa fazer os complementos ao seu relatório e irmos para a aprovação final, encerrando dessa forma os trabalhos dessa Subcomissão.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada Sra. Presidente. Como V.Exª disse, já foi lido e discutido na última reunião dessa Subcomissão, mas eu gostaria de ouví-la sobre as proposições da última reunião, que eu coloquei e que eu acredito que poderíamos melhorá-las, talvez, ou se todos estão de acordo, porque são ideias de como fazer que esse relatório tenha... Seja mais conhecido, amplificar o seu grito, talvez, e fazer com que as pessoas percebam a importância de cuidar da água e da legislação a respeito.

Então, as proposições que foram colocadas na última reunião, fazer do INTERLEGIS, do INTERLEGIS um local em que todas as boas práticas a respeito da melhoraria e da utilização da água possa estar disponível a todos os brasileiros. Que esse congresso fizesse essa ponte entre boas práticas que existem no país, para que todos tivessem acesso, além, de toda a legislação. Se V.Exª concordar, esse podia ser um item.

O outro é promover um ciclo de debates, sobre a deficiência da legislação brasileira sobre a gestão dos

recursos hídricos e que terá como resultados projetos de lei e recomendações ao executivo, que tornem nossa legislação, que é bem atual, ainda mais adequada.

Se V.Exª também estiver de acordo, nós podíamos propor na Comissão de Meio Ambiente esse ciclo de debates.

E promover também um ciclo de debate no Parlamento da MERCOSUL, para discutir a questões da água transfronteiriças, superficiais e subterrâneas. Nesse item, eu acredito que V.Exª, sendo aprovado esse item, poderá enviar oficialmente à Comissão Brasileira do MERCOSUL. Nós devemos votar essa semana já o seu novo Presidente, mas atualmente ainda é o Senador Mercadante, como proposta nossa.

A outra, harmonização da legislação das águas transnacionais através do Parlamento do MERCOSUL, também acredito que deva ir como proposta dessa Subcomissão ao Parlamento do MERCOSUL.

E enviar o relatório da Subcomissão para os Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e parlamentos estaduais e municipais, também acredito que V.Exª, poderíamos, nós poderíamos fazer conjuntamente esse envio, ou só a Presidente. E enviar o relatório para o Parlamento do MERCOSUL que também é um ato formal.

Além de encaminhar o relatório à Agência Nacional de Águas, que é, como V.Exª disse, uma grande parceira dessa Comissão de Meio Ambiente e também nos ajudou muito na Subcomissão de Águas.

Eram essas as minhas propostas, não sei se V.Exª tem outras propostas que nós poderíamos fazer para encerrar essa nossa Subcomissão.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Obrigada Senadora Marisa Serrano. Eu acho que as propostas apresentadas no relatório de V.Exª estão de acordo com a acolhimento das sugestões apresentadas.

Eu gostaria de agregar apenas que nós possamos priorizar a gestão compartilhada, no que concerne a viabilizar os meios para o funcionamento dos comitês de bacia. Porque ainda que a gestão seja compartilhada, os comitês de bacia fazem parte da gestão, mas eles não contam, na maioria das vezes, com as estruturas necessárias para seu funcionamento, o que tem impedido o funcionamento de boa parte dos comitês.

Então é a sugestão que faço, depois eu vou propor a redação para que V.Exª possa agregar aí ao conjunto de propostas, a medida em que, no meu entendimento, é uma forma de democratização e de dar transparência às políticas de gestão de recursos hídricos, uma vez que diz respeito ao conjunto da sociedade e o comitê de bacia é o lugar onde conflui todos aqueles que são, enfim... Interessados diretamente, tantos os usuários, quanto a sociedade e quanto os agentes públicos.

Então, a minha, o meu encaminhamento, Senadora Marisa Serrano, é de que nós aprovando agora o seu relatório nessa Subcomissão, os trabalhos da Subcomissão se encerram e nós encaminhamos oficialmente, eu e V.Exª, para à Comissão de Meio Ambiente, que será aprovado então também, no pleno da Comissão, até lá os Srs. Senadores ainda poderão, os membros das demais Comissões, apresentarem sugestões e ao ser aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, aí sim remeteremos como sugere V.Exª., ao Presidente das Casas, Agência Nacional de Águas e aos demais interessados do Sistema Nacional de Recurso Hídricos, no caso também os estados e os municípios.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Acatada a ideia do comitê de bacia, dos recursos para essas gestões compartilhadas, são fundamentais. E acredito que isso vai dar um novo alento a que mais comitês de bacias sejam implementados nesse país.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Então, considero aprovado então o nosso relatório, e vamos encaminhar ao pleno da Comissão, nos termos do Regimento Interno, para que outros Srs. Senadores possam também apresentar sugestões, e posterior a sua aprovação, encaminharmos aos já aqui mencionados.

Não havendo mais nada a tratar dou por encerrado os trabalhos dessa Comissão, agradecendo o apoio da equipe técnica, agradecendo o apoio dos gabinetes dos Srs. Senadores que se envolveram. E mais uma vez dizendo o quanto é importante temos um olhar estruturante para a gestão dos recursos hídricos, à medida em que, nesso contexto de mudança ambiental global, sobretudo com as mudanças do sistema climático, os recurso hídricos serão dramaticamente afetados em todo o planeta, e particularmente no nosso país em que temos uma dicotomia, em que temos 11% da água doce disponível no mundo, mas algumas regiões, temos problemas de acesso a água.

Acesso, não significa ausência material de água, significa que precisamos de tecnologia adequada, meios adequados para distribuição dos recursos hídricos, e que eles possam chegar, tanto para a produção, quanto para o consumo humano e animal. De sorte que é mais do que adequado o envolvimento do Congresso Nacional com essa agenda de recursos hídricos, tanto na proposição de iniciativas legislativas, mas como na viabilização dos recursos necessários para que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos possa funcionar a altura dos desafios que temos.

Muito obrigada senhora relatora, muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

*Sessão encerrada às 11h36.*

## SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

### ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Fernando Collor, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Justifica a ausência o Senador **Flexa Ribeiro.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 19, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, que *"Requer, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, de Audiência Pública para que sejam ouvidos os Ministros Nelson Jobim, da Defesa, e Sérgio Resende, da Ciência e Tecnologia, a fim de prestarem esclarecimentos sobre notícias recentemente divulgadas na imprensa brasileira a respeito da desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em função de impasse com comunidades quilombolas existentes na região".* Os Senadores **Augusto Botelho** e **Mozarildo Cavalcanti** fazem uso da palavra. Aprovado. O Presidente coloca em votação, também, o Requerimento nº 20, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que *"Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Ministro Celso Lafer e do Jurista Ives Gandra da Silva Martins, para discorrerem sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul".* O Senador **Fernando Collor** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente submete à apreciação item extrapauta: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 285, de 2008, que *"aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007".* O Senador **Mozarildo Cavalcanti** faz a leitura de seu relatório. Aprovado. O Presidente comunica a saída do Senador Leomar Quintanilha da Comissão e, portanto, também da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Comunica, ainda, a resposta do Ministério das Relações Exteriores sobre imunidades diplomáticas em questões de trânsito. Inicia a apreciação da pauta. O Presidente convida para compor a Mesa os Embaixadores Ricardo Carvalho do Nascimento Borges e George Ney de Souza Fernandes. **Item 1:** Mensagem nº 76, de 2009, do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo".* O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora **Rosalba Ciarlini,** para fazer a leitura do seu relatório. O Senador Geraldo Mesquita Júnior assume a Presidência. **Item 2:** Mensagem nº 77, de 2009, do Senhor Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia".* O Presidente em exercício concede a palavra ao Relator, Senador **Renato Casagrande**, para fazer a leitura do seu relatório. Em seguida, declara aberto o processo de votação e concede a palavra ao embaixador **Ricardo Carvalho do Nascimento Borges** para fazer sua exposição. Reassume a Presidência o Senador Eduardo Azeredo. O Presidente concede a palavra ao embaixador **George Ney de Souza Fernandes** para fazer sua exposição. Os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque** fazem uso da palavra. O Presidente comunica que todas as viagens internacionais oficiais do Senado deverão passar por esta Comissão. O Senador **Wellington Salgado de Oliveira** faz uso da palavra. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 21, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo

Suplicy, que *"requer, nos termos regimentais, que para a terceira Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que "aprova o texto do protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e a da Venezuela", em decorrência da aprovação do Requerimento nº 20, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado dia 14/03/2009, sejam também convidados os senhores: Dra Regina Soares de Lima – cientista política, pesquisadora do Iuperj; Dr. Fabiano Santos - cientista política, professor e pesquisador do IUPERJ/UCAM – Universidade Cândido Mendes e coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON/IUPERJ)"*. Aprovado. O Presidente torna a sessão secreta às doze horas e dois minutos. A sessão é reaberta às doze horas e sete minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 26 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Havendo número regimental declaro aberta a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós temos, antes de ouvirmos os Embaixadores, teremos dois requerimentos e, também, um tratado ainda para aprovarmos. O Requerimento nº 19, assinado pelo Senador Augusto Botelho e Senador Mozarildo Cavalcanti, requer, nos termos regimentais, a realização no âmbito desta Comissão de Audiência Pública, para que sejam convidados Ministros Jobim, da Defesa, e Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, a fim de prestar esclarecimentos sobre notícias recentemente divulgadas na imprensa brasileira, a respeito da desativação da Base de Lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em função de impasse com comunidades quilombolas existentes na região.

A proposta, quero inclusive lembrar, aqui, a Força Aérea, o Ministério da Aeronáutica está convidando os Srs. Senadores que se interessarem, o convite vai ser distribuído, para que possam conhecer a base de Alcântara. E nos próximos... Na próxima sexta-feira da semana que vem. Quinta. Quinta, sexta e sábado. Na realidade, são três dias, para conhecer lá a Base de Alcântara. Mas, com relação a esse requerimento, Senador Augusto quer se manifestar, para discutir?

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** As histórias são meio tristes, porque estão falando em desativar a base de lançamento de foguetes. No mundo todo, onde se tem a melhor condição de lançamento é lá. A economia de combustível é da ordem de 30%. E é insanidade fazer uma coisa desse tipo, alegando que tem espíritos nas praias que não sei o quê. Um monte de alegações dessas... De antropólogos, que nós estamos acostumados com elas lá em Roraima e, se a gente não tomar uma atitude mais enérgica, nós vamos esse prejuízo.

Todo mundo sabe que a comunicação de satélites, essa coisa é um mercado grande que interessa ao país. Nós já estamos andando nisso juntamente com a China, com aquele satélite que nós temos de comunicação. Então, nós temos que discutir para ver isso. Para que não seja feita outra... Tomada outra atitude, igual à que tomaram lá em Roraima, na qual acabaram com, praticamente, 50% da produção de arroz irrigado, por causa dessa história de indígenas. E na quinta ampliação. Pode ser que... Não sei quantas ampliações nós fizemos nesse quilombola lá, mas deve estar por aí também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Evidente que havendo esse risco nós precisamos ouvir. O Ministro Nelson Jobim já está agendado para vir aqui, para falar sobre o Plano Nacional de Defesa. Tem outro nome, não é Plano Nacional. Começa com E, não é? Estratégia Nacional de Defesa. Já virá, falta a gente confirmar a data. Senador Mozarildo.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Eu queria só aduzir ao que falou o Senador Augusto Botelho, dizer que o Brasil fez um convênio com a classe, justamente para fazer essa... E com outros países também para, digamos assim, incrementar o nosso... O plano de lançamento de foguetes a partir da base de Alcântara. E, realmente, essa informação de que vai ter que sair de lá, depois de tanto trabalho, é no mínimo necessário que a gente tenha conhecimento das razões, de fato, e que possam causar, ou não, prejuízos ao país no âmbito, até, internacional. Então, eu gostaria realmente de contar com o apoio dos companheiros senadores para que nós pudés-

semos ter esses esclarecimentos, de maneira bem transparente, por parte das autoridades que são responsáveis pelo setor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação, fazendo só essa ressalva de que o Ministro Nelson Jobim poderá, nós poderemos ter as explicações dele na própria Audiência sobre a questão da Defesa Nacional. Então, em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** E a gente convocaria outro ministro numa com outra oportunidade, não é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim. O Ministro Sérgio Rezende. O Requerimento nº 20, também de 2009, nos termos aqui da Constituição... Combinado com os art. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Ministro Celso Lafer e do Jurista Ives Gandra da Silva Martins, para discorrerem sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul. O requerimento é do Senador Fernando Collor, a quem concedo a palavra.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O requerimento solicita o apoiamento dos Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, para que seja convidado o Ministro Celso Lafer e o Jurista Ives Gandra Martins para tratar sobre o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. O Ministro Celso Lafer, Ex-Ministro das Relações Exteriores, em dois governos, e um acadêmico com muitos conhecimentos na área internacional, ele vem escrevendo artigos muito interessantes, muito densos sobre essa questão, e eu acharia que a Comissão muito ganharia se pudesse tê-lo aqui para uma Audiência Pública, juntamente, com o Jurista Ives Gandra Martins que todos conhecem. Por isso eu peço o apoio dos companheiros, membros desta Comissão, para o apoio e a aprovação deste requerimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Continua em discussão. Eu quero só informar, ainda sobre este assunto, que eu recebi, hoje, no meu gabinete o Embaixador da Venezuela que veio, exatamente, em uma visita de cortesia, pediu que transmitisse a todos Senadores, exatamente, essa manifestação do interesse na questão da Venezuela, da entrada da Venezuela no Mercosul.

Coloquei a ele a questão realmente da reunião do Grupo de Trabalho, que deve acontecer agora, no próximo dia 18, nos dias 18 e 19, e que é fundamental o resultado dessa reunião do Grupo de Trabalho, para que possa continuar o processo de discussão aqui. Agora, nós já tivemos duas reuniões de Audiência Pública, com este requerimento apresentado pelo Presidente Collor, então, nós teríamos aí uma terceira audiência simultânea, digamos, com essa... Já com os fatos novos que seriam essa reunião do Grupo de Trabalho.

Seriam os fatos novos também em relação às audiências anteriores. De maneira que eu coloco em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Vamos agora para o item extrapauta, o Item nº 10, que é não terminativo. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 285/08 que aprova o texto de Convênio de Previdência Social entre o Brasil e o Chile, celebrado em Santiago em 26 de abril de 2007. O relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra para ler o seu relatório e está como extrapauta dada à urgência solicitada pelo próprio Governo Brasileiro.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o parecer já foi distribuído aos Srs. Senadores, eu quero ler a parte final, a análise e o voto. O ato internacional em apreço reveste-se de extrema relevância, ao promover a cooperação previdenciária entre o Brasil e o Chile, que é um Estado associado ao Mercosul. Em momento em que a facilidade de comunicação entre os países, resultante da globalização, acarreta crescente fluxo internacional de pessoas que se dirigem ao estrangeiro, para ali exercerem atividade remunerada, a iniciativa de Brasil e Chile afigura-se extremamente benéfica para suas populações.

Segundo ressalta a mensagem do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a matéria, esse importante instrumento jurídico bilateral busca beneficiar o trabalhador brasileiro, que contribui para a Previdência Social do Brasil durante determinado período, deslocando-se depois para o Chile, e lá contribuindo para a seguridade social chilena durante o restante de seu tempo de serviço. A ausência de acordo da Previdência Social significa perda de todo tempo de contribuição no Brasil, para efeito de recebimento de quaisquer benefícios previdenciários.

Os acordos de Previdência Social permitem que os referidos benefícios sejam usufruídos proporcionalmente ao tempo de contribuição em cada país. O Brasil vem assinando acordos na área previdenciária como o firmado entre as quatro partes... Estados partes do Mercosul, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, promulgado pelo Decreto nº 5.728, de 13 de março de 2006. Bem como, o Convênio Multilateral Ibero-Americano de Seguridade Social de 2007, além de muitos outros em âmbito bilateral. Diante do exposto, o voto por ser conveniente e oportuno aos

interesses nacionais, constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, votamos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 285/08. É o voto, Sr. Presidente. Pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado Senador Mozarildo. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Antes ainda de dar início à Pauta, quero informar aos Srs. Senadores e Senadoras que o Senador Leomar Quintanilha deixou de integrar esta Comissão, a partir do dia 28 de abril e que, portanto, não participa mais da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, deixando uma vaga a ser preenchida pelo PMDB, nesta Subcomissão.

Então, o PMDB tem uma vaga e comunico, inclusive, que foram eleitos ontem os Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão, que é o Senador Mozarildo Cavalcanti como Presidente, e o Senador Geraldo Mesquita como Vice-Presidente. Então, teremos uma vaga a preencher nesta Subcomissão. Informo, também, que o Ministro das Relações Exteriores encaminhou informações e respostas ao Requerimento 1267/08 de iniciativa desta Comissão, sobre a imunidade dos diplomatas estrangeiros em serviço no Brasil e de seus familiares, sobretudo, com relação ao cumprimento das leis de trânsito brasileiras, e ao registro de seus veículos pelo Departamento de Trânsito dos respectivos Estados da federação e do Distrito Federal.

A resposta do Ministro encontra-se na Secretaria da Comissão, e eu solicitei ao nosso secretário que distribua para Srs. Senadores e Senadoras, tendo em vista que esse foi um assunto que foi, inclusive, objeto de matérias jornalísticas a respeito. Houve um problema aqui em Brasília, se não me falha a memória, em que parentes de diplomatas que tinham... Se julgavam sem ter que cumprir as leis de trânsito, pelo fato de ser... Então, a resposta do Ministro a esse respeito, realmente, existem regras internacionais que, inclusive, para os diplomatas brasileiros em outros países e a gente tem a questão da reciprocidade. De maneira que está à disposição de todos.

Passamos agora à apreciação da Pauta. Convido para compor a Mesa os Embaixadores Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, indicado para a República Democrática do Congo; e do Embaixador George Ney de Souza Fernandes, indicado para a Líbia. O nome aqui é Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia. O nome da Líbia está certo, não é, Embaixador? Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia. Então, vamos passar já ao Item nº 01, que é esta Mensagem 76, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo. A relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini, a quem passo a palavra.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges. Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Democrática do Congo. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para esse relatório, as informações que se seguem.

Nascido na cidade de São Paulo, capital, graduou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, em 1968. Ingressou no curso preparatório para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1971. Dois anos depois, tornou-se 3º Secretário. Ascendeu a 2º Secretário em 1977 e, por merecimento, a 1º Secretário em 1980, a Conselheiro em 1987, e a Ministro de 2ª Classe em 1994. Tornou-se, em 2005, Ministro de 2ª Classe no Quadro Especial.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes. Departamento de Promoção Comercial 1973; Feira Internacional do Equador, 1973; Divisão De Formação Comercial, 1973; Coordenador Técnico do Departamento Geral de Administração, 1979; Chefe Substituto da Divisão do Oriente Próximo I, 1984; Embaixada em Asunción em 1985, Consulado Geral da Ciudad del Este, 1988; Embaixada em Bruxelas, 1990, Chefe da Divisão de Protocolo 1992; Ministro Conselheiro na Embaixada em Bogotá, Colômbia, 1995; Embaixador em Dakar, Senegal, cumulativamente, com Gâmbia, Mauritânia e Guiné em 1998; Embaixador em Paramaribo, Suriname, 2005 e Cônsul Geral em Santiago do Chile em 2007.

O documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República Democrática do Congo relembra o fato de que o Congo tem presenciado conflitos étnicos de alta gravidade, entre curdos e tutsis, em campanhas genocidas que, por vezes, ultrapassam as fronteiras territoriais para agredir os vizinhos Uganda e Ruanda. Houve um cessar fogo em 1999, que permitiu a criação da missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, cujo mandato tem sido, reiteradamente, renovado e

ampliado para abarcar, hoje, cerca de 17 mil tropas no país, o maior contingente isolado da Organização da Nações Unidas no mundo.

A permanência da MONUC, que é a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, não apaziguou em definitivo a cisão nacional. Em 2001, o Presidente Laurent Kabila foi assassinado, tendo sido sucedido pelo filho, e então comandante, das Forças Armadas, Joseph Kabila, que se propõe a manter um governo de transição. Oficialmente, a guerra civil terminou em 2002, porém combates intensos na região leste do país persistiram até o início do corrente ano. As tensões étnicas e a incapacidade do Exército Nacional de neutralizar os braços armados e as etnias rebeldes fazem com que seja frequente, em solo congolês, a presença de forças militares de países amigos vizinhos.

Em 2006, promulgada a nova constituição, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais livres, em mais de 40 anos de história, tendo se perpetuado Josef Kabila à frente do Governo. A política externa do Congo tem por objetivo principal amealhar ajuda para contrabalançar seus graves fatores de instabilidade interna. A coordenação com Uganda, Ruanda e Burundi é usual, buscando-se a superação de diferenças havidas no passado. No campo econômico, o Congo, o maior país subsariano, tem extensão territorial. É dos mais ricos países africanos em recursos naturais. É reconhecido por seu grande e inadequadamente explorado potencial em mineração, hidrelétrica e agricultura, campos nos quais a cooperação bilateral com o Brasil é provável e promissora.

Além disso, padece de graves problemas de infraestrutura com a depreciação de sua moeda, em muito, decorrente do super dimensionamento do orçamento público e a alta da inflação. Quanto às relações bilaterais, propriamente ditas, e iniciadas em 1960, com reconhecimento brasileiro da independência congolesa, foram marcados, nos últimos tempos, por duas visitas recíprocas de alto nível, dos maiores dignatários do país e pela cooperação eleitoral, ocorrida em 2005, por meio da Subsecretaria de Assuntos Políticos II do Ministério das Relações Exteriores.

Com o envio de observadores eleitorais e o patrocínio brasileiro a cursos sobre contencioso eleitoral. As demais frentes de cooperação não têm projeto definido e algumas apresentam resultados incipientes. Ressalte-se que a Vale do Rio Doce, com o objetivo de atuar nos setores de compra de níquel e ferro, estabeleceu-se subsidiária no Congo, integralmente controlada pela empresa brasileira.

Tendo em vista a natureza da matéria, ora apreciada, nós gostaríamos aqui, também, de colocar que para um cargo nesse país precisamos, sim, de alguém que tenha experiência, capacidade para com muito equilíbrio superar todas essas dificuldades. E o Dr. Ricardo Carvalho do Nascimento, pela sua experiência e pelo trabalho que já desenvolveu no Itamaraty, com certeza, preenche esses requisitos.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Agradeço à Senadora Rosalba a leitura do seu relatório e passamos em seguida à Mensagem nº 77, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. George Ney de Sousa Fernandes, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia. O relator da matéria é o ilustre Senador Renato Casagrande, digno representante do Estado do Espírito Santo. Com a palavra o Senador.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., cumprimento o Embaixador Ricardo Carvalho do Nascimento e o Embaixador George Ney Souza Fernandes e Sr. Presidente, a Casa é chamada a opinar sobre a indicação feita pelo Presidente da República, do nome do Sr. George Ney de Souza Fernandes, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.

E o Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão de preceito regimental, o currículo do indicado, que é uma praxe nossa estarmos apresentando o currículo nesta Comissão. Colhe-se do documento, que é filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e Estela de Souza Fernandes, tendo nascido em 28 de junho de 1950, em Niterói, Rio de Janeiro; bacharelou-se em Direito, em 1973; Letras em 1976 pela Universidade Federal Fluminense; ingressou na Carreira Diplomática em 1978, por concurso, tornando-se o 3º Secretário no mesmo ano.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública, destacam-se a de Adjunto na 1ª Subchefia da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional da Presidência da República; Chefe da Divisão de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores; Assessor da Secretaria Geral de Serviço Exterior. No exterior exerceu, entre outros cargos, o de Conselheiro na Embaixada em Havana; Embaixador na Embaixada de Harare, e Ministro Conselheiro na Embaixada no Vaticano, que é o cargo que exerce atualmente.

No tocante ao relacionamento bilateral o documento preparado pelo Itamaraty, anexo à mensagem presidencial, informa que as relações entre os dois países ganharam novo impulso com a suspensão, em 1999, das sanções impostas pela ONU, à Líbia, por conta do atentado terrorista na Escócia. Em 2000 o Brasil voltou a se fazer representar em triplo pelo Embaixador. No mesmo ano da extinção, de modo definitivo das sanções impostas pela ONU, em 2003, o Presidente da República faz... O Presidente da República faz histórica visita à Líbia, e todos nós lembramos dessa visita à Líbia.

Pela primeira vez, um Chefe de Estado brasileiro foi recebido como tal em solo líbio. Os desdobramentos da visita são significativos, tanto do ponto de vista político, quanto econômico. No campo político, o encontro em Trípoli oxigenou o relacionamento bilateral e marcou o início de visitas oficiais de parte a parte. Em relação aos ganhos econômicos da aproximação, os números são bastante representativos. O comércio passa de 79 milhões de dólares para quase dois bilhões de dólares. A nossa pauta importadora é composta, quase integralmente, de petróleo.

Já as exportações estão centradas em pedras de minério de ferro, carnes bovinas desossadas e açúcares. Entre as empresas brasileiras com significativa presença na Líbia destacam-se a Petrobras, Odebrecht e Queiroz Galvão. Todas com relevantes projetos em sua respectiva área de atuação. Eu tive oportunidade de conversar, Sr. Presidente, com o Embaixador, com o futuro Embaixador na Líbia e ele, dizendo da expectativa dele, e da situação que a Líbia vive hoje, com a capacidade muito grande de investimento, por ser um país produtor de petróleo.

E, praticamente, ou segundo o próprio Dr. George Ney, praticamente, só produz petróleo e sua pauta de exportação é petróleo. E uma reserva muito grande em moeda internacional e com capacidade muito grande de investimentos. Então, o papel também que nós temos num país pequeno, de seis milhões de habitantes, se não me engano, acho que é esta a população da Líbia, mas um país pequeno, mas a estratégia do Brasil tem dado certo, de pulverização de relação internacional, e nós estamos hoje num *mix* muito grande de relacionamento no mundo todo, não estamos concentrados num único ponto e, então, isso tem dado resultados na nossa política externa.

E, portanto, diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Tem qualidades, tem currículo, tem formação, está preparado, nada mais podendo ser aduzido de útil no âmbito deste relatório. Portanto, este é meu relatório, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Muito obrigado, Senador Renato Casagrande. Em seguida, vamos ouvir os nossos indicados a Embaixadores, mas antes, faculto aos Srs. Senadores as informações já em nosso poder, faculto já o processo de votação. Abro o processo de votação para aqueles que pretendam já consignar seu voto. E concedo, em seguida, a palavra ao Embaixador Ricardo Carvalho para fazer a sua exposição de praxe.

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Senador Presidente da Comissão, muito obrigado, minha relatora, agradeço também às referências, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Atendendo a pedido do Senador Azeredo, eu vou fazer uma breve introdução, muito breve mesmo, com relação aos dois postos que ocupei anteriormente como Embaixador. No Senegal e no Suriname. Por ter, em ambos os casos, relação com o posto que eu vou ocupar agora.

O Senegal tem uma experiência muito interessante que foi liderado, no início, pelo poeta Presidente Leopoldo Sedar Senghor, que era justamente o líder do grupo moderado na época das grandes... Da maioria das independências, nos anos 60, que pregava uma cooperação com as antigas metrópoles, por oposição aos radicais, que queriam um rompimento total. Isso resultou, então, numa democracia que, até hoje, tem se provado estável e que, após 40 anos de domínio do partido socialista, viu uma reversão com a oposição do Presidente Abdoulaye Wade.

Tem movimento separatista no Sul, mas isso não compromete a evolução, inclusive, sendo o Presidente Wade, um líder do movimento africano atual. O Suriname vale pela experiência, porque o Suriname tem além da diáspora negra para o interior, mas... Mais bem falando, equivalente aos quilombolas brasileiros, que no Século XIX foram para uma região praticamente inacessível. Trouxeram, para substituir os escravos... Foram um dos pioneiros na libertação dos escravos. Em 1863 trouxeram chineses, que não funcionaram lá, mas trouxeram depois indianos e javaneses.

E, consequentemente, eles têm um grupo de etnias que conseguiu montar uma engenharia política muito interessante, que é baseada na máxima igualdade e na diversidade. Ou seja, ao contrário do nosso discurso nacional, eles não se miscigenam, mas se respeitam entre si, conservam as suas tradições, as suas línguas, suas religiões, mas conseguem participar harmonicamente, coisa que outras regiões que têm etnias parecidas ainda não conseguiram. Recentemente, o grupo dos bushinigros(F) que eram

os quilombolas que estavam no interior, assumiram e chegaram ao poder.

Com relação ao Congo, tendo em vista a excelente informação que a DAF III preparou para os Srs. Senadores, eu creio que seria interessante eu não repetir o que aí está escrito. Inclusive, os objetivos da participação brasileira, embora eu vá tocar um pouco nisso rapidamente ao final. Mas tocar em um tema que é interessante, em minha opinião, que é o entender, um pouco, porque esse país tão rico, que é chamado... Foi chamado, logo no início, pelo primeiro proprietário do Congo, que foi o próprio Rei Leopoldo II, que começou o seu reinado no Congo, em separado da Bélgica, não como colônia belga, mas como uma propriedade... Único caso na história em que uma colônia era propriedade de uma pessoa física. Depois ele vendeu essa mesma colônia para si mesmo, como rei, quando já estava no final, já no Século XX.

E, consequentemente, houve a colonização belga até a independência, nos anos... Em 1960. Esse país, a partir de 60, até hoje, conheceu 11 guerras. E é interessante que a maioria dos comentaristas entende que essas guerras são étnicas, o que analistas comprovam não ser verdade. Elas não são apenas éticas, elas são, ao longo dos anos, a superposição de diversos tipos de guerra. São guerras internacionais, ou seja, interesses das grandes potências de turno, movimentadas diretamente através de intervenções, indiretamente através da ONU, ou indiretamente, através de países peões dessas potências.

São conflitos regionais, são conflitos nacionais, sim, entre etnias que se superpõem. Ocorre que, essas etnias têm um passado de oposição, que não era étnico. Foi, exatamente, o colonizador europeu que introduziu dois conceitos, que os nativos desconheciam, e que estão na origem, consequentemente, dessa situação atual. Ou seja, introduziu o conceito de Estado, que era apanágio das repúblicas europeias e americanas, mas que o africano não conhecia, e o conceito de raça, que tampouco eles conheciam. E, consequentemente, aquelas disputas clássicas, antigas e anteriores à colonização branca entre *tutsis*, ou *tus*, ou *utus* como diz o meu colega que está no Congo agora.

Entre um, entre um dizinands(F), entre *emas*(F) e *landus(F)*... *lanaus(F)* Esse nome... *landus*(F), perdão. Essa rivalidade pré-colonial era, na maioria das vezes, derivada justamente da oposição entre essas distintas etnias que se opunham, de pastores que tinham necessidade de migrar com seus rebanhos em busca de pastagens e de água, e povos, tradicionalmente, agricultores.

Com a ideia trazida pelo colonizador que manejava, assim como o primeiro proprietário, manejava bem aquele conceito: *dividir para dominar*, manejava essas oposições que conhecia, no sentido de dizer que, por causa da conferência de Berlim de 1985, Estados com fronteiras arbitrariamente definidas teriam que coincidir com raças, coisa que resultou na divisão de reinados importantes, como o Reinado do Kongo, com K, que antecedeu, que foi um reinado muito rico, que pegava parte dos dois Congos, o Belga e o Brazzaville, e uma parte de Angola também, e cuja consequência é, justamente, aquele separatismo, também, no Sul do Senegal, da Casamansa, que eram reinados que tinham uma existência prévia, e o colonizador manejou, inclusive maliciosamente, distribuindo mapas na região que, ora fixavam fronteiras com base no Estado e, ora fixavam fronteiras com base na etnia para confundir, ainda mais, com o perdão da expressão, o meio de campo.

Então, esse povo que atravessou todas essas vicissitudes negativas, inclusive, como eu conversava aqui, há um livro de 1906 de Joseph Conrad, Coração das Trevas, em que o cineasta americano baseou, para fazer aquele filme sobre o Vietnã, que é adaptado ao Vietnã, mas que, na verdade, retrata a situação do Congo, em que o Marlon Brando faz o papel do principal vilão... Essas administrações sacrificaram muito, em termos de direitos humanos, com decepação de mão, por isso que, recentemente, quando esses guerrilheiros diziam: "Quer manga curta ou manga cumprida, etc", na realidade, não foi nem uma invenção nativa, quer dizer, eles "aprenderam" isso com o próprio colonizador, que implementava esses métodos brutais.

O que ocorre, então, é que esse povo para ser, digamos, para colocar como introdução ao interesse que o Brasil pode ter nessa... E já tem, é um povo sofrido e que, até hoje, não se beneficiou do que o próprio Leopoldo II chamou de escândalo geológico. Eles têm tudo, inclusive urânio, koltran(F) que é usado para celulares, têm diamante que é o nervo das guerras... Enfim, todos os metais estratégicos e importantes, não ferrosos, eles têm em abundância. Eles têm petróleo, eles têm um rio, que é um pouco menor que o Amazonas, mas por circular, caracolear, digamos, em torno do Equador tem um regime regular o ano inteiro, e terras fertilíssimas.

Têm uma floresta, ainda inexplorada, que cobre metade do território, corresponde a 14% das florestas tropicais do mundo. E têm uma biodiversidade fantástica, ainda intocada. Então, é um escândalo geológico, é um escândalo de biodiversidade e um escândalo aquático, porque é considerado a caixa d'água da África.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Qual é o percentual de floresta do Congo, do seu território?

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Perdão?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Aqui à sua direita. Qual é o percentual de floresta do Congo?

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** 51%. Intocadas ainda. Com a capacidade de produção sustentável de um milhão de toneladas por ano, de madeira.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E a área do Congo é de...

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Dois milhões 150 mil quilômetros quadrados.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E tem uma saída para o mar ali?

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Tem uma saída para o mar. Tem dois portos. Boma e Matadi. Então, finalizando, eu já estou me demorando e peço desculpas por isso, o Brasil que teve Embaixada desde 1972, foi um dos primeiros a reconhecer o Congo e depois a instalar embaixadas naquela leva dos anos 70. E teve que fechar em 1987 por questões financeiras. Reabriu em 1994, e já tem uma participação, graças ao Itamaraty, a atuação do meu antecessor, que é muito ativo lá, no auxílio, que foi muito bem reconhecido, a realização e instrumentação das eleições, que foram as segundas eleições democráticas.

As primeiras na época do Lumumba, ainda... Logo na sequência da independência, nos anos 60, depois a grande ditadura de Mobutu, o regime forte do Laurent Kabila, pai do Joseph, o regime mais ou menos forte do início de Joseph, e essa liberalização e o compromisso do atual presidente, com tudo o que é positivo em termos de Direitos Humanos, de proteção às crianças, às mulheres. Então, o Brasil tem um papel muito importante a desempenhar. Já desempenhou nessas eleições, fez um treinamento com o Tribunal Superior Eleitoral de Minas Gerais; vieram técnicos ser treinados no Brasil.

Essa cooperação prossegue, há uma grande possibilidade de cooperação no controle da malária. Entre as várias doenças endêmicas, persiste a lepra, ébola, malária falsifórmica, que é aquela que ataca o cérebro, HIV... Enfim, é um país que tem grandes carências, a infraestrutura foi praticamente desmontada. Susan Rice que é embaixadora dos Estados Unidos na ONU classificou de Estado falido, junto com o Afeganistão e Somália. Então, consequentemente, o Brasil tem, dentro do que nós podemos, das nossas especialidades... Em que nós, como Embrapa, como Fundação Oswaldo Cruz, nós temos muito a cooperar.

E, segundo o encarregado de negócios, o Presidente Kabila numa locução à rádio, que o meu colega, certamente estará informando, mencionou como a nova política externa do Congo as prioridades China, Índia e Brasil. Ou seja, há uma grande expectativa, que o Brasil já preenche, sendo o país africano... Sendo o país do mundo, o Brasil, que mais vagas em universidades, para graduação, oferece. E isto é objeto de grande apreciação e reconhecimento pelo Congo. Eu agradeço e peço desculpas por ter me estendido mais.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Embaixador. Concedo a palavra agora ao Embaixador George Ney De Souza Fernandes para fazer sua exposição. Ele que é indicado para a Embaixada Brasileira na Líbia.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, relator da mensagem, Exmos. Srs. Senadores, meus colegas de Itamaraty, senhoras e senhores, eu agradeço a oportunidade que me é concedida, de comparecer perante esta Comissão, pela segunda vez, para ser sabatinado. Vejo, dentre os Senadores, me permito mencionar, especialmente, o Exmo. Sr. Senador Marco Maciel, Exmo. Sr. Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy, que estava na minha primeira sabatina, para o Zimbabwe, anos atrás, saí do Zimbabwe, o Zimbabwe mudou, não é mais o meu foco.

Então, hoje a minha exposição que será bastante breve e o mais objetiva possível, é sobre a Líbia, sobre a Jamahiriya da Líbia, onde, como mencionou o Senador Renato Casagrande, onde o Brasil já tem uma presença forte, e onde as circunstâncias mudaram dramaticamente para melhor ao longo dos últimos... Especialmente, ao longo dos últimos seis anos.

A Líbia vem passando por um processo, passou por uma enorme reformulação da sua imagem e da sua política internacional, da sua inserção no mundo internacional, quando admitiu o julgamento dos responsáveis pelo acidente de Locke(F), e pagou uma indenização milionária, 10 milhões de dólares para cada família dos que morreram no atentado, depois o acidente com o avião da UTA francesa, o atentado na discoteca em Berlim que levaram a uma... E o acolhimento, admitido pelo líder Kadafi de terroristas que levaram ao isolamento da Líbia no cenário internacional. Ao bloqueio, inclusive, aéreo. Os aviões de outros países eram proibidos de pousar na Líbia.

O embargo da União Europeia, o embargo dos Estados Unidos e os prejuízos aliados a fatores internos também, de política africana e árabe, e os preju-

ízos que causaram aos líbios. Tudo isso começou a mudar a partir de 1999, especialmente em 2003, processo que mais ou menos termina em 2003, quando o líder Kadafi admite, paga a reparação, admite a responsabilidade, não pelos atentados, mas por acolher os terroristas que praticaram os atentados. Entrega à Justiça Internacional e, em seguida, parte para vários atos práticos como, por exemplo, desmantelar o seu programa nuclear e o seu programa de armas de destruição em massa.

Desmantelamento que foi feito sob a inspeção de organismos internacionais e pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos reatam relações, a União Europeia suspende bloqueio, a partir de 2003 as oportunidades... A Líbia é um grande produtor de petróleo, produz dois milhões de barris de petróleo por dia. E consome muito pouco desse total, seu principal produto de exportação é petróleo. As oportunidades comerciais aparecem e o Brasil entra, aproveita esse campo, e entra em 2003 com a abertura do escritório da Petrobras.

Hoje, cinco anos depois, seis anos depois, nós temos o escritório da Petrobras em Trípole, a Norberto Odebrecht com dois contratos, fazendo o aeroporto de Trípoli e o anel viário da cidade, com dois contratos, que somam um bilhão e meio milhão de euros. A Andrade Gutierrez, com contratos de saneamento urbano, mais 450 milhões de dólares, a Camargo Correa com mais 500 milhões de dólares, a OAS prospectando mercado, a EMBRAER que já vendeu um avião para uma subsidiária da companhia estatal de petróleo.

Então, o comércio, como acentuou também o Senador Renato Casagrande, Brasil-Líbia cresceu enormemente, ele se multiplicou, ele aumentou 1700% em cinco anos. A minha missão se vê, por isso, extremamente facilitada. Eu não preciso inventar nada, mas seguir a política e o trabalho feitos pelo Embaixador Luciano Rosa, nesse momento Embaixador na Líbia. Acentuar e procurar fazer aumentar ainda mais, fazer aumentar essa participação do Brasil. Buscar aumentar as exportações brasileiras.

Hoje é muito desequilibrado. Nós importamos um bilhão e 400 milhões de dólares, e exportamos quase 400 milhões. É preciso trabalhar no sentido inverso. É preciso trabalhar para fazer, para aumentar os investimentos recíprocos brasileiros na Líbia e líbios no Brasil. Essas missões também já foram facilitadas, com a ida do Ministro Miguel Jorge em janeiro a Líbia, e a vinda aqui, em fevereiro, do primeiro Vice-Ministro da Jamahiriya, e a assinatura de um memorando de entendimento, abrindo a possibilidade de... Uma ampla possibilidade de negócio, um amplo leque em várias faces, vários setores: Construção civil, mineração, serviços bancários... Enfim, as oportunidades não são... Eu não posso dizer que é um desafio que eu vá enfrentar, porque elas já estão aí.

É um desafio, mas elas já existem, já há uma corrente imensa e há, também, como consequência de tudo isso, e da presença de empresas brasileiras lá, uma comunidade brasileira que é, hoje, bastante expressiva, e que vai ser um dos focos do meu trabalho também, se os Srs. Senadores permitirem a minha aprovação e a minha ida para a Líbia. Há cinco anos, a comunidade brasileira, residente em Trípole, era de 18 pessoas. Eram senhoras casadas com cidadãos líbios.

Com o estabelecimento das empresas brasileiras lá, e a abertura de escritórios, nós temos hoje uma comunidade de 300 famílias. O que significa mais ou menos 600 pessoas, e vai significar, num futuro próximo, quando essas obras, esses contratos que foram recebidos por empresas brasileiras se acelerarem, estão em processo de conclusão, por exemplo, o aeroporto de Trípole, serão aproximadamente mil pessoas.

Isso implica uma demanda grande, não só do ponto de vista consular, quer dizer, apoiar essa comunidade lá. E apoiar os líbios que vêm ao Brasil, convidados pelas empresas, mas uma demanda... E com isso eu encerro, e estou à disposição para esclarecimento posterior, uma demanda por, eu diria que, por brasilidade, difusão de brasilidade. Eu vejo o papel do Embaixador, num país como a Líbia, como um mediador cultural, um mediador entre o Governo líbio, o Governo brasileiro evidentemente, e a comunidade brasileira estabelecida lá, e essa função de difundir o Brasil.

Fazer com que essas famílias que foram, não só para os líbios, mas as famílias que se estabeleceram lá, as senhoras, as crianças, as famílias dos funcionários brasileiros de empresas privadas, que estão lá, tenham um pólo de agregação. Isso eu pretendo fazer da Embaixada, um centro de difusão e de presença permanente, de presença constante do Brasil na cabeça dessas pessoas, desses brasileiros expatriados. É uma comunidade, devo dizer, pelas próprias características, bastante simples. Uma comunidade com a qual o tratamento é bastante facilitado, porque são todos trabalhadores de empresas brasileiras regulares no Brasil.

Acho que isso é basicamente o que eu tinha a dizer sobre a Líbia e sobre o papel que eu pretendo desempenhar lá. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Embaixador. Está aberta, portanto, a fase de debates, os Senadores que quiserem fazer alguma inquirição. Eu, inicialmente, não é necessário, Senador Suplicy... Depois eu faço a minha pergunta porque a minha é mais sobre o cargo

ocupado pelo Embaixador, que foi junto ao Vaticano. Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores, Ricardo Carvalho do Nascimento Borges e George Ney de Souza Fernandes, quero desejar muito sucesso nas suas missões no Congo e na Líbia. E gostaria de perguntar ao Embaixador Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, por que razão houve esta diminuição tão significativa de... Sobretudo, no que diz respeito às importações brasileiras do Congo, que depois de terem registrado um bom crescimento, de 2002, 457 mil para... 174 milhões e 739, em 2007; em 2008 nossas importações baixaram para três milhões 843 e, até março, esse ano, apenas três mil.

Se não há um engano aqui, das cifras apresentadas pelo Itamaraty, pelo menos, do lado das importações brasileiras deve ter havido alguma razão muito forte para esse encolhimento. E ainda que as exportações brasileiras tenham aumentado, e aí um bom registro, de 402 milhões 384 em 2002 para 53 milhões 438, e ainda permanecendo em 2009, positivamente, três milhões e 265 no primeiro trimestre. Mas imagino que, com o Brasil diminuindo tão significativamente as importações, isso acaba dificultando o próprio esforço das exportações.

É capaz de ter havido algum problema que tem dificultado, agradeceria se pudermos esclarecer este ponto. Gostaria de transmitir a ambos que como... Tanto o Congo, como a Líbia tem recursos naturais de grande monta, e conforme o Embaixador Ricardo mencionou, desde petróleo aos diamantes, há urânio e outros. E a Líbia, sobretudo, com o petróleo, que tal como tenho me colocado à disposição de cada país, tenho a disposição de estar ajudando no intercâmbio que o Governo Brasileiro, que as autoridades brasileiras têm tido com respeito aos programas de transferência de renda.

Agradeceria se puder nos dar alguma informação sobre como é que se encontram os programas dessa natureza nos respectivos países, e a minha disposição de ajudar os países com vistas à perspectiva da instituição de uma renda básica incondicional para toda a população, uma vez que na África, hoje, aumenta o interesse nessa proposição, sobretudo na Namíbia, África do Sul. E é possível que tenhamos, no próximo ano, quando da realização do 13º Congresso Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, que se realizará no Brasil, na Universidade de São Paulo, em julho do ano que vem, é possível que compareçam aqui ministros e economistas dos países africanos, para interagir com respeito a isso. E depois eu lhes darei mais informações a respeito. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Suplicy. Senador Cristovam Buarque. Passaríamos depois... Vamos ouvir só o Senador e depois...

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Presidente, Srs. Embaixadores. Eu estive essa semana no Instituto Rio Branco, debatendo com os jovens estudantes e com Diplomatas que estão fazendo o CAM(F), o tema que eu trago sempre aqui para os Embaixadores em sabatina. Eu tenho evitado ficar perguntando sobre os países e tenho tentado provocar os Embaixadores para analisarem, na ótica dos países para onde vão, os grandes problemas que, a meu ver, o Brasil e o mundo vamos enfrentar, do ponto de vista das relações internacionais.

A ideia minha era, um dia, poder escrever um livro com base na experiência dos Embaixadores sabatinados, porque vocês têm mais experiência do que eu. Não vou ler toda a lista, são 18 itens. Mas tinha alguns que eu gostaria de ver. O que é que reflete, especificamente, a Líbia e o Congo para esses assuntos. Primeiro, é a escassez de recursos, que eu divido em dois tipos, em geral. Escassez de recursos para a economia, e escassez de recursos para a vida. Para a economia, é óbvio, que é o petróleo, basicamente, e outros minerais que a gente, às vezes, esquece. Para a vida são florestas, água, basicamente, e terra.

O outro assunto é o problema da migração que eu tenho a impressão que, cada vez mais, vai ser um problema do mundo inteiro. as migrações em massa. E junto com as migrações, um terceiro problema que são as vulnerabilidades. As vulnerabilidades em que os países vivem, cada vez, de maneira mais forte. E aí entram a vulnerabilidade aos vírus, que a gente está vendo com a febre suína, a vulnerabilidade ao terrorismo, que a gente está vendo pela mobilidade ampliada, e a dimensão ampliada das armas. O problema da pobreza em escala global, como é que a gente pode enfrentar isso. Então, nas relações bilaterais Brasil-Congo, Brasil-Líbia, como é que a gente pode enfrentar isso?

O problema do tráfico, especificamente, aonde eu ponho o contrabando de mercadorias, aonde eu ponho o tráfico de órgãos, que vai ser um problema crescente, tráfico de escravos, crianças, mulheres, como é forte, sobretudo, na relação do Brasil com a Europa. Então, eu gostaria de saber, nesses pontos, quais desses pontos, porque eu acho que são os pontos sensíveis para relações internacionais no futuro, as relações bilaterais específicas têm a ver? E que outros pontos vocês podem trazer?

Que outros pontos nós podemos antecipar como temas fundamentais para dificultar as relações inter-

nacionais. Só que, se quiserem falar do ponto de vista global, eu tenho o maior interesse de ouvir, mas se quiserem falar do ponto de vista da bilateralidade, já me satisfaz, nesse momento, como Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Cristovam. Eu teria só duas questões a colocar ao Embaixador Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, o Embaixador foi Embaixador do Brasil em Dakar, mas cumulativamente, com Gâmbia e Mauritânia e Guiné. Como é sabido, o Brasil tem ampliado o número de embaixadas na África.

Qual poderia ser a sua avaliação, da necessidade real, pela sua experiência, de ter acumulado essas três embaixadas, além da própria Embaixada de Senegal, se haveria realmente uma necessidade, tão premente, desse investimento em novas embaixadas nesses outros países. Com relação ao Embaixador George Ney, Embaixador, eu queria que o senhor pudesse nos falar um pouco sobre a questão do acordo com o Vaticano.

O Embaixador George Ney foi o principal responsável, ou um dos principais responsáveis pela discussão deste acordo entre o Vaticano e o Brasil, que não está aqui ainda no Senado, está na Câmara dos Deputados, mas que tem gerado algumas controvérsias. Então, que ele pudesse nos trazer alguma informação, Senador Pedro Simon que também compareceu esta semana à anunciatura, o Embaixador George Ney, Senador Pedro Simon, foi um dos principais articuladores do acordo do Vaticano com o Brasil. Então, estou pedindo a ele que nos dê alguma informação adicional também sobre isso. Com a palavra o Embaixador Ricardo.

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Sr. Embaixador Suplicy, a queda... Desculpe, Senador.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Não tive essa honra ainda. [risos]

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Não faltará oportunidade.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Eu também voto a favor.

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Senador Suplicy, a questão do petróleo, em primeiro lugar, deve-se ao progressivo processo de deterioração da situação institucional do Congo, com as guerras, sobretudo, a primeira guerra que trouxe ao poder o Laurent Kabila... Em 1997 e 98. Mas, sobretudo, a chamada Primeira Guerra Mundial Africana que foi a guerra de 1998 a 2003.

Com o processo de "normalização", que se iniciou com o início do cumprimento dos acordos, sobretudo, de Lusaca de 1999, que só começou a ser, realmente, implementado em 2003, e que culminou depois com o Acordo de Sancity(F) e que culminou depois com a organização de instituições, de... São chamados de verdadeiros parapeitos sobre Direitos Humanos e Cidadania, reconhecimento do estatuto da oposição e que cominaram com as eleições de 2006, realizadas surpreendentemente em clima de muita calma... Paradoxalmente ou não, se quiser, a situação não se acalmou, como ainda hoje existem focos, embora a situação esteja bastante melhor, existem focos ainda, sobretudo, no Leste do país.

Então, essa situação certamente comprometeu a própria produção mineral do país como um todo. Além do mais, o tipo de petróleo que o Congo produz, que é petróleo pesado, eventualmente, confesso realmente que não tenho essa informação, pode ter influído na diminuição do interesse do Brasil. Mas eu tenho certeza de que a situação do Congo, que reduziu a economia a 90% do informal, quer dizer, hoje em dia a economia está com 90% informal, ou seja, o país está reduzido a 10% de economia formal, certamente, terá sido a maior influência nesse aspecto.

Quanto à renda mínima, Senador, o novo governo tem uma preocupação específica, o discurso recente do Sr. Chanceler aponta uma preocupação com os desfavorecidos mulheres e crianças, que foram os que mais sofreram. O índice de analfabetismo das mulheres é mais de 52%. As crianças, como os senhores sabem, os cadogôs(F) como o senhor sabe, foram os principais soldados do Laurent Kabila... E ainda hoje se vê garotos de 12, 13 anos circulando com metralhadoras em bandoleira e tudo. Então, tudo isso tem a ver com a desagregação natural da família, com tantos anos de conflito que, a rigor, datam da independência. Aconteceram guerras no começo dos anos 60 e as guerras se repetiram, onze no total, até agora.

Então, o que eu teria a dizer é o seguinte, eu acho que é um programa se V. Exa. me permite, oportuno. Mas, a partir da experiência que eu tenho visto, recente, das leituras que tenho feito, há uma... Embora o país, parodiando aquele ministro que dizia não sou ministro, estou ministro, lá é ao contrário. O país não está rico, mas é muito rico. Mas, por enquanto, a monetização dessa riqueza está praticamente impossível.

Então, o que se tem visto, e eu cito o caso do urânio, por exemplo, que a empresa particular, AREVA, francesa, praticamente botou a mão no urânio todo, que foi o urânio que, inclusive, forneceu as bombas de Hiroshima e Nagasaki aos Estados Unidos. É uma mina muito rica e com possibilidade, segundo a AREVA francesa, que é uma empresa particular, de outras jazidas em outras províncias da República Democrática do Congo. Então, o que eu quero dizer, todo programa

que vier, certamente se pode esperar, pelo menos, uma expectativa de uma contrapartida financeira que viabilize esse programa.

Senador Cristovam, escassez de recursos. Primeiro: Como eu falei em minha exposição, o Congo é, sobretudo, notável além dos minérios, ele é notável pela... Excesso de água, é considerado a caixa d'água da África, tem um rio com regime regular, 40 mil litros por segundo de vazão, tem uma biodiversidade incrível, 400 espécies de mamíferos, 400 espécies de répteis, 80 de anfíbios, centenas de espécies de madeiras, e esse seria um campo, evidentemente, de participação da comunidade mundial, porque há um interesse já manifestado pelas autoridades mundiais conservacionistas de que se preserve esse patrimônio da humanidade, que é uma floresta tropical intocada, literalmente intocada.

E aí o Joseph Kabila reagiu já, ele é muito pragmático, ele reagiu já, de maneira muito prática. Ok, mas eu quero que me paguem por esse serviço. Quer dizer, é um sorvedouro de carbono, de gases de efeito serra, mas já que nós somos subdesenvolvidos, queremos uma contrapartida para isso. Migração em massa, Senador. Esse é um problema... O Chanceler estima em um milhão de deslocados com os conflitos. Essas imigrações ocorreram, evidentemente, desde os Séculos XIX, embora os historiadores *tutsis* tenham querido puxar para o Século XVI, mas vieram da Etiópia, vieram do Golfo da Guiné, os *bantus*, no Século XX imigraram do Burundi por questões de genocídio, imigraram de Ruanda por questões de genocídio, de lutas internas entre etnias, em cinco ou seis anos distintos.

Então, há movimentos de grupos étnicos que, embora pertencentes àquela região, e constituíam reinados únicos, depois da divisão arbitrária de 1885, da Conferência de Berlim, esses movimentos se realizaram sempre de maneira dramática, com exceção, a gente deve ficar pasmo, do período do Mobutu que, embora um período de governo duro, foi um período de grande prosperidade do Congo. Então, houve também nesse período que durou... Ele assumiu em 1965 e caiu em 1997, houve imigração econômica, quer dizer, o Congo se tornou um grande pólo de atração das populações vizinhas.

Instabilidades, vulnerabilidades. É um país que tem várias epidemias crônicas. Tem a malária falcípara, é a forma mais letal e responsável pelo maior número de mortes, tem o Ebola endêmico, HIV, subnutrição, bócio endêmico, serviços médicos... Lepra, serviços médicos reduzidos a inexistentes e precaríssimos... Enfim, em Kinshasa 30% dos meninos vivem na rua, não têm família. Então, essas são grandes vulnerabilidades. Outra vulnerabilidade importante decorrente daquele Estado, que a Susan Rice apontou, e chamou, como diz um líder africano, maldosamente, porque isso é um apelido que pega negativamente, mas é a tal história do Estado falido, é a porosidade natural das fronteiras.

Ora, nós não somos Estados falidos e temos um problema de controle, dada à grande extensão das fronteiras, o que proporcionalmente também ocorre com o Congo e, sobretudo, em função dos precedentes históricos. O tráfico, Senador, o principal é de armas. Não se registra, que eu tenha conhecimento, nem tráfico de drogas e nem... O que há lá é troca de cobre, diamante, ouro, por armamentos.

Há escravidão registrada. Inclusive, dos três congoleses presos que estão à disposição do TPI, dois são acusados de escravidão. Mas não de tráfico de escravos, da realização *in loco.* Quanto ao Embaixador... Não sei se respondi às suas perguntas. O Senador... Estou querendo mandar todo mundo para os postos. Quanto ao número de embaixadas, Senador, há um dito que o seu conhecido, e meu primeiro chefe, Paulo Tarso Flecha de Lima, que foi o grande organizador da promoção comercial do Itamaraty, não se faz omelete sem quebrar ovos.

Quer dizer, nós temos, sobretudo, agora com a crise mundial, nós temos uma necessidade de promover o Brasil. Promover as nossas exportações. E isso sem tocar, se o senhor me permitir, na expectativa que não é do Governo atual, já vem de antes, de ser membro do Conselho de Segurança, ou de ter um protagonismo mundial, é uma questão de necessidade. E, como dizia o próprio Embaixador Paulo Tarso, e o Presidente Lula repetiu isso, cada embaixador pode ter punho de renda, pode gostar de coquetel e tudo, mas tem que ser um mascate brasileiro.

E, consequentemente, você não pode desprezar países que, não só tem o voto, - isso seria o assunto que eu não gostaria de me aprofundar, porque não me cabe fazer apreciação sobre isso -, mas são países que compram de alguém, compram das suas ex-metrópoles e que têm similaridades... Veja o caso dos nossos urutus que o nosso Carlos Alfredo ajudou a colocar na promoção comercial, em Cascavel, etc, que tinham muito mais viabilidade nos países com muita areia e tudo, do que os carros suíços, ou americanos, que tinham a Eletronix(F), Avionix(F) muito sofisticadas, e que ficavam no meio do deserto sem ar condicionado, sem poder andar e tudo.

Quer dizer, eu veria essa justificativa, sobretudo. Aumentar a presença interessada no sentido de aumentar o comércio, mas também interessada em divulgar a cultura brasileira, e fazer o reconhecimento, porque o Brasil agora tem feito isso com vizinhos, até

criticado, das assimetrias. Quer dizer, quem pretende uma liderança, não pode considerar, do mesmo modo, países que são realidades distintas. Essa, pelo menos, é a minha opinião.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Só acrescentando, mas o senhor ia normalmente, rotineiramente a Gâmbia, Mauritânia, e Guiné?

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Ia. Só à Guiné não, porque nunca, na minha estada, chegou a ser feita a troca de notas, o Itamaraty não... Por causa do regime lá, o Itamaraty... Não na minha estada, agora que, parece, que houve uma mudança... Deus promoveu a mudança de governo. Então, agora já se instalou, inclusive, embaixada nesse país. Na Gâmbia ainda não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado. Embaixador George Ney.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Obrigado. Senador Suplicy, a propósito da pergunta que o senhor fez sobre transferência de renda e Renda Básica para toda a população. A Líbia, nesse aspecto, é um país bastante curioso, muito peculiar. A renda *per capita* da Líbia é muito alta: 14 mil e 900 dólares, dados de 2008. Realmente alta. Isso não quer dizer, claro, que ela é distribuída de maneira igual, que a distribuição de renda seja igualitária. Mas a Líbia tem condições peculiares por isso. Ela tem uma renda *per capita* alta, uma população estabelecida quase toda na faixa litorânea, e que tem acesso aos recursos naturais e às facilidades das cidades maiores, que também não são muitas. São três cidades grandes.

A política do governo líbio foi sempre... Refiro, desde a revolução de 1969, foi sempre de... No sentido de que o Estado bancasse a população e a atividade econômica. Chegou a haver a proibição de qualquer atividade privada, por exemplo. O Estado dá educação grátis, o Estado dá saúde, serviços de saúde grátis, e o Estado subvenciona uma série de outras coisas como importações, por exemplo. A Líbia só produz 25% dos alimentos de que ela precisa. O Estado subvenciona os demais 75%.

Nesse sentido, é claro que, eu não tenho dúvida de que um programa de renda mínima, ou um projeto de renda mínima interessa, sobretudo, porque para eles é uma novidade. Não existe salário mínimo na Líbia. Existem algumas ideias, no mínimo, ousadas. A última delas foi a iniciativa do líder... Eu vou me referir sempre a líder, porque o Kadafi não tem título. Ele abdicou, foi um dos... No processo de mudança, que ele veio passando, um deles foi esse. A Líbia tem, hoje, o 1º Ministro. E o Kadafi não tem um título, ele é o líder da revolução e é reconhecido assim lá. E quer ser reconhecido assim internacionalmente.

Um dos últimos projetos do líder, no que se refere à distribuição de renda e à estrutura administrativa do país, foi a proposta de abolição de todos os Ministérios, salvo quatro. Então, todos os Ministérios acabariam e isso está começando a ser implementado. E ficam apenas o Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, Ministério da Infraestrutura. Mas não é só isso. O que é feito com o dinheiro do orçamento dos outros Ministérios? Distribuído igualmente entre toda a população, a grande Jamahiriya, a democracia direta exercida pelo povo. Isso é uma coisa completamente nova. Não só na Líbia.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Se for assim, se trata de um conceito semelhante ou da própria renda básica de cidadania. O direito de todos partilharem da riqueza da nação de maneira igual e incondicional para toda a população, se houver... Então, eu agradeceria muito receber as informações sobre o detalhamento deste procedimento, que gostaria de conhecer e desde quando se iniciou isso?

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Ano passado. É muito novo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** E qual é o nome da forma como se distribui essa renda de maneira igual para os seis milhões de habitantes?

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Esse é o problema. A ideia do ano passado, a iniciativa do ano passado, isto está sendo implementado. E o problema agora é, exatamente, a distribuição porque, por outro lado, como contrapartida, o Estado pararia... Eu estou colocando sempre no condicional porque está em processo. Pararia de oferecer serviços, por exemplo, de saúde e de educação gratuitos. Então, o cidadão passa a ter a responsabilidade de, com aquele dinheiro, que seria o dinheiro distribuído aos Ministérios, ele prover a sua própria educação de saúde da sua família. É algo muito novo. Realmente muito novo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu agradeço se puder obter as informações mais precisas e me disponho, inclusive, a ir lá conversar a respeito, e aprender mais, e trocar experiências daquilo que... Até como Presidente de honra que sou da Rede Mundial da Renda Básica e que estou organizando esse Congresso, a que me referi, que vai ser realizado no ano que vem no Brasil, quero saber mais informações.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Perfeitamente. Mandarei para o senhor e--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Eduardo Suplicy, nós aprovaremos com muita presteza aqui. Eu quero até aproveitar esse assunto do Senador Suplicy, porque

ontem a Mesa do Senado informou que houve a nova decisão que, de acordo com o regimento, todas as viagens oficiais do Senado deverão passar por esta Comissão. O Presidente Sarney encaminhará para esta Comissão, a Comissão fará uma avaliação com o relator, inclusive, e depois nós mandamos para o Plenário, para o Plenário aprovar, aprovado aqui. Só dando ciência também dessa nova modificação, um assunto a mais para esta Comissão.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Obrigado.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** E espero ter respondido e, evidentemente, estou à disposição para esse contato.

Em relação às perguntas que o Senador Cristovam colocou, vou me referir muito brevemente a cada uma delas, cada uma delas daria quase que um seminário. Sobre a escassez de recursos, esse é o problema da Líbia. A Líbia tem um milhão 759 mil, 540 quilômetros quadrados. Água: zero quilômetro quadrado, e terra arável: 1,03 quilômetros quadrados.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Não há nem rio?

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Nenhum. Não existe nenhum rio perene na Líbia. E um rio temporário, mas já na fronteira entre Trípoli e a Tunísia, na fronteira a Oeste da Líbia.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** O senhor põe o mapa lá, por favor, da Líbia.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Em compensação, eles construíram, levaram oito anos para fazer isso, um projeto inédito também, o que eles chamam de o Great Man-Made River. Eles foram extrair água do petróleo, água fóssil, quase da fronteira do Egito com a Líbia, tecnologia francesa, na fronteira Leste, lá embaixo. Eles começaram a construir o Great Man-Made River para tirar a água dali e levar, e irrigaram Trípoli. São 2500 quilômetros de aqueduto subterrâneo, tubulações de quatro metros de diâmetro, cada tubo. É uma obra monumental, uma obra gigantesca. Isso já existe. O Kadafi conseguiu isso. Então, hoje, Trípoli é uma cidade que tem... Toda a faixa litorânea tem água, e isso está ampliando a fronteira agrícola da Líbia também.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** De tão longe foi mais barato trazer água doce de tão longe do que--

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Do que dessalinizar.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Dessalinizar as águas ali do... Ali, o Mar Mediterrâneo.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Eles não têm tecnologia para dessalinização ainda, e estão muito preocupados com isso. porque essa água fóssil vai acabar. E as estimativas são muito variáveis. De 50 a 100 anos eles vão ter água. E o petróleo também vai acabar. O Kadafi está preocupado já... E já tomando medidas para substituir isso. Uma delas, sem dúvida, vai ter que ser dessalinização, pela falta de recursos hídricos.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Com respeito ao dia em que acabar o petróleo, eu vou encaminhar a ambos a proposição que fiz ao Iraque, que leva em conta a experiência do Alasca, que tem justamente essa preocupação, vou dar para ambos os Embaixadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Embaixador Ricardo se quiser complementar...

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Sim. Só informar que o cadastro, na época do Mobutu, colocou dinheiro à disposição para fazer um aqueduto do Congo à Líbia. Não foi adiante, mas era um dos projetos que o Kadafi tentou levar adiante. Obrigado. Desculpe.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Obrigado, Ricardo. Proposta de migrações, esse é um problema também, típico da Líbia, e que a Líbia está enfrentando nesse momento, porque o Kadafi partiu de uma política pan-arabista para uma política pan-africana, mais ampla. E agora, eu diria que pan-mediterrânea. Criou passaportes líbios. Isso já faz mais de dez anos. E permitiu a entrada... Permitiu não, aceitou e incentivou a entrada, pelas fronteiras Sul da Líbia, de africanos subsarianos.

A Líbia tem um contingente legal de um milhão de africanos subsarianos e um contingente ilegal, que se estima em cerca de 400 mil. Provenientes de países onde há problemas políticos, de guerra civil, praticamente. Há muitos sudaneses, muitos marfinianos... Muita gente do Chade, gente do Congo, que entram pela Líbia. E é usado... É usado, não. A expressão é ruim. Mas servem como mão de obra de trabalho, é mão de obra para a própria Líbia, mas uma parte dessa população vai para a Europa. Busca a Europa. Busca a Itália, sobretudo.

Há um acordo com a Itália, já para a infraestrutura portuária e fiscalização, na própria Líbia, dos imigrantes irregulares. Então, esse é um problema que a Líbia tem, está enfrentando, mas vai... E também é útil para a Líbia. A entrada desses imigrantes é útil para o seu processo de desenvolvimento. Tem duas faces. Vulnerabilidades em relação à doença, a enfermidades, vírus, e contaminações graves é muito pequena, a incidência é muito pequena. Aids, por exemplo, é 3% só. Nesse aspecto, é um país exemplar, pelas experi-

ências trágicas de outros países africanos, como, por exemplo, o Zimbabwe, onde eu servi e a incidência do HIV é mais de 30% na população adulta.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** [pronunciamento fora do microfone]

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** 3%. Absolutamente controlado e muito pequeno, até pela cultura, não é? Ou, principalmente, eu diria, pela cultura. Pelo fato de ser um país islâmico, com leis e regras muito rígidas, muito precisas, estabelecidas pelo Alcorão. Tráfico, finalmente. Eu volto aqui ao problema do tráfico de pessoas... Não há tráfico de armas. Não existe. A população libanesa não é armada. Não circulam, pela Líbia, armas. Mas circulam pessoas, principalmente, dentre esses imigrantes, que eu mencionei antes, eu faço agora uma referência especial aos migrantes do Níger e do Benin, que entram pela Líbia, e saem num trecho, num porto de Az Zawiyah(F) entre Trípoli e a Tunísia, com destino à Europa, com destino à Itália, Ilha de Lampedusa.

Evidentemente, que isso não é iniciativa espontânea, existe uma máfia atuando, o governo líbio está atento, e o governo italiano também, e os governos europeus também, desmantelando, porque a Itália é só um ponto de entrada. Para depois eles se expandirem, ou se espalharem pela Europa. Eu acho que, com isso, eu respondi às perguntas do Senador Cristovam. E, em relação ao Senador Azeredo, que me fez outra pergunta, que é um seminário praticamente, eu serei brevíssimo, da minha experiência no Vaticano, onde estou hoje, com o acordo entre o Brasil e a Santa Sé.

O Senador Azeredo foi muito generoso ao dizer que fui um dos articuladores... Eu fui apenas um assessor. E o assessor tem acesso aos papéis todos. Então, Assessor da Embaixadora Vera Machado nesse trabalho de negociação entre o Brasil e a Santa Sé. Foi muito rápido, foi iniciativa da Santa Sé em 2006. Então, eu realmente estive lá, e acompanhei todo esse processo. Uma iniciativa da Santa Sé, em 2006, uma negociação com o Brasil, que envolveu dez Ministérios e mais a Casa Civil. Portanto, os senhores podem imaginar como isso é demorado, pareceres de dez consultores jurídicos.

O acordo foi sendo, vamos dizer, aparado e foi sendo submetido à legislação brasileira em todos os seus aspectos, e foi assinado assim, quer dizer, isso é claro, houve várias reuniões na anunciatura apostólica, no Itamaraty, coordenadas pelo Itamaraty, com os Ministérios envolvidos porque nós tínhamos, por exemplo, o acordo toca a educação religiosa, o acordo toca... O projeto inicial tocava em isenção fiscal, relações trabalhistas entre trabalhadores voluntários e paróquias. Temas bastante sensíveis e diversos outros temas.

Todos esses temas foram objetos de negociação, aparados, estão todos... Posso dizer isso? Com muita segurança, porque eu estou só refletindo o que os consultores jurídicos dos Ministérios e a Presidência da República e Gabinete Civil me disseram, todos eles ficaram, terminaram dentro da legislação, no marco da legislação brasileira. Eu diria que o acordo, finalizo aqui, o acordo... Se o senhor me permitir, o acordo não inova nada.

Ele apenas consolida vários aspectos dispersos da relação Brasil-Santa Sé. Dispersos e alguns não regulamentados, mas não há nenhuma inovação, não há... É bastante diferente, é bastante original também de outros acordos assinados pela Santa Sé por isso, porque o acordo teve que se submeter à legislação brasileira, que é uma legislação bastante avançada em diversos desses... Por exemplo, em educação não é? Por exemplo, a educação religiosa. E aí foi colocado no acordo a inscrição respeitada a diversidade cultural brasileira, que foi uma discussão que passou pelo Ministério da Cultura principalmente, abre a possibilidade de educação religiosa para outros... Outras confissões religiosas que não a Igreja Católica. Então, ele está todo conforme a legislação brasileira.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, sobre esse ponto queria dizer que, como eu fiz um pronunciamento aqui, na terça-feira à noite, até tarde, quando cheguei lá na anunciatura, já tinham ido todos embora para o churrasco. Mas eu tive a oportunidade, como todos parlamentares de São Paulo, de ter um encontro com o Dom Odilo Scherer, no sábado pela manhã, e ficamos muito bem esclarecidos sobre estes pontos que o Embaixador George Ney Souza Fernandes agora enfatizou. E, então, avalio que todos nós que estivemos lá, os três Senadores de São Paulo, ficamos bem esclarecidos a respeito.

Se me permite, como o Senador George Ney de Souza Fernandes mencionou que... O Embaixador George Ney... Acostumado aqui. Mas, como ele mencionou, este baixo índice da incidência de Aids, ali na Líbia, referiu-se, possivelmente, ao rigor dos que seguem o Alcorão, mas levantou obviamente uma curiosidade, porque... Se deve, também, a formas de prevenção, de informação que, digamos, as autoridades de saúde da Líbia colocam para a população.

Seja no sentido de se tomar cuidado com a prevenção das relações, ou o seu entendimento é que ali há um comportamento de tal ordem, que as religiões, digamos, cristãs, católicas também recomendam, digamos, a castidade, o não relacionamento múltiplo de pessoas e tudo, mas, se de alguma maneira, porque eu não conheço isto, se... Em que pese recomendações nesse sentido do Alcorão, por que razão estariam ali

tendo um comportamento ainda diferente, digamos, daquele que caracteriza uma nação católica ou, às vezes, de outras nações da África, onde há, como essas que o Papa visitou recentemente, onde há grande número de católicos, mas também de islâmicos e religiões africanas e assim por diante. Então, só uma breve observação que gostaria de conhecer melhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Só acrescentando que 3% é pouco em relação a outros países africanos. Mas, em relação ao Brasil, por exemplo, nós temos muito menos de 1%.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Ou seja, um país católico, como o Brasil, tem uma incidência que é até menor. Então... Pela informação que agora o Senador Eduardo Azeredo confirma. Então, agradeço se puder nos dar... Senador Wellington, talvez conheça mais do que eu este tema.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** [risos] Senador Wellington, explique-se.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Não sei se é pela... Não dá nem para explicar a observação do Senador Suplicy me pegou desprevenido. Mas eu só ia colocar que, talvez, esse índice seja alto por estar perto do Congo que tem um índice altíssimo, não é?

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** A principal causa da mortalidade é a malária que atinge o cérebro, a falcípara.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Mas 30% da população tem o HIV ou não?

**SR. RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES:** Não, menos. O HIV no Congo não é a principal causa de mortalidade, e não é tão alto quanto em outros... Mas, por exemplo, eu tenho a experiência, se me permite, do Senegal, que é um país que é muçulmano em 95% e, consequentemente, poderia entrar na categoria de seguidor do Alcorão, no sentido de abstenção. Mas não há. Porque lá, a *charia* não é aplicada, porque o governo é laico. Ele é leigo. E, consequentemente, eles puderam fazer uma propaganda, e ganharam, na época que eu estava lá, o prêmio da Organização Mundial de Saúde, como na melhor campanha no ano, que foi 1999. Fazia uma coisa, digamos assim, em termos de propaganda, eu tenho um filho que é... Trabalha nisso, uma coisa bastante 'tosca', digamos assim, eram cartazes pintados a mão, mas que bastante didáticos. Tinha um chofer de caminhão parado assim, uma prostituta com todas as vestimentas típicas, e falando assim: "Não, se você não colocar camisinha, não." Um país muçulmano a 95%. E com essa campanha, digamos assim, primária, simples, eles conseguiram baixar o índice bastante, que era também um dos grandes índices dos africanos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Pois, não.

**SR. GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES:** Eu, sem saber, venho me preparando, realmente sem saber, há um ano e meio para ser Embaixador na Líbia, porque eu estou em Roma e lá estou terminando daqui a duas semanas termino uma Pós-Graduação em islamismo, e língua árabe, tudo são... A língua árabe. E, naquela época, não havia nenhum projeto meu e, tenho certeza, que não do Itamaraty, de me mandar para a Líbia. Mas respondo essa pergunta com muito prazer, agradeço essa oportunidade da pergunta, porque o islamismo... E fui à Líbia, há dois meses atrás, antes de receber o [ininteligível], claro, eu fui e passei alguns dias. Então, o que eu tinha estudado eu pude verificar também *in loco*.

Em relação à incidência de AIDS, ela é muitíssimo baixa, porque há um dado, que eu mencionei de passagem, não quero ficar bombardeando dados grandes também, mas a população da Líbia é de sete milhões e 100 mil habitantes. Números redondos. Mas o número de imigrantes da África Subsariana é de um milhão e 400 mil. Então, quase 20% da população da Líbia, se compõe de imigrantes, de outros países. De diferentes culturas e uma condição social sempre muito baixa. E hábitos os mais diversos.

Se o índice de incidência do HIV é de 3%, esse índice oficialmente, em relação aos cidadãos livres, é zero. É zero. Ele está... O problema está todo nessas comunidades. Nos imigrantes, infelizmente. E eles também... E se agrava, porque muitos são imigrantes ilegais. Então, não há um programa governamental de atenção a esses imigrantes ilegais. A população líbia... Para o líbio, 97% dos líbios são muçulmanos. Vale dizer, todo mundo, sunitas. E, para eles, a regra é muito simples, não há nenhum programa de governo, que eu saiba, de prevenção. A regra é muito simples, nem sempre é fácil de praticar, mas parece que lá funciona. Fidelidade e abstinência. Essa é a regra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Importante que aqui no Brasil, foi um trabalho do Governador José Serra, enquanto Ministro que ajudou muito também.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Senador Azeredo, eu digo o Governador José Serra fez um grande trabalho e é um homem bem preparado para ser Presidente do país. Eu tenho alguns votos antes dele.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Primeiro eu quero pôr o Aécio, depois...

[risos].

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, eu agradeceria se pudermos depois considerá-lo, logo após a apuração de votos, porque como o Senador Fernando Collor de Mello apresentou, e eu não estava presente, o requerimento pelo qual haverá mais uma Audiência Pública sobre a questão do ingresso da Venezuela ao Mercosul, e tendo ele sugerido, e foi aprovado, e tudo bem. Sou a favor, os nomes dos... Do jurista Ives Gandra Sousa Martins e do Ex-Ministro Celso Lafer, conjuntamente, com o Senador Pedro Simon, Wellington Salgado e Senador Cristovam Buarque e, eu próprio, estamos sugerindo que nesta Audiência estejam presentes também a Dra. Regina Soares de Lima, Cientista Política, Pesquisadora do IUPERJ e o Dr. Fabiano Santos, Professor e Pesquisador do IUPERJ e da Universidade de Cândido Mendes, e coordenador do núcleo de estudos sobre o Congresso que tem... Ambos têm estudado este assunto.

Então, agradeceria se puder depois ser considerado também, como acréscimo, a sugestão que eu aprovo voto favorável, embora já tenha sido aprovado, do Senador Fernando Collor. Apenas para ter o equilíbrio na exposição, no debate a respeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Suplicy, com a licença dos Embaixadores. Então, eu coloco em discussão, e em votação o aditivo. Na verdade, acrescentando mais dois nomes para esta nova Audiência Pública. Realmente, nós tínhamos previsto duas Audiências Públicas, mas houve essa proposta do Senador Fernando Collor e, já aprovada. Então nós faríamos uma terceira, como expliquei na hora, teremos somente um fato novo, que é essa reunião do Grupo de Trabalho Técnico a ser realizada no dia 18 e 19.

Mas, procuraremos dentro do que tenho colocado aqui, que seja o mais rápido possível. Então, em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Vamos agora, então, de acordo com o disposto no inciso 4º do art. 52 da Constituição Federal, cominado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião será transformada em secreta, a fim de que os Embaixadores possam ser arguidos por algum assunto complementar. Eu solicito aos Embaixadores que permaneçam. Eu designo o Senador Wellington Salgado para atuar como Secretário, portanto depois nós reabriríamos, logo em seguida, a reunião.

*[Sessão secreta às 12h02].*

*[Sessão reaberta ao público às 12h07].*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** A reunião está reaberta, comunico a aprovação dos Embaixadores Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para a República Democrática do Congo, e do Embaixador George Ney de Souza Fernandes para a Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos Srs. Senadores e Senadoras.

Está encerrada a presente reunião.

*Sessão encerrada às 12h07.*

**ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini e Tasso Jereissati.** Justifica a ausência o Senador **Geraldo Mesquita Júnior.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Declara, ainda, a inversão da pauta e inicia a sua apreciação. **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Paulo Duque** e o Presidente fazem uso da palavra. Aprovado. **Item 3:** Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989".* O Presidente concede a palavra ao Relator"ad hoc", Senador **Paulo Duque**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. O Presidente comunica que será

realizada audiência pública sobre a participação das tropas brasileiras no Haiti no dia 17 de junho do ano corrente. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Trasnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004"*. O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Flexa Ribeiro,** para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 16:** Requerimento nº 22, de 2009 – CRE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que, *"em aditamento ao Requerimento nº 03 de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e ao Requerimento nº 06 de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, visando debater o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela ONU, requeiro a inclusão, na Audiência Pública que discutirá o assunto, do seguinte convidado: Sr. Marcelo Garcia – Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – Congemas"*. O Presidente concede a palavra à Senadora **Rosalba Ciarlini**, que faz a exposição de seu Requerimento. Aprovado. **Item 9:** Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. Os itens 4 e 15, Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2008, e Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2009, respectivamente, são retirados de pauta a pedido de seus respectivos Relatores. **Item 6:** Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 08 de fevereiro de 2006"*. O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura do relatório. O Senador **Paulo Duque** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente comunica convite feito à Comissão pelo Comando da Marinha para visita a Base de Aramar, na cidade de Iperó, São Paulo. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 25, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *"requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho previsto no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19/05/2009"*. Os Senadores **Fernando Collor** e **Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. Aprovado. **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's*". O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Paulo Duque**, para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Fernando Collor** faz uso da palavra. Aprovado. A Senadora Patrícia Saboya assume a Presidência. **Item 18:** Requerimento nº 24, de 2009 - CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *"requer, nos termos regimentais, que seja encaminhado ofício ao Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, solicitando que reconsidere a decisão do não-apoiamento, pelo Governo Brasileiro, à candidatura ao cargo de Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) do Doutor Márcio Barbosa, brasileiro, atual Diretor Geral Adjunto e que conta com apoios significativos de Estados membros de várias correntes e com os quais o Brasil mantém fortes ligações diplomáticas, particularmente nos assuntos ligados à educação, ciência e cultura. Relembre-se que também o Senador Cristovam Buarque preenche todas as condicionantes para o Cargo"*. A Presidenta concede a palavra aos Senadores **Eduardo Azeredo, Fernando Collor, Eduardo Suplicy** e **Paulo Duque**. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Presidente concede a palavra Senadora **Patrícia Saboya** e ao Senador **Eduardo Suplicy**. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa (CD), que *"Aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Paulo Duque**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de*

*2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil".* O Presidente concede a palavra à Relatora "ad hoc", Senadora **Patrícia Saboya**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. O Presidente comunica a justificativa de ausência do Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Item 7:** Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da (CD), que *"aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Suplicy**, para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Tasso Jereissati** faz uso da palavra. Aprovado. **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Pedro Simon**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 8:** Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Pedro Simon**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º".* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Antonio Carlos Valadares**, para fazer a leitura do relatório. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador **Antonio Carlos Valadares**, e em seguida, submete a apreciação o Requerimento nº 23, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"requer nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Professora Dra. Olinda Batista Assmar, Reitora da Universidade Federal do Acre e o Professor Dr. José Januário de Oliveira Amaral, Reitor da Universidade de Rondônia, a participarem de Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratarem da atuação das respectivas Universidades Federais em temas relativos à Região Amazônica".* Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e quatorze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA A 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 2 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Pela ordem, Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Pediria a V. Exa. a inversão da Pauta, tenho um parecer para ser proferido, que é o PDS nº 71/2009, e eu pediria a V. Exa. a inversão da Pauta, passando para o primeiro da lista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Perfeitamente. Estando de acordo os Srs. Senadores... Aprovado. Então, com a palavra o Senador Fernando Collor para que nós possamos discutir já o primeiro acordo, que está sendo previsto nessa Pauta de hoje. Trata-se do projeto de Decreto Legislativo nº 71/2009, que aprova o texto do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova York em 11 de maio de 2006. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Muito obrigado Sr. Presidente. O relatório está embasado nos seguintes termos. Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2009, PDC nº 133/2007, na Câmara dos Deputados, firmado entre o Brasil e a República de Nauru. O texto do referido acordo foi encaminhado ao Congresso Na-

cional, por meio da Mensagem nº 167/2007, do Poder Executivo, acompanhada da exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, datada de 14 de fevereiro de 2007.

Na Câmara dos Deputados transformou-se no Projeto de Decreto Legislativo nº 133/2007, tendo sido submetido, naquela Casa, às comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A matéria foi aprovada pelo Plenário daquela Casa, em 19 de fevereiro de 2009. Vindo ao Senado Federal, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional onde, depois de haver aguardado o recebimento de emendas pelo prazo regimental, foi designado para a minha relatoria.

O Ato Internacional em exame pretende promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelos países signatários. Nesse sentido, o Brasil e a República de Nauru poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais. O art. 03 prevê que os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de ajustes complementares, que definirão também as instituições executoras, que poderão ser públicas ou privadas, órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação de programas, projetos e atividades.

A execução de tais programas e projetos poderá ficar a cargo também de organismos internacionais, bem como de organizações não governamentais. As partes contratantes contribuirão em conjunto, ou separadamente, para implementação das atividades previamente aprovadas. Aos países signatários é facultado buscar financiamento de organizações e programas internacionais e regionais. Segundo estipula o art. 04, as áreas prioritárias às quais seria viável a cooperação técnica serão definidas em reuniões entre representantes das partes contratantes, quando também examinarão e aprovarão os planos de trabalho e avaliarão os resultados da execução dos projetos e atividades realizados no âmbito do presente acordo.

Caberá a cada parte contratante garantir que os documentos e conhecimentos adquiridos, em decorrência da cooperação prevista, não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, da outra parte contratante. Os arts. 6º e 7º dispõem sobre o apoio logístico e as facilidades que devem ser asseguradas ao pessoal e enviadas para cada, ou por cada uma das partes contratantes à outra, para cumprimento de suas funções específicas. Determina o art. 9º que os bens, equipamentos e outros itens fornecidos por uma parte contratante à outra, para a execução de programas de projetos no âmbito do acordo em tela, serão isentos de taxas e impostos demais gravames de importação e exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços.

A reexportação para o país de origem, desses bens, não transferidos a título permanente, para outra parte contratante, será realizada com igual isenção de direitos de exportação, e outros impostos que normalmente incidiriam sobre eles. O acordo, ora em exame, inicialmente, terá a vigência de cinco anos e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, ressalvando-se o caso de denúncia de uma das partes. Quanto à análise, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, segundo informa o Parecer aprovado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que elaborou o Projeto de Decreto Legislativo em exame, a República de Nauru está localizada em uma pequena ilha do pacífico, e conta com uma população de apenas 13 mil habitantes, tratando-se da menor República existente sobre a face da Terra.

Trata-se o acordo em pauta do primeiro instrumento celebrado entre Brasil e Nauru, e reveste-se por isso de uma especial e peculiar importância. Seu objetivo é sistematizar a cooperação técnica entre os dois países, que se dará por meio da implementação de projetos conjuntos em áreas que sejam do interesse comum. Passando ao voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, por todo o exposto, voto favoravelmente ao projeto de Decreto Legislativo nº 71/2009 por ser constitucional, legal, conveniente e oportuno aos interesses nacionais. É este o relatório e é este o voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Fernando Collor. Em discussão o relatório. Sim, Senador Paulo Duque com a palavra.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Indago de V. Exa., já que temos este mapa maravilhoso aí à frente, se o seu Assessor, talvez, possa nos indicar onde fica localizada essa ilha, que é a menor república do país. Mas deixe-me ver, tem aí que possa indicar onde é que fica?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas aí a importância. Nós estamos aprovando acordos com a China, que é o maior país do mundo, e também com o Nauru que é o menor país do mundo.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** É a menor República do mundo, agora. Por isso que eu estou curioso, porque sei que jamais irei lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Acho que está lá para aquele lado do Taiti, por ali. Uma ilha por lá, do Taiti.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Deve ser uma ilhazinha. De qualquer maneira é importante isso. O parecer está perfeito. Acho que o nosso Presidente sabe onde fica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Basicamente, a economia de lá é da pescaria e turismo, não é? Pesca e turismo, basicamente, a economia. O turismo começa também--

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Pode ser. São 13 mil habitantes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** É, 13 mil habitantes.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** É de uma cidade brasileira. É lá embaixo. Ali será... Já é a... A menor República existente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** É, está perto da Indonésia, se tiver algum país maior perto, a Indonésia estaria mais perto.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** De maneira que o parecer é sério, foi lido com clareza, tratando-se da menor República existente sobre a face da Terra, que acaba de fazer... Ou, pelo menos, o instrumento aqui, como um dos maiores países da república da Terra, que é o Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim, perfeitamente.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Por isso, o meu voto é favorável. Eu apoio o parecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim, Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Eu tenho uma curiosidade em relação à República de Nauru, Sr. Presidente e Sr. Senador Paulo Duque, porque Nauru está ameaçado de desaparecer, em função da questão do aquecimento global e da elevação do nível das águas do oceano. E essa cooperação com o Brasil... Talvez nós possamos, de alguma forma, colaborar para evitar que Nauru soçobre, e deixe de existir no mapa, como agora nós estamos localizando.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Mais um motivo para gente aprovar esse projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim, é verdade e foi bem lembrado pelo Senador Collor, que essa é uma questão que já tem sido divulgada mesmo, quer dizer, o risco do país desaparecer nesse sentido. Mas então eu coloco... Encerrada a discussão, eu coloco em votação. Aprovado. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Então, está aprovado. Ainda antes de passarmos aos requerimentos, temos vários textos de acordos, eu queria passar ainda ao Item nº 03, pedindo ao Senador Paulo Duque que seja o relator *ad hoc*. O Item nº 03 é... Só um momento, por favor. Item nº 03, na página 35, Senador. O Item nº 03 é o Projeto de Decreto Legislativo 269/2008, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrado em Londres em 28 de abril de 1989. Não está aqui desde 1989, não, viu Senador? Saiba bem que aqui tem pouco tempo que está aqui. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Estava exatamente a conferir. Na ausência eventual do Senador João Ribeiro, eu passo a ler o relatório.

*"Foi celebrado pelo Brasil o texto de Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo em Londres, em 28 de abril de 1989. Recentemente, quer dizer, há 10 anos, mais ou menos, o Ministro das Relações Exteriores informa que a convenção tem por objetivo a proteção do meio ambiente em casos de salvamento marítimo.*

*E, dessa forma, busca corrigir as deficiências da Convenção anterior, adotada em Bruxelas em 1910. Esclarece também que a Convenção de 1989, que nós estamos aprovando agora, não interfere com direito de Estado costeiro em tomar medidas para proteger suas costas de poluição ocasionada por acidente marítimo. O tratado que estamos analisando é composto de preâmbulo e de 34 artigos. Foi apresentado à Câmara dos Deputados em 2006, onde foi aprovado. A proposição foi distribuída a essa Comissão, nos termos do art. 372, e não foram apresentadas emendas no prazo regimental".*

Análise. *"Não há reparos feitos ao projeto que observa a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.*

*A agenda da convenção está de tal modo relacionada com o acidente do navio Amoco Cadiz ocorrido na França em 1978. O desastre ocasionou o derramamento de toneladas de óleo no mar, com profundas consequências no meio ambiente. Além do dano ambiental, o episódio chamou atenção da comunidade internacional para a necessidade de parâmetros mais precisos, não só no tocante aos deveres dos envolvidos, mas também, no reconhecimento de que a atuação dos salvadores deveria ser incentivada, e que as operações deveriam visar, de igual maneira, o salvamento de vidas, navios, bens e a proteção do meio ambiente marinho que é, sem dúvida, importantíssimo, no caso.*

*Informa ainda que o acordo possui cinco capítulos de três anexos, e que merece destaque o art. 5º que preceitua que a Convenção não afetará qualquer*

*disposição de lei nacional ou de qualquer convenção internacional, relativo à operação de salvamento marítimo desenvolvidas ou controladas pelas autoridades públicas. No 3º capítulo estão dispostas a recompensas às operações de salvamento marítimo, a compensação especial e distribuição de recompensa entre salvadores, conforme textos dos arts. 12 a 15. Consoante o art. 16, nenhum pagamento é devido pelas pessoas, cujas vidas foram salvas, embora o artigo em nada prejudique o previsto em lei nacional relacionada.*

*O 5º capítulo cuida das chamadas cláusulas processuais. Assinatura, ratificação, entrada em vigor, denúncia, revisão e emenda".*

Voto. "*Tendo em vista a importância da Convenção da disciplina de salvamento marítimo, o voto é pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo 269/2008".* O relator é o Sr. Deputado... O Senador João Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Paulo Duque. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Portanto, o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo celebrada em Londres em 28 de abril de 1989, objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 269.

Comunico aos Srs. Senadores que, no dia 17 de junho nós teremos uma Reunião Extraordinária para realizar uma Audiência Pública que foi aprovada ainda no ano passado, Requerimento 59/2008, de autoria do Senador José Nery, que foi aprovado no dia 06 de novembro, com relação à questão da participação brasileira no Haiti.

São diversos convidados, especialmente, membros da comunidade haitiana que estarão presentes no Brasil nessa época. Entretanto, eu quero deixar também a informação de que já está sendo planejada uma viagem que nós possamos ter um grupo desta Comissão que vá lá ao Haiti também para acompanhar as forças brasileiras. O ano passado o Senador... A Comissão teve também uma presença lá e seria importante, talvez, até mesmo após essa... Essa Audiência Pública, que o grupo nosso pudesse estar presente, acompanhando esse trabalho. Recentemente, eu participei de um evento internacional no qual o Ex-Presidente americano, Bill Clinton, foi o expositor principal e ele fez rasgados elogios à atuação do Brasil no Haiti.

E ele foi, inclusive, essa semana, o Presidente Bill Clinton foi indicado como um dos principais responsáveis, se não me falha a memória... Não sei exatamente qual é o cargo, mas ele ficou como responsável para acompanhar a questão da recuperação humanitária, recuperação do desenvolvimento do Haiti. De maneira que vamos fazer essa Audiência Pública, mas, ao mesmo tempo, quero deixar clara essa intenção de que nós possamos acompanhar mais de perto essa atuação que, até o momento, é uma atuação meritória do Brasil em relação à recuperação do Haiti.

Vamos dar continuidade à pauta. Eu peço ao Senador Flexa Ribeiro que, como relator *ad hoc*, relate o Item nº 13... Não, Item nº 13, não. Relate o Item nº 11. Item nº 11 da Pauta que é de relatoria do Senador Valdir Raupp, que não está ainda presente, eu peço ao Senador Flexa que então possa ler o relatório. Trata-se do Decreto Legislativo 69/2009 que aprova o termo de acordo cooperação entre o Governo de República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o combate à criminalidade organizada transnacional, e outras modalidades delituosas, que foi assinado aqui em Brasília, em novembro de 2004. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. No termo do disposto nº 49, Inciso I combinado com o art. 84, Inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração do Congresso Nacional, mediante a Mensagem 497 de 29 de julho de 2005 o texto do Acordo supra ementado. *"A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento presidencial, informa que o Acordo insere-se no âmbito dos esforços de ambos os países, para incrementar a cooperação e coordenação entre as respectivas autoridades de aplicação da lei e coibir toda uma gama de atividades ilícitas transnacionais, tais como narcotráfico, terrorismo e seu financiamento; lavagem de dinheiro, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes e outros. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental".*

Análise, Sr. Presidente. *"Versado o Acordo em 11 artigos, a cooperação de que se cogita restringe-se à troca de informações e ao intercâmbio de experiência, excetuando-se, portanto a cooperação jurisdicional. Tem por escopo a cooperação mútua para prevenção e combate, em particular, dos seguintes crimes. 1) Produção ilegal e tráfico de drogas e entorpecentes, substâncias psicotrópicas, inclusive, precursores químicos. 2) Terrorismo internacional e seu financiamento. 3) Contrabando de imigrantes e tráfico de seres humanos, especialmente, mulheres e crianças. 4) Exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. 5) Lavagem de dinheiro. 6) Falsificação de dinheiro e apólices negociáveis. 7) Falsificação de passaporte, vistos ou outros documentos. 8) Tráfico ilegal de materiais nucleares e outros materiais radioativos. 9) Fraude. 10) Crime cibernético. 11) Falsificação e contrabando de mercadoria.*

*Serão os responsáveis por dar cumprimento à cooperação bilateral pela parte brasileira o Ministério da Justiça, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, a Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência e o Conselho de Controle de Atividade Financeira. Pela parte chinesa, o Ministério de Segurança Pública. De resto, o Acordo segue normas e previsões padronizadas nos instrumentos internacionais de igual abrangência".*

Voto. "*Tendo em consideração o interesse nacional a constitucionalidade e a juridicidade, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 69/2009".* Esse é o voto do relator, Senador Valdir Raupp, que com muita alegria relato, como relator *ad hoc.*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Presidente, pela ordem, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Eu gostaria de pedir para haver uma inversão na ordem aqui dos projetos que estão sendo analisados, porque nós temos um requerimento que eu gostaria que fosse aprovado, de apresentar para ser... Se possível, aprovado pelos nobres colegas Senadores, para que... Já que eu tenho que, infelizrnente, em função de um vôo para o meu Estado, vou ter que me ausentar, dentro de poucos minutos. Então, fica aqui esse nosso apelo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Srs. Senadores estão de acordo? Está aprovada, portanto, a inversão de pauta. Então, já passo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini para que possa fazer a leitura do Requerimento nº 22/2009, a defesa do requerimento que, em aditamento ao Requerimento nº 03/2009 da Comissão de Relações Exteriores do Requerimento nº 06 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, visando debater o cumprimento das metas e desenvolvimento do milênio, fixadas pela ONU. Requer a inclusão na Audiência Pública, que discutirá o assunto, do Sr. Marcelo Garcia, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, desejando que tenham mais vôos para lá. Para Minas Gerais está mais fácil um pouquinho.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Pois é, nós estamos durante o dia, praticamente, só com esse vôo e, à noite, é que temos outros vôos. Mas... Eu tenho que chegar e ainda ir para um compromisso à tarde lá no meu Estado. Vou fazer uma palestra num encontro das mulheres trabalhadoras, promovido pela Confederação Nacional das Trabalhadoras com o Conselho Municipal das Mulheres, lá na cidade de Mossoró. Vai ser um encontro de Mossoró e região, e eu só faço a palestra de abertura sobre mercado de trabalho, desafios e conquistas das nossas mulheres.

Bem, então, aqui sobre o requerimento, aqui vamos ter uma Audiência Pública que vai exatamente analisar as metas do milênio. E essa audiência, que nós gostaríamos, inclusive, de que o assunto fosse... Que é em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Assuntos Sociais e outras comissões, que também fosse incluído o nome do Sr. Marcelo Garcia, porque ele é o Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, e tem uma experiência e um estudo muito profundo sobre essas questões. Um acompanhamento. Inclusive, vamos dizer assim, bem próximo da realidade, já que os Conselhos Municipais de Assistência Social é que estão, em muitas dessas metas, é que estão tratando diretamente, acompanhando e dando informações.

Então, gostaria inclusive que os senhores aprovassem para que ele pudesse trazer o seu conhecimento, os seus estudos sobre essa questão que é de fundamental interesse para que nós possamos, realmente, atingir as metas que levará, com certeza, a um mundo de mais paz e de mais tranquilidade e mais desenvolvimento e justiça social. Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senadora Rosalba. Em discussão, portanto. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Quero informar que essa audiência já está agendada para o dia 02 de junho. Então, será incluído também o Sr. Marcelo Garcia, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. Passo a palavra agora ao Senador Fernando Collor, e para que possa relatar o Item nº 09, que também trata de um acordo, para que o Senador Fernando Collor possa como relator *ad hoc*, relator designado ao Senador Alvaro Dias, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 65/2009, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo Brasil em Nova York. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou dispensar a

leitura da primeira parte do relatório para ir direto ao exame da matéria, Sr. Presidente.

A análise. *"O acordo mostra-se de extrema relevância aos interesses brasileiros, mantendo o país em posição de vanguarda no combate ao terrorismo internacional. Também é importante por assinalar a posição brasileira de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos, e rejeitar qualquer forma de uso de materiais radioativos para fins bélicos. Reiteramos que sua ratificação implicará a adequação de nossas leis à nova realidade internacional.*

*Não devemos nos abster desta obrigação. Registra-se mesmo a necessidade de tipificação do crime de terrorismo, inexistente no ordenamento jurídico pátrio. Outras alterações em nossa legislação envolvem o estabelecimento de mecanismos de cooperação internacional, de troca de informações. A convenção também prevê que os signatários devam incluir nos tratados de extradição, por ele celebrados, a previsão de crimes relacionados ao terrorismo nuclear, como passíveis de extradição. Note-se, portanto, que se reitera o entendimento de parte da comunidade das nações, de não incluir o terrorismo, em especial, o praticado com recurso a materiais radioativos, entre os crimes políticos.*

*Nossas leis processuais penais também precisarão ser modernizadas, por exemplo, no que concerne a mecanismos de cooperação judiciária e transferência, para outros países, de presos e pessoas condenadas por crimes de terrorismo nuclear. Chamamos a atenção para esse fato, no momento em que estão em curso os trabalhos de revisão de nosso Código de Processo Penal. Assim, mudanças serão promovidas, tanto no que concerne a nossos compromissos internacionais, quanto em nosso ordenamento jurídico interno, com a ratificação da convenção que estamos a examinar. Inegável, portanto, que o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil, e atende aos anseios da comunidade internacional, por maior segurança e cooperação entre os povos, e para o combate a repressão, a ilícitos transnacionais de grande monta, como o turismo e sua nefasta vertente do terror nuclear. Contribui também para a melhor adequação de nosso ordenamento jurídico interno à realidade internacional do Século XXI".*

O voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores. *"Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 65/2009".*

É esse o relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Collor. Coloco, portanto, em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Os itens... Os Itens nº 04 que é o PDS nº 277 e o Item nº 16... 15, que é o PDS nº 74, quer dizer, o PDS 277 é do senador, o relator é o Senador Efraim Morais, ele foi retirado a pedido do relator, que é o projeto que aprova o texto do Acordo para o estabelecimento do Centro-Sul, celebrado em Genebra. E o item que foi também retirado da Pauta é o nº 15, Senador Adelmir Santana, trata-se do PDS 74, que aprova o texto do terceiro acordo... Terceiro protocolo adicional de convenções Genebra relativo à adoção de emblema distintivo adicional. Os dois estão retirados. O Item nº 04 e o Item nº 15.

Mas ainda continuando a pauta, nós temos... Eu pediria, já que a palavra estava com o Senador Fernando Collor, que ele também possa, como relator *ad hoc*, relatar o Item nº 06, que é o PDS 281, que aprova o texto do acordo comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática Popular, celebrado em Argel em 2006. Este projeto, esse PDL já tinha constado em Pauta do dia 23 de abril. O relator é o Senador Cristovam Buarque, e o senador teve um acidente, uma queda aqui ontem no Congresso, mas passa bem, mas, então, como já tinha constado numa ata anterior, eu peço ao Senador Fernando Collor que seja o relator. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, da mesma forma, eu pediria a dispensa da leitura da primeira parte do relatório, e passar direto ao exame da matéria.

Vem a análise. *"Cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Dos 17 artigos que compõem o tratado, destaca-se o art. 3º, pelo qual as partes concordam em se concederem tratamento de nação mais favorecida, no que concerne a direitos alfandegários e em facilitar todos os procedimentos de comércio exterior, relativos às operações de importação e/ou exportação de produtos.*

*O dispositivo, no entanto, comporta exceção. Conforme o art. 4º, não se aplica o tratamento de nação mais favorecida aos privilégios, vantagens, concessões e isenções acordados por uma das partes com países vizinhos, a fim de facilitar o comércio fronteiriço ou costeiro, com países membros de uniões aduaneiras, ou de zonas de livre comércio, das quais seja membro ou venha a ser, bem assim como terceiros, devido a sua participação em acordos multilaterais regionais e sub-regionais de integração econômica.*

*O art. 7º cuida dos casos em que as partes autorizarão a importação de produtos em franquia de direitos alfandegários. De acordo com o art. 9º, as partes estimularão a implementação de instrumento para a promoção de trocas comerciais recíprocas, prevendo-se a organização de cooperação entre os dois organismos responsáveis pela promoção do comércio exterior de ambos os países. O art. 14, por sua vez, prescreve a criação de comitê misto de comércio, composto de representantes das duas partes, e que terá competência para avaliar todo o intercâmbio comercial entre os dois países e identificar as vias e os meios que permitam a melhor aplicação do acordo.*

*Conforme o art. 15, o instrumento entrará em vigor após o cumprimento dos requisitos legais internos de cada uma das partes e terá duração de dois anos, renováveis automaticamente por sucessivos períodos de igual duração, salvo, em caso de denúncia por uma das partes".*

Voto. *"Tendo em atenção o interesse nacional, bem assim os benefícios para o relacionamento bilateral, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 281/2008".* É esse o voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado Senador Fernando Collor. Em discussão.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Eu vou...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Com a palavra o Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Não direi discutir, mas apenas como uma curiosidade. Prevê o protocolo que de dois em dois anos seja renovado automaticamente o acordo. Pelo menos 2006, 2008, 2010 deverá ser, de fato, novamente renovado automaticamente. Isso o Itamaraty talvez nos possa informar oportunamente. Mas eu concordo plenamente com o parecer que acaba de ser lido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O Senador Fernando Collor pode esclarecer.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Senador Paulo Duque, isso é uma praxe em acordos internacionais desse tipo, sobretudo, para que não haja, a todo momento, a necessidade de se rediscutir uma questão como essa, que é do âmbito comercial. Fica estabelecido o prazo de dois anos e, automaticamente, renovado. Se alguma das partes se sentir prejudicada, na execução deste acordo, ela denuncia o acordo, e aí ele deixa de ter a sua vigência e trata-se de estabelecer outros termos para o mesmo acordo.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Portanto, não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Estando de acordo os Srs. Senadores... Permaneçam como estão. Está aprovado. Ainda antes de passar mais um acordo, eu quero transmitir aos Srs. Senadores o convite do Comando da Marinha para uma visita oficial ao Aramar, no sentido de que esta Comissão se faça representar para... Um convite para que participem da visita oficial ao Centro Experimental de Aramar, na cidade de Iperó, São Paulo, a fim de conhecer o Programa Nuclear da Marinha, que está previsto para o dia 19 de junho de 2009, em aeronave da própria FAB, que sairá daqui de Brasília pela manhã, retornando a Brasília, mesmo, às 19 horas, chegando à Base Aérea de Brasília. Portanto, sairia às 7h30 da Base Aérea e voltaria às 19 horas... Voltará, no próprio dia, às 19 horas.

Eu encaminharei, e peço à Secretaria que encaminhe uma cópia a todos Senadores membros da Comissão, esse é um programa muito importante realmente, que a Marinha desenvolve o programa nuclear, é objeto até de algumas matérias da imprensa nesse fim de semana. Quero ainda colocar aqui um requerimento que foi solicitado pelo Senador Tasso Jereissati, que é o relator do projeto de inclusão da Venezuela no Mercosul, o Senador... Na verdade, eu sou o subscritor, o Senador Tasso não estando presente, ele requer que... Requeiro que seja prestada pelo Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim informações acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho previsto no art. 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19/05, nessa semana.

Trata exatamente da resposta que foi feita ao requerimento inicial do Senador Tasso sobre a conclusão das questões técnicas e, como resposta, foi informado pelo Ministro que haveria esta reunião do grupo nos dias 19 e 20. Então, exatamente, o requerimento busca saber quais são as informações, o que foi decidido nesse grupo técnico realizado essa semana.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Chegaram as informações?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Não. As primeiras informações, sim. O primeiro requerimento apresentado ainda em março, o Ministro rapidamente mandou as informações, esclarecendo alguns pontos e informando que haveria uma nova reunião técnica agendada para o dia 19 de maio, exatamente, para poder acertar esses pontos pendentes da tarifa comum... Então, agora

que nós estamos pedindo, exatamente aqui, nos seja informado qual foi a conclusão dessa semana desse Grupo de Trabalho.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Do grupo? E funciona aonde?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O Itamaraty com as autoridades do Governo da Venezuela.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** O Itamaraty ainda não mandou?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Não. Porque na verdade foi realizada essa semana a reunião. Então, há a necessidade de conhecimento do que foi acertado. Se fecharam as pendências que estavam previstas, estavam ainda existentes. Esse que é o objetivo. Senador Fernando Collor com a palavra.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Acredito seja de fundamental importância que essas informações nos cheguem a tempo, para que nós possamos continuar com a discussão sobre a oportunidade, ou não, do ingresso da Venezuela no Mercosul. Alerto os Srs. e Sras. Senadoras que nós não deveremos tomar nenhuma iniciativa, no sentido de apreciar essa proposta de adesão, sem que esses pré-requisitos exigidos para que um país faça parte do bloco no Mercosul, sejam absolutamente respondidos e atendidos. Isso é fundamental. E gostaria também de solicitar a atenção das Sras. e Srs. Senadores aos recentes acontecimentos que vêm tomando lugar na Venezuela. As ações do Presidente daquele país e algo que me chamou muita atenção, há duas semanas, foi a instituição, por parte do chefe de Estado da Venezuela do pensamento único.

Ele recolheu todos os livros das escolas primárias, livros em que se baseavam os professores, para ministrar suas lições e estabeleceu uma nova literatura didática para os alunos, que tratam única e exclusivamente da criação de uma República Socialista Bolivariana, impedindo assim o livre pensamento, a discussão de outras teses, de outras formas de pensamento que não aquela que ele está impingindo aos jovens estudantes venezuelanos. É importante também notar, e esta Comissão talvez deva tomar alguma posição, Sr. Presidente, em relação ao que vem acontecendo também na Bolívia porque o Exmo. Sr. Presidente da Bolívia, ele agora, simplesmente, baixou um decreto determinando que sejam expropriados os bens de todos aqueles que se arvorarem a fazer oposição ao seu Governo.

Ou seja, são medidas que esses países vêm adotando que, definitivamente, não facilitam, de nossa parte, da parte do Governo Brasileiro, desta Comissão e deste Congresso uma posição que não seja reticente. E, pelo menos, de sobrestamento, de qualquer discussão que venha a tratar sobre a inclusão de países governados por mandatários como esse, que acabo de citar, para que nós possamos tomar uma decisão de forma consequente e decisiva. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Collor. Nós, na semana passada também, aprovamos aqui já a realização de uma nova Audiência Pública por requerimento do Senador Fernando Collor para ouvirmos o Ex-Chanceler Celso Lafer e também o Professor Ives Gandra, depois aditado pelo Senador Suplicy, que pede a palavra, não é?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente... Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Não está marcada ainda, eu tentei marcar para a semana que vem, mas o Ministro Celso Lafer não pode estar presente. Então vamos marcar no início de junho.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu havia acrescentado dois nomes, mas gostaria... Isso foi, inclusive, aprovado depois da sua ausência, mas eu quero compartilhar do propósito da audiência. Mas eu soube, Sr. Presidente, que o próprio Ministro interino, por vezes Secretário-Executivo, Samuel Pinheiro Guimarães se disporia a estar presente. Então, eu quero fazer consulta, precisaria eu escolher um daqueles dois nomes, para ter o Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, eu posso acrescer... Eu consulto aqui ao proponente inicial, Senador Fernando Collor, para que... São dois intelectuais que seriam... Aí seriam cinco, mas, quem sabe, os dois vindo juntos, são da mesma instituição e são estudiosos da matéria, mas--

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Poderíamos fazer duas audiências separadas. Faria uma audiência com dois e outra com--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu acredito que... Eu acredito que o... Eu gostaria que os dois convidados de V. Exa. possam ter a contrapartida de dois nomes. Então... E, possivelmente, na mesma audiência, porque seria enriquecedor. Então, eu sugiro acrescer o Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães e consultaremos qual dos dois que eu havia sugerido que, então, venha um deles em nome... E aí, permanecemos com uma audiência com quatro, se assim o Senador Collor concordar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Quero louvar a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy

que, em bom tempo também, lembrou de convidar duas autoridades para tratar desse assunto na Audiência Pública com o Ministro Celso Lafer e com o Jurista Ives Gandra. Mas me parece que há sempre uma certa dificuldade na questão de agenda. Com a inclusão de um quinto nome, eu acho que o debate fica um pouco descompensado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Não, eu abro mão de um dos nomes.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Bom, aí estaria perfeito. Perfeito, Senador.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Acrescento o Samuel Pinheiro Guimarães, para formalizar e vou conversar com os dois sobre o qual... Porque assim, dada a disposição do Ministério das Relações Exteriores de contribuir com... Porque o Ministro Celso Amorim já esteve. Mas, então, teremos a felicidade de termos Samuel Pinheiro Guimarães e então, acho que será muito enriquecedor no diálogo com o Celso Lafer e Ives Gandra. E além de um dos professores que tem mais estudado este assunto. Então, nós escolheremos dos dois, no diálogo com ambos, qual que virá junto com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Perfeito. De minha parte concordo plenamente, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu acredito que essa é a melhor solução, porque a experiência tem mostrado que Audiências Públicas com mais de quatro expositores ficam um pouco conturbadas. Então, limitaríamos a quatro, e faríamos essa substituição. Eu peço ao Senador Suplicy que então faça só... A formalização do aditivo, e nós teremos então essa audiência, provavelmente, na semana do dia 10 de... Na semana de 09, não é? Semana de 09 de junho, provavelmente. Na semana que começa com 08. Provavelmente naquela semana de 08 de junho que nós teremos... De 08 a 11, provavelmente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Será numa quinta-feira no horário normal?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Vamos ver se é possível no horário normal ou extraordinária na quarta. Vamos fazer uma das duas. Vamos acertar a agenda dos dois, de todos os membros.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** O dia 10 de junho, Sr. Presidente, cai em que dia da semana? V. Exa. saberia informar?

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** É capaz de ser o Corpus Christi. Será?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O Corpus Christi é 11, é quinta-feira. Então, teria que ser nessa semana teria que ser 10. Dia 10. Uma quarta-feira, provavelmente. Porque nós não vamos ter, o dia 11 não haverá reunião pelo feriado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Em que horário seria? Início da tarde ou final da manhã?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Na parte da manhã mesmo. Porque é melhor fazermos de manhã. Porque na parte da tarde é sempre mais confuso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Então, está bem. Quem sabe um... Bom, então, deixa eu ponderar. O Senador Fernando Collor instituiu--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Da parte do Ex-Ministro Celso Lafer dia 10 ele estaria de acordo. Informação que eu já tenho da Secretaria.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Como o Senador Fernando Collor instituiu o horário das oito e meia com êxito, na quinta-feira, nem sempre dá, porque hoje eu estava na missa da CNBB, foi difícil rezar e, ao mesmo tempo, estar na infraestrutura. Mas... Porque era uma reunião importante com a missa da CNBB. Mas hoje... Mas tem havido êxito e, quem sabe, Sr. Presidente, para não conflitar com a CCJ, quem sabe, propormos às oito e meia da manhã de quarta-feira, dia 10, esse diálogo. Porque assim... Não sei se todos os dias, Senador Fernando Collor gosta de acordar bem cedo, mas... Mas que é uma prática... Porque, às vezes... Porque... De repente, vamos ter uma reunião com votações importantes na CCJ e esta será também importantíssima, então... É uma forma de compatibilizar. Já que vamos antecipar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Não, se nós tivermos o compromisso dos Senadores de estarem presentes, pra mim não há problema. Da minha parte também estaria bem. V. Exa. faz a caminhada nesse horário, mas caminha mais cedo um pouco.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Bom, nossa caminhada terá que ser mais cedo. Mas assim o faremos. Mas para esse tema que suscita grande interesse, eu acho que se iniciarmos às oito e meia, se os convidados puderem vir, eu acho que será positivo. Eles terão que vir na véspera, mas...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O nosso secretário, inclusive, informa que não está confirmada ainda a presença do Celso Lafer no dia 10. Ele teria disponibilidade na semana que vem... Semana que vem, não, mas na primeira semana de junho. Então, vamos tentar acertar nessa linha, no horário mais cedo e... Provavelmente, nessa semana, no dia 10 provavelmente. Está bem

assim? Mas antes disso eu tenho que colocar em votação o requerimento que eu apresentei em nome do Senador Tasso para que nós tenhamos então essas informações do Ministério.

Alguém mais quer discutir? Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. É um requerimento para que o Ministério das Relações Exteriores informe o resultado do grupo técnico Venezuela-Brasil. Em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado, portanto.

Nós vamos pedir agora ao Senador Paulo Duque... Primeiro quero saudar a presença do Senador Romeu Tuma, nosso membro honorário aqui, desejando que ele volte a estar presente aqui sempre, sempre presente conosco. Além de estar bem representado. Mas podemos fazer uma troca com outro partido.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Já tem uma promessa. Vamos ver se...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Paulo Duque, com a palavra. Gostaria de passar a palavra a V. Exa. para que nós possamos ter, então, a continuidade da Pauta, no caso, com o Item nº 05, que é da relatoria do Senador João Pedro, que diz respeito ao acordo de cooperação técnica entre o Governo do Brasil e o Governo de Granada, assinado na Cidade de Saint George's, Decreto Legislativo 278/2008. Com a palavra, portanto, o Senador Paulo Duque, relator *ad hoc* da matéria.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Em 24 de abril de 2006 foi assinado entre o Brasil e o Governo de Granada um acordo com prazo de validade de cinco anos. Quer dizer, está terminando ou já terminou o prazo, não sei bem. Cinco anos. E será automaticamente prorrogado, conforme esclareceu o nosso Presidente, Fernando Collor, não é? Dentro de seis meses, em caso de denúncia, que parece que não houve, a prorrogação seria de cinco anos. Honestamente eu não sei--

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** É preciso... Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Com a palavra, Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Obrigado. É preciso ver no texto do relatório se consta essa cláusula no acordo, de renovação automática, salvo alguma objeção por uma das partes. Se isso não estiver explícito no relatório, então, essa cláusula não deve existir no acordo.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** É. Mas eu, pelo visto, assinado em abril de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010... Ainda está em vigor. Termina daqui a um ano. É o art. 9º. Exatamente do convênio, do acordo da cooperação técnica. De maneira que, o parecer do Senador João Pedro é... Que não há reparos para serem feitos ao projeto, no que concerne à constitucionalidade e À juridicidade. Onze artigos compõem o documento. Destaca-se art. 2º, que define o sistema de ultimação de ajustes complementares, para dar implementação à cooperação técnica que ocorrerá sob a égide do acordo, ajustes pelos quais... Exemplo, são definidas as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos programas de cooperação.

Também de relevo o art. 5º, pelo qual a parte receptora será responsável pelo apoio logístico, instalação, transporte e acesso às informações dos representantes da outra parte, quer estejam visitando em nome da cooperação técnica. Essa... O resultado disso, Presidente, na realidade, entre o Brasil é um país já poderoso e uma república que está incipiente, antiga, mas está incipiente ainda, é que eu tenho uma curiosidade muito especial, sobre se está dando resultado, ou não, isso. Isso, só mesmo, se alguém do Itamaraty aqui pudesse comparecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** V. Exa. pode fazer um requerimento pedindo informações sobre o andamento desse acordo, quais são os resultados.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Exatamente. Eu vou aproveitar depois a sugestão de V. Exa.. Terminando, o art. 6º, com base na reciprocidade, compromete os contratantes a concederem, em seu território, ao pessoal designado, exercer as funções de cooperação, amparadas pelo acordo. Um negócio meio redundante. Bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, vistos e isenções de impostos e demais gravames e incidentes sobre importação de objetos de uso doméstico e pessoal, e sobre a sua reexportação. Quanto aos salários, eles ficam a cargo da instituição, que enviou o pessoal responsável. Isso é natural. O dispositivo prevê ainda a imunidade jurisdicional no que concerne aos atos e ofícios praticados no âmbito do acordo. O voto no relatório é do Senador João Pedro. É pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 278/2008. O voto é favorável, pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador--

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Desse acordo que já foi firmado há três anos, pelo menos. Estamos aprovando agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que estão de acordo permane-

çam como estão. Aprovado. Nós já temos um *quorum* mais qualificado, e eu tenho um requerimento que está constando da Pauta que eu apresentei, eu pediria à Senadora Patrícia se ela puder assumir aqui a Presidência para que eu possa defender o requerimento. Senador Suplicy até já tinha falado a respeito dele também, trata-se da direção geral da UNESCO, que eu faria um requerimento, é muito bom porque vai ser a primeira vez que vamos ter uma mulher presidindo. Não tem nenhum homem na galeria de Presidentes. Pela primeira vez, vamos ter uma mulher presidindo a Comissão.

**[troca da presidência]**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Bom-dia Srs. Senadores. Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo pela honra, então, portanto, de ser a primeira mulher a ocupar a Presidência desta Comissão, pelo menos, por alguns minutos. Item nº 18, não terminativo, Requerimento nº 24/2009. Requeiro, nos termos regimentais, que seja encaminhado ofício ao Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, solicitando que reconsidere a decisão do não apoiamento pelo Governo Brasileiro à candidatura ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, UNESCO, do Dr. Márcio Barbosa, brasileiro, atual Diretor-Geral adjunto e que conta com os apoios significativos de Estados membros de várias correntes e com os quais o Brasil mantém fortes ligações diplomáticas, particularmente, nos assuntos ligados à educação, ciência e cultura. A autoria é do Senador Eduardo Azeredo, que tem a palavra para discutir o requerimento.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sra. Presidente, Srs. Senadores. Esse assunto foi, inclusive, trazido a esta Comissão anteriormente pelo Senador Suplicy, e o próprio Celso Amorim teve realmente a delicadeza de me comunicar, já que eu tinha colocado essa demanda de brasileiros, não só, em relação ao nome do Dr. Márcio Barbosa, mas também do Senador Cristovam Buarque. Eram os dois nomes que estavam colocados. O Senador Cristovam também foi informado da decisão brasileira, e compreendeu os motivos.

Entretanto, em relação ao Dr. Márcio Barbosa, que também foi informado, também compreendeu, mas existe ainda uma continuidade da discussão e eu fui realmente procurado por algumas pessoas, como o próprio Ex-Ministro José Israel Vargas, defendendo que o Governo pudesse reavaliar essa decisão, de não apoiar um nome brasileiro para a direção geral da UNESCO, que é, como todos sabem, referente a que a Organização da Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. E eu quero dar a justificativa, estar justamente colocando que trouxe certa surpresa o fato do Brasil ter optado por apoiar oficialmente a candidatura do Ex-Ministro de Cultura do Egito, Farouk Hosni para o cargo de Diretor-Geral da UNESCO, em detrimento de importantes representantes do país, além do atual Diretor-Geral adjunto, Márcio Barbosa, o Senador Cristovam Buarque.

Primeiramente, estranhou-se a decisão, porque ambos candidatos brasileiros possuem currículo que lhes credenciam para o cargo. Ademais, Márcio Barbosa, como vem sendo noticiado, conta com o apoio de importantes nações com as quais o Brasil mantém boas relações diplomáticas comerciais. O atual Diretor-Adjunto da UNESCO tem o reconhecimento, não apenas nos meios intelectual e científico, onde construiu sua carreira, mas também, no meio político. Já Farouk Hosni é figura controversa, tendo ocupado o cargo de Ministro por 20 anos, tempo em que protagonizou algumas condutas antidemocráticas, que não condizem com o perfil exigido pela ONU, segundo as informações.

Em segundo momento, causaram estranheza as frases e justificativas apresentadas pelo Itamaraty, para a opção pelo candidato egípcio. Nesse caso, em particular, o Itamaraty justificou se tratar de um muçulmano e que todas as religiões merecem, realmente, o nosso respeito, mas elas não podem ser a razão de indicação para uma entidade mundial, que cuida de temas plurais, que perpassam todas elas, educação, cultura e ciência. O Ministério das Relações Exteriores também alegou que o Egito nunca ocupou a direção geral da UNESCO, esquecendo-se de que o Brasil também não. O Brasil também nunca ocupou.

E alegou-se ainda que o Brasil não apresentou candidato, porque não era uma vitória líquida e certa. Vemos, portanto, justificativas que não se sustentam de maneira eficaz, sendo necessária e válida uma reavaliação, por parte dos organismos brasileiros, que tratam do assunto. Esse, Srs. Senadores, é exatamente o requerimento que estou apresentando, fazendo na verdade um apelo ao Embaixador Celso Amorim, para que ele possa reavaliar essa decisão. São dois nomes brasileiros com altas condições, como o Senador Cristovam Buarque, nosso companheiro aqui da Comissão, Presidente que foi desta Comissão, Presidente da Comissão de Educação, Ministro da Educação, Governador de Brasília... E também o Dr. Márcio Barbosa que já está na função de Diretor-Adjunto da UNESCO.

Essa é uma entidade de grande importância mundial para o Brasil, que é um país que tem realmente um grande patrimônio histórico. Seria de grande valia para nós termos, pela primeira vez, o Diretor-Geral da

UNESCO. E como eu justifico, o que foi colocado até agora, de que não há garantia de vitória, e de que é importante uma boa relação com os países árabes, evidentemente não me parece uma justificativa que seja a mais válida. Quer dizer, é claro que interessa uma boa relação com os países árabes, mas também é importante que o Brasil possa, pela primeira vez, ocupar esse cargo. De maneira que essa é a justificativa, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Em discussão o requerimento. Senador Fernando Collor, Senador Suplicy e Senador Duque. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Obrigado, Sra. Presidenta. O requerimento apresentado pelo Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu acho que chega em boa hora e em bom momento. Porque é difícil, muito difícil para os integrantes desta Comissão e deste Congresso admitir que, tendo nessa disputa dois nomes do quilate que V. Exa. se referiu, como o Senador Cristovam Buarque e o Dr. Márcio Barbosa que, inclusive, já é Diretor-Geral adjunto da UNESCO, que o Brasil opte pelo Sr. Farouk Hosni que, no seu currículo traz, dentre outros atos, ou atitudes, ou ações, a de querer promover a queima de todos os livros escritos em hebraico no mundo.

Ou seja, é algo tão absurdo que, em pleno Século XXI, exista uma pessoa pensando desta forma, que isso nos remete ao obscurantismo. Nos remete à inquisição, em que... A questão do pensamento único a que eu me referi há pouco, em relação ao ensino público da Venezuela, de modo que eu acredito que o Ministro Celso Amorim, e toda a sua assessoria, poderá eventualmente rever essa decisão do Governo Brasileiro, de apoiar para a direção geral da UNESCO alguém que se propõe a incentivar a queima de todos os livros escritos em hebraico. E como V. Exa. disse, Senador Eduardo Azeredo, o fato desse senhor já ter o apoio de alguns países, parece 52 ou 53 países, isso não significa dizer que esses 52 países ou 53 países estejam certos.

Isso não significa que o Brasil tenha que entrar nessas disputas sempre para ganhar. Mas nós temos que marcar uma posição. No momento em que tem candidatos brasileiros de quilate internacional, reconhecidamente internacional, eu acho que é nosso dever, quando pouco, apoiar um desses nossos nomes. E não em função de uma política de aproximação com o mundo árabe, que todos nós prezamos, até porque todos nós sabemos que a construção desse Brasil deve-se muito aos patrícios, que hoje vivem... Para aqui vieram, parece que já há algumas centenas de anos, isso não significa dizer que o não apoiamento do Brasil ao Sr. Farouk Hosni vai estremecer as nossas relações com o mundo árabe ou coisa parecida.

Eu concordo plenamente com o requerimento de V. Exa., me congratulo com os argumentos que V. Exa. se vale para justificar esse seu requerimento, e gostaria de endossá-lo, porque julgo ser algo de fundamental importância, a revisão do apoio que o Governo Brasileiro empresta ao nome do Sr. Farouk Hosni para a direção geral da UNESCO. Obrigado, Sra. Presidente.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado, Senador Fernando Collor.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Obrigada Senador Fernando Collor. Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para discutir a matéria.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sra. Presidenta, Senadora Patrícia Saboya, é fato que eu havia até sugerido, no diálogo com o Senador Eduardo Azeredo, quem sabe, pudéssemos ouvir o Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores a respeito da decisão do Governo Brasileiro, com respeito à candidatura ao cargo de Diretor-Geral da UNESCO. Tendo em conta que dois nomes foram muito bem qualificados e apontados, inclusive, por muitos de nós, como o Dr. Márcio Barbosa, mas, em especial também, o próprio colega nosso, Senador Cristovam Buarque.

Os termos do requerimento do Senador Eduardo Azeredo são de recomendação, solicitando que reconsidere a decisão. Não se trata de uma decisão impositiva. Imagino que o Governo do Presidente Lula, o Ministro de Relações Exteriores deve ter algumas razões de profundidade para a escolha que fez. Eu avalio que uma vez aprovado este requerimento, o próprio Ministro Celso Amorim venha expressar o desejo de aqui comparecer, para dar uma explicação a respeito, se ele avaliar que deve manter a decisão, que eu respeitarei, de indicar este Sr. Representante do Egito, que foi Ministro da Cultura e que, ainda nessa semana, pelo que li no jornal, procurou reiterar que não teria qualquer atitude contra Israel. Ainda que o Senador Collor mencionou que houve um fato histórico conhecido, mas se este Ex-Ministro da Cultura do Egito estiver reconsiderando suas posições, vai ver até em função dessa designação, então, quem sabe, isto possa estar sendo objeto até da consideração do Ministro Celso Amorim.

Eu só sugeriria ao Senador Eduardo Azeredo que, quando aqui coloca o Dr. Márcio Barbosa, que não exclua a outra indicação que muitos Senadores fizeram, que foi a do nosso colega, que ele próprio na justificativa, mencionou o Senador Cristovam Buarque. Só tem um problema de Senador Cristovam Buarque

ser designado para a UNESCO, porque nós iríamos perder aqui a contribuição tão importante que ele dá ao Senado Federal. Então, nesse sentido, eu até concordo com a outra designação porque, para nós, perderíamos com a ausência de Cristovam Buarque. Mas por uma questão de atenção para com o nosso colega, eu acho que poderia ser acrescido também aqui o nome dele.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Perfeitamente, Senador. Eu acho que nós podemos fazer... Farei então essa modificação. Na verdade, é porque o Senador Cristovam, quando recebeu a comunicação, me disse que tinha entendido, tinha compreendido os motivos. Não é que o Dr. Márcio não tenha entendido, mas o Dr. Márcio continuou o movimento no sentido da indicação dele. De outros países. Foi levantada a possibilidade dele ser indicado por outro país que não o Brasil. Seria uma questão extremamente estranha. Então... Mas, da minha parte, eu também assinei o requerimento, na verdade, o apoiamento ao Senador Cristovam, cerca de um ano atrás.

Mas eu considero que é válida a colocação, tanto é que, na justificativa, eu abordo essa questão dos dois nomes. Mas a distinção foi em função de que o nome do Dr. Márcio continua na Pauta, depois da colocação. O Senador Cristovam não está aí, pra gente saber dele, se ele ainda coloca o nome dele, se mantém o nome dele. Mas, de qualquer maneira, eu considero que é bom a gente fazer um ajuste no preâmbulo do requerimento.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Pois não. Obrigada, Senador Azeredo. Senador Paulo Duque, para discutir.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Essa votação dar-se-á daqui a alguns dias, talvez. Não sei se teremos tempo hábil e material para fazer todas as consultas que foram aqui sugeridas. De qualquer maneira, é preciso esclarecer, como eu fiquei esclarecido agora, que o Dr. Márcio Barbosa, ele não pertence ao quadro do Itamaraty. Não é Diplomata. Está lá há não sei quanto tempo naquela diretoria adjunta da UNESCO. A UNESCO é um órgão da maior importância, em minha opinião, útil, está muito próxima dos países hoje. E se tivéssemos um brasileiro dirigindo a UNESCO, seria uma grande vitória diplomática, e nacional. Acho que... Não sei se o nosso querido colega Cristovam Buarque vai querer entrar numa disputa, que essa é uma disputa, não é uma simples escolha, uma nomeação.

É uma disputa. Não sabemos o que há por trás disso, em relação aos interesses do Brasil em querer triburar(F) como membro do Conselho de Segurança da ONU. Está em jogo isso também. É uma espécie de composição, muito parecida, às vezes, com os jogos políticos aqui do Senado. Também não sabemos disso. Também não temos notícia. Eu não tenho notícia. Agora, quanto a queimar os livros, V. Exa. tem toda razão, Presidente Collor. É pena que não se incluísse os livros pornográficos que existem por aí. Aí não faríamos muita objeção a isso. Essa leitura fácil para os meninos. Não é? Pedofilia... Isso devia ser queimado. Quanto ao voto, Presidente, eu estou de pleno acordo com V. Exa., como sempre. A sabedoria mineira aqui é muito forte para o meu lado. E apoio plenamente o seu requerimento.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Obrigada, Senador Paulo Duque. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão. Coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências. Acho que agora o Senador Azeredo assume, para que eu possa relatar. Obrigada, Senador.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Também não chega a ser a bela e a fera, não.

[risos].

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Sr. Presidente, permite só fazer aqui um... Não tem a ver com a nossa Comissão, mas eu fiquei muito feliz com a notícia que o Senador Eduardo Suplicy acabou de nos dar e passou o telefonema de Dom Geraldo, uma posição da CNBB a respeito da redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos. E acabei de falar agora com Dom Geraldo e ele encaminhou a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras a posição. Eu gostaria de registrar aqui, agradecer ao Senador Suplicy por trazer essa notícia, e me fazer a ligação, falar com Dom Geraldo, queria passar também essa notícia a V. Exa., que sei--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas qual é a posição?

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** É a posição contrária à redução da idade penal. Desculpa, é verdade. Posição contrária à redução da idade penal. Acho que isso vai reforçar muito a nossa tese, a nossa luta que essas crianças e adolescentes, talvez, precisem muito mais de chances, de oportunidades, do que de castigo, cadeia, prisão. Obrigada, Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Permita reforçar?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Justamente alguns Senadores e Deputados, estivemos presentes hoje... O Presidente da CNBB celebrou uma missa de manhã e, ao final, nos falou com temas importantes para a CNBB, que tramitam no Congresso Nacional, dentre os quais, o acordo Santa Sé e Governo Brasileiro que, acredito, passará antes na Câmara dos Deputados e, em seguida, será por nós examinado, e ele tem tido a preocupação, assim como o Dom Odilo Scherer, em São Paulo. Outro dia ele reuniu quase todos os Deputados e Senadores de São Paulo, ali no Colégio São Bento e, explicando os objetivos deste entendimento entre o Governo Brasileiro e a Santa Sé, que assegura a laicidade da forma de Governo do Brasil e o respeito a todas as demais religiões e, inclusive, quando fala da possibilidade de ensino religioso nas escolas públicas, com a possibilidade de liberdade completa e tudo.

Mas além deste tema, ele chamou atenção para a preocupação da CNBB, da Igreja Católica no Brasil com respeito à diminuição da maioridade penal. Um tema que a Senadora Patrícia Saboya tem se dedicado tanto, e eu estou de acordo com ela. É claro, respeito a opinião dos que tem opinião diferente, mas nós estamos tentando persuadir todos nossos colegas de que não convém diminuir a idade de 18 para 16 anos, e o Presidente da CNBB informou-nos que, ainda nesta semana, encaminhou a todos os senadores os argumentos pelos quais a CNBB pede a todos nós para refletirmos a respeito da decisão importante que iremos tomar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Suplicy. Dando continuidade, portanto, à Pauta, nós vamos passar... Eu peço ao Senador João Pedro que já tinha solicitado a ele que fosse também relator *ad hoc* do PDS nº 70/2009, que é também da relatoria do Senador João Pedro. Este é o PDS--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Permita, Senador Presidente, que ainda que, em alguns assuntos, como a questão do ingresso da Venezuela, eu tenha um ponto de vista diferente do Senador Fernando Collor, mas folgo aqui em saber que ele, neste caso, está de acordo com o ponto de vista meu e da Senadora Patrícia Saboya, sobre a questão da maioridade.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sempre estive de acordo, Senador. E a Senadora Patrícia Saboya pode testemunhar a esse respeito. Lutamos juntos, não foi?

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Exatamente, registrei várias vezes o seu compromisso com esta Casa.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Que bom. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Bem lembrado, Senador. Vamos dando continuidade então, Senador Paulo Duque, é o requerimento, então, portanto de... Requerimento, não, o PDS nº 70/2009 que aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em matéria penal entre o Brasil e a República Federal da Nigéria. O relatório é do Senador João Pedro que, não estando presente, solicito ao Senador Paulo Duque que seja relator *ad hoc*. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Presidente, trata-se de um projeto de decreto legislativo, na origem, que aprova o texto de Tratado de Assistência Jurídica Mútua em matéria penal entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria. Foi assinado, isso em Brasília, em 06 de setembro de 2005. Consequentemente, já tem esse tratado, esse acordo, quatro anos. Quatro anos. Tratado de Assistência Jurídica Mútua, matéria penal. Há uma série de considerandos e vários artigos. Interessante isso porque matéria penal pode haver até tipicidade de crime de morte na Nigéria e não existe no Brasil. Em todo caso, o Deputado João Pedro estudou o assunto e apresentou o seguinte parecer: O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2009, tendo naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça. O tratado em exame compõe-se de 29 artigos e três anexos. Analisa alguns artigos e esclarece que as disposições seguintes tratam dos custos relacionados ao atendimento da solicitação, de confidencialidade e limitações ao uso das informações fornecidas, dos procedimentos para depoimentos e produção de provas no território da parte requerida. O Capítulo 2 designa as regras a serem observadas no tocante à divisão dos artigos compreendidos e seus valores e equivalentes, definindo as circunstâncias nas quais os artigos poderão ser divididos.

E esclarece que não foram oferecidas emendas no plano regimental. Ele vota, com base no exposto, nas considerações que fez, ser de todo conveniente aos interesses do país, a ratificação do Ato Internacional em análise e conclui opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 70/2009. Este é o parecer do Senador João Pedro. O parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Em discussão o parecer do Sena-

dor Paulo Duque. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado, portanto, o PDS nº 70/2009. E eu passo agora a palavra à Senadora Patrícia para que, também, relate o Item nº 10 da Pauta, que é o PDS nº 66, é o tratado que aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Organização Mundial de Saúde, com vistas a sua entrada em vigor no Brasil. Relator, Senador Marco Maciel, não pôde estar presente, peço à Senadora Patrícia como relatora *ad hoc*.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Sr. Presidente, nos termos do disposto art. 49, Inciso I, combinado com o art. 84, Inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração do Congresso Nacional, mediante a Mensagem nº 1025 de 29 de novembro de 2006, o texto do acordo supra ementado. A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento presidencial, informa que o novo Regulamento Sanitário Internacional amplia a esfera de ação do regulamento, ora em vigor, adotado em 1969 e modificado em 1973 e 1981. Para tanto dispõe sobre a revogação de diversos instrumentos internacionais, além de criar direitos e obrigações para as partes.

A análise. *"O Regulamento Sanitário Internacional, em sua versão original, foi adotado em 1969 e se aplicava somente a três enfermidades infecciosas: Cólera, peste e febre amarela. O que torna evidente a premência de sua atualização. O aumento da população mundial, o vertiginoso crescimento dos contingentes migratórios internacionais permanentes e temporários e do comércio internacional, a irrefutável interdependência ambiental global, o aumento da diversidade de agentes patogênicos biológicos químicos e radioativos são motivos que justificaram a revisão do regulamento, já realizada tardiamente.*

*O novo regulamento iniciou sua vigência internacional em junho de 2007 e nada obstante quanto aos esforços em andamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e do centro de informações estratégicas de vigilância em saúde do Ministério da Saúde, para adequar suas ações aos termos do acordo, é trazido à análise desta Casa revisora somente um ano após.*

*As principais obrigações advindas do novo regulamento são: 1) Designar ou estabelecer um ponto focal nacional para o regulamento sanitário internacional. 2) Fortalecer e manter a capacidade para detectar, notificar, responder rapidamente aos eventos de saúde pública. 3) Responder a solicitações de verificação de informações com respeito ao risco para a saúde pública. 4) Avaliar os eventos de saúde pública ao aplicar o instrumento de decisão e notificar a Organização Mundial de Saúde, no prazo máximo de 24 horas, todos os eventos que podem constituir uma emergência de saúde pública, de importância internacional. 5) Proporcionar inspeção sistemática e atividade de controle em aeroportos internacionais, portos e passagens de fronteira terrestres, designadas para prevenir a propagação internacional de doenças. 6) Fazer o que for possível para implementar as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. 7) Colaborar entre si com a Organização Mundial de Saúde na implementação do Regulamento Sanitário Internacional.*

*De resto, o acordo segue normas e previsões padronizadas nos instrumentos internacionais de igual abrangência temática. É apresentada uma emenda ao texto da ementa da proposição com objetivo único de corrigir sua redação".*

O voto. *"Tendo em consideração o interesse nacional a constitucionalidade e a juridicidade, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 66/2009, com a seguinte emenda: Dê-se a emenda o Projeto de Decreto Legislativo nº 66/2009 a seguinte redação, aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional acordado na 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005".* Esse é o parecer e o voto do Senador Marco Maciel, que temo aqui a honra de relatar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senadora Patrícia Saboya. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Antes de dar segmento, quero registrar o requerimento do Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente, justificando que em função de missão político-partidária em seu Estado não pôde estar aqui presente nesta data. Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy, que é o relator do PDS nº 288 que é o Item nº 03 da Pauta... Item nº 03, não, Item nº 7 da Pauta, que trata da aprovação do texto do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília em primeiro de agosto de 2006. PDS nº 288/2008. Com a palavra o Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, documento presidencial informa que se trata do primeiro tratado celebrado entre Brasil e Afeganistão, e atende à disposição de ambos governos de desenvolver a cooperação técnica, como meio para estimular, aperfeiçoar o desenvolvimento social

e econômico respectivo. O acordo foi apresentado na Câmara dos Deputados, em 06 de novembro de 2006, obteve aprovação daquela Casa em outubro de 2008 e, remetido ao Senado. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. Cumpre ressaltar que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, composto de 11 artigos, o acordo tem por objetivo a promoção de cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias.

De acordo com o art. 3°, os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de ajustes complementares, os quais definirão, igualmente, as instituições executoras, os órgãos coordenadores e insumos necessários à implementação dos mencionados programas e projetos, dos quais poderão participar, dentre outros, instituições do setor público e privado, assim como, organizações internacionais e não governamentais. O art. 5° dispõe sobre a garantia de sigilo de informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação do acordo. Cada parte se obriga fornecer o apoio indispensável ao pessoal enviado pela outra parte, como dispõe o art. 8°.

O art. 10° versa sobre a entrada em vigor, a vigência, a denúncia e a emenda ao presente acordo. O instrumento de análise reveste-se de dupla importância. O fato histórico de seu pioneirismo, primeiro tratado a vincular ambas as soberanias de outro aprofundamento do relacionamento bilateral pela via da amizade e da cooperação. O texto, de resto, está em sintonia com os acordos análogos a vincular o Brasil com outros países. Mas ressalto, Sr. Presidente, que realizar um acordo com o Afeganistão, que é uma das nações que, ainda hoje, está com uma conflagração de operações de guerra, inclusive, com tropas norte-americanas e outras naquele país, constitui certamente uma iniciativa da parte do Brasil, do Governo Brasileiro positiva, pois realizar um entendimento com o Afeganistão significará que o Brasil estará cooperando para o processo de pacificação no Afeganistão. Assim, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente. Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 288/2008.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Eduardo Suplicy. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. E coloco em votação. Sras.. Senadoras e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

**SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):** Senador Azeredo, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Tasso Jereissati com a palavra.

**SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):** Apenas para fazer uma lembrança em relação ao requerimento que já foi aqui apresentado e já foi aprovado, mas apenas lembrar da importância dessas informações. O Chanceler Celso Amorim, quando esteve aqui nos relatou que, entre os dias 19 e 20 desse mês, haveria uma relação possivelmente conclusiva das negociações com a Venezuela quando, aí sim, nós poderíamos saber e ter as informações necessárias a... Se a Venezuela e o Brasil chegaram aos pontos de acordos necessários para a entrada da Venezuela no Mercosul. Portanto, é muito importante que essas informações que V. Exa. já requereu sejam encaminhadas, da maneira mais rápida possível, para que nós possamos dar andamento ao nosso relatório, e a votação nessa Comissão que V. Exa. preside.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Tasso Jereissati, que é o relator do projeto de adesão da Venezuela ao Mercosul. Até solicito à Embaixadora Gladys que possa agilizar junto ao Itamaraty, tendo em vista que, realmente, o tempo decorrido entre a aprovação nesta Comissão, aprovação em Plenário, às vezes, é demorado. E como, no primeiro caso, já houve realmente a pronta resposta do Itamaraty, seria bom que se repetisse, também, nesse momento. Está bem? Muito obrigado.

Senador Pedro Simon, nós vamos então para o Item n° 01, que é o Projeto de Decreto Legislativo n° 115/2008, que aprova o texto do acordo de cooperação em matéria de comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Foi celebrado em Brasília em 1° de abril de 2005. Concedo a palavra ao Sr. Senador Pedro Simon, relator da matéria.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, é submetido ao Congresso Nacional texto de acordo de cooperação em matéria de comunicação entre Brasil e o Uruguai. O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou projeto de decreto, após ser examinado também pela Comissão de Constituição e Justiça e Ciência e Tecnologia. Cuida-se aqui de um acordo entre Uruguai e Brasil, que tem por objetivo basicamente desenvolver a veiculação recíproca do sistema de comunicação dos dois países, tendo em vista a proximidade geográfica e a existência de constante intercâmbio de pessoas e informações em seus territórios. Esse caráter do acordo está bem explicitado na exposição de motivos do Ministério das Relações

Exteriores que acompanha a matéria. Sou totalmente favorável e não há nenhuma dúvida com relação a ela, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Pedro Simon. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Coloco em votação. Srs. Senadores e Senadora que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Peço, portanto, ao Senador Pedro Simon que também é o relator do outro item aqui, ainda pendente, na Pauta, que é o Item nº 08, PDS 64/09, que versa sobre o texto do acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da Argentina, relativo ao intercâmbio de estagiários, assinado em Buenos Aires em 14 de agosto de 2001, a ser, portanto, ratificado. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nos termos do relatório é nova mensagem de S. Exa. o Presidente, cujo texto suplementar à exposição de motivos de relações exteriores, acompanha documento presidencial. Informa que o acordo foi assinado com o objetivo de reforçar os laços de amizade, e os entendimentos mútuos, nas medidas em que a simplificação de normas para a admissão de estrangeiros, no âmbito da cooperação profissional e técnica, entre empresas situadas em ambas as partes. O instrumento idôneo que visa a desenvolver e adequar a capacitação profissional de perito. Há uma unanimidade por parte de todos segmentos da Argentina e do Brasil favorável a esse projeto. Sou favorável, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos agora ao Item nº 02, que é do Senador Cristovam Buarque. Não estando presente, peço ao Senador Antonio Carlos Valadares que seja relator *ad hoc*, é o PDS nº 139 de 2008, ele trata do texto do protocolo facultativo ao pacto internacional sobre direitos civis e políticos, adotado em Nova York. E do segundo protocolo facultativo ao pacto internacional sobre direitos civis e políticos, com vista à abolição da pena de morte, adotado e programado pela Resolução 44128(F) de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa ao art. 2º.

Com a palavra, portanto, o Senador Antonio Carlos Valadares. Esse é o último acordo na Pauta. Teremos só ainda um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, para encerrarmos a reunião. Com a palavra Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, trata-se de uma mensagem do Presidente da República, que submeteu ao Congresso, mediante mensagem nº 9924, digo melhor, de 27 de dezembro de 2005, os textos dos acordos supraementados sob a égide do Direito Internacional de proteção à pessoa humana. Passamos, de imediato, à análise.

*"A apreciação congressional dos protocolos facultativos ao pacto internacional sobre direitos civis e políticos se dá como demora injustificada. Há muito que a ambiência política, o consenso jurídico permitiu a adesão brasileira a esses tratados. Muito embora, a prática nacional não lhes venha contradizer de maneira ostensiva, é sempre conveniente e oportuna a adesão aos instrumentos internacionais de promoção dos Direitos Humanos, como forma de revigoramento dos compromissos nacionais com os direitos fundamentais e de exemplo aos regimes que se obstinam em não aderir aos sistemas regionais e internacionais de Direitos Humanos.*

*O primeiro protocolo facultativo prevê a competência do Comitê de Direitos Humanos da ONU para receber e examinar petições individuais em caráter subsidiário, como de praxe, após o anterior esgotamento de recursos internos, ressalvados os casos de demora injustificada, o que também faz justiça a um dos propósitos da Emenda à Constituição nº 45. Faz ecoar ainda, no Sistema Onusiano, a aceitação brasileira da legitimidade do direito, a justiciabilidade internacional dos Direitos Humanos, cujo marco foi o reconhecimento, há menos de uma década, no sistema interamericano da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.*

*A exigibilidade internacional de normas convencionais, a que o Brasil se obrigou a dar cumprimento, constituiu-se a essência da jurisdição constitucional internacional, ora reconhecida pelo ordenamento brasileiro. É necessário impulso de inovação, não alheio à ordem constitucional, todavia, graças a sua abertura normativa e principiológica. O segundo protocolo para a abolição da pena de morte é redundante com as normas constitucionais com suas cláusulas pétreas, sobretudo, ao permitir reserva ao art. 2º, para facultar a aplicação da pena capital, em tempo de guerra, em razão de condenação por infração penal de natureza militar de extrema gravidade".*

O voto. *"Tendo em consideração interesse nacional, a constitucionalidade e a juridicidade, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 139/2008, que comporta a reserva expressa ao art. 2º, do segundo protocolo adicional".* É o parecer. Sr. Presi-

dente, na qualidade de relator *ad hoc* em substituição ao eminente Senador Cristovam Buarque.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado Senador Antonio Carlos Valadares, sempre presente em nossa reunião, é muito boa a sua presença aqui, eu lhe agradeço aí, como relator *ad hoc* e coloco o relatório em discussão.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim, Senador Eduardo Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Quero ressaltar que estou de pleno acordo com os termos do protocolo relativo à abolição da pena com morte, pois, como aqui é expresso, convencido de que a abolição da pena de morte contribui para a promoção da dignidade humana e para o desenvolvimento progressivo de Direitos Humanos e avaliando que foi importante que a Constituição... A Constituinte de 1988 vedou a pena de morte, inclusive, como cláusula pétrea e, também, a própria prisão perpetua, e como concordo com isso, quero reiterar a relevância deste acordo internacional. E ressaltando que a anistia internacional, e outras entidades têm mostrado como é que a adoção da pena de morte, nos mais diversos países do mundo, não contribui para a diminuição da criminalidade violenta, aliás, como Thomas More, já havia expresso em 1516, no livro *Utopia,* quando recomendou que não se adotasse a pena de morte. Muito obrigado.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, eu não sei se outros senadores já tocaram neste assunto, em sessões anteriores, mas eu gostaria de--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador, deixa eu só concluir essa votação, então. Então vamos só... Não havendo... Encerro a discussão e coloco, portanto, em votação a aprovação deste acordo internacional. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, eu gostaria de me referir a um assunto que talvez já tenha sido tocado, como eu falei, por outros senadores nesta Comissão e no Plenário. É sobre a visita, que finalmente foi adiada, graças a Deus e a Maomé, do Presidente do Irã, Ahmadinejad, cuja presença aqui no Brasil iria criar, sem dúvida alguma, muito constrangimento, principalmente, porque o Brasil é signatário de muitos acordos internacionais, que expressam de forma transparente a prioridade na atenção aos Direitos Humanos.

E esse Presidente, Ahmadinejad, por maior que seja a sua importância no plano da economia, do relacionamento com o nosso país, ele, de forma categórica e absurda, causando vexame, quem sabe até no seu próprio país, quis nas Nações Unidas demonstrar que o holocausto ocorrido na Alemanha, na época de Hitler, não passou de uma falácia, isto é, um fato histórico, documentado, filmado, como foi a destruição de vidas humanas, mais de seis milhões de judeus, que foram trucidados pelos nazistas, numa ação predatória contra a vida humana, contra a democracia, contra os Direitos Humanos, o Presidente Ahmadinejad que, naturalmente, se vincula aos sentimentos do nazismo já destruído, numa guerra histórica, na Segunda Guerra Mundial, quando milhões e milhões de europeus, de americanos e até de brasileiros deram a sua própria vida em defesa da liberdade, da democracia e da proteção ao ser humano.

Este Presidente, de fato, nos causaria uma imensa vergonha. Um imenso constrangimento. E seria incontornável que a imprensa internacional, que a mídia nacional não fizesse, como fez antecipadamente, críticas à sua possível visita ao nosso Brasil, que é um país da solidariedade, que é um país cristão... Que é um país que respeita os Direitos Humanos, que tem uma Constituição cidadã, que adotou um capítulo inteiramente voltado à defesa dos Direitos Humanos. De modo que, Sr. Presidente, por maior que seja, como eu disse, a importância econômica, o nosso relacionamento com o Irã, cujo povo não tem culpa do discurso proferido pelo Presidente, nós respeitamos o povo do Irã. Mas o seu Presidente assumiu uma posição ameaçadora, já que ele detém uma posição de destaque num país rico, num país que se propõe, inclusive, a construir a bomba atômica.

Foi realmente uma ameaça o seu pronunciamento e o desconhecimento da realidade histórica ocorrida na Europa, mais de perto na Alemanha, com a destruição de vidas humanas, a humilhação de homens e mulheres que não... Alguns dos quais ficaram trancafiados em campos de concentração. Mas, a maioria teve que ser levada às câmaras de gás, através desse processo histórico chamado como o Holocausto. Portanto, a minha palavra não é só de alegria, porque ele não veio, de regozijo, porque ele não desceu nas terras de Cabral, nas terras dos brasileiros, como também, de repulsa ao comportamento, à conduta antidemocráti-

ca, antilibertária, antidireitos humanos do Presidente Ahmadinejad. Graças a Deus, e graças a Alah ele ficou por lá. Agradeço a V. Exa..

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Antonio Carlos Valadares. Esse assunto realmente foi discutido aqui em reuniões anteriores e, portanto, agora vamos aguardar se haverá uma nova... Um novo convite, uma nova visita. Mas o último item da Pauta, que nós temos aqui ainda, é um requerimento. Eu quero, inclusive, informar que nós estamos em dia com os acordos internacionais. Apenas três não foram votados hoje, que é o acordo... Foi pedida a retirada de Pauta pelos relatores, o acordo de esclarecimento do Centro-Sul celebrado em Genebra, Senador Efraim Morais, o acordo que trata do mecanismo de cooperação comercial entre o Brasil e a Argentina, de relatoria do Senador Geraldo Mesquita e, também, o acordo objeto do PDS 74, que é relativo à adoção de emblema distintivo adicional de relatoria do Senador Adelmir Santana.

Com esses três, nós só temos mais um acordo recém chegado. Portanto, estamos totalmente em dia, e não há atraso da parte desta Comissão. O requerimento, que eu também subscrevo, é do Senador Mozarildo Cavalcanti que, não estando presente, eu coloco também em discussão, que requer que seja convidada a Profa. Dra. Olinda Batista Assmar, Reitora da Universidade Federal do Acre, Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral, Reitor da Universidade de Rondônia, para participarem de Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira, para tratarem da atuação das respectivas universidades federais, em temas relativos à Região Amazônica.

A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti, portanto, subscrito por mim também, e eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Portanto, está aprovado.

Quero ainda advertir de que faltou ainda a aprovação da dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado também.

Portanto, agradeço a presença dos Srs. Senadores e está encerrada a reunião.

*Sessão encerrada às 12h14.*

**ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Efraim Morais, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque.** Justifica a ausência o Senador **João Tenório.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da pauta e convida para compor a Mesa os Embaixadores Luiz Gilberto Seixas de Andrade e João Solano Carneiro da Cunha. **Item 1**: Mensagem nº 57, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Romero Jucá**, para fazer a leitura de seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **Luiz Gilberto Seixas de Andrade** para fazer sua exposição. O Presidente declara aberto o processo de votação. **Item 2**: Mensagem nº 73, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do senhor João Solano Carneiro da Cunha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Adelmir Santana**, para fazer a leitura do seu relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **João Solano Carneiro da Cunha** para fazer sua exposição. O Senador Geraldo Mesquita Júnior assume a Presidência. O Senador Renato Casagrande faz uso da palavra. O Presidente inicia a apreciação da pauta extra: **Item** 1: Requerimento nº 26, de 2009

– CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, em que requerem, *"nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública em duas partes, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia legal, com os seguintes convidados: 1ª Audiência: Ministro Sérgio Machado Rezende - Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia,Sr. Adalberto Luis Val – Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA), Sr. Silvio Cresta – Diretor, Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sr. Jacob Palis Junior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); 2ª Audiência: Sr. Marco Antônio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sr. Imar César de Araújo – Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), Sra. Ima Célia Guimarães Vieira – Diretora do Museu Paraense "Emílio Goeldi" (MPEG), Sr. Cláudio José Reis de Carvalho – Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental, Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos – Diretora do Instituto Evandro Chagas".* Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 27, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, em aditamento ao Requerimento nº 23 de 2009, da Comissão de Relações Exteriores, requerendo, *"nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam também convidados o Professor Dr. Roberto Ramos, reitor da Universidade Federal de Roraima, o Professor Dr. José Carlos Tavares Carvalho, reitor da Universidade Federal do Amapá e o Professor Dr. Alan Barbiero, reitor da Universidade Federal do Tocantins, a participarem de Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para tratarem da atuação das respectivas Universidades Federais em temas relativos a Região Amazônica".* Aprovado. **Item 3**: Requerimento nº 28, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, em que requerem, *"nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, Nelson Jobim, informações sobre a criação de 28 novos batalhões na fronteira amazônica e nas terras indígenas, prevista na Estratégia Nacional de Defesa, o que ampliaria de 25 mil para 30 mil o número de militares na Amazônia".* Aprovado. **Item 4**: Requerimento nº 29, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, em que requerem, *"nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Tarso Genro, informações sobre o plano especial para agentes e delegados da Polícia Federal que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia".* Aprovado. **Item 5:** Requerimento nº 30, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, em que requerem, *"nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informações sobre o projeto de instituição de um plano especial para servidores do Instituto dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia".* Aprovado. **Item 6:** Requerimento nº 31, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e João Pedro, em que requerem, *"nos termos regimentais, que para a terceira Audiência Pública de instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que 'aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela', em decorrência da aprovação nesta comissão de requerimento, de autoria do Senador Fernando Collor, dia 14/03/2009, seja também convidado o senhor Antonio José Ferreira Simões, embaixador do Brasil na Venezuela".* Aprovado. **Item 7**: Requerimento nº 32, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, em que requerem, *"nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 2009, que 'altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira'. Para tanto, 'requerem' sejam convidados os senhores Governadores dos Estados da Faixa de Fronteira do Brasil".* Aprovado. **Item 8:** Requerimento nº 33, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, em que requer *"nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Miguel Jorge, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, assuntos referentes a comércio exterior, dificuldades diante da crise financeira, Mercosul e novos mercados".* O Presidente faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 34, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer

*"a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na Audiência Pública para debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000"*. Aprovado. Os Senadores **Augusto Botelho** e **João Pedro** fazem uso da palavra. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 35, de 2009 - CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, *"diante de notícias publicadas hoje em jornais nacionais, nos termos do art. nº 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, solicite ao governo venezuelano informações diretas e explicações acerca do possível constrangimento a que teria sido submetido o escritor peruano Mario Vargas Llosa em sua chegada à Venezuela, no aeroporto de Maiquetía, onde ficou retido por cerca de uma hora e meia e foi advertido a não fazer declarações sobre assuntos políticos internos, além de ter sua bagagem minuciosamente revistada"*. Aprovado. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e dezenove minutos. A reunião é reaberta às doze horas e trinta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação da indicação dos Embaixadores e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MAIO DE DOIS MIL E NOVE, ÀS 10 HORAS 25 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta. Nós temos alguns requerimentos e a oitiva dos dois indicados para as Embaixadas. Eu quero convidar então para compor a Mesa o Embaixador Luiz Gilberto Seixas de Andrade, indicado para a República Cooperativista da Guiana, e o Embaixador João Solano Carneiro da Cunha, indicado para a República Dominicana.

O Item 1 é não terminativo. É a Mensagem nº 57, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana. A autoria é do Presidente da República e o Relator é o Senador Romero Jucá, a quem passo a palavra.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente Eduardo Azeredo, eu quero saudar os Embaixadores Luiz Gilberto Seixas de Andrade e João Solano Carneiro da Cunha.

Rapidamente, Sr. Presidente, eu quero registrar, primeiro, a minha satisfação de poder relatar a indicação do Embaixador Luiz Gilberto Seixas para a República Cooperativa da Guiana. Primeiro pela história, pelo trabalho realizado pelo Embaixador e, também, pela importância com que esse cargo se relaciona com o Estado que represento aqui no Senado Federal. O Estado de Roraima é um Estado jovem, é um Estado que tem procurado construir uma matriz econômica que leve a um desenvolvimento autossustentado, nós temos um desafio de ser um Estado da Amazônia, de ser um Estado com uma alta população indígena, 50% das terras do Estado são áreas de proteção ou áreas demarcadas como áreas indígenas, e, portanto, a área remanescente terá que ser efetivamente muito bem estruturada, muito bem explorada, muito bem utilizada para que nós tenhamos um modelo de desenvolvimento econômico que não precise desmatar, que não precise agredir o meio ambiente. Nesse aspecto, a República da Guiana tem uma importância extremamente estratégica para o nosso Estado e para a Amazônia Ocidental, porque como se pode ver aqui no mapa da apresentação, Roraima faz fronteira com a Venezuela e com a República da Guiana, nós temos naquele ponto azul, no mapa de Roraima, é a capital Boa Vista, da capital Boa Vista até a fronteira com a Guiana, na cidade de Bonfim, já existe uma estrada asfaltada de 140km. Na fronteira com Bonfim, quer dizer, o que faz fronteira com Bonfim é o Rio Tacutu, o Governo brasileiro acaba de concluir uma ponte que, efetivamente, faz a ligação, uma ponte inclusive que tem que ter obras de arte do lado da Guiana, porque como que a Guiana foi colonizada pela Inglaterra, lá o trânsito é mão inglesa, então na verdade tem que haver uma inversão de mão na subida da ponte, porque

um dos grandes problemas lá na estrada da Guiana é exatamente a quantidade de batidas, a quantidade de colisões exatamente porque a tendência é que as pessoas que vão do lado brasileiro, entram na Guiana e terminam, por costume, transitando na mão errada e isso gera uma série de problemas. Então do lado da Guiana, quer dizer, é fundamental para que a Amazônia Ocidental tenha um Porto no Caribe, é fundamental que nós tenhamos o asfaltamento da estrada da Guiana até Georgetown e o fortalecimento do Porto de Georgetown ou a construção de um novo porto, que já está previsto pela República da Guiana, exatamente dando condição de atracar navios de um calado maior. Por que é que esse porto é importante? Porque essa saída nos deixa em cima do Canal do Panamá, nos deixa em cima do Caribe e Golfo do México. Nós temos um processo de entrada de insumos de uma forma muito mais barata. Para se ter uma ideia, da Guiana à capital Boa Vista são cerca de 540 quilômetros, mais perto do que de Boa Vista à Manaus, que são 740 quilômetros. Então na verdade, quer dizer, como logística econômica e saída estratégica para a nossa região, a Guiana representa algo extremamente importante. A Embaixada brasileira já vinha fazendo um trabalho de aproximação, eu tive uma reunião com o Embaixador Seixas, nós conversamos bastante e o papel dele vai ser um papel extremamente importante para o Governo brasileiro também no sentido de consolidar e ampliar essa relação.

Então, eu quero dizer que, por todos os cargos exercidos, pela formação de economista, pela formação toda da história do Embaixador no Itamaraty, eu dou o Parecer favorável, com muita satisfação, desejando que ele faça um profícuo trabalho e me colocando inclusive à disposição. Tanto eu quanto o Governo do Estado de Roraima estaremos à disposição para ajudar, para auxiliar, para apoiar qualquer iniciativa.

Registrar que o Presidente Lula tem um compromisso comigo, com o Estado de Roraima, de ajudar no processo de financiamento, de construção econômica, para que haja recursos para construir essa estrada. Como eu disse, é a saída do Brasil e da Amazônia Ocidental para o Caribe. Hoje Georgetown é sede do Caricom, que é o Mercado Comum do Caribe. Nós temos um mercado extremamente consumidor em toda essa região, então para nós é extremamente importante.

Eu quero não só dar o Parecer favorável à indicação, mas, também, saudar e desejar ao Embaixador o melhor trabalho possível, porque Roraima, de certa forma, vai depender muito da atuação dele nesse posto que ele vai ocupar. Obrigado. O voto é favorável, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Romero Jucá. Eu quero inclusive acrescentar que no ano passado eu tive a oportunidade de ir à Guiana com o então Presidente Heráclito Fortes, e nós sentimos realmente a importância. Eu concordo plenamente com o que V. Exa. coloca: a importância, a proximidade com o Brasil. Essa estrada seria financiada pelo BNDES? Também existe alguma negociação? Como líder do Governo, o senhor tem essa informação?

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** A verdade é a seguinte: o BNDES se coloca à disposição e a CAF também, quer dizer, nós temos uma limitação porque o governo da Guiana tinha uma dívida alta, inclusive com países da Europa, e houve um perdão da dívida exatamente com o compromisso de que não houvesse novos endividamentos maciços. Então, na verdade, nós estamos à disposição da Guiana de procurar um outro caminho, a concessão da estrada e do porto, a construção, uma situação que possa mesclar algumas atividades econômicas que levem à construção da estrada. Então, na verdade, nós vamos ter que agir de uma forma meio heterodoxa na construção dessa engenharia financeira, mas é muito mais importante para o Brasil, muito mais importante para Roraima do que para a própria Guiana a construção dessa estrada, porque é a nossa saída de Manaus e de Roraima para a área do Caribe, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Então, já de imediato, eu passo a palavra ao nosso Embaixador, futuro Embaixador, Luiz Gilberto Seixas de Andrade, indicado para a República Cooperativista da Guiana.

**SR. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE:** Sr. Presidente, muito obrigado. Senador Romero Jucá, muito obrigado por suas palavras. Srs. Senadores, para mim é um privilégio estar presente hoje na Comissão de Relações Exteriores para ser apreciada a minha indicação como Embaixador junto à República Cooperativista da Guiana.

A Guiana é um País pequeno, com reduzida população, cerca de 700 mil habitantes. São excelentes as relações entre o Brasil e a Guiana, não existindo nenhuma questão capaz de obscurecer a excelência dessas relações.

A importância da Guiana para o Brasil é muito clara, compartilhamos extensa fronteira, pouco habitada, o que representa preocupações comuns em matéria de segurança e de proteção ao meio ambiente.

É um País rico em recursos naturais, muitos dos quais ainda não explorados, e pela posição geográfica constitui um elo natural entre o Norte do Brasil e o

Caribe, um elo natural de acesso e de ligação entre o Norte do Brasil e o Caribe.

Como foco de política externa, a Guiana, tradicionalmente, tem estado voltada para o Hemisfério Norte e para a região do Caribe, e é o único País de expressão anglófana na América do Sul.

O comércio bilateral com o Brasil ainda é muito reduzido e desequilibrado em nosso favor, tendo atingido nos últimos anos um patamar que não superou a casa dos 20 milhões de dólares nos dois sentidos, o que significa uma exportação brasileira de 18 milhões e uma exportação guianense para o Brasil de dois milhões de dólares. Olha, essa quantia é muito pequena, tendo-se em conta que o comércio anual de importação da Guiana tem atingido a casa perto de um bilhão de dólares, quer dizer, existe muito progresso para o Brasil fazer nesse sentido. No momento exportamos para a Guiana alguns bens de capital, matérias-primas, alimentos e calçados, sendo que importamos, sobretudo, cereais, em grande parte arroz, na proporção de 84%, desperdício de ferro e aço e alguns materiais elétricos.

Para chegar a uma posição relevante no comércio exterior da Guiana seriam necessárias ações em duas esferas. A primeira delas da integração física, como bem mencionou o Senador Romero Jucá, e a segunda delas na área do aumento da intensidade e da qualidade das nossas relações políticas.

No primeiro caso, a Guiana é um País com o qual nós temos hoje uma ligação física direta por intermédio da ponte sobre o Rio Tacutu, entre Bonfim e Lethem. A ponte certamente criará um polo motor de desenvolvimento de comércio, de turismo e de investimento, sobretudo a nível local. Mas a ponte, por si só, não seria suficiente para produzir o resultado de integração econômica mais profunda entre os dois países. Um projeto mais ambicioso nesse sentido seria o aumento do asfalto do trecho Linden-Lethem, dentro da própria Guiana, com uma extensão de 424 quilômetros, o que permitiria uma ligação direta em estradas de boa qualidade, asfaltada, entre Boa Vista e Georgetown e entre Manaus e Georgetown, um investimento estimado em 650 milhões de dólares. Ressalte-se a importância estratégica dessa obra ao facilitar a exportação de produtos brasileiros para uma área mais populosa e mais desenvolvida da Guiana, que é aquela que se situa entre a capital Georgetown e o Rio Corentyne, que faz fronteira com o Suriname. De outro lado, permitiria também a exportação e o acesso de produtos brasileiros para a região do Caribe por intermédio do Porto de Georgetown, o atual porto ou um porto ampliado, como mencionou o Senador Romero Jucá. O porto, hoje em dia, é um porto de mar de tamanho médio, com profundidade entre cinco e 6,1 metros em maré baixa, possui um cais com 292 metros e outro cais com 249 metros de comprimento. Possui também um terminal especializado em containedores e uma área de trânsito moderna e bem vigiada.

Do ponto de vista do adensamento das relações políticas, que é o segundo ponto que eu mencionei no início dessa exposição, é preciso destacar que a criação da Unasul, a União de Nações Sul-Americanas, trouxe a Guiana para um fórum regional de negociação e debate que permitiu que seu foco de política internacional se dirigisse também para o Sul e não exclusivamente para o Norte e para a região do Caribe.

Vale a pena citar, ainda, que existe um compromisso para o Mercosul e o Caricom, ao qual está associada a Guiana, para a celebração de um acordo de livre comércio. Acrescente-se a isso que o Brasil aderiu como País doador, não tomador de empréstimos, ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, abrindo, dessa forma, as portas e o caminho para que empresas brasileiras possam participar de projetos de infraestrutura na região do Caribe e na própria Guiana.

Quanto às possibilidades de investimentos por parte de empresas brasileiras na Guiana, as áreas de maior potencial são a mineração, bauxita e ouro, e, também, a exploração *offshore* de petróleo na área adjacente à foz do Rio Corentyne. Existem, também, para o futuro, dois importantes projetos hidrelétricos, o de Amailafaos(F), que geraria ao final de sua conclusão uma potência de 140 megawatts e, também, o projeto de Turtruba, que teria capacidade superior, que seria para mais adiante, de 1.100 megawatts. Não se exclui a possibilidade de que eventualmente o excedente de energia desses dois empreendimentos possam ser vendidos ao Brasil.

O Itamaraty vem desenvolvendo outras atividades destinadas ao adensamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Guiana, como, por exemplo, a organização de seminários comerciais em Georgetown, com a participação de empresas guianenses e empresários interessados dos dois países. Estamos, também, em vias de assinar um Memorando de Entendimento destinado a facilitar e a promover o nosso comércio e investimentos entre os dois países. O Brasil também tem desenvolvido uma ação de cooperação técnica por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação nas áreas de energia, do etanol combustível, agricultura, meio ambiente e saúde.

No que concerne à área de defesa, cabe registrar a visita do Ministro Nélson Jobim, em abril de 2008, em que se tratou das possibilidades de cooperação nessa matéria.

Na área consular, tem sido importante o trabalho da Embaixada em Georgetown para assistir a uma comunidade estimada em cinco mil cidadãos brasileiros que vivem na Guiana. Poucos desses cidadãos vivem na área de Georgetown, concentrando-se principalmente nas cidades de Bartica, trabalhando, sobretudo na mineração de ouro e diamantes. Muitos desses brasileiros possuem permissões de trabalho, mas muitos outros poderiam estar em situação irregular, na medida em que existem dificuldades burocráticas para renovação dessas permissões. Nesse sentido, a Embaixada em Georgetown tem procurado gestionar, junto às autoridades da Guiana, no sentido de regularizar a situação desses brasileiros que estão desenvolvendo na Guiana atividades de caráter legal. Vale registrar que em 2008 a Embaixada dirigiu um Consulado itinerante à cidade de Bartica com a finalidade de fazer um diagnóstico da situação e prestar assistência aos brasileiros ali residentes ou num momento de passagem. Com a ponte sobre o Rio Tacutu, cabe mencionar também a instalação em curso do Vice-Consulado em Lethem para atender a comunidades brasileiras que vivem nessa cidade fronteiriça e em regiões adjacentes.

No âmbito das relações parlamentares, merece destaque a missão à Guiana em agosto e setembro de 2008 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, então na presidência do Senador Heráclito Fortes, que contou com a participação dos vários dos ilustres Senadores aqui presentes.

Vale ainda mencionar a existência de um Centro Cultural Brasil-Guiana em Georgetown, onde estudam cerca de cem estudantes de português, em seis diferentes níveis de aprendizados. Nesse mesmo Centro Cultural estão sendo estimulados o desenvolvimento de outras atividades culturais.

Esse foi, portanto, um quadro geral das relações Brasil-Guiana sobre o trabalho que está sendo feito no momento, com visão e seriedade, e pelo qual eu estou muito motivado e ao qual eu pretendo dar continuidade e consolidar com novos e importantes projetos num futuro próximo. Muito obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Embaixador Luiz Gilberto. Antes de dar segmento, eu quero declarar aberto o processo de votação. O relatório do Senador Adelmir também já está distribuído, mas em seguida já passo a palavra ao Senador Adelmir Santana, que é o Relator do projeto que propõe a escolha do nome do Sr. João Solano Carneiro da Cunha para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.

Eu acho que daqui a pouco eu vou pedir ao Senador Geraldo Mesquita para assumir aqui, porque a minha voz está indo embora em definitivo. Ele está querendo que eu vá na drogaria rapidamente.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Embaixador João Solano, Embaixador Luiz Gilberto.

O Senado, o Congresso Nacional é chamado para opinar sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente da República do Sr. João Solano Carneiro da Cunha para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana. É uma competência privativa do Senado examinar previamente e deliberar por voto secreto, todos nós sabemos, a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas de Caráter Permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do Diplomata indicado e que atende perfeitamente às exigências legais.

João Solano Carneiro da Cunha, nascido no Rio de Janeiro, graduou-se em língua e literatura francesa pela Universidade de Nancy, na França, além de concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ingressou no Itamaraty como Terceiro Secretário no ano de 1978.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na administração federal destacam-se a de Chefe de Divisão de Cooperação Intelectual em 1990, Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos em 2000, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Internacionais em 2001, Assessor Internacional do Ministério do Turismo em 2005 e Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais em 2007.

No exterior exerceu, entre outros cargos, o de Conselheiro da Embaixada de Lisboa em 1994, Conselheiro da Embaixada em Assunção em 1997 e Ministro e Conselheiro da Embaixada de Lima em 2002. Desempenhou, ainda, inúmeras e importantes funções em missões temporárias.

O Diplomata ora indicado recebeu várias insígnias, eu vou apenas destacar aqui a de Ordem do Rio Branco de Grande Oficial em 2002.

No seu curriculum tem uma série de outras qualidades e outros reconhecimentos que fazem parte do nosso relatório.

A República Dominicana tem como capital, todos nós sabemos, São Domingo, possui um território de cerca de 49 mil km2, 9,5 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto em torno de 83 bilhões, o que lhe propicia uma renda per capta de 8.800 dólares. O seu Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, é de 0768, o 91° do mundo. Portanto, é uma República importante. As relações bilaterais com o Brasil têm sido incremen-

tadas nos últimos anos, nos anos recentes. A República Dominicana vem negociando projetos com o Brasil, notadamente nas áreas de infraestrutura, para água potável, de transporte urbano, construção de metrô de São Domingo pelo consórcio de empresas brasileiras, de tecnologia e de produção de etanol e pesquisas agropecuárias com participação da Embrapa.

A similitude na composição das raízes étnicas africanas e ibéricas comuns e o gosto pela música e pela dança contribuem para a criação de muitas oportunidades de cooperação cultural entre os dois povos ou entre os dois países.

O Congresso dominicano aprovou empréstimo de 93 milhões de dólares na compra de aviões Super Tucano, que serão utilizados no combate ao narcotráfico e monitoramento do espaço aéreo local. O acordo de financiamento foi feito entre o governo dominicano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Embraer.

O Presidente daquela República manifestou em várias ocasiões a sua receptividade em relação ao Projeto de Reforma do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas, com a inclusão do Brasil como membro permanente.

Diante de todo o relatório, que foi distribuído aos Srs. Senadores, diante do exposto, nós julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. Esse é o nosso Parecer, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Adelmir. Concedo a palavra ao Embaixador João Solano Carneiro da Cunha.

**SR. JOÃO SOLANO CARNEIRO DA CUNHA:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais nada, eu queria dizer que é uma grande honra para mim estar aqui diante desta Comissão, pela primeira vez. E foi com muita satisfação que eu recebi do Chanceler Celso Amorim a indicação para chefiar a nossa missão diplomática na República Dominicana, País onde eu já estive, enfim, algumas vezes por conta dos temas do Grupo do Rio, um dos mecanismos políticos multilaterais a que eu me dediquei enquanto aqui em Brasília, sendo que tive a ocasião de ir muitas vezes à República Dominicana.

Senhores, eu vou procurar ser muito breve nessa minha exposição, inclusive porque eu sei que os senhores receberam um alentado muito completo, muito completa informação do Itamaraty sobre a minha pessoa e sobre a República Dominicana, sobre as relações bilaterais.

Eu gostaria de começar destacando um fato que, enfim, eu acho muito interessante. A história da República Dominicana é uma história muito conturbada e muito curiosa. A República Dominicana foi colônia espanhola, mas também foi colônia francesa durante algumas décadas, final do Século XVIII, início do Século XIX. Normalmente na nossa região os países tiveram um processo de independência que culminou com a separação da metrópole ibérica. A República Dominicana, senhores, teve três independências. A primeira em 1821 durou pouco, porque já no ano seguinte o País era invadido por tropas do Haiti, da vizinha Haiti, e ficou ocupado, o Haiti ocupou a ilha espanhola toda durante mais de vinte anos. Foi só em 1844 que os dominicanos proclamaram a sua segunda independência, a que hoje é considerada a data nacional, a data oficial, 27 de fevereiro, que se refere a esta segunda independência. Mas uma década depois o País voltou a se anexar à Espanha por conta de governantes que achavam que o País só teria viabilidade se estivesse sob a proteção de uma potência estrangeira. Então voltou a ser colônia espanhola e foi só na segunda metade do Século XIX, já bem adiantado, num período bem adiantado em relação aos outros países latino-americanos, que a República Dominicana então proclamou a sua terceira e definitiva independência.

Mas, já entrando no Século XX, o País voltou a estar sob a ocupação estrangeira, dessa vez dos Estados Unidos, durante oito anos, de 1916 a 1924, e pouco depois dessa ocupação inaugurou-se no País uma das mais ferrenhas ditaduras da nossa região, refiro-me à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, que durou mais de trinta anos, terminou em 1961 com o assassinato do ditador, e foi um período que deixou uma herança de grande instabilidade política, instabilidade social no País. E esse período, quer dizer, uma consequência imediata dessa herança "trujillista" foi a nova intervenção militar que o País sofreu, da qual os senhores devem estar bem lembrados, em 1965, uma intervenção militar norte-americana. Senhores, enfim, essa digressão histórica é só para chamar a atenção para o fato de que parece ter sido apenas no final já do Século XX que a República Dominicana finalmente encontrou o seu caminho da normalidade institucional, da normalidade democrática. Hoje, o Presidente Leonel Fernández, que foi reeleito no ano passado para o segundo mandato, goza de um grande índice de aceitação popular. Há no País um legislativo, um Congresso que funciona regularmente e há uma oposição bastante ativa. Então o País realmente entrou no caminho da normalidade institucional democrática.

Bom, rapidamente sobre as relações bilaterais do Brasil com a República Dominicana, eu diria que

essas relações remontam já ao Século XIX. No início do Século XX nós abrimos um pequeno Consulado no País e ainda na primeira metade do Século XX nós temos uma Embaixada residente na capital Santo Domingo, que naquela época, aliás, se chamava *Ciudad Trujillo*. Enfim, é um relacionamento bilateral que atravessa, no momento, um período muito positivo e muito intenso, muito positivo e com reflexo em várias áreas. Eu citaria aqui, por exemplo... Bom, o nosso comércio bilateral é só dar uma olhada nos números do nosso comércio bilateral que refletem isso muito bem. Entre 2004 e 2007 esse comércio bilateral, nos dois sentidos, praticamente dobrou, quase dobrou, chegando a atingir perto de 0,5 bilhão de dólares nos dois sentidos. É um comércio ainda muito desequilibrado em favor do Brasil, nós vendemos 450 e compramos 20 milhões. Não é de todo desejável essa situação, mas, enfim, o que vale destacar é o que comércio nos dois lados, nos dois sentidos, vem crescendo bastante. Além disso, os créditos do BNDES para financiamento de exportações e de atividades com a República Dominicana vêm crescendo, já atingem um número bastante significativo, já perto de 900 milhões de dólares, com tendência a crescer. Nós temos na República Dominicana, como bem lembrou o Relator aqui, destacou, um grupo de empresas brasileiras, de grandes empresas brasileiras que têm uma presença bastante significativa lá. E, além desses aspectos comerciais e econômicos, eu destaco também uma atividade de cooperação técnica, cooperação educacional muito intensa que nós temos com a República Dominicana.

O Presidente Leonel Fernández, quando foi eleito pela primeira vez em 2004, aliás, ele já tinha sido Presidente entre 1996 e 2000. Em 2004 se candidatou de novo, venceu, e no ano passado venceu para o segundo turno. Mas em 2004 ele esteve aqui, logo depois de ter sido eleito, e deixou claro, uma manifestação muito clara do desejo da República Dominicana de intensificar, de diversificar o relacionamento com o Brasil em vários setores. Em 2007 o Presidente Leonel Fernández voltou aqui, mas dessa vez foi uma visita diferente. Ele não se limitou àquela visita normal de um dia e meio que vem à Brasília, faz uma visita aos três Poderes, tem um contato pessoal com o Presidente da República reservado. Não. Ele passou nada menos que uma semana aqui no País. Ele veio acompanhado de uma delegação importante, de Ministros de Estados e uma quantidade grande de empresários. Além de Brasília, ele visitou São Paulo, Rio de Janeiro, esteve em Belo Horizonte, esteve em Manaus. Em São Paulo o Presidente Leonel Fernández presidiu um seminário organizado pela FIESP, voltado para oportunidades comerciais, oportunidades de negócios com a República Dominicana para não mais de duzentos empresários brasileiros. Enfim, só para destacar um detalhe, um efeito dessa viagem, desses contatos que ele fez aqui em 2007, na semana passada assinaram, o governo dominicano assinou com a Fundação Getúlio Vargas um Protocolo de Cooperação, um Acordo de Cooperação que já vai render o seu primeiro fruto, ou seja, já vai ter a sua primeira atividade daqui há duas semanas, em Santo Domingo, num seminário sobre biocombustíveis, etanol, especificamente, realizado pela Fundação Getúlio Vargas. É um setor em que a República Dominicana tem sérios problemas, energia, e a cooperação do Brasil com a República Dominicana tem tudo a ver com essa carência dominicana. As nossas empresas estão lá construindo, atualmente, três hidrelétricas e há essa vontade do governo dominicano de diminuir um pouco a extrema dependência que eles têm do petróleo importado, mudar um pouco para o biocombustíveis, o Brasil está lá e há muitas considerações que poderiam ser feitas sobre isso, sobre esse nicho de cooperação específica, porque para o Brasil pode ser muito interessante ter um País como a República Dominicana, no meio do Caribe, não só produzindo etanol com a nossa assistência, mas, também, como um entreposto de exportação de etanol para outros mercados, mercados que às vezes taxam o nosso etanol de forma mais pesada.

Senhores, eu não quero mais tomar o tempo dos senhores. Eu gostaria apenas, para terminar, de destacar um setor ao qual eu, obviamente, se o seu nome merecer a aprovação desta Comissão, eu pretendo me empenhar muito e dedicar uma atenção muito especial. Eu me refiro ao setor cultural. Há, como bem lembrou também o Senador Adelmir Santana no seu relatório, há uma afinidade natural. As nossas raízes comuns, ibéricas e africanas, queriam um clima assim muito amistoso, os dois povos são muito parecidos. O Senador Heráclito Fortes esteve lá no ano passado, deve ter sentido isso, deve ter testemunhado isso. Há um interesse muito grande do dominicano, do governo e da população pelas coisas do Brasil, pelas manifestações culturais brasileiras. Exemplos muito rápidos. No ano passado a nossa Embaixada lá organizou um festival de cinema brasileiro que teve um êxito enorme, uma fluência de público muito grande. Mês passado, em março, nós inauguramos lá um Centro Cultural Brasil-República Dominicana, que na sua primeira semana de funcionamento já teve uma procura de mais de duzentos alunos interessados não apenas em aprender português, mas, também, em ter contato com uma entidade cultural do Brasil, conhecer melhor as coisas culturais do Brasil. E o mês passado a Feira Internacional do Livro que tradicionalmente se realiza

todo ano em Santo Domingo, na capital, teve o Brasil como o País homenageado. Portanto, é um setor que eu acho que cabe, sim, explorar mais e mais, porque há uma afinidade muito grande.

Senhores, haveria muito o que dizer ainda, mas--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O senhor poderia falar da relação com o Haiti?

**SR. JOÃO SOLANO CARNEIRO DA CUNHA:** Não, eu estou falando da relação com o Brasil. O Haiti é um outro problema.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É porque está na mesma ilha, como eu estava falando com o Senador Eduardo Azeredo, está na mesma ilha, a República Dominicana é um País que não é rico, mas é um País estável democraticamente, é um País que tem as condições muito mais adequadas do que o Haiti. Como é que a República Dominicana convive com essa crise institucional que vive o Haiti?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Para concluir a sua fala.

**SR. JOÃO SOLANO CARNEIRO DA CUNHA:** Eu pretendia concluir, prefiro me colocar à disposição dos senhores para abordar temas mais específicos assim. Enfim, um primeiro tema já foi abordado, com muita satisfação, eu posso falar um pouco sobre ele.

Eu disse que um dos problemas centrais, um dos grandes problemas da República Dominicana é energia. Eles são muito dependentes da energia importada. Outro grande problema da República Dominicana é a presença do lado, ocupando 1/3 da ilha, de um País com os problemas que todos nós conhecemos. Existem hoje, na República Dominicana, as previsões, as projeções variam, mas aí entre um e dois milhões de imigrantes haitianos, geralmente ilegais, geralmente gente de muito baixa renda, que às vezes se submete a trabalhos braçais, em condições muito sofridas. Isso é um problema para o Governo Haitiano.

Então a cooperação do Brasil com o Haiti também tem os seus reflexos na República Dominicana, porque na medida em que o Haiti se estabiliza e melhora as suas condições sociais, vai aliviar bastante esse fluxo de imigrantes que atravessam a fronteira ali e vão para a República Dominicana, enfim, com um trabalho que eu disse que às vezes em condições bastante desfavoráveis, são explorados, muitos vão para outras cidades e ali ficam usando os serviços públicos da República Dominicana, ficam engrossando a parte da população economicamente menos favorecidas, usando o sistema hospitalar dominicano, enfim, causando uma série de problemas. É um problema realmente muito grande. Os dois países, República Dominicana e Haiti, estão aí para formar, já formaram, mas ainda não se reuniram, uma Comissão Mista Bilateral para tratar de todos esses assuntos das relações. Essa Comissão Mista é muito incentivada por toda a região. Eu estive na República Dominicana em março do ano passado, numa reunião de Grupo do Rio, o Haiti passou a ser parte do Grupo do Rio, ingressou no Grupo e lá eu vi o Presidente Leonel Fernández dizendo a todos que ia, enfim, operacionalizar o quanto antes esta Comissão Mista com o Haiti justamente para sentar na Mesa e discutir esses problemas que há entre os países.

E só para terminar, Senador, eu disse também que a cooperação do Brasil com a República Dominicana tem tudo a ver com os grandes problemas do País. Energia. Nós estamos lá construindo hidrelétricas, estamos tentando montar um programa de biocombustíveis. O outro problema que eu falei, a imigração haitiana, bom, uma das empresas recentemente instaladas, que estão em processo de instalação lá, está construindo ou vai construir uma hidroelétrica justo na fronteira, na região de fronteira da República Dominicana com o Haiti, o que vai ter seus reflexos positivos também sobre o Haiti. Isso para não falar de todo o trabalho que o Brasil está fazendo no Haiti, enfim, à frente do Comando das Forças de Paz no Haiti, um trabalho que, como os senhores bem sabem, não se limita ao papel de segurança militar; é um trabalho que tem tudo a ver com a estabilidade social e política do País. Isso terá um efeito muito positivo sobre a vizinha República Dominicana no sentido em que vai diminuir o fluxo de imigrações ilegais.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Muito obrigado ao Embaixador João Solano. Eu queria, inclusive, aproveitar a oportunidade acerca da pergunta que fez o Senador Casagrande para realçar um pouquinho mais essa situação vivida naquela ilha.

Ano passado, a viagem a que o Senador Azeredo se referiu, eu tive o privilégio também de fazer parte dela e nada substitui a visita, a presença, o fato de a gente auscultar assim de corpo presente situações que a gente ouve falar, lê sobre elas. O senhor está indo para um lugar fantástico: República Dominicana. Foi da visita que fizemos, estivemos na Guiana, Jamaica, Panamá, República Dominicana, Haiti, não é isso, Azeredo? Confesso que na República Dominicana, desses locais do Caribe, foi o local onde eu, como a gente costuma dizer, praticamente me senti em casa. É um povo alegre, musical, uma culinária fantástica. Agora, convive com problemas. O senhor já começou a mencioná-los. Eu senti, conversando com pessoas

inclusive da República Dominicana ali, no informal, como a gente diz. Eles manifestaram uma preocupação muito grande com relação a esse afluxo de pessoas, cidadãos e cidadãs provenientes do Haiti, em situação o mais das vezes absolutamente irregular. Eu senti que há, assim, um acolhimento de certa forma generosa, mas que gera uma preocupação muito grande. Por isso eu acho e ressalto, Senador Azeredo, a questão do corpo presente, da visita, porque eu vou dizer mais uma vez: essa nossa viagem me fez refluir de uma decisão com relação ao Haiti.

Na primeira vez que o Governo brasileiro submeteu ao Senado a apreciação da ida de tropas para o Haiti, eu votei contra, mas essa viagem me propiciou a oportunidade de conversar com os militares nossos que estão no Haiti, com autoridades da ilha e, principalmente, a visão colocada pelos militares que estão naquela ilha me fizeram compreender a coisa de forma diferente, porque ao contrário de outras, digamos, intervenções em outros locais, essa particularmente, Senador João Pedro, a visão que os militares que estão no Haiti têm dessa missão é de ajudar o País a se reencontrar, ajudar o País no que diz respeito à sua reconstrução. Não é tão-somente uma missão militar policial, digamos assim, mas é uma missão que vai fundo e me sensibilizou a ponto de eu mudar a visão que eu tinha da coisa. Eu acho que naquela ilha, compreendendo a República Dominicana e o Haiti, eu acho fundamental que não só o Brasil, mas o contexto das Nações tinham uma participação efetiva no Haiti. O Haiti é um País dilacerado, é um País onde eu achava que já tinha visto miséria, inclusive no nosso País, mas eu fiquei estarrecido. Estarrecido. Aquilo ali, a gente costuma dizer que em alguns lugares é o fundo do poço, aquilo ali ultrapassou o fundo do poço. É uma situação intolerável, insustentável, e faço votos de que o Brasil consiga sensibilizar outras Nações a terem uma participação mais efetiva no Haiti no sentido de ajudar o povo haitiano a se reencontrar, a buscar novamente uma estabilidade econômica, política, social, para que o povo haitiano saia daquela condição. O Senador Azeredo parece que não nos acompanhou até ao Haiti, ele tinha outra missão, mas essa foi a realidade que eu encontrei. Então para a gente falar de República Dominicana, a gente precisa, e o Embaixador já introduziu o assunto de certa forma, precisa conjugar essas duas ações. É uma situação complexa ali vivida e olhem: o governo brasileiro, a partir do Itamaraty, faz muito bem em incentivar a relação com aqueles países, Guiana, países ali do chamado Caribe, porque o que nós sentimos em comum nesses países também, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, é que em todos esses países há uma expectativa assim muito grande em relação a uma maior proximidade com o Brasil, uma maior cooperação. Em todos esses países sentávamos com as autoridades, com parlamentares, o nome da Embrapa vinha à baila assim imediatamente. O senhor falou aqui da questão energética, a colaboração que eles anseiam, que eles pedem inclusive que nós aprofundemos com eles é no sentido de permitir que eles ascendam a uma outra condição, principalmente econômica, e eu acho que o governo brasileiro faz muito bem em perseverar, em insistir nessa reaproximação com esses países. São pequenos países, mas de um significado muito grande para nós, que temos praticamente as mesmas origens, estamos no mesmo complexo de facilidades e dificuldades.

Portanto, é com muita satisfação que hoje a gente aprecia o nome do Embaixador Luiz Gilberto e do Embaixador João Solano para esses dois países, visitados pela Comissão de Relações Exteriores, e faço votos que V. Exas. tenham pleno êxito na missão que irão realizar.

Eu queria, antes de dar prosseguimento, à nossa... Nós temos requerimentos que precisamos apreciar.

Um deles é de autoria do Senador Azeredo, que apresenta juntamente com o Senador Flexa Ribeiro, um requerimento para que seja realizada uma Audiência Pública--

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Senador Geraldo Mesquita, eu não me inscrevi, mas eu gostaria de fazer uma--

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** O senhor terá oportunidade, me permita só submeter esses requerimentos.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Tudo bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Nós vamos abrir o debate.

O requerimento tem o objetivo de realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. As datas serão agendadas e o objetivo é... Será no dia 02, já está marcado, segundo o Alexandre. O objetivo é, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal. Os convidados estão aqui já relacionados: Ministro Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia; Sr. Adalberto Luís Val, Diretor do INPA, órgão de fundamental importância na Amazônia; Sr. Silvio Cresta, da Embrapa; Sr. Jacob Palis Júnior, da Academia Brasileira de Ciência; o Sr. Marco Antônio Raupp, da SBPC; Sr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral de Biotecnologia da Amazônia; Sra. Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora

do Museu Emílio Goeldi; Sr. Cláudio José Reis do Carvalho, Chefe-Geral da Embrapa na Amazônia Oriental; e a Sra. Elizabeth Conceição de Oliveira Santos. Esse é o requerimento de realização de Audiência. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a apreciação do requerimento. Os Senadores que concordam com a realização da Audiência permaneçam como estão. Está aprovado.

O segundo requerimento: Em aditamento ao Requerimento nº 23, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti (o Senador Augusto Botelho logicamente que subscreve e apoia), o requerimento tem o objetivo de propor que sejam convidados o professor Dr. Roberto Ramos, Reitor da Universidade Federal de Roraima, o professor Dr. José Carlos Tavares Carvalho, Reitor da Universidade Federal do Amapá, e o professor Dr. Alan Barbiero, Reitor da Universidade Federal do Tocantins, para que, juntamente com Reitores de outras Universidades Federais, inclusive do Acre, participem de Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia – de que o Senador Botelho faz parte - e da Faixa de Fronteira, para tratarem da atuação das respectivas unidades federais em termos relativos à Região Amazônica. Essa Audiência Pública é de fundamental importância e marca o início dos trabalhos dessa Subcomissão, essa importante Subcomissão da Amazônia, exatamente num tema fundamental para todos nós, que é o conhecimento, a educação, a pesquisa desenvolvidos na Região Amazônica. Precisamos saber em que nível estamos e o que precisamos fazer para que o desenvolvimento da Amazônia não seja apenas um discurso, uma lenda. É preciso a gente colocar o pé com firmeza nessa área e nada melhor do que começar tratando da questão da educação, da ciência e da pesquisa que estão sendo executadas na nossa região. Em discussão o requerimento. Não havendo quem discutir, coloco em votação. Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

O terceiro requerimento, Requerimento nº 28, de autoria também do Senador Mozarildo Cavalcanti, sempre apoiado pelo Senador Botelho, Augusto Botelho, para que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nélson Jobim, informações sobre a criação de vinte e oito novos batalhões na fronteira amazônica e nas terras indígenas. É uma questão delicada que requer a presença do Ministro Nélson Jobim para que discutamos com ele essa questão. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto a voto. Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

O Requerimento nº 29, do Senador Mozarildo, apoiado sempre pelo Senador Botelho.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** É uma dobradinha.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** É uma dobradinha fantástica essa. Esse requerimento é para que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, informações sobre o Plano Especial para Agentes e Delegados da Polícia Federal que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

O Requerimento nº 30, sempre dessa dupla fantástica de Senadores, o Senador Mozarildo e o Senador Botelho, para que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, informações sobre o Projeto de Instituição de um Plano Especial para Servidores do Instituto de Recursos Naturais Renováveis do Instituto Chico Mendes que servem na fronteira e nas regiões de difícil acesso da Amazônia. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

O Requerimento nº 31 traz à baila uma nova dupla também de relevantes serviços prestados ao Senado, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador João Pedro, que tem por objeto requerer que para a terceira Audiência Pública de instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul pelos Presidentes tal, em decorrência da aprovação nesta Comissão de requerimento de autoria do Senador Fernando Collor, seja também convidado o Sr. Antônio José Ferreira Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela, mais uma vez, porque ele já esteve aqui.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Acompanhando. Ele não falou, quem falou foi o Celso Amorim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Está certo. Por sinal, o Embaixador fez um trabalho interessante aqui. Ele recentemente percorreu todos os gabinetes dos Senadores, voluntariamente, para se colocar à disposição, prestando informações acerca do País onde ele representa o Brasil. Achei uma iniciativa muito interessante. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

O penúltimo Requerimento é o nº 32, que tem o objetivo de que seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia, Audiência Pública para

debater a proposta de Emenda à Constituição nº 6, que altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais, para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira. Para tanto o Senador Mozarildo, juntamente com o Senador Augusto Botelho, propõe que sejam convidados os Srs. Governadores dos Estados da faixa de fronteira do Brasil. Não podemos tratar dessa questão sem a oitiva dos Srs. Governadores. É importante a iniciativa. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

O último requerimento, nos termos do art. 93, o Senador Eduardo Azeredo, que para nossa satisfação preside essa Comissão, requer seja convidado o Exmo. Sr. Miguel Jorge, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para discutir, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, assuntos referentes a comércio exterior, dificuldades diante da crise financeira, Mercosul e novos mercados, temas de fundamental importância inseridos na larga experiência do Senador Eduardo Azeredo. Os Srs. Senadores que concordam... O Senador Eduardo Azeredo quer discutir o assunto.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu acho que continuo sem condição de falar muito, inclusive pedi a V. Exa. para presidir, mas apenas que é importante a palavra do Ministro Miguel Jorge.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Todos nós concordamos com V. Exa. Em votação. Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

O Senador Cristovam Buarque, juntamente com o Senador João Pedro e a Senadora Rosalba, propõe a essa Comissão, em aditamento ao Requerimento nº 3, desta Comissão, e ao Requerimento nº 22, a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na Audiência Pública para debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas. Abro a discussão. Senador Buarque? Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Peço desculpas aos Srs. Embaixadores, mas é a necessidade que nos impõe aqui colocarmos sempre as matérias em votação. O Senador Augusto manifestou o propósito de tecer comentários à fala dos Srs. Embaixadores. Com a palavra.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Eu gostaria de tecer comentários e comentar principalmente com o Embaixador Luiz Gilberto Seixas, que vai para a Guiana, que é um País de grande interesse para o meu Estado e para o Brasil, logicamente, porque a Guiana foi ligada por ponte, finalmente, desde que eu sou garoto é que a gente abusa em canoa, em balsa, em barco lá para ir para a Guiana. A Guiana quando se liga a Roraima, por rodovia, abre uma perspectiva muito grande para o meu Estado, que tem quase 12 milhões de hectares de campo propícios para a agricultura. A Guiana faz parte do Mercado Comum Caribenho e da Comunidade Britânica também, quer dizer, quando a Guiana abre as portas para nós, ela está praticamente abrindo mais duas outras portas. E aí seria interessante para o Brasil, para Roraima, se a gente vencer algumas barreiras que foram criadas aqui nessa área, se Roraima produzisse álcool, que a gente conseguiria colocar o nosso álcool lá dentro da Guiana, o álcool hidratado, ela transformava em álcool combustível e exportaria para os Estados Unidos ou para a Europa mesmo, em relação ao álcool, e em relação aos alimentos também, porque a Guiana é um País que produz alimentos, mas não produzem praticamente nada, eu acho que nem uma siderúrgica tem na Guiana, e tem ferro, tem minério à beça lá.

Por outra parte, falar para o Embaixador que ele tem essas missões específicas do meu Estado, de a gente conseguir ajeitar, arrumar aquela estrada. Recentemente lá em Roraima, estiveram os empresários de Barbados, de Israel e de Trinidad, foram dois grupos, se encontraram em lá em Roraima, com a intenção de fazer uma estrada de ferro de Georgetown a algum ponto de Roraima ou ao próprio Amazonas, estão fazendo o estudo das viabilidades, e foi um trabalho feito pelo Embaixador anterior ao senhor lá que nos comunicou sobre isso e o governo deu todo o apoio para eles, eles vieram e visitaram o Estado todo, quer dizer, tem chance de abrir negócios com o meu Estado. A Guiana, principalmente, que é importante para nós, o Porto de New Amsterdam, que pode ser feito um porto para Roraima, que é um lugar onde o mar é mais profundo, porque se as mercadorias do Brasil saíssem direto de São Paulo de navio e chegassem em New Amsterdam ou Georgetown, Georgetown geralmente o navio não encosta bem, em New Amsterdam e mais fundo o porto, não está ali na figura, ficaria muito mais barato para nós para levar as coisas para Roraima realmente, e com a possibilidade de ficar em 500 quilômetros de Boa Vista, que é a distância realmente de estrada, 500 quilômetros apenas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador, e de levar as coisas de Roraima também.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Levar as coisas de Roraima. É isso que a gente quer, por isso que essa estrada de ferro é importante, porque lá em

Manaus saem 370 mil containers por ano, sendo que 80% vêm para o Brasil e o restante vai para o mundo. Então esse restante, se sair de trem de Manaus até Georgetown, reduz em dois dias e meio a viagem de navio, que representa, eu não sei quanto em milhares de dólares isso em custo. Essa é a diferença. É isso que nós queremos que aconteça, que vai melhorar o transporte lá e a estrada de ferro ali, exato. Nós entramos ali por onde está a setinha, que é Lethem, que é naquela pontinha mesmo, e vai ter até um porto que é a 60km de Georgetown, aqui na direção leste, que é New Amsterdam. Isso é de extremo transporte.

Então o senhor tem uma missão muito importante em relação ao meu Estado e nós vamos manter contato com o senhor para que a gente consiga abrir portas e abrir janelas. Eu sei que V. Exa., eu vi o seu curriculum, nossos Embaixadores graças a Deus são bem preparados e bem formados para se dedicar.

E, também, só para fazer uma referência que os primeiros contatos, os primeiros acordos entre o Brasil e a Guiana foram feitas no tempo que o meu pai era Deputado Federal, ele foi um dos relatores disso aí, por isso que eu acho que nós temos que caminhar e eu quero fazer alguma coisa também para marcar a presença e para abrir mais as portas. Nós não temos convênios na área de educação com a Universidade da Guiana, mas estão abertas, nós temos a Universidade Federal e Estadual em Roraima, que são gratuitas, seria uma boa coisa, inclusive para os nossos também irem para lá. Apesar de o inglês ser um inglês um pouco... Mas resolve, para nós melhora. É uma coisa que fica fácil e fica barato para o nosso pessoal estudar lá. Eu gostaria que o senhor se preocupasse nessa parte econômica e na parte cultural também da Guiana.

**SR. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE:** Se me permite, evidentemente que todos esses projetos estão na pauta de prioridades para a minha gestão à frente da Embaixada da Guiana e o próprio Itamaraty está incentivado e interessado em que isso se desenvolva; trazer a Guiana, aproximar a Guiana do Brasil, uma coisa que nunca ocorreu anteriormente, quer dizer, a Guiana sempre foi um País voltado para o Norte, de costas para o Brasil, e a evidência toda é que a Guiana pode ser um caminho entre o Brasil e a região do Caribe, um caminho para exportações brasileiras e para que nós possamos alcançar outros mercados de maneira mais barata, mais competitiva. Inclusive o senhor mencionou a questão do álcool e do etanol, o Brasil está com um projeto de cooperação técnica nessa área, levando-se em conta que a Guiana, e o senhor próprio mencionou, Senador, possui alguns acordos preferenciais de comércio que nós não temos, de forma que fica mais fácil, eu acho que o Embaixador João Solano também mencionou esse aspecto importante, de que a produção do nosso etanol pode ser feita por empresários brasileiros em áreas onde existe acesso preferencial a mercados importantes como, por exemplo, o da Europa, de forma que uma das prioridades que comandarão o meu trabalho em Georgetown será justamente levar adiante todo esse projeto de ligação entre o Brasil e a Guiana, entre o Norte do Brasil e a Guiana, entre Boa Vista e Georgetown, entre Manaus e Georgetown de todas as maneiras possíveis. De qualquer maneira, eu queria lhe agradecer pela intervenção e me colocar à disposição para qualquer contato futuro que se deseje realizar sobre esses assuntos todos. Muito obrigado, Senador.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Embaixador Gilberto, tem mais um assunto que eu esqueci e que me veio agora quando o senhor começou a falar.

Recentemente, com a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, foi desativado, mais ou menos, quase 40% da área de produção de arroz no meu Estado. Os produtores de arroz já localizaram uma área equivalente do lado da margem esquerda do Rio Mau, que é da Guiana. E o Presidente já ofereceu um acordo, parece que forneceu uma espécie de comodato para 20 anos para terra para eles, está encaminhando isso e eu gostaria que o senhor ajudasse os nossos produtores nesse sentido, para poder resolver um problema nosso, do Brasil, social, inclusive, porque nós, na hora de homologar, desativamos praticamente dois mil e poucos empregos no meu Estado, sendo que esses produtores de arroz têm todo o equipamento e têm o principal, que é a tecnologia e o conhecimento, que eles vão transferir para lá e vai ajudar a Guiana também. Nós, brasileiros, não temos terra equivalente para produzir nas condições que está da Guiana, que seja equivalente à nossa terra não tem não.

**SR. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE:** A Guiana já hoje em dia é um grande produtor de arroz, inclusive nós temos um programa de cooperação técnica de arroz sequeiro nessa área e, certamente, a Embaixada fará todo o necessário para que esse projeto se torne uma realidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Serei rápido. Eu quero fazer uma saudação aos dois Embaixadores que compõem esta que é uma instituição que muito nos orgulha, nós brasileiros, que é o Itamaraty. Eu acabo de participar de um debate sobre a questão indígena na ONU e lá estava a presença da missão diplomática do Itamaraty junto à ONU, pessoas que

deram uma grande contribuição no debate sobre a questão indígena.

O Embaixador fez um comentário, o Embaixador Luiz, de que a Guiana tem uma relação não com o Brasil, mas para a Europa, ela acaba ficando com o Caribe, de costas para o Brasil, mas o Brasil também fica de costas para esses países da Amazônia. Eu acho que nós precisamos quebrar isso com os países da Pan-Amazônia, precisamos, precisamos pela liderança do Brasil, pelo tamanho, pela importância geopolítica do Brasil, nós construirmos relações profundas com esses países, principalmente esses do Norte do Brasil. Então V. Exa. tem uma importância de nós construirmos, nesse Século XXI, uma relação que não foi construída no Século XX, no Século XIX. O Senador Augusto Botelho levantou a questão econômica, comercial, cultural. Precisamos disso com os países que compõem a Pan-Amazônia, os países do Caribe... Isso é um papel estratégico junto à ONU da presença brasileira. "Um País tão pobre, vai para lá o Brasil, o Itamaraty, vai ter uma Embaixada, o custo de uma Embaixada". Eu penso que no debate não só ali, concretamente, mas no debate internacional é fundamental o Brasil ter uma presença nesses países, nesses inúmeros países pequenos, mas importantes no debate junto à ONU.

Então com a Guiana precisamos, Ministro, que V. Exa. tenha muita disposição, sensibilidade. São marcas do Itamaraty de nós criarmos essa relação com Roraima, com o Amazonas, com o Pará, são Estados importantes ali na região, Acre, Rondônia, enfim, hoje é muito... Você ir para São Paulo, vir para o Rio de Janeiro, faz uma relação com as instituições, as Universidades Federais ali no Norte do País, da Amazônia, o INPA no campo da pesquisa, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, melhorar a infraestrutura Manaus-Roraima, Roraima-Guiana.

Mais uma pauta para V. Exa. ir construindo com muito carinho, mas com muita solidariedade, a relação do Estado da Guiana com os povos indígenas é uma relação que está muito aquém da forma como o Brasil trata os povos indígenas. Então a demarcação de terras indígenas, isso não existe, não existe inclusive na Venezuela. Então esse tratamento, essa relação, nós precisamos olhar com muita solidariedade os povos indígenas que vivem na Amazônia, na Amazônia.

Então eu desejo a V. Exa. um trabalho exitoso, profícuo, rico, principalmente melhorando essa relação do Brasil com os países fronteiriços, com os países da Pan-Amazônia. Parabéns.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Senador, eu poderia pedir a palavra um pouquinho? Ele fez uma injustiça com a Guiana. A Guiana realmente não tem terra demarcada com os indígenas, mas a educação dos povos indígenas na Guiana, eu sou de lá, eu me criei lá, não começou agora não; desde o tempo que ela era colônia da Inglaterra os indígenas escrevem bem, fazem contas. Tem um nível de educação muito superior, inclusive, aos nossos. Agora nós melhoramos, mas no início a educação deles era melhor do que a nossa educação. Agora eles estão no mesmo nível que a nossa, melhorou lá, mas não podemos ser injustos com a Guiana. Pode ser que ela não dê terra, não dê isso e aquilo, não sei o que, mas presta melhor assistência em relação à educação, logicamente, do que o nosso País. Agora é que o Brasil está se preocupando com a educação dos indígenas. Nós só nos preocupávamos com a terra, com a terra, com a terra, e largávamos os pobres passando fome, morrendo criança de fome aqui pertinho de Brasília. Quer dizer, nós temos que mudar a nossa política indígena, nós temos que olhar o índio como um ser humano, não como alguns antropólogos querem, que é fazer um zoológico de humano. Esse negócio de área, eu quero que tenha terra. Na Guiana não tem terra, mas tratam melhor os indígenas do que a gente. Se bem que agora eles aprenderam também a vir aqui para o Brasil, e eu não crítico isso não, para usar a nossa Previdência, porque nós agora estamos tratando tão bem que nós temos a aposentadoria do indígena, temos auxílio-maternidade, auxílio-doença para todos os nossos indígenas, que começou agora no nosso Governo a ser feito isso bem feito. E os guianenses, inclusive os índios da Guiana e da Venezuela, estão vindo para o Brasil e fazendo isso, mas é um modo de se defender; na realidade para eles não existe a fronteira. Então a Guiana educa bem os seus indígenas.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Agora o Brasil tem três mil índios nas universidades por conta das quotas. Isso é uma referência importante do Estado brasileiro, porque não é antropólogo. Ele faz uma crítica aos antropólogos. Quem tem que cuidar da relação com as etnias, com os povos indígenas, é o Estado brasileiro. Então, por exemplo, o Brasil hoje é uma referência com o número da população indígena dentro das nossas universidades. Isso é muito importante.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Uma correção em relação aos antropólogos. Deus me perdoe, mas antropólogo manipulado por ONG, que faz lá laudo falso, que faz um monte de coisa desse tipo aí, porque tem antropólogo que quer realmente que o índio... "Se ele quiser se integrar, que ele se integre; se ele não quiser, fica como ele está"; essa é a filosofia de nós, os roraimenses, que vivemos lá em Roraima.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Convido o Senador Cris-

tovam Buarque a meter a colher nesse debate interessante.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Não, eu vou entrar no debate com os Embaixadores. É agora ou vai ter ainda a sabatina?

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** À vontade.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Eu tenho um requerimento a fazer. Faço agora ou depois?

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Requerimento?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Já foram discutidos.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Não, um outro requerimento. É o seguinte: todos aqui, se prestaram atenção, já notaram que eu não faço parte do grupo antichavista no Senado, bem ao contrário, eu faço parte de um grupo que, mesmo sem querer importar o Governo Chávez para cá, mas que mantém o respeito ao fato de que todas as suas medidas são plebiscitadas, seu investimento em educação, às famílias pobres, há uma mudança na Venezuela, que sempre foi governada por uma elite ainda mais perversa do que a brasileira. Entretanto, eu quero sugerir um pedido dessa Comissão de explicações sobre o que aconteceu ontem com o constrangimento sofrido pelo escritor Mário Vargas Llosa. Eu ainda não proponho um protesto porque não devo basear um protesto pela imprensa, a gente tem que saber se é verdade ou não, mas eu creio que é possível um pedido de explicações ou ao Embaixador ou através do Itamaraty sobre o que é que aconteceu de fato na fronteira com um ícone da literatura brasileira. Um homem ultraliberal, inclusive no sentido de antiestado, que é um direito perfeito dele, mas que é um democrata e que foi constrangido durante horas no aeroporto, foi proibido que ele falasse de política durante a estada dele na Venezuela. Embora eu não tenha com isso mudado a minha posição de que a Venezuela deve entrar no Mercosul, porque são coisas separadas completamente. Uma coisa é o Governo Chávez e outra coisa é a República Venezuelana, mesmo que fique com o nome Bolivariana, eu não vejo nenhum problema, se o povo decidiu isso, mas eu acho que a gente deve pedir uma explicação. Não é possível que uma figura icônica como Mário Vargas Llosa, não apenas porque eu tenho uma relação de amizade com ele, mas passe o constrangimento que passou.

Eu quero deixar aqui, então, o pedido de explicação à Embaixada, se é possível regulamentarmente a Comissão se relacionar com a Embaixada, se não através do Itamaraty ou da Mesa do Senado, conforme o Regimento dessa Casa defina. Então eu quero deixar isso na Mesa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Logicamente V. Exa. formalizará?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Formalizarei então. Muito bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** E submeteremos.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Formalizarei agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador Cristovam, o Itamaraty, que sempre acompanha as nossas reuniões, ele é um órgão com quem nós temos um trato muito bom e muita proximidade. Eu acho que, num primeiro momento, talvez fosse o fato de pedirmos por intermédio do Itamaraty esclarecimentos acerca desse fato, fato grave, V. Exa. foi muito feliz. Eu li hoje na mídia e achei muito interessante a sua prudência em, primeiro, esclarecer o fato, porque a imprensa costuma às vezes dar conotações que extrapolam a realidade dos fatos. Mas creio que seria prudente encaminharmos ao Itamaraty o pedido de esclarecimentos. O Itamaraty poderá, por sua vez, solicitar à Embaixada da Venezuela que preste esclarecimentos a esta Comissão. Se V. Exa. concordar, daremos esse encaminhamento.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Perfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Ótimo. Mais alguma--

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Posso passar à sabatina?

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Desculpa, eu pensei que V. Exa. tivesse acabado.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Srs. Embaixadores, eu tenho usado essas sabatinas no sentido de procurar amarrar alguns pontos que o Brasil deve se preocupar nas próximas décadas nas suas relações internacionais. Então ao invés de ficar perguntando sobre os países, eu tenho preferido ler uma lista de itens que, a meu ver, vão definir a política externa nas próximas décadas, não anos, e perguntar aos senhores Embaixadores a opinião que eles têm e, ao mesmo tempo, como é que eles vinculam essas preocupações que são globais, planetárias, com os cargos que vão ocupar especificamente nesses países. Eu vou ler a lista dos pontos que eu coloco, mas eu sinto-me à vontade para dizer aos senhores que ficaria feliz se acrescentarem outros que não passaram

pela minha cabeça e se quiserem saltar alguns desses também por causa do tempo. E aí, se quiserem, se concentrarem mais naquilo que diz respeitado aos países aonde vão.

O primeiro problema, e não em ordem de importância - não vou ler em ordem de importância - o primeiro é o problema dos recursos naturais cada vez mais escassos que nós vamos ter no mundo. Nossas relações internacionais vão ter que se debruçar sobre as implicações da falta de recursos. O petróleo é um caso, outros recursos energéticos, mas outros minerais também vão ficar escassos e isso vai trazer a ganância de alguns países e vai exigir da nossa diplomacia negociações cuidadosas.

O outro são os recursos naturais da vida, que eu separo dos recursos naturais da economia. Aí eu falo especificamente da água e das florestas, que são dois itens que vão merecer muito cuidado. Como se fala a ideia da internacionalização da Amazônia, que a meu ver nunca virá do ponto de vista de tomarem a propriedade, mas pode vir do ponto de vista de tecnologicamente impedir que a gente tenha soberania sobre ela. Uma coisa é impedir a soberania, outra coisa é tomar. Tomar eu acho difícil, mas impedir a soberania, basta uns satélites daqueles decidirem, eles podem impedir que brasileiros entrem por ali.

O outro ponto é o tráfico, e aí eu divido em três tipos de tráfico: o tráfico de armas, especialmente aqueles de destruição em massa; o tráfico de drogas; e o tráfico humano, que já se fala que é um item importante, tanto o tráfico de mulheres como, também, tráfico de crianças. E em breve, eu não vou querer que falem disso, algo que está me preocupando é o tráfico de crianças como jogadores de futebol. Estamos travestidos de jogadores de futebol, meninos de dez anos, 12 anos, e mandando para times no exterior. Até certo ponto é uma vantagem individual, mas é também uma retirada de certos direitos humanos, pois as crianças são tratadas como produtos.

O outro é o comércio, que cada vez vai aumentar; não tem quem pare o comércio internacional através dos diversos acordos. E é uma preocupação que a gente tem que fazer, porque cada vez que a gente aumenta a liberdade comercial, algum setor comercial perde, outros ganham, e o conjunto pode ganhar. O outro é a partir daí a criação ou não de blocos. O Brasil deve ou não aumentar a sua participação em blocos? Agora com o pré-sal vamos ou não entrar na Opep? O Presidente já disse que não, mas daqui há dois anos teremos outro Presidente. Como é que a diplomacia vai ver isso. Mas não é só a Opep. O Mercosul, a ampliação do Mercosul, blocos com a África, blocos Brasil, Índia e África do Sul. Vão surgir variações de formas, a morfologia dos blocos vão ser diferentes, não precisa ser tudo junto como na Europa.

O problema que eu falei já na hora dos tráficos, o problema da droga, o problema do terrorismo, que não é o mesmo que tráfico de armas; o tráfico de armas nem sempre é para terroristas, pode ser até para grupos armados como há na Bolívia, como há na Colômbia, independente de tratar *As Farc* ou não como terrorista. Os grupos armados bolivianos não fizeram nenhum gesto terrorista até hoje, mas estão se armando contra o Exército local.

O problema das fronteiras, que cada vez mais será um problema no Brasil. Ontem eu assinei uma PEC que eu assinei assustado. Embora seja de um Senador do meu partido, muito respeitado, ele está propondo uma que diminui para 15 quilômetros apenas a distância da propriedade da terra e do uso da terra para atividades agrícolas na fronteira. Hoje, se eu não me engano, são 150 quilômetros. É um pedido do Osmar. Eu assinei, mas confesso que é dessas coisas que a gente fica em dúvida. O problema das fronteiras, no caso do Haiti não existe, no caso da Guiana existe, mas eu pergunto em relação a todas as fronteiras brasileiras e não apenas necessariamente dos países.

O problema do meio ambiente, que esse, sim, é um problema difícil de administrar, porque é um problema que é planetário, mas a diplomacia é nacional. Vocês estão aí para defender o Brasil, não o planeta, mas cada vez mais vão ter que defender o Brasil com responsabilidade planetária. Como é que a gente vai resolver isso? Eu fiz uma palestra no instituto Rio Branco e eu disse àqueles meninos que estavam lá, dos primeiros anos, que eles serão os primeiros diplomatas que serão brasileiros e planetários; eles não são serão só brasileiros, eles vão ter também que ter uma cabeça brasileira com coração planetário ou ao contrário, mas vão ter que ter uma dose de visão global.

O problema da disseminação de armas de destruição em massa, por exemplo, a Coreia de Norte agora está nos colocando isso de fato, mas eu acho que esse é um problema menor, o problema maior mesmo é quando estiver na mão de terroristas, de empresas privadas, que nem sejam terroristas, e que poderão vender a qualquer um. Não vai demorar que uma empresa privada possa produzir arma de destruição em massa. Já podem, talvez não a bomba atômica, mas armas bacteriológicas, já devem ter muitas empresas no mundo que são capazes de fazer. Vamos proibi-las? Como é que a gente faz para proibi-las?

Apenas mais dois. O problema da desigualdade social. Esse tem que se transformar num problema diplomático também. Não é possível que a gente tenha hoje uma população imensa da população africana

abandonada. Não é possível que a educação continue sendo uma preocupação apenas do País e não uma preocupação global. A indústria, a economia, virou uma preocupação global depois da Segunda Guerra. Quantos Bancos de Desenvolvimento criamos para o mundo inteiro ou para cada região? Mas não queríamos nenhuma entidade, salvo a Unesco, global, nenhuma para os diversos continentes. E assim mesmo a Unesco é uma entidade sem força, não tem dinheiro, não tem poder de intervir, enquanto na economia a OMC tem, a Unctad tem, a OIT tem; são organismos que têm força, sem falar no Banco Mundial, Banco Interamericano, Banco Africano.

E, finalmente, o problema da propriedade intelectual. Até que ponto a gente vai ter que ter uma influência na definição da propriedade intelectual por órgãos internacionais respeitando a propriedade, porque eu acho que o fim da propriedade intelectual, como alguns defendem, é o fim da produção de grandes avanços nas ciências. Se a gente acabar com a propriedade industrial dos remédios, vai cair a produção de novos remédios no mundo, que são feitos para ter lucros. Ao mesmo tempo, colocar nas mãos do lucro a vida da população é muito complicado. Os socialistas resolveram: o Estado dá o dinheiro e os cientistas conduzam produzindo. Eu não acho que os cientistas produzam por dinheiro; os laboratórios é que produzem por dinheiro. Os cientistas produzem por um bom salário e o Estado pode pagar um bom salário. Mas isso não vai ser alternativa daqui para frente, não vamos estatizar os laboratórios e, se estatizar, é nacionalizar, não vai ser do mundo inteiro. Então a gente vai ter que descobrir um caminho. O caminho talvez seja o Estado comprar o que a empresa privada produz, mantendo a propriedade intelectual, mas esse é outro tema que vai dominar as próximas décadas, a meu ver.

Então são esses pontos que eu gostaria, se quiserem escolher um, dois ou três. A palestra que eu fiz no Rio branco, eu não tinha dúvida, eu fiz usando muito do que eu ouvi aqui em sabatinas anteriores. Eu lamento até que elas não sejam gravadas, porque daria um belo texto dessa Comissão, a colocação de linhas de como trabalhar os grandes temas das relações internacionais nas próximas décadas que, a meu ver, vão ser muito diferentes.

Eu tenho dito, muito discordam, mas eu considero que o Ministro Celso Amorim, e a política dele, apesar de alguns erros, obviamente, derrotas em órgão internacionais, por exemplo, eu considero que é, talvez, o melhor Ministério que o Brasil teve, porque o Rio Branco era muito fácil ser Ministro das Relações Exteriores naquele tempo. Só eram relações bilaterais muito específicas que exigiram grandes negociações, até dizem mais do que negociações, que os documentos até hoje não são públicos e fala-se que houve uso de argumentos outros que diplomáticos para conseguir assinatura nos acordos, por exemplo, para termos o Acre, um pedaço de outros países, especialmente no caso do Paraguai, mas eram tempos simples. Daqui para frente a diplomacia vai ser uma área muito complexa, muito, muito, muito complexa pelos problemas novos e pela diluição das fronteiras, uma diluição inevitável, eu não disse destruição das fronteiras, mas elas vão ficar mais frágeis, mais fluidas. Muitos dos nossos temas vão atravessar as fronteiras geográficas. A gente vai ter às vezes que estar do lado do outro na hora de negociar e não do lado da gente, vamos ter que convencer o lado da gente.

Então eu coloquei esses temas, que eu tenho anotado e tenho trabalhado. Está até aqui comigo o texto como saiu da palestra que eu fiz no Rio Branco recentemente, que eu espero ampliar. Agora escolham alguns desses, me sugiram novos, que eu até ficaria feliz, ou concentrem naqueles temas que dizem respeito aos países para onde os senhores vão estar.

Essa é a minha provocação, mas desde já dizendo que eu fico muito feliz de ver a qualidade do nosso corpo técnico. Daqui há alguns anos eu vou ser suspeito para dizer isso porque os Embaixadores terão passado por minhas mãos como alunos, por enquanto são apenas três Embaixadores que foram meus alunos, então, por enquanto, não é uma pretensão dizer que vocês constituem um corpo que nos deixam tranquilos e orgulhosos de tê-los como Embaixadores. É mais uma preocupação intelectual do que uma contestação ou uma tentativa de sabatiná-los do ponto de vista de saber se estão ou não à altura, nada a ver com isso. É mais do que tudo uma sabatina intelectual do que de seleção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Obrigado. Passo a palavra ao Embaixador João Solano e, em seguida, ao Embaixador Luiz Gilberto.

**SR. JOÃO SOLANO CARNEIRO DA CUNHA:** Agradeço ao Senador Cristovam Buarque por ter levantado esses temas aqui, temas de tão grande relevância. Eu, obviamente, não tenho a pretensão de, enfim, alimentar aqui um debate sobre esses temas, mas, simplesmente, eu gostaria de destacar alguns dos temas que o senhor mencionou aqui tentando fazer uma relação entre esses temas e as minhas próximas funções aí na República Dominicana, dizer alguma coisa também sobre a minha experiência passada, na qual eu abordei vários desses temas aqui mencionados.

Eu vou começar pelo último, fronteiras. Como o senhor bem disse, fronteiras, o destino natural das fron-

teiras é serem abolidas, não abolidas fisicamente, mas abolidas, enfim, com todos os progressos da comunicação, da eletrônica; isso tudo, hoje em dia, enfim, o conceito de fronteira que muda muito. Eu queria sobre esse ponto, talvez fosse até uma sugestão minha de outro ponto de reflexão nessa lista que o senhor fez, nós, governos, legalmente procuramos abolir fronteiras no sentido de facilitar a livre passagem de pessoas, de trabalhadores, de ideias, de dinheiro, o comércio. Procuramos abolir a fronteira, digamos assim, para o bem. Agora há certas organizações, organizações criminosas, que há muito tempo já aboliram a fronteira e aboliram para o mal. Eu me refiro especificamente ao crime organizado internacional, um assunto que eu me ocupei no início deste século, entre 2000 e 2003, eu me ocupei com muito empenho no Itamaraty e via essa ironia, via gente no Mercosul querendo abolir fronteiras para livre circulação de pessoas, de estudantes, de professores, de empresários, a livre circulação comercial, mas o narcotráfico já tinha abolido aquela fronteira há muito tempo para a livre circulação de bens, bens ilícitos, bens que eu não preciso dizer aqui o mal que causam à economia, à sociedade e à instituição de um País. Então eu acho que isso é um tema importante. Fazendo a ligação entre o que me perguntou o Senador Casagrande sobre o Haiti e República Dominicana, eu evitei na minha exposição abordar o Haiti porque eu não vou para o Haiti, eu vou para a República Dominicana; o problema das relações entre a República Dominicana e o Haiti, eu achei que não cabia trazer para cá, mas ele levantou a questão, eu achei muito interessante. É uma questão também que tem aí a ver com fronteiras, as fronteiras são muito permeáveis entre os dois países e é o tipo da permeabilidade de fronteiras negativa, ou seja, o que vai do Haiti para a República Dominicana. Geralmente não vão grandes professores e grandes intelectuais. Não, vão os trabalhadores braçais, muitas vezes explorados pelo próprio dominicano, que há alguns dominicanos que têm até interesse em usar essa mão-de-obra. Enfim, esse tema de fronteiras eu acho um tema de fundamental importância de discussão sobre uma gama bastante variável de aspectos que se pode discutir isso.

Um outro tema que o senhor colocou aqui... Bom, esse tema de fronteira, só para concluir, como eu disse, tem muito a ver com o tema dos tráficos ilegais. E a República Dominicana, sobretudo, tráfico de crianças, como jogador de futebol, Senador, eu nunca tinha ouvido falar; eu estou ouvindo pela primeira vez e realmente é uma coisa extremamente grave, sobretudo num País, numa potência futebolística como é o Brasil é uma coisa extremamente grave. Mas tráfico de drogas, especificamente. A República Dominicana não é um País produtor de drogas, mas é um País de passagem, como se diz, muito importante, muito importante. Não se esqueçam que a República Dominicana está ali pertinho dos Estados Unidos. Eu não estou aqui me referindo a Miami, eu estou me referindo a San Juan; quem está em San Juan está nos Estados Unidos. Existe um *ferry boat* diário que sai aí de Santo Domingo e em uma noite de viagem chega a San Juan, a Porto Rico, que já está nos Estados Unidos. Inclusive uma preocupação grande nossa da Embaixada é que muitos imigrantes ilegais ou candidatos a imigrantes ilegais dos Estados Unidos descubram que pela República Dominicana eles podem entrar nos Estados Unidos via Porto Rico. Para isto basta pegar o *ferry boat* em Santo Domingo e viajar durante a noite. Mas a República Dominicana acabou de adquirir, o Congresso dominicano acabou de aprovar um financiamento do BNDES para a aquisição, por eles, de oito aeronaves Super Tucano da Embraer? Por que, para que? Para que esse interesse em tantos aviões? Controle do tráfico de drogas. Por quê? Não apenas o País é um País de passagem, é uma zona de passagem de drogas com outros destinos, mas também começa a ser um País consumidor porque, como sabem os senhores, uma das grandes fontes de receita da República Dominicana é o turismo. O País tem, enfim, *resorts* aí paradisíacos, turismo de sal e mar, de praia, que atrai um número muito grande de turistas europeus e americanos. Ora, europeus e americanos são, de modo geral, grandes consumidores de drogas ilícitas. Então há também o risco e o temor das autoridades dominicanas de que o tráfico de drogas também use a República Dominicana não apenas como passagem, mas para o consumo desses grandes afluxos estrangeiros que vão ao País todos os anos.

Meu caro Senador, o senhor tocou em tantos assuntos e tão importantes, nem todos são da minha especialidade, mas eu gostaria só, simplesmente, de abordar apenas mais um, que também tem muito a ver com as minhas funções atuais ou até a semana passada eram atuais no Itamaraty, que diz respeito aos blocos, aos blocos econômicos, aos blocos políticos. Há na nossa região uma grande proliferação de mecanismos de integração, de formação de blocos. Nós temos o Mercosul, temos a Comunidade Andina, criamos a Unasul, temos o Grupo do Rio, que está aí querendo transformar-se num novo organismo latino-americano e caribenho.

O Brasil promoveu aqui no ano passado a Cúpula da América Latina e Caribe, que já li na imprensa uma visão extremamente errada de que se trata de uma OEA sem os Estados Unidos e Canadá; não, não se trata disso. Mas eu acho, Senador, que no mundo que nós vivemos, até durante a Guerra-Fria nós vivíamos

num mundo bipolar e que deu origem ao Movimento dos Não-Alinhados, que eu não estou com esse e nem com aquele, eu quero ter a minha voz própria, a minha opinião própria. Hoje em dia, com a desintegração da União Soviética e esse poderio tão grande dos Estados Unidos, nós vivemos num mundo, enfim, com uma única grande superpotência, mas que num horizonte temporal acho que bastante próximo nós estaremos a rigor, na verdade, apesar de toda essa prevalência dos Estados Unidos em todos os campos, nós estaremos a rigor num multipolarismo desorganizado, num multipolarismo em que se tem a União Europeia aí já despontando como um outro grande foco, mas na Ásia, a China, enfim, um multipolarismo meio desorganizado, e países do porte do Brasil, países chamados emergentes, países em desenvolvimento, que têm os setores da sua sociedade altamente desenvolvidos, mas ainda convivendo com setores altamente atrasados, países como o Brasil para ampliar a sua voz no cenário internacional, precisa sim estar aliado a um bloco. Obviamente na América do Sul, por exemplo, partiu do Brasil a iniciativa, partiu ainda do governo passado, partiu a iniciativa de tentar organizar esse Continente Sul-Americano, tentar fazer com que os países se conheçam melhor, porque estávamos historicamente voltados de costas para os nossos vizinhos hispânicos e hispano-americanos. Então ganha força um País como o Paraguai, por exemplo, falar em nome da Unasul, em nome daquele grupo, do que falar em nome de um País com recursos naturais e humanos muito limitados. Então para o Brasil também, embora o Brasil já tenha muita força na sua voz individualmente, mas obviamente falando em nome de um bloco mais amplo a força da sua voz no cenário internacional vai aumentar consideravelmente.

Senador, eu acho que devo parar por aqui, inclusive em função do tempo, que eu gostaria também de dar a chance ao meu colega Luiz Gilberto para comentar algumas das suas interessantíssimas colocações aqui, e eu, mais uma vez, agradeço muito que o senhor tenha levantado esses temas; é sempre bom ter uma experiência, ter uma oportunidade para falar um pouco de nossas experiências sobre esses vários temas.

**SR. LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE:** Agradeço ao Sr. Senador pela oportunidade também de comentar esses temas, que eu acho que são interessantíssimos e que estão no foco da preocupação da política internacional e de relações internacionais, quer dizer, são assuntos que são enumerados de forma isolada, mas é uma característica comum de todos esses temas que eu vejo aqui, recursos naturais, tráficos ilegais, meio ambiente. Todos esses são assuntos que não podem ser hoje em dia resolvidos por um só País, são assuntos que devem ser objeto de concertação internacional. Quer dizer, nenhum País hoje em dia pode ter a pretensão de que um assunto como, por exemplo, meio ambiente ou tráfico ilegal de drogas e mulheres ou tráfico de ouro e outros, contrabando de produtos, etc., possa ser resolvido por um só País. No fundo, o que surge aqui é a necessidade absoluta da cooperação internacional para resolver e para encaminhar a solução desses problemas.

O senhor mencionou, Senador, a questão da abolição no comércio e a permeabilização das fronteiras num processo de globalização, sobretudo do comércio, que eu acho que isso é um fato positivo e que é uma coisa que se busca nas negociações comerciais do comércio alcançar, mas de outro lado nós também percebemos que a globalização, sobretudo no que concerne à circulação de informações culturais e sócio-ideológicas, trazem uma importância e trazem uma resistência muito grande de certos povos que gostariam, que gostam e prefeririam preservar as suas próprias identidades culturais, de forma que isso causa uma forte reação. Ao mesmo tempo em que existe o complexo de globalização de um lado, existe uma reação nacionalista e cultural de outro, que é um dos fenômenos que começa a emergir, que emergiu inclusive durante a década de 90, com a queda do Muro de Berlim, que hoje ainda é tão verdade. Quantos anos! Então é um pouco um tipo de problema que tem que ser visto, cuidado e pensado ao se tomar medidas de caráter global.

O senhor mencionou também o assunto das desigualdades sociais a nível global. É um problema muito sério, porque eu acho que está por trás do movimento de imigração entre Norte e Sul, Sul e Norte, e causa, também, um problema de difícil solução. Nós sabemos que os países do Norte não têm uma taxa de natalidade suficiente para manter uma economia em crescimento durante muitos anos. Ao mesmo tempo em que esse fenômeno da imigração, a imigração econômica por falta de possibilidades de sustento no local, nos países onde vivem, sobretudo eu estou falando da África, eles têm que procurar trabalho onde o trabalho existe, mas de certa forma isso tem também causado uma resistência cultural muito grande nesses países desenvolvidos. É um problema que ainda carece de solução e de um bom atendimento ao nível internacional.

V. Exa. mencionou, também, a questão do meio ambiente, que eu acho importante. Nós falamos de vários projetos hoje que podem ser associados entre o Brasil e a Guiana, por exemplo. São projetos que são muito interessantes e que podem maximizar a produção e o ganho da economia brasileira, e, também, da economia da Guiana, mas não podemos esquecer também que esses projetos vão atravessar áreas ecológicas muito

frágeis, como é a área entre a capital Georgetown e o Rio Corentyne, é uma área que está ligeiramente abaixo do nível do mar, que é sempre protegida por diques, canais e muros e necessitam de manutenção permanente. O mesmo se pode dizer também das repercussões que vão provocar o aumento do movimento nas estradas e aumento do movimento de bens e mercadorias por via rodoviária nesse meio ambiente local, que pode ser um pouco frágil. Então tudo isso tem que ser visto, estudado e tratado não só por um País, mas por um grupo de países, por um ou mais países.

V. Exa. mencionou, também, a questão dos blocos. A questão dos blocos, quando se trata de blocos comerciais, pode ser blocos com negociações muito complexas, podem durar muitos anos, porque, como o senhor mesmo mencionou, a troca de mercadorias com tarifas favorecidas podem provocar desemprego num ou em outro País, a não ser que esse outro País possa fazer uma reciclagem daquela produção.

O que eu queria, gostaria de chamar a atenção com respeito ao que se falou hoje sobre a Guiana, é que a Guiana sempre foi um País voltado, até por razões de colonização cultural, para o Hemisfério Norte e para a região do Caribe, e sempre um pouco de costas voltadas para o Brasil. Isso é um fenômeno que ocorreu ao longo das décadas e nunca foi exatamente corrigido, nem se procurou uma aproximação maior. Portanto, eu mencionei hoje a questão da criação da Unasul, a União das Nações Sul-Americanas, da qual a Guiana faz parte, em que se encontrou para a Guiana um foro regional de negociação e de contato e que já resultou em várias viagens de autoridades. O Presidente da Guiana já veio duas vezes ao Brasil, o Primeiro-Ministro da Guiana já veio uma vez ao Brasil e outras autoridades têm visitado o Brasil com bastante frequência, sendo que o nosso Presidente da República tem ido à Guiana. Então se nós pegarmos as estatísticas dos últimos cinco anos, o movimento de autoridades, de altas autoridades entre os dois países é muito superior a qualquer que se possa ter visto nas últimas décadas.

Enfim, Senador, eu ficaria por aqui. Caso o senhor não tenha mais nenhuma outra pergunta, não tenho mais nenhuma coisa para acrescentar. Obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Antes de cumprir o Regimento e tornar esta Sessão secreta, eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento já referido pelo Senador Cristovam Buarque, que é versado nos seguintes termos: "Diante de notícias publicadas hoje em jornais nacionais, requeiro, nos termos do art. 216, do Regimento do Senado, que o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, solicite ao Governo venezuelano informações diretas e explicações acerca do possível constrangimento a que teria sido submetido o escritor peruano Mário Vargas Llosa em sua chegada à Venezuela, onde ficou retido por cerca de uma hora e meia e foi advertido a não fazer declarações sobre assuntos políticos internos, além de der ter a sua bagagem minuciosamente revistada". Para discutir. Não havendo quem queira discutir, submeto à apreciação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

De acordo com a Constituição e o Regimento, a reunião dessa Comissão será transformada em secreta, devendo permanecer os indicados, os membros do Itamaraty e os Srs. Senadores. Aos demais, peço a gentileza de se retirarem.

*[Sessão secreta às 12h19].*

*[Sessão reaberta ao público às 12h38].*

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Bem, em nome do Senador Eduardo Azeredo, Presidente dessa Comissão, e dos demais Senadores, eu queria agradecer a presença do Embaixador Luiz Gilberto, do Embaixador João Solano, e anunciar a aprovação de ambos por unanimidade por esta Comissão, desejar sucesso nas respectivas missões e dizer que essa Comissão estará sempre aberta, não só por ocasião da indicação de V. Exas., mas, também, durante a gestão de V. Exas. Acho importante que o diálogo não seja truncado tão-somente nessa reunião, que ele prossiga, que ele seja sempre profícuo, que o Senador Tuma tenha a oportunidade de visitar esses países e colher o trabalho realizado pelos nossos Embaixadores. Isso é sempre muito importante.

Não havendo mais nada a ser tratado nessa reunião, declaro encerrada, com os nossos agradecimentos.

*Sessão encerrada às 12h39.*

**ATA DA 16ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAS E 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JUNHO DE 2009.**

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dois de junho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as)

seguintes senadores(as): **Adelmir Santana, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, César Borges, Cristovam Buarque, Delcídio Amaral, Efraim Morais, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Ribeiro, José Nery, Kátia Abreu, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Neuto de Conto, Osmar Dias, Pedro Simon, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Valdir Raupp.** Justificou a ausência o Senador **Eduardo Azeredo.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 6 de 2009 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo da Senadora Marisa Serrano, aprovado em 24/3/09, Requerimento 20, de 2009-CRA, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 26/5/2009, Requerimento nº 3, de 2009 - CRE, de autoria da Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 5/3/09, Requerimento nº 22, de 2009-CRE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 21/5/2009, Requerimento nº 36, de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 20/5/09, e Requerimento nº 34, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, João Pedro e Rosalba Ciarlini, aprovado em 28/5/2009, com a finalidade de debater o cumprimento do programa *"Metas de Desenvolvimento do Milênio"* fixadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive no Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Darci Bertholdo** – Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – Representante da Casa Civil da Presidência da República, Srª. **Laura da Veiga** – Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva** – Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Sr. **Marco Otávio Bezerra Prates** – Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – **MDIC**, Sr. **Adson França** – Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde, Sr. **Antonio Luíz Machado de Moraes** – Assessor da Secretaria de Política Agrícola do **MAPA**. Representante do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sr. **Sérgio Wanderly Silva** – Representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da CAS – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da CRE – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 16ª REUNIÃO, CONJUNTA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que, com anuência do plenário, são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, com a finalidade de debater o cumprimento do Programa Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas, no ano de 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Darci Bertholdo, assessor da subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais, representante da Casa Civil da Presidência da República; Sra. Laura da Veiga. E eu gostaria até de convidar os ilustres representantes para tomarem assento à Mesa. Sr. Darci Bertholdo, Sra. Laura da Veiga, secretária de avaliação de gestão de informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministra

Gláucia Gauch, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais... Aliás, Ministra Gláucia, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais, representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que, neste ato, será representado pelo Sr. Silvio Albuquerque Silva; Sr. Marco Otávio Bezerra Prates, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção; Sr. Adson França, assessor especial do Ministro de Estado da Saúde; Sr. Antônio Machado de Moraes, assessor da subsecretaria de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Sérgio Wanderly Silva, tesoureiro do colegiado nacional de gestores municipais de assistência social.

Como todos os senhores sabem, esta audiência pública foi, inicialmente, motivada por uma intervenção da Senadora Kátia Abreu, que entendeu, juntamente com outros colegas, como a Senadora Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano, bem como o Senador Cristovam Buarque, de que deveríamos fazer um acompanhamento... O Senador Eduardo Azeredo também foi um dos autores. Deveríamos fazer um acompanhamento das medidas adotadas pelo Governo brasileiro e pela sociedade nacional, sobre as metas estabelecidas por 189 países, dos quais o Brasil é um dos signatários e cujos resultados, cujas metas deverão se atingidas no ano de 2015.

Então, nós vamos, neste momento, passar a palavra para o Sr. Darci Bertholdo...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Eu gostaria, como autora do requerimento, se V. Exa. permitisse, fazer algumas poucas palavras antes de iniciar as apresentações, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pode usar da palavra, Senadora.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os nossos convidados e, apesar da honra de recebê-los aqui, eu não poderia deixar de comentar a ausência dos Ministros de Estado. Nenhum ministro pôde comparecer, e dois ministros, sequer, mandaram representantes, como me informou, agora há pouco, a secretaria da Comissão, como o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Educação, não mandou representante e nem o próprio veio, e também o Ministro Carlos Minc, também, do Meio Ambiente, não compareceu, e, sequer, mandou representante. Os demais vieram representando, o Darci Bertholdo, a Casa Civil; a Sra. Laura Veiga, o Ministério da Ação Social; Silvio José, das Relações Exteriores... Enfim, Ministério da Saúde, Ministério da Educação... Desculpa, Ministério da Agricultura e CONGEMAS também não sei se veio.

Sr. Presidente, eu lamento muito que nenhum ministro, especialmente o Ministro Patrus Ananias, eu esperava muito que ele estivesse aqui, mas, com certeza, deve ter tido um compromisso inadiável para não estar presente num debate desta natureza.

Nós aprovamos, no plenário desta Casa, uma comissão especial, temporária, para acompanhar o cumprimento das metas do milênio, estabelecidas pela ONU. São oito metas, e o Brasil, como signatário, claro, corretamente, assinou essas metas. E essa meta, a meta principal, na minha avaliação, é a número 1 escrita, e não menos importante às demais, é exatamente a redução da fome à metade até 2015. Nós estamos falando da redução da fome de quase 1 bilhão de pessoas, e isso significa, até 2015, a redução da fome de 500 milhões de pessoas pelo mundo, e o Brasil, segundo a FAU, tem 24 milhões de pessoas enquadradas nessa situação, e, nesse 1 bilhão de pessoas, o Brasil está com 24 milhões de pessoas. Apesar dos programas sociais, de suas eficácias, nós ainda estamos com esse número terrível em nosso país, um país emergente como o Brasil.

E eu, com essa ação e essa atitude, com os demais colegas senadores, nós queremos, como responsabilidade que temos com o estado brasileiro, acompanhar essa decisão do Brasil de cumprir com as metas do milênio. Nós não estamos... Eu, particularmente, não tenho visto nenhuma ação pública, explícita, claro que interiormente nos ministérios, alguma coisa deve estar sendo feita, mas eu acho que nós deveríamos dar mais publicidade às ações da meta do milênio, mesmo porque nós temos o terceiro setor, nós temos entidades civis que querem participar, como a CNA, que representa os produtores comerciais do país, que representa o grande agronegócio, com 1 milhão e 200 mil produtores, e que já está inserido nas metas do milênio. Nós já assinamos uma cooperação com o Itamaraty, nós estamos fazendo qualificação profissional através do nosso S, na África, em Angola. Com o Itamaraty, vamos construir lá uma escola. E a CNA, também, criou as escolas-fazendas, onde nós receberemos os africanos aqui, de língua portuguesa, para também serem qualificados com o nosso S. Nós estamos distribuindo conhecimento, dividindo conhecimento com os africanos, para que isso, também, possa ser um componente da meta do milênio, que é não só distribuição de comida, mas ensinar fazer a comida com qualidade e, principalmente, com produtividade.

E, no Brasil, não é diferente, a nossa responsabilidade maior... O SENAR também está trabalhando as metas do milênio, aqui no setor rural, haja vista que a ONU, em seu relatório do ano passado, identifica que, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de cada cinco pobres, quatro estão na zona rural, quatro estão escondidos nas estradas de chão desse Brasil afora, desse grande Brasil de 850 milhões de hectares, e, talvez, seja nesses locais que estão esses 24 milhões de pessoas que estão passando fome e sem qualquer assistência.

Quero lembrar, apenas como um ponto de vista crítico, mas procurando um caminho para a solução, com toda sinceridade, é justamente voltar e devolver as políticas públicas para o campo. Se nós observarmos o desenvolvimento e os gastos orçamentários dos ministérios, nos últimos dez anos de Brasil, nós vamos ver uma redução enorme nas aplicações feitas das políticas no campo, haja vista que nós também temos o Ministério das Cidades e não temos o Ministério dos Municípios, para que a infraestrutura e todos os programas possam chegar até o campo.

Nós estamos implementando alguns modelos, para que os ministérios possam entender que é possível, sim, atender 1/3 da população brasileira, como mão-de-obra economicamente ativa, e 5 milhões de produtores rurais, especialmente 4,5 milhões, que são da agricultura familiar e pequenos agricultores, que estão no campo, nessa extrema pobreza, identificada pela FAU.

Então, o nosso objetivo é... Principalmente, o meu objetivo é devolver as políticas públicas do Governo Federal, do estado brasileiro, quer seja União, quer seja Estado, quer seja município, ao interior do Brasil, à zona rural, onde estão os mais pobres, devolver essas políticas públicas, e que nós possamos fazer esse acompanhamento como obrigação que o Senado tem dessa representação, e, também, demonstrar ao mundo que o Brasil, talvez, senão certeza, é o grande remédio doce para esse amargo da fome, pois nós temos 100 milhões de hectares ainda disponíveis para produção de alimentos, sem desmatar, sequer, uma árvore, sem fazer nenhum desmatamento. Então, nós podemos solucionar essa questão, se as metas, realmente, forem levadas a sério. Se é isso que o mundo quer - e deve querer -, acabar com a fome, nós precisamos colocar os números nas planilhas, nós precisamos ver aonde estão os países que ainda detêm terras sem desmatamento, para produção de alimentos, e fazer um grande esforço mundial para que, realmente, essa meta número 1 possa ser cumprida.

Sr. Presidente Valter Pereira, para nós findarmos com a fome de 1 bilhão de pessoas no mundo, nós precisamos de uma área de 76 milhões de hectares de plantio, entre carne e grãos, e o Brasil tem 120 milhões de hectares disponíveis, apenas fertilizando as áreas de pecuária, as áreas de pecuária caberia todo o rebanho nacional hoje, em 1/3 da área ocupada. Então, nós temos essa destinação para as metas. E isso custaria, apenas para plantio, 60 bilhões de dólares, presidente, apenas 60, para que pudesse processar todo esse alimento. Para não cumprir a meta apenas a 50%, mas a 100%, nós precisaríamos, por ano, em torno de 100 bilhões de dólares para, efetivamente, essa meta ser cumprida.

E para que a gente possa ter uma noção do que significa esses 100 bilhões, se é muito, se é pouco, se é fácil arrumar esse dinheiro, eu consegui encontrar valores que, realmente, me deixaram indignada. Eu levantei todo o gasto militar do mundo com armamento, e nós estamos gastando 1 trilhão e 300 bilhões de reais em armamentos, em militarização dos países. Os Estados Unidos, desse valor, gasta 45%; em segundo lugar, a Inglaterra e a China, com 5%. Então, eu imagino: da onde poderia sair esse fundo internacional, verdadeiro, para que nós pudéssemos investir e acabar com a fome, definitivamente? Fora o contrabando, que não está nessa cifra de 1,5 trilhão e meio de dólares; 1,5 trilhão de dólares... Está me lembrando aqui o Senador Romeu Tuma, que, originário da Polícia Federal, conhece bastante bem como funciona esse contrabando.

Então, se nós e o mundo todo gasta 1,5 trilhão de dólares com armamento, com guerras, nós precisamos de 100, 100 bilhões, apenas, para acabar com a fome, em todos os países, com 1 bilhão de pessoas.

Então, eu gostaria de deixar esse questionamento. Objetivamente, o Brasil poderia encampar essa bandeira. Claro que nós temos outras áreas no mundo, que também podem ser utilizadas, nós não temos a pretensão de apenas o Brasil fornecer todas essas áreas para produção, mas, com certeza, terão dificuldades em encontrar áreas pelo mundo afora, área de sobra nós é que temos uma quantia significativa, e nós poderíamos, então, encampar essa grande bandeira de um fundo internacional, talvez em cima do gasto com armamento militar, para que nós pudéssemos cumprir os 100% da meta e não 50% dela. É perfeitamente possível.

Então, eu gostaria dessa avaliação por parte dos Ministérios e, de fato, conhecer o que cada Ministério está fazendo. Aqui no Brasil, a Casa Civil coordena todo esse processo com relação ao acompanhamento das metas, a, efetivamente, o que está sendo feito no Brasil, e os demais Ministérios fazem parte desse Conselho, dirigido pela Casa Civil, Dilma Rousseff,

com relação a, efetivamente, o que é que está sendo feito no Brasil.

Então, eu gostaria de ouvir de cada um, na medida do tempo possível dado ao nosso Presidente, o que é que está sendo feito e com relação a essa questão de nós, efetivamente, propormos ao mundo esta possibilidade de plantio efetivo para o fim da fome até 2015. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Ministro Carlos Minc não veio, porém, a presidenta da CNA acabou fazendo a primeira palestra da reunião, foi a primeira expositora. Parabéns pela brilhante exposição.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, assim iniciamos... Senadora Rosalba também quer fazer uma intervenção, eu abro a palavra para ela.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Na realidade, como nós estamos aqui em conjunto, embora eu quero aqui até parabenizar a Senadora Kátia, que foi quem levantou essa bandeira, que nós concordamos plenamente de estarmos aqui, nesse momento, dando início a um debate e um acompanhamento mais minucioso das metas do milênio, que é algo que nós... O Brasil, como signatário, nós temos a obrigação de analisar, saber, até agora, o que conseguimos avançar, quais são os gargalos, quais são as dificuldades e em que nós podemos contribuir com a responsabilidade que temos aqui no Senado e como a nossa Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, tem uma importância ainda maior.

A Senadora Kátia falou muito bem quando colocava o problema da fome, e tem algumas metas que analisamos que ainda estão distantes de alcançarmos e que, no Brasil, realmente, é uma mancha que nos deixa, realmente, preocupados, como a questão da mortalidade materna, que ainda é muito alta, e que, talvez, por termos tido a oportunidade de notificar, Senador Valter, ela, inclusive, foi crescente. Eu sei... E aí tudo tem uma relação, tem um link, a fome leva também a que muitas mulheres estejam desassistidas em condições nutricionais e outras questões que levam a esse estado de chegar até a morte, morte materna, algo inaceitável nos dias de hoje.

Conseguimos avançar muito na questão da redução da mortalidade infantil, mas não podemos, de forma nenhuma, admitir chegar em 2015 e não termos cumprido essa meta, a meta do início de tudo que é da vida, e termos ainda um índice tão alto com relação à mortalidade materna.

Então, quero, aqui, agradecendo a presença de todos, lembrar que a fome, ela também... Nós podemos interpretá-la de várias formas. Nós temos que combater a fome de alimentos, sim, mas também a fome do conhecimento, porque essa fome do conhecimento é de fundamental importância para que possamos vencer todas as etapas. E uma das nossas metas, também, não é apenas colocar na escola, é ter qualidade de ensino, é dar condições a que o aluno, a criança, o jovem possa permanecer, pelo menos, para terminar o ensino fundamental, que nós sabemos que a evasão escolar é altíssima.

Então, todas essas análises são de fundamental importância para que possamos, realmente, somar esforço, e concordo plenamente com a senadora, e abrirmos também para que outras entidades possam vir a somar nesse esforço, que é de todos os brasileiros e que nós temos a responsabilidade. O Brasil assinou. Quando colocou ali a sua assinatura... Claro, o Presidente e todos os fazem o Governo Federal, ali estavam colocando como um carimbo, dizendo: "Nós vamos conseguir!". E é isso que eu quero, que possamos provar que podemos, sim, que podemos fazer um país onde as metas do milênio não somente sejam alcançadas, mas sejam superadas, porque são coisas simples, são coisas que podemos assim... Talvez até complexas para chegarmos até lá, pela falta do conhecimento, por uma visão distorcida, histórica, de milhares de anos, de como esse país foi, de certa forma, tratado no passado, mas que nós tenhamos essa consciência, consciência social, não somente dos que estamos aqui neste debate, não somente daqueles que receberão do povo a responsabilidade, para que, no Senado, na Câmara, nas várias instâncias do Legislativo e do Poder Executivo, estejamos nessa luta, mas a consciência social de todos, principalmente daqueles que tiveram a oportunidade de receber o conhecimento, tiveram a oportunidade de não precisar estar na lista, nas estatísticas dos que passam fome e nem nas estatísticas daqueles que, infelizmente, não tiveram ainda acesso à saúde e o meio ambiente, à consciência, que eu acho que é o mais importante quando nós debatemos isso, é despertar essa consciência, e que todos os oito fatores, se nós analisarmos bem, eles estão entrelaçados, eles formam toda uma questão que temos que avançar e conseguir.

Então, fica aqui o agradecimento pelos que aqui vieram, e, na certeza de que esse assunto não será fruto só de uma audiência, nós temos, enquanto Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Comissão de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores, de Educação, de Direitos Humanos, eu acho que essas metas precisam agora, mais do que nunca, levantada

essa questão, de estarmos acompanhando, estarmos analisando, estarmos em busca de ações, de projetos que venham apoiar, incentivar e estimular, para que o Brasil possa, lá na frente, antes mesmo de 2015, dizer: "Valeu a pena. Conseguimos!". Muito obrigada.

[soa campainha]

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agora, nós vamos iniciar as exposições dos nossos convidados.

Então, primeiro, é o Darci Bertholdo, que está representando aqui a Casa Civil.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu acho que, na verdade, as duas senadoras representaram os ministros ausentes, a Senadora Kátia aproveitou a oportunidade para substituir o Minc, e o substituiu bem, só que mudou um pouco o tema, que ela foi pelo viés da agricultura e da produção.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Claro. V. Exa. tem razão. E a Senadora Rosalba acabou representando o Ministro da Saúde, embora ele também tenha um representante aqui, que é o Dr. Adson, que vai falar.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** E da Educação, também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Educação. Exatamente. Mas, de qualquer forma, facilitou a tarefa dos dois.

Então, Bertoldo, é a sua palavra.

Nós vamos estabelecer aqui o seguinte: uma meta de dez minutos para cada um, a fim de que possa fluir com certa rapidez. Isso não significa que nós vamos adotar uma rigidez capaz de interromper o fechamento de um raciocínio.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Bom dia a todos. Em nome, aqui, da Ministra Dilma, eu, em primeiro lugar, peço, em nome dela, escusas pela impossibilidade da sua presença, e me foi solicitado que aqui representasse a Casa Civil.

O meu nome é Darci Bertholdo, e eu coordeno um grupo de trabalho, que foi instituído em 2003, pelo Presidente da República, para o acompanhamento e o monitoramento das metas do milênio.

E aqui, então, eu me proporia a falar um pouco das iniciativas do Governo Federal em torno desta matéria, sem entrar muito no detalhe da cada área específica, porque, isso, eu entendo que os Ministérios, aqui presentes, poderão discorrer um pouco mais especificamente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Os Ministérios aqui ausentes?

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Aqui presentes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Entendi errado.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Os Ministérios, aqui presentes, poderão, então, detalhar um pouco mais o que vem sendo feito em relação a cada um dos objetivos especificamente.

Eu iniciaria, então, listando aqui as iniciativas adotadas pelo Governo Federal. Nós, como sabemos, em 2000, os países, os 189 países pactuaram a promoção desses 18 objetivos, e o Presidente da República tem reafirmado, em diversas oportunidades e nos vários Fóruns, especialmente da ONU, o compromisso brasileiro de promover o alcance desses objetivos. De fato, é convicção do Governo que esses objetivos podem e devem ser alcançados pelo Brasil. Com esse intuito e com a criação desse grupo de trabalho, eu apenas cito, como um exemplo da decisão de se ter, de fato, no âmbito da Casa Civil, pessoas envolvidas com o acompanhamento do cumprimento desses objetivos, e, além da Casa Civil, a assessoria especial da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ipea, o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que integram este grupo.

Sob a coordenação desse grupo, foram já elaborados três relatórios, então. Um desses relatórios, o último, a gente trouxe alguns exemplares aqui, para se ter a ideia, mas eles estão disponíveis, todos eles, em sites, tanto do PNUD como do Ipea, como um site específico que temos para acompanhamento, que é odmbrasil.org.br, onde podem ser acessados esses relatórios.

Esses três primeiros não têm uma periodicidade exata, mas a gente sempre procurou fazer com que coincidisse a elaboração desses relatórios, inclusive com a abertura da assembléia da ONU, todos os anos, e o Presidente da República levou esses três primeiros relatórios sempre quando fez a abertura dessas assembléias da ONU.

Nós estamos, neste momento, montando um cronograma, para fazermos o quarto relatório que pretendemos, para que os dados sejam os mais atuais possíveis, incluir dados da Pnad de 2009, e esse relatório, diferentemente dos outros, ficará pronto após a assembléia da ONU, porque os dados da Pnad vão estar disponíveis em outubro.

Nós, então, temos mapeadas as ações do Governo, que de, alguma forma, têm impacto sobre o cumprimento desses objetivos. O Governo Federal institui, como uma forma também de envolver a sociedade civil, os municípios, a população, enfim, o chamado Prêmio

ODM. Esse prêmio é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Em 2008, teve a sua primeira edição. Agora, está sendo já preparado, para que, no início de 2010, já tenhamos, novamente, a premiação daquelas iniciativas, tanto de sociedade civil como de prefeituras, do Poder Público, dos Governos estaduais, que mereçam ser destacadas, com algum tipo de, digamos assim, reconhecimento por parte do Governo Federal. Esse prêmio também tem um site, que é mantido e atualizado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Outra iniciativa, que é também com esse intuito de promover o envolvimento, o mais possível, das prefeituras, dos prefeitos, dos novos prefeitos que assumiram os seus mandatos: o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, institui esta agenda de compromissos entre o Governo Federal e municípios. Esta agenda de compromissos 2009/2012, ela foi lançada em fevereiro deste ano e busca fazer com que os prefeitos, os municípios, aderindo a esta agenda, monitorem, em nível de município, cada uma dessas metas do milênio, desses objetivos do milênio, das metas em relação a cada objetivo, identifiquem os indicadores que serão monitorados, e eles mesmos, com incentivo e apoio do Governo Federal, promovam, no nível do seu município, o cumprimento de cada um desses objetivos. Além desses objetivos do milênio, são colocados alguns compromissos, nesta agenda, que, do ponto de vista do Governo Federal, são fundamentais e que devem ser, paralelamente, perseguidos com a erradicação do sub-registro, que, por meio de uma campanha muito forte do Governo, em parceria com a sociedade civil e com todas as instâncias de Governo, deveremos alcançar.

Bom, eu vou apenas pontuar algumas questões em relação a cada uma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Doutor, me desculpe. O último relatório que V. Exa. disse que trouxe é esse de setembro 2007.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** 2007.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Que o último será em 2010, segundo...

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Nós vamos concluí-lo no final deste ano.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Desculpe-me. É para gente, depois, ir com calma e casar com a exposição de V. Exa.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Nós temos dados mais recentes, mas que ainda não estão em relatório, por exemplo. Então, pretendemos ter todos esses dados sistematizados agora, estamos fechando um cronograma... Nós temos, então, neste relatório... Pretendemos manter no próximo, mais ou menos, este desenho. Nós temos cada uma das metas identificadas, cada uma das metas relacionadas com os seus indicadores, e, então, a gente acompanha isso e tem condições de ter a ideia da evolução, ao longo de tempo destes indicadores. Por exemplo, a questão do objetivo primeiro, que é a erradicação da extrema pobreza e da fome, nós temos, por parte da ONU, estabelecidas duas metas: a primeira é reduzir pela metade, entre 90 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar por dia. Esse 1 dólar, na verdade, não é exatamente 1 dólar, é o que se tem como paridade do poder de compra. Então, no Brasil, isso significa, aproximadamente, hoje, em torno 43 a 45 reais por mês. Relação dólar/real daria cerca de 50 reais por mês, digamos assim.

Este é o objetivo, é a [soa campainha] meta da ONU: reduzir pela metade a proporção da população com esta renda. No Brasil, nós estabelecemos, o Governo assumiu o compromisso de reduzir, ter como meta reduzir a proporção a 1/4, não a metade. Nós, inclusive, já conseguimos, por esses critérios da ONU, conseguimos atingir essa meta, o Brasil já alcançou a meta, de reduzir à metade a proporção da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Mas o Brasil assumiu e coloca isso publicamente. Neste relatório, assumiu o compromisso de reduzir esta proporção a 1/4, não nos serve apenas a metade, e já chegamos a isso.

Nós tínhamos, no Brasil, 8,8% da população, em 1990, que vivia com menos de 1 dólar. Estamos, hoje, com 4,2% da população. E com a meta que estabelecemos, de se chegar a ¼, vamos reduzir isso a menos de três, menos de 3% da população.

E, assim, nós temos, também, em relação a outras metas, compromissos do Brasil, que são mais ambiciosos, inclusive, do que as próprias metas da ONU. Vamos seguindo.

Nós associamos nesse relatório, observamos no relatório, e os senhores podem verificar no slide adiante, nós colocamos estes gráficos que mostram esta evolução, em relação a cada uma das metas e em relação a cada um dos indicadores selecionados para acompanhar o cumprimento dessas metas. Nesse caso da erradicação da extrema pobreza e da fome, então nós temos aí este indicador do 1 dólar por dia e temos outros indicadores, também, que foram selecionados, e aí o trabalho é feito pelos vários Ministérios, coordenados por nós, da Casa Civil, com a participação muito presente, ativa, do Ipea e do IBGE, que nos auxiliam com todos esses dados.

No caso deste relatório, então, nós podemos concluir, deste último que nós temos, desse relatório, como

disse o senador, são dados da Pnad de 2005, mas aí nós já percebemos que caiu a desigualdade de renda por região e por raça no Brasil. Se nós observarmos os gráficos, vamos verificar que, de fato, o índice que mede, o coeficiente que mede a desigualdade no Brasil caiu, de 1995 para 2005, significativamente. Nós tínhamos um coeficiente de 0,60 e chegamos, em 2005, a 0,56. Claro que esse índice não é bom, porque este coeficiente de Gini, quanto maior... Um inteiro desse coeficiente significa a maior desigualdade possível, e o zero significaria a menor desigualdade possível, onde todos teriam o mesmo nível de renda. No Brasil, estamos com 0,56, em 2005, esse índice já, em 2007, se reduziu. O objetivo aqui é chegar o mais próximo possível de zero.

Para termos uma ideia, nos Estados Unidos, esse índice é de 0,49, na Dinamarca, que é onde a igualdade é maior, a desigualdade é menor, nós temos um índice de 0,24. Quer dizer, nós estamos no caminho, mas estamos ainda precisando... Um dos grandes problemas do Brasil, todos nós sabemos, ao longo da nossa história, é, de fato, a desigualdade. Nós estamos chegando a cumprir a meta nº 1, no que diz respeito a esse indicador de pobreza, mas nós sabemos que a desigualdade é o nosso grande problema. E temos como perseguir isso. O Brasil já provou que é possível fazer isso [soa campainha] porque reduziu significativamente esta desigualdade nos últimos anos. Outra constatação é que a pobreza, que era quatro vezes maior na zona rural, em 90, hoje, recuou para três vezes, em 2005. Quer dizer, é, também, um avanço importante. É claro que tem que se buscar, perseguir, resolver, de forma mais adequada, o problema da desigualdade, que ocorre muito mais no campo do que na cidade, mas avançamos. Uma constatação também é que a desnutrição acompanha a distribuição da pobreza. Claro, onde existe a pobreza, existe maior desnutrição. E outra é que a desnutrição infantil cai, vem caindo significativamente, os dados também mostram que nós avançamos bastante em relação a essa questão.

Vamos adiantando. Eu já passei do meu tempo. Como eu disse, o objetivo aqui não seria entrar em detalhes, acaba que a gente comenta um pouco mais do que devia. Eu peço desculpas ao senador. Mas, rapidamente, aqui, só para ter alguns dados de importância, depois o MDS pode falar. Mas só para se ter uma ideia, da [soa campainha] prioridade que o Governo atribui a este objetivo, de fato, é que o grande programa do Governo, com esta finalidade, é o Programa Bolsa Família, que, de fato, está alcançando os seus resultados. Nós vamos chegar, em 2009, a 12 milhões de famílias sendo atendidas, isso significa mais de 50 milhões de pessoas, que, com certeza, estarão saindo daquela linha de pobreza que a ONU estabelece como de extrema pobreza.

Nós, assim, temos, em relação aos demais objetivos, um detalhamento em cada um deles, neste relatório que vamos manter sempre ao longo da produção dos próximos, e algumas observações. Quer dizer, em relação a esses objetivos ao atingimento desses objetivos, aqui em relação ao primeiro, já comentei, ao objetivo dois, que é universalizar a educação primária, o Brasil está chegando lá... O problema não é propriamente a universalização do acesso, mas, sim, a permanência na escola, que é um desafio, o desafio que se constata como necessário de ser enfrentado. O Brasil e o Governo procura tomar medidas com essa finalidade. Mais recentemente, apenas para mencionar, é na questão da formação dos professores, na busca de alocação de mais recursos para formar professores da educação básica, para aquilo que se garanta mais condição de permanência, merenda na escola. São ações que são necessárias para que se tenha a permanência, e que, também, por outro lado, se garanta a qualidade, porque apenas a universalização é um objetivo que já está sendo alcançado.

O terceiro. Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Aí eu peço que vá adiantando para cumprir aqui o tempo. Nós sabemos que no Brasil este objetivo de promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, da forma que ele está colocado pela ONU, não é bem o caso do Brasil, nós não temos o problema da falta de acesso das mulheres ao ensino, por exemplo, as mulheres até freqüentam, tem mais presença na escola do que os homens. Tem-se essa situação. A questão da mulher é, principalmente, em relação ao mercado de trabalho, onde aí se constata maior grau de desigualdade, maior grau de discriminação, e esta é uma questão que também desafia. A defasagem escolar que se tem no Brasil é mais em relação à cor e raça do que pelo sexo. Essa é uma conclusão que nós chegamos nestes relatórios.

O quarto objetivo: redução da mortalidade na infância. Como eu disse, o Brasil se aproxima da meta de redução na mortalidade da infância. [soa campainha]. Pode passar o próximo. Vem caindo a mortalidade infantil. O Programa Saúde na Família é a grande razão para que se consiga atingir essa meta. Melhorar a saúde materna. Outro objetivo. Aqui também sabemos que estamos no caminho, mas precisamos avançar mais. Eu peço para botar ao próximo slide. Nós saímos de uma mortalidade de 61,2 para 53,4 óbitos a cada cem mil nascidos vivos, óbitos maternos, entre 97 e 2005. Reduzimos, mas não reduzimos suficientemente. Aqui

a gente entende que há muito o que fazer, e o governo tem consciência e está tomando as medidas no campo da saúde com essa finalidade.

Combater o HIV, AIDS, malária e outras doenças [soa campainha], também outro objetivo onde o Brasil é exemplo e tem avançado muito, e temos, como necessidade, o último deste objetivo. O último slide é, de fato, trabalhar nas questões em relação à tuberculose e à malária que temos constatado redução, mas temos consciência de que há necessidade de mais... Também aqui, apenas uma breve observação, nesse compromisso com os municípios está se incluindo o combate à dengue como uma das ações a serem levadas a frente.

Temos a questão da sustentabilidade ambiental. Aí nós precisamos... Este objetivo envolve, além do próprio ambiente em si, especificamente, no caso da Amazônia, o desmatamento da Amazônia, nós temos incluído aí as metas em relação a saneamento básico, habitação e onde o Brasil avança e temos decisão de Governo de alocação de recursos, estrategicamente nestas áreas, para buscar, efetivamente, atingir essas metas nessas áreas, que nós sabemos que são vulneráveis a questão do saneamento básico e da habitação.

O último objetivo é a parceria mundial para o desenvolvimento. E, aqui, o Brasil tem sido reconhecido como um país atuante, que tem buscado, de fato, trabalhar com a perspectiva de não só participar ativamente nos fóruns internacionais, com reconhecimento da sua importância, do seu protagonismo, mas, concretamente, atuando em ações que têm como finalidade o combate à fome, à erradicação da miséria, inclusive, particularmente, numa relação... E aí não sou especialista da área, mas o pessoal do Ministério das Relações Exteriores tem mais condições de falar, mas com uma visão de cooperação com os países, aqui a gente denomina no relatório a Cooperação Sul-Sul. E nisso tem feito, tem promovido ações concretas, inclusive, chegando a perdoar dívida de determinados países com este objetivo de promover a parceria mundial para o desenvolvimento.

Eu peço escusas pela demora, Senador, mas eu acho que era isso que eu podia trazer aqui agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Cumpre nos agradecer a sua compreensão e agradecer a sua exposição.

E, agora, nós vamos passar à segunda expositora, que é a Dra. Laura Veiga, e ela terá também os dez minutos prorrogáveis, se necessário, para cumprir a meta.

**SRA. LAURA VEIGA:** A minha meta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** A nossa meta.

**SRA. LAURA VEIGA:** A nossa meta.

Sr. Senador, Presidente da mesa, Senadora Rosalba, demais membros do Governo que estão na Mesa e Srs. Senadores que estão no plenário, em particular, agradecendo à Senadora Kátia Abreu por ter promovido ser uma das organizadoras deste evento.

Eu quero, inicialmente, apresentar as desculpas pela ausência do Ministro Patrus Ananias, porque o Ministro está acompanhando o Presidente em missão no interior. Então, foi uma convocação que não depende da agenda dele e nem da vontade dele, mas depende de uma ação governamental, e eu tenho certeza que ele teria o maior prazer de estar aqui, porque já esteve na Casa inúmeras vezes, e ele tem um enorme respeito pelo Poder Legislativo, inclusive porque veio do Poder Legislativo, enquanto deputado.

Eu vou me ater para, inclusive, tentar ficar dentro do tempo que me foi designado, me ater um pouco ao tipo de grandes ações do Ministério, mas, em particular, inicialmente, eu gostaria de fazer uma colocação de natureza mais geral.

Nós entendemos, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, com esse nome, que nós temos aquelas políticas, que são políticas sociais tradicionais, como é a área da educação e da saúde, que são políticas de marca de longa data, mas nós temos um compromisso que o Governo assumiu, que é exatamente fazer com que se eleve o patamar de qualidade de vida daqueles setores que foram historicamente, com o qual esse país tem uma tremenda dívida social. Então, como o nosso Ministro sempre diz, o nosso Ministério se dirige e busca atender, buscar ações que possam garantir a elevação desse patamar no país. Não que a gente já tenha alcançado hoje, que seja um patamar aceitável, mas é sempre aquela busca, alcançar um patamar, buscarmos um além do que nós.

Então, é nessa direção que o Ministério atua. E o Ministério atua através... Ele começou atuando através de três grandes vertentes, que é a vertente da transferência de renda condicionada, que é o Programa Bolsa Família, da vertente da segurança alimentar renutricional, herdando a missão, inclusive, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, o antigo MESA, e da área de assistência social, que é uma área que também se busca elevar, mudar, inclusive, o paradigma de atuação dessa política, no sentido de nós construirmos um sistema de proteção social não contributivo, porque a previdência já está na Constituição que a assistência social é um dos tripés, faz parte do sistema de Seguridade Social, no entanto, para fazer com que isso se transforme, saia da letra da lei e passe

a representar a realidade nesse País, há um enorme esforço do Ministério, a qual eu tenho a honra de pertencer, para fazer com que se constitui e se crie isso que nós chamamos, realmente, de desenvolvimento social e do sistema de proteção social não contributivo. Isso significa, portanto, nós termos que adotar um novo olhar, que, muitas vezes, nós nos defrontamos, um novo olhar sobre o que, muitas vezes, a gente tem chamado, pelo menos, nos esquemas orçamentários como gastos sociais e passarmos a entendê-los como investimentos sociais. São investimentos, porque se nós não corrigimos questões que hoje afetam a população em extrema pobreza, isso vai repercutir em termos, inclusive, de gastos governamentais, no futuro, muito mais alto, porque a prevenção é sempre melhor do que você está lidando já com situações, por exemplo, de violação de direitos e do que seja, é muito mais caro você, inclusive, tentar. Então, eu soube que hoje está tendo outra comissão sobre segurança pública, sobre problema de narcotráfico, nesse momento, e é importante nós todos termos esse olhar mais amplo sobre as necessidades das nossas população.

Então, o grande programa no sentido de transferência de renda do Ministério é o Programa Bolsa Família que todos, eu imagino, todos os senhores, tenham as informações, e o representante da Casa Civil acabou de fazer uma menção aí. Esse programa, hoje, tem 11 milhões de famílias e está com a meta de expansão, ele vai chegar a ter uma meta ainda para poder avançar um pouco mais. Hoje já se aplica nesse Programa 12 bilhões de reais, anualmente falando. É comparado, inclusive, comparado quando o que se alcança com esse Programa, é muito pouco em termos, é um programa altamente eficiente do ponto de vista de gastos, porque o que se alcança com ele é muito alto, comparado com o que ele custa. Além desse programa, nós temos o Programa de Benefício de Prestação Continuada que atendeu no final de 2008 2 milhões, 900 mil pessoas que são pessoas idosas e pessoas deficientes que vivem, que têm uma renda familiar menor do que 1/4 de salário mínimo. Esse programa envolve 14 bilhões de reais. Além disso, na linha de atuação do Ministério, então, esses são os dois grandes programas na área de transferência de renda, porque a transferência e o combate à pobreza significa garantir a renda mínima para as pessoas, num determinado patamar, para elas poderem, inclusive, programar, minimamente, as sua vidas. Então, esse é um programa direcionado a isto. Além disso, nós temos todo o avanço da área de assistência social, que é uma política que começou, de fato, ela começa, ela é reconhecida na Constituição, em 1993 você tem a LOAS, mas ela começa, de fato, a ser implantada a partir de 2002, 2003 e, particularmente, a partir de 2004. Então, aí nós temos a construção daquilo que corresponde, por exemplo, na área da saúde, que são os ambulatórios, ou os postos de saúde na área da educação que corresponde às escolas, nós chamamos centros de referência da assistência social, e o Ministério financia a expansão disso com o apoio das prefeituras dos Estados. É importante dizer que todas as políticas são descentralizadas e dependem fortemente da ação dos Estados e dos Municípios. Além disso, na área da segurança alimentar renutricional... Eu estou vigiando o relógio que está ali atrás. Já perguntei ao presidente da mesa e ele me explicou a razão daquele relógio ali.

Na área de segurança alimentar a nossa atuação se direciona junto com outros Ministérios, no apoio à agricultura familiar, através, inclusive, da compra direta de alimentos, apoiando esse tipo de programa que garante a elevação, inclusive, do poder de compra dos pequenos agricultores, das pesquisas que nós temos realizado. Temos, junto com a ASA, a criação e a expansão do Programa de Cisternas para o semi-árido, porque como os senhores e as senhoras sabem, você tem uma parte enorme da população brasileira que enfrenta situações que não têm o acesso à água e há um enorme desgaste para garantir a água de beber. Então, a primeira água que é essa água de beber está sendo buscada através de cisternas e tem todo um programa de expansão nessa direção de atendimento, inclusive, da população, uma população mais rural e da região do semi-árido brasileiro.

O Ministério apóia 80 mil agricultores e distribui 1 milhão e 100 mil, distribuiu 1 milhão e 100 mil cestas de alimentos no ano de 2008. Essas são as grandes ações, além das ações na linha das cozinhas comunitárias, dos restaurantes populares e etc. E de programa, inclusive, de trabalho educativo junto à população para melhorar os seus padrões de nutrição e de acesso à água.

[soa a campainha]

Eu vou vigiar o senhor. Tirou-me um minuto ali. Avisa-me antes, me avisa um minuto antes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pode ficar tranqüila, que, aqui, nós não tiramos, só acrescentamos.

**SRA. LAURA VEIGA:** Só acrescentam? Está ótimo. Obrigada. Mas eu vou tentar terminar rápido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não precisa ser Enéias aqui. Tem tempo suficiente.

**SRA. LAURA VEIGA:** Então, está bom.

Então, o nosso entendimento, e esta fala é muito nessa direção, que o Brasil se comprometeu com

essas metas que são as metas que fazem parte desse grande compromisso mundial que são as metas do milênio, o Brasil, como disse já o representante da Casa Civil, o Brasil já atingiu alguma dessas metas, por exemplo a da erradicação. A meta do milênio da erradicação da extrema pobreza foi atingida em 2005, portanto, dez anos antes [soa a campainha] da meta geral, e, além do mais, temos a questão da redução da pobreza, da igualdade nesse País. Agora é importante também afirmar que a nossa garantia de desenvolvimento não passa somente por esse tipo de ação, nós temos, realmente, de trabalhar para que possamos ter uma sociedade, como disse a Senadora Rosalba, onde morram menos, nós termos menos mortalidade materna, já avançamos na mortalidade infantil, de reduzir a mortalidade infantil, temos trabalho na direção de garantir com que os jovens nossos possam adquirir uma educação de qualidade de modo que eles possam garantir os seus ativos no futuro, e ter uma sociedade, realmente onde nos possamos nos orgulhar e dizer que nós avançamos para um país mais justo e de melhor qualidade de vida para todos.

Obrigada pela atenção e obrigada pelo convite, que eu tive a honra de estar representando o meu Ministro aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito obrigado, D. Laura. Veja que não precisou tanto esforço para que a senhora cumprisse, também, a meta de tempo da Comissão.

E, agora, nós vamos ouvir o Ministro Silvio José Albuquerque, que é chefe de divisão de temas sociais do Ministério das Relações Exteriores.

**SR. SÍLVIO JOSÉ ALBUQUERQUE:** Muito obrigado. Sr. Presidente, cumprimento também a Senadora Kátia Abreu e a elogio pela iniciativa de convocar essa audiência, Senador Romeu Tuma, demais senadores. Em primeiro lugar, gostaria de justificar a ausência do Ministro Celso Amorim. O Ministro Celso Amorim se encontra, no momento, acompanhando o Presidente Lula. Se realiza, nessa semana, a Assembléia Geral da OEA, e, por esta razão, o Ministro não pôde vir a essa audiência.

Eu sou o chefe de divisão de temas sociais e me ocupo, dentre outros temas, do tema ligado aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Eu gostaria de fazer uma breve digressão para deixar clara a importância que o Itamaraty atribui ao tema do desenvolvimento social e como se chegou, a ONU chegou aos objetivos definidos em 2000.

Em 48, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo no pós-guerra permitiu que houvesse um consenso internacional que refletisse naquela declaração uma série de direitos que conjugavam direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Mas muito pouco depois dessa Declaração ser assinada, o mundo conheceu a guerra fria, e já em 66 quando foram assinados os dois pactos internacionais, o primeiro deles sobre direitos civis e políticos e o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais, o que se viu foi uma batalha ideológica em torno de dois conceitos ou dois princípios, o primeiro deles consagrando direitos civis e políticos, que não são considerados como direitos de cumprimento obrigatório e imediato, direito à vida, direito de não ser torturado, direito ao voto, direito de políticos, e o segundo conjunto de direitos seriam os direitos econômicos, sociais e culturais que foram vistos pelos países do Ocidente, basicamente inspirados pela ideologia gerada pela guerra fria, como direitos socializantes que eram basicamente direitos econômicos, os direitos à habitação, o direito à alimentação decente, e essa crise entre duas visões de mundo distintas levou a que durante décadas os direitos econômicos, sociais e culturais fossem até mesmo negados como direitos humanos por parte dos países desenvolvidos.

Avançamos para a década de 80. Em 86, a Assembléia Geral da ONU edita a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento. O Brasil teve uma participação muito importante na redação e aprovação dessa Declaração, mas uma declaração da ONU não tem o peso cogente que tem uma convenção das Nações Unidas, uma declaração das Nações Unidas continua sendo um instrumento de cumprimento voluntário pelos Estados e é entendido pelos juristas internacionais como um instrumento de força hierarquia menor comparativamente a uma convenção.

Mas, no final da década de 80, já há uma série de circunstâncias que permitem que a ONU lance, no início da década de 90, a primeira das conferências mundiais. A primeira delas foi a Conferencia Sobre os Direitos das Crianças, que lançaria a década das conferências, as conferências realizada ao longo da década de 90 marcam uma virada das Nações Unidas numa tentativa de redefinição de conceito de desenvolvimento. Em 90, também, pela primeira vez, é publicado o relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano, no qual é inserida a primeira tentativa de balizar, de medir a realidade socioeconômica de mundo. Cria-se ali um modelo de medição, o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em consideração, além do PIB, a longevidade, a alimentação adequada, o serviço de saúde, os níveis de escolaridade; enfim, é a primeira tentativa das Nações Unidas de poder medir o grau de evolução dos Estados em relação ao cumprimento dos direitos definidos já em 48, sedimentados em 66

e reafirmados em 86, na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento.

Esse momento, inicio da década de 90, é também o momento que marca o fim da guerra fria e percebe-se que havia ali um contexto internacional altamente favorável ao exercício da diplomacia multilateral. E, com isso, a ONU resolve, por meios dessas conferências mundiais, resgatar o valor da dignidade humana e reafirmar e promover o bem comum e corrigir os desequilíbrios entre os vários países, e, enfim, promover um melhor desenvolvimento humano nos vários países membros.

A declaração do milênio é produto dessa evolução, de 48 até 90 em que os Estados buscam redefinir o conceito de desenvolvimento, e ela reflete, basicamente, um consenso internacional que pouco depois também seria revisado, mas que estabelece metas claras que foram expostas pelo representante da Casa Civil, que buscam aferir o grau de evolução de cada um dos países. No caso, foram 189 países que assinaram a Declaração, e ao longo, desde a assinatura da Declaração até hoje, já houve uma revisão universal, realizada cinco anos depois da assinatura da Declaração, e prevê-se que, em 2010, em setembro de 2010, haverá uma segunda revisão internacional dos objetivos e metas definidas em 2000.

O Brasil tem advogado pela permanência do tema do desenvolvimento na agenda das discussões dos principais fóruns internacionais, e, para o Governo brasileiro, o desenvolvimento humano é um fenômeno que vai além do mero desenvolvimento econômico e se destina a melhorar concretamente a condição de vida de cada indivíduo, em cada sociedade em que ele está inserido.

Eu gostaria de focar a minha breve exposição no objetivo nº 8, que diz respeito basicamente ao estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento, porque os demais serão tratados, já foram tratados por alguns dos expositores que me precederam e os demais serão ainda aprofundados por outros expositores.

E eu fazê-lo... Eu gostaria de ressaltar a grande preocupação que tem sido manifestada pelo Governo brasileiro com o comprometimento, muitas vezes retórico, dos países desenvolvidos em relação ao alcance dos ODMs. Eu digo isso porque, logo depois da assinatura da Declaração do Milênio, se realizou, no México, na cidade de Monterrei, uma conferência internacional sobre financiamento ao desenvolvimento. E, nessa conferência internacional, se definiram vários critérios que deveriam ser seguidos pelos Estados para auxiliar e cooperar para o avanço dos ODMs nos vários países. E um dos mais simbólicos e emblemáticos é o de que os países desenvolvidos destinem 0,7% do seu PIB para ajuda oficial ao desenvolvimento. Esse é um número baixo, é um número mínimo, é um objetivo mínimo que foi fixado e acordado pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento no México, mas que não tem sido cumprido pelos países desenvolvidos, ou seja, o Brasil, em suas intervenções, nos vários foros internacionais tem sido enfático no sentido de dizer que apenas os países nórdicos, mas não os países desenvolvidos como os Estados Unidos, Reino Unido, França, apenas os países nórdicos têm cumprido com essa meta muito importante de 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento nos países em desenvolvimento, os países pobres, basicamente. E isso é algo que o Brasil diz com legitimidade, porque nós temos procurado promover projetos de cooperação internacional que buscam, basicamente, ampliar a capacidade de conhecimento, o acesso e a capacitação de recursos humanos em países do sul. E a Cooperação Técnica Sul-Sul [soa campainha] executada pelo Brasil parte do pressuposto de que o Brasil, ao contrário do que fizeram, historicamente os desenvolvidos, ao auxiliar os países em desenvolvimento, o Brasil não quer simplesmente prestar ajuda sem ensinar os países em desenvolvimento a desenvolver capacidades técnicas para eles próprios encontrarem os seus caminhos e soluções para atingir cada um dos ODMs. Nesse sentido uma das medidas mais emblemáticas que o Brasil tem adotado foi em relação à redução, ao perdão da dívida externa de países em desenvolvimento. O Brasil perdoou, por exemplo, 95% da dívida externa de Moçambique com o Brasil, e temos também buscado concentrar a cooperação técnica em países africanos, de língua portuguesa e outros com afinidades maiores com o Brasil. Então, eu diria que 52% da cooperação técnica, prestada pelo Brasil, é destinada ao continente africano, e isso é feito sem condicionalidades prévias, o que não é o caso da cooperação prestada pelos países desenvolvidos.

E eu quero me referir, especificamente, com uma das metas que compõe o objetivo nº 8, que diz respeito à cooperação com as empresas farmacêuticas para proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis aos países em desenvolvimento. Um dos temas dos quais eu me ocupo são as temas relacionados à saúde, e acabei de voltar agora da Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, e, mais uma vez, o que se percebeu, diante da crise que se vive no mundo da saúde, provocado pelo vírus H1N1, é que existe uma perigosa concentração [soa campainha] de tecnologia e recursos em mãos de poucos países desenvolvidos, e mais especificamente poucos laboratórios concentrados nesses países desenvolvidos que vulnerabiliza extremamente as popula-

ções de países em desenvolvimento. No caso do único antiviral que se revela eficiente e eficaz para prevenir o avanço da doença gerada pelo vírus H1N1, o que se percebe é que os países desenvolvidos concentram a maior parte do estoque mundial desse antiviral, e os países pobres têm ou nenhum estoque ou muito pouco estoque, no caso do Brasil, por uma previsão feita no passado recente, o Brasil conta com 9 milhões de tratamentos desse antiviral, e o que serve para proteger cerca de 4% da população brasileira, mas essa realidade está muito distante da realidade dos países pobres, africanos, em sua imensa maioria, e centros americanos. [soa campainha].

Então, a cooperação para promoção dos ODMs é algo que os países desenvolvidos deveriam ter implementado com maior eficácia e determinação desde 90, não o fizeram, o Brasil participa de dois grupos com os países desenvolvidos, um deles criado em 2007 numa reunião havida nas Nações Unidas, em paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas, que reuniu o primeiro-ministro Gordon Brown, o primeiro-ministro da Noruega, Stoltenberg, e o Presidente Lula, e, basicamente, é uma iniciativa que busca estimular e incentivar o alcance dos ODMs 4, 5 e 6, os ODMs de saúde. E também participamos de uma iniciativa capitaneada pelo primeiro-ministro Gordon Brown que busca incentivar o alcance dos ODMs como um todo. E, portanto, não nos eximimos da responsabilidade nem de prestar contas às Nações Unidas e nem de dialogar bilateralmente e em instâncias mais restritas com países desenvolvidos na busca do alcance dos ODMs. O Itamaraty acredita que a revisão de 2010, de setembro de 2010 será uma oportunidade para o Brasil demonstrar que a exceção do ODM5 atingiremos todos os ODMs até 2015, e temos procurado, através do ODM Brasil, que é visto pelas Nações Unidas, o prêmio ODM Brasil como uma boa prática e um exemplo mundial a ser replicado em outros países, temos a convicção de que o Brasil tem muito a ensinar e a cooperar para o avanço dos ODMs em todos os países do mundo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Ministro Silvio, que foi muito objetivo na sua exposição.

E chamamos o próximo expositor, que é o Sr. Marco Otávio Bezerra, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio. Com a palavra, Marco.

**SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA PRATES:** S. Exa. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidindo os trabalhos desta Mesa, Srs. Senadores e Senadoras. Do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Exterior, o nosso campo de atuação tem sido mais focado no objetivo 7, que é garantia da sustentabilidade ambiental.

Nesse aspecto, nós temos aí, pelo menos, dois programas importantes. O primeiro deles é o FUNDO AMAZÔNIA, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, que foi estruturado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores e que representa um mecanismo bastante inovador de busca de recursos para apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, porque é um fundo que capta recursos internacionais. Ele, hoje, está com 130 milhões de dólares já assegurados, já doados pelo governo da Dinamarca, e esses 130 milhões serão aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia que deverão ser apresentados ao BNDS que fará avaliação técnica, usual que faz aos seus projetos, mesmo sendo projetos a fundos perdidos. Esse recurso será aplicado então em projetos de desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas de produtos madeireiros e não madeireiros da Amazônia, e a obtenção de novas doações está condicionada à redução da taxa de desmatamento na Amazônia.

Então, ele é um mecanismo bastante criativo e que fomenta o processo da redução do desmatamento, associada ao desenvolvimento de cadeias produtivas dentro da Amazônia, porque não adianta, simplesmente, combater o ilícito, se você não der alternativa de renda para as pessoas. E o Fundo vai nessa direção de promover o desenvolvimento de cadeias sustentáveis. Isso é também fundamental, porque uma das coisas que o Ministério vai fazer é estudar o mercado internacional para produtos sustentáveis na Amazônia. Qual é o potencial desse mercado? Quais são os principais produtos que podem ser desenvolvidos cuja produção possa ser desenvolvida no interior da Amazônia e que tem mercado no exterior? Porque já tivemos experiências do tipo fazer programas de venda e degustação de sucos de frutas da Amazônia em grandes redes de supermercado no exterior e depois não ter produção organizada para suprir a demanda que é gerada.

Então, esses mecanismos vai nos auxiliar nesse sentido, e é um fundo que está entrando agora em operação. Qualquer proposta de projeto pode ser feita através de consulta ao site do BNDS e com a elaboração da carta consulta para projetos, e nós estamos precisando de bons projetos nessa área. Outra iniciativa importante do Ministério dentro do Programa Nacional de Mudança Climática é com relação buscar uma siderurgia mais sustentável no Brasil. Todos aqui devem

saber a siderurgia brasileira é movida, em grande medida, mais de 90% dela é a carvão mineral ou coque que é um elemento muito emissor de CO2.

Dentro do setor industrial... Embora o setor industrial corresponda a apenas 2% das emissões brasileiras, dentro do setor industrial, o setor siderúrgico é o principal emissor. Então, nós estamos fazendo um trabalho de avaliação profunda da cadeia produtiva da siderurgia para tentar estabelecer uma meta de que, pelo menos, 30% da siderurgia brasileira seja feita, use como fonte de energia e como redutor carvão vegetal renovável, de fonte renovável, inclusive, para reduzir a pressão sobre o desmatamento que parte da siderurgia usa carvão de mata nativa. Esse trabalho vai fazer, vai consistir em analisar o parque industrial instalado da cadeia de siderurgia para verificar quais as plantas que têm condições de absorver, de produzir com maior quantidade de carvão vegetal renovável, porque grandes siderúrgicas, grandes altos fornos, com mais de 1 milhão de capacidade, representando a ordem(F) de produção anual, eles precisam de carvão mineral, pelo problema da resistência física, que é diferente entre o carvão vegetal e o carvão mineral. Mas boa parte da siderurgia pode substituir o carvão mineral por carvão vegetal.

Então, a partir dessa análise do parque produtivo instalado, da análise de formas mais eficientes para você converter madeira em carvão, nós procuraremos fazer com que essa cadeia aumente a quantidade de carvão vegetal renovável. Vamos, inclusive, trabalhar no processo de melhoria do ambiente de negócio para aumentar a produção de carvão vegetal renovável no Brasil. E, nisso, o papel desta Casa é muito importante, no sentido de aperfeiçoar os marcos regulatórios relativos à produção florestal no país, que tem uma série de travas e que dificulta o desenvolvimento desse negócio. E, então, a gente vai trabalhar, estamos fazendo esse estudo e a partir dele vamos formular uma política de âmbito nacional para promover o aumento da produção de carvão vegetal renovável e a maior utilização dele na siderurgia brasileira, para que futuramente a gente possa vir colocar no mundo que o Brasil tem uma siderurgia mais limpa, e com isso ter um diferencial de mercado para o aço brasileiro.

Com relação à água que é outra questão, na questão ambiental da maior importância, o Brasil tem, hoje, dentro do uso de energia um programa de conservação de energia de etiquetagem de produtos. Eu acho que todos já viram, quando você vai comprar um eletrodoméstico, uma geladeira, uma máquina de lavar, tem uma etiqueta que faz a classificação por eficiência energética do produto. No caso de água nós vamos fazer, junto com o Inmetro, nós estamos formulando um programa para etiquetagem de produtos referentes a consumo de água. Então, máquina de lavar, torneiras, chuveiros, vasos sanitários. Nós estamos nos inspirando num programa existente em Singapura. Singapura, por exemplo, tem um consumo de água na descarga de vaso sanitária de 1,95 litros, menos de 2 litros por descarga, no Brasil os produtos nossos consomem 6 litros por descarga. Então, a criação desse programa de etiquetagem do uso de água, de equipamentos economizadores de água deve ajudar muito no combate ao desperdício da água, que todos nós sabemos é um ponto essencial do ponto de vista de que nós estamos caminhando para cada vez ter situações mais críticas em termos de abastecimento das nossas cidades e das nossas populações.

Então, esse programa de etiquetagem é inspirado no programa de Singapura deve dar uma contribuição muito importante para a otimização do uso da água em todos os ambientes residenciais, industriais e etc. no país.

Em linhas gerais, era isso que eu queria colocar. E fico à disposição para os debates.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agradecemos ao Dr. Marco Prates.

E agora passamos à área de saúde, Dr. Adson. Se o senhor quiser sentar aqui, o senhor pode fazer a sua palestra aqui.

O Dr. Prates foi o único que até agora observou rigorosamente o tempo que lhe fora reservado. Parabéns.

**SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA:** Obrigado.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senadora Kátia.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Eu, infelizmente, não posso continuar devido o horário e o número de palestrantes que foi agendado para uma única audiência pública. São três, quatro, cinco, seis palestrantes. Então é um número bastante elevado, e os compromissos, a ordem do dia já começou com relação à data do meio ambiente, e eu tenho uma coletiva agora sobre a MP 458 que eu sou relatora que é a titulação de terras na Amazônia. Mas eu vou deixar toda a minha assessoria aqui anotando que estão cuidando das metas do milênio. Quero apenas deixar três questionamentos e sair.

A Sra. Laura disse que o Brasil cumpriu as metas até 2005. Em 2005, já atingiu as metas do milênio. Eu quero entender porque a FAU... A senhora disse que, em 2005, a meta da extrema pobreza, mas a FAU coloca como um dado de 2004, estou achando um dado muito perto do outro, que ainda temos 24 milhões e 14

milhões em extrema pobreza. Em um ano, findar com isso, eu espero que isso tenha acontecido. Mas nós temos que checar esses dados com a FAU. Eu gostaria de saber o que é que está sendo feito diretamente nos assentamentos do Brasil, porque esse é um local que eu conheço bem, e só vejo lá extrema pobreza, com raríssimas exceções.

Segundo ponto: eu gostaria, também, de saber a respeito dos critérios de avançar, de exigências com relação ao Bolsa Família, no sentido de implementar as portas de saída. Acabar com a fome não se limita apenas a dar um recurso indefinidamente para a compra do seu alimento naquele momento. Muito mais importante é não só dar o alimento, mas que o fim dessa fome seja sustentável. O que é que nós estamos fazendo para que essas pessoas que recebem o Bolsa Família, hoje, e que precisam desse Bolsa Família, o que é que está sendo feito, de fato, para que essas pessoas possam ficar independentes e não precisarem mais do Bolsa Família e, portanto, a meta do milênio ser cumprida de verdade? E não só com dação de cesta básica.

E eu gostaria de saber dos que comentaram, especialmente, o Ministério das Relações Exteriores com relação ao pós-Kyoto na Dinamarca, em dezembro. Eu gostaria de saber se o Brasil está pensando em inserir os serviços ambientais, como recomenda a ONU, para o combate à pobreza rural, especialmente, aos pequenos produtores do mundo, e eu quero saber do Brasil se vocês estão levando essa discussão para o pós-Kyoto que são os serviços ambientais. O que é que vão ganhar os produtores mais pobres do mundo, que são os pequenos por serem gestores de água, de biodiversidade por sequestrarem CO2 com seus plantios? Então, se o Ministério está imbuído com esta proposta que está sendo discutida no mundo inteiro hoje.

Então, eu agradeço e peço desculpas. E gostaria que, nas próximas audiências públicas, nós pudéssemos chamar um número menor de palestrantes, para que o debate pudesse ser melhor implementado, haja vista a importância dessa matéria para todos nós. Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra, Dr. Adson, que é representante do Ministério da Saúde.

**SR. ADSON FRANÇA:** Bom dia a todos e todas. Uma satisfação muito grande estar nesta valorosa audiência pública. Em nome do Ministro José Gomes Temporão, reafirmamos o pedido de desculpas, por questões de agenda, mas gostaríamos, também, de reafirmar o apreço do Ministro que esteve nesta Casa há 15 dias para discutir a influência a H1N1 há 30 dias, e já tem agendado um retorno a esta Casa. Cumprimentar o Senador Valter Pereira, a Senadora Kátia Abreu e demais Senadores e Senadoras por todo esse empenho, e, de forma especial, os colegas também, gestores do Ministério através do Ministro Silvio Albuquerque, o próprio Darci Bertholdo e da Laura como mulher, como gestora e colega de trabalho.

Senador Valter, na área de saúde, nós temos dados bastante relevantes, como foi levantado pelo colega de gestão e chefe importante na Casa Civil, o Darcy, dados relevantes e importantes em relação aos ODMs. O Brasil tem dado uma contribuição bastante destacada em nível mundial, e isso não é uma atitude, Senador, presunçosa e arrogante, até porque não faz parte do estilo do Ministro José Gomes Temporão, sanitarista há 30 anos. E onde está a relevância, Senador, Senadoras e demais membros? Nós somos o primeiro país, no mundo, a propor e conquistar na Organização Mundial de Saúde e mostrar a importância de que fosse realizada uma primeira conferência internacional para discutir os objetivos do desenvolvimento do milênio dentro do contexto da saúde, e entendendo a transversalidade. Nós não temos uma visão pequena de achar que esses objetivos existe uma chamada, entre aspas, muralha da China entre um e outro ou eles podem ser tratados de forma estanque, todos eles têm elementos em comum e a base é um elemento muito forte, é o elemento econômico, social para o próprio desenvolvimento dos outros objetivos. Mas foi o Brasil que aprovou na Conferência em Genebra, e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o Ministro Temporão a Primeira Conferência Internacional dos ODMs do setor saúde, e que era importante que esta Casa, tão relevante para a sociedade brasileira, fizesse esse registro em seus anais e que os próprios Senadores e Senadoras tomassem conhecimento disso ao realizar uma avaliação, afinal de contas, além, do que está sendo relatado por outras representações do governo, o que vem sendo feito? Então, nos dias 18 a 20 de novembro, próximo passado, de 2008 nós acolhemos aqui a OMS, todos os organismos internacionais, nove, acolhemos 18 países da América Latina, do Caribe e da África, os de língua portuguesa, para aprofundar os ODMs do setor saúde, e entendendo que eles são quatro, cinco, seis, mas o oitavo também tem uma relação, como diz o Ministro Silvio, muito bem, que diz respeito à produção de medicamentos e ao patenteamento, que é esse debate internacional extremamente relevante das questões relacionadas à propriedade intelectual.

Vejamos, nobre senador, que coisa assustadora. O CDC, órgãos americanos, levaram dois dias para nos passar o sequenciamento do vírus H1N1 para o Brasil, ou seja, 48 horas para passar, quando tudo, hoje,

pode ser passado de forma on-line. Será que isso tem algum elemento de colonialismo cultural por trás? O fato é que esse debate de patenteamento nos interessa, e muito. A democracia, na questão da propriedade intelectual, é questão de sobrevivência da humanidade. Nós precisamos, a cada descoberta de novo vírus, de uma nova bactéria ou a cada acesso a um medicamento, a um antídoto, ele precisa ser democratizado para a humanidade, ou, então, nós criamos duas classes, dois segmentos, dois extratos àqueles que têm acesso e àqueles que terão acesso, se nós pudermos desejar os países mais desenvolvidos, passar ou se as indústrias que patentearão desejarem passar. Então, esse desafio que o Ministério das Relações Exteriores e que o Ministério da Saúde deu uma contribuição agora em Genebra é relevante. Então, é o primeiro aspecto, realizamos uma conferência.

Segunda boa noticia. Nós voltamos para o Conselho da Organização Mundial de Saúde e estávamos fora, e isso, às vezes, a imprensa não divulga. Eu me lembro do ex-ministro Jatene, Senador Valter Pereira, ele diz que na área de saúde, no SUS, notícia boa parece que só aparece se a gente pagar. E como o ex-ministro Jatene é extremamente coerente e ético, como o Ministro José Gomes Temporão, nós não vamos pagar. Então, parece que as notícias boas vão ficar difíceis de aparecer, e aí nós precisamos dos nobres, Senadores e Senadoras para valorizar um pouco mais e o parlamento brasileiro, essas noticias boas. Essa é a primeira notícia boa.

O Brasil, segundo a OMS e segundo a revista Lancet, deve cumprir o objetivo do desenvolvimento do milênio nº 4, três anos antes do previsto, 2012. É relevante que senadores e senadoras, deputados e deputadas dissessem isso independente da sua filiação partidária, por que não? Isso não é responsabilidade desse governo, é um processo histórico, esse governo tem contribuições, mas é uma responsabilidade da sociedade brasileira que conquistou isso, por que não valorizar independente da sua filiação partidária? Esse é o primeiro aspecto. O segundo aspecto.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só um detalhe. Três anos antes todas as metas voltadas para a saúde?

**SR. ADSON FRANÇA:** Não, não. Eu falei da quatro, nobre Senadora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Ah, sim. Está certo.

**SR. ADSON FRANÇA:** Eu falei da 4, nobre Senadora, e, como tudo é gravado, eu fico tão tranqüilo e tenho profundo respeito pela senhora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Ninguém mais do que eu venho elogiando e dizendo como é bom chegarmos lá.

**SR. ADSON FRANÇA:** Não tenha dúvida. E é colega, e eu fui um dos primeiros, na última audiência aqui, a valorizar e fazer um elogio pessoal.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Eu entendi que eram todas. Eu já tomei um susto.

**SR. ADSON FRANÇA:** Não. Eu falei nº 4. Não sei se a Mesa ouviu bem, eu falei objetivo nº 4, eu repeti o objetivo nº 4, três vezes, mas temos um profundo respeito pela Senadora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Mesmo vamos festejar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mesmo que seja o objetivo nº 4, eu acho que essa é uma construção que se faz tijolo o tijolo.

**SR. ADSON FRANÇA:** Coletiva, histórica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** E é relevante, sim, o cumprimento dessa, a aproximação do cumprimento de outras metas, porque, amanhã, nós vamos cumprir todas as metas. Eu, por tudo que tenho ouvido, por tudo que tenho discutido sobre esse assunto, eu acho que o Brasil está bem avançado, não só em uma, mas na maioria das suas metas.

**SR. ADSON FRANÇA:** Obrigado, Senador. Então, nesse sentido, é importante...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só um detalhe aqui, Dr. Adson.

**SR. ADSON FRANÇA:** Pois não.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só para eu fazer um parêntese. Porque, realmente, eu tinha dada uma saída, mas o item 4 tem muito a ver com a minha vida, com a minha história, até porque eu sou pediatra, e pediatra no Nordeste. Conheço desde quando tudo começou e fui uma das militantes da Pastoral da Criança, de todo aquele trabalho que iniciou antes do Programa Saúde da Família. Fui à Cuba conhecer como podíamos melhorar, foi muita coisa. Então, eu quero dizer e fico muito feliz, é bom mesmo que a gente consiga e mantenha a meta.

**SR. ADSON FRANÇA:** Claro. E eu fui uma pessoa que, na audiência que o Ministro esteve aqui, elogiei a sua história, porque, hoje, a crise moral entrou em todas as profissões, senador, e ver médicas e médicos coerentes no parlamento, para nós, é extremamente importante, e eu fiz um elogio à Senadora, quando estive aqui, na última vez, junto com o Ministro José Gomes Temporão, pela sua trajetória coerente. Agora, concretamente, a gente precisa, senadores e senadoras, deputados e deputas, independentemente de partido e de imprensa, valorizar as coisas que

estão indo. Não que a senadora não faça, muito pelo contrário, isso não diz respeito à intervenção dela, eu fiz apenas uma referência geral.

A mortalidade infantil... Nós, agora, estamos com um projeto, que é um projeto de enfrentar as desigualdades regionais e as iniquidades. Porque os objetivos do milênio é preciso ter muito claro. Nós chamamos o Brasil de um país, mas é um continente, mas está consolidado como país, mas vamos... Permita-me essa brincadeira, esse continente é extremamente heterogêneo, então se você não enfrenta as iniquidades e as desigualdades regionais você não consegue cumprir todas as metas dos objetivos do milênio. O Senador Botelho um profundo conhecedor da Amazônia Legal, como a Senadora também, nós estamos agora com a meta de enfrentar a redução da mortalidade infantil nos 17 Estados que compõem a Amazônia Legal e Nordeste brasileiro como prioridade. E aí alguns dirão? Vão fazer a mortalidade infantil e não vão cuidar das mulheres? Não. A nossa visão é: é impossível enfrentar e cuidar da mortalidade infantil se nós não enfrentarmos o outro problema, que ainda é uma vergonha nacional e eu estou muito à vontade, cirurgião, ginecologista e obstetra com 24 anos de formado, sem nenhuma atitude presunçosa, [soa campainha] passei pela Febrasgo, então a mortalidade materna ainda é uma grande dificuldade nossa. Mas a mortalidade materna nossa que é o objetivo nº 5 ela era 126 por 100 mil nascidos vivos, depois ela passou para 96 por 100 mil nascidos vivos, e agora ela está em 74 por 100 mil nascidos vivos. Isso significa, Senador, que ainda é muito aquém e é uma necessidade nossa esse enfrentamento. Dos 74 por 100 mil nascidos vivos, o ideal para a Organização Mundial de Saúde é 20 por 100 mil nascidos vivos, é o ideal para o grau de desenvolvimento industrial do Brasil, e para a mortalidade infantil nós estamos com 19.3 por mil nascidos vivos, e para a Organização Mundial de Saúde nós devemos chegar a 14.4 por mil nascidos vivos e devemos chegar à meta da infância até 5. Então, na mortalidade infantil nós estamos indo muito bem, na mortalidade materna nós temos limitações e temos honestidade de admiti-las.

Então, ao enfrentar agora a Amazônia Legal e o Nordeste com maior prioridade, nós temos que qualificar melhor o Programa de Saúde da Família, nós precisamos qualificar melhor as urgências e emergências obstétricas e neonatais. Nós temos que qualificar melhor o pós-parto e nós temos que avançar no planejamento reprodutivo, planejamento familiar e nós temos que resolver um problema que nós precisamos muito dos senhores e das senhoras que é o problema da força de trabalho no Brasil. Nós estamos... Não é um problema, necessariamente, de falta de médicos e médicas, é como fixar o médico ou a médica na Amazônia Legal, no Nordeste brasileiro, nas regiões mais pobres. Então, nesta questão da mortalidade infantil nós vamos, já está muito claro e o Presidente da República assinou com todos os governadores, [soa campainha] o Ministro assinou com todos os outros, e nós estamos, em perspectiva, liberando já nos próximos 30 dias 110 milhões para a Amazônia Legal e para o Nordeste brasileiro, esses 110 milhões já fizemos as oficinas com os secretários. Vamos à Roraima, vamos à Rondônia, estivemos agora no Piauí, e estivemos na caravana de cinco, já fizemos oito oficinas e vamos fazer 17 para quê? Para indenizar qual é a necessidade em cada Estado. Agora, essa é a parte do Governo Federal e esperamos que os governos estaduais e os governos municipais cumpram a sua parte. Então, no caso do Governo Federal nós vamos ampliar em 12% só da família para a região Norte e Nordeste, vamos ampliar em 587 leitos de UTI neonatal, nós vamos ampliar em 1.470 leitos de UCI neonatal. Ontem fomos cumprimentados por Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Vamos ampliar em 31 bancos de leite humano, vamos ampliar, no caso da gestante, o enfrentamento das quatro grandes causas da mortalidade materna no Brasil hipertensão arterial, hemorragia, infecção puerperal e complicações por abortamento. Então, nós vamos treinar no Nordeste e na Amazônia Legal equipes de 250 maternidades, especialmente, na urgência e emergência obstétrica neonatal, mas aí precisamos dos senadores e das senadoras e desse valoroso Congresso, é o problema da fixação do profissional no local. Então, nós temos carência de profissional que é um problema histórico de vários governos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de fazer um corte nessa sua manifestação. Esse problema é um problema, eu acredito, nacional. Hoje, os municípios mais distantes da capital de Mato Grosso do Sul estão pagando hoje, Senadora Rosalba, nada menos que 15, 16 mil reais para levar um generalista, não é um especialista, porque o especialista é raro e, realmente, não tem solução, tem que mandar para a capital.

E eu aí vou fazer uma indagação. Eu apresentei uma proposta e gostaria que o senhor considerasse a objetividade dela com relação a isso. Eu apresentei uma proposta para instituir uma modalidade de pagamento para quem faz a Universidade Federal, para os alunos da Universidade Federal ou das universidades públicas de maneira geral que é a contrapartida de serviços profissionais depois de formado, que eu acho que quem frequentou uma universidade pública que teve um custo que foi arcado com o erário tem

que dar a sua contrapartida, sim. E essa contrapartida é exatamente essa, a partir do momento em que ele conclui o seu curso, ele tem que ir para o interior, ele tem que ir aonde o doente está, a fim de que ele possa aí então cumprir a finalidade do curso para o qual ele se propôs. Por que o que acontece? Às vezes, o indivíduo se vale de uma universidade publica, se vale dos investimentos públicos na sua formação, e depois ele nem exercer a profissão vai, até mesmo da iniciativa privada. Então, é criar essa obrigação para que ele, após a conclusão do seu curso, vá para o interior cumprir essa determinação, e assim suprir essa demanda que existe de pessoal especializado no grande interior brasileiro.

**SR. ADSON FRANÇA:** Obrigado, Senador. E queria dizer o seguinte: que nós acolhemos já essa sua manifestação e outras de outros senadores e deputados. E está sendo encaminhado, já para o Congresso, a proposta, primeiro dessa contrapartida, estudou em universidade pública, o profissional, especialmente médico, médica e enfermeira precisa ir para o local onde nós estamos precisando, e não para a cidade que a pessoa, inicialmente, deseja, então dentro desse contexto. Dois: a possibilidade de a gente fazer um desconto de 1% daqueles que pagarem, que tem dívidas com o governo ao mês. Então, nós teríamos aí, se aprovado isso, 1% ao mês, a pessoa teria que dar cem meses se ela teve todo o custo dos seus estudos custeados pelo governo, teria que dar cem meses para nós, ou seja, para a sociedade brasileira, para o SUS como uma forma de ir para a Amazônia, para o Nordeste, para as regiões mais distantes. Então, isso está sendo encaminhado para a Secretaria de Gestão de Trabalho junto com vocês aqui em reunião, e já envolvendo o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira. Então, eu acho que nós estamos numa fase boa, nós estamos otimistas de que até o final do ano a gente encontre essa saída, porque a força de trabalho é o grande problema. E finalizando, Senador, para não ser deselegante, em relação ao objetivo 6 que é a questão da AIDS, os casos acumulados, hoje, são de 474 mil, 273 casos cerca de 32 mil casos por ano. Isso significa que o Brasil conseguiu um fato inédito. Nós estamos exatamente há quase oito anos sem aumento do número de casos anual, e com perspectiva de cumprir a meta número 6 em 100% em 2015, mesmo em relação à malária e à tuberculose que são desafios, a tuberculose, nós estamos já com análises concretas de 95 a 100% de cobrir em 2015. Mas voltamos a dizer, as desigualdades regionais e iniquidades nos preocupam, porque em alguns lugares nós vamos cumprir antes em 2012, 2013, 2014; mas em algumas regiões tipo Amazônia Legal e Nordeste, talvez a gente cumpra em 2016. Então, na média nacional a gente vai bem na área da saúde para 2015, mas nós temos disparidades. Vejamos que disparidade que este País precisa ainda avançar nos desafios das iniquidades e as desigualdades regionais. A mortalidade infantil na região Sul, e a gente tem que comemorar, é 12 por mil nascidos vivos, [soa campainha] e a mortalidade infantil na região Nordeste é 27 por mil nascidos vivos. Enquanto o Secretário Osmar Terra, no Rio Grande do Sul, corretamente busca centros de referência para fazer cirurgias cardiopediátricas para chegar a 9, que é o dígito de dez, nós, ainda no Nordeste e na Amazônia Legal, ainda temos que qualificar o pré-natal, nós temos que avançar numa série de questões, nós temos ainda que enfrentar questões de diarréia, mesmo que o saneamento tenha avançado, de pneumonia e temos que enfrentar, acima de tudo, urgências e emergências obstétricas. Nós precisamos, e o Governo Federal e o Ministério da Saúde está com esse propósito, qualificar melhor as maternidades brasileiras. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Acho que foi muito oportuna a sua manifestação. E nós não temos dúvida de que, na área de saúde, o Brasil avança significativamente, e a maior demonstração disso foi com relação à gripe tipo A, que assustou a todos, e, de repente, encontrou um país que estava preparado, que estava estruturado, que tinha uma rede pronta para entrar em ação, e o surto acabou não se transformando, efetivamente, num surto, foi mais uma ameaça do que, realmente, um fato.

Mas, de qualquer forma, nós agradecemos aqui a sua participação.

Sr. Sérgio Wanderly, tesoureiro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

**SR. SÉRGIO WANDERLY:** Quero cumprimentá-lo, e fico muito feliz, inclusive, porque sou conterrâneo de V. Exa., sou de Mato Grosso do Sul.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** São Gabriel do Oeste?

**SR. SÉRGIO WANDERLY:** São Gabriel do Oeste.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Que beleza! São Gabriel está sendo representado aqui, com certeza.

**SR. SÉRGIO WANDERLY:** Eu... Na verdade, a nossa participação aqui fica distinta das falas que tiveram até agora, que é apresentação de relatórios, análises de como têm sido implementadas as metas do milênio, no nosso país. O nosso olhar como gestor municipal, e aí uma fala dos municípios, queremos parabenizar o chamamento. A Senadora Rosalba acho que fez uma fala introdutória muito interessante e tam-

bém a Senadora Kátia Abreu. E quando a Senadora Kátia Abreu nos fala, ela esteve conosco no Encontro Nacional dos Gestores que nós fizemos, esse ano, em Curitiba, eram quase três mil gestores da assistência. E ela nos falava sobre as desproteções sociais ou a desproteção social no campo. A fala também do MDS aqui, a gente fica muito lastreado na fala do MDS, enquanto gestor de uma área específica, que é a área da assistência social.

A nossa preocupação, e acho que, em algum ponto, em algum momento, ela aparece, é a questão de como nós vivemos um país continente, e essa coisa de o Brasil falando e a capilaridade como é que está acontecendo isso lá na ponta. Porque, na verdade, as metas do milênio ou como a gente coloca, os objetivos de desenvolvimento do milênio, eles foram festejados em 2000, foram alardeados, foram levados a conhecimentos de todos. E o que nós sentimos hoje, como gestores, é que há um pouco, ou a gente sente que é pouco discutido hoje nos nossos espaços. Nós, na verdade, em cada área, seja da educação, da assistência social, da saúde, acabamos sendo levados pela ação dos Ministérios. E aí eu acho que a leitura da Casa Civil é pertinente. Quer dizer, nós vamos nos inscrevendo dessa forma, mas também com todas as dificuldades que o senhor mesmo colocou. Quer dizer, temos que ter uma leitura de um país continente, nós temos questões, por exemplo, de conurbação internacional, cidades como as nossas de Mato Grosso do Sul que convivem na separação de um país do outro com apenas uma rua, que é o limite. E aí o que significa isso quando a gente está falando também de proteção social, quando a gente está falando das metas do milênio? Como que é essa convivência?

O Governo Federal e as instituições internacionais não têm estabelecido como prioritárias essas discussões, ou os espaços que nós temos, não tem sido falado, não tem sido colocadas as metas do milênio. Nós sentimos como gestores e o colegiado. Era para estar aqui o nosso presidente. Ele está numa missão em Paris, na França, e pela graça de Deus ele mudou o voo, ele estava nesse voo, fatídico, que nós estamos acompanhando, com dor, o acontecido, Marcelo Garcia, e o que nós temos percebido é uma rapsódia. Na verdade, nós temos sentido como pano de fundo as metas do milênio, mas as dificuldades que nós temos no município, e o senhor acompanha como Senador e os senadores aqui acompanham em cada Estado, é, por exemplo, agora quando vamos aumentar em 1 milhão e 300 mil famílias a questão do Bolsa Família é festejado, e contribui muito, inclusive, com as metas por quê? Através do Bolsa Família nós estamos garantindo para o brasileiro e para a brasileira acesso a serviços na área de saúde, e na área de educação. Mas ele vem na contra mão de um processo que nós estamos vivendo hoje também uma crise mundial, e que, de certa forma, ele arrefece, eu acho que não só a nossa construção, como o país inteiro, e vivemos um momento de queda de arrecadação. Então, quando temos, por um lado, garantindo aumento de acesso cidadão à alimentação, ou seja, a transferência de renda ou mesmo a questão do benefício de prestação continuada, nesse país, para o município nós temos tido essa dificuldade. Ele nos encontra no momento de queda de arrecadação, chega a 18, a 20% a queda e que, de certa forma, nós tivemos aí alguns problemas em termos de a gente avançar, de fato, na implementação dessas metas.

Temos as metas com perspectiva de patamar de civilidade, mas a grande preocupação é a fala, de novo, da Senadora Kátia Abreu, não simplesmente a porta de saída, e o que significa para gente da área da assistência social, é, de novo, a questão que está posta, a questão social é capital e trabalho e que daí vem as desigualdades, e dizer numa análise geral que as desigualdades têm diminuído, por certo que sim, mas nós as temos presentes e, principalmente, num país que 73% são municípios de pequeno porte um e dois, ou seja, até 50 mil habitantes, todos nós temos muitas dificuldades e uma delas, como o próprio Senador acabou falando, hoje para conseguir um médico ou qualquer profissional em municípios que estão mais para dentro do Estado é de grande dificuldade, e quando nós estamos hoje, principalmente, na área da assistência social consolidando ou dando forma ao sistema único de assistência social nós temos sofrido muito, porque não é tão simples e tão fácil colocar hoje o que é para a saúde, o posto de saúde, o que é para a educação a escola ter a casa da família, como diz o Ministro Patrus, a questão do centro de referência da assistência social. Nós temos dificuldades com profissionais, mas que isso, dois profissionais, geralmente, que é colocado um assistente social e um psicólogo para dar conta de 5 mil famílias referenciadas.

Então, a missão é hercúlea, e se junte a isso a questão da especialidade, ou a especialização disso, que, quando vamos para o campo da questão da violação de direitos, nós ainda não temos muito claro esse equipamento, nós temos dificuldades, inclusive, dos profissionais, de novo. E, quando nós falamos isso, o que significa? No município hoje e nós termos com a Constituição, e tudo caminha para isso municipalizar, municipalizar e municipalizar. Mas, na mesma linha que vamos municipalizando, os recursos não têm chegado. Então, quando nós fazemos a nossa fala e falamos aqui da questão das metas do milênio, o nosso fazer diário

contribui na perspectiva do que está sendo desenhado ou arranjado, quando o Brasil, junto com os outros são signatários e assinam esse acordo para que a gente melhore, na verdade, patamares de civilidade do mundo até 2015. Mas nós temos essas dificuldades, elas têm se somado. O que falta para município pequeno é conhecimento, é informação. Então, eu festejo as iniciativas da Casa Civil, mas, de fato, pouca coisa chega, acho que nós temos que ser mais insistentes na questão das metas, colocar que, de fato, como a gente percebeu aqui, é uma questão orgânica, mas que isso, a gente percebe no Governo Federal, e até pelo acúmulo e condições que não temos, em município pequeno nós não temos, a gente fala que a gente troca o pneu do ônibus em movimento, a gente vai fazendo as coisas... São poucos profissionais, muita dificuldade, e quando nós vemos aqui as falas tão consertadas e, principalmente, da saúde que deu essa lógica da intersetorialidade, nós ainda padecemos muito disso na base, nós ainda falamos de casinhas, a saúde isolada da educação, isolada da assistência.

E aqui, Senadora, Senadores, a grande contribuição no Governo Federal com o Bolsa Família. Está nos desenhando a nova perspectiva, não tem como fazer assistência social sozinho, educação ou saúde, nós temos que ser complementares e, na verdade, interdependentes, e quando nós ouvimos aqui as falas e que uma meta está imbricada na outra, na verdade, na vida que vivemos lá, porque a vida se dá no município, na rua tal da cidade tal, nós ainda no temos essa leitura. Nós temos muita dificuldade de ter esse entendimento. As políticas não são ou não têm os programas e os projetos essa complementaridade, um que bebe do outro, e não só na lógica de somar, não é simplesmente somar educação mais assistência mais habitação que vai ser igual à inclusão, à melhoria de qualidade de vida. De fato, a gente tem uma visão global, perceber que a pessoa que nós estamos tratando está sendo atendida por todas essas políticas. Então, é um novo olhar, uma nova visão que nós precisamos hoje. E as metas do milênio nos colocam nessa perspectiva. Mas nós estamos dando os primeiros passos. 88, a Constituição; 93, a Lei Orgânica da Assistência Social; 2004, a gente começa a ter a política nacional; 2005, agora, se começa a desenhar a questão do sistema único de assistência social.

E aí, falando dessa área e encerrando já, a grande dificuldade que temos, a gente sempre e tem isso como uma lógica, um lugar de disputado, um lugar de disputa política, não se vê como uma questão de direito, e é tão difícil desenhar a porta de saída, porque não se tem o entendimento do que é pobreza e como trabalhar pobreza neste País. Quando se fala que Bolsa Família vai gerar pessoas que não querem trabalhar ou que elas vão ficando escorada no programa, é uma inverdade. Nós temos que fazer uma leitura mais abrangente dessa situação. E com poucos anos que temos da NOB/SUAS que a gente está agora tentando dar uma formatação, o principal e o mais agravante para gente termos percebido, e aqui foi falado, e acho que a saúde sempre é uma escola para gente, é a questão do profissional, sem profissional, sem dinheiro, com pouco recurso, Senador, com pouco recurso e bons profissionais nós conseguimos criar alternativas. Agora sem profissional e é a questão de recursos humanos que nós temos, [soa campainha], prefeituras que não têm concurso, que não fazem concurso, pessoas que vão sendo trocadas a cada quatro anos, nós começamos de novo, começamos de novo, e de novo, e de novo, diferente da saúde.

Outra coisa: nós estamos tramitando no Congresso Nacional uma lei que, para a gente, hoje, é fundamental e que vai contribuir muito com tudo isso, que é o PL/SUAS, que é o Projeto de Lei que vai dar a institucionalidade desse sistema e nos coloca a possibilidade de pagar o profissional com recurso federal. Nós não temos recursos nos municípios, são parcos, e sem esse avanço, e muito mais o que tem feito, tem se desdobrado o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministro Patrus para essa qualificação, capacitação e informação da base. Nós somos um país grande, um país forte; esse Governo tem marcas muito interessantes e avanços no campo social e na questão dos direitos, mas nós ainda na base [soa campainha] ainda somos, temos grandes dificuldades de assimilar essas questões, de avançar haja vista que a própria Senadora Rosalba colocou. Nós temos 500 anos de dívida, e não é de uma hora para outra que a gente vai avançar. E as metas do milênio, na verdade, nos coloca uma perspectiva, e é um trabalho de formiga que a gente tem que, passo a passo, e com muito entendimento e proximidade do governo central, das prefeituras e do que está acontecendo na base, de fato, a gente avançar e conseguir realizar as nossas intenções.

Muito obrigado. Não trago números. Na verdade, era mais um posicionamento nosso de como percebemos e vivemos a meta do milênio no município.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Sérgio, que é meu conterrâneo, e com muita alegria que eu faço esse registro, representa uma cidade muito próspera, e que, indiscutivelmente, vive um momento até privilegiado em relação às demais cidades do interior, uma região que tem dado uma boa contribuição para o desenvolvimento do Estado. E ele, aqui, com certeza, deu uma contribuição muito grande para esse debate. Muito obrigado, Sérgio.

Agora, o último expositor, que é o de casa, o da Agricultura, é o Antônio Luiz Machado de Moraes, que é assessor da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que eu convido para participar da Mesa e fazer a sua exposição. Pela ordem, Senadora Rosalba.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Senador Valter, enquanto o nosso próximo expositor se dirige à mesa, eu gostaria só aqui de dizer ao nosso representante do Congenes que, realmente, quando ele fala desse trabalho tem que ser em conjunto: saúde, educação, ação social, porque eu acho que tudo isso é que forma a cidadania. E eu tive uma experiência, fui prefeita três vezes. Então, você sabe que a gente vai, quando é prefeita, uma vez que volta, já vem com mais experiência. E eu fiz uma reforma administrativa e criei a Secretaria de Cidadania, onde a educação, a saúde, a cultura e o esporte, a assistência social, a geração de emprego e renda eram gerências, levei-os para o mesmo espaço, e aí se trabalhava em conjunto interagindo. E isso foi uma coisa que teve também um aproveitamento muito grande, inclusive de custos, porque muitas ações a gente utilizando, havendo essa integração até de pessoal, de ter uma consciência que a educação podia influir na saúde e a saúde tinha que estar na educação. Então, com tudo isso, a assistência social era um carro chefe que não podia andar só, ela tinha que andar, mas tinha que ter as suas rodas. Então, tudo isso é muito interessante, porque nós conseguimos muito, e eu tenho certeza que os avanços que temos, e que foram muito importantes nessa área, também contribuiu bastante na questão de estarmos em conjunto. E tinha a geração de emprego e renda que era um projeto realmente onde não foi possível, através... Eu não vou citar aqui como, porque aí fica depois em outra oportunidade, eu poderia detalhar, que nós levamos mais de 3 mil numa cidade no interior de Nordeste, na cidade de Mossoró, mais de três mil pequenas micro empresas surgiram desse trabalho, onde você tinha oportunidade de trabalhar família, como um todo, de fazer a inclusão.

Então, foi a experiência muito boa, que eu acho que isso, e aqui tocando, realmente, pudéssemos caminhar e não foi só, depois serviu de modelo para muitas outras cidades. Eu fiquei muito feliz, porque é bom quando a gente faz algo que depois pode olhar para trás sem virar estátua de sal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Aliás, V. Exa. representa o Estado do sal.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Com muito orgulho. Eu sou da terra do sal e do sol, e todo brasileiro, todo dia, sente um gostinho do Rio Grande do Norte, principalmente, da região salineira, porque 96% do sal brasileiro vem do nosso Estado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra o Sr. Antônio Luiz Machado de Moraes.

**SR. ANTÔNIO LUIZ MACHADO DE MORAES:** O meu cordial bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, em nome do Ministro Reinhold Stephanes, de agradecer pelo convite que lhe foi feito de participar desta audiência pública. Infelizmente, ele está, no momento, numa missão no exterior e, portanto, impossibilitado de aqui comparecer.

O meu objetivo é, como está ali indicado, é falar um pouco da contribuição da agricultura brasileira para a meta do milênio em relação à fome, à redução da fome.

A questão da fome no que se refere àquilo que o setor pode oferecer, temos dois aspectos, um primeiro aspecto se refere à ampliação da disponibilidade de alimento saudável, e segundo lugar, que haja condições de acesso a esse alimento. E quando eu falo em condições de acesso do lado da produção, eu falo em preço, é preciso que haja preços acessíveis aos consumidores para que se avance em relação à redução da fome no Brasil e no mundo.

A contribuição do Brasil, nesse sentido, em termos de ampliar a disponibilidade é uma contribuição que se faz, não só em relação ao problema da fome, no Brasil, mas no mundo, porque como todos sabem, nós somos um grande país, um país, grande exportador de alimentos.

E eu vou apresentar alguns dados sobre os avanços acentuados havidos em termos de aumento dessa disponibilidade de alimento para o Brasil e para o mundo.

Eu, inicialmente, quero me referir aos preços por quê? Porque o preço significa acesso. Claro, dada a renda do consumidor, mas é importante os preços. E a grande preocupação dos últimos anos, entre os países onde a fome é o problema mais crônico, é exatamente a elevação dos preços havida, a acentuada elevação dos preços havida a partir dos últimos anos, de 2006, em particular.

Mas o que eu quero mostrar aqui é que, na verdade, os preços dos alimentos no mundo vêm apresentando um declínio acentuado, tanto produtos agrícolas como pecuários, desde meados dos anos 70, como indica aqui. O gráfico vem apresentando uma queda acentuada, persistente em seus preços. E a partir de 1998, 1997, temos aí um longo período de declínio menor e de estabilidade, somente a partir de 2006 é que surge essa crise dos preços, somente a partir de 2006 é que os preços dos alimentos apresentam uma

tendência ascendente acentuada, por várias razões que são conhecidas, como o preço do petróleo, o preço dos insumos e o aumento da demanda chinesa, em particular.

Mas vou mostrar também que, assim como a agricultura é um setor que tem contribuído não só em aumentar a produção, mas tem contribuído historicamente com os preços baixos do alimento, diante das adversidades que se observa e são acentuadas pela crise em termos de dificuldade de produção, e preços elevados, a agricultura é o primeiro setor... É o que mais suporta crise, é o que menores efeitos perversos apresentam como resposta à crise, e é o primeiro setor a manifestar recuperação, é o que se recupera mais rapidamente.

E aqui, muito rápido, eu quero indicar, conclusivamente, qual é o cenário de preços. Segundo a OCDE, os preços dos alimentos comparados com as últimas três safras apresentarão, nesse ano e no próximo ano, uma queda em torno do que está assinalado em vermelho, em torno de 15 a 20%. O que se reflete na produção, tudo em vermelho, o que chamo atenção aqui é apenas a coluna em vermelho em termo de variação de produção, uma queda que reflete essa situação, e que também se reflete nas exportações, só que em menor grau, o impacto maior é na produção e não na exportação.

Em que pese historicamente os preços dos alimentos no mundo e no Brasil terem sido declinantes e baixos, o fato é que a agricultura, mesmo assim, em que pese os preços desestimulantes, e em que pese as dificuldades e infraestrutura, dificuldades internas de expandir a produção e as dificuldades externas também de expandir a produção que é o protecionismo, mesmo assim, o Brasil deu um salto gigantesco, é isso que eu queria destacar aqui, um salto gigantesco nas últimas duas décadas em termos da produção. Viabilizado pelo aumento da produtividade, esforço do governo em termos de pesquisa, esforço do governo em termos de políticas públicas, além, da pesquisa, mas, sobretudo, mas do que o esforço do governo de políticas públicas adequadas é o esforço do próprio produtor. O mérito maior é, efetivamente, do produtor que respondeu aos estímulos de mercado, que respondeu amplamente aos estímulos de governo, é a ele que cabe o mérito.

A performance excepcional, na produção, se reflete também, e com mais intensidade ainda, nas exportações. O Brasil é um país auto-suficiente em alimento, nossas importações são praticamente, não diria inexistente, mas são mínimas, e têm se mantido constantes por décadas, e a exportação, esse é o grande fenômeno, que experimentou uma aceleração nos últimos anos pelo estímulo dos preços, como mencionei, mas nós somos, inegavelmente, não apenas, eu já posso dizer com tranquilidade, uma potencia agrícola, mas somos um dos países líderes no mercado agrícola mundial. E, aqui, eu tenho, sinteticamente, apresentado qual é a fatia do mercado mundial que o Brasil detém, qual o espaço que a agricultura ocupa no cenário internacional, dado recente de 2008, em carne bovina nós temos uma fatia de 30% do mercado mundial, em suína 10%, aves 44; enfim, aí estão indicados esses níveis. E chamo atenção, em particular, o óleo de soja que é um produto básico na alimentação humana de 63%, açúcar da mesma forma, praticamente 60%.

Aqui não vou me deter, mas apenas muito rápido, com o flash, apresentar a seguinte indicação. Esse desempenho global, em termos de expansão de produção e de exportações, é uma performance excepcional acontecida nos últimos 20 anos em todos os produtos agrícola, em feijão que é o produto alimentar básico. Em termos de milho, o Brasil que no final dos anos 90, quer dizer, praticamente no espaço de uma década, o Brasil sai da condição de importador para a condição de exportador de milho. Soja é dispensável qualquer comentário, porque somos o segundo maior produtor mundial e exportador do produto. E aqui outro produto que é de alimento básico e que no qual o Brasil tem uma presença expressiva no mercado mundial e tem uma performance excepcional em termos de carnes, exceto a carne suína que, de resto, enfrenta problemas no mercado internacional, de acesso por razões sanitárias, tem se mantido historicamente constante, praticamente, constante à produção, mas no que se refere a carnes de aves e carne bovina nós temos havido uma expansão e que em menos de uma década multiplicamos por três o nível de produção e de exportação. A produção e exportação de carne bovina e de aves foram multiplicadas por três, tanto a produção, quanto a exportação. Isso em uma década, menos de uma década. Isso é um [soa campainha] indicador excepcional desse desempenho.

E aqui, voltando um pouquinho à questão dos preços, perdão, voltando um pouco ao impacto da crise, o que eu quero dizer para vocês é que, aqui, eu tenho dados mensais do ano passado e deste ano, em relação às nossas exportações e importações. O que eu quero dizer, como disse há pouco, é que a agricultura responde, reage, se recupera mais rápido do que os demais setores. E nós estamos experimentando exatamente isso, estamos num processo de recuperação da nossa trajetória ascendente em termos de produção e de exportações. Ali está claramente indicado esse ponto de inflexão rumo a uma recuperação, porque não podemos antecipar que seja persistente, duradoura, mas,

de qualquer forma, temos uma indicação de que está havendo um processo de recuperação. Se será mantido ou não, não podemos avançar, mas o importante é que se observa essa tendência de recuperação.

E caminhando para a conclusão. O que eu queria também apresentar é que o Ministério tem estudos prospectivos em relação ao cenário, e a participação do Brasil, no cenário mundial, até 2018, e esse quadro que está aqui fala por si só em termos dessa fatia enorme que o Brasil tem no mercado mundial agrícola de alimentos, ela deverá dobrar até 2018, ela deverá dobrar de 30 para 60% essa fatia. E nos demais produtos da mesma forma, carne de aves, vai dobrar também, mais do que dobrar, e assim nos demais produtos. Então, não só nós tivemos [soa campainha], concluindo, não só nós tivemos uma trajetória histórica excepcional, uma verdadeira revolução verde no Brasil, como o que se antevê é que esse processo revolucionário de expansão do setor agrícola vai se manter e se intensificar na próxima década.

Essa é a minha última transparência, porque, aqui, eu quero deixar uma mensagem. Todo esse desempenho observado e previsto em relação à agricultura brasileira é um desempenho... Não quero usar a palavra saudável, não é próprio, mas eu quero dizer que é sem... Para sintetizar, sem protecionismo, a agricultura brasileira não é protegida, não há proteção no setor agrícola. E aqui essa informação aqui é da OCDE que calcula os níveis de apoio concedido ao produtor pelo país. E o que nós temos claro aqui é que aquela linha azulada, se puder acompanhar, é do nível de apoio ao produtor. É o apoio que o produtor recebe como fruto das políticas... Está ali indicado PSE, é uma sigla em inglês, mas significa nível de apoio ao produtor, e essa linha aqui indica esse nível apoio que tem se mantido, raramente, constante, nos últimos anos, em torno de 5%, aumentou um pouquinho nos últimos três anos, mas se mantém em termos de 5%. Enquanto a OCDE, os países da OCDE, em conjunto, esse nível de apoio é de 29%, isso é bem sabido que os países desenvolvidos protegem, substancialmente, o setor agrícola, e o Brasil sem proteção apresentou aquela performance que eu mostrei e se antecipa uma performance ainda maior, sem a proteção. [soa campainha].

E, aqui, o último ponto dessa conclusão é que ali está duas cores. Em azul e a parte superior em azul negritada, e a parte debaixo, o que é que elas indicam? Como está ali assinalado, na parte superior, nós temos as transferências orçamentárias, que é, essencialmente, crédito, o apoio concedido por microcrédito, e nessa parte debaixo é um tipo de apoio chamado apoio baseado em produto que é o apoio que é dado em termos das políticas de apoio à comercialização do produto, produto porque é uma política que foca o produto final, é um benefício que é apropriado pelo produtor no estágio final da sua produção, quando ele vai comercializar, enquanto que a de crédito é o benefício que é dado ao produtor no momento em que ele vai plantar, antes e fim do plantio ou durante o plantio. E está havendo uma inversão. O que está passando a prevalecer é o apoio dado por meio do apoio à comercialização que é quando o produto está pronto. E qual o mérito? Qual a diferença? Última observação. Qual a diferença? Qual o mérito dessa inversão do instrumento de apoio? É de que os instrumentos de apoio dados ao produtor na fase da comercialização, eles são apoios que, reconhecidamente, são os apoios que menos distorcem os mercados, e o apoio que é considerado o apoio mais distorcível dos mercados é o apoio que é dado via subsídio ao crédito.

Então, nós estamos avançando do ponto de vista não só de ter baixos níveis de apoio, como, em particular, estamos avançando em termos de recursos de autonomia e de instrumentos mais modernos e avançados e mais neutros em termos de distorções que possam ser provocadas, causadas no mercado.

Em todos os países desenvolvidos, esses níveis de apoio são todos eles da ordem de 29% na OCDE e acima de 29% em vários países membros da OCDE, como é o caso do João, por exemplo, como é o caso da Suíça e vários outros países.

Então, eu devo concluir dizendo que todo esse avanço, aqui indicado, nesse em particular, fruto das reformas de política agrícola havidas no País ao longo da última década, é um processo que também continua, não só do lado da produção e está havendo uma transformação na mudança, uma inovação e um avanço, mas, também, do ponto de vista das políticas públicas, nós continuamos avançando. Enquanto, em todo o mundo, o protecionismo ainda continua sendo uma ameaça, e, para nós, representa uma ameaça, no caso do Brasil, não bastasse os níveis baixos de apoio que nós damos, o Brasil está reformando as suas políticas no sentido de diminuir ainda mais esse nível de apoio. Aqui, medido do ponto de vista global, claro que [ininteligível] exceções em relação ao pequeno produtor, em relação a certas atividades, você tem um nível maior de subsídio, mas, na média, em termos de país, é o cenário. E eu agradeço a oportunidade de ter aqui apresentado aos senhores essas informações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito obrigado, Sr. Antônio Luiz. Eu acho que foi objetiva a sua exposição. Efetivamente, a agricultura, que é objeto da Comissão que presido, tem dado uma contribuição inestimável e seus avan-

ços são mostrados pelo próprio desempenho que tem diante do PIB, mais de 1/3 da composição do PIB decorre da atividade agropastoril, que é significativo para a nossa economia.

Mas, agora, eu consulto o Senador Augusto Botelho se deseja fazer alguma intervenção, já que foi o único parlamentar que ficou comportado o tempo todo, prestando atenção. Então, eu acho que é merecedor de todo o tempo possível para fazer a sua intervenção.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os convidados e agradecer a presença de todos eles.

Eu sou médico e Senador do Estado de Roraima, a minha região, vou falar mais na área de saúde, que interessa. Mas devo considerar e parabenizar também o trabalho de todo o país, em relação à diminuição da taxa de mortalidade infantil, que, realmente, os programas de prevenção, de educação, influenciaram muito. Mas eu atribuo um pouco também ao Bolsa Família, que permitiu que as pessoas comessem melhor, que os pobres fossem melhor alimentados com redução da taxa de desnutrição infantil.

Mas eu vou reclamar, um pouco, em relação a uma doença que aflige e mata muita gente no meu Estado, apesar de ter baixado a mortalidade para 1 para 10 mil, mas é mortalidade ainda, é a mortalidade da malária na região amazônica, porque o pessoal se preocupa muito com as árvores da Amazônia, com as florestas da Amazônia. E o homem da Amazônia? E o povo da Amazônia? Nós ainda temos perto de quase 600 mil casos de malária por ano na Amazônia. Malária é uma doença grave. Só quem nunca teve malária... Eu sou médico e fui ter a primeira malária... Eu formei em 72, e sou de lá, mas a primeira malária que tive foi em 1985, mais ou menos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, V. Exa. é colecionador? Falou a primeira malária.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Primeira malária. Porque eu tive três. Lá a gente conta assim: o cara teve vinte, teve uma, teve trinta; é assim na Amazônia, minha região. Então, é uma doença muito séria, muito grave e mata muita gente. Há dez anos a mortalidade era quase 10 por dez mil, uma por mil casos, era muito grande, mas graças a alguns medicamentos que, antigamente, vinham de contrabando da China, mas que o Ministério da Saúde agora dispõe claramente para todo mundo, que nós não temos deixado mais as pessoas morrerem de malária. Mas nós precisamos mover políticas para a malária. São simples. Essa mudança, essa queda de malária que houve nesses últimos anos foi por medidas simples, como a colocação de microscopistas dentro das comunidades nos postos. Um microscópio não custa nem 6 mil reais, hoje em dia, não sei quanto custa um microscópio. Mas o que acontece, geralmente, é assim, o microscopista é treinado dentro da própria comunidade. Quando muda o prefeito, infelizmente, é isso que acontece que prejudica a malária lá. Muda o prefeito, aí o prefeito quer mudar todo mundo, muda o microscopista, e aí até treinar outro, até adiantar outro a malária começa a dar um pico de novo, e aí começa a matar. Então, nós temos que achar uma forma de tentar acabar com isso.

Outra questão é de fixação do médico no interior. O salário, realmente, não é uma coisa que fixe o médico, porque 15 mil é um salário razoável, bom, o salário igual, praticamente, ao nosso que é um salário de 16 mil, mas não fixa o médico no interior, porque existem outros fatores que nós temos que melhorar: as condições de vida, no interior, de habitação. E 80% dos nossos municípios tem menos de 20 mil habitantes, e são esses os mais carentes, quando não tem médico quem é que prescreve lá? É um auxiliar de enfermagem, um atendente de enfermagem, uma técnica de enfermagem. Graças a Deus que existem essas pessoas em todos os municípios, senão ficariam os curandeiros, que continuam também os curandeiros, mas é bom que também tenhamos as pessoas técnicas.

Eu vivo pensando, tentando achar uma forma de a gente conseguir fixar, essa forma de a lei obrigar e tudo não vai ser uma forma que vai conseguir. Existe um contingente de médicos estrangeiros que querem vir para o Brasil. Nós temos que regulamentar a forma desses médicos exercerem aqui. As universidades têm que abrir as portas, não é abrir, oferecer treinamento, oferecer provas para fazerem isso. Se eu quiser exercer medicina nos Estados Unidos eu tenho todas as facilidades. Começa que eu faço uma prova aqui no Brasil. Não sei se ainda está fazendo, na época se fazia uma prova aqui no Brasil para você conseguir uma residência lá nos Estados Unidos, e aí consegue. Porque para o país é interessante trazer o medico formado, médico competente. Claro que vai vir outro que não é competente, porque médico custa caro ao Brasil. E eu estou falando só do médico, mas falta dentista, falta psicólogo; mas eu estou falando do médico, porque o médico é o mais emblemático, porque é o que o pessoal reclama mais. Mas eu acho que as nossas metas, o Brasil está desenvolvendo bem. Mas eu queria viver num país onde não morresse... Nós estamos perdendo, mais ou menos, até cinco anos de idade, uma média de 22 crianças na nossa média do Brasil, que é a mortalidade infantil. Eu queria viver num país onde morresse só o que não tivesse jeito mesmo, e espero que

a gente ainda viva neste País. Porque, quando eu me formei, a média era cento e poucas pessoas, crianças. Então, nós evoluímos bastante. Graças a Deus, o meu Estado ainda não está na média ideal, mas no Norte o melhor índice é o Estado de Roraima.

Então, eu acredito que é bom que se fixe essas metas. Eu fiquei feliz de saber que vai haver uma revisão agora em 2010 para gente torná-las mais rígidas e aumentar os objetivos, porque a nossa visão de 2000, a visão de hoje em relação a esses indicadores. E também que as pessoas, também, os eleitores, na hora de votar nos seus candidatos, olhar os que se preocupam com os indicadores de saúde, olhar os que se preocupam em melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas é uma mudança. Eu acredito muito e atribuo muito a Sistema Único de Saúde essa melhora nos indicadores de saúde do Brasil. Porque, realmente, a nossa saúde melhorou. Nós não temos uma Brastemp de saúde nos nossos hospitais, mas são melhores, precisamos é desenvolver mais, pagar melhor os trabalhadores da saúde, precisamos regulamentar a Emenda 29 para que a verba da saúde seja uma verba fixa no orçamento da União, que nós não conseguimos adiantar, porque nesta Casa, no Senado, ele já foi aprovado, essa emenda que estabelece um patamar, mas lá na Câmara dos Deputados está presa. Nós temos que fazer a sociedade cobrar isso. Porque se sabe que a educação tem melhorado, com dificuldades, mas nós temos que avançar mais também na educação.

Então, só reafirmo a minha crença de que nós vamos melhorar este País mesmo, e precisamos, cada um no seu setor, discutir para gente conseguir atingir essas metas, se a gente atingir a meta já é um grande passo, mas eu acho que as metas têm que ficar mais rígidas, um pouco, para que a gente consiga melhorar a vida das pessoas.

Fiquei estarrecido com aquela informação da Kátia Abreu, de que a gente gasta 1,5 trilhão em arma e com 600 e poucos bilhões de dólares resolveria a fome do mundo. Mas a fome realmente não dá lucro, arma dá lucro. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agora tem que saber se ela está incluindo nessa conta as armas dos traficantes. Que esse aí é outro departamento.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Se incluir, com certeza, deve ser muito mais, porque isso, é como se diz, não está sendo computado, um grande problema.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Que, aliás, eu não vi aqui nessas discussões nenhuma referência sobre a questão do tráfico de entorpecentes, que eu acho que está matando mais do que muitas patologias, e está levando ao desespero famílias inteiras e, especialmente, uma legião de crianças, de adolescentes. Eu acho que também é um atentado contra os direitos humanos perpetrado por organizações criminosas.

Mas vamos passar agora. A Senadora Rosalba fez as suas intervenções. Tem alguma responda pendente de algum expositor, Senadora?

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Não. Exatamente, eu queria só aqui colocar para a área de saúde que nós vimos o seguinte. Nós estamos avançando bastante na mortalidade infantil, graças a Deus. Antes de 2015 nós vamos atingir a meta. Mas como a mortalidade materna continua alta, isso nos dá a impressão de que a mortalidade infantil, na realidade, já melhorou bastante, mas no período puerinatal também ainda preocupa, primeiro ano, ela está relacionada, podemos assim dizer, ela tem alguma relação também com o alto índice da mortalidade materna, porque são gestações que não estão sendo devidamente acompanhadas, cujos problemas terminam afetando também a criança, se um parto complicado ou por alguma questão com infecção, uma série de questões que vocês sabem que pode levar à morte materna também afeta essa criança. Então, aí eu acho que essa questão, esse é um gargalo que está precisando ser desatado para melhorar para a mãe e para as crianças. Porque nós temos, inclusive, e eu sou relatora de um projeto sobre criança que, acho fundamental, que é exatamente sobre a educação infantil, creche e educação infantil. Hoje nós temos vagas para crianças do ensino fundamental, a partir de seis anos, mas nessa fase perigosíssima que vai de um ano até cinco anos que é a fase da creche e da educação infantil, o índice é baixíssimo de oferta para as crianças e nós não chegamos nem a 17%, só das crianças que estão tendo acesso à educação infantil.

Então, é um período onde essas unidades que darão apoio às crianças, que já dão, também a criança é alimentada, é acompanhada, então vejo que esse é o ponto fundamental para que através da educação se tenha mais recursos.

O ano passado, o Ministério da Educação disponibilizou trezentas unidades de apoio integral à criança, creche da educação infantil para todo o Brasil. Nós temos 1.640, mais de 1.600 municípios. Então, vejam, foram apenas trezentas. Então, eu acho que esse é o setor que nós temos que nos somarmos para que nós possamos investir mais. É a minha visão, é exatamente. E vejo e fico feliz que o Ministério esteja, agora, já colocando como prioridade UTI neonatal. Eu tenho exemplos, por exemplo, da cidade, vou dar aqui a ci-

dade de Mossoró, que tem quase 300 mil habitantes e não existe uma UTI neonatal, colocaram alguns leitos, depois de muita pressão o Governo do Estado colocou alguns leitos, mas não... Eu trabalhei como neonatologista muitos e muitos anos e vejo que ali não é, realmente, uma UTI neonatal, precisando avançar muito, isso no Estado do Rio Grande do Norte, é a segunda cidade, que só encontra UTIs neonatal bem equipada, bem estruturada na capital e nem em toda maternidade. Imagine quem está no interior que é atendido pelo SUS, que não tem acesso.

E, também, outra questão que eu gostaria de colocar seria uma sugestão, é no Programa Saúde da Família. Nós sabemos que a carência de médico é grande e isso é um problema que nós não podemos resolver de imediato, porque até preparar um médico, ele está estruturado, mas nós temos crescente o número, a área de enfermagem cresceu bastante, talvez, seja uma mão-de-obra que está mais disponível. Por que não investir na enfermeira obstetra? Seria fundamental, principalmente, dessas regiões mais distantes para o acompanhamento, para o parto normal, para todas aquelas orientações que hoje, por mais humanizada, uma série de questões. Eu acho que poderia acrescentar nessas regiões onde a mortalidade materna é ainda maior, o Programa Saúde da Família ter na sua equipe uma enfermeira obstetra. E, pelo amor de Deus, diga ao Ministro que nós precisamos de mais recursos para o Programa Saúde da Família. Os municípios estão, do que recebem, estão investindo três, quatro, cinco vezes mais para poder ter profissionais da área, porque o que o Ministério repassa é muito pouco, com relação a cada equipe. Isso precisa ser melhorado.

Era só isso que eu queria colocar, investir mais exatamente nessa área básica valorizando os profissionais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Dr. Adson quer comentar?

**SR. ADSON FRANÇA:** Serei bem objetivo. Primeiro, Senador Botelho, as ponderações muito coerentes. A questão da malária, esse é um grande desafio nosso, e queria concordar com as sugestões do nobre Senador, porque já fazem parte desse processo de debate no Ministério. Agora se o Senador pergunta: não poderia ser um pouco mais rápido? Eu digo com, muita franqueza, e tenho certeza que o Ministro Temporão não vai me demitir por isso, podia, entre outras coisas, está falando profissionais em algumas áreas e está faltando recursos, mas o próprio Ministro Temporão admite que a gente já podia estar um pouquinho mais rápido nessa questão da malária.

Gostaria, para os nobres Senadores e Senadoras, chamar atenção o seguinte: olha como tudo se interrelaciona, para cada um grau, e é um estudo de 25 espertos que estiveram junto com a gente, Senador Botelho, lá no Acre na inauguração da primeira fábrica de preservativo público da América Latina, nobre Senador Valter Pereira. Nós vamos produzir até o final de 2012 400 milhões de preservativos/ano com borracha do Brasil, borracha nossa que já podia ter sido feito há mais tempo, e de uma necessidade de 1 bilhão e 200 mil preservativos/ano que é a média nacional. Em vista das relações sexuais que ocorre no Brasil e tal, nós precisamos de 1 bilhão e 200 milhões. E o governo brasileiro comprou 1 bilhão e 200. Então em quatro anos nós vamos estar com, mais ou menos, 35% de produção nossa, dinheiro público e fixando 600 famílias lá em Xapuri no Acre e garantindo a borracha de lá, e garantindo preservativo de qualidade que nós temos condições até de vender, se for o caso, mas é melhor vender para o mercado nacional ou entregar para o SUS gratuitamente, porque é dinheiro do Governo Federal, do governo estadual. Então esses parêntese...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Tem que esconder isso da igreja.

**SR. ADSON FRANÇA:** Bom, essa é uma dificuldade. Que, infelizmente, segmentos religiosos acham que o preservativo não tem importância, que o vírus passa e que, talvez, seja melhor defender a abstinência sexual e que a sociedade deveria ter apenas atividade sexual depois do casamento, e é complexo para nós, nós achamos que o Estado é laico, e que é difícil, porque nós precisamos do preservativo para evitar que a AIDS cresça e que a gestação inoportuna e indesejada que leva ao abortamento, leva à morte de adolescentes. Então, é oportuno que o senhor diz. E é lamentável para nós. Todos os embates que a gente tem, em alguns lugares nós somos vaiados, somos hostilizados, porque tem certos segmentos fundamentalistas que acham...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** É só distribuir sem a vista do Padre.

**SR. ADSON FRANÇA:** Pronto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Porque aí não tem problema.

**SR. ADSON FRANÇA:** E nós incorporaremos essa...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Mas eu acho que não é tanto assim não. Vamos ser realistas. Não é dessa forma não. Melhorou bastante, na realidade, a igreja defende.

**SR. ADSON FRANÇA:** Tem melhorado. Mas eu fiz referência...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** E eu também quero dizer aqui que nós temos que colocar como tudo se relaciona aqui, mais educação sexual nas escolas, conhecimento.

**SR. ADSON FRANÇA:** Mas justiça seja feita, Senadora, que por elogio à senhora, entre outras coisas, é que três mandatos de prefeita sem nenhum processo, e chegar ao Senado da forma que chegou, é por isso que a reafirmação do elogio.

Agora nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, buscando proibir o uso de preservativo, não vou citar aqui agora, para evitar uma polêmica. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, contra a anticoncepção de emergência dizendo que é abortiva, e não é abortiva, porque já está provado cientificamente. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, tentando ser contra a lei do planejamento familiar, contra a vasectomia, contra uma série de coisas. Então, é a heterogeneidade do País. Mas vou focar aqui. Então malária, estamos de acordo.

Segundo aspecto. Mortalidade materna. O que a nobre Senadora levanta e pediatra, Senador Valter Pereira e demais colegas de gestão do Governo Federal, é extremamente pertinente. Por que é que a mortalidade infantil vem caindo bastante ao longo dos anos? Quanto maior a escolaridade da mãe mais cai a mortalidade infantil. Quanto mais eu uso a vacina, programa nacional de imunização, o Brasil tem 41 imunobiológicos. E nós temos mais vacinas, Senador, gratuitas do que a Inglaterra, Canadá e França, então não é mais do que Paraguai. Com todo respeito pelos paraguaios, pelos uruguaios, pelos argentinos. Mas olha que nível, o Programa Nacional de Imunização no Brasil é referência internacional. Eu acho difícil a grande imprensa falar com freqüência, mas na hora que tem um problema aí fala.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de fazer uma crítica sobre publicidade das vacinas. Vacina contra gripe. A vacina contra gripe, toda a mídia que é produzida pelo Ministério da Saúde passa a ideia de que é privativa de pessoas--

**SR. ADSON FRANÇA:** Idosas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --acima de 60 anos de idade. Quando, na verdade, é um equívoco, na verdade, a vacinação é permitida em qualquer faixa etária. Então, o que o Ministério estimula é a busca aos postos de saúde, embora, deveria ressaltar que ela é facultada em outras unidades privadas onde poderia se ampliar, consideravelmente, a faixa de vacinação.

**SR. ADSON FRANÇA:** Levarei para a Ascon e para o secretário Gerson Pena, porque tem uma parte que diz respeito ao idoso e tem outra parte que tem outra forma.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Na realidade, é porque nos postos de saúde a vacina só é permitida para os idosos.

**SR. ADSON FRANÇA:** Hoje é.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas eu acho que o esclarecimento tinha que ser dado para que todos se imunizassem.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Por exemplo, se eu quiser, ainda não cheguei aos 60, se eu quiser ser vacinada eu vou ter que no serviço privado, porque no posto de saúde é só a partir de 60 anos. Esse que é o grande problema.

**SR. ADSON FRANÇA:** Porque os recursos que nós temos hoje, o corte, a linha de corte no Ministério, foi que o recurso que tinha, o foco era o idoso. E aí para quem não é...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Mas só complementar, já que se falou em vacina. Quando é que nós vamos ter a vacina de pneumococos, porque grandes casos de morte...

**SR. ADSON FRANÇA:** Está na lista nossa e já tem um grupo trabalhando com isso.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Porque só os filhos de rico que podem pagar e estão fazendo.

**SR. ADSON FRANÇA:** Não só essa, tem outras também, e aí volta o problema da Emendo 29. O orçamento do Brasil, foi dito aqui pelo Ministro, numa sessão fenomenal coordenado pela nobre Senadora, Senador Valter Pereira, o Ministro José Gomes Temporão foi diretor de planejamento do INAMPS em 1986. Se houvesse uma correção do orçamento, o orçamento do SUS, esse ano, era para ser 107 bilhões de reais, o nosso orçamento é 50 bilhões. E o Barack Obama pediu apenas ao Congresso Nacional 1 trilhão e 200 bilhões de dólares para melhorar a universalização das 45 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm recursos. Então, o Ministro Temporão, o Conaes, o Conasems, os governos todos, os Senadores já têm identidade, já tem unanimidade, então também não corro o risco de exoneração, de que nós precisamos, o sub-financiamento da saúde estar levando a essas dificuldades. Como é que eu resolvo colocar um leito de UTI, Senador, neonatal, custa 112 mil reais, se eu consigo colocar uma nova UTI, pode ir um novo leito para 400, ou seja, vai esbarrando em recurso, recurso e recurso, e você começa, infelizmente, se você não tem recurso para tudo, você começa a cortar aqui e acolá.

Mas voltando aqui, para finalizar mesmo. Nós temos assim, chegamos à seguinte situação: melhorou a

mortalidade infantil no componente pós-neonatal que é o componente depois de um mês, vamos chamar assim. Então, melhorou por causa do saneamento, melhorou por causa da vacina, melhorou por causa da hidratação oral, melhorou por causa do PSF, melhorou por causa de uma série de questões do Bolsa Família; mas a parte neonatal, especialmente, na primeira semana, no Norte e Nordeste brasileiro 62% das crianças no Norte e Nordeste brasileiro, morrem na primeira semana de vida. Então, se elas morrem na primeira semana de vida o risco da mãe morrer é muito grande. Então, nós precisamos agora, nós estamos com que desafio? Não basta só o pré-natal, ele precisa ser melhorado? Precisa. Mas é o problema da urgência e emergência no parto que envolve tecnologia, envolve gente qualificada, envolve recursos. E esse problema de qualificação dos profissionais do obstetra e do pediatra ali não está fácil. Como diz o Senador Botelho: "Não é só com isso aí". Agora, Senador, uma informação para coletivizar. O problema do registro dos médicos estrangeiros, o Ministro Temporão já informou ao Presidente Lula, e o Ministro Haddad e o Ministro Temporão, agora em julho os 246 médicos de uma região do mundo vão fazer prova, 14 universidades brasileiras vão fazer essa prova, se os médicos passarem, eles registrarão o título no Conselho Federal de Medicina. E até o final do ano os outros 300 médicos estrangeiros, quer seja da Europa, da Bolívia, de Cuba, de qualquer lugar, prestarão prova, porque o CFM é uma autarquia, elas só podem exercer a medicina no Brasil se registrar o diploma no CFM. Então, não tem saída, tem que passar na prova. Se não passar vai ter que fazer um novo curso, fazer uma nova repescagem e um nova prova, porque o Conselho Federal de Medicina não aceita, e aí vamos respeitar a autarquia, respeitar a legislação brasileira.

Agora, mesmo assim, nós estamos com um problema que vocês Senadores e Senadoras precisam nos ajudar. O Brasil não fez um plano estratégico de quantos médicos precisam, de quantas enfermeiras precisam, de quantos obstetras precisam. Então, as escolas foram formando, me perdoem essa expressão que não é elegante, com base na bola da vez. Naquele momento que dava mais dinheiro, era radiologia. Então, eu formo mais radiologista. Naquele momento, o que dava mais dinheiro era cirurgia plástica, então a cirurgia plástica cresce. E, agora, nós estamos com um problema mundial, a queda de pediatra, porque pediatra não tem procedimento acessório para melhorar a sua remuneração. Ele tem a consulta, se ele é pediatra cirurgião ele ganha melhor, se ele não é pediatra cirurgião ele está com dificuldade, é um problema europeu, é um problema no Canadá e é um problema do Brasil. Já tem residência médica no Brasil de pediatria que está sobrando vaga. Então, eu só estou falando isso, em nome do Ministro Temporão, de que a coisa é muito complexa. Nós precisamos do Congresso, precisamos do CFM, precisamos da AMB e precisamos da enfermagem.

E aí, concluindo, nobre Senadora, o Ministério da Saúde pagou 22 cursos para enfermeiras obstétricas no País e, infelizmente, alguns nobres colegas meu, que eu sou toxoginecologista também, professores catedráticos dizem o seguinte: "Tudo bem, ela fez o curso, mas na minha maternidade ela não faz parte, na minha maternidade só quem faz parte é ginecologista e obstetra". Como é que uma enfermeira obstetrícia que fez um curso de especialização pode ir para o interior fazer parto se ela não treina em algum lugar? Ela precisa treinar e fazer parte em algum lugar. Esse é um problema que o Ministro Temporão está com uma reunião marcada com as entidades médicas para a semana que vem para gente encontrar o caminho do meio, porque os cursos nós estamos fazendo. Elas não estão conseguindo é fazer, é colocar em prática aquilo que aprenderam. Muito obrigado.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** O caminho do meio é o Programa Saúde da Família, coloca porque aí vocês criam condições, nas próprias maternidades públicas, elas fazerem um treinamento. Só que as maternidades públicas estão se acabando.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** A D. Laura deve algumas respostas para a Senadora Kátia Abreu. Vou passar a palavra a ela.

**SRA. LAURA VEIGA:** Eu vou tentar ser bastante rápida. A primeira pergunta tem a ver com a informação que, inclusive, consta desse relatório, que é o primeiro gráfico do relatório que o representante da Casa Civil entregou aos senhores aí, que fala exatamente da redução da extrema pobreza que aconteceu... Nós estávamos com 8.8, em 1990, e, 2005, 4.2%. Então, esses são os dados, inclusive, da Pnad. Então, portanto, isso aqui são os dados disponíveis. Se a FAU estiver com outros dados, provavelmente, deve estar usando estatísticas diferentes dessas, que são as estatísticas oficiais do governo brasileiro.

A Senadora também fez algumas indagações sobre os critérios, problemas de assentamentos, que tipo de ações tem para os assentamentos, os critérios para a porta de saída.

Uma primeira questão da porta de saída, nós não usamos essa expressão no Ministério de Desenvolvimento Social, porque, no nosso entendimento, o que nós temos de buscar sempre são ampliar cada vez mais as rotas de incorporação e não aquilo que o Ministro sempre diz o seguinte... Fica um pouco aquela

expressão que, no interior de Minas, a gente menciona isso: "Você quer ficar livre? Vamos ficar livre desses pobres". Não se trata disso, se trata de construir as rotas de incorporação. E, nesta direção também, é sempre importante destacar que isso não é tarefa de um setor somente, isso é uma tarefa de vários setores que deseja atuar conjuntamente, e, no caso, especificamente, é importante ver, por exemplo, que, quando foi lançado os programas para o território da cidadania, houve certa crítica, seja para imprensa ou mesmo no legislativo, dizendo que aquilo nada mais é do que um conjunto de programas já existentes que se ajuntou. É importante destacar que, primeiro, não é verdade isso, mas, de qualquer maneira, mesmo que fosse só isso, quando você consegue fazer com que vários programas comecem atuar convergentemente sobre um território, isso significa você amplia, potencializa a utilização dos serviços. Então, isso é importante, é bom que se diga isso. Então quando se examina as estatísticas do território da cidadania, o Ministério, onde tem mais ações em todos eles, chama Ministério de Desenvolvimento Social, seja através do Bolsa, seja através do PRONAF, seja da Agricultura Familiar, seja através das cisternas, e por aí vai.

Então, nós temos... Eu vou fazer uma pequena propaganda da minha secretaria. Nós temos uma ferramenta disponível na Internet, chama matriz de informação social, e se os senhores quiserem, inclusive, nós temos algumas estatísticas que a gente faz para alguns territórios específicos, ter cidadania é um deles, como também temos umas estatísticas sobre a Amazônia Legal, temos algumas outras estatísticas sobre o semi-árido que não os recortes, necessariamente, dos Estados, das unidades federativas. Então, esse é um tipo de ação que se faz.

Outro tipo de ação que está atrelado no Programa Bolsa Família tem a ver com as condicionalidades, as condicionalidades representam, e aí dependemos fortemente da área de saúde e da área de educação, representa exatamente evitar com que as famílias comprometam os ativos, ou seja, aquilo que pode garantir, no futuro, a independência da próxima geração, ou seja, garantir com que a criança e o adolescente permaneçam na escola, e torcendo que o Ministério, que a área de educação consiga fazer esse grande movimento que ela está empenhada e melhorar a qualidade da escola, e tornar a escola mais entrante para, inclusive, fazer esse processo de retenção da criança e do adolescente dentro da escola.

Então, esse é um trabalho que não é um trabalho somente de um Ministério, é um trabalho que nós temos de torcer e trabalhar juntos para que as coisas aconteçam de uma forma convergente.

Da mesma forma, nós temos as condicionalidades da saúde que tem a ver, inclusive, com o atendimento da criança e o atendimento das mães. Além disso, nós temos e agora está em ação, nós estamos procurando implementar junto com o Ministério do Trabalho todo um programa de qualificação direcionado para o chamado Plansec e construção civil, Bolsa Família. Então, isso aí significa um pouco a capacitação, e houve uma negociação com o Sinduscon e outros sindicatos da construção civil para que parte das pessoas que sejam qualificada nesse programa sejam absorvidas nas obras que estão associados ao PAC.

Então, o que é significa, portanto? O que está se buscando é... E são os exemplos que eu estou dando de tentativa de fazer de busca da ação convergente, que é por aí que nós vamos gerar as oportunidades, então se criam oportunidades, e essas oportunidades você tem de buscar fazer, por um lado, a capacitação, e, por outro lado, tentar que o mercado de trabalho se sensibilize, abrigue e absorva essa população, porque como se tem, quando você tem uma taxa de desemprego alta o que acontece é que o mercado de trabalho tem condições de selecionar mais dentro dessa força de trabalho, ele pode selecionar mais. Então, se fosse para o poder você tem que fazer um trabalho, também, de sensibilização daqueles que geram os empregos e tem essa possibilidade.

Então, o que é que eu chamo atenção aqui? Eu estou chamando atenção sobre a importância, primeiro, da convergência e, segundo, nos desenhos dos nossos programas nós estamos buscando criar essas convergências, seja através das condicionalidades, seja através do Plansec, seja através da atuação nos territórios de cidadania, seja através da atuação, por exemplo, da integração, da busca da integração da aquisição de alimentos, por exemplo, com a distribuição desses alimentos para os setores que precisam dos alimentos, por exemplo, cesta básica ou alimentação que se dá para as creches e etc.

E nos assentamentos tem ações relacionadas, não só com o Bolsa Família que estão, e há todo um processo dentro do próprio Ministério, daqueles que, até agora, tenham tido a dificuldade de ter acesso ao Bolsa Família por falta de documentação, um trabalho grande, inclusive, junto com os municípios para fazer com que essa documentação seja obtida para poder facilitar o acesso.

Então, eu quero chamar atenção sobre. E eu estive, estou acabando de voltar lá do Mato Grosso do Sul, voltei de lá sábado, porque eu fui para a reunião do e Conseas. Conheci o Bonito lá que é bonita mesmo a tal da região. Que eu até brinquei, porque tem lugar que chama Bonito, mas você chega lá e não é

bonito, coisa nenhuma. Mas no caso, específico, de Bonito é bonito.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer e colocando o Ministério à disposição dos senhores e das senhoras para qualquer informação que julgarem mais, qualquer detalhamento, e teremos sempre o maior prazer em dar as informações que os Srs. Senadores e deputados desejarem. E muito obrigada pelo convite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. A hora avança na direção do início da sessão plenária, a sessão da tarde.

E ao encerrar esta sessão, eu gostaria de agradecer aqui a referência que a D. Laura faz a Bonito, efetivamente, ali é um pedacinho do paraíso instalado no Mato Grosso do Sul.

E quero, aqui, agradecer, então, a todos que participaram deste evento, ao Darci Bertholdo, À Laura, ao Ministro Silvio, ao Marco Otávio, ao Adson França, ao Antônio Luiz, ao Sérgio; enfim, a todos que deram a sua contribuição e trouxeram aqui informações preciosas que serão, obviamente, digeridas e, sobretudo, exploradas pelos parlamentares que compõem as Comissões que participaram desta audiência conjunta.

E não havendo... Aliás, havendo ainda um assunto a tratar, mas não havendo mais quorum, eu vou deixar a deliberação para a próxima reunião.

E quero declarar, então, encerrada a presente reunião, com agradecimento a todos os senhores e senhoras que participaram deste evento. Muito obrigado.

[palmas]

*Sessão encerrada às 13h27.*

**ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às dez horas e vinte minutos do dia quatro de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Tião Viana, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Efraim Morais, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Justifica a ausência o Senador **Eduardo Azeredo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Declara, ainda, a inversão da pauta e inicia a sua apreciação. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 277, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro-Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Efraim Morais**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 276, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005".* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Paulo Duque**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. O Senador **Fernando Collor** solicita a apreciação do Item 7. **Item 07:** Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005, de autoria da Câmara dos Deputados, que *"Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Fernando Collor,** para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Paulo Duque** faz uso da palavra. Aprovado. **Item 04:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 73, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006".* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Efraim Morais**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 05:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 74, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra, em 8 de dezembro de 2005".* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Fernando Collor**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 06:** Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1995, de autoria da Câmara dos Deputados, que *"dispõe sobre a Nomeação dos Representantes Oficiais do País em Organismos Internacionais de caráter oficial".* O Presidente concede a palavra ao Rela-

tor, Senador **Marco Maciel**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado parecer favorável às Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados. **Item 09:** Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "*Regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso*". O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Paulo Duque**, para fazer a leitura do relatório. Aprovado. **Item 11:** Requerimento (SF) nº 1.473, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *"Requer, nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de solidariedade aos familiares do jovem Rodrigo Soares Olenski, desaparecido no Parque Nacional do Sajama, na cidade de Cochabamba na Bolívia desde 29 de outubro de 2008"*. O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador **Cristovam Buarque**, para fazer a leitura do relatório. O Senador **Paulo Duque** faz uso da palavra. Aprovado. O Senador **Cristovam Buarque** assume a Presidência. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 72, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado. O Senador **Geraldo Mesquita Júnior** reassume a Presidência. O Presidente informa que os itens 8 e 10 foram adiados. **Item 8**: Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, de autoria do Senador Expedido Júnior, que *"dispõe sobre a obrigatoriedade da união de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior"*. Adiado. **Item 10**: Projeto de lei do Senado nº 463, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *"altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) nela especificados às casas militares ou aos Gabinetes Militares da união, dos Estados e do Distrito Federa"*. Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Geraldo Mesquita Júnior,** Presidente em exercício.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA A 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária. Aprovado

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço inversão de pauta, o Item 2.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Concedido. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. E vamos a nossa pauta. O Item Nº 2 trata-se de projeto Decreto Legislativo, que aprova o texto de acordo para estabelecimento do Centro-Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 94. Autoria do... o projeto é da Comissão de Relações Exteriores. A relatoria coube ao digno Senador Efraim Morais, que tem a palavra.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Sr. Presidente, recebi a missão de relatar o projeto de Decreto Legislativo Nº 277, de 2008, que trata de texto, um acordo para o estabelecimento do Centro-Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.

Relatório. *"Nos termos do disposto do art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, Inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu a consideração congressional, mediante a mensagem Nº 911, de 26 de outubro de 2006, o texto de acordo supra-ementado. A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento presidencial informa que o Centro-Sul, sediado em Genebra, foi formalmente estabelecido como uma organização intergovernamental, em 31 de junho de 1995, quando entrou em vigor o referido acordo. O centro agrupa 48 países em desenvolvimento e tem por objetivo: 1º Item A - Promover vários tipos de cooperação e ação Sul/Sul. Bem como formação de vínculos redes e intercâmbio de informação. B - Contribuir para uma ampla colaboração entre os países do Sul, na promoção de interesse comuns de uma participação coordenada dos países em desenvolvimento, em fóruns internacionais, voltados para relações Sul-Sul e Norte-Sul, bem como outras preocupações globais. C - Fomentar a convergência de visões e abordagem entre os países do Sul, com respeito a temas globais econômicos, políticos e estratégicos relacionados com os conceitos em evolução de desenvolvimento, soberania e segurança. D - Contribuir para o melhor*

*entendimento múltiplo e cooperação entre o Sul e o Norte com bases na equidade e na justiça para todos, e com esse fim, para democratização e fortalecimento das Nações Unidas e sua família de organizações. O financiamento do centro é obtido por meio de contribuições voluntárias de seus membros e outras fontes governamentais e não-governamentais".*

Fizemos uma análise da matéria, Sr. Presidente, e chegamos a conclusão no nosso voto que passo a ler. Tendo em consideração o interesse nacional, a constitucionalidade e a juridicidade, o nosso voto é pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo, Nº 277 de 2008. Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente. Pelo voto favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Em discussão. O relatório do Senador, Efraim Morais. Não havendo quem queira discutir, coloco em apreciação. Os Senadores que concordam com o mesmo, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao Item 1 da pauta. E eu consulto o Senador Duque se pode fazer a gentileza de relatá-lo. O projeto trata de aprovar o texto do tratado sobre transferência de pessoas condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 2005. A Relatoria coube ao Senador Demóstenes Torres, que será substituído agora, *ad hoc*, pelo Senador Duque. Com a palavra, Senador.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Sr. Presidente, o nosso país aprovou o texto de tratado sobre transferência de pessoas condenadas entre o governo, pessoas condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname. Para quem se lembra, Suriname é a antiga Guiana Francesa... Holandesa. Exatamente. Esse tratado foi celebrado em 16 de fevereiro de 2001, quer dizer, nós estamos em 2009, não é muita coisa. É possível que até alguns presos até, alguns condenados tenham... todos caso, eu sempre costumo lembrar aqui a demora desses atos, entre o Brasil e os outros países. Não estou culpando aqui o Itamaraty ou qualquer outro organismo. Estou dizendo que existe esse fato. Já relatei projetos aqui com dez anos de atraso. Então, é bom a gente lembrar sempre isso aqui. Senador Demóstenes Torres, que é um especializado em matéria criminal, ele fez um parecer bem minucioso, bastante redigido. Especifica aí, explicita a composição do tratado em termos de artigos, enumera as condições pelos quais deverá ficar sujeita a aplicação do tratado, entre elas, o crime pela qual a pena seja imposta, deverá constituir crime também no estado recebedor. Realmente, não tem sentido o sujeito ser condenado por um fato aqui, que no Suriname não constitui crime, não há tipificação. Você como jurista, há de concordar comigo nisso.

Os procedimentos para transferência dos presos nessa situação estão definidos pelo art. 15, V, do tratado. E a iniciativa da transferência deverá partir do estado remetente. Uma vez aprovado o pedido da pessoa condenada, deverá transmiti-la ao estado recebedor, tudo por via diplomática.

Em suma, ele explica com bastante pertinência e especificações os outros termos, os outros artigos do convênio. Como não foram pedidas emendas do prórregimental, ele faz análise do tratado e diz o seguinte: *"Trata-se de instrumento internacional, firmado com propósito, segundo informa a exposição de motivos, encaminhadas pelo Ministério das Relações Exteriores de proporcionar as pessoas condenadas por decisão judicial, no Brasil, ou no Suriname, a possibilidade de cumprir a condenação em seu próprio meio social e familiar de origem".*

Quer dizer, o cidadão vem para cá, comete um crime aqui, esse crime tem correspondência jurídica, no seu país de origem. Então, ele pode, mediante esse convênio que está aqui, cumprir essa pena, lá no seu país de origem. Isso é muito bom, eu acho excelente. O tratado de apreço favorece a reinserção de pessoas condenadas e reflete a tendência dominante na atualidade de respeito dos direitos humanos, consagrado por inúmero instrumento do moderno Direito Internacional. Trata-se por todo o exposto de moderno e eficiente mecanismo de cooperação internacional, que agilizará a transferência de pessoas condenadas, entre os estados partes. Razões pelas quais merecem, sem sombra de dúvida, a aprovação desse colegiado.

O voto dele é pela ratificação do ato internacional. Quer dizer, se está em vigor, nós estamos apenas ratificando, não é isto?

Em análise concluo esse parecer opinando pela aprovação do Decreto Legislativo 276/2008. Esse é o parecer prolatado pelo ilustre Senador Relator Demóstenes Torres.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em apreciação. Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Pela ordem Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Pela ordem, Senador Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Eu pediria a V. Exa., se fosse possível, a inversão da pauta. Eu sou relator do Item Nº 7, nos trabalhos de

hoje. E caso fosse possível, depois do Senador Efraim Morais.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Eu já relatei o meu.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Então, se fosse possível, V. Exa. me incluir como relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Concedido. Tem V. Exa. a palavra já.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Muito obrigado. É o Item Nº 7 da pauta de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional, sobre substitutivos da Câmara de Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 56/2005, Nº 6.104/2005, na origem, que institui o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel. O relatório e o Projeto de Lei do Senado, Nº 56/2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, estabelece que o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel seja comemorado anualmente em 29 de novembro. Além disso, o Projeto de Lei original determina em seu art. 2º que cabe ao Poder Executivo a doação de medidas destinadas à difusão e à comemoração da referida data. Em sua justificação, o autor alega que a iniciativa visa a propiciar o reconhecimento pelo Brasil, da importância de suas relações com o Estado de Israel. A data de 29 de dezembro corresponde ao dia em que em 1947, a Organização das Nações Unidas, sob a presidência do Embaixador brasileiro Osvaldo Aranha decidiu favoravelmente pela criação do Estado de Israel.

E eu passo agora à análise. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, compete a apreciação dessa Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, o exame tanto do mérito, quanto da constitucionalidade técnica legislativa. As alterações proposta pelo SCD Nº 56/2005 não afetam o mérito da proposição. Quanto à forma e a adequação constitucional, o substitutivo da Câmara dos Deputados aperfeiçoa a proposição original. Passo ao voto. Diante do exposto o voto pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado a 56, de 2005. É o voto Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Obrigado Senador Collor. Em discussão o projeto, não havendo quem queira discutir.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Não bem para discussão. É apenas uma indagação. Não sei se V. Exa. poderá me responder ou algum assessor. Por acaso existe em vigor alguma legislação, alguma lei, alguma coisa que proponha ou que esteja propondo, ou que tenha proposto, no passado, o Dia da Celebração da Amizade entre o Brasil, o Dia da Celebração da Amizade, por exemplo, Brasil, Países Árabes? Só curiosidade apenas. Não tem conhecimento?

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Senador, não tenho a informação no momento. O Dr. Alexandre está se prontificando a fazer uma pesquisa rápida ali, até o final da nossa sessão eu lhe dou.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Eu peço ao Dr. Eugênio para na próxima reunião me dar a informação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Esta Comissão é ágil. O senhor, até o final desta sessão, o senhor terá essa informação.

Coloco em votação o relatório do Senador Collor, não havendo quem se oponha, o relatório está aprovado. Nós temos ainda alguns projetos não terminativos. O Item 4 é mais um projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, Governo da República Argel Democrática Popular sobre transporte de navegação marítima celebrada na Argélia, em fevereiro de 2006.

Peço a gentileza de o Senador Efraim relatar *ad hoc*. Com a palavra o Senador Efraim.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Sr. Presidente, o texto do referido projeto se trata de um acordo que foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da mensagem Nº 898 de 2006, do Poder Executivo. Acompanhado de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, datada de 15 de setembro de 2006, na Câmara dos Deputados. Transformou-se no projeto de Decreto Legislativo, tendo submetido naquela Casa às Comissões de Relações Exteriores Defesa Nacional de Viação e Transporte de Comissão e Justiça e Cidadania. A matéria foi à votação em plenário em 19 de fevereiro de 2009. Aprovado projeto na Câmara dos Deputados, foi remetido ao exame do Senado Federal. Na Casa revisora, a propulsão foi distribuída a esse colegiado, a nossa Comissão de Relações Exteriores. E sabe muito bem V. Exa. que conforme... Essa seria a análise do referido projeto, conforme a exposição de motivos do Sr. Ministro, Exmo. Ministro das Relações Exteriores, o ato internacional em pauta renova instrumento assinado em 1976, entre Brasil e Argélia, para adequá-lo à nova realidade dos transportes marítimos, que incluem a livre negociação de fretes e ausência de cotas reservadas para determinadas bandeiras. Esclarece que o acordo em apreço insere-se na iniciativa de aproximação com o continente africano, propriedade da política externa brasileira. E, além do mais, o acordo ora em exame, representa passo importante no processo de estreita-

mento das relações de amizade, comércio e cooperação entre Brasil e Argélia.

Em função dessas informações do Exmo. Sr. Ministro de Relações Exteriores, nós concluímos o nosso voto, à luz dessas informações por ser constitucional, legal, conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Voto, portanto, favoravelmente ao projeto de Decreto Legislativo Nº 73, de 2009, que tem como relator original o Senador Cristovam Buarque, que eu tenho o prazer de relatar *ad hoc*. Esse é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

O nosso próximo Item não terminativo é o projeto de Decreto Legislativo Nº 74 que aprova o texto do terceiro protocolo adicional às condições de Convenções de Genebra de 12 de agosto de 49 relativo à doação de emblema distintivo adicional. Aprovado em Genebra, em 08 de dezembro de 2005. Item 5.

Peço a gentileza de o Senador Fernando Collor relatá-lo *ad hoc*, em substituição ao Senador Adelmir Santana.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores. Esta Comissão é chamada a opinar sobre o projeto de Decreto Legislativo, Nº 74, de 2009, projeto de Decreto Legislativo, Nº 321 de 2007, na Câmara dos Deputados. Que aprova o texto do terceiro protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à adoção de emblema, distintivo adicional aprovado em Genebra em 08 de dezembro de 2005. Uma coincidência aqui, Sr. Presidente, uma curiosidade, se permite. Mas essa convenção foi assinada exatamente no dia e no ano em que eu nasci, 12 de agosto de 49. Bom, fecho parênteses.

O texto do referido acordo foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da mensagem Nº 59, de 1º de fevereiro de 2007, do Poder Executivo, acompanhado de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, datada de 27 de dezembro de 2006. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara de Deputados, transformou-se no Projeto de Decreto Legislativo Nº 321, de 2007. A matéria tramitando em regime de urgência foi aprovada pelo Plenário daquela Casa, em 19 de fevereiro de 2009. Vinda ao Senado Federal foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 12 de março de 2009.

Passando ao voto, Sr. Presidente, por todo ao exposto, o voto é pela aprovação do projeto do Decreto Legislativo de Nº 74, de 2009, por ser constitucional, legal, conveniente, oportuno aos interesse nacionais, tendo em vista a sua inegável importância para o direito humanitário. Este é o voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Muito obrigado, Senador Collor. Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Temos a presença do ilustre Senador Marco Maciel que irá relatar o Item 6 - Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 50, que dispõe para a nomeação dos representantes oficiais do país, em organismos internacionais, de caráter oficial. Tem a palavra o eminente Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Sr. Presidente, nobre Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, Senador Efraim Morais, Sr. Senador ex-Presidente Fernando Collor, e também gostaria de saudar o Senador Paulo Duque que representa o Rio de Janeiro, aqui no Senado Federal.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, por designação da Presidência desta Comissão, passo a relatar as emendas 1 e 2 apresentadas na Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1995, que dispõe sobre a nomeação de representantes oficiais em do país, em organismo internacional em caráter oficial.

O relatório é o seguinte, Sr. Presidente. Retorna a Casa de origem, o Projeto de Lei do Senador, Nº 50, de 1995, acima epigrafado, de autoria do Senador Pedro Simon, e a esta Comissão para análise, nos termos do art. 103, do inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. No Senado, a proposição foi originalmente apresentada em 1995, apreciada e aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sem emendas. Em sequência, ela foi encaminhada no dia 20 de maio do mesmo ano à Câmara dos Deputados. Naquela Casa Parlamentar, foi analisada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nas quais, ou seja, em cujas Comissões a referida proposição recebeu emendas. As emendas supressivas dos arts. 2º e 4º foram aprovadas e a redação final foi confirmada pela unanimidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

Em março de 2009, foi retomada a tramitação senatorial das emendas propostas na Câmara dos Deputados. Os art. 2º e 4º foram suprimidos... ou melhor, os arts. 2º e 4º suprimidos tratam respectivamente da necessidade do poder executivo regulamentar a lei, elencando no prazo máximo de 120 dias, após a sua

publicação, os organismos internacionais, para cuja função de representantes se aplicam seus termos e da sua revogação das disposições contrárias ao Projeto de Lei em apreciação.

Análise. O art. 2 ° do PLS 50 de 95 prevê que a lei que se originar de propulsão deverá ser regulamentada pelo poder executivo, no prazo de 120, contados de sua publicação. Ocorre que, conforme prevê o art. 84 inciso IV da Constituição, a regulamentação das leis é ato da competência privativa, como todos nós sabemos, do Presidente da República. Além disso, é um preceito que já vem desde a Constituição de 1891 e foi muito reforçado na Constituição Liberal de 1946. E mais uma vez a Constituição de 88 manteve isso, essa inclinação de conferir ao Poder Executivo, a competência privativa para iniciativa de proposições com relação ao tema, o objeto desse projeto. Assim, não pode o Congresso Nacional fixar prazo para que isso seja feito, sob pena de invadir a área de competência do Poder Executivo. Enfim, isso decorre da circunstância, que, aliás, vem desde a Proclamação da República, sobretudo a partir da casa de 1891. Isso vem como decorrência do sistema de Governo que praticamos, que é o presidencialismo.

Efetivamente, estabelece a Carta Magna, já em seu art. 2º que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes, ainda que muitas e muitas vezes, o texto constitucional diga que eles devem ser harmônicos. Que em independência não quer dizer que eles não atuem de forma harmônica. Assim, realmente impõe-se a suprimir o presente dispositivo com o objetivo de corrigir vício de inconstitucionalidade da proposição. Quanto ao art. 4º que também se pretende suprimir, que dispõe sobre a revogação das disposições em contrário, basta lembrar que evoca a fórmula despicienda de acordo com a moderna técnica legislativa, merecendo, portanto, subtração.

Face ao exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação das emendas Nº 1 e 2, ao PLS 50, de 1995. Este é o meu parecer na condição de relator *ad hoc*, nobre Senador Geraldo Mesquita.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Agradeço ao Senador Marco Maciel. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em apreciação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

O próximo Item, Item 9, também não terminativo, trata-se de... É um projeto de lei do Senado, que regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesa de caráter sigiloso. A autoria é do Senador Renato Casagrande, e a relatoria coube ao Senador Arthur Virgílio. Eu peço a gentileza de o Senador Paulo Duque relatar *ad hoc* essa importante matéria.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** É importante, importante matéria. É o gasto sigiloso. Todo outro país organizado possui o seu orçamento também organizado, as rubricas próprias, as unidades orçamentárias e, necessariamente, necessariamente... Aqui eu tenho ao meu lado, tinha ao meu lado, o Presidente da República, sabe muito bem que é necessário que o uso da despesa pública em gastos essenciais sigilosos. Isso não há dúvida nenhuma. Tenha o nome que tiver: Abin, SNI, não sei o quê lá... tem que ter. E esse é um projeto, como V. Exa. acaba de falar, bastante importante numa República organizada. O autor é o Deputado Renato Casagrande, em que são fixadas normas para previsão, execução e controle de despesa de caráter sigiloso. Existem inúmeros tipos, dependendo da circunstância.

Estabelece a Constituição, numa análise, no seu art. 5º, inciso XXIII, que todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, que são prestados no prazo da lei. Esse dispositivo representa uma exceção ao princípio geral da publicidade da administração pública. Ou seja, deixa claro que existem informações no âmbito do estado que devem ser tratadas como reserva. É o ponto capital. São as despesas sigilosas. Faz um estudo interessante, transcreve um voto do Ministro Celso de Mello em despacho da Lei de Mandado de Segurança, sobre uma questão semelhante, mas que alonga o voto. E ele afirma, o relator, que a presente proposição vem preencher uma lacuna, ao estabelecer de forma adequada e cuidadosa os mecanismos que devem presidir a orçamentação, execução e fiscalização das despesas sigilosas, no âmbito da administração pública. Trata-se, pois, de assegurar tantos os direitos da cidadania, como de preservar as informações sensíveis, cuja reserva é igualmente uma garantia do cidadão, e do país acrescento eu. E do país.

O voto é pela aprovação. Apresenta um projeto de lei que fica com os seguintes termos: *"São consideradas despesas de caráter sigiloso as relacionadas com dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar risco à segurança da sociedade do Estado"*. Aqui está dizendo tudo. Num simples artigo diz tudo. Excetuando-se a justificativa... As restrições justificadas, pela natureza da despesa ao princípio da publicidade, aplicam-se às despesas de caráter sigiloso todos os princípios relativos à despesa pública, em especial o da prestação de contas. Logo, fica bem claro aqui, ressalvado que aquele que utiliza, que efetua despesa sigilosa também necessariamente deverá prestar as contas correspondentes. Logo, ele

não tem um 'bil' de indenidade. Ele é obrigado a prestar contas. E mais, na elaboração dos orçamentos, as despesas de caráter sigiloso devem ser individualizadas, em rubrica própria, por unidade orçamentária. Isso quer dizer que cada Ministério, cada órgão tem que ter uma rubrica própria prevista aqui na despesa sigilosa. Isso é muito bom.

Outras considerações são feitas, outras inovações, todas bem adequadas ao caso. E como justificativa, o autor do projeto, finalmente diz que ao mitigar, minimamente a publicação dessas despesas aos alimentos do sigilo indispensáveis à consecução das atividades em que ele se faz necessário, garante-se a observância dos demais princípios aplicáveis à administração pública, previstos na Constituição Federal. Sem dúvida, está muito bem elaborado o projeto. E o voto do Relator, do Deputado Arthur Virgílio, com as explicações necessárias, é o voto favorável. É o que eu tinha a dizer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Agradeço ao Senador Paulo Duque. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em apreciação. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. A matéria ainda irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Nós temos ainda, nós temos matéria aqui terminativas, mas não temos *quorum*. E temos ainda dois Requerimentos. Trata-se de um Requerimento da autoria do Senador Paulo Paim que tem por objetivo um voto de solidariedade aos familiares do jovem Rodrigo Soares Olenski, desaparecido no Parque Nacional de Sajama, na cidade de Cochabamba, na Bolívia, desde o 29 de outubro de 2008. Como eu disse, o Requerimento é de autoria do Senador Paulo Paim. Vou pedir a gentileza do Senador Cristovam Buarque de relatá-lo *ad hoc*, em substituição à sua companheira, Senadora Marina Silva. Senador Cristovam.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Trata-se do Requerimento 1.473 de 2008, que propõe voto de solidariedade aos familiares do jovem Rodrigo Soares Olenski, desaparecido no Parque Nacional em Cochabamba, Bolívia.

Eu vou direto... o jovem Rodrigo era estudante de teologia na Faculdade Adventista de Cochabamba. E desapareceu no dia 29 de outubro de 2008. O desaparecimento tem provocado pesar não apenas aos familiares, mas também ao povo gaúcho e todos os brasileiros que tomaram conhecimento do fato, preocupados que estão com a absoluta falta de qualquer indício sobre o paradeiro do estudante. O Governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty, já chegou a oferecer recursos a autoridades bolivianas a fim de auxiliar nas operações de busca. Ao Senado, não resta outra medida senão de se solidarizar com a família do desaparecido, como forma de somar o clamor pela sua localização, razão pela qual se revela procedente o Requerimento 1.473, da Senadora Marina Silva.

Em caráter suplementar, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se pronuncia também sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como, quanto à técnica legislativa. O voto, portanto, Sr. Presidente, é pela procedência e por atender os requisitos de constitucionalidade juridicidade regimentalidade e de boa técnica legislativa. Somos pela aprovação do Requerimento.

Eu quero acrescentar, Sr. Presidente, que um dos pontos que é possível prevermos que haverá, no futuro, problemas nas relações externas brasileiras, é no caso da goteira das fronteiras brasileiras. Eu tenho assistido, houve até uma Comissão criada, houve um relatório feito, que eu coordenei, a pedido do Presidente desta Comissão, no momento, o Senador Heráclito Fortes. Eu, quando teve aquele clima de antagonismo por conta da intervenção do Governo, do Presidente Evo Morales na Petrobras, eu cheguei a levantar o risco que nós tínhamos. Se um brasileiro fosse morto nas ruas de Cochabamba, por exemplo, ou se um boliviano fosse morto, aqui em São Paulo, até por bandidos, isso poderia fazer explodir o clima tenso nas relações.

Eu creio que a gente tenha que estar alerta. E por isso, não é o desaparecimento de uma pessoa apenas. É o desaparecimento na fronteira, de um país de fronteira. Embora não ali na margem. Por isso, eu sou francamente favorável, para dar um gesto que é preciso, sim, esclarecer o que aconteceu. Esse é um fato que parece simples para todos, fora a família. Mas esse é um fato que pode se transformar em algo grave, nas relações entre dois países, se nós não controlarmos a tempo. Por isso, o meu voto favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Interessante esse seu comentário, Senador Cristovam, por que dias atrás, eu estava em Rio Branco, e fui acordado tarde da noite, por um repórter nosso lá, aflito, me dando a informação de que estudantes brasileiros estavam sendo presos. Tanto em Santa Cruz, quanto em Cochabamba, e eu conheço ambos os lugares. Há muitos estudantes brasileiros ali. E ele não tinha a informação precisa do que se tratava, ele não sabia. No dia seguinte cedo, soubemos que em razão da suspeita de um atentado contra o Presidente Evo Morales, a polícia da Bolívia saiu em busca de pessoas que estavam, supostamente, em situação irregular no país. E uma das comuni-

dades alvo foram os estudantes brasileiros. Então, a sua preocupação é muito pertinente. E há necessidade de se estabelecer uma situação bem real, bem concreta para que, no futuro, não tenhamos sobressaltos aí. Mas foi preocupante a situação. Agora acalmou, e tal. Prenderam lá algumas pessoas, ninguém brasileiro. Mas alguns brasileiros, alguns estudantes, foram detidos, né? Porque estavam com algum documento precisando de regularização. Mas a preocupação é absolutamente pertinente.

Em apreciação o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo. Por favor, Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Claro, o Senado se solidariza. Quer dizer, o Brasil inteiro, que é o Senado, se solidariza. Mas nós poderíamos, Presidente, ir um pouquinho além. Tentar localizar a família desse estudante. Tentar fazer um contato por escrito, ou até telefônico. Nós temos uma estrutura aqui nessa Comissão. Tentar para não ficar no mesmismo. Ir além. Eu acho isso muito interessante. Sugestão apenas, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** O Requerimento, Senador Paulo Duque, é um voto de solidariedade e isso chegará ao conhecimento dos familiares. Mas eu acho que V.Exa. tem razão. Acho que a gente precisa ir mais além. Vamos entrar em contato com o Senador Paulo Paim, que é o autor do Requerimento, para que a gente estreite ainda mais esse contato com os familiares, colocando a Comissão de Relações Exteriores à disposição, para ver até onde a gente pode ir, o que a gente pode fazer. Contato aí com o Itamaraty. Ver as providências que possam ser tomadas, além do que já está sendo feito.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ):** Com a família é fundamental.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Com certeza. Com certeza. Vamos tomar essa providência. Agradeço a V.Exa.. Em votação o Requerimento. Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu pediria ao Senador Cristovam a gentileza de me substituir aqui na presidência, porque tem o Item 3, e cabe a mim relatá-lo.

**[troca de Presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita para dar seu parecer sobre o acordo para esclarecimento de uma cooperação comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina que foi assinada em Porto Iguaçu em 30 de novembro de 2005. A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior. O parecer é favorável. A matéria consta na pauta da reunião de 21/05/2009. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para ler seu relatório.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Muito obrigado, Senador Buarque. Antes de iniciar o relatório, eu queria relatar um pequeno episódio que eu vi na televisão, Senador Paulo Duque. Em alguns estados, aqueles escolhidos como sedes da Copa do Mundo de 2014, o repórter entrevistando populares que estavam por ali, e tal. O cidadão disse... acho que foi aqui em Brasília. Ele disse: "Olha, tomara que"... não, foi na sua terra, no Rio. "Tomara que o jogo final seja aqui e tal. E que seja entre Brasil e Argentina". Eu digo isso a propósito do relatório que eu vou oferecer a Comissão, para dizer que eu espero, e trata-se de um acordo aqui, Brasil e Argentina, e eu espero que eternamente as nossas diferenças com a Argentina se reduzam apenas ao futebol. Não é, Senador Marco Maciel?

Essa Comissão aprecia hoje, o projeto de Decreto Legislativo e aprova o texto de acordo para o estabelecimento de mecanismo de cooperação comercial entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em Porto Iguaçu, em 30 de novembro de 2005. O texto em apreço foi aprovado pela Câmara, já em fevereiro desse ano, tendo, naquela Casa, passado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa, ainda na forma de mensagem presidencial, e em seguida, da representação brasileira, no Parlamento Mercosul. Que eu tenho satisfação de fazer parte, assim como o Senador Cristovam Buarque. Ainda das Comissões de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio, Constituição e Justiça. O tratado compõe-se apenas de nove artigos.

O art. 1° define o objetivo do mecanismo de cooperação comercial que se pretende criar, que será de oferecer apoio comercial a empresas, com sede na outra parte, quando esta não possua representação diplomática ou consular em um determinado estado. O Brasil e Argentina designarão gradualmente as respectivas representações diplomáticas ou consulares, em terceiros países, que participarão do mecanismo de cooperação comercial em apreço.

O art. 4 ° enumera as atividades a serem abrangidas. É um acordo bastante interessante e proveitoso para ambos os Estados. Logicamente, é um instrumento internacional, altamente benéfico aos Estados parte, porquanto estabelece mecanismo de cooperação comercial, pelo qual as representações diplomáticas

e consulares de uma parte signatária localizadas em terceiro país onde não existam repartições consulares ou diplomáticas da outra parte apoiarão as atividades comerciais daquele Estado signatário, mediante o oferecimento de informações sobre o mercado local, apoio logístico para a visita de missões empresariais, e até mesmo por meio da identificação de oportunidade de comércio para outra nação. Trata-se, por todo o exposto, de moderno e eficiente instrumento de cooperação internacional conducente ao aprofundamento da integração regional, que merece aprovação desse colegiado.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do ato internacional, o parecer é pela aprovação do Decreto Legislativo. É o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. E eu passo a Presidência outra vez ao Senador Geraldo Mesquita.

**[troca de Presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC):** Eu quero comunicar a Comissão que os Itens 8 e 10 constarão da pauta da próxima reunião desta Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Agradeço a presença dos Senadores e de todos.

*Sessão encerrada às 11h10.*

**ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia nove de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Justifica a ausência o Senador **Romeu Tuma.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. 3ª Audiência Pública "*para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela*", em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2009 - CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado dia 14 de maio de 2009, e aos Requerimentos nºs 21 e 31 - CRE, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovados, respectivamente, dias 14 e 28 de maio de 2009. O Presidente relembra a realização de duas Audiências Públicas para a instrução desta matéria: a primeira, realizada no dia 16 de abril, com a presença do Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sérgio Amaral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e do Diretor Executivo da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, representando o Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI; e a segunda, realizada no dia 30 de abril, com a presença do Chanceler Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, do Embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões, do Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, e de Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI. O Presidente convida para compor a mesa os senhores Dr. Celso Lafer, ex-Ministro de Relações Exteriores, Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Dra. Maria Regina Soares de Lima, Pesquisadora e Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela. O Presidente comunica o recebimento de informações do Ministério das Relações Exteriores, atendendo antecipadamente o Requerimento nº 25, de 2009 - CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informações acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho previsto no artigo 11 do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, prevista para o último dia 19/05/2009". O Presidente comunica que as informações serão encaminhadas ao relator da matéria, Senador Tasso Jereissati, e aos demais membros da Comissão. O Presidente concede a palavra ao Dr. **Celso Lafer**, ao Dr. **Ives Gandra da**

**Silva Martins**, a Dra. **Maria Regina Soares** e ao Embaixador **Antônio José Ferreira Simões** para fazerem as suas exposições. Os Senadores **Pedro Simon, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Fernando Collor, Romero Jucá, Efraim Morais, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Arthur Virgílio, Geraldo Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Rosalba Ciarlini e Heráclito Fortes** fazem uso da palavra para discutirem a matéria. Durante a reunião, assumem a Presidência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e João Pedro. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2009, ÀS 9 HORAS E 42 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Sras. Senadoras e Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos à apreciação da Pauta. Trata-se da 3ª Audiência Pública para instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2008 que "*Aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos estados partes do MERCOSUL e da Venezuela*", em atendimento aos seguintes requerimentos: Requerimento nº. 20, de 2009, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado dia 14 de maio deste ano e os Requerimentos nºs 21 e 31, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovados, respectivamente, dias 14 e 28 de maio de 2009.

Relembro ainda que realizamos, em 16 de abril, a primeira Audiência Pública com a presença do Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sérgio Amaral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e do Diretor Executivo da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, que representava na época o Deputado Armando Monteiro. Em 30 de abril foi realizada uma segunda Audiência Pública também para instrução da matéria com a presença do Chanceler Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, do Embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões, do Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior e de Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Convido para compor a Mesa os senhores Dr. Celso Lafer, ex-Ministro de Relações Exteriores do país, Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Dra. Maria Regina Soares de Lima, Pesquisadora e Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela.

Registro que recebi, nessa manhã, o encaminhamento de informações pelo Ministério das Relações Exteriores, atendendo antecipadamente o Requerimento (nº 25, de 2009) que foi feito sobre informações da última reunião técnica realizada nos últimos dias 19 e 20 de maio entre os grupos técnicos do Brasil e da Venezuela, eu acabei de receber, de maneira que encaminharei ao relator Tasso Jereissati e aos Srs. Senadores da Comissão.

E já dando segmento, portanto, eu concedo a palavra ao excelentíssimo Sr. Celso Lafer, para fazer sua exposição. Ministro, normalmente o prazo é de 10 minutos, mas se houver necessidade passaremos a mais.

**DR. CELSO LAFER:** Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Quero, em primeiro lugar, dizer que é uma honra e uma satisfação comparecer à Comissão. Aqui estive pela primeira vez em 95, quando da minha indicação pelo Presidente Fernando Henrique para ser Embaixador do Brasil, em Genebra, junto à OMC e à ONU, e aqui estive muitas vezes, em 2001 e 2002, como Ministro das Relações Exteriores, em construtivo contato com o saudoso Senador Jefferson Peres, que, na época, presidia a Comissão. E eu ao Senado compareci também como Ministro, em 2001 e 2002, para esclarecer posições do Governo em contenciosos com o Canadá, para examinar as implicações da vida internacional dos ataques terroristas aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, e para tratar também da decisão norte-americana de adotar novas medidas de proteção do seu setor siderúrgico, prejudiciais à indústria brasileira. Tenho, portanto, a experiência vivida da qualidade e da relevância da discussão no Senado dos grandes temas da política externa e a leitura das apresentações e debates nas anteriores sessões das audiências públicas sobre o tema que hoje nos reúne, é uma viva comprovação do papel do Senado e da sua Comissão de Relações Ex-

teriores na análise das diretrizes da diplomacia brasileira. Agradeço sensibilizado o convite para comparecer como convidado a esta Audiência, generosa iniciativa do Presidente Collor, que foi o signatário do tratado que criou o MERCOSUL e de quem tive o privilégio de ser, em 1992, Chanceler em seu Governo.

Gostaria, preliminarmente, de registrar o meu compromisso com o projeto MERCOSUL, compromisso que lastreia e baseará o teor da minha exposição. É a do intelectual que desde 1973, em livro escrito em parceria com Félix Peña, defendeu a importância da aliança estratégica Brasil- Argentina, que está na origem do MERCOSUL. É a de quem no exercício de funções públicas sempre se empenhou em aprofundar e levar adiante o projeto MERCOSUL. Lembro, em 1992, a contribuição dada como Ministro das Relações Exteriores ao endosso do calendário de Las Leñas voltado para acelerar o processo de integração. Lembro também a discussão com o Embaixador em Genebra perante o Comitê de Acordos Regionais da OMC do MERCOSUL como uma União aduaneira em fase de consolidação de países em desenvolvimento, voltada para a criação de um mercado comum, compatível com o sistema multilateral do comércio nos termos do art. 24 do GAT de 94. Lembro também que em 2001 e 2002 me empenhei em criar novas regras de calibração entre os membros do MERCOSUL para assegurar o desempenho do MERCOSUL e também no plano institucional o Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias que tive a honra de assinar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em manifestação, como Ministro das Relações Exteriores, declarei que o projeto ALCA era uma opção a ser estudada para ser aceita ou rejeitada e devo dizer que nos trabalhos de preparação desses estudos contei com a inestimável colaboração do Embaixador Simões, que era quem no Itamaraty cuidava desse assunto. Contrastava, dizia eu na ocasião, o MERCOSUL que qualifiquei como destino.

Qual a razão que me levou a esta qualificação? O campo das relações internacionais pode ser, para efeitos analíticos, desdobrado em três: o estratégico, que é a situação limite paz e guerra que permeia a vida internacional; o econômico, que diz respeito a que um país representa para outro como mercado em sentido amplo, comércio, investimento; o dos valores, vale dizer, o das afinidades e discrepâncias das formas de conceber a vida em sociedade. O significado do MERCOSUL é o de promover a convergência dos três campos, por isso é um destino a ser cuidado, pois superiormente traduz necessidades internas em novas possibilidades externas para os seus integrantes. Com efeito, o MERCOSUL é relevante no campo estratégico, porque contribuiu para a paz na região e no mundo, pois trouxe o término da corrida armamentista nuclear, um dos frutos da ação iniciada pelos Presidentes Sarney e Alfonsín, dela é um marco a declaração sobre política nuclear assinada em Foz do Iguaçu entre Brasil e Argentina em 1990, por parte do Brasil pelo Presidente Collor, que criou o sistema compartilhado de contabilidade e controle de materiais nucleares e seus desdobramentos. No campo econômico, porque levou em conta que o mundo, na década de 90 como hoje, simultaneamente se regionaliza e se globaliza. Daí as vantagens de uma cooperação regional aprofundada, fruto da ação conjunta dos membros do MERCOSUL, baseada em normas lastreadas na conectividade econômica da vizinhança, voltada para acelerar o desenvolvimento com justiça social e lograr a competitividade para a adequada inserção internacional dos seus integrantes. E no campo dos valores, porque desde as suas origens o MERCOSUL tem como horizonte político, em função da penosa experiência dos regimes autoritários na região, a importância da consolidação democrática e da tutela dos Direitos Humanos. É para a sintonia dos três campos e a sua preservação, o que o Presidente Collor chamou atenção nas suas intervenções na discussão nessa Comissão, sobre o assunto que hoje nos reúne e é precisamente o que significa a adesão da Venezuela, do Presidente Chávez, para a preservação ou corrosão da convergência dos três campos, que dão o sentido profundo do MERCOSUL, nisto estará o teor da minha exposição.

Há um primeiro aspecto que pode ser qualificado como técnico, que foi exposto pelos Embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e pelo Dr. José Augusto Coelho Fernandes e que também foi tratado no voto em separado do Deputado Cláudio Diaz, da representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL. O MERCOSUL é um exemplo de integração profunda. Não é um memorando de intenções. Envolve normas e compromissos. Há negociação desses compromissos, por exemplo, os relativos ao acervo normativo, à nomenclatura comum, à convergência para Tarifa Externa Comum, o programa de liberalização no âmbito do MERCOSUL não estão concluídos. Aprovar o protocolo sem as conclusões dessas negociações significa dar um cheque em branco para a Venezuela, não é uma postura razoável para um projeto de integração da envergadura do MERCOSUL. Daí a minha concordância com as exposições acima mencionadas e com outras intervenções e com as preocupações do Senador Tasso Jereissati para efeitos da elaboração do seu parecer como relator da matéria nesta Comissão.

O histórico das inconclusas negociações entre a PDVSA e a Petrobras, patrocinadas pelo Presiden-

te Lula e Chávez para a implantação da refinaria em Pernambuco, lembradas pelo Senador Sérgio Guerra nesta Comissão, são uma confirmação do que não é razoável, como disse o Presidente Collor, dar um salto no escuro. Nesta matéria, que é técnica, mas que é substantiva. Tem essa característica, pois deixa de lado a substância normativa do acesso da Venezuela ao processo de integração do escopo do MERCOSUL, que não é, repito, um memorando de intenções. Nesse sentido, o ingresso da Venezuela sem a prévia conclusão das negociações do seu acesso, representa um alargamento tendencialmente comprometedor do aprofundamento do MERCOSUL e da sua identidade, não está em sintonia com os habituais cuidados do Brasil no trato e na preservação dos compromissos internacionais do nosso país, e muito especificamente com o projeto MERCOSUL, que é a expressão de uma política de Estado que vem sendo levado adiante por distintos governos, como lembraram nessa Comissão o Senador Pedro Simon e o Ministro Celso Amorim. Diz o velho e sábio provérbio português: "Abre um olho para vender e dois para comprar." Cabe abrir os dois olhos para comprar o ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

Vale dizer, examinar, os efetivos e não vagos compromissos venezuelanos antes de decidir a matéria. O não ter seguido este conselho do provérbio é o que está levando o Congresso argentino a buscar dar um freio ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, conforme as notícias de La Nación, de 30 de maio. A esta questão, que diz respeito à inteireza do significado do MERCOSUL no campo econômico, cabe adicionar outros ingredientes que comprometem a convergência dos campos que acima mencionei. A base da idéia força do MERCOSUL é a de que a cooperação entre seus membros é vantajosa. Naturalmente, a cooperação por meio da integração econômica envolve conflitos a serem superados, há sempre num processo de integração deslocamentos, interesses que são atendidos e outros que se vêem afetados. Esses conflitos, no âmbito do MERCOSUL, têm a natureza de conflitos de interesse, que se inserem no horizonte de objetivos comuns a serem preservados. Conflitos de interesse se traduzem em controvérsias que são específicas e configuram um desacordo sobre um objeto suficientemente delimitado que por isso mesmo se presta a um processo diplomático e jurídico da sua solução.

O MERCOSUL, em função da sintonia dos três campos que eu mencionei, tem uma concepção comum da ideia de a realizar do seu processo. Basicamente, privilegiar a lógica da integração em detrimento de fragmentação, construir um espaço comum de estabilidade e democracia, compartilhando recursos e mercados, e buscando ampliar a inserção competitiva da região no mundo, por isso tem administrado com flexibilidade os inúmeros conflitos de interesse, através do que eu chamei de regras de calibração, que vão ajustando o processo à evolução da conjuntura. Tem outra característica os conflitos de concepção que exprimem a heterogeneidade de distintas visões a respeito de como promover interesses comuns. Conflitos de concepção provocam, por isso mesmo, tensões, quando confrontadas com outras perspectivas a respeito da promoção de interesses comuns. Faço essa distinção porque o projeto de integração da Venezuela do Presidente Chávez não coincide com o projeto do MERCOSUL, é fruto de uma visão que encara a política internacional e regional com uma relação amigo/inimigo. Como se vê, pelo seu antagonismo em relação a importantes países da nossa região, pela direção que vem imprimindo à condução da Alba, a alternativa Bolivariana para as Américas que concebeu e criou, pela proximidade que busca com o Irã, que também preocupa o Senador Virgílio, conforme se pode ler pelos textos das audiências públicas anteriores, e pela dimensão militar da sua aproximação com a Rússia.

Em síntese, o projeto de integração do Presidente Chávez caracteriza-se pelo predomínio de sua perspectiva política, no âmbito do qual o econômico comercial não é um caminho para o entendimento e a cooperação dentro e fora da América do Sul, mas sim, um meio para operar a dicotomia excludente amigo/inimigo. A intenção desse Projeto, como disse o Senador Heráclito Fortes, é política. E cito, é transformar o MERCOSUL em uma Tribuna de proselitismo bolivariano. A consequência do ingresso da Venezuela no MERCOSUL no momento atual, significará adicionar um substantivo conflito de concepção a respeito dos propósitos da integração, que tornarão ainda mais difícil encaminhar os múltiplos conflitos de interesse existentes na região e no âmbito do MERCOSUL. A presença desses conflitos de concepção adicionará tensões ao MERCOSUL, que vem enfrentando significativos conflitos de interesse entre seus membros, comprometerá, na minha avaliação, a eficiência e a identidade internacional do MERCOSUL como uma convergência fecunda entre os campos estratégico, econômico e dos valores.

A cláusula democrática, que é o próximo ponto que quero discutir, foi formalizada no Protocolo de Ushuaia de 24/07/98. O Protocolo foi assinado pelo Presidente Fernando Henrique pelo Brasil, mas corresponde à identidade do MERCOSUL tal como concebido desde as suas origens. O artigo primeiro do Protocolo enuncia que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento

dos processos de integração dos estados partes. Acho pertinente para análise desta cláusula, lembrar algumas observações de Bobbio no seu recém publicado livro no Brasil "*Do Fascismo à Democracia*" observa o grande estudioso italiano da democracia que o fascismo representou muito mais que uma oposição ao socialismo e ao marxismo, representou uma contestação à democracia e aponta Bobbio que o aspecto mais visível dessa contestação é a delegação do Parlamento visto como uma instituição que leva ao regime da inércia e da impotência.

As críticas do Presidente Chávez ao Congresso Brasileiro, lembradas nessa Comissão pelo Presidente Collor, pelo Senador Heráclito Fortes e que é um componente do parecer do Deputado Cláudio Diaz, podem ser qualificadas como uma expressão do seu anti-democratismo. Bobbio aponta como uma das características do fascismo italiano o culto à política como vontade e poder. O primado da ação que substitui o racionalismo cartesiano do "*penso, logo existo*" pelo "*agitamos, logo somos*". A estatolatria, o mito da criação de uma nova civilização, o viver perigosamente que levou ao bordão de Mussolini: "*Muitos inimigos, muita honra*", o ideário do estado potência. Difícil não ver afinidades e similitudes entre essas características e o projeto interno e internacional do regime qualificado como bolivariano pelo Presidente Chávez. Com efeito, trata-se de um regime voltado para o fortalecimento do Poder Executivo, empenhado no enfraquecimento do Judiciário e do Legislativo e dos vínculos de controles da sociedade, inclusive os meios de comunicação e as organizações não-governamentais, que fomenta a hiper personalização do poder do seu chefe, que adota a estratégia de buscar consenso em torno de fórmulas demagógicas neopopulistas e que se assume como uma "esquerda" voltadas para as vítimas da globalização. É uma autocracia eletiva e não uma democracia, como foi apontado também no relatório do Deputado Cláudio Diaz, que seguiu neste campo a lição de José Afonso da Silva. Está lastreada numa Constituição Cesarista, que não é outorgada, mas tampouco é democrática, pois ainda que aprovada com participação popular, visa apenas a permanente ratificação da vontade do detentor do poder.

Em síntese, a Venezuela do Presidente Chávez não atende à letra e ao espírito da cláusula democrática do MERCOSUL, por isso, no meu entender, coloca substantivamente em questão a convergência dos campos que dão o significado do Projeto MERCOSUL. Concluo: Manter uma boa cooperação econômica e política com um país vizinho como a Venezuela é obviamente do interesse do Brasil, isto foi abundantemente mencionado e realçado nesta Comissão e nas audiências públicas. A conectividade, os investimentos, tudo isso é importante, tudo isso deve ser cultivado e preservado. É o que busca, com toda razão, fazer o Governo do Presidente Lula, foi o que procurou fazer o Governo do Presidente Fernando Henrique e inclusive no plano político, apoiando o Presidente Chávez no desmonte na tentativa de golpe que enfrentou em abril de 2002, como indicou aqui o Ministro Celso Amorim. E registro que seguindo as suas orientações e a minha visão, trabalhei nesse sentido na Reunião de Cúpula do Grupo do Rio na Costa Rica a que compareci representando-a. Em síntese, a importância dessa relação econômica e de um cuidado político com a vizinhança é indiscutível, ninguém coloca isso em questão, existe um ACE, se for necessário reformulá-lo, que ele seja reformulado, e que esses interesses sejam cuidados.

Porém, e este é meu ponto: incorporar ao MERCOSUL, como membro pleno, a Venezuela do Presidente Chávez, neste momento, é comprometer a identidade, a eficiência e o poder de atração do MERCOSUL como expressão de um regionalismo aberto. É colocar em questão a sintonia dos campos estratégico, econômico e de valores, que conferem ao MERCOSUL o seu significado profundo na vida interna e internacional dos seus membros. É uma imprudência do ponto de vista do alcance dos compromissos requeridos para o funcionamento de uma União Aduaneira, ainda que imperfeita, que almeja ser um mercado comum. É contribuir, se me permite uma metáfora, para uma "aladificação" do MERCOSUL. E desta maneira, tendencialmente condenar um inovador projeto de integração, uma das grandes metas da diplomacia brasileira pós redemocratização, a irrelevância e no limite à dissolução. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Ministro Celso Lafer.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** O senhor me desculpe a interferência, mas eu gostaria de saber se o pensamento do Ministro é... O Presidente Fernando Henrique se identifica com o pensamento de S. Exa.?

**DR. CELSO LAFER:** O Presidente Fernando Henrique tem, naturalmente, a sua própria leitura da realidade internacional. Eu tenho conversado com ele a respeito desse assunto, e eu creio que ele tem uma preocupação na linha daquilo que eu expus. Ela terá, provavelmente, nuances e percepções próprias, como é natural por parte alguém que tem pelo tema inter-

nacional um grande interesse. Mas eu creio que ele conhece e está de acordo com essas linhas gerais. A ênfase maior ou menor, eu creio que é um ponto a ser esclarecido pessoalmente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Pela ordem, Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O Senador Pedro Simon fez uma indagação, gostaria de contribuir na resposta. Há poucos dias o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no debate Roda Viva, e ele defendeu de forma muito categórica, muito explícita, a Venezuela no MERCOSUL. Faz em torno de dois meses esse debate no Roda Viva.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Vamos dar continuidade portanto às exposições, eu concedo a palavra ao Sr. Professor Ives Gandra da Silva Martins para fazer sua exposição. Antes, porém, tem também o pedido de ordem ainda do Senador Mozarildo.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Vamos ouvir todos os expositores para depois fazer indagações, não é isso?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Exato, exato. São só dos pedidos de ordem, nós temos já inscritos aqui o Senador Presidente Fernando Collor e também o Senador Eduardo Suplicy, que foram autores dos requerimentos. E Senador João Pedro. Nós vamos ouvir os quatro expositores, em seguida teremos a fase de perguntas. Então, com a palavra o professor Ives Gandra.

**DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS:** Eduardo Azeredo, eminentes Senadores, pra mim, mais uma vez, uma grande satisfação estar numa Audiência Pública dessa relevância, e, de certa forma, o meu pensamento não é distinto daquele do Ministro Celso Lafer.

Eu vejo o entrosamento, a integração da Venezuela no MERCOSUL analisando sob quatro aspectos: O político, o econômico, o jurídico e o técnico. Em relação ao político, indiscutivelmente nós temos todas essas preocupações apresentadas pelo Ministro Celso Lafer. Tem aqui a Constituição venezuelana, e três ou quatro meses atrás, para um debate, estudei a Constituição Brasileira, a Constituição venezuelana, boliviana e equatoriana. E uma das grandes características da Constituição Brasileira, que permitiu nesses 20 e poucos anos vivermos sem problema de qualquer espécie, é exatamente o equilíbrio dos poderes. Nós tivemos crises muito grandes de 88 até agora, e nunca se falou em golpes de estado, em rupturas institucionais, porque a nossa Constituição, até porque formatada para um sistema parlamentar de Governo, só no Plenário se transformou numa Constituição para um regime presidencial. De tal maneira que esse equilíbrio de poderes faz com que a democracia brasileira seja estável. A Constituição venezuelana, que anotei em diversos dispositivos, é uma Constituição de rigor que apresenta dois poderes: o Poder Executivo e o povo. Aliás, formatada como a Constituição equatoriana e Bolivariana num grupo de estudos de constitucionalistas espanhóis do CEPS, Centro de Estudos de Problemas Sociais, na qual o povo é o detentor de todo poder democrático e o seu representante natural é o Presidente, é o Executivo, razão pela qual os plebiscitos, os referendos se multiplicam. Mas o Poder Legislativo e o Judiciário, que são poderes relevantes, perdem muito a sua função dentro de um sistema semelhante, razão pela qual são Constituições de países que ainda vivem um aprendizado de democracia de um poder só. Porque nós sabemos perfeitamente que o povo se expressa através dos seus representantes e dificilmente o povo pode discutir os grandes temas em nível de plebiscitos e de referendos. Então, nós não temos, efetivamente, na Venezuela um regime democrático propriamente dito, embora tenha uma Constituição com princípios muito bonitos. Isso traz preocupações.

Vê-se, por exemplo, nas eleições sucessivas e nas consultas sucessivas do Presidente Chávez que se tiveram reiteradas. Algumas vezes, certas tomadas de posições, e foram posições efetivamente não democráticas. No último plebiscito, inclusive não permitindo inclusive que a oposição ocupasse os mesmos espaços que ocupou o Governo para a defesa da reeleição e mais de um mandato. Por outro lado, nós temos visto as manifestações, muitas vezes não próprias de um Chefe de Estado, como quando atacou o Senado Brasileiro ou quando disse que as empresas são todas do Governo, são todas dos venezuelanos, ou quando colocou em matéria política que todos estão à luz e vivendo e se projetando numa política denominada de Bolivariana. Vale dizer, a sociedade está representada pelo Executivo, e o Executivo, que é o Presidente Chávez, faz aquilo que lhe parece o mais importante, isto é, colocar o seu projeto socialista, seja em invasão de órgãos de comunicação da oposição, não dando recursos aos governos que ganharam as últimas eleições, ou inclusive expropriando empresas, o que dá uma intranquilidade extremamente grande para todos aqueles que vêem numa democracia que na economia de mercado, que é uma economia de certa forma hospedada, albergada pelo tratado do MERCOSUL, o contrato e a propriedade devem ser permanentemente respeitados.

Essa é a razão pela qual eu concordo com o Ministro Celso Lafer, no sentido de que não temos propriamente uma democracia ao estilo, aos moldes daquela democracia que serviu de base para o Tratado de Assunção, na Presidência do Presidente Collor. Essa é a razão pela qual politicamente me parece que nós deveríamos aguardar um pouco a evolução dos acontecimentos na Venezuela para verificar se este modelo de Constituição de dois poderes, povo e Poder Executivo, e dois poderes acólitos, Judiciário e Legislativo, é um modelo propriamente democrático. Então, me parece que nesse particular, muito embora seja extremamente relevante, num determinado momento a Venezuela entrar no MERCOSUL, creio que ainda não é o momento.

Do ponto de vista econômico, eu faria algumas considerações. Todo trabalho que tem sido feito em torno daquilo que representou o progresso das relações econômicas Brasil-Venezuela de 2003 para cá, de rigor aconteceram todas essas evoluções, esses progressos independente de participar a Venezuela ou não do MERCOSUL. Em outras palavras, nós temos um Tratado que prevalecerá até 2011, o Pacto Andino e reiterado em 2003, e através desse Tratado nós estamos evidentemente investindo, temos um superávit na balança comercial e temos tido resultados positivos, muito embora se analisarmos o que os outros países, principalmente os chineses, tiveram de aumento de exportação para a Venezuela, verificaremos que o Brasil ainda está atrás. Quanto ao aumento de 250% nos últimos tempos de outros países, o aumento de importação da Venezuela, e, de certa forma, vive hoje, um problema de ser reduzido consideravelmente a sua estrutura empresarial, vive de importação e de quase uma monoeconomia, a monoeconomia do petróleo. O que leva, evidentemente, a uma situação que nós aumentamos muito a nossa balança comercial, mas outros países também o fizeram, ao ponto de estarem em 450% contra os 250% nossos, segundo economistas, inclusive um artigo muito bem colocado de um Economista no Estado de São Paulo há 15 dias atrás. Então, me parece que a não entrada imediata, eu não sou contra a entrada da Venezuela, mas entendo que nós temos que esperar até que se prove que é uma democracia e por outro lado não venha, em relação ao contrato e à propriedade, não respeitar no futuro. Nós podemos manter até 2011, pelo menos, a garantia desses acordos comerciais que asseguram o Brasil esta projeção que o Brasil tem no que concerne às relações econômicas, comerciais, mercantis com a Venezuela.

Do ponto de vista jurídico, me preocupa profundamente, porque o direito de veto, nos dois aspectos relevantes, que é no que diz respeito à Tarifa Externa Comum e os acordos extra MERCOSUL que os países podem fazer com outros países, sempre dependeremos do consenso, e se a Venezuela entrar, do acordo da Venezuela. Em outras palavras, não sabendo as crises que a Venezuela terá que passar. Uma monoeconomia que depende de um único produto e quando o valor desse produto, petróleo, estava no alto, conseguiu fazer com que a Argentina e Uruguai aprovassem de imediato o ingresso, Argentina porque dependia financeiramente, e o Uruguai em função da energia, é evidente que hoje passa um problema sério de inflação, de desabastecimento, de desemprego, razão pela qual nós não sabemos o poder no estilo histriônico do Presidente Chávez, que verbalmente não se controla muito quando está perante o microfone, parece ter a síndrome do holofote, ele pode efetivamente trazer problemas seriíssimos, de vetar relações que poderiam fortalecer e viriam a enfraquecer o MERCOSUL se vetasse nesses dois aspectos fundamentais, os acordos em relação à tarefa externa comum e por outro lado também no que diz respeito aos acordos com outros países.

E em relação ao problema da solução de controvérsias. Nós sabemos que o sistema de solução de controvérsias e o próprio Juiz brasileiro, que é o eminente Prof. João Grandino Rodas, tem extrema preocupação da entrada da Venezuela, conversamos longamente antes da minha vinda e é companheiro do Ministro Celso Lafer na Universidade de São Paulo, declara que nós vamos talvez ter, com a entrada da Venezuela, problemas sérios em relação ao Tribunal Permanente de Recursos, porque há necessidade de um consenso para o exame das controvérsias numa primeira fase. E se a Venezuela não der, não tem sido da tradição dos países o recurso ao TPR, ao Tribunal Permanente de Resoluções, o que poderá deixar inúmeras das controvérsias sem soluções à luz dessas posições de intervenção em empresas, que as empresas pertencem aos venezuelanos, dessas discussões das indenizações, que pelo menos parece que ele tem pago, não em relação aos lucros cessantes, os investimentos feitos, mas apenas ao valor patrimonial, o que representa um direito de veto que poderá prejudicar inclusive aquilo que é relevante no MERCOSUL que é a solução de controvérsia. Então, do ponto de vista jurídico, um país que não tem o perfil democrático que nós desejaríamos, cujo Presidente tem demonstrações histriônicas inclusive não respeitando, como não respeitou o Senado nas suas manifestações, me parece que pelo menos não dizer não, não dizer sim, dizer talvez e esperar.

E do ponto de vista técnico esse me parece o aspecto mais relevante. Vai certamente, Embaixador Simões, em função desse encontro de Salvador, trazer novos dados, mas os dados que nós temos são preocupantes. Em relação à adesão ao Acervo Normativo. Na União Europeia há necessidade de adesão ao Acervo Normativo completo. Ora, das 783 normas, 169 normas não há indicação de prazo para definir a integração da Venezuela no MERCOSUL. Quer dizer, nós estaríamos permitindo o ingresso da Venezuela sem que ela definisse prazos suficientes no que diz respeito ao acervo normativo, em que o país que entra tem que aceitar e apenas ele diz o período de adequação. Em relação à adesão à TEC, definiram-se prazos e percentuais, mas não se definiram os produtos e nem a lista de produtos. Ora, o que é mais relevante no TEC é saber efetivamente a lista de produtos. E esta certamente teremos algumas novas informações, mas nós não temos até hoje essa lista de produtos. Implementação de livre comércio, não há conclusão do cronograma da liberalização entre Venezuela e Brasil. O que vale dizer, do Grupo de Trabalho que foi organizado que ainda não se tem essa informação. E a negociação com terceiros países. Na proposta estão a mais de 270 dias sem que a Venezuela tenha se manifestado sobre as mesmas, as propostas de acordo com terceiros países.

Então, o que me parece de prudência como conclusão dessa exposição, para não receber o cartão vermelho do eminente Senador Eduardo Azeredo, eu entendo que é importante que a Venezuela entre, entretanto, eu não vejo no momento pressa para o Brasil decidir, pois temos um acordo até 2011--

[soa a campainha]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Foi automático, professor. Não fui eu, não.

**DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS:** Eu agradeço a prorrogação. A crise venezuelana está levando o Presidente venezuelano à expropriação de empresas e uma retórica contra propriedade ou contrato, fundamentos de uma economia de mercado que lastreou inteiramente a formação dessa União aduaneira. É interessante, eu sou professor honorário da Universidade Austral, em Buenos Aires, e alguns professores da Universidade Austral na área de Direito Constitucional, Direito Econômico, Direito Tributário, que são advogados de empresas argentinas, estão profundamente preocupados, em decorrência do que os seus clientes lhes disseram, no sentido de que, qual é a garantia se três empresas argentinas foram expropriadas, de que outras não venham, nessas relações em que o Presidente declara que todas as empresas pertencem aos venezuelanos? Ora, eles mesmos estão fazendo um movimento para que a Argentina reveja a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Ora, se nós sabemos que a propriedade e o contrato são fundamentais, e apesar do Presidente Chávez ter prometido ao Presidente Lula que não haveria desapropriação de empresas brasileiras, dois dias depois ele mandou um recado à Presidente Cristina Kirchner, dizendo que estava brincando com o Presidente Lula. O que vale dizer, como a Venezuela é representada pelo seu Chefe de Estado e Chefe de Governo, como poder acreditar na sua palavra se promete algo ao Presidente Lula e desmente para não ficar mal com a Presidente Kirchner? Então, me parece que essa não demonstração ainda de tranquilidade para adesão à importância do MERCOSUL que deveríamos aguardar. O que mais me preocupa na adesão é o poder de veto na solução das controvérsias, nos acordos com outros países e nas próprias definições do MERCOSUL, porque não existem regras claríssimas que devem ser colocadas para a Venezuela. Então, me parece que sem a conclusão de todos esses aspectos técnicos em que a Venezuela, como país, terá que se comprometer, me parece antecipar, colocar o carro diante dos bois. Porque na verdade nós estaremos integrando a Venezuela antes de termos a conclusão, que era fundamental desde a formulação do protocolo, desde o Decreto inicial, de que haveria necessidade de se terminarem os trabalhos dos grupos de trabalho, inclusive do grupo *ad hoc* que foi criado posteriormente para evidentemente se aprovar ou não a adesão da Venezuela. Então, eu não digo nem sim nem não, digo talvez, mas certamente não me parece que é o momento da entrada da Venezuela sem que esses trabalhos pelo menos estejam concluídos, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Dr. Ives Gandra. Passamos a palavra, concedo a palavra a Sra. Maria Regina Soares Lima para fazer sua exposição.

**DRA. MARIA REGINA SOARES DE LIMA:** Obrigada, Sr. Presidente, bom dia. Eu gostaria inicialmente de agradecer o convite a essa Comissão na pessoa do Senador Eduardo Azeredo, do Senador Suplicy e do Senador Collor, eu acho que essa Comissão e o trabalho hoje de investigação profunda, o debate profundo, amplo e transparente sobre essa questão da política externa, eu acho que é um marco, é algo que está de acordo com o papel, novo papel internacional do Brasil em que cada vez mais, não só os acadêmicos, mas também os representantes do Estado Brasileiro, do Executivo, do Parlamento e do Senado tem um papel importantíssimo e esse debate me honra estar aqui presente e até me emociona, uma vez que eu sou apenas uma estudiosa da política externa.

Eu gostaria de chamar a atenção, colocar a questão da adesão da Venezuela no MERCOSUL num contexto mais amplo, isto é, num contexto não só da integração regional, mas também das condições hemisféricas atuais. Eu acho que hoje a América do Sul vive, do ponto de vista político, um momento sem precedentes com a, digamos assim, com a eleição do Presidente Obama, que está fazendo um movimento de integração, um movimento de aproximação com a América do Sul e do nosso lado, do lado da política externa, também acho que vivemos um momento de institucionalização das instâncias de coordenação na região, exemplificadas, por exemplo, com a criação da Unasul, do Conselho de Defesa, enfim, todos esses... Esses dois movimentos, movimento de aproximação, movimento de inclusão, que é feito pelo novo Governo dos Estados Unidos e o movimento de consolidação das instituições, eu acho que é absolutamente inédito na região. Eu não preciso... O Dr. Celso Lafer já mencionou aqui o que tem sido, o que é a história da integração regional, desde a democratização, o papel fundamental do Presidente Sarney, Presidente Collor, Presidente Itamar Franco, Presidente Fernando Henrique e Presidente Lula na consolidação da integração regional, e eu gostaria de inclusive enfatizar o papel do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que no ano do 2000 realizou a primeira Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul aqui em Brasília, e esse de certa forma, essa reunião ela de alguma forma está relacionada à ideia de a própria Reunião de Cúpulas que vai desaguar na Unasul.

Esse esforço, eu acho que... Digamos assim... O que eu gostaria de salientar aqui, nessa Comissão, é que, do ponto de vista, digamos assim, dos interesses brasileiros, o compromisso com a integração regional é um compromisso suprapartidário, um compromisso de governos, de estado, uma política de estado e não uma política de Governo. É uma política que tem sido perseguida, como já foi mencionado pelos meus antecessores, aliás, partícipes desse processo, e que enfim, eu gostaria apenas de enfatizar esse sentido suprapartidário dessa discussão e especialmente no contexto atual, num contexto em que o Brasil está mudando o seu patamar de inserção global, em que eu acho que devemos olhar para as questões internacionais com uma perspectiva de longo prazo, de médio e longo prazo, e as decisões, a meu ver, serem tomadas em função dessa visão estratégica, a meu ver.

A meu ver, a adesão específica, no caso da Venezuela ao MERCOSUL, digamos assim, ela dá partida a um movimento de incorporação da sub-região andina e de, quem sabe, caribenha, além de integrar toda a região panamazônica, a incluída região norte do país ao arcabouço institucional existente. A inclusão da Venezuela ao MERCOSUL exemplifica associação positiva entre estabilidade política doméstica e integração regional. Em analogia com a experiência europeia em que a expansão do processo de integração funcionou como uma solda das instituições políticas domésticas das ainda frágeis democracias que a ele se integraram mais tardiamente. Como é sabido, a União Europeia começou com seis membros e hoje tem 26 membros. Nesse processo foram integrados vários países e isso do ponto de vista da consolidação das instituições políticas desse país tem sido crucial.

Eu passo a seguir, apenas para ressaltar alguns pontos, e essa questão já foi, de certa forma, amplamente demonstrada nas audiências, das relações Brasil e Venezuela. Certamente, o marco dessa aproximação Venezuela-Brasil é em 94, com o Protocolo de Guzmania, assinado pelo Presidente Rafael Caldera e o Presidente Itamar Franco, e que, digamos assim, dá início a um dinâmico processo de acertamento desses dois países, na medida em que a Venezuela tradicionalmente estava muito mais voltada ao norte, aos Estados Unidos e ao Caribe do que ao MERCOSUL, e, a partir desse momento, a partir dos anos 90, que a Venezuela toma a decisão estratégica de aproximação com o MERCOSUL. Eu acho que é significativo que já no Governo Itamar Franco e posteriormente no Governo Fernando Henrique Cardoso a política externa já antevia essa posição crucial da ampliação do MERCOSUL na direção da sub-região andina e papel estratégico da Venezuela nesse movimento. Acho que no plano político cabe ressaltar o papel mediador, interlocutor reconhecido desempenhado pelo Brasil em dois momentos, um deles já foi citado aqui, de grave instabilidade institucional na Venezuela, o primeiro em 2002, quando o Presidente Fernando Henrique atendeu ao pedido da Venezuela, enviando combustível num momento de gravíssima crise da... Havia uma perspectiva de tentativa de golpe e depois, posteriormente, em janeiro de 2003, já durante o mandato do Governo Lula, quando se criou o Grupo de Amigos da Venezuela, com a participação do Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal, o objetivo daquele grupo era auxiliar nas negociações a cargo do Secretário-Geral da OEA, para ajudar a resolver a crise venezuelana, mediante reuniões entre chanceleres dos países para discutir um acordo entre oposição e o Governo.

O que eu gostaria de novamente ressaltar aqui na minha exposição é, não apenas o compromisso suprapartidário do Brasil com a integração desde a redemocratização nos anos 80, mas também me parece o compromisso suprapartidário com a adesão, com a inclusão da Venezuela no MERCOSUL e com

a expansão do MERCOSUL na direção norte, que representa, como eu vou de alguma forma estender um pouco, uma oportunidade fantástica para os estados do Norte e do Nordeste, do Centro-oeste, que terão oportunidade assim de se integrar ao MERCOSUL, que até esse momento está restrito aos países do Cone Sul.

Eu vou, no tempo que me resta, discutir três questões. Primeiro eu vou falar dos benefícios da adesão da Venezuela. Alguns já foram mencionados, mas eu acho que traria alguns outros dados. Em seguida eu vou discutir as dúvidas que têm sido levantadas, deixando a dúvida de natureza mais técnica para o Embaixador Simões e finalmente eu gostaria de encerrar a minha exposição com as consequências de uma eventual exclusão da Venezuela nesse momento. Do ponto de vista de benefícios, eu gostaria de seguir a orientação, sugestão metodológica do Ministro Celso Lafer, e chamar a atenção para a convergência do ponto de vista econômico e político estratégico para o Brasil da adesão da Venezuela. Como todos sabem, desde 94 quando há mudança da relação, quando há o dinamismo dessa relação se inicia, o relacionamento bilateral e as relações econômicas só fizeram crescer. Na verdade, a Venezuela representa, mudou seu patamar na relação econômica do Brasil. Só um outro país mudou seu patamar da relação econômica com Brasil, a China. São os dois países que, num curto espaço de tempo, mudaram seu patamar na relação econômica com o Brasil. Nenhum país do Cone Sul mudou desta forma sua relação. Então, há algo de novo, há algo de absolutamente, vamos dizer assim, enfim, dramático nessa mudança de patamar e é atestado pelo crescimento das exportações em 10 anos, de mais de 800%. E as exportações brasileiras não só cresceram, hoje o saldo é... Não sei o número, eu tenho aqui os dados do MDIC, o saldo hoje da balança comercial é de 4.6 bilhões de dólares, mas o mais importante é que, ao fazer a opção estratégica pelo MERCOSUL, o que aconteceu? As exportações brasileiras passaram a ocupar nichos de mercado que antes eram ocupados pelo México, pela Colômbia e pelos Estados Unidos, quer dizer, isso foi algo que foi decorrência, vamos dizer assim, da dimensão estratégica que o próprio governo venezuelano concebeu a relação com o Brasil. E hoje o Brasil ocupa a terceira posição nas compras venezuelanas, abaixo da Colômbia e Estados Unidos, que são parceiros tradicionais.

A pauta das exportações brasileiras, acho que é um ponto também que deveria ser enfatizado, tem altíssimo valor agregado na medida em que o Brasil exporta bens e serviços de alto conteúdo tecnológico, agregando valor adicional ao comércio com o país. O Brasil já é o segundo maior fornecedor venezuelano de automóveis, o segundo de eletrodomésticos, o terceiro de máquinas e equipamentos e o quinto de alimentos, o sexto no setor farmacêutico. O segundo ponto, não apenas ganharam os nossos exportadores, os nossos investimentos hoje na Venezuela, do porte de cinco bilhões de dólares com 15 bilhões de contratos, mas acho que é muito importante, do ponto de vista relativo, ganhar os estados do Norte, Nordeste e Centro-oeste, uma vez que esses estados, de alguma forma, estavam por razões logísticas e de distâncias geográficas não se beneficiaram tanto do MERCOSUL como se beneficiaram os estados do Sul. Só para ter uma ideia, nos últimos quatro anos, de 2004 a 2008, a taxa de crescimento das exportações da Venezuela para o Distrito Federal foi de 16 mil por cento. Para o Piauí foi 2846%, eu tenho aqui essas estatísticas, e é muito importante não apenas para vincular os estados do Norte, Nordeste e Centro-oeste ao MERCOSUL, mas também a adesão da Venezuela implica na criação de um corredor comercial em direção à Bacia do Caribe, que também é algo fundamental, do ponto de vista da ampliação do MERCOSUL na direção norte.

Desde os anos 2000, a Venezuela ocupa a posição de segundo maior comprador de produtos brasileiros na América do Sul, atrás apenas da Argentina, da mesma forma esses dois países, especialmente a Venezuela, tem gerado saldos comerciais expressivos com o Brasil. Como eu mencionei, só a mudança de patamar no comércio da Venezuela com o Brasil é só comparável à mudança de patamar no comércio Brasil com a China. No momento de crise financeira, enquanto as exportações brasileiras caíram 20%, a Venezuela foi responsável por 30% do saldo da balança comercial com o Brasil e eu tenho aqui os dados que mostram que o saldo comercial do Brasil com a Venezuela aumentou e hoje já é duas vezes e meia maior que o saldo com os Estados Unidos.

Bem, a segunda... Quer dizer, não apenas a dimensão econômica, mas também na dimensão política, e eu acho que... Eu gostaria de enfatizar as consequências positivas da adesão da Venezuela do ponto de vista da estabilidade política doméstica da Venezuela e da segurança regional.

[soa a campainha]

Quanto tempo que eu ainda tenho?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** [pronunciamento fora do microfone]

**DRA. MARIA REGINA SOARES DE LIMA:** Pois não. Por razões que não cabem aqui especificar, a Venezuela experimentou, no final dos anos 80, início de 90, uma crise de governabilidade que resultou na

evolução do pacto estabilidade excludente, não resistiu à emergência da democracia de massa naquele país, como ocorreu nos demais países da América do Sul. A partir das eleições presidenciais de 1998, com a vitória de Hugo Chávez, o sistema político se estabilizou, mas o legado de fragilidade institucional não impediu a polarização entre situação e Governo. A polarização culminou com a tentativa de Golpe de Estado em 2002. E esse evento, a meu ver, marcou profundamente a política venezuelana. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL implicará em garantias reais de que ameaças externas ou situações de risco institucional, como ocorreu na tentativa de golpe em 2002 serão repudiadas pelos demais membros, conforme prevê o Protocolo de Ushuaia. Cabe recordar aqui episódio semelhante que ocorreu com o Paraguai em 1996, quando uma tentativa de golpe foi abortada Brasil e Argentina quando se assinou o compromisso democrático MERCOSUL que deu origem ao Protocolo de Ushuaia. A vigência do protocolo garantirá à Venezuela as garantias da estabilidade das instituições políticas e a colocará a salvo de eventuais tentativas de interrupção do processo democrático na medida em que, tal como ocorreu no Paraguai, os demais membros... As demais lideranças do MERCOSUL responderão a qualquer tentativa de interrupção do processo constitucional democrático.

Eu passo agora, antes de terminar, a três questões que têm sido levantadas, três dúvidas que foram levantadas aqui pelos meus antecessores. A dúvida de natureza econômica eu vou deixar, técnica, digamos assim, vou deixar ao Embaixador Simões, porque ele tem condições de responder, e vou apenas mencionar, desenvolver um pouquinho as três dúvidas. Quais são elas? A questão da cláusula democrática, a unanimidade das decisões e a questão da segurança jurídica. A cláusula democrática. O Protocolo de Ushuaia afirma em seu artigo primeiro a necessidade da plena vigência das instituições democráticas como condição necessária ao desenvolvimento dos processos de integração no MERCOSUL. O Protocolo não especifica quais são essas instituições, indicando que qualifica como instituições democráticas todas aquelas derivadas das diversas concepções de democracia, inclusive as de natureza participativa e plebiscitária, como é o caso do modelo venezuelano. O sistema político venezuelano inclui as duas condições mínimas necessárias a qualquer modelo de democracia, isto é, a vigência do Estado de Direito e a legitimidade da vontade popular. A carta constitucional, eu gostaria de chamar a atenção sobre isso, me permite, Dr. Ives Gandra, a carta constitucional venezuelana inclui um mecanismo que aumenta consideravelmente a prestação de contas horizontal, como cientistas políticos gostam de dizer, e controle popular dos regimes, que trata do referendo revogatório que permite, transcorridos a metade do mandato dos ocupantes de qualquer cargo eleito, seja realizado um referendo revogatório por solicitação de pelo menos 20% dos eleitores inscritos. O Presidente Hugo Chávez foi submetido a esse referendo em 2004 e, digamos assim, 59.25% dos eleitores rejeitaram a revogação do seu mandato. O exercício da soberania popular é atestado pelas 14 eleições que ocorreram nos últimos dez anos, entre federais, nacionais, departamentais e paroquiais. Desde 2005, foi realizada pelo menos uma eleição a cada ano, eu tenho os dados aqui, todas certificadas pela OEA e pelo Instituto [ininteligível] e mais importante a meu ver, a competição eleitoral demonstra que exige oposição, existe oposição na Venezuela. A existência de uma oposição com condições de concorrer é, a meu ver, um indicador que o sistema político é competitivo, que ele é democrático. E é necessário que se diga que no referendo 2007, a oposição modificou sua estratégia anterior, que era uma estratégia de abstenção eleitoral, e concorreu e ganhou. E os resultados foram aceitos pelo Governo.

Gostaria também de trazer alguns dados do ponto de vista da liberdade de opinião. A Venezuela conta com pelo menos nove jornais diários de grande circulação. Dois deles, o El Nacional e o El Universal, são os dois principais jornais de referência, os mais influentes, de maior tradição. Ambos adotam a perspectiva crítica ao atual Governo. O Nacional é um jornal explicitamente de oposição, seu Diretor Editorial, Miguel Henrique Otero, lançou em 2008 um movimento de oposição, o movimento 2 D. O El Universal também é um crítico do Governo, mas mais moderado que o primeiro. No caso das transmissões radiofônicas, o número de emissoras operando em AM não variou entre 2000 e 2006. Existia no país 143 emissões privadas e 36 públicas. Já as que operam na faixa FM, as alterações são significativas, em 2000 haviam 368 emissoras das quais 365 eram privadas. Em 2006 as emissoras de rádio privado chegaram a 440, além de 167 públicas e 10 comunitárias. A maioria das emissoras privadas adotam uma linha editorial crítica do Governo. Esses dados, a meu ver, mostram de forma cabal, a plena vigência da liberdade de imprensa e de opinião do país, bem como a pluralidade de pontos de vista veiculados por sua mídia escrita e falada.

A questão da unanimidade de decisões. Me permita aqui, Dr. Ives Gandra, fazer uma distinção conceitual entre unanimidade e poder de veto. Poder de veto não existe no MERCOSUL, poder de veto existe no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no

sentido que, ao ser utilizado, a questão sai fora da agenda de discussão. No MERCOSUL existe unanimidade, portanto, é necessário o consenso. E este consenso, evidentemente, esse consenso é possível... Então, não é possível nenhum país obstaculizar e impedir uma decisão, ele pode pedir mais tempo para se decidir, e me parece que seria esse o mecanismo de [ininteligível] que estaria sendo negociado para a idéia de introdução de um elemento em que, digamos assim, todos, não só novos entrantes, mas todos os países poderiam, se não se sentissem confortáveis, poderiam pedir mais um tempo para a discussão de acordos no futuro.

A questão da segurança jurídica. Aqui também eu gostaria de enfatizar uma questão que me parece que talvez tenha um certo equívoco de perspectiva. A insegurança jurídica independe da adesão da Venezuela. A insegurança jurídica dos investimentos depende do quê? Depende da existência de acordos de proteção aos investimentos. O Brasil já negociou, já firmou alguns acordos, mas nenhum desses acordos foi, digamos assim, ratificado pelo Congresso. Portanto, em princípio, todos os investimentos brasileiros, que são inúmeros na região, eles não estão sob essa proteção. O que me parece é ser exatamente o oposto, que a adesão da Venezuela faria com que a Venezuela, tal como os demais países do MERCOSUL, estariam submetidos às restrições e às regulamentações, tal como estabelecido no Protocolo de Olivos.

Eu termino a minha exclusão, me perdoe se eu passei um pouco, com a meu ver talvez a parte... É sempre... Esse é o problema, a gente deixa o melhor do nosso argumento para o final. Eu me permito mencionar o que me parece ser os riscos da exclusão da Venezuela nesse momento. A primeira, e eu chamo esses riscos, os riscos econômicos, os custos diplomáticos e a realização das profecias negativas. Em primeiro lugar, eu queria... A discussão muitas vezes ela parece, ela é encaminhada de forma tal como se o Brasil recusar a Venezuela, a adesão da Venezuela, implicaria, como se diz, o *status quo* não se modificaria. Se modificaria, porque esta recusa brasileira, a exclusão feita em que a responsabilidade cairá majoritariamente sobre o Brasil representa, vai ser vista pela sociedade e pela política e pelo governo venezuelano como um ato hostil ao país, isso não há como escapar. Achar que o *status quo* continua igual, não continua. Essa condição, o que pode ocorrer, do ponto de vista econômico, evidentemente a reversão do cenário que ocorreu quando a Venezuela se tornou um parceiro estratégico do Brasil. As perdas, digamos assim... Todo o dinamismo econômico vai ser modificado evidentemente, aí, com perdas do ponto de vista dos exportadores, dos investidores e mais, dos estados, da Federação, cujas exportações têm sido mais dinamizadas com a relação com a Venezuela. Eu quero dizer o seguinte: a questão da, vamos dizer assim, possibilidade de que outros países venham ocupar o nicho de mercado ocupado pelo Brasil, é verdadeiro. No momento em que acabam as preferências tarifárias que estão previstas para acabar em 2011, se a Venezuela não aderir ao MERCOSUL, certamente, tal como ocorreu nos anos 90 em que o Brasil, por uma decisão estratégica da Venezuela, ocupou o espaço ocupado por outros exportadores para a Venezuela, esses exportadores vão ocupar, e certamente a China é o principal deles.

Então, tem consequências... A adesão tem consequências econômicas, a adesão tem consequências diplomáticas. Por quê? Porque Argentina e Uruguai já ratificaram essa decisão. A exclusão da Venezuela, a decisão brasileira de excluir a Venezuela significa que cairá sobre o Brasil, majoritariamente, a responsabilidade, o Paraguai também não confirmou, não ratificou, cairá majoritariamente sobre o Brasil. Isso significa um risco, a meu ver, diplomático enorme, não apenas do isolamento, mas do próprio papel global do Brasil. Então, o Brasil hoje é visto no plano internacional pelas potências exatamente pela sua capacidade de articulação de consenso, capacidade de negociação, enfim, do seu esforço de exatamente impedir aquilo que não interessa ao Brasil, que é a polarização, que é a fragmentação. Então, a exclusão vai significar, vamos dizer assim, essa perda do que é um ativo da diplomacia brasileira na sua capacidade de integrar os demais países no Projeto de Integração Regional. Eu termino com meu último risco, que é, digamos assim, que tem a ver com o fato de que políticas de exclusão, elas provocam exatamente as consequências catastróficas daqueles que são contra a inclusão. E é só olhar a história do que tem sido a relação nas relações internacionais. Nós estamos vivendo um momento de inclusão. A decisão da OEA de revogar a suspensão de Cuba marca em definitivo o enterro da Guerra Fria, e significa exatamente o que foi a decisão em 62. Aliás, o Brasil se absteve naquela decisão histórica, em plena Guerra Fria. Chanceler, o Chanceler Santiago Dantas, com a visão que tinha, exatamente a sua defesa é uma coisa espetacular, documentado em livros. O que aconteceu naquele momento, em 62? Cuba foi para a União Soviética. Quer dizer, todas aquelas consequências negativas que têm sido aventadas, fragmentação, radicalização da política externa venezuelana, digamos, instabilidade política. Todas essas consequências catastróficas que têm sido mencionadas por aqueles que são críticos da adesão, elas vão ocorrer exatamente

pela exclusão. Me parece que o movimento que se está sendo feito nesse momento, que é movimento de inclusão que começa no hemisfério, ele tem que ser acompanhado por nós. Eu acho que está nas mãos do Senado Brasileiro esse passo, e digamos assim, à medida em que a integração da América do Sul é um imperativo político e econômico para o Brasil, e depende de uma visão de longo prazo, de médio prazo dos interesses do país. Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Agradeço à Profª. Maria Regina Soares de Lima e vamos ouvir então o último expositor, o Embaixador Antônio José Ferreira Simões, e logo em seguida passaremos então à fase de questionamentos pelos Srs. Senadores. Com a palavra o Embaixador.

**EMBAIXADOR ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES:** Bom, bom dia a todos. Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer o convite ao Senado Federal. Eu estive presente aqui já em outra audiência acompanhando o Ministro Celso Amorim, e tenho muita satisfação de estar aqui hoje também na presença do Ministro Lafer, com quem trabalhei numa questão extremamente delicada, a negociação da ALCA, que eu tive a honra de ser coordenador na época que o Ministro era Chanceler, e também com a professora Maria Regina, que foi, na verdade, uma orientadora informal da minha tese para o Instituto Rio Branco que foi justamente uma tese sobre as negociações da ALCA. Gostaria também de saudar aqui a presença do ilustre Prof. Ives Gandra.

Eu gostaria de que se fosse projetado aqui o primeiro slide, que é uma frase... Se a pessoa que estiver... Que é uma frase do Prof. Celso Furtado. Eu achei que era bom que a gente começasse a tratar da Venezuela não agora, mas em 1957, um ano antes do regime da quarta República, que antecede o Presidente Chávez. Então, a previsão dele é que a Venezuela é a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto per capita que existe atualmente no mundo. O seu produto bruto territorial por habitante chega ao montante de 650 dólares, comparável à renda de países altamente desenvolvidos, como Alemanha Ocidental e superior em mais do dobro a média da América Latina. O Prof. Celso Furtado, ele previu, esteve lá, estudou, e previu que em 15 anos a Venezuela seria o primeiro país tropical desenvolvido do mundo, graças aos imensos recursos do petróleo. No final do século 20 foram três trilhões de dólares que fluíram para a Venezuela em recursos do petróleo. No próximo slide nós veremos o resultado. O resultado foi que, em 1989, houve uma crise social, uma revolta popular, com cerca de três mil mortos, pelas contas dos que morreram, pelas contas do Exército, do regime da quarta República foram mortos apenas mil pessoas. Em 1998, a pobreza chegava a 50% da população, a miséria a 20% da população. Em 2008 a pobreza caiu para 20%, a miséria para 9%. É dentro dessa perspectiva que eu quis começar, para explicar uma coisa que eu acho que as pessoas normalmente não sabem. A Venezuela foi o país da América do Sul que sofreu no século 20 a maior frustração nacional de toda a região. Não existe outro país que tenha passado por isso, porque, naquele momento, eles eram, de acordo com Celso Furtado e de outros economistas, era o país que tinha maiores possibilidades de chegar ao desenvolvimento. E o regime do ponto fixo, o regime da quarta República, teve 40 anos para fazer isso. E o que fez? Levou o país a 50% da população no nível da pobreza. É dentro desse momento dramático, porque é uma reversão de expectativa brutal, e uma situação da população gravíssima, que ocorre a eleição de Hugo Chávez. Então, é preciso entender isso de forma muito clara, para compreender primeiro o seguinte: essa enorme frustração popular levou a querer mudar radicalmente o que vinha sendo feito. Isso é uma coisa.

A segunda coisa é o seguinte: toda aquela elite, que mandou durante os 40 anos do regime do ponto fixo, não quer, evidentemente, se confrontar com essa realidade. É muito mais fácil acusar Hugo Chávez de uma série de coisas, porque aí ninguém vai pensar em termos de apuração de responsabilidade, aonde foram parar, por exemplo, os três trilhões de dólares. Eu acho que é importante também a gente notar o seguinte, no regime anterior, no regime da quarta República, e aqui eu vou dar dados para os senhores dos quais eu tenho a oportunidade de ver, porque eu estou morando lá, quer dizer, eu estou convivendo uma realidade, eu não estou recebendo informação só da mídia, eu estou vendo no dia-a-dia, eu estou conversando com pessoas de todo o espectro político, e que me levam informações que acho que são importantes, que venho aqui transmitir aos Srs. Senadores. Então, a primeira coisa que eu queria dizer é o seguinte, nesse regime anterior, de 58 a 98, apenas 20% dos eleitores votavam. O voto era obrigatório, mas o alistamento eleitoral não era, era muito difícil tirar o título de eleitor. Então só 20%, não da população, mas dos eleitores, dos possíveis eleitores, votavam. Então, uma porcentagem mínima da população que tinha acesso a eleger os Presidentes. Outro aspecto importante é o seguinte, até 1989, ano dessa grande revolta popular, todos os governadores e todos os prefeitos eram escolhidos diretamente pelo Presidente da República. No caso, no momento era o Presidente Carlos Andrés Pérez. Todos, sem distinção. Não é só os de capital, como foi no caso da ditadura militar no Brasil, não, era indistintamente. Qualquer

Município do interior da Venezuela era o Presidente da República quem escolhia nominalmente quem ia ser o prefeito.

Bom, outro aspecto também que eu acho que é importante a gente notar é o seguinte... Quer dizer, isso levou, essa grande frustração da população leva a esperança que põe o Presidente Hugo Chávez no poder. Ele criou uma Constituição e um regime político que, até hoje, fez 12 eleições. Há, inclusive, a possibilidade de fazer referendos, e inclusive um aspecto importantíssimo que é o referendo revocatório, quer dizer, eu acho que foi comentado aqui pela professora, a partir de 50% do mandato, apenas 20% dos eleitores podem pedir a revogação do mandato do Presidente da República. E já houve contra ele um referendo revocatório, que ele ganhou. Mas existe a possibilidade de haver outros.

Outro aspecto também que eu acho importante notar, que eu vi que há uma grande preocupação com o aspecto da democracia, é a questão da votação. Na Venezuela, para se votar, a pessoa apresenta um título de eleitor que tem fotografia. A partir do momento que o eleitor se apresenta ele tem que colocar a impressão digital num computador para saber se o Sr. Juan Manoel é efetivamente o Sr. Juan Manoel. A partir do momento que é comprovado, na impressão digital no computador, ele vota. Quando ele vota, ele produz um voto, além do voto eletrônico, um voto que cai na urna e que fica guardado e que pode ser recontado caso haja alguma ideia de que houve uma fraude pela via eleitoral. E no momento final, ele coloca o dedo numa tinta indelével para provar que ele votou, quer dizer, em relação ao sistema brasileiro, que acho que é um modelo para o mundo, nós temos aí pelo menos três elementos de segurança adicional, que eu acho muito salutares, a começar pela foto no título de eleitor.

Um outro aspecto que eu acho que seria importante falar, já que estou falando um pouco da própria Constituição, é que, na verdade, os poderes da Constituição Venezuelana são cinco, não são apenas dois, são cinco: é o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, e aí eles têm dois poderes que são diferentes dos nossos, que são o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão. No Poder Cidadão é que está, por exemplo, o Ministério Público, que estão o poder que eles outorgaram às comunidades de também poder se auto gerir, pequenas comunidades, e aí está a questão dos referendos, a questão dos plebiscitos, inclusive o revocatório.

Finalmente, nesse capítulo, eu gostaria de dizer o seguinte, em termos políticos, se eu fosse comparar, a realidade política da Venezuela hoje lembra o Brasil, mas não de hoje, lembra muito o Brasil dos anos 50, em que há de um lado uma pessoa extremamente popular, que no caso era o Presidente Vargas no Brasil, e do outro lado há uma coleção de partidos, mas há alguns partidos de oposição, no caso do Brasil era a UDN, que representava um setor da população mas que tinha uma grande dificuldade de chegar ao poder, pelo voto, como foi demonstrado pelas próprias eleições e que agia de uma forma muitas vezes dura.

Bom, eu queria aqui trazer algumas mensagens que eu acho importante para os Srs. Senadores, e a primeira delas é o seguinte. Os parâmetros para examinar a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, eu acho que tem que ser sobretudo parâmetros que levem em conta os interesses nacionais e os princípios das relações internacionais do Brasil. E nesse caso, eu acho que um elemento fundamental é o seguinte, a política externa em relação à Venezuela sempre foi suprapartidária. A aproximação com a Venezuela começou no Governo do Presidente Itamar Franco, do qual o Senador Pedro Simon era líder, foi naquele momento que o Chanceler Fernando Henrique Cardoso lançou as bases do que seria a aproximação com a Venezuela. Essa aproximação se consolidou no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e se consolidou com o Presidente Chávez, porque antes a Venezuela não tinha interesse no Brasil. A Venezuela olhava para o norte, tinha interesse nos Estados Unidos, mas não tinha interesse em fazer nada com o Brasil. Mas ela, portanto, se aprofundou no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, no Governo do Presidente Lula, teve elementos extremamente importantes que vou mencionar mais adiante. Quer dizer, acho que as perguntas que devem orientar, enfim... Pelo menos, o meu questionamento em relação à Venezuela é... São várias. Primeiro, nós somos capazes de abrir mercados para as exportações brasileiras? Nós somos capazes de, com essa adesão, desconcentrar o poder mundial e favorecer a multipolaridade no mundo? Nós somos capazes com isso favorecer a conformação de um pólo de poder na América do Sul, de todos os países juntos terem um maior peso nas relações internacionais? Nós somos capazes, com isso, de projetar o MERCOSUL? Nós somos capazes com isso de apoiar a transnacionalização das empresas brasileiras? Acho que isso são elementos muito importantes. Um outro elemento que eu acho muito importante também é um princípio que o Governo Brasileiro... O Senado, em particular, sempre teve muita preocupação, que é o princípio da não ingerência em assuntos internos. Quer dizer, eu acho que nós devemos considerar muito os aspectos do interesse nacional, mas nós temos que tomar muito cuidado para que nós não caiamos na tentação que alguns outros países caem, que é a tentação de passar a fazer julgamento sobre a forma como um outro país

se organiza. Eu acho que já houve muita crítica aqui no Brasil no passado, quando fomos tratados dessa forma, eu acho que essas críticas são absolutamente corretas, eu acho que nós temos direito de decidir como vamos nos organizar, e eu acho que isso é um princípio que, pelo menos no meu critério, é extremamente importante.

Bom, a segunda mensagem que eu queria mandar é mencionar que o aumento do comércio do Brasil com a Venezuela supera em muito a média do aumento com o resto do mundo. E aí eu gostaria que passasse mais um slide. Isso daí é para os senhores verem de 1995 para 2008 o que foi o aumento das exportações brasileiras. Eu gostaria que os senhores observassem sobretudo a inflexão, a partir de 2003 até agora, em que nós passamos de cerca de um bilhão para, estamos superando já os cinco bilhões de exportação. Isso, é preciso entender o seguinte, há várias percepções equivocadas sobre a Venezuela e que eu acho que seria importante a gente desmistificar. A primeira é que esse crescimento das exportações foi na verdade um crescimento de todas as exportações brasileiras e que a Venezuela apenas tinha surfado, assim como em cima do crescimento de outros países, isso não é verdade. Entre 1999 e 2008 a exportações brasileiras para o mundo cresceram 300% e as exportações brasileiras para a Venezuela cresceram 850%. Quer dizer, é um número absolutamente grande, importante e que mostra como de fato isso se manifestou. A outra percepção equivocada que se tem, é que as importações venezuelanas, quer dizer, o que a Venezuela importou de nós não representou o aumento da participação do Brasil no mercado venezuelano, representou, sim, um aumento significativo. Outro terceiro ponto de visão equivocada é que esse superávit continua com ou sem entrada no MERCOSUL.

Gente, isso não é verdade. Essa situação que levou a Venezuela a ser hoje o maior superávit da balança comercial brasileira foi o maior superávit em 2008, em 2009 as nossas exportações para o mundo caíram no primeiro quadrimestre 17%, para a Venezuela caiu apenas 10% e a Venezuela continua sendo o maior superávit. Ela gerou nos primeiros quatro meses do ano, líquido para o Brasil, 1.200 bilhões de dólares, um bilhão e duzentos milhões de dólares foi o superávit, que é o maior superávit individual, e eu acho extremamente importante que se saiba disso, porque isso são empregos no Brasil, são empregos de carteira assinada, são produtos brasileiros que vão para a Venezuela. Gostaria que passasse o próximo slide, que mostra a participação da Venezuela nas exportações brasileiras, que esse é outro critério. Pode ser que tenha aumentado muito, mas que em relação às exportações não signifique muito. Não, significou muito. Era um pouco mais 1% e hoje, 2,5% das exportações brasileiras. Quer dizer, mais do que dobrou a participação mesmo com o crescimento grande das exportações brasileiras, a participação relativa da Venezuela também cresceu muito.

No próximo slide, nós vamos ver um outro dado importante, que é o dado do mercado brasileiro na Venezuela, que era 4% do mercado venezuelano em 1995, portanto, era absolutamente marginal, e hoje nós ocupamos já uma fatia de 10% do mercado venezuelano. Eu gostaria também de mencionar o seguinte, hoje as empresas brasileiras na Venezuela têm contratos da ordem de 15 bilhões de dólares, mesmo para um país desenvolvido, grande, isso já seria um número muito forte, quer dizer, nós temos investimentos brasileiros da ordem de cinco bilhões de dólares, investimentos que, claro, interessa ao Brasil proteger, e que a entrada no MERCOSUL dá efetivamente proteção, porque representam regras extremamente importantes para nós.

O outro ponto que eu gostaria de dizer é o seguinte: Essa dinâmica comercial, que não tem paralelo nos últimos 10 anos com relação a nenhum outro país em termos de exportação do Brasil e em termos de superávit, porque o superávit é o que conta, posso ter um comércio cinco vezes maior com outro país, mas que não tem o superávit para nós, sobretudo no momento em que faltam recursos por causa da crise econômica. Essa dinâmica decorreu diretamente do relacionamento político entre o Brasil e a Venezuela, esse superávit, esses números, as exportações brasileiras, elas não vieram da competitividade das empresas brasileiras, elas não vieram do ACE 59, é claro que tudo isso ajuda, não estou dizendo que não ajuda, mas elas decorreram sobretudo de uma decisão política. Qual é a decisão política? "*Nuestro nuerte és el sur*", ou seja, o nosso norte é o sul. Nós temos que olhar para o sul, é isso o que se diz lá e isso evidentemente nós terminamos por deslocar outros países, mas estamos numa posição de apoiar a Venezuela nesse momento. E aí vem um outro ponto que eu gostaria de mencionar, uma outra mensagem extremamente importante, que é o seguinte, nós desenvolvemos na Venezuela, quer dizer, com a missão que o Presidente Lula, que o Ministro Celso Amorim me encarregou na Venezuela, eu desenvolvo lá e com uma equipe grande, felizmente, uma experiência única em termos de diplomacia, porque o que a gente faz lá é uma diplomacia hoje para o Brasil do futuro. Eu trabalho lá não com o Brasil tradicional. Eu não trabalho com o Brasil que exporta minério de ferro, soja em grão, suco de laranja, que é ótimo que venda, mas lá nós fazemos

uma outra experiência, qual é a nossa experiência? É nós trabalharmos em um sistema em que não é só a Embaixada que atua. Lá eu tenho, apoiando a Embaixada nós temos lá... Nós temos um consulado geral, nós temos um escritório da Embrapa, nós temos um escritório da ABDI, nós temos agora um escritório da Caixa Econômica Federal, de tal forma que as ações que nós fazemos, as ações de cooperação, elas são feitas não só pela Embaixada, mas são feitas diretamente por órgãos que são capazes de criar ações concretas. E essas ações concretas, elas geram dois efeitos. Para o lado da Venezuela, ela vai ajudar que a Venezuela seja capaz de desenvolver uma indústria e uma agricultura. A Venezuela é hoje um país que importa 70% do que come. 75% de todos os bens que existem na Venezuela são importados e isso precisa diminuir, porque não há receita do petróleo que faça isso. Por que os três trilhões de dólares desapareceram? Foram gastos todos em consumo, em automóveis, apartamentos em Miami, bens importados, uísque. Ela é o maior consumidor per capita de uísque, no mundo, é a Venezuela. Então, é preciso a gente entender isso em perspectiva, senão a gente não entende o que está acontecendo lá. Agora, o que acontece? Pelo lado da Venezuela eles querem diminuir essa dependência. E pelo lado do Brasil? Pelo lado do Brasil nós queremos criar condições de que nós possamos vender não só a soja em grão, mas que a gente possa vender a semente, que a gente possa vender a maquinária agrícola, isso é extremamente importante. No caso da Embrapa, por exemplo, não é importante só vender produtos agrícolas, não tenho nada contra produto agrícola, eu sou muito a favor, inclusive fui negociador agrícola na OMC. Agora, é importante a gente dar um salto, a gente vender também o serviço agrícola. O que a Embrapa está vendendo lá é serviço agrícola, para fazer com que, além da cooperação, eles abram a porta a isso, abram um mercado muito importante para o Brasil, para que a gente possa, quer dizer, quando a gente cumprir, tiver toda essa fronteira agrícola aqui, aonde é que a gente vai atuar nossas empresas? Nós temos que buscar outros mercados. Então nós lá, lá nós já estamos nesse momento. Nesse ano e meio que estou lá foram assinados 54 acordos. Acordos da maior relevância, desde interligação de fibra ótica para o Estado de Roraima, que é extremamente importante, até acordos que propiciam uma série de negócios e possibilidades para o Brasil. Isso tudo decorre de uma decisão política, de caminhar junto com o Brasil.

Bom, indo para o final, que eu agradeço muito a tolerância aqui do Sr. Presidente, já vou terminar, eu gostaria de dizer que o que garante a continuidade dos interesses brasileiros na Venezuela, que são muito amplos, como eu mencionei aqui, é a entrada no MERCOSUL. Isso é um elemento fundamental, e é preciso que a gente entenda que ainda que do nível teórico pode haver aquela opção do *status quo*, ela no mundo político, ela não existe, ela não se sustenta. Os senhores são políticos, os senhores são mestres nisso, os Diplomatas são aprendizes disso, lidamos com a relação externa, mas eu posso dizer que do ponto de vista do que eu vejo lá, isso não é uma realidade que se sustenta. E finalmente, eu gostaria também de mencionar o seguinte como última mensagem: Há, de fato para alguns, preocupações com aspectos internos na Venezuela. E aí eu acho que tem uma coisa que eu acho extremamente importante, é o seguinte, eu acho muito importante que nós estejamos aqui fazendo esse debate, como já houve duas outras audiências. Isso é um sinal de maturidade do Brasil, do Senado Brasileiro, da sociedade brasileira, que é extremamente importante. Eu, como Embaixador, me sinto muito feliz de estar aqui. Eu me sinto muito feliz de poder falar diretamente com os Senadores. Eu já tive oportunidade de conversar com todos Senadores individualmente, mas é muito importante que também num debate isso se faça. Agora, eu queria dizer o seguinte para quem tem preocupação com aspectos internos da Venezuela: essas preocupações só podem ser atendidas dentro do MERCOSUL. Fora do MERCOSUL não há possibilidade. Não há possibilidade de nenhuma cobrança, possibilidade de fazer absolutamente nada, nós vamos ficar nas boas intenções. E aí eu gostaria de emendar no comentário da professora, que eu acho muito importante, que é toda política de isolamento só gera mais isolamento. E só gera... Só alimenta os aspectos nocivos que para o qual... Que originou essa política. E acho que é muito interessante mostrar que o próprio Presidente Obama, quando esteve com o Presidente Chávez na reunião de Trinidad e Tobago deixou muito claro que essa questão do isolamento não existe mais, a secretária de Estado, Hilary Clinton, falou claramente, fez um *mea-culpa* em relação à política americana anterior como sendo uma política equivocada, e eu acho que isso e a própria derrogação da resolução da OEA em relação a Cuba também é uma demonstração clara disso. Quer dizer, eu acho que a gente tem que ter muito claro que esse é um elemento que não deve existir.

Bom, eu gostaria finalmente de agradecer e mencionar finalmente que hoje o Ministro Amorim fez entregar aqui o documento que responde aos dois requerimentos do Senador Tasso Jereissati. O último, inclusive, relacionado com a reunião de Salvador, a reunião de Salvador foi extremamente exitosa, e aí só uma palavrinha final sobre a questão dos aspectos técnicos do

MERCOSUL, que acho que é muito importante. Os aspectos técnicos do MERCOSUL se dividem em duas partes. Os bilaterais e os plurilaterais. Os bilaterais que tem a ver diretamente com o Brasil e os plurilaterais com os outros parceiros. Relação aos bilaterais, na reunião de Salvador basicamente se fechou um pacote em que tem claramente delineado como será a desgravação tarifária da Venezuela dentro da sua adesão ao MERCOSUL, caso o Senado Brasileiro aprove essa adesão. Em relação ao pacote plurilateral, e aí foram feitos alguns comentários aqui antes de preocupação em relação a isso, que é a questão da nomenclatura comum do MERCOSUL, da Tarifa Externa Comum, a TEC, e também a incorporação do acervo normativo, aí vai ser retomada a reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc*, mas aí eu acho que é importante notar o seguinte, no artigo 3 e 4 do protocolo de adesão, já está explícito claramente qual é a regra que vai prevalecer e qual é a regra temporal, inclusive, para ficar bem claro que não há cheque em branco, que não há uma coisa vaga, e a regra é a seguinte, tanto a nomenclatura quanto a TEC, quanto o acervo normativo, vão entrar em vigor quatro anos contados a partir da entrada em vigência do protocolo. Portanto, é preciso deixar claro o seguinte, não existe a possibilidade de terminar isso antes da entrada em vigência, porque isso já foi assinado dessa maneira. Quer dizer, o passo que se requer agora é a continuação da consideração pelo Senado, e se o Senado assim o decidir, a aprovação. A partir desse momento contarão os quatro anos em que, dentro desse prazo, essas outras negociações deverão ser terminadas, mas já estão estabelecidos claramente quais são esses parâmetros, esses parâmetros não poderão mais ser alterados porque eles já foram estabelecidos lá fora e esses parâmetros, pelos elementos que eu tenho, dão segurança jurídica suficiente ao Brasil. Isso sem prejuízo, evidentemente, de algum outro esclarecimento que se queira.

Bom, eu queria agradecer muito a tolerância aqui do Presidente, que acho que acabei me estendendo um pouco mais, mas acho que são esclarecimentos importantes para a consideração do tema aqui na Comissão. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Embaixador Antônio Simões. Realmente tem sido um momento muito importante para essa Comissão, o próprio Senado, essa discussão sobre a questão da entrada da Venezuela no MERCOSUL. Essa é a terceira Audiência Pública, elas têm sido conduzidas realmente num nível muito interessante, muito bom, e é um momento de reflexão sobre o papel do Brasil nas relações internacionais.

Eu agradeço a exposição dos quatro convidados e já passo... Nós temos já sete senadores inscritos, eu pediria aos senadores apenas que nós tivéssemos um pouco mais de síntese, para que todos possam ouvir a palavra. Então, o oitavo, que é o Senador Mozarildo, e todos possamos discutir e ouvir as respostas no processo realmente do contraditório.

Passo a palavra ao Senador Fernando Collor, autor do Requerimento inicial.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ilustres membros debatedores da nossa reunião. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer aquilo que eu sinto, que eu ouço, que eu vejo, que eu participo dentro desta Comissão, de que não se trata aqui em nenhum momento de excluir a Venezuela do MERCOSUL, em nenhum momento. Se trata, quando muito, de sobrestarmos a discussão do ingresso da Venezuela no MERCOSUL neste momento, pelos motivos que aqui já foram elencados e tão brilhantemente trazidos pelo Ministro Celso Lafer e pelo Dr. Ives Gandra. Não se trata também de isolarmos a Venezuela. Se alguém está se isolando, é ela própria, de um mundo hoje globalizado e ela faz questão, por intermédio do seu chefe do Executivo. Faz questão de se mostrar diferente de uma parcela importante dessa nova configuração planetária que surgiu depois da desintegração do império soviético e da queda do muro de Berlim.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de formular as minhas perguntas. Em primeiro lugar à Profª. Maria Regina e ao Ministro Celso Lafer. É uma mesma pergunta, que eu pediria que fosse respondida pelos dois, em primeiro lugar pela Profª. Maria Regina. Eu tenho afirmado que a entrada da Venezuela no MERCOSUL agora, ela é inoportuna, e deve ser objeto de estudos mais aprofundados. Entre outras razões, o seu Presidente luta por projeto político próprio, contrário ao nosso perfil de atuação, que busca a paz e a integração. Em maio de 2006, por exemplo, ele apoiou a ocupação *a mano militari* das instalações da Petrobras na Bolívia. No recente episódio, março de 2008, do ataque colombiano às FARC no Equador, ele não teve atitude conciliadora, de apaziguar os ânimos, mas chegou a mobilizar tropas, num procedimento divisivo e belicoso. O que nos garante que diminuiu esse ímpeto beligerante? Temo que essa agressividade possa voltar-se contra o Brasil, em cenário de agravamento de algum problema com nossos parceiros do MERCOSUL, como no caso dos brasileiros estabelecidos em território boliviano, ou das absurdas demandas em relação ao tratado de Itaipu e às ameaças aos brasiguaios. Estou certo de que, nessas situações, o Presidente venezuelano será um

agido desestabilizador e corrosivo em detrimento dos interesses brasileiros. O mandatário venezuelano tem caminhado no sentido do autoritarismo e do estatismo. As provas estão aí diariamente noticiadas pela imprensa. Os depoentes, no caso a Profª. Maria Regina e o Ministro Celso Lafer, concordam que uma vez aceita a presença da Venezuela no MERCOSUL, seria praticamente irreversível e teríamos dentro do bloco um foco desagregador? Não seria melhor para o Brasil estudarmos a questão por mais tempo? Os eventuais benefícios comerciais são ilusórios comparados com o risco de destruição do próprio MERCOSUL.

A segunda pergunta, para a Profª. Maria Regina e o Prof. Ives Gandra. Tenho dito, em defesa da inadequação da entrada, agora, da Venezuela no MERCOSUL, que não podemos nos ater a uma visão meramente formal da democracia, o país está sendo levado celeremente para o autoritarismo. Os fatos que nos mostram essa situação são públicos e notórios, descritos por nossa imprensa cotidianamente. Os depoentes, Profª. Maria Regina e Prof. Ives Gandra, concordam que o cumprimento das cláusulas democráticas do protocolo de Ushuaia de 1998, deve ser verificado agora como pré-condição da adesão e não *ex-post facto*? Reitero que aí poderia ser tarde demais.

E por último, uma pergunta ao Embaixador Simões. Embaixador, o senhor esteve aqui em Brasília recentemente e atuou junto a membros do Congresso Nacional, em defesa dos interesses da Venezuela, em relação à entrada no MERCOSUL. Eu pergunto: não seria mais adequado que essa tarefa de advogar posições venezuelanas fosse exercida pela Embaixada da Venezuela no Brasil, em Brasília? Eu indago se a sua missão configura procedimento normal da diplomacia brasileira, e a que título o senhor veio ao Brasil naquela oportunidade? E por último, ao Embaixador Simões, solicitar que fosse distribuído aos membros desta Comissão o contrato assinado entre o Governo da Venezuela e a Companhia Dedini, anunciado pelo aqui... A assinatura desse contrato foi anunciada pelo Ministro Celso Amorim, em relação à questão do etanol. Porque eu coloquei que a Venezuela e o seu Presidente estavam frontalmente contra o programa do etanol brasileiro, que é a menina dos olhos do Presidente Lula, e o Ministro Celso Amorim nos informou que havia sido assinado já um contrato entre a Dedini e o Governo da Venezuela, para que se construísse lá uma planta de fabricação de álcool. E ficou, acho, que naquela oportunidade de se distribuir para os integrantes desta Comissão a cópia deste contrato.

Essas são as perguntas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Fernando Collor. Eu quero só em adição, eu tinha anotado aqui para uma futura intervenção minha, que não houve nenhum depoimento aqui que defendesse isolamento. Eu não ouvi nenhum Senador defender isolamento da Venezuela. Passo a palavra portanto à Dra. Maria Regina, para a primeira pergunta, e em seguida ouviremos então o Ministro Celso Lafer.

**DRA. MARIA REGINA SOARES DE LIMA:** Muito obrigada, Senador Collor. Muito obrigada pela pergunta, que me dá a chance de desenvolver um pouco mais o que eu mencionei na minha exposição. Eu acho que a palavra exclusão certamente talvez seja forte, mas adiar nesse momento significa excluir. O sentido político das palavras é o que vale. Um processo que está sendo discutido há tanto tempo, um adiamento nesse momento é como, digamos, é um eufemismo para adiar *sine qua non*. A gente sabe que em política o significado é diferente do significado jurídico, o senhor sabe disso. Isolamento. O isolamento... Claro, ninguém está advogando o isolamento. O isolamento seria uma consequência, que se é desejo de um país, um estado soberano, de se integrar ao nosso bloco, ser visto pela, digamos, pela Casa máxima do Parlamento como algo para adiar, pode ter essas consequências.

O senhor me fez duas perguntas, e eu vou respondê-las. Primeiro, eu gostaria de... Quer dizer, qualquer cenário que se faça hoje, e qualquer avaliação que se faça hoje da política interna ou da política externa da Venezuela, eu acho que tem que levar em conta um dado crucial. Esse dado crucial foi o que ocorreu em 2002. Eu acho que isso criou para o atual presidente venezuelano Hugo Chávez um sentimento de que ele poderia, de alguma forma, novamente ser, acontecer uma... Digamos, uma tentativa de golpe, e mais ainda, ainda que as relações Venezuela-Colômbia tenham, digamos assim, amenizado, são relações tensas. E a Colômbia é o principal aliado dos Estados Unidos na região dos [ininteligível] militares. Tudo isso ocorreu na época do Governo Bush. E não é preciso ir, basta ler o que era dito, não apenas na imprensa, mas em análises de observadores internacionais do, digamos assim, do que representava aquele Governo e a avaliação extremamente negativa. De certa forma, o Governo Bush foi responsável por criar o que a gente pode chamar um duplo dilema de segurança daquele governo, não apenas o temor de que houvesse uma intervenção, por quê? Porque o Governo Chávez... A gente, aqui, poderia se estender muitíssimo sobre o sistema político venezuelano, mas acho que o que o Embaixador Simões chamou atenção é crucial, é preciso... Eu acho que nós não temos noção, nós não

conhecemos o processo dos países andinos, que foi muito diferente do nosso processo democrático. Nós conseguimos a inclusão política e social da população brasileira foi feita no Brasil a partir dos anos 30, isso não ocorreu na Venezuela.

Então, na Venezuela, havia um sistema que desmoronou, simplesmente desmoronou, diante de um processo que é um processo fruto do fim da guerra fria, que é o processo de democratização. Então, o entendimento desse processo criou uma avaliação extremamente apressada e equivocada dos observadores internacionais, enfim, da mídia, e isso evidentemente gerou uma... Eu acho que todos os passos que são dados, muitas vezes, pelo Presidente Chávez, têm a ver com essa, digamos, com essa insegurança que, digamos assim, quase que de uma mídia e de observadores internacionais e da tentativa de golpe em 2002. Exatamente o meu argumento é que esta, digamos assim, essa insegurança interna e externa, ela se dissolverá no momento em que a Venezuela entrar para o MERCOSUL. E a questão é: Como é que nós podemos fazer uma decisão que tem efeitos estruturais e de longo prazo, a partir da discussão de uma pessoa? Nós estamos discutindo, Srs. Senadores, a entrada da Venezuela, não é a entrada do Presidente Hugo Chávez. E acho que a entrada da Venezuela vai ter impacto, assim como... É só examinar o que ocorreu no caso do Paraguai, quando aderiu ao MERCOSUL, é uma democracia frágil, o compromisso democrático fortaleceu o sistema político paraguaio e hoje o Paraguai elegeu um candidato da esquerda, da oposição. Enfim, então essa é na verdade a integração ao bloco fortaleceu o sistema político e consolidou a democracia paraguaia. O mesmo ocorre nos países do Leste Europeu que estão entrando para a União Europeia.

A segunda observação--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Professora, eu pediria só para ser mais rápida na resposta, para poder... Temos as outras perguntas ainda.

**DRA. MARIA REGINA SOARES DE LIMA:** Pois não. A segunda observação tem a ver com se a Venezuela estaria, digamos assim, se adequaria ao protocolo de Ushuaia. Eu vou ler aqui o primeiro artigo, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados partes do presente protocolo. Aqui não é dito que tipo de democracia. A democracia participativa, plebiscitária, é uma modalidade de democracia e eu acho que é só olhar os dados da competição eleitoral, existe competição eleitoral. A oposição, quando não adota uma estratégia suicida de não participar, a oposição pode até ganhar. Existe competição. O sistema não é exatamente igual ao nosso, mas é plenamente democrático e está, digamos assim, dentro de uma concepção mais participativa da democracia.

Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Antes de passar, então--

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Duas observações somente, Presidente, em relação às respostas da professora. Primeiro, a questão da democracia, dentro de uma visão formalista da democracia, lá, podemos dizer que há democracia. Mas dentro da visão prática, pragmática e objetiva, a democracia não se constitui numa das grandes conquistas da República Bolivariana da Venezuela. E em segundo lugar, professora, *data venia*, há uma grande diferença sim, também no campo político, entre adiar e excluir. Por exemplo, nós estamos agora vivendo aqui no Senado o adiamento da instalação da CPI da Petrobras. E não é... É o adiamento. Adiamento de uma entrada de matéria em pauta não é exclusão da matéria em pauta. E nesse campo político, o que se sugere é que esse adiamento, sem nenhum demérito para a Venezuela, que ele seja feito para que nós melhor decantemos todas essas dúvidas que existem sobre os efeitos nefastos ou benéficos que causaria à Venezuela no âmbito do MERCOSUL.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Ministro Celso Lafer.

**DR. CELSO LAFER:** Eu agradeço a pergunta que me parece tão importante. Eu vou fazer duas ou três observações preliminares. Evidente que a Venezuela é um país vizinho, na América do Sul o relacionamento com nossos países vizinhos é algo fundamental do ponto de vista da política externa brasileira, ninguém quer nem deve excluir nenhum Estado do nosso entorno. O Governo do Presidente Lula, enfim, promoveu a Unasul, que é, enfim, uma instituição concebida com o objetivo de inclusão, de maneira que há um instrumento que está em exame pelo Congresso Nacional, que oferece este mecanismo de participação.

Dois. O capítulo, como foi lembrado em reuniões anteriores, inclusive pelo Presidente Collor, uma coisa é um país, sem dúvida nenhuma, com a sua dimensão, outra é também a personalidade. Os Estados Unidos do Presidente Bush era uma coisa, os Estados Unidos do Presidente Obama são outra, inclusive do ponto de vista da inclusão e dessas grandes tensões internacionais. Então, essas seriam as primeiras observações que eu gostaria de fazer.

Também não foi necessário estar a Venezuela integrada no MERCOSUL para que o Brasil, no Governo

do Presidente Fernando Henrique, tivesse trabalhado ativamente para desmontar o Golpe de Estado que então se preparava. E foi justamente a iniciativa tomada no Grupo do Rio, em que eu representei o Presidente, que deu margem à convocação da Reunião da OEA onde justamente o capítulo da carta democrática foi invocado e teve o papel fundamental para desmontar essa tentativa de golpe. Eu realcei, na minha exposição, que o Projeto de Integração do Presidente Chávez é distinto do Projeto de Integração do MERCOSUL. Projeto de integração do MERCOSUL combina os três campos, tem o objetivo de favorecer, através das relações econômicas, a paz e o entendimento, está assim em perfeita consonância com que diz o preâmbulo da nossa Constituição, que diz do compromisso do Brasil com a solução pacífica de controvérsias tanto no plano interno quanto no plano internacional, e em matéria do art. 4º da Constituição que estabelece os princípios que regem as relações internacionais, eu lembro que, entre esses princípios, estão no inciso II a prevalência dos Direitos Humanos, no inciso VI a defesa da paz e no VII a solução pacífica de conflitos. O MERCOSUL, como projeto, tem isto como meta e segue, e por isso que ele é um empenho mais forte de integração.

Ninguém coloca em questão a importância do relacionamento com a Venezuela, que foi tão bem realçado. O que eu coloco é a ameaça que isso gera, não para o Brasil da Venezuela, mas o problema da inteireza do MERCOSUL como um grande projeto diplomático do Brasil pós-redemocratização. Eu acho que isso que é um dos dados que está em jogo. O Brasil tem procurado atuar no plano internacional como o terceiro em prol da paz. Então, essa tem sido a nossa característica e o nosso funcionamento. Eu receio, por conta da visão que tem o Presidente Chávez do mundo político interno e externo com a relação amigo e inimigo, que ele seja um terceiro semeador da discórdia, e nesse sentido vejo com preocupação a entrada imediata do país, nesse momento, no MERCOSUL.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Ministro. Com a palavra o Dr. Ives Gandra.

**DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS:** Também nessa questão, parece-me que realmente o que disse o Ministro Celso Lafer é absolutamente coerente com que se vê. O que é uma União aduaneira, Senador Fernando Collor? É um acordo superior a uma zona livre de comércio, em que se discute apenas tarifas aduaneiras, mas se cria um mercado próprio, e portanto interesse econômico é fundamental, e esse mercado próprio se faz à luz de a criação de uma Tarifa Externa Comum. É fundamentalmente um acordo de natureza econômica em que é fundamental a existência de regimes democráticos, não apenas formais, mas estruturais, porque de forma contrária, como há o direito, e pra mim a necessidade de consenso representa que se não houver consenso uma das partes terminou por vetar. Em Direito Internacional é interessante como se adotam expressões sinônimas. Tratado e acordo têm a mesma equivalência do ponto de vista jurídico. Consenso ou veto, eles de certa forma representam o mesmo resultado final, porque se não há consenso, é porque alguém vetou aquela idéia que iria gerar o consenso. Esta é a razão pela qual, na prática, a entrada de um país que estruturalmente não é uma democracia, e como disse a professora, existe insegurança jurídica ainda na Venezuela, não é porque a Venezuela vai entrar no MERCOSUL que essa insegurança deixará de existir, porque a partir de uma profissão de fé a sua entrada traria segurança para todos os participantes.

O que me parece fundamental é o seguinte: se nós estamos com um país onde, Presidente Collor, nós tivemos uma oposição que inclusive em eleições não tiveram a possibilidade de fazer comício nos mesmos lugares em que o Presidente Chávez fez, em que ele faz declarações claras de que não dará nenhum apoio aos governos de oposição, e que invade portos e que inclusive persegue, e que em relação aos meios de comunicação faz clara menção de que os órgãos de oposição são órgãos que estão a serviço de terceiros e tem provocado inclusive na Associação Brasileira e Associação Internacional de imprensa críticas veementes, nós não temos uma democracia estrutural. E essa é a razão, me parece o mais importante para o Senado pensar, é o seguinte: se toda a dinâmica, se toda a retórica para a inclusão da Venezuela decorre dos bons negócios que o Brasil está fazendo com a Venezuela, eu pergunto: por que a Confederação Nacional da Indústria tem restrições à entrada imediata? Porque a Confederação Nacional do Comércio, e eu presido o Conselho Superior de Direito, e nós temos uma posição firmada, nós que deveríamos ser os maiores interessados na entrada imediata da Venezuela, temos restrições porque não sentimos segurança. E como diziam dois prêmios Nobel, o North e o Coase, de que a segurança jurídica é fundamental para que uma economia de mercado funcione, nós não temos essa segurança e por esta razão, apesar dos bons negócios, a insegurança decorrente desse autoritarismo que tem caracterizado o Presidente Chávez, que chega a dizer que há mais democracia em Cuba que nos Estados Unidos, e que ele pretende exportar a sua revolução bolivariana socialista para o mundo inteiro, que efetivamente nós estamos perante um presidente que representa a Venezuela e que poderá

trazer problemas sérios, através de um consenso que ele não concorde, ou que represente na verdade um veto real, e que venha trazer no futuro a entrada problemas sérios do Brasil, que não tem sido bem tratado nem pela Bolívia, nem pelo Equador, nem pelo Paraguai, nem pela própria Venezuela nos últimos tempos, e que traria um inimigo imediato daquelas pretensões do Brasil de efetivamente ter, como tem, liderado os países emergentes em todo o mundo, em função desta posição exclusivamente pessoal, de alguém que sentindo-se inseguro dentro do seu próprio país, e é uma das características próprias daqueles que se sentem fragilizados num determinado momento, procurar problemas externos, como aconteceu com o Presidente Galtieri, nas Ilhas Malvinas, quando se sentiu enfraquecido no seu poder.

Ora, nós podemos, em função de uma crise de abastecimento em que é obrigada a Venezuela importar alimentos, em que vive de uma monoeconomia, de repente, estarmos o Presidente Chávez entrando no MERCOSUL com um poder notável de criar problemas para os outros e tentar solucionar os seus próprios problemas através dos outros países. Porque é uma democracia formal, mas uma democracia, não de cinco poderes, de rigor de um poder só. Porque três poderes, o poder determinado do cidadão, Ministério Público, etc., Legislativo e Judiciário, são poderes atuóricos, e o poder da cidadania, que é o poder do povo, aquele que é consultado permanentemente, é um poder facilmente manipulável, no momento em que todos os meios de comunicação oficial estão efetivamente em mãos do Presidente Chávez. Por esta razão, não exclusão, mas um isolamento que nos leva à preocupação. E representando, como represento e discutimos essa matéria, o Conselho Superior de Direito, da FECOMERCIO, no Conselho de Estudos Estratégicos, devo fazer uma exposição agora dia 29 de junho no Conselho de Estudos Políticos e Estratégicos da FIESP exatamente sobre esse assunto, é que eu entendo não se deve dizer nem sim nem não, dizer talvez, mas aguardar. Porque aguardar é a melhor forma de vermos como é que o futuro definirá os caminhos que Chávez adotará e de que maneira todos esses trabalhos técnicos que são, a meu ver, preliminares, nós não deveríamos sequer estar discutindo aqui antes de termos todas as informações que os grupos técnicos não apresentaram. E há um dado que também me parece importante, quando se diz que nós estamos atrasando, ora, desde 2005 nós não temos da Venezuela as informações mais importantes, temos esses trabalhos concluídos. Se eles atrasaram durante quatro anos as informações necessárias porque nós temos que precipitar, aprovando antes para depois saber se efetivamente eles concordarão já que não se comprometeram, produto por produto, em todo acervo normativo apoiado integralmente, porque isso o Grupo de Trabalho assinado pelos quatro países e a Venezuela deveriam apresentar ao Senado e depois de termos, como acontece na União Européia, todos os países entraram. Entraram depois de aprovarem os requisitos. Tiveram os prazos de adaptação, mas tinham todos os pré-requisitos aprovados.

Por isso, democracia formal, não democracia estrutural. Um homem representa a Venezuela, é o seu Presidente Chávez. E por essa razão, como ele já não teve delicadeza com o Senado Brasileiro, não vejo porque excluirmos, devemos manter, a ACE 59, o acordo que vai até 2011, manter essas relações que vão indo muito bem. Mas só vamos dizer sim quando tivermos todos os elementos. O Senado brasileiro representa efetivamente a Federação brasileira. Todos os elementos para podermos decidir de uma vez por todas é um bom parceiro ou ainda não é o parceiro desejável? Por enquanto não temos os elementos suficientes, eu me sinto, como brasileiro, profundamente preocupado se viermos a ter alguém que possa, a todo momento, nas nossas relações comerciais internacionais, estar palpiteando e muitas vezes impedindo que o Brasil progrida em tais relações.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, professor. Então, para concluir as perguntas do Senador Collor, o Embaixador Antônio Simões.

**EMBAIXADOR ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES:** Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de comentar o seguinte: Existe, no caso da Venezuela, uma grande diferença entre o discurso e a realidade. O próprio Garcia Marques, que é colombiano, mas que no início aquilo era um país só, em que ele falava do realismo mágico, isso é uma coisa do cotidiano lá. Então, a gente vê que certas coisas em que o discurso às vezes aponta numa direção, a realidade mostra outra completamente diferente. Um exemplo disso é a questão que foi levantada muito apropriadamente pelo Senador Collor, sobre a questão da mobilização das tropas. De fato foi dito na televisão, pelo Presidente, que se mobilizasse tropas na fronteira com a Colômbia. Eu me lembro que naquela ocasião eu liguei para o Chanceler, conversei com ele e tudo, e o correspondente da Folha de São Paulo lá em Caracas me telefonou também e me disse que estava indo para a fronteira e eu pedi a ele que por favor, assim que chegasse e que visse o que estava ocorrendo, por favor, me ligasse e me desse algumas informações. Quatro dias depois... Ele foi no mesmo dia, quatro dias depois ele me telefonou dizendo que não havia chegado um único soldado, naquele momento havia falta de alimentos em Cara-

cas e não houve efetivamente nenhum deslocamento de tropas. Então, há uma diferença entre o discurso e a realidade. Em relação à questão dos portos e aeroportos, é semelhante. Na Constituição venezuelana, os portos e aeroportos pertencem à União. Aliás, como na Constituição Brasileira, o aeroporto de Brasília, que eu saiba, não é do Governador Arruda, ele é da União. Havia, de fato, uma possibilidade na Constituição de que os portos e aeroportos passassem para os Estados. E essa possibilidade foi utilizada durante um tempo, foi revogada depois da eleição, uns dizem que por razões políticas, porque se perdeu em alguns estados, outros dizem até que por razões fiscais, porque o porto de Maracaibo é um porto extremamente rentável e aquele dinheiro estava fazendo falta no caixa do Governo Federal. Isso, quando falta caixa no Governo Federal, o Governo Federal faz certas coisas e eu acho que não é só na Venezuela, acho que é em outros países também que esse tipo de coisa ocorre. Em função dessas diferenças, por exemplo, do que é o discurso e do que é a realidade, por exemplo, se fala muito do avanço da mídia pública lá e das restrições à mídia privada. Em termos de audiência, o que eu vejo, eu que estou lá vendo televisão todo dia e vejo muita televisão, porque muita coisa acontece na televisão, apenas 15% é a audiência de todas as TVs públicas juntas, 85% são de TVs privadas. Talvez até no Brasil deve ser uma coisa semelhante, eu imagino que todas as públicas... Deve ser mais ou menos isso, talvez um pouquinho menos, mas é muito semelhante. Mas, na realidade, a gente... quer dizer, é aquela coisa do discurso e da realidade. E aí que está, Senador, a razão pela qual me chamaram a serviço aqui, o Chanceler me chamou a serviço, foi para que eu pudesse conversar com os Senadores e mostrar aspectos que não estivessem claros, que houvesse essa distinção. E sobretudo, e aí é o aspecto mais importante da minha vinda anterior aqui, é chamar a atenção, muito claramente, de que são os interesses brasileiros. Eu fui muito claro, inclusive na visita a todos os 81 Senadores, em particular na visita que eu dediquei ao senhor, e lhe agradeço muito por haver me recebido, em mostrar claramente quais são os interesses brasileiros. Eu não defendi a Venezuela, eu sou Embaixador do Brasil, eu defendo o Brasil.

Agora, eu preciso mostrar, o Senado é totalmente independente para tomar qualquer decisão. Seja rejeitar, seja aprovar, enfim, isso é uma coisa que o Senado... Agora, eu creio que é muito importante, sobretudo num assunto em que as informações às vezes não são claras, e não são claras porque simplesmente, vamos ser sinceros, em termos da nossa realidade, há outros aspectos que são mais charmosos para sair nos jornais. Por exemplo, dificilmente eu leio no jornal que o maior superávit da balança comercial brasileiro é a Venezuela. Eu dificilmente leio no jornal que as empresas brasileiras têm 15 bilhões de contratos na Venezuela. Eu acredito, eu tenho certeza que como nós temos liberdade de imprensa, isso é uma coisa fantástica, isso decorre talvez por não ser tão charmoso, quer dizer, às vezes é mais charmoso falar da China, é mais charmoso falar da Argentina, enfim, tem outras coisas que no imaginário da nossa população e da nossa imprensa também, tem uma certa prioridade. Mas esses aspectos não têm, então acho que é importante que a gente seja capaz de trazer algum tipo de informação para poder elucidar esses aspectos.

Um outro ponto que o Senador comentou, o contrato da Dedini, eu vou verificar isso, não tenho certeza que é um contrato entre a Dedini diretamente e a PDVSA, mas há um contrato sim do fornecimento de uma grande usina de álcool, eu não sei se eles compraram diretamente ou compraram de terceiros, eu tenho que verificar, mas eu vou buscar isso, quer dizer, a Embaixada normalmente não é... Nós não somos supostos a ter todos os contratos, mas não tem importância, nós vamos atrás, vamos descobrir e vamos enviar o que houver, para ajudar a consideração dos Senadores.

Eu queria só dar uma última palavra em relação à questão de União Européia. A União Européia, ela desenvolveu, em 1993, o consenso de Copenhagen que estabelece critérios para a adesão. Mas ela desenvolveu isso a partir do momento que houve várias ondas de adesão. Na primeira onda de adesão não se pediu absolutamente nada, na segunda, na terceira, aí se estabeleceram os critérios. Mas mesmo em relação aos critérios de Copenhagen, há critérios políticos que superam esses critérios. E eu vou dar um exemplo muito concreto, que foi o ingresso da Romênia, que foi o último país. Ninguém tem dúvida que a Romênia dificilmente poderia preencher todos aqueles critérios, mas no momento da adesão, como havia uma razão política que superava isso, a própria União Europeia achou que isso era um fator determinante e seguiu adiante.

Então, acho que esses são os esclarecimentos que eu creio importantes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Embaixador. Senador Collor, só para uma réplica e depois o Senador--

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Embaixador, em relação à movimentação das tropas, quando daquele entrevero das FARC no território equatoriano, o movimento houve. Talvez o repórter em tela não tenha sido suficientemente diligente de estar

no lugar certo no momento certo, mas houve a ordem e a determinação para que lá fossem mobilizados, enviados esses tanques e esses armamentos, esses artefatos aí de guerra. Como também as movimentações que o Governo venezuelano vem fazendo na região de Essequibo, na divisa com a Venezuela, que deseja... Acho até que com alguma razão, retomar Essequibo para si e vem fazendo demonstrações de força naquela região, na divisa com a Guiana. Discurso e realidade. Discurso e realidade. O discurso em relação ao Presidente que aqui foi dito, em Salvador, e que foi captado uma conversa sem que se apercebessem os interlocutores em que um disse: "Não, fique tranquilo porque nós não vamos nacionalizar empresas brasileiras. Estamos nacionalizando somente argentinas." Discurso. A realidade. A nossa Presidente da Argentina liga e diz: "Vem cá, você falou isso?". "Não, não, eu falei foi uma brincadeira". Então, qual é o ingrediente entre uma conversa com dois chefes de Estado de assuntos de tamanha importância e envergadura? Até que ponto vai a ficção, até que ponto vai a brincadeira e até que ponto vai a realidade?

Isso que acabou de ser dito pelo Dr. Ives Gandra Martins, que se o interesse econômico existisse na proporção que é propalada, a Federação das Indústrias, a Federação do Comércio, elas seriam as primeiras a estarem mobilizadas e fazendo aqui conversas e promovendo encontros para demonstrar aos parlamentares, e especificamente nesse momento ao Senado da República, da importância do ingresso da Venezuela no MERCOSUL. A questão em relação ao chefe da Venezuela, é que ele nunca junta o discurso com a realidade. A realidade está muito distante do discurso que ele pratica no seu dia-a-dia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Collor, para concluir, por favor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Para concluir. Em relação à parceria comercial, não podemos nunca nos esquecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que o maior parceiro comercial da Venezuela são os Estados Unidos da América, eles são os maiores parceiros comerciais da Venezuela, eles é que compram todo o petróleo da Venezuela, a despeito do Presidente Chávez ficar dizendo que ele é o... Na época do Bush, mais, agora como aqui foi dito, o estilo... Muda-se o estilo, muda-se inteiramente a configuração de um país, como agora o Presidente Obama.

Então, são essas considerações que eu gostaria de fazer, agradecendo ao Sr. Presidente e as senhoras e Srs. Senadores.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O próximo inscrito é o Senador Suplicy, que é autor do Requerimento, mas então pela ordem o Senador Romero, líder do Governo.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem, vou precisar me retirar, mas queria em breves palavras, marcar duas posições. Primeiro aqui como líder do Governo, dizer que a prioridade do Governo realmente é votar essa matéria, é trabalhar pela inserção da Venezuela no MERCOSUL e nós temos feito isso abertamente, claramente, essa é uma posição do Governo. Mas quero aqui não reafirmar a posição do Governo, mas a minha posição como Senador de Roraima, ela é mais contundente do que como líder do Governo. Eu considero qualquer atraso nocivo para o Estado de Roraima. Independente, e respeito muito o Dr. Ives Gandra Martins, de São Paulo, mas o que é bom para São Paulo pode não ser bom para Roraima. Então me desculpe, mas nós não vamos aqui... Nós queremos discutir e votar.

Nós já tivemos três Audiências Públicas, eu quero deixar aqui um requerimento para que possa se pautar na próxima sessão a votação dessa matéria, já tivemos três requerimentos. Quero votar aqui, deixar meu voto contra qualquer outro requerimento de Audiência Pública, eu acho que os Senadores já estão bastante informados sobre essa situação. Essa é uma decisão política que vai se tomar aqui. Nós vamos escolher aqui desculpas técnicas para uma coisa ou para outra, para palavras que vão significar isolamento, adiamento, retardamento. Respeito a posição de todos, mas quero aqui como Senador de Roraima, defender a rápida votação dessa matéria, para nós é determinante, isso vai definir o futuro da Amazônia ocidental na relação com o desenvolvimento da região e portanto quero aqui, ao encerrar minhas palavras rapidamente, não quero tomar tempo, já que vou ter que sair, registrar o meu voto, o meu pedido, o meu requerimento, pedindo para que seja pautada a votação dessa matéria do Senador Tasso Jereissati, mesmo que seja o relatório contrário ou com algum tipo de observação.

Então eu peço que seja entregue o relatório e o meu voto contrário a qualquer requerimento que venha postergar, que venha fazer qualquer outro tipo de Audiência Pública, na verdade não vai servir mais para prestar qualquer informação, porque aqui os assuntos já estão se repetindo, as informações que eu ouvi aqui, já ouvi em duas outras Audiências Públicas. Então, muda o autor, muda a figura proeminente que vem aqui, mas existem posições políticas claras contra

e a favor, existem questões técnicas que estão superadas ou que estão sendo superadas. Existem questões que estão pendentes e que efetivamente serão concluídas não a curto prazo. Portanto, se nós decidirmos aqui que vamos esperar quatro anos para que todos os procedimentos sejam tomados, é uma decisão que na prática é o isolamento. Quer dizer, a palavra muda, mas a decisão, a leitura política é uma leitura clara, ou nós queremos a Venezuela no MERCOSUL ou nós não queremos a Venezuela no MERCOSUL. Essa é uma decisão que, usando qualquer tipo de palavra que se use, o Senado da República precisa tomar, tem o direito de tomar e como Senador de Roraima, vou cobrar que o Senado claramente, por votação nominal, tome essa posição.

Obrigado Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Romero, quero só esclarecer que nós recebemos pela manhã hoje a informação do Itamaraty sobre a reunião técnica, foi objeto do Requerimento. O Senador Tasso não apresentou ainda seu parecer, portanto não é possível fazer nenhuma marcação de pauta, o Senador Tasso esteve presente nas duas audiências anteriores, não pôde estar nessa--

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Então fica o apelo para que o Senador Tasso Jereissati, por favor, apresente o relatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Está ótimo. Eu vou passar a palavra ao Senador Mozarildo, que apresentou o Requerimento para a nova audiência, Senador Romero, então regimentalmente tenho que dar segmento a todo requerimento que é colocado. Cabe ao Governo, portanto, se posicionar em relação a novos requerimentos de audiência, como o Senador Mozarildo acabou de apresentar hoje. Nós temos Reunião Ordinária amanhã para a sabatina de Embaixadores e instaurar também esse novo Requerimento. Senador Mozarildo.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Senador Presidente, eu estou inscrito para fazer as indagações, mas em face da Questão de Ordem levantada pelo líder do Governo, eu quero dizer algumas coisas que me assustam. Esse Protocolo está aqui na Comissão de Relações Exteriores três meses, apenas. Três meses. Ficou na Câmara um ano. Um ano na Câmara. E ficou do dia 17... Aliás, na Comissão do MERCOSUL ficou também cerca de dois meses. Então, não sei porque agora essa sangria desatada, e aqui eu não sou só Senador por Roraima, não, sou Senador de Roraima, nascido lá, e também tenho muito interesse na inclusão da Venezuela no MERCOSUL, mas eu concordo plenamente com o Dr. Ives Gandra e com o Embaixador Celso Lafer. Porque o que interessa aqui é a questão de dosagem de tempo--

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** V. Exa. está concordando só com os dois?

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Só. Porque discordo do Embaixador e da... Lógico, se eu disse que só concordo com os dois é porque discordo dos outros. Aliás o Embaixador... Vou deixar para falar sobre o Embaixador e sobre a pesquisadora quando for a minha vez. Eu estou apenas dizendo que apresentei o requerimento, surpreendentemente nem foi lido e já há manifestação contrária a qualquer requerimento, e requeri que seja ouvido quem? O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governador do Amazonas, porque foi ouvido aqui o Governador de Roraima e esse comércio com a Venezuela aqui é feito Caracas- São Paulo, Caracas- Minas Gerais. Roraima e Amazonas quase não se beneficiam. Mas isso eu vou deixar pra daqui a pouco. Portanto eu espero que a gente possa efetivamente ver isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado. Eu quero só esclarecer que esse Projeto esteve na Câmara cerca de um ano e meio. Portanto, não há atraso excessivo aqui no Senado. No Senado, o Projeto chegou em março. Nós temos procurado dar andamento. Agora, na Câmara ficou um ano e meio, onde, Senador Jucá, o Governo tem uma maioria muito expressiva. Então poderia ter andado mais rápido lá.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, apenas para contraditar o seguinte: Primeiro, se ele ficou na Câmara um ano, não necessariamente precisa ficar um ano aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Não estou dizendo isso.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Depois, o processo foi formatado na Câmara, historicamente os projetos na Câmara demoram mais do que no Senado, todas os óbices, todas as questões já vieram no esclarecimento do procedimento que veio da Câmara, nós estamos aqui fazendo na verdade um processo suplementar de informação, não estamos começando do zero, começou do zero na Câmara. Agora, é bom que fiquem claras as posições divergentes. É bom que fique claro. Eu só peço que se vote, que se apresente o relatório, quem quiser votar contra, vota contra, quem quiser votar a favor, vota a favor. Nós estamos numa democracia.

[falas sobrepostas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O Senador Efraim tinha pedido a palavra.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Para contraditar. Só a questão de prazo... Eu nunca vi no regimento da Casa que se na Câmara passou um ano aqui tem que ser menos, não existe isso no regimento. Até porque quem realmente trata mais de Relações Exteriores é o Senado Federal, que precisa... Eu acho, eu vou pedir até... Vou solicitar ao próprio Mozarildo que acrescente. Eu estou com vontade de acrescentar nessa Audiência Pública aquele jovem que foi, se posicionou ao contrário lá naquela evolução. Porque recentemente o meu filho, que é Deputado Federal, esteve na Venezuela participando de um evento do Cedice, a Fundação, e lá o escritor muito conhecido, Mario Vargas Llosa, foi lá, passou por um constrangimento horrível, ao ponto de ser revistada toda a sua bagagem e inclusive o material que iria fazer. E o que acontece, Sr. Presidente, é que foi gravado. E a partir do dia seguinte tomou uma outra dimensão, e que fez a imigração do Sr. Chávez? Disse que o objetivo daquele, vamos dizer, constrangimento com o escritor e ex-candidato a Presidente do Peru, e que foi gravado pelo seu filho, o Álvaro, que é jornalista, disse exatamente que o objetivo era porque ele não fosse ali falar da política na casa dos outros, da política de lá, quer dizer, e o que o Sr. Chávez faz aqui no Brasil? O que ele faz no mundo a não ser só falar de política? Então, se pode falar ele em qualquer canto e no país dele não se pode falar de política? E lá meu filho ficou, inclusive era um dos debatedores, e ficou lá sitiado, com a polícia cercando, um ambiente fechado, com escutas, com pessoas infiltradas lá dentro, quer dizer, e nós vamos aceitar isso normalmente, sem discutir?

Então, não há essa pressa toda, não. É um direito nosso, é um direito do Senador Mozarildo apresentar sugestões aqui, pedir Audiência, como eu pretendo aí apresentar mais uma também. Eu acho que precisamos trazer algumas pessoas da oposição lá da Venezuela para discutir aqui mais claramente a situação do Presidente Chávez. Embaixador da Venezuela e outros mais.

Então, é isso que nós queremos. Nós queremos votar, não há nada contra essa votação, faço parte do Parlamento do MERCOSUL, vejo qual é o comportamento lá dos companheiros, sem direito a votos, mas mesmo assim o comportamento até estranho. Eu preciso. Eu concordo, vamos votar favorável e acho que o líder do governo está precipitado na hora em que "*quero votar. Vamos acabar com isso, vamos acabar com aquilo.*" Acho que nós somos todos de maiores, nós queremos esclarecimento, nós queremos o que for bom para o nosso país. E eu não acredito nesse tipo de ameaça: "*Se não entrar nós vamos cortar as relações*". Não acredito. É aquela história que ele ameaça, mas não faz.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado. Vou pedir só... O Senador Flexa tinha pedido aqui pela ordem, mas nós precisamos dar segmento--

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, desse jeito vira brincadeira. Porque cada um faz um discurso de posicionamento político, então... Eu também peço pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu estou pedindo exatamente que seja o mais rápido. Mas--

[falas sobrepostas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Flexa, rapidinho então para podermos seguir a lista de oradores.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** O Senador Inácio Arruda fica muito nervoso quando as manifestações são contrárias à ideologia dele.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Eu nem falei. Como é que você sabe de ideologia?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Não, você já está nervoso. Você já está nervoso.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Fica quieto, Flexa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Você já está nervoso.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Se trate lá da sua opinião, da minha você não pode tratar.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Inácio, eu estou com a palavra. Depois V. Exa. peça a palavra. Peça pelo art. 14, 18, 24, qualquer um que V. Exa. quiser.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Rapidinho, Senador Flexa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu acredito, e lastimo, a forma como o líder do Governo, Romero Jucá, colocou, de forma autoritária. Eu acho que o clima da Venezuela baixou no Senador Jucá, que ele coloca como se nós estivéssemos aqui para fazer aquilo que o Governo quer que se faça. Não, nós somos um poder independente, o Senado tem todo o direito de discutir a matéria com cautela, com cuidado. Nós temos dois ex-Presidentes da República declaradamente contrários à entrada da Venezuela no MERCOSUL, ex-Presidente Sarney e ex-Presidente Fernando Collor. Contrários. A minha posição, eu já disse ao Embaixador Antonio José, quero parabenizá-lo pelo trabalho, ele está muito mais no Brasil do que na Venezuela, acho que V. Exa. deveria estar lá tratando dos assuntos. Mas, acredito que existem projetos aqui

para concluir que os Senadores da base do Governo prendem o Projeto por um ano, um ano e meio, dois anos sem dar parecer. E quando eles têm interesse, querem atropelar. Não vamos atropelar, não, vamos discutir. Eu vou pedir mais uma Audiência Pública, eu ainda tenho dúvida. Quero tentar atender o Embaixador, mas hoje sou contra a entrada da Venezuela no MERCOSUL.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Geraldo Mesquita, que é nosso Vice-Presidente, pediu a palavra também pela ordem. Também ele é sempre rápido.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Nós temos que seguir a ordem.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Mas é pela primeira vez, pela ordem.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Pela ordem também, Sr. Presidente. Pela ordem também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O Senador Geraldo Mesquita pediu primeiro.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Eu peço pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas foi primeiro o Senador Geraldo Mesquita.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Presidente, eu queria saber se nós vamos prosseguir com a nossa sessão, normalmente. Eu queria saber a ordem que eu estou inscrito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** O senhor é o quarto. Logo agora o Senador Suplicy, Senador João Pedro, e Senador Geraldo Mesquita.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** E eu queria sugerir blocos de três parlamentares fazendo questionamentos, pra que a gente dê celeridade a essa reunião. E o Senador Collor inaugurou aqui a réplica. Acho que tem 12 Senadores inscritos. Se todos forem replicar, então é melhor a gente marcar uma audiência para à tarde para continuar isso aqui, porque não vai dar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Está certo, Senador. Vamos então passar a palavra ao Senador... Ah, não, agora o Sr. Senador Valadares pediu pela ordem.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, acho que toda discussão leva à luz. Todo debate é importante. Notadamente, quando nós estamos numa Comissão do Senado, que é uma instituição democrática, que deve ouvir todas as opiniões, todos os segmentos envolvidos em qualquer questão, como esta relativa à integração da Venezuela no MERCOSUL. Participam do MERCOSUL, como sabe V. Exa., o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Seria a inclusão de mais um país da América Latina nesse Fórum que eu considero importante do ponto de vista econômico. Tem suas repercussões políticas, mas é fundamentalmente uma união de países com um objetivo econômico, de trazer para dentro de suas economias investimentos de forma integrada e com esses investimentos possam se beneficiar. Eu acho que o problema ideológico...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Valadares, vou pedir também--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, eu acho que o problema ideológico ou o problema, vamos dizer assim, da tendência autoritária ou populista de um Governo não vai influenciar, por exemplo, no posicionamento do Brasil no MERCOSUL, porque nós já temos uma posição definida do ponto de vista--

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** [pronunciamento fora do microfone]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Valadares, o Senador Mesquita tem razão. Vamos passar--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Nós já temos, Sr. Presidente, um posicionamento político, um posicionamento constitucional. Nós somos uma democracia permanente em nosso país. E não haverá nenhum contágio da Venezuela com relação à nossa disposição em continuarmos com a democracia construtiva, uma democracia que hoje é exemplo no mundo inteiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Está ótimo. Muito obrigado. Vamos seguir então a lista de oradores. Senador Suplicy, e como foi proposto pelo Senador Mesquita, em seguida o Senador João Pedro e o Senador Geraldo Mesquita. Faremos então os três em bloco. Logo em seguida tem o Pedro Simon e Senador Inácio Arruda. Senador Suplicy.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** [pronunciamento fora do microfone]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Valadares, o senhor teve oportunidade de falar, Senador Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** [pronunciamento fora do microfone]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas é porque a questão pela ordem... A questão pela ordem não estava exatamente...

Porque os outros... Tem muitos Senadores aguardando aqui há muito tempo. Senador Suplicy.

Senador Suplicy, Senador João Pedro, Senador Geraldo Mesquita. Depois temos Senador Pedro Simon, eu próprio, Senador Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Flexa Ribeiro e Senador Arthur Virgílio. Senadora Rosalba pede aqui também a inscrição.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, acho que foi importante esta iniciativa do Senador Fernando Collor de convidar o Dr. Ives Gandra da Silva Martins, ex-Ministro Celso Lafer e também avaliei que seria importante então ouvirmos o Embaixador Antônio José Ferreira Simões e a Profª. Maria Regina Soares de Lima.

Eu quero primeiro aqui expressar uma discordância de avaliação com o Senador Fernando Collor, porque ao afirmar que o Embaixador Antônio José Ferreira Simões estaria aqui defendendo o interesse da Venezuela, acho que ele com muita clareza expressou que ele aqui veio conversar conosco, os 81 Senadores, para defender o que considera o Governo Brasileiro e ele próprio o interesse do Brasil, e eu estou de pleno acordo que os esclarecimentos que o senhor tem nos dado referem-se todos ao interesse maior de nossa nação. Sim, que o... Mas eu acho importante que ele tenha vindo aqui e eu quero aqui inclusive testemunhar que quando eu próprio havia sugerido que então pudéssemos nesta Audiência convidar o... Já que o Ministro Celso Amorim já tinha vindo, mas que pudesse vir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Executivo, que também conhece muito o tema da Venezuela e o MERCOSUL, foi o próprio Samuel, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães quem sugeriu que viesse o Embaixador Antônio José Ferreira Simões, que conforme está nos demonstrando, está muito bem a par daquilo que acontece na Venezuela e das razões pelas quais o seu ingresso no MERCOSUL é de interesse maior da nação brasileira.

Eu acho muito importante que nós tenhamos ouvido aqui tanto do Embaixador Antônio José Ferreira Simões e da Profª. Maria Regina Soares de Lima, que diferentemente do que nos expuseram o Prof. Celso Lafer e o Dr. Ives Gandra da Silva Martins, há avanços consideráveis nas instituições democráticas da Venezuela, ainda que possa haver alguns aspectos com os quais eu, por exemplo, não concordo. Eu não teria sugerido ao Presidente Hugo Chávez que tivesse o direito indefinido de reeleição. Eu noto que alguns Senadores aqui da oposição temem que pudesse esta vontade de o Presidente Hugo Chávez ter o direito de reeleição, viesse a se propagar aqui dentro. Mas todos nós temos tido conhecimento público da firme intenção do Presidente Luís Inácio Lula da Silva de não se colocar a favor de uma terceira oportunidade de reeleição seguida, e portanto não precisaria haver este temor.

Mas é muito importante nós aqui sabermos que até há pouco não havia na Venezuela eleições municipais para prefeitos, para Governadores e que agora, durante o Governo do Presidente Chávez, passou a haver isto. É muito importante também que nós tenhamos tido conhecimento de que antes o número de eleitores era limitado e que agora é muito maior a participação nas eleições da população da Venezuela. É muito importante nós conhecermos os detalhes sobre como é que na Venezuela há avanços em relação àquilo que há no Brasil, e que nós estamos aqui examinando. Por exemplo, está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Projeto para introduzir a revogação de mandato se, porventura, o chefe do Executivo Municipal, Estadual, Nacional, não estiver procedendo adequadamente, então está se examinando a forma eventual de termos a revogação de mandato, a exemplo do que existe na Venezuela e que existe, por exemplo, em alguns dos estados nos Estados Unidos, como aconteceu inclusive na Califórnia, há não muito tempo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Suplicy, queria pedir o poder de síntese pra gente--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu pude aguardar muito bem todo o tempo que o Senador Fernando Collor teve como autor do requerimento e gostaria de ter tempo semelhante, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas em consideração aos demais, Senador Suplicy. Tem colegas seus querendo falar.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu vou replicar o tempo equivalente. E gostaria aqui de expressar, inclusive de perguntar ao Dr. Ives Gandra da Silva Martins e Celso Lafer, inclusive o Dr. Ives e Celso Lafer, ambos são pessoas que os tenho como amigos de há muitos anos, colega na GV e de convivência de 40 anos também com o Dr. Ives, então com muito carinho que eu quero lhes perguntar quando em 1975, durante o Governo Militar, o Brasil resolveu reconhecer o primeiro governo depois da independência de Angola, que era um Governo de natureza marxista, então o Brasil avaliou que era muito importante fazer aquele reconhecimento, inclusive num regime militar que tinha uma convicção completamente contrária ao marxismo, mas, entretanto, avaliou que para nos aproximar da África, inclusive de uma ex-colônia portuguesa que estava tendo a sua independência, nós poderíamos reconhecer, e isto aconteceu, o que propiciou ao Brasil uma aproximação muito interessante

em relação a todo continente africano, então acho que é importante.

Eu gostaria aqui, e tendo em conta que a professora Maria Regina aqui enfatizou a relevância da nova atitude, e também o próprio Embaixador Simões, do Presidente Barack Obama, de se abrir e de ter uma atitude de muito maior inclusão de todos os países das Américas e nos cinco continentes, mas eu gostaria aqui de fazer uma reflexão, inclusive convidar o Senador Fernando Collor a pensar o seguinte, em que medida o bloqueio dos Estados Unidos em relação a Cuba não dificultou, em muito, a própria democratização das instituições cubanas? Eu tenho a convicção de que na medida em que se acabar com o bloqueio econômico, cultural e diplomático dos Estados Unidos em relação a Cuba, certamente Cuba vai ter um movimento em direção à democratização das suas instituições muito acelerado, inclusive com maior número de visita de cidadãos americanos a Cuba e vice-versa, de cubanos indo aos Estados Unidos. Da mesma maneira eu quero aqui fazer um paralelo, se nós excluirmos ou adiarmos indefinidamente a inclusão da Venezuela no MERCOSUL, nós vamos ter é um movimento reverso. Por outro lado, se aprovarmos o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, eu tenho a convicção de que o exemplo tão positivo que as instituições brasileiras têm dado aos outros países da América Latina, vai se alardear mais. Eu quero aqui inclusive expressar o testemunho que tive quando, na semana passada, na segunda-feira da semana passada, por ocasião da posse do Presidente Maurício Funes, em El Salvador, ele expressou ali, foi muito aplaudido quando disse que tinha... E perante 16 chefes de Estado, que tinha dois exemplos muito importantes para ele se espelhar, o Presidente Barack Obama, ali representado pela secretária de Estado Hilary Clinton, e pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Ou seja, no âmbito da América Central, ali perto da Venezuela, esta expressão de um Presidente que não está pedindo o direito a uma terceira reeleição, que tem sido reconhecido por um procedimento democrático no Brasil, se espalha inclusive pela América Central e pelo Caribe e ali na região da Venezuela.

Com respeito à questão da expressão do Presidente Chávez sobre o Senado Brasileiro, eu quero transmitir, prezado Dr. Ives Gandra, que eu próprio, e estava ao lado o Embaixador João Carlos Sousa Gomes, numa conferência do Presidente Hugo Chávez em Caracas, eu tive a oportunidade porque ele me deu o microfone para falar em transmissão direta pela TV pública da Venezuela, e eu transmiti a ele diante daquele episódio "*eu quero lhe dizer, Presidente Hugo Chávez, que o Senado Brasileiro de maneira alguma é submisso aos interesses do Governo dos Estados Unidos ou aos Estados Unidos da América, haja vista que quando houve aqui... Houve a decisão do Governo George Walker Bush, de intervir militarmente no Iraque, praticamente todo o Senado e os Senadores de todos os partidos se manifestaram criticando aquela atitude no que tiveram e respaldando a atitude do Governo Brasileiro que não apoiou*". E eu tive a oportunidade de dizer isso ao Presidente Hugo Chávez, de maneira pública. Então, estas coisas eu acho que são importantes esclarecer.

Mas gostaria de fazer algumas perguntas pontuais. Quando aqui estiveram alguns empresários, alguns mencionaram uma eventual dificuldade de pagamentos às exportações brasileiras, e eu gostaria que o Embaixador possa nos esclarecer se tem havido, se essas dificuldades, do ponto de vista cambial e tudo, estão sendo superadas e qual a ação inclusive da Embaixada do Brasil para superar este eventual problema.

No que diz respeito a um ponto que o Senador Fernando Collor mencionou, queria dizer que em verdade a Venezuela tem um gasto em relação ao PIB de despesas militares da ordem de 1,5%, que é um pouco menor do que a proporção do Brasil, e bem menor, de cerca de 3% em relação ao PIB, que a Colômbia e o Chile têm. Então, não é um Estado que está realizando extraordinários gastos em relação ao que nós mesmos fazemos, e queria lembrar que ali, o que houve de intervenção militar foi a Colômbia que invadiu o território do Equador com armas, aí sim, e não a Venezuela. E o protocolo de Ushuaia prevê possível expulsão do MERCOSUL se houver ruptura da ordem democrática. Mas há, de fato, uma ruptura de ordem democrática na Venezuela, onde nós estamos ouvindo aqui que a imprensa venezuelana tem hoje um número de órgãos que são muito críticos, e gostaria inclusive de pedir ao Embaixador Antônio José Ferreira Simões, que possa nos contar um pouco de como é que foi o episódio da visita do escritor Mário Vargas Llosa, porque isso repercutiu internacionalmente, mas em que medida pôde ele então, na Venezuela, em que pese o episódio havido no aeroporto, aqui mencionado pelo Senador Efraim, mas em que medida ele dialogou, fez palestras, conversou com as pessoas, foi entrevistado pela imprensa, enfim, para nos revelar um pouco qual foi o grau de... Eu sei que o Presidente Hugo Chávez, depois de tê-lo até mencionado, quem sabe possamos fazer um debate público na televisão, acabou desistindo dessa ideia, mas em que medida pôde Mário Vargas Llosa se expressar com toda liberdade dentro do território venezuelano, em que medida isso inclusive foi divulgado pelos órgãos de imprensa que foi algo que aconteceu recentemente.

Mas, em especial, ao conhecedor tão bem da Constituição da Venezuela, Prof. Ives Gandra da Silva Martins. Como... Inclusive o senhor me relatou que conhece bem a Constituição da Venezuela, do Equador, do Brasil, e que estudou-as. Há um ponto importante, a Constituição Brasileira e a da Venezuela sobre este ponto têm um ponto em comum. Ambos dizem querer e têm como objetivo fundamental da nação a integração com os povos da América Latina. E em que medida nós devemos ter a perspectiva do longo prazo, a perspectiva da Constituição, dos objetivos nacionais e não apenas de um Governo, porque eu acho que este ponto é muito importante para a decisão que estamos aqui tomando.

Muito obrigado.

**[troca de presidência]**

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Artigo 14 por gentileza, Sr. Presidente. Fui citado pelo Senador Eduardo Suplicy. Apenas para alguns esclarecimentos, se V. Exa. permitir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Perfeito. Tem amparo regimental. Só gostaria que realmente fôssemos mais breves, porque nós estamos vendo que havendo o esvaziamento, termina não havendo--

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Será breve. Porque são pontos importantes. Eu em nenhum momento desmereci a presença do Sr. Embaixador Simões aqui nos nossos encontros e nas nossas reuniões, eu apenas perguntei a ele se é da prática da Secretaria de Estado destacar um Embaixador do Brasil num determinado país a vir ao Brasil e defender os interesses desse determinado país, no caso a Venezuela. Perguntei se isso era uma prática comum da Secretaria de Estado. Mas em nenhum momento desmereci, ao contrário, acho que a presença de V. Exa. vem ajudando muito aos nossos debates.

Em segundo lugar, eu não disse que a Venezuela invadiu o território colombiano, equatoriano. Eu disse, sim, o que é um fato comprovado, de que houve a determinação de que tropas venezuelanas fossem mobilizadas rumo à fronteira, não somente na questão do episódio que houve entre o Equador e a Colômbia, mas também em relação à província de Essequibo, na Colômbia.

Eram esses esclarecimentos que eu gostaria de dar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Nós tínhamos combinado, Embaixador, que íamos... Vou seguir o que acertou o Presidente de ouvir três Senadores e depois então, senão não terminamos e não temos Senadores para serem ouvidos. Então eu quero agora dar a palavra ao Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Convidados.

Primeiro eu quero destacar o esforço da Comissão de Relações Exteriores em fazer esse debate. Eu tomei uma iniciativa de mediar um encontro por conta desse debate, do Embaixador da Venezuela com o relator da matéria, que é o Senador Tasso Jereissati. Tiveram uma conversa aqui no gabinete do Senador Tasso Jereissati acerca desse debate. Eu considero esse debate muito importante, mas às vezes eu fico me questionando porque se discute no debate da adesão ao bloco, ao MERCOSUL, nós acabamos reduzindo para a relação Brasil-Venezuela. Não se discute a estratégia do Brasil no MERCOSUL e da importância da Venezuela no MERCOSUL. Se discute pouco isso. E o MERCOSUL vem andando, houve momentos na história recente de muitas dificuldades do bloco e está aí os blocos se organizando, por conta do contexto internacional, por conta do contexto econômico, social... Pra mim é urgente a ampliação do bloco do MERCOSUL e principalmente com a Venezuela, pelo papel estratégico da Venezuela. Nós temos que discutir o MERCOSUL. É claro que a Profª. Maria Regina, ela apresentou uma série de aspectos importantes desse debate. Produtos que a Venezuela compra do Brasil. Eu quero dizer um, não diminuir o debate, mas para destacar, do ponto de vista regional, a Zona Franca de Manaus, que tem um PIB de mais de 30 bilhões de dólares, 34 bilhões de dólares, e que preserva a nossa floresta por conta da dinâmica econômica do parque industrial, depois da Argentina, dos produtos produzidos na Zona Franca, com esse faturamento de 34 bilhões, é a Venezuela. Os celulares do parque, a maior produção é comprada pela Venezuela. A energia, hoje, de Roraima, parte da energia significativa de Roraima vem da Venezuela. Enfim, eu quero dizer que nós precisamos olhar o papel estratégico do MERCOSUL e considero que a adesão da Venezuela ao MERCOSUL é uma quebra da relação do Brasil com os países do norte do Brasil. Meu Deus, como é difícil o Brasil ter uma relação com os países que compõem o norte do Brasil. A Pan Amazônia. Precisamos quebrar isso. E penso que na hora em que se diz que o Senado, foi colocado aqui, representa a nossa Federação, é verdade. Nós temos que ter um olhar então para o Estado da Venezuela, e a gente acaba discutindo o Presidente Hugo Chávez. Presidente eleito, presidente eleito.

Então, eu quero dizer que há bem pouco tempo... E aí vai se colocando questões para que na conclusão, e eu quero dizer com a maior tranquilidade, com o emi-

nente Jurista Ives Gandra, que, no final, se diz: "Não, vamos aguardar. Vamos aguardar". Mas, na discussão, se coloca insegurança política. Há 10 anos atrás, um grande empresário do Brasil falava que a eleição do Presidente Lula simbolizava insegurança política, que centenas de empresários sairiam do Brasil em 89 por conta da eleição do Presidente Lula, quer dizer, é preciso analisar com mais cautela essa posição do Senado, por conta dessas terminologias, da imprudência, existe imprudência. É preciso que o Senado olhe. Por isso que não qualifica o debate, como se foi colocado aqui, a Venezuela do Presidente Chávez. A Venezuela não é do Presidente Chávez. Eu vejo a Venezuela... Primeiro eu destaco a oposição na Venezuela. A oposição, a dinâmica, a audácia. Todos os dias os jornais da Venezuela, os grandes jornais, confrontam as posições do Presidente Hugo Chávez. Todos os dias. É uma oposição forte. Pra mim isso mostra democracia, a dinâmica, a vitalidade.

Eu não posso deixar de destacar essa obra que apareceu de forma muito forte no Governo do Presidente Hugo Chávez, que é a diminuição da pobreza na Venezuela. Essa é a grande obra do Presidente Chávez, é a pobreza, o combate à pobreza, a diminuição da pobreza. Esse país que, dependendo de como mensurar, é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, mas a bem pouco tempo a maioria da sua população estava abaixo da linha da pobreza, a bem pouco tempo. E foi Hugo Chávez que quebrou essa mazela, essa indignação de impor a pobreza absoluta a seres humanos. Essa é a grande obra, pra mim, do Hugo Chávez.

E nós precisamos, do meu ponto de vista, quebrar, o MERCOSUL tem esse papel de ampliar sua relação com os países do norte do Brasil. Eu tenho mil quinhentas e tantas divergências sobre a postura de Uribe, do Presidente Uribe, mas eu penso que a Colômbia deveria participar desse bloco por conta da sua população, por conta da sua economia, por conta da sua pujança. Da mesma forma o Peru. No aspecto de ampliar o MERCOSUL, nós estamos lentos. Não só o Brasil, precisa quebrar isso sobre o sentido de ampliar o MERCOSUL e trabalhar questões não só do ponto de vista no caso lá da Amazônia, a pan Amazônia, econômico, cultural. Nós precisamos ampliar isso, a relação dos povos do norte do Brasil, da pan Amazônia, do ponto de vista cultural, da relação cultural, de estudarmos a Amazônia, da ciência e da tecnologia. Precisamos fazer isso. Então, o Presidente Hugo Chávez tem mandato. Tem mandato. Tem fim o mandato. E o Brasil precisa tomar, o Senado da República precisa tomar essa decisão de ampliarmos o MERCOSUL. Nem ampliarmos a relação do Brasil com a Venezuela, que nesses últimos anos ampliou consideravelmente. Nós temos um bilhão de superávit na relação Brasil... Mas não é isso, é o MERCOSUL que tem que ser ampliado com esse, que é um grande país da América Latina, que é a Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado. Senador Mozarildo, eu pediria que assumisse aqui novamente porque o próximo aqui da lista sou eu. Eu quero fazer a pergunta. E depois o Senador Inácio Arruda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Com muito prazer, vamos ouvir o Presidente, Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Quero só primeiro dizer que na verdade o meu partido, o PSDB, não tem uma posição tomada. Nós estamos altamente aguardando mais informações, estamos discutindo, estamos levando em consideração os argumentos a favor e contra. Eu participei há 15 dias atrás na Federação das indústrias de Minas Gerais uma reunião que estava presente também o representante do Presidente da Federação das Indústria do Rio Grande do Sul e também representante da federação das indústrias de Pernambuco. E há unanimidade contrária, ou de preocupação com a entrada da Venezuela. Quer dizer, acho que foi muito bem colocado aqui. Quer dizer, os argumentos comerciais, na verdade são contrapostos por quem se interessa pelo comércio, que são as Federações de Comércio e industriais. Isso gera realmente uma dúvida, uma insegurança. Se quem está comercializando, está com dúvida, por que nós não podemos ter dúvidas?

E dois pontos aqui, Embaixador, eu queria colocar. Quer dizer, claro que podem ser questões eventuais, mas começa muito mal. As vendas de automóveis estão zeradas em 2009. A FIAT automóveis, e foi dito publicamente, de maneira que eu posso dizer aqui, ela chegou a vender 20 mil automóveis, 20 mil veículos por ano. Ela vendeu zero. Ela está com um pedido de guia de importação desde setembro. Setembro do ano passado até junho desse ano. Guia de importação burocraticamente paralisada. Quer dizer, é esse o tipo de comércio que nós queremos, em que existe uma posição dessa? A Colômbia vendeu 10 mil veículos, mas foi preciso interferência direta do Presidente Uribe para poder fazer a negociação e possibilitar essa venda. Então, essas foram as informações que foram dadas nessa reunião da Federação das Indústrias. A inadimplência, a inadimplência não dos compradores, mas do Governo da Venezuela, está de quatro a seis meses. Os vendedores de carne do Brasil vendem, o comprador paga, o Banco Central da Venezuela segura

o dinheiro. Os vendedores de aço brasileiro vendem, pagam e o Governo segura. Quatro a seis meses, foi a informação que me foi dada lá, Presidente Collor, nessa reunião. Isso preocupa. É evidente que inadimplência é uma coisa momentânea. Mas começa desse jeito, quer dizer, o país quer entrar e já tem inadimplência, já tem burocracia de não dar guia de importação... Quem que nós vamos ter em relação a isso? Vamos ter represálias? Me parece que não é esse o caminho. Quer dizer, nós estamos com medo de represálias do Presidente Chávez, se o Brasil demorar a aprovar? Não me parece que seja o caminho mais adequado. De maneira que apenas um ponto positivo foi colocado. A Usiminas foi desapropriada, sim. A Usiminas tinha participação numa indústria siderúrgica lá, então, não é verdade que empresas brasileiras não tenham sido nacionalizadas. A empresa que foi nacionalizada de siderúrgica lá tinha uma participação da Usiminas. Único ponto positivo é que está se pagando, a informação é que eles pagaram e estão pagando normalmente e então diga-se com justiça que está sendo pago. Agora, as empresas brasileiras não estão imunes a nada, não. Esse é um caso, ela não era uma empresa genuinamente brasileira, mas tinha uma participação significativa de uma empresa mineira, que é a Usiminas. De maneira que eu quero só colocar esses pontos, foram pontos que foram colocados numa reunião que até meu surpreendeu, pela colocação tão forte dos representantes da indústria que estavam lá, no sentido do seu temor em relação à conturbação do processo do MERCOSUL, que já não anda bem, diga-se de passagem. Eu também sou parlamentar do MERCOSUL, nós já temos problemas vários com a Argentina, a Argentina tem passado por cima das regras do MERCOSUL, a China está tomando o mercado brasileiro, os dados do MERCOSUL são claríssimos, o Brasil teve superávit com o MERCOSUL e não tem esse ano, já está zerado, vai zerar, e vai ter provavelmente déficit com o MERCOSUL este ano, que a Argentina, que era a principal responsável pelo superávit, ela está comprando da China, está substituindo o Brasil pela China. Ela não está dando a preferência ao Brasil, ela está preferindo comprar da China.

Então, são algumas considerações que eu queria colocar aqui nessa questão, que me parece que nós estamos procurando aqui realmente mais informações para evitar realmente que tenhamos uma dificuldade adicional com a entrada de um novo país, que é importante, sim, que a Venezuela como país possa entrar no MERCOSUL, mas eu reitero, eu não sei também se esse é o momento. E só para fazer justiça, houve aí uma comparação de que... Comparando o Chávez com Presidente Lula. É injustiça. O Presidente Lula trabalha com os Governadores, como trabalha com o Governador Aécio Neves do meu estado. Então, não vamos ser injustos com o Presidente Lula, não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Senador Azeredo, como havia... Senador Azeredo, como V. Exa. havia determinado, acordado, ouviríamos três Senadores e depois ouviríamos os explanadores. Eu pergunto se prosseguimos assim ou se ouvimos todos que estão presentes, já que me foi alertado aqui pelo Dr. Ives Gandra que eles têm questão de voo com isso aí. Pergunto ao Presidente e aos Srs. Senadores.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu pergunto ao Plenário. Se o Plenário...

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** O Plenário concordar que todos falem...

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Eu opino por todos, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Todos. Então ótimo. Então vamos ouvir a todos. Em seguida ao Senador Azeredo, vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acho que nós temos ouvido com muita paciência aqui na Comissão as várias Audiências Públicas. Essa é a terceira Audiência Pública. E de fato há um certo sentido de uma demarcação política, entre Senadores e também, muitas vezes, entre os convidados. E acho que isso não está errado, não, acho que é bom que as posições políticas elas cada vez fiquem mais explícitas, fiquem mais claras. Acho que isso ajuda a nós a tomarmos decisões. É bom a gente sempre ter esse entendimento que as coisas vão num processo cumulativo. O MERCOSUL ele vem lá detrás. Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique. Esses países todos têm discutido intensamente, aconteceram alterações substanciais na América do Sul. Substanciais, do ponto de vista político, que pode não agradar a A, B, C ou D, mas aconteceram e elas são marcantes. A opção da Venezuela e do povo venezuelano é que, querendo ou não, há um Governo mais popular. Esse que é o problema central, é um Governo que é diferente. Como aconteceu no Brasil, querendo ou não, o Governo do Brasil também é um Governo de feição mais popular, essa é uma mudança política. Nós tivemos grandes mudanças do ponto de vista ideológico, que às vezes também se quer fazer essa demarcação ideológica sobre a questão da República Bolivariana, que Bolívar nem socialista era, apesar do Abreu Lima ter feito nos primeiros livros sobre o socialismo na América Latina, mas esse nem

socialista era, muito pelo contrário, era um liberal. Isso que era o Bolívar.

E as relações que estão estabelecidas entre nós, digamos assim, recentemente, elas assistiram essa alteração na Venezuela, no Brasil, na Bolívia, no Equador, no Paraguai, mesmo na Argentina, mesmo no Uruguai, o Chile já vem de mais tempo, numa demarcação diferenciada, uma velocidade mais baixa, do ponto de vista dessa relação, mas também fez alterações. Na América Central também tem ocorrido alterações nesse sentido, que tem mais natureza política, são governos do campo da esquerda, do campo popular, muitos questionaram a política americana que, aí sim, era central para a América do Sul, esse que era o problema central do ponto de vista político, muitas vezes não ideológico, porque os americanos nunca fizeram essa diferenciação. É tanto que tem relações ótimas com a China, mas impõe uma relação diferenciada com Cuba. Se fosse do ponto de vista ideológico, não teria. Mas impuseram, pelas relações de proximidade e enfrentamento na América Latina com os americanos, então eles impuseram essa relação. Então, acho que essa aqui é uma questão central, o MERCOSUL é importante para o Brasil. Esse é um problema chave. Não é um problema de Chávez, é um problema chave para o Brasil. E tem o Chávez, que esse governa a Venezuela. Mas para nós não é importante? Não é significativo do ponto de vista estratégico, geopolítico para o Brasil, nós considerarmos a entrada da Venezuela? De preferência o mais rápido possível, por quê? Porque o mais rápido possível também é fator de atração de Uribe, que não tem manchete nenhuma contra ele, na livre imprensa brasileira, não tem manchete nenhuma em relação a Uribe, mas ele acaba de aprovar no Parlamento colombiano a discussão sobre o terceiro mandato, lá não tem problema nenhum, o Uribe não tem problema nenhum, eu acho que com Uribe ou sem Uribe, nós temos que atrair a Colômbia. Com Uribe ou sem Uribe. As minhas opiniões em relação a ele eu darei. Mas eu acho que se tiver um terceiro mandato e ganhar Uribe, o nosso papel do Brasil é atrair a Colômbia para cá. Eu acho que ajuda mais, do ponto de vista de segurança e de solução de um confronto interno, uma guerra civil na Colômbia, de décadas, nós estarmos com a Colômbia aqui do que ela fora. Eu acho que aqui é o rumo que nós devemos tratar, do ponto de vista político, porque se nós formos examinar a questão sempre do ponto de vista técnico, que tem sentido, tem razão, porque nós vamos fazer contratos, nós temos contratos com o Brasil, toda hora nós temos que mudar contratos no Brasil.

Então, esse problema, se nós formos examinar dessa ótica, nós não faremos. O MERCOSUL existe porque existe uma decisão política. E é significativo, do ponto de vista político, na frente, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e do ponto de vista da democracia na região.

Acho que aqui que está a questão central. Senão, companheiro, nós vamos ficar fazendo essa demarcação até a hora de votar. Não tem problema, nós fazemos. Mas do ponto de vista mais geral, esse problema, o fundo dele é de natureza política e tem grande interesse para o Brasil. Não é problema de Hugo Chávez, porque senão nós fazemos discurso ideológico. E do ponto de vista do discurso ideológico, então mesmo desconsiderando a atitude do Chávez muitas vezes de fazer uma retórica exagerada, que acho que tem sentido para dentro do seu país, ele fala mais para dentro do que para fora, nós estamos mais próximos da opinião dele do que da opinião de muitos colegas Senadores, mas a discussão não é essa, ou mesmo dos nossos convidados. Eu não posso colocar essa discussão ideológica na frente, o meu partido não pode fazer isso, não deve fazer, mas nós temos uma posição ideológica muito diferente. Eu sou do partido economista do Brasil e tenho uma opinião muito diferente de muitos dos senhores que estão aqui. Mas eu não posso colocar isso, porque nós estamos tendo em conta o nosso país, o nosso interesse, o interesse maior da nossa nação e desse ponto de vista interessa politicamente, e do ponto de vista da geopolítica da região, o ingresso da Venezuela. Vamos então anotar. Bom, então cláusula democrática, vamos examinar. Quer dizer, qual é a democracia da Venezuela? Ela pode ser diferenciada da nossa, não tem que ser igual. Então, vamos anotar. Tem democracia na Venezuela ou não tem? A oposição fala ou não fala? Sinceramente, a gente pode estar falando de gente que nunca foi na Venezuela, mas quem já foi pôde ver lá a televisão. A televisão, o tipo de discussão na televisão da Venezuela, sinceramente, Sr. Presidente, eu me dirijo até aos diplomatas, nosso Ministro Celso Lafer, nosso Embaixador Antonio José Ferreira, não tem diplomacia nenhuma. Sinceramente. É um confronto brutal na televisão. Contra. É um embate--

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Então é um elogio à oposição brasileira. Isso é um elogio à nossa oposição brasileira.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** É verdade. É por isso. Já vale como elogio. É um confronto brutal e direto e diário, senhores. Diário. Permanente. Os senhores sabem disso. Os senhores veem isso. Então, dizer que... Sinceramente. Isso é brincadeira. Agora, eu posso dizer o seguinte, é que desse ponto de vista político e ideológico, esse cara não é o cara. Então, deixa fora, mas aí é outra ques-

tão. Agora, vamos ver o Brasil, vamos ver a geopolítica da nossa região. Aí, sinceramente, senhores, vão me desculpar, não é um problema técnico que vai criar um embaraço ou pode criar um embaraço. Do ponto de vista da democracia, é questionável, porque o cara foi golpeado, foi posto pra fora. Teve interferência direta dos americanos, todos nós sabemos disso aqui, todos nós. E se agora se levantou até o embargo a Cuba, na OEA. E se levantou, é porque as relações políticas se alteraram profundamente na OEA, não é só porque mudou o caráter da democracia americana com o Obama, não. Não foi só por isso, não, é porque mudou na América Latina inteira. Em toda a América. Houve alteração substancial do ponto de vista político, e é evidente que os americanos não são bobos. Então, tomaram tomaram também disse não, nós não vamos obstruir uma decisão da OEA. Acho que esse que é o processo que nós estamos assistindo.

Por isso que, na minha opinião, é muito importante nós votarmos no Senado, a questão é realmente política. Acho que nós estamos bem informados, o Senado está bem informado, tem recebido muitas informações aqui, aqui esteve o representante da CNI, agora o Sr. Ives Gandra também representa uma organização comercial, tem informações para que os Senadores possam, ao final, opinar sobre se deve ou não a Venezuela ingressar no MERCOSUL. Acho que estamos bastante instruídos de informações para resolver essa questão de uma vez por todas.

**[troca de presidência]**

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Sr. Presidente, primeiro eu quero começar dizendo, já que o Senador Jucá fez questão aqui, como líder do Governo, dizer que é Senador por Roraima, eu quero dizer que eu sou Senador de Roraima. Nasci lá, meus pais nasceram lá, minha mulher nasceu lá, meus filhos nasceram lá. E que fui inúmeras vezes à Venezuela. Aliás, vou com muita frequência à Venezuela, tanto a Margarita, quanto a Puerto Ordaz, como a Caracas, então, não conheço a Venezuela por ouvir dizer, não, e fico aqui meio assustado, portanto se eu pensasse só como Senador de Roraima, eu iria justamente defender que votássemos hoje. Mas, mesmo assim, eu ainda ia questionar algumas coisas, porque falou-se aqui na... Foi demonstrado aqui com um gráfico o superávit comercial do Brasil com a Venezuela. Mas com quem é o comércio? Com quem? Com os Estados da Amazônia? Eu inclusive pedi para trazer aqui o Governador do Amazonas que eu quero ouvir dele qual é o comércio com a Venezuela, porque eu quero ouvir, quero que ele diga, eu não sou pessoa que tem ideias preconcebidas, não. Eu quero me convencer.

Então, acho, sim, que nós devemos trabalhar para incluir a Venezuela no MERCOSUL, sou a favor disso. Agora, aprendi na medicina que tudo é uma questão de tempo e de dosagem. Então, nós não estamos aqui, não ouvi do Presidente Collor, não ouvi de ninguém aqui que botou ressalvas bem fortes, dizer que não quer o ingresso da Venezuela. Agora, o que me assusta é essa sangria desatada que esse Protocolo está aqui há três meses, passou um ano na Câmara dos Deputados. Aliás, na Venezuela passou desde 2005 para dar informações, não é isso? Foi dito aqui. Então, a Venezuela deu esse show desde 2005 até 2007 para dar informações adequadas. E até agora também não tem informações adequadas para que possa instruir... Eu conversei com o Senador Tasso Jereissati há poucos dias, ele não tem as informações adequadas do ponto de vista técnico, aqui não estamos discutindo o ponto de vista ideológico, não. E eu entendo mais ainda, pelo menos na minha compreensão de que a Venezuela não perde nada por nós debatermos e esclarecermos todos os pontos aqui. Todos. Políticos, técnicos, econômicos, e eu quero que dessa discussão e dessa inclusão, daqui saia pelo menos uma coisa clara, que não continue esse comércio bilateral Caracas-São Paulo, Caracas-Minas Gerais, e passando por cima de Roraima de avião ou ao largo, pelo mar. E quero até dizer isso para a população de Roraima, que parece que da forma que o Senador Jucá botou, é que ele é a favor e eu sou contra. Não. Eu sou contra a pressa. Tudo que é feito com pressa não tem perfeição. Então eu quero me convencer aqui efetivamente.

O que eu quero, que é o ingresso da Venezuela no MERCOSUL seja feito em benefício do meu Estado e do meu país. Só isso. E fico estranhando quando os maiores interessados nesse comércio, que são justamente a indústria e o comércio atrás dessas confederações, também têm cautelas a respeito. Eu espero que o assunto seja tratado realmente do ponto de vista econômico e técnico, mas também político. Por que não é? É um ato político, o de ingressar num bloco como esse. Eu tenho realmente, repito, a defesa clara do ingresso da Venezuela. Só acho que não pode ser feito, ninguém faz um parto antes de que a gestante complete o tempo adequado de gestação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Muito bem, Presidente. Eu saúdo V. Exa., o Ministro Celso Lafer, o Dr. Ives Gandra Martins, o Embaixador Antônio Simões e a Dra. Maria Regina Soares de Lima.

E, antes de mais nada, eu me desobrigo aqui com muito prazer de uma missão partidária, o Senador Tasso Jereissati, que chega daqui a pouco, fez uma viagem ao

exterior, o Senador, através do Senador Eduardo Azeredo requereu nos termos do artigo 216 do Regimento Interno que fossem prestadas informações pelo Ministro Celso Amorim, acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho prevista no art. 11 do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, prevista para o último dia 19/05. Muito bem. Aí o relatório entregue hoje pelo Ministro das Relações Exteriores, em leitura rápida da assessoria técnica do Senador Jereissati, não contempla informações sobre o posicionamento da Venezuela sobre os acordos do MERCOSUL com terceiros países, um dos pontos pendentes. Assim, provavelmente o relator, Senador Tasso, quando for analisar a resposta, ele terá de pedir esclarecimentos. O Senador Tasso está sendo extremamente sóbrio, não se trata de um doidivanas, de alguém que queira tratar isso aí à base de passeata ou de... Não, ele está sendo absolutamente sóbrio e técnico nisso. Enquanto ele tiver dúvidas técnicas, a sobriedade dele vai exigir que ele se informe. Eu devo aqui, Ministro Lafer, louvar o papel que vem desempenhando o Embaixador Antônio Simões, que percorreu os gabinetes de todos os Senadores, sem exceção de nenhum, para levar o ponto de vista do Governo Brasileiro. Isso é... Revelou competência, porque ele mesmo me falou, eu disse a ele: "Olha, eu aconselho que procure os líderes todos e procure o Presidente da Comissão e...". Enfim, ele disse: "Não, eu vou procurar todos", e fez isso.

Agora, obviamente que nós temos, eu tenho algumas considerações a fazer. Eu lamento ter perdido a palestra de cada um dos senhores, eu estava com um projeto que interessa ao meu estado, e de minha autoria, foi um debate muito longo na Comissão de Assuntos Econômicos, mas sei que perdi de todos os lados informações preciosas. Eu também vou colocar aqui a bola no chão. Eu não quero discutir isso à base de ideologia para cá, ideologia pra acolá. Obviamente que me constrange saber que o intelectual vai fazer uma palestra e uma polícia política diz a ele que ele tem limites sobre o que dizer, isso de forma alguma me deixa confortável. Tem razão aqueles que dizem que Chávez não é perene, embora ele pense ao contrário, e que a Venezuela fica. Isso é verdade também. Nós temos que ver quais são os compromissos efetivos que a Venezuela vai poder assumir com o MERCOSUL, do ponto de vista das políticas macro econômicas, do ponto de vista da sua postura, do seu compromisso com a democracia. As exigências técnicas, elas são às centenas. Dessas centenas, eu sei que essa é uma angústia do Senador Jereissati e é uma curiosidade minha, saber quantas dessas centenas de indagações já foram respondidas ou não, porque não se entra lá porque a questão não é essa.

O MERCOSUL tem defeitos gravíssimos na sua formação. Vou tentar apontar alguns. Um deles é o fato de não ter ponderação. Lá, todo mundo tem o peso igual. Então, amanhã, entra a Guiana atrás da Venezuela, e a Guiana vai ter um peso igual, poder de veto, por exemplo. Na União Europeia, que levou anos, muito mais tempo do que isso aqui, levou anos e anos e anos a partir do... Até chegar [ininteligível], a partir do mercado comum europeu, levou anos, anos e anos para se transformar no que é hoje. A União Europeia, ela dá um peso expressivo, muito mais expressivo à Alemanha e à França do que à Hungria, por exemplo. E é mais do que natural. Então, essa figura do direito de veto também não existe. Existe... Fora disso eu pergunto, o acordo com Israel seria vetado pelo Presidente Chávez, que rompeu relações com Israel? Esse acordo seria vetado? Se fosse, eu pergunto: Que lucro teria o Brasil, Senadora Rosalba, em querer que isso acontecesse?

Eu ouvi numa dessas... Senador, meu prezado amigo Inácio diz: "Houve já três". Acho pouco três, não sei se... Só se satisfizesse, foram as mais ricas. Eu não vi esta, suponho que tenha sido rica também. As outras duas, uma visivelmente pró e outra visivelmente contra, foram as mais ricas Audiências Públicas de que eu já participei ao longo de todo este ano no Congresso Nacional. Eu não perco por ouvir e não perco por ver estabelecido o contraditório. Mas eu cheguei a ouvir numa das nossas anteriores audiências públicas alguma coisa do tipo assim: Não, porque o Brasil vai assinar agora. O Brasil já vai assinar. Então, tem que assinar rápido antes que ele entre, é isso? Porque senão terá problemas com a Venezuela?

A questão dos parceiros. Nós temos parceiros tradicionais, eu não sei se é parceiro prioritário nosso o Governo do Irã, eu não sei se é, tem relações normais, tem relações diplomáticas, enfim, é algo que pra mim é perfeitamente plausível, perfeitamente tolerável. Agora, dizer que o Brasil vai montar uma política externa consolidada, política externa séria, tendo como base, como pilar a relação com o Irã, já não passa muito pela minha cabeça. Os parceiros tradicionais do Brasil são Estados Unidos, são Europa e até mais Estados Unidos do que Europa, porque se nós formos olhar a história econômica do Brasil, não teve nenhum aperto de caixa brasileiro que não tivesse sido socorrido pelo FMI, que é basicamente reflexo do que querem e pensam os Estados Unidos. Inclusive na entrada do Presidente Lula, quando o Presidente Fernando Henrique disse: "Olha, eu só assino, já que eu estou saindo, só se todos os candidatos a Presidente vierem ao palácio e disserem

que assinariam se eleitos e aceitariam se eleitos esse acordo com o FMI". E na época a situação pedia isso, todos foram lá e todos fizeram isso.

Aqui, e eu vou dizer isso em favor do Presidente Lula, não sei quem foi que... Não sei se foi o Senador Inácio, não sei quem foi. Mas alguém disse: "O Presidente..." Até anotei, fiz questão de anotar, foi o Senador João Pedro. Alguém disse assim: "Eu vou falar isso em favor do Presidente Lula. Alguém diz: 'Poxa, mas em algum momento o empresário disse que ia embora se Lula vencesse'". Ele fez a chamada carta aos brasileiros e eu próprio dizia: "O que vai prevalecer? O discurso de toda uma vida, que teria levado o país para o buraco, essa que é a verdade, ou o discurso da carta aos brasileiros, que foi muito bem engendrado por essa figura que eu julgo preparada, competente, que é o Ministro Antonio Palocci?". Muito bem, a partir daí, e com a sua posse, o Presidente Lula cumpriu a carta aos brasileiros e ganhou credibilidade para impor uma política econômica que, a meu ver, deu certo no país. Eu critico hoje a parte fiscal, antigamente eu não criticava nem a parte fiscal, mas foi bastante rigoroso, bastante duro na parte monetária a ponto de colocar as coisas em ordem. Muito bem. Eu não vejo isso, não vejo essa carta aos venezuelanos do Presidente Chávez. Eu vejo cada dia ele mais distanciado do que o mundo pratica, sustentado por uma monoeconomia, por um monoproduto que é o petróleo, e que se olharmos a administração da PDVSA, ela é desastrosa, ela nem de leve se compara com essa Petrobras que nós queremos questionar, e que precisamos questionar, e que não é intocável, tem que ser questionada, até porque não é intocável. Mas nem de leve se compara. Produz menos petróleo do que antes, tem poços que estão se deteriorando. Sua maquinaria... Maquinaria, é isso? Sua maquinaria está defasada tecnologicamente. Não aproveitou o *boom* do petróleo para mudar a feição econômica, a feição industrial, a feição social do seu país, enfim. As políticas que são políticas que tem amenizado a questão da pobreza não são políticas que apontem porta de saída, não são políticas que melhorem o padrão educacional.

Então, eu não vejo que se trate mais de que de populismo, mas não é isso que quero discutir, eu quero é discutir que nós precisamos receber, de maneira muito franca, do Itamaraty as informações todas que estão sendo requeridas pelo Senador Jereissati. E digo mais, nós aqui viemos na primeira vez, com o intuito muito claro de marcar posição do PSDB contra, pura e simplesmente contra a aprovação. Depois evoluímos em reunião de bancada para nós analisarmos se isso era o correto. Se o correto seria votar a favor ou se o correto seria nós fazermos um relatório do Senador Jereissati dizendo... Assim, um relatório dizendo: "*As recomendações que o relator faz são tais, tais, tais e tais*" e passar para a decisão do Governo Brasileiro. Estamos meditando sobre isso, estamos tratando com a maior seriedade esse episódio. Por outro lado, se alguém diz... E me parece que foi um pouco o que fez o líder... Nosso, não, o líder do Governo, Romero Jucá, o líder Jucá... Não sei qual foi o nível da pressa, não posso condenar algo que não ouvi, mas eu não tenho muita preocupação com a pressa de S. Exa. Não tenho. O assunto é irrelevante? O assunto é comprar picolé na esquina?

Então, nós também não estaríamos aqui perto da hora do almoço ou em cima da hora do almoço para discutir picolé. Se o assunto é relevante, então é incoerente alguém dizer que três audiências públicas são demais. Se é um assunto, Dra. Maria Regina, acima do picolé, se não é economia do picolé de que estamos tratando, então todo esforço deve ser feito. Aqui não tem o que melindrar quem quer que seja, o que alguém diz... Se não é o que eu concordo, eu defendo até a morte o direito dessa pessoa, até a minha morte o direito dessa pessoa dizer, eu tenho medo daqueles que defendem até a morte do outro o direito dessa pessoa não dizer. Por outro lado, quero colocar livremente os meus pontos de vista. Eu tenho um apreço pessoal imenso, acho que aqui nessa sala não tem ninguém que seja mais amigo do Ministro Celso Lafer do que eu, amigo pessoal do Ministro Celso Lafer. Eu reconheço muitos méritos na política externa do Governo Brasileiro e tenho alguns defeitos que quando surge ocasião, eu aponto. Agora, se tem algo que eu deploro, que eu lamento, é que o MERCOSUL não foi pra frente, o MERCOSUL não foi bem, o MERCOSUL não vive uma boa fase. A gente está falando de uma abstração que é o MERCOSUL, o MERCOSUL hoje é uma abstração. Eu não sei se isso não significa, se nós não tomarmos os cuidados devidos, não significa uma pá de cal no MERCOSUL, um mero palanque, um mero palanque político, uma mero discussão ideológica que não vai ter fim, não vai acabar mais, quando o MERCOSUL deveria mesmo estar cuidando pra valer era de estabelecer as metas econômicas a serem atingidas em tantos anos pelos países, e o país não precisaria estar no mesmo nível, mas o MERCOSUL deveria perceber o avanço que os países estão fazendo para nós chegarmos um dia a termos mais do que o Parlamento que já vem por aí, a termos a moeda comum, a termos o Banco Central comum, tudo aquilo que vai obrigar a Inglaterra... Eu faço aqui uma previsão bastante dura, a Inglaterra não sobreviverá economicamente se ela não aderir ao euro. A Inglaterra vai ter que aderir ao euro de qualquer maneira, porque

lá a coisa foi bem feita, a coisa foi muito correta, enfim. Então, eu vejo um país como o Brasil, eu vejo um país como o Chile e vejo até o Uruguai do Presidente Tabaré Vásquez caminhando na direção correta com políticas macroeconômicas que são elogiadas pelo mundo, com políticas macroeconômicas que são apoiadas pela população brasileira e suponho pela população de cada um desses países. Eu vejo assim.

E vejo, portanto, que nós temos uma discussão muito técnica a colocar. E já encerro, Presidente, dizendo que eu tinha coisas para fazer. Eu sabia que o Senador Tasso não estava e sabia que essa decisão não era conclusiva. Sabia que eu já tinha perdido a fala do Dr. Ives Gandra, do Ministro Lafer, do Embaixador Antônio Simões e da Dra. Maria Regina. Eu sabia que ia pegar uma reunião já eu próprio capenga intelectualmente em relação ao fato, mas eu fiz questão de parar e largar os meus outros compromissos todos, porque eu creio que é um tema importante. Eu levo na devida conta da importância.

Queria dar só mais um dado aqui que já justifica que a gente não trabalha à base da economia do picolé. O Presidente Lula entende que é importante, e me disse isso, que é importante a presença da Venezuela. E tem um argumento dele que me sensibiliza mais, é o argumento de que quanto mais perto ele estiver desses governos, que são governos que influenciados pelo Brasil tenderão a não dificultar, mas sim a ajudar a encontrar um ponto de equilíbrio, e eu entendo que ele pode perfeitamente ser líder desse episódio, líder desse momento, e ele foi bastante sutil, eu acho que compreendi tudo que ele quis dizer, é uma coisa respeitável, porque quando se diz assim: Ah, o nosso comércio é muito grande. Ainda diz assim, na sua terra, na sua base eleitoral, os celulares. Os jornais estão dizendo que eles montaram lá uma fábrica com celulares que tem quatro metros de tamanho, deve ser, que fala às vezes e que não estão mais querendo comprar celulares do Amazonas, enfim. Mas não quero também reduzir a celular ou não celular do meu estado. Eu estou dizendo que se tem esse movimento comercial todo, e pergunto: Qual é a razão para esse movimento deixar de haver, já que eles negociam mais ainda com os Estados Unidos? Com toda a briga, toda aquela discurseira, jamais deixaram de comprar e de vender para os Estados Unidos, jamais. Ah, porque nós temos que entrar agora... Disse um querido amigo meu que estava também numa das sessões, senão os chineses entram. Os chineses entram aqui no Brasil, os chineses entram no Amazonas, os chineses estão montando motocicletas no Amazonas. Nós não conseguimos impedir a entrada dos chineses em nenhum lugar, não seria portanto uma mera assinatura de um protocolo que iria impedir a invasão dos produtos chineses, que aliás já estão pensando, e é uma coisa grave para nós, não pensemos mais em chinês comprando, vendendo coisa ruim por baixo preço. Eles já estão ambicionando vender coisas boas por baixo preço, esse é o perigo que os chineses estão trazendo para nós enquanto concorrentes nossos, nem sempre serão os bondosos compradores das nossas commodities. Estão se preparando para serem concorrentes pesados nossos, nos nossos produtos de maior agregação econômica, de maior valor agregado tecnológico, enfim.

E eu queria dizer uma coisa bastante singela. O Presidente Lula... E aqui já procurei fazer justiça a méritos de S. Exa., é a favor da entrada da Venezuela, eu aqui não me coloco contra, eu quero ver as condicionantes e quero ver as informações todas. Agora, eu vou citar um outro dado. Presidente Sarney contra a entrada da Venezuela. Presidente Fernando Collor, contra a entrada da Venezuela. Presidente Fernando Henrique, contra a entrada da Venezuela. Quer dizer, três Presidentes da República... Isso mostra que não estamos discutindo a economia do picolé. Três pessoas que passaram por lá com características diferentes, com desempenhos diferentes, em momentos diferentes. Mas essas três pessoas, três pessoas... Como é, o Presidente Lula vale por três?

Não, porque aí a gente já pega o voto do Senador Collor para oposição... Mas enfim, eu estou falando com a maior seriedade. Não se trata de folguedo, se trata de seriedade, quer dizer, então, a opinião de três ex-Presidentes da República, que viveram isso, que têm opinião formada sobre o assunto. O Presidente Fernando Collor é reconhecidamente uma pessoa obstinada, mas eu não vi ainda neste 2009, tanta obstinação dele em um só tema, eu não vi. Está obstinadamente estudando, acompanhando e trabalhando, isso é pra ser levado em conta ou não? Isso é para nós o ouvirmos ou não? Eu digo mais, se a gente está falando em pressa, eu falo em pressa, sim. Em pressa justa. Por que não colocarmos ali os três Presidentes que são contra, para eles dizerem o que, por que são contra, por que são contra? Três Presidentes completamente diferentes. Dois deles da base do Governo Lula. Um, obviamente, um dos líderes da oposição no Brasil, até porque ele só podia mesmo ser líder da oposição no Brasil por uma razão bem simples, foi derrotado em duas eleições, depois de ter derrotado o Presidente Lula em duas, foi derrotado em duas eleições e não cabia a nós, pela nossa cabeça, nos pendurarmos na Diretoria que fura poço. Então, nós só podíamos mesmo fazer oposição, mas os outros dois fazem Governo. Nós fazemos oposição. Será que essas três vozes estão díspares? E nem sei o que pensa o Presidente Itamar.

Quem sabe o Presidente Itamar, que está aí vivo, não fosse o quarto para repetirmos uma Audiência Pública, para vermos o que eles tem a dizer. Quem sabe o Itamar é a favor? Não perguntei a ele. Mas tenho lido e tenho ouvido a opinião dos outros três. Será que isso é irrelevante? Será que isso não é para se levar em conta? Será que isso não é para se meditar, não é fator de meditação?

Então, eu vim dar a minha contribuição, não tenho nenhuma pergunta a fazer, apenas cumprimentar cada um dos ilustres palestrantes, o Dr. Ministro Ives Granda, o Ministro Celso Lafer, o Presidente Eduardo Azeredo, o Embaixador Antônio Simões, cuja competência louvo e já tive ocasião de ressaltar na frente, na nossa Casa lá tem que ressaltar na frente, porque por trás não adianta, tem que fazer a coisa pela frente, enfim, e a Dra. Maria Regina, que eu sei que não tem posição parecida com a minha, talvez, mas nem por isso merece qualquer restrição de minha parte, até porque perguntei ao Presidente Fernando Collor e ele me disse que a sua exposição foi brilhante, foi correta, foi de espírito público, enfim, a sua visão. Aquilo que apenas estou tentando fazer, a minha visão. Não há pecado nenhum, ninguém merece açoite da Santa Inquisição, apenas estamos aqui discutindo de uma maneira bem aberta e bem democrática o que entendemos, cada um na sua visão. E todos aqui tem representatividade para falar o que é melhor para o Brasil nesse episódio. Nossa posição é de absoluta cautela, o Senador Tasso não tem nenhuma posição preconcebida. Ele está realmente tentando ver como faz o melhor relatório, mas um relatório que tem que ser ajudado pelo Itamaraty. E aí meu amigo, seu xará, meu amigo Celso Amorim tem que dizer: Responder sem subterfúgio, responder logo tudo, tudo. Se há pressa, então responda tudo que o relator está perguntando. Porque o relator não quer fazer um relatório em cima da perna, ele quer fazer um relatório bastante cheio de substância e bastante cheio de compromisso com o país.

Obrigado a todos, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Senadora Rosalba Ciarlini, depois o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Heráclito, que chegou agora, e o Senador Simon, ainda, também, que acabou de voltar.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Eu vou ser muito rápida, porque eu estou entendendo pela fisionomia dos convidados que todos estão já com o seu tempo de voo já na hora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Até aproveito, o professor... O Prof. Ives Gandra pede desculpas que ele vai ter que sair.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Que eu quero, professor, inclusive dizer que a sua explanação nos trouxe muitos subsídios, muitas informações importantes para nós possamos refletir em cima dessas questões. Parabéns ao senhor, como sempre, chega nos dando essa aula que realmente contribui bastante para que nós possamos tomar uma posição, uma decisão.

O que eu acho, Ministro Celso Lafer, Dr. Antônio Simões, que já estivemos conversando, Dra. Maria Regina, é que, na realidade, tudo... Eu vou ser rápida porque quem fala pelo final geralmente já muito do que a gente gostaria de dizer já foi aqui colocado. Acho que a princípio não sou contra. Como acho que qualquer um de nós também, a princípio não somos, que o MERCOSUL receba mais participantes e fique mais forte. Pensando assim, simplesmente, de que o que seria bom para o meu país. Eu estou pensando aqui no país como um todo. Não estou pensando exclusivamente no meu Rio Grande do Norte, no nosso Rio Grande do Norte, mas no Brasil como um todo. Agora, na realidade, eu acho que é isso que nós temos que fazer. É nos debruçarmos sobre as informações, sobre o que está chegando mais de detalhamento sobre a questão, o Senador Arthur Virgílio, como sempre, com muita competência, com muita inteligência, com a sua experiência e também sendo de uma região que tem um contato ainda maior, assim como o Senador Mozarildo, que pode estar nos trazendo informações que são muito importantes pra que a gente faça a avaliação. Agora, o detalhe é esse, Brasil e Venezuela realmente, eles vão ficar sempre. Os que estão hoje governando, dirigindo, isso tudo passará, nós queremos pensar é no futuro e fazer algo que realmente dê resultado. Também sou médica e sou médica neonatologista. Quando o Senador Mozarildo falava em pediatra, falava em questão do parto prematuro, eu já dizia: "Meu Deus do céu, todo parto tem que ser no seu tempo certo, na hora certa, abençoado por Deus, não pode ser prematuro, porque, quanto mais prematuro, mais complicações a gente tem com essa criança".

Então, é exatamente, nós temos que analisar, temos que pensar direitinho e ver muitas questões, algumas inclusive que eu gostaria depois, Sr. Embaixador, que o senhor me trouxesse de informações mais das questões sociais, como estão as questões da mulher, a educação, o senhor me falou que lá não tem analfabetos, mas quero saber se só o fato de não ter analfabeto é uma... Ou se essa educação se pode considerar como uma educação no sentido da palavra mesmo. E a saúde, enfim, umas questões mais ligadas ao social, que eu gostaria muito. A questão da infância e da adolescência, como é o tratamento, e da violência

contra as meninas e os meninos. Então, são detalhes que pode dizer... Não, o MERCOSUL é só a questão comercial. Não é só isso, é um parceiro e nós precisamos conhecer bem o parceiro, saber independente da sua ideologia, até porque eu sou democrata, mas os meus maiores amigos, com certeza, são exatamente aqueles que mais confrontaram nas idéias comigo, na escola, na faculdade, enfim, todo mundo, toda a minha vida, e nem por isso... Não é a questão ideológica, é a questão de a gente realmente saber se nós vamos fazer um bom negócio. É isso que o Brasil precisa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senadora Rosalba. Antes de passar a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, eu quero passar a palavra ao professor Ives Gandra, que vai ter que se retirar, que ele tinha um compromisso já uma e quinze, mas já está... É só para a despedida dele.

**DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS:** Eu estou no limite do meu vôo. Só para apenas dizer o seguinte, rapidamente ao meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy, realmente uma amizade de 40 anos. Quando o Brasil reconheceu Angola em 75, esse reconhecimento de países, é um reconhecimento tranquilo que se faz naturalmente para uma convergência e um consenso, independente do tipo de regimes. O Brasil tem relação com todos os países, qualquer que seja a ideologia desses países. A diferença da União aduaneira do MERCOSUL é que o país que ingressar, poderá intervir diretamente nas relações econômicas externas daquele país que pertence ao grupo. O que vale dizer, a Venezuela no momento que entrar, se ela não tiver plenamente consciente e inclusive adaptada às regras do jogo, nós podemos ter em muitas das nossas decisões em que o Brasil, dentro do MERCOSUL representa o maior país, ele poderá ter inviabilizada algumas das suas decisões nas relações com outros países ou mesmo dentro do MERCOSUL, pelo direito do veto ou então, para utilizarmos a expressão da Profª. Maria Regina, pela inexistência de consenso.

Então, a nossa preocupação não é da importância da Venezuela, basta dizer que temos excelentes relações econômicas, mas os próprios empresários estão preocupados com as limitações que poderão decorrer dessa entrada, não é uma mera adesão de reconhecimento de um país como foi Angola. É aceitar alguém que poderá intervir diretamente dentro da economia do Brasil com o seu não consenso ou com o seu veto a determinadas informações. Por outro lado, há uma diferença, Senador João Pedro, que indiscutivelmente, que não está aqui presente, mas é que o Presidente Lula, todos tinham receio do Presidente Lula, ele entrou e demonstrou-se que era um Presidente absolutamente democrata. Inclusive o Presidente Fernando Henrique, ele me contou pessoalmente, quando o Brasil precisou daquele empréstimo e aval do Fundo Monetário Internacional que os nossos Ministros queriam apenas 15 bilhões de dólares, e ele com um telefonema, sem que tivesse pedido nada, o Diretor do Fundo Monetário Internacional ofereceu 30 bilhões, tal era a confiabilidade do Brasil, naquele momento ele chamou os quatro candidatos a Presidente e todos concordaram com a importância, o Presidente Lula também. Eu estive recentemente em Portugal para receber um título numa universidade oficial de Portugal e as referências ao Presidente Lula como um Presidente líder foram extremamente favoráveis, dizendo que era o grande líder carismático do terceiro mundo, do mundo emergente. Agora, isso não representa que há uma semelhança entre o Presidente Lula democrata e as medidas que o Presidente Chávez tome internamente. Porque internamente as medidas aqui são sempre de tolerância.

E o último aspecto, me parece que... Aliás... Senadora Rosalba, Senador Mozarildo e o próprio Senador Inácio Arruda, quando falou em relação... Não é problema de questão ideológica. O MERCOSUL é uma União aduaneira, o MERCOSUL é uma questão mercantil, o MERCOSUL diz respeito à economia de cada um dos países que lá estão. Nós não estamos discutindo propriamente na sua profundidade os regimes políticos, mas é onde esses regimes políticos podem afetar, não a vida deste país dentro do MERCOSUL, mas a vida dos outros países do MERCOSUL por interferência deste país que não adotou um esquema rigorosamente igual. Por essa razão me parece, quanto mais informações o Senado tiver, tanto melhor, porque essas informações permitirão uma decisão serena. E eu estou absolutamente convencido, apesar de ter agora até receio de perder o avião, eu estou absolutamente convencido, Senador Eduardo Suplicy, Senador Inácio Arruda, o que os senhores estão fazendo é exatamente o correto. Ouvir o máximo, ter o máximo de informações para poder decidir. E se a Venezuela atrasou até aqui, aí todas as informações que se pediram, não todas, mas grande parte dessas informações, por que que nós temos que nos precipitar? Recebamos todas, e depois, com toda serenidade, se decide.

Quero agradecer muito o convite, a companhia da Profª. Maria Regina, do eminente Embaixador Simões, tivemos uma longa conversa telefônica ontem, do meu querido colega, amigo, Ministro Celso Lafer e a todos os senhores que enfim, toleraram a minha maneira de ser, que apesar dos 74 anos eu não perco essa forma de falar quando estou convencido--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** O aspecto do objetivo constitucional da nação brasileira e venezuelana.

**DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS:** Da Constituição há um dado que, aliás, é importante. Eu li as três constituições e inclusive a Constituição da Venezuela, que é de 1999, a Constituição da Venezuela, na sua introdução ela é muito mais extensa do que a do Brasil. Agora, existe para nós constitucionalistas, os denominados princípios programáticos, os princípios tarefas, aqueles princípios que não são aplicados de imediato e seriam aplicados por um dia e que não se sabe quando acontecerá. Então, os princípios gerais eu não discuto. Aliás, há um grande constitucionalista, o Prof. Celso Lafer conhece em profundidade, o Conrad Hesse, um constitucionalista alemão, ele diz que a necessidade não conhece princípios. E quando alguém tem a força, como acontece com Chávez, nem sempre os princípios constitucionais são respeitados. Isso nós temos sentido. Esta preocupação, Senador Eduardo Suplicy, de termos todas as informações, fornecidas pelo próprio Presidente Chávez, pela própria Venezuela, porque o acordo vem de 2005, estamos em 2009 e ainda não foram informadas todas, é que me parece fundamental para se decidir.

Eu lamento muitíssimo, mas muitíssimo, eu gostaria de ficar até o final, mas quando foi marcada essa Audiência, eu tinha esse compromisso em São Paulo que eu joguei para o fim da tarde. Agora tenho que pegar o avião e tenho que correr, aliás esteve comigo, foi quem me deu a carona, viemos juntos de São Paulo, e viu que marquei a passagem em cima da hora. Muito obrigado a todos os Senadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Agradecemos portanto ao professor Ives Gandra pela sua presença e sua colaboração. Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, Srs. Convidados, Dra. Maria Regina e Dr. Antonio Ferreira, assim como o Dr. Celso Lafer e o Dr. Ives Gandra, que agora se retira para sua viagem.

Eu acho que a introdução de um país num bloco econômico deve realmente obedecer a determinados critérios, a determinados parâmetros que são estabelecidos nos acordos entre os países participantes do bloco. Por exemplo, existe um protocolo chamado protocolo de Ushuaia, de 1998, Protocolo de Ushuaia. Nesse protocolo, se houver ruptura democrática de qualquer país integrante do bloco, naturalmente que haverá uma sanção, inclusive da exclusão desse país do bloco. Ora, ao propor o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula, a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, neste momento nós não encontramos essas condições negativas do ponto de vista de uma ditadura, que tenha sido implantada na Venezuela, onde a oposição, por exemplo, não tivesse voz nem vez, porque lá os partidos políticos como COPEI e Ação Democrática tem plena liberdade de fazer oposição ao Presidente da República, aqui o Senador Inácio Arruda, ele foi muito peremptório ao dizer que existe uma campanha dura por parte da imprensa, com o apoio da oposição, contra o Presidente Hugo Chávez. Isto é, as condições naturais de uma democracia, ali existe, por exemplo, a oposição tem o direito de dizer, tem o direito de falar, tem o direito de contestar. É verdade que a democracia ali reinante é diferente da nossa, quase que a democracia lá está sendo direta, através de referendos que são realizados, que aprovam a Constituição, a renovação do mandato do Presidente da República, enfim, é uma democracia diferente da nossa. Há uma radicalização interna dos grupos que constituem o Governo e que constituem a oposição, quer dizer, um histórico diferente, um embasamento diferente. Não podemos comparar a democracia praticada na Venezuela com a democracia no Brasil, mas o próprio Ives Gandra foi sincero ao dizer que os princípios democráticos estabelecidos na Constituição merecem o respeito dele. Quer dizer, o que está estatuído na Constituição da Venezuela são princípios apoiados por todos os países democráticos. Então, não há ruptura da ordem democrática, há uma preocupação de que isso possa vir a acontecer no futuro, é bem verdade, mas, do ponto de vista econômico, que é outro critério que tem que ser levado em conta, principalmente num momento como este que o Brasil em dois trimestres consecutivos teve uma queda no seu PIB. Para os especialistas, isso significa recessão. Então, quais são as condições para que nós possamos avaliar se um país está ou não em recessão? Segundo os especialistas, em dois trimestres consecutivos, se isso acontecer, a queda do PIB, então está havendo recessão. O Brasil precisa então de ter cuidado em manter um bom relacionamento comercial com as nações do mundo inteiro, principalmente com os vizinhos.

Então, a produção, o consumo e o emprego são três fatores determinantes do crescimento econômico, do aumento do PIB. No Brasil, nesse momento, está havendo uma retração na produção, uma retração no consumo e também uma queda no emprego. Ora, se nós temos o setor industrial como o setor mais importante do entrosamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela e o setor industrial é aquele que tem o maior valor agregado e consequentemente a maior possibilidade da geração de emprego. É importante

que nós construamos uma fórmula de aumentar esse entrosamento com a Venezuela do ponto de vista econômico, que tem um saldo comercial conosco positivo, da ordem de 4,6 bilhões de reais, até maior do que o saldo que nós temos com os Estados Unidos, que é de um bilhão e 800 milhões de dólares, valores de 2008. Significando dizer o seguinte: que, por exemplo, com a União Europeia, para que nós possamos comparar a importância estratégica desse bom relacionamento com a Venezuela, relacionamento econômico com a União Europeia, o saldo é da ordem de 10 bilhões. Só com a Venezuela chegamos a quase cinco bilhões, quer dizer, quase a metade da relação econômica que mantemos com a União Europeia.

De outro lado, Sr. Presidente, nós temos aqui exemplos de investimentos que estão sendo feitos na parceria entre o Brasil e a Venezuela, como é o caso da Refinaria Abreu Lima, investimento da ordem de 10 bilhões de reais. Por outro lado, o metrô de Caracas, que tem o apoio do BNDES, também, é um outro exemplo de bom relacionamento entre o Brasil e a Venezuela. Aí eu pergunto: A Argentina já aprovou o acordo, a Argentina, o Uruguai já aprovou? O Paraguai já aprovou? Não aprovou. Então, dois países estão pendentes de aprovação, o Brasil e o Paraguai. Logicamente que quem sabe, o Paraguai deve estar esperando pelo Brasil. Eu não vou menosprezar o Paraguai, mas eu não acho que o Brasil, eu não acho que, por exemplo, o Arthur Virgílio deve estar esperando pela aprovação do Paraguai para que o Brasil posicione. Não posso levar isso em consideração, mesmo porque o Brasil é um país independente, é um país autônomo...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Bom, ele é muito amigo de Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso é contra, o senhor me perguntou... V. Exa. me perguntou o que ele está esperando, que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual ele foi um grande líder na Câmara dos Deputados é contra a presença da Venezuela--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador, não. O Presidente Fernando Henrique... Ele não tem a posição--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Mas o Senador disse. Falou assim. Se ele disse não sei quantos Presidentes eram contra. Falou em Fernando Henrique Cardoso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas eu sou do partido dele e estou aqui nesse momento, não é, o Presidente Fernando Henrique não tem a posição contrária, ele tem críticas.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** O Senador Arthur Virgílio não falou nisso?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Ele tem posição crítica, posição crítica. É diferente de posição contrária.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Não, ele disse contra. Se nós formos olhar... Senador Suplicy, é a fala do Senador Arthur Virgílio. Uma pena que ele não esteja aqui. Ele disse, afirmou--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim, ele disse. Disse que os três Presidentes eram contra.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Afirmou que não sei quantos Presidentes eram contra. Aí falou Fernando Henrique, falou em Sarney...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Mas houve um excesso. O Presidente Fernando Henrique é crítico.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Falou no Presidente Collor ou não? Falou em Collor também? Falou. Então, três Presidentes já são contra. Ele disse que está esperando o quarto. Agora, quem não é contra é Lula. Por quê? Porque Lula é muito vivo. Lula é o maior Presidente que o Brasil já teve.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Aí vou ter que discordar, Juscelino Kubitschek foi o maior Presidente.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Não, eu não quero também menosprezar os demais. Agora, o maior Presidente que o Brasil já teve, espírito de visão...

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Não, em absoluto. Porque eu... Quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente eu não tinha isso. Fernando Henrique Cardoso eu fiz oposição oito anos e nunca disse que ele era o maior Presidente da República. Eu estou dizendo é Lula, pelo qual eu lutei durante quase 16 anos para ele ser Presidente da República. Então, eu estou dizendo aquilo que eu sinto.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Está justificado. Porque eu fui contra e agora sou a favor, por quê? Porque na verdade Lula tem espírito de visão, e está demonstrando. A Venezuela é importante, todos os dados econômicos aconselham

o Brasil a aceitar a Venezuela nesse bloco econômico do MERCOSUL. Isso significa desenvolvimento, significa emprego, mais investimento que será realizado entre os dois países. Principalmente a Venezuela, que tem muito dinheiro, que conseguiu realizar uma grande política social internamente, salvando a vida de milhões e milhões de pobres, terá como investir aqui no nosso país.

Por isso eu sou favorável integralmente a este acordo, sem levar em consideração o seguinte, a democracia da Venezuela é a democracia da Venezuela. A nossa é a democracia diferente. Na verdade, tem o mesmo objetivo, que é atender a população. Principalmente a população mais pobre.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Heráclito Fortes, depois o último orador que é o Senador Pedro Simon.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Sr. Presidente, seria passar um atestado de burrice à opinião pública nacional, nós que já não estamos bem com ela, abrirmos mão de um debate como esse. O Senado da República não pode se dar ao luxo de trazer aqui pessoas como as que nós trouxemos hoje, para uma discussão dessa natureza, não entendo porque essa pressa. Como diz o poeta pernambucano, aquela que aniquila o verso, para uma discussão sem sentido e atabalhoada. Quero lembrar que na Câmara, isso já foi dito aqui, só entre a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e a ida para Plenário, passaram-se sete meses, por que o Governo aguardou e o Governo tinha à Presidência um homem da sua absoluta segurança. Por que o Governo aguardou na Câmara esse período todo, e agora quer que o Senado da República, que é o responsável pelo acompanhamento da política externa do país, inclusive com a aprovação dos Embaixadores, aprove de afogadilho? Eu não teria tido a oportunidade, eu vinha me deslocando para Brasília, e vi a Dra. Maria Regina fazer a sua exposição e fiquei impressionado com o preparo que ela trouxe da matéria para esta Casa. Não assisti todo, infelizmente. O Senado, por ser de muita atividade, é impossível e impraticável. Eu não tive a oportunidade de ver o depoimento dos outros convidados, mas agora li, me cedido aqui pelo Presidente Collor, o depoimento do nosso Ministro Celso Lafer, e surpreendeu não o talento dele, que conheço, mas ele não veio para cá cru. Ele estudou a matéria, ele foi aos anais dessa Comissão, e isso eu quero parabenizá-lo. Poucas pessoas vem aqui com o dever de casa feito, como V. Exa. fez. Infelizmente eu não ouvi o Dr. Ives Gándra, o nosso querido Embaixador Simões já conheço o seu pensamento, a sua posição e a sua luta como servidor da nossa diplomacia.

Agora, essa politização é indevida. A questão da Venezuela no MERCOSUL ela é técnica. A Venezuela tem que responder o questionário técnico sobre o seu desejo de ingressar no MERCOSUL. Diferentemente dos outros três países, que como sócios fundadores tiveram outro procedimento. O Brasil, fazer uma concessão e dispensar a Venezuela de passar por um crivo que é uma regra de jogo implantada pelos países hoje tidos como fundadores do MERCOSUL, é algo inaceitável. Aliás, eu queria lembrar que o MERCOSUL, antes de ter uma inspiração de um bloco econômico, ele teve também a inspiração da preservação democrática, no momento em que nós vivíamos num verdadeiro ziguezague de Golpes de Estados e de ditaduras umas mais fortes e outras nem tanto. E a ideia conjunta de Sarney e Alfonsin e Sanguinetti, inspirou esse continente a um regime de estabilidade democrática, o mais longo da nossa história. Nós estamos no Brasil há 30 anos com democracia plena, exatamente porque nós temos esta cláusula democrática que existe. Lembrem-se do quase golpe no Paraguai, que foi preciso uma intervenção do Presidente Fernando Henrique, lembrando as consequências que aquele golpe poderia gerar nas relações regionais para que encontrassem uma outra solução.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Se V. Exa. permite...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Pois não, Senador.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Interferência importante do Senador Fernando Henrique e que só pode ser válida porque tinha o MERCOSUL. E como o Paraguai pertencia ao MERCOSUL, o Fernando Henrique e V. Exa. foram lá deixar claro. Para continuar no MERCOSUL, quem tem que assumir é o Vice-Presidente. Se vocês depuserem o Presidente e depuserem o Vice-Presidente, vocês saem do MERCOSUL. Então, o MERCOSUL funcionou no sentido de garantir a democracia no Paraguai.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** E vem funcionando. Funcionou agora na intermediação, embora não tivesse envolvido o membro do MERCOSUL, mas na discussão das FARCs, a força do MERCOSUL foi fundamental. E nós não podemos abrir mão desse instrumento que possuímos.

Agora, nós temos que separar os interesses comerciais. Até porque eles estão acontecendo sem a Venezuela fazer parte do MERCOSUL. Aliás, Embaixador Simões, há muita queixa dos empresários brasileiros com os atrasos de pagamento do Governo da Venezuela. Eles recebem os recursos e não repassam.

O Governo retém o recurso, já tem vários empresários do sul do país com queixas gravíssimas. V. Exa. deve saber disso bem mais do que eu, deve trazer para cá mais detalhes, quais são as empresas, quanto é a dívida, há quanto tempo isso vem acontecendo, esses atrasos. Sem falar na Refinaria de Abreu e Lima, é uma balela. Abreu e Lima, pelo menos até agora tem sido um calote passado pelo Sr. Chávez ao Governo Brasileiro. Não cumpriu uma vírgula do que prometeu, vem levando o assunto de barrigas, e nós estamos fazendo sozinhos. Agora a questão é preço internacional de petróleo. Cada momento é uma questão diferente. A importância dessa relação é boa para a Venezuela porque é o nosso BNDES que está aí na eminência de financiar o metrô de Caracas. Essa ameaça, essa chantagem que se faz aqui, *"ah, porque se não votar imediatamente as negociações com a Venezuela vão azedar."* Eu acho até que nós não queremos que azedem, mas nós não queremos colocar a nossa soberania, as nossas decisões em jogo comercial, são duas coisas distintas. O MERCOSUL veio para ficar, o Sr. Chávez é transitório. Não quer ser, não, mas será. E nós não podemos de maneira nenhuma fechar os olhos para fechamento de jornais, para encampamento de empresas, para agressões feitas ao Congresso Brasileiro, e não vi ninguém da diplomacia brasileira defender o Congresso. Uma omissão inaceitável. O Sr. Chávez agrediu o Congresso Brasileiro de maneira gratuita, sem nenhum sentido e não vi uma nota de protesto, não vi nada, absolutamente nada nesse sentido. Mas não será isso que vai, de maneira nenhuma dificultar essa questão de análise da Venezuela no MERCOSUL, até porque ela é técnica, e, como técnica, tem que ser analisada, meu caro Senador(sic) Simões, tenho a maior admiração por V. Exa., pela sua capacidade de negociação, sou testemunha, mas achei que o Itamaraty lhe transformou num contínuo da Venezuela, quando lhe colocou aqui por duas semanas, percorrendo de gabinete em gabinete para convencer os senadores brasileiros de que era importante o voto da Venezuela. Quem tinha que fazer isso não era o Embaixador do Brasil na Venezuela, mas o Embaixador da Venezuela aqui no Brasil. Cabia a ele, sim, ou então o responsável do Itamaraty pela política regional. Tive pena de V. Exa., um Embaixador brilhante, ainda vou vê-lo desempenhando funções fantásticas no Itamaraty. Nas salas de espera dos corredores e do cafezinho do Senado, cumprindo uma missão, uma tarefa que jamais era para o Embaixador do Brasil na Venezuela. Esse é o jogo que está sendo travado. Politizando isso sem necessidade.

E não se responde, Presidente Collor, por que não estão respondendo os questionários? Aonde estão os questionários? É preciso que esse fato seja mostrado, é um fato técnico, e não é uma questão política. Não é uma questão política. Outro dia o Diretor da América do Sul, Embaixador Enio, disse umas aleivosias na FIESP que eu fiquei impressionado, cantando em prosa e verso a democracia venezuelana, criticando o Senado da República, enaltecendo a quantidade de eleições que a Venezuela faz. E o Congresso quer levar a questão técnica e nós levamos a forma de politizar o assunto, não vamos politizar o assunto. Eu acho que essa questão precisa ser debatida com mais profundidade, nós temos que fazer algumas audiências públicas aqui.

Eu por exemplo sugiro, nós tivemos um Diplomata venezuelano, Sr. Presidente, que esteve aqui servindo no Brasil, foi Embaixador da Venezuela na ONU que é o Sr. Milos Alcalay, acho de importância convidá-lo para ser ouvido nessa Comissão. Porque ele além de ser Diplomata, ele foi Diretor do Congresso venezuelano, Diretor-Geral, durante muito tempo e tem a visão dos dois lados.

No mais eu quero me congratular com o Senador Suplicy. De vez em quando o Senador tira aquele ranço de antigamente, numa remissão dos pecados e o elogio que fez na questão de Angola. Um elogio que ele fez ao General Geisel. Porque foi um ato corajoso o General Geisel aquela época, pioneiramente reconhecer o Governo de Angola. De forma que eu vejo que V. Exa. é um homem que não tem ranço e--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Assim como enalteci o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, não hoje, mas já o fiz. Porque foi durante o Governo dele, isso foi positivo.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Então, está vendo como V. Exa. é um homem justo. Eu faço esse registro para que fique nos anais da Casa, e lamentavelmente eu não estava aqui na hora, senão eu teria feito em tempo real. Por isso que V. Exa. é diferenciado dos demais.

Muito obrigado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Mas eu também tive oportunidade de ressaltar que o Embaixador Simões aqui esteve já trabalhando no interesse do Governo Brasileiro. Do Brasil. No trabalho dele junto--

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Ele é mais brilhante trabalhando pelos interesses do Brasil na Venezuela. Aqui nós temos os funcionários--

[interrupção no áudio]

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Com a

palavra o Senador Pedro Simon, inscrito para arguição, debate.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Embaixadores e Senhora. Eu quero pedir uma explicação por que o Embaixador do Brasil na Venezuela andou aqui, falou com todo mundo e até agora não me procurou. Eu fiquei... Estou em dúvida com relação ao que aconteceu.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Dizer que não lhe acha não vale. Dizer que não lhe acha não vale, porque V. Exa. é o Senador mais achado da Casa.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** Não sei. Sr. Presidente, eu gostaria de colocar uma posição, com toda sinceridade. A minha posição é diferente do que foi feito até agora. Eu dou razão ao Chanceler, dou razão ao Professor, dou razão ao Embaixador e à Senhora. Todos têm razão. Não há dúvida que todos têm razão. Eu acho que está se fazendo uma confusão, e é muito importante destacar essa confusão. Eu concordo, como o Presidente Collor, e concordo com o Chanceler, que nós não vamos votar a favor da Venezuela entrar do MERCOSUL porque os nossos negócios com a Venezuela estão crescendo, porque é um bom parceiro, que hoje é o maior comprador no exterior que o Brasil tem, superando até os Estados Unidos, claro que isso é importante, acho que nenhum país do mundo vai deixar de analisar uma questão que nem essa. Em nenhum lugar vai se deixar de constatar a importância e o significado de que nós temos um parceiro que vem crescendo e se torna realmente importante. Parceiro esse que uma coisa interessante de ser analisada, desde que o atual Presidente está lá na Venezuela, as rixas com o americano tem aumentado, mas as negociações do petróleo americano, o petróleo venezuelano com os Estados Unidos vão muito bem, obrigado, não tiveram até agora nenhuma crise, não houve nenhum problema, não houve nenhum tipo de interrogação, nem os Estados Unidos exigindo para comprar o petróleo e nem o venezuelano nesse sentido.

É importante nós termos ótimas negociações com a Venezuela? É. Ela é um bom parceiro? É. Ela oferece uma perspectiva positiva? Sim. Mas não é por isso que acho que ela deva entrar no MERCOSUL. Não é aí que eu penso. Eu sou favorável a ela entrar para o MERCOSUL porque eu acho que na hora que nós estamos vivendo... Eu quando vejo uma pessoa que nem o Presidente Collor, um estadista que chegou lá em cima onde nenhum de nós vai chegar, e que teve, quando se fala em MERCOSUL tem que se falar no Presidente Collor, porque o Sarney e o Presidente argentino tiveram um papel importante em criar o MERCOSUL, mas a gente achou, eu era Ministro, na época, tinha convicção absoluta de que estava relegado ao fracasso. No momento que lá na Argentina ganhou Menem, oposição, e aqui ganhou Collor, oposição radical ao Sarney. Como é tradicional nos países, a gente imaginou: Bom, isso eles vão encerrar, vão sepultar e lá adiante vão criar um outro instituto, vão criar uma outra fórmula. Mas não, o Sr. Collor vai continuar o que o Sarney começou e o Menem continuar o que o outro começou. Pois o Presidente Collor, num ato de magnífica grandeza, foi o primeiro gesto do Governo dele, eu era Governador do Rio Grande do Sul, fui convidado por S. Exa. para assistir, ele tomou posse às quatro horas da tarde, no outro dia às 10h00 da manhã o primeiro ato do Governo dele foi S. Exa., o Presidente Menem, ratificar o acordo do MERCOSUL. Então, S. Exa. foi o grande responsável por esse ato ter se consolidado, e depois não parou mais.

Eu acho que nós temos que analisar que na América do Sul, na América, ao longo do tempo, preocupado com a América, com os interesses da América, me perdoe, é o Brasil. Quer dizer, quem tem a visão, e não é uma visão à la americana, que roubou metade do México, que roubou um pedaço lá no canal do Panamá. Nós não tivemos guerra de conquista, nós somos assim, nós somos um país que é um continente, mas pacífico, ordeiro, e sempre que quisemos o entendimento, o dialogo com os nossos vizinhos, sempre quisemos. É verdade que isso, durante muito tempo não foi assim. Eu sou lá do Rio Grande do Sul, eu pago um preço muito caro lá no Rio Grande do Sul, metade do Rio Grande do Sul foi... Onde o Rio Grande do Sul começou, a terra de Getúlio, de Jango, onde era a época mais desenvolvida do Brasil, era a fronteira. Hoje está uma miséria. Por quê? Porque durante 50 anos, metade do Exército Brasileiro estava na fronteira do Brasil com a Argentina. Cinco quartéis em Bagé, mais cinco no Alegrete, mais cinco em Santana do Livramento. Ali, porque se dizia que era inevitável a guerra do Brasil com a Argentina. Trem bitola larga na Argentina e trem bitola larga de Santa Catarina pra cima, trem bitola estreita no Rio Grande do Sul para a guerra não entrar no Rio Grande do Sul. Quando se reiniciou, eu me lembro quando eu era Ministro, quando se começou essa conversa e me chamaram, eu, Ministro da Agricultura, porque, então, o Chanceler, o Chanceler foi uma figura muito interessante, o seu antecessor, nós estávamos nos prepúcios do Governo do Tancredo, quando veio a Federação das Indústrias de São Paulo, indicando o Presidente do Banco Itaú, o Sr. Setúbal para Ministro da Fazenda. E nós estávamos ali reunidos e o Dr. Tancredo disse que concordava que ia indicá-lo para Ministro. Quando ele saiu nós ficamos apavorados, "*Mas Tancredo, um banqueiro Ministro da*

*Fazenda, mas o que é isso?" "Mas quem disse que ele ia ser Ministro da Fazenda?" "O senhor disse". "Não, eu disse que ele ia ser Ministro*". E aí que o Fernando Henrique perdeu o Itamaraty e o Setúbal foi para Ministro das Relações Exteriores. Aí me chamaram porque eu estava brigando para não deixar importar a maçã da Argentina e o vinho da Argentina, na época da safra do Rio Grande do Sul. E ele então dizendo, o Sarney ainda disse: "Mas, Simon, tu é do Rio Grande do Sul libera essa coisa". Eu digo: "Presidente, eu posso liberar. Eu acho ridículo importar na época da safra. Então avisa que vai vim. Agora, os caras produzem, na hora da safra entra e liquida com a nossa produção". Agora, o senhor achar que vai relacionar o Brasil com a Argentina por causa disso é piada. O senhor quer ser recebido como herói na Argentina? Volta a importar trigo da Argentina. A Argentina foi a vida inteira nosso grande fornecedor, nós importávamos dois milhões de toneladas. Numa época de crise, faltou trigo, o preço duplicou e a Argentina não cumpriu os compromissos conosco, rompeu os compromissos e a gente aqui passou fome. Tem que fazer racionamento porque não tinha onde buscar trigo. A partir daí cortou e nunca mais comprou trigo da Argentina. Sarney foi lá, ofereceu, nós comprávamos seis milhões de trigo da Argentina entre Canadá e Estados Unidos. Sarney foi lá e prometeu: "Olha, nós vamos importar dois milhões de trigo da Argentina", foi recebido como Deus. Ali que iniciou tudo isso que nós estamos conversando aqui, iniciou no momento que o Sarney disse para o Alfonsin que nós íamos comprar dois milhões de toneladas. E a mesma coisa ele disse com relação ao petróleo. A Argentina exportava petróleo, nós importávamos o petróleo, por que não comprar o petróleo da Argentina, um pedaço? E digo aí, o petróleo que quiser nós compramos.

Aí iniciou a intervenção Brasil. Porque toda integração da América Latina, não é, Chanceler, começou com a aproximação do Brasil com a Argentina. Quer dizer, depois da aproximação do para com a Argentina é que veio o resto. Aí começou essa integração. O Brasil é que quis.

Cá entre nós, o americano sempre nos boicotou. Quer dizer, o americano, inclusive briga nessa luta para o comércio aberto, porque o que ele quer? Ele quer o que ele fez com o Uruguai.Fazer um acordo bilateral, o que ele fez com o Chile, fazer um acordo bilateral. Ele não quer ver a América integrada, assim como acontece na Europa hoje. Então, MERCOSUL se chama Brasil. Essa integração se chama Brasil, essa que é a verdade. Está aquém do que nós imaginávamos, quando nós chamávamos desde o início, a gente falava em unir o MERCOSUL com pacto andino, para fazer uma integração de todos os nossos países. Hoje, até justiça seja feita, o Governo Lula, se fez uma integração a nível até de defesa dos países da América do Sul. Pela primeira vez se reúnem para discutir o entendimento de como é que vai ser as nossas defesas, a nossa integração, o nosso diálogo para não acontecer isso, a Venezuela compra lá, o Brasil compra não sei o quê, e a gente então tem uma defesa única. Então, MERCOSUL se chama Brasil. MERCOSUL se chama Brasil. E vamos fazer justiça ao Presidente Lula, ele está tendo muita competência. Ele está tendo muita competência. Essa dele... Olha, nessas reuniões que teve agora, ele é que serviu de ligação entre Venezuela e Estados Unidos, todo mundo sabe disso. Ele é que fez a ligação e inclusive até o último momento, o fracasso era total, porque o Estados Unidos não admitia e a Venezuela e companhia estavam dispostos a votar contra. Então, o primeiro ato ia ser tremendamente negativo, no sentido de isolar os Estados Unidos ou coisa parecida. Aí que se chegou ao entendimento. E o entendimento e o Lula fez essa coisa, foi exatamente de, por unanimidade, determinar que acabou o rompimento, e dizer que agora vamos ver como é que vai ser feito e vamos discutir sobre isso. Mas na verdade é que o grande gesto que era a exclusão desapareceu. Foi um ato do Brasil. Foi um ato do Brasil.

Se nós formos analisar em termos de política, senhor, então cá entre nós. Brasil e China, Rússia e Índia, e aí não é um MERCOSUL, que é de mentirinha, que nós estamos aqui conversando e não sabemos para onde vai, lá é sério. Lá são quatro grandes emergentes que estão discutindo uma política opcional para o mundo. No entanto, a China está lá. A ditadura da China, a Rússia também, quer dizer, nós não estamos discutindo essas coisas. E volto a repetir, o Bric é 10 vezes mais importante que o MERCOSUL. O MERCOSUL nós estamos aqui iniciando um romance que não sabemos nem como é que vai terminar. Lá não, lá é uma coisa que tem peso.

Então, eu sou a favor Não porque é parceiro comercial. Essa causa eu fecho com V. Exa., essa não me comove. Acho que não é por isso, mas porque é importante. Que se nós não votar para a Venezuela, aí depois nós vamos fazer um favor para o Chávez, o que vai acontecer é que o Chávez mais o Equador, mais a Bolívia, mais não sei o que, vão se organizar e vão criar um bloco isolado, vão criar uma coisa. Interessa para nós isso? Eu faço parte do MERCOSUL, V. Exa. faz parte do MERCOSUL, nós estamos lá no MERCOSUL, nós sabemos a influência que a gente faz. Conversando inclusive com os parlamentares da Venezuela, discutindo e debatendo, nós sabemos a influência que a gente tem. Qualquer coisa que nós

vamos discutir amanhã ou depois, o MERCOSUL vai exercer influência. Vai exercer força. Então, eu acho que nós temos condições de influenciar no sentido da democracia na Venezuela, muito mais a Venezuela estando no MERCOSUL, do nosso lado, do que se nós isolarmos e mandarmos ela embora. Aí sim, aí não sabemos nem para onde vai e nem para onde que não vai.

Então, eu acho que as nossas preocupações são verdadeiras, mas não vamos exagerar. Cá entre nós, as histórias que nós conhecemos aqui são muito tristes, nós aqui lembramos que o que existia hoje, o que se chama de MERCOSUL era o Cone Sul. Os lugares de mais fascismo, de mais tortura, de mais violência, mais barbarismo no mundo era Brasil, Uruguai, Chile, Argentina e Paraguai. Sob orientação dos democratas dos Estados Unidos, que criaram uma escola de terrorismo, uma escola de orientação, de fazer, de ensinar a praticar tortura aqui na América Central. Os americanos fizeram isso, todo mundo sabe disso, como todo mundo sabe que quando o Presidente João Goulart lá em Porto Alegre foi para o Uruguai e não voltou para Brasília, a quarta frota estava aqui atacada e se ele topasse resistir, eles intervinham. Então, nós vivemos momento muito pior do que nós estamos vivendo. Muito mais doloroso, muito mais dramático do que nós estamos vivendo. Democracia na América Latina, liberdade na América Latina, cá entre nós mesmo. O Collor, quando assinou o documento, é um Presidente da República eleito pelo povo brasileiro. O Sarney, não. O Sarney, quando assinou o documento do MERCOSUL foi eleito por um Colégio Eleitoral, não tinha voto, não tinha coisa nenhuma, quer dizer, foi legitimado, mas na verdade foi sem voto, sem povo e sem coisa nenhuma. O mesmo colégio eleitoral que elegeu o Costa e Silva, o Castelo, os outros generais foi o que elegeu o Tancredo e o Sarney. É verdade que o objetivo era diferente, que nem dizia o Tancredo: "*eu vou para para o Colégio para destruir o Colégio.*" Mas na fórmula foi isso, foi a mesma eleição, de democracia não tinha nada.

Então, o que eu acho, eu até estranho, me perdoe, o senhor me desculpe, mas o senhor principalmente, tinha um... Eu sempre o tenho como inteligência privilegiada e acompanho seus pronunciamentos porque acho V. Exa. uma pessoa realmente excepcional. V. Exa., que é um estadista que tem uma atuação tão importante, eu fico a me perguntar, será que eu não consigo entender, será que os senhores são tão mais inteligentes que eu, eu não consigo entender o alcance... Ou será que a gente não consegue se entender? Ou será que nós não conseguimos encontrar uma linguagem que seja a linguagem que deva ser? E a senhora falou muito bem, principalmente hoje. Hoje, quer dizer, se fosse a quatro meses atrás, era uma coisa, mas hoje, com a nova mensagem do Obama é uma outra coisa. O mundo está vivendo uma hora diferente. É meio utopia? Pode ser. Mas na verdade ele foi lá no Egito, na universidade, e propôs começar de novo, começar do zero um relacionamento entre o Islã e os americanos. Nada impede, na competência dele, fez isso num dia e no outro dia estava botando as flores lá diante da tumba dos judeus atrocidados pelos alemães.

Então, eu acho que o que nós estamos fazendo está certo. Eu acho, Presidente, que passar correndo não dá, vamos debater, e também não sou de votar correndo. Tem que levar mais algum tempo? Levamos mais algum tempo. Agora, não me passa pela cabeça rejeitar. Isso eu vou ser muito sincero. Rejeitar não me passa pela cabeça, eu acho que seria um passo muito negativo. Seria um... Barbaridade, seria um fato profundamente negativo, e não somaria para nós.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Pedro Simon. Com o Senador Pedro Simon nós completamos 15 oradores, Senadores que manifestaram sua opinião, já estamos com quase cinco horas de debate e eu vou então agora passar aos nossos convidados, que foram convidados por nós para aqui estarem, para que possam fazer suas considerações finais. Começando pela Dra. Maria Regina Soares de Lima, professora do Instituto Universitário do Rio de Janeiro.

**DRA. MARIA REGINA SOARES DE LIMA:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu teria quatro pontos que gostaria de enfatizar. Primeiro, a questão de até que ponto adiar a implicação de adiar essa decisão. Eu acho que eu tenho acompanhado a discussão e pelo que eu vi esta manhã, há duas razões, vamos dizer assim, uma de natureza técnica, eu acho que totalmente, vamos dizer assim, legítimo que informações sejam transmitidas e o MRE está transmitindo, com relação às negociações técnicas, os Senadores precisam saber essas informações. A outra, o outro adiamento, digamos assim, para mais informação, e me parece que não é só mais informação. O que nós discutimos hoje é a natureza do sistema político venezuelano, natureza do sistema econômico, natureza da Venezuela. Então, adiar até que a Venezuela chegue a ser o país que cada um dos Senadores deseja que o país seja, é adiar *ad infinitum*. E dessa forma eu acho que adiar, de certa forma, é quase recusar a Venezuela, e aí é um ato político com graves consequências. Eu acho que esse que é o ponto e que foi ressaltado por vá-

rios dos Senadores aqui, no sentido que eu também, Senador Pedro Simon, eu também acho que do ponto de vista político, a inclusão é mais importante. E é isso. A inclusão da Venezuela, a inclusão da Colômbia, o MERCOSUL é uma coisa diferente, o MERCOSUL vai se fortalecer e se ampliando, se tornando de fato um espaço integrado para fazer face às intempéries e questões graves da conjuntura internacional.

Então, me parece que uma coisa é as informações necessárias. A outra coisa é que o estado que está sendo considerado seja, digamos, se torne no futuro o estado que todos gostariam, que cada um de nós gostaríamos de ser. Isso acho que, absolutamente isso seria *ad infinitum,* seria, eu acho, um ato hostil, um ato político hostil, e o Brasil seria majoritariamente responsável por essa decisão, na medida em que a Argentina e o Congresso da Argentina e do Uruguai já se manifestaram. A outra questão que me parece importante, é como... E que me parece que é o papel do Senado, deixando de lado, vamos dizer assim, os benefícios para os exportadores, etc., é que o Senado representa a Federação Brasileira, me parece que disse o Senador Collor. Desse ponto de vista, a adesão da Venezuela representa de fato a incorporação dos estados do Norte, do Nordeste e do Centro-oeste ao MERCOSUL, não apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista geoeconômico. Esses Estados não se beneficiaram tanto da Constituição do MERCOSUL por razões logísticas, porque o MERCOSUL estava restrito ao Cone Sul. A incorporação da Venezuela não apenas integra esses estados, e os dados aqui de comércio, se não me engano o Senador Mozarildo disse que gostaria, eu posso passá-los, são incríveis. Os dados de 2000 a 2008 para a região Norte, um aumento das exportações de 915%, da região Nordeste no mesmo período, de 832%, e da região Centro-oeste, 4425%. Então, esses Estados, ainda que o aumento, em termos absolutos, seja menor do que dos outros, do ponto de vista relativo, é um novo horizonte que se abre para essa integração. Eu acho que isso tem razões, isso, digamos assim, isso tem consequências do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista geoeconômico. Significa a integração, de fato, do espaço brasileiro a um bloco comercial e, evidentemente, a integração na direção da região subandina, que acho que é de enorme responsabilidade essa decisão por essas razões.

Eu gostaria de fazer duas observações. Primeiro, com relação ao funcionamento da democracia venezuelana. E aí eu vou seguir, Senador Collor, a sua sugestão, a sua metodologia. A ideia de ver do ponto de vista prático e pragmático. Não existe indicador, a meu ver, mais efetivo de que um sistema político é democrático se o sistema político é competitivo. O sistema político venezuelano é competitivo, e eu tenho os dados aqui, o senhor por favor... Passei ao senhor a minha exposição, que mostra que existe uma oposição e que não necessariamente, inclusive do ponto de vista desta competição, ela é muito equilibrada. Na verdade, os valores em termos absolutos a oposição, mesmo que ela... O problema dela, a estratégia dela não está em questão. Em fatores, digamos, em números absolutos ela cresceu. Então, é um sistema competitivo, é um sistema que tem os jornais, os dois principais jornais são jornais de oposição. São os principais jornais, são os mais tradicionais, são os jornais de oposição. Então eu acho que os elementos, e saindo de fora, digamos assim, da própria discussão da natureza formal, acho que do ponto de vista pragmático, do ponto de vista da prática, do exercício da democracia, existe um sistema que funciona, que é democrático, que tem competição eleitoral, ainda que seja modelo de democracia mais plebiscitário, enfim. Mas eu acho que essa questão se mantém.

Eu gostaria apenas de uma pequena observação talvez porque foi feito em menção ao Dr. Ives Gandra, mencionou eu teria feito uma relação entre a ideia de insegurança jurídica, que imperaria insegurança jurídica na Venezuela. Não foi exatamente isso, talvez pela rapidez que eu tive que fazer minha exposição, o que eu estava dizendo é que a questão da insegurança jurídica, ela independe da entrada, da adesão não da Venezuela. A insegurança jurídica, no sistema internacional, existe por natureza, ela só é atenuada quando existem acordos e tratados. No caso de, digamos, diretamente de investimento, os acordos de investimento que existem não foram ratificados, até onde eu tenho conhecimento. Então, os investimentos brasileiros foram para lá, foram para a Venezuela, os cinco bilhões de dólares de investimento e os 15 bilhões contratados, sem que existissem esses acordos, porque eles não foram ratificados. O que sim é verdade é que uma vez dentro do MERCOSUL, evidente que a segurança jurídica aumenta. Isso é evidente que... enfim.

Eu só queria chamar, reforçar um ponto que me parece muito importante. Acho que foi dito por vários Senadores aqui dessa manhã, a condição estratégica de dispensar a ampliação do MERCOSUL, o que representa para a Venezuela, etc. Então, isso tem consequências do ponto de vista do médio e do longo prazo. Eu acho que, exatamente como o Senador Pedro Simon chamou atenção, o Brasil hoje está num outro patamar das suas relações internacionais e é crucial, digamos assim, que esse papel que o Brasil tem de articulador de consenso, possa ser, digamos assim, ser ampliado e institucionalizado, e desse ponto

de vista me parece que, digamos, o Brasil, enquanto tal, não pode tomar uma decisão com implicações do médio e longo prazo a partir de questões de natureza... Não me lembro exatamente, Senador... Enfim, como questões conjunturais. Então, acho que essa é a responsabilidade que cabe evidentemente ao Senado Federal, e acho que é uma responsabilidade que... E fico satisfeita de estar aqui, de ter sido convidada, para mim é uma honra. Eu acho que é um exemplo do que é o debate de ideias numa discussão de tão grave consequência. E eu sou absolutamente favorável à adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, professora Maria Regina Soares de Lima. O Senador Fernando Collor pede a palavra. Solicito só que seja rápido.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Somente em relação a um ponto tratado pela Dra. Maria Regina, em relação à questão da competitividade em termos de eleições. Realmente existe competição, existe a competição entre favoráveis ao Governo e aqueles que são oposição ao Governo. Recentemente houve eleição para Prefeito de Caracas, foi eleito um candidato de oposição. Ato contínuo à eleição e posse do Prefeito oposicionista de Caracas, o Presidente da Venezuela baixou um ato criando a figura do Governador de Caracas e região metropolitana. Então, na realidade ele passou por cima do desejo da vontade popular, criou a figura do Governador de Caracas e da região metropolitana e por intermédio desse senhor, é que todos os recursos são repassados e ele é que está, na realidade, usurpando o poder que foi concedido ao Prefeito legitimamente eleito pelo processo de competição, quando fez essa nomeação com base num Decreto que lhe deu o direito à Constituição recém aprovada.

Um outro ponto também que demonstra que a questão democrática não é muito bem seguida é esse fato que ainda não foi citado aqui que é do ordenamento territorial. Essa questão do ordenamento territorial é algo que viola, violenta toda e qualquer estratégia de nação e de povo, porque no momento em que ele pode, como fizeram os vitoriosos na Segunda Grande Guerra, em que ele pode pegar o mapa do seu país e recortar e fazer esse ordenamento da maneira que lhe parecer conveniente, mobilizando a população mais pra ali ou mais para cá, em função dos votos que lhes são favoráveis, isso é uma posição absolutamente antidemocrática.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Fernando Collor. Ministro Celso Lafer e, depois, Embaixador Antônio Simões.

**DR. CELSO LAFER:** Presidente Fernando Collor, Senador Suplicy, caro amigo Senador Pedro Simon. Quero, em primeiro lugar, dizer que a experiência de ter participado dessa audiência é uma comprovação ainda mais eloquente da importância do debate, da discussão e do papel no Senado na fixação das grandes diretrizes da política externa do Brasil e do seu destino na nossa região e no mundo. Eu creio que tentando, enfim, organizar pontos importantes que foram aqui discutidos, eu acho que há dois aspectos. Há um tema político, que é a inclusão e exclusão e o que significa a inclusão e a exclusão nesse momento na vida política internacional, e o tema, vamos dizer assim, que é técnico, mas que é mais do que técnico que envolve o que é o papel do aprofundamento, e qual é o papel do alargamento do MERCOSUL. Em relação ao tema inclusão e exclusão, que foi um ponto inicialmente levantado pelo Senador Suplicy, eu lembro, por exemplo, a propósito de Cuba, que as instruções que eu recebi do Presidente Collor no trato de Cuba, foi a de me preocupar com a inclusão, de criar oportunidades. Lembro que estávamos discutindo o problema de uma possível colaboração da Petrobras com Cuba e a insistência do Presidente foi "*é preciso incluir, é preciso abrir.*" De maneira que eu creio que todos nós temos essa leitura da importância da inclusão para um país importante como é o Brasil.

Linguagem. A diplomacia é palavra. Ela tem a sua dimensão e ela é importante. Eu me lembro, quando eu estava presidindo o conselho geral da OMC, que o Embaixador de Cuba me procurou e disse: "Olha, vou fazer um discurso muito vigoroso a propósito da Helms-Burton, da ação unilateral dos Estados Unidos. Eu vou dizer que isso é uma manifestação do imperialismo, que isso é inaceitável". Eu disse ao Embaixador de Cuba: "O senhor tem toda razão. Mas se o senhor me permite, vou fazer uma outra sugestão: O senhor diga que esta organização é uma organização que segue regras, segue normas, esta ação é uma ação unilateral dos Estados Unidos, não está contemplada nas exceções previstas pelo GAT, de maneira que uma ação desse tipo dos Estados Unidos significa a vitória do unilateralismo em relação ao multilateralismo, e como tal é algo inaceitável. Eu tenho certeza que o senhor terá o apoio de todos os estados membros, e isso será mais eficaz para a sua posição do que uma manifestação de outra natureza". Então, o capítulo diplomacia, palavra, é importante e é importante no trato dessas situações. A minha avaliação em matéria de inclusão e exclusão, que há outros mecanismos onde a inclusão da Venezuela se pode fazer com facilidade.

Começando pela Unasul, que é uma iniciativa deste Governo, continuando por um tratado que existe, que é o Tratado da Cooperação Amazônica, cuja Secretaria foi institucionalizada no final do Governo do Presidente Fernando Henrique, precisamente para criar condições de integração da região amazônica e de oportunidades de desenvolvimento sustentável para a região. Então, há outras alternativas pelas quais o trabalho de inclusão política da Venezuela pode ser feito. E pode ser feito no Grupo do Rio, pode ser feito na OEA, pode ser feito em múltiplas instâncias, e não só pode como deve ser feito. Acho que quanto a isso eu não tenho nenhuma dúvida.

Quanto à importância de um processo que inclua a América do Sul como um todo, claro que eu acho que é do interesse do Brasil, pela óbvia razão de que, exceção feita ao Equador e ao Chile, todos os demais países são nossos vizinhos. Então, a importância do relacionamento com os nossos vizinhos é importante e é importante inclusive do ponto de vista do equilíbrio federativo, porque evidentemente o Rio Grande do Sul se vê afetado pelos vizinhos que tem, Roraima pelos que tem, o Mato Grosso porque tem, então, é importante essa dimensão. Por isso que é claro que eu não excluo entendimentos de cooperação econômica.

Qual é a preocupação que eu procurei transmitir aqui e que quero em conclusão reiterar? É que o projeto MERCOSUL é mais do que um memorando de intenções. É mais do que uma associação de livre comércio. É mais do que é um grupo informal, como o Grupo do Rio. É mais do que uma expectativa de cooperação do tipo Unasul. Envolve compromissos e envolve esta sintonia profunda do campo dos valores, do campo econômico e dessa dimensão da paz e da guerra. Por isso ele tem uma identidade. Eu receio, sinceramente, esta é a minha preocupação, de que se nós fizermos a Venezuela ingressar agora, sem uma reflexão apropriada por parte do Senado, nós estamos condenando o MERCOSUL à irrelevância. Quando eu falei em "aladificação", é isto que quis fazer referência. O ALADI existe, presta os seus serviços, presta até hoje os seus serviços, mas alguém nesta Casa tem clareza de que a ALADI é uma prioridade da política externa brasileira? Não. É uma moldura conveniente com a qual nós trabalhamos e operamos. O meu receio é a "aladificação" do MERCOSUL, e com isso, enfim, colocar uma pá de cal no grande Projeto Brasileiro, da diplomacia brasileira pós redemocratização, porque esteve ligado à junção desses três fatores.

Eu não vou ingressar nessa ampla discussão sobre a democracia, que foi aqui muito bem apontada e o Presidente Collor acabou de dar um bom exemplo. Mas eu vou trazer um depoimento, que é o depoimento de uma figura importante na política venezuelana, que é Teodoro Petkoff, que é uma figura que vem do campo da esquerda, e que consistentemente se opôs a todas essas imensas dificuldades pelas quais a Venezuela e a sua população passou. Cito. Diz ele: "Chávez não é fascista. Porém, tem elementos fascistóides. O culto ao líder providencial, à violência, à manipulação da história para fins políticos, o desconhecimento da legalidade das formas republicanas em nome da voz popular, uma presença permanente e opressiva dele nos meios de comunicação, o discurso brutal e agressivo contra o adversário que, se não é nazista, provém claramente de Carl Smith, nazista para quem, como eu, lembrei a equação fundamental da política era a relação amigo/inimigo. Chávez, para os inimigos, nem pão nem água". Além do que ao contrário do Presidente Lula, como o Presidente Lula lembrou infinitas vezes, ele é um homem de formação militar, com a visão da relação amigo/inimigo pela sua própria formação. Ao contrário, o Presidente Lula foi alguém que fez a sua carreira no debate da discussão, primeiro no capítulo sindical, depois no capítulo político. É outra, a formação do Presidente Lula e eu faço como todo mundo que pode com objetividade dizer, é um outro tipo de cabeça, é um outro tipo de mentalidade, é um outro tipo de experiência. Acho que é um dado para nós meditarmos.

Concluo. Falamos aí sobre nascimento, prematuro ou não... Enfim, há uma observação que fazem os médicos, que a diferença entre o veneno e o remédio é a dosagem. Então, eu tenho uma preocupação com a dosagem, e acho importante que esta Comissão que tanto e tão grandemente contribui para a discussão dos temas de política externa, tenha a condição de refletir abrangentemente sobre os assuntos objeto dessa nossa Audiência.

Obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado, Ministro Celso Lafer, pela sua presença e pelas suas palavras aqui conosco hoje. Então, encerrando, passo a palavra ao Embaixador Antonio Ferreira Simões, que vem pela segunda vez aqui e que também atendendo ao nosso convite.

**EMBAIXADOR ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria antes de mais nada de agradecer aqui o gentil convite por estar aqui hoje e também agradecer as palavras afetuosas do Senador Suplicy e do Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria de aproveitar para responder algumas das perguntas que foram formuladas aqui, a mim, em outro momento. Primeiro, o senhor mesmo havia se referido à

questão da inadimplência. De fato, o que está ocorrendo no momento na Venezuela para que se compreenda, é o seguinte, na Venezuela existe centralização de câmbio, como existiu já no Brasil. Essa centralização de câmbio faz com que todos os pagamentos tenham que ser no final aprovados por uma Comissão de divisas chamada Cadiv. O que está ocorrendo não é uma inadimplência, não é que as empresas com as quais o Brasil está vendendo produtos não estejam pagando. Eles têm, digamos assim, um numerário para pagar. Mas isso há uma liberação tardosa na Cadiv. Por que isso está demorando? Qual é o problema? Uma razão muito simples, a Venezuela é um país que depende da exportação de petróleo e o petróleo, nos últimos meses, caiu muito, chegou ao nível de 30 dólares, então, qual foi a forma que usou o Governo venezuelano para encarar a questão da crise? Com esse mecanismo da centralização bancária e como é uma economia de consumo, basicamente ela evitou as importações. Por um mecanismo como no Brasil foi feito antes do Presidente Collor. O Presidente Collor, quando chegou, eu me lembro, na época eu trabalhava na delegação do Brasil em Genebra, ele acabou com isso. Ele acabou com a Cacex, ele acabou com o Anexo C, que era a lista dos produtos aos quais a importação estava suspensa, quer dizer, a gente não dizia proibido, dizia que eram os pedidos sobre os quais a importação estava suspensa, eu me lembro muito bem disso, o senhor acabou com tudo isso, Presidente. Mas isso é a realidade da Venezuela hoje, e na verdade, o que foi feito lá, foi feito de uma tal forma que como é uma economia no caso muito mais grave do que no Brasil no seu tempo, porque nós importávamos uma parte do que consumíamos e produzíamos outra. Lá, 75% de tudo que se consome é importado. Então, o impacto é muito grande nas divisas. Então, eles nessa centralização eles basicamente interromperam as exportações de muitos bens, inclusive de automóveis. O mercado venezuelano de automóveis, ele se restringiu esse ano em 50%, afetando não só as importações do Brasil, mas praticamente todos os países. Existe de fato essa cota de 10 mil carros para a Colômbia, nós já estamos conversando para ver a situação dos carros brasileiros, e inclusive e agora de uma forma mais geral, essa situação deve melhorar nos próximos meses. Por quê? Porque o petróleo hoje já está a 70. Acontece que com o petróleo a 90 dias, eles hoje estão recebendo o petróleo de três meses atrás, que estava 30, 35 dólares. E em agosto vão chegar no nível de 60 dólares, 65 dólares a cesta venezuelana é mais baixa que o petróleo Brent, mas vão chegar a esse nível. Então essa é uma situação que tende a melhorar, não está bem. Agora, é um tema também que nós estamos levantando já com as autoridades venezuelanas, eu tenho lá... Me visitam toda semana, todos os dias uma série de empresários brasileiros, em que tratamos essas questões, algumas das questões nós já fizemos pedidos à própria Cadiv, a essa Comissão, para que vá adiante, mas nós estamos atentos a isso.

Um outro ponto que foi levantado foi a questão da refinaria, e nesse caso se usou a palavra calote, que a Venezuela teria dado um calote. Eu acho difícil ela dar um calote se o contrato nunca foi assinado, quer dizer, há uma discussão de um contrato entre a PDVSA e a Petrobras. Nesse contrato. Há um acordo de associação. Depois desse contrato de associação tem que se fazer um contrato e essas discussões seguem... São discussões muito difíceis porque elas envolvem duas empresas que se acostumaram a trabalhar só, que não são empresas que trabalham normalmente com grandes sócios. Isso é uma realidade, é um fato da vida, que a gente tem que entender. Então, é mais difícil. Mas, essa discussão prossegue, na última reunião presidencial o próprio Presidente Chávez manifestou até, eu diria, indignação, porque ele disse que não entendia porque esse acordo não saía e ofereceu para receber o Presidente Gabrielli lá para que pudesse conversar sobre esse aspecto, o Presidente Gabrielli ia na semana passada, ocorre que, pelos eventos que estão se desenvolvendo aqui no Congresso, a questão da CPI e tudo, ele não pôde ir, irá proximamente e eu espero que com essa visita lá, é muito importante, porque segundo a Petrobras, vários aspectos das negociações não terem evoluído decorre de uma posição da PDVSA. E posição essa que o Presidente Chávez agora manifestou interesse em verificar e quem sabe até alterar, então acho muito importante a presença dele lá.

Outro aspecto que foi comentado aqui pelo próprio Senador Azeredo foi a questão da SIDOR e da nacionalização da SIDOR e a Usiminas De fato, ela era sócia de uma empresa, que era a Techint, dona da SIDOR. Ela tinha uma participação no final pequena, era cerca de 9% a participação, mas de qualquer forma era um capital brasileiro. A participação da Usiminas lá era sobretudo em assistência técnica, a Usiminas mandava gente, formava os quadros para operação da siderúrgica. O que foi feito foi uma nacionalização. Já saiu o primeiro pagamento da indenização, são 500 milhões de dólares que foram pagos, virão outros pagamentos, e pelo que eu soube da Usiminas, ninguém gosta de ter o seu negócio nacionalizado, mas foi seguido, pelo menos pelo que me chegou ao conhecimento, a ideia da indenização justa, que é o que eu acho que é o fundamental nesses casos.

Outro ponto que foi levantado aqui por outro Senador foi a questão de como a entrada da Venezuela pode influir em outros aspectos da relação. Então, foi co-

mentado, por exemplo, o fato do Presidente Chávez ser muito próximo ao Irã. Eu gostaria de dimensionar isso, o seguinte. No caso do MERCOSUL, há, por exemplo, outros países. Há países já membros do MERCOSUL que tem posições diferentes. Eu citaria, por exemplo, o caso do Paraguai. O Paraguai, não sei se já mudou isso, mas até bem pouco tempo reconhecia Taiwan e não reconhecia a República Popular da China. Eu não vi nenhuma alteração da posição brasileira, que era uma posição histórica de reconhecimento da República Popular da China em função de ter havido o MERCOSUL do Presidente Collor ter iniciado o MERCOSUL na sua Presidência. Eu realmente não vi. Então, eu acho que, enfim, a preocupação é legítima, mas eu acho que a gente tem que observar isso de acordo com que realmente, a evolução das coisas.

O que eu verifiquei, outro ponto também que acho que seria interessante mencionar é o seguinte, pelo que eu ouvi aqui dessa Audiência, que é a terceira audiência, eu vi o levantamento de muitas dúvidas e eu acho que é muito importante esse contato com pessoas que possam esclarecer essas dúvidas. Eu acho que isso é uma coisa que é positivo para o Senado. Quer dizer, o que eu ouvi de muitos Senadores, é que queriam ouvir esclarecimentos. Queriam ouvir mais. Então, eu acho que exatamente nesse contexto que o Ministro Amorim pediu que eu viesse aqui antes e falasse com os Senadores. Eu tenho a impressão que eu não exerci bem o meu papel, porque as dúvidas ainda subsistem. Tem muitas dúvidas ainda. Mas isso é função da demanda, isso sim é uma praxe do Itamaraty, é uma praxe muito antiga, inclusive quando eu trabalhei sob o comando do Ministro Lafer, em uma outra gestão, inteiramente diferente dessa com o Presidente Fernando Henrique, eu me lembro dele me recomendar que fizesse falar os parlamentares. Eu vim inúmeras vezes, inclusive alguns deles, por exemplo, o Senador Heráclito era uma pessoa que frequentava, infelizmente não está aqui agora, mas era uma pessoa que frequentava muito as nossas delegações de ALCA como observador parlamentar. E era a pessoa com quem eu vinha aqui discutir várias vezes. Na época, ele estava na Câmara, não estava no Senado, então vinha aqui discutir justamente esse tipo de esclarecimento, enfim, que é muito importante, sobretudo quando o assunto demanda. Evidentemente não são todos assuntos da política externa que vão demandar isso, alguns assuntos evidentemente não vão demandar que venha o Embaixador porque são assuntos com tanta informação, ou são assuntos que não demandam tanto interesse. Mas pelo que eu vi aqui dos próprios Senadores, eu acho que há uma confirmação de que os próprios Senadores têm realmente interesse nisso. Eu entendo também que o meu colega da Venezuela aqui, o Embaixador aqui, com quem eu converso algumas vezes, de vez em quando, mas pelas informações que eu tenho, ele esteve, visitou o Presidente da Comissão, teve com o Senador João Pedro, teve com vários. Não sei se teve com todos, não sei se foi muito, se foi, enfim, tão assim... Obsessivo um pouco como eu sou, que é o meu estilo, porque eu sou extremamente obsessivo em relação aos interesses do Brasil. O meu trabalho como Embaixador, e eu sou Embaixador na Venezuela porque fui indicado pelo Presidente, mas sobretudo porque fui aqui aprovado pelo Senado Federal. E quando o Senado me aprovou, o sentido que eu entendo do papel do Embaixador é assessorar o Senado, é dar informações ao Senado dos interesses brasileiros.

Eu preciso dizer e ser muito claro, como fui na minha exposição, como fui nos meus dados, como fui nas conversas, sobre o que eu vejo que há um interesse brasileiro lá e como esse interesse pode ser melhor atendido ou como esse interesse pode ter algum tipo de ameaça, eu acho que esse é o meu papel. Agora, o papel do Senado, como órgão político, é um papel de tomar decisões. Aí não é o Embaixador que toma decisões. Aí é o Senado que toma decisões. Agora, eu acho extremamente importante que essas decisões possam ser decisões, as mais informadas possíveis, porque são decisões que vão ter realmente um impacto muito adiante na nossa relação. E eu vi, por exemplo, pelos comentários específicos da Senadora Rosalba, ela por exemplo me listou o desejo de conhecer uma série de coisas. Ela disse que queria conhecer as questões sociais da Venezuela, as questões da mulher, as questões da educação, as questões de saúde, as questões da infância e adolescência, as questões sobre eventual violência e como isso está sendo tratado, violência contra a mulher, enfim, contra a criança e adolescente. Isso é uma demonstração de que há muito mais que a gente deva dizer.

E só para completar, eu gostaria de que estou muito acostumado, na minha vida diplomática. Eu tenho quase 30 anos de Itamaraty. E sempre me tocou temas que não são temas muito fáceis. Eu nunca... Eu sou daqueles Diplomatas, para comparar com um baile, nunca é a mais bonita que eu vou dançar. Mas, eu sempre nesses temas, em qualquer deles, seja na ALCA, seja na Venezuela, eu sempre tive muito claro o seguinte: o interesse do Brasil. E esse interesse eu vou perseguir sempre até o final, mesmo que tenha um custo político pra mim, porque eu acredito nisso, eu acredito nesse país, eu tenho grande orgulho de ser Embaixador brasileiro, eu tenho grande orgulho de ser Embaixador brasileiro que é o maior superávit da balança comercial brasileira, e eu tenho grande orgulho de poder contribuir um pouquinho para que isso continue. Quando vem um

empresário lá reclamar, que eu vou lá na Cadiv, que eu faço uma cartinha, que eu telefono para o Manoel Barroso da Cadiv, para ver se há alguma coisa que ele possa fazer, que eu faça uma outra gestão... Isso é uma coisa extremamente importante e que eu vou sempre fazendo. Porque o que eu consegui, tudo que eu consegui na minha vida, eu saí de menino pobre no Rio até estar tendo essa oportunidade de conversar com os representantes do povo brasileiro, fui sempre trabalhando muito, e sempre acreditando muito no Brasil.

Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Embaixador Antônio Simões. Antes de concluir então, Senador Fernando Collor está aqui desde as nove e meia, não é Senador? Participou o tempo todo.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Obrigado, Sr. Presidente. A participação que V. Exa. teve, Embaixador, está tendo em todo esse processo é realmente, eu diria até comovente. Quando o senhor citou o exemplo do Ministro Lafer, que lhe deu uma missão em relação à ALCA, V. Exa. não era representante do Brasil em nenhum país e sim estava tratando de um caso específico da ALCA. E essa é uma praxe da secretaria de Estado, destacar Embaixadores ou um dos seus integrantes, competentes, que entendam da área específica e o Chanceler pede então que ele faça os contatos devidos, seja no âmbito parlamentar, seja no âmbito de qualquer iniciativa humana. No caso, houve uma quebra de uma praxe. Quando eu lhe fiz a pergunta se essa era uma prática da Secretaria de Estado de destacar um seu Embaixador para cumprir a tarefa que o senhor vem cumprindo, é porque eu sei que essa não é uma praxe. Essa não é uma praxe da Casa de Rio Branco, não é uma praxe do Itamaraty. O que houve foi uma inversão, porque esse trabalho era para ser executado, sim, pelo Embaixador da Venezuela no Brasil. E quem está pedindo, batendo na porta para entrar é a Venezuela. E quem bate na porta para entrar tem que se anunciar e dizer se vem para a paz ou para a guerra, se é amigo ou se é inimigo. E se quer entrar, para tratar do que e com que objetivo. Isso não foi feito. Quem veio bater à porta foi um dos nossos, o senhor, Embaixador do Brasil em Caracas. E que vem fazendo um esforço descomunal, que é comovente, a mim me comove quando eu encontro com o senhor e vejo isso que o senhor se referiu, V. Exa. se referiu, da obstinação e da defesa dos interesses que V. Exa., da forma cabal, demonstra estar defendendo, porque acredita ser os interesses do Brasil. Então, eu gostaria de cumprimentá-lo, lamentar que o Itamaraty tenha tomado essa decisão, ao invés de incentivar o Embaixador venezuelano em Brasília fazer esse trabalho, e aí sim as informações acessórias que o Parlamento Brasileiro necessitasse, aí sim via aqueles que aqui estão lotados, a assessoria parlamentar ou até o Chefe de Departamento da América do Sul, enfim, pessoas que já estão dentro do organograma do Itamaraty para realizar essas funções.

Mas quero lhe cumprimentar pelo seu trabalho, apesar de ter essa discordância e achar que V. Exa. não poderia ser chamado para uma tarefa como essa, porque foge inteiramente àquela *praxis* do Itamaraty. Mas a forma como o senhor se desempenhou, a sua forma cordata, cordial, a sua paciência e sobretudo essa sua obstinação.

Meus parabéns e muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Agradeço, portanto, a presença dos Srs. Senadores, a presença dos senhores convidados, está encerrada a sessão.

*Sessão encerrada às 14h54.*

**ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia dez de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Tião Viana, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da pauta, faz sua inversão e convida para compor a Mesa o Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto. **Item 2:** Mensagem nº 75, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro*

*de 2006, a escolha do nome do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Cristovam Buarque,** para fazer a leitura do seu relatório. Assume a Presidência o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que convida o Embaixador Mário da Graça Roiter para compor a Mesa. **Item 1 :** Mensagem nº 74, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Mario da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Cristovam Buarque**, relator "ad hoc", para fazer a leitura do relatório. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência e declara aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **Henrique da Silveira Sardinha Pinto e Mário da Graça Roiter** para fazerem suas exposições. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. O Presidente adia a apreciação do Requerimento nº 36, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"Requeiro nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, o Embaixador da Guiana no Brasil, Harry Narine Nawbatt, e o ex-Governador do Estado de Roraima, atualmente Deputado Federal por esse Estado, Neudo Campos, a participarem de Audiência Pública para tratarem da adesão da Venezuela ao Mercosul"*, constante da pauta extra da reunião. O Presidente torna a reunião secreta às onze horas e vinte e dois minutos. A reunião é reaberta às onze horas e vinte e cinco minutos. O Presidente comunica a aprovação das Mensagens. Os Senadores **Arthur Vigílio, Geraldo Mesquita Júnior, Inácio Arruda, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e onze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA A 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 42 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós temos aqui hoje na pauta, vamos iniciar com a Mensagem nº 75/2009, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com o art. 39, da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Sr. Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.*"

Eu convido, portanto, o embaixador Henrique Silveira Sardinha Pinto para que compareça a esta bancada e já com muita honra passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque que é o relator, que tem o parecer sobre a indicação, portanto, do embaixador Henrique Sardinha para a Argélia.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador.

"*A Casa Legislativa foi chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Segunda Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, o nosso novo Embaixador junto à República Argelina Democrática e Popular.*

*O Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do Ministro Henrique da Silveira, que é nascido na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, filho do Sr. Geraldo Sardinha Pinto e da Sra. Déa Lúcia da Silveira Pinto.*

*Ele bacharelou-se em Direito pela Universidade do Distrito Federal em 1981. Ingressou na carreira diplomática em 1978, por concurso, tornando-se terceiro secretário no ano seguinte.*

*Entre as funções desempenhadas na Administração Pública destacam-se a de Chefe de Gabinete da Subsecretaria do Serviço Exterior em 92; Chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Ad-*

*ministrativa dos Postos no Exterior em 99; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (2006); e Diretor do Departamento de Promoção Comercial (2006).*

*No exterior, ele exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro em Ottawa (97); de Ministro-Conselheiro no Escritório Financeiro em Nova York (2002); chefiou delegações brasileiras em reuniões e encontros internacionais e foi nomeado Perito na 67ª Sessão do Comitê de Contribuições das Nações Unidas."*

É por tudo isso, Sr. Presidente, que o Ministro Henrique da Silveira Sardinha Pinto, tem todas as condições para ser o representante do Brasil, nosso Governo e seu povo na Argélia.

*"No tocante ao relacionamento bilateral, Brasil-Argélia, o informe preparado pelo Itamaraty, que está anexo à mensagem presidencial, dá notícia de que as relações entre o Brasil e Argélia foram estabelecidas em 1962, ano em que foi aberta a Embaixada residente em Argel.*

*O relacionamento desde então tem sido cordato e fluido ao longo dos tempos. Mais recentemente, os contatos se intensificaram. Visitas oficiais de parte a parte no nível de Ministros, de distintas áreas, sucederam os encontros presidenciais de 2005 feito pelo Presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil e em 2006, do Presidente Lula à Argélia.*

*Esses encontros fortaleceram a cooperação política e econômica entre os dois países. A pauta de assuntos é bastante extensa com destaque para o fortalecimento da cooperação técnica bilateral nas áreas de mineração, saúde, agricultura e meio ambiente.*

*Outro aspecto merecedor de atenção é a defesa. Atualmente, os dois países se empenham em aperfeiçoar a cooperação nesse campo tendo em vista os desafios semelhantes dos dois países: grandes extensões territoriais escassamente povoadas, fronteiras distantes, ameaça do crime organizado transnacional. Há inclusive negociações para a instalação de adidâncias de defesa nas respectivas capitais."*

Lembro que além dessas relações entre Estados, o Brasil tem uma... Tem uma dívida, eu diria, com a Argélia, pela maneira como este país recebeu de braços abertos centenas de brasileiros que durante o regime militar precisaram de asilo político. Isso criou laços permanentes entre grandes personagens brasileiros e a Argélia.

*"Na esfera comercial, as trocas bilaterais somaram 3,1 bilhões em 2008, que é um número muito expressivo, ligeiramente acima do verificado no ano anterior. O déficit brasileiro no mesmo ano foi de 1,86 bilhões. O Governo atualmente busca reduzir essa cifra demonstrando interesse em participar, de modo mais intenso, das compras governamentais.*

*Outra área considerada é a de fornecimento de aeronaves brasileiras para companhias argelinas.*

*O Brasil exporta, sobretudo, açúcar e carne e importa petróleo bruto e naftas para petroquímica.*

*Por tudo isso, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, Sr. Presidente."*

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: Senador Buarque, agradeço a leitura do relatório e convido o embaixador Mário da Graça Roiter para se fazer presente aqui na Comissão e pediria ao Senador Cristovam, Professor do Instituto Rio Branco, que fizesse a gentileza de *ad hoc* proferir também o relatório.

Vamos ler logo os dois relatórios.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: Sente aqui, por favor.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Onde é que está o parecer? É este aqui? Outra coisa: manda tomar cuidado; saiu errado aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: Senador Buarque, mantida a solicitação, V. Exa. se puder fazer a gentileza de nos brindar com o relatório de encaminhamento do embaixador Mário da Graça Roiter, ficaríamos muito gratos.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Terei o maior prazer em fazer esse trabalho *ad hoc.*

É com muito prazer, Sr. Presidente, que substituo o Senador Heráclito Fortes na leitura do parecer elaborado, tratando da indicação pelo Presidente da República, do Sr. Mário da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República de Honduras.

O Ministério das Relações Exteriores enviou o *curriculum vitae* do interessado da qual extraímos para esse relatório as informações que seguem.

"Ele é nascido na cidade do Rio de Janeiro, formou-se como Guarda da Marinha pela Escola Naval em 62, ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 66, tendo-se tornado Terceiro Secretário no ano seguinte, quando foi designado para exercer o cargo de assistente na Secretaria Adjunta para Assuntos Econômicos.

Em 68, tornou-se assistente na Divisão de Transportes e Comunicações, ano em que foi agraciado pela

Royal Victorian Order, da Grã-Bretanha, com o grau de Membro. Em 1969, amealhou outro reconhecimento internacional por serviços prestados: a Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, grau de Oficial.

Em 1970 sua carreira foi interrompida pelo Ato Institucional nº 5, que o aposentou compulsoriamente, até que em 1986 foi reintegrado ao Itamaraty como Primeiro Secretário.

*Entrementes, ultimou sua tese 'Japanese Trading Companies', publicada em Boston, Estados Unidos, resultado da conclusão do seu programa de mestrado em Administração Financeira no Babson College, de Massachusetts, Estados Unidos, com a graduação 'Summa cum Laude'."*

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o fato de que pelo Ato Institucional o nosso indicado hoje, tenha sido compulsoriamente aposentado, nós consideramos que representa um dado positivo na sua carreira, porque significa seus compromissos com a democracia, o que eu considero absolutamente fundamental para ser um bom diplomata do Brasil no exterior.

"*A partir de 1986, de volta ao quadro diplomático, tornou-se Conselheiro, em 1987 e, finalmente, Ministro de Segunda Classe, por merecimento.*

*Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou na segunda fase de sua carreira diplomática, destacam-se: o Consulado-Geral em Milão, Itália; a Embaixada em Ancara, Turquia, como Encarregado de Negócios; o Consulado-Geral em Porto Alegre, como Cônsul-Geral; a Embaixada em Bridgetown, como chefe; o Consulado-Geral em Atlanta, Estados Unidos, como Cônsul-Geral; a Embaixada em Belgrado, Encarregado de Negócios, em missão transitória; e a Embaixada do Kuwait, como Embaixador.*"

É preciso dizer que apesar desses 16 anos de sua carreira interrompida, ele não apenas teve uma intensa atividade diplomática na sua volta, como aproveitou muito bem o tempo interrompido nos estudos em Boston e trabalhando com o problema das relações internacionais no que se refere especificamente ao comércio.

"*O documento informativo que foi anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Honduras, destaca que o principal interesse hondurenho nas relações bilaterais com o Brasil são os pedidos de financiamento para obras de infraestrutura, nominalmente: os projetos hidrelétricos de Jicatuyo e Los Llanitos; e a rodovia Tegucigalpa-Catacamas; o projeto hidrelétrico de El Tornillito; e também o Programa Rodoviário denominado Corredor Agrícola. O montante almejado pela parte hondurenha chega a 781 milhões.*"

Aqui eu quero dizer, Sr. Presidente, um toque pessoal. Quando eu tive de sair do Brasil por razões políticas, um dos países onde eu fiquei dois anos foi Honduras, onde eu tenho, o país no qual quase nasceu uma filha, *made in* Honduras, pelo menos. Quero dizer que trabalhando com o Banco Interamericano, alguns desses projetos já eram considerados. Veja como a gente demora muitas vezes a realizar projetos, como especialmente essa rodovia Tegucigalpa-Catacamas.

"*A cooperação na área de biocombustíveis e na exploração de petróleo em águas profundas figura na agenda bilateral de cooperação, aparentemente não com a prioridade do primeiro item supramencionado.*"

Tudo isso faz com que, a meu ver, o governo brasileiro está dando um salto ao ter o Sr. Mário da Graça Roiter como nosso embaixador naquele país, que é pequeno, mas que tem uma porção muito importante no Centro da América Central. Um país que, no meu caso, muito querido, eu considero um dos países quase que como uma segunda, terceira, uma pátria pela maneira como me recebeu, mais de 30 anos atrás e como me tratou tão bem naquele período. Graças também ao Banco Interamericano de desenvolvimento.

Por isso eu creio que temos condições, sim, de votar e mais uma vez parabenizando o governo brasileiro que tem se concentrado na manutenção de diplomatas de carreira como nossos representantes nos diversos países do exterior.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Senador Cristovam, vejo que foi feliz a coincidência, portanto, de V. Exa. ser o relator do Embaixador Henrique Sardinha para a Argélia, que é um país também da sua ligação mais próxima e de, como *ad hoc*, ser também o relator do nosso Embaixador Mário da Graça Roiter para Honduras, como diz aí que foi realmente um país que lhe acolheu muito bem. Então, foi uma feliz coincidência que possamos tê-lo como relator em ambos os casos.

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que o processo de votação já está aberto, lido os dois relatórios, distribuídos com parecer favorável, e vamos passar então já, imediatamente, à oitiva, tendo em vista que temos ainda também a reunião normal da Casa em início.

Então, com a palavra o embaixador Henrique Sardinha Pinto para suas considerações.

**SR. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**: Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores.

A Argélia é uma referência obrigatória no estudo das relações diplomáticas e das relações internacionais no segundo pós-guerra.

O doloroso processo de independência pelo qual passou a Argélia marcou uma geração e, de certa forma, inspirou movimentos de descolonização em todo o mundo, muito particularmente na África. Sete anos e meio de guerra, um milhão de mortos, dois milhões de soldados franceses estiveram baseados na Argélia nesse período.

Segundo maior país da África em extensão territorial, após o Sudão, o território que hoje conhecemos como Argélia foi originalmente habitado pelos berberis e conheceu sucessivas ondas de ocupações, começando pelos fenícios, pelos cartagineses, os romanos, os vândalos, os gregos bizantinos, os árabes, os turcos e finalmente os franceses.

As invasões árabes do Século VIII foram, sem dúvida, as que deixaram marcas mais permanentes naquela população, sobretudo no que diz respeito a suas tradições linguísticas, culturais e religiosas.

Os 280 anos de presença turca consolidaram, de certa forma, uma organização administrativa e burocrática no território e contribuíram, certamente, para a consolidação do Islamismo como a religião de Estado. Hoje, de fato, 99% da população argelina professa a religião Islâmica Sunita.

A presença francesa nos seus 130 anos, por outro lado, contribuiu para a formação da Argélia moderna, sobretudo no que diz respeito às suas... À sua conformação político-econômica institucional.

A economia argelina está basicamente ancorada nos hidrocarbonetos, que respondem por 45% do PIB e 97% das exportações do país. Os preços internacionais favoráveis desses produtos nos últimos anos contribuíram para uma estabilidade econômica bastante permanente, com o crescimento médio anual nos últimos anos de 4%, uma inflação decrescente e em torno de 3,5%, reservas internacionais no final do ano passado em 140 bilhões de dólares, e uma dívida externa decrescente também, hoje, praticamente insignificante em relação ao PIB e às exportações do país.

No que se refere ao comércio exterior, 50% dele se destina, as exportações argelinas se destinam à União Europeia e, da mesma forma, a Argélia importa cerca de 50% de seus produtos daquele bloco.

O parceiro comercial mais importante no que diz respeito às exportações argelinas são os Estados Unidos da América, e a França é o principal fornecedor de produtos para o país.

As relações internacionais da Argélia se projetam basicamente em três vertentes: o país é ao mesmo tempo uma nação árabe, africana e mediterrânea. Esses traços do país se fundamentam numa rica experiência de, na sua própria formação cultural, linguística, religiosa, o que facilita a sua coordenação e o seu desempenho em diferentes fóruns regionais, sobretudo na União Africana e na Liga Árabe.

A Argélia mantém também um ativo protagonismo diplomático, sobretudo no espaço mediterrâneo, e ela assegura esse tipo de ação por meio de uma elite burocrática extremamente competente.

As relações com o Brasil. A Argélia constitui hoje uma... um dos pontos prioritários da política externa brasileira na África, seja do ponto de vista comercial, do ponto de vista da cooperação técnica ou mesmo da coordenação político-diplomática nos diferentes fóruns internacionais.

Apesar de o Brasil ter sido extremamente conservador no período que precedeu a independência da Argélia, que coincidiu com a era JK, a coincidência da independência com a vigência da política externa (a chamada política externa independente no Brasil) no princípio dos anos 60, resultou que nós não só reconhecemos muito rapidamente a independência do país, como decidimos estabelecer rapidamente uma embaixada residente em Argel.

Durante o regime militar, como já foi mencionado pelo Senador Cristovam Buarque, um grande número de brasileiros buscou refúgio e recebeu acolhimento naquele país. Oscar Niemeyer realizou algumas obras lá e deixou como marca importante do gênio brasileiro a Universidade de Constantine.

Na crise político-institucional nos anos 90 na Argélia, em que o país passou por grandes momentos de violência interna, várias embaixadas fecharam as portas em Argel, e o Brasil, no entanto, manteve a sua embaixada permanentemente e inteiramente operacional.

As vertentes árabes e africanas da política externa argelina certamente contribuem para essa aproximação com o Brasil, sobretudo a partir da convocação, pelo Brasil, da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em 2005, que se realizou no Brasil.

Houve uma coincidência feliz nesse caso, o Presidente Bouteflika, era o Presidente de turno da Liga Árabe e copresidiu com o Presidente Lula o evento no Brasil.

A partir desse momento se reintensificaram as relações entre os dois países e culminaram com a visita do Presidente Bouteflika ao Brasil em 2005 e do Presidente Lula a Argélia em 2006.

Comércio bilateral apresenta um importante *déficit* estrutural contra o Brasil, basicamente em função das importações que fazemos de petróleo bruto e de nafta para a petroquímica.

No entanto, as exportações do Brasil têm crescido de maneira consistente nos últimos cinco anos. Atingimos, no final do ano passado, 632 milhões de dólares de exportações. Os números deste ano são alentadores. Nós temos observado já nos primeiros quatro anos um incremento da ordem de 30%. Devemos provavelmente chegar a algo como 800 milhões de dólares no final deste ano.

O governo argelino lançou recentemente um novo programa de desenvolvimento, orçado em algo como 150 bilhões de dólares, sobretudo para a renovação e a construção de infraestrutura do país.

Empresas brasileiras têm participado desse processo, pelo menos uma delas já foi... Já recebeu algumas obras, sobretudo, no que diz respeito à construção de gasodutos, de aterros sanitários, de viadutos e outras obras.

O governo brasileiro entende que, na medida em que esse *déficit* estrutural possa parecer difícil de ser compensado ou só será compensado em médio prazo e um pouco lentamente, que nós poderíamos participar de uma maneira mais ativa desse processo de desenvolvimento, sobretudo da instalação de uma infraestrutura mais moderna no país. Seria, de certa forma, uma compensação pelo déficit que permanece já por tantos anos.

Uma palavra final com relação à cooperação técnica: o Brasil mantém um programa bastante ativo de cooperação técnica com a Argélia, já há alguns anos, eu gostaria de citar, pelo menos, três projetos recentes que estão em andamento.

Um deles, o serviço prestado pelo IPT de São Paulo, para a recuperação de um viaduto que se encontra em condições estruturais precárias na cidade, em Sidi Rached, por um lado; por outro eu queria mencionar também as atividades que desenvolve a Universidade de Viçosa, em Minas Gerais, com projetos de monitoramento de ecossistemas e de conservação de recursos hídricos.

E, finalmente, o projeto que nos é mais caro e creio que ao governo argelino também, que é o de cirurgias cardíacas pediátricas, que o Instituto Coração manda missões periódicas à Argélia para realizar cirurgias pediátricas, cirurgias cardíacas em crianças, já se realizaram sete missões dessa natureza, 65 crianças argelinas foram operadas por especialistas brasileiros.

Eu acho que são essas, são esses os pontos que eu gostaria de ressaltar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Muito obrigado ao Embaixador Henrique Sardinha, meu conterrâneo de Belo Horizonte e o pai dele foi o meu professor também lá na minha época do colégio estadual. Eu fico muito feliz de poder tê-lo aqui hoje nesta oitiva.

Passo de imediato a palavra ao embaixador Mário da Graça Roiter, que é indicado para a República de Honduras.

**SR. MÁRIO DA GRAÇA ROITER**: Srs. Senadores, é uma honra para mim estar aqui perante esta Comissão, para ter o meu nome examinado como futuro embaixador em Honduras.

Honduras é um país extremamente pobre, com um altíssimo nível de desigualdade social; a expectativa de vida está abaixo das médias regionais e é 68 anos. Tem um território relativamente grande, são 112 mil quilômetros quadrados, que é um pouco maior que Pernambuco. A população é de sete milhões e 800 mil habitantes.

Aqui eu queria fazer duas observações: 60% dessa população está abaixo do nível de pobreza; além desses sete milhões e 800 mil habitantes, existem outros, um milhão e 300 mil hondurenhos, que imigraram para os Estados Unidos e lá vivem, ou legalmente ou não.

O PIB em 2008 era 14.3 bilhões de dólares, renda *per capita* 1.800 dólares, paridade de poder de compra 4.400 dólares.

Índice de desenvolvimento humano dos mais baixos da América Latina, só supera Bolívia, Guatemala e Haiti.

Política interna: é uma República Presidencialista com divisão clássica de poderes. Tem um Congresso unicameral, com 128 assentos. A cena política é dominada há mais de um século por dois partidos grandes de centro, Partido Liberal e Partido Nacional. Em 2006 o Partido Liberal elegeu o Presidente da República, Presidente Zelaya Rosales, e fez 66 Deputados. A Constituição de Honduras preconiza o mandato de quatro anos e veda a reeleição. Há eleições marcadas para novembro de 2009, com dois candidatos já consolidados, um do Partido Liberal, outro do outro Partido Nacional.

Após a decisão de Honduras à ALBA, em agosto de 2008, o Presidente Zelaya iniciou uma campanha por um referendo popular no modelo da Venezuela, Bolívia e Equador, para aprovar sua reeleição. Esse referendo está marcado para daqui há 18 dias, para o dia 28 de junho. Nesse referendo também o povo vai ser chamado a se manifestar sobre uma cláusula revocatória, pela qual qualquer Deputado pode ser a qualquer momento, ter a qualquer momento o seu mandato cassado por um referendo popular.

Sentindo-se ameaçados, os dois candidatos à Presidência se uniram ao clero, às Forças Armadas

e a grande parte da opinião pública nacional contra esse referendo.

Em janeiro de 2009, há poucos meses, como parte do seu projeto, o Presidente Zelaya efetuou um aumento do salário mínimo de 60%. O salário mínimo de Honduras, que é um país extremamente pobre, hoje está em 290 dólares, que é muito mais alto que o nosso salário mínimo. Isso beneficia 600 mil pessoas.

Palavras breves sobre a economia. É uma das economias mais subdesenvolvidas da América Latina, historicamente dependente de café e bananas. Recentemente diversificou para frutas tropicais, camarões, turismo e maquila. Maquila é a manufatura de peças de vestuário e tecidos importados, com mão de obra barata para mercados desenvolvidos, como o norte-americano. A maquila é a segunda maior produtora de divisa para o país, 1.2 bilhões de dólares.

A maior fonte de divisas são as remessas vindas dos imigrantes hondurenhos que moram nos Estados Unidos, que estão em torno de três bilhões de dólares.

A economia hondurenha que dependia basicamente do preço internacional das *commodities*, hoje depende do dinamismo da demanda externa, principalmente americana. Isso mostra que a situação, o horizonte médio não é muito favorável ao país.

Política externa: Tradicionalmente fundada em três pilares: dependência dos Estados Unidos, inserção centro-americana e o fato de ser um país pobre e altamente desenvolvido, altamente endividado.

Dependência dos Estados Unidos. É o maior parceiro comercial de Honduras, é a sua maior fonte de divisas, pela remessa dos imigrantes e também pela, pelos recursos provenientes da venda da maquila. É também a maior fonte de investimento externo direto.

Contra essa situação tradicional de dependência dos Estados Unidos contrapõe-se uma crescente influência da Venezuela. Em face à total dependência de Honduras de petróleo importado, inclusive para a geração de energia elétrica, em março de 2008 o país se filiou à Petrocaribe, passando a receber petróleo altamente subsidiado da Venezuela. Em agosto de 2008, Honduras aderiu à Alba, Alternativa Bolivariana.

Inserção centro-americana. Muito brevemente, crescente desde a criação do sistema de integração centro-americano em 93, hoje existe uma zona de livre comércio, uma união aduaneira, uma tarifa externa comum, o comércio com países vizinhos como Guatemala e El Salvador está crescendo, e com o México também.

O terceiro fator, a busca de ajuda internacional, como um país pobre e altamente endividado, desde que foi atingido pelo Furacão Mitch em 1998, como o Senador deve se lembrar, Honduras busca o apoio de organizações multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para reduzir o seu *déficit* externo. Obteve um grande sucesso nisso, o déficit que era de 80% do PIB em 99, passou a 25% do PIB em 2007.

Agora uma breve palavra sobre o relacionamento entre Brasil e Honduras. O fator marcante desse relacionamento é sua extrema densidade depois do Governo Lula. O quadro de visitas recíprocas mostra isso claramente: em 2005 o então Presidente Maduro visitou Brasília, em 2006 o Presidente Zelaya visitou Brasília, em 2007 houve uma visita extremamente exitosa do Presidente Lula a Honduras, em 2008 o chanceler hondurenho esteve no Brasil e agora, em agosto, nós estamos esperando a visita oficial do Presidente Zelaya.

Esse adensamento do relacionamento entre Brasil e Honduras é fruto de três fatores: o papel primordial que o Brasil desempenhou no reescalonamento da dívida de Honduras para com o BID, de 1.3 bilhões de dólares, eles têm uma gratidão enorme com relação a isso. A cooperação técnica, oferecida pelo Brasil aos hondurenhos, que é maciça, em várias áreas muito importantes e essa visita do Presidente Lula que foi um fato marcante, até na política interna hondurenha.

Os principais temas bilaterais, cooperação técnica na área de biocombustíveis, etanol e biodiesel, saúde pública, nós estamos mostrando a eles o que é o nosso programa do SUS, Sistema Único de Saúde, agricultura, vários projetos agrícolas e gerenciamento de recursos hídricos.

Mas o campo mais forte do relacionamento é no campo da infraestrutura. Honduras produz 1200 Megawatts de energia elétrica, 630 Megawatts produzidos por energia térmica e apenas 460 por hidrelétrica. Em janeiro desse ano, a Odebrecht assinou um contrato para a construção de duas hidrelétricas, como disse o Senador Cristovam, com uma potência de 260 Megawatts. Isso vai ser financiado pelo BNDES, serão, vai ser a usina, o sistema de transmissão e distribuição.

Existe também, cabe destaque, um antigo projeto hidrelétrico entre Salvador e Honduras, o projeto de Los Tigres, que estava paralisado desde 2006 por disputas fronteiriças e pelo fato de Honduras... De... Pelo fato de El Salvador ter criado um problema com a demarcação, a projeção marítima de Honduras sobre o Pacífico, então tudo foi paralisado.

Esse projeto foi modificado pela Odebrecht, e hoje o projeto está exatamente sobre a fronteira dos dois países. Antigamente a barragem estava no território de El Salvador e a parte alagada no território de Honduras, o que causava um certo mal-estar. Isso foi

retificado e com isso se criou um projeto binacional, no modelo de Itaipu o que vai facilitar sobremaneira os financiamentos do BID e do banco... do BCIE.

Outro ponto importante é o relacionamento entre--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Embaixador, por favor, eu pediria só que o senhor pudesse concluir, porque já vão começar as votações, eu peço aos Srs. Senadores que não tiverem votado ainda possam votar, que nós vamos ter que interromper a reunião para começar a Ordem do Dia.

**SR. MÁRIO DA GRAÇA ROITER**: Vou concluir muito rapidamente.

Como contrapartida de todo o apoio brasileiro, o que nós recebemos de Honduras, é basicamente o apoio em nossas posições internacionais, principalmente o apoio à candidatura brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas e apoio de candidaturas brasileiras outras.

Era isso que eu tinha a dizer, muito obrigado. Desculpe.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Obrigado, Embaixador desculpe ter que interrompê-lo, mas já foi importante essa sua exposição.

Então, eu tenho que interromper a reunião, mas só, nós voltaríamos logo em seguida, já às votações--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Já deu *quorum*?

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: O número de votantes já dá o *quorum* suficiente, mas se tivermos algumas questões a serem levantadas, teriam que ser levantadas depois que reabrirmos a reunião. OK?

O Senador Suplicy só que pede a palavra. Todos aqui já votaram, menos eu.

Então, o Senador Suplicy enquanto nós votamos. Senador Cristovam, Senador Heráclito não votaram ainda também.

Senador Suplicy, com a palavra.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)**: Já votei, Sr. Presidente.

Se me permite, eu gostaria de rapidamente transmitir votos de sucesso aos embaixadores Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Mário da Graça Roiter, e teria muita vontade de perguntar ao embaixador Sardinha Pinto da repercussão havida no mundo árabe, o pronunciamento tão significativo que fez quinta-feira passada o Presidente Barack Obama na universidade do Cairo.

Eu achei tão relevante que ontem, inclusive, o transcrevi na íntegra e em comentário e falei dos aspectos que avaliei como muito positivos.

O Senador Pedro Simon também, na sexta-feira fez o mesmo e gostaria... Vou dar aos dois um livro sobre a renda de cidadania, bem como o relatório de minha viagem ao Iraque e me disponho a ir à Argélia e a Honduras para transmitir essa proposta. E, ao Embaixador Mário Roiter, eu estive na segunda da semana passada lá na posse, em El Salvador, do Presidente Maurício Funes, e pude ver a extraordinária receptividade que houve para o Presidente Lula. Eu imagino que isso deve ter repercutido também ali em Honduras, e assim como o governo brasileiro e tantas ideias tem tido afinidade ali com o Presidente Maurício Funes, dentre as quais os programas de transferência de renda. Me coloco à disposição do senhor também para colaborar lá com as autoridades de Honduras sobre esse tema.

Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Obrigado, Senador Suplicy, eu vou, de acordo com a Constituição, suspender, na verdade, transformar essa reunião em secreta, para que nós possamos fazer alguma arguição em secreto e ainda possamos fazer imediatamente a apuração.

Acho que enquanto a campainha toca nós fazemos. Então eu peço às pessoas, exceto a nossa Embaixadora, Embaixador, que fique aí que nós possamos, então, passar à fase rápida.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: E fazermos a apuração, senão nós teríamos que voltar aqui depois, complicaria mais ainda.

O requerimento apresentado pelo Senador Mozarildo fica para a próxima reunião, então, para a próxima semana.

*Sessão secreta às 11h23.*

*Sessão reaberta ao público às 11h26.*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: A reunião está reaberta, o Senador Arthur Virgílio pede a palavra. Antes ainda, Senador Arthur Virgílio, já comunico a aprovação dos embaixadores, por unanimidade, o Embaixador Mário da Graça Roiter para a República de Honduras e o Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto para a República Argelina Democrática Popular. Parabéns, felicidade dos nossos...

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Muito bem, Presidente, precisamente para registrar que os votos do PSDB estavam completos, eu sou suplente

da Comissão e por isso não tive a honra de sufragar os dois nomes, do Embaixador Mário Roiter e do Embaixador Henrique Sardinha Pinto, mas, obviamente que a Comissão obrou com lucidez, por se tratar de dois diplomatas experimentados, experientes e capazes de desincumbirem bem de mais essa missão.

E queria fazer ainda o registro, Presidente, relativamente à Sessão de ontem, que discutia a questão do ingresso ou não da Venezuela no Mercosul, que V. Exa. está de... Está a merecer congratulações, assim como o corpo da Comissão, uma vez que os debates estão cada vez mais técnicos, estão cada vez mais pragmáticos, cada vez mais objetivos, cada vez menos ideológicos.

Eles são residualmente ideológicos, um resvalo ou outro aqui ou acolá. E cada vez mais visando a se descortinar o que é o melhor interesse do país.

E cada um tem direito de ter a sua visão, mas eu fico feliz porque se encaminha para uma das... Para um dos momentos de melhor nível que eu possa ter presenciado no Senado neste ano. Todas as instruções até o momento, todas as Sessões de Audiência Pública foram bastante elogiáveis, foram bastante elucidativas, a ponto de eu poder dizer que minhas convicções não se abalaram, mas eu estava pronto para dar uma determinada resposta e os debates me fizeram mergulhar numa reflexão mais profunda, e isso acontece, eu percebo com o relator, o Senador Tasso.

Até porque se você entra sem *parti-pris*, sem nada pré- concebido, se você quer analisar de fato o que é bom para o país, e está disposto a ouvir e não a falar apenas, está disposto a trocar ideias, está disposto a aprender, afinal de contas, especialistas de vários setores, do empresarial ao acadêmico, e passando pelo diplomático, aqui expuseram as suas razões, a começar por alguns ex-Ministros, seguramente pelo menos dois ex-Ministros e vários embaixadores em Washington e o Ministro atual, o Ministro Celso Amorim, ontem ouvimos o Ministro Celso Laffer.

Se eu venho para cá disposto a não ouvir, se eu venho para cá disposto a me portar como soldadinho de chumbo, "Diga o que disser eu não mudo", eu perco o meu tempo vindo aqui. Muitas vezes, mesmo sem a postura do soldadinho de chumbo, eu percebo que há certa jurisprudência nas minhas posições quando se trata do econômico, por exemplo, que eu posso abrir caminhos novos, mas não dar um giro de 180 graus.

Mas nesse episódio, que é um episódio que exige pragmatismo, exige toda a preocupação com político, com a questão democrática, exige toda a preocupação com... Com... Enfim, com o que é melhor ou com o que não é melhor para o Brasil, eu tenho a impressão que todos nós, e eu digo isso de um modo geral, arriamos a guarda, baixamos a guarda e partimos para discutir com dados.

Os dados foram crescendo na medida em que cresceram as iniciativas de V. Exa., no Plenário, de convocar, de convocar, Senador Cristovam, figuras qualificadas para esse debate.

Um debate que não deve ser um debate demorado, não caberia nada parecido com o gesto canhestro de atrasar a votação, mas nada parecido com o gesto canhestro de votar de qualquer jeito, porque seria canhestro tanto um gesto quanto seria canhestro o outro gesto. É nós sairmos daqui com uma compreensão muito clara, aqueles que quiserem tomar a atitude que quiserem tomar que a tomem, mas que todos saiam com suas consciências tranquilas e com o registro de que essa Comissão vive um bom momento, um bom momento, graças à forma sempre cordial, sempre... E ao mesmo tempo firme com que V. Exa. a conduz, e ao mesmo tempo com os eventos que aqui se tem sucedido, a presença de figuras que trazem fatos novos.

E eu diria que neste ano eu encontrei oportunidade de rever certos conceitos, de afirmar outros, para dentro de mim mesmo, de reafirmar convicções e de alterar certos pontos de vista.

Estou muito aberto, aguardando ansiosamente que os fatos se afunilem e que nos levem a uma decisão sábia, tudo que eu espero é que saia daqui da Comissão de Relações Exteriores uma relação sábia, pelo interesse nacional.

Eu não faço passeata nem contra nem a favor da Venezuela. Aliás, passou a época das passeatas há muito tempo, seria meio ridículo uma pessoa com a minha idade estar em passeatas. Enfim, eu não faço, nem a favor nem contra.

Então como eu não sou mais passeateiro (e já fui muito), eu simplesmente estou aqui para dizer que estou aprendendo, estou reafirmando conceitos, alterando outros tantos e V. Exa. deveria, inclusive, depois, quem sabe, mandar editar os debates. É a sugestão que eu queria lhe trazer, os debates todos, do primeiro momento, e V. Exa. vai perceber – e os leitores perceberão – o crescimento do nível dos debates, do primeiro até o segundo.

No primeiro, havia dois exércitos; um de cada lado. No último, eu não percebi exército nenhum, percebi brasileiros defendendo as suas posições e ouvindo aqueles que têm posições favoráveis às suas ou não, com igual respeito e com igual vontade de chegar a uma boa solução.

Portanto, parabéns a V. Exa., eu queria mais uma vez cumprimentar o Embaixador Mário Roiter, Embaixador Henrique Sardinha Pinto, desejando a ambos que façam o que sempre fizeram, desempe-

nhem suas funções em missões brasileiras no exterior, em sentido fixo, com a competência que tem marcado suas carreiras.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita e Senador Inácio Arruda.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: Eu agradeço e, rapidamente, apenas para felicitar os dois embaixadores, aprovados aqui nessa Comissão e louvar a fala do Senador Arthur Virgílio.

De fato, a minha posição em relação à adesão da Venezuela ao Mercosul é absolutamente pública, eu sou francamente favorável, porque eu acho que não se pode construir um processo de integração na base da exclusão.

Tratamos de países que têm suas diversidades, suas diferenças, mas precisamos construir na diversidade e na diferença, portanto eu sou francamente favorável.

Agora, não permitirei Senador Eduardo, que essa Comissão seja atropelada e louvo a tranquilidade a serenidade de V. Exa. ao conduzir esse processo, eu não me juntarei àqueles que acham que essa Comissão não poderá jamais ser atropelada.

A minha posição é franca e aberta, é clara, há muito tempo e não mudo: eu sou favorável, plenamente favorável ao ingresso da Venezuela. Porque... E já cogito, já penso no ingresso de outros países. Acho que o ano que vem nós estaríamos aqui discutindo o ingresso da Bolívia, do Peru seja lá de quem for, porque trata-se de um projeto de integração da América Latina, e é um processo rico, em que pese as dificuldade que nós temos no curso dele.

Agora, mesmo sendo, mesmo tendo uma posição clara e definida, subscrevi o requerimento do Senador Mozarildo, porque enquanto companheiros nossos aqui tiverem dúvidas com relação a esse processo, eu apoiarei qualquer requerimento de realização de Audiência Pública. Subscrevi conscientemente, porque o Senador Mozarildo me expôs dúvidas, questionamentos que ainda precisam ser equacionados.

Portanto, creio que não há necessidade de atropelarmos o processo nessa Comissão. Senador Eduardo está dirigindo esse processo com muita serenidade e precisamos lhe dar total apoio nesse processo.

Eu não vejo qualquer problema realizarmos outras audiências até o final de junho, no início de julho, se estivermos preparados, votaremos aqui a questão, ou sim ou não, sem atropelo.

Isso aqui não é micarecandanga; isso é aqui é Comissão de Relações Exteriores e não irá sofrer qualquer pressão no sentido--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Só me esclarece o que é "micarecandanga", essa aí eu não conheço, essa...

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Não diga que não sabe, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Micarecandanga?

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Não diga que não sabe.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: É do Amazonas essa?

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: É daqui de Brasília mesmo.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Já é quase que mundial.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)**: É quase que mundial. Isso não é micarecandanga, isso aqui é uma Comissão de Relações Exteriores, trata de questões absolutamente sérias e não podemos tratar isso aqui como aquilo de faz de conta.

Portanto, é esse o meu entendimento, Senador Eduardo Azeredo. E dou os parabéns a V. Exa. pela condução dessa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente. Realmente, como disse o Senador Arthur Virgílio, os debates têm sido muito interessantes, muito proveitosos, ontem foram cinco horas de debate, 15 senadores usaram da palavra, então acredito que tem sido um processo interessante, discussão, exatamente, não só essa questão da Venezuela-Mercosul, mas da própria política externa brasileira.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: Sr. Presidente, também estou de acordo que nós devemos até se for necessário exagerar nos debates, para poder informar, principalmente... Senador, que são pessoas que têm muitas informações e com pessoas que têm tantas informações, ainda tem dúvida, é uma dúvida cruel que nós devemos sempre buscar sanar. Acho que essa tem sido a atitude de V. Exa..

Mas eu quero fazer dois registros para os nossos dois embaixadores. O primeiro, dessa presença brasileira na Argélia, que é uma presença também histórica, de muitos anos e lembrar que já foi feito aqui pelo Senador Cristovam, no seu relatório, mas acho que é bom frisar que a Argélia recebeu muitos brasileiros, muitos, num período difícil do Brasil, numa ditadura

que impedia o debate de qualquer setor da sociedade e que obrigou muitos brasileiros a terem que enfrentar a ditadura, gente de todas as idades, com muitas passeatas, com muitas manifestações públicas e fruto dessas manifestações resultaram cassações, muitas mortes, algumas até hoje não resolvidas, e o exílio de muitos camaradas, companheiros das lutas políticas.

E faço o registro, porque são dois ao mesmo tempo, ao papel da Argélia ao receber números brasileiros, e o registro daqueles, inclusive o Miguel Arraes, que era Governador, e ao registro daqueles que não pararam de se manifestar nas passeatas para defender a democracia e liberdade.

Acho que uma das presenças brasileiras em embaixadas, então, é significativa. Na medida em que V. Exa. assume o posto na Argélia e o Mário assume o posto em Honduras, quer dizer, um em um país que recebeu tantos brasileiros e acolheu com tanto afeto, com tanto carinho e com apoio a esses companheiros, e o outro que foi cassado pela ditadura militar, a gente estava observando aqui até que, normalmente, a idade média dos nossos colegas embaixadores que são sabatinados e aprovados aqui na Comissão é, mais ou menos, a média do Henrique, digamos assim, está certo? Então o Mário está um pouco mais acima da média, porque eu acho que teve papel nesse aumento de média, também esse período de cassação, que V. Sa. ficou impedido de exercer as suas obrigações, as suas tarefas, em uma das instituições mais significativas do nosso país, que é o Itamaraty.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: 16 anos, Senador.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: Dezesseis anos não é pouca coisa, foi um largo período, muito largo período, quase... A ditadura durou 21 anos, quer dizer, quase todo o período da Ditadura Militar, V. Sa. ficou fora das suas atividades.

Então, eu prezo muito essa participação de V. Sa., agora Embaixador brasileiro em Honduras, praticamente, vamos apenas votar no Plenário, mas é uma praxe nossa, eu acho que V. Exa. vai ser muito bem acolhido, juntamente com o Henrique, vão ser dois grandes embaixadores em dois grandes países.

Porque Honduras, Cristovam também se referiu a isso, de que Honduras também, mesmo com a ditadura em Honduras, recebeu muitos brasileiros, chilenos, argentinos, muitos latinos aqui da América do Sul, terminaram um Honduras. Mesmo um país muito pobre, subdesenvolvido com dificuldades imensas, com a economia muito dependente da economia americana, mesmo assim Honduras soube acolher os brasileiros, eu acho que nós temos que ajudar.

A embaixada brasileira, normalmente, o embaixador brasileiro tem que defender os interesses do Brasil nesses países, muitas vezes os embaixadores brasileiros têm que defender, muitas vezes não. A obrigação de todos os embaixadores é defender os interesses do Brasil nesses países, mas quando se trata de países que têm tantas necessidades, o papel do embaixador é defender os interesses do Brasil e defender também aquele país, ajudar aquele país. Porque se ele se desenvolver, se ele melhorar, ajuda mais o Brasil, o intercâmbio é muito maior em todos os sentidos: econômico, cultural, político, social.

E nós podemos ajudar. o Brasil tem muita experiência em trabalho comunitário, em economia solidária, que nós podemos ajudar. E na grande economia também, que nós não devemos ajudar só na pequena não. Nós queremos também a grande economia, e se nós pudermos ajudar, contribuir com esses países, contribuir enormemente com a Honduras, contribuir com a Argélia, o nosso embaixador tem mão dupla, nós não somos um agente daqueles países, nós somos um grande agente do Brasil ajudando também aqueles países.

Então, eu destaco esses episódios, porque esses dois países em situações diferentes e os dois embaixadores também, eles representam esse sentimento do povo brasileiro, da nova situação que vive o mundo e que vive a América do Sul, especialmente.

Quem imaginaria, eu encontrei com um secretário... Um executivo do City Group e me referi a ele dizendo: "Olha, agora", era o empreendimento de energia dentro do Proinfa, disse: "Olha, esse empreendimento é um empreendimento estatal do Brasil, o Brasil está bancando essas energias renováveis" e por sorte o City Group que está participando desse empreendimento, gerando a energia eólica. Agora é praticamente um banco estatal americano, e a GM, que até há pouco tempo era esse símbolo do mercado à toda prova, também o governo americano comprou metade da GM, entendeu, então agora é meia estatal.

E ao mesmo tempo que nós estamos assistindo a essa alteração de como se usa o mercado para fortalecer os Estados Nacionais, fortalecer os Estados Nacionais, nós temos também uma mudança substancial do ponto de vista político, na América Latina, especialmente.

Você veja que em Honduras nós tivemos mudanças, em El Salvador nós tivermos mudanças, na Nicarágua tivemos mudanças, na América do Sul também. Essa mudança também altera o comportamento do próprio governo americano, porque senão o governo americano também se isola, mais ainda, porque ele já é isolado pela política belicista e de terror que espalha

pelo mundo inteiro, você imagina, então, se mudanças políticas aqui tão substanciais não vão influenciar também o discurso do governo americano?!

Então acho que para nós é muito significativo ter V. Sa. na embaixada brasileira em Honduras e nosso companheiro Henrique, que vai para uma embaixada tão importante, em um país tão importante que já deu grandes contribuições para o Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Obrigado, Senador.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: E o tema da Venezuela, voltaremos oportunamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Perfeitamente. Senador Cristovam, eu quero inclusive lembrar os Srs. Senadores que na semana que vem nós vamos ter uma Audiência Pública com o embaixador Otto Maia, que falará sobre a questão dos brasileiros no exterior. Extremamente muito atual, os problemas... na quinta-feira, juntamente também...

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Perfeitamente.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Sr. Presidente, quando começou-se a falar da Venezuela aqui, Senador Arthur Virgílio, eu achei que nós estaríamos sendo indelicados, mas eu vou ser indelicado.

Eu vou ser indelicado, porque ontem eu não estive aqui por um equívoco grave meu de acreditar numa informação falsa que recebi de que a Sessão já tinha terminado. Eu estava no Plenário e saí daqui acho que uma e meia e continuava a sessão, não pude falar.

E eu faço questão de deixar claro, Senador Arthur Virgílio, com todo o carinho e respeito, que eu não vejo porque confundir a Venezuela com o governo atual da Venezuela. Imagine que daqui a alguns anos nós tenhamos aqui um Chávez; será que nós vamos ficar a favor de que o Mercosul nos expulse? Claro, [ininteligível], mas os venezuelanos bateram na mesa também.

Será que nós vamos querer que o Mercosul expulse o Brasil? Ou de outra maneira: se Venezuela já estivesse no Mercosul e tivesse eleito o Chávez depois, nós defenderíamos a expulsão da Venezuela por causa do Chávez?

Se não houvesse, vamos chamar entre aspas, "manipulação do processo legal" e fosse uma ditadura implantada, fascista, prendendo, torturando, expulsando, até imagino que se justificasse um bloqueio como nós defendemos quando houve contra o *Apartheid* sul-africano, mas era uma coisa excepcional.

Então, eu quero deixar registrado aqui, já que eu não pude ser um dos 15 que o senhor disse que falaram, de que eu não consigo entender essa resistência à entrada da Venezuela por conta do atual Governo, que vai demorar alguns anos, não sabemos quantos, é verdade, ainda, mas vai demorar alguns anos. Pela Constituição, inclusive, com todas as reformas aprovadas em plebiscitos, tem um limite, vai chegar um ponto que termina, senão a biologia cuida, a biologia cuida de fazer com que todos os presidentes terminem os seus mandatos.

Mas a geopolítica, ela é permanente. Então, eu acho que a gente tem que--

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Permite, Senador Cristovam. Senador Cristovam, permite um aparte?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Estou de acordo com o Senador Mesquita, vamos debater.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Permite que eu aparteie?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Não podemos fazer apressados, estou de acordo, mas quero deixar a minha posição registrada. Eu sou a favor e acho que deveria convidar a Colômbia para entrar o mais rápido possível também e qualquer outro.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Senador Cristovam, permite?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Com o maior prazer.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Para mim, a questão é... Não se trata de... Chávez perenemente ser Presidente da Venezuela ou não, até porque não será. Ele pensa que não, mas ele é mortal, enfim.

Eu tenho outras preocupações e eu tentei externá-las ao longo desses debates que tivemos. Por exemplo, eu vejo que tem uma coisa torta no Mercosul que é... não sei o que é, na União Europeia, Alemanha e a França pesam mais do que a Hungria. Aqui no Mercosul cabe o direito de veto, isso é uma coisa grave.

Eu ouvi e se não me engano foi do próprio Ministro Celso, tranquilizando que o acordo do Mercosul com o Israel sairia, porque era para sair agora, sairia antes da entrada de Chávez. Ou seja, e se fosse depois?

São indagações muito claras, eu estou falando do econômico, estou falando, claro que o político me interessa, eu não vejo que ele demonstre boa vontade para se encaminhar para metas macroeconômicas que o Brasil tem procurado atingir. Não se construiu o Mercado Comum Europeu, eu estou falando agora para o economista Cristovam Buarque, não se construiu o Mercado Comum Europeu sem se estabelecerem prazos, etapas e metas para se chegar a convergências.

Então, em determinado momento, quando se passou do Mercado Comum Europeu para a UE - União Europeia, se dizia: os partidos podem ter *déficits* nominal até 2%, os partidos não, os países, até 2%, os partidos aqui tem *déficit* nominal muito maior. Os países teriam que ter...

Então, uma série de metas foram buscadas com um sentido técnico. Ou seja, claro que a cláusula democrática lá é essencial, a Europa mais do que ninguém conhece o que é uma ditadura nas suas proximidades. Então, eu não vejo com simplicidade essa coisa de entra um, entra outro, entra outro, eu chego a pensar se não é hora de nós repensarmos o Mercosul e garantindo ao Brasil o peso que é do Brasil, a Argentina o peso que é da Argentina; o Brasil com o peso da Guiana não é democrático, não é correto e nos coloca a mercê de uma situação que não se verifica em nenhuma, em nenhuma...

Pega o Fundo Monetário Internacional. As decisões que saem de lá, elas são decisões sempre aprovadas pelos Estados Unidos. É um instrumento que jamais deixou de ser afim com os Estados Unidos, até porque o maior contribuidor com os fundos do Fundo, enfim.

Então, eu não desconheço que a Venezuela é perene, eu, se fosse venezuelano eu faria oposição ao Coronel Chávez, mas não é esse o ponto que me leva a dizer "aprovo" ou "não aprovo", na modéstia que representa o meu voto, a entrada dele no Mercosul.

São questões econômicas, são questões políticas, são questões de organização da... Do Mercosul e se V. Exa. me diz, de novo, agora vai entrar a Colômbia, eu também continuo dizendo, o Brasil vai ter o mesmo peso da Colômbia, sendo, representando o PIB que representa, o Brasil vai ter o mesmo peso da Colômbia, vai ter o mesmo peso da Guiana, vai ter o mesmo peso do Peru?

Eu creio que uma questão maior, isso eu creio que o Senador Tasso Jereissati vai fazer no seu relatório, que eu não sei sinceramente qual será o desfecho do relatório, mas imagino que em qualquer circunstância não deixará de conter uma porção de informações, uma porção de indagações, são essas as preocupações maiores que me animam.

Obviamente, que nós temos meios de brecar uma manifestação totalitária, já fizemos isso com o Paraguai uma vez, Brasil, Argentina e Uruguai, disseram ao Paraguai com clareza que ele seria expulso do MERCOSUL se houvesse aquela tentativa de golpe que colocaria o general Olviedo no lugar do eleito, isso foi dito com clareza e eles recuaram, então foi um belo momento que o MERCOSUL viveu.

Eu vejo o MERCOSUL em crise, MERCOSUL não está numa fase boa, eu sou admirador de muitos pontos da política externa brasileira, mas eu não acho que o ponto forte dela seja o MERCOSUL, o MERCOSUL não está bem, o MERCOSUL está numa situação de desencontro e não de encontro, ao mesmo tempo que o Brasil poderia ter aproveitado até esse vácuo para fazer muitos acordos bilaterais vantajosos, que deixou de fazer, poderia ter feito esse acordo e não fez, enquanto México, que tem aquela dependência brutal dos Estados Unidos e por isso tem uma situação de crise maior do que a nossa, o México fez diversos acordos que vão render lucros futuros para o México, enfim.

Mas eu não estou trabalhando aqui com preconceito. Eu apenas... Eu cheguei para dizer não, não estou aqui dizendo não, eu estou querendo ouvir mais, estou querendo pesar mais e inclusive entrar pela discussão da estrutura do MERCOSUL adentro, para saber se nós somos capazes de evitar que ele seja enterrado, aí seria um enterro de segunda, ou somos capazes de soerguê-lo, reerguê-lo, como algo que amanhã redundará numa moeda única, redundará num Banco Central único.

E para isso é preciso convergência macroeconômica. Não é possível um país achar que inflação não faz mal, enquanto o Brasil acha que inflação faz mal e isso merece todo o meu apoio.

Então, o Brasil entende que... Se preocupa com a questão fiscal, embora eu faça críticas à questão fiscal tal como é tratada hoje no governo brasileiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Senador, só dando um aparte no aparte, eu queria só lembrar, na verdade, me parece que nós nem podemos fazer acordos bilaterais por conta do MERCOSUL só poderíamos fazer acordo bilaterais se houver uma autorização especial do MERCOSUL.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Pois é, algo até que eu desconhecia, enfim.

Mas, se a gente não tiver a vontade de convergir de todos os membros, a gente vai ter uma união... A gente não chega a lugar nenhum, ou seja, "O que é que você pretende, Venezuela, Colômbia, Guiana ou o que for no macroeconômico, o que você pensa? É parecido com a gente? Se você é diferente da gente, você vai criar problemas e não vai ajudar. O que você pensa em relação a inflação? Você não tem preocupação com a inflação? Acha que inflação é igual gravidez, meia inflação só nasce meio filho não nasce um filho inteiro? O que você pensa em relação a *déficit* público? O que você pensa em relação a *déficit*... Déficit... Políticas de superávits primários para você conduzir e administrar sua dívida?"

Os arautos das críticas aos superávits primários, depois apoiaram o êxito do Governo do Presidente Lula, porque fica fácil, você critica na hora que sai, depois elogia o bom resultado. E se esquece de dizer, intencionalmente ou não, que o bom resultado se deveu à rigidez do primeiro governo, a rigidez com que enfrentou a crise de 2003, enfim.

Então, como nós todos estamos aqui imbuídos da mais absoluta honestidade intelectual, quero dizer que eu estou pronto para discutir e quero discutir nesses termos. Para mim, não vou ficar perdendo muito tempo com a figura do fulano ou do beltrano, se eu simpatizo mais com o fulano ou com cicrano.

Eu condeno essa tentativa do Coronel Chávez de se eternizar no poder, como também não acho legítimo que o Dr. Álvaro Uribe tente argumentar com uma guerrilha que foi derrotada, para ele ter o terceiro mandato. Porque terceiro mandato só a ditadura tem, dois mandatos, várias democracias usam, a começar pela França, Estados Unidos e Brasil. Agora, três mandatos, só a ditadura, porque depois quer o quarto, quer o quinto.

Agora, Uribe, não venha me dizer o Dr. Uribe que ele precisa do terceiro mandato para enfrentar uma guerrilha que está perambulando pela Selva Amazônica. Ela não oferece mais nenhum perigo para a estabilidade do regime colombiano; ela foi fragorosamente derrotada, ela não é guerrilha de ideal nenhuma, ela é narco-guerrilha, ela não é sequer tolerada pelos narcotraficantes, ou sequer de acordo tático com os traficantes, ela é traficante, ela é composta de traficantes, que sequestram, que praticam os piores crimes, enfim, só que ela foi derrotada. O exército regular colombiano derrotou a guerrilha.

Então, quando ele argumenta que ele precisa do terceiro mandato para derrotar a guerrilha, eu digo: "Pelo amor de Deus!" Primeiro, ele acha que só ele é capaz de derrotar a guerrilha. Segundo, não é só ele. Terceiro, ela já está derrotada, como eu conheço a Floresta Amazônica e conheço a minha região, eu posso garantir; a gente ainda vai falar de focos de guerrilha das FARC, pode consultar qualquer general do comando militar da Amazônia, eles vão dizer à V. Exa. que vai haver notícias esparsas de jornal de uma ação ou outra, dos que perambulam, mas possibilidade de tomarem o poder é nada, é zero, eles foram derrotados.

Então, digamos, nós aqui como democratas ou o Dr. Uribe e por isso eu quero demonstrar que não estou aqui com *parti-pris* em relação a... Eu quero me guiar por princípios, não por *parti-pris* com relação a quem quer que seja, que ele não precisa do terceiro mandato para derrotar um adversário que já está derrotado. Para mim esse é o fato.

Mas é uma contribuição que eu queria dar à fala de V. Exa., dizer que eu estou, o assunto é tão apaixonante que nós estamos aqui discutindo na hora em que temos que estar também homenageando os dois diplomatas, tão competentes que são.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: Eu faço um contra-aparte.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Não, eu não vou fazer aparte, eu apenas dizer que eu comparto com sua idéia, duas, aliás: uma, temos que repensar o MERCOSUL, sim, em muitas coisas e agora estamos trabalhando como será a eleição em 2010 e haverá uma proporcionalidade no número de parlamentares, já não será como é hoje, que é o mesmo número. Temos que pensar como fazer, como obrigar a convergência--

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: A proporcionalidade vai ser injusta para o Brasil, a que eu vi. É injusta para o Brasil.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: É, muito bem. Vamos pensar tudo isso. Agora, segundo, que vamos debater a Venezuela e eu também estou pronto para ouvir, de repente pode haver argumentos que eu diga: "De fato, isso aí a eu não tinha pensado e não tem nada a ver com o atual governo, é de fato uma, uma estrutura que ameaça o conjunto das outras nações." Só isso para dizer.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: Senador Cristovam.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)**: V. Exa. permite, Senador Cristovam. Queria dizer que eu...

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Pergunte ao Presidente e pergunte aos dois embaixadores.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)**: Me inscrevo para aparte à V. Exa..

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Se há tolerância deles com a nossa deselegância.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)**: O próprio Presidente fez um aparte ao diálogo entre ambos.

Eu queria dizer que concordo com V. Exa. que nós precisamos ver a Venezuela para além do Governo Hugo Chávez, mas que essa reflexão e estes [sobreposição de falas] havidos, os três debates, foram muito positivos, eu tenho a convicção de que o Presidente Hugo Chávez deve estar acompanhando de perto o que nós aqui estamos debatendo e acho que, até ontem sugeri ao Embaixador Simões que sugira ao Presidente Hugo Chávez que transmita a nós brasileiros, aos Senadores uma palavra sobre o que está aqui se discutindo.

E eu queria transmitir ao Senador Arthur Virgílio, que diante da sua afirmação de que agora não faz mais passeatas, que isso já foi de outros tempos, que se por acaso ele me convidar para que façamos uma passeata juntos em Manaus para instituir por toda a Amazônia o exemplo pioneiro da renda básica de cidadania, que eu aceitarei o convite dele, para caminhar com ele pelas ruas.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Veja só, Presidente...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)**: Por essa proposição.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Claro que uma passeata dessas a gente... A gente, a gente, toda a regra tem exceção e essa aqui merece.

Agora, eu quero chamar atenção para um fato, para dois fatos. Primeiro que ele me perguntou, o Senador Suplicy, se eu já tinha o livro dele. Eu falei para ele que todo mundo tinha menos eu. Aí ele muito diplomaticamente disse--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Eu já tenho há muito tempo.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Ele considerou mais a V. Exa. do que a mim. Aí perguntou se ele podia me dar, ou seja, ele aí fez a do modesto "Posso lhe dar", eu disse: "Olha, eu não posso prescindir de ter essa obra comigo", pedi que ele fizesse, ele fez um generosíssimo... Uma generosíssima dedicatória, me convidando para essa passeata em Manaus sobre a renda básica.

Olha, ele já deu esse livre para o Presidente Bush, ele já deu esse livro para o Robert MacNamara, e deu esse livro para uma porção de gente, e eu não tinha.

Então, eu agora estou com a minha biblioteca mais fornida e, sem dúvida alguma, abrindo exceção para participar de uma passeata que tenha a ver não com conceitos ideológicos dos anos 50, que já está envelhecendo os anos 50 e sim com o bem estar do povo, algo a que se dedica o Senador Suplicy com muita--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)**: E é um dos instrumentos para pacificar as FARCs com o Álvaro Uribe e a renda básica de cidadania.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Presidente, eu quero, aproveitando a Venezuela, lembrar um pedido de explicações, Senador Arthur Virgílio, que eu fiz aqui ao governo venezuelano sobre o constrangimento sofrido pelo escritor Mário Vargas Llosa.

Eu sou defensor aqui da entrada da Venezuela, confesso que têm alguns aspectos do governo venezuelano que até me fascinam, não nego, certas coisas, outras não, também bato na mesa por muitas coisas, agora isso--

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: V. Exa. Pode me dizer o que lhe causa fascínio lá?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Fascínio pode ser uma palavra muito forte, mas, primeiro ponto, Senador Arthur Virgílio: a Venezuela foi um país governado ao longo do século por uma elite perversa, pior do que a brasileira, que concentrou a renda de uma maneira maldita, que usou o petróleo para consumir bens sofisticados em vez de investir na infraestrutura. A vinda do Coronel mudou essa perspectiva, esse é um fato importante, que a gente sente nas ruas de Caracas, nos táxis.

Segundo: apesar de um certo controle do conteúdo, ele tem tentado fazer na educação alguns avanços muito fortes na implantação de horário integral em todas as camadas, em todas as favelas, de horário, tem usado o dinheiro nesse setor.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)**: Ele fez da Venezuela [falas sobrepostas].

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Eu digo duas. Agora, isso não justifica o preço, para o Brasil, do sistema que ele usa, na maneira como se relaciona com a Justiça.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Eu já tenho, Senador Cristovam, a ideia que ele comprometerá qualquer programa de educação de longo prazo, na medida em que ele simplesmente está destruindo a PEDEVESA, a única fonte de recurso, ele não soube diversificar as fontes.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Estou de acordo, a infraestrutura econômica, é um fracasso que está sendo feito.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: E como é que se pode imaginar educação ou qualquer outra coisa, justiça social, distribuição de renda, se você depende de um mono fato econômico, um mono fator econômico que é o petróleo e você tem hoje em dia, qual é a situação, que essa elite que eu considero perversa também, ele não é menos, a corrupção grassa lá, ele conseguiu colocar coronéis da geração dele praticando corrupção, esse é um fato também.

Ele... Como é que a gente vai imaginar que um país que só produz petróleo e que poderia hoje ter uma economia diversificada e que ao mesmo tempo está arruinando os seus poços, porque não evoluiu tecnologicamente, está sucateando a PEDEVESA, como é que a gente vai imaginar que esse homem vai ser capaz de tocar educação.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Eu não disse que defendia, e disse que tinha alguns pontos, até corrigi a palavra fascínio, é muito forte; fascínio a gente nem usa para governos, mas há pontos, mas, sobretudo essa mudança.

Agora, muitos dos meus amigos lá dão da oposição, e eu tenho dito a eles com a maior clareza: "Vocês precisam ter propostas alternativas." Eles não têm, é como se fosse o Chávez ou, como se dizia antigamente, os americanos de volta e aquele mesmo sistema de antes.

Entre essas duas alternativas, o povo vai ficar com Chávez, não há dúvida nenhuma. Está na hora da oposição ter uma alternativa na Venezuela, ela não sabe o que fazer.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: O Pecof que é uma figura boa, mas não tem voto.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: O Pecof, mesmo assim, ele não tem a força suficiente.

Mas eu quero voltar a insistir. Apesar de tudo isso, eu quero saber uma explicação, que o Itamaraty peça uma explicação por que uma figura, um ícone da literatura latino-americana.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Eu endosso isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: [ininteligível] foi apresentado pelo Senador Cristovam.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Endosso isso poderia não ser uma figura ícone. Podia ser, aquela história do guarda da esquina que o Aliomar Balieiro tinha medo; ele não tinha medo do general da ditadura, mas sim do guarda da esquina.

Eu queria... Eu queria Senador Cristovam, dizer que eu tenho um roteiro na minha cabeça do que é o autoritário latino-americano de um modo geral, de um modo geral lá fora, assim, mas a gente conhece mais de perto o nosso pessoal, América do Sul, então.

O autoritário, se ele puder, ele vira ditador, ele vira ditador porque ele sufoca a oposição. Sufocando a oposição e amordaçando os meios de comunicação, ele, o autoritário, ele parte para... É um modelo, é quase que um *kit* que vem completo. Depois de conseguir tudo isso, ele, para se manter, até, porque nenhuma ditadura dá certo, ele cria o inimigo externo, ele já liquidou o inimigo interno, ele sufocou o inimigo interno, ele cria o inimigo externo, esse inimigo externo ele vai da retórica até o momento em que se ele não é apeado do poder ou assassinado, e muitas vezes ele é apeado do poder ou assassinado, ele faz a guerra. Depois que ele faz a guerra ele cai.

Temos o exemplo mais grotesco de todos e mais óbvio para nós é o do General Galtieri. Galtieri que conseguiu reviver a sua popularidade em cima da potência que seria o nosso, o... Meu Deus... O encouraçado, aquele encouraçado que saiu.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Belgrano.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Belgrano. Encouraçado Belgrano saiu para disputar militarmente as Falklands, as Malvinas com a Inglaterra, e banda de música na porta, pesquisa lá em cima, no primeiro tiro foi para o fundo o Encouraçado Belgrano e com isso a popularidade e com isso, graças a Deus, o governo daquele infeliz, que era capaz não só de ser infeliz como de infelicitar.

Eu tenho muito medo do autoritário, porque o autoritário quer virar ditador, virando ditador ou ele cai deposto, ou ele é assassinato ou ele faz a guerra. Ele não faria a guerra com o Brasil, ele faria guerra com a Guiana, ele ocupa uma faixa de fronteira, criando tensão, enfim.

Eu não vejo que haja possibilidades de ao longo do tempo aquilo ali dar em coisa boa. Eu não vejo, eu não acredito que aquilo ali dê em coisa boa. Eu percebo um clima cinzento, eu também frequentei, hoje estou bastante farto, não tenho nenhuma vontade de voltar à Cuba, de voltar à Venezuela, enfim, já vi o que eu tinha que ver, já vi o que tinha que ver, vou ver o quê? Prostituição ali no... Naquele complexo hoteleiro, enfim. E prostituição ligada a gente do partido, se for amiga do, prima do rapaz, ela tem direito se prostituir.

Isso sinceramente é algo que eu rompi realmente; rompi, rompi e rompi, entendeu? Eu não tenho vontade de ir eu quero participar, ver aquilo ali no momento de redemocratização. Cuba. Venezuela eu gostaria de ver um novo rumo, eleições com efetiva participação da oposição em que houvesse choque de ideias, choque de forças, porque eu não consigo ver; que um é um regime exaurido, exaurido completamente.

Inclusive, se eu quisesse sofismar um pouquinho, a gente vê tanta gente sofismando aí eu diria: eles dizem que a culpa do atraso do Brasil é do FMI, é da proximidade com os Estados Unidos; puxa, mas Cuba passou esse tempo todo sem Estados Unidos e sem FMI e está daquele jeito. Me permito brincar de sofismar(F) um pouco.

Agora, eu não vejo possibilidade de ao longo do tempo dar certo essa aventura venezuelana, eu não consigo ver. Eu sei que vou falar para duas pessoas que não opinarão, são dois experimentados diplomatas, eu não vejo possibilidade de dar certo, disso aqui.

Só dá certo assim, quando você termina o seu termo, e você entrega o seu governo para o seu sucessor. Como o Presidente Fernando Henrique recebeu do Presidente Itamar, passou para o Presidente Lula, o Presidente Lula vai passar para o seu sucessor, seja ele quem for, e o sucessor do Presidente Lula vai passar para o sucessor que vence a eleição, seja ele quem for.

Eu estou preso a essa idéia, eu não consigo ver outra forma, esses expedientes todos dão a intenção que levam à deposição de quem está no poder, o assassinato de quem está no poder, ou a uma guerra, e essa guerra leva depois à queda de quem está no poder, é a fórmula a que está condenada, das ditaduras que a gente viu praticar atrasando tanto a América Latina.

E sobre isso, eu acho que você não tem nenhuma discrepância em relação ao que estou dizendo, acho que nós aí concordamos, pelo que conheço V. Exa., em gênero, número e grau, eu imagino.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Senador [falas sobrepostas].

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Eu creio que sim, mas só um detalhe. Primeiro que prostituição, para ver a gente não precisa ir a Cuba, pode andar aqui um pouco, em qualquer cidade do Brasil a gente vê e de crianças...

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: O Brasil tem evoluído, Senador.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Não importa, mas tem tido. Agora, estou de acordo que não vale a pena ir nenhum desses países para ver isso. Segundo, eu acho que no caso da Venezuela, de fato é insustentável, o atual modelo socioeconômico que ele criou. Isso aí eu não tenho dúvida, como também acho insustentável a Bolsa Família sem uma revolução educacional sem a bolsa-escola do Presidente Fernando Henrique propunha. Então essa insustentabilidade eu vejo em todo o populismo, não só no caso da Venezuela, essa é uma preocupação.

Finalmente não vamos discutir se discorda ou não, porque aí é especulação, eu acho que o Chávez vai sair em um desses plebiscitos que ele vai fazer. Não vai precisar nem ser assassinado, nem suicidar-se, eu acho que um desses plebiscitos é questão de tempo, a população vai votar em maioria pela saída dele.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Eu acredito piamente que o Presidente Lula quer sair. Aliás, se ele for normal mesmo, ele haverá de querer sair. Eu fui Ministro por algum tempo, dentro do Palácio, e o dia mais feliz da minha vida foi o dia em que eu tive que me desincompatibilizar para disputar o Senado. Um dia feliz mesmo, o Presidente Fernando Henrique, notou, "Está tão alegre, está deixando a gente", "Não, Presidente, vou voltar a ser o seu líder, mas alegre estou."

Então, a coisa que mais me causa espécie no José Dirceu, é que o José Dirceu gostava daquilo, isso me causa espécie, uma pessoa que gosta daquilo pode mandar para o psiquiatra, mas pode mandar tranquilamente, porque eu achei aquilo detestável. Eu cumpri uma missão.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Faz por dever.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Governador, Ministro, tudo atrás do dinheiro que você não tinha, sem... Com hora para chegar, mas sem hora para sair, enfim. Veja, há uma diferença grande: eu quero acreditar que o Presidente Lula quer sair, o Presidente Fernando Henrique quis sair e o Presidente Itamar Franco mais generosamente ainda nem brigou por segundo turno, quis sair. Eu vi lá na ditadura o Presidente Castelo Branco, que é uma figura que merece estudos, quis sair.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Dois anos e meio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)**: Quis sair, dois anos e meio, poderia ter tentado ficar, enfim.

Agora, a gente diz aqui, Chávez vai depender de um plebiscito para sair. Quer dizer, ele precisa ser derrotado para sair, porque ele não quer sair, se depender dele ele cria uma... Uma monarquia, enfim, ou seja, eu vejo muito mais semelhanças dele, muito menos semelhanças dele com o Fernando Henrique, com o Lula, com o Itamar e mais semelhança dele com os ditadores tradicionais da América Latina.

Se ele não implantou a ditadura como o esquema tradicional se desenha, é porque ele ainda não pode, porque falta de aptidão para isso, falta de vontade para isso, ele demonstrou já farta.

Ele não gosta de ouvir críticas, ele não tolera a figura da oposição, ele não tolera a imprensa funcionando livremente, ele tem uma cabeça em que ele acha que o dono do supermercado que não apóia merece ter o seu supermercado estatizado, aliás é uma forma dinâmica de você trabalhar com a economia, você... Eu sugeria que ele estatizasse bancas de revistas, porque poderia ser uma forma muito democrática de distribuir as notícias favoráveis a ele, enfim, banca de revistas, engraxates seria uma forma boa, uma política, uma forma, uma economia dinâmica dos engraxates, estatizava tudo, enfim.

Eu não consigo ver, boa vontade ele não tem para com a democracia, ele não tem demonstrado. V. Exa. está certo quando pede satisfações, porque eu considero um absurdo. Então, amanhã eu vou à Venezuela, ele vai me pedir para não o criticar. Como? Não tem hipótese de eu ir à Venezuela; primeiro, eu não quero ir, segundo, não tem hipótese deu ir lá sem criticá-lo, não há hipótese de eu ir lá sem criticá-lo.

Imagina se eu vou aturar um meganha dizer para mim o que eu devo dizer em qualquer lugar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**: Senador, quero inclusive informar que o pedido de informações sobre a questão, constrangimento a Vargas Llosa já está na Mesa, dependendo da Mesa definir o relator, que tem que ser aprovado também em Plenário. Ok?

Então, nada mais havendo a tratar está encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos.

*Sessão encerrada às 12h12.*

**ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS.**

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dezessete de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, João Pedro, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Efraim Morais, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma** e **Mozarildo Cavalcanti**, e, como Senador não-membro, o Senador **José Nery**. Justificaram a ausência os Senadores **Marina Silva, Augusto Botelho** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, comunica a designação do Senador Romeu Tuma para compor a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, como titular do Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e do Senador Valdir Raupp, como titular, em vaga da Maioria. Comunica, ainda, o recebimento de convite da Assessoria para Assuntos de Educação da Embaixada do Canadá para participar de debates sobre os desafios dos esforços conjuntos do Canadá e do Brasil para segurança e desenvolvimento no Haiti. O Senhor Presidente inicia a apreciação da 1ª parte da pauta, que se destina à discussão e votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 7, de 2009 – CN (PLDO) que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2010 e dá outras providências". O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Geraldo Mesquita Júnior** para fazer a leitura do seu Relatório. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** faz uso da palavra. Foram aprovadas as seguintes **emendas ao texto**: nº 1, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Inácio Arruda e Eduardo Azeredo – modificativa – evitar limitação de empenho na função Defesa Nacional – ref. dispositivo – Anexo V – Inciso II – Item 2; nº 2, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Inácio Arruda e Eduardo Azeredo – aditiva – estabelecer que as agências oficiais de fomento devem ofertar linha de crédito para militares em áreas de risco – ref. dispositivo – Art. 91, § 5º, IV; nº 3, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Inácio Arruda e Eduardo Azeredo – modificativa – estabelecer como prioridade para a CEF a melhoria das condições de militares que moram em áreas de risco via financiamento – ref. dispositivo – Art. 91, I; nº 4, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Inácio Arruda e Eduardo Azeredo – modificativa – retirar da base contingenciável dotação referente a receita oriunda de atividades produtivas de bens e serviços destinadas à melhoria das próprias atividades – ref. dispositivo – Art. 71, § 1º, IV; nº 9, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Azeredo – aditiva – evitar limitação de empenho das despesas relativas ao desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear – ref. dispositivo – Inciso II, item 8; nº 10, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Azeredo – aditiva – evitar limitação de empenho das despesas relativas à fonte dos royalties do petróleo da Marinha– ref. dispositivo – Inciso II, item 8; e nº 18, de autoria do Senador João Tenório – aditiva – evitar limitação de empenho de subfunções relacionadas ao Ministério da Defesa– ref. dispositivo – Inciso I. Foram também aprovadas as seguinte **emendas ao anexo de metas e prioridades**: nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro – Programa 0643: Calha Norte – Ação 1211: implantação de infra-estrutura básica nos municípios da região do Calha Norte – Produto: obra executada (unidade) – Acréscimo de Meta: 200; nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro – Programa 0643: Calha Norte – Ação 2442: conservação de rodovias na região do Calha Norte – Produto: rodovia conservada (km) – Acréscimo de Meta: 200; nº 3, de autoria do Senador Flexa Ribeiro – Programa 0623: segurança do voo e controle do espaço aéreo brasileiro – Ação 2923: operação e manutenção de equipamentos e sistemas do controle do espaço aéreo brasileiro – Produto: sistema mantido (unidade) – Acréscimo de Meta: 20; nº 4, de autoria do Senador Flexa Ribeiro – Programa 0628: reaparelhamento e adequação do Exército Brasileiro – Ação 3134: instalação e adequação de organizações militares – Produto: organização militar adequada (unidade) – Acréscimo de Meta: 80; e nº 5, de autoria do Senador Flexa Ribeiro – Programa 0629: tecnologia

de uso naval – Ação 1421: construção do protótipo de reação nuclear – Produto: protótipo construído (% de execução física) – Acréscimo de Meta: 9. O Presidente informa sobre convite da Assessoria Parlamentar da Marinha para que esta Comissão participe de visita oficial ao Centro Experimental de ARAMAR (CEA), na cidade de Iperó-SP, a fim de conhecer o Programa Nuclear da Marinha, no dia 19 de junho de 2009. Anuncia, ainda, a presença em Plenário da senhora Pamela Greenwell, representante da Embaixada do Canadá. O Presidente inicia a apreciação da 2ª parte da pauta. Audiência Pública *"para discutir a presença das tropas brasileiras no Haiti"*, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 59, de 2008 – CRE, de autoria do Senador José Nery, aprovado dia 06/11/2008. O Presidente convida para compor a Mesa a Conselheira Gilda Motta Santos Neves, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores; o Senhor Aderson Bussinger, membro da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/RJ e Secretário-Geral do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDDH); a Senhora Sandra Quintela, Coordenadora da Rede Jubileu Sul; o Senhor Antônio Lisboa Leitão de Souza, representante da Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas; e o Senhor Didier Dominique, representante da organização haitiana Batay Ouvrier. O Presidente informa que o Comandante do Exército, também convidado para esta audiência, enviou justificativa para sua ausência. O Presidente concede a palavra a Senhora **Gilda Motta Santos Neves** e ao Senhor **Aderson Bussinger.** O Senador Geraldo Mesquita Júnior Assume a Presidência. O Presidente em exercício concede a palavra à Senhora **Sandra Quintela** e aos Senhores **Antônio Lisboa Leitão de Souza** e **Didier Dominique**. O Senador **José Nery** faz uso da palavra. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. Os Senadores **Geraldo Mesquita Júnior** e **Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 36 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Sras. e Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado, designo para compor Subcomissão Permanente da Amazônia da Faixa de Fronteira Senador Romeu Tuma, como titular do bloco da maioria, em substituição à Senadora Kátia Abreu. E também o Senador Valdir Raupp, como titular em vaga da maioria.

Levo ainda ao conhecimento dos membros da Comissão recebimento de convite da assessoria para assuntos de educação da Embaixada do Canadá, para participação de debate sobre os desafios e esforços conjuntos do Canadá e do Brasil para segurança e desenvolvimento no Haiti. Em Brasília, os encontros ocorrerão no dia 17 de junho, das 9 às 11 horas, no Ministério das Relações Exteriores, com o tema "O adensamento das relações Brasil-Canadá, a partir de uma experiência triangular, o Haiti". O convite ficará à disposição das Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na Secretaria da Comissão.

E passamos à primeira parte da Pauta, e a presente Reunião destina-se à discussão e votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº. 7/09, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária 2010 e dá outras providências. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nosso vice-Presidente, Relator das Emendas, para fazer a leitura do seu relatório.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes. De fato, coube a mim relatar as Emendas, as propostas de Emenda a serem apresentadas à LDO. Procedimento regimental... No prazo estabelecido, foram apresentadas 18 propostas de Emenda de texto e cinco propostas de Emendas ao anexo do PLDO de 2010.

A análise demonstrou, inicialmente, a conformidade das propostas de Emendas apresentadas à disposição da Legislação pertinente, especialmente em relação à disposição nº. 01/06 e às demais orientações, contidas no parecer preliminar, aprovado pela CMO. Especificamente, verificou-se o atendimento do normativo, inscrito no art. 90, da Resolução nº. 01, parte especial do parecer preliminar, que somente permite inclusão de ações no anexo de metas e prioridades, caso a ação integre o Plano Plurianual, considerados

os projetos de crédito especial em tramitação no Congresso Nacional.

A análise das propostas apresentadas em relação às Emendas ao texto... O exame das 18 propostas de Emendas de texto, discriminadas no anexo I, induz à conclusão de que as propostas atendem às disposições legais, em especial quanto à aderência de seus objetos às competências materiais dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Todas as propostas buscam, de alguma forma, aprimorar a atuação estatal na seara da Defesa Nacional e, portanto, estão em condições de serem aprovadas por essa Comissão e formalmente apresentadas à CMO, na sequência do processo Legislativo.

Quanto às Emendas ao anexo de metas e prioridades, são cinco, do que resultou a conclusão de que atendem aos critérios de admissibilidade, visto estarem consonantes com as disposições normativas pertinentes. No mérito, Sr. Presidente, entendemos que são Emendas de inegável importância, devendo ser plenamente acatadas por esta Comissão.

Diante do exposto, votamos para que essa Comissão delibere da seguinte forma: I. Pela apresentação das Emendas ao texto do Projeto de Lei nº. 07/09, constantes do anexo I deste relatório. Há várias Emendas do mesmo teor, apresentadas por vários Senadores, os nomes dos quais eu vou declinar logo mais... Pela apresentação das Emendas anexo de metas e prioridade, o PLDO 2010 constantes do anexo II deste relatório. Propomos ainda que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder as adequações necessárias à formalização e apresentação das Emendas ao PLO 2010, junto à CMO, em especial aos ajustes das metas das propostas de números 01 e 05, relativas ao anexo de metas e prioridades apontadas no anexo II deste relatório.

As propostas de Emendas ao texto, no número de oito, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Eduardo Azeredo, João Tenório e Geraldo Mesquita, elas são as seguintes: A Emenda nº. 01 visa a evitar limitação de empenho na função Defesa Nacional. A Emenda nº. 02 visa a estabelecer que as agências oficiais de fomento devem ofertar linha de crédito para militares em área de risco. A nº. 03 visa a estabelecer como prioridade para a Caixa Econômica Federal a melhoria das condições de militares que moram em área de risco, via financiamento. A nº. 04 visa retirar da base contingenciável dotação referente à receita oriunda de atividades produtivas de bens e serviços, destinadas à melhoria das próprias atividades. A Emenda nº. 05 é uma repetição da Emenda nº. 03; a Emenda nº. 06 é uma repetição da Emenda nº. 02; a nº. 07 repete a Emenda nº. 01; a Emenda nº. 08 repete a Emenda nº. 04; a Emenda nº. 09 visa... Ela é aditiva... "Evitar limitação de empenho das despesas relativas ao desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear". A Emenda nº. 10 visa a evitar limitação de empenho das despesas relativas à fonte dos *royalties* do petróleo da Marinha. A Emenda nº. 11 repete a nº. 01; a Emenda nº. 12 repete a Emenda nº. 10; a Emenda nº. 13, a de nº. 09. E, por fim, temos aqui a Emenda nº. 18, que visa evitar limitação de empenho de subfunções relacionadas ao Ministério da Defesa.

Portanto, Sr. Presidente, temos aqui uma, duas, três, quatro... Cinco, seis... Sete... Cadê o Eduardo? São sete. São sete Emendas. Queria, na oportunidade, agradecer a contribuição inestimável aqui do consultor Eduardo, da nossa Casa, que nos auxiliou a concluir o relatório.

As Emendas ao texto de metas e prioridades são cinco Emendas, todas de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A primeira, relacionada ao programa Calha Norte, visa à implantação de infraestrutura básica nos Municípios da região da Calha Norte. A segunda, vinculada ao mesmo Calha Norte, tem por objetivo a conservação de rodovias na região do Calha Norte. A terceira, relacionada ao Programa Segurança do Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, visa à operação e manutenção de equipamentos de sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

A quarta Emenda, relacionada ao Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro, e tem por objetivo a instalação e adequação de organizações militares. E a última, relacionada ao Programa Tecnologia de Uso Naval, tem por objetivo a construção do protótipo de reator nuclear.

Sr. Presidente, são essas as propostas de Emenda e é esse o relatório e voto deste Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu coloco, portanto, em discussão, antes, eu mesmo fazendo um comentário da importância que possamos exatamente dar condições de funcionamento mais adequado às Forças Armadas Brasileiras. Não há como negar o esforço hercúleo que é feito, vemos agora, por exemplo, o esforço feito para a questão do acidente lamentável da *Air France,* em que, mesmo sem condições financeiras ou condições adequadas, o desempenho é extremamente eficiente. Ainda ontem, o Presidente do Senado francês fazia esse agradecimento ao Brasil, aqui nesta Comissão e também na audiência com o Presidente Sarney, de maneira que eu quero reiterar essa importância.

Um ponto que está colocado aqui, Senador Geraldo Mesquita colocou também na sua análise das Emendas e está contemplado, é a questão referente

a contingenciamento. Nós sabemos que contingenciamento é um instrumento válido e foi extremamente válido no período de inflação. Mas, hoje, felizmente, nós vivemos, a partir da implantação do Plano Real, uma melhor realidade. Então, nós temos aí que o orçamento se realiza. O orçamento, se realizando, não há por que insistir no contingenciamento. O contingenciamento acaba sendo uma burla ao orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Então, nós temos o exemplo aí, mesmo, da questão dos *royalties* que a Marinha faz *jus*, pela exploração do petróleo em águas no alto-mar, e o que acontece? Esse dinheiro, ele fica contingenciado. Então, é importante que nós possamos ter uma ação nesse sentido, para que o contingenciamento fique restrito.

Eu acho que contingenciamento, eu faço um paralelo com as Medidas Provisórias: São importantes, são necessárias, mas não pode ter abuso. Então, aí que eu acho que acaba acontecendo no contingenciamento também, independentemente de qual seja o Governo, mas mais por força da área financeira, que fica com excesso de zelo e acaba segurando o dinheiro e prejudicando as atividades.

Então, isso que eu queria fazer meu comentário e coloco em discussão, algum Senador que queira... Senador Mozarildo Cavalcanti.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Senador Eduardo Azeredo, Presidente dessa Comissão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu venho acompanhando, já há muitos anos, essa discussão e votação, tanto da LDO como, depois, da parte do orçamento propriamente dito.

E o que me deixa estarrecido, Sr. Presidente, é que, num país como o Brasil, de dimensões continentais, mande sempre tanto a LDO como, depois, a parte específica de recursos, abaixo, muito aquém do que as Forças Armadas precisam. E o Executivo devia mandar exatamente aquilo que as Forças Armadas precisam e mais um pouco, como reserva técnica. E nós, aqui, no Congresso Nacional, notadamente no Senado, nós temos tido o cuidado, não de aumentar, por dizer que o orçamento vem ok e estamos aumentando porque temos conhecimento de causa, nos nossos Estados, sobre a necessidade das Forças Armadas. Mas não, nós estamos complementando. Quer dizer, chegando ao que for mínimo necessário.

Então, trabalhar nesse limite e ainda mais, como colocou V. Exa. e o Senador Geraldo Mesquita, com muita propriedade, coloca a possibilidade de não contingenciamento, porque é fundamental. É pena que ainda exista uma espécie de complexo em relação às Forças Armadas, achando que as Forças Armadas e ainda é aquele viés político etc., e não perceber que é necessário para um país como da dimensão do Brasil ter Forças Armadas bem equipadas, com um adequado... Assistência ao seu pessoal, porque também há uma carência enorme disso...

E V. Exa. colocou aí duas ações, que estão agora nas manchetes que são a questão do avião da *Air France* e a questão lá que aconteceu em Santa Catarina e está acontecendo no Nordeste, o apoio inestimável das Forças Armadas. Mas e o trabalho não midiático que as Forças Armadas fazem na nossa Amazônia, que corresponde a 61% do território nacional, com uma extensão de fronteira que nenhum país outro da América Latina ou mesmo da América do Norte tem?

Então, realmente, nós temos que refletir muito bem e nos lembrarmos muito daquela frase: Se nós queremos a paz, queremos ser respeitados, nós temos que estar preparados para a guerra. Aqui nós estamos discutindo o ingresso da Venezuela no MERCOSUL e algumas coisas estão passando desapercebidas. Por exemplo, a Venezuela está hoje armada até os dentes, para quê? Ah, talvez, justamente para evitar um modelo de persuasão de que os Estados Unidos, que hoje foram eleitos pelo Presidente Chávez o seu inimigo número um, possam tentar qualquer coisa em termos de ação contra a Venezuela. Mas não podemos esquecer que a Venezuela tem um contencioso com a Guiana, sua vizinha, em que ela reivindica, e aí não é invenção do Presidente Chávez, já é há décadas, reivindica praticamente a metade ou mais da metade do território da Guiana, na fronteira com o Brasil, lá no meu Estado de Roraima, onde se criou a reserva Raposa Serra do Sol.

Portanto, nós temos, sim, que dar todo apoio, aprovar essas Emendas, acho até que são modestas no que tange à importância que tem as Forças Armadas, na defesa do nosso país, nesse momento. E, como Presidente da Subcomissão da Amazônia, quero dizer da importância. E é pena que muitas das ações que podiam ser feitas na Amazônia, pelos militares, estejam sendo feitas por ONGs que desviam recursos públicos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro, portanto, a discussão e coloco em votação o parecer do Senador Geraldo Mesquita sobre a LDO. Srs. Senadores, que aprovam parecer do Senador Geraldo Mesquita, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de passar à segunda parte da pauta, eu quero ainda lembrar os Srs. Senadores que nós va-

mos ter uma Reunião Ordinária, amanhã, para ouvir o Embaixador Otto Maia sobre a questão dos brasileiros no exterior, especialmente em relação ao problema da crise financeira internacional que afeta os brasileiros no Japão, nos Estados Unidos e na Europa. E, também, a sabatina do Embaixador... Mais um de nossos Embaixadores está indicado. Teremos, então, ainda, também, amanhã, uma sabatina.

Ainda quero passar aos Srs. Senadores o convite... Reiterar o convite do comandante da Marinha para uma visita oficial a ARAMAR, na cidade de Iperó, São Paulo, a fim de conhecer o Programa Nuclear da Marinha, no dia 19 de junho, em aeronave da FAB. Será cumprida a programação que está descrita, os Srs. Senadores têm à disposição, começando às sete e meia, saindo daqui de Brasília, e voltando aqui mesmo para Brasília, às 19 horas. Senadores, que estiverem interessados, poderiam, então, procurar a nossa secretaria.

Depois, nós vamos ter... O Embaixador Roberto Abdalla, que é indicado para o Kuwait, cumulativamente com o Reino do Barhein. Então, é a segunda parte da audiência de amanhã, que... Da Reunião de amanhã, que terá, na primeira parte, o Embaixador Otto Maia, falando sobre os brasileiros no exterior.

Passamos, agora, à segunda parte da audiência, antes citando aqui a presença da Sra. Pamela Greenwall, da Embaixada do Canadá, que exatamente veio nos trazer este convite, que já foi lido, a respeito das ações conjuntas do Brasil e do Canadá em relação ao Haiti.

Passamos, agora, à segunda parte da pauta. Audiência Pública para discutir a presença das tropas brasileiras no Haiti, em decorrência da aprovação do Requerimento nº. 59/08, de autoria do Senador José Nery, aprovado no dia 06 de novembro de 2008. Convido para compor a Mesa a conselheira Gilda Motta Santos Neves, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores. Sr. Aderson Bussinger, Advogado, autor do livro "Haiti - Das trevas à luz", membro da Comissão de Direitos Humanos OAB-Rio e Diretor do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, que também participou da Comissão do Haiti, em 2007. Sra. Sandra Quintela, Coordenadora da Rede Jubileu Sul; Sr. Antônio Lisboa Leitão de Souza, representando a Coordenação Nacional de Lutas, Conlutas, e Didier Dominique, representante da Organização Haitiana Batay Ouvryie.

Informo que o Comandante do Exército, também convidado para essa Audiência Pública, enviou justificativa para a sua ausência, e concedo a palavra, já iniciando o depoimento... Só aguardando que todos possam se sentar à Mesa... Muito bem.

Relembro que o... Uma missão dessa Comissão esteve visitando o Haiti, com o Senador Heráclito Fortes, o ano passado, em setembro do ano passado, e que está prevista uma nova missão nossa, desta Comissão, para este ano, provavelmente agora, ainda no mês de agosto. Então, já dando início, concedo a palavra à Sra. Conselheira Gilda Motta Santos Neves, para fazer sua exposição.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Obrigada, senador. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exas. a oportunidade e a iniciativa de abrir esse espaço para o debate público sobre um tema que é de grande interesse, não só para a política externa brasileira, mas também, evidentemente, para o futuro do Haiti.

Antes de falar especificamente da Minustah, se o senhor me permitisse, eu gostaria de fazer... Dar um breve panorama da participação do Brasil e das operações de paz e do contexto legal até dessa participação--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Antes, porém, quero só sugerir aos senhores expositores, para que possamos ter a oportunidade de os senadores poderem debater, o prazo de dez minutos, que seria um prazo razoável para que possamos ter as exposições.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Obrigada. Bem, a atuação, então, do... Na Carta das Nações Unidas, que foi subscrita, ratificada por 193 países, o Conselho de Segurança é o órgão que tem a primazia e responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais. O Conselho detém, então, a capacidade jurídica exclusiva para autorizar o uso da força nas relações internacionais e daí é que são criadas as operações de paz.

A Carta das Nações Unidas, como sabemos, é um instrumento que tiveram que... As nações produziram com o objetivo de evitar que novas atrocidades acontecessem, como na Segunda Guerra Mundial. O art. 25 da Carta é o que dispõe que os países membros devem cumprir, devem executar as decisões do Conselho de Segurança, uma obrigação que, naturalmente, o Brasil cumpre plenamente.

A prevalência do Direito Internacional, acho que também é relevante mencionar, a prevalência do Direito Internacional nas relações internacionais é um valor fundamental da política externa brasileira e isso envolve a igualdade jurídica entre os Estados, o respeito aos Direitos Humanos, solução pacífica de controvérsias, cooperação internacional, valores que estão também consagrados na nossa Constituição. Também em função dessa prevalência, é que o Brasil procura sempre preservar a autoridade das Nações Unidas e a integridade da Carta das Nações Unidas.

Eu queria mencionar também, apenas como pano de fundo, que as operações de paz sofreram uma evolução muito grande, a partir da superação do impasse... A superação do impasse do conflito leste-oeste no final da década de 80. Foi quando se interrompeu essa dicotomia, que houve o degelo de muitas internacionais nas áreas de Direitos Humanos, de Meio Ambiente, e também necessariamente de paz e segurança.

A partir daí, também essa... Esse novo momento multilateral coincidiu com a emergência de um padrão novo de conflitos internacionais, agora já não mais tão frequentemente entre Estados, mas intra-nacionais. São situações extremas, situações extremas de genocídio, de graves crises humanitárias ou situações de extrema pobreza, associadas a deficiências institucionais e crises políticas graves, que podem levar à violência e a conflitos.

Nesse contexto, as missões de paz das Nações Unidas passaram a ser o que a gente chama de multidimensionais, porque elas não só se concentram nos aspectos militares, ou seja, não só tratam da segurança no terreno, vão além dessas funções de monitoramento de zonas desmilitarizadas, monitoramento de acordo de cessar fogo, e passam a trabalhar também para o diálogo político, a reinserção social dos grupos armados e políticas de Direitos Humanos, preservação e promoção de Direitos Humanos, e também essa reconstrução de instituições e criação de um ambiente propício para investimentos e para desenvolvimento.

De qualquer forma, as operações de paz mantiveram os seus princípios fundamentais, que é o consentimento das partes, o consentimento do Governo onde é empregada uma operação de paz e imparcialidade e uso da força somente em caso excepcional, mediante autorização do Conselho de Segurança.

O Brasil participou de mais de 30 operações de paz da ONU, desde 1956, no Suez, Angola, Moçambique, Timor Leste, e a Minustah, nesse contexto, representou uma missão de paz inovadora do paradigma das Nações Unidas nessa área porque reflete essa perspectiva multidirecional, ou seja, não só militar, de segurança, mas também voltada para a consolidação das instituições, o diálogo, a reconciliação política e a preparação para o desenvolvimento.

No Haiti, especificamente, entre 94 e 97, houve, pelo menos, quatro missões da ONU que não tiveram muito êxito. E a situação política foi se agravando. Em 2000, 2001, o Presidente Aristide declarou vitória, numa eleição que foi contestada nacionalmente e externamente e, a partir daí, a instabilidade política cresceu muito, até que, em 2003, houve um movimento de insurreição armada de ex-militares, ex-policiais, que ameaçava tomar a capital. O Aristide deixou o país, e o sucessor constitucional, que era o Presidente do Supremo Tribunal, assumiu a Presidência e pediu que a ONU garantisse a segurança do país.

O contexto internacional, na própria ONU, não era, na época, especialmente favorável ao Haiti. Não havia muito interesse, de imediato, dos membros permanentes do Conselho de Segurança em se envolver na questão haitiana. Em razão, talvez, do próprio cenário pós 11 de setembro, quando a agenda internacional estava muito concentrada no combate ao terrorismo. Mas a situação haitiana exigia uma resposta rápida, era de extrema gravidade, havia um contexto de violenta confrontação política, uma proliferação de grupos armados, inclusive algumas gangues instrumentalizadas por grupos políticos, e que exerciam controles em certas áreas urbanas sem... Onde o Estado não alcançava controlar.

A partir desse apelo do Governo do Haiti, o Conselho de Segurança referendou uma missão, que era uma força multinacional, com enfoque exclusivamente na segurança militar. O Brasil, na época, estava no Conselho de Segurança, como membro não permanente, e aceitou, aprovou a criação dessa missão, apenas porque, já na resolução do Conselho de Segurança, se previa uma nova missão posterior, multidimensional, ou seja, com todos esses outros aspectos políticos, de Direitos Humanos e de consolidação das instituições... O interesse--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** 2003, isso?

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** 2004. Essa Resolução, essa força multinacional tinha previsão emergencial. Era para durar três, quatro meses.

Foi nesse contexto, então, que o interesse de assistir o Haiti, em sua recuperação política, social e econômica e, também, na preservação da segurança, motivou a participação do Brasil, a decisão do Governo Brasileiro, do Executivo, do Congresso Brasileiro, de participar da operação de paz com um número significativo de tropas.

Então, a decisão brasileira de participar da Minustah, atende a um princípio que a gente chama, no Itamaraty, de não indiferença, o Presidente sempre fala nisso também, que é... Se contrapõe ao princípio da não intervenção, quer dizer, complementa o princípio da não intervenção. Porque uma intervenção... Considera uma intervenção estrangeira uma intervenção que não é autorizada pelo Conselho de Segurança. A decisão de participar foi atendendo a esse princípio de não indiferença, de solidariedade com o Haiti.

Tem uma dimensão regional muito forte, a Minustah, são 12 países latino-americanos que participam, Chile, Equador, Argentina, Peru, Guatemala, Uruguai...

Junto do Brasil. Além... No total, são quase 50 países que participam da Minustah. Isso é praticamente um quarto dos membros da Nações Unidas. Então, o Brasil certamente não está sozinho nessa empreitada.

A Minustah tem um contingente autorizado de sete mil e poucos militares, 2.026 policiais, dos quais 1.280, atualmente, militares são brasileiros. O Brasil tem o comando das tropas e policiais desses 50 países que contribuem, e o comandante brasileiro responde, por sua vez, ao representante do Secretário Geral, que é, de fato, o chefe da Minustah, que é um cidadão tunisiano, Hédi Annabi. É certo que a situação no Haiti, de 2004 para cá, evoluiu muito, houve a realização de eleições presidenciais, a situação de segurança para quem já esteve no Haiti certamente poderá confirmar que melhoraram significativamente os índices de criminalidade, as áreas urbanas onde a polícia não alcançava entrar, hoje já podem ser... As pessoas já circulam, inclusive, as próprias tropas e policiais circulam sem colete à prova de balas e tudo. Mas, os desafios permanecem muito grandes, sobretudo na área de desenvolvimento social e econômico, que é o que pode permitir a sustentabilidade de qualquer processo de paz. [soa a campainha]. Obrigada.

No ano passado, os furacões que assolaram o Haiti certamente foram revés muito grande para todo esse trabalho que vem sendo feito pela Minustah porque causaram retrocesso em todos os investimentos que já vinham sendo feitos no desenvolvimento, na recuperação de infraestruturas.

Nas Nações Unidas, o Brasil continua a defender que sejam sempre tomadas medidas, tanto na ONU como de doadores, para permitir que esse desenvolvimento social e econômico seja feito, para tornar a segurança sustentável no tempo e criar condições para redução gradual do componente militar da missão e sua substituição, também gradual, por uma presença civil crescente e, finalmente, a retirada completa da missão de paz, que é objetivo de todos nós.

Em paralelo ao mandato recebido da ONU, o Brasil realiza também um arcabouço muito grande de cooperação bilateral, em áreas diversas, como processamento de caju, saúde da mulher, construção de cisternas, recolhimento e processamento do lixo, formação profissional na modalidade chamada sul-sul, entre países em desenvolvimento.

Entre cooperação e assistência humanitária, só no ano passado, o Brasil despendeu mais de 30 milhões de reais com o Haiti, para além de qualquer despesa e investimento que seja feito via Minustah. Então, além disso, há muitas ONGs brasileiras que atuam no Haiti e atuam, também, em colaboração com as tropas. É o caso, por exemplo, é o caso da Viva Rio, que desenvolve um extenso trabalho de consultoria de desarmamento, faz censos demográficos, acesso à água, reciclagem do lixo... E eu tenho aqui, Presidente, se V. Exa. permitir, gostaria de deixar com a Comissão, não é um produto nosso, é um produto do Viva Rio, esse DVD com o Centro de Instrução de Operações de Paz do Exército. É um panorama da atuação cívico-social das tropas brasileiras no Haiti. É um trabalho bastante interessante, vou deixar aqui com a Comissão.

Bem, para encerrar, eu só queria lembrar o seguinte: que o plano de consolidação atual das Nações Unidas identificou cinco áreas onde há que haver progresso para que as tropas possam começar a ser retiradas do país. E essas cinco áreas são o fortalecimento de diálogo político e conclusão do ciclo eleitoral, o fortalecimento da autoridade estatal em todo o território do país, inclusive fronteiras terrestres e marítimas, garantia de segurança e estabilidade. Há uma meta de treinar 14 mil policiais haitianos para que possam realizar e manter a segurança no país, a promoção do Estado de Direito e dos Direitos Humanos, e o desenvolvimento econômico e social. E aí é uma série de metas, de taxa de mortalidade, educação, consumo diário de calorias, que precisariam ser atingidas para que se possa considerar que o país está em condições de estabilidade suficiente para retirada da presença militar da ONU.

A atuação brasileira, nas operações de paz, elas se baseiam, então, nesse tripé: segurança, desenvolvimento, reconciliação política; é uma atuação que vem evoluindo, vem trazendo uma evolução também no conceito de operações de paz da ONU; no passado, eram muito militaristas, muito centradas só na questão de segurança, e o Brasil vai continuar trabalhando para ajudar o Haiti a enfrentar todos esses desafios. O Presidente Lula sempre repete que o compromisso brasileiro com o Haiti é de longo prazo, e insiste muito com todos seus interlocutores internacionais de que é preciso investir no Haiti, contribuir para o desenvolvimento e para que seja sustentável essa estabilização.

Eu acredito que a maior lição dada pelo Haiti à comunidade internacional é justamente essa: que a força é incapaz de garantir a paz e a segurança. É preciso uma atuação de segurança, mas é preciso também investir em todos esses elementos políticos e de desenvolvimento social e econômico. E é esse o objetivo da presença do Brasil, tanto multilateral quanto bilateral e trilateral com outros países, no desenvolvimento de todos esses projetos. Obrigada, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado à Conselheira Gilda Motta Santos Neves, e eu já passo, em seguida, a palavra... Concedo a palavra ao Sr. Aderson Bussinger,

para fazer sua exposição. Sr. Aderson é Conselheiro da OAB do Rio.

**SR. ADERSON BUSSINGER:** Bom dia, Sr. Presidente, aqui cumprimento a todos presentes. Eu quero, inicialmente, esclarecer que a minha exposição aqui, ela é em nome do Conselheiro Aderson Bussinger. Não é uma exposição em nome da instituição OAB que, embora esteja discutindo o assunto, inclusive no último... Na última Conferência Nacional, em um de seus painéis, debateu o tema e também a Comissão de Relações Exteriores da OAB Federal, que também está acompanhando, não tem ainda... Não há uma posição ainda definitiva. Além, evidentemente... Não obstante condenar toda e qualquer... Todo e qualquer desrespeito a Direitos Humanos, seja em qualquer lugar, no Haiti... Então, faço esse esclarecimento, falo aqui como Conselheiro da Ordem, da OAB do Rio de Janeiro, e como Secretário Geral de um Instituto de Defesa de Direitos Humanos, DDH, e à época, quando estive no Haiti, era Secretário Geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio. Nessas condições, nós estamos aqui fazendo essa colocação. Eu estive em junho de 2007, estivemos lá entre 23 de junho... 27 de junho de 2007 a 02 de julho.

Bem, então, agradeço aqui ao convite que nos foi feito e passando aqui ao nosso... Nossa exposição, eu estive no Haiti nesse período de... Do final de junho, início de julho, nomeado pela OAB Federal, pelo Presidente César Brito, que me nomeou para participar de uma comitiva de sindicatos, de entidades do movimento social, entidades populares, o Jubileu Sul, que está aqui representado, e várias outras entidades, uma comitiva da sociedade civil brasileira, que foi ao Haiti acompanhar todas as denúncias havidas e toda a situação no país.

Nessa condição, o Presidente da OAB Federal me nomeou, enquanto Conselheiro do Rio de Janeiro, para essa atividade. Nós... A nossa... A nossa presença no Haiti, as nossas atividades, elas se desenvolveram em dois planos: Nós tivemos um primeiro plano de contatos com as autoridades do Haiti, com o Sr. Presidente do Haiti, com Ministros, com representantes da Minustah, com representantes do Exército... Bem, com a... Não posso nem falar o Estado do Haiti, a superestrutura do Haiti, a Minustah e o Governo do Haiti e, num segundo plano, que era a ênfase da Comissão, o contato com as entidades do movimento social do Haiti, sindicatos, entidades de Direitos Humanos... Bem, com os trabalhadores, o povo do Haiti. Esse foi o nosso plano de atuação.

Bem, em relação ao que nós vimos, eu não preciso aqui reiterar o que a imprensa sempre vem divulgando, que todos são unânimes em reconhecer, a situação de extrema miséria que perdura no Haiti. No Haiti, a maioria da população não tem luz, não tem água, há um quadro extremo de miséria, e isso já é fato notório, internacionalmente, todos sabem disso. O que nós podemos verificar, do ponto de vista específico, no que diz respeito à intervenção militar no Haiti, a presença da Minustah no Haiti, do quadro que está colocado? Bem... 1) Nós tivemos, a par das várias reuniões que tivemos com os sindicatos, as entidades, muitas denúncias de repressões ao movimento social no Haiti, eu, particularmente, estive... Nós, da Comissão, nós da comitiva, estivemos em várias entidades sindicais, em assembléias de trabalhadores; destaco aqui trabalhadores têxteis, que nos colocaram que toda vez que se realiza uma greve no Haiti, se realiza... Se tenta organizar uma resistência aos baixos salários, ao movimento, a Polícia Nacional do Haiti age e a Minustah, o Exército Brasileiro, à frente, enquanto retaguarda dessas operações, inclusive, de que forma? A polícia à frente, na repressão direta, e a Minustah, quando há mobilizações sindicais, atuando enquanto retaguarda disto, no constrangimento, atuando dessa maneira.

Esse é o primeiro aspecto. Eu tive várias... Tivemos várias denúncias, eu inclusive, Sr. Presidente, quero passar aqui às suas mãos o relatório que nós encaminhamos à OAB Federal e que trata dessas denúncias, e também um livro que nós escrevemos, junto com o jurista João Luiz Duboc Pinaud, a respeito dessas denúncias. 2) Demissões... No Haiti, um quadro, no aspecto trabalhista, muitas... O pouco trabalho que se tem é um trabalho muito precarizado e, quando das demissões, demissões sem pagamento de indenizações, um quadro de super exploração, tanto no trabalho como quando das dispensas.

Atos anti-sindicais no Haiti: Isso foi recorrente, foi frequente a denúncia de sindicalistas se queixando, denunciando o quanto é difícil atuar sindicalmente no Haiti, o quanto os dirigentes sindicais são reprimidos, são demitidos, são presos... Esse é um quadro geral. Eu estive com dirigentes sindicais, me mostraram marcas de agressões, durante greves... E isso não é de tempos atrás, de greves recentes. Estive em 2007, falavam-se de situações em 2006, 2005... Denúncias a respeito de desaparecidos no Haiti, desde... Aí desaparecidos desde a saída de... Do ex-Presidente Aristide e o ingresso das forças da ONU.

Há várias denúncias, no Haiti, de cidadãos haitianos que estão desaparecidos desde aqueles... Desde aqueles conflitos, desde aquela intervenção. Observando-se aqui que todos os relatos que eu obtive do movimento social no Haiti, dos contatos que obtive, me diziam o seguinte: Que Aristide teria sido retirado

à força do Haiti pelas forças americanas, ainda naquele momento sem autorização da ONU, quando os soldados americanos ingressam no Haiti e o retiram. Naquele momento, sem autorização. Logo após a esse fato, é que o Conselho de Segurança se reúne e que há autorização para o ingresso. Ou seja, a intervenção, o início da intervenção, que acaba depois, em consequência, gerando a participação do Brasil na Minustah, ela já tem essa característica de, naquele momento, se entrou de maneira sem autorização.

Bem, situação das penitenciárias no Haiti, eu não consegui ir a... Ingressar na penitenciária principal de Porto Príncipe, mas todos os relatos que obtive são absurdos, em termos das condições dos presos no Haiti. Isso está constando muito também dos relatórios de outras entidades de Direitos Humanos.

Exploração de mão-de-obra. Eu estive naquelas zonas de produção, de... De produção, que são as zonas francas, Codevi, na fronteira com a República Dominicana, eu observei ali as condições em que são tratados aqueles trabalhadores, por exemplo, os trabalhadores... Nós não conseguimos ingressar na fábrica, nós ficamos do lado de fora, onde eles almoçam, fazem as refeições. Eles para almoçar, são 30 minutos de almoço e eles saem e almoçam do lado de fora, um lugar ao lado do esgoto a céu aberto, um quadro, assim, muito de super exploração, salários de um a dois dólares por dia, esse era o tipo de relato que nós tínhamos lá. Nós tivemos, inclusive lá nas zonas francas, muita dificuldade de fazer contato para obter mais dados dessas empresas porque toda uma... Uma contenção muito grande da Polícia Nacional do Haiti... Muitas denúncias de exploração de mão-de-obra infantil no Haiti, nós recebemos muitas denúncias, muitas denúncias. Muitas denúncias. [soa a campainha]

Um quadro de muitas denúncias de mão-de-obra infantil, como aqui disse... A situação geral, na questão da segurança, veja só, eu não verifiquei uma situação de... Dos distúrbios que havia quando do ingresso das Forças Armadas. Evidente, não se vê hoje, não vi, ao tempo que estivemos lá. O que nós vimos, o que verificamos... Embora atualmente isso vá ser parte também do meu relato, das informações que já obtive, após sair do Haiti, em relação ao primeiro de maio que houve lá, houve repressão, mas nós observamos, eu observei, observamos, quando estivemos lá, um quadro de muito constrangimento militar, de um assédio da presença das Forças Armadas nos bairros.

Como acontece isso? Os bairros são cercados, as suas entradas, por veículos do Exército, tanques, os equipamentos, na entrada. Aquilo fica permanentemente ali com os... Os canhões apontados para os bairros. Eu estive nesses bairros, nessa situação, e não vi nenhuma situação de distúrbio e nem de tumulto, que justificasse, nesses bairros, quando estive lá, uma presença tão... Um cercamento tão grande desses bairros. Eu, inclusive, estive numa assembléia de trabalhadores, em Cité Soleil, em Porto Príncipe, que, durante esse período que eu estava lá, durante essa assembléia de trabalhadores, com cerca de 100 trabalhadores, 120 trabalhadores, eu pude observar uma movimentação de blindados ali por perto, uma coisa assim, que só tinha outra explicação senão uma atitude, a meu ver, deliberada, de constrangimento a toda e qualquer mobilização do povo do Haiti. Essa é minha... Essa é minha convicção do que vi lá. Um quadro permanente de um... Uma... Psicologicamente, moralmente, de um quadro, ainda que com toda legalidade, o arcabouço jurídico foi aqui colocado, mas um quadro, de fato, de uma ocupação, de um militarismo exacerbado, a meu ver, uma presença militar muito ostensiva no Haiti, que não tem nada a ver com... A meu ver, com missão humanitária.

Eu, inclusive, estive com o comandante das forças militares à época, fugiu o nome do General Cruz, me fugiu o nome dele, tenho aqui registrado, e perguntei: "General, e as obras assistenciais aqui no Haiti..." Ele me falou: "Ah, uns poços que eles furam de água..." Uma descrição muito pequena frente àquela presença militar toda que nós observamos lá, que eu chamaria de um constrangimento permanente.

Evidente que, quando a imprensa vai estar presente lá, quando os órgãos oficiais perguntam à população, num quadro desses, ninguém vai dizer... "Ah, eu..." Mas, nos contatos que essa Comissão que esteve no Haiti, que eu fiz parte com os trabalhadores, fora da presença constrangedora da polícia ou do Minustah lá, os relatos que nos fizeram são muito contundentes em relação a... Primeiro, a que há um setor da população bastante grande, que não concorda com a presença militar da Minustah lá e 2) Que se sente constrangido.

Depois eu... Vamos ter oportunidade de... De responder às perguntas. Eu vou encerrar dizendo o seguinte, a minha convicção é que... Inclusive, houve essa discussão num determinado... No painel da Conferência Nacional dos Advogados, da OAB agora, esse painel discutiu o seguinte, que a substituição da presença militar por uma missão civil humanitária. Teve essa discussão, por quê? Porque é colocada uma situação no Haiti de que há uma missão humanitária, mas o que se vê, de fato, lá, e eu tenho convicção disso, é uma ocupação militar, com todo esse arcabouço jurídico. Isso que acontece. E, na verdade, como as condições de trabalho são de super exploração, essa presença militar acaba sendo o sustentáculo, acaba

sendo o apoio para que os empresários, setores, inclusive estrangeiros, no Haiti, que estão explorando mão-de-obra lá, possam fazê-lo de maneira mais permissiva, como tem acontecido. E com repressão ao movimento sindical. Esse é um dos aspectos que eu queria ressaltar aqui.

Depois, acho que vou ter oportunidade para perguntas, eu poderei explicar mais, mas essa é minha avaliação que está colocada nesse documento que fizemos, e terminaria dizendo o seguinte, que o Brasil deveria se retirar imediatamente do Haiti, aquilo... A presença militar no Haiti não ajuda os trabalhadores do povo do Haiti. Essa é minha convicção. Enviem agrônomos, médicos para o Haiti, professores... Agora, não enviem armas, não enviem soldados, que, a meu ver, só estão a manter uma situação de típica preocupação. Obrigado pela atenção de todos.

[palmas]

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Na sequência, concedo a palavra à Sra. Sandra Quintela.

**SRA. SANDRA QUINTELA:** Eu saúdo a todos também, através do Sr. Presidente aqui, também agradecer a oportunidade de estar aqui, saudar a Comissão por essa iniciativa. Faço parte de uma rede, a Rede Jubileu Sul, é uma rede que congrega cerca de 20 países, aqui na América Latina e no Caribe; o nosso foco principal é o trabalho com relação à questão da dívida, da dívida pública, e também, desde 2004, assumimos aí também essa bandeira de acompanhar de perto a situação do Haiti.

E, em 2005, estivemos também no país, numa missão coordenada pelo Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, argentino, e também Nora Cortiñas, que é uma das mães da Praça de Maio, uma das fundadoras das Mães da Praça de Maio; estivemos no país com cerca de 20 organizações de toda a América Latina e do Canadá também; produzimos um relatório, um vídeo, que o Aderson também vai passar para a Presidência da Mesa, e, naquele momento, já em 2005, e desde então temos acompanhado de perto, em várias visitas ao país, a partir de reuniões, encontros, vindas de companheiros e companheiras do Haiti para cá, na oportunidade, assim como a missão de 2007; em 2005 também, tivemos oportunidade de estar reunidos com o Governo provisório, com o Conselho de Sábios, com os Ministros, com a Comissão eleitoral e com mais de 60 organizações sociais do Haiti; organizações que lidavam com crianças, organizações de mulheres, organizações de trabalhadores...

Tivemos oportunidade, também, de ir a algumas favelas, lá em Porto Príncipe; estivemos na Zona Franca, e tivemos uma visão bastante ampla, pensamos nós, uma vez que escutamos os dois lados, as organizações sociais, abril de 2005. Inclusive, tem um relatório, não é, Aderson? Que você vai estar passando também. E sempre a nossa preocupação, do ponto de vista das organizações sociais no Brasil, é sempre escutar também os dois lados. Nós estivemos, na época, com o General Heleno, tivemos uma longa reunião com o General Heleno, que durou cerca de três horas; temos um vídeo, que também posso disponibilizar em seguida.

E a nossa... Naquele momento, já em 2005, era a pergunta: "Por que a presença militar aqui no Haiti?" Por que 1200 homens brasileiros ali, passando seis meses, mulheres agora, e me remeto aqui a uma frase do General Heleno, que aqui também, numa audiência aqui na Câmara dos Deputados, disse que sofria pressão para usar a violência. Essa frase dele foi dita em 03 de dezembro de 2004, aqui numa Audiência Pública na Câmara dos Deputados: "Sofro pressão para usar a violência". E eu sinto dizer-lhes e observar que realmente essa pressão para usar a violência só tem crescido, por parte da Minustah, no Haiti. São vários massacres já ocorridos, os companheiros aqui, haitianos, podem falar melhor que nós. A semana passada mesmo os estudantes foram às ruas para garantir que o salário mínimo, o reajuste de salário mínimo que foi aprovado pelo Parlamento, Parlamento esse, inclusive, que foi inclusive na época divulgado aqui pela Agência F, que parlamentares do Haiti criticam renovação do mandato da Minustah, do dia 15 de dezembro, dia em que a ONU renovou o mandato, parlamentares no Haiti.

Então, era bom que os senadores ouvissem, quando estando lá, opinião desses parlamentares e por que é que criticaram renovação do mandato da Minustah. Ouvissem. E nós sentimos muito porque tivemos contato com várias autoridades brasileiras e as visitas, as várias, sempre vão aos mesmos lugares, escutam as mesmas pessoas, se reúnam com os movimentos sindicais, se reúnam com o movimento de mulheres, escutem as denúncias de massacres que estão ocorrendo no Haiti hoje. Semana passada, foi tanto gás lacrimogêneo que a Minustah usou que matou um bebê e um ancião no Hospital Geral de Porto Príncipe. Como podemos permitir uma coisa dessas? Violaram a universidade, entraram na Universidade do Haiti.

Ou seja, a gente percebe que a pressão que o General Heleno sofreu, naquele momento, e a opinião dele para nós, numa reunião que tivemos com ele, que durou três horas, era de que não adiantava. Se podia colocar 100 mil homens, não ia resolver o problema do Haiti. O problema do Haiti são as desigualdades sociais. E o modelo econômico imposto, agora cada

vez mais, pela força da Minustah, de zonas francas, com triangulação para os Estados Unidos, que é isso que nós estamos querendo também, já que estamos fazendo ajuda humanitária, o Governo Brasileiro, nós queremos agora isenção fiscal total para produção de têxtil para exportação de Estados Unidos. Ou seja, a sub-exploração da exploração.

Então, a gente está vendo que, desde então... E não só denúncia só do Jubileu Sul ou do Conselho da OAB, aqui da Batalha Obreira. Não. É Médico sem Fronteiras, é Save the Children... São várias missões realizadas, a própria Cruz Vermelha, que está dizendo que não está podendo acessar muitas vezes a Cite de Soleil para socorrer as vítimas dos massacres. Então, não somos nós apenas. Saiu grande matéria também no The Guardian, repórter também que esteve no Haiti e tem outras visões.

Eu acho que é um pouco a gente abrir as opiniões aqui. A gente não pode, cinco anos que nós estamos atuando nesse campo, há cinco anos, nós estamos ouvindo o mesmo argumento do Governo Brasileiro. Não podemos. Tem que ser mais... Tem que ser mais plural isso, e ouvir o que, de fato, o clamor das ruas. Ora, um país super explorado, que agora tem a força das botas para se explorar mais. As transnacionais, inclusive brasileiras, que querem se instalar lá. Enfim, isso nós não podemos aceitar. Nós não quisemos aceitar no nosso país, como é que vamos aceitar no país mais pobre da América Latina? Não podemos aceitar.

Então, o que aconteceu na semana passada, no dia 10 de julho, está aqui vasta documentação, que nós vamos deixar também, de imprensa, imprensa inclusive da grande imprensa do Haiti, denunciando o que está acontecendo. Só a gente que não quer ver. E nenhuma linha sequer na imprensa que divulgue o que está acontecendo. Jornalistas presentes, por favor, nos ajudem a divulgar. Enquanto isso, nós estamos vendo o seguinte, o custo dessa missão. São... Em valores reais, valores correntes, hoje, são 700 milhões de reais que se gastam por ano o Brasil, na missão. Já custou à ONU, essa missão já custou à ONU mais de dois bilhões de dólares... Dois bilhões de dólares.

Enquanto isso, 23% das crianças no Haiti são subnutridas, e 10% são sumamente subnutridas. Enquanto... A Minustah, ela custa por ano metade do orçamento do Haiti. Tem idéia do que é isso, a dimensão do que é isso? A Minustah custa metade do orçamento da União do Haiti. Olha só que disparate. Em nenhum momento, os indicadores sociais não foram apresentados até agora, e seria ótimo que fosse apresentado. Se diminuiu a subnutrição... A mortandade materna e infantil, a Reforma Agrária, o salário mínimo, que agora foi aprovado pelo Parlamento, mas não pode ser implementado por um conjunto de forças empresariais no país...

Então, ficamos pensando que... E o país continua desembolsando uma quantia absurda para o pagamento da dívida externa, que é principalmente com as multilaterais, principalmente com o BID, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujo nosso país, o Brasil, tem força política lá dentro para brigar pelo cancelamento dessa dívida. Ora, o Haiti desembolsa, por mês, seis milhões de dólares. Enquanto o mesmo Governo, em dívida interna. Enquanto o mesmo Governo haitiano desembolsou 900 mil dólares para as vítimas dos cinco furacões que passaram em setembro do ano passado. É um disparate tão grande na nação mais pobre desse continente que a gente fica pensando: "Meu Deus, que mundo nós estamos?"

Ao mesmo tempo, tem nos preocupado muito o treinamento dessas tropas, que tem sido, algumas, lá no Rio de Janeiro, então, saiu aqui onde moram, onde eu resido. Então, aqui no jornal Estado de São Paulo, de 17 de agosto de 2007, e um dizia... Bom... Eles diziam aqui. Desculpa, está aqui: "Avaliação é..." Fizeram simulação no Tavares Bastos, que é um morro lá, ocupado pelo BOPE. E eles dizem... Foi um treino para tomar uma área... Como se fosse o Haiti. Simularam como se ali fosse o Haiti, segundo essa matéria. E a avaliação do treino, segundo um participante: "Matamos muito, mas também perdemos gente. Demos muito tiro, mas temos que avaliar isso. Pelo menos pegamos o Amaral", que era a figura que entrou na simulação a ser pega. "Por isso é que sou voluntário para ir para o Haiti. Passamos anos aprendendo sem poder agir. Participar da missão é uma grande experiência profissional, oportunidade ímpar de colocar em prática o que a gente passa a vida inteira só treinando".

E nós temos visto também depoimentos e partes do Governo, que dizem, está na imprensa também que o interesse é esse, o interesse é estar treinando as tropas. Para usar aonde? Contra nós? Organizações sociais, organizações sindicais? É isso? A militarização das periferias urbanas, os pobres são os grandes inimigos hoje? Reivindicar saúde, reivindicar educação, reivindicar salário mínimo, isso é crime?

Então, acho que nós estamos defendendo, desde essa ocupação, não se resolve problema político, não se resolve problema social, não se resolve problema de desigualdades de... Históricas com botas. Essa multifuncionalidade, multidimensionalidade da Minustah, eu acho que os companheiros aqui, do Haiti, presentes, vão estar colocando que multidimensionalidade é essa que só aparecem as botas para a população em geral? Então, acho que a pergunta que fica: Quando essas tropas irão se retirar? Quando entrarão médi-

cos, quando entrarão engenheiros, quando entrarão agrônomos, quando entrarão educadores para apoiar a reconstrução de um país que merece todo nosso respeito, toda nossa consideração. Um país que luta pela sua independência desde 1804 e que até agora, infelizmente, não conseguiu colocá-la em prática, por ditaduras sangrentas, por ocupações militares inúmeras e acho que o Brasil, por sua recente tradição democrática, recente, estamos construindo essa tradição democrática, podemos sim ajudar o país e muito. Mas em outro nível, em outros campos, com outra orientação que não seja a orientação militar, e a responsabilidade da tropa é do seu comandante, e quem comanda militarmente a tropa é o Brasil.

Portanto, eu acho que cabe uma análise mais profunda dessas denúncias de massacres contínuos que tem acontecido no Haiti por parte da Minustah. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Concedo a palavra ao Sr. Antônio Lisboa Leitão de Souza.

**SR. ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA:** Bom dia a todos. Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que preside essa Sessão, em nome de quem eu cumprimento a todos os demais Srs. Senadores. Inicialmente, gostaria de saudar essa Comissão pela iniciativa que oferece para estarmos discutindo um assunto que deveria ocupar um lugar muito maior na sociedade brasileira, pela gravidade e pela importância que tem, no que diz respeito ao papel do Brasil no cenário internacional.

Eu não vou... Não pretendo ocupar os dez minutos, deixar um pouco mais de tempo para o companheiro do Haiti, que pretende falar em nome dos outros dois também que estão aqui, das organizações que representam, até porque os colegas que me antecederam já deram conta um pouco do que é a outra visão que a sociedade civil brasileira, através de diferentes entidades, tem acerca do que representa a Minustah, do que representam as tropas brasileiras no Haiti.

Eu estive, este ano, no Haiti, passei oito dias, do final de abril até dia 03, 04 de maio, dia 04 de maio, mais precisamente, e tive oportunidade de vivenciar, no dia primeiro de maio, uma situação extremamente semelhante à que tem ocorrido nos últimos 15 dias, no Haiti, e que, lamentavelmente, nós não temos encontrado uma única linha na imprensa brasileira, dando conta do que se passa lá.

E, para mim, foi uma experiência extremamente gratificante porque eu pude acompanhar de perto e ter mais clareza sobre o significado da Minustah e o significado que o Brasil poderia ter, o papel que o Brasil poderia ter, no cenário internacional, se a sua presença fosse diferente naquele país.

No dia primeiro de maio, nós tivemos quatro tipos de manifestações no Haiti; quatro manifestações distintas, com percursos distintos, com organizações distintas. Uma primeira manifestação, organizada pelos empresários, que estava numa grande praça, na Praça do Panteon, que promovia uma feira de alimentação, de comidas, com resultados de produtos agrícolas etc. Por contraditório que isso pareça, uma feira de alimentos para uma população que não tem grana para comprar alimentos. Passa fome, literalmente.

Uma segunda manifestação, organizada pelo Governo haitiano, um desfile de máquinas agrícolas, tratores, passando pelas principais avenidas, demonstrando que, com isso, o Governo estaria investindo no desenvolvimento econômico, através da agricultura, do desenvolvimento agrícola.

Uma terceira manifestação, de iniciativa dos protestantes, com um perfil bastante disciplinado, quase que militarizado, com marchas bem organizadas, com carros de som e longas filas percorreram, da periferia ao centro da cidade, acompanhadas com batedores militares, com carros da ONU, carros da polícia local. E o final desta última... Desta terceira concentração foi também na Praça do Panteon, onde tiveram manifestações artísticas, com shows musicais etc.

E uma quarta manifestação, da classe trabalhadora, a única que foi reprimida e vou explicar por que. Alguns movimentos e organizações sociais, os quais estão representados aqui pelos três companheiros, entre outros que também lá estão, procuraram fazer a sua manifestação para reivindicar a implementação de uma lei que insiste em não ser implementado, o Governo insiste em não implementá-la, que era passar o salário para 200 *Gold*. E essa manifestação foi impedida à força de chegar, de passar da metade do percurso por onde ia, também até a praça onde estava havendo a concentração.

Nós tivemos que enfrentar gás lacrimogêneo, nós tivemos que enfrentar bala de borracha, nós tivemos que enfrentar a força bruta da polícia local e, no momento da repressão era a polícia, não eram os carros da ONU, mas, quando nós nos dispersamos e conseguimos chegar até a Praça do Panteon, percebemos que lá estava o comando da Minustah dando a orientação para que a repressão fosse feita.

E, finalmente, quando chegamos, de forma dispersa, à praça, um outro grupo de jovens universitários tentou organizar, dentro da praça, uma marcha cantando o "rá rá", que é um canto que faz parte da tradição cultural religiosa haitiana, que fala da justiça divina. Mesmo assim, o canto, que tem uma represen-

tatividade social muito grande, e é utilizado hoje em todos os atos e manifestações públicas no Haiti, foi reprimido lá dentro do parque, agora sim, pelas forças da Minustah, não pela polícia.

Quer dizer, nós não tivemos condições de mostrar para a sociedade o nosso protesto. Digo nosso porque nós estávamos lá do lado dos trabalhadores. Nós estávamos lá do lado dos movimentos sociais organizados, que gostariam de mostrar uma outra leitura, uma outra celebração do primeiro de maio.

E o que é que isso nos revelou? Nos revelou algo que nós já tínhamos observado ao longo da semana. Eu tive oportunidade de ir visitar algumas zonas francas, algumas... Alguns quarteirões de fábrica, que são espécies de condomínios fechados, e pude observar, conversando com vários trabalhadores que lá estavam, a drástica situação de vida pela qual passa o povo haitiano. Eu conversei com mulheres, com jovens, com crianças que trabalham com meio dólar diário na Cite del Soleil. Caminham sete quilômetros à pé para ir e mais sete para voltar. Porque, se for pagar transporte, os desestruturados transportes públicos que existem, esses centavos de dólar não seriam suficientes para pagar o transporte. E o máximo que se ganha chega a um dólar e meio, 1,7 dólar por dia. Com uma diferença em relação a nós, brasileiros, ainda que eles não conseguiram o direito ao descanso remunerado e só ganham por 24 dias no mês.

Esta é uma situação a se pensar e me fez pensar um pouco qual é a dimensão humanitário que a Minustah está desenvolvendo? Quer dizer, a presença dela é majoritariamente militar-policial e isso é inquestionável. Qualquer entidade, qualquer pessoa, qualquer turista que consiga chegar ao Haiti, vai perceber que o peso que essa missão está tendo tem se restringido a autos custos, à dimensão militar, para resolver um problema que não é de ordem militar, é de ordem político-econômico-social.

Se nós ouvimos falar em Estado mínimo, ali nós temos um exemplo concreto, de fato, de Estado mínimo. Mínimo, no sentido de que ele não existe. O colega, aqui, teve dificuldades de se referir ao Estado. Ele se referiu a uma estrutura porque o Estado não existe, naquilo que nós concebemos como Estado moderno, um Estado que viabilize servidores públicos de educação, de saúde, de transporte... Que organize as finanças públicas, que tem um regime de tributação. A economia do país é quase que 100% informal. Não existem trabalhadores com carteira assinada, o comércio... Quer dizer, existem trabalhadores com carteira assinada sim, mas não na sua maioria. O comércio é informal, às margens das ruas, nas calçadas e, com isso, é difícil para aquele Governo desenvolver programas sociais. O que nós precisaríamos ter, e aí a Conlutas... A que estou representando aqui e o sindicato de que eu faço parte, o Sindicato Nacional, temos a compreensão de que o papel do Brasil poderia ser diferente se, ao invés de uma atuação militar, ele tivesse uma situação civil, uma atuação de cooperação como tem feito, por exemplo, um Estado muito mais pobre, mas que está ao lado do Haiti, que é Cuba. Ao invés de mandar soldados, Cuba mandou médicos, mandou educadores, mandou assistentes sociais. São profissionais que estão desenvolvendo programas para tentar atender o mínimo a uma população que é extremamente carente, em todos os sentidos, não só da alimentação, mas carente de serviço de atendimento público.

Nós poderíamos estar presentes e aí ocupar um papel diferente no cenário internacional, se nós desenvolvêssemos uma cooperação, seja bilateral ou seja trilateral, ou mesmo através das Nações Unidas, para promover, de fato, o desenvolvimento social e econômico, e não garantir, através da força representada pelo Minustah, a permanência ou a conservação de um Governo que não tem resultado no desenvolvimento social. Nós entendemos que o projeto político que tem... No qual o Haiti está inserido, faz parte de um grande acordo internacional, que atribui a uma periferia não urbana, mas uma periferia econômica, um papel determinado de exploração econômica, e não de desenvolvimento econômico. Porque se há o interesse dos grandes empresários locais em impedir que a execução da lei seja uma efetividade, certamente há o interesse para que a exploração econômica continue.

Se nós pensarmos que o Haiti tem o salário mínimo mais baixo do mundo ou a pior situação social das Américas, basta nós pensarmos como uma pessoa consegue viver com 1,7 dólares por dia, durante 24 dias, porque eles não têm direito de receber 1,7 dólares nos outros seis dias.

Então, é uma situação, de fato, difícil, não se justifica a presença porque, pelo primeiro acordo internacional, que foi feito, a Minustah estaria para um Governo de transição; esse Governo de transição já se passou, nós estamos em outro Governo; não é verdade que não existe outro projeto para o desenvolvimento nacional, tem várias entidades, organismos internacionais que tem discutido um outro modelo de desenvolvimento social, e está na hora de o Brasil inverter a sua presença. Ao invés de gastar 700 milhões de reais com a presença militar, ele poderia gastar o mesmo, se está sobrando dinheiro para gastar com as políticas sociais no Brasil, poderia gastar o mesmo com políticas sociais. Por que é que não se pensa um PAC para o Haiti? Por que é que não se pensa num projeto de recuperação da estrutura mínima necessária ao atendimento social?

Eu tive oportunidade de percorrer o país, de norte a sul do país, e não vi um quilômetro de estrada recuperada nem de uma ponte recuperada. Então, fica difícil a gente entender a justificativa de que há uma... Com base na argumentação das Nações Unidas, que há uma dimensão humanitária, que há uma dimensão de recuperação do país e de reconciliação política. Mas não há, nós não podemos perceber isso, uma reconciliação política; há uma vontade política muito grande da sociedade organizada do Haiti a ter o controle do seu próprio Governo.

E eu acho que, se nós pensarmos claramente no significado que tem a autodeterminação dos povos, nós não iríamos admitir que o Brasil fosse ocupado ou tivesse uma intervenção direta, como nós já tivemos em outros momentos de nossa história. Por mais contraditório ou cínico que isso pareça, a primeira colônia européia que conseguiu se libertar do colonizador, no caso, a França, é o último país do continente, eu diria, do mundo, que vive uma situação de intervenção militar, como a que o Haiti vive hoje.

Então, nesse sentido, eu gostaria de propor ainda, sugerir que o Brasil poderia dar o primeiro passo, o primeiro sinal. Assim como ele tem a autonomia e a soberania para dizer que concorda, que quer fazer parte das ações de cooperação das Nações Unidas, ele também tem autonomia e a soberania para chegar até as Nações Unidas e dizer: "Achamos que não é mais momento de continuar, está na hora de nos retirarmos e, a partir de hoje, nós não faremos mais da ação militar, queremos desenvolver uma outra ação". E os outros países que tem crédito com o Haiti poderiam também estar perdoando a dívida externa do Haiti. Acho que seria o primeiro grande passo, a primeira grande iniciativa que os países, e o Brasil poderia puxar essa discussão, para fazer o perdão da dívida externa daquele país que não tem absolutamente condição de pagar. Assim, quem sabe, nós estaríamos oferecendo condições mais objetivas para que houvesse o início de um desenvolvimento social naquele país e que o discurso da inclusão social não seja uma falácia e seja algo efetivamente encontrado lá. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Sr. Dominique, seja bem-vindo e pode usar da palavra o tempo que precisar.

**SR. DIDIER DOMINIQUE:** [pronunciamento fora do microfone] Peço perdão por falar espanhol, não falo português. Mas acho que é possível entender o suficiente. Lembro-me de que, recentemente, um dos responsáveis norte-americanos tinha a pretensão de definir a Amazônia como parte da humanidade, e que os Estados Unidos estavam dispostos a vir aqui para organizar as coisas, porque têm mais meios e capacidade para fazê-lo. Lembro-me também de que um dos responsáveis brasileiros – não sei se era o Embaixador ou um dos ministros – respondeu que o dia que Manhattan fosse considerada da humanidade, e que qualquer ser humano pudesse viver em Manhattan, então estariam dispostos a compartilhar a Amazônia.

Não vou tratar das intervenções permitidas ou não pela ONU, já que o companheiro Aderson disse claramente que, em 2004, quando intervieram as diferentes forças, não havia um acordo estabelecido. Sabemos, também, que quando os norte-americanos invadiram o Iraque, o Conselho de Segurança da ONU tinha dito que não ao princípio, porque a investigação não estava terminada. Eles entraram da mesma forma.

Vou repetir as palavras da estimada Senhora Comissária que disse que as forças da Minustad foram para o Haiti para ajudar, numa missão de paz. Por tanto, vou tentar definir o que quer dizer "ajudar" e o que quer dizer "Haiti".

Numa intervenção anterior aqui mesmo no Senado, numa assembléia plenária, tentei explicar o grande problema pelo qual passou esse ramo capitalista norte-americano principalmente, e canadense também, chamado indústria da "agulha". Não é apenas têxtil, são também bolas de beisebol, de tênis, de futebol, que são feitas com agulha. Essa indústria, depois da segunda guerra – que dizem ter sido mundial, mas que foi a segunda guerra inter-imperialista -... Esse ramo da indústria capitalista nunca conseguiu mecanizar-se, nem ao menos informatizar-se. Então, começou a perder pouco a pouco sua mais-valia, diminuíram seus ganhos. Obviamente, para resolver esse problema, teriam de ir para aqueles lugares onde pudessem obter o máximo de mais-valia em relação a seus ganhos e, principalmente, no que diz respeito à mão-de-obra. Primeiro foram para o México, depois para a América Latina, depois para a América Central, depois para o Caribe, e agora foram para a Índia, Taiwan, Camboja, China, etc, sempre buscando mão-de-obra barata.

Nos anos 80, uma comissão da presidência do Senhor Reagan disse claramente, num documento chamado CBI, Caribbean Basin Initiative, Iniciativa para a Bacia do Caribe e, mais especificamente, para o Haiti, que os países da região, exceto Cuba, deveriam ser transformados em fontes de mão-de-obra barata. Disseram isso preto no branco. Então, no Haiti, começaram a matar todos os porcos dos camponeses com uma suposta "gripe suína", que depois descobriram que não existia. Eles simplesmente mataram os porcos. Todos sabemos como os porcos são importantes para os camponeses. Quando alguém fica doente, quando alguém morre, quando há uma catástrofe, eles vendem um porco.

Quando mataram todos os porcos, primeiro houve, nos anos 70, 80, 85, uma enorme migração, uma desestruturação muito séria do mundo rural. Houve uma enorme migração para as cidades, para a vizinha República Dominicana, para Miami e para as Bahamas. Eram os boat people haitianos. Isso foi planejado, não foi coincidência.

Depois acabaram com o açúcar. Antes o Haiti exportava açúcar, hoje importa 100% do que consome. Compraram todos os engenhos e depois os fecharam. Em outras ocasiões, simplesmente os destruíam, como aconteceu no norte, num engenho chamado Welch, que foi completamente arrasado.

Recentemente, com dumping, - como sabem, vendem mais barato - , estão destruindo a agricultura. Estão acabando com o arroz haitiano. Agora estão no país a Jumbo Rice, a Lucky Rice, a Chaco Rice entre outras arrozeiras norte-americanas.

Vem ocorrendo uma migração enorme para as cidades como Cap Haitien, Porto Príncipe e Bonaire principalmente.

Por fim, entre 2004 e 2006, num documento chamado Convenção Quadro Interina de Cooperação, a CCI, dizem claramente que já alcançaram a situação desejada e que falta construir as Zonas Francas. Essa mão-de-obra - a mais barata da América e uma das mais baratas do mundo - está à disposição, e agora estão construindo as Zonas Francas.

O Senhor Alencar mandou seu filho visitar as Zonas Francas, porque o vice-presidente do Brasil é dono da fábrica têxtil mais importante do país. Aqui também há mão-de-obra barata para que se aumente a mais-valia na produção do mesmo têxtil. Agora também é possível entender outros tipos de relações, não sei se posso chamá-las de "humanitárias".

A pergunta que fazemos é: por que o Haiti, depois de uma revolução tão extraordinária que se expandiu pela América Latina, está passando por isso?

Paradoxalmente, é por causa da própria revolução. Por que foi a única só de negros e que, em toda a América – América do Norte, Central e do sul -, expulsou até os colonos. Em todas as demais independências, foram os colonos nativos que se separam da metrópole. Os Estados Unidos se separam da Inglaterra, o Brasil e Portugal, o Paraguai e a Venezuela da Espanha, etc. No Haiti, até os colonos foram expulsos pela força da revolução dos escravos. Mas essa façanha tão extraordinária deixou um país completamente destruído, com uma dívida com a França e sob bloqueio.

A pesar de ter ajudado Bolívar, Miranda e José Martí, que saíram do Haiti para começar todas as ondas independentistas... No I Congresso da OEA no Panamá, - não tinha esse nome, era o I Congresso dos Estados Livres da América – os Estados Unidos, que ainda tinham escravos em sua democracia, não aceitaram a presença do Haiti, e os demais cederam e ainda começaram um embargo contra o país que durou até 64, depois da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

Essa revolução tão extraordinária deixou uma formação social muito vulnerável e frágil, e que agora, depois de 200 anos, é a mais destruída. Está assim por sua incapacidade natural de nação incipiente, mas também pelas sucessivas invasões norte-americanas. Em 1915, por exemplo, durante a primeira ação norte-americana, outros países também foram invadidos, e permaneceram sob domínio por 3 ou 4 anos, mas o Haiti esteve submetido por 20 anos. Entre 1915 e 1934, todas as estruturas incipientes do país foram destruídas e a agroindústria norte-americana foi imposta, com a Chada, a Asco, etc. Bloqueou-se o desenvolvimento do país. Saíram deixando governos lacaios, a seu serviço, e uma Guarda Nacional, um exército, uma polícia também lacaios.

Recentemente, o Presidente Clinton, dos Estados Unidos, foi nomeado Governador, como costumamos dizer, mas informalmente o chama de "Ajudante" para o Haiti. Em seu relatório, diz claramente que a exploração da mão-de-obra barata, em outras palavras, as Zonas Francas, é o projeto que deve ser apoiado, com a mão-de-obra mais barata, a formação social mais vulnerável, o país mais destruído e as classes dominantes mais incapazes. São mantidas incapazes pelo bloqueio inicial e pela destruição dita humanitária, mas de exploração na realidade, que resulta da ação do imperialismo.

Outra intervenção poderia estar apoiada nos desmandos da Minustad. Uma delas, muito importante, foi a recente expulsão de cento e tantos, 108 soldados do Sirilanka comprovadamente responsáveis pelo estupro de meninas entre 8 e 12 anos. Foram expulsos do país e não houve mais nada. A companheira Carol Pepe Jacob [F], de uma organização de mulheres no Haiti, tem um dossiê completo de todos os desmandos da Minustad.

Mas gostaríamos de falar da lógica da presença da Minustad. Faz parte do projeto imperialista burguês da indústria têxtil, do qual o Brasil também participa com as visitas do Senhor Alencar, que está escrito em documentos nos quais se planeja e se propõe a destruição da formação social, da agricultura e da indústria incipiente haitiana, para ter à disposição a mão-de-obra mais barata e para manter a exploração mais descarada.

Em 2005, quando, de certa forma, acabaram com os grupos armados, o fizeram espalhando um

terror enorme nos bairros populares. Há provas de que houve disparos contra igrejas, contra escolas e contra maternidades. Quando Duvalier deixou o poder com os Tontons Macoutes, os bairros populares ficaram abandonados e os grupos armados ocuparam esse espaço. Para acabar com esses grupos armados, foi preciso estabelecer outro tipo de controle. A Minustad o fez pelo terror. Essa é a lógica também. Agora, estão por todo o país, por todas as cidades, formando a polícia nacional, mas defendendo, outra vez, o mesmo projeto de exploração.

Os levantes populares de 3 a 8 de abril do ano passado... A população haitiana está quase comendo terra de tanta pobreza. Levantaram-se para dizer que estavam com fome. E foi uma das primeiras repressões abertas da Minustad. Nas ruas, nos bairros, nas fábricas onde mobilizávamos as pessoas, agora há policiais da Minustad. Recentemente, mesmo com as mobilizações de 1 de maio, das quais falou o companheiro Lisboa [F], com as mobilizações dos estudantes por um salário mínimo ridículo se comparado com o da América Latina – da Europa então, nem pensar -, um aumento muito pequeno já votado pelo Parlamento foi bloqueado pelo Executivo e pela burguesia têxtil.

E por que a Minustad não disse, por exemplo, que estava de acordo com o salário mínimo? Por que, ao contrário, bloquearam o protesto dos trabalhadores e dos estudantes? Eles entraram nas universidades, nas fábricas, no hospital e jogaram bombas de gás lacrimogêneo. Temos um dossiê completo do texto da lógica global e também das fotos que mostramos. Um bebê morreu e várias pessoas foram intoxicadas, como se pode ver nas fotos impressas e em CD que entregamos formalmente ao Senado da República Federativa do Brasil.

Hoje, o projeto da suposta ajuda para o Haiti se resume a umas forças militares que trabalham para as classes dominantes haitianas e para o imperialismo, com um projeto que eu chamaria de criminoso. Eles trabalham ainda para um projeto de superexploração.

É uma missão de paz? Sim, é uma missão de paz. Mas é uma paz de cemitério, para um projeto de superexploração totalmente criminoso. Essa é a lógica por trás da institucionalização no Haiti. Mas que instituição? Em defesa de que projeto?

Devido a sua debilidade social crônica, histórica, o Haiti parece precisar de ajuda, como ele próprio prestou a outros países latino-americanos para que lutassem por suas independências. Isso é verdade. Mas as pessoas podem vir para o Haiti para ajudar o povo ou para ajudar as classes dominantes, a burguesia, que é uma das mais reacionárias e atrasadas do continente, vale mencionar. Podem vir explorar essa mão-de-obra tão barata e tão pobre, e é isso que está acontecendo. As forças militares apóiam o projeto de exploração mais terrível que existe.

Por tanto, não estamos aqui apenas para explicar a lógica, mas também para denunciá-la desta vez. A Minustad demonstra claramente, e cada dia mais, que veio para reprimir os movimentos sociais, as mobilizações dos trabalhadores e dos estudantes.

No meio rural, numa recente reforma agrária mínima que está sendo feita no norte, no Cabo Haitiano, os donos de terras não aceitaram a proposta feita pelo próprio governo [intervenção fora do microfone]. Outra vez veio a Minustad, como força principal de repressão dos trabalhadores, dos estudantes e no meio rural. Atua cada vez mais em apoio as forças mais reacionárias e mais arcaicas. É a opção clara das multinacionais e dos norte-americanos, num projeto já escrito preto no branco. Eles têm que vir para cá para realizar esse projeto.

Por tanto, nós pensamos que aqui deveríamos refletir seriamente. Essa lógica também está num dos textos que entregamos com o título " Todas as roupagens da mentira". Fala de todas as máscaras que são utilizadas para que, por baixo da mesa, possam desenvolver esse projeto de exploração e destruição da identidade e da dignidade do povo haitiano. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Bom, dando sequência à nossa audiência, ouviremos agora o autor do Requerimento para a realização dessa Audiência Pública, Senador José Nery. Com a palavra, senador.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Senador Suplicy, ilustres convidados à Mesa, queria inicialmente saudar, entre nós, a presença da delegação haitiana, composta por Carole Pierre Paul-Jacob, dirigente da Organização Solidariedade das Mulheres Haitianas, Franz Dupuche, membro da Plataforma Haitiana em Defesa de um Desenvolvimento Alternativo, e o outro expositor, Sr. Didier Dominique, membro da Central Sindical e Popular Batay Ouvriye.

Essa audiência, essa Audiência Pública, solicitada e aprovada aqui nessa Comissão de Relações Exteriores, ainda em novembro de 2008, tem justamente o objetivo de colocar sobre essa questão da presença das forças da ONU no Haiti, do qual o Brasil exerce papel de comando, justamente de colocar um múltiplo olhar sobre essa questão, porque não pode parecer que, sob o aspecto dessa presença, exista apenas uma ou duas avaliações, a depender de quem as faz. Por isso a idéia dessa audiência, com a presença de organizações da sociedade civil do Brasil, que tem acompanhado, com muito interesse essa questão, a

missão que foi realizada com a presença da OAB, da Conlutas, da Rede Jubileu Sul, em um outro momento, tem justamente o objetivo de colocar um olhar mais amplo sobre a questão, para que se possa ter a exata dimensão, e acho que a fala do Sr. Didier foi muito feliz, colocando o contexto histórico do processo de dominação e exploração sobre o Haiti, a nação mais pobre do continente, onde não está... Não se explica esse processo atual, da presença das forças estrangeiras no país, das forças da ONU, a Minustah, apenas por uma crise política institucional, que se reproduz ao longo da história do Haiti, onde, predominantemente, as forças conservadoras locais, induzidas, dirigidas pelos Estados Unidos, tem sido responsável pela infelicidade, tragédia e violência sobre o povo haitiano.

Portanto, mais do que propriamente avaliar o papel da Minustah, em especial o papel do Brasil, implica também em avaliar o significado histórico desse tipo de procedimento, adotado pela ONU, e com a participação de vários países, com a participação do nosso país, onde podemos perguntar: Se a situação fosse inversa, se a crise institucional, política, a miséria, a crise econômica, fosse diferente, fosse no Brasil... O Brasil, em outras condições, que não as que nós temos hoje, como reagiríamos? Nós trabalharíamos para que a cooperação e o apoio se dessem e se fosse oferecida em outro patamar, respeitando as condições políticas, históricas, internas do país, ao mesmo tempo, garantindo, em vez de uma presença que tem forte assento na manutenção e garantia da segurança interna, se não deveríamos agir de forma mais afirmativa e, majoritariamente, no apoio a iniciativas baseadas na reconstrução da infraestrutura do país, da garantia e do apoio para a efetivação de políticas públicas nas diversas áreas, e é importante salientar, não é que algumas dessas dimensões não venha sendo feito pela própria Minustah. Porém, o assento maior... É isso que eu quero, para não parecer aqui não haver o reconhecimento de tarefas outras, também nesse patamar da solidariedade concreta, da reversão concreta das condições objetivas de vida, mas não é isso que é o aspecto fundamental e essencial da missão. Embora tenha aqui e ali iniciativas, recuperação de estradas, de escolas, de hospitais, mas, porém, o assento principal da presença das forças da ONU está justamente na manutenção e garantia da segurança da estabilidade interna sob o aspecto da segurança, que entendemos como importante, mas não podemos esquecer do princípio fundamental da autonomia, da autodeterminação, da soberania, não do Haiti, mas da que concebemos de que deve ser o papel dos países uns em relação aos outros.

Por isso eu acho que aqui, ao lado de uma visão mais geral sobre o processo de violação dos direitos históricos do povo haitiano, no contexto dessa presença das forças da ONU, são mencionados fatos relacionados com a violação de Direitos Humanos, que vão além daquilo que a própria situação do país é a própria violação de Direitos Humanos fundamentais, mas aqui caracterizado como os atos de repressão ou intimidação, ocorridos nesse processo de ocupação.

Por isso eu queria, Sr. Presidente, Senador Suplicy, ilustres convidados, a idéia de fazer essa audiência é justamente para que se pudesse colocar claramente as diversas visões sobre esse processo, tirar as lições necessárias e avançar no sentido de encontrar o melhor caminho para garantir ao povo haitiano sua autonomia, sua independência real, melhoria das suas condições de vida e desenvolvimento, em que a presença dos outros... De todos os países capitaneados pela ONU seja, de fato, na recuperação da auto-estima desse povo, na possibilidade de, como disse algum dos expositores, em vez da política acentuada, na área de segurança, por que não enviar médicos, enfermeiros, assistentes sociais, para garantir uma colaboração e um papel de outro nível, qual seria, de fato, o papel que o Brasil pode desempenhar, não só no caso do Haiti, mas em relação a outros países, que papel podemos desenvolver, realizar, sem, muitas vezes, de alguma forma, servir também, de maneira auxiliar interesse de outros, como aquele protagonizado pelos Estados Unidos historicamente.

Por isso queria propor, Sr. Presidente, já de acordo com que anunciou o Presidente Eduardo Azeredo, de que a previsão de uma visita dessa Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal ao Haiti [soa a campainha], que, nessa visita, nessa missão, pudéssemos examinar, de forma mais direta possível, as condições... Não só a avaliação sobre as condições internas do país, nos seus diversos aspectos: econômicos, associação, político, de estabilidade, social, ou a estabilidade social, que é a marca do que nós conhecemos e foi aqui muito bem exposto, mas que nessa... A idéia da visita, da próxima visita ao Haiti, e agora chega o Senador Eduardo Azeredo, que anunciou, no início da audiência, que essa visita fosse realizada com a preocupação fundamental de ouvir diretamente os atores sociais, as centrais, os movimentos populares, que tem sofrido, nesse período, como está a demonstrar as informações, e eu quero dar credibilidade às informações aqui prestadas sobre isso, sobretudo o relatório, o relato feito pelo professor Antônio Lisboa, onde dá conta de que o direito à livre manifestação, de organização, de busca de uma participação mais

expressiva no destino do país, direito do povo haitiano, seja garantido nesse sentido.

Eu creio, Senador Azeredo, Presidente Azeredo, a nossa... A idéia da visita da missão da Comissão de Relações Exteriores do Senado ao Haiti deveria privilegiar, claro, o contato com todos os setores, porque assim que tem que ser, mas, dessa vez, oferecer uma oportunidade especial para a expressão, a voz daqueles que costumeiramente não são ouvidos. Ouvir o povo haitiano, através de suas organizações, para que possamos ter um olhar mais completo sobre esses fatos todos, tirando as lições necessárias, as orientações necessárias, sobretudo, quem sabe, aí buscando redimensionar se há presença de força estrangeira no Haiti, que seja, no outro patamar de contribuição, de colaboração e de solidariedade.

Então, eu creio que esse, Sr. Presidente, seria o caminho que podíamos trilhar e evidentemente, a partir dessa audiência aqui, esperamos que a própria sociedade brasileira como um todo tenha um olhar mais crítico, mais aberto, mais amplo, que não seja uma visão muito monolítica, uma avaliação muito baseada na importância da presença brasileira ali, como tem sido argumentado, de forma exaustiva, mas verificar de que forma há um redimensionamento do papel e da presença das forças da ONU e do Brasil no Haiti.

Creio que essa missão, eu creio que a visita que o senhor propôs pode ser transformada numa missão nesse caráter, que assim poderíamos estar oferecendo uma boa oportunidade para que as diversas facetas dessa realidade sejam observadas de forma mais completa.

Quero dizer que recebi o convite do Ministério da Defesa e tive a oportunidade de conversar longamente com o General Elito, que foi um dos comandantes das forças da ONU no Haiti, e creio que, por tudo que foi colocado aqui, por razões especiais, foi justificada a não presença do General Enzo, porém, eu creio que, em outro momento, poderíamos continuar a debater, até porque, numa situação como essa, é bom que todas as visões, todos que tem diretamente envolvimento com a questão e principalmente as Forças Armadas brasileiras, tenham a oportunidade de colocar, explanar, com muita tranquilidade e transparência, a sua visão também. Mas eu creio que o caminho é esse. Vamos alargar este olhar, permitindo a voz daqueles que normalmente não são escutados nessas ocasiões: O povo haitiano e suas organizações. Muito obrigado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, eu vou tentar ser muito breve. Vou tentar ser curto, porém, não grosso [risos]. Eu da... Quando o Governo Brasileiro propôs no Senado Federal o envio de tropas ao Haiti, eu fui um dos que votei contra. Votei contra. Eu estava sob o impacto de dois fatos, e um terceiro. O primeiro dizia respeito ao processo de completa desmoralização que sofreu a própria ONU, quando os Estados Unidos, sem sua autorização, invadiu o Iraque. Para mim, ali, a ONU começou a sofrer um processo de desmoralização perante a comunidade internacional.

Como as tropas brasileiras iriam ao Haiti para cumprir missão da ONU, eu já fiquei com o pé atrás. O segundo fato, mais remoto, eu quero me referir aqui à desastrada intervenção que o Brasil operou, sob a tutela dos Estados Unidos, na República Dominicana, anos atrás. Aquilo ali, para mim, foi um triste papel que o país desempenhou, e eu estava sob o impacto desses dois fatos, e com receio de que o pedido de envio de tropas ao Haiti significasse, talvez, talvez, dou aqui ao Governo Lula o benefício da dúvida, significasse, talvez, digamos, uma certa cortesia do Brasil, tendo em vista a sua pretensão a membro permanente da ONU. Poderia significar, remotamente, uma certa cortesia, em face dessa pretensão. A postulação foi posta em votação e eu votei contra, sem pestanejar.

Ano passado, tive a oportunidade de ir não só ao Haiti. Fui por ali por perto, fui ali Kingston, fui à República Dominicana, que divide a ilha com o Haiti, e a outros países do Caribe. O companheiro da OAB falou que não teve a oportunidade de visitar os presídios no Haiti. Eu diria a você que nem precisava, porque tem bairros ali que são verdadeiros presídios a céu aberto.

Então, o que eu vi aqui, e ouvi, foi o relato de uma nota só: A constatação de que Haiti é um país destroçado. É o que eu colho da manifestação das senhoras e dos senhores. O Haiti é um país destroçado. Eu tive uma experiência anterior, tive também a oportunidade de, também como missão dessa Comissão de Relações Exteriores, de visitar o Timor Leste, que também sofre um processo semelhante ao do Haiti, guardadas as suas diferenças. Eu não sou Diplomata. Não tenho porque rasgar seda. E eu digo claramente a visão que eu tive no Timor Leste: Ali trata-se, de fato, de uma ocupação e de uma retaguarda militar para garantir interesses econômicos da Austrália e de mais seja lá de quem for; extração de petróleo, com transferência para o Timor de mixaria. É o que se pode dizer. Mixaria.

E, como eu disse, tempos depois, cheguei no Haiti. Passei dois, três dias por lá. Passamos, inclusive, o 07 de setembro no Haiti. A minha visita mudou, em

grande parte, a compreensão que eu tinha e tenho hoje do processo. Mudou... E eu sou muito franco, mudou no sentido até de afirmar aqui para as senhoras e os senhores que se... Que se o Governo Brasileiro tiver necessidade de submeter ao Senado Federal situação idêntica àquela anterior, eu serei capaz de votar a favor, pelo que eu vi ali.

O que eu vi ali? Vi, de fato, um país destroçado, pude constatar a presença da tropa brasileira, pude constatar a presença de tropas latino-americanas, Uruguai, Argentina... De outros países, em menor número, claro. Tive a oportunidade de circular... O Haiti vive um verdadeiro *apartheid* social, econômico... É um negócio dramático.

Eu estava dizendo para a conselheira Gilda, ali dentro, que eu pensava já ter visto miséria na vida, com 60 anos de idade, e me surpreendi com o quadro de miséria que se abateu sobre aquele belo país. Belo país... Eu tive oportunidade de subir no ponto mais elevado da capital do Haiti e a vista que se descortina dali é um negócio de você se emocionar. Portanto, eu posso dizer que aquilo ali é um belo país... Miséria. O presídio a céu aberto. Aquilo ali... O que é um presídio? É um local onde as pessoas estão confinadas, não trabalham, não tem emprego, vivem em condições precaríssimas. Tem bairros, ali no Haiti, que fecham com essa definição.

Eu vi feiras livres na frente de uma montanha de lixo. Pessoas disputando, palmo a palmo, às vezes até com animal, um resto de comida ali. E eu vi o quê? Vi o quê? Vamos, vamos... Olhe, uma coisa eu devo dizer aqui: Achei fantástica a provocação dessa Audiência Pública, porque a gente não pode deixar o sangue coalhar. É uma missão, o Brasil está envolvido, e aí cresce muito a nossa responsabilidade. "Foi autorizado, está lá, agora vamos, deixa que o pessoal cuida". Não. Precisamos estar atentos mesmo. Se houver a conivência, a omissão, se houver a ação brasileira, por menor que seja, no sentido de referendar, permitir abuso na área de Direitos Humanos, violência contra trabalhadores, eu serei o primeiro aqui a espernear e berrar nesse Congresso Nacional.

Eu tenho ouvido relatos, fatos... Agora, ouvi muita gente também no Haiti. A Sandra falou ter ouvido, ter conversado com Parlamentares haitianos. Eu também conversei. Talvez, a gente tenha conversado com parlamentares diferentes porque, dos que eu conversei, foram relatos preocupantes, mas nenhum que chegasse ao ponto de... E eu fiz essa pergunta, inclusive. "Na opinião dos senhores..." Fomos lá visitar o Senado. "Na opinião dos senhores, as tropas brasileiras devem se retirar do Haiti?" "Não". Foi o que eu ouvi. "Não, nós temos problemas de convivência, temos problemas de alguma ordem. Mas..." Obrigado, Alexandre. O Alexandre está me dando a agenda que nós cumprimos aqui no Haiti. Ele foi também conosco e é testemunha ocular do que acontece lá. Foi o que eu ouvi de Parlamentares com os quais eu conversei. Andamos por bairros. Andamos, conversamos com outras autoridades do Haiti, ali nessa superestrutura política, que a gente não consegue, de fato, definir. Estava lembrando aqui com a conselheira Gilda da realização de eleições para o Senado. Primeiro turno em abril, agora parece que foi segundo turno, não é? Será dia 21 próximo ainda. Eu, inclusive, na época, no primeiro turno, eu fui convidado a ir como observador do Senado, mas, infelizmente, tive compromisso e não pude ir. Gostaria muito de ter ido--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** 21 de junho?

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** De abril. Não, não, em abril, foi o primeiro turno. Se não me engano, 07 de abril, alguma data assim. Mas não importa. O que importa, para mim, pessoalmente, é... Por enquanto, por enquanto, eu não dou cheque em branco a ninguém. Eu posso até mudar a minha opinião em face do que eu vejo, do que eu observo, do que eu escuto, do que eu tenho como documentado. Agora, não dou cheque em branco a ninguém.

Se, em algum momento, alguém me convencer de que a presença das tropas brasileiras no Haiti tem corroborado uma situação de exploração daquele país, do povo haitiano, tem colaborado para um aprofundamento do fosso social e econômico que se observa naquele país, eu sou o primeiro a levantar o dedo e apontar o dedo na cara de quem merecer porque é inadmissível.

Eu tenho... Eu estava falando de Timor e Haiti porque vi duas situações diferentes. Ali, nitidamente, uma situação de tropas militares apoiando um projeto econômico, que acho que não tem nada a ver com o Timor. Não tem nada a ver com o Timor e com o povo timorense. No Haiti, propostas brasileiras estão indo, e não são só mais militares, na exata expressão da palavra, estão indo militares médicos, enfermeiros, assistentes sociais... Do Exército. E fuzileiros navais. Estão indo militares envolvidos em ação social, em recuperação da infraestrutura daquele país, militares brasileiros envolvidos na assistência médica e profissional, naquele país.

Pode ser ainda em pequena quantidade. Deveria ser muito mais. Eu digo, olha, para encerrar, eu digo o seguinte: A Sandra e outros aqui propõem o perdão da dívida interna do Haiti. Eu acho isso uma balela, muito pouco. Eu acho que o Haiti deveria receber da

comunidade internacional um aporte fantástico de recursos a fundo perdido. Perdão da dívida é fichinha para mim isso aí.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Pois é. Mas, para mim, é fichinha ainda. Além do perdão da dívida, acho que a comunidade internacional deve se responsabilizar pela transferência de um aporte fantástico de recursos porque aquele país não vai sair do buraco. Agora, precisamos saber em mãos de quem vai esse dinheiro. Aí é um problema, aí é uma questão do povo haitiano.

Eu creio que a missão da tropa brasileira, e aqui eu me refiro a apenas ela, deve ser no sentido de apoiar o povo haitiano na procura... No seu reencontro. Na sua reestruturação... Desde a sua infraestrutura física, até a sua superestrutura política, apoiando naquilo que for... Estiver à altura da tropa brasileira. Eu acho que essa deve ser a nossa missão: Apoiar e coonestar atos que digam respeito à violência contra o povo haitiano, aos trabalhadores haitianos, ao que foi mencionado aqui, eu não tenho registro disso, não tenho informações. Tive hoje. Apoiar... Apoiar a formação de um... Ou pelo menos apoiar a construção de uma linha econômica, naquele país, que traduza exploração ignominiosa do povo haitiano, eu acho que nós não temos nada que estar fazendo ali. Pelo contrário... E se tivermos, é para nos batermos contra isso.

Portanto, está aqui o depoimento de quem também esteve no Haiti. Tive relatos, sim, aquilo ali, no início, tem relatos lá de certas... De certos fatos que chamaram atenção, foram preocupantes, agora, no momento em que eu estive lá, o relato que eu tive, tanto da tropa brasileira como de pessoas naturais do Haiti, foi de que a situação estava mais ou menos sob controle, que bairros onde não se entrava hoje as pessoas circulam normalmente, em que pese a situação precaríssima e que ainda se observa por ali. Foi essa situação que eu presenciei. Faço questão absoluta de ir novamente. Faço questão absoluta de que...

E olha, quero dar os parabéns, sem demagogia. Quero dar os parabéns a vocês. A você, à Sandra, ao próprio colega da OAB, de, além das preocupações, além da luta de vocês com o que acontece no nosso próprio país, estarem com as antenas ligadas para onde há a possibilidade de existir violência, de existir maus tratos, de existir quebra de Direitos Humanos em outros países, principalmente nesses países que estão combalidos, como o Haiti. Repito, precisando urgentemente de uma ação, mas uma ação firme, determinada, sem... E não tendenciosa. Uma ação firme, não tendenciosa, de apoio à reestruturação daquele país, de apoio ao povo haitiano, para que ele se reencontre no caminho que todos nós... Aqui, no Brasil, em qualquer lugar do mundo, o caminho da... Da reestruturação, do desenvolvimento, do crescimento, com justiça social...

É essa a minha... É esse o meu depoimento e é essa a impressão que eu tenho acerca dos fatos. E quero, mais uma vez, parabenizar tanto o Senador Nery, que provocou essa audiência, como aqueles que se dispuseram a vir. E todos aqui têm conhecimento, acredito, que muito mais profundo do que eu acerca do que acontece ali e louvo a iniciativa de estarem aqui trazendo fatos, trazendo notícias e trazendo principalmente a disposição de vocês de não deixarem a coisa lá no escuro, de estarem sempre focando, sempre iluminando para que o povo brasileiro saiba exatamente o que está acontecendo por ali. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Eu quero só complementar com as informações da viagem, eu participei parcialmente, não pude estar no Haiti porque, na mesma data, eu estava em Bogotá, discutindo sobre crime cibernético. Mas a vida da qual o Senador Geraldo Mesquita participou teve uma exposição do comandante do Batalhão Brasileiro, uma visita à base General Bacellar, visita à Base Amazonas, visita as entidades do BRABAT, em Cite Soleil, visita à base Raquel de Queiroz... Uma Reunião com o Chefe da missão das Nações Unidas, uma visita à creche da Cite Soleil, uma audiência com o Presidente do Senado, da Assembléia Nacional, audiência com a Primeira-Ministra e com o Chanceler.

Portanto, entre outras atividades, como a própria comemoração do 07 de setembro lá realizado. De maneira que foi realmente uma visita bem completa, que pôde visitar os vários locais e nós precisamos reproduzir novamente esse ano. Com a palavra, o Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu sinto muito porque as atribuições dessa manhã são de tal ordem, que precisei ir lá correndo na CCJ, onde eu estava participando, e queria também ouvir a todos os depoentes, e quero já, de pronto, dizer, Sr. Presidente, que eu quero muito conseguir participar desta nova missão. Acho que dados os depoimentos dos... Da Sra. Gilda Motta Santos Neves, Aderson Bussinger, Sandra Quintela, Antônio Lisboa Leitão de Souza e Didier Dominique, avalio que seja muito importante que outra vez venhamos a acompanhar de perto o que se passa ali no Haiti.

Eu tive a oportunidade de participar de uma das missões e, em 2004, aliás, numa circunstância muito

especial. É possível que o Sr. Didier Dominique estivesse... Ou tenha estado ali, em agosto de 2004, quando alguns dos membros desta Comissão acompanhamos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quer dizer, nós estávamos lá visitando, e foi justamente a ocasião em que, para nós, brasileiros, nós percebemos um sentimento de alegria, de carinho do povo haitiano para com o Brasil, pois, naquela ocasião, a Seleção Brasileira jogou no estádio do Haiti. E eu tive a oportunidade de testemunhar como é que... Quer dizer, o estádio tinha só 20 mil lugares. E parecia que o povo inteiro queria assistir. Então, desde a chegada no aeroporto até a entrada no estádio, que estava lotado, mas, pelas ruas, a multidão, o povo haitiano foi receber e dar as boas vindas, com alegria, ao Ronaldo, Romário, Ronaldinho e todos os craques da seleção.

E eu achei uma coisa muito especial porque, embora a Seleção Brasileira tenha goleado a seleção do Haiti, cada vez que a seleção haitiana fazia uma boa jogada, o povo aplaudia muito. Mas, quando o Brasil marcava um gol bonito, eles também aplaudiam. E foi tão especial o congraçamento, que eu acompanhei o Presidente Lula quando ele foi ao vestiário, e foi bonito quando os jogadores brasileiros disseram: "Presidente, nós aqui estamos dispostos a cumprir outras missões com sentido de paz, como esta que aqui estamos realizando".

Até por causa disto, Presidente Eduardo Azeredo, é que eu sugeri, então, quem sabe, pudesse o Brasil formar a seleção para fazer um... Por exemplo, um jogo contra a seleção do Iraque para ajudar a pacificar o Iraque e também um jogo de... Contra a seleção das duas Coréias, uma na capital da Coréia do Norte e outra na Coréia do Sul, porque o esporte pode muito ajudar o entendimento entre os povos.

Mas, naquela oportunidade, nós também visitamos Porto Príncipe e alguns dos bairros mais... Em maior dificuldade, mais pobres de Porto Príncipe, e pudemos acompanhar alguns trabalhos da missão da Minustah a estes bairros, e eu próprio pude averiguar como é que, em algumas ocasiões, pelo menos, a missão da Minustah, sobretudo ao levar víveres para algumas regiões mais pobres, em geral, eram recebidas com respeito, com atenção, com... E, portanto, não percebi que houvesse um sentido de hostilidade às tropas brasileiras ali.

E o propósito da missão da Minustah, eu, tendo compreendido a exposição de motivos, então feita aqui pelo Ministro Celso Amorim, diferentemente do Senador Geraldo Mesquita, da Senadora Heloisa Helena e outros poucos que votaram contrariamente, eu votei favoravelmente, mas me senti sempre na responsabilidade de acompanhar os fatos, inclusive, no ano passado, quando era Presidente o Senador Heráclito Fortes, nós aqui tivemos uma Reunião sobre o Haiti, com a exposição inclusive de um vídeo, que mostrava situações que poderiam parecer de procedimentos inadequados, por parte da Minustah, e pedimos, então, o esclarecimento das autoridades brasileiras sobre aqueles episódios.

Um dos... Quem trouxe aquele vídeo havia sido um membro da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, o Marcos Socorro, que depois visitou o Haiti, e eu pedi e ele foi recebido pelo Embaixador do Brasil no Haiti e pelo comandante brasileiro das tropas, e tiveram um bom diálogo ali. Mas, eu acho muito importante que possamos acompanhar de perto. E não...

É possível que não tenham se referido, mas, como na parte que eu estava aqui, não houve referência das palavras do Didier Dominique sobre a questão do atual Governo, pois, o fato é que o Brasil tem, na sua Constituição, e um procedimento histórico, de não interferir na política interna de qualquer país e, sobretudo, o Governo do Presidente Lula tem tido esta preocupação, e a ONU é um organismo internacional, nós não apoiamos a intervenção bélica realizada pelos Estados Unidos em alguns outros países, no Iraque, mas, no caso do Haiti, houve uma autorização da ONU, que é um organismo que nós respeitamos e participamos dele e, com o objetivo não de estar interferindo e de apoiando este ou aquele Governo. Houve ali uma eleição e o povo do Haiti elegeu o atual Presidente, Préval; é possível que tenha havido problemas nas eleições e tudo, mas houve um consentimento do Governo, que é considerado legítimo.

Se, porventura, há problemas em procedimentos de natureza democrática, eu tenho certeza que o Brasil é o primeiro país que, sem interferir na forma, mas estará vendo com muita simpatia o aperfeiçoamento das instituições democráticas e para que... Até gostaria de saber quando é que estão previstas novas eleições, mas que eventuais novas eleições sejam realizadas da forma mais democrática possível. E, na medida em que as organizações como a Organização Haitiana Batay Ouvriye e a Rede Jubileu do Sul e outras, ou Conlutas, e também o Sr. Aderson Bussinger, do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, tiverem sugestões e tudo para que nós, inclusive, possamos recomendar ao Itamaraty a maior atenção possível, de estimular as autoridades do Haiti a respeitarem e criarem normas que viabilizem a todos os segmentos do Haiti, de caminhar na direção, a mais democrática possível.

E acho que é muito importante que o Brasil venha a cooperar mais e mais com o Haiti como um país relativamente mais desenvolvido e, sendo o Haiti um país, inclusive pioneiro, conforme Didier Dominique

ressaltou, na luta pela libertação dos escravos e na luta por realização de justiça nessas três Américas, nós temos como que uma responsabilidade de estar atuando para cooperar com o desenvolvimento do Haiti. E, inclusive, com proposições e ideias daquilo que tem sido a própria experiência brasileira, sabemos que há também entidades, organizações não-governamentais, como a Viva Rio, que tem cooperado com o Governo Brasileiro em ações no Haiti.

E eu, talvez pudesse ser interessante, Presidente Antônio Carlos Valadares, que possa a Sra. Gilda Motta Santos Neves, à luz do que ela ouviu, depois de ela falar, comentar um pouco mais, e daí, se os demais membros aqui participantes possam também tecer considerações conclusivas à luz do que cada um falou, mas...

Portanto, eu quero transmitir à Sra. Gilda Motta Santos Neves que avalio como muito positiva esta sugestão de uma Comissão de Senadores fazer uma visita proximamente ao Haiti e gostaríamos de ter o contato com as entidades que aqui nos trouxeram depoimentos importantes para que esta visita seja a mais positiva possível, e que possamos, inclusive, depois, transmitir ao Governo Brasileiro as nossas impressões.

E ao Sr. Didier Dominique gostaria de, inclusive, depois, pessoalmente, transmitir a ele e à sua organização do que eu já transmiti, inclusive, às autoridades do Haiti, aos membros do Parlamento haitiano, que estiveram aqui, da minha disposição de ir ao Haiti, como tenho feito a outros países, inclusive ao Iraque, ao Timor Leste e tantos outros, a Guatemala, o mais recente; fui convidado para ir à República Dominicana em julho próximo e, quem sabe, até pudesse aproveitar oportunidade que, em meados de julho, pedi para ver a data e ainda não... Na segunda quinzena, deverei participar de um Congresso ou de um Simpósio, que o Ildes vai organizar... A Fundação Friedrich Ebert vai organizar na República Dominicana, e me convidou para falar sobre as experiências de transferência de renda e a proposição da renda básica de cidadania que, para o Haiti, significaria que os quase nove milhões... Nove milhões e meio de habitantes, é essa a população hoje do Haiti? Quase 10 milhões... Quase 10 milhões de habitantes, teriam, se instituída lá, o direito de receber uma renda básica universal e igual para todos os seus habitantes.

Obviamente, os que tem mais colaboram para que eles próprios e todos os demais venham receber. Mas irei à República Dominicana para explicar isso. E, se quiser me convidar para ir ao Haiti, aproveitarei a oportunidade, quem sabe até junto com a Comissão de Relações Exteriores.

Enfim, o que todos desejamos é que possa o Brasil, na sua relação com todos os povos das três Américas e dos cinco continentes, colaborar para que haja o desenvolvimento, o mais seguro, sustentável, pacífico e com o direito de todas as organizações estarem se expressando e, sobretudo, sempre com a recomendação de estar se expressando com a força da alma, muito mais do que com a força física.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Concedo a palavra à Dra. Gilda Motta e aos demais integrantes desta Mesa, para fazerem as devidas apreciações conclusivas sobre as perguntas e indagações do Senador Eduardo Suplicy.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Obrigada, Presidente. Eu queria rapidamente fazer alguns comentários sobre tudo o que foi dito aqui. Primeiramente, houve algumas referências ao... Num tom de crítica, ao fato de que a Minustah não seria uma missão humanitária. Mas, de fato, a Minustah não é definida como missão humanitária. O objetivo dela não é esse. Ela tem alguns elementos de tratamento de questões, por exemplo, de Direitos Humanos, de fortalecimento das instituições do país, mas não é uma missão de característica humanitária.

Para qualquer missão de paz, operações de manutenção da paz da ONU, elas também tem uma função de assegurar suficiente segurança no terreno para que as instituições efetivamente humanitárias possam atuar. Porque, sem isso, nem as agências, os programas da ONU e também as organizações não-governamentais não podem atuar num ambiente onde haja violência indiscriminada.

Sobre também, gostaria de reiterar, eu mencionei isso, que a nossa visão e a visão da ONU não é uma missão de ocupação e não é uma intervenção. Aqui, alguns dos Senadores se referiram ao exemplo do Iraque, essa, sim, considerada por nós como uma ocupação estrangeira, fora da legalidade do Direito Internacional, justamente por não ter sido autorizada pelo Conselho de Segurança.

Outras referências feitas à situação socioeconômica do Haiti, as desigualdades sociais, as questões salários, a miséria e dificuldades de toda a população em ter emprego digno e ter condições de sobrevivência, são fatores reconhecidos por todos nós e que antecedem a presença da missão. Nenhum desses fatores pode ser atribuído à presença da missão de paz no país.

Certamente, são problemas estruturais e que a gente vê, em maior ou menor grau, em outros países, e muitos aqui, mesmo no Brasil, mas, acho que foi a

Sandra que comentou que esse tipo de problema não se resolve pelas botas. Isso é uma opinião que o Itamaraty também compartilha e o Governo Brasileiro como um todo. Certamente, esse tipo de dificuldade de inclusão social, desigualdades sociais, exploração da mão-de-obra, nada disso se resolve pela presença de uma força de manutenção de paz da ONU. O objetivo da força é criar um clima de segurança suficientemente estável e sustentável, que possa atrair, permitir investimento e o florescimento da economia e das ações sociais.

Eu queria mencionar também sobre as críticas feitas a violações de Direitos Humanos. Eu tenho certeza que terá havido violações de Direitos Humanos, em alguns casos; em alguns casos, também poderão ser atribuídos a membros da operação de paz; a ONU tem... A própria missão, como qualquer outra operação naturalmente tem o setor específico de Direitos Humanos que cuida, trata não só de prover assistência ao Governo do país para melhorar as suas instituições para lidar com a promoção e valorização dos Direitos Humanos, mas também trata das acusações que forem levantadas contra membros da missão. Mas a ONU não tem... Uma missão de paz não tem mandato de punir um soldado, por exemplo, que participe de uma missão de paz porque soldado pertence a um Exército nacional soberano de outro país.

Então, havendo uma denúncia e sendo investigada; a ONU faz uma investigação e, se é julgado que aquele soldado ou grupo de soldados tem responsabilidade em alguma violação com Direitos Humanos, ele é repatriado e deve ser punido pelo seu Exército no seu país de origem. Eu tenho certeza que concordaríamos que, no caso do Brasil, nós preferiríamos cuidar e tratar e investigar os casos e punir nossos militares de acordo com nossas normas soberanas internas e não deixar a cargo da ONU, isso feito ainda num terceiro país.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Perdão, houve algum caso de soldado brasileiro, membro da Minustah, brasileiro, que tenha cometido alguma ação de violação, como de estuprar menores, meninas, e que teria sido constatado isso e verificado e qual foi o procedimento? Se, porventura, existiu isso.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Não, senador. Eu não tenho conhecimento disso, soldados brasileiros acusados deste tipo de atuação, não. Houve alguns casos de soldados de outras nacionalidades, mas isso, talvez, eu tenha entendido que o Ministério da Defesa vai se apresentar aqui também sobre esse tema, na semana que vem, e pode ser uma pergunta levantada--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Está bem. Obrigado. Porque, diante da observação do Didier, é importante que nós, brasileiros, saibamos se, porventura, existiu, qual foi o procedimento. Obrigado.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Estou dizendo o procedimento padrão, nessas circunstâncias. E há também, dependendo do tipo de investigação, do tipo de amplitude de qualquer violação a Direitos Humanos, pode haver o envolvimento do alto comissariado de Direitos Humanos para fazer investigações específicas. Acho que houve até um caso desses em 2006.

Eu queria também reforçar, Presidente, que acho que tudo isso que o senhor ouviu aqui é um reflexo de preocupações legítimas de organizações sociais brasileiras e haitianas, e que devem ser examinadas, não dúvida, devem ser examinadas internamente, no Haiti. O Brasil, na sua atuação multilateral e também na sua atuação bilateral, presta vários tipos de assistência diferentes na consolidação das instituições haitianas, mas não interfere em processos que sejam e que devam ser capitaneados pelas instituições nacionais haitianas.

Eu... Sobre a retirada da Minustah, eu me pergunto... Eu acho que é o objetivo de todos nós, que a missão saia de lá. Não há dúvida. Ninguém quer que uma missão de paz perdure num país. Não é do nosso interesse, não é do interesse do Haiti, não é do interesse dos 50 países que estão lá com tropas e policiais. E nem é do interesse da ONU, porque, como foi levantado aqui também, é um orçamento bastante importante para manter essa operação de paz no país.

Mas, essa retirada das tropas, ela depende, como eu mencionei antes, de uma série de fatores, de uma evolução da situação no terreno, que possa garantir que existe segurança suficiente para que floresçam as instituições nacionais e o desenvolvimento. Eu não posso imaginar que alguém aqui possa defender que saia... Saindo amanhã a missão de paz da ONU, a situação no Haiti vai melhorar. Inclusive porque, mesmo para que eles que sejam contra a presença da missão de paz no país, mesmo essas pessoas que defendem a retirada da missão, devem entender que tem que ser uma retirada gradual; se ela for gradual, a situação só tenderá a piorar. Vai se criar um vácuo de uma presença militar policial de segurança e também civil, de todas as outras atividades desempenhadas pela ONU e pelos parceiros que estão atuando lá, muito em função da presença dessa operação de paz, que garante a segurança.

Sobre infraestrutura. Eu, talvez, não tenha feito uma referência específica, o Senador... O Senador Mesquita mencionou que, de fato, é preciso ampliar,

cada vez mais, a presença de médicos, de enfermeiros, de... Assistência civil. E ele fez uma referência que isso já existe na missão; nas tropas brasileiras existem componentes dessa natureza e existe um componente muito importante, cuja ampliação foi aprovada recentemente aqui no Congresso, de 250 engenheiros militares. Esses engenheiros têm uma função específica de melhorar a infraestrutura do país, dentro do mandato da missão e fazem, constroem estradas, constroem pontes, reformam escolas... De fato, não é a missão precípua, não é o mandato precípuo dessa operação de paz. Essa engenharia militar, ela faz esse trabalho para permitir a atuação da missão de paz. Mas é claro que isso reverte em benefício para a população.

O outro ponto que poderá também ser discutido com o Ministério da Defesa é esse projeto que tem o Exército, de construção de uma barragem para prover eletricidade, melhores condições de eletricidade à cidade de Porto Príncipe. Isso está sendo... É um projeto desenvolvido pelo Exército em paralelo, por acordo com o Presidente Préval.

Houve também uma pergunta, acho que do Senador Mesquita, sobre se a determinação, a decisão brasileira de participar da Minustah teria sido determinada ou teria sido decorrente da campanha do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança. Eu não acredito nessa versão. Eu acredito, sim, que é um elemento da projeção do Brasil, cada vez maior, no cenário internacional, e que, sim, isso acrescenta uma credencial ao Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança. Mas que esse tenha sido o fator determinante da decisão tomada pelo Executivo e pelo Congresso de mandar tropas para compor a Minustah, eu acredito que não seja o caso.

Acho que o Senador Suplicy perguntou sobre as eleições, o mandato presidencial até 2011, mandato do atual Presidente. E o senhor também--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** E do Legislativo também é em 2011?

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Não, o Legislativo, as eleições senatoriais foram, em primeiro turno, realizadas em abril; o segundo turno, acho que estava previsto para 07 de junho, e o colega me corrija... Foram postergadas para 21 de junho.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Então, acabaram de ser realizadas?

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Vão ser ainda. Hoje é 17... Está iminente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Mas isso para o Senado ou para o Parlamento?

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Para o Senado.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Tem Senado e Câmara?

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Tem.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Bicameral. E para a Câmara já foi? Foi também em abril?

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Não sei dizer, senador.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Está bem.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Mas V. Exa. mencionou também um princípio muito importante, que é o princípio da não intervenção. Eu acho que é um ponto relevante a destacar, eu mencionei isso rapidamente antes, que é uma marca do Governo do Presidente Lula, de não interferir em assuntos internos, e justamente todo o trabalho que vem sendo feito no Haiti, tanto em sua vertente multilateral, por meio da Minustah, como em sua vertente bilateral, de cooperação bilateral brasileira com o Haiti, tem como preceito básico a discussão das prioridades com as autoridades haitianas, a participação do Governo e da sociedade haitiana na definição das prioridades e na implementação dos projetos.

E esse conceito de não intervenção é complementado, como eu mencionei, pelo conceito de não indiferença, porque também, se não intervenção significar "vamos lavar as mãos", nós não vamos ajudar nem a nós mesmos e nem a qualquer país que possa estar precisando da nossa contribuição.

E, finalmente, agradecer, Presidente, essa oportunidade, e parabenizá-los pela idéia de realizar uma nova missão de visita dessa Casa, dessa Comissão... Eu acho que é extremamente útil que, cada vez mais, haja a participação da sociedade e das autoridades brasileiras nesse projeto, que é um projeto de longo prazo, e eu até gostaria de acompanhar, Presidente.

[risos]

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Será bem-vinda.

**SRA. GILDA MOTTA SANTOS NEVES:** Muito obrigada.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Agradecemos, portanto, a conselheira Gilda Mota e vamos para as considerações finais também, agora do senhor... Do Dr. Aderson Bussinger.

**SR. ADERSON BUSSINGER:** Sr. Presidente, quero também parabenizar a realização desta Audiência Pública e também ao Senador que subscreve o Requerimento e aos Senadores presentes também, no sentido de que, nesta audiência aqui, em outras oportunidades em que tem-se conseguido minima-

mente realizar o debate sobre o Haiti, se tem condição de se colocar o outro lado da moeda. Uma outra... Uma outra visão que existe do que está acontecendo no Haiti. Isso, infelizmente, vem sendo muito obstaculizado, esse espaço aqui de denúncia, de colocação, de testemunhos, eu estive no Haiti, tudo que eu falo aqui é fruto do que vi e do que ouvi. Esse espaço é um espaço muito importante, nesse quadro geral que nós temos no país, que é, como também referido aqui, de uma... Uma versão monolítica a respeito de uma missão humanitária. Aí, quando digo humanitária, é porque é desta maneira que é transmitida à população e desta maneira que se tenta angariar o apoio da população a esta presença, não obstante saibamos que a missão tecnicamente, efetivamente é uma missão militar. Militar. Ela é uma missão militar.

Então, esse espaço é muito importante e uma nova visita é importante. Agora, esta nova visita tem que ouvir o movimento social do Haiti. Tem que ouvir o movimento organizado do Haiti. Eu conversei, à época, com o Ministro... O Ministro Nilo Barroso, que esteve... Do Itamaraty, que esteve na comitiva... Na missão anterior, que hoje me informaram, inclusive, que está servindo nos Estados Unidos, em Washington, no Consulado, não está mais aqui, mas o Ministro, Diplomata, eu perguntei a ele: "Ministro, vocês..." E ele me explicava, ele fazia questão de me dizer que esteve no Haiti, também esteve lá, como eu estive. Fazia questão de enfatizar isso a mim e eu perguntei ao Dr. Nilo Barroso: "Ministro, o senhor ouviu os sindicatos do Haiti, os movimentos sociais? O senhor ouviu as organizações operárias, organizações de Direitos Humanos que atuam na base do Haiti? O senhor ouviu? O senhor pôde ouvir?" O quadro geral que eu ouvi dele é que não, na sua maioria. Exceto no contato aqui, mas, de conjunto, pelas referências que me fez, não ouviu. E o que eu tenho informação... O que nós temos de informação é que quem vai ao Haiti somente, de maneira geral, minto, é quem vai... O Estado Brasileiro quando está no Haiti, através de seus... Seja membro do Estado Legislativo, do Estado Executivo, mas os seus representantes somente tem contato e maioria com as autoridades constituídas do Haiti, que tem alinhamento com o tipo de política, com o tipo de situação que está colocada lá. E aí a versão... Eu não estou aqui... Isso é importante, não se vê o outro lado, não se vê o que está acontecendo.

Existe uma linha... Falou-se aqui em linha econômica, existe uma linha trabalhista sindical sendo aplicada no Haiti com ela. Em relação a esta linha trabalhista sindical há dezenas, centenas de volumes de denúncias a respeito de massacres, de repressão a movimentos sindicais, cerceamento da atuação sindical no Haiti e, em relação a isso, não se aprofunda, não se investiga.

2 - Existe uma linha de Direitos Humanos sendo aplicada no Haiti, cujas consequências são desaparecimentos sem resposta, são violações até os dias de hoje, como foi bem relatado aqui. E, em relação a isso, não se investiga, não se aprofunda? Existe, finalmente, uma linha econômica sendo aplicada no Haiti sob a tutela, a retaguarda, o arcabouço jurídico militar da Minustah, o Exército Brasileiro, que lá está, e essa linha econômica que está sendo aplicada lá é a linha das maquiladoras que se disse aqui, que se relatou, do salário de um dólar ao dia, do... Sequer se garante os 30 dias de salário, o repouso remunerado... Não se garantem mais elementares direitos sociais que estão previstos ao Estado Brasileiro no art. 7º da Constituição. Não se garante, no Haiti, não se garante o mínimo do art. 5º, não se garante.

Então, esse quadro, a meu ver, e aí eu parabenizo a realização dessa audiência e que haja visitas, mas que nós passemos a fazer a discussão em relação ao que está acontecendo no Haiti de forma conjunta, ouvindo os movimentos sociais, ouvindo os trabalhadores. Porque eu ouvi e estou convencido, trago meu depoimento aqui, de que o que prima... O que ocorre no Haiti é ocupação militar, sim. Inclusive juridicamente, sob o manto do mandato das Nações Unidas? Sim. Se bem que há discussões, como eu disse aqui, em relação ao momento que se ingressa no Haiti, se retira o Aristide, que ele não havia autorização.

Mas qual é a consequência, qual é a efetividade disso? De um país que tem sob a sua Constituição, que prima pela dignidade humana e por todos os direitos previstos no art. 7º, art. 5º da Constituição Brasileira e que, no Haiti, preserva e tutela uma situação que é o oposto disso, uma situação de negativa disso.

Então, eu penso que é importante, é necessário que se reflita sobre isso, que se investigue tudo isso para que se avance numa conclusão a respeito dessa situação no Haiti. O ex-soldado Tailon Ruppenthal, que esteve, que serviu no Haiti, tem um livro... Leiam o livro do ex-soldado, no qual ele relata o que ele viu, o que aconteceu, o que ele denuncia. Eu já tive contato com vários ex-soldados que estiveram no Haiti, que não se sentem em condição de vir a público denunciar o que já viram, por receio de represálias, e que é uma situação que, inclusive, eu admiro muito a disposição do ex-soldado Tailon, li o livro dele, que veio a público e escreveu, e muito... Se houvesse um ambiente de investigação, ambiente minimamente democrático para se discutir a situação do Haiti para que a comitiva, inclusive do Senado, que vá ao Haiti, leve juntamente, leve

consigo representantes dos movimentos sociais para facilitar o contato, facilitar a oitiva dessa situação.

Então, eu quero, aqui, finalizar, dizendo que a sociedade brasileira, a meu ver, não fez a discussão democrática a respeito do Haiti, com base no conjunto de informações que existe. Ela faz, com todo o respeito, não estou aqui... Eu tenho todas as pessoas que colocaram aqui, temos como pessoas que estão colocando suas convicções, as informações que obtém, e não é um juízo de valor do ponto de vista moral, em relação ao que se coloca, mas o que eu afirmo aqui é o seguinte, há de se verificar o outro lado da moeda, o outro lado... O que o Jubileu já vem denunciando há bastante tempo, o que várias... São centenas de relatos e tem que compor esse quadro para se discutir o que realmente está acontecendo lá. E essa audiência é importante nesse sentido.

Eu finalizo desta maneira; nos colocamos à disposição para estar contribuindo nessa discussão e, sobretudo, que o povo brasileiro possa discutir realmente o que está acontecendo lá para que possa tomar... Para que possa... Para que a presença brasileira lá seja realmente refletida na sua real e efetiva dimensão. Essa é minha colocação e parabéns pela realização da audiência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Dr. Aderson Bussinger. Concedo a palavra à Sra. Sandra Quintela.

**SRA. SANDRA QUINTELA:** Muito breve, eu acho que a importância dessa audiência, a pluralidade, as várias visões... E insistir realmente no que o Aderson falou e que o Senador Nery falou, é ampliar essa visão. Esse discurso... "Ah, é importante..." Mas, minha gente, pelo amor de Deus, são tropas militares cumprindo um papel de implantação de um modelo econômico altamente de exploração de mão-de-obra barata. E a esquerda brasileira, em geral, se calar diante disso... Eu acho uma coisa, assim, surreal. Não falo os setores mais conservadores da sociedade brasileira, mas a gente ser conivente com a ocupação militar ou presença militar ou o que seja, eu acho isso muito preocupante.

Saímos de uma ditadura militar não faz muito tempo e estamos lá, imagina você acordar de manhã, tomar seu café da manhã, quando tiver comido, sai à rua e vê o urutu na porta, militares em todos os lugares, perguntando para onde você vai, para onde você vem.

Já em 2005, quando estivemos numa favela, numa clínica... CAFU, uma clínica de mulheres ali... Poxa, já em 2005 isso, abril de 2005... Não tinha nem um ano da ocupação militar e a hostilidade conosco, por sermos brasileiros, pelo assédio permanente dos soldados... Passava alguém, uma menina... Não era um estupro, mas o assédio permanente, sexual, ali no dia-a-dia. E coisas que não aparecem nas estatísticas, coisas que não aparecem em canto nenhum, mas é o dia-a-dia de um país... Tropas militares, país com 10 milhões de habitantes, com 10 mil homens, mulheres, militares... Que isso, minha gente? Vamos pensar um pouco mais e abrir esse debate, de fato, como a proposta aqui, ir para o Haiti, conversar com as organizações, as que estão aqui presentes e outras mais, ouvir outras opiniões porque, não adianta, em cinco anos acompanhando esse processo, em cinco anos, ouvimos das autoridades brasileiras o mesmo argumento... Esse argumento tem que ser mais dialético. Esse argumento tem que ser mais complexo. Nós estamos trazendo aqui visões amplas, complexas. E as respostas são sempre muito simples e acho que a gente cansou dessas respostas simples. Precisamos de respostas mais contundentes, mas profundas, que possam dar conta da situação do Haiti hoje.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Antônio Lisboa Leitão de Sousa, representante da Conlutas. Quero só lembrar à Sra. Sandra Quintela que o regime militar já terminou desde 85. Já são 24 anos de democracia plena no país. Nós temos certeza que a democracia está consolidada.

**SR. ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA:** Obrigado, Senador Eduardo. Também serei breve. Dentre os soldados que estiveram no Haiti, as primeiras tropas, esses brasileiros, um deles foi meu aluno. Sou professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, antes de ir para essa delegação civil brasileira organizada e enviada pela Conlutas, agora no final de abril, início de maio, eu tive a curiosidade de procurá-lo, procurei esse ex-aluno, para saber um pouco da experiência, qual era sua perspectiva, sua leitura... Enfim, senti um temor, uma resistência muito grande da parte dele em falar aberta e francamente aquilo que ele via, sentia em relação à sua experiência. E ele pediu que, infelizmente, não poderia fazer certos comentários porque determinados assuntos são de ordem profissional, militar; ele não teria autoridade para falar sobre isso.

No Haiti, encontrei diferentes soldados brasileiros lá nas tropas, tentei conversar com alguns, e nenhum deles se sentiu à vontade para falar comigo. "Olha, nós não podemos falar". Na saída do Haiti, eu e os outros três companheiros que estavam comigo, três brasileiros, encontramos três militares brasileiros que estavam iniciando seu período de folga. E a folga dos brasileiros ou é dentro do quartel ou é em Miami porque eles não saem à paisana, não podem sair à

paisana; só saem se for vestidos de militar e em grupo. Não podem andar livremente, por orientação de seus superiores, obviamente.

Eu perguntei por que é que eles não saíam livremente, não conversavam, se eles transitavam livremente nas ruas, à paisana, conversando com os populares etc... Eles não podem ter essa iniciativa, não podem fazer determinados comentários, mas achavam que, do ponto de vista militar, ainda havia muito a ser feito no Haiti. "E do ponto de vista humano, social, do desenvolvimento econômico, não podemos comentar absolutamente nada". Isso me estranhou bastante como que pessoas que estão lá depois de determinado tempo, com uma determinada experiência, não podem comentar livremente a sua experiência.

Eu acho que a preocupação é extremamente louvável, da Comissão... Desta Comissão, em enviar uma nova comitiva ao Haiti; acho que a iniciativa da colega Gilda em se interessar em fazer parte dessa comitiva também é importante, mas acho que seria importante, não sei os limites disso, Senador Eduardo, mas, se pudesse ter alguma representação dos movimentos sociais brasileiros também, seria extremamente salutar porque nós poderíamos ter, para o aprofundamento do diálogo e na expectativa do contraditório, também a oportunidade do diálogo e do conhecimento sobre pontos de vista que nem sempre nós temos oportunidade.

Bem, se a missão de paz, se a Minustah, ela não interfere, respeitando o princípio da não intervenção, da não interferência na política interna dos países, como bem ressaltou o Senador Suplicy, se ela não interfere diretamente nas políticas que tem sido implementadas e desenvolvidas no Haiti, no mínimo, ela as apóia. Ela as apóia e, ao mesmo tempo, impede que manifestações contrárias ou de descontentamento ou de manifestações de opiniões diferentes sobre o que está em curso no país ocorram. Isso acontece por quê? Eu vi e outros colegas também viram, isso está registrado e é público e notório no Haiti, as tropas da Minustah estão dentro dos campos onde estão... Ou das zonas ou dos quarteirões ou dos condomínios empresariais onde estão as indústrias têxteis, onde estão as maquiladoras. Protegem o capital lá dentro. E combatem e reprimem as manifestações dos trabalhadores que estão lá nas portas das fábricas. Assegura o direito dos empresários de desenvolverem e explorem seus negócios lá, mas reprimem a manifestação dos trabalhadores, quando reivindicam a implementação de um salário de quatro dólares, para passar de 1,7 dólares para quatro dólares, que também está muito abaixo do que nós almejamos ou já foram propostas de renda mínima aqui no Brasil.

Então, eu imagino que a presença fortemente militar no país não justifica absolutamente porque o problema que precisa ser resolvido é de ordem social e econômica. Não vai ser pela via da militarização que se... Nós teremos a promoção da integração econômica do Haiti, teremos a promoção do desenvolvimento econômico daquele país e de sua integração no... De sua efetiva integração no continente.

Então, nós insistimos no princípio da autodeterminação dos povos. Eu acho que a missão de paz, em se constituindo como efetiva missão de paz, precisa pensar que a paz se alcança quando se oferecem as condições mínimas de sobrevivência, de desenvolvimento social e econômico.

Para encerrar, eu acho que o Brasil já desenvolveu um *know-how*, uma experiência substancial em educação, em saúde, a despeito da realidade social que nós temos. Nós temos cabeças, nós temos pessoas, profissionais extremamente competentes, no desenvolvimento da agricultura familiar rural; na educação, eu tive a curiosidade de visitar universidades e escolas, que eu sou da área e tive a curiosidade de visitar essas entidades; temos uma experiência de um Sistema Único de Saúde que, apesar dos pesares, que nós tínhamos aqui, poderia ter pensado algo diferente; nós temos a EMATER no Brasil, que tem experiência de desenvolvimento de sementes, estímulo à pequena produção; o Haiti tem 88,7% do país em serras e montanhas, precisa pensar numa política de desenvolvimento econômico agrícola adequado a esta realidade; não vai ser com a produção em larga escala de soja, de grãos, como tem no território brasileiro, que isso vai ser desenvolvido.

Então, acho que poderíamos, muito mais que médicos, enfermeiros e engenheiros, acho que, muitas vezes, eles vão para atender aquilo que está nos limites da ação da Minustah, nós teríamos condições de investir, mudar o perfil da atuação brasileira e enviar outros tipos de profissionais para contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Mais uma vez, eu quero parabenizar a Comissão, na pessoa do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Nery, que protocolou a solicitação dessa Audiência Pública, para que o debate seja ampliado e aprofundado na sociedade brasileira. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado. Vamos, então, ouvir o último convidado, que é o Sr. Didier Dominique. Quero só dar mais umas informações aqui da Secretaria da Comissão que, com relação às eleições; nós teremos eleições na Câmara dos Deputados no próximo ano, 2010, já que as últimas foram realizadas

também em abril de 2006. Com a palavra, o Sr. Didier Dominique--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Aí, então, o Didier Dominique pode nos falar um pouco sobre como serão as eleições, as regras de eleições para o ano que vem, por exemplo, se houve impropriedades de procedimentos, que sugestões teremos para que realmente haja eleições livres para o Parlamento e, depois, para a Presidência, quando houver.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Senador Suplicy, assim como aqui, eu já vi aqui, pelo resultado, lá também tem uma profusão de partidos. São 17 partidos, representados na Câmara dos Deputados.

**SR. DIDIER DOMINIQUE:** Eu ia começar com as eleições. As últimas eleições do Parlamento, cujo primeiro turno foi dia 19 de abril passado, terão o segundo turno no próximo dia 21 de junho. Nas eleições passadas, e bastante provavelmente nas próximas, quase ninguém foi votar. Foram umas eleições nas quais nem 2 ou 3% da população com direito a voto compareceu às urnas. O povo haitiano não foi votar e nem sequer saiu às ruas, num gesto significativo de rechaço ao processo democrático. Estão percebendo que é um processo falso, pelo menos no Haiti.

Será no próximo dia 21 de junho. No Haiti, há uma embaixada brasileira, vocês podem ligar e perguntar se têm um fotógrafo ou uma pessoa que possa filmar o próximo dia 21. Eu lhes asseguro que o povo não irá votar outra vez. Vocês podem ter um documento para confirmar o que estamos dizendo.

Em segundo lugar, queria dizer também que se o Senhor foi à primeira visita do Presidente Lula, é uma pena que não tenha ido à segunda vista. Na primeira, com a Seleção Brasileira, ele foi aplaudido e recebido quase como um deus. Na segunda, três ou quatro anos depois, em 2008, ninguém foi recebê-lo. Nós queríamos entregar a ele formalmente uma carta, que está no dossiê que nós apresentamos também. Não deixaram. Queríamos fazer uma manifestação para demonstrar nosso repúdio. Não deixaram. Formalmente, legalmente, a polícia não tem direito de proibir uma manifestação.

No último 1º de maio, quando veio o Presidente Lula, queríamos fazer várias manifestações. Fomos proibidos. Não queremos dizer que a Missão é a culpada dessa situação, absolutamente. É um problema de muito antes, é estrutural. A Missão não cria essa situação. Claro que não! Seria falso dizer isso. Mas o que dizemos é que a Missão ajuda a estabelecer uma nova etapa da situação, que é a etapa da exploração da mão-de-obra, que a mesma lógica ajudou a criar.

A burguesia tem, por exemplo, uma sugestão para o Estado e diz outra vez, preto no branco, que a vantagem comparativa do Haiti, ou seja, sua vantagem no jogo de deslocalização da indústria têxtil que conhecemos, é a oferta de mão-de-obra mais barata. Mais essa frase anódina é muito cruel, porque a vantagem comparativa da burguesia haitiana é a mão-de-obra mais barata que deve continuar sendo mais barata! Para isso, há um salário mínimo mais barato sempre. Para isso, há a repressão anti-sindical. Porque os sindicatos existem e, se pudessem protestar, o salário mudaria. A repressão ao povo é obrigatória e, ainda pior, a miséria generalizada é uma situação forçada, se pensamos bem sobre o assunto.

Quem, além das maquiadoras, está melhor? Quem trabalha nas maquiadoras? É preciso estar em uma situação pior do lado de fora para ir pedir trabalho nas maquiadoras. Por isso que nunca, todos os programas para acabar com a miséria... Isso é mentira! Por isso, o título da nossa apresentação é "Todas as roupagens da mentira". A miséria é uma situação obrigatória para o projeto das classes dominantes no Haiti. Por isso o Presidente Préval não se preocupa.

Vou dizer aos senhores algo muito dramático. Há umas duas semanas, na vizinha República Dominicana, onde os trabalhadores haitianos das favelas próximas aos canaviais estão completamente subjugados, vivendo um verdadeiro inferno, porque são como escravos... Lá, há duas semanas, cortaram com um machado a cabeça de um trabalhador haitiano em praça pública, e o Presidente Préval disse formalmente que não é problema dele. Intelectuais, cineastas e escritores mandaram uma carta aberta ao Presidente para dizer-lhe que há limites em relação ao povo. O Presidente não respondeu. Isso foi há duas semanas.

Falando seriamente, a Missão deveria perguntar ao Senhor Préval o que acontece com a cabeça cortada de um trabalhador haitiano em plena praça pública. Perguntem isso a ele, por favor.

Nós, então, queremos dizer duas coisas. Uma é que o primeiro-ministro espanhol, Senhor Zapateiro, prometeu, durante sua primeira candidatura, retirar as forças espanholas do Iraque e do Haiti. Quando foi eleito, ele realmente as retirou, ou seja, um país pode sair do dia para noite, depende apenas de suas contradições internas e dos movimentos que abrigue. O drama pelo qual passamos é que o Presidente Lula, assim como o Presidente Evo Morales e toda essa esquerda latino-americana, supostamente saiu de movimentos populares, de partidos de trabalhadores, de partidos de esquerda. São eles que estão ocupando o Haiti, ainda que sob o comando norte-americano. Atualmente, a presença de Clinton polariza ainda mais

a situação. Nós duvidamos que o ex-presidente dos Estados Unidos, Senhor Clinton, venha para receber ordens do Embaixador do Brasil ou do homem da ONU. Acreditamos que será o "governador" dessa Missão. É preciso esclarecer isso muito bem.

Nós estamos de acordo com que haja uma nova missão do Senado da República do Brasil, mas queríamos que viessem ver os conflitos que existem, esse apartheid ao qual se referiu o Senador que estava sentado aqui ao lado falando. É preciso ver a realidade, a polarização da formação social haitiana. Se fosse possível, deveriam chegar dia 28 de julho, que é a data da primeira ocupação norte-americana de 1915. Estamos planejando fazer uma manifestação contra todo tipo de ocupação. Veremos como reage a Minustad. Queríamos saber se a missão pode vir e juntar-se a nossas filas, para receber as pancadas e os gases lacrimogêneos que já estamos prevendo que virão. Seria uma experiência.

De todos os modos, muito obrigado pela atenção. Acreditamos que esses intercâmbios podem vir a ser úteis pouco a pouco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Muito obrigado, Sr. Didier Dominique. Agradecemos, portanto, aos expositores que vieram a essa Audiência Pública, que foi proposta pelo Senador José Nery, para esclarecimento aos Srs. Senadores. Agradecemos à Conselheira Gilda Motta Santos Neves, Sr. Aderson Bussinger, Sra. Sandra Quintela, Sr. Antônio Lisboa de Sousa e Sr. Didier Dominique, já mencionado. Está encerrada a Sessão. Obrigado. Antes de encerrar, então, reabro--

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sr. Presidente, na verdade, para agradecer ao senhor pela luta que fizemos--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Pode fazer um agradecimento rápido.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** --a dificuldade que tivemos para realizar a audiência e, felizmente, a audiência se realiza em um nível muito... Que eu considero muito adequado para a avaliação de um problema, de uma questão que diz respeito a todos nós e à participação do nosso país de forma mais ampla, numa discussão tão importante como essa da presença brasileira no Haiti.

Então, eu queria realçar a importância dessa audiência e o clima em que ela se realizou. Eu acho que nos fornece bastantes elementos que, nessa próxima missão ao Haiti, nós possamos alargar essa visão e creio que é uma importante contribuição, nesse processo democrático, de nos permitir debater questões que estariam condenadas a uma visão monolítica. Eu creio que a Comissão de Relações Exteriores, nesse dia, e desde quando aprovou Requerimento, e agora concretizando, contribui fundamentalmente para isso. E dizer, mesmo não sendo membro da Comissão de Relações Exteriores, que estou à disposição para participar da missão, com certeza, coordenada e presidida por V. Exa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado, Senador Nery. Portanto, está encerrada a Sessão.

*Sessão encerrada às 13h53.*

## SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.**

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia 13 de maio de 2009, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Augusto Botelho,** reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **José Agripino, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Junior, Mozarildo Cavalcanti, Rosalba Ciarlini** e **Pedro Simon**, e o Senhor Senador não-membro **Leomar Quintanilha**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos. O Presidente informa que a reunião destina-se a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. O Presidente designa a Senadora Rosalba Ciarlini como escrutinadora. O Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado que elege os Senadores **Mozarildo Cavalcanti** e **Geraldo Mesquita Junior**, respectivamente, como o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira com 7 votos Sim e nenhum voto Não. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** assume a Presidência. O Presidente faz seu pronunciamento, e em seguida fazem uso da palavra os Senadores **Geraldo Mesquita Junior, Leomar Quintanilha e Augusto Botelho**. O Presidente eleito, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada,

será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Augusto Botelho,** Presidente (art. 88, § 1° RISF) – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA DA FAIXA DE FRONTEIRA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 38 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos da Subcomissão e a eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão para o biênio 2009/2010.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti, para vice-presidente Senador Geraldo Mesquita Júnior. Sobre a mesa se encontram, à disposição das Sras. e Srs. Senadores, as cédulas de votação (devidamente rubricadas pela presidência) que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

A presidência vai proceder a chamada das Sras. e Srs. Senadores, obedecidas as composições partidárias, para exercerem o seu direito de voto.

Antes de começar a chamada devo falar que hoje à noite, a partir de 18h, vai haver uma vigília aqui sobre a preservação da Amazônia. Eu vou participar dessa vigília sobre a preservação das pessoas que vivem na Amazônia, que são as pessoas principais, que têm o maior interesse em preservar a floresta. Que são sempre esquecidas na hora que falam em floresta. Falam em floresta, e esquecem o cidadão que vive lá há duas, três gerações.

Eu devo logo afirmar aqui nesta Comissão da Amazônia também a minha posição em relação a essa história de não derrubar nenhuma árvore. Eu concordo que não se derrube nenhuma árvore, desde que se dêem condições para todos que vivem na Amazônia, até aqueles que vivem lá naquele buraco que a gente leva 10 a 30 dias para chegar lá, para que eles sobrevivam de forma digna com tecnologia e com recursos. Então, aqui no Brasil, enquanto eu for Senador, eu vou brigar e vou lutar para me manter aqui dentro brigando com essa história de não derrubar nenhuma árvore antes de dar condições. Para não ficar igual à Raposa Serra do Sol, vão receber indenização justa e ser reassentados. Só na Raposa Serra do Sol são 500 famílias, não tem 80 famílias reassentadas. Indenização justa... Eu digo que não tem nenhuma família com indenização justa, e lá em Roraima, há 30 anos, estão tirando as pessoas para fazer área de reserva indígena, coisa que nós de Roraima ninguém é contra fazer área para índio, os índios são nossos irmãos e têm direito a viver, mas é a mesma promessa que nunca é cumprida. Então, na floresta, não vou deixar acontecer isso, essa história de não derrubar nenhuma árvore, enquanto não der condições de as pessoas que vivem lá sobreviverem.

Eu convido os Senadores para começarem a votar. Eu convido a Senadora Rosalba Ciarlini para fazer o escrutínio, fazer a apuração dos votos. Votaram seis Srs. Senadores. Senador Pedro Simon.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Mas não abriu os votos ainda não. Ainda dá tempo de votar. Só fez contar. Não abriu os votos, só se fez contar. Pode votar, Senador. Ela não abriu os votos, não, ela só fez contar os votos. Então, votaram sete votos. Conte novamente, Senadora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Primeiro voto sim, sim, sim, sim, sim, sim, sim. Sete votos sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** O Senador Mozarildo Cavalcanti...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Eleito por unanimidade para o cargo de presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti e, vice-presidente, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Apurados os votos, foram eleitos por unanimidade. Sete votos. Presidente Mozarildo Cavalcanti e vice-presidente Geraldo Mesquita Júnior.

Convido os eleitos para ocuparem os seus lugares na mesa e, em seguida, usarem a palavra.

*[troca de presidência]*

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Convido o Senador Geraldo Mesquita, vice-presidente da Subcomissão para nos dar a honra.

Hoje às 18h30...

Eu quero agradecer a confiança dos Srs. Senadores que os sete membros, por unanimidade, votaram, portanto, em mim para presidir esta Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira e ao Senador Geraldo Mesquita como vice-presidente da Subcomissão. Acho que os dois temas: Amazônia e Faixa de Fronteira (faixa de fronteira essa que vai até o Rio Grande do Sul do nosso ilustre Senador Pedro Simon) pre-

cisam ser tratados, realmente, com muita atenção e com muito cuidado. Porque não só o aspecto, que eu sempre digo, primeiramente, humano, o cuidado com o ser humano que está nessas regiões difíceis, mas também, e aqui não é por acaso que esta Subcomissão está dentro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com aspecto, justamente, de que essas regiões são fundamentais para a defesa e para a soberania da nação. Então, eu espero que nós possamos, rapidamente, discutir um plano de trabalho, eu quero ouvir, inclusive, sugestões de todos os companheiros. Tem uma ideia preliminar que eu vou passar e pedir sugestões para que todos os membros da Comissão possam acrescentar, digamos, as suas sugestões e nós aprovarmos um plano de trabalho com um cronograma certo que possamos, portanto, discutir os temas da Amazônia.

Nós até tivemos uma conversa com alguns reitores da Amazônia, reitores das universidades federais, estaduais e até das particulares também, porque nós ouvimos muito falar sobre Amazônia, mas não ouvimos a inteligência da Amazônia que está lá no seu dia-a-dia, como o Instituto de Pesquisa da Amazônia e, lógico que todos os setores envolvidos na questão. Precisamos ter uma voz, realmente, que fale da Amazônia, ouvindo também, lógico, cientistas e outras áreas de outros lugares do Brasil. Mas é fundamental que a Amazônia tenha, digamos assim, uma proposta que surja realmente, repito, da inteligência, da experiência e da vivência daqueles que lá vivem.

Então eu gostaria de agradecer e passar a palavra, inicialmente, ao Senador Geraldo Mesquita que foi eleito vice-presidente--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Quero me inscrever, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** --E depois passaremos a palavra aos demais Senadores que quiserem fazer uso.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Muito obrigado, Presidente, Srs. Senadores, rapidamente também. Apenas para agradecer a confiança do voto no cargo de vice-presidente desta importante Comissão.

Eu quero revelar aqui o meu entusiasmo por participar desta Comissão e pela sua instalação por uma razão (normalmente, a gente diria: por uma razão muito simples) eu diria por uma razão muito complexa. Eu advoguei aqui tempos atrás, e a necessidade de o País ter um Ministério da Amazônia, o Ministério do Lula que tem quase 40 ministérios, um a mais, um a menos não faria diferença. Eu acho que essa seria uma diferença enorme: o Ministério da Amazônia. Um ministério que poderia, sob sua coordenação, agrupar, planejar, pensar toda a lógica de ação envolvendo aquela grande região. Pensar positivamente, não pensar como a Amazônia um grande santuário, como muitos dizem, e que hoje a gente vai talvez até ouvir alguém dizer que a Amazônia tem que ser um grande santuário. Eu não acho que tenha que ser um grande santuário. A gente deve respeitar a Amazônia, mas deve fazer com que as milhões de pessoas que vivem lá possam conviver harmonicamente com ela de forma produtiva, inclusive. Portanto, eu queria louvar a persistência, inclusive, do Senador Mozarildo; que, não fosse ele, esta Subcomissão não se estaria instalando. Ele é um abnegado, ele catou de um em um os colegas senadores no trabalho de convencimento para a instalação desta importante Comissão. Eu me sinto honrado com o convite dele, insistente, para que pudesse secundá-lo nessa tarefa de provocar as inteligências desta Casa no sentido de a gente, já que não podemos ter o Ministério da Amazônia, que dentro do Senado tenhamos um fórum permanente de discussão acerca dos problemas da Amazônia, sempre tendo como principal alvo o cidadão e a cidadã que estão ali, a grande maioria em situações de penúria, de miséria, de abandono completo. Esse discurso que deveria ser real, importante, o discurso da sustentabilidade eu costumo dizer sempre: no meu Estado o desenvolvimento sustentável, Senador Simon, significa exatamente o seguinte, que a grande maioria da população sustenta o desenvolvimento de poucos, isso que é desenvolvimento sustentável lá no meu Estado. Não é diferente na Amazônia inteira. Esse é um discurso que se tornou frágil, se tornou midiático e deveria ser algo que correspondesse, de fato, a uma realidade benéfica para a população da Amazônia e, na verdade, não é. A gente precisa desmistificar muita coisa com relação à Amazônia.

E nesse sentido eu quero, de fato, agradecer o privilégio de fazer parte desta importante Comissão, e espero oferecer minimamente a contribuição para que a gente possa avançar na reflexão e na formulação de alguma coisa que possa ser útil à população daquela grande região. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):** Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr. vice-presidente Geraldo Mesquita, caros colegas Augusto Botelho, Pedro Simon, eu vim correndo, Senador Mozarildo, presidente, atendendo à sua convocação. Por razões não só do nosso relacionamento pessoal, mas, sobretudo, pela premissa que V. Exa. defende, pela pertinência de V. Exa., pela obstinação de V. Exa.

em insistir na discussão permanente desta região que, territorialmente, é a maior do País: ocupa 62% do território brasileiro, mas, sobretudo, pela riqueza da sua biodiversidade sobre a necessidade permanente da sua integração no contexto nacional, sobre o esforço que vimos fazendo da preservação da sua floresta, sobre as preocupações intensas das relações com os países fronteiriços, que a Amazônia ocupa uma extensão enorme de região fronteiriça e as questões que dela emanam, seguramente, são questões fundamentais e importantes.

Eu estou presidindo agora, por delegação dos meus ilustres pares, a Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo, tanto o escopo de desenvolvimento regional como o de turismo tem tudo a ver com a Amazônia. Eu espero que nós possamos ter uma interatividade nas nossas ações, possamos dar uma mútua contribuição no processo da busca de desenvolvimento regional com preservação das peculiaridades importantes da nossa região, e, sobretudo, para dar uma dimensão que o Brasil precisa experimentar do turismo nacional, do extraordinário potencial turístico que o País tem e que é subaproveitado, e que o momento agora é muito propício para essa expansão da atividade turística que nos interessa a todos, inclusive, como representante das nossas unidades federativas quando observamos que a demanda por emprego, por oportunidade de trabalho é muito grande; é, fortemente, reprimida em todas as unidades da Federação. E, seguramente, a indústria do turismo é aquela que oferece pela sua capilaridade, pelas possibilidades que ela tem de interagir nos diversos segmentos econômicos de possibilitar esse aproveitamento do potencial turístico que a Amazônia tem a oferecer. Sem falar na sua biodiversidade, na riqueza da sua biodiversidade desconhecida por nós que pode, efetivamente, encerrar um tesouro extraordinário na farmacoterapia e em tantas outras atividades que ela pode propiciar a este imenso e querido País.

Então, eu estou muito feliz. A minha corrida até aqui não foi em vão, tive uma breve frustração que vai ser muito mais breve do que muita gente imagina, de que eu já não sou mais membro da Comissão de Relações Exteriores, e eu compreendi e foi atendendo a um recurso do colega, querido amigo Senador Inácio Arruda que precisava desenvolver uma ação aqui na Comissão de Relações Exteriores e me pediu que lhe cedesse a vaga. Mas eu já vou correr agora atrás de outra vaga para estar aqui com o Senador Mozarildo, com o Senador Geraldo Mesquita, com os companheiros que entendem que a Amazônia é uma parte importante desse nosso Brasil e nós possamos trabalhar juntos na defesa das premissas que a Comissão haverá de abraçar. Meus parabéns pela eleição unânime.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. E eu quero agora passar a palavra ao Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Inicialmente, Sr. Presidente Mozarildo, e Sr. vice-presidente Geraldo Mesquita, eu gostaria de parabenizar os senhores, porque eu tenho certeza que saberão defender os interesses de nós os amazônidas, os nossos interesses.

Eu pedi a palavra apenas para ressaltar sobre... O senhor falou no santuário da Amazônia, querendo fazer um santuário, tem um santuário com 25 milhões de santos, as pessoas que estão lá é que são as principais interessadas. E eu gostaria de conclamar à nossa Comissão a lutar para cumprir uma meta que nós, eu, o Mozarildo e você já tínhamos bem, em nossa cabeça, mas que foi agora clareado e tornado um objeto de ação do governo estabelecido pelo Ministro Mangabeira Unger que é a titularização das terras da Amazônia. Não estou falando da titularização de 50 mil hectares, de 10 mil hectares, de 5 mil hectares, de 3 mil hectares, não, titularização das pessoas, do Sr. Manoel, do Sr. Dedé, do Sr. José que vivem lá pela Amazônia, que vivem lá há várias gerações, que têm uma terrinha de 100 hectares, 50 hectares, 200 hectares. Se a gente titular essas terras eles vão ser donos, então eles vão ter interesse. Ele não vai vender a árvore dele por 10 reais. Você quer comprar uma árvore? Eu pego autorização eu te vendo, mas te vendo por um preço justo, que é o que eles recebem os colonos que chega esse pessoal que tira árvore ilegalmente. Agora o que nós temos que fazer também é dar um meio de que o Sr. Dedé, o Sr. Manoel e o Sr. José possam também vender as árvores deles, porque o Ibama dificulta muito as coisas. Basta dizer que lá em Roraima tem pessoas, eu tenho uma lista de mais de 400 pequenos proprietários rurais que têm multas que valem cinco vezes o valor da propriedade dele, três vezes, quatro vezes, dez vezes. O indivíduo não ganha por ano 12 mil reais e recebe uma multa de 60 mil reais. Por quê? Porque ele está ali para viver, ele só sabe viver assim, o avô, o bisavô, ele tem que derrubar um pedaço de mato queimar e plantar. Não adianta vir com essa história de não derrubar nenhuma árvore enquanto não ensinar o Sr. Dedé, o Sr. Manoel e o Sr. José a plantarem com tecnologia, e isso requer tempo, requer estudo, requer tudo isso. Então nós temos que defender essas pessoas. São eles que garantiram. A Amazônia é preservada por causa deles, porque quando chegam essas grandes empresas que fazem derrubada de 1000 hectares, de

500 hectares, de 2000 hectares, de 300 hectares não fazem mais porque eles estão lá e: "não, daqui para cá é meu, então você faz para lá". Senão o estrago seria maior. E agora são tratados também como invasores, como posseiros sem direito nenhum. Quem? Lá em Roraima todo mundo é posseiro, praticamente, porque está lá há cem anos, duzentos anos e não tem tido a terra. Então é posse. Mas a posse, no meu ponto de vista, é um direito. Posse, efetivamente, ocupada, e não posse especulativa. Se o indivíduo vive da terra, ele tem direito a ter aquela terra. E vamos trabalhar para que essa Amazônia seja regularizada. Aí vai acabar essa confusão toda, aí vai acabar com essa história de desmatamento exagerado, porque cada um vai defender o que é seu. E meus parabéns.

E vamos também resolver o problema das fronteiras que afeta o Rio Grande do Sul e afeta a gente lá também. Nós temos que repensar nessa história de como é que vai ser isso, como é que vai ser resolvida a propriedade da terra também nas áreas das fronteiras. Muito obrigado. E meus parabéns.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Obrigado, Senador Augusto. Eu quero dizer que, realmente, acho que a grande tarefa desta Comissão é buscar fazer uma proposta concreta, Senador Simon, de desenvolvimento da Amazônia com todo respeito adequado e científico ao meio ambiente, e não apenas na base do ecoterrorismo, ou seja qual for a corrente ideológica. Eu quero, inclusive, lembrar aqui algumas passagens. Por exemplo, a primeira campanha do Presidente Lula, ele disse que era chegado o momento de acabar com essa história de dizer só o que não se pode fazer na Amazônia, mas era preciso estabelecer o que se pode fazer na Amazônia. E agora em eventos recentes ele disse duas coisas também sobre a Amazônia. Primeiro que a Amazônia não é um depósito de água benta que todo mundo mete o dedo e quer meter o dedo, e segundo que estava cansando de ouvir pitaco de gringo sobre a Amazônia. Então eu acho que é um momento muito propício para que nós aqui no Senado, realmente, possamos dizer o que é que se deve fazer, o que é que se pode fazer na Amazônia com bases científicas. E também cuidar muito dessa faixa de fronteira, inclusive, que está em discussão uma proposta aqui de redução da extensão da faixa que, em alguns casos, beneficia o desenvolvimento de alguns Estados, essa redução da faixa, e que tem que ser discutido sob o aspecto também da Defesa Nacional.

Então, eu quero agradecer a todos, dizer que vamos fazer, portanto, uma convocação breve, possivelmente na semana que vem, para nós discutirmos o nosso plano de trabalho e podermos, portanto, fazer um cronograma de trabalho até o final do ano.

Muito obrigado a todos. E está encerrada a sessão.

*Sessão encerrada às 10h06.*

## COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

### ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE MAIO DE 2009.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, EXPEDITO JÚNIOR, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E JOÃO DURVAL.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): César Borges, Leomar Quintanilha, Kátia Abreu e Mário Couto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO)EMENTA:** Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse).**AUTORA**: Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR "AD HOC":** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela aprovação.**OBS:** Em reunião realizada em 4/3/2008, foi lido o relatório pelo Senador Delcídio Amaral.Apresentado Voto em Separado pelo Senador Gilberto Goellner, pela rejeição do Projeto, nos termos do art. 132, § 6º, I - RISF.A Matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, Marisa Serrano, Romeu Tuma, Jayme Campos, Osmar Dias, Serys Slhessarenko e Paulo Paim. **RESULTADO: Concedido vista coletiva. Senadores Jayme Campos, Paulo Paim e Raimundo Colombo. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006**

**(NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR**: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "da Terra" (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATOR "AD HOC":** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **OBS:** A Matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o Senador Raimundo Colombo. **RESULTADO: Concedido vista coletiva. Senadores Paulo Paim, Raimundo Colombo e Jayme Campos. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Dispõe sobre a renegociação de dívida dos produtores rurais relativos a financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte Nordeste e Centro-Oeste. **AUTOR**: Senador Cícero Lucena. **RELATOR**: Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **OBS:** A Matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Serys Slhessarenko e Gerson Camata. **RESULTADO: Concedido vista à Senadora Serys Slhessarenko. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas. **AUTOR**: Senador Marcelo Crivella. **RELATOR:** Senador Augusto Botelho. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **OBS:** Em reunião realizada em 12/5/09 foi lido o relatório pelo Senador Augusto Botelho e concedido vista ao Senador Gilberto Goellner (art. 132, § 1º RISF), que o devolveu sem manifestação. A Matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa. **RESULTADO: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica. **AUTOR**: Senador Casildo Maldaner. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 12/5/09 foi lido o relatório pelo Senador Raimundo Colombo e concedido vista coletiva (art. 132, § 1º RISF) - Senadores Paulo Paim e Gilberto Goellner, que devolveram sem manifestação. A Matéria será apreciada pela CAS, e CAE, cabendo à última a decisão terminativa. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o Senador Raimundo Colombo. **RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação. **AUTOR**: Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. **OBS:** A Matéria será encaminhada à CAE, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria o Senador Raimundo Colombo. **RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CRA. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requerimento, de **autoria** da Senadora **Rosalba Ciarlini**, o qual requer que a reunião conjunta desta comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de debater o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela ONU, no ano de 2000, seja realizada também com a participação da Comissão de Assuntos Sociais, e, em aditamento, seja convidado o Sr. **Marcelo Garcia**, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – **CONGEMAS**. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: OFÍCIO S/N DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E OUTRAS ENTIDADES – LIMEIRA-SP – ASSUNTO:** Ofício demonstrando contrariedade quanto à Portaria nº 258, de 28/08/2008, do Ministro Paulo Bernardo, e Portaria nº 53, de 24/09/08, do INCRA, nas quais cedem provisoriamente a área do Horto Florestal de Limeira-SP, para fins de reforma agrária. **AUTORES:** Associação Comercial e Industrial de Limeira-SP, e outras entidades. **RELATOR:** Senador Romeu Tuma. **RELATÓRIO:** Pelo encaminhamento de ofícios desta Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a diversas autoridades do Ministé-

rio Público, bem como a órgãos ligados às questões fundiárias, INCRA, conclamando todos para uma solução de consenso e solução negociada que proteja os interesses das partes. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado o Parecer. Serão encaminhados os expedientes aos órgãos competentes, bem como reunião de membros desta Comissão com o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 21 DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de discutir Alternativas para Produção de Biodiesel – Pinhão Manso, com a presença das seguintes convidados: **Sr. Marco Antônio Viana Leite** – Coordenador Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, **Sr. Donato Aranha** – Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Chefe do Laboratório de Tecnologias Verdes e **Sr. Laércio Nery** – Diretor Presidente da Brasil Bioenergia S.A. **AUTOR**: Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

**14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 04 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de várias matérias que estão pautadas. Antes, entretanto, de dar início à apreciação da pauta, gostaria de expressar aos senhores componentes desta Comissão uma preocupação que me acudiu nesse final de semana.

Estive em Corumbá e Ladário, na sexta-feira e no sábado deste final de semana. E lá, Srs. Senadores, especialmente Senador Gilberto, que representa o Estado de Mato Grosso, constatei os efeitos dessa longa e penosa estiagem que está trazendo tanta inquietação na região.

São mais de dois meses que faltam chuvas na região e as lagoas que retêm o extraordinário estoque de água da extensa planície, esvaziam-se perigosamente. Focos de incêndio pipocam em vários pontos e a espessa fumaça compromete a qualidade do ar e a saúde das pessoas que ali vivem, em diversos municípios.

No Sindicato Rural de Corumbá, ouvi de seus dirigentes um apelo veemente: "Precisamos", dizem os produtores, Senador Gilberto, "Precisamos urgentemente de brigadas contra incêndios florestais."

As poucas operações nesse sentido são demoradas e tímidas. São feitas por um helicóptero do IBAMA, que se desloca de outro estado para apagar as chamas do pantanal. Apenas uma aeronave, que tem comparecido esporadicamente quando chamada.

Paradoxalmente, há uma unidade da Marinha de guerra instalada lá no Município de Ladário, portanto, no coração do pantanal. E nessa unidade da Armada brasileira, consta que existem mais de uma dezena de helicópteros estacionados sem nenhuma utilização nesse tipo de combate a incêndios, aos incêndios florestais. Muito provavelmente não estão equipados para este tipo de ações e por essa razão que não são utilizados. Mas será que não seria o caso de adaptá-los para cumprir essa missão?

Veja, Senador Gerson Camata, ali é uma unidade militar que obviamente tem a missão de guarnecer a fronteira, mas que exige adestramento, treinamento, para missões que são compatíveis com a natureza da própria região. E se é uma região pantaneira e uma região que é suscetível a esse tipo de incêndios, é claro que essa unidade da Marinha, se fosse devidamente adequada para essas atividades, se tivesse preparo para isso, poderia dar uma contribuição inestimável, não só para a preservação ambiental, como também para garantir a própria produção.

Seria um uso racional das nossas aeronaves, para defender a natureza e defender a economia da região, que estão sendo dizimadas na região sul do Pantanal Mato-Grossense, que incorpora Mato Grosso do Sul e, obviamente, o Senador Gilberto, que representa o Mato Grosso do Norte(sic), pode dar um depoimento sobre o que ele está assistindo do lado norte do Pantanal.

De qualquer forma, é preciso racionar todos os recursos para proteger este inestimável santuário eco-

lógico, de tamanha relevância para a humanidade como um todo e para a economia da região.

Na planície onde abunda riachos, lagoas e corixos, o gado hoje é conduzido de vários pontos para outros, buscando a água que falta para garantir a criação normal da pecuária.

Então eu faço esse comentário na abertura desta... Desta sessão, que é para instigar a cada um dos componentes deste órgão, a fim de avaliarmos a situação do Pantanal, pelos depoimentos que eu ouvi dos produtores lá e de membros da comunidade, a seca está realmente causando grandes estragos e parece que se afigura uma das grandes secas das últimas décadas. Até porque a estiagem começou precocemente na região.

Com a palavra o Senador Gilberto, e em seguida para o Senador Gerson Camata.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Estivemos nesse final de semana, chegamos já quinta-feira à noite, no SESC Pantanal, que é no coração do Pantanal Mato-Grossense, Mato Grosso, juntamente com as Comissões de Meio Ambiente, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual participaram os Senadores Casagrande, Senador Quintanilha, Senador José Nery e eu também estive presente para tratarmos lá dentro de uma unidade, que é uma reserva do SESC Nacional, é uma reserva de proteção permanente nacional, são 106 mil hectares.

Esse projeto é um projeto de preservação, onde não se desenvolve nenhuma atividade econômica nessa reserva, a não ser esse hotel, um hotel muito bom, que dá um... É um hotel que promove as atividades... A conscientização das atividades ecológicas, recebe estudantes de todo o Brasil, recebe visitantes do exterior, esteve presente o Embaixador da Nova Zelândia, que nos brindou com uma excelente palestra sobre os parques nacionais da nova Zelândia, que são conduzidos com exploração do turismo junto aos parques.

Enfim, estivemos reunidos sexta e sábado e no domingo voltamos, e a situação lá é um pouco diferente. Esse próprio parque do SESC, ele possui uma brigada de combate a incêndio. E também possui um avião, mas não é um avião preparado contra incêndio. É um avião que leva os... Os Bombeiros nos locais. E sobrevoa diariamente para verificar processos iniciais de incêndio.

Então, veja a importância, porque a ação, o que se fala das queimadas, muitas vezes transparece que é o produtor, que é o pecuarista que está colocando fogo nos pastos. Mas não é. Porque hoje, a queimada, ela só pode se dar em determinado local sob licença do órgão ambiental estadual. E é prevista uma multa muito grande para quem efetua qualquer processo de queimada independente de uma licença.

Então a ação se dá pelo cigarro pelas estradas, que inadvertidamente, na época de seca, é como acontece nos Estados Unidos também, na Califórnia que tem os grandes incêndios. Graças à característica do pantanal, ele não se dá em forma contínua, porque passa pela água, a água inundada. A inundação dos espaços.

São focos isolados e que precisam... São de difícil acesso, mas eu vejo que nós deveríamos, junto ao IBAMA, sugerir que o órgão, uma vez por todas, descentralize as suas funções. Deveriam ser contratadas pessoas localmente, em cada Município, em cada vilarejo, para prestar serviços específicos de controle de queimadas.

É o que se faz hoje, inclusive em países avançados que tem... Que chamam cidadãos inscritos para serem bombeiros na quadra, no Canadá também, na Austrália, na Nova Zelândia. São chamados cidadãos daquela quadra onde tem o incêndio.

Então no Brasil eles pensam em trazer um avião de Brasília, para controlar o incêndio lá. Quer dizer, quando o município tem interesse, a Vila, o Distrito tem interesse e poderia ser contratado então, poderia se dar trabalho a essa mão-de-obra ociosa que existe nesses Municípios que passam por tremendas dificuldades de empregabilidade, de oferta de empregos naquelas regiões, de todos os municípios do Pantanal. Nós temos que descentralizar esses serviços. E acudir o mais rápido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** E eu acho que na racionalização também, Senador Gilberto, eu acho que seria muito importante que começássemos a discutir isso com a Marinha.

Eu acho que, por exemplo, a população de Corumbá e de Ladário fica indignada de ver tanto helicóptero estacionado na Marinha e o fogo sendo... Estando devorando vastas regiões do Pantanal, causando mortes de animais e criando dificuldades para o próprio produtor.

V.Exa. tem razão quando diz que o fogo não é provocado. Realmente, existe em algumas áreas o fogo que é causado para conter pragas e para revigorar pastagens, mas, efetivamente, V.Exa. tem razão. Hoje o que está acontecendo na região pantaneira, onde está ocorrendo focos de incêndio, são focos isolados, mas sem ter sido causados pelo homem.

Mas é preciso que haja brigadas capazes de evitá-los ou combatê-los tempestivamente. Não pode haver muito atraso. O clima em Corumbá está quase irrespirável, é uma fumaça só. O avião no qual eu

viajei, no momento que foi aterrissar no Município de Corumbá, teve que varar como se fora uma nuvem, só que a nuvem era só de fumaça.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** É, nós... Inclusive, Senador, para concluir, eu gostaria de dizer que o Ministro Minc se encontra na Comissão de Meio Ambiente, eu acho que nós devemos levar essa nova reivindicação de dar mais atenção, de descentralizar os serviços do IBAMA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Acho que a idéia de V.Exa. é boa.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** E realmente deixar de criminalizar o pecuarista, o produtor, e ir para a ação efetiva de controle desses incêndios e fazendo com que a população local participe, ajudando a controlar esses incêndios que no final é com a pessoa humana, com o avião é praticamente impossível, devido as distâncias de buscar água e levar, que o helicóptero despeja, inclusive apareceu já na televisão a forma como ele capta a água de uma baía, duma... Da baía mesmo ali e leva até o local do incêndio, às vezes muito longínquo.

Então precisa ser dada solução local. E é por isso que eu vejo que enquanto persistir essa centralização de poder do IBAMA, e querendo resolver tudo por decreto, por multa e por persuasão junto à comunidade local, os produtores, não vai se buscar uma solução.

Nós precisamos aproximar o homem da natureza e colocá-lo em harmonia. E não de uma forma de criminalização e de imputação de multas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V.Exa. tem razão. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Muita oportuna a fala de V.Exa., Sr. Presidente, eu queria dizer que no Espírito Santo, os helicópteros da polícia, eles já são equipados e não é um equipamento caro, com esses bolsões próprios para combater incêndio. E com outro sistema que parece que é um pó que é usado também em outro tipo de incêndio.

E inclusive há pouco tempo eu visitei o quartel da polícia e esses nossos oficiais estavam dando treinamento a oficiais da Polícia Militar eu creio que da Paraíba ou do Rio Grande do Norte nesse tipo de... Não só de operação das aeronaves, mas operação das aeronaves para combate a incêndios florestais. Eu tenho certeza que o Governador Paulo Hartung disponibilizará, como já tem feito, o treinamento de tripulações para o uso desses helicópteros no combate a incêndios florestais.

E há poucos dias, o Gilberto Goellner estava dizendo aqui, eu vi uma coisa muito interessante. Num desses canais de... Novos agora, de canais cativos, é interessante, o fundo de uma lata de cerveja provocando um incêndio florestal. Aquela parte côncava da lata de cerveja no fundo, ali o rapaz botou uma vegetação seca, e a incidência do raio de sol durante uns cinco a 10 minutos provocou um incêndio. Às vezes inadvertidamente uma pessoa joga uma lata de cerveja e uma lata de cerveja pode provocar, dependendo das condições atmosféricas, secura e tempo de exposição direta em cima do sol, provocar um incêndio com danos depois irreparáveis.

Mas dizer que eu acho que o Governador do Espírito Santo disponibilizaria imediatamente treinamento para tripulações de helicópteros que desejassem se especializar em combate a incêndio. O treinamento da tripulação é muito mais caro do que o equipamento que é usado, aqueles bolsões plásticos que são usados para jogar água em cima dos focos de incêndio. Acho que seria uma boa oportunidade de estender essa experiência do Espírito Santo que já teve incêndios florestais, mas que atualmente não nos preocupa mais, dado o exímio desempenho dos nossos oficiais pilotos da Polícia Militar do Espírito Santo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Presidente, concordando com o Senador Camata, São Paulo também tem um Corpo de Bombeiros especializado e com equipamentos ultra modernos, inclusive faz parte da Polícia Militar, mas é um corpo praticamente preparado para isso, para todos os tipos de atividade de salvamento público... Ou afogamento, incêndio... O Corpo de Bombeiros é especializado, além de ter equipamentos especializados e produtos químicos que tem que atacar, dependendo do tipo de vegetação que for... Onde há provocação de incêndio.

Eu estive no Canadá, quando era da Polícia Federal, tem uma fábrica especializada em preparar aviões já com tanques de água para poder servir só para apagar incêndio. Então é uma especialidade muito grande e às vezes o helicóptero, por si só, o helicóptero comum, não tem a capacidade de fazer esse transporte e se o piloto não for especializado, ele pode cometer um erro e ser fatal para ele também.

Então acho que essa especialização é importante e como são focos, provavelmente seja mais fácil para extinguir antes que ele se lastre. Então, tem que ter pronta ação. Não pode esperar. Não dá para esperar o fogo crescer para chamar a gente de outro Estado, outro lugar. Tem que ter no local mesmo, para ele poder realmente agir prontamente, *on-line*, na hora que o foco aparecer tem que ter alguém para dar pelo menos o início da extinção do foco de incêndio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Lá no caso de Mato Grosso do Sul existe uma--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Eu vi agora que tem alguns lugares lá que o fogo está saindo de dentro do rio. O fogo sai de dentro do rio.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Aquilo é um gás.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** É gás.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Gás?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** É. Mas no caso de Mato Grosso do Sul existe um agravante que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar não possuem aeronaves suficientes para fazer esse tipo de combate.

O que eu acho que nós poderíamos fazer, acatando até a sugestão do Senador Gilberto Goellner, seria entrar em contato com o próprio Ministro Minc, para instigá-lo a fazer um contato com a Marinha de Guerra e de repente fazer uma grande parceria. A Marinha poderia dar uma contribuição muito grande, afinal de contas, a preservação da flora e da fauna pantaneira são de fundamental importância para a humanidade. Ali é um patrimônio da humanidade.

E tem muitos animais que são alcançados pelo fogo e não tem as mínimas condições de defesa. É o caso, por exemplo, do bicho preguiça, que fatalmente acaba sendo abatido pelas chamas. Então acho que nós poderíamos manter o contato com o Ministro Minc e fazer um apelo para que alguma coisa seja feita nesse sentido. Com a palavra o Senador Jayme Campos.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, demais Senadores e Senadoras.

Eu quero apenas fazer um adendo, Sr. Presidente, naturalmente até porque é um assunto muito importante para nós da Região Centro-Oeste do Brasil, sobretudo que estamos ali também no pantanal e na Floresta Amazônica, com relação ao combate a incêndio.

Na verdade nós já fizemos um projeto de lei propondo a criação da força nacional de combate a incêndio. V.Exa. tem pleno conhecimento de que os estados, os próprios municípios dessa região do Brasil e demais regiões do Brasil, são com certeza... Estão impossibilitados de atender, naturalmente, esse combate.

Eu imagino que esse projeto de lei teria que ser capitaneado pelo Ministério da Defesa e que envolveria todas as Forças Armadas do Brasil, tanto Exército, Marinha e Aeronáutica, que são órgãos do Governo Federal, que tem meios, instrumentos, ferramentas suficientes para fazer esse combate.

Eu imagino que os recursos arrecadados pelas multas, pelo IBAMA, e, decerto, dos órgãos vinculados à preservação do nosso ecossistema, tenham recursos suficientes para montarmos aqui uma força nacional, Senador Gerson, Gerson Camata, uma força nacional de pronta ação. Imagino, baseada aqui no Distrito Federal e com subsedes em alguns outros estados, sobretudo no Estado do Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, para rápidas ações.

Caso contrário, os incêndios, eu imagino, esse ano vai ser muito maior que no ano passado. Se me perguntaria, Senador Valter Pereira, eu imagino de que basta um raio... O Senador Gerson disse que apenas uma lata de "Skol" ali já produziu faísca e, por conseguinte, os incêndios.

É raio, é latas, é uma bituca de cigarro que se joga na BR, ou seja, nas margens das estradas, que naturalmente os próprios governos não têm capacidade financeira para pelo menos tentar fazer os aceiros, que é mais conhecido o termo aceiro, nas BRs e nas estradas estaduais e com isso o aumento de incêndio é inevitável.

Todos sabemos que nesse exato momento quando chegar o fim de maio, início de junho, na nossa região, particularmente, dá para perceber que se não tiver uma pronta ação, não tivermos uma pronta ação, imagino que os incêndios vão aumentar. E o que é mais grave, Sr. Presidente, é de que muitas pessoas credita aos pecuaristas, aos produtores rurais. Não é verdade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não é verdade. V.Exa. tem razão. Ao contrário, quem está mais inquieto hoje no Pantanal com as queimadas são os fazendeiros.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Exatamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** São os pecuaristas.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** E chega, muitas vezes, já vivenciei isso aí, às vezes a SEMA, o IBAMA, ali lavrando multa, tentando prender o cidadão, o gerente, o peão que às vezes responde pela propriedade rural. Isso é muito ruim.

Então, o que nós temos que fazer como prioridade aqui nessa Comissão e naturalmente no Congresso Nacional, é propor, ou seja, aprovar esse projeto de lei meu que já está encaminhado--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V.Exa. já tem um projeto, está tramitando...

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sim, senhor. Já está encaminhado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Acho que cumpre-nos ajudar a tramitar com a maior celeridade. Vamos ver aonde é que está e vamos acelerar.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu ficarei grato dessa contribuição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Que eu acho que é da mais alta importância o projeto de V.Exa..

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Relevância para o país. A Força Nacional, como tem a Força Nacional para combate ao crime organizado, etc., etc., por que não uma força nacional de combate a incêndio? Ou seja, a nível nacional, de pronta ação, rápida--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Incêndio de floresta.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Exatamente.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, presidente.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Imagino que seria muito importante para que nós possamos combater de frente, ou seja, esses incêndios, muitas vezes criminosos, e outros muitas vezes não criminosos. Esse é o apelo que faço a V.Exa. e os demais Senadores que participam dessa Comissão, de que vamos juntarmos no sentido de aprovar esse Projeto de Lei e termos, se possível, nesses próximos anos essa força nacional de combate a incêndio às nossas florestas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V.Exa. terá todo o apoio necessário, porque acho que é fundamental para enfrentar esse dilema.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Gilberto.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, nós temos uma pauta extensa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Temos, vamos começar.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** E eu gostaria... Acho que já temos quórum suficiente para iniciar o processo, porque temos outras comissões também a participar.

Então, como eu sou... Eu tenho um voto em separado do item 01, eu gostaria de saber se nós entraríamos na pauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Item 01. Vamos... Na pauta vamos colocar então... Submeter a apreciação primeiro o item que... Que é o Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2003, não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "*Acrescenta o §2º ao art. 928 da Lei 5.869, de janeiro de 73 que institui o Código de Processo Civil. Dispõe sobre a expedição de mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse.*" Em reunião realizada no dia 4 de março de 2008, foi lido o relatório pelo Senador Delcídio Amaral, que foi designado como relator *ad hoc*, pela aprovação do projeto, sendo que naquela ocasião ele solicitou a retirada de pauta para reexame, devolvendo-o sem nenhuma manifestação.

Comunico a Comissão que o Senador Gilberto Goellner apresentou voto em separado a que ele se referiu nesse instante, pela rejeição do projeto, nos termos do art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, para fazer a leitura do seu voto em separado.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Peço licença, então, para ler o referido voto.

"O *projeto de lei que pretende alterar o rito processual das reintegrações de posse por meio da modificação do art. 928 do Código de Processo Civil.*

*Cabe inicialmente apreciar a redação literal da proposta da Senadora Serys Slhessarenko: § 2º - 'Ademais da decisão sobre pedido liminar de manutenção ou reintegração de posse, relativamente a imóvel rural objeto de invasão coletiva pleiteando a reforma agrária, o juiz, sempre que possível, ouvirá previamente no prazo que assinalar o órgão governamental competente para tratar de questão fundiária, tanto no âmbito da União quanto dos Estados'.*

*Verifica-se desde logo que o texto proposto legitima o crime de esbulho ao se referir a 'relativamente a imóvel rural objeto de invasão pleiteando a reforma agrária'. Procura desde logo tornar lícita a conduta de invadir, com o objeto de pressionar o Estado a desapropriar e realizar a reforma agrária.*

*É preciso estabelecer que a invasão, qualquer que seja, é um ato ilegal. Com efeito, é preciso entender que juridicamente invasão significa penetração ou ingresso violento em terras alheias. Por esbulho, que é invasão, entende-se o ato de se despojar o possuidor de sua posse injustamente, ou seja, de forma clandestina, violenta ou por abuso de confiança, conforme tipificado no art. 161, inciso II, do Código Penal.*

*Mesmo que seja considerado mecanismo reivindicatório, a invasão é levada a cabo por meio de formas ilegais, estando desguarnecida de qualquer traço de legalidade. A premissa estabelecida na Constituição Federal, do cumprimento da função social da proprie-*

*dade, não autoriza por si só a supressão do direito de propriedade e, menos ainda, da guarda a práticas de atos violentos e ilegais.*

*Ao reclamar os direitos sociais previstos na Constituição Federal, não autoriza suplantar sobre outros direitos, igualmente garantidos constitucionalmente. Na defesa da reforma agrária não se pode tripudiar o direito de propriedade e menos ainda fortalecer mecanismos de invasões.*

*Temos, no caso da invasão, uma ação de violência e desobediência civil. Ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.213, o Supremo Tribunal Federal declara a Medida Provisória 2.158 anti-invasão, como constitucional.*

*O acórdão do STF publicado no Diário da Justiça nº 77, em 23 de abril de 2004, na Ata nº 11, destaca a ilicitude das invasões rurais ou esbulho possessório, dizendo: 'O esbulho possessório, mesmo tratando-se de propriedades alegadamente improdutivas, constitui ato revestido de ilicitude jurídica. Constitui atividade à margem da lei, sem qualquer vinculação ao sistema jurídico, a conduta daqueles que particulares, movimentos e organizações sociais visam pelo emprego arbitrário da força e pela acusação ilícita de prédios públicos ou de imóveis rurais, a constranger de modo autoritário o Poder Público a promover ações expropriatórias para efeito de execução do programa de reforma agrária, e o esbulho possessório, além de qualificar-se como ilícito civil, também pode configurar situação revestida de tipicidade penal, caracterizando-se desse modo como ato criminoso, de acordo com o Código Penal.*

*O Supremo Tribunal Federal, em relação ao processo de reforma agrária comenta: 'O processo de reforma agrária em uma sociedade estruturada em bases democráticas, não pode ser implementado pelo uso arbitrário da força e pela prática de atos ilícitos de violação possessória, ainda que se cuide de imóveis alegadamente improdutivos, notadamente porque a Constituição da República, ao amparar o proprietário com a cláusula de garantia do direito de propriedade, proclama que ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal.*

*O acórdão também ressalta que não é lícito ao Estado aceitar passivamente a imposição, por qualquer entidade ou movimento social organizado, de uma agenda política e social quando caracterizada por práticas ilegítimas de invasão de propriedades rurais em desafio inaceitável à integridade da ordem jurídica. O STF não pode validar comportamento ilícitos. Não deve chancelar jurisdicionalmente agressões inconstitucionais ao direito de propriedade e a posse de terceiros.*

*Não pode considerar e nem deve reconhecer, por isso mesmo, invasões ilegais da propriedade alheia ou atos de esbulho possessório como instrumentos de legitimação da expropriação estatal de bens particulares, cuja submissão a qualquer programa de Reforma Agrária supõe, para regularmente efetivar-se o estrito cumprimento das formas e dos requisitos previstos nas leis e na Constituição da República.*

*A pretensão do projeto de lei de acrescentar dispositivo ao art. 928 do Código Penal determinando sempre que possível oitiva prévia do órgão governamental competente, como condição para concessão de liminar de manutenção de posse ou reintegração de posse, é imprópria. Ao determinar a oitiva prévia do órgão fundiário como elemento da lide, a norma torna o procedimento temerário, pois acaba com o instituto da proteção possessória. A proteção possessória é um remédio jurídico que contrapõe-se às invasões que atingem o direito da propriedade e ferem diretamente a posse como direito autônomo.*

*A legislação brasileira autoriza a proteção possessória por vários mecanismos. Primeiro, ações interditais, como as de interdito proibitório. Dois, ações de manutenção de posse ou de reintegração de posse. Três, ações de legítima defesa da posse e o esforço imediato praticados pelo próprio possuidor contra seu agressor.*

*Tanto a turbação como o esbulho são provocações à posse. A ação de manutenção de posse com pedido de liminar garante o direito de liminarmente manter-se na posse do imóvel e os invasores serão citados a se absterem das incursões e autoriza ainda a condenação destes em perdas e danos.*

*Por outro lado, quando o desrespeito à posse chega às do esbulho, o remédio jurídico cabível é a ação de reintegração de posse, que pode vir cumulada com perdas e danos e pedido de liminar.*

*Verifica-se ainda o grave equívoco da proposta, pois conforme o § 6º, do art. 2º, da lei 8.629, de fevereiro de 2003, o imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes a sua desocupação, ou em dobro desse prazo em caso de reincidência.*

*Desse modo, a proposta é protelatória e impõe mecanismo desnecessário e ilegal para dificultar a retomada da posse do imóvel daquele que já a detinha legal e pacificamente. Além disso, a alteração legislativa proposta facilitará diretamente o aumento das invasões e conflitos, pois se legitimará as invasões como instrumento de pressão ou coação junto ao Governo para expropriação e execução da reforma.*

*No meio rural, as principais razões do desencadeamento da violência são as iniciativas dos movimentos sociais por meio das invasões de terras. Os respectivos movimentos elevaram o sistema de pressão democrática para o da pressão da força e do conflito, preponderantemente por intermédio das invasões manifestando ainda nitidamente posições políticas.*

*As invasões como instrumento primeiro de pressão para Reforma Agrária contrariam o regime democrático de reivindicação social e ferem um direito garantido constitucionalmente, que é o referido direito de propriedade, bem como a posse que é um direito autônomo.*"

Pelas razões expostas, concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 318 de 2003.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Bom, concluído... Concluída a manifestação do ilustre relator, Senador Gilberto Goellner, vou passar à discussão da matéria e a primeira inscrita é a eminente Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Eu acredito que deve ficar bem claro para todos que participam dessa discussão que invasão de terra, invasão de propriedade particular, invasão de órgãos públicos, invasão de casa, seja o que for, de escolas, não pode ser dividido e dito: "Invasão dessa forma pode e de outra não pode. Violência dessa forma, nós aceitamos, dessa outra forma não aceitamos."

Ou esse país toma conta de que tudo que é ilegal, que afronta os princípios da ética, da decência, da participação ativa do cidadão, ou nós vamos ficar sempre aqui apoiando questões como essa. "Ah, bom, invadiu e destruiu todos os equipamentos de pesquisa de uma empresa, isso pode ou não pode?" Invadiram aqui o Congresso Nacional, derrubaram vidros e invadiram. Isso pode ou não pode?

Eu acredito que não é aqui discutir se pode a invasão de terra ou não pode a invasão de terra. Não pode ser invadido desde que nós vivamos aqui sob o Estado de Direito. Acho que essa tem que ser a nossa decisão.

Portanto, eu sou contra o projeto, a favor do voto do Senador Goellner por uma única razão: eu não aceito nenhum tipo de violência desse tipo. Qualquer tipo de invasão no país que use a força, que seja para pressionar ou não pressionar.

Para pressionar os órgãos públicos nós temos aqui um Congresso Nacional, nós temos a nossa fala, nós temos greve se quisermos fazer, passeatas se quisermos fazer, mas não violência, não invadir com violência para pressionar. A partir do momento que nós aceitarmos isso, nós estamos dando um aval para qualquer tipo de invasão e violência nesse país.

Era a minha fala, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Marisa... O próximo debatedor é o Senador Romeu Tuma. E logo em seguida o Senador Jayme Campos.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR):** Eu gostaria de me inscrever também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** E Senador Osmar Dias.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Sr. Presidente, eu queria primeiro cumprimentar o Senador Gilberto pela beleza do voto jurídico que ele expediu e nós somos a favor.

Eu acredito que nós estamos atravessando um período difícil na área judiciária. Por quê? Porque várias decisões, Senadora Marisa Serrano expôs corretamente, invasão é crime, violência é crime. Então, a justiça tem dado a reintegração de posse e fica a critério do Governo mandar ou não cumprir a reintegração de posse, sob vários argumentos, deixando de cumprir. A violência vai crescendo porque tem certeza que não vai haver ação do Estado em defesa do Estado de Direito que V.Exa. invocou aqui.

Eu queria, Senador Goellner, Senadora Marisa, os que são de Mato Grosso, ontem tem um artigo no Estado, que eu devo levar ao Plenário, de um professor da USP que faz uma denúncia, no meu ponto de vista, grave, até assustador, que ainda não dei credibilidade muito forte, que é criar o Estado Guarani. Incluindo o Estado de Mato Grosso, outros estados, Bolívia, Paraguai e outros países.

Quer dizer, uma coisa meio assustadora. Pelo grupo dos movimentos sociais que estão se formando com... Inclusive com o CIMI, que é o órgão de defesa das comunidades indígenas da igreja. Então, se ler o artigo, a gente fica meio preocupado. Como já fizemos a língua do MERCOSUL o Guarani, tem o aquífero Guarani, agora querem criar o país Guarani.

Então é uma coisa que o Mato Grosso que se cuide. Estou brincando porque é uma coisa séria. É uma coisa séria, eu trouxe o recorte da matéria, que é um professor da USP que escreveu com detalhes, mostrando uma série de movimentos, considera essas invasões, um preparativo para isso.

Então, eu acho que temos que aprovar esse... Projeto do Senador... O relatório do Senador Gilberto e continuarmos atento ao que vem acontecendo nessa área, conforme propõe a Senadora Marisa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra o Senador Jayme Campos. Do vetusto Estado do Mato Grosso.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero antes de mais nada cumprimentar o Senador Gilberto pelo brilhante voto separado que fez em relação a esta matéria.

Mas, Sr. Presidente, além da questão do mérito levantada no voto separado, é preciso atentar também para o perigo que a proposta representa do ponto de vista processual.

V.Exa., como grande jurista do nosso país, sobretudo do nosso Mato Grosso do Sul, conhece perfeitamente a morosidade em relação à Justiça brasileira. Mas o fato de se determinar ao juiz, sempre que possível uma oitiva prévia do órgão do Estado, significa na prática subverter o instituto da medida liminar em seu principal fundamento.

Na medida em que obriga o retardamento da concessão, desconsiderando a urgência, elevando consideravelmente o risco de danos irreparáveis, resultando o esbulho possessório. Ao que a liminar deveria justamente prevenir com a tutela jurisdicional.

A Senadora Marisa foi perfeita. Nós temos que ter a consciência de que se facilitarmos naturalmente as regras hoje a legislação pertinente a essa matéria em nosso país, vai acontecer barbaridades. Poucos dias atrás vimos lá no Estado do Pará, uma meia dúzia de cidadãos desempregados, eu acho que são vândalos, invadindo uma propriedade rural lá com facão, com arma de fogo... Isso imagino, no mínimo, é a quebra de Estado Democrático de Direito.

E nesse caso, particularmente, o Senador Gilberto fez um voto, eu quero aqui dizer meritório, iremos aplaudir com louvor, que certamente daremos a garantia de direito de propriedade aos cidadãos brasileiros.

Na verdade, o que precisa no Brasil, Senador Valter, é segurança jurídica. Lei nós temos muitas. Todavia não é na prática usada. Então aqui eu quero dizer que é fundamental que nós aqui, Senadores da República, tenhamos a consciência da importância que representa o voto em separado do Senador Gilberto, para que nós demos a segurança, a tranquilidade e paz para o homem do campo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito obrigado Senador Jayme Campos. O próximo inscrito é o Senador Osmar Dias.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Eu estou inscrita?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Está inscrita. V.Exa. é a próxima.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR):** Sr. Presidente, este é um dos assuntos mais importantes para o país. Não é para o setor da agricultura, não. É para o país.

Porque nós estamos falando em segurança institucional, que significa atração de investimentos, que significa tranquilidade para que o país possa crescer, produzir, progredir. Porque não há nada mais terrível para quem quer investir ou para aquele que já investiu e tem sua propriedade do que a insegurança.

Se nós tivermos que mudar a lei terá que ser para oferecer mais segurança e para garantir mesmo direito de propriedade. Porque o direito de propriedade é um marco que é citado todas as vezes que se consulta os investidores nacionais e estrangeiros, quais são os pontos que mais espantam ou afastam os investidores e os investimentos, sempre é colocado entre os 10 primeiros pontos o direito de propriedade.

E é através de uma legislação clara, é através de uma legislação rigorosa que nós vamos garantir o direito de propriedade e dessa forma assegurar um ambiente de segurança para os produtores. Não só para os produtores, mas para o país. Porque se nós não tivermos direito de propriedade no campo, também começa a se contestar o direito de propriedade no perímetro urbano e daí nós vamos avançando numa direção que não faz bem pra ninguém. Principalmente para a nação brasileira que precisa deste Marc,o de uma forma mais clara e sinalizando não só para quem tem propriedade, para quem vai ter propriedade ou até para aqueles que hoje reivindicam seu direito de propriedade que estão aí na fila para adquirir seu lote na reforma agrária e que um dia serão proprietários rurais e que precisarão de uma lei que garanta o seu direito de propriedade.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Segurança Jurídica.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR):** A segurança jurídica do país é importantíssima, como me diz aqui o Senador Romeu Tuma, para que a gente tenha exatamente esse ambiente de paz, de harmonia, de tranqüilidade, que é essencial e indispensável para os investimentos, para o crescimento do país.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo analisando os argumentos daqueles que são favoráveis ao projeto original da Senadora Serys e mesmo analisando o relatório do Senador Delcídio Amaral, eu assumi um compromisso antes com o Senador Gilberto. Porque estudei a matéria, porque sou relacionado a este assunto, sei o quanto é importante nós termos agilidade no sentido de fazer a reintegração de posse daqueles que tem o direito legítimo da propriedade e por isso eu vou votar com o parecer, com o voto em separado do Senador Gilberto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Próximo orador inscrito... Senadora Serys Slhessarenko, que é autora do projeto, que ori-

ginariamente fora relatado como relator *ad hoc*, pelo Senador Delcídio Amaral e que tem o voto alternativo do Senador Gilberto Goellner.

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

Apenas para deixar bem claro: em nenhum momento nesse projeto alguém está pensando em tirar o direito de propriedade. Não é isso que está em discussão.

Há um equívoco se alguém está entendendo assim. Direito de propriedade está assegurado e ninguém está mexendo nele. Só o que nós estamos pedindo, que nós queremos ter certeza, em qualquer pedido de reintegração de posse, quem é o legítimo proprietário.

Que a gente sabe inclusive nesse caso do Pará, o grande equívoco que existe. Em algumas situações não são os legítimos proprietários que estão buscando a reintegração. Então, o que a gente pede na verdade? Estar assegurado o direito de propriedade. Só que a gente pede que em cada reintegração de posse se busque consultar o instituto de terra, o responsável pela questão no Estado, ou seja o INCRA ou seja instituto de terra estadual.

Inclusive, Sr. Presidente, o CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, criou há pouco tempo uma Comissão de Conflitos Agrários justamente para estudar essa questão. A gente estaria saindo na frente da Justiça, porque se a gente não... Se a gente não legisla, a justiça acaba legislando. Aliás nós estamos sendo quase que, entre aspas, "vítimas", não sei se posso usar esse termo em muitas questões que a gente, ao não se antecipar na Legislação, a justiça acaba se antecipando.

Então, o Conselho Nacional de Justiça está criando essa Comissão, criou há pouco tempo, de conflitos agrários; justamente, essa é uma das questões que está sendo tratada, que está sendo criada essa Comissão, para ver realmente quem é o legítimo proprietário.

Então eu pedi a palavra só para dizer que tem que ficar muito claro para o Brasil que aqui ninguém está tirando ou buscando fragilizar o direito de propriedade. Isso tem que ficar claro. Inclusive está na pauta essa questão está na pauta do Grito da Terra, eles tiveram com o Presidente Sarney a semana passada, referendando vários projetos, inclusive esse aqui.

Obrigada. Para deixar muito claro que não fique o equívoco que alguém aqui--

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Senadora Serys, queria um aparte de V.Exa..

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** --Está querendo tirar o direito de propriedade.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu queria um aparte de V.Exa..

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** Pois não, Senador.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu queria só esclarecer para V.Exa. de que o projeto, talvez na sua essência, seria o ideal. Todavia, nós não podemos desconhecer aqui a morosidade dos órgãos públicos, sobretudo do INCRA, que é um órgão que anda menos do que na velocidade de um cágado, a senhora tem conhecimento que para hoje se conseguir um JEL, no INCRA só à base de liminar. Ou seja, está demorando na média em Mato Grosso cinco, seis, oito, até 10 anos.

Você imagina, quando um cidadão invadir uma propriedade e depois para conseguir uma liminar, para fazer a desintrusão da área, consultar os órgãos governamentais. Acho que seria o fim da picada, na medida em que os órgãos, naquilo que tem que prestar, ou seja, o serviço de... Que ele teria que prestar com eficiência, naturalmente, aqueles que recorrem já é muito ruim, você imagina nas invasões que eventualmente ocorrer quando o juiz terá que ouvir esses órgãos, naturalmente, que esteja envolvido na matéria no assunto, quanto tempo vai demorar para que possa, com certeza, ser cumprida essa liminar, ou seja, ser cumprido esse mandato.

Nesse caso particularmente no Mato Grosso, Senador Valter, toda vez que há uma invasão, e o Juiz dá o mandado de desintrusão da área, na média lá tem demorado mais de um ano. Porque é feito um planejamento. Na Casa Militar junto com a Casa Civil, para que a Polícia Militar cumpra este mandato. Nesse caso, particularmente, eu acho que de que, necessariamente, primeiro, que os órgãos vinculados a essa área teria que ser mais ágil naquilo que é dasua competência; todavia, na prática não é, é inexistente.

Então, essa é a preocupação, imagino, do Senador Gilberto. É preocupante de todos nós, não estou defendendo aqui nenhum cidadão do agronegócio, nenhum grande pecuarista ou produtor daquele caso no Mato Grosso. Mas a minha preocupação é na demora dos órgãos, naturalmente, fornecer exatamente aquilo que o Juiz, naturalmente, solicitar a ele para que ele possa fazer definitivamente ali a conclusão desse pedido de liminar para desintrusão das áreas que eventualmente possam ser invadidas.

Essa é a minha pontuação, Senadora Serys.

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** Sim. O Senador... Foi um aparte...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Pela ordem.

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** Foi um aparte que o Senador Jayme pediu. Ele tem razão que o INCRA é devagar que... Aliás, tem muitos órgãos muito devagar. INTERMAT, INCRA... A

gente pode elencar de mão cheia quantos são os que são devagar mesmo em seus pareceres.

Mas nesse caso, não é o caso aqui. Acho que a questão do direito de propriedade, ele é... Da legitimidade do proprietário é muito maior do que essa questão dos prazos.

Até porque, Senador, o Juiz demarcaria... Demarca, a lei assegura, se demora mais é outro problema, porque aí a lei não está assegurando e a lei tem que assegurar, que são 15 dias, quer dizer, são 15 dias. Eu acho que os 15 dias que realmente se... A lei faça valer os 15 dias, eu acho que eles seriam importantes, esse prazo de 15 dias seria importante para ver a legitimidade da propriedade. Porque se essa propriedade não é daquele proprietário, como é que ele está pedindo a reintegração de posse?

Eu acho que isso é muito mais perigoso do que qualquer demora. É nesse sentido que eu fiz o meu projeto de lei.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Sr. Presidente, eu estou inscrito e ao mesmo tempo pela ordem. Sr. Presidente--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V.Exa. está pedindo pela ordem ou para discutir?

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Pode ser pela ordem. Pode ser pela ordem. Seria eu agora pela inscrição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Vossa Excelência.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Mas peço já a V.Exa., pela ordem, Sr. Presidente, porque sem a presença do Senador Delcídio Amaral, tanto no item 01, como no item 02, e eu gostaria muito de conversar com ele, não sei se V.Exa. vai colocar o item 02, mas eu, de pronto, estou pedindo vista do item 01 e também do 02, se V.Exa. for colocar em votação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Bom, na verdade o Senador Delcídio Amaral deu um parecer favorável ao projeto da Senadora Serys na condição de relator *ad hoc*. E ele pediu para que a matéria fosse retirada em pauta para reexame.

Certamente ele não se sentiu devidamente seguro para proferir o seu voto, já que ele foi instado a fazê-lo de surpresa, sem conhecer na inteireza a matéria.

Não foi pedida a vista, portanto V.Exa. tem direito à vista pedida. E V.Exa. então não vai falar sobre... Eu estou sendo alertado aqui pela assessoria que já houve pedido de vista anterior. Anterior a essa manifestação do Senador Delcídio. E nessa circunstância não cabe nova vista.

Então eu passaria a palavra a V.Exa. para discutir a matéria.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Foi antes, foi antes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Item 01.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Mas foi antes do parecer do Delcídio?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Antes do parecer do Senador Delcídio.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** [falas sobrepostas] antes do parecer do Delcídio, cabe.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Foi depois do parecer?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Foi depois do parecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então já foi pedido vista?

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Não tem registro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Aqui não consta.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Aqui não consta. Aqui não consta o pedido de vista.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Sr. Presidente, pela informação que eu tenho aqui, que não consta o pedido de vista. Eu só quero pedir vista para dialogar mais com o Senador Delcídio sobre a matéria. Somente isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Se não foi pedida vista, como é que o Senador Goellner está dando parecer alternativo? Foi dentro do prazo?

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Pode. Voto separado pode fazer isso.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Voto Separado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então voto em separado. Então... Então concedida vista a V.Exa..

[falas sobrepostas].

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não havendo registro de outro pedido de vista.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Eu gostaria que fosse... A minha sugestão é que fosse dado vistas coletiva, para que haja a discussão plena

e eu também gostaria de pedir vistas então para que seja votado na próxima sessão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então... Deferido pedido de vista coletiva.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu quero pedir vista também no item 02. V.Exa. vai colocar na pauta no item 02.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O item 02... Se V.Exa. aguardar um pouquinho, V.Exa. terá direito de pedir vista.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V.Exa. pediu vista do item 02. E foi pedido vista... Não foi lido ainda, mas... V.Exa. quer o pedido de vista e o Senador Paim também o quer. Perfeito. Então nós vamos fazer a leitura do item 02 e logo em seguida vamos conceder.

Por economia processual, nós vamos designar um relator *ad hoc* a fim de que não interrompa a tramitação do processo. E em seguida será deferida a vista requerida na forma do regimento.

Então nós vamos passar ao item 02 da pauta. [interrupção no áudio] Item 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 264 de 2006, não terminativo, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que "*Altera os arts. 161 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 40, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 90, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*"

Então, aqui é o projeto que é o contrário daquilo que estava previsto no primeiro. Eu vou designar como relator *ad hoc* o Senador Colombo.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Pág. 18, Senador Colombo.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Sr. Presidente, eu vou fazer um relatório bem rápido, não sei se eu preciso ler o projeto. Eu acho que o item 02 tem relação com o item 01. Acho que ambos ferem o bom senso. E, no meu entendimento, eles devem ser votados se relacionando, porque eu não considero adequado considerar crime hediondo.

Então, o exame dessa Comissão, Projeto de Lei nº 264, de 2006, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que pretende alterar os arts. 161 do Decreto-lei 2.848 de 7 de dezembro de 40 e o art. 1 da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 90 para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol de crimes hediondos e dá outras providências.

O relatório do Senador Delcídio ele... Esse entendimento também vale para outras situações, por exemplo, havendo efetiva depredação de bens e valores, levando-se para vítima os participantes do MST deverão responder por crimes de dano, art. 163 do CP e poderão ser condenados na esfera civil e arcar com os prejuízos.

Não há dúvidas também de que poderão ser responsabilizados por crimes de sequestro e cárcere privado caso tolham a liberdade de outros. A rejeição da presente proposição pelas razões aduzidas impedirá o cerceamento da liberdade dos cidadãos para demonstrar sua insatisfação com determinadas políticas de Governo.

Nesse sentido, mostra-se ainda mais inadequada acrescentar o novo tipo penal ao rol de crimes hediondos, categoria por si só já é extremamente controversa. Tais providências, a nosso sentir, representariam um retrocesso no processo democrático brasileiro e de modo algum contribuem para minimizar as tensões sociais no campo.

Pelas razões expostas concluímos pela rejeição do projeto.

Se os Srs. Senadores concordarem, eu acho que nós deveríamos pedir vistas desse também e discutirmos já na próxima... Já foi pedido?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria até de fazer uma consulta ao Plenário. Será que não seria o caso de fazer o apensamento das duas matérias que tratam de assunto...

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Eu acho que vai demorar mais ainda. Eu acho que na próxima sessão nós... Na próxima reunião, se não me engano, a gente pode tratar dos dois assuntos em paralelo e provavelmente os dois serão rejeitados.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Teria que requerer em Plenário. É verdade. Então, V.Exa. conclui... Retirando?

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Retirando e pedindo vista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pedindo vistas também.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Pedindo vistas também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pedindo vistas para prolatar seu relatório.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Exatamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Perfeitamente. Vista coletiva e retirada para reexame.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Exato. É a minha sugestão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então vamos passar para o item 03. O item 03, que é o Projeto de Lei do Senado nº 174, não terminativo. Autoria do Senador Cícero Lucena, que "*Dispõe sobre renegociação de dívida de produtores rurais relativos a financiamentos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste, Centro-Oeste.*" Com a palavra o Senador Gerson Camata, que é o relator da matéria.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei de autoria do Senador Cícero Lucena que objetiva exatamente adequar o nível de endividamento dos produtores rurais junto aos fundos constitucionais de financiamento à capacidade de pagamento desses produtores.

Para isso prevê a renegociação dessas dívidas em condições especiais. "*É importante lembrar que de acordo com a Lei 7.827, de 27 de setembro de 89, que instituiu os fundos constitucionais de financiamento, esses fundos tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Para alcançar esse objetivo os fundos tem como uma de suas diretrizes, para a concessão dos financiamentos, a adoção de prazos, carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.*

*Nesse contexto os produtores rurais das regiões menos desenvolvidas do país precisam de tratamento diferenciado em relação à limitada infraestrutura e baixo nível de renda, ainda sujeito às intempéries*", como nós estamos vendo agora no nordeste e no estado de V.Exa., "*e aos riscos inerentes ao setor agropecuário. O art. 2º do PLS autoriza a remissão, que é perdão por parte dos administradores dos fundos constitucionais das parcelas e operações de crédito rural em períodos de adversidade climática reconhecidos pelo Poder Executivo.*

*Com isso procura-se limitar os riscos assumidos pelos produtores quando não é implantado um sistema de seguro rural. Enquanto não é implantado. Os percentuais das parcelas a serem perdoadas são limitados de acordo com o valor da dívida, sendo integral para operações de 20 mil reais, de 70% para as operações de valor superior a 20 mil reais e até 50 mil reais, e de 50% para operações de mais de 50 mil reais. Além disso, o valor da remissão não poderá ser superior ao valor da produção sinistrada.*

*Enfim o projeto é altamente meritório, por tentar reduzir as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.*

*Em relação à redação do projeto, cabe uma emenda para corrigir um erro de concordância nominal na ementa, trocando-se a palavra 'relativos' por 'relativa', em concordância com o termo dívida.*

*Será necessária também emenda para acrescentar a cláusula da vigência da lei.*"

Um projeto, uma emenda de autoria do Senador Gilberto Goellner exatamente propondo o que esse projeto defende foi incluída na Medida Provisória, se não me engano, 429 que já foi votada aqui, parece que voltou para a Câmara.

Eu conversei com o Senador Gilberto Goellner, ele acha interessante votarmos esse projeto embora já tenha sido aprovada uma emenda a uma Medida Provisória no sentido de que se houver algum incidente, algum encaminhamento dela, nós estamos aqui então tipo um...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Um sobressalente, um reserva, para entrar em campo caso ocorra algum acidente na tramitação do outro projeto de lei.

De modo que o meu relatório é favorável, apesar do Senado já ter aprovado através de uma emenda, na 429, se não me engano, a essa mesma medida. Muito obrigado a V.Exa..

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Em discussão, Senadora Serys.

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** Como essa Medida Provisória 432...

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** 432, é?

**SENADORA SERYS SLHESSANRENKO (PT-MT):** 432. Oi? 432. 432. Ela... Esse projeto existia antes da medida, antes da medida. Então, como nós temos aí as renegociações já noticiadas pelo Ministério da Fazenda, eu gostaria de lembrar que essa renegociação das dívidas rurais aconteceu, inclusive aquelas oriundas dos fundos constitucionais e de qualquer forma gostaria... Acho que como ela, como o projeto nasceu, iniciou antes da MP 432, eu gostaria de ouvir novamente alguns órgãos, inclusive o Ministério da Fazenda, para saber qual foi o impacto e os resultados dessa renegociação promovida pela Lei 11.775/08 a

fim de a gente considerar a pertinência de tal medida nesse momento.

Então, vou pedir vistas.

[interrupção no áudio].

Nada, pelo contrário, batalhei pela renegociação da divída.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, que tem dúvidas se a matéria perdeu ou não o objeto. É isso, Senadora?

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Exatamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, concedida vista.

Vamos passar então ao seguinte item 04, Projeto de Lei do Senado 589, de 2007, não terminativo de autoria do Senador Marcelo Crivella. "*Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.*"

Em reunião realizada no dia 12 deste mês foi lido o relatório pelo Senador Augusto Botelho, e concedida vista ao Senador Gilberto Goellner. O relatório concluiu pela aprovação.

Antes de colocar em votação este relatório, eu gostaria de ponderar o seguinte: o Senador Augusto Botelho esteve aqui no início desta reunião pedindo-nos que aguardasse a volta dele para ele proferir este relatório. De sorte que esse item 04 poderia ser sobrestado até a apreciação do seguinte, que é o item 05.

Projeto de Lei do Senado nº 380 de 2008, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "*Altera o art. 25 da lei 8.212, de 24 de julho de 91, restabelecendo exclusão da rede de cálculo da contribuição do empregador rural, pessoa física, das receitas que especifica.*"

No dia 12 de maio desse ano também foi lido relatório pelo Senador Raimundo Colombo, e foi concedida vista coletiva. Foram os Senadores Paulo Paim e Gilberto Goellner que devolveram o processo sem nenhuma manifestação. O relator concluiu pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Em discussão, com a palavra o ilustre relator.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Sr. Presidente, esse projeto ele é meritório, ele na verdade recupera um texto que já existia no plano anterior e que foi modificado. E me parece extremamente adequado. Ele... A Comissão... A área rural, a matéria encontra-se no escopo da competência privativa da União para legislar sobre seguridade social, conforme o que dispõe no art. 22 da... § 23º, da Constituição Federal. Não há restrição quanto à juridicidade. Conforme menciona o Senador Casildo Maldaner, na justificação com a revogação passou a ser tributada a receita referente a venda de animais vivos e de seu material genético, o que implica a duplicidade da tributação no momento da venda desses animais para abate.

Se esses forem ainda vivos vendidos para outro comerciante, ter-se-á a tríplice incidência de uma mesma contribuição. Da mesma forma também sobre a receita decorrente da venda de sementes e mudas passou a incidir a aludida contribuição, de forma que ao ser vendido o produto da colheita haverá nova incidência da mesma tributação.

A imprensa divulgou na quinta-feira passada o Brasil como a maior carga tributária da América Latina. Então é uma coisa simples, que reduz um pouco, mas acho que é como a gente vai avançando.

Então eu reafirmo meu voto parecer ao projeto do Senador Casildo Maldaner e peço apoio dos Srs. Senadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Segue em discussão o projeto. Não havendo nenhum orador inscrito, nós vamos submetê-lo à votação. Se os Srs. Senadores que... Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Está aprovado o parecer por unanimidade e vamos então ao item 06, Projeto de Lei do Senado nº 276, não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que altera a redação do art. 1º da Lei 9.481, que "*Dispõe sobre a incidência de Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior e dá outras providências para reduzir a zero a alíquota do Imposto de Renda na Fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação.*"

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, relator da matéria.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):** Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, Srs. Senadores. Na verdade, o que é exportador direto ele tem essa isenção. Aquele que é pro consumo interno ou mesmo que exporta diretamente ele não tem.

Então, lendo já a análise, "*Em conformidade com o art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado, incumbe a esta Comissão em caráter não terminativo a decisão, a apreciação da matéria quanto ao mérito da proposta.*

*A Lei nº 9.481 de 1997, concede alíquota zero do Imposto de Renda na Fonte sobre os juros e comissões dos empréstimos contratados no exterior para financiamento daquela parte do setor agropecuário que*

*detêm escala exportadora, e capacidade econômica para realizar esse tipo de operação.*

*No entanto, aqueles produtores que não são diretamente exportadores, não estão autorizados a usufruir do benefício tributário de alíquota zero para o Imposto de Renda na Fonte sobre os valores pagos a título de juros e comissões sobre os empréstimos externos.*

*Para corrigir esta evidente contradição, o eminente Senador Gilberto Goellner apresentou o presente projeto explicando que não existe diferença econômica substantiva entre os empresários da agropecuária que se dedicam à produção de exportáveis.*

*Cabe inicialmente esclarecer que os beneficiários são pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliados no exterior e que de fato... E que o fato gerador do Imposto de Renda dos juros e comissões em geral são: importâncias pagas creditadas entregues empregadas ou remetidas ao exterior por fonte localizada no Brasil, a título de juros e comissões inclusive os remetidos em razão de compra de bens a prazo; juros e comissões de empréstimos externos destinados a exportação.*

*Para se ter a dimensão da extorsão que o Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2008 pretende eliminar é fundamental apresentarmos o nível de tributação que ora é suportado pelos empresários da agropecuária que produzem exportáveis: 15% do valor bruto dos juros e comissões pagos, creditados e empregados e entregues ou remetidos inclusive no caso de compra de bens a prazo; 25% do valor bruto dos juros e comissões pagos creditados, empregados, entregues ou remetidos prestações de serviços.*

*Em face do exposto, entendemos que num país no qual a carga tributária já beira os 40% do PIB, não é justo impor aos produtores rurais mais este fardo. Um imposto entre 15 e 25% é algo que rompe todos os princípios da isonomia, e que pune um dos mais importantes setores da economia brasileira, que tem sido responsável por sucessivos recordes na balança comercial.*

*Portanto, somos favoráveis à iniciativa do ilustre Senador Gilberto, materializada na apresentação do Projeto de Lei do Senado 276, ora em análise. Na versão atual, o Projeto de Lei do Senado, a cláusula de vigência art. 3, está dividido em parágrafo único para restringir o escopo do seu 'caput', o que não representa a melhor técnica legislativa.*

*Com vistas a contribuir para aprimorar a proposição, sugerimos emenda de redação para adaptar esse item da proposição aos ditames das Leis Complementares nºs. 95, de 26 de fevereiro de 98 e 107, de 26 de abril de 2001, em especial para manter a ordenação lógica da estruturação, articulação e redação das leis, insculpidas nos arts. 3 e 11 das referidas Leis Complementares.*"

Aí eu faço aqui a modificação e concluo dizendo que "*Desse modo o inciso XII, ora proposto pelo Projeto de Lei do Senado, necessitará ser renumerado para inciso XIII, assim como uma nova referência deverá ser estabelecida no §1º, do art. 1, proposto pelo Projeto de Lei do Senado, para que se contemple essa alteração.*

*Assim, oferecemos também uma emenda de redação para corrigir a numeração dos incisos XII atual para o XIII e sua referência no parágrafo único.*

*Do exposto o voto. Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado com as seguintes emendas de redação*", aquelas a que eu me referi. Sendo assim, Sr. Presidente, o voto é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Parecer favorável do relator, a matéria está em discussão. Não havendo nenhuma contestação, em votação. Não havendo voto contrário, aprovado por unanimidade.

Vamos passar ao item 08, já que o item anterior, o 07, a relatora não está presente.

Item 08. "*Ofício da Associação Comercial Industrial e Outras Entidades de Limeira", Senador Tuma, as quais demonstram contrariedade quanto à Portaria nº 258 de 28/08/2008, do Ministro Paulo Bernardo e Portaria nº 53 de 24/09/2008 do INCRA, nas quais cedem provisoriamente a área do Horto Florestal de Limeira, São Paulo, para fins de Reforma Agrária.*"

Aqui como os senhores devem se lembrar, nós designamos o Senador Romeu Tuma para cumprir diligências no local e trazer o seu relatório. Portanto, com a palavra o ilustre relator, Senador Romeu Tuma para falar sobre o assunto.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senador, eu acredito que na última reunião nós fizemos uma exposição. E teria ficado decidido que V.Exa. marcaria uma entrevista com o Ministro do Planejamento, Dr. Paulo Bernardo, para que ele revisse a decisão e procurasse um acordo, que já foi proposto, de troca de área, para não se perder o que já foi construído na cidade de Limeira, e continua com os investimentos feitos pela Prefeitura.

Inclusive a negociação que foi feita com a rede ferroviária e o dinheiro está depositado em juízo para pagamento. Como a rede ferroviária perdeu a administração por não ter possibilidade de gerenciar a extinção da rede, passou para o Ministério do Planejamento.

Então houve esse hiato e ficou de se falar com o Ministro do Planejamento se V.Exa. lembrar da última sessão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** É verdade. O Senador Romeu Tuma propôs uma audiência com o Ministro do Planejamento e nós já orientamos a Secretaria para pedir essa audiência e já foi pedido e ele ficou de confirmar a data. Vamos cobrar nessa semana.

Há uma... Um Requerimento de minha autoria, que eu quero submeter à apreciação de V.Exas., extrapauta, sobre o qual eu já me manifestei anteriormente, vazado nos seguintes termos: "*Requeiro nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de discutir alternativas para a produção de biodiesel pinhão manso, com presença dos seguintes convidados: Sr. Marco Antônio Viana Leite, Coordenador-Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA; Sr. Donato Aranha, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Chefe do Laboratório de Tecnologias Verdes; e o Sr. Laércio Neri, Diretor Presidente da Brasil Energia S.A.*"

Ao submeter apreciação esse Requerimento, eu destaco que tem aqui três nomes elencados e se algum colega quiser acrescentar um quarto nome, a Audiência, mesmo assim, não ficaria tão longa, poderia ser realizada tranquilamente.

Mas a verdade é que a matéria se reveste de grande importância, já que o pinhão manso embora seja... Seja... Tenha sido pouco divulgado como insumo para a produção de biodiesel, na verdade é um dos que tem apresentado o maior padrão de rendimento, o maior, o melhor custo/ benefício e com isso eu acho que essa discussão deva ser ferida para que essa Comissão se posicione com relação aos combustíveis alternativos.

Então, submeto à apreciação dos Srs. Senadores este Requerimento extrapauta. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, esta aprovado por unanimidade.

O Senador Augusto Botelho, já estando presente depois de cumpridos seus deveres prioritários assumidos anteriormente, nós vamos colocar em discussão a matéria por ele relatada no item 04, que é o Projeto de Lei 589, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "*Concede isenção de impostos sobre produtos industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.*"

Em reunião realizada no dia 12 de maio foi lido o relatório pelo Senador Augusto Botelho, e concedida vista ao Senador Gilberto Goellner. E o Senador Gilberto não se manifestou, devolveu o processo sem nenhuma emenda. O relator concluiu pela aprovação.

Portanto passamos a palavra ao ilustre relator.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Senador Presidente, Valter Pereira, parece que o Gilberto ele não teve tempo de elaborar a emenda dele. Então gostaria de retirar para apresentar na próxima reunião para dar mais uma chance de ver o que ele quer emendar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Está deferido o pedido de V.Exa..

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Muito obrigado.

Bom, há um Requerimento aqui da Senadora Rosalba Ciarlini. Nós o deixamos por último, aguardando a presença dela, o retorno dela. Todavia, como estamos... Como o Requerimento é o Requerimento que tem prazo, tem calendário, eu acho que... É importante que seja apreciado hoje.

E acaba de chegar neste recinto, para gáudio de todos nós, a ilustre Senadora Rosalba, que certamente vai comentar o Requerimento de sua autoria que nós vamos submeter à apreciação deste douto Plenário.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Presidente, pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra a ilustre Senadora Rosalba Ciarlini. Pela ordem, em primeiro lugar, ao Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Bom dia, Senadora, uma alegria estar com a senhora aqui. Mas, tem da Kátia Abreu um Requerimento, me parece que é idêntico. Eles estão... Me parece que poderia a Senadora comentar, porque os dois acho que são idênticos. O da Kátia Abreu e--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** São idênticos, Senadora Rosalba? O de V.Exa. e da Senadora...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** É verdade, Senador Valter Pereira, Sr. Presidente da Comissão.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone].

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Eu quero inicialmente cumprimentá-los, um bom dia--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Requerimento de V.Exa. pede um aditamento, não é isso? Para incluir a CAE.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Exatamente. Para incluir a CAE na discussão dessa Audiência-- a CAS.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** A CAS?

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** A CAS, Comissão de Assuntos Sociais, nas discussões,

na apresentação sobre o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pela Organização da Nações Unidas, do qual o Brasil participa. É signatário. Exatamente. E que são metas que devem ser atingidas até 2015 e nós queremos exatamente debater quais são aquelas que nós já estamos evoluindo realmente de forma satisfatória, ou e... Aquelas que ainda não conseguimos realmente cumprir dentro desse prazo.

Claro, nós temos até 2015, mas muitas já estão praticamente cumpridas antes de 2015. Com relação, por exemplo, a criança na escola, a questão da desnutrição avançamos muito. Mas tem outras questões que o Brasil ainda está muito aquém.

Então, é exatamente desse debate que como tem interesse nas diversas comissões, nós estamos aqui fazendo essa solicitação de aditamento ao requerimento das demais comissões, para que possamos fazer uma só audiência já que o foco será o mesmo.

É o caso exatamente da solicitação da Senadora Kátia Abreu, que...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone] Marisa Serrano.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Que vários Senadores subscrevem. De autoria da Senadora Kátia Abreu, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro e pela Senadora Marisa Serrano, que é exatamente também a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Acho que o da senhora explica bem.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Explica melhor. Esse diz o seguinte: "*Requeiro nos termos do inciso II, art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão*", que é a Comissão de Relações Exteriores... Aqui... Exatamente. "*Em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária*". Porque já foi apresentada na Comissão de Relações Exteriores e aprovado. Agora está sendo... A Senadora Kátia Abreu também pede para que seja aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que possamos... Nós possamos debater em conjunto.

E eu peço, também, o aditamento através da Comissão de Assuntos Sociais, já que todas essas comissões têm total interesse. A questão da Comissão de Agricultura, com certeza, suas metas relacionadas à produção de alimentos e o combate à fome, também questões de meio ambiente, a Comissão de Assuntos Sociais tem maior interesse, porque são metas relacionadas à infância, a terceira idade, à saúde e a Comissão de Relações Exteriores, pela sua responsabilidade, já que o Brasil é signatário.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senador, só se V.Exa. permitir...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Tuma pela ordem.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** É cumprimentar a Senadora Rosalba, acho que o nosso objetivo aqui é aprovar ou não a participação conjunta das comissões, para discutir esse assunto tão importante que é o projeto do milênio. Acho que é só isso, se aprovamos ou não a participação conjunta. Não é, Senadora?

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Exatamente, exatamente, solicitando que todos possamos fazer em conjunto. Mas tem um detalhe, eu também quero... Peço aqui, Sr. Presidente, que entre os convidados que já foram colocados no primeiro requerimento da Comissão de Relações Exteriores, nós possamos também convidar o Sr. Marcelo Garcia; ele é Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, CONGEMAS. É secretário de Assistência Social... Tem uma larga experiência e é um profundo estudioso das questões sociais ligadas também às metas do milênio.

Então, além da solicitação para que seja aprovado essa reunião em conjunto da CAS, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Relações Exteriores, que também o Sr. Marcelo Garcia esteja entre os convidados. Era só isso, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer a V.Exa. por ter tido a sensibilidade de aguardar até que eu chegasse, porque eu estava presidindo a Comissão de Assuntos Sociais, onde hoje foi mais uma audiência sobre o ciclo de debates que estamos realizando do SUS que temos e o SUS que queremos. E hoje foi tratada a questão da assistência à terceira idade, que chegando aqui nós também estamos tratando de certa forma, falando em metas do milênio, estamos falando também de questões sociais e claro, de respeito e de valorização da terceira idade. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Com os acréscimos requeridos pela Senadora Rosalba Ciarlini, nós vamos complementar o Requerimento nº 06, que já foi aprovado por esta Casa e cuja audiência já está marcada para o próximo dia 2 de junho.

Portanto, não havendo nenhuma manifestação em contrário, dou por aprovada a proposta da Senadora Rosalba Ciarlini, acrescentando as comissões que não faziam parte do Requerimento original e o Sr. Marcelo Garcia.

Não havendo nenhuma matéria mais a ser discutida, eu dou por encerrada esta reunião, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores.

*Sessão encerrada às 11h36.*

**ATA DA 15ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E EMPREGABILIDADE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE MAIO DE 2009.**

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FRANCISCO DORNELLES**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Econômicos, de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, com a presença dos seguintes senadores: **TASSO JEREISSATI, ROBERTO CAVALCANTI, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, CÉSAR BORGES, MARCO MACIEL, MARCONI PERILLO, FERNANDO COLLOR, VALTER PEREIRA, GARIBALDI ALVES, RENATO CASAGRANDE, GILBERTO GOELLNER, EDUARDO SUPLICY, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, PEDRO SIMON, MOZARILDO CAVALCANTI, JOSÉ NERY, ANTONIO CARLOS VALADARES, JOÃO PEDRO, ROMEU TUMA, SÉRGIO GUERRA, ROSALBA CIARLINI, TIÃO VIANA, NEUTO DE CONTO, PAULO DUQUE, INÁCIO ARRUDA, MÃO SANTA, PAPALÉO PAES E ALMEIDA LIMA.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Francisco Dornelles, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 18 de 2009 – CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 19/5/09, **Requerimento nº 4, de 2009 – CI**, de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado em 12/3/09, **Requerimento nº 9, de 2009 – CAE**, de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado em 10/3/09, **Requerimento nº 6, de 2009 – CAS,** de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado em 11/3/09, e **Requerimento da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade,** com a finalidade de discutir o enfrentamento da crise econômica no Brasil, com a presença do Sr. **Luciano Coutinho** – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES.** Após a exposição do Senhor convidado fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Tasso Jereissati, Valter Pereira, Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Tião Viana, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho, Gilberto Goellner, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves, Rosalba Ciarlini e Inácio Arruda. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da CACFE – Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA – Senador **Fernando Collor,** Presidente da CI – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da CAE – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da CAS.

**15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 14ª COMISSÃO DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 29 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu queria dizer da honra, Sr. Presidente Luciano Coutinho, de recebê-lo nessa Casa, V. Exa. que é um dos maiores expoentes da administração e hoje da economia do País e que vem fazendo um trabalho da maior profundidade, da maior responsabilidade e da maior competência no BNDES. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu estou aqui presidindo por dois motivos: porque sou o que tenho menos tempo no Senado e o que tenho mais idade, porque se fosse qualquer outro critério a presidência deveria caber ao Senador Valter Pereira ou ao Senador Marconi Perillo, que aqui representa a presidência do Senado e a Comissão de Infraestrutura, ou ao meu querido amigo, meu sempre Presidente, Garibaldi Alves.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Eu declaro, também, aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a 14ª Reunião da Comissão de Infraestrutura, a 19ª Reunião

da Comissão de Assuntos Sociais e a 9ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, que hoje se realiza conjuntamente. A Audiência Pública é sobre o tema o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento no enfrentamento da crise financeira e seus impactos da empregabilidade, com a presença do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, em atendimento aos Requerimentos nº 2, 5, 8 e 14 da CAE, ao Requerimento nº 6 da CAS, Requerimento nº 18 da Comissão de Agricultura, Requerimento nº 34 da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Valter Pereira e Paulo Duque.

De acordo com as normas da presidência, o convidado fará a sua exposição, em seguida vamos abrir à fase de interpelação pelos Senadores de acordo com a ordem de inscrição e de acordo com os requerimentos apresentados. Com a palavra o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Exmos. Srs. Senadores, Exmo. Sr. Senador Francisco Dornelles, Exmo. Senador Garibaldi Alves, Exmo. Senador Marconi Perillo, Exmo. Senador Valter Pereira, Exmos. Srs. Senadores Casagrande e Suplicy. Antes de tudo, eu queria agradecer às Comissões do Senado a oportunidade de poder ter o diálogo com os senhores, agradecer aos Presidentes de Comissões a gentileza de ter reunido nessa Audiência os vários aspectos da economia brasileira. Quero especialmente dizer ao Senador Valter Pereira que, atendendo à solicitação do Exmo. Ministro Miguel Jorge, que me incumbiu de representá-lo com relação a vários assuntos relativos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que eu estou à exposição, e dizer da minha alegria de estar aqui. Eu farei uma exposição breve para que possamos ter oportunidade de esclarecer as questões que preocupam os Srs. Senadores.

Nós estamos num momento ainda muito difícil na economia mundial, embora nós vamos ver que os ativos, especialmente bolsas e preços, pararam de cair, mas no caso americano o setor imobiliário, os preços dos imóveis continuam muito deprimidos, continuam ainda caindo. Isso significa que a sensação de empobrecimento das classes médias americanas, a partir do seu patrimônio imobiliário, continua sendo um fator de freio à economia americana, o *Federal Reserve* americano continua atuando muito firmemente, oferecendo liquidez ao sistema, mas o sistema bancário não transmite essa liquidez plenamente para as empresas. É impressionante, por exemplo, o volume de depósitos do sistema bancário no próprio FED, a liquidez não flui e o crédito continua seletivo. Houve melhora apenas para empresas de muito bom *rating*. A atividade da economia mundial e americana nesse ano de 2009 atravessa uma recessão. Este último trimestre foi um trimestre de forte queda da americana mundial, da economia dos países desenvolvidos principalmente, e apenas um conjunto de economias emergentes, economias em desenvolvimento, especialmente China e Índia, e eu argumentaria aqui que o Brasil se juntará a este grupo de países, que começam a se recuperar, a sustentar o crescimento e a contribuir para que a recessão mundial não seja tão aguda. O próximo slide.

Eu queria mostrar aqui que os países emergentes vão contribuir e a sua participação tende a crescer na economia mundial. Essa tabela mostra a última projeção do Fundo Monetário para 2009 e 2010, é uma projeção razoavelmente pessimista, mostrando uma queda de quase 4% no PIB das economias desenvolvidas, um crescimento zero em 2010, enquanto de outro lado as economias em desenvolvimento não só mantém uma relativa diferença em termos de taxa de crescimento como ajudam a recuperação da economia mundial. Essa é a projeção mais recente do FMI. Eu quero sublinhar esse aspecto, que as economias em desenvolvimento podem gradativamente, mas especialmente lideradas pela China, cuja taxa de crescimento mínima será de 6,5%, o consenso de analistas já mostra que a China talvez consiga crescer 7%, a Índia cujo desempenho tem se mantido mais firme do que o esperado também, talvez o FMI tenha subestimado um pouco essas taxas de crescimento, inclusive a nossa, mas o consenso é que as economias em desenvolvimento ajudarão a puxar a recuperação global e, portanto, descolarão da recessão internacional. O próximo quadro.

Com relação à crise de crédito nos Estados Unidos, como eu disse, nessa curva azul aqui nós temos que ler desse lado. As taxas de risco das empresas de melhor qualidade *investment grade* americanas chegaram a bater em quase 300 pontos base; elas estão hoje um pouquinho abaixo de 200. É um nível ainda muito alto, mas é um primeiro indicativo de que as taxas de risco para as empresas de *investment grade* nos Estados Unidos começa a ceder. Por outro lado, todos os investimentos de alto risco ainda continuam, a leitura aqui, em taxas que chegaram a 2500 pontos base, portanto, 25 pontos de porcentagem encontram-se ainda um pouco abaixo de 2000 pontos de porcentagem; são taxas de risco elevadíssimas para empresas ou investimentos de alto risco ainda no mercado americano, mostrando que a dificuldade financeira nos Estados Unidos ainda permanece muito aguda, muito séria. O próximo, por favor.

Um aspecto relevante que tem diferenciado o Brasil, graças à obtenção do *investment grade* e gra-

ças ao reconhecimento pelos mercados da solidez macroeconômica brasileira, tem sido a clara discriminação positiva que tem sido feita pelos mercados em relação ao risco Brasil. O risco Brasil, que sempre havia sido superior à média, após o *investment grade* ele começou a correr um pouquinho abaixo da média e agora no período de crise com um diferencial substancial abaixo da média, numa demonstração muito clara dos mercados do reconhecimento da solidez da economia brasileira. Eu diria que a economia brasileira ultrapassou de forma muito hesitosa um *stress test*, um teste de estresse, tendo conseguido manter reservas, conseguido manter condições mínimas de crescimento do sistema econômico, manter a integridade da sua política econômica, manter condições fiscais sobre controle. Várias dessas condições têm sido reconhecidas pelo mercado. O próximo, por favor.

Outro ponto importante, eu mencionei, é que os preços dos ativos pararam de cair. Aqui temos os preços das commodities. Nós temos aqui forte queda no preço das commodities e uma estabilização de preços num patamar bem mais baixo, um patamar médio que remonta a 2006, 2007, mas as commodities caíram, estabilizaram e em comuns casos as commodities começam a dar sinais de melhora. Obviamente nós temos que fazer uma análise individual de cada mercado, mas graças, em boa parte, à demanda representada pela China, as commodities chegaram a um certo piso de sustentação, o que tem sido bastante positivo para o desempenho comercial brasileiro. Da mesma forma as Bolsas de Valores, que sofreram uma forte queda, já estabilizaram e nos últimos dois meses mostram até um comportamento, talvez, excessivamente exuberante, talvez não correspondente ao quadro, talvez a Bolsa antecipando, eu vejo aqui talvez até uma minibolha, uma certa antecipação da recuperação à frente, mas mostrando que, pelo menos, do ponto de vista de precificação das bolsas, a impressão dos mercados é de que a crise já está sendo ultrapassada. O próximo.

Eu queria mostrar aqui uma coisa interessante com relação ao futuro do Brasil, quer dizer, o Brasil, historicamente, sempre cresceu acima da média mundial. De 1966 a 1981, se nós tomarmos de 1950 a 1980, enquanto a economia mundial crescia 5%, o Brasil cresceu 9,5%, quer dizer, o Brasil chegou a ter uma taxa de crescimento espetacular durante um período de quase trinta anos, uma média histórica muito alta, isso nos anos 50, 60 e 70. A partir dos anos 80, a hiperinflação, a desorganização das finanças públicas, a crise da dívida, a crise cambial, um período muito difícil, impôs à economia brasileira uma trajetória muito medíocre. Nos custou duas décadas e meia para superar essas dificuldades e o Brasil cresceu muito abaixo da média mundial. Foi devido ao esforço de reconstrução fiscal do País, que data desde o fim da conta movimento, passa por várias iniciativas, até a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a sustentação de um superávit primário firme durante um longo período, é que um dos fundamentos foi estabelecido. O outro fundamento, o Plano Real, que meio à década de 90 conseguiu estabilizar a economia, embora ainda um terceiro problema sério tivesse remanescido, que foi a alta vulnerabilidade cambial do Brasil. E a alta vulnerabilidade cambial do Brasil foi superada apenas entre 2005 para 2006 quando um forte movimento de acumulação de reservas permitiu ao Brasil desdolarizar a dívida interna e acumular um colchão de reservas muito superior ao passivo externo público brasileiro. Então eu diria que este processo de acumulação de ganhos que foram consolidando a macroeconomia brasileira, e é um processo que ultrapassa várias iniciativas de governos, de vários governos, ele já se refletiu, especialmente a partir do robustecimento cambial, ele já se refletiu no período de 2004 a 2008 numa taxa de crescimento média em que o Brasil cresceu igual ao mundo, abaixo ainda do nosso potencial, do potencial que nós desejamos. Eu acho que nós, brasileiros, a sociedade brasileira almeja crescer mais do que a média mundial, como um País em desenvolvimento, jovem, com grandes fronteiras de expansão, nós certamente podemos crescer mais do que isso, mas nós já melhoramos, estamos empatados. Porém, embora tenhamos acumulado todas essas vantagens, nos defronta nesse momento uma grave crise internacional e a expectativa de um crescimento nos próximos anos muito baixo da economia mundial. Provavelmente a economia mundial nos próximos anos ostentará uma taxa de crescimento média muito mais baixa, principalmente das economias desenvolvidas. Portanto, o Brasil terá que se descolar da economia global para aumentar e retomar uma trajetória de crescimento mais robusta. Nós precisamos, em síntese, sustentar a robustez macroeconômica brasileira, a robustez cambial, a estabilidade conquistada. Nós não podemos esquecer lições do passado, sustentar a nossa robustez, e precisamos fundamentalmente, na minha opinião, ampliar a capacidade de poupar e de investir do País. É a ampliação da capacidade agregada de poupança e investimento do País, a elevação da taxa de investimento do País que nos permitirá realizar no futuro um crescimento mais alto do que a média mundial. Isso está ao nosso alcance e eu tenho convicção de que o Brasil poderá alcançar no futuro um crescimento superior à média mundial pelas razões que eu gostaria de expor a seguir. Por favor.

Primeiro, o Brasil tem um potencial de consumo e de demanda doméstica muito firme. As famílias brasileiras têm uma baixa alavancagem em dívida e qualquer melhora consistente do emprego e da distribuição de renda produz no Brasil um impulso muito firme ao consumo. Nós vemos aqui que a sustentação entre 2005 e 2008 de um crescimento firme do emprego resultou em taxas de crescimento muito firmes do consumo das famílias, taxas até em certos momentos excessivamente aceleradas, que nos preocupavam, especialmente o Banco Central, preocupava pela pressão inflacionária que poderia advir de um crescimento sobreaquecido do consumo, mas o que está por trás disso aqui é o seguinte: o Brasil tem um potencial de crescimento do consumo familiar no mercado interno muito firme. E nós estávamos num ciclo muito virtuoso em que o crescimento do investimento, que é essa barrinha azul, há vários trimestres consecutivos superava o crescimento do PIB e permitia que a taxa agregada de investimento da economia estivesse subindo. Esse é o tipo de crescimento saudável, liderado pelo investimento, que nós devemos buscar para a sustentação a longo prazo do crescimento econômico com estabilidade. Eu quero argumentar também que o Brasil é uma das economias que tem condição de sustentar um crescimento rápido e firme dos investimentos. O próximo.

Aqui no quarto trimestre há queda. Nós podemos saltar esse slide. Por favor, o próximo.

Eu queria sublinhar agora aqui o mercado interno brasileiro. Ele está sendo preservado. Nós temos aqui a curva de desemprego de 2008 e a curva de desemprego de 2009. O desemprego de 2009 está um pouquinho acima do de 2008, ainda muito abaixo da queda do desemprego, da curva de desemprego verificada desde 2004, quer dizer, houve uma queda do desemprego. O ajuste de produção realizado desde setembro produziu uma queda do emprego nos meses de outubro, novembro e dezembro, mas é relevante sublinhar que o emprego formal voltou a crescer no mês de março, 36 mil novos postos, e no mês de abril 106 mil novos postos. No caso do mês de abril, um crescimento forte da construção dos serviços e, também, uma neutralização da queda do emprego industrial. Eu não quero dizer com isso que a situação do emprego está superada, que a preocupação com a sustentação do emprego deva ser abandonada, mas eu quero dizer que há sinais objetivos de recuperação do mercado de trabalho brasileiro que, associado à melhora do salário mínimo e da renda previdenciária que está vinculada ao piso do mínimo, permitiu que a renda das famílias pudesse ter sido sustentada e, com isso, o consumo, especialmente nas vendas no varejo, vendas de supermercado, vendas em varejo, tenham exibido taxas reais de crescimento, de recuperação, o que é um fato importante, revelando a resistência do mercado interno brasileiro, a capacidade do mercado interno brasileiro de resistir ao processo de crise, o que é um fato muito importante para a nossa economia. Vamos em frente.

Isso se revela aqui no fato de se nós olharmos a massa salarial, na sustentação do aumento da massa salarial apesar da crise, ou seja, não houve uma quebra na massa salarial, embora tenha havido uma redução do emprego ali num período, ela foi compensada. Portanto, o mercado interno tem sido sustentado. O próximo.

Olhamos agora o lado do consumo que depende do crédito. O crédito sofreu de forma muito evidente, está aqui o sofrimento do crédito, embora o crédito, a pessoa jurídica desde setembro tenha sofrido mais do que o crédito para pessoa física, mas o crédito sofreu. Temos feito um esforço muito grande - podemos passar para o próximo - de sustentação do crédito. Desde setembro, se tomarmos um índice 100, os bancos públicos, até o fim de março, nós só teremos o número de abril do Banco Central anunciado hoje, por isso que eu não tenho a estatística incluindo abril, mas até março os bancos públicos tinham índice de concessões novas de crédito de 118,3 e o setor bancário privado de 102,1, ou seja, toda a expansão do crédito de setembro do ano passado a março deste ano, 82% da expansão do crédito foi providenciada pelo sistema bancário público e apenas 18% pelo sistema privado. Portanto, graças à existência de um sistema bancário público foi possível mitigar no Brasil a violência da crise de crédito observada em outras economias. Eu quero mostrar que o BNDES sozinho contribuiu com 34% do aumento de crédito nesse período. O próximo.

Então, em resumo, o crédito, eu sei que o Senador Dornelles me mandou algumas perguntas sobre o crédito, eu acho que a questão do crédito não está totalmente resolvida, nós podemos falar disso depois. Temos ainda um desafio de melhorar as condições de crédito para pequenas e médias empresas, é um desafio ainda pendente, não está totalmente resolvido, mas eu queria falar agora da questão do investimento, porque é que eu tenho uma visão otimista da capacidade brasileira de recuperar o crescimento olhando, agora, aquela parcela do investimento que, em geral, é aquilo que os economistas chamam de investimento autônomo, ou seja, não é um investimento que depende da demanda do sistema econômico, é um investimento que depende de um cálculo de longo prazo e, em geral, de decisões autônomas do setor público. Os investimentos em geral, em energia, em petróleo e gás e em outras infraestruturas não foram afetados pela

crise. Por quê? Porque esses investimentos dependem de ou iniciativas diretas do governo ou da oferta ao setor privado de concessões ou de autorizações para a construção e a operação de infraestruturas. Eu quero sublinhar, por exemplo, os planos. Esses levantamentos foram feitos pelo BNDES em agosto de 2008, antes da crise, e em dezembro de 2008. Então nós verificamos que em infraestruturas e em vários outros setores os investimentos foram não afetados ou muito pouco afetados pela crise. Por outro lado, investimentos que dependem muito do mercado externo, commodities de exportação que dependem do mercado internacional, por exemplo, na siderurgia é natural que os planos de investimentos tenham sido postergados em função de um cenário mundial muito adverso. Então houve, sim, uma postergação de planos de investimento, mas há uma parcela relevante de investimentos que não foi afetada pela crise. O próximo.

Nós podemos ver aqui ao contrário, que em determinados segmentos os sucessivos levantamentos realizados pelo BNDES, por exemplo, essa coluna aqui mostra o investimento efetivamente realizado no período de 2004 a 2007. Por exemplo, em petróleo e gás, 147 bilhões de reais. Ao fim de 2007, nos dois últimos meses de 2007, a projeção para o quadriênio 2007/2010 apontava 183. Ao fim de 2008, 202. Ao fim de 2008 apontava 269,7 para o quadriênio 2009/2012, ou seja, os sucessivos levantamentos que o banco tem feito de projetos nessas áreas que em geral passam, transitam pelo BNDES, revela, ao contrário do que se pensa, que esses investimentos no Brasil estão em expansão e não em retração. Os investimentos da cadeia de petróleo e gás estarão em expansão nos próximos anos graças à camada pré-sal, à preservação e o suporte à capacidade de investimentos da PETROBRAS. Posso dizer a mesma coisa em outros setores, por exemplo, na energia elétrica, que eu vou mostrar num outro slide, mas mesmo em alguns setores, por exemplo, como a petroquímica, os investimentos estão sendo mantidos. Os investimentos, porém, por exemplo, se nós tomarmos celulose e papel, a crise afetou e postergou planos de investimentos para o futuro. O próximo.

Mas há ainda um ponto curioso. Mesmo no setor automotivo, por exemplo, os investimentos sofreram, mas sofreram relativamente pouco por conta do potencial do crescimento da economia brasileira. Por exemplo, surpreendentemente nós temos um projeto de investimento em análise de 1 bilhão e 300 milhões de dólares de uma fábrica nova, de uma plataforma global nova de uma das grandes empresas montadoras, que está em grave crise, mas no Brasil ela tem um plano robusto de investimento. Então existem energias e potenciais da economia brasileira que nós precisamos reconhecer e que estão sendo, felizmente, confirmados. O próximo.

Se nós olharmos as infraestruturas nós vamos ver também que os planos de investimento têm se ampliado. Em energia elétrica, por exemplo, o realizado entre 2004 e 2007, o projetado para os próximos quadriênios tem se ampliado. Eu quero sublinhar, por exemplo, que as usinas do Madeira estão sendo executadas, embora em algum momento tenha sido objeto de ceticismo, e não estamos aqui computando, por exemplo, os novos projetos de Belomonte e Tapajós. Então, portanto, a fronteira de investimento em energia, ela tende a crescer e não a se contrair. As telecomunicações têm mantido firme os seus cronogramas de investimento em função da rápida expansão das tecnologias de banda larga. Os investimentos em saneamento, graças à recuperação de muitas das empresas estaduais de saneamento, e nós temos trabalhado muito firmemente para buscar recuperar essas empresas estaduais de saneamento, e graças também a vários dos projetos do PAC, os investimentos em saneamento tem crescido e tem se expandido. Resumindo, o Brasil tem fronteiras de investimento de alto retorno em várias áreas – pode passar o próximo – que nos assegura que uma parcela importante do investimento tem um componente autônomo que irá se expandir apesar do cenário adverso. E eu quero separar esse conjunto de investimentos, que representa mais ou menos metade da formação bruta de capital fixo, dos investimentos das milhares de médias e pequenas empresas que são induzidas pela demanda. São investimentos que dependem muito do nível de uso de capacidade produtiva. Esses investimentos que dependem do uso da capacidade produtiva foram afetados pelo ajuste de produção, os planos de investimento foram postergados, e nós precisaremos, se nós lembrarmos, por exemplo, o uso de capacidade industrial no ano passado, média, estava em torno de 84%, querendo chegar a 85%, que é um nível de perigo, digamos assim, do ponto de vista de inflação. O nível de uso de capacidade industrial caiu a quase 70%, está hoje em 76%, 77%. Ele está retornando. Mas será necessário que o crescimento do mercado interno se sustente para que a capacidade produtiva possa ser utilizada novamente, a ociosidade seja absorvida e na medida em que a ociosidade industrial venha a ser absorvida é natural que a grande massa de pequenas e médias empresas volte a investir, e é esse o grande problema que nós precisamos ainda enfrentar. Nós temos que sustentar o crescimento do mercado interno brasileiro e providenciar condições de apoio às médias e pequenas empresas do País para que, na medida em que sustentemos o crescimento do consumo, possamos vir a incentivar e apoiar firmemente

a retomada do investimento por parte da grande massa de pequenas empresas, porque o investimento dos grandes blocos produtivos em infraestrutura, energia, petróleo, gás e outras, que dependem de decisões de grandes empresas, nós já estamos em processo de suporte e temos perspectivas positivas. O BNDES tem feito um esforço muito grande de apoiar a formação de capital fixo no Brasil, nós estamos ampliando a nossa participação direta no financiamento ao investimento no Brasil, temos apoiado, e vamos continuar apoiando fortemente, provavelmente em 2009 a nossa participação continuará crescendo. O próximo.

Os desembolsos do BNDES continuam em ascensão, até abril nós desembolsamos quase 93 bilhões de reais. Agora em maio, junho e julho nós deveremos nos estar aproximando de um desembolso perto a 100 bilhões de reais em doze meses, e as nossas aprovações que caíram um pouquinho e me causaram alguma preocupação, felizmente nós vamos poder reverter. Eu queria mostrar o próximo slide, por favor.

Nesse próximo slide nós vamos mostrando que nesse quadrimestre de janeiro a abril desse ano, felizmente as consultas ao BNDES voltaram a crescer e os enquadramentos voltaram a crescer fortemente. Aqui tem o enquadramento da operação PETROBRAS, mas mesmo que eu deduza daqui o enquadramento da operação PETROBRAS, que é muito grande, ainda assim nós temos um crescimento no volume de enquadramentos, o que me dá tranquilidade que nós vamos... Como esses enquadramentos em larga medida se transformam depois em projetos aprovados--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** E a PETROBRAS?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** A PETROBRAS representa 25 bi, é o empréstimo a PETROBRAS desses 67. Portanto, ele representa um percentual importante disso aqui.

Mas nós temos o enquadramento agora em maio crescendo, então nós estamos com a melhora do enquadramento, o que me permite - podemos seguir adiante - confiança de que poderá continuar crescendo a atuação do BNDES em termos de aprovação de projetos.

Uma palavra a respeito do PAC. Nesse momento o BNDES tem 304 projetos do PAC que representam um potencial de financiamento de 124 bilhões de reais. Desses 124 bilhões, 100 bilhões já estão enquadrados e 50 bilhões já estão aprovados e contratados. O BNDES é o principal financiador do lado privado do PAC. Nós queremos dizer o seguinte: existe um lado do PAC que é o OGU, que é o investimento que vem do Orçamento Geral da União, e existe um outro lado que é o PAC privado, através das concessões e através de vários outros empreendimentos, que dependem do setor privado e que tem recebido firme apoio do BNDES.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Presidente, se por possível esclarecer enquadramento, o que é exatamente é, por favor.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Bom, o enquadramento--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** A diferença, porque tem aprovação, enquadramento e desembolso.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Um processo no BNDES passa por vários comitês. Inicialmente o BNDES recebe uma consulta, uma Carta-Consulta, essa consulta é analisada. Se essa consulta está conforme as regras do banco, se a empresa tem condições de cadastro e de *rating* mínimo aceitável, esse projeto passa por um comitê de avaliação e é enquadrado. Um projeto enquadrado recebe uma determinada prioridade e passa a ser analisado pelo banco. A partir da análise ele pode ser aprovado pela diretoria, depois de uma análise, de uma formatação da melhor forma de apoio financeiro do banco, a definição das condições, definição de garantias, definição de taxas. Após a aprovação o projeto é contratado e após a contratação começam a ocorrer os desembolsos do projeto contra a realização do investimento. Então esse processo, desde a consulta até o enquadramento, até a aprovação, tem levado em média seis meses, considerando que em alguns casos, obviamente dependendo das linhas, algumas linhas são muito rápidas, alguns projetos pela sua complexidade são projetos que demoram mais ou porque a consulta precisa ser refeita em função das prioridades, mas há, digamos assim, uma espécie de linha de montagem de tramitação dos projetos dentro do banco.

Então o banco participa como um financiador importante do esforço do PAC. Podemos passar para o próximo.

Eu queria, em atenção aqui à Comissão de Agricultura, ao Senador, falar um pouquinho do apoio do BNDES à agricultura, que muitas vezes é subestimado. Eu queria dizer o seguinte, Senador: no ano passado a agricultura recebeu praticamente 25 bilhões de reais em apoios do BNDES, distribuído como está aqui mostrado, quer dizer, financiamento de caminhões, uma parcela muito grande dos nossos caminhões vão para o setor agrícola, que depende de caminhões para a sua safra, e os demais programas, o Moderagro, o Modefrota principalmente, a soma dos programas do banco, além de outros pois diretos do banco, empréstimos diretos do banco a empresas do setor agrícola sob diversa formas. Portanto, é muito substancial. E o

crescimento no ano passado foi de 63%, foi um crescimento até superior ao crescimento total do banco.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Investimento de crédito?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Do crédito para o setor agrícola. O crescimento do ano passado do banco estava em torno de 40%, quarenta e pouco por cento, para a agricultura superou. Então o banco tem sido muito ativo no suporte em agricultura. Agora depois da crise, de setembro a abril, comparando com o mesmo período, nós estamos mantendo um crescimento--

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nesse valor aí está incluído o sucroalcooleiro?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Neste valor, o sucroalcooleiro, que está recém começando, tem muito pouquinho, mas vai estar incluído um aumento para o sucroalcooleiro, mas aqui dentro tem alguns preâmbulos diretos ao setor sucroalcooleiro.

Então nós estamos mostrando também que de setembro do ano passado a abril desse ano, depois da crise, nós já desembolsamos 17 bilhões para o setor agrícola como um todo. Então o BNDES tem tido, ao contrário do que se pensa ou que às vezes se diz sem conhecimento, um compromisso muito firme com o setor agrícola brasileiro, com os agronegócios brasileiros e não poderia ser diferente. A economia brasileira tem nos agronegócios um dos seus principais esteios. Não fora o agronegócio brasileiro, a nossa balança comercial seria uma balança fortemente deficitária; o Brasil depende do seu agronegócio para sustentar a sua robustez cambial e seria inteiramente ilógico e irracional que nós estivéssemos afastados ou não tivéssemos atenção ao setor agrícola como um todo e ao setor de agronegócios, agroindústrias, como um todo. Então nós teremos muita satisfação, depois, de olhar os programas. Eu sei que nós temos desafios pela frente em função da crise de crédito, das dificuldades que alguns segmentos importantes do agronegócio estão enfrentando, nós temos consciência disso, mas nós temos buscado trabalhar muito para superar essas dificuldades. Vamos em frente.

Quero falar também do papel do BNDES na área social. Entre janeiro e abril de 2009 o nosso desembolso na área social tem crescido fortemente numa ação anticíclica. Nós estamos apoiando mais metrô, saneamento, ou seja, nós estamos buscando acelerar o desembolso nos contratos relativos a toda a área social do banco. O próximo.

Quero falar um pouco sobre o emprego, porque essa é uma outra questão muito endereçada ao banco. Numa das questões do Senador Dornelles, que eu recebi, era a questão do emprego, Senador, o BNDES desenvolveu um cálculo muito conservador, usando a matriz de insumo do produto, para calcular o impacto dos investimentos financiados pelo BNDES sobre a criação de empregos. Então o que nós temos é o seguinte: no ano passado os desembolsos do BNDES para capital fixo, para novas fábricas e novas unidades, representaram a criação ou manutenção de 2 milhões e 860 mil empregos. Então o BNDES tem contribuído de forma persistente e expressiva para a geração de empregos. Há, obviamente, aí um pedaço de rotatividade do emprego e o saldo líquido de criação de empregos é diferente desse, mas o BNDES se preocupa e tem como um dos principais nortes da sua política operacional a criação e sustentação de empregos. O investimento, é muito fácil de entender isso. O investimento é o melhor instrumento de criação de emprego em qualquer economia, e como o BNDES é o principal financiador do investimento, é natural que o resultado da sua atuação seja muito favorável em termos de criação de emprego. O próximo.

Mas mais do que isso, há um estudo recente feito pelo IPEA, um estudo muito interessante. Ele toma amostras de empresas comparáveis, empresas do mesmo porte e dos mesmos setores, e analisa essas duas amostras. Essas amostras cobriram o período de onze anos, de 1995 a 2006. Amostras de empresas apoiadas versus amostras de empresas não apoiadas pelo BNDES. Então amostra de empresas apoiadas pelo BNDES revela que no primeiro ano elas tinham 14% mais emprego e no terceiro ano 27% mais emprego do que a amostra das empresas não apoiadas. Se nós olhássemos remuneração média, também. Se nós olharmos escolaridade e produtividade, não está aí, mas o BNDES tem um efeito qualitativo: não só ele queria emprego, ele ajuda a criar emprego, mas o desembolso do BNDES tem tido um papel positivo de melhora qualitativa da estrutura empresarial brasileira. O próximo.

Quero falar agora também, em atenção ao setor de agronegócios, sobre a nossa compreensão relativa a um setor tão importante. Nós sabemos que as linhas de crédito ficaram muito escassas num período recente, especialmente o financiamento que era oferecido por *tradings*, que desapareceu, e o financiamento oferecido por alguns bancos, especialmente bancos pequenos e médios que saíram do crédito e, na verdade, resgataram e sufocaram o crédito para empresas do agronegócio em várias regiões. Além disso, houve queda na demanda internacional e houve, em alguns casos, a produção que ia para o mercado internacional foi jogada no mercado interno com queda de preço. Em outros setores houve um ciclo muito forte de investimento que, colhido pela crise, produziu uma ociosidade que afetou várias empresas; foi especialmente o caso

do setor de frigoríficos. Enfim, isso levou, felizmente, um conjunto limitado de empresas importantes para a recuperação judicial. Nós temos trabalhado arduamente para tentar encontrar soluções dentro da Lei de Recuperação Judicial para a solucionar o caso dessas empresas, porque nos interessa... Esses ativos empresariais, vários deles, são ativos empresariais de alta qualidade, essas empresas precisam ser recuperadas. E eu quero dizer muito claro aqui, quando a gente quer dizer que precisamos recuperar as empresas, não quer dizer que nós vamos salvar ou recuperar os controladores das empresas. Se as empresas ainda têm patrimônio positivo, é lícito que os controladores tenham a sua fatia correspondente ao patrimônio positivo, mas se as empresas têm patrimônio negativo, trata-se de orquestrar, dentro da Lei de Recuperação, seguindo as normas da Lei, a busca de investidores que possam recuperar a empresa, comprar a empresa em recuperação, apresentar um novo plano de negócio e recuperar essas empresas dentro da Lei, porque empresas são instituições muito valiosas para serem sacrificadas, especialmente empresas que têm um acervo de tecnologia, de capacidade produtiva; isso precisa ser recuperado. Então nós estamos muito empenhados em apoiar o processo de recuperação judicial buscando atrair investidores, apoiar esses novos investidores para que eles possam recuperar a empresa. Podemos seguir adiante.

No caso do açúcar e álcool, felizmente, os preços estão melhorando em função de uma frustração de produção na Índia e de sustentação da demanda. No caso do etanol, nós sofremos com o mercado a partir da redução de vendas de veículos, a partir de uma certa redução do consumo e também das exportações. Entretanto, com o Programa de Orentagem(F) do Álcool nós vamos poder estocar e impedir que o preço continue em queda livre, poder ajudar, e, também, maior destinação para o açúcar vai nos permitir acomodar. Nós temos a convicção de que o setor sucroalcooleiro superará essa crise, temos uma visão otimista quanto ao futuro setor sucroalcooleiro e temos apoiado a recuperação do setor. O próximo.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Tem a perspectiva americana também.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Tem a perspectiva também, como o Senador está me lembrando aqui, de abertura do mercado americano.

Rapidamente, o BNDES tomou um grande número de medidas, eu não me lembro agora, eu acho que foram mais de quarenta e duas medidas contra a crise, desde a eclosão da crise, mas em resumo as principais medidas desde setembro. Primeiro, a entrada do BNDES firme em capital de giro. O BNDES tradicionalmente sempre financiou investimento ao longo prazo. Em função da crise, o BNDES abriu uma linha de giro que tem sido muito demandada e nós vamos estar executando, entre as diversas categorias de giro, algo próximo a 10 bilhões ou mais ao longo desse ano de 2009, o que é uma mudança importante nas linhas do BNDES. E nós temos produzido giro para a produção, para a exportação, através da ampliação do pré-embarque, e de empréstimos-ponte para projetos de infraestrutura, temos apoiado, porque o mercado tem sido muito seletivo na oferta de crédito a empréstimos-ponte para infraestrutura. O BNDES tem se empenhado muito em fortalecer as pequenas e médias empresas. Nós ampliamos o limite do Cartão BNDES, que era até 250 mil reais, para 500 mil reais. Ampliamos o prazo de três anos para quatro anos e baixamos a taxa de juro, sendo que o resultado é que o Cartão BNDES tem crescido 100% nesse quadrimestre, quer dizer, os desembolsos do Cartão. O Cartão está crescendo fortemente, ele é um precioso instrumento de apoio à pequena empresa que nós temos utilizado. Além disso, nós permitimos o refinanciamento de até 20% da carteira de pequenas empresas do banco. O refinanciamento era permitido para apenas 4% da carteira e nós flexibilizamos o financiamento para que os bancos possam refinanciar pequenas empresas em casos de necessidade de refinanciamento. Então temos buscado apoiar o refinanciamento para pequenas empresas. Um outro programa importante se destinou à manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação. O Governo Federal ofereceu aos Estados um volume de 4 bilhões de reais para apoio à sustentação dos investimentos dos Estados. O BNDES também participa do apoio ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o programa de construção, apoiando a cadeia produtiva, apoiando a expansão da cadeia produtiva e através de programas de apoio à qualidade. Podemos seguir adiante, por favor.

Com relação a programas que estão entrando em operação agora em abril e esperamos poder expandir fortemente, um deles é o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, que é o Programa de Orentagem(F), ao qual eu já fiz referência. O Programa PROCAP Produção é um programa muito interessante. Esse programa visa financiar o cooperado para que ele possa capitalizar a sua Cooperativa. Esse programa permite a recapitalização de cooperativas através do financiamento ao cooperado, seja a cooperativa singular ou seja o próprio cooperado pessoa física. Quero sublinhar, também, o Programa Especial de Crédito Rural - PROCER, que é um programa de 10 bilhões de reais de crédito ao setor rural em diversas modalidades. E, também, o Programa de Giro – PEC/BNDES, que

também está aberto aos setores de agronegócio. Esses programas todos são programas muito relevantes. Estes programas, o PAS e o PRÓCER, têm equalização de juros. O Programa PROCAP Produção é um programa em condições bastante favoráveis e o PEC também é um programa que tem como base uma taxa de 10,25%, uma taxa bastante favorável para o capital de giro. Podemos seguir adiante, por favor.

O Programa de Apoio aos Estados é um programa que foi também perguntado pela assessoria do Senador Dornelles. O Programa de Apoio aos Estados tem uma dotação de 4 bi e ele tem como distribuição, Senador, proporcional ao Fundo de Participação dos Estados que, como sabemos, é diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capta dos Estados. Então os Estados mais pobres, mais populosos, recebem mais do que os Estados mais ricos, de maior renda per capta. Portanto, esse é um programa que beneficia, a grosso modo, os Estados menos desenvolvidos do Brasil, com destaque para os Estados do Nordeste. Neste programa será oferecido TJLP + 3% e todos os Estados já apresentaram—

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Presidente, por favor.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Pois não.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Volte um pouquinho só.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Volte uma.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** São 4 bilhões?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** 4 bilhões de reais. Está aqui a apresentação, Senador, ficará. Podemos seguir.

Esse programa todos os Estados já apresentaram, está todo enquadrado. Os Estados do Nordeste estão aqui, por conta da renda per capta mais baixa são os mais beneficiados e nós esperamos implementá-lo com grande agilidade para ajudar a sustentação dos investimentos dos Estados. Podemos seguir adiante.

Dentre as medidas mais recentes, Srs. Senadores, o BNDES obteve, um dos seus pleitos importantes atendidos, que era a redução da taxa do empréstimo de 100 bilhões ao BNDES. O empréstimo de 100 bilhões foi feito com TJLP + 2,5% de *spread* para o Tesouro. Ele foi arbitrado em um momento em que a Taxa Selic estava lá em 14,75%. Para reduzir o impacto sobre o Tesouro, sobre o subsídio implícito do Tesouro entre o custo de capitação do Tesouro e o custo de empréstimo ao BNDES, o empréstimo foi feito com TJLP + 2,5%. Ocorre que felizmente, graças à queda expressiva da Taxa Selic, esse aproximação da Taxa Selic da TJLP, tornou esse custo um custo extremamente incômodo, posto que o BNDES teria que repassar esse custo para o setor privado. Então atendendo a um pleito, o Ministro Guido e o Presidente da República houveram(F) por bem reduzir a taxa de 2,5% para 1%. Então o custo dos recursos do BNDES foi reduzido de 2,5%, TJLP + 2,5%, para TJLP + 1%. Em função dessa redução de custos nós anunciamos imediatamente uma redução dos custos de várias das linhas do banco que estavam muito onerosas. Por exemplo, o empréstimo-ponte que partia de 14,5% para infraestrutura foi reduzido para uma faixa entre 8,15% e 10%. O Programa Especial de Crédito, que é o Programa de Giro, a taxa saiu de 14,5% para 10,25%, isso para o sistema bancário, pois depois disso o sistema bancário coloca o seu *spread*, quer dizer, 10,25% é o custo básico e mais a remuneração do agente financeiro. E, finalmente, as taxas de pré-embarque à exportação que foram reduzidas. Além disso, toda a linha FINAME, as parcelas da linha FINAME e outros programas que tinham parcelas, especialmente o 20% adicional para chegar a 100%, que estava com TJLP + 2,5%, foi reduzido. Então o BNDES repassou para as suas linhas imediatamente a redução do juro. Então essas foram as medidas mais recentes. O próximo slide.

Eu quero concluir a minha apresentação dizendo que nós temos a convicção, Srs. Senadores, que a economia brasileira tem condições de crescer bem acima da média mundial nos próximos anos, ou seja, a economia brasileira tem condições efetivas de se descolar da crise e crescer acima da média. Este desempenho da economia brasileira estará calcado boa medida em seu mercado interno - eu já falei sobre isso. Eu quero sublinhar também o grande potencial da construção habitacional no Brasil. É um tremendo potencial que eu não fiz referência na exposição, mas o Brasil tem um grande déficit habitacional, especialmente nas classes de baixa renda. Tem uma baixa alavancagem no sistema financeiro do crédito imobiliário, há uma avenida para o crédito imobiliário crescer a partir da redução das taxas de juros. Então eu tenho uma visão muito otimista quanto ao potencial de crescimento do sistema de construção habitacional no Brasil. Além disso, como eu já expus, o investimento no Brasil será dinamizado por quatro grandes eixos: petróleo e gás, energia, logística e agronegócios, que são vetores muito poderosos de sustentação do investimento. O que nós precisamos agora é apoiar as pequenas e médias empresas para que elas possam também recuperar os investimentos. E eu posso dizer aos senhores, além disso, que o BNDES tem um firme compromisso com a inovação tecnológica e com o meio ambiente, são dois compromissos muito firmes sobre os quais eu não falei, mas é importante deixar sublinhado aqui, além do nosso total empenho em suportar a economia. Mui-

to obrigado pela atenção. Peço desculpas por ter me alongado demais na exposição.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, eu gostaria que me inscrevesse.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela exposição competente e objetiva que acabou de fazer. A sua presença na presidência do BNDES tem sido um marco da administração pública brasileira e o BNDES tem tido uma função extremamente importante num momento em que o País enfrenta essa crise financeira de empregabilidade.

Nós passamos agora aqui às inscrições. Foi adotado o critério daqueles Senadores que fizeram os requerimentos. O primeiro seria o Senador Suplicy, que aqui não está. Vamos fazer de três em três, se vocês concordarem. Em seguida, o Senador Tasso Jereissati. O Senador Arthur Virgílio não está presente. Inácio Arruda, Senador Valter Pereira e o Senador... Vamos aqui dar a palavra ao Senador Tasso Jereissati e em seguida ao Senador Valter Pereira.

**SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):** Srs. Presidentes, Srs. Senadores, Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Naçional de Desenvolvimento Econômico e Social. Primeiramente eu gostaria de parabenizar ao Presidente Luciano Coutinho pela exposição bastante clara, bastante transparente, que demonstra bem o importantíssimo papel que o BNDES tem desempenhado ao longo de toda a sua história, mas, principalmente, recentemente durante essa crise econômica que afetou o mundo inteiro; realmente o BNDES tem tido um papel fundamental. Gostaria de ressaltar que, apesar de Senador de oposição e ser um crítico constante do governo que aí está, a minha admiração e respeito pelo Luciano Coutinho pelo que ele representa, um homem sério, competente e que tem uma história que honraria qualquer governo em qualquer época no Brasil.

Algumas coisas, no entanto, Presidente, eu gostaria de ver esclarecido e eu não vejo com o mesmo otimismo que V. Sa. vê no quadro que aí foi entregue. Por exemplo, o papel do BNDES tem sido fundamental, sem dúvida nenhuma. Mas observando o desenho e mesmo confirmado aqui pelo desenho que V. Sa. fez, tem sido investido um volume de recursos muito mais naquilo que vocês estão chamando de operações estruturadas, ou seja, salvar ou ajudar ou suportar empresas em dificuldades do que propriamente novos investimentos que vão promover novos empregos, crescimento industrial, etc. Não que o salvamento não seja necessário, mas, a meu ver, esses últimos recursos e essas últimas grandes operações feitas pelo BNDES têm sido concentrada basicamente nessas operações, chamadas operações estruturadas. Por exemplo, as cinco maiores operações de empréstimos feitas pelo BNDES foram para quatro frigoríficos e uma empresa de cana-de-açúcar nos últimos tempos, todas operações estruturadas, todas operações no sentido de resolver problemas financeiros dessas empresas, empresas, aliás, que boa parte merece. Em algumas delas o BNDES inclusive passou a ser coproprietário, em algumas delas o BNDES passou a ser coproprietário. O investimento, outro volume fundamental, foi para a PETROBRAS, que deixou, enfim, de ter condições de obter recursos lá fora e praticamente, pelo que foi mostrado ali, 40% foi para a PETROBRAS. Isso é o Grupo PETROBRAS, Presidente Coutinho, quando fala aqueles 25%? É o Grupo PETROBRAS como um todo? Porque há uma mudança de critério também para efeitos de referência, no BNDES, em que passa a considerar não a PETROBRAS como um grupo para efeito de risco, de empréstimos à mesma empresa, não é isso? Há uma mudança de critério, há uma mudança de critério aí que me parece que foi feita sob medida para a PETROBRAS, para que o banco pudesse atender a PETROBRAS. E aí também me parece que há uma nova autorização, que eu não entendi direito, e gostaria que V. Sa. me explicasse, que para as empresas estatais, me parece também que aí é feito sob medida para a PETROBRAS, que para as empresas estatais o BNDES poderia repassar para essas empresas não em dinheiro, não em moeda corrente, mas em títulos públicos, o que eu também não entendi, porque está se criando uma nova moeda, uma moeda paralela, e essa empresa poderia pagar ao BNDES em títulos públicos depois de volta ao invés de pagar... Pagaria em títulos públicos. Isso, por que é que isso só vale para as estatais e não vale para as outras empresas? Porque aí a gente estaria criando um mercado de títulos públicos e eu gostaria de entender essas duas modificações também, ou seja, a questão de concentrada em operações estruturadas e a questão dessas duas modificações que foram feitas.

Dessas operações estruturadas me chama a atenção uma especial e aí V. Sa. vai me explicar porque, talvez, tenha capacidade de entender melhor do que eu. Segundo o Presidente Lula, as pessoas que fizeram operações de derivativos foram os "picaretas", não é isso? "Picaretas" ou "pilantras".

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Como os Deputados.

**SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):** Que usaram o termo, foram os "picaretas". Segundo uma explicação aqui muito bem feita pelo Presidente Meirelles, o lucro entre quem perdeu e quem ganhou

naquelas operações de derivativos, boa parte dos ganhos concentrou-se no Banco Central, foi o Banco Central que ganhou. O Banco Central, por sua vez, repassou para o Tesouro como o lucro do Banco Central que foi repassado para o Tesouro. O tesouro repassou esse dinheiro para o BNDES nesses empréstimos e o BNDES repassou para os "picaretas" de volta, nessas operações estruturadas, algumas delas; os "picaretas", eu não concordo, os "picaretas" conforme o que o Presidente Lula chamou, não é isso? – [risos]. Eu queria explicar que o Presidente Luciano Coutinho, eu me considero amigo dele há uns vinte anos, ele está olhando feio para mim, mas é mais ou menos isso, porque ele foi professor e quando eu era jovem lá no CIC(F) no Estado do Ceará, várias vezes, e ainda jovem, várias vezes ele foi me explicar algumas operações que ele não entendia. Agora eu estou pedindo que ele, como professor brilhante que é, me explique esse círculo vicioso que começa com "picaretas" e termina com "picaretas", segundo o Presidente Lula, não é a minha opinião sobre o assunto. Mas me parece que a gente fez uma cirandinha aí, porque parte desse dinheiro voltou para os "picaretas".

Então são essas as questões... "Picaretas", eu não concordo com isso, é preciso explicar, que com certeza o Presidente Luciano Coutinho vai me explicar também, ele que sempre foi um grande professor de economia, talvez, agora, venha a ser também mestre em semântica, explicar um significado diferente sobre a palavra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Passo a palavra agora ao Senador Valter Pereira.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Sr. Presidente, eu acho que a vinda do Dr. Luciano Coutinho a esta Comissão multidisciplinar enriqueceu o debate acerca da crise e mostrou perspectivas que realmente estavam em todas as nossas expectativas. Não nos surpreendeu o depoimento dele, dada a sua notável biografia. Conheço a história do Dr. Luciano Coutinho e sei que o BNDES não poderia ter um comando melhor, especialmente nesse momento de crise, e os dados trazidos à colação demonstram claramente isso. O BNDES tem sido o braço direito do fomento da economia brasileira e, indiscutivelmente, tem sido o grande amortecedor dos efeitos da crise na economia brasileira. Portanto, eu quero inicialmente cumprimentar o Dr. Luciano Coutinho pelo equilíbrio, pela descrição com que o banco tem se conduzido e pela firmeza em momentos tão graves pelos quais nós passamos e que ainda não terminamos. Mas, a par disso, algumas dúvidas eu gostaria que fossem esclarecidas.

Uma delas, que diz respeito a uma atividade que afeta profundamente o meu Estado, que é o agronegócio. O Dr. Luciano Coutinho demonstrou que houve um efetivo incremento na disponibilização de crédito para esse segmento da economia que se reveste da maior importância, até porque contribui na formação do PIB com mais de 1/3 e, portanto, é um setor que precisa efetivamente de todo o apoio creditício, de todo o incentivo do governo. Recentemente, Dr. Luciano Coutinho, o segmento sofreu o impacto de fechamento de frigoríficos. Para a economia de um Estado como o Mato Grosso do Sul, acredito que Mato Grosso e Goiás, menos do que os dois primeiros, enfim, a região Centro-Oeste, o abalo no setor frigorífico causa um efeito em cadeia, porque afeta o produtor, afeta a produção, afeta duramente o emprego e afeta, sobretudo, o setor público, onde tem, nas unidades frigoríficas, às vezes, a única ou uma das poucas fontes de emprego. Eu conheço Municípios que o fechamento do frigorífico significa o colapso total da economia e da arrecadação do próprio Município. A crise dos frigoríficos levou ao fechamento de mais de vinte unidades só em Mato Grosso do Sul e um desemprego muito grande. Há algumas incertezas ainda, porque o BNDES tem pautado, aliás, com louvor, por uma conduta discreta, diferentemente de outros segmentos que são espalhafatosos com as suas ações. E no caso do setor frigorífico, há uma inquietação sobretudo por parte daqueles que forneceram para o setor e que estão ainda passando e amargando dificuldades porque não receberam os seus créditos.

Então nós queríamos que o senhor esclarecesse exatamente até onde foi socorrido o setor, até onde poderá ser socorrido e, principalmente, levando em conta que em alguns casos desses financiamentos o BNDES investiu inclusive com a participação societária, embora, reconheça-se, com um patrão minoritário, dentro de uma faixa de acionista ou de cotista minoritário. Então é claro que se o BNDES tem uma participação nesses investimentos, o objetivo deve ser salvar os investimentos. Então nós queremos que o senhor esclareça sobre a efetiva participação nesse segmento e qual a perspectiva que tem de salvar aquilo que existe no segmento frigorífico, que tanto interessa no agronegócio de Mato Grosso do Sul e de toda a região Centro-Oeste.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Eu passo a palavra agora ao autor do primeiro requerimento e o terceiro orador, dentro daquela ideia de fazer três Senadores de cada vez, o Senador Eduardo Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, eu precisei ausentar-me por instantes para receber o Presidente do Senado da Bolívia com o Presidente Sarney, mas gostaria de cumprimentar ao Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, pela excelente exposição e, sobretudo, ao mostrar que o BNDES vem tendo um papel fundamental para fazer o Brasil enfrentar adequadamente e da melhor maneira possível a crise internacional. Eu gostaria de formular algumas perguntas pontuais com respeito a alguns casos que aconteceram.

Em primeiro lugar, o caso da EMBRAER, que o BNDES tem uma relação de apoio. Eu gostaria de que pudesse nos dizer qual a natureza, seja com participação acionária, seja através de empréstimos, e que diálogo teve a direção do BNDES com a própria direção da EMBRAER e com a representação dos trabalhadores que solicitaram o apoio do próprio Presidente Lula e da própria presidência do BNDES para que pudesse haver um diálogo no sentido de minorar quaisquer problemas para o conjunto dos que trabalham na EMBRAER.

Segundo, um outro episódio importante e recente, até mencionado não oralmente, mas por escrito na sua exposição, que levou o BNDES a acompanhar a fusão da Perdigão com a Sadia. Agradeço se puder nos dizer qual foi a natureza da ação realizada junto a estas duas empresas que agora constituem a Brasil Foods, operação esta que inclusive deverá ser objeto ainda de exame por parte dos órgãos que examinam o procedimento de concorrência no Brasil, como o CADE, a Secretaria de Direito Econômico. Então agradeço se puder nos dar uma informação sobre isso.

Em terceiro, como o BNDES já há anos vem avaliando como importante também apoiar as operações de microcrédito e como as operações de microcrédito constituem também um dos importantes braços de apoio à resolução de problemas sociais com a criação de oportunidades para o pequeno empreendedorismo, mas com experiências muito positivas, então eu agradeceria se puder nos dar uma informação nesta área.

Quarto, com respeito à reflexão que o BNDES tem feito relativamente ao estabelecimento do marco regulatório que está por ser criado, especialmente no que diz respeito à exploração do petróleo no pré-sal, nas profundezas do pré-sal.

E, finalmente, quinto, atendendo ao Presidente Francisco Dornelles, agradeceria se puder nos dar uma evolução de quaisquer têm sido as principais fontes de recursos do BNDES que de alguma forma tem o seu lado do ativo apoiado por recursos, sejam eles de alguma monta provenientes do PIS/PASEP, seja do FAT, seja de outras fontes, eventualmente do Tesouro e das próprias aplicações do BNDES, como tem evoluído as fontes de recursos do BNDES, quais são as principais, inclusive para que tenhamos uma noção de como é que a evolução da economia brasileira afeta positivamente ou não as suas fontes de recurso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Presidente, passo a palavra ao senhor e perguntaria apenas se poderia abordar se o governo brasileiro ou o banco, o BNDES, tem alguma política própria ou específica para garantir as exportações de manufaturados do Brasil para os países da América Latina que constituem hoje o principal mercado do País nessa área. Muito obrigado.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Bom, eu queria agradecer aos Senadores, saudar a Senadora Rosalba, o Senador João Pedro, o Senador Augusto Botelho, o Senador Suplicy, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Tasso, o Senador Sérgio, o Senador Tião, meu querido Senador Pedro Simon. Eu vou tentar responder aqui com brevidade as questões.

Senador Tasso, eu queria dizer, primeiro, com relação à questão das operações estruturadas do BNDES. Uma parcela muito importante dessas operações foram feitas antes da crise. Portanto, elas não estão relacionadas a nenhum tipo de socorro à empresa. Notadamente várias operações feitas para empresas de agronegócios em que o BNDES atuou como um indutor do desenvolvimento, da formalização da governança e da abertura de capital dessas empresas, percebendo que em vários agronegócios, tomando especificamente o caso dos frigoríficos, percebendo o enorme potencial de competitividade brasileira nessa área e de outro lado a existência de um quadro relativamente pulverizado de empresas sem conformidade, às vezes com práticas de informalidade, etc., a atuação do banco no sentido de estimular a formação de grupos com grande competência industrial, por desenvolver essa competência industrial e tecnológica e, ao mesmo tempo, estruturas empresariais que pudessem migrar sucessivamente dentro do mercado de capitais para a condição de empresa de novo mercado. Nós buscamos estimular isso, até porque toda a política de participações acionárias do BNDES não pode se não que almejar que as empresas deem passos muito firmes na direção da melhoria de sua governança para que elas tenham liquidez no mercado, ou seja, não faria nenhum sentido um banco público congelar capital em empresas fechadas de natureza não líquida, etc. Então é importante que o banco seja um promotor do mercado de capitais. Essa é uma das razões pelas quais o banco precisa ser um promotor firme do desenvolvimento do mercado de capitais do Brasil e um promotor firme do desenvolvimento de APS(F) e

de progresso em matéria de governança corporativa no Brasil. Então muitos apoios foram feitos a partir de um diagnóstico de competitividade. Eu acho que a economia brasileira tem muita competitividade em muitos setores. Essa competitividade, às vezes, é imbatível, mas ela requer o desenvolvimento de estruturas empresariais muito mais modernas e competentes para isso. Então uma grande parte das operações estruturadas, na verdade, dá BNDES-PAR, se refletiram num processo de desenvolvimento e de investimento das empresas. Quando o banco entrou no capital de algumas empresas, ele não o fez sem examinar todo o programa de investimentos da empresa. E o financiamento via renda variável, portanto, não significa uma prática que é realizada sem critério, ao contrário, ela é realizada dentro de critérios muito claros de interesse para o desenvolvimento da economia. Muito bem. Posteriormente à crise, Senador, foram muito poucos os casos em que o banco apoiou a reestruturação de empresas através de operações de capitalização ou de empréstimos através de debêntures; foram poucos os casos. E esses poucos casos só foram efetuados após uma condição preliminar absolutamente imprescindível, qual seja, de que os prejuízos derivados das operações com derivativos fossem previamente refinanciados pelos bancos que originaram esses prejuízos. Eu queria talvez, Senador, aqui distinguir duas coisas, quer dizer, os ganhos que o Banco Central teve no mercado futuro, porque ele estava curto em dólar, ele estava operando e ele teve ganhos, dos ganhos realizados por bancos que venderam produtos de derivativos duplamente indexados ou alavancados, derivativos que repicavam sempre que a taxa de cambo depreciava e que provocou... Eram produtos muito perigosos, produtos que eu considero tarja preta, que deveriam inclusive ser objeto de supervisão prévia, produtos que produziram prejuízos muito expressivos e em grandes empresas exportadoras. A condição prévia, absolutamente imprescindível, é que essas empresas renegociem com os bancos o refinanciamento com carência e o refinanciamento ao longo prazo desses prejuízos. Por que razão? Pela razão óbvia, Senador. Nós não poderíamos aportar capitais ou créditos para que essas empresas dessem saída ao lucro dos bancos, ou seja, nós não poderíamos financiar(F) o pagamento desses prejuízos aos bancos. Então, na verdade, as empresas terão que... Essa condição foi honrada em todos os casos, esses prejuízos foram refinanciados a longo prazo e apenas depois que esses prejuízos foram refinanciados pelo sistema bancário privado é que o BNDES se dispôs a participar de operações de mercado para recapitalizar essas empresas com o objetivo de fortalecer novamente a sua capacidade de investimento, porque não faria sentido, por exemplo, abandonar empresas de alta qualidade à sua própria sorte e impedi-las de continuar investindo. Então a atuação do banco, eu quero sublinhar que a atuação do banco foi feita estritamente em condições de mercado. Nós não oferecemos recursos em TJLP, recursos do FAT para operações de reestruturação. Essas operações foram todas operações realizadas com recursos da BNDES-PAR em condições de mercado, recursos até absolutamente com taxas exatamente iguais às taxas de mercado. Foram operações de mercado e que nós esperamos que revertam em lucros para a própria BNDES-PAR na medida em que essas empresas demonstrem recuperação. Então eu creio que essas operações têm mérito e elas não representam uma parcela tão grande.

Obviamente, com relação à PETROBRAS, Senador, um esclarecimento importante da sua questão. O empréstimo à PETROBRAS é um empréstimo de grande escala. Ele foi aprovado, ele está em processo final de contratação, ele ainda não foi desembolsado e contratado. O objetivo desse empréstimo foi assegurar ao mercado a financiabilidade do Plano de Investimentos da PETROBRAS. É um Plano de Investimento de grande escala e, portanto, com a crise internacional de crédito, a PETROBRAS, que tinha facilidade de refinanciamento no mercado internacional de crédito, é conhecido, com o fechamento do mercado internacional a PETROBRAS, inclusive, pressionou durante alguns momentos o sistema doméstico de crédito. Esse empréstimo visa ancorar a capacidade de financiamento da PETROBRAS ao longo prazo. E, de fato, após o anúncio desse empréstimo a PETROBRAS obteve mais consultas e mais facilidade em financiar o seu Programa de Investimento. Esse é o objetivo. É um empréstimo de longo prazo que reflete a curva de juros do Tesouro e do BNDES, portanto, a curva de longo prazo de uma operação em moeda estrangeira, então é uma operação de mercado, com taxas de juros de mercado, e o fato de que ela é feita... Eu vou explicar agora apenas a questão dos títulos, que foi objeto da sua curiosidade corretamente. Como essa é uma operação de grande escala, primeiro eu quero dizer o seguinte: é uma operação feita refletindo a curva de juro em moeda estrangeira, então é uma operação feita em moeda, é um crédito feita em moeda, a PETROBRAS não vai nos pagar de volta em títulos. Apenas o repasse inicial é feito em títulos por uma questão de conveniência de mercado, que o senhor poderá entender facilmente pelo seguinte: se o BNDES recebesse recursos do Tesouro, monetizar os títulos, entregar em dinheiro para a PETROBRAS, a PETROBRAS, como não vai utilizar imediatamente

todos os recursos no seu Programa de Investimento, ela irá outra vez aplicar parcela do recurso em títulos para que ela possa monetizar ao longo do Programa de Investimento. Então é por pura conveniência e para evitar pressão sobre o mercado de títulos que o repasse inicial pode ser feito em títulos.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Ele pode ser feito por tranches ou ele pode ser feito... Isso nós estamos exatamente na fase final de contratação do empréstimo, se ele pode ser feito por tranches de títulos, mas ainda assim como a PETROBRAS pode não ter utilização imediata daquela tranche, para evitar que você monetize e reaplique em títulos, a PETROBRAS então fica com... E como a PETROBRAS trabalha com um pessoal de bancos, ela pode ir monetizando essas tranches à medida em que ela tenha necessidade de desembolso. É por uma simples questões de conveniência e de não afetar o mercado de papéis públicos por operações repetidas de monetização. Era apenas por essa questão, não há nada além dessa conveniência. Mas é uma operação de crédito padrão, não haverá nenhuma nova modalidade de empréstimo em que você retomará o empréstimo em títulos, então não haverá um circuito de empréstimos em títulos, como era a sua preocupação, é apenas isso e nós--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Pois não. O BNDES tem um patrimônio de referência em torno de 45 bilhões de reais. Então esse patrimônio de referência, ele foi ampliado, mas os limites para empréstimo a empresas tinham ficado muito pequenos. Então nós ampliamos os limites para empréstimos, mas esses limites estão dentro de parâmetros de confiabilidade, considerando o patrimônio de referência do banco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** O empréstimo para a PETROBRAS ficaria mais de 50%, que é 25 bi?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Vinte e cinco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** E o patrimônio de referência 45 bi?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** 45 bi, mas o patrimônio de referência do banco está sendo ampliado ao longo desse ano. Nós estamos capitalizando e estamos--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. LUCIANO COUTINHO:** O banco tem que cumprir regras de Basiléia, nós cumpriremos regras de Basiléia, nós estamos sob regulação do Banco Central. O banco tem uma alavancagem muito baixa considerando Basiléia, nós mostramos isso numa apresentação aqui na CAE um tempo atrás. Então nós seguimos totalmente a regulamentação de Basiléia, nós estamos submetidos à supervisão do Banco Central anualmente, aliás, o Banco Central teve até essa semana a missão, a supervisão bancária esteve no banco, então nós estamos dentro das regras.

Agora é importante considerar também que um empréstimo desse tipo, ele é um empréstimo que pode ter, parte desse empréstimo, é para uma empresa cujo controlador é o Tesouro Nacional que, também, é o controlador do BNDES. Então esse é um fator mitigador de risco importante, nós temos autorização do Tesouro para realizar essa operação.

Com relação, eu não sei, eu acho que eu toquei todas as questões levantadas pelo Senador Tasso Jereissati, a quem quero agradecer ao seu elogio pessoal, Senador, também lhe tenho em grande conta como Senador e como pessoa pública. V. Exa. conta com a minha admiração, temos um relacionamento pessoal muito cordial, que eu espero que possamos preservar ao longo das nossas vidas porque amizades são coisas que são muito preciosas. Então eu quero agradecer ao seu elogio.

Senador Valter Pereira, eu quero lhe dizer o seguinte: nós consideramos realmente extremamente grave a questão do setor de frigoríficos. Nós sabemos que muitos frigoríficos pequenos estão sofrendo graves dificuldades, vários fecharam. Nós temos tentado atuar junto com o Banco do Brasil e com a rede de bancos que apoiam o setor agrícola para através das linhas, especialmente das novas linhas de crédito criadas para a agricultura, especialmente a linha PROCER, para o refinanciamento de frigoríficos que estão em situação solvente, que tem que ter aquela diferença entre problema de liquidez e problema de solvência. Para empresas que têm problema de liquidez, apenas problema de liquidez, nós temos obrigação de emprestar para que elas ultrapassassem o problema de crédito. Agora existe um conjunto de casos, infelizmente, de insolvência que nós temos que trabalhar para solucionar. Especialmente há um caso mais importante de recuperação judicial de um grande frigorífico, nós estamos trabalhando em conjunto com os credores na apresentação de um plano de negócio. Existe engajamento aí de bancos de investimento e advaisers financeiros buscando a atração de investidores que possam assumir o negócio, através da apresentação de um Plano de Recuperação, porque nós entendemos que a Lei de Recuperação Empresarial, a Lei de Recuperação de Empresas existe exatamente para tratar desses casos de insolvência e a Lei de Recuperação

é muito clara no sentido de que na insolvência se deve separar o tratamento dado aos controladores do tratamento dado à instituição enquanto empresa. Salvar o fundo de comércio e salvar o negócio é meritório através de ingresso de investidores ou através de capitalizações de mercado, enquanto que os controladores que originaram o problema devem arcar com as suas consequências. Então esse processo, que é previsto na Lei, é um processo lícito e que nós teremos a obrigação de, como Banco de Desenvolvimento, lutar para a recuperação de empresas, está certo? Eu acredito que seria uma irresponsabilidade, enquanto Banco de Desenvolvimento, cruzar os braços diante dessa situação. Nós temos obrigação, portanto, de lutar muito e nós estamos empenhados em buscar a recuperação das empresas dentro dos preceitos da Lei.

Nós estamos abertos ao diálogo com o setor de frigorífico, nós estamos tentando ajudar, que os frigoríficos que estão em melhor situação possam auxiliar os outros através da aquisição de projetos ou da aquisição de novas plantas ou de plantas que estão ociosas em determinados projetos, de tal maneira a permitir aos grupos que estejam insolventes de ter a oportunidade de recuperação através da venda de ativos isolados. Então esse é um trabalho bastante exaustivo. Eu confesso ao senhor que eu tenho, nos últimos meses, a minha jornada de trabalho tem sido exaustiva, eu tenho trabalhado aí *over time*, trabalhado excessivamente por causa que a construção dessas soluções é trabalhosa e exige muito empenho, mas nós estamos empenhados nisso e vamos trabalhar nessa direção.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade, se me permite, pela ordem aqui, Senador Jayme Campos, eu queria fazer apenas um adendo naturalmente à pergunta do Senador Valter Pereira feita ao ilustre Presidente Luciano Coutinho, em relação a essa mesma matéria da pergunta, do questionamento em relação à área frigorífica.

Presidente Luciano, me causa muita preocupação e estranheza na medida em que o BNDES está hoje associado, ou seja, compor(F) alguma participação de algumas empresas frigoríficas do Brasil. Eu não vou me referir o nome, até porque não interessa. Todavia, têm alguns frigoríficos, o Frigorífico Independência, vamos se referir a ele aqui, que em princípio tinha feito uma engenharia financeira e o BNDES tinha comprado 28%, se não me falha a memória, até 30% dentro da sua participação nessa empresa. Entretanto, o BNDES liberou na primeira parcela, de um total de 480 a 500 milhões de reais, se não me falha a memória, 250 milhões, e num determinado momento, no mês de dezembro, se não me falha a memória, a empresa já não vinha andando tão bem como o banco esperava, eu imagino que fosse assim. O banco não liberou a segunda parcela. Feito isso, uma das ponderações que esta empresa faz, ou seja, leva ao conhecimento dos seus credores, sobretudo os credores que forneceram boi para a sua atividade econômica, no caso especificamente do Mato Grosso, que eu posso falar com mais perfeição, de que um dos motivos em que não foi, ou seja, pago a esses fornecedores, foi tendo em vista que o BNDES não cumpriu com a segunda participação, ou seja, da segunda liberação. Mas o que eu fico mais preocupado, Luciano, é de que se o banco, num primeiro instante, comprou 28% do ativo e do passivo do Grupo Independência, eu imagino também que neste caso, como a empresa pediu recuperação judicial, o banco também é responsável em 28% deste passivo junto aos nossos fornecedores. Eu pergunto a V. Exa.: Como é que está o andamento dessa engenharia financeira deste grupo para que ele possa quitar o seu passivo junto aos seus fornecedores, sobretudo rebanho bovino, que até governo nenhuma resposta nós, do Mato Grosso, não temos em relação, naturalmente, a essa pendência que existe com os pecuaristas daquele Estado e, com certeza, há algumas centenas vivendo em situação difícil por falta de quitação desde pagamento. Essa é a minha indagação, Presidente Luciano Coutinho.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Obrigado, Senador. Eu vou responder com muito cuidado porque nós estamos falando de um caso específico e eu estou sujeito à regra de sigilo bancário. O senhor levantou um caso que é público de uma empresa cujo processo de perda de substância foi muito rápido e inesperado. Era uma empresa modelo em termos de governança, de liquidez muito reputada no mercado.

O fato do BNDES não ter podido integralizar a segunda parcela deveu-se ao fato de que várias das cláusulas do contrato com o banco não puderam ser honradas pela empresa em função da sua situação financeira. Além disso, a empresa entrou em recuperação judicial, o que também é mais um dos processos e que os regulamentos do banco impedem uma operação de capitalização de uma empresa que está em processo de recuperação judicial sem que tenha um Plano de Recuperação Judicial aprovado, quer dizer, não seria consistente com a própria Lei de Recuperação. Então nós temos que aguardar. Eu sei, Senador, das aflições, das dificuldades sérias e das repercussões que têm tido em vários Estados, mais especialmente no seu Estado, Senador Jayme Campos. Mas nós estamos trabalhando, o que eu posso lhe dizer é que nós estamos trabalhando junto com os credores num Plano de Recuperação da empresa e nós esperamos encontrar

um caminho dentro da Lei de Recuperação para que a empresa possa retomar suas atividades e que os fornecedores, especialmente os pequenos fornecedores, que estão amargando sérias dificuldades, possam ser ressarcidos. Nós estamos trabalhando firmemente aí nessa direção.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu queria apenas um minuto só, Senador Dornelles.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Eu quero dizer que temos vários inscritos. Estão inscritos aqui o Senador Tião Viana, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Sérgio Guerra, de modo que, para mim, seria difícil não respeitar essa ordem.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Respondendo às questões do Senador Suplicy, Senador, depois nós gostaríamos de conversar pessoalmente consigo, viu? Eu entendo a sua aflição e gostaria de conversar pessoalmente.

Senador Suplicy, relativamente à EMBRAER, o BNDES tem uma participação residual no capital não votante da EMBRAER resultante do passado, ele não participa do bloco de controle da EMBRAER, a EMBRAER é uma empresa puramente privada e tem um bloco em que o BNDES não participa. O BNDES não financia a EMBRAER nos últimos anos. A EMBRAER se financiava estritamente no mercado e felizmente o mercado era suficientemente líquido para financiar a EMBRAER. Depois da crise, porém, o BNDES tem financiado não a EMBRAER, mas os compradores da EMBRAER. O BNDES tem ajudado a EMBRAER a vender. Nós realizamos operações no ano passado importantes, são públicas, para a British [ininteligível], para o Grupo Air France e para outras grandes empresas americanas para comprarem aeronaves da EMBRAER. E vamos ter que continuar a fazer isso mais intensamente na medida em que o sistema bancário internacional não tem oferecido crédito à EMBRAER; nós temos que apoiar as vendas da EMBRAER. Mais recentemente, Senador, nós estamos estruturando operações em reais para que a EMBRAER seja capaz de vender no Brasil suas aeronaves e que possamos apoiar o desenvolvimento da aviação regional no Brasil. Nesse sentido nós apoiamos projetos da AZUL e ontem, na reunião de diretoria, o BNDES aprovou um projeto para a compra de aeronaves pela TRIP, que nós estamos esperando poder ampliar, porque a aviação regional precisa se desenvolver no Brasil com um modelo de negócio consciente e nós vamos continuar apoiando. Eu acho que é nossa obrigação apoiar as vendas da EMBRAER, sem as quais a questão do emprego na empresa fica complicado. Eu quero lhe dizer que, atendendo à solicitação de V. Exa., eu recebi o sindicato, eu atuei como mediador no sentido de solicitar à empresa que abrisse uma negociação com o sindicato para que houvesse uma... Essa negociação terminou sendo propiciada pela intervenção do TRT, porque o TRT forçou um processo de entendimento, e desse processo de entendimento resultou uma melhoria das condições no processo de dispensa dos funcionários da EMBRAER. Mas eu quero lhe dizer que, no que dependeu de nossa intervenção, nós buscamos sensibilizar a empresa para um diálogo com o sindicato e para que as condições originais do processo de demissão fossem melhoradas, fossem substancialmente revistas e melhoradas.

Relativamente à Sadia e Perdigão, eu agradeço a pergunta porque eu gostaria de esclarecer que esse processo de fusão não transitou pelo BNDES; esse foi um processo negociado entre as partes privadas. O BNDES não financiou a aquisição de uma pela outra, de nenhum processo neste caso, e como a empresa resultante, a Brasil Foods, precisará de uma capitalização para a redução de dívida, essa capitalização será feita através de uma operação de mercado. Essa operação de mercado será, em boa medida, garantida pelos próprios acionistas da empresa e, portanto, ela tem tudo para ser uma operação de mercado muito bem sucedida. O BNDES poderá examinar e participar dessa oferta pública se considerar isso uma operação vantajosa. Nós, possivelmente, poderemos participar disso. Eu tenho dito que poderemos participar, mas esperamos que o mercado reaja muito favoravelmente e a nossa participação pode até ser pequena, residual ou até não acontecer, porque nós só iremos participar em condições que sejam vantajosas para o BNDES. Então é uma demonstração até que nem sempre essas operações dependem do BNDES, que felizmente o Brasil tem um mercado de capitais pujante, que está se recuperando e que pode, muitas vezes, solucionar esses problemas, o que para nós é uma demonstração de vitalidade do Brasil. Nós estamos muito satisfeitos com essa solução. Considero também, Senador, que dado às implicações para a concorrência o sistema brasileiro de defesa da concorrência deve examinar a questão concorrencial com muito cuidado e deve eventualmente sanar os impactos sobre a concorrência sem prejudicar os ganhos de sinergia que uma grande empresa brasileira, como essa, pode vir a ter no desenvolvimento das suas exportações e na presença brasileira em outros mercados.

Em relação ao microcrédito, é uma pergunta desafiadora, Senador. É um desafio fazer microcrédito no Brasil. O BNDES, particularmente para o BNDES, que é um banco de atacado, digamos assim, tem apenas a sede no Rio de Janeiro, nós temos buscado trabalhar

com várias instituições. O Banco do Nordeste, principalmente, tem uma experiência muito interessante em microcrédito, nós temos nos associado ao Banco Nordeste, repassado recursos para o Banco Nordeste operar em microcrédito, e nós temos buscado atuar com pequenos bancos ou instituições credenciadas por pequenos bancos especializadas em microcrédito. É uma tarefa difícil e nós esperamos que com a redução de taxas de juro e, especialmente, com a criação de mecanismos de mitigação de crédito, de risco de crédito, o microcrédito possa se tornar um instrumento mais efetivo no Brasil, porque ele é muito caro. E aqui há uma necessidade de a criação de mecanismos de aval e de garantia. É uma matéria complexa. Eu chamaria a sua atenção para uma experiência muito hesitosa em países da América Latina, que é o desenvolvimento de sociedade garantidoras de crédito comunitárias. Nós estamos muito interessados em apoiar o desenvolvimento dessa sociedade comunitária garantidora de crédito porque fundos de aval de cima para baixo não têm se revelado muito eficiente, mas é uma matéria que gostaríamos em outra oportunidade de aprofundar consigo. É uma matéria complexa que demandaria muito tempo explicar.

Fontes de recursos para o BNDES. O BNDES tem fundamentalmente o FAT e o Retorno. A carteira do FAT é uma carteira importante, o Retorno dos recursos do FAT, que representam um potencial de cerca de 55 bilhões/ano de financiamento para o BNDES. Como a escala do BNDES cresceu, o Tesouro Nacional nos propiciou este empréstimo de grande cala escala que eu, na minha apresentação, fiz referência, cujo custo foi felizmente reduzido recentemente. Então nós temos recursos do FAT, os recursos do Tesouro. Além disso, o BNDES tem obtido com sucesso captações de moeda estrangeira das instituições multilaterais de crédito. Nós temos merecido créditos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, créditos de grande escala. Nesse ano mais de 3 bilhões de dólares em créditos das instituições multilaterais e, além disso, nós estamos captando em outras instituições, no Japão, na Alemanha, em vários bancos internacionais que têm honrado o BNDES com empréstimos bastante convenientes. Além disso, o BNDES tem sido procurado insistentemente pelo mercado, na medida em que o risco Brasil tem crescido o BNDES tem sido instado pelo mercado. Eventualmente o BNDES poderá voltar ao mercado e captar no mercado internacional a taxas convenientes. É importante que a gente se mantenha no mercado e tenha uma curva de juros de mercado que reflita a qualidade do crédito do BNDES, que é muito boa. Então o BNDES se emparelhou até um pouquinho melhor do que a PETROBRAS nos seus lançamentos. Então nós temos que zelar pela reputação, pela qualidade do BNDES nas captações internacionais. Então nós temos nos desdobrado para manter a capacidade de investimento do banco para fazer face aos desafios. Eram essas então as questões.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Muito obrigado. Obrigado pela atenção também com respeito à questão da EMBRAER.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Tem uma última questão do Senador Dornelles. Desculpe, Senador, mas a questão a respeito de garantias na exportação para a América Latina. Essa é uma pergunta muito importante.

Senador, o senhor sabe que erroneamente às vezes se pensa que o BNDES financia países da América Latina como se nós estivéssemos dando um crédito em aberto para a Argentina ou para a Colômbia, etc. O que na verdade o BNDES faz é que ele financia a exportação de bens e serviços acoplados a um projeto. Se uma empresa brasileira construtora ganha um projeto ou se uma empresa fornecedora brasileira ganha um contrato de fornecimento de equipamentos de um determinado projeto, o BNDES pode financiar a exportação desses bens e serviços através de um contrato de exportação. Esse contrato, em geral, só é desembolsado contra a execução e a entrega do serviço depois de estarem devidamente auditadas e atestadas. Nesses contratos, em geral, o BNDES busca que eles tenham garantias sólidas. Felizmente, todos os contratos do BNDES têm um nível de garantia muito firme, principalmente através do Convênio de Créditos Recíprocos. O Convênio de Créditos Recíprocos é uma instituição, é um convênio entre Bancos Centrais de toda a ALADI, é um convênio que tem mais de quarenta anos, nunca teve nenhum inadimplemento, é uma garantia de pagamento muito sólida, muito firme, e que tem sido honrada por todas as economias. Em geral isso significa que o coletivo dos Bancos Centrais honra se um determinado Banco Central não executar o pagamento. Então é uma garantia muito firme, é uma garantia coletiva. Em geral os Bancos Centrais podem cursar os títulos de dívida no CCR construindo garantias domésticas para isso ou garantias das dadas por seus respectivos Tesouros ou por outras formas, mas é um mecanismo de garantia muito eficiente e nós temos buscado, em toda a nossa exportação de serviços, ter a cobertura de garantias dessa natureza. Então, portanto, nós operamos com conforto, com relativo conforto, digamos assim, de ter a cobertura de garantias adequadas.

Muito obrigado, Senador, desculpe, as perguntas são difíceis e às vezes é difícil dar respostas muito sintéticas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Mas a V. Exa. só podem ser apresentadas perguntas difíceis, porque V. Exa. tem competência para responder todas elas.

Nós temos agora o Senador Tião Viana, o Senador Antônio Carlos Valadares e o Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC):** Sr. Presidente Senador Francisco Dornelles, Srs. Senadores. Eu serei muito objetivo. Primeiro meus cumprimentos ao Dr. Luciano, que é uma referência quando o assunto é política de desenvolvimento, resistência do Brasil, a capacidade do Brasil em resistir a esse momento difícil da economia mundial e o melhor de tudo é nós observarmos a instituição BNDES saindo de uma condição de instituição hermética, que estava vinculada basicamente a um restrito setor empresarial brasileiro, vinculada a uma espécie de partidarização da vida econômica brasileira e hoje voltada para o desenvolvimento e associada ao País naquilo que há de mais essencial, que é o suporte à sensibilidade que a economia tem de um modo geral. Hoje o BNDES, eu digo com muito orgulho e reconhecendo isso como um tributo ao Dr. Luciano Coutinho, ele está presente no Brasil inteiro, ele chegou às regiões brasileiras. Ele está do meu Estado do Acre ao Rio Grande do Sul. Ele faz parte da vida econômica e do desenvolvimento das diversas regiões brasileiras. Então é uma grande evolução que essa instituição financeira passa nos últimos anos. É um banco que está associado nesse momento de resistência do Brasil à crise, à apreciação cambial, a expansão de crédito, o aumento da demanda interna, investimentos e consumo, a aceleração do crescimento, em tudo isso o BNDES estava vivamente interligado ao Brasil.

Eu faria apenas, Dr. Luciano, considerações que, primeiro, não divergem do agradecimento que eu tenho com a minha região, com o meu Estado. Eu sei da luta que o senhor pessoalmente teve com a sua equipe toda de dirigentes em olhar para o desenvolvimento dos Estados brasileiros nas regiões onde não havia chance de chegada do BNDES. O Acre hoje está muito bem, muito sólido e em expansão do seu investimento público, sobretudo para assegurar uma economia própria, independente, com incorporação tecnológica, com afirmação do emprego formal e com integração a uma visão de mercado, que a América Andina se afirma na nossa região, com a consagração da Rodovia Bioceânica e tudo. Mas tinha alguns itens que eu gostaria de considerar e ouvi-lo.

Um é sobre as Prefeituras. Por exemplo, nós temos há anos a capital do Acre, Rio Branco, que é um Município que detém mais da metade da população, com projetos aprovados no BNDES da ordem de 70 milhões, um agora de 36 milhões, aprovado há mais de três anos, francamente aprovado, o BNDES estimulou, acolheu o Município, reconheceu o mérito e aprovou tecnicamente o financiamento, mas ele não anda. Não anda porque me parece que é entrave do superávit primário ainda. Aí eu vejo essa mudança que houve do superávit primário. Eu vejo o Brasil no PAC, o governo abrindo uma linha de crédito para as chamadas cidades sedes da Copa de 2014. Então eu vejo que há uma movimentação e uma dinâmica própria, mas o empréstimo continua retido e eu lhe confesso que esse empréstimo seria uma alavanca fundamental para a vida municipal do Estado. Se outros Municípios da região não conseguiram, alguns conseguiram, mas nós vimos agora aquela linha robusta de crédito que o senhor se referiu, só para o meu Estado, de 137 milhões a mais, além de se eu for falar, nós vamos ter quase 3 bilhões em financiamentos para o Acre e isso é muita coisa para um Estado da proporção econômica do Acre, mas nós temos a margem dessa natureza na política de financiamento dos Municípios. Então se o senhor puder considerar se há no horizonte uma desobstrução para assegurar crédito que vai ser pago pelo Município, não é recurso de outra natureza, não é do Governo Federal, é BNDES, Prefeitura, eu gostaria de ouvir, e com uma consideração sua sobre essa ótica sempre vinculada diretamente ao desenvolvimento, que é de fato a razão do BNDES. Mas hoje, quando se olha a Índia, metade da economia da Índia depende de serviço, ela não depende de investimento produtivo direto. Então há um olhar nesse sentido, nós podemos mudar e ampliar o olhar? O senhor falou em suporte energético, falou em ações da PETROBRAS, o senhor falou em linhas de habitação, mas serviços, nós temos linhas fortes ou crescentes nessa área, que é algo que me parece muito importante e que pode dar uma resposta econômica de baixo período, curto período e ser fundamental para a geração de emprego? Então isso é um item que me chama a atenção. E debatendo recentemente com técnicos do BNDES no Estado eu alertava para um item que hoje é o segundo grande componente da economia americana. A primeira indústria americana é a de armas; a segunda é a do conhecimento. Nós não temos uma linha de financiamento para o conhecimento no Brasil. Quando olhamos para as academias, elas vivem minguando, correndo atrás e implorando financiamento como se fosse um ônus ao País. Os americanos têm metade dos estudantes de pós-graduação do planeta, vão para lá gerando um forte circuito econômico e de expansão da economia local. Então em que é que o BNDES pode contribuir para financiar conhecimento, cursos

de especializações e gestão, cursos de especialização e política de desenvolvimento regionais, porque me parece que não é algo claro para as Prefeituras e para os Governos Estaduais.

No mais, é franca admiração e respeito à sua condução à frente do BNDES. É um tributo dado ao presente e ao futuro do Brasil que a sua gestão promove.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Obrigado, Senador Tião Viana. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Em primeiro lugar eu gostaria de, a exemplo do Senador Tião Viana, enaltecer o trabalho concreto e efetivo que vem realizando o BNDES para promover o desenvolvimento no nosso País, notadamente nesse momento de crise em que há uma retração econômica, não só aqui, como no mundo inteiro, e se não fosse a participação de instituições financeiras brasileiras, como o BNDES, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, certamente que as dificuldades seriam muito maiores, muito mais acentuadas do que as que estão vivenciando neste momento.

Eu, sem dúvida alguma, estou muito satisfeito com a inclusão, entre os programas prioritários do BNDES, a aprovação de financiamento direto aos Estados visando a realização de obras de infraestrutura urbana, rural, nos Municípios dos Estados brasileiros. Em primeiro lugar, como se trata de um programa da mais alta magnitude do ponto de vista social, eu gostaria de que V. Exa. fizesse um comparativo, uma vez que há uma reclamação da oposição de que o BNDES direciona mais os seus recursos mais para o Sul e o Sudeste, que no que se relaciona a esse programa de financiamento aos Estados para obras de infraestrutura, confio em V. Exa. com relação a Sergipe, o Governador Marcelo Déda muito agradece à atuação do BNDES no que diz respeito a esse projeto, a esse programa que já foi assinado, e eu compareci, tive o prazer de comparecer ao lado do Governador e de outros parlamentares no Rio de Janeiro, na assinatura deste Programa Sergipe Cidades. Então eu gostaria que V. Exa. fizesse um comparativo com relação a esse programa, como está agindo o BNDES em termos de aplicação, uma comparação entre o Sul e Sudeste e o Norte e Nordeste.

Nós estamos acompanhando aqui pela internet de que está havendo um aumento do nível de inadimplência em relação às empresas, não em relação às pessoas físicas, mas no que se refere às pessoas jurídicas houve um aumento da inadimplência nesses últimos meses. Então eu gostaria de saber se mesmo com a redução do *spread*, porque houve realmente uma redução do *spread*, se isso vai implicar na redução do nível de financiamento às empresas no âmbito do BNDES.

E, por último, nós sabemos que entre a iniciativa da empresa em procurar uma instituição financeira e a liberação do recurso, decorre um tempo que às vezes ultrapassa aquilo que a empresa esperava. Eu tenho exemplos lá no meu Nordeste não com o BNDES, mas com outras instituições nossas, de que o crédito para ser liberado ou o financiamento para ser concedido tem uma burocracia enorme. A empresa tem que obedecer a determinados trâmites que, na prática, isso desanima aqueles que pretendem um financiamento. Então eu gostaria de saber, no que diz respeito a esse problema da liberação do recurso, desde o início qual o tempo médio que uma empresa leva para obter o financiamento tão desejado? Se a burocracia, não por culpa da entidade, mas por culpa dos órgãos fiscalizadores; por culpa não, por obrigação dos órgãos fiscalizadores, tipo Tribunal de Contas da União, até exigências do Ministério Público, da CGU, enfim, V. Exa. tem que cumprir um ritual e também obedecer ao Tesouro, que transfere recursos para o BNDES. Eu gostaria de saber o tempo necessário, o tempo médio para um financiamento às empresas brasileiras no BNDES.

Obrigado a V. Exa., meus parabéns pelo seu trabalho primoroso, que sem dúvida alguma vai repercutir no futuro da economia do nosso País.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado, Senador Santo Antônio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, a Senadora Rosalba Ciarlini.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Eu gostaria de cumprimentar a todos os Presidentes, especificamente o Senador Dornelles, em função dos resultados obtidos na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Tem passado por aqui, por esta Casa, em Audiência Pública, os maiores gestores da economia brasileira, economistas, e nos têm dado um grande enriquecimento. V. Sa., Dr. Luciano Coutinho, não pode imaginar, nós, Senadores, como temos sido enriquecidos com estas audiências. E até temos o lado positivo que seria, talvez, o pé quente do Senador Dornelles, que a crise é a boa crise. Eu considero uma crise que está sendo superada e uma crise que gerará oportunidades e dará ao Brasil uma projeção no futuro maior do que quando o Brasil foi envolvido globalmente nessa crise.

Quanto ao desempenho do BNDES e do gestor Luciano Coutinho, eu transfiro minhas palavras e repito as palavras do Senador Tasso Jereissati, que é empre-

sário e é crítico do governo. Então ninguém melhor do que Tasso Jereissati para ter feito os elogios a V. Sa., que eu faço parte da base do governo e poderia ficar supostamente comprometido com elogios de base de governo, mas não, na verdade o Senador Tasso Jereissati não poderia ter feito maiores e melhores referências do que as que foram feitas por ele.

Também um ponto que eu gostaria só de ressaltar é que a gestão brasileira no serviço público nos envaidece. Veio hoje V. Sa., tem vindo aqui Presidente do Banco Central, Presidente de PETROBRAS, Ministro de Estado e, na verdade, o Brasil está em boas mãos. Eu digo isso como empresário, com a capacidade que nós temos de avaliar gestores. Eu considero que o Brasil, esse elogio não se prende ao governo somente Lula, pode se estender aos governos outros passados, mas na verdade o Brasil tem evoluído a nível de gestão e isso é muito importante.

Agora eu vou pontuar assim três perguntas que eu gostaria que fossem esclarecidas.

No tocante ao empréstimo da PETROBRAS, eu posso estar enganado, mas o que eu consegui entender é que a liberação do empréstimo aconteceu de forma total. Foi tomado o empréstimo e o BNDES liberou a totalidade do valor do empréstimo, mesmo sabendo que as aplicações desse empréstimo eram frutos de um cronograma de aplicação ao longo de um tempo, razão pela qual até foi explicado a possibilidade da própria PETROBRAS reverter esses valores para títulos de governo, títulos outros, dentro da operação da não necessidade de estar com esse dinheiro em caixa. Eu pergunto se este procedimento é um procedimento normal, usual, ou se, como empresário, eu sempre me habituei a assistir aos empréstimos do BNDES através de um cronograma de desembolso, na qual a empresa, digamos, é creditada num valor de 10 milhões e vai liberando de milhão em milhão na medida em que vai comprovando as aplicações. E a justificativa, se eu não estou enganado, razões pela qual nesse caso da PETROBRAS o desembolso aconteceu de uma só vez.

Um outro assunto, eu gostaria de pegar mais carona no talento de V. Sa., é no tocante do dólar como moeda de referência, principalmente nas operações da América Latina. A moeda dólar é uma moeda que é âncora das transações internacionais, mas estranhamente é uma moeda que, digamos, se a moeda de referência internacional fosse o Real e se o Brasil tivesse passado pela crise econômica que passou ou está passando os Estados Unidos, internacionalmente o valor do Real teria ido para o espaço. E, na verdade, nós continuamos mantendo, num País em crise, a moeda de referência daquele País. Então eu gostaria, como foi referenciado que V. Sa. é professor, eu gostaria de aprender qual a tendência mundial em termos dessas transações internacionais.

E, por fim, só fazer uma referência. No material distribuído a nós, Senadores, estão aqui os volumes de recursos que foram alocados no Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e Distrito Federal, abreviado como PEF, e curiosamente, eu gosto muito de garimpar números, nós, que estamos habituados ao eixo da grande economia brasileira, que é São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, esses cincos Estados, somados, estão alocados para eles 351 milhões. E unicamente para o Estado da Bahia está alocado 376 milhões. Significa que para o Estado da Bahia está alocado mais recursos do que para a totalidade desses cinco grandes Estados brasileiros. Eu gostaria só de entender a motivação e dizer que fui em busca desse número tentando defender a Paraíba, eu sou Senador pelo Estado da Paraíba, e não pude nem reclamar, porque proporcionalmente aos outros Estados, o que está alocado para o Estado da Paraíba está dentro de uma dimensão justa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado ao Senador Roberto Cavalcanti. Passo a palavra à nossa prezada Presidenta, a Senadora Rosalba Ciarlini.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Muito obrigada, Senador Francisco Dornelles, V. Exa. que com muita competência vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Controle à Crise Econômica, que o Brasil e o mundo vem vivenciando, de acompanhamento da crise. Quero cumprimentar ao Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, o Dr. Luciano Coutinho, e os Srs. Senadores aqui presentes, Senador Gilberto, Senador Botelho, Senador Valadares e Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, claro que como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais as nossas indagações serão voltadas para essa área. Nós temos o maior respeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social pelo trabalho que ele realiza, até porque eu sei que a nível social já existe inclusive um prêmio que é voltado para aqueles projetos que são apresentados a nível de Municípios, de Estados. Eu digo isso com muita propriedade porque participei, quando Prefeita da cidade de Mossoró, e fui premiada duas vezes. Era um programa que o BNDES fazia com a Fundação Ford e com a Fundação Getúlio Vargas. E os projetos que eram aprovados, eles recebiam um valor para poder fazer crescer, reaplicar dentro daquele objetivo do projeto. Então eu lembro que foi o nosso Projeto

Água Viva Luz do Sol, quando nós tínhamos, e ainda existe lá na nossa cidade, começamos uma experiência que foi muito exitosa de poços tubulares que eram movidos a energia solar, com desalinizadores, onde nós levávamos a água potável para as comunidades e através do rejeito, da água salobra, também era aproveitada em outras atividades. E fizemos também pequenas adutoras, também movida a energia solar. Por isso o nome é Água Viva Luz do Sol, porque muitos dos poços tubulares eram voltados para o pequeno irrigante, gerando emprego, gerando renda. Durante dois anos nós tivemos a oportunidade de participar e de sermos premiados. O senhor ainda não era o Presidente, mas eu espero que isso esteja continuando, porque realmente é um incentivo, estimula a todos a que tenhamos o reconhecimento de projetos que são bons e que são, vamos dizer assim, inovadores.

Mas eu gostaria aqui de falar sobre os desembolsos da área de inclusão social dentro do projeto da sua exposição. Aqui o senhor colocou que os desembolsos sociais de janeiro a abril de 2009 cresceram 177% ante o igual período de 2008. Desde já eu quero parabenizá-lo, porque é muito importante que esses desembolsos para a inclusão social realmente sejam crescentes. Mas observando bem, do total de 788,8 milhões, 686 milhões praticamente foram investidos para metrô, saneamento e rodovias. Na área de economia solidária, educação... Educação, inclusive, foi o menor investimento: 0,1; ações sociais: 0,7; economia solidária: 6,9 - e aqui eu gostaria de saber se dentro dessa economia solidária também está incluído os microcréditos, microcrédito de apoio.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Está.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Bem, então eu queria fazer essa observação porque, na realidade, eu sei da importância social que é o metrô. O saneamento, eu quero inclusive parabenizá-lo, porque a saúde aqui está apenas com 19,4. 19,4 milhões, não é apenas isso quando você soma com 232 milhões de saneamento, que é a saúde, que é ação voltada para a saúde. Mas fica aqui essa observação. Que projetos são esses que a educação só teve direito a 0,1? As ações sociais a 0,7? Seção de inclusões sociais, eu acho que de certa forma para metrô, saneamento, rodovias, já existem outras linhas de crédito, inclusive voltadas para investimentos, que são empréstimos que os próprios Estados, na sua grande maioria, hoje têm acesso. Como o senhor aí anunciou, mais 4 bilhões para financiamento aos Estados dentro de condições especiais. E como os Estados estão tendo essas condições especiais, eu gostaria também de perguntar: há algum programa também semelhante para os Municípios? Porque nós sabemos que temos Municípios de médio porte com capacidade de endividamento, com necessidades prementes na área social, na área de infraestrutura, no desenvolvimento urbano, e que muitas vezes ficam impossibilitados de realizá-los, inclusive Municípios que podem dar garantias, e aí eu vou me dirigir inclusive pela minha região, pelo meu Estado. Muitos Municípios, como o Município de Mossoró, que são Municípios da área produtora de petróleo, o Município de Açu, que é de uma região altamente produtiva de fruta, de cassinocultura e também de petróleo, onde está Açu(F), mas que passa por uma situação muito difícil em função de duas enchentes que foram seguidas. Então, há necessidade de maiores investimentos. Se também Municípios dessa natureza, desse porte, se existem financiamentos voltados com condições especiais, porque aos Estados, desculpa eu dizer, surgiu de repente, agora, um financiamento há um ano dos Governadores terminarem o seu mandato, inclusive o nosso Estado já está autorizado para um pedido de 300 milhões, e nós sabemos que em um ano para obra de infraestrutura muitas vezes não dá tempo nem para fazer o projeto, quanto mais para utilizar o recurso. Então parece assim que está chegando no final do mandato para que possam desenvolver. Claro que nós queremos sempre mais recursos, vou defender, se precisar da minha aprovação eu darei, porque é recurso para o meu Estado, não é para governante A ou B, é para que seja realmente utilizado no Estado, mas aí nós queremos um acompanhamento.

Gostaria também de fazer uma solicitação ao Sr. Presidente com relação ao Fundo Social. O Fundo Social que nós sabemos que é formado por rendimentos do lucro do próprio BNDES. Então eu gostaria, Sr. Presidente, se é possível, até essa solicitação será da própria Comissão de Assuntos Sociais, que nos fosse enviado relatório da aplicação do Fundo Social e seus valores, porque eu considero importantíssimo, mas sabemos que inclusive que Projeto de Lei que já tramitou nessa Casa, de autoria do Senador Tasso Jereissati, cujo Relator, se eu não estou enganado, foi o Senador Marcos Maciel, falava, inclusive foi aprovada, que na distribuição mais justa desses recursos do Fundo Social sendo voltadas para regiões mais pobres, mais carentes e, consequentemente, todos nós sabemos que é o Norte, o Nordeste e, em terceiro lugar, o Centro-Oeste.

Então ficam aqui essas nossas solicitações, nossas indagações e queremos, como colocou o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Tasso, aprender mais com o senhor. Na realidade eu sempre digo que da parte de economia o meu professor nessa Casa é o Senador Dornelles, é o Senador Tasso, o Mercadante, são muitos Senadores que tratam dessa área. A minha

área muito mais é o social porque a minha formação é médica pediatra, mas tive a experiência de administrar um Município três vezes. E a economia doméstica, toda mulher tem uma noção de economia, porque nós somos realmente quem melhor sabe tratar da economia doméstica. Então era isso que eu queria colocar e muito obrigada por ter atendido ao nosso convite de fazer essa Audiência conjunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Nós temos aqui, como já anunciei, os Senadores Augusto Botelho, Gilberto Goellner e Sérgio Guerra.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Sr. Presidente, eu gostaria de elogiar o Presidente da Comissão porque nós estamos tendo uma aula aqui importante.

Mas, professor Luciano Coutinho, eu queria chamar a atenção que realmente nesse seu quadro de programa social, ainda é pouquinho, mas dá para incluir a agricultura familiar. É um programa familiar, está aqui incluído no agronegócio, mas é uma coisa extremamente social. Eu gostaria de parabenizar a sua gestão porque no ano passado variou 75% e no mesmo período agora já variou 131%. Eu queria saber como é que o BNDES chega na agricultura familiar, porque na minha cabeça e na cabeça da maioria pessoas do Brasil o BNDES é um banco de grandes, de grandes empresas. A agricultura familiar é a pontinha da nossa agricultura e essa expansão de 131% significa que realmente a gestão de V. Exa. está se preocupando com o social. Espero que continue nessa curva ascendente, porque realmente 80% das pessoas que vivem no campo estão incluídas em agricultura familiar e são as pessoas que têm mais carência de crédito e mais dificuldades de acesso a isso. Eu queria elogiar a V. Exa. pela atitude e saber como é que está chegando no agricultor familiar esse PRONAF do BNDES.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente do BNDES, que muito nos honra aqui no Senado hoje nessa Audiência Pública. Eu tenho duas questões que vejo como prioritárias, Sr. Presidente, em relação à participação efetiva do BNDES. Uma é no setor de transporte de cargas do País. O Estado de Mato Grosso, da qual eu represento, nós temos uma característica diferenciada de outros Estados, onde a logística ainda se faz por caminhões, e o BNDES aplicou, tem uma carteira, vamos dizer assim, em 2008, acima de 6 bilhões no financiamento de caminhões. Em 2006 já tivemos uma pequena crise nesse setor, ocasionada pela dificuldade de renda dessas transportadoras. Existe no Mato Grosso transportadoras que estão congregadas em associações muito fortes, onde eles treinam os motoristas, eles dão assistência social, a família do motorista que se ausenta da sua residência, enfim, tem um programa muito auspicioso, mas todas elas passam por um momento de falta de renda e a dificuldade de pagar os empréstimos, auspiciosos. Foi criado, então, em 2006, esse programa extraordinário de apoio ao setor de transporte rodoviário de carga dentro do BNDES que facilitou, propiciou uma carência e as prestações inadimplentes foram refinanciadas. Eu proporia, dentro da solicitação dessas associações de transportadores, que fosse dado, nesse momento difícil por que passam as transportadoras, que têm o seu custo alicerçado praticamente em cima do combustível óleo diesel, aonde 50% a 60% do custo do transporte rodoviário de carga é feito em cima do óleo diesel, eles estão com muita dificuldade, dificuldade de renda, dificuldade de quitar as prestações do BNDES. Então nesse momento, se fosse reativado esse programa, ajudaria muito as empresas a se recompor, não perder os seus caminhões e nós termos, então, garantido os empregos tão necessários em toda essa cadeia de logística.

O segundo diz respeito à situação porque passa a pecuária brasileira que teve essa dificuldade financeira dos frigoríficos, da indústria de carne, e recaiu agora na recuperação judicial, aonde existe um papel fundamental aqui no Congresso que é remodelar a Lei de Falências. A Lei de Falências hoje, como se constitui no País, como ela está constituída, ela permite à empresa solicitante dessa recuperação judicial a dar prioridade de recompor os créditos trabalhistas, mas deixa de fora os ativos, aquela entrega de bovinos, de suínos, de aves ou uma *trading* que esmaga soja, a de soja ou a de milho, eles ficam fora. Então essas empresas, intencionalmente ou não, nos trinta dias que antecede, como o pagamento é à prazo, adquiriram para pagamento a prazo e deixaram os pecuaristas sem receber, e dentro da recuperação judicial de dez, quinze, vinte anos, dá uma quebradeira. Então a crise hoje não é dos frigoríficos, é da pecuária brasileira, daqueles que forneceram os ativos que tinham e ficaram na mão. A minha pergunta é: além de nós termos uma obrigação aqui de mudar essa Lei, colocando então esses ativos também como prioritários, e dentro desse processo nós estamos estudando inserir Emendas de Medidas Provisórias para acelerar esse processo de revisão da Lei de Falências, mas eu vejo que a concessão de crédito de empresas que estão pleiteando novos créditos, e créditos necessários, porque essas plantas precisam ser reativadas, se há condições do BNDES também dar prioridade para que esses recur-

sos novos emprestados, deem preferência também à recuperação desses produtores rurais, esses pecuaristas, que estão hoje numa situação penosa, porque são pequenos, médios produtores de toda a natureza, que quebraram praticamente. Então nós não podemos estar recuperando uma empresa e deixando toda uma cadeia produtiva na mão sem solução de recuperação. É nesse sentido que eu pergunto se é possível fazer, eu diria assim, um auxílio para que também essa cadeia produtiva pudesse voltar a produzir, dando preferência de pagamento dos créditos ativos que foram entregues a esses frigoríficos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Senador Sérgio Guerra.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Presidente Luciano, Presidente Dornelles. Todos conhecemos a história de uma refinaria lá em Pernambuco por muitas razões. Me lembro de muito tempo atrás ter ido à Venezuela cuidar disso com o atual Governador Eduardo e com outras pessoas pernambucanas. Desde aquele momento havia uma intenção clara dos venezuelanos, na época com uma empresa bastante estruturada, de trabalharem o projeto de uma refinaria no Nordeste, de uma maneira especial em Pernambuco. Essa questão da refinaria, depois, virou uma discussão extremamente pitoresca. Um belo dia o Presidente disse que precisava fazer várias refinarias, foi o atual Presidente do Senado, o nosso amigo José Sarney. Outra vez havia uma decisão de examinar a possibilidade de uma refinaria fora do Brasil e por muitas razões, por muito tempo isso não foi resolvido. O Presidente Lula tem um mérito grande nisso. Primeiro, porque decidiu pela instalação de uma refinaria no Nordeste. E, segundo, porque decidiu para que essa refinaria se instalasse em Pernambuco. No contexto deste acerto, uma associação com a PEDEVESA. Eu vou ser bastante breve, até por conta do tempo. A PEDEVESA, como se sabe, ela não tem tido a colaboração do governo venezuelano, ao contrário, é uma empresa que perdeu racionalidade, governança ao longo do período do atual Presidente. Eu fui ao ato de lançamento, foram vários já os atos de lançamentos da PEDEVESA, até mesmo antes da campanha eleitoral que já começou. Eu fui num ato de lançamento em que o Presidente Chávez falou três horas e o Presidente Lula uns quarenta minutos. O ato durou umas seis horas e de vaias intensas para os não petistas. Jarbas ainda era o Governador de Pernambuco. O fato concreto é que a refinaria começou no projeto junto com a PEDEVESA, com o discurso da PEDEVESA, por isso chamou Abreu e Lima. Muito tempo depois, acompanhando isso com distância regulamentar, eu fui à PETROBRAS cuidar de outro assunto. Sendo pernambucano, encontrando pernambucanos, perguntei pela relação da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto pernambucano. O consenso de muitos que eu ouvi é de que a PEDEVESA era um péssimo parceiro e que, além do mais, não tinha cumprido nada do que tinha acertado, não tinha confirmado pagamentos que devia ter feito e fazia exigências para lá de pitorescas, nada que tivesse conteúdo, racionalidade, que pudesse ser apropriado como um elemento importante numa negociação. Nem para isso prestava as exigências feitas. A explicação mais comum é que como o Brasil tem uma relação de trocas bastante positiva com a Venezuela, havia um grande interesse do governo, de uma maneira geral, e do Presidente, em particular, em manter essa expectativa de entendimento com a PEDEVESA. O mercado sabe que a PEDEVESA não caminha bem, que a PEDEVESA não é um bom parceiro, que a PEDEVESA tem momentos graves de falta de liquidez. Esse fato, tudo isso veio a se confirmar nessa expedição à Bahia, na qual o Presidente disse e os Presidentes disseram que não tinha colaboração real e provável da PEDEVESA com a PETROBRAS no projeto de Pernambuco e que a PETROBRAS vai fazer o projeto sozinha, o que talvez fosse até a vontade íntima e justificada da PETROBRAS.

A minha pergunta ao Presidente Luciano, que é uma pessoa que eu conheço desde jovem, que estimo desde jovem, que admiro o tempo todo, devo lhe dizer que se o governo atual tivesse muita gente como o Presidente Luciano Coutinho, as relações da oposição com o governo seriam outras. Nós não temos nenhuma dúvida sobre o BNDES como temos sobre a PETROBRAS, entre muitas razões pela sua condução, e outros companheiros, outras pessoas que eu conheço de lá, que formam uma estrutura de alta qualidade, importante para o Brasil, como também é importante a PETROBRAS, porém, infiltrada por gente que não devia estar lá. Isso tudo não é assunto do Presidente Luciano Coutinho. Porém, Presidente, eu pergunto o seguinte: eu leio que o banco vai financiar empresas venezuelanas que têm parceria com empresas brasileiras em projetos na Venezuela. Uma pergunta é: Essas empresas são como a PEDEVESA ou essa empresa é a PEDEVESA? Será que essas parcerias são de qualidade ou será que há nisso um conteúdo político mais exacerbado e que foge rigorosamente ao escopo de uma operação bancária racional e com a lógica de uma operação de um Banco de Desenvolvimento, um banco da qualidade e da importância estratégica do BNDES para todos nós? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta bastante rápida, apenas para um esclarecimento, esses 100 bilhões que foram para

a PETROBRAS são recursos que vieram do Tesouro. O governo paga pelos recursos que está captando no mercado em torno de 12%, agora eu agora eu acho que um pouco menos. Esses recursos estão sendo emprestados à PETROBRAS por algo em torno de 8%. Isso é um subsídio, isso justifica, por que é assim?

São essas duas perguntas que eu faço ao Presidente Luciano, dizendo que eu tenho muita satisfação de vê-lo Presidente do BNDES, como brasileiro, como pernambucano e como quem lhe conhece como quase desde menino. Receba essa palavra como um elogio não apenas meu, mas do meu partido todo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Presidente Luciano, a palavra lhe pertence.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Eu enviarei depois para os Senadores que se ausentaram as respostas Às suas respectivas perguntas, ao Senador Valadares, ao Senador Tião, depois eu responderei.

Senador Roberto Cavalcanti, primeiro dizer que o empréstimo da PETROBRAS ainda não foi desembolsado, nós ainda estamos finalizando. Ele foi aprovado, mas ainda não desembolsado. Portanto, a sua hipótese de que não é exatamente como o senhor imaginou, quer dizer, nós vamos ter um programa de investimentos, nós vamos supervisionar a execução do programa e nós estamos fazendo as tratativas finais para a formatação do crédito à PETROBRAS, que será em moldes tradicionais do BNDES. Apenas em determinadas tranches, a ideia que eu expliquei ao Senador Tasso, de repassar em títulos, é para evitar que numa determina tranche fique um excesso, mas não há nada de extraordinário nisso.

A sua questão sobre o dólar como moeda referência é uma questão muito complexa e demandaria muito tempo para explicar, mas a minha convicção é o seguinte: o dólar é uma moeda em processo de enfraquecimento. O grande déficit fiscal americano nos próximos dois anos, três anos, vai provavelmente debilitar o dólar, mas por outro lado ela é a moeda que tem a maior abrangência nas transações de comércio e de mercados de capitais inclusive. Então é difícil substituí-la enquanto moeda. Então nós vamos viver um período em que nós temos uma moeda mundial em processo de debilitação, o que pode produzir pressões de inflação, produzir pressões especulativas. É uma coisa complicada.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Mas a preocupação existe?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Existe. Essa preocupação, nós deveríamos olhar para outros ativos alternativos, particularmente no que diz respeito à gestão das reservas externas brasileiras, poderíamos levar em consideração esse aspecto, como outros Bancos Centrais ou outros países ou outros... Obviamente o setor privado fará as suas opções, mas obviamente ela é uma moeda reserva, continuará sendo por muito tempo, difícil de substituir, mas é muito provável que ela se debilite.

A sua questão a respeito do programa dos Estados, a sua curiosidade, é muito simples. O programa foi distribuído com base nos mesmos critérios do Fundo de Participação dos Estados, cuja determinação em Lei estabelece que o Fundo de Participação é distribuído de maneira proporcional ao tamanho da população e inversamente proporcional à renda per capta. Então Estados mais pobres, menos desenvolvidos, corresponde aos do Nordeste, têm maior parcela no Fundo de Participação dos Estados pela renda per capta, e os mais populosos, é o caso da Bahia, têm uma participação por conta da população. Em contrapartida, os Estados do Sul e Sudeste, que têm renda per capta mais alta, recebem menos. Então é estritamente dentro da regra do Fundo de Participação que estão refletidas nessa distribuição. Não é uma distribuição arbitrária, ela segue a regra da própria legislação brasileira.

Senador Augusto Botelho, quero lhe dizer que a agricultura familiar, nós estávamos olhando aqui a tabela dos investimentos da área social, o Fundo Social, inclusive, mas eu queria chamar a atenção que a agricultura familiar tem sido fortemente apoiada e eu não sei se na Tabela 22, no Slide 22, nós vemos aqui, que é o anterior, nós vemos aqui que o PRONAF recebeu desembolsos em 2008 de 539 milhões de reais e de setembro a abril desse ano já recebeu 615 milhões, quer dizer, a rubrica que mais teve expansão nos últimos meses foi exatamente o apoio à agricultura familiar. O BNDES se engajou muito firmemente no Programa Mais Alimentos, tem trabalhado com estreitada parceria com o MDA e isso se reflete no firme apoio à agricultura familiar, que está aqui registrada.

Senador Gilberto, a sua preocupação com o setor de transporte de cargas é uma preocupação extremamente válida. Nós melhoramos muito as condições de financiamento aos transportadores. Nós passamos, depois da crise, a financiar veículos usados, coisa na hora que era feita. Ampliamos a cobertura a 100%. Passamos a financiar *leasing* também, especialmente para pequenas empresas que têm dificuldade com o CND, através do *leasing* o mecanismo torna acessível o financiamento. Nós fizemos vários apoios. Eu vou levar em conta a sua sugestão. Nós estamos trabalhando no aperfeiçoamento do Programa Pró-Caminhoneiro, então nós esperamos olhar para o pequeno transportador, que é principalmente a sua preocupação, e encontrar maneiras de tornar mais acessíveis os pro-

gramas. Nós estamos aguardando um instrumento de mitigação de crédito, que será o Fundo de Garantia ou FGPC, uma transformação do FGPC, para poder criar instrumentos ainda mais eficazes de apoio aos pequenos transportadores de carga. Então eu acho que o senhor está vindo ao encontro de uma preocupação sobre a qual nós já estamos trabalhando e poderemos depois lhe esclarecer.

Sobre a Lei de Falências, eu estou de acordo consigo que os créditos trabalhistas devem ser protegidos, mas o pequeno fornecedor fica esquecido. Eu estou de inteiro acordo que a recuperação de qualquer empresa precisa priorizar os pequenos fornecedores e a recuperação da cadeia fornecedora. Então, portanto, não pode ser punitiva com a cadeia de pequenos fornecedores. Em qualquer recuperação que extremos apoiando, nós vamos ter como critério que o sacrifício deve ser feito, primeiro, pelos controladores, pelos investidores, segundo, pelos financiadores, pelos bancos, e só em último caso pelos fornecedores. E para os pequenos fornecedores não faz sentido impor um sacrifício, porque eles são o alimento, são eles que de fato permitem o funcionamento das empresas. Então nós temos que tratar com justiça nos processos de recuperação os pequenos fornecedores. Eu estou de acordo com a sua preocupação.

E, finalmente, às questões da Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, eu fico muito contente da sua avaliação do Água Viva Luz e Sol, eu prometo que vou olhar como o programa está sendo executado, certamente é um programa de mérito. Eu quero lhe dizer que o governo fez para Municípios uma política semelhante à que fez para os Estados, mas o governo fez no caso dos Municípios um ressarcimento integral do Fundo de Participação dos Municípios garantindo o mesmo nível de arrecadação de 2008 no ano de 2009, ou seja, impedindo que haja uma queda do Fundo de Participação. No caso dos Estados, isso está sendo feito através de um refinanciamento. No caso dos Municípios é através de uma transferência. Portanto, é mais até favorável aos Municípios o que está sendo feito.

Com relação ao Fundo Social, eu terei muito prazer, Senadora, de nós lhe enviarmos todo um relato de toda a atuação social do BNDES. Eu quero lhe dizer que o BNDES está com uma preocupação muito grande com a educação e saúde, mas naqueles números ali nós temos uma dificuldade, pois como nós não podemos emprestar diretamente para Estados e Municípios sem autorização do Tesouro Nacional, em geral os Municípios e Estados nos procuram para projetos grandes, para projetos mais onerosos. Então são as infraestruturas de grande porte, as rodovias ou o saneamento, os programas de saneamento que nos ocupam. Os Estados usam os seus limites. Mas nós estamos interessados em apoiar projetos integrados. É o caso do Acre, é o caso de Sergipe, em que nós estamos apoiando ações integradas nas cidades e no sistema de cidade, apoiando educação, saúde, apoiando matadouros, apoiando criação de galpões para artesanato e para pequenas indústrias, fazendo um apoio multisetorial, além das pequenas estradas e vias. Então nós estamos inaugurando uma atuação mais próxima ao que a senhora quer e nós também estamos desenvolvendo linhas novas para apoiar o setor privado na saúde e na educação, porque também são setores que merecem o nosso apoio. Então nós poderemos, em algum momento, fazer com que a nossa diretoria da área social lhe faça uma visita de esclarecimento, teremos muito prazer com isso.

E, por fim, prezado Senador Sérgio Guerra, eu não vou fazer comentários a respeito da questão da refinaria, pois é uma questão atinente à PETROBRAS. O que eu sei apenas é que a PETROBRAS tem uma disposição de levar adiante o projeto da refinaria a despeito das eventuais dificuldades com a PEDEVESA. O projeto está assegurado, será desenvolvido.

Agora com relação à exportação brasileira, a questão das exportações para países da América Latina ou a Venezuela, especificamente, eu queria esclarecer o seguinte. Primeiro, o BNDES não financia empresas dos outros países. O que o BNDES faz é financiar a exportação de bens e serviços do Brasil por empresas brasileiras. Isso significa que uma empresa brasileira precisa ter um contrato no exterior, ou se é uma empresa de equipamentos, por exemplo, um hidrogerador ou uma composição ferroviária, que a empresa brasileira tenha ganho a licitação e tenha o contrato de fornecimento lá fora, ou se é uma construtora, que a construtora brasileira tenha ganho contrato de [ininteligível] de prestação de serviço, de construção e conclusão da obra lá no exterior. Então a empresa brasileira tendo um contrato, nós podemos financiar a exportação brasileira contra a comprovação e, em geral, nós financiamos o contratante, através do contratante, com garantias. Nós exigimos garantias muito firmes. Uma garantia do Fundo Garantidor de Exportação, portanto, uma garantia do Tesouro brasileiro, que cobra taxas de mercado para o seguro, e dependendo do *rating* do País é um seguro bastante oneroso, ou se o País preferir mitigar o risco, ele pode optar por cursar esses pagamentos no convênio de créditos recíprocos, que é um convênio entre Bancos Centrais da ALADI, funciona há mais de quarenta anos, nunca houve um inadimplemento e é um mitigador de risco muito poderoso, porque se um determinado Banco Central não honrar, todos os outros vão honrar em nome dele

e exercem pressão para que ele o faça. Nós tivemos aqui, por exemplo, no caso do Equador, tem honrado porque os créditos estão sendo cursados dentro do CCR. Então, no caso da Venezuela, os empréstimos do BNDES deverão cursar pelo CCR, eles deverão ter a garantia CCR ou deveremos construir outro tipo de garantia muito sólida que assegure ao BNDES absoluta confiabilidade no financiamento à exportação. Eu quero dizer aqui que o BNDES se orgulha da sua excelência na concessão de empréstimos. Falou-se que o BNDES às vezes demora, demora. O prazo médio às vezes de uma tramitação é de seis meses, era muito mais, a gente reduziu, estamos lutando para reduzir abaixo disso, mas a gente se orgulha que o BNDES tem uma taxa de inadimplência baixíssima, muito abaixo do setor financeiro privado. A taxa de inadimplência do BNDES no último relato é de 0,15%, porque nós somos zelosos com o uso dos recursos públicos, os usos dos recursos do FAT, e nós temos obrigação de assim ser. Então, Senador, eu posso lhe tranquilizar que nós não iremos, em nenhum caso, por em risco a credibilidade e a segurança das operações de financiamento externo que o BNDES realiza. Para qualquer País nós esperamos que essas condições sejam atendidas para que esses financiamentos eventualmente possam ser executados. Era isso que eu teria a dizer.

Eu não sei se tinha uma outra questão. Seria a respeito da PETROBRAS, subsídio da PETROBRAS. Eu posso lhe assegurar que não há subsídio na operação da PETROBRAS. Dentro dos recursos do banco há uma discriminação. No caso dos recursos à PETROBRAS, será feito o seguinte: nós vamos repassar à PETROBRAS em moeda estrangeira na curva internacional do Tesouro. Então nós vamos tomar recursos a custo de mercado, usando a curva de longo prazo como referência, e, portanto, o Tesouro vai repassar ao banco, o banco cobrará um pequeno *spread* e nós vamos repassar à PETROBRAS em condições de mercado. Portanto, no caso da PETROBRAS, é uma operação de mercado, em condições de mercado, refletindo a curva de longo prazo, o custo de longo prazo do Tesouro Nacional. Portanto, há zero de subsídio, ao contrário, essa operação gerará algum pequeno *spread* natural na operação com o BNDES. Então não há nenhum subsídio.

É isso que eu teria a esclarecer, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado, Sr. Presidente. E para encerrar, vamos encerrar com chave de ouro, passo a palavra ao nosso querido Presidente Garibaldi Alves.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN):** Sr. Presidente Luciano Coutinho, Sr. Presidente Francisco Dornelles, Senadora Rosalba. Eu quero perguntar o seguinte: as medidas anticrise que foram adotadas pelo BNDES, algumas delas por óbvio deverão continuar, por exemplo, ampliar o nível de participação do BNDES no investimento. Mesmo que a crise passe, o BNDES não vai deixar de aumentar os financiamentos para investimentos. Mas eu pergunto se uma dessas medidas, por exemplo, ampliar a oferta de capital de giro, produção, exportação, empréstimo-ponte, quando a crise passar o BNDES vai prosseguir com essa oferta? Manutenção da capacidade de investimento dos Estados da Federação, apoiar o setor de construção civil, qualidade de construção industrializada, aumentar o apoio por intermédio da renda variável, consolidação e maior participação no capital das empresas, será que essas medidas são apenas emergenciais e o banco não vai considerar que algumas deles vieram para ficar? Vão continuar a serem adotadas? E a outra pergunta, o senhor já deve estar esperando por ela, que diz respeito... Inclusive a Senadora Rosalba está saindo, mas se ela não estivesse saindo, ela ia me apoiar nessa pergunta.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Já voltei, Presidente, para lhe apoiar.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN):** Diz respeito ao aeroporto, ao modelo de construção, de concessão do Aeroporto de São Gonçalo que está em construção no Rio Grande do Norte, no início apenas, e que parece ser uma pergunta assim que interessa só ao nosso Estado, uma pergunta paroquial, mas que na verdade não é porque é um aeroporto que tem uma posição estratégica, uma vez que nós estamos na esquina do continente americano, do continente europeu, do continente africano, e esse aeroporto poderá até proporcionar, vamos dizer assim, uma redistribuição de cargas. Então eu perguntaria a V. Sa.: Como vão essas tratativas junto ao BNDES com relação ao financiamento desse aeroporto? Está sendo estudado por ora o projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Presidente Luciano Coutinho.

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Exmo. Senador Garibaldi, obrigado por suas perguntas. Eu quero lhe dizer o seguinte: algumas das ações emergenciais do BNDES, nós esperamos que o mercado de crédito retome e possa suprir, principalmente no que diz respeito à oferta de capital de giro e à oferta de algumas linhas de giro. O BNDES, certamente, continuará oferecendo capital de giro quando ele é associado ao investimento. Então o giro associado ao investimento, é natural que o BNDES continue financiando, como sempre fez. Mas esse giro emergencial, nós esperamos que o mercado

de crédito se normalize e que ele possa voltar a ocupar o seu papel no sistema bancário. Mais do que isso, nós temos a esperança de que a redução dos *spreads* de crédito possa prover capital, junto com a queda da SELIC, a redução dos *spreads*, permita que o setor bancário privado possa suprir crédito ao Brasil a custos razoáveis, como em todo o lugar do mundo. Esse é o nosso objetivo, quer dizer, não é o objetivo do BNDES ficar substituindo o mercado de maneira permanente. Nós estamos fazendo um esforço e esperamos que esse esforço tenha um prazo para terminar.

Agora com relação aos Estados, também nós estamos fazendo nesse momento um aporte emergencial que nós não esperamos seja necessário repetir na medida em que a economia volte a crescer e que os Estados voltem a ter a sua receita crescendo, mas certamente do ponto de vista do desenvolvimento nós queremos continuar emprestando aos Estados brasileiros para que eles desenvolvam suas infraestruturas. Então o BNDES continuará sendo um parceiro de todos os Estados brasileiros. Obviamente o BNDES tem que avaliar o *rating* dos Estados, a capacidade financeira dos Estados, e tem que obedecer ao Tesouro Nacional. Nós só podemos financiar aquilo que estiver dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro da capacidade de pagamento dos Estados e autorizado pelas Resoluções do Senado e pelo Tesouro Nacional. Dentro dessas condições, não há nenhuma razão para que o BNDES... Ao contrário, o BNDES deve apoiar o desenvolvimento das infraestruturas dos diversos Estados da Federação e nós temos tentado fazer isso, inclusive com uma abordagem mais completa para não ficarmos sempre prisioneiros de apoiar aqueles grandes projetos sem olhar o entorno econômico e social dos projetos. Esse é um ponto.

Com relação ao setor de construção, Senador, a sua pergunta é muito boa. É claro que nós temos que ter uma divisão de trabalho. A Caixa Econômica, no Brasil, é que é a grande responsável pelo apoio ao setor de construção, especialmente da construção habitacional. Mas algumas áreas da construção não podem ficar órfãs e nós temos tido um papel muito forte recentemente em apoio à construção: ou completando a ação da Caixa Econômica, como parceiros da Caixa Econômica, como financiadores da cadeia produtiva, porque a construção comanda uma enorme cadeia produtiva, do cimento ao vidro, os plásticos, as cerâmicas, ao material elétrico, a imensa cadeia produtiva que a construção não existe sem ela, que nós é que apoiamos a cadeia produtiva, e, além disso, nós temos que apoiar, sim, a construção de infraestrutura comercial, industrial e outras infraestruturas, de turismo, infraestrutura de escritórios, shopping centers. Então este tipo de infraestrutura de construção, por exemplo, a nossa linha de shopping centers está sendo muito demandada, o apoio ao varejo, nós temos obrigação de apoiar, estamos apoiando, ela tem sido muito bem sucedida e certamente é uma linha permanente de atuação do banco.

Relativamente à renda variável, ao papel do BNDES-PAR, o BNDES-PAR é um banco de investimentos extremamente bem sucedido, ele continuará operando, continuará fortalecendo o capital das empresas brasileiras, continuará ajudando setores que ainda não tenham um grau de amadurecimento, de governança, a se tornarem empresas firmes, sólidas, de capital aberto com liquidez e com boas estratégias, nós continuaremos apoiando as empresas, mas nós não queremos substituir o mercado, o que nós queremos é fazer isso junto com o mercado. Nós queremos fortalecer o mercado brasileiro de capitais, até porque para a gente apoiar as empresas é preciso que elas tenham liquidez. O BNDES, como eu disse, não pode engessar recursos em empresas fechadas e ilíquidas, ele tem que ter liquidez, então o BNDES é um grande apoiador e continuará sendo um grande apoiador do mercado de capitais e nós faremos esse apoio de maneira coordenada com o mercado de capitais.

A sua última questão, Senador, o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Nós consideramos um projeto prioritário para o BNDES. A consultoria concluiu o projeto e nós estamos fazendo aperfeiçoamentos no projeto para que ele tenha absoluta segurança. Nós já temos prospectado interessados, nós sentimos que o setor privado tem grande interesse em concorrer numa eventual licitação da concessão do aeroporto. A ANAC está trabalhando num modelo de concessão, nós precisamos que ela conclua o seu trabalho, sob a orientação do Ministério da Defesa, e nós temos certeza que esse é um projeto que será vitorioso, porque pelo interesse privado já manifesto no aeroporto eu acredito que ele é um projeto que terá viabilidade e que poderá inclusive, obviamente, o escalonamento do projeto pode ser repensado em função da crise internacional, o projeto é modularizável, quer dizer, ele tem um investimento grande que é a pista, mas toda a infraestrutura ao redor pode ser modularizada conforme o desenvolvimento do projeto, isso facilita muito. É um projeto fundamental para o Brasil, não é fundamental só para o Rio Grande do Norte, é fundamental para o Brasil, nós vamos apoia-lo e temos um grande interesse em torná-lo um paradigma importante de operação aeroportuária no Brasil.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Senadora Rosalba.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só um minutinho, Sr. Presidente, eu queria pedir permissão, o senhor me desculpe, eu não sei se regimentalmente eu posso fazer aqui só uma observação. Presidente Luciano Coutinho do BNDES, realmente esse projeto, como o Senador Garibaldi disse: Senadora Rosalba, eu voltei porque quando fala do Aeroporto de São Gonçalo, nós sabemos que é algo importantíssimo para o Brasil e para o nosso Estado. Eu queria só uma previsão, pela sua experiência, a esses estudos que ainda precisam ser concluídos, tem uma ideia do tempo que isso pode demandar ainda?

**SR. LUCIANO COUTINHO:** Nós estamos querendo trabalhar, Senadora, para ter a licitação desse projeto no máximo em setembro ou outubro, se depender de nós. Ele, obviamente, precisará da formatação do edital e da modelagem de concessão privada pela ANAC, a aprovação pelos Conselhos. O projeto depois terá que transitar pelo Tribunal de Contas para que o Tribunal autorize a licitação. Agora no que depender do BNDES, nós somos um fator, estamos trabalhando estreitamente ligados ao Governo do Rio Grande do Norte. Nós não seremos fator de atraso do projeto, nós estamos empenhados em ver esse projeto licitado o quanto antes.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Muito obrigada, Presidente. Essa notícia nos deixa bastante confortável, felizes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Senador Garibaldi Alves, Senadora Rosalba, foi uma honra muito grande ter presidido a reunião ao lado de V. Exªs., foi uma satisfação muito grande tê-los aqui. Eu quero saudar aos Senadores, o Senador Inácio Arruda que aqui chegou.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Eu estava substituindo V. Exa. na Comissão de Justiça--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** --para a votação de catorze representantes do Conselho Nacional de Justiça.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** É verdade, eu agradeço muito. Presidente Luciano Coutinho, a sua presença aqui é um marco das Audiências dessa Comissão, objetividade, clareza, foi uma verdadeira aula que V. Exa. acabou de dar.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Presidente, a oposição chegou na Comissão de Justiça elogiando bastante a apresentação do Presidente Luciano Coutinho. E na situação atual do Brasil nós não podemos desconfiar disso, eu acho que a oposição está convencida mesmo de que nós estamos com uma gestão elevadíssima do ponto de vista da sua qualidade no BNDES.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):** Muito obrigado. Encerramos assim a Sessão. Agradecemos a sua presença, Presidente, como sempre foi um marco muito importante. Amanhã teremos aqui o Ministro Guido Mantega, às dez horas, em Sessão Conjunta dessa Casa.

*Sessão encerrada às 13h39.*

**ATA DA 16ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAS E 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JUNHO DE 2009.**

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de junho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos(as) seguintes senadores(as): **ADELMIR SANTANA, ANTONIO CARLOS VALADARES, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, CRISTOVAM BUARQUE, DELCÍDIO AMARAL, EFRAIM MORAIS, FLÁVIO ARNS, FLEXA RIBEIRO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, JOÃO RIBEIRO, JOSÉ NERY, KÁTIA ABREU, MARCELO CRIVELLA, MOZARILDO CAVALCANTI, NEUTO DE CONTO, OSMAR DIAS, PEDRO SIMON, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, ROMEU TUMA E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 6 de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo da Senadora Marisa Serrano, aprovado em 24/3/09, **Requerimento 20, de 2009-CRA**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 26/5/2009, **Requerimento nº 3, de 2009 - CRE**, de autoria da

Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 5/3/09, **Requerimento nº 22, de 2009-CRE**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 21/5/2009, **Requerimento nº 36, de 2009 – CAS**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, aprovado em 20/5/09, e **Requerimento nº 34, de 2009 – CRE**, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, João Pedro e Rosalba Ciarlini, aprovado em 28/5/2009, com a finalidade de debater o cumprimento do programa ***"Metas de Desenvolvimento do Milênio"*** fixadas pela Organização das Nações Unidas – **ONU**, no ano 2000, e adotadas por 189 países, inclusive no Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Darci Bertholdo** – Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – Representante da Casa Civil da Presidência da República, Srª. **Laura da Veiga** – Secretária de Avaliação e Gestão de Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro **Sílvio José Albuquerque e Silva** – Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, Sr. **Marco Otávio Bezerra Prates** – Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – **MDIC**, Sr. **Adson França** – Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde, Sr. **Antonio Luíz Machado de Moraes** – Assessor da Secretaria de Política Agrícola do **MAPA**. Representante do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sr. **Sérgio Wanderly Silva** – Representante do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – **CONGEMAS**. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da CAS – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente da CRE – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da CDH.

**16ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 16ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e 15ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que, com anuência do plenário, são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, com a finalidade de debater o cumprimento do Programa Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas, no ano de 2000, e adotadas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Darci Bertholdo, assessor da subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais, representante da Casa Civil da Presidência da República; Sra. Laura da Veiga. E eu gostaria até de convidar os ilustres representantes para tomarem assento à Mesa. Sr. Darci Bertholdo, Sra. Laura da Veiga, secretária de avaliação de gestão de informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministra Gláucia Gauch, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais... Aliás, Ministra Gláucia, diretora do departamento de direitos humanos e temas sociais, representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que, neste ato, será representado pelo Sr. Silvio Albuquerque Silva; Sr. Marco Otávio Bezerra Prates, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção; Sr. Adson França, assessor especial do Ministro de Estado da Saúde; Sr. Antônio Machado de Moraes, assessor da subsecretaria de política agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Sérgio Wanderly Silva, tesoureiro do colegiado nacional de gestores municipais de assistência social.

Como todos os senhores sabem, esta audiência pública foi, inicialmente, motivada por uma intervenção da Senadora Kátia Abreu, que entendeu, juntamente com outros colegas, como a Senadora Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano, bem como o Senador Cristovam Buarque, de que deveríamos fazer um acompanhamento... O Senador Eduardo Azeredo também foi um dos autores. Deveríamos fazer um acompanhamento

das medidas adotadas pelo Governo brasileiro e pela sociedade nacional, sobre as metas estabelecidas por 189 países, dos quais o Brasil é um dos signatários e cujos resultados, cujas metas deverão se atingidas no ano de 2015.

Então, nós vamos, neste momento, passar a palavra para o Sr. Darci Bertholdo...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Eu gostaria, como autora do requerimento, se V. Exa. permitisse, fazer algumas poucas palavras antes de iniciar as apresentações, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pode usar da palavra, Senadora.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os nossos convidados e, apesar da honra de recebê-los aqui, eu não poderia deixar de comentar a ausência dos Ministros de Estado. Nenhum ministro pôde comparecer, e dois ministros, sequer, mandaram representantes, como me informou, agora há pouco, a secretaria da Comissão, como o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Educação, não mandou representante e nem o próprio veio, e também o Ministro Carlos Minc, também, do Meio Ambiente, não compareceu, e, sequer, mandou representante. Os demais vieram representando, o Darci Bertholdo, a Casa Civil; a Sra. Laura Veiga, o Ministério da Ação Social; Silvio José, das Relações Exteriores... Enfim, Ministério da Saúde, Ministério da Educação... Desculpa, Ministério da Agricultura e CONGEMAS também não sei se veio.

Sr. Presidente, eu lamento muito que nenhum ministro, especialmente o Ministro Patrus Ananias, eu esperava muito que ele estivesse aqui, mas, com certeza, deve ter tido um compromisso inadiável para não estar presente num debate desta natureza.

Nós aprovamos, no plenário desta Casa, uma comissão especial, temporária, para acompanhar o cumprimento das metas do milênio, estabelecidas pela ONU. São oito metas, e o Brasil, como signatário, claro, corretamente, assinou essas metas. E essa meta, a meta principal, na minha avaliação, é a número 1 escrita, e não menos importante às demais, é exatamente a redução da fome à metade até 2015. Nós estamos falando da redução da fome de quase 1 bilhão de pessoas, e isso significa, até 2015, a redução da fome de 500 milhões de pessoas pelo mundo, e o Brasil, segundo a FAU, tem 24 milhões de pessoas enquadradas nessa situação, e, nesse 1 bilhão de pessoas, o Brasil está com 24 milhões de pessoas. Apesar dos programas sociais, de suas eficácias, nós ainda estamos com esse número terrível em nosso país, um país emergente como o Brasil.

E eu, com essa ação e essa atitude, com os demais colegas senadores, nós queremos, como responsabilidade que temos com o estado brasileiro, acompanhar essa decisão do Brasil de cumprir com as metas do milênio. Nós não estamos... Eu, particularmente, não tenho visto nenhuma ação pública, explícita, claro que interiormente nos ministérios, alguma coisa deve estar sendo feita, mas eu acho que nós deveríamos dar mais publicidade às ações da meta do milênio, mesmo porque nós temos o terceiro setor, nós temos entidades civis que querem participar, como a CNA, que representa os produtores comerciais do país, que representa o grande agronegócio, com 1 milhão e 200 mil produtores, e que já está inserido nas metas do milênio. Nós já assinamos uma cooperação com o Itamaraty, nós estamos fazendo qualificação profissional através do nosso S, na África, em Angola. Com o Itamaraty, vamos construir lá uma escola. E a CNA, também, criou as escolas-fazendas, onde nós receberemos os africanos aqui, de língua portuguesa, para também serem qualificados com o nosso S. Nós estamos distribuindo conhecimento, dividindo conhecimento com os africanos, para que isso, também, possa ser um componente da meta do milênio, que é não só distribuição de comida, mas ensinar fazer a comida com qualidade e, principalmente, com produtividade.

E, no Brasil, não é diferente, a nossa responsabilidade maior... O SENAR também está trabalhando as metas do milênio, aqui no setor rural, haja vista que a ONU, em seu relatório do ano passado, identifica que, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de cada cinco pobres, quatro estão na zona rural, quatro estão escondidos nas estradas de chão desse Brasil afora, desse grande Brasil de 850 milhões de hectares, e, talvez, seja nesses locais que estão esses 24 milhões de pessoas que estão passando fome e sem qualquer assistência.

Quero lembrar, apenas como um ponto de vista crítico, mas procurando um caminho para a solução, com toda sinceridade, é justamente voltar e devolver as políticas públicas para o campo. Se nós observarmos o desenvolvimento e os gastos orçamentários dos ministérios, nos últimos dez anos de Brasil, nós vamos ver uma redução enorme nas aplicações feitas das políticas no campo, haja vista que nós também temos o Ministério das Cidades e não temos o Ministério dos Municípios, para que a infraestrutura e todos os programas possam chegar até o campo.

Nós estamos implementando alguns modelos, para que os ministérios possam entender que é possível, sim, atender 1/3 da população brasileira, como mão-de-obra economicamente ativa, e 5 milhões de produtores rurais, especialmente 4,5 milhões, que são da agricultura familiar e pequenos agricultores, que estão no campo, nessa extrema pobreza, identificada pela FAU.

Então, o nosso objetivo é... Principalmente, o meu objetivo é devolver as políticas públicas do Governo Federal, do estado brasileiro, quer seja União, quer seja Estado, quer seja município, ao interior do Brasil, à zona rural, onde estão os mais pobres, devolver essas políticas públicas, e que nós possamos fazer esse acompanhamento como obrigação que o Senado tem dessa representação, e, também, demonstrar ao mundo que o Brasil, talvez, senão certeza, é o grande remédio doce para esse amargo da fome, pois nós temos 100 milhões de hectares ainda disponíveis para produção de alimentos, sem desmatar, sequer, uma árvore, sem fazer nenhum desmatamento. Então, nós podemos solucionar essa questão, se as metas, realmente, forem levadas a sério. Se é isso que o mundo quer - e deve querer -, acabar com a fome, nós precisamos colocar os números nas planilhas, nós precisamos ver aonde estão os países que ainda detêm terras sem desmatamento, para produção de alimentos, e fazer um grande esforço mundial para que, realmente, essa meta número 1 possa ser cumprida.

Sr. Presidente Valter Pereira, para nós findarmos com a fome de 1 bilhão de pessoas no mundo, nós precisamos de uma área de 76 milhões de hectares de plantio, entre carne e grãos, e o Brasil tem 120 milhões de hectares disponíveis, apenas fertilizando as áreas de pecuária, as áreas de pecuária caberia todo o rebanho nacional hoje, em 1/3 da área ocupada. Então, nós temos essa destinação para as metas. E isso custaria, apenas para plantio, 60 bilhões de dólares, presidente, apenas 60, para que pudesse processar todo esse alimento. Para não cumprir a meta apenas a 50%, mas a 100%, nós precisaríamos, por ano, em torno de 100 bilhões de dólares para, efetivamente, essa meta ser cumprida.

E para que a gente possa ter uma noção do que significa esses 100 bilhões, se é muito, se é pouco, se é fácil arrumar esse dinheiro, eu consegui encontrar valores que, realmente, me deixaram indignada. Eu levantei todo o gasto militar do mundo com armamento, e nós estamos gastando 1 trilhão e 300 bilhões de reais em armamentos, em militarização dos países. Os Estados Unidos, desse valor, gasta 45%; em segundo lugar, a Inglaterra e a China, com 5%. Então, eu imagino: da onde poderia sair esse fundo internacional, verdadeiro, para que nós pudéssemos investir e acabar com a fome, definitivamente? Fora o contrabando, que não está nessa cifra de 1,5 trilhão e meio de dólares; 1,5 trilhão de dólares... Está me lembrando aqui o Senador Romeu Tuma, que, originário da Polícia Federal, conhece bastante bem como funciona esse contrabando.

Então, se nós e o mundo todo gasta 1,5 trilhão de dólares com armamento, com guerras, nós precisamos de 100, 100 bilhões, apenas, para acabar com a fome, em todos os países, com 1 bilhão de pessoas.

Então, eu gostaria de deixar esse questionamento. Objetivamente, o Brasil poderia encampar essa bandeira. Claro que nós temos outras áreas no mundo, que também podem ser utilizadas, nós não temos a pretensão de apenas o Brasil fornecer todas essas áreas para produção, mas, com certeza, terão dificuldades em encontrar áreas pelo mundo afora, área de sobra nós é que temos uma quantia significativa, e nós poderíamos, então, encampar essa grande bandeira de um fundo internacional, talvez em cima do gasto com armamento militar, para que nós pudéssemos cumprir os 100% da meta e não 50% dela. É perfeitamente possível.

Então, eu gostaria dessa avaliação por parte dos Ministérios e, de fato, conhecer o que cada Ministério está fazendo. Aqui no Brasil, a Casa Civil coordena todo esse processo com relação ao acompanhamento das metas, a, efetivamente, o que está sendo feito no Brasil, e os demais Ministérios fazem parte desse Conselho, dirigido pela Casa Civil, Dilma Rousseff, com relação a, efetivamente, o que é que está sendo feito no Brasil.

Então, eu gostaria de ouvir de cada um, na medida do tempo possível dado ao nosso Presidente, o que é que está sendo feito e com relação a essa questão de nós, efetivamente, propormos ao mundo esta possibilidade de plantio efetivo para o fim da fome até 2015. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Ministro Carlos Minc não veio, porém, a presidenta da CNA acabou fazendo a primeira palestra da reunião, foi a primeira expositora. Parabéns pela brilhante exposição.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, assim iniciamos... Senadora Rosalba também quer fazer uma intervenção, eu abro a palavra para ela.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Na realidade, como nós estamos aqui em conjunto, embora eu quero aqui até parabenizar a Senadora

Kátia, que foi quem levantou essa bandeira, que nós concordamos plenamente de estarmos aqui, nesse momento, dando início a um debate e um acompanhamento mais minucioso das metas do milênio, que é algo que nós... O Brasil, como signatário, nós temos a obrigação de analisar, saber, até agora, o que conseguimos avançar, quais são os gargalos, quais são as dificuldades e em que nós podemos contribuir com a responsabilidade que temos aqui no Senado e como a nossa Comissão de Assuntos Sociais, com certeza, tem uma importância ainda maior.

A Senadora Kátia falou muito bem quando colocava o problema da fome, e tem algumas metas que analisamos que ainda estão distantes de alcançarmos e que, no Brasil, realmente, é uma mancha que nos deixa, realmente, preocupados, como a questão da mortalidade materna, que ainda é muito alta, e que, talvez, por termos tido a oportunidade de notificar, Senador Valter, ela, inclusive, foi crescente. Eu sei... E aí tudo tem uma relação, tem um link, a fome leva também a que muitas mulheres estejam desassistidas em condições nutricionais e outras questões que levam a esse estado de chegar até a morte, morte materna, algo inaceitável nos dias de hoje.

Conseguimos avançar muito na questão da redução da mortalidade infantil, mas não podemos, de forma nenhuma, admitir chegar em 2015 e não termos cumprido essa meta, a meta do início de tudo que é da vida, e termos ainda um índice tão alto com relação à mortalidade materna.

Então, quero, aqui, agradecendo a presença de todos, lembrar que a fome, ela também... Nós podemos interpretá-la de várias formas. Nós temos que combater a fome de alimentos, sim, mas também a fome do conhecimento, porque essa fome do conhecimento é de fundamental importância para que possamos vencer todas as etapas. E uma das nossas metas, também, não é apenas colocar na escola, é ter qualidade de ensino, é dar condições a que o aluno, a criança, o jovem possa permanecer, pelo menos, para terminar o ensino fundamental, que nós sabemos que a evasão escolar é altíssima.

Então, todas essas análises são de fundamental importância para que possamos, realmente, somar esforço, e concordo plenamente com a senadora, e abrirmos também para que outras entidades possam vir a somar nesse esforço, que é de todos os brasileiros e que nós temos a responsabilidade. O Brasil assinou. Quando colocou ali a sua assinatura... Claro, o Presidente e todos os fazem o Governo Federal, ali estavam colocando como um carimbo, dizendo: "Nós vamos conseguir!". E é isso que eu quero, que possamos provar que podemos, sim, que podemos fazer um país onde as metas do milênio não somente sejam alcançadas, mas sejam superadas, porque são coisas simples, são coisas que podemos assim... Talvez até complexas para chegarmos até lá, pela falta do conhecimento, por uma visão distorcida, histórica, de milhares de anos, de como esse país foi, de certa forma, tratado no passado, mas que nós tenhamos essa consciência, consciência social, não somente dos que estamos aqui neste debate, não somente daqueles que receberão do povo a responsabilidade, para que, no Senado, na Câmara, nas várias instâncias do Legislativo e do Poder Executivo, estejamos nessa luta, mas a consciência social de todos, principalmente daqueles que tiveram a oportunidade de receber o conhecimento, tiveram a oportunidade de não precisar estar na lista, nas estatísticas dos que passam fome e nem nas estatísticas daqueles que, infelizmente, não tiveram ainda acesso à saúde e o meio ambiente, à consciência, que eu acho que é o mais importante quando nós debatemos isso, é despertar essa consciência, e que todos os oito fatores, se nós analisarmos bem, eles estão entrelaçados, eles formam toda uma questão que temos que avançar e conseguir.

Então, fica aqui o agradecimento pelos que aqui vieram, e, na certeza de que esse assunto não será fruto só de uma audiência, nós temos, enquanto Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Comissão de Assuntos Sociais, de Relações Exteriores, de Educação, de Direitos Humanos, eu acho que essas metas precisam agora, mais do que nunca, levantada essa questão, de estarmos acompanhando, estarmos analisando, estarmos em busca de ações, de projetos que venham apoiar, incentivar e estimular, para que o Brasil possa, lá na frente, antes mesmo de 2015, dizer: "Valeu a pena. Conseguimos!". Muito obrigada.

[soa campainha]

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agora, nós vamos iniciar as exposições dos nossos convidados.

Então, primeiro, é o Darci Bertholdo, que está representando aqui a Casa Civil.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu acho que, na verdade, as duas senadoras representaram os ministros ausentes, a Senadora Kátia aproveitou a oportunidade para substituir o Minc, e o substituiu bem, só que mudou um pouco o tema, que ela foi pelo viés da agricultura e da produção.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Claro. V. Exa. tem razão. E a Senadora

Rosalba acabou representando o Ministro da Saúde, embora ele também tenha um representante aqui, que é o Dr. Adson, que vai falar.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** E da Educação, também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Educação. Exatamente. Mas, de qualquer forma, facilitou a tarefa dos dois.

Então, Bertoldo, é a sua palavra.

Nós vamos estabelecer aqui o seguinte: uma meta de dez minutos para cada um, a fim de que possa fluir com certa rapidez. Isso não significa que nós vamos adotar uma rigidez capaz de interromper o fechamento de um raciocínio.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Bom dia a todos. Em nome, aqui, da Ministra Dilma, eu, em primeiro lugar, peço, em nome dela, escusas pela impossibilidade da sua presença, e me foi solicitado que aqui representasse a Casa Civil.

O meu nome é Darci Bertholdo, e eu coordeno um grupo de trabalho, que foi instituído em 2003, pelo Presidente da República, para o acompanhamento e o monitoramento das metas do milênio.

E aqui, então, eu me proporia a falar um pouco das iniciativas do Governo Federal em torno desta matéria, sem entrar muito no detalhe da cada área específica, porque, isso, eu entendo que os Ministérios, aqui presentes, poderão discorrer um pouco mais especificamente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Os Ministérios aqui ausentes?

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Aqui presentes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Entendi errado.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Os Ministérios, aqui presentes, poderão, então, detalhar um pouco mais o que vem sendo feito em relação a cada um dos objetivos especificamente.

Eu iniciaria, então, listando aqui as iniciativas adotadas pelo Governo Federal. Nós, como sabemos, em 2000, os países, os 189 países pactuaram a promoção desses 18 objetivos, e o Presidente da República tem reafirmado, em diversas oportunidades e nos vários Fóruns, especialmente da ONU, o compromisso brasileiro de promover o alcance desses objetivos. De fato, é convicção do Governo que esses objetivos podem e devem ser alcançados pelo Brasil. Com esse intuito e com a criação desse grupo de trabalho, eu apenas cito, como um exemplo da decisão de se ter, de fato, no âmbito da Casa Civil, pessoas envolvidas com o acompanhamento do cumprimento desses objetivos, e, além da Casa Civil, a assessoria especial da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ipea, o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que integram este grupo.

Sob a coordenação desse grupo, foram já elaborados três relatórios, então. Um desses relatórios, o último, a gente trouxe alguns exemplares aqui, para se ter a ideia, mas eles estão disponíveis, todos eles, em sites, tanto do PNUD como do Ipea, como um site específico que temos para acompanhamento, que é odmbrasil.org.br, onde podem ser acessados esses relatórios.

Esses três primeiros não têm uma periodicidade exata, mas a gente sempre procurou fazer com que coincidisse a elaboração desses relatórios, inclusive com a abertura da assembléia da ONU, todos os anos, e o Presidente da República levou esses três primeiros relatórios sempre quando fez a abertura dessas assembléias da ONU.

Nós estamos, neste momento, montando um cronograma, para fazermos o quarto relatório que pretendemos, para que os dados sejam os mais atuais possíveis, incluir dados da Pnad de 2009, e esse relatório, diferentemente dos outros, ficará pronto após a assembléia da ONU, porque os dados da Pnad vão estar disponíveis em outubro.

Nós, então, temos mapeadas as ações do Governo, que de, alguma forma, têm impacto sobre o cumprimento desses objetivos. O Governo Federal institui, como uma forma também de envolver a sociedade civil, os municípios, a população, enfim, o chamado Prêmio ODM. Esse prêmio é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Em 2008, teve a sua primeira edição. Agora, está sendo já preparado, para que, no início de 2010, já tenhamos, novamente, a premiação daquelas iniciativas, tanto de sociedade civil como de prefeituras, do Poder Público, dos Governos estaduais, que mereçam ser destacadas, com algum tipo de, digamos assim, reconhecimento por parte do Governo Federal. Esse prêmio também tem um site, que é mantido e atualizado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Outra iniciativa, que é também com esse intuito de promover o envolvimento, o mais possível, das prefeituras, dos prefeitos, dos novos prefeitos que assumiram os seus mandatos: o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, institui esta agenda de compromissos entre o Governo Federal e municípios. Esta agenda de compromissos 2009/2012, ela foi lançada em fevereiro deste ano e busca fazer com que os prefeitos, os municípios, aderindo a esta agenda, monitorem, em nível de município, cada uma dessas metas do milênio, desses objetivos do milênio, das metas em

relação a cada objetivo, identifiquem os indicadores que serão monitorados, e eles mesmos, com incentivo e apoio do Governo Federal, promovam, no nível do seu município, o cumprimento de cada um desses objetivos. Além desses objetivos do milênio, são colocados alguns compromissos, nesta agenda, que, do ponto de vista do Governo Federal, são fundamentais e que devem ser, paralelamente, perseguidos com a erradicação do sub-registro, que, por meio de uma campanha muito forte do Governo, em parceria com a sociedade civil e com todas as instâncias de Governo, deveremos alcançar.

Bom, eu vou apenas pontuar algumas questões em relação a cada uma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Doutor, me desculpe. O último relatório que V. Exa. disse que trouxe é esse de setembro 2007.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** 2007.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Que o último será em 2010, segundo...

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Nós vamos concluí-lo no final deste ano.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Desculpe-me. É para gente, depois, ir com calma e casar com a exposição de V. Exa.

**SR. DARCI BERTHOLDO:** Nós temos dados mais recentes, mas que ainda não estão em relatório, por exemplo. Então, pretendemos ter todos esses dados sistematizados agora, estamos fechando um cronograma... Nós temos, então, neste relatório... Pretendemos manter no próximo, mais ou menos, este desenho. Nós temos cada uma das metas identificadas, cada uma das metas relacionadas com os seus indicadores, e, então, a gente acompanha isso e tem condições de ter a ideia da evolução, ao longo de tempo destes indicadores. Por exemplo, a questão do objetivo primeiro, que é a erradicação da extrema pobreza e da fome, nós temos, por parte da ONU, estabelecidas duas metas: a primeira é reduzir pela metade, entre 90 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar por dia. Esse 1 dólar, na verdade, não é exatamente 1 dólar, é o que se tem como paridade do poder de compra. Então, no Brasil, isso significa, aproximadamente, hoje, em torno 43 a 45 reais por mês. Relação dólar/real daria cerca de 50 reais por mês, digamos assim.

Este é o objetivo, é a [soa campainha] meta da ONU: reduzir pela metade a proporção da população com esta renda. No Brasil, nós estabelecemos, o Governo assumiu o compromisso de reduzir, ter como meta reduzir a proporção a 1/4, não a metade. Nós, inclusive, já conseguimos, por esses critérios da ONU, conseguimos atingir essa meta, o Brasil já alcançou a meta, de reduzir à metade a proporção da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Mas o Brasil assumiu e coloca isso publicamente. Neste relatório, assumiu o compromisso de reduzir esta proporção a 1/4, não nos serve apenas a metade, e já chegamos a isso.

Nós tínhamos, no Brasil, 8,8% da população, em 1990, que vivia com menos de 1 dólar. Estamos, hoje, com 4,2% da população. E com a meta que estabelecemos, de se chegar a ¼, vamos reduzir isso a menos de três, menos de 3% da população.

E, assim, nós temos, também, em relação a outras metas, compromissos do Brasil, que são mais ambiciosos, inclusive, do que as próprias metas da ONU. Vamos seguindo.

Nós associamos nesse relatório, observamos no relatório, e os senhores podem verificar no slide adiante, nós colocamos estes gráficos que mostram esta evolução, em relação a cada uma das metas e em relação a cada um dos indicadores selecionados para acompanhar o cumprimento dessas metas. Nesse caso da erradicação da extrema pobreza e da fome, então nós temos aí este indicador do 1 dólar por dia e temos outros indicadores, também, que foram selecionados, e aí o trabalho é feito pelos vários Ministérios, coordenados por nós, da Casa Civil, com a participação muito presente, ativa, do Ipea e do IBGE, que nos auxiliam com todos esses dados.

No caso deste relatório, então, nós podemos concluir, deste último que nós temos, desse relatório, como disse o senador, são dados da Pnad de 2005, mas aí nós já percebemos que caiu a desigualdade de renda por região e por raça no Brasil. Se nós observarmos os gráficos, vamos verificar que, de fato, o índice que mede, o coeficiente que mede a desigualdade no Brasil caiu, de 1995 para 2005, significativamente. Nós tínhamos um coeficiente de 0,60 e chegamos, em 2005, a 0,56. Claro que esse índice não é bom, porque este coeficiente de Gini, quanto maior... Um inteiro desse coeficiente significa a maior desigualdade possível, e o zero significaria a menor desigualdade possível, onde todos teriam o mesmo nível de renda. No Brasil, estamos com 0,56, em 2005, esse índice já, em 2007, se reduziu. O objetivo aqui é chegar o mais próximo possível de zero.

Para termos uma ideia, nos Estados Unidos, esse índice é de 0,49, na Dinamarca, que é onde a igualdade é maior, a desigualdade é menor, nós temos um índice de 0,24. Quer dizer, nós estamos no caminho, mas estamos ainda precisando... Um dos grandes problemas do Brasil, todos nós sabemos, ao longo da nossa história, é, de fato, a desigualdade. Nós estamos chegando a cumprir a meta nº 1, no que diz respeito a esse indicador de pobreza, mas nós sabemos que

a desigualdade é o nosso grande problema. E temos como perseguir isso. O Brasil já provou que é possível fazer isso [soa campainha] porque reduziu significativamente esta desigualdade nos últimos anos. Outra constatação é que a pobreza, que era quatro vezes maior na zona rural, em 90, hoje, recuou para três vezes, em 2005. Quer dizer, é, também, um avanço importante. É claro que tem que se buscar, perseguir, resolver, de forma mais adequada, o problema da desigualdade, que ocorre muito mais no campo do que na cidade, mas avançamos. Uma constatação também é que a desnutrição acompanha a distribuição da pobreza. Claro, onde existe a pobreza, existe maior desnutrição. E outra é que a desnutrição infantil cai, vem caindo significativamente, os dados também mostram que nós avançamos bastante em relação a essa questão.

Vamos adiantando. Eu já passei do meu tempo. Como eu disse, o objetivo aqui não seria entrar em detalhes, acaba que a gente comenta um pouco mais do que devia. Eu peço desculpas ao senador. Mas, rapidamente, aqui, só para ter alguns dados de importância, depois o MDS pode falar. Mas só para se ter uma ideia, da [soa campainha] prioridade que o Governo atribui a este objetivo, de fato, é que o grande programa do Governo, com esta finalidade, é o Programa Bolsa Família, que, de fato, está alcançando os seus resultados. Nós vamos chegar, em 2009, a 12 milhões de famílias sendo atendidas, isso significa mais de 50 milhões de pessoas, que, com certeza, estarão saindo daquela linha de pobreza que a ONU estabelece como de extrema pobreza.

Nós, assim, temos, em relação aos demais objetivos, um detalhamento em cada um deles, neste relatório que vamos manter sempre ao longo da produção dos próximos, e algumas observações. Quer dizer, em relação a esses objetivos ao atingimento desses objetivos, aqui em relação ao primeiro, já comentei, ao objetivo dois, que é universalizar a educação primária, o Brasil está chegando lá... O problema não é propriamente a universalização do acesso, mas, sim, a permanência na escola, que é um desafio, o desafio que se constata como necessário de ser enfrentado. O Brasil e o Governo procura tomar medidas com essa finalidade. Mais recentemente, apenas para mencionar, é na questão da formação dos professores, na busca de alocação de mais recursos para formar professores da educação básica, para aquilo que se garanta mais condição de permanência, merenda na escola. São ações que são necessárias para que se tenha a permanência, e que, também, por outro lado, se garanta a qualidade, porque apenas a universalização é um objetivo que já está sendo alcançado.

O terceiro. Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres. Aí eu peço que vá adiantando para cumprir aqui o tempo. Nós sabemos que no Brasil este objetivo de promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, da forma que ele está colocado pela ONU, não é bem o caso do Brasil, nós não temos o problema da falta de acesso das mulheres ao ensino, por exemplo, as mulheres até freqüentam, tem mais presença na escola do que os homens. Tem-se essa situação. A questão da mulher é, principalmente, em relação ao mercado de trabalho, onde aí se constata maior grau de desigualdade, maior grau de discriminação, e esta é uma questão que também desafia. A defasagem escolar que se tem no Brasil é mais em relação à cor e raça do que pelo sexo. Essa é uma conclusão que nós chegamos nestes relatórios.

O quarto objetivo: redução da mortalidade na infância. Como eu disse, o Brasil se aproxima da meta de redução na mortalidade da infância. [soa campainha]. Pode passar o próximo. Vem caindo a mortalidade infantil. O Programa Saúde na Família é a grande razão para que se consiga atingir essa meta. Melhorar a saúde materna. Outro objetivo. Aqui também sabemos que estamos no caminho, mas precisamos avançar mais. Eu peço para botar ao próximo slide. Nós saímos de uma mortalidade de 61,2 para 53,4 óbitos a cada cem mil nascidos vivos, óbitos maternos, entre 97 e 2005. Reduzimos, mas não reduzimos suficientemente. Aqui a gente entende que há muito o que fazer, e o governo tem consciência e está tomando as medidas no campo da saúde com essa finalidade.

Combater o HIV, AIDS, malária e outras doenças [soa campainha], também outro objetivo onde o Brasil é exemplo e tem avançado muito, e temos, como necessidade, o último deste objetivo. O último slide é, de fato, trabalhar nas questões em relação à tuberculose e à malária que temos constatado redução, mas temos consciência de que há necessidade de mais... Também aqui, apenas uma breve observação, nesse compromisso com os municípios está se incluindo o combate à dengue como uma das ações a serem levadas a frente.

Temos a questão da sustentabilidade ambiental. Aí nós precisamos... Este objetivo envolve, além do próprio ambiente em si, especificamente, no caso da Amazônia, o desmatamento da Amazônia, nós temos incluído aí as metas em relação a saneamento básico, habitação e onde o Brasil avança e temos decisão de Governo de alocação de recursos, estrategicamente nestas áreas, para buscar, efetivamente, atingir essas metas nessas áreas, que nós sabemos

que são vulneráveis a questão do saneamento básico e da habitação.

O último objetivo é a parceria mundial para o desenvolvimento. E, aqui, o Brasil tem sido reconhecido como um país atuante, que tem buscado, de fato, trabalhar com a perspectiva de não só participar ativamente nos fóruns internacionais, com reconhecimento da sua importância, do seu protagonismo, mas, concretamente, atuando em ações que têm como finalidade o combate à fome, à erradicação da miséria, inclusive, particularmente, numa relação... E aí não sou especialista da área, mas o pessoal do Ministério das Relações Exteriores tem mais condições de falar, mas com uma visão de cooperação com os países, aqui a gente denomina no relatório a Cooperação Sul-Sul. E nisso tem feito, tem promovido ações concretas, inclusive, chegando a perdoar dívida de determinados países com este objetivo de promover a parceria mundial para o desenvolvimento.

Eu peço escusas pela demora, Senador, mas eu acho que era isso que eu podia trazer aqui agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Cumpre nos agradecer a sua compreensão e agradecer a sua exposição.

E, agora, nós vamos passar à segunda expositora, que é a Dra. Laura Veiga, e ela terá também os dez minutos prorrogáveis, se necessário, para cumprir a meta.

**SRA. LAURA VEIGA:** A minha meta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** A nossa meta.

**SRA. LAURA VEIGA:** A nossa meta.

Sr. Senador, Presidente da mesa, Senadora Rosalba, demais membros do Governo que estão na Mesa e Srs. Senadores que estão no plenário, em particular, agradecendo à Senadora Kátia Abreu por ter promovido ser uma das organizadoras deste evento.

Eu quero, inicialmente, apresentar as desculpas pela ausência do Ministro Patrus Ananias, porque o Ministro está acompanhando o Presidente em missão no interior. Então, foi uma convocação que não depende da agenda dele e nem da vontade dele, mas depende de uma ação governamental, e eu tenho certeza que ele teria o maior prazer de estar aqui, porque já esteve na Casa inúmeras vezes, e ele tem um enorme respeito pelo Poder Legislativo, inclusive porque veio do Poder Legislativo, enquanto deputado.

Eu vou me ater para, inclusive, tentar ficar dentro do tempo que me foi designado, me ater um pouco ao tipo de grandes ações do Ministério, mas, em particular, inicialmente, eu gostaria de fazer uma colocação de natureza mais geral.

Nós entendemos, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, com esse nome, que nós temos aquelas políticas, que são políticas sociais tradicionais, como é a área da educação e da saúde, que são políticas de marca de longa data, mas nós temos um compromisso que o Governo assumiu, que é exatamente fazer com que se eleve o patamar de qualidade de vida daqueles setores que foram historicamente, com o qual esse país tem uma tremenda dívida social. Então, como o nosso Ministro sempre diz, o nosso Ministério se dirige e busca atender, buscar ações que possam garantir a elevação desse patamar no país. Não que a gente já tenha alcançado hoje, que seja um patamar aceitável, mas é sempre aquela busca, alcançar um patamar, buscarmos um além do que nós.

Então, é nessa direção que o Ministério atua. E o Ministério atua através... Ele começou atuando através de três grandes vertentes, que é a vertente da transferência de renda condicionada, que é o Programa Bolsa Família, da vertente da segurança alimentar renutricional, herdando a missão, inclusive, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, o antigo MESA, e da área de assistência social, que é uma área que também se busca elevar, mudar, inclusive, o paradigma de atuação dessa política, no sentido de nós construirmos um sistema de proteção social não contributivo, porque a previdência já está na Constituição que a assistência social é um dos tripés, faz parte do sistema de Seguridade Social, no entanto, para fazer com que isso se transforme, saia da letra da lei e passe a representar a realidade nesse País, há um enorme esforço do Ministério, a qual eu tenho a honra de pertencer, para fazer com que se constitui e se crie isso que nós chamamos, realmente, de desenvolvimento social e do sistema de proteção social não contributivo. Isso significa, portanto, nós termos que adotar um novo olhar, que, muitas vezes, nós nos defrontamos, um novo olhar sobre o que, muitas vezes, a gente tem chamado, pelo menos, nos esquemas orçamentários como gastos sociais e passarmos a entendê-los como investimentos sociais. São investimentos, porque se nós não corrigimos questões que hoje afetam a população em extrema pobreza, isso vai repercutir em termos, inclusive, de gastos governamentais, no futuro, muito mais alto, porque a prevenção é sempre melhor do que você está lidando já com situações, por exemplo, de violação de direitos e do que seja, é muito mais caro você, inclusive, tentar. Então, eu soube que hoje está tendo outra comissão sobre segurança pública, sobre problema de narcotráfico, nesse momento, e é importante nós todos termos esse olhar mais amplo sobre as necessidades das nossas população.

Então, o grande programa no sentido de transferência de renda do Ministério é o Programa Bolsa Família que todos, eu imagino, todos os senhores, tenham as informações, e o representante da Casa Civil acabou de fazer uma menção aí. Esse programa, hoje, tem 11 milhões de famílias e está com a meta de expansão, ele vai chegar a ter uma meta ainda para poder avançar um pouco mais. Hoje já se aplica nesse Programa 12 bilhões de reais, anualmente falando. É comparado, inclusive, comparado quando o que se alcança com esse Programa, é muito pouco em termos, é um programa altamente eficiente do ponto de vista de gastos, porque o que se alcança com ele é muito alto, comparado com o que ele custa. Além desse programa, nós temos o Programa de Benefício de Prestação Continuada que atendeu no final de 2008 2 milhões, 900 mil pessoas que são pessoas idosas e pessoas deficientes que vivem, que têm uma renda familiar menor do que 1/4 de salário mínimo. Esse programa envolve 14 bilhões de reais. Além disso, na linha de atuação do Ministério, então, esses são os dois grandes programas na área de transferência de renda, porque a transferência e o combate à pobreza significa garantir a renda mínima para as pessoas, num determinado patamar, para elas poderem, inclusive, programar, minimamente, as sua vidas. Então, esse é um programa direcionado a isto. Além disso, nós temos todo o avanço da área de assistência social, que é uma política que começou, de fato, ela começa, ela é reconhecida na Constituição, em 1993 você tem a LOAS, mas ela começa, de fato, a ser implantada a partir de 2002, 2003 e, particularmente, a partir de 2004. Então, aí nós temos a construção daquilo que corresponde, por exemplo, na área da saúde, que são os ambulatórios, ou os postos de saúde na área da educação que corresponde às escolas, nós chamamos centros de referência da assistência social, e o Ministério financia a expansão disso com o apoio das prefeituras dos Estados. É importante dizer que todas as políticas são descentralizadas e dependem fortemente da ação dos Estados e dos Municípios. Além disso, na área da segurança alimentar renutricional... Eu estou vigiando o relógio que está ali atrás. Já perguntei ao presidente da mesa e ele me explicou a razão daquele relógio ali.

Na área de segurança alimentar a nossa atuação se direciona junto com outros Ministérios, no apoio à agricultura familiar, através, inclusive, da compra direta de alimentos, apoiando esse tipo de programa que garante a elevação, inclusive, do poder de compra dos pequenos agricultores, das pesquisas que nós temos realizado. Temos, junto com a ASA, a criação e a expansão do Programa de Cisternas para o semi-árido, porque como os senhores e as senhoras sabem, você tem uma parte enorme da população brasileira que enfrenta situações que não têm o acesso à água e há um enorme desgaste para garantir a água de beber. Então, a primeira água que é essa água de beber está sendo buscada através de cisternas e tem todo um programa de expansão nessa direção de atendimento, inclusive, da população, uma população mais rural e da região do semi-árido brasileiro.

O Ministério apóia 80 mil agricultores e distribui 1 milhão e 100 mil, distribuiu 1 milhão e 100 mil cestas de alimentos no ano de 2008. Essas são as grandes ações, além das ações na linha das cozinhas comunitárias, dos restaurantes populares e etc. E de programa, inclusive, de trabalho educativo junto à população para melhorar os seus padrões de nutrição e de acesso à água.

[soa a campainha]

Eu vou vigiar o senhor. Tirou-me um minuto ali. Avisa-me antes, me avisa um minuto antes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pode ficar tranqüila, que, aqui, nós não tiramos, só acrescentamos.

**SRA. LAURA VEIGA:** Só acrescentam? Está ótimo. Obrigada. Mas eu vou tentar terminar rápido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não precisa ser Enéias aqui. Tem tempo suficiente.

**SRA. LAURA VEIGA:** Então, está bom.

Então, o nosso entendimento, e esta fala é muito nessa direção, que o Brasil se comprometeu com essas metas que são as metas que fazem parte desse grande compromisso mundial que são as metas do milênio, o Brasil, como disse já o representante da Casa Civil, o Brasil já atingiu alguma dessas metas, por exemplo a da erradicação. A meta do milênio da erradicação da extrema pobreza foi atingida em 2005, portanto, dez anos antes [soa a campainha] da meta geral, e, além do mais, temos a questão da redução da pobreza, da igualdade nesse País. Agora é importante também afirmar que a nossa garantia de desenvolvimento não passa somente por esse tipo de ação, nós temos, realmente, de trabalhar para que possamos ter uma sociedade, como disse a Senadora Rosalba, onde morram menos, nós termos menos mortalidade materna, já avançamos na mortalidade infantil, de reduzir a mortalidade infantil, temos trabalho na direção de garantir com que os jovens nossos possam adquirir uma educação de qualidade de modo que eles possam garantir os seus ativos no futuro, e ter uma sociedade, realmente onde nos possamos nos orgulhar e dizer que nós avançamos para um país mais justo e de melhor qualidade de vida para todos.

Obrigada pela atenção e obrigada pelo convite, que eu tive a honra de estar representando o meu Ministro aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito obrigado, D. Laura. Veja que não precisou tanto esforço para que a senhora cumprisse, também, a meta de tempo da Comissão.

E, agora, nós vamos ouvir o Ministro Silvio José Albuquerque, que é chefe de divisão de temas sociais do Ministério das Relações Exteriores.

**SR. SÍLVIO JOSÉ ALBUQUERQUE:** Muito obrigado. Sr. Presidente, cumprimento também a Senadora Kátia Abreu e a elogio pela iniciativa de convocar essa audiência, Senador Romeu Tuma, demais senadores. Em primeiro lugar, gostaria de justificar a ausência do Ministro Celso Amorim. O Ministro Celso Amorim se encontra, no momento, acompanhando o Presidente Lula. Se realiza, nessa semana, a Assembléia Geral da OEA, e, por esta razão, o Ministro não pôde vir a essa audiência.

Eu sou o chefe de divisão de temas sociais e me ocupo, dentre outros temas, do tema ligado aos objetivos de desenvolvimento do milênio. Eu gostaria de fazer uma breve digressão para deixar clara a importância que o Itamaraty atribui ao tema do desenvolvimento social e como se chegou, a ONU chegou aos objetivos definidos em 2000.

Em 48, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o mundo no pós-guerra permitiu que houvesse um consenso internacional que refletisse naquela declaração uma série de direitos que conjugavam direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Mas muito pouco depois dessa Declaração ser assinada, o mundo conheceu a guerra fria, e já em 66 quando foram assinados os dois pactos internacionais, o primeiro deles sobre direitos civis e políticos e o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais, o que se viu foi uma batalha ideológica em torno de dois conceitos ou dois princípios, o primeiro deles consagrando direitos civis e políticos, que não são considerados como direitos de cumprimento obrigatório e imediato, direito à vida, direito de não ser torturado, direito ao voto, direito de políticos, e o segundo conjunto de direitos seriam os direitos econômicos, sociais e culturais que foram vistos pelos países do Ocidente, basicamente inspirados pela ideologia gerada pela guerra fria, como direitos socializantes que eram basicamente direitos econômicos, os direitos à habitação, o direito à alimentação decente, e essa crise entre duas visões de mundo distintas levou a que durante décadas os direitos econômicos, sociais e culturais fossem até mesmo negados como direitos humanos por parte dos países desenvolvidos.

Avançamos para a década de 80. Em 86, a Assembléia Geral da ONU edita a Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento. O Brasil teve uma participação muito importante na redação e aprovação dessa Declaração, mas uma declaração da ONU não tem o peso cogente que tem uma convenção das Nações Unidas, uma declaração das Nações Unidas continua sendo um instrumento de cumprimento voluntário pelos Estados e é entendido pelos juristas internacionais como um instrumento de força hierarquia menor comparativamente a uma convenção.

Mas, no final da década de 80, já há uma série de circunstâncias que permitem que a ONU lance, no início da década de 90, a primeira das conferências mundiais. A primeira delas foi a Conferencia Sobre os Direitos das Crianças, que lançaria a década das conferências, as conferências realizada ao longo da década de 90 marcam uma virada das Nações Unidas numa tentativa de redefinição de conceito de desenvolvimento. Em 90, também, pela primeira vez, é publicado o relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano, no qual é inserida a primeira tentativa de balizar, de medir a realidade socioeconômica de mundo. Cria-se ali um modelo de medição, o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em consideração, além do PIB, a longevidade, a alimentação adequada, o serviço de saúde, os níveis de escolaridade; enfim, é a primeira tentativa das Nações Unidas de poder medir o grau de evolução dos Estados em relação ao cumprimento dos direitos definidos já em 48, sedimentados em 66 e reafirmados em 86, na Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento.

Esse momento, inicio da década de 90, é também o momento que marca o fim da guerra fria e percebe-se que havia ali um contexto internacional altamente favorável ao exercício da diplomacia multilateral. E, com isso, a ONU resolve, por meios dessas conferências mundiais, resgatar o valor da dignidade humana e reafirmar e promover o bem comum e corrigir os desequilíbrios entre os vários países, e, enfim, promover um melhor desenvolvimento humano nos vários países membros.

A declaração do milênio é produto dessa evolução, de 48 até 90 em que os Estados buscam redefinir o conceito de desenvolvimento, e ela reflete, basicamente, um consenso internacional que pouco depois também seria revisado, mas que estabelece metas claras que foram expostas pelo representante da Casa Civil, que buscam aferir o grau de evolução de cada um dos países. No caso, foram 189 países que assinaram a Declaração, e ao longo, desde a assinatura da Declaração até hoje, já houve uma revisão universal, realizada cinco anos depois da assinatura da De-

claração, e prevê-se que, em 2010, em setembro de 2010, haverá uma segunda revisão internacional dos objetivos e metas definidas em 2000.

O Brasil tem advogado pela permanência do tema do desenvolvimento na agenda das discussões dos principais fóruns internacionais, e, para o Governo brasileiro, o desenvolvimento humano é um fenômeno que vai além do mero desenvolvimento econômico e se destina a melhorar concretamente a condição de vida de cada indivíduo, em cada sociedade em que ele está inserido.

Eu gostaria de focar a minha breve exposição no objetivo nº 8, que diz respeito basicamente ao estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento, porque os demais serão tratados, já foram tratados por alguns dos expositores que me precederam e os demais serão ainda aprofundados por outros expositores.

E eu fazê-lo... Eu gostaria de ressaltar a grande preocupação que tem sido manifestada pelo Governo brasileiro com o comprometimento, muitas vezes retórico, dos países desenvolvidos em relação ao alcance dos ODMs. Eu digo isso porque, logo depois da assinatura da Declaração do Milênio, se realizou, no México, na cidade de Monterrei, uma conferência internacional sobre financiamento ao desenvolvimento. E, nessa conferência internacional, se definiram vários critérios que deveriam ser seguidos pelos Estados para auxiliar e cooperar para o avanço dos ODMs nos vários países. E um dos mais simbólicos e emblemáticos é o de que os países desenvolvidos destinem 0,7% do seu PIB para ajuda oficial ao desenvolvimento. Esse é um número baixo, é um número mínimo, é um objetivo mínimo que foi fixado e acordado pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento no México, mas que não tem sido cumprido pelos países desenvolvidos, ou seja, o Brasil, em suas intervenções, nos vários foros internacionais tem sido enfático no sentido de dizer que apenas os países nórdicos, mas não os países desenvolvidos como os Estados Unidos, Reino Unido, França, apenas os países nórdicos têm cumprido com essa meta muito importante de 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento nos países em desenvolvimento, os países pobres, basicamente. E isso é algo que o Brasil diz com legitimidade, porque nós temos procurado promover projetos de cooperação internacional que buscam, basicamente, ampliar a capacidade de conhecimento, o acesso e a capacitação de recursos humanos em países do sul. E a Cooperação Técnica Sul-Sul [soa campainha] executada pelo Brasil parte do pressuposto de que o Brasil, ao contrário do que fizeram, historicamente os desenvolvidos, ao auxiliar os países em desenvolvimento, o Brasil não quer simplesmente prestar ajuda sem ensinar os países em desenvolvimento a desenvolver capacidades técnicas para eles próprios encontrarem os seus caminhos e soluções para atingir cada um dos ODMs. Nesse sentido uma das medidas mais emblemáticas que o Brasil tem adotado foi em relação à redução, ao perdão da dívida externa de países em desenvolvimento. O Brasil perdoou, por exemplo, 95% da dívida externa de Moçambique com o Brasil, e temos também buscado concentrar a cooperação técnica em países africanos, de língua portuguesa e outros com afinidades maiores com o Brasil. Então, eu diria que 52% da cooperação técnica, prestada pelo Brasil, é destinada ao continente africano, e isso é feito sem condicionalidades prévias, o que não é o caso da cooperação prestada pelos países desenvolvidos.

E eu quero me referir, especificamente, com uma das metas que compõe o objetivo nº 8, que diz respeito à cooperação com as empresas farmacêuticas para proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis aos países em desenvolvimento. Um dos temas dos quais eu me ocupo são as temas relacionados à saúde, e acabei de voltar agora da Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, e, mais uma vez, o que se percebeu, diante da crise que se vive no mundo da saúde, provocado pelo vírus H1N1, é que existe uma perigosa concentração [soa campainha] de tecnologia e recursos em mãos de poucos países desenvolvidos, e mais especificamente poucos laboratórios concentrados nesses países desenvolvidos que vulnerabiliza extremamente as populações de países em desenvolvimento. No caso do único antiviral que se revela eficiente e eficaz para prevenir o avanço da doença gerada pelo vírus H1N1, o que se percebe é que os países desenvolvidos concentram a maior parte do estoque mundial desse antiviral, e os países pobres têm ou nenhum estoque ou muito pouco estoque, no caso do Brasil, por uma previsão feita no passado recente, o Brasil conta com 9 milhões de tratamentos desse antiviral, e o que serve para proteger cerca de 4% da população brasileira, mas essa realidade está muito distante da realidade dos países pobres, africanos, em sua imensa maioria, e centros americanos. [soa campainha].

Então, a cooperação para promoção dos ODMs é algo que os países desenvolvidos deveriam ter implementado com maior eficácia e determinação desde 90, não o fizeram, o Brasil participa de dois grupos com os países desenvolvidos, um deles criado em 2007 numa reunião havida nas Nações Unidas, em paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas, que reuniu o primeiro-ministro Gordon Brown, o primeiro-ministro da Noruega, Stoltenberg, e o Presidente Lula, e, basicamente, é uma iniciativa que busca estimular

e incentivar o alcance dos ODMs 4, 5 e 6, os ODMs de saúde. E também participamos de uma iniciativa capitaneada pelo primeiro-ministro Gordon Brown que busca incentivar o alcance dos ODMs como um todo. E, portanto, não nos eximimos da responsabilidade nem de prestar contas às Nações Unidas e nem de dialogar bilateralmente e em instâncias mais restritas com países desenvolvidos na busca do alcance dos ODMs. O Itamaraty acredita que a revisão de 2010, de setembro de 2010 será uma oportunidade para o Brasil demonstrar que a exceção do ODM5 atingiremos todos os ODMs até 2015, e temos procurado, através do ODM Brasil, que é visto pelas Nações Unidas, o prêmio ODM Brasil como uma boa prática e um exemplo mundial a ser replicado em outros países, temos a convicção de que o Brasil tem muito a ensinar e a cooperar para o avanço dos ODMs em todos os países do mundo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Ministro Silvio, que foi muito objetivo na sua exposição.

E chamamos o próximo expositor, que é o Sr. Marco Otávio Bezerra, diretor do departamento de competitividade industrial da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio. Com a palavra, Marco.

**SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA PRATES:** S. Exa. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidindo os trabalhos desta Mesa, Srs. Senadores e Senadoras. Do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Exterior, o nosso campo de atuação tem sido mais focado no objetivo 7, que é garantia da sustentabilidade ambiental.

Nesse aspecto, nós temos aí, pelo menos, dois programas importantes. O primeiro deles é o FUNDO AMAZÔNIA, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, que foi estruturado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores e que representa um mecanismo bastante inovador de busca de recursos para apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, porque é um fundo que capta recursos internacionais. Ele, hoje, está com 130 milhões de dólares já assegurados, já doados pelo governo da Dinamarca, e esses 130 milhões serão aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia que deverão ser apresentados ao BNDS que fará avaliação técnica, usual que faz aos seus projetos, mesmo sendo projetos a fundos perdidos. Esse recurso será aplicado então em projetos de desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas de produtos madeireiros e não madeireiros da Amazônia, e a obtenção de novas doações está condicionada à redução da taxa de desmatamento na Amazônia.

Então, ele é um mecanismo bastante criativo e que fomenta o processo da redução do desmatamento, associada ao desenvolvimento de cadeias produtivas dentro da Amazônia, porque não adianta, simplesmente, combater o ilícito, se você não der alternativa de renda para as pessoas. E o Fundo vai nessa direção de promover o desenvolvimento de cadeias sustentáveis. Isso é também fundamental, porque uma das coisas que o Ministério vai fazer é estudar o mercado internacional para produtos sustentáveis na Amazônia. Qual é o potencial desse mercado? Quais são os principais produtos que podem ser desenvolvidos cuja produção possa ser desenvolvida no interior da Amazônia e que tem mercado no exterior? Porque já tivemos experiências do tipo fazer programas de venda e degustação de sucos de frutas da Amazônia em grandes redes de supermercado no exterior e depois não ter produção organizada para suprir a demanda que é gerada.

Então, esses mecanismos vai nos auxiliar nesse sentido, e é um fundo que está entrando agora em operação. Qualquer proposta de projeto pode ser feita através de consulta ao site do BNDS e com a elaboração da carta consulta para projetos, e nós estamos precisando de bons projetos nessa área. Outra iniciativa importante do Ministério dentro do Programa Nacional de Mudança Climática é com relação buscar uma siderurgia mais sustentável no Brasil. Todos aqui devem saber a siderurgia brasileira é movida, em grande medida, mais de 90% dela é a carvão mineral ou coque que é um elemento muito emissor de CO2.

Dentro do setor industrial... Embora o setor industrial corresponda a apenas 2% das emissões brasileiras, dentro do setor industrial, o setor siderúrgico é o principal emissor. Então, nós estamos fazendo um trabalho de avaliação profunda da cadeia produtiva da siderurgia para tentar estabelecer uma meta de que, pelo menos, 30% da siderurgia brasileira seja feita, use como fonte de energia e como redutor carvão vegetal renovável, de fonte renovável, inclusive, para reduzir a pressão sobre o desmatamento que parte da siderurgia usa carvão de mata nativa. Esse trabalho vai fazer, vai consistir em analisar o parque industrial instalado da cadeia de siderurgia para verificar quais as plantas que têm condições de absorver, de produzir com maior quantidade de carvão vegetal renovável, porque grandes siderúrgicas, grandes altos fornos, com mais de 1 milhão de capacidade, representando a ordem(F) de produção anual, eles precisam de carvão mineral, pelo problema da resistência física, que é diferente entre o carvão vegetal e o carvão mineral.

Mas boa parte da siderurgia pode substituir o carvão mineral por carvão vegetal.

Então, a partir dessa análise do parque produtivo instalado, da análise de formas mais eficientes para você converter madeira em carvão, nós procuraremos fazer com que essa cadeia aumente a quantidade de carvão vegetal renovável. Vamos, inclusive, trabalhar no processo de melhoria do ambiente de negócio para aumentar a produção de carvão vegetal renovável no Brasil. E, nisso, o papel desta Casa é muito importante, no sentido de aperfeiçoar os marcos regulatórios relativos à produção florestal no país, que tem uma série de travas e que dificulta o desenvolvimento desse negócio. E, então, a gente vai trabalhar, estamos fazendo esse estudo e a partir dele vamos formular uma política de âmbito nacional para promover o aumento da produção de carvão vegetal renovável e a maior utilização dele na siderurgia brasileira, para que futuramente a gente possa vir colocar no mundo que o Brasil tem uma siderurgia mais limpa, e com isso ter um diferencial de mercado para o aço brasileiro.

Com relação à água que é outra questão, na questão ambiental da maior importância, o Brasil tem, hoje, dentro do uso de energia um programa de conservação de energia de etiquetagem de produtos. Eu acho que todos já viram, quando você vai comprar um eletrodoméstico, uma geladeira, uma máquina de lavar, tem uma etiqueta que faz a classificação por eficiência energética do produto. No caso de água nós vamos fazer, junto com o Inmetro, nós estamos formulando um programa para etiquetagem de produtos referentes a consumo de água. Então, máquina de lavar, torneiras, chuveiros, vasos sanitários. Nós estamos nos inspirando num programa existente em Singapura. Singapura, por exemplo, tem um consumo de água na descarga de vaso sanitária de 1,95 litros, menos de 2 litros por descarga, no Brasil os produtos nossos consomem 6 litros por descarga. Então, a criação desse programa de etiquetagem do uso de água, de equipamentos economizadores de água deve ajudar muito no combate ao desperdício da água, que todos nós sabemos é um ponto essencial do ponto de vista de que nós estamos caminhando para cada vez ter situações mais críticas em termos de abastecimento das nossas cidades e das nossas populações.

Então, esse programa de etiquetagem é inspirado no programa de Singapura deve dar uma contribuição muito importante para a otimização do uso da água em todos os ambientes residenciais, industriais e etc. no país.

Em linhas gerais, era isso que eu queria colocar. E fico à disposição para os debates.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agradecemos ao Dr. Marco Prates.

E agora passamos à área de saúde, Dr. Adson. Se o senhor quiser sentar aqui, o senhor pode fazer a sua palestra aqui.

O Dr. Prates foi o único que até agora observou rigorosamente o tempo que lhe fora reservado. Parabéns.

**SR. MARCO OTÁVIO BEZERRA:** Obrigado.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senadora Kátia.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Eu, infelizmente, não posso continuar devido o horário e o número de palestrantes que foi agendado para uma única audiência pública. São três, quatro, cinco, seis palestrantes. Então é um número bastante elevado, e os compromissos, a ordem do dia já começou com relação à data do meio ambiente, e eu tenho uma coletiva agora sobre a MP 458 que eu sou relatora que é a titulação de terras na Amazônia. Mas eu vou deixar toda a minha assessoria aqui anotando que estão cuidando das metas do milênio. Quero apenas deixar três questionamentos e sair.

A Sra. Laura disse que o Brasil cumpriu as metas até 2005. Em 2005, já atingiu as metas do milênio. Eu quero entender porque a FAU... A senhora disse que, em 2005, a meta da extrema pobreza, mas a FAU coloca como um dado de 2004, estou achando um dado muito perto do outro, que ainda temos 24 milhões e 14 milhões em extrema pobreza. Em um ano, findar com isso, eu espero que isso tenha acontecido. Mas nós temos que checar esses dados com a FAU. Eu gostaria de saber o que é que está sendo feito diretamente nos assentamentos do Brasil, porque esse é um local que eu conheço bem, e só vejo lá extrema pobreza, com raríssimas exceções.

Segundo ponto: eu gostaria, também, de saber a respeito dos critérios de avançar, de exigências com relação ao Bolsa Família, no sentido de implementar as portas de saída. Acabar com a fome não se limita apenas a dar um recurso indefinidamente para a compra do seu alimento naquele momento. Muito mais importante é não só dar o alimento, mas que o fim dessa fome seja sustentável. O que é que nós estamos fazendo para que essas pessoas que recebem o Bolsa Família, hoje, e que precisam desse Bolsa Família, o que é que está sendo feito, de fato, para que essas pessoas possam ficar independentes e não precisarem mais do Bolsa Família e, portanto, a meta do milênio ser cumprida de verdade? E não só com dação de cesta básica.

E eu gostaria de saber dos que comentaram, especialmente, o Ministério das Relações Exteriores com relação ao pós-Kyoto na Dinamarca, em dezembro. Eu gostaria de saber se o Brasil está pensando em inserir os serviços ambientais, como recomenda a ONU, para o combate à pobreza rural, especialmente, aos pequenos produtores do mundo, e eu quero saber do Brasil se vocês estão levando essa discussão para o pós-Kyoto que são os serviços ambientais. O que é que vão ganhar os produtores mais pobres do mundo, que são os pequenos por serem gestores de água, de biodiversidade por sequestrarem CO2 com seus plantios? Então, se o Ministério está imbuído com esta proposta que está sendo discutida no mundo inteiro hoje.

Então, eu agradeço e peço desculpas. E gostaria que, nas próximas audiências públicas, nós pudéssemos chamar um número menor de palestrantes, para que o debate pudesse ser melhor implementado, haja vista a importância dessa matéria para todos nós. Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra, Dr. Adson, que é representante do Ministério da Saúde.

**SR. ADSON FRANÇA:** Bom dia a todos e todas. Uma satisfação muito grande estar nesta valorosa audiência pública. Em nome do Ministro José Gomes Temporão, reafirmamos o pedido de desculpas, por questões de agenda, mas gostaríamos, também, de reafirmar o apreço do Ministro que esteve nesta Casa há 15 dias para discutir a influência a H1N1 há 30 dias, e já tem agendado um retorno a esta Casa. Cumprimentar o Senador Valter Pereira, a Senadora Kátia Abreu e demais Senadores e Senadoras por todo esse empenho, e, de forma especial, os colegas também, gestores do Ministério através do Ministro Silvio Albuquerque, o próprio Darci Bertholdo e da Laura como mulher, como gestora e colega de trabalho.

Senador Valter, na área de saúde, nós temos dados bastante relevantes, como foi levantado pelo colega de gestão e chefe importante na Casa Civil, o Darcy, dados relevantes e importantes em relação aos ODMs. O Brasil tem dado uma contribuição bastante destacada em nível mundial, e isso não é uma atitude, Senador, presunçosa e arrogante, até porque não faz parte do estilo do Ministro José Gomes Temporão, sanitarista há 30 anos. E onde está a relevância, Senador, Senadoras e demais membros? Nós somos o primeiro país, no mundo, a propor e conquistar na Organização Mundial de Saúde e mostrar a importância de que fosse realizada uma primeira conferência internacional para discutir os objetivos do desenvolvimento do milênio dentro do contexto da saúde, e entendendo a transversalidade. Nós não temos uma visão pequena de achar que esses objetivos existe uma chamada, entre aspas, muralha da China entre um e outro ou eles podem ser tratados de forma estanque, todos eles têm elementos em comum e a base é um elemento muito forte, é o elemento econômico, social para o próprio desenvolvimento dos outros objetivos. Mas foi o Brasil que aprovou na Conferência em Genebra, e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o Ministro Temporão a Primeira Conferência Internacional dos ODMs do setor saúde, e que era importante que esta Casa, tão relevante para a sociedade brasileira, fizesse esse registro em seus anais e que os próprios Senadores e Senadoras tomassem conhecimento disso ao realizar uma avaliação, afinal de contas, além, do que está sendo relatado por outras representações do governo, o que vem sendo feito? Então, nos dias 18 a 20 de novembro, próximo passado, de 2008 nós acolhemos aqui a OMS, todos os organismos internacionais, nove, acolhemos 18 países da América Latina, do Caribe e da África, os de língua portuguesa, para aprofundar os ODMs do setor saúde, e entendendo que eles são quatro, cinco, seis, mas o oitavo também tem uma relação, como diz o Ministro Silvio, muito bem, que diz respeito à produção de medicamentos e ao patenteamento, que é esse debate internacional extremamente relevante das questões relacionadas à propriedade intelectual.

Vejamos, nobre senador, que coisa assustadora. O CDC, órgãos americanos, levaram dois dias para nos passar o sequenciamento do vírus H1N1 para o Brasil, ou seja, 48 horas para passar, quando tudo, hoje, pode ser passado de forma on-line. Será que isso tem algum elemento de colonialismo cultural por trás? O fato é que esse debate de patenteamento nos interessa, e muito. A democracia, na questão da propriedade intelectual, é questão de sobrevivência da humanidade. Nós precisamos, a cada descoberta de novo vírus, de uma nova bactéria ou a cada acesso a um medicamento, a um antídoto, ele precisa ser democratizado para a humanidade, ou, então, nós criamos duas classes, dois segmentos, dois extratos àqueles que têm acesso e àqueles que terão acesso, se nós pudermos desejar os países mais desenvolvidos, passar ou se as indústrias que patentearão desejarem passar. Então, esse desafio que o Ministério das Relações Exteriores e que o Ministério da Saúde deu uma contribuição agora em Genebra é relevante. Então, é o primeiro aspecto, realizamos uma conferência.

Segunda boa noticia. Nós voltamos para o Conselho da Organização Mundial de Saúde e estávamos fora, e isso, às vezes, a imprensa não divulga. Eu me lembro do ex-ministro Jatene, Senador Valter Pereira, ele diz que na área de saúde, no SUS, notícia boa

parece que só aparece se a gente pagar. E como o ex-ministro Jatene é extremamente coerente e ético, como o Ministro José Gomes Temporão, nós não vamos pagar. Então, parece que as notícias boas vão ficar difíceis de aparecer, e aí nós precisamos dos nobres, Senadores e Senadoras para valorizar um pouco mais e o parlamento brasileiro, essas noticias boas. Essa é a primeira notícia boa.

O Brasil, segundo a OMS e segundo a revista Lancet, deve cumprir o objetivo do desenvolvimento do milênio nº 4, três anos antes do previsto, 2012. É relevante que senadores e senadoras, deputados e deputadas dissessem isso independente da sua filiação partidária, por que não? Isso não é responsabilidade desse governo, é um processo histórico, esse governo tem contribuições, mas é uma responsabilidade da sociedade brasileira que conquistou isso, por que não valorizar independente da sua filiação partidária? Esse é o primeiro aspecto. O segundo aspecto.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só um detalhe. Três anos antes todas as metas voltadas para a saúde?

**SR. ADSON FRANÇA:** Não, não. Eu falei da quatro, nobre Senadora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Ah, sim. Está certo.

**SR. ADSON FRANÇA:** Eu falei da 4, nobre Senadora, e, como tudo é gravado, eu fico tão tranqüilo e tenho profundo respeito pela senhora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Ninguém mais do que eu venho elogiando e dizendo como é bom chegarmos lá.

**SR. ADSON FRANÇA:** Não tenha dúvida. E é colega, e eu fui um dos primeiros, na última audiência aqui, a valorizar e fazer um elogio pessoal.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Eu entendi que eram todas. Eu já tomei um susto.

**SR. ADSON FRANÇA:** Não. Eu falei nº 4. Não sei se a Mesa ouviu bem, eu falei objetivo nº 4, eu repeti o objetivo nº 4, três vezes, mas temos um profundo respeito pela Senadora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Mesmo vamos festejar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mesmo que seja o objetivo nº 4, eu acho que essa é uma construção que se faz tijolo o tijolo.

**SR. ADSON FRANÇA:** Coletiva, histórica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** E é relevante, sim, o cumprimento dessa, a aproximação do cumprimento de outras metas, porque, amanhã, nós vamos cumprir todas as metas. Eu, por tudo que tenho ouvido, por tudo que tenho discutido sobre esse assunto, eu acho que o Brasil está bem avançado, não só em uma, mas na maioria das suas metas.

**SR. ADSON FRANÇA:** Obrigado, Senador. Então, nesse sentido, é importante...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só um detalhe aqui, Dr. Adson.

**SR. ADSON FRANÇA:** Pois não.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Só para eu fazer um parêntese. Porque, realmente, eu tinha dada uma saída, mas o item 4 tem muito a ver com a minha vida, com a minha história, até porque eu sou pediatra, e pediatra no Nordeste. Conheço desde quando tudo começou e fui uma das militantes da Pastoral da Criança, de todo aquele trabalho que iniciou antes do Programa Saúde da Família. Fui à Cuba conhecer como podíamos melhorar, foi muita coisa. Então, eu quero dizer e fico muito feliz, é bom mesmo que a gente consiga e mantenha a meta.

**SR. ADSON FRANÇA:** Claro. E eu fui uma pessoa que, na audiência que o Ministro esteve aqui, elogiei a sua história, porque, hoje, a crise moral entrou em todas as profissões, senador, e ver médicas e médicos coerentes no parlamento, para nós, é extremamente importante, e eu fiz um elogio à Senadora, quando estive aqui, na última vez, junto com o Ministro José Gomes Temporão, pela sua trajetória coerente. Agora, concretamente, a gente precisa, senadores e senadoras, deputados e deputas, independentemente de partido e de imprensa, valorizar as coisas que estão indo. Não que a senadora não faça, muito pelo contrário, isso não diz respeito à intervenção dela, eu fiz apenas uma referência geral.

A mortalidade infantil... Nós, agora, estamos com um projeto, que é um projeto de enfrentar as desigualdades regionais e as iniquidades. Porque os objetivos do milênio é preciso ter muito claro. Nós chamamos o Brasil de um país, mas é um continente, mas está consolidado como país, mas vamos... Permita-me essa brincadeira, esse continente é extremamente heterogêneo, então se você não enfrenta as iniquidades e as desigualdades regionais você não consegue cumprir todas as metas dos objetivos do milênio. O Senador Botelho um profundo conhecedor da Amazônia Legal, como a Senadora também, nós estamos agora com a meta de enfrentar a redução da mortalidade infantil nos 17 Estados que compõem a Amazônia Legal e Nordeste brasileiro como prioridade. E aí alguns dirão? Vão fazer a mortalidade infantil e não vão cuidar das mulheres? Não. A nossa visão é: é impossível enfrentar e cuidar da mortalidade infantil se nós não enfrentarmos o outro problema, que ainda é uma vergonha nacional e eu estou muito à vontade, cirurgião, ginecologista e obstetra com 24 anos de formado, sem nenhuma atitude

presunçosa, [soa campainha] passei pela Febrasgo, então a mortalidade materna ainda é uma grande dificuldade nossa. Mas a mortalidade materna nossa que é o objetivo nº 5 ela era 126 por 100 mil nascidos vivos, depois ela passou para 96 por 100 mil nascidos vivos, e agora ela está em 74 por 100 mil nascidos vivos. Isso significa, Senador, que ainda é muito aquém e é uma necessidade nossa esse enfrentamento. Dos 74 por 100 mil nascidos vivos, o ideal para a Organização Mundial de Saúde é 20 por 100 mil nascidos vivos, é o ideal para o grau de desenvolvimento industrial do Brasil, e para a mortalidade infantil nós estamos com 19.3 por mil nascidos vivos, e para a Organização Mundial de Saúde nós devemos chegar a 14.4 por mil nascidos vivos e devemos chegar à meta da infância até 5. Então, na mortalidade infantil nós estamos indo muito bem, na mortalidade materna nós temos limitações e temos honestidade de admiti-las.

Então, ao enfrentar agora a Amazônia Legal e o Nordeste com maior prioridade, nós temos que qualificar melhor o Programa de Saúde da Família, nós precisamos qualificar melhor as urgências e emergências obstétricas e neonatais. Nós temos que qualificar melhor o pós-parto e nós temos que avançar no planejamento reprodutivo, planejamento familiar e nós temos que resolver um problema que nós precisamos muito dos senhores e das senhoras que é o problema da força de trabalho no Brasil. Nós estamos... Não é um problema, necessariamente, de falta de médicos e médicas, é como fixar o médico ou a médica na Amazônia Legal, no Nordeste brasileiro, nas regiões mais pobres. Então, nesta questão da mortalidade infantil nós vamos, já está muito claro e o Presidente da República assinou com todos os governadores, [soa campainha] o Ministro assinou com todos os outros, e nós estamos, em perspectiva, liberando já nos próximos 30 dias 110 milhões para a Amazônia Legal e para o Nordeste brasileiro, esses 110 milhões já fizemos as oficinas com os secretários. Vamos à Roraima, vamos à Rondônia, estivemos agora no Piauí, e estivemos na caravana de cinco, já fizemos oito oficinas e vamos fazer 17 para quê? Para indenizar qual é a necessidade em cada Estado. Agora, essa é a parte do Governo Federal e esperamos que os governos estaduais e os governos municipais cumpram a sua parte. Então, no caso do Governo Federal nós vamos ampliar em 12% só da família para a região Norte e Nordeste, vamos ampliar em 587 leitos de UTI neonatal, nós vamos ampliar em 1.470 leitos de UCI neonatal. Ontem fomos cumprimentados por Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Vamos ampliar em 31 bancos de leite humano, vamos ampliar, no caso da gestante, o enfrentamento das quatro grandes causas da mortalidade materna no Brasil hipertensão arterial, hemorragia, infecção puerperal e complicações por abortamento. Então, nós vamos treinar no Nordeste e na Amazônia Legal equipes de 250 maternidades, especialmente, na urgência e emergência obstétrica neonatal, mas aí precisamos dos senadores e das senadoras e desse valoroso Congresso, é o problema da fixação do profissional no local. Então, nós temos carência de profissional que é um problema histórico de vários governos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de fazer um corte nessa sua manifestação. Esse problema é um problema, eu acredito, nacional. Hoje, os municípios mais distantes da capital de Mato Grosso do Sul estão pagando hoje, Senadora Rosalba, nada menos que 15, 16 mil reais para levar um generalista, não é um especialista, porque o especialista é raro e, realmente, não tem solução, tem que mandar para a capital.

E eu aí vou fazer uma indagação. Eu apresentei uma proposta e gostaria que o senhor considerasse a objetividade dela com relação a isso. Eu apresentei uma proposta para instituir uma modalidade de pagamento para quem faz a Universidade Federal, para os alunos da Universidade Federal ou das universidades públicas de maneira geral que é a contrapartida de serviços profissionais depois de formado, que eu acho que quem frequentou uma universidade pública que teve um custo que foi arcado com o erário tem que dar a sua contrapartida, sim. E essa contrapartida é exatamente essa, a partir do momento em que ele conclui o seu curso, ele tem que ir para o interior, ele tem que ir aonde o doente está, a fim de que ele possa aí então cumprir a finalidade do curso para o qual ele se propôs. Por que o que acontece? Às vezes, o indivíduo se vale de uma universidade publica, se vale dos investimentos públicos na sua formação, e depois ele nem exercer a profissão vai, até mesmo da iniciativa privada. Então, é criar essa obrigação para que ele, após a conclusão do seu curso, vá para o interior cumprir essa determinação, e assim suprir essa demanda que existe de pessoal especializado no grande interior brasileiro.

**SR. ADSON FRANÇA:** Obrigado, Senador. E queria dizer o seguinte: que nós acolhemos já essa sua manifestação e outras de outros senadores e deputados. E está sendo encaminhado, já para o Congresso, a proposta, primeiro dessa contrapartida, estudou em universidade pública, o profissional, especialmente médico, médica e enfermeira precisa ir para o local onde nós estamos precisando, e não para a cidade que a pessoa, inicialmente, deseja, então dentro desse contexto. Dois: a possibilidade de a gente fazer um desconto

de 1% daqueles que pagarem, que tem dívidas com o governo ao mês. Então, nós teríamos aí, se aprovado isso, 1% ao mês, a pessoa teria que dar cem meses se ela teve todo o custo dos seus estudos custeados pelo governo, teria que dar cem meses para nós, ou seja, para a sociedade brasileira, para o SUS como uma forma de ir para a Amazônia, para o Nordeste, para as regiões mais distantes. Então, isso está sendo encaminhado para a Secretaria de Gestão de Trabalho junto com vocês aqui em reunião, e já envolvendo o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira. Então, eu acho que nós estamos numa fase boa, nós estamos otimistas de que até o final do ano a gente encontre essa saída, porque a força de trabalho é o grande problema. E finalizando, Senador, para não ser deselegante, em relação ao objetivo 6 que é a questão da AIDS, os casos acumulados, hoje, são de 474 mil, 273 casos cerca de 32 mil casos por ano. Isso significa que o Brasil conseguiu um fato inédito. Nós estamos exatamente há quase oito anos sem aumento do número de casos anual, e com perspectiva de cumprir a meta número 6 em 100% em 2015, mesmo em relação à malária e à tuberculose que são desafios, a tuberculose, nós estamos já com análises concretas de 95 a 100% de cobrir em 2015. Mas voltamos a dizer, as desigualdades regionais e iniquidades nos preocupam, porque em alguns lugares nós vamos cumprir antes em 2012, 2013, 2014; mas em algumas regiões tipo Amazônia Legal e Nordeste, talvez a gente cumpra em 2016. Então, na média nacional a gente vai bem na área da saúde para 2015, mas nós temos disparidades. Vejamos que disparidade que este País precisa ainda avançar nos desafios das iniquidades e as desigualdades regionais. A mortalidade infantil na região Sul, e a gente tem que comemorar, é 12 por mil nascidos vivos, [soa campainha] e a mortalidade infantil na região Nordeste é 27 por mil nascidos vivos. Enquanto o Secretário Osmar Terra, no Rio Grande do Sul, corretamente busca centros de referência para fazer cirurgias cardiopediátricas para chegar a 9, que é o dígito de dez, nós, ainda no Nordeste e na Amazônia Legal, ainda temos que qualificar o pré-natal, nós temos que avançar numa série de questões, nós temos ainda que enfrentar questões de diarréia, mesmo que o saneamento tenha avançado, de pneumonia e temos que enfrentar, acima de tudo, urgências e emergências obstétricas. Nós precisamos, e o Governo Federal e o Ministério da Saúde está com esse propósito, qualificar melhor as maternidades brasileiras. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Acho que foi muito oportuna a sua manifestação. E nós não temos dúvida de que, na área de saúde, o Brasil avança significativamente, e a maior demonstração disso foi com relação à gripe tipo A, que assustou a todos, e, de repente, encontrou um país que estava preparado, que estava estruturado, que tinha uma rede pronta para entrar em ação, e o surto acabou não se transformando, efetivamente, num surto, foi mais uma ameaça do que, realmente, um fato.

Mas, de qualquer forma, nós agradecemos aqui a sua participação.

Sr. Sérgio Wanderly, tesoureiro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

**SR. SÉRGIO WANDERLY:** Quero cumprimentá-lo, e fico muito feliz, inclusive, porque sou conterrâneo de V. Exa., sou de Mato Grosso do Sul.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** São Gabriel do Oeste?

**SR. SÉRGIO WANDERLY:** São Gabriel do Oeste.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Que beleza! São Gabriel está sendo representado aqui, com certeza.

**SR. SÉRGIO WANDERLY:** Eu... Na verdade, a nossa participação aqui fica distinta das falas que tiveram até agora, que é apresentação de relatórios, análises de como têm sido implementadas as metas do milênio, no nosso país. O nosso olhar como gestor municipal, e aí uma fala dos municípios, queremos parabenizar o chamamento. A Senadora Rosalba acho que fez uma fala introdutória muito interessante e também a Senadora Kátia Abreu. E quando a Senadora Kátia Abreu nos fala, ela esteve conosco no Encontro Nacional dos Gestores que nós fizemos, esse ano, em Curitiba, eram quase três mil gestores da assistência. E ela nos falava sobre as desproteções sociais ou a desproteção social no campo. A fala também do MDS aqui, a gente fica muito lastreado na fala do MDS, enquanto gestor de uma área específica, que é a área da assistência social.

A nossa preocupação, e acho que, em algum ponto, em algum momento, ela aparece, é a questão de como nós vivemos um país continente, e essa coisa de o Brasil falando e a capilaridade como é que está acontecendo isso lá na ponta. Porque, na verdade, as metas do milênio ou como a gente coloca, os objetivos de desenvolvimento do milênio, eles foram festejados em 2000, foram alardeados, foram levados a conhecimentos de todos. E o que nós sentimos hoje, como gestores, é que há um pouco, ou a gente sente que é pouco discutido hoje nos nossos espaços. Nós, na verdade, em cada área, seja da educação, da assistência social, da saúde, acabamos sendo levados pela ação dos Ministérios. E aí eu acho que a leitura

da Casa Civil é pertinente. Quer dizer, nós vamos nos inscrevendo dessa forma, mas também com todas as dificuldades que o senhor mesmo colocou. Quer dizer, temos que ter uma leitura de um país continente, nós temos questões, por exemplo, de conurbação internacional, cidades como as nossas de Mato Grosso do Sul que convivem na separação de um país do outro com apenas uma rua, que é o limite. E aí o que significa isso quando a gente está falando também de proteção social, quando a gente está falando das metas do milênio? Como que é essa convivência?

O Governo Federal e as instituições internacionais não têm estabelecido como prioritárias essas discussões, ou os espaços que nós temos, não tem sido falado, não tem sido colocadas as metas do milênio. Nós sentimos como gestores e o colegiado. Era para estar aqui o nosso presidente. Ele está numa missão em Paris, na França, e pela graça de Deus ele mudou o voo, ele estava nesse voo, fatídico, que nós estamos acompanhando, com dor, o acontecido, Marcelo Garcia, e o que nós temos percebido é uma rapsódia. Na verdade, nós temos sentido como pano de fundo as metas do milênio, mas as dificuldades que nós temos no município, e o senhor acompanha como Senador e os senadores aqui acompanham em cada Estado, é, por exemplo, agora quando vamos aumentar em 1 milhão e 300 mil famílias a questão do Bolsa Família é festejado, e contribui muito, inclusive, com as metas por quê? Através do Bolsa Família nós estamos garantindo para o brasileiro e para a brasileira acesso a serviços na área de saúde, e na área de educação. Mas ele vem na contra mão de um processo que nós estamos vivendo hoje também uma crise mundial, e que, de certa forma, ele arrefece, eu acho que não só a nossa construção, como o país inteiro, e vivemos um momento de queda de arrecadação. Então, quando temos, por um lado, garantindo aumento de acesso cidadão à alimentação, ou seja, a transferência de renda ou mesmo a questão do benefício de prestação continuada, nesse país, para o município nós temos tido essa dificuldade. Ele nos encontra no momento de queda de arrecadação, chega a 18, a 20% a queda e que, de certa forma, nós tivemos aí alguns problemas em termos de a gente avançar, de fato, na implementação dessas metas.

Temos as metas com perspectiva de patamar de civilidade, mas a grande preocupação é a fala, de novo, da Senadora Kátia Abreu, não simplesmente a porta de saída, e o que significa para gente da área da assistência social, é, de novo, a questão que está posta, a questão social é capital e trabalho e que daí vem as desigualdades, e dizer numa análise geral que as desigualdades têm diminuído, por certo que sim, mas nós as temos presentes e, principalmente, num país que 73% são municípios de pequeno porte um e dois, ou seja, até 50 mil habitantes, todos nós temos muitas dificuldades e uma delas, como o próprio Senador acabou falando, hoje para conseguir um médico ou qualquer profissional em municípios que estão mais para dentro do Estado é de grande dificuldade, e quando nós estamos hoje, principalmente, na área da assistência social consolidando ou dando forma ao sistema único de assistência social nós temos sofrido muito, porque não é tão simples e tão fácil colocar hoje o que é para a saúde, o posto de saúde, o que é para a educação a escola ter a casa da família, como diz o Ministro Patrus, a questão do centro de referência da assistência social. Nós temos dificuldades com profissionais, mas que isso, dois profissionais, geralmente, que é colocado um assistente social e um psicólogo para dar conta de 5 mil famílias referenciadas.

Então, a missão é hercúlea, e se junte a isso a questão da especialidade, ou a especialização disso, que, quando vamos para o campo da questão da violação de direitos, nós ainda não temos muito claro esse equipamento, nós temos dificuldades, inclusive, dos profissionais, de novo. E, quando nós falamos isso, o que significa? No município hoje e nós termos com a Constituição, e tudo caminha para isso municipalizar, municipalizar e municipalizar. Mas, na mesma linha que vamos municipalizando, os recursos não têm chegado. Então, quando nós fazemos a nossa fala e falamos aqui da questão das metas do milênio, o nosso fazer diário contribui na perspectiva do que está sendo desenhado ou arranjado, quando o Brasil, junto com os outros são signatários e assinam esse acordo para que a gente melhore, na verdade, patamares de civilidade do mundo até 2015. Mas nós temos essas dificuldades, elas têm se somado. O que falta para município pequeno é conhecimento, é informação. Então, eu festejo as iniciativas da Casa Civil, mas, de fato, pouca coisa chega, acho que nós temos que ser mais insistentes na questão das metas, colocar que, de fato, como a gente percebeu aqui, é uma questão orgânica, mas que isso, a gente percebe no Governo Federal, e até pelo acúmulo e condições que não temos, em município pequeno nós não temos, a gente fala que a gente troca o pneu do ônibus em movimento, a gente vai fazendo as coisas... São poucos profissionais, muita dificuldade, e quando nós vemos aqui as falas tão consertadas e, principalmente, da saúde que deu essa lógica da intersetorialidade, nós ainda padecemos muito disso na base, nós ainda falamos de casinhas, a saúde isolada da educação, isolada da assistência.

E aqui, Senadora, Senadores, a grande contribuição no Governo Federal com o Bolsa Família. Está

nos desenhando a nova perspectiva, não tem como fazer assistência social sozinho, educação ou saúde, nós temos que ser complementares e, na verdade, interdependentes, e quando nós ouvimos aqui as falas e que uma meta está imbricada na outra, na verdade, na vida que vivemos lá, porque a vida se dá no município, na rua tal da cidade tal, nós ainda no temos essa leitura. Nós temos muita dificuldade de ter esse entendimento. As políticas não são ou não têm os programas e os projetos essa complementaridade, um que bebe do outro, e não só na lógica de somar, não é simplesmente somar educação mais assistência mais habitação que vai ser igual à inclusão, à melhoria de qualidade de vida. De fato, a gente tem uma visão global, perceber que a pessoa que nós estamos tratando está sendo atendida por todas essas políticas. Então, é um novo olhar, uma nova visão que nós precisamos hoje. E as metas do milênio nos colocam nessa perspectiva. Mas nós estamos dando os primeiros passos. 88, a Constituição; 93, a Lei Orgânica da Assistência Social; 2004, a gente começa a ter a política nacional; 2005, agora, se começa a desenhar a questão do sistema único de assistência social.

E aí, falando dessa área e encerrando já, a grande dificuldade que temos, a gente sempre e tem isso como uma lógica, um lugar de disputado, um lugar de disputa política, não se vê como uma questão de direito, e é tão difícil desenhar a porta de saída, porque não se tem o entendimento do que é pobreza e como trabalhar pobreza neste País. Quando se fala que Bolsa Família vai gerar pessoas que não querem trabalhar ou que elas vão ficando escorada no programa, é uma inverdade. Nós temos que fazer uma leitura mais abrangente dessa situação. E com poucos anos que temos da NOB/SUAS que a gente está agora tentando dar uma formatação, o principal e o mais agravante para gente termos percebido, e aqui foi falado, e acho que a saúde sempre é uma escola para gente, é a questão do profissional, sem profissional, sem dinheiro, com pouco recurso, Senador, com pouco recurso e bons profissionais nós conseguimos criar alternativas. Agora sem profissional e é a questão de recursos humanos que nós temos, [soa campainha], prefeituras que não têm concurso, que não fazem concurso, pessoas que vão sendo trocadas a cada quatro anos, nós começamos de novo, começamos de novo, e de novo, e de novo, diferente da saúde.

Outra coisa: nós estamos tramitando no Congresso Nacional uma lei que, para a gente, hoje, é fundamental e que vai contribuir muito com tudo isso, que é o PL/SUAS, que é o Projeto de Lei que vai dar a institucionalidade desse sistema e nos coloca a possibilidade de pagar o profissional com recurso federal. Nós não temos recursos nos municípios, são parcos, e sem esse avanço, e muito mais o que tem feito, tem se desdobrado o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministro Patrus para essa qualificação, capacitação e informação da base. Nós somos um país grande, um país forte; esse Governo tem marcas muito interessantes e avanços no campo social e na questão dos direitos, mas nós ainda na base [soa campainha] ainda somos, temos grandes dificuldades de assimilar essas questões, de avançar haja vista que a própria Senadora Rosalba colocou. Nós temos 500 anos de dívida, e não é de uma hora para outra que a gente vai avançar. E as metas do milênio, na verdade, nos coloca uma perspectiva, e é um trabalho de formiga que a gente tem que, passo a passo, e com muito entendimento e proximidade do governo central, das prefeituras e do que está acontecendo na base, de fato, a gente avançar e conseguir realizar as nossas intenções.

Muito obrigado. Não trago números. Na verdade, era mais um posicionamento nosso de como percebemos e vivemos a meta do milênio no município.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Sérgio, que é meu conterrâneo, e com muita alegria que eu faço esse registro, representa uma cidade muito próspera, e que, indiscutivelmente, vive um momento até privilegiado em relação às demais cidades do interior, uma região que tem dado uma boa contribuição para o desenvolvimento do Estado. E ele, aqui, com certeza, deu uma contribuição muito grande para esse debate. Muito obrigado, Sérgio.

Agora, o último expositor, que é o de casa, o da Agricultura, é o Antônio Luiz Machado de Moraes, que é assessor da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que eu convido para participar da Mesa e fazer a sua exposição. Pela ordem, Senadora Rosalba.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Senador Valter, enquanto o nosso próximo expositor se dirige à mesa, eu gostaria só aqui de dizer ao nosso representante do Congenes que, realmente, quando ele fala desse trabalho tem que ser em conjunto: saúde, educação, ação social, porque eu acho que tudo isso é que forma a cidadania. E eu tive uma experiência, fui prefeita três vezes. Então, você sabe que a gente vai, quando é prefeita, uma vez que volta, já vem com mais experiência. E eu fiz uma reforma administrativa e criei a Secretaria de Cidadania, onde a educação, a saúde, a cultura e o esporte, a assistência social, a geração de emprego e renda eram gerências, levei-os para o mesmo espaço, e aí se trabalhava em conjunto interagindo. E isso foi uma coisa que teve também um aproveitamento muito grande, inclusive de custos, porque muitas ações a gente utilizando, havendo essa

integração até de pessoal, de ter uma consciência que a educação podia influir na saúde e a saúde tinha que estar na educação. Então, com tudo isso, a assistência social era um carro chefe que não podia andar só, ela tinha que andar, mas tinha que ter as suas rodas. Então, tudo isso é muito interessante, porque nós conseguimos muito, e eu tenho certeza que os avanços que temos, e que foram muito importantes nessa área, também contribuiu bastante na questão de estarmos em conjunto. E tinha a geração de emprego e renda que era um projeto realmente onde não foi possível, através... Eu não vou citar aqui como, porque aí fica depois em outra oportunidade, eu poderia detalhar, que nós levamos mais de 3 mil numa cidade no interior de Nordeste, na cidade de Mossoró, mais de três mil pequenas micro empresas surgiram desse trabalho, onde você tinha oportunidade de trabalhar família, como um todo, de fazer a inclusão.

Então, foi a experiência muito boa, que eu acho que isso, e aqui tocando, realmente, pudéssemos caminhar e não foi só, depois serviu de modelo para muitas outras cidades. Eu fiquei muito feliz, porque é bom quando a gente faz algo que depois pode olhar para trás sem virar estátua de sal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Aliás, V. Exa. representa o Estado do sal.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Com muito orgulho. Eu sou da terra do sal e do sol, e todo brasileiro, todo dia, sente um gostinho do Rio Grande do Norte, principalmente, da região salineira, porque 96% do sal brasileiro vem do nosso Estado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra o Sr. Antônio Luiz Machado de Moraes.

**SR. ANTÔNIO LUIZ MACHADO DE MORAES:** O meu cordial bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, em nome do Ministro Reinhold Stephanes, de agradecer pelo convite que lhe foi feito de participar desta audiência pública. Infelizmente, ele está, no momento, numa missão no exterior e, portanto, impossibilitado de aqui comparecer.

O meu objetivo é, como está ali indicado, é falar um pouco da contribuição da agricultura brasileira para a meta do milênio em relação à fome, à redução da fome.

A questão da fome no que se refere àquilo que o setor pode oferecer, temos dois aspectos, um primeiro aspecto se refere à ampliação da disponibilidade de alimento saudável, e segundo lugar, que haja condições de acesso a esse alimento. E quando eu falo em condições de acesso do lado da produção, eu falo em preço, é preciso que haja preços acessíveis aos consumidores para que se avance em relação à redução da fome no Brasil e no mundo.

A contribuição do Brasil, nesse sentido, em termos de ampliar a disponibilidade é uma contribuição que se faz, não só em relação ao problema da fome, no Brasil, mas no mundo, porque como todos sabem, nós somos um grande país, um país, grande exportador de alimentos.

E eu vou apresentar alguns dados sobre os avanços acentuados havidos em termos de aumento dessa disponibilidade de alimento para o Brasil e para o mundo.

Eu, inicialmente, quero me referir aos preços por quê? Porque o preço significa acesso. Claro, dada a renda do consumidor, mas é importante os preços. E a grande preocupação dos últimos anos, entre os países onde a fome é o problema mais crônico, é exatamente a elevação dos preços havida, a acentuada elevação dos preços havida a partir dos últimos anos, de 2006, em particular.

Mas o que eu quero mostrar aqui é que, na verdade, os preços dos alimentos no mundo vêm apresentando um declínio acentuado, tanto produtos agrícolas como pecuários, desde meados dos anos 70, como indica aqui. O gráfico vem apresentando uma queda acentuada, persistente em seus preços. E a partir de 1998, 1997, temos aí um longo período de declínio menor e de estabilidade, somente a partir de 2006 é que surge essa crise dos preços, somente a partir de 2006 é que os preços dos alimentos apresentam uma tendência ascendente acentuada, por várias razões que são conhecidas, como o preço do petróleo, o preço dos insumos e o aumento da demanda chinesa, em particular.

Mas vou mostrar também que, assim como a agricultura é um setor que tem contribuído não só em aumentar a produção, mas tem contribuído historicamente com os preços baixos do alimento, diante das adversidades que se observa e são acentuadas pela crise em termos de dificuldade de produção, e preços elevados, a agricultura é o primeiro setor... É o que mais suporta crise, é o que menores efeitos perversos apresentam como resposta à crise, e é o primeiro setor a manifestar recuperação, é o que se recupera mais rapidamente.

E aqui, muito rápido, eu quero indicar, conclusivamente, qual é o cenário de preços. Segundo a OCDE, os preços dos alimentos comparados com as últimas três safras apresentarão, nesse ano e no próximo ano, uma queda em torno do que está assinalado em vermelho, em torno de 15 a 20%. O que se reflete na produção, tudo em vermelho, o que chamo atenção aqui é apenas a coluna em vermelho em termo de

variação de produção, uma queda que reflete essa situação, e que também se reflete nas exportações, só que em menor grau, o impacto maior é na produção e não na exportação.

Em que pese historicamente os preços dos alimentos no mundo e no Brasil terem sido declinantes e baixos, o fato é que a agricultura, mesmo assim, em que pese os preços desestimulantes, e em que pese as dificuldades e infraestrutura, dificuldades internas de expandir a produção e as dificuldades externas também de expandir a produção que é o protecionismo, mesmo assim, o Brasil deu um salto gigantesco, é isso que eu queria destacar aqui, um salto gigantesco nas últimas duas décadas em termos da produção. Viabilizado pelo aumento da produtividade, esforço do governo em termos de pesquisa, esforço do governo em termos de políticas públicas, além, da pesquisa, mas, sobretudo, mas do que o esforço do governo de políticas públicas adequadas é o esforço do próprio produtor. O mérito maior é, efetivamente, do produtor que respondeu aos estímulos de mercado, que respondeu amplamente aos estímulos de governo, é a ele que cabe o mérito.

A performance excepcional, na produção, se reflete também, e com mais intensidade ainda, nas exportações. O Brasil é um país auto-suficiente em alimento, nossas importações são praticamente, não diria inexistente, mas são mínimas, e têm se mantido constantes por décadas, e a exportação, esse é o grande fenômeno, que experimentou uma aceleração nos últimos anos pelo estímulo dos preços, como mencionei, mas nós somos, inegavelmente, não apenas, eu já posso dizer com tranquilidade, uma potencia agrícola, mas somos um dos países líderes no mercado agrícola mundial. E, aqui, eu tenho, sinteticamente, apresentado qual é a fatia do mercado mundial que o Brasil detém, qual o espaço que a agricultura ocupa no cenário internacional, dado recente de 2008, em carne bovina nós temos uma fatia de 30% do mercado mundial, em suína 10%, aves 44; enfim, aí estão indicados esses níveis. E chamo atenção, em particular, o óleo de soja que é um produto básico na alimentação humana de 63%, açúcar da mesma forma, praticamente 60%.

Aqui não vou me deter, mas apenas muito rápido, com o flash, apresentar a seguinte indicação. Esse desempenho global, em termos de expansão de produção e de exportações, é uma performance excepcional acontecida nos últimos 20 anos em todos os produtos agrícola, em feijão que é o produto alimentar básico. Em termos de milho, o Brasil que no final dos anos 90, quer dizer, praticamente no espaço de uma década, o Brasil sai da condição de importador para a condição de exportador de milho. Soja é dispensável qualquer comentário, porque somos o segundo maior produtor mundial e exportador do produto. E aqui outro produto que é de alimento básico e que no qual o Brasil tem uma presença expressiva no mercado mundial e tem uma performance excepcional em termos de carnes, exceto a carne suína que, de resto, enfrenta problemas no mercado internacional, de acesso por razões sanitárias, tem se mantido historicamente constante, praticamente, constante à produção, mas no que se refere a carnes de aves e carne bovina nós temos havido uma expansão e que em menos de uma década multiplicamos por três o nível de produção e de exportação. A produção e exportação de carne bovina e de aves foram multiplicadas por três, tanto a produção, quanto a exportação. Isso em uma década, menos de uma década. Isso é um [soa campainha] indicador excepcional desse desempenho.

E aqui, voltando um pouquinho à questão dos preços, perdão, voltando um pouco ao impacto da crise, o que eu quero dizer para vocês é que, aqui, eu tenho dados mensais do ano passado e deste ano, em relação às nossas exportações e importações. O que eu quero dizer, como disse há pouco, é que a agricultura responde, reage, se recupera mais rápido do que os demais setores. E nós estamos experimentando exatamente isso, estamos num processo de recuperação da nossa trajetória ascendente em termos de produção e de exportações. Ali está claramente indicado esse ponto de inflexão rumo a uma recuperação, porque não podemos antecipar que seja persistente, duradoura, mas, de qualquer forma, temos uma indicação de que está havendo um processo de recuperação. Se será mantido ou não, não podemos avançar, mas o importante é que se observa essa tendência de recuperação.

E caminhando para a conclusão. O que eu queria também apresentar é que o Ministério tem estudos prospectivos em relação ao cenário, e a participação do Brasil, no cenário mundial, até 2018, e esse quadro que está aqui fala por si só em termos dessa fatia enorme que o Brasil tem no mercado mundial agrícola de alimentos, ela deverá dobrar até 2018, ela deverá dobrar de 30 para 60% essa fatia. E nos demais produtos da mesma forma, carne de aves, vai dobrar também, mais do que dobrar, e assim nos demais produtos. Então, não só nós tivemos [soa campainha], concluindo, não só nós tivemos uma trajetória histórica excepcional, uma verdadeira revolução verde no Brasil, como o que se antevê é que esse processo revolucionário de expansão do setor agrícola vai se manter e se intensificar na próxima década.

Essa é a minha última transparência, porque, aqui, eu quero deixar uma mensagem. Todo esse desempenho observado e previsto em relação à agricultura

brasileira é um desempenho... Não quero usar a palavra saudável, não é próprio, mas eu quero dizer que é sem... Para sintetizar, sem protecionismo, a agricultura brasileira não é protegida, não há proteção no setor agrícola. E aqui essa informação aqui é da OCDE que calcula os níveis de apoio concedido ao produtor pelo país. E o que nós temos claro aqui é que aquela linha azulada, se puder acompanhar, é do nível de apoio ao produtor. É o apoio que o produtor recebe como fruto das políticas... Está ali indicado PSE, é uma sigla em inglês, mas significa nível de apoio ao produtor, e essa linha aqui indica esse nível apoio que tem se mantido, raramente, constante, nos últimos anos, em torno de 5%, aumentou um pouquinho nos últimos três anos, mas se mantém em termos de 5%. Enquanto a OCDE, os países da OCDE, em conjunto, esse nível de apoio é de 29%, isso é bem sabido que os países desenvolvidos protegem, substancialmente, o setor agrícola, e o Brasil sem proteção apresentou aquela performance que eu mostrei e se antecipa uma performance ainda maior, sem a proteção. [soa campainha].

E, aqui, o último ponto dessa conclusão é que ali está duas cores. Em azul e a parte superior em azul negritada, e a parte debaixo, o que é que elas indicam? Como está ali assinalado, na parte superior, nós temos as transferências orçamentárias, que é, essencialmente, crédito, o apoio concedido por microcrédito, e nessa parte debaixo é um tipo de apoio chamado apoio baseado em produto que é o apoio que é dado em termos das políticas de apoio à comercialização do produto, produto porque é uma política que foca o produto final, é um benefício que é apropriado pelo produtor no estágio final da sua produção, quando ele vai comercializar, enquanto que a de crédito é o benefício que é dado ao produtor no momento em que ele vai plantar, antes e fim do plantio ou durante o plantio. E está havendo uma inversão. O que está passando a prevalecer é o apoio dado por meio do apoio à comercialização que é quando o produto está pronto. E qual o mérito? Qual a diferença? Última observação. Qual a diferença? Qual o mérito dessa inversão do instrumento de apoio? É de que os instrumentos de apoio dados ao produtor na fase da comercialização, eles são apoios que, reconhecidamente, são os apoios que menos distorcem os mercados, e o apoio que é considerado o apoio mais distorcível dos mercados é o apoio que é dado via subsídio ao crédito.

Então, nós estamos avançando do ponto de vista não só de ter baixos níveis de apoio, como, em particular, estamos avançando em termos de recursos de autonomia e de instrumentos mais modernos e avançados e mais neutros em termos de distorções que possam ser provocadas, causadas no mercado.

Em todos os países desenvolvidos, esses níveis de apoio são todos eles da ordem de 29% na OCDE e acima de 29% em vários países membros da OCDE, como é o caso do João, por exemplo, como é o caso da Suíça e vários outros países.

Então, eu devo concluir dizendo que todo esse avanço, aqui indicado, nesse em particular, fruto das reformas de política agrícola havidas no País ao longo da última década, é um processo que também continua, não só do lado da produção e está havendo uma transformação na mudança, uma inovação e um avanço, mas, também, do ponto de vista das políticas públicas, nós continuamos avançando. Enquanto, em todo o mundo, o protecionismo ainda continua sendo uma ameaça, e, para nós, representa uma ameaça, no caso do Brasil, não bastasse os níveis baixos de apoio que nós damos, o Brasil está reformando as suas políticas no sentido de diminuir ainda mais esse nível de apoio. Aqui, medido do ponto de vista global, claro que [ininteligível] exceções em relação ao pequeno produtor, em relação a certas atividades, você tem um nível maior de subsídio, mas, na média, em termos de país, é o cenário. E eu agradeço a oportunidade de ter aqui apresentado aos senhores essas informações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito obrigado, Sr. Antônio Luiz. Eu acho que foi objetiva a sua exposição. Efetivamente, a agricultura, que é objeto da Comissão que presido, tem dado uma contribuição inestimável e seus avanços são mostrados pelo próprio desempenho que tem diante do PIB, mais de 1/3 da composição do PIB decorre da atividade agropastoril, que é significativo para a nossa economia.

Mas, agora, eu consulto o Senador Augusto Botelho se deseja fazer alguma intervenção, já que foi o único parlamentar que ficou comportado o tempo todo, prestando atenção. Então, eu acho que é merecedor de todo o tempo possível para fazer a sua intervenção.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os convidados e agradecer a presença de todos eles.

Eu sou médico e Senador do Estado de Roraima, a minha região, vou falar mais na área de saúde, que interessa. Mas devo considerar e parabenizar também o trabalho de todo o país, em relação à diminuição da taxa de mortalidade infantil, que, realmente, os programas de prevenção, de educação, influenciaram muito. Mas eu atribuo um pouco também ao Bolsa Família, que permitiu que as pessoas comessem melhor, que os pobres fossem melhor alimentados com redução da taxa de desnutrição infantil.

Mas eu vou reclamar, um pouco, em relação a uma doença que aflige e mata muita gente no meu Estado, apesar de ter baixado a mortalidade para 1 para 10 mil, mas é mortalidade ainda, é a mortalidade da malária na região amazônica, porque o pessoal se preocupa muito com as árvores da Amazônia, com as florestas da Amazônia. E o homem da Amazônia? E o povo da Amazônia? Nós ainda temos perto de quase 600 mil casos de malária por ano na Amazônia. Malária é uma doença grave. Só quem nunca teve malária... Eu sou médico e fui ter a primeira malária... Eu formei em 72, e sou de lá, mas a primeira malária que tive foi em 1985, mais ou menos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, V. Exa. é colecionador? Falou a primeira malária.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Primeira malária. Porque eu tive três. Lá a gente conta assim: o cara teve vinte, teve uma, teve trinta; é assim na Amazônia, minha região. Então, é uma doença muito séria, muito grave e mata muita gente. Há dez anos a mortalidade era quase 10 por dez mil, uma por mil casos, era muito grande, mas graças a alguns medicamentos que, antigamente, vinham de contrabando da China, mas que o Ministério da Saúde agora dispõe claramente para todo mundo, que nós não temos deixado mais as pessoas morrerem de malária. Mas nós precisamos mover políticas para a malária. São simples. Essa mudança, essa queda de malária que houve nesses últimos anos foi por medidas simples, como a colocação de microscopistas dentro das comunidades nos postos. Um microscópio não custa nem 6 mil reais, hoje em dia, não sei quanto custa um microscópio. Mas o que acontece, geralmente, é assim, o microscopista é treinado dentro da própria comunidade. Quando muda o prefeito, infelizmente, é isso que acontece que prejudica a malária lá. Muda o prefeito, aí o prefeito quer mudar todo mundo, muda o microscopista, e aí até treinar outro, até adiantar outro a malária começa a dar um pico de novo, e aí começa a matar. Então, nós temos que achar uma forma de tentar acabar com isso.

Outra questão é de fixação do médico no interior. O salário, realmente, não é uma coisa que fixe o médico, porque 15 mil é um salário razoável, bom, o salário igual, praticamente, ao nosso que é um salário de 16 mil, mas não fixa o médico no interior, porque existem outros fatores que nós temos que melhorar: as condições de vida, no interior, de habitação. E 80% dos nossos municípios tem menos de 20 mil habitantes, e são esses os mais carentes, quando não tem médico quem é que prescreve lá? É um auxiliar de enfermagem, um atendente de enfermagem, uma técnica de enfermagem. Graças a Deus que existem essas pessoas em todos os municípios, senão ficariam os curandeiros, que continuam também os curandeiros, mas é bom que também tenhamos as pessoas técnicas.

Eu vivo pensando, tentando achar uma forma de a gente conseguir fixar, essa forma de a lei obrigar e tudo não vai ser uma forma que vai conseguir. Existe um contingente de médicos estrangeiros que querem vir para o Brasil. Nós temos que regulamentar a forma desses médicos exercerem aqui. As universidades têm que abrir as portas, não é abrir, oferecer treinamento, oferecer provas para fazerem isso. Se eu quiser exercer medicina nos Estados Unidos eu tenho todas as facilidades. Começa que eu faço uma prova aqui no Brasil. Não sei se ainda está fazendo, na época se fazia uma prova aqui no Brasil para você conseguir uma residência lá nos Estados Unidos, e aí consegue. Porque para o país é interessante trazer o medico formado, médico competente. Claro que vai vir outro que não é competente, porque médico custa caro ao Brasil. E eu estou falando só do médico, mas falta dentista, falta psicólogo; mas eu estou falando do médico, porque o médico é o mais emblemático, porque é o que o pessoal reclama mais. Mas eu acho que as nossas metas, o Brasil está desenvolvendo bem. Mas eu queria viver num país onde não morresse... Nós estamos perdendo, mais ou menos, até cinco anos de idade, uma média de 22 crianças na nossa média do Brasil, que é a mortalidade infantil. Eu queria viver num país onde morresse só o que não tivesse jeito mesmo, e espero que a gente ainda viva neste País. Porque, quando eu me formei, a média era cento e poucas pessoas, crianças. Então, nós evoluímos bastante. Graças a Deus, o meu Estado ainda não está na média ideal, mas no Norte o melhor índice é o Estado de Roraima.

Então, eu acredito que é bom que se fixe essas metas. Eu fiquei feliz de saber que vai haver uma revisão agora em 2010 para gente torná-las mais rígidas e aumentar os objetivos, porque a nossa visão de 2000, a visão de hoje em relação a esses indicadores. E também que as pessoas, também, os eleitores, na hora de votar nos seus candidatos, olhar os que se preocupam com os indicadores de saúde, olhar os que se preocupam em melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas é uma mudança. Eu acredito muito e atribuo muito a Sistema Único de Saúde essa melhora nos indicadores de saúde do Brasil. Porque, realmente, a nossa saúde melhorou. Nós não temos uma Brastemp de saúde nos nossos hospitais, mas são melhores, precisamos é desenvolver mais, pagar melhor os trabalhadores da saúde, precisamos regulamentar a Emenda 29 para que a verba da saúde seja uma verba fixa no orçamento da União, que nós não

conseguimos adiantar, porque nesta Casa, no Senado, ele já foi aprovado, essa emenda que estabelece um patamar, mas lá na Câmara dos Deputados está presa. Nós temos que fazer a sociedade cobrar isso. Porque se sabe que a educação tem melhorado, com dificuldades, mas nós temos que avançar mais também na educação.

Então, só reafirmo a minha crença de que nós vamos melhorar este País mesmo, e precisamos, cada um no seu setor, discutir para gente conseguir atingir essas metas, se a gente atingir a meta já é um grande passo, mas eu acho que as metas têm que ficar mais rígidas, um pouco, para que a gente consiga melhorar a vida das pessoas.

Fiquei estarrecido com aquela informação da Kátia Abreu, de que a gente gasta 1,5 trilhão em arma e com 600 e poucos bilhões de dólares resolveria a fome do mundo. Mas a fome realmente não dá lucro, arma dá lucro. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agora tem que saber se ela está incluindo nessa conta as armas dos traficantes. Que esse aí é outro departamento.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Se incluir, com certeza, deve ser muito mais, porque isso, é como se diz, não está sendo computado, um grande problema.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Que, aliás, eu não vi aqui nessas discussões nenhuma referência sobre a questão do tráfico de entorpecentes, que eu acho que está matando mais do que muitas patologias, e está levando ao desespero famílias inteiras e, especialmente, uma legião de crianças, de adolescentes. Eu acho que também é um atentado contra os direitos humanos perpetrado por organizações criminosas.

Mas vamos passar agora. A Senadora Rosalba fez as suas intervenções. Tem alguma responda pendente de algum expositor, Senadora?

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Não. Exatamente, eu queria só aqui colocar para a área de saúde que nós vimos o seguinte. Nós estamos avançando bastante na mortalidade infantil, graças a Deus. Antes de 2015 nós vamos atingir a meta. Mas como a mortalidade materna continua alta, isso nos dá a impressão de que a mortalidade infantil, na realidade, já melhorou bastante, mas no período puerinatal também ainda preocupa, primeiro ano, ela está relacionada, podemos assim dizer, ela tem alguma relação também com o alto índice da mortalidade materna, porque são gestações que não estão sendo devidamente acompanhadas, cujos problemas terminam afetando também a criança, se um parto complicado ou por alguma questão com infecção, uma série de questões que vocês sabem que pode levar à morte materna também afeta essa criança. Então, aí eu acho que essa questão, esse é um gargalo que está precisando ser desatado para melhorar para a mãe e para as crianças. Porque nós temos, inclusive, e eu sou relatora de um projeto sobre criança que, acho fundamental, que é exatamente sobre a educação infantil, creche e educação infantil. Hoje nós temos vagas para crianças do ensino fundamental, a partir de seis anos, mas nessa fase perigosíssima que vai de um ano até cinco anos que é a fase da creche e da educação infantil, o índice é baixíssimo de oferta para as crianças e nós não chegamos nem a 17%, só das crianças que estão tendo acesso à educação infantil.

Então, é um período onde essas unidades que darão apoio às crianças, que já dão, também a criança é alimentada, é acompanhada, então vejo que esse é o ponto fundamental para que através da educação se tenha mais recursos.

O ano passado, o Ministério da Educação disponibilizou trezentas unidades de apoio integral à criança, creche da educação infantil para todo o Brasil. Nós temos 1.640, mais de 1.600 municípios. Então, vejam, foram apenas trezentas. Então, eu acho que esse é o setor que nós temos que nos somarmos para que nós possamos investir mais. É a minha visão, é exatamente. E vejo e fico feliz que o Ministério esteja, agora, já colocando como prioridade UTI neonatal. Eu tenho exemplos, por exemplo, da cidade, vou dar aqui a cidade de Mossoró, que tem quase 300 mil habitantes e não existe uma UTI neonatal, colocaram alguns leitos, depois de muita pressão o Governo do Estado colocou alguns leitos, mas não... Eu trabalhei como neonatologista muitos e muitos anos e vejo que ali não é, realmente, uma UTI neonatal, precisando avançar muito, isso no Estado do Rio Grande do Norte, é a segunda cidade, que só encontra UTIs neonatal bem equipada, bem estruturada na capital e nem em toda maternidade. Imagine quem está no interior que é atendido pelo SUS, que não tem acesso.

E, também, outra questão que eu gostaria de colocar seria uma sugestão, é no Programa Saúde da Família. Nós sabemos que a carência de médico é grande e isso é um problema que nós não podemos resolver de imediato, porque até preparar um médico, ele está estruturado, mas nós temos crescente o número, a área de enfermagem cresceu bastante, talvez, seja uma mão-de-obra que está mais disponível. Por que não investir na enfermeira obstetra? Seria fundamental, principalmente, dessas regiões mais distantes para o acompanhamento, para o parto normal, para todas aquelas orientações que hoje, por mais huma-

nizada, uma série de questões. Eu acho que poderia acrescentar nessas regiões onde a mortalidade materna é ainda maior, o Programa Saúde da Família ter na sua equipe uma enfermeira obstetra. E, pelo amor de Deus, diga ao Ministro que nós precisamos de mais recursos para o Programa Saúde da Família. Os municípios estão, do que recebem, estão investindo três, quatro, cinco vezes mais para poder ter profissionais da área, porque o que o Ministério repassa é muito pouco, com relação a cada equipe. Isso precisa ser melhorado.

Era só isso que eu queria colocar, investir mais exatamente nessa área básica valorizando os profissionais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Dr. Adson quer comentar?

**SR. ADSON FRANÇA:** Serei bem objetivo. Primeiro, Senador Botelho, as ponderações muito coerentes. A questão da malária, esse é um grande desafio nosso, e queria concordar com as sugestões do nobre Senador, porque já fazem parte desse processo de debate no Ministério. Agora se o Senador pergunta: não poderia ser um pouco mais rápido? Eu digo com, muita franqueza, e tenho certeza que o Ministro Temporão não vai me demitir por isso, podia, entre outras coisas, está falando profissionais em algumas áreas e está faltando recursos, mas o próprio Ministro Temporão admite que a gente já podia estar um pouquinho mais rápido nessa questão da malária.

Gostaria, para os nobres Senadores e Senadoras, chamar atenção o seguinte: olha como tudo se interrelaciona, para cada um grau, e é um estudo de 25 espertos que estiveram junto com a gente, Senador Botelho, lá no Acre na inauguração da primeira fábrica de preservativo público da América Latina, nobre Senador Valter Pereira. Nós vamos produzir até o final de 2012 400 milhões de preservativos/ano com borracha do Brasil, borracha nossa que já podia ter sido feito há mais tempo, e de uma necessidade de 1 bilhão e 200 mil preservativos/ano que é a média nacional. Em vista das relações sexuais que ocorre no Brasil e tal, nós precisamos de 1 bilhão e 200 milhões. E o governo brasileiro comprou 1 bilhão e 200. Então em quatro anos nós vamos estar com, mais ou menos, 35% de produção nossa, dinheiro público e fixando 600 famílias lá em Xapuri no Acre e garantindo a borracha de lá, e garantindo preservativo de qualidade que nós temos condições até de vender, se for o caso, mas é melhor vender para o mercado nacional ou entregar para o SUS gratuitamente, porque é dinheiro do Governo Federal, do governo estadual. Então esses parêntese...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Tem que esconder isso da igreja.

**SR. ADSON FRANÇA:** Bom, essa é uma dificuldade. Que, infelizmente, segmentos religiosos acham que o preservativo não tem importância, que o vírus passa e que, talvez, seja melhor defender a abstinência sexual e que a sociedade deveria ter apenas atividade sexual depois do casamento, e é complexo para nós, nós achamos que o Estado é laico, e que é difícil, porque nós precisamos do preservativo para evitar que a AIDS cresça e que a gestação inoportuna e indesejada que leva ao abortamento, leva à morte de adolescentes. Então, é oportuno que o senhor diz. E é lamentável para nós. Todos os embates que a gente tem, em alguns lugares nós somos vaiados, somos hostilizados, porque tem certos segmentos fundamentalistas que acham...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** É só distribuir sem a vista do Padre.

**SR. ADSON FRANÇA:** Pronto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Porque aí não tem problema.

**SR. ADSON FRANÇA:** E nós incorporaremos essa...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Mas eu acho que não é tanto assim não. Vamos ser realistas. Não é dessa forma não. Melhorou bastante, na realidade, a igreja defende.

**SR. ADSON FRANÇA:** Tem melhorado. Mas eu fiz referência...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** E eu também quero dizer aqui que nós temos que colocar como tudo se relaciona aqui, mais educação sexual nas escolas, conhecimento.

**SR. ADSON FRANÇA:** Mas justiça seja feita, Senadora, que por elogio à senhora, entre outras coisas, é que três mandatos de prefeita sem nenhum processo, e chegar ao Senado da forma que chegou, é por isso que a reafirmação do elogio.

Agora nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, buscando proibir o uso de preservativo, não vou citar aqui agora, para evitar uma polêmica. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, contra a anticoncepção de emergência dizendo que é abortiva, e não é abortiva, porque já está provado cientificamente. Nós temos Câmaras de Vereadores, neste País, tentando ser contra a lei do planejamento familiar, contra a vasectomia, contra uma série de coisas. Então, é a heterogeneidade do País. Mas vou focar aqui. Então malária, estamos de acordo.

Segundo aspecto. Mortalidade materna O que a nobre Senadora levanta e pediatra, Senador Valter Pereira e demais colegas de gestão do Governo Federal, é extremamente pertinente. Por que é que a mortalidade infantil vem caindo bastante ao longo

dos anos? Quanto maior a escolaridade da mãe mais cai a mortalidade infantil. Quanto mais eu uso a vacina, programa nacional de imunização, o Brasil tem 41 imunobiológicos. E nós temos mais vacinas, Senador, gratuitas do que a Inglaterra, Canadá e França, então não é mais do que Paraguai. Com todo respeito pelos paraguaios, pelos uruguaios, pelos argentinos. Mas olha que nível, o Programa Nacional de Imunização no Brasil é referência internacional. Eu acho difícil a grande imprensa falar com freqüência, mas na hora que tem um problema aí fala.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de fazer uma crítica sobre publicidade das vacinas. Vacina contra gripe. A vacina contra gripe, toda a mídia que é produzida pelo Ministério da Saúde passa a ideia de que é privativa de pessoas--

**SR. ADSON FRANÇA:** Idosas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --acima de 60 anos de idade. Quando, na verdade, é um equívoco, na verdade, a vacinação é permitida em qualquer faixa etária. Então, o que o Ministério estimula é a busca aos postos de saúde, embora, deveria ressaltar que ela é facultada em outras unidades privadas onde poderia se ampliar, consideravelmente, a faixa de vacinação.

**SR. ADSON FRANÇA:** Levarei para a Ascon e para o secretário Gerson Pena, porque tem uma parte que diz respeito ao idoso e tem outra parte que tem outra forma.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Na realidade, é porque nos postos de saúde a vacina só é permitida para os idosos.

**SR. ADSON FRANÇA:** Hoje é.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas eu acho que o esclarecimento tinha que ser dado para que todos se imunizassem.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Por exemplo, se eu quiser, ainda não cheguei aos 60, se eu quiser ser vacinada eu vou ter que no serviço privado, porque no posto de saúde é só a partir de 60 anos. Esse que é o grande problema.

**SR. ADSON FRANÇA:** Porque os recursos que nós temos hoje, o corte, a linha de corte no Ministério, foi que o recurso que tinha, o foco era o idoso. E aí para quem não é...

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Mas só complementar, já que se falou em vacina. Quando é que nós vamos ter a vacina de pneumococos, porque grandes casos de morte...

**SR. ADSON FRANÇA:** Está na lista nossa e já tem um grupo trabalhando com isso.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Porque só os filhos de rico que podem pagar e estão fazendo.

**SR. ADSON FRANÇA:** Não só essa, tem outras também, e aí volta o problema da Emendo 29. O orçamento do Brasil, foi dito aqui pelo Ministro, numa sessão fenomenal coordenado pela nobre Senadora, Senador Valter Pereira, o Ministro José Gomes Temporão foi diretor de planejamento do INAMPS em 1986. Se houvesse uma correção do orçamento, o orçamento do SUS, esse ano, era para ser 107 bilhões de reais, o nosso orçamento é 50 bilhões. E o Barack Obama pediu apenas ao Congresso Nacional 1 trilhão e 200 bilhões de dólares para melhorar a universalização das 45 milhões de pessoas nos Estados Unidos que não têm recursos. Então, o Ministro Temporão, o Conaes, o Conasems, os governos todos, os Senadores já têm identidade, já tem unanimidade, então também não corro o risco de exoneração, de que nós precisamos, o sub-financiamento da saúde estar levando a essas dificuldades. Como é que eu resolvo colocar um leito de UTI, Senador, neonatal, custa 112 mil reais, se eu consigo colocar uma nova UTI, pode ir um novo leito para 400, ou seja, vai esbarrando em recurso, recurso e recurso, e você começa, infelizmente, se você não tem recurso para tudo, você começa a cortar aqui e acolá.

Mas voltando aqui, para finalizar mesmo. Nós temos assim, chegamos à seguinte situação: melhorou a mortalidade infantil no componente pós-neonatal que é o componente depois de um mês, vamos chamar assim. Então, melhorou por causa do saneamento, melhorou por causa da vacina, melhorou por causa da hidratação oral, melhorou por causa do PSF, melhorou por causa de uma série de questões do Bolsa Família; mas a parte neonatal, especialmente, na primeira semana, no Norte e Nordeste brasileiro 62% das crianças no Norte e Nordeste brasileiro, morrem na primeira semana de vida. Então, se elas morrem na primeira semana de vida o risco da mãe morrer é muito grande. Então, nós precisamos agora, nós estamos com que desafio? Não basta só o pré-natal, ele precisa ser melhorado? Precisa. Mas é o problema da urgência e emergência no parto que envolve tecnologia, envolve gente qualificada, envolve recursos. E esse problema de qualificação dos profissionais do obstetra e do pediatra ali não está fácil. Como diz o Senador Botelho: "Não é só com isso aí". Agora, Senador, uma informação para coletivizar. O problema do registro dos médicos estrangeiros, o Ministro Temporão já informou ao Presidente Lula, e o Ministro Haddad e o Ministro Temporão, agora em julho os 246 médicos de uma região do mundo vão fazer prova, 14 universidades brasileiras vão fazer essa prova, se os

médicos passarem, eles registrarão o título no Conselho Federal de Medicina. E até o final do ano os outros 300 médicos estrangeiros, quer seja da Europa, da Bolívia, de Cuba, de qualquer lugar, prestarão prova, porque o CFM é uma autarquia, elas só podem exercer a medicina no Brasil se registrar o diploma no CFM. Então, não tem saída, tem que passar na prova. Se não passar vai ter que fazer um novo curso, fazer uma nova repescagem e um nova prova, porque o Conselho Federal de Medicina não aceita, e aí vamos respeitar a autarquia, respeitar a legislação brasileira.

Agora, mesmo assim, nós estamos com um problema que vocês Senadores e Senadoras precisam nos ajudar. O Brasil não fez um plano estratégico de quantos médicos precisam, de quantas enfermeiras precisam, de quantos obstetras precisam. Então, as escolas foram formando, me perdoem essa expressão que não é elegante, com base na bola da vez. Naquele momento que dava mais dinheiro, era radiologia. Então, eu formo mais radiologista. Naquele momento, o que dava mais dinheiro era cirurgia plástica, então a cirurgia plástica cresce. E, agora, nós estamos com um problema mundial, a queda de pediatra, porque pediatra não tem procedimento acessório para melhorar a sua remuneração. Ele tem a consulta, se ele é pediatra cirurgião ele ganha melhor, se ele não é pediatra cirurgião ele está com dificuldade, é um problema europeu, é um problema no Canadá e é um problema do Brasil. Já tem residência médica no Brasil de pediatria que está sobrando vaga. Então, eu só estou falando isso, em nome do Ministro Temporão, de que a coisa é muito complexa. Nós precisamos do Congresso, precisamos do CFM, precisamos da AMB e precisamos da enfermagem.

E aí, concluindo, nobre Senadora, o Ministério da Saúde pagou 22 cursos para enfermeiras obstétricas no País e, infelizmente, alguns nobres colegas meu, que eu sou toxoginecologista também, professores catedráticos dizem o seguinte: "Tudo bem, ela fez o curso, mas na minha maternidade ela não faz parte, na minha maternidade só quem faz parte é ginecologista e obstetra". Como é que uma enfermeira obstetrícia que fez um curso de especialização pode ir para o interior fazer parto se ela não treina em algum lugar? Ela precisa treinar e fazer parte em algum lugar. Esse é um problema que o Ministro Temporão está com uma reunião marcada com as entidades médicas para a semana que vem para gente encontrar o caminho do meio, porque os cursos nós estamos fazendo. Elas não estão conseguindo é fazer, é colocar em prática aquilo que aprenderam. Muito obrigado.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** O caminho do meio é o Programa Saúde da Família, coloca porque aí vocês criam condições, nas próprias maternidades públicas, elas fazerem um treinamento. Só que as maternidades públicas estão se acabando.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** A D. Laura deve algumas respostas para a Senadora Kátia Abreu. Vou passar a palavra a ela.

**SRA. LAURA VEIGA:** Eu vou tentar ser bastante rápida. A primeira pergunta tem a ver com a informação que, inclusive, consta desse relatório, que é o primeiro gráfico do relatório que o representante da Casa Civil entregou aos senhores aí, que fala exatamente da redução da extrema pobreza que aconteceu... Nós estávamos com 8.8, em 1990, e, 2005, 4.2%. Então, esses são os dados, inclusive, da Pnad. Então, portanto, isso aqui são os dados disponíveis. Se a FAU estiver com outros dados, provavelmente, deve estar usando estatísticas diferentes dessas, que são as estatísticas oficiais do governo brasileiro.

A Senadora também fez algumas indagações sobre os critérios, problemas de assentamentos, que tipo de ações tem para os assentamentos, os critérios para a porta de saída.

Uma primeira questão da porta de saída, nós não usamos essa expressão no Ministério de Desenvolvimento Social, porque, no nosso entendimento, o que nós temos de buscar sempre são ampliar cada vez mais as rotas de incorporação e não aquilo que o Ministro sempre diz o seguinte... Fica um pouco aquela expressão que, no interior de Minas, a gente menciona isso: "Você quer ficar livre? Vamos ficar livre desses pobres". Não se trata disso, se trata de construir as rotas de incorporação. E, nesta direção também, é sempre importante destacar que isso não é tarefa de um setor somente, isso é uma tarefa de vários setores que deseja atuar conjuntamente, e, no caso, especificamente, é importante ver, por exemplo, que, quando foi lançado os programas para o território da cidadania, houve certa crítica, seja para imprensa ou mesmo no legislativo, dizendo que aquilo nada mais é do que um conjunto de programas já existentes que se ajuntou. É importante destacar que, primeiro, não é verdade isso, mas, de qualquer maneira, mesmo que fosse só isso, quando você consegue fazer com que vários programas comecem atuar convergentemente sobre um território, isso significa você amplia, potencializa a utilização dos serviços. Então, isso é importante, é bom que se diga isso. Então quando se examina as estatísticas do território da cidadania, o Ministério, onde tem mais ações em todos eles, chama Ministério de Desenvolvimento Social, seja através do Bolsa, seja através do PRONAF, seja da Agricultura Familiar, seja através das cisternas, e por aí vai.

Então, nós temos... Eu vou fazer uma pequena propaganda da minha secretaria. Nós temos uma ferramenta disponível na Internet, chama matriz de informação social, e se os senhores quiserem, inclusive, nós temos algumas estatísticas que a gente faz para alguns territórios específicos, ter cidadania é um deles, como também temos umas estatísticas sobre a Amazônia Legal, temos algumas outras estatísticas sobre o semi-árido que não os recortes, necessariamente, dos Estados, das unidades federativas. Então, esse é um tipo de ação que se faz.

Outro tipo de ação que está atrelado no Programa Bolsa Família tem a ver com as condicionalidades, as condicionalidades representam, e aí dependemos fortemente da área de saúde e da área de educação, representa exatamente evitar com que as famílias comprometam os ativos, ou seja, aquilo que pode garantir, no futuro, a independência da próxima geração, ou seja, garantir com que a criança e o adolescente permaneçam na escola, e torcendo que o Ministério, que a área de educação consiga fazer esse grande movimento que ela está empenhada e melhorar a qualidade da escola, e tornar a escola mais entrante para, inclusive, fazer esse processo de retenção da criança e do adolescente dentro da escola.

Então, esse é um trabalho que não é um trabalho somente de um Ministério, é um trabalho que nós temos de torcer e trabalhar juntos para que as coisas aconteçam de uma forma convergente.

Da mesma forma, nós temos as condicionalidades da saúde que tem a ver, inclusive, com o atendimento da criança e o atendimento das mães. Além disso, nós temos e agora está em ação, nós estamos procurando implementar junto com o Ministério do Trabalho todo um programa de qualificação direcionado para o chamado Plansec e construção civil, Bolsa Família. Então, isso aí significa um pouco a capacitação, e houve uma negociação com o Sinduscon e outros sindicatos da construção civil para que parte das pessoas que sejam qualificada nesse programa sejam absorvidas nas obras que estão associados ao PAC.

Então, o que é significa, portanto? O que está se buscando é... E são os exemplos que eu estou dando de tentativa de fazer de busca da ação convergente, que é por aí que nós vamos gerar as oportunidades, então se criam oportunidades, e essas oportunidades você tem de buscar fazer, por um lado, a capacitação, e, por outro lado, tentar que o mercado de trabalho se sensibilize, abrigue e absorva essa população, porque como se tem, quando você tem uma taxa de desemprego alta o que acontece é que o mercado de trabalho tem condições de selecionar mais dentro dessa força de trabalho, ele pode selecionar mais. Então, se fosse para o poder você tem que fazer um trabalho, também, de sensibilização daqueles que geram os empregos e tem essa possibilidade.

Então, o que é que eu chamo atenção aqui? Eu estou chamando atenção sobre a importância, primeiro, da convergência e, segundo, nos desenhos dos nossos programas nós estamos buscando criar essas convergências, seja através das condicionalidades, seja através do Plansec, seja através da atuação nos territórios de cidadania, seja através da atuação, por exemplo, da integração, da busca da integração da aquisição de alimentos, por exemplo, com a distribuição desses alimentos para os setores que precisam dos alimentos, por exemplo, cesta básica ou alimentação que se dá para as creches e etc.

E nos assentamentos tem ações relacionadas, não só com o Bolsa Família que estão, e há todo um processo dentro do próprio Ministério, daqueles que, até agora, tenham tido a dificuldade de ter acesso ao Bolsa Família por falta de documentação, um trabalho grande, inclusive, junto com os municípios para fazer com que essa documentação seja obtida para poder facilitar o acesso.

Então, eu quero chamar atenção sobre. E eu estive, estou acabando de voltar lá do Mato Grosso do Sul, voltei de lá sábado, porque eu fui para a reunião do e Conseas. Conheci o Bonito lá que é bonita mesmo a tal da região. Que eu até brinquei, porque tem lugar que chama Bonito, mas você chega lá e não é bonito, coisa nenhuma. Mas no caso, específico, de Bonito é bonito.

Então, mais uma vez, eu queria agradecer e colocando o Ministério à disposição dos senhores e das senhoras para qualquer informação que julgarem mais, qualquer detalhamento, e teremos sempre o maior prazer em dar as informações que os Srs. Senadores e deputados desejarem. E muito obrigada pelo convite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. A hora avança na direção do início da sessão plenária, a sessão da tarde.

E ao encerrar esta sessão, eu gostaria de agradecer aqui a referência que a D. Laura faz a Bonito, efetivamente, ali é um pedacinho do paraíso instalado no Mato Grosso do Sul.

E quero, aqui, agradecer, então, a todos que participaram deste evento, ao Darci Bertholdo, À Laura, ao Ministro Silvio, ao Marco Otávio, ao Adson França, ao Antônio Luiz, ao Sérgio; enfim, a todos que deram a sua contribuição e trouxeram aqui informações preciosas que serão, obviamente, digeridas e, sobretudo, exploradas pelos parlamentares que compõem as Comissões que participaram desta audiência conjunta.

E não havendo... Aliás, havendo ainda um assunto a tratar, mas não havendo mais quorum, eu vou deixar a deliberação para a próxima reunião.

E quero declarar, então, encerrada a presente reunião, com agradecimento a todos os senhores e senhoras que participaram deste evento. Muito obrigado.

[palmas]

*Sessão encerrada às 13h27.*

**ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE JUNHO DE 2009.**

Às dez horas e dez minutos do dia nove de junho de dois mil e nove, na Sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, EXPEDITO JÚNIOR, FLEXA RIBEIRO E JOÃO DURVAL.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores: João Pedro, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Raimundo Colombo, Jayme Campos e Mário Couto. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 21 de 2009 – CRA**, aprovado em 26/5/09, com adendo, de autoria do Senador Valter Pereira, com a finalidade de discutir "***Alternativas para Produção de Biodiesel – Pinhão Manso***", com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Marco Antônio Viana Leite** – Coordenador- Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário - **MDA**; Sr. **Laércio Nery** – Diretor-Presidente da Brasil Bioenergia S.A; **Sr. Frederico Durães** – Chefe da Embrapa Agroenergia; Sr. **Mike Lu** – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso – **ABPPM**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, César Borges e Marisa Serrano. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 22 DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Em Aditamento ao Requerimento nº 21 de 2009 - CRA, aprovado em 26 de maio de 2009, com a finalidade de discutir Alternativas para Produção de Biodiesel – Pinhão Manso, requeiro a inclusão doS seguintes convidados: **Sr. Frederico Durães** – Chefe da Embrapa Agroenergia; **Sr. Mike Lu** – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso – ABPPM. **Autor:** Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, que a audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº81 de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível, a ser realizada no dia 16 de junho deste ano, nesta Comissão de Agricultura e Reforma - CRA, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI. **Autor:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 24, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso **I**, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Infonnática- CCT, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, para instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de dones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: Dr. **Flávio Vieira Meirelles,** Doutor em Genética, professor da USP e membro da CTNbio; Dr. **Rodolfo Rumpf,** Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; Representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** - MAPA e Representante do Ministério **do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** - MDIC. **Autor**: Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. 2ª PARTE: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA AO PROJETO DE LEI Nº 7/2009-CN - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2010. As cinco (05)** Emendas da **CRA** aprovadas, são as seguintes: **Emenda nº 1 – Programa/Ação: 6003 -** Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – 7H17- Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário –

(Patrulha Mecanizada) – **Metas: 50.000; Emenda nº 2 – Programa/Ação: 6003 -** Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – 8611- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário – **Metas: 80.000; Emenda nº 3 – Programa/Ação: 1332-** Conservação e Recuperação de Biomas Brasileiros – 6381- Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais. **Metas: 1.000; Emenda nº 4 – Programa/Ação: 0357-** Segurança da Sanidade Agropecuária – 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos – **Metas: 500.000; Emenda nº 5 – Programa/Ação: 0135** -Assentamentos para trabalhadores Rurais – 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – **Metas: 700.000. Relatora: Senadora Marisa Serrano**. Após a discussão das emendas, são aprovadas as cinco emendas da Comissão, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

**17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 10 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os trabalhos previstos para hoje, gostaria de colocar em votação as seguintes matérias. Requerimento de minha autoria para incluir no elenco de expositores desta manhã os Srs. Frederico Durães, chefe da Embrapa Agroenergia e o Sr. Mike Lu, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso. Em discussão, em votação. Aprovado. Está incluído, portanto, os dois convidados para participar desta Audiência.

Requeiro, nos termos regimentais da Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº. 81, de 2008, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo vegetal como combustível, a ser realizada no dia 16 de junho deste ano nesta Comissão, seja realizado em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, CI. Este é um requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner. Em discussão. Em votação. Aprovado.

Requerimento sem número, de autoria do Senador Gilberto Goellner também. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, seja realiza no âmbito dessa Comissão Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, com a Comissão de Constituição e Justiça, para instruir o PLS 73, de 2007 que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação e liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Para tanto solicito que sejam convidados os senhores Dr. Flávio Vieira de Meireles, Doutor em Genética e Professor da Universidade de São Paulo e membro da CTNBio. Dr. Rodolfo Rumpf, Doutor em Veterinária, pesquisador da Embrapa e membro da CTNBio. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mapa, e representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC a ser designado por este Ministério. Bom, este Requerimento, como envolve outras comissões e não estando presente aqui o autor, Senador Gilberto Goellner para prestar esclarecimentos sobre as tratativas com os outros órgãos do Senado, nós vamos sobrestar para a próxima reunião.

De autoria dos Senadores Augusto Botelho e Eduardo Suplicy--

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, desculpa, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra, Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Tem um requerimento de Audiência Pública para complementar, um Projeto de Lei da minha autoria, que é a clonagem animal e eu... Desculpa, não entendi bem, foi adiado a aprovação do requerimento?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Tem o do Senador Gilberto Goellner.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Isso, exatamente esse. Ele é o relator do meu Projeto e ele pede mais uma Audiência Pública para ele tomar a decisão. E eu gostaria muito--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Como se trata de um requerimento que envolve várias comissões, eu queria que ele prestasse alguns esclarecimentos, para dar andamento. Por exemplo, foram feitas tratativas, essas comissões estão liberadas para a data prevista? Essa articulação é que ele precisava esclarecer. Se V. Exa. tem os esclarecimentos, nós poderemos colocar em votação hoje. E outra ponderação que eu gostaria de fazer, é que as audiências públicas que envolvem várias comissões

não têm resultado em grande produtividade. E isso aí eu acho que exige um comedimento da nossa parte e uma articulação muito bem feita antes da sua convocação, a fim de que elas possam ser realizadas com maior produtividade.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, quais comissões estão incluídas no requerimento, por favor?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Aqui tem CMA, CCT, CCJ e Comissão de Agricultura.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, como a matéria, o requerimento, a origem é aqui na Comissão de Agricultura, eu gostaria de pôr em aprovação e depois eu me articulo com o Senador Goellner de nós aprovarmos o mesmo requerimento nas demais, como fizemos com aquela do Meio Ambiente no Plenário, mas deixaríamos aprovado aqui na Comissão de Agricultura. Se conseguirmos articular nas demais, ótimo. Senão, nós faremos aqui na nossa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Veja, V. Exa., só aqui, nós temos um, dois, três, quatro representantes. No momento em que esse requerimento--

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Passa nas outras, vai aumentando.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Vai para 10, 15... Isso daí não tem se revelado produtivo em nossas audiências públicas. Essa é a objeção que faço.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Eu assumo a responsabilidade e depois discuto com o Senador, nós aprovarmos nessa Comissão e o senhor está com razão, repetirmos nas outras comissões, em quantas forem necessárias. Os mesmos nomes nas outras comissões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então vamos submeter à apreciação o requerimento que é avalizado pela Senadora Kátia Abreu. Em discussão. Não havendo inscritos, em votação. Aprovado por unanimidade.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Obrigada, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Outro requerimento sobre a Mesa, dos Senadores Augusto Botelho e Eduardo Suplicy. Que sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para Audiência Pública acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e em conjunto aqui com a CAE. E sugere o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Arthur Badin; Secretária de Direito Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, Mariana Tavares de Araújo; Secretário de Acompanhamento Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, Antônio Pinheiro Silveira; Presidente da Associação Brasileira de Citricultores; Dr. Flávio Carvalho Viegas, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Hélio Neves; Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro, José Osvaldo Junqueira; Presidente do Sindicato Rural de Itápolis, Valdir Buttarello; Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga, São Paulo, Marco Antônio dos Santos; Presidente da Citrosuco Tales Lemos Cubero; Presidente da Cutrale, José Luis Cervanto; Presidente da Dreyfus, Henrique de Freitas; Presidente da Citrovita. Pela mesma razão invocada anteriormente, eu vou sobrestar este requerimento, porque nenhum dos dois está para prestar os esclarecimentos, que eu acho que são indispensáveis, já que o tamanho da Audiência Pública aqui é incompatível com a racionalidade.

Comunico esta Comissão o recebimento do ofício 227, de 2009 subscrito pelo Deputado Fábio Souto, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, o qual convida os membros da CRA para participarem do encontro daquela Comissão, na 15ª Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne, FEICORTE 2009, a realizar-se em 19 de junho corrente, sexta-feira, às 10h00 no Centro de Exposição Imigrantes, São Paulo.

Informo aos presentes que esta reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº. 21, de 2009, aprovado em 26 de maio, com a finalidade de discutir alternativas para a produção de biodiesel a partir do pinhão manso, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Marco Antônio Viana Leite, Coordenador-Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA; Sr. Donato Aranda, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Chefe do Laboratório de Tecnologias Verdes; Sr. Laércio Nery, Diretor Presidente da Brasil Bioenergia S.A; Sr. Frederico Durães, Chefe Geral da Embrapa Agroenergia e Sr. Mike Lu, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso. É Mike Lu? Mike Lu. Muito bem.

Nós convidamos os expositores para tomarem assento nesta Mesa. Então, Sr. Marco Antônio. O Sr. Donato não veio e justificou a sua ausência, Sr. Laércio, Sr. Frederico e o Sr. Mike Lu. Bom, enquanto eles tomam assento, eu gostaria de fazer um registro importante para a Comissão. Senadora Marisa.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar se as emen-

das que nós íamos votar hoje estão na pauta, não vão ser votadas...

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Tão logo seja encerrada a Audiência Pública, nós vamos colocar em votação as emendas, que às vezes pode ter um quórum mais qualificado, seria mais importante que fossem discutidas.

Mas senhoras e senhores membros dessa Comissão, o pinhão manso, como todos sabem, é uma cultura nova que está despertando a curiosidade de produtores e que tem uma grande perspectiva, especialmente para a agricultura familiar, dada a sua alta produtividade e os seus baixos custos de produção. E esta Comissão não poderia ficar ausente desta discussão, já que hoje o Brasil tem no biodiesel uma de suas diretrizes fundamentais na atividade econômica, e o pinhão manso é um insumo de fundamental importância na produção desse combustível. De sorte que vamos começar esta Audiência Pública ouvindo o primeiro expositor, que é o Sr. Marco Antônio Viana Leite, Coordenador-Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Eu não me recordo com precisão, mas nós tínhamos aprovado um requerimento para que também pudesse ser comentado os demais produtos que também são destinados ao biodiesel, para uma comparação de custo de produção, de produtividade, e eu não sei se isso está incorporado aos palestrantes, se eles estão sabendo. Eu gostaria de pedir especialmente à Embrapa, que fizesse uma visão e um comparativo com os demais, como dendê, como o girassol, como a soja. Nós recebemos muita demanda da base, em termos de acontecimento com relação qual é o melhor produto, qual o mais rentável para a pequena propriedade. Então, se pudessem comentar a respeito desse comparativo, eu agradeceria.

Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** A Senadora Kátia Abreu tem razão e eu quero informar à ilustre Senadora que na discussão do pinhão manso será estabelecido aqui um comparativo muito interessante sobre todas essas culturas, mostrando com bastante realismo a competição e as vantagens do pinhão manso sobre as outras culturas.

Senador César Borges, pela ordem.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA):** Sr. Presidente, um pouco na linha do que a Senadora Kátia Abreu falou, mas na semana passada foi publicada uma matéria no jornal O Globo, onde se coloca a situação do biodiesel com relação ao uso da mamona como matéria-prima para a produção de biodiesel. Como o Sr. Marco Antônio Viana Leite aqui, representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário e nessa reportagem algo ficou muito, assim, do ponto de vista preocupante para nós, o fato de que a mamona, que basicamente é uma oleaginosa produzida no nordeste brasileiro, que não teria ainda uma rota tecnológica para a mamona. E apesar de ser anunciado de que há políticas para o uso da mamona como biodiesel, essa mamona estaria sendo comprada pela empresa subsidiária da PETROBRAS, eu não sei exatamente o nome da empresa, é PETROBRAS PBio, uma subsidiária da PETROBRAS, e a mamona estaria toda ela estocada em diversos armazéns, porque não se tem um destino para essa mamona, porque não se tem a rota tecnológica para a produção do biodiesel a partir da mamona, e que essa compra se daria até do ponto de vista político, com FETAG, com MST, e que não haveria essa rota tecnológica.

Aqui nessa Comissão, há uns dois ou três anos atrás, nós ouvimos o Presidente do Banco do Nordeste dizer que o Banco do Nordeste não financiava biodiesel a partir da mamona porque não havia essa rota tecnológica, pela viscosidade do óleo extraído da mamona. E também há problema de mercado, porque o óleo da mamona atinge altos preços que não é compatível para a produção do biodiesel. Então, isso está no Jornal O Globo, página inteira, como se fosse algo inacreditável, se faz a usina de biodiesel, se anuncia que será produzido com o óleo da mamona, a mamona é comprada através dessas federações e estocada e não é usada e não se tem a rota tecnológica e o biodiesel é produzido a partir da soja e a partir do sebo animal, a concentração em cima desses dois insumos. E não avançamos tecnologicamente para o uso de outras oleaginosas, inclusive com relação ao pinhão manso, é algo que é muito desconhecido ainda, é algo que pelo que eu sei, não há cultivo em larga escala, gostaria até de ouvir aqui, estou aqui exatamente para saber se há no Brasil já essa produção de pinhão manso em larga escala que possa se vislumbrar aí um fornecedor de matéria-prima para o biodiesel.

Então, já que o Sr. Marco Antônio vai falar sobre o assunto, gostaria que ele pudesse desde já contemplar esse assunto que foi público saindo no Jornal O Globo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Depois dessa fusão de nitroglicerina pura com a mamona, nós vamos ouvir o primeiro expositor, que é o Sr. Marco Antônio Viana Leite.

**SR. MARCO ANTONIO VIANA LEITE:** Bom dia. É um prazer estar aqui participando dessa Audiência Pública, primeiro porque eu sou funcionário da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, estou cedido no Ministério do Desenvolvimento Agrário há seis meses, coordenando um programa de biodiesel lá no Ministério, e lá na EPAMIG nós trabalhávamos com a cultura do pinhão manso e inclusive fomos a primeira empresa de pesquisa que trabalhou com a cultura do pinhão manso, então, nós começamos esse processo, fizemos em forma agropecuária da cultura do pinhão manso, em 2004 nós começamos esse trabalho. Então até é oportuno, estou vindo participar de algo que realmente de 2004 a 2008 eu trabalhei efetivamente com isso, nós estamos inclusive agora publicando um livro no qual eu tenho um artigo falando da viabilidade da produção de pinhão manso, a produção de pinhão manso no Brasil. Então é até oportuno, Presidente, vir aqui falar, apesar de hoje estar como Coordenador de Biocombustíveis no MDA.

Bom, eu não trouxe nenhuma apresentação, eu vou falar e eu acho que a gente... Eu posso atender a demanda só falando aqui para vocês sem mostrar, fazer nenhuma exposição. Bom, a Instrução Normativa, nós publicamos a nova Instrução Normativa agora em fevereiro, e essa nova Instrução Normativa nós tínhamos várias reivindicações do setor privado, do empresariado, no sentido de que a gente incluísse o pinhão manso na matriz energética, e a inclusão do pinhão manso, ela foi feita dentro da Instrução Normativa, a Instrução Normativa, ela trabalhava com zoneamento agrícola, e hoje não é mais só zoneamento agrícola, para se produzir matéria-prima para o biodiesel, você pode ter zoneamento agrícola, você pode ter uma indicação técnica, por exemplo, uma Embrapa, uma OEPA, uma Instituição de Pesquisa Estadual, pode indicar a cultura para a produção de biodiesel ou ser de origem extrativista. Então, são esses três pontos e aí está contemplando os produtores de pinhão manso. Nós, o MDA, a gente tem buscado uma discussão junto às instituições de pesquisas, às universidades, à própria Embrapa, no sentido de trazer fatos concretos, trazer dados de pesquisa para que a gente tenha mais condição de estar apoiando a cultura do pinhão manso, e isso tem sido feito pelas instituições de pesquisa, hoje tem vários programas de pesquisa com a cultura e nós estamos, nós, o próprio MDA tem apoiado pesquisa com a cultura do Pinhão Manso. Então nós, com a nova Instrução Normativa, a gente tira todas as restrições de produção de pinhão manso para o biodiesel, então isso não existe mais.

O que a gente tem estimulado é pesquisa, por quê? Nós ainda não temos tecnologias prontas para a produção do pinhão manso no Brasil, essas tecnologias estão em construção. É claro que eu sou por ter sido até, por ter pesquisado a cultura, então eu acredito muito nessa cultura, é claro que a cultura tem vários problemas, nós já sabemos que em algumas regiões do país não vai produzir, por várias... por condições edafoclimáticas, por várias condições, então nós já sabemos isso, mas vamos depender de pesquisa pelas várias instituições que tem aí, para avançar nesse conceito. Agora, o MDA não tem nenhuma, com essa nova Instrução Normativa que foi publicada em fevereiro não tem nenhuma restrição à cultura do pinhão manso.

Gostaria de citar também, nós temos algumas iniciativas, e eu acho que o Presidente... Até muito interessante essa discussão aqui no Senado, estive fazendo uma visita há pouco tempo a uma plantação de pinhão manso lá no Tocantins, na Biotins, de 3500 hectares de pinhão manso, uma produção também, um plantio de 800 hectares com vários agricultores familiares, inclusive financiado pelo banco, então são iniciativas que já estão acontecendo há mais de dois anos e eu acho que é oportuna até essa discussão mesmo, não só porque tem algumas pessoas que acreditam na cultura, mas pelo potencial que a cultura tem e pela escassez de matéria-prima que nós temos para a produção de biodiesel hoje, viável economicamente. Então, o desafio nosso é avançar nisso.

Nós temos um... A Instrução Normativa, ela também coloca, tem um leque de opções de produção de biodiesel. É claro que o produtor vai produzir com que é mais viável. E o que é mais viável hoje? É soja e sebo, infelizmente ou felizmente são essas duas culturas. Infelizmente digo para os agricultores familiares, que poderiam estar inseridos no processo com outras culturas, como é o caso da mamona, do gergelim e outras culturas, o girassol, e na verdade não estão.

O caso da PETROBRAS, essa questão de estoques da PETROBRAS, de mamona, eu não sei te informar, não saberia informar, o que eu sei é qual é a estratégia, a estratégia que a gente está trabalhando dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E nós estamos discutindo inclusive a possibilidade, nós estamos discutindo já uma proposta de encaminhar uma proposta de lei, no sentido de que algumas empresas trabalham, como o caso da soja, e não recebe benefício fiscal. Ele faz a inclusão social, que é um dos pilares do programa, os pilares do programa são social, ambiental e econômico. Quando você produz através da soja, do sebo, você está fazendo a questão do econômico, também do social, claro, mas principalmente o econômico. Quando você produz em regiões, como é o caso do nordeste, do semi-árido, produz mamona,

a ideia nossa é que ela produza, que ela venda isso no mercado, como já acontece com outras empresas, tem o mercado de óleo que vai pagar preço melhor, então não justifica ela usar esse óleo para a produção de biodiesel, ela vai vender esse óleo no mercado, que tem um preço maior, nós vamos dar, ela vai ter o selo combustível social porque ela está inserindo a agricultura familiar dentro do processo de produção de biodiesel. Então, o foco é esse: Inserção da agricultura familiar dentro do programa do biodiesel. E ela estando fazendo isso, cumpre aos requisitos do programa, que é a inclusão da agricultura familiar, por exemplo, a PETROBRAS tem no nordeste, no semi-árido, ela deve ter mais de 10 mil agricultores familiares trabalhando com a cultura da mamona, do girassol, e esses problemas tecnológicos depois o Prof. Frederico pode falar um pouco melhor, eles estão fazendo pesquisa nisso, mas realmente tem problemas na rota tecnológica para se produzir biodiesel a partir da mamona. Mas, economicamente também, infelizmente nesse momento não é economicamente viável.

Então, a ideia é que a gente possa avançar com tecnologias, aumentar a produtividade, a produtividade da mamona, por exemplo, na região Nordeste, ela está em torno de 800, de 600 a mil quilos por hectare. Então, se nós aumentarmos essa produtividade para dois mil quilos por hectare, então nós vamos ter condição, sim, de pensar em colocar a mamona dentro da matriz energética e avançar com as tecnologias para o uso desta matéria-prima para fazer biodiesel. Então, tem problema sim, tecnológicos, mas a estratégia é produzir mamona, é uma estratégia da inserção da agricultura familiar dentro do processo. Então, não é só o caso da PETROBRAS, tem várias outras empresas produzindo mamona, vendendo no mercado por um preço maior, fazendo a inclusão social e comprando soja e fazendo biodiesel. Então, isso não é o que nós gostaríamos, é claro, mas nós não temos ainda a tecnologia, como é o caso do pinhão manso, vem se discutindo há muito tempo, eu falo que estou nesse processo desde 2004, fizemos um informe agropecuário, agora estamos fazendo um livro, a Embrapa também começou um trabalho em 2006, se não me falha a memória, começou um trabalho, está se fazendo um trabalho, tem várias universidades, várias OEPAs fazendo trabalho aí, fazendo pesquisa, mas é um processo que é claro que, ela tem que ser estimulada pelos produtores para avançar e isso tem acontecido, os produtores estão, como é o caso da Biotins, como é o caso da Brasil Bioenergia agora e outras empresas que estão investindo, temos ainda alguns problemas tecnológicos, mas isso pode ser uma opção para a produção de biodiesel no médio e longo prazo aí, com certeza.

Bom, basicamente, era isso, Presidente, que eu tinha para dizer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. O próximo expositor... Nós vamos fazer o seguinte, vamos ouvir todos os expositores e depois iniciamos o debate. E aos expositores nós reservamos um espaço de 10 minutos, mas aqui, Laércio, é uma Casa Legislativa, e na Casa Legislativa o debate sempre é mais importante que qualquer outro valor. Então, ninguém vai prejudicar a exposição em função do prazo. Portanto, o Laércio, que é o Diretor Presidente da Brasil Bioenergia S.A. vai fazer a sua exposição, assegurando a ele, portanto, todo tempo necessário para expor tudo que é necessário.

**SR. LAÉRCIO NERY:** Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu vou pedir licença aos senhores para comentar um pouco do biodiesel do lado do empresário, focando o pinhão manso e passando também por outras culturas, e vou me ater aos 10 minutos, acho que são mais do que suficientes. Mas vamos falar de um projeto da Brasil Bioenergia que começa a ser instalado, no próximo mês a gente começa a construção. Esse Projeto tem algumas características interessantes, e ele vem sendo estudado há exatamente três anos, a gente vem fazendo um Projeto de Biodiesel que a gente pretenda que seja um Projeto de ponta em termos de colocação do Brasil como um player mundial em termos de biodiesel. Podia trocar, por favor, a primeira.

Esse Projeto tem algumas premissas que são interessantes para que ele ficasse de pé, como a gente chama dentro do mercado de projetos. A primeira premissa é ele estar situado numa região que haja excedente de soja, e a gente vai entender isso porque daqui a pouco, e que tem presença de agricultores familiares, que é justamente para você poder desenvolver o plantio do pinhão manso. A unidade do biodiesel, ela é uma unidade que não trabalha essencialmente comprando óleo no mercado, ela extrai o próprio óleo, ela trabalha comprando grão e extrai o óleo. Isso requer um aumento de cerca de três vezes no valor do investimento, mas a gente acha que é essencial para uma unidade de biodiesel. E a proximidade com portos, centros consumidores e uso de frete de retorno, que é uma coisa importante em termos de custo. Nós estamos falando de uma futura commodity e quando a gente fala em commodity, tem que falar em baixos custos, senão ela não se torna uma commodity eficiente. Bom, área de atuação. Então, a gente tem a compra da soja migrando para o pinhão manso, e uma das premissas importantes que a gente tem no Projeto, é que a gente acredita firmemente que o biodiesel

para ser viável, ele vai ter que ser vendido ao preço do óleo diesel. Na largada, em qualquer mercado, isso é uma coisa mais do que natural em qualquer país, você ter um tipo de incentivo, como a gente tem hoje, até para suportar o tipo de custo que a gente tem de matéria-prima que nós vamos ver, em que o preço do biodiesel é superior ao do óleo diesel. Mas nós acreditamos, dentro do Projeto, que a médio prazo duas coisas acontecerão, o preço do biodiesel vai ter que ser o preço do óleo diesel e vão acabar os incentivos fiscais que existam para o biodiesel, já que a gente está tratando de combustível também. Então, o Projeto tem em mente a eficiência industrial, a eficiência produtiva para que se tenha baixo custo e se possa ter um combustível limpo a preços competitivos. Por favor, a outra.

Aqui tinha um mapa do Brasil que nesse computador aqui não apareceu. Nós estamos... Nosso Projeto prevê cinco usinas. A primeira usina que nós vamos tratar dela é essa que está sendo construída a partir do mês que vem, fica em Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, tem uma segunda usina em Terenos, uma em Rio Verde, uma em Porto Franco no Maranhão e uma em Sorriso, no Mato Grosso.

Se tratando de pinhão manso, o Estado da Bahia, Senador, também é um estado muito promissor para a cultura em termos da cultura do pinhão manso, a gente também tem estudado, está mostrando um grande potencial. A outra, por favor.

Bom, isso é porque a gente tem uma rota de soja, no caso de Nova Andradina, a gente está perto de Paulínia, está perto de Paranaguá, a usina do Maranhão é destinada à exportação exclusivamente, a gente vai entender porque, pela composição acionária, como é que a gente fez a sociedade nessa empresa. A outra, por favor.

Isso aqui é mais ou menos o processo do pinhão manso e de cada usina. Então a gente vai processar inicialmente 500 mil toneladas de soja/ano, migrando para 270 mil toneladas de pinhão manso por ano. Produzimos o óleo, vamos ter 115 milhões de litros em cada uma das cinco usinas, 10 mil toneladas de glicerina, vamos estar gerando 140 empregos diretos, três mil indiretos, e no caso do pinhão manso, 20 mil empregos na área rural. A outra, por favor.

O Pinhão Manso especificamente... Aí vamos entrar um pouquinho nos custos. Eu vou começar pela parte de baixo, essa aqui é uma pesquisa feita pelo Goldman Sachs em 2007, onde ele apresenta os custos de produção do biodiesel e do etanol. Então a gente vê aqui na ponta a cana-de-açúcar com 45 dólares por barril e depois vai subindo aqui, tem o milho... Esse aqui não estou lendo... a beterraba e aqui a celulose. Daqui para cá é o biodiesel, que tem a colza, tem a soja, tem o trigo e tem o pinhão manso com 42 dólares por barril de estimativa de custo. A gente acha que com ganho de produtividade, com as pesquisas tecnológicas, com a cultura recebendo o cuidado que uma cultura de larga escala acaba ganhando em termos de produtividade, esse custo ainda cai mais. Então a gente pode ver que nas duas pontas a gente tem o Brasil na parte do etanol e aqui na parte do pinhão manso com alto poder de competitividade e de produtividade em termos mundiais. O pinhão manso a gente trabalha no Projeto com um teor de óleo aqui que vai de 24 a 40%, dá 1480 quilos de óleo por hectare e a gente trabalha com a produtividade de quatro mil quilos por hectare/ano. A outra transparência, por favor.

Bom, uma coisa interessante, por que se usa soja? E isso aqui é que demonstra que a gente tem que fazer muito investimento, e eu digo a gente não o Governo, a gente empresa que está entrando no setor. Se a gente juntar a safra de girassol, mamona, mesmo essa aqui já é uma safra de 2007, se a gente pegar a de 2009, a gente vai ver que não roda 10% da capacidade instalada para a fabricação de biodiesel. Então, um único produto em larga escala no momento disponível no Brasil é a soja. É viável fazer biodiesel de soja? É. O biodiesel de soja produz, a um custo competitivo atualmente, só que você tem que ter na largada um preço mais alto, tem que ter um incentivo fiscal e acaba trabalhando dentro da empresa com o farelo de soja, que acaba sendo um faturamento maior do que o biodiesel. Então, distorce o negócio. Por isso que a gente acha que a soja, é o único produto que tem, tem que começar com soja, não dá para chamar o agricultor, pedir para que ele plante o pinhão manso, espere três, quatro anos sem ver a indústria. Então, tem que instalar a indústria, fazer o trabalho de desenvolvimento do pinhão manso, e começar com a soja para se entrar no mercado e se ganhar produtividade. Como o Brasil é exportador de pelo menos 24 milhões de toneladas de soja, a gente esmagar a soja dentro do país produzindo o biodiesel e produzindo o farelo, a gente está exportando com valor agregado.

Bom, a matéria-prima. Tem as diversas matérias-primas, eu acho que é mais um problema de escala do que de valor, concordo com que o Marco Antônio falou, o óleo de mamona, se alguém for fabricar hoje vende o óleo de mamona ou até de girassol que tem um valor melhor do que fazer o biodiesel. Ainda mais com a tendência que há do biodiesel de diminuição de preço para se igualar o preço do óleo diesel. Próxima, por favor.

Bom, aqui mostra que 85%, dados da ANP, do biodiesel produzido no Brasil é produzido por soja.

Esse aqui é o nosso cronograma da usina de Nova Andradina, lá como tem muito abatedouro de gado, a gente vai usar um pouco de sebo, o azul é a soja, vai migrando para o pinhão manso e no final fica com o pinhão manso. É um Projeto que a gente vai começando aos poucos com o pinhão manso, porque é uma cultura que requer alguns cuidados e algum aprendizado, uma curva de aprendizado razoável que a gente tem consciência disso.

Bom, a característica do pinhão manso. O que a gente viu que a gente acha muito interessante no pinhão manso? É o fato de ele poder elevar a renda do agricultor. A gente está falando aqui do agricultor familiar, porque a gente acha que o pinhão manso não dá para se plantar em larga escala, não tem como a colheita não ser manual atualmente e ele chega num bom momento para o agricultor familiar. O que a gente tem desenhado no nosso Projeto e conversado com os agricultores familiares, com os assentamentos, com a FETAGRI, a gente chega a um valor que aumenta em oito vezes a renda desse agricultor, comparada com que ele tem hoje. No nosso Projeto, ele tem uma característica interessante. A gente não garante só ao produtor um preço, porque a gente acha que preço é uma coisa muito relativa, então ele tem um preço, mas ele tem uma garantia de receita líquida. Então, a gente garante a ele que ele ganha por hectare 800 reais por hectare/ano, isso para os cem reais que ele ganha hoje, são oito vezes mais. Então, a gente tem um contrato que vai à FETAGRI, envolve INCRA, envolve o próprio MDA, aonde a gente... Eles são os árbitros do projeto, do contrato, se houver uma discordância tem que ter uma arbitragem que a gente acha que ela é mais razoável, e aí a gente quer conduzir nesse sentido, a gente quer trazer renda ao agricultor por quê? Porque eu faço o agricultor plantar o pinhão manso, se daqui a 10 anos ele corta o pinhão manso, eu faço o quê com a minha indústria? Eu já investi um valor considerável e eu dependo daquela cultura, então eu quero que a cultura do pinhão manso seja a melhor cultura dele, porém, ela não é a única, a gente limita a 50% da área que ele plante o pinhão manso. A outra planilha, por favor.

Então aqui fala um pouco da agricultura familiar, o que a gente falou das oito vezes, a parte de produtiva, a parte econômica. A gente gera trabalho, gera renda, existe um grupo de economistas, urbanistas, até porque lá em Nova Andradina a gente, com a implantação da usina a gente vai adquirir cerca de 90 a 100 milhões de reais por ano de recursos que vão para esses agricultores e a gente acha que tem que inseri-los dentro de uma urbanização junto com a Prefeitura, junto com o Estado, para que não haja um desequilíbrio em relação a uma super oferta de pinhão manso, por exemplo. A outra... Pois não. Eu vou passar rapidamente aqui o mercado, por favor.

Isso é no mundo, mostrando que o biodiesel tem crescido no mundo inteiro... A outra planilha, por favor. Aqui são os leilões interessantes, como estão hoje em dia. O pessoal que tem esmagadora é o pessoal que domina os leilões, porque realmente quem tem a esmagadora de soja consegue ter uma competitividade muito boa com o biodiesel, ao contrário de quem compra o óleo. A outra, por favor.

Aqui são os preços dos leilões, ele veio, subiu, deu uma quedinha, está subindo e vai tender a cair. Tiveram dois leilões que foram cancelados. A outra, por favor. Pois não, pode passar.

Nova Andradina. Nós estamos no Mato Grosso do Sul, que tem um excedente de soja, a gente vai comprar 500 mil toneladas de loja, parceria na originação de matéria-prima, isso é uma coisa que a gente acha no Projeto importante e o projeto tem um racional que é o agricultor, no caso do pinhão manso, ele não vai correr risco nenhum, o financiamento que ele for tirar é garantido pela empresa. A gente acha que uma cultura nova que tem riscos para o agricultor, não tem porque ele correr esse risco. Então, nós vamos correr esse risco, que nem você lançar carro novo e não dar garantia. Ninguém compra seu carro. Então, a gente vai garantir ao agricultor que ele não tem o risco do crédito e vamos dar também uma assistência técnica muito intensiva que achamos que esse é um dos outros apoios para que a cultura dê certo, a assistência técnica é fundamental, ela é gratuita e como eu falei antes, como a área vai ficar limitada a 50%, os outros 50% que ele tem mandioca, no caso lá de Nova Andradina, que ele tem gado, nós também vamos dar assistência técnica gratuita para essas culturas. O importante é que ele agregue renda, só que a gente quer que o pinhão manso seja a maior remuneração dele em termos de ganhos por hectare, mas vamos dar gratuitamente para toda a área dele, vamos tentar fazer um desenvolvimento regional sustentável junto com o Banco do Brasil e a gente tem um fundo de risco onde garante a operação do agricultor.

Bom, Nova Andradina tem uma série de coisas interessantes, aqui também tinha um mapa que não apareceu, é uma rota de retorno, está perto de Paranaguá, a gente fez um estudo a nível de Brasil nesses anos e chegamos a Nova Andradina como local interessante, até porque ela tem em volta dela 185 mil hectares de assentamentos, e a gente pretende plantar de pinhão manso, com os agricultores num contrato de longo prazo, 70 mil hectares. Por favor.

Bom, quem são os sócios da Brasil Bioenergia? É uma coisa interessante dentro do Projeto. A gente juntou sócios por sinergia, que era uma coisa importante. Então o grupo Mercuria,que é a Mercuria Energy Group é um grupo suíço, é o primeiro investimento dele no Brasil, são *trades* de petróleo, tem duas usinas de biodiesel, uma em Amsterdam e uma na Polônia, que está em construção, o grupo Alepar é dono de 50% da AleSat, que é a quinta maior distribuidora de combustíveis no Brasil, portanto tem o conhecimento do mercado interno, o grupo Desenvix e Mira, o Mira Transporte, Desenvix é da Engevix, uma empresa de engenharia, conhece bem a parte química e o grupo Gulf é o grupo que atua na parte imobiliária e na parte de estruturação financeira. Esses quatro sócios da Brasil Bioenergia faturam 50 bilhões de dólares anualmente, é o faturamento desse grupo. Bom, esse Projeto conta com financiamento do BNDES, ele é um investimento de 160 milhões de reais dos quais 32 milhões são aportados pelos sócios, 128 milhões são financiados pelo BNDES em 12 anos com dois de carência e o Projeto foi aprovado, o contrato foi assinado no dia 20 do mês passado. Por favor.

Bom, atualmente nós estamos em fase de implantação e devemos partir para a segunda usina que deve ser a de Terenos, nos próximos seis meses, porque a gente já de certa forma está conseguindo vender a produção do biodiesel para o ano que vem, que é quando a fábrica deve estar pronta, ela leva um ano, no mês de junho do ano que vem ela deve estar pronta.

Então, eu colocaria aqui para a Comissão que eu acho que o Brasil apresenta uma condição excepcional, não só para a fabricação de biodiesel, não só com pinhão manso, mas com outros produtos, a soja hoje é uma realidade e ainda bem que ela existe, que senão a gente não poderia deslanchar no pinhão manso, a gente tem a macaúba, a gente tem uma série de outros produtos, a empresa Brasil Bioenergia, além do investimento na parte de garantia aos agricultores para que eles nem coloquem dinheiro nem percam dinheiro, além da assistência técnica, que será gratuita, a gente também tem uma verba considerável para investimento em pesquisa. A gente está abrindo junto uma pesquisa que vamos conversar com Embrapa, EPAMIG, com outras universidades que trabalham com pinhão manso, que a gente acha que tem que ser uma coisa aberta. A gente não quer deter uma tecnologia, a gente quer que o Brasil produza pinhão manso, porque acho que a gente vai ser um grande exportador de óleo bruto, seja de pinhão manso, seja de macaúba, para suprir as usinas da Europa, que hoje trabalham com 60% de ociosidade porque não tem óleo. Então, a gente tem condição de, além de produzir biodiesel, que é um produto limpo, que vai evitar que o Brasil importe, como importa hoje petróleo mais leve, para efeito do enxofre que a gente não consegue cumprir as determinações de vários acordos mundiais, inclusive de Kyoto, o biodiesel não tem enxofre, o biodiesel é um produto limpo, além disso, eu acho que o Brasil tem, reserva um futuro de efetivamente ser um supridor de matéria-prima, óleo para o mundo em termos de fabricação de biodiesel. Isso requer pesquisa, requer risco, requer que tanto o Governo, com a Embrapa e seus outros órgãos como a iniciativa privada, invistam efetivamente para que isso aconteça. A gente deve começar a plantar dois mil hectares de pinhão manso em outubro desse ano, dois mil no ano que vem e pretendemos plantar os 64 mil restantes, os 66 mil no terceiro ano, justamente para estudar a cultura, podermos analisar os riscos que ninguém, muito menos nós, queremos descobrir no meio do caminho que estamos numa cultura errada. Mas até agora o pinhão manso tem demonstrado, não só no Brasil como em outros lugares do mundo, como um produto que tem muita atenção e que parece que tem um grande potencial de fornecimento de matéria-prima e importante, traz renda para o agricultor e vai trazer um combustível mais barato para os consumidores.

Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos a exposição do Laércio, que representa a Brasil Bioenergia, e não foi por mero acaso que ele veio parar aqui, Senadora Marisa. Veja que a grande experiência da Brasil Bioenergia está se dando exatamente em Mato Grosso do Sul, nas imediações de vários assentamentos fundiários, onde a agricultura familiar tem uma influência significativa. Vamos ouvir a seguir o Sr. Frederico Durães, que é Chefe Geral da Embrapa Agroenergia.

**SR. FREDERICO DURÃES:** Sr. Senador Valter Pereira, cumprimento também as Sras. e Srs. Senadores e agradeço, em nome da Embrapa, o convite para participar dessa Audiência Pública, recebemos isso com muito gosto, considero inclusive o convite uma convocação porque sempre faremos presente para esse tipo de construção de uma agenda positiva para o negócio da agroenergia no Brasil.

Nessa oportunidade eu gostaria de fazer quatro afirmativas. A primeira dela é que a agroenergia é um negócio e é um negócio tipicamente da parceria público-privada. Ponto. Uma boa discussão. A segunda questão é que o Brasil tem uma agenda pública para esse negócio de agroenergia. A terceira é que o programa de biodiesel do Brasil é um instrumento de desenvolvimento. E o quarto, que esse programa, ele tem dentre os gargalos, um que talvez demanda

para essa audiência de hoje, o desenvolvimento técnico-científico de matérias-primas, em função do forte componente no custo de produção e a questão base que por ser um país continental, tropical, vertical, nós temos uma enormidade de matérias-primas. Isso é uma oportunidade e isto é uma questão de curto prazo, uma ameaça.

Portanto, do ponto de vista da pesquisa, do desenvolvimento da inovação, eu sou obrigado a raciocinar e trazer para os senhores a seguinte discussão: Dos gargalos do programa de biodiesel do Brasil hoje, a questão não é disponibilidade de matéria-prima, a questão é desafio técnico-científico. O bom exemplo é que de forma singular no mundo, o Brasil tem soja. E foi uma logística que o Brasil construiu nos últimos 40 anos. Significa que bom ou ruim, criticado ou não criticado, nós vamos ter que erigir um totem à soja pela bandeira da logística no curto prazo, viabiliza o programa do curto prazo. E de igual forma também vamos ter que colocar algum totem para a mamona, por conta da bandeira social. São duas espécies e acrescentamos mais provavelmente umas quatro ou cinco que o Brasil tem domínio tecnológico, nós sabemos fazer. Essas espécies produzem hoje entre 500 a mil quilos de óleo por hectare. É bom... Exato. 500 quilos a mil quilos de óleo por hectare, são essas seis espécies que o Brasil tem domínio tecnológico. A soja produz em torno de 500 a 550 quilos de óleo por hectare, considerando 18% de óleo na semente e considerando um patamar de 2.800 a 3.000 quilos de grão por hectare, é a produtividade brasileira. Significa que pela logística e pelos 21 bilhões de hectare plantado, 60 milhões de toneladas produzido, é uma boa espécie para a logística que temos. Mas, decididamente, entre 500 a 1.000 quilos de óleo por hectares, nós teremos dificuldade de consolidar um Programa Biodiesel Brasil, um país continental, nos próximos tempos pensando em sustentabilidade. E sustentabilidade não é só o critério econômico, sustentabilidade tem um critério de balanço de energia. Não é nenhum caso específico, mas imaginemos um país continental com uma fábrica de biodiesel no Nordeste onde trazemos a soja ou do Centro-oeste ou do Rio Grande do Sul sobre diesel. Do ponto de vista de sustentabilidade de médio e longo prazo, isso não paga.

Então, o que eu trago à tona para essa discussão de hoje é o seguinte: Se temos domínio tecnológico em seis espécies, elas sustentam o programa do biodiesel hoje, e hoje nós conseguimos cumprir o marco legal do B 3, proximamente o B 4. A disponibilidade de matéria-prima somente na soja, em aproximadamente 12%, atende o aspecto legal para o B 3 e para o próximo B 4, 15% da logística montada da soja, atende a obrigatoriedade legal para o B 4. E 17% da logística da soja de hoje atende a obrigatoriedade do B 5. Portanto, o Brasil tem, na sua equação de desenvolvimento, algo diferenciado de qualquer outro país do mundo. E é isso que o Brasil precisa de avaliar para fôlego, para novas espécies, vamos chamar de potenciais, onde precisamos de desbravar domínio tecnológico. Vou dizer o que é isso. E que tenha patamares de rendimento de óleo de mais de mil quilos de óleo por hectare. Daí sim, pinhão manso, algumas palmeiras, inclui dendê que temos domínio tecnológico, mas não temos uma logística em escala, precisamos de evoluir nisso, e mais outras palmeiras, a exemplo de palmeiras nativas potenciais, macaúba, por exemplo, acrocomia aculiata, na maioria do cerrado brasileiro e na região Centro-oeste a totai, tem um potencial de produzir óleo equivalente a quatro toneladas de óleo por hectare, mas sem domínio tecnológico ainda. O que nos traz para nossa equação duas estratégias: Uma, nesses prováveis 10 a 12 milhões de hectares de macaúba no Brasil, dispersos em praticamente sete estados brasileiros, um programa de manejo sustentável com base em tecnologia em avanço e marco regulatório, ou seja, a configuração do negócio da agroenergia da não é uma encrenca só técnico científica, também tem uma encrenca legal e gerir esse negócio significa harmonizar essas duas questões, é uma configuração absolutamente nova no Brasil, por quê? A Lei de Proteção de Cultivar de 98, a Lei de Inovação de 2004, nós estamos fazendo um conhecimento livre, acoplado ao marco regulatório, o que é de proteção e o que é de patente. Por isso estamos tratando de um negócio. Próximo, por favor.

No desafio técnico científico, portanto, aí, sim, o desenvolvimento e produção de fontes de óleo e gorduras traz para a nós a questão, o fundamento de hoje, que é uma das espécies potenciais. Pinhão manso, jatropha especialmente de espécie curcas. Próximo.

E isso nos remete a essa grande questão. As espécies que temos domínio tecnológico, vamos chamá-la de convencionais. Foram criados para a agricultura de alimentos. Toda a logística montada foi baseada nisso. Com 18%, 20% de óleo na semente, a soja coloca para o Brasil a oportunidade de ter óleo para alavancar um programa com grande potencial, mas nós temos que lembrar o que ocorre no mundo inteiro. Quatro espécies. Soja, palmeira africana, que é o dendê, girassol e canola oferecem, ofertam, 85% dos óleos do mundo, quatro espécies. Soja e palmeira africana ofertam mais de 51% dos óleos do mundo. No Brasil, soja tem logística. 21 milhões de hectares, 60 milhões de toneladas de grão. E dendê no Brasil, nós somos o 16º país no ranking mundial. Nós aproximadamente 70 mil

hectares de uma espécie com domínio tecnológico, se comparado à soja ou milho, pouco domesticada, e que para montar uma logística em dendê, não fazemos no curto prazo, fazemos em médio a longo prazo. Temos empresários, podemos ter capital, podemos zonear algumas áreas preferenciais no Brasil. O que ocorre é que nós não fazemos essa logística em menos de 10 anos, essa que é a grande questão. Então, quando analisar cadeia, soja e mamona são cadeias diferenciadas. Quando analisar espécies de ciclo curto com espécies de ciclo longo também são cadeias diferenciadas. Pensar em dendê é algo de grande potencial, quatro a seis toneladas de óleo por hectare com balanço de energia absolutamente favorável, desponta das outras oleaginosas que produzem óleo, encanta, mas a prática é que não é uma questão para curto prazo. É uma decisão de curto prazo para uma resposta de médio a longo prazo. E o Brasil ensaia hoje um programa, em áreas selecionadas do Brasil, para a expansão do negócio de dendê porque é um grande potencial. Com uma agenda técnica que possa estar assegurando o desenvolvimento desse programa e com agenda ambiental, de logística, até mesmo com elementos de política pública capazes de nortear esse avanço do dendê em áreas estratégicas do Brasil, para fins de uma agenda de médio e longo prazo. Ou seja, como vamos fazer hoje para consolidar um Programa Brasil de Desenvolvimento na questão de renováveis. Essa que é a grande questão. Se a gente observar girassol, algodão e mamona, essas espécies por si só atendem o B 3. Exclusiva. O que ocorre é que o mercado brasileiro e mundial não faz isso.

A Senadora pediu uma atenção para a mamona. Muito embora eu tenha dedicado atenção especialmente na jatropha, que vou discorrer, a mamona é o seguinte: Tem um domínio tecnológico, o que observamos hoje é entre baga e óleo, a produção de baga não consolida um programa de biodiesel no Brasil com 400 a 800 quilos de baga por hectare. Isso dá 200 a 100 quilos de óleo por hectare, isso não viabiliza. A gente observa isso em algumas áreas importantes do Nordeste. Mas o Brasil já teve produção de oito toneladas e meia de baga de mamona, isso equivale a dizer que é em torno de 1.500 a 2.000, talvez um pouco mais de óleo por hectare na década de 70. Hoje, estamos errando não naquilo que temos proteção ou patente, mas em conhecimento livre, espaçamento de mamona. Dá o mesmo trabalho, o mesmo custo fazer certo e fazer errado. Estamos errando no trivial. Significa que dessa forma não temos a mínima chance de consolidar um programa Brasil de Desenvolvimento para os próximos 10 anos. A curva de aprendizagem na cana, demoramos 35. O Brasil está ensaiando os elementos para uma curva de aprendizagem no biodiesel. E nós podemos fazer isso nos próximos 10, 12, talvez 15 anos. Essa é a equação que o Brasil tem disponível.

Portanto, nós vamos falar um pouco sobre o sem domínio tecnológico, chama espécies potenciais. Pinhão manso é uma delas e outras palmeiras que tem óleo. Eu aprecio chamar atenção dos senhores para a macaúba, tucumã, inajá e babaçu, porque coloca uma equação importante na nossa agenda. Espécie e território, onde se consome diesel e não tem outra opção. Tucumã, tem quatro tucumãs, mas tem Roraima, Amapá, Pará, e uma parte do meio norte. Inajá. Toda a franja de floresta de Roraima. E babaçu, que é algo esplendoroso, é pouco óleo na semente; em compensação, tem grande potencial para cogeração e produtos, ou novos produtos derivados. Estima-se que o Brasil tenha 18 milhões de hectares de orbignya, babaçu. Significa que nós precisamos de... naturais. Ocorrência natural. Precisamos criar uma agenda de [ininteligível] e uma agenda estratégica para essas espécies oleifera. Essas espécies: macaúba, tucumã e inajá, com potencial entre três a quatro toneladas de óleo por hectare, ou seja, um programa de domesticação dessas espécies faz parte de uma estratégia competente, desafiadora para um país continental como o Brasil. Isso que vou mostrar o nosso dever de casa de agora em diante, Senador. Adiante, por favor.

O que é domínio tecnológico? Significa que nós temos que pensar pelo menos algum parâmetro. Ora, tem zoneamento agrícola, ou seja, nós temos áreas no território que falam com que aquela espécie se dá bem, preferencialmente, e que tenha a exploração máxima de sua relação, do seu genótipo com aquele tipo de ambiente? Na soja nós temos, no dendê temos, no girassol temos, na mamona temos, no algodão temos, no pinhão manso não temos ainda. Segunda questão: Sistema de produção definindo, ou seja, como o empresário está fazendo, mas seguramente como o setor produtivo poderá fazer. E responder para algumas série de questões para uma doença, para uma praga, para oscilação entre alguma condição ambiente que possa buscar uma determinada expressão de determinado genótipo de uma espécie, no pinhão manso não temos. Materiais certificados, não temos. Infraestrutura de produção de semente muda, temos na forma tradicional. Dr. Mike provavelmente vai falar alguma estimativa do que temos no Brasil, nós estamos produzindo muda. A questão básica não é a fitotecnia da produção de muda, a questão básica é com que identidade genética podemos sustentar essa variação, para que possa, em determinada parte do território do Brasil, expressar características úteis, de interesse de performance agronômica, produtiva, e assim por

diante. De igual forma nós podemos pensar a que as mesmas espécies convencionais que temos domínio tecnológico, na tecnologia agronômica nós temos deficiências. Na tecnologia industrial, idem. Logística e infraestrutura, idem. E escala, provavelmente um pouco mais de 20, 30 mil hectares, Dr. Mike Lu tem dado atualizado, pode nos mostrar. O que eu quero dizer com isso? Próximo, por favor.

Eu quero dizer, com isso, o seguinte: o grande objetivo da pesquisa é poder produzir uma cultivar que representa determinada espécie com características vegetativas e produtivas capazes de dar sustentabilidade a um programa baseado nela. E o que temos hoje no Brasil é muito de uma variabilidade por origem, mas ainda de uma genética não completamente conhecida. Significa dizer que todos os plantios correm um risco, muito embora tenha um alto potencial. Vou tentar demonstrar da seguinte forma, o programa que desenhamos, aproveitando todas as experiências de iniciativa privada e de experimentos em várias instituições brasileiras, da Embrapa, alguns centros de pesquisa, algumas universidades, alguns institutos a exemplo da EPAMIG Minas Gerais, não de agora, 2004, mas de década de 80, significa que aquela variabilidade por origem pode não dar uma variabilidade genética capaz de sustentar uma cultivar de alta performance. Senhores, o que o Brasil pede no setor público privado é cultivar... [interrupção no áudio] e uma estratégia de melhoramento adequada, correta, técnica, que busca explorar a variabilidade genética. E variabilidade genética se encontra numa gama enorme de representantes nas coleções de trabalho. Essas coleções de trabalho têm duas estratégias.

A primeira delas é uma caracterização com base botânica, porque esses critérios botânicos sustentam, do ponto de vista legal, do ponto de vista da lei, o registro de uma nova cultivar e orienta para estratégias diferenciadas de melhoramento. Como foi feito isso no passado dessa forma, o que estamos fazendo agora é o fortalecimento dessas coleções de trabalho em rede, dentro da Embrapa e fora da Embrapa, com pesquisadores do laboratório da Embrapa e da rede extra Embrapa, instituições de pesquisa, universidades, e a tentativa de algumas parcerias internacionais estratégicas. Uma caracterização botânica, com base em 26 descritor botânico, esses descritor botânico não são aleatórios, são tecnicamente pensado que possam sustentar o registro de uma nova cultivar radiante e que, dessa caracterização botânica podemos colocar o que conhecemos de melhor em biologia avançada, ou seja, genômica. Ou seja, a tal seleção assistida por marcadores moleculares. O Brasil sabe isso, o Brasil conhece isso, o Brasil tem laboratórios e pessoas capazes de fazer esse dever de casa.

E é exatamente esse dever de casa que estamos mostrando para os senhores que na lógica temos progênies candidatas a cultivar, tecnologias avançadas para que dentro dessa seleção assistida por marcadores, nós temos realmente uma nova cultivar. Tecnicamente esse tempo não pode ser inferior a sete anos, considerando todos os passos. O que ocorre é que, aproveitando a experiência da iniciativa privada, conta e risco, atribuo aí a liderança do Mike Lu conta e risco. E a questão de estratégias de política pública, inclusive fomentando área de pesquisa, para que esse negócio de parceria público-privada possa ter um dever de casa conjunto. Estamos com três estratégias para um *pool* de candidatos a cultivardes. O primeiro *pool* é por seleção massal. Eu vou colocar nessa lógica, porque eu quero demonstrar aos senhores exatamente o estágio do conhecimento que tem no Brasil hoje e as possibilidades da interação com iniciativa pública e privada do exterior, nos ajude a encurtar caminhos nessa direção. O que ocorre é que não é mágica, quer dizer, o que ocorre é que esses passos, se não fizemos no passado, somos obrigados a fazer agora. Mesmo porque, uma cultivar do ponto de vista legal e lembre que a Lei de Proteção de Cultivares é de 97, ela exige o DHE, primeira distinção. Eu já disse para o nosso Ministro. A primeira Cultivar invalidou em três meses. A questão é que nós não temos sustentação para a segunda, a terceira, a décima. Por quê? A primeira é uma só. A segunda já requer o tributo da lei, que é de distinção. Diferente da outra. H é homogeneidade. Quer dizer, aquele *pool* genético que tenha uma homogeneidade genética capaz de distinguir. E a terceira é a estabilidade. O que eu planto num assentamento coordenado pelo MDA ou numa empresa privada e que ele possa ter estabilidade de rendimento. Se estou prometendo 1500 quilos de óleo por hectare no Centro-oeste, eu preciso produzir próximo de 1500 quilos de óleo por hectare, significa que ele tem que produzir esse cultivar três a quatro vezes mais de baga, semente, naquele plantio.

Essa que é a lógica para o desenvolvimento de uma estratégia como essa, quer dizer, como é um *framework* simplificado, vou mostrar para os senhores rapidamente como é que nós estamos pagando essa conta do ponto de vista de arranjo científico. Próximo, por favor. A questão é a seguinte: Em condições naturais, isso aqui nem é nativa, é condições naturais muito provavelmente esses materiais foram plantados pelo homem. Em condições naturais, essa planta, em agosto de 2005, esta é essa mesma planta em novembro de 2005, isto é agronomia pura, isso é biologia pura.

A lógica agronômica do sistema de produção tem que me indicar, portanto, que essa é uma planta que, para determinada diversidade ambiental, ela joga a folha fora, é um mecanismo de defesa da planta. Na visão ou na logística industrial, aquele que quer grão ou óleo todo tempo na porta da sua indústria, uma espécie dessa, nativa como é, natural como é, não domesticada como é, pode se constituir num problema de oferta contínua de matéria-prima. Adiante, por favor.

A fenologia, ou seja, nos meses do ano, como é que esse material tem se comportado no Brasil, é basicamente uma longa fase de repouso sem folha. Como princípio básico, é não folha, não fotossíntese, não fotossíntese, não floração, não fruto. Não fruto, não óleo. Então, por um longo período ela precisa de rejuvenescer, recuperar. Ou seja, num período do ano é preciso produzir a sua eficiência. Isso é performance agronômica e tem um forte indicativo para a sequência seguinte que é esforço reprodutivo. Próximo, por favor.

O que nós estamos fazendo? Do ponto de vista de pesquisa, nós estamos atacando a questão do pinhão manso como espécie potencial, ainda sem domínio tecnológico, não domesticada, do ponto de vista da genética, do ponto de vista do manejo e do ponto de vista do processo. Isso é uma encrenca técnico-científica onde depositamos talentos, pesquisadores, laboratórios, muita ação de campo e uma parceria bem costurada, para aprender não com os erros dos outros, mas com a possibilidade de sinergismo e de competência. Essa que é a grande lógica. O que ocorre é que se não colocarmos estratégias diferenciadas do ponto de vista dos ganhos genéticos e do ponto de vista das ferramentas moleculares, nós vamos estar fazendo uma fitotecnia que só nos dá resposta no tempo. Como é uma cultura perene, daqui a três anos, vamos saber coisas dos três anos; daqui a dez anos, vamos saber coisas dos dez anos. Significa dizer que, para produzir uma, cultivar, que atenda esses três requisitos, tendo uma norma legal, Lei de Proteção de Cultivar que criou o Serviço Nacional de Proteção de Cultivar, que é requerido um registro nacional de cultivar, que tem que ter a cultivar, a distinção, a homogeneidade e a estabilidade, precisa de uma ciência nova. E a ciência não é só uma variabilidade por origem. Precisa de ser uma variabilidade genética. O que é a variabilidade genética? É a capacidade de ter genes que, modulado por um fator ambiental, temperatura, água, luz, etc. e tal, dispara e promove uma característica de interesse agronômico ou produtivo. Quer dizer, essa que é a base científica para poder gerar um produto dessa natureza.

Portanto, eu venho aqui dizer o seguinte: a boa notícia é que estamos trabalhando fortemente para a produção de um material genético de alta performance e que possa garantir ao Brasil novas cultivardes. Outra, também, o setor de pesquisa público e privado, ele é, em última análise, o fiel da balança da sociedade brasileira. Porque acredito que tenha uma transparência a seguir, adiante, que pode mostrar isso. Para a jatropha e balanço de energia, aqui seriam as várias entradas e aqui as várias saídas, o que eu gostaria de chamar atenção dos senhores é que nessas várias possibilidades de espécies e que essas quatro temos domínio tecnológico, incluindo o dendê, temos domínio tecnológico, muito embora tenha uma logística ainda reduzida no Brasil, nós temos duas estratégias de jatropha. A estratégia de curto prazo é exatamente essa. Muito provavelmente os materiais que estamos trabalhando, inclusive na iniciativa privada, por hipótese, é nesse patamar. Aqui temos empresários. Gostaria de vir dados com mais de mil quilos de óleo por hectare de jatropha. Mesmo considerando três a quatro anos de plantio. Mais de mil quilos de óleo por hectare, provavelmente nós estamos trabalhando nesse patamar.

A proposta, o objetivo da pesquisa é criar cultivar diferenciada, nova, que tenha realmente patamares mais elevados. Por quê? A espécie tem um grande potencial. O que ocorre... Adiante, por favor. É o seguinte: Nesses desafios de pesquisa, não é só a cultivar. Também os fatores de toxidez antinutricionais e alergênicos são propósitos, objetivos definitivamente grandes objetivos de pesquisa no curto prazo. Por conta da quantidade de resíduos que na agroenergia se forma, acabamos de ouvir a soja, farelo é o grande resíduo, daí o principal óleo que é de 18% resíduo, no pinhão manso há uma grande expectativa de uma massa enorme de torta. Para os fatores de toxidez alergênicos e antinutricionais, o que ocorre é que precisamos desvendar essa questão do ponto de vista genético, fisiológico, para a nova cultivar, e também do ponto de vista físico ou químico e talvez até biológico para a detoxicação. Esses são os Projetos que nós estamos trabalhando. Adiante, por favor.

O que ocorre é o seguinte: Aqui próximo dos senhores, respeitado todos os trabalhos das coleções de... Os acessos de jatropha que temos no Brasil e em alguns países que estamos mantendo entendimentos para cooperação nessa linha, conseguimos reunir 204 acessos, fazer uma caracterização fenotípica e molecular e estruturar um programa de melhoramento. Esse trabalho está aqui plotado como coleção principal para esse fim de caracterização fenotípica e genotípica com base molecular no CTAC há 20 e poucos quilômetros daqui. Isso pode ser visitado, e é até um prazer mostrar o andamento disso. O que ocorre, é que o DNA você pode colher em qualquer fase da planta, ou seja,

nós estamos fazendo a caracterização, acredito que... o próximo, por favor.

Essa é uma rede de ensaios para candidatos a performance agronômica e produtiva de progênies potenciais para uma nova cultivar. É naquele trabalho de seleção massal que eu gostaria de dizer para vocês. O próximo slide acho que esclareço isso melhor. Uso potencial já foi dito... Adiante, por favor. Melhoramento genético, prospecção já foi dito. Próximo, por favor. Aqui. Em 2007, nós estamos... Três pontinhos porque isso é contínuo. O que a gente quer, hoje estamos mantendo entendimento com três empresas internacionais com seis ou sete países parceiros do Brasil para ampliar essas coleções, mais coleções no Brasil para novas prospecções, mas fizemos um grande esforço de parceria e prospecção de sementes de jatropha aqui no Brasil e América Central, onde reunimos esses 204 acessos naquele baque. Baseado em 26 descritores botânicos, nós temos a possibilidade de estar apropriando conhecimento para um possível registro de nova cultivar, baseado em lei e uma possível cultivar lançada, espelhada em 2011 e 2013, numa estratégia de seleção massal. Numa outra estratégia de seleção recorrente, cinco a sete anos. E numa outra estratégia de cruzamentos específicos, nós vamos ter *pool* de cultivares para os próximos sete a 10 anos. O que eu estou querendo dizer com isso? Que um material cultivar que tenha DHE mais ou menos estáveis, ele pode sim, atendendo uma agenda do Brasil, ter um lançamento de curto prazo para fins de essa recomendação atender também uma lógica pública privada e de negócios, financiamentos bancários, provavelmente maior atenção para determinada cultivar e a sua resposta em outro patamar de rendimento em regiões do Brasil e por mais conforto do empresariado com mais sustentação, ou seja, estaríamos falando em patamar mais elevado de rendimento. Adiante, por favor.

Dentro dessas observações, o que eu gostaria de estar mencionando para os senhores é o seguinte: Sempre que falar de uma espécie potencial, sempre que falarmos de uma espécie potencial, nós temos que pensar domínio tecnológico para ela. Não existe possibilidade de retirar esse domínio tecnológico de cartola e nem de trazer conhecimentos a campo para ser repassado amplamente em várias regiões do Brasil. A razão clara disso é que uma espécie, quando produz, ela tem uma produtividade física que é o genótipo e a sua relação de ambiente. Isso tem, do ponto de vista genético, uma plasticidade que responde diferencialmente por mudanças nas características ambientais, significa que mesmo dentro do Brasil o material trabalhado é preciso ter uma certa adaptabilidade comprovada. A segunda questão é que quando falamos produtividade de óleo, tem duas questões. Uma é o potencial genético daquela espécie, num órgão último, semente, produzir óleo. A outra questão é do tipo de extrator que utilizamos para ter a capacidade de produzir um percentual de óleo. Por isso que vocês vão ver em pinhão manso entre 25 a 40% de óleo e não está errado. A espécie provavelmente é a mesma, e o tipo de extrator utilizado provavelmente foi diferenciado, algumas extratoras tem maior eficiência de que outras. Basicamente o que eu queria trazer era essas questões. Estou aberto ao debate e aprecio bastante estar nessa Mesa. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Dr. Frederico Durães, pela bela exposição que fez, e passo a palavra a seguir ao Sr. Mike Lu, que é Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Pinhão Manso.

**SR. MIKE LU**: Bem, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, hoje, pra mim, é um motivo de júbilo de estar aqui nessa Comissão representando os produtores de pinhão manso, nesta jornada histórica da 17ª Audiência Pública dessa Comissão. Eu digo uma jornada histórica, porque há dois anos atrás, quando decidimos formar essa Associação, foi para defendermos os interesses dos produtores devido à tremenda falta de organização e de interesse dos órgãos em cima do pinhão manso. E, hoje, então, é um motivo de júbilo de enxergar de que o pinhão manso finalmente chegou no ponto que ele deveria ocupar, em termos de importância, como alternativa excepcional para a produção de biodiesel, não somente para atender o programa PNB do Brasil, como também com a extensão territorial do Brasil, servir de celeiro para a produção de matéria-prima não concorrente na cadeia alimentar, para alimentar as necessidades de biodiesel no mundo. Então, a grata satisfação de estarmos hoje pelo menos enxergando diversos esforços convergentes, que dois anos atrás não existiam no Brasil, buscando estabelecer um novo patamar para o desenvolvimento do pinhão manso. Então, é com grata satisfação que eu me congratulo com a Comissão de Agricultura por essa iniciativa do Senado, de liderar esse movimento para trazer mais conhecimento sobre o desenvolvimento do pinhão manso através dessa discussão. Próximo.

Esse é o mapa do pinhão manso no Brasil. Hoje, o pinhão manso, ele está disperso geograficamente em todos esses estados aqui, com sementes de alguns acessos nacionais, distribuídos por todo o Brasil. Enxergamos esse movimento crescente de agricultores de grande porte, exemplo disso o Brasil Bioenergia, como outros agricultores familiares, se dedicarem cada vez mais e se empenharem exatamente no teste

do pinhão manso como alternativa de matéria-prima para o Programa Nacional do biodiesel. Então, hoje o pinhão manso está presente em 18 estados brasileiros e em cerca de 200 municípios, sendo cultivado desde a agricultura familiar até grandes extensões, como nós vamos demonstrar adiante. O próximo.

Bem, um dos parceiros principais que levantou com pioneirismo o plantio do pinhão manso extensivamente como monocultura, plantio extensivo, é exatamente o que o Marco Antônio visitou, o pessoal da Biotins, uma fazenda Saudibras, na Empresa Saudibras, fazenda em Caseara do Tocantins, hoje representa a audácia e o arrojo da iniciativa privada em colocar o pinhão manso no mapa mundial. Recebemos aqui nessa propriedade do nosso principal associado, centenas de visitantes do mundo inteiro, buscando enxergar na experiência pioneira da Saudibras, juntamente com a Ruraltins, excepcional trabalho da Ruraltins, e também um trabalho muito pioneiro do Banco da Amazônia, para pela primeira vez financiarem um plantio do pinhão manso no Brasil, quando todas as outras portas de crédito estavam fechadas ao pinhão manso. Não temos nenhum financiamento ainda para o pinhão manso em decorrência da ausência do registro no RNC, essa ausência do registro depende certamente do trabalho da comunidade científica, para permitir a adoção do pinhão manso como uma cultivar dentro da matriz energética brasileira. É lamentável de que nós estejamos tão atrasados no Brasil com a nossa pesquisa, em comparação com o resto do mundo.

Então, neste caso de Tocantins, desenvolvemos aqui tecnologias de cultivo que nos permitiram de alguma maneira sobreviver e demonstrar de que o pinhão manso, mesmo extensivamente, ainda sem a propalada mecanização, ela permite um aproveitamento pela agricultura familiar e pelo agronegócio para a geração de óleo cru do pinhão manso. Grandes grupos internacionais estão interessadíssimos na aquisição dessa fazenda exatamente pelo pioneirismo do plantio extensivo do pinhão manso. Próximo. Aqui tem o exemplo do plantio. Próximo. Próximo. Financiado pelo Banco da Amazônia, pela coragem de um Gerente Diretor local, que contrariamente a toda norma, aceitou o desafio da Ruraltins que deu apoio total a esse projeto, na pessoa do Dr. Sebastião, e com isso, com muita propriedade estamos enxergando... no próximo slide... Próximo. O desenvolvimento dessa propriedade. Próximo. Aqui está já exemplo aí da floração em Tocantins. Próximo. Tivemos que adaptar diversos equipamentos agrícolas para permitir uma semimecanização na cultura e trato. Próximo. Aqui está a equipe do pessoal da Saudibras. Próximo.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Qual a idade desse pinhão manso?

**SR. MIKE LU**: Esse plantio tem três anos e está indo para o quarto ano nessa próxima temporada, que seria dezembro. E já estamos enxergando produtividade da ordem de três toneladas por hectare nas áreas mais antigas e com a perspectiva de atingirmos aqui as quatro toneladas, que medianamente está sendo buscado pela maioria dos projetos. Exemplo ainda do trabalho mesmo extensivo. O seguinte. E aqui a Saudibras está inovando no consorciamento do pinhão manso com outras culturas, como o girassol, e também fazendo consorciamento do pinhão manso com arroz. Então, em um espaçamento de 12 por dois, se começa a plantar a primeira geração do pinhão manso, juntamente com o arroz, para que posteriormente, paulatinamente agregando acessos de maior produtividade, possa atingir um nível médio de produtividade mais alto em sua propriedade. Seguinte.

Outro associado importante nosso é o pessoal da Fusermann, em Barbacena, eles desenvolveram um projeto social em cima da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais e hoje tem cerca de 1500 hectares de plantio bastante promissor no Estado de Minas Gerais e instalaram a primeira esmagadora de grãos e estão consorciando pinhão manso com amendoim, exportando óleo de amendoim para a Itália nesse meio tempo e gerando uma massa de torta de amendoim para a bacia leiteira da região de Barbacena. Esses são os diversos municípios de um raio de 300 quilômetros de Barbacena que já estão plantando pinhão manso no Estado de Minas Gerais. Aliás, o Estado de Minas Gerais, pioneira na pesquisa do pinhão manso, em 82 a EPAMIG começou o projeto de pesquisa do pinhão manso como alternativa para a produção de biodiesel. Lamentavelmente, devido a falta de recursos, a continuidade da pesquisa não foi possível, perdemos parte dessa memória, recuperada através da EPAMIG, inclusive na gestão do Marco e podemos conferir agora que com o suporte do MDA e da PETROBRAS para projetos de pinhão manso na região de Montes Claros, estamos recuperando o atraso que sofremos devido à descontinuidade desse programa. Então, a Fusermann hoje está fomentando a agricultura familiar, baseado em um convênio técnico científico com a Universidade de Viçosa, estamos com programas cooperativos entre a Viçosa e também a Fusermann e a EPAMIG, justamente para demonstrar de que esta alternativa da agricultura familiar com o pinhão manso é extremamente factível e economicamente viável. Aqui estão viveiros em Viçosa. Seguinte. O consorciamento principal, a demonstração na bacia leiteira da região de Barbacena é a demonstração do consorciamento

do pinhão manso com o pasto. Porque nós podemos, através desse consorciamento, incrementar aqui toda a receita da bacia leiteira que sofre continuamente com a política de preços, permitindo então que o pessoal do gado leiteiro tenha uma renda complementar bastante significativa com o pinhão manso. Aqui está um exemplo do pinhão manso consorciado com o pasto na região de Minas, o gado convive tranquilamente com o pinhão manso, sem mexer no pinhão manso. Aqui exemplo já de todo o processo de debulha, que já está com uma solução automática inventada pelos nossos associados, e aqui está a extrusora da Fusermann com os silos à beira da BR, recebendo já diversas solicitações de todo o Brasil para a expansão do programa de pinhão manso. Apenas para esse ano, existe demanda para quatro mil hectares de plantio nessa região de Minas Gerais, até a Rede Globo esteve fazendo uma grande entrevista sobre o pinhão manso.

Bem, temos um outro associado, que é a Jetbio, eles hoje fabricam usinas de transesterificação, mas com grande enfoque em um módulo de produção de bioquerosene. A nossa associação enxerga o projeto de produção de bioquerosene a partir de jatropha para a aviação comercial como sendo um programa de expressão global dada as experiências que já foram conduzidas pelas companhias de aviação e pelas companhias de fabricadoras de jatos comerciais, pela utilização da jatropha como principal matéria-prima na minimização dos problemas de aquecimento global provocados aí pelos jatos comerciais. O Brasil tem aqui uma condição excepcional, através dessa Comissão de Agricultura, pelo CNA também, da Senadora, de aceitar um desafio mundial de provocar aqui um dos maiores plantios de jatropha para atender essa demanda mundial. Estamos recebendo hoje aqui a Universidade de Yale aqui em Brasília, porque a universidade de Yale foi contratada pela Boeing para fazer a análise do ciclo de vida para definir esse potencial do pinhão manso para a utilização na aviação comercial. É de uma importância extrema para o pinhão manso e significaria um Projeto de grande envergadura que demandaria um Programa Nacional de Pesquisa junto à Embrapa Agroenergia, para que possamos estar a *pari passu* com o desenvolvimento internacional.

Então, nós já exportamos essa tecnologia de usinas para Oklahoma, para uma usina de 40 mil toneladas/ano. A outra... A seguinte. Outra em Illinois, essa é a planta de Illinois para cem mil toneladas, exportada pela Jetbio, onde já estamos conduzindo também testes de produção de bioquerosene. A seguinte. Outra parceira de expressão aqui é a T D New Energy, uma empresa de sementes. Ela está ao norte do Estado de Minas Gerais, na cidade de Manga, tem três mil hectares aí de produção de sementes selecionadas de sorgo sacarino, de girassol e também de pinhão manso, certificadas aqui pelo Ministério da Agricultura. Então, a Associação está fomentando diversos produtores de semente para que possam produzir, dentro de condições adequadas, as sementes de alta qualidade para as necessidades do Programa Nacional. Seguinte.

Aqui está o exemplo do sorgo sacarino. Seguinte. Sorgo sacarino também. Produção de sementes híbridas. Girassol, grande procura com o pessoal da Eliantos. Seguinte. Bom, a BIOJAN é uma das maiores produtoras de semente de pinhão manso do Brasil, situado no Município de Janaúba, tem a capacidade de produzir aí 40 toneladas de semente/ano para satisfazer aí os programas de plantio que estão chegando ao Brasil. O pessoal da BIOJAN pioneiramente juntamente com a EPAMIG, estão buscando através de seleção massal já selecionar sementes em um primeiro estágio desse programa, adicionalmente, eles estão engajados também no primeiro programa de mecanização. Na semana passada, na sexta-feira, na cidade de Janaúba, foi feito o primeiro teste de campo com uma colheitadeira de café adaptada já para o plantio de pinhão manso com muito sucesso. Seguinte. Aqui o preparo do plantio na BIOJAN. Totalmente irrigado. Seguinte. Aqui já se mostra a colheitadeira. Existe a necessidade de uma preparação do plantio com a conformação adequada, para que se permita essa mecanização. Os testes executados na última sexta-feira serão colocados aqui à disposição da Comissão, temos um vídeo completo que demonstra o avanço dessa tecnologia para permitir exatamente projetos como o do Brasil Bioenergia, para ter o sucesso necessário com o mínimo de custo de mão-de-obra em campo. Seguinte. E a Curcas Diesel Brasil, nós somos integradores do sistema jatropha BR e fazemos, cobrimos todo o espectro de valores centrada exatamente na agricultura familiar. Estamos desenvolvendo juntamente com a cidade de São Luís, o Município de São Luís, o São Luís Bio já com agricultores familiares engajados nesse programa do pinhão manso, consorciado com amendoim e consorciado com feijão. Seguinte. Aqui está o plantio em Jales, em São Paulo, sementes também de pinhão manso. Seguinte.

Bem, o que aconteceu com o pinhão manso, aqui está um roteiro cronológico do processo. A Instrução Normativa 04 saiu no dia 14 de janeiro, em decorrência do trabalho do Ministério da Agricultura juntamente com a Associação. Encaminhamos o ofício à MDA solicitando a inserção do pinhão manso como alternativa para a agricultura familiar já nos idos de janeiro de 2008. Fizemos o primeiro *workshop* privado, público privado juntamente com a Embrapa Agroenergia em Caseara

do Tocantins, em 19/06, encaminhamos o ofício renovado à Casa Civil no dia 25/08, solicitando novamente um Programa Nacional de Pesquisa do Pinhão Manso e fizemos também uma carta aberta ao Presidente Lula sobre as necessidades que nós, produtores de pinhão manso, enxergamos na regulamentação e na estrutura para aceleramento de um programa acelerado do cultivo de pinhão manso. Com essas medidas, juntamente com os esforços que estão sendo feitos pela iniciativa privada, certamente com os institutos de pesquisa, poderemos recuperar um grande atraso que temos hoje no Brasil decorrente da divergência de opiniões entre parte da comunidade científica e parte da comunidade privada.

Bem, apenas com o apoio do Ministério da Agricultura fizemos aí um circuito de dias de campo, começamos em dezembro do ano passado, Janaúba foi no dia 22/05, e a última etapa nossa será no dia 10 de julho, promovendo justamente, difundindo aqui a cultura do pinhão manso. As pesquisas que nós temos enxergado aqui no pinhão manso, Universidade Federal de Viçosa com a Fusermann, Universidade Federal de Tocantins com a Saudibras, Estado do Maranhão, com a Curcas Diesel Brasil, Universidade de Lavras com BIOJAN, EPAMIG e Embrapa Agroenergia e interessante o Instituto Fazenda Tamanduá. Fazenda Tamanduá há oito anos está conduzindo pesquisas sobre o pinhão manso, e na última etapa de Janaúba demonstrou que já estão no F5, isto é, estão dominando o processo do melhoramento genético, permitindo inclusive a produção de espécies com homogeneidade nos cachos, permitindo com isso a futura mecanização. Enxergamos que esses caminhos abertos pela iniciativa privada estão muito próximos de frutificar, para permitir então que o Brasil emerja como um grande produtor de óleo de pinhão manso para a comunidade internacional.

A nossa associação recomenda um programa integrado de produção de alimento e energia. Não recomendamos o plantio meramente solteiro de pinhão manso, mas sim ele deve estar consorciado, para permitir que a agricultura familiar seja inserido rapidamente no processo. Seguinte. E adicionalmente estamos recomendando práticas sócio-ecoeficiente para fazer a compostagem orgânica e a introdução de tecnologia no campo, permitindo com isso uma agricultura orgânica muito mais ativa do que meramente compostos químicos. Seguinte. Então, a experiência de São Luís, estamos utilizando a compostagem do lixo orgânico da cidade de São Luís para criar aqui um novo ciclo da produção.

Isso é o que eu gostaria de colocar para a Comissão. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos a bela exposição feita pelo Sr. Mike Lu, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Pinhão Manso, que mostrou para esta Comissão que a experiência está se dando não só na área do Governo, mas também na iniciativa privada, com promissores resultados.

Nós vamos passar, então, a seguir, aos debates, sendo que está como primeira inscrita a Senadora Kátia Abreu. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de também agradecer a participação de todos nossos convidados e a contribuição extraordinária que vem dar a esta Comissão. Sr. Presidente, eu sinceramente não conheço especificamente da cultura do pinhão manso, mas não estranho em absolutamente o que eu ouvi aqui hoje, era mais ou menos o que eu esperava, porque assim foi construído o Brasil.

Eu quero parabenizar o Sr. Mike Lu, porque o senhor, hoje, aqui, me faz relembrar de como esse país foi construído. O Brasil foi construído desse jeito. O senhor é uma fotografia de como a pecuária foi construída, de como a soja foi construída, de como o algodão foi construído, o milho, o trigo construído e destruído, graças ao esforço sobre-humano dos empresários desse país, especialmente dos produtores rurais. É a vontade de fazer, é a vontade de que aconteça, como eu vi aqui na sua apresentação, na sua exposição e ai de nós se não tivéssemos brasileiros como o senhor, hoje e no passado. Sem políticas públicas, sem incentivo, a duras penas, ajudaram a construir o país. E a mesma coisa a Embrapa. A Embrapa, com um grande esforço e pouco recurso, uniu-se a esse desejo brasileiro de vencer, dos produtores quase que isoladamente, independente de qualquer Governo e construíram esse agronegócio. Também o esforço desses brasileiros sem a Embrapa e a Embrapa sem o esforço desses brasileiros, nós não tínhamos hoje uma economia de um agronegócio que responde tanto como um terço do PIB, um terço do emprego, um terço da exportação e em todas as circunstâncias o Estado Brasileiro veio depois. Em algumas circunstâncias já avançadas, o Estado Brasileiro nem chegou, como o Centro-oeste brasileiro.

O Sr. Frederico, Prof. Frederico da Embrapa, está aqui dizendo da logística da soja e ele tem toda razão. Mas eu quero lembrar que o Centro-oeste brasileiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, meu Tocantins, Goiás, Distrito Federal, onde aconteceu há 20 anos atrás a grande Reforma Agrária voluntária desse país, onde os produtores saíram espontaneamente do Sul e chegaram até lá, até hoje nós ainda não temos logísti-

ca para o produto nº. 1 em exportação deste país e o boi, que também está junto com a soja como os dois produtos de exportação. Não tem saída para esses estados, não tem hidrovia, não tem ferrovia, não tem estradas, os produtores foram sozinhos com a cara e a coragem e a Embrapa, e construíram 40% da produção nacional neste Centro-oeste e estão lá até hoje, sem o acompanhamento da logística, sem acompanhamento do Estado Brasileiro. E agora nós estamos vendo uma nova repetição, de um desejo que está iniciando e eu tenho certeza, com a sua idade, com a sua experiência e sabedoria, o senhor sabe o que o senhor vai passar ainda pela frente com os seus produtores nessa associação. O senhor conte com o todo nosso apoio, meu pessoal, da CNA, para nós podermos continuar lutando por este ideal.

O que estarrece a todos nós é exatamente a falta de previsão e o improviso com que esse país acostumou-se a ser construído. Nós estamos vendo como um programa de Governo. Nós estamos vendo como uma prioridade de Governo o biodiesel, especialmente para a pequena propriedade. Não tenho nenhuma crítica a fazer a esse respeito. Mas não basta o sonho, não basta o desejo sem o planejamento e sem a previsão do que tem que ser feito. E o pesquisador, o chefe da Embrapa Agroenergia, para mim disse e basta, ele disse o definitivo. Sem logística e sem tecnologia, sem o domínio da tecnologia logística, esquece. Esquece tudo. Hoje talvez não dê mais para fazer o que foi feito no passado, Sr. Mike Lu. Hoje nós estamos em outro mundo, onde a competitividade não perdoa a ineficiência e a incapacidade, expulsa do negócio muito mais rápido do que antes, porque hoje a competitividade da produção de alimentos ou de energia, ela é fatal. Ela é rápida. E esses equipamentos que o senhor demonstrou já estar exportando para os Estados Unidos, onde tem planejamento, vão passar nós para trás. Porque a nossa tecnologia é aberta, a Embrapa está no mundo inteiro, a tecnologia da Embrapa não tem reserva, ela é aberta para qualquer cidadão do mundo usar. Eles vão passar à nossa frente, porque não temos o planejamento estratégico. Nós não temos, acompanhado do sonho, do desejo, que é legítimo do Governo, é interessante, o biodiesel é interessantíssimo. A pequena propriedade, interessantíssimo participar desse processo, mas isso não basta, isso não basta, isso é jogar dinheiro fora.

Eu quero fazer só uma pergunta ao MDA. Quando vocês construíram as indústrias de biodiesel pelo país afora, como construíram a de mamona lá em Porto Nacional, é só uma pergunta, vocês conversaram com a Embrapa Agroenergia? Vocês conversaram com o Prof. Frederico a respeito deste assunto, da viabilidade deste problema, do que isso ia significar para ser implementado? Porque diferente são os produtores rurais, médios e grandes, voluntariamente, como o Sr. Mike Lu e os demais, arriscarem o seu pescoço, seu bolso e a sua vida de esforço. Agora, fazer isso com a agricultura familiar, eles não tem condições de sustentar um erro e um engodo desse. Eles não têm condições de sustentar isso. Nós estamos hoje lá no Pará, como foi denunciado aqui pelos Senadores do Pará, uma usina construída para os assentamentos. Uma usina do Governo, de açúcar e álcool na Amazônia, quantos anos atrás, estão lá todos os assentados com a dívida na mão, claro que a usina fechou e eles estão lá endividados no banco porque tomaram os financiamentos para plantar cana em função de uma usina de açúcar e álcool na Amazônia instalada pelo Governo. Então, essa é a minha preocupação que quero deixar ao MDA. O que vocês vão fazer com a agricultura familiar, que não tem condições de se virar para outro lado, não. Os médios e grandes vendem um pedaço da terra, vendem um trator ou qualquer outro patrimônio, e se vira para limpar seu nome, mas a agricultura familiar não tem essa estrutura. E o professor da Embrapa disse o mais importante, a agroenergia é um negócio. É business. Isso aqui não é para contar história e poesia, não. Então, eu quero novamente louvar a ideia, o esforço do senhor, a ideia do Governo, mas a fragilidade desta ideia, que tem a pesquisa, a ciência Embrapa, de graça. A Embrapa não é da Argentina, não é da Bolívia, não é da Venezuela. E eu fico cada vez mais envergonhada quando vejo alguma apresentação da Embrapa e eu não ter ido antes atrás para conhecer, quanta coisa maravilhosa essa Embrapa tem feito, como está fazendo agora na discussão do meio ambiente. A Embrapa floresta, do Paraná, a Embrapa satélite de Campinas e a nossa decisão, professor, da CNA, continua a mais firme e a minha pessoal como Senadora, as decisões têm que ser passadas pela pesquisa, ciência, estudos, especialmente pela nossa Embrapa.

Nós vamos continuar o debate do Meio Ambiente da mesma forma que iniciamos, apesar das agressões, apesar do grito único de um grupo que, aonde você não pensa como eles, você é inimigo deles. Você é inimigo da Amazônia, você é inimigo do Brasil. Basta não concordar em duas emendas de uma Medida Provisória como foi votada aqui enviado pelo Presidente da República. Agora, nós, Senadores, que votamos a favor, nós somos inimigos da Amazônia. Por que não puseram o nome do Presidente Lula como inimigos da Amazônia? Porque o Governo Federal repassa recursos para essas ONGs? Porque a autoria da MP é dele. E nós da oposição por responsabilidade, por civismo, votamos e apoiamos a MP que vai regulamentar a si-

tuação do Brasil e do Meio Ambiente. E os Senadores do partido do Presidente entenderam que não deveriam votar. Quero dizer que nós precisamos ter coragem. Coragem para denunciar esse tipo de assunto, esse tipo de acontecimento, porque tudo isso está sendo feito com dinheiro público.

Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V. Exa. fez uma indagação ao representante do MDA. Então, eu passo a palavra para o Sr. Marco Antônio, para ele responder essa indagação.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Presidente, não seria melhor que fizéssemos as indagações e depois eles pudessem responder, porque--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pode ser. Aí faz-se as respostas todas no mesmo momento. Então, nós vamos passar a palavra à segunda oradora, segunda inscrita, Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar todos os expositores.

Eu não sou da área agropecuária, não tenho uma ligação pessoal, mas tenho uma ligação muito grande institucional. Meu Estado, como é o do Presidente dessa Comissão, é Mato Grosso do Sul, é um Estado extremamente voltado para a terra, com inúmeros problemas, não só nossos, mas inclusive internacionais, quando nós temos aí qualquer problema com o Paraguai e com a Bolívia, bate em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Nós estamos lá nessa semana discutindo, porque há a possibilidade e é uma discussão do estado e de alguns produtores, de trazer gado em pé do Paraguai para o Brasil. Isso é perigoso, porque nós acabamos de sair de um problema seriíssimo de sanidade animal que todos acompanharam com a nossa aftosa, que bateu pesado em Mato Grosso do Sul e no Paraná, quer dizer, trazer gado em pé do Paraguai nesse momento, embora o Paraguai seja área livre de aftosa, mas nós temos as nossas dúvidas a respeito dessa liberação paraguaia. Mas dizer que nós temos problemas, e problema de toda ordem. Eu queria dizer que fiquei feliz de saber que Nova Andradina, no nosso Estado, está oferecendo e oportunizando condições de que os pequenos produtores, que os assentados possam trabalhar, ganhar em cima da sua produção através do pinhão manso, o que para o estado é muito importante.

Mas é claro que também fica a preocupação, igualzinho da Senadora Kátia, estava conversando com ela aqui, o problema de termos uma frustração, que a gente não quer que tenha. Nós temos um problema já seriíssimo com a Fazenda Itamaraty, quando era a Fazenda Itamaraty, que foi toda ela para a Reforma Agrária, pequenos produtores assentados, e hoje a gente amarga uma frustração imensa do sonho que foi e a realidade que é. E a gente não quer isso para o nosso estado. Então, o que nós queremos é justamente a garantia da produção, da comercialização e portanto, o acompanhamento, o mais técnico possível, pra que a gente não tenha depois grandes desertos e não só o investimento público que esse ainda nós podemos ser ressarcidos, podemos ir atrás, suprir, mas a frustração do homem do campo e das famílias, a angústia, isso não tem paga. Então, não é só a frustração financeira e econômica, mas a frustração pessoal de cada um. Então, essa é uma das angústias.

Mas então eu queria perguntar à Embrapa. Se a Embrapa não está talvez acompanhando *pari passu* as perspectivas do produtor brasileiro, e parece que há um antagonismo aqui e a Senadora Kátia colocou que o produtor sempre está muito avante, à frente das pesquisas e do acompanhamento que nós podemos dar, tecnológico, para apoio que eles necessitam, o que nos falta? É recurso humano, recurso financeiro, equipamentos? O que aqui falta para que a Embrapa possa ela puxar o desenvolvimento e não o produtor ir atrás da tecnologia e da pesquisa da Embrapa, que eu acho que aí há uma mão invertida.

E o segundo, eu gostaria de perguntar ao nosso representante do MDA, uma questão que nos bate a todos aqui. Eu vejo o Governo falar muito no PAC, discutir o PAC e nossa percepção do PAC não é a percepção que a Ministra Dilma tem, em absoluto. A nossa é que o PAC não anda e não está andando no volume, na expectativa que o Governo colocou para a Nação. Todo o acompanhamento que este Congresso está fazendo, e aqui qualquer Senador pode falar a respeito disso, não é o que o Executivo tem colocado. Então, quer dizer, há uma defasagem. E eu queria então perguntar: Falamos muito de logística aqui. E sem logística não há como a gente ir pra frente e o preço da comercialização fica altíssimo com qualquer produção, se nós não tivermos aí logística. O meu estado, por exemplo, está lutando muitíssimo para voltar a ter ferrovia, porque uma coisa é quem está aqui, o Senador César Borges, ele está aqui no Atlântico, perto dos portos, fácil. Vai pensar nós que estamos lá na fronteira, quer dizer, do outro lado do Brasil. Todo mundo olha para o Atlântico, mas ninguém olha para a fronteira. Então, a logística para nós é fundamental e eu queria saber, o PAC foi pensado, o MDA foi ouvido para saber onde é que ele podia investir mais para favorecer quem produz nesse país? Quer dizer, é uma coisa que não dá para fazer um PAC da cabeça de alguns, sem que o produtor aqui, a produção, tivesse acoplado. É a mesma

coisa da Embrapa com os produtores. Quer dizer, esse país acho que está andando na contramão da história. Então essa é uma pergunta que eu queria dizer, porque se nós não temos logística aplicada à produção, o que adianta a gente ficar aqui discutindo? E eu não vi essa sintonia pra que a gente pudesse... E não vi debates a respeito, para que o produtor pudesse ter a tranquilidade para produzir.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigada.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra o Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria inicialmente saudar a todos os expositores e parabenizar pelo que eu vi aqui hoje, que na verdade é um esforço que é empreendido nível parceria pública-privada para a produção de uma matéria-prima nova, uma matéria-prima que poderá ser importante para o desenvolvimento agrícola e também energético do país.

Entretanto, Sr. Presidente, eu tinha feito uma pergunta inicialmente que o Dr. Marco Antônio pudesse falar sobre essa questão do uso da mamona. São duas reportagens que saíram no Jornal O Globo, na segunda-feira, "*Verba para mamona vira alvo da CPI da PETROBRAS, a oposição vai cobrar explicações sobre pagamentos à entidade ligada ao MST com recurso do Programa Biodiesel*". E uma em seguida, no domingo: "*PETROBRAS ainda financia a fracassada mamona*". E como subtítulo tem: "*Mesmo após planta ser condenada para biodiesel, estatal repassou verba para entidades ligadas ao MST e à CONTAG*". Muito bem. Eu recebi também aqui em mãos, Sr. Presidente, uma resposta da PETROBRAS, feita ao Jornal O Globo, onde a PETROBRAS diz que a ANP não condenou a utilização de mamona como matéria-prima do biodiesel. A agência limitou a edição apenas a 30% do biodiesel e tece outras considerações, que a empresa está desenvolvendo ações junto a agricultura familiar em regiões onde estão localizadas nossas usinas, notadamente o semi-árido nordestino, fala que a usina da PETROBRAS biocombustível possui o selo Combustível Social, que implica que 30% de suprimento de oleaginosas sejam oriundas da agricultura familiar, tece mais alguns comentários sobre a necessidade de ele ter o selo combustível social, e por fim explica que para o desenvolvimento de assistência técnica agrícola, conforme disposição da Instrução Normativa 01, de 2009 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, firma contrato com instituições de assistência técnica oficiais ligados à Secretaria de Agricultura dos governos estaduais, cooperativas de produção e cooperativas de serviços com experiência e conhecimento de trabalho de desenvolvimento rural com a agricultura familiar, objeto do nosso programa de suprimento de oleaginosa para nossas usinas. E por fim afirma que a mamona estocada garante a manutenção da qualidade necessária para o seu processamento.

Eu fiz esse relato, Sr. Presidente, para dizer que acho que há um dilema a nível de política pública e inclusive de política da PETROBRAS, com relação a essa questão do biodiesel e da agricultura familiar, quer dizer, se por um lado é preciso incentivar a agricultura familiar, se por um lado é preciso que a agricultura familiar seja uma realidade para manter o homem no campo e dar melhores condições de vida à nossa população, por outro lado é necessário também se criar novas fontes de suprimentos para o biodiesel. Entretanto, me parece que querem fazer um casamento um pouco forçado nessa questão, quer dizer, se coloca a questão econômica misturado com a questão do desenvolvimento econômico-social de uma parcela importante da nossa população que precisa do apoio, aí se mistura. A Senadora Kátia colocou muito bem, a questão econômica e a questão social. E não sei se uma poderá se desenvolver paralelamente a outra. E ao mesmo tempo, eu acho que uma coisa é você procurar as rotas tecnológicas, produzir biodiesel em larga escala, com as rotas tecnológicas definidas na própria apresentação da questão do pinhão manso, aí já entrando no pinhão manso, o Ministério da Agricultura disse que para a inserção da matéria-prima na cadeia produtiva é preciso quatro pontos: Tecnologia agronômica definida, tecnologia institucional estabelecida, logística e infraestrutura para a produção e escala com produção para a garantia de suprimento. Não me parece que tudo isso esteja dentro de uma política para fortalecer a agricultura familiar, inclusive por uma empresa que é uma empresa privada, que é a PETROBRAS fazendo papel de desenvolvimento da agricultura familiar. Essa é uma questão importantíssima que tem que ser tocada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através de seus instrumentos. Agora, quando a PETROBRAS entra nisso, eu fico extremamente confuso, Sr. Presidente. A PETROBRAS que está fazendo esse desenvolvimento agrário para se chegar à produção do biodiesel da mamona.

Aí eu faço uma pergunta aqui inicialmente, eu gostaria de saber se há essa rota da produção do biodiesel via mamona, a transesterificação com uso desse suprimento, que é a mamona. Porque foi dito aqui pelo Banco do Nordeste que ele não conhece. Ia fazer uma usina piloto para tentar descobrir, porque ele

não financiaria ninguém que fizesse uma usina para produzir biodiesel através de mamona. E se coloca no Nordeste como sendo a grande saída, uma grande solução para a agricultura familiar, quando nós sabemos que o mercado para a mamona existe a preços melhores do que do biodiesel. Então, seria o caso de organizar a produção da mamona, atender o pequeno produtor e deixar que o mercado livre vendesse ao melhor preço possível, não precisaria a intervenção de uma estatal como a PETROBRAS, estatal pública que ela se confunde muito, ora é mais estatal, ora é mais pública ou vice-versa, num programa desse. Então eu acho que fico confuso nesse momento.

Com relação ainda ao pinhão manso, eu gostaria de saber o seguinte, há uma tecnologia industrial estabelecida, já estabelecida para a produção do biodiesel? Pergunto da mamona e pergunto do pinhão manso, porque eu não vi exatamente se há essa tecnologia industrial estabelecida, ou seja, a transformação do óleo em biodiesel, do óleo do pinhão manso em biodiesel. Então, essas são algumas questões que eu queria colocar, porque fico confuso quando vejo essas questões de uma empresa como a PETROBRAS envolvida na agricultura familiar, que eu acho que é da maior importância, mas não é papel da PETROBRAS, é papel do Governo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de atuar com todos os organismos, com os bancos estatais para financiar a produção com assistência técnica, com a Embrapa, com as empresas de desenvolvimento agrário dos estados, em parceria. Agora, acho que PETROBRAS entrou nisso aí, para mim houve uma certa disfunção nessas relações.

E fico satisfeito em ver que há já em desenvolvimento aqui, o Sr. Mike Lu colocou para nós em termos do pinhão manso, porque também o Sr. Laércio falou que na Bahia tem grande expectativa. Eu não conheço. Eu vim conhecer semente de pinhão manso na cidade de Guanambi, porque o Prefeito Nilo Coelho ex-Governador do estado me apresentou, eu levei algumas mudas e plantei num pequeno jardim para ver como era o pinhão manso, que agora comecei a conhecer um pouco melhor a partir da apresentação de hoje. Mas é realmente um estranho muito ilustre para a nossa agricultura baiana, o pinhão manso. Eu gostaria até de posteriormente saber se no semi-árido, a que nível de pluviosidade daria o pinhão manso, se nós teríamos competência para poder plantar o pinhão manso no semi-árido baiano, que é a maior parte do semi-árido nordestino e tem índice de pluviometria que varia de 400 a 900 milímetros por ano no semi-árido, e que é coisa distinta. Quanto de pluviosidade é necessário para um bom cultivar de pinhão manso.

Essas são minhas indagações e minhas preocupações, Sr. Presidente. Agradeço se os palestrantes puderem esclarecer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Bom, antes de passar a palavra aos palestrantes, eu vou fazer algumas indagações também que eu gostaria de ter resposta, porque ficou mais ou menos no ar.

Ao Laércio, eu gostaria de fazer uma indagação. O senhor explicou aqui que num primeiro momento, antes de dispor de um estoque suficiente da jatropha, ou do pinhão manso, a usina de biodiesel de Nova Andradina terá que funcionar com a utilização da soja. A indagação que lhe faço é a seguinte: Por quanto tempo está prevista a superação desta primeira etapa e, portanto, em que momento que vai se dar a utilização exclusiva do pinhão manso? Qual é a previsão que a empresa tem, se é dois anos, três anos, cinco anos, etc.

E a segunda questão que eu gostaria de indagar aqui, tanto ao Sr. Laércio quanto ao representante da Embrapa, ao Frederico, é sobre a repercussão do pinhão manso em áreas de proteção ambiental. Será que é uma cultura que pode ser também utilizada em áreas de proteção ambiental? Tem algum inconveniente para isso ou ela pode até contribuir dentro dessa ideia da sustentabilidade?

Ao Sr. Mike Lu, eu gostaria de indagar se nessas experiências que estão sendo desenvolvidas em vários estados, como foi sugerido aqui, existe uma procura significativa de interessados. Aqui hoje mesmo, a Senadora Kátia Abreu realçou aqui o papel que é desenvolvido aqui pela iniciativa privada, e nós temos aqui hoje nesta Mesa um Presidente de Associação que certamente tem uma informação muito ampla sobre o interesse da iniciativa privada por essa nova cultura, por essa nova atividade produtiva, e temos aqui também o Sr. Arthur McLaren que veio participar deste evento, ele que é Presidente também de uma empresa chamada McLaren Biodiesel. Então, é um interesse que tem, da iniciativa privada, nesse debate. Então, eu gostaria que o senhor informasse sobre quais as perspectivas, e outra coisa que eu gostaria de saber é o seguinte, quando que nós teremos o biodiesel produzido a partir do pinhão manso ou da jatropha?

Então, nós vamos passar a palavra primeiro para o Frederico e depois vamos nesta ordem até chegar no Mike.

**SR. FREDERICO DURÃES:** Obrigado. Eu tenho basicamente quatro questões, posso responder de pronto.

Inicialmente gostaria de agradecer a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras o carinho com que tem

citado a Embrapa, é uma agência de Ciência e Tecnologia a serviço dessa agenda positiva do Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Aliás, eu gostaria de te informar o seguinte. Aqui no Senado eu acho que todos os Srs. e Sras. Senadores são embrapeanos.

**SR. FREDERICO DURÃES:** Isso é muito bom. Eu começo respondendo a Senadora Marisa Serrano, que fala exatamente desse histórico da contribuição da iniciativa privada em alavancar desenvolvimento, constituindo nos seus planos de desenvolvimento ações pioneiras. No mundo inteiro, basicamente a pesquisa acopla esses esforços privados para gerar uma agenda competitiva de mais conhecimento naquilo que está sendo dito e a Senadora Kátia Abreu citou muito bem, a história do Brasil foi formada dessa forma. Me lembro em eras bastante antigas, o cientista brasileiro Alcides Carvalho estudava a Hemileia Vastatrix, que é a ferrugem no café quando ela ainda não existia no Brasil, e nos vários outros exemplos de espécies também dessa forma. Eu vejo com muito bons olhos, ou seja, vejo como muito positivo essa iniciativa privada no Brasil tentando desbravar uma espécie em potencial, a fim de no potencial de produzir mais óleos e produtos da bioenergia, ajude a construir essa agenda para o Brasil.

A Embrapa, com a coordenação de uma rede de competências para criar conhecimento dentro de jatropha, especialmente, aqui eu cito, são 98 cientistas PHDs, são 30 instituições de pesquisa pública e privada só no Brasil. E nós estamos nessa rede de competência, jogando aproximadamente 12 milhões de reais focado em basicamente quatro grandes tópicos. A genética, ou seja, a busca de variabilidade, a genômica, para construir uma cultivar estável, homogênea e distinta e detoxicar torta, para fins de maior utilidade ou valor agregado a esse potencial de torta que tem os produtos da agroenergia. O que ocorre é que dá a ideia de que a gente está sempre correndo atrás do prejuízo, e às vezes, de certa forma, muito lenta, mas eu gostaria de dizer o seguinte: De 97, Lei de Proteção de Cultivar para cá, a configuração moderna no mundo e no Brasil é outra. Existe a expectativa de um arranjo técnico-científico associado a um argumento legal. A forma de gerenciar isso na iniciativa privada, na pesquisa, tomou conotação diferenciada, porque o conhecimento não é livre. Ele é livre como a Embrapa sempre fez e continuará fazendo, mas ele é passivo de proteção e de patente. Esse é um negócio absolutamente competitivo e profissional. Daqueles 204 novos acessos, teoricamente variáveis pela origem, nós estamos fazendo uma descrição por 26 descritores botânicos. Com isso me dá a possibilidade de distinguir, dentro dos acessos tipos, casos. Eu escolhi dez casos típicos. Na arquitetura de parte aérea, na conformação de folha e assim por adiante, mas isso ainda tem uma alta modulação ambiental. Dos 204 nós já temos resultados, preliminares ainda, que eu adianto para os Srs. Senadores, com base molecular, 104 distinguem só dois grupos, muito embora os descritores botânicos os descriminam em 10 grupos. A modulação ambiental faz com que eu tenha resposta diferenciada baseada em descritor botânico, mas a modulação ambiental no descritor genético molecular é zero, significa que existe gene que define e expressa determinada característica. De 104 eu tenho dois grupos.

Agora, acabo também de ler na Plant Size, que é um artigo moderno, novo, de março de 2009, de 72 acessos de 13 países do mundo, utilizando duas ferramentas moleculares que estamos usando, REPD e micro satélite, que são duas ferramentas de alto poder resolutivo que nós estamos usando nos 204 acessos brasileiros também, eles conseguiram identificar dois grupos com base em uma série de características, desde peso de grão, proteína de grão, até conteúdo de óleo e forbol ésteres. Dos 72 acessos, com duas ferramentas moleculares, esse artigo em revista indexada, a Plant Size de 2009, identificaram dois grupos: o grupo mexicano e o grupo do resto do mundo. E o grupo mexicano é porque tem a ausência de forbol éster, e os ésteres de forbol constituem, associado à cursina, aqueles elementos chamados com potencial tóxico antinutricional ou alergênico. Ou seja, estamos fazendo o dever de casa absolutamente antenado no que existe de melhor no mundo. Agora, o desafio científico é: ninguém no mundo mostrou cultivar que interessa ao Brasil para a alta performance de rendimento, ninguém no mundo mostrou técnicas moleculares diferente das que nós estamos usando na Embrapa e na rede, que possa nos garantir que o mundo tem cultivar que interessa ao Brasil no curto prazo. Ninguém no mundo pode hoje dizer que o programa que nós temos desenhado no Brasil esteja absolutamente diferenciado do que está ocorrendo nos melhores centros científicos do mundo público ou privado. Ninguém no mundo pode dizer isso. O que estamos fazendo é: Estabelecendo uma parceria com seis países, por questão de prospecção de novos materiais para aumentar a variabilidade genética. Para usar as ferramentas botânicas, biologia avançada, inclusive moleculares, que sabemos e conhecemos muito bem, para poder fazer agregação de valor. Porque esse é um negócio da seguinte forma, ele é proteção. Em qualquer lugar do mundo, inclusive no marco referencial do Brasil e ele é passível de patente. Todos esses genes, todos esses processos são passíveis de ser patenteáveis,

e patenteável é marcação ou preservação de valor e mercado, é moeda de troca.

Só pra ter uma idéia clara do que isso pode significar, é que se a gente for nos bancos genômicos para forbol éster, tem 50 sequências genômicas depositadas. O programa que coordenamos na Embrapa com a rede do Brasil queremos fazer nesses próximos dois anos 150 mil sequências genômicas. Isso tem potencial de patente. Se não servir para torta, provavelmente servirá para fins farmacológicos, que é o que está ocorrendo nas 50 sequências do mundo. O mundo tem interesse disso e sabe, a Embrapa também, o Brasil portanto, de igual forma. Portanto, eu vejo com muito propósito essa possibilidade da parceria público-privada é da gente somar esforços, porque isso não é negócio de competição. Esse é tipicamente um negócio, como a Senadora Kátia Abreu acaba de dizer, da parceria público-privada, ou seja, ele é de alta competitividade, ele é de alto profissionalismo. Em qualquer tamanho ou nível, em qualquer tamanho ou nível. Esse é um negócio para incorporar explicitamente o atributo energético dos produtos da biomassa.

Portanto, eu vejo com muita tranquilidade essa questão de a iniciativa privada está avançando e tem pressa. Nós também. A questão é que não é só uma encrenca técnico-científica, também é uma encrenca legal e nós precisamos colocar esse atributo.

Do ponto de vista da Embrapa, a história da Embrapa de 36 anos e eu como pesquisador há 26, tenho, Senador, que demonstrar o lado técnico da questão. E o lado técnico da questão não permite que uma instituição como a Embrapa ou o zelo que temos para uma agenda positiva para o Brasil, possa entrar em algum caminho que não seja de interesse da sustentabilidade, do balanço de energia, da recomendação na base da lei, etc., etc., etc. Portanto, o dever de casa que estou para mostrar aqui, ele é um dever de casa ousado, pertinente. Estamos prontos para discutir com qualquer grupo privado ou público do mundo inteiro nessas questões. E a questão não é só do conhecimento livre, mas da questão do conhecimento protegido ou patenteável. A bem da agenda Brasil, tranquilizo os senhores, porque temos um grupo de cientistas competentes avaliando essa questão.

O Senador e a Senadora Marisa saiu, mas eu gostaria rapidamente de falar... Perdão. Desculpe, Senadora. Da mamona. A mamona é interessante, porque ela tem características físico-químicas do óleo, e consequentemente do produto que é gerado pelo óleo que faz com que ela tenha distinção. Ótimo. Um mercado nicho mundial que dá um sobrevalor, mas ele tem um limite, a questão básica é: na norma brasileira, estipulado pela ANP, especialmente para dois atributos físico-químicos do óleo da mamona, ou seja, a possibilidade de colocá-lo num mix, na mistura com o diesel mineral, especialmente viscosidade e massa específica, nos coloca tecnicamente capazes de ter um B 30. E atende à lei brasileira, a norma brasileira de maio de 2008. Não atende a Legislação europeia. Portanto, mamona, senhores, pode sim colocar num mix até o limite de B 30 por viscosidade e massa específica, mamona não atende à nossa brasileira para um B 100 de pronto uso. B 100 é de estoque e negócio, mas entende até um B 30. Significa dizer que mamona tem um potencial, sim. Precisa é aumentar a performance agronômica, e dentro da rota tecnológica de produzir biodiesel mamona, essa é uma rota sobejamente conhecida. Transesterificar significa colocar um ácido graxo dentro de um reator que tem um catalisador e um álcool, etanol ou metanol, para produzir biodiesel e glicerina. Essa é a equação básica. E nós sabemos fazer isso. Em escala de laboratório e escala industrial. A tecnologia para implantação—

**[troca de presidência]**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Só pediria as considerações finais.

**SR. FREDERICO DURÃES:** Perdão. Vou completar sim. Eu tenho a impressão que devo ao Senador alguma questão para a tecnologia de jatropha. Acredito que acabo de dizer que um dos processos tipo de transesterificar, isso tem domínio tecnológico. A questão de migrar da rota metílica para a etílica tem algumas questões ainda por serem sanada, mas ela é possível em determinadas escalas, sim. Acho que são essas questões básicas. Perdão se...

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Não há problema nenhum. Nós temos que agradecer. Só que temos a votação hoje, Senadora Kátia, acabando aqui, das emendas de Comissão para a LDO, para o orçamento. Sr. Laércio Nery, com a palavra.

**SR. LAÉRCIO NERY:** Respondendo às duas perguntas, a nossa indústria em Nova Andradina, tudo correndo da forma planejada no sétimo ano, entre o sétimo e o nono ano deve estar 100% do biodiesel fabricado através da matéria-prima pinhão manso. Quanto ao pinhão manso na reserva legal, a gente tem alguns estudos junto com o pessoal do meio ambiente nesse sentido, obviamente a gente tem que aguardar todos esses estudos que eu fiquei hoje muito satisfeito aqui de ver que a Embrapa... antes da copa do mundo a gente já deve ter alguma coisa de pinhão manso ali, o que é rápido para o empresário isso.

E por último colocar tanto à Senadora Kátia Abreu quanto à Senadora Marisa Serrano, colocaram muito

bem quanto ao risco, não só econômico como também de frustração do pequeno agricultor ou do agricultor assentado. No nosso projeto a gente tem como uma linha básica, justamente porque o pinhão manso ainda não tem todo esse aparato que a Embrapa está trabalhando e que a iniciativa privada também junto trabalha, ele não pode ter risco nem financeiro, ele não bota dinheiro, e se tiver frustração o risco é da empresa, porque acho que o empresário e isso é uma regra natural, quando o empresário tem que garantir, ele pensa cem vezes e ele só vai quando acha que tem a aposta da coisa certa, senão ele não vai. Então a gente acha que nesse caso a empresa, no nosso caso, tudo que for financiado terá o aval dos acionistas da empresa quanto à parte financeira e a parte econômica. E a parte de tecnologia, a gente com o Embrapa e com outros organismos, e com o investimento da própria empresa, vai tentar suprir isso.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada, Sr. Laércio. Queremos ouvir agora o Sr. Mike Lu. É um prazer enorme tê-lo aqui conosco também.

**SR. MIKE LU**: Obrigado. Primeiro queria agradecer ações palavras encorajadoras aí da Senadora Kátia Abreu, isso nos motiva a continuar na nossa batalha aqui pela implantação de uma política agrícola para o pinhão manso. Isso que está faltando no nosso país para permitir a convergência dos esforços em cima de uma plataforma única.

Queria comentar aqui primeiro o processo industrial já está totalmente dominado, fora do Brasil e também no Brasil. A Universidade de Lavras já produz aí o óleo do pinhão manso transesterificado, como biodiesel, e assim como a Indústria Fusermann, nós inclusive já exportamos aqui uma primeira exportação do grão de pinhão manso e ele foi esmagado com sucesso lá no porto de Hamburgo, servindo então de amostras para diversos grupos europeus interessados na importação do óleo de pinhão manso a partir do Brasil.

Agora, em todo esse processo aqui eu queria fazer justiça na pessoa do Frederico. Tem sido parceiro de primeira hora, a Embrapa tem sido parceiro de primeira hora, quando nós fizemos o primeiro *workshop* aqui no ano passado lá em Tocantins, que foi histórico lá, e estamos desenvolvendo realmente uma agenda positiva, porque com a fundação dessa Embrapa Agroenergia e a locação de um engenheiro específico para cuidar dessa parte do pinhão manso, nós temos visto o progresso significativo e avanços comuns inclusive estamos discutindo hoje a montagem do Primeiro Congresso Científico Brasileiro do Pinhão Manso, a ser realizado em novembro, buscando concentrar e buscando normatizar todo o esforço de pesquisa em desenvolvimento necessário para acelerar esse programa do pinhão manso. Então, queria publicamente expressar meu apoio e consideração aí ao Frederico, o que nós temos aqui visto é a falta de uma política agrícola nacional para o pinhão manso e estamos enviando um ofício hoje à Secretaria de Agroenergia, solicitando exatamente essa política agrícola, na forma de um proálcool para o pinhão manso. Isso que está faltando para que nós possamos nos tornar líderes mundiais nessa produção.

Eu gostaria de acrescentar que dentro desse processo de industrialização, uma etapa fundamental que o Frederico comentou é a desintoxicação da torta do pinhão manso. A desintoxicação já tem vários projetos aqui com sucesso a nível de laboratório, temos alguns parceiros internacionais querendo trazer o projeto de desintoxicação da torta, resultados excepcionais demonstrando para ruminantes um conteúdo proteico de 66% na torta, muito superior à torta da soja, e uma digestibilidade em 98%. Então, enxergamos que quando se concretizar esse esforço, que deverá acontecer ainda neste ano, o complexo jatropha curcas, o pinhão manso, terá um altíssimo valor para todo o rebanho de carne que o Brasil está produzindo, porque teremos então uma razão excepcional para o gado.

Adicionalmente, a pesquisa feita pelo Instituto Tamanduá, demonstrou de que a extração do forbol éster e do próprio óleo da jatropha representa um grande produto natural alternativo para combate a todas as pragas da jatropha. Isso testado após cinco anos de estudos lá no Estado do Paraíba. Então, queremos realmente essa agenda positiva, queremos o apoio irrestrito aqui para esse Programa Nacional Agrícola, necessário para a jatropha para que possamos ter o sucesso desejado por todos.

Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada Sr. Mike Lu. Passo a palavra para o nosso último convidado, Sr. Marco Antônio Viana Leite.

**SR. MARCO ANTONIO VIANA LEITE:** Bom, respondendo a primeira pergunta da Senadora Kátia Abreu, com a questão da parceria com a Embrapa, quando foi ser esse processo, esse projeto do biodiesel foi discutido com a Embrapa. Quando começou o programa, eu vou falar aqui do histórico, o histórico eu não participei, estou a seis meses no programa, mas quando foi construído, a Embrapa participava na Comissão Interministerial e isso era discutido e teve a participação da Embrapa, sim, na construção. E hoje talvez até pela minha característica de ser um pesquisador, ser oriundo da pesquisa, a gente tem inclusive intensificado essas ações. O que sempre tenho fala-

do acho até um desafio aqui para a Embrapa e para nós que eu vejo, para a agricultura familiar, nós temos um problema sério, que é a dificuldade da tecnologia chegar até ele. Então, esse é um desafio muito grande para nós e eu tenho colocado um termo que é... Não é mais hoje, a idéia não é trabalhar P e D, que é pesquisa e desenvolvimento, a idéia é trabalhar P, D e D, que é pesquisa, desenvolvimento e difusão. Fazer com que essa tecnologia chegue no agricultor. Então, para isso o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem passado por ano, cerca de 200 milhões de reais para as Ematers públicas dos estados, para fazer a difusão de tecnologia. E nós, no ano passado, só para se ter uma ideia do nosso orçamento, que é um orçamento pequeno, mas do nosso orçamento a maior parte vai para projetos, financiar projetos com a Embrapa. Embrapa, OEPAS, universidades, Universidade Federal de Lavras, de Viçosa, EPAMIG, a Embrapa como a principal parceira nesse processo, a Embrapa lá de Pelotas, a Embrapa Campina Grande, no Pará, então nós temos vários projetos sendo financiados aí pela nossa coordenação de biodiesel e até estava agora cobrando aqui do Frederico passar pra gente tudo que a Embrapa está fazendo, já tivemos uma discussão nisso, pra que a gente possa até direcionar nossas ações de pesquisa, até na linha, vamos imaginar, do pinhão manso, a própria mamona, avançar tecnologicamente com a questão da mamona, que mesmo que já tenhamos tecnologia, precisamos aumentar os níveis de produtividade para ser competitivo em regiões, como é o caso do Nordeste, o semi-árido. Então, esse é um desafio.

Outra questão é que o MDA não tem financiado em momento algum... Financiado ou apoiado instalação de usinas produtoras de biodiesel. Ela não tem feito financiamento para a instalação de usinas. O que nós temos e a coordenação... Eu não fiz uma apresentação aqui, mas o que nós temos feito? A partir do momento que existe uma empresa, como é o caso da Brasil Bioenergia, que está aqui, está se instalando em um determinado local, nós vamos aproximar e vamos fazer uma parceria no sentido de organização de núcleos de produção dentro de pólos, criar pólos. Então nós temos que... e aí até já respondendo uma parte da pergunta da Senadora Marisa, quando a gente pensa em logística, nós pensamos em logística dentro da coordenação, o que nós temos feito? Pensar em criar núcleos de produção, esse núcleo de produção, cada município pode ter vários núcleos de produção, pode estar dentro dos assentamentos, esses núcleos de produção são compostos por cerca de 50 agricultores, e desses 50 agricultores, dentro de um determinado município, nós podemos ter 10 pólos, 10 núcleos de produção num determinado município e depois se criar os pólos em volta desta unidade fabril. Então, este é o nosso interesse.

Só para concluir a questão da pergunta da Senadora Kátia Abreu, a gente entende que a tecnologia, o processo do biodiesel, ele passa pelo viés tecnológico. Quando nós começamos o processo da soja, nós produzíamos 1.200 quilos de soja por hectare e hoje a gente produz, como disse o Prof. Frederico, 3.500 quilos de soja por hectare. O que é isso? É tecnologia, então nós temos que avançar na tecnologia. Tanto para algumas culturas que já existe um pacote tecnológico, vamos dizer assim, mínimo, que é o caso da própria mamona, do girassol, mas avançar mais tecnologicamente, avançar, produzir mais com essas culturas. Então esse é um desafio para nós, fazer tecnologia, gerar tecnologia e fazer a transferência tecnológica.

Senadora Marisa, quanto à questão se o MDA foi ouvido quanto à construção do PAC dessa questão logística, o MDA participou dessas discussões, mas a parte do biodiesel a gente não discutiu porque ela é feita em cima de uma... A partir do momento que as empresas se instalam, que a gente trabalha a questão da logística. Mas o MDA foi ouvido, sim, em termos gerais.

O Senador César Borges também colocou a questão aqui da... Ele colocou que a questão da PETROBRAS, que a PETROBRAS está fazendo investimentos na agricultura familiar e isso não é função da PETROBRAS, é uma função de Governo. Então, aqui quero explicar, eu não vim... Eu vim até para falar sobre a questão do pinhão manso, da inserção, mas não vim para falar da Instrução Normativa, só falei da Instrução Normativa que especificamente no caso do pinhão manso, que foi um pleito da Associação dos Produtores de Pinhão Manso, quando cheguei na coordenação, estava lá, em outubro do ano passado, e nós colocamos, inserimos isso dentro da Instrução Normativa. Então, hoje há possibilidade de produzir biodiesel a partir do pinhão manso, mas eu não falei em geral da Instrução Normativa, o que é. E aqui eu falo, e falo com muita tranquilidade, nós temos o representante da UBRABIO, que está aqui e as empresas, elas são... A Instrução Normativa ela obriga as empresas que querem ter o selo social a investir na agricultura familiar. Investir de que forma? Investir em assistência técnica, assistência técnica ela é obrigatória, ela faz parte do processo, então a empresa que quiser ter o selo social, ela tem que investir em assistência técnica. Ela tem que investir em insumos qualificados, ou seja, ela tem que fornecer semente. Então, nós colocamos isso até a nova Instrução Normativa, ela possibilita a empresa computar isso a título de selo social. É uma

pena o Senador não estar aqui, o Senador César Borges, mas isso não é só especificamente o caso da PETROBRAS, todas as empresas que tem selo social investem na agricultura familiar. Eu falo com muita tranquilidade, tanto que nós temos representante da UBRABIO aqui, que pode confirmar isso.

Nós entendemos também que a questão da mamona, produzir mamona no semi-árido, mamona ou o próprio pinhão manso, gergelim, a Embrapa tem feito um trabalho, fez inclusive um livro da cultura do gergelim, a ideia é... Estão até buscando recurso conosco para publicar esse livro, produzir outras culturas que às vezes nem sempre são utilizadas para produzir biodiesel. A ideia nossa é que a gente faça a inclusão social, incluam esses produtores na cadeia produtiva do biodiesel. Eles possam produzir as tecnologias para produzir, por exemplo, produzir biodiesel a partir da mamona, isso está sendo... Nós já temos tecnologia, vamos dizer assim, as tecnologias estão em construção, é claro, mas estão sendo aperfeiçoadas, hoje nós temos as próprias plantas da PETROBRAS que estão na PETROBRAS e das outras, a Brasil Prodiesel, Comanche, que estão na Região Nordeste, parte delas trabalham, conseguem processar, mas não é economicamente viável. Então nós temos um desafio também para avançar aí, aumentar um nível tecnológico nosso, para que a gente possa utilizar essas outras matérias-primas. Isso também é disciplinado, as empresas também... A Instrução Normativa tem percentuais diferenciados por região, de acordo com a quantidade de agricultores familiares que tem em cada região, então no Nordeste é 30%, Nordeste, Sul, Sudeste é 30%, na Região Norte e Centro-oeste é 10% que vai passar para 15%, então nós temos percentuais diferenciados. E para que tenha o selo, só para reforçar, a empresa tem que fazer investimentos na agricultura familiar, investimentos de assistência técnica, investimento de colocar o arranjo produtivo para funcionar. Então essa é a ideia. Nós também fazemos investimento através da própria Embrapa, as OEPAs, instituições de pesquisa, os institutos, as universidades que temos vários projetos, as Emater nos estados, que têm sido um grande parceiro nosso na questão da extensão rural e da assistência técnica.

Bom, essas são as considerações e acho que respondi as perguntas.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada pela participação, nós queremos aqui em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária queremos agradecer os convidados, o Dr. Marco Antônio Viana Leite Coordenador-Geral de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Laércio Nery, Diretor Presidente da Brasil Bioenergia S.A., o Dr. Frederico Durães, Chefe da Embrapa Agroenergia, e o Sr. Mike Lu Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão Manso.

Essa Comissão agradece muitíssimo. A nossa sessão foi toda a ar pela TV Senado, que está sendo amplamente divulgado em todo o país, o que servirá, as experiências colocadas aqui para todos os brasileiros conhecerem um pouquinho mais dessa questão e poderem aquilatar e acompanhar o qué o Brasil está fazendo nessa área. Então nós queremos agradecer muitíssimo a presença de todos e damos por encerrada essa primeira parte da nossa reunião de hoje. Muito obrigada.

Quero passar a palavra à Senadora Kátia Abreu para encaminhar a segunda parte da nossa sessão de hoje. Para votação das emendas, já que eu sou relatora das emendas.

**[troca de presidência]**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** A segunda parte desta reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao PL nº. 07/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esclareço que foram apresentadas nove emendas à LDO, conforme o quadro que encontra-se sobre as bancadas.

Com a palavra a relatora, Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Obrigada, Presidente Kátia Abreu. Dizer que das nove emendas oferecidas ao PL nº. 07/2009, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sete foram de autoria do Senador Valter Pereira e duas emendas que eu apresentei a diretrizes orçamentárias, LDO. Eu quero aqui dizer, Senadora Kátia, que eu procurei fazer uma seleção das nove emendas, já que nós só poderíamos oferecer cinco. E das cinco, eu procurei colocar um pouco a feição e interesse de toda nossa Comissão. Portanto, a primeira emenda ficaria na área da mecanização de equipamentos para os produtores, juntando duas emendas, uma do Senador Valter, outra minha e acrescentando a meta do texto em 50 mil e não mais em 20, juntando as duas. Então aqui fica o apoio a Projeto de Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

A segunda coloquei a biomassa, unidade de conservação. É regularização fundiária das unidades de conservação federais. Acreditamos que é importante essa colocação, porque é uma parte que interessa muito a todos aqueles que produzem no país.

A terceira entraria a parte de sanidade. A vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos. O Senador Valter tinha colocado duas, uma que era a vigilância e fiscalização

de trânsito interestadual e a outra internacional. Eu acredito que essa é a mais necessária agora, que é a vigilância e fiscalização de trânsito internacional de animais e seus produtos e insumos, e entraria aí a questão da sanidade animal.

A outra, da minha autoria e do Senador Valter Pereira também que seria o apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário. Juntando as duas, nós passamos aí no valor de 80 mil de meta texto para essa LDO, juntando a tecnologia e a comercialização.

E a última, a quinta, seria a obtenção de imóveis rurais para a Reforma Agrária. Abrir uma janela aí para garantir o assentamento para trabalhadores rurais, mas a aquisição e desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária. Quer dizer, não se pode expropriar sem ter aí condições de fazer a garantia para aqueles que estão na terra, de receberem pela sua terra quando forem para a Reforma Agrária.

Então essas cinco propostas que foram colocadas de emenda que foram as emendas oferecidas. Ninguém mais ofereceu emenda, então essas cinco que, pelo menos me deram a impressão que vão justificar muito o trabalho dessa Comissão. Eram essas minhas considerações e meu relatório.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Obrigada, Senadora Marisa Serrano.

A relatora concluiu pela aprovação das emendas.

Nº. 01. Aglutinadas de 1 e 8, Apoio a Projetos de Patrulhas Mecanizadas, 50 mil ações como meta.

Emenda nº. 2. Aglutina as emendas nº. 2 e 7, Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, 80 mil ações como meta.

Emenda nº. 3, que aglutina a emenda 4, Biomas Brasileiros, Conservação e Recuperação, mil ações.

Emenda nº. 4, aglutinada com a emenda 6, Sanidade Agropecuária, 500 mil ações.

Emenda nº. 5, aglutinada com a emenda 9, Assentamentos para Trabalhadores Rurais, 700 mil ações.

Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Sras. Senadoras e Senadores, que concordarem, permaneçam como se encontram. Aprovado. As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Muito obrigada. Está encerrada a sessão.

*Sessão encerrada às 13 horas e 1 minuto.*

**ATA DA 18ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE JUNHO DE 2009.**

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos seguintes senadores(as): **ADELMIR SANTANA, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES, CÍCERO LUCENA, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, EFRAIM MORAIS, FÁTIMA CLEIDE, FLEXA RIBEIRO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, MARCONI PERILLO, NEUTO DE CONTO, ROMEU TUMA, ROSALBA CIARLINI E VALDIR RAUPP.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nºs 15 e 23 de 2009-CRA,** de autoria do Senador Gilberto Goellner e **Requerimento nº 36 de 2009-CI,** de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de instruir o **Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008**, que ***"dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências"***, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Waldyr Gallo** – Assessor da Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – **ANP; Sr. Denílson Ferreira** – Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenegia – **MAPA; Sr. Oswaldo Luiz Ceotto** – Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – **MMA; Eng. Paulo de Morais** – Diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; **Dr. Marcio Turra de Ávila –** Pesquisador da EMBRAPA. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Eliseu Resende, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Gerson Camata, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares e

Eduardo Suplicy. Resultado: Audiência Pública Conjunta Realizada. **EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 25, de 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos regimentais, que sejam convidadas as pessoas abaixo listadas para uma Audiência Pública acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Sr. Arthur Badin** - Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; **Srª Mariana Tavares Araújo** – Secretário de Direito Econômico (SDE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça; **Sr. Antônio Henrique Pinheiro da Silveira** – Secretário de Acompanhamento Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda; **Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas** – Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores; **Sr. Hélio Neves** – Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo; **Sr. José Osvaldo Junqueira Franco** – Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro/SP; **Sr. Valdir Butarello** – Presidente do Sindicato Rural de Itápolis/SP; **Sr. Marco Antônio dos Santos** – Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga/SP; **Sr. Tales Lemos Cubero** – Presidente da **CITROSUCO**; **Sr. José Luiz Cervanto** – Presidente da **CUTRALE**; **Sr. Henrique de Freitas** – Presidente da **DREYFUS (LOUIS DREYFUS CITRUS); Sr. Mário Bavaresco Júnior** – Presidente da **CITROVITA. AUTORES:** Senadores Augusto Botelho e Eduardo Suplicy. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA – Senador **Eliseu Resende,** Presidente, em Exercício, da CI.

**18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nºs 15 e 23, da CRA e da CI, todos de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que "dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, mortes, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências", com a presença dos seguintes convidados que desde já convido para compor a Mesa: o Sr. Waldyr Gallo, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; o Sr. Denílson Ferreira, Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; o Sr. Osvaldo Luiz Ceotto, Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Engenheiro Paulo de Morais, Diretor da SUNER Engenharia e Biocombustíveis; e o Sr. Márcio Turra de Ávila, Pesquisador da EMBRAPA.

Eu passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, que é o autor da propositura para esta Audiência conjunta.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** O senhor me permite, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra o Ministro Eliseu Resende, nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** É uma palavra inicial, Senador Valter Pereira, para dizer da ausência aqui na reunião do Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor. Ele me pede para estar presente, eu estou aqui representando a Comissão de Infraestrutura e acho que este é um evento importante, proposto pelo Senador Gilberto Goellner, quando nós vamos estudar a matriz energética com a inserção dos óleos vegetais atuando como combustíveis. Acho que é uma contribuição importante que as duas Comissões, a Comissão de Agricultura, presidida por V. Exa., e a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Fernando Collor, para que nós tenhamos um avanço expressivo. Isso já foi discutido aqui na Comissão de Infraestrutura, na matriz energética brasileira para absorver os óleos vegetais.

É a palavra que eu queria dar inicialmente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos a sua manifestação e, sobretudo, a sua presença. Estando V. Exa. representando a Comissão de Infraestrutura, estará este órgão exemplarmente representado pela abalizado conhecimento que V. Exa. traz da área de infraestrutura para esta Comissão. Com a palavra o ilustre autor do requerimento, o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente Valter Pereira, Sr. Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Eliseu Resende, demais convidados.

Eu gostaria de traçar a motivação que nos levou a inserir um Projeto de Lei, já em 2005, quando eu substituía nessa Casa o Senador Jonas Pinheiro. Esse projeto teve uma paralisação natural devido à minha ausência do Senado, mas agora em 2008 nós o reencaminhamos e eu vejo que o País, o Brasil, hoje, é um modelo de renovação na área de combustível com o Programa do PROÁLCOOL, que se tornou referencial no mundo, que o Brasil possui todas as condições de produção de cana-de-açúcar, que é o grande componente, é o único componente hoje do etanol, o álcool, aqui no Brasil. E mais de 55% já, estamos em 55% do uso de álcool em substituição à gasolina. Da mesma forma a dependência que o País tem do combustível que é o óleo diesel, dos motores a diesel, é muito grande. O Brasil iniciou esse processo instituindo o Programa de Biodiesel que deu o passo inicial, é muito importante, nós estamos apenas agora com 3%, existe uma capacidade instalada no País muito grande de usinas de transesterificação que transformam o óleo vegetal em óleo biodiesel e que pode ser então misturado ao óleo diesel. Já vamos a partir agora para o B4 e em curto espaço de tempo podemos ter o B5. Porém, essa iniciativa não é suficiente. Eu vou entrar com o Projeto de Lei nessa Casa para já colocar o B10, o B20, como existe em outros países, para nós aos poucos tirarmos a dependência do uso do combustível fóssil, que é o petróleo. E o País hoje tem, nessa modalidade do óleo vegetal *in natura*, uma segunda opção ao biodiesel. Ele já é amplamente utilizado na Europa, inclusive em automóveis movidos a diesel, automóveis, nos Estados Unidos também, e só não é mais amplamente utilizável possivelmente pelo alto custo de produção da principal cultura oleaginosa lá, que é a colza. E o País aqui têm várias opções, nós temos palma que fornece o dendê, nós temos o pinhão-manso, temos o girassol, soja, algodão, várias outras oleaginosas e temos áreas disponíveis sem desmatar, sem entrar em ocupação de novas áreas. Nós temos áreas disponíveis de pecuária que estão defasadas, que estão mal utilizadas, e nós poderemos hoje iniciar esse processo de contribuição com vários ganhos, ganhos econômicos, porque nós descentralizaríamos a produção nas zonas produtoras, acabaria com esse passeio do óleo diesel, que às vezes é levado até um local para depois misturar com o óleo vegetal, para tornar o B3, e depois retorna para algumas regiões. Então é um custo altíssimo, tudo por estrada, não tem nada por navegação, possivelmente, nem por ferrovia, muito pouco por ferrovia. Então isso daí está encarecendo o custo desse combustível e essa produção local vai ser um grande diferencial para o País para reduzir o custo. E os ganhos que eu vejo de qualidade do ar, ganho social, é intenso, é muito intenso devido às péssimas condições do óleo diesel produzido aqui no País, porque as normas aqui ainda hoje permitem alto teor de enxofre, algo que em outros países não existe. Esses índices, possivelmente os técnicos aqui darão maiores explicações, mas é uma vergonha o óleo diesel, ele está poluindo as cidades. Às vezes 10% da frota consegue ser responsável por 45% das emissões de efeito estufa nas grandes cidades e o Brasil pode ser um exemplo para tudo isso daí com a introdução e a ANP podendo normatizar esse novo combustível e se adaptar então os motores para o referido uso.

Então foi essa a motivação que nos levou a apresentar esse Projeto de Lei, e o Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator do projeto, ele está vindo de viagem, eu gostaria que ele analisasse também todas as palestras aqui e eu até proporia numa segunda etapa, Presidente, nós convidarmos também a ANFAVEA, numa segunda Audiência Pública, juntamente com a sua solicitação que já foi na semana passada da avaliação do pinhão-manso como alternativa. Eu vejo que nós precisamos encontrar alternativas para fugir dessa dependência que o País tem desse óleo finito que é o petróleo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Vamos reservar agora para o período posterior à exposição os debates sobre as virtudes e defeitos que eventualmente possam trazer essa alternativa sugerida pelo Senador Gilberto Goellner.

Nós vamos passar a palavra agora ao primeiro expositor, que é o Diretor da SUNER Engenharia e Biocombustíveis, Sr. Paulo de Morais.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Quantos minutos?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Dez minutos.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Bom-dia Srs. Senadores, senhoras e senhores. É uma satisfação grande

estar aqui e poder compartilhar com vocês uma série de dados que mostram todo o alcance do uso de óleo vegetal *in natura* como combustível. O próximo.

Matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 05 de março agora de 2009, apresenta que a "Poluição acelera morte de 20 pessoas por dia". Isso foi feito através de uma pesquisa realizada pela USP. Uma outra pesquisa, também feita pela USP e publicada pela Rede Globo no Jornal Nacional em 2007, mostra que a concentração de partículas finas no ar na cidade de São Paulo está em 30 microgramas por m³, quando o limite considerado seriam 10 m³. Nesse mesmo estudo também é indicado que 10% dos veículos que rodam nas grandes capitais são movidos a diesel e esses 10% são responsáveis por 45% das emissões de fumaça. O grande responsável por esse processo é o teor de enxofre contido no diesel. Nós aqui no Brasil utilizamos o diesel até com 1800 partes por milhão, enquanto que na Europa e nos Estados Unidos é de 15 e até em algumas outras situações com dez partes por milhão. A consequência é essa fumaça que nós conhecemos, que esse é o material particulado fino. Não resolve nós trazermos motores de última geração porque o problema está ligado ao combustível com alto teor de enxofre.

Os biocombustíveis que poderiam dar solução são esses: para os veículos leves nós temos derivado de petróleo, a gasolina, teríamos o álcool; para os veículos pesados o diesel e as alternativas são o óleo vegetal ou biodiesel; e mesmo para a aviação, para o querosene de aviação, nós podemos utilizar o óleo de pinhão-manso ou jatrofa, que é substituto.

Para reduzir as emissões a solução é utilizarmos combustíveis isentos de enxofre e as alternativas podem ser óleo vegetal ou biodiesel. O óleo vegetal *in natura*, ele pode ser de soja, pinhão-manso, que é não comestível, girassol, palma e outros óleos.

Só uma pequena demonstração do que é o processo do biodiesel. O processo de transesterificação começa com o óleo vegetal adicionado com 15% de metanol ou etanol e ele se transforma em biodiesel e mais a glicerina. O custo desse processo de transformação do óleo vegetal em biodiesel é de 40 centavos por litro. Hoje nós temos uma limitação em função do biodiesel ser um produto extremamente forte como o solvente, então isso impõe uma limitação ainda nos motores de 5% no máximo de adição ao diesel. Hoje nós estamos trabalhando com o B3, que na realidade é 3% de biodiesel e 97% de diesel. Dessa forma, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel por questões técnicas nos motores, além de um preço bem mais alto que o do diesel, e a utilização de 100% de óleo vegetal é viável técnica e economicamente.

O óleo vegetal *in natura* já vem sendo utilizado há mais de dez anos na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, através de um kit do mesmo formato como um kit de gás; você tem um motor a gasolina, não precisa fazer nenhuma alteração e, através de um kit, você permite utilizar um combustível ou outro.

Esse é um exemplo na Alemanha, a empresa vem utilizando há mais de dez anos em ônibus e tem ônibus já com mais de um milhão e 100 mil quilômetros, com motores das marcas Scânia, Volvo, Mercedes. Aqui está a situação em que ele utiliza um tanque de óleo vegetal e outro tanque de diesel.

Também na Alemanha encontramos a situação que nos postos de combustíveis nós encontramos três bombas: uma com diesel, outra com biodiesel - B100 puro e óleo vegetal também.

Em 2007, essa empresa Doits(F) apresentou um trator já produzido de fábrica para 100% de óleo vegetal, utilizando esse sistema desse kit com o segundo tanque. Esse trator já sai com garantia de dois anos ou duas mil horas e, dentro desse processo, já há uma normatização do óleo vegetal como combustível na Europa.

Um outro exemplo é nos Estados Unidos. Aqui um Volkswagen Jetta, com motor 1.9 da Volkswagen, fazendo 21 quilômetros por litro com o óleo vegetal.

Uma outra situação, uma Pick-Up, uma Ford F-350, na cidade lá de Filadélfia, inclusive utilizando isso para coleta de óleo em mais de mil restaurantes na cidade. Esse óleo passa por um processo só de filtragem e abastece uma transportadora de caminhões pesados. Isso já ocorre há mais de dez anos.

Aqui em Goiás fizemos uma experiência instalando um kit desse num trator e fizemos a apresentação aqui para o Governador de Goiás. Esse trator, levamos ele para trabalhar numa usina de álcool em Pontalina, Goiás. Fizemos algumas medições de opacidade, que é a fumaça, e os resultados que encontramos foram esses: A primeira medição: 4,45; a segunda: 2,66. Aí quando viramos depois dessa medição para essa, com intervalo de quatro minutos entre uma e outra, tivemos esse resultado de 0,33.

Esse quadro só mostra quais foram os números, que está confirmando aqueles dados lá.

Aqui é na Alemanha, um Volkswagen, um Golf, com motor diesel 1.9. Se fizermos um comparativo desse Golf nas mesmas condições, se ele estivesse usando álcool estaríamos aqui com um consumo de nove quilômetros por litro; com gasolina, 12; se ele estivesse utilizando diesel, 20 quilômetros por litro e também com o óleo vegetal.

Aqui só fazendo um comparativo de preço dos combustíveis: biodiesel a 2,31, que é o preço do último leilão; temos aqui o diesel, o óleo de soja e o álcool.

Quando analisamos aqui agora o custo por quilômetro rodado com esses combustíveis, chegamos a essa conclusão: nós temos aqui o álcool e temos aqui com o óleo de soja nesse valor.

Há uma tendência hoje do uso de motores diesel na Europa: de cada três veículos vendidos, dois são com motor diesel. Esse uso também de motores diesel já veio para as competições de automóveis. Nesse último campeonato de turismo os quatro primeiros colocados foram com motores diesel. Também nas 24 Horas Alemãs, nos três últimos anos, inclusive esse ano, os vencedores foram veículos com motores diesel.

Goiânia teve um Plano Diretor aprovado agora em 2007. Nesse Plano Diretor já foi estabelecido que deverá haver utilização de combustíveis com menor emissão de poluentes e menor utilização de combustíveis não renováveis. Houve um novo contrato de concessão do uso do sistema de transporte coletivo e dentro desse contrato já foi estabelecido que deverá haver uma redução de 20% em peso ou em volume dos poluentes emitidos pelos ônibus e num prazo de cinco anos deverá ser atendida essa meta.

Goiânia tem uma frota de 1.600 ônibus com o consumo de 60 milhões de litros por ano. O Prefeito Íris Rezende, em 2007, já tomou algumas providências solicitando estudos e implementação de algumas medidas visando essa utilização de óleo vegetal. Foi solicitado, a ANP já fez uma autorização para a realização de testes, seriam com quatro ônibus com óleo vegetal e quatro ônibus com diesel durante um período de um ano para se fazer a avaliação de desgaste e durabilidade dos componentes. O IBAMA também foi consultado, já concedeu autorização para a realização dos testes.

A utilização de 100% de óleo vegetal *in natura* permite a obtenção de crédito de carbono. No caso específico de Goiânia, a substituição de 60 milhões de litros por ano, considerando o crédito de carbono a dez Euros a tonelada quando o mercado tem valores na ordem de 16 a 22 Euros, mas mesmo considerando só dez Euros teríamos uma receita de 35 milhões de Euros durante 21 anos. Essa iniciativa partiu do Prefeito Íris Rezende, juntamente com o Secretário de Turismo Euler Morais, para a implantação desse processo em Goiás. O Senador Gilberto Goellner fez uma visita ao Prefeito de Goiânia visando um esforço conjunto para a implantação do sistema com óleo vegetal nos ônibus urbanos.

Na Copa do Mundo que nós teremos em 2014, 12 cidades irão sediar os jogos e seria uma oportunidade de demonstrarmos ao mundo que nós temos mais uma outra vertente, além do programa de álcool, do programa de biodiesel e, também, do uso de óleo vegetal *in natura* como combustível.

Cuiabá, que vai ser uma sede da Copa, o Senador Gilberto já esteve lá com o Prefeito Wilson Santos e já começaram a estabelecer parcerias no sentido de promover a introdução também dessa matriz na capital do Mato Grosso.

Esteve também em São Paulo com o Prefeito Gilberto Kassab, que também já iniciou o processo para a realização de testes na capital paulista.

Aqui fazendo a avaliação das produtividades das oleaginosas que nós temos em maior quantidade no Brasil. No caso a soja, conseguimos aqui 500 litros de óleo por hectare; com o girassol 800; o pinhão-manso tem um potencial de dois mil litros de óleo por hectare; e a palma, que é o nosso dendê, cinco mil litros.

Aqui o preço desses óleos vegetais e combustíveis. O pinhão-manso tem uma viabilidade na ordem de 1,70 por litro; a soja é 1,77; temos aqui o girassol a 3,80; e a palma com cinco reais por litro.

Eu estou fazendo menção aqui ao pinhão-manso porque é o que apresenta os valores mais baixos aí. O pinhão-manso, ele produz um óleo que não é comestível. É possível fazer o plantio dele consorciado com capim para a criação de gado, portanto, sem fazer qualquer deslocamento na pecuária; o gado não come o pinhão-manso. Já está em desenvolvimento o processo de colheita mecanizada. O óleo de pinhão-manso também já foi testado como combustível substituto do querosene de aviação.

Esse eixo onde está sendo construída a Ferrovia Norte-Sul, ligando Anápolis até São Luís do Maranhão, ele é bastante promissor para a produção de pinhão-manso até sem deslocar a produção pecuária nessa região.

E, por fim, fechando todo esse processo, para se tornar viável essa utilização, o Projeto de Lei do Senador Gilberto Goellner.

Muito obrigado.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Se fosse o Senador Demóstenes, ele iria chamar a atenção aqui por causa das manifestações. Como essa Comissão aqui é um pouco mais democrática... [risos]

Bom, vamos passar a palavra a seguir, eu agradeço aqui ao Dr. Paulo, fez uma bela exposição, tanto agradou que houve essas manifestações. Nós vamos passar a palavra ao segundo expositor, vamos um de lá e outro de cá, vamos com o Denílson, que é o Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de

Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura e Pecuária.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador Jayme.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu gostaria de ouvir do senhor se é possível só tirar uma duvidazinha aqui, fazer uma indagação ao Dr. Paulo, que é bem pragmática a minha pergunta aqui.

Dr. Paulo, o senhor disse o seguinte: que se usa 15 partículas, eu não sei se eu bem entendi, de enxofre lá nos Estados Unidos do óleo diesel e que aqui no Brasil me parece que é 1800. Eu queria saber de V. Sa. por que dessa diferença tão grande entre 15 nos Estados Unidos da América e 1800 aqui no Brasil?

**SR. PAULO DE MORAIS:** O nosso petróleo ele já, naturalmente, possui um teor de enxofre bem superior ao que é utilizado lá fora. Adicional a esse fato, há o problema também das refinarias. Esses são os dois pontos básicos.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Era possível se extrair naturalmente desse petróleo nosso aqui, desses 1.800, baixar para 200, para 500? É possível ou não é?

**SR. PAULO DE MORAIS:** É possível. Ele tem um custo adicional, mesmo em um pesado investimento nas refinarias, mas é possível.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Outra perguntinha rapidão. Um litro de óleo comestível você pode usar em automóvel, que eu já vi usar em Mato Grosso, estão usando muito naquela região, em Poconé, que o Senador Valter, V. Exa. conhece. Lá os carros de pessoas amazônidas, vão num bolicho daquele lá, num armazém, compram dez latas, 15 latas de óleo, abre, vai lá e despeja no tanque para andar. Me causou bastante curiosidade porque nesse caso, particularmente, é bem mais barato um litro de óleo comestível diante do litro de óleo combustível, certo? Qual que é a diferença? Por exemplo, um litro de óleo comestível anda a mesma distância ou quilometragem do o óleo combustível ou há uma diferenciação de quilometragem?

**SR. PAULO DE MORAIS:** No caso do óleo de soja, ele tem um poder calorífico na ordem de 9.200 Kcal, enquanto que o diesel tem 9.800 Kcal. Então essa quantidade menor de energia acaba gerando um consumo levemente acima, mas alguns testes já realizados com óleo de pinhão-manso, devido a outras características que ele tem melhor do que o diesel, os dois acabam tendo praticamente o mesmo consumo.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Só com a diferença que o óleo comestível é mais barato do que o óleo combustível; eu imagino que seja.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Perfeito.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Muito obrigado.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Sr. Presidente, eu acho que seria necessário também acentuar que há necessidade de um kit, porque alguém que ouviu a exposição pode amanhã cedo meter o óleo de soja no tanque do carro dele e dar um pepino no motor se ele não tiver um kit; eu acredito que tem que ter uma adaptação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas, Senador Gerson Camata, lá no Mato Grosso, eu vi uma região lá, o cara vai, compra no bolicho, fura, joga no tanque do motor e sai rodando, queimando gasolina. Agora é prejudicial ao motor? Eu imagino que seja, mas que anda, anda. Eu vi cara comprando dez latas, abre na porta do bolicho lá, já fura, coloca no tanque e sai rodando. É incrível.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Senador Camata, não deve ser utilizado o óleo vegetal misturado no mesmo tanque de diesel porque, se assim o fizer, vai haver uma série de problemas técnicos: vai haver contaminação do óleo lubrificante do motor, vai haver carbonização. Com a doação de um kit, um segundo tanque, é dado partida com o óleo diesel e após alguns minutos, após a câmara de combustão já estar em alta temperatura, já é possível introduzir o óleo vegetal sem gerar nenhum problema. Mas, então, é essencial a utilização desse kit.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem, prestado--

**SR. PAULO DE MORAIS:** Algumas experiências foram feitas, inclusive mesmo no Mato Grosso, no Estado de Goiás, muitos produtores chegaram a misturar, mistura na ordem de 30% a 50% de óleo vegetal misturado ao diesel e tiveram motores danificados, mas com esse kit não há nenhum problema.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Bom, agora com a palavra o Sr. Denílson Ferreira, do MAPA, do Ministério da Agricultura e Pecuária.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Exmo. Senador Valter Pereira, Senadores presentes, demais presentes, bom-dia. É uma honra para nós, da Secretaria de Produção e Agroenergia, poder dar essa contribuição com o projeto do Senador Gilberto Goellner, o qual nós

parabenizamos pela iniciativa que visa a diversificação da matriz energética e utilização de todas as potencialidades energéticas existentes em nosso País. Eu vou ser bastante breve, muito provavelmente eu vou cumprir os dez minutos.

Bom, o contexto contemporâneo da agroenergia se baseia em cinco pontos. O primeiro diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico que necessariamente se consolidou a partir da Revolução Industrial, onde o petróleo, a partir daí se consolida como fonte abundante e barata de energia para mover todo o processo de desenvolvimento econômico, que também é fundamentado fortemente no consumo que leva, necessariamente, à necessidade de recursos naturais, tanto para a matéria-prima, produção de alimentos, mas, fundamentalmente, para a produção de energia para movimentar esse modelo de desenvolvimento econômico. Associado a isso todo o processo de evolução do conhecimento humano possibilita, entre outros fatores, uma explosão demográfica que faz com que em menos de dois séculos a população passe de pouco menos de um bilhão de habitantes para os quase sete bilhões atuais, quer dizer, isso é um ponto determinante no sentido de tencionar esses recursos naturais. E nesse contexto, associado à perspectiva de desenvolvimento econômico de diferentes regiões do planeta, tem que se levar em consideração também o aumento de consumo necessariamente que esse desenvolvimento econômico acarreta. Nós temos entre América Latina, África e Ásia aproximadamente 70% da população mundial consumindo cerca de sete, oito vezes menos per capta do que se consome um americano do ponto de vista do consumo energético *per capita*, ou quatro vezes, três vezes menos do que consome um europeu. Então na medida em que há um desenvolvimento econômico, há um tensionamento necessariamente do ponto de vista de demanda energética. Daí a necessidade de cada vez mais buscarmos alternativas. Associado a isso há um movimento constante e crescente de aumento da consciência coletiva em relação aos aspectos ambientais. Esse fenômeno, ele é visível. Há poucas décadas era, digamos assim, um elemento positivo na visão da sociedade ou uma visão de progresso você chegar e desmatar, enfim, colocar indústrias, fábricas. Essa visão da sociedade passa a ser alterada significativamente com o avanço também do conhecimento humano, com o avanço da ciência no sentido de amenizar os impactos ambientais da ação antropogênica, especialmente aquela derivada do desenvolvimento econômico. É exatamente nesse ponto que, digamos, se fundamenta todo o modelo de diversificação da matriz energética europeia, a preocupação com as questões ambientais, com as questões relacionadas a aquecimento global, com as questões relacionadas à qualidade do ar, já muito bem mencionada pelo engenheiro Paulo, nas grandes metrópoles. E aí nós temos um outro elemento fundamental, que é a possibilidade da escassez de petróleo - e há muita controversas a esse respeito -, mas pelo menos a possibilidade de escassez do petróleo enquanto fonte barata e abundante como nós pudemos ver nos últimos três anos, uma escalada do preço dos petróleos e das *commodities*, por consequência. E, também, a questão da insegurança no abastecimento, dado que as grandes reservas e as grandes regiões produtoras de petróleo no mundo têm, digamos assim, problemas geopolíticos evidentes. Aqui se baseia o Programa de Biocombustíveis Americanos, exatamente para consolidar um contexto de segurança energética.

Associado a todos esses elementos nós colocamos as condições favoráveis que o nosso País possui em relação a toda essa discussão, tanto pela experiência já acumulada ao longo de anos, com processo de produção de etanol e, também, de biomassa de um modo geral, porque afinal de contas aproximadamente 13% da matriz energética brasileira é proveniente de linha e carvão vegetal, nós temos a matriz energética certamente mais limpa do planeta. Temos, também, um domínio científico-tecnológico de agricultura tropical como nenhum outro País possui, além da disponibilidade de terra que, comparadamente, nenhum outro País possui. Então nós vemos aí uma grande oportunidade e é nesse sentido, aproveitando exatamente as orientações estratégicas do Governo, a orientação estratégica do próprio Ministério da Agricultura e Pecuária, que se consolida a Secretaria de Produção e Agroenergia, exatamente para tentar buscar essas potencialidades, concretizar essas potencialidades agroenergéticas dentro de um contexto de sustentabilidade. Pode passar, por favor.

Aí cabe, também, destacar que há cerca de três anos foi criada a EMBRAPA Agroenergia, exatamente para dar suporte a essa política do Ministério da Agricultura e do Governo, por consequência, de desenvolver o setor agroenergético brasileiro. Por consequência disso, nós desenvolvemos um Plano Nacional de Agroenergia, que é fundamentado nessas diretrizes, que eu vou discutir uma a uma, exatamente a partir de uma elaboração conjunta com a EMBRAPA Agroenergia, que leva em consideração essa necessidade de desenvolvimento da agroenergia exatamente para aproveitar essas potencialidades e essas oportunidades existentes para o agronegócio brasileiro, para a agricultura de um modo geral no Brasil, levando em consideração a necessidade da produção de alimentos e o impacto que isso tem para a sociedade de um modo

geral e, no mundo como um todo, como é simbólica essa discussão. Há necessidade do desenvolvimento tecnológico para que essa produção agroenergética seja uma produção necessariamente eficiente, que se leve em consideração a autonomia energética comunitária numa lógica de geração descentralizada e, necessariamente, com a geração de emprego e renda associada a essa produção agro energética. Aqui um elemento fundamental dessas diretrizes, que não é compatível com o desenvolvimento da agroenergia no Brasil com degradação ambiental, com o desmatamento. Necessariamente esse desenvolvimento deve levar em consideração as áreas existentes, as áreas antropizadas, buscando a otimização das vocações regionais. [soa a campainha] O engenheiro Paulo já comentou da possibilidade do pinhão-manso, mas nós trabalhamos com uma gama de oleaginosas e buscamos foco naquelas que são mais eficientes do ponto de vista da produtividade, num programa de desenvolvimento de agroenergia coordenado pela Secretaria de Produção e Agroenergia, trabalhamos em conjunto com a EMBRAPA Agroenergia focado em cinco matérias-primas produtoras de oleaginosas que tenham potencial de produção acima de duas mil toneladas de óleo por hectare. Aí eu cito: o pinhão-manso, que é uma aposta para o médio e longo prazo. Cito aí também algumas palmáceas. O dendê, ainda temos a dificuldade em relação aos preços praticados nos mercados. Temos aí a macaúba, inajá, tucunã(F), enfim, algumas palmáceas aí que também são apostas para o médio e longo prazo. Também dentro dessa diretriz, exatamente buscar e consolidar uma liderança internacional nessas discussões a respeito dos biocombustíveis, que o Ministério da Agricultura tem buscado constantemente estar presente em todos os fóruns internacionais que envolve essa discussão dos biocombustíveis. Aí dá para citar o GEBEPE(F), que discute a sustentabilidade desses biocombustíveis, as discussões relacionadas à certificação de biocombustíveis, e demais fóruns internacionais que tratam do tema. Todo esse desenvolvimento do setor agroenergético tem que estar aderido à Política Ambiental Nacional. Pode passar, por favor.

Ainda cabe destaque para o nosso Plano Nacional de Agroenergia, que trabalha com quatro vetores fundamentais de desenvolvimento agroenergético, que são: a produção energética derivada da cana-de-açúcar, hoje necessariamente consolidada no etanol e na bioeletricidade, mas com uma perspectiva forte de produção de diesel a partir do etanol, a partir da cana, numa perspectiva diria até de curto prazo em relação aos resultados que vêm sendo apresentados por algumas empresas; outro vetor é o vetor da biomassa, da dendroenergia e, especificamente, com a política específica de desenvolvimento para as florestas energéticas e para o manejo sustentável de florestas públicas; um terceiro vetor é o aproveitamento de resíduos e dejetos da agricultura, como é o caso do biogás proveniente de frigoríficos e produção de aves, entre outras possibilidades; e, por fim, as fontes lipídicas e que cabe exatamente essa discussão proposta pelo Senador Gilberto Goellner, tanto para a produção de biodiesel e o aproveitamento energético de um modo geral dessas fontes lipídicas.

As nossas considerações - que eu daria contribuições - da nossa Secretaria para a discussão do projeto. Nós entendemos que trata-se de um projeto que necessariamente vai aumentar a renda do produtor, que é algo que é fundamental no contexto daquelas diretrizes, até eu fiz questão de citar as diretrizes exatamente para mostrar que o projeto se encaixa em muitos aspectos daquelas diretrizes exatamente em função da diminuição dos custos, porque parte significativa do processo, dos custos produtivos, é derivado de combustíveis, portanto, agregando valor ao agronegócio, criando um mercado que hoje inexiste; os ganhos ambientais já foram muito bem esclarecidos aqui pelo engenheiro Paulo, não cabe discutir; a diminuição da dependência externa aqui no caso específico do diesel, mas é importante salientar também que com os investimentos da PETROBRAS, muito em breve por anúncios até da PETROBRAS se diminuirá significativamente essas importações e, no caso, talvez de zerar essas importações. É importante destacar esse elemento porque numa discussão entre o *trade-off* exportar óleo, que é em muitos momentos da história o óleo esteve mais caro que o diesel, há que se levar isso em consideração, se não é o caso de exportar o óleo ao invés de produzir diesel, dado que o diesel, em muitos momentos, é mais barato que o óleo nesse contexto.

Há algumas preocupações em relação ao projeto, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de controle, e aí é fundamental a participação do órgão regulador que cuida exatamente da cadeia como um todo, a preocupação em relação à qualidade e, digamos assim, misturas inadequadas. A preocupação aqui com a inclusão da indústria automobilística no contexto dessa discussão, que o Senador Gilberto Goellner já fez referência à ANFAVEA, porque no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, todo o processo de acréscimo, de utilização de biodiesel é acompanhado de testes realizados através de política do MCT em conjunto com a ANFAVEA certificando tecnologicamente essa possibilidade, em que pese o

fato que essa tecnologia já está consolidada em muitos mercados.

Outro aspecto importante e que pode ser um obstáculo certamente duro [soa a campainha] é a questão dos órgãos fazendários, como é que você estabelece a estrutura tributária nesse contexto. Esse é um elemento, digamos assim, que impede muitas vezes essa discussão da venda direta no caso do etanol, que é uma indústria já consolidada, uma indústria madura no Brasil.

E uma preocupação, talvez essa seja a mais relevante, em relação aos preços e necessariamente à questão do abastecimento. Se nós olharmos para os volumes de diesel consumidos no Brasil e fizermos uma conta rápida da necessidade de óleo para abastecer esse mercado, é claro que nós não trabalhamos aqui com as perspectivas de substituição total, mas qualquer quantidade, dado esse volume tão grande, é uma quantidade significativa e aí é necessário olhar não só para a capacidade de produção existente, porque o aumento de produção exige investimentos que levam um certo tempo para ter uma maturidade e, também, o fomento necessário à produção de oleaginosas e outras fontes alternativas. Isso certamente é fundamental. Então imaginamos que uma política desse porte deva considerar necessariamente uma lógica de aumento de produção de oleaginosas no Brasil. Pode passar, por favor.

É isso, eu agradeço a atenção de todos, essa é a nossa contribuição para a discussão e estamos à disposição para dúvidas, enfim. Agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Esta presidência agradece o Sr. Denílson pela exposição, que acho que foi muito oportuna. Passamos a palavra ao terceiro expositor, que é o Dr. Márcio Turra, que terá dez minutos, prorrogável pelo prazo que for indispensável para concluir a sua exposição.

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Bom-dia a todos os presentes, Senadores, senhoras e senhores. A nossa exposição vai ser eminentemente técnica dada a nossa função na EMBRAPA como pesquisador de agroenergia e formação em engenharia mecânica, especialização em motores de combustão interna. O próximo, por favor.

Fizemos um relato bem rápido a respeito de bibliografia, desde mais antigas até mais atuais. Isso é um pequeno resumo que dão conta de várias questões relacionadas ao uso de óleos vegetais em motores de ciclo diesel. O primeiro grande ponto é a alta viscosidade, que se configura como um problema que precisa ser contornado. Mas junto a isso existem outros aspectos relacionados: facilidade de oxidação do combustível; formação de resíduos na câmara de combustão; a necessidade de pré-aquecimentos; alto índice de odor dos gases emitidos pelo escapamento; a ausência de volatilidade por ser um óleo e de alta viscosidade; redução da potência do motor quando comparado ao diesel convencional; aumento, portanto, de consumo, porque existe uma diferença de poder calorífico; dificuldade de partida a frio em função também da viscosidade; e uma característica que é amplamente variante em função das várias oleaginosas que existem no País, no caso. O próximo.

Esse trabalho é um trabalho recente que nós coletamos há poucos dias e que dá conta de algo que nós não conhecíamos, que é, na verdade, o efeito de mutação genética em seres vivos. Foi utilizada uma bactéria, a Salmonella, ela foi colocada num ambiente no qual foi inserido gás proveniente da queima de vários tipos de combustíveis e comparativamente os óleos vegetais produziram compostos que aumentaram o teor de mutação desses seres vivos. É muito importante essa referência para que a gente não perca de vista esses aspectos quando se pensa em utilização de um combustível, principalmente em grandes centros aonde existem milhões de vidas envolvidas. O próximo.

Agora nós vamos relacionar experimentos específicos, testes práticos com o óleo vegetal em motores de ciclo diesel.

O primeiro caso é o emprego de óleo de girassol bruto como combustível no motor MWM de injeção direta. É muito importante frisar, injeção direta, porque existem diferenças de comportamento entre o motor de injeção direta e o motor de injeção indireta. Esse trabalho foi feito pelo Dr. Maziero, do Instituto Agronômico de Campinas na Seção Jundiaí. Os resultados estão aí de uma maneira resumida: perda de potência em relação ao uso do diesel - 7% menor; acúmulo de carvão nos bicos injetores, pistões e cabeçotes; deterioração do óleo lubrificante; danos ao motor com pouquíssimo tempo de uso - 63 horas. Isso num veículo mais ou menos de rua seria um torno de seis mil quilômetros.

Aí passamos a mostrar o resultado do Dr. Maziero utilizando o óleo bruto de girassol: o topo do pistão totalmente carbonizado; o bico injetor igualmente carbonizado; essa é uma fotografia da parte inferior do motor, a tampa do cárter foi retirada e ali a gente vê capa de biela, o eixo, o óleo lubrificante virou uma goma. A tampa do--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Isso foi com a soja?

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Isso foi com óleo bruto de girassol. A tampa do cárter também mostrando o óleo lubrificante totalmente empastado; o bloco do

motor igualmente empastado; e os componentes móveis, o eixo do virabrequim, o eixo comando também cheios de goma por contaminação do óleo lubrificante com o óleo vegetal utilizado; essa é a capa de biela. Ela engrossou, ela ficou absolutamente incrustada de compostos provenientes da queima incompleta do óleo vegetal.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Estoura o motor?

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Na verdade com o tempo, nesse tipo de injeção, que é a injeção direta, o Dr. Maziero chegou à conclusão que o resultado é muito ruim.

Esse é o pescador do óleo lubrificante. Existe um filtro aí, o filtro está todo colapsado, todo fechado, e a goma entupiu o pescador, como a gente pode ver.

Essa tabela mostra as propriedades resumidas de três combustíveis: do óleo de girassol, do biodiesel de girassol e do diesel convencional. A gente vê em amarelo que o grande problema é a viscosidade. A viscosidade chega a ser quase dez ou até dez vezes maior que a do diesel convencional e isso causa um problema muito sério no processo de combustão intracâmara.

Vamos apresentar agora o segundo caso. Esse estudo foi feito pelo Professor Schosler(F) da Federal de Santa Maria, é um motor de injeção indireta, que é um outro resultado. O motor de injeção indireta apresenta um resultado um pouco mais favorável e o Professor Schosler(F) usou misturas pré-questionadas. Uma observação: no caso anterior, do estudo anterior, o óleo bruto de girassol foi usado a frio, sem aquecimento. E no caso daqui do Professor Schosler(F) foi feito um pré-aquecimento do óleo de soja cru - que ele chamou. Os detalhes do experimento: ele fez vários testes de misturas, 10% e 90%, 30% e 70%, 50% e 50%, 70% e 30%, são misturas volumétricas com o diesel puro e com o óleo de soja puro, sendo que aqueceu em dois níveis de temperatura: 57 e 68 graus. O detalhe é que ele não fez teste de durabilidade como o Dr. Maziero fez no IAC. Os resultados que ele obteve foram significativamente melhores. Por exemplo, o consumo específico médio com o óleo de soja cru aquecido e nessas misturas, 70% de óleo de soja e 30% de diesel, depois 10% de óleo de soja e 90% de diesel, também óleo de soja puro, foi menor ou igual ao consumo do diesel convencional. A potência esteve ligeiramente superior, até 8,7 superior, e isso, voltando a dizer, no motor de injeção indireta e com o óleo aquecido.

Um terceiro caso de experimento: emprego de óleo bruto de girassol como combustível feito pela CATI da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Eles prensaram as sementes a frio e fizeram a filtragem por gravidade. Num primeiro teste da CATI foi usado um trator Massey Ferguson 235 com motor de injeção indireta, que é o motor mais favorável para a utilização de óleos vegetais viscosos. Eles rodaram 690 horas, com 100% de óleo bruto de girassol, com o consumo de 2,8 litros por hora, pistões e cilindros não apresentaram disposição de carvão ou resíduos, gomas, e o lubrificante, após 100 horas de uso, não apresentou perdas de qualidade, segundo análises do engenheiro Sylmar Denucci, que é quem coordena esses trabalhos na CATI.

Num segundo teste foi usado um trator Valmet de injeção direta, que é um motor mais problemático para o uso de óleo vegetal. Eles utilizaram uma mistura de 50% de óleo bruto de girassol e 50% de óleo diesel de petróleo. Nesse tipo de motor de injeção direta nós tivemos: disposições com resíduos nas camisas, formação de gomas nos canais de lubrificação e o indicativo de combustão incompleta, apesar do uso de misturas de óleo diesel de petróleo com óleo bruto de girassol.

Aqui nós temos fotografias comparando os pistões quando rodam com o óleo vegetal, no caso óleo de soja em injeção indireta e os mesmos pistões num motor de injeção direta também movido a óleo de soja. A formação de carbono ou de carvão é muito maior no motor de injeção direta. Isso é fácil de explicar porque o tempo que o combustível tem dentro do motor é muito menor no motor de injeção direta. A queima no motor de injeção indireta é mais completa e, portanto, a formação de carvão é menor [soa a campainha].

Num terceiro teste, nós temos aqui a apresentação de misturas também feitas na CATI de 30% de óleo vegetal, 65% de diesel de petróleo e 5% de gasolina. É um texto muito interessante porque o Engenheiro Denucci faz uma diluição com gasolina dessas misturas buscando ter uma melhor viscosidade, mais baixa, no caso, e uma melhor queima. E todos os motores ensaiados, inclusive com muitas horas, tanto os de injeção direta como de indireta, não apresentaram nenhum problema e apresentaram um consumo bastante razoável.

Como conclusão a gente gostaria de salientar: em função dessa maior viscosidade dos óleos vegetais, eles apresentam um problema muito sério de combustão dentro do motor, dados os tempos extremamente curtos que o motor apresenta para essa combustão. Uma das possibilidades para essa combustão de óleos vegetais seria o aquecimento das misturas. A outra possibilidade seria a formação de misturas com compostos menos viscosos, portanto, diluidores dessas misturas para promover uma melhor combustão. O próximo.

A minha apresentação é essa. Eu agradeço a atenção e, também, gostaria de salientar que junto comigo está o colega César de Castro, que é agrônomo e que pode estar respondendo questões a respeito das várias oleaginosas que são usadas aí como combustível. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Dr. Márcio Turra. Precisava alguém para botar um pouco de gosto ruim no tempero do óleo vegetal para combustível. Ele acabou colocando um pouquinho desse gosto [risos], dando o tom para essa reunião. Pena que o Senador Gilberto não estava aqui para assistir a essa exposição, que foi o contraponto que foi feito nesta reunião até agora.

Nós vamos passar para o próximo palestrante, que é o Sr. Osvaldo Luiz Ceotto, que é Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Bom-dia a todos.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Permite, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Eu queria primeiro dizer que a família Ceotto é uma família tradicional do Espírito Santo, bem-vindo aqui, e dizer que eu tive uma luta no ano passado inteiro para liberar, não tornar obrigatório o uso do paletó. A minha proposição foi derrubada por unanimidade porque disseram onde que estaria a solenidade da Casa sem o paletó. Ele está aqui solene, cheio de dignidade, sem paletó, de modo que eu quero dizer que é uma prova de que a pessoa pode vir aqui e... Eu vi na TV Record, no sábado, na Record News, o Ban Ki-moon, Secretário-Geral na ONU, no Conselho de Segurança da ONU falando sobre as eleições no Irã de manga de camisa igual ele está ali, cheio de dignidade também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eis aí mais um contraponto na nossa reunião.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Eu queria mais uma vez acentuar aí. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então com a palavra o Ceotto.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Bom-dia a todos. Eu fico muito feliz por dois motivos: primeiro, por estar participando dessa iniciativa tão importante. Eu acho que questões como essa de minimizar os problemas ambientais são muito importantes. E, por outro lado, e vejo o Exmo. Sr. Senador Gerson Camata, que trabalhou com o meu pai durante muitos anos, inclusive ele está vivo ainda. Eu fico muito feliz.

Eu fui pego de surpresa, não tenho apresentação, mas eu acho que as questões ambientais também devem ser incluídas nesse contexto. Eu vejo que a questão não pode passar sem ser analisado os aspectos de desmatamento, as questões também do zoneamento ecológico e econômico, que são muito importantes.

Eu vejo alguns problemas nesse Projeto de Lei que são mais relacionados à parte de regulação. Eu vejo que os aspectos de regulação devem ser bem vistos.

Por outro lado, eu vejo também que a parte de comercialização precisa ser bem analisada, porque, como diz o Parecer, a questão deve ser bem vista, principalmente pelo Ministério da Agricultura.

Agora em termos ambientais, eu acho que minimizar efeito estufa é muito importante, diminuir a questão das emissões de GEE.

Eu, realmente, posso contribuir dessa maneira porque eu fui pego de surpresa e não fiz nenhuma apresentação. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. O Dr. Ceotto acabou propiciando aí mais tempo para os próximos. Nós agradecemos aqui a atenção que ele teve de vir aqui mesmo sem ter feito a pesquisa para fazer a sua apresentação.

O próximo é o Dr. Waldyr Gallo, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**SR. WALDYR GALLO:** Bom-dia, Srs. Senadores. Em primeiro lugar eu preciso, em nome do Diretor-Geral da ANP, o Haroldo Lima, desculpar a ausência dele nessa reunião, pois foi impossível por motivos de sua agenda. Eu espero poder, em nome da ANP, dar as respostas ou, pelo menos, as indicações que os senhores estão buscando.

Me apresentando rapidamente, eu sou assessor direto do diretor Aroldo e tenho também, aí eu tenho que chamar esse aspecto, sou professor de engenharia mecânica na UNICAMP, trabalhando na área de motores. Então eu estou me sentindo, assim, muito a vontade de falar a respeito do tema do uso de óleos vegetais em motores diesel.

Aqui um sumariozinho do que nós vamos falar. Vamos avançar, por favor.

Aqui uma definição do que são biocombustíveis. A minha veia de professor insiste em apresentar definições. Na verdade os biocombustíveis, a gente está falando em biomassa, onde essa energia solar que foi guardada nessa biomassa que cresceu através da fotossíntese, ela vai ser liberada especificamente através de um processo chamado combustão. Então

biocombustíveis significa que essa energia vai ser liberada pela combustão e a combustão é uma forma complicada de obter energia do ponto de vista ambiental, qualquer que seja a matéria-prima usada como combustível. Então não é pelo fato de eu estar usando um biocombustível que a combustão será limpa; essa é uma primeira questão que nós precisamos deixar muito clara. Por favor.

Aqui um pouco de dados de vários países. Na verdade os grandes biocombustíveis líquidos para uso em veículos hoje em dia são o etanol e o biodiesel. Na América do Norte e na América Latina fundamentalmente etanol e na Europa principalmente o biodiesel. Na Ásia é, mais ou menos, meio a meio os volumes de biodiesel e... Pode passar.

Aqui essa tabela mostra um pouco a produção mundial de óleos vegetais. O óleo de soja perdeu o posto de ser o óleo com maior volume de produção no mundo, a palma hoje em dia é produzida em maior quantidade, e os preços internacionais da palma costumam até ser mais baixos que o da soja. Aqui no Brasil, acho que por conta do dendê ser tão interessante para fins culinários, os preços não se refletem dessa maneira no Brasil, mas internacionalmente o óleo de palma é, em geral, mais barato que o óleo de soja. São três óleos em nível mundial que têm produção em volumes grandes: palma, soja e colza, na Europa, principalmente por causa da utilização como biodiesel. Por favor.

Esse quadro vai ser difícil da gente chegar, mas eu não preciso me deter muito nele não. Na verdade o Dr. Márcio Turra, da EMBRAPA, já mencionou o principal aspecto que eu queria levantar, que é o aspecto da viscosidade dos óleos vegetais. Os óleos vegetais não podem ser usados diretamente em motores diesel sem que a gente tome algumas providências por conta de sua viscosidade; é incompatível com a viscosidade do óleo diesel que foi usada para desenvolvimento dos motores. Pode passar.

Aí eu estava apontando várias características. Pode passar.

Óleos vegetais, basicamente, são compostos por triglicérides. Triglicérides são moléculas quimicamente muito específicas. A gente vê que dos óleos vegetais em torno de 95% são triglicérides e a gente tem também monoglicérides. Pode passar.

Essa é uma molécula típica de um triglicéride de um óleo ou de uma gordura. É uma cadeia carbônica muito grande e aqui na beirada a gente têm as ligações com a chamada ponte de glicerina e a presença de oxigênios. Então essa é uma molécula típica de um óleo vegetal, é claro, cada óleo tem uma mistura de diferentes moléculas, mas com esta cara. Essa daqui é a chamada ligação dupla ou insaturação do óleo. Então essa é uma molécula, em particular, monoinsaturada; a gente vê isso muito em embalagem de alimentos, óleo mono ou poli-insaturada. Isso tem efeitos sobre a saúde humana e isso tem efeito sobre a combustão. A molécula típica do diesel está aqui abaixo. Notem que se eu passasse uma tesoura aqui, olha, eu teria três moléculas muito parecidas com a do diesel e na verdade essa que é a ideia básica que está por trás do biodiesel. Pode passar.

Essa tabela aqui também a gente poderia olhar em detalhe, mas eu vou passar bastante rápido. Fundamentalmente por conta da questão da viscosidade, os óleos vegetais, quando usados diretamente em motores diesel, tendem a formar depósitos, já foram mostradas algumas fotografias, em particular eu tenho algumas fotografias que são exatamente as mesmas do Márcio sobre deterioração do motor. Agora é possível tecnicamente, a gente tem aqui os problemas, as causas prováveis desses problemas e as soluções potenciais para dar conta. Então se a gente olha as soluções, a gente vê que o tempo todo está se falando em aquecimento do óleo, aquecimento do óleo. Então ao aquecer o óleo, a viscosidade dele diminui e as condições dele trabalhar no motor melhoram substancialmente. Além disso, também se trabalha com mudanças de filtros. Os filtros para que esse óleo possa ser usado como combustível são filtros mais finos; a gente precisa tomar cuidado com a filtragem do óleo. Pode passar.

Essa é uma foto de um pistão: depósito carbônico num pistão causado pelo uso de óleo vegetal sem aquecimento, enfim, sem a presença de uma forma especial de usar esse óleo. Essas figuras aqui, eu não sei por que é que sumiram, mas, enfim, coisas da informática. Elas sumiram, porém, elas são exatamente as mesmas figuras que já foram apresentadas pelo Márcio, aquelas figuras de formação de depósito no bico injetor do motor e etc. Então a perda não foi tão grande. Pode passar, por favor.

Na verdade os óleos vegetais, para serem usados em motores diesel, eles precisam sofrer modificações no motor: redução da viscosidade é o fundamental. Isso pode ser obtido através do aquecimento do óleo vegetal antes da injeção; mudança e cuidado com filtros de combustível; para otimizar esse motor e aí, para não ter perda de desempenho, é necessário eventualmente trabalhar com a mudança na pressão de injeção ou com o ponto de injeção, e aqui são mudanças mais sérias no motor; trabalhar sempre fazendo a partida do motor a frio com diesel, esperar o motor esquentar para só então passar a consumir o óleo vegetal; da mesma maneira ao desligar o motor, tem que mudar para diesel até que todos os filtros e

linhas de combustíveis estejam já sem o óleo vegetal; trabalhar com um tanque adicional para o óleo vegetal, ou seja, não fazer a mistura, não fazer a mistura com óleo diesel, mas trabalhar em tanque separado. Essa adaptação tem que ser feita de forma profissional para que não haja prejuízo ao motor. Uma coisa que é extremamente importante: as propriedades do óleo vegetal não podem mudar muito a cada lote, porque se houver mudanças grandes nas propriedades do óleo vegetal todo o trabalho anterior que foi feito de ajeitar, qual é a melhor temperatura, qual é o melhor ponto de injeção e etc., esse trabalho se perde por conta da variação das propriedades do óleo vegetal. Fazer a distribuição de óleo vegetal também é complexo, na medida em que eventualmente, particularmente em lugares de clima mais frio, a gente pode ter até que a necessidade de aquecer os tanques. Por fim, misturas de óleo vegetal com diesel devem ser evitadas, porque o óleo vegetal a frio com o diesel vai tender a formar carbonização.

O Márcio até comentou sobre a questão dos motores de pré-câmara. Os motores de pré-câmara são mais adaptados a consumir óleo vegetal. O problema é que hoje em dia a indústria automobilística praticamente não fabrica mais motores de injeção indireta. Era uma tecnologia muito usada do ponto de vista agrícola, mas isso tudo está mudando para a injeção direta, ou seja, a mensagem que eu queria dar aqui é a seguinte: a gente ou mantém o óleo vegetal sem modificações, mas aí é necessário modificar o motor diesel através de um kit, uma série de ações, ou, então, modificar o óleo vegetal, que é a filosofia que se usa quando trabalha com o biodiesel, eu modifico o óleo vegetal para que o motor diesel possa ser usado sem alterações. Pode passar.

Aqui a gente tem um pouco o marco regulatório do programa de biodiesel. Eu não vou entrar, não vou discutir cada uma dessas Leis, Decretos, mas só para a gente ver que para a gente poder introduzir comercialmente um combustível na matriz energética é necessária uma série de providências do ponto de vista legal, não só a criação da Lei para introduzir esse produto, mas é necessário que a gente tenha regras de comercialização, trabalho sobre qual é o modelo tributário, quais são as alíquotas de impostos federais, enfim, tem toda uma preparação que precisa ser feita até que se possa entrar no uso comercial desse combustível. O próximo.

Aqui a situação do biodiesel no mundo. Só como uma explicação, quer dizer, o biodiesel, pelo fato de não precisar mexer com o motor, a solução do biodiesel é a mais aceita pelos fabricantes do que usar o óleo vegetal *in natura*, porque implica em pouca mudança. Então a gente tem aqui um panorama da utilização [soa a campainha] do biodiesel no mundo. Por favor.

O esquema de comercialização. Essa é uma atividade que é regulada pela ANP, isso serve tanto para os derivados de petróleo, para a gasolina, para o diesel, como, também, para o biodiesel e para as destilarias. Então eventualmente no caso de óleo vegetal passar a ser comercializado, a gente teria que botar aqui um terceiro ator, que seria o fabricante do óleo, e a partir daí uma série de regras de comercialização precisam ser estabelecidas. Pode passar.

Eu mostro aqui como exemplo o biodiesel, a gente verificar que a parte agrícola e a parte de extração do óleo, o esmagamento do grão, essa parte não é regulada pela ANP; a ANP regula a partir da fábrica que vai produzir o biodiesel. Então daqui para frente existe toda a regulação da comercialização cheia de regras e que basicamente essas regras de comercialização se destinam fundamentalmente a proteger o consumidor quando à qualidade, proteger os vários comerciantes e agentes econômicos envolvidos contra a concorrência desleal e evitar fraudes de natureza fiscal, por isso que existe uma série de regras aqui de comercialização. Eu não vou me deter em detalhes. Por favor.

Para concluir eu queria deixar as seguintes observações: o uso de óleos vegetais em motores diesel é tecnicamente possível, desde que o motor sofra as adaptações necessárias. Então a primeira mensagem não é para sair botando óleo vegetal em motor diesel sem nenhuma outra providência, que existe um risco grande de dano, existe um risco grande de redução de durabilidade.

Os fabricantes de motores podem suspender a garantia dos seus produtos caso se empregue combustíveis não especificados. Esse é outro detalhe, se for constatado o uso de um combustível não autorizado o veículo perdeu a garantia.

Aqui a posição da ANP a respeito dessa discussão atual aqui no Senado. A comercialização pública de óleos vegetais em postos revendedores, na nossa visão, ela não pode ser estabelecida a curto prazo porque não há como defender o consumidor contra essa questão que está aqui em vermelho. Óleos vegetais de diferentes procedências, com diferentes graus de purificação, com diferentes propriedades, podem danificar os motores dos consumidores, mesmo no caso de motores preparados para um dado tipo de óleo vegetal. Então é muito difícil fazer uma garantia, quer dizer, o motor foi otimizado para usar o óleo de soja, se ele for mais abastecer com o óleo de amendoim ele não vai estar funcionando na condição ótima, ele vai aumentar a poluição e, eventualmente, pode causar dano no motor. Então a questão da proteção do con-

sumidor aqui é fundamental para a gente ter um ceticismo quanto a essa comercialização de óleo vegetal a curto prazo e aqui nós estamos falando de venda em posto revendedor.

Porém, existe uma questão que é absolutamente possível, que é a comercialização feita por autorização da ANP entre o produtor do óleo e a empresa que está interessada em consumir esse produto em frotas cativas, ou seja, não pela distribuição através de postos, mas em frotas cativas. No caso de frotas cativas, desde que atendida a Resolução da ANP nº 19, que trata de combustíveis não especificados, não teria problema nenhum. Então uma frota de ônibus urbano, ela vai ter que entrar em acordo com o fornecedor de óleo, eles vão concordar, eles vão fazer uma negociação e a questão da qualidade será gerenciada pelas partes, duas empresas. Então nessas condições não tem problema nenhum, isso já pode ser feito a partir de hoje, não tem... Inclusive na apresentação do Sr. Paulo, ele até mostrou uma autorização da ANP para um teste em quatro ônibus em Goiânia utilizando óleo vegetal. Então esse tipo de comercialização feito entre empresas ou o Poder Público, enfim, não tem problema nenhum. Do ponto de vista do consumidor individual que para o seu veículo num posto para abastecer, a gente tem uma séria dúvida se isso pode ser feito a curto prazo por conta essas questões que foram levantadas, ou seja, é possível usar o óleo vegetal em motores? É possível, mas a gente precisa tomar, primeiro, as providências técnicas necessárias, que já foram ressaltadas anteriormente, e do ponto de vista regulatório, do ponto de vista da proteção do consumidor, isso não deve ser feito em postos revendedores, isso deve ser feito prioritariamente por entrega direta do produtor do óleo ao consumidor em frotas cativas. Nesse aspecto não há nenhum problema. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Dr. Waldyr Gallo que, obviamente, também botou um pouquinho de gosto ruim nessa questão do óleo, mas mostrou alguns caminhos que podem ser percorridos. A verdade é que essa alternativa é um caminho ainda que tem muito a se percorrer, não é isso? É preciso, sobretudo no campo da tecnologia, desenvolver uma forma de compatibilizar esse novo combustível com os carros, os veículos disponíveis.

Eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas, nós vamos passar aqui aos debates. Você tem alguma pergunta para fazer, Gilberto?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu faço em seguida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de saber o seguinte: essa dificuldade que foi apontada pelo Dr. Gallo com relação aos tipos de óleos que podem trazer transtornos, quer dizer, a mudança de um determinado tipo de óleo para outro que afetam duramente a condição do motor e a questão ambiental que foi também alertada aqui pelo Ceotto, será que poderia ser superada caso haja uma tecnologia que leve a uma padronização desses óleo ou essa tecnologia também é distante? Como é que o senhor enxerga isso?

**DR. WALDYR GALLO:** Um pouco me metendo em seara alheia, porque realmente eu não sou da área agrícola, então para falar sobre a variabilidade das propriedades dos óleos seria talvez mais adequado a alguém da área agrícola ou agroindustrial. Mas pelo que eu conheço, pelo que a gente tem visto, os óleos vegetais variam bastante, quer dizer, cada partida de óleo sai com propriedades muitas vezes bastante diferentes e que para uma série de utilizações essas diferenças são irrelevantes. Do ponto de vista de usem motor, a gente precisa tomar alguns cuidados, por isso que eu fiz essa observação. Eu não sei, porque não é a minha especialidade, eu não sei se existe a possibilidade de padronizar o óleo. Certamente alguns processamentos, por exemplo, o óleo a ser usado como combustível tem que ser necessariamente degomado ou pode ser óleo cru? Então essa é uma decisão que certamente pode ser tomada e é um início de padronização, mas de qualquer maneira eu acredito que a própria natureza, ao produzir os óleos, os produz com uma certa variabilidade que no caso de otimização de motores pode atrapalhar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Eu gostaria de ouvir o Dr. Paulo e o Dr. Márcio também sobre essa mesma hipótese, que eu acho que aí é um gargalo bem complicado.

**DR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Em relação aos tipos de óleos, por exemplo, nós temos um óleo específico, que é o óleo de dendê, que inclusive o colega César de Castro, que é agrônomo, pode até responder isso com maior propriedade, é um óleo cujo perfil de ácido graxo se dá bem em regiões quentes. Portanto, ele tem uma fluidez, ele flui em dutos e, portanto, poderia ser usado com um motor, claro, adaptado, em regiões mais quentes, porque uma das propriedades de combustíveis para motores diesel é a fluidez em regimes de tempos frios. Por exemplo, nos temos Estados no Brasil abaixo do Trópico de Capricórnio que são de região temporada e no inverno as temperaturas, como nós estamos verificando agora, caem muito. O óleo de palma, se for utilizado nessa época do ano, na Região Sul, fatalmente causará problema. Então dependendo do tipo de óleo, cada tipo de óleo tem o seu perfil de

ácido graxo, temos aplicações para áreas, para regiões específicas em função da questão climática.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Com relação às diversas possibilidades de utilização de óleos vegetais, tem uma coisa que se impõe, que é o aspecto econômico. Apesar de nós termos possibilidade de óleo de palma, óleo de girassol, óleo de amendoim, todos eles têm um valor de mercado muito elevado e, com certeza, não são viáveis economicamente serem utilizados para a substituição do diesel, que tem um valor muito mais baixo. Então basicamente nós já ficamos restritos a uma matriz basicamente com o óleo de soja em função do aspecto econômico. E dentro dos óleos de soja, as experiências que eu pude constatar na Alemanha são de que não há uma variação tão significativa de características. Estamos com a possibilidade de vir a ter o óleo de pinhão-manso, que também tem características relativamente estáveis. Então hoje eu enxergo num primeiro momento de utilização basicamente com o óleo de soja e, talvez, num próximo momento, o óleo de pinhão-manso. Os demais óleos, eu acho que não têm viabilidade econômica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Senador Gilberto.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem. Eu gostaria de perguntar ao Dr. Gallo sobre o Programa de Biocombustíveis, se também não está ocorrendo a mesma situação por falta de condições econômicas de se produzir um óleo substituível ao óleo de soja, como o óleo de pinhão-manso, mamona, que foi o que levou o Governo a introduzir essa política de biodiesel para incentivar a agricultura familiar, dar uma renda diferente, inclusive o óleo de palma também, que é altamente rentável, poderia estar sendo desde que concretamente amparado no sistema de produção, ele poderia ser altamente vantajoso economicamente para quem fizesse então esse sistema de produção. Mas, infelizmente, devido à situação de se produzir o B3, as indústrias instaladas, a urgência de se tocar as indústrias para não terem problema de continuidade, viabilidade econômica prejudicada, porque são normalmente indústrias que foram financiadas e que precisam ter a sua rentabilidade resolvida, também está se usando praticamente óleo de soja, óleo de algodão, porque não tem tempo hábil de se produzir aquele óleo que a agricultura familiar teria que estar atendendo a demanda, inclusive dentro da orientação do Programa do Selo Social. Infelizmente, então, a cultura que mais tecnicamente responde, apesar que é a que menos óleo produz por hectare, ainda é a soja. Mas, independente disso, essa pergunta que eu lhes ponho, se também não está ocorrendo o mesmo no Programa de Biodiesel.

**SR. WALDYR GALLO:** Perdão, Senador, ocorrendo o mesmo problema de qualidade?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Não, não, da utilização praticamente de todo o programa de biodiesel de 1,2 bilhões de litros que hoje são consumidos--

**SR. WALDYR GALLO:** Estarem fundamentalmente na soja?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Fundamentalmente é a soja que está viabilizando essa compra pela ANP nos leilões, porque é o óleo mais barato hoje, que melhor tecnologia nós temos de produção em todo o País.

**SR. WALDYR GALLO:** Na verdade, arredondando os números e sem ser muito preciso, da ordem de 80% do biodiesel produzido no Brasil é biodiesel produzido a partir de soja, porque é a cultura que tem os grandes volumes de produção, já tem uma cadeia toda de esmagamento bem estabelecida. As outras culturas, talvez com o tempo, venham a substituir a soja paulatinamente. O próprio pinhão-manso é, assim, uma aposta que muita gente faz, mas que ele vai ter um tempo de maturação ainda pela frente. Então hoje o Senador tem razão, o biodiesel, o programa todo de biodiesel, 80% do biodiesel é fabricado a partir do óleo de soja. É importante também ressaltar que os outros 20% não estão muito igualmente distribuídos não. 15%, então falamos em 805, mais 15%, ou seja, chegamos já em 95%; esses 15% são de biodiesel fabricado a partir do sebo animal, em geral ligado a grandes frigoríficos, grandes abatedouros, que é um óleo mais barato até um pouco que a soja, apesar de ter alguns problemas um pouco mais... Traz alguns problemas para o biodiesel, inclusive ele raramente é usado sozinho, ele é usado sempre em associação com a soja; os outros 5% restantes da produção de biodiesel se dividem entre o óleo de girassol, o óleo de algodão e alguns resíduos oleosos como, por exemplo, o óleo usado de restaurante, enfim, óleo de reciclagem. Respondi? Eu não sei se eu respondi à sua pergunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de fazer um questionamento aqui. Não vou especificar a quem, mas aquele que tiver condições de responder que o faça, que eu acho que é importante para a Comissão saber onde está pisando.

Pela Audiência Pública que nós realizamos para discutir especificamente a questão do pinhão-manso e pelo depoimento que nós ouvimos hoje, especialmente do Dr. Paulo Morais, deu para se perceber que a iniciativa privada está correndo mais do que o Poder Público nas pesquisas para o desenvolvimento do biodiesel a partir dessa cultura. A pergunta que eu faço é

a seguinte: o Poder Público, que está mais lerdo que a iniciativa privada, tem contribuído através de suas instituições, como BNDES, Banco do Brasil, financiando a iniciativa privada, dando condições para que ela possa desabrochar nessa busca de respostas? Principalmente no campo tecnológico eu acho que tem que vencer muito para que a produção e a produtividade alcancem os objetivos que se buscam. Essa é a pergunta, ou seja, como é que está o setor público se relacionando com o setor privado nesse campo da pesquisa e no fomento à produção?

**SR. WALDYR GALLO:** A pergunta talvez seja assim um pouco grande, um sanduíche um pouco grande demais para a nossa boca, que somos técnicos, para falar assim em nome de uma articulação maior do Governo Federal, enfim, dos órgãos públicos, mas eu queria só lembrar uma coisa que é verdade e que existe do ponto de vista da Agência Nacional do Petróleo. É que o petróleo, quando é extraído de grandes jazidas, ele gera recursos para a pesquisa. Esses recursos são geridos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo MCT, através de um Fundo, um Fundo proveniente de recursos de exploração do petróleo, e as diretrizes para a utilização desses recursos passam, evidentemente, por pesquisas na área de petróleo, mas também são apropriadas e também são aprovadas linhas de pesquisa na área de biocombustíveis. Então o MCT/FINEP tem recursos, tem recursos que podem ser usados para pesquisa. Do ponto de vista do financiamento direto a empresas aí, BNDES e Banco do Brasil, apoio bancário a financiamento de pesquisa, eu realmente não tenho muitas informações, mas do ponto de vista de ciência e desenvolvimento científico feito através do MCT, o próprio petróleo joga um dinheiro no MCT que pode ser usado também para pesquisa em biocombustíveis.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Eu gostaria de fazer um comentário também. Especificamente em relação ao pinhão-manso, há um programa intensivo de pesquisa no contexto da EMBRAPA Agroenergia com recursos do MCT, com recursos do Ministério da Agricultura. Esse é um dado. Em relação ao contexto do financiamento da cultura através da política agrícola, através dos bancos que financiam a agricultura no Brasil, em que pese o fato que nós já temos conhecimento que algumas instituições bancárias financiaram o cultivo do pinhão-manso, há que se relatar que o Ministério da Agricultura não pode fazer essa indicação nesse momento pelo fato de nós não possuirmos ainda o Valor de Cultivo e Uso. Nós temos um registro no Ministério da Agricultura para o pinhão-manso que é um registro, digamos assim, provisório de cultivar exatamente dentro desse contexto estabelecido da pesquisa, mas nós não podemos indicar para os agricultores, fazer o plantio e o financiamento porque os riscos não estão estabelecidos, exatamente porque não existe, ainda, esse Valor de Cultivo e Uso. Então é fundamental o avanço das pesquisas que estabelecerá o chamado VCU para que possa ser incluído dentro do contexto da política agrícola nacional.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria, só para não perder o embalo dessa indagação, pedir ao Dr. Paulo que responda se esse valor do cultivo e uso, que é apontado pelo Denílson, se está dentro de um cronograma aceitável, se realmente no caso da iniciativa privada, se ele acha que está caminhando na velocidade ideal ou se está atrasado também, se realmente o Poder Público poderia acelerar mais.

**SR. PAULO DE MORAIS:** As presenças experiências que eu tenho dito e em contato com a Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso, fica muito claro que a iniciativa privada, principalmente com algumas multinacionais europeias, estão fazendo investimentos aqui no Brasil e não contam com o apoio oficial. Não estão aguardando pelas pesquisas dos órgãos oficiais, mas estão fazendo investimentos. Se houvesse já uma disponibilidade a nível de financiamento, nós já estaríamos com plantios em escala bem maiores do que nós temos atualmente, que todas estão sendo feitas com recursos privados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Há um número considerável de pesquisas nessa direção, que já seja capaz de convencer todos os segmentos que estão interessados em acompanhar o desenvolvimento dessa cultura?

**SR. PAULO DE MORAIS:** A iniciativa privada, nessas pesquisas que têm sido feitas, ela tem disponibilizado de uma forma geral ao público, inclusive realizando diversos dias de campo e abrindo, de uma forma geral, todos os desenvolvimentos que eles têm obtido. Por outro lado, vamos dizer, as pesquisas oficiais não têm sido da mesma forma aberta aos interessados em produzir.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Eu gostaria só de fazer um comentário em cima do que foi falado. Inclusive esses dias de campo que estão sendo executados pela Associação Brasileira de Produtores do Pinhão-Manso, do meu amigo Mike Lu, é uma ação do Ministério da Agricultura, lá da Coordenação-Geral de Agroenergia, com o apoio da EMBRAPA Agroenergia. O que é que ocorre? É que trata-se de uma cultura perene, ou seja, uma cultura que demora um número X de anos para produzir. Não é uma cultura que numa safra você tem

todo o controle para estabelecer todos os parâmetros de pesquisa a serem considerados. Então esse processo, digamos assim, ele pode ser encurtado até certo ponto, porque é uma cultura que leva três anos para ter maturidade, ou seja, e as previsões estabelecidas pela EMBRAPA Agroenergia seria que em dez anos, isso há uns dois anos atrás, quando se iniciou todo o processo, nós teríamos esse cultivar com o Valor de Cultivo e Uso para daí entrarmos num outro processo de melhoramento genético. Esses prazos estão sendo antecipados com toda a rede de pesquisa de EMBRAPA e com todos os--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então há um cronograma?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Há um cronograma, eu tenho até aqui um encarte que eu posso deixar com o Senador e que trata um pouco disso. Fora as iniciativas da EMBRAPA Agroenergia, há um contexto de iniciativas inclusive que envolvem a iniciativa privada através dos associados da ABPPM, que envolve as Universidades Federais, as Universidades Estaduais, financiadas pelo MCT. Então não dá para dizer que o Poder Público está ausente dessa discussão, pelo contrário, estamos até o último fio de cabelo envolvidos nessa discussão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, na verdade, a falta da definição desse Valor de Cultivo e Uso acaba acarretando também uma dificuldade de crédito para a própria produção?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Exatamente, Senador, porque aí é que se estabelece o risco, porque o Valor de Cultivo e Uso determina a homogeneidade do processo produtivo, estabelece as variedades. São questões mais técnicas agronômicas, mas que possibilita ao agente financeiro estabelecer exatamente qual é o risco, porque hoje nós temos problemas de homogeneidade. Esse processo de colheitadeira que foi demonstrado aqui na apresentação eu conheço, é do Sr. Tominaga, lá da BIOJAN, se eu não me engano de Barbacena, que é uma adaptação de uma colheitadeira de café, mas tem um problema porque os frutos não amadurecem no mesmo período. Então tem um processo intenso de pesquisa para a gente poder avançar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Deixa eu fazer uma pergunta bem objetiva: de um a dez, qual a distância que foi percorrida na direção de se definir o Valor de Cultivo e Uso?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Eu acredito, não sou a melhor pessoa para dizer, eu gostaria de ter aqui o Dr. Frederico Durães da EMBRAPA e Agroenergia, mas eu acredito em quatro, acredito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Quatro?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Exatamente, e os resultados dessas pesquisas estão sendo publicados em diversos eventos relacionados à pesquisa agroenergética. Está previsto um Congresso Mundial de Pesquisa e Desenvolvimento em Jatrofa no México, agora no mês de julho, quer dizer, há uma discussão internacional intensa pelas possibilidades, como foi mostrado aqui os testes com a Japan Airlines com o querosene de aviação exatamente por essas características propícias ao biocombustível da jatrofa que se avança nessa discussão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Gilberto.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria de ouvir primeiro, para depois fazer a minha pergunta, o Dr. Márcio.

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Senador, é o seguinte, eu pediria a palavra do Dr. César de Castro, que é agrônomo, colega nosso na EMBRAPA Soja, que poderia fazer considerações bastante pertinentes a respeito da cultura do pinhão-manso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então vamos chamá-lo para cá. Nós estamos, na verdade, quase que prosseguindo da Audiência anterior, que foi convocada para o pinhão-manso. Dr. César de Castro, que é Pesquisador da EMBRAPA.

**SR. CÉSAR DE CASTRO:** Bom-dia e obrigado. Eu sou pesquisador da EMBRAPA Soja. A EMBRAPA Soja trabalha com basicamente a segunda e a terceira cultura que mais produz óleo, que é a soja e girassol. Só perde, na verdade, para o dendê, que é uma cultura perene. Então com essas culturas a EMBRAPA Soja tem dado respostas à altura.

Com relação ao pinhão-manso, a EMBRAPA tem a EMBRAPA Agroenergia, como foi bem citado pelo Dr. Denílson, a EMBRAPA Agroenergia tem trabalhado bastante nisso e eu acredito que justamente o espaço percorrido, numa escala aí de zero a dez, está na ordem de três a quatro, é uma cultura ainda relativamente nova em que eu percebo que existem bastante problemas. O agricultor vai ganhar basicamente o dinheiro só com a venda do óleo, tendo em vista que a torta não é utilizada para a alimentação animal, isso é um empecilho principalmente para o pequeno produtor, ele precisa ter essa fonte de renda advinda também da produção da torta. Mas eu acho que com relação às pesquisas, a EMBRAPA, junto com os seus parceiros, tem dado resposta à altura. Eu volto a dizer a questão da soja. A cultura produz em torno de 20% de óleo, mas temos 22 milhões de hectares de soja. Mas não

foi ontem que começou isso, a EMBRAPA já está há 30, 35 anos trabalhando. Não vai precisar desse tempo todo para se trabalhar com o pinhão-manso, mas já tem também pesquisas com outras culturas, como o dendê. Por que a gente esquecer do dendê, que é a cultura que mais produz óleo no mundo e basicamente por poucos países do Sudeste Asiático e alguns da Costa Oeste da África, países de colonização francesa. O dendê é um fato, não tem porque nós não dedicarmos mais atenção ao dendê, não é nem questão de pesquisa, talvez seja questão fundiária, questão legal, qualquer outra coisa.

Eu gostaria de aproveitar, com relação ao que foi perguntado antes, por que é que vai variar a composição do óleo de uma cultura para outra, eu diria mais, ele vai variar se for produzido no Rio Grande do Sul ou no Estado de Roraima, por exemplo. Quanto mais calor a planta tiver, de um modo geral ela vai ter óleos com menor quantidade de duplas e insaturações. Por exemplo, se mostrasse aquela figura do triglicerídeo, quanto mais dupla ligação tiver, por exemplo, um Omega 3, mais líquido vai ser esse óleo. Então o que eu quero dizer é que um óleo produzido no Brasil de girassol, ele vai ser mais fluído do que esse mesmo óleo produzido com o mesmo híbrido, inclusive, em Roraima. Isso se acontece dentro da mesma planta, acontece muito mais com plantas distintas ou até quando a gente produz biodiesel advindo de sebo, como foi dito. O biodiesel vai ter a mesma característica do ácido graxo que compõe esse triglicerídeo. O sebo, ele é sólido à temperatura ambiente, por isso que ele é gordura, não é óleo. Então esse biodiesel vai ter problema, vai ter que passar por algum processo melhor. Então o Brasil, ele tem condições de produzir biodiesel de diversas coisas, quer dizer, entre o Trópico de Câncer e Capricórnio, onde basicamente não existe País do Primeiro Mundo, à exceção de parte da Austrália, é aonde tem a maior quantidade de plantas, mas também onde tem poucas pesquisas. Se nós pensarmos bem, na soja é que foi investida uma grande quantidade de pesquisa. O pinhão-manso é uma coisa de poucos anos, então vai demorar um pouco ainda a se ganhar espaço para essa cultura que é importante. Mas é importante também outras: a macaúba, por exemplo, o patuá, que na Segunda Guerra Mundial o Brasil exportou óleo de patuá para a Europa porque tem um perfil de ácidos graxos semelhante ao azeite de oliva, ou seja, não nos falta cultura, o que falta é investimento e tempo para que as pesquisas respondam sem partido, sem ser partidário ou paixão, qual é a cultura que é melhor. O pinhão-manso é uma promessa e o fato é que atualmente é a soja, mas pode ser o girassol também. Foi colocado o preço bastante alto do girassol, porque a qualidade do ácido graxo dele é melhor, ou seja, para o consumo humano, mas nós temos o quê? Uns 150 mil ou 200 mil hectares só de girassol no Brasil. E a Argentina, que nos avizinha ao Sul, é o segundo maior produtor, só perde para a Rússia, quer dizer, o que falta é investir aqui dentro para produzir, mas poderíamos produzir óleo combustível e o óleo para a alimentação humana por diversas culturas. O que falta realmente é tempo e isso começou, assim, de uma forma muito rápida de se dar respostas. Acredito que a questão de colocar esse óleo dentro do motor, ele vai depender de escolher qual é a planta que produz mais e de forma mais racional, e modificando eu acho que o motor, com algumas modificações. A gente tem acompanhado diversos kits que aumentam a temperatura, kits que aumentam a fluidez misturando substâncias mais fluídicas no óleo de girassol para fazer isso, trabalhos que o Márcio Turra inclusive fez no Doutorado dele. O que nós temos que dar é um tempo para isso aí. Eu acredito que as colocações do Dr. Gallo de que ou deva se mudar o óleo ou deva se mudar o motor são bastante pertinentes no momento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem, estava escondido ali, prestou um belo depoimento. Márcio, você gostaria de fazer algum comentário também? Já terminou?

Senador Flexa, que é o Relator.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Bomdia Presidente Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, senhores convidados.

Eu quero, primeiro, justificar ter chegado já após as exposições. É que lamentavelmente a TAM resolveu atrasar hoje o voo por duas horas e meio de Belém; tinha que sair as seis, saiu às oito e meia.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Faltou querosene e não tinha o óleo de pinhão-manso.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Foi por problema meteorológico, mas eu vou, depois, solicitar as notas taquigráficas para poder fazer a leitura das exposições, que tenho certeza que foram bastante importantes.

Como V. Exa. bem ressalvou, Presidente Senador Valter Pereira, eu tenho o privilégio de ser o Relator do PLS 81, do Senador Gilberto Goellner, que propõe a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustíveis para vários equipamentos, inclusive para também transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Eu tenho me debruçado sobre essa questão há muito tempo. Em 1995 eu fiz uma visita, estava Presidente da Federação das Indústrias do Pará e com o então Governador Almir Gabriel nós buscávamos verificar nos países de clima tropical, na faixa dos trópicos,

aqueles desenvolvidos e para que a gente pudesse fazer uma visita na intenção de importar tecnologia. Nos deparamos com a Malásia, a Malásia que tinha ao longo de trinta e poucos anos, naquela altura, se transformado de um País pobre num Tigre Asiático, já hoje acendendo quase que a um País de Primeiro Mundo. As culturas que levaram a Malásia nessas três décadas e meia a fazer essa transformação: borracha, dendê, pimenta do reino e cacau, exatamente as culturas que nós tínhamos na Amazônia e, em especial, no Pará. Nós fomos até lá, Senador Valter Pereira, passamos 20 dias percorrendo a Malásia por inteiro. Com o que nos deparamos nos trouxe a certeza de que o caminho tinha realmente que ser, evidentemente mantido os acertos e corrigidos os erros que foram cometidos nessa mudança lá naquele País, mas que nós teríamos que adotar no Brasil. Em seguida, trouxemos uma comitiva do Governo e de empresários de Malásia com o interesse de investir no Brasil e, em especial, na Amazônia, em função do clima e por ser propício para a cultura. Lamentavelmente essa comitiva entrou no Brasil por Brasília e aqui, numa Audiência com o Ministro do Meio Ambiente à época, foi orientada a não fazer negócio no Brasil, ou seja, em outras palavras, não me foi dito isso, mas "vocês não são bem-vindos ao Brasil, vocês são considerados como predadores e, então, por isso, nós não achamos interessante fazer negócios no Brasil e, em especial, na Amazônia". Eles estiveram conosco na Amazônia, disseram isso, acharam lamentável terem sido recebidos no Brasil desta forma e disseram que se não fosse possível fazer investimento no Brasil, porque já naquela altura a Malásia era a maior produtora de óleo de palma do mundo com dois milhões e meio de hectares plantados e não tinha mais nenhum palmo de terra para poder plantar. Então ela tinha tecnologia, tinha capital e não tinha terra, estava buscando um espaço no resto do mundo em áreas propícias para fazer esse plantio. Eles disseram abertamente lá no Pará: "Se o Brasil não nos quer, nós vamos buscar outros dias mercados, nós vamos para o Peru, nós vamos para a Bolívia, nós vamos para a Colômbia, nós vamos para o México, nós vamos para outras áreas aonde também podemos fazer esse cultivo".

Isso já remonta, de 1995 para cá nós temos quase que 15 anos, 14 anos. Eu tenho levantado essa bandeira com várias propostas, inclusive desde os governos passados até nesse Governo, para que pudéssemos fazer a produção do óleo de palma, em especial do óleo de palma, porque seria o mais propício na minha região e no meu Estado. Só no Pará, numa área, num raio de cem quilômetros de Belém, você tem áreas propícias da ordem de dois milhões de hectares para o plantio do dendê, ou seja, o Pará sozinho, sem devastar, sem derrubar uma única árvore, esse é o ponto fundamental, só em áreas antropizadas, áreas já alteradas, poderia se tornar o maior produtor de óleo de palma do mundo. E lamentavelmente, passados 15 anos disso aí, nós temos hoje plantado menos de 100 mil hectares na Amazônia e no Pará, apesar da EMBRAPA possuir um centro de pesquisa de produção de sementes na região de Urubu, no Amazonas, que estava totalmente abandonado, e que hoje, através de uma parceria com o setor privado, está retomando a produção de semente, porque a maior dificuldade na realidade também para aqueles que querem produzir é conseguir a semente, porque tem que ser importada. E aí, lamentavelmente, o projeto que eu apresentei há quatro anos e meio aqui no Senado Federal que permitia a utilização, flexibilizava o Código Florestal permitindo a utilização das áreas antropizadas para em 30% dela ser utilizada para o plantio de palmácea e de outras espécies exóticas ou nativas, ele, apesar de aprovado por unanimidade no Senado Federal, ele está empacado até hoje lá na Câmara e não anda, não tem jeito de andar porque os ambientalistas acham que o projeto é floresta zero, apelidaram de floresta zero, mas ele não derruba uma única árvore, pelo contrário, ele preserva a Amazônia, ele não permite o avanço sobre a floresta, ele não permite usar nessas áreas antropizadas a compensação em áreas de preservação para a produção de grãos, para a produção de pecuária, nada; é só para reflorestamento com espécies nativas ou exóticas. Lamentavelmente o dendê é exótico, está há 500 anos no Brasil, como também são exóticas o boi, a galinha, o peru, está entendendo? [risos] Nós, nós somos exóticos, os índios é que não nativos, nós todos somos exóticos, então não teríamos o direito nem de estar aqui, nem de estar aqui representando o povo brasileiro. Mas lamentavelmente eu não consigo vencer a barreira ideológica feita pelas Organizações Não-Governamentais ligadas à área ambiental. Eles têm uma mídia impressionante, tem recursos externos e bloqueiam o projeto de toda maneira.

Agora recentemente o Ministro Reinhold Stefani, me perdoe Senador Valter Pereira, eu preciso fazer esse relato para ver como é difícil a gente estar aqui, o Senador Gilberto Goellner também é um defensor da produção de biocombustível, mas como é difícil a gente avançar. Acho que a gente dá um passo à frente e dois para trás e não consegue sair da mesmice. O Ministro Reinhold Stefani assumiu de público agora, assumiu de público que a solução para que o Governo do Presidente Lula atenda o que ele pretende fazer, de usar até 2013 parece que 5% na mistura, para isso ele tem que produzir, tem que ter. E a mamona, que era

o carro chefe do governo, se fazia loas para o plantio da mamona, já se mostrou inviável economicamente, não dá para fazer produção de biodiesel, de biocombustível, em escala com a mamona. Há possibilidade do pinhão-manso e pelo dendê, que é comprovadamente, já exaustivamente comprovada, como sendo o caminho natural para se poder atender, até porque, até porque o biodiesel produzido do dendê é subproduto, ele passa por uma cadeia que vem desde o óleo bruto, passa pelo óleo refinado, vem para o óleo comestível, vem para as margarinas. O que era colocado como alimento animal, que era o final do processo, dali você ainda consegue tirar o óleo para produzir o biodiesel, ou seja, não há nenhum impacto na cadeia alimentícia, nenhuma concorrência com a cadeia alimentícia, que é uma preocupação de todos evidentemente que o biocombustível não venha impactar a produção de alimentos para o mundo.

Então hoje o Ministro Reinhold Stefani defende, mas não consegue avançar também. Ele esteve visitando e era importante, Senador Valter Pereira, que o Senado Federal, a Comissão de Agricultura, tão bem presidida por V. Exa. , pudesse visitar um projeto experimental feito no Município de Moju, no Estado do Pará, com um assentamento do INCRA totalmente abandonado. Existiam lá 150 famílias que não tinham do que subsistir. Viviam, eu acho, que abaixo da linha da miséria, pior que animais. Esse experimento, através do Governo do Estado, do Governador de então Almir Gabriel, com o financiamento do BASA pelo PRONAF, com a assistência técnica da empresa que é hoje a maior produtora de óleo de palma do Brasil, que está no Estado do Pará, da AGROPLAMA, eles fizeram que as 150 famílias de assentados plantassem, em cada lote de 25 hectares, dez hectares de dendê. A planta para poder produzir leva de dois anos e meio a três. Durante esse tempo os assentados recebiam um salário mínimo e mais a assistência para agricultura de subsistência para plantar mandioca, para criar galinha, para poder subsistir enquanto a empresa dava assistência, cedeu a semente e dava a assistência técnica. Bom, hoje, passado já cinco anos, em plena produção, talvez seja o único financiamento do PRONAF, seria bom o Senado até fazer uma solicitação para saber se isso é verdadeiro ou não, que tenha retorno para o órgão financiadora, porque a empresa compra os cachos das famílias, retém 25% desse valor para pagar o BASA, o financiamento do BASA, e tem hoje uma renda familiar da ordem de 2.500 a três mil reais por família, por família daquelas que estão lá assentadas.

Com este exemplo eu já percorri o Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente para transformar os assentamentos do INCRA em modelo daquilo que pode ser feito, evidentemente na área propícia ao plantio, não consigo avançar, mas não vou desistir.

Eu acho que esse projeto do Senador Goellner é importante e eu gostaria de fazer duas ou três questionamentos, porque o projeto do Senador Goellner propõe, e eu, como Relator, preciso ter essas informações, ele propõe que seja usado o óleo vegetal *in natura* nas fazendas para o trator, colheitadeira. Até aí, conversando com ele já várias vezes, não há nenhum problema, eu acho que se você produzir o óleo e usar no seu equipamento, ele adaptado para aquele tipo de combustível, não há problema. Só que ele pretende ir mais longe. Eu acho que ele está correto. Aí ele já me trouxe aqui exemplos dos países da Europa de que você tem bomba de óleo vegetal para abastecer os veículos. Então você tem lá o óleo vegetal, você tem o diesel, você tem a gasolina, você pode até mixar qual a proporção que você quer fazer aqui, se é o de 5%, 10% ou o 100%.

O questionamento que eu queria fazer, principalmente ao Dr. Gallo, da ANP, que conversando com o Senador Goellner, eu acho, eu penso que para que isso possa realmente chegar aos postos de distribuição tem que ter uma regulação por parte da ANP como tem os outros combustíveis. Você não pode chegar no fazendeiro, colocar um posto para vender óleo vegetal na porta da sua fazenda, passa um caminhão, ele abastece; não há como ser isso, então nós precisamos ter essa regulação. É evidente que precisamos ter escala industrial para que possa abastecer essa rede que seria, eu penso, seria como foi o caso do etanol, quer dizer, o etanol hoje já é um combustível usado em todo o Brasil e aprovado, então isso num futuro próximo seria também a possibilidade de se ter. Mas eu gostaria de perguntar à ANP: Como é que nós caminharíamos no Parecer para que pudéssemos atender... Eu sou favorável ao projeto do Senador Gilberto Goellner, só que precisamos fazer algumas Emendas no sentido de poder ter essa comercialização regulada, porque aí nós temos que ter qualidade. É importante, eu ouvi aqui, numa Audiência Pública que houve em abril de 2007, o Dr. Arnoldo de Campos, ele diz que não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel. Isso realmente é uma dificuldade para que você possa transformar isso a nível internacional. E, também, identificar quais as matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, que é isso que nós estamos vendo aí, é o caso do pinhão-manso, é o caso do dendê; não adianta insistir com mamona, eu não sei o girassol, eu não conheço o girassol, não sei se tem essa possibilidade.

Mas eu queria perguntar também, tinha aqui algumas perguntas, eu gostaria de perguntar ao Dr.

Osvaldo, que é Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, eu não sei se o senhor conhece o Projeto 6.424, que é esse que de minha autoria que tramita lá no Senado. Eu gostaria de ouvir de V. Sa. se realmente esse projeto é nocivo ao meio ambiente, se ele traz algum dano ao meio ambiente quando ele permite que 30% das áreas alteradas sejam reflorestadas com espécies nativas ou exóticas e possa fazer a sua compensação em áreas de preservação, segundo o zoneamento econômico e ecológico. Eu quero deixar aqui também bem claro de que no meu entendimento a reserva legal por propriedade não é inteligente. Você faz com que cada vez mais se agrida a floresta. Na Amazônia você só usa 20% da área, então para você ter uma área razoável, você tem que entrar cada vez mais avançando sobre a floresta. Então eu acho que mantida... É uma outra inverdade que os ambientalista dizem do meu projeto, que ele altera a reserva legal, ele não altera, ele mantém a reserva legal de 80% na Amazônia, ele apenas permite que essa reserva seja feita em área de preservação. Então eu defendo o zoneamento econômico e ecológico de todos os Estados brasileiros, em especial da Amazônia, e que a gente possa ter definitivamente quais as áreas que são de preservação, quais as áreas de uso por manejo semi-intensivo e quais as áreas de uso intensivo que seriam aquelas áreas já antropizadas, aqueles áreas já alteradas.

Eu teria outras perguntas, mas eu gostaria de ouvir esses dois pontos, que eu acho importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Flexa, eu acho que se V. Exa. pegar as notas taquigráficas e examinar as advertências que foram feitas aqui com relação ao uso do óleo vegetal *in natura* terá informações suficientes e sobejas para produzir um belo Parecer nesse projeto. Aqui, pelo que eu senti, é admissível sim o uso do óleo vegetal, mas há riscos que precisam ser superados e para isso medidas têm que ser adotadas. Eu acho que se V. Exa. pegar as notas taquigráficas vai encontrar um manancial de informações úteis para o seu Parecer. Mas, de qualquer forma, V. Exa. fez duas perguntas--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu gostaria que os nossos convidados pudessem enriquecer as questões.

**SR. WALDYR GALLO:** Na verdade, a manifestação que a ANP trouxe para essa reunião de hoje tem como uma das preocupações a questão da comercialização. A comercialização em larga escala a gente vê como problemática, pelo menos num primeiro momento, pelo menos a curto prazo. A gente lembra que, por exemplo, a Alemanha tem essa comercialização, foi mostrado inclusive bombas de óleo, mas a Alemanha tem um clima e o óleo que é usado para fins combustíveis é exclusivamente colza, no caso da Alemanha, numa área assim geográfica, climática e de solos muito parecido. Então eles conseguiram fazer uma especificação, uma especificação técnica para o óleo de colza poder ser usado nos motores.

A gente entende que isso é muito mais difícil no Brasil, que tem uma diversidade de climas e culturas de oleaginosas muito diverso. Para que haja a proteção do consumidor, para que ele tenha não tenha prejuízo nos seus veículos, que não tenha, enfim, não sofra algum tipo de prejuízo, a gente entende que a gente tem um longo caminho a percorrer para poder fazer essa comercialização em larga escala. Porém, e eu acho que isso é muito importante, o uso do óleo vegetal, ele pode ser usado em nichos de mercado, em regiões específicas onde a comercialização tem que passar por uma autorização da ANP, já existe a regulamentação pronta para isso, e aí é uma negociação direta para o produtor do óleo e o frotista ou o agricultor que vai usar esse produto, eles precisam negociar, eles precisam se colocar de acordo sob responsabilidades mútuas, se houver problema no motor como é que é, como que não é, quem vai garantir a qualidade do óleo, mas é uma negociação entre dois agentes econômicos e isso é perfeitamente possível já nos dias de hoje. Eu não sei se eu respondi a sua questão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Ou seja, a ANP já autoriza, dá essa autorização para a comercialização entre dois entes, o produtor e o frotista?

**SR. WALDYR GALLO:** É, não só no caso do óleo vegetal, isso vale para qualquer combustível não especificado que queira ser usado em substituição ao diesel ou à gasolina. Em geral essa autorização também necessita de um Parecer ambiental que eu acredito que, no caso do óleo vegetal, não deve ser muito difícil de ser obtida, mas que em outras propostas que a gente já escutou na ANP, de usar substâncias malucas como substitutivo e que houve veto do Meio Ambiente por conta dos efeitos sobre a saúde humana. Então com um Parecer favorável de órgão do meio ambiente e, assim, seguindo a receita que está nessa regulamentação já pronta da ANP, já é possível fazer a comercialização hoje entre agentes específicos; não pode ser feito assim na distribuição em postos de gasolina.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Da parte do Ministério do Meio Ambiente eu vejo que o Ministério não é impedimento à atividade produtiva. Eu acho que a gente tem uma ideia, não todos, mas um pouco equivocada de que o Ministério do Meio Ambiente quer atrapalhar e, na realidade, ele não quer; nós queremos

é sustentabilidade e isso é muito importante. Nós temos um Código Florestal que realmente precisa ser revisto, atualizado. Agora isso depende não somente do Ministério do Meio Ambiente, depende também de todos os outros órgãos, da Agricultura, de Minas e Energia; eu vejo por esse lado. Nós temos problemas sérios de desmatamento, agora eu acho que se existem áreas antropizadas, elas podem muito bem ser utilizadas; isso é uma questão de bom-senso, não precisa nem ser ambientalista para ver, agora tudo dentro do seu limite, tudo dentro da sua possibilidade. Quantos por cento nós vamos utilizar? Esse que é o detalhe. 100% dessa área degradada? Aí é até uma questão científica, técnica. E a questão das APPs, dessas áreas que foram devastadas? Nós temos também que recuperar. Então eu acho que a gente ter o bom-senso e negociar nesse aspecto, a gente não pode ver o Ministério do Meio Ambiente como querer atravancar o processo, pois não quer; eu acho que a gente tem que trabalhar juntos.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, se me permite--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Sr. César gostaria de fazer uma intervenção em cima do que foi dito.

**SR. CÉSAR DE CASTRO:** Em cima da questão do cultivo de dendê, eu acho bastante interessante. Toda essa produção de óleo de palma e palmiste, que advém da mesma planta, ela é feita basicamente em oito milhões de hectares ou nove milhões de hectares. Só a soja no Brasil tem vinte e dois milhões de hectares. Para cada hectare de dendê que entra em produção, ela é equivalente a dez hectares de soja. Então é uma planta extremamente eficiente e vai ao encontro daquela questão que foi dita de produção de energia por área, quer dizer, produzir dendê é uma questão inteligente. Um plantio de dendê, quem já viu o plantio de dendê, ele é todo coberto, ou seja, a cobertura com [ininteligível], por exemplo, há 20 anos atrás eu trabalhei na Amazônia, era dessa forma e fica uma área bastante interessante. Então trabalhar com isso eu acho que é bom, principalmente por economia de área, porque cada hectare de dendê que entra em produção ele equivale a aproximadamente dez de soja; é só de nós vermos quando foi que o dendê passou a soja na produção mundial de óleo. Então seria algo bastante interessante aproveitar essas áreas antropizadas, respeitando o Código Florestal e respeitando as condições edafoclimáticas para a planta. A EMBRAPA já teve inclusive um centro, o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê em Manaus, ou seja, existe um pacote tecnológico que pode ser para atender a esses agricultores. O senhor citou bem esse exemplo de Moju, que eu também conheço, acho bastante interessante. Eu não conheço especificamente esse projeto, mas toda essa região do Pará eu conheço.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Denílson gostaria de fazer um comentário também em cima desse assunto só para aproveitar.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Só pela ordem, antes eu gostaria de... Eu preciso me ausentar, existe uma votação numa outra Comissão. Eu queria parabenizar a todos os expositores, eu vejo que todos se ativeram muito bem ao tema, apresentaram sugestões valiosas que serão analisadas pelo Relator. Eu acho que de uma forma conjunta aí nós podemos tirar proveito de subsidiar esse projeto, melhorá-lo ainda mais. Eu gostaria de agradecer a todos que deram uma força muito grande a esse evento aqui, a essa Audiência Pública, que eu acho que é nessa discussão técnica que se consegue então as soluções para o País, já que o País é um País de vanguarda na área de biocombustíveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, Denílson.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** É só um breve comentário em acordo com o Senador Flexa Ribeiro, que tratou a respeito do óleo de dendê. O óleo de dendê é o óleo mais comercializado no mundo hoje, com um valor agregado altíssimo. E é verdade, o Ministro Reinhold Stefani está bastante sensível à questão, nos deu essa difícil tarefa de buscar mecanismos de incentivo à cultura e dentro do governo nós estamos trabalhando nesse sentido. Não há ainda resultados a serem mostrados, porque é uma coisa bastante recente, mas nessa tarefa, imediatamente à minha chegada do Ministério da Agricultura, nós fomos visitar todo esse projeto lá da AGROPALMA, em Moju e tal, e é realmente excepcional. Esse projeto que nós buscamos é para além do uso energético, não é exatamente em função desse mercado potencial imenso que existe, e não existe no mundo País com potencial de aumento de produção de dendê como o Brasil tem disponível com condições edafoclimáticos. E nesse sentido nós já imediatamente, a partir de uma iniciativa conjunta com a EMBRAPA Solos, iniciamos um processo de zoneamento agroecológico para identificar quais são essas áreas potenciais para o cultivo do dendê no País. Além da Região do Sul da Bahia, ali aquela região cacaueira, já identificamos uma área na Zona da Mata Pernambucana, além daquela região lá no Pará, que está sendo feito um zoneamento também agroecoló-

gico a partir de uma iniciativa também do MCT para identificar quais são as melhores áreas para aumentar a produtividade. E dentro dessa mesma iniciativa já realizamos no início desse ano uma reunião lá na EMBRAPA, na sede da EMBRAPA, onde nós congregamos todos os agentes envolvidos nessa discussão exatamente para intensificar o processo de pesquisa e desenvolvimento exatamente nesse segmento, inclusive com iniciativas importantes lá para a Estação Experimental do Rio Urubu e para o processo de aumento de produção de sementes e no combate a uma praga que atinge a região, que é o amarelecimento fatal, que precisa ser visto, há avanços nesse sentido. E, também, na busca de uma solução dentro desse contexto do Código Florestal, a partir de um híbrido interespecífico que permite uma espécie que é nativa, você faz o híbrido e aí permite, digamos assim, a exploração econômica daquilo, digamos assim, que estaria na reserva da propriedade.

Era esse o meu comentário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem?

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, quando eu puder, gostaria de dar uma palavrinha.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Antonio Carlos Valadares, que não usou da palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu só queria fazer um comentário ainda sobre as respostas, se o Senador Valadares me permitir; é um comentário sobre as respostas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Um comentário breve?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É. Eu gostaria, Dr. Osvaldo, que as respostas que V. Sa. nos deu sobre os questionamentos dizendo ser favorável à utilização das áreas alteradas, não é na totalidade, eu me referi a 30% delas, preservada APPs, matas ciliares, nada disso será mexido, se tiver sido mexido terá que ser recomposto.

Eu pediria a V. Sa. se conseguisse marcar uma Audiência com o Ministro Carlos Minc e que pudesse ir em minha companhia para que nós pudéssemos conversar com o Ministro. É difícil. O Ministro, quando assumiu o governo, me parecia ser uma pessoa de diálogo, aberta às negociações; ele mudou completamente. Eu estou aguardando. Já solicitei, Senador Valter Pereira, uma Audiência com o Ministro, mas, lamentavelmente, eu acho que a agenda dele está muito atarefada. Eu pediria auxílio a V. Sa. para que pudesse agendar e pudéssemos ir juntos ao Ministro.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Bom, eu sou apenas um funcionário do Ministério do Meio Ambiente, aliás, um funcionário do Governo, então nós estamos no mesmo barco. Se for possível, poderei fazer isso.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu agradeceria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, ilustres convidados, debatedores. Qualquer pessoa, por mais leiga que seja, ao tomar conhecimento de que existem projetos no Brasil de utilização do óleo vegetal *in natura*, do óleo vegetal natural para a movimentação de veículos, fica realmente impressionado porque... Deixa o Papa aí terminar que depois eu continuo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Se V. Exa. contribuir, não vai perturbar o raciocínio do Senador Flexa Ribeiro, que está ali fechando um assunto importante com o Senador Suplicy.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Está tudo fechado? Graças a Deus.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu queria transmitir ao Senador Flexa Ribeiro que, se ele está tendo dificuldade em dialogar com o Ministro Carlos Minc, eu me disponho a colaborar, ligarei para o Ministro Carlos Minc para que ele possa receber sim o Senador pelo Estado do Pará, com toda a cooperação do Sr. Osvaldo Luiz Ceotto. Obrigado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu quero agradecer ao Senador Suplicy, vou cobrá-lo diariamente.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, então inteiramente justificada a interrupção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas é lastimável que um Senador da República tem que valer-se do seu colega de outro Estado, do Estado de São Paulo, para conseguir uma Audiência com o Ministro do Meio Ambiente. Realmente é uma figura exótica [risos] esse Ministro, nós temos que reconhecer isso.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu nunca tive dificuldade em conversar com qualquer Ministro.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Parabéns, Senador Suplicy--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Nem quando era da oposição.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** --porque nós somos da base e temos muita

dificuldade em falar com alguns Ministros, nem todos, mas alguns Ministros eu só vejo na televisão e olhe que eu sou vice-líder do Governo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Têm uns que nem na televisão V. Exa. consegue--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Só no papel. Como?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Um monte nem na televisão V. Exa. consegue--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Não, até o nome para mim é estranho, porque são tantos, mas isso não vem ao caso.

Estamos discutindo uma matéria da mais alta importância, que é o Projeto de Lei 81, de 2008, do nobre Senador Gilberto Goellner que, sem dúvida alguma, propõe a utilização do óleo vegetal natural não só em tratores, também até em transporte coletivo. Eu estou lendo aqui que há em Goiânia o Projeto Goiânia com a utilização de 100% de óleo vegetal substituindo 60 milhões de litros de por ano, quatro empresas já estão adotando este projeto e São Paulo também estuda a possibilidade da adoção dessa ideia, dessa iniciativa do nobre Senador Gilberto, que tem como Relator um Senador muito atuante, eu tenho certeza que ele vai dar conta do recado, que é o Senador Flexa Ribeiro. Além disso, além de proporcionar uma grande novidade no Brasil, fortalecer a nossa agricultura, vai contribuir, sem dúvida alguma, se esse projeto se elastecer, se expandir para todo o Brasil, como eu espero, vai contribuir, sem dúvida alguma, para a redução dos gases do efeito estufa, para a redução do enxofre que causa tantas doenças. Em São Paulo mortes ocorrem mensalmente por causa deste produto altamente tóxico que é o enxofre e, além disso, proporcionando mais emprego e renda no campo, fixação do homem ao seu lugar de trabalho, vantagens inúmeras existem. Em relação ao meio ambiente, a vantagem é 100%, que enquanto o diesel é altamente poluidor, o óleo vegetal natural praticamente não tem poluição nenhuma, a fumaça é a mínima possível na hora da utilização do seu consumo.

Por isso, eu gostaria de parabenizar ao seu autor e, muito embora não tenha comparecido ao debate inteiramente porque estava e tenho que voltar para a Comissão de Assuntos Econômicos onde votaremos alguns projetos em fase terminativa, eu gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Gilberto Goellner como, também, parabenizar a todos os participantes deste evento e ao Presidente Senador Valter Pereira, uma pessoa sempre voltada para o fortalecimento da agricultura em nosso País, sendo que ele tem dado esse demonstrativo através de várias relatorias onde prepondera sempre o seu pensamento de que é através da agricultura que nós iremos fortalecer a nossa economia, podemos competir com o mercado externo em condições de igualdade. Agora mesmo o Brasil está dando um banho de competência quando a crise financeira se alastrou pelo mundo inteiro e a nossa agricultura, principalmente a agricultura onde há um consumo interno intenso, em virtude da queda das exportações o nosso consumo é capaz de dar à agricultura a sustentabilidade necessária para a continuação de suas atividades, quer dizer, não fosse a preocupação com o mercado interno nós estaríamos em maus lençóis hoje. Então aquilo que é temporário, que é esta crise, o setor está aguentando como pode porque a nossa população, através de programas sociais, através de atitudes do Governo Federal de redução, por exemplo, do IPI, do Imposto de Renda, quer dizer, está havendo um grande consumo da população e este grande consumo também dá suporte não só à indústria como também à agricultura. Por isso, acho que a utilização dessa iniciativa é importante para o desenvolvimento da agricultura e, também, a correção das distorções em relação ao meio ambiente. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito obrigado, Senador Valadares. Antes de encerrarmos esta reunião, nós vamos ter aqui a apreciação de um requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho e do Senador Eduardo Suplicy que visa convocar uma Audiência Pública para tratar do processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em data a ser determinada por esta Comissão.

Eu vejo um problema aqui, Senador Suplicy, e gostaria de contar com a colaboração de V. Exa. para administrá-lo. São 12 palestrantes sugeridos. Para isso aqui nós precisaríamos de um dia inteiro ou de dois dias para administrar. Veja o seguinte: hoje nós tivemos cinco e com cinco nós já estamos avançando no horário aqui, já próximo ao meio-dia e meio. Então eu sugeriria a V. Exa. que entrasse em articulação com a CAE para reduzir a quatro ou no máximo cinco palestrantes; aí nós poderíamos votar o requerimento.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a sugestão de que como o requerimento envolve a CAE, a Comissão de Agricultura e se solicita a representação do CADE, do STE, dos citricultores de um lado e dos produtores de suco de laranja que justamente têm a concentração observada. Mas o que poderia ser feito é, aprovado o requerimento, a Secretaria de ambos e em colaboração com comigo próprio, com V. Exa., o Presidente, nós procuraríamos junto, por exemplo, aos citricultores de um lado e aos produtores de suco de laranja

de outro que eles acordassem em qual a pessoa que viria representá-los, um ou dois no máximo, além dos representantes das entidades governamentais como o CADE e o STE na linha do que V. Exa. está falando, porque como o requerimento já foi aprovado na CAE, mas justamente o Presidente avaliou que seria próprio que fizéssemos em conjunto com a Comissão de agricultura, o espírito daquilo que V. Exa. está sugerindo, uma vez aprovado o requerimento aqui, pode ser observado na forma de conduzi-lo. Então--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós poderíamos aprová-lo com quatro expositores a serem designados nas tratativas com os interessados.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** De comum acordo entre eles. Eu pediria a V. Exa. que fizesse de quatro a seis, porque conforme for nós--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não vamos a seis, que seis--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Porque hoje tem seis aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas aqui, na verdade, foram só cinco que participaram, aqui foi um contrabando que chegou de última hora e fez uma intervenção muito oportuna, mas, na verdade, curta.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Está bem. Eu quero, Sr. Presidente, cumprimentar a todos aqueles que deram aqui uma contribuição tão significativa para que nós, Senadores, venhamos a aprender sobre a utilização do óleo vegetal, do biodiesel. Infelizmente eu estava em outra Comissão simultaneamente atendendo a responsabilidades que temos que fazê-lo, mas cumprimento a todos que aqui colaboraram. Muito obrigado.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador Antonio Carlos.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, eu já tive ocasião de pessoalmente fazer essa reivindicação, mas eu gostaria de que ficasse registrado em Ata este pedido.

É que eu sou autor de uma proposta que eu considero da maior importância porque valoriza o setor agropecuário no nosso País, a agricultura, que é o projeto que trata do Estatuto do Produtor Rural, da minha autoria. Ele está aqui há mais de dois anos. Esse Estatuto do Produtor Rural, inicialmente, foi designado como Relator o nobre Senador, o inesquecível Senador Jonas Pinheiro, que deu Parecer favorável, mas nesse ínterim, antes da aprovação da matéria, ele faleceu. E o então Presidente, que não foi V. Exa., designou como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que é uma Senadora da mais alta competência, todos nós sabemos o brilhantismo com que ela desenvolve o seu trabalho aqui no Senado Federal. Entretanto, talvez devido às ocupações que ela têm hoje como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ela não tenha tempo de relatar a matéria, tanto que está há quase dois anos na mão dela e essa matéria não sai do gabinete da Senadora Kátia Abreu, lamentavelmente. Então eu gostaria que V. Exa. de imediato, devido à importância da matéria e ao intercâmbio com que V. Exa. mantém com os produtores do Brasil e nós todos aqui nessa Comissão, que V. Exa. designe outro Relator que tenha interesse em encaminhá-la e fazer a sua tramitação normal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então eu determino, atendendo a V. Exa., determino ao Secretário da Comissão--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Agradeço a V. Exa., Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --que peça a devolução do projeto a fim de que nós possamos redistribuí-lo a outro relator.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Já que não há um interesse da Senadora em relatar a matéria. Dois anos na mão, isso é significativo, é um tempo bastante suficiente para dizer a nós todos que ela não tem interesse em relatar a matéria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Agora em votação esse requerimento com a convocação de cinco dos citados aqui nesse requerimento que já foi aprovado também pela CAE.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Que os próprios produtores de suco de laranja de um lado e de laranja do outro definam os seus representantes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Em votação. Não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Eu consulto aqui se algum dos expositores deixou alguma resposta pendente e que gostaria de prestar nesse momento. Sr. Paulo Morais.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Eu gostaria só de ressaltar que haveria possibilidades aqui no Brasil já de estarmos avançando na produção de óleos vegetais, talvez em passos mais largos, através da iniciativa privada. Particularmente eu estive, fui consultado por um grupo norte-americano pretendendo fazer a implantação aqui da produção de óleo de pinhão-manso, mas devido a embargos por parte do Banco do Brasil, mais especificamente, não houve possibilidade de haver uma inversão de recursos significativos aqui no Brasil com tecnologia deles e com risco deles. Esse tipo de

situação eu acho que trava muito o nosso desenvolvimento. Nós estamos realizando uma série de pesquisas para fazer o desenvolvimento da produção de óleo, mas enquanto há recursos disponíveis e instituições dispostas a bancarem esses riscos, nós estamos restringindo esse processo aqui dentro do País.

Era isso que eu gostaria de complementar. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Bom, não havendo mais assunto a tratar, eu gostaria de encerrar esta reunião, sem antes fazer os nossos agradecimentos, agradecimento de toda a Comissão aos expositores Waldyr Gallo, Denílson Ferreira, Osvaldo Luiz Ceotto, Engenheiro Paulo de Morais, Dr. Márcio Turra e Dr. César Castro.

**ATA DA 19ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE JUNHO DE 2009.**

Às nove horas e cinqüenta e nove minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, César Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Mário Couto e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: Item nº 01 - REQUERIMENTO Nº 26, 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com a finalidade de discutir e analisar a grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Augusto Torres Potiguar** – Procurador Chefe da República do Pará; **Sr. Marcelo Furtado** – Diretor do Greenpeace no Brasil; **Senadora Kátia Abreu** – Presidente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Sr. Roberto Giannetti da Fonseca** – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC; **Sr. Geraldo de Mendonça Rocha** – Procurador-Geral - Conselheiro Titular do Conselho Superior do Ministério Público no Estado do Pará. **AUTOR:** Senador Romeu Tuma. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. 2ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 26, de 2009 – CRA, de autoria do Senador Romeu Tuma, com a finalidade de discutir e analisar a grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Manoel Caixeta** – Presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e Membro do Fórum Permanente de Pecuária de Corte da CNA; **Sr. Roberto Giannetti da Fonseca** – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC; **Srª Tereza Cristina Corrêa da Costa** – Secretária de Produção e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Romeu Tuma, João Pedro, Marisa Serrano, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro e Jayme Campos. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRA-PAUTA: Item nº 01 - REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública e diligência desta Comissão, na cidade de Belém – PA, no dia 2 de julho corrente, quinta-feira, com a finalidade de tratar da grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros, com reflexos diretos na produção e exportação da carne bovina, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Conselho Nacional do Ministério Público; Representante do Ministério Público do Estado do Pará; **Sr. Marcelo Furtado** – Diretor do Greenpeace no Brasil; **Sr. Roberto Giannetti da Fonseca** – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadores de Carne – **ABIEC; Sr. Aníbal Pessoa Picanço** – Secretário de Estado de Meio Ambiente do Pará. **AUTOR:** Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado.** Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

**19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA,**

**DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 59 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada. Havendo essa anuência, está aprovada.

Sobre a Mesa, há requerimento de autoria do Senador Romeu Tuma, que tem a finalidade da realização da presente audiência pública. Em votação o requerimento. Requerimento que propõe esta audiência pública para a oitiva dos Srs. José Augusto Torres Potiguar, Procurador-Chefe da República do Pará; Sr. Marcelo Furtado, Diretor do Greenpeace no Brasil; Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC; e Sr. Geraldo de Mendonça Rocha, Procurador-Conselheiro Titular do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.

Na verdade, nós fizemos uma oitiva individual aos componentes desta Comissão, para indagar se caberia a convocação desta audiência pública, em função de fatos que vêm ocorrendo naquele Estado, né, uma situação que se agrava com a atuação do Ministério Público e frigoríficos, e que despertaram a preocupação de vários membros desta Comissão. Então, na verdade, já havia um consentimento prévio para a convocação desta audiência, de sorte que o requerimento submetido à votação cumpre apenas formalidade, não havendo nenhuma manifestação contrária é dado como aprovado.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sr. Presidente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** V. Exa. me permite, pela ordem?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Primeiro, cumprimentá-lo porque há urgência no assunto, em razão de fatores econômicos que estão surgindo na área dos frigoríficos, que trouxe uma preocupação até para o Governo, acredito eu. Que V. Exa. providenciou essa consulta e nós fizemos um requerimento, inclusive a pedido de V. Exa., confirmando a necessidade da urgência. Agora, segundo, eu queria, primeiro, prestar uma homenagem à Senadora Marisa Serrano pelo aniversário, que foi no domingo, e ela nós dá alegria com seu sorriso permanente nesta Casa, e o nosso desejo de felicidade permanente, que ela fique por muitos e muitos anos no Governo do Mato Grosso.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Do Sul.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Do Sul. Mas eu queria justificar aqui, Presidente--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, os parabéns são de toda a Comissão de Agricultura, que comemora o aniversário da eminente senadora do meu Estado do Mato Grosso do Sul.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Boa companhia o senhor tem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Ótima.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Mas eu queria só... Ontem, eu recebi a visita... O Dr. Arantes falou comigo, que é o representante na Procuradoria da Justiça Federal do Brasil, ela é federal, e ele justificou a não vinda do procurador representante no Pará, hoje, em razão de ter recebido o convite muito em cima, sem condições de requisitar a passagem, porque tem que ser 48 horas antes, e, também, por ter recebido um grupo de documentos que estão sob análise, fizeram uma reunião preliminar e decidiram que devem comparecer à Casa, só que pediram um outro dia. Eu, então, sugiro à V. Exa. se podemos fazer em duas etapas: esta, de hoje, dos que compareceram, e estão pedindo para acrescentar mais um membro do Governo do Pará. Na próxima, nós faríamos com rapidez, também, dos outros membros, não só da Procuradoria, mas como do Governo do Pará, que tem participado, em busca de soluções do assunto, segundo informações que nos chegaram à mão. Então, proponho isto à V. Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente, acho que o Senador Tuma deu um encaminhamento, e eu queria externar a minha preocupação, pelo fato de que o Greenpeace mandou uma correspondência para cá, uma carta, ponderando para esta sessão, porque está havendo, na Câmara, um debate. O procurador, se eu não me engano, ele está participando, também, na Câmara de uma audiência pública, sobre um debate sobre a Amazônia. Mas acho que o senador encontrou... Faz-se a audiência com quem está aqui, e, na próxima semana, faz a mesma audiência, com o mesmo teor e com a presença do Governo do Estado do Pará. É isso?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** O Governo do Estado do Pará.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O Governo do Estado do Pará. Eu concordo com V. Exa, até porque tem...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Porque disse que tem ações, estão procurando solucionar, segundo a informação.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** O CNA está presente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O CNA está.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Está representado?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Está representado na pessoa do Sr. José Manoel Caixeta.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senadora Marisa, pela ordem.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Só para dar concordância com a solicitação do Senador Romeu Tuma e dizer que concordo, também, em que façamos essa audiência e complementamos, numa próxima, com outros nomes que não puderam vir hoje. Porque a situação é extremamente preocupante, não só para o Pará, mas para o Brasil, e o que vai acontecer, o que está acontecendo no Pará, provavelmente, e, certamente, terá ramificações em todo o território brasileiro, é um problema seriíssimo, não só para os produtores, não só para os frigoríficos, mas é um problema de economia nacional, e, portanto, nada mais importante de que nós comecemos a debater essa questão que está preocupando todos os estados, também o meu estado, que é Mato Grosso do Sul, que é de V. Exa. e que também passa por problemas nessa seara. Então, para nós, é fundamental que a gente comece a discutir esse tema.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pois bem, sinto que há consenso na opinião de todos os Srs. Parlamentares de que nós devemos dividir esta audiência pública em duas ou três sessões, ou o que for necessário, para que esta Comissão tome conhecimento, para que o Pará possa expor o que é que está acontecendo, realmente, naquele estado, se estabeleça o contraditório, porque é fundamental que haja o contraditório em assunto como esse, a fim de que todos possam formar o seu juízo de valor, com a maior tranquilidade e com absoluta isenção. De sorte que nós vamos, então, nesta sessão, ouvir três indicados que estão presentes, e os quais eu convidaria para participar da Mesa, o Sr. José Manoel Caixeta, Presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado do Goiás e membro do Fórum Permanente da Pecuária de Corte - CNA. Seja bem vindo, Sr. Manoel. Seja bem vindo, Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC, que é o Presidente da comissão, aliás, da Associação. E o Sr. Adélio Mendes dos Santos, Procurador de Justiça e segundo Subprocurador-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Você representa o Sr. Geraldo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Representa o Dr. Geraldo. Não está aqui o Dr. Adélio? Como ele não chegou ainda, nós vamos iniciar esta sessão com os dois que já compareceram. Quem primeiro instou esta Comissão a tomar alguma atitude a respeito do assunto foi o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, que é Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC, e, nessa circunstância, entendo que ele deva fazer a sua primeira intervenção, a fim de que nós possamos ter uma ideia de todo o cenário que existe hoje, sob a ótica da ABIEC, no Estado do Pará. E eu aproveito aqui para fazer um registro. Está neste recinto, para uma especial alegria nossa, uma conterrânea, que é secretária de produção do Mato Grosso do Sul, Dra. Tereza Cristina Corrêa da Costa. Seja bem vinda, Tereza Cristina, aqui é a sua Casa também, já que se trata de uma pecuarista de grande conceito no meu estado, uma produtora de [ininteligível]. Então, é com muita alegria que nós te recebemos, nesta manhã de terça-feira, no Senado Federal.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Presidente--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas vamos passar a palavra--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Será que ela não poderia participar da Mesa, em vista de falta de outros?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com muita alegria, Tereza.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Porque ela teria boas informações a respeito do que ocorre na região.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Inclusive, a Tereza é componente, é diretora da FAMASUL, da Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul. É com muita alegria, Tereza.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Talvez fosse importante a prestação de alguma informação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, com a palavra o Sr. Roberto Giannetti.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Bom-dia a todos. Exmo. Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Exmos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, empresários, jornalistas, enfim. Esta audiência pública, a qual eu fui convidado, eu julgo ter uma importância muito grande, porque é necessário trazer à luz fatos importantes que têm acontecido no Estado do Pará, e, repetindo, aqui, as palavras da Senadora Marisa Serrano, têm implicação nacional, porque coloca em risco a atividade de agropecuária do Brasil, na medida em que denigre a nossa imagem como fornecedor competitivo, responsável de carne bovina, da qual, por sinal, nós somos o maior exportador do mundo, produzindo mais de 9 milhões de toneladas e exportando 2 milhões e 200 mil toneladas por ano, para mais de 150 países.

Antes de iniciar a minha apresentação, eu quero lembrar, aqui, que, na cadeia produtiva da carne bovina, trabalham milhões de brasileiros, desde a pecuária, em todas as atividades de processamento da carne, do couro, do subproduto, do transporte, dos serviços que são associados, relacionados com essa importante atividade da economia brasileira. Dados estimativos indicam que a cadeia produtiva da carne significa 8% do PIB brasileiro. Portanto, senhores, nós estamos falando aqui de algo que tem implicação na vida de milhões de brasileiros e não simplesmente de algumas poucas indústrias, que são aquelas catalisadoras desse trabalho e que são, por isso mesmo, alvo de acusações e críticas, quase sempre infundadas, e que nós vamos aqui demonstrar.

O primeiro slide, por favor. Eu vou começar, aqui, apresentando um problema, uma situação da população mundial. A população mundial cresce, desde o ano de 2005, com 6,5 bilhões para mais de 9 bilhões de pessoas, no ano de 2050; portanto, a demanda de proteína animal no mundo tem uma expansão vertiginosa.

Próximo slide. E agravado pelo fato de que nós temos a população urbana superando a população rural, de forma, também, bastante acelerada. Evidentemente que, cada vez que há uma migração de população rural para população urbana, como tem acontecido, especialmente, em países emergentes, como a Índia e a China, a demanda por proteína animal e a demanda por importação de elementos cresce de forma vertiginosa.

Próximo slide. A taxa de crescimento das cadeias de carne suína, ave e carne bovina, em média, são 19%, no período de 2008 a 2017, que é a estimativa da FAU, e a carne bovina, com 17%. Portanto, representa uma necessidade de que os grandes países produtores se preparem para atender essa demanda mundial; caso contrário, vamos ter uma escassez de alimentos, lembrando que, hoje, nós já temos 1 bilhão de pessoas no mundo passando fome, dentro da linha de pobreza absoluta, passando fome, e que, portanto, alimentos baratos, competitivos e saudáveis é que o mundo espera que certos países, com capacidade de produção, possam vir a desempenhar. O crescimento da demanda está muito mais em país em desenvolvimento do que países desenvolvidos. Nós vimos, ali embaixo, que, para países desenvolvidos, o crescimento é de apenas 6%, é um crescimento quase vegetativo, o consumo *per capita* desse país talvez já está atingindo o limite de exaustão, de saturação. No entanto, aqueles países mais pobres, aonde a elasticidade e renda permite que, a cada dia, a população se alimente melhor, quando cresce a renda, pode ter um crescimento de 26% no período, dando acesso a essas populações a fontes de proteína animal que, certamente, terão um impacto na melhoria de saúde e qualidade de vida dessa população.

Próximo slide. Quem são os maiores produtores, exportadores e importadores de carne no mundo? Senhores, muitas vezes, nós desconhecemos os nossos próprios méritos, as nossas próprias posições. De cada três toneladas de carne exportada hoje, no mundo, uma é brasileira. Se somarem Austrália, Índia e Estados Unidos, nós, praticamente, empatamos com os três seguintes, ou se somarmos Austrália, Índia e Argentina, porque Estados Unidos é também importador. Nós praticamente empatamos com os três outros grandes produtores de carne do mundo. Nós temos o dobro, praticamente, da Austrália. E quem são os grandes importadores do Brasil? Em vermelho, eu coloquei ali os países que não compram do Brasil, porque ainda têm restrição de ordem sanitária, a qual nós temos combatido veementemente, porque são restrições, hoje, não tarifárias, absolutamente inaceitáveis, dado o trabalho que vem sendo feito no Brasil de combate à febre aftosa e de melhoria da qualidade da fiscalização sanitária. Então, os Estados Unidos é o que mais importa, mas, do Brasil, o maior importador é a Rússia, seguido da União Europeia, do Egito, da Venezuela e outros. Nós não vendemos também no Japão, no México, na Coreia do Sul e no Canadá, também por restrições sanitárias, que vêm sendo combatidas pela indústria brasileira.

Próximo slide. Aí, nesse gráfico, a gente vê que a área da agricultura não tem crescido na mesma velocidade do crescimento da população e que reduz, a cada ano, o hectare por habitante não rural disponível no mundo, claro, porque a população urbana cresce de forma mais acelerada ou até substituindo a população rural, o que faz com que os índices de produtividade,

e aí está a grande resposta que nós temos que dar no futuro, estamos falando é da tecnologia, da produtividade, onde, de novo, o Brasil tem condições competitivas excelentes, pela Embrapa, especialmente, e pelo trabalho que o setor privado tem feito, de melhorar a qualidade e a produtividade dos nossos alimentos e da carne, em particular.

. Próximo slide. As zonas agricultu ráveis do mundo, onde nós podemos, de fato, ter grandes excedentes de produção de alimentos e fornecer essa proteína animal que o mundo demanda e deseja, certamente, está na zona tropical, onde nós temos uma grande produção de biomassa e temos áreas com clima, com extensões suficientes para ainda aumentar muito a produção de alimentos no mundo, e o Brasil se destaca nessa região, pela sua extensão e pela sua tradição de bom produtor de alimentos que, cada vez mais, se caracteriza como um destaque, um mérito deste país no cenário mundial.

Próximo slide. A utilização da terra, claro que é um fator de preocupação. Como vamos usar o nosso território de uma forma sustentável, de uma forma correta, de uma forma responsável? Eu não vou entrar em detalhes dos números, porque não é esse o objetivo, mas só quero dizer aqui que a área utilizada para a agricultura, em todo o Brasil hoje, é apenas 7,3% do território. E nós temos uma grande área de pastagem. O IBGE indica que as áreas de pastagens ativas, utilizadas, hoje, no Brasil, são 172 milhões de hectares, o que nos dá uma taxa muito baixa de aproveitamento dessas pastagens, em termos de animal por hectare. Nós temos 198 milhões de cabeças, portanto, 1,15 animais por hectare, que é uma taxa muito baixa de suporte de cabeças por hectare.

Próximo slide. Agora, onde está concentrado esse gado? Lá fora, no exterior, infelizmente, a má publicidade que ONGs têm feito a respeito do Brasil diz que, praticamente, o gado brasileiro é todo produzido na Amazônia. É a impressão se perguntar para o consumidor, no supermercado inglês, italiano, ou alemão, ele vai dizer: "Não, o Brasil é um irresponsável, produz gado na Amazônia".

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Doutor, aqueles 41% que o senhor mostra no quadro anterior, que diz a Amazônia 41 em primeiro lugar.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Volta o anterior, por favor.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** É a utilização do solo para plantio?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Não, não, não. Aquele é solo de floresta amazônica, floresta, área que está florestada.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Que está florestada?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Que está florestada.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** O restante, os outros 60%--

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Uma parte que está de pastagem está ali embaixo em pastagem, mesmo que seja na Amazônia. Não é área amazônica, é floresta amazônica.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Floresta amazônica?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** É. E isso são dados da Conab, exatamente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Desculpe-me. É só para não haver confusão.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Perfeito. Muito bem, senador, bom aparte.

Então, eu quero voltar aqui sobre a questão da concentração do gado no Brasil. Cerca de... Mais da metade do gado brasileiro, 105 milhões de cabeças estão no Sudeste e no Centro-Oeste, em zonas de campo e cerrado. Na Amazônia, existe, sim, e é preocupação de todos nós, 38 milhões de cabeças...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Não, na Amazônia Legal. Na região amazônica, são 38. Dados do IBGE. Não vou discutir IBGE. Você pega... Está aqui. Se quiser, eu posso te ceder aqui o anuário estatístico. Tem aqui por região geográfica, não Amazônia Legal. Por região geográfica, estados amazônicos, são 38 milhões de cabeça.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Geográfico e economicamente?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** É. São dados estatísticos. Eu confio na informação do IBGE, em termos de região amazônica e estados. São 38 milhões de cabeças. E 38 ou 70, aliás, tanto faz, porque é um absurdo, eu também acho, tantas cabeças naquela região. Mas o fato é que elas estão lá. É pelo sentido de, vamos dizer, não ser necessário que houvesse essa extensão, esse volume de gado na Amazônia. Seria necessário para o Brasil? Talvez não fosse necessário. Nós poderíamos fazer uma utilização mais intensiva da produção em regiões não florestadas, mas o fato é que é uma mentira quando dizem que o gado brasileiro provém da Amazônia, porque é muito baixa a densidade do gado Amazônia, e não é mais do que 20% de todo o gado brasileiro nos estados amazônicos.

Próximo slide. Qual é a situação de produtividade, hoje, do gado brasileiro? A situação, em 2008, para

um universo de 198 milhões de cabeças, nós estamos abatendo... Aliás, desculpe. Nós temos, então, em 172 milhões de hectares de pastagens ativas, 1,15 cabeças por hectare, o que dá uma produção de 47 quilos de carne por hectare. O abate, com sistema de inspeção federal, são 25 milhões de cabeças, de um total de 44, e, aqui, eu já chamo a atenção dos senhores. Portanto, temos mais de 20 milhões de cabeças... Desculpe-me, 19 milhões de cabeças, sem sistema de inspeção federal. Então, se nós estamos falando de preocupação ambiental, devemos falar também, concomitantemente, de preocupação sanitária, e esse é um problema, senhores, da maior gravidade e muito pouco tem sido feito pelos governos federal, estadual, municipal, em formalizar a produção de carne no Brasil, estimulando a inspeção federal ou inspeção estadual, de forma que a gente possa ter um melhor controle da sanidade da origem do gado que produz a carne que nós comemos. Das 25 milhões de cabeças, abatidas com o sistema de inspeção federal, 17 milhões, portanto 67, são de associados da ABIEC, que são empresas também exportadoras. Nós poderíamos dividir a indústria de carne no Brasil, se os senhores permitirem essa intervenção, falar assim, em três segmentos: o segmento das empresas organizadas exportadoras que segue um rígido padrão sanitário até por nível internacional, além, até de tudo que é feito até em alguns países importadores, temos os que vendem só no mercado interno que seguem a fiscalização do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura e temos os frigoríficos clandestinos que não seguem nada, não pagam imposto e jogam os rejeitos no rio, não têm o menor controle sanitário e ambiental do que acontece naquelas propriedades.

Nós produzimos 9,5 milhões de toneladas de carne equivalente de carcaça no Brasil, em cerca de 395 estabelecimentos com o número SIF e exportamos 2 milhões e 200 mil toneladas que geram 5,3 bilhões de dólares para o País. Esses são os números de hoje.

Próximo slide. Vamos imaginar o que poderia ser o Brasil de 2020. Nós poderíamos aumentar a taxa de desfrute de 22 para 30%, significa que sobre o abate que hoje é de 44 milhões de cabeças para 198 milhões de população bovina, nós teríamos uma previsão para 2020 250 milhões de cabeças de gado no País, e poderíamos estar, portanto, abatendo 75 milhões de cabeças, e em vez de ocuparmos com 1,15 cabeças por hectare, seria muito tranqüilamente possível atingir 1,5 cabeça por hectare, o que faria com que esse aumento da população bovina não fosse necessário o desmatamento de mais um hectare, sequer, no Brasil, para manter o nível de produção bastante superior àquele que existe hoje. O abate SIF nós teríamos 33,5 milhões de cabeças, mantendo os mesmos 77% para os associados, nós teríamos uma produção de carne de 15,2 milhões de toneladas nos mesmos 395 estabelecimentos, temos hoje 40% de capacidade ociosa. É bom que se registre isso. Poderíamos estar, portanto, exportando mais de quase 5 milhões de toneladas, gerando quase 15 bilhões de dólares de exportações para o País. Esses são números, senhores, que mostram a importância que esse setor pode ter não só para o Brasil, como fonte de renda, de emprego, centenas de milhares de empregos na indústria bovina e milhões na pecuária, mas como gerador de receita para o País e de alimento saudável para o mundo. Uma vez que nós somos hoje, como eu falei, fornecedor de 150 países ao redor do mundo.

Próximo slide. A bovinocultura, não preciso dizer, no Brasil, graças a nossa extensão territorial e ao nosso clima é feito historicamente em pastagens naturais ou pastagens formadas em grandes extensões de terra de forma extensiva. Então, essa é a característica diferente dos países europeus de que usam o sistema intensivo, inclusive, com ração de animal da própria farinha de osso que geram problemas, inclusive, como o da vaca louca que é um tema relevante, hoje, da questão sanitária internacional.

Próximo slide. No Brasil, tem crescido também as formas intensivas de engorda, que são bem vindas até na medida em que usarem ração vegetal e que forem feito numa forma de acabamento no regime de engorda, inclusive, para o período de entressafra, dando maior estabilidade ao mercado, gerando menos oscilações de preço entre os períodos de safra e entressafra. Então, o Brasil, hoje, já está conseguindo conviver de forma harmoniosa com sistema extensivo e sistema semi-intensivo e intensivo gerando, portanto, maior produtividade e menor ocupação de terra em termos de cabeça por hectare.

Próximo slide. A indústria frigorífica brasileira, senhores, é uma indústria, hoje, organizada. Essa é uma imagem fotográfica do que é um frigorífico, aqueles que não conhecem, com todo tratamento de água, dos rejeitos, na verdade, do desmonte do gado, como é feito, e, enfim, são empresas organizadas onde as pessoas trabalham com regras sociais, pagam impostos, geram renda, portanto, a ideia que se tem que ter da indústria frigorífica brasileira é de um setor que está, cada vez mais, sendo organizado, inclusive, hoje, com gestão comparativa, com governança corporativa, várias de capital aberto, são empresas, hoje, até eu diria multinacionais, com expressão no exterior, tendo estabelecimentos na Argentina, nos Estados Unidos, na Austrália, na Europa; são empresas, portanto, que venceram no Brasil e hoje se projetam no exterior

como um dos maiores fornecedores de proteína animal do mundo.

Próximo slide. Agora vamos falar do atual impasse ambiental. O problema que aconteceu no Pará é um problema que abre uma discussão importante sobre o papel dos frigoríficos do Ministério Público e das ONGs que estão envolvidas nesse impasse, nessa polêmica e, certamente, é importante trazer aqui para o Legislativo, para o Senado Federal a imagem do que está acontecendo, o relato dos fatos que estão acontecendo, porque o que nós esperamos dos Srs. Senadores é que os senhores tenham, certamente, uma ponderação, um equilíbrio de analisar os fatos, inclusive, o contraditório que será feito, depois, certamente, pelo Ministério Público e pelo Greenpeace que foram convidados e examinem e possam avaliar com razão e equilíbrio, sem emoção o que é que nós podemos, realmente, melhorar, aprimorar no Brasil em termos de atitude e de práticas ambientais, seja pelas empresas privadas, mas também pelo Ministério Público, pelo Ibama e pelas ONGs para que se evitem grandes injustiças e danos que têm sido feito à atividade agropecuária brasileira.

Primeiro ponto, eu falo aqui, em nome do nosso associado, o Frigorífico Bertin, que reafirma que todos os seus 2.500 fornecedores no Estado do Pará não estão incluídos na listagem de propriedades embargadas pelo Ibama. Eu repito, não estão incluídos na listagem de propriedades embargada pelo Ibama, até hoje. E eu tenho provas aqui, se necessário. E nem pelo Ministério do Trabalho. 160 fazendas que eram fornecedoras já foram descadastradas, retiradas da lista, nos últimos anos, exatamente por terem sido embargadas. Os frigoríficos associados à ABIEC seguem rigorosamente a legislação ambiental no tocante a que empresas embargadas por desmatamento ilegal, por práticas ilegais de meio ambiente, imediatamente após a sua inclusão na lista que é disponível na Internet, nós que retiramos essas empresas como fornecedores. Entre os dias 24 e 27 de maio de 2009, portanto, a menos de um mês, o Ibama e o Ministério Público vistoriaram algumas dezenas de propriedades no Estado do Pará que são incluídas entre os fornecedores regulares do Bertin, e desta vistoria resultaram cerca de 14 autos de infração que impuseram multas e estabeleceram um prazo de 20 dias para o eventual recurso de defesa por parte das propriedades multadas. Esse foi o fato que ocorreu no Estado do Pará há um mês.

Próximo slide. Com base nesses autos de infração, senhores, prestem atenção os Srs. Senadores da gravidade desse fato, sem que tenha sido dada às empresas agropecuárias qualquer direito de defesa, no dia 29 de maio o Ministério Público obteve junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Pará a lista de clientes do Bertin, centenas, e enviou uma carta de intimação aos mesmos dando dez dias de prazo para confirmarem se deixariam ou não de comprar qualquer produto ou subproduto de origem animal produzido pelo Frigorífico Bertin sob pena de serem considerados co-responsáveis pelos "crimes ambientais" que eu coloquei entre aspas, porque não havia crime ambiental definido para esses fornecedores, praticados pelo Bertin e seus fornecedores. Portanto, temos aqui várias afirmações incorretas e ilegalidades, inconstitucionalidades praticadas. Primeiro esses fornecedores não haviam ainda sido penalizados de forma definitiva com embargo, simplesmente, foram autuados. Segundo, me parece, e eu quero que depois o Ministério Público diga aqui aos senhores, se houve ou não houve quebra de sigilo fiscal ao pegarem a lista da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará e escreveram para centenas de clientes do Bertin que eles estavam proibidos de comprar carne e produto animal do Bertin, isso é o caso do Bertin, não é o caso do Estado do Pará. Nós estamos falando do estado de Direito Brasileiro, não é possível que o Ministério Público que tem que defender a cidadania do brasileiro atinge o direito privado das empresas sem mandado judicial. E eu aqui desafio que eles provem o contrário, porque essa é a informação que nós recebemos do Estado do Pará.

Por favor, ainda volte o slide. Tem mais coisas ali a serem ditas. Os fornecedores não cometeram, portanto, esse crime. E o que é que aconteceu com os clientes? Acuados pelo prazo de dez dias, e diante da opinião pública cobrando uma resposta, claro, passaram a dizer: "Não vamos mais comprar carne do Estado do Pará". Senhores, são 17 milhões de cabeças de gado no Estado do Pará, não estão todas ilegais, algumas ilegais? Claro que existem. Mas os fornecedores que fizeram desmatamento dentro da lei, as empresas que estão cumprindo a lei não podem mais vender carne para nenhum supermercado do centro do sul do Brasil? Que história é essa? Aonde é que está o direito dessas empresas? Não se respeita mais isso. Então, é muito grave esses fatos, senhores. Isso não pode sair daqui sem uma recomendação do Senado ao Ministério Público que tome uma correção disciplinar a esses atos que foram feitos no Estado do Pará.

Próximo slide. Conforme a legislação em vigor, art. 54, do Decreto 6.514/2008, existe a necessidade de ocorrer a divulgação do embargo, e todas as fazendas que o Ministério Público alega terem sido embargadas nos casos que envolvem os associados ABIEC: Bertin, Minerva e Frigol que estão aqui presentes, se apresentam no site do Ibama como fazenda sem embargo, de novo eu tenho as provas aqui. Os documentos que

mostram. Vou mostrar um só para exemplo aos senhores aqui. Consulta pública em áreas embargadas. Os senhores entram na Internet, colocam o nome da empresa ou CNPJ e aqui embaixo sai: nenhum embargo foi encontrado com os argumentos pesquisados. Como a empresa pode saber, portanto, se, de repente, o Ibama ou o Ministério Público considerou que essa empresa tivesse praticado um ilícito ambiental? Se não é dado publicidade, o ato não existe, não há como saber, qualquer cidadão não pode tomar conhecimento de algo que não foi informado. O mesmo ocorre em relação ao Ministério do Trabalho. Nenhuma dessas empresas têm qualquer problema em relação ao Ministério do Trabalho.

O Ministério Público defendeu existirem fazendas com áreas embargadas nos municípios de Sapucaia, Fazenda Colorado e Fazenda Vermelho, e Piçarra, Fazenda Itaipaiva, entretanto, no sistema do Ibama não constam áreas embargadas em tais municípios, nenhuma área embargada. Então, já mostra aqui a inconsistência das informações e a irresponsabilidade com que o Ministério Público está tratando esse caso.

Próximo slide. Os frigoríficos não podem se responsabilizar por qualquer tipo de indenização pleiteada pelo Ministério Público, porque, além, de não existir nexo de casualidade entre seus atos e qualquer eventual irregularidade ambiental das propriedades e seus fornecedores, as aquisições de gado bovino vem sendo realizadas em áreas que oficialmente não estão embargadas para os adquirentes, em razão de não constarem nas listagens oficiais divulgadas pelo Ibama e pelo Ministério Público.

Próximo slide. A cata de intimação do Ministério Público afetou diretamente os negócios das empresas no Brasil e no exterior, citando uma insegurança jurídica não temporária, mas talvez definitiva com certos clientes, cessando relacionamentos construídos em décadas, tudo de forma não razoável, sem se limitar essas questões envolvendo as fazendas supostamente embargadas, acusando a empresa e todos os seus produtos como sendo originados de atos ilícitos. Eu tenho cópia da carta aqui, senhores, posso deixar até para esta Comissão examinar. Aqui, por exemplo, onde é listado aqui pelo Ministério Público todas as fazendas que eles consideram embargadas, mas que não estão na lista da internet, nenhuma publicidade foi dada e as empresas compradoras dos produtos. E num certo ponto da carta, então ele resolve notificar a empresa e diz o seguinte: "todos os produtos e subprodutos de origem bovina, adquiridas das empresas subcitadas caracterizam como oriundos de ilícitos ambientais", eu digo "todos", inclusive, aqui ele está dizendo até das áreas não amazônicas, que o Ministério Público não faz aqui referência ao Estado. A manutenção de relações comerciais com essas empresas, diz isso ao cliente das empresas, no que concerne ao fornecimento de produtos e subprodutos de origem bovina caracterizar responsabilidade solidária e objetiva da empresa pelos ilícitos ambientais mencionados. E dá dez dias de prazo a contar do recebimento desta carta para que o notificado se manifeste acerca do acatamento ou não dos seus termos. Isso sem mandado judicial, nenhum.

Próximo slide. O MP, o Ministério Público vem divulgando em seu site informações, dando a entender que eles e as ONGs são os heróis, e as empresas são as bandidas. Este mesmo posicionamento foi dado aos jornais. Então, isso aí não vou nem comentar. Os senhores sabem do que eu estou falando. O Ministério Público desconhece o percentual que representa o setor organizado dos frigoríficos, não houve nenhuma medida para parar a pressão ambiental advinda dos irregulares, aqueles chamados clandestinos, que eu acabei de citar. Deveriam fazer o mesmo em respeito à saúde humana no Brasil? E eu pergunto aqui, senhores, por que é que eles escolheram os frigoríficos da ABIEC, especialmente, aqueles com expressão internacional, senão para dar uma publicidade midiática, objetivo de ferir a imagem do Brasil como fornecedor de proteína ambiental e colocando como se nós fôssemos uns irresponsáveis que estamos destruindo a Amazônia para produzir carne e couro, quando é uma mentira, nenhum quilo de carne da Amazônia é exportada para a União Européia, até porque a União Européia não autoriza os Estados da Amazônia por uma questão sanitária, não ambiental. Então, é uma mentira deslavada que eles levam para a Alemanha, para a Inglaterra, para a Itália, para criar constrangimento a essa situação.

Em recente reunião entre os procuradores do Pará e os representantes do Bertin, o Ministério Público demonstrou a intenção de imputar a indústria através de um ato de ajuste de conduta, o TAC o Termo de Ajuste de Conduta certas obrigações que seriam dos órgãos públicos, querem que nós fiscalizemos, inclusive, questões fundiárias. É um absurdo. Nós não podemos substituir o setor público, esse documento está disponível também, senhores, um TAC que coloca como responsabilidade do privado substituir o papel do Ibama, da Secretaria de Agricultura. É um absurdo! Não dá para aceitar um termo de ajuste desse, seria uma confissão da incapacidade e da inoperância do setor público que tem a responsabilidade legal e constitucional de cumprir essas tarefas na economia brasileira.

Próximo slide.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Um apartezinho. E foi assinado?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Não, não foi assinado. Nenhuma empresa associada à ABIEC assinou.

Esse TAC está sendo negociado no Pará. Espera-se que o Ministério Público tenha uma postura mais razoável, mais equilibrada, menos emocional, respeitando a divisão de competência entre as empresas e os órgãos públicos. Se for mantido o seu atual posicionamento, infelizmente, o caso não será resolvido. Vamos ter que pedir a solução no Judiciário, e as empresas vão ter, evidentemente, o prejuízo de não poderem evoluir e progredir de forma sustentável nesse debate.

A ABIEC e suas associadas estarão assinando nos próximos dias um compromisso público com a sociedade brasileira, não é com o ministério A ou ministério B, nós não acreditamos que... Nós não vamos fazer uma coisa para inglês ver. Seria um absurdo assinar. Perguntaram-me aqui fora há pouco, com a imprensa, se nós faríamos uma espécie de um compromisso com a moratória da soja. A diferença, me desculpem a expressão, é que o gado anda e a soja é estática. Não adianta eu fazer um compromisso falso, um compromisso inverídico que não vá ser cumprido de forma confiável pelas partes envolvidas. Nós temos que fazer um código de conduta de algo que seja possível fazer em prazo, em meta de implementação de um programa de excelência para os fornecedores e um programa de rastreamento ambiental e sanitário que todos os fornecedores do País possam adotar.

Próximo slide. E eu agora vou pedir licença aqui, talvez até vou passar o seguinte, eu vou passar a palavra, se me permitirem, Sr. Presidente, à Sra. Tereza, secretária da agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul, tem o primeiro programa de identificação individual do Estado. Eu ia fazer essa apresentação, mas já que ela está aqui sentada à mesa, eu pediria à secretária Tereza Cristina que explique como o Estado do Mato Grosso do Sul, de forma pioneira, corajosa, está abordando esse tema do rastreamento ambiental e sanitário, sendo, portanto, o primeiro Estado de algo que nós pretendemos fazer e estimular no Brasil inteiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Esta presidência convida a secretária Tereza Cristina, se tiver condições de cumprir esta missão de usar da palavra.

**SRA. TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA:** Bom dia, Srs. Senadores, Senadora Marisa, minha amiga e senadora pelo meu estado, meu Presidente, Senador Valter, também, do meu Estado, querido Mato Grosso do Sul. Eu não vim preparada para isso, mas posso pincelar aqui rapidamente o programa de identificação individual que o Estado vem pensando, porque o Mato Grosso do Sul sofreu, de maneira brutal, com o episódio da aftosa em 2005, onde nós ficamos fora dos mercados externos, o Mato Grosso do Sul chegou a exportar 60% da sua carne e com a aftosa em 2005 nós ficamos até o ano passado, setembro do ano passado fora de todos os mercados que nós havíamos conquistado durante anos. E por isso começamos a pensar num sistema de identificação individual para o Estado do Mato Grosso do Sul, que não é o Sisbov, o Sisbov é um programa nacional de certificação, mas que ele poderia ser ligado ao Sisbov à medida que o produtor tenha interesse, porque nós não podemos obrigar todos os produtores do Estado a estarem no Sisbov que é um sistema mais sofisticado, que precisa de mais gestão, que custa mais caro, e nós temos aí produtores que não estariam preparados para isso.

Então, o Estado pensou na identificação individual que ela seria obrigatória, todos os animais do Estado teriam um brinco eletrônico dizendo o nome da propriedade, o número da propriedade, o município, se ele é macho ou fêmea, enfim, dando a ele uma carteira de identidade, e, posteriormente, ele teria o seu CPF quando esse produtor quisesse estar lincado ao Sisbov que é esse programa nacional para estar aí, sim, com a certificação.

Esse programa vem andando há mais de um ano e meio, a gente vem trabalhando ele, não é uma coisa barata, você não pode penalizar também o produtor, de maneira geral, ele sendo obrigatório, nós estamos procurando fontes de recursos em que o Estado consiga doar os brincos para os bezerros, porque a nossa ideia é fazê-lo em partes, é fazer em quatro anos, ter todo o rebanho identificado eletronicamente. Nós queremos um sistema seguro, um sistema auditável, mas um sistema simples, que todos possam cumprir sem ficar essa torre de babel que nós estamos até hoje com o Sisbov que a gente não consegue avançar muito, acho que agora vamos avançar, mas até hoje nós estamos patinando com o Sisbov. Então, seria um programa pró-ativo, mas para isso nós temos que ter a concordância, nós temos que ter recursos, e foi por isso que eu procurei o Dr. Roberto há um ano, mostrando para ver se isso era um produto que interessava a indústria, também, porque isso dá segurança à indústria de estar vendendo esse produto lá fora, de dizer: "Olha, esse bezerro foi produzido no Mato Grosso do Sul, no município de Camapuã, ele nasceu no ano tal, raça tal; enfim, ele, além, de ser uma carteira de identidade, você pode usá-lo, como uma ferramenta de gestão para a sua propriedade, porque nesse brinco que nós estamos desenvolvendo você consegue ter uma capa-

cidade de armazenamento de informações grandes, e por que não colocar essa parte ambiental?

Hoje, o Mato Grosso do Sul, pelas dificuldades e pela dor que nós tivemos que passar, tem todo o seu sistema de GTA e emissão de nota. Enfim, o nosso trânsito é todo eletrônico, a nossa vacinação é toda controlada. Nós, hoje, sabemos que a fazenda da Tereza, lá no município tal, tem uma ficha que tem tantos animais, e ela tem que comprar tantas vacinas, e isso é feito eletronicamente na empresa onde ela vai comprar. A empresa já vende o número de vacinas, um pouquinho mais, porque tem sempre uma perda, enfim. Mas isso está tudo amarrado hoje e você consegue ir até a origem, mesmo sem o brinco, por propriedade, você saber se está ocorrendo um evento sanitário importante naquela propriedade.

Nós queremos avançar com este programa. Nós estamos atrás de parceiros para poder implantar. Ele está pronto. Vai ser testado no dia 15, nós estamos chamando o Ministério da Agricultura para ir lá assistir, e quem quiser assistir também, vai ser testada a tecnologia. E eu acho que nesse modelo nós podemos, perfeitamente, incluir, existe espaço para incluir também as informações ambientais que forem necessárias, que forem exigidas para dar ao nosso consumidor nacional e para o nosso consumidor lá fora as informações que eles tenham desejo.

O mercado é que manda, não adianta a gente contestar o mercado, porque o consumidor exige. Então, o Mato Grosso do Sul quer ser pró-ativo e nós estamos com esse programa já bem adiantado. Vamos sentar com os produtores rurais agora, o nosso problema é custo e mostrar para os produtores os ganhos que eles terão tendo este programa implantado no Mato Grosso do Sul. Não queremos fazer de uma vez só, porque o Mato Grosso do Sul colhe 5 milhões de bezerros, por ano, macho e fêmea. Então começaríamos pelos bezerros, porque aí em quatro anos nós teríamos todo o nosso rebanho já identificado.

Nós temos um problema de trânsito que ainda estamos conversando porque nós temos uma movimentação no estado, anual, de 12 milhões de cabeças. Então, é uma movimentação bastante significativa entre vendas, transferências que nós estamos pensando como é que nós vamos fazer. Onde é que nós vamos fazer a leitura? Esse programa é altamente seguro, essa tecnologia dá segurança, a mesma segurança que os bancos têm com cartão de crédito. Então, você não consegue violar os brincos e trocar, enfim, conseguir eles conseguem hoje tudo, mas é bastante dificultado, porque tem muita segurança o sistema. E nós estamos prontos para implantar. O governador já autorizou, nós estamos buscando parcerias e a gente espera que a indústria também valorize isso, Dr. Roberto, porque nós precisamos de bons parceiros, porque os produtores rurais também não querem pagar sozinhos essa conta.

Então, era isso. Eu estou aqui pronta para responder alguma pergunta, se alguém quiser saber mais alguma coisa, depois da reunião também estaria para responder alguma dúvida. Era isso e muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Como a intervenção da secretária Tereza Cristina se deu na fala do Dr. Roberto Giannetti, eu retomo a palavra ao Dr. Roberto Giannetti para concluir a sua exposição.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Sr. Presidente, então o programa de identificação estadual do Mato Grosso está sendo implementado, do Mato Grosso do Sul. E eu parabenizo a secretária Tereza Cristina, novamente, pela atividade pioneira de realizar esse trabalho.

Próximo slide. Ele vai ser feito para identificar individualmente todo o rebanho do Estado, iniciando pelos bezerros, controlar as movimentações do rebanho entre oito e dez milhões de cabeças, ou mais até, cerca de 12 milhões de cabeças por ano. Próximo slide. E isso vai ser feito com brinco e boton com número da identificação que tem o número do Ministério da Agricultura, o brinco eletrônico, todos os bezerros nascidos já em 2009 e na vacina de novembro de 2009 e antes da primeira movimentação da permissão da guia, essa identificação já vai ser realizada. Próximo slide. O controle da movimentação vai ser feito de forma segura, eficiente, funcional, auditável. Nós queremos fazer um sistema que seja, realmente, seguro e crível para nós mesmos e para as partes interessadas, relacionadas. Próximo slide. E com a melhor tecnologia. Isso aqui é feito de forma com criptografia para ficar inviolável, com uma capacidade de leitura a uma distância de apenas um metro, com tecnologia anti-colisão, enfim, é uma tecnologia que, certamente, nós vamos testar, mas nos parece das mais modernas existentes no mundo e que vai deixar a pecuária brasileira com muito mais segurança a respeito da origem dos animais, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista sanitário. Próximo slide. E isso vai agregar valor pela sustentabilidade, pela questão sanitária, segurança ambiental para que a gente possa afirmar, com segurança, a todos os nossos clientes, no mundo, que nós sabemos de onde vem a carne que nós produzimos e que nós fornecemos.

Próximo slide. E para terminar, senhores, eu queria fazer mais algumas afirmações graves a respeito do que está acontecendo no Estado do Pará. Em relação às ONGs e mais particular o Greenpeace quero afirmar

aqui o seguinte: o Greenpeace declarou, na Alemanha, em reunião com as empresas Adidas, Nike, e Reebok que teve acesso às informações fiscais das empresas entrando em uma sala empoeirada, em Belém, com todos os documentos das mesmas. Isso foi afirmado na frente de um diretor de um frigorífico brasileiro. Eu gostaria que quando o responsável do Greenpeace viesse aqui, ele respondesse, já que não veio hoje, talvez até pelo fato de estarmos aqui, ele não quis vir, mas que ele respondesse se, de fato, isso ocorreu. Segundo, as empresa frigoríficas tentaram, no dia 23 de maio, conversar com o Greenpeace, porque já havia esse boato que o Greenpeace estava armando alguma coisa para a semana do meio ambiente, para dar uma publicidade internacional ao seu trabalho. Veja só. O Greenpeace é uma ONG que tem uma meta, um objetivo extremamente importante: preservação do meio ambiente. Nós não discordamos do objetivo do Greenpeace em relação à preservação do meio ambiente. É uma boa meta, um bom trabalho; nós discordamos é da forma, da atitude, muitas vezes, ilegal, muitas vezes, mentirosa com que o Greenpeace atua no Brasil e no mundo. Eles negaram o encontro, não tiveram o encontro, não quiseram o encontro com os nossos frigoríficos, não quiseram ouvir as informações que nós tínhamos a dar. Certamente, o Ministério Público, e isso é uma opinião pessoal minha, eu me arrisco a afirmá-la aqui na frente dos Srs. Senadores, o Ministério Público não agiu de modo próprio, agiu inspirado pelo Greenpeace. O que é muito grave também. Prova disso eu tenho aqui um indício. O Greenpeace, na sua entrevista coletiva, de imprensa, no dia 02 de junho, às 10h, afirmou com todas as letras aos jornalistas. Prestem atenção, que agora às 14h vai haver a coletiva do Ministério Público do Pará denunciando empresas e demonstrando que elas estão comprando carne de fornecedores ilegais. Como é que o Greenpeace tinha informação? Às 10 da manhã, eles sabiam que o Ministério Público, às 14 horas, iria fazer entrevista coletiva denunciando as empresas. Interessante. Eu é que queria saber como é que o Greenpeace é tão bem informado a respeito dos passos do Ministério Público. O Greenpeace, para ser um pouco mais contraditório, reconhece no seu site a legalidade do Frigorífico Bertin, dizendo que a mesma exclui de seus fornecedores aqueles condenados por desmatamento ilegal e trabalho escravo. No entanto, vai aos fornecedores do Bertin e diz aos clientes do Bertin, dizendo que se eles não deixarem de comprar produtos do Bertin, eles serão autuados também, responsabilizados pelo Ministério Público.

Outra informação equivocada que eles procuram ganhar notoriedade com isso vem do Amigos da Terra. O Amigos da Terra declarou à imprensa, outro dia, que foi responsável pelo rompimento do contrato do IFC do Banco Mundial com o Bertin. Ora, o mesmo já havia sendo negociado desde novembro de 2008 junto ao Sr. Marcelo Lessa, representante do IFC no Brasil e foi rompido em março de 2009. Amigos da Terra não tem nada com isso, isso é um problema privado entre o Bertin e o IFC. Mas eles querem a glória. Eles querem mostrar que eles conseguem produzir esse tipo de resultado que é escandaloso, que dá notícia internacional. Não tem nada que o Amigos da Terra tenha conseguido. Agora eles foram também ao BNDES. É bom que os senhores saibam. Foram ao BNDES dizer que o BNDES deveria parar de financiar as empresas frigoríficas brasileiras, inclusive, da qual ele participa como sócio, caso contrário, também o BNDES seria corresponsável pelo desmatamento ilegal da Amazônia. Só que, de novo, repito, os associados da ABIEC estão cumprindo rigorosamente a exclusão de fornecedores de gado considerados embargados pelo Ibama. Se essa é a regra à lei vigente, estamos cumprindo as regras. Se não forem essas regras, senhores, que o Ministério Público diga qual é a regra, mas não nos acuse de algo que o Ibama não deu publicidade e que eles querem que a gente cumpra de uma forma absolutamente utópica.

Então, essa é a declaração que eu tinha para fazer. E me coloco aqui, à disposição dos senhores para qualquer pergunta. Temos farta documentação provando tudo que nós dissemos e afiramos diante desse Senado Federal. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Agradecemos o depoimento do Dr. Roberto Giannetti. Realmente um assunto que vem à colação precisa ser objeto de reflexão desta Comissão, e claro que esta audiência não vai esgotar o nosso esforço nesse sentido. E vamos agora passar a palavra ao segundo expositor que é o Dr. Manoel Caixeta que é presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, e membro do Fórum Permanente da Pecuária de Corte da Confederação Nacional da Agricultura. Está aqui hoje representando a CNA por designação da sua presidente, Senadora Kátia Abreu. Com a palavra o Sr. José Manoel Caixeta.

**SR. JOSÉ MANOEL CAIXETA:** Sr. Presidente, Exmo. Senador Valter Pereira, Dr. Roberto Giannetti, Sra. Tereza Cristina, Exmos. Sras. e Srs. Senadores, senhores e senhoras presentes, um bom dia a todos.

A Confederação da Agricultura, Sr. Senador Valter Pereira, fica muito preocupada com essa situação em que se encontra a região da Amazônia. Tanto é que já em contato com as Federações de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, e demais federações que

compõem a Amazônia Legal, já estuda, inclusive, uma ação judicial contra o Greenpeace pelas colocações colocadas, num primeiro momento, aqui expostas pelo Dr. Giannetti. E a situação nos preocupa porque em momento de crise em que a pecuária brasileira vive neste ano, especificamente, ano de 2009, em que num primeiro momento foi assolada pela crise econômica das indústrias frigoríficas o pecuarista ficou à mercê de endividamento, a mercê de débitos com seus fornecedores, com seus empregados. Então, uma crise na produção, na forma produtiva da pecuária, especificamente, da região amazônica, só vem piorar a situação para o setor pecuário brasileiro, especificamente, nesse caso da produção bovina na região Amazônica dos Estados aqui citados pelo Dr. Giannetti, e dando um foco especial ao Estado do Pará, onde a ação inicial foi colocada.

A nossa preocupação não se restringe à atividade pecuária, Sr. Presidente, a nossa preocupação, num primeiro momento, vem encontrar uma dificuldade na continuidade da atividade em razão da queda da exportação, da queda da produção e da possível saída da atividade dos produtores que foram chamados para desenvolver aquela região, num primeiro momento, como bem disse o Presidente da República à imprensa, recentemente, quando afirmou, tacitamente, que os pecuaristas da região amazônica jamais poderiam ser nominados como bandidos, uma vez que agiram conforme a legislação permitia, naquele momento. Volto a dizer, foi incentivado ao setor pecuário há alguns anos quando da chegada dos pecuaristas o povoamento pela pecuária na região Amazônica. Isso não é segredo, todos nós sabemos. Agora que a atividade cresceu e está desenvolvendo, e está mantendo a região, vem um órgão totalmente legalizado, com toda a nossa credibilidade, até o momento em que coloca informações levianas, ilegais, vem um órgão desses e quer denegrir toda a imagem do setor pecuário que é o principal setor daquela região. Há pouco a Dra. Tereza Cristina colocou a dificuldade do Mato Grosso do Sul no ano de 2005. Está aqui o ilustre Senador Presidente, a Senadora, e todos nós sabemos da dificuldade daquele estado, no momento em que estourou a crise da febre aftosa. Foram várias as imagens transmitidas pela televisão brasileira de total abandono da cidade, principal centro lá onde estourou a febre aftosa. As pessoas passando, inclusive, necessidade em se alimentar, por não terem condições financeiras para aquisição de alimentos.

Então, isso vai acontecer, certamente, na região amazônica, se essa ação continuar. Nenhum produtor vai buscar a ilegalidade para daqui alguns dias, daqui alguns anos, daqui alguns meses perder todo o seu patrimônio e ficar sujeito ainda à responsabilização de uma ação judicial por inconsequência de uma ou outra informação que não foi transmitida corretamente.

Então, a nossa preocupação, num primeiro momento, se focaliza nesse sentido. E também no que se refere à própria economia brasileira no momento de crise. O Dr. Giannetti expôs aqui os dados de exportação de carne bovina brasileira que já reduziu com a crise financeira nos anos 2008 e 2009 em razão da crise econômica que assolou todo mundo. E essa crise, vamos denominar assim, se é que me permitem, essa crise ambiental na região amazônica para a produção de carne vai agravar ainda mais isso, de 20 a 35% da produção pode ser prejudicada. E, senhores, nós todos sabemos que se isso acontecer a atividade que já traz pouco resultado financeiro, vai ser inviável. E a consequência disso chegará, certamente, ao consumidor final que ao comprar na rede de supermercados 'X' ou 'Y' a carne, vai estar pagando, certamente, um preço muito elevado do que praticaria com a continuidade da atividade na região. Então, também nos preocupa o setor consumidor. A CNA não se preocupa apenas com o seu foco direto que é o produtor rural, ele é o primeiro da linho, mas nós nos preocupamos também com o público que nos permite a permanência no mercado que é o consumidor final quem vai adquirir a carne na rede de supermercado.

Então, são os dois pontos iniciais que preocupam a Confederação e que leva à Confederação, juntamente, com as Federações a essa negociação, através das federações com o Governo Estadual, daquela região amazônica, o próprio Governo Federal, daí a nossa presença e a nossa parceria nesse momento de dificuldade, com o nosso pedido de parceria ao Senado Federal, para que entenda a situação do pecuarista que não quer agir na ilegalidade. Nós somos a favor do desmatamento zero. Essa política a CNA defende há muitos anos. O pecuarista, o agricultor brasileiro tem essa política como seu ideal. Mas também não há que se exigir que retorne às áreas de pastagens e agricultura aos *status quo* inicial. Podemos, sim, aumentar a nossa produção com tecnologia, como bem colocou a Dra. Tereza Cristina e o Dr. Giannetti, mas é um processo demorado. A Dra. Tereza acabou de nos dar um exemplo da identificação, é preciso ir por etapa. O pecuarista não foge à sua responsabilidade, nenhum produtor rural brasileiro foge à sua responsabilidade, tanto é que fomos chamados a produzir mais grãos e a cada ano batemos mais recordes, tanto é que estamos aí, como bem disse a Dra. Tereza Cristina, desenvolvendo um programa de rastreamento para garantir a sanidade e a qualidade da carne bovina, mas não é um processo que se resolva da noite para o dia, tão dinâmico. Há

necessidade de investimento, e o investimento no setor em razão de carga tributária e de custo de produção é altíssimo, não conseguimos com o lucro baixo, ainda mais em período de crise, não conseguimos realizar tais investimentos, tais inovações num curto espaço de tempo. Isso demora, é preciso ter bom senso, acima de tudo, é preciso ter ponderação, e no meu ponto de vista, Sr. Presidente, é preciso negociação, nada se resolve, na atualidade, a ferro e fogo. Nós na CNA defendemos sempre à negociação, a mesa redonda para se chegar a um denominador comum. E é essa política que vamos continuar fazendo.

E para encerrar, Sr. Presidente, nós dispensamos a apresentação em razão de ter conhecimento de que o Dr. Giannetti faria a explanação mais adequada possível, uma vez que lhe é peculiar sempre o estudo aprofundado dos assuntos que a ABIEC tem participado, é uma particularidade do Dr. Giannetti. E nós da Confederação entendemos que as palavras do ex-Ministro Pratini de Moraes ditas quinta-feira passada na Feicorte, terra natal do ilustre Senador Romeu Tuma, a Feira Internacional de Pecuária de Corte realizada na última semana, o ex-Ministro Pratini de Mores colocou com muita propriedade, de que não aceitaria como brasileiro, como patriota, jamais aceitaria que um país que preservou apenas dez hectares da sua floresta mais famosa que é a Floresta Negra na Inglaterra.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Alemanha.

**SR. JOSE MANOEL CAIXETA:** Na Alemanha, desculpe. Muito obrigado, Senadora. Na Alemanha, dez hectares da Floresta Negra, questionar se a produção bovina no Brasil cuja área de preservação, como mostrou o Dr. Giannetti, é de 46% do território nacional. O ex-Ministro Pratini colocou isso enfaticamente, e pedindo licença ao ex-Ministro, faço minhas essas palavras dele, de que a CNA jamais vai aceitar esse questionamento de que o produtor rural brasileiro quer desmatar para produzir, seja carne ou grãos, o produtor preserva e produz. É essa a nossa finalidade enquanto representação classista, enquanto falamos em nome da classe produtora brasileira. Nós não vamos admitir e vamos buscar todos os meios, inclusive, legais para garantir a produção bovina, a produção de grãos no território brasileiro.

Por início, Sr. Presidente, é o que eu tinha a manifestar, agradecendo a oportunidade em nome da Confederação da Agricultura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos a intervenção do Dr. José Manoel Caixeta.

E antes de passar aos debates, eu gostaria de propor ao plenário uma sugestão, uma proposta para que nós realizemos uma nova audiência pública no dia 07 de julho, por quê? Hoje se tivemos conhecimento dos fatos que estão inquietando o setor frigorífico no Pará e foi importante que isso acontecesse. Não podemos negar que uma frustração também bate às nossas portas por quê? Nós não conseguimos estabelecer aqui o contraditório. Tem aqui o meu colega que foi delegado, e, portanto, é advogado também, Romeu Tuma que sabe muito bem da importância do contraditório para se formar o juízo sobre determinado problema. Vieram aqui os representantes do setor produtivo, ausentaram-se quem está denunciando e quem está tomando as medidas de coerção no Estado do Pará. E eu estou propondo aqui um prazo mais dilatado, a fim de que ninguém tenha mais o pretexto de dizer que o tempo foi curto para tomar as providências necessárias à vinda aqui. Se nessa audiência do dia 07 que estou propondo, e se for aprovada aqui pelo plenário, não comparecer o Ministério Público é porque, realmente, ele não estará interessado em estabelecer o contraditório nesta Comissão, neste órgão do Senado Federal, da mesma forma aquele que está fustigando o setor produtivo lá que é o Greenpeace. Esta Casa aqui representa o estado brasileiro, representa a federação brasileira, portanto, aqui tem que haver a isenção, e para que isso aconteça, é preciso que todas as partes envolvidas estejam presentes debatendo, ouvindo e enfrentando. E aqui eu quero já sugerir, inclusive, que nessa próxima audiência seja convocado, novamente, seja convocado, não, seja convidado para participar, novamente, o Dr. Giannetti que compareceu hoje e que, obviamente, terá que estar aqui, sim, olhando olho no olho para que nós possamos formar a nossa cognição.

Pela ordem, Senador João Pedro?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem, Sr. Presidente.

Primeiro, eu acho que é importante a audiência pública com a presença de todos os lados. Foi aditada a presença do Governo do Estado do Pará para a próxima audiência pública. Não é isso?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V. Exa. está pedindo o aditamento?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Da presença do Governo do Estado, Secretaria de Meio Ambiente, acho que é importante a presença do governo. E dizer que não é exclusividade dos advogados entender a importância do contraditório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, V. Exa. sugere o Secretário de Meio Ambiente do Pará. Muito bem.

Então, está submetida à apreciação de V. Exas.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Acho que esse nome foi já dado ao Marcelo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O representante do Ministério Público do Estado, o que não veio.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eles estão participando de um debate, Presidente, na Câmara.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Perfeito. Mas agora com prazo dilatado eu acredito que não haverá pretexto para se ausentar dessa reunião. Então, seria o representante do Ministério Público do Estado. Eu quero sugerir aqui--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Federal também. Federal que tem tomado--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu acho que é preciso que o Conselho Nacional do Ministério Público esteja representado para conhecer e para identificar se existe ou não excesso do Ministério Público lá no Estado do Pará. Então, um representante do Conselho Nacional do Ministério Público--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --E o representante da ABIEC. Pela ordem, Senador Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados que hoje esclarecem parte da situação, com que passa a cadeia produtiva de carne do País. Eu sugiro que façamos uma comissão integrada por membros desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária juntamente com o Conselho Nacional dos Ministérios Públicos para irmos até o Estado do Pará avaliarmos *in loco* toda essa situação, para que tenhamos maiores subsídios. Porque aqui nós, novamente, vamos trazer aqui pessoas que, às vezes, não conhecem inteiramente os fatos, e nós estaríamos sublevando opiniões e fazendo avaliações precipitadas. Eu vejo que para termos um efeito. Eu estou aqui com um manifesto de todas as entidades do Estado do Pará. Eu gostaria de passar a esta Mesa, fazem parte da mesma, desse manifesto, a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará - FAEP, Fecomércio, Federação das Indústrias do Estado do Pará, 15 entidades e que já como é o Estado mais envolvido, e me parece que o Estado do Mato Grosso vai ser o próximo a ser levado efeito essas ações orquestradas que denigrem, sobremaneira, e é um tiro no pé para o comércio brasileiro. Nós teríamos que tirar a limpo isso aí, ver o que é que tem por trás disso, essas denúncias que têm sido feitas. Se realmente é por uma situação da inconsistência do Código Florestal Brasileiro, da infundada insegurança jurídica que o mesmo caracteriza aos produtores brasileiros, das áreas consolidadas que estão sendo exploradas, sim, na Amazônia, na Amazônia Legal, estão produzindo carne neste País, mas que todas estão sob suspeição. Eu diria que nós temos que avaliar corretamente, se essa carne é ilegal, está sendo objeto do atual desmatamento dos últimos anos, dentro das regras vigentes que é de exploração de 20% na área do bioma floresta, e de 65% da área do cerrado. Nós temos uma região no Estado do Pará, o Senador Flexa conhece profundamente, a margem esquerda do rio Araguaia, a região do Sapucaia e que é uma região de cerrado, e que estão levando tudo como Amazônia, e o mesmo acontece no Estado do Mato Grosso.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos, realmente, fazer uma nova visita, assim como nós tivemos uma visita do Ministério, fizemos uma comissão no Ministério do Meio Ambiente, quando houve a situação lá do desmatamento, agora nós teremos que avaliar *in loco* novamente essas questões, porque colocar aqui uma nova audiência pública e ouvir os fatos, deixar por isso mesmo, quando, na realidade, há condições para se produzir carne na Amazônia, sim, são as áreas permitidas. O que nós estamos falando são as áreas objetos que são proibidas de desmatar. E que essas se forem que sejam levantados os nomes de pecuaristas que hoje estejam produzindo fora da legalidade, e é isso que pede então que precisa ser denunciado e avaliado. E esses vão precisar sofrer sanções da lei. Agora, o que nos parece são áreas consolidadas que estão sendo objeto de levar tudo como Amazônia legal.

Então essa é a nossa proposta, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Gostaria aqui de ressaltar e para a V. Exa. já, já.

Eu gostaria de ressaltar, apenas que se estiver ocorrendo algum excesso do Ministério Público no Estado do Pará seria importante--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Que num evento ou realizado aqui ou realizado lá estivesse presente algum representante do Conselho Nacional do Ministério Público que é o controle externo do órgão. Agora, receio que não haja possibilidade--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --De fazer o mesmo evento com a participação de todos os atores nesse processo, incluindo os parlamentares lá no Estado do Pará. Mas se isso for possível, não há objeção da minha parte, mas gostaria de ouvir quem tinha pedido a palavra, pela ordem--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Pela primeira vez o Senador Flexa Ribeiro, depois eu passo a seguir ao Senador João Pedro.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Por uma questão de ordem. O que é que nós estamos discutindo, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Estamos discutindo agora a proposta da próxima audiência pública.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Do dia 07. Então do dia 07 que é que V. Exa. colocou.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Dia 07. Isso.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):** Se somos a favor ou contra termos uma nova mesa no dia 07. É isso?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O que o Senador Gilberto está propondo, é que, ao invés, de realizarmos uma audiência pública no dia 07, aqui, que esta audiência pública vá se realizar no Estado do Pará. Eu acho que é essa a proposta.

Senador Flexa e, em seguida, o Senador João Pedro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, Senador Valter Pereira--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem. Depois as inscrições.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** --Sras. Senadoras, Srs. Senadores e senhores convidados. Eu quero aqui subscrever aqui a proposta do Senador Gilberto Goellner que eu próprio faria de que nós pudéssemos propor uma subcomissão de senadores para que pudéssemos ir visitando *in loco*--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senador, se for audiência pública tem que ir a Comissão por inteiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É. As propriedades do Estado do Pará em companhia, evidentemente, do Ministério Público, não poderia deixar de ser, e também do setor produtivo e do Governo do Estado, para que nós pudéssemos, após essa visita, no próprio Estado fazer uma reunião na tentativa de se chegar a um consenso.

Eu, ontem, participei de uma reunião no Ministério Público Federal do Pará com a presença do Procurador-Geral, o Dr. José Augusto Potiguar e todos os subprocuradores, o Procurador Ubiratan Gazeta, Felício Pontes, e o Procurador Daniel e mais a Subprocuradora Geral da República, Débora Duprat que estava no Estado e participou também da reunião. Foi uma reunião bastante longa, ela demorou, praticamente, duas horas e meia, em que eu vou fazer referência na questão dos questionamentos sobre a reunião, e que foram levantados... Não estavam presentes os representantes do setor, só a bancada, eu como senador, mais os deputados Zenaldo Coutinho, o Deputado Wandenkolk Gonçalves, a Deputada Bel Mesquita, o Deputado Asdrubal Bentes e o Deputado José Geraldo, esses participaram dessa reunião. E lá se colocou tanto da parte do Ministério Público, quanto da parte da bancada do Estado, algumas sugestões. Eu gostaria, na colocação dos questionamentos, colocar isso para que a gente pudesse caminhar no sentido de uma solução, porque a situação do Estado do Pará é grave, é uma crise muito séria. Nós estamos lá numa situação de termos a nossa economia totalmente engessada, começou com a questão madeireira que estão usando agora na pecuária o mesmo raciocínio, a mesma lógica que usaram na madeira, ou seja, de fora para dentro, impedindo que se possa fazer a exportação da carne, como se proibiu ou se orientou que se proibisse a compra de madeira vinda da Amazônia. Então, há uma ação orquestrada. Agora o Ministério Público, por sua vez, como o defensor da lei, ele é o representante público fiscal da lei, ele fica numa situação, realmente, de dificuldade, porque existe uma legislação em que determina uma área de reserva legal. Então, essa legislação nós sabemos que por vários fatos, ela não está sendo acompanhada, cumprida porque a legislação mudou ao longo do tempo, era 50% com obrigação de desmatar, virou 80% para recompor os 30, não tem financiamento, não tem política pública para isso, quer dizer, é uma série de ações de Estado que levaram essas pessoas que foram para o Pará e para a Amazônia a ficarem à margem da lei, não porque elas quiseram, mas porque foram empurradas pelo próprio Governo, pela própria política pública, para isso.

Então, há uma necessidade e eles foram claros e depende de nós aqui, do Congresso, a gente fazer as alterações na legislação necessária. Pelo que ficou dito lá, inclusive, foi levantada a questão da compensação da reserva legal, eles aceitam a compensação, o Ministério Público não discute se a reserva legal possa ser ou não compensada. Se nós definirmos no Congresso que a reserva legal pode ser compensada, sem problema, volta todo mundo para a legalidade.

Eu queria colocar essas questões. Acho que essa discussão, lá no Estado, vai ser bastante produtiva, até porque os jornais hoje noticiam, e foi dito ontem na reunião: há uma ação do Ministério Público em nível nacional para que essa medida seja tomada em

todos os Estados brasileiros. Então, não será apenas no Pará. O Senador Gilberto falou em Mato Grosso, o Mato Grosso, segundo nos foi dito na reunião, o Governador Blairo Maggi já entrou em contato com o Ministério Público para ver de que forma possa fazer a adequação. Alguns frigoríficos de forma isolada estão entrando em contato com o Ministério para ajustar um termo de ajuste de conduta, pecuaristas estão fazendo, principalmente, aqueles de maior porte, mas aqueles menores não têm condições de, isoladamente, fazer esse contato. É necessário que haja uma mediação por parte do Congresso e que a gente possa, objetivamente, fazer os ajustes na legislação ambiental, de tal forma, que regularizemos, de vez, essa questão da reserva legal na Amazônia.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria, antes de passar a palavra para o Senador João Pedro, eu gostaria de ponderar o seguinte: O que foi trazido à colação hoje pelo Dr. Roberto Giannetti, não foi exatamente aquilo que V. Exa. acaba de descrever, e, sim, que o Ministério Público estaria tomando algumas atitudes ao arrepio da própria lei. E aí que reside a nossa preocupação. E exatamente isso que nós queremos saber. Estará havendo um excesso do Ministério Público? Porque a informação trazida aqui pelo Dr. Roberto Giannetti, segundo o que eu deduzi, é no sentido de que, pelo menos, um frigorífico que foi mencionado aqui, o Bertin estaria já adotando medidas preventivas, com vistas a afastar das suas transações aqueles produtores que, eventualmente, estariam infringindo a lei, e, apesar disso, mesmo assim, o Ministério Público estaria fustigando os seus clientes a deixar de comprar os produtos, aliás, de fornecer os produtos para--

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Quebra do sigilo fiscal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Inclusive, com quebra do sigilo fiscal.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** E com mandado judicial.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Certo. Então, é essa a questão que, na minha avaliação pessoal, exige a presença do Conselho Nacional do Ministério Público. Porque veja o seguinte--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Já é complicada a situação do produtor e do frigorífico--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Com alguma leniência que ocorrera no passado e que agora estaria influindo na economia local, imagina se houver excesso na interpretação e na aplicação da lei.

Com a palavra, pela ordem, o Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Presidente, primeiro, vamos fazer mais uma audiência pública para tratar dessa questão. E eu fico preocupado, Presidente, quando V. Exa. diz que nós vamos discutir os excessos do Ministério Público. A nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, acho que a gente acaba fugindo, vamos para o mérito dessa discussão que é a questão ambiental, questão produtiva, questão da Amazônia, isso nos remete a trabalho escravo, isso nos remete a uma série de questões, mas vamos no foco.

Eu penso que o Estado do Pará e o Senador Flexa Ribeiro fez esse relato aqui, está adotando providências, o Senado, evidentemente, que pode, é uma Casa fundamental para travar esse debate. Agora, a viagem, eu discordo também da viagem de parlamentares, de senadores; podemos fazer, inclusive, em conjunto com a Câmara, porque esse debate também está na Câmara. Acho que ela pode ser posterior à audiência pública, vamos ouvir aqui no Senado para nós termos mais acúmulo um entendimento, e, posteriormente, se pode fazer a viagem, sem desconsiderar o debate que está acontecendo lá no Estado do Pará com os deputados estaduais, com os empresários, com o Ministério Público. Minha ponderação: é que ninguém mude o foco, quando V. Exa. diz: Nós vamos apurar, ver os excessos do Ministério Público. Acho que a gente tem que ir com mais calma para ninguém se afastar do mérito da discussão que é a decisão do Ministério Público, mas os supermercados, os frigoríficos, os produtores é questão da Amazônia.

Essa é a minha ponderação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de esclarecer o seguinte: Em primeiro lugar eu acho que se V. Exa. interpretou a minha fala como tendo o foco de examinar os excessos do Ministério Público--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V. Exa. já está dizendo que tem excesso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Aí eu já estaria formando um juízo de valor, e eu não tenho esse juízo de valor ainda por quê?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Mas quem falou excesso foi V. Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, eu retifico.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Mas o senhor falou de acusação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Por que o que é que acontece? Exatamente. O Senador Romeu Tuma está colocando de forma escorreita. Na verdade, nós estamos nos louvando informações que foram trazidas nesta reunião que, lamentavelmente, se frustra em razão da falta do contraditório, só com a presença do Greenpeace que está fustigando o produtor, com a participação do Ministério Público que está praticando tais atos administrativos é que nós poderemos formar o nosso juízo de valor. Agora divirjo--

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Deixa-me só concluir aqui. Divirjo de V. Exa. num aspecto: V. Exa. diz que nós temos que nos restringir à questão ambiental, ao trabalho escravo, a desmatamento. E eu gostaria de ponderar o seguinte, um dos esteios da atividade econômica, e aqui não vale só para atividade pecuária, é a segurança jurídica, nenhum agente econômico consegue investir com tranquilidade se não tiver segurança jurídica. E se forem verdadeiras as informações que estão sendo trazidas a esta Comissão, o que está se instalando lá é a insegurança jurídica, e nesta circunstância o risco anunciado de que pode haver uma frustração no desenvolvimento regular da pecuária e da atividade frigorífica, incluindo aí a exportação, então, é da competência, sim, desta Comissão para tratar do assunto. E aqui eu entendo que nós estamos, não só, numa competência ordinária, mas em algo que é fundamental, porque nós estamos aqui examinando o futuro da exportação e o futuro da pecuária. Portanto, eu acho que a questão da estratégia, eu estou de acordo, até em parte com V. Exa., talvez, a melhor indicação seria realizar uma audiência pública aqui no dia 07, como eu propus, e, posteriormente, uma subcomissão, como propõe o Senador Flexa Ribeiro, para ir lá conhecer como é que as coisas estão andando, e pode, também, ser o inverso se o plenário decidir assim.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra, pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu discordo da sistemática de deixar a visita para depois, porque eu vejo que como o Greenpeace e o Ministério Público não compareceram nesta audiência, eles também poderão não comparecer e esvaziar a audiência pública do dia 07. Então, para isso nós deveremos levantar e ir à frente, primeiro fazer a visita de fiscalização para depois então fazermos novamente uma audiência de confirmação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas então, eu acho que o ideal seria então nós realizarmos uma audiência pública lá, esta Comissão, em vez de ir uma subcomissão, a gente marcaria uma data e iria ao Pará, talvez, na Assembleia Legislativa ou algum local que V. Exa. pode indicar, realizar uma audiência pública lá com essa formalidade toda que nós realizamos aqui, e para ouvir toda as partes.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Seria dar continuidade a esta. Eu acho. Que não é uma nova, é uma continuidade desta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Continuidade desta. Perfeitamente.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador Flexa.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Quero dizer a V. Exa. que a situação da crise no Estado, como eu disse, anteriormente, é gravíssima. Nós não podemos esperar o dia 07 para uma audiência pública para depois termos uma diligência no Estado para que o Senado Federal ou o Congresso Nacional, como propôs, possa verificar *in loco* realmente a situação da pecuária no Estado do Pará e a situação da indústria da carne.

Eu proporia que nós invertêssemos a ordem, ou então, dentro da sugestão do presidente que nós fizéssemos a diligência e fizéssemos audiência pública no Estado com o Ministério Público, com o representante do Conselho Nacional do Ministério Público, com o Governo do Estado, com os parlamentares do Estado, com o setor produtivo. Aí nós teríamos uma audiência pública bastante produtiva e que poderíamos sair de lá com um indicativo de solução para o problema, que o problema é grave e nós temos que ter... Há um engessamento, todos os senhores sabem, a arroba do boi caiu dez reais em função da orientação do Ministério Público, no Pará. E aqueles médios e pequenos produtores que não têm capital para sustentar a sua atividade, eles vão ser pressionados para venderem o seu animal por um valor até inferior a esse, se for o caso, porque não há como ter...

Com relação ao que V. Exa. falou, de que existem frigoríficos que já estão em contato com o Ministério Público. É verdade. Eles, ontem, disseram isso, inclusive, citaram. Eu quis citar o Bertin aqui, mas já que V. Exa. citou o nome, foi o frigorífico que nos procurou, inclusive, chegaram a discutir um termo de ajuste de conduta, mas me parece, e aí o Dr. Giannetti pode dizer,

que, ao invés, do frigorífico negociar o termo de ajuste de forma isolada, resolveu negociar em conjunto com a associação do setor. Quer dizer, não fazer de forma isolada, porque ele já tem, o Bertin, já foi dito, um programa de excelência que ele pretende implantar não só no Pará, mas em nível do Brasil, como um todo.

Então, eu proponho que a gente faça a audiência e se faça--

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Segunda-feira.

Sr. Presidente, eu gostaria--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Segunda eu não estou aqui.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** --Que o senhor colocasse em votação, tanto a gente escolher uma data--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Vamos colocar em votação em primeiro lugar o seguinte: Audiência pública lá ou cá?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, quem estiver de acordo com a audiência pública no Pará, permaneça como se encontra quem estiver de acordo.

Então, a audiência pública vai ser realizada no Pará.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** A diligência também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não, a audiência pública.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Faremos uma diligência [ininteligível]?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não, audiência pública lá, já faz tudo que tem que ser feito.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** As fazendas são no interior.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não tem esse negócio que não pode.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Tem muito cano lá.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, o Senador Jayme Campos.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, senhores convidados, demais Senadores e Senadoras. Serei bem rápido pelo adiantado da hora.

Mas quero iniciar a minha fala dizendo o seguinte: o azarado, o patinho feio, na altura do campeonato agora, nesses últimos tempos têm sido os nossos pecuaristas do Brasil, de uma maneira geral.

Lamentavelmente, já estamos convivendo com essa crise há algum tempo na medida em que os próprios frigoríficos já vivenciam uma crise sem procedência. Mato Grosso, particularmente, que eu conheço muito bem, tivemos lá 16, 17 frigoríficos fechados, e que o mais triste deixando de pagar os seus credores, ou seja, o sofrido pecuarista daquele Estado.

E desta feita, lamentavelmente, não satisfeito com o prejuízo que os pecuaristas têm tomado em relação às dificuldades dos frigoríficos em pagá-lo, vem esta campanha orquestrada. V. Exa., Senador Valter, imagino que é um nacionalista, até pela sua história trajetória política, sempre esteve na trincheira defendendo os interesses de toda uma sociedade brasileira. Todavia, o que se percebe aí estão ultrapassando o limite na medida em que dá a entender de que é o brasileiro contra o próprio povo brasileiro, o Governo, o estado brasileiro contra nós brasileiros. A nossa Amazônia brasileira representa 60% do território nacional, lamentavelmente, nós contribuímos apenas com 8% do PIB. E eu acho que nós temos mostrado fraqueza, o encaminhamento a ser tomado, nesses últimos tempos, só nos leva a um caminho, Senador Valter Pereira, a insurgir contra o Governo, e insurgir de tal maneira porque o campo representa muito, não só com a produção, mas, acima de tudo, com a grande população.

Eu tenho visto uma discussão ampla, acompanhado, até por ser mato-grossense, como ex-Governador, como também homem do campo, desta feita como Senador da República, se travaram ou se criaram um dogma contra a região amazônica brasileira. Dá a entender o que está acontecendo no mundo contemporâneo em relação à questão do ecossistema e, acima de tudo, em relação aos problemas internacionais, de terremotos, as grandes enchentes, dá a entender que nós somos responsáveis. Não é verdade. E o que está faltando, nesse exato momento, Senador Valter, é nós discutirmos o pacto federativo nesse País para nós sabermos quem é quem na ordem do dia. Que não podemos, em hipótese alguma, o Greenpeace fazer um documento, que eu não sei se é verídico ou se não é, leva ao Ministério Público e o Ministério Público faz verdadeiro terror, e um terror que, lamentavelmente, será prejudicial, não só a cadeia da carne, mas, sobretudo, ao cidadão que mora lá na Amazônia, que são 25 milhões de brasileiros que está à mercê de política pública decente condizentes com a nossa realidade. Todavia, V. Exa. é conhecedor profundo da Constituição, no seu art. 24 diz o quê? Que a Federação, os Estados e os Municípios têm autoridade para legislar, ou seja, não só da questão tributária, mas das

questões ambientais. O nosso Código Florestal da década de 1964, no seu art. 14 é claro também. Mas, infelizmente, o Governo Fernando Henrique, aqui não podemos desconhecer, com todo respeito, baixou a medida provisória esdrúxula, a 2.166, dizendo que na Amazônia só poderia o quê? Derrubar 20 e preservar 80. Entretanto, quando você comprava uma propriedade daquela região do Brasil estava ali na sua escritura pública registrado dizendo que você poderia desmatar 50% e 50% ser preservado. Pois bem, onde eu quero chegar na minha conversa, Senador Valter. Tudo está errado na altura do campeonato, tudo. E quem vai pagar o pato somos nós que estamos produzindo a carne, é o trabalhador que está ficando desempregado, como é o caso do fechamento dos frigoríficos, só no Mato Grosso fechou 17 frigoríficos, deve ter de dez a 15 mil pais de família desempregado, ganhando o quê? O tal do sacolão, recebendo, por enquanto, o seguro desemprego, etc. e etc.

Então, eu entendo que a questão ambiental, Roberto, tem que ser descentralizada, é uma questão hoje cartorial que é no Brasil. Nós temos que descentralizar o que é da Federação, o que é do Estado, o que é do Município. Não pode o Ibama, como eu vi nos jornais ontem, V. Sas. devem ter tido conhecimento, de que simplesmente agora está formando uma força tarefa de 1.400 homens para ir para a região nossa lá, entre fiscais do Ibama, Polícia Federal, força nacional e o escambal, etc. e etc. Dá a entender, volto a reiterar aqui, que não tenho medo de ninguém, de que nós somos bandidos, ninguém é bandido. Nós somos brasileiros e estamos produzindo, contribuindo e queremos uma política justa. E o Presidente da República foi essa semana passada no município de Mato Grosso, chamado Alta Floresta. E eu não sei se é de forma demagógica ou coisa parecida disse: "Que não. Está tudo certo. Que realmente nós fomos induzidos para ir para lá e tem que ter o respeito". Todavia, ele virou a costa o Presidente do Ibama, o Ministro Minc anuncia que vai 1.400 homens lá. Então, eu pergunto, o que nós precisamos chama-se políticas públicas, precisamos de regras claras, decente, compatível com a nossa realidade. Todos aqui já expressaram, [soa campainha] ninguém quer derrubar mais mata, ninguém quer. Nós queremos o quê? É uma regra clara que permite compatibilizar o desenvolvimento com a preservação, e, acima de tudo, uma produção sustentável, não como fizeram agora no Pará, lamentavelmente. O Ministério Público impedindo, ou seja, recomendando rede de supermercados no País não comprar o produto dos frigoríficos, ou seja, dizendo que já alguns pecuaristas, por acaso, foram notificados e multados. Que a multa, o senhor é advogado sabe. Ele é contestado, nós temos recursos, mas não é pouco recurso. O senhor pode ter notificado, deixar um auto de infração na propriedade, mas, todavia, eu tenho recursos, eu tenho que buscar os meus direitos. É legítimo, é constitucional. E me parece que estão sobrepondo tudo isso, então a arrepio da lei.

Por isso, Senador Flexa, Senador Gilberto, Senadora Marisa, Romeu Tuma, e demais aqui, [soa campainha], o Congresso tem que, rapidamente, Senador Valter, fazer voltar o que ele quer as nossas prerrogativas, que, lamentavelmente, o Congresso, me parece, que está diante da imprensa de quatro. E nós não podemos permitir, nós temos que legislar aqui e fazer prevalecer a Constituição Federal, caso contrário, lamentavelmente, nós não teremos nenhuma política pública decente, sobretudo, o setor produtivo do Brasil será prejudicado.

E vou fazer um questionamento aqui, Roberto. Se por acaso os desmatamentos que alegam, que ponderam na Amazônia, por que é que no sul maravilha a Petrobras está comprando? Ou seja, o álcool para fazer etanol, para vender pela Petrobras que é um órgão do Governo Federal, então vai ter que ser também possibilitado, porque me parece que a regra também agora vai para os demais países dizendo: "Olha, vocês têm que replantar 20 ou 30%". Então, não temos regras claras, e a Petrobras é um órgão do Governo Federal. Por que é que não se inclui no balaio? Então, me parece que há uma discriminação, uma política não condizente com a nossa realidade, de tal forma, meu caro Senador Valter, eu estou preocupado, a cada dia que passa nós estamos sendo penalizados. O Brasil, um dos países que mais preserva, todo mundo sabe aqui. O Brasil é o que mais respeita os povos indígenas. Temos 102 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. O que nós precisamos decidir o que é que é área de APP, o que é que não é. Qual a textura da terra que vai permitir ser 20 ou 30m. Qual a margem dos nossos rios, dos nossos córregos. Não tem nada claro. É meia dúzia de cidadãos nesse País aqui lunáticos que estão querendo acabar com o Brasil, acabar com a nossa produção, de tal forma que chegou o momento, Flexa Ribeiro, de nós, com certeza, fazermos com que o Congresso Nacional legisle, façam leis compatíveis com a nossa realidade. Caso contrário, nós vamos ficar debaixo de taca e, sobretudo, de uma meia dúzia de ongueiro, ongueiro que se diz ambientalista, que não é ambientalista coisa nenhuma, ambientalista somos nós que preservamos e produzimos, não aqui... Nós temos, hoje, lamentavelmente, regras impostas de fora para dentro, a maioria das ONGs 99.9 são de ONGs que têm participação de recursos internacionais que vêm aqui, como bem

disse uma pessoa, que a Floresta Negra lá na Alemanha tem 10% apenas, dez hectares. Esse é o grande cartão de visita que temos a oferecer.

Portanto, como brasileiros nós não podemos permitir, nós temos que reagir urgentemente e fazer prevalecer aquilo que é direito do cidadão brasileiro, caso contrário, nós teremos aqui um país que, lamentavelmente, ainda vamos conviver com miserabilidade, com o desemprego fruto de que o povo brasileiro, as autoridades brasileiras não respeitam o próprio povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[soa campainha].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós vamos colocar em votação a data da audiência pública. O que foi definido aqui é que nós vamos realizar uma audiência pública no Pará. Certo. E eu proporia aqui o dia 02 de julho, quinta-feira, que na quarta-feira nós temos sessões normais aqui no Congresso, de sorte, que quinta-feira seria o dia--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Depois do almoço que dá tempo chegar lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Poderia ser à tarde.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Presidente. Nós faríamos a diligência em alguma propriedade que estivesse na lista do Ministério Público. Porque nós poderíamos sair daqui na quinta-feira, pela manhã, faríamos a vistoria em uma delas, seria escolhida, e depois faríamos a audiência ao final da tarde, ou no meio da tarde, e Belém. Atenderíamos as duas solicitações, tanto da diligência, quanto da audiência pública.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Poderia ser. Se todos estiverem de acordo?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** E na segunda-feira, Sr. Presidente?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Não, não, na quinta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu propus aqui na quinta, dia 02.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Quinta que nós saímos daqui, sairíamos daqui.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** O almoço é por sua conta então.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sem nenhum problema, com muito prazer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Poderia ser também na segunda se--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Segunda-feira... Presidente, quinta-feira, nós estamos todos aqui reunidos aqui na quinta e sairíamos em conjunto no avião da FAB, que já fizemos isso várias vezes lá no Estado, que não tem avaliação comercial que possa fazer essa parada na unidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V. Exa. vai auxiliar na elaboração com o roteiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** E eu gostaria de propor também que fosse acrescentada para a audiência pública e para a vistoria a União das Indústrias Exportadoras de Carne do Estado do Pará, a UNIEC que representa o setor exportador de carne do Pará e a Federação, tanto dos trabalhadores, quanto da agricultura, quanto da indústria, do setor da pecuária e agricultura, quanto dos trabalhadores na agricultura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então, estão todos de acordo, dia 02 quinta-feira?

Então, está aprovada a proposta para--

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** --Prosseguir essa audiência lá no dia 02.

Senador Gilberto, pela ordem.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria de encaminhar aos participantes da Mesa e que fosse dado um apoio formal a uma solicitação que foi encaminhada ao Sr. Presidente da República por Senadores da bancada do Centro-Oeste em apoio, também, do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, que são os Estados que têm mais problemas, hoje, de recuperação judicial dos frigoríficos brasileiros. E aqui estão três propostas de modificação da Lei de Falência, da Lei de Recuperação Judicial, e que o governo, foi solicitado aqui que o governo as estude e encaminhe em forma de medida provisória, já que um Projeto de Lei, nessas alturas, seria moroso. E nós precisamos, sim, recuperar e dar prioridade aos créditos dos produtos agrícolas pecuários que hoje entram na recuperação, por um longo período, indispondo capacidade financeira desses produtores e pecuaristas, aonde é dada então a modificação no sentido de antecipar isso aí, no decorrer de um ano como prioridade a esses créditos e também outras duas ações de recuperação judicial que também facilitariam a recuperação da cadeia dos frigoríficos.

Então, eu gostaria de passar isso aqui à Mesa, e que fosse solicitado pelas entidades que trabalham com carne neste País, os frigoríficos, com a ABIEC e outras entidades, a formalização do apoio a essas medidas se assim acharem conveniente. Já que ela foi aprovada por vinte senadores desta Casa, são os

Estados onde mais a situação fica indefinida da recuperação judicial.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Bom, eu gostaria de fazer uma intervenção bem curta.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Presidente, só o seguinte, como eu acho que sou o último, pela ordem, e o primeiro inscrito, gostaria, ao final, de falar, pelo menos, duas palavrainhas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de falar só um esclarecimentos.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Não, não, eu serei o último.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Veja o seguinte, Senador Romeu Tuma, por força regimental a palavra invocada pela ordem tem primazia.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Não estou discutindo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não é isso, a questão é outra. E o que aconteceu? Nós fizemos uma lista de inscrições com o Senador Gilberto, em primeiro lugar, a Senadora Marisa, o Senador Jayme, e o Senador Tuma para discutir.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Como requerente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** V. Exa. tem primazia. Aconteceu que nós não abrimos o debate sobre o tema que foi objeto.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Mas eu acho que o debate foi importante aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas o que aconteceu é que nós acabamos cometendo uma injustiça com a Senadora Marisa. Que a Senadora Marisa que tinha se inscrito como debatedora ficou assistindo a discussão, pela ordem, e alguns fizeram verdadeiros pronunciamentos, quando o espaço reservado seria pela ordem.

Então, o que eu pediria aqui é que nas próximas reuniões a gente estivesse mais atento à questão regimental para não cometer a injustiça que nós cometemos hoje com a Senadora Marisa. Mas V. Exa. tem a palavra nesse momento, pela ordem.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Não, eu não vou nem... Porque o debate foi importante. Eu acho que a ansiedade quando se discute um assunto dessa grandeza que fere, principalmente, a ordem econômica, o Brasil atravessa um período difícil dentro do contexto internacional, como todos os países em crise, então choca aqueles representantes dos Estados que estão sofrendo as consequências dessa manifestação ficam ansiosos para poder manifestar. Eu acho que foi corretíssima a intervenção. A Senadora, é claro, ela ficou preocupada de estar na Comissão de Educação em relação de ter projetos a relatar. Então, disse que não daria mais para esperar e foi para lá. Mas nós a homenageamos pelo aniversário, e acho que ela deve ter ficado satisfeita. Se bem que ela pertence ao Estado do Mato Grosso do Sul, como V. Exa., e tinha interesse em discutir esse assunto. Mas eu acho que nós não podemos encerrar essa audiência pública, ela tem que ter uma continuidade, como segunda etapa em razão da falta daqueles que deixam de comparecer, mesmo justificando, mas não tem nenhum que se contraponha àquilo que foi denunciado aqui.

Então, nós temos que tomar cuidado, é claro, com toda a [ininteligível], nós somos um ponto de equilíbrio hoje, nesta Comissão, e o Senado, provavelmente, por ter assumido a responsabilidade de trazer o assunto à discussão nacional, ela é o ponto de equilíbrio, ela tem que buscar as razões que, realmente, possam dar o equilíbrio e o cumprimento do ordenamento jurídico do Brasil.

Então, V. Exa. tem razão quando diz que o contraditório é importante, para saber se as denúncias têm razão de ser ou não, por enquanto, elas vão prevalecer, porque não houve ninguém para contrapor o que foi dito aqui.

Eu vi uma entrevista do senhor, eu acho que num canal rural, foi isso, e V. Exa. se fez referência ao que foi falado sobre os 50% de desmatamento, depois foi reduzido, e aqueles que lá estavam não podem, nenhuma lei pode retroagir para prejudicar. Isso é claro na Constituição Brasileira. Eu não estou discutindo desmatamento ou não, ou replantio, eu estou discutindo se eles cumpriram a obrigação na instalação da pecuária lá, ao tempo que foram para lá ou se estão descumprindo agora.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** O senhor me permite um aparte?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Eu queria uma resposta, não um aparte.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Só para esclarecer o seguinte, que na época, nos anos 70, 80 que tinha o projeto Sudam, se não desmatasse 50% você tinha multa, era exatamente o contrário, a empresa era obrigada e penalizada se não cumprisse o desmatamento de 50%. O fizeram. E agora mudou a legislação e sem um prazo de transição e de adequação vem agora com a penalidade de quem não tem 80% de preservação.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Certo. Eu vou só falar com a doutora, porque no Mercosul criou uma comissão especial sobre a febre aftosa, o rela-

tor foi o doutor que é o deputado federal Cláudio Diaz que, me parece, veterinário, se não me engano, a profissão dele é veterinário. Foi feito um relatório e eu fui da Comissão, houve reação dos países fronteiriços ao Brasil, porque foi feito um levantamento claro de qual era o procedimento que tinha que ser adequado com os países vizinhos, senão o Brasil vai sempre estar em más condições. A senhora vai fazer a vigilância de Mato Grosso do Sul e, de repente, entra um boi do Paraguai ou de outro país ali e, pronto, ela vai ser identificada como um município que tem febre aftosa. Então, nós esclarecemos e lá tem um fundo para fornecimento de vacinação de febre aftosa para os países menos favorecidos, e o Paraguai estava pondo um pouco de dificuldade para receber as vacinas, porque o fundo estava financiando, financiando, não, doando as vacinas, como a Argentina também reagiu, porque foi identificada uma série de fatores anteriores à instalação da Comissão.

Então, é um perigo para nós brasileiros, se não houver a participação ativa também na vigilância dos países vizinhos que têm grande pecuária e grande universalidade de gado naquelas reuniões. E pelo cálculo que eu fiz aqui o Estado do Amazonas tem 20% do gado brasileiro.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** A região amazônica.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** A região amazônica. Mas não é só o Estado?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Não, não. Ela tem 17 milhões, 18 milhões, é o maior criador na Amazônia é o Pará.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Então, porque o senhor falou em 38 milhões. É a soma?

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Trinta e oito milhões é a soma da região Norte toda.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Da região amazônica, não da Amazônia Legal--

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Não, não, não.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** --como o senhor explicou, que ele trouxe um dado de 76 milhões pela vacinação.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Não. Aí se inclui na conta dele--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Maranhão.

**SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA:** Mato Grosso, Maranhão, Tocantins.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Isso aí. Então eu acho que eu gostaria de cumprimentar, primeiro, V. Exa. pela condução, eu acho que foi corretíssima, dando a palavra àqueles que têm o desespero dos seus Estados envolvidos, eu sei que São Paulo vai chegar uma hora, também. Mas eu acredito que V. Exa. conduziu bem, dando a palavra pela ansiedade que eles tinham em discutir, tanto é que lerem levar avante essa discussão. Não há passividade na solução, porque o ordenamento jurídico me parece que está balançando em algum canto.

Então, V. Exa. falou no Conselho Nacional do Ministério Público. Nós temos que votar nesses dias o Ministério Público... Porque eles já estão, praticamente, com o prazo vencido, e o conhecimento do Conselho é mais importante do que pedir a presença de um membro, porque eles podem ter uma decisão diferenciada durante a análise de qualquer comunicação que esta Comissão fizer.

Cumprimento V. Exa. E agradeço a presença de todos. E acho que foi muito útil para a população, principalmente, tomar conhecimento do que está ocorrendo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Obrigado a V. Exa.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, eu queria sugerir a V. Exa. que fizesse contato com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal que, em sendo possível, nós pudéssemos fazer esta, tanto a diligência, quanto a audiência pública com a participação também da Câmara Federal, de tal forma que desse aí, sim, a preocupação do Congresso Nacional em resolver essa questão que é, como eu já disse, mais do que grave, ela é de uma urgência urgentíssima, e vai acabar engessando. Se o Estado fosse uma empresa eu diria que estaria na possibilidade de ir à falência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Flexa Ribeiro, eu receio que se nós fizermos uma diligência antes de ouvir o Ministério Público, poderemos ser mal entendidos.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Não. Convide o Ministério Público para acompanhar a diligência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas veja o seguinte, que nós não ouvimos ainda o Ministério Público para apontar quais são as fazendas que estariam em situação irregular.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Há uma lista fornecida pelo Ministério Público.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Mas qual seria o motivo da diligência? O que nós iríamos verificar? É uma gravidade--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Primeiro aferir na voz do Ministério Público qual é a situação de cada uma.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Então, podemos inverter, faremos quinta a audiência e na sexta a diligência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Faríamos, primeiro a audiência--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Na quinta-feira dia 02, e a diligência dia 03.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** E avaliaríamos a conveniência de fazer a diligência--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Têm dois setores--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --**Na própria audiência.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --**em atividade que é o setor produtivo e o setor frigorífico.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Exatamente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Então são dois segmentos importantes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Vamos ouvir primeiro esses dois segmentos na audiência pública, e, posteriormente, avaliaremos a conveniência de vistoriar algumas das propriedades apontadas pelo representante do Ministério Público.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Tem que levar um engenheiro agrônomo para saber se...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Lá tem imagem de satélite, tem como verificar por imagem de satélite. A Comissão faria isso. E com relação ao convite à Comissão de agricultura da Câmara?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu acredito que é defensável. Eu acho que a proposta de V. Exa. é oportuna, porque, na verdade, a inquietação que é trazida ao Senado, certamente, a Câmara compartilha com a mesma preocupação. Então, eu acho que é conveniente e vamos acatar a sugestão de V. Exa.

Não havendo mais assunto a ser tratado hoje, nós declaramos encerrada esta reunião.

Gostaria apenas de ressaltar aqui, Senador Tuma, antes de V. Exa. deixar este recinto, o seguinte: havia sido designada uma audiência pública que foi suspensa para ouvir extensionistas rurais conforme requerimento da Senadora Serys Slhessarenko, e essa audiência pública tem uma relevância grande para toda a agricultura brasileira, especialmente, para a agricultura familiar; e o objetivo é para discutir políticas públicas para o desenvolvimento rural, o papel da assistência técnica e extensão rural com a participação de vários agentes que atuam nesse setor.

Então, eu gostaria de comunicar a V. Exa. que em razão da audiência, hoje, realizada nós transferimos para terça-feira que vem, então seria da mais alta importância, já que é um evento de maior alcance e virão aqui representantes de vários Estados brasileiros, então gostaria que todos estivessem atento à data.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senador, da discussão poderia se incluir o novo financiamento que o Governo Lula diz que está dando para a agricultura? Hoje eu vi pelos jornais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu acho que todos os assuntos. Mas, especialmente, assistência técnica e extensão rural.

Está encerrada esta reunião.

*Sessão encerrada às 12h11.*

## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

### ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, João Ribeiro, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Papaléo Paes e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003,** de caráter não terminativo, de

autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações,"que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que "Dá nova redação à alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea "e" do respectivo art. 38, denominado Voz do Brasil", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa "A Voz do Brasil", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição dos PLS nº 53/03, 294/04, 219/05, 353/07 e 368/08, que tramitam em conjunto, bem como das emendas apresentadas. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o parecer é favorável, acatando a emenda oferecida pelo Senador Sérgio Zambiasi, com as emendas apresentadas. É aprovado o Requerimento nº. 17, de 2009-CCT (extra-pauta, item 2), de autoria do Senador Gilberto Goellner, para realização de audiência pública. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da audiência. **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Regulamenta as transmissões ao vivo pela Rádio Senado, das sessões plenárias e reuniões de comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional, e dá outras providências." O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 04: Requerimento nº. 16, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer "..., com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o emprego de tecnologia e as condições operacionais relativas à construção de motores dos navios de grande calado no nosso país. Para tanto, apresento como sugestão de participantes a serem convidados as seguintes personalidades: Presidente da NUCLEP; Presidente da TRANSPETRO; Sr. Renato de Souza Duque – Diretor de Serviços da Petrobrás; Sr. Joacir Pedro – Presidente do Fórum da Construção Naval; Sr. Edison Carlos Rocha da Silva – Diretor da Confederação dos Metalúrgicos do Brasil." O requerimento é aprovado. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 486, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 47, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 65, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Brisa Mar FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüencia modulada na cidade de Esplanada, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 84, de 2008**, de caráter termina-

tivo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Miguel Calmon FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ACRABOR - Associação Cultural Rádio Comunitária de Bom Retiro do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 143, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 146, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 218, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mar Grosso de São José do Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 244, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rincão, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 189, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Saltinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saltinho, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 202, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 83, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 84, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Malha Central de Suzano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzano, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 88, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento Cultural de Radiodifusão de Durandé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Durandé, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 47, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador

Fernando Collor. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 58, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Filadélfia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 99, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sorriso - ACODESO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 102, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Serra - ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 176, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cabo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis, com abstenção do Senador Roberto Cavalcanti. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 148, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ilhabela para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 167, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Birigui, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 310, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias - AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Messias, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Fernando Collor e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Sérgio Zambiasi. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 315, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Igreja Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igreja Nova, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Fernando Collor e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Sérgio Zambiasi. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 319, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural do Município de Arapiraca - ACODECMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Fernando Collor e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Sérgio Zambiasi. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 384, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Fernando Collor e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Sérgio Zambiasi. Nesse momento o senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente Eventual, para relatar os seguintes itens: **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 224, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº. 246, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária "Voz do Povo" para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Porto de Moz, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº. 272, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aveiro, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Antonio Carlos Junior, João Ribeiro, Flexa Ribeiro e Renato Casagrande requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto, requerimentos e aditamento a requerimentos com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 175, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ibicaraí FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Fernando Collor. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 17, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer "..., nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para instruir o PLS 73/2007, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, repteis e aves. Os nomes dos convidados para participarem da audiência serão posteriormente indicados." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº. 18, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Aloizio Mercadante, que "Nos termos regimentais, requeiro seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o tema "O Futuro da Internet - Oportunidades e Desafios para o Brasil", com os seguintes convidados: Vint Cerf: Considerado um dos "pais da Internet" por seus trabalhos no desenvolvimento do protocolo TCP/IP, a linguagem sobre a qual a Internet funciona; Demi Getschko: Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); Silvio Meira: Engenheiro e Cientista da Computação; e Senador Eduardo Azeredo." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº. 2 ao Requerimento nº. 19, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, que seja acrescido ao requerimento de aditamento nº 01 de 2009-CCT, de minha autoria, o nome da diretora do Instituto Evandro Chagas, Srª Elisabeth Conceição de Oliveira Santos." O aditamento ao requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Aditamento nº. 1 ao Requerimento nº. 15, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requer "..., em aditamento ao Requerimento nº 15, de 2009-CCT, de autoria do Senador Cícero Lucena, nos termos dos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a presidenta da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPT), Srª Juliana Laura Bruna Viegas, e o Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (FIESP), Sr Roberto Giannetti da Fonseca." O aditamento ao requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1999, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 152, de 1999, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 13, de 2000, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 329, de 2002, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 405, de 2008, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 409, de 2008, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 008, de 2009, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 145, de 2009, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 215, de 2009, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 121, de 2009, Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 125, de 2009, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 164, de 2009, Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 184, de 2008, Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 361, de 2008, Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 372, de 2008, Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 248, de 2009, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 234, de 2009, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 253, de 2008, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 394, de 2008** e **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 395, de 2008.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a

reunião, às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2009.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número, declaro aberta esta 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza, hoje, 27 de maio de 2009.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Comunicações da presidência. Expedientes recebidos: carta 002/GCM-MB da Assessoria Parlamentar da Marinha do Brasil, na qual formaliza o presidente e aos demais Sras. e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, o convite para participar no dia 19 de junho de 2009, de visita oficial ao Centro Experimental de Aramar – CEA na Cidade de Peró/SP com o propósito de conhecer o programa nuclear. Solicito à Secretaria da Comissão que distribua cópia do convite as Sras. e aos Srs. Senadores. Os senhores parlamentares, que desejam participar da visita ao programa, por gentileza, informem à secretaria desta Comissão. Este convite da Marinha do Brasil é da maior importância, haja vista que o governo brasileiro está com a intenção de retomar a produção de energia através das usinas nucleares e a Marinha detêm a tecnologia do enriquecimento do urânio, nesse centro de Aramar. Então, seria uma visita, eu acho que, bastante importante para que a Comissão pudesse até ir até lá para tomar conhecimento dos trabalhos. Então, dia 19 de junho o convite chegará aos gabinetes de V. Exas. e aqueles que quiserem participar, a própria Marinha vai providenciar transporte e as condições de acesso dos membros da Comissão até o local da visita.

Ofício nº 38/2009/Gabinete/SAV/Minc da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura, que convida para audiência pública dia 18 de junho de 2009 das 14h30 às 18 horas no auditório do Ministério da Cultura, da qual se debaterá a habilitação e o credenciamento de programadoras para o serviço de TV a cabo. O convite é aberto ao público interessado. Igualmente solicito à secretaria da Comissão que distribua cópia do convite as Sras. e aos Srs. Senadores, e aqueles parlamentares que desejam participar da audiência pública, por gentileza, informe à Secretaria desta Comissão.

Esta Audiência Pública que trata, que debaterá a habilitação e credenciamento de programadora a serviço da TV a cabo, eu solicito a gentileza de que haja um Senador ou mais Senadores que possam representar a CCT nessa audiência, se não houver nenhuma solicitação para que possam representar a Comissão, eu farei a indicação de um membro dia 18 de junho de 2009, no auditório do Ministério da Cultura, aqui em Brasília. V. Exa., Presidente Collor, tem interesse em participar como representante da CCT?

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Se não houver nenhum outro Senador que se disponha a comparecer, eu me prontificaria a representar a Comissão e a presidência desta Comissão, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** A honra é nossa em tê-lo como representante da Comissão de Ciência e Tecnologia nessa audiência no Ministério da Cultura, sobre habilitação e credenciamento de programadoras para o serviço de TV a cabo. Então peço à secretaria que faça a comunicação ao Ministério da Cultura que a Comissão de Ciência e Tecnologia será representada, com muita honra, para nós, pelo Senador Presidente Collor.

E-mail recebido em 21 de maio de 2009 pelo qual a Google do Brasil convida os membros da CCT para participar de um jantar de trabalho no próximo dia 28 de maio, portanto, amanhã, quinta-feira, às 20 horas, em São Paulo, com a presença do Sr. Vint Cerf, Vice-Presidente mundial da Google Chief Internet Evangelist daquela empresa que mostrará o seu ponto de vista sobre "O futuro da Internet e os desafios e oportunidades que se apresentam para gestores, legisladores e reguladores". Mais uma vez, solicito à secretaria da Comissão que distribua cópia do convite as Sras. e os Srs. Senadores presentes. Solicito, por gentileza, àqueles parlamentares que pretendem atender o convite que informem à secretaria desta CCT.

Informo também a V. Exas. que teremos, na próxima terça-feira, às 14h30 uma Audiência Pública que foi requerida pelo Senador Aloizio Mercadante e pelo Senador João Ribeiro que contará com a presença, aqui em Brasília, numa Audiência Pública para que possamos discutir exatamente o objeto da reunião em São Paulo de amanhã, o futuro da Internet, oportunidades e desafios para o Brasil. Os convidados, o

Sr. Vint Cerf considerado um dos pais da Internet por seus trabalhos no desenvolvimento do protocolo TCP/IP, a linguagem sobre a qual a Internet funciona, Demi Getschko Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, NIC BR, e o Professor Silvio Meira, Engenheiro e Cientista da computação. E eu estou acrescentando ao requerimento encaminhado pelo Senador Aloizio Mercadante, o Senador Eduardo Azeredo também como palestrante dessa Audiência Pública.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se haverá interesse de alguns dos senhores a representarem a CCT neste jantar, amanhã, em São Paulo? Não havendo interesse, solicito ao Senador Eduardo Azeredo que represente a Comissão neste encontro que se realizará, amanhã em São Paulo, e peço à secretaria que comunique, oficialmente, a ida do Senador Eduardo Azeredo.

Só como informação final, temos que agradecer a participação dos Senadores que representam a Comissão de Ciência e Tecnologia do II Fórum Nacional de TVs Públicas, que teve abertura na parte, no dia de ontem, em que nós participamos da sessão de abertura e participamos do primeiro painel que se discutia o financiamento das TVs públicas. E este fórum continua pelo dia de hoje e de amanhã, com várias mesas, vários painéis a serem debatidos, e que teremos a representação de vários Senadores em cada um desses painéis. É importante a participação que a TV pública brasileira tenha um papel que deve ser considerado por todos nós que diferente da TV comercial ela tem um papel de informar e formar a sociedade brasileira, e tem que ter, isso foi um assunto discutido ontem, ela tem que ter independência total dos executivos. Ela não pode ser uma televisão "chapa branca", até porque ela precisa ter credibilidade junto aos telespectadores, ou seja, junto à sociedade. Tenho certeza absoluta, que este fórum vai trazer o enriquecimento na discussão, não só do financiamento, como também da programação, quanto da questão da digitalização da TV pública, a regulamentação da TV pública, é um fórum com vasto programa de discussão e que, ao final, trará para o Congresso Nacional assuntos que serão debatidos aqui para que possamos fortalecer as TVs públicas no Brasil. Só para que V. Exas. tenham uma ideia, que eu também não tinha esse número de grandeza, considerando como TV pública não só a EBC, mas como a TV Senado, a TV Justiça, as TVs Legislativas, as TVs Universitárias, as TVs Comunitárias, são mais de 3.300 unidades em nosso país. Então, já é um universo que há necessidade de se ter realmente uma consolidação desse sistema.

Não havendo mais nenhuma informação da presidência aos Srs. e Sras. Senadores, damos prosseguimento a reunião. Passamos à pauta.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Senador Presidente Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. a inversão da pauta para que fossem lido, primeiro o relatório dos Itens 46, 47, 48 e 49, que constam hoje da pauta desta Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Em discussão, solicitação do Senador Fernando Collor para que haja uma inversão de pauta, que sejam primeiro discutidos os Itens 46, 47, 48 e 49. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado.

Nós vamos fazer, Presidente Collor, a inversão, mas esses itens são terminativos. Então, nós faremos a leitura dos pareceres, V. Exa. fará a leitura dos pareceres e a votação será em conjunto, ao final da leitura de todos os pareceres, dos itens terminativos que dizem respeito à concessão e outorga de rádios comunitárias ou rádios comerciais.

Item 45, item 46 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 310/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias/AL, a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Messias, Estado de Alagoas. Item 47. Projeto de Decreto Legislativo nº 315/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Igreja Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Igreja Nova, Estado de Alagoas. Item 48. Projeto de Decreto Legislativo nº 319/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural do Município de Arapiraca - ACODECMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas. Item 49 projeto de Decreto Legislativo nº 374/2008, terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão Ltda. na Cidade da Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

Com a palavra o Senador Presidente Fernando Collor, para a leitura dos seus pareceres.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores, o primeiro parecer se refere ao Item 46 da pauta da reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia do

Senado da República que trata, como V. Exa. acaba de informar, da concessão da outorga de autorização à Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias em Alagoas. Chega a esta Comissão para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 310/2008 nº 655/2008 na Câmara dos Deputados destinado a aprovar o ato que outorga autorização a Associação de Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias/AL para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Messias, no mesmo Estado de Alagoas. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, 12 combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Análise: *"Conforme determina o regimento interno do Senado Federal nos termos do seu art. 104-7 cumpre a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga, renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens lhe incumbindo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica e legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa".*

Vou passar ao voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 310/2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização. A Associação dos Pequenos Industriais e Comerciantes do Município de Messias em Alagoas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Messias, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o parecer, Sr. Presidente, do Item 46 da pauta desta reunião".*

Com a permissão de V. Exa. passarei também a relatar o item 47 que consta da pauta. *"É da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 315/2008, nº 544/2008 na Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Igreja Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Igreja Nova, Estado de Alagoas. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que íntegra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998* [soa campainha] *regulamentada pelo Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 1998. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 315/2008 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612 de 1908".*

Passo ao voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 315/2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Igreja Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Igreja Nova, Estado de Alagoas na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o parecer, Sr. Presidente".*

Continuando com a permissão dada por V. Exa., Sr. Presidente, passarei ao relatório [soa campainha] do Item 48. *"Item 48 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação, em caráter terminativo, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 319/2008, nº 2.330 de 2006 na Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural do Município de Arapiraca para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Arapiraca, o Município mais importante economicamente do Estado de Alagoas, depois do capital, no mesmo Estado de Alagoas.*

*O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados que seguiu o parecer favorável de seu relator. Não Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.*

*A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais, formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional nos termos dos arts. 49, 12 e 223 da constituição".*

Passarei ao voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 319/2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural do Município de Arapiraca para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Arapiraca,*

*Estado de Alagoas, na forma do projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o parecer, Sr. Presidente".*

E continuando, ainda com a autorização de V. Exa., passo a ler o relatório referente ao Item 49 da pauta desta Comissão, no dia de hoje. *"Que da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, versa sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 384/2008 nº 734/2008 na Câmara dos Deputados que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, outro município onde foi construída, muito importante no Estado de Alagoas, onde foi construída a primeira hidroelétrica do Rio São Francisco, e Delmiro Gouveia era o industrial que deu nome à próspera Cidade de Delmiro Gouveia no sertão das Alagoas.*

*A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que íntegra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 98 regulamentada pelo Decreto nº 2.615 de 03 de junho de 98. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais, formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional nos termos dos arts. 49, 12 e 223 da Constituição. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 384/2008 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612/98".*

Passo, então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao voto. *"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 384/2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Alternativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É o parecer, Sr. Presidente".*

E assim encerro a leitura dos pareceres e do voto referente aos Itens 46, 47, 48 e 49 que constam da pauta da reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, agradecendo a V. Exa. a deferência de ter permitido a inversão de pauta para a leitura desses pareceres.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Fernando Collor.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Já concedo a V. Exa.

Agradeço a V. Exa. que como Governador e Presidente conhece, como ninguém, não só o Brasil como o seu Estado das Alagoas, e tão bem relatou com parecer favorável os Itens 46, 47, 48 e 49. Não vamos fazer a discussão e a votação em conjunto, ao final da leitura de todos os projetos.

Eu quero pedir a V. Exas. que tendo número regimental e quorum qualificado para que possamos aprovar os projetos terminativos, submeto a V. Exas. a inversão da pauta para que possamos, inicialmente, discutirmos, apresentarmos os pareceres e votarmos, ao final, os projetos terminativos, como há quorum qualificado, depois nós voltaremos aos não terminativos da pauta.

Em discussão. Havendo concordância de todos, aprovado. Pela ordem, Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a retirada de pauta do Item 1 para reexame da matéria, tendo em vista, o recebimento de sugestões no Congresso Brasileiro de radiodifusão. E, segundo, solicitar inclusão extrapauta do PDS 175/2008.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Solicita o nobre Senador Antonio Carlos Júnior que seja retirado de pauta o Item 1, já concedido a V. Exa. e a inclusão extrapauta do projeto de Decreto Legislativo nº 175 que--

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** --Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Ibicaraí FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia. Em discussão.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não. Senador Antônio Carlos Júnior com a palavra.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** A modificação já foi feita, a modificação já foi entregue. Então, na próxima semana o projeto está pronto para ser votado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Então já fica, desde já, definida a inclusão, o retorno do Item 1 à pauta da próxima reunião.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Em discussão a inclusão do extrapauta solicitada pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Na havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada extrapauta.

Pela ordem o Senador EFRAIM MORAIS.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Pedir prioridade ao item 32 que vou relatar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu darei prioridade a todos os itens terminativos, porque nós precisamos da presença de V. Exas. para que possamos votá-lo em conjunto.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Só queria me acostar ao Senador Antonio Carlos Júnior, no sentido de que eu teria, na reunião passada, pedido vistas, exatamente nesse item e está visto, está identificado que haveria necessidade de fazê-lo. Parabenizo, mais uma vez, pela retirada de pauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. pediu vista na semana passada, desse item, e o relator, nobre relator Senador Antonio Carlos Júnior, na realidade, como ele vai fazer alteração no relatório, ele pode tirar de pauta o item para retornar na próxima reunião.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Sem dúvida. É exatamente isso que eu estou considerando de boa [ininteligível].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Gilberto Goellner. Agradeço a V. Exa. Senador Roberto.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Da mesma forma, Sr. Presidente, o Item 2 da qual sou relator que regulamenta as atividades de pesquisa à produção, importação e liberação no ambiente e a comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, de peixes, anfíbios, répteis e aves. Como é uma matéria que também vai tramitar ainda pela Comissão de Meio Ambiente, pela CCJ e pela Agricultura e Reforma Agrária e mais a nossa Comissão, CCT, eu estou sugerindo então, requerendo, já submeto à apreciação e gostaria de submeter à apreciação dos presentes um requerimento aonde nós faríamos uma reunião, e encaminharia essa mesma proposta às demais Comissões para que façamos uma Audiência Pública conjunta, já que essa matéria, então, é afim de todas essas Comissões, aonde então convidaríamos especialistas dessa área, especialista do governo, iniciativa privada, da Embrapa, principalmente, também, o Ministério da Agricultura para que pudesse orientar melhor ainda o projeto da qual eu acredito que já foi avançado muito em relação ao projeto original. Na relatoria nós já avançamos muito, consultamos muitos especialistas e vemos que praticamente ele está concluído, mas gostaríamos que todos pudessem apreciá-lo condignamente.

Então, submetendo isso aí eu retiro de pauta o projeto e requeiro uma Audiência Pública conjunta onde teríamos que aprovar aqui também a participação da CCT.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Gilberto Goellner, já atendendo a solicitação de V. Exa., o Item 2 também será retirado de pauta, e a solicitação de V. Exa. para audiência pública que o faz de forma oral, solicito que eu o encaminhe, por escrito. Mas desde já coloco em discussão a audiência pública solicitada pelo Senador Gilberto Goellner para discutir a regulamentação às atividades de pesquisa, a produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, reptes e aves com uma Audiência Pública conjunta entre a CCT, a CMA e a CCJ, são essas três Comissões.

Então, em discussão... Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento que solicito que seja encaminhado à mesa e, posteriormente, Senador Gilberto Goellner, V. Exa. fará indicação das pessoas que serão convidadas a participarem dessa Audiência Pública.

Vamos, primeiramente, aos itens terminativos cujos relatores se encontram presentes.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Itens 14, 15, 16 e 17.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Presidente, podemos votar o requerimento, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Já votei o requerimento. Vamos votar em seguida, Senador Crivella, vamos primeiro aos terminativos para que possamos ter o quorum para a votação.

Os itens 14, 15, 16 e 17 relatoria Senador Antonio Carlos Júnior. Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 486/2007 terminativo. Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de

sons e imagens na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão. Item 15 aprova o ato que renova a permissão outorgada... Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2008 terminativo. Aprova o ato que renova a permissão outorgara a Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia. Item 16 Projeto de Decreto Legislativo nº 65/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Brisamar FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Esplanada, Estado da Bahia. Item 17 Projeto de Decreto Legislativo nº 84/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Miguel Calmon FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, para a leitura dos pareceres.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres referentes à outorga a Rádio e TV Difusora do Maranhão na Cidade de São Luís, Mundaí Rádio FM Eunápolis Ltda., na Cidade de Santa Cruz Cabrália, aliás, onde o Brasil foi descoberto. A Rádio Brisamar na Cidade de Esplanada no Estado da Bahia, e a Rádio Miguel Calmon FM na Cidade de Miguel Calmon no Estado da Bahia todos os pareceres são favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Discussão e votação, em conjunto, ao final.

Vamos aos Itens 18, 19, 20 e 21 de relatoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi. Item 18 Projeto de Decreto Legislativo nº 112/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização ACRABOR - Associação Cultural Rádio Comunitária de Bom Retiro do Sul - para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 143/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a concessão a Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e onda média na Cidade de Bom Retiro do sul, Estado do Rio Grande do Sul. Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 146/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Arco Íris FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul. Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 218/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Mar Grosso de São José do Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o nobre Senador Sérgio Zambiasi que é, sem sombra de dúvida, um grande Senador e um grande radialista para leitura dos seus pareceres.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Estou Senador, Presidente, e sou radialista com muito orgulho.

Construí toda a minha vida profissional diante de um microfone num estúdio de rádio. Para mim é o maior orgulho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** O Senador Zambiasi é--

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Estúdio que o Presidente Collor teve a oportunidade de conhecer, esteve comigo lá no Rio Grande do Sul dentro do estúdio, assim como também o nosso querido muito Leonel Brizola e outros grandes líderes nacionais, Presidente Lula nos ofereceram o privilégio de estarem naquele estúdio lá em Porto Alegre.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu teria o privilégio e alegria também de estar no estúdio de V. Exa. no seu programa. E estou me autoconvidando porque é um programa de maior audiência e deve ter paraenses lá no Rio Grande do Sul que vão votar nas eleições de 2010, lá no meu Estado, Estado do Pará. Já estou aqui pedindo apoio do Senador Zambiasi e de todos os companheiros aqui que possam nos ajudar. E é importante, Senador Collor, que V. Exa. que é daqueles que chegam às 8h30 para abertura das Comissões, o Senador Zambiasi, o Senador Wellington Salgado quando presidia aqui, com grande competência a CCT, ele já tinha me dito que o Senador Zambiasi, até pela função de radialista. Existem três profissões que acordam cedo, dizem, padeiro, leiteiro e radialista.

Então, eu não consigo chegar para registrar a presença no painel do plenário antes do Senador Zambiasi. Eu já cheguei às 8h25 ele já tinha assinado, 8h20 ele já tinha assinado, cheguei, hoje, às 8h15 e ele já tinha assinado. Eu vou ter que madrugar aqui para poder ser o número um do painel e um dia chegar à frente do Senador Zambiasi.

Com a palavra o Senador Zambiasi para leitura dos seus pareceres.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Pois é, Presidente Flexa, é mania de rádio mesmo, porque lá a programação iniciava às seis e meia da manhã. Então, o meu ponto eu batia às 6h25, e eu só não não... Eu chego aqui às sete e meia, não chego antes porque o painel não abre antes da sete e meia, se abrisse eu já estaria aqui, porque eu gosto de chegar cedo e ter a oportunidade de ler os e-mails todos que

nós recebemos, que são muitos e respondê-los pessoalmente, porque eu acho muito importante também e assim interagir com a cidadania. Como se fazia no rádio, como se faz na comunicação. E lá a proposta de comunicação, era um rádio de serviço, um rádio com vínculos comunitários e com uma maravilhosa resposta de audiência e de resultados também, o que muito me orgulha. Hoje tem um colega muito querido que é o Gugu que preenche os espaços que eu fiz durante muitos... São 25 anos, mas sempre que eu estou em Porto Alegre eu invado o horário dele lá e fico algumas horas tomando chimarrão e conversando com ele, e com seus ouvintes também, aqueles que me acompanharam durante tanto tempo.

Presidente Flexa, aqui são quatro itens para o Rio Grande do Sul. O Item 18 PDL 112/2009 que autoriza a solicitação cultura a Rádio Comunitária de Bom Retiro do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária naquela cidade. Item 19. PDL 143/2009. Aprova ato que outorga a concessão a Sistema Plug de comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Bom Retiro do Sul também. PDL 146/2009 aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Arco Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santa Vitória do Palmar no Rio Grande do Sul. E o PDL 218/2009 que aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Mar Grosso de São José do Norte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul. E todos os pareceres são favoráveis, Presidente Flexa Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. E faremos a discussão e votação, em conjunto, ao final.

Itens 22, 23 e 24. Relatoria do nobre Senador Renato Casagrande que acaba de nos honrar com a sua presença. Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 244/2008 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Rincão, Estado de São Paulo. Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 189/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Saltinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Saltinho, Estado de São Paulo. Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 202/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande para leitura dos pareceres.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Item 22, Sr. Presidente, é a outorga para a Rádio Litoral Norte Ltda. da Cidade de Rincão no Estado de São Paulo, a documentação está toda de acordo e o parecer é favorável, Sr. Presidente.

O item 23, Sr. Presidente, que é da Associação Cultural Comunitária de Saltinho, saltinhense, também da Cidade de Saltinho, Estado de São Paulo, também toda a documentação foi observada e todos os requisitos foram atendidos pela Associação Cultural Comunitária Saltinhense. Então também o meu parecer é favorável.

E o item 24, Sr. Presidente, da Associação Comunitária Cultural da Cidade de Sorocaba em São Paulo, também conseguiu atender a todas as exigências legais, e o meu parecer é favorável também para esta Associação que reivindica esta difusão, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Faremos a discussão e votação em conjunto ao final.

Itens 25, 26 e 27. Relatoria do nobre e sempre presidente da CCT, Senador Wellington Salgado. Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 83/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança de Promoção Educacional, Cultural, Artístico, Esportivo e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade da Guarulhos, Estado de São Paulo. Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 84/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Malha Central de Suzano para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Suzano, Estado de São Paulo. Itens 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 88/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento Cultural de radiodifusão de Durandé, para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Durandé, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o nobre Senador Wellington Salgado, para leitura dos pareceres.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Sr. Presidente, por isso que V. Exa. e os demais Senadores estão fazendo um trabalho bem resumido para que possamos dar bastante resultado ao nosso trabalho aqui nesta Comissão e temos outras Comissões também. Eu vou ser bem suscito, como diz o meu amigo ao lado, o Senador Efraim.

Então, vou fazer um relatório, que os três são relatórios são iguais, vou dar o meu voto, diretamente, Sr. Presidente, e demais componentes desta Comissão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 88/2009, também o 84/2009 e também o 83/2009 não evidenciou violação e legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização às três: Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento Cultural radiodifusão de Durandé, Associação dos Moradores de Malha Central do Suzano e também a Associação Comunitária Aliança de Promoção Educacional, Cultural, Artístico, Esportivo e Comunicação Social. Então, para executar serviço de radiodifusão na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É esse o meu voto favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado. E quero dizer da satisfação de tê-lo de volta da sua viagem internacional, que V. Exa. fez às suas expensas até Nova Iorque, e que muito bem representou a todos nós naquela solenidade que ocorreu eu Nova Iorque. Seja bem-vindo ao Senado Federal.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** V. Exa. me permite uma colocação, Sr. Presidente.

São coisas que acontecem na história do Brasil. Eu estive presente na representação onde foi homenageado o Embaixador do Brasil, o Embaixador Americano no Brasil e também o presidente da Petrobras. Ou seja, no momento em que o presidente é homenageado pela Câmara, Brasil e Estados Unidos como representante de uma grande empresa, um grande empresário, acabava de chegar à Nova Iorque, trazendo no bolso, um cheque de dez bilhões de dólares para investimento na Petrobras, dinheiro chinês que nós vamos pagar com petróleo. Seria como se nós fôssemos a um banco aqui e fôssemos abrir uma empresa de linguiça onde pagaríamos o empréstimo com linguiça, seria essa comparação.

Então, nesse momento, estamos investigando, abrimos uma CPI da Investigação, que eu não sou contra. Veja bem, quero dizer o seguinte, esse é um poder que o Senado tem, mas que realmente num momento em que o dinheiro chinês estava todo direcionado para os Estados Unidos, e hoje ele começa a ter medo dos investimentos feitos em título americano, ele começa a desviar o investimento para outras regiões, e escolheu o Brasil para poder começar a investir. Acho que é um momento muito importante, acho não, tenho certeza, que é um momento importante para o Brasil, e o seu partido, o partido de V. Exa. que é um partido que conta com grandes políticos, o Senador Alvaro Dias que foi o autor da CPI, mas é um grande político, tem história bonita dentro do País, tenho certeza, que vão conduzir, também o DEM e os demais senadores, conduzir essa CPI de uma maneira que não venhamos a perder essa oportunidade que está nascendo para a região, não só para o Brasil, mas também para toda América do Sul, o investimento do dinheiro chinês que hoje começa a mudar de direção. Está com medo de investir nos títulos americanos que sempre investiu, tem um trilhão em título americano e agora ele está vindo para o Brasil. E V. Exa. que é um homem que tem uma visão também de negociações em nível mundial, dentro das discussões do seu partido, gostaria que passasse essa ideia que V. Exa. tem para o seu partido para que possamos aproveitar esse momento. Só essa colocação, e obrigado. E, claro, comunicando também que a gravata de V. Exa. está guardada aqui para entregá-la ao final da reunião.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. a lembrança que é permanente nas suas viagens que são frequentes.

Quero dizer a V. Exa., Senador Wellington Salgado, que V. Exa. coloca aqui a questão da CPI da Petrobrás e fique certo que a oposição construtiva, responsável feita pelo PSDB e pelo DEM não tem nenhuma intenção, pelo contrário, a Petrobras, para nós, é uma empresa que dá orgulho a todos os brasileiros e sabemos da importância dela e do papel dela na economia nacional. O que nós estamos pretendendo não é a questão da Petrobras, é a gestão da Petrobras que precisa ser esclarecida, que precisa ser verificada para que a sociedade brasileira que é acionista, um grande número de brasileiros são acionistas.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Presidente, nós queremos transparência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Transparência. Acionistas da Petrobras querem ter conhecimento da forma que nós esperamos que seja correta, esperamos que seja correta, mas que haja transparência na verificação.

Então, conte com a oposição construtiva e esperamos que a base do Governo também seja colaborativa para que possamos, todos, levar à sociedade brasileira essas informações que buscamos sobre as operações da Petrobras.

Vamos aos Itens 28, 29, 30 e 31 de relatoria do nobre Senador Gilberto Goellner. Nº 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2009, terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso. Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 58/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Filadélfia

FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso. Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 99/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sorriso – ACODESO para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso. Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 102/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Serra – ACS para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner para leitura dos pareceres.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, os PLs nº 47, 58, 99 e 102, respectivamente, da Cidade de Terra Nova do Norte, Estado do Mato Grosso, Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Sorriso, Estado do Mato Grosso, Tangará da Serra também do Mato Grosso tem o parecer favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Gilberto Goellner. Faremos a discussão e votação ao final.

Vamos aos Itens 39, 40 e 41, relatoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Sr. Presidente, eu acho que tem o 32.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Desculpe. Com permissão do Senador Marcelo Crivella, o Item 32 de relatoria do Senador Efraim Morais.

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 176/2009 terminativo, aprova o ato que renova a concessão outorgada a Televisão Cabo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão, sons e imagem na Cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Sr. Presidente, tendo em vista, que o exame da documentação que acompanha o Projeto Decreto Legislativo, PDS 176/2009 não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cabo Branco Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. O parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Efraim Morais.

Vamos aos itens--

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Esses assuntos, caso a caso vão ser discutidos em conjunto--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Ao final.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** --Mas vão ser discutidos em conjunto ou vão ser votados em conjunto?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Se você quiser destacar nós vamos discutir em conjunto, se não houver destaque a gente discute depois.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Eu gostaria de falar sobre o Item 32.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Itens 40 e 41 de relatoria do nobre Senador Marcelo Crivella.

Item 40. Projeto de Decreto Legislativo nº 148/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ilhabela para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Ilhabela, Estado de São Paulo. Item 41. Projeto de Decreto Legislativo nº 167/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na Cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, após analisar aqui a documentação apresentada, tanto pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ilhabela, como também pelo Sistema de Rádio Digital FM da Cidade da Birigui, nós verificamos que nada há que possa sofrer reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa ou violação da legislação pertinente. Portanto, os pareceres, Sr. Presidente, são favoráveis pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella.

Passo a presidência ao Senador Wellington Salgado para poder relatar os Itens 50, 51 e 52.

Com a presidência o Senador Wellington Salgado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Muito obrigado. Então, ao assumir a presidência, imediatamente, passo a palavra ao relator Senador Flexa Ribeiro para que possa relatar os Itens... Quais são os itens? Item 50, 51 e 52. O Senador Flexa diz que eu tenho que ler aqui.

Item 50. Projeto de Decreto Legislativo nº 224/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará. Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Flexa Ribeiro com parecer favorável. O item 51. Projeto de Decreto Legislativo 246/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão Comunitária na Cidade de Porto de Moz no Estado do Pará. Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Parecer favorável também. Porque eu acho difícil o Senador Flexa negar uma rádio para o Estado do Pará. É o Estado que ele tem um carinho muito especial. Item 52. Projeto de Decreto Legislativo 272/2009 terminativo. Aprova o ato que outorga a permissão a Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Aveiro. Está certo, Senador?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Está certo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Estado do Pará. Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Flexa Ribeiro, parecer favorável, a quem eu passo a palavra para emitir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, ilustre Presidente desta Comissão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Senador Wellington Salgado.

Os Itens 50, 51 e 52 diz respeito à outorga para o Item 50 autorização à Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará no nordeste do nosso Estado para serviço radiodifusão comunitária. O item 51. Outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Voz do Pará na Cidade de Porto de Moz no Estado do Pará. E o item 52. Outorga a permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará para explorar serviço de radiodifusão sonora e a Frequência modulada na Cidade de Aveiros no Estado do Pará, todos os três municípios da maior importância para o desenvolvimento do Estado. Os pareceres são favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Em discussão os três pareceres do Senador Flexa Ribeiro, ilustre presidente desta Comissão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. E devolvo a presidência ao meu ilustre amigo e Senador Flexa Ribeiro. Tem a palavra V. Exa.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa.

Em discussão os pareceres de números...

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Presidente, tem um extrapauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Para inclusão extrapauta de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior. Outorga a permissão a Rádio Ibicaraí FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, o ato que outorga a permissão à Rádio Ibicaraí FM, o parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa.

Os demais itens terminativos os relatores não se encontram. Vamos deixá-los para a próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Colocamos em discussão os Itens: 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 40, 41, 46, 47, 48, 49 e o item extrapauta, relatado pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Em discussão.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Senador Flexa, é só a respeito do Item 32--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Em discussão o item 32. Vamos fazer a discussão isolada, vamos discutir os outros.

Em discussão os demais. Destaque para o Item 32. Não havendo destaque para os demais itens, discussão encerrada. Discutiremos o item 32 agora, Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** É só uma ressalva, no momento da votação, no tocante ao Item 32 por questões de foro íntimo, eu peço para me abster de votar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não. Então, não há discussão, apenas abstenção na votação.

Então, para discutir o Senador Wellington Salgado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Eu pediria atenção da assessoria

com relação à abstenção. Como é que funciona se nós tivermos quorum no limite.

Não tem problema algum? Ok.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** O voto do Senador é considerado para o quorum como abstenção.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Ok perfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É como se fosse contrário também e seria assim.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Perfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa.

Seria como se fosse contrário também, contaria para o quorum.

Em votação. Votação nominal. Como vota o Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Renato Casagrande?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Voto com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Voto com os relatores, com exceção do Item 32, que me abstenho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Wellington Salgado?

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Efraim Morais?

**SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Gilberto Goellner?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador João Ribeiro?

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sim, com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com nove votos favoráveis os Itens 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 40, 41, 46, 47, 48, 49 aprovados. O Item 32 com nove votos favoráveis e uma abstenção.

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Aprovados.

Vamos retornar à pauta dos itens não terminativos. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior--

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** -- Que assuma a presidência da Comissão. Eu tenho que ir à Comissão de Constituição e Justiça, que o ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Desembargador Milton Nobre está sendo sabatinado para uma vaga no Conselho Nacional de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, peço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior que assuma a presidência e dê sequência aos trabalhos dos itens não terminativos.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pela ordem, Senador João Ribeiro.

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente, eu solicito de V. Exa. que seja colocado extrapauta o Requerimento do Senador Aloizio Mercadante, do qual também sou signatário, para que a gente possa apreciar este requerimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** V. Exa. será atendido.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, podemos botar em votação um requerimento? É um requerimento importante, Sr. Presidente. É para gente verificar se há condições no Brasil de se realizar--

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** O Item 4, não é?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** --os motores das encomendas dos navios da Transpetro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Então, vamos colocar em votação o Item nº 4. É um requerimento não terminativo do Senador Marcelo Crivella.

Requeiro com fundamento no art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública para discutir o emprego de tecnologia e as condições operacionais relativas à construção de motores dos navios de grande escalado do nosso País, para tanto apresento como sugestão e participantes a serem convidados as seguintes personalidades: o Presidente da Nuclep; Presidente da Transpetro, o Sr. Renato de Souza Duque, Diretor de serviço da Petrobras; Sr. Juaci Pedro, Presidente do Fórum de Construção Naval; Sr. Edson Carlos da Rocha e Silva, Diretor da Confederação Nacional dos Metalúrgicos do Brasil.

Em discussão o requerimento. Não há quem queira discutir. O Senador Marcelo Crivella com a palavra.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, eu apenas queria dizer que a Transpetro fez dezenas de encomendas de navio. Mas os motores, se nós não fizermos essa audiência, se nós não sensibilizarmos as autoridades do governo, motores que poderiam ser feitos aqui no Brasil, que já foram feitos no passado e que a Nuclep tem feito uma campanha para que tenha oportunidade de fazer esses motores, são motores imensos, Presidente, e alguns deles têm 12m de altura, equivalem a prédios de quatro andares. É um avanço na indústria naval brasileira que eu acho que vale a pena a gente debater e discutir, e quem sabe encontrar um caminho, para que esses motores, ao invés, de serem importados, possam ser produzidos aqui.

É bom lembrar que o Brasil começa a se destacar no cenário das nações do mundo como grande produtor de petróleo. Outras encomendas virão. Portanto, acho que este Senado pode dar uma grande contribuição para a indústria naval brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Algum Senador quer discutir o assunto? Então, em votação o requerimento do Senador Marcelo Crivella. Senhoras e senhores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 3?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Tem um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, dois requerimentos, e eu assinei em conjunto com o Senador Flexa Ribeiro. Queria pedir inclusão desses dois requerimentos, um que acrescente ao Requerimento nº 01/2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, o nome da diretora do Instituto Evandro Chagas, Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, e outro que também faz aditamento ao requerimento do Senador Cícero Lucena pedindo a inclusão da presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, Sra. Juliana Laura Bruna Viegas. Então, peço a inclusão desses dois requerimentos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** V. Exa. será atendido.

Item 3. Projeto de Resolução... O requerimento extrapauta do Senador João Ribeiro do Senador Mercadante--

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** *"Sr. Presidente, nos termos regimentais requeiro que seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com o tema: O Futuro da Internet, Oportunidades e Desafios para o Brasil, com os seguintes convidados: Vint Cerf, considerado um dos pais da Internet pelos seus trabalhos em desenvolvimento do protocolo TCP e IP e a linguagem sobre a qual a Internet funciona. Demi Getschko Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; Silvio Meira, engenheiro e cientista de computação e o Senador Eduardo Azeredo"*.

Justificativa: *"O Brasil vem debatendo nos últimos anos diversas iniciativas de regulação do funcionamento da Internet nos diversos serviços oferecidos on-line. Tal debate tem sido, especialmente, intenso no Congresso Nacional, onde há diversos Projetos de Lei versando sobre o tema e onde diferentes preocupações têm emergido por parte dos Deputados Federais, Senadores e diversos grupos sociais"*.

Portanto, nós vamos então colocar em discussão. Está em discussão o requerimento dos Senadores Aloizio Mercadante e João Ribeiro.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente, eu acho que é muito importante a gente debater a questão do futuro da Internet aqui no Brasil. E essas são as maiores autoridades que nós temos no Brasil e até no mundo. E por isso o Senador Mercadante me pediu, como ele não é membro desta Comissão, que a gente apresentasse aqui esse requerimento para que se pudesse fazer essa Audiência Pública. En-

tão, esse é o motivo principal. E solicito o apoio dos nobres senadores para que a gente possa aprovar e fazer essa audiência pública que eu considero muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Em discussão. Não há quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador João Ribeiro.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sr. Presidente, gostaria que colocasse em votação esses dois requerimentos do Senador Flexa Ribeiro que eu assinei em conjunto, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pois não, nós vamos colocar em votação também os requerimentos do Senador Renato Casagrande e do Senador. V. Exa. poderia ler então?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sim, lerei rapidamente, Sr. Presidente.

Um requerimento, são dois requerimentos de aditamento, Sr. Presidente. Então já de requerimento aprovado por esta Comissão, que o Senador Flexa Ribeiro está incluindo nomes nas Audiências Públicas. É um requerimento que pede a inclusão da diretora do Instituto Evandro Chagas, Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos num requerimento aprovado nº 01/2009. E o outro requerimento, Sr. Presidente, que pede a inclusão num requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, já aprovado de nº 15/2009 que pede a inclusão da presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, a Sra. Juliana Laura Bruna Viegas, e do diretor titular do Departamento de Relações Internacionais de Comércio Exterior, Sr. Roberto Gianetti da Fonseca.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Em discussão o requerimento do Senador Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** São dois requerimentos, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Em discussão ambos os requerimentos. Encerrada a discussão. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovados os requerimentos.

Item 3. Projeto de Resolução do Senado nº 16/2009 não terminativo, regulamenta as transmissões ao vivo pela Rádio Senado das sessões plenárias e reuniões das Comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional e dá outras providências. Autor Senador Expedito Júnior, relator Senador Roberto Cavalcanti, a quem passo a palavra.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Sr. Presidente, conforme já foi comunicado trata-se de um projeto de autoria do Senador Expedito Júnior que visa fixar uma ordem de prioridade nas transmissões da Rádio Senado. Estou com o relatório, com todo o parecer efetivamente pronto, mas recebi a solicitação da direção da Rádio Senado de nós levarmos o assunto à discussão durante mais uma semana. Então, eu pediria, por gentileza, que fosse transferida essa decisão para a reunião da próxima semana.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pois não. O projeto então está retirado de pauta para reexame e ficará na pauta, entrará na pauta da próxima reunião.

Não tendo mais nenhum assunto a ser discutido. Está encerrada a sessão.

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009**

Às quinze horas e quatro minutos do dia dois de junho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala nove, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Efraim Morais, Cícero Lucena, Delcídio Amaral, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilberto Goellner e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a participação dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Patrícia Saboya. Comparecem à reunião os Deputados Federais Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Paulo Teixeira, Professora Raquel Teixeira e Julio Semeghini. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, registra a presença, para acompanhar a reunião, dos Senhores Senadores Aloizio Mercadante e Augusto Botelho, não membros da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 018, de 2009-CCT de autoria dos Senadores João Ribeiro

e Aloizio Mercadante, que "Nos termos regimentais, requeiro seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o tema "O Futuro da Internet - Oportunidades e Desafios para o Brasil", com os seguintes convidados: Vint Cerf: Considerado um dos "pais da Internet" por seus trabalhos no desenvolvimento do protocolo TCP/IP, a linguagem sobre a qual a Internet funciona; Demi Getschko: Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); Silvio Meira: Engenheiro e Cientista da Computação; e Senador Eduardo Azeredo," e ao Aditamento nº 01, de autoria dos Senador Flexa Ribeiro, que requer "Nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento n.º 18, de 2009 – CCT, de autoria dos Senadores João Ribeiro e Aloizio Mercadante, requeiro que seja convidado o Senhor Eduardo Fumes Parajo, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet – ABRANET, o Senhor Augusto César Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet, e o Senhor Daniel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT para debater, em audiência pública, o tema "O Futuro da Internet - Oportunidades e Desafios para o Brasil". Comparecem à reunião os Senhores Vinton G. Cerf, Vice-Presidente e Evangelista Chefe de Internet para o Google; Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação do Ponto BR (NIC.br); Eduardo Fumes Parajo, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet – ABRANET; Augusto César Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet; e Daniel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Deputados. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella e os Senhores Deputados Federais Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Julio Semeghini e Paulo Teixeira. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezessete horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2009.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 02 de junho de 2009, com a participação dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para realização de Audiência Pública sobre: "O futuro da Internet, oportunidades e desafios para o Brasil.". Atendendo ao Requerimento nº 18/2009 CCT, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores João Ribeiro e Aloizio Mercadante.

Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores e Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou Audiência Pública análoga a esta, que ora se realiza, da qual participariam, inclusive, representantes do Comitê Gestor da Internet e da Associação Brasileira de Provedores de Internet, ABRANET.

Para que não ocorressem duas Audiências Públicas com o mesmo propósito, essa comissão formulou convite à CCTI da Câmara dos Deputados, para que participassem desta reunião.

A presença das Sras. e Srs. Deputados neste Plenário, além de conferir importância ao trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, corrobora aceitação do convite, o que este Presidente agradece em nome dos membros da Comissão.

Para que se complemente o quadro de expositores acrescentei a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, representada pelo Sr. Daniel Slaviero, seu Presidente. Uma vez que é de suma importância ouvir o setor de radiodifusão e, também, para atender a perfeita pretensão do Deputado Paulo

Teixeira, apresentada à Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Câmara Federal.

Submeto extrapauta apreciação de V. Exas. de aditamento ao Requerimento nº 18/2009 CCT, em que requeiro a inclusão dos representantes do Comitê Gestor da Internet, da Associação Brasileira de Provedores da Internet, ABRANET, o Sr. Eduardo Fumes Parajo e, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT, do Sr. Daniel Slaviero, para participarem como expositores nesta Audiência Pública. E do Sr. Augusto César Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet.

São os três convidados que foram acrescentados e que eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senador Marcelo Crivella e à Deputada Raquel Teixeira, que, como Primeira Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara possam acompanhar os nossos convidados para que tomem assento à Mesa, quando convocados.

Convido para sentar-se à Mesa, o Sr. Vinton Cerf, considerado um dos pais da Internet, por seus trabalhos no desenvolvimento do protocolo TCP/IP, a linguagem sobre a qual a Internet funciona, e Vice-Presidente e Evangelista Chefe de Internet para o Google.

Convido o Sr. Demi Getschko, Diretor Presidente do Núcleo de Informação do Ponto BR. O Sr. Eduardo Fumes Parajo, Diretor Presidente da ABRANET. Sr. Augusto César Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet. E o Sr. Daniel Slaviero, Presidente da ABERT.

Vamos iniciar a nossa Audiência Pública. Quero registrar a presença do Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. E agradecer à V. Exa. por ter aceito o convite, para que pudéssemos fazer a Audiência Pública, em conjunto, que, com certeza absoluta, trará para o Congresso Nacional a oportunidade de discutirmos o futuro da Internet, oportunidades e desafios para o Brasil.

Concedo a palavra, agradecendo o atendimento ao convite das Comissões de Ciência e Tecnologia e Informática do Senado e da Câmara Federal, ao Mr. Vinton Cerf, Vice-Presidente e Evangelista Chefe de Internet para o Google. Com a palavra por dez minutos, podendo, se for necessário, ser estendido por mais cinco ao Vice-Presidente e Evangelista Chefe de Internet para o Google, Mr. Vinton Cerf.

**SR. VINTON G. CERF:** [pronunciamento em outro idioma].

**INTÉRPRETE:** Muito obrigado, Presidente Ribeiro. É uma grande honra estar aqui para me juntar a vocês e seus colegas, e muitos meus colegas, inclusive aqui à Mesa.

Eu gostaria de iniciar, primeiro, fazendo algumas observações sobre a natureza global da Internet. Meu colega Demi Getschko, ele vai dar um pouco mais de detalhes sobre a penetração da Internet no Brasil.

De uma maneira global, há mais ou menos 1.6 bilhões de usuários de Internet no mundo inteiro. Há, aproximadamente 23% do mundo, portanto, conectado. Além disso, há um número muito grande de celulares que entraram nessa infraestrutura de telecomunicação mundial. Entre 3.5 e quatro bilhões deles estão sendo utilizados atualmente. E eu sei que, às vezes, parece que eles estão todos aqui em Brasília.

Mais ou menos 15 a 20% desses celulares têm habilidade de entrar na Internet. Então, eles se transformaram em uma parte adicional da infraestrutura de Internet.

Há uma estimativa de seis bilhões de computadores... Perdão, três milhões de computadores na Internet. E esse número... Perdão. 625 milhões não incluem *laptops*, ou computadores de mesa, ou celulares, ou PDAs, nem incluem máquinas que possam ser... Podem servir empresas, mas escondido atrás dos *firewalls* do... Ali por trás, no *backstage* são equipamentos necessários para operar os negócios, mas que não são necessários para interagir indiretamente com o público. Então, o número de computadores na Internet é muito maior do que os 625 milhões que vocês podem ver na Internet pública.

Um dos pontos que eu gostaria de enfatizar aqui sobre a tecnologia da Internet é que ela foi desenhada sem nenhuma aplicação específica em mente. Tirando outras redes, por exemplo, rede de telefone que foi desenhada para um propósito principal, ou seja, telefonia, ou ainda o sistema de cabos de televisão que foi desenhado para fazer uma coisa, levar vídeo ou a TV, ou as antenas de TV ou de rádio que foram desenhadas para prestar um serviço: Televisão ou rádio.

A Internet foi, de fato, capaz de fazer qualquer uma dessas mídias, assim como material impresso. Então, a Internet tem a capacidade de emular todas as mídias que já foram inventadas até hoje e tem propriedades que essas mídias não têm. Uma dessas propriedades é a habilidade de interagir com o seu consumidor.

Então, ao invés de ser um meio passivo, que esteja só entregando conteúdo numa direção, é um meio ativo, é aquele em que o consumidor dos serviços estão engajados, interagindo, no qual apoia interações de muitos a muitos. Então, ao invés de uma ligação telefônica, que acontece somente de uma pessoa para outra, ou uma carta, que é tipicamente entregue de uma pessoa a outra, a Internet apoia interações em

grupo, colaborações, portanto, e habilidade de trabalhar em conjunto.

É também altamente insensitiva à fronteiras internacionais. Foi desenhada dessa forma de propósito. Há conhecimento da topologia do sistema, mas há menos conhecimento das fronteiras internacionais que dividem parte dessa rede. Isso também cria um valor e um desafio. Porque qualquer coisa, que qualquer um coloque na Internet, em qualquer lugar do mundo, é potencialmente acessível a qualquer outra pessoa na rede.

A Internet cresceu muito nos últimos 25 anos. Levando em consideração que ela iniciou em 1983 e foi desenhada em 1973, Bob Cony e eu fizemos esse trabalho. Perdão, há 35 anos passados. Foi lançado em 83 e se tornou acessível ao público em, mais ou menos, 89 ou 90. Então, todos nós temos um período muito curto de exposição à Internet, como um meio público, ou disponível para o público. Foi uma infraestrutura muito aberta, ou tem sido muito aberta, e há benefícios muito grandes do fato que você não teve que ter permissão para experimentar novas aplicações.

Então, para fazer algum exemplo simples aqui. Quando os fundadores do *Google* começaram o *Google*, eles eram alunos de graduação na Universidade de Stanford, eles não tinham que receber permissão de um provedor de Internet para tentar ou para experimentar seu produto. Eles, simplesmente, colocaram na Internet e deixaram outras pessoas experimentá-lo para ver se eles gostavam ou não, e é claro, pessoas suficientes gostaram e o *Google* se transformou numa empresa gigante.

A mesma coisa pode se dizer de uma empresa como *Amazon.com*, ou IB, ou até o *Skype*, ou ainda o *Yahoo* e muitas outras empresas que vocês veem na Internet, atualmente.

Essa abertura, nós pensamos que tenha sido uma propriedade muito importante, porque inovações sem necessidade de permissão é o que permite as pessoas tentarem novas ideias, experimentarem novas ideias. Muitas delas não funcionam, e a gente não ouve falar dessas, mas algumas funcionam com muita eficiência. E essa habilidade de apoiar a experimentação com poucas barreiras para entrada criou uma quantidade gigante de inovação e competição no espaço de aplicação na Internet.

O *Google* tentou muito contribuir para essa abertura. Nós lançamos... É *software* de fonte aberta, ou seja, o código fonte desse *software* está disponível para quem quiser para sistemas operacionais e para celulares, nós chamamos sistemas operacionais o sistema operacional androide. E, também, nós oferecemos alguns, algum software de fonte aberta chamada Chrome, que é um browser de Internet, um navegador de Internet e ambos estão proporcionando novos softwares e novas plataformas para as pessoas tentarem e experimentarem suas ideias.

E aqui eu gostaria de sugerir a você, que a Internet... A oferta Internet para o Brasil e a oportunidade de melhoria de PIB, aumento de lucros em todos os setores. Quando você escuta do meu colega. Quando vocês ouvirem Demi Getschko, vocês vão ter algumas ideias sobre a extensão e a taxa de crescimento da Internet ou de adoção de Internet no Brasil. Mas eu quero enfatizar pelos... Por quem faz as políticas aqui nessa sala, que a habilidade de tomar vantagem da Internet para criar novas empresas não é limitada ao lucro doméstico dessa tecnologia.

Uma empresa no Brasil, com acesso à Internet, é completamente capaz de exportar serviços para qualquer lugar que a Internet exista. E alguns países, onde haja 75% de outros países da Escandinávia, na Suécia e em outros países da Escandinávia também é 75% de aplicação.

Outras partes do mundo são mais limitadas, mas para dar um exemplo muito surpreendente, do meu ponto de vista, a China tem 215 milhões de usuários da Internet, atualmente. Isso é, aproximadamente, o mesmo de número de usuários que tem nos Estados Unidos. É certo que na China, isso representa mais ou menos 14% das pessoas. Dá para imaginar a escala desse mercado, quando 75% de todos os cidadãos chineses estiverem on-line?

Então, eu quero reforçar a ideia, que investimento em empresas que usam a Internet para levar produtos e serviços, ou para anunciar produtos e serviços deva ser considerado num contexto global, não somente no contexto doméstico.

E, finalmente, eu gostaria de pegar essa oportunidade para refletir sobre algumas questões de políticas, que são de interesses a todos nós no mundo inteiro. Três áreas específicas interessam nossa... A parte policial e de privacidade e segurança. Aqui, nós descobrimos com todas as estruturas, que as pessoas podem usar e abusar das estruturas existentes.

Eu gostaria de fazer uma analogia, se eu puder aqui, a analogia é mais ou menos como sistema de vias. Ela dá uma receita para você construir mais estradas e, como Chefe Evangelista do *Google*, eu falo para as pessoas construírem mais estradas de Internet no mundo inteiro. Nós sabemos o que acontece quando você constrói estradas. As pessoas têm habilidade de desenhar e construir e vender veículos com duas rodas, três rodas, ou quatro, ou 18. Se eles não forem muito grandes, ou muito largos, ou muito altos ou pesados, eles vão funcionar em todas as vias. Isso é, de

cara, uma analogia para a abertura da Internet. Quem quiser construir um veículo pode fazê-lo.

Se você quer fazer um veículo do lado da rua para proporcionar serviços e as pessoas dirigindo esses veículos, pode fazê-lo também. Ninguém dita que tipo de prédio pode ser construído, o que ele pode fazer. Você só deve ter certeza que seja sensível pelo sistema de vias.

Mas, agora vem a analogia para as preocupações que nós temos sobre segurança, privacidade e força policial. No módulo veicular, ou no módulo de estradas, nós sabemos que algumas pessoas vão beber e vão dirigir, vão entrar nos seus carros e vão dirigir. E eles vão bater em outros casos, ou vão bater em prédios, ou em árvores, e eles se machucam, eles machucam outras pessoas e eles machucam as propriedades. Nós sabemos que esse é o caso. Mas o que nós fazemos sobre isso?

Bom, a gente não para de construir carros, a gente não para de construir estradas, porque eles são muito importantes para a economia. Mas nós dizemos a essas pessoas, há certos comportamentos no sistema viário que nós não toleraremos, e nós consideramos ser um comportamento inaceitável na nossa sociedade. E, se nós capturarmos você, haverão consequências. A gente pode até não pegar todo mundo, mas nós avisamos que a nossa sociedade não permite ou não tolerará alguns tipos de abuso.

A Internet tem uma característica similar e problemas parecidos. Pessoas podem cometer fraudes, pessoas podem perseguir outras pessoas e podem mandar spam no seu *e-mail*, ou *e-mail* comercial não necessário. As pessoas podem fazer várias coisas que podem impedir as pessoas e nós... Mas o que nós sabemos é que nós temos que avisar as pessoas que há alguns comportamentos que nós não toleraremos.

E isso traz uma questão muito importante sobre quem faz as leis, as agências que fazem as leis, como essa como essa que nós estamos aqui. Porque as regras das ruas da Internet não podem ser completamente confinadas a um foco doméstico. Porque os problemas podem acontecer por um criminoso em qualquer outra jurisdição, em qualquer outro país. Então, todos nós poderemos pensar em acordos bilaterais ou multilaterais, que falam sobre o tipo de coisa que nós iremos ou não tolerar como sociedade. E, se nós tivermos esses acordos multilaterais, então, os problemas das leis são feitas mais fáceis, porque nós podemos apoiar uns aos outros para reforçar essas leis.

A privacidade é uma grande questão na Internet, porque quando você coloca as coisas na Internet, eles são visíveis ao resto do mundo. E alguns jovens, por exemplo, gostam de colocar muita informação sobre si mesmo na rede e, quando eles ficam mais velhos, eles podem até se arrepender de tê-lo feito. E você pode imaginar uma criança de 30, uma pessoa de 30 anos procurando um trabalho e alguém procura o nome dessa pessoa e vê: "Bom, eu vejo quando você tinha 16, você fez isso aqui muito idiota e nós encontramos na Internet e, talvez, nós devêssemos contratar vocês".

Mas há também outros motivos para estar preocupado com isso. Se a informação pessoal é disponível na Internet, pode ser usado, por exemplo, para cometer o que nós chamamos: Roubo de identidade. Nós temos esses problemas nos Estados Unidos bastante, onde informações sobre senhas podem ser encontradas num indivíduo para estabelecer, para abrir contas em banco e outras pessoas podem registrar e tirar dinheiro dali. A pessoa, cuja identidade foi roubada, ela não é... Não sofre dano na hora, mas a sua reputação sim. E o banco que está emprestando no cartão perde aquele dinheiro.

E há outro problema na Internet que tem a ver com software ruim, chamado *malware*. Onde *hackers* vão colocar esse *software* na Internet, numa tentativa para roubar o seu laptop, ou o seu computador de mesa. A melhor analogia que posso pensar é como deixar um carro com a chave dentro e alguém pode simplesmente levar o carro e usá-lo quando você não souber disso.

É até um pouco pior, porque algumas dessas práticas, alguns desses maus, dessas infecções que aparecem na sua máquina são invisíveis à você. Você não sabe quando seu computador está enviando *e-mail*s que você não enviou, porque ele não sobrecarrega a capacidade da máquina e não é óbvio [soa a campainha] que há um problema. Entretanto, a sua máquina se transforma... Fica comprometida, fica um *botnet*, uma rede de robôs, *Robot Network*, e é abusado por uma outra pessoa. Então, achar maneiras de se defender contra esse tipo de *software* ruim é muito importante.

O *Google* está contribuindo para a segurança na Internet de várias maneiras. Quando nós lançamos o *Chrome* e o *Android*, o Sistema Androide, o objetivo foi reforçar a segurança para fazer o *software* mais resistente a alguns desses ataques.

Nós também, quando nós construímos o *índex*, ou o índice da Internet que vocês usam, se vocês estiverem usando o *Google*, quando você procura as coisas no Google, quando nós construímos esse índice, nós estamos olhando a cada *website* na Internet e se nosso *software* detecta que há um *malware* na Internet, nós marcamos aquele *website* como potencialmente perigoso. Se um usuário entra naquele *website* pela ferramenta de busca do *Google*, antes de levarmos

você lá, nós colocamos uma tela dizendo: "Nós não achamos que você deveria ir lá. Há um *software* ruim que pode danificar sua máquina". A gente não pode impedir que as pessoas vão lá, mas nós as avisamos com não faça. Essa é a pequena contribuição para tentar proteger as pessoas contra esses *malwares*, esses *softwares* ruins.

Eu gostaria de fechar simplesmente fazendo a observação, que a Internet é uma infraestrutura, de fato, que está esperando ser moldada em novas aplicações e sistemas. Acho que é algo como argila e qualquer pessoa que seja capaz de criar uma escultura, um vaso, ou um prato, ou qualquer outra coisa, pode fazê-lo.

Então, ele espera empresas, escolas nesse país, para sonhar e criar novas maneiras de utilizar essa infraestrutura básica. E baseado no que já vi nessa semana que estive aqui, há amplas capacidades nesse país para criar mais produtos e mais serviços na Internet. Não somente para os brasileiros, mas para outras pessoas no mundo e eu encorajo fortemente a Legislação. Legislações que façam isso mais fáceis e mais eficientes para chegar a esse objetivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por me permitir falar aqui hoje.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradecemos ao Sr. Vinton Cerf, Vice-Presidente e Evangelista Chefe da Internet para o *Google*, pela sua brilhante exposição. E concedo a palavra ao segundo convidado para a Audiência Pública de hoje, Diretor Presidente do Núcleo de Informação do Ponto BR, Sr. Demi Getschko. V. Sa. terá dez minutos prorrogáveis por mais cinco.

**SR. DEMI GETSCHKO:** Muito obrigado. Agradeço o convite de estar nessa Mesa e estar ao lado do Dr. Cerf é uma grande honra.

Bom, eu vou ser muito breve, acho que a ideia é dar um panorama de como estamos no Brasil e para onde as coisas estão indo e quais são os conceitos principais da Internet, que já foram muito bem ressaltados na palestra do Vinton.

Então, inicialmente, só estatisticamente, nós temos esse ano, 21 anos que temos alguma conexão na rede acadêmica, 20 anos que o Ponto BR funciona. A rede nacional de pesquisa, que foi instrumental para a divulgação da rede no país também faz 20 anos esse ano. Dois anos depois da conexão às redes, nós já tínhamos acesso à Internet usando TCP/IP e passamos a distribuir os endereços no Brasil há 15 anos.

O Comitê Gestor, que é também uma criação fundamental para a evolução na Internet no Brasil tem 14 anos que foi criado. Realmente, a situação atual do registro brasileiro tem oito anos que saiu da FAPESP para as suas instalações, o NIC tem seis anos e a ativação do NIC quatro anos. Vamos ao próximo.

Essa é uma velha transparência, para mostrar que o Brasil não perdeu a onda inicial da Internet. Como o próprio Vinton falou, a Internet começou a ficar popular nos Estados Unidos, no final dos anos 80. Ela é mais velha do que isso, mas ela só ficou popular no final dos anos 80, quando entraram as grandes universidades via CF Net e depois os comerciais.

Essa curva é a curva de domínios no mundo. Se vocês olharem a curva, em inflecte, ela sobe a partir do final de 94, 95. 95 é quando foi criado o Comitê Gestor no Brasil e 94, a data em que o Brasil teve os primeiros provedores de acesso à área comercial. Então, nós praticamente decolamos, claro que numa escala muito menor, mas na mesma proporção de inflexão. A inflexão nossa foi, mais ou menos, na mesma época.

Essa é a curva do registro brasileiro. Ela não tem uma direta relação com todos os números da Internet do Brasil, mas ela dá uma boa amostra de como vamos. Então é uma curva que tem crescido, e se vocês olharem nos últimos dois anos ou três anos, ela tem crescido mais do que tem crescido antes. Quer dizer, a inclinação da curva melhorou nesses últimos dois anos, apesar de sabermos que houve uma crise internacional e tudo mais.

O que significa isso? Se vê que a intenção de brasileiros, ou de pessoas, ou de empresas de terem presença na rede, a intenção tem se mantido crescente e tem se mantido fortemente expansiva. Está havendo uma expansão nessa intenção. Isso não quer dizer que tem um milhão e 700 mil brasileiros com sites ou empresas, mas tem um milhão e 700 mil brasileiros que tem intenção, provavelmente, de fazer uma coisa na área. Isso mostra que não estamos perdendo o embalo, não estamos perdendo o crescimento.

O que nós fazemos aqui? O que é governança da Internet, do ponto de vista estrito? *Stricto sensu*? A Internet tem muito pouca coisa que tem que ser coordenada centralizadamente. Mas algumas coisas precisam ser coordenadas, porque é necessário que sejam unívocas, é necessário que sejam únicas. E é necessário que exista um racional na distribuição de alguns recursos. Então, a estrutura de nomes é uma estrutura que é única, nós sempre batalhamos para que existisse só uma estrutura de nomes no mundo, a gente é a favor de uma única raiz e, portanto, essa única estrutura tem que ser ordenada para que possa crescer ordeiramente.

Essa estrutura é uma base de dados distribuída gigantesca, baseada nos servidores de raiz, que são 13, nós temos um espelho deles aqui e, além dessa estrutura única, outras definições técnicas têm que ser

coordenadas. Por exemplo, quais são os protocolos que devem ser usados. Que portas fazem que serviço. Se isso não for coordenado, evidentemente, é muito difícil utilizar a rede globalmente.

Números de IP que identificam as máquinas também tem que ser únicos e coordenados. Nós estamos no final da versão quatro que está se esgotando, deve se esgotar no meio do ano que vem e a versão seis já está disponível para disseminação há bastante tempo, já temos vários usuários na versão seis. Ainda não há como você ter conectividade de IPV 06 global, mas existem ilhas de IPV 06 e a gente imagina que essas duas versões irão conviver por um longo tempo. O número de sistemas autônomos, também é um detalhe técnico, é um recurso coordenado.

O Comitê Gestor tem 15 anos que foi criado e vou ressaltar alguns pontos. Quer dizer, o Comitê Gestor, ele começa cuidando nesses recursos que acabei de citar na página anterior. Nomes, números, distribuição de IPV 04 e IPV 06, sistemas autônomos. Então, essa é a parte de coordenação do CG.

Mas, além dessa estrutura, o CG tem mais outras funções, outras missões. Por exemplo, nós teríamos que fazer o caminho inverso. Quer dizer, entregues os nomes e os números, como tem evoluído a Internet brasileira? Quais são os números que nós podemos levantar para formulação de políticas públicas? Que resultados nós temos tido com as medidas de incentivo, ou com as medidas de boas normas?

O Comitê Gestor não tem função de criar leis ou de regular a área, mas tem função de criar procedimentos, normas, informações para a sociedade como um todo e que essas informações gerem então dados e estatísticas que possam resultar em políticas públicas. Então essa é, digamos, uma função que não é a que gerou inicialmente o CG, mas está presente no Decreto e onde o CG tem trabalhado muito, ultimamente.

O CG, todo mundo já sabe, tem 21 elementos, sendo nove do Governo e 11 da sociedade civil eleitos pelas suas respectivas comunidades. Então, isso é muito representativo e representa a cara da Internet, no sentido que tem mais gente da área não Governo, do que da área Governo. A Internet é algo que é construído por múltiplas mãos e múltiplos setores. Não é uma obra nem de governos, nem de empresas e nem da sociedade civil em si, mas do conjunto desses atores todos.

O braço operacional do CG, o CG é um comitê que se reúne uma vez por mês, de pessoas que doam o seu tempo para trabalhar nessa área e ele não tem como ter ações operacionais. Então, ele criou uma instituição sem fins de lucro, chamada NIC, e o NIC é então o braço operacional do CG.

O próprio CG é a assembleia do NIC, portanto existe um mapeamento um para um entre o NIC e o CG. E existe um conselho de administração que é extraído do CG, então, três membros do CG do Governo vem para o Conselho de Administração. Quatro membros da sociedade civil do CG vem para o Conselho de Administração.

Esse NIC tem uma Diretoria Executiva e ele tem algumas tarefas. Então, quais são as tarefas? O registro que registra nomes é a fonte de recursos. Todo dinheiro vem lá do registro. O registro gera um monte de recursos para o NIC e o necessário para operar o registro é menos do que o registro gera. Então, há um excedente de recursos que pode ser usado em atividades como, por exemplo, desenvolver projetos na área. Eu vou comentar alguns deles, pontos de troca de tráfico, distribuição de hora legal brasileira para todos que quiserem receber essa hora gratuitamente, IPV 06, cartilhas, etc e tal. Um órgão que cuida de segurança da rede, que é SERT e o órgão que cuida de estatísticas.

Então, essas atividades, eu não vou perder muito tempo com isso. Além dessas atividades, que são do NIC, a gente apoia grupos de voluntários. Existem três grupos de voluntários muito importantes no Brasil. Um que chama GTR, que é o grupo de engenharia de redes, é parecido com um grupo americano chamado Nanog, mas a gente é os operadores do Brasil, não é... E o pessoal é muito bom em rede, se reúne duas vezes por ano fisicamente e tem uma lista muito ativa. O GT de Segurança, que discute novas ameaças à rede e o GT de RH, que é menos ativo, atualmente, e tenta gerar recursos para a operação da rede. São voluntários da comunidade.

Bom, o que nós tentamos fazer dentro desses centros, que eu acabei de comentar? Nós tentamos implementar mais servidores raiz para melhorar a segurança da rede como um todo. Nós somos bastante pioneiros em DNSSEC, o Brasil assinou toda a árvore de DNS. O que é DNSSEC? É uma forma de garantir que não vai haver fraude na tradução de nomes para números. O DNS pode ser fraudado. Foi aprovado isso, uns dois anos atrás, mesmo em instalações físicas com fio. Sem fio era fácil fraudar, mas com fio era difícil fraudar. Isso foi provado que é falho, então existe um protocolo DNSSEC, que resolve esse problema.

Na Internet funciona bem aquilo que é global. Então, essa é uma solução global. Se todo mundo adotar a solução, nós temos uma camada de segurança bastante boa adicional sobre a rede.

A gente tenta estimular a transição para IPV 06, os pontos de troca de tráfico, vou comentar, o horário oficial brasileiro já comentei, os incidentes, isso

aqui é detalhamento da página anterior. Vamos para o próximo.

Bom, esse é um exemplo do ponto de troca de tráfico de São Paulo. O que é o ponto de troca de tráfico? A gente monta instalações em várias cidades brasileiras, onde os que geram e os que consomem tráfico podem trocar tráfico diretamente, sem ter que contratar um link Internet específico. Com isso, os custos baixam e a eficiência melhora. Próximo.

Em São Paulo, por exemplo, essa instalação, nós a fornecemos ao usuário. Por exemplo, a USP pode trocar tráfico com a Local Web, sem pagar nada, porque os dois estão ligados por esses canais. Então, essa estrutura metropolitana permite economia de custos e permite eficiência e também segurança, porque se, por exemplo, digamos que a USP sai pela Internet pela Global Crossing(F), e a Global Crossing(F) caiu. Ela pode negociar, imediatamente, uma mudança para sair pela Brasil Telecom e se acertar por outro canal. Então, isso é uma coisa que dá para fazer instantaneamente.

Essa é a curva de hoje, esses são os tráfegos que tinham nesse instante. Esse aqui é o tempo, a hora oficial brasileira, são servidores NTP e as variações que eles têm em relação um ao outro, são mil segundos, quer dizer, a variação é bastante boa. Próximo.

Bom, alguma coisa sobre princípios na Internet a gente já falou, não vou perder muito tempo. Mas na Internet, nós temos que ser liberais no que aceitamos, temos que aceitar algum lixo, mas temos que evitar gerar lixo. Temos que aceitar alguma ameaça, mas temos que evitar gerar ameaça. Essa é a regra de convívio na Internet. E, ao mesmo tempo, que nós temos um jeito de ser anônimos na rede e falarmos o que quisermos, também sabemos que, cada vez mais, o nosso perfil é guardado em todos os lugares. Todo mundo sabe que livro você compra no *Amazon*, pelo menos o *Amazon* sabe, e o *Google* sabe bastante coisa sobre o que você procura ou deixa de procurar, então, você tem ao mesmo tempo um anonimato que a rede permite, e você tem um monte de informações sobre você, portanto, ameaça à privacidade. E essas duas coisas se forem juntas, quer dizer, se alguma forma mapearem o que você faz com você mesmo, aí você está, digamos, nu perante a rede. Então, essa é uma dicotomia interessante que existe na rede. Próximo.

Existem vários fóruns de governança, um dos... Essa governança é *lato sensu*, não é *stricto sensu*. Então, a *Wisis* gerou esses grupos chamados IGF, que são os fóruns de governança. Tivemos três já, vamos ter um no Egito, o Brasil tem participado intensamente deles também, então é uma outra forma de discutir o assunto.

Aqui são algumas frases que eu coloquei sobre Legislação, não vou perder tempo quanto a isso, porque está impresso, se alguém quiser pode olhar. Mas dois autores muito interessantes, que eu sugiro que sejam consultados. Um é o John Perry Barlow, que discute a nova economia na rede, *"Economy of Mind"*. E outro é o Gilmore(F), que fala essa frase famosa dele que: "Se você tenta manietar a rede, ela interpreta aquilo defeito e contorna". Na verdade, o que se quer dizer aí é que a rede é global, e na rede só funciona o que for global. O que é local funciona muito mal, se é que funciona.

Eu distingo o fator humano do fator de rede, porque nós temos dois papéis diferentes na rede. Um como navegantes, em que nós temos toda liberdade e somos anônimos e podemos fazer o que quisermos como navegantes, e outra como atores de conteúdo na rede, quando nós somos os dons de um site, ou quando nós temos número IP. Então, são diferentes as duas situações. É como alguém que consulta uma biblioteca e alguém que edita um livro. É como alguém que consulta uma banca de jornais e alguém que monta um banco. São situações diferentes e, portanto, é diferente a necessidade para cada caso.

Essa é uma longa lista de conflitos aí que podemos discutir longamente. Eu não vou entrar em detalhe, mas, por exemplo, certamente existe conflito entre privacidade e acesso à informação, conflito entre intrusão e propaganda, entre dados pessoais e segurança, entre neutralidade e modelos de mercado... Em suma... Acho que fica para *posteriori*.

Finalmente, eu queria rapidamente mostrar como estamos. Nós temos essas estatísticas, quatro anos já geradas sobre a Internet brasileira. Esse ano nós introduzimos a área rural, primeiro ano que temos dados da área rural, esse é o resultado muito sumário disso aqui, isso está disponível na rede no Cetic.br e também podemos entregar CDs e temos também em papel. Está disponível a quem quiser.

Mostrar, por exemplo, que hoje nós temos 25% de brasileiros, de domicílios com computador, dos quais 18% usam a Internet. Dos 25%, 28 estão na área urbana e oito na área rural, o que mostra que a área rural é bem desprovida de equipamentos. E é pior a situação no acesso a Internet, porque na área urbana dos 28% que tem computador, 20 tem acesso a Internet. Na área rural, 18% só quatro têm acesso à Internet.

O crescimento anual médio nosso tem sido sólido. Nós temos crescido 18% por ano nos últimos quatro anos, tanto em posse de computador quanto em Internet, 16%. E o outro... Outra pesquisa interessante sobre empresas mostra que empresas com menos de 50 funcionários, já 92% delas têm computador, 81%

delas têm rede interna e 89% acessa a Internet. Das empresas médias, 100% têm computador, 91, rede interna, e 99 acessa a Internet. [soa a campainha]. Esses são os dados aí.

Aqui existe uma contribuição minha... Essa é pessoal, não deve ser levada em conta. E aqui tem uma que o CG está fazendo, que essa, sim, é importante. O CG vai gerar uma espécie de decálogo aí, de conceitos que devem nortear as nossas ações na rede para ser usado como pano de fundo quando a gente tiver que discutir algum assunto. Então, por exemplo, o uso da Internet tem que ser guiado por princípio em liberdade de expressão, privacidade do indivíduo, respeito aos Direitos Humanos, etc e tal. Que a rede é inimputável, os ilícitos têm que ser combatidos diretamente focando no agente e não na rede e coisas assim. E aqui tem os endereços de contato. Desculpe por ter me alongado. É isso aí. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Demi Getschko pela exposição e passo a palavra ao Dr. Eduardo Fumes Parajo, Diretor Presidente da ABRANET, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO**: Obrigado Presidente, obrigado pelo convite.

Tema de extrema importância falar da Internet no Brasil e a contribuição que eu trouxe aqui para vocês, o que os provedores de Internet tem feito justamente para esse crescimento da Internet. Por favor, o próximo.

Vou falar um pouquinho da ABRANET. A ABRANET é a primeira entidade de classe da Internet, constituída em 96, hoje a gente tem um quadro diretivo bastante completo, várias pessoas, empresas fazem parte da nossa Diretoria, empresas relevantes aí do mercado de Internet. E aí queria comentar um pouquinho do papel dos provedores, principalmente no início da Internet brasileira, onde os provedores tiveram aí um papel fundamental que foi no... Que nós chamamos aí de professores digitais. Em 96, quando nós iniciamos, 95, os primeiros acesos à Internet, na verdade as pessoas tinham computador, às vezes não tinham, mas queriam acessar a Internet de alguma forma e aí os provedores fizeram todo um trabalho aí de ensinar essas pessoas de como acessar a Internet. Esse trabalho foi um... Eu acredito que é um trabalho bem sucedido e hoje a gente tem muitos usuários de Internet e a aceitação de Internet no Brasil, o brasileiro é ávido por tecnologia e a gente tem contribuído bastante nesse sentido.

A ABRANET hoje tem mais de 300 associados, praticamente em todos os Estados da Federação e a gente cada dia mais, felizmente, tem notícias de novos provedores surgindo no mercado. Próximo, por favor.

Aqui é um mapa que eu já apresentei em algumas sessões aqui, inclusive, mostrando como está a distribuição de provedores no Brasil. Hoje são mais de 1700 provedores espalhados no Brasil. Nas regiões mais remotas e apesar de todas as dificuldades, problemas técnicos e tudo mais, felizmente a gente vem com esse número crescendo e tendo mais pessoas conectadas à Internet e temos contribuído muito para a questão da quantidade de pessoas que estão conectadas hoje à Internet em banda larga. Próximo, por favor.

Recentemente aí o IBOPE Net/Ratings mostrou uma informação interessantíssima que mais de 62 milhões de brasileiros já acessaram a Internet de alguma forma. E até um estudo importante que saiu do próprio CETIC, NIC.br, demonstrando que o papel das *lan houses* no acesso à Internet tem sido de extrema importância para que as pessoas estejam conectadas à Internet. Então, quer dizer, você vê que o Brasil ainda carece de infraestrutura e a gente precisa crescer muito essa infraestrutura para que as pessoas possam estar efetivamente acessando a Internet. Próximo, por favor.

Aqui eu fiz um... Algumas informações que nós levantamos com os nossos associados em geral para demonstrar uma coisa interessantíssima em termos de Brasil. Praticamente mais de 70% dos acessos hoje feitos no Brasil são a conteúdos brasileiros. São em língua portuguesa. Inicialmente em 95, quando se iniciou os primeiros acessos, o que nós tínhamos... Não tínhamos conteúdo brasileiro dentro da Internet, em língua portuguesa, e hoje felizmente a gente tem uma grande quantidade de conteúdo, a pluralidade, a expressão das pessoas sendo colocada na rede e chamando atenção dos internautas. Esse é um dado de extrema importância para os brasileiros, para a língua portuguesa em geral. E nós servimos de referência, hoje, no mundo para países de língua portuguesa. Vários dos nossos sites são acessados por outros países de língua portuguesa. Então, isso é uma coisa de muita importância para o nosso país. Próximo, por favor.

Aqui eu fiz rapidamente um desenhinho de como funciona um pouquinho a Internet, que isso é uma confusão danada, como funciona essa Internet, é uma coisa de maluco. Então, no lado esquerdo aqui embaixo a Internet, ela não é sozinha, ela depende da infraestrutura de telecomunicações. Então, nós temos aqui do lado esquerdo os provedores de infraestrutura. O que são os provedores de infraestrutura? As grandes redes, as fibras óticas, o fio de telefone que chega na casa do usuário e que conecta esse usuário. E do lado direito, nós temos os provedores de Internet, que são aqueles que estão agregando o serviço ao serviço de telecomunicação. Fiz questão de colocar, Sr. Presidente,

porque isso aqui é uma figura que sempre a gente cai numa discussão grande. Para que é o provedor? Onde está o provedor? E isso aqui é um fato importante de mostrar e é uma oportunidade ímpar aqui estar mostrando para os Senadores para ver que é o seguinte: a Internet não é um fim. Ela é parte de um processo. E para esse processo existir, há necessariamente ter a empresa de telecomunicações por baixo, para ter essa conexão. E aí o provedor faz a conectividade ao mundo de Internet. Próximo, por favor.

Eu queria destacar algumas coisas de extrema importância, ainda mais pelos debates que são gerados e diversas coisas que são apresentadas, mas são fatos aí importantes que a gente tem que colocar para os Senadores e Deputados que estão aqui presentes hoje. A Internet, como o próprio Vinton disse, o próprio Demi disse, a Internet hoje é um meio que tem proporcionado ao nosso país diversas coisas, diria na parte de cultura, entretenimento, na parte de negócios, ela tem proporcionado diversas coisas na Educação para que as coisas possam estar acessando. E existe controle, sim, pela Internet, formas, como o próprio Demi colocou, a parte do DNSSEC, do lado dos provedores de acesso existe uma grande infraestrutura que está atrelada, que são os servidores DNS, que resolvem os nomes da Internet, quando você digita lá www alguma coisa, isso na verdade é convertido para um número, que é utilizado num servidor que fica normalmente no provedor ou que está provendo acesso à Internet. Você tem a parte de e-mails, você tem a parte de *firewall*, controles de acesso, autenticação de usuário e uma série de outros detalhes. Hoje nós temos, felizmente, destes 1700 provedores, vários deles promovendo e gerando conteúdo local. Na sua localidade. Ele está lá numa determinada cidade, numa determinada região, ninguém mais do que ele, naquela localidade, para entender o assunto daquela localidade e saber o que aquela localidade quer de informação. Isso é muito rico.

Atendimento. Provedor que está naquela localidade, hoje eu sou um pequeno provedor no Estado de São Paulo, estou numa região próxima a São Paulo, e eu tenho, por exemplo, usuários meus que são desde 95, primeiros usuários acesso da *dial-up* que continuam lá com a gente. Porque ele pega e liga no meu celular, ele liga no meu escritório, conhece a secretária, conhece a pessoa que faz o atendimento dele... Então, essa interatividade, essa proximidade, com o usuário faz uma grande diferença para os provedores.

Bom, nem preciso dizer o quanto nós investimos em tecnologia, não é? É um absurdo o que a gente investe em tecnologia para estar inovando, melhorando os nossos serviços. A gente, como eu disse anteriormente, questão de segurança, questão de fraude, combate à pedofilia, racismo... A gente hoje tem um processo instaurado, na verdade um acordo feito com o Ministério Público Federal, desde 2005, em São Paulo, onde todos os provedores da ABRANET colaboram já com a questão da pedofilia e o racismo na Internet, fornecendo informações, quando solicitadas via Ordem Judicial. Esse acordo funciona muito bem, é um acordo que eu diria bastante tranquilo e que hoje tem propiciado todas essas operações que nós temos visto aí de prendendo pessoas que têm de certa forma ou feito fraudes na Internet ou cometido algum crime, de estarem fornecendo e a polícia chegando nessa pessoa. Isso é um detalhe importantíssimo. A parte de transações comerciais e fora isso outros modelos de negócios, como serviços gratuitos, interativos, *Instant Messengers* e tudo mais. Próximo, por favor. Próximo.

Bom, então, já tinha adiantado um pouco aqui desse acordo que nós já temos com o Ministério Público Federal desde 2005, a gente tem uma campanha hoje nos principais provedores de acesso no país, são campanhas constantes que estão principalmente em áreas relacionadas à comunicação das pessoas, chats... Pois não?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO**: Não. Sempre com ordem judicial. O acordo prevê isso.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)**: Duas coisas que eu queria entender. O primeiro--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Mercadante, com a palavra.

[soa a campainha].

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)**: Presidente, só para entender. Ali está escrito o seguinte: manter link para a denúncia dos usuários. É um espaço aberto onde vocês recebem a denúncia?

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO**: Não, na verdade, a gente cria um link direto na página direcionando para o Ministério Público.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)**: Exatamente. Encaminha para o Ministério Público.

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO**: Isso. Na verdade nós não recebemos a denúncia. Nós simplesmente encaminhamos a denúncia direto. Porque não faria muito sentido a gente ficar...

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)**: Lógico. E nem é o papel do provedor. Está certo.

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO**: Não faria sentido. Então, essa questão já vem desde 2005 funcionando, funcionando muito bem. No ano passado foram mais de duas mil indicações para o Ministério Público.

Evidente que dessas duas mil, mais de duas mil, nem todas são relacionadas a crimes. É importante se dizer. E aí o Ministério Público faz a análise e filtra e toma as devidas providências.

O importante é deixar claro que os provedores hoje de Internet, estabelecidos no país, eles têm colaborado, continuam colaborando e vão colaborar com a questão da segurança na rede. Nós temos um trabalho desenvolvido agora junto ao NIC.br, que é um trabalho importantíssimo, que é uma coisa que o próprio Vinton comentou, que são as máquinas hoje que estão infectadas com algum tipo de vírus e estão encaminhando *spams* para a Internet. Nós envolvemos há mais de anos, Demi, um trabalho junto com os provedores, as operadoras, e eu espero que no próximo... No decorrer desse ano aqui, no máximo ano que vem, nós consigamos ter uma atitude forte que vai realmente reduzir o índice de *spam* que é feito hoje involuntariamente por vários computadores que estão infectados ou estão... Zumbis, desses *spammers* que ficam mandando *e-mails* indesejados e são atitudes dessa forma envolvendo a indústria que a gente vê que tem resultado efetivo para um melhor funcionamento da Internet. Próximo.

Obrigado. Era isso que eu queria contribuir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Eduardo Parajo, Diretor Presidente da ABRANET, pela sua exposição. E dando sequência aos... às palestras dos convidados, passo a palavra ao Dr. Augusto Cesar Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA:** Muito obrigado, Senador. Eu agradeço o convite de estar aqui falando com o senhor e peço desculpas pelo atraso. Eu estava com outro compromisso, com o Ministro Sérgio Rezende e não pude fazê-lo mais cedo.

Sobre a questão do Comitê Gestor da Internet, eu estou sabendo aqui de que o Demi já fez sua exposição sobre vários aspectos da questão do Comitê Gestor da Internet e ele tem atuado nessa questão da Internet de uma forma, acredito, extremamente exemplar. Inclusive, o modelo de governança do Brasil, hoje, é um modelo sem dúvida indicado ou mencionado no mundo inteiro, em todas as reuniões internacionais, como modelo realmente para que países possam adotá-lo. É um modelo *multistakeholder*, no qual estão envolvidos os representantes de Governo, das empresas e da sociedade.

Eu gostaria apenas de fazer alguma menção sobre a importância, porque o título aqui me parecia muito mais as perspectivas e desafios da Internet para o Brasil. E eu diria, na realidade, que como diz um recente anúncio de uma grande empresa na Área de TI, se espera que 12 bilhões de pessoas estejam conectadas na Internet até 2011. E eles estarão fazendo muito mais que só falar ou fazer comunicação entre si. Boa parte disso, talvez até 90% do tráfego, dentro da Internet, será de imagens, será através da televisão e assim por diante. E isso, na realidade, implica que em torno de três anos, nós teremos o tráfego de IP no protocolo de Internet de aproximadamente mil *zeta bytes*. O *zeta byte* é, em termos matemáticos, dez elevado a 21 *bytes*. O *byte* é unidade, digamos, de palavra no computador, e isso significa na realidade mil de milhões de milhões de milhões de *bytes* que nós teremos em apenas três anos o tráfego na Internet dentro de poucos anos. Em três anos.

Então, na realidade nós estamos hoje vivendo num espaço cibernético. É um espaço cibernético que é perfeitamente identificado como espaço estratégico em cada país. Recentemente os Estados Unidos, inclusive, instalaram a coordenação de que nós poderíamos quiser guerra cibernética, mas na realidade é tanto a defesa como ataque, como realmente as preocupações ligadas a todo o processo cibernético. Então, o Governo americano está consciente de que o espaço cibernético é o espaço no qual as nações irão viver, no qual a população estará presente. E nós percebemos, na realidade, que todas as atividades humanas hoje estão de alguma forma sendo afetadas, todas as atividades dos setores estão sendo afetadas pela Internet. Por toda sua dinâmica de comunicação entre os indivíduos, entre as instituições, entre as empresas e, portanto, é algo que realmente vai dominar, eu acredito, dentro da sociedade. Elas na realidade são motores hoje do crescimento econômico de qualquer país.

Então, se quisermos realmente fazer com que um país, o Brasil, ele possa realmente participar de um crescimento econômico, junto com outras nações, nós temos que cuidar para que esse espaço cibernético seja um espaço profícuo, um espaço realmente que funcione adequadamente. E, portanto, nós precisamos cuidar de todas as questões ligadas à conectividade, questões ligadas à acessibilidade dos indivíduos e também a capacidade dos indivíduos de utilizar esse espaço cibernético. O ponto fundamental que nós vemos é que a sociedade de informação, ela está crescendo numa rapidez muito grande. Portanto, nós temos pouco tempo. Cada nação tem pouco tempo para acordar para essa realidade. E na realidade, tanto a estabilidade como a integridade dessa sociedade de informação é sem dúvida, tendo em vista todas essas questões dos ataques de... A essa rede, é sem dúvida uma preocupação que hoje deve fazer parte de toda nação.

O ponto básico também é que nós temos, que a Internet é algo universal, e, portanto, não há como você fechar as fronteiras de um país com relação à questão da Internet. Tanto nas suas benesses como na questão do crime cibernético. Quer dizer, não há como ter soluções isoladas de cada país. Nós temos que pensar em termos soluções globais para o problema do crime cibernético.

Bom, essa, como eu falei, como eu percebo, é o espaço em que toda sociedade viverá. Toda questão de comunicações passará agora a uma nova realidade dentro desse espaço. Os relacionamentos e as pessoas hoje já são uma... Já é algo concreto. As pessoas, na realidade, hoje estão se relacionando de forma muito mais efetiva, muito mais ampla e de uma forma muito mais dinâmica. Você pega qualquer pessoa, qualquer indivíduo, que de repente passa a se conectar com a Internet e ter a possibilidade de se comunicar com amigos, ele tem realmente uma amplitude, uma amplidão, uma capacidade, de ampliar seus relacionamentos de uma forma realmente exponencial e gigantesca.

A questão dos comércios, serviços financeiros. Hoje todo comércio de alguma forma também está sendo afetado pela Internet. Não só na questão da divulgação dos produtos, mas como na própria compra e transporte desses... Dos objetos, dos... De toda a questão comercial. A questão financeira, todos nós já estamos acostumados a usá-la. Nós temos hoje, na realidade, toda a questão da Educação, tendo que se adaptar, portanto, tendo que encontrar uma nova maneira, uma nova metodologia, na qual a Internet faça parte. E nós percebemos claramente que o grande problema, a grande dificuldade, que hoje nós temos na questão da Educação é exatamente fazer com que as metodologias de ensino estejam adaptadas a essa nova realidade, à Internet. Não comporta apenas nós colocarmos o computador e a Internet e ligar a Internet à escola, mas, sim, fazer toda a questão da capacitação dos professores e mudar toda metodologia de ensino, fazendo com que o aluno seja muito mais capaz realmente de utilizar a Internet de uma forma proativa, de uma forma em que o ensino passa a ser muito mais ativo do que passivo. Então, essa revolução na Educação é algo também que a Internet se impõe a nós.

Questão do Governo eletrônico é uma questão também amplamente já conhecida de todos. Hoje nós temos a possibilidade do cidadão realmente ter uma participação efetiva em todas as suas questões de cidadania através do serviço de Governo eletrônico. A justiça. A justiça pode ser através de vários serviços que hoje se aplicam à Internet, ela pode ser feita de uma forma também mais efetiva e chegar à população de uma forma mais consistente. E não só isso também, mas o controle social. Hoje nós sabemos que através de sensores que nós podemos colocar, não só nos indivíduos, mas em todos os objetos que nos cercam, desde o automóvel até objetos celulares, etc, nós podemos ter um controle sobre o comportamento não só individual, mas o comportamento de uma forma de padrões de comportamento na sociedade como um todo.

Então, recentemente eu estive num encontro com a empresa de sensores, em que ela mostrou um experimento que ela colocou um chip RFID em cada indivíduo da sua empresa e ela tinha através da Internet, à distância, ela poderia saber onde cada indivíduo estava naquele momento, se ele estava na sessão de produção A, B ou C. Então, isso são apenas possibilidades que existem que a Internet dá essa chance. Quer dizer, como nós vamos construir essa sociedade com todos esses potenciais, como nós vamos controlar exatamente o controle dos indivíduos e o controle social através da Internet, são questões que têm que ser colocadas.

Em outras palavras, nós estamos na realidade, eu vejo os indivíduos como pontos nesse espaço cibernético. Pontos que vão ser de alguma forma... Poderão ser de alguma forma acompanhados, através de várias maneiras, que esse ponto cibernético, ele estará emitindo sinais através de celulares, assim por diante, como já foi dito. Então, o que nós temos que colocar é as questões realmente de como construir a sociedade diante dessa nova realidade.

E aí, qualquer Legislação... E eu quero, agora, então, colocar-me dentro desse fórum aqui Legislativo, eu diria que qualquer Legislação tem hoje que se preocupar com essa nova realidade mundial. Toda e qualquer Legislação tem que verificar quais são os limites desse processo. Quer dizer, quais são os potenciais desse processo. Quais são, na realidade, as questões que podem ser controladas, as questões que podem de alguma forma ser colocadas dentro de uma legislação dentro do país.

A situação atual de inclusão digital no país ainda está muito aquém do desejado. Nós estamos muito aquém de outros países, como Coreia do Sul, como mesmo os Estados Unidos que tem ainda dificuldades de conectividade para sua população, mas o nosso percentual de conectividade hoje no Brasil é muito baixo. A questão também do *empowerment*, da capacitação de Recursos Humanos para a utilização da Internet é o que mais nos atinge. Nós verificamos claramente que a grande razão de que as pessoas hoje, muitas vezes, não têm acesso à Internet é porque, primeiro, elas acham que não tem necessidade disso. E elas

não têm necessidade, porque elas não sabem o que elas podem fazer com isso. E, segundo, porque elas têm medo da Internet. Elas não têm competência para utilizar a Internet. Então, nós temos que na realidade fazer um movimento de capacitação do nosso cidadão para uso da Internet.

A questão de legislação e regulamentação sem dúvida é uma questão complexa. E aí por quê? Porque a Internet na realidade, ela está assumindo vários serviços que hoje são colocados em vários setores da sociedade. A área de telecomunicações, por exemplo, hoje já começa a ter vários conflitos, digamos, entre aspas, não necessariamente conflitos, mas intercessões com a questão da Internet. A voz por IP, por exemplo, que de alguma forma coloca em questionamento a questão de uma ligação normal de telefone. Por outro lado, a questão de ver a Internet como um serviço e não como telecomunicações. Nós temos que na realidade é um serviço adicional de telecomunicações. Por quê? Porque ela... Na realidade, ela traz muito mais serviços do que realmente a questão de conexão física entre indivíduos, o que seja.

Na área de radiodifusão é outro problema também que se coloca. Recentemente discutindo com algumas pessoas do setor de radiodifusão colocaram: A Internet é radiodifusão também. Ou é algo que é comunicação social. E aí vem na realidade que a Internet, ela é quase que tudo isso junto. Ela abarca vários serviços hoje que hoje são bem classificados. Acho que a Internet está tornando extremamente confusa uma definição clara e precisa de cada um desses setores. E aí, portanto, legislação e regulamentação são questões hoje mais complexas para os senhores resolverem.

E a questão de segurança e crime cibernético, a nossa preocupação é que toda questão de legislação e toda a preocupação em coibir o crime cibernético que é uma realidade, é uma necessidade, ela não venha realmente a coibir também a expansão e a dinamização da Internet que tem sido tão benéfica à humanidade.

Então, são essas algumas reflexões que eu gostaria de colocar aqui e dizer que o Comitê Gestor da Internet, que tem como seu braço Executivo o NIC.br, que hoje cuida de toda questão de Ponto BR no Brasil, ele está à disposição dos Srs. Senadores e Srs. Deputados, para realmente discutirmos aprofundadamente várias questões ligadas à Internet.

Muito obrigado pela oportunidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Augusto Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet e, antes de ouvirmos a última exposição, eu queria informar aos Senadores, aos Deputados e Deputadas de que ao final das exposições, nós vamos abrir aos questionamentos. Tenho certeza absoluta que pela excelência das exposições, nós vamos ter aqui um amplo debate, até porque essa é uma matéria que movimenta os questionamentos e vai propiciar a que possamos, aproveitando e desde já agradecendo a presença de todos os convidados, tirar dúvidas com relação à questão da Legislação sobre o uso da Internet e... No Brasil.

Eu passo a palavra ao último expositor, Presidente da ABERT, Dr. Daniel Slaviero, V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra, o Dr. Daniel Slaviero.

**SR. DANIEL SLAVIERO**: Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, em seu nome cumprimento todos os demais Senadores. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e em seu nome cumprimento também a todos os Deputados. Parabenizo pela realização dessa Audiência Conjunta e pela prestigiada presença aqui do Sr. Viton Cerf, que é um exemplo e uma referência nessa questão da Internet.

Antes de começar eu gostaria de fazer uma breve explicação por que a ABERT está aqui numa Audiência Pública que está tratando de Internet, muito mais focada a questão do Comitê Gestor, do acesso e assim por diante? É que há 15 dias atrás a nossa entidade realizou o 25º Congresso Brasileiro de radiodifusão, aqui mesmo em Brasília e tivemos aqui mais de 1400 empresários e profissionais do setor, tratando dos assuntos de radiodifusão e evidentemente a questão da Internet foi muito abordada. Nas palavras aqui do próprio Viton, percebe-se que a Internet foi lançada ao público em 1989. Então, num período relativamente curto, ela já fez uma mudança de grande impacto na vida da população não só brasileira, como mundial. Mas, nesse Congresso saiu-se como se os radiodifusores tivessem muito medo da Internet, quisessem iniciar uma iniciativa de controle da rede. Isso, além de ser inócuo, todos os expositores anteriores colocaram que a Internet tem que ter uma visão global e não apenas regional.

Para o setor de rádio e televisão, Internet é sinônimo de oportunidade. Oportunidade para termos mais ouvintes, mais telespectadores para as nossas emissoras. Citando mais uma vez a brilhante exposição do Sr. Viton, ele disse o seguinte: a Internet pode emular todas as outras mídias já existentes. É isso que acreditamos piamente. E no meio de centenas de milhares de sites, portais e blogs, as empresas de radiodifusão têm um diferencial tremendo, que é sua credibilidade, a sua marca de tantos anos, é a confiança que os internautas, telespectadores e ouvintes têm nas informações e no conteúdo veiculado.

Mas o que nós defendemos e o Congresso traz uma mensagem, o Congresso Brasileiro de Radiodifusão traz uma mensagem muito grande tanto para o Senado, quanto para a Câmara, que não se pode falar em convergência de mídias sem abordar a questão da Internet. Nós defendemos que para serviços iguais devem ter regras similares. As Legislações até hoje têm se focado muito na plataforma, e não no serviço. Por isso que o relator atual do Deputado, do PL nº 29 que trata desse assunto foi muito feliz e corajoso, no nosso ponto de vista, foi de colocar a Internet na questão dos acesos condicionados, e quando ela voltará para a Ciência e Tecnologia na Câmara e no Senado ele também, nós entendemos que deve tratar disso, porque a Legislação não pode mais tratar exclusivamente da plataforma. A Internet tomou conta de todas as plataformas e o Gadelha coloca muito bem que alguns radiodifusores acham que a Internet é comunicação social. Na verdade, a Internet será plataforma para diversos serviços, inclusive serviços de comunicação social.

Outro ponto importante, nós defendemos e achamos que um dos grandes... Dos grandes atributos e iniciativas do PL nº 29 é que ele abre a cadeia de valor do conteúdo. Ou seja, ele trata da produção, ele trata da programação, do empacotamento e da distribuição. Esse é um dos grandes pontos importantes. E também já indo para uma conclusão dessa breve exposição, que o setor de rádio e televisão pretende fazer é que a plataforma de Internet tomará conta de todos... Você veja que existem inúmeros projetos de Governo, inúmeras iniciativas, como banda larga nas escolas que visam dar acesso à população, e aqui o próprio Gadelha colocou que até 2011 serão aproximadamente dois bilhões de usuários.

E um outro ponto, o PL nº 29 que nós temos tratado e é o foco das discussões que envolvem o setor de rádio e televisão, ele trata do acesso condicionado e o acesso pago. Mas nós também achamos que o Congresso, no ponto certo, deve debater e deve trazer as discussões sobre serviços de comunicação social ou serviços de... Que tenham de um para N, ou seja, que tenham produção de conteúdo, que tenham programação também e não devam estar sob as mesmas regras que existe a comunicação social hoje como a classificação indicativa, a questão do horário eleitoral e tantas outras responsabilidades, principalmente pelo conteúdo editorial, participação do capital e assim por diante. E nós entendemos que o Parlamento será a casa certa para dar as respostas, mas a Constituição pode dar uma luz no seu artigo... No seu capítulo 5º, nos seus arts. 221 e 222 diz que empresas de produção jornalística tenham seus requisitos e pré-requisitos já direcionado ou pelo menos com algumas diretrizes na Constituição Federal.

Então, para concluir, insisto que a radiodifusão, as empresas emissoras de rádio e televisão abominam qualquer tipo de controle ou intervenção muito mais radical na Internet. Mas, em suma, que as regras da comunicação social também devem valer para os que prestam serviço nesta plataforma, porque certamente a comunicação de massa passará pela rede mundial de computadores. Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Daniel Slaviero, Presidente da ABERT, pela sua exposição. E eu queria justificar a necessidade do Dr. Augusto Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet de ter que se ausentar. Ele tem um vôo agora às 17 horas e um compromisso em Belo Horizonte. Mas os questionamentos que por acaso pudessem ser feitos a ele, o Dr. Demi Gestchko, do Ponto BR, poderá esclarecer. Agradeço, Dr. Augusto, pela atenção do atendimento ao convite e passo a palavra a V. Sa. para que possa fazer seus comentários finais.

**SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA:** Pedir desculpas por essa breve passagem aqui, mas eu não poderia deixar de vir aqui para prestigiar esse comitê e essa Comissão, e na realidade deixar bem claro a disposição do Comitê Gestor da Internet de apoiar as ações dessa Comissão, de todo o Congresso Nacional. Realmente estou com esse compromisso hoje às 20 horas, em Belo Horizonte, e terei que ver se consigo ainda pegar esse voo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não. Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Eu tenho uma pergunta para cada um, teria mais que uma, mas uma que me preocupou muito quando ele diz que o Brasil tem pouco tempo, na sua apresentação. O que é que a gente pode fazer para não se perder, já que a gente tem pouco tempo?

**SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA:** Eu acredito que ter foco nas ações, tanto do Governo, do Executivo, na questão das ações, por exemplo, de banda larga, na questão de conectividade, na questão da... Como também na questão de Educação, na questão da... De fazer exatamente o cidadão estar competente para utilizar a Internet, como também fazer com que haja uma objetividade também na nossa Legislação, que ela realmente ajude nesse processo realmente de velocidade da inclusão do Brasil dentro dessa era cibernética.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Entendido, Senador Cristovam? Entendido.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**: Bem, daria para fazer umas 50 perguntas em cima do que ele falou, mas...

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Muito obrigado. Eu antes de iniciar os questionamentos, agradeço novamente o Dr. Augusto o atendimento do convite e passo a palavra ao Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

**DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-SP)**: Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, nesse momento, para cumprimentar todos os expositores, a importância do tema e a forma como ele está sendo discutido deixa sempre a impressão de que a velocidade da tecnologia, a importância da Internet na vida das pessoas e tudo que se apresenta como desafio têm uma velocidade muito diferente da velocidade necessária ou da condição necessária da discussão desses temas no Congresso Nacional. Essa tem sido a nossa preocupação e o que eu quero dizer aos expositores é que esta audiência conjunta, e eu parabenizo o Senador Aloizio Mercadante e o Deputado Paulo Teixeira, Autor do requerimento também na Câmara, ela demonstra... Me parece que sinaliza para um trabalho que deve ser feito agora, realmente essa é uma área que a Câmara e o Senado devem trabalhar com o máximo de objetividade e harmonia, porque me parece que a realidade comprova que nós andamos aqui numa velocidade, a necessidade de legislação nesses... Nesse caso é primordial.

Mas eu faço apenas uma pergunta que eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse feita ao Dr. Viton, em seguida, oportunamente, já que terei que ir à posse da Deputada Nilmar, na Procuradoria da Câmara, minha colega de Estado, que toma posse agora como Procuradora da Mulher, na Câmara dos Deputados. Mas o Deputado Julio Semeghini, que é Relator no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, do Projeto de Lei do Deputado... Do Senador Eduardo Azeredo, que trata sobre crimes na Internet estará aqui representando a Comissão, especificamente para que nessa audiência possa ser dada alguma contribuição ou comentário sobre, por exemplo, o posicionamento da Google com relação às novas legislações, especialmente e recentemente na França, em outros países, como tem sido o comportamento, já que nós falamos de uma ferramenta que precisa ser universal, mas não é isso que está ocorrendo na prática. A necessidade de combate a crimes na Internet tem diferentes demandas em diferentes lugares do mundo. E eu queria ouvir um pouco mais sobre isso. E logo em seguida tenho certeza que o Deputado Julio Semeghini também trará novas contribuições para esse debate e o Deputado Paulo Teixeira, que aqui representam a Comissão nessa Audiência Pública e a Deputada Raquel que deve retornar aqui, a essa Audiência.

Por enquanto é só, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente Deputado Eduardo Gomes, eu quero agradecer a gentileza de V. Exa. de ter aceitado que fizéssemos essa audiência em conjunto com as duas comissões de Ciência e Tecnologia e Informática, tanto do Senado quanto da Câmara. Para nós, do Senado Federal, é uma honra receber V. Exa. e os membros da Comissão da Câmara Federal. Eu passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Vinton Cerf para que possa responder ao questionamento do Deputado Eduardo Gomes.

**INTÉRPRETE:** Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Gomes por essa pergunta bem interessante e complexa. A tentativa para negar acesso à Internet vai ser algo muito difícil de existir, na minha opinião. Eu estava lendo há pouco tempo atrás sobre um semteto lá nos Estados Unidos, que estava dizendo que ainda que não tenha uma casa, a Internet foi uma das suas ferramentas mais importantes, porque o ajudou a manter contato com as outras pessoas que ele conhecia, ajudou a buscar a possibilidade de trabalho... Então, ele usou a Internet pública, na biblioteca, para usar para sua assistência nessas circunstâncias. Então, a Legislação Francesa, que como eu entendo, talvez ainda não tão perfeitamente, diz que se você abusar do seu uso de Internet ao distribuir material de direitos autorais, usando ilegalmente, seu acesso à Internet será negado. Eu sempre me pergunto, sempre me preocupo sobre leis que são passadas, que são difíceis ou impossíveis de funcionarem. Nós temos que nos perguntar onde essa postura legal, se eu compreendi corretamente, vai de fato ser de benefício, porque parece para mim que o que nós queremos fazer é punir o comportamento, mas não necessariamente remover a utilidade e o valor do acesso à Internet. Então, eu pensei num posicionamento mais razoável... Lembrem, eu sou um engenheiro respondendo a uma pergunta de um legislador. Então, essa resposta que eu possa dar... Eu penso que a melhor idéia seria punir o sintoma. Há sanções se você abusar da rede. Mas, se você de fato pode usar de uma maneira construtiva, nós não vamos negar essa parte para você. Porque senão você vai ter uma multa ou até passar algum tempo na cadeia, que seja. Mas, você nunca deve ter acesso à Internet... Dizer isso, que você nunca vai ter

acesso à Internet, sinceramente pra mim não parece uma maneira muito construtiva de treinar as pessoas para usarem a Internet de maneira mais efetiva, mais eficiente. Então, eu espero que essa lei ou qualquer outro tipo de Legislação no mundo seja reconsiderada no contexto de práticas e utilidades.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Mr. Vinton Cerf as respostas e pergunto ao Deputado Eduardo Gomes se V. Exa. está satisfeito.

**DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO):** Satisfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à V. Exa. Vamos dar início aos questionamentos, iniciando pelos subscritores dos requerimentos. Senador... Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, pelo Senado Federal, e em seguida o Deputado Paulo Teixeira pela Câmara Federal e a lista em sequência.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Presidente, eu queria saudar o Presidente e todos os membros da Mesa, demais parlamentares que aqui estão. Eu tenho grande interesse nessa agenda, apesar de hoje ser um dia bastante exigente, tumultuado, então eu tenho que toda hora me retirar da sala. Mas, de qualquer forma eu queria colocar quatro questões bem objetivas. A primeira delas é que nós temos que acelerar o processo de inclusão digital na Internet. Acho que o Brasil tem avançado muito. Alguns programas do Governo Lula foram muito eficientes. Nós desoneramos os computadores, conseguimos com isso baratear os equipamentos, fizemos uma linha de financiamento muito favorecida, no ano passado vendemos mais de 11 milhões de computadores, o que é um... Em torno de 11 milhões de computadores, o que é um volume bastante considerável, e junto a isso nós conseguimos, o Semeghini ajudou bastante também, um acordo entre as empresas de telecomunicações e o Governo no sentido de mudar algumas exigências da Lei de Concessões, para que elas coloquem banda larga em até três anos em todas as escolas públicas urbanas.

Eu tenho um projeto que nós aprovamos por unanimidade no Senado e numa Comissão Especial na Câmara, mas eu diria... Queria fazer um apelo público aqui para que a Câmara conclua a votação, obrigando a colocar a banda larga em todas as escolas públicas, são 49 milhões de alunos, formar os professores, produzir material didático, dar o endereço eletrônico para cada aluno e assegurar com isso o acesso ao computador. Os recursos viriam do FUST, o Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações, que foi criado exatamente para políticas dessa natureza e nunca foi usado. É um recurso que vem sendo contingenciado no Governo anterior, nesse Governo, acho que essa seria a grande função para que a gente avançasse numa sociedade de inclusão digital, uma sociedade do conhecimento e dar mais oportunidade para a juventude mais carente, que está na escola pública brasileira. Então, essa é a primeira proposta. A segunda questão são as eleições. Eu considero que a Internet será o grande instrumento de uma nova concepção de democracia participativa. Assim como na Grécia antiga nós tínhamos a praça pública, nós teremos a interatividade com o eleitor, com o cidadão, através da Internet. Eu ontem lancei meu portal novo, minha nova plataforma digital na Internet e articulei com o Orkut, Facebook, Ning, RSS, Twitter... Já vinha fazendo, agora fiz uma coisa mais moderna com as redes sociais. E, o Obama mostrou, assim como Roosevelt mostrou o rádio, o Obama mostrou o papel que a Internet pode ter na política. Não apenas numa campanha, mas ao longo de um mandato, nas decisões, na consulta permanente. Então, eu acho que esse é um grande instrumento. Para isso nós precisamos regulamentar a Internet nas eleições. Por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral criou uma série de restrições para o candidato usar a Internet, ao mesmo tempo, por exemplo, você pode fazer uma comunidade "eu odeio o candidato". O que é uma coisa completamente absurda. Então, nós precisamos regulamentar ou desregulamentar decisivamente. Mas, uma coisa muito objetiva, principalmente a parte de contribuição financeira pessoa física, se nós vamos ter ou não, como, porque eu acho a experiência americana muito exitosa e acho que essa é uma agenda importante para o Brasil.

Terceiro tema, que é um tema bastante polêmico e difícil, é: Nós teremos que ter uma Legislação penal específica para a Internet? Ou não? Eu particularmente estou entre os que acham que é preciso ter. Achei que a proposta que foi apresentada no Senado era muito pesada, muito exigente, acho que tratava de forma indevida os provedores, nós flexibilizamos bastante, mas ainda há resistências. Por exemplo, pedofilia, era muito difícil você enquadrar na pedofilia quem usava Internet, porque só se ele tivesse mandado, emitido a imagem. Agora, não. Armazenou é crime. Então, com isso você resolveu o problema. Porque era a única forma de você identificar uma rede de pedófilos, que se organizavam através da Internet e isso não pode continuar acontecendo. Acho uma coisa fundamental. Eu que estou lutando para levar a Internet para a escola pública, ao mesmo tempo quero combater com eficiência a pedofilia na Internet. Da mesma forma, por exemplo, essa semana a Polícia Federal prendeu uma quadrilha que usava a Internet para assalto a banco. Vários Estados, vários bancos... Clonagem de cartão,

vírus, a destruição de equipamentos... Essas famílias que pegam financiamento, uma dificuldade imensa para comprar um equipamento para o filho poder ter alguma chance na vida e de repente entra um vírus, destrói totalmente o equipamento e toda a programação. Enfim, nós tentamos tipificar alguns crimes. Acho que a Câmara deve ter toda liberdade de corrigir o que está mal feito, melhorar o que tem que ser feito. E, a Internet vai continuar sendo o espaço da liberdade. Tem que ser o espaço da liberdade. Não há nenhuma iniciativa para que os provedores sejam censores. Não. O provedor não tem que ter nenhuma responsabilidade. Ele tem que ter responsabilidade de dizer a hora que o sujeito entrou e a hora que saiu. Como a telefonia. A telefonia não guarda o conteúdo de quem falou com quem? Simplesmente tem ali, entrou tal hora... Se precisar para alguma informação aquilo tem que estar disponível. O argumento que economicamente... Não. É muito pequeno o custo econômico e é necessário que isso seja preservado, pra mim, mais de seis meses. Acho que um tempo maior. Mas, fora isso não vejo nenhuma... É que nem exigir do Correio que censure carta. Não é papel do provedor isso. Então, acho que a gente vai chegar numa Legislação equilibrada, mantendo o espírito da liberdade, da cidadania, que é a alma da Internet. Mas, crimes que existem fora da Internet estão existindo dentro da Internet. E, esses crimes têm que ser naquilo que necessitar serem tipificados, serem tipificados.

Por último, nós temos uma agenda que eu acho que é a mais difícil, que é a convergência tecnológica. Nós estamos caminhando numa direção em que televisões, rádio, banco de dados, computador, estão caminhando para ser o único instrumento. E, isso exige uma regulação. Nós encontramos uma forma de resolver. Não regular. Na realidade, nós estamos adiando um problema, que acho que o Brasil terá que equacionar. Então, nós chegamos... Nós no Senado, Presidente inclusive era autor de um projeto, eu sugeri que a gente não tocasse pra frente aguardando que a Câmara concluísse o processo. A Câmara discutiu, discutiu, discutiu, discutiu, chegou lá na frente, parou, não ata e nem desata, nós estamos parados nessa agenda. E, esse é um tema sensível para as emissoras de televisão de canal aberto, sensível às empresas de telefonia, sensível ao futuro das telecomunicações. Então, pra mim são quatro temas que o Congresso Nacional precisa se dedicar: Inclusão digital, a Legislação eleitoral, uma Legislação que possa tipificar os crimes preservando a Internet, o espírito, a alma da Internet, e essa questão da convergência tecnológica, como é que nós vamos tratar. E, eu gostaria de saber, sobretudo do Vinton, o que tem de sugestões em relação a essa agenda. O que eles têm pesquisado de subsídios, de material, que ele possa encaminhar para a gente e também os demais membros da Mesa, se tem sugestões concretas que nos ajudem nesse debate, nessa reflexão. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço, Senador Aloizio Mercadante. Eu queria propor às V. Exas., que nós pudéssemos ouvir a todos os parlamentares para que os nossos convidados possam responder em conjunto. Além da economia processual, nós estamos também com uma dificuldade, o Mr. Vinton Cerf tem um voo, e ele precisa se retirar daqui a pouco. E, então eu pediria que nós pudéssemos fazer os questionamentos e depois daria a ele, com o problema de viagem, para responder, e em seguida aos demais convidados. Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, autor do Requerimento na Comissão da Câmara Federal.

**DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP):** Eu quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro e em nome dele cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar também o Deputado Julio Semeghini e essa iniciativa conjunta Câmara-Senado, cumprimentar os membros da Mesa e cumprimentar o nosso convidado, Vinton Cerf. Dizer da alegria de tê-lo aqui e da honra de tê-lo, já que o senhor teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento da Internet. E, hoje é um instrumento que o mundo se utiliza e vai se utilizar ainda mais e que trouxe uma série de facilidades para toda a humanidade. Dizer igualmente que a agenda proposta pelo Senador Aloizio Mercadante, eu tenho uma série de convergências com ela, no sentido da acessibilidade da população brasileira, as medidas que estão sendo tomadas, inclusive o pedido dele para que se acelere na Câmara o debate sobre os recursos do FUST. Eu também tenho um projeto para permitir que nas eleições a Internet seja um instrumento, que é o instrumento mais barato, é o instrumento que a juventude tem acesso e no Brasil, infelizmente, o Tribunal Superior Eleitoral na última eleição proibiu o uso da Internet, que é o instrumento mais barato, mais democrático e que acessa os jovens, nós tivemos na contramão. Eu tenho um Projeto de Lei junto com o Deputado Bittar para liberar. O debate da convergência, também temos um projeto nessa direção. Só não entendi a defesa para que a Internet passe a ser regulada por esse mesmo Projeto de Lei de convergência. Isso a meu ver vai à contramão essa decisão da Comissão de Defesa do Consumidor, divirjo dessa visão exposta aqui e sobre a questão da Internet, Vinton, eu queria colocar uma questão para você. Eu concordo que nós temos que avançar na convergência, mas o que foi regulamentado na Comissão de Defesa do Consumidor, nós temos

divergência de colocar a Internet naquela regulamentação da convergência. O que eu queria colocar para o senhor, a primeira questão, nós estamos regulamentando, tem um Projeto de Lei aqui tramitando no Congresso Nacional, ele já saiu do Senado, foi para a Câmara, e eu quero dialogar sobre ele com algumas perguntas para o senhor.

Eu, em primeiro lugar, sou favorável a máxima liberdade na Internet. Isso é, a Internet é o espaço da criação, é o espaço do compartilhamento e é o espaço do desenvolvimento. Todos os teóricos do desenvolvimento demonstram que hoje o que os países que alcançaram um grau elevado de desenvolvimento querem cercar o conhecimento. Em Legislação de Propriedade Intelectual. E, a Internet é a possibilidade da democratização do acesso ao conhecimento. Então, o Brasil não poderia, nesse estágio de desenvolvimento, aprovar qualquer Legislação que embuta Legislação de Propriedade Intelectual dentro da Internet. Porque ele atua contra os interesses do Brasil. Tanto que nós temos um Ministério das Relações Exteriores, que é tido como um Ministério muito avançado. E, esse Ministério não concordou com a assinatura da Convenção de Budapeste, exatamente porque na Convenção de Budapeste quer cercar o conhecimento mediante a Internet. Então, esse é um aspecto se o senhor puder comentar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Deputado Paulo Teixeira, permite. Eu estou sendo avisado de que o Sr. Vinton Cerf está no limite do horário dele, porque ele tem que fazer a conexão para retornar para os Estados Unidos. Então, teríamos que ser breves na pergunta, porque senão não vamos tê-lo para que possa fazer a resposta.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Ele não tem tanta pressa, porque ele pode despachar pela Internet.

**DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP):** A segunda questão é: Como que se mantém na Internet o tema do anonimato e da privacidade? Na minha opinião, você só poderia quebrar a privacidade na Internet num sistema, num regime democrático de direito, mediante autorização judicial. Qualquer possibilidade fora da autorização judicial seria colocar as mãos de um Estado sobre a Internet. Então, eu queria que o senhor comentasse esse aspecto.

E, o terceiro aspecto, que eu gostei da sua fala, muito importante, foi sobre segurança. Em parte, a segurança na Internet diz respeito à tecnologia. Isto é, você deu um carro para a pessoa e não ensinou a pessoa a dirigir o carro. Então, como que os processos tecnológicos garantem segurança na Internet e você tem uma educação para o uso da Internet. Eu, por exemplo, tive um fato, eu precisei de um antivírus, ia comprar o antivírus, com a memória econômica, pedi a um amigo para me aconselhar, ele disse: "Olha, baixa um antivírus, que não pague propriedade intelectual". Eu baixei e tenho um antivírus hoje, que protege a minha máquina e aciono toda vez que vou usar minha máquina. Então, é uma questão de educação. E, uma questão de procedimento. Por exemplo, os bancos, você nos Estados Unidos, você emite cem cheques. Antes de compensar os cheques, o banco pergunta da emissão dos cheques. Então, é tecnologia, procedimento e a educação para uso dessa tecnologia. E, por último, do ponto de vista de tecnologia, a investigação também depende de tecnologia. Isso é, a polícia, se ela quiser investigar crimes como esses, ela precisa ter tecnologia. O que nós precisamos fazer é a tipificação de alguns crimes, não na Internet. Tipificar alguns crimes. Por exemplo, pedofilia. Ele tinha que sofrer uma tipificação, que não existia no Brasil. Recebeu do Senado e o Brasil ganhou um prêmio. Inclusive, o Senador Aloizio Mercadante disse que o Brasil ganhou um prêmio pelo combate à pedofilia da Internet, sem ter essa Legislação. O Brasil desbaratou esses dias uma quadrilha de roubo de banco. Desbaratou. Sem ter essa Legislação. E, termino dizendo o seguinte, nós talvez precisamos tipificar, por exemplo, clonagem de cartão, algumas coisas, mas não permitir que o Brasil entre com Direito Penal na Internet. Seria uma, digamos, uma limitação da liberalidade na Internet, que nós não precisamos. Então, eu queria trazer essas reflexões para o senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Deputado Paulo Teixeira e com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, antes de qualquer coisa eu queria...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Mas, então pergunte a ele. Eu só quero saber o que é que quer dizer o título dele. Vice-Presidente Evangelista Chefe de Internet para o *Google*. Eu tinha outras perguntas, mas pelo menos essa.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Isso aí é fácil. Você procura no *Google* que tem a resposta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, eu não tenho pergunta para o Vinton. Eu gostaria de ouvir a resposta dele aí para os outros.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Deputado Julio Semeghini.

**DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP):** Eu só quero dizer que a Internet realmente é muito ampla. E, não tem partido. Eu concordo 100% com o Senador Aloizio Mercadante e discordo em parte do que V. Exa. Paulo Teixeira colocou. Vamos às perguntas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Deputado Julio Semeghini. Nós vamos ter um debate bastante intenso. Vamos só aproveitar a presença honrosa do Sr. Vinton Cerf. E só para... As perguntas são quase todas... Já foram feitas pelos parlamentares que questionaram. Eu só queria que V. Sa. pudesse ampliar o que falou na sua exposição inicial sobre a necessidade de Legislação que facilite a inovação na Internet. Na sua exposição inicial fez um reparo sobre isso, gostaria que V. Sa. pudesse definir que alterações ou determinações seriam necessárias.

Com a palavra nosso convidado, Sr. Vinton Cerf.

**SR. VINTON G. CERF:** [pronunciamento em outro idioma].

**INTÉRPRETE:** Eu infelizmente tenho menos tempo. E, tenho muito menos disponível, para responder todas essas perguntas, do que eu gostaria de ter. Mas, então vou pedir a permissão ao Presidente para pegar algumas dessas perguntas e de fato, como foi dito, foi sugerido, respondo pela Internet, por escrito. Mas, muito rapidamente. A abertura da Internet foi a sua virtude. Permitiu a isso se transformar ao que as pessoas conseguirem programar. E nós... Eu não acho, na verdade, que nós queremos impedir esse tipo de evolução de acontecer. Se nós colocarmos serviços de banda larga nas escolas e se trouxermos computadores aos alunos, nós só fizemos uma parte pequena do nosso trabalho. A tecnologia é simplesmente um capacitador. É o conteúdo que vai contar. E, é a maneira na qual nós usamos essas infraestruturas, que vai fazer a grande diferença. Nós, eu acredito, todos nós, nós vamos descobrir que a Internet muda a maneira como que as pessoas aprendem. E, certamente vai mudar a maneira com que as pessoas ensinam uma coisa. Uma lição, que todos devem lembrar, é que o conteúdo da Internet não é garantido de ser correto. Aliás, é bem comum não ser. Eu não acredito em nenhuma Legislação ou qualquer regulamentação que vá mudar isso. Porque é um ambiente tão aberto, qualquer um que tenha algo para compartilhar deve ser encorajado a fazê-lo. O problema agora está nos nossos ombros, como usuários dessas informações, nós temos que fazer julgamentos críticos sobre o que aceitar no espaço de informação na Internet e o que rejeitar.

A lição mais importante é que nossas crianças podem aprender como criticamente avaliar as informações que eles encontram, se estiver na Internet, se estiver em jornais, televisão, rádio, seus amigos ou seus pais e seus professores até. Alguns professores ficam muito bravos quando alunos trazem seus *laptops* para a aula e começam a usar o Google para buscar informações que o professor está ensinando para eles. Eles dizem: "Eu sou o professor aqui. Você é o aluno. Eles devem ouvir a mim e nada além de mim." A minha reação é: "Não, deixem eles buscarem".

E, agora vamos falar sobre como avaliar a informação que você está recebendo, para analisar sua utilidade e precisão. Eu não tenho tempo para tocar todas essas questões, a não ser dizer que eu vou responder sobre a Internet. Eu acho que eu tenho o seu *e-mail* pelo menos, ou o *e-mail* do Presidente, e vou pedir aos meus colegas para ajudar e assegurar que eu tenha a maior quantidade de perguntas que eu puder. Então, deixa eu parar para que eu possa pegar meu avião e muito, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

[palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nós agradecemos ao Mr. Vinton Cerf pela acolhida do convite e nos sentimos muito honrados e vamos aguardar, pela rede mundial, as respostas dos questionamentos. E, vamos suspender por um minuto só para que o Mr. Vinton possa se ausentar, senão vai perder a conexão para os Estados Unidos.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Pode dar. Eu só queria responder a questão do Cristovam.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Vamos retomar a Audiência Pública. Eu vou retomar os questionamentos ao Senador Cristovam, ao Senador Crivella, Deputado Semeghini, para que eles possam concluir e os nossos convidados possam responder. Nós estamos também com o mesmo problema com o nosso convidado. O Dr. Daniel Slaviero, que também tem um voo. Então, de qualquer maneira continuamos com o tempo curto. Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Bem, eu tinha duas outras perguntas para fazer ao senhor... Vinton Cerf. E, vamos ver se alguns dos outros respondem. Uma pergunta é: Quando é que vai chegar, de uma maneira consistente e boa, a tradução simultânea? Você escrever em um idioma e receber em outro. Que eu sei que já está perfeitamente em estado avançado esse estudo. Mas, se é que a gente pode imaginar para breve a tradução simultânea. E, o segundo é: Qual é a próxima surpresa que a gente vai

ter nesse mundo, depois da Internet. Essas duas perguntas eu ia fazer a ele e deixo para os outros.

Agora, eu queria dizer o seguinte, quando eu vi o título aqui, O Futuro da Internet, Oportunidades e Desafios para o Brasil, eu imaginei que íamos debater outras coisas. Por exemplo, o que vai acontecer com as redes de rádio e televisão? Alguns dizem que elas vão desaparecer. Elas serão substituídas por redes distribuidoras, do jeito que nós temos a rede receptora hoje. Eu quero saber, sobretudo o que a ABERT pensa disso. Como é que vai ficar essa força da Record, da Globo, em um mundo onde a Internet vai estar misturada com a divulgação de imagens.

O segundo é como aproveitar a Internet na escola e o que é que falta ao Governo fazer. Eu não sei quem é que estava falando, eu já fui a uma escola que o professor... Aliás, o Julio estava falando. Eu fui a uma escola em que o professor dá o tema e vai embora. Depois, ele volta pra saber o que os alunos têm de pergunta e o que é que têm de resposta.

O que vai acontecer com o Parlamento? A ideia... O Aloizio falou da democracia direta. Eu acho que uma das crises nossas tem a ver que nós não entendemos ainda como fazer funcionar um Parlamento em tempo de blog, site, Twitter e tudo isso. Ainda não captamos bem que a nossa relação com o eleitor mudou ou deve mudar. O que vai acontecer com as formas de controle de notícias, que é a censura? O que vai acontecer com a imprensa? Os jornais estão acabando. Mas, realmente vão acabar ou não vão acabar? Eu queria que os especialistas tentassem me ajudar a entender isso. Um dia desses, eu conversei com o Presidente do *El País*. Ele perde um milhão e meio de leitores por ano. Por isso, já está caminhando para o jornal *online*. O que vai acontecer de fato com as livrarias e editoras? O *eBook* vai substituir ou é apenas um dos aspectos? E, uma coisa que me preocupa muito, o que vai acontecer com o comportamento de jovens e crianças? Jovens e crianças. Na relação afetiva, na relação cognitiva. O que vai acontecer com jovens e adultos?

Uma última é o que vai acontecer com a soberania nacional. Tanto nas finanças, como na defesa, como nas comunicações. Então, eu imaginava poder debater esse tipo de temas. Isso sim que acho que é o futuro.

De qualquer maneira, uma pergunta bem específica, uma para o Demi é: Por que o MEC não faz parte do Comitê Gestor? Eu achei estranho. Na lista, que você colocou não tem o Ministério da Educação.

A outra já perguntei antes dele sair que é o que a gente tem que fazer para ganhar o tempo, para não ficar para trás.

Bem, essas são as perguntas que eu tinha. Talvez precise de mais de uma audiência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço, Senador Cristovam Buarque. V. Exa. tem toda razão. O tema é bastante amplo, merece um aprofundamento, as perguntas que V. Exa. fez são todas que trazem a preocupação da sociedade brasileira. E, nós precisamos avançar em tudo isso. Senador Mercadante há pouco disse que o Congresso, para não regular resolveu não avançar na discussão. Então, nós temos dois caminhos. Um está no projeto PL 29, que está na Câmara, o PL 29 e o 280, que tem V. Exa. como relator na CAE. E, eu já inclusive conversei, e eu gostaria, Deputado Julio Semeghini, Deputado Paulo Teixeira, conversei com o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, se não seria interessante, para ganhar tempo, que nós pudéssemos fazer uma comissão conjunta, mista, da Câmara e do Senado para que pudéssemos discutir em conjunto, tanto o PL 29 quanto o PL 280. Porque, nós discutimos no Senado e mandamos para a Câmara. A Câmara modifica, retorna para o Senado. E, como bem disse o Senador Mercadante, acho que nós temos que agilizar e enfrentar esta nova regulamentação em função da questão da convergência tecnológica.

Então, eu concordo e acho que é uma obrigação do Congresso Nacional enfrentar essa discussão e chegar a bom termo. Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Olha, Presidente, realmente o nosso tema aqui foi abordado, acho que do Gênesis ao Apocalipse. Nós falamos da Internet, das suas controvérsias e com o Senador Cristovam Buarque tratando efetivamente do tema, que era o título dessa nossa Audiência Pública.

Eu gostaria de deixar aqui apenas duas reflexões. Uma é que eu acho que a Internet precisa ser e deve ser um espaço de total liberdade para a criatividade. Porém, é preciso que crimes sejam punidos. Para isso precisa ter previsão. Eu fui autor aqui de um projeto, foi aprovado no Senado, está tramitando, tem parecer positivo favorável na Câmara, em duas comissões, mas continua tramitando, que é o sujeito que usa cartão de crédito para consumir produtos de pedofilia, ele tem que ser punido. Porque ele está incentivando uma prática grave. Grave. Na Internet. E, também tenho negociado com o Governo, acho que o CPF agora já tem que ter senha. Porque o que ocorre é o seguinte: um pai pobre se esforça muito para comprar um computador para o filho. Porque ele ouve dizer que analfabeto hoje não é quem não lê e escreve. É quem não consegue ter, acessar, manusear um computador. E, esse menino

entra em qualquer site, e se ele teclar na parte sexo, ele vai entrar numa página que vai perguntar se ele é maior ou menor de 18 anos. Se ele disser que é maior de 18 anos e na juventude o menino está cheio de hormônio, ele vai ter acesso a um lixo pornográfico, mas tão indecoroso. Essa turma é capaz de fazer o que a gente tem vergonha de pensar. E aí vão pedir o cartão de crédito. Certamente, ele não terá. Mas, eu quero que numa fase anterior, o pai ou ele mesmo, qualquer um pode ter um CPF, ele tenha que dar o CPF. E, esse CPF tem que ter uma senha para saber se é ele mesmo. E se for menor, não ter acesso a isso. Acho que são primitivos fáceis de serem implementados, que podem transformar a Internet numa coisa muito mais atraente. Muito mais fascinante. E, dar a todos nós, brasileiros, a tranquilidade de que esse instrumento está sendo usado majoritariamente para o bem.

Agora, a pergunta que eu tenho a fazer ao Demi, é a seguinte: Eu sempre imaginei, desde que comecei a mexer com computador, quando é que o *bit*, ele não iria apenas receber o *input* de uma corrente elétrica positiva e negativa, portanto podendo assumir 01, na linguagem binária, mas essa corrente pudesse ser, no futuro, passada em cada milésimo. Então, nós poderemos ter um *bit*, imagine que ele seja circular, com 6.400 milésimos e essa corrente em cada um desses milésimos assumisse uma variável diferente. Para que essas palavras pudessem realmente chegar a uma infinidade capaz de expressar toda a criatividade humana no seu potencial máximo. Você acha que isso é possível, Demi? Você acha que a gente está caminhando para isso? Ou nós vamos continuar com a linguagem binária, aumentando apenas a palavra? Eram essas as minhas perguntas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço, Senador Marcelo Crivella. Deputado Julio Semeghini.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Vocês viram que o Crivella começa com o bispo e termina com o engenheiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Mercadante, quando no início da... Antes de iniciar a Audiência Pública, estava com o Senador Marcelo Crivella e recebemos o Mr. Vinton Cerf. E, ele foi o primeiro a ficar curioso para saber o que queria dizer aquele Evangelista na placa do Mr. Cerf. E, ele teve a resposta. Pode explicar, Senador Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Posso dizer o que é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pode, pode.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Eu imaginei, a princípio, que tivesse algum conteúdo cristão. Não é. Na verdade, ele usa esse termo Evangelista, Cristovam, porque ele é um disseminador. Mas, sem os aspectos de *lobby* econômicos, de uma ideia, de uma ideologia, de uma filosofia de vida, de um processo, etc. e tal. Então, ele usa o termo, vamos dizer assim, no significado, mas não no conteúdo. O significado bíblico, mas não no conteúdo, que seria espalhar o evangelho. Evangelista é evangelho. O evangelho dele é outro. Mas, com a pureza de trabalhar com o idealismo e renúncia por uma causa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço, Senador Crivella. Deputado Julio Semeghini.

**DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-PT):** Eu queria só... Antes de mais nada, dizer... Eu não sei... Acho que nós estamos lendo as mesmas coisas ou sendo orientados por pessoas muito parecidas, Senador Aloizio Mercadante.

Mas os meus pontos são exatamente alguns que V. Exa., coloca com muita precisão. A gente quer discutir uma Legislação, e eu queria ouvir do Demi e podia também ouvir do Parajo isso daí, nós estamos discutindo e eu sou relator hoje, estamos na fase final de construirmos um Projeto de Lei que está tentando fazer os ajustes que o Senador Aloizio Mercadante colocou do Projeto de Lei do Senador Eduardo Azeredo que foi para a Câmara dos Deputados. E a gente está pretendendo resolver isso o mais rápido possível. Primeiro, eu quero dizer aqui, que não há ninguém que eu conheça na Comissão de Ciência e Tecnologia lá da Câmara, que tem trabalhado fortemente para que a gente coloque como política pública o acesso a Internet, definindo um padrão de qualidade mínima para escola, residencial e coisa desse tipo, que a gente não trabalhe muito nisso, e não há nenhum risco, da gente não ter qualquer máximo de liberdade de criação, como diz o Deputado Paulo Teixeira. Então, primeiro de tudo, o projeto que nós estamos debatendo lá, não há dúvida, não se discute nada de criação. Pelo amor de Deus, o conteúdo é outra coisa, temos que discutir em outro lugar. Da mesma maneira vamos ter uma reunião agora, o Deputado Paulo Teixeira e alguns consultores e especialistas do Governo Federal, para ver se a gente chega nisso.

Propriedade intelectual. Eu não sei se está havendo alguma... Alguma confusão, mas esse projeto não trata de propriedade intelectual. Nós não estamos nesse momento discutindo no Brasil propriedade intelectual. Nós temos já uma série de leis, que tratam de propriedade intelectual e do software, de várias outras coisas, que já estão em outros Projetos de Lei apro-

vados e que estão vigentes no Brasil. Nós estamos, lá sim, na Comissão do Combate à Pirataria e propriedade intelectual, que está discutindo isso. O Projeto de Lei não visa de forma nenhuma discutir quem abaixa, de que forma, tal. Quer dizer, o que é crime...

Nós estamos tentando tipificar, como disse o Senador, o que é crime no mundo real e que a gente não consegue tipificar, com clareza, no mundo virtual. Por exemplo, vou dar um exemplo muito claro e queria que o Demi, nos ajudasse a explicar aqui, uma vez que nós já perdemos duas pessoas na Mesa, que poderiam estar nos ajudando também. A necessidade ou não, de maneira curta e grossa e objetiva, de tipificarmos o crime como o acesso não autorizado. Na vida real, para eu acessar a biblioteca de alguém, olhar os seus dados, suas informações, eu pulei o muro, eu invadi uma propriedade, eu tive acesso aos livros, eu cometi uma série de crimes para ter acesso a essas coisas.

Na rede de computadores, e me perdoe, a única coisa a agradecer e parabenizar, mas a última coisa que gostaria aqui, talvez fosse discordar do Sr. Viton, mas acho que não pode restringir e aplicar a parte de segurança apenas à tecnologia. A tecnologia é uma fase. Se fosse assim, o pentágono jamais seria invadido. E eu acredito que o Governo Federal brasileiro entende de segurança e de tecnologia. E vira e mexe é invadido. O próprio Comitê Gestor foi vítima já... Recebido duas denúncias, depois queria até bater um papo, outra coisa que vamos debater, de algumas coisas de pirataria. Mas o Governo de São Paulo já foi, o Governo Federal foi, o pentágono foi... Eu gostaria de conhecer algum banco que não tenha sido vítima ainda disso. Portanto, parece que a tecnologia é necessário, a educação faz parte disso, no sentido de a gente se precaver. É claro que cada um mora num condomínio, aumenta o seu muro, fecha a janela... Mas na verdade os crimes acontecem. As pessoas conseguem burlar. E tanto na vida real, quanto na parte tecnológica. Então, a gente precisa dos dois. A gente tem que avançar no uso, no acesso, na--

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Só um comentário. Para ficar bem didático.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** O exemplo do carro. Você pode deixar o carro com a chave e o ladrão levar. Você pode deixar o carro sem a chave e o ladrão levar. Você pode colocar uma série de proteções de segurança e o ladrão levar. Mas os três fatos é o mesmo crime. É um roubo. Não importa se tem a chave ou não. É um roubo. Então, a tecnologia, ela pode ajudar a dificultar, mas o fato, que tem que ser determinado na lei é roubo. E houve roubo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Deputado Julio Semeghini.

**DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-PT):** Só para concluir. Eu gostaria o seguinte, então, a nossa preocupação quando a gente debate com a sociedade, com vários... Todos os especialistas no uso da Internet, ou na parte de leis ou até do Poder Judiciário, a gente sente o seguinte. Quando você está começando um crime que vai dar um prejuízo, uma consequência maior é alguém que está tentando burlar um acesso para uma determinada camada de segurança. Portanto, se ele já invadiu uma primeira camada não autorizada, ele já está, na verdade, criando a chance de cometer um crime que aí já seria crime independente de ser na Internet ou não. Causar um prejuízo... Ou seja, se eu destruir a biblioteca do Senador, pondo fogo ou se eu destruir um grande banco de dados, o crime está dado. Eu causei um prejuízo a alguém. Mas se eu estiver lá olhando, folheando, tendo acesso às informações no mundo real, é crime. No mundo virtual, eu ainda não consigo tipificar como crime, tido por vários especialistas da lei.

Então, eu o que a gente está querendo fazer? Tipificar esse ato como um crime. Para que a gente possa inibir e coibir os crimes no mundo virtual quando está no início. Antes de causar, na verdade, um prejuízo a alguém ou acrescer ou aumentar.

Então, eu queria saber se isso é realmente necessário e se o que nós temos ouvido de grandes especialistas, eu na verdade ouvi de quase todos eles, que entendem da lei, dizendo que seria necessário. Segundo, um outro crime que eu acho muito importante, é a história de a gente poder divulgar na rede alguma coisa... Código malicioso. Inserção de código malicioso. A inserção de código malicioso pode ser um tipo qualquer de armadilha, para colher informações que é sua, portanto, eu estou pedindo informações que você não me autorizou, no papel, eu teria que estar tendo acesso a algum documento, alguma coisa tua para colher essa informação sua, senão não teria essas informações, ou eu posso colocar um vírus no seu computador, que daqui um ano vai te causar um prejuízo. Portanto, vai ser crime só daqui um ano, quando o vírus tiver causado um problema numa empresa ou é crime, eu ter colocado o computador que é uma bomba programada para estourar daqui um ano?

Então, são esses... Sem a gente entrar em muitas discussões, o que nós queremos ouvir... Se esse tipo de crimes são ou não necessários a gente tipificar. Seria muito importante pra gente. E uma outra coisa muito polêmica, que eu tenho ponto de vista exatamente ao

contrário aqui das pessoas. Que diz, que se a gente tiver que armazenar os dados de tráfico, eu não estou falando do conteúdo do que há nos *e-mails*, em qualquer forma de comunicação, nem de... Nada. Mas, se eu armazenar o tráfico num Log de um banco de dados qualquer, de algum computador do provedor de acesso, veja bem como é a redação do texto da lei hoje que saiu da Câmara e foi feito aqui pelo Senado. Em lugar seguro e protegido. Portanto, eu estou definindo, que o provedor de acesso, é obrigado a guardar num lugar seguro e protegido essa informação. E digo que ele só pode ceder a alguém, mediante mandato judicial.

Então, veja bem, diferentemente do que as pessoas estão confundindo, eu pelo menos acredito, que a única forma de garantir que o Parajo ou que seus provedores não estejam trabalhando de maneira inadequada, não dando o devido valor à proteção. Isso é um Projeto de Lei meu, que tem sete anos nessa Casa, que é no sentido de... O meu objetivo dessa lei, quando foi anexada, era dar privacidade. Eu queria proteger o acesso, não fiscalizar, não controlar. Para evitar que qualquer provedor possa não estar dando a devida importância. Uns guardam, outro mais ou menos, outro se algum Delegado pedir ele guarda, senão não guarda, faz um favorzinho para quando tiver um problema na delegacia estar resolvido... Veja bem, nós temos uma coisa muito importante que é o nosso sigilo, não sendo tratada de maneira adequada, como deve estar sendo tratada no Brasil, e aí sim é que a gente se expõe ao fato de não ter a nossa privacidade assegurada.

Então, a lei visa hoje, não é regular ninguém, controlar ninguém. Pelo contrário. Ela visa, na verdade, fazer com que todos os provedores... E a luta é com eles, durante muitos anos nós estamos discutindo como fazer. Sejam obrigados a criar sistemas, lugar para armazenar, lugar protegido, saber que se vazar aquela informação a responsabilidade é dele, o responsável pelo provedor, pelo serviço que presta. Então, na minha avaliação a gente está na verdade, é dando privacidade a nós usuários da Internet, uma vez que a gente garante que só mediante mandado judicial, ela poderá ser crime. Então, eu queria ouvir de vocês isso, acrescentando o que o Senador Aloizio Mercadante falou.

E por fim, uma coisa muito importante também que eu queria, Senador, dizer o seguinte, eu vi que V. Exa., fez um pedido para que a Câmara vote. Eu faço um pedido a V. Exa., para que apóie no seu partido de quem é líder, um dos grandes líderes, reconhece para que a gente voto te realmente o projeto do FUST. Porque a gente deve isso ao Brasil. Eu não quero discutir a quantos anos, há quanto tempo. Mas nós não podemos, nesse projeto que a gente discute e entende, a importância da escola de fazer isso. E nós temos um outro pedido para trabalharmos juntos, num Projeto de Lei, que vamos fazer uma visita. Nós temos várias coisas que nós dissemos aqui na educação. A gente diz que a educação precisa ser mais ativa, no sentido de se usar das tecnologias. Eu concordo plenamente.

Esse é um mundo pedagógico, que tem que estar sendo construído de maneira nova e didática e trabalhando para garantir o conteúdo. Mas nós temos que inserir uma coisa, imediatamente agora, que tem a lei de V. Exa., que faz isso e tem o recurso do FUST, desde que foi aprovada pela nossa Câmara dos Deputados, e depois aqui, de que a gente assegure a obrigatoriedade da escola de fazer também não só a alfabetização da leitura, mas a alfabetização do uso da tecnologia. Não é ter um ou dois laboratórios. É assegurar que tenha laboratório, computador e professor suficiente, para quando o aluno sair da escola, ele saiba realmente ter esse acesso. Nós temos que mudar esse conceito.

Então, o projeto de V. Exa., e uma discussão profunda com o pessoal do MEC, sobre o papel e a responsabilidade na educação, dará o grande salto que nós estamos precisando na educação. Aí sim, essas pessoas poderão levar para sua casa, o conceito que tem na escola e passar de uma geração para outra e disseminar fortemente de como a gente poder ter acesso a segurança, como se proteger melhor. Isso é a forma que nós estamos trabalhando lá e que eu gostaria de pedir, na verdade, esses comentários das pessoas que estão na Mesa. Muito obrigado Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço Deputado Julio Semeghini. Eu teria vários questionamentos a fazer e comentários. Mas se eu os fizer, eu corro o risco que a gente responda para nós mesmos, em função das dificuldades de horários de vôos de nossos convidados. Nós vamos retomar, Senador Cristovam Buarque, em nova audiência essa discussão que ela é bastante rica.

O Deputado Semeghini, agora mesmo, colocou a questão da inclusão digital nas escolas públicas, como sendo o meio que tem que ser aprofundado. Para que não haja, na questão da inclusão digital, os mesmos problemas na educação básica hoje, que os alunos estão saindo da educação sem estarem quase que alfabetizados. Então, nós vamos de novo não ter qualidade. Podemos ter quantidade. Mas uma questão que acho que deva ser aprofundada. Eu vou passar aos nossos convidados, iniciando pelo Dr. Daniel Slaviero, que também tem um vôo agora, e pediria a ele que pudesse responder a todos os questionamentos e em seguida aos demais convidados.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** No caso dele que não tem problema que vai ser transmitido ao vivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Está certo.

**SR. DANIEL SLAVIERO:** Presidente, agradeço. Foram feitas muitas questões, muito mais pertinente à essência da Audiência Pública, que é a questão do acesso à Internet, os crimes cibernéticos e assim por diante.

Mas o Senador Cristovam, colocou muito como ficará as emissoras de rádio e televisão no ambiente, na Internet. Como foi dito, nós entendemos primeiro, que a Internet é uma nova plataforma. Ou seja, ela realmente tem quebrado paradigmas e trazendo uma conjuntura e uma realidade diferente do que nós conhecíamos até agora. Mas ela, na essência, ela tem oportunidades. Não são só riscos.

Existem oportunidades para as emissoras de rádio e televisão, para que elas atinjam mais telespectadores, mais ouvintes e assim por diante. Reforce o seu papel e a valorização do que é o seu DNA primordial, que é a produção de conteúdo nacional. Então, isso é uma das características primordiais das emissoras de rádio e televisão e nós entendemos que esse será um dos grandes diferenciais daqui pra frente. No ambiente, seja ele do PL 29, que é um Projeto de Lei que trata de convergência, sejam outros projetos que também tramitam aqui no Senado Federal, assim por diante, nós entendemos que as regras devem ser similares. Que a Internet, como foi dito, é mais uma plataforma de distribuição e que regras para serviços de comunicação social, e aqui volto a dizer, que a nossa carta constitucional no seu capítulo 5º fala, que empresas produtoras de conteúdo jornalístico, tem que ter as características escritas aqui no capítulo 5º.

Mas isso tem que ficar muito claro e tipificado, para que não haja confusão entre produção de empresas, que fazem esse tipo de produção na Internet, com conteúdos gerados pela... Pelo próprio indivíduo, ou seja, num Orkut, ou numa Internet pessoalmente, numa transmissão de dados e conteúdos nesse contexto.

Então, nós entendemos que o rádio e televisão, não tem só riscos com o advento e a massificação da Internet, mas sim, possuem algumas oportunidades, desde que hajam regras similares para os mesmos serviços, porque um dos grandes diferenciais é sempre o conteúdo e o conteúdo nacional.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço.

**DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-PT):** Presidente, me perdoe, só uma--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não. Deputado Julio.

**DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-PT):** Eu tinha esquecido uma coisa, Senador, senão vamos embora, que é muito importante no Brasil. Nós tivemos uma Audiência Pública com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, durante o início do último processo eleitoral, para tentarmos liberar a Internet. Foi uma coisa ridícula, dividida por cada Estado fazer o que queria. Quer dizer, eu concordo plenamente com a posição de V. Exa., Senador.

A gente tem que usar o máximo essa ferramenta interativa, que não tem preço, que não tem controle, que isso sim, derruba na verdade, as barreiras econômicas, para que alguém possa ou não chegar aqui de uma maneira mais objetiva. Só que nós temos um problema concreto. Acabei de consultar uma consultora, que lembra que setembro é o último mês. E nós não podemos ser atendidos, porque há necessidade realmente de mudança na lei ou continuará por uma interpretação individual de cada Tribunal Eleitoral Regional.

Eu acho que nós tínhamos que propor aqui, o Senador Flexa Ribeiro está colocando, o Presidente, uma audiência urgente, montarmos uma Comissão Mista, para esse tema primeiro, fecharmos um Projeto de Lei e tentarmos aprovar antes de setembro desse ano, para que a gente possa não só regulamentar, porque não precisa de regulamentar nada. É introduzir, na verdade, essa ferramenta de tecnologia, com o uso na Internet, como é feito na maioria dos países. Eu queria que a gente se possível fizesse o mais rápido possível isso, para que pudesse liberar esse assunto.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Presidente, uma pequena reflexão. V. Exa., me dá a palavra?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Há uns 15 anos atrás, eu vi uma entrevista de um grande capitão de indústria aqui no Brasil, que dizia o seguinte: "Eu estou convencido que os *shopping centers*, nas capitais, vão virar grandes depósitos. E as pessoas vão comprar e vender só pela Internet. O custo é muito mais barato, a entrega é mais rápida, etc e tal." Mas isso não ocorreu. Pelo contrário. Porque há uma coisa na natureza humana, que é a medida que você recebe novas opções, você não abre mão das antigas. Você vai... O que o americano chama de Steinkup, você vai acrescentando sem abrir mão daquela. Se uma rede de sorveteria lança um sorvete com sabor novo, você vai experimentar, pode até se habituar a ele, mas não vai abrir mão dos outros. Pelo menos, ou mesmo que

eventualmente. O fato é que a Internet não tem atrapalhado as televisões. O que pode ocorrer é o seguinte, às vezes o sujeito está ligado na Internet, está acessando um canal de televisão na Internet. E às vezes até de rádio. E elas acabam se complementando. Uma incentivando o uso da outra. Mas não há esse risco da Internet acabar com rádio, televisão... Como a televisão não acabou com o rádio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Aloizio Mercadante.

**SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Queria só sugerir, essa questão eleitoral, pedir licença, mas é uma questão para nós fundamental. Como eu disse, o sujeito pode fazer no Orkut: "Eu odeio fulano". Pode fazer um viral: "Fulano não vale nada", "Eu defendo tal candidato". Agora, o candidato não pode dizer: "Eu sou fulano e queria discutir com você". Está proibido. É uma coisa absurda. Hoje a lei é assim. Você não pode abrir o portal. Não pode.

Então, é uma coisa absurda. Então, a minha sugestão é que saísse dessa audiência, os dois Presidentes poderiam assinar, uma carta ao Presidente da Câmara e do Senado, propondo uma Comissão Mista emergencial, para que a gente trate dessa matéria o mais rápido possível. Sair como um consenso, todos os partidos presentes, Senado e Câmara na audiência, com o apoio das entidades, que eu tenho certeza, também apóiam essa iniciativa.

Agora, eu não concordo, Daniel, com o Crivella nesse assunto, não. Eu acho que tem uma discussão de fundo sobre o conteúdo nacional, nova plataforma, como é que essas coisas vão se equilibrar. Se não fosse assim, já teria estado resolvido. E é uma coisa muito sensível, muito pesada. E quando é muito pesada, anda devagar. Mas acho que nós temos que fazer andar, voltar a discutir isso e chegar num equilíbrio de como é que essa coisa vai se resolver.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Aloizio Mercadante, V. Exa., tem toda razão. Esse era um ponto que eu trazia desde o início para que a gente colocasse aqui na discussão e tinha certeza que ia haver esse consenso. E tem a necessidade, em função da... Do prazo legal, para fazer a alteração para o processo eleitoral do ano que vem, até o final de setembro, início de outubro.

Então, a proposta que conversávamos era que fizéssemos essa discussão em conjunto também. Vamos iniciar por esse... Por essa questão do uso da Internet, no processo eleitoral, para que possamos em consenso, que acho que isso interessa a todos os partidos, possamos fazer uma Comissão Mista e em seguida vamos dar sequência na questão da convergência tecnológica. Que eu acho também, que deve ser um assunto de uma Comissão Mista. Nós vamos já propor essa Comissão em conjunto, às duas... Das duas Comissões de Ciência e Tecnologia, para que possamos avançar rapidamente, e a tempo de ser sancionado pelo Presidente. Eu passo a palavra... O Dr. Parajo também está com problema de horário. Eu vou... Vou passar ao Dr. Parajo e peço licença ao Dr. Demi, para que ele possa fazer inversão de ordem na resposta aos questionamentos.

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO:** Obrigado, Presidente. Eu acho que primeiro me coloco à disposição de todos Senadores, parlamentares para estar avançando no debate. Acho que a questão da eleição é muito bem colocada. Tivemos... Acabamos de ter um exemplo nos Estados Unidos, da utilização da Internet, o que colaborou... É uma coisa realmente impressionante. Eu anotei aqui vários dos temas, mas eu vou pontuar alguns rapidamente aqui. O Senador Mercadante, colocou bem a questão da inclusão digital nas escolas, o Deputado Julio Semeghini, a questão do avanço da banda larga no país... Os provedores estão à disposição.

Acho que uma das formas que nós teríamos de agilizar esse processo, seria efetivamente, o Governo se utilizar dos pequenos e médios provedores que estão em várias dessas localidades. Essa seria uma maneira de estar levando a banda larga, de uma forma mais rápida, com programas, com incentivo ou uma outra forma que o Governo pudesse encontrar de política pública, para que esses pequenos e médios empresários, pequenos empreendedores, pudessem efetivamente colaborar em levar a inclusão digital e a banda larga nas escolas. Acho que os pequenos e médios, Senador, realmente tem muito a colaborar com a política talvez do Governo, evidente, junto com as operadoras, mas também os provedores locais, para que isso fique de uma forma mais rápida e efetiva, sendo colocada. Com relação à questão da educação, Senador Cristovam, a educação no geral, eu diria para o senhor, que está avançando com extrema velocidade na questão da Internet.

Hoje nós temos inúmeros cursos à distância, sendo realizados pela Internet, como eram anteriormente realizados via satélite, a Internet tem contribuído muito. Agora, concordo que nós precisamos, talvez melhorar a linguagem e capacitar melhor o professor na escola, para que ele consiga introduzir a matéria da educação à distância, ou incluir esse no currículo da escola, para que efetivamente, a criança saia da escola sabendo um pouco mais de computador. Acho que tem um espaço gigantesco aí de evolução na questão da educação e a Internet tem como colaborar em todos

os meios, e os provedores também estão à disposição nesse sentido.

Com relação à tradução simultânea, existem vários sites hoje, que você já consegue pedir tradução das páginas, depois que o senhor carrega. Simultânea, eu não sei como que isso evoluiria. Mas é uma questão desenvolvimento, de aprimoramento da tecnologia e tudo mais. Com relação a questão legislativa, a questão de lei, Deputado Julio, eu acho que nós não podemos ser amplo demais. Esse é o grande problema. Quando a gente cria uma lei, que é uma lei criminal, que ela é muito ampla, nós cometemos erros. Acho que isso que é o que acontece hoje. Concordamos já em inúmeros debates, comitê gestor envolvido, com você pessoalmente, na questão da guarda do Log, única e exclusivamente do acesso. Realmente é a base da informação, para que exista uma investigação policial, seja ela na parte do crime de pedofilia, de racismo, seja também, na questão de crimes de fraude.

Então, do lado dos provedores posso garantir que já existe, vários dos associados, que guardam o Log de acesso. O que é o Log de acesso? É o momento que o internauta entra na Internet, ele registra o login lá do usuário, confirma a senha dele, pega o número de IP, data e hora. Com essa informação é possível, e fica claro e evidente, todas essas apreensões, todas essas operações da Polícia Federal e das polícias, que conseguem efetivamente chegar no criminoso. Então, acho que nós temos que tomar muito cuidado na questão legislativa para ser muito cirúrgico. E vou dar um exemplo, a própria questão da pedofilia, aonde a posse das imagens não era crime. E aí fez o Projeto de Lei... Opa, faltou esse item aqui. Posse. Então, não tinha a posse e foi incluída. Então, a nossa preocupação, quando se fala de leis, voltado para o mundo da Internet, está muito relacionado à amplitude do que pode causar.

E do nosso lado e acho que do lado de todos os brasileiros que usam a Internet, fica aquela preocupação da retração. Ou de estar, entre aspas, num determinado parágrafo muito amplo, que acaba criminalizando.

Então, acho que a maioria das manifestações hoje que existem, com relação a esse Projeto de Lei ou com relação a alguns outros Projetos de Lei, está mais voltado para a questão da amplitude que está se dando ao tema. E acho que nós temos que ser cirúrgicos. Tem que ser muito específico para não gerar nenhuma dúvida e nenhum questionamento.

Então, o nosso esforço junto ao Senado e Câmara, é no sentido de colaborar, usar a nossa tecnicidade, vamos dizer assim, para que a gente possa chegar num texto ou de uma forma que seja, única e exclusivamente, cirúrgica e objetiva, para que não tenha nenhuma interpretação duvidosa. E evidente que os provedores na questão da guarda dos Logs, têm feito, vão continuar fazendo, sem lei, com lei, entendemos que isso é importante para a segurança da Internet, respondendo até a pergunta do Senador Cristovam, acho que essa é uma informação importante, uma contribuição importante dos provedores, para que seja minimamente segura a rede. E essa segurança da rede, ela vem de várias formas. Ela vem evidentemente políticas públicas, vem dos empresários, mas se cria uma certa maneira, uma segurança, que dá para se chegar naquele indivíduo que cometeu o crime. Do outro lado, um paralelo, é o seguinte, hoje vários dos nossos computadores, que infelizmente não tem antivírus, ou não tem um software legalizado, ou coisa desse tipo acabam sofrendo, mas não por brasileiros. Pelo mundo.

É uma rede conectada pelo mundo. Então, não adianta fazer uma lei que pune um cara que disseminou um vírus e esse cara está na Rússia. Não resolve. Então, acho que nós temos que nos preocupar o seguinte, nós estamos num mercado global. Essa rede é uma rede mundial. Não adianta. Os criminosos, já foi debate, até aqui em outras ocasiões, a gente cria uma lei que combata, sei lá, crimes de Internet, ou fraudes de Internet, e esses... Essas pessoas que estão cometendo crime estão em outro país. Como nós vamos punir eles? Tem que tomar um cuidado muito grande, quando falo na questão cirúrgica, é de nós termos uma lei muito clara e muito objetiva para o que a gente quer legislar. Para não deixar nenhuma brecha, para que isso englobe outras coisas e aí prejudique a evolução da Internet, prejudique a entrada de novas pessoas na Internet, que acho que ninguém aqui, está mais do que claro, acho que todos parlamentares envolvidos, querem que a Internet avance e cada dia cresça mais.

Por último, eu falaria da questão do que o senhor colocou, com relação a interatividade que a Internet proporciona. Acho que vários dos parlamentares, dos Senadores e dos Deputados, já tem visto como isso funciona na prática. Hoje você vê um Projeto de Lei sendo votado aqui, existe uma manifestação enorme via *e-mail*, não é? Às vezes ou contra ou a favor ou questionando. Acho que isso vai criar cada dia mais um conceito de Parlamento digital, aonde o parlamentar vai estar integrado com o seu Twiter, com o seu blog ou coisas desse tipo. E isso faz parte da evolução, que a própria Internet está causando na nossa humanidade, não é? A gente está aprendendo cada dia mais que a Internet pode ser, realmente, uma fermenta muito boa para nós utilizarmos, estarmos em contato com o nosso eleitor e para quem está trabalhando nesse meio, eu

vejo que é uma ferramenta de extrema importância e de extrema relevância. Que nós temos que tomar muito cuidado, para não deixar acontecer algo ou uma lei, que iniba a entrada das pessoas nessa rede, para que a gente evite, que essas novas pessoas se utilizem dessa tecnologia para aprender, para se educar, para ter cultura, para ter acesso a entretenimento, para ter negócios na rede. Então, era isso que eu gostaria de comentar. E obrigado mais uma vez pelo convite e fico à disposição para qualquer futuro debate.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço Dr. Eduardo Parajo. Deputado Julio Semeghini.

**DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP):** Presidente, só como o Demi vai colocar, eu queria colocar com bastante objetividade, eu quero só discordar de uma coisa. Não do que V. Exa., fala, mas esclarecer. Quando V. Exa. fala que os provedores todos guardam hoje, não é que todos provedores que nós temos. São todos provedores associado à associação. Isso pode ser menos dos acessos que nós temos no Brasil. Nós tivemos, por exemplo, agora uma rede de pedofilia e na Polícia Federal está claro, a metade das informações não tiveram disponível, quem tinha as informações do Log dos acessos e boa parte do que tinha, tinha defeito, não tinha qualidade, não foi possível. Senão teria sido preso o dobro de pessoas, a palavra do Deputado que coordenou o crime na Polícia Federal. Deputado, não, Delegado. Queria só deixar claro na necessidade, insistir na pergunta que faço ao Sr. Demi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** O Dr. Eduardo Parajo, pede também para... Passar mais uma informação.

**SR. EDUARDO FUMES PARAJO:** Só uma parte importante, na questão de esclarecimento com relação a isso, que eu acho de trema importância, Deputado Julio. Os provedores de Internet, eu diria que nós temos DNA na Internet. Nós sabemos como é. E o que tem acontecido, infelizmente, é o seguinte, várias empresas de operadora de Telecom, tem iniciado também acessos à Internet. E eu gostaria, Deputado Julio, que nós separássemos o mundo provedor, das empresas que estão começando a prestar serviços de acesso à Internet, que vem do mundo de Telecom, que não estão guardando Log e tem prejudicado essas investigações. Então, o fato é o seguinte, os provedores tem colaborado, mas infelizmente, temos tomado a fama de quem não tem feito. Mas nós fazemos. E acho que aí sim, cabe a questão da Legislação, muito objetiva de dizer, tem que ser obrigado a guardar, quem dá o acesso à Internet para seus usuários finais. Acho que isso resolve.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Me permite, Senador?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não, Senador Cristovam Buarque. Só pediria... Eu... A própria empresa Telecom é uma provedora. Ela também tem que estar obrigada às mesmas obrigações do provedor.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Houve um tempo, que eu reclamava que o Brasil tem poucas escolas. Hoje acho que o Brasil tem escola demais. Porque só vamos ter boa escola quando elas todas forem uma só. Todas elas ligadas em rede. Enquanto as escolas, todas, não estiverem conectadas em uma só rede e todos alunos, tendo acesso na frente dele, em vez do quadro negro, que é um absurdo que ainda exista quadro negro, ou verde, tem que ser um Smartborad(F), como se diz. Tem que ser um quadro inteligente, conectado na Internet, em que o professor fala sobre o Everest, aperta um botão e aparece o Everest. Fala no Flexa, aparece o Flexa, dando o discurso ali na hora. Então, vocês precisam ajudar a criar essa mentalidade no Brasil, de que as escolas têm que ser uma só. E que tem que ser moderna. Não tem como chamar de escola, o que a gente tem por aí, chamar de escola, gente. É quase escola, é pseudo escola, mas não é escola. Enquanto for quadro negro, não é escola. E isso vocês têm que ajudar, porque vai passar por vocês essa escola única, interligada juntando todas as 200 mil que a gente tem por aí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço, Senador Cristovam Buarque. Passo a palavra ao Dr. Demi, para que possa fazer as suas... Responder os questionamentos.

**SR. DEMI GETSCHKO:** Obrigado, Senador. Bom, tem uma lista enorme de questões aí, eu certamente não vou conseguir nem lembrar de todas elas e nem responder a todas elas, mas eu estou falando em caráter pessoal, eu vou falar, pelo que eu entendo da experiência própria na área. Bom, primeiro vou começar com a tradução simultânea ou coisa desse tipo.

A tradução de uma língua para outra é uma ferramenta muito complexa, porque é uma ferramenta semântica. Só consegue traduzir uma coisa de uma língua para outra, quando entender o que está falando. Ou entender o discurso. Porque não é um problema mecânico de traduzir palavras por palavras, ou sentenças por sentenças, mas na verdade é um problema de contexto. É um trabalho que envolve inteligência artificial, envolve... Vem vindo, mas na velocidade possível. Tem mais de 30 anos de pesquisa na área de tradução e ainda não temos um tradutor adequado, porque só saberemos traduzir um texto quando entendermos o

texto. Alguém que não entende o que está escrito não vai conseguir traduzir para outra língua.

Então, o computador terá que entender isso aí. O segundo comentário difuso e vago é sobre o Evangelista. Só para retomar um pouco da... Eu tenho raízes gregas aí, eventualmente. É sim, fica bom... Eugenia(F), por exemplo, é uma raiz que traz o conceito de bom. E Ânguilos(F) é o mensageiro. Então, na verdade evangelho é uma boa nova, é uma boa mensagem. E o Viton, é um Evangelista, no sentido que ele traz boas mensagens da Internet para os usuários. Então, não é conotação religiosa, mas sim conotação literária da origem do termo. Bom, vamos ao nosso assunto que são as discussões sobre a Internet. E a lei. Eu acho que há necessidade de leis, sempre que há um novo crime a ser punido.

Primeiro ponto. Então, eu não parto da hipótese que não há necessidade de uma nova lei, devido a Internet, pode haver certamente coisas não previstas na Legislação, então, certamente motivaria uma nova lei. Mas eu faria dois destaques. Primeiro lugar, nunca deve ser feito isso na emoção dos problemas, que a gente enfrenta no dia a dia.

Segundo, devemos sempre visar o agente causador do crime e não o meio em si.

E terceiro, eu não entendo, agora já é a área jurídica, eu acho que talvez, exista um desbalanceamento no apenamento. Vou dar um exemplo e o Deputado Semeghini, pode me corrigir se estiver errado. Mas por exemplo, parece que invasão a computador é mais ou menos quatro vezes mais grave, do que invasão a domicílio. Quer dizer, se eu entrar na Casa de alguém e levar o computador debaixo do braço, isso dá uma pena muito menor, do que se eu invadir o computador de alguém, virtualmente. Eu não estou dizendo que não é grave invadir o computador de alguém, virtualmente e pode até fazer mais dano do que invadir a casa.

Mas talvez era bom ter um certo balanceamento nisso. O que eu vejo de complicado na lei, que tem melhorado muito, vou dar alguns exemplos específicos, é a certa vaguidão que ainda existe nela. Por exemplo, foi dito acesso não autorizado. Eu concordo que o acesso não autorizado é um crime. Mas acesso não autorizado ao que? Então, a lei diz que é acesso não autorizado a um sistema informatizado. Bom, como se define sistema informatizado? O sistema informatizado é qualquer coisa que seja eletrônica, ou digital, ou mecânica, ou sólida, ou líquida, ou gasosa... Em suma, do jeito que está lá o sistema informatizado, se eu abri o microondas da minha mulher, sem pedir autorização, eu posso estar invadindo o sistema informatizado. Porque tem micro processador lá dentro.

Eu não estou querendo... Eu acho que a idéia é boa. Eu acho que é exatamente... Eu não sei dizer se isso vai causar um dano do jeito que está. Quer dizer, acho que essa vaguidão aí da lei, pode ser mal interpretada, por instâncias menos afeitas à informatização. Então, acho que risco de isso se espalhar, haver uma contaminação, como o caso da gripe suína, invadir áreas que não estavam previstas originalmente.

Então, esse é um comentário. Segundo comentário, pegando o exemplo do Senador, que comentou a história do carro com chave ou sem chave, eu concordo que em todos os casos há um crime. Mas o meu medo é que a lei puna quem deixou a chave. Ah, roubaram seu carro porque você deixou a chave lá. Quer dizer, isso certamente, o crime é o roubo do carro.

Então, se eu deixei a chave lá, eu estou facilitando a vida do ladrão, mas isso não é um crime. Quer dizer, o ladrão é que comete o crime. Por exemplo, se minha máquina é invadida e eu espalho vírus sem saber que eu estou espalhando vírus, eu deixei a chave no carro. Agora, isso não justifica que eu sou parte do... Digamos, do mal. Eu sou simplesmente, um sujeito desatento ou desinformado. Não estou dizendo que a lei pune isso daí. Mas não é claro até onde vai a responsabilidade. Então, se conseguir dizer que quem roubou o carro é criminoso, ninguém aí tem nada contra. Agora, se dissermos que quem permitiu o roubo do carro é criminoso, aí entramos num território nebuloso. Então, isso também acontece então no caso de código malicioso.

Então, o que eu diria é que... Eu acho que a lei em sua essência é necessária, eu acho que certamente existem crimes, código malicioso é um caso não previsto, devíamos tratar disso. Quem é o responsável... Quem gera código malicioso, certamente é o sujeito mal intencionado. Agora, do jeito que está também, vou dar um exemplo extremo, se código malicioso é algo que entra na minha máquina, sem pedir permissão e pega meus dados, acho que todos os bancos geram código malicioso, porque eles põem um 'cookizinho', para garantir que seu micro é seu mesmo. E nem sempre perguntam se querem fazer isso ou não. Então, como define essa maliciosidade do código? Quer dizer, a intenção de destruição. Certamente um monte de gente faz isso para tirar estatísticas do que... Não estou dizendo que é bom isso. É uma invasão de privacidade. Mas a linha cinzenta, entre o que é o código malicioso ou não, tem que ser muito clara. Então, eu sou a favor que se puna geração de código malicioso e os danos que ele causa ao usuário, que se puna catando o responsável por isso, como fizemos com os pamers(F) e outras coisas. Pega o sujeito que gera spam. Mas tomar cuidado, porque como isso é

uma área difusa e nebulosa e confusa, eu tenho medo das interpretações. Porque o espírito é uma coisa e o que está escrito, eventualmente, reflete espírito mais geral. Então esse é só uma... Não é uma divergência fundamental, nem conceitual. É uma divergência de forma. Finalmente, em relação ao Log de acesso, eu acho que Log de acesso, o CG, recomendou isso, como uma prática, e IP e hora, é algo que é dissociado do indivíduo. Então, isso é uma coisa que não viola, na minha opinião, a privacidade do indivíduo, porque isso é o seguinte, eu vou navegar na rede, eu ganho uma senha, não precisa saber quem sou eu, porque eu tenho várias personalidades, eu posso ter várias personalidades virtuais. Então, uma das minhas personalidades virtuais, pegou uma senha, navegou na rede e devolveu.

Então, se essa personalidade causou um dano, é bom saber que hora que ele pegou a senha, qual foi a senha que causou o dano e que hora ele devolveu. Porque com isso, inclusive, inocenta os demais que não seriam suspeitos disso. Eu acho que o risco começa, quando há essa personalidade virtual, pode ser associada a minha personalidade real por outros motivos. Então, certamente eu compro livros no Amazon. Se você somar todos os livros que comprei, você tem uma idéia de quais são as minhas preferências literárias. Mas o Amazon não sabe quem sou eu exatamente.

Ele sabe que eu tenho um cartão de crédito e o cartão de crédito funciona ou não. A *Google* não sabe quem sou eu, quando busco as coisas lá. Mas se juntarmos isso com acesso, etc e tal, aí nós temos uma quebra, digamos, da atividade do indivíduo e um policiamento diário do que ele faz ou deixa de fazer, e acho que aí, então, passa-se do ponto.

Então, se eu guardo o IP, o IP identifica uma *Lan House*. Naquela hora várias pessoas podem estar lá. O IP pode identificar uma casa, mas pode ser o pai, pode ser o filho, pode ser uma visita, pode ser alguém que estava lá. Tudo bem. Isso não é um problema específico. Quer dizer, a lei não deve ser feita para ajudar a investigação. Ela deve ser feita para punir o criminoso. Então, ajudar a investigação a tecnologia terá que fazer. Então, quer dizer, meus comentários são esses. Eu sou a favor do... Preservar o Log, sugeriu três anos. Log de acesso de IP e hora. Nada além disso. Nem o que o sujeito vê ou deixa de ver, nem se ele acessou um site ou não... Isso não interessa a ninguém. E eu acho que isso aqui seria um grande risco para ser usado de uma forma... Esse sim uma forma maliciosa e que seria um dano depois irreparável. Então, tem um monte de outras coisas que foram comentadas, mas eu queria me restringir a esse ponto só para não perder o foco da discussão e eu agradeço a oportunidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Demi e antes de nós encerrarmos a nossa Audiência Pública, eu quero agradecer. Agradecer aos nossos palestrantes que enriqueceram a discussão e tenho certeza absoluta que nós voltaremos ao tema. Porque o tema é muito abrangente e não dá para que possa ser esgotado em uma única Audiência Pública. Não havendo mais nenhum parlamentar que queira fazer uso da palavra, eu dou por encerrada esta Audiência Pública.

**ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA CONJUNTA COM A 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2009**

Às nove horas e sete minutos do dia três de junho de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, Ala Senador Alexandre Costa, sala sete, sob a Presidência dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Cristovam Buarque, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya e Kátia Abreu. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 019, de 2008-CCT de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira, que "Requeremos nos termos constitucionais e regimentais, sejam realizadas duas audiências públicas, em datas a serem agendadas, objetivando,

sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia Legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, a Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2º audiência, os Senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); e, à Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG).", ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 019, de 2008-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos Regimentais, que a Audiência Pública constante no Requerimento nº 19 de 2008 de Autoria dos Senadores Renato Casa Grande e Wellington Salgado, seja feita em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, acrescido do nome do Sr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe – Geral da Embrapa Amazônia Oriental.", ao Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 019, de 2008 – CCT. de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais, que seja acrescido ao Requerimento de Aditamento nº 01 de 2009 – CCT , de minha autoria, o nome da Diretora do Instituto Evandro Chagas, Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos." e ao Requerimento nº 26, de 2009-CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, que requer "..., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública em duas partes, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em datas a serem agendadas, objetivando, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, discutir sobre o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia legal, com os seguintes convidados: a) para a primeira audiência, a Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; os Senhores Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); Silvio Crestana, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Jacob Palis Jr., Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); b) para a 2º audiência, os Senhores Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); a Senhora Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG); o Sr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe – Geral da Embrapa Amazônia Oriental e a Sra. Elisabeth Conceição de Oliveira Santos." Comparecem à reunião os Senhores Luiz Antonio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT; Adalberto Luis Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora-Presidente, em exercício, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências - ABC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque, Gilberto Goellner e Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinqüenta e quatro minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

**15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2009.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 03 de junho de 2009, para a realização de Audiência Pública Conjunta com a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações

Exteriores, com o objetivo de discutir sobre o sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal, sob a perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento regional, atendendo ao Requerimento nº 19, de 2008 – CCT e aditamento, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro, e ao Requerimento nº 26, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Coloco em discussão a Ata da Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Relações Exteriores, e solicito aos Srs. Senadores, membros da Subcomissão, a dispensa da leitura. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a Ata da reunião anterior da Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Relações Exteriores.

Solicito ao Exmo. Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia, que traga os convidados para que tomem assento à mesa. Convido para sentar-se à mesa o Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT; o Sr. Adalberto Luís Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA; a Sra. Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora-Presidente, em exercício, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; o Sr. Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências - ABC.

Vamos dar início à nossa Audiência Pública, uma reunião conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal e da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações Exteriores. Quero agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que compõe também a Mesa que dirige os trabalhos, de ter aceito que pudéssemos fazer essa Audiência para discutir o tema sobre sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal, sob a perspectiva de um novo modelo regional de desenvolvimento, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero agradecer aos nossos convidados por terem aceito virem até aqui debater hoje com a Comissão de Ciência e Tecnologia e com a Subcomissão da Amazônia esse tema que é da maior relevância para nós, Senadores, e, principalmente, para aqueles Senadores que representam os Estados da Amazônia Legal. Ontem festejamos o Dia Mundial do Meio Ambiente e tivemos uma Sessão especial no Senado Federal para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Não podemos falar em meio ambiente sem falarmos em desenvolvimento, as duas ações têm que estarem em conjunto. Daí nós defendermos o chamado desenvolvimento sustentável, ou seja, como a própria Ministra Marina Silva apregoa, nós temos que desenvolver preservando e preservar desenvolvendo, não podemos dissociar as duas ações, de preservação e de desenvolvimento, e, para isso, nós temos absoluta certeza de que investimento em ciência e tecnologia na Amazônia é um fator determinante para que possamos fazer o desenvolvimento sustentável da nossa região, desenvolvimento este, Senador Mozarildo, Senador Camata, Senador Geraldo Mesquita, que nós defendemos como necessário para que os 23 milhões de brasileiros que habitam na nossa região tenham também o direito de uma qualidade de vida que seja próxima das regiões já desenvolvidas do nosso País e, também, dos países dito do primeiro mundo.

Então eu inicio a nossa Audiência Pública de hoje concedendo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT. V. Sa. terá dez minutos para a sua exposição, prorrogável por mais cinco. Com a palavra o Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro.

**DR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Bom-dia a todos. Senador, muito obrigado pelo convite. É uma responsabilidade muito grande representar o Ministro Sérgio Rezende.

Indiscutivelmente esse é um tema que preocupa a todos e a percepção que eu tenho é que talvez seja esse o maior desafio que nós vamos ter para as próximas décadas. Quando a gente rotineiramente consulta as revistas científicas, há sempre uma expectativa muito negativa com relação à Amazônia. Nós, ao longo desses 20 anos, perdemos uma área de floresta equivalente à Alemanha nos últimos 20 anos, segundo os dados do INPE. Em média a gente perde 17.000 Km² da região amazônica por ano e esse deflorestamento não dá sinais consistentes de que vai ser revertido de alguma forma. De vez em quando há um processo por um período curto de diminuição, depois volta novamente, quer dizer, se a gente fizer uma análise ao longo de um período longo vamos ver que é realmente um grande desafio. E esse desafio agora, ele encontra mais um fator preocupante, que são as mudanças do clima. Diante das mudanças do clima, chamadas mudanças globais do clima, há uma preocupação de que a Amazônia será fortemente afetada. Então quando a gente lê a *Science*, que eu faço sempre, a discussão não é se a Amazônia vai acabar, mas quando vai

acabar, qual é a expectativa para o futuro com relação à perda da floresta, etc. Então é evidente que isso é uma preocupação bastante grande para todos que evidentemente tenham uma responsabilidade direta com a sustentabilidade dos ecossistemas brasileiros e a Amazônia então, eu repito, é certamente o maior desafio que nós temos pela frente.

O Ministério da Ciência e Tecnologia liderou um esforço para estabelecer um plano de governo na área de ciência, tecnologia e inovação que prioriza a Amazônia, entre outras prioridades, e vem procurando, ao longo dos últimos anos, fazer um esforço de formar recursos humanos, investir em pesquisas, na base de infraestrutura da região, e existem vários indicadores positivos com relação ao que tem sido possível fazer nos últimos anos.

Eu vou citar algumas coisas, evidentemente que todos aqui terão informações importantes, mas a Secretaria que eu sou o titular, a Secretaria de Políticas e Programas, tem a responsabilidade direta com a Amazônia e, nesses últimos anos, nós fizemos coisas que eu considero muito importantes. Em primeiro lugar, recentemente, o Ministério da Ciência e Tecnologia fez um grande investimento em Institutos Nacionais para Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Oito desses institutos foram estabelecidos na Amazônia, particularmente nos Estados do Amazonas e Pará, e eles tratam de geociências, de biodiversidade, enfim, dos temas que têm relação direta com a sustentabilidade da região. E isso, é evidente, favorece uma ação consistente para abordar as dificuldades que a gente encontra na região.

Uma outra ação, que acho que foi muito importante, foi o estabelecimento de uma rede, chamada Rede Bionorte, que une os nove Estados da região em torno de uma ação que tem como foco principalmente a biodiversidade, o uso sustentável da biodiversidade, e essa rede foi estabelecida por uma iniciativa do Ministro Sérgio Rezende, no final do ano passado, e, agora, ela já fez as suas primeiras reuniões, estabelecendo um Conselho Diretor, um Conselho Científico, e no orçamento desse ano nós temos recursos para apoiar especificamente essa rede. Em 2009 e 2010 os investimentos que serão feitos na Amazônia e que tenham origem em Fundos Setoriais são da ordem de 30 milhões, isso em projetos em diversas áreas, sem evidentemente considerar outros investimentos que estão destinados à Amazônia, em particular os oito Institutos Nacionais que foram estabelecidos recentemente.

Houve uma iniciativa que eu considero importante, que foi uma iniciativa dos dois Presidentes, da França e do Brasil, do Presidente Sarkozy e do Presidente Lula, que resolveram estabelecer um Centro Franco-Brasileiro para tratar da biodiversidade amazônica. Foram algumas discussões, algumas iniciativas nesse sentido, até que os protocolos foram firmados em dois níveis, no nível Presidencial e no nível dos Ministros de Relações Exteriores, e agora nós estamos numa fase de estabelecer os Conselhos Científicos, começar as reuniões para apoiar projetos de interesse comum. Todos sabem que a Guiana Francesa faz fronteira com o Estado Amapá e há algum tempo o Estado do Amapá tem muito interesse em fazer uma relação mais forte com a Guiana, que é, afinal, a França presente na América do Sul. Eu vou deixar com o Senador Flexa Ribeiro uma cópia de um primeiro documento que foi elaborado com essa intenção de desenvolver esse Centro Franco-Brasileiro. Não me lembro na história de uma outra iniciativa desse tipo, que une dois países, um esforço binacional nessa região amazônica. De fato é uma iniciativa corajosa, importante, porque a Amazônia, todos têm conhecimento disso, tem uma biodiversidade extremamente pujante, importante, de onde se pode, evidentemente, extrair, identificar moléculas de interesse farmacêutico, enfim, interesses diversos, mas particularmente na área de desenvolvimento de drogas o contexto nos mostra, e isso saiu num artigo da Revista *Science* recentemente, que 50% das drogas que estão em fase de teste no mundo [soa a campainha] têm como base recursos naturais. Foi uma discussão antiga que dizia: "Não, a gente não precisa da biodiversidade, nós podemos sintetizar todas as drogas", fazer o que se chamava de química combinatória, mas a realidade mostra, como dissesse artigo cujo o título é *Renascença Natural Products*, se colocar no *Google* ele parece, é um artigo de 2005, 2006, 50% das drogas que estão nessa fase de testes têm como base recursos naturais. Existem exemplos muito conhecidos, como a Artemisina, que é usada para o controle da malária, hoje é o melhor produto no mercado para o controle da malária, esse trabalho tem origem na China, e a Artemisina já foi muitas vezes modificada para melhorar a sua atividade antimalárica, e como a Artemisina existem compêndios escritos no Brasil, por cientistas brasileiros, Walter Mors, que nos deixou recentemente, Rizini, que falam exatamente sobre botânica econômica, sobre as plantas que produzem substâncias de interesse farmacológico. O que nos preocupa é que nesses 50% dessas drogas não existem drogas brasileiras de origem amazônica, o que seria de se esperar. Seria, evidentemente, expectativa de todos que algumas dessas drogas tivessem a Amazônia como origem, mas não têm, infelizmente, drogas da floresta amazônica. Algumas outras dro-

gas têm origem em outros ecossistemas, mas não na região da floresta.

Parece que é uma estratégia que pode ser importante para reverter o processo de reflorestamento demonstrar que existe uma possibilidade de agregação de valor aos produtos da floresta. Se a gente pode demonstrar que até do ponto de vista econômico pode ser melhor não derrubar a floresta porque ela nos oferta substâncias importantes, talvez seja esse um caminho indicado para que a gente gradualmente comece a reverter o processo de deflorestamento. Se a floresta continua sendo tratada como uma fonte de commodities, de madeira, evidentemente que nós vamos ter dificuldades que nos colocam numa situação de grande desconforto. O Brasil é o terceiro País maior emissor de gases de efeito estufa que, todos sabem, influencia fortemente o nível de CO2 na atmosfera. Agora nós estamos chegando a níveis de CO2, 390 PPM, e tudo indica que se nós passarmos de 450, nas próximas décadas o aquecimento global pode ser superior a dois graus, o que coloca o mundo numa situação de alerta. Então diminuir o deflorestamento, não só das florestas amazônicas, mas das florestas tropicais, de um modo geral, é extremamente indicado, como obviamente são outros mecanismos importantes, entre eles o Brasil tem feito, que é a substituição da gasolina por etanol, etanol de cana-de-açúcar, que não compete no mercado de alimentos, enfim.

Então nós estamos convencidos, no Ministério da Ciência e Tecnologia - e ouvindo sempre os cientistas nesse sentido - que um dos mecanismos que se pode adotar para diminuir o deflorestamento é agregar valor à biodiversidade dos ecossistemas brasileiros, em particular da Amazônia. Nós temos que criar mecanismos que favoreçam o acesso a essas substâncias da biodiversidade e, lamentavelmente, isso, nos últimos anos, tem sido difícil, tem sido difícil. O Ministro Sérgio Rezende, inclusive em dezembro do ano passado, encaminhou um aviso ao Ministro do Meio Ambiente solicitando que o CNPQ tenha o controle do acesso à biodiversidade, que hoje não é feito pelo CNPQ, mas pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. Esse aviso foi objeto de mais de uma reunião entre os Ministros, procurando encaminhar um mecanismo de credenciamento do CNPQ para que ele facilite o processo de acesso, de coleta, enfim, de substâncias, de plantas, de amostras da biodiversidade, para que a gente tenha elementos para consolidar uma indústria farmacêutica sólida. O Brasil importa, anualmente, dois milhões de dólares em produtos farmacêuticos, produtos médicos, e isso poderia ser gradualmente diminuído se nós começarmos a produzir drogas importantes a partir da biodiversidade fitoterápica, que a gente sabe que podem ser obtidos por essa estratégia.

Então eu queria deixar claro que há uma grande preocupação e um grande esforço no Ministério da Ciência e Tecnologia que se apoia na competência da inteligência que felizmente temos no Brasil em instituições importantes, aqui o Val lidera uma delas, que é o INPA, a Tatiana aqui representa a EMBRAPA, que é uma instituição absolutamente líder em várias ações que têm relação com todos esses fenômenos climáticos. Agora a EMBRAPA estabelece um Centro de Agroenergia cuja intenção é contribuir para que a gente possa gradualmente substituir a gasolina por etanol.

Quero dizer que estive em Atlanta há duas semanas e o bioetanol foi a grande vedete desse Congresso Internacional, que é o mais importante do mundo, que se chama *Biotechnology Industry Organization*, e ficou evidente que a solução no curto prazo para que a gente possa manter o nível de CO2 num nível aceitável é exatamente essa substituição. Para que tenham uma ideia, o mercado mundial de combustíveis automotivos é do tamanho do PIB brasileiro, o mercado mundial. Se o Brasil pudesse contribuir ou atingir 10% desse mercado, nós estaríamos falando num projeto de 100 bilhões de dólares, o que realmente terá um impacto econômico extraordinário para o desenvolvimento do País.

Então eu quero que recebam aqui esse depoimento que trago em nome do Ministro Sérgio Rezende, o nosso enorme interesse pelas questões da Amazônia, as nossas relações com as instituições que atuam nessa região e a nossa visão de que é possível usar a Amazônia de forma sustentável e reduzir gradualmente o deflorestamento que preocupa a todos mundialmente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pela sua exposição e passo a palavra ao nosso segundo convidado, o Dr. Adalberto Luís Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia -INPA. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra com o Dr. Adalberto Luís Val.

**DR. ADALBERTO LUÍS VAL:** Senador, eu peço licença para falar de pé. Bom-dia a todos, bom-dia a todas. Senador Flexa Ribeiro, é um prazer estar aqui e poder fazer um depoimento sobre o trabalho que estamos desenvolvendo na Amazônia e as nossas preocupações. Eu vou fazer uma projeção de alguns slides aqui. Eu tenho aqui embaixo o meu e-mail, se sobrar questões, por favor, não hesitem em nos contatar no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Quando nós estamos falando da Amazônia, eu acho que a gente precisa ter bem claro alguns pontos

fundamentais. Primeiro, e fundamental, a Amazônia não é só brasileira, a Amazônia é um bioma que se estende por todos os países do norte da América do Sul. E, também, não é só americana mais. Nós temos um Estado europeu, a Guiana Francesa, incrustada na Amazônia, que é, do ponto de vista científico e tecnológico, um competidor extremamente importante.

O segundo ponto é uma questão de escala - e o professor Aziz Ab'Saber lembrava isso de forma bastante veemente. Nesse espaço aqui nós podemos ter plotados na mesma escala vários países, França, Espanha, Polônia, Finlândia, Noruega, Reino Unido e assim sucessivamente. Então desenhar qualquer ação na Amazônia precisa considerar esses aspectos que são fundamentais.

Um outro ponto fundamental é que 20% de toda a água doce entrando nos oceanos do mundo o faz pela foz do Rio Amazonas, em Belém, no Oceano Atlântico. Esse slide aqui embaixo é um corte transversal, é como se eu estivesse do lado dessa sala e a outra parede fosse à margem do Rio Amazonas e eu estivesse olhando o corte do rio nesse sentido em Óbidos, que é a região mais estreita do Rio Amazonas, comparado com que os americanos dizem que é o maior rio do mundo, que é o Rio Mississipi, aqui em cima, esse corte em Vicksburg. Portanto, só para dar uma ideia desta dimensão.

Um outro ponto importante é que esse sistema aquático apresenta uma variação do nível de água, uma oscilação do nível de água extremamente importante. Nesse gráfico aqui os meses do ano, nível de água, isso aqui é o Porto de Manaus, os dados coletados no Porto de Manaus. Em junho, aproximadamente, nós temos o nível mais alto de água. Nesta linha de cima aqui os níveis mais altos registrados e nesta linha debaixo aqui os mais baixos registrados. Nos níveis mais baixos a gente tem como exemplo, por exemplo, a seca de 2005. E aqui nessa linha vermelha nós temos a enchente de 2009, mostrando aqui que nós quase atingimos os valores mais altos registrados na história. A consequência disso foi esse desastre que nós tivemos na Amazônia em vários lugares: Santarém embaixo d'água, Anamã embaixo d'água, enfim, vários problemas na região de uma maneira geral.

Então algumas ameaças para a região, que dependem de uma intervenção da Ciência e Tecnologia, estamos listando aqui. A questão do aquecimento global, o Painel Intergovernamental traz isso de maneira extremamente clara, eu vou comentar em seguida. As ações predatórias do próprio homem, desmatamentos e queimadas. Um programa seriíssimo na Amazônia, que é o programa da fragmentação florestal. Nós temos a formação de cerca de 20 mil quilômetros de bordas florestais na Amazônia por ano. Mais importante do que as queimadas são essa formação de bordas, porque as bordas são a entrada de modificações dentro da floresta. Até 500 metros das bordas a gente tem uma interferência extremamente importante do ponto de vista biológico. A questão da mineração, a expansão da agricultura. A pouca cooperação técnico científica entre os Estados e os Países Amazônicos. Mesmo dentro do Brasil, a cooperação científica para estudar a Amazônia é reduzida. Um número reduzido de cursos de pós-graduação na região e a maioria dos cursos de pós-graduação instalados na região têm conceitos na faixa, no extrato mais baixo junto a CAPES, com conceitos três e quatro. O próximo slide, por favor.

Se não há dúvida que a gente vai ter um efeito importante das mudanças climáticas na região, a mitigação e a adaptação a essas mudanças climáticas tornam-se extremamente importante. Aí nós precisamos pensar em alimentos, nós precisamos pensar no comportamento de populações vetores de doenças tropicais, novas formas de manejo da floresta, alternativas renováveis para a geração de energia e a expansão da pesquisa, principalmente na área socioeconômica e das relações internacionais.

Aqui um exemplo disso que eu vinha falando para vocês, sobre a questão dos fragmentos florestais. Na medida em que nós vamos tendo fragmentos florestais desse tipo, o que acaba acontecendo é que nas bordas a gente um aumento das espécies pioneiras e uma diminuição das espécies clímax. As espécies clímax, que estão deste lado neste gráfico aqui, têm uma densidade muito maior do que as espécies que estão nessa parte superior. Ora, uma maior densidade significa uma maior quantidade de carbono estocado por unidade. Então o que acaba acontecendo é que na medida em que nós vamos desmatando, nós vamos perdendo a capacidade da floresta de estocar carbono. Portanto, um serviço ambiental extremamente importante que nós vamos perdendo por conta do desmatamento.

Esse é um cenário, que foi estimado por Soares Filho e colaboradores em 2004, do que se prevê para a Amazônia em 2050. Observem que nós temos uma área central aqui que permanece mais ou menos estocada em 2050, que é exatamente a área correspondente ao Estado do Amazonas. Vai ser um pouco difícil até lá para a gente desenvolver tecnologias para avançar aqui. Ainda bem, porque essa área aqui tem um desnível extremamente significado e boa parte dela é inundada a cada ano, o que torna difícil o desmatamento nessas áreas. O próximo slide, por favor.

Aí um dos grandes problemas que nós temos na região. Isso é a distribuição da rede elétrica no Brasil.

Eu trago isso para ilustrar a questão fundamental. Se você traçar a Linha de Tordesilhas nessa região aqui, o lado espanhol ficou esquecido, apagado pela Nação brasileira, está certo? Eu trouxe essa figura aqui fundamentalmente para dizer o seguinte: da mesma forma que a gente tem essa questão com a energia elétrica, a gente tem a questão com a comunicação do ponto de vista eletrônico. É um desastre a comunicação eletrônica, internet, nesta parte da Amazônia. Nós temos um POP no Estado do Amazonas, por exemplo, que está conectando com Brasília e a FAPESP, que tem uma velocidade de 20 megabytes por segundo, enquanto o resto do País já se comunica a um gigabyte por segundo. Portanto, qualquer transmissão de imagens ou coisa do tipo na região fica um desastre do ponto de vista da velocidade.

Um outro ponto que eu gosto sempre de ressaltar é o seguinte: nós desenvolvemos no País uma imensa capacidade de monitorar a floresta. Temos os satélites lá em cima capazes de detectar pequenas áreas desmatadas. Temos um arcabouço legal extremamente importante sobre a floresta, muito bem delimitado, extremamente importante, mas fizemos muito pouco para a inclusão social e geração de renda e isso é o que gera conflito na região. Para melhorar essa questão nós precisamos melhorar o processo de inclusão social e geração de renda para diminuir a distância entre a nossa capacidade de monitorar a floresta e a nossa capacidade de gerar renda e fazer a inclusão social.

Várias formas de fazer isso. Produção de peixes em pequenos igarapés para agregar valor. A produção de pigmentos vegetais para a coloração de suor; o sapato de todos vocês é corado com cromo, que é um elemento extremamente tóxico. No entanto, a floresta é capaz de dar pigmentos extremamente importantes e baratos para fazer a coloração do couro e tão resistente quanto à coloração com cromo. O próximo slide, por favor.

Por exemplo, a questão da extração do linalol do pau-rosa. Um quilo de óleo do pau-rosa vale 100 dólares no mercado internacional. Isso é possível fazer a partir de pequenas áreas com produção específica de pau-rosa no interior da floresta. O próximo, por favor.

As frutas tropicais. Eu acho que a EMBRAPA tem vários exemplos disso, o INPA também tem vários exemplos já caminhando com esta alternativa. É uma alternativa extremamente importante para a inclusão social e geração de renda. O próximo.

Portanto, três pontos fundamentais. A Amazônia não é mais uma fronteira, é importante que a gente veja dessa forma, é uma região em si mesma; as necessidades de ciência e tecnologia para a Amazônia são as mesmas das outras regiões, a gente não pode mais pensar em ciência e tecnologia para a Amazônia e toda vez ficar justificando por que é que se precisa fazer ciência e tecnologia na Amazônia. Há 25 milhões de pessoas vivendo na Amazônia que têm os mesmos direitos que os demais brasileiros do País de ter acesso às informações sobre as suas regiões. E soberania significa isso, não é mais uma questão bélica de colocar proteção nas fronteiras, mas é ter o domínio sobre o que existe dentro do território. A Amazônia requer uma política de CIT para além do aqui e agora. O que a gente quer dizer com isso é que a gente já desenvolveu um conjunto bastante significativo de ações para a Amazônia, mas elas todas nascem, crescem por algum tempo e desaparecem; o resultado não fica na região. O próximo.

O desafio fundamental está relacionado à questão do pessoal qualificado. Esse é um mapa produzido pelo CNPQ há dois anos atrás. Observem aqui que de novo na bendita Linha de Tordesilhas aparece aqui o lado espanhol esquecido do ponto de vista da densidade de pesquisadores. Observem que a região Sul e Sudeste aqui concentram o maior número de pesquisadores doutores, professores doutores capazes de produzir informação numa velocidade adequada e em alto nível necessário para o desenvolvimento do País. O próximo slide.

Aqui alguns números para isso. Isso aqui é um número da distribuição de doutores, segundo a região geográfica, no ano de 2006. Observem aqui a região Amazônia, Amazônia Legal, os nove Estados da Amazônia juntos têm 3.242 doutores, metade dos quais, eu saliento isso, tem mais de cinquenta anos e não estão mais diretamente envolvidos com ciência porque estão participando de outros processos administrativos dentro da região. O próximo slide, por favor.

Aqui uma distribuição disso. Se formos só para as universidades, nós temos na região amazônica dez universidades federais, cinco universidades estaduais, uma particular, uma comunitária e assim sucessivamente. Apenas 2.780 professores com Doutorado em todas essas universidades juntas, enquanto o País tem 65.900 professores com Doutorado, ou seja, chega a regiões onde nós temos aqui, eu gosto de destacar sempre esses números, Estados brasileiros que têm 33 doutores ou, então, o caso aqui de Roraima com 78 doutores em suas universidades. Isso dificulta extremamente a produção de pessoal qualificado para estudar a região. O próximo slide, por favor.

Aqui o destaque para toda a região em verde, os três únicos Institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia que são o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que

dão conta de toda a região amazônica. No Museu Paraense Emílio Goeldi nós temos aproximadamente 50 doutores, no INPA nós temos aproximadamente 170 doutores e no Instituto Mamirauá aproximadamente cinco doutores. É isso que a gente tem do Ministério da Ciência e Tecnologia na Amazônia.

No entanto, o INPA vem trabalhando de forma marcante no sentido de capacitar pessoal para a região, é um dos principais centros formadores de pessoal em nível de Mestrado e Doutorado. Apenas em 2007 foram 112 novos qualificados em clima e ambiente, biotecnologia, ciência de alimentos, patologia tropical, química de produtos naturais, biotecnologia em recursos naturais, aqüicultura, e dois outros que estão sendo implantados de gestão de reservas e diagnóstico de patológicas amazônicas. O próximo, por favor.

No entanto, dos 742 funcionários que nós temos aqui, mais da metade, muito mais da metade tem mais de cinquenta anos de idade. Esses são dados de 2008 e, portanto, é um problema extremamente sério para o Instituto. O próximo slide.

Por quê? Porque uma boa parte desse pessoal, cerca de 200 deles, estarão aposentados em 2010 e nós não temos reposto este pessoal nos institutos da região de uma maneira geral. No último concurso que tivemos no INPA nós contratamos cinco pesquisadores, apenas cinco pesquisadores. O Museu Paraense Emílio Goeldi dois pesquisadores. Com isso, não conseguimos nem repor, Senador, o que está se aposentando, o que está se afastando por doença ou o que está se movimentando para outras regiões. É impossível, dessa forma, responder adequadamente à demanda por informações da região.

O documento da Academia Brasileira de Ciências, que eu tive o prazer de ajudar a construir, prevê uma expansão bastante significativa do investimento na região por meio não só da agregação de pessoal nas instituições da região, mas, também, por meio da instalação de novos institutos tecnológicos na região. A região hoje recebe em torno de 2% dos investimentos em ciência e tecnologia do Governo Federal, ou seja, algo aí em torno de 0,2% do PIB regional, do produto regional bruto. Em 2009 nós tínhamos, nesse plano, a previsão de expandir isso para 0,43% e a partir daí começar a preparar a região para receber um investimento em ciência e tecnologia equivalente àquele que é feito nas demais regiões. E, para isso, se previu a incorporação de cerca de 700 novos doutores por ano ao sistema de ciência e tecnologia da região, de tal forma que nós teríamos, ao final desse período, passando os investimentos para algo em torno de 0,79% do produto regional bruto, ou seja, algo em torno de 1% dos investimentos do Governo brasileiro em ciência e tecnologia, o que está aproximado ao investimento que se faz nas demais regiões do País.

Há várias novas iniciativas que precisam ser reconhecidas na região, vários novos esforços que já não só decorrem de uma ação conjugada da Academia Brasileira de Ciências, da SBPC e das demais instituições da região, mas, também, pela percepção de alguns Governadores locais com a criação das Fundações de Amparo. Por exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, que neste exato momento tem cerca de 300 bolsistas de Doutorado, fazendo Doutorado, são bolsistas do Estado fazendo Doutorado não só nas instituições da região do Estado, mas, também, em outras regiões do País, com a perspectiva de fixação na região. Agora nós precisamos, eu conversava agora a pouco com o próprio representante do Ministro, o Dr. Luiz Antônio, de que é preciso a gente ter uma ação imediata para poder viabilizar os investimentos que estão sendo feitos em infraestrutura, quer seja por meio dos Institutos Nacionais, quer seja por meio do Ministério do Planejamento com os projetos denominados grandes vultos. Agora é preciso gente, sem gente a gente não faz ciência e tecnologia e não atende aos anseios do País. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Adalberto Luís Val pela sua brilhante exposição e tenho a honra de anunciar agora a Dra. Tatiana Deane de Abreu Sá, Diretora-Presidente, em exercício, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - EMBRAPA. V. Sa. dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco e com a tolerância da presidência.

**SRA. TATIANA DEANE DE ABREU SÁ:** Bomdia a todos. Inicialmente agradeço a oportunidade da EMBRAPA mostrar um pouco do que está fazendo e pretende fazer na região amazônica.

Iniciando, a EMBRAPA é uma pessoa pública de direito privado, com trinta e seis anos de idade, mas a sua presença na Amazônia, ela antecede a sua inauguração, já que ela herdou os Institutos que eram do Ministério da Agricultura, o Instituto de Pesquisa Agrícola do Ministério da Agricultura, sendo que um, o do Estado do Pará, está completando setenta anos, e o Dr. Luiz Antônio citava o falecimento do Dr. Walter Mors que coincidentemente, sincronicamente, foi uma das pessoas que começou a sua carreira, quer dizer, a primeira fase da carreira trabalhou nesse Instituto, no início da década de 40, justamente na questão de produtos naturais da Amazônia.

Outro ponto também que antes de começar a falar eu gostaria de salientar, é que embora não seja tão evidente quanto o papel da EMBRAPA em relação à agricultura *lato sensu*, o mandato de pesquisa florestal

no Brasil foi repassado em 1978 à EMBRAPA, o que lhe promove também papel de maior importância numa região como a Amazônia. Pode passar.

O que eu imagino que nós fomos chamados a comentar aqui é o que é que nós podemos oferecer em ciência, tecnologia e inovação para esses desenvolvimentos sustentáveis da Amazônia. Tentei organizar justamente nessa medida. O próximo, por favor.

Nesse momento a EMBRAPA está com centros nos seis Estados da Amazônia: Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, onde, como eu comentei, o do Pará está completando 70 anos, o do Amazonas tem cerca de 40 e os demais são bem mais recentes, datam praticamente da fundação da EMBRAPA. Nesse momento nós estamos criando mais três outros centros na Amazônia Legal, no Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, que eram demandas antigas. Nesses Estados, nesse momento, nós estamos com uma atuação bastante intensa. Só para ter uma ideia, no Mato Grosso, nesse momento, 12 centros da EMBRAPA têm atuação lá, mas nós não tínhamos um centro da EMBRAPA no Estado. Na realidade nós tínhamos anteriormente, quando separou o Estado os três ficaram no Mato Grosso do Sul. Em Tocantins nunca tivemos, temos uma atuação junto à UNITINS, um escritório lá, e no Maranhão nós temos nesse momento também um arranjo junto com o Governo do Estado, mas está sendo criada, nos próximos meses, um centro da EMBRAPA, um Eco-regional da EMBRAPA no Maranhão. O próximo.

Mas como é que nós atuamos na região? Nós não atuamos somente com esse contingente de centros da região. A EMBRAPA tem um conjunto de centros bastante grande, centros de produtos, centros temáticos básicos e centros agroflorestais ou ecoregionais no País inteiro, e a nossa cartografia tem sido ampliada em relação internacional, está completando onze que nós abrimos o escritório remoto para antenagem nos Estados Unidos e que, a partir do ano passado, está abrigando inclusive uma pessoa especialista em floresta pela primeira vez oriunda da Amazônia. Temos na Europa também um escritório remoto, que já tem cerca de seis ou sete anos, começou na França, nesse momento está na Holanda, estamos com o primeiro posto agora sendo ocupado no Reino Unido. E o próximo passo, também na Ásia, o que traz a possibilidade de nós ampliarmos sobremaneira a interação das unidades da Amazônia com países com tecnologia de ponta e países, também, que têm elementos em comum. Também na África e na América Latina estamos com novas figuras de cooperação e transferências de tecnologia, o que leva também a uma outra questão do que nós estamos fazendo na Amazônia ter um horizonte de aplicação muito maior, considerando que essa ação da EMBRAPA no território nacional, juntamente com várias outras instituições de pesquisa, ensino, conferem ao Brasil uma posição de destaque com pioneirismo na questão de agricultura tropical. O próximo.

Aqui um pouco sobre a nossa situação atual em relação à pessoal. O Dr. Val comentou genericamente em termos da Amazônia, já deu um bom pano de fundo para comentar qual é a nossa situação e aqui nós temos um dado. Os empregados antes de outubro de 2008. A EMBRAPA foi contemplada pela presidência da República com o que se chama PAC EMBRAPA, que é um Programa de Fortalecimento da EMBRAPA e que envolve não apenas a questão de recursos financeiros para investimento, mas, também, para custeio e fortemente também o espaço de contratação de pessoal, quer dizer, não poderíamos avançar sem mais pessoas, como o quadro que foi comentado pelo Dr. Val. Aqui nós temos o que é que tem da EMBRAPA como um todo nesse momento, como é que nós tínhamos e qual a nossa participação relativa com relação àqueles seis centros da Amazônia. Não estou computando a participação de outros centros na Amazônia, mas os seis centros que nós dispúnhamos e dispomos nesse momento. Então nós podemos ver que nesse momento nós temos cerca de 13,3% dos pesquisadores da EMBRAPA no Brasil inteiro, no seu quadro total, analistas um pouco menos até, e o que temos um percentual ligeiramente maior é de 16%. Se nós olharmos qualificadamente aqui, Pesquisador A, quer dizer, com Doutorado, nós temos 10% apenas dos pesquisadores da EMBRAPA, com Mestrado temos 22%, e esse Pesquisador 1 são os remanescentes, sem Mestrado, que na realidade há anos nós não contratamos mais ninguém sem Mestrado e são aquelas pessoas que já estão em vias de se aposentar. O próximo.

Se nós olharmos entre as nossas unidades, aquelas seis unidades que eu comentei, nós vemos que na realidade nós temos algumas unidades muito mais aquinhoadas, o caso da CPATU aqui, que é do Estado do Pará, como o principal centro é aquele que tem 70 anos, tem um mandato bastante grande, ele transcende o mandato do próprio Estado da Amazônia Oriental e vemos uma variedade bastante ampla e vemos que na realidade a tendência nesse momento é nós termos um contingente crescente de doutores em cada unidade e várias das pessoas que estão nessa lista como mestres, eles, na realidade, já estão em processo de qualificação para Doutorado, e vários desses de pesquisadores com Doutorado já têm pós-doutoramento. O próximo.

Nesse Programa de Fortalecimento PAC EMBRAPA, a partir do ano passado nós começamos as

contratações, estamos com contratações esse ano e vamos completar as contratações em 2010. Aqui é um quadro do que aconteceu de contratação para essas unidades entre o final do ano passado e início desse ano. Vemos que têm várias unidades, por exemplo, a unidade do Amapá é uma unidade que nós estamos contemplando bastante, tanto em termos de pessoal quanto de estrutura, sabendo da importância daquela unidade na posição geográfica que ela ocupa. Várias outras unidades, por exemplo, Roraima está aqui, temos também um contingente bastante ampliado, e a tentativa justamente nesse novo momento, essas novas contratações, são suprir necessidades novas dessa nova política, que é o objeto da discussão nesse sentido dessa reunião, inclusive novas frentes ligadas à ciência de ponta, trazendo a possibilidade de nós avançarmos em linhas que normalmente nós não estávamos atuando. O próximo.

Como eu comentei, ainda temos mais vagas para serem completadas nesse momento do total das vagas que são desse Plano Geral PAC EMBRAPA, temos para a região 52 de apoio e 55 pesquisadores ainda a contratar, vários dos quais também que vão ser contratados em outros centros fora da região, mas com mandatos de trabalhar na região de uma nova forma que nós estamos vendo, que são plataformas de integração temática. O próximo.

Aqui está ruim, essa daqui não está parecendo, eu não sei, são problemas de compatibilidade. Bom, ali eu estava mostrando, na realidade, a questão de orçamento. Nós estamos subindo bastante o orçamento em termos de investimento, pessoal e custeio para a Amazônia, mas ele ainda está bastante modesto em relação ao resto da empresa. Por exemplo, nesse momento, correspondente aos números que eu mostrei, cerca de 14% nos estamos usando em pessoal, cerca de 10% dos custeios também são relativos à Amazônia e um pouco abaixo, em torno de 9%, em relação também dos investimentos atuais para a região. O próximo.

Aqui, também, a nossa malha de campos experimentais, só na EMBRAPA e na Amazônia oriental nós temos 13, aqui em Roraima temos quatro, o Acre não tem nenhum [soa a campainha], mas está criando um agora, enfim, temos uma malha espacial bastante importante em várias ecoregiões amazônicas, onde nós temos campos experimentais. O próximo.

Aqui a situação atual do conjunto de laboratórios. Temos uma ampla gama de laboratórios espalhados pelas unidades do Acre, Amapá, do Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Novos laboratórios estão sendo fortalecidos, alguns criados, mas fortemente estamos criando figuras de laboratórios de integração, laboratórios de referência de modo a que nós possamos melhor utilizar a nossa estrutura e pessoal, não apenas internamente, mas considerando a malha de atuação de outras instituições como os institutos do MCT, as universidades, os parques tecnológicos que alguns Estados estão criando. O próximo.

A nossa missão geral na Amazônia, cada unidade nossa tem o seu foco específico, mas a nossa missão geral para a Amazônia é de viabilizar inovações para a sustentabilidade da agricultura e o uso dos recursos florestais em benefício da sociedade amazônica. O próximo.

Como é que nós estamos encarando o que seria essa agricultura sustentável amazônica. Nós estamos num País que ainda detém muito da sua mega biodiversidade e eu tenho colecionado muitas visões de agricultura emitidas recentemente que trazem à baila que um País que não está totalmente antropizado, a visão de agricultura não é a mesma de um País que ainda detém um capital natural. Então nós não temos apenas esse lado daqui, que é o que fazer em áreas já alteradas, onde na realidade nós temos várias opções de sistemas sustentáveis de produção, mas nós temos que considerar que o benefício, o recurso oriundo da agricultura nesses países e, particularmente, numa região como a Amazônia, é a soma disso do que é que se pode explorar numa questão de conservação e uso de recursos naturais, não apenas florestais, mas também hídricos. O próximo.

É nesse sentido que nós estamos olhando a Amazônia, quer dizer, não apenas com o verbo plantar e criar e também fortemente com o verbo manejar, onde o colher é o verbo em comum, mas nós temos que utilizar muito esse benefício de nós termos esse conjunto. Temos culturas que são emblemáticas nesse sentido. Por exemplo, o açaí. O açaí pode ser explorado em reservas extrativistas, ele pode ser explorado em reservas de propriedade, em reservas legais de propriedade, e nós tivemos um processo que justamente passa nessa transição, que é o processo de domesticação. No final de 2004, a EMBRAPA Amazônia Oriental lançou a primeira cultivar de Açaí, açaí plantado, possibilidade de colher cedo, baixo, e que torna a cadeia do açaí, a possibilidade de nós termos açaí vindo da floresta manejada, açaí vindo de uma floresta secundária, temos a possibilidade de açaí vindo de uma reserva legal de um lote e temos o açaí plantado na terra firme. Então uma nova visão que um País que só tem áreas antropizadas não tem o potencial que nós temos, que a Amazônia tem. O próximo.

Nesse sentido, nós temos quatro eixos principais de atuação na Amazônia. Um é no ordenamento e monitoramento de gestão de territórios, onde a ques-

tão mais visível é o ordenamento, nós participamos praticamente de todos os zoneamentos realizados na Amazônia, mas nós temos um de monitoramento muito importante, não apenas de recursos biofísico e biogeoquímicos, mas fortemente de aspectos biológicos, como o papel, por exemplo, dos polinizadores, o papel de inimigos naturais, o papel de dispersores é que dão o tom da importância da manutenção da vegetação natural e o que o Dr. Val comentou, a questão de fragmentação também. Aqui nós temos o manejo, valoração e valorização de recursos natural, florestas hídricas, justamente esse mandato que nós temos ligado à questão de pesquisa florestal, a importância que nós estamos com a cadeia dentro da EMBRAPA com outros centros, inclusive o Centro Nacional de Pesquisa Florestal de Colombo, no Paraná, e, agora, a presença de um colega que está atuando na Amazônia junto ao Serviço Florestal Americano, interagindo com o Brasil também. Aqui é a imagem mais visível e conhecida nossa, que é o sistema de produção sustentável para as áreas alteradas ou áreas de consolidação, que incluem todo aquele plantar, criar e suas combinações, inclusive com vários sistemas criativos, como a integração lavoura, pecuária, silvicultura, vários sistemas de uso sem queima, de preparo de área sem queima e com preocupação de conservação do solo, processos de intensificação da pecuária, aquicultura, e temos uma forte ação na agregação de valor a produtos pelos centros da Amazônia, principalmente da Amazônia Oriental e do Acre, mas, também, interação com outros centros da EMBRAPA e atores locais. Por exemplo, nós temos o Centro de Agroindústria Tropical em Fortaleza, que tem vários laboratórios de referência nacional como de embalagens e outro, temos a EMBRAPA Agroindústria de Alimentos no Rio, que completam a nossa ação, mais a EMBRAPA Instrumentação Pecuária em São Carlos, onde na última quinta-feira eu tive o prazer de estar na inauguração do laboratório, o primeiro laboratório mundial de nanotecnologia aplicada à agricultura e que certamente tem um papel extremamente importante no futuro de produtos também da biodiversidade amazônica nesse contexto. O próximo.

Só rapidamente mostrando essa realidade, por exemplo, em termos de opções tecnológicas de floresta natural temos uma série de questões concretas já de modelos de manejo de impacto reduzido, tanto para a questão empresarial como comunitária, inclusive essa semana nós estamos participando, amanhã, de uma reunião nacional sobre a questão de manejo comunitário. Aqui temos uma metodologia bastante interessante, recém desenvolvida pela EMBRAPA Acre, que é a Modeflora, que é o manejo de precisão através da adaptação d um GPS, traz um novo momento na questão do manejo florestal amazônico. O próximo.

Em produtos não madeireiros temos um conjunto bastante amplo de atuações, temos inclusive um projeto em rede regional, o Projeto Camucaia, que na linguagem de um grupo indígena da região de Roraima significa o uso da floresta, onde nós estamos trabalhando principalmente com cinco produtos, mas com a possibilidade de expandir muito mais, buscando, inclusive, aspectos técnicos, aspectos econômicos para a viabilidade e políticas de apoio. O próximo.

Como eu comentei na questão também do manejar, nós temos o manejo dos nossos recursos hídricos. Descobertas arqueológicas mostram justamente a importância da aquicultura de subsistência ao longo da história amazônica e aqui nós temos já alguma contribuição, principalmente da EMBRAPA Amazônia Ocidental, estamos na realidade fortalecendo grupos na Amazônia na questão de aquicultura. Por exemplo, a EMBRAPA Amapá está sendo fortalecida com a carcinicultura, que é a criação de camarão de água doce, dando o signo de estuário que aquela unidade merece. O próximo.

Temos aqui, não vamos ler, mas conjuntos bastante amplos de sistemas de produção para a agricultura propriamente dita, onde nesse segmento embute um lado muito importante que é a parte de genética, biotecnologia, sistemas de produção. Enfim, nessa lista, na realidade, nós temos um portfólio muito amplo de pesquisa para chegar em sistemas sustentáveis. Aqui só estão sistemas que nós temos condições já de repassar a informação para a política pública e nós estamos passando essa informação justamente para iniciativas que estão surgindo na região, várias iniciativas, inclusive iniciativas do Mais Alimento, a regional do Mais Alimento, a questão da Operação Arco Verde e outras. O próximo.

A mesma coisa com os sistemas de silviculturais plantados; temos vários plantios de espécies nativas sim. Ao longo de várias décadas nós trabalhamos na surdina, com dificuldade de manter experimentos de longa duração, esse é um ponto extremamente importante, em cima de espécies nativas quando o espaço só era dado para espécies exóticas. Mantivemos, temos um acervo de informação bastante forte e agora estamos tendo mais oportunidade de utilizamos, no momento em que a demanda de florestas de plantação, recuperação de áreas degradadas com espécies florestais, regionais, está na pauta. E aqui temos já vários, os mais evidentes são esses, mas temos também com espécies exóticas e vários sistemas agroflorestais, vários dos quais quantificados com coeficientes técnicos passíveis de serem adotados em escala maior.

Esse é um ponto extremamente importante nesse momento. O próximo.

Na questão da pecuária também, dependendo, o agricultor que quiser intensificar a sua pecuária e manter a sua pecuária como a operação principal, desde o pequeno produtor até o produtor de grandes áreas nós temos nos vários Estados opções bastante importantes, tanto da pecuária em si como a integração lavoura-pecuária, a integração lavoura-pecuária-sivicultura e que estamos à disposição dos parlamentares para maiores detalhes. A questão, também, de espécies em vias de domesticação, principalmente a Amazônia Oriental tem trabalhado um pouco, e o caititu já está no cardápio de alguns restaurantes de Belém em função desse trabalho. O próximo.

Desapareceram algumas fotos aí, mas aqui é o nosso papel em relação à Pan-Amazônia. Cada unidade nossa tem uma agenda bastante intensa de interação com a Pan-Amazônia e praticamente todas as ações que estão em andamento, o Dr. Luiz Barreto de Castro estava comentando justamente a agenda com a Guiana Francesa, ontem mesmo nós estávamos com um pesquisador participando, pesquisador da Amazônia Oriental e do Amapá participando. Há menos de um mês estive na assinatura de um documento que o Presidente do Peru e Brasil, no Acre, um projeto bastante importante naquela alínea(F). Temos projetos bilaterais bastante importantes. Em Roraima estamos com um espaço muito importante, porque a EMBRAPA está com o escritório de transferência de tecnologia sediado em Caracas, mas que vai ter um braço também na região amazônica venezuelana em complementação à nossa atuação, Suriname, Guiana, Bolívia, Colômbia, enfim, estamos com uma agenda bastante forte. Temos também ações em cooperação multilateral, principalmente com o Consórcio da Iniciativa Amazônica, que são quatrocentos internacionais, e temos também com o Procitrópicos, que é ligado ao IICA.

Enfim, é um momento extremamente importante porque nós não encaramos esse desafio apenas do ponto de vista solidário, de complementaridade, mas, também, o papel geopolítico da importância de nós construirmos em conjunto o avanço da agricultura tropical, o avanço e a tangibilidade de agricultura sustentável na Amazônia, mostrando que o histórico da Amazônia milenarmente traz a agricultura no seu bojo, mas traz uma agricultura nos moldes que eu comentei, com os três verbos. Eu acho que é com os três verbos que nós temos o futuro da agricultura e nesse sentido - eu gostaria do último *slide*, o penúltimo, aliás -, nesse sentido eu saliento a importância de estar justamente aqui com a Comissão de Ciência e Tecnologia, que eu acredito que esse é um ponto extremamente importante para o nosso futuro. Se nós olharmos as ondas de inovação, nós estamos numa onda de inovação que ela traz com força o capital natural, não da forma como foi comentado de apenas exportação bruta do capital natural. Ela traz de interações, ela atrás de sintonia fina, ciência e tecnologia para esse capital natural. Por exemplo, eu comentei o caso da nanotecnologia, biotecnologia, eu acho que esse é o caminho que nós não podemos deixar de lado. Temos que trabalhar firme, verificar dentro desse portfólio da EMBRAPA, das outras instituições, trabalhar a malha do País inteiro e esse espaço diferenciado é da construção que não é só para nós, é uma construção da Pan-Amazônia, mas mais do que isso é uma construção com exportação para países africanos e outros na América Latina com um espaço geopolítico diferenciado que está nas nossas mãos. O próximo.

Aqui o meu e-mail para quem interessar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Dra. Tatiana de Sá, Diretora-Presidente, em exercício, da EMBRAPA, pela brilhante exposição. Passo a palavra ao nosso último expositor, Dr. Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências. V. Sa. terá dez minutos para a sua exposição, prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra o Dr. Jacob Palis Júnior.

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, demais Senadores, Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu estou me sentindo quase parte dessa Casa porque tenho estado com os senhores três vezes num breve período de tempo e sempre tratando de assuntos da maior importância para a ciência, tecnologia e inovação deste País.

O tema Amazônia, que é o assunto do dia, ele ocupa um lugar de destaque dentre as prioridades do País, dos senhores, a demonstração da importância que tem a Amazônia para o Senado Federal fica clara com essa participação muito grande da Comissão, mas eu quero afiançar que o mesmo ocorre na comunidade científica e tecnológica. A Amazônia tem sido uma prioridade, eu diria, quase que nº 1 nos nossos planos de atividade, nas nossas proposições em benefício da sociedade brasileira e, porque não dizer, mesmo da humanidade.

Eu queria só citar que o nosso colega, o meu colega Luiz Antônio, mencionou o caso do etanol de cana-de-açúcar, da experiência brasileira, como uma importante contribuição do País à mitigação do problema sério de mudanças climáticas. Mas ele foi tímido, como têm sido vários dos nossos especialistas. De fato isso que é bonito de ciência e tecnologia, utilizando dados de pesquisadores de peso, muito peso internacional, preocupados com a segurança alimentar,

eles é que têm criticado bastante os biocombustíveis, em particular o etanol da cana-de-açúcar brasileira, mas usando os próprios dados deles nós chegamos à conclusão de que com um pouquinho, um pedacinho de terra arável que eles dizem que deve sobrar para garantirmos a segurança alimentar, é como se nós estivéssemos usando as equações, não é bem dos inimigos, mas dos que combatem, crendo que estão fazendo uma coisa muito boa, combatem o nosso etanol, nós temos que, então, com a pequena terra arável que sobra das equações desses especialistas em segurança alimentar, nós podemos produzir etanol só no Brasil e América do Sul que cobre o consumo mundial de gasolina até o ano de 2050. Então isso é um dado espetacular, não é só 10%, viu Luiz Antônio? Nós temos falado pelo menos 10%, mas poxa, eu sou matemático, então não precisa tomar um risco assim de incerteza tão grande, porque é mais do que 100% do consumo mundial de gasolina até 2050. E mais ainda: é de longe a energia, o biocombustível que é mais limpo. Essencialmente ele produz de volta oito vezes mais do que a energia que consome para ser produzido, então é um conjunto de qualidades excepcionais que são comprovados por argumentos científicos. Eu acho que isso é muito importante. Eu queria começar por aí, que não é 10% não, é mais do que 100% do consumo de gasolina mundial até 2050.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** O Brasil pode produzir de etanol--

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Mais a América do Sul. O Brasil ocupa...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** A América do Sul pode produzir tudo que se consome de combustível no mundo, abastecer até 2050?

**DR. JACOB PALIS JÚNIOR:** De gasolina, sim, e respeitando e preservando a terra arável proposta pelos grandes cientistas que defendem a segurança alimentar.

Então a Academia Brasileira de Ciências apresentou esse estudo, realizado por grandes especialistas brasileiros, recentemente numa reunião de G8+5 das Academias de Ciências que teve lugar em Roma e do qual, dessa reunião, resultou um comunicado, que foi aprovado por unanimidade, para subsidiar os primeiros mandatários dos países do G8+5 que vão se reunir aproximadamente. Então, Senadores, eu acho que o Presidente Lula vai entrar com um argumento muito forte, se necessário for, a favor do etanol de cana-de-açúcar brasileiro. É um grande sucesso. Então isso é ciência e tecnologia. Então a Academia Brasileira de Ciências organizou um grupo de estudos que fez um documento simples, tem 28 páginas, mas a tônica aqui foi de enfatizar um investimento que o País pode e deve fazer, está fazendo em ciência e tecnologia na Amazônia. Então é muito objetivo, é muito fácil se perder na floresta amazônica. Se a gente for falar de muita coisa, acaba se perdendo na floresta. Então aqui têm propostas muito concretas, algumas delas já estão sendo implementadas.

Eu queria comentar brevemente sobre alguns pontos. Por exemplo, nós estamos propondo aqui que se reserve um canal de comunicação no satélite brasileiro para a Amazônia e isso a gente pode fazer dentro de casa, Luiz Antônio, porque este é um satélite do INPE, é do MCT. Então reservar para melhorar a comunicação via esse satélite entre os núcleos de ciência e tecnologia da Amazônia. Eu acho que isso é uma coisa que pode ser considerada e que vai melhorar muito a obstrução, a dificuldade que o Adalberto Val comentou sobre a comunicação eletrônica entre os núcleos de pesquisa da região. Isso não impede, também, que as fibras óticas sejam instaladas a nível da terra, mas nós estamos falando de uma coisa relativamente simples, isso é que esse documento propõe, muitas coisas simples, mas que vão ter um efeito imediato sobre a ciência e tecnologia da Amazônia.

Um outro ponto que é importante aqui ressaltar é que atualmente a ciência, tecnologia e inovação do País têm investimentos da ordem de 1,2%, 1,3% do nosso PIB. Luiz Antônio, me corrija se eu estou enganado, mas eu creio que não. Atingimos, hein Luiz Antônio, 1,2%, 1,3% do PIB [soa a campainha]. Isso dá um destaque no País muito grande em relação aos países da América Latina sem dúvida nenhuma, mas mesmo em relação aos países de destaque chamados emergentes. Então a promessa do Presidente Lula, deste Governo, é atingir 1,5% até o final de 2010. Se nós alcançarmos esse percentual, isso é uma vitória extraordinária do País e coloca em cheque tentarmos algo parecido para a Amazônia. Eu dei uma voltinha para chegar na Amazônia. Então a Amazônia, atualmente, cálculos aproximados, indicam 0,4%. Então nós teríamos que multiplicar por três esse valor para ficar equilibrado com a contribuição da Amazônia para o PIB nacional. Pelo menos 2%, 3% é o número certo. Então isto é uma coisa que a gente tem que ter sempre em mente e de forma estratégica, objetiva. Por exemplo, aqui um ponto que é importante ressaltar é que é possível ter pesquisadores fixados na Amazônia, não só os atuais, têm muitos de muito bom nível, mas aumentar esse contingente. Uma forma que nós propomos é de que isso seja feito através de uma bolsa chamada de produtividade em pesquisa do CNPQ, portanto, do MCT, que seria expandida, duplicada, com recursos dos próprios Estados da Amazônia. É muito difícil fazer esse nível de remuneração da bolsa

de pesquisa ser diferente para a Amazônia, mas não é impossível que os próprios Estados concebam junto com o MCT; não são duas bolsas, é a mesma bolsa. Se houver mérito, que o valor seja duplicado com a contribuição dos Estados. Vejam bem, é a mesma bolsa. Se nós propusermos duas bolsas, aí vem o Tribunal de Contas da União, CGU, dizendo: "Não, duas bolsas não é possível". Não estamos propondo duas bolsas, nós estamos propondo que aqueles que tenham bolsa de produtividade em pesquisa do CNPQ, quando for da Amazônia, ela tenha um valor diferenciado, que é contribuição do próprio Estado. Recentemente, em visitas que a Academia Brasileira de Ciências fez aos Estados do Amazonas e do Pará, os seus Secretários de Ciência e Tecnologia concordaram com essa proposta. Então é algo que eu acho que está também à mão. Isto fará uma grande diferença. A ideia de que uma remuneração melhor não ajuda o pesquisador a fixar-se em uma região não é verdadeira. É claro que uma remuneração maior é muito atraente. Claro, o pesquisador, ele não vai em busca de ficar rico, mas ele deslocar-se de um centro como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, com uma remuneração maior, é atraente, não há a menor dúvida sobre isso. Então essa é outra proposta muito concreta e que não exige grandes esforços para ser implementada.

Há uma terceira proposta aqui nossa. Então eu falei de comunicação, que eu acho bastante viável a comunicação eletrônica, melhorar bastante, melhorar o nível de remuneração dos bons pesquisadores da região e novos que sejam atraídos para ela. Nós propomos aqui também que sejam criadas novas universidades. Eu tenho a satisfação, a alegria de dizer que isto já está acontecendo. Nós temos agora uma nova universidade, a Universidade Federal da Integração Amazônia no Oeste do Pará. Essa é nova, a gente propôs três universidades nos próximos cinco anos, já temos uma, sendo que temos várias extensões universitárias, algumas das quais podem se transformar em universidades. Então o País está se mexendo, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, dentre outros, mas esses, mais próximos da gente, têm tido uma atuação brilhante. Eu não estou elogiando de graça. Quando é para criticar, a gente critica também. Aliás, o cientista brasileiro é conhecido por criticar bastante. Eu mesmo já participei de entendimentos para derrubar dois Ministros de Ciência e Tecnologia nos anos 80 [risos].

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Fez uma conspiração.

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Conspiração, sim, conspiração do bem. Então agora nós temos a alegria de dizer que as atuações são realmente brilhantes. O que está faltando é levar adiante essas idéias simples e exequíveis para transformar a Amazônia num centro de competência em ciência e tecnologia. Não é possível termos bons Planos de Desenvolvimento Sustentável, que respeitem o meio ambiente, sem ter competência local. Os senhores todos, acredito, concordam que isso é impossível. É como se nós quiséssemos transferir para um País pobre da África toda uma tecnologia avançada sem, primeiro, cuidar da competência local. São cientistas do local que vão opinar com maior competência sobre planos de desenvolvimento da sua própria região.

Eu acho que toquei em pontos importantes, exequíveis. Há uma proposta também de criarmos, de que sejam criados novos Institutos de Pesquisa na Amazônia. Então aqui é verdade que o Ministério da Ciência e Tecnologia promoveu Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, em forma de redes, com sede na região amazônica; se eu não me engano são oito. Esses institutos são muito importantes, realmente a ciência nacional vai dar um salto com a implantação de uma centena desses institutos, mas especificamente a nossa proposta é que sejam construídos fisicamente, não só em forma de rede, um Instituto de Recursos Hídricos. Nós temos a maior quantidade de recursos hídricos do planeta, é preciso cuidar deles, senão vamos perdê-lo. Um Instituto para Recursos Minerais é outra área de primeira importância para a região. Por exemplo, temos a presença da VALE na região, então é muito importante ter um instituto que seja independente e coopere com o setor produtivo, mas que seja independente. E, finalmente, um Instituto de Biodiversidade. Nós já temos o INPA da Amazônia e outros no Pará importantes, mas a região é tão ampla e tão importante em termos de biodiversidade que caberia mais um instituto nessa região.

Bom, eu acho que tratei de pontos bem concretos. A expansão do quadro de pesquisadores, isso é vital, a remuneração, a criação de novas universidades, novos institutos, e a meta de atingir um percentual de investimento em ciência e tecnologia compatível com a contribuição da região amazônica para o PIB nacional. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia Brasileira de Ciências.

Antes de darmos início aos questionamentos dos Exmos. Senadores, membros da CCT e da Subcomissão da Amazônia, eu quero fazer um comunicado.

Comunicado nº 5, de 2009, Emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias 2010. A Secretaria da Comissão Mista de Orçamento informa que a partir de 03 de junho – hoje – estará aberto o sistema

informatizado para recebimento de Emendas ao PLDO 2010 em virtude da aprovação do parecer preliminar ocorrido nesta data – que foi ontem. O prazo para a apresentação de Emendas ao PLDO 2010 é de 03 a 12 de junho de 2009. No último dia o recebimento será até às 18 horas. Há duas etapas para a conclusão da apresentação das Emendas. A primeira é realizada mediante o envio pelo sistema. A segunda se dá com a entrega do recibo assinado pelo autor. O funcionário credenciado pelo autor junto à Comissão Mista do Orçamento, devidamente identificado, deverá entregar o recibo na Secretaria. Somente com o cumprimento das duas etapas a apresentação das Emendas será efetivada. Então é da maior importância a informação aos Exmos. Srs. Senadores para que possam se habilitar, tendo o prazo de até 12 de junho para apresentar Emendas ao PLDO. Senador Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Emenda de Comissão?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Isso.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** São quantas Emendas? São três Emendas por Comissão?

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** De três a cinco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Depende da Comissão, Senador Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Tá bom.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Vamos iniciar pela lista dos inscritos com o Senador Geraldo Mesquita.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sr. Presidente, eu não tenho nada contra, mas quais foram os--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Peço permissão--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu vou conceder a palavra, mas se depois do Geraldinho eu puder usar como autor do requerimento, eu gostaria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Peço desculpas ao Senador Casagrande. Ele como autor do requerimento tem prioridade na inscrição, mas agradeço ao Senador Casagrande e retorno a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu faço questão absoluta de ouvir o Senador Casagrande [risos]. Eu faço questão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Vamos, então, manter o Regimento. V. Exa. como autor do requerimento tem prioridade e, também, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Senador Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu tenho prioridade como autor do requerimento, mas não teria problema nenhum em ouvir o Senador Geraldo Mesquita, muito pelo contrário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Renato Casagrande, para nós é uma honra muito grande tê-lo como membro da CCT e Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Nós discutíamos no início da Audiência Pública a importância desta Audiência de investimentos em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da nossa Amazônia. Com a palavra o Senador Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Esta Audiência foi ainda no ano legislativo de 2008, quando o Jacob Palis esteve aqui, mais o Adalberto, nós tivemos o ABC, o Luiz ABC, e nós tivemos a preocupação de num debate sobre ciência e tecnologia, investimento em ciência e tecnologia, fazermos um debate sobre os investimentos na Amazônia, porque a Academia Brasileira de Ciências apresentou esse documento que eles tinham feito, então foi decorrente daquela discussão naquele debate.

De fato eu acho que nós, se quisermos proteger, proteger não significa não usar, mas se a gente quiser proteger a Amazônia, nós precisamos estabelecer novos modelos de desenvolvimento, não só para aquela região; a gente se prende àquela região pela riqueza que nós temos ainda de floresta, de água, pelo que a gente tem ainda de áreas preservadas naquela região, mas se o mundo quiser proteger a terra, terá que estabelecer um novo modelo de desenvolvimento, se o mundo quiser. Eu tenho dito que nós estamos aqui numa encruzilhada nesse momento. Há um grande debate sobre que caminhos seguir e quais são os instrumentos que nos levam a esse novo caminho, debate de legislação florestal, debate de legislação ambiental, um embate que eu acho de certa forma um pouco fantasioso entre quem quer produzir e quem quer proteger, acho que é um pouco fantasioso porque nós temos que tomar uma decisão política, a decisão é política. Se a gente quiser preservar o que nós temos de floresta no Brasil, a decisão é política. Nós temos que considerar as pessoas que moram em áreas como na região amazônica, darmos condições de sobrevivência a elas e protegermos as florestas. Eu acho que nós temos caminhos para isso, desde que a gente mude de fato a cultura, desde que a gente mude prioridades de investimento. Eu acho fundamental que nós possamos fazer e ter esse tipo de debate.

A Amazônia tem aí, o Jacob colocou, a EMBRAPA colocou, o INPA também colocou. Eu não vi a exposição do Luiz ABC, mas há uma expansão das unidades de pesquisa e de inovação na região da Amazônia. Mas é suficiente? Quando nós vamos tratar do modelo de desenvolvimento da Amazônia, a gente fala assim: "A riqueza que nós temos, primeiro, deve ser observado o manejo florestal sustentável". O manejo é feito hoje de forma em alguns locais adequados e alguns locais predatório, não tem um controle efetivo. Mas além da riqueza madeireira, da riqueza da extração da madeira, vamos imaginar que a gente vá extrair madeira de forma racional e sustentável. Além disso, nós temos as outras riquezas não madeireiras e nós temos a necessidade de investimentos, a Tatiana colocou a questão da agroindústria, da indústria vinculada aos produtos da Amazônia, da floresta amazônica. E os produtos vinculados à indústria de medicamentos? Qual é o nível de investimento nisso? Nós temos que ter... É suficiente hoje àquelas três unidades que o Adalberto apresentou, o INPA, o Goeldi, é suficiente? A EMBRAPA supre o resto, as universidades suprem o resto? Qual é a rede de investimento em pesquisa que nós temos que ter de fato na Amazônia e qual é a política que nós podemos desenvolver? Acho que é isso, cada unidade federativa, das nove unidades federativas da Amazônia, onde é que nós precisamos jogar peso, porque na hora de discussão da LDO, do orçamento, essa Comissão possa colocar Emendas específicas para consolidar uma rede de pesquisa na Amazônia.

Eu concordo que nós estamos avançando muito, eu tenho que reconhecer também que há avanços significativos importantes, mas, enfim, se vocês fossem Senadores, se vocês fossem Senadores e tivessem que propor alguma coisa na área da Amazônia, aonde é que nós colocaríamos, quais são os investimentos em pesquisa? Se pesquisa é o caminho para que a gente possa ter qualidade de vida e consumirmos com um gasto menor de recursos naturais, quais são os investimentos que nós temos que fazer para que a gente possa desenvolver essa área da Amazônia? Em que é que nós lutaríamos o que é que nós faríamos neste momento?

A outra questão que eu quero perguntar a vocês, para que vocês possam observar. Primeiro é a questão da regularização fundiária. Está aqui o INPA, está aqui a EMBRAPA, que têm pelo menos vivência na Amazônia. Nós vamos votar hoje uma Medida Provisória que vai tratar da regularização fundiária na Amazônia, está certo? Esta regularização proposta, ela é adequada a este novo modelo? Nós temos hoje um conflito dentro do Governo. Nós temos o Ministro Mangabeira Unger, que coordena o Plano Amazônia Sustentável, que defende um dos pontos da Amazônia sustentável, que é a regularização fundiária. Nós temos o Ministério do Meio Ambiente que hoje tem até uma posição mais simpática à regularização, mas acha que faltam algumas pré-condições ainda para a regularização. Nós temos uma referência aqui que eu gosto de usá-la como referência, porque ela é de lá e foi Ministra, é lutadora da área ambiental, que é a Senadora Marina Silva, que é contra essa regularização fundiária. Então, assim, nós ficamos aqui, eu não sou da região, conheço a região de visitas, mas nós ficamos aqui... O Flexa é da região, o Mozarildo é da região, está certo, mas nós que não somos da região, nós ficamos aqui sem, às vezes, uma posição mais clara para que nós possamos tomar as medidas aqui, dentro do Parlamento, que sejam medidas que favoreçam o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Então essa questão da regularização na avaliação de vocês, eu sei que não está afeto ao trabalho específico de vocês, mas quem tiver uma opinião sobre essa questão é importante para subsidiar os Senadores para o debate e para a votação que nós vamos ter agora na parte da tarde. Eu acho que isso é importante.

Então eu queria colocar essas questões, dizer da minha alegria de estar vivendo este momento no Senado, acho que a população brasileira vai ter a oportunidade de definir o seu caminho. Nós não precisamos avançar em nada mais que seja de desmatamento, seja na região Norte, seja em qualquer outra região, em qualquer outro bioma brasileiro, se nós de fato tivéssemos investimento em ciência, tecnologia e inovação no nosso País. Então eu queria fazer essa referência, dizer da importância desse debate aqui na Comissão.

Presidente, faço uma outra sugestão, para encerrar, que nós, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Ciência e Tecnologia, possamos aqui trazer o Ministro Mangabeira Unger para fazer um balanço dos planos e dos projetos que estão tratando com relação ao Plano da Amazônia Sustentável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Renato Casagrande e aguardo o requerimento de V. Exa. para que possamos fazer também reunião conjunta, pelo que eu entendi, das duas Comissões, com a presença do Ministro Mangabeira Unger.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados para que possam responder ao seu questionamento, com relação ao prazo de Emenda ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, são Emendas de Comissão, são cinco Emendas de metas e Emendas de texto não têm limite. O prazo de 12 de junho é o prazo

para que as Comissões encaminhem, aprovado numa Sessão, as Emendas encaminhadas pelos Senadores membros da Comissão. Então o prazo para que essas Emendas sejam enviadas à Comissão é até o dia 05 de junho agora, sexta-feira próxima. Na próxima semana faremos então uma votação, uma Sessão da Comissão para aprovarmos. Evidentemente que poderão haver encaminhamentos de mais Emendas do que o limite permitido, as de metas, e aí teremos que priorizar e, por consenso, fazermos o encaminhamento. Então só lembrando que o prazo para os membros da Comissão encaminharem as sugestões é até sexta-feira, dia 05.

A pergunta foi feita a todos?

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Deixa os Senadores perguntarem--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Eu sugiro que todos façam perguntas, depois respondam a todos. São poucos Senadores, é fácil, fica mais rápido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Em discussão a proposta do Senador Augusto Botelho para que todos os Senadores possam fazer as suas indagações e aí os convidados responderão em conjunto. Quem concordar com a proposta permaneça como se encontra. Aprovado.

Então vamos dar sequência aos inscritos. Senador Geraldo Mesquita com a palavra. Senador, com licença. Eu pediria que os nossos convidados fossem anotando as questões para que possam responder em conjunto, que serão muitas. Senador Geraldo Mesquita, por favor.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador Flexa Ribeiro, Senador Mozarildo, ambos presidindo essa importante reunião de duas Comissões de grande responsabilidade nessa Casa. Quero cumprimentar os colegas Senadores aqui presentes, em especial aos nossos convidados, a Dra. Tatiana, o Dr. Luiz Antônio, o Dr. Jacob e o Dr. Adalberto.

Eu vou ser muito breve porque acho que em se tratando da Amazônia a gente tem que ser. Cabe aos cientistas serem extensos. A nós cabe a brevidade, porque a pressa para que as coisas aconteçam ali impõe esse ritmo.

Eu queria iniciar relatando às senhoras e aos senhores a visita que recebemos ontem, aqui nesse mesmo espaço, da Embaixadora da Bélgica junto à União Europeia, ou seja, a representante da Bélgica na União Européia. Ela esteve em visita, está em visita ao Brasil e fez questão de visitar o Parlamento, segundo ela, porque ela se prepara para assumir um cargo mais importante ainda no contexto da União Europeia agora nos próximos dias, e, segundo ela, ela provocou essa conversa com parlamentares e aqui no Brasil com outras autoridades e organismos para se preparar melhor. Então ela disse que veio ouvir, e ontem, por coincidência, nós, inclusive com uma Sessão do Congresso Nacional, nós demos o pontapé inicial para as comemorações da Semana do Meio Ambiente. Eu aproveitei essa coincidência, revelei a ela que eu sou parlamentar da Amazônia e disse a ela que de fato é necessário que a gente estreite mais ainda as relações e que a União Europeia, esse organismo complexo que reúne 27 Nações Europeias, que conseguiu se viabilizar como um grande bloco, eu disse a ela que medidas simples que fossem tomadas naquele organismo, naquele âmbito, teriam grande impacto no que diz respeito ao meio ambiente, já que isso é uma grande preocupação na Europa e no restante do mundo. Eu sugeri a ela, por exemplo, que a União Europeia, bastava que a União Europeia, Senador Mozarildo, resolvesse, por exemplo, incrementar 5% na sua pauta de importação de produtos, por exemplo, como borracha natural, castanha, o açaí que a Dra. Tatiana nos relata aqui com sucesso os experimentos. Bastaria isso, por enquanto, medidas práticas e concretas, porque olha, eu estou já... Essa história da discussão, da compra do crédito carbono, é claro que essa discussão tem que ser travada, eu acho que num círculo muito especializado. Essa discussão não pode ser... Não pode não, eu acho que não tem necessidade de ser tão popularizada assim, mas eu disse para ela: "Olhe, a União Europeia pode, sim, interferir fortemente na questão ambiental. Por exemplo, no que diz respeito à Amazônia, se a União Europeia resolve incrementar 5% na sua pauta de importação de borracha natural, isso causaria imediatamente um reboliço danado ali na Amazônia".

Eu estou dizendo isso porque eu falava da questão da compra do crédito carbono, que é uma discussão que tem que ser travada, mas essa discussão para 25 milhões de amazônidas, ela passa por cima deles assim como um avião de carreira, lá em cima, o pessoal não toma nem conhecimento, e os resultados dessa discussão, quando baixam, não atinge praticamente a ninguém por ali, a verdade é essa. Então a gente precisa de soluções práticas e concretas. Esse é o tipo da Audiência que eu faço questão de participar porque é uma coisa, é uma raridade inclusive no Senado a gente reunir tanta inteligência numa mesa só, aprender, registrar avanços aqui e acolá.

A Amazônia, eu costumo dizer, que não tem projeto. A Linha de Tordesilhas que o Dr. Adalberto

traçou ali foi a coisa mais impactante que eu vi hoje aqui, a Linha de Tordesilhas, separando a Amazônia do restante do País. O restante de País tem projeto, se desenvolve e tal. A Amazônia, me parece que a gente continua com aquela ideia de que a Amazônia é a grande reserva. E, na verdade, não é reserva nenhuma. A Amazônia é um complexo de vários Estados, como a gente diz com mais de 25 milhões de pessoas ali vivendo, tentando sobreviver. A gente tem que parar com... Eu já fico arrepiado, essa expressão, olha, eu sou amazônida, mas eu fico arrepiado quando eu ouço essa expressão desenvolvendo sustentável, porque eu vou confessar uma coisa para vocês: na prática eu sei que isso é algo que a gente tem que aspirar, que a gente tem que buscar, mas eu acho que a gente está vulgarizando muito essa expressão; isso está virando um biombo atrás do qual a gente esconde todas as nossas mazelas, as nossas debilidades, as nossas... Eu vou dizer uma coisa para vocês: na prática, até agora, na prática o que eu observo no meu Estado pelo menos, eu não sei no restante da Amazônia, mas no meu estado desenvolvimento sustentável ainda significa o seguinte, na prática: que a maioria da população continua sustentando o desenvolvimento de poucos. Na prática é isso que acontece.

Portanto, eu acho que a gente precisa de ações práticas, concretas, agora para isso a gente precisa de grana. Como a Amazônia não tem projeto, para ela não vai dinheiro. Eu propus aqui no ano passado, tive o prazer de receber a visita do Dr. Adalberto, do INPA, e eu cheguei a falar várias vezes ali da Tribuna enaltecendo inclusive o que representa a EMBRAPA para esse País. Não precisa nem falar muito sobre isso. Por sinal eu queria dizer para a senhora que se prepare porque talvez a EMBRAPA tenha que botar os pés em outros lugares. Eu estive o ano passado em visita a alguns países do Caribe e o que mais eu ouvi foi cobrança da presença da EMBRAPA, da participação, da parceria da EMBRAPA nesses países, Dra. Tatiana. Então da EMBRAPA a gente não precisa falar muito. A EMBRAPA é um organismo tão importante para o que houve no Brasil nesses últimos 30 a 40 anos que dispensa elogios, dispensa comentários. Eu apenas da Tribuna o ano passado clamando, como se diz, por uma nova visão para a Amazônia, para uma nova perspectiva, eu cheguei a repetir algo que foi dito por uma cientista lá em Juruá, no meu Estado, onde ela dizia, por exemplo, que a gente precisava pensar num organismo que representasse para a Amazônia o que a EMBRAPA representou para todo o País no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, etc. Eu casei essa expressão com o INPA, por exemplo. Eu costumava dizer da Tribuna que a gente deveria transformar o INPA na EMBRAPA da floresta. Cheguei a iniciar um movimento, mesmo que tardio, já estava em cima da hora do encaminhamento das Emendas para o orçamento, mas aqui no Senado, por exemplo, para quem não sabe, há algumas coisas interessantes. Por exemplo, o Hospital Sara Kubitscheck. Todo ano todos os parlamentares, eu não conheço um que não coloca algum recurso para o Hospital Sara Kubitscheck. É religioso isso, todo Senador coloca. Então eu cheguei a propor que, por exemplo, em se tratando de Amazônia, que a gente repetisse isso na figura do INPA, que todos os parlamentares colocassem algum recurso para o INPA, por exemplo, porque a gente falar de pesquisa, de estudos, de levantamento de dados, de experimentos, de contratação de técnicos, de cientistas, de profissionais, não se faz isso sem dinheiro Dr. Luiz Antônio. Eu coloquei uma pequena quantia lá, como eu disse não tive tempo de cabalar entre meus oitenta pares aqui essa reflexão, mas esse ano eu acho que a gente precisa fazer. Está em tempo ainda, a gente precisa fazer se a gente quer de fato, pelo menos entre os parlamentares da Amazônia, Senador Mozarildo e Senador Flexa; a gente precisa ter essa visão. Já que a gente tem uma pequena fatia do orçamento à disposição, que a gente coloque Emendas para esses organismos, fortalecer esses organismos. A EMBRAPA tem alguma inserção no que diz respeito à busca de soluções na Amazônia? Que se coloque também alguma coisa. Agora a gente precisa transformar um organismo assim como o INPA no EMBRAPA da floresta. Eu acho que isso é de uma importância enorme. O INPA tem que se irradiar na Amazônia, como a EMBRAPA se irradiou no País; não basta que o INPA esteja instalado em Manaus, com alguns escritoriozinhos por ali. Não, tem que se irradiar na Amazônia inteira, tem que se associar com universidades, com outras institutos de pesquisa que tem por ali. A gente precisa fortalecer essas instituições.

Portanto, é claro que em se tratando da Amazônia a gente passaria o dia aqui falando. Eu confesso a vocês que eu ando, assim, extremamente frustrado. Uma Audiência como essa levanta o meu astral, a minha moral, porque a gente se encontra reencontra assim com o que está sendo feito, porque em se tratando do macro eu não consigo enxergar. Juro para vocês ele que não é má-fé, não é má vontade, eu não consigo enxergar qual é o projeto nacional para a Amazônia.

Quando eu falei da visita da Embaixadora é porque eu estava preocupado com o seguinte: olha, tem gente, tem assentado em áreas de reservas extrativista no Acre no limite da sobrevivência, tendo que recorrer a criar cinco, seis, dez, 20 cabeças de gado. São pessoas, por exemplo, que se a demanda por borra-

cha voltar a ser significativa, elas correm para colher borracha de novo em seringal nativo. Mas no limite da sobrevivência, sem qualquer intervenção positiva do Governo, elas partem para quê? Derrubam umas arvorezinhas, ganham um dinheirinho, compram umas cabecinhas de gado e estão criando gado dentro de uma reserva extrativista, Casagrande. É o negócio mais absurdo do mundo, é o negócio mais absurdo do mundo. Então, olha, a gente precisa, Senador Flexa, além da pesquisa, a gente precisa agregar, inclusive, conhecimento popular, a cultura popular ali na região ao que vocês estão fazendo e a gente precisa, sobretudo, de medidas práticas.

Para encerrar, gostaria apenas de fato ouvir. O Senador Casagrande colocou uma questão aqui muito interessante: vocês que têm a visão científica da coisa, tecnológica da coisa, desses processos todos, é importante mesmo que vocês digam, mesmo que seja um palpite, digam hoje aqui para a gente o que é que vocês acham dessa proposta de regularização fundiária de propriedades até determinado tamanho na Amazônia. Esse é um debate que está ocorrendo nessa Casa, vai ter um desfecho e seria muito interessante que nós ouvíssemos de vocês, que estão atuando num determinado segmento, o que isso representaria. Não podemos dizer nem que isso não tem nada a ver com o que vocês fazem, porque tem tudo a ver, eu acho que tem tudo a ver. Então eu me satisfaria apenas como pergunta, como questionamento, além do que eu já disse, apenas ficar quietinho aqui e aguardar que vocês falem alguma coisa sobre esse assunto provocado pelo Senador Casagrande, que eu acho de fundamental importância. Peço desculpas pelo alongado e agradeço muitíssimo a oportunidade de ter participado e estar participando dessa reunião.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Pela ordem. Eu tenho que ir para a Comissão de Constituição e Justiça. O senhor vai ouvir todos os Senadores. Faço uma sugestão, sem perder o brilhantismo e a qualidade das intervenções, eu aqui estava conversando com o Augusto Botelho, ele tem que ir também daqui a pouco para a Comissão de Assuntos Sociais, então se a gente pudesse estabelecer um tempo seria muito bom.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Todos nós temos compromisso em outras Comissões. Então se todos estão de acordo, podíamos dar três minutos para os questionamentos. Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Senador Flexa, Senador Mozarildo, Dra. Tatiana, Dr. Luiz ABC, Dr. Jacob e Dr. Adalberto, bem-vindas à Casa.

Eu sou da Amazônia, sou uma amazônida, mas sou da Amazônia mais do lavrado do que da floresta. Eu fui criado no lavrado. Lavrado são os campos gerais da minha terra, de Roraima, e que eu reclamo da EMBRAPA que tem pouco trabalho sobre o lavrado. Mas eu me orgulho da EMBRAPA e da nossa EMBRAPA de Roraima porque há mais de vinte anos ela vem estudando cultivares para a nossa região, inclusive a soja plantada em vários Estados do Norte e aqui no Centro-Oeste são variedades desenvolvidas lá no nosso Estado, a soja Tracajá.

Mas o que me trás aqui, uma indagação que eu faço, que o pessoal me goza e ri, que nós temos que desenvolver, já que nós estamos pensando em sustentabilidade da floresta, é mudar a forma de colher as árvores. Eu acho que essa Comissão, Presidente Flexa, poderia, eu não estou na Comissão de CCT esse ano, eu não estou na Ciência e Tecnologia esse ano, mas colocar uma Emenda para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica desenvolver um veículo que conseguisse tirar a árvore de um lugar, sem derrubar nenhuma árvore, como tipo um dirigível, tipo um Zeppelin, eu não sei, o nosso professor está aqui, mas tem que ser uma solução dessa. O pessoal ri quando eu digo isso, mas eu acho que é uma solução. Eu sei disso porque eu já vi como é que se tira uma árvore. Para eu tirar uma árvore, eu derrubo no mínimo 400 árvores menores ou mais estreitas. Então seria um investimento que e teria um retorno grande, já que se quer sustentar. Mas eu sou tipo o Geraldinho também, eu acho que a tem que pensar na floresta pensando no homem.

Em relação à indagação, à dúvida do meu amigo Casagrande, Senador capixaba, em relação à titulação das terras da Amazônia, eu afirmo e garanto que é necessário fazer titulação da terra da Amazônia [soa a campainha]. É uma questão de cidadania, de resgate da cidadania das nossas pessoas que vivem lá e que não são donos, estão há três gerações, quatro gerações, cinco gerações e não tem a propriedade da terra. Por que é que eles não têm direito? Eles não são cidadãos iguais à gentes? Titular a terra dessas pessoas não vai acabar com a Amazônia não. Eles não utilizam mais do que 50, 100 hectares, os pequenos; é claro que eu não estou falando desses que têm 10 mil, 20 mil, 100 mil, sei lá. Eu estou falando do cidadão que vive lá na floresta. É muito bonito o discurso de não derrubar mais nenhuma árvore na floresta. Aqui é bonito. Mas como é que ele vai viver se ele só sabe derrubar? O verbo dele é diferente da Dra. Tatiana. Ele derruba, queima e planta, derruba, queima e planta há

várias gerações. Enquanto o Governo não fornecer tecnologia e recursos para essas pessoas sobreviverem sem saírem de suas terras, eu vou ser contra esse negócio de desmatamento zero que estão falando aqui, não deixar cortar nenhuma árvore, que não sei o que e tal e tal. Que não corte árvore aqui na Mata Atlântica, em outros lugares, mas o caboclo da Amazônia, que vive na beira do rio, que vive isolado lá dentro, tem o direito de cortar. Já estão passando fome, dificuldade por causa das Portarias do IBAMA que chegam, multam uma propriedade que vale 40 mil reais em 150 mil. Muitos estão com medo de plantar, não derrubam e ficam lá, vão viver de Bolsa-Família, vivem no limite da pobreza. Não podemos fazer isso, é um desrespeito com o nosso homem que vive na Amazônia.

Então eu acho que tem que titular as terras, independente da opinião dos senhores, e acho que temos que botar é mais dinheiro, sim, no INPA. EU não faço muita distinção entre INPA e EMBRAPA, todos os dois para mim são órgãos que estão pesquisando, que têm que pesquisar; cada um no seu viés. Agora eu gostaria que o INPA pesquisasse também a parte de mineral. Nós temos a maior reserva de nióbio do mundo e o Brasil não tem uma tecnologia para isolar o nióbio. A PETROBRAS gastou não sei quanto numa tecnologia, por que é que vocês não fizeram para isso, não deram dinheiro para o INPA desenvolver isso?

Eu tenho uma pergunta à Dra. Tatiana, que eu vi um negócio aqui que me assustou um pouquinho, nos itens aqui na página, que seria sobre opções tecnológicas para áreas desmatadas. Zoneamento, risco de morte em Marandu nas áreas desmatadas da Amazônia. Eu não entendi bem que trabalho é esse, botando a morte assim no meio. Gostaria que a senhora me esquecesse isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Augusto Botelho e passo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Eu queria cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da nossa Comissão, os demais Senadores e Senadoras membros e presentes nesta Comissão, e fundamentalmente congratular-me com todos os expositores. Me envaideço como brasileiro pelo nível dos nossos órgãos, o INPA, a EMBRAPA, todos os outros, é realmente motivo de muito orgulho para a demonstração de que o País vive um momento em que tem na sua base de gestão profissionais e entidades do nível de V. Sas.

Eu, na verdade, vou trazer, assim, uma solicitação de uma reflexão. Foi muito bem explanado pelo Dr. Adalberto Luís Val, do INPA, sobre a nossa conceituação da Amazônia por inteiro, não o nosso Estado do Amazonas ou a Amazônia brasileira e, sim, o contexto que envolve a Amazônia por inteiro. Fazer uma reflexão no sentido de que nós, brasileiros, culturalmente temos uma defasagem cultural. Nenhum brasileiro tem dúvida de alguns países que nos cercam, por exemplo, Paraguai, Uruguai, Argentina; isso faz parte da nossa cultura. Porém, os países que nos cercam pelo Norte, nós não temos o mesmo domínio. Há poucos minutos aqui até conversava com alguns outros Senadores para ver se erro menos como cidadão brasileiro para me identificar às Guianas, onde na minha época eram as Guianas, elas mudaram um pouco os seus nomes, mas os brasileiros, de uma forma geral, têm uma certa dificuldade de se lembrar o que era a Guiana Inglesa, que eu acho que hoje é Guiana, o que era a Guiana Holandesa, que é o Suriname, e a Guiana Francesa que me parece que a capital é Paramaribo, que permanece sob o controle da França.

A nossa reflexão é no sentido da responsabilidade que esses países têm e que não exercem. Eu sou pernambucano e como pernambucano nós tínhamos sempre um falso saudosismo de que fomos invadidos pela Holanda em 1630, 1654, e os pernambucanos às vezes se questionam se talvez não tivesse sido melhor se tivéssemos permanecido sob a colonização holandesa, que Maurício de Nassau fez tantas coisas em tão pouco tempo [soa a campainha]. Porém, nós vemos que na verdade isso é utopia, porque a Holanda não fez nada na sua Guiana, não fez nada num País ou pelo menos num território que o pertenceu durante tantos anos.

Quando nós falamos aqui em Comunidade Europeia, que a Comunidade Europeia tem responsabilidade X, Y, eu acho que a Comunidade Europeia, ela olha para nós, América Latina, com uma visão completamente distorcida. Ela nos olha como futuros ocupantes disso aqui, como preservação da camada de ozônio, mas qual foi a EMBRAPA, digamos, da Inglaterra? Qual foi a EMBRAPA da França? Qual foi a EMBRAPA da Holanda? Quais foram os órgãos de pesquisa que contribuíram para o Brasil, contribuíram para a América Latina no tocante à pesquisa científica e melhoria da nossa Amazônia como um todo?

Então basicamente a minha abordagem visa em nós, brasileiros, tentarmos refletirmos um pouco, talvez até tentar fazer, eu não sei se na Comissão de Relações Exteriores, mas algo tem que ser feito em termos de benefício da Amazônia, na qual nós podemos fazer um chamamento de países ditos de primeiro mundo e que abandonam, na verdade, a Amazônia. A situação da Guiana, reportagem recente na televisão, reportagem da Guiana Holandesa, coisas terríveis, vamos di-

zer um submundo. A gente fala mal do Paraguai, mais o submundo da Guiana Holandesa é muito, muito pior. Então eu acho que nós, brasileiros, temos que tratar esse assunto e refletirmos mais sobre esse tema. Era essa a minha contribuição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque. V. Exa. terá três minutos para questionamentos.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Como o Senador Roberto Cavalcanti, eu sou nordestino e, como nordestino, eu vi que anos atrás, décadas, há cinco décadas atrás o Nordeste era o centro das preocupações. A discussão era o que fazer com o Nordeste. Agora é a Amazônia. Nós cometemos alguns erros que eu não gostaria de ver repetidos.

Começamos com o que pode se chamar uma geração da solução de engenharia. O problema é água, então vamos fazer açudes. Hoje tem a solução da engenharia florestal, o problema floresta. Vamos ver como manter essa floresta viva para sempre. Depois veio a solução da economia. Vamos desenvolver o Nordeste. E aí fizemos toda aquela parafernália, todos aqueles mecanismos. Eu trabalhei nesse período como consultor fazendo projetos e aqui na frente está um dos empresários que foi meu cliente e que fez o projeto, hoje Senador Roberto Cavalcanti, que tem uma indústria feita por financiamento da SUDENE, elaborado pelo meu grupo de consultoria. Não deu certo também o projeto só de economia. O dele deu, mas o conjunto não funcionou. E aí eu tenho a impressão que o erro foi imaginar um projeto para o Nordeste sem pensar que não há solução sem saber qual é o projeto para o Brasil inteiro. Aí é que eu coloco o desafio e a preocupação.

A Amazônia é parte do Brasil. Eu não vejo como a gente ter florestas protegidas e melhoraria da renda da população local, que são os dois objetivos centrais, sem ter um projeto para o Brasil que leve em conta isso. Se o projeto brasileiro não é um projeto que leva em conta com rigor a riqueza ecológica, não adianta exigir da Amazônia que mantenha suas florestas [soa a campainha], isso é um projeto nacional. Se a renda que a gente quer aumentar é da população pobre do Brasil, tem que levar em conta a população que mora na Amazônia.

Então o que eu gostaria de ouvir dos especialistas na Amazônia, o que é que eles pensam de qual projeto de Nação nós precisamos para que a Amazônia tenha um projeto específico de desenvolvimento, que eu considero que todos querem sustentável na Amazônia? Não deu certo esse negócio de cuidar do Nordeste apenas com açudes, solução de engenharia. Não deu certo a solução da economia, que também é o que está se fazendo, derruba-se florestas, planta-se soja e cria-se gado. Também não vai dar certo, como no Nordeste não deu. Nós temos que ter um projeto nacional e a Amazônia ser parte desse projeto nacional, senão, a meu ver, não dá certo.

Eu queria ouvir a opinião deles sobre qual é o projeto de Nação que eles consideram necessário, que itens de um projeto nacional a gente tem que ter para que a Amazônia seja o que a gente deseja: uma região protegida e rica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço. Concluiu, Senador? Senador Cristovam, concluiu?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Concluí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria também de fazer uma pergunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** V. Exa. já está inscrito. Senador Mozarildo Cavalcanti. O Senador está atribuindo a V. Exa. a oportunidade de fazer o questionamento nesse momento. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu agradeço, Senador Mozarildo. O meu questionamento primeiro que eu gostaria de colocar é que a Amazônia Legal, hoje, ela configura uma dúvida muito grande na mente das pessoas, pessoas urbanas no Brasil, no mundo, na comunidade internacional, porque nós temos dentro da Amazônia Legal vários biomas. Especificamente o Estado de Mato Grosso tem três biomas bem caracterizados, outros Estados como Tocantins também, Maranhão, e essa configuração, nós precisamos aqui no Congresso redefinir, redefinir o bioma amazônico, isso é a primeira coisa, para melhor atuar dentro desse bioma amazônico, sendo que o zoneamento vai ser o caminho para chegar até lá, mesmo porque o que foi conferido pelos créditos, pelos incentivos legais, hoje não estão mais acontecendo. Então não tem porque nós deixarmos a Amazônia nesse controvertido delineamento.

Mas dentro do que foi já conversado aqui, o Senador Geraldo Mesquita também se posicionou, que as atividades extrativistas, de uma hora para outra, elas ganham algum impulso. Eu vejo que o Governo,

esse ano, tomou uma posição de estar revitalizando as políticas nas atividades extrativistas, que é a política de preços mínimos. Então o preço mínimo hoje é um fator preponderante no estímulo a algumas atividades essenciais, não só na seringa, mas nós deveríamos continuar com isso aqui, incentivar mais para dar um ganho para que realmente se tenha uma atividade lucrativa [soa a campainha] para as pessoas que estão lá, que vivem dessa atividade e não de uma forma depredatória, como muitas vezes se levam as famílias a efetuar em detrimento, então, do meio ambiente. Então nós precisamos destinar recursos no orçamento para que tenhamos melhores preços mínimos e melhor atenção não só à seringa, mas a todas as atividades.

A segunda pergunta que eu faria à EMBRAPA, à Dra. Tatiana, saberia me responder dentro de um projeto junto com o Ministério da Agricultura, liderado pela EMBRAPA, que é um projeto de estímulo ao plantio de dendê. Me parece que seria ao redor de sete milhões de hectares que estariam programados para se incentivar a produção da palmácea que fornece o óleo de dendê. Então eu gostaria de saber se isso aí vai ter continuidade, se está instalado, se está dentro do programa de incentivo, principalmente dessas áreas já consolidadas.

E a terceira, tirar um pouquinho da configuração que o próprio Senador Cristovam Buarque colocou aqui, que os produtores estariam, vamos dizer, derrubando a floresta hoje para plantar soja. Eu gostaria de deixar bem claro que nós temos legislação, tem fiscalização. Hoje não é permitido. Houve um incentivo grande na década de 60, de 70, quando se instalou esses programas de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, da Amazônia, e que realmente se derrubou essas áreas. Essas áreas hoje estão com pecuária e já não convivem mais com essa atividade, que ela está deficitária. São as famosas áreas que aparecem como degradadas. Eu não diria degradadas pelo solo, mas pela fertilidade do solo. Então elas já não produzem nem mais o pasto necessário à rentabilidade da atividade pecuária. Então hoje elas poderiam, são mais de 100 milhões de hectares, a metade da área de pecuária do Brasil, 100 milhões de hectares que poderiam ser utilizados de forma viável, econômica, sustentável, para configurar, então, uma atividade rentável, onde nem a soja, nem aqui ao redor de Brasília, é viável economicamente, não está deixando renda, muito mais numa distância de dois mil quilômetros, vamos dizer, lá no Estado de Mato Grosso, e que a conscientização do meio ambiente está de pé junto com os produtores. Hoje têm entidades de classe cuidando disso aí, orientando produtores, têm institutos específicos socioeconômicos, social, econômico e ambiental que estão hoje orientando os produtores. Existem acordos específicos de não comprar produtos oriundos de áreas ilegais de desmatamento, mas ainda temos uma legislação que permite o uso de 20% das áreas de mata no País; isso não podemos desconsiderar. Agora tem muita área ainda? Tem, no Amazonas tem muita área. Por que é que não está sendo desmatado no Amazonas? Porque existe hoje uma atividade muito melhor, que é na Zona Franca de Manaus, que existe ocupação de mão de obra e que, então, está desenvolvendo mais aquele setor. Então graças a Deus temos essas outras atividades, mas é inviável hoje também se utilizar desses 20% previstos em Lei. O que está se propondo é pagar por serviços ambientais. Então para não desmatar esses 20%, já que os 80% não se pode mexer. Isso todo mundo apregoa, existe uma Lei, existe fiscalização e deveria existir muito mais fiscalização. Agora nós temos que saber o que é que vamos fazer com os outros 20%. Então é essa a mensagem que eu gostaria de deixar aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Gilberto Goellner e passo a palavra ao nosso Presidente da Subcomissão da Amazônia, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Eu quero inicialmente agradecer ao Presidente Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, por termos em conjunto decidido fazer essa reunião que eu considero importante. Nós, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, achamos que a fórmula para realmente pensarmos em sair desse discurso sobre a Amazônia é partimos para estudos científicos e tecnológicos que possam efetivamente mudar esse paradigma meio incabível de que preserva, transforma em santuário. Eu pergunto: quais são os Santos que têm que ficar lá? As árvores ou 25 milhões de habitantes que estão lá? Quem são os Santos nessa história?

Mas a primeira coisa que eu queria levantar aqui é o seguinte: qual é a importância da Amazônia para o Brasil? Qual é a importância? Se nós analisarmos, a Amazônia tem 61% do território nacional, têm 25 milhões de habitantes, é muita gente, representa 12% da população brasileira. Só São Paulo tem 21% da população brasileira. O PIB da Amazônia, aqui eu ouvi falar, até eu tinha um levantamento inclusive agora do Parlamento da Amazônia, que alguém, algum economista falou lá, se eu não me engano o Manoel Ribeiro, que é 8% do PIB nacional, não é isso? Então 8% do PIB Nacional não é nada para quem tem 61% do território nacional. 21 milhões de habitantes, analisado do ponto de vista eleitoral, não é nada também para o Brasil, que infelizmente é esse raciocínio que vem presidindo

sucessivos Governos. Aí falou-se: E a decisão política? Justamente as decisões políticas não são tomadas porque, se analisarmos, só São Paulo tem mais Deputado Federal do que a região Norte toda. Então há um desequilíbrio político, há um desequilíbrio econômico e aí talvez esteja o grande diagnóstico.

Vimos aqui pelas exposições feitas que o investimento, por exemplo, em pessoal, em capacitação, é muito pequeno em relação à dimensão que a Amazônia tem. Então começa por aí, a importância da Amazônia para o Brasil, que é o Brasilzão que comanda o Brasil, ela não é nada, é só conversa afiada.

Agora vamos ao outro lado importante da questão científica, que é conhecer a Amazônia. Nós dizemos assim: "Ah, os estrangeiros cobiçam a Amazônia". E os brasileiros, eles cobiçam a Amazônia no bom sentido? Há interesse, por exemplo, das grandes instituições de São Paulo, por exemplo, da USP, em realmente produzir um estudo científico adequado sobre a Amazônia? Não há. Então é nesse sentido.

Eu ouvi atentamente aqui, o ser humano foi colocado um pouquinho abaixo do que o meio ambiente, inclusive eu tenho certeza que o telespectador que nos assistir, que está nos assistindo, não ouviu falar a não ser de uma Amazônia só, como se fosse uma Amazônia que só tem floresta. E o Senador Augusto Botelho aqui, que é do meu Estado, disse claramente que no nosso Estado as áreas disponíveis, pelo menos 2/3 são lavrado. Aí isso não é dito. Por que é que não é dito? Será que é por causa daquela história que é uma inverdade inconveniente para alguém? Eu não sei. E eu, como sou um homem de ciência, sou um médico, não duvido de fé. Aliás, pelo contrário, nós temos uma constatação científica de que um paciente que tem fé se recupera melhor do que aquele que não tem fé, mas nós não podemos misturar nessa questão amazônica a questão de ideologia, de religiosidade. Nós temos que pensar é cientificamente, respeitando o pensamento dos demais.

Falou-se aqui também na questão das instituições de ensino superior. Olha, tem uma Emenda Constitucional que está há três anos na Câmara, foi aprovado no Senado, que visa destinar 0,5%, 0,5% do que o Governo Federal arrecada com Imposto de Renda e com IPI para aplicar nas Instituições Federais de Ensino Superior. No Senado foi aprovado. Na Câmara, está lá mofando. Agora que estão constituindo uma Comissão Especial para analisar essa proposta. 0,5% do que o Governo Federal arrecada nos Estados brasileiros do Brasil todo, inclusive na Amazônia.

Aí vem o outro ponto. Perguntou-se aqui: Qual é o projeto nacional para a Amazônia? Nenhum. Qual é? Não tem. Os Ministros não se entendem. Um diz uma coisa, o outro diz outra, o outro outra. Então não temos um projeto para a Amazônia. Esta que é a realidade. O Presidente Lula... Eu tenho três momentos que o Presidente Lula falou sobre a Amazônia, que estão bem gravados na minha cabeça. Primeiro, na campanha do seu primeiro mandato. O projeto sobre a Amazônia, a frase que me chamou a atenção foi a seguinte: É chegada a hora de se dizer o que é que se pode fazer na Amazônia e não apenas dizer o que é proibido fazer na Amazônia. Está lá no projeto do primeiro mandato. Já está terminando o segundo mandato. Parece que agora isso palidamente está tentando acontecer, que é a regularização fundiária de terras na Amazônia e terras até um limite pequeno de hectares. Mas o que prevalece, por exemplo, é uma visão de gestão de floresta que nada mais é do que um socialismo disfarçado, piorado até, porque pode alugar essas florestas "só para brasileiro", mas por trás a gente sabe como que é que se montam as empresas de fachada. Então não há, efetivamente, um projeto para a Amazônia. O Presidente Lula disse isso e não implemento ou durante todo o seu mandato. Ainda tem tempo, tem um ano e meio mais ou menos, dá para implantar alguma coisa. A regularização fundiária eu entendo que é um grande passo, embora pequeno ainda. Depois, recentemente, ele disse que a Amazônia parecia um vaso de Água Benta em que todo mundo queria meter o dedo, todo mundo queria estar metendo o dedo. E agora, há pouco meses, no Amazonas, ele disse que estava cansado de ouvir pitacos de gringos sobre a Amazônia. Três coisas importantes ditas por ele. Agora por que isso não é transformado realmente em um projeto de governo para a Amazônia que leva em conta todos esses vieses? Eu não acho, por exemplo, a palavra preservar, no meu entender, quando eu falo em preservar a saúde, não significa para mim que eu não tenho que enfrentar as diversas alterações das condições clínicas do paciente. Então preservar a Amazônia, eu não entendo que seja não derrubar mais nenhuma árvore. O que é uma árvore? É um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. Vamos deixar morrer todas as árvores para não derrubar mais nenhuma ou nós vamos fazer, no jargão aí, o manejo sustentável dessa floresta? Mas não existe nada, nenhum documento proposto pelo governo para nós discutirmos, não tem. E quando se tenta fazer, qualquer parlamentar, seja da Amazônia ou de outro lugar, fazer alguma proposta legislativa parlamentar, não anda, não anda. Eu acabei de trazer, pessoal meu, uma Emenda Constitucional que tira 0,5% só do que o Governo Federal fica, mas ele não abre mão disso. E não aprova na Câmara sabe por quê? Não vamos só firmar não, é porque o Governo Federal não quer. Quando o Governo Federal quer, na Câmara ele tem

uma maioria esmagadora, folgada. Estaria aprovado já, uma PEC que é do bem. O que é tirar 0,5% do Governo Federal para aplicar nas Instituições Federais de Ensino Superior? Quer dizer, tirar do Governo Federal para aplicar nas próprias Instituições Federais. Nem está contemplado lá as Instituições Estaduais de Ensino Superior, nem os Institutos de Pesquisa. Não estão contemplados. A gente fala em Instituições Federais de Ensino Superior, que são, portanto, as Universidades e os CEFETs e FETs que existem na Amazônia, que são poucos, por sinal.

Então eu queria concluir dizendo que não tenho exatamente perguntas, mas essas considerações que se merecer [soa a campainha] algum comentário eu gostaria de fazer.

Terminando, Presidente Flexa, eu quero dizer o seguinte: eu requeri em julho do ano passado uma instalação de uma CPI da Amazônia, em julho do ano passado. O requerimento só foi lido agora, digamos assim, a reboque do requerimento da PETROBRAS, da CPI da PETROBRAS, porque não podia ler um que veio depois sem ler o nosso. O nosso teve 55 assinaturas, o que mostra que os Senadores tinham consciência de que não é uma CPI contra ninguém, não é uma CPI para buscar exatamente falcatruas; se nós encontrarmos, vamos ter que indicar que encontramos falcatruas, mas nós queremos é fazer exatamente isso, um diagnóstico real de Amazônia e uma proposta legislativa concreta de um plano de desenvolvimento, já o que Executivo, até hoje, não apresentou. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu vou fazer, não poderia deixar, apesar do adiantado da hora, de fazer umas indagações, até porque eu fico bastante satisfeito da produtividade dessa Audiência Pública. Junto com o Senador Mozarildo, quando fizemos em conjunto, era para dar maior eficácia à Audiência Pública e realmente conseguimos. Eu vou entrar direto nos questionamentos para que possamos concluir com as respostas dos nossos convidados.

Em 2007 o Governo Federal elaborou um Plano Nacional que deveria ser desenvolvido de 2007 a 2010 e denominado Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. A primeira prioridade estratégica do plano diz respeito à expansão e consolidação do Sistema Nacional de CTII. Aí eu pergunto: dentro dessa primeira linha de ação, era de dar apoio de gestão e financeiro e intensificar as parcerias com Estados e Municípios que o Presidente do INPA, inclusive, fez referência a esta possibilidade. Eu pergunto: em que medida esse objetivo foi contemplado nas estratégias para a Amazônia? O programa é nacional, mas eu queria ver focando a Amazônia, em que é que nós avançamos dentro desse primeiro objetivo do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento. Na segunda linha de ação é a questão de preocupação, que foi desenvolvida aqui por todos, de formação de recursos humanos, de recursos humanos.

Então aqui foram mostrados números de pesquisadores A, B, que já existe na Amazônia, e lamentavelmente, a minha questão é que se há necessidade de um esforço para aumentar a quantidade de Mestres e Doutores na Amazônia. Foi dito aqui pela Dra. Tatiana que na EMBRAPA, na Amazônia, tem um efetivo de 13% entre Doutores e Mestres.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Da EMBRAPA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Da EMBRAPA, da EMBRAPA. Aí eu questiono, eu gostaria de saber: nos institutos todos, a nível Brasil, o que é que isso representa? O que é que isso representa? E pelo que eu entendi do que foi colocado aqui, numa das transparências da Dra. Tatiana, há uma tentativa ou há um programa de contratar mais mil e poucos Mestres e Doutores, pesquisadores. E, pelo que eu entendi, se mantém os 13%, ou seja, o mesmo percentual que existia já anteriormente, ou seja, se a EMBRAPA Brasil Nacional está contratando mais, vamos dizer, 1.500, mil quatrocentos e pouco, por que não aumentar esse percentual e focar a atenção na Amazônia e aumentar, porque me parece aí no bojo da pergunta, a quantidade de Mestres e Doutores?

Uma terceira questão ainda com relação ao Plano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Nacional é com relação à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica. Aí o Dr. Jacob Palis Júnior, Presidente da Academia, ele já fez referência à necessidade da criação de mais institutos, de mais universidades, e me trouxe aqui uma notícia que até o Senador Mozarildo fez um comentário, Dr. Jacob Palis, de que eu, quando cheguei ao Senado, fiz dois projetos para criar duas Universidades Federais no Estado do Pará. Nós temos uma Universidade Federal por Estado, na Amazônia, e no Pará temos duas, sendo que uma que é mais antiga, que é a Universidade Federal do Pará, e a outra que foi criada há uns três anos atrás ou um pouco mais, a Federal Rural. Então quando eu cheguei aqui, o Estado de Minas Gerais tem catorze Universidades Federais, catorze. Eu vou repetir, Senador Mozarildo, catorze Universidades Federais no Estado de Minas Gerais. Se somarmos os nove Estados da Amazônia não chegamos perto de Minas Gerais. Aí eu chegando aqui, fiz dois projetos: um para criar a Universidade Federal do Oeste do Pará e o outro para criar a Universidade Federal do Sul do Pará. Duas regiões

importantes, dois espaços a serem desenvolvidos no meu Estado. O projeto foi aprovado por unanimidade no Senado Federal. Lá na Câmara Federal, como é um projeto autorizativo, a Câmara resolveu que não precisava ser aprovado, bastava que encaminhasse uma autorização ao Executivo para que ele implantasse. E assim foi feito. Para surpresa minha, quando a Governadora assumiu, e ela foi Senadora, a Governadora do meu Estado, ela foi Senadora e não fez os projetos quando Senadora. Quando ela assumiu, ela fez com que o Presidente Lula, ao invés de instalar imediatamente a universidade, encaminhasse um novo projeto para o Congresso, que está tramitando, do Oeste, e eu espero que ela também peça ao Presidente Lula para criar a do Sul. E agora a Universidade Federal do Oeste do Pará virou de Integração Amazônica, Integração Amazônica. Eu acho--

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Toda universidade é de integração.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Que integração? Nas universidades têm que haver um sistema de conexão em todos os sistemas, não é só da Amazônia não, é nacional, troca de informações. Não temos que ficar inventando a roda, nós temos que aperfeiçoar a roda. Então eu só lamento isso e queria saber por que essa mudança de denominação.

Mas, continuando, com relação à questão das Instituições de Infraestrutura para a Pesquisa, eu perguntaria: quais as principais carências e reivindicações das Instituições de Pesquisa sediadas na Amazônia? É importante que fique claro isso aqui nesta Audiência, porque os Senadores, principalmente os Senadores da Amazônia, o Senador Geraldo Mesquita já propôs que nós pudéssemos, em conjunto, estabelecer Emenda na Comissão, no orçamento, para apoiar as Instituições de Pesquisa, mas é preciso que nos cheguem dados de quais as reais necessidades, se é que elas existem, e eu acho que existem.

Mas eu concluir, eu queria concluir especificamente perguntando ao Dr. Luiz Antônio Castro. Dr. Luiz Antônio Castro, Luiz ABC, segundo o Senador Renato Casagrande, na sua exposição o senhor falou do mercado mundial de biocombustível, que é um mercado de 100 bilhões de dólares.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** 10% do mercado é 100 bilhões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** 10% do mercado em 100 bilhões, que o Brasil poderia ter desse mercado 10 bilhões de dólares, não é isso?

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** 100 bilhões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Os 100 bilhões, 10%, 100 bilhões, até eu vou colocar um zero a mais aqui, que são mais bilhões de dólares para a gente ficar. Eu concordo plenamente com isso. Agora não entendo, não entendo por que o Governo brasileiro não age para que isso ocorra. E aí eu vou dizer por que e faço as perguntas também, questionamento aos outros convidados. A Amazônia, e mais adiante foi dito pelo Dr. Adalberto Luís Val, parece que falou em sete milhões de hectares, ou a Dra. Tatiana, para o plantio de palmas na Amazônia. Eu acho que foi o Senador que fez uma referência ao projeto do Ministro Reinhold Stefani, que há potencial da Amazônia para plantar sete milhões de hectares de palmas, de dendê. Só no Pará, no raio de 100 quilômetros da região de Belém, nós temos dois milhões de hectares de área propicia para palma. E aí, Senador Renato Casagrande, áreas antropizadas, áreas já alteradas. O que nós não entendemos, nós não entendemos do Ministério de Meio Ambiente, é que ele relute em aprovar uma flexibilização do Código Florestal e eu queria ter--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mas o zoneamento pode levar a isso, mesmo antes de flexibilizar o Código o zoneamento pode levar a isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com certeza. Eu queria ter a opinião dos senhores pesquisadores, que nos honram aqui com as suas presenças, se concordam que nós possamos usar, sem precisar derrubar uma única árvore sequer da Amazônia, mas usar com tecnologia, com inteligência, com investimentos as áreas já alteradas da Amazônia e fazer a reserva legal correspondente a essas áreas alteradas em bloco, não mais fazer a reserva legal por propriedade, porque nós estamos criando, talvez seja isso que o Dr. Adalberto falou sobre bordas, eu não sei se ele fazia referência a essa questão de bordas, nós estamos criando um tabuleiro de xadrez na Amazônia e isso só faz investir sobre a derrubada, sobre a floresta, porque ter 20%, se a reserva legal é 80%, tudo bem, vamos manter a reserva legal de 80%, mas eu queria ouvir a opinião dos pesquisadores se essa reserva legal não seria cientificamente melhor se ela fosse feita em bloco segundo, como bem disse o Senador Renato Casagrande, dentro do Zoneamento Econômico e Ecológicos. Os Estados da Amazônia é que têm que dizer quais são as suas áreas de preservação, quais são as suas áreas de uso para manejo e quais são as suas áreas de uso intensivo.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Só um aparte, o que eu quis dizer é o seguinte: mesmo sem mudar o Código Florestal, com o zoneamento o senhor pode usar áreas já consolidadas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sim, mas é preciso que para que você possa implantar um Zoneamento Econômico e Ecológico, se não me falha a memória me parece que três ou quatro Estados do Brasil já aprovaram o Zoneamento Econômico e Ecológico e o Pará foi um deles. Aprovou esse Zoneamento Econômico e Ecológico há quatro anos, no governo passado de Simão Jatene, sendo que até hoje não conseguimos implantar, porque é preciso um detalhamento na escala de um para 250 mil que custa caro. Então nós temos inclusive um projeto para que o governo possa subsidiar, possa dar recursos aos Estados para que faça esse Zoneamento Econômico e Ecológico. Nós vamos fazer um debate, senão nós não vamos ouvir as respostas. Mas então eu pergunto aos nossos convidados se não é cientificamente correto fazer a reserva legal por bloco, dentro de áreas de preservação, e usar o que já está antropizado, o que já está alterado de forma intensiva, ou seja, com tecnologia que nós vamos ter maior produção na mesma área, na mesma área, não precisa derrubar mais nada. Não há por que se ter a relação de uma cabeça de gado por hectare; nós temos que reduzir isso e as áreas hoje de pastagem podem ser aproveitadas para plantio e produção de outras sementes, de outros grãos.

Eu perguntaria, eu não sei se eu entendi, Dr. Adalberto, talvez eu tenha escutado mal, mas eu queria que V. Sa. pudesse me tirar essa dúvida. Quando da sua exposição, V. Sa. fez uma referência que não havia ainda tecnologia desenvolvida para o desenvolvimento da Amazônia até 2050, não haveria tecnologia até 2050 para desenvolver. E aí eu ouvi que V. Sa. teria dito ainda bem. Eu queria só saber se eu ouvi mal ou se foi realmente essa expressão que V. Sa. utilizou.

Bom, eu teria outras questões, mas o Senador Renato Casagrande já está impaciente e nós também, todos queremos ouvir os nossos convidados. Então eu encerro aqui os questionamentos e vou passar para que os nossos convidados possam fazer as respostas.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Se pudesse fazer uma referência à regularização e à questão da rede de pesquisa, porque eu tenho que relatar um projeto aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Eu gostaria de ouvir primeiro o Adalberto e a Tatiana com relação à questão da regularização e com relação à rede.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não, só concluindo e passando, o Dr. Jacob Palis está pedindo, que ele tem preferência, que ele está com voo, mas só para poder esclarecer a V. Exa., se houver vontade política para desenvolver a Amazônia, dois projetos são prioritários, sem o que não haverá desenvolvimento: regularização fundiária e Zoneamento Econômico e Ecológico. Sem isso, Senador Casagrande, eu tenho o maior respeito por V. Exa., mas como amazônida, V. Exa. pediu para ouvir a opinião, como amazônida o primeiro passo é a questão da regularização fundiária: nos ajude a aprovar a PEC 458, que vai estar na pauta de hoje. Com a palavra para as suas respostas, o Dr. Jacob Palis.

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Muito obrigado, Senador. Infelizmente eu tenho um compromisso, eu já adiei, não esperava tanto sucesso dessa Audiência Pública. Eu queria parabenizar a todos os Senadores por esse diálogo muito rico e eu vou ter que ser breve. Eu deixarei outras questões para os colegas.

O Senador Casagrande foi específico sobre que investimentos poderiam ser feitos de imediato na Amazônia dentro de uma visão estratégica coerente. Várias das questões que foram colocadas aqui são realmente muito complexas e o ponto de vista da Academia de Ciências, com este estudo que eu deixo aqui mais cópias com o senhor, foi de ser muito objetivo no seguinte sentido: as grandes questões políticas e que são muito complexas em relação à Amazônia merecem todo o carinho, sim, dos senhores, mas, ao mesmo tempo, é importante nós concluirmos, em conjunto, que investimento em ciência e tecnologia é fundamental para que um bom plano global, que contemple a Amazônia, seja construído; é impossível não ter competência nacional para construir um plano ou participar de um plano dessa magnitude. Então por isso nós fomos muito objetivos. Eu até coloquei a frase aqui de que a Amazônia é tão complexa que é muito fácil se perder na Amazônia. Então voltando à questão do Senador Casagrande, neste documento nós temos propostas muito concretas. Por exemplo, a de melhorar a rede de comunicação reservando um canal de um satélite brasileiro. Isso é uma coisa muito importante para a comunicação eletrônica dos grupos de pesquisa e é uma coisa muito concreta, factível. Outra é de melhorar a remuneração dos pesquisadores competentes, que tenham uma bolsa de pesquisa e essa bolsa seja transformada em uma bolsa de valor maior com a contribuição dos Estados. Eu quero ser muito pé na terra, senão a gente se perde na floresta, como eu disse. Outra é a da criação de institutos novos sim, porque os atuais são muito importantes, sem dúvida nenhuma, como o INPA da Amazônia, mas o próprio Adalberto Val defende a criação de um novo Instituto de Biodiversidade. Outro é de Recursos Hídricos. Um Instituto

de Recursos Hídricos, isso é claramente fundamental para a região e para o País. E, finalmente, de Recursos Minerais, quer dizer, como é que nós temos a Amazônia contribuindo tanto, sobretudo o Estado do Pará, Maranhão, contribuindo tanto com a riqueza mineral no País, com a produção mineral do País, e nós não termos um Instituto de Pesquisa que se aprofunde nessas questões e crie um diálogo com o setor produtivo. Então, Senador Casagrande, respostas muito concretas é o que nós fizemos nesse documento. E, mais: criou-se uma nova universidade, a do Pará, independente do nome ela é nova, e nós aqui estamos propondo outras duas e esse plano é por três anos.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**; Aliás, ao nosso Presidente, nós colocamos o nome de Integração Amazônica.

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Isso. Então eu acho que estão aí propostas muito concretas que podem transformar a Amazônia, eu acho que é um grande desafio, de maneira imediata, uma pequena revolução.

Outras questões, também de importância fundamental, como a regularização das terras, vou deixar para os senhores, que eu vou ter que, lamentavelmente, me despedir dos senhores.

Agora eu deixo o meu apelo a uma sentença na LDO que tem inibido o setor de ciência e tecnologia, proibindo o pagamento de diárias e passagens para eventos científicos para participantes que sejam funcionários públicos da ativa; somos quase todos assim. Então outro dia eu estive aqui com um representante do Tribunal de Contas da União e eles mesmo pedindo aos senhores que legislassem, - eu estou usando as palavras dele - com a sabedoria que tem e a clareza para evitar que eles tenham que cobrar de nós medidas que não sejam adequadas. Essa é uma que certamente nos parece esdrúxula, porque se seguir ao pé da letra o País para, não há mais reuniões científicas nesse País e não é a intenção de ninguém. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Dr. Jacob Palis Júnior e pediria a V. Sa. se houvesse possibilidade de encaminhar mais alguns exemplares.

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Certamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Os Senadores estão solicitando.

**DR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Tenho mais três aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço desde já.

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Mais duas, mais uma.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** E, também, V. Sa. poderia encaminhar essa sugestão de Emenda que precisa ser feita à LDO para que nós pudéssemos fazer a tramitação legislativa, sendo que eu pediria urgência, se possível de hoje para amanhã para que nós pudéssemos fazer--

**SR. JACOB PALIS JÚNIOR:** Eu já coloquei nas mãos de dois Senadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Então o Senador Mozarildo e o Senador Renato Casagrande já estão com a sugestão, nós vamos encaminhá-la. Nós faremos o encaminhamento, porque realmente se nós queremos desenvolver--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sim, para a LDO. Agradeço, mais uma vez, a presença do Dr. Jacob Palis, que precisa se ausentar.

Vamos ouvir, então, o Dr. Adalberto Luís Val, Presidente do INPA, para que ele possa responder os questionamentos dos Senadores.

**SR. ADALBERTO LUÍS VAL:** Eu fiz a lição de casa aqui direitinho. O Senador Flexa Ribeiro disse assim: "Vai anotando", e o papel foi indo [risos]. Temos um bom conjunto de questões, todas extremamente relevantes. Eu vou fazer alguns comentários gerais, já respondendo algumas dessas questões, depois vou de forma específica a todas elas.

Eu acho que especificamente com relação à Amazônia nós temos uma questão de soberania e de segurança nacional. Nós precisamos encarar isso de frente. Vou dar um número aqui. 60% da produção científica veiculada no mundo sobre a Amazônia não tem nenhum autor brasileiro. 60%, repito, 60% da produção científica sobre a Amazônia veiculada no mundo não tem nenhum autor brasileiro. Então quando nós estamos falando aqui de reforma, de regularização fundiária, utilização de áreas degradadas, alternativas para o desenvolvimento da Amazônia, quem é que vai prover as informações científicas necessárias? Vamos comprar essas informações dos franceses, dos alemães, dos ingleses, dos americanos, de quem? O Brasil forma hoje, caro Senador Casagrande, 11 mil Doutores por ano. Na Amazônia inteira, nos nove Estados da Amazônia, todas as Universidades Estaduais, Federais, Institutos de Pesquisas, EMBRAPAS, Zona Franca de Manaus, Privadas, nós temos 3.500 doutores. Metade deles não está mais envolvida com a bancada de laboratório produzindo informações. Quanto isso representa? O Brasil tem hoje 100 mil Doutores na ativa.

Portanto, nós temos na Amazônia menos de 1,5% de Doutores na ativa. Com esse número nós não produzimos as informações que são demandadas pela sociedade brasileira. Então resposta específica à vossa

questão: gente qualificada fixada na Amazônia. Essa é a demanda zero, sem isso a gente não faz nada, não vamos para lugar nenhum, nós vamos ficar fazendo o que estamos fazendo hoje, fazendo discursos sobre a Amazônia, mas não vamos avançar para lugar nenhum, está certo? Então precisamos de contrato, precisamos de modelos alternativos para a contratação de pessoal qualificado. Quando eu contrato hoje uma pessoa por trinta anos, está certo, e não tenho alternativas para isso, eu tenho esse modelo engessado da fixação de recursos humanos na Amazônia. Bolsa de estudo não é instrumento para fixação de recursos humanos. Não é. É um bom instrumento para capacitação de pessoal, mas não é instrumento para você manter uma pessoa qualificada nos Institutos, nas Universidades e nas EMBRAPAS da região; precisamos urgentemente de alternativas para a contratação de pessoal.

A questão do projeto da Amazônia passa exatamente por aquilo que a gente falou: precisa de um projeto brasileiro para a Amazônia. Qual é o projeto brasileiro? A Amazônia sequer está na agenda brasileira. Ela é toda fragmentada, não existe no processo todo de administração do País uma questão amazônica. Existe para o mar territorial, existe para o espaço, mas não existe para a Amazônia. Não tem, não tem. Aí o que acontece?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Desculpa, mas não tem o PAS agora?

**SR. ADALBERTO LUÍS VAL:** Tem, mas, de novo, está todo fragmentado. Eu vou dar um exemplo bem típico. Vem o CNPQ, que é um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, e me autoriza a fazer um projeto, chamado Adapta, de bioprospecção na Amazônia. Muito bem. Eu tenho recursos para isso, tenho autorização do Ministério para isso, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Aí vem o IBAMA por meio do SISBIO e diz assim: "Você não pode coletar material biológico". Órgão do próprio governo. Nós temos um cidadão, senhores, que hoje trabalha em Rondônia, que é diretor aposentado compulsoriamente do Instituto Pasteur da França, um dos mais respeitados cientistas brasileiros e no mundo inteiro, chamado Hildebrando Pereira de Souza(sic). Esse cidadão foi interpelado há alguns meses atrás porque coletava o mosquito de Anopheles, que transmite a malária. Agora é o País, é o próprio País brigando com ele mesmo e inviabilizando a coisa. Recentemente nós tivemos a notícia da contratação de dois mil guardas florestais para a Amazônia. Eu fui o primeiro a dizer: é um equívoco. Nós precisamos é de cientista e não de guardas na Amazônia. Nós precisamos de gente que seja capaz de dar alternativas para isso. O cientista brasileiro está quadrado numa Lei de Crimes Ambientais, quando é ele próprio que dá alternativa para poder viabilizar o entendimento do ambiente em que vivemos. Então eu acho que essa questão a gente precisa trabalhar.

A questão do fornecimento de água que é extremamente importante para as demais regiões do Brasil, toda a teoria dos Rios Voadores, que está demonstrada aqui, viabiliza as produções agrícolas em outras regiões do País. Toda vez que nós estivermos desmatando, nós estamos afetando não a Amazônia, mas também a produção agrícola em outras regiões do País.

Portanto, o investimento em ciência e tecnologia na Amazônia para criar alternativas, uma vez que não adianta importar modelos, não adianta a gente importar modelos para desenvolver a Amazônia. A Amazônia é uma região complexa que demanda ações diversas desenvolvidas para elas mesmo. Nós todos sabemos que os modelos importantes, e são vários, Jari é um exemplo, não deram certo. Por que é que não deram certo? Modelos importados, não adequados para a região. Portanto, o que a EMBRAPA vem fazendo, o que o INPA vem fazendo, o que várias regiões vêm fazendo é um pouquinho daquilo que é necessário para a Amazônia, agora a demanda é muito maior, muito maior do que isso.

Caro Senador Geraldo Mesquita, a questão da importação de material, aumentar a importância de material da Amazônia, a gente precisa tratar isso com um certo cuidado. Você tem toda razão, a gente aumentando em 5% vale a pena. Agora nós precisamos dar escala para a Amazônia. A Amazônia não tem produção de escala, em escala das coisas. Então nós temos uma imensidade de peixes na Amazônia, por exemplo, mas se todo mundo começar a demandar para o peixe da Amazônia a gente não tem escala para atender. Agora pasmem, Srs. Senadores. O Sudeste Asiático está se tornando, em muito curto de tempo, o maior exportador de peixes tropicais do mundo. Por quê? Porque não investimos no processo de produção desses peixes dentro do nosso território, nas cadeias produtivas, para poder servir de alternativa para o homem da região, gerando renda e inclusão social com redução do desmatamento. Eu sou contra o desmatamento zero, a princípio, mas é preciso reduzir drasticamente essa escala que nós temos aí, drasticamente. E para isso nós precisamos investir na recuperação e aproveitamento das áreas degradadas. Para isso precisamos de informação e para produzir essa informação que o senhor demanda, Sr. Senador Flexa Ribeiro, nós precisamos de gente qualificada. Sem gente qualificada a gente não consegue fazer isso. Portanto, precisamos do desenvolvimento sustentável com a melhoria do uso das terras degradadas, de tal forma a diminuir a pressão sobre a floresta intacta.

Outro ponto que o senhor coloca é sobre o acesso ao etnoconhecimento. Nós acabamos de instalar um curso de antropologia em nível de Mestrado na Amazônia apenas no ano passado. É o primeiro curso, apenas no ano passado. Portanto, nós temos hoje cerca de 180 línguas faladas na Amazônia; nem metade delas está dicionarizada. Então é este o tamanho do buraco que a gente tem com relação a essas coisas todas.

Sobre a questão da regularização fundiária, regularização fundiária sem alternativas para a inclusão não resolve. Nós precisamos ter a regularização fundiária com alternativas para a inclusão, porque se não ela vai representar um processo continuado de desmatamento na região. O que eu quero dizer com alternativas para a inclusão? São alternativas para a produção de renda, para a produção de renda para esta população que vai estar lá. É esta população que tem que ser valorizada na região. Então uma colocação do Senador Mozarildo, eu concordo inteiramente, são 25 milhões de brasileiros abandonados, está certo, por falta de um processo de socialização da informação de forma adequada. Enquanto nós continuarmos monitorando e provocando um *enforcement* pelas Leis fantásticas que nós temos a respeito do não desmatamento, mas não darmos alternativas para as pessoas, nós vamos manter o conflito na região. Então depende, desculpem, mas depende do processo legislativo de definir: "Olha, vamos acabar com esse negócio e vamos melhorar o projeto de inclusão social e de geração de renda". Como? Por meio da produção de informações adequadas para o desenvolvimento da Amazônia. E me permita: nós não falamos mais em preservar; preservar é uma palavra que vem de preservativo, quer dizer, isolar, está certo? Nós falamos em conservar. Na biologia conservar significa usar conscientemente o ambiente. Então é isso que a gente defende, estratégias de conservação da Amazônia.

Senador Augusto Botelho, o senhor mencionou Roraima. O INPA está trabalhando há vinte e cinco anos em Roraima. Desenvolveu lá, ainda que com apenas dois pesquisadores permanentes, um conjunto de informações belíssimas, nós estamos transformando isso em vários livros, tive a oportunidade de visitar o Governador e levar isso para ele. De novo, alternativas para uso do lavrado, alternativas para a produção de renda e geração. Pesquisa mineral, fundamental, mas sem gente não dá para a gente poder arcar com mais essa alternativa dentro do Instituto.

Senador Roberto Cavalcanti, sobre a contribuição dos outros países, fundamental. Nós caminhamos no Brasil no sentido contrário. Nós fizemos uma Lei e colocamos uma cerca na Amazônia, como se fosse possível cercar a Amazônia e dizer assim: "Olha, a Amazônia é nossa". Esquecemos que os pássaros migram e não conhecem a barreira, o limite político do País. Passarinho não sabe isso, o peixe não sabe isso, a semente da planta não sabe isso. Então nós vamos continuar perdendo material genético que hoje é globalizado para o mundo inteiro e, pior de tudo, perdendo o bonde, porque que a informação passa a ser gerada em outros lugares do mundo, está certo?

Senador Cristovam, eu concordo inteiramente com o senhor, a situação da Amazônia é uma situação complexa e que demanda soluções complexas. O primeiro passo disso é a inserção da Amazônia na agenda brasileira. Enquanto nós não tivemos a inserção na agenda brasileira, nós vamos continuar importando soluções que não são adequadas da Amazônia. E para ficar um pouco na área que é tão cara ao senhor, que é a educação, nós distribuímos os livros didáticos hoje para o Brasil inteiro. Eu visitei uma aldeia, algum tempo atrás, a menina da aldeia me dizia assim: "Pintei o rio de preto e a professora me deu zero". Isso porque na cartilha o rio é azul. Aonde tem rio azul na Amazônia? Então que diabo de educação nós estamos levando para as nossas crianças, para o futuro? Que diabo de educação é essa? Então eu acho que a gente precisa trabalhar radicalmente e dizer assim: Olha, a Amazônia, sim, mas reconhecer que nós temos uma diversidade cultural, uma diversidade ambiental, uma diversidade de ambientes que precisam ser profundamente estudados. Com a informação que a gente já tem já é possível, já permite que a gente produza as informações básicas para ensinar o pessoal que vai, os nossos compatriotas, que no futuro vão administrar esse País e que vão produzir nessa região, os nossos filhos em outra instância. Isso é uma situação que eu diria que precisa se inserir nesse contexto mais amplo que a gente está falando. De novo a questão de gente, gente na Amazônia. Então esse é um ponto fundamental.

Eu falava que as áreas, isso que o senhor se referiu, Senador Flexa Ribeiro, as áreas inundáveis da Amazônia que têm a floresta em pé, os igapós, as várzeas, felizmente têm esta característica, porque elas são berçários, são elas que provêm a diversidade biológica que nós temos na Amazônia, são as várzeas e são os igapós. Felizmente nós não temos tecnologia para desmatamento nestas áreas ainda e não teremos em breve espaço de tempo, porque o navio para fazer isso é um navio pesado, que não chega na várzea, que não vai encostar na várzea para fazer isso. Eu torço muito para que a gente consiga manter a várzea e o igapó intocado, porque se não aí sim o processo de finalização da Amazônia, do fim da Amazônia, vai se acelerar e muito.

Sem dúvida nenhuma, o senhor pergunta: sim, temos na proposta de consolidação do sistema de ciência e tecnologia feita pela MCT nós avançamos fortemente no financiamento do custeio, no financiamento do capital, na interação com os Estados. A interação com os Estados, precisamos ler isso com um certo cuidado; apenas dois Estados da Amazônia têm as instâncias de cooperação, que são o Estado do Amazonas por meio da FAPEAM, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, e o Estado do Pará, que tem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, a FAPESPA. Os demais Estados não têm isso. Então essa interação, ela é frágil nos demais Estados; precisamos trabalhar isso. Mas nós não avançamos, não avançamos com relação à questão de pessoal. E eu vou dar números para isso. Enquanto nós estamos contratando dois mil guardas florestais, o Ministério da Ciência e Tecnologia, me permita, Dr. Luiz Antônio, citar esses números, foi autorizado a contratar para todo o sistema apenas 350 novos funcionários. Portanto--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Foi autorizado.

**SR. ADALBERTO LUÍS VAL:** Foi autorizado a contratar 350 novos funcionários. Isso dividido por todos os Institutos e mais pela sede do MCT resultou na contratação de novos pesquisadores Doutores para o Museu Goeldi e cinco pesquisadores Doutores para o INPA, quando na realidade a gente perde duas ou três vezes isso de novos aposentados a cada ano, a cada ano. Portanto, vamos ajudar? Vamos. É esse o ponto que nós precisamos mexer de pronto, está certo, de pronto. Então quais são as reivindicações? Gente qualificada e fixada, gente qualificada e fixada em primeiro, em segundo, em terceiro, em quarto lugar; sem isso a gente não vai avançar.

Eu acho que em linhas gerais era esse o momento e essas eram as minhas colocações. Se faltou alguma coisa, me desculpem. Eu gostaria de deixar aqui um pedido formal para a gente estudar modelos alternativos para a contratação de pessoal qualificado na Amazônia de forma urgente. A revisão da Lei de Crimes Ambientais que envolve os pesquisadores nessa questão, principalmente no que se refere ao SISBIO, está certo, e basicamente colocar em prática esta proposta da Academia Brasileira de Ciências. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao--

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Presidente, me permite um minuto?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Já passo a palavra a V. Exa., Senador Cristovam. Agradeço ao Diretor Presidente do INPE, o Dr. Adalberto Val, pelas respostas. Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Eu quero dizer que gostei muito da fala do professor Adalberto. Dizer que de fato a Amazônia ainda não é um tema nacional. A prova é que nessa reunião o único Senador de fora da Amazônia sou eu e o Renato Casagrande porque é do Meio Ambiente. Temos também o Roberto. Agora e eu mesmo assim vou ter que sair, que sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, está havendo uma Sessão lá, estão desesperados porque não está havendo direção, o Presidente está faltando.

Mas eu quero tocar no assunto da educação. Não vejo saída para a educação na Amazônia, no Nordeste, sem uma federalização da educação. Enquanto estiver nas mãos dos Prefeitos pobres, eles não vão poder pagar o salário que o professor merece; não vão, não adianta fazer greve para aumentar salário, que o Prefeito não tem condições hoje. Além disso, as próprias condições não dá para serem atendidas. Eu fui visitar escolas no Amapá, uma hora e meia de barco de Macapá. Os alunos estavam em pé, alguns, e o professor só sentava porque tinha um botijão de gás onde ele sentava e só tinha botijão de gás porque é do Programa de Merenda Escolar, que é um programa federal, senão nem onde sentar o professor não tinha. Esse é um lado, o lado da federalização das condições. E ao mesmo tempo a liberdade pedagógica para que o povo local, os professores locais definam o conteúdo.

O que o senhor diz de que o rio era azul, me lembra quando eu era estudante em Recife e que eu aprendia o Rio Sena antes de aprender o Rio Capibaribe e Beberibe lá de Recife, porque os professores Maristas eram de uma influência colonizada tão grande da França que a gente aprendia a geografia francesa antes de aprender a geografia brasileira. O Brasil está fazendo esse colonialismo dentro. São Paulo, o Rio de Janeiro, o Sul, talvez até Brasília já, fazem um colonialismo desse tipo hoje com o Nordeste e o Norte. Eu gostaria de ver todos os Senadores aqui dizendo: o problema da Amazônia é um problema nosso. Se o petróleo for um problema de todos os brasileiros, na hora que for preciso descobrir e buscar petróleo, a Amazônia é um problema nosso. Enquanto não for um problema de todos não teremos um projeto para a Amazônia e aí fica essa situação de hoje, virou um campo de batalha entre produtores, ecologistas e indígenas ali junto com os antropólogos um pouco. Virou um campo de batalha entre ONGs e produtores. E os políticos, às vezes, da região, inclusive meio perdidos no meio dessas duas forças ou optando por uma e sendo execrados pelo outro lado, porque eu tenho

visto como aqueles que estão do lado dos produtores são execrados pelos ecologistas e como os ecologistas são execrados pelos produtores que querem terra. A gente tem que encontrar uma saída. Essa saída tem que levar em conta a responsabilidade, sim, de manter a diversidade natural que a Amazônia representa, não só das florestas, também dos animais, mas também levando em conta esse animal fundamental que é o ser humano e que tem todo o direito de ter condições de vidas boas morando na Amazônia ou morando em qualquer outra região. Não podemos destruir a Amazônia, mas não podemos transformar o povo da Amazônia em guardas-floresta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Cristovam Buarque. Passo a palavra à Dra. Tatiana de Abreu Sá, Diretora Presidenta da EMBRAPA.

**SRA. TATIANA DEANE DE ABREU SÁ:** Inicialmente comentar sobre o que o Senador Cristovam falou, que eu acho que é a base dessa discussão. Essa questão, tudo passa muito pelo que é que o Brasil quer da Amazônia. A partir dessa visão eu acho que todos os outros segmentos acompanham, na medida em que ela tem implicações bastante fortes sobre o que vai ser importante para a ciência e tecnologia e para os demais segmentos. E nesse sentido, também, acho que a questão de pessoal, pessoal, pessoal, pessoal já foi bastante enfatizada pelo Adalberto. Eu acho que temos outros elementos bastante fortes na resposta para o Senador Casagrande, que tem a ver com a pergunta do Senador Cristovam. Eu acho que, inicialmente, nós precisamos muito de elementos de integração dentro da Amazônia e fora da Amazônia, ou seja, foi comentado pelo Dr. Adalberto sobre o estado atual de comunicação interna na região, a questão de comunicação, a questão de base de dados. Eu diria que um dos pontos mais importantes nesse momento é a questão de base de dados, a questão de informação tanto dentro quanto fora, um investimento maciço nessa área que envolve gente, mas mais do que gente uma decisão política nesse sentido. E, também, a forma de utilizar esse tipo de base de dados e todos os segmentos da região em prol de programas regionais. A gente está vendo pela fragmentação dos programas, uma fragmentação ainda maior dessa questão de produção. Eu andei pinçando alguns exemplos que foram surgindo, inclusive dois do Senador Augusto Botelho, como exemplos da necessidade que nós estamos tendo, e pegar o segmento da minha área, a parte agrícola, nessa visão mais ampla de Amazônia, de peculiaridades. Se nós olharmos as cadeias de produção, quem é quem e que tipo de ciência e tecnologia nós precisamos para desenvolvê-la como um todo. Eu acho que cada instituição daqui tem o seu papel. O INPA tem um papel importantíssimo na visão da biodiversidade, a EMBRAPA tem na agricultura com a visão mais tradicional e com essa visão mais ampla, incluindo inclusive essa questão da conservação e uso do ambiente natural, mas existem alguns ausentes também aqui.

Bom, têm os outros segmentos passivos do MCT. Eu colocaria o seguinte: para o resultado da pesquisa ser implementada em políticas públicas nós temos que ter a disponibilidade de algumas tecnologias, que se nós não tivermos um contínuo de leitura de ciência e tecnologia, nós vamos ficar só com um segmento desenvolvido. Por exemplo, o Ministro Mangabeira Unger está fazendo bastante apologia da importância da indústria amazônica para os produtos da biodiversidade da Amazônia, que eu acho que é extremamente importante, mas nós não temos apenas a questão do manejar a vegetação nativa e os cursos d'água na situação nativa na Amazônia. Nós temos a realidade da população, temos a realidade das áreas antropizadas e nós temos o potencial, diferente de dez, 15 anos atrás, nós podemos dizer que nós temos tecnologia para manejar a área de floresta primária, secundária, e temos também tecnologia para utilização das áreas antropizadas. Faltam meios de fazer, meios de escala de fazer isso.

Então nós devemos ter, sim, uma indústria que seja para os bens da floresta, mas temos que ter uma indústria da agricultura sustentável da Amazônia, uma indústria que dê suporte à expansão das tecnologias que estão sendo disponibilizadas. E há necessidade, por exemplo, o Senador comentou sobre o mineral. Nós estamos com um desafio imenso na questão de insumos agrícolas. Existem possibilidades dentro da Amazônia nesse sentido, de ao invés de importarmos de outros países, de outras regiões, material necessário para o uso sustentável das áreas antropizadas, não estamos fazendo isso. Então uma concatenação do setor de mineração, pesquisa mineral com a indústria associada é fundamental.

O Senador fez essa elucubração em relação à máquina de colher árvores. Nós temos vários exemplos como esse, ou seja, se nós construirmos uma indústria da agricultura sustentável amazônica nós vamos ter uma indústria que transcende o território nacional, ela passa para a Pan-Amazônia e para outros continentes que têm problemas semelhantes. Por que não? Temos o polo de Manaus com a Zona Franca de Manaus que é para exportação de outro tipo de produto, e por que é que não fazemos um polo da indústria para uma agricultura sustentável na Amazônia que vai ter parte dela associada de como colher de uma forma insustentável o que a floresta nos dá e parte dela para

garantir que as áreas já alteradas tenham uso sustentável. Então isso daí é um desafio imenso, quer dizer, nós vamos envolver a questão de transporte. A parte de educação que o Senador comentou é fundamental, quer dizer, eu também sou uma amazônida que aprendeu a ler com "Ivo viu a uva". E nós estamos vendo nesse momento a necessidade forte de transformar, ter incentivo de transformar o nosso conhecimento de várias instituições como o INPA, o Museu Goeldi, a Mamirauá, que está mais próximo disso, na realidade, e a EMBRAPA, de uma forma mais próxima à realidade amazônica. Estamos com algumas estratégias bastante interessantes com as escolas de família rural e suas derivadas, principalmente no Amapá estamos com uma experiência fantástica, com várias delas, mas é uma coisa ínfima em relação ao que nós temos que fazer. Não adianta nós estarmos aqui discutindo se a geração que está sendo formada agora para atuar nos próximos anos está com uma situação igual a da nossa e em alguns momentos até pior. No momento em que nós temos resultados fantásticos, não concatenamos a realidade, por exemplo, dos experimentos da biosfera e atmosfera da Amazônia, têm resultados fantásticas que não estão sendo atrelados à realidade de uma política agrícola, de uma política de valorização de agregação de valor, uma política de quantificação dos serviços ambientais.

Aí eu chego no outro ponto também, nessa linha, na dificuldade de generalidade da Amazônia. Nós temos uma diversidade imensa e várias das perguntas aí que foram formuladas, inclusive a primeira do Senador Casagrande em relação à questão fundiária, o comentário também do Senador Flexa Ribeiro sobre a questão das reservas em bloco, a questão da dendecultura, elas passam muito por essa diversidade, não esquecendo o lavrado aí do Senador. Se nós olharmos a Amazônia como um monólito, várias dessas questões parecem simples, mas na realidade são extremamente complexas, e nesse sentido eu acho que nós teríamos que ver os zoneamentos realmente como instrumento extremamente importante, não apenas o Zoneamento Ecológico e Econômico, mas as suas etapas posteriores, como o Zoneamento de Risco Climático e outros tipos de zoneamento. A questão, também, do reconhecimento da diversidade cultural na região.

Continuando aqui um pouco a manifestação às perguntas que foram formulados, a questão do dendê que o Senador Flexa Ribeiro comentou, o Senador comentou, nós estamos continuando esse trabalho, o Zoneamento de Risco Climático, Pedo-Climátrico, está praticamente finalizado, mas para a sua implantação nós precisamos dos Zoneamentos Ecológicos e Econômicos dos Estados, porque ele que vai dar a base, dar a base do que é utilizável para a consolidação e que nós vamos poder aplicar à realidade de Zoneamento de Potencialidade Edáfico Climática. Então ter isso, ter uma definição também... O dendê tem uma característica bastante peculiar, que ele é o grosso do que se usa é de uma espécie africana, mas nós temos não só no Brasil, mas na Amazônia, nós temos o dendê amazônico e o híbrido desse dendê na realidade que pode ser considerado uma nativa melhorada. Então essa nuance tem uma implicação bastante forte associada à legislação. Então a depender da legislação, abrir para as espécies nativas ou exóticas nós poderemos utilizar ou apenas o dendê africano ou esse melhorado e com implicações bastante fortes por causa da adaptabilidade, a questão de--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Permita, Dra. Tatiana. Eu gostaria de ouvir de V. Sa. se a senhora é favorável à flexibilização para que possa fazer a repovoação da floresta com espécies nativas ou exóticas.

**SRA. TATIANA DEANE DE ABREU SÁ:** Eu insisto no que eu comentei, que nós não temos uma resposta só. Nós temos que olhar, mapear e compreender. E aí puxo o assunto da reserva florestal em bloco, que existe alguns aspectos que são favoráveis de continuidade, mas nós temos que considerar alguns dos papéis da presença dessa vegetação que estão sendo ainda pouco consideradas. A gente fala muito da questão de carbono, o serviço ambiental ligado a carbono, um pouco de água, um pouco de nutrientes, e nós temos alguns serviços que têm muito a ver com o resultado do agronegócio que não estão sendo considerados, e esses têm a ver, sim, com a presença de fragmentos, de vegetação biodiversa às proximidades da área produtiva, que são principalmente a questão dos polinizadores, dos inimigos naturais e dos dispersores. Por exemplo, nós estamos com várias commodities sentindo fortemente o problema pela falta de polinizadores e os polinizadores, nessa questão, eles têm as suas rotas de voo, tem a sua autonomia. Então nós não podemos dar uma resposta simplista em termos amplos.

Nesse sentido, inclusive, atendendo várias demandas e a solicitação inclusive ligada à nossa estrutura da EMBRAPA, nós estamos com um grupo trabalhando justamente no olhar sobre a importância, o porquê desse tipo de instrumento em termos da paisagem brasileira, tentando inclusive entender o que se tem de concreto com elementos como esse, que está pouco em pauta na discussão. E essa realidade, ela traz essa discussão de nós não podermos generalizar a situação. Então nós temos os instrumentos do zoneamento, que são extremamente importantes, tem a realidade biológica, biofísica, biogeoquímica, e nós temos que a

partir disso tentar entender e fazer, como foi discutido em vários pontos, evitar essa segmentação extrema e ver dentro da coerência científica da realidade política atual o que é que nós podemos fazer de modo a que nós tenhamos a coerência e não relevemos assuntos tão importantes, inclusive para a própria atividade que está demandando esse tipo de informação.

Eu acho que tinha mais algumas questões aqui do Senador Mozarildo, mas, enfim, eu acho que o principal já foi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Dra. Tatiana, Presidente da EMBRAPA, e passo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro. Eu deixei o Dr. Luiz Antônio por último para que ele, como representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, pudesse encerrar as respostas aos questionamentos e colocar aqui também a posição do Ministério com relação a tudo que foi discutido na Audiência de hoje.

Com a palavra o Dr. Luiz ABC.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Obrigado, Senador. Em primeiro lugar eu quero dizer o seguinte: o Jacob Palis é um grande matemático, mas ele não entende nada de agricultura [risos]. Então é o seguinte: o Brasil produz hoje 2%, em etanol, que corresponde ao mercado mundial de gasolina. Isso, para simplificar, o mundo produz hoje 17 bilhões de galões de etanol. Desses 17, o Brasil produz sete, mais ou menos 40%. Se o Brasil quiser produzir todo o etanol, toda a gasolina do mundo, ele tem que multiplicar a área que ele usa hoje para etanol por 50. Ele planta oito milhões de hectares, tem que multiplicar por 50, dá 400 milhões de hectares; 400 milhões de hectares ele não tem. Ele pode ter 100 milhões de áreas degradadas, etc. 400 milhões de hectares para produzir etanol não tem, o Brasil não tem, sobretudo porque ele vai precisar desses hectares para produzir alimento; o Brasil é a única opção para a produção de alimento do mundo. Então ele vai ter que escolher: ou ele produz alimento ou produz etanol. Ele vai fazer a opção, evidentemente, por dividir aí o esforço. Então de vez em quando o Jacob delira, sabe, ele tem uns delírios assim. Agora o mercado é realmente um mercado que corresponde ao PIB brasileiro, um trilhão de dólares, mais ou menos, e se o Brasil produzisse 10% era 100 bilhões de dólares, 100 bilhões. A nossa produção agrícola toda, toda hoje, nos coloca numa posição confortável de ter 20 bilhões de dólares de superávit e eu estou falando num mercado de 100 bilhões de dólares. Portanto, como diz o Presidente, é o maior projeto da história desse País se for só 10% do mercado mundial, que é um grande avanço.

Mas vamos falar aqui, Senador Geraldo, num Projeto Amazônia. Eu sou um sujeito otimista de nascença, porque todo brasileiro ou é otimista ou tem que procurar uma outra alternativa. Eu sou otimista, acho que a gente tem resposta para tudo na Amazônia, tudo. A inteligência que está aqui, que está ali no Val, que está no Goeldi, que está nas Universidades da Amazônia e nas Instituições brasileiras que produzem hoje mais do que 2% da ciência mundial. Tem resposta para tudo, só não tem um Projeto Nacional para a Amazônia, não tem um Projeto Nacional. É factível ter um Projeto Nacional? É claro que é factível. É barato? Não, é caro. Ele custa mais ou menos três Brasílias para fazer uma aritmética simples. O Cerrado são dois milhões de Km², mais ou menos são seis, mais ou menos 5.4. Se quiser fazer um Projeto Nacional, tem que ser nacional, não adianta votar essa PEC para regular, fazer a regulamentação fundiária; ela pode ser necessária, mas não será suficiente desvinculado de um grande Projeto Nacional. Um Projeto Nacional, Senador Geraldo, custa três Brasílias. Esse Projeto Nacional vai ser feito em tempo? No que a gente conseguir para gastar três Brasílias. Pode ser dez anos, mas não pode ser mais do que dez anos, que a gente perde meia Bélgica por ano. Se a gente levar mais de dez anos... O tempo é a variável mais complicada nesse processo. A inteligência existe? Existe. Os três mil PHDs que o Val precisa estão nos Estados Unidos, brasileiros.

Eu morava em Ipanema e em 1980 a EMBRAPA me chamou e disse: "Vem trabalhar aqui para fazer engenharia", eu vim. Eu troquei Ipanema pelo Lago Paranoá, fico olhando o Lago Paranoá, não tem cheiro de maresia, mas estou aqui há 30 anos. Outros irão para a Amazônia, mas tem que pagar, como o Val está dizendo. Dar uma bolsa? Não vai. Vai um ano, dois, depois vai embora.

Então nós temos que ter um projeto que ele depende de inteligência, que nós temos. Mas inteligência? É claro, mais inteligência é sempre bom. O grande problema é que é um projeto caro, é um projeto que vai custar muito dinheiro. Eu só quero dizer o seguinte: 80% dos recursos naturais do País estão na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 80% da inteligência brasileira estão no Sul e Sudeste. Tem que fazer uma diáspora; tem que fazer essa diáspora que nós fizemos há 50 anos atrás para trazer todo mundo para a Brasília. As pessoas vieram? Vieram, mas ganharam muito mais do que ganhavam onde estavam.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Dr. Luiz, a gente está tão atrasado nessa questão que a gente se conforma em admitir a perspectiva de gente de fora para a Amazônia.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Não, brasileiros.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu sei. Eu acho que a gente tinha que visar, por exemplo, formar pessoas da Amazônia.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Sim, sim.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** O Brasil está tão atrasado nessa área que isso não está nem no horizonte ainda. A gente se anima só com a perspectiva das pessoas irem para a Amazônia [risos].

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Senador Geraldo, eu fiz--

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu estou constatando uma realidade só.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Eu comecei uma rede no Nordeste para formar Doutores em biotecnologia no Nordeste. Eu consigo formar cem por ano. Dez mil, como coloca aí a Academia, mil são dez anos. Mil para a Amazônia é pouco. Então num curtíssimo prazo, eu tenho dito isso, vamos trazer os jovens Doutores que estão--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Brasileiros.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Brasileiros que estão aqui e levar para lá, levar para lá, dar a eles condições de vida, que eu cheguei aqui e a EMBRAPA me deu uma casa. Eu trago um jovem que não tem onde morar aqui ou que está em outro lugar, dou a ele uma casa, um mecanismo para ele se fixar, pois o sujeito se fica morando no lugar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Dr. Luiz Antônio, V. Sa. permite?

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Claro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu acho que o que o Senador Geraldo Mesquita e V. Exa. estão falando é aquilo que eu já fiz referência: o Brasil, ao invés de exportar a inteligência, que é o que faz, tinha que exportar conhecimento. Lamentavelmente nós compramos o conhecimento de fora e estamos exportando as inteligências brasileiras para desenvolver conhecimento lá fora.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Desculpe, Senador, nós temos o conhecimento para fazer um projeto complexo mais factível na Amazônia. Nós temos essa inteligência. Não vamos pensar que a gente tem que comprar em lugar nenhum. A inteligência existe aqui na EMBRAPA, no INPA, no Goeldi. Três pessoas sentaram e fizeram Brasília, três brasileiros. É uma coisa impossível de imaginar, três, sentaram com uma planilha e fizeram. O brasileiro tem competência para fazer um grande projeto para a Amazônia. Agora é preciso a vontade política, decisão política que aconteceu há 50 anos de fazer Brasília. Uma decisão política, difícil. A decisão política de fazer da Amazônia o que ela pode ser, e aí nós temos duas variáveis importantes que o Val citou de alguma forma e a Tatiana, primeiro nós temos que agregar valor à biodiversidade, agregar valor à floresta, que nós não fazemos hoje. A Amazônia é uma grande produtora de commodities. Segundo, a gente tem que promover a inclusão social. Eu compro um vidrinho de copail(F) assim, custa oito reais. Aí eu tenho uma dor de garganta, boto duas gotas, no dia seguinte eu estou bom. Só que eu fico com aquele vidrinho para o ano todo, custa oito reais. Quanto ganhou o sujeito que vendeu o litro daquele óleo de copail(F)? Nada, cinco centavos. No fim do ano ele não compra uma calça. Então se não agregar valor aos produtos da biodiversidade, não tem como.

Propostas para reflorestamento estão aí, elas existem. O conhecimento sobre a biodiversidade; têm compêndios enormes, compêndios. Nós sabemos todas as plantas, o que elas produzem, o valor farmacêutico dessas plantas, sabemos tudo isso e continuamos importando três milhões de dólares por ano de medicamento. Mas os medicamentos estão aqui, a gente tem os medicamentos.

Então o projeto é factível, precisa de vontade política, mas é caro. A única decisão que precisa ser tomada é que é um projeto caro. Vamos fazer sozinho ou nós vamos procurar alguma forma de financiar esse projeto? Essa é a grande discussão que vai ter que acontecer em algum momento, porque uma Alemanha inteirinha nós perdemos em 20 anos, uma Alemanha inteira. Se a gente espera mais vinte anos, nós vamos perder outra Alemanha.

Então eu acho o seguinte: nós temos competência, nós temos as soluções, nós temos gente, nós temos pessoal, gente que tem que estar lá, não aqui. Aqui não adianta. Tem que estar lá. Fazer com que as pessoas saiam daqui para ir para lá, foi o que a EMBRAPA fez há quarenta anos ou trinta anos atrás. Trouxe as pessoas e fez propostas. Até o Ronaldinho volta para o Brasil se for uma proposta boa, ele volta. Está certo? Então os brasileiros que estão aqui, que têm competência, eles vão para lá, mas com uma bolsa não vão, o Val tem razão, não vão.

Então o projeto é possível, é factível e depende fundamentalmente de vontade política. Essa é a minha posição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço. Senador Mozarildo Cavalcanti.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Só uma indagação aí de toda a explanação que o Dr. Luiz Antônio fez, que eu gostaria de ficar esclarecido na minha cabeça, até levando em conta os lavrados lá do meu estado de Roraima. V. Exa. concorda, ou melhor, defende também que não se plante cana na Amazônia?

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Defendo, eu defendo por uma razão absolutamente técnica. A indústria de cana-de-açúcar está localizada hoje, ela existe no Brasil, ela vai se expandir um pouco. Se a gente, evidentemente, tiver que produzir quatro vezes mais o que a gente produz de etanol, temos que expandir, está certo? Tem que vender, senão não adianta. Então é mais ou menos no entorno da região que produz cana hoje que nós vamos produzir mais. Eu não sou contra a produção por nenhuma outra razão se não porque fica a dois mil quilômetros de distância de onde se situa hoje o coração, o cerne da indústria de produção de álcool e açúcar no Brasil, só por essa razão. Logisticamente eu acho que não faz sentido.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** No meu Estado, por exemplo, vários empresários foram lá, inclusive fizeram estudos prevendo a produção do etanol para a exportação, porque nós estamos muito mais próximos dos Estados Unidos, do Caribe e da própria Europa do que o resto do País.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Pontualmente é possível, mas como estratégia para produzir 10% do que a gente pode... Eu acho que não faz sentido.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Mas, Dr. Luiz Antônio, aí que nós caímos naquele problema, que são as proibições uniformes para a Amazônia, como se a Amazônia fosse uma coisa só.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Eu concordo, pontualmente é possível.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Então nesse sentido é que eu quero colocar.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** As questões pontuais são possíveis. Como o dendê, o dendê, desde que eu vim para a EMBRAPA há trinta anos é que eu sei que têm seis milhões de hectares que são factíveis de se produzir. Por que não? Tem que usar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria de cumprimentar ao Dr. Luiz Antônio e aproveitar para dizer que ao invés da cana-de-açúcar nós podemos estar utilizando plantas que forneçam óleos vegetais também.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Exatamente.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Então essa produção local de óleo vegetal para a substituição ao óleo diesel também é uma solução regional--

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Importante.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** --factível dentro dessas áreas que o senhor se refere.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** A Amazônia ficou no escuro outro dia por falta de óleo vegetal, ficou no escuro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):** Eu só queria lembrar que o nosso lavrado está a 500 quilômetros do bar e bem pertinho do Canal do Panamá, sendo que o nosso vizinho, a Guiana, faz parte do CARICOM que pode exportar o álcool para os Estados Unidos sem imposto, quer dizer, Roraima é um local onde o álcool pode ser produzido com grandes vantagens para o Brasil e nós temos o nosso lavrado lá que não corta nenhuma árvore para plantar álcool. Só falta a gente descobrir o calcário lá para poder ficar mais barato o custo.

**SR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO:** Mas os 100 milhões de hectares que eu acho que vão ser o gosto que a gente vai precisar mobilizar para produzir 10% do álcool do mundo, que é o tal mercado de 100 bilhões de dólares, eles estão provavelmente mais próximos do Cerrado e da região que produz cana hoje.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu agradeço ao Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro e, antes de encerrar, quero fazer algumas considerações.

Primeiro, dizer da alegria, alegria de nós estarmos discutindo quase por cinco horas Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia. Esta Comissão, que tem um nome bastante extenso, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, quando eu tive a honra de ser indicado pelo PSDB para assumir a presidência, eu vim com um objetivo primeiro: fazer com que ciência, tecnologia e inovação fosse pauta-da, porque o restante da denominação, comunicação e informática, ocupava a pauta da Comissão por todo o ano legislativo. Então nós temos que trazer para a discussão no Senado a questão da ciência, tecnologia e inovação a nível de Brasil. Estamos iniciando pela Amazônia porque é uma questão que tem que ser resolvida pelos brasileiros, por todos nós.

Então eu fico muito feliz de ver que hoje exercitamos durante cinco horas um processo que eu espero que tenha desdobramento. Vamos fazer uma segunda Audiência Pública ainda sobre o mesmo tema com os convidados: Dr. Marco Antônio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Dr. Imar César de Araújo, Coordenador-Geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia; Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, Diretora do Museu Emílio Goeldi; Dr. Cláudio José Reis de Carvalho, Chefe-Geral da EMBRAPA Amazônia Oriental; Dra. Elizabeth Conceição de Oliveira Santos, Diretora do Instituto Evandro Chagas. Será a segunda e com certeza absoluta, Senador Mozarildo, não será a última. Nós temos que colocar na pauta a questão de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e em especial na Amazônia.

Fazendo um comentário sobre as palavras finais do representante do Ministro da Ciência e Tecnologia, com relação à pergunta do Senador Mozarildo, V. Sa. corrigiu a sua afirmação inicial que disse ser contra o plantio da cana na Amazônia. É um absurdo, é um absurdo o Presidente aceitar uma imposição como essa de dizer, pura e simplesmente, que não se pode plantar cana na Amazônia. Se ele dissesse não se pode derrubar floresta para plantar cana, eu estaria aplaudindo o Presidente, eu estaria aplaudindo o Presidente. Agora dizer que não se pode plantar cana só porque ele está atendendo injunções externas sobre a Amazônia, é um absurdo isso. A Amazônia, foi dito aqui por todos, não é uma só. Nós temos várias Amazônias dentro da Amazônia e nós temos que tratar cada Amazônia de forma diferenciada, diferenciada. Então é lamentável. O Dr. Luiz Antônio disse com propriedade: é lamentável que se faça normas a nível nacional para a Amazônia, a nível nacional para a Amazônia, e que essas normas, Senador Raupp, sejam feitas aqui de Brasília, dos gabinetes refrigerados para impedir o desenvolvimento da nossa região.

Então, realmente, me dou por satisfeito de termos tido essa amanhã de trabalho aqui com a presença honrosa dos nossos convidados, com a participação de inúmeros Senadores para que nós colocássemos em pauta essa questão de desenvolver sem discurso, sem discurso político, desenvolver sustentavelmente a Amazônia, mas dentro das condições de ciência, tecnologia e inovação. Não é desenvolver com ideologia, não é deixar a Amazônia como santuário para gerações futuras ou não sei para que, mas vamos colocar a Amazônia na pauta e vamos desenvolvê-la de forma que seja usada a inteligência nacional para que nós possamos fazer da Amazônia, sem sombra de dúvida, uma região – eu vou até mudar a palavra – conservada, não vamos mais falar em preservada, que eu concordo com o Dr. Adalberto que preservar é isolar.

Então eu acho que aí eu entendo agora, Senador Mozarildo, qual é o discurso que se faz da Amazônia. Não é no sentido de conservá-la, porque esse é o discurso de todo nós, porque é no sentido de isolá-la do Brasil e do resto do mundo.

Eu encerro a Audiência de hoje agradecendo a presença de todos.

**ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2009.**

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dez de junho de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres e José Agripino. Justificam as ausências os Senadores Cícero Lucena, Renato Casagrande e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Dá nova redação ao artigo 38 da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações,"que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que "Dá nova redação à alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de

agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea "e" do respectivo art. 38, denominado Voz do Brasil", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa "A Voz do Brasil", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição dos PLS nº 53/03, 294/04, 219/05, 353/07 e 368/08, que tramitam em conjunto, bem como das emendas apresentadas. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator, para atender leitura de requerimento de desapensamento do PLS 53/03. **Item 02: Requerimento nº. 19, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer "..., nos termos do inciso II do artigo 93 do RISF, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para tratar de assunto relativo ao desenvolvimento e adoção de sistemas de reuso de água cinzenta em edificações, objetivando proteger a saúde pública, bem como manter a integridade dos ecossistemas e uso sustentável da água. Para tanto, requeiro a expedição de convite às seguintes pessoas: Senhor Paulo Roberto Barbosa da Silva, engenheiro civil, autor do Projeto de Reuso de Água (SRA-Engenharia); Senhor Fernando Rei, Presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB); Professor Dr. Ivanildo Hespanhol, Diretor do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (CIRRA/USP); Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental; e o engenheiro civil Marcos Túlio de Melo, presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)." O requerimento é aprovado. **Item 03: Requerimento nº. 20, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite à jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para comparecer perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, do Senado Federal, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública, prestar informações acerca das atividades da EBC nesse primeiro ano de sua existência." O requerimento é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 405, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas - Grupo Ema para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 409, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sócio Cultural de Jataí (ACONDEJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 08, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Esperança de Aporé - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aporé, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 73, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio Arns. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 152, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio Arns. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 13, de 2000**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Apro-

va o ato que renova a concessão da Jerônimo T. Minamihara & cia. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio Arns. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 329, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária União Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio Arns. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 306, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Castilho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 182, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 186, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Extra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 193, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à SCPB - Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Antena Azul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 427, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Abaíra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Abaíra, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 54, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aliança FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Macarani, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 59, de 1996**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Caarapo, Estado do Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 71, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Clube de Corumbá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 205, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 121, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pioneira Comunitária Aldeiense de Radiodifusão, para a Promoção da Cultura, Artes e Educação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cupuraque, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 125, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Caetanópolis para exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetanópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 164, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. - EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 442, de 2001**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Progresso FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 273, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Água Doce Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Calçoene, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 200, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Otacílio Risonho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 305, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Metrópole Regional FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 38, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Jacuípe FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuípe, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 41, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Civil do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Chã Preta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã Preta, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 114, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Organização não-governamental de Olho em São Sebastião para executar serviço de radiodifusao comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 179, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar Vermelho, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 145, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rms Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 215, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 248, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº. 288, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Neves & Oliveira Andrade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, e o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de**

**Decreto Legislativo nº. 106, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº. 123, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº. 124, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Tropical de São Sebastião do Anta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Anta, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº. 253, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº. 234, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Agreste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo nº. 302, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo nº. 207, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo nº. 254, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo nº. 260, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo nº. 394, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo nº. 395, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento o senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente Eventual, para relatar os seguintes itens: **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo nº. 07, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Xinguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xinguara, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo nº. 116, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sant'ana de Óbidos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Óbidos, Estado do Pará." O relator designado é

o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo nº. 194, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oriximiná, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2009, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 129, de 2009, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 131, de 2009, Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 184, de 2008, Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 361, de 2008, Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 372, de 2008, Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 392, de 2008, Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, de 2008, Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 10, de 2009, Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 15, de 2009, Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 16, de 2009, Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 30, de 2009, Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 55, de 2009, Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 108, de 2009, Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 275, de 2009, Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 276, de 2009, Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº. 278, de 2009, Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº. 282, de 2009, Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº. 294, de 2009** e **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº. 318, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2009.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 10 de junho de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Já o concedo, Senador Antonio Carlos Júnior. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência. Expediente recebido. Ofício nº 748/2009 – Senado Federal, da Segunda Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Sessão Senadora Serys Slhessarenko, pelo qual encaminha a esta Comissão o pronunciamento do Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, proferido na Sessão do dia 21 de maio de 2009, relativo à extração e ao comércio ilegais, no Estado do Amapá, de torianita, minério radioativo que contém urânio, tório e um tipo de chumbo, usado na montagem de reatores nucleares e bombas de nêutron.

O Senador Romeu Tuma anexou as notas taquigráficas, resposta do Ministro do Estado da Justiça e do Ministro de Estado das Minas e Energia aos Requerimentos de Informações nºs 96 e 98/2009, de autoria do próprio Senador sobre essa questão.

Por último, S. Exa. solicita que sejam encaminhadas cópias de seus pronunciamentos às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para fins de acompanhamento e fiscalização das medidas a serem adotadas, medidas essas resultantes do acerto entre a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União, a Defensoria Pública Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), firmado durante a Audiência realizada no dia 7 de abril deste ano, perante o Juiz da 2ª Vara da Justiça Federal no Amapá, quando discutiram, inclusive, a melhor forma, localização e armazenagem do minério já apreendido em razão das investigações da Polícia Federal. As Sras. e Srs. Senadores que desejarem receber uma cópia desse material queiram, por gentileza, informar à Secretaria desta Comissão.

Face à importância do encaminhamento feito pelo Senador Romeu Tuma, tanto das informações dos Ministérios quanto de seu pronunciamento com

as notas taquigráficas, eu pediria à Secretaria que fizesse chegar aos membros da Comissão o material que foi encaminhado pelo Senador Romeu Tuma, para que tomasse conhecimento.

Convite do Instituto de Ação Responsável para que um representante desta Comissão participe como conferencista do Fórum Patentes e Medicamentos Genéricos, a realizar-se no próximo dia 18 de junho, quinta-feira, das nove às catorze horas, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, Interlegis, do Senado Federal. Eu consulto os Srs. Senadores se algum dos senhores gostaria de participar como palestrante deste Fórum importante sobre Patentes e Medicamentos Genéricos. Não havendo nenhum voluntário para que--

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Quando vai ser, Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Quando vai ser?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Dia 18 de junho, quinta-feira, das nove às catorze horas.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Aonde vai ser?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** No auditório do Interlegis, aqui no Senado Federal.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Já tem alguém para fazer isso?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Não.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Eu posso dar uma estudadinha e lhe falo daqui há pouco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Aguardamos, então, o Senador Valdir Raupp confirmar. Lamentavelmente, nesse dia... Lamentavelmente, não, felizmente, no dia 18 de junho é o casamento do Senador Mário Couto, em Belém, e eu não vou poder estar aqui, vou estar presente nessa grande festa, que será para todos nós, amigos do Senador Mário Couto, participar do seu casamento. Então, eu pediria se o Senador Valdir Raupp pudesse representar a Comissão como palestrante, conferencista nesse Fórum.

Reitero o convite da Assessoria Parlamentar da Marinha do Brasil, por meio da Carta 002/Gabinete do Comando Militar Marinha do Brasil, na qual formaliza ao Presidente e aos demais integrantes dessa Comissão o convite para participar, no dia 19 de junho de 2009, de visita oficial ao Centro Experimental de Aramar, na cidade de Iperó, São Paulo, com o propósito de conhecer o programa nuclear. Conforme já informei a V. Exas., também compromissos inadiáveis impedem a minha presença, porque dia 18 o casamento do nosso companheiro Senador Mário Couto, então, dia 19 não tenho como estar em São Paulo. Então, eu indago, também, da disponibilidade da agenda de algum dos Srs. Senadores que possa representar a Comissão.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, eu acho que, de fato, o convite que a Marinha faz é muito interessante. Agora, eu gostaria de fazer uma ponderação. Eu não me habilito, porque, nesse dia, como acontece com V. Exa., eu também estarei fora, inclusive, de Brasília, porque eu tenho uma reunião da Fundação Oscar Niemayer no Rio de Janeiro. Agora, considero que seria muito interessante que membros da Comissão pudessem comparecer, porque o trabalho que a Marinha faz há muitos e muitos anos, que tem um grande interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, merece, assim, uma visita, para que nós possamos avaliar e melhor apoiar o projeto, que é um projeto, eu digo, fundamental para a emancipação científica e tecnológica do País e para o fortalecimento das nossas Forças Armadas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** V. Exa., nobre Senador Marco Maciel, tem toda a razão. O trabalho que a Marinha do Brasil desenvolve nesse Centro Experimental de Aramar é um trabalho da maior qualidade e que deve ser prestigiado pelo Senado Federal e, especialmente, pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu pergunto ao Senador Azeredo se poderia representar a Comissão nessa visita ao Centro Experimental de Aramar.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Também não posso nessa data.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Crivella, V. Exa. poderá ir a essa visita ao Centro Experimental de Aramar, no dia 19?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, eu mandei encomendar nos Estados Unidos um clone. Se eu conseguir, se chegar a tempo, eu irei, deixarei o clone aqui respondendo às Comissões e ao Plenário. Fica na dependência da entrega do clone.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** O clone de V. Exa. já está em vários locais, em todo o Brasil e no mundo inteiro, porque V. Exa. está presente em todas as unidades da Igreja Universal do Reino de Deus.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Muito obrigado, Presidente, muito agradecido. É uma honra para mim, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Vamos, então, aguardar a possibilidade. Eu

pediria à Secretaria que fizesse contato com os Senadores membros da Comissão, para que pudéssemos estar representados nessa visita, no próximo dia 19.

Comunicado. Esse aviso, esse comunicado é importante, diz respeito às Emendas à LDO. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – Comissão Mista de Orçamento, recebida em 4 de junho –, em que prorroga o prazo para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei nº 07/2009, Congresso Nacional, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 - PLDO. Dessa forma, comunico também que o prazo máximo para apresentação de Emendas ao PLDO, nesta Comissão, foi prorrogado para hoje, dia 10 de junho, até as dezoito horas. Então, os Srs. e Sras. Senadoras poderão, até o dia de hoje, às dezoito horas, encaminhar à Secretaria as propostas de emendas: emendas de mérito são cinco de cada Senador e emendas de texto sem limites, conforme já foi informado por e-mail, no último dia 4 de junho. Comunico, ainda, que designei o Senador Sérgio Guerra como Relator e que a reunião para discussão e votação das emendas nesta Comissão fica marcada para o próximo dia 17 de junho, quarta-feira próxima, após a Audiência Pública que irá debater o tema propriedade intelectual e inovação.

E, por último, requerimento sobre a mesa: "Requeiro, com fulcro no disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno desta Casa, a autorização para ausentar-me do País, sem ônus para o Senado Federal, no período de 10 a 14 de junho do corrente ano, como membro da Comissão Internacional de Organização Global de Legisladores para o Ambiente Equilibrado (GLOBE), ocasião em que acontecerá o Fórum de Legisladores do G8+5, que terá lugar em Roma, conforme convite em anexo. Senador Cícero Lucena". Eu imaginava que o nosso Chanceler para essas viagens internacionais era o nosso querido Senador Eduardo Azeredo, mas o Senador Cícero Lucena está disputando bem próximo com o Senador Azeredo. Para nós é importante que a Comissão esteja representada neste encontro que vai debater a questão do ambiente equilibrado no Planeta Terra.

Pauta. Vamos à pauta.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Eu gostaria de solicitar a retirada do Item 1 da pauta, em função de um requerimento, que foi apresentado pelo Senador Romero Jucá à Mesa, pedindo desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, da autoria do Senador Sérgio Zambiasi, e dos demais projetos que estavam reunidos, apensados, está certo? Então, em função disso, eu solicitarei a retirada de pauta, porque haverá tramitação em separado do Projeto 53 e dos demais itens, portanto, eu vou ter que, inclusive, dar Parecer separadamente nesses projetos. Portanto, eu peço a retirada de pauta, para posterior preparação de relatório e envio à Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Antonio Carlos Júnior, o projeto que está ao encargo de V. Exa. para relatar é um projeto que trata da obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o Programa Oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. Trata, realmente, da Voz do Brasil, flexibilização da Voz do Brasil. Estão apensados um, dois, três, quatro, cinco, seis projetos. O Senador Romero Jucá, como V. Exa. bem o colocou, apresentou requerimento para que fosse desapensado o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** De autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** De autoria do Senador Sérgio Zambiasi e manto que mantivesse apensado os demais.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Exato.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** De tal forma que nós pudéssemos dar sequência a esse projeto, enquanto discutíamos os outros.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Exatamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Então, V. Exa. pede a retirada de pauta--

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Para possibilitar, inclusive, a emissão de pareceres separados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Concedida.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Eu separarei, eu darei Parecer no do Sérgio Zambiasi e Parecer nos demais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Concedida a retirada de pauta do Item 1. Só solicito a V. Exa. que, na próxima reunião de projetos, que deve ocorrer no dia 21, nós possamos já, então, relatar e dar sequência ao projeto.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Perfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Item 2 da pauta. Requerimento, não

terminativo: "Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT –, para tratar de assunto relativo ao desenvolvimento e adoção de sistemas de reuso de água cinzenta em edificações, objetivando proteger a saúde pública, bem como manter a integridade dos ecossistemas e uso sustentável da água. Para tanto, requeiro a expedição de convite às seguintes pessoas: Sr. Paulo Roberto Barbosa da Silva, engenheiro civil, autor do projeto de reuso de água (SRA-ENGENHARIA); Sr. Fernando Rei, presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB); Professor Dr. Ivanildo Hespanhol, Diretor do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (CIRRA/USP)".

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Presidente, pela ordem. Não pode passar direto para os projetos? A gente deixava essa parte dos comunicados para o fim, porque nós temos todos os outros contatos--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É requerimento. "Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental; e o Engenheiro Civil Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenheira, Arquitetura e Agronomia (CONFEA)". A autoria é do Senador Marcelo Crivella. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, essa Audiência Pública vai surpreender os Senadores aqui da nossa Comissão, surpreender para o bem, porque, hoje em dia, existem sistemas de reuso de água que fazem com que o edifícios residenciais, multifamiliar, pode ser os comerciais também, mas é próprio mais ao multifamiliar, possam ter as águas do chuveiro, da pia da cozinha, da pia do banheiro, todas elas tratadas, recolocadas na caixa d'água inferior, bombeadas para a superior e dali elas passam a abastecer os vasos sanitários e todas as torneiras de jardim. Isso já é um sucesso no exterior, agora, está vindo para o Brasil. Alguns prédios, inclusive no Rio e em São Paulo, já usam essa técnica, com grande economia de água. Aliás, o Ministério Público aqui de Brasília está impondo que essa construção do Governador Arruda, se eu não me engano essa nova ampliação, Noroeste, nova ampliação do Noroeste, tenha, obrigatoriamente, ou faça uso desse projeto, desse processo de reuso das águas. Eu acho que os Senadores vão se enriquecer conhecendo esse processo, e, quem sabe, a gente possa elaborar juntos um mandamento legislativo que possa regular a matéria. Essas pessoas que eu convidei são todos premiados, conhecem profundamente a matéria e, certamente, vão nos dar aqui uma aula de grande valor.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Para discutir, Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Eu quero concordar plenamente com o Senador Marcelo Crivella, essa é uma área que está avançando, nós temos um Fórum Mundial das Águas discutindo essas questões; os navios todos já fazem exatamente o Senador Crivella disse, quer dizer, é uma reutilização; prédios inteligentes também o fazem. Nós precisamos já começar a avançar nessa questão. Veja que o Brasil acordou para o desperdício de energia elétrica, quando tivemos o risco de "Apagão". O mesmo nós temos que fazer agora. Não precisamos chegar a ter um risco de "Apagão" de água, precisamos já começar a antecipar com essas providências.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Para discutir, Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Senador Flexa, eu gostaria de parabenizar essa convocação e solicitaria que a Comissão, de alguma forma, conseguisse que a TV Senado, por ocasião da transmissão, que ouriçasse essa nossa Audiência, de alguma forma, ou, na hora que fosse colocar no ar, selecionasse um horário que fosse um horário que a população pudesse ganhar e aprender com essa nossa Audiência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Não há dúvida, Senador Roberto Cavalcanti. Se nós iniciarmos a Audiência Pública às oito e trinta da manhã, estaremos ao vivo na TV Senado. Eu quero parabenizar ao Senador Crivella pela proposta dessa Audiência Pública, que é da maior importância. Realmente, o reuso das águas que podem muito bem ser usadas, como V. Exa. colocou, é da maior importância e coloco em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir mais, em votação. Aprovado.

Item 3 da pauta. Requerimento, não terminativo: "Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite à jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para comparecer perante essa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT –, do Senado Federal, em data a ser marcada, para, em Audiência Pública, prestar informações acerca das atividades da EBC nesse primeiro ano de sua existência". A autoria é do Senador Renato Casagran-

de, que solicitou a mim que o subscrevesse, por ele estar em viagem.

Então, também coloco em discussão o requerimento do Senador Renato Casagrande, subscrito por mim, convidando a Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Tereza Cruvinel, para que possa vir aqui, em Audiência Pública, prestar informações acerca das atividades da EBC, no primeiro ano de sua existência. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Vamos aos itens terminativos em que os Relatores que estão presentes. Itens 18, 19 e 20, Relator o Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Presidente, se puder, eu tenho que presidir a Comissão de Relações Exteriores, eu tenho os Itens 24, 25 e 26. Eu pediria se puder antecipar, alterar a pauta--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** V. Exa. está em seguida, mas eu diria que o seu voto qualificado é importante para que nós possamos, ao final, podermos aprovar em globo todos eles, com discussão também ao final. Vamos fazer a leitura apenas dos Pareceres.

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Antena Azul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia."

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Abaíra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaíra, Estado da Bahia".

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Aliança FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mararani, Estado da Bahia".

Senador Antonio Carlos Júnior, Relator.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em todos os três projetos os Pareceres são favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Vamos aos itens 24, 25 e 26. Relatoria do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Pioneira Comunitária Aldeiense de radiodifusão, para a promoção da cultura, artes e educação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuparaque, Estado de Minas Gerais".

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Caetanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetanópolis, Estado de Minas Gerais".

Item 26. Projeto de Decreto legislativo nº 164, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. - EPP para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo".

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para proferir os Pareceres.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sr. Presidente, a cidade de Cuparaque fica na região do Rio Doce, Minas Gerais, eu tenho a honra também de ser Cidadão Honorário de lá, sendo que o projeto tem o Parecer favorável para a Associação Pioneiro Comunitária Aldeiense de Radiodifusão. Já a cidade de Caetanópolis fica na região central de Minas Gerais, próxima à cidade de Sete Lagoas, também onde está sendo feita uma obra importante de duplicação da BR-40, que liga Belo Horizonte à Brasília. Em Caetanópolis é a Associação de Comunicação de Cultura também como radiodifusão comunitária. Essa obra da duplicação inclusive, Senador Flexa, é fruto de um trabalho que o DEM estava fazendo desde 2003 aqui, colocando Emendas para que a obra pudesse ser feita, dessa duplicação, que felizmente está caminhando agora, devagar, que o governo é devagar, mas está indo. E, finalmente, a Rádio FM de Osvaldo Cruz, no Estado de São Paulo. Parecer favorável em todos os três casos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Eduardo Azeredo, o trabalho que V. Exa. desempenha, representando de forma honrosa o Estado das Minas Gerais, é que o qualifica a estar despontando em primeiro lugar nas pesquisas, tanto para o Governo do Estado quanto para o Senado Federal. É o reconhecimento do povo mineiro pelo trabalho de V. Exa. no Senado Federal.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** É a bondade do povo mineiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Item 28. Relatoria do Senador Papaléo Paes. Projeto de Decreto Legislativo nº 273, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga a permissão à Empresa de Radiodifusão Água Doce Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Calçoene, Estado do Amapá". Com a palavra o nobre Senador Papaléo Paes, paraense e amapaense.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Graças a Deus. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar o nosso Senador Eduardo Azeredo pelo reconhecimento que tem do povo de Minas Gerais.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Obrigado.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Dizer que com muita honra voto pela aprovação, no meu Parecer, referente à Empresa de Radiodifusão Água Doce, do Município de Calçoene, que realmente necessita de ter este meio de comunicação para divulgar aos seus moradores e a todo o Brasil o que é a cidade de Calçoene. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Papaléo Paes, por dar Parecer favorável para que seja possível mais um serviço de radiodifusão sonora na cidade de Calçoene, no querido Estado do Amapá.

Vamos aos itens 4, 5 e 6, de relatoria do Senador Demóstenes Torres, que está presidindo a Comissão de Constituição e Justiça. Eu solicitaria ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior para, como Relator *ad-hoc*, pudesse fazer a leitura dos Pareceres do Senador Demóstenes Torres.

Item nº 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Ecologia e Meio Ambiente de Piranhas - Grupo EMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Goiás".

Item nº 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sociocultural de Jataí (ACONDEJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás".

Item nº 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Esperança de Aporé - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aporé, Estado de Goiás". Como Relator *ad-hoc*, Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Os Pareceres nos três projetos do Senador Demóstenes são favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Vamos aos Itens 21, 22 e 23. Relatoria do dobre Senador Delcídio Amaral, que também não se encontra presente. Solicito ao Senador João Ribeiro que possa fazer a leitura como Relator *ad-hoc* dos Pareceres do Senador Delcídio Amaral.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1996, terminativo: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul".

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 1999, terminativo: "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Clube de Corumbá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul".

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga a permissão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul".

Com a palavra o Senador João Ribeiro como Relator *ad-hoc*.

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente, favorável a todos os projetos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Vamos ao Item 55, de relatoria do Senador Arthur Virgílio. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo para que possa, como Relator *ad-hoc*, fazer a leitura do Parecer do Senador Arthur Virgílio.

Item 55. Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga a permissão à Neves & Oliveira Andrade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo". Com a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Com prazer eu subscrevo o Parecer do nosso líder Arthur Virgílio referente a esta rádio para a cidade de Paraibuna, no Estado de São Paulo. É radiodifusão sonora em onda média. Parecer favorável de acordo com toda a documentação enviada pelo Ministério das Comunicações.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Itens 56, 57 e 58, de relatoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, também nobre representante do Estado das Minas Gerais. Pediria ao Senador Eduardo Azeredo que representasse o Senador Wellington Salgado e pudesse relatar os itens que dizem respeito às rádios para os Estados de Minas Gerais.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Eles são adversários.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eles eram adversários, agora são amigos fraternos.

Item 56. Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais".

Item 57. Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais".

Item nº 58. Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Tropical de São Sebastião da Anta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Anta, Estado de Minas Gerais".

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, como Relator *ad-hoc*.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Presidente, subscrevo também o relatório do Senador Wellington Salgado, meu colega e realmente amigo, ficamos amigos aqui no Senado. Trata-se de três rádios comunitárias, uma delas na cidade de Laranjal, a outra na cidade de São Sebastião do Anta e a outra na cidade de Martins Soares. O Senador Wellington acaba de chegar, Senador. Eu acabei de falar que virei amigo de V. Exa. aqui neste Senado, estava ainda começando a ler, mas acho que V. Exa. pode assumir aqui e ler as três cidades: Martins Soares, São Sebastião do Anta e Laranjal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pediria ao Senador Wellington Salgado que pudesse fazer a leitura dos Pareceres dos Itens 56, 57 e 58, que o Senador Eduardo Azeredo já tinha iniciado. Mas houve aqui um comentário, Senador Wellington Salgado, do Senador Papaléo Paes, quando eu fiz a indicação do Senador Eduardo Azeredo, dizendo que havia uma inimizade entre V. Exas. Eu pude fazer a correção, eu pude fazer a correção da felicidade que tenho de ter o Senador Wellington e o Senador Eduardo Azeredo como grandes amigos, todos os dois representando com muita competência e de forma honrosa, junto com o Senador Eliseu Resende, o Estado das Minas Gerais, tão querido por todos nós. Com a palavra o Senador Wellington Salgado para relatar os Itens 56, 57 e 58.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Art. 14, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Art. 14, Senador Papaléo Paes, por ter sido citado de forma elogiosa.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Só para fazer a correção: eu falei adversários políticos, ferrenhos, mas só adversários, não inimigos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nem adversários, não mais, nem adversários, e eu fico feliz por ter tido uma parcela pequena de aproximar e hoje ter dois grandes amigos.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Senador Flexa, realmente eu já acompanhava o Senador Azeredo, o Senador Azeredo foi duas vezes Prefeito de Belo Horizonte, uma vez, bem avaliado, Governador do Estado de Minas Gerais também, e agora eu estou um pouco preocupado, que saiu uma pesquisa e diz que ele está muito bem, então eu acho que a nossa amizade vai começar--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** A afastar um pouco.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Pelo menos colocar numa fase de congelamento [risos]. Mas de maneira alguma, para mim é uma honra muito grande ter ao meu lado representando Minas Gerais o Senador Azeredo e do outro lado o Senador Eliseu Resende. Eu acho que na política, acho não, tenho certeza que na política aqueles que não aprendem com os que mais entendem é não saber como funciona a política. Então, para mim, foi uma felicidade muito grande conhecer o Senador Azeredo que, além de tudo, tem um coração maravilhoso, é uma pessoa de bem, bom pai, bom político, bom amigo. V. Exa. sabe disso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Bom marido também.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu hoje vou sair daqui todo inchado realmente, Senador Flexa [risos].

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Eu vou aproveitar porque o Ministro Hélio Costa está viajando, então eu posso falar que ele não vai dever lá e não vai ter problema nenhum.

Vamos lá. Item 56 da pauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Itens 56, 57 e 58.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Item 56: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristo Rei para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal, Estado de Minas Gerais".

Item 57: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Martins Soares, Estado de Minas Gerais".

Item 58: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Tropical de São Sebastião do Anta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Anta, Estado de Minas Gerais".

O Parecer para todos, Sr. Presidente, tendo em vista o que exame da documentação que acompanha os PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos os atos lidos por mim aqui nesse momento. É esse o meu Voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado. Vamos aos itens 59 e 60, de relatoria do Senador Sérgio Guerra, que solicito ao Senador Papaléo Paes que possa fazer a leitura como Relator *ad-hoc* dos Pareceres.

Item 59. Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado do Pernambuco".

Item nº 60. Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Agreste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de rádio confusão sonora em frequência modulada na cidade de Timbaúba, Estado do Pernambuco".

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Com muita honra relato esses dois Pareceres do Senador Sérgio Guerra que contempla tanto a cidade de Jaboatão quanto a cidade de Timbaúba com dois serviços de radiodifusão. Então de acordo, Parecer favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Papaléo Paes. Item 61. Relatoria do Senador José Agripino. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa, como Relator *ad-hoc*, fazer a leitura do Parecer do nobre Senador José Agripino.

Item 61. Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha dos Pintos, Estado do Rio Grande do Norte". Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Parecer do Senador José Agripino é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Itens 62, 63 e 64, relatoria do Senador Magno Malta. Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura como Relator *ad-hoc*.

Item 62. Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo".

Item 63. Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo".

Item 64. Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Maior de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo".

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Senador Flexa, todos os três Pareceres são favoráveis às rádios do Estado de São Paulo, da qual a relatoria do Senador Magno Malta está totalmente conforme. Todos favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti. Vamos aos itens 65 e 66, de relatoria da Senadora Kátia Abreu. Solicito ao Senador João Ribeiro que possa fazer, como Relator *ad-hoc*, a leitura dos Pareceres.

Item 65. Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins".

Item 66. Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2008, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins".

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sr. Presidente, primeiro é um prazer poder relatar, substituindo a Senadora Kátia Abreu, que realiza um grande trabalho como nossa Senadora da República, representando

também o meu querido Estado do Tocantins junto comigo e com o Senador Leomar.

A cidade de Guaraí é uma cidade muito importante do nosso Estado, que inclusive estava em festa, teve uma grande cavalgada e uma festa de exposição agropecuária maravilhosa, sendo que eu consegui, inclusive, ajudar levando uma ajuda para o Sindicato Rural daquela cidade para que realizasse ali uma grande festa. Então é um prazer poder relatar substituindo a Senadora Kátia Abreu. O Voto é favorável.

E a cidade de Babaçulândia, não teve ainda a cavalgada, mas terá, nos dias 22 e 23 eu estarei lá inaugurando obras, é uma cidade aonde o Prefeito é do meu partido, é do PR, e, portanto, é uma alegria também poder relatar substituindo a Senadora Kátia Abreu esta rádio comunitária dessa cidade que é uma cidade que realmente tem uma grande gestão. Então fica aqui os meus cumprimentos à Senadora Kátia Abreu pelo relatório favorável e eu, em nome dela, sou favorável, substituindo a ela o meu Voto é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador João Ribeiro. Vamos aos itens 15, 16 1e 17, relatoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Extra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul".

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à SCPB - Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul".

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi para a leitura dos seus Pareceres.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Item 15: Outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capivari do Sul, Rio Grande do Sul. Parecer favorável; o Item 16, Presidente, é o Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2009, que aprova o ato que outorga permissão à Extra Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maquiné, Estado do Rio Grande do Sul. Também o relatório é favorável; e o Item 17, PDL 193, de 2009, que aprova o ato que outorga permissão à SCPB - Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, lá na nossa fronteira. Também o Parecer é favorável, Presidente Flexa Ribeiro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi. Vamos ao Item 11. Relatoria do Senador Renato Casagrande, que também está em viagem. Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura como Relator *ad-hoc*.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga a autorização à Rádio Comunitária Castilho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo". Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti para a leitura do Parecer.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Trata-se de uma rádio comunitária da empresa Rádio Comunitária Castilho FM na cidade de Castilho, Estado de São Paulo. O Parecer do Relator Renato Casagrande é favorável e acompanhado pelo Relator ad-*hoc*.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Itens 7, 8, 9 e 10, de relatoria do Senador Flávio Arns, que está presidindo a Comissão de Educação e solicitou que o Senador Sérgio Zambiasi pudesse fazer a leitura dos seus Pareceres como Relator *ad-hoc*.

Item nº 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1999, terminativo: "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Graça, Estado do Paraná".

Item 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 1999, terminativo: "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná".

Item 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2000, terminativo: "Aprova o ato que renova a concessão de Jerônimo T. Minamihara & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Açaí, Estado do Paraná".

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2002, terminativo: "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária União Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina".

Com a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi como Relator *ad-hoc*.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Com muito prazer eu substituo o nosso colega, companheiro e amigo Sena-

dor Flávio Arns, do Paraná, como Relator *ad-hoc* dos PDLs já citados: o PDL 73, de 1999, que aprova ato que renova a concessão da Rádio Central do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta grossa, Estado do Paraná. O Parecer é favorável; o Item 8, o Senador Flávio Arns é o Relator titular, faço o relatório *ad-hoc*, Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Curitiba Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. O Parecer é favorável, Presidente; o Item 9 é o PDL 13, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da Jerônimo T. Minamihara & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Açaí, Estado do Paraná. Parecer favorável; e, por último, o Item 10, PDL 329, de 2002, que aprova o ato que dá autorização à Associação Rádio Comunitária União Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinvile, Estado de Santa Catarina. O Parecer também é favorável, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi. Item 37, relatoria do nobre Senadora Antonio Carlos Valadares.

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sociocultural Kiriris para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomar do Geru, Estado de Sergipe". Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado, nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições semelhantes. Eu quero enaltecer essa Comissão porque está apreciando uma rádio comunitária do Estado de Sergipe, da cidade de Tomar de Geru, que é um Município da região sul, produtor de laranja, principalmente, e quero dizer a V. Exa. que sou favorável à aprovação dessa matéria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Vamos aos itens 31, 32, 33 e 34, de relatoria do Senador Fernando Collor. Solicito ao nobre Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura dos Pareceres como Relator *ad-hoc*.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Sr. Presidente, eu acho que nós teremos que agilizar, porque parece que está tendo chamada no Plenário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Mais agilizado do que já estamos fazendo, eu tenho que fazer a leitura dinâmica.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Sr. Presidente Flexa Ribeiro, na qualidade de Relator *ad-hoc* dos itens 31, 32, 33--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nobre Senador Marco Maciel, eu preciso fazer a leitura dos itens para que V. Exa. possa fazer a leitura do Parecer.

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Jacuípe FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuípe, Estado de Alagoas".

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Civil de Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Chã Preta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chã Preta, Estado de Alagoas".

Item 33. Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Organização Não Governamental de Olho em São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de Alagoas".

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mar Vermelho, Estado do Alagoas".

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores. Na condição de Relator *ad-hoc*, os Pareceres das quatro emissoras de rádio são Pareceres que têm o totalmente acolhimento, posto que foram cumpridas todas as exigências legais e regimentais, daí porque sou pela aprovação dos referidos Pareceres.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel. Vamos ao Item 27. Relatoria do Senador Cícero Lucena. Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura do parecer como Relator *ad-hoc*.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2001, terminativo: "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Progresso FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí". Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Trata-se de uma rádio comunitária e acompanho o Voto do Relator, Senador Cícero Lucena.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. Itens 35 e 36. Relatoria do Senador Gerson Camata. Solicito ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura como Relator *ad-hoc*.

Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio RMS Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo".

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo".

Com a palavra, como Relator *ad-hoc*, o Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** É com muita satisfação que relato *ad-hoc* esses projetos do eminente Senador Gerson Camata. O Parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Valdir Raupp. Itens 29 e 30. Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura dos Pareceres.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Otacílio Risonho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá, Estado de São Paulo".

Item 30: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Metrópole Regional FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo".

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os Pareceres do Senador Marcelo Crivella acerca dos dois projetos são favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Por solicitação dos Senadores Gilberto Goellner e da Senadora Patrícia Saboya vamos retirar da pauta os itens de relatoria desses Senadores. Nós os colocaremos na pauta da próxima reunião.

Últimos itens. Passo a presidência ao Senador Wellington Salgado para que possa fazer a leitura dos Pareceres. A presidência com o Senador Wellington Salgado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** É uma honra muito grande, Senador Flexa Ribeiro, nesse momento voltar a um velho cargo, já assumido por mim no passado. A gente vai ficando velho e vai passando.

Item 67, de relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Xinguara Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xinguara, Estado do Pará". A autoria é do Poder Executivo e a relatoria é do Senador Flexa Ribeiro, com Parecer favorável.

Item 68. Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sant'ana de Óbidos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Óbidos, Estado do Pará". A autoria é do Poder Executivo e a relatoria é do Senador Flexa Ribeiro, com Parecer favorável também.

Item 69. Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2009, terminativo: "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oriximiná, Estado do Pará". A autoria é do Poder Executivo e a relatoria é do Senador Flexa Ribeiro, com Parecer favorável.

Senador Flexa Ribeiro, eu me lembro de V. Exa. falando sobre a cidade de Oriximiná, me lembro que nós conversamos uma vez. Tem a palavra V. Exa. para poder fazer o relatório dos três Pareceres.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Os três Pareceres são favoráveis. Eu quero parabenizar tanto a população de Xinguara através do seu Prefeito, o Prefeito Davi, do PT, quanto a população de Óbidos através do Prefeito Jayme, do PTB, e os nossos amigos de Oriximiná através do Prefeito Gonzaga, do PV. Os três Municípios são importantes para o Estado do Pará e terão agora a possibilidade de levar informação aos seus munícipes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Em discussão o Parecer do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Devolvo a presidência a V. Exa. Volta a palavra para o Presidente dessa Comissão, o Senador Flexa Ribeiro, que já está aqui me pedindo para voltar a palavra. Com a palavra V. Exa.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Wellington Salgado

que, como sempre, é o nosso Presidente permanente e exerce com muita competência essa presidência.

Eu vou colocar em discussão, em bloco, os projetos já relatados, todos com Pareceres favoráveis. Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69. Em discussão em globo. Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão. Em votação. Votação nominal. Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Wellington Salgado?

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Com todos os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Valdir Raupp?

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Papaléo Paes?

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador João Ribeiro?

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO):** Sim, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota o Senador Marco Maciel?

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Sim, com os relatores, Sr. Presidente, inclusive eu.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Muito obrigado. Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Sim, com os relatores, e eu convido os Srs. Senadores que são membros da Comissão de Relações Exteriores para lá comparecerem, já estamos começando a sabatina dos Embaixadores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com dez votos favoráveis os projetos foram aprovados.

Quero lembrar a V. Exas. que estamos em Sessão deliberativa no Plenário e pretendemos votar a PEC 47 que trata dos Vereadores e outros projetos de importância, como também a votação dos indicados para a composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Solicito também, como o fez o nosso Senador Eduardo Azeredo, o nosso Chanceler, que pede a presença dos Senadores à Comissão de Relações Exteriores que ele irá presidir até o início da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais nenhum item na pauta, declaro encerrada a reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

**ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009.**

Às nove horas e seis minutos do dia dezessete de junho de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Valter Pereira, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes e Patrícia Saboya. Comparece à reunião o Deputado Federal Julio Semeghini. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 015, de 2009-CCT, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Roberto Cavalcanti, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a Realização de Audiência Pública para debater o tema Propriedade Intelectual e Inovação. Para a Audiência, serão convidados: Carlos

Henrique de Brito Cruz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Carlos Gadelha, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Carlos Medici Morel, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da FIOCRUZ; Maristela Basso, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP)" e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 015, de 2009-CCT, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, que requer "...em aditamento ao Requerimento nº. 15, de 2009 - CCT, de autoria do Senador Cícero Lucena, nos termos dos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Presidenta da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Srª Juliana Laura Bruna Viegas, e o Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (FIESP), Srº Roberto Giannetti da Fonseca". Comparecem à reunião os Senhores Cláudia Chamas, Pesquisadora Pós-Doutora da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Maristela Basso, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo – USP; Francisco Alberto de Sousa Teixeira, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Propriedade Industrial – ABPI e Karla Christina Martins Borges, Gerente de Comércio Exterior do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Renato Casagrande, autores do requerimento e aditamento e Wellington Salgado de Oliveira. Nesse momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 021, de 2009–CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "...nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, seja discutido o Programa Amazônia Sustentável - PAS. Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Roberto Mangabeira Unger; Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc". O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 17 de junho de 2009, para a realização de Audiência Pública sobre o tema "Propriedade Intelectual e Inovação", atendendo ao Requerimento nº 15, de 2009 - CCT e aditamento de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Cícero Lucena, Roberto Cavalcanti, Flexa Ribeiro e Renato Casagrande. Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Justificativa de ausência nesta Audiência pública pelo convidado Professor Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da FAPESP, em razão de compromissos institucionais assumidos em data anterior ao recebimento do convite.

Solicito ao nosso Vice-Presidente, Senador Edison Lobão Filho, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa a Sra. Cláudia Chamas, Pesquisadora Pós-Doutora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); a Sra. Maristela Basso, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP); o Sr. Francisco Alberto de Sousa Teixeira, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Propriedade Industrial (ABPI); a Sra. Karla Christina Martins Borges, Gerente de Comércio Exterior do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Srs. Senadores, senhores convidados, senhoras convidadas. Eu quero, em nome da Comissão de Ci-

ência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, e em nome dos Exmos. Srs. Senadores membros desta Comissão, agradecer a V. Sas. o atendimento ao convite para que pudéssemos estar hoje discutindo numa Audiência Pública a propriedade intelectual e inovação.

Nós fomos procurados por um grupo que está levando à frente a disseminação da propriedade intelectual e inovação a nível Brasil, que terá do Senado Federal e, em especial, desta Comissão Permanente, todo o apoio para que nós possamos realmente incluir na pauta e nas propostas políticas do Brasil o apoio necessário à questão da inovação, da ciência e tecnologia. Eu tenho certeza absoluta e compartilho isso com os Exmos. Srs. Senadores não só desta Comissão, mas eu diria do Plenário como um todo, de que o caminho mais rápido para que nós possamos avançar no nosso desenvolvimento é utilizando a inteligência, o conhecimento, a inovação, principalmente nas regiões periféricas. Assim como nós pudemos e devemos, até por um preceito constitucional, diminuir as desigualdades entre as regiões brasileiras e essa diminuição de desigualdade pode ser acelerada com a inclusão da inovação, nós, num contexto maior, podemos e devemos, através da propriedade intelectual, levar o Brasil num menor espaço de tempo a ocupar a sua posição de destaque no cenário mundial, chegando, inclusive, como todos nós querermos, a participar do grupo dos países ditos de primeiro mundo, que compõem hoje o G8. Nós ainda estamos no G20 e pretendemos chegar o mais rápido possível, Senador Casagrande, a ocuparmos uma cadeira no grupo do G8 e a Audiência de hoje, com o apoio do Senado Federal e dos Srs. Senadores, sem sombra de dúvidas poderá nos dar informações e caminhos que possam ser processados através do trabalho legislativo.

Eu inicio a Audiência de hoje passando a palavra à nossa primeira convidada, a Dra. Cláudia Chamas, Pesquisadora Pós-Doutora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), para que possa proferir a sua palestra. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Com a palavra a Dra. Cláudia Chamas.

**SRA. CLÁUDIA CHAMAS:** Bom-dia a todos. Eu gostaria de em nome da Fundação Oswaldo Cruz e também do Ministério da Saúde agradecer esse honroso convite do Senado Federal, cumprimentando toda a Mesa, Senadores Flexa Ribeiro, Senador Lobão, demais membros da Mesa. O meu enfoque será o enfoque naturalmente da saúde pública nos aspectos relacionados à inovação e à propriedade intelectual.

Inicialmente eu gostaria de ressaltar que o problema do acesso a medicamentos não é um problema específico brasileiro, mas é um problema global. Destaco uma pesquisa que foi feita pela Comissão de Pesquisa e Desenvolvimento para a Saúde em 1990 que destacou - por favor, as duas próximas - que apenas 10% do investimento em pesquisas e desenvolvimento em saúde é dirigido aos problemas que afetaram 90% da população mundial. Foi conhecido esse resultado, ele foi conhecido como GUEP(F) 1090 e vem balizando diversas políticas de propriedade intelectual em saúde em todo o mundo, em especial na Organização Mundial de Saúde.

Uma classificação que eu considero relevante para essa análise que vamos fazer aqui é a classificação das doenças, que podemos classificá-las em doenças globais, doenças negligenciadas e doenças mais negligenciadas.

As doenças globais, elas incidem tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Aí são câncer, doenças relacionadas ao tabagismo, etc. Então nessas temos incentivo para a pesquisa e o desenvolvimento nos países desenvolvidos.

Mas temos um outro conjunto de doenças, que são as doenças negligenciadas, por exemplo, a tuberculose, que incide tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Então existem alguns incentivos de mercado para a pesquisa nos países desenvolvidos.

No entanto, as doenças ainda mais negligenciadas, oncocercose, filariose, doença de chagas, esquistossomose, que afligem parte da nossa população, essas incidem quase que exclusivamente nos países em desenvolvimento e não temos pesquisa suficiente no mundo para dar conta desse problema.

No campo do HIV/AIDS, de acordo com dados da OMS, não obstante o progresso com a terapia antirretroviral em 2007, apenas 31% das pessoas necessitadas conseguiram ter acesso ao tratamento e nesse mesmo ano 2,5 milhões de pessoas foram infectadas com HIV.

Então, resumindo, em nível global os avanços nas pesquisas de medicamentos produzem um quadro imperfeito. Os avanços obtidos nos países desenvolvidos não são democráticos, eles não estão beneficiando todos que necessitam de tratamento. A próxima.

E temos um outro problema: além dessas doenças negligenciadas e mais negligenciadas, há um crescimento da incidência de doenças crônico-degenerativas nos países em desenvolvimento. Então cerca de 80% das mortes por doenças crônicas ocorrem em países em desenvolvimento.

No contexto da saúde e desenvolvimento, eu gostaria de ressaltar que a indústria da saúde é um segmento produtivo intensivo em conhecimento. Porém, a globalização é um fenômeno que gera assime-

tria, ele está gerando trajetórias que estão ampliando o hiato entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. O nosso desafio é superar a desigualdade e reduzir a exclusão. Isso se dá desenvolvendo a capacidade local, eu ressalto a palavra local, para gerar de modo contínuo e intenso conhecimento e inovação.

Na saúde pública, no âmbito do Ministério da Saúde, temos um conjunto relevante de regulações, instituições e estratégias e eu destaco a criação do SUS em 1990, a criação da ANVISA em 1999, a Lei de Medicamentos Genéricos, Farmácia Popular, diversas ações que constituem o chamado Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o Programa Nacional de DST/AIDS e, por fim, o PAC Saúde, o Programa Mais Saúde em 2008.

Ressaltando que o SUS, o Sistema Único de Saúde, é regido por princípios básicos como a universalidade do tratamento, a equidade das ações, a descentralização dos serviços e a participação social no seu controle.

No Programa Mais Saúde eu destacaria que temos, atualmente, um déficit acumulado de cinco bilhões de dólares ao ano, porque precisamos adquirir um conjunto de medicamentos, tecnologias. São produtos e serviços que tem alto valor agregado em conhecimento e tecnologia, hemoderivados, vacinas, sendo que isso tem um custo, isso tem um custo para a sociedade. Como diretrizes desse Programa Mais Saúde eu ressaltaria: reduzir a vulnerabilidade da política social brasileira mediante o fortalecimento do complexo industrial da saúde, tornando-o compatível com o novo padrão de consumo em saúde, e aumentar a competitividade e inovação das empresas, dos produtores públicos e privados da indústria de saúde, tornando-o capazes de enfrentar a concorrência global e promovendo um vigoroso processo de substituição de importações de produtos e insumos de saúde. A próxima.

Agora eu vou entrar nas questões relacionadas à saúde e propriedade intelectual e inovação. A próxima.

Eu gostaria só de apresentar esse pequeno esquema. Para quem não conhece, é um esquema didático de 1449, que foi quando temos historicamente a primeira patente concedida. Até 1883 tínhamos uma ausência de um Acordo Internacional em propriedade industrial. De 1883 até 1994 tínhamos a Regência, estávamos governados pela Convenção de Paris para a propriedade industrial e nessa Convenção tínhamos amplo grau de liberdade. Então os países adequavam sua Lei de Propriedade Industrial da forma que fosse mais compatível com o seu padrão de desenvolvimento local. Porém, a partir de 1994, temos então a governança do Acordo TRIPS, assinado pelo Brasil, e dos Acordos TRIPS Plus assinados por diversos países no mundo. Aí temos um quadro de liberdade restrita ou muito restrita para a formulação das suas Leis de Propriedade Industrial. A próxima.

Na governança de TRIPS eu destacaria que a regulação local da PI, da Propriedade Intelectual, deve ser feita levando-se em consideração as conquistas alcançadas pelos países em desenvolvimento nas negociações de TRIPS. Essas conquistas foram fruto do esforço do Itamaraty, do esforço diplomático brasileiro. TRIPS contém flexibilidades, então TRIPS deve ser lido como teto e não como um piso. Cabe aos países em desenvolvimento aproveitar plenamente essas flexibilidades contidas nesse Acordo em prol do seu desenvolvimento, rechaçando tentativas de implementação de indesejadas agendas TRIPS Plus. Eu ressaltaria, também, que equação inovação/propriedade intelectual não é linear como vem sendo bastante ressaltada em toda a literatura internacional. Então políticas mais rígidas de propriedade intelectual não se traduzem necessariamente em taxas mais elevadas de inovação local e atividades mais intensas de fabricação local. Haja vista a crise atual da indústria farmacêutica, não obstante haver extrema proteção de propriedade intelectual em vários países, nem por isso isso é acompanhado por produção e registro de drogas realmente novas e substanciais. A próxima.

No Brasil temos um desequilíbrio na condição dos pedidos de patentes, residente e não residente, chamados de estrangeiros. Então em 2006, segundo dados da OMPI, dos pedidos depositados no Brasil, 84% eram não residentes e, as patentes concedidas, 90%. Isso gera um quadro de monopólio patentário. Então essa fantástica cobertura patentária não gera compromisso de investimento local em PID e fabricação, apesar de que na negociação da Lei de Propriedade Industrial aqui no Congresso Nacional havia todas as promessas da indústria farmacêutica de que haveria realmente internalização da PID, da Pesquisa e Desenvolvimento, no Brasil, a partir da promulgação da Lei de Propriedade Industrial, da nova Lei. A próxima.

Então esse cenário patentário pós Acordo TRIPS é um cenário permeado por incertezas, mas não apenas para os países em desenvolvimento. Também para os países desenvolvidos. Aqui temos alguns exemplos. A próxima.

Temos, por exemplo, problemas: patentes de baixa qualidade no mundo inteiro. O exame de patentes não está respeitando, não está sendo criterioso, rígido na sua análise, está passando muita coisa e isso cria um custo para a sociedade e para o Judiciário; busca da extensão do prazo de patentes. Todo o Judiciário

brasileiro, especialmente o Rio de Janeiro, está tratando dessa questão, há um busca intensiva por parte da indústria farmacêutica multinacional pela extensão do prazo dessas patentes, especialmente patentes "pipeline"; concessão de patentes com quadro reivindicatório sobrepostos. Isso é notadamente nas patentes biotecnológicas; crescente concessão de patentes sobre invenções triviais, segundo o uso e etc., patente segundo o uso; comportamentos abusivos no exercício dos direitos acarretando preços abusivos; e aumento no volume de processos na Justiça. A próxima.

Então a nossa interpretação da propriedade industrial no âmbito da saúde pública brasileira diz respeito a uma associação das várias dimensões da propriedade industrial aos objetivos do complexo industrial e de inovação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, buscando a ampliação da capacitação tecnológica produtiva e fortalecendo a política de acesso universal a produtos de saúde no Brasil. A próxima.

Então na governança desse complexo industrial da inovação e saúde do SUS, a propriedade industrial se relaciona com vários objetivos: o aumento da competitividade nacional, o fortalecimento da capacitação produtiva local, o fomento à inovação local, a garantia do acesso e a redução dos custos do SUS, visando de maneira geral ao bem-estar da população. A próxima.

Finalizando, já estou na penúltima transparência, nos graus de liberdade que o Acordo TRIPS apresenta: o ajuste da regulação da propriedade industrial deve ser capaz de evitar potencializar certos efeitos indesejáveis para a saúde pública e para a economia geral; o aumento das dificuldades de acesso a produtos de saúde. Esse seria um efeito indesejável, especialmente colocando-se em condição de monopólio patentário algo que deveria entrar ou se manter em domínio público; uma elevação desnecessária ou abusiva dos preços dos medicamentos; um aumento do déficit da balança comercial, como eu relatei lá atrás na questão do PAC saúde; um aumento da remessa, evitar também o aumento da remessa de royaltys relativos à propriedade industrial para o exterior. A próxima.

E para a indústria? A restrição ao uso da substância, da molécula ou das composições para a produção de genéricos; evitar também robustas reservas de mercado para não residentes; instalação de barreiras adicionais à livre concorrência; aumento do caso dos litígios, gerando insegurança para a sociedade e elevação de custos para a indústria; e, por fim, temos que evitar também arranhar a imagem no Brasil em nível internacional.

Privilegiar proteção excessiva e de caráter TRIPS Plus pode constituir uma contradição com os ganhos políticos internacionais alcançados pelo País no campo patentário e foram ganhos na Declaração de Doha 2001, a Agenda Desenvolvimento da Organização Mundial da Propriedade Industrial de 2007 e a Resolução 61.21, negociada também pelo corpo diplomático brasileiro na Organização Mundial de Saúde.

Era isso e muito obrigada

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Dra. Cláudia Chamas pela sua exposição e, também, pela economia de tempo. Não precisava V. Sa. ter acelerado tanto para cumprir os dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Eu passo a palavra agora à nossa segunda convidada, a Dra. Maristela Basso, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP). V. Sa. terá também dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**SRA. MARISTELA BASSO:** Obrigada, Senador. Eu quero agradecer ao convite e a oportunidade de falar de propriedade intelectual que, sem dúvida, é um assunto muito importante, extremamente importante, porque dele depende o modelo econômico e, como eu costumo dizer, falar em dez minutos ou 15 minutos sobre a indústria da vida é bem difícil, mas é melhor do que nada.

Eu não tenho transparências e quero dizer que em 15 minutos ou dez eu vou procurar falar sobre a perspectiva legal, sobre a perspectiva que eu acho que interessa a essa Casa e, sobretudo, porque a perspectiva legal hoje brasileira é atrelada à perspectiva internacional, como a Cláudia já se referiu, e quais são os impasses e avanços que o Poder Legislativo pode conferir à matéria. Então vou me restringir a três aspectos fundamentais: primeiro, o conceito de propriedade intelectual, o que é que se entende hoje em todos os países do mundo, em especial os países membros da Organização Mundial do Comércio, sob o manto, sob a proteção desse conceito chamado propriedade intelectual. Depois eu quero falar porque é que houve essa evolução e a importância da propriedade intelectual a partir dos anos 70, com a mudança do modelo econômico internacional. E vou chegar na legislação brasileira e a importância da legislação brasileira está atrelada a essa legislação internacional por que e aí sim os avanços e impasses da legislação brasileira na perspectiva constitucional e infraconstitucional.

Bom, primeiro, como eu comecei dizendo, propriedade intelectual é hoje um dos assuntos mais importantes da atualidade e sobre o qual se debruça o modelo econômico desde os anos 70. Ilustra essa afirmação o fato de os senhores terem acompanhado no início do Governo Obama que nunca em nenhum

governo anterior a rubrica inovação, propriedade intelectual, recebeu um orçamento tão expressivo. Isso não é à toa. A mudança do modelo econômico nos Estados Unidos a partir dos anos 70 é baseado em tecnologia, é baseado em informação, é baseado em conhecimento e o fortalecimento disso vem nesse novo orçamento, ainda que o governo americano estivesse passando por algumas contenções, o orçamento do Governo Obama para tecnologia, ou seja, para pesquisa, desenvolvimento em propriedade intelectual é o maior de todos os tempos. Isso remonta o fato de que esse modelo econômico do passado, desde os anos 70, e agora, sobretudo, do futuro.

Bom, o que é que se entende juridicamente por propriedade intelectual? Toda a criação do intelecto, do espírito, da alma, do afeto que se exterioriza. O conceito é o mais amplo possível. Ele implica em todos os direitos autorais e conexos, direito autoral, a fotografia, a escrita, a poesia, o livro, a interpretação, a interpretação de uma poesia, de uma passagem de um livro, de uma peça e a radiodifusão. Depois, na sequência, as marcas, os modelos industriais, os desenhos industriais, o desenho do automóvel, daquele desodorante que a gente apertou hoje de manhã para vir, aquele formato é um desenho protegido, as patentes, as patentes de invenção e aqui há uma observação importante, porque a partir da Organização Mundial do Comércio o conceito do que pode ser patenteado é absoluto. Tudo pode ser patenteado, todos os serviços, produtos ligados à tecnologia, em qualquer setor produtivo, industrial ou comercial, que seja novo, original, e apresente um passo inventivo é objeto de proteção. Na sequência, as Topografias de Circuitos Integrados, tudo que está dentro do computador, qualquer informação confidencial, industrial ou comercial, segredo de indústria, as obtenções vegetais, quer dizer, desde a ervilha que se transforma numa ervilha maior, de uma flor, uma rosa vermelha que agora é uma rosa branca e preta, de uma alface, do milho, do feijão, do que seja, os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos tradicionais associados das tribos, das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, toda a parte de expressão cultural, folclore, e toda a parte relativa à biotecnologia e nanotecnologia, ou seja, esse conceito é o conceito mais amplo possível do que pode resultar do intelecto da psique, da emoção do homem e que possa se exteriorizar.

Esse conceito de propriedade intelectual que nós temos hoje, exatamente como eu disse aqui, é um conceito de propriedade intelectual que vem do plano internacional. Não tenho tempo de relatar, porque isso é histórico, desde 1800, a Professora Cláudia já passou um pouco, mas eu vou centralizar nos anos 70, quando já havia a Organização das Nações Unidas, e a Organização das Nações Unidas sabendo da importância da mudança do modelo econômico dos anos 70, que passou do modelo econômico da produção em massa do petróleo, com a crise do petróleo, e passou a ser um modelo econômico baseado no conhecimento, ou seja, o combustível é a informação, o combustível é a pesquisa, o combustível é a tecnologia, então muda o modelo econômico, sobretudo nos Estados Unidos e a Europa, e a ONU cria a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que tem sede em Genebra e é uma das mais importantes organizações internacionais do mundo, se não a mais robusta financeiramente. E ela passou esse guarda-chuva, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, passou a trabalhar com esse conceito amplíssimo de propriedade intelectual. Nos anos 70 os senhores vão lembrar da Rodada de Tokyo do GATI. A Rodada de Tokyo do GATI, que é a Rodada dos países membros então do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, se preocupa com a mudança do modelo econômico e quer trazer para dentro do GATI, que partia do pressuposto de que comércio era baseado em cima do conceito de comércio bem tangível, bem corpóreo, a coisa que se localiza no espaço, no GATI eles tentam ampliar o conceito de bem que está no comércio para incluir o novo modelo econômico, o intangível, a informação, a pesquisa, o conhecimento. Nesse momento não se consegue colocar dentro do GATI a propriedade intelectual nesse conceito amplo e termina a Rodada de Tokyo sem que se crie a Organização Mundial do Comércio e o conceito de comércio permanece em cima do bem corpóreo, do bem tangível. Quando começa a Rodada do Uruguai nos anos 80, não era mais possível deixar fora do modelo econômico e do comércio internacional esse conceito amplo de propriedade intelectual.

Então vejam os senhores que o conceito de comércio, de bem que está no comércio hoje, é o conceito da Organização Mundial do Comércio. O Acordo da Organização Mundial do Comércio, o Acordo da Rodada do Uruguai, que entrou em vigor no Brasil por meio do Decreto 1355/94, entrou em vigor de 01/01/1995, esse Acordo da Rodada do Uruguai, que é o Acordo Constitutivo da OMC, ele implica uma Casa que comporta o conceito de comércio internacional, ou seja, de bem que está no comércio internacional. E essa Casa se compõe de três compartimentos: o GATI comércio sobre o bem tangível, corpóreo, a coisa; o GATIS comércio sobre bem serviço; e o TRIPS comércio sobre bem propriedade intelectual, com esse conceito de propriedade intelectual que eu acabei de relatar.

Como esse Acordo da Organização Mundial do Comércio é obrigatório para todos os países mem-

bros, é a partir de então, da incorporação do Acordo da OMC no Brasil que nós passamos a ter toda uma série de novas legislações para disciplinar no Brasil os compromissos que o Brasil assumiu no âmbito da Organização Mundial do Comércio. E toda a parte referente à TRIPS está em legislação que passou a vigorar no Brasil, de acordo com os nossos compromissos, a partir de 1997. Então não é possível hoje a gente falar de propriedade intelectual no Brasil diferente de qualquer País membro da Organização Mundial do Comércio. Por quê? Porque esse é o novo modelo econômico e o novo modelo econômico é baseado na indústria da vida, porque dentro da propriedade intelectual ou os senhores têm desde o bem mais supérfluo, a música, a interpretação de uma orquestra, ao bem mais importante, a semente, a água, a qualidade da água, do alimento, do que nós vamos comer amanhã, sem falar dos medicamentos e do princípio da patente habilidade absoluta.

Então a propriedade intelectual passa a ser falada no Brasil tardiamente, só depois que nós incorporarmos o Acordo da OMC no Brasil e depois que o Congresso Nacional começou, em cumprimento aos compromissos internacionais, legislar sobre direitos de autor e conexos, propriedade industrial, marcas e patentes [soa a campainha], Topografias de Circuitos Integrados.

Já vou me dirigindo ao final, Senador, eu tenho mais alguns pouquíssimos minutos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Mais cinco.

**SRA. MARISTELA BASSO:** Nessa tentativa que eu fiz nesse primeiro momento de mostrar o modelo econômico criado nos países desenvolvidos para superar a crise do petróleo, a mudança do modelo da indústria pesada, da produção da indústria calcada no petróleo para o combustível tecnologia, informação e pesquisa, entra nos Acordos Internacionais, tenta entrar em GATI nos anos 70, não consegue, mas entra em GATI OMC nos anos 90 e todos os países passam a ter que ter a mesma legislação sobre os bens intangíveis intelectuais e materiais. Bom, com essa obrigação o Brasil, portanto, passa a incorporar esses compromissos e aí os senhores começam a acompanhar todos os problemas das retaliações no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Hoje, portanto, qualquer questão que é levada ao Sistema de Soluções de Controvérsias da OMC pode implicar em retaliações, caso o País perdedor não compra as disposições, e pode, inclusive, implicar em retaliações, a discussão pode implicar em discussão no Setor GATI, como os senhores acompanharam no caso do algodão Brasil contra os Estados Unidos, foi algodão, ou seja, a discussão foi no âmbito do GATI, e agora, pelo projeto do Deputado Teixeira, Paulo Teixeira, há o projeto para nós podermos retaliar, no caso do algodão, os Estados Unidos com propriedade intelectual, quer dizer, é a primeira vez que se percebe a junção entre todos os setores dessa Casa que se pode discutir serviço, se pode discutir bem corpóreo e se retaliar com um bem mais importante para os países industrializados, que é a propriedade intelectual.

Bom, a nossa legislação - e agora eu já me dirijo para o fim - é uma legislação, portanto, que tem que seguir o princípio da consistência, ou seja, toda a legislação brasileira voltada à propriedade intelectual, a qualquer um desses setores que eu me referi no início, devem, essas legislações, estar de acordo com os compromissos assumidos no âmbito da OMC, ou seja, no âmbito do Acordo TRIPS. Se isso não acontecer poderemos chegar ao Órgão de Solução de Controvérsia da OMC em qualquer painel que por ventura seja instaurado por algum País que acredita que o Brasil não está cumprindo com a legislação assumida no âmbito da OMC. Então são os chamados Painéis do Órgão de Solução de Controvérsias. Bom, a legislação brasileira, e aqui é importantíssima essa discussão hoje nessa Casa, ela representou um avanço na medida em que o Brasil incorporou os princípios de TRIPS muito rapidamente, já em 1997 nós tínhamos uma legislação nova de direitos autorais e propriedade industrial, em seguida Topografias de Circuitos Integrados, mas essa legislação é como se fossem compartimentos de um organismo que não é visto na sua integralidade, ou seja, hoje existe um campo enorme ainda da propriedade intelectual que precisa ser legislado, sobretudo num País megabiodiverso como o Brasil, os senhores sabem que dentre os megabiodiversos o Brasil é o maior e nós não temos nenhuma legislação ainda, nenhum sistema de direito *sui generis* capaz de proteger adequadamente os conhecimentos tradicionais, os conhecimentos tradicionais associados, e isso gera um entrave no desenvolvimento, na inovação e da pesquisa brutal. Nós ainda temos toda a parte relacionada à biodiversidade brasileira legislado em cima de uma Medida Provisória que vem se renovando desde o início dos anos 2000, que não é boa nem para as comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, e muito menos para a indústria, para as universidades que querem pesquisar, ou seja, os impasses giram em torno de dois patamares principais: 1) O não conhecimento do que se entende por propriedade intelectual e a importância disso no modelo econômico e no desenvolvimento de qualquer País, seja desenvolvido ou em desenvolvimento, mas especificamente num País como o Brasil, que tem re-

cursos infinitos, sobretudo ligados à biodiversidade; 2) Uma legislação que não conversa entre si, ou seja, não há uma visão do organismo como um todo, então a Lei de Propriedade Industrial não conversa com a de Direito Autoral e Conexos, que não conversa com a Topografia de Circuitos Integrados, que não tem nenhuma visão da Convenção sobre Diversidade Biológica, que não fala com os conhecimentos tradicionais, que não fala com a parte de biotecnologia, nanotecnologia e não conversa com a Lei de Inovação. Então essa falta de colocar todas essas peças num mesmo organismo e de fazer com que esse organismo caminhe em direção à inovação, ao desenvolvimento [soa a campainha], é o maior problema hoje brasileiro.

Então, concluindo, a minha participação foi calcada em cima do problema legislativo e da necessidade do sistema legislativo conversar com o modelo econômico e conversar com os Acordos Internacionais sobre a matéria. Obrigada.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Dra. Maristela Basso, quero agradecer a V. Sa. pelas suas informações e dizer que, assim como da Dra. Cláudia, elas são da maior importância para o Senado Federal. V. Sa. fez uma dissertação em cima da questão da legislação, das dificuldades existentes para que possamos ter um regime jurídico que dê segurança à propriedade intelectual. Eu tenho certeza absoluta que com os questionamentos que serão feitos após as palestras nós vamos poder dirimir algumas dúvidas e, mais do que isso, vamos pedir a V. Sas., que nos brindam com as suas presenças hoje, que nos deem sugestões de que possamos avançar no processo legislativo, tal o grau de complicação que V. Sa. muito bem colocou por agora.

Antes de passarmos ao nosso terceiro convidado, eu quero registrar a presença honrosa do Deputado Júlio Semeghini, ex-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados, que é, sem sombra de dúvidas, um dos parlamentares mais competentes nessa área da ciência e tecnologia, especialista e presente, porque, Senador Casagrande, poderia ser especialista e não estar atento e colaborando para que o Brasil possa avançar nesse segmento.

Eu quero parabenizar e agradecer a presença do Deputado Júlio Semeghini, que representa, por si só, os seus companheiros da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Estamos buscando trabalharmos em parceria com o Deputado Eduardo Gomes e com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Eu concedo a palavra ao Dr. Francisco Alberto de Sousa Teixeira, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, para que possa fazer a sua exposição. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**SR. FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA TEIXEIRA:** É um prazer muito grande estar aqui nessa Comissão, voltando ao Senado depois de muitos e muitos anos, combatendo pela propriedade intelectual na época que nós discutíamos a Lei que já vigora há mais de dez anos, a Lei de Propriedade Industrial. Então é um prazer muito grande voltar aqui e agradeço a convocação do Sr. Presidente em meu nome e em nome da nossa presidenta Juliana Viegas, que se encontra em compromisso no exterior, por isso eu estou aqui tentando representá-la à altura, e em nome da nossa Associação. O seguinte, por favor.

Primeiro, uma palavrinha sobre a ABPI. Nós somos uma entidade que se dedica ao estudo, difusão e defesa dos direitos de propriedade intelectual. Nós temos uma postura imparcial e de natureza científica e jurídica. Temos mais de 46 anos de existência. Temos mais de seiscentos associados entre especialistas, advogados, escritórios de advocacia, empresas que tenham patrimônio apreciável e que dependem da proteção dos direitos de propriedade intelectual. Temos 13 Comissões temáticas de estudos que se reúnem regularmente todos os meses. E, muito importante, representamos o Brasil na IPPI, que é a Associação Internacional da Propriedade Intelectual e que é o interlocutor do setor privado na OMPI. O seguinte, por favor.

Desculpem as cores, elas não estão tão claras, eu deveria ter escolhido melhor um pouquinho, mas só para esclarecer os segmentos da propriedade intelectual. A chamada propriedade industrial engloba aqueles capítulos mais ligados ao comércio e à indústria propriamente ditos, como marcas, patentes, desenhos, modelos de utilidades, segredos de negócio, cultivares e etc. E os direitos autorais e outros como *copywrite*, softwares, como a nossa Professora Maristela já ressaltou. Então esses dois segmentos compõem a chamada propriedade intelectual. O seguinte.

Começando no tema da nossa Audiência Pública hoje, que é a inovação, as fontes principais de inovação sempre serão, em primeiro lugar, os indivíduos, que têm a sua criatividade e são os maiores geradores de conhecimento, a comunidade científica, a comunidade acadêmica, as universidades e, principalmente, e eu ressalto isso, as empresas. O seguinte, por favor.

Desculpem pela pobreza técnica dessa transparência, mas é que o escaneamento foi mal feito, mas o que importa é a demonstração em cores. Vocês veem, isso é um gráfico, é um gráfico que toma um período de 30 anos para mostrar como a importância da propriedade intelectual cresceu nesses últimos anos. Em

1975, as 500 maiores empresas, segundo a *Standard & Poor's*, as 500 maiores empresas em valor de mercado tinham em sua composição, vamos dizer, dos seus ativos, cerca de 83% em ativos tangíveis, ou seja, ativo fixo, etc., e apenas 17% em intangíveis. Essa relação, 30 anos depois, ali estão dados de 2005, se inverteu totalmente. Hoje o fruto da inteligência, ou seja, o capital intelectual representa 80% dos ativos das maiores empresas mundiais. O seguinte.

Há alguns pressupostos para a inovação, eu pretendo passá-los muito rapidamente. Investimentos, o mais importante, investimentos crescentes em educação e capacitação tecnológica. Por causa da falta desses investimentos, talvez, o Brasil não esteja ainda no ponto em que deveria estar. Já existe um arcabouço legal bastante aceitável, mas nós temos que investir muito em recursos humanos. Precisamos de parcerias do Estado com o setor privado, precisamos de um marco regulatório claro e permanente. Precisamos de proteção permanente dos direitos de propriedade intelectual, mesmo quando o inovador seja o Estado ou a Academia. Mesmo que essa inovação não seja para ganho pessoal, ela deve ser objeto de registro nos órgãos competentes para que ela possa, então, ser doada graciosamente. Precisamos ter uma extrema prudência na aplicação dos mecanismos legais de exceção, eficiência das Agências que titulam os direitos de propriedade intelectual e, muito importante, uma fiel observação das medidas de cumprimento da Lei, chamados vulgarmente de *enforcement*, através do combate permanente à pirataria e à contravenção. O seguinte.

Agora eu vou dar um pouco atenção às perguntas que o Senador Cícero Lucena fez no seu pedido para que essa Audiência se realizasse.

A primeira dessas perguntas seria: Quais as implicações da propriedade intelectual para o desenvolvimento? São muitas, mas eu consegui listar algumas. A proteção efetiva da propriedade intelectual permite que empresas novas, inovadoras, concorram globalmente e que os mercados emergentes recebam investimentos. A inovação impulsiona o crescimento econômico tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, como nós vamos ver a seguir. Os países que representam propriedade intelectual geralmente crescem mais rapidamente do que os que não a respeitam. O sistema de propriedade intelectual é um poderoso mecanismo de incentivo à inovação e ao crescimento econômico tanto para países como também para a empresa. O seguinte.

Desculpem aí o vermelho, ficou difícil, mas a propriedade intelectual é fator chave para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mas não é o único. Existem outros fatores importantes, como o marco regulatório próprio, investimentos prioritários em educação e formação tecnológica, remuneração do esforço pela inovação, aí compreendendo o mercado, compras governamentais e incentivos fiscais, cultura da inovação, incentivo a centros acadêmicos e de pesquisa e políticas públicas de incentivo ou inovação, como a Lei de Inovação, a Lei do Bem e etc. Seguinte.

Precisamos, também, de um INPI mais eficiente, precisamos de mais investimentos na sua estrutura, mas temos que reconhecer os ganhos de eficiência que esse órgão teve nos últimos anos. Vocês podem ver, há uma projeção que em 2006 levava mais ou menos em média 11 anos para se obter um pedido de patente no INPI, agora a projeção para 2010 é cair esse prazo para 3,3 anos. Seguinte.

A segunda pergunta: Pode a propriedade intelectual impor-se mesmo em questões de interesse humanitário? Essa é uma questão muito interessante e que mereceria, vamos dizer, uma Audiência só para ele, mas eu diria sim, ou melhor, deve. A experiência internacional mostra que o setor público e as universidades são incapazes de produzir inovações tecnológicas sem a cooperação do setor privado, especialmente nas áreas de interesse humanitário. Seguinte.

Essa é uma pequena evidência disso que eu estou falando: das 100 maiores drogas no mundo, 99% vieram da indústria privada e apenas 1% da universidade [soa a campainha]. Por favor.

Esses são os medicamentos em desenvolvimento cobrindo doenças, nós temos muitos pedidos de patentes cobrindo essas principais áreas de doença. Seguinte.

Se o Estado quiser preservar o interesse humanitário deve, de uma forma equilibrada, incentivar investimentos privados em inovação, administrar com prudência eventuais conflitos e investir em capacitação científica de seus cidadãos. Seguinte.

A pergunta seria: A propriedade intelectual não estaria sendo instrumentalizada para perpetuar a clivagem Norte-Sul? Ao nosso ver, não. A propriedade intelectual não tem País de preferência. Ela é imparcial, é fator primordial para a decisão de investidores em atividades inovadoras, remunera bem a quem a trata bem, respeitando as suas regras. Seguinte.

Ali é uma estatística da OMPI, são os países com maior número de patentes, tomando como base as patentes concedidas em 2007. Vocês vão ver ali assinalado em vermelho a Coreia, que eu citava como exemplo quando nós discutíamos a nossa Lei de Propriedade Industrial e muitos riam de mim. Vejam lá. Ela está acima da França, do Reino Unido, da China, da Holanda, da Suíça, da Índia, que ultimamente tem

servido de tentativa de modelo para o País, Rússia. E o Brasil, infelizmente, ainda numa posição bastante modesta. Seguinte.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** A China já se destacou do grupo ali dos quatro.

**SR. FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA TEIXEIRA:** Já.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Isso é recente ou é uma coisa histórica?

**SR. FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA TEIXEIRA:** É recente, é recente porque eles tinham muita resistência a aderir à OMC e, ao aderir à OMC, tiveram que subir os seus *standers*(F). Isso prova que uma boa legislação leva a uma procura por patentes maior. Seguinte.

Eu queria dar alguns exemplos de como isso impacta no Brasil. Esses são os investimentos em pesquisa e desenvolvimento pela indústria farmacêutica de capital nacional após a Lei de Patentes. Ela era uma cifra bastante modesta em 2005 e já chegamos à cifra de meio bilhão de reais, que ainda é muito pouco, mas já é uma cifra considerável. Seguinte.

Alguns exemplos. A Miriam Tendler, que há muitos anos é da FIOCRUZ, a professora Miriam Tendler, que desenvolveu ou está desenvolvendo, está me parece em estágio final de uma vacina para a esquistossomose. Seguinte, por favor.

Já temos muitos trabalhos científicos publicados. Em 2007 tivemos 19.428, já é um número bastante significativo. Aí estão as instituições. Seguinte.

Crescentes investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelas universidades brasileiras. Eu destaco aqui a UNICAMP, por exemplo. Por favor, pode retornar.

Agora estamos mal. Desconta do meu tempo, Senador? Falha técnica. Eu estou terminando. Aí, por favor.

A UNICAMP já tem mais de 400 patentes depositadas. O conjunto da UFMG, UNICAMP e USP têm já muitos pedidos de patentes, dos quais 68% se referem a áreas não protegidas pela nossa Lei anterior. Seguinte.

Muito obrigado, estou à disposição.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Questão de ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):** Como eu fui um dos requerentes, infelizmente a gente teve um pouquinho de atraso, eu tinha assumido um compromisso ao lado do Senador Roberto Cavalcanti e eu peço desculpas, mas tenho certeza que esse debate vai se prolongar um pouco para nós irmos a esse compromisso e tentar retornar para fazer então a indagação.

Então eu peço licença para me retirar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** V. Exas., tanto o Senador Cícero Lucena como o Senador Roberto Cavalcanti, já nos tinham dito do compromisso agora às dez horas para o lançamento da TV digital para a Paraíba, e que V. Exas., como representantes desse Estado tão querido, não podem estar ausentes desse momento tão importante na área de comunicação para a Paraíba. Senador Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):** Senador Flexa, eu gostaria, talvez nós não tenhamos a sorte, o privilégio de retornarmos a tempo, eu gostaria de parabenizar a Comissão e dizer que para nós, na verdade, é um curso de pós-graduação, vamos dizer, as explanações que foram feitas aqui são de um enriquecimento e eu acredito que a TV Senado possa transmitir esse privilégio ao Brasil. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu agradeço a V. Exas. e as suas perguntas, que V. Exa. não poderá fazer de viva voz, elas serão entregues aos nossos convidados para que possam responder ainda hoje.

Passo a palavra ao último convidado para que possamos abrir aos questionamentos, a Sra. Karla Christina Martins Borges, Gerente de Comércio Exterior do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Com a palavra a Dra. Karla. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**SRA. KARLA CHRISTINA MARTINS BORGES:** Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro, Senador Lobão Filho, demais Senadores, Deputados Júlio Semeghini, bom-dia a todos. É um prazer e uma honra trazer a esse debate a perspectiva da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em nome de quem eu agradeço ao convite.

Para começar um pouco a nossa conversa, eu gostaria de resgatar um conceito de um professor americano, Michael Porter, que logo no "boom" da indústria americana, como a Professora Maristela bem citou, ele identificou um conceito que ele trouxe um pouco de David Ricardo, da vantagem comparativa, que é o conceito da vantagem competitiva. Uma indústria, ela cresce, ela ganha espaço, ela acessa mercado em três circunstâncias: diminuindo custo, focando num nicho muito específico de atuação e se diferenciando. É essa diferenciação que a indústria brasileira busca. Nós temos iniciativas no campo da inovação, passamos de uma mobilização um pouco mais ampla junto

com a CNI, com ABDI, SEBRAE e outras entidades e a gente sentiu a necessidade de trazer para essa Casa, que é a Casa dos Estados, e também para a Casa do Povo, esse debate tão essencial, trazer para cá a percepção de que propriedade intelectual, na verdade, se relaciona a um valor, como a professora Maristela colocou, se relaciona a um capital, se relaciona a desenvolvimento e para a indústria isso significa renda, significa emprego e significa um País mais sofisticado, uma indústria mais pujante. E como endereçar, como trazer esse debate para essas duas Casas?

A Academia está se desenvolvendo, está produzindo, está pesquisando. Os nossos laboratórios, os nossos institutos estão avançando, estão aprimorando pessoal, estão buscando conhecimento, o desenvolvimento de tecnologia. O que falta? Falta a sociedade fora da academia, fora dos laboratórios, se engajar um pouco mais em torno desse debate e falta essas duas Casas, a quem nós respeitamos, a Casa que gera o debate e que traduz isso em legislação, em arcabouço legal, debater, discutir um pouco mais esse tema. Como fazer isso? Bem, num primeiro momento nós formamos uma coalizão da qual faz parte a Federação, a U. S. Chamber, a ABPI e outras instituições e entidades para pensar como endereçar o tema na sociedade brasileira. A primeira ideia foi: vamos tirar um termômetro, vamos sentir a temperatura, vamos entender como os nossos parlamentares veem, eles compreendem, eles vislumbraram o tema. Na tentativa de fazer isso nós conversamos, por meio do IBOPE, nós conversamos com cem parlamentares entre Deputados e Senadores para entender um pouquinho como que eles veem, como que eles entendem e como que eles trabalham esse tema dentro dessas duas Casas.

Eu vou passar alguns slides para os senhores partindo de um cenário mais amplo e chegando num mais específico para que a gente tenha massa crítica e informação para debater logo mais.

Metodologia. O objetivo era entender como que essas Casas veem o conceito da propriedade intelectual. Essas conversas, a pesquisa em si, ela aconteceu de setembro a outubro do ano passado, ela conversou com cem parlamentares e tem uma margem de erro estimado em nove pontos percentuais. O próximo slide, por favor.

Esse é um primeiro termômetro: o Parlamento acredita que o Brasil está caminhando em direção a algo melhor, o Brasil está se desenvolvendo, o Brasil está procurando melhorar. O próximo slide.

Como é que ele tem feito isso, quais são as oportunidades, quais são os nichos, quais são as áreas em que o País está se desenvolvendo? Notadamente educação, infraestrutura e, um pouco mais abaixo, inovação tecnológica, investimento em pesquisas científicas. O próximo, por favor.

É um tema de interesse, tem relevância? Para a grande parte do nosso Parlamento, sem dúvida nenhuma, é um tema de muita relevância e que se relaciona com outros aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. O próximo, por favor.

É um tema discutido no Congresso? 97% acredita que sim, mas nós, do setor privado, acreditamos que ele podia ser mais endereçado, mais debatido e debatido, como a professora Maristela colocou, com mais consistência, consistência no seguinte sentido: legislações, projetos, iniciativas, conversarem entre si. Cultivares falar com patente e conhecimento tradicional ser aprimorado de maneira que você tenha um arcabouço legal mais coeso e que cresça e que agregue, se suporte mutuamente. O próximo, por favor.

A gente tem ambiente para inovar no País? O ambiente melhorou? Ele piorou? Ele tem melhorado, mas a gente entende que ainda tem muito a ser feito. O próximo, por favor.

Como a gente lê os impactos da proteção da propriedade intelectual para o Brasil? Ambiente econômico, pesquisa e inovação tecnológica, o impacto disso nas cadeias produtivas, geração de emprego, lucro de grandes incorporações, renda, acesso ao consumo e preços. Pelos percentuais os senhores podem, como eu, observar que sem dúvida nenhuma propriedade intelectual significa riqueza, desenvolvimento, valor e outros temas e outras símbolos e valores tão importantes para o desenvolvimento do Brasil. O próximo, por favor.

Aqui é uma foto de quem detém patente hoje. E patente, só uma explicação, é apenas uma parte de propriedade intelectual. Aqui eu não estou falando de marcas, eu não estou falando de conhecimento tradicional, eu não estou falando de outros valores que a propriedade intelectual também se refere. Aqui a gente fechou o foco para patente, que patente está relacionada a desenvolvimento produtivo. Empresas multinacionais, ou seja, o conhecimento, ele tem sido trazido de fora, em certa medida, as empresas brasileiras que estão se internacionalizando num percentual um pouco melhor as nacionais e um percentual de quem não sabe, não respondeu. O próximo, por favor.

Quais segmentos, quais empresas, quais setores detêm direito de propriedade intelectual, direito de patente? A indústria farmacêutica, a Monsanto Sementes, indústria alimentícia, Coca-Cola, fertilizantes. Volto a fazer uma menção: essa é uma foto do entendimento do nosso Parlamento sobre o que significa o tema. O próximo, por favor.

Quem deposita, quem solicita proteção de patente e propriedade intelectual no Brasil. Essas são as empresas, apenas para conhecimento dos senhores. UNICAMP, PETROBRAS, ARNO, EMBRACO. O próximo, por favor.

E aqui um caso prático e recente. Eu vou tomar a liberdade de ver para os senhores. "*O Instituto Adolfo Lutz informou nesta terça-feira, em nota, que a equipe da virologista Terezinha Maria de Paiva, isolou no final de abril o vírus da gripe suína. Segundo a nota, 'a nova estirpe passou a ser denominada A/São Paulo/1454/H1N1', segundo as normas da Organização Mundial da Saúde. O isolamento do vírus propiciou o sequenciamento do material genético da estirpe brasileira. Experimentos estão sendo efetuados pela cientista Cecília e equipe. A caracterização genética é fundamental na investigação da epidemiologia molecular do vírus para saber se o padrão viral...*" Desculpem a informalidade. Eu trouxe esse exemplo aqui para demonstrar que quando a gente fala em [soa a campainha] propriedade intelectual, a gente está falando de emprego, renda, sofisticação de indústria, mas, também, de saúde humana, segurança, proteção de bens e valores que são essenciais para uma Nação mais robusta, mais pujante, mais atuante que acesse mercado e que se destaque no comércio internacional como um grande plêiade(F) e um grande ator.

Eu encerro aqui a minha breve explanação agradecendo e mais uma vez enfatizando: este é um tema essencial para a indústria brasileira e para a sociedade brasileira. E deixando um apelo aos Srs. Senadores e Deputados: por favor, abracem a nossa causa, que é uma causa justa e para um País e para uma sociedade melhor.

Muito obrigada.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Sra. Karla Christina Borges e fique certa, Dra. Karla, que o Grupo de Coalizão de Inovação 2009 - Brasil Inove, terá todo o apoio do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, para que nós possamos colocar na pauta permanente a discussão sobre ciência, tecnologia e inovação. E avançarmos no processo legislativo que, como eu disse anteriormente, precisamos, necessitamos de ter esse contato com o setor mais próximo para que possamos avançar e ter as sugestões de processo, de projetos que possam tramitar no Congresso Nacional.

Eu quero, antes de passar aos nossos Senadores--

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Eu queria só fazer uma observação, que nesse momento aonde alguns expositores vêm aqui, eu estava prestando atenção na Maria(sic) Christina, eu vi o quanto ela ficou emocionada de fazer uma exposição no Senado Federal. Isso é uma coisa importante, porque hoje a nossa Casa tem sido atacada de tudo quanto é maneira, acredito até por uma evolução tecnológica que está acontecendo no mundo hoje, e esses momentos nos dão realmente, que é um momento que antes de ser Senador eu também teria essa emoção de estar nessa Casa e me sinto muito feliz de sentir ainda, quando vêm aqui alguns convidados, sentir essa emoção e esse orgulho de alguém que venha a essa Casa fazer uma exposição para todos, inclusive para todo o Brasil, com a TV Senado.

Então eu não queria deixar passar em branco isso que eu senti aqui nesse momento. Só isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a sensibilidade de V. Exa. para poder expressar o sentimento, que é de todos nós, e que os nossos convidados, que abrilhantam as nossas Audiências Públicas, eles estão aqui como se estivessem em suas casas. Esta é a Casa do Povo, aqui nós aprendemos, nós temos uma missão de representar os Estados brasileiros e temos uma omissão de nas Comissões técnicas, que como bem disse o Senador Wellington Salgado, a imagem do Senado, infelizmente, não reflete o trabalho que aqui é desenvolvido. A nossa atividade não é resumida apenas às atividades de Plenário, quando nós vamos votar os projetos, que já passaram por discussões bastante intensas nas Comissões. Nas Comissões nós desenvolvemos um trabalho com uma assessoria, que é das melhores no Brasil, uma consultoria técnica que nos dá respaldo. Nós não temos o conhecimento geral de todas as matérias porque as matérias são de uma amplitude muito grande, mas temos que estudá-las para que possamos, com o apoio da consultoria e dos nossos convidados, nós possamos aprofundar o conhecimento e discutir para melhorar o desenvolvimento, acelerar o desenvolvimento do nosso País.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Ainda esta Audiência Pública, ela foi provocada, e como eu repito sempre, eu acho que a Comissão que teve como primeiro Presidente o nosso Senador Wellington Salgado, é uma Comissão nova,

está no seu terceiro ano de trabalho, e nós estamos, até por uma orientação do próprio Senador Wellington quando estava à frente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que nós déssemos também um espaço na Comissão para a questão da ciência, tecnologia e inovação, que é isso que está sendo feito, é isso que está sendo feito.

Fizemos uma Audiência Pública sobre ciência, tecnologia e inovação na Amazônia e tivemos aqui informações da maior importância, a Amazônia brasileira que tem a maior biodiversidade do mundo, nos foi dito pelo Presidente do INPA que 60% a 70% dos trabalhos científicos sobre a Amazônia são de autores de fora, ou seja, não são de brasileiros, o que nos leva a crer que lamentavelmente os pesquisadores, os países outros, conhecem mais da Amazônia do que nós, brasileiros, e aí nós ficamos numa dependência que, ao invés de exportarmos conhecimento, nós estamos exportando talento e importando conhecimento. Isso leva, além da dificuldade do avanço da inovação, leva a custos absurdos para a sociedade brasileira.

Eu quero parabenizar o grupo que foi criado por empresas, por associações como a ABPI e coordenado pela FIESP, que trouxe à pauta a questão da coalizão de inovação com o título Inove Brasil e que tem como missão fortalecer o capital intelectual brasileiro através da promoção de um ambiente favorável para a inovação que atraia investimentos e parcerias nacionais e internacionais, que são a mola propulsora do crescimento econômico. Só para conhecimento dos Exmos. Srs. Senadores, Deputados e, também, dos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, existe um cronograma nesse grupo de coalizão de inovação que prevê, ainda agora em junho, um coquetel na CNI, no Rio de Janeiro, com casos brasileiros para falar sobre produção industrial. E em agosto, também no Rio de Janeiro, um Seminário Internacional da ABPI sobre, evidentemente, produção intelectual. São as ações que estão programadas para serem desenvolvidas nesse objeto.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Presidente, eu queria só agradecer, reforçar essa questão do agradecimento--

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Eu já estava falando sem V. Exa. dar a palavra, mas só reforçar o agradecimento aos expositores, inclusive porque é importante que se resgate um pouco o que é uma Audiência Pública. Às vezes é mal compreendido. As pessoas, alguns que querem debater na Audiência Pública, algumas pessoas que vem de fora, na verdade a Audiência Pública é para informação dos Senadores, dos parlamentares. Então nós temos que agradecer quem vem porque eles estão nos informando para que nós possamos tomar as decisões, porque é evidente que é humanamente impossível que nós saibamos de tudo que acontece no País. Eu já tive outras ocasiões em que alguns reclamaram: "Ah, eu não tive a oportunidade de falar", alguém que veio assistir. Mas não é para falar mesmo, quem pode falar são só os Senadores mesmo que estão sendo informados pelos expositores.

Então basicamente é isso, eu queria reforçar o agradecimento aos expositores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, e vamos aos questionamentos. Vamos iniciar pelo autor do requerimento, um dos autores do requerimento, o Senador Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, senhoras e Sr. Francisco. Talvez, Senador Flexa Ribeiro, esta é a Mesa mais bem composta desde a criação da Comissão. Temos três mulheres nessa Mesa. Mesmo o Wellington Salgado, apesar de ter um pouco mais de cabelo do que V. Exa., não conseguiu trazer a essa Comissão uma Audiência com a presença majoritária das mulheres na Mesa. Eu quero parabenizá-las pelas excelentes exposições e também parabenizar ao Francisco.

**DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI NETO (PSDB-SP):** Isso porque o Francisco está representando uma mulher, senão teríamos quatro.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Senão teríamos quatro mulheres [risos].

**SR. FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA TEIXEIRA:** Aumenta a responsabilidade.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Aumenta a responsabilidade. Eu gostei muito da Audiência. Infelizmente ou felizmente aqui no Senado nós caminhamos de Comissão em Comissão. Eu daqui a pouquinho já tenho que sair, que eu sou Relator num projeto na Comissão de Constituição e Justiça, então eu vou me pronunciar e, infelizmente, terei também que me ausentar, mas eu quero também agradecer, dizer que eu aprendi um pouco mais nessa Audiência. O Senador Eduardo Azeredo disse, a gente aqui tem que aprender nas Audiências, porque a gente tem que conhecer um pouco mais daquilo que a gente conhece pouco ou não conhece. E eu, assim, desde que a Comissão aqui foi criada, eu faço parte da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, eu acompanhei com o Presidente Wellington o trabalho que foi muito bem feito e agora com o Senador Flexa Ribeiro.

Eu vejo assim a inovação, ela está totalmente relacionada com propriedade intelectual, ela incentiva, ela induz, ela apoia, ela é caminho para que a gente possa ter investimento em inovação, ter segurança de investimento em inovação num País. Eu vejo de fato o investimento em inovação e o Brasil com capacidade de registrar todos os seus trabalhos intelectuais como um dos caminhos para que nós possamos preservar o Planeta Terra. Eu acho que este é um assunto importante. Nós temos que incorporar de fato os investimentos em ciência, tecnologia e inovação neste novo modelo de desenvolvimento que nós temos que construir no mundo. O modelo que está sendo implantado até agora e que foi implantado até agora ele é insustentável, ele é insustentável economicamente, ele é insustentável socialmente e ele é especialmente na vertente que nós estamos discutindo aqui insustentável ambientalmente. Nós não temos sustentabilidade ambiental com este modelo porque nós vamos num caminho de consumo que gasta muito mais energia e que consome muito mais energia, seja alimento, seja eletricidade, seja combustível, muito mais do que o planeta tem capacidade de produzir, isso com os meios que nós temos hoje, com as fontes que nós temos hoje, com as fontes que são competitivas economicamente e que nós temos hoje. Então fazer investimentos nessa área é garantir que nós teremos condições de estabelecer uma base para um novo modelo de desenvolvimento, que algumas de vocês aí tratou desse assunto.

Eu também vejo com bons olhos a postura e os posicionamentos políticos do Presidente dos Estados Unidos Barack Obama porque ele tem uma sensibilidade para o tema, ambiental versus inovação, ele tem uma sensibilidade para o tema. Eu acho que se ele ainda conseguisse tratar com o povo americano a responsabilidade do consumo, seria uma ação muito importante, porque o americano é irresponsável no consumo. Então se ele é irresponsável no consumo, ele nos leva a gastar mais energia do que a gente necessita.

O Brasil tem feito, eu tenho acompanhado através do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é dirigido por um companheiro nosso, tem sido dirigido por companheiros do meu partido, do PSB, eu tenho acompanhado esse assunto um pouco de perto, bem de perto, e tenho visto assim que a gente tem avançado. O Governo do Presidente Lula tem avançado no aumento do orçamento para o sistema de ciência e tecnologia nacional e isto é importante. Temos muito que avançar ainda, naturalmente temos muito que avançar, mas eu vejo assim que a gente caminha na direção correta, temos que apertar mais o acelerador, a gente tem que aumentar a velocidade. Estamos na direção correta, mas temos que aumentar mais a velocidade.

Eu queria deixar um questionamento para que vocês pudessem subsidiar a Comissão. Tanto a Maristela como o Francisco disseram do marco regulatório, que nós temos que aperfeiçoar o marco regulatório. Aonde, em que, em que ponto? Não é fácil lidar com vocês que lidam nessa área, discutir legislação com vocês. Vocês são muito detalhistas e complexos no relacionamento porque têm interesses específicos. Em cada guarda-chuva desse da propriedade intelectual têm interesses específicos que às vezes tencionam muito e impede que a gente avance. E têm os Acordos Internacionais que precisam ser respeitados. Eu acho que se vocês pudessem aprofundar um pouquinho o tema sobre marco regulatório, que é uma coisa que o Congresso pode dar a sua contribuição direta e efetiva, seria importante.

Uma outra questão que eu acho que é fundamental, nós, assim, nós temos um País como a China, que talvez hoje, talvez, talvez eu esteja cometendo uma injustiça, eu não sei, Presidente, mas para nós é o modelo do não respeito à propriedade intelectual, talvez seja pelo que a gente ouve falar, está certo, sem querer criar nenhum conflito diplomático, mas a China, ela para sustentar um bilhão e 300 milhões de pessoas, ela acaba fazendo de tudo para gerar o emprego lá. Então se um capixaba que desenvolveu lá uma máquina para cortar blocos de granito vende a primeira máquina para a China, não vai vender a segunda; a segunda a China já vai, de alguma forma, copiar, porque ela quer gerar atividade e o emprego lá na China. Então, assim, a expressão de que quem mais investe na propriedade, quem mais protege a produção intelectual é que mais se desenvolve. Como um País grandioso como a China, está certo, ainda aquém do seu processo de desenvolvimento intelectual, aquém do seu investimento em educação, mas com cultura muito forte, como um País como a China pode de fato respeitar todos esses protocolos internacionais se eles têm essa quantidade de pessoas para poder sustentar? Eu acho que esse é também um debate importante.

E se nós temos nos Acordos Internacionais os mecanismos corretos de transferência de tecnologia, porque se você não tiver transferência de tecnologia de um País desenvolvido para os países menos desenvolvidos, você não consegue diminuir as desigualdades que existem hoje da adoção dessas novas tecnologias. Então, assim, na transferência de tecnologia nós estamos assim com os nossos Acordos Internacionais preparados, ajustados, acertados para poder permitir, por exemplo, a transferência de tecnologia para o

Brasil, para a China, para a Índia, para o México, sem a gente ferir esses Acordos Internacionais?

Então, Sr. Presidente, eu fiz três perguntas, talvez não terei tempo de ouvir as suas respostas, mas eu gostaria de deixar essas observações para quem participou aqui junto com a gente. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Casagrande, a informação que eu tive ainda a pouco é que a Comissão de Constituição e Justiça ainda não iniciou a sua reunião, então nós temos ainda algum tempo para ter a permanência de V. Exa. para que possa ouvir as respostas.

Eu sugeriria, colocaria em votação, em discussão e votação, que nós possamos fazer um grupo os questionamentos para que os nossos convidados pudessem também respondê-los de uma forma global.

Todos de acordo? Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Presidente, desculpe, que eu estava com a assessoria. Qual foi a pergunta de V. Exa.?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu estou propondo fazer os questionamentos em bloco--

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Sim, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** --para que todos possam ter oportunidade de--

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Eu já concordaria com V. Exa. de qualquer maneira, mas é só para ouvir. Eu concordo, eu confirmo a minha concordância.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nós temos uma afinidade de pensamento que nos permite, sem saber da pergunta, já confirmar a resposta.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Uma afinidade capilar.

[risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É verdade. É que nós nos completamos. O que ele tem em excesso, eu tenho em escassez, mas é assim mesmo.

O próximo Senador a fazer os questionamentos é V. Exa., Senador Wellington Salgado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Senador Flexa Ribeiro, demais Senadores, componentes da Mesa. Eu queria fazer uma colocação e pedir a opinião sobre cada um dos senhores.

Na verdade a minha origem vem do ramo de educação. Um crescimento não só passando por toda... A minha mãe, querida mãe, começou com o jardim de infância até chegar a uma universidade a nível nacional. Segundo a Constituição, uma instituição, uma universidade, se ela tiver ensino, pesquisa e extensão, essas são as três áreas que têm que caracterizar uma universidade, ou seja, ela não pode ser uma universidade se tiver só ensino ou se tiver extensão; ela tem que ter também pesquisa. Muito bem. O que é que acontece? Acontece que o governo obriga cada instituição a ter pesquisa. Só que eu já fiz inclusive um projeto, já discuti, já tive a oportunidade de conversar com o Ministro Fernando Haddad, o que nós precisamos é racionalizar esses recursos. Por quê? Você tem, vamos supor que você tenha uma determinada região umas quatro universidades. Ao invés de se criar um centro de pesquisa, onde de alguma maneira se poderia dizer o seguinte: "Olha, cada universidade vai ter que colocar nesse centro de pesquisa tantos por cento de sua receita bruta". Ali você teria o melhor computador, a melhor equipe, e numa linha de pesquisa que representasse o interesse de cada Estado, que os Estados são diferentes. O Estado do Amazonas iria fazer uma pesquisa estudando a Amazônia. O Centro-Oeste com o agronegócio. O Nordeste com algo voltado... Está muito voltado para turismo o Nordeste hoje. Então nós teríamos pesquisas envolvidas. Isso não acontece. Nós continuamos, ainda, com aquela mentira de que as universidades fazem pesquisa. Claro que os maiores pesquisadores hoje estão na universidade pública, que dispõe de maiores recursos para isso.

Agora quando eu pego aqui os dados que eu estou olhando, onde 1% só vem das universidades e 99% do mercado, ou seja, das empresas, nós estamos nadando contra a maré. A verdade é essa, é uma burrice sem fim a maneira como está sendo conduzida a pesquisa. V. Exa. que é muito ligado a essa área, o Ministério inclusive pertence ao partido de V. Exa. no acordo com o Presidente Lula. Então nós tínhamos que caminhar, defender onde essas universidades criassem um centro de pesquisa em cada Estado e todas as universidades colaborassem com recurso, já que o mais importante é o recurso, que tem que botar ali, e os cérebros daqueles Estados ficariam centralizados ali recebendo recursos, disponibilizando, comprando melhor equipamento, que a tendência é várias pesquisas. Isso não acontece.

Então eu queria saber se V. Exa., os Senadores e também os componentes da Mesa, se pensam como eu ou se eu realmente estou pensando numa linha totalmente errada. Agora quando eu vejo que tem na Constituição a obrigatoriedade de ensino, pesquisa e extensão, a pesquisa tem que estar presente nas universidades, só que 1% é desenvolvido nas universi-

dades, aí realmente é de entristecer. Eu queria ouvir a opinião dos senhores sobre essa posição que eu estou colocando agora para a Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Wellington Salgado. Eu coloco à apreciação dos Srs. Senadores o convite para que o nosso Deputado Júlio Semeghini possa também fazer os seus questionamentos. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Para nós é uma honra, Deputado Júlio Semeghini, que V. Exa. participe da nossa Audiência Pública e possa fazer também os seus questionamentos. Por favor.

**DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI NETO (PSDB-SP):** Bem, primeiro, Senador Flexa Ribeiro, eu quero agradecer e parabenizar a parceria da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado com a Câmara em nome do nosso Presidente Eduardo. Nós estamos agora votando na verdade a LDO, então não é possível que a Comissão tivesse mais representantes, mas eu estou aqui em nome dele e vou até me dirigir para lá para acabar de acertar alguns projetos nossos da LDO que estão em votação e redação final. Eu quero ser até breve por causa disso. Mas quero parabenizar, mais uma vez, a iniciativa de V. Exa., do Senador Wellington Salgado, que deu à Casa, ao Senado Federal, a importância que deve ter esse setor e tem mostrado realmente a competência do Senado, independente do que vive aí, que V. Exa. e o Senador Wellington, todos aqui defenderam bem, um papel importantíssimo na área de ciência e tecnologia. Então nós ficamos muito orgulhosos de estar aqui. É uma pena que o nosso Presidente e outros Deputados não possam estar por causa do momento que nós estamos lá votando a LDO.

Eu quero saber breve, Senador. Dizer, só corrigindo o que o Casagrande falou, que poderiam ser três mulheres. É que na verdade pela ausência de uma delas não estiveram aqui presentes quatro mulheres; isso mostra que realmente o intelecto ligado à propriedade intelectual no Brasil está muito bem representado.

Eu quero só parabenizar pela amplitude do debate que nós estamos fazendo. A gente não pode discutir a propriedade intelectual, Senador Flexa Ribeiro, apenas no sentido de proteger de uma coisa que nós já cometemos outras vezes esse erro na Câmara dos Deputados, de querer discutirmos apenas as Leis que protegem na verdade. Foi quando nós percebemos para que para a gente tenha na verdade o respaldo da sociedade que foi cobrado para ter mais participação, a gente tem que discutir como um todo os benefícios, os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Nesse sentido foi dito pela Dra. Maristela uma colocação que eu queria que ela pudesse, assim, reforçar, explicar um pouco mais como é que isso pode ser feito, porque ela colocou que nós temos Leis, na verdade, divididas bastante por setor, eu não sei se foi a Maristela, foi ela sim, mas que disse que não há uma Lei como um todo, que não se integra, citou até a microeletrônica, citou algumas outras, até de microeletrônica, na verdade, fui eu o Relator que conduzi, mas eu queria saber se isso é realmente a prioridade, porque nós estamos avançando até em outros projetos setoriais que deveriam esclarecer para permitir que o Brasil avançasse. Vamos continuar nisso, é necessário que a gente pare, que problema concreto na verdade está acontecendo pelo fato de não termos então uma legislação que seja tão mais ampla?

Em relação ao marco regulatório, eu queria parabenizar a ABPI. Eu participei há dois anos atrás num dos eventos do Rio de Janeiro que terá. É uma coisa muito importante a gente ver na prática a Lei de Inovação que essa Casa e a Câmara votaram completando uma parte importante do marco regulatório junto com a MP do Bem, de ver na verdade empresas como PETROBRAS, NATURA, que estão tirando a metade do investimento de pesquisa em desenvolvimento que havia dentro da sua casa para levar para as instituições de pesquisa brasileira. E lá tem sido discutido, Senador Flexa Ribeiro, uma série de ajuste dessas Leis e do marco regulatório nosso para que possa ser muito maior, porque ali a gente percebe na prática aquilo que está se avançando ou não nas Leis que nós temos colocado. Então eu queria propor a V. Exa., vou propor ao Eduardo que estejam realmente representantes das duas Comissões para ouvir, mas, acima de tudo, técnico das duas Comissões, dos consultores da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado para que pudesse ali trazer um relato para nós de como é que está, na verdade, o andamento, a aplicação das Leis do nosso marco regulatório como um todo e o que precisa ser ajustado ou não para permitir que avance mais ainda, porque a gente fica surpreso. Às vezes a gente vota uma Lei, chega lá e a gente vai entender que a Lei que nós votamos era só para o setor público, algumas palavras pequenas botavam as instituições privadas do benefício do que nós quisermos fazer. Depois a gente vai corrigindo. Então acho que é muito importante ter isso daí também.

Mas eu queria só no comentário de todos os que estão à Mesa colocar uma coisa. Eu acho que ainda falta no Brasil a gente... E hoje o Governo brasileiro tem feito propaganda de tudo. Eu não quero aqui entrar no detalhe e discutir, mas tem levantado a autoestima do brasileiro, mas são das quotas, de tudo que a gente puder imaginar hoje nós temos propaganda na

televisão, quer dizer, eu não tenho visto, na verdade, uma propaganda sobre a importância da propriedade intelectual. Os jovens, na verdade, que estão aí na internet debatendo alguns projetos de Lei, como é o crime de informática que o Senador Eduardo Azeredo está sendo vítima de uma série de crises e nós estamos ajustando para evitar até o que Brasil não tenha essa Lei, acaba entendendo a propriedade intelectual como um limite ao acesso de alguma coisa que eles querem ter: não poder ouvir uma música que querem ouvir, não poder ter um livro. Então eu acho que está faltando, na verdade, no plano do grupo de trabalho de vocês, que é muito abrangente, por sinal, uma das coisas da educação e da divulgação do que é a importância da propriedade intelectual e que bem que ele traz na verdade para a sociedade, porque essa nova geração que vem vindo tem na propriedade intelectual, na verdade, uma restrição ao acesso às coisas; é o que a gente percebe em qualquer blog. Esses dias um *twitter* meu que entrou por causa dessa Lei, de uma noite para outra apareceram quase vinte pessoas falando, a metade discutindo exatamente a propriedade intelectual como se o fato de eu ser um dos defensores da propriedade intelectual no Brasil não pudesse estar relatando aquele Projeto de Lei, que nem trata de propriedade intelectual, trata de crime cibernético, que não tem nada a ver.

Então eu acho muito importante vocês incluírem no projeto de vocês alguma coisa institucional do qual é o bem que a propriedade intelectual na verdade traz para o desenvolvimento e para o povo brasileiro. Eu acho que faz parte disso.

De resto, mais parabenizar aí e eu acho que tem que realmente ter o que o Senador Flexa Ribeiro falou: a gente tem que voltar a detalhar para que a gente possa avançar mais no nosso marco regulatório, que diga-se de passagem nos últimos dez anos deu um salto maravilhoso.

E só para completar, Senador Wellington, concordo plenamente, fico assustado de ver que num setor aqui da saúde, na verdade, a gente está vendo que 99% da pesquisa está aqui. Tem alguma coisa errada, eu gostaria que comentasse, só 1% na universidade. Nós temos muitos outros setores que a universidade tem participação de até 50% e até maior do que o setor privado em grande parte dos outros setores. Então deve estar havendo algum problema localizado setorial que a gente deveria entender para incluir, porque as nossas faculdades e os nossos hospitais e o mundo da saúde no Brasil está muito avançado para a gente ter tão pouca pesquisa ligada às universidades, uma vez que toda a saúde brasileira está dentro dos hospitais escolas e na verdade a pesquisa eu estou vendo que está totalmente fora.

Então eu gostaria de reforçar a pergunta que o Senador Wellington coloca aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Deputado Júlio Semeghini e vou, primeiro, fazer as perguntas que o Senador Roberto Cavalcanti pediu que eu fizesse pela sua ausência, já justificada.

O Senador Roberto Cavalcanti diz que há alguns anos o Brasil obteve significativos resultados com base em sua disposição de licenciamento compulsório de medicamentos utilizados no tratamento da AIDS. Ficou demonstrado, com este episódio, que a lógica que orienta os detentores de patente é exclusivamente econômica. A intransigência brasileira fez prevalecer valores humanitários sobre as questões meramente econômicas. Ele pergunta: Em que medida o regime internacional de propriedade intelectual contempla outros valores que não apenas os econômicos?

Uma segunda pergunta: Como a proteção da propriedade intelectual estimula a inovação local? E como ela atrapalha?

E a terceira: Quais as alterações legislativas necessárias para impulsionar a inovação tecnológica e aumentar a competitividade internacional da economia brasileira?

Os meus questionamentos, eles são mais genéricos, alguns já foram feitos pelos Srs. Senadores e Deputado, mas eu queria fazer algumas questões pontuais.

Também fiquei bastante preocupado com o que nos foi mostrado aqui nessa Audiência com relação à questão da participação da academia brasileira no desenvolvimento de pesquisa e inovação. Acho que nós temos que agir, enquanto Congresso Nacional, no sentido de que possamos legislar para que possamos alterar isso, esse quadro que nos foi mostrado aqui. Se nós formos para as áreas periféricas, nós vamos ver que a questão é muito mais grave, muito mais grave. O quadro que nos foi mostrado aqui de detentores de patentes, nós vamos verificar que estão todos localizados no Sul e no Sudeste brasileiro.

**DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI NETO (PSDB-SP):** Me permita só um aparte, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pois não.

**DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI NETO (PSDB-SP):** O Senador Eduardo Azeredo tinha feito essa coisa. Esses dias eu fiz uma pesquisa. É verdade, a grande parte da pesquisa está concentrada nas universidades de São Paulo e Minas, só que por brasileiros, porque

há pessoas do Brasil inteiro, Senador, e nós vamos levantar esse número.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É verdade, é verdade. Eu próprio tenho um filho médico pesquisador, com pós-doutorado na Escola Paulista de Medicina, que estava há 13 anos em São Paulo, e sei da dificuldade que foi para ele retornar para a Amazônia, para Belém, pela falta de condições de trabalho de pesquisa para desenvolver nas universidades locais. Eu disse a ele que era necessário que ele voltasse, até para implantar essas condições de trabalho, porque se não houvesse esse retorno nós não avançaríamos na questão do desenvolvimento da pesquisa, da ciência e tecnologia. Eu sei das dificuldades, inclusive dificuldades de remuneração desses pesquisadores que não são contemplados pelo Governo brasileiro e pela sociedade brasileira da forma como deveriam ser, porque realmente eles colocam as suas inteligências a serviço do nosso País e, na realidade, já avançamos, como foi dito aqui na Lei da Inovação, na MP do Bem, quer dizer, já tivemos algum avanço, mas essa é uma das questões que eu gostaria de deixar também aqui para que pudéssemos ter instrumentos de avanços nesse aspecto. Nós estamos festejando quatro anos da Lei de Inovação praticamente. Eu perguntaria aos nossos convidados: Quais os resultados concretos até o momento da Lei de Inovação? O que é que houve, o que é que foi feito, em que nós avançamos, o que é que precisamos alterar, melhorar na Lei de Inovação para que esse avanço possa ser mais acelerado?

Há entrave significativo para o desenvolvimento dessa parceria entre universidades e empresas no sentido de incorporar conhecimento acumulado nas primeiras? Há produtos, processos produtivos e serviço desenvolvido pelas últimas? Ou seja, essa interação entre universidade e empresa, o próprio Senador Wellington Salgado, que é da área da educação, ele próprio diz que as universidades não estão fazendo o papel de desenvolver pesquisa e há necessidade que haja essa interação entre universidade e empresa para que possamos também acelerar esse desenvolvimento. Quais são esses entraves na opinião dos nossos convidados e de que forma nós podemos ajudar para que esses entraves sejam vencidos?

São necessárias modificações legislativas? É importante isso. V. Sas. é que dirão a nós quais as alterações legislativas que precisam ser implementadas para que possamos incrementar o estímulo à inovação e à pesquisa no ambiente produtivo.

Eu queria também fazer uma referência que o Brasil desenvolve um esforço na qualificação de recursos humanos. É evidente isso. Tivemos aqui em Audiências anteriores o Ministério de Ciência e Tecnologia mostrando o avanço, que é importante, mas ainda, eu diria, ele é insuficiente para a necessidade de crescimento no Brasil. Nós teríamos que investir muito mais. Estamos investindo algo em torno de 1,2% do PIB brasileiro em desenvolvimento de pesquisa, mas nós verificamos que as nossas inteligências estão indo para o exterior para desenvolverem pesquisas lá fora e, depois, nós importamos o conhecimento que lá é desenvolvido, quando nós deveríamos ter aqui o apoio a esses pesquisadores, que pudessem fazer o desenvolvimento em nosso País. Naquela ocasião, Deputado Júlio Semeghini, até foi discutido depois da Audiência que nós não poderíamos legislar sobre a questão da remuneração dos pesquisadores, porque existe um teto constitucional e há uma dificuldade enorme de você levar um pesquisador para a Amazônia, para que ele possa desenvolver pesquisa lá, sem as condições que possa dar à sua família o conforto necessário. Então seria um caso de se fazer uma excepcionalidade para essas regiões periféricas, para que elas possam ter esses pesquisadores trabalhando nessas regiões diferenciado daqueles que estão nas áreas já desenvolvidas, ou seja, eles vão também participar com o esforço pessoal e com as dificuldades dessas regiões para que possamos levar a inovação.

E aqui foi dito pelo Senador Casagrande, com muita propriedade, não podemos dissociar hoje inovação da questão ambiental. Nós, em hipótese nenhuma, todos nós, defendemos a questão da conservação, a questão do desenvolvimento sustentável, mas, também, temos que defender a melhoria da qualidade de vida do ser humano. E isso só ocorrerá se nós acrescentarmos, nós incluirmos a inovação, a tecnologia no processo de desenvolvimento sustentável. Então inovação e meio ambiente estão seguramente agregados.

Para finalizar, eu gostaria de perguntar ainda aos nossos convidados: nós fizemos um avanço grande, o Legislativo, na questão da Lei de Inovação e da MP do Bem com relação a garantir a remuneração pelo esforço inovador. Anteriormente o pesquisador não tinha nenhuma possibilidade de participar do seu invento, do seu esforço intelectual, e isso hoje já é permitido. Eu vejo e tenho conhecimento que as patentes são detidas pelos grandes laboratórios, principalmente farmacêuticos, e que deixam de atender milhões de pessoas que permanecem sem tratamento médico adequado porque não acessam as pesquisas, aos medicamentos que são pesquisados e colocados no mercado. Aí eu perguntaria: Em que medida o exercício do direito da propriedade intelectual por atores estrangeiros tem dificultado o desenvolvimento científico-tecnológico nacional?

Tendo em vista que o Brasil dispõe de poucas patentes registradas em âmbito mundial, pode se afirmar que o regime internacional de proteção dos direitos de propriedade atende aos interesses nacionais?

Uma outra questão que eu queria correlata a essa: Qual é o custo e as dificuldades para o registro de uma patente no Brasil? Isso inibe o pesquisador a fazer esse registro? Há um custo excessivo, há uma dificuldade que seja intransponível para que haja tão poucas patentes solicitadas a nível de registro?

E, finalizando, para a Dra. Cláudia, eu perguntava a ela a pouco, durante a questão, sobre os genéricos. O Ministro Serra, quando Ministro da Saúde, ele quebrou as patentes de alguns medicamentos e hoje é um sucesso acho que mundial a questão do genérico, que dá acesso à população brasileira de medicamentos antes inacessíveis a preços que possam ser, inclusive, atendidos pelo Sistema Único de Saúde. Então eu perguntaria à Dra. Cláudia se esse processo, se a questão humanitária, ela pode levar à quebra de uma patente para que possa dar à sociedade a possibilidade de acesso a esses medicamentos.

A senhora também questionou em sua exposição a tese da correlação direta entre o grau de defesa da propriedade intelectual e o grau de inovação de um País. Eu pediria que pudesse elaborar um pouco mais nesse sentido.

Como, também, na mesma linha, a falta de coerência entre as Leis que se referem à propriedade industrial e o direito autoral. Isso aí a Dra. Maristela poderá nos orientar com relação a essa questão da legislação, que eu acho que é de fundamental importância para que possamos avançar nesse processo de colocar o Brasil num patamar de destaque na questão da inovação.

Eram essas as questões e eu passo aos nossos convidados para que possam fazer as suas respostas às questões levantadas pelos Senadores e pelo Deputado Júlio Semeghini.

Primeiro, pela mesma ordem das exposições, eu passo a palavra à Dra. Cláudia Chamas, pesquisadora da FIOCRUZ, para que possa fazer a resposta.

**SRA. CLÁUDIA CHAMAS:** Muito obrigada, Senador. Eu vou tentar responder a sua questão e, também, falar um pouco, fazer uma síntese de outras questões que foram abordadas pelos outros Senadores e pelo Deputado também.

Bem, a questão, nós enxergarmos, eu pelo menos enxergo, que a questão não é apenas uma questão de marco regulatório, mas é uma questão de desenvolvimento integrado de programas, Leis e de uma vontade política para que o desenvolvimento realmente ocorra. A gente precisa, também, compreender que há setores diferentes na sociedade e cada setor tem a sua natureza, tem o seu ritmo, tem a sua dinâmica. Então metalmecânica não funciona da mesma maneira que saúde, assim como saúde não funciona da mesma maneira que setor de aviação. Cada um tem as suas especificidades e o papel da propriedade intelectual em cada setor é diferenciado. A gente precisa conhecer profundamente essas relações, existem vários estudos, eu posso disponibilizar para os senhores, para as assessorias, se for interessante, se for conveniente. A gente precisa compreender essas diferenças para não tratar todo mundo da mesma maneira. Então a gente simplesmente não pode aplicar um discurso, digamos, na minha visão, um discurso homogêneo para problemas diferenciados, para uma heterogeneidade de problemas. A saúde é um problema, digamos, dentro dessa discussão a saúde tem a sua especificidade. A saúde foi, junto com o campo do entretenimento dos direitos autorais, foi um setor motivador para a elaboração, a negociação do Acordo TRIPS e ela vem enfrentando uma série de problemas após a aprovação e a internalização desse acordo nos países.

Eu diria, gostaria de ressaltar que a Lei de Patentes brasileira, a Lei de Propriedade Industrial, ela oferece uma proteção muito robusta para a questão farmacêutica. Eu observo alguns discursos em alguns fóruns, em jornais e diversas mídias, reclamando dessa proteção insuficiente e etc. Nessa Casa e na outra, na Câmara, há diversas propostas para modificação, para ampliação desses direitos, enfim, mas precisamos desmistificar esse problema e apontar que a Lei oferece proteção robusta. A Lei é TRIPS Plus, não abrigamos naquele período de graça. Poderíamos ter implementado a patente apenas a partir de 2005, fizemos imediatamente na década de 90, a partir da implementação não acompanhamos.

Muito se falou em China. Eu relembraria o caso da Índia. A Índia postergou o quanto pode a adoção da sua Lei de Propriedade Industrial. Teve um objetivo de desenvolvimento econômico, porque a questão não é apenas de marco regulatório, é uma questão de vontade do País de fazer florescer a sua indústria. A questão é: Vamos ter empregos altamente qualificados, centros de PID? O Senador mencionou a questão de patentes de centro, muito apropriadamente, por que não temos esses centros de PID, esses centros de pesquisa? Então eu pergunto às empresas que tanto patenteiam na área de saúde. No campo da saúde, a maior parte, as patentes estão concentradas para não residentes, para estrangeiros. São empresas que vendem aqui medicamentos, o SUS compra os medicamentos, mas não temos a contrapartida da fabricação local, especialmente da pesquisa local para dar empregos a brasileiros,

empregos altamente qualificados. Então a gente tem que abrir essa discussão, aprofundar essa discussão, colocar todos os atores para debater esse problema, enfrentar esse problema e resolver esse problema. A Índia, de certa forma, ela fez florescer uma indústria e hoje nós somos dependentes da Índia. Nós compramos os princípios ativos para o Programa Nacional de AIDS, para diversos programas de medicamento, todas as compras de medicamentos, que o SUS tem essa obrigação, tem o dever de fornecer os medicamentos e tratamentos à população brasileira, então nós estamos comprando princípios ativos da Índia e da China, ou seja, essa situação não pode perdurar. Temos capacidade, estamos formando dez mil doutores por ano de acordo com dados da CAPES. Então precisamos de uma coalizão de empresas farmacêuticas do setor público, enfim, de um potencial de florescer esse potencial de desenvolvimento.

A Lei também é TRIPS Plus porque nós, diferentemente do resto do mundo, resolvemos conceder patentes "pipeline", que eram patentes de revalidação. O que deveria estar em domínio público aqui virou objeto de monopólio patentário, objeto de proteção. Hoje, inclusive, há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, muito apropriada, que pretende fazer tornar essas patentes inconstitucionais. Esse é o debate atual, um dos debates.

Além disso, há o problema também da agenda de pesquisa. Eu vejo aqui a transparência do Dr. Francisco. Medicamentos em desenvolvimento aqui, mal de Alzheimer, depressão, diabetes, todas doenças com grande mercado consumidor nos países desenvolvidos. E as nossas doenças, e as doenças do chamado terceiro mundo? E as doenças do Hemisfério Sul? Quem cuida delas? A FIOCRUZ está cuidando, mas a gente não tem condição de sermos o único elemento motor nesse desenvolvimento da pesquisa em saúde. Nós precisamos de parceiros. Nós queremos, estamos abertos à cooperação e à parceria. Não só no Brasil, eu diria, em outros países. E a África? E os outros países da América do Sul, do Caribe? Existem populações imensas sofrendo. A África, especialmente a África Subsaariana, existem populações imensas que não têm assistência, elas sequer têm soluções. Então às vezes eu vejo dados, algumas empresas agora estão fazendo um determinado marketing: "Ah, nós estamos aqui fazendo uma pesquisazinha", só que são medicamentos tóxicos, são medicamentos que não são apropriados para crianças, enfim, os medicamentos às vezes não é só ter a oferta, mas você tem que ter a especificidade da população e das necessidades. Há muito pouca pesquisa em relação a essas necessidades.

Para finalizar, a questão da licença compulsória. O que foi a licença compulsória? O Ministro Serra, à época eu acompanhei muito bem, ele ameaçou decretar o licenciamento compulsório para alguns medicamentos do Programa de AIDS e o Ministro Temporão também na mesma linha, nessa linha humanitária, porque esse pensamento humanitário vem crescendo por força da dificuldade que os países vêm enfrentando. Então a Declaração de Doha é um marco nisso, a Declaração de Doha em 2001. E surgiu por quê? Quando a África do Sul resolveu colocar a palavra licenciamento compulsório no seu marco regulatório, trinta e nove empresas farmacêuticas multinacionais entraram na justiça contra o Governo da África do Sul. Houve uma mobilização internacional que resultou na Declaração de Doha, que não é um novo Acordo, mas é um esclarecimento para dizer que licença compulsória é uma das flexibilidades e o País usa quando lhe for conveniente, que atenda aos seus objetivos de desenvolvimento local. Então licença compulsória é apenas um dos instrumentos que fazem o sistema respirar e ter dinamismo. Temos as exceções à patenteabilidade, existem várias outras, retaliação cruzada, enfim, há outras brechas que precisamos estudá-las, porque esse é outro problema, o Brasil conhece pouco as oportunidades dentro desse sistema de propriedade intelectual internacional, a gente ainda não tem o conhecimento suficiente para se apropriar dessas oportunidades e aplicá-las. Então sempre nessa tríade: pesquisa, inovação e desenvolvimento. Então a propriedade intelectual, ela pode ser usada com ajustes finos, a gente tem que ajustar o mecanismo regulatório de acordo com o padrão de desenvolvimento daquele momento. Então a solução hoje certamente não é a mesma solução que vamos adotar daqui há cinco anos ou daqui há dez anos. Então precisamos de diagnóstico, precisamos de soluções e precisamos de monitoramento constante e avaliação constante. Então é um problema muito complexo e eu gostaria de ressaltar que não é apenas uma questão de marco regulatório e não é apenas uma questão de educação para a propriedade intelectual. O problema envolve um número de elementos, um número de iniciativas e estratégias de programas.

Eu fico à disposição, a própria FIOCRUZ, o Ministério da Saúde, nós estamos nos esforçando para tentar colocar esses atores conversando, há instâncias dentro do Ministério da Saúde que reúnem todos esses atores privados, multinacionais locais, governo, universidades, para realmente alavancar a questão do desenvolvimento, especialmente com foco na pesquisa local e pesquisa não apenas de universidade, a empresa tem a responsabilidade e a fabricação local, porque isso é que vai gerar empregos. O simples patentear

aqui e vender um medicamento não faz gerar empregos locais ou não faz gerar em número ou também em qualidade desse emprego. Era isso. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Dra. Cláudia e eu vou, com licença da Dra. Maristela, fazer uma inversão, pedindo que o Dr. Francisco Alberto Teixeira, Diretor Executivo da ABPI, possa dar as suas respostas aos questionamentos, até porque ele me passou aqui um bilhete dizendo que ele tem uma visão diferente da Dra. Cláudia, que ele gostaria de colocar a visão da ABPI. Então ao Dr. Francisco para que possa responder aos questionamentos que lhe foram dirigidos.

**SRA. MARISTELA BASSO:** Eu faço a mediação entre os dois [risos].

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Com muito prazer, Dra. Maristela, V. Sa. fará a mediação final.

**SR. FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA TEIXEIRA:** Maristela, se você quiser fazer antes, nenhuma objeção, pelo contrário.

**SRA. MARISTELA BASSO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. FRANCISCO ALBERTO DE SOUSA TEIXEIRA:** Eu acho que o debate é formidável, eu admiro muito a Dra. Cláudia, que ela expõe com uma clareza e com uma coerência muito grande o seu raciocínio. Eu vou apenas me permitir fazer alguns comentários em que não necessariamente nós temos a mesma visão.

Primeiro eu queria falar um pouquinho do TRIPS. Fala-se muito que a legislação brasileira, a Lei Brasileira de Propriedade Industrial aprovada por essa Casa e na Câmara dos Deputados... Eu quero lembrar que o papel do Senado, Senador Wellington, foi fundamental nessa Lei, porque o projeto que vinha da Câmara era um projeto completamente inadequado, era TRIPS muito [ininteligível], nós íamos ter problemas muito sérios com a implementação dessa Lei e o Senado, através do Relator específico na época da Lei, o Senador Fernando Bezerra, fez um trabalho excepcional de debate, chamou todas as entidades, tivemos inúmeras discussões aqui durante, se eu não me engano, dois ou três anos, e aquele projeto original foi modificado pelo Senado, ficou muito melhor, a Câmara reconheceu o trabalho do Senado e aprovou essas modificações numa Sessão histórica e em ambas as Casas essa Lei foi aprovada com mais de 90% dos presentes no Plenário, quer dizer, é uma coisa realmente impressionante. Isso está documentado, está aí nos anais das duas Casas e eu me orgulho muito de ter podido participar em várias Audiências Públicas onde passamos exatamente essas informações.

Mas falando um pouquinho do TRIPS, o TRIPS, só para a gente deixar bem claro, não é um teto, pelo contrário, ele é uma base, é uma base zero, ou seja, você para fazer um País fazer parte da OMC, ele não pode aceitar um ou outro Tratado. Você para fazer parte da OMC tem que fazer parte, tem que concordar, assinar e homologar todos os acordos, inclusive o TRIPS, que formaram a OMC. E na Lei brasileira, na Lei de Propriedade Industrial, há dois aspectos, há outros, mas os mais importantes que estão acima desse nível mínimo. Um deles é a concessão de um prazo de patentes efetivo de dez anos. Caso haja uma demora excessiva na burocracia, então garante-se. Que a patente, os Senadores sabem, passa a contar a partir do pedido e não da sua concessão. Então quando há uma demora excessiva num órgão tipo INPI, mais recentemente a ANVISA, a Lei compensou isso dando um prazo efetivo de dez anos após a sua aprovação. Isso realmente é a TRIPS Plus; o outro aspecto foi a chamada proteção do chamado "pipeline", que foi uma cláusula voluntária e que o Brasil achou interessante aprovar porque sinalizou para a comunidade internacional que queria mudar um comportamento, que era o comportamento da Lei anterior, que não admitia sequer o patenteamento de produtos e processos farmacêuticos, além de alimentares, etc. e etc. Então o Brasil queria dar naquela época, no ano de 1996, uma sinalização imediata ao mundo de que o Brasil mudava a sua atitude e reconhecia o fracasso daquele sistema anterior que só gerou uma indústria de cópia, sem nenhuma inovação, sem nada. Portanto, eu não acho que a Lei brasileira seja necessariamente TRIPS Plus, porque há aspectos na Lei que não seguem o TRIPS, por exemplo: fabricação local obrigatória. Isso está na Lei brasileira, está em confronto com o dispositivo do TRIPS diretamente porque o TRIPS diz que não se pode discriminar para patenteamento um produto fabricado num País ou fora do País. Portanto, se a gente fizer um equilíbrio, a gente pode descobrir que o Brasil em algumas coisas está acima, em poucas coisas está acima do TRIPS e em algumas outras coisas muito importantes está abaixo do TRIPS.

Na questão do marco regulatório, eu acho o marco regulatório extremamente importante, mas o mais importante, o mais importante para mim é a educação, a formação, mas o marco regulatório é extremamente importante quando se quer atrair o investidor estrangeiro. Eu creio que o Brasil continua querendo bons investimentos do investidor estrangeiro. Então sem um marco regulatório firme o investidor não vai fazer investimentos significativos nesse País.

Ainda prevalece, infelizmente, em alguns círculos, especialmente em alguns círculos acadêmicos, uma

visão, assim, um pouco xenófoba de que o Brasil não pode ficar dependente, etc. e tal. Bom, dependência sempre haverá. A França tem dependência dos Estados Unidos, a Itália, os Estados Unidos tem dependência de suprimento de petróleo; isso são questões que independem da vontade dos países.

Na questão de transferência de tecnologia, que é muito importante, que já foi mencionado aqui, há também uma intervenção às vezes um pouco excessiva, eu diria, do INPI, que adota alguns procedimentos que, sinceramente, não estão dentro da Lei e retardam a homologação desses, e isso prejudica a empresa nacional que quer buscar tecnologia no exterior.

Na questão da China, eu lembro que a China continua, evidentemente, como produtor de artigos que podem ser eventualmente contrafações, mas isso não é uma questão da legislação da China, é uma questão de *enforcement*, é uma questão de que na China não há uma fiscalização eficiente para que os preceitos legais que eles têm sejam cumpridos. E eu lembro que a China está agora repatriando vários e vários estudantes chineses que tiveram formação impecável e são realmente estudantes... Quem estudou no exterior sabe que sempre teve um chinês em sua vida, na sua universidade. Eles são realmente dedicados e agora estão voltando à China e a China se preocupa com a propriedade intelectual agora porque ela está criando, ela está gerando inovação.

Na questão ainda do marco regulatório, eu quero, infelizmente, fazer um comentário, eu não gostaria de fazer, mas esse marco regulatório foi mitigado nos últimos anos e a principal mitigação foi uma mudança que foi feita pelo Congresso, uma mudança democrática, legítima, etc. e tal, mas a sua questionabilidade continua até hoje de que todos os pedidos de patentes de produtos farmacêuticos tivessem que passar necessariamente pela ANVISA e isso é uma afronta ao direito da propriedade intelectual, porque a ANVISA é um órgão regulatório de comercialização de produtos de qualidade, enfim, de *compliance*, mas não é um órgão que tenha qualificação para indicar se o produto tem novidade, se tem aplicação industrial e, infelizmente, a participação da ANVISA vem retardando a concessão de algumas patentes importantes e, ao nosso ver, isso também é um dispositivo que foi criado a posteriori na Lei, a ABPI tem uma posição firmada já sobre isso, que contraria também frontalmente o acordo do TRIPS.

Quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade que a doutora mencionou, é uma iniciativa do Ministério Público Federal e nós vamos, eu chamaria a atenção, vamos dizer, eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores e das pessoas aqui presentes para que acompanhem essa discussão porque nós vamos ter um debate muito proveitoso, como nós estamos tendo aqui hoje, e a solução sempre será uma solução de equilíbrio. A ABPI está no momento analisando a sua posição, nós vamos ter uma reunião de conselho na próxima quinta-feira para firmar a nossa posição, provavelmente, provavelmente como nós vamos nos oferecer como *amicus curiae* para que sejamos ouvidos nesse processo.

Agora o investidor estrangeiro, especialmente na área farmacêutica, ele é indispensável. Por mais que você faça investimentos em educação no Brasil, vai levar algum tempo para que o Brasil... E aqui eu ressalvo o esforço da FIOCRUZ e de outras instituições pública brasileiras em tentar obter, mas é um caminho longo e difícil. O desenvolvimento de um produto novo farmacêutico é um negócio tremendamente arriscado e eu não sei se é um negócio de governo, eu não sei se o governo teria, entre as suas prioridades, aplicar recursos em um setor tão difícil, tão complicado, onde a taxa de retorno é mínima. Mais ou menos de cada dez mil processos de patentes novas que se iniciam na indústria farmacêutica, só cinco chegam a ser transformados em produtos e desses cinco apenas um vai se transformar num grande êxito comercial. A grande maioria para no meio do caminho ou para já no final do caminho e todo aquele investimento que foi feito no desenvolvimento daquele produto vai por água baixo e os acionistas estão ali, não é a indústria, mas os acionistas reclamam bastante e, também, exigem que as empresas tenham mais cuidado com os seus investimentos. Então eu desejo muito que o Brasil entre nesse clube, mostrei até um slide em que eu mostro um certo entusiasmo pelo aumento dos investimentos da indústria privada brasileira na área farmacêutica.

Na questão da colocação humana, essa questão de produtos farmacêuticos, de medicamentos, envolve sempre um aspecto emocional: a não ser os hipocondríacos, ninguém aqui tem prazer pagar por um remédio na farmácia. Às vezes ele se esquece que esse remédio pode salvar a sua vida, pode evitar um dano maior de sua doença. Eu mesmo me sinto mal todas as vezes que eu tenho que pagar um preço às vezes bastante alto, reconheço, mas o preço é função do risco. E a Lei de Genéricos, a instituição do genérico é filha querida da legislação de patentes, porque se nós não tivéssemos o produto inovador, se esse produto inovador não chegasse no mercado, não poderíamos ter ao final do prazo da patente um genérico a um preço muito inferior, porque esse genérico não teve que arcar com aqueles investimentos que foram absolutamente indispensáveis para os produtos pioneiros.

Quanto à Lei de Inovação, nós achamos, a nossa posição na ABPI é que ela merece alguns aperfei-

çoamentos e nós teremos o maior prazer de mandar essas recomendações aqui para essa Comissão e dar a devida atenção e nos colocamos totalmente à disposição para qualquer esclarecimento, consulta. E eu gostaria, novamente, de convidá-los para o nosso seminário, onde todas essas questões vão ser discutidas mais amplamente, sem limite de horário. Muito obrigado.

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Muito obrigado pelas considerações, Sr. Francisco Alberto de Sousa Teixeira, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI).

Passaremos agora às considerações finais da Sra. Maristela Basso, Advogada e Livre Docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), a quem eu passo a palavra nesse momento. Tem a palavra a senhora.

**SRA. MARISTELA BASSO:** Obrigada, Senador. Eu gostaria de saber quanto tempo eu tenho, quantas horas para poder responder [risos], que eu estou casada com o direito internacional há 25 anos, com a propriedade intelectual há 18, então há 18 eu estou debruçada sobre essas questões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** A pergunta existe realmente quanto tempo?

**SRA. MARISTELA BASSO:** Não, para dizer que dez minutos é difícil, então eu vou passar assim de forma muito telegráfica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):** Fique à vontade, porque eu já deixei o Sr. Francisco bem à vontade, eu acho que ele até ficou a vontade demais V. Sa. fique à vontade também.

**SRA. MARISTELA BASSO:** Está bom. Muito obrigada, Senador.

Eu só gostaria de dizer que esses assuntos são os assuntos, todos que foram tratados aqui, os assuntos importantes da propriedade intelectual, do desenvolvimento, do modelo econômico, então de alguma forma a gente não vai conseguir tratar com a profundidade que eles merecem, mas esperamos voltar outras vezes e poder continuar com essa conversa.

O Senador Casagrande começou falando do marco regulatório, a condição da China e como o Brasil se comporta no que diz respeito à transferência de tecnologia relativamente aos demais países.

Bom, no que diz respeito ao marco regulatório, depois a mesma pergunta do Senador Casagrande envolve a do Senador Flexa Ribeiro e, também, do Senador Roberto Cavalcanti, que de uma certa forma também passa pela pergunta do Deputado Semeghini.

Bom, o marco regulatório, primeiro, o marco regulatório é dicotômico. Então nós temos uma Lei de Direitos Autorais e Conexos e uma Lei de Propriedade Industrial que se refere a marcas, patentes e desenhos industriais. Esse modelo dicotômico de separar as Leis já enfraquece a proteção dos direitos de propriedade intelectual, já coloca em duas Leis separadas, e provavelmente quem elaborou a Lei de Direitos Autorais não foi a mesma equipe que elaborou a Lei de Propriedade Industrial. Então elas não são absolutamente incompatíveis, elas falam entre elas, mas poderia existir mais comunicação entre essas duas Leis, ou seja, elas poderiam manter um diálogo mais aberto e mais franco.

Esse modelo dicotômico, ele está superado desde o início do Século XX. Já quando do início do Século XX foi criada a Liga das Nações, a amiga mãe da ONU, ela tinha uma Comissão que já veio com o nome de Propriedade Intelectual e essa Comissão de Propriedade Intelectual já acabava com o modelo dicotômico que separa a propriedade industrial dos direitos autorais e sobre uma única rubrica apresentava direitos autorais e os direitos patentários e as marcas dentro de um conjunto único de direito chamado propriedade intelectual. Essa divisão que eu não tenho tempo de explicar, ela é bastante problemática porque ela faz com que nas escolas de direito, aonde a gente ensina a Lei, o aluno aprenda o modelo dicotômico, ou seja, nas aulas de direito civil ele trata de direito de autor e nas aulas de direito comercial de marcas e patentes sem a perspectiva das relações com direito constitucional e com outros campos de direito que necessariamente estão dentro desses dois compartimentos, direitos autorais e propriedade industrial. Então o fato de nós termos duas Leis separadas, ela institucionalmente compromete a proteção desses direitos. Então eu não estou falando que é preciso uma Lei nova, pelo contrário, eu acho as duas Leis excelentes. Só acho que quando se elabora uma Lei, se tem que ter em vista o outro campo do direito e que isso tudo forma um todo único harmonioso dentro do guarda-chuva propriedade intelectual. Tanto é que quando foi feita a Lei de Inovação, ela não conversou com as Leis anteriores, então foi uma outra equipe que não tinha em vista a legislação que já existe, ainda que separada, ainda que dicotômica, sobre a matéria. Então o que eu digo do marco regulatório? O marco regulatório precisa partir da Constituição Federal, que nem precisaria ter pequenininhas Leis sobre isso, sobre aquilo, sobre aquilo outro. Basta que o interlocutor leia a Constituição Federal, porque está na Constituição Federal, no

art. 5º, ou seja, nas garantias fundamentais, não é em qualquer lugar da Constituição, é no art. 5º que trata das garantias fundamentais, o direito do autor e do inventor pelo resultado do seu trabalho, pelo resultado do seu trabalho externalizado. Então isso já evitaria que a gente tivesse qualquer necessidade de pequenas leis, até porque tem a Lei na Constituição, art. 5º, que trata das garantias fundamentais, em seguida vem a ordem econômica que fala da liberdade de iniciativa, do direito de concorrência. Então só a visão integrada da Constituição Federal, seja dos preceitos expressos dos artigos, seja dos princípios implícitos que decorre da Constituição, sem falar que a Constituição de 1988 traz uma inovação que também está lá na parte debutante da Carta, que é a interpretação da Constituição, tendo em vista os Tratados Internacionais de que o Brasil faça parte. Então a Constituição já é magnífica se a gente não tivesse que nesse sistema positivado legislar sobre cada detalhe que eu digo "tão pequeno de nós dois". Então vamos legislar sobre patente, vamos legislar sobre Topografia de Circuitos Integrados. Mas, enfim, a realidade brasileira é essa, que além da Constituição a gente quer ter uma legislação infraconstitucional.

Então, primeiro, a minha preocupação no que diz respeito à questão do marco regulatório, é que esse marco regulatório seja debruçado em cima de uma política de Estado; não é de governo, é de Estado. Entra governo, sai governo, a política desenvolvimentista é a mesma. Pode sofrer aceleração, retrocesso, mas os princípios, os fundamentos, são os mesmos. Então aí vem o Legislativo mantendo essa política de Estado, que conversa com o Judiciário, porque também não adianta o governo ter política, o Legislativo fazer Lei se o Judiciário não tiver uma visão integrada do direito de propriedade intelectual com a visão constitucional, porque o que é que acontece? A gente chega no Judiciário, em qualquer uma das instâncias, e as decisões não contemplam a perspectiva de desenvolvimento. Ora, quando o Congresso Nacional aprovou o Acordo da OMC, ele o fez conversando com o governo, quer dizer, o governo, lá em Marrakesh, em dezembro de 1994, se comprometeu, ainda sob a batuta do ex-Ministro Celso Lázaro, a incorporar a TRIPS imediatamente à legislação brasileira. Quando chegou no Brasil com o Acordo, o Congresso Nacional disse: "Nós aprovamos porque entendemos que isso é importante para o Brasil". Entrou em vigor em 01/01/1995. Evidentemente que a parte relativa TRIPS não está em vigor. Por quê? Porque o Congresso Nacional aprovou, dentro da parte referente à propriedade intelectual, o prazo de cinco anos para que o Brasil implementasse o que estava escrito dentro do setor propriedade intelectual do Acordo. Isso é óbvio. Mas quando chega na Corte, a Corte não tem uma visão do Tratado no seu preâmbulo, na perspectiva desenvolvimentista, com a Constituição Federal na ordem econômica, e acabou dando entrada em vigor ao reconhecer o *enforcement* de TRIPS antes de 2000. Agora recentemente a Ministra Fátima Nancy reviu a jurisprudência do STJ, reviu o seu próprio voto, partindo agora da constatação de que TRIPS não estava em vigor antes dos cinco anos dados pelo Poder Legislativo. Então essa conversa do marco regulatório é muito mais ampla do que simplesmente Lei, porque isso o Congresso pode fazer. Agora essa visão completar de todos os setores e que todos os setores legislados funcionam sob a batuta da Constituição Federal e dos princípios que decorrem da Constituição dentro de uma política de Estado e conversando com o Judiciário, quer dizer, o que é que eu quero com essa Lei, o que eu pretendo quando eu aprovo um Tratado Internacional por meio de Decreto Legislativo para que ele seja ratificado pelo Presidente da República? Então esse intercâmbio, essa conversa que é político institucional jurídica é muito importante e só o Legislativo pode fazer, porque ele se comunica com o Executivo dando vigor, dando existência, dando vigência ao Plano de Estado, e ele se comunica também com o Judiciário. Então é muito mais complexa a questão do marco regulatório.

A posição da China tem uma explicação, quer dizer, a China pirateou até muito recentemente porque a China não entrou para a Organização Mundial do Comércio lá nos atos fundacionais de 1994, 1995. A China disse: "Olha, eu adoraria entrar para a Organização Mundial do Comércio, mas a Organização Mundial do Comércio, ela se debruça sobre o chamado princípio - não tem tradução para o português – do *single ander tanking*, que é a diferença da OMC para o GATI anterior. O GATI anterior não tinha *enforcement*, quer dizer, os Estados participavam das negociações do GATI e na hora de aprovar os Acordos ou não fazia se quisesse. Era como se fosse um comércio *à la carte*: "Não, isso eu quero; isso não eu não quero". Quando foi criado o Acordo que transformou o GATI 47 em OMC 94, isso acabou. O comércio internacional deixou de ser um comércio *à la carte* e passou a ser um pacote único. Para você entrar para a OMC você tem que ter um conceito de bem, que está no comércio, que implica coisa corpórea, serviço e propriedade intelectual. Aí a China disse: "Olha, essa parte de propriedade intelectual, não dá para mim, porque eu ainda tenho uma indústria emergente e eu tenho que fazer coisas que na verdade não respeitam muito esses cânones que vocês estão fixando". "Bom, então você está fora. Quando você estiver preparada, você

entra". Muito recentemente a China ficou preparada e disse: "Bom, eu agora entro para a Organização Mundial do Comércio". "Ah, você entra para a Organização Mundial do Comércio?". "Entro". "Então, agora, Lei de Propriedade Industrial", e eles estão correndo para se adaptar. Então a China é um caso à parte e ela tem um prazo para se adaptar sim e terá que seguir as mesmas nossas regras. É a mesma coisa da Índia, se dizia: "Bom, o Brasil deveria ter feito a mesma coisa que a Índia". Não poderia, porque Índia é um País em menor desenvolvimento relativo e o Brasil é um País em desenvolvimento. O Brasil tinha cinco anos para se adaptar aos Acordos da OMC na parte de propriedade intelectual e a Índia tinha dez anos, podendo prorrogar por mais cinco ou dez anos, bastava pedir ao Conselho para TRIPS. Então evidentemente que a Índia foi até o prazo máximo, 2005, e ainda pediu um pouquinho mais de tempo. Então ela conseguiu ficar fazendo os seus medicamentos internos sem a proteção patentária que é exigida pelos demais países. Então também não dá para tomar a Índia como paradigma porque ela se posiciona dentro do ranking de países em desenvolvimento e menor desenvolvimento relativo numa posição diferente da do Brasil.

No que diz respeito à transferência de tecnologia, esse é um assunto importantíssimo para o Brasil. Primeiro, de que tecnologia nós estamos falando? Porque qualquer setor de conhecimento implica *know-how*, implica tecnologia. Existe uma diferença entre patente e tecnologia. Tecnologia é o conhecimento que eu mantenho na gaveta, em segredo, porque se eu registrar no INPI, eu tenho uma patente, eu tenho o direito de exclusividade por vinte anos, mas qualquer um tem acesso, qualquer um pode copiar e ao cabo de 20 anos cai no domínio público.

Então esse conhecimento que está secreto, que está na gaveta, qual é o conhecimento que o Brasil hoje pode fornecer? Pode fornecer para países em menor desenvolvimento relativo, menores do que nós? Países desenvolvidos como a gente? E no que diz respeito aos países industrializados e desenvolvidos, qual é a nossa relação complementar, qual é a economia nesse modelo que nós podemos completar e não concorrer? Nós ainda estamos concorrendo em setores que vamos perder e não estamos encontrando onde nós podemos completar as economias dos mais pobres e até mesmo dos mais ricos de uma forma consistente. Aí entra a importância do Norte e do Nordeste do Brasil com a biodiversidade, com toda a parte de conhecimento tradicional, conhecimento tradicional associado, as plantas, o conhecimento das nossas tribos indígenas, ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, quer dizer, o que é que essa gente está fazendo e que pode ser objeto de patenteamento sim ou de transferência de tecnologia? Quer dizer, falta um pouco, aí entra o Plano de Estado de saber no que é que nós somos bons e no que é que nós podemos completar. E o Brasil aqui é um exemplo porque depois da Organização Mundial do Comércio, nós, países mais pobres, ficamos fortes, porque nós aprendemos a negociar dentro de uma Organização Internacional como a OMC. Então o que é que acontecia com os países ricos? Eles passaram a fugir da Organização Mundial do Comércio para pressionar os mais pobres para aumentar os seus patamares de proteção da propriedade intelectual e passaram a se usar do que se chama BITs - Acordos Bilaterais de Investimentos e os Acordos de Livre Comércio. Os Estados Unidos e a União Europeia têm com o mundo todo, exceto com o Brasil. Por quê? Porque o Congresso brasileiro não vai aprovar. Não vai aprovar por quê? Porque já disse isso, "Não vou aprovar". Então não adianta o governo brasileiro mandar a mais brilhante equipe para essas rodadas de negociação porque o Congresso brasileiro não vai aprovar Acordo Internacional Bilateral de Investimento e nem de Zona de Livre Comércio que implique em aumentar os padrões de proteção da propriedade intelectual. Então se os senhores entraram em qualquer site de comércio americano ou da União Europeia vão ver aonde que eles têm acordo com o mundo todo, exceto com o Brasil. Por quê? Porque o Congresso não deu o *fast track*, já disse: "Olha, não vamos negociar o que implicar aumento dos padrões de propriedade intelectual". Isso é importantíssimo e é um exemplo para o mundo.

Então acho que respondi as suas indagações e a última indagação sua é importantíssima, é sobre o papel da universidade. Primeiro, há uma verdade sim. A verdade é a universidade patenteia pouco? Pato teia, mas a pesquisa quem faz é ela e faz com o nosso dinheiro, com o dinheiro público dos impostos. Só que na hora do patenteamento, quando ela está no final, ela faz o acordo com a empresa. Por quê? Porque o pesquisador precisa sobreviver. Então a empresa vai lá, pega o resultado da pesquisa e quem patenteia é a empresa. Está errada? Não, está certa. Essa é a realidade. Os senhores não vão ver laboratório da indústria farmacêutica em País pobre ou em cidades de um País onde a universidade não seja forte. Por quê? Porque é do lado da universidade que eles ficam, que quando a pesquisa está na reta final quem faz o patenteamento são eles. Há exceções, há exceções, mas isso é o que acontece, seja com a USP, seja com a UNICAMP, seja com Viçosa, seja com a universidade que for. Essa é uma realidade que nós precisamos reverter sim e aí entra incentivo para o pesquisador. Aí vamos falar de Plano de Estado: incentivo para o pesquisador, incen-

tivo para os mestres, para os doutores, incentivo para o menino que termina a faculdade fazer mestrado e doutorado e ficar no Brasil e ficar no laboratório de pesquisa e fazer o seu patenteamento. Hoje o patenteamento de qualquer produto é extremamente fácil e econômico de se fazer. O pesquisador não precisa falar outra língua e nem precisa sair da sua bancada de pesquisa, porque meio de um Acordo Internacional que o Congresso Nacional já pôs em vigor na legislação brasileira, que chama PCT, o Acordo de Cooperação Patentária, qualquer um, qualquer um que terminou a sua pesquisa e que entrou com o pedido de registro no INPI pode, do seu computador, entrar no site da OMPI, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, rubrica PCT e pedir o registro em vários países do mundo, porque o registro é territorial. Isso é econômico, isso é rápido. Ele tem um gerenciador via Organização Mundial da Propriedade Intelectual que faz os registros. As taxas são extremamente possíveis de serem pagas. Então o acesso hoje ao patenteamento é extremamente eficaz, extremamente competente e muito possível economicamente. Antigamente a gente dependia da indústria, porque a USP terminava a pesquisa, "Agora vamos registrar?" "Onde?". "Na Alemanha, na China, no Japão, nos Estados Unidos". "Como é que faz isso?" Contrato um escritório de advocacia nos vários países do mundo, pago os honorários e eles cobram as taxas administrativas; isso ficava inviável. Hoje não, hoje não precisa contratar advogado nenhum, nem falar língua alguma, e só vai pagar taxa administrativa sem sair da sua bancada. Aí começa a aumentar o número de registro das universidades e dos institutos de pesquisa. Agora quem é o pesquisador que conhece isso? Às vezes no meu escritório vem alguém: "Ah, eu gostaria de registrar do meu amigo". "Eu adoraria fazer o registro para você", mas acompanha via computador, não precisa nem falar outra língua, é muito mais rápido. Divulgação, aí entra Plano de Estado para divulgar isso, divulgar isso em nível internacional.

Então a universidade tem um papel importante sim, a universidade hoje é quem faz a pesquisa e na reta final é a empresa que registra, isso é no mundo todo. O Acordo do PCT começou a reverter isso porque o pesquisador começou a ver que é possível fazer o registro, é mais econômico e rápido e isso é uma questão de tempo agora.

No que diz respeito ainda sobre propaganda, é evidente, não há, e eu sempre vejo nas campanhas para Presidente, para Deputado e tal, eu entro no site e vejo os Programas de Governo que se transformarão em Programas de Estado. Não há nada sobre propriedade intelectual. Na candidatura à presidência dos Estados Unidos, o site tanto do McCain quanto do Obama para a propriedade intelectual era impossível de ser lido porque era de uma consistência e de uma extensão brutal. Por quê? Porque isso é modelo econômico e eles têm a consciência disso no modelo econômico. Então falta propaganda no Brasil? Sim. E falta propaganda no Norte e no Nordeste. Sempre que eu vou para o Norte e o Nordeste, eu quero implantar uma universidade da biodiversidade por lá; esse é o meu gene professoranda. Então eu chego em Fortaleza, em Recife, em Manaus, eu digo: "Mas por que vocês não criaram a universidade da biodiversidade?" Recebendo pesquisadores do mundo todo, contemplando apoio dos Governos Estaduais, dos Governos locais, do Governo Nacional e da indústria farmacêutica sim. Porque aqui, eu acho que já vou me dirigindo para o final, a gente tem que parar de fazer da indústria farmacêutica o bicho-papão. Eles não comem criancinhas, como dizia o antigo Presidente da INTERFARMA, o Gabriel Tannus. Indústria farmacêutica não tem que resolver o problema da saúde pública do mundo e nem do Brasil. Quem tem que resolver o problema da saúde pública, está na Constituição Federal, é o Estado. Indústria farmacêutica é business, é negócio. Eles não vão investir em doença negligenciada porque eles não têm para quem vender. Então claro que a gente pode exigir da indústria farmacêutica mais transparência, a gente pode falar de preço diferenciado, a gente pode falar de investimentos em doenças para as quais o Brasil não tem recursos, a gente pode conversar e eu garanto para os senhores que eles têm uma enorme vontade de falar sobre isso. Agora eles precisam ser estimulados. Exigir deles que parem de ganhar dinheiro ou não prestem contas aos seus acionistas, é ingênuo. Quem tem que prover saúde pública é o Estado. Agora o Estado tem que ser inteligente, ele tem que ter fantasia para saber negociar com eles. E aí entra, e já vou responder, a questão do licenciamento compulsório. Licenciamento compulsório não é nada de complicado. A imprensa chama quebra de patentes. Isso está no TRIPS, que é o uso da patente sem licença do titular, e nós chamamos no Brasil de licenciamento compulsório. Em qualquer sistema de direito isso existe e existe por razões não só de abuso do poder econômico, mas por interesse público, emergência nacional. É algo extremamente factível, o Ministério da Saúde já poderia ter feito, isso não vai gerar contencioso nenhum na OMC, nenhum. Se tivesse que gerar, já tinha gerado. E se gerar um contencioso na OMC, que bom, porque isso é o jogo democrático. Ir para a OMC num painel ou num órgão de apelação é isso mesmo, o nosso corpo diplomático está aí para isso. Isso faz parte do comércio internacional, dos freios e contrapesos. E garanto aos senhores que um contencioso

nessa área seria muito bem-vindo para as organizações de caráter humanitário, que entrariam todas em defesa do Brasil. Nenhum País do mundo vai levar o Brasil perante a OMC por questão de licenciamento compulsório em razão de saúde pública, emergência nacional ou abuso do poder econômico. Agora antes da licença compulsória entra aí o fator de negociação com a indústria farmacêutica. Por que é que ela cobra esse preço? Existem cobranças de preços diferenciais, a indústria prática preços diferenciais na África. Ela tem licenciamento, ela tem licenças cruzadas de preços na África. Por que é que não faz com o Brasil? Porque não negociamos, não exigimos. É possível que a indústria farmacêutica cobre o preço que cobra para um produto do coquetel, um medicamento do coquetel da AIDS, mas quem sabe ela poderia investir essa diferença que o governo gostaria de ter numa pesquisa sim de uma doença negligenciada ou num grupo de pesquisa do Norte e do Nordeste do Brasil. Eles estão prontos a negociar. Agora aí tem que vir o incentivo fiscal, o incentivo tributário, discussão de preços diferenciais, quer dizer, aí a gente volta a conversa de como a gente negocia com a indústria e eu tenho certeza que a indústria está muito apta a esse leque de possibilidades, que são inexauríveis essas possibilidades.

Por último, mas nem por isso menos importante, também é inútil, e aí eu vou de encontro e não ao encontro do Dr. Francisco, continuar discutindo sobre a ANVISA e INPI no que diz respeito à patente de medicamentos, quer dizer, é inútil. Se fosse contrário aos Acordos da OMC, algum País já teria levado o Brasil perante o Sistema de Solução de Controvérsias. Não é contrário ao OMC. O que falta aí é justamente a ANVISA e INPI perceberem que trabalham para o Brasil, não trabalham para países diferentes. A ANVISA e INPI trabalham para o Brasil. E trabalham para quê? Para que o patenteamento, sobretudo de medicamentos e produtos químicos, seja o melhor possível e o mais compatível com o desenvolvimento tecnológico, social, cultural e econômico do Brasil. O que acontece é que eles não falam entre eles, é como se trabalhassem para instituições diferentes. Trabalham para o mesmo País, para o mesmo plano de desenvolvimento, obedecendo o que diz a Constituição Federal. Não há nenhuma incompatibilidade entre usar a ANVISA na aprovação, na concessão da anuência prévia para a concessão de medicamentos ou de qualquer outro produto químico no que diz respeito aos Acordos da OMC. Isso é uma discussão que não vai nos levar a lugar nenhum. A discussão que vai nos levar a algum lugar é fazer com que elas conversem entre elas, gostem do trabalho que estão fazendo e trabalhem em prol do que diz a Constituição, que é o interesse desenvolvimentista brasileira.

Então essas questões que imagino ter respondido assim de forma absolutamente grotesca, representam apenas a ponto do iceberg de muitas outras questões que estão na mesa de trabalho de qualquer um que está debruçado sobre a propriedade intelectual, seja no meio acadêmico, seja no meio empresarial. Obrigada.

[palmas].

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Dra. Maristela Basso e passo a palavra à Sra. Karla Christina Martins Borges para que também possa responder aos questionamentos que lhe foram feitos.

**SRA. KARLA CHRISTINA MARTINS BORGES:** Bem, imagino que já estejam bastante cansados, eu vou ser breve nos comentários. Apenas dois pontos. Primeiro, respondendo ao Deputado Júlio Semeghini, sim, nós continuaremos trabalhando, focando a sociedade, levando o conhecimento e difundindo o que representa a propriedade intelectual. E aí eu passo ao meu outro breve comentário. Propriedade intelectual não é vedação de acesso, não é proibição de uso; propriedade intelectual significa emprego da criatividade, estímulo ao conhecimento, desenvolvimento de tecnologia. Eu acho que é essa a mensagem que a gente deixa para as duas Casas, a Casa do Povo e a Casa dos Estados. Propriedade intelectual significa, sim, desenvolvimento, sim valores genuínos que devem ser tidos no mais alto grau, no mais alto nível e debatidos, protegidos e regrados por essas duas Casas.

Eu acho que é isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço à Sra. Karla Martins Borges. Antes de encerrar a nossa Audiência Pública, eu quero colocar um requerimento à apreciação dos Srs. Senadores extrapauta.

Primeiro, a inclusão do requerimento que propõe o convite aos Ministros de Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, e Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Sr. Roberto Mangabeira Unger, para que eles participem de uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira e com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Coloco em discussão a inclusão extrapauta do requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Coloco agora em discussão a aprovação do requerimento que convida, como disse, para uma Audiência Pública conjunta das Comissões de Ciência e

Tecnologia, Comissão de Meio Ambiente e da Subcomissão Permanente da Amazônia, o Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Dr. Roberto Mangabeira Unger, e o Ministro de Meio Ambiente, Dr. Carlos Minc, para que seja discutido o Programa Amazônia Sustentável (PAS). Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Ainda antes de encerrar a nossa Audiência Pública, eu quero reforçar mais uma vez o convite honroso que chegou à Comissão da Assessoria Parlamentar da Marinha para que a Comissão possa participar de visita oficial ao Centro Experimental de Aramar (CEA) na cidade de Iperó, São Paulo, a fim de conhecer o Programa Nuclear da Marinha, no dia 19 de junho de 2008, em aeronave da FAB. Tem a programação junto ao convite que vai das sete e trinta da manhã a saída de Brasília até as 19 horas com o retorno à base aérea de Brasília. Eu tinha confirmado a minha presença, mas vou ter um compromisso em Belém amanhã, o casamento do Senador Mário Couto, também representante do Pará no Senado Federal, então eu pediria à Secretaria que fizesse mais um esforço junto aos Senadores membros da Comissão para que pudéssemos estar representados nessa visita que reputo da maior importância para conhecer o Centro Experimental de Aramar da Marinha brasileira.

Eu quero, ao encerrar essa Audiência Pública de hoje, agradecer mais uma vez aos nossos convidados: Dra. Cláudia Chamas, Dra. Maristela Basso, Dr. Francisco Roberto de Sousa Teixeira, Sra. Karla Christina Martins Borges. Tenham V. Sas. a certeza de que esta Audiência trouxe para o Senado Federal a oportunidade de tomar conhecimento e, mais do que isso, de agir no sentido de apoiar permanentemente o fortalecimento da propriedade intelectual e da inovação em nosso País. Nós, através não só das Comissões específicas tanto do Senado e da Câmara, mas eu diria de todas as Comissões e de todos os Senadores, nós temos, eu diria, até que uma obrigação no sentido de dar o apoio necessário para que possamos fortalecer essa área de ciência, tecnologia e inovação. E dar, evidentemente, como aqui foi colocado brilhantemente por todos os expositores, dar essa segurança e, também, dar os meios necessários para que nós possamos acelerar a inclusão do Brasil também no cenário mundial como um grande produtor de conhecimento.

Não tendo mais nenhum questionamento a ser feito, agradecendo mais uma vez aos nossos convidados, dou por encerrada essa profícua Audiência Pública sobre Propriedade Intelectual e Inovação.

**ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2009.**

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO/2010**

Às doze horas e dez minutos do dia dezessete de junho de dois mil e nove, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com as presenças dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Valter Pereira, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra, e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Papaléo Paes e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 07, de 2009 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências". Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Sérgio Guerra, relator das Emendas ao PLDO – 2010 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as 05 (cinco) emendas de meta ao PL nº 07/2009 – CN: **Emenda n.º 01: 4386 – "Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente no Instituto Evandro Chagas"**, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 02: 6492 – "Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital"**, apresentada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Valter Pereira. **Emenda n.º 03: 8960 – "Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos"**, apresentada pelos Senadores Valter Pereira, Roberto Cavalcanti e Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 04: 8976 – "Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social"**, apresentada pelos Senadores Valter Pereira e Roberto Cavalcanti. **Emenda n.º 05: 8977 – "Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais"**, apresentada pelo Senador Valter Pereira. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 02 (duas) emendas de texto ao PL nº 07/2009 – CN: **Emenda n.º 01: "A alteração do inciso II do art. 69"**, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º**

**02: "A inclusão do item 8 ao Anexo V, inciso II"**, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PLDO – 2010, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2009.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 17 de junho de 2009.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, apresentadas ao Projeto de Lei nº 07/2009 - Congresso Nacional, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 18 emendas dos Srs. Senadores e Senadoras. Foi designado o relator das emendas o nobre Senador Sérgio Guerra. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Senador Flexa, Srs. Senadores.

Não foi difícil fazer esse relatório que diz respeito à LDO, por várias razões. Primeiro, porque é uma diretriz que não é minha, é da própria regra que toda ação que tem a ver com o orçamento, que tem origem nas Comissões, deve ter como característica essencial um caráter nacional.

Ela pode até fazer referência a projetos legais que tenham desenvoltura nacional, mas a prioridade compulsória é para projetos nitidamente nacionais que tenham característica para isso, porque projetos locais, mesmo que relevantes, podem estar contemplados nas chamadas emendas de bancada, mesmo que em dois estados.

Enfim, então, a prioridade deve ser... De acordo com o Regimento, com a lei e com as resoluções aprovadas, a prioridade deve ser para aquelas emendas que tenham caráter nacional. Primeira...

Segunda observação, deve que ter também... Um outro critério que eu usei é... Medidas aqui, propostas feitas em relação a emendas da LDO, aqui tem, seguramente, apoiamento maior do que outras, foram mais apoiadas e foram mais apresentadas por mais senadores, e, portanto, parece refletir uma tendência da Comissão.

E terceiro, as comissões... A Comissão de Ciência e Tecnologia rigorosamente cumpriu a sua responsabilidade, no sentido de reconhecer que as emendas, aqui apresentadas, todas, são pertinentes, são adimplentes, têm a ver com a finalidade da Comissão, que, normalmente, não acontece por aí.

Comissões aprovam proposições que não têm a ver com o mérito e objetivo da própria Comissão, e isso não é recomendado. De outro lado, eu fiz consulta ao Ministério da Ciência e Tecnologia, porque um outro elemento importante para encaminhamento de propostas mesmo... Propostas na LDO é que elas venham a ter efetividade, que elas possam se transformar rigorosamente em ações, em metas ou mudanças de texto, como é o caso aqui.

E consultei, portanto, o Ministério de Ciência e Tecnologia sobre a efetividade delas. Aprovamos um conjunto, recomendamos a aprovação de um conjunto e emenda de metas, que está aqui relacionado, e um conjunto de duas emendas de texto, uma delas amplamente defendida pelos Ministério de Ciência e Tecnologia, e aprovada, de iniciativa de senadores daqui também, e uma segunda que também me parece cabível, uma terceira não, porque ela diz respeito a tirar da linha de contingenciamento de projetos e programas, eu já tenho, a gente já tem confirmação no tempo de que iniciativas assim foram sempre depois inviabilizadas no percurso da discussão do orçamento, seja no Senado, seja no Congresso, ou até com veto Presidencial.

O contingenciamento é o cupim do orçamento. E para mim é mais do que isso, é um problema da democracia. Porque nós decidimos aqui no Congresso, o que nós decidimos não vale, porque o que nós decidimos aqui depois vai submetido a um quadro de contingenciamento que favorece uma escolha do executivo e não considera as escolhas dos Congresso.

Enfim, então, foi com base nesses elementos bastante razoáveis que eu recomendo a aprovação

de várias emendas sobre as quais eu vou fazer referência aqui.

A primeira, pesquisas à inovação tecnológica e medicina tropical no meio ambiente, no Instituto Evandro Chagas. Ora, mesmo que aqui se localize o centro que promoverá as pesquisas, as pesquisas têm caráter nacional e não caráter local.

Segundo, fomento à elaboração e implantação de projetos de conclusão digital, é uma proposição que está repetida aqui, que tem origem e emendas do Senador Valter Pereira e Flexa Ribeiro, os dois.

Uma terceira, diz apoio à implantação de modernização de centros vocacionais tecnológicos. Matéria da maior importância, que projeto já em andamento, efetivados, que tem Valter Pereira como autor da emenda, Roberto Cavalcanti também e o Senador Flexa Ribeiro.

O apoio à pesquisa e inovação e extensão tecnológica, para o desenvolvimento social. Tem dois proponentes, Valter Pereira e Roberto Cavalcanti.

E apoio à pesquisa e inovação e arranjo produtivos locais, tem a iniciativa do senador Valter Pereira.

Enfim, esses programas são mais do que óbvios, mais do que compulsórios, mais do que prioritários, eles se impõem à leitura de qualquer pessoa que acompanha o funcionamento da área de ciência e tecnologia no país.

No mais, eu recomendo que... Aprovação a duas emendas de texto.

A primeira... Cadê o assessor? Está aqui ou não? A primeira que trata... Cadê as duas? Estão aqui. Do que diz respeito... Alteração do inciso II, do art. 69, utilizando do texto da proposta 16 e inclusão do item IX, ao Anexo V, inciso II, utilizando do texto da proposta 18.

Há uma outra emenda que diz respeito a... Como, eu disse à proteção de certos programas, para retirá-lo da área de contingenciamento, mas eu tenho convicção de que ela não avançaria na relatoria, nem no Congresso e muito menos no Executivo.

Então, essa é a... De maneira sóbria, as formas que... A forma que nós identificamos para recomendação das emendas apresentadas a essa Comissão. E quero dizer que são todas de muito boa qualidade e todas pertinentes.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu quero agradecer ao Senador Sérgio Guerra, a forma competente e bastante esclarecedora do seu relatório.

Ele, como conhecedor profundo da processualística da... Da Comissão de Orçamento, ele sabe muito bem que algumas propostas não caminham e aí não há... Até fazer as alterações de texto como ele mesmo propôs com relação ao contingenciamento.

O Senador Sérgio Guerra, ele ao receber as 18 emendas que foram encaminhadas pelos Srs. e Sras. Senadoras, ele, em contato com os Ministérios afins, com o Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Comunicação, ele propôs no seu relatório o atendimento das emendas que lhe foram lidas.

E em função da leitura do parecer, eu coloco em discussão o parecer do senador Sérgio Guerra, com as propostas de emendas à LDO, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Para discutir, Senador Valter Pereira.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Sr. Presidente, o parecer do eminente Senador Sérgio Guerra traduz a sua personalidade parlamentar. Todos nós sabemos do espírito legalista que orienta as suas decisões.

Desde que cheguei aqui, passei a prestar atenção e posso hoje, sem dúvida alguma, declarar que o Senador Sérgio Guerra, indiscutivelmente, em matéria de orçamento é um professor que observa rigorosamente os caracteres... As características técnicas e legais de toda, toda proposta que ele aprecia.

Portanto, é muito salutar que ao lado dessas características, tenha também a visão modernizadora das normas que fluem da sua lavra. E nesse sentido, basta observar a natureza das emendas que o ilustre relator contemplou.

Eu não tenho dúvida de que ele merece aplausos, porque está levando uma diretriz modernizadora para a área de tamanha importância e cumprindo rigorosamente os cânones legais, que deve orientar toda decisão a ser tomada aqui.

Eu quero cumprimentá-lo por manter essa característica e agradecer a forma com que ele trata a todos os parlamentares, já que suas decisões tem uma, um outro traço que é, também relevante, igualmente relevante, que é a indistinção; ele trata todos os projetos, todas as propostas com absoluta igualdade e independência.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Obrigado, Valter.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Permita, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao nobre Senador Valter Pereira. Para discutir, Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Apenas para dizer que eu assino embaixo o que disse o Senador Valter Pereira e felicitar a Comissão pelo belo

relatório, com imparcialidade, isenção e competência que o Senador Sérgio Guerra apresentou.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** O depoimento do Senador Cristovam não vale, porque ele foi meu professor. Então... Está se elogiando.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Não só o Senador Cristovam Buarque como eu próprio, também, me associo às palavras do Senador Valter Pereira de reconhecimento ao brilhante trabalho do Senador Sérgio Guerra, que, de forma muito honrosa, representa o Estado de Pernambuco.

Eu tive a oportunidade de, na última sexta-feira, poder presenciar a importância política do Senador Sérgio Guerra daquele estado; pelo trabalho que ele desempenha no Senado Federal, pela importância que tem no cenário político nacional, como Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira.

E tenho certeza absoluta, Senador Sérgio Guerra, que o povo pernambucano haverá de reconduzi-lo ao Senado Federal no processo eleitoral do próximo ano. O que V. Exa. tem feito por aquele estado o habilita a receber o reconhecimento de toda a sociedade de Pernambuco.

Eu presenciei a liderança que V. Exa. tem no cenário político, naquele estado, e a forma como V. Exa. desempenha o seu mandato aqui, defendendo os interesses de Pernambuco e do Brasil.

Ainda ontem, no Plenário do Senado Federal, V. Exa. fez um pronunciamento da maior importância, eu diria que foi um pronunciamento que deve ter uma repercussão a nível nacional, porque definiu perfeitamente aquilo que todos nós senadores esperamos que seja feita... Seja feito no Senado Federal, para que possamos ter esta Casa realmente como representativa da sociedade brasileira e de forma transparente possa mostrar tudo aquilo que aqui se desenvolve, em todas as áreas, seja ela na questão do trabalho legislativo, como também na questão administrativa.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. e pelo trabalho desenvolvido na relatoria, nas emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, e eu, em especial, quero agradecer à V. Exa. por ter acolhido uma emenda que propus, para que pudéssemos apoiar o Instituto Evandro Chagas da Amazônia, com sede no Pará, que tem uma repercussão, um reconhecimento internacional, para que ele possa desenvolver pesquisas e inovações tecnológicas em medicina tropical e em meio ambiente. Esse é um agradecimento especial e particular que faço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre relator permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, do inciso I da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional, as emendas deverão ser invadidas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a Ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata de reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

**ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2009.**

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Patrícia Saboya, Flávio Arns, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel, Kátia Abreu, Eduardo Azeredo, Arthur Virgilio e Cristovam Buarque reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Wellington Salgado Oliveira, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais e Cícero Lucena. Justifica a ausência o Senador Roberto Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 03: Requerimento nº 22, de 2009-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Kátia Abreu e Gilberto Goellner que requer "..., nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realize audiência pública para debater o **Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008**, de autoria do Senador Valdir Raupp , que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos no País. Recomendo que, se aprovada, a audiência possa contar com a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades da sociedade civil: - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); -

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA no Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos – CTA; - Associação Nacional de Defesa Vegetal –Andef; - Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL); - Instituto de Economia Agrícola de São Paulo". O requerimento é aprovado. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 22**, de **2002,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 399, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 412, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão a Sistema Alpha de Comunicação ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 419, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Hp Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Abadia de Goiás, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 93, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Betel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 96, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Mendonça e Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Loanda, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 103, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Goioxim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioxim, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 128, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Grupo Comunicação do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 129, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 131, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 196, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativo de São Martinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Comunicações Lagunense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 204, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade das Águas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 165, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sis-

tema Torre de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 166, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 180, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Brás do Suaçuí Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 16, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 296, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Cidade das Rosas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 297, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Palmares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares Paulista, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 212, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Arhur Virgílio e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 214, de 2009,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Xaraés Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 220, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Novo Horizonte do Sul/MS - Aconhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 130, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Barrinha Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 153, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 195, de 2009** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 287, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzon para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Arthur Virgílio e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 292 de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cajuruense Boca da Mata de Apoio à Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis.

**Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 293, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Gália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gália, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 184, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Independência, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 361 de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 372, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 392, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pacujá, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 39 Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 10, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à FM Cariús Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cariús, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 15, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Martinópole, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 16, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 30, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Ibicuitinga Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará". A relatora designada é Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 108, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio ao Jovem de Irauçuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 275, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Aurora Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 276, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará". A relatoar designada, é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 278, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explo-

rar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 282, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 294, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Grupo Semente Nova do Distrito de Missi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº. 318, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Fé de Croatá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Croatá, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Patrícia Saboya e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº. 362, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº. 371, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelim, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Alternativa de Radiodifusão Comunitária para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº. 433, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vereda do Brejo Angelim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleiras, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº. 453, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Melhoramento Nascente do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº. 358, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande do Norte".A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Kátia Abreu e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento o senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro passa a Presidência ao senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, para relatar os seguintes itens: **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo nº. 247, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Salinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo nº. 283, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Portel Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo nº. 303 de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dabar de Comunicação, Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senadores Gilberto Goellner e Gerson Camata requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto e Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 313, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Asso-

ciação Comunitária de Cultura de Confresa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº. 22, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que requer nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº. 22 de 2009 – CCT, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, que irá debater o PLS 337/08, de autoria do Senador Valdir Raupp, o nome do Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo, ex-senador Ricardo Santos". **Comunicado da Presidência**: "Comunico aos Senadores Membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a Extinção da Subcomissão Temporária para Estudo, Acompanhamento e Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos, criada por meio do Requerimento nº 007/CCT, de autoria do Senador Cícero Lucena, "**Destinada a Acompanhar a Questão dos Pólos Tecnológicos Criados no Brasil**". A Subcomissão extinguiu-se por não ter sido instalada até o término do respectivo prazo, nos termos do art. 76, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal". Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2008, Item 02: Projeto de Resolução do Senado nº. 16, de 2009, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 90, de 2009, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 91, de 2009, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 94, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA**

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Havendo número regimental, declaro aberta esta 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da 19ª Reunião da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza hoje, 24 de junho de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência, expediente recebido, fax nº 297 da Assessoria de Assuntos Internacionais, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que convida esta Comissão para participar da 9ª Reunião do Conselho Científico Consultivo sobre cooperação internacional, CCC, a realizar-se no dia 09 de julho, quinta-feira, das 14h30 às 17h30, na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA. O item principal da agenda será a palestra do Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da EMBRAPA, Dr. Elísio Contini sobre a presença internacional da EMBRAPA.

Solicito à Secretaria da Comissão que distribua cópia do convite as Sras. e Srs. Senadores e aqueles parlamentares que desejem participar da reunião, por gentileza, informem à Secretaria.

Relatório do consultor legislativo desta Casa, Sr. Carlos Henrique, referente à visita ao Centro Experimental Aramar, em Iperó, São Paulo, realizada em 19 de junho, sexta-feira passada, para conhecer as atividades do Programa Nuclear da Marinha do Brasil. A sua participação se deu na condição de representante desta Presidência. Solicito à Secretaria da Comissão que distribua cópia deste relatório as Sras. e Srs. Senadores.

Ofício recebido na Secretaria da Comissão do Exmo. Sr. Senador Roberto Cavalcanti, com o seguinte teor: Sr. Presidente, dirijo-me à V. Exa. para justificar a minha ausência na 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática, a ser realizada hoje, 24 de junho do corrente, devido à missão política do interesse parlamentar no Estado da Paraíba. Comunico aos Senadores membros a extinção da seguinte Subcomissão criada no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Subcomissão temporária para estudo, acompanhamento e apoio aos desenvolvimentos dos pólos tecnológicos, Requerimento nº 07- CCT/2007, destinada a acompanhar a questão dos pólos tecnológicos criados no Brasil. A Subcomissão extinguiu-se por não ter sido instalada até o término do respectivo prazo, nos termos do art. 76, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

Dando prosseguimento à reunião, passemos aos itens da Pauta o Item nº 1 e o Item nº 2. O nº 1, que é o Projeto de Lei do Senado nº 86/08 que tem como relator a Senador Cícero Lucena. E o Item nº 2, Projeto de Resolução do Senado de nº 16/2009 que tem como relator o Exmo. Senador Roberto Cavalcanti, por solicitação dos Exmos. Senadores serão retirados de Pauta. Item nº 3. Requerimento não terminativo. Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento

Interno, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realize Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 337/08, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos no país.

Recomendo que, se aprovada, a audiência possa contar com a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades da sociedade civil: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; mapa no Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos, CTA; Associação Nacional de Defesa Vegetal, ANDEF; Instituto de Tecnologia e Alimentos, ITAL; Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. A autoria é da Senadora Kátia Abreu e como subscritor também o Senador Gilberto Goellner. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, como subscritor do requerimento para discuti-lo.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Sr. Presidente, com a permissão do autor do requerimento?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, o Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Eu agradeço a V. Exa., se pudesse ser incluído o Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, ele é um dos maiores especialistas do Brasil na área de agrotóxicos de controle de pestes e, ele foi, quando Secretário da Agricultura, instalou o primeiro laboratório brasileiro de busca de agrotóxicos em alimentos em carnes e, atualmente, ele voltou a ser Secretário da Agricultura e ex-Senador, já foi Presidente da Comissão de Educação. Ele era suplente do Governador José Inácio, ficou quatro anos aqui no Senado. De modo que ele tem... Eu acho que ele é uma pessoa muito interessante para ser ouvido numa hora dessas, com a permissão de V. Exa., do Plenário e do autor do requerimento. O nome dele é Ricardo Santos, Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, ex-Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Gerson Camata, ao autor do requerimento junto com a Senadora Kátia Abreu, Senador Gilberto Goellner, vai fazer a defesa do requerimento, eu já solicito a V. Exa., Senador Gilberto também o atendimento da solicitação do Senador Gerson Camata, para inclusão do Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vejo até que o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, sugerido aqui pela Senadora Kátia Abreu, pudesse ser revisto, já que se trata de um órgão econômico, e em substituição, eu vejo interessante a experiência da pessoa citada pelo Senador Gerson Camata, Ricardo Santos, em substituição inclusive ao Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. Então nós vamos, eu vou fazer um requerimento nesse sentido, para inclusão do mesmo.

A justificativa dessa Audiência Pública prende-se ao Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Valdir Raupp e a justificativa seria que a rastreabilidade do uso de agrotóxicos de qualquer produto com manipulação, consumo ou descarte possam acarretar danos à saúde ou ao meio ambiente e é uma necessidade social e, atualmente, uma prática comum em nações desenvolvidas, graças à evolução das tecnologias de informação e comunicação que permitem, em geral, executar o processo de rastreamento a custos acessíveis.

Entretanto, em determinados produtos, especialmente, as *commodities* cujas margens de lucro são bastante voláteis, a absorção dessa tecnologia de produção é difícil ou, praticamente, inviável em razão dos custos. Um caso muito conhecido por ser recorrente e de grande impacto econômico é a dificuldade de implantar a rastreabilidade da carne bovina produzida no país, frequentemente sujeita a barreiras fito sanitárias impostas por outros países. Sabe-se que o agrotóxico é o insumo fundamental ao cultivo agrícola, representando parcelas expressivas nos custos totais de produção.

Assim, qualquer incremento no custo desse insumo representa flutuação significativa nas margens dos produtores ou em outras etapas das cadeias do agronegócio. Em nosso entendimento cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa a tarefa de analisar o impacto desse projeto, a autonomia tecnológica e a produção industrial do país. O Governo Federal tem investido vultosos recursos orçamentários na área de tecnologia e informação de comunicação, considerada uma prioridade no âmbito da política de desenvolvimento produtivo.

Contando com a demanda do mercado interno, espera-se, portanto, que a aprovação do PLS 337/08 não implique a importação da todos os materiais e serviços necessários para implementar a rastreabilidade de agrotóxicos. Ao contrário, medidas como a que propõe o Senador Valdir Raupp devem servir para impulsionar a geração de emprego e renda nesse país. Nesse sentido, a Senadora Kátia Abreu recomenda que sejam convidadas entidades capazes da apresentar críticas e avaliações ao projeto em tela, com os seguintes enfoques: 1) Disponibilidade e diversidade de soluções tecnológicas para implantar rastreabilidade na cadeia produtiva de agrotóxicos. 2) Impacto da medida para o desenvolvimento tecnológico industrial

do país e a possibilidade de que a oferta se baseie em tecnologia nacional e produção local. 3) Impacto do custo decorrente da adoção da rastreabilidade na produção agrícola.

Sr. Presidente, eu vejo que o primeiro item ali dos enfoques citados, possivelmente, esteja mal redigido porque fala que a disponibilidade e diversidade de soluções tecnológicas para implantar a rastreabilidade na cadeia produtiva de agrotóxicos, que não é o caso. É na cadeia produtiva de alimentos conduzidos com o auxílio de agrotóxicos. Correto? Então, só esse adendo.

Então, seria isso aí, submeter à apreciação para uma Audiência Pública desta Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço nobre Senador Gilberto Goellner, que apresenta o requerimento e fez a sua defesa com as correções por ele solicitadas, e eu pediria Senador Gilberto Goellner, apenas, que nós não retirássemos a participação do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, proposta pela Senadora Kátia Abreu e, incluíssemos o ex-Senador Ricardo Santos, hoje Secretário da Agricultura de Estado do Espírito Santo, como sugestão do Senador Gerson Camata. Se V. Exa. estiver de acordo posso colocar em votação. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. Aprovado. Marcaremos a data posteriormente.

Vamos dando continuidade à nossa Pauta aos itens terminativos. Inicialmente, com os senadores relatores, presentes. Nós faremos a leitura com os pareceres e faremos a votação nominal ao final, em bloco. Itens nºs 8, 9 e 10. Relatoria do nobre Senador Flávio Arns.

Item nº 8, Projeto de Decreto Legislativo nº 93/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Betel, para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná."

Item nº 9: "Aprova o ato que outorga permissão à Mendonça e Rios Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Loanda, Estado do Paraná."

Item nº 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 103/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Goioxim para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Goioxim, Estado do Paraná."

Com a palavra, o Senador Flávio Arns, para relatar.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR):** Os pareceres, Sr. Presidente, dos Itens nºs 8, 9 e 10 são favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço Senador Flávio Arns a V. Exa., vamos aos Itens nºs 14, 15 e 16, relatoria do Senador Gilberto Goellner. Item nº 14. Projeto de Decreto Legislativo Nº. 128/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão a Grupo Comunicação do Vale Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juará, Estado de Mato Grosso."

Item nº 15. Projeto de Decreto Legislativo Nº. 129/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão a Rádio Vera Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso."

Item nº 16. Projeto de Decreto Legislativo Nº 131/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso." Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, os Itens nºs 14, 15 e 16, respectivamente, de rádio de difusão sonora das cidades de Juara, São José dos Quatro Marcos e Comodoro, ambas no Estado do Mato Grosso, têm o nosso parecer favorável conforme relatório que constou na Pauta de Reunião no dia 10 de junho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Gilberto Goellner e faremos a votação em conjunto, ao final. Itens nºs 17, 18 e 19, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Item nº 17. Projeto de Decreto Legislativo Nº 196/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativo de São Martinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul."

Item nº 18. Projeto de Decreto Legislativo Nº 198/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Comunicações Lagunense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina."

Item nº 19. Projeto de Decreto Legislativo Nº 204/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade das Águas Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina." Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Obrigado, Presidente Senador Flexa Ribeiro, os projetos de

Decreto Legislativo 196, 198 e 204, têm os pareceres favoráveis, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi e vamos aos Itens nºs, 23, 24 e 25, relatoria do Senador Gerson Camata.

Item nº 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Natureza Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marília, Estado de São Paulo."

Item nº 24. Projeto de Decreto Legislativo Nº 296/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Cidade das Rosas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotia, Estado de São Paulo."

Item nº 25. Projeto de Decreto Legislativo Nº 297/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Palmares para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares Paulista, Estado de São Paulo." Senador Gerson Camata para relatar.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Sr. Presidente, primeiro a rádio A Natureza Comunicações Limitadas, FM, cidade de Marília, berço da famosa táxi-aéreo Marília que hoje é a famosa TAM que hoje carrega a bandeira do Brasil por esse mundo afora. A segunda, Cidade das Rosas, Cotia, berço da Coopercotia, a maior cooperativa da América do Sul. E depois Palmares, três pareceres favoráveis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Gerson Camata, V. Exa. que também já foi radialista.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Também, graças a Deus. Com muita honra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Ele ainda é, eu estou de licença.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** O Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Ele ainda é, eu estou de licença.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Sérgio Zambiasi tem um--

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Eu estou licenciado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Senador Sérgio Zambiasi tem um programa líder de audiência no Rio Grande do Sul.

Vamos aos Itens nºs 54, 55 e 56, relatoria do Senador Eliseu Resende. Item nº 54. Projeto de Decreto Legislativo nº 430/2007. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Alternativa de radiodifusão comunitária para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais."

Item nº 55. Projeto de Decreto Legislativo nº 433/2007. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vereda do Brejo Angelim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleiras, Estado de Minas Gerais."

Item nº 56. Projeto de Decreto Legislativo Nº 453/2007. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-Melhoramento Nascente do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais." Com palavra o Senador Eliseu Resende.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, trata-se dos Itens nºs 54, 55 e 56 que, descritos por V. Exa., se referem à outorga de rádiodifusão nas cidades de central de Minas, de Gameleiras e de São Jão Del Rei, o nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço nobre Senador Eliseu Resende, não só a sua relatoria, como também a presença de V. Exa., como dos demais senadores, da Senadora Patrícia Saboya a esta reunião da Comissão.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Eu fico muito honrado em estar aqui presente, sob a Presidência de V. Exa..

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa.. Vamos aos Itens nºs 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41...

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente, as duas presenças são belíssimas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** São duas belíssimas presenças do Senador Eliseu e da Senadora Patrícia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu vou agradecer tanto pelo Senador Eliseu, quanto pela Senadora Patrícia.

Vamos aos Itens nºs 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51. Relatoria da Senadora Patrícia Saboya. O Estado do Ceará vai, com certeza absoluta, ter hoje, me parecem, 17 projetos de rádios que serão ou concedida a outorga ou renovada a outorga para que a povo do Ceará possa ter a sua comunicação ampliada. E a Senadora Patrícia Saboya que tão bem representa o Estado do Ceará no Senado Federal, vai relatar esses itens.

Item nº 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 184/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga per-

missão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Independência, Estado do Ceará."

Item nº 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 361/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão a Eco FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará."

Item nº 37. Projeto de Decreto Legislativo Nº 372/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Item nº 38. Projeto de Decreto Legislativo Nº 392/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pacujá, Estado do Ceará."

Item nº 39. Projeto de Decreto Legislativo Nº 422/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Elo de Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará."

Item nº 40. Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à FM Cariús Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariús, Estado do Ceará."

Item nº 41. Projeto de Decreto Legislativo Nº 15/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martinópole, Estado do Ceará."

Item nº 42. Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará."

Item nº 43. Projeto de Decreto Legislativo Nº 30/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará."

Item nº 44. Projeto de Decreto Legislativo nº 55/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga concessão à Ibicuitinga FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Várzea Alegre, Estado do Ceará."

Item nº 45. Projeto de Decreto Legislativo nº 108/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio ao Jovem de Irauçuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará."

Item nº 46. Projeto de Decreto Legislativo Nº 275/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Aurora Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aurora, Estado do Ceará."

Item nº 47. Projeto de Decreto Legislativo nº 276/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará."

Item nº 48. Projeto de Decreto Legislativo Nº 278/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Item nº 49. Projeto de Decreto Legislativo nº 282/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à TV Mucuripe Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará."

Item nº 50. Projeto de Decreto Legislativo Nº 294/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Grupo Semente Nova do Distrito de Missi, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará."

Item nº 51. Projeto de Decreto Legislativo Nº 318/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Fé de Croatá Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Croatá, Estado do Ceará."

Esses são os itens e peço a Senadora Patrícia Saboya que possa relatá-los.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer V. Exa., porque eu, infelizmente, fiquei dez dias sem poder comparecer, em virtude de um acidente doméstico, uma queimadura que acabei tendo e não pude participar dos trabalhos da casa e V. Exa., com a sensibilidade e o carinho que me tem, esperou que eu chegasse aqui para poder relatar esses projetos do meu querido Ceará. Então eu agradeço a V. Exa., mais uma vez por essa gentileza.

Eu gostaria Sr. Presidente, para não ficar cansativo a todos os Senadores, já que V. Exa. já acabou de citar os Municípios. Eu gostaria só de, tendo em vista que o exame das respectivas documentações que acompanham os projetos não evidenciaram violação na legislação pertinente e, não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, nós opinamos pela aprovação dos projetos que concedem a rádio ou renovação de

rádios aos Municípios de Independência, ao Município de Ibiapina, ao Município de Assaré, terra do Patativa do Assaré, da cidade de Pacujá, da cidade da Boa Viagem, da cidade de Cariús, da cidade de Martinópole, da cidade de Viçosa do Ceará, de São João do Jaguaribe, de Várzea Alegre, de Irauçuba, com a cidade de Aurora, da cidade de Crateús, do Crato, de Quixeramobim, de Irauçuba novamente, de Croatá.

Tendo em vista, portanto, que esses projetos não evidenciaram nenhum tipo de violação, o nosso parecer, nós opinamos pela aprovação dos projetos de decretos legislativos constantes dos Itens nºs 35 a 51.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço, Senadora Patrícia Saboya. Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente, eu me dispus a relatar *ad hoc*, se for de interesse da Mesa, alguns projetos e eu tenho hora para viajar. Se pudesse adiantar...

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** V. Exa. já fará a leitura dos pareceres, mas pediria a V. Exa., até pelo brilhantismo da sua presença, e da necessidade do *quorum* qualificado.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Eu acho que aí é mais *quorum* que brilhantismo, viu, é mais **quorum**.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nós possamos aguardar a votação nominal.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Já concluímos a--

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** A leitura. Perfeito, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu apenas quero ao agradecer à Senadora Patrícia Saboya, Senador Arthur Virgílio, dizer que não foi nenhuma gentileza, Senadora Patrícia Saboya de ter aguardado a recuperação de V. Exa., para que pudesse vir aqui relatar esses projetos de rádios e de televisões para o seu Estado. V. Exa. que teve um pequeno acidente com a queimadura e falou comigo pelo telefone e nós na mesma hora, fizemos retirada de pauta dos projetos para que pudéssemos aguardá-la para que com a sua presença o Estado do Ceará fosse beneficiado com todas essas empresas de comunicação.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Vamos aos Itens nºs 4, 5, 6 e 7, relatoria do Senador Demóstenes Torres que não estando presente, solicito ao nobre Senador Gilberto Goellner que possa fazer a leitura do Parecer como relator *ad hoc.*

Item nº 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2002. Terminativo. "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusão Serra dos Cristais Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás."

Item nº 05. Projeto de Decreto Legislativo Nº 399/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás."

Item nº 06. Projeto de Decreto Legislativo Nº 412/2008. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Alpha de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." Com a palavra o Senador Gilberto Goellner como relator *ad hoc.*

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, tanto o Item nº 4 da cidade de Cristalina, próxima à Brasília, Estado de Goiás, quanto o Item nº 5, da cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás, e o Item nº 6, da cidade, a capital Goiânia, do Estado de Goiás, têm o Parecer favorável. Também o Item nº 7, desculpe, da cidade de Abadia de Goiás, também tem o Parecer favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Gilberto Goellner, os itens nºs 11, 12 e 13 de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, houve uma solicitação do senador para que eles fossem retirados de Pauta. Então, eles serão... Atendendo a solicitação do Senador Antonio Carlos Júnior, retirados de Pauta e entrarão na próxima pauta de reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Itens nºs 20, 21 e 22, relatoria do Senador Eduardo Azeredo que esteve no início da reunião, mas foi dar uma entrevista à rádio, à TV Rural, canal rural e ainda não retornou eu pediria ao Senador Eliseu Resende, sempre presente às reuniões das diversas Comissões do Senado Federal e representando também, com a mesma competência do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Wellington Salgado de Oliveira, o Estado de Minas Gerais. Item nº 20.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu vou fazer a leitura, Senador Eliseu Resende.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Ah... Pois não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Item nº 20. Projeto de Decreto Legislativo Nº 165/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Torre de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo."

Item nº 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 166/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boracéia, Estado de São Paulo."

Item nº 22. Projeto de Decreto Legislativo Nº 180/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio São Brás do Suaçuí FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Brás do Suaçuí, Estado de Minas Gerais."

Com a palavra Senador Eliseu Resende.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Eu tenho a honra e a prazer, Sr. Presidente, de representar aqui o Senador Eduardo Azeredo, na relatoria desses projetos, são decretos legislativos de outorga de rádiodifusão, nas cidades de Santa Fé do Sul em São Paulo, e Boracéia em São Paulo também, e na cidade de São Brás do Suaçuí em Minas Gerais.

O voto do relator é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Eliseu Resende.

Vamos aos Itens nºs 26, 27, e 28, relatoria de Senador Delcídio Amaral, solicito ao Senador Arthur Virgílio, que possa fazer a leitura como do Parecer como relator *ad hoc*.

Item nº 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 212/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso Do Sul."

Item nº 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga concessão à Xaraés Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso Do Sul."

Item nº 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 220/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Novo Horizonte do Sul, Mato Grosso do Sul – Aconhos, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso Do Sul."

Com a palavra para relatar Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Relatamos os três de uma vez.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** De um vez.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Eu li com muita atenção. Então, tendo em vista que os exame das documentações, que acompanharam os projetos, não evidenciaram violação da legislação pertinente e não havendo, portanto, reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação ao ato que outorga permissão às empresas em tela, essas que foram muito bem relatadas pelo competente Senador Delcídio Amaral.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Arthur Virgílio.

Itens nºs 29, 30 e 31, relatoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Solicito ao Senador, nosso Vice-Presidente Senador Lobão Filho que possa fazer a relatoria dos Pareceres como relator *ad hoc*.

Item nº 29. Projeto de Decreto Legislativo Nº 130/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Barrinha Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barrinha, Estado de São Paulo."

Item nº 30. Projeto de Decreto Legislativo Nº 153/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Turvo, Estado de São Paulo."

Item nº 31. Projeto de Decreto Legislativo Nº 195/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canaã, Estado de Minas Gerais."

Com a palavra o Vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

**SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA):** Sr. Presidente, os projetos 29, 30 e 31, são constitucionais, atendem aos quesitos de juridicidade, boa técnica legislativa e são oportunos.

Portanto, o Parecer é pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho.

Item nº 32, relatoria do Senador Sérgio Guerra, solicito ao Senador Arthur Virgílio que possa, como relator *ad hoc*, fazer a leitura do Parecer.

Item nº 32. Projeto de Decreto Legislativo Nº 287/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco."

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente, o projeto cuida, precisamente, da outorga à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco. Eu faço aqui uma ressalva e faço aqui uma declaração porque eu vejo o relatório consistente do Senador Sérgio Guerra que é Presidente Nacional de um partido do porte do PSDB e não se esquece de cuidar das coisas de Pernambuco. Isso é louvável e deve ser sempre ressaltado porque os parlamentares são de algum lugar, por maior que seja a posição nacional que alcancem, eles não podem nunca esquecer de que são de um determinado lugar.

Então, sendo assim, eu literalmente repito como fiz, pela confiança que tenho no Senador Delcídio Amaral do mesmo modo, eu repito o voto do relator. Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o art. 32, 4-A, cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnicas legislativa da proposição em análise. A proposição atende aos requisitos constitucionais, formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso, nos termos do art. 223 da nossa lei maior. A matéria é de competência exclusiva [soa a campainha] do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo um instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo pois a objetar no tocante a sua constitucionalidade material, à técnica legislativa e à redação empregada parecem adequadas conformando-se, perfeitamente, às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar de 107 de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do processo de Decreto Legislativo nº 1101 de 2008. Estão estas as corretas palavras do Relator Sérgio Guerra, que eu tenho a honra de representar neste momento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Arthur Virgílio, nosso líder da bancada do PSDB no Senado Federal.

Itens nºs 33 e 34, relatoria do Senador Magno Malta, solicito ao Senador Gerson Camata, que possa fazer a leitura dos Pareceres como relator *ad hoc*.

Item nº 33. Projeto de Decreto Legislativo Nº 292/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cajuruense Boca da Mata de Apoio à Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo."

Item nº 34. Projeto de Decreto Legislativo Nº 293/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Gália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gália, Estado de São Paulo."

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo Senador Magno Malta é pela aprovação do projeto de decreto legislativo referente à cidade de Cajuru e igualmente para a Associação de Comunicação de Gália para executar serviços de rádio difusão naquela cidade do Estado de São Paulo, pareceres favoráveis do Senador Magno Malta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Gerson Camata.

Itens nºs 52 e 53, relatoria do nosso eterno vice-presidente, Presidente, Senador Marco Maciel.

Item nº 52. Projeto de Decreto Legislativo Nº 362/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco."

Item nº 53. Projeto de Decreto Legislativo Nº 371/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelim, Estado de Pernambuco."

Com palavra o Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores.

Eu gostaria de, inicialmente, na condição de relator do Item nº 52, dizer ao Sr. Presidente e as V. Exas. integrantes desta Comissão que o nosso Parecer e favorável, o nosso voto é favorável, tendo em vista que os exame da documentação que acompanha o referido PLS não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos, portanto, também, quanto aos

aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, daí porque opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Novos Tempos para a realização de serviço de radiodifusão comunitária nas cidade de Angelim que se situa no agreste meridional de Pernambuco.

Com relação ao Item nº 52, o entendimento é o mesmo, Sr. Presidente, razão pela qual, eu sou de Parecer favorável, posto que a proposição atende aos requisitos técnica legislativa e a redação empregada é adequada e conforma-se, portanto, perfeitamente às normas estabelecidas, à Lei Complementar nº 95 de 1998 que autoriza a outorga de permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda, para explorar serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Custódia, Estado de Pernambuco. São esses dois, portanto, os Pareceres, ambos favoráveis, de acordo com o que acabo de, publicamente, expender.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Item nº 57, relatoria do Senador José Agripino, solicito à Senadora Kátia Abreu, para fazer a leitura do Parecer como relatora *ad hoc*.

Item nº 57. Projeto de Decreto Legislativo Nº 358/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Bezerra, Estado do Rio Grande Do Norte."

Com a palavra Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Sr. Presidente, votamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra no Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária nesta Cidade .

Obrigada Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço a V. Exa. e transfiro a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Lobão Filho para que possa fazer a relatoria dos Itens nºs 58, 59 e 60.

Com a Presidência Senador Lobão Filho.

***[troca de presidência]***

**SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA):** Srs. Senadores e Sras. Senadoras, dando prosseguimento à Pauta passamos aos Itens nºs 58, 59 e 60 de relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Item nº 58. Projeto de Decreto Legislativo Nº 247/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Salinópolis para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará."

Item nº 59. Projeto de Decreto Legislativo Nº 283/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão a Portel Serviços de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará.

Item nº 60. Projeto de Decreto Legislativo Nº 303/2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta Do Araguaia, Estado do Pará."

Passo a palavra ao relator dos respectivos projetos que com sua habitual energia irá relatá-los.

Com a palavra o relator.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço Presidente, Senador Lobão Filho e também de forma bastante rápida, as rádios, os Itens nºs 58, 59 e 60 que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária de Salinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinópolis, Estado do Pará, uma cidade da região dos salgados, da região de... Área de turismo, uma cidade turística do Estado do Pará, bem próxima, na costa... Que... Muito próxima do Maranhão também.

O Item nº 59, que aprova o ato que outorga permissão à Portel Serviços de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagre, Estado do Pará, é o Município da Ilha do Marajó, grande importância ter essa rádio, esse serviço de rádiodifusão sonora para que possa levar a comunicação a essa região bastante importante, mas sofrida com o Estado com o Pará. E o Item nº 60, que autoriza a Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará, um Município do Sul do meu Estado.

Então, estamos atendendo três regiões do Estado de Pará, todas elas importantes, todos os projetos estão dentro da legislação vigente e os Pareceres são pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA):** Tendo sido aprovados e termos terminado todos os itens, relativos às outorgas e as autorização das rádios e TVs, passaremos à votação em bloco dos respectivos itens e eu retorno... Falta um? Ainda assim retorno à Presidência ao Senador Flexa Ribeiro para que possa conduzir a votação.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

***[troca de presidência]***

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Lobão Filho e, pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu pediria, Sr. Presidente, a colocação da extrapauta de um projeto de idêntica finalidade o PLS 313, da Associação Comunitária e Cultural da Confresa, pediria que fosse lido e aprovado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Coloco em discussão a solicitação para inclusão extrapauta, solicitada pelo Senador Gilberto Goellner do Projeto de Decreto Legislativo nº 313/2009, Senadores em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão extrapauta.

Solicito ao Senador Gilberto Goellner, que possa fazer a leitura do Parecer.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Que possa fazer a leitura do parecer.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Não há nada do Estado do Amazonas na agulha, nada?

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Nenhum do Estado do Amazonas.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Na Pauta de hoje, Senador Arthur Virgílio. Senador Gilberto Goellner para fazer a leitura do item extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 313/2009. Terminativo: "Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Cultura da Confresa para executar serviço de rádiodifusão comunitária da cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente, o ato da outorga e autorização tem o nosso Parecer favorável e Confresa é uma cidade ao Norte do Estado do Mato Grosso, quase na divisa com o seu Estado do Pará, e que é um cidade importante e que espera com muito ansiedade a aprovação dessa outorga da rádio comunitária por isso o nosso Parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Agradeço ao Senador Gilberto Goellner, vamos à votação nominal dos Itens nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, e o Item nº 61, extrapauta, todos os itens com Pareceres favoráveis. Como vota... A votação é em bloco.

Como vota o Senador Magno Malta?

**SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES):** Com o relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Lobão Filho?

**SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA):** Com o relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Gerson Camata?

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Papáleo Paes?

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Ah, V. Exa. está à direita. Agradeço a presença de V. Exa..

Como vota Senador Sérgio Zambiasi?

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senadora Patrícia Saboya?

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Gilberto Goellner?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Eliseu Resende?

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Marco Maciel?

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senadora Kátia Abreu?

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):** Com os relatores, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Como vota Senador Arthur Virgílio?

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Com os relatores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Aprovados com 11 votos, por unanimidade, todos os projetos que foram relatados e votados em conjuntos agora.

Agradeço a presença de V. Exas e não havendo mais matéria em Pauta dou por encerrada a sessão de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

## ATAS DE COMISSÕES MISTAA PERMANENTES (CONGRESSO NACIONAL)

### COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, EXTRAORDINÁRIA, 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EXTRAORDINÁRIA E, 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, EXTRAORDINÁRIA, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2009, QUARTA-FEIRA, AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.**

Às dezenove horas e dezoito minutos do dia treze de maio do ano de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **Ideli Salvatti**, reúnem-se as Comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes parlamentares: **Renato Casagrande, Cristovam Buarque, Marina Silva, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Jefferson Praia, José Nery, Cícero Lucena, Fátima Cleide, Iriny Lopes, Colbert Martins, Antonio Carlos Mendes Thame, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Sarney Filho, Flávio Arns, Gilvam Borges, Arthur Virgílio, João Pedro, Serys Slhessarenko, Gilberto Goellner, Wellington Salgado, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Cesar Borges, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro** e **Gim Argello.** A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em conjunto com as Comissões do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 27-CMA e 20-CDH, ambos de 2009, de autoria dos Senhores Senadores Renato Casagrande e Cristovam Buarque, respectivamente, com a finalidade de debater sobre a "preservação da Amazônia" e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença de diversas autoridades e demais convidados. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 23/2009-CMMC, firmado pela Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Ofício nº 29/2009-CMA, firmado pelo Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ambos enviados ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, os quais passam a integrar a presente ata: "Ofício nº 0023/2009-CMMC - Brasília, 05 de maio de 2009. Excelentíssimo Senhor Presidente, Na qualidade de Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e, ao cumprimentá-lo cordialmente, reporto-me à Audiência que Vossa Excelência concedeu aos membros desta Comissão, na tarde do dia de hoje, no gabinete da Presidência do Senado Federal. Conforme entendimentos mantidos com Vossa Excelência, solicito a disponibilização do Plenário do Senado Federal, na próxima quarta-feira, dia 13 de maio do ano em curso, após a Ordem do Dia, para realização de atividade desta Comissão em defesa da Amazônia. Solicito, portanto, a gentileza de Vossa Excelência no sentido de, junto aos setores competentes desta Casa, viabilizar a realização de tão importante evento. Respeitosamente, Senadora Ideli Salvatti - Presidenta da Comissão". "Ofício nº 0029/2009-CMA - Brasília, 06 de maio de 2009. Excelentíssimo Senhor Presidente, Na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao cumprimentá-lo cordialmente, e, conforme entendimentos mantidos com a Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, solicito a disponibilização do Plenário do Senado Federal, na próxima quarta-feira, dia 13 de maio do ano em curso, após a Ordem do Dia, para realização de atividade em conjunto das comissões temáticas em defesa da Amazônia. Solicito, portanto, a gentileza de Vossa Excelência no sentido de, junto aos setores competentes desta Casa, viabilizar a realização de tão importante evento. Respeitosamente, Senador Renato Casagrande – Presidente da Comissão." Iniciando os trabalhos, a senhora Presidenta convida, para tomar assento à Mesa, os senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Deputado Michel Temer e Senador José Sarney, respectivamente, bem como os senhores Carlos Minc - Ministro do Meio Ambiente, Roberto Mangabeira Unger - Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Senador Renato Casagrande - Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Senador José Nery - Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, Deputado Sarney Filho - Presidente da Frente Ambientalista na Câmara dos Deputados, Deputado Roberto

Rocha - Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, Deputado Colbert Martins - Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Atriz Cristiane Torloni e Ator Victor Fasano. A atriz Cristiane Torloni e o ator Victor Fasano fizeram a entrega oficial do documento "Defesa da Amazônia", do Movimento Amazônia para sempre, com um milhão e cem mil assinaturas. A presidência convida a Senadora Marina Silva, para fazer a entrega simbólica aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dos projetos prioritários e importantes relativos à defesa da Amazônia, para que eles tramitem com maior celeridade nas duas Casas do Congresso. A presidência registra a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Senhor Herman Benjamim. A Presidência convida a Pagé Zeneida Lima de Araújo para brindar e abrilhantar o evento com um cântico intitulado "Funeral da Natureza". Em seguida, usaram da palavra para fazerem suas saudações os senhores Deputado Michel Temer, Senador José Sarney, Ministro Carlos Minc, Senador Renato Casagrande, Senador José Nery, Deputado Sarney Filho, Ator Victor Fasano, Atriz Cristiane Torloni, que apresentou o Vídeo do Movimento Amazônia para sempre. Foi feito o convite à jovem Mirla Cristina Peixoto Brilhante, de 13 anos, Representante da Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente, para apresentar sua saudação. Ao término da solenidade de abertura dos trabalhos, os Senhores Senador José Sarney e Deputado Michel Temer, bem como outras autoridades, apuseram suas assinaturas ao documento "Amazônia para sempre". Iniciando a programação, passou-se aos primeiro e segundo paineis, intitulado "Ameaças sobre a Amazônia", tendo discorrido sobre o tema os seguintes painelistas: Sérgio Leitão – Representante do Greenpeace, Paulo Moutinho – do Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM, Padre Nelito Dornellas – da Comissão Pastoral da Terra/Aliança Camponesa Ambientalista, Sônia Guajajara, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Muriel Saragoussi – do Grupo de Trabalho Amazônia e Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, Roberto Smeraldi – Amigos da Terra, Rogério Hohn – do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Adalmir José da Silva – da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas, Júlio Barbosa – do Conselho Nacional dos Seringueiros. Na sequência, passou-se ao terceiro painel, intitulado "Importância estratégica da conservação da Amazônia", tendo discorrido sobre o tema os seguintes painelistas: Carlos Nobre – do INPE, Milton Kanashiro - da Embrapa, Paulo Barreto – do IMAZON, Adriana Ramos – do Instituto Socioambiental. No quarto painel, intitulado "Avanços na governança pública e iniciativas sustentáveis", discorreram sobre o tema os seguintes painelistas: Oded Grajew – do Instituto Ethos, Eufran Amaral, Andresa Dias e Nadia Cristina Ferreira. Nos intervalos de cada painel, os artistas Cristiane Torloni e Victor Fasano fizeram leituras de depoimentos de vários artistas e personalidades que apóiam o Manifesto. Ao contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Renato Casagrande. Usaram da palavra os senhores Parlamentares Eduardo Suplicy, José Sarney, José Nery, Renato Casagrande, João Pedro, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide, Marina Silva, Arthur Virgílio, Jefferson Praia, Valdir Raupp, Janete Capiberibe e Paulo Teixeira. Extrapauta, foi aprovado o **Requerimento nº 15, de 2009-CMMC,** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande e Senador Cristovam Buarque, requerendo a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realizar-se no Plenário do Senado Federal, destinada a debater sobre a "Preservação da Amazônia" e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados. Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal, Deputado Michel Temer – Presidente da Câmara dos Deputados; Ministro Carlos Minc – Ministro de Estado do Meio Ambiente; Ministro Roberto Mangabeira Unger - Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos; Deputado Sarney Filho – Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista; Deputado Silas Câmara – Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados; Deputado Roberto Rocha – Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; Representantes do Movimento Amazônia para sempre: Fábio Luis Soares da Silva – Acompanhante de Mirla Cristina Peixoto, Delegada da Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente; Augusto Praxedes – Presidente do Grupo de Produtores Florestais Certificados; Cleísa Cartaxo – Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre; Valmir Ortega – Secretário do Meio Ambiente do Pará; Luis Daldegan – Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso; Nádia Cristina d'Ávila Ferreira – Secretária de Meio Ambiente do Amazonas; José Ricardo Rezek – Produtor Rural (participante da campanha y Ikatu Xingu); Milton Kanashiro – Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa/CPATU; Paulo Barreto – Pesquisador do IMAZON; Carlos No-

bre – Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do INPE; Adriana Ramos – Instituto Socioambiental; Sérgio Leitão – Greempeace; Roberto Smeraldi – Amigos da Terra; Muriel Saragoussi – Grupo de Trabalho Amazônico; Padre Nelito Saragoussi – Comissão Pastoral da Terra/Aliança Camponesa Ambientalista; Paulo Moutinho – IPAM; Valéria Ipaiê – COIAB; Julio Barbosa – Conselho Nacional dos Seringueiros; Adalmir José da Silva – Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas; Rogério Hohn – Movimento de Atingidos por Barragens; Marcos Mariani – Presidente da Associação Preserve Amazônia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as duas horas e doze minutos do dia quatorze de maio do ano de dois mil e nove, lavrando nós, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, José Francisco B. de Carvalho e Altair Gonçalves Soares, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes das Comissões e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC – Senador **Renato Casagrand,** Presidente da CMA – Senador **Cristovam Buarque**Presidente da CDH.

**14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE MAIO DE 2009, ÀS 19 HORAS E 18 MINUTOS.**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, também a 13ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que, em Audiência Pública Conjunta, destas três Comissões, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, já se encontram à Mesa, para nossa honra, agradecendo sobremaneira a presença, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador José Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer.

Convido, para compor a Mesa, o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc. Convido também, para compor a Mesa, o Ministro Roberto Mangabeira Hunger, Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Convido o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Convido o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Cristovam Buarque. Se ele não estiver presente, o Senador José Nery, que é o Vice Presidente da Comissão. Havia um compromisso do Senador Cristovam, portanto, se ele não tiver ainda chegado, o Senador José Nery, Vice Presidente da Comissão, está convidado.

Comunico que o Deputado Silas Câmara, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, se encontra enfermo e, portanto, não estará compondo esta Mesa. Convido o Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados. Convido o Deputado Roberto Rocha, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Convido a atriz Christiane Torloni e o ator Victor Fasano, representantes do Movimento Amazônia para sempre. Convido o Deputado Colbert Martins, que é o Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Senado, do Congresso Nacional.

Nós temos ainda Ministros que estão dando entrevistas, então, nós vamos compondo a Mesa, tão logo eles terminem.

A presente Reunião destina-se à Audiência Pública em conjunto com as Comissões do Meio Ambiente, Defesa do consumidor, Fiscalização e Controle e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e esta Audiência Pública, em conjunto, inclusive com a participação das Comissões da Câmara, tem como objetiva defesa da Amazônia e também promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para Sempre", com a presença de diversas autoridades e demais convidados.

Quero, na abertura dos nossos trabalhos, esclarecer aos presentes que esta Audiência Pública adotará alguns procedimentos, visando a uma melhor adequação dos nossos trabalhos. Esta presidência passará adotar o tempo de cinco minutos, podendo ser prorrogável por mais cinco minutos, para os painelistas; nós vamos ter quatro painéis, dois sobre ameaça sobre Amazônia, um sobre a importância estratégica da conservação da Amazônia, e o quarto, Avanços na Governança Pública e Iniciativas Sustentáveis, portanto, os painelistas terão cinco minutos por, no máximo, prorrogação de mais cinco. Também cinco minutos para o uso da palavra dos Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, para os artistas e demais convidados. As inscrições para o uso da palavra dos Exmos. Srs. Parlamentares serão feitas por cada um dos temas, para cada um dos painéis, e os servidores da Comissão... Deixa eu ver se eu consigo localizar, a Dulcídia...

Onde é que ela se encontra? A Dulcídia e o Habib, tão logo nós iniciemos os trabalhos, estarão com as listas de inscrição para cada um dos painéis, percorrendo o Plenário, para que os Parlamentares possam fazer as suas inscrições.

Encontram-se também, na entrada do Salão Nobre deste Plenário, mesas com servidores das relações públicas do Senado Federal, que estão credenciando os senhores convidados e painelistas para receberem o holograma de acesso ao Plenário.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores. Os Srs. e as Sras. Parlamentares que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Suplicy, eu pediria que V.Exa. me permita terminar os procedimentos, tá? Passo, de imediato, à leitura do seguinte Requerimento: "Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões Mista Permanente de Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Defesa do consumidor, Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada debater sobre a preservação da Amazônia e promover a entrega do documento intitulado "Amazônia para sempre", com a presença das autoridades a seguir listadas, bem como a participação de demais convidados. Todos os componentes da Mesa já são nossos convidados, já estão aqui participando da abertura, e estão convidados também representantes de diversas instituições e movimentos: Movimento "Amazônia para sempre", Fábio Luiz Soares da Silva, Miriam Cristina Peixoto, Augusto Praxedes, Cleísa Cartaxo, Valmir Ortega, Luiz Daldegan, Nádia Cristina D'ávila Ferreira, José Ricardo Resek, Milton Kanashiro, Paulo Barreto, Carlos Nobre, Adriana Ramos, Sérgio Leitão, Roberto Smeraldi, Muriel Saragoussi, Padre Nelito Dornelas, Paulo Moutinho, Valéria Ipaiê, Júlio Barbosa, Adalmir José da Silva, Rogério Hohn e Marcos Mariani.

O Requerimento, assinado pelos Presidentes das três Comissões: por mim, pelo Senador Renato Casagrande e pelo Senador Cristovam Buarque. Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Eduardo Suplicy, questão de ordem.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sra. Presidente, seguindo a sua orientação, quero informar que, lá no Auditório Petrônio Portela, estão mais de 200 estudantes do Centro de Ensino Médio I, de São Sebastião, acompanhados da Diretora Ineide Santinni Cunha, já que aqui as dependências estão lotadas. Apenas isso que queria saudá-los e dar boas-vindas a eles, e cumprimentar V.Exa. pela iniciativa, e a todos que estão neste evento. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador Eduardo Suplicy. E, dando início aos nossos trabalhos, eu queria iniciá-los com uma frase muito importante, de uma figura que tem tudo a ver com que nós faremos ao longo desta noite. E, com certeza, seja lá onde ele estiver, ele estará olhando por nós, que é o nosso querido, inesquecível, Chico Mendes: "No começo, pensei que estivesse lutando para salvar Seringueiras. Depois, pensei que estava lutando para salvar a floresta amazônica. Agora percebi que estava lutando para salvar a humanidade". Que Chico Mendes nos oriente e nos guie nesta noite.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu queria, para a abertura dos nossos trabalhos, convidar a pajé Zenaide Lima de Araújo... Zeneide Lima de Araújo, que é da Cultura Caruana, da Ilha de Marajó, do Município de Soure do Pará... Vão me corrigindo aí no que eu falar errado, Soure do Pará, os amazônidas todos aqui presentes na Mesa... E a pajé Zeneide Lima, ela vai nos brindar com uma música de sua autoriza, que é "O funeral da mata". Então, Zeneide, por favor, se dirigindo ao microfone, para nós termos abertura com as suas bênçãos.

[palmas].

**SRA. ZENEIDE LIMA:** Essa música é da minha autoria, letra e música, e eu a ofereço a todos os presentes. É "O funeral da natureza", o título. Posso cantar?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Só um minutinho, que nós estamos com o som muito baixo.

**SRA. ZENEIDE LIMA:** Essa música, letra e música minha, da minha autoria, e eu ofereço a todos os presentes, "O funeral da natureza".

*Estão tocando fogo*
*Cuidado com a mata*
*Os rios estão secando*
*Passarinho não se vê mais*
*Tristeza me dá*
*Ver o funeral da natureza*
*Seus rios agonizantes*
*Vão morrendo devagar*
*O mar está revoltado*
*E as ondas estão batendo*
*Pedindo socorro*
*Que a natureza está morrendo*
*O mar está revoltado*
*E as ondas estão batendo*
*Pedindo socorro*
*Que a natureza está morrendo*

Obrigada, senhores.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Pajé Zeneide Lima de Araújo, por nos brindar com esta música que, com certeza, vai orientar os nossos trabalhos e trazer toda energia positiva que nós precisamos nesta noite.

Eu concedo, de imediato, a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, Deputado Michel Temer, para sua saudação nesta abertura desta Audiência Conjunta de Câmara e Senado.

**DEPUTADO MICHEL TEMER (PMDB-SP):** Sra. Senadora Ideli Salvatti, que preside a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, eminente Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, Senadores, Deputados, senhoras e senhores, artistas aqui presentes e ambientalistas em geral. Eu quero, em nome da [interrupção do áudio], eu quero saudar este instante e esta solenidade.

Ainda há pouco, ouvíamos a Sra. Pajé cantar uma música do funeral da natureza e, se ligarmos isso à frase do Chico Mendes, o funeral da natureza poderá ser o funeral da humanidade. Portanto, quando esta Reunião se processa aqui no Senado Federal, com toda essa simbologia de guarda da natureza, é... Este me parece que é o traço marcante desta Reunião, nós estamos, na verdade, pensando na sobrevivência de todos os seres viventes, não apenas da mata, mas daqueles que usufruem dos benefícios, que a mata, que o meio ambiente, fornecem à humanidade.

Portanto, em rápidas e singelíssimas palavras, em nome da Câmara dos Deputados, eu quero mais uma vez, saudar esse movimento e saudar a todos aqueles, até, se me permitem um parêntese, veja como é importante o Poder Legislativo, seja o Senado Federal, seja Câmara dos Deputados, porque é aqui que se concentram os grandes temas nacionais, quantas e quantas vezes ouvimos e reouvimos críticas ao Poder Legislativo e, entretanto, nos esquecemos que o centro fundamental das aspirações populares, das grandes concentrações populares, dos grandes movimentos populares, entre os quais sobreleva e se ressalta este de defesa do meio ambiente, se dá precisamente no Poder Legislativo. De modo que esse instante sobre ser um instante de preservação do meio ambiente é um instante de revelação da importância do Poder Legislativo no Brasil. Muito sucesso ao trabalho de todos senhores e senhoras.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Presidente Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e passo não só a palavra, mas também o microfone para o Presidente do Senado, Senador José Sarney.

**SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP):** Senadora Ideli Salvatti, que é Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que foi agora instalada aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal, desde o Sr. Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, demais componentes da Mesa, artistas, ambientalistas e lutadores pela causa ecológica.

Desde o momento em que a Senadora Ideli Salvatti pediu a nossa ajuda e a nossa colaboração, aqui na Casa, para prestigiarmos este evento, não tivemos nenhuma vacilação, sobretudo pelo grande tema que é o motivo desta nossa Reunião nesta casa, que é aquele que está escrito para a Reunião, "Amazônia para Sempre", é realmente uma causa nobre, extraordinariamente idealista, sobretudo de grande necessidade para o nosso país. Que tenhamos sempre a consciência do que a Amazônia representa para nós e do que ela representa também para humanidade. Amazônia... Este encontro tem o nome de vigília, e ele diz tudo, porque já os evangelhos nos recomendam que a gente deve vigiar... "Vigiai", é aquela palavra, então, nós estamos aqui para essa vigilância, vigilância que deve ser permanente, total, absoluta, em relação ao que representa Amazônia para o Brasil. E nós não estamos fazendo mais nada do que seguindo os passos dos nossos antepassados, que foram capazes de preservar a Amazônia para que hoje ela ainda estivesse de pé e o mundo pudesse admirá-la e pedir a nós que a conservássemos, como estamos fazendo.

Certa vez, e eu contei isto à Comissão que foi falar comigo para esse evento, eu estava com o Presidente Bush, quando ele foi, de certo modo, agressivo em relação à posição do Brasil sobre a Amazônia, e eu respondi: "Sr. Presidente, o senhor só se preocupa com a Amazônia hoje porque nós, brasileiros, preservamos a Amazônia até hoje, quando, no Século passado, as firmas colonizadoras se organizaram para destruir as matas da humanidade, constituíram uma que chamava-se Amazônia River Corporation, e essa empresa era uma das empresas colonizadoras, e ela veio para entrar no Rio Amazonas, e a população de Belém do Pará não deixou que os navios entrassem para iniciar a destruição da Amazônia".

Então, é o exemplo brasileiro, nós sabemos o que é a Amazônia e o que ela representa, e, portanto, nós a preservamos e, hoje, estamos aqui vigilantes, mais uma geração, além daquelas que, no passado, vigiaram a Amazônia, estamos aqui presentes para mostrar, que não, jamais admitiremos, de qualquer maneira, que a Amazônia possa deixar de ser o que ela é, porque, ao mesmo tempo, ela, além de tudo, ela é um patrimônio da natureza que o Brasil tem.

A Amazônia despertou a fascinação aos descobridores, quando Pinzon chegou, pela primeira vez, às margens daquele rio, ainda antes de Cabral chegar, e provou aquela água que adentrava pelo oceano, e ele, ao prová-la, deu o nome de Santa Maria de la Mar Dulce para dizer que ali estava um mar doce, que eram as águas que saíam. Hoje isto nós já sabemos que significa 12% da água doce da humanidade. Não existirá sobrevivência da terra se não existir... Se não existir a sobrevivência da Amazônia. Portanto, nós somos detentores de recursos naturais essenciais, não somente a qualquer outra atividade humana, mas à vida, através da água que ali está armazenada.

Segundo lugar, há necessidade de preservarmos a Amazônia, e eu tive a oportunidade de, quando exerci a Presidente da República, visitar 19 vezes aquela região, e tive a oportunidade de dizer: "Quem tem Amazônia não tem medo do futuro". Se nós soubermos e tivermos consciência disso, e se todas as gerações de hoje e de amanhã mantiverem a mesma vigilância que esta noite, deste simbolismo, ela representa, não tenho dúvida nenhuma de que nós, brasileiros, daremos, como temos dado, um exemplo à humanidade, preservando aquilo que nós temos de mais importante na nossa vida, que é a própria natureza. Sem a natureza, destruindo a natureza, nós estamos destruindo a vida. Destruindo a vida, nós estamos destruindo o próprio homem, na sua aventura que... Na face da terra.

Assim, eu quero congratular-me com todos que participaram desse evento e dizer que eu quero me alistar entre os soldados daqueles que defendem a Amazônia para Sempre. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Tem um pouco de economia aqui de microfone, mas eu queria, inclusive, em nome de toda Comissão Mista de mudanças Climáticas, e tenho certeza, da Comissão de Meio Ambiente, que o Senador Casagrande preside, e também da Comissão de Direitos Humanos, que o Senador Cristovam e o José Nery conduzem, agradecer, Senador José Sarney, por todo o apoio... Este evento, com esta magnitude, com esta representatividade não estaria acontecendo esta noite, se não tivesse, da parte da Presidência, de forma muito especial, de V.Exa., o compromisso e todo o apoio, em todos os momentos, em tudo que a gente precisou resolver, porque este evento, esta Sessão de hoje, esta vigília, foi organizada em, nada mais, nada menos, do que uma semana, numa demonstração clara de quanto este tema, Amazônia, preservação da Amazônia, move as pessoas, entusiasma as pessoas e faz com que todos se comprometam, desde o Presidente do Congresso, até cada um dos funcionários, que foram prestimosos em providenciar tudo que fosse necessário.

E eu passo, de imediato, à palavra ao nosso Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, para sua ação a este ato cívico de preservação da Amazônia.

**SR. MINISTRO CARLOS MINC:** Boa noite a todas e a todos. Queria saudar a Senadora Ideli Salvatti, os Presidentes do Senado e da Câmara, Senador José Sarney, Deputado Michel Temer. Aos artistas, militantes e conscientes, Victor Fasano e Christiane Torloni, os companheiros também, que compõem a Mesa, o Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Ambientalista, o Senador José Nery, em suma, Senador Casagrande, todos os componentes e sobretudo os ambientalistas, os Parlamentares, aqueles representantes das comunidades indígenas, dos seringueiros, dos movimentos de proteção à Amazônia.

Bem, eu acho que, em boa hora, Senadora Ideli, em boa hora, se organizou essa vigília, era necessário. Eu acho que a gente está atravessando um período muito difícil, um período que é uma ofensiva conservadora muito grande em relação ao Meio Ambiente, em relação à Amazônia. Eu acho, inclusive, Deputado Sarney filho, inacreditável que você olha o Brasil, no Norte, as pessoas sofrendo com as inundações, no sul, as pessoas sofrendo com a seca, no mundo inteiro, nos painéis internacionais, nos fóruns internacionais, o mundo só se preocupa com o clima, as geleiras derretendo, o nível do mar caindo, e aqui e nós, no Brasil, inclusive, nós vemos uma ofensiva muito grande para diminuir as proteções ambientais, como se a proteção que existe fosse um engessamento do Brasil, como se o grande mal do Brasil fosse haver proteção a mais.

Eu quero dizer para vocês, como Ministro do Meio Ambiente, que nós temos proteção a menos e não proteção a mais. Em três anos, o número de espécies ameaçadas de extinção, triplicou no Brasil; passou de 240 para 620. Mesmo em outros biomas, como cerrado e a caatinga, nós temos no máximo 8% de área protegida, contando áreas estaduais e federais, sendo que só 2% de proteção integral.

Então, Senadores, Deputados, ambientalistas, eu realmente estou muito preocupado. Nesse período, nós intensificamos as ações de fiscalização e vigilância; atualmente, nesse momento, estão havendo 240 ações de fiscalização na Amazônia, nesse momento que nós estamos falando, algumas delas muito grandes, com participação do Exército Brasileiro e do IBAMA, da Polícia Federal, como é o caso de Rondônia, Pará, Maranhão e outros Estados. Nesse período, nesse último ano, nós conseguimos diminuir 45% do desmatamento da Amazônia, em relação ao mesmo período do ano

anterior. E isso, por uma série de medidas combinadas; uma delas foi o corte do crédito dos desmatadores, uma medida que foi idealizada ainda no período da minha companheira Ministra Marina Silva, Senadora a quem peço uma grande salva de palmas--

[palmas].

--E que nós brigamos muito para que ela fosse mantida, que houve uma pressão brutal para que ela fosse derrubada e ela surtiu realmente efeito; crédito é para quem vai fazer a coisa dentro da lei. Para quem for fazer fora da lei, não podemos dar crédito subsidiada. Uma outra medida importante foi o decreto de crimes ambientais, que permite você leiloar o boi pirata, a madeira pirata, impedir que o criminoso ambiental se enriqueça com produto do seu crime. Nós fizemos dezenas e dezenas de leilões de madeira pirata, de boi pirata, e o resultado da venda desse material criminoso foi aplicado em empregar pessoas que trabalhavam nas carvoarias e serrarias ilegais, e que iam ficar sem emprego e foram contratadas para fazer pontes, habitação popular e escolas municipais.

Um outro ponto importante, aqui vários representantes de ONGs que participaram, são os acordos com os setores produtivos; a moratória da soja, que já havia, o Ministério do Meio Ambiente se somou e acrescentou novos pontos, o pacto da madeira legal, até porque, Senador Sarney, uma das melhores maneiras de combater a madeira ilegal é aumentar a oferta da madeira legalizada, do plano de manejo, carimbado, certificado. Inclusive, recentemente, nós, junto com entidades que estão aqui presentes, como o *Greenpeace*, o Amigos da Terra, o WWF, nós fizemos o primeiro balanço da moratória da soja, e podemos dizer que, na Amazônia, hoje, a soja está sob controle; não podemos dizer o mesmo da pecuária. A pecuária não assinou o acordo, nós temos a preocupação, hoje em dia é uma das atividades mais agressivas em relação ao desmatamento. Nós, recentemente, tivemos um bom entendimento com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o Conselho Monetário Nacional aprovou uma ajuda aos frigoríficos; o BNDES é um dos bancos que assinou o Protocolo Verde. E, pela nossa lei, você é co-responsável, um frigorífico é co-responsável pelo crime ambiental cometido pelos seus fornecedores. Então, isso vai ser controlado e vigiado, que a gente não pode dar dinheiro para quem compra carne ilegal, que está sendo responsável pelo desmatamento da Amazônia, isso é muito importante.

Queria também dizer que, nesse momento, está sendo votada, aqui na Câmara dos Deputados, uma lei importante, onde eu passei ontem a manhã aqui, com as lideranças de todos os partidos, para garantir que, na regularização fundiária, tivesse uma forte restrição ambiental. Não é possível o governo dar, e corretamente, terra para 300 mil pessoas, patrimônio federal, e não exigir em troca o compromisso do cumprimento das leis ambientais. Havia uma forte pressão, e há ainda, está sendo votado nesse momento... Eu estive lá, inclusive, antes, houve até um pedido para que eu fosse afastado do Plenário; o Presidente Michel Temer garantiu a minha presença no Plenário da Câmara, durante essa votação. E eu quero dizer que isso é muito importante porque, imagina, há um número grande de Parlamentares querendo retirar da Medida Provisória da regularização, qualquer menção à questão ambiental, como se desse uma título da terra com uma mão e a motosserra na outra, isso é absolutamente inaceitável, isso contraria o Plano Clima, o Fundo da Amazônia... Não é possível avançarmos—

[palmas].

--Não é possível avançarmos, como temos avançado, agora temos um plano de mudanças climáticas; esse plano tem compromissos com a redução, de até 70%, do desmatamento da Amazônia até 2017.

Então, nós temos planos, nós temos metas, nós temos o Fundo Amazônia e, se nós andarmos na contramão, nós vamos desmoralizar o Plano, as metas e mesmo os doadores do Fundo Amazônia, obviamente, vão se retrair. Apenas a Noruega se comprometeu com um bilhão de dólares para o Fundo Amazônia, dos quais 150 milhões foram depositados. É bom que se diga, Presidente Sarney, que esse fundo é soberano. Foi uma exigência do Presidente Lula; os doadores não tem assento, e quem comanda são, inclusive, entidades, Governos Estaduais e Ministérios.

Para concluir, eu quero dizer que nós estamos aqui no Congresso Nacional, aonde muitas batalhas importantes estão se dando, uma, nesse momento, e outras vão se dar ainda. Nós temos que ver que qualquer modernização da legislação, por exemplo, do Código Florestal, tem que partir do princípio do desmatamento zero; tem que partir do princípio que a floresta não é obstáculo, é um grande ativo para a gente. Tem que partir do princípio da nossa responsabilidade com o Brasil, com os rios e com o clima do planeta. Eu acho que a gente pode, sim, avançar, mas não destruir as proteções legais para o bioma Amazônia e para os outros biomas brasileiros.

[palmas].

--Senadora Ideli, bom momento o momento da vigília; temos que juntar forças, energia, a energia das nossas lideranças indígenas, a energia das nossas ONGs, a energia dos nossos Deputados e Senadores, que estão votando bons Projetos, impedindo que aqueles negativos avancem e, sobretudo, a energia do povo brasileiro, que não quer que seja suprimido o verde da

nossa bandeira, que quer que nós leguemos para os nossos filhos e netos, um país com qualidade de vida, um país democrático, que respeite todas as suas tribos, todas as suas nações, todas as suas etnias, todas as suas culturas, toda a sua fauna, toda sua flora. O que está em jogo nessa vigília é a defesa da Amazônia, mas é também a defesa da vida, é a defesa do Brasil e a defesa do planeta. Parabéns pela vigília, saudações ecológicas e libertárias para todos vocês.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Ministro Carlos Minc, e passo, de imediato, a palavra ao Senador Renato Casagrande, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Senadora Ideli, que preside esta Sessão, Senador Sarney, Presidente do Senado, Senador Michel Temer, Presidente da Câmara. A importância dessa presença dos presidentes das Casas nesse momento. Ministro Carlos Minc, Ministro Mangabeira Hunger. Cumprimento atriz Christiane Torloni, Victor Fasano, cumprimento o Zé Nery, o Colbert Martins, Senadores e Deputado Sarney Filho, da Frente Parlamentar, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, entidades aqui presentes.

A importância dessa vigília, neste momento, Senadora Marina Silva, que também quero cumprimentar e fazer destaque pelo trabalho dela. A importância da vigília, neste momento, aqui um tema já foi colocado pelo Ministro Carlos Minc, que eu acho que é fundamental nós destacarmos: A vigília cumpre um papel em defesa da Amazônia, mas também cumpre um papel em defesa de todos os biomas. Porque há uma certa agressividade, bem articulada, de movimentos que querem continuar com o velho modelo de desenvolvimento. Então, a vigília cumpre um papel reação... Christiane Torloni, que foi uma das articuladoras desse momento que nós estamos vivendo aqui agora... Cumpre o papel de reação para que a sociedade brasileira possa dizer qual o caminho quer seguir no rumo do seu desenvolvimento. Acho que isso é importante, Câmara, Senado, sociedade, governo, todos juntos, dizendo qual o caminho quer seguir.

Outros países, outras regiões do Brasil adotaram esse velho modelo de desenvolvimento, que é um modelo quase nômade, você vai, ocupa uma região; a região está degradada, você ocupa região, e assim por diante. Parece que só a floresta derrubada é que tem efetivamente um valor. E essa vigília vem dizer que nós queremos implantar, neste momento de crise que nós estamos vivendo também, este novo modelo de desenvolvimento, porque o modelo que está aí já fracassou na área social, porque a quantidade de excluído que a gente tem, no mundo e no Brasil, nós podemos observar, verificar a cada dia; já fracassou na área econômica, estamos vivendo uma crise econômica e financeira, decorrente deste modelo, que concentra renda e que provoca exclusão social e que provoca uma concentração de renda muito grande; fracassou efetivamente na área ambiental... As grandes mudanças ambientais globais são decorrentes da exploração irracional das nossas florestas, do uso inadequado e irracional de fontes não renováveis de energia; de um consumo exagerado, que parece que só quem consome muito é que pode alcançar a felicidade. A felicidade está relacionada à quantidade que a pessoa consome por dia ou bem ou serviço que ela está consumindo, aí tem que chamar a responsabilidade do meio de comunicação também, que incentiva muito esse tipo de padrão de vida, e que nós temos que questionar também, que o planeta não suporta esse tipo de consumo, não suporta esse nível de consumo.

Então, nós estamos num momento que é apropriado para esta reflexão, pela importância da Amazônia, importância da preservação da sua biodiversidade, importância da questão do regime de chuvas em diversas regiões da América do Sul, importância na questão do equilíbrio da temperatura, importância econômica, saber que lá tem gente, tem que viver, tem que sobreviver, e que nós temos que ter modelos específicos de desenvolvimento, e já tivemos uma orientação divina, de que nós temos que orar e vigiar.

Então, a vigília não é só discurso; uma vigília é muito mais do que discurso, porque a vigília significa ação, a vigília significa atividade articulada dos movimentos, e é por isso que nós estamos aqui, neste momento, e acho que as Comissões da casa, que estão organizando no Senado, e as Comissões da Câmara precisam ativamente acompanhar os problemas públicos do Governo Estadual, Municipal, Federal, que buscam reduzir e zerar o desmatamento. O Congresso tem um papel fundamental; é uma agenda positiva, que pode ajudar a tirar o Congresso da crise que nós estamos vivenciando neste momento. Parabéns e muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Renato Casagrande e passo a palavra ao Senador José Nery, Vice Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para saudação.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, Deputado Michel

Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle; Deputado Sarney Filho. Saudamos a representação da ONG Amazônia para Sempre nas pessoas da atriz Christiane Torloni e Vitor Fasano; Sr. Colbert Martins, Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente; saudamos a presença de todos os ambientalistas, professores, Srs. Senadores, Deputados, Vereadores, todos que se dedicam à causa e à defesa da Amazônia.

Primeiro, não é possível pensar o desenvolvimento no Brasil sem pensar a Amazônia. E a riqueza da Amazônia é composta por sua sociobiodiversidade, seu povo, suas terras, florestas, água, enfim, tudo que compõe essa imensa região do nosso país.

Queremos alertar que não é possível preservar a Amazônia sem proteger e respeitar a população amazônida, de 25 milhões de brasileiros e brasileiras. Não é possível pensar o desenvolvimento da Amazônia a ter continuidade o modelo de desenvolvimento econômico até hoje presente na Amazônia, predatório, violento, que coloca milhões e milhões de ribeirinhos, índios, quilombolas, trabalhadores rurais, em condições de absoluta indignidade. O chamado progresso a qualquer custo tem sido responsável pela devastação, pela violência contra... E a espoliação das populações pais pobres.

Portanto, preservar e defender a Amazônia significa, em primeiro lugar, rever um modelo de desenvolvimento até aqui vivenciado, para, no lugar dele, pensarmos políticas sociais e econômicas, que incluam a maioria dos deserdados da Amazônia. Por isso essa vigília, a terceira da história do Senado da República, Senadora Ideli; atos dessa natureza só ocorreram dois, o ano passado, quando aqui fizemos duas vigílias em defesa dos direitos dos aposentados, a noite inteira. Esta é uma vigília em defesa da Amazônia, não só brasileira, da Amazônia Internacional, a Amazônia de todos, que está na Bolívia, Embaixador Rocampo(F), que está na Venezuela, na Colômbia e nos países vizinhos.

Portanto, o desenvolvimento que queremos não é esse dos grandes, dos megaprojetos, financiados, muitas vezes, com recurso público, para desmatar, retirar índios e camponeses de suas terras. O desenvolvimento que queremos é aquele que garanta a terra para todos, o direito dos índios, dos ribeirinhos, dos quilombolas, das populações urbanas das grandes cidades, das médias cidades, que sobrevivem na miséria e no abandono.

Portanto, essa vigília em defesa da Amazônia, o terceiro ato dessa natureza realizado aqui no Plenário do Senado Federal, é carregado de um simbolismo ímpar porque reúne os brasileiros e brasileiras que, nesse momento, estão associados a todos que, em todas as partes do país, na Amazônia, no Nordeste, no Sul e no Sudeste, em todo o canto, acompanham, com vivo interesse, esse ato e essa vigília, mas não querem, como nós não queremos, que seja apenas o ato da vigília. Significa afirmação do compromisso com o desenvolvimento sustentado, igualitário e inclusivo. Por isso, nós, que denunciamos os assassinatos de trabalhadores, de índios, de lideranças sindicais, dos movimentos populares, dos que morrem na luta pela terra, nós queremos o desenvolvimento que seja para todos e para todas. Por isso, o simbolismo deste ato deve significar, primeiro, Sra. Presidente, aqui, a conclamação a todos os Srs. Parlamentares, as diversas Comissões que organizam essa Sessão, proponho, é preciso escutar mais de perto o povo da Amazônia. Por isso proponho uma caravana na Amazônia, promovida por todos nós, para ouvir mais de perto aqueles que não são ouvidos e, assim, fortalecer cada vez mais o compromisso com o futuro dos 25 milhões de amazônidas.

Proponho, Sra. Presidente, Srs. parlamentares, senhores e senadoras das organizações ambientalistas, aqui no Congresso Nacional, à ameaça de retrocedermos na legislação ambiental, proponho que cada cidadão acompanhe o voto de cada Parlamentar que aqui venha votar para destruir, desmatar a Amazônia, inclusive denunciando, mostrando, em cada Estado, apontamos os nomes daqueles e daquelas que foram eleitos para defender os interesses do povo brasileiro, e defendem os interesses do lucro e do capital, denunciar o nome de todos aqueles que, de alguma forma, na Câmara e no Senado, votem para retroceder nas conquistas da legislação ambiental, pela reforma agrária, pelo fim da grilagem, para que os bancos públicos não continuem financiando o agronegócio, que devasta, que mata, que se envolve com o trabalho escravo, com grilagem e assassina trabalhadores.

Em nome da vida, em nome dessa rica região e desse povo tão querido e tão amado, o compromisso de todos nós, é fazer desse ato a reafirmação do nosso compromisso de todos os dias, de todas as horas, para que todos, na Amazônia e no Brasil, tenham pão, terra, dignidade, liberdade e justiça social. Esse é o grito que ecoa dessa Sessão. E, com certeza, será um marco fundamental no avanço das... Contra as forças conservadoras, que querem o retrocesso da legislação, humilhando o que nós já conquistamos. Por isso: Viva a Amazônia, viva a luta de todos, viva o povo brasileiro.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador José Nery e passo, de imediato, a palavra ao Deputado Sarney Filho, Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, para sua saudação.

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Sra. Presidente da Comissão Parlamentar Mista, Senadora Ideli, Srs. Presidentes da Câmara e do Senado, Deputado Michel Temer, Senador Sarney, Srs. Membros da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes, eu serei breve, cumprirei o Regimento. O que se impõe hoje aqui, basicamente, é o que se deseja para Amazônia, a questão básica é o que nós queremos a Amazônia? Queremos a Amazônia como uma fronteira agrícola a ser vencida, o processo histórico, que dilapidou o nosso patrimônio na Mata Atlântica, no serrado, ou queremos a Amazônia como um bioma que presta serviços à humanidade? Essa é a grande questão. Precisamos desmatar a Amazônia para crescer ou precisamos da Amazônia para que este crescimento seja consolidado? E assim a maioria dos que aqui estão entendem que a Amazônia é um bioma que deve continuar prestando serviços à Humanidade. A Amazônia não é somente um estoque de gases do efeito estufa; a Amazônia não é somente uma possibilidade imensa, incomensurável de curas, através da nossa biodiversidade, através do conhecimento da biodiversidade da Amazônia que, muitas das vezes, nós estamos destruindo, antes mesmo de saber do seu potencial. A Amazônia não é somente uma produtora de águas. A Amazônia não é somente um bioma que interfere nos regimes de chuvas, das regiões sul, Sudeste do nosso país. A Amazônia é um bioma que presta serviços à humanidade, a Amazônia ganha a importância, porque o mundo vive uma crise ambiental, porque o mundo vive uma crise climática, ou você acha que o que está acontecendo no Brasil e no mundo é coisa somente da natureza?

Hoje, já está comprovado que a ação do homem no Planeta Terra desencadeou um desarranjo ambiental, o clima está sendo aquecido artificialmente, e, nesse momento, a Amazônia ganha importância, porque ela significa um ar condicionando dentro do mundo aquecido. A Amazônia tem essa importância. Então, nós, que estamos aqui no Congresso, as lideranças de todos os partidos, temos que ter a responsabilidade de saber que os serviços ambientais que a Amazônia presta, *presta à humanidade, presta à vida no* Planeta Terra, e esses serviços têm que ser preservados.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, entrar na linguagem fácil daqueles que querem o desenvolvimento a qualquer custo, não é isso o que as pesquisas dizem que os brasileiros desejam. Na semana passada, foi feito uma pesquisa pelo Instituto Datafolha, 95% da população brasileira não quer o desmatamento; 90% da população brasileira prefere que haja menos produção e que as matas fiquem em pé. Então, essa é a realidade do povo brasileiro, o povo brasileiro já decidiu que quer a Amazônia preservada.

Agora, nós, políticos, deputados e senadores, que estamos verificando, vivendo o momento aqui em que se tenta, em todas as Medidas Provisórias, colocarem armadilhas para que haja retrocesso ambiental, na legislação ambiental, nós não podemos ceder a essa visão fácil, ceder a esse argumento falacioso, de que é preciso derrubar a floresta para que o país continue crescendo. A nova economia que se apresenta para o mundo é a economia ecológica, é a economia do baixo consumo dos gases do efeito estufa. E a Amazônia, nesse caso, é um diferencial a favor do Brasil. A Amazônia, como já disse aqui o Senador Sarney, como já disse o Ministro, a Amazônia que nós preservamos, ela é um diferencial nesse mundo, hoje, que está passando sérias dificuldades ambientais. Nós estamos vendo o Nordeste debaixo d'água, nós estamos vendo cheias que não se tem notícias de que elas já tenham existido nessas proporções, nós estamos vendo secas também. Será que, com tudo isso, ainda há pessoas que pensam que desmatar a Amazônia é a solução para o nosso desenvolvimento?

Então, Sra. Presidente, então, senhoras e senhores, vamos fazer a nossa vigília, mas que essa vigília se transforme em resultados concretos, que, daqui, se saíam decisões de todos os partidos, para que não se cometa retrocesso. Agora mesmo, na Câmara, está querendo fazer um destaque em que se tira todas as condicionantes ambientais, na legalização das posses e dos grilos que essa medida 458 está fazendo. Portanto, vamos respeitar o futuro do Brasil, e quero concluir, dizendo uma frase que eu ouvi. Segundo me disseram, é de um ditado africano: "Cuidem bem das florestas, porque elas não nos pertencem. Elas pertencem aos nossos filhos e aos nossos netos".

[palmas]

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Deputado Sarney Filho e passo, de imediato, a palavra ao ator Victor Fasano, um dos coordenadores e incentivadores deste Movimento Amazônia para Sempre.

**SR. VICTOR FASANO:** Bom, boa noite a todos. *Boa noite, Sr. Presidente, José Sarney,* Senadora Ideli Salvatti, todos aqui presentes, todas as autoridades. Boa noite brasileiros, boa noite aqui aos nossos um milhão e 100 mil brasileiros que estão nesses papéis—

[palmas]

Esta, senhores, é uma noite muito especial, pois estão aqui presentes, neste Senado, especialistas em

assuntos amazônicos e meio ambiente, cientistas, pesquisadores incansáveis das mudanças climáticas, autoridades, representantes dos povos da floresta, Chico Mendes, representado aqui pelo Comitê Chico Mendes, enfim, o conhecimento amazônico, conseguido com muito esforço, pesquisa e dedicação.

Eu espero que a aula que teremos aqui hoje nos faça refletir e nos dê material bastante para que os Srs. Senadores tenham conhecimento para que, com muita cautela, repudiem veementemente ações contrárias à manutenção da floresta em pé e que somente ações auto-sustentáveis sejam bem sucedidas. Cabe a mim apenas um depoimento pessoal, que parece que as experiências vividas, de tempos em tempos, reaparecem nas nossas vidas, frente, assim, que o tempo vem passando.

Nasci num país gigante e promissor, de recursos naturais abundantes e quase infinitos, de imensas florestas, sendo úmidas ou secas, altas ou baixas, manguezais, enfim, os diversos tipos de clima e ecologia. Desde que criança, me lembro, aprendi na escola sobre o que a árvore representava para vida: ela traz sombra, frutos e abrigo. Me ensinaram também, com muita veemência, que Brasil era o nome de uma árvore, a árvore que deu o nome a essa terra era o pau-brasil.

Eu me lembro que, há mais de uma década, quando eu estive em Angola, a convite de um amigo sul-africano, envolvido com um zoológico de Pretória e uma instituição americana, para tentar, junto ao povo angolano e às autoridades, demonstrar a importância de salvar as únicas palancas negras, um mamífero majestoso e imponente, que habitava aquele país... Bom, quando fui lá chamado, encontrei esse mamífero estampado por todas as partes: nas moedas, nas frentes das estatais, na cauda do avião das companhias aéreas do país, em todos os cantos, como símbolo de orgulho do povo angolano, pois é ou era um animal valente, que defendia as suas fêmeas e filhotes de leões famintos.

Depois de falar com jornalistas, políticos, cientistas, ouvi do Ministro do Meio Ambiente a seguinte frase: "Se esta espécie tiver que se extinguir, que aqui se extinga. Afinal, o animal é nosso, temos o direito sobre ele, inclusive o direito sobre a sua extinção", e negou qualquer ajuda. Hoje o símbolo desse animal continua estampado em todos os locais, mas ele não é mais visto há muito tempo. Lembro também de um incrível relato sobre uma ave, que abundava na costa leste norte-americana, diziam esses relatos, à época que, em suas migrações, o número de indivíduos era tão impressionante, que chegava escurecer o céu quando passavam; uns diziam que, quando passavam, demoravam até cinco horas para fazê-lo, outros, mais calorosos, diziam que essa jornada demorava até três dias. Com um tiro, se obtinham 80 carcaças e a ave era vendida a dois centavos de dólar, para adubar lavouras, alimentar porcos e outros animais, além das pessoas. Todo tipo de barbárie aconteceu com essa espécie, mas ela era um sucesso evolutivo. A sua população era em torno de dois bilhões de indivíduos, e a sua sobrevivência, em grande parte, dependia da manutenção desses grandes bandos.

O fracasso como espécie aconteceu justamente quando o número de indivíduos declinou até perto de milhões, num período, mais ou menos, de 10 anos; a população passou de extremamente abundante para apenas numerosa. Senhores, milhões é um número ainda muito expressivo nos idas de hoje; poucas populações de espécies detêm esse número de sobreviventes. Para viver, nidificar, se alimentar, enfim, viver como espécie, a sua ecologia exigia bilhões de indivíduos presentes; milhões já não eram suficientes.

O último pássaro vivo dessa espécie, que carinhosamente recebeu o nome de Marta, morreu no zoológico de Cincinatti, em 1914, e para se redimir das responsabilidades, as pessoas da época, justificavam que os bandos selvagens haviam migrado para o sul, para algum lugar perto da Bolívia ou Peru, ou que deveriam ter se afogado no Golfo do México, ou, na tentativa de migrar para África, não conseguindo ultrapassar o Oceano, sucumbiram aos milhões e foram lavados, em praias mundo afora, tão distantes quanto as costas da Rússia.

Quanto exatamente de floresta amazônica tem que efetivamente existir para que os serviços ambientais que ela presta continuem acontecendo? Qual a dinâmica do equilíbrio dessas populações de cumarus, maçarandubas e mognos, sem falar na relação entre essas espécies e outros vegetais, insetos, aves e animais? Qual a população mínima que deve existir, de cada uma dessas árvores? Qual é a fórmula física e química que existe entre a biodiversidade toda, capaz de manter esses serviços ambientais? Será, senhores, que aquele Cumaru, que está sendo cortado agora, será o responsável pelo desequilíbrio de toda essa harmonia biológica, e a floresta, como dizem, imensa, que escurece o chão quando vista do céu, repleta de árvores boas para o corte e donas de tanta terra que salvará o planeta da fome, sendo utilizada para agricultura e pecuária? O que acontece com as terras que já passaram por esse processo, desde que fomos descobertos, há mais de 500 anos, e nos demonstram que estão abandonadas, sem nada plantado, sem nenhum animal doméstico sendo criado, e repleta de brasileiros, que não tem acesso à saúde, à educação, e, pasme, escravizados. Meu Deus do céu, nossa flo-

resta, gigantesca, pode estar entrando em colapso nesse instante, apesar de ainda impressionantemente gigantesca, nós não sabemos.

Lá atrás, quando vários biomas e outras espécies foram exterminados, talvez a humanidade pudesse ser perdoada, que não havia conhecimento científico que pudesse recriminá-la. Hoje temos muito mais conhecimento, não o suficiente, claro, pois o conhecimento é infinito, mas o suficiente para sermos culpados, negligentes, sim, responsabilizados sim, pelas futuras gerações. Estamos exaurindo nossos recursos naturais, com orgulho, afinal somos soberanos, donos dessa gigantesca floresta e, pelo visto, iremos, com o peito empinado, bradar que ela se extinguirá aqui, que ela é nossa e nos pertence, como aconteceu com o comentário feito pelo Ministro do Meio Ambiente de Angola, há anos atrás. Será que, daqui alguns anos, uma árvore chamada, digamos, de Maria, que seja a última árvore existente nesse imenso território, outrora habitado inimaginavelmente por numerosas populações, de variedades arbóreas, teríamos que explicar à humanidade que ela teria partido, e que, provavelmente, teria sido vista correndo, fugindo para algum lugar longe, entre o Peru e a Bolívia, ou que, na tentativa de fugir da perseguição implacável, se jogou ao mar, com o intuito de atravessar o Atlântico, se afogando e seus destroços varridos nas praias do mundo afora, foram encontrados em locais distantes, como o litoral da Rússia. Será que deixaremos desaparecer todos esses recursos ambientais porque não sabemos quanto dele é necessário existir para existência da humanidade? Se eu estiver vivo até lá, voltarei a este Plenário para propor que o nome deste país seja mudado para outro qualquer, já que tenho certeza que simplesmente ouvir a palavra Brasil nos cortaria o peito, nos sangria a alma e nos traria mágoa, causaria tanto desconforto, que seria melhor jamais ouvi-la ou jamais pronunciá-la.

Este um milhão de brasileiros aqui presentes repudiam qualquer tentativa de mudança do Código Florestal Brasileiro, no sentido de empobrecer nossos biomas e dar autoridade a Estados e Municípios para fazê-lo, repudiam também o Projeto de Lei 6424, que visa diminuir de 80 para 50% a área protegida da Amazônia legal; repudiam também qualquer Projeto que venha a anistiar os transgressores, pecuaristas, madeireiros e grileiros dos crimes ambientais praticados há anos; repudiam qualquer Projeto que vise construir rodovias, sem o estudo de impacto ambiental, e que o modal ferroviário seja alternativa. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao ator Victor Fasano, e passo, de imediato, a palavra à atriz Christiane Torloni. E enquanto a Christiane se dirige ao microfone, tem um trecho do poeta Manoel de Andrade sobre a Amazônia, que diz o seguinte: *"Amazônia, Amazônia, com que verde vestiremos o nosso mapa? Quantos ainda cairão para que sobrevivas? Como conter o seu holocausto, p holocausto dos frutos e aromas, remédios e resinas, colares e adereços, canto o desencanto das orquídeas e cipós, de garras, patas e plumagens, de ninhos mortos da maternidade destroçada"*.

[palmas].

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu dei um título à minha fala, que, por incrível que pareça, eu aprendi no Acre, há dois anos atrás, chama-se "O disputar da florestania". Como disse o meu querido companheiro de lutas, hoje é um dia muito especial, é o dia de Nossa Senhora de Fátima e também quando se comemoram 120 anos da libertação dos escravos do Brasil. Eu convido os presentes a uma oração silenciosa, particular e ecumênica da sua própria Ave Maria, pedindo a que Nossa Senhora nos inspire nessa noite, nos ilumine para essa vigília que agora começa, e "o que é do céu ao céu, e o que é da terra, a terra", se bem que, segundo Shakespeare, existem mais coisas entre o céu e a terra do que supõe a nossa vã filosofia. Há 50 anos atrás, um grande homem, Martin Luther King, lutou até seu último suspiro pela liberdade de um povo e pelo reconhecimento dos direitos democráticos de uma nação. Ao começar os discursos, ele dizia uma frase que virou o seu lema e seu símbolo: *"I have a dream"*. Eu tenho um sonho.

Há exatos 25 anos, nessa mesma Casa, eu, uma menina de 25 anos, e toda a nação, vimos o nosso sonho de avanço democrático ser pulverizado diante dos nossos olhos, espantados, quando uma minoria de Senadores biônicos votou contra a vontade de milhões de brasileiros que sonhavam pelas Diretas Já. Hoje, não existem mais Senadores biônicos e nem categorias biônicas Parlamentares, no entanto, como dizem as más línguas, ou as línguas más, para eles, a opinião pública é lixo, pois, apesar das liberdades democráticas e da força da comunicação, com a convicção da sua imunidade e da sua impunidade, eles continuarão a ser reeleitos.

Estamos novamente em um ano pré-eleitoral, portanto, eu convido as línguas do bem, aqueles que entendem que a política é uma ciência maior, a se juntar a esses um milhão de vozes que estão aqui, aos 45 milhões que protestaram no site do Globo Amazônia, e aos 95% de brasileiros, que realmente se manifestaram contra a devastação, na enquete da DATAFOLHA, a defender não só com palavras, mas com gestos precisos e inequívocos, essa que é a única floresta tropical do planeta.

[palmas].

Essa mesma opinião pública, que vem sendo ignorada, desconstituída e ridicularizada, está aqui, dizendo claramente que não agüenta mais ver a coisa pública usada como moeda de troca para anseios que só aumentam poder, contas irregulares, mansões e castelos faraônicos.

[palmas].

Hoje muitos de seus Estados estão sendo castigados por enchentes, desabamentos ou estiagem nunca antes registrada, mais do que qualquer outro argumento sobre o aquecimento global ou das mudanças climáticas, a própria natureza está gritando e bem alto que, infelizmente, já passou dos seus limites.

Esta noite, esta noite, os que insistem em usar a nossa floresta como moeda de troca em seus negócios devem ser identificados e banidos nas próximas eleições.

[palmas].

A questão da Amazônia exige uma política de Estado e não de nenhum governo, e se é mesmo verdade que aqui ainda resistem políticos que pertencem as mais arcaicas ideologias, é chegado o momento de, como diz o nosso querido Shakespeare, de transformar a velhice em sabedoria e reafirmar um processo de florestania com a nação e com o Século XXI, no qual entramos, inexoravelmente. A prova disso é que, nesta noite de histórico encontro democrático, a tecnologia está nos conectando, não só com o Brasil, mas também com o mundo; nós não estamos sós. Ultrapassando as paredes desse Plenário, estamos sendo observados e também julgados. Não nos enganemos, a Amazônia é hoje a menina dos olhos de muitas nações, que insistem em afirmar que ela é um patrimônio da humanidade. Não podemos nos esquecer que, ainda no final da era Bush, assistimos a 4ª Frota espreitando os mares da Cone Sul, portanto, afirmar uma política severa de preservação é também um atestado inquestionável de soberania.

Hoje, 120 anos depois da assinatura da Lei Áurea, vamos também assinar a libertação dos escravos da ganância e da corrupção e garantir que o sonho de toda uma nação que nos acompanha hoje, não seja demolido novamente, como há 25 anos atrás. A democracia venceu o golpe da ditadura, e hoje, talvez, ela não agüente golpes da própria democracia. Vamos, juntos, reafirmar o nosso amor pela floresta amazônica. Selva!

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao brilhante pronunciamento da atriz Christiane Torloni, emocionado, como devemos estar todos nós, pelo desafio que nós temos com a preservação deste patrimônio da humanidade, que é a Amazônia, e, na seqüência, nós assistir ao vídeo do Movimento Amazônia para Sempre, até para que todos entendam como foi a coleta, o movimento que originou estes mais de um milhão e 100 mil brasileiros e brasileiras que participaram, colocando o seu nome, com título de eleitor, todos os documentos, para não ter qualquer dúvida do apoio deles à preservação da Amazônia. Então, eu peço à--

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Senadora, só um instantinho, eu gostaria de introduzir o nosso manifesto para que as pessoas saibam como ele chegou a ser feito como ele é hoje. É só uma introdução curtíssima, por favor. Enfim, é com muita honra que, na presença dos digníssimos e queridíssimos representantes dessa Casa, que nós vamos entregar essas um milhão de assinaturas do abaixo assinado do Movimento Amazônia para Sempre. Esse documento nasce, durante as gravações da minissérie da Rede Globo, intitulada "Amazônia – de Galvez a Chico Mendes", onde assistimos Juca de Oliveira, Victor Fasano e eu, horrorizados, os sintomas de uma Amazônia agonizante.

Esse movimento não se constitui numa ONG, não tem nenhuma coligação político-partidária e não visa fins lucrativos; é simplesmente uma iniciativa dos nossos corações despedaçados. Nesse momento, nós vamos passar o vídeo do manifesto, com as fotografias de Araquém Alcântara, e as Bachianas de Villa Lobos, cedidas gentilmente por seus representantes, pode começar, por favor.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agora os contrarregras.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Contrarregras.

[risos].

Se pudesse baixar a luz, seria bom, não sei se temos essa possibilidade, mas...

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Enquanto os contrarregras acertam, é importante fazer o registro da presença do Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Herman Benjamin, e também que essa vigília está sendo acompanhada, on-line, pela Assembléia Legislativa do Amazonas, do Espírito Santo, do Acre, de Rondônia, do Ceará e de Santa Catarina.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** O senhor pode aumentar o som, por favor?

[exibição do vídeo]

***NARRADOR:*** *Acabamos de comemorar o menor desmatamento da floresta amazônica dos últimos três anos, 17 mil quilômetros quadrados, é quase a metade da Holanda. Da área total, já amos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e 13 Estados de São Paulo,*

*não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do planeta. Depois de tombada na sua pujança, estuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateiam fogo às suas vestes de esmeralda, abrindo passagem aos forasteiros que a humilham, ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.*

***NARRADORA:*** *Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação, como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem-natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta pelo direito de manter a floresta em pé, porque delas dependemos para viver, mesmo depois de inúmeras sagas, cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.*

***NARRADOR:*** *Quando, no passado, enxergamos a floresta como obstáculo ao progresso, como uma área a ser vencida e conquistada, um imenso de estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos, ou uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são símbolos da nossa incapacidade de entender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratar.*

*Um país que tem 165 mil quilômetros quadrados de área desflorestada, abandonadas ou semi-abandonadas, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais, portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, onde se lê:*

***NARRADOR:*** *"A floresta amazônica é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais". Assim, deve-se implementar, em níveis federal, estadual e municipal, a interrupção imediata do desmatamento da floresta amazônica já!*

***NARRADORA:*** *É hora de enxergarmos as nossas árvores como monumento da nossa cultura e história. Somos um povo da floresta.*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos à Christiane, ao Victor, ao Juca de Oliveira, que foram os três artistas brasileiros que deram início a este movimento, que resultou neste mais de um milhão e 100 mil assinaturas que estão aqui depositados. E para que a resposta para esses um milhão de brasileiros não fique sem ser dada,no dia de hoje, eu **convido a Senadora Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente, para que possa, em nome dos Parlamentares dessa Casa, entregar ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, os Projetos que estão tramitando nesta Casa, e que seriam prioritários a sua aprovação para que nós pudéssemos, com a aprovação destes Projetos, responder dignamente ao anseio de preservação da Amazônia, que não só na forma do abaixo assinado, na pesquisa realizada há poucos dias atrás, se manifestou de forma tão contundente.**

**Portanto, a Senadora Marina Silva estará entregando, neste momento, o nosso pedido para o Presidente das duas Casas, para que a tramitação destes Projetos se dê de forma ágil, rápida, eficiente.**

[palmas].

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Exmo. Sr. Presidente José Sarney, Presidente Michel Temer, a nossa Senadora Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Ideli Salvatti, é com alegria e tristeza, ao mesmo tempo, que eu faço a **entrega dos Projetos prioritários para os Presidentes das duas Casas;** alegria porque estamos aqui reunidos, juntamente com todo Brasil, em uma vigília, numa demonstração de estado permanente de alerta em relação ao que pode acontecer e o que já sinaliza acontecer em relação a retrocessos na legislação ambiental brasileira. Alegria... A tristeza é porque os Projetos para destruição tramitam muito rapidamente, como aquele que agora está sendo votado, com poucos cuidados em relação à regularização fundiária—

[palmas].

--E os **Projetos para proteger a Amazônia**, às vezes, ficam dormitando nas duas Casas, e eu não estou aqui criticando aqueles que são os seus Presidentes, que é uma decisão das Casas, e esse é um trabalho colegiado; 15 anos ficou a lei da Mata Atlântica; 24 anos está a Lei de resíduos sólidos; quase 16 anos a Lei de acessos aos recursos da biodiversidade; O **FPE Verde está na Mesa da Câmara dos**

**Deputados há quase quatro anos, e é fundamental para a proteção da Amazônia**, só para citar alguns. Então, a tristeza é pela demora naqueles que deviam andar, Ministro Carlos Minc, e não andam, e alegria é porque esse ato poderá fazer com que paremos da gesticulação e possamos partir para o gesto de fazer com que essas medidas se transformem em prioridade nas duas Casas.

Então, eu passo à mão dos senhores, agradecida pelo espaço, pelo acolhimento da sociedade brasileira, nas duas Casas aqui simbolizadas nas vossas presenças, das autoridades que somos nós, os Senadores, o Ministro, e todos que aqui se fazem presentes. Eu entrego às mãos do Presidente Sarney, não pelo pretexto da idade, mas que ainda vai chegar a segunda cópia, eu estou entregando, então, para o senhor e, em seguida, para o nosso Presidente Michel Temer.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Presidente Michel Temer, a sua cópia já está chegando. E, para terminar esta solenidade de abertura, eu convido a Mirla Cristina Peixoto Brilhante, que é representante da Conferência Infanto-Juvenil do Meio Ambiente. Nada melhor do que terminar abertura dessa nossa vigília com a palavra do futuro, que são as nossas crianças.

[palmas].

**MIRLA CRISTINA PEIXOTO BRILHANTE:** Boa noite.

**PLATÉIA:** Boa noite.

**MIRLA CRISTINA PEIXOTO BRILHANTE:** Meu nome é Mirla, eu tenho 13 anos e moro na cidade do Rio Branco, no Estado do Acre. Sou uma das 640 Delegadas, que participaram da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. A Conferência mobilizou cerca de quatro milhões de pessoas, em 11.700 escolas e comunidades em todo país. Lá no meu Estado, foram 104 escolas participantes, inclusive a minha escola, que se chama Henrique Lima, localizada no Bairro Calafate.

A partir da Conferência, nós, alunos, elaboramos projetos voltados para a problemática dos recursos hídricos, em especial o nosso Rio Igarapé Batista. O nosso igarapé, além de ser uma indispensável fonte de vida, tem um enorme valor cultural; as primeiras pessoas a morarem na beira do igarapé eram a família Batista, e por isso um lugar muito bonito e agradável logo se tornou um conhecido ponto de encontro. Era geralmente usada a seguinte expressão: "Varros nos encontrar no Batista? É, vamos". Podemos concluir, então, que havia uma relação intima entre o igarapé e as pessoas, tanto que o rio foi adotado como membro da família, que recebeu até o sobrenome Batista. Infelizmente, hoje o Batista não é mais um ponto de encontro, e é até difícil reconhecê-lo; a cidade cresceu rápido e de forma desordenada, com ela, veio a poluição das águas e a destruição de suas matas ciliares, essa é só a parte do problema que mora perto da minha casa. Mas eu sei que ele vai longe.

Eu sei que a solução também está bem perto de cada um de nós, e que ela pode ir bem longe. Se olharmos para maioria dos rios que passam pelas nossas cidades, vocês, os mais velhos, nos deixaram esgoto como herança. Eu quero deixar para os meus filhos um rio limpo e um ponto de encontro. Eu venho da terra de Chico Mendes, sou parte do grupo que vocês se referem como próximas gerações, pois venho aqui, esta noite, pedir aos senhores que não deixem que a Amazonia vire uma grande pastagem, uma grande plantação de soja. Nós, crianças da Amazônia, com a esperança, queremos ver que os senhores que aprovam os planos do governo, nos garantam que a Amazônia continue a Amazônia, com os seus rios limpos, suas florestas limpas e exuberantes, seus bichos preservados, sua gente respeitada.

Já perdemos quase 20% da Amazônia, milhões de animais, bilhões de árvores, bilhões de litros de água. As crianças da Amazônia são também as crianças do cerrado, que, por sua vez, são também a criança da caatinga, que também são as crianças do pantanal, dos mangues, das restingas. Nós, as crianças do mundo, queremos um mundo com a Amazônia e com todos os biomas protegidos e recuperados. Por favor, não nos neguem esse direito. Muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigado à Mirla Cristina Peixoto Brilhante, nesse brilhante pronunciamento, que nos alerta e nos obriga a termos responsabilidade. A Christiane Torloni e o Victor Fasano querem que todos os que estão aqui nesta Mesa se comprometam efetivamente com o Movimento Amazônia para Sempre, então, nós vamos depositar a nossa assinatura e o manifesto, com a assinatura dos membros dessa Mesa, será colocado encabeçando aquele um milhão e 100 mil assinaturas que estão no Plenário.

Então, eu peço que a Christiane colhas assinaturas para gente poder, em seguida, encerrar a abertura da Sessão, com uma sugestão que chegou aqui à Mesa, do Leonardo Távora Dias, ele não sabia da dinâmica, e ele disse que uma Sessão como esta, teríamos que cantar o Hino Nacional, e nós o faremos em seguida. Portanto, Christiane, colha as assinaturas, para nós encerrarmos com o Hino Nacional.

O Ministro Minc vai assinar pela segunda vez... Ah, nós vamos deixar a lista para todos os Parlamen-

tares também assinarem na sequência. Então, eu convido a todos os presentes para que, de pé, enquanto a Christiane Torloni e o Victor Fasano levam o abaixo assinado das autoridades da Mesa para que também, depois, possam ser feitas as assinaturas do Plenário ao... Para que possam ser acrescidas ao abaixo assinado de um milhão e 100 mil brasileiros e brasileiras... Pronto? Christiane e o Victor vão levar e nós vamos, então, em posição de respeito, neste dia, nesta noite, aliás, tão importante para o nosso Brasil e para a humanidade, cantar o Hino da nossa Pátria:

[Execução do Hino Nacional Brasileiro].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Amazônia para sempre! Agradeço a participação, a presença tão honrosa do Presidente José Sarney, do Presidente Michel Temer, do Ministro Carlos Minc, os presidentes das Comissões, o Senador Casagrande e Senador José Nery, o nosso Relator Colbert Martins. E nós agora vamos desfazer a Mesa da abertura para dar início ao primeiro painel, que é "Ameaças sobre a Amazônia". Alguns instantezinhos, apenas para os cumprimentos.

Nós vamos dar início ao painel de número 01, "Ameaças sobre a Amazônia", neste painel, nós vamos ter, ao final das exposições, a entrada da Assembléia Legislativa do Amazonas. Então, eu já peço para os contrarregras aqui do nosso... Da nossa atividade, que fiquem atentos, para que nós possamos ter a entrada, efetivamente, da Assembléia Legislativa do Amazonas, e sempre relembrando que estão diretamente conectados com esta vigília, além da Assembléia Legislativa do Amazonas, do Espírito Santo, do Acre, de Rondônia, do Ceará e de Santa Catarina.

Então, eu convido para se dirigir à Mesa, para compor a Mesa do primeiro painel, "Ameaças sobre a Amazônia", o Sr. Sérgio Leitão, do Greenpeace, para apresentar as iniciativas legislativas em tramitação, falar sobre as iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Da mesma forma, convido Sr. Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa da Amazônia, do IPAM, para análise das políticas públicas para a região. Convido o Padre Nelito Dornelas, da Comissão Pastoral da Terra, Aliança Camponesa Ambientalista. Convido a Sra. Sônia Guajajara, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; o Sr. Muriel Saragoussi, do Grupo de Trabalho Amazônia e Fórum de Trabalho Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. E convido o Sr. Oded Grajew, do Instituto Ethos, que estava designado um outro painel, e devido à sua viagem, o seu horário, vamos trazer a palavra do Sr. Oded Grajew, em nome do Instituto Ethos, também para este primeiro painel.

Então, Sr. Sérgio Leitão se encontra, o Paulo Moutinho também. O Padre Nelito... Ah, Muriel também já está aqui... Ah, não pôde esperar. Já fazendo registro que Sr. Oded Grajew não teve condições de esperar devido ao voo.

Então, lembrando que nós temos uma exposição de cinco minutos, prorrogáveis por no máximo mais cinco, para cada um dos compositores e, em seguida, eu tenho uma longa lista de Parlamentares inscritos para poderem também fazer o seu pronunciamento. E teremos também manifestos e depoimentos de artistas, que depois a Christiane e o Victor Fasano vão intercalar aqui nas intervenções.

Então, eu passo, de imediato, a palavra para o senhor Sérgio Leitão, representando o Greenpeace.

**SR. SÉRGIO LEITÃO:** Exma. Senadora Ideli Salvatti, Exmo. Senador Romeu Tuma, Exmos. Senadores presentes a essa Audiência Pública, Exmos. Srs. Deputados presentes a essa audiência, povo do Brasil, povo da Amazonas, o tema que me foi pedido abordar são as ameaças à Amazônia, infelizmente essas ameaças hoje se materializam na forma de Projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, trazendo o que há de pior, em termos de retrocesso na nossa legislação ambiental. O Brasil é um país que, nos últimos 20 anos, marcados pela edição da nossa Constituição Federal de 88, conseguiu fazer um pacto de paz com a sociedade e demonstrar ao mundo que nós temos um compromisso com a preservação ambiental. Mas hoje, concretamente há Projetos que tramitam na contra-mão desse compromisso histórico assumido com a defesa ambiental, e essa é a questão que precisamos discutir, após a Sessão de abertura dessa vigília. Ou seja, concretamente, para respondermos aos desafios colocados pelo Senador, Presidente desta Casa, Sarney, José Sarney, o que é que nós estamos aqui a vigiar? O que nós estamos aqui a orar e o que nós estamos aqui a proteger? E qual o papel do Congresso Nacional e qual o papel do Governo Federal nessa questão?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que nós estamos, nesse momento, votando, na Câmara dos Deputados, uma Medida Provisória que vai justamente aumentar o processo de invasão das terras públicas na Amazônia, que vai aumentar o processo de destruição da floresta amazônica, onde todas as salvaguardas pensadas para proteger o meio ambiente estão sendo justamente aqui do lado, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, sendo destruídas, retiradas, porque existe um setor da vida nacional que não consegue conviver com qualquer sistema de garantia ao meio ambiente. Se nós deixarmos o meio ambiente na mão desses setores, nem o verde da bandeira

sobrará, não sobrará nada. É preciso que peçamos e cobremos do Congresso Nacional se o compromisso hoje aqui assumido é um compromisso para as câmeras de televisão ou é compromisso verdadeiro com o povo brasileiro, se essas assinaturas que estão sendo apostas nesse documento vão durar o instante dos *flashes* das câmeras fotográficas, o instante da transmissão ao vivo do Jornal Nacional, o instante da transmissão da TV Senado, ou será um compromisso que a sociedade poderá confiar quando, às seis horas da manhã, for embora para sua casa trabalhar. Essa é a questão que a gente precisa ter claro.

Nós temos uma outra Medida Provisória, Senador João Pedro, que nos assiste aqui agora, que é a Medida Provisória feita de encomenda para liberar a construção da estrada Manaus-Porto Velho, é a Medida Provisória feita para acabar com a legislação ambiental no Brasil, é a Medida Provisória feita para instituir um regime da ditadura, que criou o decurso de prazo para aprovar processo, licenciamento, criando o sistema de corrupção, porque basta que o funcionário público não faça nada para que um projeto ambiental seja aprovado. Então, isso é gravíssimo, e a única razão da Medida Provisória que libera, sem qualquer cuidado ambiental, a construção da BR-319, é pavimentar a candidatura do Senador Alfredo Nascimento ao governo do Amazonas, não tem outro objetivo senão esse, pavimentar a candidatura do Senador Alfredo Nascimento ao governo do Amazonas, e quem vai pagar a conta da eleição Senador Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes, é o povo brasileiro, quem vai pagar a conta é a Amazônia, vai perder o último bastião de floresta que nunca foi destruído, vai se acabar com o conceito de bioma amazônico. Nós vamos ter, no lugar dele, uma floresta destruída e, no lugar dessa floresta, o Senador Alfredo Nascimento, eleito. Vale este preço ao povo brasileiro? Essa é a pergunta que precisamos fazer ao Senado e à Câmara dos Deputados e ao Presidente Lula que, infelizmente, deu as mãos para que esse Projeto, pessoal e eleitoreiro, fosse viabilizado pela nação brasileira.

Nós temos uma terceira ameaça, que é o Projeto de Lei, oriundo também do Senado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que nós, do Greenpeace, chamamos de "floresta zero"; "floresta zero" porque congela a destruição na Mata Atlântica, congela destruição no cerrado e permite que se destrua Amazônia. É "floresta zero" porque impede a possibilidade de regeneração das florestas brasileiras, consolidando aquilo que são imensos desertos, que o processo histórico de destruição no Brasil nos legou. E a pergunta que nós fazemos ao Senado Federal, isso foi aprovado aqui, hoje está na Câmara dos Deputados: O compromisso é com a floresta ou o compromisso é com aquilo que não consegue enxergar, os benefícios que o meio ambiente gerou ao Brasil?

Por último, nós temos, Senadora Ideli Salvatti, o que talvez seja a maior ameaça, não ao meio ambiente, mas à própria existência de um país que se pretende e que se pretendeu sempre uma federação, que nasceu sob a égide do pacto federativo, cujo papel do Senado Federal foi consolidar. Ali está Ruy Barbosa; é ele o responsável por dar a este Senado a consolidação de uma união que foi feita primeiro em termos territoriais, mas cuja base política se deu pela ação do Senado Federal. O que é que quer a bancada ruralista hoje, na Câmara e no Senado? Quer simplesmente criar a possibilidade de que os Estados possam, de maneira completamente antagônica, instituir um concurso de maldades, para saber qual é o Estado que mais permite se desmatar. É isso que vai acontecer se o Código Ambiental de Santa Catarina for sancionado pelo Supremo Tribunal Federal, é isso que vai acontecer se o Senado der a permissão para que outros Estados o façam.

A federação não se pode constituir num concurso de maldades, num pacto negativo, onde o meio ambiente vai entrar como moeda de troca para que o agronegócio, no Brasil, não consiga reconhecer que seria importante para o Brasil; o Brasil é mais importante para o agronegócio. É essa escala de prioridades que não se consegue entender.

Eu quero aqui deixar claro que nós temos toda boa vontade de reconhecer que 1/3 do PIB brasileiro é feito pelo agronegócio; eu tenho toda boa vontade de reconhecer que mais da metade do saldo da nossa balança comercial hoje é feita graças ao agronegócio. Agora, eu também queria que o agronegócio reconhecesse que isso custou, isso custou cinco milhões de escravos que foram trazidos para esse país, é 1/3 de todo o tráfico internacional; custou dois milhões de indígenas sacrificados, custou uma Mata Atlântica inteira, custou a metade do cerrado e vai custar a Amazônia inteira, se a gente não se mobilizar.

Então, eu saber se o agronegócio quer fazer um pacto de paz com o Brasil, porque nós queremos fazer um pacto de paz com o agronegócio, não queremos ser subjugados, não queremos ser acovardados, não queremos o Supremo Tribunal Federal colocados de joelho para trafegar os interesses de quem não quer saber de uma mínima relação de dignidade com o povo brasileiro.

Então, a pergunta que se faz, hoje, diante dessa agenda do mal, dessa agenda negativa, dessa agenda destrutiva, dessa agenda que não consegue estabelecer uma relação de diálogo com a sociedade

brasileira, é se esse compromisso que foi aposto aqui pelos Senadores, pelos Deputados, é um compromisso para valer. Essa é a pergunta que fica feita. E, em nome dessa pergunta, eu queria deixar claro que me entendo aqui investido da soberania popular, porque hoje essa Casa se abriu para o povo, e queria propor um Projeto de Lei.

Capitâneo(F) de Abreu, no final do Século XIX, fez um Projeto muito simples de Constituição Brasileira: Art. 1º: É proibido roubar. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário". Em nome do povo brasileiro, queria propor um Projeto, atualizando: Art. 1º: É proibido desmatar. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Sr. Sérgio Leitão, representante do Greenpeace, e passo, de imediato, a palavra para o Sr. Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, IPAM.

**SR. PAULO MOUTINHO:** Senadora, obrigada pela oportunidade. Eu tenho uma pequena apresentação, se o Luiz pudesse colocar para mim, seria ótimo. Obrigado.

Bom, Senadora, eu acho que, enquanto não entram alguns slides que eu acho que são contundentes por mostrar o futuro que nós estamos pretendendo para Amazônia, é extremamente importante o que alguns dos Senadores e Deputados que estavam, e o Ministro Minc, que estava na Mesa, quando disse que nós precisamos escolher o nosso futuro e escolher o futuro da Amazônia. E é exatamente isso que está em jogo, Senadora... Luiz, acho que não está lá ainda.

Eu queria mostrar, Senadora Ideli, na tela, o que nós podemos, talvez, estar escolhendo para o futuro da Amazônia, caso tenhamos o ataque às conquistas ambientais, na legislação que nós temos, estamos assistindo hoje em dia. Por favor, Luiz.

Este mapa mostra o futuro da Amazônia até o ano de 2050; o que está em amarelo é desmatamento, caso nós fizermos uma repetição dos erros do passado. Essa é uma escolha necessária, que o povo brasileiro precisa fazer agora, se nós vamos extinguir, de uma vez por todas, o desmatamento na Amazônia, aproveitar, de forma mais sustentável, as áreas abertas e os recursos naturais da Amazônia brasileira, ou se nós vamos escolher esse cenário, aonde, em 2050, pelos modelos científicos publicados nas melhores revistas do mundo, estão dizendo que 55 a 60% da Amazônia brasileira estará desmatada, caso continuemos no mesmo ritmo dos últimos 20 anos. Próximo, por favor.

Essa é a situação em 2050; o que está em vermelho é desmatamento. Precisamos nos perguntar, como sociedade, como legisladores, como povos da floresta, ou como setor privado, se nós queremos esse futuro para Amazônia, com mais da metade desmatada, porque é isso que, certamente vai acontecer, especialmente se perdermos o nosso avanço, em termos de legislação ambiental. Próximo. Próximo.

O que nós temos, em termos, um pouco de política pública, em termos gerais, é isto: Uma operação Amazônia, em 65 e 69, que desencadeou uma série de programas, até o atual PAC. Eu queria, Senadora, propor aqui também, para se juntar ao Plano de Aceleração do Crescimento, um PAC indígena, um PAC de comunidades tradicionais, um PAC ambiental, exatamente a inclusão desse tipo de PAC, dentro do atual PAC, que é necessário, porque o que está posto, em termos de políticas públicas gerais, não contempla o desejo da população brasileira, como já foi imensamente expressado nas outras falas. Próximo. Próximo.

Depois de todos esses planos de políticas públicas que veem o vazio da Amazônia ser ocupado a todo o custo, o que é que nós temos para sociedade? Se tivéssemos algum lucro, ainda vá lá, poderíamos até analisar que o que fizemos tem algum benefício, mas 70% da Amazônia foi convertida à pastagem de baixa produtividade, baixos empregos, portanto, com uma lucratividade bastante reduzida. A qualidade de vida e a distribuição de renda da população é a pior possível; 43% da população da Amazônia, são dados do IBGE, estão abaixo da linha da pobreza; 10% da riqueza regional está em 1% da população, e 50% dos mais pobres ficam apenas com 15% dessa riqueza. Os próximos 20 anos serão iguais os 20 anos passados, é exatamente isso a escolha que está na nossa frente. Próximo.

O que nós precisamos, de novo, Luiz, por favor... O que nós precisamos é, talvez, políticas que encarem o novo desafio da mudança do clima, onde a floresta é sinônimo de crescimento econômico, não de barreira econômica, aonde a recuperação florestal das áreas já abertas e a intensificação da agricultura podem ser a resposta para ampliação de produção de alimentos. Próximo.

O governo brasileiro fez, especialmente durante a gestão da Ministra Marina Silva, um esforço de conservação bastante grande que, nesse contexto de mudança climática, tem uma relevância muito grande, por exemplo, de 2004 e 2005, 24 milhões de hectares de unidades de conservação, Resex, foram demarcadas na região. Isso equivale a 600 milhões de toneladas de carbono que deixaram de ir para atmosfera por essa ação, inclusive, nesse contexto econômico para mudança de clima, pode ser alavanca de divisas enormes para o país; não estamos falando em empobrecer

a Amazônia mantendo a floresta em pé, ao contrário, enriquecê-la. Próximo.

O grande ponto, nesse Projeto todo, de uma nova política, de novas políticas públicas para Amazônia, num sentido mais sustentável, são os povos indígenas, populações tradicionais, que tem os seus territórios naquela região. Para se ter uma ideia, Senadora Ideli, as terras indígenas e Resex, abrigam 15 bilhões de toneladas de carbono, dentro dos seus limites, isso significa quase oito Kyotos, que é o esforço mundial de redução de emissões. Isso está na mão dos guardiões da floresta, e que precisam ser reconhecidos como tais, e quiçá compensados por isso.

Se nós tivéssemos as metas de desmatamento impostas pelo governo ou sugeridas pelo governo, dentro de um sistema qualquer de compensações, nós poderíamos gerar, de imediato, 20 bilhões de toneladas, 20 bilhões de dólares, apenas cumprindo essas metas que foram colocadas pelo governo brasileiro, que poderiam ser muito mais audaciosas. E, obviamente, é um grande passo, de qualquer forma. Próximo. A história de que não existe mais área disponível para ampliação da agricultura ou da pecuária, isto é totalmente errado. A pseudociência criada para gerar esses números não condiz com uma análise simples, quando, se usando o que está no Código Florestal, pode-se aproveitar, em produção, uma grande proporção da área já desmatada, sem uma única alteração no Código Florestal. Por que, então, o ataque ao Código, que está sendo promovido nessa Casa, no Congresso Nacional? Próximo.

Há uma série de políticas, especialmente aquela de valorização da floresta em pé. Esse é um patrimônio que gera crescimento econômico, nessa nova ordem climática, próximo. E, certamente, educação, como já foi colocado, é fundamental; essas crianças terão 50 anos, 59 anos, em 2100 e, portanto, elas são as pessoas que vão tratar ou decidir por um futuro da humanidade. Se deixarmos essas crianças de hoje e adultos de amanhã sem opções, é o que está acontecendo agora, certamente não terá uma terra minimamente habitável nos próximos séculos. Obrigado, Senadora. Obrigado, Senador Casagrande, pela oportunidade.

[palmas].

**[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, do IPAM, e agradeço a sua contribuição e passo imediatamente a palavra ao padre Nelito Dornelas, da Comissão Pastoral da Terra, que também tem o tempo de até 10 minutos.

**SR. NELITO DORNELAS:** Meus cumprimentos aqui ao Senador Casagrande, à Mesa, a todos aqui presentes e ao povo brasileiro, que nos assiste. Eu inicio aqui a minha fala me lembrando de um pastor luterano, Dietrich Bonhoeffer, mártir da Segunda Guerra Mundial, que dizia o seguinte: "Não se pode cantar o canto gregoriano ao saber que um judeu estava sendo morto no campo de concentração". Eu diria que também hoje, nós não podemos cantar o "Aleluia Pascal", sabendo que a nossa Amazônia está sendo rifada com a Medida Provisória 458.

[palmas].

É triste saber que essa Medida Provisória, que é tão necessária, que ela trata da regularização fundiária da Amazônia, das terras da Amazônia, no entanto, a Medida Provisória 458, que dispõe sobre essa regularização fundiária das terras da União na Amazônia legal, ela é, na verdade, um grande perigo. Ela é uma grande ameaça para nossa soberania nacional. Se aprovada, ela pode fazer com que a lei, que deveria melhorar a vida dos pequenos posseiros, que vivem há anos naquela região, vire mecanismo de estímulo à grilagem e à concentração fundiária.

O objetivo da Medida Provisória é disciplinar a regularização fundiária de propriedades da União na Amazônia legal, permitindo a transferência de terras públicas com até 1500 hectares em nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

A regularização fundiária é uma demanda antiga de pequenos posseiros, que ocupam essas áreas há muito tempo, pois sem ela não tem como conseguir financiamento nem linhas de crédito para investir, tendo em vista que esses posseiros não são proprietários daquela terra. No entanto, a Medida Provisória 458 deveria marcar o início da solução de problemas de violência no campo, concentração fundiária e avanço do desmatamento ilegal, entretanto, o texto original simplifica excessivamente os procedimentos de verificação da legitimidade da posse, o que pode resultar na entrega gratuita de terras públicas a pessoas que não são as verdadeiras ocupantes ou que não necessitam dela para sua sobrevivência. Aliada à ausência de qualquer vinculação desse processo, a uma política oficial de ordenamento fundiário, como zoneamento ecológico econômico, a Medida Provisória pode induzir a um verdadeiro saldão de terras públicas que, ao invés de beneficiar os pequenos posseiros de boa-fé, beneficiará os grandes grileiros e a concentração fundiária.

O Projeto de Lei de conversão de Medida Provisória que alterou a proposta do governo piora ainda mais a situação. As modificações apresentadas no relatório do Deputado Asdrúbal Bentes, do PMDB do Estado do Pará, a ser votado, que já começou a ser

votada na Câmara, inclui áreas devolutas, localizadas na faixa de fronteira, e outras áreas sobre o domínio da União, como passíveis de regularização nos termos dessa lei. Retira as exigências de o ocupante não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional. E permite que pessoas jurídicas e empresas privadas, possam adquirir terras públicas por meio dessa via facilitada, podendo vendê-las apenas três anos depois, por exemplo: Regularizar a posse dos caboclos e agricultores familiares é uma coisa; colocar terras públicas nas mãos de empresas e grandes fazendeiros é outra questão.

Infelizmente, se uma série de garantias não forem introduzidas nesse Projeto, como a necessidade de vistoria prévia, existência de um comitê orientador dos trabalhos, quem vai mesmo ser beneficiado por essas novas regras serão, na verdade, os grileiros, os latifundiários, que tomarão posse das nossas terras públicas. Eu diria que são quatro os grandes riscos que a Medida Provisória 458 impõe sobre a soberania amazônica: Risco à segurança nacional; a possibilidade de alienar terras devolutas na faixa de fronteira, aliada à possibilidade de legalizar áreas ocupadas por pessoas jurídicas, que poderão vender a propriedade sem restrição, pode resultar numa ampla privatização dessas terras, dificultando as ações do exército nessa região. Segunda ameaça: Regularização de terras griladas. Ao permitir alienação de terras a ocupantes indiretos e que não sejam proprietários de outros imóveis, a medida pode beneficiar a grandes fazendeiros, que não dependem daquela área para sua sobrevivência, e que as utilizam apenas para especulação.

Terceira ameaça: Concentração de terras. Mediante processo licitatório, com direito de preferência, a medida autoriza que pessoas jurídicas recebam o título da terra pública de até 1.500 hectares, podendo revendê-las sem restrição, em até três anos, o que criará um mercado de terras recém privatizadas que seguramente implicará no aumento da concentração fundiária naquela região e no conflito pela posse da terra.

Quarta e última ameaça: Declaração de posse sem comprovação. A dispensa de consultoria para imóveis até quatro módulos pode resultar na alienação de terras desocupadas ou para particulares que não são os verdadeiros posseiros. Lamento saber que nós estamos assistindo a esse episódio na Casa vizinha, essa Casa do povo, essa Casa que democraticamente deve cuidar e zelar pela nossa soberania, pelo nosso patrimônio, pelo bem de todos.

Nós estamos vivendo de fato numa grande encruzilhada: Ou nós nos unimos para salvar a Amazônia e, consequentemente, salvar a vida do planeta e no planeta, ou nós pereceremos juntos. A decisão está em nossas mãos. Queira Deus que os nossos Parlamentares, Deputados e Senadores, possam escutar o sábio conselho de um santo antigo, São Thomaz de Aquino, que dizia assim: "Se tu és santo, ore por nós; se tu és prudente, julgue-nos. E se tu és sábio, governe-nos". Que essas duas Casas possam, de fato, ser compostas por pessoas que vivam a prudência e a santidade e a sabedoria para, na hora da decisão final, votem a favor da nossa soberania, a favor dos povos, dos nossos pobres, a favor dos amazônidas e fator da humanidade. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Padre Nelito Dornelas, da Comissão Pastoral da Terra, pela sua contribuição. E eu vou passar a palavra, também por 10 minutos à representação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Sônia Guajajara.

**SRA. SÔNIA GUAJAJARA:** Boa noite a todos, a todas e um boa noite especial a meus parentes que estão aqui também dando um apoio a esta causa. Para iniciar a minha fala, gostaria de convidar a minha colega, Sheila Juruna, apenas para fazer uma saudação inicial.

**SRA. SHEILA JURUNA:** [pronunciamento em outro idioma]. Em nome dos povos indígenas do Estado do Pará, eu, Iacarepi Juruna, e em nome dos povos da Amazônia brasileira, quero dizer a todos, Srs. Parlamentares, autoridades aqui presentes, vamos juntos, salvar a Amazônia, vamos unir nossas forças, chega de ficar pensando que estamos deitados eternamente em berço esplêndido, porque é capaz que a gente acorde sufocados com essa fumaça de destruição das nossas florestas.

Em nome disso, eu quero cantar um canto do nosso povo Juruna, pedindo que salve as nossas florestas, nossos frutos, porque a Amazônia para nós, povos indígenas, ela não é só o pulmão do mundo, ela é o coração do mundo, ela é a nossa vida e a nossa alma.

[música indígena].

Obrigada.

[palmas].

**SRA. SÔNIA GUAJAJARA:** Obrigada, Sheila. Porque nós sempre fazemos o nosso ritual, como forma de agradecer a um ser superior pela nossa existência, e também agradecer pela oportunidade de estarmos aqui, ajudando a defender essa natureza, que tanto prezamos.

E eu gostaria de iniciar, perguntando por aquele povo que estava aqui nessa Mesa, agora há pouco. Eles vem, assinam o papel, assinam o documento, e se vão. E como que fica essa vigília? Como nós podemos dar continuidade a esse compromisso, se nós não

podemos falar para que eles ouçam aquilo que de fato nós trazemos, qual que é a nossa mensagem? Eles assinam, falam para televisão e se vão. E nós continuamos aqui, falando para nós mesmos.

Nós já discutimos, nós já sabemos o que queremos, como fazer para salvar a Amazônia. Mas, os Congressistas, os Deputados e Senadores, precisam aprender muito mais conosco.

[palmas].

Nós somos povos indígenas, de norte a sul, de leste a oeste desse país. E, por sermos povos indígenas, não quer dizer que somos apenas um povo, pois nós somos de uma diversidade cultural muito grande. Somos hoje, no Brasil, mais de 220 povos, com 165 línguas faladas. E isso quer dizer que realmente somos diferentes e precisamos ser tratados com essa... Respeitando essas diferenças.

Aproveitamos aqui a oportunidade para reiterar o ponto de vista de nossos povos e organizações a respeito das questões ambientais, especialmente em relação à preservação da Amazônia, que é o objeto presente desta vigília. Achamos inadmissível, e até impressionante, a forma como as pessoas... A forma como a maioria dos Parlamentares, de Senadores e Deputados, tratam da questão ambiental. Parece que não compreendem que as suas atitudes, as suas ações, as suas assinaturas podem salvar ou dizimar o planeta, e acabam jogando a culpa para os pequenos. Nós, que estamos lá preservando, que estamos lá protegendo, é que sempre somos acusados de invasores ou de devastadores. E aqueles que facilitam a liberação, o licenciamento para exploração, para o desmatamento, nunca acabam sendo punidos por isso.

Então, nós estamos aqui para repudiar essa flexibilização de licenciamento ambiental. Só quem não quer não reconhece que os povos indígenas são os principais responsáveis por mantermos ainda o maior bloco contínuo de floresta em pé desse país. Nós somos os verdadeiros guardiões da floresta porque nós entendemos essa importância, entendemos a importância de se ter uma Amazônia viva, porque, na Amazônia, além das florestas, tem também pessoas, e por querermos salvar também a humanidade, nós permanecemos lá, preservando e contribuindo para a diminuição, para a mitigação do aquecimento global, e contribuindo, assim, para diminuição também dessas mudanças climáticas, que tanto hoje são discutidas. E nós estamos lá, preservando e prestando um grande serviço a toda humanidade. Porque, se acabarem com a Amazônia, não são os povos indígenas que irão juntos, todos os povos do Brasil e do mundo também irão junto com ela.

Na semana passada, nós estivemos reunidos com mais de 1300 lideranças indígenas num movimento que nós chamamos de acampamento Terra Livre, que era denominado por nós Abril Indígena. Esse ano aconteceu no mês de maio, de 04 a 08 de maio, na Esplanada dos Ministérios, aonde nós reivindicamos ao Governo Lula que não ceda às pressões e à voracidade de setores e representantes do coronelismo do agronegócio, e remanescentes da ditadura. Que, em nome do desenvolvimento e até da democracia, e também do povo brasileiro, declaram publicamente, de forma aberta, ou às vezes camuflada, que somos uma ameaça para o país, que somos uma ameaça para o seu desenvolvimento ou para o que eles chamam de desenvolvimento. Que somos uma ameaça a essa sua unidade política e territorial, visando, no entanto, a usurpação e destruição de nossos territórios e dos recursos naturais hídricos e da biodiversidade que existe dentro dela. Porque, para nós, a terra significa muito mais do que um pedaço de chão. A terra, para nós, é um lugar sagrado, é um lugar espiritual, aonde tem um espaço de continuarmos com a preservação e com a manifestação de nossas culturas e nossas tradições.

As nossas principais... As principais ameaças que nós trazemos aqui hoje são dois Projetos de lei que tramitam nessas duas Casas, que tratam de trazer para a aprovação neste Congresso a demarcação de terras indígenas, que nós, povos indígenas, somos contrários à demarcação de terras indígenas, bem como à revisão dessas áreas já demarcadas. Hoje tramita neste Congresso, e nós estamos aqui para dizer que somos contrários a essas iniciativas, bem como somos contrários também à iniciativa da bancada ruralista, à retirada dos Estados do Mato Grosso, do Pará e de Tocantins do bioma da Amazônia, porque esses Estados, estando no bioma da Amazônia, eles estão contemplados, considerados como patrimônio do povo brasileiro. Então, com essa... E assim, estando nesse bioma, eles tem garantia a um maior índice de preservação. Não contente com isso, querem tirar os três Estados da Amazônia para que, assim, se legalize o desmatamento—

Então, essas são as nossas preocupações, que os povos indígenas da Amazônia e do Brasil trazem para esta vigília, porque queremos que o mundo saiba que nós somos contrários à devastação, somos contrários ao desmatamento, e que nós, povos indígenas, precisamos ser compensados pelo grande trabalho que viemos prestando à humanidade, que milenarmente nós somos os verdadeiros guardiões da floresta. Muito obrigado.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, eu quero fazer um agradecimento à Sônia Guajajara, que aqui representa Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. E passo a palavra à Muriel Saragoussi, que é do Grupo de Trabalho Amazônico e Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais.

**SRA. MURIEL SARAGOUSSI:** Boa noite a todos e a todas. A Rede GTA, o Grupo de Trabalho Amazônico, ele reúne mais de 600 organizações de pequenos agricultores, de extrativistas, de pescadores, de seringueiros, de indígenas, de quebradeiras de coco babaçu, de quilombolas, ribeirinhos, de entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de Direitos Humanos. E todo este povo está aqui esta noite conosco.

A Amazônia é uma das últimas fronteiras do planeta. Não é só uma fronteira física, de terras ou de recursos naturais, mas também uma fronteira de conhecimento. Os novos conhecimentos sobre a biodiversidade, as línguas, as civilizações pouco conhecidas, uma fronteira espiritual, uma fronteira estética. E a conjuntura da Amazônia hoje é uma conjuntura extremamente delicada. O Brasil lança sobre a Amazônia um olhar de conquista, um olhar que busca se apropriar do que a região tem, em nome da nação e do desenvolvimento a qualquer custo, sem cuidado, de uma forma imediatista.

A Amazônia é a fronteira na qual se chocam modelos de desenvolvimento que são muito diferentes. E, para nós, da Amazônia, parece que a gente está eternamente preso num ciclo, um ciclo que muda de aparência, mas não muda de conteúdo. Eu não combinei nada com o Paulo Moutinho, e ele colocou os ciclos aí, porque é exatamente o que nós sentimos. Esses ciclos, eles são contínuos, eles são grandes Projetos, mas grandes Projetos que beneficiam pouquíssimas pessoas, destruindo seres humanos e a natureza, num processo que está se acelerando a cada volta. Cada vez mais rápido, os ciclos vem e nos atropelam.

Hoje nós temos o ciclo do PAC; para nós, um conjunto de obras não é um modelo de desenvolvimento. As obras, em si, não trazem desenvolvimento e não trazem, atrás delas, nenhum projeto de sociedade. Tomaram o Plano Amazônia Sustentável, que deveria ser esse projeto de sociedade, e torceram ele, deturparam o Plano Amazônia Sustentável para que ele se torne um sustentáculo do PAC, para que ele dê a justificativa a essas obras do PAC, permitindo que rasguem e alaguem a floresta, que justifique a distribuição das nossas terras, a regularização da grilagem e do latifúndio, sem cuidados, sem anteparos para garantir o direito daqueles que são pequenos e dos povos da floresta.

Com a MP 458, estão regularizando as terras das empresas, as terras privadas, mas não regularizam as reservas extrativistas, não regularizam as terras que são de uso coletivo. Além de dar a terra ao capital privado, querem também legalizar a destruição da floresta em larga escala, modificando o Código Florestal e destruindo a base que torna possível uma outra forma de desenvolvimento, essa forma de desenvolvimento mais justa, que nós queremos.

Continuando esse passo, quando terminar esse ciclo do PAC, terão acabado conosco, terão acabado com a base da nossa vida, da nossa cultura, terão acabado com a nossa esperança de um presente e de um futuro melhor. Terão acabado com a esperança do respeito às diferenças, do respeito aos nossos anseios, de justiça, e igualdade.

Nós tínhamos uma esperança, mas ainda temos uma proposta de sociedade. Nós temos a oportunidade de uma sociedade mais justa, mais horizontal, de convivência com a natureza e de compartilhamento de riquezas. Temos, mais do que nunca, a necessidade de alianças; alianças cada vez mais sólidas, em defesa do nosso lar e do nosso futuro: A Amazônia.

Por isso, pela defesa do meio ambiente, da nossa cultura, de uma verdadeira reforma agrária, nós queremos amazonizar o mundo. Nós queremos que essa Casa, o Senado, diminua a distância entre intenção e gesto, saia do discurso sobre a Amazônia para uma prática para a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Obrigada.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Obrigado, Muriel, pela sua contribuição e, com a sua participação, nós encerramos este painel, o primeiro painel dessa vigília, e agradecemos as presenças de vocês neste momento aqui à Mesa... As contribuições.

E agora vamos ouvir alguns Parlamentares. O terceiro momento é para que também possamos ouvir alguns Parlamentares. O primeiro Parlamentar inscrito é o Colbert Martins. Eu acho que vocês podem ficar à vontade, tomar assento, podem tomar assento também nas cadeiras ali no Plenário. Fiquem à vontade, tá bom? Muito obrigado. Colbert Martins não está presente, e eu passo, então, a palavra ao Senador Jefferson Praia, que tem cinco minutos para fazer a sua manifestação.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Boa noite a todos, Senador Renato Casagrande, a todos que fazem deste momento um dos grandes momentos deste Parlamento e do nosso país.

Na verdade, hoje nós estamos aqui, representando 25 milhões de seres humanos, 25 milhões de amazônidas. Nós estamos aqui representando a nossa belíssima floresta, os nossos rios, os nossos animais.

E percebo, em todos os que estão presentes, não só os que estão aqui, mas aqueles que estiveram aqui conosco, logo no início, a Christiane Torloni, o Victor Fasano e todos os demais, que assinaram este documento "Amazônia para sempre", um milhão e 100 mil assinaturas, que nós temos algo em comum, que é a alma amazônica, alma de amazônidas, ou seja, daqueles que querem o melhor para aquela região.

Eu vou aproveitar, Sr. Presidente, ser muito objetivo, que eu acredito que esta é uma noite de reflexão. Não é uma noite apenas para lamentações, mas uma noite de buscarmos caminhos, de buscarmos as soluções, de vermos o que estamos fazendo e o que temos que fazer, e eu refleti, há pouco, sobre alguns pontos que coloquei aqui, e gostaria de, rapidamente, destacá-los.

Vejo com grande... Com uma grande importância este momento, porque, na minha avaliação, nós temos que tornar a Amazônia uma prioridade nacional. Infelizmente, a nossa região ainda não é uma prioridade nacional. A partir do momento que for uma prioridade nacional, o tratamento será diferente.

Não concordo com afirmação de que as atenções estão ainda sendo todas para Amazônia porque as atenções por parte dos Governos, e aí eu coloco todos os Governos Municipais, Estaduais e Governo Federal, por parte do Congresso, ainda precisam ser muito maiores. Devemos tornar a Amazônia uma prioridade nacional. Nós temos que envolver mais a sociedade. Envolver as crianças, os adolescentes, os jovens, como vimos aqui uma representante lá do Acre, do Movimento de Adolescentes e Jovens, destacando a sua opinião dentro desse contexto.

Percebo também que não dá para termos uma Amazônia preservada e conservada sem intensificarmos a participação do Estado naquela região. É importante a participação do Estado na fiscalização, na orientação e, principalmente, deveremos trabalhar para estruturarmos os órgãos que fazem esse trabalho. Sem a participação intensa do Estado, não teremos uma Amazônia preservada e conservada.

O zoneamento econômico ecológico... Precisamos saber quais são as áreas da Amazônia para podermos utilizá-las na produção de alimentos, na produção dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável. Portanto, o atraso no desenvolvimento, ou melhor, no zoneamento econômico ecológico, é uma ação contra a Amazônia preservada que queremos.

O investimento massivo em ciência e tecnologia. Nós não conhecemos nada da biodiversidade Amazônica. Como é que nós vamos querer uma região preservada e conservada, sem fazermos os investimentos em ciência e tecnologia? E aí eu destaco a lentidão nas ações, quando temos, por exemplo, no meu Estado, um Centro de Biotecnologia da Amazônia, CBA, que precisa ser definido o modo de gestão, a forma como vai ser organizada a gestão daquele órgão tão importante para o desenvolvimento da Amazônia.

Para concluir, Sr. Presidente, entendo a importância do ordenamento territorial e também o investimento em infra-estrutura econômica e social. Para nós termos uma idéia, além da floresta derrubada, nós temos hoje rios e igarapés poluídos. É inadmissível termos cidades amazônicas com rios e igarapés sendo poluídos.

Hoje nós temos muitas cidades, e em parcelas significativas, que não temos água para as pessoas, em plena Amazônia, a terra das águas, e não termos investimento na área da rede de esgotos.

Portanto, continuamos com cidades sendo [interrupção no áudio]. Não se preocupe, Sra. Presidente, eu não vou aproveitar os 10 minutos.

**[troca de presidência].**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu lhe dei 10, mas você por favor ocupe só um--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu vou concluir, Sra. Presidente. Temos que ser hoje objetivos. Portanto, o desenvolvimento em infraestrutura econômica e social é importante, como também em saneamento. Esses eram alguns pontos para reflexão, nesta noite, que fazemos aqui, que é um dos.. Uma noite importantíssima, pela presença de todas as instituições, pela presença da Christiane Torloni, do Victor Fasano, de todos que estão aqui lutando em prol de uma região fantástica e que terá, sim, um grande futuro, não um futuro, como alguns pensam, que é um futuro de desmatamento e de rios e igarapés poluídos; um futuro contrário a isso. Um futuro com a Amazônia preservada e conservada. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador Jefferson Praia, e já solicito o Senador João Pedro, que é o próximo inscrito. Depois, o Senador Arthur Virgílio, ou seja, o Estado do Amazonas fechado, a bancada inteira.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** 100% na vigília.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** 100% na vigília.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Sra. Presidente, Sras. Senadoras, o movimento social presente aqui, companheiros, companheiras; além de mim, tem dois filhos fazendo a vigília, e o Yuri, que é um garoto de 13 anos, ele fez questão e vou utilizar aqui, dentro do meu tempo, sem ultrapassar os 10 minutos, mas eu vou conceder um aparte, Senadora Ideli Salvatti, ao Yuri, que preparou um pequeno texto para externar a sua opinião sobre a Amazônia. Pode ser, Yuri?

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Senador João Pedro está preparando as próximas gerações, Senador Arthur Virgílio. Então, vamos lá, Yuri.

**YURI:** Boa noite. Obrigada pelo aparte concedido.

[risos].

**YURI:** Boa noite. Estou aqui, em nome da Amazônia. A Amazônia, que é o meu lar e o lar de milhões de crianças, de indígenas, ribeirinhos e de todos nós. O homem não está sabendo cuidar do maior bem que o mundo possui; nós temos que saber preservar, cuidar da nossa floresta, que é responsável pela chuva. Todos nós somos dependentes da Amazônia, principalmente os ribeirinhos e os indígenas que moram lá. O homem invadiu a floresta, desmatando, queimando o nosso lar ilegalmente, sem nenhuma consciência. No entanto, sabendo que ali moram pessoas, sabendo que o nosso planeta é totalmente dependente da Amazônia, e não são somente os seres humanos que estão perdendo o seu lar, e os animais estão morrendo, entrando em extinção. Então, nós devemos repensar nossas atitudes. Amazônia para sempre. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito lindo, Yuri, muito lindo. Agora o pai arremata.

[palmas].

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu quero fazer uma saudação, registrar aqui, com muita alegria, um homem da Amazônia, que, lá no início dos anos 80, ele estava conosco nas ruas de Manaus, e... Participando de alguns fóruns internacionais, que é o Álvaro Tucano, do alto Rio Negro, que está aqui.

[palmas].

**SR. SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Uma pessoa que merece todo o nosso... O nosso carinho.

Gostaria de registrar a presença de Dom Juliano, que é o arcebispo de Parintins, que está aqui conosco, Prefeito de Parintins, várias lideranças do Município, a Secretária de Desenvolvimento Sustentável, a SDS do Amazonas. O Nélito, que está aqui, um engenheiro agrônomo. E me passa um filme rápido, porque a minha primeira manifestação política, a minha militância começou em defesa da Amazônia, começou em defesa da Amazônia. Nós estávamos, em dezembro de 1979, começando a Agronomia, e ali fomos para a Praça da Catedral de Manaus para protestar contra o Projeto JARI, aqueles modelos que iriam resolver a situação da Amazônia. Que não deu em nada, foi mais um grande projeto que não deu em nada.

E nós estávamos ali e foi a minha primeira corrida da Polícia, em defesa da Amazônia. Pois esse ato público terminou com uma pancadaria, porque ali, em dezembro de 79, nós estávamos cantando, dos poetas amazonenses, "Porto de lenha". E essa manifestação em defesa da Amazônia, ela terminou com todo mundo... Com algumas pessoas detidas, e acabou, mas nós continuamos.

E aqui eu queria fazer uma reflexão, quem sabe nós fazermos, Senadora Ideli Salvatti, Presidente das Comissões, Senadores que estão aqui, Deputados, nós fazermos esse mesmo gesto, esse mesmo ato, em todas as capitais do Brasil. Vamos sair, todos os meses, uma vez no mês, a gente vai para uma capital, discutindo a Amazônia, abrindo, fazendo as Audiências Públicas, porque, desde quando cheguei aqui na Amazônia... Então, essa é a proposta, sair do Senado e ganhar o Brasil, fazer Audiências Públicas nas capitais, cidades importantes, porque o Brasil precisa conhecer a Amazônia. O Brasil precisam amar a Amazônia. O Brasil precisa ter orgulho [interrupção no áudio] Sra. Presidente, Srs. Senadores, tem sido no sentido de quebrar as incompreensões com a Amazônia.

Agora mesmo, nós estamos discutindo o MERCOSUL. Venezuela... Parte da Venezuela é Amazônia. Nós não temos uma relação profunda com os países que compõem a Amazônia. E precisamos, inclusive, mudar a nossa lógica. Não basta defender a Amazônia brasileira; nós precisamos fazer a defesa da Pan-Amazônia.

Estava aqui o Embaixador da Bolívia. Na Bolívia, na Amazônia boliviana, tem 150 mil índios. Dezenas de etnias. 150 mil índios para a Bolívia, é muita coisa, é muito expressivo. E nós precisamos, então, compreender isso [interrupção no áudio]. Fazer a defesa da Pan-Amazônia. Só assim nós vamos estar contribuindo com os nossos povos, mas contribuindo com o planeta Terra.

Eu quero dizer que isso aqui é um gesto da busca da unidade em defesa da Amazônia, das populações tradicionais, da fauna, da flora, da água, dos ribeirinhos. Queria dialogar com o meu companheiro, que fez uma defesa contra a recuperação da BR-319. Eu não sou candidato ao Governo, mas eu penso que a nossa sociedade, o Estado Brasileiro, é possível, sim, recuperar a BR-319, que foi construída na década de

70, dentro de uma lógica diferente de hoje, podemos recuperá-la dentro de padrões democráticos modernos e comprometidos com a vida na Amazônia.

Eu espero que nós possamos [interrupção no áudio] toda, cumprir todas as exigências, porque, na BR-319, vivem crianças, milhares de crianças, professores, trabalhadores rurais. É possível, sim, compatibilizar a recuperação dessa BR em defesa da vida da Amazônia. É possível, sim, nós começarmos, nesta noite aqui, nesta vigília, mobilizando o Brasil, no sentido da defesa da Amazônia e no sentido da Amazônia ser, não só a solução para os povos da Amazônia, para o mundo, com solidariedade, a gente pode compreender, sim, sem abrir mão da nossa soberania, mas fazer gestos que a humanidade precisa e necessita desse pedaço tão particular do Brasil e da Pan-Amazônia, que é essa floresta bonita, viva, que nos orgulha e nos faz ficar, à noite, aqui no Senado da República. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador João Pedro, e completando 100% da bancada do Estado do Amazonas, chamo o Senador Arthur Virgílio e, em nome de toda a bancada, quero mandar a nossa saudação ao Senador Evandro das Neves Carreira, que tem 81 anos, e que, na década de 70, aqui neste Senado, foi uma das primeiras pessoas a defender, aqui no Senado, a região contra o desmatamento e a criação de gado no Estado do Amazonas. Então, Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

**SENADOR ARTHUR VIRGíLIO (PSDB-AM):** Sra. Presidenta, Senadora Ideli Salvatti, Senadora Serys Slhessarenko, Senadores e Senadoras, Parlamentares de um modo geral, e convidados que estão aqui nesta vigília por uma causa que é mais do que nobre, é nobilíssima, a causa de se discutir a Amazônia, até para se poder conhecê-la e, conhecendo-a, se poder defendê-la.

Uma das reclamações que mais faço dessa tribuna é uma profunda alienação que sinto do Brasil em relação à nossa região. Que pessoas amam a Amazônia, mas não se debruçam nos estudos para compreendê-la melhor. Eu entendo que a própria soberania nacional sobre a região, ela está fincada em três pés. É um tripé. O primeiro é, sem dúvida alguma, a presença militar, necessária, e eu já faço aqui uma reclamação muito clara: Há inexplicavelmente mais soldados no leste do que no Comando Militar da Amazônia. E o leste não faz fronteira com país nenhum, e a Amazônia faz fronteira com países até complicados. Milhares de fronteiras, de quilômetros de fronteiras.

Nós temos uma outra ponta desse tripé, que é o conhecimento. Eu fico espantado quando o INPA e o Museu Goeldi recebem uma ninharia anual deste e de outros governos; não estamos aqui para discutir governos. O Senador João Pedro foi muito feliz ao procurar o que nos aproxima e não o que nos separa, porque buscar divergência é a coisa mais fácil do mundo; agora, buscar convergência significa boa fé, inteligência e lucidez para se buscar objetivos e, nesse caso, não tem nada mais nobre, eu repito, do que defender a própria Região Amazônica.

Muito bem, o conhecimento... Milhões para o INPA, milhões para o museu Goeldi; eu gostaria de estar falando de bilhões, bilhões de reais, para que se pudesse fazer a investigação necessária, justa, que vai abrir a chave da exploração econômica, da biodiversidade Amazônica, na parceria mais preciosa que o Brasil pode montar para ele próprio.

A terceira parte desse tripé é, sem dúvida alguma, a presença civil nas fronteiras, garantida pela presença militar e com toda a perspectiva de desenvolvimento, escola, com educação, com saneamento, Senadora Marina, com tudo aquilo que se possa supor que constitua um atrativo para a vida nessa localidade. Eu fico muito feliz, porque essa iniciativa, não importa o quanto eu concorde do que eu ouvi, Senadora Ideli, e o quanto eu discorde de quem ainda possa vir a ouvir. Mas essa iniciativa, ela tem um valor histórico, porque o tema Amazônia começa, de fato, a ser nacionalizado. Estupidamente, é um tema internacionalizado; estupidamente, eu repito, é um tema não nacional. Ainda há quem interprete alguém vir na Tribuna do Senado ou da Câmara para falar sobre a Amazônia como se fosse algo paroquial, como se estivesse falando da ponte que liga a casa da D. Maroca à casa do Sr. Pedrinho, quando estamos falando de algo que o mundo sabe a importância.

Outro dia, eu perguntei para um plenário repleto de senadores, eu perguntei a eles e nenhum respondeu, até porque, com certeza, não deveria ter o que dizer. Eu perguntei se alguém conhece alguma universidade nesse país que pague alguma bolsa de estudos para alguém fazer um mestrado ou doutoramento em Amazônia... Eu não sei se faltaram os que sabiam, mas os presentes não souberam dizer uma só universidade do Brasil que pague doutorado ou mestrado para alguém estudar a Amazônia. Japão, França, Estados Unidos, China, sem dúvida alguma... Não vamos nem precisar ficar citando muitos países para nós percebermos a pouca importância que nós damos a uma região tão fundamental, sem a qual o Brasil é um país viável, mas um país medíocre, e, com a exploração correta, sustentável dessa mesma região, o Brasil possa vir a ser,

haverá de ser a potência econômica, pacífica, cordial, fraterna, com o que nós todos sonhamos.

Eu diria mais, eu fico espantado quando eu percebo que tem mais doutores PHD, só na USP, em São Paulo, do que em toda a Região Amazônica Legal. E nós precisamos de mais doutores PHD no INPA, no Museu Goeldi, pesquisando na nossa região. Eu fico muito espantado com tudo isso. [soa a campainha]

Peço um pouquinho de tempo para concluir, Senadora Ideli, para dizer alguma coisinha a mais. Dizer que nós... Me dá uma certa dor. Se alguém quiser pesquisar as propriedades da água da nossa região, da minha região, é só abrir o porão de um navio alemão, recolhe a água e leva para um laboratório de primeiríssima linha, para analisar aquela água. Eu lamento é nós não termos aqui dinheiro para os laboratórios de primeira linha funcionarem na nossa própria região. Eu lamento que alguém possa estudar os fungos da nossa floresta, depois de passar no hotel de selva, três, quatro ou dez dias, e nós não termos aqui os laboratórios de primeiríssima linha que possa fazer o estudo desses fungos em nosso benefício. Nada contra quem quiser estudar a nossa água, que estude à vontade, mas tudo contra nós não termos sabido, até hoje, neste país, Senador Nery, privilegiar e priorizar a região como a parte mais estratégica do país, como a última fronteira de desenvolvimento possível [interrupção no áudio], desenvolvimento sério, justo, com toda a preocupação com o equilíbrio ecológico.

Eu gostaria, ao encerrar, Senadora Ideli Salvatti, quando parabenizo V.Exa. e todos os que tiveram a brilhante ideia de realizar essa sessão tão proveitosa, citando a presença do Dom Juliano, do Prefeito [ininteligível], de Parintins, do meu querido Néliton, da Secretária de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, citando o Álvaro Tucano, que o João Pedro também já citou, do nosso ilustre futuro Senador, que é o Yuri, filho do João Pedro, é só falta de idade, que completou a idade está aqui. E dizer a vocês uma coisa muito simples, muito singela: eu acho que a gente deve resgatar as pessoas.

Estava me lembrando, ainda há pouco, de um querido amigo, falecido já, o Lutzenberger, mas eu queria dizer que tem uma pessoa, minha querida Muriel, que, como Parlamentar e com o seu jeito muito peculiar, Marina, de ser, um Senador do meu estado, eleito em 1974, ele que não tem vocação para essa coisa da disputa do voto, se elegeu porque a oposição fez quase todos os Senadores, naquela eleição, e aí a ditadura inventou os Senadores biônicos. Mas esse Senador chegou aqui dizendo que ia dar um recado amazônico. Eu já vi cientistas dizerem: "Não é tão correto o que ele diz, nem tudo o que ele diz é tão cientificamente comprovado". Mas, ele teve, e isso é algo que é histórico e deve ser registrado, Senador Evandro Carreira, ele foi o primeiro a dizer que não era possível se separar economia de ecologia. Foi o primeiro a dizer que não era possível se ter, se ter a idéia de que a Amazônia não pudesse ser olhada como uma região estratégica que é, e teria que ser olhada delicada, como ela, com os cuidados científicos que ela requer.

Eu gostaria de dizer ainda que está na hora de nós fazermos algo muito sério, e aqui o nosso Senador Yuri, tocou muito bem. Nós estamos vivendo um momento dramático na nossa região. Eu gostaria muito que daqui saísse também a idéia de se fazer um SOS Amazônia, um SOS Nordeste, para convocarmos as pessoas que estão, com certeza, ligadas nesta festa tão bonita, neste evento tão importante--

[soa a campainha].

--Para perceberem que nós temos no Amazonas, Senador João Pedro, Senador Jefferson Praia, 300 mil pessoas desabrigadas, ou em vias de. Que temos algo parecido, nos demais Estados da região, e algo muito grave acontecendo também nos outros Estados. Ou seja, eu vejo a nossa luta, a luta que tem que ser de todos, a luta por nós termos a compreensão de que preservar a Amazônia é sobretudo nós garantirmos também uma vida decente e justa com emprego, conveniente para todos, para que a Amazônia possa servir, com os seus 25 milhões de habitantes, à grandeza deste país, de modo justo, de modo equânime, de modo cristão, de modo fraterno.

Portanto, em homenagem aos moradores mais humildes da minha região, que eu digo, de corpo e alma, adiro, com todas as divergências que possa ter, de quem quer que seja, e não concordo com tudo o que se disse aqui. Mas, concordo com muito do que se disse, sobretudo concordo com a idéia base, eu concordo com o fato de que não tem nada mais importante neste momento do que fazer o que estamos fazendo, chamarmos atenção do país para o país acordar, e perceber que não tem nada mais grave do que alienação dos brasileiros em relação à Amazônia. Ou o Brasil compreende a importância dessa região ou o Brasil se desqualifica, do ponto de vista da ambição justa que ele tem direito a ter sobre o seu futuro. Muito obrigado, Sra. Presidenta, era o que tinha dizer.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Arthur Virgílio e a proposta e o chamamento do Senador Arthur Virgílio, e eu quero aqui, como testemunha viva do que foi a solidariedade do povo brasileiro para com a catástrofe ocorrida em Santa Catarina, novembro do ano passado, de que nós temos que aproveitar, sim,

esta Sessão, esta vigília, para reforçarmos a necessidade do apoio, da solidariedade, das doações para socorrer. Porque nós já temos hoje, entre os Estados da região Norte e da região Nordeste, atingidos pelas enchentes, mais de um milhão de brasileiros e brasileiras desabrigados.

Portanto, neste momento, é de fundamental importância que a solidariedade do povo brasileiro, que é sempre presente, se faça, mais uma vez, atuante, e o Congresso e o Senado e todos nós que estamos aqui estamos engajados em incentivar e fazer com que a solidariedade chegue o mais rapidamente, da forma mais correta cada um dos brasileiros e brasileiras, desses mais de um milhão de brasileiros e brasileiras, que estão sofrendo neste momento.

Eu chamo, para utilizar a palavra, o Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Sra. Presidente, me dá logo 10 minutos, para não ficar pedindo de um em um.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Já está dado.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO):** Sra. Presidenta, Senhoras e Srs. Senadores, senhores convidados, palestrantes, senhoras e senhores, m tesouro de valor inestimável, isso é o que representa Amazônia para nós, brasileiros, e para muitas entidades criadas, com as mais diferentes finalidades em todo o mundo.

Assim como defendemos o nosso patrimônio particular da sanha de amigos do alheio ou da deterioração natural, é nosso dever zelar pela preservação da Amazônia como patrimônio público de todos os cidadãos brasileiros. Por isso, aproveitando a ocasião desta vigília pela Amazônia, proposta por líderes da sociedade e da política, quero destacar a importância de dois Projetos por mim apresentados nesta Casa, mas que, infelizmente, não tem a desejada rapidez na tramitação. O primeiro é o Projeto de Lei do Senado PLS 264/2005, cujo objeto é autorizar a criação do Ministério da Amazônia.

É importante lembrar que a Amazônia legal é composta pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e parte dos Estados de Mato Grosso e Maranhão. A Amazônia legal, apesar da baixa densidade populacional, representa mais de 60% do território nacional e desperta a cobiça de entidades internacionais, razão pela qual, seria conveniente e oportuna a criação de um Ministério para tratar dos assuntos relacionados a tão extensa região e seus incontáveis recursos naturais.

Como consta da justificação desse Projeto, quero frisar que não sou um ambientalista radical, mas, entendo que a Amazônia precisa ser preservada. Se não adotarmos medidas sérias de preservação, legaremos para nossos descendentes uma Amazônia totalmente devastada, como resultado do desequilíbrio ecológico... Já está ocorrendo em todo o país.

Não podemos permitir que aconteça uma catástrofe como essa e devemos ter em mente que é possível preservar a região, gerando o desenvolvimento. Por isso, a criação de um Ministério para cuidar de tão vasta e complexa área seria uma medida que considero necessária e que não tardará a mostrar os melhores resultados.

Também considero, Sra. Presidente, importante mencionar, nesta ocasião, o PLS 342/2008, de minha autoria, que dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia legal, institui o conceito de ativo econômico e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região. Esse Projeto se encontra na CCJ, desde o dia 10 de setembro de 2008. E acredito que nem Relator ele tem hoje, porque era... Era o Senador Daniel Nery e que... Não está mais na CCJ.

Com a instituição do Desmatamento Zero, acredito, por 10 anos, se criaria uma consciência ambiental na Amazônia. Além do mais, o Projeto cria a figura do ativo econômico, no caso de manutenção da floresta primária em condições de conservar a biodiversidade, os valores culturais e históricos. O conceito de ativo econômico é resguardado quando se aplica o manejo florestal de rendimento sustentável, compatibilizando os sistemas agropecuários e florestais, dando-lhes o direito à certificação dos produtos.

É evidente que não temos como reverter, a curto prazo, as áreas que já se encontram em avançado estado de degradação, mas ainda temos hoje, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, 83% das florestas amazônicas ou da Amazônia legal intacta; apenas 17... Eu vi aqui num filme que são 16%, então, os meus dados ainda estão um pouco superestimados. Me falaram aí que só 16% foram desmatados.

Com relação às fontes legais de matéria-prima florestal, já temos o reconhecimento oficial da própria Secretaria de Biodiversidade de Floresta do Ministério do Meio Ambiente de que mais de 50% da madeira comercializada na Amazônia é de origem ilegal. Essa situação comprova a incapacidade atual do órgão de acompanhar, vistoriar e confrontar a produção com a documentação expedida. Torna-se necessário, portanto, proceder ao fortalecimento institucional dos órgãos de controle ambiental para minorar os efeitos da incapacidade de controle.

Eu acho que muito dos crimes que acontecem na Amazônia são culpa dos próprios órgãos de defesa ambiental, que foram coniventes no passado, e até hoje,

pela falta de estrutura, ainda muita coisa acontece é... Sob a conivência dos órgãos ambientais. Madeireiros sérios, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tem que continuar trabalhando, com a devida autorização. Mas, aqueles que trabalham ilegais, esses não. Esses tem que ser banidos da Amazônia.

Sras. e Srs. Senadores, o segundo Projeto a que me referi é mais minucioso e diretamente relacionado à situação da grande Floresta Amazônica. Porém, como não pretendo alongar-me, lembro apenas a urgência de discutirmos essas propostas de conservação da biodiversidade amazônica, não necessariamente paralisar a possibilidade de desenvolvimento da região, mas, regulamentando os usos... A produção florestal.

Assim, a Amazônia, mesmo resguardando as suas peculiaridades, poderá crescer de forma sustentável, beneficiando aqueles que nela produzem para própria sobrevivência, de forma digna, bem como dos seus dependentes.

Sra. Presidente, eu não queria que o mundo e o restante do país, fora da Amazônia, nos condenasse pelo passado. Nós não merecemos, nós, amazônidas, Senador Arthur Virgílio, Senador Jefferson Praia, João Pedro, Senadora Marina da Silva, Fátima Cleide, José Nery e demais Senadores da Amazônia, Senadora Serys, que também compõe a Mesa, não nos condenem pelo passado, porque tem aquele provérbio, que diz: "Deus perdoa os ignorantes, eles não sabem o que fazem". Aqueles que foram para lá há 30, 40 anos, ou mesmo aqueles que nasceram lá, não sabiam o que estavam fazendo. Como não sabiam o que estavam fazendo os paulistas, os capixabas, os mineiros, os gaúchos, os paranaenses, os catarinenses e todos aqueles que desbravaram o Sul, o Sudeste, o Nordeste, que não deixaram praticamente nada. Eles também não podem ser condenados. Nos condenem pelo que vai acontecer daqui para frente. Porque, se formos condenados pelo passado, vamos condenar os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a maioria dos países mundo afora. Então, nos condenem por aquilo que vai acontecer daqui para frente.

É por isso que nós... Essa Sessão é importante para se formar uma consciência ambiental, não só naqueles que já desbravaram, mas naqueles que ainda poderão desbravar áreas importantes do bioma amazônico. Muito obrigado, Sra. Presidente.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Valdir Raupp, que pediu o tempo integral e nem utilizou-o na íntegra, e já chamo a Senadora Serys Slhessarenko, que também não se anime para usar mais do que o tempo não. Vamos cumprir a regra.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** Sra. Senadora Ideli Salvatti, que preside esta audiência pública, senhores e senhoras aqui presentes, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, amigos da Amazônia, amigos do Movimento de Preservação da nossa Floresta Amazônica, Parlamentares, de um modo geral, Deputados, trabalhadores, movimentos sociais, empresários conscientes, Christiane Torloni, Victor Fasano, enfim, todos que fazem parte do Movimento Amazônia para Sempre. Não importa, senhores e senhoras a origem, a área de atuação ou prestígio individual, o importante é a participação de cada um e de todos na construção de um futuro com um meio ambiente protegido.

Como Senadora do Estado do Mato Grosso, aplaudo a iniciativa da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, presidida pela minha querida companheira, a nossa Senadora Ideli Salvatti, que, com sua competência e seu compromisso político, não político-partidário, mas político com a causa do meio ambiente, com a causa das mudanças climáticas... Nossa Senadora Ideli, que vem coordenando este ato tão singelo, Senadora, mas, ao mesmo tempo, revestido de imensa importância mobilizadora. Trata-se de uma vigília cívica, política e social que, partindo aqui do nosso Congresso Nacional, vai ter grande repercussão pública, alcançando todos os recantos do nosso imenso Brasil.

Como já manifestei em diversas ocasiões, ativista que sou pela defesa intransigente do meio ambiente, não podemos ficar de braços cruzados. Precisamos mobilizar nossas atenções, esforços e recursos para proteger este imenso e colossal patrimônio nosso, que abrigamos tão orgulhosamente em território nacional.

Precisamos, senhores e senhoras, agir imediatamente, sem descanso, atuando em todas as frentes, para preservar, proteger, recuperar, defender, divulgar e arregimentar esforços para que a Amazônia seja mantida longe do alcance da cobiça e do apetite irracional daqueles países ditos industrializados, que já destruíram ou consumiram todos os seus recursos naturais e voltam seus olhos famintos por lucros paras nossas tremendas, imensas riquezas naturais.

Não podem ser os interesses internacionais gananciosos e tendenciosos que vão definir as políticas para a Amazônia. Temos, sim, nós mesmos, que assumir a responsabilidade e definir as estratégias de longo prazo para viabilizar a fixação da população amazônica num ambiente de atividade econômica sustentável, e auxiliando, de forma local e direta, os esforços de preservação do ecossistema.

Daí a importância do engajamento de todos, especialmente governantes, de todas as instâncias,

municipais, estaduais e nacional. É importante, senhores e senhoras, frisar que exploração sustentável é garantir a floresta em pé, utilizando o seu potencial de recuperação e de produção de matérias-primas para a produção de riqueza e renda, sem, com isso, colocar em risco sua própria existência.

Já bastam os efeitos do aquecimento global e os riscos que já pairam sobre nossas cabeças, tais como as mudanças climáticas, a eventual mudança dos regimes de chuvas e alteração de toda hidrologia que pode resultar da atuação humana predatória--

[soa a campainha].

--Os países mais ricos vem nos acusando de colocar a Amazônia em risco para plantar grãos, cana-de-açúcar ou qualquer outro produto. Vejam os absurdos. O Brasil dispõe de imensas áreas cultiváveis, que não colocam em risco os ecossistemas, seja Amazônia, o Pantanal ou o Cerrado, como no meu Estado de Mato Grosso, ou a Mata Atlântica. Aqueles que poluem e destroem nos acusam de ameaçar a Amazônia, e isso não é verdade. Tem algo muito errado nisso tudo. Não precisamos derrubar um pé de árvore, como se diz na Amazônia, para produzir alimentos. Temos terras em exploração suficiente para aumentar e muito nossa produção. Basta que realmente nós nos coloquemos em postura politicamente correta para trabalhar as nossas terras.

Infelizmente, o meu tempo urge e eu--

[soa a campainha].

--Vou dar um salto aqui na minha fala, mas vou pedir à Senadora Ideli que reproduza a minha fala como um todo.

Mas, já encaminhando para o final, eu gostaria de dizer que precisamos ampliar a utilização da energia solar. Nós... É exatamente através da correta utilização da energia solar, que nós vamos contribuir grandemente para alcançar o nosso desenvolvimento com sustentabilidade.

O clima tem relevância fundamental para o nosso futuro. A mudança das temperaturas afetaria o regime de chuvas. As áreas cultiváveis, a ocorrência de fenômenos climáticos, até então nunca experimentados por nós brasileiros. As secas prolongadas no Sul, os ciclones extratropicais e as chuvas em Santa Catarina, por exemplo, enfim, secas e enchentes nos alertam.

Devemos agir rápido, no Brasil e no exterior. Medidas urgentes tem que ser implementadas globalmente. Devemos estar atentos porque todos os países... De todos os países, talvez seja o nosso Brasil um dos que tem e poderá ter mais o que perder. A Amazônia não tem preço. A sua sobrevivência está ligada à nossa sobrevivência e das gerações futuras. O desmatamento da Amazônia aumentaria em muito os efeitos das mudanças climáticas já esperadas. Lutemos, seja pela proteção dos ciclos de evaporação e de chuvas, gerando as fontes de energia hidrelétricas, seja pela energia eólica, seja pela energia solar, que alimenta os campos cultivados e viabiliza produção de todos os alimentos de origem vegetal e animal, além do etanol, biodiesel, biomassa e outros, seja pelo fator amazônico estratégico para os interesses nacionais. Todas as boas bandeiras de preservação são válidas. Vamos nos unir. Aplaudo hoje e sempre as iniciativas nessa direção. Vamos proteger a Amazônia, sua imensa e maravilhosa floresta, sua bacia hidrográfica, assim como as bacias do São Francisco, do Prata, de todos os nossos imensos rios. Vamos transformá-los e preservá-los como fonte de vida e geração de riquezas sustentáveis. Nosso país é único. Nossa Amazônia é única. Nossa gente é única. Vamos proteger o que é nosso. Amazônia é nossa. Cabe a nós cuidar dela. Muito obrigada todos e a todas pela atenção.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko e convido, para utilizar da tribuna, a Senadora e ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

[palmas].

Pela ordem, o Senador José Nery.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, cumprindo orientação de V. Exa, que me encarregou de convidar personalidades também para se fazer presentes a essa nossa vigília, fiz, cumpri a tarefa, porém, na impossibilidade de aqui comparecerem os ilustres convidados, enviaram breves mensagens, que eu queria repassar e solicitar que fosse acolhido, como parte dos registros desse importante ato, dessa vigília cívica em defesa da Amazônia, primeiro, uma nota da Comissão... Do Regional Norte II da CNBB, Pará e Amapá, uma nota de apoio ao Senado e às Comissões Permanentes sobre Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Direitos Humanos pela realização e dos artistas ativos na causa da Amazônia, que realizam, nesta quarta-feira, essa vigília pela preservação da Amazônia. É um texto, que eu passo às mãos de V. Exa.

O... O médico e ambientalista Camilo Viana, Presidente da primeira e mais importante Associação de Preservação da Amazônia, em Belém do Pará, que envia uma mensagem de agradecimento e de voto de êxito para esse evento.

Trago também, Senadora Ideli, uma manifestação de Dom Erwim Kreutler, Bispo de Altamira, na região do Xingu, na Transamazônica paraense, que convidado e impossibilitado, está na Áustria, e mandou uma mensagem, dizendo o quanto gostaria de estar aqui

presente e agradecendo e, mesmo à distância, fico torcendo pelo bom êxito da vigília. E peço que transmita esse sentimento a todos Srs. Senadores da República. Já encerro, só mais 30 segundos.

Uma mensagem da Comissão Pastoral da Terra, de Santarém, que também convidados, enviam uma carta que dirigem ao Presidente Lula, solicitando a homologação da Reserva Extrativista Renascer, no município de Prainha. E, por último, uma manifestação, um artigo, na verdade, de saudação e de... Tratando dessa questão de toda história de ocupação desordenada da Amazônia e dos crimes praticados, do jornalista, editor do Jornal Pessoal, em Belém, jornalista Lúcio Flávio Pinto, que envia uma mensagem para que também possa constar nos registros desse importante ato em defesa da Amazônia. E, por último, sugerir à Sra. Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e de Direitos Humanos a publicação das imagens, dos pronunciamentos de tudo o que foi aqui dito, que seja, então, depois enviado a todos os Srs. Parlamentares e entidades que se dedicam a essa causa em todo o Brasil. Muito obrigado a V.Exa.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senador José Nery, e passo, de imediato, a palavra à Senadora Marina Silva, pedindo ao Senador Nery o encaminhamento dos documentos.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, Sras. e Srs. Senadores, todos aqueles que participam dessa vigília, Christiane, Vitor, amigos e amigas e todos aqueles que contribuíram para que tivéssemos aqui, além da nossa presença, a presença simbólica de mais de um milhão de pessoas em defesa da Amazônia, em defesa do Brasil e do desenvolvimento sustentável.

Parabéns pelo trabalho que vocês fizeram, pela dedicação e, sobretudo, pela persistência. E tem um provérbio que diz que Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez se tivesse sido entregue no tempo certo, não tivéssemos esse ato. E agora nós vamos ter dois atos, e as coisas certas são boas porque elas se multiplicam. Nesse belo ato aqui, das Comissões de Direitos Humanos, Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, e na entrega que vocês vão fazer ao Presidente da República. Então, nós estamos aqui para reivindicar duas vezes. Porque a Amazônia é duas vezes maior do que cada um de nós individualmente.

Eu quero fazer--

[palmas].

--Aqui, Sra. Presidente, o registro de também dos agradecimentos ao vosso trabalho, ao trabalho dos demais colegas, Presidentes das demais Comissões, dos nossos assessores, que trabalharam incansavelmente, e quero aqui cumprimentar a todos, na pessoa da Dulcídia e do Basileu, juntamente com o Carlos Vicente, com o Pedro Ivo, a Áurea, enfim, um monte de gente, que nós não temos como citar, que estão por trás desse esforço, para que tivéssemos esse belo ato.

Quero agradecer também a presença do Senador José Sarney e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, por terem participado da Sessão de abertura, terem recebido simbolicamente um milhão de assinaturas e por terem recebido os Projetos prioritários, que estão tramitando nas duas Casas, alguns deles há décadas, como é o caso da Lei de Resíduos Sólidos, que está tramitando há 24 anos, e não é aprovado. Senador Cristovam, V. Exa., como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que imediatamente acolheu a idéia dessa audiência pública, juntamente com a Christiane, quando conversaram, e secundados pela nossa Senadora, Presidente Ideli Salvatti.

Segundo o dicionário, o termo *vigília* é um estado ordinário de consciência, complementar ao estado de sono, ocorrente no ser humano e nos outros animais superiores, em que há a máxima ou plena manifestação da atividade perceptiva sensorial e motora voluntária. Portanto, é um estado de alerta, de atenção.

E eu quero, Sra. Presidente, começar dizendo que essa vigília não deve encerrar-se aqui. Ela deve colocar todos os brasileiros em estado de alerta, em permanente vigília, em atenção; atenção para com a Amazônia, atenção para com o Brasil, atenção para com o planeta, atenção para com o futuro da vida na terra.

Temos hoje no Senado a presença de índios, populações tradicionais, cientistas, pesquisadores, empresários, ambientalistas, gestores públicos, estudantes, trabalhadores; juntos conosco também pela TV Senado e pelo rádio, acompanham milhões e milhões de brasileiros.

Nosso evento hoje é simbólico e faz coro com a verdadeira vigília que vem sendo feita pela sociedade brasileira há décadas. Foi assim que conseguimos construir o arcabouço legal de proteção do meio ambiente em nosso país, em que algumas autoridades insistem em desrespeitar. Podemos dizer que começou nos anos 70, quando diversas entidades manifestavam contrariedade à política do governo militar, representada na frase: "Integrar para não entregar". Continuou, quando esse congresso aprovou a Lei nº. 6.938, em 81, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente. Avançou enormemente com a sabedoria e a firmeza de Chico Mendes, que convenceu o mundo que não poderíamos reproduzir na Amazônia o mes-

mo modelo de desenvolvimento que havia esgotado os recursos naturais em outros biomas brasileiros, em outras partes do mundo. Fez com que, pela primeira vez na história, o direito ao meio ambiente equilibrado fosse assegurado na Constituição Federal, a nossa Constituição Cidadã de 88, que inscreveu o art. 225, estabelecendo que cada cidadão brasileiro tem direito a um ambiente saudável.

Impulsionou o Instituto Nacional de Pesquisas Nacionais, o INPE, a criar o melhor sistema de monitoramento de desmatamento de florestas tropicais, reconhecido internacionalmente e que, durante a minha gestão, tivemos a oportunidade de transformá-lo em um sistema de monitoramento de desmatamento em tempo real.

O estado de vigília da sociedade brasileira sobre os problemas que afetam o meio ambiente, e particularmente a Amazônia, chegou a um nível extremo, quando, em 99, todos os Deputados, Senadores e o Palácio do Planalto receberam, em apenas um final de semana, centenas de milhares de mensagens eletrônicas, demonstrando seu repúdio à tentativa de votação da Medida Provisória 2.166, que altera o Código Florestal para diminuir os 80% de reserva legal na Amazônia, o que levou o Poder Executivo a retirar a MP da Pauta de votação.

Aquele foi um efeito histórico, Sra. Presidente, aonde a sociedade brasileira se manifestou, dando claramente o termo de referência para o Congresso Nacional e sustentabilidade política para que o Presidente Fernando Henrique mantivesse a Medida Provisória.

A exemplo do que fez há um ano atrás, há exatamente um ano atrás, quando, no dia 13 de maio de 2008, ao sair do Ministério do Meio Ambiente, hoje faz um ano, Sra. Presidente, ao sair do Ministério do Meio Ambiente, sob forte pressão de setores atrasados, que continuam se articulando dentro do Congresso Nacional para promover o retrocesso e manter o mesmo diapasão de uma economia que não se sustenta mais no planeta e, particularmente, não tem como se sustentar no país que tem a maior diversidade, a maior biodiversidade do mundo... Esses setores, quando identificamos pelos dados do sistema de detecção de desmatamento em tempo real que o desmatamento poderia aumentar para até entre 30 a 40%, medidas fortes foram tomadas, como a que estabeleceu a Resolução do Conselho Monetário Nacional, que vedou crédito para todos os ilegais.

A medida... Aliás, o Decreto do Presidente Lula que estabeleceu, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, os 36 Municípios que ficaram em moratória, por serem aqueles que mais desmatam. Além da criminalização de toda cadeia produtiva ilegal, tanto para quem produz quanto para quem desmata quanto para quem compra, quem transporta e quem vende. Essas medidas estavam sob forte pressão para serem revogadas e as pressões vinham fundamentalmente do Estado de Rondônia, do estado de Mato Grosso--

[soa a campainha]

Eu peço um pouco de *venia*, Sra. Presidente, para poder dar continuidade a essa fala porque ela é muito importante para mim. --Que não compreenderam que não se poderia abrir mão das conquistas que já tínhamos alcançado, reduzindo o desmatamento em 57%. Eu, naquele momento, disse a seguinte frase: "É melhor ter o filho vivo no colo de outra pessoa do que vê-lo jazendo em seu próprio colo". As medidas corajosas que foram assinadas--

[palmas].

--Pelo Presidente Lula, corriam risco de ser revogadas, e aí porque eu disse que é semelhante àquele período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com a minha saída, a sociedade brasileira não aplaudiu aqueles que queriam a revogação das medidas. Pelo contrário, a sociedade brasileira deu sustentabilidade política, deu sustentabilidade moral e ética para que as medidas fossem mantidas. E o resultado dessa manutenção é que o desmatamento que poderia ir para 30 ou 40% teve um aumento de 3%.

Se tivesse sido revogada, teria sido um desastre para o Brasil, um desastre para Amazônia e um desastre para o governo. E ainda deu a oportunidade de escolher um Ministro que é também um ambientalista. Quando eu saí do Ministério do Meio Ambiente, disse que haviam trocado seis por uma dúzia, porque o Ministro Minc ficaria no Ministério e eu viria para cá.

Eu tenho trabalhado muito para que a meia dúzia que eu represento faça o dever de casa aqui no Congresso Nacional. Tenho contado com ajuda, inclusive de V. Exa, da maioria da minha bancada e de vários Srs. Senadores, independentemente de partidos, para que essa meia dúzia se transforme no Congresso Nacional, nos homens e mulheres de bem que não aceitam mais o velho discurso de que nós temos que destruir--

[soa a campainha].

--Para poder desenvolver o nosso país.

Agora, eu espero, torço e rezo para que o Ministro Carlos Minc consiga, lá no Ministério do Meio Ambiente, multiplicar a meia dúzia que ficou lá, que ele simbolicamente, assim como eu me comparei com meia dúzia, para que continue as políticas ambientais transversais e não transformar o Ministério do Meio Ambiente na ONG do governo--

[palmas].

--Porque é muito bom e é muito cômodo quando o setor ambiental sai fazendo a crítica sobre o leite derramado; difícil é suportar aqueles que colocam o debate no planejamento das ações, na hora de fazer as hidrelétricas, na hora da construção das estradas, na hora da licitação dos blocos de petróleo, na hora da criação das unidades de conservação. Esses incomodam e incomodam muito. Mas, não existe outra forma de fazer política ambiental séria e com responsabilidade à altura do desafio que nós estamos—[interrupção do áudio].

[soa a campainha].

--É por isso, Sra. Presidente, que eu celebrei, com alegria, vinda do Ministro Minc aqui hoje. Ele veio, como representante do setor ambiental dentro do governo, porque ele é, antes de ser Ministro, é um ambientalista. E ele veio aqui. O que me assusta são aqueles que propõem internamente ao governo, como faz o Ministro Mangabeira Unger, propõem internamente ao governo, como propôs a Medida Provisória que acaba de ser aprovada no Congresso, expõem um conjunto de pessoas que eu sei que tem biografias a zelar, e quando é convidado para debater no Congresso Nacional, diz que não vem porque não concorda com a forma como está sendo feita--

[palmas].

--Eu gostaria que ele tivesse comparecido na audiência pública que foi feita na Comissão de Meio Ambiente para discutir regularização fundiária, para discutir a questão do licenciamento para rodovias. Gostaria que ele tivesse aceito o convite também—

[soa a campainha].

--Para estar nessa audiência pública. E, infelizmente, ele ainda não veio. Mas, eu sou uma mulher de fé e eu não perco a fé em Deus e na democracia. Porque os democratas sempre virão para o debate, mesmo que divergindo; os democratas sempre virão para o debate, mesmo que se achando superiores àqueles que ainda não foram capazes de alcançar a sua sabedoria.

Nós estamos aqui abertos ao debate. Mas, que seja um debate fraterno, envolvendo os diferentes olhares para que possamos estabelecer diferentes escutas porque o Brasil é maior do que nós. Nós temos que parar de olhar o Brasil de cima para baixo. Talvez seja melhor olhar o Brasil de baixo para cima e nos colocarmos no nosso devido lugar. Olhar o Brasil de baixo para cima, não existe ponto melhor do que a Amazônia.

Na Amazônia, gente se sente bem pequenininho. Se sente zero vírgula alguma coisa, mas essa Amazônia tão grande-- [interrupção do áudio].

--Essa Amazônia [soa a campainha] tão forte, essa Amazônia tão brava, é tão frágil quanto forte e é tão encantadora o quanto suscita, às vezes, uma sanha de ambição e de atitudes completamente contraditórias com tudo isso que nós estamos dizendo aqui.

Eu vou avançar um pouco mais, dizendo que a legislação ambiental brasileira, minha querida Senadora Ideli Salvatti, ela é fruto do trabalho de pessoas do mundo da Academia, dos movimentos ambientalistas, dos movimentos sociais, de Parlamentares comprometidos e das ações de governo, que eu tive a oportunidade de participar e sei que muito ainda se está fazendo, de diferentes governos.

Presidente Sarney criou o IBAMA. Presidente Fernando Henrique fez a Medida Provisória dos 80% para reserva legal. O Presidente Lula fez o Plano de Combate ao Desmatamento, está com a responsabilidade de metas de redução de desmatamento--

[soa a campainha].

--E isso tudo são conquistas da sociedade brasileira, que nós não podemos perder. Mas, não podemos perder de vista que estamos em um momento paradoxal, 96% da população, segundo o DATAFOLHA, é contra o desmatamento; 45 milhões de protestos foram registrados na Globo Amazônia, em oito meses. E um milhão de pessoas assinou o manifesto dos artistas Amazônia para Sempre. Diante dessa quase unanimidade, no Congresso Nacional e de setores do governo vem propostas altamente nefastas à Amazônia e o meio ambiente. A Medida Provisória da regularização fundiária, necessária, estratégica para Amazônia, que, se não forem feitos os devidos reparos, Senador Praia, meu amigo, Senador João Pedro, Cristovam, Arthur Virgílio, que me ajudou aprovar a lei de gestão de florestas, pode se tornar no maior programa--

[soa a campainha].

--De regularização da grilagem. Porque são 67 milhões de hectares de terra pública, terra do povo brasileiro, que pode ser titulada, não para posse mansa e pacífica daqueles que foram por políticas públicas, daqueles que foram incentivados, esses não estão em questão... Daqueles que fazem grilagem, que usam laranja, que usam de violência, temos que separar o joio do trigo.

A Câmara dos Deputados teve a oportunidade, não aproveitou a oportunidade. Esse Senado terá a oportunidade de fazer o reparo do que não foi reparado lá. E se, porventura, não tivermos a coragem, o compromisso de transformar em atitude aquilo que dissemos aqui hoje em palavras para fazer essa correção e evitar o saque das terras públicas na Amazônia, caberá ao Presidente Lula fazer o veto daquilo que não convém a Amazônia e à sociedade brasileira--

[palmas].

--Eu espero que nós, da base de sustentação do governo, e espero que aqueles que--

[soa a campainha].

--Pensam o Brasil acima de governo e de conjuntura façam esse reparo porque esse reparo, Senador Flexa, eu sei que V. Exa tem algumas divergências comigo, mas, eu sei que também V. Exa tem a responsabilidade com o seu Estado do Pará. Nós temos que fazer esse reparo, em nome da sustentabilidade do Brasil e do planeta.

Eu quero concluir, não vou falar de todas as medidas que são retrocesso, como a que tira o licenciamento prévio para feitura de estradas na Amazônia, e não só na Amazônia, dizendo uma frase que eu li, de um pensador cristão, chamado Chersteton. Ele diz o seguinte, a frase é dele: "Um homem que ama a França por suas atividades militares desculpara o exército de 1870. Mas, um homem que ama França por ela ser a França vai melhorar o -- [interrupção do áudio]--

[soa a campainha].

--Mas um homem que ama França por ser a França vai melhorar o exército de 1870, pois, para ele, quanto mais transcendente for o patriotismo, tanto mais práticas serão as políticas". Parafraseando Chersteton, eu diria: Uma pessoa que ama Amazônia apenas por sua capacidade de lhe dar a área para desmatar, com o fim de tirar madeira, criar gado e plantar grãos, perdoará o modelo predatório de seu desenvolvimento, mas, aqueles que amam a Amazônia por ela ser a Amazônia, com suas riquezas, fragilidades e belezas, pelo que ela significa para a sustentabilidade do Brasil e do planeta, vai lutar para melhorar o modelo predatório de seu desenvolvimento.

[palmas].

--Nós não podemos, não temos o direito de fazer outra escolha - [interrupção do áudio] de uma esquina civilizatória, de uma esquina ética. Podemos parar e fazer de conta que nada está acontecendo e justificar a nossa omissão, negando a humanidade. Mas, nós podemos também alterar o teste, ao invés de passar nele. E, quando a gente altera o teste, a gente tenta adequar a realidade gritante às nossas conveniências, à nossa ética de conveniência. Nós podemos fazer diferente, nós podemos dobrar a esquina no rumo de passar no teste, de enfrentar o desafio da sustentabilidade para a agricultura, para a exploração florestal, para o turismo, para o uso sustentável da biodiversidade e, sobretudo, para sustentabilidade ética e política do nosso país, que já está nos dizendo como devemos fazer, como devemos fazer para que a Amazônia continue sendo a Amazônia. Muito obrigada a V. Exa por essa audiência pública. Peço desculpas por ter me alongado--

[soa a campainha].

--Um pouco mais, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, mas, eu não poderia deixar de dizer isso. Quero concluir, dizendo que, para mim, ainda que isso não tenha sido nada pensado, o Senador Cristovam teve a idéia com a Senadora Ideli Salvatti, e eu só vime ater que hoje faz um ano que saí do Ministério do Meio Ambiente hoje, mas eu fico muito feliz de, nesse um ano, a sociedade brasileira estar tão alerta como esteve naquele dia. E mais do que naquele dia, se coloca em estado permanente de vigília contra todo e qualquer retrocesso, contra todo e qualquer dito que não se transforme em ato. Muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço--

[palmas].

Agradeço à Senadora Marina Silva--

[palmas].

--Que tem o reconhecimento de todo o povo brasileiro e de todos aqueles que, no planeta, entendem o papel da preservação do meio ambiente.

Convido para usar a palavra o Senador Cristovam Buarque. E eu queria sugerir, nós estamos já com fala de muitos Parlamentares. Eu queria ter uma indicação se nós poderíamos fazer o segundo painel, até porque é algo desrespeitoso para com os nossos convidados. O próximo painel nós temos cinco convidados.

Então, se houver concordância, após a palavra do Senador Cristovam, nós teríamos uma música de um artista da Amazônia, Sérgio Souto, para dar uma quebra aqui no... Na empolgação das falas. E poderíamos abrir o segundo painel. E, depois, daríamos continuidade nas falas dos Parlamentares. Mas, eu aguardo manifestações dos inscritos. Senador Cristovam.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):** Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, depois do discurso da Senadora Marina, Senadora Ideli, eu acho que a gente devia ter só música e não mais nenhum discurso aqui. Entretanto, nós temos obrigação de aproveitar esse momento para falar. E eu quero começar, Senadora Ideli, dizendo que o Brasil se transformou em um imenso crematório. Nosso país é um imenso crematório. A cada minuto, nós queimamos seis estádios de futebol de florestas. E a cada minuto, nós queimamos 60 cérebros de crianças, que nós jogamos para fora da escola.

Que futuro tem um país que se transforma em um crematório de árvores e crianças? De florestas e de cérebros? Nenhum futuro. Não tem nenhum futuro porque são as florestas, é o meio ambiente, é a ecologia que asseguram a permanência entre gerações. São os cérebros que asseguram a dinâmica que permite

a cada geração ser melhor do que a geração anterior. Sobretudo, em um século como o nosso, em que a economia se baseia no conhecimento e não mais na mecânica, não mais nos materiais.

Nosso país é um imenso crematório de árvores e cérebros. Nós não temos futuro se continuarmos assim. Felizmente, há momentos como esse que nós estamos vivendo. Momento em que algumas pessoas se manifestam, trazem aqui a sua indignação e dizem: "Nós vamos parar de manter o nosso país como um imenso crematório". Nós vamos proteger as árvores e as crianças. Nós vamos proteger as florestas e garantir escola para os nossos meninos e meninas.

Pode ser simples coincidência ou pode ser aquilo que alguns místicos chamam de sincronicidade, mas nós estamos em um 13 de maio e foi num dia como esse que uma geração, há 121 anos, disse: "Basta de queimarmos seres humanos no trabalho forçado, na escravidão". Esperamos 350 anos, de brasileiros, até que uma geração tomou a decisão. Nós não vamos poder esperar 350 anos para salvar as nossas crianças nem para salvar as nossas florestas. Não temos nem mesmo 350 meses para fazer isso. Nós precisamos dizer um alto e sonoro: Basta de crianças jogadas fora da escola e árvores derrubadas nas florestas--

[palmas].

--Esse basta está sendo dito hoje, mas, ele não ecoará se terminar hoje. É preciso, e a Senadora Marina disse isso, que essa vigília se transforme em um movimento permanente, em um alerta constante de que, nesse país, nós não somos apenas queimadores de florestas como estamos passando.

Eu lembro, Srs. e Sras. Senadoras, uma vez que perguntei a um russo qual o personagem da história deles que eles, os russos, se lembravam com pior lembrança. Ele me disse um nome que eu nunca escutei falar, nenhum daqueles que a gente já ouviu Pedro, o Grande, ou quem seja, ele disse um nome que eu não ouvi falar, e eu perguntei quem era aquele? Ele disse: "Foi o Primeiro Ministro, quando o Alasca foi vendido aos Estados Unidos". E eu pensei, não só naquele Primeiro Ministro, mas naquela geração que permitiu um pedaço de um país ser passado para outro. E eu me lembrei que a nossa geração vai ficar para história como aquela que queimou a Amazônia--

[palmas].

--Vai ficar para história como aquela que, talvez, tenha entregue a Amazônia. Nós não temos o direito de entregá-la nem de destruí-la; nós temos a obrigação de zelar pela soberania e pela conservação, duas palavras chaves do futuro da Amazônia entre nós: a conservação e a soberania.

A soberania para destruir, ela é anti-humana, e a conservação, entregando, é antinacional. Nós temos que defender a Amazônia como nossa, mas, como um patrimônio de toda humanidade. Com a sensação clara de que o planeta hoje é um imenso condomínio, onde cada um é dono do que tem dentro do seu território, mas não pode fazer o que quiser pelas repercussões que isso tem junto aos vizinhos do resto do planeta.

A Amazônia é nossa, por isso temos que protegê-la. E é isso que estamos manifestando hoje. Esse é um gesto de defesa da soberania e da conservação. Esse é um gesto de respeito à nossa propriedade da Amazônia, como parte do território, e é o respeito às suas florestas, como parte--

[soa a campainha].

--De toda humanidade da qual nós fazemos parte.

Eu quero parabenizar cada um daqueles que tiveram a iniciativa dessa noite. Eu quero parabenizar a cada um dos que aqui ficaram. Mas, eu quero, sobretudo, cobrar de cada um de nós que não deixemos esse momento se esgotar nessa noite.

Essa é uma vigília permanente ou a Amazônia não será permanente. Por isso, vamos continuar alertas. Vamos continuar presentes. Vamos continuar aumentando essas listas daqueles que dizem: "Nós não ficaremos na história como a geração que destruiu a Amazônia. E não queremos ficar na história como a geração que destruiu os cérebros".

Por isso, Senadora, eu quero concluir essa bela noite, propondo mais uma vigília, como eu propus essa--

[soa a campainha].

--Durante uma vigília sobre os aposentados, eu quero propor, no mesmo momento em que fazemos uma vigília pela Amazônia, façamos aqui, dentro de algumas semanas, uma vigília pelas crianças brasileiras--

[palmas].

--Florestas e crianças, esse é o binômio do futuro. E vamos lutar de uma forma permanente, com uma vigília com a mesma duração das nossas florestas na Amazônia. Parabéns a cada um de vocês. Parabéns a cada um de nós. O Brasil inteiro está vendo, e eu espero que o Brasil inteiro esteja, se for preciso, chorando e gritando: "A Amazônia é nossa e por isso temos que protegê-la".

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigada, Senador Cristovam Buarque. E, antes de passar o microfone para o nosso artista, Sérgio Souto, que vai nos brindar com uma música para gente acordar aí para vigília, para continuidade do nosso trabalho, eu não poderia deixar de registrar e agradecer a presença da nossa querida Tizuka Ya-

mazaki, que está, inclusive, fazendo a filmagem; eu já tive a oportunidade de ver um pedacinho, a gente já experimentou um pedacinho do próximo filme desta nossa querida cineasta, que trata exatamente da parte da vida da Pajé Zeneide Lima, da Ilha do Marajó, que abriu os nossos trabalhos, e o nome do filme é: "Amazônia Caruana", que está em fase de finalização. Então, em breve, nos cinemas, "Amazônia Caruana", da nossa Tizuka Yamazaki.

[palmas].

E aí, passo, então... Parabéns. ...Passo, então, já o microfone para o Sérgio Souto nos brindar aí com uma música.

**SR. SÉRGIO SOUTO:** Obrigado. "O arco e a flecha" é uma canção que eu musiquei, em cima de uma poesia da minha querida Marina Silva, grande poeta.

*Do arco que empunha a flecha*
*Quero a força que a dispara*
*Da flecha que penetra o alvo*
*Quero a mira que o acerta*
*Do alvo mirado*
*Quero o que faz desejar*
*Do desejo que busca o alvo*
*Quero amor por razão*
*Sendo assim, não terei arma*
*Só assim não farei guerra*
*E assim fará sentido meu passar por esta terra*
*Sou o arco, sou a flecha*
*Sou o todo em metades*
*Sou as partes que se mesclam*
*Nos propósitos e nas vontades*
*Sou o arco por primeiro*
*Sou a flecha por segundo*
*Sou a flecha por primeiro*
*Sou o arco por segundo*
*Buscai o melhor de mim*
*E terás o melhor de mim*
*Darei o melhor de mim*
*Onde precisar o mundo*
*Buscai o melhor de mim*
*E terás o melhor de mim*
*Darei o melhor de mim*
*Onde precisar o mundo*

[palmas].

**SR. SÉRGIO SOUTO:** Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Sérgio, se você não for embora, nós vamos colocá-lo outras vezes para animar aí a nossa atividade, né? Vamos intercalando com um pouquinho de música.

Como não houve manifestação, eu vou chamar, então, os painelistas do segundo painel sobre ameaças sobre a Amazônia, o Sr. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra, sobre as dinâmicas econômicas insustentáveis na Amazônia; o Sr. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens; Sr. Adalmir José da Silva, da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas, e o Sr. Júlio Barbosa, do Conselho Nacional dos Seringueiros.

E enquanto nós aguardamos o deslocamento dos nossos próximos painelistas, eu pediria à nossa... À querida atriz, Christiane Torloni, que pudesse fazer a leitura de algumas mensagens de artistas que estão também compartilhando conosco este momento.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu gostaria de ler o depoimento da imortal, nossa querida escritora Nélida Piñon: *"Querida Christiane, admiro a sua arte e a sua têmpera, ambas a serviço das causas brasileiras, Como agora em que se empenha em preservar a integridade física da nossa Floresta Amazônica, sem dúvida, expressão simbólica da cidadania brasileira. Sei de seu projeto Amazônia para Sempre e julgo admirável, uma ação que merece se alastrar pelo país, infiltrando-se pela consciência nacional. E não é assim que se defende a soberania da Pátria? O sentido da honra nacional? A inviolabilidade territorial? O futuro dos nossos sucessores? Esse projeto, que ora defende, merece minha total solidariedade. Peço-lhe, pois, que encaminhe, em nosso nome, defenda quem somos, proteja os sortilégios dessa floresta que espelha face brasileira. Meus parabéns! O abraço afetuoso e da admiração de Nélida Piñon".*

[palmas].

Esse é da cantora Simone: *"Não posso deixar de manifestar meu apoio à atriz Christiane Torloni pela vigília em defesa da Amazônia. É imperioso defender a Amazônia da cobiça desmedida, da destruição desenfreada que, além de tudo, emprega ainda trabalho escravo, em pleno Século XXI. Os ataques permanentes tem que acabar para que possamos pelo menos respirar. Essa vigília tem que receber toda solidariedade dos brasileiros. A quantidade de assinaturas colhidas prova que não podemos ficar indiferentes aos crimes que estão sendo cometidos em nosso território, diante da indiferença das autoridades".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então, vamos dar início, então, ao nosso segundo painel "Ameaças sobre a Amazônia". com a palavra, o Sr. Roberto Smeraldi, Amigos da Terra.

**SR. ROBERTO SMERALDI:** Senadora, ameaças, conforme já ouvimos de outros colegas e de vários Senadores, não faltam. Eu, com certeza, gostaria

de destacar aquela que está chegando hoje à noite do Plenário ao lado. simbolicamente, no mesmo momento em que nós estamos aqui ao vivo, com o país acompanhando, nessa vigília da Amazônia, o Plenário da Câmara acaba de enviar para cá, e vocês terão que lidar com isso nos próximos dias, nas próximas semanas, uma medida que foi apelidada de "MP da Grilagem".

O que eu gostaria de observar, em termos de ameaça, é que a verdadeira ameaça não está nem sequer naquilo que está lá contido, mas, no fato, principalmente, que uma medida de regularização fundiária acontece sem sequer levar em consideração o resto da regularização das terras públicas, ou seja, nós estamos regularizando, privatizando, portanto, injetando no mercado terras da União e esquecemos que o resto das terras da União, que estão lá devolutas, não são incorporadas no patrimônio da União.

Então, esse dever de casa que, desde 1854, com o Código de Terra, deveríamos ter feito, não, é esquecido. Enquanto isso, vai se regularizando aos pedacinhos a ocupação. Se o Senado conseguisse, pelo menos associar essas medidas de regularização à realização desse dever de casa, finalmente histórico, essa grande tarefa nacional de garantir a posse e a incorporação das terras da União no patrimônio nacional, já seria um avanço, uma redução dessa ameaça. Mas, as ameaças são de ordem econômica.

Eu gostaria, nesse momento, de lembrar daquelas populações ribeirinhas, que nesses dias estão sofrendo por... Pelas razões que conhecemos e pelas quais tantas pessoas no seu estado tem passado em situação semelhante, ao longo dos últimos meses. E ausência do Estado na Amazônia, é talvez a diferença em relação às pessoas no seu Estado de Santa Catarina, senhora, ou seja, em Santa Catarina, nós tivemos uma mobilização, nós tivemos serviços, tivemos reação, enquanto para essas populações da Amazônia nós não temos essa mesma reação, esses mesmos serviços, essa mesma mobilização. E isso acontece porque nós não temos, na realidade, e essa, para mim é uma ameaça para Amazônia porque uma ameaça para as pessoas da Amazônia. Não são só as ameaças do desmatamento; são as ameaças dos ribeirinhos, para os caboclos, para os indígenas, para os seringueiros, que também nós temos que levar em consideração.

E a maior ameaça é aquela de não contemplá-los. Nós temos um PAC, se falava antes aqui. Bom, o PAC só cuida de obras que interessam ao resto do país, não cuida de obras que interessam ao amazônida. Então, nós não temos investimentos em infraestrutura de interesse local, não temos investimentos para levar energia. Cadê isso no PAC? No PAC, só pensamos em levar energia para fora da Amazônia, inclusive nem sequer permitindo que alguém na Amazônia possa utilizar essa energia. Se faz "linhão" de corrente contínua, não alternada.

Bem, então, a ameaça, para mim, do abandono, a ameaça da falta de investimento é uma ameaça muito importante porque ela ameaça o desenvolvimento e, na falta do desenvolvimento, na falta--

[soa a campainha].

--De chance de desenvolvimento, é onde prospera o desmatamento, é onde prospera insustentabilidade. E aí eu gostaria, Senadora, de lembrar que recentemente nós analisamos o crédito. O crédito subsidiado, aquele que é pago do meu bolso, do seu bolso, porque eu sei que a senhora e eu pagamos impostos. E que, portanto, deveria responder a interesse público.

Então, analisando o crédito para a atividade rural, seja ela pecuária e também agrícola, os cinco bilhões de Fundo Constitucional do Norte, de outros fundos que nós colocamos, em 2008, para investimentos na área. Se colocasse, imagine, Senadora, se colocássemos cinco bilhões para o desenvolvimento sustentável e a economia florestal, o manejo, o investimento em tecnologia de ponta para o diferencial--

[soa a campainha].

--De floresta que nós temos na Amazônia, que milagre que isso seria no país, um investimento desse tipo para estimular. Mas, nós não colocamos. Só colocamos para agropecuária.

Bem, agora, me interessa a qualidade desse crédito que nós pagamos do nosso bolso, desse subsídio. Ele não vai, Senadora, não vai para a produtividade. Se a senhora analisa 95% do crédito que vai, por exemplo, para pecuária, ele vai simplesmente para compra de rebanho ou custeio de rebanho. Ele não vai para melhorar a pastagem, para produtividade, para fazer aquilo que a própria EMBRAPA, não é só Amigos da Terra que diz isso, a EMBRAPA diz que poderíamos triplicar a produtividade da... Da pecuária na Amazônia.

Ou seja, dos 70 milhões de rebanho que nós temos hoje, que ocupam 70 milhões de-- [interrupção do áudio].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mais um minuto.

**SR. ROBERTO SMERALDI:** --Poderiam caber, Senadora, em 30 milhões de hectares.

Então, poderia se recuperar o resto, eliminando os passivos ambientais e os passivos legais, que oneram no resto das áreas.

Bem, mas, o crédito público não vai para isso. Então, ameaça maior, para mim, é aquela do dinheiro público que estimula conversão, estimula a expansão da

fronteira, seja pela MP que vai chegar aqui à atenção de vocês, que estimula ocupação de novas terras e a expansão da fronteira, seja pelo crédito do BNDES, do FNO etc. etc., subsidiado, que não se preocupa com a produtividade, com a intensificação da atividade, mas, se preocupa simplesmente com a ampliação.

Todo mundo diz, o Ministro da Agricultura [interrupção do áudio] não precisa desmatar mais para garantir a atividade agropecuária. É verdade, só que desmatamos porque nós não investimos no dever de casa, de tornar essas atividades mais intensivas e mais produtivas. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigado, Sr. Roberto Smeraldi, do Amigos da Terra. Já passo, em seguida, a palavra para o Sr. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens, MAB.

**SR. ROGÉRIO HOHN:** Boa noite a todos e a todas, a Senadora... Eu sou Rogério, sou do Movimento dos Atingidos por Barragens e hoje também falo em nome da Via Campesina Brasil.

Em primeiro lugar, eu queria trazer aqui a indignação, acho que é importante ressaltar essa questão, de centenas e centenas de trabalhadores e trabalhadoras, que não só no território amazônico, mas em todo o território brasileiro, perderam suas vidas, em função do questionamento a tantos problemas que a gente vem apontando até hoje.

Então, essa iniciativa, parabenizar a equipe que começou esse trabalho. Ela é importante, porém, nós teremos... Temos que lembrar a história de conflitos, a história dos trabalhadores e trabalhadoras que, durante anos e anos, vem fazendo a resistência no seu território. Trazer a memória de todos eles.

É com muita indignação também que a gente aponta, no nosso debate, que os grandes projetos hoje, na Amazônia, são as principais ameaças hoje, que afrontam a vida das populações tradicionais. E eu digo, a gente sempre caracteriza as populações tradicionais como sendo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, campesinos, todas as populações tradicionais que ocupam historicamente esse espaço. Então, esse modelo de desenvolvimento, que é um dos mais atrasados de todas as nações, pautado principalmente em cinco frentes hoje, que atuam no território amazônico: A frente do desmatamento, muitas vezes citado aqui; a frente da Pecuarização. Se a gente passar pela Belém/Brasília, entrando no Tocantins, a gente viaja meio-dia, um dia inteiro, praticamente dentro de meia dúzia de propriedades. Isso é um atraso, para um país tão rico quanto o nosso, ainda ter latifúndios extensos, sem produzir nada.

A outra frente, consideramos um atraso para Amazônia e para o Brasil, é a frente do agronegócio, que tem se expandido cada vez mais em territórios amazônicos, através das grandes monoculturas, principalmente de soja, cana e eucalipto. A frente da expansão da mineração é outra frente que vem saqueando praticamente a Amazônia, dia após dia, noite após noite, sem pagar seus devidos impostos ao Brasil. E uma última frente, que a gente considera atrasada, é a questão energética, hoje, basicamente implantando, implantada através de barragens. São mais de 400 barragens previstas pelo Governo para ser instaladas em território amazônico. Mais de 400 barragens, que vão expulsar os ribeirinhos, vão contaminar os rios e vão gerar energia elétrica, justamente para esses setores mais atrasados que estão situados no território amazônico.

Então, para nós, essa é a grande ameaça hoje, que afronta população da Amazônia, e não só a população da Amazônia, mas o Brasil como um todo. Muitas vezes aqui já foi falado, precisamos construir um novo modelo de desenvolvimento. Para gente poder construir um novo modelo de desenvolvimento, esses setores têm que deixar de existir.

Um outro elemento importante, que eu acho que é interessante destacar aqui, é de que a responsabilidade de serem os guardiões da Amazônia, no caso aqui sendo debatido, é da população que vive na Amazônia. Porém, nós não podemos deixar aqui a responsabilidade de quem está matando, quem está destruindo a Amazônia são esses povos. Nós temos que criminalizar, sim, esses setores mais atrasados, que hoje tem feito a derrubada da floresta, utilização de todos os recursos naturais para exportação... São esses setores, que a gente poderia citar os nomes, que hoje estão acabando com a Amazônia. E não é a população tradicional que, como se coloca, que são os verdadeiros culpados pela situação como está.

Então, deixar muito bem registrado isso, que é uma responsabilidade nossa, de sermos guardiões, de defendermos a nossa terra, nossa água, nossa biodiversidade. Agora, também precisamos responsabilizar aqueles que de fato estão destruindo a Amazônia.

Repudiamos também, deixar bem clara aqui a nossa posição, a Medida 458, que trabalha a regularização fundiária; nós avaliamos uma afronta a questão fundiária na Amazônia, pelo fato de legalizar as terras griladas. Semana passada, o Ministério Público Federal do Estado do Pará lançou os dados da grilagem de terra no Estado do Pará. Só em documentos, só em documentos, existem 4.2 Estados do Pará a mais do que de fato existe. Então, são dados que nos assustam. Pará hoje tem em torno de 124 milhões de terra

e, pela documentação apresentada, existem mais de 500 milhões de hectares.

Então, é uma afronta--

[soa a campainha].

--À questão fundiária. E é uma afronta também à questão da legislação ambiental, que está sendo modificada, de redução de 80% para 50% das áreas florestais. Isso justamente vai beneficiar grandes setores ligados à mineração, principalmente, e ao agronegócio. E todos esses conflitos, desses grandes projetos na Amazônia, eles tem causado conflitos sociais sobre a população local, como assassinatos de várias lideranças e, recentemente, não podemos deixar de dizer aqui, a criminalização dos movimentos sociais, principalmente os movimentos sociais hoje, que fazem um questionamento a esse atraso desses projetos. Movimentos sociais que tem lutado, tem organizado as famílias para justamente reivindicar seus direitos, são os movimentos hoje que são criminalizados. Ao invés de banqueiros [ininteligível].

[soa a campainha].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mais um minuto.

**SR. ROGÉRIO HOHN:** --Ao invés de grandes banqueiros, ao invés desses grandes empresários estarem nas prisões, colocam na prisão 18 trabalhadores que, no último dia 26, foram brutalmente despejados de uma área onde faziam a reivindicação dos seus direitos e se encontram até o dia de hoje, depois de sete dias, num presídio em Belém... Fruto das negociações mal feitas pela Eletronorte.

E, por fim, dizer o seguinte, nós sabemos o nosso papel, muito bem claro, dos movimentos sociais, e nós vamos continuar, com esses elementos que são apontados aqui, na luta pela resistência no nosso território e pela reivindicação dos nossos territórios, que esses grandes projetos já tiraram. E esse é um grande papel que nós temos. E espero que essa Casa e demais possamos fazer conjuntamente um abaixo assinado contra construção de usinas [interrupção do áudio]. Contra [soa a campainha] o latifúndio atrasado, contra a privatização da vida amazônica e contra o saqueio de minerais da biodiversidade amazônica. E vou terminar, dizendo o seguinte: Contra o imperialismo, soberania popular na Amazônia. Muito obrigado!

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigado ao Sr. Rogério Hohn, do Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB. E passo, em seguida, palavra ao Adalmir José da Silva, da Confederação Nacional das Associações dos Quilombolas.

**SR. ADALMIR JOSÉ DA SILVA:** Boa noite, senhores. Boa noite, senhoras. Eu sou Adaumir, sou do Estado de Pernambuco, estou aqui representando a CONAC, que é a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas, onde hoje é um dia que, para gente, assim, ele é símbolo de conquista, mas também é símbolo de demonstrar também a insatisfação da gente com relação também à inoperância do Governo com relação às políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Eu quero iniciar... Assim, parabenizando as pessoas que tiveram essa iniciativa por esse momento tão importante para a Amazônia, tendo em vista que as comunidades quilombolas também são fundamentais para o desenvolvimento da Amazônia, para a biodiversidade da Amazônia.

Sabemos nós que as comunidades quilombolas, que passam por um processo de invisibilidade muito grande porque, apesar de já há muito tempo, desde 1888, que foi proclamada a Lei Áurea, a gente sabe que as comunidades passam por um processo ainda de marginalização muito grande. E... E, infelizmente, também um processo de abandono, onde as comunidades quilombolas, é... Muitas até hoje ainda sofrem muito com grande índice de analfabetismo, com um grande índice de... De desnutrição e de mortalidade infantil nesse país.

E aí, na Amazônia, também não é diferente, quando se trata da... Das comunidades quilombolas, e muitas pessoas nem sabem se na Amazônia tem comunidades quilombolas, né? Porque o sistema que a gente vive hoje, ele é um sistema que tenta, a todo o custo, invisibilizar os movimentos sociais, né? E, quando se trata de movimento social que discute sobre a questão territorial, isso é mais complicado ainda. Porque, hoje, se tratar da questão territorial e principalmente quando ela vem para camada mais pobre a perseguição, ela passa a ser maior ainda, tendo em vista que hoje o movimento quilombola tem como um dos maiores inimigos os grandes latifundiários, que vem tentando, a todo o custo, inclusive, mesmo sabendo de toda dívida que o país tem com relação ao povo negro... Com relação ao povo negro, às comunidades quilombolas, tentam, a todo o custo destruir, hoje os documentos, o que a gente hoje... O que o movimento conquistou, a exemplo do Decreto 4.887, que faz menção ao art. 68 da ADCT. E que, infelizmente, a bancada ruralista vem tentando, a todo o custo, já entrou inclusive com um processo de... Com a ADIN contra o Decreto 4.887, que é quem regulariza os territórios quilombolas, né?

E, assim, a gente não vai... A gente não vai ficar quieto diante dessas ações, porque, se a gente... Se a gente se acomodar com relação a isso, a gente vai

viver mais uma outra escravidão no país, porque as comunidades quilombolas estarem sem seu território é viver o mesmo processo que também foi feito a Lei Áurea, que são pessoas viver sem terras, são pessoas que vão continuar aumentando o inchaço nas grandes cidades, das periferias das grandes cidades.

E aí, a gente... A gente, do Movimento Quilombola, quer estar sempre externando isso, né? Que é até para fazer com que as pessoas saibam da... Das grandes injustiças que são feitas com relação ao nosso povo. Porque como é que pode o governo querer regularizar, geralmente 20 mil hectares de terra para uma pessoa, enquanto muitas comunidades quilombolas, que tem mais de três mil pessoas, o governo não faz a regularização desses territórios, como Conceição das Crioulas, que é a comunidade onde eu moro, que tem mais de três mil pessoas, e até hoje o território não foi regularizado, e apenas 70%, apenas 30% do território é onde vivem essas três mil pessoas, e 70% está retido na mão de três ou quatro fazendeiros.

Então, e aí na Amazônia também, a situação é mais complicada ainda porque, mesmo tendo um instituto que regularizas terras, mas, se a gente for observar o próprio INCRA, que é responsável para fazer isso, não vem... Não vem cumprindo com a sua função, que é de regularizar as terras quilombolas--

[soa a campainha].

Então, e aí assim, a gente... O movimento vem aproveitar esse espaço aqui, até porque também, se a gente observar, a maioria dos costumes das comunidades quilombolas, elas vão diretamente na questão da preservação da natureza, aí, no caso, do que se trata aqui, da Amazônia. Porque, quando a nossa população quer se tratar de alguma doença, vai recorrer às plantas medicinais, que são essenciais para nossa vida. Quando se trata das religiões também, elas também... Elas vão diretamente com relação, a questão da natureza e não da... Da degradação do solo como vem... Como vem acontecendo através do-- [interrupção do áudio].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Um minuto para concluir, Adaumir.

**SR. ADALMIR JOSÉ DA SILVA:** --Como acontece com os grandes latifundiários, que degradam o solo para plantar capim e, inclusive, aplicando bastante agrotóxico, envenenando a nossa terra, envenenando os nossos rios, os nossos açudes, nossos riachos.

Então, a gente, que faz o Movimento Quilombola, quer deixar a nossa indignação aqui com relação às ações do governo, das multinacionais e também dos grandes latifundiários.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos a palavra do Sr. Adalmir José da Silva, não esquecendo que hoje, pelo menos ainda hoje, 13 de maio, é o Dia da Abolição da Escravatura no nosso país, e aí é que a gente percebe o quanto que nós temos débito ainda para com esta população que, durante mais de três séculos, escravizada, construiu, contribuiu com a construção do nosso país.

E passo, de imediato, a palavra para o Sr. Júlio Barbosa, do Conselho Nacional dos Seringueiros, que o Senador João Pedro estava aqui me relatando que ele era o Vice Presidente do Chico Mendes e foi o sucessor, com o assassinato do Chico Mendes, ele é que tocou o Sindicato que o Chico presidia. Então, com a palavra, o Sr. Júlio Barbosa.

**SR. JÚLIO BARBOSA:** Senadora Ideli, eu quero agradecer o convite que a senhora me fez, para participar dessa audiência e dessa vigília e, ao mesmo tempo, convidando para que eu também pudesse usar dessa tribuna para trazer a mensagem de milhares de famílias de extrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco, coletores de açaí da Amazônia brasileira.

A Senadora Marina Silva, a nossa Senadora do Estado do Acre e do Brasil, que, em nome dela, eu quero aqui agradecer, ainda, quase meia-noite, a presença de todos os Senadores e Senadoras na nossa vigília. E a todos e a todas aqui, que vieram de outros Estados, que são de Brasília, que ainda estão aqui, porque esse momento é muito importante para nós.

Nós estamos diante de um milhão e 100 mil assinaturas em papel, de pessoas que colocaram a sua identidade, seu título de eleitor, o seu endereço. São pessoas que assinaram esse manifesto porque são pessoas que são preocupadas, como nós, com as questões da Amazônia. E hoje, para nós, é muito importante porque, há poucos meses atrás, numa audiência aqui nesse Senado, aqui nessa tribuna, nós, e eu fiz parte, Senador João Pedro, de uma Sessão em homenagem ao grande líder Chico Mendes, quando nós estávamos homenageando os 20 anos do seu assassinato.

Vinte anos depois, nós estamos aqui, num momento que, para nós, é de muita tristeza porque, exatamente há 20 anos atrás, o Chico escreveu num papelzinho, com a mão dele, com a caneta, e deixou pendurado no gancho de recado de telefone, uma mensagem aos jovens do futuro. E a mensagem dele dizia o seguinte: "Jovem do futuro, o ano de 2.120 é o aniversário, ou o centenário, da Revolução Socialista Mundial, que pôs fim todos os inimigos de uma nova sociedade". Naquela época, quando Chico escreveu esse recadinho que transformou-se num símbolo do seu pensamento sobre uma nova sociedade, muitos jovens daquela época, ou todos os jovens daquela

época, não são mais muito jovens. E hoje os jovens que, naquela época eram crianças, estão mais uma vez se manifestando diante da preocupação sobre a preservação da nossa Amazônia.

Nós, que somos de comunidades tradicionais, nós não estamos aqui para dizer que somos contra o desenvolvimento, pelo contrário, a Amazônia precisa se desenvolver, sim, mas precisa se desenvolver do seu jeito, respeitando os seus recursos naturais, respeitando a sua biodiversidade e, mais do que isso, respeitando a tradição e a cultura do povo que lá vive. Por isso que nós--

[soa a campainha].

--De comunidades tradicionais, nós defendemos, sim, o desenvolvimento; nós defendemos, sim, a melhoria do escoamento, do deslocamento, da comunicação. Nós defendemos, sim, a melhoria e uma ampliação do sistema de energia. Mas, que nós possamos participar do processo de dizer como deve ser feito.

É por essa razão, Senadora, que nós estamos aqui, e Senadores, que nós estamos aqui e, rogando que essa vigília, nesse momento, possa tocar no coração do Presidente Lula. E que ele não referende, não homologue nada que possá ser prejudicial para manutenção do equilíbrio do nosso ecossistema amazônico.

E, ao mesmo tempo, aqui eu estou falando em nome de milhares de famílias da Amazônia--

[soa a campainha].

--E nós gostaríamos que essa vigília pudesse iluminar o coração de todos aqueles Parlamentares que, muitas vezes, votam, e que aqui eles estão com o nosso voto, mas, muitas vezes, eles votam em Projetos, em leis que trazem prejuízo, morte, desgraça para o nosso povo.

É por essa razão que eu gostaria de trazer o recado das populações tradicionais da Amazônia de que qualquer Projeto de desenvolvimento para Amazônia só é... Só tem sentido se trouxer melhor qualidade de vida à nossa população. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigada, ao Sr. Júlio Barbosa, Vice Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. E fazendo também o registro que o Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, o Sr. Manoel Cunha, também se encontra presente aqui no Plenário.

[palmas].

E é do Amazonas. Então, eu agradeço os nossos painelistas, a contribuição que deram aqui para a nossa atividade, a nossa vigília. E vou passar a palavra já, de imediato, para os Parlamentares inscritos. E a primeira inscrita é a Senadora Fátima Cleide, do Estado de Rondônia.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO):** Senadora Ideli Salvatti, nossa Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, eu quero aqui saudar a todos os que resistem nesta vigília, em estado de alerta, pela defesa da Amazônia e dos amazônidas.

Quero, e quis Deus que eu falasse aqui ainda no dia 13 de maio, Senadora Ideli, são 23h42, 13 de maio, como bem registrou aqui a nossa companheira Christiane Torloni, companheira de luta em defesa da Amazônia, Dia de Nossa Senhora de Fátima, e também, no dia em que a gente comemora os 121 anos da abolição da escravatura neste país.

E eu quero, neste momento, saudar uma pessoa muito querida, que está lá no Estado de Rondônia, eu tenho certeza, ligada na TV Senado, que é Dom Moacir Grech, uma pessoa que tem grande importância na formação política, inclusive da minha companheira Marina Silva--

[palmas].

--Júlio Barbosa e tantos outros pela Amazônia; Júlia, que aqui está também. E gostaria de saudar a todos os nossos amazônidas, em nome das mulheres que se encontram no meio da floresta, lá nas comunidades quilombolas.

Mas, Sra. Presidente, Srs. Senadores, ambientalistas, imprensa, todos que nos assistem neste momento, como bem ressaltou aqui a companheira Marina, vigília é estar em estado de alerta. E eu faço aqui coro a todas as falas que me antecederam.

E quero dizer que, neste momento, meu Estado de Rondônia está em estado de alerta. O Estado de Rondônia é um dos estados que tem sofrido o maior processo de degradação ambiental, em função de vários governos que se sucedem, sem que haja um planejamento, sem que se respeite, aliás, o planejamento feito através dos estudos realizados, ainda na década de 80, que resultaram no primeiro zoneamento ecológico do Brasil... Zoneamento econômico, ecológico, florestal do Brasil, foi feito na década de 80, no Estado de Rondônia, já foi realizada segunda aproximação desse zoneamento e, no entanto, ele até hoje não foi respeitado, como deveria ser, como um instrumento de planejamento para o estado.

E todos os dias nós convivemos com ameaças e ameaças que não ficam apenas como ameaças, mas que se concretizam. E, neste momento, nós estamos vivenciando o caso da Flona Bom Futuro.

A Flona Bom Futuro foi criado em junho de 1988, hoje, 25% dela já foi desmatado e há no local cerca de 35 mil cabeças de gado, três mil moradores. Os

Ministérios Públicos Federal e Estadual de Rondônia determinaram, através de ação civil pública, em maio de 2004, que o índice de desmatamento fosse reduzido a zero. A Justiça Federal dispôs, em decisão de abril de 2004, que todo e qualquer proprietário de gado, no interior da Flona, fosse notificado a retirar o seu gado no prazo de 180 dias.

O fato é, Senadora Ideli, Senador João Pedro, que o Governo Federal tem feito um esforço muito grande para, na operação de retirada do gado, veja bem, é a primeira vez, e eu quero aqui parabenizar a sensibilidade do governo Lula--

[soa a campainha].

--Do Ministro Carlos Minc, pela primeira vez, há uma determinação de que a floresta nacional deva ser desocupada, mas de uma forma diferente. Nós temos hoje a consciência, Senadora Marina Silva, de que perdemos a Flona Bom Futuro há 20 anos atrás. E, conforme as palavras do Ministro Carlos Minc, que eu concordo, nós precisamos fazer um trabalho para que a gente possa recuperar a Flona Bom Futura, pelo menos daqui a 20 anos. E o acordo feito, o termo de ajuste de conduta feito, através do Ministério Público com o Ministério do Meio Ambiente, contando com a participação do IBAMA, da Prefeitura de Porto Velho, da população local, foi no sentido de que nenhuma madeira pode sair mais da Flona Bom Futuro e que o gado deve ser retirado. Mas, a população, isso é o inédito, pode ficar lá sem ter a posse da terra, desde que esteja produzindo de uma forma sustentável.

E aqui eu cobro, mais uma vez, do Ministro Carlos Minc, o recurso do fundo da Amazônia deve servir para apoiar projetos nesse sentido. As pessoas que lá estão realmente não tem para onde ir; boa parte delas tem, porque é grande produtor de gado, não tem que ficar lá. Agora, aquela população que não tem para onde ir, que já está de acordo com essa proposta do termo de ajuste de conduta, ela deve ser preservada. Isso já estava tudo entendido entre a população, entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, e a operação pronta para ser realizada. Infelizmente, boa parte da classe política do Estado de Rondônia, inclusive o Governador do Estado--

[soa a campainha].

--Senador, Deputados Federais, vão todos os dias para a reserva para incitar a população contra a operação que deve ser realizada, de retirada do gado da Floresta Nacional do Bom Futuro.

Eu quero dizer aqui, neste momento em que nós estamos em estado de alerta, que há pessoas na Amazônia que trabalham contra, todos os dias, mesmo que haja um esforço do governo de compreender e de fazer acordos que nunca foram feitos neste país.

E quero dizer também, Senadora Ideli, que este momento é um momento muito oportuno, e a gente não pode deixar de ressaltar as coisas boas que tem sido feitas. No Estado de Rondônia nós temos, sim, hoje dois empreendimentos que vão colaborar para que o Brasil não pare o seu crescimento, que são as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e essas usinas, hoje, elas nascem de forma diferente. E eu quero ressaltar aqui o importante papel que teve a Ministra Marina Silva, à frente do Ministério do Meio Ambiente, para garantir que esses projetos que vão, sim, proporcionar desenvolvimento social para o Estado de Rondônia, porque, desta feita, estão feitos de forma diferente; quando na frente do Ministério, a Ministra provocou a discussão e a usina, aquele empreendimento previsto para serem duas usinas que forneceriam 11 mil MegaWatts de energia, foram rebaixadas para seis mil MegaWatts para que fosse diminuído o tamanho do lago, mesmo sendo espelho d'água.E, além disso, 29 condicionantes foram colocadas na licença prévia dos empreendimentos... 29 condicionantes, que garantem que o peixe não vai desaparecer do Rio Madeira, que a cadeia produtiva do peixe vai continuar acontecer.

Portanto, eu quero dizer que nós estamos aqui vigilantes. Defendemos o desenvolvimento. A população da Amazônia, de 25 milhões de habitantes, precisa ter o que comer e precisa ter também como se sustentar economicamente. Agora, esse desenvolvimento não pode ser de qualquer forma, e é desta forma, como está sendo feito, as hidrelétricas do Rio Madeira, vigilante como foi a Ministra Marina Silva e como somos nós, todos os dias, buscando fazer com que aquilo que foi previsto na licença ambiental, as 29 condicionantes realmente aconteçam da forma como foram previstas.

É dessa forma que eu acredito que a gente deve permanecer, Senador João Pedro, vigiando todos os dias. O desenvolvimento [interrupção do áudio] [soa a campainha].

--O desenvolvimento econômico é necessário, mas, é preciso também que a gente garanta que esse desenvolvimento econômico não venha significar mais degradação ambiental e muito menos degradação social. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada, Senadora Ideli.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Senadora Fátima Cleide.

[palmas].

--E a Deputada Vanessa Grazziotin, que é Vice Presidente da Comissão, acho que não retornou ao Plenário. E o Deputado Carlos Mendes Tami também não. Pelo menos eu não consigo vislumbrar.

A próxima inscrita é a Deputada Janete Capiberibe. E, depois, nós teremos a palavra Deputado Paulo Teixeira. E depois, mais uma música, para acordar quem já está com sono.

**DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP):** Sra. Presidenta, Senadora Ideli Salvatti, membros da Mesa, minha saudação, nessa virada de jornada, já vai ser meia-noite, de passagem do dia 13 para o 14 de maio. Ao conjunto dessa Plenária... Eu parabenizo os Senadores Renato Casagrande, Cristovam Buarque, Senadores... Senadora Ideli Salvatti, autores do Requerimento que originou esta Reunião em defesa da Amazônia.

Vou ser breve para, brevemente, apresentar o Projeto de Lei 5.202/2009, que dei entrada no dia 12 de maio, na Mesa da Câmara Federal, e ele tramita lá, portanto. E esse Projeto propõe diretrizes na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Norte, o FNO, que tornarão mais concreto o desenvolvimento da região, com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os recursos do FNO, mais de um bilhão de reais em 2008, deverão, 50%, financiar a modernização tecnológica e gerencial das atividades já financiadas pelo Fundo, desde a sua criação preferencialmente. Os outros 50% deverão financiar a cadeia produtiva da biodiversidade amazônica, os sistemas agroflorestais, a recuperação das áreas degradadas, os serviços ambientais e turísticos, a indústria da reciclagem com enfoque no desenvolvimento humano, local e sustentável, ambiental e economicamente.

Essas diretrizes vão contribuir para que os recursos públicos sejam melhor aplicados, incentivando o desenvolvimento de longo prazo, o aperfeiçoamento tecnológico e reduzindo a presidido ação ambiental.

Eu tenho, finalizando, um pedido a fazer à Christiane Torloni, a Vitor Fasano, à companheira que representa o Instituto Socioambiental e comporá a próxima Mesa, ao companheiro que representa o IMAZON também, que representará a próxima... A próxima Mesa, e a todos que se encontram nessa plenária, nessa virada de dia, eu quero entregar esse Projeto para que ele seja abraçado por cada um, por cada uma que eu nominei aqui e por todos que estão aqui presentes, para que transformemos... Transformemos o Projeto de Lei 5.202/2009, que destina enfaticamente a utilização dos recursos do Fundo Constitucional da Região Norte, o FNO, um instrumento... Num instrumento do desenvolvimento econômico, da preservação ambiental e desenvolvimento humano e social do povo da região amazônica.

[soa a campainha].

Meu muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Deputada Janete Capiberibe. E passo a palavra ao nosso querido Deputado Paulinho Teixeira. É o último Parlamentar inscrito deste painel.

Em seguida, a atriz Christiane Torloni... O Victor Fasano tem algumas leituras. E depois nós vamos ter uma música... Lançamento do CD do Padre Nelito. Nós vamos fazer o lançamento aqui do CD. Paulinho Teixeira, Deputado, por favor.

**DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP):** Boa noite a todos, boa noite a todas, eu quero, inicialmente, cumprimentar a nossa querida Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, cumprimentando também todos os Senadores aqui presentes, que promoveram esse evento, Senador Renato Casagrande, Senador Cristovam Buarque. Cumprimentar essa grande liderança mundial, que hoje assume... A minha querida Senadora Marina Silva, em defesa da Amazônia e do Meio Ambiente. Cumprimentar também os demais Senadores aqui presentes, Eduardo Suplicy, Senador Arthur Virgílio, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Jefferson Praia, Tião Viana, João Pedro, meu querido João Pedro também. Os atores Christiane Torloni, Victor Fasano, todos os presentes aqui nessa... Nesta vigília.

Essa vigília, ela tem uma enorme importância para o Brasil. Eu sou Deputado por São Paulo, não é? E o que faz aqui um Deputado por São Paulo? Com que cuidados um Deputado de São Paulo deve vir aqui a essa tribuna? Em primeiro lugar, nós queremos ressaltar a importância da Amazônia. Eu acho que todos aqui que nessa noite falaram, falaram da importância da Amazônia para o clima do Brasil, para o clima do mundo. A importância da Amazônia, como também... Como solução para uma série de problemas da humanidade. E, portanto, nós precisamos dela e nós precisamos dela de maneira sustentável.

Agora, também para quem está... De São Paulo, nós temos que pensar, e acho que foi um pensamento que permeou essa noite, nas pessoas que ali residem. Como é que nós pensamos nos moradores da Amazônia. E essa vigília aqui, ela, em primeiro lugar, ela tem uma enorme importância porque há um perigo. Há um perigo, e esse perigo nós temos que, rapidamente, brecá-lo, e essa vigília, a meu ver, tem o condão de ajudar a brecar esse perigo.

Quem, primeiramente, conhece esse perigo é Santa Catarina. Senadora Ideli pode testemunhar o quão nocivo para o estado de Santa Catarina é o Código Florestal de Santa Catarina, recém aprovado pelo seu Governador, com o apoio da sua bancada. Isto é,

em nome do crescimento, você submete a sustentabilidade e submete a preservação ambiental.

Isso já aconteceu, já foi aprovado o novo Código de Santa Catarina, ele será discutido no Supremo Tribunal Federal, mas é uma realidade que traduz essa maneira de ver as coisas. E aqui, no Congresso Nacional, tramita uma proposta de mudança do Código Florestal, que unifica realidades distintas do país numa mesma idéia, uma idéia até maior, que é a idéia do valor da terra contra direitos.

Hoje aqui nós ouvimos a questão dos remanescentes de quilombos, os índios estiveram presentes aqui, as comunidades indígenas presentes aqui. E o valor da terra para uma idéia de produção e uma idéia de crescimento.

Portanto, essa é a idéia maior que permeia essa visão e, em segundo lugar, a idéia de que nós devemos crescer a qualquer custo--

[soa a campainha].

--Portanto, essa vigília, ela tem o condão de botar um breque nesta... Nesse movimento que está em curso.

Eu sou autor lá na Comissão de Meio Ambiente, na Câmara, de um voto em separado contra mudança do Código Florestal. Mas, nós sabemos que, da mesma maneira que o Ministro Minc veio nessa noite aqui, se pronunciou, da mesma maneira que tem várias entidades aqui, forças políticas atuam fortemente, na sociedade e no governo, para a mudança do Código Florestal.

Então, esse, essa vigília aqui tem o condão de brecar esse movimento em curso, que é de ampliar o desmatamento no Brasil. Desmatamento, inclusive, que é responsável não só, o desmatamento da Amazônia, mas, o desmatamento do cerrado e o desmatamento de outros biomas do Brasil, que são responsáveis pela--

[soa a campainha].

--Contribuição que o Brasil dá para o aquecimento global.

O segundo aspecto que eu queria falar é que, além de pensar de como paralisar o perigo, nós temos que pensar num novo modelo de desenvolvimento, foi muito discutido aqui. Novo modelo de desenvolvimento que, em parte, diz respeito ao desenvolvimento sustentável, mas diz respeito também ao direito ao desenvolvimento daquelas populações que ali vivem.

Portanto, nós, e aí eu me coloco como de fora da Amazônia, eu não posso ver a Amazônia apenas como uma área intocada. Eu tenho que ver a Amazônia sob a ótica de uma preservação, mas, também do direito ao desenvolvimento daquela população.

E aí eu queria dizer um aspecto importante aqui. Ao analisar as cadeias produtivas da Amazônia, você percebe que as cadeias produtivas que avançam--

[soa a campainha].

--Por cima da floresta, são cadeias produtivas cuja produtividade é baixa. Por exemplo, a do gado. Ela, ali, é baixa; não que teria que ser assim, mas, na Amazônia, tem uma baixa produtividade. Ela poderia ser alta produtividade... Da soja, baixa produtividade. E também a indústria da madeira. Portanto, o Brasil tem uma dívida com a Amazônia. Qual é a dívida que o Brasil tem com a Amazônia?

Como você faz investimentos naquela região capaz de mudar a contribuição econômica para aquela região? Evidentemente, de um lado, qualificando o que é bom, apoiando o que é bom no extrativismo, na indústria, no comércio, e tem muita coisa boa, e é... Nós precisamos ouvir esses segmentos da Amazônia [interrupção do áudio] --nós temos que ouvi-los-- [soa a campainha]

--Mas, por outro lado, nós temos que fazer na Amazônia o que o Brasil fez, na década de 50, quando criou a Petrobras. Na década de 60, quando criou a EMBRAPA. Quando, na década de 50, criou o BNDES. Nós temos uma... Temos que ter a capacidade de criar algo, naquela região, que coloque a questão da biotecnologia para se pensar uma exploração sustentável e a descoberta da riqueza biotecnológica, da engenharia, da mecatrônica, para se pensar a questão de uma exploração sustentável.

Aqui foi dito, é importante dizer, eu... Todo o momento na Câmara, Senadora Marina, quando se fala que o meio ambiente é que travou o desenvolvimento energético, o que o meio ambiente fez, na Amazônia, foi desenvolver o aspecto energético. Obrigou a uma nova tecnologia de exploração hidráulica ali [interrupção do áudio]. Portanto [soa a campainha] eu termino aqui, dizendo que eu acho que o Brasil tem uma dívida com a Amazônia e, na minha opinião, a dívida que o Brasil tem com a Amazônia é ouvir e potencializar ali, e jogar dinheiro na Amazônia, no sentido de garantir a exploração sustentável e, por outro lado, garantir o direito ao desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que ali residem.

Portanto, eu queria concluir, dizendo que nós, de São Paulo, temos que entrar sempre com muito cuidado. Um dia, falando da Amazônia, a Senadora Marina disse: "E o Rio Tietê, em São Paulo?" É um problema para nós, porque a gente fala da Amazônia, mas não resolve os problemas do trânsito em São Paulo, da emissão de dióxido de carbono no diesel, não resolvemos os problemas do Rio Tietê. Por isso que a gente tem que entrar com muito cuidado.

Mas, eu acho também que nós temos que entrar com uma visão de sustentabilidade e uma visão do direito [interrupção do áudio] [soa a campainha]. Então, muito obrigado pela oportunidade e parabéns a todos. E, certamente, pensar aqueles que organizaram esse ato, de como desdobra, como dar conseqüência para que isso possa dar um salto na política brasileira para a Amazônia que, a meu ver, é uma questão nacional. Boa noite a todos e parabéns por essa vigília da Amazônia.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço--

[palmas].

Agradeço ao Deputado Paulo Teixeira, do Estado de São Paulo. Senador Arthur Virgílio, os paulistas também estão preocupado, senão todos, a gente espera que a grande maioria.

Passo a palavra, então, para o Victor Fasano, que vai fazer a leitura de mais alguns manifestos de apoio ao nosso trabalho, na noite de hoje. Que já viramos a noite, né? Já viramos, né?

**SR. VICTOR FASANO:** Nós estamos aqui para ficar acordados até às sete da manhã. Bom, eu vou ler o depoimento da nossa queridíssima atriz Fernanda Montenegro: *"Neste momento, em que a humanidade vê, estarrecida, a transformação do meio ambiente, com catastróficas consequências no clima mundial e que o Brasil detém em seu território a última grande floresta da Terra, prestando infindáveis serviços ambientais, é imprescindível que brasileiros comuns, como nós, repudiem quaisquer ações que venham comprometer o futuro do planeta, exaurindo seus recursos naturais, e inevitavelmente empobrecendo o povo amazônico, que depende da floresta, para a sobrevivência. É responsabilidade de nós, brasileiros, zelar pela nossa pátria".* Muito obrigado, caríssima, Fernandona, é assim como nós, carinhosamente, a chamamos.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Grande Fernanda, nós vamos fazer um jogral, então, vai ser uma o Victor e uma manifestação a Christiane. A Christiane, por favor.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu queria ler o depoimento do artista plástico Franz Crashberg(F), na verdade, inspirou a sua obra, enfim, na devastação... Na devastação de várias matas, inclusive da própria Amazônia. Para quem não conhece, o Crashberg(F) nasceu na Polônia, em 1921, ele é pintor, escultor, gravador e fotógrafo, e hoje é naturalizado brasileiro. Como bom polonês, tem um depoimento aqui, que se eu disser algumas palavras estranhas, conjugações estranhas, a gente não quis mudar nada [risos], enfim... *"Querida... Caríssima Christiane Torloni, fiquei muito contente em receber essa notícia que haverá uma discussão no Senado sobre a Amazônia. Na última viagem que fiz, fiquei muito preocupado e muito revoltado com a destruição total da Amazônia. Todas as leis que estão inventando são todas na direção para destruir, mais rápido possível, e constatei que estão praticando um crime contra o planeta. Em Porto Velho, os habitantes, os índios são cassados na terra deles, onde habitaram, e ficam abandonados na rua com seus filhos, pedindo esmolas. É para chorar... Nós estamos vendo e acompanhando o avanço da destruição, as queimadas são assustadoras e não se fala nisso. Nós vamos ver, em breve, a Amazônia sem floresta e os crimes praticados sem crimes odiosos. A Transamazônica, que foi muito criticada e alvo de protestos do mundo inteiro, foi abandonada desde o tempo da ditadura. Nós estamos vendo fortuna sendo gastas para asfaltar a Transamazônica de novo, para se ter meios de destruir essa região mais rápido. Brasil, acorda para ver a realidade da saúde do planeta. Estamos fazendo tudo para piorar a saúde dele. Nunca se viu tantos desastres ecológicos ultimamente no mundo e também no Brasil. No Norte, onde tinha muita seca, estamos vendo inundações que nunca aconteciam e, no Sul, muitas secas. Ninguém pergunta por que estão acontecendo essas mudanças. E pode piorar se a gente não acordar, tudo pode piorar, me pergunto se não está na hora de pagar com esta barbárie. A Mata Atlântica foi praticamente toda queimada e os habitantes que nela habitavam foram massacrados, com muitos fugindo cada vez para mais longe, e sendo obrigados a fugir para muito mais longe ainda. Todas as serrarias que acompanhavam essa destruição abandonaram o Sul da Bahia, o Espírito Santo,e um pedaço de Minas e se instalaram na Amazônia. A plantação da soja transgênica na Amazônia é vendida para a China para engordar porcos e ter melhor mercado, enquanto vemos a miséria do povo do Nordeste. É tão revoltante ver a passividade e o abandono desse povo. Mais uma vez, acorda Brasil, não deixem destruir a Amazônia e agravar ainda mais a saúde do planeta".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agora o Victor.

**SR. VICTOR FASANO:** Agora, eu vou ler o depoimento do Sr. Carlos Caetano Bledorn Verri, o Dunga, treinador da Seleção, Presidente do Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão, e que, em 1994, nos Estados Unidos, foi o capitão do tetracampeonato mundial de futebol. Ele disse o seguinte: *"Não há dúvidas de que à preservação da Amazônia é necessário milhões de reais, inclusive de países estrangeiros. No*

*entanto, penso que, além de investir na conservação da floresta amazônica como um todo, cada vez mais, devemos conscientizar-nos que é fundamental que cada um de nós, do campo e das cidades, faça sua parte e, nesse sentido, exija que sejam priorizados os investimentos na educação e em iniciativas sustentáveis que possibilitem eliminar as agressões ao meio ambiente, notadamente a fauna, a flora e demais recursos naturais, oportunizando, desse modo, alternativas de geração de emprego e renda à população do Norte do país. A Amazônia é um legado ao povo brasileiro. Por essa razão, a nossa geração deverá, de todas as maneiras, lutar por sua preservação, bem como pela conscientização das futuras gerações da importância da sua conservação. Assim como o futebol é o orgulho nacional, tenho certeza de que também poderemos obter destaque mundial sendo referência no que diz respeito ao meio ambiente".* Obrigado, Dunga.

[palmas].

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Senadora, eu queria aproveitar, só para fechar esse bloco, o depoimento do Governador Aécio Neves. É possível?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** "*Um dos desafios mais urgentes e inadiáveis da realidade brasileira atual, diz respeito à Amazônia...*". Eu queria explicar porque eu estou lendo esse depoimento especialmente, porque o Governador assinou o manifesto na mesma noite em que assinou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-Presidente Itamar Franco, então... "*Um dos desafios mais urgentes e inadiáveis da realidade brasileira atual diz respeito à Amazônia. Referimo-nos a um espaço geográfico que corresponde a mais da metade do território do nosso país, no qual está localizada a maior floresta tropical, o rio mais extenso e caudaloso e a biodiversidade mais rica do planeta, além de riquezas minerais abundantes. Lá, estão populações tradicionais, que guardam rica cultura ancestral e mais de 20 milhões de compatriotas. Este é um tesouro que qualquer nação gostaria de guardar, proteger e usar com sabedoria para o seu e desenvolvimento, em bases sustentáveis e para o bem estar do seu povo. Infelizmente, não tem sido essa nossa escolha. A degradação da região desafia sucessivos governos, com maior ou menor intensidade. O desmatamento avança e as queimadas completam o quadro da devastação. É chegada a hora de agir. Os problemas da Amazônia, assim como os problemas das demais regiões, são um problema do Brasil. Cabe, portanto, ao governo e à sociedade brasileira reconhecerem que as nossas políticas para região fracassaram, e fracassaram duplamente, induziram a degradação ambiental e não promoveram a inclusão social, criando apenas algumas poucas ilhas de prosperidade. O momento exige coragem e ousadia; coragem para mudar e ousadia para conceber novas políticas, que gerem renda e emprego para o povo da Amazônia, utilizando sustentavelmente seus recursos naturais, porque desenvolver não é sinônimo de destruir. Comparativamente com as demais regiões do nosso país, o Estado Federal brasileiro é o grande ausente da Amazônia. Acanhado, diante da imensidão do território, frágil perante as demandas da população, ineficiente para segurar a proteção do meio ambiente, oculto na falta de planejamento territorial, tendo como referência espacial a maior bacia hidrográfica do mundo. Esse extraordinário desafio exige a iniciativa política proporcional ao seu tamanho. Considero absolutamente necessário estabelecer um grande pacto entre a União, os Estados e Municípios da Amazônia, com ampla participação das lideranças empresariais e da sociedade civil, visando à formulação de novas políticas para o desenvolvimento regional sustentável, sem os velhos e erráticos paradigmas do passado. Essa não é uma tarefa para o Ministério, mas para o governo, em todos os níveis e para toda a sociedade. Pela sua magnitude, essa é uma agenda que deve ser liderada pela própria Presidente da República, na medida em que não pode haver, na gestão do Estado brasileiro, nada mais importante do que proteger a Amazônia e assegurar o seu desenvolvimento sustentável. Uno-me a todos a vocês nessa manifestação porque, como sempre, cidadão brasileiro, quero Amazônia para Sempre. Aécio Neves".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI:** Agradecemos ao Victor e à Christiane pela leitura de todos estes manifestos, que chegaram para enriquecer o nosso trabalho, e gostaria, então, de dar o seguinte encaminhamento: Nós teríamos dois painéis. Nós vamos unificar num único painel, tratando da importância estratégica da conservação da Amazônia e "Avanços na Governança Pública e Iniciativas Sustentáveis". Portanto, eu chamo, de imediato, para compor a Mesa, o Dr. Carlos Nobre, que é do INPE. O Sr. Milton Kanashiro, que está aqui representando a EMBRAPA; Sr. Paulo Barreto, do IMAZON; a Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental. O Dr. Carlos Nobre, Milton Kanashiro, o Paulo Barreto e a Adriana Ramos vão falar a importância estratégica da Amazônia. Aproveito para chamar aqui para Mesa também o Sr. Eufran Amaral, que vai apresentar as iniciativas promissoras do governo do Acre; a Sra. Andressa Dias, da Associação de Produtores Florestais Certificados, e Sra. Nádia Cristina Ferreira, "Iniciativas Promissoras do Governo

do Amazonas". Vamos esperar segundinhos para ter os nossos prismas aqui, com os nomes.

Eu quero aproveitar, enquanto nós terminamos de organizar a Mesa, de cumprir mais uma providência da burocracia da nossa Comissão, fazendo o registro do ofício que, em nome da Comissão, encaminhei ao Presidente do Senado, para que nós pudéssemos estar realizando, na noite de hoje, no dia 13, agora já dia 14, após a Ordem do Dia, esta Atividade em defesa da Amazônia. E, da mesma forma, o Senador Renato Casagrande encaminhou ofício ao Presidente José Sarney, em nome da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, e esses ofícios irão à publicação na íntegra na Ata da Reunião, desta Reunião que nós estamos realizando nesta noite.

Então, posso passar, de imediato, já, então, a palavra ao Dr. Carlos Nobre, que é Chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre, do INPE, dizendo ao Dr. Carlos Nobre que ele está convidado para vir na Comissão de Mudanças Climáticas, num dia, aonde nós queremos aproveitar, e muito, porque sabemos do estudo profundo que o senhor possui e tem e nós, na Comissão, já deliberamos, já foi aprovado o Requerimento. A sua vinda hoje aqui é militância, depois, o trabalho lá na Comissão vai ficar para um outro dia. Então, eu passo, de imediato, a palavra ao Dr. Carlos Nobre.

**SR. CARLOS NOBRE:** Boa noite a todos e a todas, Senadora, a todos que estão acompanhando pela internet essa importante e histórica Sessão. Eu vou cobrir só, nos breves 10 minutos, dois pontos, e da minha... De formação profissional, eles são pontos de ciência, que é o que eu acho importante complementar em relação a muito que já se falou aqui.

Em primeiro lugar, eu quero, destacar a importância da Amazônia para o planeta, já foi muito falado, quero reiterar essa importância. A estabilidade do clima na América do Sul, do planeta, ela depende muito da estabilidade do clima da Amazônia. Essa biodiversidade máxima que nós temos nas florestas tropicais e na floresta Amazônica, ela se deve também a essa estabilidade. Milhões e milhões de anos de um clima estável permitiram a diversidade máxima da vida no planeta.

Porém, nos últimos 200 anos, nós estamos perturbando esse equilíbrio do planeta como um todo, na Amazônia também, de uma forma que não há precedentes, nem na nossa história de civilização, de *homo sapiens* ou da civilização e, talvez, por muitos milhões de anos, na história do planeta Terra. Tanto é que hoje nós chamamos os últimos 200 anos, do *antropoceno*, a "era geológica", onde a nossa ação se tornou gigantesca. Nenhuma outra espécie viva conseguiu, em 3,6 bilhões de anos no planeta, fazer o que nós estamos fazendo em 100 anos.

Essa velocidade de transformação, ela apresenta uma séria ameaça aos sistemas que dão suporte à vida, à vida toda e à nossa vida também. Na Amazônia, essas perturbações estão ocorrendo numa velocidade sem precedentes; os dados foram muito citados, a velocidade com que nós estamos alterando os ecossistemas, através do desmatamento, das queimadas, da fragmentação florestal, da penetração no fogo, num ecossistema não acostumado, não desenvolvido, que não evoluiu com o fogo, todas essas perturbações estão ocorrendo de forma acentuada e numa velocidade que a evolução biológica dos ecossistemas da Amazônia não permite.

As conseqüências dessas mudanças globais e regionais, elas já se fazem sentir. A ciência avança lentamente, mas hoje já é possível inferir que muitos desses extremos ou da exacerbação dos extremos climáticos, nós estamos vendo exatamente agora as... Inundação recorde na Amazônia, no Nordeste, secas pronunciadas em partes do Sul, por uma década, isso é reflexo que o clima está ficando mais variável; popularmente, a gente podia dizer está ficando mais louco, o clima está variando muito. Isso é sim reflexo do planeta, que está sendo aquecido por ações, pela nossa ação, de despejar uma quantidade muito grande de gases do efeito estufa, pelos desmatamentos e uma série de outras transformações.

Para a Amazônia em particular, a ciência hoje já consegue dar alguns dados, e eu acho vou dar para vocês porque eu acho muito relevante para esse debate. Nós temos cientistas preocupados em responder a seguinte questão: Existe um limite para Amazônia? Existe um ponto crítico que o ecossistema não resiste mais? Ele quebra? E nós estamos começando... Esses números começam aparecer na literatura científica, e eu vou dizer para vocês dois números importantes, que ainda são motivo de debate, mas eles já são apresentáveis, porque nós podemos defendê-los cientificamente. Qual é o limite máximo que a Amazônia suporta? Nem quero dizer que nós temos que chegar a esse limite. Mas, se passarmos desse limite, provavelmente não tem mais volta. O ecossistema se desfigura, se modifica e o que vai substituir a floresta é outro tipo de ecossistema, muito pobre. Esse limite, nos estudos atuais, é de 40% de desmatamento. Não significa que queremos ou devemos chegar a 40%. Mas esse é o número que hoje já é defensável cientificamente. Não... Em hipótese nenhuma, podemos ultrapassar 40% Senão, o clima muda na Amazônia, a vegetação muda junto e não volta mais.

Eu quero destacar que isso é mudança permanente, não é algo que a gente pode desmatar e depois, se parar o desmatamento, a floresta volta; a floresta não volta mais por milhares de anos. E o outro limite é o aquecimento global. Quanto pode aquecer o planeta sem ameaçar a Amazônia? 3,5 graus é o número que nós estamos chegando hoje. Já chegamos a perto um grau na Amazônia? 0,8, 0,9 graus de aquecimento.

Esses são números importantes para que tenhamos em mente que a Amazônia tem limites dessa escala; se ultrapassados, a floresta nunca mais voltará ser a mesma por milhares de anos. Os 40% é responsabilidade dos países amazônicos, nós, e esse evento é muito importante nesse sentido. Os 3,5 graus é uma responsabilidade do planeta, em que nós temos pequena contribuição e, talvez, devamos dar o exemplo.

Me pediram para tratar um pouquinho, e essa é a segunda parte da minha manifestação, dos impactos, das implicações dessa estabilidade ambiental climática que a Amazônia representa, implicações socioeconômicas. Eu só dou um número, esse número já foi mencionado aqui, hoje no valor econômico razoável do chamado mercado de carbono, que precisamos reduzir as emissões globais para não tirarmos o planeta de uma trajetória sustentável, se reduzirmos os desmatamentos, isso vale ou valerá algum dia, em breve, bilhões de dólares. Então, isso é um número importante a lembrar; bilhões de dólares é o valor hoje, o valor econômico, de manter o carbono na floresta. Não é tudo, isso não conta tudo, nós não sabemos ainda contabilizar, monetariamente, o valor da biodiversidade. Eu estimo e cientistas estimam, que ele é muito maior que o valor do carbono, mas, pelo menos nós temos um número, o do carbono.

E, para falar de implicações econômicas e sociais, eu quero adicionar uma outra dimensão a esse debate, que é o que nós precisamos, realmente, pensar, criar, inventar um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia. Vários de vocês, Senadora Marina Silva, vem defendendo isso há décadas. Mas esse modelo quer trazer valor econômico ao âmago da floresta, nas belas palavras da geógrafa Bertha Becker, ele tem uma implicação de nós nos vermos, brasileiros, amazônidas, de todos os países, de uma maneira diferente, que nós não temos nos visto até agora...

Eu gostei muito das palavras da Christiane Torloni, quando ela disse que nós somos um povo da floresta. Na verdade, nós não somos ainda um povo da floresta. Nós não nos enxergamos como povo tropical, tropicalizado, a nossa essência de país tropical, com recursos naturais tropicais, portanto, floresta, portanto, água, portanto, biodiversidade, nós ainda nos vemos, de fato, como europeus, e, de fato, nós vemos como europeus que desembarcaram aqui, no Século XVI, há 470 anos, e trouxeram os primeiros bois, não é? O modelo da Amazônia é o modelo que alguém, infelizmente, disse, nos anos 70, seguirá a pata do boi.

Então, é essa quebra desse paradigma que precisamos implementar. Eu, como sou de ciência, acredito muito no papel de conhecimento, acho que nós temos que inventar um novo paradigma, que também passa por uma invenção de novos usos dos recursos da floresta. E por que é que nós temos que inventar? Quase tudo se copia no mundo; o desenvolvimento de muitos países é baseado na boa cópia; do Brasil também, a substituição das importações... Mas não existe o que copiar, não existe país tropical desenvolvido, não existe país tropical que seguiu trajetória de sustentabilidade, não existe.

Isso nos dá a oportunidade histórica de inventar. Os países que inventam são países desenvolvidos, então, esse é um grande desafio, é um desafio para a comunidade científica, é um desafio que a comunidade científica brasileira, a Academia Brasileira de Ciências tem levado muito a sério, tem feito propostas concretas, só que essa invenção não pode ser, como é a invenção normalmente em ciência, uma invenção incremental, evolutiva, lenta. Não há tempo mais para essa invenção, que é a tradição da ciência e da tecnologia. A Amazônia precisa de uma revolução, que nós temos chamado revolução científica e tecnológica.

Então, eu, para finalizar, para não estourar muito o meu tempo, eu quero dizer que esse modelo alternativo, que tem que ser inventado, ele exige um enorme trabalho, um enorme foco do país, um enorme foco das políticas públicas de incentivo à geração do conhecimento. Isso não existe ainda, não está colocado, essa Casa é muito importante em discutir e avançar com essas políticas, essa revolução científica e tecnológica que a Amazônia precisa... E, se atingirmos esse ponto, seremos um exemplo de países desenvolvido, um exemplo para todas as regiões tropicais do planeta. O Brasil é o país que mais próximo está de querer esse modelo; os outros países tropicais têm menos possibilidades.

Então, finalizo, dizendo, se somos um povo da floresta, precisamos de uma ciência da floresta, uma ciência nova e que abras as portas do Século XXI à Amazônia, que é o Século, não da dilapidação irresponsável do patrimônio natural que nos foi legado, mas é o Século, é a Era do conhecimento. O conhecimento e a preservação da Amazônia, sem o conhecimento e a preservação da Amazônia jamais, realmente, poderemos nos considerar país desenvolvido. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos sobremaneira a contribuição do Dr. Carlos Nobre e o compromisso de voltar, com todo o tempo, para o debate na Comissão de Mudanças Climáticas. Passo de imediato a palavra ao Dr. Milton Kanashiro, da EMBRAPA.

**SR. MILTON KANASHIRO:** Boa noite a todos. Agradeço pelo convite à EMBRAPA e, para uma discussão aonde a conservação é uma tônica forte da Amazônia, o setor produtivo tem um papel muito importante, mas, com muita freqüência, talvez, respeite a questão ambiental, ela entra como um segundo fator, e eu acho que, nesse momento, mais do que nunca, a questão ambiental, ela precisa entrar nessa equação para que os sistemas de produção possam ser sustentáveis, para que os mercados possam ser abertos aos produtos brasileiros, e a... O ambiente e o capital natural da Amazônia seja preservado.

Eu acho que o capital natural é muito mais além do que apenas recursos naturais, eu acho que tem toda uma cultura, tem toda uma população envolvida no processo, e a evolução de milhões e milhões de anos não pode ser destruída, dentro do conceito de "é importante produzir, produzir, produzir". Eu acho que é importante produzir, mas é importante que talvez, nós, o Brasil tem a possibilidade de vivenciar o processo de desenvolvimento diferente, se nós conseguirmos preservar a Amazônia nas suas estruturas funcionais.

O que eu quero passar aqui é que a EMBRAPA, na Amazônia, a EMBRAPA tem 41 centros de pesquisa, em vários Estados brasileiros, e, na Amazônia, tem um centro, correspondendo a cada Estado. E... A Amazônia... O próximo. Então, o que nós estamos tentando fazer na EMBRAPA é que todos esses centros na Amazônia possam... Que todos os centros na Amazônia possam trabalhar de forma integrada, mas não apenas os centros da Amazônia, os centros que estão fora da Amazônia também, em situações específicas, possam ajudar a trabalhar questões específicas na questão da produção. E isso não é, assim, uma tarefa tão fácil, porque a própria distância que separa as instituições é uma questão bastante... Bastante forte e difícil, vamos dizer assim.

Bom... Volta um pouquinho, volta, está indo para o fim, está avançando... E a questão, que eu acho que é bastante... Foi colocada essa foto por ser bastante emblemática, com toda a questão da soja, mas eu acho que a própria agricultura sustentável na Amazônia, ela tem uma concepção, hoje, diferente; a paisagem rural, ela precisa levar em consideração a questão do manejo da floresta; ela precisa levar em consideração a questão do plantio, dos sistemas e a própria criação, os animais. Então, todos esses elementos tem um papel muito importante na geração de renda, ao mesmo tempo em que o capital natural deva ser preservado.

As diretrizes adotadas para a Amazônia são baseadas em três eixos, um de ordenamento, monitoramento e monitoramento territorial; o outro, segundo de manejo, valoração e valorização da floresta, e terceiro sistemas sustentáveis para áreas abertas ou desmatadas, áreas em vários graus de nível antrópico já estabelecido. Próximo.

Então, apenas para colocar a questão do ordenamento, gestão e monitoramento territorial, a EMBRAPA tem envolvido em... Participado da elaboração da zoneamentos voltados para áreas da Amazônia e, por exemplo, na questão da BR-163, teve uma ação bastante importante. Um outro trabalho que a EMBRAPA está fazendo, inclusive, ele pode... Ele é controvertido, é a relação, por exemplo, do zoneamento do dendê, o dendê, como cultura, ele é... Automaticamente, quando se fala em dendê, pensa numa coisa prejudicial, mas, diante da questão da agroenergia, a própria agricultura familiar necessita e quer participar desse agronegócio e que, na verdade, é uma questão do agronegócio, da forma que nós usamos, geração de renda, não necessariamente grandes produtores de destruição. E, no caso do dendê, vai ser muito importante que o zoneamento do dendê, inclusive por causa de uma doença chamada amadurecimento fatal, que é um problema muito sério, esse zoneamento vai se determinar aonde se plantar dendê, e os pequenos agricultores querem participar desse processo, e eu acho que é muito importante o suporte nesse sentido. O próximo.

A outra questão é o manejo valorização e valoração dos recursos naturais, florestais e hídricos, aonde todo o esforço tem sido no sentido de entender biologicamente a floresta para que a gente possa, na verdade, utilizar técnicas e desenvolver técnicas para que o manejo florestal não seja danoso, para que os processos biológicos continuem acontecendo e que as espécies continuem se reproduzindo. Então, para isso, nós temos torres de 30 a 40 metros, que a gente chega ao topo das árvores e possa fazer estudos de biologia reprodutiva, estudo de polinizadores para tentar entender, do ponto de vista de retirada, o quanto que se pode retirar e qual a possibilidade desses materiais voltarem a se reproduzir. E a questão da botânica é uma questão, assim, muito importante, a biodiversidade da Amazônia, ela é desconhecida, vamos dizer assim, falando nos vegetais; os animais, aparentemente, é um pouco mais... Eu não diria que é mais fácil, mas a quantidade de espécies, dentro de um mesmo gênero, falar em Angelim; tem 30 espécies de Angelim; falar curupixá, tem 30 espécies de curupixá e, quando se faz trabalho de mercado, tudo isso sai como curupixá.

Só que os aspectos de produção dessas populações são completamente desconhecidos, vamos dizer assim, daqui a 40 anos, nós estamos ter muita dificuldade, então... Ontem ainda, numa palestra da inauguração do Instituto de Biodiversidade no Museu Goeldi, uma questão levantada pela Diretora, a Dra. Ema Vieira, é que a botânica está totalmente esquecida no Brasil, e, para Amazônia, é uma questão muito séria. A sustentabilidade da Amazônia, em termos de sistemas, de utilização, depende muito desse conhecimento básico, que é conhecer as espécies. Próximo.

Então, aqui nós temos várias tecnologias para o manejo das florestas, tanto a nível empresarial, como em nível comunitário; a questão dos produtos não madeireiros é muito importante: açaí, andiroba, aqui apenas representado por alguns produtos, inajá, copaíba, cipó-titica, por exemplo, Tucumã. Tucumã é uma espécie que ninguém se falava, mas hoje é uma espécie que, diante da agroenergia, é uma coisa muito importante. Não por acaso que, na EMBRAPA, temos um banco de hemoplasma de Tucumã, coisa que não existe em nenhum canto, e várias populações de Tucumã já destruídas. Então, apenas coletar e plantar em outro lugar, que é uma atividade cara, e o que justifica fazer um trabalho tão duro, por tanto tempo? Nesse momento, em que Tucumã entra no cenário como um potencial, nós temos o material genético, e nós estamos registrando esse material com possibilidade de distribuição de sementes. Próximo.

Aqui, ainda falando a questão do avanço da tecnologia, no caso do manejo florestal, que a tecnologia da informação, associada a toda revolução tecnológica, ela deve, ela tem que entrar, de alguma forma, na composição de tecnologias para que a gente possa aproveitar os nossos recursos de forma mais racional possível e... E, nesse sentido, a tecnologia tem que trabalhar a nosso favor. Então, o que professor Carlos Nobre estava comentando, acho que essa revolução que precisa acontecer na Amazônia, ela passa por revolução tecnológica também, e nós precisamos estar atentos de como várias tecnologias, ou como a informação, a tecnologia possam avançar em nossa direção.

Bom, aqui, apenas mostrando que, com essa tecnologia, existe o modelo do impacto reduzido, que era de e 22%, considerado pela FAU e, razoavelmente bom, com essa tecnologia, nós conseguimos abaixar a 14%, eu acho que isso é um grande avanço para o uso da floresta. Próximo.

As cadeias de produção... É uma outra coisa que nós não podemos esquecer. Em geral, tanto para a cadeia de madeira... Aqui nós temos, por exemplo, um secador solar, aonde nós estamos quantificando exatamente, levantando os índices técnicos, porque eles, esse secador, ele tem uma utilidade para vários produtos e faz com que o valor agregado desses produtos, inclusive não madeireiros, possa ter um valor muito maior, né? Próximo.

Falando um pouco da questão das tecnologias para as áreas de consolidação, então, nós temos aqui todos esses sistemas de produção, o tempo está acabando, mas... O próximo.

A parte de sistemas florestais, agroflorestais, e uma questão que eu quero frisar bastante é a questão do sistema integração do sistema lavoura, pecuária e floresta, inclusive o colega Smeraldi comentou da questão da intensificação da pecuária, a importância de se utilizar a tecnologia, porque nós não podemos continuar com o ponto um cabeça de gado, e precisamos realmente passar para três cabeças de gado por hectare. Quando a gente conseguir chegar a esse nível, nós podemos dizer que nós temos pecuária sustentável, então, essa é uma questão, assim, bastante importante.

Bom, através dessas tecnologias, nós estamos dando suporte aos programas federais [interrupção no áudio], controle e prevenção, principalmente ligado ao Arco Verde, territórios das cidadanias, mais alimentos e também programas de Estado.

O que eu gostaria apenas de dizer é que, fechando, que eu acho que tem muita coisa para ser feita, mas tem uma coisa, que foi lembrada pelo Senador Arthur Virgílio, com relação à questão dos orçamentos. Eu acho que a ciência e tecnologia precisam de orçamentos, vamos dizer assim, justos, para que ela possa gerar o que necessita para dar suporte ao desenvolvimento.

E uma última coisa que eu gostaria de dizer é que é um privilégio enorme estar aqui hoje porque, em maio, maio de 79, eu chegava recém formado na Amazônia, hoje, 30 anos depois, estar brigando pela Amazônia eu acho que é ainda uma... É um motivo de jubilo para mim, no caso e eu [interrupção no áudio]. Muito obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos ao Dr. Milton Kanashiro, Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA. Passamos a palavra, já em seguida, para o Dr. Paulo Barreto, do IMAZON.

**SR. PAULO BARRETO:** Passa de meia noite, então, bom dia todos. Obrigado pela oportunidade. Eu sou pesquisador do IMAZON, Instituto que fica em Belém, instituto de pesquisa focado no desenvolvimento sustentável da Amazônia. O que eu queria deixar aqui hoje é o seguinte: A gente tem aqui à nossa frente, várias páginas de papel, mostrando as assinaturas

de mais de um milhão de pessoas, foi citado também que, no o sistema que a Globo montou, tem mais de 40 milhões de protestos contra o desmatamento, isso revela um interesse grande pela conservação da Amazônia, uma energia social bastante expressiva, por outro lado, essa vigília foi montada porque tem vários Projetos que vão contra essa conservação. Então, nitidamente, tem um conflito de interesses, de visão do que é que a gente espera da Amazônia, o que é que Brasil espera da Amazônia. O desafio é como é que a gente vai aproveitar a energia que está colocada positiva para encaminhar uma espécie de conciliação dessas visões? Como é que a gente pode transformar isso de forma positiva aqui nos próximos anos.

E acho que, para a gente fazer isso, a gente tem que ir mais fundo no entendimento por que é que o desmatamento continua na Amazônia. Um dos pontos centrais, o Smeraldi, que falou antes de mim, tratou um pouco disso, e eu queria aprofundar, ainda existe bastante subsídio perverso que favorece o desmatamento. Esse subsídio perverso tem a ver com políticas públicas equivocadas para região, erros acumulados ao longo do tempo; um dos principais tem a ver com uso gratuito de terras públicas; as pessoas se apossam de terra pública e não pagam pelo uso dessa terra. Em 2003, o próprio INCRA registrava 43 milhões de hectares de posse, isso é uma extensa. O grande efeito disso é que fica mais barato desmatar novas áreas do que melhorar o uso das áreas que já são desmatadas; às vezes, quando tem legislação ambiental, muita gente diz que não pode engessar a Amazônia porque tem que ampliar área para plantio, mas a gente já tem, na Amazônia, desmatados, 700 mil quilômetros desmatados. Isso é mais que o tamanho da França, tudo.

Então, é uma área bastante expressiva. Foi colocado hoje que na Amazônia tem 25 milhões de pessoas, na França, tem mais de 70 milhões. Então, a gente tem a situação de um uso bastante extensivo, bastante subaproveitamento dessas áreas que já estão desmatadas. Então, o ponto central, o que é que a gente faz para melhorar o uso dessas áreas? O Kanashiro acabou de falar da possibilidade de aumentar muito o uso, a produtividade dessas áreas, e a pecuária ocupa mais de 70% dessas áreas desmatadas; ele falou de até triplicar; se e a gente só duplica produtividade, a gente poderia ter o dobro do rebanho que tem lá, gerando muito mais emprego com essa área que já está desmatada.

Então, a questão central é por que as pessoas não aproveitam melhor essas áreas? Volta ao ponto do subsídio. Se as pessoas têm acesso a terras mais baratas, novas florestas, gratuitamente, você vai ter muito pouco incentivo para melhorar o uso dessas áreas. E aí tem uma ligação muito forte, já foi colocado aqui, tem uma Medida Provisória que foi votada, pelo que eu vi hoje, já foi votada na Câmara e vem para cá, para o Senado, vai ser muito importante avaliar a Medida Provisória, considerando quais são os itens lá que incluem subsídios e novas aberturas para que continuem ocupando a Amazônia sem pagar ou pagar abaixo do preço do mercado. Se isso continuar, a gente vai continuar falando dessa contradição. Tem gente querendo a conservação, mas os incentivos que a política pública coloca acabam levando ao desmatamento.

O outro subsídio, que é muito forte, teve alguma correção no último ano, mas ainda continua, que é o crédito público subsidiado, o crédito agrícola, que acaba estimulando o desmatamento. Entre 2002 e 2008, só o programa FNO, que é o Fundo Constitucional do Norte, teve um investimento de cerca de 1,8 bilhões de reais para a pecuária, embora esse crédito não seja diretamente para desmatamento, tem vários estudos que mostram que acaba tendo um vazamento, ele estimula indiretamente o desmatamento. Isso é uma distorção muito forte, a gente ainda estar patrocinando indiretamente o desmatamento na Amazônia.

Então, qual é o guia, como é que a gente, daqui para frente, resolve essas contradições, aproveita energia positiva que está colocada aqui para corrigir essas distorções que a gente tem nas políticas públicas, que permitam conservar e melhorar as condições de vida da população lá, porque já existe em área desmatada grande, que pode ser usada para melhorar muito a produtividade agrícola, qual é o guia que a gente precisa? Eu acho que o primeiro ponto, então, é tratar justamente desses subsídios que eu acabei de falar.

O uso gratuito dessas terras tem que ser eliminado e um ponto central para isso é ter uma regularização fundiária que cobra imediatamente o uso dessas terras, seja via... Uma... A venda dessas áreas, como está colocada em parte da Medida Provisória, ou um arrendamento; as pessoas tem que pagar pelo uso da terra, senão vai ter sempre o incentivo de ocupar cada vez mais as áreas.

O outro ponto tem a ver com o crédito, realmente, não precisa crédito subsidiado para a agropecuária; tem que redirecionar todo o crédito que é disponível, subsidiado, paras atividades que tem a ver com conservação e produção na área florestal, eu vou falar um pouco mais sobre isso. Primeiro ponto, eliminar todos esses subsídios que ainda existem, tanto na área do crédito, quanto em relação ao uso da terra.

O outro ponto é realmente facilitar o uso mais produtivo das áreas já abertas. Tem a ver com a regularização fundiária, o investimento em pesquisa, que foi colocado aqui, é essencial para isso. Tem outro ponto

ligado aí, que é a infraestrutura adequada; foi citado hoje aqui o exemplo do asfaltamento de uma rodovia, que está aberta há muito tempo, mas acabou a floresta retomando, significa que não fazia sentido nem ter sido aberta e não faz sentido voltar e repavimentar ou, de fato, pavimentar pela primeira vez. O que vai ser importante aí? Construir a infraestrutura, onde já tenha uma população, você tem uma estrada principal e tem população que fica a 15, 20 quilômetros dessa rodovia, mas as estradas vicinais muito ruins, então, o dinheiro que está sendo programado para investir e expandir em infraestrutura, em torno de florestas ainda virgens, esse dinheiro deve ser colocado na infraestrutura que... Próxima de onde já tem população que dependa de transporte e não tem hoje. Ou seja, usar uma infraestrutura adequada, em vez de usar dinheiro público para abrir novas áreas, que vão estimular novas ocupações irregulares e acabar tendo mais desmatamento.

Finalmente, é preciso apoiar o desenvolvimento florestal da região, tem um potencial enorme, tanto das florestas nativas quanto da área de reflorestamento. Isso a gente pode ter a capacidade de gerar muito emprego, tanto na área de plantio, do manejo da floresta, quanto na indústria associada isso, e, há duas semanas atrás, eu assisti, no final, deprimido, a palestra de uma engenheira florestal, que estava trabalhando numa empresa internacional, que queria investir em reflorestamento na Amazônia; ela tentou, teve a pesquisa de como é que isso poderia ser feito. No final de três anos, a empresa desistiu de fazer isso, e foi investir na Indonésia e na China, não conseguiu investir no reflorestamento da Amazônia.

Então, a gente está falando aqui do desejo de ter conservação, tem uma empresa querendo investir e não conseguiu, por quê? Vários problemas ligados à tecnologia, mas muito ligados também a esse problema de desordem fundiária; quem vai investir para cortar árvores daqui a 50 anos ou para manter carbono? As pessoas não vão fazer isso se você não tem um clima favorável em relação a esses investimentos. Então, esse é um exemplo simples de oportunidades que a gente está perdendo. A gente precisa corrigir esses problemas com os investimentos corretos no apoio ao manejo florestal e também ao reflorestamento.

Dessa forma, gente poderia conciliar essas visões que parecem contraditórias hoje, o desejo de melhorar a qualidade de vida. Por outro lado, muito bem colocado hoje aqui, o desejo também de ter conservação. Isso é possível, melhorando a produtividade dessas áreas que já estão abertas e apoiando fortemente reflorestamento e manejo das florestas nativas. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos ao Dr. Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto IMAZON, e passamos a palavra, de imediato, à Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental.

**SRA. ADRIANA RAMOS:** Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Obrigada a todos que conosco aqui resistem. A mim foi dada uma tarefa prazerosa, porém trabalhosa, de falar um pouco sobre as iniciativas legislativas que protegem a Amazônia. Trabalhosa porque a gente sabe que os problemas estão nos detalhes,; há consensos muito fáceis sobre a Amazônia, em relação a não se desmatar mais, em relação a se aproveitar melhor a floresta... É exatamente na diferença... Nos detalhes, que os Projetos de lei vão diferindo.

Então, eu tive o trabalho de ler Projetos que, pela ementa, me pareciam muito positivos e promissores, mas que, muitas vezes, no final, traziam alguns dispositivos que faziam com que sua boa vontade fosse um pouco inócua.

Então, eu gostaria de destacar, dessa leitura, dessa análise, alguns Projetos que de fato são muito relevantes e que poderiam mudar agenda do Congresso Nacional em relação à Amazônia, numa ação, realmente, positiva, para que a gente pudesse garantir uma perspectiva de futuro sustentável, na linha do que muito bem apontou aqui o Dr. Carlos Nobre. Acho que as propostas que vão ajudar a proteger a Amazônia são aquelas que vão ajudar a promover um desenvolvimento que tenha a floresta como fundamento, como base; desenvolver uma economia baseada na floresta e não desenvolver uma economia baseada na necessidade de retirada da floresta, como tem sido feito historicamente.

Alguns Projetos que tratam de questões tributárias, que já tramitam aqui, para começar pelo Projeto do FPE Verde, apresentado pela Senadora Marina Silva, poderiam contribuir para isso; projetos que poderiam ajudar a fazer um balanço de recursos, mas favorável à manutenção da floresta, à conservação, ao uso sustentável.

Além do FPE Verde, nós temos... Que, a exemplo do ICMS Ecológico que já existe em alguns Estados, poderia dar essa contribuição; nós temos a proposta do Imposto de Renda Ecológico, que iguala o sistema que hoje é feito de isenção para investimentos em cultura, em esporte, projetos ambientais; o Imposto de Renda Ecológico poderia beneficiar tanto fundos públicos quanto projetos da sociedade civil. A proposta apresentada pela Deputada Janete Capiberibe, de estabelecer condicionantes nos investimentos do FNO; projetos que poderiam pegar os recursos públicos que

já estão aí, fazer uma verdadeira reforma tributária ecológica, privilegiar essa perspectiva da floresta.

Uma outra proposta muito importante é a proposta que traz para a lei com de licitações critérios ambientais paras compras públicas, para que a gente possa estabelecer prioridade para aqueles produtos de origem florestal, que são produzidos de forma sustentável, que garantam a inclusão social, que poderia também promover uma grande mudança na economia da região.

Além disso, os projetos que tratam de pagamento por serviços ambientais. Muito tem se falado sobre a questão do carbono e de outros serviços ambientais da Amazônia; há vários projetos de lei, inclusive aqui no Senado, um apresentado pelo Senador Renato Casagrande, que tratam, definem o que são os serviços ambientais e estabelecem possibilidades de implementação de serviços ambientais. Isso poderia fazer uma diferença em todas as escalas da Amazônia, tanto do nível local, para comunidades locais, quanto do ponto de vista de políticas estaduais, para sistemas de unidades de conservação; na Câmara dos Deputados também tramitam vários projetos, hoje todos estão sendo tratados pela relatoria do Deputado Jorge Cury.

Alguns projetos parecem simples, como projetos que estabelecem regras para o manejo florestal sustentável. Há tantos anos que a gente faça do manejo florestal sustentável como uma saída para Amazônia, entretanto, muitas das regras para facilitar esse manejo, estimular esse manejo ainda precisam ser revistas; há projetos nesse sentido, inclusive um do Deputado Sarney filho.

E alguns projetos que são mais inovadores do ponto de vista da perspectiva que hoje se tem da Amazônia. A Deputada Vanessa Grazziotin e apresentou projeto, estabelecendo a indicação geográfica de origem para projetos de biocosméticos da região amazônica. Isso dá uma ideia daquilo que a gente poderia promover também de uma economia diferenciada. A exemplo do que existe em outros países e no próprio Brasil já, com alguns produtos reconhecidos, de regiões específicas; a Amazônia é muito rica nesses produtos, não só consumidos no mercado interno, mas muitos consumidos no mercado externo, e poderia associar à origem desses produtos um real valor cultural, que pudesse também fazer um diferencial na remuneração dos extrativistas.

E o Projeto de Lei da Comissão de Mudanças Climáticas, que estabelece critérios relacionados às mudanças climáticas no processo de licenciamento ambiental para obras com horizonte acima de 20 anos de funcionamento. Veja, esse é um projeto que poderia ser revolucionário, hoje nós temos um problema enorme, quando a gente fala de licenciamento ambiental de obras na Amazônia porque o licenciamento ambiental, que é um instrumento tão somente administrativo, para dizer como devem ser feitas aquelas obras que, do ponto de vista político, foram decididas e que, portanto, não deveria ser o espaço de disputa e de discussão política da necessidade ou não de tais obras, ele hoje é onerado exatamente pelo fato de que não há uma perspectiva de planejamento de longo prazo em relação a essas obras, que preveja os riscos e o que vai acontecer na região, ao você instituir uma obra de infraestrutura. E essa iniciativa é uma iniciativa que poderia contribuir para essa visão mais longa, vamos instituir uma nova obra, como é o caso da estrada da BR-319, na Amazônia, que vai pavimentar uma área remota da Amazônia, o que vai acontecer com essa região, daqui a 25 anos e o que vai agravar o quadro dessa região à situação das mudanças climáticas globais?

Nesse sentido, a discussão de outros instrumentos de planejamento, como é o caso das avaliações ambientais estratégicas, também poderia se desenvolver de uma forma mais efetiva na Casa, há um Projeto de Lei do Deputado Fernando Gabeira tramitando sobre isso, que também poderia trazer uma grande diferença. Como a gente vê, esses são apenas alguns exemplos, mas são exemplos que, se somados, poderiam ser uma agenda extremamente positiva do Congresso Nacional em relação à Amazônia.

E acho que, para nós, é extremamente importante poder levantar isso aqui, especialmente porque as organizações não governamentais são aquelas que estão sempre apontando os problemas, os equívocos, fazendo as campanhas de denúncia, mas nós também temos muitas propostas, nós temos nos engajado muito em processos para buscar soluções.

E eu queria aproveitar, já que o Oded Grajew teve que sair e não vai poder falar pelo Fórum Amazônia Sustentável, falar, nesse momento, sobre o fórum, que é uma dessas iniciativas. O Fórum Amazônia Sustentável é uma articulação de instituições, empresas, é um espaço de diálogos, não muito mais do que isso, mas um espaço de diálogo que consegue reunir organizações não governamentais, movimentos sociais, empresa de grande parte, como é o caso da Valle, da ALCOA, e uma que, há alguns anos atrás, nos parecia muito impensável, que nós pudéssemos identificar, entre esse grupo tão distinto de atores, alguns objetivos comuns em relação à Amazônia, que nos permitissem desenvolver uma agenda comum de debate para que a gente possa, aos poucos, ir entendendo melhor um pouco as motivações um dos outros e ajudando a formatar formas alternativas de intervir na região.

O Fórum tem focado em alguns temas, como o tema da infraestrutura, o tema das mudanças climáticas, especialmente na questão dos mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação, e tem se constituído num espaço muito rico, porque demonstra que, a partir desses consensos macro que nós temos, e das nossas diferenças, é possível avançar, discutir, dialogar, numa perspectiva comum de que a Amazônia precisa se desenvolver a partir dela mesmo, para ela mesmo, reconhecendo as suas populações, reconhecendo o direito dessas populações, como uma questão inexorável da sua sustentabilidade.

Eu acho que essa noite, aqui, pode ser a inspiradora para que a gente venha trabalhar, daqui a para frente, mais na Agenda positiva do que reativa, porque, se a gente solucionar os problemas a partir de uma agenda positiva como essa, os o outros, que são os nossos conflitos, vão ficar muito menores. Obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos à Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental, e passamos, de imediato, na linha do propositivo e do positivo, ao Eufran Amaral, que vai apresentar as iniciativas promissoras do governo do Acre.

**SR. EUFRAN FERREIRA DO AMARAL:** Boa noite, Sra. Presidente, Ideli Salvatti, em nome de quem eu cumprimento toda Mesa. Boa noite, Senadora Marina Silva, em nome de quem eu cumprimento todos os presentes.

Sra. Presidente, aqui eu tenho um grande desafio, de, em 10 minutos, falar das iniciativas promissoras do Acre. Na Mesa de abertura, foi dito para nós escolhermos o nosso futuro. O Acre escolheu o seu futuro há 100 anos atrás, quando lutou para fazer parte desse país, e durante esses 100 anos e pouco de história, muitos ficaram no caminho. E muitos continuam lutando, e é uma história que se constrói a cada dia, e aqui a gente vai mostrar alguns... A gente vai mostrar alguma parte muito pequena dessa história. Próximo.

Nós ocupamos 2% do território nacional e 4% da Amazônia brasileira, e assim como todos Estados da Amazônia, o desafio é consolidar as áreas desmatadas e garantir o uso sustentável da floresta; garantir que tenhamos um uso eficiente, cada vez mais intensivo e produtivo da área desmatada, mas, cada vez mais, consigamos valorizar a floresta, mantendo ali homens e mulheres que ali vivem. Próximo.

Mas, para isso, a gente precisa entender que nós temos uma região diversificada; a solução que se aplica para a comunidade indígena não é a mesma na comunidade ribeirinha; para o extrativista, não é a mesma para o pequeno produtor. Nós temos uma floresta que é densamente povoada, então, precisávamos entender como que estavam, quem eram, onde estavam, e quais seriam as alternativas para cada um. Hoje nós somos 655 mil habitantes, desses, 70% está concentrado na área urbana, 30% na área rural; na área rural, 50% está nos assentamentos gerenciados pelo INCRA, e aí nós temos: 6% de índios, 16% de extrativistas, 10% de ribeirinhos e 20% de pequenos, médios e grandes produtores rurais. Próximo.

E a gente aprendeu a seguir grandes exemplos. E o grande exemplo que nós temos, do líder seringueiro Chico Mendes, a gente começa replicar, mostrando que o sonho continua vivo a cada dia. Alguns exemplos desse legado: as reservas extrativistas na luta do Chico Mendes e seus companheiros, hoje somam dois milhões e 600 mil hectares no estado do Acre, 16% do território acreano; o Acre hoje é o maior produtor de castanha do Brasil, que responde por 33% da produção nacional.

A lei Chico Mendes, lá de 99, que é um pagamento por serviço ambiental, nós temos a possibilidade do incremento da produção da borracha, e ali se iniciou, disse: É possível valorar a produção na floresta em prol dos povos da floresta. A fábrica de preservativo NATEX é a única no mundo a utilizar látex seringal nativo, consolidando, de um lado, a cadeia produtiva, o homem e a mulher, a família que vive na floresta e, de outro lado, a alta tecnologia. Próximo.

Mas, para isso, fizemos a opção de conhecer bem para usar melhor, fizemos a opção de ter um zoneamento ecológico e econômico, que não foi imposto, mas construído na forma de grande pacto por todos: índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos, médios e grandes produtores rurais. E fizemos além, além de ter um eixo de recursos naturais e um eixo de socioeconomia, dissemos vamos ter outro eixo, vamos ter aqui um eixo cultural político, vamos ver qual é o sonho da dona-de-casa, qual é o sonho do pequeno produtor, qual é o sonho do grande produtor, qual é o sonho do índio e vamos incorporar, com mesmo peso, de recursos naturais e de socioeconomia.

O zoneamento do Estado do Acre é referência, por essa sua mudança e principalmente com relação à participação. Hoje nós temos, como parte da implementação do zoneamento, que nós chamamos de zonas especiais do desenvolvimento, ali se consolida a infraestrutura, como o exemplo que eu falei, da fábrica de preservativo; infraestrutura de acesso, infraestrutura de produção.

Também temos áreas específicas, onde ali precisa uma ação mais cuidadosa, ali precisa um esforço maior, que é o que nós chamamos de zona de atendimento prioritário, que aí incluem as unidades de conservação,

terras indígenas, áreas frágeis de projeto de assentamentos tradicionais e os projetos de assentamentos diferenciados. Próximo.

Aqui alguns indicadores dos nossos compromissos, ao mesmo tempo que conseguimos reduzir, ano a ano, a taxa anual do desmatamento, nós aumentamos a produção de rebanho bovino, aumentamos a produção de maneira, aumentamos a produção de borracha, a produção de castanha e aumentamos o crédito, num integrar ações, não pensar de forma dissociada, mas integrar ações. O território com áreas protegidas no Estado do Acre, nos últimos oito anos, dobrou, e hoje nós temos 50% do estado protegido. Hoje só se cria no Estado assentamentos diferenciados, muitos deles iniciaram ali no Estado; 90% da madeira que sai do Estado, é oriunda de plano de manejo. A taxa de desmatamento vem caindo ano a ano; o ano passado foi a menor taxa dos últimos nove anos.

Quando se fez a opção de pavimentar a BR-364, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul, se fez a opção de fazer o contrário, de Cruzeiro do Sul para Rio Branco, para evitar a ocupação desordenada e garantir o ordenamento territorial na faixa da BR. Próximo.

Hoje, na gestão do Governador Binho Marques, se fez uma opção para ir além, chegar em cada comunidade, em cada lugar, com três eixos, dizendo: Olha, a nossa visão de futuro, Presidente, como a gente falou no início, é que o Acre vai ser o melhor lugar para se ver na Amazônia, mas, para isso, precisa ter um foco, e qual é o foco? A comunidade, cada comunidade, cada aldeia, cada colônia, cada produtor rural, em três eixos: Primeiro, que nós possamos garantir serviços públicos básicos de qualidade para todos; fortalecer o setor privado com base numa economia justa e competitiva, mas com foco florestal, valorizar a floresta e garantir o uso sustentável da área desmatada e, para envolver todos, promover o empoderamento comunitário. Que nós possamos ter aqui as comunidades trabalhando efetivamente na construção desse processo de desenvolvimento, próximo.

Ou seja, é trabalhar a moedinha. A moedinha da sustentabilidade, de um lado pobreza e de outro, meio ambiente. Próximo.

E qual é o desafio? Integrar essa agenda; a agenda de meio ambiente com agenda de redução de pobreza, melhoria de qualidade de vida, com qualidade ambiental e aí, o desenvolvimento econômico; integrar as políticas sociais e ambientais; ter a pobreza como uma questão socioambiental. Próximo.

Ou seja, trabalhando o meio ambiente, tendo comunidades organizadas e seguras, cidades e comunidades sustentáveis; do lado da pobreza, trabalhar a distribuição de renda, a equidade de pessoas e regiões e ter pessoas educadas, saudáveis e nutridas, para fim, ter uma economia limpa, justa e competitiva, com forte base florestal para, aí, caminharmos, ter um caminho, um varadouro para o desenvolvimento sustentável. Próximo.

Para isso, o ano passado o Governador Binho Marques lançou a política de valorização do ativo ambiental florestal; ali, estavam presentes e hoje estão presentes mais de 10 secretarias estaduais, Prefeituras, sociedade civil organizada, juntas, num grande objetivo, num grande consenso, que é de consolidar as ações de sustentabilidade nesse Estado. Próximo. E as diretrizes são: inclusão social com geração de renda, conservação da sociobiodiversidade, conservar a floresta e o homem, conservação das águas e garantir mitigação e adaptação às mudanças climáticas, recuperando paisagens e mantendo a floresta. Próximo.

Ou seja, é trabalhar uma árvore de um lado, consolidando o que já está desmatado, podendo recuperar áreas, podendo aqui inserir um programa de florestas plantadas e, de outro lado, recuperando o que a história fez. Muitas das vezes, você tem uma ocupação desordenada, recuperando e regularizando o passivo e criando um programa de certificação, com base na educação. Vamos fazer, vamos fazer juntos um processo de planejar agora cada propriedade. Próximo.

Ou seja, saímos lá do zoneamento, conhecendo o Estado como um todo, passando pelos zoneamentos municipais, chegando nas ZEDIs(F), nas ZAPs(F), e chegando em cada comunidade. Próximo.

Mais ou menos nessa estratégia, chegando na comunidade mais distante e integrando a uma zona onde eu tenha estrutura, de forma que eu tenha processo de integração... Estou encerrando, Sra. Presidente. Próximo.

Ou seja, qual essa engenharia que o sistema todo deve ser otimizado? A engenharia da florestania, como foi colocado aqui. Nós, cidadãos da floresta, pensamos que tem que otimizar todo o sistema, floresta e área desmatada, todos os benefícios devem estar senso mensuráveis, e tem que dar os passos certos no tempo certo e na seqüência certa, tendo o conhecimento territorial como base desse trabalho. Próximo.

Ou seja, é um desenvolvimento, primeiro, participativo e pactuado com todos, para que todos tenham o acesso ao desenvolvimento e ao mesmo tempo, includente e sustentável.

Presidente, só lembrando da frase que a senhora falou no início, eu não tinha planejado fazer essa... Mas relembrando aqui a frase, quando o Chico Mendes falou que: "No início, pensei que estivesse lutando para salvar as seringueiras; depois, pensei que estivesse lutando para salvar a floresta amazônica, agora, per-

cebo que estou lutando para salvar a humanidade", na verdade, ao manter a floresta em pé, nós estamos lutando por cada um de nós, pela sobrevivência nossa. Próximo.

Ou seja, o que nós falamos lá no Acre, é que nós temos três opções de viver bem, ou nós vamos viver na floresta, como índio, da floresta, como extrativista, ou em harmonia com a floresta, nós, aqui na cidade ou pequeno e médio produtor, tendo a área de reserva legal e área de preservação permanente. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigada ao Eufran Amaral. Passo, de imediato, à Andressa Dias, da Associação de Produtores Florestais Certificados. Outro...

**SRA. ANDRESSA DIAS:** Boa noite a todos. Agora, eu vou mostrar um pouquinho do outro lado da moeda. A gente teve bastante número de desmatamento, de números chocantes, né, do que é que está acontecendo do problema, agora, gente vai mostrar uma iniciativa diferente. E eu faço parte do Grupo de Produtores Certificados, que é um grupo que está localizado na Amazônia. Próximo.

Como já foi falado por alguns colegas sobre o problema, a gente tem maior floresta tropical do mundo, maior diversidade, 17 mil rios, 60% do território da Amazônia legal está na região Norte, e 20 milhões de habitantes, a gente tem um peso enorme, o índices de desmatamento cada vez aumentando. Próximo. Problema: uma grande área desmatada. Quais são os vetores do desmatamento? Próximo... Exploração ilegal de madeira, a pecuária, a soja, carvão e mineração. Vou falar um pouco da exploração, que é mais a minha praia, né? Então, a gente tem alguns modelos de exploração, que é a exploração com o manejo florestal, que a gente pode observar na primeira imagem de satélite; uma exploração planejada... A gente tem a exploração convencional, abaixo, a gente pode ver o tipo de exploração predatória, com vários pontinhos amarelos que significam grandes aberturas em áreas de floresta. Próximo.

A gente tem uma opção diferente, que é a que eu vim apresentar hoje para vocês, que é a exploração manejada, com certificação FSC, e o que significa essa exploração manejada com certificação? Significa que o empreendedor florestal, não aquele madeireiro, aquele bandido, que a gente está acostumado a ouvir falar, é o empreendedor florestal, que decidiu chamar um corpo de auditoria independente, baseada em princípios e critérios adotados, reconhecidos internacionalmente, através de um conselho brasileiro... Um conselho de manejo florestal, e essa auditagem foi capaz de dizer que ele faz tudo certo, que ele se preocupa, tem a responsabilidade social, ambiental e econômica na área de exploração. Próximo.

O que diferencia esse manejo certificado de um manejo normal, sem a certificação? Primeiro, são os critérios rigorosos a que são submetidas as áreas certificadas, bem maiores do que somente aquele legal, no papel, na maioria das vezes. E essas áreas, elas são auditadas freqüentemente, então, não por governamentais, por auditorias independentes. Desde o planejamento, a cadeia produtiva, ela surte efeito, visando o lado social, primeiro, a geração de emprego é dada desde a hora do planejamento, do inventário, onde os técnicos vão a campo fazer levantamento das espécies. Depois, a gente tem o planejamento florestal, o corte direcionado, a preocupação com pequenas aberturas dentro da floresta e o aproveitamento do máximo possível daquela madeira na área.

Então, é um grande planejamento, as pessoas têm uma ideia errônea de que a certificação, hoje, ainda é pouco divulgada, e que o custo é muito alto para se fazer uma certificação. Mas, acontece que o investimento hoje que uma empresa certificada faz é alto. A empresa paga todos os impostos, todos os encargos sociais, um dos primeiros requisitos para você ter uma empresa certificada é obedecer à legislação, obedecer às comunidades, priorizar as comunidades tradicionais, as aldeias indígenas, que viviam no entorno ou vivem no entorno dessas áreas certificadas.

O que diferencia hoje uma área certificada, com manejo certificado do FSC, de uma área somente de manejo certificado, é dizer que nós temos a responsabilidade socioambiental na área de manejo. Nós nos preocupamos em colaborar com as comunidades, troca de experiências, treinamento, capacitação, investimentos nessas áreas, além de proporcionar todo o benefício para os funcionários, adesão dessa mão-de-obra dessa comunidade na área, no trabalho da área certificada. Próximo. As áreas certificadas não permitem caça e pesca predatória. Próximo.

Aí, vocês vêem uma foto que é bem interessante, o que é que uma pessoa do setor produtivo, empresarial, está fazendo aí falando de um tipo de exploração de floresta diferenciado? Hoje o grupo que eu estou representando tem cinco empresas certificadas e cinco comunidades. Essas cinco comunidades hoje estão no Acre, que fazem parte da COOPERFLORESTA, que é uma cooperativa mista de produtores lá do Acre, e qual é o trabalho? A gente busca parcerias com essas comunidades para desenvolver a área deles de manejo, estimular a pesquisa, estimular o planejamento produtivo deles para que eles possam explorar, não só os produtos madeireiros, mas também os produtos não madeireiros.

Nós temos hoje uma comunidade, que é a aldeia indígena Tibau, ela representa hoje 1,5 milhão de áreas certificadas na Amazônia. Eles trabalham com óleo de castanha. Então, vocês podem observar nessa foto que há uma grande preocupação, porque há uma exigência do FSC que tenha esse trabalho com as comunidades do entorno. Então, pesa muito o lado social; o que nos difere bastante é a preocupação com o lado social, além do monitoramento ambiental que deve ser feito.

O Grupo de Produtores Florestais Certificados representa hoje 92% das florestas nativas certificadas na Amazônia. Nós atendemos o mercado interno e externo. Nós temos... É muito interessante falar sobre a preocupação de estimular o mercado interno porque, quando você pensa em certificação, você pensa em preço, alto preço, e que o mercado externo está disposto a pagar. Com a crise, mudou bastante esse tipo de mercado, hoje, o nosso... Um dos principais mercados é o mercado interno. Com isso, nós fomos procurados pela Prefeitura de São Paulo, no ano passado, a Senadora até falou que existem alguns paulistas que estão preocupados, sim, com essa exploração madeireira, então, nós fomos procurados por eles e, depois de várias conversas, nós, junto com outras entidades, como WWF e Sindicato da Construção Civil, e como o mercado de São Paulo hoje... Já estou terminando... Como o mercado de São Paulo hoje é um dos principais consumidores de madeira da Amazônia, nós assinamos um programa chamado Madeira Legal, onde, lá na construção civil, nas compras públicas de São Paulo, eles vão exigir a comprovação da origem da madeira. Próximo.

Essa foto é muito interessante porque foi de uma apresentação, eu resolvi colocar, porque eu acho que ela tem um impacto legal que o planeta não aguenta mais. Próximo. Nós estamos com o poder decisório na mão. A gente quer comprar madeira dessa área, desse tipo de exploração ou madeira que tem comprovação de origem, que mostra que está preocupada com o meio ambiente e com a sociedade que vive no entorno? E o grupo de produtores está hoje aqui para mostrar que é possível, sim, para o grande, para o pequeno fazer da forma correta. Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigada à Andressa Dias, e a nossa última fala neste painel de encerramento, a Sra. Nádia Cristina Ferreira, da Iniciativas Promissoras do Governo do Amazonas.

**SRA. NÁDIA CRISTINA FERREIRA:** Bom dia, Sra. Presidenta dessa Comissão organizadora, uma satisfação estar aqui, e eu tenho um grande desafio, por ser a última falar, é manter a atenção de todos nesse momento, e espero ser disciplinada, inclusive com os 10 minutos que temos nos destinado a apresentar as experiências de sucesso que o Governo do Estado do Amazonas tem implementado na sua política ambiental de desenvolvimento sustentável.

Bem, este é o exemplo do Amazonas, que estaremos aqui compartilhando com os senhores neste momento. Partimos do princípio da valorização econômica das florestas, mas, acima de tudo, da valorização das populações tradicionais. Próximo.

Certamente, o perfil do Estado do Amazonas, ele se diferença muito dos outros Estados da Amazônia e dos problemas e os grandes desafios que foram apresentados aqui. Certamente, isso se dá muito em função dos processos de ocupação desses outros Estados, o que diferenciou do modelo de desenvolvimento e de ocupação do Estado do Amazonas, que, por conta do pólo industrial de Manaus, que hoje é a base da nossa economia, favoreceu que hoje tivéssemos esse perfil, que representa, dos nossos um milhão e meio de quilômetros quadrados, cerca de 3,3 milhões de habitantes, temos e mantemos 98% da nossa cobertura florestal intacta. Além de ter, no nosso território, 54% do nosso território protegido, sendo que 12% são de unidades de conservação do Governo Federal; 12% do Governo do Estado e 29% de terras indígenas.

Temos, ainda também no nosso Estado, um perfil que nos credencia a comercializar e a entrar no mercado voluntário de carbono, já que 50% de todo o estoque de carbono está concentrado no Estado do Amazonas e detemos 16% de toda reserva de água doce do planeta, e convivemos com a maior diversidade étnica do Brasil, que são as populações indígenas, e nós temos 66% de etnias no nosso Estado. Próximo.

Certamente, esse conceito e as políticas se sustentaram nesse tripé: que a floresta vale mais em pé do que derrubada; que as populações locais indígenas, ribeirinhos, extrativistas são, sim, os verdadeiros guardiões da floresta e que os maiores vetores do desmatamento são a pobreza e a ineficiência da educação.

O governo, então, cria uma estrutura para incentivar o desenvolvimento sustentável, a começar de propiciar às empresas que querem levar produtos madeireiros e não madeireiros ao interior do Estado, oportunizando os mesmos incentivos fiscais que as empresas da Zona Franca de Manaus tem; esse é um Decreto de 2005, assinado pelo Governador Eduardo Braga.

Ainda dentro dessa linha, há todo um estímulo de uma agência que foi criada para estimular o microcrédito em atividades sustentáveis, assistência técnica, garantir preço mínimo aos produtos da floresta ao

extrativismo, como a borracha, a malva e a juta, além de garantir a compra e acesso aos novos mercados.

Uma outra estratégia que tem sido muito eficiente no nosso Estado é ampliar as áreas de unidades de conservação. O Governo do Estado do Amazonas, nos seis últimos anos, incrementou em 160% as nossas áreas protegidas, o que significa dizer que saímos de sete milhões de hectares para 19 milhões de áreas protegidas só do Governo do Estado do Amazonas. Esse é hoje 52% do todo o território protegido. Próximo.

Aí está o nosso mapa e mais claro são as terras indígenas. Além de tudo isso, o governo procura implementar políticas não de um governo, mas políticas que se sustentem, políticas públicas, políticas de Estado e, para isso, criamos um arcabouço legal para dar sustentação a todas essas políticas, a começar na primeira Lei de Mudanças Climáticas no Brasil, instituída pelo Governo do Estado do Amazonas, em 2007; a começar da lei estadual que nos dá autonomia para fazer a gestão das nossas áreas protegidas.

Além disso, criamos, por conta da Lei de Mudanças Climáticas, que já sinalizava que o Estado deveria criar dois centros estratégicos, o Centro Estadual de Unidade de Conservação e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas, todos os dois no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Além disso, criamos e instituímos uma fundação que capta recursos para dar continuidade e tirar as unidades de conservação do papel e implementá-las de fato, que é a Fundação Amazônia Sustentável, criada a partir do compartilhamento da iniciativa privada com o Banco Bradesco e a Coca-Cola e o Governo do Estado do Amazonas. Próximo.

O governo cria também o primeiro projeto, no Brasil, que demonstra o pagamento de serviços ambientais às populações tradicionais; é um programa de compensação aos povos da floresta pelos serviços e a proteção que eles prestam. Próximo.

Esse é um programa que está estruturado em quatro componentes, onde a família é beneficiada, a associação das comunidades são beneficiadas, há o apoio à geração de renda e o apoio social. Esse programa, hoje, ele encontra-se nas unidades de conservação e é um programa que hoje beneficia 5.250, mas a nossa meta é, até 2010, alcançar oito mil famílias no Estado do Amazonas.

Além disso, o Governo do Estado do Amazonas também inova, ao criar o primeiro programa no Brasil de Projeto de Hande, que, numa reserva também, em Novo Aripuanã, é um projeto que gera crédito voluntário à rede Marriott de hotéis, que financia cerca de dois milhões de reais, que estarão sendo investimentos nessa reserva de desenvolvimento sustentável, beneficiando 300 famílias que ali residem. Próximo.

E aqui, esse é um slide emblemático, porque aqui o Estado demonstra que é possível quebrar paradigmas. Estamos vendo aqui, em verde, o desenvolvimento e o faturamento do pólo industrial de Manaus e, em vermelho, a redução de desmatamento. O Governo do Estado do Amazonas estimula o desenvolvimento, cresce com a sua economia e apresenta hoje uma redução de 70% do desmatamento. Sabemos que todo esse esforço não é fruto de uma única Secretaria de Meio Ambiente, mas é fruto de políticas na área de Educação, de Infraestrutura, investimento em ciência e tecnologia e, certamente, esse é o exemplo do Amazonas, não só para o Brasil, mas para o mundo.

E aqui eu agradeço a oportunidade. Espero ter sido disciplinada no tempo e dizer que esse sorriso dessas crianças é a responsabilidade de todos nós que estamos aqui. Muito obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Sra. Nádia Cristina Ferreira, inclusive sobraram alguns minutinhos, agradeço muito, e eu agradeço, com muito carinho, a todos os nossos painelistas, com estas contribuições fantásticas, na linha propositiva, na linha de apontar saídas, alternativas, porque a preservação da Amazônia tem sustentabilidade e estão aqui alguns exemplos e as preocupações, e aquilo que nós precisamos fazer. Então, eu agradeço aos painelistas; nós vamos desmontar esta Mesa. O Senador Arthur Virgílio já se encontra a postos e nós temos, antes de dar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, o Senador Eduardo Suplicy, que é o único Parlamentar que se inscreveu para este painel.

Então, o Senador Arthur Virgílio... Pela ordem, Senador? Já, em seguida, depois, o Eduardo Suplicy poderá usar da palavra. Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Eu até não sabia que haveria um painel com o Senador Suplicy--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não haverá um painel com o Senador Eduardo Suplicy. Ele terá cinco minutos.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Mas eu gostaria de dizer que, de fato, este é um grande momento que vive a Casa, e eu gostaria muito, em nome do PSDB, de agradecer a presença da atriz Christiane Torloni, do... Eu estou cansado, para não lembrar do seu nome... Do Victor Fasano, enfim, e eu tenho certeza absoluta que eles representam o pensamento de muita gente mais da intelectualidade brasileira.

Uma das lutas que se tem que travar é para nacionalizar este tema. Este tema tem que ser naciona-

lizado, acabar com a alienação tradicional e até enervante, porque só nos atrasa, quando percebemos que o Brasil vai tomando, muito aos poucos, conhecimento do que se faz, do que se tem que fazer na Amazônia. Portanto, eu sinto que foi um dia muito relevante para o Senado, um dia... Um dia e uma noite e um dia. Devemos repetir isso mais vezes.

V.Exa. está de parabéns, o Senador Cristovam Buarque, o Senador que tomou a iniciativa, o Senador Renato Casagrande. E, por outro lado, gostaria de deixar aqui uma equação econômica muito simples. O Brasil é o quarto poluidor do mundo, com as queimadas, e é a décima economia do mundo, que não é pouco; na verdade, o Brasil está produzindo menos riqueza do que poluindo; está poluindo mais do que produzindo riqueza. Se o Brasil resolvesse a questão das queimadas e se mantivesse na posição de décima economia do mundo, o Brasil estaria poluindo menos do que gerando riquezas.

Eu tenho a impressão que essa é a equação que ligaria definitivamente o sentimento de preservação ambiental, de compromisso com o meio ambiente, à ideia da economia que tem que avançar, até para gerar riqueza, gerar bem estar para uma população de 190 milhões de habitante. Mas, parabéns a V.Exa., parabéns a todos que estão aqui até esta hora, creio eu que cansados, mas, com muita alegria no coração. Obrigado, Presidenta.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço o Senador Arthur Virgílio, passo, então, a palavra, de imediato ao Senador Eduardo Suplicy, por favor.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Antes, o Marcos Mariani, que já estava inscrito.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Atendendo ao Senador Suplicy, o Marcos Mariani, da Associação Preserve a Amazônia, por cinco minutos.

**SR. MARCOS MARIANI:** Boa noite a todos. Faço um agradecimento especial ao Senador Suplicy, que permitiu a entrada dos estudantes do segundo grau para acompanharem o início da Audiência Pública; uma referência especial também à Senadora Ideli Salvatti, e eu não vou me estender, o tempo já está longo demais dessa audiência, então, eu vou falar rapidamente sobre prevenção do desmatamento em larga escala na Amazônia. Acreditamos que a prevenção, o princípio da precaução deve ser observado na questão do desmatamento. Próximo slide, por favor.

A gente tem que estabelecer prioridades. Está claro que o maior problema ambiental do Brasil, do mundo, provavelmente, trata-se do desmatamento na Amazônia. Aproximadamente 70% das emissões nacionais são provenientes do desmatamento e de queimadas na Amazônia. A gente tem que saber diferenciar os impactos locais ou regionais, questões que tem esses tipos de impacto e questões que tem impactos globais, são as questões prioritárias. Por favor, o próximo slide.

Nesse sentido, a gente cita como exemplo de questões pontuais, Raposa Serra do Sol, Usinas do Madeira foram muito debatidos nos últimos tempos. No próximo slide, a gente pode ver o impacto das rodovias do PAC; a malha de rodovia que está prevista no PAC, que está em planejamento. O próximo slide mostra área de influência, podemos observar que é muito maior o impacto dessas rodovias sobre a floresta.

Está claro que o acesso, a facilidade de acesso é uma das principais, um dos principais fatores que induzem o desmatamento, mas hoje tivemos problema para entrar com estudantes aqui dentro, todo lugar que a gente vai tem que se identificar; na Amazônia, a mesma coisa, se tem o acesso livre, indiscriminado, fica muito trabalhar; é difícil conter o desmatamento... Só de falar que vai asfaltar a rodovia, as pessoas vão antes, acho que a Ministra Marina Silva e todos que estão aqui sabem bem desse problema.

Acho que um dos maiores problemas que a gente tem, de risco, é a questão da legislação ambiental, que está ameaçada. Agora nós fomos designados pela Associação Mineira de Defesa Ambiental para entregar essa carta aqui aos Senadores. Essa carta foi subscrita por 70 instituições da sociedade civil. Vou encaminhar à Mesa isso aqui também.

Em relação à questão da legislação ambiental, infelizmente, a gente tem que observar e alertar os Srs. Senadores que a legislação ambiental vigente no país não está sendo cumprida, em função disso, inclusive, entramos com uma ação civil pública no ano passado.

Temos aqui também um documento, que foi um documento oficial, do final aqui da gestão da Ministra Marina, Conferência Nacional do Meio Ambiente, onde foram aprovadas importâncias deliberações, entre as quais falando sobre a necessidade da realização dos estudos e alternativas de modais de transporte na Amazônia. Esses estudos não estão sendo feitos, a gente já está pressionando aí para que sejam feitos; tem também aqui uma série de documentos que comprovam essas irregularidades, Ministra, Senadora, por favor, aqui tem documentos que vão ser entregues, peço o encaminhamento aqui dentro dessa Casa.

Acreditamos que existam possibilidades mais interessantes do que o modal rodoviário, até porque a floresta vale muito mais do que simples obra; o valor da floresta é 10 vezes o valor da obra rodoviária e pro-

vavelmente cinco vezes o de uma ferrovia, ou seja lá o que for. Então, reiteramos a necessidade de que sejam feitos esses estudos, e estamos, agora, pressionando o IBAMA para que realize uma Audiência Pública sobre a 319 aqui, já existe uma solicitação nossa, estamos aguardando uma decisão do Presidente do IBAMA. Gostaríamos da intervenção dos senhores para que fosse realizada realmente, para que seja realizada essa audiência aqui.

E, por último, eu gostaria de parabenizar aqui o Victor e a Christiane e entregar as últimas 700 assinaturas coletadas pela Preserve a Amazônia, que participou ativamente desse processo democrático e legítimo da sociedade brasileira; estaremos aqui defendendo os interesses da população e encaminhando sugestões para que a gente possa encontrar uma melhor maneira de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Obrigado a todos. Boa noite.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço, Sr. Mariano, e passo, então, de imediato, a palavra, por cinco minutos, viu, Senador Eduardo Suplicy? Já são uma hora e 43 minutos--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Querida Presidente dessa Sessão, da Comissão de Meio Ambiente, Ideli Salvatti, meus parabéns e muito obrigado porque nós... V.Exa., de Santa Catarina, eu de São Paulo e tantos que ficamos aqui até uma e 44 da manhã, tendo essa Sessão, Senadora Serys, concluiu a Sessão do Plenário às 18h28 para que essa não se atrasasse. Então, estamos aqui há praticamente sete horas e 45, salvo engano, então... E, sobretudo, quero agradecer a todos os que apresentaram lições tão importantes para nós, que não somos do Amazonas, da região amazônica, mas quero muito, Christiane Torloni, Victor Fasano, e agradecer também o empenho de vocês, o Juca de Oliveira, que não pode estar aqui, mas trazer a forma com que são queridos por todo o Brasil, essa atenção para que nós, que... Eu já estive em todos os Estados do Amazonas e quero sempre aprender mais, mas hoje eu estive aqui todo esse tempo exatamente para aprender. E, dentre as coisas que eu aprendi, além de tudo aquilo que foi falado, foi a respeito desse tão bonito livro que a Zezé Veis(F) me deu de presente, "Vozes da Floresta", que é uma coisa tão linda, tão linda.

Acontece, Senadora Ideli Salvatti, que esse livro foi lançado na biblioteca do Estado do Acre, em Rio Branco, dia 17 de dezembro, e ali foram tantas pessoas queridas à causa porque é um livro de homenagem a Chico Mendes, e eis que, naquele dia Thiago de Mello, havia preparado um poema muito especial, de homenagem a Chico Mendes, e eis que, entretanto, ele teve um AVC, precisou ser hospitalizado. Então, eu imaginei que a melhor forma de agradecer a todos vocês seria eu ler o poema, se me permite só o tempo para ler as palavras de Thiago de Mello. "O sonho que cresce no chão da floresta":

Não frequentas mais,
De corpo comovido,
Os espaços do mundo
A medida do tempo não te alcança.
Já ganhaste a dimensão do sonho,
és luzeiro da esperança.

Vinte anos são só um sinal
que a memória nos serve
para dizer que te amamos,
irmão dos mananciais.

Chegado foste ao mundo,
de coração já acreano
- a fonte estrelada,
o peito caudaloso -,
para que te cumprisses,
na construção do triunfo
do que no homem é grandeza,
é o orvalho indignado e lúcida bondade.

Atendias e atendes altivos chamados:
a floresta e os seus povos
e, deixa que eu te diga,
o povo geral do mundo,
precisava e precisam
constantes de esperança
com que semeavas e semeias
o poder da descoberta
de que o amor é possível.

Os inimigos da vida,
com o medo da aurora,
ceifaram ferozes
o teu caminho escrito
por indeléveis letras.
Só porque tiveste
o dom de sonhar,
como convém e é bom,
com os pés fincados
na verde verdade
do chão de cada dia.

Doidos por te dar sumiço
cuidavam que podiam
amordaçar a fé
no reinado da justiça
e converter em moeda
o esplendor da primavera.

Nem pressentir podiam
que és da estirpe de seres
destinados a durar
no caminho dos homens.
Agora e inabalável,
prescindes do corpo
para prosseguir plantando
e repartindo sementes.

Perduras e é conosco.
Nos levas, te levamos.
Eis que a vida do homem
é o que ele faz e fala,
escreve e canta, Vives:
dás fundamento ao porvir.

A tua própria morte
nos alcança a fundura
mais azul do peito
com um brado companheiro,
que nos chama, nos clama,
é chama que nos chama
para amassar o barro,
preparar a pizarra,
aparelhar os esteios
de maçaranduba,
itaúba, pau d'arco
e, pacientes, construir
as esplêndidas cidades.
Com a mão da sagrada ira
Escreves os algarismos sinistros
dos hectares de esmeraldas
devorados pela hedionda lâmina
de gás, fogo e ingratidão.
E logo nos atravessas
a espessura das cinzas,
desviando os apelos
das veredas injustas.

Por isso te canto, irmão.
Tu nos fases capazes
(o ferrão da fera dói)
de cuidar do chão e do céu
deste reino da claridão
nosso berço e morada,
que nela e dela vivemos.

Avançamos pelas sendas
que ajudaste a abrir
e para que não nos percamos,
cuidadosos dos atalhos,
deixaste os candeeiros
da perseverança acesos
nos troncos das seringueiras,
nas sacopemas das sumaumeiras,
nas palmas das inajazeiras,
nas folhas da embaúbas
que guardam o segredo do sol
e até nas favas morenas
de acapurana menina
tua companheira de embate.

É preciso dizer que às vezes
nos morde a sombra do desânimo
e nos estremece a fúria
dos terçados da opulência
que não dorme e é
cheia de olhos.

É quando os pássaros da floresta
nos acodem confiantes
(as corujas prolongam
as suas despedidas das estrelas)
cantando as sílabas alegres
do teu nome de menino.

Vem no meu canto o rumor
dos remos dos pecadores
a alegria da palmeira
abraçada pelo vento;
o papagaio banda-de-asa
dos meninos da várzea,
barrigudinhos, magrelos,
mas que já estão na escola
às vezes dormem com fome,
viva o chibé de erva-cidreira)

Trago o grito enlouquecido
dos pássaros de asas queimadas
pelas brasas dos desumanos;
o suor contente das quebradeiras de coco,
das fazedoras de farinha d'água,
das amassadoras de açaí.

E termino este aceno de mão agradecida
com o abraço das crianças amazônicas
que ainda vão nascer, abençoadas
pelo majestoso arco-íris do amor,
que se ergue úmido de seiva
das terras firmes do alto Xapuri
com as cores de todas as raças humanas.

De Thiago de Mello, "O sonho que cresce no chão da floresta", sobre Chico Mendes, Barreirinha, Amazonas, Primavera de 2008. Muito obrigado, um beijo e um abraço para vocês. Parabéns e obrigado, Ideli, de ter nos proporcionado essa noite tão bela.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigado, Senador Eduardo Suplicy por

ter nos... Por ter nos trazido esse maravilhoso poema do nosso querido Thiago de Mello.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Merece um beijo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** E, para concluir os nossos trabalhos, nada melhor do que terminá-lo com os artistas brasileiros. Então, o poema do Thiago de Mello, em homenagem ao Chico Mendes, nós temos ainda mensagens que vão ser lidas pelos nossos dois artistas, que estão desde a primeira hora aqui, o Victor Fasano e a Christiane Torloni, e, após a leitura de algumas mensagens ainda que o Victor e a Christiane vão fazer ao Plenário, nós vamos ter dois artistas que vão concluir a nossa atividade com música, que é o Renato Matos e a Keila Diniz. O Renato Matos e a Keila Diniz, eu já peço encarecidamente, um está apostos, que está de violão em punho.

Então, nós vamos passar, de imediato, a palavra tanto ao Victor, em seguida, à Christiane, mas para que depois não tenhamos mais falação, depois da fala dos nossos artistas, eu quero aqui agradecer, de coração, ao Presidente José Sarney, a toda equipe de funcionários desta Casa, do Senado, que muito prontamente atendeu, organizaram um evento desta magnitude, deste significado, em uma semana... Foi matar a um leão por hora; se virar nos 30 foi pouco, mas com a participação de todos, toda a equipe, dos nossos... Dos funcionários dos nossos gabinetes, né, Marina? E do meu, que se dedicaram sobremaneira, dos funcionários, e aqui mais uma vez, realçar a Dulcídia e o Habib, que foram muitos prontos, e toda equipe aqui da Casa.

Quero agradecer também a todos os nossos convidados, painelistas, entidades, aos Parlamentares que, ao longo de toda esta atividade, passaram por aqui, se pronunciaram; quem não teve oportunidade de fazer pronunciamento, mas teve presente, quero, inclusive, fazer o registro dos resistentes, dos que estão até agora: o Suplicy, o Arthur Virgílio, Jefferson Praia, a Serys, a Marina e, obviamente eu, que estou aqui falando... A Fátima está ali, desculpa, que eu não tinha visto. Aos resistentes, e aos nossos artistas, a Christiane, o Victor, o Sérgio Souto, a Tizuka Yamasaki, o pessoal aí do cafezinho, que nos manteve muito atento, o lanche para nós resistirmos, o Renato Matos e a Keila Diniz. Então, com a palavra, vamos começar pelo Victor? Então, Victor--

**SR. VICTOR FASANO:** Senadora, não esqueça das um milhão e 100 mil pessoas, que elas estão aqui, acordadas—

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** E um milhão e 100 mil pessoas que estão aqui, na minha frente, no abaixo assinado.

**SR. VICTOR FASANO:** Exatamente. Eu vou ler o depoimento da Gisele Bündchen. Quem leria o depoimento é o próprio dela, seria o próprio pai dela, mas parece que, no Sul, os aeroportos estavam fechados e ele não conseguiu embarcar. Gisele diz o seguinte: "*Não pude estar presente aqui hoje, mas tenho certeza que quem lerá esta carta me representa com o mesmo entusiasmo e vontade de mudança. A Amazônia é símbolo do nosso país, mas, acima de tudo, é o símbolo da vida. Muitas vezes, podemos achar que o que acontece na Amazônia não nos afeta, afinal parece tão longe para nós, mas, com certeza, o que acontece lá tem reflexos não só para nós brasileiros, mas também para o resto do mundo.*

*A Mata Atlântica já foi quase totalmente devastada e não queremos que o mesmo aconteça com a Amazônia. Para isso, é preciso que todos estejam conscientes e que abracem a causa, assinem o manifesto contra devastação. Avisem os amigos, façam barulho pela causa, venham até o Congresso, exijam a posição dos políticos. A luta hoje é pela Amazônia, mas não é só por ela, é principalmente pelo meio ambiente e pelo nosso futuro. Unidos, poderemos fazer diferença. Contamos com a participação de toda a sociedade brasileira, afinal, esse é o nosso mundo. Um abraço confiante, Gisele".*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Christiane.

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Eu queria ler a mensagem do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, Sr. Paulo Skaf. O Paulo, ele foi procurado por nós, há um ano e meio, batemos lá na FIESP, porque nós entendemos, Senadora, que os segmentos produtivos, eles tem que realmente ser sensibilizados e encontramos na FIESP, no próprio Paulo, um grande espaço, de, enfim, de convencimento.

[risos].

Porque eu entendo, e ele também, que a FIESP é uma pequena radiografia, enfim, desse Plenário, da Assembléia, do Brasil. É a biodiversidade que tem que ser respeitada, estamos na democracia, então, foi muito importante e, quando nós estávamos para começar a papelização das nossas um milhão de assinaturas, eles nos ofereceu, a FIESP nos ofereceu, e nós achamos por bem aceitar; foi a única doação que o movimento aceitou, nesses dois anos, porque acho também que é a maneira de a FIESP se comprometer com tudo que foi falado essa noite aqui. A mensagem do Paulo

é a seguinte: "*A Amazônia é um patrimônio do Brasil, santuário ecológico do planeta, uma região que merece o nosso respeito e que, de uma maneira responsável, deve receber investimentos que lhe permitam ser auto-sustentável. Entretanto, sempre com o devido cuidado quanto à proteção dos seus recursos naturais. Assim vejo, com muito bons olhos, a entrega ao Congresso Nacional, nesta histórica vigília, do manifesto Amazônia para Sempre, avalizado por um milhão e 100 mil brasileiros, é, sem dúvida, uma ampla e democrática manifestação de que preservar a Amazônia é interesse de todos e dever das autoridades, Paulo Skaf*".

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Victor.

**SR. VICTOR FASANO:** Vou ler agora dois rápidos, um é do Renato Aragão, que faz um trabalho há muito tempo já, junto à UNICEF: "*Preservar a Amazônia é preservar a nossa vida. Se amamos a nossa família, se queremos que nossos filhos e os filhos de nossos filhos tenham uma vida saudável, é necessário que lutemos pela nossa floresta. Precisamos unir nossas vozes para que ecoe bem alto o nosso brado*". Obrigado, Renato. Agora, Erasmo Carlos: "*Para o nosso bem, a Amazônia é para ser guardada no cofre invisível da preservação. Vamos ser esse cofre, obrigado, Erasmo*".

**SRA. CHRISTIANE TORLONI:** Senadora, meu não, do Tony Ramos... E o último do último: "*Queridos amigos, queridos brasileiros, aí hoje, em Brasília, acontece mais um grande movimento de reflexão e diálogo, com todos os nossos patrícios, a importância de refletirmos todos sobre a grande Amazônia. Estão vocês nessa Casa brasileira para, com diálogo, encontrarem os grandes caminhos que a Amazônia quer e necessita. Felicidades a todos, esperançoso de produtivas soluções, deixo o meu abraço e um viva Amazônia*".

[palmas].

Obrigada, Senadora, obrigada, obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu vou pedir vou pedir que o Victor e a Christiane venham aqui para Mesa, para gente fazer o encerramento. Fala, Victor.

**SR. VICTOR FASANO:** Eu queria dizer que esse evento todo está sendo neutralizado com o plantio de árvores aqui mesmo em Brasília, árvores nativas, pela Preserve Amazônia. Obrigado.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Maravilha, maravilha. Senadora Marina.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Muito rapidamente, Sra. Presidente, eu quero agradecer, além de todos que estão aqui ainda, quero agradecer os que estão nos acompanhando em casa, e as pessoas que estão mandando os e-mails, que estão dizendo, que estão apoiando a iniciativa--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Os torpedos.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Os torpedinhos estão chegando, de todos os cantos do Brasil, dizendo que estão do lado dessa iniciativa e que continuarão atentos, permanecerão em estado de alerta e o sinal, eu acho que está dado, é o sinal do tempo. Nós chegamos, de fato, à Era dos limites. E o homem, tentando se proteger, enfim, das suas limitações, se deparou com o limite da própria natureza. E, ao se deparar com o limite da natureza, se sentiu outra vez desamparado. Só que não haverá mais nenhuma forma de amparo que separe o homem da natureza, o homem dos outros homens, e o homem das outras formas de existência.

Que esses um milhão que estão aqui, e os outros 190 milhões possam se unir a este ato, pelo gesto Supremo de preservação da Amazônia. Muito obrigada, parabéns a todos nós que estamos aqui, e a todos vocês que estão aí.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Obrigado, Senadora Marina. E agora, então, o Renato Matos e a Keila Diniz.

**SR. RENATO MATOS:** Boa noite. Eu não sou político, quer dizer, não sou... Eu sou político porque sou ser humano, é claro, e brasileiro, então, eu quero dar uma opinião. Eu acho que enquanto houver economia, não vai rolar ecologia, porque a história de tudo se baseia no formato econômico, como é que pode, antes do Brasil ser descoberto, não rolava esse papo de economia. É uma contradição para mim ainda, talvez Marina me ajude muito.

Não existia esse papo de economia, que vem de fora isso, que está atrapalhando a coisa. E um amigo meu Catalão fala: "O meio ambiente está no meio da gente". Acho isso muito lindo e eu fiz uma que diz assim: "Não confunda meio ambiente com meu ambiente", porque o ambiente é de todos. É isso aí. Eu vou tocar uma música aqui, chamada "Semente". Parceria com a Áurea Lú e Paulo Tovar.

Toda semente contém uma floresta
*Cada homem a sua humanidade*
*Em cada micro, seu macro, o seu mico, o seu e macaco*
*E essa idéia de ser dono da verdade*
*Todo olho d'água tem sua aura pura*
*A água pura, iá iá*
*A água pura*
*Todo olho d'água tem aura pura*
*A água pura, iá iá*

*A aura apura*
*Tocar o mundo e sentir que o invisível*
*É o que nos constitui e o que nos torna possível*
*Ouvir o tambor tocar, a chuva chorar*
*E Shiva dançar o cheiro de Deus*
*Ouvir o tambor tocar, a chuva chorar*
*E Shiva dançar o cheiro de Deus*
*Todo olho d'água tem sua aura pura*
*Água pura, iá iá a água pura*
*Todo olho d'água tem sua aura pura*
*A água pura, iá iá. A água pura.*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito lindo.

**SR. RENATO MATOS:** Será que daria tocar mais uma, que fiz com o Reinaldo Jardim?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Com certeza, ninguém vai reclamar aqui, vai?

**SR. RENATO MATOS:** Não deixa de ser ecológica também.

Para que serve o vento
*Se não assobia?*
*Para que serve a boca*
*Se não anuncia?*
*Para que serve o tempo*
*Se passa e não vinga?*
*Se não inebria,*
*Para que serve a pinga?*
*Para que serve amor,*
*Se de amor se morre?*
*Para que serve a dor,*
*se depois é porre?*
*Para quem vai servir*
*Se já nunca serve?*
*Para que só ferver*
*Se perdeu a veve(F)?*
*Para que se morrer*
*Se a alma vive?*
*Para que se viver*
*Se não sobrevive?*
*Para que serve a espera*
*Que logo se alcança?*
*Para que serve o som*
*Que já não se dança?*
*Para que serve a espera*
*Se logo se cansa?*
*Para que o som*
*Que já não se dança?*
*Não se dança*
*Não se dança*
*Não se dança, não*
*Não se dança*
*Eu vou mostrar para vocês*

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito obrigado, Renato, grande prazer.

**SR. RENATO MATOS:** Obrigado também.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Maravilhosa sua arte.

**SR. RENATO MATOS:** Valeu, estou na guerrilha, se precisar de mim, é só ligar. Queria agradecer a presença desse grande homem que, na idade que está, também está aqui em pé com a gente, claro, entendeu? O Ministro do Meio Ambiente veio, não falou nada, que seria uma pessoa importante para falar, né? Mas, tudo bem, quem sabe uma hora ele tome coragem para falar? Valeu.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A Keila. Aonde está a Keila?

**SR. RENATO MATOS:** Keila, acreana também. Eu sou baiano, ela é acreana, mas somos todos brasileiros. Ela tem uma expressão amazônica muito bonita. Cadê a Keila?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A Keila está aí do lado. E vamos ouvir agora Keila Diniz. Disseram que ela vai fazer capela, é isto? Então, vamos lá.

**SRA. KEILA DINIZ:** A música que ele pediu.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Está contigo.

**SRA. KEILA DINIZ:** Na verdade, eu agradeço, me sinto muito honrada ser chamada de acreana, mas eu não sou acreana de nascimento, mas sou acreana de coração e, hoje, aqui, com tantas lembranças, eu me lembrei também que, há 30 anos atrás, não quero ser de idade assim, mas há 30 anos atrás, exatamente aqui no Congresso Nacional, eu participei de um movimento de apoio à Amazônia e tinha acabado de voltar da Aldeia Caxinauá, onde tinha feito um trabalho, e estávamos nesse momento todo de criação de comissões pró-índio e Comissão de apoio à Amazônia, e fizemos uma manifestação aqui e depois no Rio, também num grande movimento, nessa mesma época, que se chamou MAIRA, Movimento de Apoio ao Índio e Respeito e à Amazônia, há 30 anos atrás, e eu participei no Rio também desse grande evento.

O ano passado... Eu trabalho, sou funcionária do Ministério da Cultura, e o ano passado eu participei de uma comitiva, junto com o Ministro Gilberto Gil, na aldeia Achaninca e, nessa viagem, subindo o Rio Amônia, se não me engano, o Rio Amônia, no barco, me veio essa canção, essa melodia, que eu vou recitar, cantar ou, de alguma maneira, me manifestar aqui

nesse momento. Se alguém quiser cantar comigo, o refrão também é ótimo.

É verde, meu reino é verde.
*É verde a minha rainha.*
*É verde, meu reino é verde.*
*É verde a minha rainha.*
*Não corte, não queime, não mate*
*Esta floresta que é minha*
*Não corte, não queime não mate*
*Esta floresta que é minha*
*O brilho da luz sagrada*
*É força divina do amor*
*Energia que nasce na mata*
*E a mão do homem transformou*
*Energia que brota da mata*
*Que a mão do homem transformou*
*É verde, meu reino é verde*
*É verde a minha rainha*
*Não corte, não queime e não mat.*
*Esta floresta que é minha*
*Não corte, não queime não mate*
*Esta floresta que minha*
Esse povo que canta e dança
Tocando seus maracás
São filhos do sol e da lua
Que a mãe natureza criou
São filhos do sol e da lua
Que a mãe natureza criou
É verde, meu reino é verde
É verde a minha rainha
Não corte não queime não mate
essa floresta que é minha
Não corte, não queime não mate
Esta floresta que é minha
No balanço da Auyasca, nas cantigas do cipó
O velho juramidã, guiado pela rainha
Repartiu com a humanidade sabedoria ancestral
Unindo o velho e o novo
O de ontem e o de hoje
Lá no reino do astral
Unindo o velho e o novo
O de ontem e de hoje
lá no reino do astral
É verde, meu reino é verde
É verde a minha rainha
Não corte, não queime, não mate
Esta floresta que é minha
Não corte, não queime, não mate
esta floresta que é minha
E assim louvamos a vida
Dando viva natureza
Viva todos que vieram
E os que estão por chegar
Viva todo povo brasileiro
*Daqui e de todo lugar*
*Viva o povo brasileiro*
*Daqui e de todo lugar*
*É verde, meu reino é verde*
*É verde, meu reino é verde*

[palmas].

**SRA. KEILA DINIZ:** Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não corte, não queime, não mate esta floresta que é minha. Amazônia para Sempre! Parabéns para todos nós.

**SR. RENATO MATOS:** Queria aqui convidar o Senador Suplicy, que ele vai dar uma canja com uma música para gente encerrar geral. Uma música do Bob Dylan, por favor, Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não, não, não, não. Está encerrada a presente Sessão.

*Sessão encerrada às 02h13.*

**9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2009, TERÇA-FEIRA, AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.**

As quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia dezenove de maio do ano de dois mil e nove, na Sala 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ideli Salvatti, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senador Jefferson Praia, Senador Inácio Arruda, Senadora Marina Silva, Deputado Colbert Martins, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Miro Teixeira, Deputado Sarney Filho, Deputada Iriny Lopes, Deputada Rebecca Garcia** e **Deputada Vanessa Grazziotin.** A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009–CMMC, "Diretrizes de Calendário de Trabalho da Comissão Mista permanente de Mudanças Climáticas para o ano de 2009", de autoria da Senadora Ideli Salvatti, com as presenças dos seguintes convidados: Senhor Edson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Senhor José Múcio Monteiro, Secretário Executivo do Conselho de Desen-

volvimento Econômico e Social da Presidência da República e a Senhora Suzana Kohn Ribeiro, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA - Representante do Ministério do Meio Ambiente. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: E-mail assinado pelo Senhor Alexandre Navarro Garcia, Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, informando que o Senhor Ministro Sérgio Resende não poderá comparecer a audiência pública da 9ª reunião da Comissão, esclarecendo que o senhor Carlos Nobre, Pesquisador do INPE e Coordenador do Programa Nacional da Rede Clima, comparecerá a audiência pública, representando o senhor ministro. E-mail assinado pelo Senhor Ronaldo Küfner, Diretor de Gestão do CDES, da Presidência da República, comunicando que o Ministro José Múcio Monteiro indica o Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos para representar o CDES em audiência pública da CMMC, agendada para o dia 19 de maio de 2009. Outrossim, solicita a possibilidade de ser transferida para o dia 26 de maio de 2009 a participação do Senhor Artur, mantendo-se a temática "Mudanças Climáticas e a Matriz Energética Brasileira". A Presidência registra a presença da Senhora Branca Bastos Americano, Diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do MMA, que irá representar a Senhora Suzana Kohn Ribeiro, que não pode comparecer. Iniciando os trabalhos, a senhora Presidenta convida para tomar assento à Mesa, os senhores Carlos Nobre, representante do Ministro da Ciência e Tecnologia e Branca Bastos Americano, representante do Ministério do Meio Ambiente. O Senador Jefferson Praia usa da palavra para informar que na próxima reunião da comissão, Sua Excelência e a Senadora Marina Silva, apresentarão relatório referente à diligência realizada no Estado do Amazonas, na data de 18 de maio de 2009. O Deputado Sarney Filho registra sua preocupação quanto à publicação do Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340/2002, o qual estabelece um percentual de cobrança da compensação ambiental em 0.5, solicitando, assim, uma especial atenção da Senadora Ideli Salvatti, indicada para a Liderança do Governo no Congresso Nacional. A Presidência, atendendo, também, manifestação da Deputada Vanessa Grazziotin, informa que a próxima reunião a ser realizada no dia 26 de maio de 2009, poderá ter uma parte destinada para tratar de assuntos administrativos, da Vigília ocorrida no Senado Federal e do Decreto nº 4340, de 2009. Ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos a Deputada Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente da Comissão. Usaram da palavra os senhores Parlamentares Deputado Colbert Martins, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Sarney Filho, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Rodrigo Rollemberg, Senadora Marina Silva, Senador Jefferson Praia e Deputada Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezessete horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes das Comissões e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

**9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 56 MINUTOS.**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)**: Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Há expediente sobre a Mesa que passo a lê-los.

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Rezende, decorrente de compromisso inadiável, indicou para representá-lo nesta Audiência Pública, que vai tratar das diretrizes, o Ministro está indicando o pesquisador do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Dr. Carlos Nobre, que é o Coordenador do Programa Nacional da Rede Clima para que possa comparecer a esta Comissão e proceder a todas as informações necessárias para o nosso trabalho. Então eu já convido, de imediato, o Dr. Carlos Nobre, que inclusive na vigília da última quarta-feira nos brindou com uma exposição brilhante, que foi um pequeno aperitivo do que nós vamos ter na tarde de hoje. E, da mesma forma, a Dra. Suzana Kohn Ribeiro, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, indica para representá-la, para substituí-la nesta Audiência, a Dra. Branca Bastos Americano, Diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Então eu gostaria também--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sra. Presidente, antes de começar--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Só um minutinho, Senador Jefferson. Então convido a Dra. Branca também para comparecer à Mesa dos trabalhos e já passo de imediato a palavra

ao Senador Jefferson Praia, que está retornando, juntamente com outros parlamentares, da diligência que realizou, com viagem domingo, segunda e retorno hoje pela manhã, do Amazonas. Então eu passo de imediato a palavra ao Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu serei breve porque nós estaremos apresentando um relatório, eu e a Senadora Marina Silva, que compôs, juntamente com a Deputada Vanessa Grazziotin, a Deputada Rebecca Garcia e o Deputado Federal Marcelo Serafim, fomos a dois Municípios do Estado do Amazonas, Manacapuru e Anamã, percebemos lá a gravidade da enchente quando temos diversos irmãos e irmãs nossos desalojados e desabrigados. E para concluir essa rápida fala, Sra. Presidente, até porque nós iremos apresentar um relatório sobre essa diligência, eu coloco aqui uma afirmação feita pelo representante do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia quando diz o seguinte: "A seca de 2005 e a cheia de 2009 são oriundas de oscilações naturais do sistema climático. Porém, podem ter sido intensificadas ou mesmo atenuadas pelas mudanças climáticas globais". Portanto, Sra. Presidente, em breve estaremos apresentando um relatório detalhado para esta Comissão. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Jefferson Praia. Deputado Sarney Filho.

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Presidente Ideli, serei bem breve. Primeiro, gostaria de congratular-me com V. Exa., dar os parabéns pela escolha de líder do Governo do Presidente Lula no Congresso. Acho que o Presidente Lula, acertadamente, escolheu uma pessoa que tem todas as qualidades e os requisitos para defender o seu Governo, o nosso Governo. Portanto, meus parabéns e votos de sucesso e êxito na sua nova missão.

Mas justamente, talvez até sendo já um dos seus primeiros encargos, eu gostaria de registrar, Senadora Ideli, um Decreto assinado pelo Governo, publicado hoje, mas assinado no dia 14 de maio, o Decreto nº 4.340. Esse decreto estabelece um percentual da cobrança de compensação ambiental em 0,5%. Há pouco tempo atrás, Senadora, só para que a Comissão tenha conhecimento, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não poderia haver percentuais na cobrança da compensação ambiental, já que essa cobrança se dava em torno do impacto ambiental, do dano ambiental causado pela intervenção na natureza.

E agora, para nossa surpresa, inclusive com a assinatura do Ministro do Meio Ambiente, e a reportagem diz que o Ministério foi contra, tinha um posicionamento diferente, mas, de qualquer forma, a assinatura do Ministro do Meio Ambiente está lá nesse decreto, o Governo, ele não só nesse Decreto limita ao máximo de 0,5%, quando esse era o limite mínimo da compensação ambiental, enquanto que diminui também o percentual dos custos da obra, tirando fora os custos de licenciamento ambiental, tirando fora os custos de mitigação ambiental, ou seja, o Governo, segundo eu entendo, com esse Decreto, ele está indo na contramão daquilo que o mundo está fazendo. Hoje a maioria das nossas Unidades de Conservação ainda não tem o seu Plano de Manejo, muitas delas não têm ainda o pagamento da terra que foi desapropriada para os seus antigos proprietários e muito desse dinheiro de compensação, todo ele quase, todo ele, não todo ele quase, todo ele é destinado às Unidades de Conservação.

Então, no momento em que, por exemplo, o Presidente Obama anuncia que o Governo americano vai assumir metas ousadas de redução de gases do efeito estufa, o Governo brasileiro, de forma equivocada, mais uma vez nesse aspecto, assim como foi equivocada a edição da Medida 458, assim como foi equivocada a aceitação do fim dos EIA/RIMAs para duplicação de estrada, nesse momento o Governo baixa um Decreto que, segundo a gente entende, vai dificultar a efetivação de políticas de desenvolvimento sustentável, de políticas que dizem respeito à manutenção de estoque de gases do efeito estufa.

Portanto, minha querida Senadora Ideli, eu, ao mesmo tempo em que lhe cumprimento, lhe entrego nas mãos uma preocupação do nosso segmento e peço a V. Exa. que, na qualidade de líder e também Presidente dessa Comissão, se debruce sobre esse assunto e, talvez, a gente refaça uma discussão, já que é Decreto e os Decretos podem ser modificados.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Deputado Sarney Filho. Com certeza vamos tomar ciência mais detalhadamente da essência do Decreto e verificar da possibilidade de abertura de alguma negociação com o Governo para a sua modificação dentro daquilo que entendemos necessário. Eu gostaria, antes de passar--

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Senadora Ideli, se V. Exa. me permite.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não, Deputada Grazziotin.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** É que eu solicitei informações e sei que a Audiência Pública ainda não começou.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Isto.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Já é o segundo parlamentar que faz uso da palavra, o Deputado Zequinha Sarney, eu sou a terceira,

mas serei muito breve, não se preocupe. Eu só gostaria de perguntar a V. Exa. se após a Audiência Pública a gente vai ter um tempo para debater essas outras questões da Comissão ou não, não está previsto para hoje, somente a Audiência Pública?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Olha, a princípio nós teríamos, exclusivamente, a Audiência Pública. Como nós temos várias outras questões a dar encaminhamento, eu acho que o mais adequado seria na próxima terça-feira, Reunião Ordinária, nós podermos ter uma parte da reunião para assuntos administrativos, até porque, Deputada Vanessa, nós fizemos uma vigília que a avaliação de todas as pessoas com as com quais nós tivemos a oportunidade de conversar pela frequência, pelos e-mails, por todas as manifestações e pela própria repercussão na imprensa, foi uma vigília extremamente positiva, com resultados, inclusive, no dia da vigília pesando nas votações que ocorreram durante o mesmo horário na Câmara dos Deputados, na Medida Provisória da Regularização Fundiária da Amazônia, como, também, a entrega dos projetos prioritários feitos pela Senadora Marina Silva também já com repercussão, porque a informação que nós temos é de que o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, já pautou projetos daquela lista. Então nós temos que, inclusive, dar continuidade. Nós vamos ter encaminhamentos a serem dados a partir do relatório que a diligência realizou junto ao Estado do Amazonas, que foi lá verificar a situação da enchente no Norte do País, e temos também consequências da vigília, que nós deveremos ter desdobramentos e ações a serem desencadeadas e eu já fui pautada pelo Deputado Sarney Filho ainda pela questão do Decreto.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Então, Senadora, eu solicitei a palavra exatamente para isso, V. Exa. acabou resumindo um pouco a minha preocupação. Nós tivemos algumas atividades importantes, essa atividade que o Senador Jefferson Praia já falou, a diligência de ontem que tivemos uma Audiência, Dr. Carlos Nobre, maravilhosa, eu fiquei assim impressionada com o nível de debate e das pesquisas desenvolvidas no Amazonas sobre mudanças climáticas, de extrema qualidade na Assembléia Legislativa, fizemos visitas importantes ao interior pela manhã. O Senador voltou muito bronzeado e eu voltei sem voz, tanto sol e água--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** De hidroavião, inclusive.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** É, de tanto sol e água que nós pegamos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu perdi essa oportunidade de andar de hidroavião.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Ele pegou cor e eu perdi a voz. Mas, enfim, acho que uma série de questões se desdobram a partir daí. Então eu concordo, V. Exa. aponta para terça-feira da semana que vem, acho que não haja nada assim de tão extraordinário que não possamos deixar para terça-feira, inclusive a avaliação da vigília e a repercussão, porque, infelizmente, o que eu vi no dia seguinte foram matérias inverídicas acerca do que a Câmara havia votado. Eu acho que todos os cuidados ambientais nós tomamos, enfim, foi importante a vigília nesse sentido, apesar de a mídia ter distorcido um bocado das informações. Mas, então, é isso, para que na próxima terça-feira a gente possa deliberar as matérias, fazer uma avaliação e ver como é que a gente continua trabalhando. Eu quero cumprimentar a V. Exa., eu acho que, como prevista, essa Comissão vai desempenhar um bom trabalho.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Um bom papel.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Um bom papel. Eu tenho várias questões a colocar, alguns reparos, enfim, terça-feira da semana que vem então V. Exa. nos informa da Reunião Deliberativa.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Isto, então terça-feira da semana que vem nós teremos um tempo para deliberações administrativas, avaliação da diligência no Estado do Amazonas, a avaliação e encaminhamentos da vigília e, também, o Decreto 4.340, que foi pautado pelo Deputado Sarney Filho.

Então nós temos o Dr. Carlos Nobre, que está aqui representando o Ministro Sérgio Machado Rezende, da Ciência e Tecnologia. A pauta para esta Audiência é exatamente o Programa Nacional de Mudanças Climáticas. Então o Dr. Carlos Nobre vai ter um tempo, nós vamos combinar aqui o tempo para poder fazer a sua explanação para depois também termos a oportunidade de fazer os nossos questionamentos e o debate. E a Dra. Branca, que está aqui representando o Ministério do Meio Ambiente, vai fazer a explanação sobre política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Eu queria perguntar se 15 a 20 minutos é suficiente para a exposição de cada um. Dra. Branca, tudo OK? Dr. Carlos? Então nós vamos trabalhar com 15 minutos, prorrogáveis por mais cinco, se forem necessários, para depois permitir também a palavra e o debate. Então, Dr. Carlos Nobre. A Secretaria da Comissão está me repassando que durante a vigília nós recebemos

570 e-mails com posicionamento favorável, elogiando a iniciativa, elogiando o trabalho e a vigília, 12 contra, 45 com temas diversos, com outro tipo de ponderação, totalizando 627 e-mails que foram recebidos por aquele e-mail que nós criamos especificamente para a vigília, que era mudançasclimaticas@.senado.gov.br. Então com a palavra o Dr. Carlos Nobre.

**SR. CARLOS NOBRE:** Senadora Ideli Salvatti, membros da Mesa, Senadores e Deputados, muito boa-tarde. Eu tenho uma tarefa difícil, que é substituir o Ministro Sérgio Rezende, e num certo sentido o próprio Ministro me instruiu a cobrir um aspecto do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que é o "input" de ciência e tecnologia, quer dizer, o pilar de pesquisa e desenvolvimento deste Plano, que é um dos quatro eixos importantes do Plano. Eu posso falar, comentar ou responder perguntas sobre qualquer aspecto do Plano, mas eu vou seguir as instruções do Ministro Sérgio Rezende e vou tentar mostrar, eu não sei se já está pronto, eu aprontei uma brevíssima apresentação sobre um dos aspectos mais importantes que estão acontecendo no Brasil em termos de preparar o País com relação ao conhecimento científico que o Brasil precisa para enfrentar as mudanças climáticas.

Antes disso, eu não preparei nada especificamente para falar do que está acontecendo no clima do Brasil, eu só faço em resposta ao Senador Jefferson Praia, eu acho, eu sou um cientista da área, eu acho muito improvável que tudo que está acontecendo no Brasil e no mundo em termos desses extremos do extremo, como as cheias da Amazônia, que é o nível mais alto do rio, o maior volume de água do Rio Amazonas desde 1902, como o senhor sabe, desde que existe registro no Porto de Manaus, quer dizer, é muito improvável que tudo isso que está acontecendo no Brasil de extremos climáticos e no mundo - e coisas inusitadas, que nunca aconteceram no nosso registro climático - seja puramente uma oscilação natural. É muito mais provável que já seja uma manifestação do aquecimento global, até porque o aquecimento global assim o projeta: num planeta mais quente os extremos climáticos serão, tanto de um lado quanto do outro, de chuva, serão mais intensos, do mesmo modo que os extremos do ciclo hidrológico são muito mais intensos no verão ou na estação das chuvas do que na estação das secas. Então é importante mencionar isso para não também nós pensarmos que nós vamos ter que esperar ainda 30 anos para a ciência nos dizer. Não, a ciência já diz com bastante clareza.

Então o Ministro Sérgio Rezende pediu para eu, rapidamente mencionar, e eu vou correr, porque isso é um assunto que vocês provavelmente conhecem muito do que eu vou mostrar aqui.

Uma atividade que está acontecendo no momento e que é a principal atividade de pesquisa que vai embasar as políticas públicas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas é a Rede Clima. Isso já é bem conhecido, mas eu não canso de comentar essa definição do Professor Paul Crutzen sobre a época que nós vivemos, porque ela tem um sentido que é muito mais pragmático ou científico porque é filosófico. Pela primeira vez uma espécie da natureza, nós, *Homo sapiens*, conseguimos transformar o ambiente global igual uma época geológica consegue. Isto não é pouca coisa. Eu peço para vocês refletirem porque isso significa o seguinte: se houver seres humanos daqui um milhão, dez milhões de anos nesse planeta, eles vão olhar o registro geológico e vão encontrar o sinal do que nós estamos fazendo com o planeta. Então não é uma coisa simples, não é uma coisa que vai desaparecer, não é uma coisa de muito curto prazo. A alteração que nós estamos causando de fato constitui-se numa nova era geológica que o Professor Paul Crutzen denominou Antropoceno e a sociedade geológica americana já aceitou isso como era geológica, quer dizer, então nós nos transformamos numa força telúrica de fato. O próximo.

Bom, todos nós e vocês mais do que nós estamos debatendo essa grande questão, que é a questão do País, é o futuro que nós queremos. Queremos todos há muito tempo ser um País desenvolvido e seremos o primeiro País tropical desenvolvido? O primeiro, desculpe, isso aqui eu estou falando no Brasil, seria muito pretensioso em fóruns internacionais, mas eu acho que o Brasil de fato reúne melhores condições que todos os outros países tropicais pela diversidade da sua cultura, pela força de ciência e tecnologia que nós temos, diversidade da sua indústria, inventividade e criatividade. Eu acho que nós reunimos todas as condições. Mas, sendo muito sincero, nós não estamos próximos de nos tornarmos o primeiro País plenamente desenvolvido. Tem se discutido muito a questão se é a alavanca ambiental, se são os nossos recursos naturais e a biodiversidade o grande diferencial que vai tornar o Brasil desenvolvido. Essa é uma questão para o País. O próximo.

Só para mencionar para vocês, essa produção científica em mudanças climáticas no mundo, uma amostragem de dois mil artigos científicos de 2002 a 2007, o Brasil contribui com 1,5%, quer dizer, a nossa ciência já é visível, já temos ciência de qualidade, é um pouquinho menos que a média que o Brasil contribui em todas as áreas. Como vocês já viram por exposições do Ministro Sérgio Rezende, Ministro Haddad, nós estamos contribuindo com 2,2% de toda a produção científica de qualidade internacional e na área de

mudanças climáticas 1,5%, quer dizer, nós já temos um conhecimento básico, mas nós precisamos avançar muito. O próximo.

Um foco muito importante e o Plano Nacional foi muito nessa direção da redução das emissões, que é a redução do risco futuro, e se a gente olha o Plano Nacional, ele é uns 50% voltado para o eixo da redução das emissões. E é importante. Por mais que o Brasil ainda não tenha nenhum compromisso dentro do âmbito da Convenção do Clima mandatório de reduzir as suas emissões num certo nível, o Brasil tem dado sinais importantes e todos vocês sabem que talvez a coisa que mais chamou a atenção internacional, mundial do nosso Plano, foi o compromisso nele inscrito de redução das emissões até 2017, provenientes da mudança do uso da terra, do desmatamento. Eu tenho certeza que a Branca vai cobrir isso, eu não vou falar muito. Eu tenho falado muito, inclusive nessa Casa, nas duas Casas do Congresso, que nós não podemos ficar atrasados é no outro lado da moeda, que é o lado da adaptação. Com muita sorte, se nós tivermos juízo planetário, a temperatura subirá só dois graus, mas hoje parece muito difícil que ela vai subir só dois graus. Então é mandatório que nós nos preocupemos com adaptação. O Brasil, como todos os países em desenvolvimento e como todos os países com problemas sérios de distribuição de renda, com pobreza crônica, são vulneráveis, as populações pobres são muito vulneráveis. A adaptação é complexa e não depende só do clima. O clima é um deflagrador do desastre natural e da dificuldade de adaptação. Adaptação é a diminuição da exposição e adaptação é o aumento da capacidade intrínseca adaptativa. Esses dois aspectos dependem muito de políticas públicas. Vamos dizer assim que a política pública desse lado aqui do gráfico é nós reduzirmos o risco futuro, diminuirmos a emissão global; a política pública dos outros dois lados é uma política pública do dia a dia que tem que começar o quanto antes. O próximo.

Eu só queria mencionar para vocês, já há iniciativas importantes, essa em particular é uma iniciativa dessa Rede que eu vou falar daqui a pouquinho, da Rede Clima, que é um primeiro estudo de como as cidades brasileiras, as grandes cidades, vão ser afetadas pelas mudanças climáticas, identificação das principais vulnerabilidades. Desculpe se alguma cidade importante não está no mapa, a gente tinha que cortar em dez pelo recurso financeiro. Nós escolhemos essas dez cidades, certamente São Paulo e Rio como megacidades, e esse ano nós já estamos fazendo um estudo, a Rede Clima já está fazendo para São Paulo e Rio e estamos aguardando a liberação orçamentária do Ministério do Meio Ambiente para deflagrar as oito outras cidades. O próximo.

Vocês não precisam se preocupar em ler isso aí, quem quiser eu posso fornecer a informação.

Nós já temos uma boa ideia de como pode ser o clima no futuro para cada uma dessas regiões metropolitanas, como poderá ser o clima no futuro, o aumento da temperatura, o aumento dos extremos climáticos de chuva, de seca. Todos nós temos uma enorme preocupação, por exemplo, com a água no Nordeste, todos os cenários indicam aumento da incidência de secas severas e o outro lado da moeda também, chuvas muito intensas, desertificação, que já é um processo acelerado no semiárido, pode se acelerar ainda mais; há inúmeras preocupações. Essa é concentrada nas megacidades, nas grandes cidades, onde vive mais que 50% da população brasileira. Então esse já é um estudo em andamento. O próximo.

A Rede Clima foi estabelecida no final de 2007 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e ela tem uma missão importante que é expandir a base de conhecimentos sobre as mudanças climáticas, seus impactos, adaptação e mitigação. O próximo.

Ela basicamente é um instrumento de orientação das políticas públicas necessárias a que o Brasil responda a esses grandes desafios. O próximo.

Ele já articula mais de cinquenta instituições, eu vou mostrar para vocês. O próximo.

O investimento inicial que foi liberado esse ano, dez milhões de reais, e estão previstas outras liberações nos próximos anos. Eu espero que elas ocorram, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E o INPE, a minha instituição, está exercendo a Secretaria Executiva. O próximo.

Eu só quero dizer para vocês como nós estruturamos essa Rede. É uma estruturação inicial, e se alguém não vê o seu Estado representado, isso é uma coisa inicial que vai crescer. Isso é só o começo. O que nós fizemos foi identificar instituições que têm muita experiência em pesquisa em alguns tópicos. Por exemplo: biodiversidade e ecossistemas o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém; recursos hídricos a Universidade Federal de Pernambuco; desenvolvimento regional aqui, a UnB; cidades a UNICAMP; energias renováveis a COP, a UFRJ; agricultura a EMBRAPA; saúde a FIOCRUZ; economia das mudanças climáticas a USP; modelagem do clima o INPE; e zonas costeiras a Universidade Federal de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Essa é uma distribuição inicial. Cada tema desses, na verdade, é nacional. O Museu Goeldi não é biodiversidade só da Amazônia, é nacional. Isso já está em processo de estruturação, essas subredes estão sendo montadas e já envolvem aproximadamente

cinquenta instituições de pesquisa, todas plenamente operacionais agora, começando a desenvolver uma agenda importante de pesquisa. O próximo.

A relação da Rede Clima com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O Plano faz menção implícita à Rede Clima e nós achamos que essa Rede tem que se tornar muito importante, talvez como principal pilar de pesquisa e desenvolvimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O próximo.

Essa é uma grande parceria, é uma grande parceria e um dos resultados do início dessa parceria é que nós vamos, o MCT e o MMA, estão criando o chamado Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas. Exatamente agora nós estamos formatando um painel de cientistas brasileiros que vão fazer um trabalho muito similar ao feito pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, o IPCC, e no intervalo de dois anos nós vamos produzir três grandes relatórios científicos, que é o estado do conhecimento sobre as mudanças climáticas no Brasil, sobre a adaptação e sobre mitigação. Então vamos fazer uma coisa muito similar ao IPCC, em português e também em inglês, um relatório para influenciar também o IPCC internacionalmente, mas a ideia é sumarizar o estado do conhecimento e será um documento muito importante para o Congresso, para que ele use esse documento para avançar as políticas públicas. O próximo.

Quero falar um pouquinho da nossa capacidade de gerar cenários de mudanças climáticas. É fundamental poder projetar quais os cenários possíveis. Nós já temos alguma capacidade que tem sido utilizada nos últimos três anos para os primeiros estudos de vulnerabilidade e adaptação. O próximo.

Sem gastar muito do meu tempo para lhes explicar toda a complexidade desse gráfico, mas o que eu quero ressaltar aqui é o seguinte: poucos países no mundo têm uma capacidade [soa a campainha] científica interna de modelar, representar, através de um código de computador, o que nós chamamos de modelo matemático, o sistema climático; quais são as relações da atmosfera com a vegetação, com o oceano, com o ciclo de carbono, com a emissão dos gases. Essa é a nossa meta. A Rede Clima vai entregar ao Brasil, daqui há poucos anos, um modelo que nós chamamos modelo brasileiro do sistema climático global. Poucos países, países desenvolvidos têm, vários, nem todos, Espanha ainda não tem, Itália não tem, e países em desenvolvimento, China e Coreia do Sul. Nós seremos o próximo, a Índia ainda também não tem.

Então esse é um grande desenvolvimento científico, é uma capacitação que vai nos permitir um grande salto qualitativo e quantitativo na capacidade de fornecer cenários, quer dizer, o tomador de decisão precisa de cenários confiáveis. Então nós vamos estar numa certa elite científica mundial. O próximo.

Esses são alguns cenários, eu não vou descrevê-los em detalhes, mas esse é o que a gente já faz, esses cenários são regionais nessa área, nesse domínio geográfico, a América do Sul. Esses são cenários da variação da chuva, onde está indicando: azul é um pouco mais de chuva, onde está indicando o vermelho e amarelo é menos chuva. Isso é para o final do século, um cenário que nós já desenvolvemos e que, como eu mencionei, muito utilizado já no Brasil. O próximo.

Esses são cenários de temperatura. No pior dos casos o clima muda muito no Brasil. Vocês podem ver setembro, outubro e novembro, que é esse da direita mais debaixo, nós estamos falando em quatro, cinco, seis graus de aumento da temperatura no pior cenário de emissões, se as emissões continuarem a subir. O próximo pode pular.

Eu só quero destacar que esse gráfico, todas essas áreas em vermelho são áreas que têm um aumento. Esse último debaixo, o da direita, é o lugar onde teremos dias secos consecutivos; tudo que é em vermelho indica que poderá haver maior número de dias secos consecutivos, com enorme repercussão na agricultura e também no uso dos recursos hídricos. O próximo.

Nós estamos no processo de aquisição de um super computador, é uma ferramenta indispensável para se fazer aquela modelagem climática que eu mencionei. Esse super computador, nós estamos exatamente comprando agora com dinheiro do FNDCT, mencionado ali, da FAPESP, que entra também como parceira desse projeto. Nós estamos falando de um super computador, estado da arte realmente, um investimento aí de 25 milhões de dólares que vai nos colocar como, talvez, o sexto super computador mais rápido do mundo na área de mudanças climáticas. Então essa infraestrutura é necessária, é um grande investimento, mas é fundamental. O próximo.

Eu quero finalizar dizendo, também, de um instituto nacional, vocês todos conhecem essa iniciativa é do MCT, da criação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Nós fomos agraciados, depois de um processo competitivo rigoroso, com um deles, chama-se Instituto Nacional para Mudanças Climáticas. Desculpe, aí está em escrito em análise pelo MCT, mas isso está desatualizado, já fomos contemplados. O próximo.

E há também associado com a Rede Clima uma grande rede de pesquisas: são 74 instituições brasileiras, 400 internacionais, mais de 400 participantes em 26 projetos de pesquisa e os projetos cobrem todos os aspectos científicos, as mudanças climáticas, a física das mudanças climáticas e o estudo de impactos em todos os setores: agricultura, recursos hídricos, zonas

costeiras, biodiversidade, energias renováveis, saúde e, também, o estudo do entendimento da economia das mudanças climáticas. O próximo. Vou pular esse.

Nós temos várias outras iniciativas em pesquisa no Brasil, a FAPESP, a FAPEAM, Senador Jefferson Praia, já tem iniciativas e editais de pesquisa na área de mudanças climáticas, editais da FINEP. Então nós começamos, finalmente, a partir de 2008, de fato, investir na geração de conhecimento. O próximo.

Este é o último, quer dizer, essa necessidade que nós todos brasileiros sentimos de alavancar o nosso desenvolvimento e nos tornarmos um País plenamente desenvolvido, usando com sabedoria dos nossos recursos naturais e biodiversidade, eu costumo dizer que nós precisamos, não só eu, mas várias pessoas e vários de vocês também, nós precisamos inventar um novo Brasil. Essa invenção passa pela invenção da ciência apropriada, ciência universal, mas nós temos que focar naqueles aspectos da ciência que nós precisamos e, principalmente [soa a campainha], na inovação tecnológica. Muito obrigado, Senadora.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos ao Dr. Carlos Nobre não só pela excelência do pronunciamento, mas pela precisão cronométrica, parou exatamente na segunda campainha.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Precisão climática.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** É, climática, foi absolutamente preciso. Eu passo de imediato a palavra à Dra. Branca Bastos Americano, que é Diretora de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

**SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO:** Obrigada, Senadora Ideli Salvatti, aos membros da Mesa, Srs. Deputados e Senadores. Eu venho aqui representando a Secretária Suzana Kohn, que não pode comparecer, pediu desculpas, ela está acompanhando o assunto e nós temos o maior interesse em discutir aqui, porque na verdade nós estamos conduzindo o processo de discussão do Plano Nacional e é fundamental que essa discussão realmente seja ampla e com todos os setores da sociedade.

Então vamos à apresentação do Plano. Eu vou buscar ser bem breve porque, pelo que eu pude perceber, a intenção é mais discutir os pontos do Plano e não descrever em minúcia todas as ações listadas nele. Por favor, o próximo.

O Plano ele tem relação com a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas que está também em discussão, quer dizer, num processo de discussão para ser aprovado pelo Congresso. Então, Senadora Ideli Salvatti, inclusive teremos conversa sobre isso. Eu preferia passar esse item, na verdade, que estava mais para o final. Poderia passar para o próximo.

Então o Plano tem basicamente sete objetivos, ele está organizado em sete objetivos. O primeiro deles é o desenvolvimento em baixo teor de carbono. O que é que isso significa? Aí dentro desse objetivo estão os objetivos de aumento de eficiência energética, aumento de eficiência do PIB, ou seja, produzir a mesma quantidade ou maior quantidade de riqueza com menor conteúdo de carbono. O segundo objetivo faz referência à energia renovável. Nós sabemos que a nossa matriz energética é extremamente limpa no sentido de pouco conteúdo também de carbono e ela está sofrendo um processo de aumento das energias fósseis no seu perfil. Então um dos objetivos do Plano é incentivar as energias renováveis na matriz para que ela continue limpa. Um terceiro objetivo também é incentivar os biocombustíveis na área de transporte, também que é uma característica nossa já e que poderia também se estender a outras áreas como biodiesel, não só o etanol.

Na área de desmatamento, como os senhores sabem, o desmatamento é, digamos, o calcanhar de Aquiles do Brasil, é onde de fato as emissões mais significativas ocorrem na área de desmatamento. Então, eu vou mostrar num slide adiante quais seriam as metas nessa área, assim como da cobertura florestal, que aí é na parte mais de silvicultura, de aumentar a cobertura vegetal. A parte de vulnerabilidade e de adaptaçao, o Professor Carlos Nobre já falou, mas também têm várias ações importantes nessa área, e de pesquisa e desenvolvimento. Por favor, o próximo.

Então o primeiro objetivo aí, que é ao desenvolvimento de baixo carbono, então seria fomentar aumento de eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante de alcance das melhores práticas, introduzir as melhores práticas em todos os setores da economia. O próximo.

Nós temos listadas aí - e aí é para depois da análise que faremos no final - as principais ações. Essas ações estão listadas e mostram como é que foi feito o Plano. O Plano foi feito fazendo uma consulta ampla à sociedade e várias dessas ações, a maior parte delas, já existem. Então a nossa intenção aqui é organizar todas essas informações num documento e ver como é possível intensificar essas ações, controlar a execução delas e, se possível, propor novas ações para que esses objetivos principais sejam atingidos. Então aqui tem uma série de ações listadas, a gente vai deixar a apresentação aqui. Na parte de energia renovável da mesma forma, aí a apresentação da nossa matriz e, se ela fosse apresentada ao longo do tempo, nós veríamos

que existiu esse aumento da fração dos combustíveis fósseis e que isso é uma das tentativas de reverter ou manter elevada a participação de energias renováveis na matriz. A próxima, por favor.

Aí têm várias ações relacionadas de cogeração, de reduzir perdas técnicas, de incentivar energia eólica, energia com bagaço de cana, energia solar fotovoltai, que aí nós podemos inclusive falar sobre a ação do PAC da Habitação, que tem uma fração grande de residências que serão feitas com energia solar. Fomentar, também, o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transporte nacional. Várias ações estão listadas aí, do etanol, de aumentar, fomento à indústria para alcançar um aumento médio anual de consumo de 11% nos próximos dez anos. Essa meta aí do desmatamento, ela busca no geral reduzir, a redução sustentada das taxas de desmatamento em sua média. Aí está escrito quadrienal, mas nós estamos trabalhando com médias quinquenais que no Plano está até 2017 e nós estamos trabalhando com um horizonte até 2020, com reduções de 42% para cada quinquênio, porque houve uma adaptação para facilitar a adequação até ao que o que está se negociando internacionalmente, que tem um limite para 2020. Eu peço desculpas aos senhores, que ali--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** [ininteligível] até 2017 ou até 2020?

**SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO:** Nós estamos trabalhando com o horizonte de 2020, porque as metas são quinquenais. A cada período de cinco anos a meta é reduzir em relação à média do período de 1996 a 2006, que é 19.500 km² de área desmatada em média.

Então existem várias ações aí e eu gostaria de destacar as ações relacionadas ao Fundo Amazônia, que foi criado em 2008, que já vem recebendo aportes, e o Fundo Clima, que está em criação, está submetido ao Congresso Nacional. Esse Fundo Clima seria de extrema importância para viabilizar todas as ações, porque na verdade o Plano Clima e toda a necessidade de estruturação institucional precisa de um aporte financeiro, enfim, meios para viabilizar toda essa política. Isso seria, realmente, fundamental para que toda essa intenção estruturada em políticas e planos passe à realidade. O próximo, por favor.

O quinto objetivo, que faz referência à cobertura vegetal, ele tem como objetivo eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil até 2015. Nesse objetivo, faz parte dele a intenção de dobrar a área de florestas plantadas de 5,5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares em 2020, sendo dois milhões de hectares com espécies nativas e o resto poderia ser, inclusive, com silvicultura de exploração, enfim, nós sabemos que têm várias possibilidades para a floresta plantada. Então aí tem uma série de ações listadas.

A parte de fortalecimento de ações voltadas à redução de vulnerabilidade e adaptação, eu não vou passar porque o Professor Carlos Nobre já falou, enfim. Pode passar para o próximo.

O Professor Carlos Nobre já falou sobre o fortalecimento da Rede Clima e a criação do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas é também um fator importantíssimo para melhor identificar os pontos em que as ações devem focar, porque, por exemplo, nesse Plano, como os senhores viram e como está definido no Plano, são muitas ações, são realmente muitas ações. Então a intenção agora é focar sobre aquelas que realmente têm maior impacto e que precisam de uma ação mais contundente para que a redução das emissões ocorra de fato.

Então, para acabar aqui a minha participação, eu gostaria de falar sobre a modelagem climática que o Professor Carlos Nobre falou. A outra ponta desta modelagem climática é também a modelagem econômica e a modelagem, não poderia chamar de modelagem, mas o modelo de desenvolvimento que se quer, porque quem trabalha nesse assunto e tem a oportunidade de interagir com vários setores da sociedade, nós vemos que hoje em dia a questão da mudança climática é muito vista como uma restrição ao desenvolvimento e não como uma oportunidade. Apesar disso existir no discurso, é muito necessário a identificação dos possíveis instrumentos, das possíveis áreas de atuação e saber se de fato determinada ação vai se reverter numa limitação ao crescimento ou um estímulo para o desenvolvimento, que é o que nós acreditamos de fato.

Então agradeço a oportunidade, mais uma vez eu peço desculpas pela Secretária, por não ter podido comparecer, e estou à disposição para qualquer pergunta. Obrigada.

[palmas].

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Dra. Branca e eu vou pedir à nossa Vice-Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin, que possa assumir a condução dos trabalhos porque eu tenho uma entrevista numa rede de TV, eu tenho que me deslocar até lá, não vou ter condições de ficar até ao final da reunião. Então, Deputada Vanessa, inclusive a senhora é a primeira inscrita, então já estou lhe passando a presidência, agora a senhora vai ficar por último. Então mais uma vez eu quero agradecer ao Dr. Carlos Nobre e à Dra. Branca pela presença e espero que o debate seja extremamente proveitoso para a nossa Comissão.

**[troca de presidência]**

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Bom, vamos dar continuidade. Como a Presidente Ideli já declarou que eu passo da primeira à última, o próximo seria o Senador Jefferson Praia, que teve que se ausentar, então passo a palavra ao Deputado Sarney Filho. Eu só questiono, pergunto ao Relator se ele gostaria de fazer algum questionamento antes de passarmos a palavra aos integrantes.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Eu vou usar a palavra como Relator.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Deputado Zequinha Sarney?

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Tranquilamente.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Pois não.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** O Deputado Rollemberg pede que V. Exa. o inscreva.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Pede a inscrição

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Srs. Deputados, Srs. e Sras. Senadores e senhores que nos acompanham. Essas informações trazidas aqui hoje sobre o Plano Nacional do Clima e sobre o que o Dr. Carlos Nobre nos traz das suas informações sobre as ações específicas de ciência e tecnologia no Ministério da Ciência e Tecnologia e as suas apresentações na data de hoje nos levam a entender os avanços e as ações que o Brasil tem conseguido dar e tem acompanhado, a exemplo dessa questão do Painel do Clima no Brasil, a exemplo do Painel do Clima que já se discute, já se instala e nesse momento funciona em boa parte do mundo.

As ações que essa Comissão procura identificar, e nós vamos aproveitar e participar da aprovação.... Aliás, Deputada Vanessa, nós estamos, Deputado Mendes Thame, com uma situação que precisamos definir com muita rapidez: essa Comissão é Permanente, mas é uma Comissão Especial, nós não temos nenhuma condição de influência clara e nem direta sobre os projetos que aqui discutimos e não dá para permanecermos de Especial para Permanente na condição em que estamos como assistentes de um processo. Nós precisamos nos tornar protagonistas de processos, não transformamos essa Comissão - e eu fui daqueles que lutei para que isso acontecesse - em apenas nós estarmos aqui ouvindo opiniões, que são importantes, mas sem poder interferirmos e decidir essa questão. Essa Comissão, além de ser Permanente, tem que ser uma Comissão na qual nós decidamos essas questões que aqui nos são colocadas e eu acho que é necessário que nós venhamos a superar um obstáculo, que é o obstáculo regimental. Só temos duas Comissões desse tipo, Comissões Mistas, como a Comissão de Orçamento e a Comissão do MERCOSUL, mas é preciso que nós tenhamos a opção, a necessidade e a determinação de construirmos uma alternativa regimental na qual essa Comissão possa ser consultada e, mais do que consultada, ela possa decidir sobre essas questões que aqui estão sendo colocadas neste momento. Eu fico muito satisfeito em ouvir tantas opiniões abalizadas e de qualidade, mas a minha função como Deputado aqui e a minha função como Relator e a do Relator Adjunto Mendes Thame, como a da Presidente Ideli Salvatti, é uma questão de decidirmos sobre as questões que nos são colocadas e nós esperamos não só exercer o papel de pressionadores, mas muito mais exercer o papel de legisladores, que é a nossa função. Eu espero que nós superemos essa dificuldade, sei dos limites, já conversamos sobre esse assunto, mas nós precisamos tornar uma Comissão Permanente que decida as questões que digam respeito às mudanças climáticas.

Eu queria dizer que do ponto de vista da relatoria nós estamos analisando as informações aqui chegadas, vamos produzir um relatório, não interessa apenas a Comissão ter uma atividade, a exemplo do Brasil, de participar no final do ano de um Painel Global sobre Clima, muito pelo contrário, para poder chegar lá apenas como uma opção e uma opinião do que são as propostas do Congresso Nacional, até porque as Comissões de Meio Ambiente funcionam nas duas Casas e têm opinião permanente, um deles do Sr. Presidente, aqui o Senador (sic) Casagrande aqui no Senado.

Mas o que eu espero é que nós, além de recolhermos essas informações que aqui chegam, nós possamos aprimorar as propostas que aqui vêm, mas não apenas no sentido de sugestão, nós queremos decidir essas questões e, para isso, eu me incumbo também, como o Deputado Mendes Thame, eu conclamo a todos para que nós tenhamos uma ação regimental que permita essa Comissão ter uma ação de decisão também e não apenas uma ação de acompanhamento, tão importante quanto, mas isso nós já fomos no ano passado, quando era uma Comissão Especial, mas agora como Comissão Permanente nós temos que superar um óbice regimental para poder decidirmos questões aqui nessa Comissão. Obrigado a V. Exa.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** [pronunciamento fora do microfone].

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Deputado Gabeira, nós temos aqui uma relação de inscritos, mas se V. Exa. quiser--

[falas sobrepostas].

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Eu lhe ouço porque acho que é importante o momento, V. Exa. é sucinto sempre.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** O problema é o seguinte: eu não sei se talvez esse caminho seja o melhor caminho. Pode ser, entende? A formalização, o debate de projetos na Comissão, pode ser um melhor caminho. Mas o que eu tenho observado aqui é que quando nós nos unimos para tentar fazer aprovar um projeto, a gente consegue. Um exemplo foi o Grupo Transparência que conseguiu pressionar para que fosse votado o projeto do Senador Capiberibe, foi votado, ele entrou na agenda.

Então o que nós temos? A Comissão, nós temos as duas Comissões, ainda temos a Frente Ecológica, a Frente Ambientalista. Então, talvez, a ação política, nós temos a líder do Governo, que é Presidente da Comissão, entende? Quer dizer, nós temos nas mãos a possibilidade de definir um caminho. E do ponto de vista Legislativo, é claro que um ou outro projeto é importante, a gente vai ter que trabalhar muito, já mencionamos aí, fizemos uma lista dos projetos mais importantes, mas do ponto de vista Legislativo o que a gente vai ter que decidir realmente no futuro é o seguinte: que tipo de processo nós vamos utilizar, se é a troca entre os que emitem, entende, se é o chamado *cap and trade* americano ou se é uma taxação sobre as emissões. Isso é que vai ser o ponto crucial dos parlamentos, definir qual é o sistema que nós vamos utilizar para reduzir as emissões, quer dizer, qual é o sistema, se é um estímulo a troca entre eles, como foi com o enxofre nos Estados Unidos, ou se vai ser uma taxação sobre as emissões. Eu acho que esse é que vai ser o grande ponto da decisão parlamentar.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Deixa eu fazer uma pergunta também, Sra. Presidente?

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, Deputado Gabeira. Deputado(sic) Casagrande, é porque, veja bem, antes de iniciarmos, a Senadora Ideli antes de conceder a palavra aos convidados desta Audiência Pública, deixou claro que hoje nós teríamos somente a Audiência Pública e terça-feira que vem teremos somente uma Reunião Deliberativa, Senador, e V. Exa. vai poder--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mas sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas, como que está na Câmara, tem Relator?

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Eu não sei, deve estar na Comissão de Meio Ambiente, que talvez seja a primeira... O Deputado pode informar?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** É importante verificar como está isso.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Está na Comissão de Meio Ambiente?

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Que eu saiba, não.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Deputado Mendes.

**DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP):** Não, não está na Comissão de Meio Ambiente.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não está na Comissão de Meio Ambiente?

**DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP):** O Projeto de Política Nacional [ininteligível] está na Comissão de Finanças, o Relator é o Rocha Loures.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Na Comissão de Finanças e Tributação?

**DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP):** Mas há um outro projeto do Governo que ignorou o meu projeto, foi apensado ao do Sarney e eu não sei em qual Comissão está.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Então vejam: eu acho que até esse debate, a gente pede desculpas, Deputado Sarney Filho, a gente pede desculpas para os nossos convidados, mas esse debate foi importante porque sinaliza para um debate na próxima terça-feira que vem. O Deputado Colbert com o Deputado Mendes Thame já trabalham um estudo de que proposta encaminharmos ao Congresso Nacional, de tal forma que possamos dar um maior poder a essa Comissão. Um deles seria, como já foi dito aqui, analisarmos com exclusividade todas as matérias relativas às mudanças climáticas, poderia ser. Mas, enfim, é algo que trataremos na próxima terça-feira.

E agora, dando continuidade, vamos seguir a relação de inscritos, Deputado Mendes Thame. O próximo é o Deputado Sarney Filho, depois V. Exa. e depois o Senador Casagrande.

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Presidente, meus cumprimentos, Deputada Vanessa, gostaria de cumprimentar aos dois expositores, também não vou me demorar muito, são algumas observações só.

Dr. Carlos Nobre, quando o senhor falou que nós estávamos vivendo uma nova era geológica, isso chama a atenção sobre o problema demográfico, evidentemente chama a atenção sobre o problema demográfico, como o senhor mesmo fez questão de enfatizar. Isso

não é uma questão que diga respeito diretamente ao tema da nossa Reunião hoje, mas é uma questão que sempre me deixa muito duvidoso a respeito de como ela é tratada junto à questão ambiental e agora, evidentemente, junto à questão das emissões, porque já que nós chegamos à conclusão e a conclusão é correta de que as emissões são produzidas pela ação do homem, evidentemente quanto mais seres humanos tivermos mais ações teremos.

Então, primeira coisa que eu gostaria de perguntar ao Dr. Carlos Nobre é o seguinte: por que é que a gente, não só aqui no Brasil, mas por que é que no movimento ambiental, nessa questão científica mesmo, quando se trata de emissões, não se trata de planejamento demográfico, não se acopla o planejamento demográfico dentro dessas políticas? Dando sequência a isso, por que é que Governo brasileiro também não assume uma posição de vanguarda colocando esse tema como um tema fundamental também para o aquecimento global, para o combate ao aquecimento global, até para a própria vida no Planeta Terra?

Por outro lado também, gostaria de perguntar ao senhor se o novo inventário já está concluído. E se pelos dados que nós temos já desse novo inventário, que está sendo sistematizado, eu não sei, mas me disseram que até o final de ano, inclusive foi dito aqui, eu não me lembro por quem, que até o fim do ano esse inventário já pode estar pronto. Então nesse inventário, é evidente que em relação a 1994 nós tivemos algumas mudanças. Eu acredito, sem nenhuma base científica, mas eu acredito que houve uma diminuição das nossas emissões por uso da terra e desflorestamento, é evidente, porque caiu o ritmo do desmatamento, e deve ter tido um aumento das nossas emissões de gases do efeito estufa por combustível fóssil. Dentro disso mesmo eu perguntaria: não é de certa forma uma incoerência quando o Governo apresenta seu Plano de Metas e nesse Plano de Metas... Aliás, é um Plano de Metas que na primeira parte do Plano de Metas, as metas já foram realizadas, é um Plano de Metas que é voltado para o passado, porque são desmatamentos anteriores, as primeiras quatro metas, só no ano que vem que nós vamos ter realmente a possibilidade de cumprimento, porque o que resto já se realizou. Esse Plano de Metas, seria o caso de dizer que dentro desse Plano de Metas, com a nova política de energia, por isso era importante que estivesse aqui alguém do Ministério de Minas e Energia, que está de certa forma incentivando termoelétricas a carvão, a óleo de péssima qualidade, o combustível de péssima qualidade, em detrimento de incentivo a energias limpas, é uma incoerência que eu gostaria que fosse um pouco explicitada por parte do Governo, entendendo que também, aqui mesmo eu tenho visto uma coisa que se perpetua dentro do Governo, que é logicamente a falta de horizontalidade, mas nesse caso foi falado aqui que a Rede Clima estava dependendo ainda de um repasse orçamentário do Ministério de Meio Ambiente.

Então a nossa expositora, a Dra. Branca, ela falou a respeito de que o Ministério do Meio Ambiente elaborava as políticas no que diz respeito ao combate ao clima. Então me parece que ainda não há uma unicidade de comando nessa área. Aí é uma pergunta que não é pergunta, não tem nenhuma coisa a ver, mas será que isso está se clareando, porque já que o assunto é novo, desde que eu fui Ministro isso também nunca ficou claro, sempre havia quem é que vai [ininteligível], Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, tem o Ministério de Relações Exteriores que não resiste a interferir nessa área, principalmente porque os órgãos são fóruns internacionais, então ainda persiste essa falta de comando, eu diria assim, uma falta de um gerenciamento mais apropriado.

Por outro lado, também, é uma pergunta que é pura curiosidade, mas tem a ver. O senhor acha ou os cientistas já sabem que nós estamos vivendo já o melhor cenário? Por exemplo, o que eu quero dizer é o seguinte: pelas emissões que já foram feitas, realizadas, no mundo de hoje, quer dizer, nós já sofremos os efeitos do aquecimento global, seriam esses efeitos o que os cenários dizem como bom cenário já como base, como piso, ou seja, nós não temos mais alternativa a não ser melhorar para não irmos para o mal cenário, para o pior cenário ou para o médio e o ruim? Quer dizer, eu quero saber em que nível nós já estamos irreversivelmente dentro desses cenários.

Também recentemente houve uma série de reportagens, eu estou me aproveitando aqui dos seus conhecimentos científicos, que são bastante vastos. Recentemente teve uma reportagem que nos falou a respeito de uma tese de cientistas russos a respeito da bomba biótica, que seria um estudo sobre a importância das florestas, dos biomas com florestas em grandes florestas em pé no sentido de que eles seriam, na realidade, os responsáveis pelo regime de chuva, mais ainda do que a própria evaporação vinda do oceano. Eu queria que o senhor desse uma pequena explicação a esse respeito.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Dr. Nobre, eu acho que seria melhor ouvirmos todos, temos poucos parlamentares, e ao final o senhor e a Dra. Branca poderiam responder. Fica melhor assim, está bom assim? Pois não. Então Deputado Mendes Thame.

**DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP):** Deputada Vanessa, Deputado Colbert, Deputados, Senadores, palestrantes. O que eu fiquei impressionado aqui vendo os objetivos que a Dra. Branca nos apresentou é com a timidez, décadas para se conseguir resultados pífios. Somatória de todos e com tantos planos, eu vou pegar depois a cópia, de ver que é como o caso do biocombustíveis, é um exemplo clássico dessa timidez, dessa tibieza: 3%, até 2015 5%, para dizer que está fazendo alguma coisa. Na verdade o Governo peca por um enfoque, por um conceito: imagina que vai conseguir todo o resultado só no âmbito do Executivo; ignora a ação do Legislativo. Veja num Plano Nacional, que foi apresentado sete objetivos, não há participação do Legislativo em quase nada, e a participação do Legislativo é fundamental para alcançar resultados. Eu vou dar um exemplo concreto: o caso dos biocombustíveis, do etanol, do proálcool na década de 70 foi baseado em praticamente em duas vertentes, as duas com base na legislação: Leis mandatórias, obrigatória, uma Lei mandatória obrigando a mistura de 20% de álcool à gasolina, que hoje é 25%, e uma outra família de Leis, Leis de incentivo, e aí entrou o Poder Executivo fortemente utilizando recursos do próprio IAA para financiar a construção de destilarias, subsidiando a produção de álcool, que na época o custo de produção de um litro de álcool era mais que o dobro da produção de um litro de gasolina, e com uma inserção na área tributária: a taxação sobre o carro a álcool era mais barata, quando quem fosse comprar pagava um IPI, um ICMS menor se comprasse um carro a álcool do que um carro a gasolina. As medidas de incentivo que dependiam de recursos do Executivo, de investimentos, duraram 13 anos apenas, e a Lei mandatória da mistura, da obrigatoriedade da mistura durou mais de 30 anos ininterruptamente.

Aí vem a pergunta: o que é que criou o mercado cativo para o álcool que, por sua vez, permitiu uma curva de aprendizagem? As medidas mandatórias que duraram trinta e tantos anos ou as medidas de incentivo que duraram 13? Evidente que foi a medida mandatória. E com essa curva de aprendizagem um barril de álcool que custava, no início dos anos 80, 115 dólares, em apenas 20 anos passou a 30 dólares por barril. Curva de aprendizagem, o que é fundamental para nós enfrentarmos o mercado. E é por isso que eu, por exemplo, não defendo a energia nuclear. Energia nuclear não permite curva de aprendizagem; se instala uma usina nuclear e ela fica lá por 30 anos, até que você feche aquela usina e construa outra mais moderna. Enquanto que energia eólica, energia solar, você pode implantar uma curva de aprendizagem e a cada ano ir produzindo melhor, mais barato, introduzindo, e chega um ponto em que você consegue combater o mercado, combater as forças de mercado.

Por que é que nós estamos correndo o risco de ter um empobrecimento da nossa matriz energética, com maior porcentagem de energia suja? Porque o Governo não teve a coragem de enfrentar as forças de mercado. Nos leilões da ANEEL é quem apresentar o preço mais barato; preço mais barato, ganhou a termoelétrica movida a carvão ou movida a diesel, não teve a interferência do Governo, que é a única forma de enfrentar o mercado, como ocorreu na década de 70. E nós esperávamos que agora, neste Plano Nacional, o Governo pudesse contar com esta Casa, com os legisladores, com o Senado, com a Câmara, para introduzir mecanismos que induzam a mudanças de comportamento, mecanismos que sejam os precursores de uma reforma tributária ecológica, sobretaxando o que é sujo, isentando o que é limpo, criando uma economia da floresta, uma economia para uma árvore em pé valer mais do que uma árvore deitada e não simplesmente com Leis de comando e controle contratando um exército de fiscais para fiscalizar um milhão de quilômetros quadrados. Para um milhão de quilômetros quadrados precisa ter muito mais fiscais do que nós temos. Se eu tivesse a economia, contar aqui com uma reforma tributária ecológica, criar essa economia da floresta, nós estaremos influindo no mercado, domando as forças de mercado e fazendo com que houvesse uma indução a um comportamento para antecipar essa criação de uma era da sustentabilidade.

Quando o Presidente da República diz: "Não aceitamos metas de redução de gases do efeito estufa; isso é só para os ricos. Países em desenvolvimento não podem aceitar metas de redução de gases do efeito estufa", e ele ainda justifica: "Nós temos o direito de crescer como os ricos fizeram. Os ricos cresceram, nós temos o direito". Por trás está esse desejo de criar uma potência ambiental a que o Dr. Carlos Nobre se referiu hoje: sermos a primeira potência ambiental no mundo tropical. Pode ser que não haja tempo, está longe disso. Precisamos de vinte, trinta anos. Se nós não corrermos, não utilizarmos, além dos investimentos, além do poder do Executivo o poder da legislação, as Leis para induzir essa mudança de comportamento, nós dificilmente conseguiremos esses resultados.

Eram essas as colocações, Branca, eu admiro muito o trabalho de vocês. Eu vejo o esforço impressionante que vocês fazem, desde o tempo em que a Ministra era a nossa querida Ministra Marina, continuam agora, mas a gente fica com receio. As metas já são longas, ainda se empacar um pouco, como aconteceu com o PAC, nem isso nós vamos conseguir, e daqui

há 20, 30 anos, vamos estar aqui discutindo a mesma coisa, quando nós poderíamos ter com a legislação um processo indutor fortíssimo como ocorreu com o proálcool; em 30 anos, hoje um litro de álcool custa 30% a 40% mais barato que o litro de gasolina sem nenhum subsídio. Nós vencemos o mercado com tecnologia, com o trabalho dos cientistas, dos empresários, que foram atuando para mudar esse quadro e criar uma era da sustentabilidade. Era isso que eu queria lhe trazer. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, Deputado Mendes Thame. Eu só gostaria de dizer que eu acho que o pensamento de V. Exa. é o pensamento de todos nós em relação à participação do Legislativo na elaboração de uma política sobre mudança climática. V. Exa. fala sobre uma reforma tributária ecológica, que cobre daqueles que mantenham atividades degradantes. Nós podemos falar de vários projetos, entre eles o da Marina Silva, da Senadora e Ex-Ministra, que para nós da Amazônia é um dos prioritários, que é o que estabelece o FPE Verde. O nosso sistema tributário no Brasil tem que ser esse componente ambiental; do contrário, nós não vamos caminhar. Então precisamos pensar também em distribuir mais recursos exatamente àqueles que preservam as nossas florestas, sobretudo na Amazônia. Então o projeto apresentado pela Senadora Marina... Em que ano, Senadora?

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Em 2002.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** 2002, já tem algum tempo, em que nós precisamos nos desdobrar para aprová-lo. Infelizmente, a bancada de São Paulo, toda vez que a gente pauta na Comissão da Amazônia, baixa inteira na Comissão e não permite sequer a discussão do debate. Bom, vamos dar continuidade.

**DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP):** A bancada de São Paulo?

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** A bancada de São Paulo. É bom que V. Exa. saiba, Deputado Mendes Thame, a bancada de São Paulo. Já pautamos umas quatro ou cinco vezes na Comissão, a bancada em peso, segundo eles, por orientação do Governo, que estão vigilantes para não perder um centavo de FPE, vão lá e não deixam o projeto caminhar, não deixam o projeto andar.

Deputado Rodrigo Rollemberg. Deputado, nós não estamos marcando tempo, mas o Deputado Sarney e o Deputado Mendes Thame utilizaram de forma equilibrada o tempo. Eu tenho certeza que V. Exa. o fará também.

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Eu serei mais equilibrado ainda. Eu agradeço, Deputada Vanessa Grazziotin, cumprimento o Dr. Carlos Nobre, a Dra. Branca Americano, o Deputado Colbert Martins, demais colegas.

Dar uma informação que este projeto do FPE Verde está relacionado pelo Colégio de Líderes entre as prioridades que devem entrar em pauta nas próximas semanas. Eu não consultei a pauta desta semana, mas está entre os próximos e tem todo o apoio da bancada do PSB para ser votado e da bancada do Distrito Federal também.

Eu quero colocar uma questão aqui. No que se refere a essa questão das mudanças climáticas, sempre se buscam dois grandes eixos no enfrentamento dessa questão, seja através da pesquisa, seja através da questão das políticas públicas, que é a questão da redução da mitigação das emissões dos gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, a questão da adaptação à questão das mudanças climáticas. Eu creio que nós deveríamos introduzir como uma preocupação fundamental do Legislativo, do Executivo e da comunidade científica, garantindo recursos significativos para a pesquisa nessa área, também sobre as oportunidades que uma nova economia, que deverá emergir desta crise econômica e desta preocupação da humanidade com as emissões de carbono, das oportunidades que o Brasil tem em relação a essa nova economia, porque é claro que isso tem uma interface com a redução das emissões, com a adaptação das emissões, mas ela traz um componente novo de como é que o Brasil pode agregar recursos, pode gerar renda, pode gerar empregos dentro de uma nova concepção, de um novo modelo de desenvolvimento que nós estamos chamando de "economia verde", inclusive estaremos fazendo um debate pela liderança do PSB amanhã, na Câmara, a partir das 14 horas, para o qual todos estão convidados.

Aí nós temos algumas questões que esta Comissão precisa refletir com profundidade. Por exemplo, o pré-sal. Nós temos uma imensa riqueza, fruto e resultado dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação que o Estado brasileiro patrocinou, especialmente a PETROBRAS, e que hoje é uma fonte, é muita riqueza, não tenhamos dúvida disso, mas ao mesmo tempo é um combustível fóssil, ou seja, eu defendo que utilizemos essas reservas do pré-sal, entendo que a gente deve utilizar até rapidamente, porque eu acredito que com o desenvolvimento científico e tecnológico, espero, que daqui há 50 anos este seja um combustível superado, mas entendo que todos ou grande parte dos recursos auferidos com a exploração do pré-sal sejam utilizados na construção de uma nova economia,

seja utilizado no desenvolvimento científico e tecnológico para o desenvolvimento de energias limpas, de construção de um novo modelo de desenvolvimento. Enfim, nós temos que aproveitar esses recursos para dar um salto de qualidade em relação ao futuro, para não sermos, inclusive, vítimas da doença holandesa, ou seja, temos aí muito dinheiro, compramos tudo que precisamos e não desenvolvemos, sujamos a nossa matriz energética e não aproveitamos esses recursos para que o Brasil continue a ter uma matriz predominante limpa, que possa ter cada vez mais, e que, sobretudo a partir dos recursos auferidos com essa exploração possamos construir um outro modelo de desenvolvimento.

Acredito que oportunidades existem várias. Nós temos que trabalhar muito, por exemplo, as soluções locais. Sempre que a gente pensa na questão energética, ainda que sejam energias renováveis como, por exemplo, a energia elétrica a partir das hidroelétricas, são grandes empreendimentos com impactos ambientais muito grandes. Será que nós não deveríamos nos concentrar no investimento, na resolução de problemas e no aperfeiçoamento de tecnologias para a produção em pequena escala de energias em ambientes comunitários, em ambientes que pudessem suprir com várias pequenas soluções, suprir grande parte das nossas necessidades energéticas? Nós temos a questão da produção de alimentos, nós temos aí um grande desafio nessa questão da produção de alimentos, e a EMBRAPA já vem desenvolvendo tecnologias que permitem essas integrações, a integração lavoura, pecuária e silvicultura, enfim, que podem permitir que o Brasil aumente enormemente a sua produção de alimentos sem avançar em novas áreas de Cerrado, em novas áreas da Amazônia, enfim, existem muitas oportunidades que eu gostaria de ver a inteligência brasileira e o Congresso brasileiro debruçados sobre essas oportunidades buscando a construção de um novo modelo.

Aí eu acho importante que essa Comissão, têm duas questões que eu queria alertar essa Comissão. A primeira delas é no que se refere à agenda legislativa, ou seja, além do que já existe aí, e nós temos um ambiente novo em função da própria crise econômica, essa Comissão, ela tinha que fazer um esforço supremo junto com a comunidade científica, junto com o Executivo, para identificar qual é a agenda legislativa que pode permitir esse salto de qualidade do Brasil em relação a uma nova economia. E quero alertar essa Comissão que amanhã inicia-se o prazo para Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, e termina na sexta-feira. Então é muito importante, eu não sei se a Comissão está refletindo sobre isso, se a assessoria da consultoria desta Comissão está pensando sobre isso, porque algumas questões que já sejam consensuais dessa Comissão e que não estejam contempladas na LDO, o momento é este, senão depois nós teremos dificuldades de desdobrar na Lei Orçamentária Anual se as ações maiores não estiverem contempladas--

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** V. Exa. me permite, Deputado Rollemberg?

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Pois não.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Essa Comissão não tem competência para fazer Emenda orçamentária, é outra questão que nós precisamos claramente colocar, uma participação que tem que ser decisiva. Eu acho que nós podemos até produzir a sua sugestão, defini-la, mas, infelizmente, essa Comissão nem isso tem poder. Aliás, não tem poder nenhum se nós não pudermos definir poder para ela.

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Perfeito, precisamos corrigir isso, buscar alguns instrumentos, mas individualmente os parlamentares aqui podem, inclusive, reproduzir a mesma Emenda à LDO e ter um trabalho articulado junto ao Relator da LDO.

Então são essas as questões que eu queria colocar e queria apenas fazer uma pergunta de curiosidade ao Dr. Carlos Nobre. Logo no início desse debate sobre mudanças climáticas, uma das coisas relevantes que o IPCC alertou é para o aumento de eventos extremos, eventos climáticos extremos como chuvas torrenciais, enchentes, secas muito prolongadas. Eu pergunto: Esses eventos que nós estamos assistindo recentemente no Brasil num período muito curto, como a enchente de Santa Catarina, agora a enchente no Pará, no Maranhão, no Piauí, essa seca prolongada no Rio Grande do Sul, nós já podemos dizer que esses eventos climáticos extremos são fruto das mudanças climáticas e já das mudanças climáticas em função da ação do ser humano, da ação do homem, da emissão de gases de efeito estufa? Eu gostaria de deixar esta pergunta. Muito obrigado, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Obrigada ao Deputado Rodrigo. Para finalizar, finalizar não, que sou eu depois, que eu fiquei por última. Agora é a Senadora Marina Silva.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Primeiro eu quero cumprimentar aqui a Dra. Branca Bastos, o amigo Carlos Nobre, que é uma pessoa que tem contribuído muito com esse debate no País e, com certeza, durante a minha gestão no Ministério do Meio Ambiente contribuiu para os avanços que alcançamos nessa agenda. Eu gostaria de apenas justificar, eu queria es-

tar muito nessa exposição inicial, mas nós chegamos hoje pela manhã da visita que fizemos no Estado do Amazonas, eu tinha uma agenda intensa com alguns compromissos que não tive como desmarcá-los, por isso a minha ausência no início da exposição. Mas eu sei que tivemos aqui uma grande contribuição para os trabalhos dessa Comissão na exposição de vocês.

Eu gostaria apenas que pudesse ser aprofundado algo que tem sido motivo da minha preocupação, para além das outras questões no âmbito do nosso Plano de Mudanças Climáticas, dos esforços brasileiros que devem ser feitos e que já devem estar em curso para a posição brasileira quando chegarmos em Copenhague, o papel que o Brasil deve desempenhar nesse processo, porque não basta termos uma posição do Brasil e isso nos bastar. É fundamental que o Brasil ocupe um papel de liderança dentro do G-77, dentro do G-20, que se coloque politicamente à altura do momento que nós estamos vivendo.

Então eu tenho duas perguntas. Uma é para o Dr. Carlos Nobre, sobre essa agenda de adaptação face aos acontecimentos que nós estamos vivenciando, se eles já são fruto de processos de mudanças do clima. Então teríamos que agir rápido. Se não são, é como se fosse um ensaio, porque eles virão. Como enfrentarmos essa agenda de adaptação, considerando que, no meu entendimento, até que avançamos ainda que pouco na agenda de mitigação, mas na de adaptação não avançamos quase nada no mundo inteiro e no Brasil é uma lacuna muito grande. Quais seriam, digamos assim, os eixos estruturantes de uma agenda de adaptação, pensando já nesses problemas que estamos enfrentando, independentemente de termos certezas, porque se nós formos agir só quando tivermos certeza, aí realmente não temos como cumprir com aquela sábia decisão e formulação do princípio da precaução.

Em relação à Dra. Branca, eu gostaria de saber como o Fundo Amazônia, que foi criado com aqueles recursos da Noruega, graças aos esforços do Governo brasileiro de reduzir em 57% a emissão de CO2, quase um bilhão ou mais de um bilhão de toneladas de CO2 com esses esforços, eles estão sendo implementados, sobretudo visando a participação dos Estados, porque eu entendo que qualquer programa de metas que não seja capaz de articular uma política horizontalizada, ainda que a posição vertical seja importante, nós não vamos conseguir essas metas, e como as medidas, no meu entendimento, que na minha compreensão sinalizam um claro retrocesso em relação à legislação ambiental brasileira, tanto de parte do Executivo quanto de parte do Legislativo, como isso pode interferir nas possíveis metas que o Brasil venha a alcançar, porque nós estamos propondo a transferência de 67 milhões de hectares de florestas, nós estamos propondo agora uma Medida Provisória, aliás, que está tramitando nessa Casa, uma Medida Provisória que dispensa o processo de licença prévia para estradas já existentes, e uma série de outras medidas que, no meu entendimento, é um claro retrocesso. Eu estou cotejando 'tim-tim' por 'tim-tim' da Medida Provisória aprovada. Em que pese os esforços do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de alguns parlamentares comprometidos no sentido de colocar algumas cláusulas e manter as cláusulas que vieram do Governo, essas cláusulas, elas são desconstruídas, elas são desconstruídas quando se estabelece que os processos não contarão com vistoria; não teremos vistoria para essa passagem de recursos. Serão 67 milhões, cerca de 90% vão para os 20% de médios e grandes e cerca de 11,5% vão para os pequenos. No meu entendimento, se a Medida Provisória tivesse ficado restrita apenas a até quatro módulos fiscais, nós estaríamos atendendo a 80% da demanda dos pequenos proprietários na Amazônia, 80% das propriedades, e evitando esse repasse de terra com critérios que, no meu entendimento, continuam graves. Nós precisamos fazer essa discussão aqui no Congresso porque, no meu entendimento, esses retrocessos na legislação ambiental brasileira vão na contramão do esforço para metas e isso vai ter uma repercussão ao fim, ao cabo.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, Senadora Marina. Antes de desenvolver aqui a palavra aos nossos convidados eu teria algumas questões muito breves para levantar.

Eu prestei bem atenção, Dr. Carlos Nobre, na exposição inicial de V. Sa., quando V. Sa. afirma que possivelmente haja, claro que na ciência ainda é muito cedo para fazer afirmações contundentes em relação às mudanças climáticas, em relação a esses fenômenos naturais que a gente está cada vez mais vivendo com maior frequência, mas V. Exa. deixou claro que acha que há uma forte influência das mudanças climáticas nesses processos todos, inclusive, nesse regime de cheias e vazantes da região amazônica. Ontem nós tivemos, a Senadora Marina estava presente, tiveram várias instituições de pesquisa, vários grupos formados, Universidade Estadual, Universidade Federal, CPEM, INPA, SIPAM, enfim, e para nossa surpresa todos foram unânimes em dizer que, primeiro, não há certeza nenhuma a se afirmar, não há como afirmar algo mais concreto, mas que, segundo levantamento feito, não há indicativos de que seja, pelo menos nas cheias e nas vazantes da Amazônia, uma influência já muito

clara do processo de mudanças climáticas, tendo em vista que esse é um fenômeno que vem ocorrendo há décadas, há séculos, e que o que nós precisamos é encontrar explicação para isso.

Dizem também que em absoluto o degelo do Andes não influencia, que o que influencia são essas correntes de ar e as fortes chuvas, o regime de chuvas ocasionadas na Amazônia peruana e colombiana, e em decorrência do forte efeito *La Niña* de 2008, que houve muita chuva no Norte e seca no Sul do Brasil, águas foram represadas nas várzeas e que também a continuidade da *La Niña* teria mantido esse problema. Mas, enfim, isso é um debate científico. A Senadora Marina fez uma pergunta muito importante ontem: "Onde buscar as respostas? O que estudar, onde?" Na própria calota Amazônica, é de lá que é a resposta, segundo eles nos dizem, tem que vir, e para isso nós precisamos de recursos, como V. Sas. colocaram.

Então eu perguntava aqui ao Dr. Carlos Nobre, que fez uma exposição muito geral, sobre se essa rede de estudos e de pesquisa de mudanças climáticas, ele falou do Museu Goeldi num primeiro momento, mas há duas instituições no Amazonas: a Universidade Estadual, que está com um bom grupo, e o INPA, e precisamos envolver imediatamente todos os Estados da região e lá estabelecer se já existe um programa específico estabelecido nessa rede para tratar desse assunto com os recursos necessários, porque a carência de recursos também é muito grande.

Então eu pergunto isso, se dentro dessa rede há uma preocupação específica voltada para a Amazônia, com a formação de um subgrupo, uma subrede, eu não sei. E se dez milhões são suficientes, Dr. Carlos Nobre, pois dez milhões são os recursos que dispõe. Falaria sobre o Fundo Amazônia, que é isso, nós vamos ter um recurso significativo, e a gente pode colocar parte importante desses recursos para essas questões que trabalhem a Amazônia de forma estruturante. Por exemplo, cidades que não têm para onde tirar a população porque são quilômetros, quilômetros e quilômetros e não tem terra firme, não tem terra mais; nem tudo é várzea, mas quando o fenômeno acontece de forma drástica, como aconteceu agora, não sobra absolutamente nada, tudo vai para debaixo da água. Nós visitamos um Município ontem, Dr. Carlos Nobre, 100%, não é Senadora, 100% dentro da água o Município, algo assim que impressiona a gente que vive lá. Imagina quem vai de fora, não é? Então era isso.

Agora eu passo a palavra acho que na mesma ordem, a V. Sa. primeiro, Dr. Nobre, e, na sequência, à Dra. Branca.

**SR. CARLOS NOBRE:** Muito obrigado. Eu vou tentar ser breve e responder às várias perguntas na ordem que me foram formuladas.

Inicialmente, vou responder as perguntas do Deputado Zequinha Sarney, ele não pode mais estar presente, mas ele vai ler as notas. Em primeiro lugar, planejamento demográfico como política para a sustentabilidade. Sim, em nível global, sim. É uma receita muito clara, até porque o planejamento demográfico, feito de forma democrática, ele contribui com a melhoria da qualidade de vida. Gostaria de informar ao Deputado que de fato a questão demográfica no Brasil, tenho certeza que é de conhecimento de todos, ela teve uma revolução nos últimos 20, 30 anos, e essa demografia, em termos de Brasil, ela nos ajuda. A fecundidade da mulher brasileira caiu, segundo os últimos dados de 2008, para 1,8 filhos por mulher, isso aí é um nível já de alguns países europeus. Ela caiu em todas as faixas sociais, em todas as regiões do Brasil, e não é possível explicá-la, e eu não sou cientista, não sou sociólogo, mas os sociólogos, os antropólogos e demógrafos me dizem que não é possível explicar essa queda da fertilidade da mulher brasileira só como acesso da mulher à educação; esse é o principal fator de controle da natalidade, mas há mais. Então esse é um fato muito positivo para o Brasil, porque é possível planejar um uso do espaço, do território e dos recursos naturais do Brasil sem estarmos permanentemente pressionados pela explosão populacional. Em nível mundial essa queda é também visível, não é tão grande, tanto é que os demógrafos preveem uma estabilização da população mundial em nove bilhões e 500 milhões de habitantes, mais ou menos, em torno de 2045, 2050. Os três bilhões de habitantes ou 2,5 bilhões que ainda virão até essa estabilização, eles virão principalmente nos países que hoje são os países em desenvolvimento. Então o planejamento demográfico ou familiar é uma política importante de sustentabilidade, ela pode ser acoplada a outras políticas.

Pergunta sobre o novo inventário. O novo inventário está sendo concluído, ele é de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia. Houve vários atrasos, se alguém quiser, eu posso entrar em detalhes, mas essa é uma questão interessante. Eu mesmo, que sou de um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, nunca entendi realmente por que é que há tão poucos recursos para fazer o inventário, há poucos recursos e nós precisamos mudar isso, porque não é possível, o Brasil precisa dessa informação; o que vocês possam fazer aqui em termos de políticas públicas de redução das emissões precisa ser guiado em função do que está acontecendo. Nós ainda só podemos utilizar... Os números confiáveis são o do relatório de 1990 a 1994,

então é muito difícil, nós precisamos avançar. O inventário que estará disponibilizado até o final do ano é de 1996 a 2000, ainda assim com uma defasagem que nós precisamos rapidamente cumprir. Então é importante direcionar mais recursos a essa área, recursos orçamentários, e que eles possam fazer com que nós tenhamos relatórios em períodos mais frequentes e chegar, quer dizer, cobrir esse atraso e chegar mais perto da realidade.

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Nobre, só uma informação. Quanto é que está destinado no Ministério da Ciência e Tecnologia para o inventário?

**SR. CARLOS NOBRE:** Eu tenho até vergonha de falar, Deputado, mas são 325 mil reais.

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Obrigado.

**SR. CARLOS NOBRE:** Por ano, na média nesses dois últimos anos.

A Senadora Marina Silva chegou acho que após o Deputado Zequinha Sarney falar a questão que ele está enxergando uma falta de horizontalidade nas políticas públicas, o Ministério vai numa direção, de Minas e Energia, sujando um pouco a matriz energética, e outros Ministérios promovem as energias sustentáveis. É verdade, isso ainda ocorre. Eu já aproveito essa pergunta para fazer um comentário em relação ao que o Deputado Thame colocou. É irônico que no início da década de 70, como o Deputado Thame bem lembrou e fez uma resenha, a questão da segurança energética, que era um problema gravíssimo para o Brasil em função das duas crises do petróleo, ela fez com que houvesse rapidamente uma convergência em torno de uma política pública de longo, longuíssimo prazo, uma política decadal, e aí, como o Deputado Thame já falou, a curva de aprendizagem fez com que nós nos tornássemos líderes na tecnológica da produção do bioetanol e na produção em si. Ironicamente era Governo militar, quer dizer, então é uma ironia que num Governo civil, já estabelecido no Brasil desde 1985, nós não consigamos avançar em políticas de longo prazo; as políticas são muito fragmentadas no curtíssimo prazo, pequenos *lobbys*, interesses econômicos que estão enxergando um ou dois anos ou o mercado mês que vem, então eu acho que isso é uma reflexão que tem que ser feita, principalmente por vocês, e isso responde a essa questão, e isso em qualquer País do mundo, não é só nós, os países desenvolvidos têm política de longo prazo na área energética, e nós vimos hoje a declaração feliz do Presidente Obama, finalmente alguma coisa está mudando nos Estados Unidos, e são políticas de longo prazo no setor energético. Então não vale a pena a gente perder muitas das lideranças que nós colocamos e já temos, por exemplo, em biocombustíveis.

O Deputado perguntou se o que nós estamos enxergando agora é o melhor cenário de mudanças climáticas ou o pior cenário, o que nós estamos vendo no clima. Eu aproveito essa pergunta dele e já vou responder uma colocação do Deputado Rollemberg, da Senadora e da Deputada Vanessa. Lógico, eu não estava presente ontem na Reunião de vocês com os colegas do Estado do Amazonas, da comunidade científica, do INPA, da Universidade Estadual, e não necessariamente se eu interpretei corretamente, mas eu não enxergo a leitura do que está acontecendo da mesma maneira. O cientista tem tendência a ser conservador, eu também sou conservador no ponto de vista científico; nós não queremos falar coisas que não sejam possíveis defender muito bem cientificamente. Agora o que precisa ser entendido é o seguinte: o aquecimento global vai ser responsável pela criação de coisas que nunca aconteceram no clima? Sim. Mas essas são muito difíceis, porque o que nunca aconteceu é quase que por definição imprevisível. Por exemplo, ninguém podia prever que haveria um furacão em Santa Catarina em 2004 porque nunca aconteceu um furacão, pelo menos nunca que nós possamos observar ou registros históricos de centenas de anos. Não estou dizendo que o Furacão Catarina é um produto do aquecimento global, nós não sabemos ainda cientificamente, mas estão acontecendo fenômeno em todo mundo que nunca aconteceram. Eu não vou aqui gastar um tempo enorme, mas todo ano está acontecendo pelo menos 20, 30 fenômenos que nunca aconteceram. A comunidade científica está muito interessada em saber se o aquecimento global é o responsável por isso. É provável que seja.

Agora o que o aquecimento global faz com certeza, não é difícil nada entender, explicar cientificamente; é a exacerbação das flutuações naturais. Então as cheias do seu Estado, Deputada, elas não deixariam de acontecer se o planeta não estivesse aquecendo, porque o fenômeno *La Niña* de esfriamento das águas do Oceano Pacífico sempre está associado com mais chuvas em boa parte da Amazônia. Só que a pergunta que tem que ser feita não é essa, a pergunta é: Essa cheia seria tão intensa se não fosse o aquecimento global? Todas as evidências que nós temos é que hoje, coletivamente, olhando o planeta como um todo, nós podemos dizer que o aquecimento global irá com certeza exacerbar a flutuação natural. Essas cheias têm a ver mais na verdade, e acho que os colegas em Manaus lhes disseram, mais a ver com as coisas do Oceano Atlântico do que com o Oceano Pacífico. Esse *La Niña* é um *La Niña* muito fraquinho, não causaria

uma cheia dessa intensidade. É o Oceano Atlântico que está criando uma condição muito favorável para chuvas, que, aliás, é o mesmo fenômeno que está causando as chuvas no norte do Nordeste e em boa parte da Amazônia, o Oceano Atlântico. O Oceano Atlântico também, esse regime que causa chuvas no norte do Nordeste e da Amazônia, ele se repete, só que está muito intenso.

Então hoje nós já começamos a desconfiar seriamente, e é uma desconfiança científica, de que, sim, o aquecimento global já está operando nessa exacerbação da flutuação natural. Por que é que nós não podemos dizer um sim absoluto? Porque o clima é muito variável, então nós precisamos esperar um pouco mais. Como esses extremos climáticos estão acontecendo com muita frequência no Brasil nos últimos dez anos, as secas no Sul que se repetem há 11 anos, a seca na Amazônia, no Oeste da Amazônia, na terra da Senadora Marina Silva, que aconteceu com uma enorme severidade em 2005 e que só havia um único registro em cem anos, em 1963.

Então essas coisas estão acontecendo, parece que é uma compressão do tempo, agora nós precisamos esperar um pouco mais, nós precisamos ver se não é uma flutuação natural que não vai ser amortecida daqui há dois, três, cinco anos. Porém, como é consistente com o conhecimento científico, eu vou concordar e depois eu vou abordar um pouquinho mais a pergunta da Senadora Marina Silva, não há mais razão para esperar para atuar. Porque é mais provável, e muitas vezes a gente tem que atuar com base em probabilidade e não em certeza, é mais provável que essa exacerbação do ciclo natural vai continuar, isso é mais provável. Está acontecendo em todo mundo. Pode acontecer alguns anos que nada, nenhum extremo aconteça, mas nós temos que planejar e adaptação é planejada a longo prazo.

O Deputado perguntou também a teoria de uns pesquisadores russos sobre uma bomba biótica. Eu tenho estudado, tenho uma colega fazendo pós-doutorado comigo exatamente para atender o efeito da evaporação da Floresta Amazônica no clima e a nossa conclusão, ela não é tão, vamos dizer assim, tão espetacular, mas ela mostra que, segundo os pesquisadores russos, se não tivesse floresta a Amazônia brasileira seria um deserto, choveria só 5% das chuvas. Eu acho que isso não é verdade. Eu digo com bastante segurança científica, quer dizer, a floresta é muito importante. Os nossos cálculos, que nós temos feito, essa é uma área que eu trabalho, eu mesmo, pessoalmente, meus alunos, nós colocamos que o efeito da floresta, ela aumenta as chuvas na faixa entre 10% e 25%. Isso não é desprezível. E, principalmente, a floresta aumenta as chuvas na estação seca. Então é como se a floresta tivesse mudado o clima para ela própria se perpetuar, um mecanismo de evolução biológica, porque na estação seca é que a floresta precisa de água para existir; se não tem água na estação seca, é Savana, é Cerrado. Então esses são os meus cálculos.

Então eu acho que os pesquisadores russos, eles, vamos dizer assim, apesar de estarem indo numa direção correta, eles fizeram um erro de cálculo para chegar a essa conclusão que sem floresta choveria só 5%. 5% de dois mil milímetros são cem milímetros; cem milímetros é o que chove no Deserto do Saara. Eu acho que não. Mas isso não diminui a importância da floresta, eu quero dizer.

Deputado Thame, totalmente de acordo, o senhor sabe das minhas ideias também para a economia da floresta e esse é um planejamento de longo prazo, isso é um planejamento de longo prazo, é um planejamento que, lógico, eu falando um pouco do meu território, ele tem que ter uma expressão numa ciência brasileira; eu chamei outro dia na vigília de uma ciência da floresta.

A atriz Cristiane Torloni foi muito feliz, que ela falou: "Nós somos todos brasileiros, povos da floresta", e eu falei: "Para isso ser verdade nós precisamos ter a ciência da floresta". E ciência, ciclos de que a ciência aconteça. O conhecimento surge e isso se torna algo útil para a humanidade através da tecnologia, esses são ciclos hoje, em que tudo está muito rápido, são ciclos de dez a 15 anos. Então não é uma perspectiva de tão longo prazo, mas, também, não é imediata, não dá para transformar a Amazônia, trazer âmago, valor econômico ao âmago da floresta, nas palavras da Berta Becker, de uma maneira imediatista. Precisa ter um planejamento do que é esse novo modelo e precisamos, obviamente, agir com muito rigor para não criarmos um estado policial na Amazônia, mas precisa uma ação de comando e controle por muito tempo, que senão a economia, nessa nova economia, ela não é competitiva com relação à economia atual.

Eu acho que já respondi, Deputado Rollemberg, acho que amanhã também nós teremos a oportunidade de continuar esse debate na Reunião, eu só quero um ponto único. A tecnologia para o aproveitamento das energias renováveis é disponível, ela é disponível no Brasil também e nós precisamos tomar muito cuidado, e não sou eu que estou falando isso, todos que analisam essa questão, que é o enorme potencial que nós temos em energias renováveis e, principalmente, solar. Nós somos um País que usa muito pouca energia solar. Países desenvolvidos já têm planos... A Alemanha, em algumas décadas, 20% da eletricidade. E o que se projeta é que na segunda metade do século 50% da

eletricidade mundial virá diretamente da energia solar através da conversão em painéis solares, esses que a gente conhece, só que muito mais aperfeiçoados e mais baratos. Então nós estamos falando de 50% da demanda de eletricidade. Isso é necessário para descarbonizar a economia do planeta. O Brasil, com todo esse potencial, utiliza muito pouco, muito pouco. Eu acho que nós precisamos incentivar muito o uso dessas energias renováveis solar.

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Dr. Carlos Nobre, muito pouco é quanto percentualmente? Tem ideia?

**SR. CARLOS NOBRE:** A energia solar que nós utilizamos é tão pouca que ela não entra nem no 0,%. Está aumentando, mas, também, muito pouco, a energia termosolar, que faz todo o sentido num País como o Brasil, que tem um fluxo de radiação solar alto. Os coletores solares para aquecer a água, isso é barato, têm coisas aí já custando 500 reais; faltam políticas de massificação desse uso e talvez o Congresso tenha que atuar e criar os mecanismos que, naturalmente, o sistema não está... A dimensão, o uso, porque esse tipo de uso de energia solar no termoaquecimento, hoje é daquela solução econômica vantajosa, porque é mais barato, todo mundo ganha a longo prazo e o longo prazo é muito curto, são três anos. Então por que é que não tem uma massificação no Brasil? A Europa, país frio, a Alemanha tem muito mais termosolar do que o Brasil. É difícil de entender isso, porque é barato. O painel solar, a conversão direta de energia solar em eletricidade, isso é caro, é caro no mundo todo e talvez seja um pouco mais difícil para nós massificarmos isso, mas a termosolar é muito barata.

Eu já respondi a questão dos eventos climáticos, espero ter dado uma resposta.

Antes de responder, Senadora, a questão das adaptações, dos eixos principais, deixa eu só responder aqui à Deputada Vanessa. Eu já falei da exacerbação do ciclo natural. Sim, dez milhões, que foi o recurso inicial da Rede Clima, é um recurso que em pesquisa no Brasil não é considerado pequeno, ele não é considerado pequeno, ele é adequado para começar. Agora nós temos a perspectiva também do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico de dez milhões a mais, 20 milhões ainda, então eu acho que isso é um recurso inicial para dar partida, dar partida às Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, como a FAPEAM do seu Estado, a FAPESP do meu Estado, elas também criaram programas de mudanças climáticas. Então quando juntar todo o 'bolo' do dinheiro federal e estadual nós começamos a vislumbrar uma condição que nós nunca tivemos nessa área. Agora é muito insuficiente ainda perto das necessidades do Brasil. E nesse sentido quando vocês, por favor, estiverem regulamentando, após as batalhas de conseguir aprovar o Fundo de Mudanças Climáticas, embutido na política nacional, vocês não deixem de considerar que uma fração não desprezível desse Fundo tem que ir para o aumento do conhecimento.

E aí eu termino respondendo: esse aumento do conhecimento, Senadora Marina Silva, é muito importante que seja na área da adaptação. Essa área, como a senhora já destacou, não só que não tem praticamente ação nenhuma no Brasil, mas ela tem muito pouco conhecimento. Nós temos muito pouco conhecimento. Um dos objetivos principais da Rede Clima é aumentar o conhecimento. Quando a gente olha o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, nós vamos ver que ele é menos extenso, menos detalhado na área da adaptação, e não foi má vontade dos formadores, entre os quais a senhora, como Ministra, foi a principal formuladora; é a falta realmente de embasamento, de estudos. Então eu diria que os eixos principais, para terminar a minha intervenção, de um programa de adaptação, eu digo para vocês: otimisticamente vamos dizer que esse Fundo, quando regulamentado, tenha 700, 800 milhões de reais por ano, que é um volume considerável em qualquer País.

A maior parte desses recursos, na minha opinião, tem que ir para a adaptação, porque mitigação, é mais provável que o Brasil se beneficie, Fundo Amazônia, e otimisticamente se tudo der certo, em Copenhague e no ano que vem, na próxima COP, vão ter que surgir mecanismos de transferência de recurso para os países em desenvolvimento também reduzirem as suas emissões nesse esforço global, quer dizer, em mitigação a gente consegue enxergar mais fontes, algumas internacionais e algumas que possam, realmente, ser significativas. Os cálculos são de que para os países tropicais do mundo reduzirem em 50% seu desmatamento até 2020, o investimento teria que ser entre 17 e 35 bilhões de dólares por ano nos países tropicais. O Brasil seria, nesse universo, agraciado com uma boa parte desses recursos. Isso não existe ainda, mas existe o potencial.

A adaptação, seria uma ingenuidade do Brasil imaginar que os países desenvolvidos vão transferir recursos para o Brasil nas suas atividades de adaptação. Se eles transferirem - e temos que ser ótimas - vão transferir para os País pobres; o Brasil não é País pobre. Então adaptação tem que ser... Infelizmente, não fomos nós que causamos o aquecimento global até agora, mas essa herança já foi deixada. Se é injusto que foram os países desenvolvidos que poluírem mais no passado, é injusto, mas não adianta a gente ficar também só reclamando. Eu duvido que os países de-

senvolvidos vão transferir dinheiro para os países como Brasil, China ou Índia para adaptação; podem transferir para nós reduzirmos a emissão, não para adaptação. Então boa parte desse recurso... Porque a adaptação é cara, aí eu vou lá nos eixos. Agricultura. Na agricultura nós temos que fazer um novo zoneamento levantando em consideração a mudança climática. A empresa de pesquisa de Santa Catarina já está fazendo, eles já estão desenvolvendo uma bananicultura; a maçã não vai ser mais produzida em Santa Catarina daqui há vinte, trinta antes, pois vai ficar muito quente. E assim por diante. O café vai migrar para o Sul. Então essa questão tem que ser enfrentada agora, não é daqui há 20 anos. A nova agricultura brasileira. Ao mesmo tempo, tem muito trabalho, que a EMBRAPA já começou, aliás, a EMBRAPA tem que ser parabenizada como, talvez, o órgão de pesquisa do Brasil que primeiro enxergou a necessidade de adaptar a agricultura brasileira e já está fazendo, mas têm muito poucos recursos para a EMBRAPA. Ela fez um belíssimo programa de pesquisa, mas ele é subfinanciado. Então a agricultura é uma nova agricultura.

Recursos hídricos. Muito importante. A vulnerabilidade principal é o Nordeste, que já é uma região vulnerável e lá se estima que as secas acontecerão com mais intensidade e quando chover também vai ser o exemplo desse ano, o que aumenta a desertificação, que eu já destaquei. Então nós temos que ter um Plano Nacional de adaptar os recursos hídricos. Mesmo o potencial de geração hidroelétrico, que não se estima que ele mude demais nas bacias principais do Sudeste, de Furnas e etc., mas o regime hidrológico muda. A chuva chega com mais intensidade e a evaporação, num planeta mais quente, aumenta. Então os lagos dos reservatórios vão perder mais água. Isso tudo está sendo hoje estudado e o setor de recursos hídricos, e eu digo isso, eles começaram de certo modo, a ANA(F), a ANEEL, começaram a pensar em mudança climática agora, 2007, 2008, 2009, quer dizer, eles estão relativamente atrasados. É importante a adaptação dos recursos hídricos, considerando a importância crucial, não só para a hidroeletricidade, mas, obviamente, o recurso água para as grandes cidades. Água nas grandes cidades hoje e mesmo em regiões do Brasil onde há abundância de recursos hídricos, por exemplo, no meu Estado de São Paulo há problemas localizados de abastecimento. Esses problemas aumentarão no futuro porque as secas e as enchentes serão maiores. Então se nós temos secas mais intensas, nós podemos correr riscos de abastecimento de megacidades brasileiras.

Desastres naturais eu já falei, isso é uma outra área. Mesmo que não seja nos próximos anos, é inevitável que desastres naturais irão aumentar e o Brasil é muito vulnerável a desastres naturais, principalmente nas periferias das grandes cidades e o semiárido do Nordeste. Não só, mas, principalmente. E, também, nos últimos anos, desde 2004, nós descobrimos uma vulnerabilidade que nem era muito comum, que é a Amazônia, quer dizer, a várzea dos rios amazônicos, que até 2004, ninguém imaginava, parecia o fluxo natural das águas, as populações ribeirinhas estavam completamente adaptadas. Eu quando vivi na Amazônia, era o conhecimento, e, de repente, em 2004, uma super seca mostrou que não, que pode exceder aqueles limites críticos, que em 2004 populações ficaram ilhadas porque o Rio Salimões e o Rio Amazonas baixou muito mais do que antes, e agora esse ano, com essa cheia histórica, nem mesmo as populações poderiam estar adaptadas, porque é uma cheia que nunca tinha ocorrido. Então a Amazônia também entra no circuito.

Cidades eu já falei.

Saúde, outro eixo importante. Mudanças climáticas, com exceção da diminuição das noites frias no Sul e Sudeste, o que diminuem alguns problemas de saúde e mortes por problemas decorrentes de excesso de frio, que na verdade é um termo muito pequeno, a medicina moderna tornou esse termo muito pequeno, esse é o único impacto positivo das mudanças climáticas na saúde. Os outros todos são negativos. Ondas de calor, que já são mais comuns hoje, elas são razões muito importantes de mortalidade de idosos e crianças, elas se tornarão mais comuns em todo o planeta, em todo o Brasil. Quando a temperatura aumenta a poluição do ar aumenta, megacidades brasileiras que já sofrem com poluição têm que contabilizar esse aumento. E as doenças infecciosas de transmissão, por transmissão por insetos, por vetores de insetos: dengue, malária, leishmaniose. Só para dar o dado da dengue, hoje o mosquito não desce muito mais, não chega nem em Curitiba, porque lá é frio para o Aedes Aegypti sobreviver bem. Em 2020 ele chegará em Porto Alegre, em 2030 em Buenos Aires, pelos cenários de aumento de temperatura. Então o sistema de saúde pública tem que responder a isso. A saúde pública é um dos que é mais possível planejar, mas se nada for feito isso se tornará cada vez mais um desastre, realmente, em saúde pública. Eu falei só de vetores, mas tem veiculação hídrica, as tempestades mais severas causam mais enchentes, quer dizer, saúde é outro eixo importantíssimo.

Zonas costeiras. O Brasil não é um País muito vulnerável porque o nosso litoral se eleva rapidamente, comparado com Bangladesh, comparado com Vietnã, comparado com a Holanda, mas nós temos milhões

de pessoas vivendo muito próximo do nível do mar. Exemplo mais concreto para vocês. Dois milhões de pessoas vivem em favelas na Baixada Fluminense, em Jacarepaguá, a menos de um metro e meio do nível do mar e em alguns lugares abaixo do nível do mar. Essas pessoas já vivem uma enorme vulnerabilidade. Quando chove muito e a maré está alta, pronto, são as inundações, a gente vê isso na televisão toda hora. Com o aumento do nível do mar previsto entre 50 centímetros e 1,4 metro para esse século, isso é uma questão fundamental. Não é a praia de Copacabana ou do Leblon, essa daí tem muito pouco problema, porque ela se eleva rapidamente e dá para colocar areia, tirar areia daqui, por lá. A praia de Copacabana e Leblon vão continuar turísticas e belíssimas por muito tempo. O problema são as populações que vivem nas baixadas e normalmente são as populações pobres.

E por último, Ministra(sic), tudo isso que eu falei até agora, esses eixos, são os eixos que a gente pode ter ações concretas e de respostas efetivas, políticas públicas que atenuem os efeitos negativos das mudanças climáticas.

O último, que é uma área tão cara à senhora, é a questão dos ecossistemas e da biodiversidade. Aí o problema é muito maior, o problema é muito maior. Como as mudanças climáticas estão acontecendo com uma rapidez, ordens de grandeza maior do que uma natural adaptação de sistemas ecológicos, quer dizer, a maioria dos sistemas, das árvores, das espécies de árvores, em décadas não conseguem achar um novo nicho climático ecológico.

Então o que o IPCC previu, o que os estudos recentes mostram é um risco de extinção em massa, inclusive se o aquecimento global continuar na intensidade que ele vem ocorrendo, se nós não conseguirmos mitigá-lo, se nós não conseguirmos manter o aquecimento, vamos dizer, máximo de dois graus como o IPCC recomenda, eu não quero ser catastrófico, mas isso já é um consenso na atividade científica: se o aquecimento chegar no final desse século com quatro, no Século XXII com cinco, seis graus, nós seremos responsáveis, *Homo sapiens*, pela sexta grande extinção de espécies que o Planeta Terra já experimentou nos seus últimos quinhentos milhões de anos. Nós vamos ser responsáveis por uma redução entre 30% e 50% de todas as espécies do planeta; isso é extinção em massa. Não estou dizendo que isso vai acontecer, mas se não conseguirmos mitigar seremos, porque é impossível conservar toda a riqueza de espécie do nosso planeta. Podemos corrigir o problema de saúde, podemos adaptar as zonas costeiras, mas nós não temos como colocar em museus, em laboratórios, os estimados vinte, trinta milhões de espécies, têm cientistas que dizem que são cem milhões e dos quais nós só conhecemos 1,5 milhão.

Então isso é importante, eu deixei por para último para dizer a dificuldade, quer dizer, portanto não adianta só adaptar, nós temos uma responsabilidade muito grande também de mitigar. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Obrigada a V. Exa. Imediatamente passamos a palavra à Dra. Branca.

**SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO:** Eu vou responder, pelo adiantado da hora, eu vou concentrar, eu vou pedir desculpas, eu não vou poder cobrir todas as perguntas, porque me foi solicitado que já começou a votação, certo? Então eu vou responder aqueles pontos que eu acho que eu posso trazer uma contribuição aqui para o que está sendo negociado no futuro.

Pontos fundamentais. Fundo clima. Sem Fundo Clima tudo isso vai ficar na intenção, no papel. Está sendo votado, quer dizer, de onde viriam esses recursos, é do petróleo, de um recurso que atualmente na Lei do Petróleo é destinado à remediação de desastres. Como a atividade petrolífera cresceu enormemente, não faz sentido aquela quantidade de recursos e toda para remediação de desastres. Então o nosso entendimento, essa externalidade provocada pelos combustíveis fósseis justificaria. E aí poderia cobrir todas essas atividades de desenvolvimento, de pesquisa, enfim, aqui no Projeto de Lei são vários itens, enfim, eu não vou entrar por eles, mas dizendo que é fundamental que esse Fundo seja, até para quem sabe no próximo ano várias dessas ações começarem a ser feitas.

Outro ponto que eu acho fundamental e que passa aqui pelo Congresso é a questão de modelo de desenvolvimento. Nós sofremos as pressões. Por que é que nós sofremos tantas pressões em todas as propostas que são encaminhadas para a execução, seja como a Instrução Normativa nº 07 do IBAMA, a Resolução do CONAMA de criar uma mitigação para termoelétricas, para reduzir o desmatamento na Amazônia? Porque isso tudo é visto como uma restrição ao desenvolvimento, como uma dificuldade. Então enquanto não houver essa mudança de perspectiva de que aquilo seja um novo modelo de desenvolvimento e incluir isto numa estratégia de desenvolvimento, eu acho que a gente não tem saída, que é como o Deputado disse, a floresta em pé tem que ser mais interessante do que o desmatamento, senão não tem como vigiar essa área. E isso serve para todas as atividades, assim como o desenvolvimento de energias alternativas e tal.

Com relação à negociação do clima, eu também gostaria de chamar a atenção que esse ano é um ano chave, é um ano crucial, porque em Copenhagen várias modificações estão sendo propostas. Nós aqui ouvimos

falar mais do MDL, que é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mas tem uma outra coisa sendo proposta que se chama NAMAs, que seria uma abordagem mais... Não seria projeto a projeto, talvez fosse mais setorial ou mais que cobrisse, enfim, como isso está em negociação não dá para dizer como será, porque está sendo negociado, mas é importante que têm visões muito diferentes sendo negociadas e para um País em desenvolvimento seria muito interessante, porque ele teria uma outra escala muito maior do que o MDL. Provavelmente poderia trazer recursos interessantes para um desenvolvimento mais direcionado não a uma área e não com projetos muito pontuais.

Com relação a instrumentos, também foi falado também sobre taxação, *cap and trade*, isso tudo se insere numa perspectiva de que instrumentos existiriam e ele tem que estar coordenado com o que está sendo definido no cenário internacional. Mas, de qualquer forma, nós não podemos não conhecer quais são os nossos potenciais. Então assim como o Professor Carlos Nobre falou sobre a identificação dos impactos, é importante o Brasil saber aonde são os impactos, aonde são as suas vulnerabilidades, conhecer tudo isso, do lado do desenvolvimento é fundamental que a gente conheça que oportunidades de redução de emissão que a gente tem, qual é o custo de abatimento dessas diferenças de oportunidades, porque várias ações poderiam, na verdade eles têm barreiras para serem transpostas, e se for estudado do ponto de vista estritamente econômico o custo é negativo. Então o que é que é possível fazer para sobrepor essas barreiras? Têm outros que não estão nitidamente num contexto de mercado e que poderia ser trabalhado dentro de um mercado de carbono, dentro de um sistema de *cap and trade*, mas eu não posso tratar essas duas coisas da mesma forma. Então um conhecimento profundo do que isto significa para o Brasil é fundamental.

E aí nós entramos, para finalizar, já falei do fundo, no âmbito da negociação, porque essas regras estão sendo negociadas e a gente não sabe exatamente quais são os impactos no Brasil. Então esses estudos são urgentes, pelo menos a democratização, discutir isso mais amplamente, os senhores provavelmente já sabem, mas, enfim, está existindo uma série de conversas até a nível ministerial para conduzir essa negociação desse ano para que diferentes Ministérios, como Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e o Ministério das Relações Exteriores possam combinar os vários aspectos, entender os outros aspectos e poder conduzir essa negociação de forma mais, enfim, que reflita diferentes posições na sociedade brasileira. Mas é fundamental que o setor produtivo, que é quem está pensando o Brasil, seja introjetada essa nova componente porque ela tem um impacto enorme e nós precisamos conhecer esse modelo de desenvolvimento para chegar a essa chamada "economia verde" e esse novo modelo de desenvolvimento.

Então eu vou acabar por aqui, porque sei que o tempo é curto. Se houver--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Eu não sei se me fiz entender, mas quando eu falei do Fundo Amazônia, eu gostaria de entender como é que o funcionamento do Fundo está se dando. Eu sei que ele já está instalado, já teve uma primeira reunião, enfim, teve o lançamento no Rio de Janeiro, teve uma primeira reunião dos gestores, das pessoas que fazem um acompanhamento, mas pelo menos nas conversas que eu tenho com os Governadores e com os Secretários de Meio Ambiente da Amazônia há uma certa insegurança de como é que isso vai acontecer na prática, como é que esses recursos vão ser internalizados, quais são as linhas para o acesso aos recursos, quem, digamos, estaria apto, e dentro de uma perspectiva estruturante como é que esses recursos podem ser utilizados para que eles não sejam pulverizados em "N" coisas que, ainda que importantes, acabam não fazendo a diferença. Era um pouco isso, eu não sei se eu havia me feito entender corretamente.

**SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO:** A senhora havia se feito entender corretamente, eu é que preferi não abordar essa questão aqui, prometo enviar informação detalhada, porque eu tenho medo de cometer alguma incorreção. Eu estou na diretoria há dois meses, estou me dedicando mais à parte de negociação do clima, de conduzir, e essa parte do Fundo eu acompanho, é claro que eu tenho que acompanhar, mas eu preferia não dar detalhes, porque provavelmente a senhora sabe muito melhor do que eu e eu gostaria de dar--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Eu participei até certo ponto do processo, mais na parte de negociar os recursos, de pensar os recursos, a batalha para que os recursos fossem internacionalizados no BNDES e não, enfim, num dos nossos internalizadores multilaterais exatamente para evitar uma burocracia desnecessária. Mas ao fim, ao cabo, como isso vai ser operacionalizado, eu ainda não tenho as informações necessárias. E, de alguma forma, as pessoas perguntam muito e eu não quero cometer injustiças, porque às vezes as pessoas fazem cobranças para o cotidiano e eu sei que o Fundo não pode ser pulverizado em "Ns" ações. Então de sorte que eu aguardarei essas informações, porque de certa forma a gente lida com essa agenda no dia a dia, para que possamos, inclusive, dialogar com as pessoas no sentido de que o

Fundo que é importante, pode ser potencializado, às vezes não venha a ser mal interpretado.

**SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO:** Ele está no BNDES, está sendo implementado no BNDES, isso aí sim, claro, mas eu vou mandar todos os detalhamentos para a senhora.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Bom, concluindo a nossa última participação, queremos agradecer a presença do Dr. Carlos Nobre, a presença da Dra. Branca Bastos Americano, que deram uma valorosa contribuição a essa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os senhores parlamentares para a próxima Reunião, a realizar-se, de acordo com o acertado aqui, na próxima terça-feira, dia 26 de maio do ano de 2009. Muito obrigada à todos.

*Sessão encerrada às 17h10.*

**ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.**

Às quinze horas e um minuto do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ideli Salvatti, reúne-se a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras e Senhores Parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senador José Agripino, Senador Marco Maciel, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador José Nery, Senador Cícero Lucena, Senador Delcídio Amaral, Senador Inácio Arruda, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputada Rebeca Garcia, Deputado José Guimarães** e **Deputado Luiz Bittencourt**. A Presidenta abre a reunião e propõe a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada. Em seguida, a Presidência lê os seguintes expedientes: a) Requerimento, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, convidando o Senhor Mauro Passos, Presidente do Instituto Ideal, para participar da Audiência Pública para explanação a respeito de "estádios solares", em associação com o projeto "Copa Limpa"; b) Requerimento de autoria do Senador João Tenório, para que se considere como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Comissão, no período de 24 a 31 de maio de 2009, decorrente de ausência do País. Em seguida, é lida a justificativa do Senador Jefferson Praia propondo o adiamento, para o dia 02/06/09, da apresentação do relatório referente à diligência no Estado do Amazonas. A Presidência informa que a Deputada Vanessa Grazziotin encaminhou à Comissão relatório "Seminário sobre Mudanças Climáticas na Visão dos Povos Indígenas e da Comunidade Científica", para a devida discussão. A seguir, a Presidenta convida o Senhor Mauro Passos para tomar assento à Mesa e fazer sua apresentação. Encerrada essa apresentação, a Presidenta concedeu a palavra aos Senhores Parlamentares. Usaram da palavra a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado José Guimarães e o Deputado Luiz Bittencourt. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta.

**10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 01 MINUTO.**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que foi criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Não havendo nenhum senhor e nenhuma senhora parlamentar que apresente qualquer óbice, declaro aprovada.

Há expedientes sobre a Mesa que passo a ler.

De ordem do Exmo. Sr. Senador Jefferson Praia, "Solicito a gentileza de transferir para a 11ª Reunião, a ser realizada na próxima terça-feira, dia 2, o item que se refere à apresentação do relatório da diligência no Estado do Amazonas (primeiro item), em razão de estar prevista para a Sessão do expediente desta tarde uma homenagem ao saudoso ex-Senador Jefferson Peres", em que o Senador é um dos oradores. Inclusive, o Senador estava, nesse momento, que eu passei lá pelo Plenário, estava realizando o seu discurso.

O outro ofício é do Senador João Tenório, que comunica a ausência do país no período de 24 a 31 de maio do corrente. Ele está, portanto, a considerar como licença autorizada a ausência dos trabalhos da Comissão.

A Deputada Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, encaminha cópia do relatório do seminário sobre Mudanças Climáticas na Visão dos Povos Indígenas e da Comunidade Científica, seminário este

realizado no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, em abril deste ano.

A presente reunião, ela se destinava à apresentação do relatório de diligência no Estado do Amazonas, que o Senador Jefferson Praia já comunicou e solicitou que fique para a próxima reunião. E, também, para a apreciação de requerimentos.

Então, os requerimentos que nós temos aqui para serem apreciados é o convite para a Sra. Cristiane Torloni apresentar aos membros da Comissão o trabalho desenvolvido pelo movimento Amazônia para Sempre. Esse requerimento, inclusive, é uma questão da nossa formalidade, porque a Sra. Cristiane Torloni inclusive já esteve nessa Comissão. Fruto da sua vinda, nós realizamos a Vigília de Preservação da Amazônia. E, também, convidar o Sr. Mauro Passos, do Instituto Ideal, para uma breve explanação a respeito de estádios solares. Esta Comissão já aprovou uma proposta de trabalho, que seria no sentido de apresentar ao Governo, à FIFA, a proposta de que a Copa do Mundo, em 2014, no Brasil, pudesse ter uma marca a respeito da sustentabilidade com relação ao meio ambiente. Nós não sabemos ainda se o nome que poderemos vir a dar a esta mobilização e a esse projeto seria Copa Limpa, Copa Verde, mas é algo neste sentido, ou seja, aproveitar o evento, com grande repercussão internacional, para que nós pudéssemos também, além do bom futebol, apresentarmos uma forma diferente de realização e de aproveitamento dos investimentos de infraestrutura, com base na sustentabilidade.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Ainda mais, Presidente Ideli, que a Amazônia deverá ser sede de pelo menos uma, mas quem sabe de até duas subsedes da Copa do Mundo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu estou torcendo que seja só uma, senão, Florianópolis fica com menos chance.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não, mas Florianópolis já não está dentro, porque como é que pode uma região ter três capitais e as três serem subsedes?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** O que a gente pode fazer, Deputada Vanessa?

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Mas, enfim, eu acho essa ideia muito interessante, Senadora. Mas Manaus já está garantida, e eu espero que, domingo, Belém seja anunciada também. Eu estou torcendo pelos vizinhos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então, nós já aprovamos o requerimento com relação a esse projeto que nós estamos denominando Copa Limpa, mas que, por enquanto, ele é muito ainda preliminar para a gente poder definir o nome. Esse requerimento já deu poderes à Comissão para iniciar as tratativas. Então, depois da leitura, inclusive o Sr. Mauro Passos se encontra, e, se todos tiverem a concordância, nós poderíamos ouvi-lo, ele fará uma breve explanação sobre os estádios solares.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Estamos todos com saudades também.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Sim, porque era companheiro, é ex-Deputado Federal. Então, está apresentado aí o requerimento.

A Deputada Vanessa Grazziotin também requer a realização de uma visita dos membros desta Comissão ao Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, para discutirmos questões ambientais e de mudanças climáticas com o Governo municipal e com os povos indígenas daquele município.

O outro requerimento é um pedido, também da Deputada Vanessa Grazziotin, para obter informações, junto ao Ministério das Cidades, quanto às ações preventivas que serão empregadas para socorrer as populações da região Norte e Nordeste que se encontram em situação de emergência ou de calamidade pública, em consequência das cheias.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Sra. Presidenta, se V. Exa. me permite, só para subscrever o requerimento da Deputada Vanessa, se possível, todos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Todos?

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)** Especialmente o último, que diz respeito ao Nordeste.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Nós não faremos a deliberação, tendo em vista a visível falta de *quórum* para deliberação neste momento, mas já ficam apresentados.

Nós teríamos, ainda, uma discussão, no dia de hoje, a respeito daquele Decreto, o assunto que foi levantado pelo Deputado Sarney Júnior, a respeito do Decreto da cobrança, né, da compensação ambiental nas obras de infraestrutura. Nós já temos a nota técnica da assessoria aqui da Comissão e, também, informações prestadas pelo Ministério do Meio Ambiente, que nós estamos disponibilizando a todos os parlamentares, para que, na próxima semana, se houver qualquer tipo de debate ou apresentação de requerimento referente a este Decreto, que os parlamentares já possam estar devidamente com elementos e subsídios.

E, ainda, nós estamos disponibilizando, também, a nota técnica, apresentada pela assessoria da Comissão, com referência a um projeto que o Deputado Mendes Thame apresentou, para que a Comissão

Mista de Mudanças Climáticas pudesse ter o caráter deliberativo, também, como as demais Comissões, tanto da Câmara quanto do Senado. A nota informativa está extremamente bem embasada, e, também, nós já estamos disponibilizando aos parlamentares para que, na reunião onde vamos debater o assunto, os parlamentares já tenham as informações necessárias para podermos fazer o debate e a deliberação.

Então, se não houver nenhum óbice, eu gostaria de chamar o Sr. Mauro Passos, para que pudesse apresentar esta proposta dos estádios solares que o Instituto Ideal, que, para muito orgulho da minha pessoa, está sediado lá em Santa Catarina, e, em conjunto com a Universidade Federal, também, do meu estado, a Universidade Federal de Santa Catarina, vem desenvolvendo este projeto.

Eu já quero deixar a Comissão informada que fruto do requerimento para a gente ter a ação de desenvolver o Projeto Copa Limpa ou Copa Verde, não sabemos ainda muito bem como vamos chamar esse projeto, mas, para a semana que vem, deveremos estar realizando uma reunião... Estamos apenas aguardando a confirmação do dia e do horário, com o Ministro dos Esportes, o Ministro do Turismo e o Ministro do Meio Ambiente, juntamente com representantes da FIFA, para a gente já levar a proposta para as duas instituições, para o Governo e para a FIFA e CBF, nesta linha da Copa com sustentabilidade.

Então, eu passo de imediato a palavra para o Sr. Mauro Passos.

**SR. MAURO PASSOS:** Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar e agradecer a Senadora Ideli, Presidente da Comissão, cumprimentar aos Deputados, a Sra. Deputada, demais presentes.

A ideia de estádios solares para a Copa do Mundo de 2014 surgiu junto com a criação do Instituto Ideal. O Instituto Ideal é um instituto que já foi citado, sediado em Florianópolis, e é Ideal porque é um Instituto de Desenvolvimento de Energias Alternativas para a América Latina. Nós já temos, nesses dois anos de vida do instituto, um convênio com o Parlamento do MERCOSUL, onde se presta assessoria à legislação regional, porque, no nosso entendimento, a energia renovável é uma demanda, hoje, mundial, não apenas do Brasil, mas dos países vizinhos também. Quando do anúncio da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, nós, de imediato, pensamos em por que não fazer os estádios da copa solares. O Brasil... Inclusive na carta que nós encaminhamos ao Presidente Lula, há um ano e meio atrás, nós fizemos essa ligação: que o Brasil... O sol e o futebol têm tudo a ver com o povo brasileiro. E já que o Brasil vai sediar uma Copa na década justamente onde a questão da energia renovável, das mudanças climáticas é pauta mundial, por que nós não nos apropriarmos desse assunto e introduzirmos o sol como fonte de energia para essa Copa?

Nós, na época, nós não tínhamos ainda, como ainda não temos, a definição das cidades sedes - deve sair até o final do mês essa posição -, mas, através da Universidade Federal de Santa Catarina, que é uma universidade referência nessa área, tem, inclusive, há vários anos, há mais de dez anos experiências na área solar, lá, inclusive, está sediado o Laboratório Solar, e, com a equipe da Universidade Federal de Santa Catarina, nós fizemos os estudos preliminares das dezessete cidades que tinham sido habilitadas para serem escolhidas. Então, hoje, Senadora, Deputados, nós temos um estudo preliminar das dezessete possíveis sedes da Copa do Mundo. Claro que, com a decisão das sedes, nós vamos poder nos restringir às doze e, inclusive, detalhando mais os projetos.

Há questão de duas semanas atrás, nós tivemos, a convite do governo da Alemanha, uma comitiva de brasileiros, envolvendo empresas de energia elétrica, BNDES, ELETROBRAS, EPE, ANEL, enfim, todos os setores que podem, direta ou indiretamente, ter alguma relação com a questão dos estádios solares, para, justamente, conseguir apoio tecnológico e financeiro para esses projetos. Da parte do governo alemão, tem um acordo entre governos em vigor, e essa sinalização, tanto de financiamento de projetos como para futuras implantações das Usinas Solares, como nós estamos chamando, já está praticando assegurado.

No dia de ontem, nós encaminhamos ao Presidente Lula o resultado dessa reunião, para que ele se inteirasse, e, na oportunidade que tivemos, em fevereiro, quando o Presidente Lula esteve em Florianópolis, inaugurando uma linha de transmissão da ELETROSUL, na qual a Senadora fez parte e motivou inclusive a ida do Presidente até a nossa capital, nós apresentamos já os estudos de viabilidade ao Presidente, que se mostrou extremamente entusiasmado com a ideia, e, ainda, nos lembrou que os estádios vão ser uma atividade muito mais da FIFA do que do próprio Governo, porque alguns estádios são até particulares e não cabe ao Governo implantar a Usina Solar em cima dos estádios.

Eu acho que é importante também comentar com os senhores, porque todos os estádios, pelos estudos que foram feitos, mostram um superávit de energia. Ou seja, os estádios vão produzir mais energia do que vão consumir. Então, isso ainda vai possibilitar que esse excedente de energia possa ser comercializado. A comercialização desse excedente, a nossa ideia – inclusive, amanhã, vamos ter uma reunião na ELETROBRAS para tratar disso - é que seja comercializado através da

ELETROBRAS, de forma que, também, essa energia possa servir, inclusive, de instrumento de propaganda para quem quiser associar o seu produto com o caso de uma produção de energia limpa. Então, também vai ser uma energia muito procurada, muito disputada. Eu tenho, inclusive, usado isso como exemplo, eu acho que isso ajuda as pessoas que estão envolvidas, como a Senadora Ideli, que faz parte, agora, desse processo, eu tenho usado o exemplo da NATURA. Nós tivemos uma reunião, há cerca de um ano atrás, com a diretoria da NATURA. A NATURA já tomou uma decisão de que só vai consumir energia limpa no seu processo industrial e que, a partir de 2010, os contratos vão se dar com a compra de energia limpa. O faturamento anual da NATURA é de cinco bilhões de reais, vendendo cosmético, e tem uma imagem muito forte em cima da Amazônia, em cima de energia limpa, de questões ambientais. A fatura, o custo da energia para a NATURA é de cinco milhões de reais, ou seja, 0,1% do seu faturamento. Quer dizer que é uma empresa que quer preservar a imagem limpa, tem uma condição de poder comprar a energia limpa que, por mesmo que seja a um custo do dobro do que, hoje, ela pratica, isso vai representar 0,2% do seu faturamento. Então, esse tipo de empresa, esse tipo de consumidor é que vai ser o público alvo da energia limpa a ser produzida nos estádios.

Eu acho, Senadora e Deputados, que, se o Brasil avançar nessa questão, e por tudo que eu estou ouvindo, pelo retorno que nós estamos tendo, isso é uma coisa extremamente factível, nós estamos muito perto de que a Copa do Mundo seja uma copa solar, isso vai ser uma marca. Nós estamos falando aqui numa marca que vai ficar para o nosso país e um grande sinal do Governo, no sentido da preservação, da questão das mudanças climáticas, que é a razão da nossa estada aqui nessa reunião.

Portanto, era esse o relato, quero agradecer a oportunidade de poder fazer para os senhores, e temos condições, hoje, temos condições, hoje, de entregar, num curto espaço de tempo, o estudo para as doze sedes da Copa do Mundo. Quando eu falo em curto espaço de tempo, eu estou falando em três meses. Nós temos, hoje, uma equipe pronta, na Universidade Federal, que, assim que ficarem definidas as cidades sedes, em três meses, estarão entregues os estudos.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** É possível eu fazer um questionamento?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Deputada Vanessa, pois não.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Eu fiquei maravilhada com esse projeto, isso seria até muito mais do que um sonho, mas a concretização de algo que colocaria o Brasil em outro patamar, porque eu concordo, eu acho que esses eventos, sobretudo os eventos desportivos, que acredito ser os eventos que englobam o maior contingente populacional no mundo, Copa do Mundo, são as Olimpíadas. Eu acho que o Brasil precisa inovar não pela tecnologia que utiliza ou que venha a utilizar na sessão de abertura, que deve ser muito bonita, enfim, mas nós precisamos de uma outra marca. Eu acho que, pela potencialidade do nosso país, pelo tamanho do nosso país, pelas características, eu não tenho dúvida nenhuma que a gente precisa garantir essa marca mais ecológica, essa marca mais de preservação, essa marca da luta por um mundo mais saudável.

Agora, V. Sa., Deputado Mauro Passos, coloca aqui para a gente os estádios movidos à energia solar. Acabou de dar um exemplo muito simples da NATURA, que, com energia limpa, ela duplica o seu gasto, mas que é tão ínfimo na participação, como um todo, dos custos, na composição dos custos, e eu não sei quanto isso custaria a mais, porque a gente percebe que todos os Estados, Senadora Ideli, todas as sedes, as cidades sedes, não são os Estados, são as cidades, elas já apresentaram os seus projetos de forma detalhada. Se seria possível, porque deverá haver mudanças nesses projetos, por conta da forma diferenciada de geração de energia. Então, se seria possível essas mudanças, o quanto encareceria e se a gente não teria perigo... Se é uma energia segura, se é uma energia segura. Eu acho que é isso.

**SR. MAURO PASSOS:** Deputada, sempre--

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Só para complementar.

**SR. MAURO PASSOS:** Pois não.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Saber se essa discussão está sendo feita... Qual é o nível de entendimento do Governo sobre esse projeto. É muito importante, Mauro, que essa coisa... O Governo Federal, o Governo do Presidente Lula tem acompanhado quase que diariamente os projetos de execução para garantir a Copa. Se essa discussão também acontece a nível do Governo, do Poder Executivo.

**SR. MAURO PASSOS:** Perfeito.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mauro, só um minutinho.

**SR. MAURO PASSOS:** Pois não.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu acho que aí é que entra o papel da Comissão, porque nós trouxemos este assunto para cá, aprovamos o requerimento, por unanimidade, aqui na Comissão, inclusive com esta visão que a Deputada Vanessa Grazziotin apresentou também. Ou seja, a Copa, por si só, já é um evento de repercussão e é muito importante que o Brasil consiga fazer um dife-

rencial, ou seja, ninguém tem a expectativa do show de bola, porque o show de bola nós já sabemos que a gente vai dar, não é? Não tem também expectativa a respeito das belezas do nosso país, tanto que a FIFA acrescentou duas cidades a mais, porque todas as outras copas foram feitas sempre, no máximo, em dez cidades. O Brasil, dada a sua dimensão, até para poder garantir que tenha a cidade do Pantanal, que tenha a cidade da Amazônia, do Nordeste, três do Sul... Então, foram acrescidas mais duas cidades. Então, as belezas, toda essa diversidade ambiental que o Brasil tem, também não será a marca, porque todo mundo já tem essa expectativa, tanto que a própria Copa... Então, efetivamente, nós precisamos dar uma marca, e esta marca ambiental de sustentabilidade é a marca que eu entendo - e eu acho que todo mundo tem a capacidade de entender - o quanto que isto faria efetivamente a diferença.

Então, projetos como este, dos estádios terem a energia solar, eu até pedi, para que eu já recebi um outro projeto de que todas as cidades aonde a Copa vai ser realizada, os jogos, ou vai ficar recebendo seleções e tal, que em todas estas cidades tenha o recolhimento do óleo dos restaurantes para transformar em biocombustíveis; que todos os eventos tenham o crédito de carbono; que, nos projetos de infraestrutura, a gente possa ter a obrigatoriedade das ciclovias. Então, eu acho que é um conjunto de medidas, porque vai acontecer. Pode acontecer com este diferencial ou pode acontecer como um videotape de tantas outras Copas que já aconteceram.

Então, eu acho que a Comissão teve a ideia, teve, digamos, a ousadia de propor, e que, é claro, para todos os que a gente apresenta... Por exemplo, quando nós pedimos a agenda para o Ministro dos Esportes, para o Ministro do Turismo e, também, para o Ministro do Meio Ambiente, como para a equipe que está coordenando na Casa Civil, todo mundo está entendendo como uma excelente ideia. E da mesma forma como nós tivemos a capacidade daquela bela mobilização da vigília pela Amazônia, essa Comissão já demonstrou, de forma muito clara, que ela tem capacidade de propor e de realizar diferenciais, até porque é para isso que ela veio; já que ela não delibera. Tem parlamentar querendo que ela delibere, e, como ela não delibera, ela tem a obrigação de propor coisas novas, atitudes novas, projetos novos, para poder fazer, também, a diferença, enquanto Comissão.

Mas eu já passo a palavra para o Deputado, para o ex-Deputado Mauro Passos, para que ele possa responder às perguntas do Deputado Guimarães e da Deputada Vanessa.

**SR. MAURO PASSOS:** Pois não. Primeiro, respondendo à Deputada Vanessa. A primeira iniciativa nossa foi junto ao Maracanã. O Maracanã, vamos dizer assim, é o grande cenário. Provavelmente, a final da Copa será lá, e, para isso, nós procuramos a administração do estádio, autorizados pelo Governador do Estado, e fizemos todo um levantamento de consumo. O excedente, no caso do Maracanã, a pedido do próprio Governador, daria para atender duas mil residências, o excedente, ao redor do estádio. Na época, o Secretário de Esporte era o atual Prefeito, o Eduardo Paes. O Maracanã foi, inclusive, o primeiro exemplo que nós encaminhamos ao Presidente Lula. No material que a gente vai deixar aqui, que é a América do Sol, que o nosso projeto maior se chama América do Sol, a gente está usando a questão dos estádios solares como um dos temas, como têm telhados solares, vilas solares. Até para a Amazônia seria uma coisa muito interessante. E, no caso do Maracanã, como ele é inclusive tombado, nós não podemos mexer na arquitetura do Maracanã. Então, as placas, como vocês estão vendo aqui, elas estão simplesmente disponibilizadas sobre a marquise já existente. Se vier a ser uma exigência da FIFA estender a área coberta do Maracanã, aí, sim, nós incorporaríamos no projeto as placas.

O segundo Estado que nós procuramos, não estádio, mas Estado, foi a Bahia, em função da situação ocorrida na Fonte Nova, onde já havia a decisão de que o estádio ia ser interditado e que um novo estádio ia ser feito. Então também com o Governo da Bahia, que tem já um escritório de arquitetura trabalhando no futuro estádio Fonte Nova, nós já tivemos reuniões com o escritório de arquitetura e nesse caso, em particular, é possível adaptar o estádio a uma melhor insolação, uma melhor localização das placas.

Depois nós fomos para o Beira-Rio, porque a gente também queria ter um sinal da iniciativa privada. Têm clubes que são donos dos estádios e, então, esta é uma situação nova. No caso do Beira-Rio também vai ser perfeitamente possível adaptar as placas ao projeto que eles estão pensando para o estádio.

E, por último, foi a questão do Mineirão, que o Governador Aécio, eu acho que é importante também relatar aqui, está dando sinais contínuos de interesse para que o Mineirão seja solar. Inclusive na Comissão que foi à Alemanha, ele mandou uma pessoa de sua confiança para acompanhar esse projeto, e no caso do Mineirão a ideia, inclusive, é que o Mineirão vai ser uma grande área de esporte, não vai ser apenas um estádio, mas também vai ser uma integração junto à Universidade Federal de Minas Gerais e com todos os parques esportivos, piscinas solares, todo um projeto. Até aqui cabe dizer que pelo mapa solar brasileiro a re-

gião de Belo Horizonte é uma das de melhor insolação do País. Então ela tem também essa condição lá.

Então, tentando lhe responder, o governo está sabendo o que nós estamos fazendo, só que em algumas situações não é o Governo Federal que tem que sinalizar favoravelmente, mas sim o Governo Estadual em função da propriedade do estádio.

Quanto à Deputada Vanessa, nós sabemos dessa dificuldade e claro que tudo que vai ser pensado tem uma racionalidade técnica. Provavelmente nem todos os doze estádios vão conseguir receber as placas, até porque se não for tecnicamente viável a própria universidade não avalizará o projeto. O projeto não foi pensado em incorporar placa, então de uma hora para outra, ao incorporar placa, ele perderia inclusive eficiência energética, sendo que nós queremos fazer como a Senadora Ideli comentou.

Já está comprovado que a Copa do Mundo do Brasil vai ser o evento da maior mídia espontânea do mundo. Nós estamos falando em seis bilhões de pessoas assistindo isso. O que é mídia espontânea? O helicóptero passando por cima de um estádio desses e o sol batendo, isso não tem preço, aí a placa lá de uma empresa qualquer, isso não tem preço. Nós estivemos visitando dois estádios agora com essa comitiva na Europa. Um funciona há doze anos na cidade de Freiburg, na Alemanha. É um time de futebol pequeno, que nunca foi campeão, e há uma verdadeira romaria, até porque é um estádio pioneiro e todos vão lá estudar e apreciar. Então o fato do estádio ser solar é uma marca da cidade e vão para lá pessoas de todos os lugares para visitar. Tem entrada no estádio, sobe a escada, vai lá ver as placas. E, por último, o estádio que fica em Berna, na Suíça, que é o mais moderno do mundo, foi preparado para a EUROCOPA de 2008, que é uma coisa fantástica, é uma usina solar dentro da cidade. É uma coisa assim que você fica encantado e estamos falando de países que têm 1/3 da insolação do Brasil.

Uma placa desse tamanho na Alemanha, se gera 1, aqui vai gerar 3, 4, talvez até 5. É sobre isso que nós estamos falando. Eu acho que a gente está num momento muito interessante, Senadora, de concretizar esse projeto. Ele é tecnicamente viável, ele é economicamente sustentável e, sob o ponto de vista da mídia espontânea mundial, ele não tem preço, não tem preço.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Bom, eu acho que todos tivemos o entendimento da magnitude do que está sendo proposto. Eu pedi inclusive para a minha assessoria, esse daqui é o documento que eu recebi da Biotechnos Projetos Auto-Sustentáveis, é do Rio Grande do Sul, eles nos encaminharam aqui todo o material e a proposta da instalação das miniusinas de biodiesel a partir do aproveitamento de óleos saturados nas cidades sedes da Copa de 2014. Então seria uma outra forma de geração também de energia importante que poderíamos acoplar. Então são exemplos como estes, bem concretos, do que nós poderíamos transformar num grande conjunto de medidas, de projetos, de concretização, de dar sustentabilidade à Copa e trazer para o Brasil a marca deste evento internacional desportivo, mas com uma característica ambiental extremamente marcante, fazendo a diferença.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Eu só gostaria, Senadora Presidente, de fazer uma solicitação.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Nós não temos número para deliberar do ponto de vista do requerimento, mas podemos trocar algumas ideias e a partir desse debate tirar alguns encaminhamentos.

Seria interessante que V. Exa.. solicitasse do Governo do Estado do Amazonas cópia da apresentação da proposta, porque também o tema lá é carbono neutralizado, é uma Copa do Carbono Neutralizado. É muito interessante para que a gente pudesse agregar também ao conjunto de nossas propostas.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** É, para isto nós não precisamos de requerimento nenhum.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não, um ofício, uma ligação, solicita.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Inclusive que pudesse ser encaminhado o mais rapidamente possível porque nesta Audiência, nessa reunião que nós estamos combinando para a semana que vem com o Ministro do Turismo, dos Esportes, do Meio Ambiente, a FIFA e a Comissão, que nós possamos levar todas estas propostas, inclusive se algum outro parlamentar tiver conhecimento, que a gente possa exemplificar o tipo de proposições que nós poderíamos articular num grande conjunto para que, efetivamente, a Copa de 2014 tivesse essa marca de sustentabilidade.

**DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO):** Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não, Deputado.

**DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO):** Eu cheguei um pouquinho atrasado, a reunião já estava em andamento, mas, pelo que eu pude deduzir pela colocação da Deputada Vanessa Grazziotin, eu

também queria sugerir que, ao invés de falar com o Estado do Amazonas, a assessoria poderia falar com todos os Estados e pedir, porque todos os Estados já têm um comitê trabalhando nesse tema, preocupado ou tentando levar jogos da Copa do Mundo para ser sediados nos seus estádios de futebol, então todo mundo tem um projeto nesse sentido.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Para diferenciar.

**DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO):** Exato.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então vamos ver o que é que já existe.

**DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO):** Então seria bom, se a Comissão pudesse buscar todos, se tiver, quem tiver interesse, evidentemente quem tiver interesse vai apresentar, vai estar aí contribuindo com esse debate e, quem sabe, a gente encontrar algumas coisas aí que são realmente inteligentes e diferenciadas.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Ótimo, muito boa a sugestão. Então, Dulcídia, dezessete contatos aí com os comitês organizadores da Copa.

Eu queria perguntar se nós temos mais alguma questão a tratar porque senão, não havendo, eu vou declarar encerrada a Sessão, agradecendo muito a presença do Mauro Passos, esta ideia fantástica aí dos estádios solares.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Ah, Senadora, não podemos encerrar, antes temos que cumprimentá-la. V. Exa.. acaba de ser conduzida à liderança do governo no Congresso Nacional. Eu quero dizer que para todos nós é uma honra, primeiro, em ter uma mulher, e, uma mulher da sua capacidade, melhor ainda, Deputado Mauro Passos, porque é uma catarinense. Então quero cumprimentar a V. Exa.., tenho convicção plena e absoluta que V. Exa.., como sempre, saberá conduzir da melhor forma esse trabalho, não digo espinhoso, mas extremamente delicado. Parabéns pela condução de V. Exa..

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito grata, muito grata.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Como dizem no Nordeste, Senadora, é uma mulher de um quilate extraordinário.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Muito grata. Declaro encerrada a presente sessão.

*Sessão encerrada às 15h34.*

**ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.**

Às quinze horas do dia dois de junho do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras e Senhores Parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador José Nery, Senador Gilberto Goellner, Senador Inácio Arruda, Deputada Iriny Lopes, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Luiz Bittencourt** e **Deputado Luiz Carreira.** Presentes, também, a **Senadora Rosalba Ciarlini** e **Deputado Eduardo Gomes**. Deixam de comparecer os demais parlamentares. Havendo número regimental, a Presidenta declara aberta a reunião, propondo a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência lê os seguintes expedientes: **a)** E-mail da Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer do Estado do Amazonas, confirmando o nome do Deputado Lupércio Ramos para representar o Secretário de Estado Júlio César Soares da Silva, que não poderá comparecer a Audiência Pública; **b)** E-mail do Assessor Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, comunicando que o Ministro não poderá comparecer a Audiência Pública e que será representado pelo seu Chefe de Gabinete, Senhor Ivo Bucaresky; **c)** Ofício nº 56/2009/GM/MTur, firmado pelo Assessor Especial do Ministro, comunicando a impossibilidade de comparecimento do Ministro do Turismo na Audiência Pública, e esclarecendo que o Ministério será representado pelo Senhor Charlles Capella de Abreu, Coordenador-Geral de Acompanhamento e Fiscalização e **d)** Ofício s/nº da Presidência do Confederação Brasileira de Futebol, assinado pelo Senhor Ricardo Teixeira, lamentando não poder comparecer a Audiência Pública e comunicando que será representado pelo Senhor Francisco Müssnich, responsável por toda a parte jurídica do Comitê Organizador Brasileiro – Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. A presente reunião destina-se a: **Item 1 -** Apresentação do Relatório da Diligência no Estado do Amazonas. Adiado. **Item 2 -** Audiência Pública destinada a tratar do "Projeto Copa Limpa", em atendimento ao Requerimento nº 014, de 2009-CMMC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer "a promoção e articula-

ção desta Comissão quanto ao "Projeto Copa Limpa", viabilizando a realização da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, dentro dos paradigmas de desenvolvimento sustentável", com os seguintes convidados: Ministro de Estado do Meio Ambiente – Carlos Minc; Ministro de Estado do Esporte – Orlando Silva de Jesus Júnior; Secretário-Executivo do Ministério do Turismo – Mário Augusto Lopes Moisés; Instituto Ideal – Mauro Passos; Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República – Roberto Garibe; Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e Secretário de Esporte do Estado do Amazonas – Julio César Soares da Silva. A Presidência solicita a presença dos senhores convidados para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo a palavra, inicialmente, ao Senhor Roberto Garibe e, após, aos Senhores *Charlles Capella de Abreu, Ivo Bucaresky, Francisco Müssnich, Deputado Lupércio Ramos, Mauro Passos e ao Ministro Orlando Silva.* A Presidenta da Comissão informa que manteve contato com o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, o qual afirmou que uma proposta com a magnitude da Copa Limpa será bem recebida pela FIFA e que assumiria o compromisso de agendar um encontro do grupo de trabalho a ser criado com o Presidente Joseph Blater. A Comissão deliberou os seguintes tópicos: ***a)*** Constituição de um **Grupo de Trabalho**, com representantes do Governo (Ministérios do Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Casa Civil da Presidência da República), da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC; **b)** Audiência Pública a ser realizada com os governadores e prefeitos das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014; **c)** Visita à Alemanha, com o intuito de conhecer os métodos de planejamentos e uso de alternativas sustentáveis utilizados na Copa do Mundo de 2006 e **d)** Agenda com o Presidente Lula e com o Presidente da FIFA. Ficou acertado, também, a compilação das propostas sugeridas no decorrer da Audiência Pública, que será apresentada, oportunamente, ao Grupo de Trabalho a ser criado. Na ocasião foram apresentadas as seguintes sugestões: Deputado Colbert Martins, sugeriu a redução da emissão de gás carbono e que sejam feitas emendas conjuntas para a LDO COPA. A Deputada Vanessa Grazziotin sugeriu a criação de um SELO VERDE, propondo vantagens, *também, aos empreendedores privados, desde* que obedecidas algumas exigências e determinações. A Deputada Rebecca Garcia sugeriu estudos sobre a coleta seletiva do lixo, sobre o reaproveitamento das águas das chuvas, dos transportes públicos, da telefonia e da internet, além de entregar à Presidenta da Comissão o Projeto do Estado do Amazonas – Um resumo executivo dos projetos de carboneutralização da Copa do Mundo de 2014 e o Estádio Sustentável de Manaus. O Deputado José Guimarães sugeriu que a Comissão realizasse uma Audiência Pública com a presença dos Governadores e dos Prefeitos das 12 cidades contempladas para sedes da Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de discutir a temática da energia solar, envolvendo, inclusive, o Grupo Interministerial do Governo Federal. Essa proposta obteve apoio dos Senadores Romeu Tuma e Jefferson Praia. O Senador Gilberto Goellner sugeriu a substituição do óleo diesel pelo óleo vegetal nos transportes urbanos, principalmente nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Citou o PLS nº 81, de 2008, que dispõe sobre o assunto. Propôs, também, a utilização da irrigação fotovoltaica, que já está sendo praticada em Cuiabá/MT, que poderia irrigar os estádios, utilizando energia solar e o reaproveitamento da água. O Senhor Mauro Passos, Presidente do Instituto Ideal, fez a entrega à Presidência da Comissão do Projeto "ESTÁDIOS SOLARES – Opção Sustentável para a Copa de 2014 no Brasil", propondo a utilização de energias alternativas, com ênfase para a energia solar. Fizeram uso da palavra para questionar os expositores, os Senhores Parlamentares: Deputado Couber Martins, Deputada Vanessa Grazziottin, Deputada Rebecca Garcia, Deputado José Guimarães, Senador Romeu Tuma, Senador Gilberto Goellner, Senador Jefferson Praia e a Senadora Rosalba Ciarlini. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta.

**11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 01 MINUTO.**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que foi criada pela Resolução nº 4 do Congresso Nacional. *Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da* leitura da Ata da reunião anterior para a sua aprovação. Não havendo quem--

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Proponho a dispensa da leitura da Ata.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço. Não havendo quem faça

qualquer observação, declaro aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião, no calendário das nossas Audiências Públicas, ela tinha sido designada para a oitiva de vários representantes da sociedade civil. Tendo em vista o debate que nós fizemos na reunião passada, na 10ª Reunião, quando tivemos aqui a apresentação inclusive de alguns projetos para nós podermos dar encaminhamento àquele requerimento já aprovado de que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas encabeçaria, coordenaria ou contribuiria com a organização de um conjunto de projetos que pudessem ser viabilizados de tal forma que a Copa do Mundo que o Brasil vai sediar em 2014 pudesse ter uma marca, uma característica diferenciadora das Copas anteriores, sendo considerada uma Copa Sustentável, Limpa, e tendo em vista a escolha, das 12 cidades que vão sediar a Copa, no último domingo... Para minha infelicidade Florianópolis não foi escolhida, estou aqui chorando.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Para outros foi uma grande felicidade.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Para outros grande felicidade, mas eu entendo que mesmo Florianópolis não tendo sido incluída entre as 12, podermos dar andamento nesta proposta, que a Comissão já aprovou, é de fundamental importância.

Portanto, nós convidamos para esta reunião, no dia de hoje o Ministro dos Esportes, Ministro Orlando Silva, o Ministro do Turismo, Luiz Barreto, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, um representante da CBF, tendo em vista que o Ricardo Teixeira está ainda no exterior, mas ele designou alguém para representar a CBF, e, também, convidamos uma pessoa representando a Casa Civil, porque na Casa Civil há um grupo interministerial que está coordenando, inclusive, o PAC da Copa 2014, que deverá ser anunciado aí nos próximos dias, sendo chamados os Governadores e os Prefeitos das cidades, felizmente, escolhidas. Florianópolis não estará, mais uma vez eu estou aqui lamentando, mas o representante da Casa Civil também se fará presente no dia de hoje.

Então como nós já temos a presença de alguns dos nossos convidados, eu vou iniciar a composição aqui da mesa pedindo... Onde é que está a Dulcídia para ela me identificar quem é que já chegou para eu poder anunciar? O Dr. Roberto Garibe, que está aqui representando a Casa Civil. Eu solicito, por favor, que tome assento. A Casa Civil, como eu já disse, tem um grupo interministerial que está coordenando aí as questões do PAC da Copa, então o Dr. Garibe está aqui nesta condição de responsável por esse trabalho da Casa Civil. Eu queria chamar também o Sr. Ivo Bucaresky, que em nome do Ministro Carlos Minc está representando o Ministério do Meio Ambiente. Peço aqui, por favor, para o Sr. Ivo tomar assento aqui à Mesa. Chegou mais alguém? O Sr. Charles Capella de Abreu, Coordenador-Geral de Acompanhamento e Fiscalização do Ministério do Turismo, que está aqui representando o Ministro Luiz Barreto. Pela CBF está designado pelo Sr. Ricardo Teixeira o Dr. Francisco Müssnich, que é o responsável pela parte jurídica do Comitê Organizador Brasileiro da Copa do Mundo da FIFA/Brasil 2014 e, também, é o responsável de todos os contratos referentes à Copa de 2014 para representar a CBF e o loque(F) no importante evento.

Então nós estamos aguardando a presença do Deputado Lupércio Ramos... Ah, já chegou? Então só registrando a presença do Deputado Lupércio Ramos, do Amazonas, que está representando o Sr. Júlio César Soares da Silva, Secretário de Estado da Juventude de Desporto e Lazer do Governo do Amazonas. Nós estamos aguardando a chegada do Ministro Orlando Silva, pois este confirmou a presença.

Então nós gostaríamos de dar início ao trabalho... O Sr. Mauro Passos também, do Instituto Ideal, eu já o encontrei no corredor. Então, quando ele chegar, nós também vamos fazer o registro.

Então o que nós queríamos deixar claro para os nossos convidados é que esta Comissão entende que é um momento absolutamente único na história recente do Brasil nós estarmos sediando uma Copa do Mundo. Este evento tem que ser, eu diria, aproveitado pelo Brasil da forma mais adequada, correta e aproveitando todas as possibilidades que nós tenhamos de usufruir benefícios para o nosso País com a realização deste evento. É um evento aonde a iniciativa privada, os clubes e os órgãos governamentais, os governos tanto federal, estadual como municipal das 12 felizardas escolhidas vão estar executando obras, preparando o receptivo para termos as condições de estarmos acolhendo os milhares de turistas que vão vir acompanhando a realização dos jogos nas 12 cidades.

Então para nós aqui da Comissão de Mudanças Climáticas, a lógica que nós... Já faço então o registro da presença do Dr. Mauro Passos, ex-Deputado Federal, que na semana passada nos brindou com a apresentação dos Estádios Solares como uma das possibilidades aí para desenvolvermos o projeto.

Então o que nós aqui na Comissão entendemos é que um evento desta magnitude, num País como o nosso, que tem uma das maiores biodiversidades do planeta, que tem um potencial inclusive de encabeçar no mundo questões relacionadas à preservação do meio ambiente por tudo que nós possuímos de

fantástico e maravilhoso que a natureza nos deu, nós não vamos aguardar a Copa de 2014 para confirmar apenas que somos os melhores no futebol, porque para isso não precisamos de ter mais uma Copa para podermos comprovar. Então para nós é muito importante que tenhamos a capacidade de marcar esta Copa com algo relacionado ao meio ambiente, relacionado com a sustentabilidade ambiental. É este o objetivo aqui desta reunião. Sendo bastante franca e objetiva, nós queremos sair daqui com um grupo de trabalho formado aonde o Congresso Nacional, os representantes dos Ministérios, das áreas afetas à realização da Copa, com a CBF e a FIFA e os governos estaduais e municipais participando desta organização dos projetos de forma a marcar a Copa de 2014 como uma Copa Limpa, uma Copa Sustentável.

Então é com esta intenção, com este objetivo que nós estamos realizando a reunião no dia de hoje. Alguns debates nós já fizemos, já tivemos a oportunidade inclusive de conhecer alguns projetos, têm outros projetos que estão sendo apresentados para a Comissão, mas nós não queremos trabalhar isto isoladamente. Nós queremos sair daqui com este compromisso: CBF e FIFA, Governo, Congresso, irmanados para a gente poder construir essa Copa de 2014 com esta marca diferencial de Copa Limpa, Copa Sustentável.

Então eu abriria de imediato a palavra para os parlamentares e, em seguida, eu vou dar a palavra para cada um dos nossos convidados.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Pela ordem, Senadora Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Deputado Guimarães.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Eu sugeriria que os convidados falassem primeiro, eu acharia melhor.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não há problema nenhum. Então vamos começar da esquerda para a direita. Primeiro a palavra com o Dr. Roberto Garibe, que aqui representa a Casa Civil da Presidência da República.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senadora, pela ordem.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** A senhora vai dar tempo para cada um? É que na outra reunião tinha muita gente, deram dez minutos para cada um. Eu não sei, a senhora é que vê.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu acredito que no máximo dez minutos. Se algum dos nossos convidados entender como relevante um pouco mais de tempo... O objetivo da nossa reunião está muito claro: nós temos condições de formar essa interligação? É isso aqui. Vale à pena, vale à pena? É isto que nós temos que discutir aqui hoje. Então, Dr. Garibe, com a palavra.

**SR. ROBERTO GARIBE:** Obrigado. Primeiramente agradecer ao convite, me sinto muito honrado de estar aqui presente para falar de um assunto tão interessante como a Copa do Mundo e poder mostrar um pouco do trabalho que nós estamos iniciando na Casa Civil. Agradecer a Senadora Ideli Salvatti pelo convite, ao Deputado Colbert Martins, queria cumprimentar os meus companheiros de Mesa, demais Senadores, Deputados, assessores presentes.

Senadora, a Casa Civil, ela começou organizando a Copa através da criação de um Grupo Executivo. Nós estamos utilizando os mesmos métodos de monitoramento que nós vínhamos fazendo em relação ao PAC, nós vamos fazer a mesma coisa em relação à Copa do Mundo, ou seja, a Casa Civil, ela tem, vamos dizer assim, ela monitora, ela não é protagonista do processo, mas ela monitora e é uma incentivadora dos planejamentos e das ações dos Ministérios. Fazem parte desse grupo da Casa Civil o Ministério do Esporte, o Ministério do Turismo, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda, o que a gente chama de Grupo Executivo, e outros Ministérios estão se associando conforme esse planejamento vai caminhando. No momento a gente tem trabalhado com o Ministério das Cidades, especificamente sobre o tema da mobilidade urbana, que eu acho que tem tudo a ver em relação ao tema que nós estamos tratando aqui de sustentabilidade. Estamos tratando também agora com o Ministério da Defesa em relação aos aeroportos, estamos tratando com a Secretaria Especial de Portos em relação aos portos, que nós temos cidades ribeirinhas e costeiras escolhidas pela FIFA, estamos discutindo isso. Já está no nosso horizonte uma discussão sobre segurança, que ela é muito importante, incorporando aí o Ministério da Justiça, e já estamos autorizados agora, a partir do anúncio feito pela FIFA nesse domingo, a procurar Estados e Municípios para detalhar todos os planos relativos à Copa.

Mas antes, assim, de entrar em maiores detalhes, eu queria concordar com o que a Senadora colocou, que nós temos uma oportunidade única no País. Ela é única por um motivo que todos nós sabemos, mas, talvez, não tenhamos a dimensão por vivermos todos dentro do Brasil. Eu acho que desde 1950, quando nós organizamos a última Copa, o cenário mudou completamente. Em 1950 nós não tínhamos nenhum título internacional, até então, talvez a perda daquela Copa talvez tenha sido a dor do parto de uma Nação futebolística.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não lembre.

**SR. ROBERTO GARIBE:** Depois disso, nós nos tornamos a Nação mais vencedora em termos de futebol, maior Nação exportadora de talentos, maior número de atletas considerados os melhores do mundo e o berço de Pelé, que até hoje é considerado um dos melhores atletas.

Eu digo tudo isso para dizer que essa oportunidade que a Senadora aponta, ela tem todo o sentido. A Copa é um evento televisivo, ela reúne, segundo dados da Copa da Alemanha, 26 bilhões de espectadores, contando todas as pessoas que sentaram, o número de vezes que sentaram em frente dos televisores para acompanhar uma partida de futebol. É uma vitrine incrível, nenhum outro evento no mundo tem essa capacidade de agregar tantas pessoas e chamar a atenção para um evento. Então eu tenho certeza assim que se fizesse uma pesquisa no mundo que ao você dizer a palavra futebol dissesse para a pessoa associar um País, eu tenho certeza que o Brasil seria o País mais citado. Então é totalmente diferente de você falar dos efeitos de uma Copa do Mundo na Ásia, na África do Sul, na Alemanha e falar desse mesmo efeito no Brasil. Eu acho que por isso é um momento único.

Eu queria acrescentar, eu acho que ter uma política de comunicação é essencial. A gente ter definido o que é que nós queremos mostrar ao mundo em relação à Copa, é essencial a gente ter essa discussão, por isso eu vejo com muitos bons olhos a formação dessa Comissão. Eu acho que é mais uma arena para a gente poder discutir um pouco essa estratégia.

Eu acho, aí falando da minha contribuição pessoal, eu acho que nós temos que garantir que o mundo ainda nos conheça por ser um País vibrante, mas, sobretudo, por ser um País democrático, por ser um País estável e por um País que dá largos passos para alcançar um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Eu acho que nós termos isso como uma marca consolidada, que eu acho que nós já estamos trabalhando por isso, independente de termos ou não uma Copa, seria importante para o País. Agora a estratégia para fazê-lo é o que a gente precisa definir.

Voltando à questão do grupo criado na Casa Civil, nós iniciamos essas discussões, como eu disse, com esses Ministérios que ocupam o Grupo Executivo e nós temos alguns princípios desse planejamento que nós estamos começando a adotar. Primeiro, a questão da transparência em relação a isso. Nós sabemos que a Copa vai ser dividida em investimentos públicos, principalmente na área de infraestrutura, segurança, mesmo na política de comunicação do País como um todo, entre outros, e nos investimentos privados que, sobretudo, nós vamos ver destacados em relação aos estádios e toda a infraestrutura esportiva do País. Agora, nós temos que ter, eu acho que nós podemos apresentar isso com o exemplo do Pan-Americano, que a transparência é fundamental para termos uma comunicação clara com a sociedade de quais são as nossas estratégias, quais são as nossas prioridades e quanto isso vai custar, quanto de dinheiro público isso vai envolver e porque é que se decidiu por isso e não por aquilo como estratégia, como prioridade para os investimentos da Copa. Então a transparência é um ponto fundamental. Nós queremos adotar um método de planejamento que possa dar conta de um evento da complexidade da Copa. Nós estamos, agora, discutindo, inclusive com a Alemanha, onde não foi um evento bem sucedido tal como, por exemplo, a organização das Olimpíadas na Espanha, que virou um grande *case* para o mundo, mas nós sabemos que do ponto de vista do planejamento foi muito bem feito na Alemanha, inclusive o modelo que eles estão adotando lá é o modelo que está sendo utilizado na África do Sul e nós queremos aprender um pouco o método de planejamento que eles utilizaram; nós estamos tentando absorver esse conhecimento para poder definir como é que vai ser o método de acompanhamento.

Eu volto a repetir, em relação ao monitoramento, nós queremos, inclusive, eu estava aqui conversando com o representante do Comitê Organizador local, o Francisco Müssnich, que é do interesse do setor público monitorar também os investimentos privados e eu acho que vice-versa, o Comitê Organizador, nós temos que ter uma estreita relação em relação a esses investimentos, porque nada pode sair errado, qualquer coisa que sair errada é a marca Brasil é que será manchada, ninguém vai querer saber se foi a companhia privada ou pública que cometeu algum erro. Eu acho que aí teremos todos que estarmos envolvidos nisso para que tudo dê certo.

Também em relação a esse trabalho, como eu disse, nós começamos priorizando a discussão da mobilidade urbana. Por que é que nós começamos com isso? Porque são os investimentos de mais longa maturação que nós identificamos no planejamento. Se nós não começarmos agora a definir esses investimentos de mobilidade urbana, fatalmente nós não teremos eles prontos para a Copa das Confederações em 2013 e, posteriormente, para a Copa em 2014. Então foi a prioridade que nós adotamos, foi ali que nós começamos a fazer uma discussão mais detalhada sobre isso.

Nós tivemos até agora, que estão listados, o estágio dessa discussão da mobilidade urbana, foram apresentados 53 projetos, já separados [soa a cam-

painha] das 12 cidades-sede, 53 projetos que vão beneficiar 34 milhões de pessoas, pelas contas que nós fizemos, em relação aos sistemas de transporte em 173 Municípios, não somente em 12, porque muitos dos investimentos que estão lá pleiteados vão atingir a região metropolitana desses grandes centros.

Agora eu queria esclarecer que essa carteira de investimento está num momento agora de tomada de decisão dentro do Governo. Nós vamos discutir, priorizar esses investimentos e dali vamos tirar, vamos dizer assim, um número correto de investimentos, de número de projetos que serão apoiados pelo Governo. Agora tem um conjunto de variáveis--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Alguns deles já estão no PAC, pelo que eu entendo?

**SR. ROBERTO GARIBE:** Esses que eu estou dizendo são fora PAC.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Fora PAC?

**SR. ROBERTO GARIBE:** É. Muitos estão nos PACs, por exemplo, nós temos o metrô sendo financiado em várias cidades, nós temos estradas que eles vão beneficiar, a organização da Copa, e outros investimentos que nós vamos identificar. E aí nesse caso eles vão continuar sendo monitorados e terão lá um carimbo Copa para identificar que eles também trarão benefícios para a Copa de 2014.

Bom, e aí voltando assim, falando exclusivamente do nosso tema em relação à questão da sustentabilidade, a gente ter uma Copa Verde, uma Copa Limpa. Eu acho que seria interessante, e aí aqui me colocando como representante da Casa Civil, sabendo que isso não foi debatido dentro da Casa Civil, mas eu acho que é algo que a gente tem que incorporar no planejamento e colocar em debate. Eu acho que as cidades-sede, poderia ser exigido delas, vamos dizer assim, um Selo Verde para a organização da Copa, porque alguns investimentos, principalmente os novos investimentos a serem feitos, eles já serem feitos em regras que garantam a sustentabilidade ambiental e social desses projetos. Então não faz nenhum sentido realmente você estar construindo um novo estádio e esse estádio não adotar certas regras, por exemplo, de economia de consumo de energia ou outras questões. Ou mesmo essas cidades, que vão ter que fazer agora uma definição sobre que modal de transporte adotar, não optar por modais mais limpos e mais sustentáveis. Eu acho que seria importante a gente elencar quais seriam essas variáveis e, também, fazer um esforço para mostrar que atender a essas exigências significaria ela ter um Selo Verde e estar dentro de um conceito de sustentabilidade de toda a Copa. Eu acho que nesse diálogo que nós vamos ter, tanto a FIFA, o Comitê Organizador local, como o Governo e o Estado em geral, isso tem que ser um preceito acordado e colocado a todas as cidades, porque eu acho que nós tendemos aqui, obviamente, a nos vislumbrar com os números, os impactos que a Copa terá em torno de geração de emprego, de geração de renda, de legado para esse País, são fantásticos, e aí eu queria até citar, antecipando aqui o meu companheiro Charles, do Ministério do Turismo, que eu também já fiz parte daquela Casa, eu tenho certeza que um dos legados aí, falando somente dos impactos econômicos, é que nós podemos, no mínimo, dobrar a participação no PIB do setor turismo no País. Eu acho que um dos legados para a economia seria você fazer emergir um novo setor na economia, altamente empregador, possivelmente, assim, totalmente aberto à questão de adotar regras de sustentabilidade e não só isso, mas a sustentabilidade, no caso, ela tem ganhos para o turismo, muito pelo contrário talvez de outros setores, e eu acho que nós temos que estimular isso, porque é um setor altamente empregador, como a gente pode ver, pequenos aportes de investimentos geram realmente emprego, é uma área que tem uma grande mobilidade social e esse eu acho que pode ser um dos impactos aí, tanto o que a sustentabilidade pode trazer como que os investimentos diretos da Copa.

Bom, é isso, eu não quero me alongar, acho que eu já estourei o meu tempo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Já apitou, inclusive. Não foi o da expulsão, o cartão vermelho, mas já foi o amarelinho. Mas eu agradeço muito ao Dr. Roberto Garibe, acho que fica bem claro que nós estamos na hora certa para fazer a discussão.

**SR. ROBERTO GARIBE:** Exatamente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Inclusive em todos esses investimentos, definição de obras, características, inclusive, das obras de infraestrutura. Eu acho que este é o momento. Passo então, de imediato, para o Dr. Ivo Bucaresky, que está aqui representando o Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente.

**SR. IVO BUCARESKY:** Bom, boa-tarde, Senadora Ideli, Deputado Colbert Martins, colegas de Mesa, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sras. e Srs. Assessores.

Primeiro agradecer ao convite, obviamente esse é um assunto que o Ministério do Meio Ambiente tem todo o interesse. Discutir uma Copa Sustentável é algo que faz parte da nossa agenda e acho que isso é importante para um outro grande motivo. Geralmente quando se fala de meio ambiente as pessoas ficam pensando na floresta amazônica, na questão da água,

no cerrado, e muitas vezes esquecem uma agenda importante da área ambiental, que nós chamamos da Agenda Marrom, que são as agendas na cidade, a questão ambiental nos grandes centros urbanos, nos pequenos centros também, que muitas vezes fica relegado ao segundo plano, mas que é onde mora a maioria das pessoas e que nós também temos que resolver a questão ambiental das pessoas que moram na cidade. Fazer um debate desse, aproveitar o momento onde nós teremos 12 dos nossos grandes centros urbanos e vários outros Municípios no entorno, tendo grandes obras de infraestrutura sendo reformados, ter a possibilidade da gente ter um Selo Verde, de criar um mecanismo em que a gente faça obras que tornem as cidades ambientalmente mais agradáveis é uma coisa importante. Eu acho que pegar a oportunidade da Copa do Mundo que vai gerar nisso é uma grande ideia, vocês estão de parabéns. Com relação a essa Comissão, o Ministério do Meio Ambiente vai apresentar todos os esforços para ajudar, nós queremos estar nisso, eu acho que nós temos que aprovar isso, trazer mais para o centro da agenda o debate da questão ambiental nos grandes centros e a Copa do Mundo pode ser um motivo para isso. Além do que, como todos nós sabemos, futebol é o tema que mais interessa na nossa sociedade. Misturar futebol com o meio ambiente é algo que pode ser um grande veículo de educação ambiental.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Um gol de placa.

**SR. IVO BUCARESKY:** Exatamente. Pode ser um grande veículo de educação ambiental, quer dizer, nós trouxermos durante as chamadas da Copa do Mundo, mostrar para as pessoas como elas podem agir no dia a dia para ajudar o meio ambiente, quer dizer, vai ser uma fonte de informação, de transmitir a informação da educação ambiental muito boa. Nós temos que aproveitar isso.

Eu acho que para isso, até repetindo um pouco o que o Roberto falou, nós temos que discutir nessas obras de infraestrutura, não só dos estádios, mas de toda a infraestrutura urbana que vão ser feitas na Copa do Mundo, como elas podem ser de uma maneira melhor ambiental, tanto o modal de transporte, se vamos usar transporte mais sobre trilho ou outros mecanismos menos poluentes, as infraestruturas de saneamento que terão que ser reformadas nas cidades, as questões dos prédios, de Prédios Verdes, os chamados *Green Buildings*, da utilização de formas alternativas de energia, nós temos principalmente energia solar, mas há outras discussões de forma de energia, utilização inclusive de outros tipos de lâmpada, a utilização de LED e outras lâmpadas que consumam menos energia, que agridam menos o meio ambiente nas suas emissões de energia. Eu acho que uma discussão fundamental vai ser a questão do uso da água. Eu acho que devemos ter nos nossos estádios e em outros prédios que serão construídos sistemas de reuso de água, usar água de chuva, de reaproveitamento de água em prédios que consumam muita água, utilizar novamente nos próprios prédios, já que a questão da água é hoje uma questão fundamental no mundo inteiro e que o Brasil será alvo disso, já que nós somos a maior reserva de água doce não congelada do mundo. Então nós também temos que reaproveitar a água, já estamos, apesar de ser um País com tanta água já estamos tendo problema de falta de água, de problemas de água em vários lugares, então aproveitar, e eles são primordialmente gerados pelo consumo de água, os grandes centros, portanto, alterar o patrão de consumo da água nos grandes centros urbanos é fundamental. Se nós conseguirmos construir Estádios Verdes, que eu acho que obviamente é o principal, vai ser o melhor modelo de educação ambiental, quer dizer, se alguém chega no seu estádio e vê o estádio tendo energia solar para consumir, que tenha água de reuso, que tenha coleta seletiva no estádio, que faça a compensação de carbono, que chegue de metrô, tudo isso vai ajudar a gente a educar o nosso povo, a mostrar práticas ambientalmente corretas na área urbana.

Portanto, a gente acha que temos que ter nessas construções dos estádios e na infraestrutura exigências desse tipo. Temos que discutir, estamos oferecendo a nossa equipe aqui junto com outros Ministérios, quais são as tecnologias hoje que temos, nós temos que mapear que tipo de tecnologias existem, que sejam adaptáveis, vamos dizer assim, nos estádios do Norte, do Nordeste, do Sudeste, a energia solar com certeza permite; no Sul, que tem menos insolação, há outras maneiras alternativas de fazer ou se podemos fazer isso de maneira em conjunto com mais de um tipo de energia. Para dar um exemplo, como é que a gente pode adaptar um Maracanã da vida a utilizar água de reuso? Essas são questões que nós temos que estar em debate, quais são as tecnologias possíveis para isso e, havendo a tecnologia, exigir que elas sejam utilizadas, mesmo que isso eventualmente envolva algum aumento no gasto do investimento, mas a gente sabe que isso aumenta o gasto de investimento, mas o custo para as futuras gerações, para a nossa geração diminui. Nós já vimos isso em outras experiências de grandes obras, temos o exemplo disso no Rio de Janeiro, na obra do Compes(F) da PETROBRAS, onde foi exigido aumentar alguns custos de investimentos ambientais, mas que darão para as sociedades futuras menor poluição. A PETROBRAS foi obrigada a colocar

um equipamento de efluente, para fazer efluente zero na água, por exemplo, que fez com que vá aumentar em 100 milhões o investimento da PETROBRAS, mas para a sociedade isso é um grande ganho. Então eu acho que nós temos que tentar mapear esse tipo de tecnologia, ver nas obras de infraestrutura quais são as tecnologias possíveis atuais, a gente sabe que nos próximos anos também evoluiu.

Nós temos uma outra coisa importante nessa questão ambiental também em estratégia do País, que são as Olimpíadas, a tentativa de conseguir que o Rio de Janeiro seja a sede das Olimpíadas de 2016. Nós já tivemos conversas com o Ministério dos Esportes e eles mesmos dizem que a bandeira ambiental é uma das principais bandeiras que nós temos para ganhar a disputa. Então se nós mostramos ao mundo que a Copa do Mundo, que será não só no Rio de Janeiro, mas em todas as cidades que nós faremos a Copa do Mundo estaremos preocupados com a questão ambiental, com a evolução da questão ambiental, isso também nos ajudará a ganhar a Olimpíada de 2016 para o Rio de Janeiro. Então eu acho que é importante a gente fazer um link nessas duas discussões.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Só um minutinho, Dr. Ivo. Agradecendo aí a chegada e a presença, que muito nos honra, do Ministro Orlando Silva, Ministro dos Esportes. Ministro, para o senhor entender o que é que nós estamos fazendo aqui agora neste momento. Como foi explicado ao senhor, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas aprovou uma proposta, um requerimento de que nós iríamos nos envolver para que a Copa de 2014 tivesse uma marca de sustentabilidade, Copa Limpa. Nós queremos uma Copa... Aqui não está autorizado, como corinthiana, não está autorizado a chamar de Copa Verde [risos], Copa Verde não. Copa Limpa, Copa Sustentável, se quiserem outros nomes... Copa Verde não, não pode ser. Nós convidamos para esta reunião hoje, que o nosso objetivo nesta reunião é ouvir os representantes do Governo, da CBF, FIFA e aqui do Congresso, se a gente tem condição de organizar e ter em 2014 a Copa com esta característica. Então é possível, vale a pena, é bom, vai ser um gol de placa para o Brasil? Então nós temos que começar a trabalhar deste já.

Então era isso, nós estávamos terminando de ouvir o Dr. Ivo Bucaresky, que é o representante do Ministro Carlos Minc, já ouvimos o Dr. Garibe, que está representando aqui a Casa Civil, e aí, se o senhor permite, nós vamos continuar aqui com a mesa e o senhor seria o último. Então, Dr. Ivo, para terminar.

**SR. IVO BUCARESKY:** Para encerrar, primeiro que eu preferia uma Copa Rubro-Negra [risos]. Eu acho que nós temos todas as condições de fazer essa Copa sustentável, eu acho que é o momento é agora de fazer, como disse o Roberto, criar um Selo Verde, eu acho que nós temos que aproveitar esse momento para listar quais são as exigências ambientais que nós temos que ter para todas as obras de infraestrutura públicas e privadas para se adaptar para que a gente receba a Copa Limpa. Que a gente dê um exemplo para o mundo, até para a FIFA, como exigências, e volto a dizer, também para reforçar a nossa disputa pelas Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.

E, só para terminar, parabenizar novamente a Comissão por essa ideia e que o Ministério estará totalmente de apoio a isso. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Maravilha, Dr. Ivo. Então eu já passo de imediato ao Dr. Charles Capella de Abreu, que está aqui representando o nosso Ministro do Turismo Luiz Barreto.

**SR. CHARLES CAPELLA DE ABREU:** Boatarde a todos, eu gostaria de agradecer o convite à Senadora Ideli, ao Deputado Colbert, cumprimentando a todos aqui.

O Ministério entende, das diversas ações que ele tem, têm três grandes ações que a gente tem que potencializar para poder receber a Copa: é a promoção do Brasil no exterior, a qualificação da nossa mão de obra e os investimentos em infraestrutura turística que o Ministério vem fazendo de alguns anos.

A questão da promoção do Brasil no exterior, a gente entende que num ano de Copa, que é o que antecede o posterior, ele referenda praticamente vindo anos de investimento que a gente vem fazendo. Hoje o investimento anual da EMBRATUR é em torno de três milhões de dólares, de promoção do País, e a gente entende que num ano de investimento, nesses três milhões, a gente conseguiria potencializar esse investimento em mais de 60 milhões. Então é uma oportunidade que a gente tem que conduzir de uma forma bastante adequada para não deixar ela passar, aproveitar e otimizar ao máximo possível ela.

A qualificação da mão de obra é uma ferramenta que o Ministério vem adotando há muito tempo, qualificando desde a mão de obra de taxista, formando uma segunda língua no mercado hoteleiro, a qualificação de guias de turismo, assento e atendimento ao turista, então é uma outra ação que o Ministério vem potencializando e com a proximidade da Copa a gente tende a potencializar ainda mais as ações.

Dentro do arcabouço de ações do Ministério, 80% do nosso investimento hoje está centrado em infraestrutura turística. Dentro da infraestrutura turística nós temos uma série de ações que acabam sen-

do contempladas, desde a melhoria da acessibilidade, investimentos em portos, aeroportos, mobilidade urbana. Nós fizemos um levantamento em 2008 das cidades-sede, que venceram agora, que foram qualificadas, nós tivemos um investimento em 300 milhões de reais em 2008. A tendência de investimento agora é ter um incremento ano a ano e a gente, como o colega Garibe disse, a gente vai agora tentando usar o critério da seleção das cidades-sede para a gente poder incrementar esses investimentos em cada uma dessas cidades.

Também não podemos esquecer que a Copa é um evento que o turista que vem, ele não vem só para assistir o jogo. Então a ideia também é dentro dos 65 destinos indutores do turismo no País, potencializar seus investimentos. E aí aproveitando um pouco a fala do Ivo, essas obras eu acho que agora têm que de alguma forma ser qualificada com a questão do meio ambiente. Então se a gente puder discutir diretrizes para a gente, de alguma forma, puder incrementar o uso de energia renovável nessas ações, porque de alguma forma todas elas dialogam diretamente com o meio ambiente, seria muito importante que a gente começasse a incrementar esse tipo de ação.

Então eu acho que é isso, Senadora, que o Ministério está tentando atuar, e a gente espera que esse grupo nos ajude a focar os nossos investimentos na seleção.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Dr. Charles. Já passo de imediato a palavra para o Dr. Francisco Müssnich, dizendo que no telefonema que eu dei ao Dr. Ricardo Teixeira, inclusive comunicando, avisando que nós estávamos com esta intenção, que teríamos a reunião no dia de hoje, pedindo que ele pudesse mandar o representante, como muito gentilmente ele acolheu e fez a indicação do Dr. Müssnich, o Sr. Ricardo Teixeira nos deu a seguinte informação: de que uma proposta desta magnitude seria extremamente bem recebida pela FIFA. A FIFA, segundo o Dr. Ricardo Teixeira, com certeza acolheria a proposta, daria realce para a proposta, seria algo que realmente demarcaria a Copa de 2014 e ele se colocou à disposição para que todo logo, dependendo do resultado desta reunião, tão logo nós tivéssemos um desempenho preliminar do que seria esta Copa Limpa, esta Copa Sustentável, de agendar com o Presidente da FIFA para que nós pudéssemos, em nome do grupo de trabalho, Governo, CBF e Congresso, a Comissão Mista, podermos apresentar ao Presidente da FIFA.

Então eu já passo de imediato a palavra, eu acho que vai ter que ter uma inversão de local, de assento, para o Dr. Francisco Müssnich poder também se pronunciar.

**SR. FRANCISCO MÜSSNICH:** Boa-tarde a todos. Eu queria agradecer à Senadora Ideli Salvatti a gentileza do convite e ao Senador, real Deputado Colbert também, agradecer ao Senador Tuma pela sugestão da troca dos lugares, meus colegas de Mesa, é um prazer estar aqui com o Ministro Orlando, com quem eu tenho convivido em função da Copa do Mundo.

Eu acho que a ideia dessa Comissão é absolutamente genial por várias razões. O que se tem percebido em muitos momentos no próprio Brasil, em matéria de legislação, é uma disparidade de entendimento entre os diversos setores do governo. Eu acho que o Roberto Garibe tocou num ponto extremamente relevante, que é a centralização junto com a Casa Civil e o Ministério dos Esportes das ações que são coordenadas para a Copa do Mundo. Também falou o Ivo Bucaresky das questões de licença ambiental, autorização prévia, utilização de energia limpa ou renovável nos estádios. Os Estados e os Municípios, as cidades que são as beneficiárias diretas das 12 cidades, elas de fato estão num momento extremamente importante porque estão finalizando os modelos que vão ser adotados para a renovação, a construção dos estádios ou a modernização dos estádios, e outras cidades que não foram contempladas imediatamente com o fato de serem cidades-sede não vão ficar para trás, porque a FIFA tem um conjunto bastante amplo de atividades que inclui basicamente *fund fests*(F) em várias cidades que são um grande sucesso. É como se você fosse ao estádio, assistisse ao jogo com telões enormes, onde você tem grandes aglomerações vibrando como se estivesse vendo o jogo absolutamente ao vivo. Tudo isso pressupõe uma organização e essa iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, ela atrás de encontro toda a legislação que será necessária para a construção desses estádios. Então as normas, por exemplo, do PAC, poderiam, em convênio com os Estados e Municípios, já estabelecerem autorizações prévias ambientais desde que a construção de tal ou qual estádio tivesse essa ou aquela característica, energias renováveis, tivesse energia solar, reuso de água, fosse colocado em lugar aonde o entorno desses locais não fosse degradado, onde houvesse a possibilidade de acesso de transporte com segurança, quer dizer, a Copa do Mundo traz para o Brasil uma oportunidade singular de fazer com que essas normas que geralmente em muitos casos são conflitantes, em função desse Grupo de Trabalho que tem funcionado extremamente coeso, e aqui eu faço questão de citar não só o Ministro Orlando Silva, como também o Dr. Alcino Reis Rocha e o Consultor Jurídico Wladimir Camargo, tem funcionado de uma

maneira extremamente bem articulada com o Comitê Organizador da Copa do Mundo no Brasil, do qual eu sou Assessor Jurídico. Portanto, eu queria dizer que essa iniciativa é absolutamente pioneira, é fundamental e absolutamente tempestiva. Ela é feita num momento em que os Estados se organizam.

Nos dias 08, 09 e 10 de junho haverá, no Rio de Janeiro, o que a gente está chamando de Seminário das Cidades. Eu creio que ou o Ministro Orlando Silva ou o Dr. Alcino Reis Rocha participarão desse evento. O que é que vai acontecer? Vai ser explicado às cidades as obrigações que elas têm como cidades-sede e vai ser reforçado sobretudo as questões relacionadas aos estádios de futebol que ou serão remodelados ou serão reconstruídos ou serão construídos a partir do zero, e tudo isso de uma maneira que atenda as condições da FIFA. Eu digo isso de uma maneira bastante simplificada, eu poderia gastar bastante tempo, mas eu acho que seria interessante talvez escutar da própria Audiência perguntas que forem eventualmente feitas, mas o mais importante de tudo é que o Brasil, esse é um ponto fundamental, graças à atitude bastante construtiva, positiva e atuante do Ministro Orlando Silva, tem sido cumpridor de todas as suas obrigações de forma tempestiva, aquelas que foram assinadas lá atrás, quando o Brasil, através da CBF, se candidatou para a Copa do Mundo. Embora o Brasil fosse o único candidato, porque a Colômbia desistiu da sua candidatura, ainda assim o Brasil teve de cumprir uma série de obrigações adicionais que foram impostas pela FIFA e que criaram um novo padrão de comportamento. Vejam os senhores que no caso do Brasil a complexidade ainda é muito maior porque, por exemplo, na Alemanha, a Copa do Mundo foi feita num estado unitário e não federativo. O Brasil tem três níveis de hierarquia, federal, estadual e municipal, o que dificulta e muito. Essa Copa do Mundo também, essa iniciativa da Senadora Ideli Salvatti é importante porque ela viabiliza também a atualização de uma série de Leis, principalmente com relação ao que a gente chama de "marketing de emboscada", que é a Copa do Mundo, você tem um patrocinador oficial, vamos supor, Adidas, e tem lá um cartaz da Nike; ao mesmo tempo em que a Adidas gastou milhões para investir o seu dinheiro naquele evento, vem um outro e utiliza-se de uma emboscada para assegurar uma vantagem que lhe é indevida. Portanto, a atualização dessa legislação vem de encontro a essa iniciativa e o momento é absolutamente oportuno.

Eu como representante aqui do Dr. Ricardo Teixeira, que me pediu que viesse aqui atender ao seu convite muito gentil, estou à inteira disposição, o Ministro Orlando Silva sabe como eu trabalho, o meu nome é trabalho e o meu apelido é hora extra, para fazer o que for necessário para colaborar com essa iniciativa que é de fato a verdadeira campeã e que vai dar ao Brasil uma vantagem extraordinária, não só por causa da Copa do Mundo, como coisas que têm que ser eventualmente mexidas e organizadas de uma maneira mais consistente.

Eu não sei se eu deveria falar mais alguma coisa, mas estou à disposição para eventuais perguntas. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Dr. Francisco Müssnich. Eu passaria já de imediato ao Deputado Lupércio Ramos, que está aqui em nome do Governo do Amazonas, até porque Manaus foi escolhida e Florianópolis não [risos]. Eu vou falar até o final da tarde hoje de Florianópolis.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Antes de o Lupércio falar, ele já foi Deputado Federal na legislatura passada, assume novamente agora, mas antes ele era o Secretário de Estado de Esportes, então ele tem grande participação pela escolha de Manaus. Então nós todos somos muito gratos ao trabalho que ele desenvolveu na Secretaria.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Maravilha. Deputado Lupércio, inclusive a pedido da Deputada Grazziotin foi feito o convite ao Estado do Amazonas exatamente porque na proposta do Amazonas essa questão da sustentabilidade veio com uma marca muito forte.

**DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM):** Com certeza. Dileta Senadora Ideli, Presidente dessa Comissão, ilustre Ministro Orlando Silva, por quem temos uma grande admiração, gratidão por tudo que tem feito no esporte lá no Estado do Amazonas, meu deleto amigo colega Colbert Martins. Em nome dos senhores saúdo a todos da Mesa, inclusive Senadores, Deputados Federais, de forma muito especial minhas duas deletas colegas e amigas Vanessa Grazziotin e Deputada Rebecca.

Como disse a Vanessa, eu acompanhei de perto, Senadora, o início de todo o trabalho que apresentamos para a FIFA desde 2007, quando apresentamos o primeiro caderno de encargos. Eu gostaria de fazer esta breve exposição frisando duas questões, uma específica desta Comissão, e a outra genérica, mas com relação a todos os investimentos que o Brasil vai receber e o legado que a Copa do Mundo vai deixar para o País.

Todo o nosso trabalho, eu acho que o nosso diferencial inclusive, Senadora, com relação a Belém, foi justamente este, a questão da sustentabilidade, a Copa da Amazônia, que não seja a Copa Verde, mas a Copa da Amazônia. Manaus acabou sendo vitorio-

sa e aqui eu quero levantar o primeiro aspecto técnico e prático dessa questão - e por isso parabenizar também a Comissão. O Amazonas se comprometeu a carboneutralizar toda a competição em 2014. O que significa isto? Cada tonelada de carbono que o evento Copa do Mundo emitir na atmosfera, nós faremos a compensação, ou seja, há um compromisso do Governo do Amazonas de redobrar os seus esforços com relação ao seu programa, que já é muito bom na questão ambiental, melhorar cada vez mais esse trabalho fazendo investimentos diretos e maciços na questão ambiental. A partir de agora os técnicos já começaram a fazer estudos científicos com relação a esta questão e tudo será coordenado por uma Fundação que já existe, que já está criada, chamada Fundação Amazônia Sustentável, que pode receber recursos públicos como também recursos privados e que vai fazer um trabalho não só de fiscalização, mas de acompanhamento do cronograma do Governo do Amazonas no sentido de melhorar a sua política ambiental criando mais parques ecológicos, reservas ambientais, reservas de atividade sustentável, quer dizer, fazendo um programa que seja compatível com o sequestro de carbono. Portanto, o nosso compromisso, o compromisso do Amazonas, desde o primeiro momento, foi este, fazer da Copa do Mundo de 2014 a Copa do Meio Ambiente, a Copa da Floresta.

Portanto, a senhora não se preocupe, eu sei que a senhora está muito triste porque Santa Catarina não entrou no jogo, mas agora nós vamos pensar no Brasil e a senhora tem que ficar feliz também porque a Amazônia, porque tem Manaus como capital da Amazônia e a senhora estará extremamente bem recebida por nós em 2014 quando for no Amazonas e poder coroar com todos nós essa Copa do Mundo.

Portanto quero dizer que o Amazonas assumiu este compromisso, este é um compromisso inarredável do Governador Eduardo Braga, até porque o Governador Eduardo tem, como gestor público, demonstrado uma extrema competência, conhecimento, responsabilidade com o meio ambiente, com a questão ambiental. Sabemos nós que a Amazônia será fundamental para a Copa do Mundo e a Copa do Mundo será fundamental para a Amazônia, porque aí milhares, milhares e milhares de turistas vão compreender melhor o que é a Amazônia e como o Brasil está cuidando da Amazônia, como o Brasil está tratando a Amazônia. Este foi o primeiro momento.

Também não podemos esquecer a questão da saúde. Eu acho que aqui nesta Comissão seria muito bom também que a gente tivesse esta preocupação. Nós temos a preocupação de erradicar a malária na região. Isso é extremamente importante para a realização da Copa do Mundo. Os turistas querem ter a certeza de que vão para uma cidade onde estarão seguros. Portanto, malária, dengue, todas essas endemias típicas da nossa região serão atacadas de forma incisiva pelo conjunto dos Poderes Públicos de lá do Amazonas.

E, para finalizar, quero falar dos valores que devem ser investidos, mas quero levar em consideração também as demais cidades. Todas, todas as cidades deverão passar por um processo de modernização de seus instrumentos, de sua infraestrutura e tudo mais. Isso está contemplado no nosso projeto lá no Amazonas. Quero dizer que cinco anos é um tempo curto, nós tivemos que começar ontem e que esta Comissão, este Congresso, a Câmara dos Deputados, o Senado, têm um compromisso agora extremamente importante para com o povo brasileiro no sentido de ajudar o Governo a fazer andar o compromisso com a Copa, aprimorar a nossa legislação, adequar parte da nossa legislação às exigências da FIFA e da CBF, melhorar, aprimorar a questão da legislação das PPPs, que infelizmente o Brasil ainda não conseguiu deslanchar, ainda não conseguiu fazer com que aconteçam as PPPs. Para a Copa do Mundo isso vai ser de extrema importância, as PPPs precisam funcionar. O Poder Público tem que se entender com a iniciativa privada, nós vamos precisar de recursos privados, sim, e não são poucos, mas os investidores precisam ter garantias de seus investimentos.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, Senadora, e convidá-la para que quem sabe um grande encontro--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu vou ver jogo lá no Amazonas.

**DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM):** Fazer logo lá em Manaus. A Deputada Rebecca vai passar agora em nosso nome todo o projeto do nosso compromisso e dos nossos pré-projetos para transformar Manaus de fato como capital da Amazônia. Muito obrigado pela oportunidade.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu é que agradeço. Ele está me consolando aqui, dizendo que vão ficar muitos turistas em Florianópolis. Eu espero, eu espero.

Mas eu passaria de imediato a palavra para o Mauro Passos, que é do Instituto Ideal. O Mauro já fez aqui a explanação da questão dos Estádios Solares, mas eu acho que o Mauro abriu uma perspectiva inclusive de financiamento para investimentos que tenham esta marca da sustentabilidade, que eu acho que é interessante, aonde a gente pode arranjar dinheiro para custear toda esta nossa marca.

**SR. MAURO PASSOS:** Boa-tarde, cumprimentando a Senadora Ideli e ao Ministro Orlando cumprimento aos demais membros da Mesa. Meus cumprimentos a todos os Deputados e Senadores presentes.

Nós já estivemos na semana passada aqui, Ministro, inclusive dando uma ideia do que é que é o projeto que a gente está empenhado há mais de dois anos, que nós estamos chamando de "Estádios Solares", inclusive fizemos os estudos preliminares para as 17 alternativas que havia. E, agora, quero aproveitar para inclusive entregar à Comissão e ao senhor já um relatório pronto do estudo para os 12 estádios escolhidos.

Esses estudos preveem uma cobertura solar nos estádios sedes já definidos, já teve inclusive a oportunidade de uma comitiva de representantes da ELETROBRAS, da própria EPE, aproveitando a cooperação que existe entre o Governo brasileiro e o Governo alemão, nós estivemos no Ministério de desenvolvimento da Alemanha, que está vinculado ao Banco KFW, que seria uma espécie de BNDES de lá, e também da JTZ, que é uma agência de desenvolvimento do Governo alemão, que tem acordo direto com a ELETROBRAS aqui no Brasil. Então esses estudos foram financiados por esses órgãos, foram feitos pela Universidade Federal de Santa Catarina, que tem um laboratório solar e mais de 15 anos de experiência nessa área.

Então a gente está trazendo para os senhores o que seriam os Estádios Solares, a viabilidade técnica e econômica desses estádios. Há um possibilidade, inclusive, de comercialização, imagino eu que deva ser feito através da ELETROBRÁS, dessa energia limpa, que é uma energia que tem a capacidade de agregar um valor de marketing extraordinário, extraordinário, não vai ter preço uma energia solar sendo vista por 26 ou, talvez, 40 bilhões em 2014 de pessoas no mundo.

Então a gente gostaria de trazer essa contribuição e aproveitar também para deixar para o Ministro uma camiseta dos Estádios Solares, que também foi iniciativa do Instituto, que justamente o desenho é o Maracanã, que o Maracanã simboliza tudo que é relacionado a futebol no Brasil. Então o que é que se pegou? Uma foto área do Maracanã e se imaginou a cobertura solar sobre o Maracanã.

Então eu gostaria se fosse possível, Senadora, deixar também para a Comissão uma cópia dos estudos e uma para o Ministro para que a gente possa futuramente detalhar mais, se houver interesse, dos estudos que nós estamos fazendo. E se tiver alguma dúvida, claro que a gente também poderia responder.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao nosso querido ex-Deputado Mauro Passos, Presidente do Instituto Ideal. Eu vou reclamar porque eu ainda não ganhei a camisa.

**SR. MAURO PASSOS:** Deixei no seu gabinete.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mas não chegou nas minhas mãos, não chegou nas minhas mãos [risos]. Eu já vou passar a palavra para o Ministro e dizer, assim, depois da experiência acumulada do Instituto Ideal junto com a Universidade Federal de levar uma proposta e dada a grande repercussão que vai ter esta marca de Copa Sustentável, Copa Limpa, eu tenho certeza absoluta que se nós conseguirmos apresentar um conjunto de propostas que mesmo que custe mais fazer, as empresas, os investidores internacionais vão ter interesse em associar a sua marca a estes empreendimentos. Então aquilo que poderia ser a dificuldade, custa mais, poderá ser inclusive a alternativa para a gente poder trazer investimentos. Então eu passo de imediato a palavra para o nosso querido Ministro Orlando Silva.

**SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR:** Eu quero agradecer ao convite feito pela Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas, cumprimentar a Presidente da Comissão, a Senadora Ideli Salvatti, parabenizar pela liderança sobre tema tão relevante para o mundo, não só para o Brasil. Queria cumprimentar a Vice-Presidente, a minha companheira e querida Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão, meu conterrâneo, e queria cumprimentar aos meus colegas de governo, o Garibe, o Ivo, o companheiro do Turismo, o Charles, e o meu amigo Francisco Müssnich, que representa aqui o Comitê Organizador da Copa em 2014.

Eu quero dizer que para mim essa reunião, por isso eu fiz questão de vir pessoalmente participar da reunião dessa Comissão, ela tem uma importância fundamental na preparação da Copa do Mundo do Brasil em 2014.

Eu vou dar um exemplo que pelo simbólico revela a expectativa que o mundo tem com relação à Copa que acontecerá no Brasil. Praticamente na sessão do Comitê Executivo que decidiu que a Copa seria no Brasil, o País era candidato único. Portanto, foi uma cerimônia, digamos assim, homologatória da decisão da FIFA de realizar aqui o Mundial de 2014. Eu tive o privilégio de falar representando o Governo do Brasil, falou lá o Presidente da CBF, Dr. Ricardo Teixeira, esteve lá representando a intelectualidade, artistas brasileiros, o escritor Paulo Coelho, e havia 13 Governadores naquela sessão acompanhando aquela reunião. Dos 13 Governadores falou um Governador da região amazônica, o Governador que era entendido aos olhos dos que escolheram o Brasil como sede como o representante mais forte, mais significativo da

responsabilidade que o Brasil tem com a conservação das suas florestas. À época falou o Governador Eduardo Braga, do Amazonas. Isso revela no simbólico o peso que tem, junto à comunidade internacional, essa temática. Não bastaria apenas nós termos o compromisso e a agenda do Governo brasileiro revela o compromisso que tem com a sustentabilidade ambiental, mas há uma expectativa internacional de que o Brasil, pelo protagonismo internacional que tem na agenda ambiental, faça da Copa da FIFA, que é o evento de maior repercussão do planeta, uma oportunidade de promoção, de estímulo à responsabilidade ambiental. Então eu queria, Senadora, fazer esse registro de saída, porque não apenas o compromisso do Parlamento brasileiro, o compromisso do Governo brasileiro, mas, também, para honrar uma expectativa internacional que existe em torno da postura que será adotada pelo nosso País nessa temática.

Eu vou fazer, digamos assim, três comentários breves, onde eu espero com isso ajudar no debate, na agenda de trabalho dessa Comissão.

Primeiro, uma visão preliminar sobre as oportunidades que a Copa do Mundo da FIFA vai abrir para o Brasil. A primeira oportunidade, uma oportunidade evidente, é a oportunidade da promoção do País no mundo. Sendo o evento de maior repercussão mediática, sendo o evento que trata de um tema que é linguagem universal, que é o futebol, a Copa do Mundo é a maior plataforma de promoção que o Brasil pode ter: promoção de destinos turísticos, de belezas naturais, tradições culturais, sítios históricos, mas promoção também de um País moderno, um País democrático, com estabilidade política, com estabilidade econômica, com segurança jurídica para a captação de investimentos, um país que se integra no mundo e cada vez mais eleva o seu protagonismo internacional, um País moderno. Eu creio que ainda é um desafio para o Brasil mostrar-se plenamente ao mundo, mostrar a sua capacidade. Recentemente esteve aqui no Brasil visitando o Rio de Janeiro uma comissão do Comitê Olímpico Internacional que avaliava as condições do Rio em sediar os Jogos Olímpicos. O que nós percebemos é que há ainda um certo desconhecimento, para não falar até algum grau de preconceito, com a capacidade que o nosso País tem. Então eu creio que esta é uma grande oportunidade não só de divulgar os destinos turísticos, que é o mais evidente, mas mostrar o País moderno e democrático que o País é, as competências que o nosso País possui. Então eu creio que esta é uma oportunidade única.

Segundo, uma oportunidade de modernização da infraestrutura do País. A Copa do Mundo pode permitir a antecipação de investimentos que mais cedo ou mais tarde o País teria que fazer: ampliação de terminais de passageiros dos aeroportos, modernização de portos, construção de terminais turísticos, qualificação dos acessos às cidades que receberão os jogos, mobilidade urbana, são todos temas vinculados à infraestrutura e que a Copa vai permitir antecipar investimentos que mais cedo ou mais tarde o País teria que fazer.

Terceiro, é uma oportunidade única para a qualificação de serviços. Serviços de hospitalidade, que é um tema evidente, mas também serviço de segurança, serviço de transporte, a qualificação da operação desses serviços, serviço de saúde, são temas importantes e temas que permitirão legados para o Brasil quando a Copa passar, a partir de 2015.

E, por fim, a quarta e última oportunidade chave é estruturar no Brasil uma rede de arenas de última geração, onde o jogo de futebol vai acontecer, mas que poderá ser potencializada para muitas outras utilizações: convenções, encontros outros, atividade artísticas, até para dar sustentabilidade a esse tipo de equipamento, porque um clube de futebol mandando os seus jogos nesse espaço, não viabiliza a sustentabilidade financeira de um equipamento do padrão que a FIFA exige para receber jogos da Copa do Mundo. É preciso multiplicar a utilização, utilizar por 80, 100 datas para que dê viabilidade econômica a esse espaço, mas teremos uma rede de última geração para permitir circular pelo Brasil, por exemplo, grandes turnês internacionais que hoje nós não temos capacidade, instalações, espaços adequados para esse tipo de evento.

Então eu queria dizer assim para os senhores que, na minha perspectiva, a Copa do Mundo é uma oportunidade única para a promoção do Brasil, para a modernização da infraestrutura, para a qualificação de serviços e para instalar aqui uma rede de arenas de última geração.

Uma segunda observação diz respeito ao modelo de gestão que está sendo preparado no âmbito do Governo Federal para orientar a participação do Governo Federal. O Presidente Lula deve, para além desse Grupo Executivo referido pelo Garibe, que reúne Ministérios como o Turismo, Esporte, Casa Civil, Planejamento e Fazenda, deve constituir um grupo que articule outros Ministérios, porque há um conjunto de demandas que exige uma participação, uma presença, uma atividade de outros Ministérios, do Itamaraty ao Ministério das Comunicações, já que a infraestrutura de telecomunicações é um tema chave para que o sucesso da Copa do Mundo aconteça plenamente. Eu poderia discorrer aqui de temas ligadas ao Ministério do Trabalho, que tem relevância, ao Ministério da Cultura, que tem relevância, ao MDIC, que cuida de patentes, falou muito bem aqui o Müssnich, a impor-

tância de respeitar os direitos de patrocínio e as marcas e patentes que estarão circulando aqui em nosso País nesse período.

Então eu queria, assim, sumariamente dizer aos senhores que há pelo menos 16 Ministérios que têm algum tipo de responsabilidade com a preparação do Mundial e devem ser incorporados num Comitê de Gestão Interministerial de modo a dar mais eficiência não só à ação direta do Governo Federal, naquilo que compete a cada um dos Ministérios, evidentemente, porque cada um dos Ministérios vai responder por aquilo que lhe é diretamente responsabilidade, claro, sob a coordenação da Casa Civil, que é o órgão que na administração cuida da coordenação das ações governamentais, mas, sobretudo vai permitir que nós, a partir do Comitê Gestor, estruture um sistema de monitoramento das ações que acontecerão nas cidades e nos Estados, porque há que se ter uma parceria entre cidades escolhidas, Governos Estaduais e Governo Federal. Inclusive nós prevemos a estruturação de uma matriz de responsabilidades. O Presidente Lula esperava a escolha das cidades-sede para convidar Prefeitos e Governadores e travar um diálogo com eles, estabelecer as responsabilidades que cada nível de governo tem na preparação das cidades, dos Estados e do País, inclusive foi uma grande felicidade da FIFA estabelecer como regra para as cidades escolhidas, ao firmar o contrato, fixar, isso já foi informado às cidades, as responsabilidades de cada ente governamental, de modo a que aconteça o processo de preparação sem sobressaltos, sem surpresas, e a sociedade, através do Congresso Nacional, através dos outros Órgãos de Controle como o Ministério Público, Tribunal de Contas da União, a própria Controladoria-Geral da União, só para falar dos órgãos do plano federal, e a mídia, que tem um papel importante na fiscalização e acompanhamento dos processos administrativos no Brasil, fixando o planejamento, fixando a matriz de responsabilidades, todos possam acompanhar com transparência a preparação da Copa. E evitar, quando eu falo de sobressaltos, adiante, empurra-empurra entre entes governamentais, sobre quem é o responsável por determinado item da preparação do País. Isso ajuda na transparência, para acompanhamento da sociedade, e ajuda no planejamento e organização de cada ente de governo. Então eu creio que este Comitê Gestor, para nós, do Governo Federal, ele é fundamental e vai ser um espaço qualificado para dialogar com o Comitê Organizador da Copa, aqui representado pelo Dr. Müssnich, e com os Governos Estaduais, Governos Municipais, de modo que tenhamos pleno sucesso na preparação do Mundial que será, espero eu, o melhor da história da FIFA.

Uma última observação, uma terceira observação. Eu acredito, como falei no início, que o Brasil, pelas suas características e pelo protagonismo que tem no debate da agenda ambiental no planeta, ele deve dar amostras, deve dar exemplos de responsabilidade, de sustentabilidade ambiental, de tudo que fizer na preparação da Copa de 2014. Creio que, inclusive, nós deveríamos observar aqui, seja na preparação das instalações, seja na operação do evento, observar o conceito da sustentabilidade. Creio que nós devemos, desde já, pautar esse assunto para que haja uma repercussão no conceito mesmo da construção das instalações. Eu vou dar um exemplo concreto. Dois estádios da Alemanha utilizados para a Copa do Mundo, o Estádio de Nuremberg e o Estádio de Kaiserslautern, dois estádios utilizados durante a última Copa do Mundo da Alemanha, incluíram painéis fotovoltaicos na captação de energia solar e desse modo conseguiu produzir energia limpa, utilizada na operação da daquele equipamento. Um outro exemplo poderia ser utilizado. Todos sabemos que água é um tema chave no mundo. A colheita de água da chuva, a reciclagem e utilização dessa água em sistemas de irrigação ou instalações sanitárias é outro exemplo que se nós impregnamos no conceito da construção ou reforma das instalações, nós podemos dar uma contribuição com o uso mais eficiente de energia de modo a nós termos uma marca de Copa Verde, apesar dos protestos da nossa Senadora Ideli, uma Copa Verde em 2014.

E diria que nas operações da Copa do Mundo tem um tema que pode ter grande impacto do ponto de vista ambiental e dialoga com uma necessidade das grandes cidades, porque o Presidente Lula tem na cabeça, a Ministra Dilma está muito preocupada e orientando um trabalho, sobretudo focado na questão da mobilidade urbana. E mobilidade urbana, eficiência no transporte de massa, eficiência no transporte coletivo, tem tudo a ver com sustentabilidade, desde os combustíveis utilizados na operação desses veículos até a não utilização do transporte individual. Então fazer uma operação da Copa do Mundo reduzindo o uso particular de automóveis, que vai repercutir não só no tráfego, mas, também, no meio ambiente, é um tema que exige uma qualificação do que se chama de transporte de massa em nosso País. Então eu estou tentando exemplificar para dizer o seguinte: o papel da Comissão é importantíssimo para alertar, formular alternativas, dialogar com os governos de modo a nós impregnarmos a preparação do Mundial de 2014 com essa marca da sustentabilidade ambiental no conceito das instalações, no conceito das operações. Mesmo a sensibilização de patrocinadores, de empresas que vão trabalhar na operação da Copa do Mundo, é muito

importante, e creio que a Alemanha já deu exemplos, eu acredito que inclusive a Comissão poderia destacar uma missão de parlamentares para conhecer a experiência efetivada na Alemanha, nós não estamos falando de conceito, abstração, estamos falando de um tema, Senador Romeu Tuma, que nós temos que aprender com boas práticas, aprender com boas experiências, e a Alemanha inclusive é um País que também tem um protocolo importante na questão ambiental e o Brasil pode colher essa experiência da Alemanha, seguramente reciclá-la, para usar um jargão afim ao tema debatido aqui, tropicalizá-la e potencializá-la. Esta é a minha expectativa e creio que nós podemos dar mais uma contribuição ao planeta na medida em que reforcemos esse aspecto na agenda que nós trabalharemos daqui para frente.

Por fim, queria dizer aos senhores que um Acordo de Cooperação saindo entre o Ministério do Esporte, a Confederação Brasileira de Futebol e a Associação Brasileira da Indústria de Base - ABDIB, mapeou demandas de investimento em infraestrutura e serviços em nove áreas. Essa preocupação também esteve presente, inclusive nós incluímos um tema no mapeamento de investimento em infraestrutura, que tem uma repercussão ambiental importante, que é o tema saneamento. Isso tem a ver com saúde e tem a ver com meio ambiente. Portanto, o levantamento foi concluído, está pronto, deve ser entregue ao Presidente Lula, digamos assim, nas próximas semanas, e se a Senadora Ideli Salvatti me permitir, creio que a Comissão poderia tomar conhecimento, se informar dessas reflexões de modo a contribuir de alguma maneira com o trabalho que essa Comissão realiza.

Então eu queria agradecer, mais uma vez, a Senador Ideli Salvatti pelo convite, dizer da minha felicidade de poder estar convivendo aqui com os meus colegas de governo e com os Srs. e Sras. Senadoras e Srs. e Sras. Deputadas. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Ministro Orlando Silva. Nós vamos já de imediato passar a palavra para os parlamentares inscritos.

Eu fui colhendo aqui algumas sugestões e eu acho que o objetivo é agora nós afunilarmos para o que nós vamos fazer a partir de agora. A constituição do grupo de trabalho me parece que é de fundamental importância, Ministérios, Governo, Comissão e CBF. A agenda com o Presidente da FIFA, que já tinha sido inclusive sinalizada pelo Dr. Ricardo Teixeira. Conversando aqui com o Ministro saiu a ideia de nós, a partir da constituição do grupo, pedirmos agenda com o Presidente Lula, ele terá que ser, obviamente, o grande incentivador de que isto, efetivamente, aconteça. E o Ministro sugeriu um estudo de caso concreto com um acompanhamento, de repente uma visita àquilo que a Alemanha realizou de sustentabilidade na Copa que foi realizada naquele País. Então eu já deixaria estas quatro sugestões para depois nós deliberarmos.

Então eu passaria de imediato ao nosso Relator, Deputado Colbert Martins, e eu vou ler aqui todos os inscritos. A Deputada Vanessa, a Deputada Rebecca, o Deputado José Guimarães, o Senador Romeu Tuma, o Senador Renato Casagrande, o Senador Gilberto Goellner, a Deputada Iriny Lopes, a Senador Rosalba Ciarlini e o Senador Jefferson Praia. Esses são os inscritos. Vamos buscar utilizar no máximo três minutos.

**SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR:** Senadora, me permita.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem a Ordem do Dia na Câmara, Senadora, nós precisamos--

**SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR:** Me permita só um registro, um agradecimento ao Mauro Passos pela oferta que fez do estudo sobre os Estádios Solares. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Podemos então? Três minutinhos, fazer uma rodada e depois encerraríamos com as deliberações.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Três minutinhos, que eu tenha que correr lá para o Ministério, eu tenho uma reunião.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Estamos todos espremidos, então de imediato para o nosso Relator, o Deputado Colbert Martins.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, senhores que nos acompanham, senhores que compõem conosco a Mesa, eu cumprimento a todos.

Eu vou ser bem objetivo na intervenção que faço como Relator. Nós vamos tratar nessa Comissão especificamente de aquecimento global, de mudanças climáticas. A Copa é em junho de 2014, quer dizer, de hoje há cinco anos a Copa já começou. Tem que estar tudo pronto antes, em 2013. Em 2013, me diz aqui o Francisco, já que temos a Copa das Confederações, então nós já temos que estar com essas questões prontas basicamente em três anos. E não dá para poder apenas, eu acho que é muito importante o que o Ministro aqui nos fala, a questão da preparação dos estádios, a preparação da Copa como tudo que eu ouvi muito bem explanada por ele, por todos os outros, mas nós temos que tratar de aquecimento global a partir de já, não dá para poder apenas fazermos as coisas acontecerem no momento em que a Copa aconteça.

Portanto, eu vi aqui, anotei aqui as colocações com relação às questões que eu acho mais importan-

tes. Essa questão da água é algo que nós temos possibilidades de reaproveitamento de água, é algo que é preciso que possa e deva ser feito não para chegar na Copa, nem apenas para os estádios, eu acho que a preparação aqui são dos Estados, dos Municípios, a preparação é para a Copa e o nosso trabalho começa já, não devemos fazer isso em 2014. 2014 é época de mostrar os resultados. Eu acho que é importante que isso possa ser feito.

A questão do aproveitamento da energia solar, da forma como aqui foi colocada, vejo um trabalho de excelente qualidade. É preciso haver recursos para isso, vi aqui os valores, além dessa visita à Alemanha, mas é importante que nós tenhamos financiadores para que isso possa acontecer.

Vi aqui sugestões importantes do Ministério do Meio Ambiente e é importante que o Ministério do Meio Ambiente participe gastando. O Ministério do Meio Ambiente tem que por a mão no bolso. Essa história do Ministério só dar ordem, só fazer fiscalização, tem que botar a mão no bolso para investimento, e sei que é um Ministério que tem recursos suficientes para que possa investir.

**SR. IVO BUCARESKY:** Precisa de orçamento para investir.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Mas o orçamento já está dado, sem Emenda, vai ter que sair de lá mesmo para que nós possamos investir de forma objetiva e direta.

Nós precisamos reduzir as emissões de carbono. Eu acho, Lupércio, que é não neutralizar as emissões, precisamos reduzir, é traçar uma meta para chegar a 2013, 2014, com redução das nossas emissões, e para isso nós temos alternativas que possam e devam ser executadas. Eu vi lá em Estocolmo, todo o transporte público de Estocolmo é com gás que vem do lixo e do esgoto de Estocolmo, todo ele neste momento, além do uso de biodiesel, mas de qualquer forma é preciso entender que essas tecnologias que possam estar ao nosso alcance devam acontecer de forma imediata.

E concluo, Senadora, dizendo que para isso nós temos que ter recursos. Reitero que essa Comissão tem que ter poder de Emendar, essa Comissão tem que ter poder para poder definir os gastos que ela possa fazer. Eu acho que nós temos que ter, e faço uma proposta a todos os companheiros aqui, que nós façamos conjuntamente Emendas para a chamada LDO Copa. A LDO está sendo discutida agora, a Senadora Ideli Salvatti é líder do governo no Congresso, eu também sou também membro. LDO Copa, planejarmos investimentos a partir e que possamos fazer coletivamente essas Emendas para os próximos dois a três anos e que, ao chegarmos lá, nós tenhamos recursos dirigidos para essas áreas aonde nós possamos efetivamente dar uma demonstração, além das demonstrações de competência aqui dadas em redução de aquecimento global aqui no Brasil. É isso, Sra. Presidente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senadora, pela ordem, se a senhora me permitir um segundo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não, Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Pode descontar do meu tempo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Sim.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Atendendo à sugestão da nossa querida Vanessa eu mandei buscar um bolo e uma vela para o Ministro apagar. Se a senhora permitir--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Nós podemos fazer ao final das falas, pode ser? Nós vamos comer o bolo, com certeza, com parabéns.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** É uma homenagem--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então Deputada Vanessa Grazziotin, esta catarinense emprestada para o Amazonas.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Viu, Senador Tuma, essa notícia não vazou, foi o senhor que deu a notícia aqui em primeira mão que o bolo está chegando.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** É que de repente todo mundo vai embora e eu fico...

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** É verdade, mas o nosso Relator deu um bom exemplo, ele usou o tempo definido, eu também vou fazer um grande esforço. Mas, primeiro, quero dizer que eu estou falando aqui sob emoção, Senadora Ideli, que talvez para aqueles que vivam no Sul do País, que vivam no Sudeste, não tenha sido tão importante como foi para a gente da Amazônia, da cidade de Manaus, o anúncio da Copa do Mundo, mesmo porque é a mudança da lógica capitalista estabelecida até então em todos os segmentos, não é só na área de esporte, mas em todos os segmentos, porque diz que a cidade "A" ou "B" do Nordeste ou do Norte não podiam sediar porque não tem tradição em futebol e nunca vai ter tradição em futebol se não houver um investimento concreto na economia, que é esse investimento que leva à tradição do futebol. Então eu acho que nós demos um passo, eu aqui quero cumprimentar o Governo brasileiro, mas, sobretudo a CBF, que mande os nossos cumprimentos à FIFA, porque a gente repara o que mapa está um pouquinho mais a cara do Brasil. A gente pega outros mapas assim e depois reclama,

que lá nos Estados Unidos dão aula que a Amazônia não faz parte do mapa brasileiro. Mas muitos mapas no Brasil, por exemplo, da interligação do sistema elétrico, a Amazônia está toda de fora. Então eu falo aqui sob forte emoção. E Cuiabá também, dizem que Manaus é a única cidade. Não, Cuiabá é no Mato Grosso, Mato Grosso também é um dos nove Estados que compõem a Amazônia. Então eu acho que essas duas cidades é que terão a responsabilidade de com mais força ainda dar essa característica limpa, Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Só ficou faltando Florianópolis.

[risos].

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Meu Deus do céu!

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Parece que Natal foi a última escolhida.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Vamos aumentar o número de times na competição, de países, que daí dá para aumentar o número de sedes.

**SR. FRANCISCO MÜSSNICH:** Mas vamos ter o *fund fests*(F)que tem um efeito espetacular, igualzinho a um estádio. Eu já vi um na Europa, é assim com 30 mil pessoas na rua, é impressionante.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Pois é. Mas, enfim, então eu acho que tudo começa a partir de agora. Nós temos um prazo, eu não sei se foi o representante da Casa Civil que disse: "Nada pode dar errado", porque nós nos comprometemos, a CBF se comprometeu, o Governo brasileiro se comprometeu, o País se comprometeu em cumprir uma série de exigências que foram feitas. E ao Ministro Orlando, Ministro, eu também quero cumprimentá-lo, eu sei do esforço que o senhor, V. Exa., é até difícil de chamar de V. Exa. porque eu vi o Orlando começando lá na União Nacional dos Estudantes bem depois de mim, enfim, mas é um jovem que tem dado uma grande contribuição ao esporte brasileiro. Então penso que o que nós precisamos fazer agora é ajudar os Estados, ajudar as cidades-sede a viabilizar esses projetos, porque são investimentos que viriam mais cedo ou mais tarde e que são necessariamente antecipados, e investimento em tudo que foi dito. Quando nós falamos Copa Limpa, óbvio, a primeira coisa que nos vem na cabeça são os estádios limpos. E aqui eu trouxe para presentear o Deputado Mauro Passos, Senadora Ideli, esse daqui é um dos jornais lá da cidade de Manaus. Olha aqui, eles põem um projeto que é do Instituto Ideal.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A energia vem do sol.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Um projeto que é do Instituto Ideal e já traça o debate, já lança. Nenhum dos 12 projetos apresentados usa este componente de energia alternativa, nenhum dos 12. Eu perguntei ao Deputado Mauro Passos, nenhum deles tem, mas todos eles serão modificados, como foi dito. Então eu acho que é a hora da gente pensar. É mais caro? É, mas é isso que a Senadora Ideli disse: o mundo está voltado para o Brasil, para a Amazônia, para as mudanças climáticas.

Em janeiro, em dezembro agora, nós vamos ter uma questão muito importante, que é a Conferência de Copenhagen, que vai discutir a revisão do Protocolo de Kyoto. Eu acho que nós devemos mirar essa Conferência, que a partir da Copa do Mundo, que todos os eventos internacionais tenham essas características de evento limpo ambientalmente, e o Brasil tem essa obrigação de dar o exemplo, mas a Copa Limpa vai muito além disso aqui. São restaurantes, são hotéis, falamos de água, podemos falar da reutilização do óleo. Então o Selo Verde, Senadora Ideli, é fundamental, o Selo Verde é fundamental. Vamos determinar as regras, porque não é só do Poder Público, não são só as iniciativas públicas que terão que se preocupar com o meio ambiente. É aquele pequeno empreendedor que quer montar um hotel mais popular para alojar o jovem que não tem o dinheiro para pagar um hotel de três, de quatro, de cinco estrelas, ele pode receber o Selo Verde caso ele cumpra algumas determinações, caso ele cumpra algumas exigências. Então nós precisamos pensar em como, num curtíssimo, não é um curto não, é um curtíssimo espaço de tempo de determinar esse selo, selo que inclusive traga vantagens para o empreendedor privado, traga vantagens para o empreendedor privado que considerar útil, ou seja, nós temos desde a compensação, da neutralização, até toda uma questão alternativa para tratar melhor o meio ambiente.

Então eu quero cumprimentar, Senadora Ideli, eu sei que V. Exa. na direção dos nossos trabalhos, desde a primeira hora, mostrou, em primeiro lugar, a preocupação com esse grande evento, que eu acho que daqui para frente o Brasil será movido à Copa do Mundo. Que bom, porque isso significa desenvolvimento, isso significa distribuição de renda, isso significa desenvolvimento mais igual para o nosso País. Que bom que nós possamos comemorar e ajudar a trabalhar, porque é isso, a festa acabou, agora é hora de arregaçar a manga e trabalhar.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Deputada Vanessa Grazziotin. Agora a Deputada Rebecca Garcia, também do Amazonas. Está tudo dominado aqui.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Presidente, eu estou precisando sair e o Senador

Tuma está fazendo uma permuta; como sempre ele é muito generoso.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Agora é a vez?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Da Rebecca, depois do José Guimarães e depois o Romeu Tuma, aí eu dou a palavra à senhora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Muito obrigada.

**DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM):** Eu vou ser breve, gostaria só de contribuir um pouco. Estive muito atenta aqui durante todas as palestras e eu acredito que o mais importante dessa Copa no Brasil, dessa Copa Limpa que nós queremos construir, é a oportunidade de reconstruir um País limpo. A oportunidade de investimento que vai ser feito aqui, ele vai ser deixado. A Copa vai durar 30 dias e todo o investimento vai permanecer. Eu estava prestando atenção quando o Dr. Roberto estava colocando a situação das Olimpíadas da Espanha. Eu tive a oportunidade de conhecer Barcelona antes e depois das Olimpíadas e tive a oportunidade de conhecer o processo de coleta seletiva do lixo feito em Barcelona, que foi modificado em função das Olimpíadas. Então isso é uma grande demonstração de como nós podemos limpar o País a partir de investimentos que estão vindo para esse tipo de projeto, para esse tipo de investimento. Então quando a gente coloca aqui a questão da coleta seletiva, nós estamos falando da coleta seletiva, nós estamos falando do transporte público, que foi bem colocado aqui pelo nosso Ministro, nós estamos falando aqui de investimento em telefonia, de investimento em internet, o nosso País precisa investir mais em internet, nós sabemos que vai ser preparado um País para que haja uma comunicação ágil, uma comunicação que possa levar imagens, que possa levar som para o mundo inteiro de maneira competente, como o Brasil tem demonstrado e vai demonstrar mais ainda a partir desses investimentos. Então o que eu gostaria de colocar é que a visão tem que ser de Olimpíada, sim, mas de Olimpíada no País como um todo, daquilo que vai ficar, é a oportunidade de se reconstruir um País limpo, não só uma Copa Limpa, mas um País limpo.

Eu queria aproveitar aqui a oportunidade e passar para a Senadora Ideli o projeto que foi cominado na última semana, que é o projeto do Estado do Amazonas, um resumo executivo dos Projetos de Carboneutralização da Copa do Mundo de 2014 e o Estádio Sustentável de Manaus. Como o Deputado do Lupércio colocou aqui, há essa diferença no projeto do Estado do Amazonas. Ela apresenta um estádio sustentável, onde ele trabalha a questão do reaproveitamento das águas das chuvas, onde ele trabalha a questão da energia solar, onde ele trabalha a questão da coleta seletiva do lixo, mas, além disso, ele trabalha a carboneutralização de toda a Copa de 2014, que trabalha um mecanismo financeiro que venha compensar todo o carbono que será utilizado na Copa em todo o País, tendo como meta fundamental a adoção de uma reserva ambiental dentro da Amazônia. Então é um projeto ousado, é um projeto dinâmico, mas é um projeto completamente viável e que eu acho que pode ser a cara da Copa no Brasil em 2014.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Deputada Rebecca e passo de imediato já ao Deputado José Guimarães. E o seguinte: o Ministro vai precisar sair, que ele tem um outro compromisso às 17 horas, pelo menos às dez para a cinco. Então tem o bolinho ainda, vamos ser bem rápidos.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** A senhora controle o tempo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então vamos embora, Guimarães.

**DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE):** Bom, na verdade, Senadora, a Comissão de Mudanças Climáticas, eu vou na mesma linha, se bem que eu não acho que era a linha da Comissão, mas de qualquer sorte aqui estão sendo discutidos todos os assuntos da Copa, toda a temática que envolve a Copa terminou vindo à baila em função da reunião, até por conta dos resultados já divulgados domingo. Na verdade a Comissão deveria se debruçar mesmo sobre o projeto objeto desta Audiência Pública, que é a possibilidade da utilização da energia solar como fonte de energia a ser utilizada nos estádios. Esse é o tema da Audiência nossa. Evidentemente que a Comissão não poderia deixar de fazer essa recepção, até pelos resultados anunciados no último domingo, a questão da infraestrutura, saneamento, transporte coletivo, etc. e tal, o investimento público privado, enfim.

Então sobre esse tema, Senadora, eu penso que nós deveríamos... A viabilidade do projeto do Deputado Mauro Passos está relacionada com o governo, que tem um Comitê Gestor dessa questão, desse grupo interministerial, e os entes federados, no caso os Estados e os Municípios que vão receber os jogos. Portanto, eu já quero sugerir para dar conta, Mauro, eu quero lhe ajudar em função da objetividade da tua proposta. Era necessário que essa Comissão fizesse uma Audiência Pública com os entes federados, os 12 Estados, com os Governadores, Prefeitos e Prefeitas para discutir especificamente essa temática da energia

solar, envolvendo o grupo interministerial do Governo Federal, porque toda outra temática da Copa, evidentemente os investimentos, as parcerias público privada, os projetos de cada Estado, isso vai ser objeto de debate aqui no Congresso Nacional, provavelmente. Não sei se seremos nós dessa Comissão o órgão receptor e acolhedor desse grande debate que o Congresso vai fazer. Então eu queria já sugerir, no caso específico da proposta, que nós avançássemos nela para ver se há interesse, se os Estados topam discutir.

O Ministério do Meio Ambiente já colocou que é absolutamente simpático à ideia, que está no mínimo solidário com a proposta. O Dr. Roberto lá da Casa Civil quer discutir o problema. Então trata-se de nós aprofundarmos; a CBF a mesma coisa. Então nós precisamos evoluir na discussão específica do tema objeto desta Audiência Pública, porque senão não é fácil você ganhar todos os entes federados, Mauro, para esta ideia, porque quando vem a Copa qual é a preocupação central? Evidentemente é a rua, é a avenida. A Alemanha fez uma belíssima Copa, os melhores estádios, tudo, digamos assim, em altíssimo nível. Agora nós precisamos ver se nós introduziremos na discussão dos projetos executivos para a realização da Copa no Brasil, se nós vamos agregar algum elemento diferenciador do que nós já vimos em outras Copas no mundo inteiro como, por exemplo, a beleza que foi a Copa da Alemanha, nesse aspecto do embelezamento.

Portanto, Vice-Presidente Vanessa, esse é o debate que nós precisamos fazer. Qual o elemento diferenciador disso, porque os estádios vão ser todos reformados. Eu sei que o meu Estado, por exemplo, já está discutindo a reforma do Estádio Castelão e por aí vai, porque senão esta Comissão perde o seu foco principal, que é a questão ambiental e a possibilidade de agregar esse elemento novo na discussão dos projetos executivos.

Segundo, para terminar, para não comer mais dos três minutos, Senadora, evidentemente, a Vanessa colocou um problema que é central também, que é uma questão de caráter mais geral. Não é pouca coisa o que aconteceu nisso, o esforço do Governo brasileiro, Orlando. No Nordeste são quatro capitais. Há uma inversão do ponto de vista do que sempre foi o Brasil, que nunca se deu conta das profundas desigualdades regionais que por si só já geram as desigualdades de rendas e desigualdades sociais. Fortaleza, Natal, Recife e Salvador são as quatro capitais do Nordeste. Então, como foi dito, a Copa está pensando melhor o Brasil, porque o Brasil não é só São Paulo e Rio, com todo respeito aos paulistas, aos cariocas e os mineiros. O País não é só isso. O fato, vejo isso como uma questão originalmente política, o fato de termos quatro capitais no Nordeste, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, Ministro, incluídas nas cidades que vão receber os jogos de 2014. Isso tem uma importância estratégica, isso é política do Governo Federal que está pensando o Brasil na sua diversidade não só cultural, mas, principalmente, diversidade regional. Eu queria, então, fazer esse registro que para nós, cearenses, essa questão hoje no Nordeste está muito forte, para além das belas praias, para além dos bons estádios, mas há uma outra questão que eu acho que nós precisamos ter dimensão do tamanho dessa decisão estratégica, que foi da CBF, mas o governo agiu corretamente no tratamento dessa questão de 2014. Era só, Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Deputado José Guimarães. Passo a palavra, imediatamente, à Senadora Rosalba Ciarlini. Natal contemplada!

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):** Pois é, os últimos serão os primeiros, até porque quando eu chegava o Ministro nos parabenizava e dizia que tem certeza que nós vamos botar para quebrar. É verdade, Ministro. Nós ficamos muito orgulhosos, muito felizes. Você não imagina o que isso vai representar, essa janela que se abre para o nosso Nordeste, para Natal, que é uma cidade já turística e vai, com certeza, desenvolver muitas ações, sendo o que nos interessa é o que vai ficar depois, que eu tenho certeza que ficará.

Mas eu queria dizer, Presidente Ideli, que acho realmente que essa proposta que aqui foi colocada da Copa Sustentável, a Copa Limpa, eu acho que esse pode ser o diferencial. Nós precisamos mostrar ao mundo - e essa é a oportunidade - que o Brasil realmente está preocupado com a questão do meio ambiente, que o Brasil está desenvolvendo projetos alternativos de energia. E energia solar, eu sempre defendi, nunca entendi porque ainda não tínhamos investido tanto, porque o Brasil tem sol de ponta a ponta, ainda mais no Nordeste. Eu fiz uma experiência quando fui Prefeita e, Senadora, quando falava aí de alguns projetos, pequenas irrigações, poços tubulares que funcionaram. Devido à distância muito grande, então não compensava a energia convencional, o custo era altíssimo. Investimos em energia solar, fizemos poços com desanilizadores com energia solar e seis pequenas comunidades rurais foram eletrificadas, cada residência, com energia solar. Não tem conta, o bom é que no final do mês você não tem papel, não tem papel de luz para pagar, e a manutenção, realmente, é algo que é possível. Tem um custo de investimento, para a plantação, mas os benefícios são muito grandes.

Então eu queria dizer aqui que essa ideia é muito boa, mas também no nosso Estado, e aí o Ceará também, nós temos uma outra alternativa que também é viável, que está próximo inclusive à Natal e no caso de Fortaleza também próximo à cidade, que é a energia eólica. Então eu acho que nós precisamos mostrar isso ao mundo e nessa associação de ações que vamos ter que realmente trabalharmos desde já, se perder um minuto... O Ministro tem toda a razão, agora é a hora de darmos as mãos, distribuirmos responsabilidades, saber o que cada um vai ter que fazer e procurar tirar todos os obstáculos do caminho, porque em 2014 tem que estar tudo pronto para receber bem, para divulgar bem o Brasil e para fazer realmente um gol de ouro, como Natal fez agora conseguindo entrar, ser uma das cidades onde nós vamos ter jogos da Copa do Mundo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço à Senadora Rosalba. Eu passo de imediato a palavra ao Senador Renato Casagrande, dos ilhados, pois as ilhas ficaram de fora, Vitória, Florianópolis, São Luiz.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** As ilhas ficaram de fora, mas nós seremos contemplados de alguma maneira.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Senador Renato, só o seguinte: como eu estou muito preocupada com o compromisso do Ministro, após a sua fala nós vamos cantar o parabéns e aí se o Ministro puder ficar, ele fica, para ele não ficar tão angustiado quanto nós.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Primeiro o Ministro vai ter uma comemoração aqui na Comissão, então ele vai esperar um pouquinho.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Vamos em frente.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mas, Presidente, muito obrigado pela presença de todos vocês. Eu serei muito rápido, Presidente.

Primeiro, assim, dizer que uma Copa do Mundo de fato é uma oportunidade. Para nós, se a gente conseguir fazer as coisas tudo do jeito que tem que ser feito, é uma grande oportunidade para nós. Mesmo que seja uma ameaça também, mas é uma oportunidade muito grande. Eu acho que os investimentos de fato em infraestrutura, as preocupações que nós vamos ter que ter com relação aos investimentos na área de saúde e aquilo que nós vamos poder ter em termos de simbolismo com relação à área da sustentabilidade se nós conseguirmos implementar ações nessa área. Mais do que nós vamos economizar de energia, mais do que nós vamos economizar de água, é aquilo que vai significar de simbolismo em termos de conceito novo daquilo que nós precisamos fazer para que a gente tenha um novo modelo de desenvolvimento. Então simbolismo da energia renovável, simbolismo do reuso da água. Eu acho que esse simbolismo vai ser fundamental para todos nós.

Então eu acho que a ideia é excelente, nós temos que acompanhar. Acho que o Congresso Nacional tem que apoiar e incentivar esse tipo de atividade e nós vamos ter que acompanhar o planejamento de fato do Governo para que o Ministério e os Ministérios, o Governo Federal, não surpreenda a população e não se surpreenda com o volume de recursos gasto, acho que o Congresso vai ter que acompanhar as previsões de arrecadação, "Olha, essa previsão não é mais essa", nós vamos ter que acompanhar de perto para evitar uns curtos-circuitos que nós tivemos no evento do Rio de Janeiro. Eu acho que nós vamos ter que acompanhar de perto, além da questão ambiental, a questão do planejamento e da programação de gasto que nós vamos ter que ter da administração pública e das parcerias que vão ser feitas.

Encerro fazendo uma pergunta que é da Iriny e faço em nome dela, porque ela não terá a oportunidade de fazer a pergunta. Cidade como Vitória, que é certamente uma das cidades mais bonitas do Brasil, ficou fora. Ministro Orlando Silva, cidades como Vitória, a grande Vitória, tem condições de ser um local de treinamento de delegação internacional de alguma seleção? O Governo do Estado até já lançou lá um programa, o Ministro esteve presente lá. Então acho que nós podemos continuar nesse esforço, não é isso?

**SR. FRANCISCO MÜSSNICH:** O esforço seria de deixar adaptado os estádios para que eles possam treinar, pode ser mais de um País que treine lá, quer dizer, vai ter facilidades, quer dizer, eu acho que várias cidades do Brasil vão estar nessa condição. Florianópolis, inclusive.

**SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR:** Agora uma observação--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Um pouco de consolação para as ilhas, entende, Senador Renato.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** São Luís, Vitória e Florianópolis.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** São Luís, Vitória e Florianópolis estão inscritos, é isto?

**SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR:** Veja, mas o desafio dessas cidades é se qualificar bem para receber seleções, serão trinta e duas soluções que estarão no Brasil. Na fase de acli-

matização terão amistosos, muitos visitantes, turistas, torcida, imprensa, circularão pelo País. Há eventos da FIFA antes da realização do jogo propriamente que também pode ser recebido por essas cidades.

Então eu creio que a ideia de Copa da FIFA no Brasil como um projeto nacional apareceu bem na escolha das cidades, foi nacionalizado o processo com a escolha de cidades de todas as regiões e eu queria fazer um registro de agradecimento ao Comitê Organizador da Copa do Mundo da FIFA e à FIFA, sobretudo. O Comitê Executivo da FIFA cedeu e permitiu que 12 cidades recebessem jogos, e essa decisão do Comitê Executivo foi fundamental para que a Copa de fato acontecesse em todas as regiões. Então eu creio que seria importante de público fazer esse agradecimento ao Comitê Executivo da FIFA de ter compreendido que o Brasil é um País continente e cedido para que fossem 12 e não apenas dez, ou pior, oito cidades a receber jogos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Terminou, Senador? Ministro, é o seguinte: nós teríamos ainda o Senador Romeu Tuma, o Senador Gilberto Goellner, eu entendi que a Deputada Iriny já estaria contemplada, o Senador já fez a pergunta, e o Senador Jefferson Praia. Se eles acelerassem bem o senhor aguardaria mais um pouco? Então vamos ser bem objetivos.

[risos].

*[Sessão suspensa às 16h51].*

*[Sessão reaberta às 16h52].*

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agora, comer, só depois de terminar o trabalho.

**SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR:** Obrigado pela gentileza de vocês.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então vamos rapidamente passar a palavra para o autor do bolo, o Senador Romeu Tuma, Senador Gilberto e o Senador Jefferson Praia para nós encerramos.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Presidente, eu vou roubar um minuto, porque dois minutos ficaram pelo bolo. Eu estava prestando bastante atenção, eu acho que aqui se formou um mosaico, agradecendo a presença do Ministro, que provavelmente sempre tem uma agenda bastante lotada e todos os que aqui compareceram, representando cada segmento, da importância de se montar isso que o Ministro chamou de um quadro especial de congregação de todas as forças do Governo Federal para que houvesse a realização de um projeto Copa Limpa ideal, que na última hora não houvesse falha.

Eu anotei aqui, mas ele falou, como o Brasil é uma Federação, um País continental, então nós temos legislações estaduais e municipais que provavelmente poderão ter alguma dificuldade. Eu pediria à Senadora Ideli Salvatti também que fizesse uma reunião igual a essa com os Governadores dos 12 e mais os Prefeitos dessas cidades para que houvesse harmonia legislativa e orçamentária, porque eu vejo lá em São Paulo, no meu Estado, o governo já fazendo uma propaganda para a Copa com melhor metrô, com melhor transporte coletivo, tudo que foi falado pelo meu patrício, pelo Ministro, o Ministro confirmou que o senhor falou no início da pauta, e é verdade que nós temos alguns fatos que têm que correr, que não dá tempo de se fazer de última hora.

Eu vi nos jornais aí "elefantes brancos", são os estádios que serão construídos e que, posteriormente, não servirão para nada. V. Exa.. já deu a resposta, V. Exa. já disse que poderão servir para vários fatores. Então já deu à resposta àqueles que acreditam que será uma despesa inútil, o que não é verdade. E é claro que se é uma Copa Verde, a nossa entrada é pela Amazônia. Eu acho que a Amazônia tem que ser privilegiada na propaganda que for feita a respeito da Copa, o convite que for feito para o exterior. Eu não sei se Santa Catarina tem alguma árvore símbolo?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Araucária.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Araucária é Paraná.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Araucária tem muito em Santa Catarina também.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Então a gente poderia por no Selo Verde Araucária para representar Santa Catarina [risos].

Mas eu não vou falar não, eu acho que nós temos que acompanhar de perto, eu acho que mais na infraestrutura de apoio, o Relator aqui captou bem todas as ideias, então não tem muito o que falar, mas nós temos que ter a rede de apoio aqui no Congresso. Todas as dificuldades que forem encontradas de modo orçamentário ou legislativo, nós temos que socorrer para que realmente não haja a procrastinação nas decisões. Eu acredito que a FIFA, eu não sei se já baixou normas para as construções e tudo isso, se pudesse mandar para a Senadora também para que a gente pudesse realmente acompanhar de perto. E se tiver algum projeto a ser apresentado, correr na Senadora Ideli, aqui na Comissão, para que haja uma velocidade maior.

Eu tenho outras coisas aqui, mas como eu fiquei feliz com o bolo, eu deixo aqui, e construções inteligentes com a água, energia solar. Até o Projeto João

de Barro, que é um milhão de casas que o Governo Federal propõe construir através dos Governadores e Municípios, a grande ideia da energia solar deverá uma das prioridades nos anteprojetos que forem apresentados.

Então, Senadora, cumprimentar a V. Exa. pela oportunidade e ver se dá para fazer com os Governadores e com os Prefeitos das cidades que serão sede.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Então passo de imediato ao Senador Gilberto e, por último, o Senador Jefferson.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria de apresentar três propostas. Uma já foi apresentada ao Ministro dos Esportes Orlando Silva quando de uma Audiência Pública aqui, que já deu continuidade no seu Ministério, o senhor convidou a nossa equipe, que é a utilização do óleo vegetal como substituição ao óleo diesel, altamente poluente ainda, principalmente aqui no Brasil, onde as refinarias não se encontram adaptadas e nós estamos fazendo um produto, o óleo diesel é com muito enxofre, muito poluente. Então nós temos, Senadora Ideli, um Projeto de Lei, PLS nº 81, de 2008, que eu gostaria que fosse incorporado com a aprovação--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** O número do PLS, Senador?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** PLS 81, de 2008, que trata da utilização, produção e comercialização de óleo vegetal *in natura* para a utilização em frotas, principalmente de ônibus nas grandes cidades, que a gente sabe que tem uma manchete da Folha de São Paulo onde em São Paulo morrem, oriundas de intoxicação de poluição, até vinte pessoas em média por dia. Então nós, dentro dessa matriz, nós estamos propondo as 12 capitais um teste inicial já esse ano, que vai começar. Infelizmente, Goiânia já dispõe até de um Plano Diretor, mas não foi escolhida, eu acho que vão continuar igual com o projeto, mas eu estou proporcionando a todas as capitais para que façam esse teste em quatro ônibus com óleo vegetal e quatro com o óleo tradicional diesel, modificando o kit do motor e possibilitando, assim, com que a frota urbana das grandes capitais, que foram essas as escolhidas, a maioria, pudessem até lá estar aprovado e viabilizado esse grande substituto do óleo diesel, que é um biocombustível e que numa forma de cem por cento poderia estar fazendo a grande diferença e levando o País, mostrando que nós temos condições de produzir aqui no País um combustível limpo.

A outra proposta seria o que já está sendo planejado em Cuiabá, que é a utilização da irrigação fotovoltaica, possibilitando a irrigação dos campos com a energia solar e a utilização da coleta de água para a utilização nos serviços, na irrigação, banheiros e afins, possibilitando, assim, o reaproveitando da água e a coleta dessa água *in natura*.

E, além disso, dizer que em Cuiabá também já se organiza, junto com a agricultura familiar, a produção local próxima, também sob sistema de irrigação por energia solar da produção de milho verde para ser abastecido... Como é uma culinária local muito apreciada, vai ser oferecida então em lanchonetes, em pizzaria, pamonha, pizza, tudo oriundo do milho verde, da agricultura familiar.

E dizer também, para diminuir a emissão de carbono, a utilização de contratação de mão de obra próxima ao local dos estádios ou das obras a serem finalizadas para que também tenha a utilização um efeito menor no CO2, de emissão de CO2.

Mas o principal que eu vejo também, além dessa irrigação que poderá ser adotada em todos os estádios, por intermédio da energia solar, principalmente é a utilização desse novo combustível em cem por cento, é um biocombustível usando 100% nos motores, com uma adaptação possível, técnica essa e tecnologia essa que já é utilizada amplamente na Europa e nos Estados Unidos. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Gilberto e--

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Só um minutinho, é que nós estamos falando, como nós estamos numa Comissão Climática, não se falou nada, mas depois eu queria ver se a gente discutia sobre a segurança que vai ter que ser montada durante a Copa.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Mas isso já foi abordado, de que já está incluído no grupo interministerial, na Casa Civil.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Então, mas como não se falou muito, eu acho que é uma discussão importante, porque nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro a coisa foi--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Eu queria inclusive pedir ao Senador Gilberto Goellner, me parece que a proposta de Goiânia contemplava estas várias questões. Então da mesma forma como o Governo do Amazonas hoje nos entregou a proposta, que também nós pudéssemos ter para incorporar todas estas belas ideias da questão do óleo vegetal, da produção aí de produtos agroecológicos, abastecimento.

Passo então a palavra, por último, ao Senador Jefferson Praia, para nós podermos encerrar e liberar o Ministro.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Serei breve, Presidente. Quero agradecer, principalmente parabenizar o nosso querido Orlando pelo aniversário

e pelo trabalho que faz, também ao representante da CBF, o Francisco Müssnich, por terem ajudado a nossa cidade de Manaus a ser uma das contempladas.

Agora eu vejo o seguinte: a onda da Copa está aí, nós vamos ter que surfar nessa onda. Já estamos começando, arrumando aí a nossa prancha, dando um polimento, que é o que estamos discutindo aqui. Tudo vai ser voltado para 2014. E aproveitarmos a população que vai estar percebendo o evento, as obras que eu não vou aqui repetir o que temos que fazer. Eu acho que cada um na sua área, a gente aqui trabalhando muito a questão do orçamento, porque não ainda ficarmos conversando se não viabilizarmos o dinheiro para as obras que serão realizadas. E aí nessas capitais nós temos que ver quais são os problemas que são problemas das capitais brasileiras, mas em que é que nós podemos avançar nessas capitais para 2014. Por exemplo, a minha cidade, a cidade de Manaus, como as capitais brasileiras e como a maior parte dos municípios brasileiros, não têm investimento adequado na área de saneamento básico. Em Manaus hoje você não tem água na casa das pessoas para beber e para tomar banho, infelizmente numa parcela expressiva, e não tem investimento em rede de esgoto.

Então eu acho que nós temos que ver o seguinte: a nossa Comissão, e aí eu aproveito a sugestão do Deputado José Guimarães, do Senador Romeu Tuma também, de convidarmos os Prefeitos e os Governadores e essa Comissão fazer sugestões e contribuir para que nós possamos amenizar os problemas na questão ambiental. Por exemplo, levar essa noção da educação ambiental para as escolas. Vamos jogar bola, mas vamos ver o que as crianças podem aprender em relação à questão do meio ambiente. A coleta seletiva já foi abordada aqui.

Então eu vejo essa onda muito boa da Copa do Mundo. Não podemos no final, termos grandes estádios, termos arrumado as ruas e os igarapés poluídos não. Vamos ver como que é que a gente diminui isso daí fazendo a coleta seletiva, fazendo que realmente essas cidades, ao final, nós possamos dizer: Olha, realizamos uma Copa do Mundo, e Oxalá o Brasil campeão, e aí tenhamos também 12 capitais com exemplos em relação aos avanços na questão ambiental. E a nossa Comissão, Senadora Ideli Salvatti, pode fazer essas sugestões e dar a sua contribuição.

No mais, quero parabenizar a todos e vamos nos preparar para termos aí uma grande Copa. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço ao Senador Jefferson Praia e, para nós podermos encerrar e liberar os nossos convidados, eu queria que nós pudéssemos... Porque aqui foram apresentadas sugestões das mais diversas. Está tudo coletado, nós vamos fazer um resumo de todas as possibilidades de projetos que poderão ser apresentados.

Agora eu gostaria que nós deliberássemos, primeiro, a constituição do grupo de trabalho, representante dos três Ministérios e mais da Casa Civil, que estão aqui presentes, Ministério do Turismo, Meio Ambiente e Ministério dos Esportes, a representação da CBF--

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Mas como é que nós vamos deliberar para um grupo de trabalho, Senadora? Nós vamos participar desse grupo de trabalho?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Sim, a proposta é essa. Um grupo de trabalho com a representação do Governo, da CBF e da Comissão Mista de Mudanças Climáticas para nós podermos, daí, desenharmos o projeto e irmos avançando, certo? Então esse grupo de trabalho, com as representações Ministeriais, da CBF e da Comissão, nós aprovaríamos e depois desenharíamos como seria a sua constituição, sendo que deste grupo de trabalho também a proposta de vir a se reunir na sequência com os Governadores e Prefeitos das 12 cidades. A proposta de nós podermos pegar o caso Alemanha e fazermos um estudo e uma visita para vermos lá as questões. Marcarmos a agenda com o Presidente da República e com o Presidente da FIFA para em breve podermos apresentar a proposta. Então se todos estiverem de acordo, nós considerarmos aprovada estas quatro propostas e mais o levantamento de todas as sugestões que aqui foram apresentadas como possíveis de serem implementadas nesta lógica de termos a Copa de 2014 com a característica de sustentabilidade, Copa Limpa, como nós tratamos aqui ao longo desta tarde. É isto?

Então está encerrada a presente Sessão e quem quiser comer o bolo, aí nós vamos comer agora na salinha ao lado.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Antes de encerrar, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não, Senador.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Só um minutinho. Eu tenho um requerimento que eu gostaria de votar o requerimento extrapauta.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** É que o problema, Senador Casagrande, é que eu tenho pelo menos mais uns dez requerimentos. Se eu aprovar um, eu vou aprovar todos. Então fica para a semana que vem, certo?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):** Tá bom.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sra. Presidente, e o relatório com relação à visita ao Estado do Amazonas?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Vai ficar para a semana que vem também, Senador Jefferson, se o senhor me permitir, porque nós vamos esvaziar aqui agora.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Tudo bem.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Está certo?

*Sessão encerrada às 17h07.*

**12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.**

As quatorze horas e quarenta minutos do dia nove de junho do ano de dois mil e nove, na Sala 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador José Agripino, Senador Marco Maciel, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador José Nery, Senador Inácio Arruda, Deputada Iriny Lopes, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Luiz Carreira, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho.** Presente, também, o **Deputado Albérico Filho**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: e-mail firmado pela Senhora Martha Lyra Nascimento, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia, comunicando que o Ministro Edson Lobão designou o Senhor Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério, para representá-lo na audiência Pública marcada para hoje, para debater sobre o tema: Mudanças Climáticas e a matriz energética brasileira. A Presidência solicita aos membros da Comissão que desejarem participar do Grupo de Trabalho destinado a apresentar uma proposta sobre a viabilidade de utilização de energias alternativas, com ênfase para energia Solar, como opção sustentável para a Copa de 2014 no Brasil, "Projeto Copa Limpa", que enviem e-mail para a Secretaria da Comissão. A presente reunião destina-se: Item 1 - Apresentação do relatório da Diligência no Estado do Amazonas. Lido o relatório. Ato contínuo, assume, interinamente, a presidência dos trabalhos, a Deputada Vanessa Grazziotin. Item 2 - Apreciação de Requerimentos. Lidos e aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 17, de 2009-CMMC**, de autoria da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, que requer as seguintes providências, em atendimento às Conclusões Finais do Relatório da Diligência ao Estado do Amazonas, realizada nos dias 17 a 19 de maio de 2009, abaixo elencados: 1 - Celeridade na liberação dos Recursos pelo Ministério da Integração Regional para o atendimento emergencial das pessoas vitimadas pelas cheias; 2 - Pleitear junto ao Executivo o descontigenciamento, priorizando a liberação dos recursos de Emendas para as localidades atingidas, principalmente aquelas relativas à construção de Escolas, Casas Populares, Ações de Saúde, Saneamento Básico, Recuperação de Infraestrutura, dentre outras; 3 - Propor ao Ministério das Minas e Energia o desenvolvimento de estudos e pesquisas para a mudança gradual da matriz energética do Estado do Amazonas onde seja possível substituir o diesel e outras fontes poluentes por fontes limpas e renováveis de geração de energia, sobretudo o gás natural cujo gasoduto Coari-Manaus está em fase de conclusão o que certamente contribuirá para a redução das emissões de gases de efeito estufa e de suas possíveis implicações no aumento de ocorrências de eventos climáticos extremos na Amazônia e em todo o planeta; 4 - Discutir com os demais Países Amazônicos, ações conjuntas de investimentos no estudo, na pesquisa e na preservação do clima, flora e fauna que contribuam para a redução dos desflorestamentos na Região responsável em grande parte pelas emissões brasileiras de gases de efeito estufa; 5 - Propor na discussão do Orçamento de 2010, reforço das dotações orçamentárias das Universidades e de outros Órgãos de Pesquisas voltados para o estudo e pesquisa do bioma, clima e de outros aspectos que envolvam a sustentabilidade da Amazônia; 6 - Que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas encaminhe formalmente os pleitos apresentados pelo Prefeito de Anamã. 7 - Apresentar proposição legislativa para alteração da Lei nº 10.420, de 2002, com o objetivo de estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDAM que, hoje, se aplica apenas à área

de atuação da SUDENE. 8 - Acompanhar a execução do fundo Amazônico sugerindo o uso de parte dos recursos para ações de adaptação dos seres humanos, diminuindo sua vulnerabilidade. 9 - Anexar ao Relatório as Notas Taquigráficas do debate ocorrido na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. **Requerimento nº 18, de 2009-CMMC**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer seja convidada a Senhora Christiane Torloni, para apresentar aos membros da comissão, o trabalho desenvolvido pelo movimento "Amazônia Para Sempre", bem como convidar o Senhor Mauro Passos, do Instituto Ideal, para uma explanação a respeito de estádios solares. **Requerimento nº 19, de 2009-CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e do Deputado José Guimarães, que requer a realização de uma visita dos membros da comissão ao município de São Gabriel da Cachoeira/AM, para a discussão de questões ambientais e de mudanças climáticas com o governo municipal e com os povos indígenas daquele município. **Requerimento nº 20, de 2009-CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e do Deputado José Guimarães, que requer o envio de Requerimento de Informação ao Ministério das Cidades, solicitando informações quanto às ações preventivas que serão empregadas para socorrer as populações da região norte e nordeste que se encontra em situação de emergência e/ou de calamidade pública, em conseqüência das cheias. **Requerimento nº 21, de 2009-CMMC**, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, quer requer a realização de Audiência Pública com o Senhor Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, para esclarecimento da avaliação institucional de sua pasta acerca da instituição de tributo a incidir sobre gases de efeitos estufa emitidos pelas atividades produtivas. **Requerimento nº 22, de 2009-CMMC**, de autoria do Senador Jefferson Praia, que requer sejam convidados o Senhor Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves, o subsecretário para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), Capitão-de-Mar-e-Guerra, Fuzileiro Naval José Robson de Oliveira Medeiros, a prestarem informações sobre os resultados das pesquisas empreendidas por esse programa no tocante às mudanças climáticas que o planeta tem sofrido. **Requerimento nº 23, de 2009-CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões da Amazônia, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, no dia 07 de julho de 20009, para apresentação e debate do livro "Impacto virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica: discurso ou fato?" **Requerimento nº 24, de 2009-CMMC**, de autoria do Senador João Pedro, quer requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater o Impacto das Mudanças Climáticas Globais, nas áreas social, ambiental e econômica. A Audiência Pública deverá ser realizada nos meses de agosto e setembro de 2009, devendo ser dividida em quatro partes: uma reunião no Senado Federal, uma reunião na Região Nordeste – polígono das secas, uma reunião na Região Amazônica, em Manaus/AM e uma reunião na Região Sul, em Florianópolis/SC, levantando os problemas decorrentes das mudanças climáticas nessas regiões para serem levados ao Fórum Mundial sobre a Mudanças Climáticas Globais, a ser realizado em dezembro de 2009, na cidade de Copenhagem, na Dinamarca. **Requerimento nº 25, de 2009-CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que requer a realização de diligências nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o objetivo de diminuir as assimetrias e avançar na consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos. **Requerimento nº 26, de 2009-CMMC**, de autoria dos Deputados Antonio Palocci e Colbert Martins, quer requer a realização de Audiência Pública, com convite ao Senhor Israel Klabin, Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, para apresentação e avaliação da versão brasileira do "Projeto Lord Stern", que estuda os custos da mitigação preventiva para evitar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas. **Requerimento nº 27, de 2009-CMMC**, de autoria do Senador Renato Casagrande e da Deputada Rebecca Garcia, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas à discussão da Instrução Normativa nº 07/09, publicada em 15 de abril de 2009, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotadas medidas que visem à mitigação das emissões de dióxido de carbono, oriundas da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo combustível e carvão, com a presença dos seguintes convidados: Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Coordenadora do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico; Presidente do IBAMA e do Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia. Item 3 - Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Edson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, destinada a debater o tema: Mu-

danças Climáticas e a Matriz Energética Brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009–CMMC, "Diretrizes de Calendário de Trabalho da Comissão Mista permanente de Mudanças Climáticas para o ano de 2009", de autoria da Senadora Ideli Salvatti. A Presidência convida o Senhor Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, representante do Ministro, a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para sua exposição inicial. Usaram da palavra os senhores Parlamentares Deputado Colbert Martins, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Sarney Filho, Senador Jefferson Praia, Senadora Marina Silva e Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes das Comissões e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

**12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 39 MINUTOS.**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que foi criada por intermédio da Resolução nº 4. E antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Não havendo qualquer óbice, considero aprovada. Está aprovada a Ata e os Parlamentares que assim concordarem permaneçam como se encontram.

Nós iniciaremos a reunião com a apresentação do relatório da diligência no Estado do Amazonas cuja comitiva foi liderada pelo Senador Jefferson Praia, que... Eu solicitaria até Senador, não deseja tomar assento aqui à mesa dos trabalhos? Acho que ficaria mais adequado, ficaria melhor. E já queria deixar comunicado à Comissão que o Ministro de Minas e Energia, o nosso querido Senador Edison Lobão, designou o Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia para representá-lo na Audiência Pública que nós teremos em seguida à explanação do relatório da diligência do Senador Jefferson Praia.

Então, eu passo de imediato a palavra ao Senador Jefferson Praia para apresentação do resultado da diligência ao Estado do Amazonas.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Obrigado, Sra. Presidente Senadora Ideli Salvatti, Deputado Colbert Martins e todos os presentes, Senadores e Senadoras.

Eu vou passar, então, aqui a ler esse relatório de forma resumida, para que possamos ter ideia da situação que nos deparamos quando estivemos no meu Estado, no Estado do Amazonas e discutimos lá a questão relacionada a uma das nossas preocupações aqui, que é a questão do clima e se as enchentes que tivemos atravessando no Amazonas têm alguma contribuição em decorrência das mudanças climáticas ou não.

Sra. Presidente, nós visitamos dois municípios do Estado do Amazonas, os municípios de Anamã e Manacapuru. Anamã está todo embaixo d'água. É um município que tem uma localização geográfica que, de certo modo, contribui para que, no momento que tenhamos enchentes, como o que estamos atravessando nesse momento, que é uma enchente de grande relevância e preocupação, ele ficou todo submerso. Então, nós temos aí uma realidade difícil em que aquelas pessoas, para nós termos uma ideia, durante esse período de enchente além de terem todas as dificuldades das mais diversas, alimentação, o trabalho para, tudo, a vida das pessoas para. Eles passaram, portanto a viver dentro das suas casas, aqueles que ficaram em suas casas, em um espaço muito reduzido.

E aí uma coisa que me chamou a atenção foi também o impacto psicológico que essas pessoas têm. Imaginem vocês terem que viver, durante um período de cheia, em uma casa com o espaço de um metro e meio, alguma coisa, porque levantam o piso da casa em decorrência das águas que vêm e você vive ali curvado o tempo todo. Com também o momento de dificuldade, que é aquele de não pisar em terra firme, você só anda de canoa ou então em cima das tábuas. Portanto é uma situação muito difícil que o nosso povo está atravessando, por mais que algumas ações já estejam sendo intensificadas dentro desse contexto de dar um pouco mais de atenção às pessoas que estão atravessando esse sério problema.

Após a visita aos dois municípios, nós tivemos uma conversa muito proveitosa na Assembléia Legislativa com diversas instituições, quando então passamos a discutir o impacto da questão climática, as mudanças climáticas que já começamos a perceber. Isso teve impacto em relação, teve algum impacto em relação às grandes enchentes que estão ocorrendo no Estado do Amazonas.

Muito bem, Sra. Presidente, eu passo então, vou passar então às considerações finais para que nós possamos... Eu vou para as considerações gerais e finais

para ser mais objetivo, já que temos mais à frente outro ponto importante de pauta nesta reunião de hoje. Bem, considerações gerais. É importante destacar que esta Comissão teve a participação da nossa Senadora Marina Silva, da nossa Deputada Vanessa Grazziotin, Deputada Rebecca Garcia e do Deputado Marcelo Serafim e eu também, estivemos visitando e discutindo com as instituições no Estado do Amazonas.

As considerações gerais: As apresentações foram relevantes e muito importantes para o conhecimento das ferramentas que dispomos para a realização de prognósticos climáticos da região da Amazônia Legal e a melhor compreensão das possíveis causas das enchentes que hoje atingem 47 de um total de 62 municípios no Estado do Amazonas. Os dados e informações apresentadas pelo SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia, por exemplo, fornecem séries históricas das precipitações mensais, apontam anomalias climatológicas observadas no período, além de possibilitar a realização de prognósticos trimestrais do clima na região, muito úteis no planejamento de ações preventivas futuras e na elaboração dos recursos correspondentes.

Já as pesquisas realizadas pelo INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, CPRM - Serviço Geológico do Brasil, UEA - Universidade do Estado do Amazonas, UFAM - Universidade Federal do Estado do Amazonas, mostram não só a importância da Amazônia no contexto das mudanças climáticas como para o clima do nosso planeta.

A partir das exposições foi possível concluir sobre a importância de se continuar investindo firmemente em estudos e pesquisas da Amazônia, não só para melhor conhecer a região, mas também para em breve podermos formar uma opinião sobre a influência ou não do efeito estufa em eventos climáticos como este que ora observamos, em particular no Estado do Amazonas.

Cumpre-nos também ressaltar a relevância e importância da ação que vem sendo realizada conjuntamente pelo Governo do Estado, Forças Armadas, Prefeituras e Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal, no socorro e auxílio à população dos municípios atingidos.

Considerações finais, Sra. Presidente e Relator Colbert Martins. As visitas aos municípios de Manacapuru e Anamã e o debate fornecem elementos importantes para sugerirmos ao Relator Deputado Colbert Martins ações que possam ser de iniciativa dessa Comissão, deliberando junto aos membros as seguintes providências.

Nº 1. Celeridade na liberação de recursos pelo Ministério da Integração Regional para o atendimento emergencial das pessoas vitimadas pelas enchentes.

Nº 2. Pleitear junto ao Executivo o descontingenciamento, priorizando a liberação dos recursos de emendas para localidades atingidas, principalmente àquelas relativas à construção de escolas, casas populares, ações de saúde, saneamento básico, recuperação de infraestrutura, dentre outras.

Nº 3. Propor ao Ministério de Minas e Energia o desenvolvimento de estudos e pesquisas para mudança gradual da matriz energética do Estado do Amazonas, onde seja possível substituir o diesel e outras fontes poluentes por fontes limpas e renováveis de geração de energia, sobretudo gás natural, cujo Gasoduto Coari-Manaus está em fase de conclusão, o que certamente contribuirá para a redução das emissões de gases de efeito estufa e de suas possíveis implicações no aumento de ocorrências de eventos climáticos extremos na Amazônia e em todo o planeta.

Nº 4. Discutir com os demais países amazônicos ações conjuntas de investimentos no estudo, na pesquisa, na preservação do clima, flora e fauna, que contribuam para a redução do desflorestamento na região, responsável em grande parte pelas emissões brasileiras de gases de efeito estufa.

Nº 5. Propor na discussão do orçamento de 2010, reforço das dotações orçamentárias das universidades e outros órgãos de pesquisas voltados para o estudo e pesquisa do bioma, clima e de outros aspectos que envolvam a sustentabilidade da Amazônia.

Nº 6. Que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas encaminhe formalmente os pleitos apresentados pelo Prefeito de Anamã.

Nº 7. Apresentar proposição relativa para alteração da Lei 10.420 de 2002, com o objetivo de estender o benefício e garantir a safra à área de atuação da SUDAM, que hoje se aplica apenas a área de atuação da SUDENE.

Nº 8. Acompanhar a execução do Fundo Amazônico sugerindo o uso de parte dos recursos para ações de adaptação dos seres humanos diminuindo sua vulnerabilidade.

Nº 9. Anexar aos relatórios as notas taquigráficas do debate ocorrido na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Portanto, Sra. Presidente, eu quero dizer para concluir, que embora estejamos apresentando o relatório hoje, nós já estamos agindo no sentido de resolver muitos pontos levantados aqui. Por exemplo, com relação às preocupações do Prefeito de Anamã, o Prefeito Raimundo Chicó. O que ele fez com observações que nós achamos importantes? Primeiro, ele sugeriu que tivéssemos para os municípios que foram

considerados em estado de emergência a isenção da tarifa energética, da cobrança da energia. E nós já conversamos com o Dr. Flávio Decat, da Amazonas Energia. Infelizmente a isenção não vai ser possível, mas vai ser possível o parcelamento na cobrança da energia. Eu acredito que aí nós já estamos dando uma contribuição para aquelas pessoas que estão em um momento muito difícil nas suas vidas. Portanto, teremos aí o parcelamento para todos os municípios que foram considerados em estado de emergência em relação à enchente no Estado do Amazonas.

Outro ponto levantado pelo Prefeito Raimundo Chicó também, foi a possibilidade de termos no Gasoduto Coari-Manaus, onde passa esse gasoduto, e aí temos diversos municípios, de termos unidades de geração de energia a gás sendo viabilizadas nesses municípios. E o compromisso do Dr. Flávio Decat, também em conversa que tivemos com ele, foi de viabilizar essas unidades já até o fim do ano. Portanto, nós teremos nos municípios que passam aí o Gasoduto Coari-Manaus, inclusive Manaus também, até o fim do ano já teremos a energia a gás sendo viabilizada.

Portanto, são avanços que tivemos além de toda uma luta da Comissão, desta Comissão junto ao Governo Federal colocando suas posições e junto ao Governo do Estado. O problema ainda continua, nós temos que estar vigilantes. Daqui para frente devemos agir no sentido de ações de médio e longo prazo para que possamos fazer com que essas ações caminhem ao encontro do anseio daquelas populações, que estão sendo atingidas ainda pelas enchentes no Estado do Amazonas.

Sra. Presidente, esse é o relatório e continua a nossa atuação no sentido de encaminharmos as sugestões e estarmos vigilantes para fazermos com que aquelas pessoas tenham uma melhor qualidade de vida. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradecemos ao Senador Jefferson Praia. Há algumas fotos que foram obtidas durante a visita, a diligência, que eu acho que seria importante também poder... E aí se algum dos membros da comitiva também chegou...

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** [pronunciamento fora do microfone]

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A Deputada Vanessa que--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** A Deputada Vanessa que esteve conosco. Aí é o município de Manacapuru. Para vocês terem ideia, olha, eles levantam o piso... Em algumas fotos talvez dê para você ver e passam a viver... Muitos não abandonam suas casas.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Vivem literalmente dentro da água.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Aí é uma parte que nós chamamos de frente da cidade. O município de Manacapuru é um dos mais importantes municípios do nosso Estado, fica próximo de Manaus, mas... Aí é a zona rural do município. Olha essa casa toda debaixo d'água.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Isso é o topinho do teto, é isto?

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** É.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Bom, eu queria solicitar que todos os itens que o relatório...

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Esse é o município de Anamã, Sra. Presidente. Veja que está o município todo embaixo d'água, cemitério, tudo. Lá as pessoas, para você... O mais interessante é o seguinte, é o bom humor das pessoas. Embora estejam em uma situação muito complicada, mas alguns chegaram até a fazer algumas brincadeiras. Disseram que Anamã é o único lugar em que o cidadão morre duas vezes. Ele foi enterrado, aí vem a água e ele morre novamente, porque o cemitério fica todo embaixo d'água.

Essa é a casa do Prefeito Raimundo Chicó. Uma preocupação que, Sra. Presidente, temos que ter é quando as águas baixarem. Não pense que o problema é só quando as águas estão aí. Quando baixarem, os problemas quais serão? Problemas de doença, que passam a ser muito mais intensos e além da retomada das atividades econômicas, de algumas que eles consideram ter novamente as pessoas que fazem parte desses municípios. Portanto, após as águas baixarem muitos vão aproveitar as várzeas para plantar e deveremos estar atentos para darmos uma atenção também nesse momento.

Olha aí uma rua do município de Anamã. O meio de transporte lá são as canoas. O Prefeito--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Não, já ocorreu outras vezes, já tivemos ocorrências--

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Na verdade, enchentes sempre têm, por exemplo, neste município, uma preocupação que temos, Deputada Vanessa, V.Exa., que é de lá também, esse é um município que pela posição geográfica sempre tem problema. Então, é uma situação para o próprio município pensar o que fazer. Porque eles estão em uma área que chamamos aí, talvez, área de várzea alta e a água foi tão... A enchente foi tão grave que chegou a atingir.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A árvore no fundo, que linda!

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Não, devem ter batido. Será que só botaram nossas fotos? A Deputada Vanessa está chamando atenção porque só tem as fotos dos homens [risos] e não das mulheres, bem lembrado. Bem, ninguém programou termos aí essas fotos.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** A Deputada Rebecca.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Olha, como é que as pessoas vivem dentro das casas. Nós estamos aí, não dá para levantar mais porque ali tem...

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [ininteligível] É bem alto, né? Então--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Eu tenho 1,63 metro e tive que ficar curvado, para você ter ideia o espaçozinho--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** --que sobra.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Mas, é isso.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Senador Jefferson, eu queria dar o seguinte encaminhamento. No relatório, V.Exa. em nome da Comissão que esteve lá no Estado do Amazonas acompanhando lá a tragédia das enchentes, faz inúmeros pedidos. São nove, são nove solicitações para a Comissão. Eu queria que nós já pudéssemos transformar essas nove solicitações em Requerimentos, para que nós possamos aprovar os nove Requerimentos que fazem parte do relatório. E aí, o nosso Relator Deputado Colbert Martins tomar as providências no sentido do que precisa, em nome da Comissão, ser encaminhado ao Governo Federal, aos órgãos respectivos e outras questões que competem à atividade da própria Comissão.

Então, se não houver nenhuma manifestação contrária, eu estou submetendo a votação do relatório transformando as nove indicações em Requerimentos. Pois não, Deputada Vanessa.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Sra. Presidente, eu não vou fazer nenhuma manifestação contrária. Entretanto, eu não poderia deixar passar essa oportunidade para cumprimentar o trabalho realizado pelo Senador Jefferson Praia. Nós tivemos oportunidade de acompanhar--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Permita-me. A Deputada Vanessa está sendo, vamos dizer, ela e a Deputada Rebecca, muito humildes até, mas tiveram um trabalho fundamental. Todo o relatório, o acompanhamento, tudo que está sendo feito, na verdade, Deputada Rebecca, é uma ação que está sendo feita por todos nós, as sugestões... Eu acho que nós, do Estado do Amazonas, estamos muito empenhados em ajudar o nosso povo independente de qualquer trabalho que cada um realiza. Estamos todos de parabéns.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Mas, enfim, V.Exa. foi designado pela Comissão para coordenar a Comitiva. Estivemos lá a Senadora Marina, a Deputada Rebecca, eu, o Deputado Marcelo e o Senador Jefferson Praia e assim que retornamos, Senadora Ideli, ele elaborou uma síntese de relatório e encaminhou a cada um de nós para que pudéssemos dar as nossas sugestões, acrescentar ou até mesmo modificar. Então, esse relatório efetivamente é fruto de um coletivo. O Senador, o principal atributo dele é que ele conseguiu fazer esse trabalho como coletivo.

E, Senadora Ideli, eu não poderia também deixar de destacar esses nove pontos, que não são importantes para o Amazonas, mas para a Amazônia como um todo. Acho que essa questão de mudar a matriz energética, para quem vive longe da Amazônia é algo impensável, mas para nós que vivemos em uma parte isolada do país, que tem a energia gerada a base de queima de óleo--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** De diesel.

**DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Combustível a óleo diesel, para nós isso é uma conquista impagável. E mais do que isso. Vocês todos, os senhores todos devem estar acompanhando, mesmo porque foi capa de dois grandes jornais do país ontem: O custo da obra do Gasoduto Manaus-Coari. Ocorre que nós brigamos, nós lutamos por essa obra por mais de uma década, mas lutamos e muito. Em um primeiro momento queriam entregar toda a concessão do gás natural do Estado do Amazonas para uma empresa americana. Já estava entregue, nós revertemos a situação na Justiça. A Petrobras estava sendo impedida de participar. Mas, muito mais do que isso e só foi possível porque a Petrobras foi para lá para fazer essa obra. Então, nós conseguimos com que além do gasoduto, que sai do município de Coari até Manaus, fossem construídos sete ramais, um deles para essas cidades que nós acabamos de ver. As duas, um ramal para Manacapuru e um ramal para Anamã. É óbvio que o custo da obra certamente não compensaria, mas nós não temos que pensar só a compensação, o retorno imediato. Mas, é o retorno ambiental, é o retorno social que essa empresa fez e que a mudança da matriz energética poderá fazer por essa região ainda.

Então, a mudança da matriz energética é muito importante e principalmente eu acho que... Nós temos

o Fundo da Amazônia criado no Brasil. A Comissão deveria pegar alguns tópicos e debater. Eu acho que o Fundo da Amazônia, não é... Bom, Defesa Civil nós temos, o Ministério da Integração. Defesa Civil já tem, pode não ter dinheiro, mas o Ministério da Integração está aí. O Fundo da Amazônia tem que servir exatamente isso, a políticas estruturantes. E uma parte importante, que ainda não é muito cara no Brasil é essa. Esse município, provavelmente, Anamã ao lado de Barreirinha, que nós não pudemos... Uns três ou quatro municípios do Estado, eles vão ter que mudar literalmente de lugar. E aí não adianta dizer que vai agregar a outro, porque a população não aceita. Mas, que vai ter que mudar vai. E projetos que esses fundos poderiam colaborar. Muitas pessoas que vivem na várzea, porque a várzea é uma área que pode ser plantada sem você derrubar qualquer árvore, porque é uma área muito boa, fértil. Mas moradia ali? Será que não seria o caso de deslocar as pessoas para viverem em outras situações? Então, eu digo isso sugerindo inclusive ao nosso Relator Deputado Colbert, que olhe com muito carinho essas nove solicitações, que não é uma questão emergencial, imediata e localizada, é uma questão maior. Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Agradeço a Deputada Vanessa. E então, alguém mais deseja discutir o Requerimento? Porque não havendo mais quem queira discutir o Requerimento com as nove solicitações que estão contempladas no relatório da Comitiva, que esteve em diligência no Estado do Amazonas, considero aprovado. E passaria já agradecendo o trabalho da Comitiva, de forma muito especial ao Senador Jefferson Praia.

Eu quero passar para o segundo ponto da nossa reunião de hoje, que é a oitiva do Ministro Edison Lobão, que na impossibilidade de comparecer designou o Dr. Altino para poder expor aqui, em nome do Ministério de Minas e Energia, todo a trabalho do calendário com relação a nossa matriz energética e a questão das mudanças climáticas. Como aqui já foram, Dr. Altino, colocadas algumas questões bastante específicas, nós temos aí a situação do leilão da energia eólica, que deverá acontecer no próximo período. Eu acho que nós temos vários assuntos de extrema importância, que tem a ver com a nossa matriz energética, com o trabalho que o Ministério de Minas e Energia vem desenvolvendo, inclusive o Plano Decenal, todo o planejamento estratégico para a energia do nosso país e também as implicações destas ações do Ministério relacionadas às mudanças climáticas.

Então, antes de passar a palavra para o Dr. Altino, para que ele possa fazer a sua exposição, eu queria solicitar a nossa Vice-Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin, que pudesse assumir aqui a condução dos trabalhos, porque eu vou precisar me retirar durante um período.

E dizer que na semana passada nós tivemos uma reunião muito importante aqui, com vários Ministérios e inclusive com o Ministro dos Esportes e a presença da CBF, para tratar do Projeto Copa Limpa. Tivemos a oportunidade, inclusive, de já alertar... Copa Verde não, porque eu sou Corinthiana, entende? Já disse isso aqui.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Mas, eu sou também, Senadora, mas não tem problema, não.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Copa Verde, Copa Sustentável, Copa Limpa, ou seja, essa marca que nós queremos colocar na Copa 2014. E na Audiência que tivemos com o Presidente Lula, a Christiane Torloni, o Victor Fasano, estava também o Senador Cristovam Buarque, o Senador João Pedro, nós colocamos preliminarmente ao Presidente Lula e ele gostou muito da ideia. Portanto, nós deveremos ter muito em breve a reunião com o Presidente para apresentar a proposta e também com o Presidente da FIFA. Já há um sinal do Ricardo Teixeira, que nós poderemos ter muito em breve a reunião com o Presidente da FIFA.

Então, eu gostaria que até amanhã os Parlamentares da Comissão, que desejarem fazer parte daquele grupo de trabalho que nós aprovamos, que será constituído com membros da Comissão, membros do Ministério dos Esportes, do Meio Ambiente, do Turismo, da Casa Civil e da CBF. Os que desejarem, por favor, encaminhem o nome. Nós queremos um grupo não muito grande, mas eu acho que pelo menos uns três ou quatro Parlamentares da Comissão seria muito importante nós termos nesse grupo de trabalho, que nós aprovamos o Requerimento na semana passada. Então, até amanhã, por favor, quem desejar participar para a gente poder oficializar e iniciar os trabalhos. E, eu convido então a Deputada--

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Pela ordem, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Pois não.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Nesse período de breves comunicados ainda, por uma questão de oportunidade, eu só queria mencionar a essa nossa Comissão um fato que considero bastante relevante para nós todos. A semana passada, Semana Internacional do Meio Ambiente, o Dia Mundial do Meio Ambiente, nós tivemos uma pauta importante na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Estava lá o Deputado Jorge Cury, que concorreu para que isso fosse bem-sucedido e eu acabei sendo

Relator de uma matéria, que a partir de um projeto do Deputado Sebastião Bala Rocha, agrega vários outros projetos de parlamentares e uma proposta enviada pelo Executivo no sentido de constituirmos o Fundo Nacional para as Políticas de Mudanças Climáticas, que é algo absolutamente relevante a nós aqui da Comissão.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Ótimo. Excelente.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** A boa notícia que trago, Presidenta, é que o nosso substitutivo foi aprovado por unanimidade lá nessa Comissão, resta ainda que ele passe pela Comissão de Finanças e depois pela Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu queria até permitir-me fazer chegar à nossa Secretaria da Comissão esse substitutivo para que ele pudesse ser veiculado aqui no âmbito da Comissão e nós pudéssemos então, de uma forma conjunta, acompanharmos essa tramitação. O Fundo, que tem tudo a ver nesse processo que temos vivido, intenso, de preparação para termos uma Política Nacional de Mudança Climática.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Aliás, eu acho que é muito importante este relato desta notícia tão positiva. E já queria até ir um pouco mais além. Na vigília de preservação da Amazônia, nós apresentamos ao Presidente das duas Casas, ao Senador José Sarney e ao Deputado Michel Temer, uma lista de projetos prioritários relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas. Então, eu queria pedir ao nosso Relator que pudesse... A lista daqueles projetos que foram entregues, de repente se tiver mais algum projeto, eu não sei se este, por exemplo, estava incluído ou não. Se não estiver, que inclua. E que a gente possa ter na próxima reunião, Deputado Colbert, uma pequena apresentação de onde esses projetos estão, em qual Comissão e que tipo de ação nós poderíamos adotar no sentido de contribuir com a celeridade na tramitação. Certo? Para a gente poder dar continuidade nesse trabalho, que é de fundamental importância.

Então, eu passo a palavra à Deputada Vanessa. Ela foi atender. Então, eu passo ao Deputado Colbert Martins, enquanto a Deputada Vanessa está atendendo ao telefone. E peço mil desculpas ao Dr. Altino, que infelizmente eu tenho outras questões a tratar, mas eu tenho certeza absoluta que o senhor será muito bem tratado aqui na nossa Comissão.

[troca de presidência]

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Bom, dando continuidade, nós fomos informados que acabamos de alcançar o quorum e portanto nós vamos aproveitar para, se o Dr. Altino nos permite, será uma coisa muito breve, muito rápida. Antes de iniciarmos a Audiência com V.Sa., a gente fará a votação dos Requerimentos constantes da pauta e será muito rápido.

Item nº 2 da pauta, deliberação de Requerimentos. Eu quero informar antes de mais nada, que os três primeiros Requerimentos já foram lidos na 10ª Reunião, que foi realizada no dia 26 de maio. Então, nós passaremos a discussão e votação desses Requerimentos. Vamos lá. Eles já foram lidos, portanto, é de conhecimento de todos. O Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, para convidar os atores... A atriz Christiane Torloni e o ator Mauro Passos para uma explanação a respeito de Estádios Solares, seria outra explanação para formalizar, aprovar. Quem concorda permaneça como se encontra... Para tratar sobre Estádios Solares, que diz respeito à Copa do Mundo. Inclusive, o Dr. Mauro Passos já veio, diz que Christiane Torloni ainda não, mas... Requerimento esse?

Foi lido também o Requerimento de autoria da nobre Deputada Vanessa Grazziotin, a realização de visitas dos membros dessa Comissão ao município de São Gabriel da Cachoeira do Amazonas para discutirmos questões ambientais e mudanças climáticas, com o Governo Municipal, povos indígena e demais instituições públicas. Quem concorda permaneça como se encontra. Aprovado.

**Requerimento de nº... Subscrito pelo Deputado José Guimarães, Requerimento... Também Deputado José Guimarães e Vanessa Grazziotin, que requer uma solicitação de informação, envio de pedido de informação ao Ministério das Cidades, requerendo informações em relação às ações preventivas no que diz respeito às vítimas das enchentes. Quem concorda permaneça como se encontra. Aprovado.** Não há mais? Temos, temos outros Requerimentos. Leitura e discussão, mas todos vamos contribuir para Audiência Pública.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, requer a realização de Audiência Pública com o Sr. Ministro de Minas e Energia Edison Lobão, para esclarecimento da avaliação institucional de sua pasta acerca da instituição de tributo a incidir sobre os gases de efeito estufa emitidos pelas atividades produtivas. Não seria esse o alvo da nossa Audiência de hoje? Também, não é? Alguém em discussão? Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Senador Jefferson Praia, que requer nos termos do Artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 90 do Regimento Interno, que sejam convidados o Sr. Secretário de Comissão Interministerial para Assuntos do Mar, Comandante Almirante Francisco Carlos Ortiz

de Holanda Chaves, o sub-Secretário do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, Capitão Mário Guerra, Fuzileiro Naval José Robson de Oliveira Medeiros, a prestar informações sobre os resultados das pesquisas empreendidas por esse programa no tocante as mudanças climáticas que o planeta tem sofrido. Em discussão. Senador? Em discussão? Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado.

Requerimento da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, que requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão em conjunto com a Comissão da Amazônia, Meio Ambiente, Desenvolvo Econômico, Indústria e Comércio e com a Frente Parlamentar Ambientalista, no dia 07 de julho, para a apresentação e debate do livro Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus Sobre a Proteção na Floresta Amazônica: Discurso ou Fato. Esse é o nome livro, mas é para debater os impactos da Zona Franca sobre o meio ambiente e, portanto sobre as mudanças climáticas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Quem concorda permaneça como se encontra. Aprovado.

Requerimento do Sr. Senador João Pedro, subscrito pelo Senador Jefferson Praia, que requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa e Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado para debater impacto das mudanças climáticas globais nas áreas sociais, ambiental e econômica. Essa Audiência deverá ser realizada no mês de agosto e deverá ser dividida em quatro partes, uma reunião para tratar de região Nordeste, a outra Amazônia e Manaus, a outra da região Sul e Florianópolis, e também a participação da Comissão. E esses resultados deverão ser encaminhados ao Fórum Mundial sobre Mudanças Climáticas a ser realizado em dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado.

Mais um Requerimento da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, requer a realização de diligências nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor com o objetivo de diminuir as assimetrias para avançar a consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos. É o mesmo objetivo do Requerimento anterior, também para debater recursos hídricos. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aprovado.

Requerimento do Sr. Antônio Palocci, subscrito pelo Deputado Colbert Martins, nos termos do Art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer à V.Exa., ouvindo o Plenário da Comissão, convidar para comparecer a esse órgão técnico, o Sr. Israel Klabin, Presidente da Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável para participar de reunião de Audiência Pública para apresentação e avaliação da versão brasileira do Projeto [ininteligível], que estuda os custos de mitigação preventiva para evitar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Os que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento do Sr. Senador Casagrande, subscrito pela Deputada Rebecca, que requer a realização de Audiência Pública nessa Comissão com vista à discussão da Instrução Normativa nº 27 de 2009, publicada em 15 de abril de 2009, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, que estabelece que o procedimento de licenciamento ambiental, deverão ser adotadas medidas que visem a mitigação de emissões de dióxido de carbono oriundas da geração de energia elétrica de usinas termoelétricas movidas a óleo combustível e carvão. Com a presença dos seguintes convidados: Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug; Silvia Calou, Coordenadora do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico; Presidente do IBAMA, Roberto Messias Franco; Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Pela ordem, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Pois não, Senadora.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** A Dra. Thelma Krug não é mais a Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério de Meio Ambiente.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não é mais a Dra. Telma. Então, a Secretaria terá que fazer essa... O Requerimento do Senador Renato Casagrande, a Secretaria fará uma mudança. Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Quem concorda permaneça como se encontra. Aprovado.

Concluímos. Dr. Altino, como V.Sa. percebe aqui os nossos pares foram extremamente solidários a V.Sa., não tenha dúvida. Não tenha dúvida, que é em homenagem a vossa presença aqui.

Item 3º. Bom, então agora nós vamos iniciar a nossa Audiência Pública, que foi convidado o Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, que infelizmente não pode comparecer e em seu lugar falará o Dr. Altino Ventura Filho. E o tema aqui a ser abordado é: Mudanças Climáticas e a Matriz Energética Brasileira, em atendimento ao Requerimento de nº 12, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Então, V.Sa. dispõe da palavra em torno de vinte minutos.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Está bem. Bom, cumprimento a Deputada Vanessa, Vice-Presidente

da Comissão, o Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão e através dos dois eu cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes, autoridades, meus senhores, minhas senhoras. Bom, o Ministro Edison Lobão não pôde comparecer por compromissos no Ministério e me indicou para eu vir representá-lo para trazer aqui as informações que foram solicitadas no Requerimento.

Eu sou Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Energético do Ministério. É uma das quatro Secretarias do Ministério. E a questão relacionada com as mudanças climáticas e o seu relacionamento com energia, desenvolvimento tecnológico, eficiência energética, planejamento da expansão, todos esses itens estão situados dentro da minha Secretaria.

Eu quero registrar a satisfação do Ministério de Minas e Energia de estar presente nesta Comissão, agradeço em nome do Ministério o Requerimento de nós virmos aqui. A questão de mudança climática, em termos globais no mundo, está muito relacionada com a questão da energia.

Nesse sentido eu vou procurar fazer uma apresentação situando o contexto brasileiro, procurar respeitar os vinte minutos que foram dados. O contexto brasileiro e fazendo algumas comparações internacionais. Bom, falar de energia no Brasil é falar muito mais de soluções do que de problemas, principalmente quando se está relacionado com a questão de mudança climática. Então, ao longo da exposição eu vou procurar trazer, digamos, algumas reflexões para mostrar esse aspecto que eu acabei de relatar.

Bom, o primeiro ponto que eu gostaria de fazer referência é o seguinte: O Brasil é um país que, todos nós sabemos, um país grande, com uma população que está caminhando para próximo de 200 milhões de habitantes, tem um consumo *per capita* de energia relativamente baixo, eu diria até muito baixo comparado com alguns países. Não digo os países mais desenvolvidos e mais ricos do mundo, mas o consumo *per capita* ainda é muito baixo, o que sinaliza que nós vamos continuar o nosso processo de desenvolvimento, crescendo a nossa economia e inevitavelmente vamos ter que aumentar o consumo de energético. Com todas as precauções que nós devemos adotar em termos de eficiência energética, usar a energia de uma forma mais eficiente, mas é inevitável que o Brasil pelo porte do país que nós temos, passe a ser um consumidor de energia significativo no horizonte de tempo, razoavelmente, eu diria de médio prazo, qualquer coisa como 20 anos daqui para frente.

O outro aspecto importante da energia é que quando se analisa a questão energética não pode analisar a situação atual. Muito mais importante é como ela vai evoluir, para onde nós estamos caminhando. Por isso que o setor energético tem o seu planejamento feito em horizonte, digamos, de longo prazo, que são horizontes de 2030, que nós trabalhamos hoje, que são vinte anos na frente. Porque é muito mais importante saber para onde a sociedade brasileira está indo em termos energéticos do que analisar uma situação pontual de hoje. Então, inevitável que o consumo de energia no Brasil cresça, não há como impedir isso e vai crescer em taxas, se estima algo entre 3% e 4%, que é o que tem sido mantido nos anos recentes, até um pouco mais nos anos recentes.

Só para dar uma ideia aqui, sem se preocupar com as unidades, só para ver esse desafio que o Brasil tem, nós vamos passar de um consumo de energia em toneladas, em milhões de toneladas equivalente de petróleo. Vamos passar de algo como 180 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, que temos um consumo hoje no Brasil aproximadamente isso, de toda a soma de energia, para algo como 400 milhões de toneladas equivalentes. Então, é um crescimento realmente significativo. E energia elétrica vai acontecer uma coisa parecida. Nós vamos passar de uns 400 terawatts/hora, que é o consumo anual hoje para algo um pouquinho acima de 1.000 terawatts/hora.

Então veja, isso é algo que é inevitável. Quer dizer, a sociedade brasileira no seu desenvolvimento econômico e social, no seu crescimento populacional, aumento do PIB, da produção, vai necessitar dessa energia. Então, eu vou fazer alguns comentários de que como essa energia, como nós atendemos atualmente e como vamos atender.

O Brasil é um país que se diferencia em matéria do seu setor energético quando se compara com o resto do mundo. Eu vou dar uma primeira informação, que eu acho que é conhecida, mas é sempre bom nós lembrarmos, quer dizer, o mundo atualmente é, do ponto de vista energético, eu diria, extremamente mal comportado... Não, não, eu não vou passar, eu vou falar. Eu trouxe aqui uma apresentação, se for o caso no debate eu poderia apresentar alguma coisa, mas eu prefiro fazer uma intervenção assim mais...

Porque veja, quando nós olhamos, digamos nos últimos vinte e poucos anos, se observa que o mundo usa fundamentalmente os chamados combustíveis fósseis. Quando se soma o que consumimos de petróleo, carvão e gás natural, que são os emissores do CO2 e que contribuem para as mudanças climáticas. Em 1980, do total de energia que o mundo consumia, 85% era oriundo desses combustíveis fósseis. Quando nós olhamos os dados de 2006, o último aqui que eu tenho disponível, esse número caiu para 81% apenas, apesar de todo o esforço que foi feito para reduzir o

uso dos chamados combustíveis fósseis. Então, realmente o mundo usa os combustíveis fósseis. Quando olha a energia elétrica, está certo? Quer dizer, a questão da matriz elétrica mundial, a situação talvez seja mais desfavorável ainda. Quer dizer, o mundo usa cerca de 70% das chamadas fontes de combustíveis fósseis para a utilização de produção de energia. Por exemplo, o carvão mineral é 40% da energia elétrica produzida no mundo vem do carvão mineral, que é um grande emissor de CO2, petróleo 6%, o gás natural 20%. Então, esse panorama de fundo é muito importante, porque a situação brasileira é completamente diferente disso aí.

Só para dar uma ideia da nossa matriz atual e o que nós estamos planejando para 2030 e que serve de base para orientação da política energética. Quer dizer, no que diz o consumo, no que diz respeito ao consumo de energia total do país, quer dizer, somando todas as formas de energia, nós temos uma participação de cerca de 46% de energia renovável. Ou seja, o Brasil usa quase metade da sua energia de forma renovável, quando o mundo usa somente 14%. Porque como o mundo usa fundamentalmente os combustíveis fósseis, então o Brasil tem uma situação privilegiada.

Quando se usa as fontes renováveis, essas fontes renováveis são baixas emissoras de CO2, portanto contribui pouco para as mudanças climáticas. Então, este é um aspecto relevante da nossa matriz energética. Quer dizer, a matriz energética brasileira atual tem uma participação de fontes renováveis elevada, o que faz com que o Brasil seja um exemplo para o mundo de utilização de energia, que é chamada ambientalmente, digamos, limpa e baixa emissora de CO2. Eu volto a insistir no número: O Brasil tem 46% e o mundo 14% só de energias renováveis.

Atualmente, nós atendemos essa necessidade de energia do Brasil praticamente com quase uma auto-suficiência, ou seja, o Brasil hoje atende as suas necessidades, praticamente 90% são fontes nacionais. Quando eu falo de fontes nacionais significa recursos energéticos nacionais, tecnologia nacional. Veja, a parte de importação é um pouco o gás da Bolívia, a parcela paraguaia de Itaipu, um pouco de carvão mineral para siderurgia. Então, é algo que é complementar às nossas necessidades. Então, a matriz energética brasileira, nós somos praticamente auto-suficiente e com quase 50% de fontes renováveis.

No que diz respeito até 2030, a política energética brasileira vai conduzir a manter aproximadamente esses valores. Portanto o Brasil, veja, mesmo no horizonte em longo prazo, 20 anos, podia ser algo entre médio e longo prazo, ele mantém-se praticamente auto-suficiente e mantém uma parcela de quase metade das fontes renováveis. Essa situação brasileira é uma situação muito peculiar. Poucos países do mundo têm uma situação desse tipo, de ter as opções de fontes renováveis e de ter a opção de auto-suficiência energética.

Bom, eu queria falar agora sobre essa questão da fonte energética, das fontes renováveis. Eu destacaria, inicialmente, o primeiro aspecto é que o Brasil é um país continental, um país que tem muitos rios e que nós temos um potencial hidrelétrico imenso para aproveitar. O potencial hidrelétrico brasileiro é de aproximadamente 260 mil gigawatts. É o terceiro ou quarto potencial do mundo. O maior é o da China, que é um país de montanhas com muitos rios, que tem cerca de 350 mil. O nosso é 260 mil, portanto um potencial muito grande. Eu queria destacar um aspecto que o Brasil deste potencial de 260, nós só consideramos aproveitável 180 mil. Cerca de 80 mil por estarem localizados em terras indígenas, em parques nacionais, em reservas extrativista florestais, etc., que a sociedade brasileira optou por dar outra utilização a essas áreas, esse potencial não pode ser aproveitado. Então, a política que o Ministério das Minas e Energia defende é que esses 180 mil devam ser desenvolvidos até 2030. Nós temos cerca de metade já em operação e a outra metade que vamos construir nos próximos 20 anos. É um programa imenso, cerca 90, 100 mil megawatts hidroelétricos e que nós vamos construir nos próximos anos. E, uma boa parte desse potencial localizado na Amazônia, em usinas a fio d'água, ambientalmente viáveis, pequenas áreas inundadas e com o impacto ambiental muito reduzido comparado com outras fontes energéticas, que poderiam ser disponibilizadas para atender o sistema brasileiro. Bom, esse primeiro aspecto do potencial hidrelétrico, ele é muito importante porque permite que o Brasil priorize a hidroeletricidade que representa 2/3 do nosso recurso hidrelétrico, 2/3 da geração de energia elétrica vem das nossas usinas e isso vai continuar a longo prazo.

Além desse aspecto da matriz da hidroeletricidade, o Brasil, como todos nós conhecemos, sabemos, é um país, talvez o país mais rico do mundo nas chamadas fontes alternativas, em função da dimensão continental do país, em função das amplas possibilidades de utilização de fontes alternativas. Eu destacaria a questão da solar, a questão da biomassa, a questão da eólica, e nós temos amplas possibilidades. Então, o Brasil talvez, no mundo atual, seja o maior laboratório de energia do mundo, porque tem uma matriz energética diversificada, contempla praticamente todas as fontes energéticas e com potenciais imensos. Quer dizer, nós não temos uma situação de escassez de fontes primárias para produção de energia, pelo contrário,

o Brasil tem uma abundância. E em uma situação de abundância nós devemos ter a sabedoria de escolher quais são os caminhos que o país deva seguir, como combinar essas fontes energéticas de tal maneira que se tenha o melhor resultado na produção de energia, custos que a sociedade possa pagar, ambientalmente sejam viáveis todos esses projetos, o desenvolvimento tecnológico continue sendo feito como fizemos na hidroeletricidade e a sociedade brasileira se torne, digamos, competitiva com o cenário internacional no que diz respeito ao uso do insumo energia elétrica, fundamental para a nossa indústria e para o nosso uso social nas nossas residências.

Bom, o Ministério de Minas e Energia tem feito um esforço muito grande de reverter uma tendência recente de incorporação de geração térmica. No nosso Plano Decenal, que concluímos recentemente, está em fase de aprovação, houve uma inclusão de usinas térmicas à derivados de petróleo, maior do que aquelas que seriam desejáveis. Quer dizer, isso não foi resultado do Planejamento e o Ministério tem feito um esforço muito grande de reverter essa tendência, voltar o país ao caminho da hidroeletricidade. E isso, para voltar a esse caminho da hidroeletricidade, nós temos que desenvolver algumas grandes usinas localizadas na região Amazônica brasileira. Começamos com a Usina do Rio Madeira, a Usina de Jirau, em Santo Antonio. Este ano devemos fazer a licitação da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, uma usina de 10, 11 mil megawatts e futuramente devemos fazer a licitação do complexo São Luís, que vai ser no Rio Tapajós. Esse complexo de usinas hidrelétricas, que devem somar algo como 25, 30 mil megawatts, eles são fundamentais para o atendimento da energia elétrica brasileira nos próximos anos. Se o Brasil optar por não seguir a hidroeletricidade como a fonte principal, terá que substituir por outras alternativas energéticas, que são mais complicadas do que as nossas hidrelétricas da Amazônia. Complicada no sentido tecnológico, no sentido de custo, no sentido também ambiental. Então, o caminho da hidroeletricidade é aquele que o Brasil defende com firmeza e estamos em busca de levar à frente este programa que, nos próximos 20 anos, deverá ser algo como 90, 100 megawatts.

Eu queria destacar também a questão da geração eólica. Quer dizer, a geração eólica está tendo um desenvolvimento no mundo significativo, ela é uma energia limpa, uma energia da natureza, o Brasil tem um potencial imenso. A estimativa do nosso potencial é de cerca de 140 mil megawatts, quer dizer, um potencial enorme, isso para torres de 50, 60 metros. A tecnologia hoje já coloca torres na faixa de 100 metros e portanto o potencial brasileiro pode ser muito mais significativo. A questão da eólica é ainda a questão da competitividade, quer dizer, a competição com as outras fontes. Como o Brasil tem abundância de recursos, nós temos uma preocupação, que é quase uma cláusula pétrea na Política do Ministério das Minas e Energia, que é a questão de modicidade tarifária. A energia elétrica, a energia em geral é cara no mundo inteiro, inclusive no Brasil também, porque é um insumo nobre da economia. E quando se compara esse custo da energia com a renda da população, nós temos que ter uma preocupação permanente com a modicidade tarifária, porque ela é fundamental para permitir que os brasileiros passem a usar energia de que precisam, possam pagar essa energia. As nossas indústrias têm que ter uma energia competitiva para que o Brasil se insira da comunidade internacional de uma forma competitiva e vantajosa no que diz respeito à produção.

No que diz respeito à energia eólica, nós vamos fazer um leilão. Já tivemos uma experiência anterior do PROINFA, que foi uma experiência voltada para a viabilização das três fontes consideradas alternativas: A biomassa, a pequena central hidrelétrica e a eólica. No que diz respeito a essas três fontes, a biomassa e a pequena central hidrelétrica são uma realidade hoje no Brasil. É um programa que se desenvolve com regras de mercado, não há necessidade de nenhum incentivo adicional e no que diz respeito à eólica, em função dos custos, custos esses que tem uma perspectiva de redução em função do desenvolvimento tecnológico. E caso isso se concretize e atingimos um nível de custo competitivo essa solução será uma solução natural para o sistema brasileiro. Devemos realizar neste ano de 2009, um leilão específico para a geração eólica, onde nós esperamos e estamos muito otimistas, que a resposta do mercado, dos investidores, é no sentido de apresentar alternativas de eólica, que serão competitivas dentro do cenário nacional brasileiro.

Bom, eu queria fazer agora mais dois destaques que eu considero importante para abrir para os debates, que eu acho que são mais importantes as colocações. Essa apresentação relativamente resumida é mais para uma espécie de provocação para que as perguntas possam ser colocadas e o debate seja estabelecido. Eu gostaria de fazer uma referência a chamada agroenergia. Ou seja, aquela energia oriunda da produção agrícola, no caso, digamos, o etanol, o primeiro caso que é o etanol, que é um programa que tem há praticamente 30 anos. O Brasil foi pioneiro, não existe no mundo programas do porte do etanol, que é o primeiro esforço para se sair da era do petróleo ou se afastar dela no que diz respeito à utilização de combustíveis líquidos. O etanol é um programa que tem pleno sucesso no Brasil em todos os sentidos, tecno-

lógico energético, ambiental. A produção de cana-de-açúcar com a alta eficiência que permite a produção de álcool, ela não compete de forma nenhuma com a produção de alimentos. O Ministério de Minas e Energia tem colocado isto nos cenários internacionais, quer dizer, a produção Brasil está aumentando a produção de agroenergia e a produção de alimentos também. O nosso país continental tem espaço para esses dois objetivos. E mais ainda, a produção de cana ela está concentrada muito distante do ecossistema amazônico, portanto não há nenhuma interferência direta com o ecossistema amazônico. Quer dizer, o país pode continuar produzindo combustível da agroenergia com sucesso, sem comprometer a produção de alimento e dentro de um contexto ambientalmente viável. No que diz respeito--

[soa a campainha]

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Só para encerrar, que eu acho que já estou completando o meu tempo. Posso mais?

Bom, eu queria também destacar nessa agroenergia, a experiência recente do biodiesel, que também é uma experiência até certo ponto inovadora. O biodiesel ainda não apresenta um índice de competitividade com o diesel, como no caso do etanol, mas é um combustível que o Brasil está desenvolvendo a sua tecnologia. Nós já estamos atualmente a partir de primeiro de julho deste ano com uma mistura de 5%. Desculpa, são 4% agora, a partir de julho. E que vamos programar para antecipar a meta de 5% da mistura do biodiesel com o nosso diesel. É um programa que nós temos esperança e expectativa de que realmente vamos conseguir atingir algo semelhante ao programa do etanol.

Bom, em relação à agroenergia eu queria destacar também a biomassa, quer dizer, o programa da agroenergia baseado na cana de açúcar, que tem como finalidade a produção do álcool e a produção de açúcar, resulta no bagaço da cana, que é um energético extremamente importante. Dentro do conceito econômico ele surge na economia digamos com custo zero, porque é resultado de uma atividade de produção do álcool e do açúcar que são produtos nobres. E, esta biomassa é utilizada no processo, na utilização energética da biomassa, em um processo extremamente eficiente. Quer dizer, na cogeração, produzindo calor da indústria do açúcar e do álcool e produzindo energia elétrica que está sendo injetada na rede. Quer dizer, a biomassa no Brasil hoje já é a segunda fonte energética, o que caracteriza uma situação extremamente favorável, porque é uma fonte ambientalmente viabilizada, porque é um ciclo fechado no que diz respeito à emissão de CO2.

Então, a questão da biomassa é algo realmente e extremamente importante no que diz respeito à produção, à energia, digamos, à utilização destes energéticos para o atendimento da sociedade brasileira.

Eu queria também fazer algumas referências dentro de uma visão de médio e longo prazo. Quer dizer o porte do Sistema Brasileiro de Energia Elétrica ele em função do valor do potencial hidrelétrico brasileiro utilizável de 180 mil megawatts, este potencial não é suficiente para atender a totalidade da energia elétrica que o Brasil precisa nesse horizonte de 2030.

Portanto, dentro da política de diversificação da matriz energética, nós estamos fazendo a complementação do programa hidrelétrico, com aquilo que a gente chama de usinas térmicas e as chamadas não hidráulicas, as não hidráulicas, no caso, é a eólica. Então, o planejamento prevê uma complementação de cerca de 1/2, 2/3 de geração hidrelétricas. E 1/3 de geração térmica e geração oriundas das fontes não térmicas, como a eólica e algumas fontes alternativas como a solar e dependendo da competitividade dele.

No que diz respeito à geração térmica o sistema brasileiro precisa das chamadas usinas de base, quer dizer usinas que operam permanentemente 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano. Essas usinas dois tipos de usinas se adaptam a esse tipo de operação, são àquelas usinas que têm o custo de combustível baixo. No caso é a nuclear e o carvão mineral. Então o Brasil não pode abrir mão dentro de uma visão de longo prazo da inclusão de usinas a carvão mineral, com as dificuldades de emissão de CO2 e também da nuclear.

Eu queria dizer que do ponto de vista ambiental de contribuição para mudanças climáticas, no cenário internacional a nuclear é a menor emissora de CO2. Todas as outras, praticamente quase não emite o CO2, quando se considera a produção da usina e os equipamentos. As demais fontes, a eólica, a hidrelétrica e a dos combustíveis fósseis, isso nem se fala, são emissoras de CO2. Então, é uma solução que do ponto de vista de mudança climática é extremamente favorável.

Para encerrar, eu gostaria de dizer o seguinte, a questão da contribuição brasileira para... O Brasil é o quarto emissor de CO2 no mundo, portanto, tem uma contribuição relevante para a questão das mudanças climáticas no Planeta. 80% dessa contribuição está dentro do desmatamento ilegal da Amazônia, que está firmemente combatido pelo nosso plano de mudança climática. O plano de mudança climático brasileiro que está aprovado, onde está se fixando metas específicas para se combater o desmatamento com uma perspec-

tiva de nós eliminarmos, no médio prazo, esse grande emissor de CO2.

O setor energético brasileiro é um exemplo para o mundo. Qualquer índice que se utilize para toneladas de CO2 emitidos ou quantidade de CO2 por unidade de energia produzida, por unidade de energia consumida, por kilowatt/hora, por habitante, está certo? Por dólar do produto e se compare com qualquer outro país, a nossa situação é extremamente vantajosa. O Brasil no seu setor energético pode-se dizer que ele é um baixíssimo emissor de CO2, é um exemplo para o mundo, em função da nossa política de utilização das chamadas fontes renováveis. O problema da emissão de CO2 no que diz respeito às mudanças climáticas no Brasil, está fortemente concentrado no desmatamento da Amazônia.

Para encerrar eu gostaria de dizer o seguinte. Temos algo a fazer mais no setor energético? Claro que temos, quer dizer o Brasil pode ainda investir em eficiência energética e ter ganho muitos significativos. E estamos fazendo um esforço nos dois programas de conservação de energia e eficiência energética, tanto na área de energia elétrica quanto na área de petróleo. Existem alguns setores que o Brasil vai ter que atacar com coragem e isso exige uma reformulação, digamos, do planejamento de transporte no Brasil, isso exige investimentos enormes numa infraestrutura. O Brasil é um país que é grande produtor agrícola.

É um país que exporta e que transporta a sua safra agrícola em caminhões pelas estradas brasileiras, utilizando óleo diesel. Então, nós temos que ter um esforço de redirecionar isso. Quer dizer, temos que ter alternativas para utilização do diesel no transporte de caminhões que circulam por todo o território brasileiro escoando a safra agrícola.

No que diz respeito ao transporte urbano de veículos leves, nós encontramos uma solução que é admirada pelo mundo inteiro, que é a utilização do etanol. Quer dizer, o álcool misturado à gasolina com uma tecnologia desenvolvida em termos de automóvel, onde o Brasil é um exemplo para o mundo. E tem tido uma política de um esforço orientado na direção de que o etanol se torne sobre certo aspecto uma comodidade internacional, seja em nível de consumo por vários países do mundo, seja em nível de produção.

Bom, resumidamente seriam estas as colocações que eu faria. E estaria aqui para colocar, responder as perguntas, as indagações, as concordâncias e as discordâncias, também.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, V.Sa., Dr. Altino. E passamos, agora, imediatamente à relação dos inscritos. Antes da relação, passaremos à palavra ao Deputado Colbert Martins, que é o nosso Relator.

Só para conhecimento das Sras. e dos Srs., há uma relação já com alguns Parlamentares inscritos, quem não solicitou inscrição e queira se pronunciar pode fazê-lo agora. Estão inscritos pela ordem, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Sarney Filho, Senador Jefferson Praia e Senadora Marina Silva, segundo às Sras. e os Srs. Quiser é só... Deputado Colbert Martins.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Eu quero aqui agradecer ao Dr. Altino a sua presença, que aqui e representa e representa muito bem o Ministro Edison Lobão. Eu vou ser bem objetivo, acho que o senhor fez explicações interessantes para nós. Eu gostaria que o senhor pudesse dispor da apresentação que o senhor fez para que nós pudéssemos, se for o caso, copiar e distribuir para todos os membros aqui da Comissão, para que pudéssemos analisar os dados que V.Sa. traz aqui nessa apresentação.

Eu gostaria somente de deixar solicitado que pudéssemos ter uma avaliação sobre a energia solar, que eu acho que poderia ser alguma coisa um pouco mais alongada do ponto de vista das ações do próprio Ministério. Como também o senhor dentro da sua exposição, mas de uma forma mais rápida sobre a questão da energia nuclear. E eu sei... E na Bahia nós temos um dos maiores produtores de urânio no país e nós temos ideia de que existem projeções nesse momento, para que se possa ter energia nuclear em algumas usinas.

Eu gostaria depois que o senhor pudesse complementar essas informações. Eu vou pedir, por favor, que nós vamos ouvir outros Deputados e Senadores e retornaremos. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Bom, o Deputado Colbert Martins já encaminha, que nós faremos uma resposta em bloco, agora, temos somente esse quatro inscritos. Então, vamos passando à palavra, quando o senhor entender que as perguntas já se somam muito, o senhor pode fazer um sinal que a gente pára para o senhor responder.

Deputado Arnaldo Jardim. Deputado, não há um tempo estipulado. Eu só pergunto a V.Exa., se cinco minutos seria suficiente?

**DEPUTADO ARNALDO JARDIM (PPS-SP):** Em menos de vinte minutos eu concluiria.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Cinco minutos é suficiente ou o senhor acha—

**DEPUTADO ARNALDO JARDIM (PPS-SP):** Bem rápido.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Está bom.

**DEPUTADO ARNALDO JARDIM (PPS-SP):** Acho que até menos.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Cinco minutos.

**DEPUTADO ARNALDO JARDIM (PPS-SP):** Saudar a todos os Parlamentares aqui presentes, saudar o nosso Altino Ventura Filho, uma pessoa técnico do setor, renomado, respeitado que eu já tive oportunidade de outras vezes dialogar.

Nós estamos fazendo aqui um passeio sobre diferentes olhares que incidem na questão da mudança climática. Vamos discutir desde a questão da educação, até a questão de geração de empregos. Mas nenhum de nós, acredito eu, tenha dúvida, de que a questão energética é fundamental: é a questão da mudança climática. Todos os levantamentos feitos internacionais, como bem destacou o nosso Colbert Martins e tudo o mais, indicam sobre o papel decisivo: ou nós mudamos a referência de geração de energia e conseguimos efetivamente combater o efeito estufa e alterar o enfrentamento da mudança climática, ou isso não será feito.

Particularmente isso significa mudar o padrão de utilização de combustíveis fósseis, que foi o que marcou os nossos últimos 150 anos, praticamente, 130 anos, e isso é fundamental como referência. Por isso que nós nos orgulhamos Sr. Altino, como o senhor destacou pelo fato de que o Brasil tem uma matriz energética limpa que é referência para o mundo. O Brasil teve papel destaque nas diferentes conferências, chegamos inclusive lá em Joanesburgo em 2002, defendendo que o mundo estabelecesse como meta 10% da energia renovável.

E por mais que nós tenhamos caminhado nesse sentido, eu vou ser muito objetivo aqui, porque o senhor mesmo teve a coragem de reconhecer isso aqui. Nós nos últimos anos caminhamos no sentido inverso e sujamos a nossa matriz energética, isso ocorreu particularmente pela crescente presença de térmicas e particularmente às térmicas movidas a óleo combustível. Tudo isso faz com que nós possamos aplaudir quando V. Exa. diz, por exemplo, que as usinas térmicas têm uma presença acima do desejado e que é disposição da política governamental de reverter essa situação.

Isso significa retomar as usinas hidrelétricas, é importante isso, mas isso significa o senhor sabe também, mudar os critérios dos leilões que estão sendo feitos pela ANEEL. A prevalecer o atual critério da ANEEL, o próprio cenário do próximo leilão de A menos 3, já configura de novo uma presença acentuada de térmicas. Então, a minha indagação é muito objetiva: que medidas vão ser feitas alterar o critério de leilão da ANEEL? Ou nós fazemos isso ou tudo fica no plano de intenções e nada disso será realidade.

Uma segunda questão atinente ainda a essa questão das térmicas. Foi anunciado que haveria um esforço no sentido de reverter as térmicas movidas a óleo, para nós podermos pelo menos minorar esse efeito com a utilização do gás natural, até porque nós temos agora disponibilidade do gás natural, por toda a conjuntura: que medidas serão adotadas para que isso possa prevalecer?

No âmbito do nosso PROINFA que nós tínhamos a meta importante de 3000 megawatts, não conseguimos cumprir essa meta, o senhor sabe. E no âmbito da Medida 450, nós conseguimos prorrogar a vigência do PROINFA. Então, a minha pergunta também é bem objetiva: a que fatores o senhor atribui, o fato de o que PROINFA nós não conseguimos cumprir a meta e, que tipo de correções serão feitas, para que esse prazo adicional efetivamente possa ser usado por nós?

No que diz respeito ao leilão de energia eólica que tem data já marcada estabeleceu-se uma polêmica, na medida em que houve aquela exigência de equipamentos acima de um determinado porte. Eu quero saber se o senhor tem alguma orientação, se isso foi debatido no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética e se vai se alterar de alguma forma esse critério do leilão de eólica, também?

No que diz respeito, a questão da biomassa que é cara a todos nós, mencionada pelo senhor. Nós avançamos nos critérios regulatórios que foram importantes particularmente à questão de conexão ao sistema, tanto nas zonas de maior agregação como o Estado de São Paulo, como no Centro-Oeste também, com critérios de subestações e tudo mais, nós acompanhamos essa questão de perto. De qualquer forma o último leilão da biomassa deu resultado aquém daquilo que seria desejado: há previsão para ter um novo leilão? Há uma determinação de alterações, para que nós possamos fazer discussões... O senhor saudou que nós saudamos que é uma energia limpa renovável. Quer dizer como é que nós vamos viabilizar que ela tenha uma presença mais acentuada?

Aqui nas discussões que se fez no âmbito da Câmara dos Deputados e tenho certeza no Senado, também, nós muitas vezes pleiteamos que seja dada publicidade as atas do Comitê de Monitoramento do setor elétrico. São nessas reuniões que se estabelecem critérios de acionamento de despacho de usinas e, foi baseada nesta ata do último Comitê de Monitoramento que o Ministro determinou, novamente, o acionamento de usinas térmicas no Sul do país, diante de um risco

de escassez eventual que tenhamos ou de baixa dos reservatórios.

Eu queria saber de quê forma nós poderíamos ter acesso a esses relatórios, porque há controvérsia sobre a fundamentação técnica disso que vai trazer um ônus acentuado, que é mais uma vez termos o acionamento de térmicas aqui na região, pelo menos no Sul do país. E por derradeiro, para não tomar nenhum puxão de orelha da nossa Presidenta Vanessa Grazziotin, dizer o seguinte, o pré-sal.

A todos o nosso entusiasmo, porque nós sabemos que isso é uma oportunidade formidável para o país. Isso significa avançar em definitivamente termos a nossa auto-suficiência, a possibilidade de nos tornamos um país exportador isso são recursos agregados. Mas isso trará sem dúvida também uma nova responsabilidade, no que diz respeito à emissão de gases causadores do efeito estufa.

Então, de que forma nós estamos pensando? Há uma especulação sobre possibilidade de reinjeção? De quê forma nós vamos conseguir fazer essa exploração à luz de um compromisso que temos, o Brasil como um todo e o mundo, para minorar o impacto do uso do petróleo, da exploração, da extração do petróleo, na nossa situação climática? Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, nobre Deputado. Eu tenho certeza que de mim, V.Exa. não receberá nenhuma repreensão, entretanto, eu não sei se ficou alguma pergunta a ser feita por vossos colegas, V.Exa. fez 12 perguntas eu só olhando a anotação aqui, exatamente 12 perguntas.

Então, eu pergunto ao Dr. Altino, porque somando a do Relator, o senhor já tem um elenco grande. Depois nós retornaremos aos nobres Parlamentares.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Bom, eu preciso de algum tempo, porque veja alguns dos itens colocados aqui são muito relevantes. Parabéns pela colocação. Veja, sob a energia...

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Os dez minutos, porque se não nós temos outros...

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Talvez um pouco mais, porque veja, aqui foram vários assuntos. Veja a energia solar. Eu vou tentar ter o poder de síntese. Viu?

Energia solar.

Veja, a energia solar se utiliza de três modalidades distintas. Quer dizer a primeira é a questão do aquecimento, por exemplo, de água em *boiler* em temperaturas... De em baixas temperaturas, que são os espelhos solares que se usa em residências e que substitui energia elétrica, chuveiro elétrico e coisa desse tipo. Essa utilização ela já é competitiva e o Brasil tem exemplos diversificados, inclusive na programação das casas do Programa da Nossa Casa, está sendo prevista a utilização amplamente da energia solar. Então há o que de mercado se desenvolve, não tem algo que preocupe isso aí,mas é um uso específico em residência.

Os dois outros usos da energia solar é a fotovoltaica e a energia termo solar, que é passar por calor, está certo? E produzir energia elétrica. Bom, essas duas formas elas no contexto brasileiro não são competitivas, que o Brasil tem opções muito mais econômicas. Então, os usos da fotovoltaica ela está restrita a algumas coisas específicas de sistemas isolados na Amazônia e locais que tenha pequeno consumo. Não se imagina que a fotovoltaica vá substituir as fontes que nós temos nos nosso sistema interligado.

Então, a utilização brasileira é pequena na fotovoltaica. Apesar disso o Ministério de Minas e Energia criou um grupo de trabalho que está em pleno desenvolvimento, onde pretende se analisar as possibilidades da fotovoltaica com geração distribuída nas redes de distribuição em cidades brasileiras, dentro de uma perspectiva que em algum vá ser utilizado.

A produção de energia solar, calor energia elétrica, onde a experiência maior no mundo hoje é na Espanha. A Espanha é o grande produtor e que é exportador inclusive para os Estados Unidos, etc., dessa fonte de geração que tem as tecnologias de cilindros parabólicos e torres concentradoras de energia solar. Eu vou apenas dar uma idéia.

Eu tive oportunidade de pelo Ministério visitar a Espanha essas instalações, para analisarmos com o nosso Centro de Pesquisa o CEPEL, a possibilidade de aplicar no Brasil. Eu vou dar apenas um dado de custo: custa a energia, o Megawatt-hora produzido na Espanha, que está na fronteira do domínio tecnológico, custa 32 centavos de Euro por Megawatt-hora. O governo espanhol subsidia 28 centavos e, o consumidor paga quatro. Então, é uma energia que é muito cara.

Então o Brasil utilizar isso aí, com as outras opções que nós temos tem que ser uma coisa distante. Apesar disso, nós estamos iniciando um projeto um protótipo, no Nordeste, para desenvolver a experiência brasileira na utilização disso aí. Então, a solar é algo que vai para o futuro.

A energia nuclear no Brasil, ela tem que ser entendida como uma necessidade de longo prazo e como uma necessidade de diversificação da matriz energética. Não se está pensando em atender o mercado brasileiro com energia nuclear ela é complementar, ela é uma parcela pequena. No momento nós estamos com a construção da usina de Angra 3, que é a

terceira unidade já decidida pelo Conselho Nacional de Política Energética e com competitividade. O que falta investir na usina e com a energia que ela produz, permite que tenha um custo próximo ao resultado dos leilões. Então, este foi um pré-requisito.

A continuação do Programa Nuclear Brasileiro, conforme o nosso prazo 2030, decisão voltada em nível de planejamento é de dar continuidade até 2030, com dois novos locais de usinas nucleares no Brasil. Um na Região Nordeste brasileira, com duas unidades inicialmente de mil megawatts cada uma, que deverá está localizada entre Recife e Salvador. Nós estamos iniciando um estudo de localização dessas duas nucleares e outra na região Sudeste, que devemos no próximo ano iniciar os estudos de localização.

Essa nuclear do Nordeste que é a primeira, digamos assim, a partir do início desse estudo que é o que nós estamos fazemos, levará cerca de dez anos para entrar em operação. Então, prevemos em torno de 2019 a continuação do Programa Nuclear depois de Angra 2.

Mudança dos combustíveis fósseis. Eu queria dizer o seguinte, aí é uma avaliação minha, uma percepção minha. Quer dizer o mundo como eu falei, continua... Quer dizer sempre teve muito mal comportado em utilização de combustíveis fósseis. Quando a gente olha o que se usa dos três, quer dizer, carvão mineral, petróleo e gás como eu me referi, quer atualmente nós estamos com cerca de 81% de utilização da energia.

Eu sou completamente cético em nós conseguirmos nesses próximos anos - eu falo próximos anos são três, quatro décadas - conseguirmos mudar esse cenário internacional, por uma razão muito simples. O mundo não tem alternativas para deixar de utilizar os combustíveis fósseis, por várias razões. Quando nós olhamos o contexto da China, veja, a China é o país que mais usa carvão no mundo.

Usa carvão em tudo, nas residências para aquecer as residências, para aquecer os alimentos, para produzir energia elétrica. O programa chinês hoje é cerca de 25 mil megawatts por ano de usinas térmicas a carvão. Tem a maior jazida de carvão do mundo a céu aberto extremamente econômico. A China não tem alternativa para produzir energia, sem ser o carvão mineral nos montantes em que ela utiliza.

Se a China abrir mão do carvão mineral chinês, a máquina chinesa pára não tem como continuar crescendo o seu desenvolvimento. Então essa situação se aplica em vários outros locais do mundo. Então, eu sou muito cético que se consiga resolver nesse horizonte em curto prazo. E quando nós olhamos os anos recentes o mundo continua aumentando o consumo de combustíveis fósseis, por falta de alternativa fundamentalmente.

Nós tivemos agora no nosso Plano Decenal uma entrada de usinas térmicas acima do planejado. Por que aconteceu isso? São duas as razões que levaram o Brasil a colocar conjunturalmente usinas térmicas a derivado de petróleo nos leilões recentes, porque nós não tínhamos fontes alternativas competitivas com ela, em particular hidráulica por duas razões. Primeiro, porque na década de 90 o país abriu mão de estudar seus recursos hidroelétricos, fazer os estudos de inventários e os estudos de viabilidades das nossas usinas.

Esta atividade era desenvolvida pela Eletrobrás, eu sou testemunha porque eu trabalhava lá, eu era o chefe de Departamento de Geração e em função das mudanças que foram introduzidas a Eletrobrás não exerceu mais esse papel e ninguém substituiu. Então, nós não temos uma carteira de projetos hidroelétricos para fazer digamos às licitações.

A segunda razão é uma razão ambiental. Está aqui a Senadora Marina, que foi Ministra do Meio Ambiente e eu quero dizer o seguinte, a nossa legislação ambiental, talvez deva ser, é uma das mais rigorosas do mundo. Exige um tempo para se fazer um licenciamento das hidroelétricas que é um tempo longo. Não é culpa de quem está lá no meio ambiente não. Se eu estivesse lá no meio ambiente eu iria seguir exatamente a lei, porque é uma lei que foi estabelecida pelo Congresso Nacional de proteção do meio ambiente, que é de interesse da sociedade brasileira.

Então, o processo de licenciamento de uma hidrelétrica é um processo longo que exige a realização de audiências, exige uma negociação com a comunidade, estudos de EIA/RIMA muito aprofundados, para se caracterizar que aquela hidrelétrica afeta pouco o meio ambiente. Então, nós nos últimos leilões não tivemos praticamente nenhuma hidrelétrica ou muito pouco para licitar e o país precisava de energia. A energia que aparecia era energia térmica, então entrou.

Nós vamos reverter isto aí. Já estamos revertendo. No Plano Decenal essa geração térmica entra só nos primeiros cinco anos. Nos cinco anos seguintes vai ser hidrelétrica predominantemente, Usina do Madeira, Usina do Belo Monte e o São Luis no Tapajós, então, o Brasil vai retornar a situação do caminho da hidroeletricidade.

Bom, mudar os critérios de leilão, eu queria dizer o seguinte. O leilão de curto prazo chamado A menos 3, que é para entregar energia daqui a três anos, esse é um leilão conjuntural. Ele é um leilão que se limita inclusive o que as concessionárias podem comprar. É um leilão que só pode comprar 2% do que comprou anteriormente. Então, é um leilão que tem uma voca-

ção para usinas que tem um período de construção pequeno. Quais são esses períodos pequenos? São as usinas térmicas, as usinas eólicas e a biomassa.

Então, é de se esperar que nesses leilões que devem ser montantes pequenos, sejam de fato, digamos, leilões que podem entrar alguma térmica. Agora, eu queria dizer o seguinte, estas térmicas que estão entrando elas entram em complementação, não são usinas que vão operar o tempo todo. Elas só vão operar quando a hidrologia do nosso sistema estiver desfavorável.

E o Ministério da Minas e Energia está tomando dentro da sua política energética, tomando dois tipos de providências. Uma providência no sentido de converter as térmicas a derivadas de petróleo para o gás natural, desde que a infraestrutura permita e tenha gás natural. Outra providência importantíssima, é que nós estamos fazendo leilões de reserva do nosso sistema, que a legislação prevê e é necessário que se faça, para aumentar a segurança energética do nosso sistema.

Esses leilões de reservas que fizemos com a biomassa. Estamos fazendo com a eólica, agora, possivelmente Angra 3, poderá ser também de reserva e outros que virão. Terá um tipo de contribuição que é aumentar a garantia de atendimento ao sistema e reduzir os chamados custos de operação do nosso sistema, que é exatamente os combustíveis. Portanto, as nossas térmicas elas tendem a gerar menos, portanto a situação não é tão dramática como é.

Foi desejável isso? De forma nenhuma. Era desejável que o país tivesse continuado com o caminho de hidroeletricidade, o que não quer dizer que seriam só hidrelétricas, teria que ter alguma complementação térmica também. Derivado de petróleo bem menos, mas do gás natural e outras que permitem diversificar a matriz energética.

Bom, em relação ao PROINFA eu diria o seguinte, da nossa avaliação o PROINFA foi adiado para 2010, portanto, àqueles projetos todos eles vão ser agora renegociados com a Eletrobrás e acertados. Portanto, continuarão dentro dos critérios do PROINFA que inclusive é uma lei que já está aprovada, estendendo horizontes até 2010. Dentro do nosso entendimento o PROINFA foi um sucesso, porque contemplamos as três fontes, que é a biomassa, a geração de pequenas centrais hidrelétricas e a eólica. Dessas três as duas primeiras estão se desenvolvendo com regras de mercado.

As pequenas centrais hidrelétricas estão sendo feitas pelos investidores privados para atender o mercado livre, portanto, sem nenhum incentivo com funcionamento extremamente adequado, sem nenhum problema. A biomassa é um sucesso também. O leilão que nós fizemos ao contrário da impressão que deu, ele teve uma participação "pequena", entre aspas para o atendimento do mercado regulado.

Mas no que diz respeito ao atendimento do mercado livre, que é uma boa parcela e que precisa ser atendida, porque são consumidores livres, em geral industriais que buscam a competitividade no uso energético, ele foi um sucesso, quer dizer o montante foi significativo. E a biomassa no nosso entendimento, pode entrar em qualquer leilão disputando com as fontes energéticas que nós temos.

No que diz respeito à eólica, eu gostaria de dizer o seguinte, a energia eólica do PROINFA. Neste momento com as correções que foram feitas na tarifa, neste momento está custando 270 reais por Megawatt-hora para o consumidor brasileiro, quando o país tem hidrelétrica que custa 70. Então, veja bem, a energia eólica, ainda tem um custo elevado, o PROINFA não é referência.

No leilão que nós vamos fazer, agora, os preços vão ser muito menores, até porque se não forem menores essa opção para o Brasil tem que ser no futuro, não pode ser agora, porque atinge a modicidade tarifária. Se nós quisermos atender o mercado brasileiro com eólica, podemos atender num com certeza horizonte que o Brasil tem potencial, mas o pobre desse país não vai ter energia. Não vai conseguir pagar a conta, porque a nível de geração, qualquer valor acima de 200, 250 reais por Megawatts/hora o custo da energia lá na distribuição chega a um nível que ele não vai poder ter.

A nossa indústria perde também a competição. Por isso que eu me referi que a modicidade tarifária é uma causa pétrea para nós. Nós temos que buscar a produção de energia ambientalmente viável, tecnologia nacional, fontes nossas, mas com modicidade tarifárias, para que os brasileiros possam ter energia.

O ICG que foi realmente algo extraordinário para viabilizar a biomassa que é a geração centralizada com isso não só a biomassa, mas a eólica também. Quer dizer o país encontrou um caminho de trazer essas energias para o sistema interligado através do ICG, a questão da publicidade das atas eu vou levar essa reivindicação para o Ministro. O que eu quero dizer em relação a publicidade das atas é que o Comitê de Monitoramento é um dos sucessos do modelo energético nosso. Porque é um Comitê que se reúne com uma frequência às vezes de cada 15 dias. É um Comitê que faz um acompanhamento permanente das condições de oferta e demanda. É um Comitê que vai se antecipar futuro racionamento e tomar decisões.

É um Comitê que está tendo a coragem de despachar a geração térmica não por um critério econômi-

co, mas um critério de segurança do sistema, porque depois do racionamento que o país passou nós não podemos passar mais por um racionamento semelhante. E o Comitê de Monitoramento é uma entidade fundamental para viabilizar e impedir que se repitam cenas desse tipo. A geração térmica que é despachada tem como objetivo manter níveis mínimos nos nossos reservatórios, e com isso garantir o atendimento do nosso mercado por dois anos consecutivos. E todas as decisões tomadas até agora quando se faz uma reflexão nos anos seguintes elas são decisões corretas, quer dizer não se gerou térmica para desperdiçar. Essa térmica gerou, armazenou nos reservatórios, manteve os níveis mínimos dos reservatórios, de tal maneira que o atendimento no sistema está sendo garantido.

Bom, o pré-sal. O pré-sal eu diria o seguinte, veja, o pré-sal é algo que vai mudar o caminho energético do Brasil. O Brasil vai ser um país que vai ter uma grande quantidade de petróleo e gás natural. Na nossa matriz energética eu queria dizer, que no que diz respeito às fontes não renováveis o Brasil é um dos países que está saindo da era do petróleo. Nós temos hoje uma participação de 37% do nosso balanço é de petróleo e derivados, para 2030 nós estamos caminhando para 28%, isso é resultado da política energética. Então o esforço brasileiro para sair da era do petróleo é gigantesco, o que não quer dizer que não vamos explorar o petróleo do pré-sal.

O Brasil certamente vai ser um grande exportador de petróleo e de gás natural também com o pré-sal e isso pode significar uma mudança de rumo do cenário energético mundial e brasileiro. Quer dizer esse pré-sal, se ele for adequadamente explorado e for internalizado os seus benefícios dentro da sociedade brasileira, nós podemos ter esperança do nosso país se tornar um país gigante no futuro, porque pode mudar realmente o roteiro de... Porque seremos um grande exportador, temos um recurso que tem um valor inestimável no cenário mundial. Porque o mundo vai continuar usando os combustíveis fósseis, não vai conseguir sair do petróleo, do gás natural e do carvão mineral, vai diminuir, mas vai continuar utilizando por muito tempo ainda. E todos os cenários internacionais dos Comitês que tratam disso, como o Comitê Mundial de Energia sinalizam nesta direção.

Quando se olha os cenários de 2050 ou mais adiante, o mundo infelizmente vai continuar ainda consumindo combustíveis fósseis. Existem esperanças em termos de capturas, técnicas de captura de carbono, mas às dúvidas em relação a isso é muito grande ainda, em termos de custo, em termos das consequências ambientais e por aí vai. Então eu acho que o pré-sal, veja, nós temos que olhar com entusiasmo porque é realmente uma riqueza que o Brasil tem muito importante no cenário energético e eu acho que mesmo no cenário nacional.

Bom, resumidamente, eu tomei mais tempo do que... Mas são muitos assuntos, então tem...

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** [risos] O Deputado Arnaldo Jardim teve a capacidade de um pouquinho mais de cinco minutos, fazer 12 perguntas e todas muito bem fundamentadas, Deputado Arnaldo.

Bom, dando seqüência, agora, são três Parlamentares inscritos a gente fará um único bloco. O próximo inscrito Deputado Sarney Filho.

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Presidente, Deputada Vanessa Grazziotin, uma alegria vê-la presidindo a sessão da nossa Comissão. Nobre Relator Colbert Martins. Sr. Expositor Altino Ventura Filho, eu quero agradecer a presença de V.Exa. na nossa Comissão. Quero enaltecer os seus conhecimentos a respeito do assunto, o senhor é um homem da área, do setor e, portanto, com competência defende e conhece muito bem o segmento o qual representa. Eu já não tenho um segmento só a representar.

Eu já como ambientalista por opção, por amor à causa, eu defendo os direitos difusos. Toda vez que esses direitos difusos eles se chocam com direitos concretos, em geral, os direitos difusos se difundem e os concretos permanecem. Mas por esse motivo é que eu fiquei até um pouco contente quando o senhor falou já quase no fim, sobre a visão a médio e longo prazo do Ministério de Minas e Energia ou da política energética conduzida pelo Ministério, mas é uma política de governo.

Eu pensei que nesse momento, nós iríamos tangenciar um pouco a discussão para um tema mais central. Que é o tema da economia de baixo carbono que a emergência ambiental pelo aquecimento global produzido pelo homem, principalmente pela queima de combustíveis fósseis, que nós iríamos então falar um pouco sobre as perspectivas, sobre o que o Brasil pensa dessa nova economia. O que o Brasil está pensando, por exemplo, enquanto a gente vê que a Chrysler nos Estados Unidos foi vendida para a Fiat, até, aliás, o Congresso agora parece que deu um passo atrás. Mas por quê? Porque a Fiat, o Fiat, está na frente nessa nova economia, há muito tempo produz carros de baixo consumo, enquanto que a Chrysler produzia àqueles carrões símbolo de uma era que já passou.

Me parece que o pensamento central dentro do nosso governo hoje é justamente o pensamento da Chrysler. Ainda estamos pensando na velha economia do século XX e, não estamos tendo a capacidade de nos colocar na frente dessa nova discussão, usando

os diferenciais que nós temos frente a essa nova economia. Então dentro dessa perspectiva me parece que a política energética do governo, a política de energia, de garantir o fornecimento de energia para garantir o crescimento do Brasil, ela pode estar tendo uma visão de um futuro que nós não vamos ter. Porque hoje o que se espera das novas indústrias não é que elas aumentem o seu consumo, embora tenha aumentado a sua competência a sua capacidade.

É justamente que através de nossas tecnologias ela diminuam os seus consumos de gases do efeito estufa. E através dessa diminuição dentro de uma política de inovação tecnológica, de competência, elas possam crescer. O mundo – isso não sou que digo, quem sou eu - mas todos os grandes estudiosos hoje, a maior rede de cientistas do mundo que está dentro da Convenção do Clima - inclusive foi premiada com o Prêmio Nobel - ela acredita que ou nós mudamos ou o mundo vai mudar com a gente, ou seja, não dá mais para a gente ter um padrão de produção e de consumo, que faz com que a Terra já não consiga mais repor aquilo que dela se retira nesse processo, então isso é que se chama um processo de insustentabilidade.

Então é muito mais uma observação do que uma pergunta. Eu acho que nós estamos discutindo pré-sal, bilhões e bilhões de dólares de num investimento de uma tecnologia nova, mas de um produto antigo que está sendo altamente questionado - não sou contra também. Não sou contra, mas acho que ao lado disso, nós poderíamos estar investindo também nessas energias complementares. Não me parece que seja de todo ruim que o governo incentive, incentive financeiramente essas novas tecnologias, que o governo crie diferencial, sim. Eu não me vejo amarrado na matricidade tarifária. Eu acho que essa matricidade tarifária, ela quando se contrapõe ao bem-estar das pessoas, ao futuro da humanidade e da vida no Planeta Terra, realmente ela é muito pequena.

Então eram essas colocações para reflexão. E outra coisa também, recentemente eu li, isso também está dentro dessas questões todas, que o mundo já está no etanol de segunda geração. Como é que nós estamos nesse etanol de segunda geração? Nós estamos bem no etanol de primeira geração, mas e o de segunda geração? Ainda cara a produção, mas se nós não sairmos na frente daqui a pouco eles estão fazendo etanol de tudo quanto é coisa, através de manipulações químicas não originárias do produto como é o nosso caso aqui do álcool basicamente. Então, essas questões que são questões que tem a ver com uma nova economia, com uma nova percepção da realidade é que eu gostaria de colocar para reflexão de todos nós e principalmente do governo.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, Deputado Zequinha Sarney. E na seqüência convido agora para fazer uso da palavra, fazer seus questionamentos Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Dr. Altino, eu quero parabenizá-lo pela exposição, a forma clara como V.Sa. coloca toda essa questão da energia no nosso país. E que nos dá aqui a oportunidade como colocou muito bem o Deputado Sarney Filho, de externar as nossas preocupações. Eu acho que temos uma explanação de como está sendo visto este setor fundamental para a nossa economia e qual é o pensamento do atual governo, como é que percebe isso, dentro de uma política de governo. Não é uma política de Estado, porque ela pode mudar mais à frente, mas como o governo hoje pensa essa questão da energia. E uma colocação que foi feita por V.Sa., até 2030 manteremos a posição em relação às fontes renováveis.

Eu queria saber, nós vamos manter em relação às fontes renováveis por que razão? Quais são os fatores? O que está implicando nessa questão de manutenção das fontes renováveis? E aí vem uma fonte que é a energia hidrelétrica. Quando V.Sa. coloca que a tendência é avançarmos nessa fonte de geração de energia e principalmente na Amazônia, eu já fico mais preocupado ainda. Eu quero energia para o Brasil, mas nós temos que perceber todo um contexto que envolve as nossas preocupações em relação àquela região. E aí é um ponto importante já sabermos que teremos que usar os rios da Amazônia para geração de energia, pelo menos nesse ponto se avançarmos no sentido de verificarmos todas as preocupações em relação à questão ambiental, que ela seja antecipada. E isso não deixarmos para aqueles investimentos que ocorram de forma apressada, passando por cima dos estudos de impacto ambiental e de tudo que envolve o que estamos falando de EIA/RIMA. Tudo o que envolve todas essas questões e, de repente, se quer viabilizar uma hidrelétrica da noite para o dia na Amazônia, sem percebermos todos os cuidados em relação às espécies ali de animais e da flora amazônica e, além disso, das comunidades.

V.Sa. colocou que nós temos potencial em muitas áreas indígenas, quer dizer todo um trabalho tem que ser feito aí, de estudo antropológico de conversa com essas comunidades. Quer dizer, qualquer investimento da Amazônia eu não serei totalmente contra investimento na Amazônia, eu só acho que temos que ter o devido tempo, tudo tem que ser bem trabalhado ali. Então, esse é o ponto que eu gostaria de ressaltar.

Eu percebo também quanto à colocação do Deputado Sarney Filho ele coloca um ponto importante,

nós temos hoje a energia gerada por fontes, a energia fóssil e temos a energia por fontes renováveis. Essa relação ela por mais que isso envolva um custo para o nosso país, mas nós temos que verificar como deveremos trabalhar essa relação porque é importante percebemos. V.Exa. colocou: Mas o mundo pensa até o cenário que temos de 2030, 2040, 2050 do aproveitamento das fontes de geração de energia, através de energia fóssil, vamos colocar assim, mas nós temos que avançar, por exemplo, nessas fontes alternativas na fonte de energia solar, não deixarmos somente isso para o mercado não.

Eu acho que o Estado tem que se envolver nisso, tem que dar mais incentivo ao aproveitamento dessa fonte de energia como a energia eólica também. É claro que entre o que queremos e o que podemos fazer tem uma distância e, muitas vezes as decisões são tomadas, de uma forma tal que há uma pressão social muito grande. Então para atender às diferentes demandas se tomam algumas decisões, mas que dentro de um contexto que essa Comissão, por exemplo, tem de preocupação que é com relação à questão climática, nós temos que... E o Brasil é um país que avança muito nesse campo, nós temos que dar de certo modo uma certa atenção a essas questões.

E para finalizar, eu tenho uma preocupação com as comunidades isoladas na Amazônia. Como fazer lá? Existem alguns trabalhos do aproveitamento da plantas amazônicas para adensamento florestais naturais, ou seja, já existe aquele plantio ali. Então, tem a comunidade perto existe o plantio de uma planta amazônica, por exemplo, tucumã que pode ser aproveitada para a geração de energia. Como é que o senhor vê o incentivo a essas comunidades, através da geração de energia dessa forma? Veja bem, eu estou colocando dentro do contexto de adensamento de florestais naturais, não é você desmatar nada e plantar alguma cultura amazônica que possa produzir energia, mas o que já existe próximo àquelas comunidades aproveitarmos essas plantas. Eram essas as observações, obrigado.

[troca de presidência]

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Muito obrigado, Senador Jefferson Praia. Com a palavra Senadora Marina Silva.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Sr. Presidente. Dr. Altino, em primeiro lugar quero agradecer a sua presença aqui na nossa Comissão. E acho que V.Exa. traz a reflexão de quem, como disse o Deputado Sarney Filho, é do setor e entende, enfim, daquelas que são as necessidades e os encaminhamentos para a produção de energia no nosso país, altamente importante e relevante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Eu quero parabenizar também V.Exa., porque V.Exa. colocou aqui de forma muito honesta dois problemas para a geração de energia. V.Exa. colocou muito claramente que um dos problemas é não termos uma carteira de projetos e até fez um retrocesso histórico de por que não temos essa carteira de projetos. Ou seja, nós não temos os ditos projetos de prateleira aqueles que podem ser digamos utilizados, que já estão viabilizados, inventariados, viabilidade econômica, etc e etc. Em segundo lugar colocou a questão da legislação ambiental.

Eu diria que esse é bem menor do que o primeiro, porque esse último ele aparece em função da precariedade do primeiro. Ausência de projetos, ausência de que esses projetos possam ser encaminhados antecipadamente, com as questões técnicas resolvidas, são protocolados faltando informações e estudos. Fazem com que o processo de licenciamento demore em que às vezes, as autoridades judiciais, no caso o Ministério Público entra na Justiça, como entrou em relação a Belo Monte. Só que toda essa demanda e toda essa, digamos essa carência, ela recai sobre o setor ambiental. Eu diria que o problema não é - sem querer passar por cima de dificuldades que vêm sendo superadas e precisam ser superadas.

Eu diria que em primeiro lugar o problema está nessa raiz e que precisa ser reconhecida, como V.Exa. está aqui reconhecendo. Coisa que é muito rara, porque o que eu vejo da boca das autoridades do setor energético é de que o problema é sempre do IBAMA. Agora, ninguém vai a fundo para verificar a quantidade de projetos que muitas vezes foram judicializados. Quando eu cheguei no Ministério do Meio Ambiente eram 45 hidrelétricas na Justiça, quando eu saí não tínhamos nenhuma estavam todas resolvidas. No entanto, o Ministério de Minas e Energia continuou dizendo, que os problemas eram da área de meio ambiente.

O problema de Belo Monte V.Exa. sabe, existiam problemas técnicos. O projeto não atendia às necessidades sociais ambientais e até mesmo em termos da eficiência do próprio projeto, tanto é que está sendo reposicionado. Então esse é um registro que eu gostaria de fazer.

Uma outra questão que V.Exa. falou, é que V.Exa. é cético em relação ao uso de combustível fóssil e acha que até daqui há 50 anos, nós não vamos ter como abrir mão dessa fonte de energia. A pergunta que faço: V.Exa. é cético em relação ao futuro do Planeta? Porque os cientistas estão dizendo que se nós mudarmos a matriz energética, se não descarbonizarmos às nossas economias, se nós passarmos dos 2C° de temperatura, de elevação em 2C° de temperatura nós vamos chegar num ponto que não há mais retorno.

E agora recentemente um grupo de cientistas se reuniu, eu acho que foi em Bangkok, e eles chegaram à conclusão que erraram em relação a essa questão. Que o problema das mudanças climáticas e os efeitos das mudanças climáticas não é como eles estavam dizendo é 10 vez pior. E que se nós não tomarmos medidas urgentes, nós vamos inviabilizar a vida no Planeta, vamos inviabilizar a economia no nome da qual, nós dissemos que temos que continuar utilizando o pré-sal, o anti-sal, o pôs-sal e tudo que aparecer em termos de combustível fóssil. Por quê?

Nós estamos diante de uma encruzilhada histórica ou nós mudamos a nossa forma de produzir, de consumir e nos reposicionamos ou não há saída. É isso que está sendo dito e parece que a gente não ouve, parece que a gente não compreende isso. Então, eu acho que esse nosso ceticismo ou ele é resolvido imediatamente ou nós vamos ter que ficar céticos, também, em relação à vida, a economia, porque podemos perder de 20 a 30% do nosso PIB planetário, 30% das espécies vivas. Podemos ter países inteiros que desaparecerão e podemos ter uma série de mais de dois bilhões de seres humanos, passando por dificuldades extremas em relação à desertificação, à chuva de mais ou à chuva de menos como dizemos. Então, este é um questionamento.

Uma outra questão que eu gostaria de levantar é diante desse ceticismo qual é a avaliação do Ministério de Minas e Energia frente à questão das mudanças climáticas, no que concerne à produção de energia de hidroeletricidade. Porque se tivermos problemas de escassez de chuva nós vamos inviabilizar também o nosso potencial de hidroeletricidade, logo nós precisamos de solução. Qual é a avaliação que o Ministério tem para as hidrelétricas no Brasil, diante das mudanças climáticas?

E ainda o Plano Decenal. Dentro do Plano Decenal não há uma previsão para a energia eólica. Qual é a projeção do Ministério de Minas e Energia para a energia eólica, que V.Exa. já disse que tem um custo alto. Ainda uma outra questão é em relação às termoelétricas. Foi dito pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério de Meio Ambiente, que essas termoelétricas que estão na contramão da história, e que surgem com um peso muito grande no Plano Decenal de que haveria um programa de compensação para essas termoelétricas em relação às suas emissões.

Eu gostaria de saber como anda esse programa de redução de emissões de seqüestro de emissão, me parece que era por florestamento ou reflorestamento. Depois eu vi o setor fazendo várias críticas, mas eu gostaria de saber a que anda esse processo. E uma outra pergunta é em relação ao Conselho de Política Energética o CNPE. Dentro do CNPE, há uma previsão legal de uma representação da sociedade civil. Durante cinco anos eu tentei convencer os Ministros de Minas e Energia, primeira a minha... Na época a colega de governo, Dilma Roussef, quando ela era Ministra de Meio Ambiente, depois levantei novamente a questão, em uma das reuniões já com o Ministro Lobão.

E as pessoas diziam assim: "Se colocar alguém da sociedade civil aqui, nunca mais se aprova um projeto". O Conselho tem quantos membros? Um representante da sociedade civil tem tanto poder de convencimento assim que inviabilizaria aprovarmos os projetos? Eu gostaria de saber se diante da dramaticidade que estamos vivendo, do desafio de termos um plano de renovação e diversificação da matriz energética brasileira, apostando em energia renovável limpa e segura. Porque eu acho que isso tem custo alto a energia de biomassa ou energia eólica, ou a solar, enfim, a energia nuclear tem um alto custo e não é segura, de sorte que eu preferiria um investimento naquela que é segura.

Mas a pergunta que eu faço é que se não seria o tempo de depois de oito anos do governo do Presidente Lula, que sempre apostou na participação da sociedade, sempre apostou em processos transparentes, por que ainda não temos um representante da sociedade civil no Conselho de Política Energética?

[troca de presidência]

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Muito obrigada, Senadora. Dr. Altino nós temos mais uma inscrição ainda, é a última inscrição.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Ah, sim. Pois, não.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Nós vamos passar a palavra ao Deputado Thame. Só solicitamos Deputado Thame, que V.Exa. se pudesse ser o mais sucinto possível, que nós já estamos às 16h36 minutos e ele já tem um... O Dr. Altino tem um rol já de questionamentos a responder. Obrigada.

**DEPUTADO MENDES THAME (PSDB-SP):** Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs., Sra. Deputada, Sras. Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados. Dr. Altino há uma corrente hoje de estudiosos no mundo que considera que o mecanismo de *cap and trade* é absolutamente insuficiente para dar conta do recado.

Tomando como base os relatórios de 2007 do IPCC, que são os mais acomodados em relação aos novos que vêm vindo por aí, e que dizem que eu preciso reduzir em torno de 30% as emissões até 2020, em 50% as emissões até 2050, em relação a 1990. Tomando como base esse que é o mais conservador

dos relatórios em relação aos que advieram depois. Esses cientistas estão dizendo que se não houver a *carbon tax*, não vai ser possível só com mecanismo de *cap and trade* resolver a questão.

E que essa taxação do carbono é a única saída para que nós possamos intervir de uma forma inteligente no mercado, nas forças de mercado para depois de um certo período, o mercado por si só contemplar de uma forma econômica as energias renováveis, as energias limpas. O exemplo é o caso do Proálcool aqui, na década de 70 um litro de álcool custava mais que o dobro do custo de um litro de gasolina. Houve uma brutal intervenção do mercado, criou-se um mercado cativo, esse mercado cativo induziu uma curva de aprendizagem, coisa que pode ser induzida para energia eólica, para energia solar, para a energia geotérmica. Não pode se induzir para energia nuclear, não há curva de aprendizagem para energia nuclear é o custo daquilo lá e acabou, mas todas às outras comportam uma curva de aprendizagem.

E esse mecanismo de *cap and trade*, além de sobretaxar o carbono emitido daria recursos que poderiam ser utilizados na pesquisa, para acelerar a transformação de problemas em soluções ou viabilizar essas energias... Isso. É, seria o *cap and trade*, continuaria esse mecanismo que é um mecanismo interessante. Segundo o Goldenberg, é o único mecanismo de transferência de recursos dos países ricos para os países pobres nos últimos 50 anos, porque de resto os empréstimos, os países ricos só sugam os países em desenvolvimento.

Agora, por que a posição do Ministério é contra o mecanismo de taxação de carbono? Por que ele se manifesta contra? Nós temos aqui na Câmara, um projeto de lei tramitando que prevê a criação de uma CIDE, alíquota fixada pelo governo. E um projeto que se for considerado é mais um custo Brasil o ônus pode ser jogado à oposição, porque a iniciativa é de Deputado da oposição e o governo se manifesta contra. Eu não consigo entender como que pode perder uma oportunidade de ter mais um instrumento, para enfrentar de fato o aquecimento global que pode não ser utilizado no momento ou pode colocar uma alíquota simbólica, mas ficar na mão do governo poder sobretaxar o que é sujo.

Eu me lembro que quando nós instituímos em São Paulo pioneiramente a cobrança pelo uso da água, houve gente falando: "Olha, eu vou fechar a minha empresa e vou mudar para Extrema - Extrema é a primeira cidade em Minas, ele instala-se em Extrema e vende os produtos em São Paulo - porque o custo de São Paulo vai ficar insuportável". Hoje todo mundo aceita a cobrança pelo uso da água como algo natural. É essa só a pergunta, muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Agradecemos também à V.Exa. pela compreensão, Deputado Mendes Thames.

E agora na seqüência a gente passa a palavra ao Dr. Altino, em torno de uns dez minutos também, Dr. Altino.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu não consigo falar só dez minutos.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** O senhor sabe que o senhor tem um pouquinho mais, não se preocupe.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Veja, eu vou tentar sintetizar aqui. Eu acho que a colocação do Deputado Sarney foi muito importante. Veja, eu anotei dois pontos aqui, quer dizer é uma espécie sim, se eu captei a idéia, é uma mudança do nosso modelo, digamos, de desenvolvimento. Vejam existem algumas experiências internacionais que foram feitas nessa direção. O Japão é um exemplo de que adotou medidas voltadas para a mudança do modelo de desenvolvimento deles, com reflexo na economia de energia.

Eu tive oportunidade esse ano participar de um evento, um seminário, organizado Brasil-Japão, eu participei lá para discutir essas questões da eficiência energética, fontes alternativas, a questão do etanol. Porque eles estão desejosos de comprar o etanol brasileiro e querem ter segurança de que nós temos capacidade de produzir, querem ter segurança que os preços vão se manter e coisas desse tipo, para adotar uma solução lá.

Bom, o que eu observei lá no Japão nesse sentido aqui foi a seguinte, veja, o Japão continua, quer dizer é um país que está quase em recessão durante... Praticamente nos últimos 15 ou 20 anos, ou cresce muito pouco. Ora, um país rico em recessão é uma recessão muito boa. Veja, a sociedade japonesa já produz tudo o que eles precisam. Eles estão crescendo pouco, mantendo mais ou menos o produto bruto com uma enorme diminuição do consumo energético.

A preocupação do Japão com a mudança climática é imensa. Imensa. Estão investindo maciçamente. Eu visitei centros de pesquisa lá que tinha seis anos, 170 pesquisadores, 300 e tantos milhões de dólares de orçamento anual, com navios, com satélites, pesquisando assim captura de carbono e coisas desse tipo. O que o Japão fez foi o seguinte, eliminou praticamente às indústrias que consumiam muita energia e fez programas de eficiência energética, mas a redução do consumo energético esteve em cima da redução da indústria japonesa que consumia.

Então, o que eles fizeram? Fecharam às indústrias de alumínio. Está comprando alumínio de países como o Brasil, que subsidia o alumínio para a sociedade japonesa. Então eles deixaram de produzir com o que tem em consumo energético, porque o resto do mundo em particular, países em desenvolvimento podiam suprir essa necessidade. Isso não é possível fazer em escala planetária o Japão conseguiu fazer. Agora, então isso levaria uma discussão enorme de nós rediscutirmos, quer dizer, a mudança digamos de um modelo de desenvolvimento nacional.

O que se pode dizer é o seguinte mesmo que a gente mude o nosso modelo institucional, o modelo de desenvolvimento econômico, nós ainda temos um consumo per capita tão baixo, que é inevitável que o Brasil continue crescendo o seu consumo de energia. Nós temos um dever, uma dívida social enorme com uma parcela imensa da nossa população, que tem que ser rasgada da situação que eles vivem e, para isso vai precisar continuar consumindo energia.

O etanol de segunda geração, ainda está no nível de pesquisa, veja, não tem uma aplicação comercial a sua afirmação de custo. O que é hidrólise em outras palavras? Se essa tecnologia se caracterizar como uma solução, está certo? Econômica e etc, ótimo para nós. A nossa indústria da cana vai ter uma produtividade muito maior, porque ao invés de nós queimarmos o bagaço como fazemos, que é um processo eficiente. Nós vamos produzir muito mais álcool que é um combustível muito nobre, mas isso ainda está um pouco distante de se tornar uma realidade... Já. Mas está caro, mas olhe, se acontecer, olha, sorte para os brasileiros, porque aí nós vamos ter uma situação...

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Dr. Altino, só um pequeno esclarecimento. Nesse aspecto o cerne da minha reflexão, não foi nem uma questão, não é propriamente que o Brasil deve mudar seu modelo de desenvolvimento. O que eu estou dizendo no meu entendimento é que não só o Brasil, mas o mundo vai mudar eu não tenho dúvidas ou muda ou acaba. O que eu quero saber é qual a perspectiva que o governo tem a respeito dessa mudança.

A mudança já é uma realidade nós não estamos mais discutindo esse tipo de coisa. Ou então é que nem o que a Senadora Marina Silva disse, ou então, V.Exa., não só V.Exa., o governo não acredita no aquecimento global--

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Depois eu vou chegar... Não, acredita é verdade--

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Ou então o governo não acredita, que nós estamos tendo essa emergência ambiental--

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu acredito, veja, olha.

**DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):** Se for assim é uma outra visão é uma outra discussão. Não é?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Perfeito. Eu acho que aí levaria um debate muito longo, mas veja, dito isto para uma Índia e para uma China é muito difícil de convencê-los que eles mudem seu modelo de desenvolvimento, porque eles estão muito aquém do mínimo necessário para a sociedade que é um mínimo de dignidade. Tem uma pobreza gigantesca nesses países e querem resgatar isso e é legítimo isso aí. Está certo? Bom, mas isso levaria uma discussão muito ampla.

Bom, por que as fontes renováveis? Veja, por que as fontes renováveis? Porque elas são mais adequadas. Elas são as mais econômicas, o Brasil dispõe dessas fontes renováveis e elas são do ponto de vista ambiental, as mais favoráveis. Então o Brasil ir na direção das fontes renováveis é uma demonstração de civilidade energética. E o país tem esta opção ao contrário de diversos países do mundo, que não tem como buscar fontes renováveis. O Brasil tem. Olha, o Brasil tem a hidrelétrica, o Brasil tem a biomassa... Sim, mas... Mas olhe, isso é uma realização extraordinária, porque veja bem, as fontes renováveis elas têm o seu limite.

Eu vou dar um dado apenas sobre a hidroeletricidade. Se todo o potencial elétrico do Planeta fosse desenvolvido, conseguiria atender metade da energia elétrica que o mundo usa hoje. Essa é uma fonte renovável, mas não existe no porte que a sociedade manda e considera. Então é o seguinte, quer dizer, é um privilégio o Brasil ter situação de manter metade do seu consumo energético, um consumo que vai de 180 para 400.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** Sr. Altino.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Com fontes renováveis.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** Se a fonte, se realmente a hídrica tem limites, o solar não tem.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Não, é verdade. Veja bem, eu vou chegar lá.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** Inclusive para dizer a verdade, o solar já produz um pouco da nossa energia através do etanol. O etanol é uma fonte solar.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** É verdade, tem razão. Perfeitamente. A solar e a eólica também tem um potencial grande.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** Porque a solar...

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Também. Eu vou responder essa questão junto com os outros comentários aqui sobre a questão do subsídio, das fontes etc. Eu vou chegar lá e tento responder num contexto que junta todas elas. Então a renovada é nesse sentido: olhe, se nós pudermos aumentar teríamos aumentado. Está certo? Desde que a sociedade possa pagar. Se eu quiser, veja bem, se quisermos atender a sociedade humana com energia solar produzindo energia elétrica isso é possível, só que a sociedade humana não terá essa energia porque não pode pagar. Essa energia custa 10, 20 vezes mais o preço atual.

**DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ):** Eu estou falando de dois preços, o preço que ela pode pagar agora e o preço que ela vai pagar no futuro.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Mas veja é também de aprendizado é possível chegar lá. Mas veja bem, para chegar lá preciso de tempo. Bom, eu vou tentar responder o seguinte. A Amazônia, as hidrelétricas da Amazônia.

Eu quero dizer o seguinte, veja, existe dois tipos de hidroelétrica uma que é chamada de fio d'água, que é aquela que mantêm o lago constante e outra que é aquela que tem reservatório que o reservatório flutua. Por exemplo, um reservatório como Sobradinho, quem está na margem dele quando o lago está cheio completo no nível 392 metros, que é a cota lá de Sobradinho. Pois bem. E quando o reservatório esvazia e quase todo o ano ele esvazia, a água vai para 20, 30 quilômetros de distância.

Então, esta comunidade usar este recurso hídrico é muito complicado, porque ele existe algum período do ano e depois ele vai embora, porque esvazia-se o reservatório. As usinas a fio d'água que mantém o lago constante, está certo? Essas usinas são extremamente vantajosas para a comunidade local. Eu quero dizer aqui uma experiência que eu vivi.

Eu fui cinco anos Diretor Técnico de Itaipu Binacional é uma usina fio d'água, lago constante. E vou fazer uma afirmação aqui, que quando eu digo em alguns lugares, dizem que eu sou muito corajoso e ousado: é pena que o lago de Itaipu não seja maior. Os municípios que estão juntos do Lago Itaipu do Paraná, eu costumo chamar da Califórnia brasileira. Eles têm um recurso hídrico disponível com utilizações variadas, tem praias, tem navegação, tem piscicultura, tem irrigação, então, a região tem o royalty de Itaipu. Se fizer um inquérito na população lá será unanimidade, que é uma pena que o lago de Itaipu não tenha inundado mais.

Os municípios que têm uma pequena areazinha inundada e, portanto, não podem ter o recurso de outros que foram mais inundados, lamentam que só tenha aquela areazinha inundada. Um recurso hídrico, um lago, uma coisa da natureza, não é só para produzir energia elétrica. Isso que eu estou dizendo quem duvidar vá lá conhecer, e ver qual é o benefício de usina fio d'água. As usinas da Amazônica serão a fio d'água, com áreas inundadas muito pequena, dentro de um conceito como é no caso Tapajós, da chamada plataforma hidrelétrica.

Será uma usina construída dentro do ecossistema amazônico sem infraestrutura, para permitir um desenvolvimento econômico local. E quando ela entrar em operação, ela será um centro de um parque nacional conservado. Viu? Então é o seguinte. Não existe receio de que as usinas da Amazônia vão criar um problema ecológico complicado. Essas usinas vão produzir energia para a Amazônia e energia para o sistema interligado brasileiro.

Então eu posso afirmar que a experiência das Usinas do Madeira e de Belo Monte que vai ser o filé-mignon, vai comprovar que essas usinas são extremamente vantajosas. E que, veja, vai ser de interesse da comunidade local. Os cuidados com as comunidades indígenas e tudo, veja, esse é o que nós temos que ter. Não está sendo planejadas usinas nesses locais, tanto que 80 mil megawatts estão colocados fora, digamos, do nosso planejamento de 2030.

O que nós dizemos é que esses 80 mil megawatts que não estão sendo considerados e grande parte está na Amazônia, deverão ser reexaminados dentro de um conceito de uso múltiplo, envolvendo as comunidades locais, inclusive às comunidades indígenas. Existe uma experiência recente no Canadá, que os próprios índios se tornaram sócios das hidrelétricas na região que eles estavam ocupando. Por quê? De repente, os índios querem também ter seu desenvolvimento. Então, não existe necessariamente um conflito.

Bem, as comunidades isoladas na Amazônia, são comunidades que devem... Hoje tem a geração diesel, nós temos que buscar uma alternativa. Quer dizer, o planejamento do setor elétrico brasileiro, a política energética é levar o sistema de transmissão para a região Norte brasileira. Quer dizer ela representava cerca de 2% no consumo de energia elétrica no Brasil.

Neste ano de 2009, nós estamos integrando Acre e Rondônia. E em 2012, vamos chegar a Manaus com a linha de transmissão Tucurui-Manaus e atender o Amapá. E em seguida Boa Vista em Roraima, com isto, veja bem, nós vamos atender 99, 9 e tanto por cento, do sistema interligado brasileiro. Isso tem um significado muito importante, redução de geração térmica e também todos os consumidores brasileiros, inclusive da região Norte, vão passar a ter a mesma garantia de atendimento.

Quando houver um racionamento de energia, se houver que não vai haver, em Porto Alegre vai ter, vai ter em João Pessoa, vai ter em Manaus, vai ter em

Teresina, que antes não era assim. Além disso, todos eles vão compartilhar com o mesmo custo de geração que está baseado na hidroeletricidade. Agora, nós teremos uma 300, 500, comunidades isoladas distantes que tem geração diesel, que temos que procurar alternativas para elas.

Veja a Região Norte, lamentavelmente, não tem a possibilidade de eólica, está certo? A possibilidade de pequenas centrais hidrelétricas é pequena, porque as quedas são pequenas, os volumes d'água são enormes, os vertedouros seriam muitos caros nessas usinas, mas em alguns locais pode ter pequenas centrais. O manejo ordenado da floresta pode ser uma alternativa a utilização de biomassa em pequenas comunidades. E a solar? Só que a solar é cara. Ela é muito mais cara do que o diesel. Muito mais cara do que a diesel.

Mas temos que encontrar um modelo energético para essas comunidades o que existe hoje no Brasil é o seguinte. Essas comunidades têm geração diesel e recebem um subsídio de todos os consumidores brasileiros, para viabilizar o atendimento de energia nessa região que têm uma circunstância que tem uma energia mais cara, pelo contexto de distância. Quer dizer centros distantes uns dos outros, pequenas cargas, não podem ter um sistema interligado, mas que nós temos que propor uma solução, isso aí não tenha dúvida eu estou de acordo.

Bom, a Senadora Marina levantou a questão do licenciamento, veja, eu acho que não é o caso de polemizar, mas eu diria apenas o seguinte. Veja, o licenciamento de uma hidrelétrica independente.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Eu levantei a questão preliminar da falta de projetos.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Perfeitamente. Eu diria o seguinte, a falta de... Eu disse aqui claramente que tem a falta de projetos, não estão ainda estudados do nível Engenharia, porque o país abandonou os seus estudos de hidroeletricidade. Foi opção adotada, não interessa as razões nesse momento. Mas o fato é que o licenciamento ambiental de uma hidrelétrica leva muito mais tempo do que uma térmica. E deve ser assim também.

A térmica o único problema da térmica é a questão da emissão, é chuva ácida, é o enxofre, é o CO2, que é uma [ininteligível] não são acionadas. O impacto da térmica localmente é muito menor, ele tem um impacto mais em termos de planeta, por causa da emissão do CO2 fundamentalmente. Agora uma hidrelétrica tem impacto local, na flora, na fauna, nas comunidades que são atingidas.

Então é preciso de fato, que a hidrelétrica tenha um estudo e demanda um tempo maior de negociação com a comunidade, as Audiências Públicas. Não é culpa de quem está trabalhando no meio ambiente não. Eu declaro, se eu estivesse lá faria a mesma coisa ou talvez até pior, temos que implantar às hidrelétricas que tenham sua viabilidade bem caracterizada. Dizer que uma hidrelétrica não tem impacto, tem impacto, qualquer projeto energético no mundo tem impacto ambiental e o hidrelétrico tem também. Agora, o que eu digo é o seguinte, no contexto brasileiro a opção hidroelétrica é a mais vantajosa, seja do ponto de vista energético, seja do ponto de vista econômico-financeiro e do ponto de vista ambiental também.

Então, quem é contra a opção hidroelétrica porque acha que os impactos dela são... Está trabalhando contra o Brasil, porque a solução alternativa e pior.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Mas tem alguém que é contra?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu vejo manifestações contra em várias manifestações da sociedade civil organizada.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Eu não conheço manifestações da sociedade civil organizada contra.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Quantas ONGs estão trabalhando contra as hidrelétricas!

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Não. Elas colocam termos de referência, para que se façam os processos de licenciamento da forma adequada.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Sim.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Isso não pode ser lido como sendo contra.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Mas olha, quando eu vejo um engenheiro colega meu da Eletrobrás ser espancado lá pelas comunidades indígenas, quando eu tenho uma fotografia de uma--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** O senhor acha que às comunidades são violentas a priori?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Veja, mas um gesto daquele?

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Não, me desculpe--

[interrupção no áudio]

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** V.Exa. terá a palavra mantida após a intervenção, sem problema nenhum. Dr. Altino.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Sim, mas eu acho que posso interagir, já que ele está fazendo às minhas respostas.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Certo.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Acho que podemos interagir, se não for possível eu abro mão.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não, não. Eu acho que nós abrimos o precedente.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Isso.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** V.Exa. fique à vontade.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Porque eu acho que quando às pessoas colocam dessa forma, parece que as comunidades indígenas tiveram suas demandas todas atendidas, todos os seus problemas foram resolvidos e elas reagem, porque têm uma natureza violenta. V.Exa. sabe tanto quanto qualquer brasileiro, que essas comunidades se elas não tivessem resistido, se elas não tivessem tido pessoas com a coragem e a força que teve o Ministério Público do Pará. A hidrelétrica de Belo Monte teria sido feita sem considerar essas comunidades elas foram reposicionadas, depois da ação do Ministério Público.

Nós não podemos fazer esse discurso, porque ele desvia a raiz do problema. Não existem aqueles que são a priori contra a hidroeletricidade ela é reconhecida, existem aqueles que querem resolver os problemas que V.Exa. tão bem os elencou aqui.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu acho que isso levaria um debate muito grande. Eu apenas comentaria o seguinte, por exemplo, há uma reação internacional enorme contra as hidroelétricas no Brasil. Uma reação organizada, que a hidrelétrica emite mais gases de efeito estufa do que as térmicas. Existe um movimento internacional para considerar a hidrelétrica como sendo uma fonte não renovável, esse é um movimento que a gente vê lá. Então há uma reação contra as hidroelétricas, muito maior do que contra as térmicas.

Bom, mas isso levaria um debate que acho que a questão de tempo a gente... Eu vou continuar aqui às perguntas. O licenciamento... Bom, a questão da mudança hidrelétrica do regime do rio, isto é uma questão que nós não conseguimos avaliar. Quer dizer é claro que existe uma preocupação, por que os efeitos de mudanças climáticas estão levando aos efeitos extremos de vazões elevadas, vazões mais reduzidas. E isso de alguma maneira vai afetar, existem alguns trabalhos de universidades, mas são trabalhos assim mais sabe... Tentativas encontrar algumas indicações, mas que não há uma comprovação ainda.

Se de fato isso for provado, nós vamos ter que tomar medidas para substituir uma parte dessa geração, que não estaria disponível no nosso sistema. Mas é um fenômeno que não está ainda devidamente identificado e que pode acontecer e que compromete de alguma forma a geração nuclear. Bom, o Plano Decenal tem aqui um item de combustível que não entendi, eu acho que eu não anotei aqui.

Bom, o Plano Decenal não contempla a eólica. Veja, o Plano Decenal durante os 10 anos, está se prevendo acerca de uns 40 mil megawatts, 30 mil hidroelétricos e 10 mil não hidroelétricos, térmicos e outras fontes etc. Bom, no caso do Plano Decenal, ele contempla as instalações que nós vamos decidir fazer e dentro de um processo de leilões de competição entre as diferentes fontes.

Quer dizer, nós não temos ainda, a convicção de que a eólica ela é competitiva, os resultados do PROINFA que não são referências que não me referi aqui, estamos pagando 270 reais por megawatt-hora. É que os consumidores brasileiros estão pagando pela parcela de eólica do PROINFA. Vamos fazer o leilão, agora, e estamos extremamente esperançosos de que a resposta vai ser positiva. Portanto, nós vamos disponibilizar uma alternativa de geração a partir do vento, que o Brasil vai usar de uma forma sustentada.

Então, nós não incluímos no Plano Decenal, apesar de ter incluído no horizonte do plano 2030, que é o plano estratégico, aparece lá eólica e aparece todas as outras fontes. Porque não temos ainda uma indicação segura de que os preços dessa geração vão entrar de uma forma competitiva e que elas vão entrar nos leilões de uma forma competitiva. Se o resultado do leilão não for satisfatório, nós vamos encontrar caminho de continuar achando alternativas de ela entrar com algum subsídio, alguma coisa, mas não vamos poder considerar essa alternativa, como uma alternativa de desenvolvimento de grande do Mercado Brasileiro.

Porque o Brasil tem outras alternativas, a hidráulica em particular, a biomassa, que têm custos competitivos e que pode atender a grande parcela do consumo brasileiro. Então, agora, estamos muito esperançosos que neste leilão a eólica vai aparecer como uma solução. E, se isso de fato acontecer o Brasil vai ter uma opção extremamente interessante de produzir energia elétrica e vai ter condições de se afastar cada vez mais dos chamados combustíveis fósseis, quer dizer no caso brasileiro, quer dizer, fundamentalmente o gás e os derivados de petróleo, porque o carvão mineral entra numa pequena intensidade.

Bom, o peso dessas térmicas no Plano Decenal ele é importante nesse curto prazo, mas dentro de um horizonte dos 10 anos não. Como eu me referi a grande parte é hidrelétrica e baseada nas hidrelétricas da Amazônia. Bom, a questão do reflorestamento - acho que foi outro item a compensação. Quer dizer, veja, nós entendemos o seguinte, quer dizer saiu recentemente a Instrução Normativa do IBAMA, que é com a compensação, no caso, das usinas térmicas a carvão. Essa compensação, ela se reflete na inclusão de usinas 1/3 de usinas eólicas e os outros 2/3 de reflorestamento.

Em termos práticos isso aí, é uma medida de proteção ao meio ambiente. É desejável que o país se recupere a emissão de CO2, principalmente no carvão mineral, que é uma alternativa altamente emissora de CO2. Eu quero dizer o seguinte, veja, o Brasil progra-

mar até 2030 meia dúzia de usinas a carvão ou oito usinas, está certo? Veja, a contribuição disso para o planeta é praticamente desprezível. A China está instalando mais de uma por semana, não adianta nada nós cortamos as nossas seis usinas a carvão que nós podemos precisar, onde somos muito baixos emissores, quando um único país está colocando uma ou duas por semana, contaminando o planeta todo.

Agora, quando se faz essa proteção ambiental, eu não estou tirando o mérito da correção dela não, veja, o carvão mineral é o pior deles para a produção de energia elétrica, grande emissor de CO2 e chuva ácida com enxofre. Quando se inclui esta proteção ambiental, significa inviabilizar o programa carvão para a produção de energia elétrica no Brasil. As usinas térmicas a carvão com essa, digamos, recuperação ambiental não tem nenhuma competitividade para entrar nos leilões de energia nova no sistema brasileiro.

Então, veja, só podemos ter esta fonte se não tiver esse sobrepreço de recuperação ambiental, que o mundo todo está usando sem esse sobrepreço. Então, é uma questão de opção que o país faz. Do jeito que está colocada a compensação, nós não teremos nenhuma usina térmica a carvão no resultado dos próximos leilões, porque ela não é competitiva. Isso é um fato, então pode ser uma decisão do Brasil de dizer: "Não. Nós não queremos construir as seis, oito usinas que estão sendo estão sendo previstas até 2030, para contribuir para as mudanças climáticas do planeta". Um país que tem o setor energético, produção de energia elétrica praticamente fora da era do carbono é uma questão de decisão.

Agora, não entrando o carvão, nós precisamos de usina de base. A única usina de base que substitui o carvão é a nuclear. Pensar em colocar usinas de base queimando gás natural a sete dólares por milhão de BTU, com perspectiva de o gás tornar-se uma commodity e subir de preço em termos reais, a sociedade brasileira não tem essa opção. Não vai ter essa energia porque não pode pagar. Derivado de petróleo nem pensar, a biomassa depende da oferta de combustível.

Então, quando nós tirarmos as oito usinas a carvão que está pensando ou 10, sei lá até 2030, quando um único país bota dois por semana, este é que é o responsável. Veja, nós vamos ter que caminhar para a nuclear. A nuclear é a menor emissora de CO2 do planeta, quase não tem emissão. Os custos das nucleares segundo todas as informações que nós temos vai chegar na faixa de 160 reais por Megawatt hora, com toda incerteza que isso tem. Veja, os nossos leilões estão dando 140, nós temos hidrelétricas que custam 70 para o mercado regular.

Belo Monte vai custar 50, eu estou sendo ousado em dizer aqui. Veja, então, eu acho que a gente tem que pensar nesses custos, a eólica está mais de 200, o gás natural na base por 7 dólares, dá 230 reais por Megawatt hora. O Brasil usar gás para produzir energia elétrica quando tem outras fontes, um combustível nobre como o gás, que devia ficar restrito a matéria prima e eventualmente cogeração na indústria. O Brasil usa gás nos nossos automóveis, rendimento baixíssimo, quando a gente vê etanol e gasolina sobrando. O país não sabe usar gás natural, está começando a aprender agora.

Então, às coisas é opção. Muitas vezes, a gente diz assim: "Não. Não vamos fazer carvão". Então, resolveu o problema? Não. Pode vir uma solução pior.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Eu vejo...

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu só queria fazer um comentário que eu esqueci aqui, sobre a questão da--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** É que da forma como o senhor fala, o senhor vai para uma política de fato consumada, que não precisa ter planejamento.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Não, mas tem planejamento. Olha, o planejamento--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Se é para se render a realidade, como a gente está se rendendo, então, ou é nuclear ou é carvão ou é combustível fóssil. Então, temos que ser mesmo pessimista em relação à humanidade, ao planeta e a todas as coisas.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Veja, eu não estou dizendo isso. Eu estou dizendo o seguinte, quer dizer, o Brasil não está caminhando nesta direção. O Brasil está, veja, quase 50% da nossa matriz energética renovável em cima da hidroeletricidade e da biomassa e outras fontes, como a eólica etc., que completam. Nós não estamos indo caminho da... Nós estamos no caminho contrário do mundo.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Mas então estas que o senhor está fazendo tanta questão, não faz diferença?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Faz. Elas são complementares, porque os 180 mil de hidrelétricas que sobrou do que nós podemos aproveitar, não atende às necessidades do Brasil do ano 2030, daqui há 20 anos, eu tenho que ter outras fonte. E essas fontes, eu tenho que ter as fontes competitivas. Se a eólica se tornar uma realidade com preço... Se a eólica chegar a 180 reais, 160 que têm alguns investidores que falam nesse número, olha, Deus é brasileiro. Porque nós vamos ter um programa eólico e vai atender a nossa necessidade.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Mas energia de biomassa, por exemplo, só no distrito florestal sustentável lá de Novo Progresso há um potencial para mais de 700 megawatts de energia utilizando biomassa.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Perfeitamente.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Se colocarmos o processo de utilizar esse dinheiro que faz para regulamentação do preço da energia na Amazônia de térmica para investir em biomassa como se faz em Itacoatiara, pode-se ter uma diferença significativa da produção de energia.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Pode, veja--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** O que não podemos é nos render à realidade daquilo que já temos. Não transitar para aquilo que queremos e, nos conformar com aquilo que achamos que não podemos, porque eu acho que podemos e podemos muito.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Olha, veja bem, eu diria o seguinte todas essas alternativas são complementares devem ser feitas e ampliadas. Agora o Brasil é um país que precisa 5000 megawatts por ano de uma forma sustentada. Veja, a solar tem um potencial enorme e caríssima, a eólica só serve para a energia elétrica, não serve para outra coisa. Nós precisamos de 5000 megawatts por ano. Grande parte desses 5000 com a tecnologia existente hoje - eu digo isso lamentando - tem que ser hidrelétrica, nuclear e carvão mineral. É só fazer as contas.

Bom, mas deixa eu continuar aqui, porque estão me dando um minuto e ainda tem vários assuntos aqui, viu?

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** A parte de eficiência energética, quanto que a gente aumentaria, se tivesse um bom programa de eficiência energética?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Já está considerada a eficiência energética.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Quanto que seria?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Estamos tirando 10% do mercado de 2030. 5, com uma atitude espontânea da sociedade comprando eletrodomésticos mais econômicos. E 5, por atitudes que o governo tem que tomar atitude como, por exemplo, proibir a lâmpada incandescente no Brasil. Quando proibir a lâmpada incandescente no Brasil, se tomar uma atitude dessas de imediato, sabe quem é que não vai ter luz na sua casa? É o pobre, que não vai poder comprar a lâmpada nova, porque ele não tem condições de comprar. Então, tem que ter uma transição.

As coisas não são assim... E tem uma complexidade, às coisas têm consequência. E lamentavelmente quando se toma qualquer atitude de energia como esta de colocar recuperação ambiental, que representa um custo que a sociedade tem que pagar na tarifa, quem deixa de ter energia é o pobre. Essa é uma consequência. Mas eu queria terminar aqui rapidamente.

A questão do CNPE. No CNPE é o seguinte, na realidade o CNPE é um Comitê que é de Assessoria ao Presidente da República, ordenado pelo Ministério das Minas e Energia, que são um Fórum de Ministros. A Ministra Marina, esteve por várias oportunidades, inclusive eu assisti suas participações lá no CNPE e de fato, tem dois representantes que não estão indicados, terminaram o mandato e não foi indicado. Na realidade é um representante de notório saber na área de energia e um da comunidade acadêmica.

Esses dois lugares terminaram o mandato e não foram substituídos. O que eu posso dizer é levar digamos, essa eu não digo inquietação, mas eu esse que de fato, eu acho o que Comitê ficaria... Inclusive um dos notórios saber, eu acho que era o Prof. Goldenberg, terminou o mandato dele e não foi substituído. Então, eu acho que o Comitê, o CNPE, se enriqueceria se nós tivermos a contribuição, digamos de dois brasileiros, um da comunidade científica universitária e outro da comunidade de notório saber da área de energia.

Então eu vou levar essa reflexão lá para o Ministério. Bom, teria aqui mais um... Eu queria mais comentar um caso sobre a legislação ambiental brasileira e a questão de Justiça. Veja bem, eu vejo com muita tristeza quando a Justiça brasileira proíbe se estudar a Usina de Belo Monte. Eu fico com a sensação que nós brasileiros estamos voltando para a época de Galileu, que foi uma das figuras humanas brilhantes - está certo? - que de joelho jurou que a Terra não rodava em torno do sol, para não ser queimado como o astrônomo Bruno.

Porque olha, proibir estudar um recurso natural... E a legislação permite isso.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Quais foram às razões que a Justiça utilizou--

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Não sei. Sim, mas veja bem, proibir--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Não. Quais foram às razões?

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não, não. Porque é o seguinte, Senadora, a gente pede compreensão à Ordem do Dia... Já estabelecida?

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu vou--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Não. É porque, a comparação, a metáfora, ela é desconstitutiva da posição do Juiz. Que se formos aos autos, vamos verificar que não tem nenhuma comparação metafórica, entre o caso Galileu Galilei e a decisão do Juiz, que queria proteger as comunidades indígenas.

Se o processo for feito corretamente para que se entre nas áreas indígenas para fazer **bioprospecção,** o que quer que seja não vai haver impedimento, por impedimento à Ciência.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Perfeito, veja.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** É que as pessoas às vezes não querem cumprir a legislação, querem fazer ao seu jeito e ao seu modo e esse país tem lei, precisa ser cumprida.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu até concordo que se proíba construir usinas, mas proibir estudar... Se existe alguma coisa que não seja bem, a Justiça deve dizer como estudar. Mas proibir--

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** A Justiça proíbe estudar o coração das pessoas sem--

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não, não. Olha, a gente.

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Pessoas sem respeitar os processos da Medicina--

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Senadora Marina, como V.Exa., nós também—

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Ninguém pode.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Nós também—

**SENADORA MARINA SILVA (PT-AC):** Não, eu sei.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Como V.Exa., nós também estamos discordando ou concordando com vários tópicos, que gostaríamos de interferir é que nós temos horas. Já são 17h14 minutos, são três Deputados que estão perdendo uma votação.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu já teria a última--

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Eu já pedi ao Dr. Altino, um minuto para concluir.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Um minuto. Tem mais um item aqui.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Mas já tem 20 minutos que nós pedimos um minuto.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** A questão do consumo de combustível fóssil, eu fiz questão de dizer que era uma reflexão pessoal minha não é do Ministério. Eu não acredito que nesse horizonte de 2020, que tem que se reduzir 20% o consumo de emissões em relação a 1990 que a sociedade humana consiga. Vai ter que fazer um esforço muito grande de desenvolvimento tecnológico, técnicas de captura de carbono, taxação do carbono que é uma alternativa.

Mas isso tudo pode significar um custo que faça com que o insumo energia, que é uma matéria primo invisível fundamental na sociedade humana, deixe de ser disponível para a sociedade usar. Quer dizer a sociedade humana, ainda não tem uma produtividade no seu processo produtivo e no seu custo social da energia, que permita aceitar preços muito acima do que nós temos hoje então isso é uma realidade.

E a sociedade humana precisa de energia para se desenvolver. Quer dizer os países, principalmente os países em desenvolvimento, como a Índia e a China e o Brasil também. Para resgatar parte da população que hoje vive excluída de um mínimo de cidadania, o Brasil tem que aumentar muito o seu consumo energético, não tem alternativa para isso.

Então, o projeto de instalação de carbono, veja, eu desconhecia assim essa posição tão firme do governo contrária. Agora, o que existe por trás da política do Ministério das Minas e Energia é que nós somos do ponto de vista do setor energético, um baixíssimo emissor de carbono em relação a qualquer país do mundo. Quer dizer um país em que tem hoje, digamos, um consumo de... Olhe uma participação de petróleo e derivado 37% do nosso balanço energético é derivado de petróleo.

E nós estamos prevendo para 2030, com a política energética que estamos usando isso reduzir para 28% é um esforço gigantesco que o Brasil faz, sendo um baixíssimo emissor de CO2. Então, veja bem, nós não nos sentimos responsáveis o setor energético, por nenhuma contribuição ou a nossa contribuição é irrisória em relação ao programa do álcool. Eu acabei de dizer, veja bem o seguinte, nós estamos cortando seis, oito usinas térmicas a carvão que nós achamos que precisamos, quando a China está botando uma a duas por semana. Tanto faz colocar em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, quando colocar em Pequim, para o Planeta é a mesma coisa.

Bom, mas eu já esgotei o meu tempo. Eu quero pedir desculpas eu já falei demais, mas eu gostaria de dizer o seguinte, quer dizer, eu sou tão empolgado pelas questões energéticas, eu acho que viram aqui a minha empolgação. Que eu tenho que falar, está certo? Dizer e assim de uma forma a mais honesta e transparente possível, quer dizer tudo que eu falei aqui são coisas que eu acredito.

A grande parte faz parte da política do Ministério de Minas e Energia, alguma coisa mais polêmica, aí são reflexões minhas. E eu como um profissional com mais de 40 anos no setor energético, me sinto do dever de dizer, principalmente num fórum desse tipo aqui.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Não, Dr. Altino. Nós temos a plena convicção de que V.Exa. só trouxe con-

tribuições aqui para a nossa Comissão, e debater os contrários é fundamental para que acabe, ao final de todos os nossos trabalhos a gente possa produzir o melhor relatório, aquele que inclusive ajude na formulação das políticas visando exatamente a construção de um país ambientalmente mais saudável para todos. Senadora Marina Silva, também com seu vasto e largo conhecimento, contribuiu muito para esse nosso debate, enfim.

Então, caminhamos para o encerramento. Agradecemos a presença de V.Sa. Dr. Altino Ventura, remeta ao Ministro Lobão os nossos sinceros cumprimentos.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Peço pela ordem, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Pois não.

**DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Para solicitar do Sr. Altino, que possa deixar esse material para que nós possamos difundir entre os Membros da Comissão. Muito obrigado.

**SR. ALTINO VENTURA FILHO:** Eu deixaria aqui, eu vou deixar dois pontos, aqui um texto...

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):** Mas então, Dr. Altino, já vai deixar o material. Nós antes de concluir a nossa reunião, convocamos a próxima reunião a realizar-se no dia 16, próxima terça-feira, 14h30 minutos, neste mesmo Plenário 13, da Ala Alexandre Costa, cuja pauta será O Debate Sobre Mudanças Climáticas e Economia, com representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Fazenda, Desenvolvimento Indústria e Comércio.

Nada mais havendo a tratar a nossa reunião está encerrada.

*Sessão encerrada às 17h19.*

**13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.**

As quatorze horas e quarenta e oito minutos, do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e nove, na Sala 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador José Agripino, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Lupércio Ramos** e **Deputado Rômulo Gouveia**. A Presidência faz a leitura de justificativas de ausência do Deputado Ilderlei Cordeiro, por se encontrar em compromisso partidário em seu Estado e da Senadora Marina Silva, por encontrar-se fora do País no período de 15 a 19 de junho de 2009. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Comunicado da Presidência registrando que, por equívoco, foi mencionado na Pauta a presença do Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, indicado pelo Ministro José Múcio Monteiro. Em breve será feita a confirmação da data e do representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para tratar sobre "Mudanças Climáticas e a Mariz Energética Brasileira". Ofício nº 545/GM/MDIC, firmado pelo Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, comunicando que o Senhor Ministro Miguel Jorge indicou para representar o Ministério na Audiência Pública agendada para a data de hoje, o Senhor Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção. Ofício nº 043/ASPAR/MCT, firmado pelo Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia, comunicando que o Senhor Ministro Sérgio Machado Rezende indicou para representar o Ministério na Audiência Pública agendada para a data de hoje, o Senhor Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT. E-mail do Gabinete do Ministro da Fazenda, comunicando que o Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, Senhor Rutelly Marques e o Coordenador-Geral, Senhor Pedro Érik Carneiro, representarão o Ministério da Fazenda na Audiência Pública. A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Luiz Antônio Barreto de Castro, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia, do Senhor Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial, da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Senhor Rutelly Marques, Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, representante do Ministério da Fazenda, que debaterão sobre o tema "Mudanças Climáticas e Economia", em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009–CMMC,

"Diretrizes de Calendário de Trabalho da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para o ano de 2009", de autoria da Senadora Ideli Salvatti. A Presidência convida os Senhores Rutelly Marques, Luiz Antônio Barreto de Castro e Marcos Otávio Bezerra Prates, a tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo a palavra, inicialmente, ao Senhor Rutelly Marques, para sua exposição inicial e, posteriormente, aos demais convidados. Ato contínuo, assumem a Presidência dos Trabalhos o Senador Jefferson Praia e a Deputada Vanessa Grazziotin. O Convidado Rutelly Marques, por motivo de viagem, ausenta-se da Audiência Pública e assume seu lugar o Senhor Pedro Érik Carneiro. A Presidência esclarece aos senhores membros que aqueles que tenham interesse em fazer parte da Diligência a ser realizada na região Nordeste, em Fortaleza/CE, na data de 09 de julho de 2009, de acordo com o Requerimento nº 25, de 2009-CMMC, queiram enviar seus nomes para a Secretaria da Comissão, para que sejam tomadas as devidas providências. Usaram da palavra os senhores Parlamentares Deputado Colbert Martins, Senador Jefferson Praia, Deputado Lupércio Ramos e Deputado Rodrigo Rollemberg. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

**13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 53 MINUTOS.**

**SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4 de 2008, do Congresso Nacional. E antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Não havendo Parlamentar com manifestação contrária, declaro aprovada a Ata.

Esta reunião de hoje se destina à Audiência Pública com representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Ministério da Fazenda. E tem como objetivo tratar das mudanças climáticas e a economia, ou seja, o que as mudanças climáticas afetam e quais são as questões relacionadas aos aspectos econômicos que envolvem as mudanças climáticas que vêm ocorrendo no mundo e no nosso país.

E para representar cada um dos Ministérios, eu gostaria de chamar já para compor a nossa Mesa o Sr. Luiz Antonio Barreto de Castro, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, que está representando o Ministério da Ciência e Tecnologia. Gostaria também de chamar o Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E por último, o Sr. Rutelly Marques, Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, representando o Ministério da Fazenda.

Então, com a nossa Mesa composta, eu gostaria de solicitar ao Senador Jefferson Praia que pudesse assumir aqui a condução dos trabalhos, na condição de Presidente *ad hoc*. Posso chamá-lo assim, Senador Jefferson Praia? Tendo em vista que eu tenho um compromisso em São Paulo e daqui a poucos minutos devo me deslocar ao aeroporto. Então, eu já passo os trabalhos ao Senador Jefferson Praia para que possa dar andamento à nossa audiência.

[troca de presidência]

**SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Boa tarde a todos. Vamos dar início a essa Audiência Pública com a presença do Sr. Luiz Antonio Barreto de Castro, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia; Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor de Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e do Sr. Rutelly Marques, Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, representando o Ministério da Fazenda.

Passo, portanto, a palavra, já que o Sr. Rutelly também terá um compromisso em breve e solicitou para ser o primeiro expositor, passo a palavra ao Sr. Rutelly Marques para fazer suas considerações em relação ao tema.

**SR. RUTELLY MARQUES:** Obrigado, Senador. Eu gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa. É um tema que tem se destacado cada vez mais e vai ser cada vez mais importante para toda a sociedade. Antes de mais nada, eu gostaria de pedir desculpas, eu vou ter que me ausentar também, mas eu vou tentar ser o mais breve possível para que eu possa também aproveitar o máximo possível das palestras dos demais colegas aqui.

Como eu disse, a questão do aquecimento global é um tema que está entrando em pauta cada vez mais, felizmente, porque a sociedade está percebendo

a importância do tema. E dado duas características da questão do combate ao aquecimento global, tem se mostrado também uma questão econômica relevante. E quais são essas duas questões? Uma é o caráter da externalidade negativa que o aquecimento global gera na economia. Na verdade, a questão do aquecimento global, a gente pode encarar como uma falha de mercado.

Tem a questão da externalidade, porque ações de determinados agentes causam danos, no caso a externalidade negativa, em ações de outros agentes. Então, o agente que polui, que emite, ele causa o aquecimento. Esse aquecimento tem repercussões negativas na vida econômica da sociedade, as pesquisas estão mostrando isso, vários estudos. Por exemplo, o aumento de temperatura tende a provocar um deslocamento de culturas. Então, afeta a produtividade agrícola. Tem estudos que apontam que vai afetar o nível de reservatórios das hidrelétricas, então, compromete, pode comprometer a geração de energia. O fato é que um determinado agente que polui, ele acaba gerando impacto negativo em outros setores. E os setores afetados eles não necessariamente são remunerados por esse impacto negativo. Então, é uma externalidade negativa.

E a outra questão é a questão do bem público. O combate ao aquecimento, na medida em que as ações conseguem combater o aquecimento, é um bem público. Por quê? Porque é um bem que vai ser gerado e a gente não consegue excluir quem não contribuí para o combate. Então, o exemplo mais claro que a gente tem de bem público, e é bem ilustrativo, é a iluminação pública. Todo mundo que paga... Mesmo quem paga e quem não paga se beneficiam da iluminação pública. A mesma coisa o combate ao aquecimento global. Essas duas características dão um contorno econômico a essa questão e faz com que esse tema se torne relevante e cada vez mais as ações dos agentes e as ações dos órgãos públicos passam a ter relevância maior.

Então, esse assunto, à medida que se mostra cada vez mais claro os impactos que o aquecimento global tem, ele se torna também um problema econômico, porque vai ter repercussão na economia. Eu já citei o exemplo aqui de mudança de cultura, vai afetar possíveis impactos na produtividade agrícola, na questão da geração de energia e assim vai. O problema então é como tratar essa questão.

E nessa questão de mudança climática a gente tem dois tipos de ações, as ações de adaptação e as ações de mitigação. O que são as ações de adaptação? É você reparar o dano que está sendo feito. Então, na medida em que o aquecimento global gera, faz com que haja derretimento das geleiras, que isso aumente o nível do mar e começa a afetar as cidades litorâneas, o Estado vai ter um gasto com infraestrutura, porque esse gasto... Vai ter que reconstruir as cidades, em um caso mais extremo, ou implementar obras para que contenham os efeitos negativos. Isso custa. Então, é um problema de adaptação.

Outro exemplo, na medida em que o aquecimento global gera um deslocamento de cultura agrícola, há todo um gasto envolvido em adaptar essa nova cultura e em manter essa cultura onde ela está hoje, isso é um gasto. Porque, vamos imaginar um caso hipotético, em que o Estado dê uma política de subsídio para um determinado produto agrícola, para ficar em uma determinada região. Na medida em que o aquecimento global compromete, afeta a produtividade daquela cultura e muda o local onde aquela cultura seria mais adequada, se o Estado continua dando subsídio para aquela cultura naquele lugar, ele vai precisar cada vez mais de mais subsídio. Isso é um problema. Então, esses são exemplos de adaptação.

Outra questão, outra forma que a gente tem para lidar com a questão, é a questão de mitigação. É assim, é investir em ações que mitiguem o aquecimento global. Então, vamos fazer algo que reduza o aquecimento global. Então, essas são as ações de mitigação. O que a gente tem que chamar a atenção nessa questão, eu acho que é muito importante, alguns estudos já apontam que o custo de adaptação é maior, na verdade, do que o custo de mitigação. Então, em tese, é mais vantajoso o país investir em ações de mitigação do que em ações de adaptação.

Mesmo porque, alguns custos de adaptação podem tornar enormes, porque tem coisa que não há como adaptar. Se as estimativas se mostrarem corretas, que a elevação de temperatura afeta e muito a qualidade de vida da sociedade, são custos difíceis de serem mensurados. Outra questão muito importante na adaptação é que a adaptação não está necessariamente associada com quem causou a emissão. Então, um país muito emissor pode gerar danos em outro país, que na verdade emite muito menos. Então, há uma assimetria entre quem provoca o dano e quem vai arcar com o dano, no caso da questão de mitigação. E aí são várias as políticas de mitigação que têm sido desempenhadas e a questão de adaptação também. Mas o ponto central aqui é como é que a gente lida com esse problema.

E aí nessas questões ambientais em geral, os estudiosos apontam duas formas de lidar com a questão. São os instrumentos de comando e controle e os instrumentos de mercado, de incentivos. E o que são os instrumentos de comando e controle? Por exemplo, o Congresso, o Governo vai estabelecer padrões de

qualidade. Então, um determinado produto só pode ter X de emissão. Um determinado motor dos veículos só vai poder ter um nível X de emissão. Só vai ser possível usar um determinado tipo de combustível. Então, essas formas de controle são instrumentos de comando e controle. Então, o Estado vai determinar como que os agentes vão se comportar.

A outra forma são as formas, são os instrumentos de mercado, que são instrumentos que vão tentar induzir os agentes econômicos a mudarem a forma de comportamento. E aí o exemplo mais claro que a gente tem, que eu vou dar aqui, isso não existe ainda aqui no Brasil, mas em outros lugares até existe, que são impostos. Então, um determinado bem emite mais? Então, eu vou cobrar um imposto maior dele. Então, eu estou induzindo os agentes econômicos a substituírem esse bem por outro.

Obviamente, tem instrumentos, há formas de você conciliar os dois instrumentos, combinar um pouco de comando e controle e instrumento de mercado. E essa é a tendência. Não há como se apoiar só em um ou em outro. Em geral, os países adotam as duas formas, combinações das duas formas, enfim, para tentar lidar com a questão. Diante dessa questão o que tem sido feito para lidar com a questão do aquecimento global?

E aí o acordo mais conhecido de todo mundo é o Protocolo de Kyoto, que determinou metas de redução para os países desenvolvidos e permitiu que esses países contassem com os países em desenvolvimento no alcance dessas metas. E aí eu estou falando explicitamente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que é um instrumento em que os países desenvolvidos investem em países em desenvolvimento para que esses países apresentem projetos, desenvolvam projetos que reduzam a emissão, e esses países desenvolvidos contabilizam isso na meta deles.

Na verdade, a gente tem duas ações aqui no MDL. Tem uma ação, que é o país desenvolvido reduzindo a meta de emissão deles, as emissões de forma absoluta. Exemplo, saiu de dez para oito. E tem a questão do país desenvolvido que muda a trajetória tecnológica de produção. Ele poderia crescer emitindo em uma trajetória que emite mais, mas por meio do MDL ele consegue mudança dessa trajetória em uma trajetória que emite menos. O Brasil, na questão do MDL, é um dos principais atores. Eu acho que está em terceiro ou quarto em número de projetos aprovados. Em número de créditos também é o terceiro ou quarto. Na verdade, o MDL foi até uma ideia brasileira, o Brasil que levou essa ideia. Os projetos aprovados no Brasil são basicamente de energia renovável. Tem um dado aqui de que 47% dos projetos são provenientes de energia renovável.

E a outra forma também que o mundo encontrou com essa questão, são os mercados voluntários. São os mercados que não tem vinculação com o Protocolo de Kyoto, mas que são iniciativas voluntárias dos próprios agentes, que se comprometem a reduzir as emissões. E aí o mais destacado é o mercado voluntário norte-americano de Chicago, em que alguns agentes, as próprias empresas, empresas privadas, se comprometeram a reduzir a quantidade de emissões delas. Tem empresa brasileira nesse mercado. Eu não me lembro o número aqui agora, acho que são cinco ou sete empresas não sei, não me recordo, mas tem empresa brasileira nesse mercado voluntário. Há outras iniciativas, como o mercado da Califórnia, que é um pouco diferente. No Brasil a gente ainda não tem o mercado voluntário. Há iniciativas voluntárias de algumas empresas, que anunciam que neutralizam pelo menos uma parte das emissões, mas isso é um pouco diferente, porque a certificação não é uma coisa padronizada, enfim. Há duas empresas que falam que reduziram as emissões. Elas podem na verdade, as duas podem apresentar o mesmo número, mas esse número ser totalmente diferente, porque o padrão de medição é diferente e muitas vezes até desconhecido.

Então, nesse cenário o que... Não posso me esquecer também de outros projetos de financiamento. Têm alguns fundos multilaterais para investir no combate à mudança climática. Tem o fundo do Banco Mundial, a ONU também já disponibilizou recursos. Aqui no Brasil a gente tem um fundo que é originado em recursos da Noruega, que é destinado a combater o desmatamento, porque se tem a leitura que a principal causa de emissão brasileira está no desmatamento. Então é um fundo para ajudar no combate ao desmatamento, enfim, ao combate das emissões.

O ponto é que, como é que está o Brasil nessa história? Em primeiro lugar, a gente tem que deixar claro que o padrão de emissão brasileiro é diferente do padrão de emissão do mundo. Em geral, o combate às emissões em outros países está muito focado na questão da energia, porque diferentemente da gente, esses países eles usam a base, eles têm, eles se baseiam, a matriz energética é muito baseada em combustível fóssil, petróleo, gás natural. E o brasileiro, felizmente, é beneficiado com a matriz energética limpa. A nossa matriz de energia elétrica, as hidrelétricas respondem por praticamente 90% da geração energética do Brasil. A matriz energética como um todo, o peso dos combustíveis renováveis é menor por conta do setor de transportes, que apesar do álcool usam ainda muito o diesel. Mas apesar disso tudo, a matriz

energética brasileira é muito mais limpa do que a matriz energética dos demais países. Então, isso é um fator muito importante na diferenciação do padrão de emissão entre os países.

Os dados têm apontado que a principal fonte de emissão no Brasil está no desmatamento e na atividade agrícola, mas, enfim, no mundo é, geralmente, energia e transporte terrestre. O Brasil, felizmente, é diferente nisso. Os estudos também têm apontado que Brasil tem várias oportunidades no combate ao aquecimento global. Há estudos que indicam até que algumas medidas seriam até lucrativas, não teriam custos. Na verdade, o aquecimento global tem um custo, é uma externalidade negativa. O que você tem que fazer é que os agentes precifiquem isso e muitas vezes o Estado tem que despender uma quantidade substancial de dinheiro. Mas, os estudos apontam que apesar disso, dessa tendência geral, algumas oportunidades elas existem e, inclusive, lucrativas. Inclusive, na própria agricultura, na área de energia, na área de transporte, resíduos, resíduos sólidos, enfim, lixo e etc. O Brasil recentemente aprovou o plano de mudança climática, que é um instrumento, já é um início, um plano importante, que já busca combater, adotar medidas de mitigação para lidar com esse problema. Logicamente, acho que a gente tem um caminho grande a percorrer, mas é um início importante. O próprio... A gente, no Ministério da Fazenda, também tem tido algumas iniciativas. Desde o ano passado que o Ministério tem um grupo para estudar a questão da mudança climática, do aquecimento global e a repercussão disso da atividade econômica. Algumas medidas já foram tomadas e aí eu gostaria de destacar uma em especial, que é o condicionamento do crédito rural à observância a alguns preceitos ambientais. Isso vale muito e está valendo exclusivamente nas operações, nas atividades agrícolas da Amazônia, em que é exigida regularidade fundiária, observância do zoneamento ecológico e econômico, regularidade também ambiental. Isso já se mostrou, a gente já têm alguns dados preliminares lá, em que essa exigência repercutiu positivamente.

Nas medidas a serem tomadas no combate às mudanças climáticas, uma coisa que também tem que ser levada em consideração e aqui o meu colega Domidique(F) talvez tenha até mais propriedade de falar a respeito disso do que eu, é a competitividade da economia brasileira. Na medida em que o combate ao aquecimento global envolve internalizar custos, eu posso fazer com que a gente possa fazer, com a medida adotada, que os produtos brasileiros se tornem mais caros ou mais baratos. Isso, obviamente, tem repercussão na venda dos produtos no exterior e até mesmo na competitividade nossa com produtos importados.

Mas esse talvez não seja nem o problema maior, porque na medida em que as medidas de combate ao aquecimento global, elas podem também se refletir em barreiras não comerciais. A gente já tem exemplos disso, não ligados exatamente ao aquecimento global, mas em outros setores, que determinados países tomaram algumas medidas em relação a produtos brasileiros e outros produtos também, alegando que não estavam sendo respeitadas as leis ambientais. Eu não tenho notícias de que isso aconteceu com algum produto relacionado ao aquecimento global, mas para outros, isso já existe.

O que eu gostaria e já estou caminhando para o final, o que eu gostaria de ressaltar também é que trata de uma questão em que um agente sozinho, um país sozinho já não dá conta de resolver esse problema. Isso está muito relacionado com a característica de bem público, que eu mencionei aqui antes, porque quem combate, por mais... Uma situação em que o país assumisse todo o custo do... Ainda que um país sozinho conseguisse tomar medidas que fossem capazes de reduzir o aquecimento global, mesmo outros que não tomassem essas medidas, eles seriam beneficiados.

O que eu quero dizer com isso é que se trata de uma questão que só vai ser possível ser resolvida na medida em que haja um acordo em que todos assumam responsabilidades e, inclusive, os custos da medida. É um caminho longo que tem para ser percorrido ainda. Acho que muitas medidas de repercussão na sociedade, mudanças de hábito de consumo, eventualmente até no futuro até mudanças na forma de tributação. O regime tributário hoje, em geral, os regimes tributários não consideram essa questão, mas pode envolver até uma mudança de tributação mesmo na economia.

Bom eu finalizo por aqui, Senador. Eu gostaria de agradecer a oportunidade. Estou aqui disponível para eventuais dúvidas, críticas e peço desculpa novamente por ter que me ausentar antes do fim da Sessão. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Concedo a palavra ao Sr. Luiz Antonio Barreto de Castro.

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Obrigado, Senador. Eu tenho alguns *slides*, são poucos, não vou cansá-los com isso, mas acho conveniente mostrar esses *slides*. Há um mês eu estive no principal Congresso de Biotecnologia do mundo, em Atlanta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Luiz de Castro?

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Pois não?

**SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** O senhor me permite? Antes de continuar preciso passar a Presidência à nossa Vice-Presidente Vanessa Grazziotin. Deputada Vanessa Grazziotin.

[troca de presidência]

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Nesse Congresso, que eu fui, em Atlanta, que é o Congresso da BIO, significa *Biotechnology Industry Organization*, eu fiz essa apresentação que diz respeito aos grandes desafios que o Brasil tem pela frente. E chamei a atenção para um fato que às vezes nos passa despercebido, que está no próximo *slide*, que o Brasil tem uma Ciência crescente, já passa de 2% da Ciência do mundo, é duas vezes comparativamente ao PIB. O PIB é mais ou menos 1%, na Ciência são 2%. No próximo *slide*, a gente vai ver que a nossa grande dificuldade tem sido sair da Ciência e chegar competitivamente nos mercados do mundo. Esse é o nosso grande desafio. Esse trabalho foi feito por brasileiros, mas relacionados com a demanda do Banco Mundial, mas isso não é a coisa mais importante que eu queria citar. No próximo *slide* a gente vai ver uma coisa interessante. Nenhum país tem a geografia que possibilita fazer estudos de mudança climática do Equador até o fim do pólo Sul, só o Brasil. Com um pouquinho de ajuda da Argentina, efetivamente. Então, quando a gente houve falar: "É preciso trabalhar as plantas para que elas se adaptem a $CO_2$, que vai ser crescente". Só nós podemos fazer isso. Os outros países não têm essa característica geográfica de sair do Equador, onde nós estamos, ir até a Antártica ali. A Antártica está ali no cantinho esquerdo. O Brasil tem esse privilégio. A distância do Brasil do G7 é pensar maior, é pensar grande, pensar nos grandes projetos mundiais. Está faltando a gente fazer isso. Isso custa caro. Mas custou caro fazer Brasília. Custou um bilhão de dólares. Outro dia eu levantei esse número lendo alguns livros sobre a história de Brasília. E foi uma decisão corajosa de um Presidente.

Então, quando a gente pensa na Amazônia, a gente diz assim: "Bom, como é que a gente faz para aumentar a Amazônia"? Eu estive outro dia em uma Audiência Pública com Senadores da região, com o Mozarildo, Geraldo Mesquita, Flexa Ribeiro, eu falei: "Precisa colocar uma Brasília dentro da Amazônia dentro dos próximos oito anos. R$ 125 milhões por ano". Aí eu falei: "Quem sabe a gente chama isso do PAC de Amazônia"? Alguns não gostaram, mas isso é irrelevante. O importante é que o investimento que a gente faz hoje é muito pequeno. Então, o que acontece?

Quando a gente vir os próximos *slides*, a gente vai vir coisas interessantes. O desflorestamento está aí. O desflorestamento está diminuindo? Não está diminuindo. O Ministro hoje disse que vai ser o mais baixo dos últimos, quantos anos? Bom, ele oscila. Diminui, aumenta, diminui, aumenta. Eu tenho dados dos últimos vinte anos. Oscilações acontecem, mas não dá para a gente poder dizer que quando diminui um ano, que isso significa uma tendência de diminuição. Porque a crise às vezes influencia, falta de dinheiro influencia, tem várias coisas que tem relação com esse desflorestamento.

Esse é o grande desafio que nós temos. Perdemos meia Bélgica por ano da Floresta e já perdemos uma Alemanha inteira nos últimos vinte anos. Se pegar o que a gente cortou da Floresta dá uma Alemanha mais ou menos. Quer dizer, isso é inaceitável. Como é que se resolve isso? O próximo *slide* mostra que é possível fazer reflorestamento. É, não custa barato, mas é possível. Quando eu leio esses artigos na revista *Science*, eu não acho muitos brasileiros discutindo esse assunto. Eles estão discutindo cenários. Quando a Amazônia vai acabar? Vai ser daqui a 20 anos ou 30 anos? Quer dizer, o que vai acontecer com as mudanças do clima? Vai acabar a Amazônia quando? Ninguém faz uma proposta de reverter a tendência de desflorestamento que está acontecendo na Amazônia. É isso que a gente precisa. Precisa de uma proposta de reverter a tendência do desflorestamento. Qual é? Eu faço, modestamente, no próximo slide, alusão a um trabalho que eu publiquei em 1996. Há 13 anos eu coloquei esse trabalho na *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, mostrando que o que a gente tem que fazer é agregar valor à biodiversidade.

O mercado da biodiversidade mundial em 2025 vai ser, prestem atenção, 225 bilhões de libras. Eu estou falando libras porque saiu no *Times* essa notícia, no dia 02 de junho. Então, eles lá usam libras. Esse é um mercado de plantas, não falei de toda a biodiversidade. Só plantas. De substâncias químicas que vão de cosméticos até pneu de carro. É um baita de um mercado, é um mercado grande. E esse mercado realmente é uma coisa que nós não estamos utilizando adequadamente. A biodiversidade brasileira não está sendo utilizada adequadamente.

No próximo slide a gente vai ver que 50% dos produtos, das drogas, que estão em fase de testes no mundo têm como base recursos naturais. Não tem nenhuma brasileira. Nós estamos fora desse mercado das drogas, que estão em fase de testes na *big farma*, no mundo. E a base são recursos naturais. Afinal, quem é que tem a biodiversidade? Somos nós ou são eles? Mas aí está na revista *Science* de 2005. O título é *The*

*Renaissance of Natural Products as Drug Candidates.* Não é um artigo de uma revista qualquer, é um artigo de uma revista que tem credibilidade. E nós não temos drogas no mercado brasileiro. Nós podemos agregar valor às substâncias que existem na Amazônia, evidentemente, para reverter o processo de desflorestamento. Eu estou falando isto, porque isso é que nos coloca como vilões quando se fala das mudanças climáticas. O Brasil é o 3º colocado por isso, porque 17 mil quilômetros quadrados por ano de desflorestamento, em média nos últimos 20 anos. Então, é por isso que nós estamos nessa situação desconfortável nesses últimos anos. O *slide* seguinte.

Quando fui à Atlanta, a grande vedete desse Congresso em Atlanta era o bioetanol. Aliás, o Congresso falava assim: *Fuel, Food and Health. Health* é saúde. *Fuel* era o bioetanol. Em todos os lugares que eu fui só se falava em bioetanol. Só se falava em bioetanol. Eu fui a um Seminário particularmente interessante, que o primeiro palestrante falou: "Temos que limitar a emissão de $CO_2$, que hoje já é 390 ppm. Não pode passar de 450". Aí o palestrante seguinte falou: "Bom, um dos caminhos para fazer isso é usar o bioetanol. É uma possibilidade". Se a gente quiser diminuir 10% do combustível fóssil no mundo, 10%, nós temos que dobrar a produção de bioetanol no mundo, 18 bilhões de galões. O Brasil produz 6 desses 18 bilhões. Os Estados Unidos já produzem mais do que nós. Aí eu fiquei pensando, para diminuir 10%. Aí eu fui saber quanto é que custa esse mercado de combustível fóssil. Mais ou menos um PIB brasileiro. O mercado de combustível automotivo é mais ou menos um PIB brasileiro. Se passar, é pouco, é mais ou menos por aí. 10% significam U$ 100 bilhões. Qual é o grande negócio brasileiro que custa U$ 100 bilhões de dólares? Qual? Petrobras? Qual? Então, nós estamos falando em oportunidade única. Porque o único país, e eu saí de lá absolutamente convencido disso, ouvindo todas as palestras, que tem capacidade de aumentar a produção de bioetanol, não é de 2ª, nem de 3ª geração, não. É bioetanol. Há 2.000 quilômetros de distância da Amazônia, 2.000 quilômetros de distância da Amazônia. É o Brasil, que planta oito milhões de hectares. Para a gente plantar o que é soja, a gente gasta... Vamos ter que multiplicar por três. Se a gente multiplicar por três, são 18 bilhões de galões. A Califórnia sozinha tem uma lei que exige que, em dez anos, substitua 30% do combustível fóssil. É uma lei da Califórnia, porque lá funciona assim, o Estado faz uma lei. Então, tem que negociar com o Governador da Califórnia. "Escuta, vamos fazer um contrato aqui, 30% nos próximos dez anos, vamos fechar esse negócio". Porque ou a gente pensa grande ou não sai do lugar. Não há nenhum candidato melhor para manter esse nível de $CO_2$, que a gente está falando, do que a substituição de energia automotiva, de combustível automotivo, por bioetanol. Não existe...

Pega os melhores relatórios, McKinsey e todos esses outros que vocês vão ver, que lá eles estão dizendo que a gente pode, na verdade, com o bioetanol reduzir 47% das emissões de $CO_2$ causadas por combustível fóssil. 47%, que é muito mais do que os 10% que eu falei aqui. Quando o rapaz falou 10%, eu falei: "Por que não 20%, por que não 30%"? As leis nos Estados Unidos não facilitam a nossa vida. Não existe uma Lei Federal que nos facilite colocar bioetanol, todos sabem disso. Mas a Califórnia é outra coisa. Podíamos pensar em alguma coisa nessa linha.

Então, o que eu penso é que nós temos feito um esforço grande na Ciência brasileira para fazer combustível de 2ª geração. Acertadamente temos um grande projeto nessa linha, com uma rede muito grande de instituições competentes, criamos um instituto específico na área de etanol a partir de celulose. Não estamos longe. Mas a dificuldade que nós temos, vamos discutir no fim do ano, é que nós estamos em 390 e não podemos passar de 400 nos próximos 10 anos. Essa é uma responsabilidade, é um desafio brutal, brutal, que em minha opinião, só pode funcionar se a gente conseguir entrar nesse mercado mundial com o bioetanol de cana de açúcar. Não precisa ser de celulose. Hoje, tomar a decisão... Agora para isso, realmente, é preciso uma negociação forte nos mercados internacionais para colocar o produto. Ninguém vai dobrar a produção se você não tem onde vender. Então, esse é um ponto importante. O Brasil tem feito um esforço em MDL. Eu trouxe dez volumes, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, grande esforço brasileiro nessa linha. Eu trouxe, infelizmente, não sei se tem para... Pelo menos dez eu tenho aqui e vou deixar também à disposição da Casa um trabalho que se chama "Status Atual das Atividades de Projeto no Âmbito do MDL no Brasil e no Mundo". Isso é interessante, porque a gente vê que a nossa situação é uma situação incômoda, de ocupar o 3º lugar. A Índia é muito mais incômoda e a China é muito maior ainda. Então, aqui, os números mostram claramente que nós vamos ter que, pela frente, reduzir 330 milhões de toneladas de $CO_2$, que são 6% do total mundial. A China, 2,527 bilhões, 47% do $CO_2$ mundial. E a Índia, 1.345.998 bilhão, 25% das emissões mundiais. Esses números estão aqui com dados, com gráficos, mostrando como é que isso está funcionando. O Brasil tem até agora 346 projetos terminados nessa área de MDL, que nos dá muito orgulho. Nós somos o 3º país que mais contribui, na frente, evidentemente, só atrás da Índia e da China. E eu agradeço a minha equipe de

coordenação nessa área de mudanças climáticas, que me deu esse subsídio. Gostaria de deixar, Presidenta, esse documento.

Então, como esse tema é matriz energética, eu chego de uma reunião que deixa absolutamente claro, que nada poderá ser mais importante, no curto prazo, para manter o nível de $CO_2$ no patamar que se deseja, porque essa discussão não vai ser uma discussão fácil, de 390 para 450 é uma distância pequena. A nossa posição no MCT é que nós nos preocupemos mais com o aquecimento global efetivamente, mais do que medir o nível de $CO_2$. Isso há dentro do Governo certa divergência de opiniões. Nós achamos o seguinte: Vamos medir a resultante ao invés de medir as componentes. O que nós não queremos? Nós não queremos aquecer o mundo mais do que 2°C nos últimos 10 anos, 20 anos. Nós não queremos aquecer, porque a gente sabe que acima de 2°C nós vamos correr riscos, riscos efetivos, que nos apontam os cientistas brasileiros, o IPCC, o Carlos Nobre, que já esteve nessa Comissão antes, e outros. Muito bem, vamos medir. Então, ao longo dos anos, esse aquecimento, com a preocupação do $CO_2$. Mas eu acho mais importante medir a resultante, que é o aquecimento global do que medir as componentes. Mesmo porque, as curvas que relacionam o $CO_2$ com o aquecimento global não são necessariamente iguais. Tem algumas que apontam que se a gente mantiver o aquecimento em 460 nós podemos aquecer 3°C, que é mais do que se deseja.

Então, nós temos uma tarefa difícil no fim do ano, discutindo esse assunto. Nós temos trabalhado fortemente no conjunto das instituições brasileiras, no nosso Programa de Mudança do Clima. Nós temos a inteligência desse processo dentro de Ministério da Ciência e Tecnologia, mas observo que nós realmente podíamos estar fazendo alguma coisa mais ambiciosa, que é exatamente ocupar esse espaço mundial, que nos foi de alguma forma reservado. Os Estados Unidos não têm possibilidade de aumentar a sua produção de bioetanol como nós temos. E o bioetanol deles é de milho. Aumentar a produção de milho para fins energéticos é uma coisa de uma dificuldade imensa, que vai encontrar todas as reações possíveis, porque o milho é um alimento, que faz falta para a produção, para a alimentação humana, enfim. Apesar disso, os Estados Unidos estão criando, estão edificando usinas para produzir bioetanol de milho em 35 estados do país, 35 estados. Os Estados Unidos estão engajados em aumentar sua produção de milho para produzir etanol de milho. E falam, as promessas existem de todas as naturezas, que vão dobrar a produtividade do milho. Eu trabalho com genética há 50 anos, não é fácil. Não é fácil.

O papel, infelizmente, não reclama: "Você não escreve isso aqui não, isso não vai dar". O dia em que o papel reclamar, que nós tivermos uma tecnologia avançada, ele dirá: "Não, não, não escreve isso, que isso está errado". Aumentar a produtividade 100%, eu sei que vai ser uma coisa muito complicada, muito difícil. Eu não estou dizendo que isso não vá acontecer algum dia. Eu estou dizendo que nós temos urgência para resolver um problema, que tem que ser resolvido nos próximos oito, dez anos, que é manter o nível de $CO_2$ suficientemente baixo, para que o aquecimento global não provoque os efeitos que todos já desenharam e colocaram com clareza, a partir do IPCC e da ciência brasileira. Era isso que eu tinha para dizer. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Muito obrigada, Dr. Luiz Antonio Barreto, pela sua participação. Então, agora nós vamos passar a palavra ao nosso convidado, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Marcos Otávio. Mas antes eu gostaria de convidar para compor a Mesa, o Deputado Colbert, Relator da Comissão. Só para lembrar, V. Sa. dispõe de 15 minutos, Senador, 15 minutos que foi acertado, não é? Não foi estabelecido? Mas uma média de 15 minutos, para que a gente possa ter tempo para os debates. Porque na sequência começam a Ordem do Dia, tanto no Plenário da Câmara como no Senado. Dr. Marcos.

**SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES:** Bem, eu queria inicialmente agradecer o convite da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional. Agradecendo a Deputada Vanessa Grazziotin, presidindo os trabalhos da Mesa. Eu tenho uma apresentação, que é relativamente rápida, sobre essa questão de Economia e Mudanças Climáticas.

Eu quero começar fazendo uma contextualização dessa questão. Quais são as forças motrizes, segundo a elaboração dos cenários do IPCC, que é o Painel de Intergovernamental, de cientistas da ONU, que avaliam essa questão das mudanças climáticas? São algumas questões como mudança demográfica. Quer dizer, qual é a perspectiva de crescimento da população mundial? Porque, naturalmente, quanto mais pessoas existirem no planeta, maior é o grau de impacto sobre os recursos naturais. O nível de desenvolvimento sócio-econômico, quer dizer, quanto mais aumenta a renda das pessoas, como está acontecendo na China, aumenta o consumo e isso gera também maior pressão sobre, maior consumo de energia e tudo o mais. E a tecnologia. A tecnologia, na questão dos padrões do sistema energético, que há um grande esforço internacional

hoje de encontrar, construir alternativas para sair da matriz energética intensiva em carbono. E a questão de padrões de uso do solo. E uma das coisas, que se debate muito dentro da Convenção do Clima, é justamente o repasse tecnológico entre os países. Esse é um grande entrave, porque quem tem o conhecimento só aceita vendê-lo, não aceita repassá-lo gratuitamente. O resultado disso é que nós temos hoje, no planeta, cerca de dois bilhões de pessoas que ainda usam lenha para cozinhar. Então, é essa realidade, essa assimetria imensa que tem de populações pobres, em grande quantidade, com os países ricos e de propagação do uso das melhores práticas e da tecnologia disponível, é um dos grandes entraves para a redução das emissões no planeta. Vamos lá.

Mudança demográfica. Vocês vejam que nós estamos em um processo de aceleração com relação ao crescimento populacional do planeta. Em 1970 éramos 3,6 bilhões, 2010 devemos chegar a 6,83 bilhões, quase dobrou a população do planeta em 40 anos. Vamos para outro. Então, aí são os padrões de modificação de cada bilhão. Essa previsão da ONU é que em 2048 a gente chegaria a 9 bilhões de pessoas no planeta. Vamos para a próxima. Outro problema é a questão de contexto, é a demanda mundial de energia primária. Essa matriz mostra que você tem 80% do consumo de energia no mundo de fonte fóssil. Então, esse é o grande desafio. E o mais importante ainda é que a demanda global deverá crescer 50% nos próximos 22 anos, com o uso do carvão mineral crescendo mais em termos absolutos. Então, a tendência é você aumentar a participação do carvão mineral, o que vai profundamente à contramão das necessidades de combater as mudanças climáticas.

Aí vocês têm também, da Agência Internacional de Energia, o cenário mundial de emissões de $CO_2$ equivalentes por região. Vejam que a China deve estar chegando, deve estar superando os Estados Unidos em termos de emissão. Que os Estados Unidos hoje são os maiores emissores, com 33% das emissões do planeta. A China está em um processo de acentuação de crescimento muito grande das emissões. A próxima.

Bem, com relação ao tema Economia e Mudanças Climáticas, a abordagem mais completa que está disponível hoje é do Relatório *Stern*, feito por Nicholas Stern, que é da *London School of Economics*, e que foi Economista-Chefe do Banco Mundial. Eu vou assim só falar sobre algumas recomendações do relatório dele para sintetizar. Uma das coisas que ele fala é o que é necessário fazer, os países fazerem para se levar certa adequação da economia às necessidades de mitigação das mudanças climáticas. Então, são três elementos de política que ele recomenda. Um deles é precificar o carbono, ou seja, é preciso, segundo o relatório, a sugestão, que se tribute, por exemplo, as fontes emissoras de carbono para poder forçar o mercado a encontrar soluções mais amigáveis do ponto de vista da relação com o meio ambiente. E a regularização de mercado de carbono também como uma questão importante. Aí entram os acordos internacionais, etc., que procuram definir metas de redução de emissões.

Outra questão é a política tecnológica. A política tecnológica para desenvolvimento e uso em larga escala de produtos com baixo carbono e com maior eficiência energética na produção e no consumo. Essa questão é uma questão fundamental, por quê? Porque você tem, por exemplo, análise de ciclo de vida, que podia ser um elemento para determinar escolhas de produtos com menor ou maior impacto. Ela depende de se fazer inventários sobre os diversos componentes dos produtos, etc., de tempo da energia consumida para produzir cada produto, todo o balanço energético de um produto, todo o balanço ambiental de um produto. Isso depende de uma série de inventários e de dados que não estão disponíveis. Então, a gente precisa de trabalho de pesquisa, trabalho de desenvolvimento nessa área. Além, da questão de se desenvolver produtos, por exemplo, dentro da biodiversidade da Amazônia, que foi aqui mencionado, que tem realmente um potencial enorme de você desenvolver uma cadeia de produção com produtos sustentáveis e que certamente terão mercado crescente em função das mudanças climáticas. Vamos em frente.

Outra questão é o fomento à pesquisa na área de energia. Isso é evidente pelo problema da matriz energética vigente hoje no planeta. A introdução de normas internacionais sobre produtos com baixo carbono. Isso na medida, por exemplo, da análise do ciclo de vida. Ou, na própria OMC tem toda uma discussão sobre meio ambiente e mercado. Como é que você faz? Tem toda uma discussão em andamento sobre como é que o comércio mundial, o comércio internacional pode ajudar na questão de promover uma maior facilitação do trânsito e comércio de bens e produtos que favorecem uma sustentabilidade ambiental. Desde equipamentos, desde produtos de consumo final e etc. com essa característica.

Esse é um debate em andamento. Um programa internacional para a redução do desmatamento. Isso aqui nós temos no Brasil, o Fundo Amazônia, que é um mecanismo muito inteligente, muito bem montado, que conta já com esses 140 milhões que foram disponibilizados pela Noruega e que vai obter novas doações, condicionadas à redução do nível de desmatamento observado anualmente.

Fundos internacionais para melhoria de sistemas regionais de informação sobre mudanças climáticas. Esse é outro problema, porque se conhece pouco das vulnerabilidades e dos impactos das mudanças, porque os cenários construídos pelo IPCC são macro-cenários. É preciso fazer o *downsizing* disso, quer dizer, você fazer medições e avaliações mais focadas em regiões, micro-regiões, para poder realmente saber dos impactos no Brasil, por exemplo, de uma forma mais precisa e isso requer investimento em pesquisa.

Fundos internacionais para pesquisas de novas variedades agrícolas com maior resistência e capacidade de adequação às mudanças climáticas. A EMBRAPA, no Brasil, já tem uma iniciativa incipiente ainda de fazer análises, observar e estudar a questão da resistência das plantas a um cenário de maior quantidade de carbono na atmosfera. Mas ainda é uma ação muito limitada. Quer dizer, precisaria aumentar muito o investimento de recursos na EMBRAPA para esse tipo de pesquisa, ou seja, a questão da mudança climática ainda não chegou ao nível estratégico de decisão dos países como uma questão chave, como uma questão realmente estratégica, para gerar uma destinação de recursos que isso requer para se preparar realmente para enfrentar essas mudanças, que estão indicadas nesses estudos, que são de conhecimento de todos. Vamos para outra.

Os impactos econômicos. Pelo Relatório *Stern*, ele indica os benefícios de uma ação forte e imediata para reduzir drasticamente os custos de adaptação e mitigação, ou seja, os países deveriam se estruturar para isso, se organizar para isso, atuar sistematicamente para isso. E que o não combate à mudança pode custar até 5% do PIB mundial a cada ano. E se os cenários dramáticos foram os que prevalecerem poderá chegar a 20% do PIB mundial por ano o custo de não se fazer esse esforço de mitigação no presente. O custo de redução de emissões poderá corresponder a 1% do PIB mundial de houver a taxação de produtos de carbonos intensivos. Aquela ideia de trabalhar o sistema tributário com essa lógica de privilegiar produtos de baixo carbono e penalizar os produtos intensivos em carbono.

Adequação para uma economia de baixo carbono pode gerar um impacto positivo de 2,5 trilhões ao ano. Há economistas hoje que já dizem que esse pode ser, inclusive, um caminho para ajudar o mundo a sair da crise. Quer dizer, a crise requer uma... Tem problema de governança mundial na questão do sistema financeiro global e o problema climático é também um problema de governança global. Então, talvez fosse a hora de juntar as duas coisas e gerar soluções que atendessem os dois lados, as duas questões. E criar mecanismos de incentivos, fundos e tudo mais, e também de cooperação tecnológica para poder fazer uma adaptação da economia mundial nessa busca de uma economia de baixo carbono. Vamos em frente.

Bom, com relação ao Brasil, eu penso em falar um pouco sobre a questão das oportunidades para o país, que esse cenário de mudança climática pode trazer para a economia brasileira. O mais evidente de todos é o biocombustível, que foi bastante abordado, em detalhes, pelo Secretário Luiz A.B.C., então eu acho que isso nem é necessário eu aprofundar muito. Essa questão tanto do biodiesel quanto do etanol, há países criando legislações que obrigam a mistura de etanol nos combustíveis, como o Brasil já fez no passado. Então, isso aí é um potencial realmente muito grande. Agora, depende muito dessas, de se chegar a um entendimento no mundo sobre isso, porque há fortes interesses contrariados para essa solução. Interesses que estão estabelecidos, interesses econômicos de grande magnitude. É só falar, por exemplo, da questão dos produtores de petróleo e outros tantos. E naturalmente isso não é uma coisa pacífica. Quer dizer, isso daí requer um esforço de negociação muito grande, porque há interesses poderosos contrários a isso. Mas essa solução é uma solução viável, disponível, enquanto que outras que estão sendo pensadas ainda dependem de maturação da tecnologia, como células de combustível, etc. E que não estão disponíveis para uso imediato. A própria questão de carro elétrico, tudo isso aí ainda está no meio do caminho para se tornar viável.

Outra questão é a questão do potencial de desenvolvimento de cadeias produtivas com balanço mais favorável de carbono. O Brasil tem aí uma oportunidade preciosa de se antecipar no mundo e se colocar no mercado, com um nível de produção muito maior de produtos de baixo carbono. Eu acho que esse desafio o Brasil deveria abraçar, como foi o Proálcool lá atrás, na década de 70, que nos permite hoje ter essa posição privilegiada em termos de matriz energética. Então, a questão do potencial de desenvolvimento de cadeias produtivas com balanço mais favorável de carbono, um exemplo, nós estamos estudando o uso de carvão vegetal renovável na siderurgia brasileira. Já existe no mundo, na Organização Internacional das Siderúrgicas, um debate sobre o estabelecimento de metas setoriais para a indústria siderúrgica, por exemplo, de redução de emissões. O Brasil tem condições de ter uma siderurgia chamada siderurgia mais limpa, que seriam as siderurgias a base de carvão vegetal. Não é possível fazer toda a siderurgia a base de carvão vegetal, porque dependendo da dimensão do alto-forno você obrigatoriamente tem que usar carvão mineral,

por problema de resistência mecânica no processo de redução. Mas é possível, eles têm uma ideia de que 30% da produção, pelo menos, ser de carvão vegetal renovável. Hoje não chega a 10%. Nós estamos fazendo um estudo sobre o parque industrial instalado, para ver as suas características sobre a produção de carvão vegetal renovável, sobre as condicionantes de mercado para você poder criar mecanismos que tornem mais atrativo o uso de carvão vegetal renovável na siderurgia, para tentar estabelecer um programa que promova uma intensificação do uso de carvão vegetal renovável na siderurgia brasileira, para que depois você possa ir ao mercado e dizer que o Brasil tem um aço, uma produção de aço sustentável, mais sustentável que em outros países. Isso pode ser feito também em outras cadeias produtivas. Na própria cadeia siderúrgica você tem casos, por exemplo, de reflorestamento, onde se faz mosaicos, aquilo que eles chamam, de corredores ecológicos com restauração de mata nativa. Então, eles fazem quadrados, de 500 por 500 metros, circundados por uma faixa de 25 metros de floresta recomposta, nativa. E dentro se faz a produção, nos 500 metros se faz a produção de eucalipto para uso energético. Esse tipo de coisa, esse modelo, se fosse adotado, por exemplo, na agricultura como um todo, nos sistemas integrados de produção, como é o problema da produção de açúcar e álcool, como é a produção de soja e tudo mais, você teria, vamos dizer assim, uma condição de sustentabilidade muito melhor, do ponto de vista ambiental. Porque essa restauração parcial da floresta provoca maior retenção de água no solo, menos incidência de pragas. Os 500 metros que foram escolhidos, não foram aleatórios, é porque os pássaros voam em um raio de 250 metros e eles comem insetos e ajudam naturalmente no combate de pragas. Então, esse tipo de solução, quer dizer, você trabalhar cadeias produtivas, nessas que são integradas, dando incentivo à indústria para fazer com que os seus fornecedores cumpram esses requisitos ambientais, você pode mudar o perfil da produção brasileira e ter uma produção mais sustentável e com isso ter uma vantagem de mercado. Porque nas cadeias produtivas, a indústria é irradiadora do progresso técnico, isso em toda a industrial brasileira. É ela que capacita o fornecedor nas melhores práticas, no estado da arte da tecnologia, que provê financiamento contra contrato de compra. Então, esse modelo de negócio que o Brasil tem implantado em larga escala e com alta competitividade, ele pode ainda ser melhor beneficiado nessa direção, se trabalhar com o balanço mais favorável de carbono.

Outra questão é a questão do potencial de desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis de produtos madeireiros e não-madeireiros na Amazônia. A Amazônia é uma riqueza que o país tem e que o país tem sido bastante, não tem tido cuidado necessário com a Amazônia. Ou não tem sabido explorar adequadamente o potencial que a Amazônia tem a oferecer. Há cadeias produtivas sustentáveis, que são compatíveis com a floresta em pé, que permitem você fazer a exploração econômica, gerar emprego e renda, sem gerar o processo de degradação ambiental. O próprio Carlos Nobre, que foi aqui mencionado, outro dia fez uma entrevista na Folha, defendendo que se faça na Amazônia um grande centro, uma grande universidade e centro de pesquisa para prover soluções tecnológicas aplicáveis nas cadeias produtivas. Então, tem que se aumentar o investimento na Amazônia, em conhecimento associado à produção, desenvolver cadeias produtivas sustentáveis. Nós vamos fazer no MDIC um estudo do mercado mundial para produtos sustentáveis da Amazônia, para dimensionar um pouco qual é esse potencial do mercado e para procurar a partir disso, trabalhar o desenvolvimento das cadeias produtivas sustentáveis, para atender esse mercado, atrair investidores, etc. Então, isso é uma coisa fundamental, é estratégico para o país fazer isso.

E por último, o mercado de carbono. O mercado de carbono, o Brasil tem já mais de 300 projetos, como foi mencionado, os projetos mais óbvios já foram feitos, há ainda um potencial grande de projetos, por exemplo, nos não usamos ainda o nosso potencial de veículos *flex fuel*. O Brasil tem uma frota imensa de *flex fuel*, hoje a maior parte da venda de automóveis é com motores *flex fuel*, isso gera uma substituição de uso de combustível, tem potencial de se fazer projeto MDL sobre isso, seria um projeto de larga escala, um projeto com grande repercussão social e a gente não... A gente tem conversado com as montadoras sobre isso, tal, mas isso não tem evoluído com a velocidade que a gente desejaria. É preciso, por exemplo, desenvolver metodologias para o Painel de Metodologia da ONU, do Protocolo de Kyoto para viabilizar ou tornar possíveis projetos dessa natureza. Esse é um exemplo bem expressivo do que pode ser feito ainda com relação ao mercado de carbono. E tem, com relação ao mercado de carbono também, aspectos regulatórios que precisam ser trabalhados. No Brasil você não tem uma definição jurídica do que é o crédito de carbono. Nós já temos quase 300 milhões de toneladas vendidas em crédito de carbono. Isso representa preço de U$ 10,00 a tonelada, U$ 3 bilhões de receita para o país nos próximos sete anos. E nós não estamos tratando esse tema com, vamos dizer assim, a relevância que ele tem até em termos econômicos. Então, precisa regular o mercado de carbono para dizer que tipo

de papel é esse, se ele é um valor mobiliário ou não, qual o tratamento tributário que se tem que ter. Isso gera certa instabilidade no mercado por uma falta de uma regra clara de como esse mercado deve operar. O Banco Central já fez um início de regulamentação indicando como é que a transação é registrada no processo cambial, mas falta definir o tratamento fiscal disso e o tratamento contábil disso. Isso tem que ser feito via CVM, isso tem que ser feito via regulação. Na Legislação tem que contemplar qual é característica do crédito de carbono para poder esse mercado prosperar mais ainda no país. Bom, em linhas gerais era isso que eu queria dizer.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Muito obrigada, Dr. Marcos, por sua exposição. E agora passamos imediatamente ao momento dos debates. Antes de entrar aqui na relação dos inscritos eu passo a palavra ao nosso Relator Deputado Colbert Martins. Na sequência, Senador Jefferson Praia.

**SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Deputada Vanessa, que preside essa Sessão. Srs. Deputados, Senadores, senhores convidados, aqueles todos que nos assistem, participa dessa Sessão. Deputada Vanessa, eu fico muito alegre e satisfeito, porque eu acho hoje nós vamos poder dar um novo rumo de discussões nessa Comissão. Nós temos que apresentar uma proposta nossa, de Poder Legislativo, que deverá ser exatamente uma mesma proposta que defenda o Brasil, no seu Poder Executivo, a novembro deste ano. E eu acho que nós devemos começar a propor e eu acho que aqui, hoje, o que nós vimos nessa Mesa são proposituras absolutamente claras, diretas, definidas, para que o Brasil possa sair dessa reunião com uma boa e forte posição. Eu acredito que nós temos que avançar por essas linhas, que estão aqui citadas, defini-las nas suas prioridades e sairmos dessa Comissão, deste Congresso Nacional, conjuntamente com a posição brasileira, para que em Copenhague, nós estejamos juntos, com uma posição firme e adequada. O que nós vimos aqui são sugestões absolutamente próprias, para que nós possamos nos ombrear nesse debate ao melhor nível de qualquer um dos participantes. O Brasil tem avançado. O Brasil tem, como isso já está sendo colocado aqui repetidamente, uma matriz energética limpa e os outros países não têm. O nível de emissões permanece ainda muito grande e os Estados Unidos ainda permanecem na sua liderança. Se a China ultrapassar, nós ainda teremos distância maior desses países. De qualquer forma, essa discussão sobre o crédito de carbono, e lamento a não presença aqui do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame que tem uma proposta nesta linha, que é algo que precisa ser definido e definido por nós.

Nessa complexidade que o senhor acaba de citar, aonde essa repercussão acontece e com os mecanismos possíveis das aplicações desses recursos para que, a exemplo da Floresta Amazônica, e aqui eu quero fazer um reparo. Só se tem floresta na Amazônia, no Brasil, não tem mais canto nenhum que tenha nada. A Mata Atlântica já foi embora há muito tempo e ninguém está nem um pouco preocupado com o que resta. O Cerrado está acabando também, mas não é importante o Cerrado, até porque não gera crédito de nada. A Caatinga, onde eu vivo, está acabando também. Enfim, está todo mundo voltado como se a Amazônia fosse a única alternativa do país para poder resolver a questão do aquecimento global. Que é importante é, que é necessária também é. Eu estive na Suécia, três semanas atrás, e fico vendo claramente, até no voo que nós voltamos para a Alemanha, que lá eles não têm muito o que procurar com desflorestamento, que já desflorestaram tudo, já não tem mais, estão reflorestando agora. Estão plantando novamente, estão fazendo exatamente, o que nós não pudemos fazer porque nós ainda mantemos florestas. Mas, nós precisamos manter o que nós temos, ampliar o que nós já mantemos. As ações e as oportunidades que aqui foram colocadas com relação à utilização do que a Amazônia ainda nos pode dar, mas é necessário que nós venhamos aí à frente muito nos outros biomas que nós temos aqui no Brasil também. Mas entendo que o que aqui foi colocado hoje foi de absoluta competência para que nós possamos cada vez mais, e eu conclamo a todos os membros dessa Comissão, para que nós venhamos a nos definir nas nossas prioridades. E o mundo, nesse aspecto, tem muito poucas prioridades. As alternativas importantes que nós possamos colocar, são elas que devem dar o peso e a força política para que nós possamos avançar.

Eu fico muito satisfeito e na minha relatoria sei que essa Mesa hoje vai avançar e vai mostrar muito do que nós já vimos em outras oportunidades de boas discussões, mas eu acho que nós temos que ir para o lado prático e pragmático dessa discussão, e algumas dessas sugestões aqui hoje são absolutamente as mais importantes para nós possamos avançar nas nossas posições. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Obrigada à V. Exa., Deputado Colbert, eu aproveito aqui e solicito dos nossos convidados, que na medida do possível, deixem cópia das suas apresentações, para que a gente possa utilizá-las e aproveitá-las, como disse o Deputado Colbert, Relator, na elaboração. Acho que esta é uma

Comissão importante e nesse momento assume um caráter mais importante em decorrência de que daqui para o mês de dezembro teremos importantes decisões internacionais. E o Brasil tem que ter papel de vanguarda, papel de líder, nesse processo todo. Que afinal de contas não são as atenções nacionais, Deputado Colbert, o mundo inteiro se volta para a Amazônia, que efetivamente é a última fronteira verde do planeta. Não é do Brasil, mas é do planeta.

Passo a palavra, imediatamente, ao Senador Jefferson Praia. Na sequência, Deputado Lupércio Ramos. E aí sim aos nossos convidados. O representante Dr. Rutelly, do Ministério da Fazenda, vai ter que se retirar, porque tem voo. E a gente convida para ficar no seu lugar o Dr. Pedro Erik, para assumir. Muito obrigado, Dr. Rutelly. Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Obrigada, Presidente Deputada Vanessa. Eu gostaria começar a minha rápida fala colocando o seguinte pensamento, que nós já temos ouvido na mídia de um modo geral: Para você emagrecer, você precisa pensar magro, não mesmo? Para nós termos um planeta melhor e cuidarmos do clima do nosso planeta, nós vamos ter que pensar verde. Onde eu quero chegar? Que nós, na verdade, percebermos o início de uma revolução que está em andamento, que é a Revolução Verde. Essa revolução está em andamento. Eu percebi isso de forma muito clara quando estive, Deputada Vanessa, no Encontro de Posna, na Polônia, agora na Conferência que tratou da questão climática. Quando vi aquelas pessoas do mundo inteiro se reunindo, discutindo e preocupados com o clima, eu ali percebi, eu já sentia, mas percebi de forma muito mais palpável, essa grande questão que é a Revolução Verde, que está acontecendo. Muito bem, como ela é uma revolução, e se formos aí olhar um pouco para a história, se formos perceber, por exemplo, a Revolução Industrial em meados do século XVIII, nós vamos perceber que quando ela acontece, ela já veio dando sinal há muito tempo atrás. Em meados do século XVII, você já tinha mudanças acontecendo, principalmente na Inglaterra. É claro o que contexto é outro, mas o que eu quero colocar é que nós estamos em um caminho sem volta, dentro desse contexto da Revolução Verde que ela se apresenta.

Talvez de uma economia verde, precisamos alguém para interpretar toda essa questão que estamos nos deparando na atualidade e aí possamos ter as referências, a mudança de paradigma para adequá-las dentro do contexto do pensamento econômico, que é o pensamento de uma economia verde, que é aquela que será a economia mais à frente que teremos.

Então, portanto eu entendo que esse é um caminho de mudança de comportamento, que alguns já tão agindo, outros infelizmente agem de forma oposta ao que se pretende, dentro do contexto de termos um planeta melhor. E passa essa mudança pela questão educacional. E aí, desde o Ensino Fundamental, Médio, nas Universidades. Qual é a Universidade hoje que trata da questão relacionada a alguma coisa, que já tem e está sendo falada, dentro do contexto de uma economia verde? Qual a Universidade que está discutindo? A Universidade de Economia, que está fazendo esse debate com os alunos de economia? Os alunos de Administração, os alunos de Contabilidade, os alunos de todos os cursos de modo geral?

Mas já que estamos tratando dos aspectos econômicos, vamos nos centralizar dentro desse contexto. O papel do Estado. O Dr. Marcos colocou muito bem diversos aspectos, o Dr. Pedro, aliás, o Dr. Rutelly e o Dr. Luiz também fez suas observações. O Estado é fundamental dentro desse contexto que estamos vivendo da atualidade, como fiscalizador, como regulador, como estimulador. O Estado não pode estimular nada que vá de encontro dentro do mundo que estamos procurando trabalhar. Porque a iniciativa privada ela pensa de forma muito imediata e devemos reconhecer que esse é o pensamento de quem está na iniciativa privada. Quem está na iniciativa privada quer uma coisa chamada lucro, não quer saber se está causando dano ambiental ou não, quer saber do lucro. Agora, nós temos que fazer o quê? Cuidarmos para que a iniciativa privada passe a agir dentro do contexto que o consumidor exige. Aí os consumidores, nós consumidores, vamos ter que passar a verificar aquela empresa que esta produzindo de forma adequada, aquela empresa que cuida melhor dos seus produtos e coloca um produto dentro do contexto que estamos trabalhando, que é de um mundo melhor.

Muito bem, eu gostaria, para finalizar, de fazer algumas observações. Eu tenho... A questão do bioetanol, o Dr. Luiz colocou muito bem, como uma saída para substituir os combustíveis fósseis nesse momento. Talvez, porque como nós estamos em um caminhar, Dr. Luiz, de uma coisa que nós não sabemos mais à frente. Esse caminhar qual é? Qual é a economia que teremos daqui a 50 anos? Na minha avaliação, é uma economia que vai demandar outras fontes de energia, até deixando de lado um pouco o etanol, porque ele vai chegar, o bioetanol, que vai chegar o momento de ter a sua utilização um pouco mais restrita. Porque quando pensamos em como vamos aproveitar bem o bioetanol, nós pensamos de outro lado aqui, aonde eu vou plantar as culturas que poderemos produzir esses produtos? Temos terra suficiente? Elas vão um

dia concorrer com a produção de alimentos ou não? Dentro de uma perspectiva de curto e médio prazo, talvez não. Mas de uma perspectiva de olharmos um contexto de 50, 100 anos? Porque nós não podemos trabalhar hoje em um planeta que observa o curto e o médio. Nós estamos trabalhando um planeta para os nossos netos e bisnetos, antes que seja tarde. E essa geração, que está no poder nesse momento, tem na minha avaliação essa responsabilidade. Portanto é uma questão para analisarmos isso.

Eu percebo como fundamental o investimento em Ciência e Tecnologia, que nós sempre deixamos de lado um pouco, Deputado Colbert. Porque na hora das prioridades, você tem as prioridades do orçamento para discutir, aí tem lá investimento em Ciência e Tecnologia. Nunca o mundo exigiu tanto investimento, principalmente para preparar a sociedade que queremos. Nós falamos aqui de Amazônia. Amazônia é um mundo que nós não conhecemos. Olha, a Amazônia que queremos, que está na cabeça dos senhores e está na minha, é uma Amazônia para daqui há 30, 40, 50 anos, porque nós não conhecemos nada de biodiversidade daquela região. Como é que nós vamos fazer com que o nosso caboclo aproveite a biodiversidade, se ele não conhece nada, se os centros de pesquisa e de Ciência e Tecnologia da região e as universidades não passam isso para os alunos da Amazônia? Como é que nós vamos substituir esse modelo?

Então, nós estamos falando de um modelo a ser construído e a ser viabilizado. E nesse contexto, é importante nós estabelecermos políticas de curto, médio e longo prazo. Então, são esses os pontos que eu gostaria de destacar. Percebendo a colocação do Dr. Marcos, que foi muito apropriada, dentro desse contexto do mercado de carbono no Brasil, mas que o Brasil enrola nesse ponto. Eu gostaria de saber de V. Sa., por que há essa questão, essa precaução ou esse receio em viabilizarmos de forma mais rápida possível, esse mercado que V. Sa. destacou como um mercado importante para avançarmos, que eu também concordo nesse ponto. O que está acontecendo? É uma questão que passa por decisões que deverão ser tratadas apenas aqui no Congresso? A bola está em nossas mãos, a bola está na mão de quem? Aonde precisamos avançar dentro desse contexto de viabilizarmos o mercado de carbono apropriado no Brasil? Muito obrigado. Era isso que eu queria colocar.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Obrigada, nobre Senador. E como nosso último orador, a última intervenção, Deputado Lupércio Ramos. A Amazônia está em peso aqui hoje, dando quorum para a Comissão.

**SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM):** Minha nobre Presidente, Vanessa. Meu colega Colbert. Acho que realmente vamos ter a oportunidade de incluir em seu relatório pontos, ao mesmo tempo extraordinários como de grande importância para o futuro do país, inclusive sob o seu ponto de vista econômico. O que nós ouvimos aqui foram explanações que nos deixam extremamente confortáveis de que se de fato formos mais responsáveis, com uma política mais responsável para com as regiões, não só a Amazônia, a Amazônia principalmente, mas várias outras regiões, nós teremos com certeza um país mais limpo e um futuro melhor.

Agora eu quero... Eu não vou fazer perguntas, alguns questionamentos. Eu simplesmente quero comungar e partilhar de algumas preocupações, sobretudo algumas colocadas pelo Dr. Luiz A.B.C., aprendi essa, o Dr. Luiz A.B.C. Primeiro, que ele nos conforta dizendo que o Brasil tem 2% da Ciência do mundo, é importante ouvir isso. Nós como brasileiros, eu pelo menos me sinto honrado, me sinto feliz em saber que o Brasil tem apenas 1 ponto tal do PIB mundial, mas tem 2% da Ciência. Mas, Dr. Luiz, e na Amazônia, comparando a Amazônia com o restante do país ou principalmente comparando a Amazônia com o Sul e o Sudeste. Qual é a esta relação? Me parece que é uma relação extremamente desfavorável. Nós temos um vazio de Ciência enorme quando a gente vê a distribuição das bolsas para formação dos cientistas brasileiros. Aí você vai ver que tem 50 bolsas para o Sudeste e talvez uma para a Amazônia. E olhe lá. Então, eu acho que nós temos que corrigir inicialmente essa, eu não digno injustiça, mas esse desequilíbrio da força da Ciência no país com relação à Amazônia. Nós temos lá, e aqui é importante esse debate, Dr. Luiz e Dr. Marcos, há alguns anos atrás nós tivemos uma expectativa muito grande com relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Construímos, construímos que eu digo é o Governo, construímos um Centro de Biotecnologia da Amazônia, um Centro que iria estudar não somente os produtos das indústrias da Zona Franca de Manaus, mas ter um ramo também da biociência, da biotecnologia, para que a gente começasse a desvendar este grande, este monumental, valor econômico, que está por trás de toda a nossa fauna, a nossa flora, da biodiversidade. E aqui para nós, até hoje, aquele Centro de Biotecnologia não funcionou. Há uma guerra intestina, não sei por que e não sei até quando, do Governo, dos Ministérios envolvidos, da própria SUFRAMA. Eu queria entender porque, Senador Jefferson Praia, foram investidos milhões e milhões de reais em um Centro de Biotecnologia que poderia, dali daquele Centro,

emanar uma série de conhecimentos, de experiências e isso transformar em benefício para o país, e até hoje o Centro não funciona? Então, é uma questão também de gestão da coisa pública, nesta linha.

A outra questão que eu quero levantar e especialmente para a Bancada da região Norte, mas também para os Ministérios e nessa linha, de que nós temos que construir uma matriz energética limpa e a preocupação com a emissão do carbono e etc., a gente em todas as análises, Dr. Luiz, o que se coloca é a Amazônia. A Amazônia vem logo quando se discute a questão do equilíbrio. A Amazônia aflora em primeiro lugar. Por quê? Porque realmente é o grande, a grande reserva que nós temos, a grande reserva da biodiversidade, da floresta, etc., etc., etc., é a Amazônia. Aí todo mundo, todo brasileiro, quer preservar a Amazônia hoje. Todo brasileiro. Hoje já há um ufanismo até, de preservar. Eu acho isso extraordinário. Extraordinário. Nós lá estamos fazendo uma grande corrente para que a gente tenha desmatamento zero, para que a gente tenha condições de manter a floresta.

O Estado do Amazonas, se o senhor comparar com o Estado do Pará, eu não estou contra os paraenses, os paraenses têm o direito de sobreviver. Se eles não têm um modelo econômico, que não lhes permite sobreviver de forma a respeitar mais o meio ambiente, etc., etc., eles vão criar gado no Sul do Pará, vão explorar o minério, como acontece. Se você observar, o Amazonas tem 98% de sua floresta intacta, 98%. Portanto várias Alemanhas estão ali, só dentro do Estado do Amazonas, em florestas. Recentemente nós tivemos conhecimento de uma publicação, de um estudo científico com base em pesquisas, em estudos, de que o grande projeto responsável por tudo isso foi justamente a Zona Franca de Manaus. A Zona Franca de Manaus, está provado por estudos científicos, que foi a grande responsável por grande parte da manutenção da floresta do Estado do Amazonas.

Aí vem o nobre Governador José Serra, na semana passada, quando surgiram alguns sinais, aqui no Congresso, de que vamos votar a Reforma Tributária, o nobre Governador Serra diz que só libera sua Bancada para votar na Reforma Tributária se tirarem do relatório a prorrogação da Zona Franca de Manaus. Olha lá, fomos dormir com isso! Todos nós queremos a floresta em pé. São Paulo naturalmente quer isso. Todos os paulistas querem isso. Nós queremos preservar a floresta. Agora, isso tem um custo, tem um custo! E o custo hoje está sendo mínimo, justamente dentro de um pensamento republicano de desenvolvimento equitativo das regiões. Por que concentrar toda a indústria em São Paulo? Toda a indústria do país concentrar em São Paulo, quando se sabe que a concentração também gera concentração de problemas, de violência, de uma série de coisas? Vamos ser, por exemplo, obrigados a retirar aquilo que já tinha sido acordado, da prorrogação do Parque Industrial de Manaus, que tem uma indústria limpa, que ajuda a manter a floresta, inquestionavelmente isso, para se votar a Reforma Tributária, porque se continuar a prorrogação da Zona Franca não se vota a Reforma?

Então, eu gostaria de deixar esses pontos como pontos de reflexão para nós analisarmos, inclusive para os senhores que fazem parte do Governo, de que alguma coisa está errada. Ou a gente quer ou não quer. Ou vamos preservar a Floresta Amazônica, encontrar alternativas de sobrevivência da população que está lá ou não queremos preservar. Porque uma coisa vai ser difícil, retirar de lá 23 milhões de seres humanos. E no nosso caso, por exemplo, dos amazonenses, nós não derrubamos a floresta por querer derrubar, por ter um instinto para derrubar, pelo contrário, a gente tem preguiça de derrubar árvores, dá um trabalho desgraçado. Agora, você derruba por necessidade, por necessidade econômica. Se você tem alternativa, tem outra maneira, tem outra forma, é claro que você não vai derrubar. O caboclo tem preguiça de derrubar árvore, porque dá muito trabalho, é complicado, é difícil. Quem derruba é sempre quem vai de fora. Mas muitas vezes as pessoas são obrigadas por necessidade de sobrevivência. Era isso, Sra. Presidente, muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Obrigado a V. Exa., Deputado Lupércio. E nós recebemos a informação que já começou a Ordem do Dia na Câmara. Então, a gente vai passar a palavra aqui para os nossos convidados. Cinco minutos eu acho que é mais do que suficiente para fazer algumas observações, as considerações finais inclusive, está bom assim? Então pela ordem, Dr. Pedro Erik.

**SR. PEDRO ERIK:** Nós queríamos agradecer pela grande oportunidade do Ministério da Fazenda participar desse debate, para nós é muito relevante. Nós, como o Dr. Rutelly falou, temos um grupo de trabalho em mudança climática desde o ano passado e procuramos tratar de todos os assuntos relativos às mudanças climáticas e economia. Fiquei muito feliz de ouvir vários comentários muito interessantes e importantes, o Dr. Marcos Otávio e Dr. Luiz Antonio, e ouvir dos nobres Senadores e a Deputada Vanessa sobre questões muito relevantes sobre a tecnologia, a importância da tecnologia, o plano de gestão pública, que realmente é um detalhe relevante no nosso país em qualquer aspecto. E o Ministério da Fazenda está aberto para a discussão, gostaria de continuar participando. E nós aqui da Secretaria de Acompanhamento

Econômico estamos com os nossos e-mails abertos, os nossos telefones abertos para a Comissão. Solicitando, nós estamos aqui. Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Muito obrigada a V. Exa. E primeiro Dr. Luiz ABC, não é Dr. Luiz? Dr. Barreto?

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** [interrupção no áudio] Dez vezes, Deputado, 5,4% na Amazônia, 54% na Região Sudeste. A Ciência está na região Sudeste, 5,4 na Amazônia. Em 1964, quando foi feita Brasília, houve uma diáspora nacional. Cientistas vieram para cá. Eu morava em Ipanema. A EMBRAPA me chamou e disse: "Quanto você ganha"? "Eu ganho três". "Eu pago nove". Quando eu vim para cá, parei de olhar para a Ipanema para olhar para o Lago Paranoá, há trinta anos, o que eu ganhava por mês dava para comprar um Fusca. Outro dia eu disse isso em uma reunião com os Senadores, se a gente quer transformar a Amazônia tem que fazer uma diáspora e levar para a Amazônia brasileiros que queiram comprar um Fusca por mês. E aí a pergunta é a seguinte: "O que eu faço com que os estão lá"? Tem que ganhar mais. Aí os que não vão, vão dizer assim: "Mas é um absurdo, o sujeito no Amazonas ganha três vezes o meu salário". Eu falo: "Então, vai para lá. Quer ganhar mais? Vai para lá". Nós temos que colocar no Amazônia um contingente de Ciência hoje três vezes maior do que o que existe lá. Isso não é instantâneo, não é formando... Eu sei o que é isso. A Academia Brasileira de Ciências, que eu integro, disse: "Vamos fazer dez mil doutores na Amazônia". Leva 10 anos, 20 anos. Nós temos que fazer uma diáspora já. Temos que levar a Ciência que existe no Brasil para a Amazônia. Como? A única maneira é fazer o que aconteceu aqui, por que as pessoas vieram? Por que eu vim para cá? Por isso, porque eu tive um estímulo financeiro e um grande projeto. Eu vim fazer Engenharia Genética da EMBRAPA. Se eu não tivesse um bom projeto, pelo dinheiro só eu não viria, mas um bom projeto com dinheiro é imbatível.

Existem doutores no Brasil e fora do Brasil, milhares só nos Estados Unidos, que talvez se interessassem para ir para a Amazônia com essa proposta de estudar a biodiversidade, de... O Geld não foi há mais de 100 anos? Era suíço. Por que nós não podemos levar os brasileiros para lá? Podemos. Outra coisa, é preciso dinheiro. Eu convido as pessoas que mexem com dinheiro, que não sou eu, eu sou um biologista molecular, eu entendo de gene, esse negócio de transformar, levar um gene para lá.

Nós temos um PIB de 2 trilhões, todo mundo fala, está lá na Avenida Paulista, que a gente paga 40% de imposto, não é? Que tem um impostômetro? Eu vejo lá, está subindo todo dia o imposto, 40%. Quanto a gente poderia tirar desse dinheiro para transformar a Amazônia naquele projeto, que foi esse aqui em Brasília? O projeto do porte do de Brasília na Amazônia. Esse é o desafio que eu lanço aqui nessa Mesa. Quanto? Porque eu sei que a Amazônia contribui com 9% do imposto dos Estados. Os Estados contribuem com 10% do imposto total, mas eu devo estar errado, esses números na minha cabeça, quem entende dessas coisas são os Ministérios que trabalham na área financeira. Quando a gente fala vamos pegar uma parte do imposto e botar na Amazônia, todo mundo: "Ah, meu Deus!" Mas, não reduziram o IPI agora? Não reduziram o IPI? Reduziram. Para indústria automotiva, reduziram para a linha branca, reduziram para a construção civil? Isso não foi importante para a economia? Como é que foi possível fazer isso? Foi possível porque nós estamos em uma crise.

Nós precisamos fazer alguma coisa, um exercício desse tipo por 10 anos da Amazônia. Aí eu digo ao senhor, nós vamos transformar a Amazônia em um país diferente. Eu digo um país diferente, porque como o senhor disse são várias Alemanhas lá dentro. E realmente o Estado do Amazonas, é um exemplo nesse sentido, comparado com outros Estados. Mas é mais do que simplesmente manter a floresta em pé, o uso sustentável.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Dr. Luiz, V.Sa. me permite um aparte? Só para pegar um ponto importante que o senhor coloca, veja bem, o modelo Zona Franca de Manaus, que hoje se traduz no pólo industrial de Manaus, viabiliza, gera 60% dos tributos da região Norte.

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Da região Amazônica toda, eu sei disso.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Se nós pegássemos a receita liquida dos tributos gerados na Zona Franca de Manaus e aplicássemos ali na Amazônia seria o suficiente. Isso se aplicássemos em qualidade de vida para a população. Essa fórmula não é minha não.

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Eu sei que não.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Essa formula é do nosso saudoso Senador Jefferson Peres, que criou um projeto, que é o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Esse projeto está em tramitação na Câmara ainda.

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Eu concordo.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Me desculpe interromper, mas os recursos nós temos lá. Bastava... O Tesouro não teria que mandar mais nada

lá, bastava deixar com que o próprio tributo gerado na Zona Franca pudesse ser investido lá.

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Pelo menos parte. Pelo menos parte. Eu quero dizer duas coisas só, que eu já passei dos meus cinco minutos. Em primeiro lugar, eu tenho muito medo de fundos internacionais. Tenho, porque trabalhei com eles durante muitos anos. Eu vim para o Ministério da Ciência e Tecnologia em 1991. Nós trouxemos U$ 250 milhões para fazer o programa piloto das florestas tropicais. Quanto é que esse da Noruega?

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Agora, cento e poucos milhões, eles vão dar um bilhão.

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Nós estamos 250 milhões de dólares do Fundo do Programa Piloto e a Amazônia continua igual. Desflorestou a mesma coisa, não ainda. Nós temos que ter fundos nacionais e a agenda é nacional. E eu, se alguém me disser: "Quer 200 milhões, mas você tem que fazer isso aqui"? "Não. Não quero". Nós temos as respostas para todos os problemas da Amazônia, se juntar inteligência que... Só 5%, mas é uma inteligência. A EMBRAPA está lá, o INPA está lá, o Geld está lá a mais de 100 anos, a Universidade Federal do Pará e do Amazonas. E eu tenho confiança absoluta que nós temos todas as respostas para a região amazônica. Todas. Sem pedir nenhuma ajuda a ninguém, que nós não precisamos. Nós temos competência em fazer um grande programa para a Amazônia em 8, 10 anos. Agora é preciso dinheiro. Essas coisas não acontecem sem dinheiro. E nunca nós tivemos um tratamento diferenciado, eu estou dizendo isso, nunca tivemos um tratamento diferenciado do nível que devemos ter. O meu Ministro não vai gostar quando eu falo isso. É realmente um tratamento diferenciado, mas eu digo para ele, não vai mudar suficientemente a região, o tratamento tem que ser mais diferenciado. Tem que ser um esforço maior de investimento, como a diáspora, levando mais cientistas para lá. É o único jeito que eu acho que é possível fazer.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Muito obrigada, Dr. Barreto. Eu antes de passar a palavra aqui ao representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio eu só gostaria... Que nós temos aqui, o Relator teve que se ausentar, tinha outra reunião, pediu que eu comunicasse. Mas nós temos aqui companheiros e companheiras da Consultoria, que estão participando ativamente de nossa reunião. E essa parte da Amazônia é algo fundamental no relatório. É um problema que nós temos que enfrentar. O que o Dr. Barreto aqui coloca é algo que está contido dentro do PAS, que é o Plano Amazônia Sustentável, que não é um programa, é um plano, um plano teórico muito importante, muito bem elaborado, aliás, mas que poucos prestam atenção para ele se trabalhássemos na sua integralidade. E como o aspecto Amazônia, como todos aqui falaram, Senador Jefferson Praia, Deputado Lupércio e os representantes da Mesa, o investimento em Ciência e Tecnologia é fundamental na geração do conhecimento.

Então, eu só gostaria de chamar a atenção para isso, para os nossos consultores, sobretudo, para a colocação desse aspecto no relatório. E mais do que isso, quando se fala, quando o Dr. Luiz Barreto fala atrair pesquisadores, isso não é defesa do Dr. Nobre, é defesa da própria SBPC, de todos os cientistas pesquisadores. Isso pode aparentemente parecer mais caro, porque vai custar caro, mas é muito mais barato do que recuperar uma região totalmente desflorestada ou então a perda que nós estamos tendo. Foi dado um exemplo aqui, na área de medicamentos, que de fato grande parte dos medicamentos comercializados no mundo, sua origem é da biodiversidade da Amazônia. Mas não foram descobertos e nem desenvolvidos por nós e sim pela inteligência, que não se encontra, infelizmente, nem no Brasil e nem na Amazônia, esta está muito presa. Recursos é isso. Nós temos o pré-sal, temos o próprio Fundo Amazônia. Vamos priorizar a geração do conhecimento.

Então, por fim, eu quero passar à palavra ao Dr. Marcos Otávio. E depois, só rapidamente pedir a presença de todos, que continuem por que temos que ler um Expediente muito brevemente.

**SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES:** [interrupção no áudio] Senador Jefferson Praia, com relação ao mercado de carbono, isso eu acho que decorre, vamos dizer assim, é um mercado muito recente, porque foi a partir de 2006, que houve a ratificação do Protocolo de Kyoto, pela Rússia, que era o último país que faltava para completar a cota necessária para a entrada em vigor e a partir de então é que começou a valer o mecanismo de desenvolvimento limpo, que propicia a apresentação de projetos brasileiros cuja soma hoje é de 300 milhões de toneladas de carbono, os projetos já apresentados.

Existe, aqui na Casa, tramitando algumas propostas de regulamentação. O próprio Ministério da Fazenda está trabalhando sobre esse assunto e segundo informações do Ministério da Fazenda, é que até o final do ano eles pretendem definir essa questão da regulação. Ela é importante para dar maior segurança a um ambiente de negócio e para poder propiciar o maior desenvolvimento do mercado de carbono do país. Então, propostas existem, é só uma questão de decisão e de cumprir os trâmites da Casa para isso

se transformar em uma regulamentação federal, que dê ajuste esse quatro, está bom?

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Obrigada, obrigada pela colaboração. Foram todos rápidos. Deputado Rodrigo Rollemberg... É porque nós já estamos encerrando, Deputado Rodrigo Rollemberg. V. Exa., já vou ler o Expediente--

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Se V. Exa. me permitir--

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Se V. Exa. for muito rápido e não fizer nenhuma pergunta à Mesa, porque--

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Uma pergunta muito rápida ao Secretário Luiz A.B.C. Muito rápida, me desculpe Presidente, mas é o seguinte, nós estamos aí o Brasil com uma oportunidade fantástica, relativa ao pré-sal e que sem dúvida alguma pode modificar a economia brasileira e a inserção do Brasil no cenário mundial. No entanto, a gente sabe que a economia de petróleo, a economia de energias fósseis, tem tempo para acabar no mundo, sobretudo porque há uma pressão muito grande dos países desenvolvidos e de toda a comunidade mundial em função dos seus efeitos sobre o aquecimento global. E, no entanto, o Brasil não pode abrir mão também dessa imensa riqueza que pode, como disse, modificar a situação no Brasil. Eu tenho defendido que parte substantiva dos recursos auferidos com a exploração do petróleo e do pré-sal sejam investidos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, sobretudo em novas energias, sobretudo na 2ª e 3ª geração dos biocombustíveis. E aí a pergunta que eu gostaria de fazer ao Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro, como é que está a posição do Brasil hoje no que se refere às pesquisas para células de combustível hidrogênio, como é que está o estado da arte dessas pesquisas no Brasil?

**SR. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO:** Eu não acompanhei tão bem isso, Rodrigo, para te responder. Esse trabalho é feito no INT, principalmente. E eu tenho que consultá-los para te dar uma resposta que não seja evasiva. Eu sei que existe um potencial interessante nessa área, porque a única coisa que eu posso adiantar é que não será uma solução de curto prazo. Nós estamos trabalhando um programa chamado SIBRATEC, que você conhece bem, que está montando exatamente uma rede nessa área que ainda não... A coisa que preocupa é que não há ainda uma demanda industrial forte para transformar a Ciência, que está começando a parecer, em resultados efetivos de aplicação industrial. Em síntese eu não tenho dados para te dar com detalhes nessa área. Posso depois entrar em contato com você e colocar isso da melhor maneira que eu conseguir.

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF):** Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM):** Obrigada, Dr. Barreto. Obrigado, Deputado Rodrigo. Enfim, antes de encerrarmos a reunião, só gostaríamos de comunicar que há dois Expedientes recebidos pela Comissão com a justificativa de falta da Senadora Marina Silva e do Deputado Ilderlei Cordeiro. Da mesma forma, a Secretaria registra que houve um equívoco com a inclusão do Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos na pauta do dia de hoje, mas em breve será marcada uma nova data em que ele participará também de Audiência Pública.

E por fim, de acordo com o Requerimento já aprovado anteriormente, para que essa Comissão realize diligências nas regiões do país, reuniões públicas, a primeira diligência prevista, será para a região Nordeste, no Ceará, em Fortaleza, com uma pré-data agendada para 09 de julho. A Secretaria encaminhará aos Gabinetes de todos os Deputados e Senadores esse comunicado, para que o mais breve possível a Secretaria receba o retorno desses Parlamentares e dessa forma viabilizar a primeira diligência. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Senadores, Deputados, nossos convidados e todos aqueles e aquelas que participaram e prestigiaram a Sessão do dia do hoje. Muito obrigada. A presente reunião está encerrada.

*Sessão encerrada às 16h41.*

**14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2009, TERÇA-FEIRA, AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.**

As quinze horas e dois minutos, do dia vinte e três de junho do ano de dois mil e nove, no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Colbert Martins**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: Senador Marco Maciel, Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Gilberto Goellner, Senadora Kátia Abreu, Deputado José Guimarães, Deputado Arnaldo Jardim, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Fernando Gabeira e Deputado Rômulo Gouveia. A Presidência faz a leitura de expediente justificando a ausência do Deputado Rômulo Gouveia. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o

Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Senhora Ivone Valente, Secretária-Geral da Secretaria Nacional de Defesa Civil e de um Representante do Ministério das Cidades, destinada a debater sobre o Tema: Mudanças Climáticas e seu impacto em áreas urbanas, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009–CMMC, "Diretrizes de Calendário de Trabalho da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para o ano de 2009", de autoria da Senadora Ideli Salvatti. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: E-mail da Assessoria Parlamentar do Ministério das Cidades, lamentando não poderem participar da Audiência Pública. Ofício nº 1202/2009, da Confederação Nacional de Municípios, agradecendo o convite e comunicando que o Presidente Paulo Roberto Ziulkoski não poderá participar da presente Audiência Pública, não sendo possível enviar representante. Ofício nº 066/09-ASPAR, da Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Integração Nacional, comunicando que a Secretária Nacional de Defesa Civil, Sra. Ivone Maria Valente, será representada, nesta Audiência Pública, pelo Senhor Evaldo Cabral da Silva, Gestor da Secretaria Nacional de Defesa Civil. A Presidência agradece a presença do Senhor Evaldo Cabral Silva, prestando-lhe os esclarecimentos sobre a impossibilidade de ser realizada a Audiência Pública e que, oportunamente, será agendada nova data. O Senador Jefferson Praia solicita à Presidência a agilização das providências provenientes da Diligência realizada no Estado do Amazonas. A Presidência determina a Secretaria da Comissão que tome as providências imediatas sugeridas pelo Senador Jefferson Praia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão em exercício, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Deputado **Colbert Martins,** Presidente em exercício da CMMC.

**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2009, ÀS 15 HORAS E 01 MINUTO.**

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Declaro aberta a reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, na sua 14ª Reunião Ordinária.

Em contato com a Presidente Senadora Ideli Salvatti, devo comunicar a todos que nós decidimos por não realizar a presente reunião, mas leremos os expedientes aqui previstos.

Com número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista Permanentes sobre Mudanças Climáticas, Reunião Ordinária, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 3ª Sessão legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar o trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata de reunião anterior. Os Srs. e Sras. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Expediente sobre a Mesa.

Ofício do Deputado Rômulo Gouveia comunicando que está autorizado a participar dos festejos juninos no Município de Matinhas, Pocinhos, Sapé, Santo André e Santa Cecília, na Paraíba, nos dias 23, 24 e 25 de junho de 2009, considerando-se afastamento em missão oficial, sem ônus para esta Casa, nos termos do Ato da Mesa nº 23, de 1999. Presidente Michel Temer.

Do Ministério das Cidades, que informa estar impossibilitado de participar da Audiência Pública sobre Mudanças Climáticas e seu impacto em áreas urbanas, tendo em vista que o representante dessa pasta no Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas participará no mesmo dia, na cidade do Rio de Janeiro, de reunião para a consolidação de dados da pesquisa nacional sobre saneamento básico com o IBGE, marcada antes da última mudança de data de Audiência Pública.

Da Confederação Nacional dos Municípios, agradecem o convite para participar da Audiência Pública a ser realizada hoje, 23 de junho, no Plenário 13. Lamentavelmente, compromissos previamente agendados impedem a participação do Presidente dessa Confederação, Paulo Ziulkoski, não sendo possível o envio de representantes.

Eu agradeço a presença do Sr. Evaldo Cabral da Silva, Gestor da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Em razão da situação hoje, nós definimos por não realizar a reunião, pedimos desculpas e agradecemos a sua presença, como também a da Secretaria Nacional de Defesa Civil Ivone Maria Valente. Oportunamente voltaremos a reiterar o convite.

Convoco para na próxima semana, dia 30 de junho, terça-feira, 14h30, neste mesmo Plenário, reunião para a deliberação de requerimentos e assuntos diversos.

Sem mais--

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença da Secretaria de Defesa Civil e do Sr. Evaldo.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, que nós pudéssemos agilizar os documentos que ficamos de fazer em decorrência da diligência pública que tivemos no Estado do Amazonas quando visitamos dois Municípios, o Município de Anamã e Manacapuru. Através dessa diligência foram feitas diversas demandas de Prefeitos e, também, das autoridades locais com relação à grave enchente que estamos atravessando no Estado do Amazonas nesse momento.

Portanto, eu gostaria apenas que pudéssemos agilizar os documentos que foram propostos da última reunião que tratamos desse assunto.

Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA):** Determino à Secretaria que providencie de imediato a solicitação do Senador Jefferson Praia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*Sessão encerrada às 15h05.*

**PODER LEGISLATIVO**
**SENADO FEDERAL**
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
# PREÇO DE ASSINATURA

## SEMESTRAL

| | |
|---|---|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | **R$ 58,00** |
| Porte do Correio | **R$ 488,40** |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | **R$ 546,40** |

## ANUAL

| | |
|---|---|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | **R$ 116,00** |
| Porte do Correio | **R$ 976,80** |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | **R$ 1.092,80** |

## NÚMEROS AVULSOS

| | |
|---|---|
| Valor do Número Avulso | **R$ 0,50** |
| Porte Avulso | **R$ 3,70** |

## ORDEM BANCÁRIA

| | |
|---|---|
| **UG – 020055** | **GESTÃO – 00001** |

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF**
**CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900**




EDIÇÃO DE HOJE: 824 PÁGINAS

**(OS: 14409/2009)**